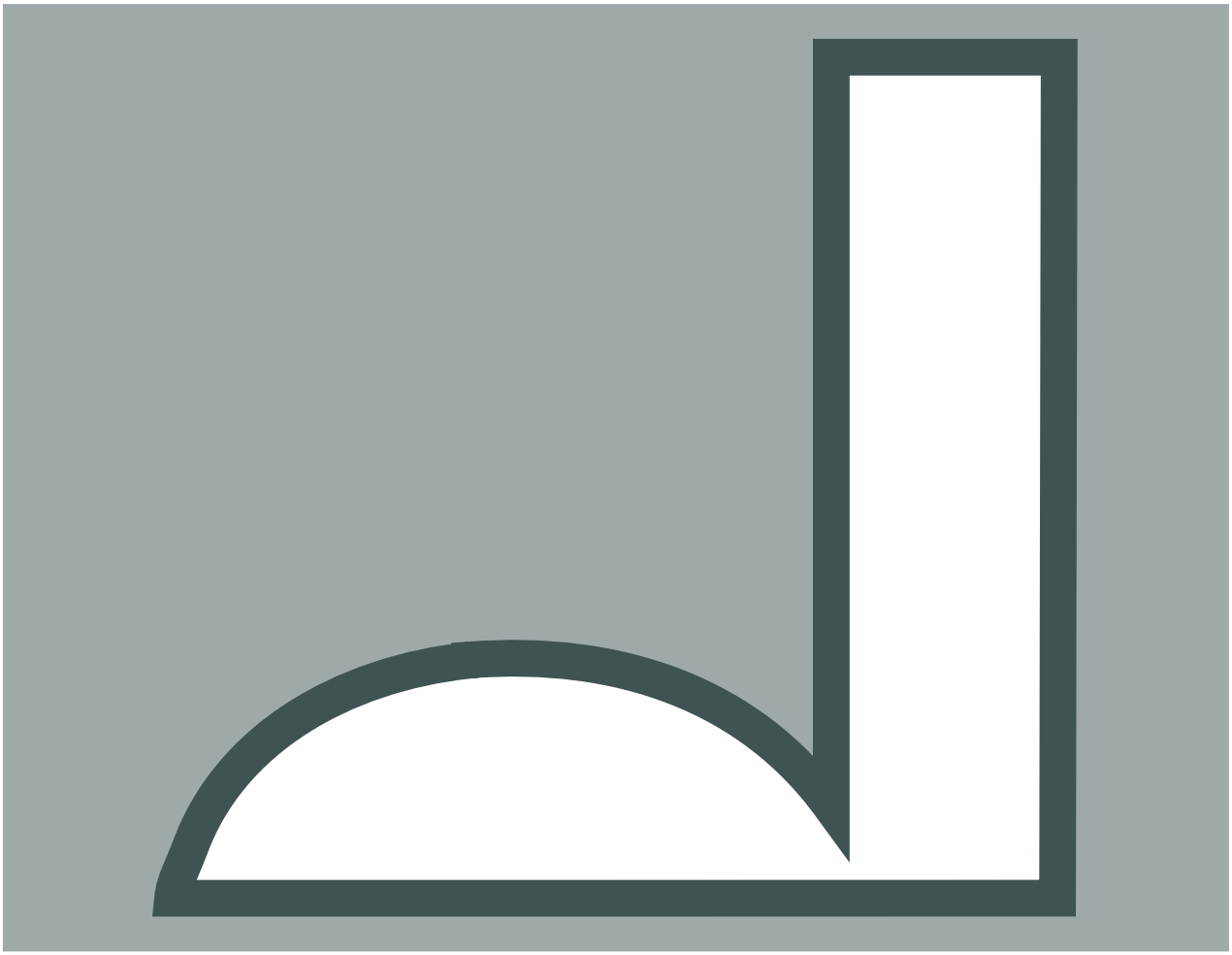
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 2 a 28 de fevereiro de 2010)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXV – SUP. AO Nº 20 - TERÇA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 2010 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marconi Perillo - (PSDB-GO)
2ª VICE-PRESIDENTE
Serys Slhessarenko - (PT-MT)
1º SECRETÁRIO
Heráclito Fortes - (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO
Mão Santa - (PSC-PI)
4ª SECRETÁRIA
Patrícia Saboya - (PDT-CE)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - César Borges - (PR-BA)
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

Maioria (PMDB/PP) - 18

Líder
Renan Calheiros - PMDB

Vice-Líderes
Valdir Raupp (6)
Paulo Duque
Lobão Filho
Francisco Dornelles
Gerson Camata
Geraldo Mesquita Júnior
.....

Líder do PMDB - 17
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Wellington Salgado de Oliveira
Almeida Lima
Valter Pereira
Leomar Quintanilha (4,5,7)
Neuto De Conto

Líder do PP - 1
Francisco Dornelles

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19

Líder
Aloizio Mercadante - PT

Vice-Líderes
João Ribeiro
Renato Casagrande
Inácio Arruda
Marcelo Crivella
.....

Líder do PT - 11
Aloizio Mercadante

Vice-Líderes do PT
Eduardo Suplicy
Fátima Cleide
Flávio Arns (3)

Líder do PR - 3
João Ribeiro

Líder do PSB - 2
Antonio Carlos Valadares

Líder do PRB - 2
Marcelo Crivella

Líder do PC DO B - 1
Inácio Arruda

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28

Líder
Raimundo Colombo - DEM (1)

Vice-Líderes
Alvaro Dias
Kátia Abreu
Flexa Ribeiro
Gilberto Goellner
João Tenório
Rosalba Ciarlini
Lúcia Vânia
Adelmir Santana
.....

Líder do DEM - 14
José Agripino

Vice-Líderes do DEM
Jayme Campos (2,9)
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Líder do PSDB - 14
Arthur Virgílio

Vice-Líderes do PSDB
Alvaro Dias
Lúcia Vânia
Cícero Lucena
Papaléo Paes

PTB - 7

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
Sérgio Zambiasi
Romeu Tuma

PDT - 6

Líder
Osmar Dias - PDT

PSOL - 1

Líder
José Nery - PSOL

PV - 1

Líder
Marina Silva - PV

PSC - 1

Líder
Mão Santa - PSC

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares
João Pedro
Gim Argello
Romeu Tuma

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra
Diretor-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 2 a 28 de fevereiro de 2010)

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal 5

– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 34

– Secretaria de Comissões..... 42

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 34ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos e 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realizadas em 12 de agosto de 2009..... 134

Ata da 35ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, realizadas em 19 de agosto de 2009..... 167

Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2009..... 185

Ata da 37ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 9ª Reunião Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizadas em 25 de agosto de 2009..... 194

Ata da 38ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2009..... 219

Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2009..... 236

Ata da 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2009..... 244

Ata da 41ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizadas em 9 de setembro de 2009... 259

Ata da 42ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de setembro de 2009..... 285

Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de setembro de 2009..... 306

1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 47ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de novembro de 2008. 323

Ata da 48ª Reunião Ordinária, realizada em 3 de dezembro de 2008..... 357

Ata da 49ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2008. 388

Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2008..... 412

Ata da 51ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2008..... 450

Ata da 52ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 17 e 18 de dezembro de 2008..... 477

Ata da 56ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 16 e 17 de dezembro de 2009. 524

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente de Segurança Pública

Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de outubro de 2009..... 561

Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2009..... 562

Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2009..... 570

Ata da 4ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2009..... 580

Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 1° de dezembro de 2009..... 588

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2010..... 601

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2009..... 615

Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 9 de fevereiro de 2010..... 625

1.2.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 31ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2008..... 645

Ata da 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2008..... 647

Ata da 33ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2008..... 683

Ata da 34ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2008..... 683
Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 2008..... 701
Ata da 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2008..... 732
Ata da 37ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de dezembro de 2008..... 748
Ata da 49ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; com a 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte; com a 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura; e com a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizadas em 12 de novembro de 2009..... 749
Ata da 50ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de novembro de 2009..... 772
Ata da 56ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2009..... 795
Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 4 de fevereiro de 2010..... 798
Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2010..... 805

1.2.6 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2008..... 824
Ata da 26ª Reunião Extraordinária, conjunta com a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizadas em 4 de dezembro de 2008..... 856
Ata da 43ª Reunião Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2009..... 887
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 9 de fevereiro de 2010..... 896

1.2.7 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 52ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2009..... 912
Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de fevereiro de 2010..... 930
Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2010..... 950

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura - 2010

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Fevereiro/2010

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL*

Sessões plenárias do Senado Federal
FEVEREIRO/2010

Tipo da sessão	Quantidade
DELIBERATIVA ORDINÁRIA	10
ESPECIAL	1
NÃO DELIBERATIVA	7
Total	**18**

* Republica-se a Seção "A" da Resenha do mês de fevereiro para fazer incluir os Projetos de Lei do Senado Nºs 22/2003, 282/2006 e 140/2008, e os Requerimentos Nºs 65/2010 e 733-A/2009-M.

Quadro Geral de Matérias

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF)	Prejudicada	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF)	Retirada pelo autor	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		2	1				3
PROJETO DE LEI DO SENADO		16		1	1	1	19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	3	38					41
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	2						2
MENSAGEM (SF)	1						1
Total	6	56	1	1	1	1	**66**

Quadro de Requerimentos

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	1
Audiência de determinada comissão na tramitação de alguma matéria	9
Congratulações, pesar, etc (segundo as tradições da Casa - encaminhados pela Presidência)	54
Criação ou alteração de comissão temporária	1
Desapensamento de matérias	3
Missão (em representação do Senado Federal -RISF, art. 40 e 41)	3
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	7
Retirada de matéria	2
Tramitação conjunta	14
Voto de aplauso ou semelhante (RISF, art. 222)	1
Voto de censura (RISF, art. 223)	1
Total Geral	**97**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	1		1	2
PROJETO DE LEI DO SENADO		16		16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	1		40	41
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO		2		2
Total	2	18	41	**61**

TOTAL DOS REQUERIMENTOS – FEVEREIRO/2010	
Art. 13	107
Art. 40 sem ônus	2
Art. 43, I	7
Art. 43, II	14
TOTAL GERAL	**130**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DA CÂMARA. Total: 3

À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 00043	2009	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, (Competência da Defensoria Pública de garantir o acesso à justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita).	EDMILSON VALENTIM	09/02/2010

Ao arquivo. Total: 1

Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, §1º do RISF). Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 00067	2004	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (prevê que a prisão de depositário judicial possa ser decretada no processo de execução).	Luiz Bittencourt	24/02/2010

À sanção. Total: 1

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 00314	2009	Altera os arts. 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os arts. 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.	Presidente da República	12/02/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 19

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 19

À Câmara dos Deputados. Total: 16

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 16

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00065	2003	Acrescenta inciso ao artigo 20 da Lei nº 8036, de 11 de maio de 1990, permitindo a movimentação da conta vinculada do FGTS para aquisição de imóvel rural, nas condições que especifica.	Paulo Paim	09/02/2010
PLS 00454	2003	Dispõe sobre a jornada, condições de trabalho e piso salarial dos técnicos e auxiliares de enfermagem e dá outras providências.	Gerson Camata	09/02/2010
PLS 00128	2004	Acrescenta parágrafo ao artigo 74 da Lei 8069, 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para estabelecer em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões.	Aloizio Mercadante	09/02/2010
PLS 00263	2005	Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para definir como crime o extravio ou destruição de documento objeto de investigação de comissão parlamentar de inquérito.	Heráclito Fortes	09/02/2010
PLS 00334	2005	Dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar per capita para concessão do benefício para outro integrante.	Flávio Arns	09/02/2010
PLS 00249	2006	Altera a Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, para dispor sobre a jornada e condições de trabalho dos nutricionistas.	Paulo Paim	09/02/2010
PLS 00051	2007	Altera a Lei n. 6259, de 30 de outubro de 1975, para garantir o oferecimento de vacinação anti-papilomavírus (HPV) à população.	Ideli Salvatti	09/02/2010
PLS 00317	2007	Altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para permitir a cobertura de despesas de acompanhante de paciente idoso, regulamentando o art. 16 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).	Lúcia Vânia	09/02/2010
PLS 00618	2007	Regulamenta o exercício das profissões de Catador de Materiais Recicláveis e de Reciclador de Papel.	Paulo Paim	09/02/2010
PLS 00667	2007	Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para tornar obrigatória a manutenção de estoque das vacinas antitetânica e anti-rábica e dos respectivos soros e imunoglobulinas nos estabelecimentos hospitalares.	Marisa Serrano	09/02/2010
PLS 00740	2007	Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências.	Romeu Tuma	09/02/2010
PLS 00049	2008	Acrescenta o § 3º ao art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes.	Expedito Júnior	09/02/2010
PLS 00475	2009	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para indicar hipóteses de ação penal pública incondicionada à representação.	Antonio Carlos Júnior	09/02/2010

MATÉRIA: PROJETO DE LEI DO SENADO. Total: 19

À Câmara dos Deputados. Total: 16

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 16

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00228	2009	Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que instituiu o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio e dá outras providências.	Paulo Paim	12/02/2010
PLS 00070	2008	Autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola.	Marisa Serrano	24/02/2010
PLS 00068	2009	Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941- Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente.	Tasso Jereissati	24/02/2010

Ao arquivo. Total: 3

Prejudicada. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00022	2003	Permite a movimentação do FGTS para reconstrução de casa própria destruída em razão de acidentes graves.	Paulo Paim	09/02/2010

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º do RISF). Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00140	2008	Altera a redação dos arts. 16 e 77 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, para aumentar para 24 anos o limite de idade até o qual os filhos e irmãos de segurados do Regime Geral de Previdência Social podem ser considerados seus dependentes.	Cristovam Buarque	09/02/2010

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 00282	2006	Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para permitir a venda, por farmácias, de outros produtos além de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.	Valdir Raupp	04/02/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 41

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 41

À promulgação. Total: 41

Aprovada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00799	2009	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia, assinado em Riga, em 9 de junho de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	24/02/2010
PDS 00839	2009	Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 21 de maio de 2007.	DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL	24/02/2010
PDS 01034	2009	Aprova o texto do Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Alteração do Prazo de Validade dos Vistos e os Emolumentos Consulares Incidentes sobre os Mesmos Vistos, celebrado em Brasília, em 14 de novembro de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	24/02/2010

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 38

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00358	2007	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TUCUNARÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00075	2008	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DIFUSORA COLÍDER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00329	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO COMUNIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00586	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RIO ACIMENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00607	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ACITOL - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDEPENDENTE DE TOLEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 41

À promulgação. Total: 41

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 38

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00633	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE RÁDIO LIVRE E JORNAL COMUNITÁRIO VITÓRIA DOS MORADORES DO BAIRRO CACHOEIRA DO VALE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00655	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL SANTANA DO PARAÍSO RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00732	2009	Aprova o ato que outorga autorização à RCI - RÁDIO COMUNITÁRIA DE IACIARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00802	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL RURAL DE ARARAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00809	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PALESTINA DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00822	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO CLUBE DE NATÉRCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00823	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PLANALTO DE ITAPIÚNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00829	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DO POVO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00830	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE MATÕES DO NORTE - MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 41

À promulgação. Total: 41

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 38

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00831	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE ENTRE RIOS DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00832	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL DE ALFENAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00833	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE NOVO ORIENTE DE MINAS - APACNOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00835	2009	Aprova o ato que outorga autorização à AMCAR - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CANTO DO RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00856	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00859	2009	Aprova o ato que outorga autorização à CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00878	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL PARAÍSO DOS BALNEÁRIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00881	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PÃO DE AÇÚCAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00885	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ISABEL ERNESTINA BEZERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 41

À promulgação. Total: 41

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 38

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00886	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PRAIA NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00888	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL EDUCADORA DE ITANHAÉM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00891	2009	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV GAZETA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00892	2009	Aprova o ato que outorga permissão à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00897	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA - SOCIEDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00898	2009	Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO SARAIVA LEÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00903	2009	Aprova o ato que outorga concessão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00908	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MARAU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00922	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE LAURENTINO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010

MATÉRIA: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO. Total: 41

À promulgação. Total: 41

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 38

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 00932	2009	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ARCO-ÍRIS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00933	2009	Aprova o ato que outorga permissão à EZR COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00934	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CACHOEIRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00941	2009	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00945	2009	Aprova o ato que outorga autorização à CONSELHO CULTURAL EDUCATIVO COMUNITÁRIO (CONCEC) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010
PDS 00946	2009	Aprova o ato que outorga permissão à RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	19/02/2010

MATÉRIA: PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO. Total: 2

À promulgação. Total: 2

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão

MATÉRIA: PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO. Total: 2

À promulgação. Total: 2

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 00001	2010	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS	24/02/2010
PRS 00002	2010	Autoriza o Município de Fortaleza (Ce) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 59,400,000.00 (cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).	COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS	24/02/2010

MATÉRIA: MENSAGEM (SF). Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 00056	2010	Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil na vaga da Senhora Maria Celina Berardinelli Arraes.	Presidente da República	24/02/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Deferida pela Mesa. Total: 3

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00007	2010	Tramitação conjunta do PLC 319/2009 com o PLS 271/2008.	Romeu Tuma	10/02/2010
RQS 00037	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2009, por regularem a mesma matéria.	Papaléo Paes	24/02/2010
RQS 00059	2010	Tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2009, com o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2009, por versarem sobre a mesma matéria.	Marina Silva	24/02/2010

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 3

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00001	2010	Requer autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 02 a 08 de fevereiro de 2010, a fim de participar da 58ª National Prayer Breakfast, na cidade de Washington, DC, nos Estados Unidos da América.	Eduardo Azeredo	02/02/2010
RQS 00002	2010	Requer autorização para que o Senador Arthur Virgílio possa se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 02 a 08 de fevereiro de 2010, para participar, como representante do Senado Federal, da 58ª National Prayer Breakfast, na cidade de Washington, DC, Estados Unidos.	Eduardo Azeredo	02/02/2010
RQS 00003	2010	Requer autorização para que o Senador Sérgio Guerra possa se ausentar dos trabalhos da Casa, no período de 02 a 08 de fevereiro de 2010, para participar, como representante do Senado Federal, da 58ª National Prayer Breakfast, na cidade de Washington, DC, Estados Unidos.	Eduardo Azeredo	02/02/2010

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 1

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00034	2010	Solicitação de retirada do PLS 282/2006.	Valdir Raupp	04/02/2010

Encaminhada pela Presidência. Total: 54

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00005	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Deputado Antônio Vital do Rego, ocorrido no dia 2 de fevereiro de 2010, na cidade de Recife.	Cícero Lucena	02/02/2010
RQS 00006	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de Voto de Pesar pelo falecimento do advogado Divaldo da Nóbrega, dono da Empresa Café Santa Rosa e fundador do Manaíra Shopping na cidade de João Pessoa, ocorrido no dia 31 de janeiro de 2010.	Cícero Lucena	02/02/2010
RQS 00012	2010	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Zilda Arns Neumann.	Paulo Paim	02/02/2010
RQS 00014	2010	Requer, nos termos do art. 215, III, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de D. Zilda Arns Neumann, médica pediatra e sanitarista, além de fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa; de Luiz Carlos da Costa, Vice-Representante do Secretário-Geral da ONU no Haiti; e dos militares mortos no terremoto do Haiti, ocorrido no dia 12 de janeiro de 2010.	João Pedro	02/02/2010
RQS 00016	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao Dr. Ophir Cavalcante Junior, pela posse como presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.	José Nery	02/02/2010
RQS 00018	2010	Requerem, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar e apresentação de condolências aos familiares pelo falecimento de Sylvio Vianna Freire, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.	Marco Maciel	02/02/2010
RQS 00019	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do empresário paraense LUIZ REBELO NETO.	Flexa Ribeiro	02/02/2010
RQS 00021	2010	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento dos dezoito militares brasileiros no Haiti.	Paulo Paim	02/02/2010
RQS 00022	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Dr. Ophir Cavalcante Junior pela eleição e posse como presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, triênio 2010/2013.	Flexa Ribeiro	02/02/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Encaminhada pela Presidência. Total: 54

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00024	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do médico, militar e urbanista Ernesto Silva, ocorrido em 03 de fevereiro de 2010, em Brasília.	Adelmir Santana	03/02/2010
RQS 00026	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento da ativista social em defesa dos direitos de crianças e adolescentes Neide Castanha.	Patrícia Saboya	03/02/2010
RQS 00027	2010	Requer, com fulcro no art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar ao Comandante do 5º Batalhão de Infantaria Leve, em Lorena/SP, Tenente-Coronel Márcio Santos e Silva e aos familiares dos militares falecidos no terremoto que atingiu a capital do Haiti no dia 12 de janeiro de 2010.	Romeu Tuma	03/02/2010
RQS 00028	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências às famílias dos 14 falecidos, sendo 9 crianças, no acidente com ônibus escolar em Montividiu (GO), a 283 Km de Goiânia, ocorrido no dia 1º de fevereiro de 2010.	Lúcia Vânia	03/02/2010
RQS 00029	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos soldados do Batalhão de Porto União (SC) que integram a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e prestaram socorro às vítimas do terremoto.	Raimundo Colombo	03/02/2010
RQS 00030	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso aos soldados do Batalhão de Lages (SC) que integram a missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti e prestaram socorro às vítimas do terremoto.	Raimundo Colombo	03/02/2010
RQS 00031	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar dirigido às Comissões Pastorais da Criança e da Pessoa Idosa pelo falecimento da fundadora, a médica catarinense Zilda Arns.	Raimundo Colombo	03/02/2010
RQS 00032	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar às vítimas fatais das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul.	Paulo Paim	04/02/2010
RQS 00033	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do Professor e ex-Vereador Jacinto Catelan Júnior, ocorrido em 29 de janeiro de 2010.	Renato Casagrande	04/02/2010
RQS 00042	2010	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do estudante pernambucano Alcides do Nascimento Lins.	Jefferson Praia	09/02/2010
RQS 00043	2010	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado voto de congratulações à direção do Grupo Gazeta de Comunicação, de Cuiabá, que acaba de inaugurar sua nova e moderna rotativa, responsável pela impressão do jornal A Gazeta.	Jayme Campos	09/02/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Encaminhada pela Presidência. Total: 54

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00044	2010	Requer, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Zilda Arns, fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança.	Pedro Simon	09/02/2010
RQS 00048	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Dra. Zilda Arns, criadora da Pastoral da Criança, ocorrido em Porto Príncipe, Haiti, em decorrência do trágico terremoto registrado naquele país em janeiro de 2010.	Arthur Virgílio	10/02/2010
RQS 00049	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do empresário ex-Prefeito de Mãe do Rio, Antonio Saraiva Rabelo.	Flexa Ribeiro	10/02/2010
RQS 00050	2010	Requer, nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do cantor José Ramiro Sobrinho, o Pena Branca da ex-dupla Pena Branca e Xavantinho.	Eduardo Suplicy	10/02/2010
RQS 00051	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal voto de aplauso para o Atleta Gustavo Kuerten, o Guga, pela condecoração da Cruz do Mérito Desportivo que será recebida do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.	Ideli Salvatti	10/02/2010
RQS 00052	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do músico e cantor José Pompeu, o Délio, ocorrido em 8 de fevereiro de 2010, em Campo Grande-MS.	Marisa Serrano	10/02/2010
RQS 00066	2010	Requerem, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2010, do Sr. UBIRAJARA EVANGELISTA PINHO, e apresentação de condolências à família do falecido.	Mozarildo Cavalcanti	18/02/2010
RQS 00067	2010	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do Senhor José Henrique Sá de Mesquita, ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2010.	Mão Santa	18/02/2010
RQS 00069	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso à Festa da Uva em Caxias do Sul - RS, na pessoa do Presidente do evento o senhor Gerson Luiz Palavro extensivo ao Prefeito de Caxias do Sul, senhor José Ivo Sartori.	Paulo Paim	18/02/2010
RQS 00070	2010	Requer, com fundamento nos arts. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de Voto de pesar pelo falecimento do General IVAN DE SOUZA MENDES, ocorrido em 18 de fevereiro de 2010.	Pedro Simon	19/02/2010
RQS 00071	2010	Requer, na forma do disposto no Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Sérgio Murilo Santa Cruz, ex-Deputado Estadual e Federal pelo estado de Pernambuco, ocorrido em 17 de fevereiro de 2010.	Marco Maciel	19/02/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Encaminhada pela Presidência. Total: 54

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00074	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família, pelo falecimento ocorrido no dia 10 de fevereiro de 2010, do ex-Ministro da Justiça ARMANDO FALCÃO.	Arthur Virgílio	22/02/2010
RQS 00075	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento da Sra. MARIA FALCÃO, irmã do ex-prefeito de Lábrea/AM, no dia 30 de janeiro de 2010.	Arthur Virgílio	22/02/2010
RQS 00076	2010	Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à amazonense SANDRA BRINGEL, primeira mulher amazonense a se tornar Coronel da Polícia Militar do Amazonas.	Arthur Virgílio	22/02/2010
RQS 00077	2010	Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal VOTO DE APLAUSO ao diretor teatral DOUGLAS RODRIGUES, pelo lançamento, no Teatro Amazonas, da peça "Gilda", de autoria do dramaturgo Sérgio Cardoso.	Arthur Virgílio	22/02/2010
RQS 00078	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE ESTÍMULO E RECONHECIMENTO ao treinador de futebol ALEMÃO, que passa a conduzir a equipe do NACIONAL, de Manaus, disposto a conquistar títulos, com sua experiência como ex-defensor do Napoli.	Arthur Virgílio	22/02/2010
RQS 00079	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE ESTÍMULO a MARCELLA CAMPELO, de apenas 8 anos de idade, pela sua estréia em teatro, como protagonista da peça "A Menina que perdeu o Natal", no teatro La Salle, em Manaus.	Arthur Virgílio	22/02/2010
RQS 00080	2010	Requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao programa LITERATURA EM FOCO, do canal a cabo AmazonSat, por ter completado dez anos de exibição ininterrupta.	Arthur Virgílio	22/02/2010
RQS 00081	2010	Requer, nos termos do art. 215, III, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento do jurista e membro da Academia da Academia Amazonense de Letras Doutor Áderson Pereira Dutra, ocorrido no dia 17 de de fevereiro de 2010.	João Pedro	22/02/2010
RQS 00085	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO ao empresário rural MILTON FRIES, pela doação de 150 hectares de terra ao Parque Nacional dos Emas, em Goiás.	Marconi Perillo	23/02/2010
RQS 00086	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à Escola de Samba REINO UNIDO DA LIBERDADE, vice-campeã no desfile de Carnaval de 2010 em Manaus, com enredo em homenagem ao ex-Senador e ex-Governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho.	Arthur Virgílio	23/02/2010
RQS 00087	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO à ESCOLA DE SAMBA VITÓRIA RÉGIA (G.R.E.S..VITÓRIA - RÉGIA), classifica em 1º lugar no carnaval de 2010, em Manaus/AM.	Arthur Virgílio	23/02/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Encaminhada pela Presidência. Total: 54

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00088	2010	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de LUIZ TENÓRIO DE LIMA, ocorrido no dia 23 de janeiro de 2010.	Paulo Paim	23/02/2010
RQS 00089	2010	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Presidente do PC do B do Estado do Pará, Camarada Neuton Miranda, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2010.	José Nery	23/02/2010
RQS 00090	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de Aplauso ao cientista brasileiro, Dr. Walter Colli, professor titular da Universidade de São Paulo - USP, pelos serviços prestados frente à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, e pelo trabalho desenvolvido no período em que presidiu a CTNBio.	Kátia Abreu	23/02/2010
RQS 00091	2010	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar e apresentação de condolências à família do ator e humorista Antonio Arnaud Rodrigues, falecido em 16 de fevereiro de 2010 em Palmas, Estado do Tocantins.	Sadi Cassol	23/02/2010
RQS 00099	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Laila Ganme Cotait, esposa do Primeiro Suplente - Dr. Alfredo Cotait e filha de Emília Aun Ganme e Antonio Ganme, fundador do Hospital Nove de Julho.	Romeu Tuma	24/02/2010
RQS 00104	2010	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o plenário, que seja consignado VOTO DE PESAR pelo falecimento do acadêmico Àderson Pereira Dutra, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2010.	Jefferson Praia	24/02/2010
RQS 00107	2010	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do Senhor Neuton Miranda, dirigente nacional e Presidente do PCdoB, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2010, no Estado do Pará.	Inácio Arruda	24/02/2010
RQS 00108	2010	Requer, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento da Senhora Luíza Gurjão Farias, ocorrido no dia 22 de fevereiro de 2010, em Fortaleza-CE.	Inácio Arruda	24/02/2010
RQS 00115	2010	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao quadro de servidores da Fundação Santa Casa de Misericórdia, localizada em Belém, Estado do Pará pelo transcurso dos seus 360 anos de história.	Flexa Ribeiro	24/02/2010
RQS 00117	2010	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do PROF. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA AZEVEDO, ex-Reitor da Universidade de Brasília - UnB, Oficial da Marinha do Brasil, Engenheiro e Arquiteto Naval, Engenheiro Nuclear, Físico com PhD pelo Massachuts Institute of Technology, de Cambridge/MA, USA.	Arthur Virgílio	24/02/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Encaminhada pela Presidência. Total: 54

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00118	2010	Requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE LEMBRANÇA em homenagem à memória do político JOÃO VALÉRIO, ex-Vereador e ex-Deputado Estadual, representante de Itacoatiara-AM, que, se vivo estivesse, teria completado 82 anos de idade em janeiro de 2010.	Arthur Virgílio	24/02/2010
RQS 00123	2010	Requer, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências aos seus familiares a Universidade de Brasília e a Academia Brasiliense de Letras, pelo falecimento do Doutor José Carlos de Almeida Azevedo, Ex-Reitor da Universidade de Brasília.	Marco Maciel	25/02/2010

Aprovada pelo Plenário. Total: 34

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00011	2010	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 8 de fevereiro de 2010, destinada a homenagear o Dia Nacional do Aposentado.	Paulo Paim	03/02/2010
RQS 00020	2010	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 22 de março de 2010, destinada a homenagear o dia dos Comerciários.	Paulo Paim	04/02/2010
RQS 00023	2010	Requerem, nos termos do art. 199, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 13/12/2010, para comemorar o centenário de nascimento do cantor e compositor Noel Rosa.	Inácio Arruda	04/02/2010
RQS 00035	2010	Requerem, nos termos dos Arts. 160 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Período do Expediente da Sessão Ordinária do dia 10 de fevereiro de 2010 seja dedicado a marcar a mobilização e as atividades do 1º Dia e 1ª Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, estabelecidos pela Lei nº 12.064, de 29 de outubro de 2009, e ainda sejam convidadas para a referida Sessão as autoridades e representantes de entidades ligadas aos direitos humanos no Brasil.	José Nery	04/02/2010
RQS 00072	2010	Alteração de data de Sessão especial	Paulo Paim	23/02/2010
RQS 01094	2009	Requer, o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004; e 86, de 2007, de forma a retomar sua tramitação autônoma.	Paulo Paim	24/02/2010
RQS 01238	2009	Requer que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além da Comissão de despacho inicial, seja ouvida a Comissão Constituição, Justiça e Cidadania.	Romero Jucá	24/02/2010
RQS 01239	2009	Solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.	Romero Jucá	24/02/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Aprovada pelo Plenário. Total: 34

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 01276	2009	Requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Sr. Manuel Zelaya.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	24/02/2010
RQS 01313	2009	Requer, nos termos regimentais, voto de rejúbilo ao embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, e ao Instituto Goethe de Curitiba, por ocasião do centésimo octogésimo aniversário da primeira imigração alemã recebida no Estado do Paraná, comemorado em 30 de setembro de 2009.	Flávio Arns	24/02/2010
RQS 01443	2009	Requer a tramitação autônoma do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, porque, no mérito, não regular a mesma matéria dos demais projetos aos quais foi apensado.	Expedito Júnior	24/02/2010
RQS 01452	2009	Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009, com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004.	Romero Jucá	24/02/2010
RQS 01516	2009	Tramitação conjunta PLC 99/2009, PLS 301/2003; 355/2004; 8 e 18/2005; 45/2006; 42/2007; 54/2009; PLC 106/2007; 55 e 75/2009.	Lobão Filho	24/02/2010
RQS 01549	2009	Requer sobre o Projeto de Lei n° 194, 2009, e 465, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado n°s 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; e 138, de 2008, que já se encontram apensados, por versarem sobre o mesmo assunto.	Romero Jucá	24/02/2010
RQS 01576	2009	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 318, de 2003; e 64, de 2005	Kátia Abreu	24/02/2010
RQS 01580	2009	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 86, de 2004; e 345, de 2006	João Tenório	24/02/2010
RQS 01582	2009	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008.	Roberto Cavalcanti	24/02/2010
RQS 01590	2009	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 149, de 2008; e 251, de 2009	Efraim Morais	24/02/2010
RQS 01591	2009	Audiência da Comissão Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 737, de 2007.	Efraim Morais	24/02/2010
RQS 01596	2009	Adiamento de apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2009		24/02/2010
RQS 01628	2009	Tramitação em separado do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008.	Sérgio Zambiasi	24/02/2010
RQS 01629	2009	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 201, de 2003; 475, de 2007; e 342, de 2008	Renato Casagrande	24/02/2010
RQS 01630	2009	Tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 158 de 2002; nº 201 de 2003; e nº 475 de 2007, com o de nº 107 de 2009.	Antonio Carlos Valadares	24/02/2010
RQS 01631	2009	Audiência da Comissão Desenvolvimento Regional e Turismo na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2009.	Mozarildo Cavalcanti	24/02/2010
RQS 01633	2009	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2009.	Romero Jucá	24/02/2010

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Aprovada pelo Plenário. Total: 34

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 01635	2009	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 424, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2004; 123, de 2007, e 252, de 2008	Lúcia Vânia	24/02/2010
RQS 01641	2009	Tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 131, 142 e 304, de 2007; e 34, 64, 65 e 78, de 2008	Romero Jucá	24/02/2010
RQS 01643	2009	Audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007.	Romero Jucá	24/02/2010
RQS 01693	2009	Audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2009.	Renato Casagrande	24/02/2010
RQS 01714	2009	Tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2004 - Complementar, com o Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2008 - Complementar e o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007 - Complementar	João Vicente Claudino	24/02/2010
RQS 00013	2010	Audiência da Comissão de Assuntos Economicos na tramitação o Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2008.	Romero Jucá	24/02/2010
RQS 00038	2010	Requer, nos termos do inciso II, artigo 74, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Representativa do Senado Federal, composta de dois Senadores, para a posse do Presidente do Uruguai, José Mujica, do Vice-Presidente Danilo Astori e demais Ministros de Estado e participação no Seminário Sobre Experiência de Construção Unitária da Frente Ampla, que se realizarão entre os dias 1º a 3 de março de 2010, em Montevideo, Uruguai.	Inácio Arruda	24/02/2010
RQS 00101	2010	Retirada do Requerimento nº 1.474, de 2009.	Alvaro Dias	24/02/2010
RQS 00102	2010	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 8 de março de 2010, destinada a homenagear o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema será Economia e Vida, com o lema "Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro"(Mt, 6, 24).	Marconi Perillo	25/02/2010

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00025	2010	Prorrogação de prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs.	Heráclito Fortes	03/02/2010

Arquivado por ter sido atendido. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão

MATÉRIA: REQUERIMENTO. Total: 97

Arquivado por ter sido atendido. Total: 1

Matéria	Ano	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 00065	2010	Requerem, nos termos regimentais, que o período do expediente da sessão deliberativa do dia 23 de fevereiro de 2010 seja dedicado à memória da Dra. Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral Nacional e Internacional da Criança, bem como da Pastoral da Pessoa Idosa; do Dr. Luiz Carlos Costa, representante especial adjunto da Organização das Nações Unidas no Haiti; e dos Militares brasileiros integrantes da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), vitimados pelo terremoto acontecido em 12 de janeiro de 2010, naquele País.	Flávio Arns	23/02/2010

REQUERIMENTOS - 2010

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

FEVEREIRO/2010				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
1-M	Mário Couto	13	02 a 04.02	Atividade Parlamentar
2-M	Garibaldi Alves Filho	13	02 a 04.02	Atividade Parlamentar
3-M	Jefferson Praia	13	04.02.	Atividade Parlamentar
4-M	Cristovam Buarque	13	08 a 19.02	Atividade Parlamentar
5-M	Inácio Arruda	13	03 e 04.02	Atividade Parlamentar
6-M	Sérgio Guerra	13	03 e 04.02	Atividade Parlamentar
7-M	Francisco Dornelles	13	03e 04.02	Atividade Parlamentar
8-M	Pedro Simon	13	03 e 04.02	Atividade Parlamentar
9-M	João Vicente Claudino	13	09 a 11.02	Atividade Parlamentar
10-M	Maria do Carmo Alves	43, I	31.01 a 04.02	Licença Saúde
11-M	Marina Silva	13	04.02	Atividade Parlamentar
12-M	Tião Viana	13	04.02	Atividade Parlamentar
13-M	Aloizio Mercadante	13	04.02	Atividade Parlamentar
14-M	Roberto Cavalcanti	13	04.02	Atividade Parlamentar
15-M	Papaléo Paes	13	04.02	Atividade Parlamentar
16-M	João Ribeiro	13	04.02	Atividade Parlamentar
17-M	Romeu Tuma	40, sem ônus	05.02	Representar o Senado na Formatura do 5º Batalhão de Infantaria.
18-M	Marcelo Crivella	43, II	04 a 19.02	Licença Particular
19-M	Kátia Abreu	13	04.02	Atividade Parlamentar
20-M	Raimundo Colombo	13	04.02	Atividade Parlamentar
21-M	Lobão Filho	43, II	11 a 19.02	Licença Particular
22-M	Mário Couto	13	09 a 11..02	Atividade Parlamentar
23-M	Mauro Fecury	43, II	02 a 22.02	Licença Particular
24-M	José Sarney	43, II	11, 17 e 18.02	Licença Particular
25-M	Paulo Duque	13	09.02	Atividade Parlamentar
26-M	Arthur Virgílio	13	09.02	Atividade Parlamentar
27-M	João Pedro	13	04.02	Atividade Parlamentar
28-M	Wellington Salgado	13	09 a 11.02	Atividade Parlamentar
29-M	Romero Jucá	13	09 e 10.02	Atividade Parlamentar
30-M	Epitácio Cafeteira	43, I	09 a 17.02	Licença Saúde
31-M	João Tenório	13	09.02	Atividade Parlamentar
32-M	Magno Malta	13	09.02	Atividade Parlamentar
33-M	Heráclito Fortes	43, II	11 a 22.02	Licença Particular
34-M	Ideli Salvatti	13	10 e 11.02	Atividade Parlamentar
35-M	Raimundo Colombo	13	10 e 11.02	Atividade Parlamentar
36-M	Patrícia Saboya	43, I	09 a 11.02	Licença Saúde

FEVEREIRO/2010				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
37-M	Roberto Cavalcanti	13	11.02	Atividade Parlamentar
38-M	João Tenório	13	10 e 11.02	Atividade Parlamentar
39-M	Almeida Lima	13	03 e 04.02	Atividade Parlamentar
40-M	Sérgio Guerra	13	11.02	Atividade Parlamentar
41-M	Geraldo Mesquita Júnior	43, II	11, 17 e 18.02	Licença Particular
42-M	Tião Viana	13	09.02	Atividade Parlamentar
43-M	Cícero Lucena	13	10.02	Atividade Parlamentar
44-M	Renan Calheiros	13	10.02	Atividade Parlamentar
45-M	Renan Calheiros	13	11.02	Atividade Parlamentar
46-M	Renan Calheiros	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
47-M	Aloizio Mercadante	13	11.02	Atividade Parlamentar
48-M	Paulo Duque	13	10.02	Atividade Parlamentar
49-M	Romero Jucá	43, II	11 a 17.02	Licença Particular
50-M	Francisco Dornelles	13	11.02	Atividade Parlamentar
51-M	Antonio Carlos Júnior	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
52-M	Delcídio Amaral	13	11.02	Atividade Parlamentar
53-M	Delcídio Amaral	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
54-M	João Pedro	43, II	11.02	Licença Particular
55-M	Inácio Arruda	13	11.02	Atividade Parlamentar
56-M	Paulo Duque	13	11.02	Atividade Parlamentar
57-M	Tasso Jereissati	43, II	11.02	Licença Particular
58-M	Romeu Tuma	40, sem ônus	05.03	Representar o Senado na Solenidade de Abertura das Comemorações do Aniversário de 168 Anos de Tietê/SP.
59-M	Osmar Dias	13	17.02	Atividade Parlamentar
60-M	Osmar Dias	13	18.02	Atividade Parlamentar
61-M	Valdir Raupp	13	11.02	Atividade Parlamentar
62-M	Mão Santa	13	17.02	Atividade Parlamentar
63-M	Kátia Abreu	13	11.02	Atividade Parlamentar
64-M	Fernando Collor	13	11.02	Atividade Parlamentar
65-M	Fátima Cleide	13	11.02	Atividade Parlamentar
66-M	Cícero Lucena	13	11.02	Atividade Parlamentar
67-M	Jayme Campos	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
68-M	Magno Malta	13	11.02	Atividade Parlamentar
69-M	Jefferson Praia	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
70-M	Inácio Arruda	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
71-M	Jarbas Vasconcelos	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
72-M	Sérgio Guerra	13	17.02	Atividade Parlamentar
73-M	Mário Couto	13	17.02	Atividade Parlamentar
74-M	Raimundo Colombo	13	17, 18 e 19.02	Atividade Parlamentar
75-M	Eliseu Resende	13	17.02	Atividade Parlamentar
76-M	Eliseu Resende	13	18.02	Atividade Parlamentar

FEVEREIRO/2010				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
77-M	Patrícia Saboya	13	17.02	Atividade Parlamentar
78-M	Fernando Collor	13	17.02	Atividade Parlamentar
79-M	João Durval	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
80-M	Rosalba Ciarlini	13	17.02	Atividade Parlamentar
81-M	Francisco Dornelles	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
82-M	Cícero Lucena	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
83-M	Magno Malta	13	17.02	Atividade Parlamentar
84-M	Gilberto Goellner	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
85-M	Aloizio Mercadante	13	17.02	Atividade Parlamentar
86-M	Kátia Abreu	13	17.02	Atividade Parlamentar
87-M	Mário Couto	13	18.02	Atividade Parlamentar
88-M	Garibaldi Alves Filho	43, II	09, 10, 11, 17 e 18.02	Licença Particular
89-M	João Ribeiro	13	18.02	Atividade Parlamentar
90-M	Flávio Arns	43, I	03 e 04.02	Licença Saúde
91-M	Patrícia Saboya	13	18.02	Atividade Parlamentar
92-M	Rosalba Ciarlini	13	18.02	Atividade Parlamentar
93-M	Magno Malta	13	18.02	Atividade Parlamentar
94-M	Fátima Cleide	13	18.02	Atividade Parlamentar
95-M	Fernando Collor	13	18.02	Atividade Parlamentar
96-M	Marcelo Crivella	43, II	20 a 27.02	Licença Particular
97-M	Ideli Salvatti	13	17.02	Atividade Parlamentar
98-M	Tasso Jereissati	43, II	17 e 18.02	Licença Particular
99-M	Delcídio Amaral	43, II	23 a 25.02	Licença Particular
100-M	Mário Couto	13	23 a 25.02	Atividade Parlamentar
101-M	João Tenório	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
102-M	Roberto Cavalcanti	43, I	17 a 25.02	Licença Saúde
103-M	Inácio Arruda	13	23.02	Atividade Parlamentar
104-M	Aloizio Mercadante	43, I	23 a 25.02	Licença Saúde
105-M	Augusto Botelho	13	23 a 25.02	Atividade Parlamentar
106-M	Paulo Duque	13	17.02	Atividade Parlamentar
107-M	Paulo Duque	13	18.02	Atividade Parlamentar
108-M	Magno Malta	13	23.02	Atividade Parlamentar
109-M	Tião Viana	13	25 a 27.02	Atividade Parlamentar
110-M	Jayme Campos	13	25.02	Atividade Parlamentar
111-M	Serys Slhessarenko	13	23.02	Atividade Parlamentar
112-M	Gilberto Goellner	13	25.02	Atividade Parlamentar
113-M	Epitácio Cafeteira	13	18.02	Atividade Parlamentar
114-M	Maria do Carmo Alves	13	23.02	Atividade Parlamentar
115-M	José Nery	13	25.02	Atividade Parlamentar
116-M	Ideli Salvatti	13	25.02	Atividade Parlamentar
117-M	Kátia Abreu	13	24.02	Atividade Parlamentar
118-M	César Borges	13	17.02	Atividade Parlamentar

FEVEREIRO/2010				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
119-M	César Borges	13	18.02	Atividade Parlamentar
120-M	Lobão Filho	43, II	25.02	Licença Particular
121-M	Valdir Raupp	13	25.02	Atividade Parlamentar
122-M	Garibaldi Alves Filho	13	25.02	Atividade Parlamentar
123-M	Francisco Dornelles	13	25.02	Atividade Parlamentar
124-M	Sérgio Guerra	13	25.02	Atividade Parlamentar
125-M	Raimundo Colombo	13	25.02	Atividade Parlamentar
126-M	Renan Calheiros	13	25.02	Atividade Parlamentar
127-M	Magno Malta	13	25.02	Atividade Parlamentar
128-M	Fátima Cleide	13	25.02	Atividade Parlamentar
129-M	Papaléo Paes	13	17 e 18.02	Atividade Parlamentar
130-M	José Sarney	43, I	22 a 26.02	Licença Saúde
733-A/2009-M	Sérgio Guerra	13	05.11.09	Atividade Parlamentar (por ter deixado de constar da Resenha do mês de novembro/2009)

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(FEVEREIRO/2010)

CONGRESSO NACIONAL – 2010

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL (2 a 28 de fevereiro de 2010)

Sessões Conjuntas realizadas..... 03

- Sessões Conjuntas..... 01
- Sessões Conjuntas Solenes..... 02

Matérias Legislativas

- **Apreciadas 74**

  I – Por decisão do Plenário

  Vetos (Dispositivos)..... 74

- **Lidas.....**

  Vetos (dispositivos)..... 120

  PDN..... 001

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 2 A 28 DE FEVEREIRO DE 2010

Sessões Conjuntas realizadas..... 03

- Sessões Conjuntas..... 01
- Sessões Conjuntas Solenes..... 02

Matérias Legislativas

- **Apreciadas..... 74**

  I – Por decisão do Plenário

  Vetos (Dispositivos)..... 74

MÊS	MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Fevereiro	8/2010-CN (nº 41/2010, na origem)	PLN nº 46/2009	Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010. (Veto Parcial nº 7, de 2010)	9-2-2010, às 19 horas	Mantidos os vetos Total: 74
Fevereiro	-	PDN nº 1/2010	Altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010.	9-2-2010, às 19 horas	Lido

SESSÕES REALIZADAS

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	2-2-2010, às 11 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a, nos termos do art. 57 da Constituição Federal, inaugurar a 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.
Conjunta Solene	4-2-2010, às 12 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada à promulgação das Emendas Constitucionais nº **63**, de 2010, que "*Altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias*" (oriunda da PEC nº 54, de 2009 no Senado Federal e nº 391, de 2009, na Câmara dos Deputados) e nº **64**, de 2010, que "*Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social*" (oriunda da PEC nº 21, de 2001 no Senado Federal e nº 47, de 2003, na Câmara dos Deputados) (Emendas Constitucionais nºs 63 e 64, de 2010 – Public. no DOU de 5-2-2010)
Conjunta	9-2-2010, às 19 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Leitura de mensagens presidenciais e apreciação de vetos.

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
89/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, o Aviso nº 4, de 2010-CN (nº 62-GP/TCU/2010, na origem), do Presidente do TCU, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
88/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, o Ofício nº 10, de 2010-CN (nº 085/GP/2010, na origem), do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
87/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, o Ofício nº 9, de 2010-CN (Ato do Presidente do Senado Federal nº 018/2010, na origem), que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2009, compreendendo a consolidação dos dados de janeiro a dezembro/2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
86/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, o Ofício nº 8, de 2010-CN (nº 019/PRES-003/SEPLA-GS/2010, na origem), do Presidente do STM, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
85/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, o Ofício nº 7, de 2010-CN (nº 332 TSE/2010, na origem), do Presidente do TSE, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
84/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, o Ofício nº 6, de 2010-CN (PGR/GAB/Nº 30/2010, na origem), do MPU e Ministério Público do DF e Territórios, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
83/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, o Ofício nº 5, de 2010-CN (GP-O nº 104/2010, nessa Casa), que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados ao período de janeiro a dezembro de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
82/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, o Ofício nº 4, de 2010-CN (nº 152/GP/2010, na origem), do Presidente do STJ, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
81/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, o Ofício nº 3, de 2010-CN (OF.GDGSET.GP.Nº 20/2010, na origem), do Presidente do TST, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
80/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, a Mensagem nº 13/2010-CN (Mensagem nº 100/GP/2010, na origem), do Presidente do STF, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
79/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lida na sessão do Senado Federal realizada em 22-2-2010, a Mensagem nº 12/2010-CN (Mensagem nº 47/2010, na origem), do Senhor Presidente da República, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Governo Federal referente ao período de janeiro a dezembro de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
78/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 9-3-2010, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agraciar as vencedoras do Diploma da Mulher-Cidadã Bertha Lutz.
77/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Em aditamento ao Ofício nº 68/2010-CN, comunica que a sessão solene conjunta do Congresso Nacional, destinada a comemorar o Centenário de Nascimento de Tancredo Neves, convocada para realizar-se dia 3 de março do corrente, quarta-feira, às dez horas, será realizada no Plenário do Senado Federal.
68/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 3-3-2010, quarta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comemorar o Centenário de Nascimento de Tancredo Neves.
67/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 6, de 2010-CN (nº 35/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2008 (PL nº 1.946, de 1999, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
66/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 2, de 2010-CN (nº 18/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009 (PL nº 4.881, de 2009, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES (permite abatimento de saldo devedor do FIES aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do FIES pelas instituições de ensino; e dá outras providências)". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
65/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 211, de 2009-CN (nº 1.089/2009, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei do Senado Federal nº 498, de 2003 (PL nº 4.647, de 2004, na Câmara dos Deputados), que "Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
64/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 203, de 2009-CN (nº 1.082/2009, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei do Senado Federal nº 562, de 2007 (nº 4.558, de 2008, na Câmara dos Deputados), que "Institui a Semana Nacional da Visão e da Audição". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
63/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 204, de 2009-CN (nº 1.083/2009, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei do Senado Federal nº 352, de 2005 (nº 6.708, de 2006, na Câmara dos Deputados), que "Institui o Dia Nacional de Prevenção da Catapora". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
62/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 216, de 2009-CN (nº 1.123/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 283, de 2009 (PL nº 18, de 2007, na Casa de origem), que "Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
61/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 209, de 2009-CN (nº 1.086/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 2009 (PL nº 5.425, de 2009, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT; altera as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
60/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 208, de 2009-CN (nº 1.085/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2009 (PL nº 3.962, de 2008, na Casa de origem), que "Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
59/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 4, de 2010-CN (nº 29/2010, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 2009 (PL nº 1.630, de 2003, na Casa de origem), que "Dispõe sobre o exercício profissional de apicultor". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
58/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 1, de 2010-CN (nº 13/2010, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2009 (PL nº 279, de 2007, na Casa de origem), que "Fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
57/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 5, de 2010-CN (nº 30/2010, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2009 (PL nº 1.310, de 2007, na Casa de origem), que "Institui o dia 12 de maio como Dia Nacional dos Trabalhadores da área da Saúde". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
56/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 3, de 2010-CN (nº 26/2010, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2009 (PL nº 2.792, de 2008, na Casa de origem), que "Denomina **Campus** Milton Geraldo Lampe o **campus** de Apucarana da Universidade Tecnológica Federal do Paraná". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
55/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 215, de 2009-CN (nº 1.118/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei nº 90, de 2009-CN, que "Altera o **caput** do art. 3º e o art. 78 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
54/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 210, de 2009-CN (nº 1.088/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (PL nº 3.246, de 2004, na Casa de origem), que "Altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de Setembro de 1971". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
50/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 4-2-2010, o Ofício nº 2, de 2010-CN (Of. nº 069/2010/BNDES GP, na origem), do Presidente do BNDES, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16-6-2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao quarto trimestre de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
49/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 202, de 2009-CN (nº 1.081/2009, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (PL nº 1.246, de 2007, na Casa de origem), que "Altera a Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, para estabelecer procedimentos que garantam o andamento do processo na omissão da autoridade responsável". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
48/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 201, de 2009-CN (nº 1.080/2009, na origem), na qual comunica haver vetado integralmente o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (PL nº 7.258, de 2006, na Casa de origem), que "Altera a Lei n° 7.565, de 19 de dezembro de 1986, - Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
47/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 200, de 2009-CN (nº 1.079/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado Federal nº 118, de 2005 (nº 7.087, de 2006, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
46/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 195, de 2009-CN (nº 1.004/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2009 (PL nº 71, de 2007, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para aperfeiçoar as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
45/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 194, de 2009-CN (nº 1.003/2009, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2009 (oriundo da MPV nº 466/2009), que "Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; altera as Leis nºs 9.991, de 24 de julho de 2000, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 8.631, de 4 de março de 1993, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências". Solicita a indicação de três membros dessa Casa do Congresso Nacional e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um membro, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
44/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 26-1-2010, a MPV nº 480/2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, das Relações Exteriores, da Saúde, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades, e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R$ 1.374.057.000,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
43/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que o Senhor Presidente da República adotou, no dia 29-12-2009, a MPV nº 477/2009, que "Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo, no valor global de R$ 18.191.723.573,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 5.736.743.280,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
41/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-2-2010, o Aviso nº 1.784-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.917/2009, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram acerca do processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos federais do 2º quadrimestre de 2009 e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido a matéria despachada à CMO.
40/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-2-2010, o Ofício nº 2, de 2010-CN (Of. Pres. nº 004/2010/CMO, na origem), do Presidente da CMO, solicitando a autuação de expediente encaminhado pelo Reitor "Pro Tempore" do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, de 5-1-2010, que requer a exclusão do Anexo VI, da Lei nº 12.214, de 26-1-2010 (Lei Orçamentária de 2010), do Programa de Trabalho nº 12.363.1062.1 H10.0001/2010 – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Nacional – Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - MA.
39/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-2-2010, o Aviso nº 1, de 2010-CN (nº 505-MF, de 30-12-2009, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, Interino, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao Terceiro trimestre de 2009, tendo sido a matéria despachada à CMO.
38/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-2-2010, o Aviso nº 2, de 2010-CN (nº 3/2010-BCB/Previ, de 15-1-2010, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei nº 11.882, de 23-12-2008, tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
37/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-2-2010, o Aviso nº 7-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 29/2010-TCU-Plenário, sobre auditoria realizada nas obras de Dragagem e Adequação em Portos Marítimos, na Secretária especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, tendo sido a matéria despachada à CMO.
36/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se dia 9-2-2010, terça-feira, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de Mensagens Presidenciais e apreciação de vetos.
34/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, nos termos do disposto no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 85 do regimento Comum, convoca sessão solene do Congresso nacional a realizar-se dia 4-2-2010, às doze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação das Emendas Constitucionais nºs 63 e 64, de 2010.
8/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Encaminha cópia do Aviso nº 32-GP/TCU, de 21-1-2010, do Presidente do TCU, comunicando o recebimento do Ofício nº 827/2009-CN, de 30-12-2009, referente ao pronunciamento proferido por V. Exª no dia 14 de julho, em Sessão Conjunta do Congresso Nacional, bem como despacho da Presidência da Mesa do Congresso Nacional exarado no dia 22 de dezembro último, também em Sessão Conjunta do Congresso Nacional presidida pelo 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Deputado Marco Maia.
7/2010 CN	Dep. Michel Temer – Presidente da CD	Encaminha para os devidos fins, os originais dos documentos protocolizados na Secretaria da Comissão Representativa do Congresso Nacional, no período de 23 de dezembro de 2009 a 1º de fevereiro de 2010.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2010 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Vice Presidente: Senador DELCÍDIO AMARAL

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 304, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar parcialmente o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Adelmir Santana.
Relatório: Favorável nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 59,400,000.00 (cinqüenta e nove milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social – PREURBIS.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Delcídio Amaral.
Relatório: Favorável nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável nos termos do Projeto de Resolução. Aprovado também Requerimento de Urgência.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para prever a livre comercialização de energia elétrica excedente por consumidores livres e especiais.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Institui o Imposto sobre Grandes Fortunas, de que trata o artigo 153, inciso VII, da Constituição Federal e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 - CAE

Requer, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2008 – Complementar, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Paulo Ziulkoski,** Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; senhor **Alberto Muniz,** Presidente da Associação Brasileira dos

Municípios; senhor **Arno Hugo Augustin Filho,** Secretário do Tesouro Nacional; e senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação.
Autoria: Senador César Borges.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal o nome do senhor **Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo** para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil na vaga da senhora Maria Celina Berardinelli Arraes.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovada a indicação por 23 votos sim, um voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 199, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, de acordo com o que estabelece o artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2009.
Autoria: Presidente da República.
Relatoria "ad hoc": Senador Gim Argello.
Relatório: Favorável à matéria, nos termos do PDS que apresenta.
Resultado: Aprovada parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 318, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação, no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil, de cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, alterando a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Gim Argello.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010 – CAE

Requeiro a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de que sejam esclarecidos os termos, circunstâncias e condições sobre a operação de aquisição da Empresa GVT Holding S/A pelo grupo francês VIVENDI, com a participação dos seguintes convidados: senhora **Maria Helena Santana,** Presidenta da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; senhor **Ronaldo Mota Sardemberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; senhor **Amos Genish,** Presidente da GVT Holding S/A; representante legal da **VIVENDI no Brasil;** e um representante do **Ministério Público Federal.**

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 – CAE

Requeiro a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que tem como objetivo modernizar e tornar mais transparente o processo orçamentário, com a participação dos seguintes especialistas e autoridades: senhor **Nelson Machado,** Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; senhor **Arno Augustin,** Secretário do Tesouro Nacional – STN; senhor **João Bernardo Bringel,** Secretário Executivo do Ministério do Planejamento; senhora **Cecília Correa,** Secretária de Orçamento – SOF; senhor **Jorge Hage Sobrinho,** Ministro de Estado da Controladoria Geral da União – CGU, Poder Executivo Estadual e Municipal; senhor **Joaquim Levy,** Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; senhor **Simão Cirineu,** Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo; senhor **Alexandre Cialdini,** Secretário de Finanças de Fortaleza; senhor **Guilherme Gomes Dias,** Secretário do Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo;

senhor **André Clemente Lara de Oliveira,** Secretário de Fazenda do Distrito Federal; senhor **Mailson da Nóbrega,** Economista e Ex-Ministro da Fazenda e Consultor /Tendência; senhor **Bernard Appy,** Ex- Secretário de Políticas econômicas e Diretor da BMF; senhor **Fernando Rezende,** Professor de Finanças Públicas da FGV; senhor **Almir Khair,** Economista e Ex-Secretário de Finanças da Prefeitura de São Paulo; senhor **Marcus Tavares,** Ex-Ministro do Planejamento; senhor **Rubens Penha Cysne,** Professor da Escola de Pós-Graduação de Economia da FGV; senhor **Ubiratan Aguiar,** Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; senhor **Salomão Ribas,** Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Presidente da Associação Membros dos Tribunais – ATRICOM; senhor **Sérgio Rossi,** Diretor Técnico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; senhor **Luiz Genédio,** Líder do PROMOEX, Tribunal de Contas do Distrito Federal; senhor **Ricardo Lobo Torres,** Jurista; senhor **Heraldo da Costa Reis,** Autor do Livro mais consagrado sobre a Lei nº 4.320/64 – IBAM; senhor **Lino Martins,** Contabilista e Ex-Controlador da Prefeitura do Rio de Janeiro; senhor **Jorge Gerdau,** Presidente da Ação Empresarial; senhor **Gil Castela Branco,** Dirigente da ONG Contas Abertas; e senhor **Douglas Melo,** Juiz e Assessor do Conselho Nacional de Justiça, e membro do Movimento Mãos Limpas.
Autoria: Senador Francisco Dornelles.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 – CAE

Requeiro que seja também convidado a participar da Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2008 o senhor **Leonardo Santana,** Presidente da União Brasileira dos Municípios – UBAM.
Autoria: Senador César Borges.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 11

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
04 Mensagens "SF" (não terminativo).

04 Requerimentos – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidenta: Senadora ROSALBA CIARLINI
Vice Presidente: Senador PAULO PAIM

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2004
TERMINATIVO

Altera os artigos 17 e 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras dos referidos planos e seus prestadores de serviços.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Pode Executivo a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatoria: Senador Raimundo Colombo.
Parecer: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CAS.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Maternidade Materna.

Autoria: Deputada Ana Corso e outros senhores Deputados.
Relatoria: Senador Mão Santa.
Relatório: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAS (substitutivo).

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente a mulheres vítimas de violência.
Autoria: Deputado Neilton Mulim.
Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Relatório: Favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1, 2, 3 e 4 – CAS. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2005, que dispõe sobre o exercício da profissão de Teólogo. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: senhor **Darcy Cordeiro,** Vice Presidente do Conselho Interconfessional para o Ensino Religioso de Goiás – CIERGO; senhor **Valmor da Silva,** Diretor da Associação Ecumênica dos Biblistas do Brasil – ABIB; senhor **João Batista Isaquiel Ferreira,** Presidente da Convenção Brasileiras dos Ministros das Igrejas, Assembléias de Deus, Ministério de Missões e Igrejas Filiadas – COBRAMAD; e senhor **Isaías Lobão Pereira Júnior,** Professor da Faculdade Evangélica de Brasília.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social para debater melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde do Motorista de transportes de modo geral. Para tanto gostaríamos que fossem convidados representantes da categoria e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2004
TERMINATIVO

Altera os artigos 17 e 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras dos referidos planos e seus prestadores de serviços.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatoria: Senador Augusto Botelho.

Obs: Durante a discussão suplementar, foi oferecida uma emenda de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da emenda oferecida.

Resultado: Aprovado o Substitutivo e a Emenda nº 1 – CAS oferecida.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, DE 2007
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para determinar novas regras para a manutenção da condição de titular de plano de saúde em caso de rescisão de contrato de trabalho ou de aposentadoria.

Autoria: Senador Álvaro Dias.

Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela rejeição da matéria e das seis emendas apresentadas.
Resultado: Rejeitado o Projeto, ficando prejudicadas as Emendas.

ITEM Nº 03
AVISO Nº 61, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.201/2008, proferido dos autos do processo TC 028.729/2006-0, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações transferências transferidas de recursos federais aos Estados e Municípios.
Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pelo conhecimento da matéria e que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, que esta Casa seja mantida informada acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2.201/TCU/Plenário, de 2008, no âmbito do Ministério Público da União, e do Poder Judiciário.
Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria, com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CAS. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 – CAS

Com o objetivo de discutir o acompanhamento e os resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especificamente sobre a 5ª meta que trata da melhoria da saúde materna, requeiro, nos termos regimentais, a realização nesta Comissão de Assuntos Sociais de Audiência Pública para debater sobre a redução da taxa de mortalidade materna. Para tanto solicito que sejam convidadas as seguintes personalidades: **Ministro da Saúde;** a **Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; Presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; e** representante **da Coordenação de Programas Sociais da Pastoral da Criança.**
Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 – CAS

Considerando o teor do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3; considerando o disposto na Diretriz 9 do Eixo Orientador I do PNDH-3, que trata do combate às desigualdades estruturais; e considerando que entre as ações programáticas do referido eixo orientador destaca-se a de apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos, requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater especificamente sobre a transcrita ação programática relativa à descriminalização do aborto, sua conveniência e oportunidade para a sociedade. Para tanto, solicito sejam convidadas as seguintes personalidade: **Ministro da Saúde;** a **Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;** representante da **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;** representante da **Federação das Igrejas Evangélicas no Brasil; e Presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia.**
Autoria: Senadores Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em

Defesa do Emprego e da Previdência Social conjunta com a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a discutir questões referentes às Pericias Médicas no âmbito do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e Altas Programadas. Para tanto, gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social com vistas a discutir questões referentes à criação do Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas – FFMPME. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades da lista anexa e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a discutir questões referentes às Estruturas Sindicais no Brasil envolvendo Sindicatos, Centrais e Confederações com reflexos na vida do Trabalhador. Para tanto, gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, devendo ser realizada no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com vistas a discutir os reflexos da Aposentadoria Especial, Periculosidade e Insalubridade na saúde e qualidade de vida do trabalhador. Para tanto, gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesa com prótese auditiva da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador Mão Santa.

Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Veda a realização de concurso público exclusivo para formação de cadastro de reserva.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador Efraim Morais.

Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2002
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional de Combate ao Dengue.
Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senador Vasco Furlan.
Relatoria: Senador Paulo Duque.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário às Emendas nºs. 1 e 2 da Câmara dos Deputados. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 04
EMENDAS Nº 1 E 2 DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 220, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas.
Autoria das Emendas: Senadores Osvaldo Sobrinho e Flexa Ribeiro, respectivamente.
Autoria do Projeto: Deputada Vanessa Grazziotin.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Contrário às Emendas.
Resultado: Aprovado parecer contrário às Emendas nºs. 1 e 2 de Plenário.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 – CAS

Requeiro, nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009, que 'Altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os

critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas', de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin.
Autoria: Senadores Rosalba Ciarlini e Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004, que 'Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências'. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as seguintes pessoas: senhor **Max Vianna,** Agente licenciado pela Federação Internacional de Futebol – FIFA; senhor **Aníbal Rouxinol,** Diretor Jurídico do Botafogo Futebol e Regatas; senhor **André Luís Bossolan,** Diretor Geral do Planalto Futebol Clube e representante legal do Liverpool Football Club; e senhor **Isaías Tinoco,** Gerente Geral de Futebol do Clube de Regatas Flamengo.
Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CAS

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2009, que 'Estabelece a duração máxima de jornada de trabalho do farmacêutico'. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as seguintes pessoas: senhor **Pedro Zidoi,** Presidente da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico – ABCFARMA; senhor **Sérgio Mena Barreto,** Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia – ABRAFARMA; senhor **Cácito Augusto Esteves,** Advogado da Câmara Brasileira de Produtos Farmacêuticos da Confederação Nacional do Comércio Farmacêutico – CNC; e senhor **Danilo Caser,** Farmacêutico, Presidente da Federação Interestadual de Farmácias – FEIFAR.
Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CAS

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 74, de 2009 – CAS para que seja incluído o nome do senhor **André Barcellos,** Secretario Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, para participar da Audiência Pública sobre a pirataria na medicina/medicamentos no País.
Autoria: Senador Papaléo Paes.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010 EM CONJUNTO COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASAÚDE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 74, de 2009 e 12, de 2010 – CAS.
Autoria: Senadores Mozarildo Cavalcanti e Papaléo.
Assunto: Debate sobre a Pirataria na medicina/medicamentos no País.

CONVIDADOS:

Senhor **Marco Aurélio Pereira,** Coordenador de Gestão da Secretaria de Ciência e Tecnologia em insumos Estratégicos, representando o senhor **José Gomes Temporão,** Ministro de Estado da Saúde; e
Senhor **Pedro Ivo Sebba Ramalho,** Diretor-Presidente Adjunto, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, representando o senhor **Dirceu Raposo de Melo,** Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA:

Senhor **André Luiz Alves Barcellos,** Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, do Ministério da Justiça.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

03 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 44

03 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Turno Suplementar (terminativo).
02 Emendas da Câmara dos Deputados (não terminativo).
02 Emendas de Plenário (não terminativo).
01 Aviso (não terminativo).
12 Requerimentos – CAS.
18 Emendas – CAS.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASAÚDE.

Presidente: Senador Augusto Botelho.
Vice Presidente: Senador Papaléo Paes.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010 EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 74, de 2009 e 12, de 2010 – CAS.
Autoria: Senadores Mozarildo Cavalcanti e Papaléo.
Assunto: Debate sobre a Pirataria na medicina/medicamentos no País.

CONVIDADOS:

Senhor **Marco Aurélio Pereira,** Coordenador de Gestão da Secretaria de Ciência e Tecnologia em insumos Estratégicos, representando o senhor **José Gomes Temporão,** Ministro de Estado da Saúde; e
Senhor **Pedro Ivo Sebba Ramalho,** Diretor-Presidente Adjunto, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, representando o senhor **Dirceu Raposo de Melo,** Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA:

Senhor **André Luiz Alves Barcellos,** Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, do Ministério da Justiça.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Conjunta – Audiência Pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES
Vice Presidente: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2009
TERMINATIVO

Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do artigo 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941 – Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatoria: Senador Arthur Virgílio.
Obs: Na discussão suplementar, não foram oferecidas emendas ao Substitutivo.
Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
MENSAGEM "SF" Nº 290, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra **Alvaro Luiz Pinto,** para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do

Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos que irá se aposentar em 1º de março de 2010.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Romeu Tuma.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 22 (vinte e dois) votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 03
MENSAGEM "SF" Nº 291, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército **Raymundo Nonato de Cerqueira Filho,** para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do General-de-Exército Antônio Apparício Ignácio Domingues que irá se aposentar em 4 de fevereiro de 2010.
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Aprovado parecer favorável à indicação, com 22 (vinte e dois) votos sim, nenhum voto não e nenhuma abstenção.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
RECURSO INOMINADO
NÃO TERMINATIVO

Contra a votação do Plenário do Senado Federal, realizada em 16 de dezembro de 2009, referente à rejeição da indicação do senhor **Paulo Rodrigues Vieira** para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas – ANA.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senador Demóstenes Torres.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Recurso.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos regimentais, que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oficie ao Ministro de Estado da Justiça, a fim de sensibilizá-lo para a situação dos oitenta e três aprovados que aguardam convocação para participarem do Curso de Formação da Polícia Federal, requisito necessário para conclusão do concurso público a que se submeteram e, por conseqüência, para a nomeação nos cargos públicos para o qual se habilitaram.

Autoria: Senadores Romeu Tuma, Aloízio Mercadante e Romero Jucá.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo ao artigo 158 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatória a aprendizagem noturna.

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 285, DE 2005
TERMINATIVO

Acrescenta artigo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar prazo para o registro do desaparecimento de criança e adolescente e estabelece prazo máximo para o início das investigações.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo à Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, que "extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências.
Autoria: Senador Pedro Simon.
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Estabelece punições para as violações às diretrizes e normas concernentes às pesquisas que envolvem seres humanos e determina a co-responsabilidade do pesquisador, do patrocinador e da instituição pela indenização devida aos sujeitos das pesquisas por eventuais danos ou prejuízos.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Diretos Humanos e Legislação Participativa; a de Educação, Cultura e Esporte; e a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 41 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, para submeter as agências reguladoras a auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em periodicidade anual.
Autoria: Senador Gerson Camata.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação de recursos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para pagamento de prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor decorrentes de financiamento habitacional de filhos do trabalhador que sejam maiores de 21 (vinte e um) anos, tenham vinculo matrimonial ou união estável e não possuam imóvel próprio.
Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos.
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.
Relatório: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (prevê que a prisão de depositário judicial possa ser decretada no processo de execução).
Autoria: Deputado Luiz Bittencourt.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo único ao artigo 126 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Restringe as hipóteses de extinção do feito sem julgamento do mérito).
Autoria: Deputado José Roberto Batochio.
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 468, 482 e 483 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para configurar o assédio sexual como justa causa para a rescisão do contrato de trabalho.
Autoria: Deputada Iara Bernardi.
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 521-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (Dispõe sobre a declaração de nulidade em sede de apelação).
Autoria: Deputado Aloysio Nunes Ferreira.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do artigo 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo).
Autoria: Deputado Nelson Pellegrino.
Relatoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatório: Favorável à matéria.
Obs: Durante a discussão, o Relator acolhe sugestão do Senador Demóstenes Torres, que passa a constituir emenda de redação.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ, de redação. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o parágrafo único do artigo 538 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (Determina o valor da multa sobre o valor da causa quando os embargos forem manifestamente protelatórios).
Autoria: Deputado Regis de Oliveira.
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ, de redação.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 483 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (Sentença proferida por tribunal estrangeiro só terá eficácia se homologada pelo STJ).
Autoria: Deputado Carlos Bezerra.
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ, de redação.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, DE 2009 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento de Boa Vista, Alto Alegre, Cantá e Mucajaí.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Relatoria "ad hoc": Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 965, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso dirigido à **Convenção das Assembléias de Deus** no Estado do Espírito Santo, e outros, pela passagem e comemoração de seu Jubileu de Ouro.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 1228, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Deputado Federal e Presidente do PSDB de Goiás, **Leonardo Vilela,** pelo artigo publicado no jornal O Popular, em 9 de setembro de 2009, sob o título "Leite: na base da pressão".
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 1273, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao **Município de Juruti**, no Estado do Pará, e à **Alcoa América Latina e Caribe** pelo início da fase de Operação da sua mina de Bauxita.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 18
REQUERIMENTO Nº 1312, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à **Confederação Nacional de Municípios – CNM** pela atuação na defesa dos interesses dos municípios brasileiros.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi e outros senhores Senadores.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 19
REQUERIMENTO Nº 1317, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao senhor **Elias Celso Galvêas** pela publicação do livro China Século XXI, O Despertar do Dragão, impresso pela Reproarte Gráfica.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 20
REQUERIMENTO Nº 1428, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao senhor **Luiz Paulo Vellozo Lucas,** Presidente do Instituto Teotônio Vilela.
Autoria: Senador Marconi Perillo.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 21
REQUERIMENTO Nº 1511, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, Voto de Felicitação ao povo paranaense, nas pessoas das autoridades eclesiásticas e do poder público do Estado, por ocasião da Festa do Rocio, na cidade de Paranaguá, em 15 de novembro, ocasião em que é comemorada, anualmente, a Padroeira do Paraná, Nossa Senhora do Rocio.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO Nº 2, de 2010 – CCJ

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizadas Audiências Públicas perante esta Douta Comissão com a finalidade de analisar e discutir a constitucionalidade e juridicidade das medidas contidas no Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convocadas e convidadas para participarem em reuniões individualizadas, as seguintes autoridades: convocada: senhora **Dilma Rousseff,** Ministra da Casa Civil; convidados: Ministro **Gilmar Mendes,** Presidente do Supremo Tribunal Federal; e Doutor **Yves Gandra Martins,** Professor e Jurista. Faz-se necessário, com urgência, o recolhimento de explicações, sobre esta decisão do Governo Federal, que poderá trazer grandes inquietações ao setor produtivo rural, à igreja e à imprensa nacional.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2009
TERMINATIVO

Revoga o § 4º do artigo 107 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica.
Autoria: Senador Gim Argello.
Relatoria: Senador Romero Jucá.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 12, DE 2009
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Ação Originária nº 499, que declarou a inconstitucionalidade do Ato nº 274, de 1997, do Conselho de Administração do Superior Tribunal Militar (auxílio alimentação de Juízes Auditores da Justiça Militar).
Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.
Relatoria "ad hoc": Senador Jayme Campos.
Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos do Projeto de Resolução que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências.
Autoria: Deputado Wanderval Santos.
Relatoria: Senador César Borges.
Relatório: Favorável à Emenda apresentada.
Obs: Matéria em reexame na Comissão, em 14/10/2009, foi aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCJ.
Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda nº 4 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Determina a impressão do calendário de vacinas infantis obrigatórias nas embalagens de leite.
Autoria: Deputado Enio Bacci.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas.
Autoria: Senador Magno Malta.
Relatoria: Senadora Patrícia Saboya.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, com a redação dada pela Lei nº 9.981, de 14 de julho de 2000.
Autoria: Senador Álvaro Dias.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos e a de Educação, Cultura e Esporte, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade da inserção de texto em embalagens de produtos infantis.
Autoria: Senador João Vicente Claudino.
Relatoria "ad hoc": Senador Renan Calheiros.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 1.537, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso ao jornalista **Merval Pereira,** contemplado com o Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade da Califórnia-EUA.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Relatoria "ad hoc": Senador José Agripino.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 3, de 2010 – CCJ

Requeiro, com base na Constituição Federal, combinado com as disposições do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, senhor **Paulo de Tarso Vannuchi,** em substituição à Ministra Chefe da Casa Civil, senhora **Dilma Rousseff,** nos termos do Requerimento nº 2, de 2010 – CCJ, aprovado por esta Comissão, com a finalidade de discutir a juridicidade e constitucionalidade das medidas constantes do Decreto nº 7.037/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 45

02 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
08 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
08 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
08 Requerimentos "SF" (não terminativo).
01 Turno Suplementar (terminativo).
02 Mensagens "SF" (não terminativo).
01 Recurso (não terminativo).
11 Emendas – CCJ.
03 Requerimentos – CCJ.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA – SSPJ

Presidente: Senador Tasso Jereissati.
Vice Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos.

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2009 – SSPJ.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Assunto: Instruir a reestruturação dos Órgãos de Segurança Pública.

CONVIDADOS:

Senhor **Marcos Leôncio Sousa Ribeiro,** Delegado da Polícia Federal, representando o senhor **Sandro Torres Avelar,** Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal; e
Senhor **Alexandre Augusto Aragon,** Secretário-Substituto Nacional de Segurança Pública, representando o senhor **Ricardo Brisolla Dalestreri,** Secretário Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA

Senhor **Alexandre Ribeiro Sarmento,** Presidente da Associação dos Agentes de Polícia Civil.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Extraordinária – Audiência Pública.

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 - STRA

Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos.
Vice Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares.
Relator: Senador Tasso Jereissati.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente, do Vice-Presidente da Comissão e designação do Relator.
Resultado: Foram eleitos por aclamação os Senadores Jarbas Vasconcelos e Antônio Carlos Valadares para os cargos de Presidente e Vice-Presidente respectivamente, e designado Relator o Senador Tasso Jereissati.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2010 – STRA.
Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Assunto: Instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

CONVIDADOS:

Senhor **Bianor Scelza Cavalcanti,** Professor e Diretor Internacional da Fundação Getulio Vargas e Ex-Diretor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas;

Senhor **Irapoan Cavalcanti,** Professor e Assessor Especial da Presidência da Fundação Getulio Vargas;
Senhor **Frederico Lustosa,** Professor e Consultor da Fundação Getulio Vargas;
Senhor **Gilnei Mourão Teixeira,** Professor e Consultor da Fundação Getulio Vargas;
Senhor **Marcus Vinícius Rodrigues,** Professor e Consultor da Fundação Getulio Vargas; e
Senhor **Jan Theophilo,** Assessor de Comunicação da Fundação Getulio Vargas.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

01 Extraordinária – Instalação.
01 Extraordinária – Audiência Pública.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: VAGO.
Vice Presidente: Senadora Marisa Serrano.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet, para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural.
Autoria: Deputado Rodovalho.
Relatoria: Senador Papaléo Paes.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o nome do Livro dos Heróis da Pátria, ao qual se acrescenta a expressão "e das Heroínas", e nele se inclui o nome de Maria Quitéria de Jesus.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Autoria do Projeto: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria "ad hoc": Senador Jefferson Praia.
Parecer: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Substitutivo.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 – CE

Com amparo nos artigos 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, e 90, inciso II e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para a análise da importância do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM no contexto das políticas de avaliação da qualidade da educação brasileira, notadamente das mudanças recentemente introduzidas no exame com vistas à utilização de seus resultados para fins de ingresso nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU, a título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista, entre outros, as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; senhor **José Joaquim Soares Neto,** Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP; senhor **Alan Kardec Martins Barbiero,** Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; professor **Ciro Teixeira Correia,** Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior – ANDES; e senhor **Yann Evanovick,** Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 – CE

Com amparo nos artigos 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, e 90, inciso II e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para análise da efetividade do Programa Bolsa Família, objeto de Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, a título de sugestão, indico, para que sejam convidados a expor seus pontos de

vista sobre o programa, entre outros, as seguintes autoridades: senhor **Fernando Haddad,** Ministro de Estado da Educação; senhor **Patrus Ananias de Sousa,** Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; e senhor **Ubiratan Diniz de Aguiar,** Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU.
Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Ordinária – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 04

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Substitutivo da Câmara dos Deputados (não terminativo).
02 Requerimentos – CE.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador RENATO CASAGRANDE
Vice Presidente: Senador CÍCERO LUCENA

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 - CMA

Requer, nos termos do disposto no artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, destinada a debater: a) as irregularidades apontadas nas obras da Petrobrás pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional ao aprovar o Relatório nº 2/2009 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de Irregularidades daquela Comissão; e b) o veto aposto do Presidente da República à inserção das referidas obras no Anexo VI do Projeto de Lei nº 46, de 2009 (referente à Lei Orçamentária Anual para 2010). Tendo em vista a necessidade de estabelecer o debate institucional, com a oportunidade equitativa de manifestação das altas partes envolvidas, requeiro sejam convidados para a audiência objeto deste requerimento:

senhor **Jorge Hage Sobrinho,** Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União; Ministro **Ubiratan Aguiar,** Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU; e Senador **Almeida Lima,** Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar dos contratados pelo expedição de certidões ou declarações e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.
Autoria: Deputado José Pimentel.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Relatório: Favorável à matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CMA (substitutivo).

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 328, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos de Recursos Renováveis – IBAMA.
Autoria: Senador João Batista Motta e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador João Pedro.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010 – CMA

Requer, nos termos do disposto no inciso IV do artigo 71 da Constituição Federal e no artigo 102-A, inciso I, alínea "e" do Regimento Interno do Senado Federal, seja

solicitado, por esta Comissão, à Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, cópia integral do processo relativo ao Termo de Compromisso nº 00028/2009, contendo a documentação integral da prestação de contas.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 – CMA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão com a finalidade de analisar e discutir as medidas contidas no Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos, que se referem a legislação ambiental vigente, com os seguintes convidados: senhor **Paulo de Tarso Vannuchi,** Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos SEDH; senhor **Armando Monteiro Neto,** Presidente da Confederação Nacional das Industrias – CNI; senhor **Walter Colli,** Professor da Universidade de São Paulo – USP; e senhor **Gustavo Ribas Curcio,** Pesquisador da Embrapa Florestas.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMRA Nº 23, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente), no que se refere à apreensão e confisco do produto e do instrumento de infrações ambientais.
Autoria: Deputado João Grandão e outros senhores Deputados.
Relatoria "ad hoc": Senador Jefferson Praia.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CMA (substitutivo).

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 - CMA

Requer, nos termos regimentais, como contribuição da CMA às comemorações de vinte anos de vigência do CDC; **a)** que seja constituído um grupo de trabalho, sob a coordenação desta Comissão, formado por um Consultor da área de Direito Consumerista da Consultoria Legislativa do Senado, com auxílio de setor de apoio operacional, e por técnicos da área de pesquisa da Biblioteca do Senado, com vistas à elaboração, no prazo de 60 dias, de um relatório sobre os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor – Análise Histórica e Perspectivas; **b)** que sejam convidados diretores e técnicos do DPDC-MJ para participarem do referido grupo de trabalho.
Autoria: Senador Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 09

02 Projetos de Lei da Câmara (não terminativa).
01 Projeto de Decreto Legislativo "SF" (não terminativo).
04 Requerimentos – CMA.
02 Emendas – CMA.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador CRISTOVAM BUAQUE
Vice Presidente: Senador JOSÉ NERY

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 - CDH

Requer nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006 que "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá

nova redação ao § 3º do artigo 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao artigo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências".
Autoria: Senador Marcelo Crivella e outros Senhores Senadores.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010 - CDH

Requer nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário a realização de Audiência Pública para discutir com amplitude o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006 que "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do artigo 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao artigo 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências".
Autoria: Senador Magno Malta.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 - CDH

Requer aditamento aos Requerimentos nºs. 1 e 2 – CDH, de 2010, que tratam da realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, sugiro que seja incluída como convidada a doutora **Luiza Cristina Fonseca Frischeisen,** Procuradora Chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, Estado de São Paulo e atual coordenadora do Grupo de Direitos Sexuais e Reprodutivos da Procuradoria dos Direitos do Cidadão.
Autoria: Senador Arthur Virgílio.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 - CDH

Requer nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o objetivo de debater a situação dos índios Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senadora Marina Silva.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 - CDH

Requer nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realize um ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de debater as várias questões e temas objeto do Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e esclarecer reais intenções de pontos considerados polêmicos.
Autoria: Senador José Nery.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde.
Autoria: Senadora Patrícia Saboya.
Relatoria: Senador Mão Santa.
Relatório: Favorável à matéria. na forma da emenda substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CDH (substitutivo). A matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta um artigo 244-B, na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990(Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a prática remunerada de ato libidinoso ou conjunção carnal com criança ou adolescente.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senadora Fátima Cleide.
Relatório: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2010 - CDH

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário a realização de Audiência Pública, para discutir com amplitude a questão dos brasileiros dispostos a adotar crianças haitianas convidando o Cônsul do Haiti e demais lideranças nacionais e internacionais interessadas em prestar socorro àquele povo abalado pela tragédia.
Autoria: Senador Magno Malta.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2010 - CDH

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no sentido de debater os impactos negativos sobre as comunidades indígenas brasileiras, referentes à vigência do Decreto Presidencial nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009 e à flagrante violação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da qual o Brasil é signatário. Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vista sobre a matéria as principais lideranças indígenas do Brasil, bem como o senhor **Márcio Meira,** Presidente da FUNAI e a senhora **Deborah Duprat,** Subprocuradora-Geral da República.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 - CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do

Senado nº 83, de 2006, que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Com os convidados a serem definidos por essa Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 - CDH

Requeiro a realização de diligência na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, com vistas a tratar das questões atinentes às políticas nacionais para a juventude, bem como, seus reflexos no Rio Grande do Sul. Com participantes a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 - CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com vistas a discutir questões referentes às Perícias Médicas no âmbito do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS e Altas Programadas. Para tanto gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010
(EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 - CDH

Requeiro nos termos do artigo 215, caput, combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de discutir a situação das familias abandonadas por uma parcela dos chamados

Dekasseguis – brasileiros descendentes nipônicos que vão trabalhar no Japão. Indico como convidados: um representante do **Ministério das Relações Exteriores;** Doutor **Rodrigo Melo Oliveira,** Juiz de Direito, que enquanto advogado atuou em defesa dessas familias abandonadas; senhor **Djalma Straube,** Presidente da Associação das Familias Abandonadas por Dekasseguis no Brasil – AFADBRASIL; e senhora **Aparecida Margarete dos Santos Kayaki,** representante das familias.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 - CDH

Requeiro nos termos regimentais que sejam convidadas as seguintes autoridades para participarem da Audiência Pública que vai debater o Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 3, conforme Requerimento nº 5, de 2010 – CDH, de autoria do Senador José Nery, aprovado por esta Comissão: representante do **Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos – FNDH; e** representante da **Articulação de Mulheres Brasileira – AMB.**
Autoria: Senadora Fátima Cleide.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2010 - CDH

Requeiro aditamento aos Requerimentos nºs. 1 e 2 – CDH, de 2010, que tratam de realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, para que seja convidado o Pastor **Abner Ferreira,** da Igreja Assembléia de Deus do Ministério Fama, em Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de expositor.
Autoria: Senador Jayme Campos.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2010 - CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente

em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com vistas a discutir os reflexos da Aposentadoria Especial, Periculosidade e Insalubridade na saúde e qualidade de vida do trabalhador. Para tanto gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2010 - CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, com vistas a discutir questões referentes às Estruturas Sindicais no Brasil envolvendo Sindicatos, Centrais e Confederações com reflexos na vida do trabalhador. Para tanto gostaríamos que os convidados fossem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010
(EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença, e 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do artigo 226 da Constituição Federal, que trata do Planejamento Familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senador Antônio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Papaléo Paes.

Relatório: Pela rejeição parcial da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição parcial do Substitutivo, mantendo a redação do inciso V, do artigo 4º da Lei nº 10.289/2001 do Substitutivo.

ITEM Nº 02
AVISO Nº 53, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 003.815, de 2009-4, sobre o relatório de monitoramento de auditoria, tendo como objeto o Programa de Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente – SPDCA, unidade vinculada à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Pelo arquivamento da matéria.
Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Aviso.

ITEM Nº 03
SUGESTÃO Nº 2, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Requer a alteração da legislação de trânsito para que seja restringida a realização de provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, avaliando a possibilidade de obrigar aos organizadores a contratar assessoria técnica em segurança de entidades com competência, tais como autódromos, especialmente quanto a ambulância, bombeiros, contenções de distância do público etc., assim como, seja dada preferência à sua realização em autódromos ou pistas oficiais, construídas para esse fim, com respeito às pertinentes normas de segurança aos participantes e platéia.

Autoria: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário à Sugestão.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 517, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências, para tratar sobre o

cálculo do valor dos danos morais e materiais devidos ao anistiado político e determinar forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesas educacionais de crianças e adolescentes apadrinhados, mediante doação a instituições assistenciais de utilidade pública, para fins de cálculo do imposto de renda da pessoa física.
Autoria: Senador Jefferson Praia.
Relatoria "ad hoc": Senador Paulo Paim.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir na isenção do imposto de renda , a condição de pessoa com deficiência, entre as alterações de saúde e doenças que dão direito aos beneficiários de que tratam.
Autoria: Senador Flávio Arns.
Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Favorável à matéria, com a Emenda nº 1 – CAS (substitutivo) e a subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CAS/CDH (substitutivo) com a Subemenda nº 1 – CDH. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2010 – CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no dia 11 de março de 2010, com vistas a discutir as políticas públicas para a juventude, num processo de socialização e inclusão. Devendo ser convidado o Deputado **Reginaldo Lopes;** Deputado **Lobbe Neto;** Deputada **Manuela D' Avila;** senhor **Maurício Piccin,** Secretário da Juventude PT/RS; senhor **Augusto Chagas,** Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; senhor **Davi Barros,** Presidente do Conselho Nacional da Juventude; senhor **Beto Cure,** Secretário Nacional da Juventude; e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2010 – CDH

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em data a ser marcada posteriormente, para debater e comemorar os 100 Anos da Política Indigenista, iniciada em 1910 pelo Marechal Rondon. Sugerimos que sejam convidadas para participar dos debates as seguintes autoridades: senhor **Márcio Meira,** Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Dom **Erwin Käutler,** Presidente do Conselho Missionário Indigenista, Bispo da Prelazim do Xingu; senhor **Manoel Uilton Santos – Tuxá,** Coordenador-Geral da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 18 – CDH

Requeiro, nos regimentais, que a Audiência Pública objeto do Requerimento nº 5, de 2010 – CDH, destinada a debater o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, seja realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conforme Requerimentos nºs. 3, de 2010 – CMA, 1, de 2010 – CRA, 5, de 2010 – CRE e 2, de 2010 – CCT, já aprovados nas respectivas Comissões.

Autoria: Senadores Fátima Cleide e Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Extraordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 29

05 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Substitutivo da Câmara do Deputados (não terminativo).
01 Aviso (não terminativo).
01 Sugestão (não terminativo).
02 Emendas – CDH.
01 Subemenda – CDH.
18 Requerimentos – CDH.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO
Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 799, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia, assinado em Riga, em 9 de junho de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Heráclito Fortes.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 839, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 21 de maio de 2007.
Autoria: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.
Relatoria: Senador Pedro Simon.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 - CRE

Requeiro, nos termos regimentais que seja convidado o senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, regulamentado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010 - CRE

Requeiro, nos termos regimentais que seja convidado o senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa, para prestar esclarecimentos sobre a compra de aviões militares perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Renato Casagrande.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 - CRE

Requeiro, nos termos regimentais seja promovida, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Audiência Pública, tendo como convidado o senhor **Nelson Jobim,** Ministro de Estado da Defesa, objetivando discutir o andamento das negociações na compra dos aviões caças e a apresentação do relatório da Aeronáutica.
Autoria: Senador Renato Casagrande.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2010 - CRE

De acordo com o 'caput' do artigo 50 da Constituição Federal e nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja convocado o senhor **Paulo de Tarso Vannuchi,** Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, para prestar esclarecimentos sobre o Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
Autoria: Senadores Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
MENSAGEM "SF" Nº 256, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor **Pedro Motta Pinto Coelho,** Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Augusto Botelho.
Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1034, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Alteração do Prazo de

Validade dos Vistos e os Emolumentos Consulares Incidentes sobre os Mesmos Vistos, celebrado em Brasília, em 14 de novembro de 2008.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro das Relações Exteriores, as seguintes informações: **a)** As justificativas pelas quais o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, assinado em Paris, em 29 de janeiro de 2008, objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 722, de 2009, apresenta aspectos substancialmente diferentes dos demais tratados de mesma natureza, com grau de detalhamento bastante mais acurado? **b)** Há expectativas entre as partes contratantes de que o referido acordo seja base para acordos militares ulteriores, incluindo tecnologias nucleares e aquisições de aeronaves, pelo nível diferenciado de pactuação estabelecido? e **c)** Há outras exigências não explicitadas no Acordo para intercâmbio em matéria de defesa que serão desencadeadas após sua ratificação?
Autoria: Senador Heráclito Fortes.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2009 – CRE

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convide os Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, o Embaixador **Celso Amorim e** Doutor **Nelson Jobim,** respectivamente, para, em data marcada em comum acordo, virem a este órgão parlamentar prestar esclarecimentos sobre o "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, tendo em vista suas peculiaridades, que extrapolam os termos usuais dos tratados de cooperação em matérias de defesa".
Autoria: Senador Heráclito Fortes.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2010 - CRE

Requeiro nos termos do artigo 215, caput, combinado com o artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com a finalidade de discutir a situação das familias abandonadas por uma parcela dos chamados Dekasseguis – brasileiros descendentes nipônicos que vão trabalhar no Japão. Indico como convidados: um representante do **Ministério das Relações Exteriores;** Doutor **Rodrigo Melo Oliveira,** Juiz de Direito, que enquanto advogado atuou em defesa dessas familias abandonadas; senhor **Djalma Straube,** Presidente da Associação das Familias Abandonadas por Dekasseguis no Brasil – AFADBRASIL; e senhora **Aparecida Margarete dos Santos Kayaki,** representante das familias.
Autoria: Senador Eduardo Azeredo.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2010 - CRE

Requeremos, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na forma de seminário, em co-participação com o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – CEBRAPAZ, o Conselho Mundial da Paz - CMP, a Fundação Alexandre de Gusmão, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional – CCAI, Associação Brasileira de Estudos da Defesa – ABED e a Universidade de Brasília – UnB, para debater sobre "A Revisão do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares", desdobrando-se nos seguintes temas: "O desarmamento e a não proliferação nuclear frente à conferência de revisão do TNP" e "O desenvolvimento científico e tecnológico da energia nuclear e seu papel no cenário internacional", a realizar-se no próximo dia 7 de abril com os seguintes convidados: Embaixador **Sérgio Duarte Queiróz,** Alto Representante para as Questões de Desarmamento nas Nações Unidas; senhor **Odair Dias Gonçalves,** Físico e Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear; senhor **Odilon Marcuzzo do Canto,** Físico e Secretário da Agência Brasileira Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – ABACC; senhor **Rui Namorado,** Físico e Professor Catedrático da Universidade de Évora e Presidente do Conselho Português para a Paz e a Cooperação; senhor **Rogério Cezar Cerqueira Leite,** Físico e Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Sincrotron; senhor **Dalton Ellery Girão Barroso,** Pesquisador do Instituto Militar de Engenharia – IME; senhor **Prabir Purkayastha,** Analista do Setor de Energia e Vice-Presidente da Organização

de Paz e Solidariedade da Índia; senhor **Nielsen de Paula Pires,** Professor Adjunto do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília; e senhor **Manoel Domingos Neto,** Professor da Universidade Federal Fluminense.
Autoria: Senadores Inácio Arruda e Eduardo Azeredo.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 502, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Tegucigalpa, em 7 de agosto de 2007.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 720, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Convenção Internacional para Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Cristovam Buarque.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2010 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as autoridades abaixo indicadas para participarem de Audiência Pública perante a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com vistas a tratarem da atuação das respectivas Universidades Federais e Estaduais em

temas relativos a Região Amazônica: Professor **José Carlos Tavares Carvalho,** Reitor da Universidade Federal do Amapá; Professora **Márcia Perales Mendes Silva,** Reitora da Universidade Federal do Amazonas; Professora **Maria Lúcia Cavalli Neder,** Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso; Professor **Natalino Salgado Filho,** Reitor da Universidade Federal do Maranhão; Professor **Carlos Edilson de Almeida Maneschy,** Reitor da Universidade Federal do Pará; Professor **José Januário de Oliveira Amaral,** Reitor da Universidade Federal de Rondônia; Professor **Roberto Ramos Santos,** Reitor da Universidade Federal de Roraima; Professor **Alan Barbiero,** Reitor da Universidade Federal do Tocantins; Professor **José Maria da Silva,** Reitor da Universidade Estadual do Amapá; Professora **Marilene Corrêa da Silva Freitas,** Reitora da Universidade Estadual do Amazonas; Professor **Taisir Mahmudo Karim,** Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso; Professor **José Augusto Silva Oliveira,** Reitor da Universidade Estadual do Maranhão; Professora **Marília Brasil Xavier,** Reitora da Universidade do Estado do Pará; Professor **Raimundo Nonato da Costa Sabóia Vilarins,** Reitor da Universidade Estadual de Roraima; e Professor **Lívio William Reis de Carvalho,** Reitor da Fundação Universidade do Tocantins.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2010 – CRE

Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública com a finalidade de debater o posicionamento brasileiro em relação ao Programa Nuclear da República Islâmica do Irã. Para tanto, requeiro seja convidado o Embaixador **Celso Amorim,** Ministro de Estado das Relações Exteriores.
Autoria: Senador João Tenório.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2010 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar à senhora **Reina Tamayo** pela morte de seu filho Orlando Zapata Tamayo, prisioneiro político cubano, em razão de greve de fome de mais de dois meses para protestar contra suas condições de detenção. Requeiro, ainda, que tal voto seja encaminhado por meio da Embaixada Cubana no Brasil e da Embaixada Brasileira em Cuba.

Autoria: Senador Heráclito Fortes.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 17

05 Projetos de Decreto Legislativo "SF" (não terminativo.
01 Mensagem "SF" (não terminativo).
11 Requerimentos – CRE.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador FERNANDO COLLOR
Vice Presidente: Senador ELISEU REZENDE

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFÍCIO "S" Nº 59, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal nos termos do artigo 45 da Lei nº 9.472, de 1997, Relatório da Ouvidoria, contendo críticas sobre a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Autoria: Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento.
Resultado: Aprovado o parecer pelo arquivamento do Ofício.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 2º-A à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para conceder isenção de pedágio em rodovias federais aos veículos que especifica.
Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Relatório: Contrário à matéria.
Resultado: Aprovado parecer contrário ao Projeto. A matéria vai a Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Institui a Política Nacional de Abastecimento.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria "ad hoc": Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Favorável à matéria, na forma da Emenda nº 1 – CDR (substitutivo), com uma subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CDR/CI (substitutivo), com a Subemenda nº 1 - CI. A matéria vai às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente a de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 1, de 2010 – CI

Nos termos do artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de um ciclo de Audiência Públicas, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre Recursos Humanos para Inovação e Competitividade, com o objetivo de trazer subsídios para a formação e capacitação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura do País, composto por 14 (catorze) audiências, a realizarem-se entre os dias 1º de março a 7 de junho do corrente ano, dentro da programação da Agenda Desafio 2009/2015. As audiências serão realizadas às segundas-feiras, às 18h00, com os convidados constantes da lista em anexo, e outros que esta Comissão deliberar.

Autoria: Senador Fernando Collor.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com vistas a, nos novos contratos de concessão ferroviária, instituir o direito de passagem nas diferentes malhas concedidas e autorizar a utilização de fatores de produtividade nas revisões tarifárias periódicas.
Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (SF).
Relatoria: Senador Eliseu Resende.
Relatório: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CI. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, para prorrogar, por mais dez anos, a não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.
Autoria: Senador César Borges.
Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatório: Contrário à matéria e à Emenda nº 1 – CAE.
Resultado: Aprovado o parecer contrário ao Projeto e à Emenda nº 1 – CAE. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a venda de espaços para publicidade nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros.
Autoria: Deputado Dr. Rosinha.
Relatoria "ad hoc": Senadora Rosalba Ciarlini.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 Extraordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 11

04 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
01 Ofício "S" (não terminativo).
01 Requerimento – CI.
03 Emendas – CI/CAE.
01 Subemenda – CI.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Neuto de Conto.
Vice Presidente: Senador César Borges.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 511, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Favorável à matéria.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

01 Extraordinária – Deliberativa.

MATÉRIAS APRECIADAS: 01

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO
Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 50 e 58, DE 2009 – CRA.
Autoria: Senadores Kátia Abreu, João Pedro, Augusto Botelho e Marconi Perillo.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006, que dispõe sobre o estatuto do produtor rural, co m a finalidade de analisar questões relacionadas ao direito de propriedade.

CONVIDADA:

Senhora **Marília Ferreira Guedes Vecci,** Advogada Tributarista, Auditora Fiscal do Tesouro Estadual do Estado de Goiás aposentada, e Assessora Tributária da Federação da Agricultura do Estado de Goiás – FAEG.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 - CRA

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o senhor **Paulo de Tarso Vannuchi,** Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH; senhor **Paulo Brossard de Souza Pinto,** Jurista; senhor **Denis Rosenfeld, Jornalista;** e Dom **Dimas,** Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, para, em reunião desta Comissão, prestar esclarecimentos acerca das medidas contidas no Decreto nº 7.073, de 21 de dezembro de 2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos – Comissão da Verdade.
Autoria: Senadora Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010 - CRA

Requerem, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública sobre a prorrogação das operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES/FINAME. Para tanto, solicitam que sejam convidados: senhor **Reinhold Stephanes,** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; senhor **Luciano Coutinho,** Presidente do BNDES; senhor **Aldenir Bendine,** Presidente do Banco do Brasil; senhor **Henrique Meirelles,** Presidente do Banco Central do Brasil; senhor **Ademiro Vian,** Superintendente da FEBRABAN; e senhor **Guilherme Dias,** Representante da CNA.
Autoria: Senadores Gilberto Goellner e Kátia Abreu.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2010
(EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 64, DE 2009 – CRA, com adendo.
Autoria: Senadores Osmar Dias e Gilberto Goellner.
Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2009, que "Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação e modernização.

CONVIDADOS:

Senhor **Marcelo Gonçalves Campos,** Assessor da Secretaria de Inspeção no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;
Senhor **Cristiano Barreto Zaranza,** Chefe do Departamento Jurídico da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; e
Senhor **Antônio Lucas Filho,** Diretor de Assalariados da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.
Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 - CRA

Requer, nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 1, de 2010 – CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, seja acrescentada à lista de convidados para participar da Audiência Pública para debater as medidas contidas no Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos, a Comissão da Verdade, o nome do senhor **Paulo de Tarso Vannuchi,** Secretário Especial de Direitos Humanos – SEDH.
Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 03

03 Requerimentos – CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador VALTER PEREIRA
Vice Presidente: Senador LOBÃO FILHO

REUNIÃO REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 607, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ACITOL – Associação Comunitária Independente de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 829, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunitária a Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 830, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunitária de Comunicação de Matões do Norte – MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Lobão Filho.

Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 878, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 908, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Marau, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 922, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 932, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 933, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 934, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 888, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 823, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 898, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Saraiva Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 835, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à AMCAR - Associação dos Moradores do Canto do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 856, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 892, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 891, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 802, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural e Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 329, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristovão, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 881, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 822, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 831, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 832, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 833, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas – APACNOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 886, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador João Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 859, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Centro Social de Monte Grave para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 358, DE 2007
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 75, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 732, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à RCI – Rádio Comunitária de Iaciara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 809, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Palestina de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Lobão Filho.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 586, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rio Acimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 633, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 655, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Wellington Salgado de Oliveira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 885, DE 2009

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 897, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação di Município de Itupiranga – Sociedade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 903, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria..
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 945, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Conselho Cultural Educativo Comunitário – CONCEC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 946, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Radiofônico Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 941, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Renato Casagrande.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 – CCT

Requeiro com fulcro no disposto no artigo 40, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, ser designado representante desta Comissão em Missão Oficial junto ao 2º Wind Fórum Brazil 2010 – Fórum Nacional para a Geração Eólica, a realizar-se na Cidade de São Paulo, no período de 07 a 09 do corrente mês, conforme convite anexo, Ressalto a relevância do tema objeto do encontro e sua pertinência com os assuntos

afeitos à área de ciência e Tecnologia, em especial por tratar de novas fontes de energia limpa e renovável.
Autoria: Senador Cícero Lucena.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 6, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. (Dispõe sobre o uso de aparelhos de comunicação, por interno em estabelecimento penal para cumprimento de pena privativa de liberdade).
Autoria: Senador Romeu Tuma.
Relatoria: Senador Gerson Camata.
Relatório: Favorável à matéria, com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1, 2 e 3 – CCT. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta inciso ao artigo 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe sobre os crimes de constrangimento de menor ou adolescente praticado nos meios de comunicação visual.
Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Favorável à matéria, na forma da Emenda nº 1 – CE (substitutivo).
Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CE/CCT (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 935, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Paraíso do Sul - ASCULPAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 936, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier – RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 938, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatório: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 731, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio-Cultural Mar Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 849, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural, Recreativa e Assistencial Sãomateuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 918, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Tiago para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bituruna, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flávio Arns.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 889, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Cícero Lucena.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 915, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 917, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Santo Antônio de Leverger para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 858, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Prudente de Morais de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudente de Morais, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 884, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moeda, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 535, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural de Poço Verde FM - MHZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 749, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Aquimimo Machado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Basílio, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 838, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura para São Félix para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 836, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à L. M. Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 852, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montezuma, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 855, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Região do Além Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 920, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e de Radiodifusão Comunitária Pará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 921, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iracema, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 943, DE 2009

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiratins, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Antônio Carlos Júnior.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 861, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural Liberdade de Goiânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Valdir Raupp.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 136, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Valter Pereira.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 738, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Educacional e Cultural de Carandaí – ACECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carandaí, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 779, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social de Icaraí de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icaraí de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Eduardo Azeredo.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 914, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria "ad hoc": Senador Marco Maciel.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 911, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baião, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 939, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Essência Nativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 962, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 963, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e de Comunicação Voz Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 974, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Capitão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010 - CCT

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de analisar e discutir as medidas contidas no Decreto n° 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos, que se referem aos meios de comunicação. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: senhor **Franklin Martins,** Ministro da Secretaria de Comunicação Social; senhor **Paulo de Tarso Vannuchi,** Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH; senhor **Daniel Slavieiro,** Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; senhora **Judith Brito,** Presidenta da Associação Nacional de Jornais – ANJ; e senhor **João Carlos Saad,** Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão – ABRA.
Autoria: Senadores Cícero Lucena e Antônio Carlos Júnior.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010 - CCT

Nos termos dos artigos 90, 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada Audiência Pública conjunta perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com o objetivo de que sejam esclarecidos os termos, circunstâncias

e condições sobre a operação de aquisição da Empresa GVT Holding S/A pelo Grupo francês Vivendi. Sem prejuízo de expedição de outros convites, a critério dos membros das respectivas Comissões, requeiro que sejam convidados: senhora **Maria Helena Santana,** Presidenta da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Embaixador **Ronaldo Mota Sardemberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; senhor **Amos Genish,** Presidente da GVT Holding S/A; um representante legal da Vivendi no Brasil; e um representante do Ministério Público Federal.
Autoria: Senadores Cícero Lucena e Antônio Carlos Júnior.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2010 - CCT

Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite ao senhor **Cezar Alvarez,** Coordenador dos Programas de Inclusão Digital do Governo Federal; senhor **José Fernandes Pauletti,** Presidente da Abrafix; senhor **Luiz Cuza,** Presidente da Telcomp; e senhor **Ronaldo Mota Sardemberg,** Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL, a comparecerem perante a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em data a ser marcada, para ouvi-los sobre o Plano Nacional de Banda Larga – PNBL.
Autoria: Senadores Renato Casagrande e Gerson Camata.
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2010 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 13, DE 2009 – CCT, com adendo.
Autoria: Senadores Antônio Carlos Valadares e Flávio Arns.
Assunto: Debate sobre a importância estratégica da empresa Alcântara Cyclone Space para a economia do Brasil.

CONVIDADOS:

Senhor **Roberto Amaral,** Diretor-Geral Brasileiro da Binacional Alcântara Cyclone Space – ACS; e
Senhor **Carlos Ganem,** Presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

02 Extraordinárias – Deliberativa.
01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 78

02 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
68 Projetos de Decreto Legislativo "SF" (terminativa).
04 Emendas – CCT.
04 Requerimentos – CCT.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora IDELI SALVATTI
Vice Presidenta: Deputada VANESSA GRAZZIOTINS
Relator: Deputado COLBERT MARTINS

TOTAL DE REUNIÕES:
MATÉRIAS APRECIADAS:
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 26
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 04
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 252

RELATÓRIO DAS COMISSÕES PERMANETES REUNIÕES REALIZADAS E PROPOSIÇÕES APRECIADAS EM FEVEREIRO DE 2010

COMISSÕES REUNIÕES	ORDINÁRIAS	*EXTRAORDINÁRIAS*	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	02	00	00	02
CAS	00	03	01*	04
CCJ	03	00	00	03
CE	01	00	00	01
CMA	02	00	00	02
CDH	00	03	00	03
CRE	03	00	00	03
CI	00	02	00	02
CDR	00	01	00	01
CRA	00	02	00	02
CCT	00	03	00	03
CMMC	00	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIOES	11	14	01	26

* 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS CONJUNTA COM A 1ª REUNIÃO DA SUBSCOMISSÃO PERMANENTE, DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS.	00	00	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	01*	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CAS.	00	00	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	01	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	02	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos – CMA.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	00	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	00	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos	00	00	00

Biocombustíveis - CI			
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	04	00	00

* 1ª REUNIÃO DA SUBSCOMISSÃO PERMANENTE, DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE CONJUNTA COM A 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	REQ (COMISSÃO)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	SCD	ECD	PDH	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. e ATOS
CAE	04	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CAS	12	03	03	00	18	00	02	00	00	00	00	00	00
CCJ	03	02	08	00	11	00	00	00	00	00	00	00	00
CE	02	00	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00
CMA	04	00	00	01	02	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	18	00	05	00	03	01	00	00	00	00	00	00	00
CRE	11	00	00	05	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CI	01	00	04	00	04	00	00	00	00	00	00	00	00
CDR	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	04	00	02	68	04	00	00	00	00	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	62	05	25	74	42	02	02	00	00	00	00	00	00

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

COMISSÕES	MSF	PRS	RQSSF	PLC (NT)	PLC (T)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EMENPLEN	REC	TURSUPL	Total
CAE	04	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	11
CAS	00	00	00	02	00	00	01	00	00	00	02	00	01	44
CCJ	02	00	08	08	01	00	00	00	00	00	00	01	01	45
CE	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	04
CMA	00	00	00	02	00	00	00	00	00	00	00	00	00	09
CDH	00	00	00	00	00	00	01	00	01	00	00	00	00	29
CRE	01	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	17
CI	00	00	00	01	00	01	00	00	00	00	00	00	00	11
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	03
CCT	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	78
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	07	00	08	15	01	01	02	00	01	00	02	01	02	252

LEGENDAS – COMISSÕES

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.

CAS– COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.

CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE.

CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE.

CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA.

CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO.

CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA.

CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

LEGENDAS – PROPOSIÇÕES

REQ (COMISSÃO) Requerimento de Comissão.
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo).
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo).
PDS – Projeto de Decreto Legislativo.
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão.
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado.
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado.
PDH – Petição de Direitos Humanos.
PEC – Proposta de Emenda à Constituição.
IND – Indicação.
PET – Petição.
DIV – Diversos.
CONS, Q. O. e Atos – Consulta, Questão de Ordem e Atos de Comissão.
MSF – Mensagem "SF".
PRS – Projeto de Resolução.
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário.
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo).
OFS – Oficio "SF".
AVS – Aviso.
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle.
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões.
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário.
REC – Recursos.
TUR SUPL – Turno Suplementar.

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI – FEVEREIRO/2010

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI												
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições						
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Observação	
ONGs RQS 201/2007	2007	10	130	115	98							
	2008	13	124	104	136							
	2009	6	15	12	219							
	2010	0	0	0	1							
	Total	29	269	231	454							
PEDOFILIA RQS 200/2008	2007											
	2008	34	216	216	199							
	2009	26	177	177	210			4	6			
	2010	0	0	0	0							
	Total	60	393	393	409							
	2009											
	2010											
	Total											
	2009											
	2010											
	Total											
	2009											
	2010											
	Total											

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI																		
Nome	Reuniões			Req. Apresentados			Req. Apreciados			Doc. Recebidos			Proposições					
	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
MST RQN 24/2009	2	1	3	78	97	175		68	68	1	6	7						

COMISSÃO

Nome	Reuniões			Req. Apresentados			Req. Apreciados			Doc. Recebidos			Boletins Informativos			Observações
	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	2009	2010	Total	
CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	10	0	10										9	0	9	Em 18.6.2009, foi aprovado o 1º Relatório parcial

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Nome	Reuniões				Req. Apresentados				Req. Apreciados				Doc. Recebidos				Proposições					
	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	2008	2009	2010	Total	PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Observação
REFORMA DO RISF RQS 208/2008	3	7	0	10																	1	
TRANSPOSIÇÃO S. FRANCISCO RQS 115/2008	3	1	0	4	3	0	0	3	3	0	0	3										
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PLS 156/2009		17	0	17																		Parecer da Comissão aprovado em 09.12.2009
ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU RQS 231/2009		2	0	2		3	0	3		3	0	3										
COMEMORAÇÕES CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA RQS 247/2009		2	0	2		2	0	2		2	0	2										

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às dez horas e vinte e dois minutos, do dia doze de agosto de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicas, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores **TIÃO VIANA, INÁCIO ARRUDA, CÉSAR BORGES, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, RENATO CASAGRANDE, ROBERTO CAVALCANTI, EXPEDITO JÚNIOR, FRANCISCO DORNELLES, GERSON CAMATA, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ, WELLINGTON SALGADO, LEOMAR QUINTANILHA, EFRAIM MORAIS, ADELMIR SANTANA, JAYME CAMPOS, CÍCERO LUCENA, GILBERTO GOELLNER, HERÁCLITO FORTES, ROSALBA CIARLINI, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO ZAMBIASI, OSMAR DIAS E JEFFERSON PRAIA E, AINDA, DOS SENADORES AUGUSTO BOTELHO, FLÁVIO ARNS E MÃO SANTA.** Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Neuto De Conto, Pedro Simon, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello**.** Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública Conjunta com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174 de 2009, que "dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR", em atendimento ao Requerimento nº 40/2009-CAE e de seu aditamento, de autoria dos Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles e Leomar Quintanilha, Requerimento nº 11/2009-CDR, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e César Borges e ao Requerimento nº 63/2009-CAS, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como convidados o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; Sr. Moacyr Roberto Tesh Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Contratuh; Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo – USP e Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Luiz Gil Siuffo, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (representando o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC); do Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; do Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; do Sr. Moacyr Roberto Tesh Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Contratuh; do Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo – USP; do Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista; do Sr. Francisco Aparecido Cordão, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e da Sra. Léa Viveiros Castro, Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Educação Comercial – Senac. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, César Borges, Rosalba Ciarlini, Francisco Dornelles e Leomar Quintanilha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e doze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **GARIBALDI ALVES FILHO,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 17ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto no dia de hoje, dia 12 de agosto de 2009.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como encontram. As Atas estão aprovadas.

A Audiência Pública conjunta em atendimento ao Requerimento de nº 40/09-CAE e de seus aditamentos, de autoria dos Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles e Leomar Quintanilha; Requerimentos de nº 11/2009, na Comissão de Desenvolvimento Regional, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e Senador César Borges e ao Requerimento de nº 63/2009 da Comissão de Assuntos Sociais de autoria do Senador Leomar Quintanilha, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado de nº 174, de 2009 que dispõe sobre a criação do Serviço Social de Turismo, SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo SENATUR.

Foram convidados o Sr. Luiz Gil Siuffo vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da Confederação Nacional do Comércio, representando o Sr. Antonio de Oliveira Santos; o Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo, CNTur; foi convidado o Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares; o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, CONTRATUH; o Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo; o Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista e o Sr. Francisco Aparecido Cordão, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Eu convidaria os senhores convidados para que pudessem nos dar a honra de sentar à Mesa. São muitos os convidados, isso aqui está lembrando o evangelho, são muitos os convidados e poucos os escolhidos.

[risos]

São muitos... Não, eu quero registrar a presença do Senador Leomar Quintanilha, que é autor do projeto que cria os dois órgãos, as duas instituições, e ainda Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Saudar aqui a presença do nosso Senador Gerson Camata, do Senador Francisco Dornelles, que é um dos autores de requerimento e pedir desculpas, porque realmente eu não pensei que essa audiência... Eu pensei que ela fosse concorrida, mas não tanto, então muitos dos nossos convidados para assistir estão em pé, inclusive conterrâneos meus, eu lamento por todos, conterrâneos e não conterrâneos. Gostaria de acomodá-los, melhor não foi pensado assim, que poderíamos realizar numa outra dependência do Senado, até mesmo no Plenário.

Também quero registrar a presença da convidada, Sra. Léa Viveiros. Vamos dar início, realmente, e eu quero mais uma vez demonstrar a minha aflição pelo fato das pessoas estarem mal acomodadas aí atrás. Marconi, inclusive aí e demais, Presidentes de federações do comércio e de instituições do turismo também. Nós estamos vendo se uma sala pode possibilitar numa sala, logo vizinha, colocar um telão, não é? Porque não há... E outra coisa aqui a combinar é o tempo, porque nós temos muitos expositores, então, geralmente o tempo dado aqui é de 20 minutos, o que hoje não vai ser possível, vamos apelar para o poder de síntese dos nossos convidados, marcando 15 minutos ou 10 minutos? 15 minutos.

Então vamos começar ouvindo a palavra do Sr. Luiz Gil Siuffo, vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da Confederaçao Nacional do Comércio, que representa também o Presidente Antonio de Oliveira Santos.

Com a palavra S. Sa., o Sr. Luiz Gil Siuffo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, evidentemente, que tendo em vista as afazeres que todos nós temos nas outras Comissões, no meu caso por exemplo, vai ser impossível ficar aqui o tempo todo, mas eu queria aproveitar a presença do Dr. Luiz Siuffo e apresentar um voto de congratulação com a Confederação Nacional do Comércio. Eu sou piauiense e as coisas no Piauí acontecem muito devagar, mas acontecem pouco, no turismo, então, com muita dificuldade o Piauí, com o potencial turístico que possui, pouca coisa nós temos que comemorar. Pois bem, eu agora no mês de julho fui surpreendido com a obra da Confederação Nacional no Estado do Piauí, através do Presidente Valdeci Cavalcante, que se encontra aqui, é uma obra do SESC, extraordinária, um centro de convenções, Senador Dornelles, para 340 pessoas na cidade de Luiz Correia, o maior potencial turístico que nós temos. Mas nada se fazia lá, principalmente estrutura montada pelo Governo. Esse Centro de Convenções com parque... É um complexo com parque aquático com hospedagem para os funcionários da área do comércio, portanto, eu queria fazer esse registro, e esse registro é feito no sentido inclusive de estimular ações dessa natureza e me congratular com os senhores pela iniciativa que tem, de agir num Estado como o do Piauí. E a minha convicção de que o sistema unificado e fortalecido fará muito bem ao país.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. LUIZ GIL SIUFFO: Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exma. Sra. Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Exmo. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, são as três Comissões que estão aqui reunidas. Srs. Senadores, Srs. Presidentes de federações de diversos estados do país aqui presentes.

Aproveitando, inclusive, a colocação feita pelo Senador Heráclito Fortes, eu vou citar um segundo exemplo. Aqui está sendo a maquete de um empreendimento que está sendo construído em João Pessoa, na praia mais valorizada de João Pessoa, que é próximo inclusive ao Hotel Tambaú. Evidentemente que o Estado da Paraíba, através do seu regional não teria recurso para fazer esse empreendimento, é um hotel de cinco estrelas e um hotel-escola para a formação de profissionais da área de turismo. Isso está acontecendo como acontece no Espírito Santo, como acontece em São Paulo, como acontece em Roraima, como acontece em diversos estados no Brasil, graças ao sistema nosso de distribuição da Receita entre os estados menos dotados de recursos para fazer esses empreendimentos.

Mas esta audiência, eu gostaria inicialmente de dizer, eu não vou usar o meu tempo, porque nós preferimos passar a palavra depois ao Dr. Carlos Thadeu, para que ele faça uma exposição para os senhores de um assunto que na nossa visão, na nossa ótica, é mais de ordem econômica e social do que de ordem política sindical.

Eu acho que está audiência vai tratar de um assunto que transcende o universo sindical. Este debate é sobre o patrimônio, que na realidade, é um patrimônio da sociedade brasileira e dos trabalhadores do comércio de um modo geral. Cabe à Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviço e Turismo há 60 anos gerir este patrimônio e nós temos procurado fazer da melhor maneira possível. Nós somos, inclusive, fiscalizados pelo Tribunal de Contas, nós somos fiscalizados por um Conselho Fiscal constituído de representantes não só do empresariado como dos trabalhadores, através das Centrais Sindicais, e nós durante todo este período, nós construímos realmente a presença dessas entidades em praticamente, eu diria, 90% dos municípios brasileiros. É lógico que a fragmentação proposta pelo projeto é prejudicial aos trabalhadores do comércio de bens e serviço que atuam em turismo e na prestação de serviços. Apartar a arrecadação e o gasto em turismo é contrário que o se propala, é um atentado aos trabalhadores em turismo. E mais. Por que isto? Porque esses trabalhadores deixarão de ter acesso à infraestrutura que existe, aos serviços que possibilitam prestar essas instalações e que foram construídas ao longo de 60 anos. Quer dizer, se uma parte dessa Receita fosse transferida para uma outra instituição, nós iríamos levar quantos anos para construir essas estruturas, porque é evidente que essa estrutura não passaria, essa estrutura continuaria do SESC e do SENAC. Então, na realidade isto seria realmente um desastre, principalmente para os estados pobres, os estados não autossuficientes.

O nosso sistema é mantido da seguinte forma: Existem cinco estados autossuficientes no país, com a arrecadação média de 3% nós conseguimos manter e investir em todos os demais estados do Brasil, como o caso de Roraima, por exemplo, que os empreendimentos maiores que existem nos estado, são empreendimentos do SESC e do SENAC.

Na realidade tudo isso acontece por quê? Essa Receita é retirada daqueles cinco estados que são autossuficientes, são 20% que sai para ser distribuído entre esses estados não tem autossuficiência financeira. Essa é a razão dessa distribuição, de nós estarmos em mais de três mil municípios no Brasil hoje.

Então, nós gostaríamos de dizer, por último, que é mais importante para o trabalhador, é mais importante para as pessoas que vivem no turismo e que precisam do turismo realmente, que esta unidade seja mantida. Nós temos um exemplo agora claro do que é este trabalho. Nós acabamos de assinar um convênio com a Câmara dos Deputados, e nós estamos operar através de alunos, todos os restaurantes e unidades de alimentação da Câmara dos Deputados. Ali serão preparados cerca de mil jovens por ano que vão ser colocados no mercado de trabalho.

Mas eu não vou me alongar, e vou passar a palavra, eu peço permissão ao Presidente, ao Dr. Carlos Thadeu que é um economista consagrado para que ele possa fazer uma exposição mais objetiva, realmente, do que nós estamos dizendo, da forma como nós estamos falando.

Dr. Carlos Thadeu, por favor.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dr. Carlos Thadeu, V. Sa. é muito bem-vindo, mas que o acontece é o seguinte, pela minha lista de oradores aqui, quem vai falar agora é o Sr. Nelson de Abreu Pinto.

Eu pergunto ao Sr. Nelson se quer ouvir o Dr. Carlos Thadeu ou se quer... O Sr. Nelson de Abreu Pinto, então manifestou o desejo de ouvi-lo e possibilitar que V. Exa. fale o restante do tempo e ainda uma prorrogação de alguns minutos.

Portanto, com a palavra o Sr. Carlos Thadeu, também representante da Confederação Nacional do Comércio.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS: Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, Heráclito Fortes, Dornelles, Ministro Dornelles, Santana, todos os Senadores presentes, Gerson Camata, Quintanilha.

Bem, o Gil já falou aqui bastante suficiente eu vou só dar alguns dados mais econômicos. A minha ideia é fazer uma análise macroeconômica para mostrar que não há sentido em você separar recursos agora. Pode passar.

Bem, primeiramente todo mundo já sabe, a CNC ela engloba várias atividades que são às vezes... não podem separar essas atividades. O Gil falou muito bem, a maior parte das nossas áreas e estados dependem de entrada de recursos de outros estados, há subsídios dentro do próprio sistema, que é uma coisa muito importante. Pode passar.

Bem, nós temos vantagens econômicas, primeiramente, investimentos a mais de 60 anos. O Senador Heráclito Fortes falou aqui muito bem, investimentos fixos, infraestrutura que geram economias de escala e que geram externalidades positivas, isso que é fundamental. Que é isso? Quer dizer, quando você tem um hotel, você puxa uma loja, um restaurante, um bar, comércio, uma coisa chama a outra, poucas atividades têm externalidades positivas, e a CNC tem porque abrange muitos setores.

Bem, o outro ponto que eu acho muito importante também, é que nós temos economia de escala, isso hoje é fundamental; investimentos fixos já realizados. Então, você tem um laboratório que serve para tal escola, que serve para tal curso, então isso aí permite você ter cursos fixos unitários bem mais baixos, então há uma economia escala muito forte, fortíssima no sistema. Nós temos investimentos fixos enormes. Pode passar.

Aí mostra também a base tributária do setor turismo, que é muito baixa, por quê? Nós arrecadamos e gastamos muito mais, SESC/SENAC gastam muito mais do que arrecada. Isso mostra que tem outros setores que estão financiando o setor de turismo. E mostra a importância de você ter uma Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo. Pode passar.

Aí mostra a Receita e dispêndio com turismo do SESC, quer dizer, o SESC gasta muito mais do que recebe. Pode passar.

Aí a participação das empresas contribuintes da área de turismo. É uma base pequena, somente 3,8% de empresas contribuem, porque você tem muita informalidade e optantes pelo simples, então a base é muito pequena. Como é que essa base pequena vai fazer sustentar o resto? Vai fazer investimento de infraestrutura, externalidades positivas, economias de escalas, não vai construir isso nunca, 60 anos que você está construindo, e uma base dessa de contribuição pequena. Então não vai ter investimento fixo, vai ser uma base para financiar, base de financiadores e não a base de investidores. Pode passar.

Aí tem a participação de cada estado, vejam bem que há uma concentração bastante nos estados mais ricos. O que faz a CNC? Distribui esses recursos dos ricos para os menos ricos. Aí mostra exatamente esse percentual, quer dizer, os estados menos ricos estão recebendo mais, porque eles não têm realmente condições de ter acesso. Pode passar.

A infraestrutura e a locação. Por exemplo, têm certos cursos, Gastronomia versus Gestão, que são cursos que têm custos diferenciados, mas com a nossa infraestrutura, você atende a esses dois cursos sem maiores problemas, porque você tem infraestrutura operacional, tem economias externas. Como eu falei aqui no começo, é um laboratório, é uma faculdade, por exemplo, que abriu de economia. Ela tem salas que estão paradas com laboratórios importantes, então você usa para outras áreas, direito e outras áreas. Então é isso que nós temos, nós temos investimentos fixos, hoje com a atual tecnologia, você pode usar para vários setores, então você tem também o seguinte: a abrangência e eficiência do sistema também, porque tem curso gratuito, nós temos parceria pública, isso aí custa caro. Pode passar.

Isso o Gil já falou. Esse quadro é importante, mostra o seguinte, emprego aqui no Brasil, no turismo, ele teve certos momentos que o emprego teve uma taxa menor de crescimento, agora as matrículas do turismo no SENAC continuaram crescendo. Nós tivemos uma taxa média de crescimento de emprego nessa época aqui de 4%, enquanto que a taxa média de crescimento na matrícula no SENAC foi de 11%, quer dizer mesmo em épocas que a economia desacelerou, o SENAC preencheu seu fator social, deu aula, abriu turmas, formou gente, isso mostra a importância das faculdades de turismo do SENAC. É um dado econômico do CAGED que mostra o curso no SENAC, a sua importância, vis-à-vis da economia brasileira. Pode passar.

O SENAC todos nós já sabemos, o Gil já falou, é realmente o portfólio o SESC também, o SENAC, isso depois... Pode passar. Também já tem vários centros etc.

Conclusões. O sistema possui estrutura produtiva eficiente, abrangente e gera externalidades positivas, isso que é fundamental. Gera economias externas, uma coisa chama outra, um hotel chama um bar, um

restaurante um serviço, então isso aí não é qualquer um setor que tem. Alguns têm até externalidades negativas, o nosso é positivo. Outra, o setor de turismo se beneficia dos ganhos de escala do sistema, que é enorme, como eu já falei aqui. Outra, com a dissociação, com a separação, não seria possível construir estrutura igual. Como é que você vai construir, construir uma estrutura dessa, separadamente? Não tem como fazer, porque você não tem como gerar economias externas, ganhos sociais. Por exemplo, você tem no SESC uma série de ganhos sociais que estão ali de graça para quem faz o Curso de Turismo. Isso é um beneficio externo, é um ganho positivo.

Outro ponto mais importante, na atual conjuntura econômica com a capacidade ociosa da economia elevada, não há espaço para gastos ineficientes, esta é uma realidade. E outra, o dinheiro do SESC e SENAC, todo mundo sabe que é um dinheiro carimbado, que tem um custo de oportunidade que é a taxa de juros que nós estamos pagando no mercado, que o tesouro paga no mercado, a taxa alta. Então esse dinheiro carimbado não pode ser desperdiçado. E pior ainda, se fosse uma conjuntura econômica altamente benéfica, o país bombando, crescendo a taxas de 10, 15% ao ano, não. Nós temos capacidade ociosa, prédios vazios, temos professores que não estão dando aula e ganhando dinheiro. Então, gerar mais um espaço ineficiente com recurso que custa caro, o recurso é carimbado, como eu já falei aqui, o curso é oportunidade, é o curso de captação do tesouro no mercado. Então, nas atuais circunstâncias realmente senhores eu acho que não a melhor decisão gerar um setor separado e sim, manter o setor unido. Perfeito, Senador?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Carlos Thadeu, pela observância do tempo e tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Nossa saudação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpe, Sr. Nelson, o senhor vai me permitir um aparte. Como no Plenário, na vida Parlamentar, mas eu quero comunicar que na sala nove já existe um telão à disposição daqueles que não estão bem acomodados. Mas eu sei que alguns preferem mesmo assistir ao vivo, mas aqueles que quiserem, na sala nove se dispõe de um telão para os senhores e as senhoras.

Desculpe, Dr. Nelson. Com a palavra, V. Sa.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Exmos. Srs. Senadores, Garibaldi Alves, Presidente da CAE, Senador Leomar Quintanilha, Presidente da CDR e Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da CAS. Os nossos cumprimentos especiais aos Srs. Senadores que participam dessa Audiência Pública, os nossos cumprimentos aos companheiros que estão aqui presentes na Mesa e minha saudação aos trabalhadores e empresários do comércio e do turismo que nos honram com a presença.

Meu registro inicial, enquanto nós vamos ter a oportunidade de ver um vídeo de uns quatro minutos, Senador, eu peço autorização para entrar, a minha saudação a presença das cinco federações que integram a CNTur, nós estamos representando também a Federação de São Paulo, a FENACTUR pelo Carlos Alberto Sá, a FHORESC Santa Catarina, pelo Presidente Bresolin, Minas Gerais pelo presidente da Federação Paulo César Pedrosa e a FENERC pelo seu Presidente. Eu queria nesse momento aqui a atenção das autoridades e dos Parlamentares e dos presentes, para que a gente possa assistir este vídeo que vai dizer a verdadeira razão da CNTur apresentar ao Brasil o Sistema S integrado agora com a rede Brasil de qualificação e desenvolvimento social.

Muito obrigado, Presidente.

[exibição do vídeo]

[música]

NARRADORA: *Somos a país do futebol, somos o único pentacampeão do mundo. Somos o país que mais exporta jogadores, estamos em todos os continentes mostrando a nossa arte. Em 2014, seremos o país sede da Copa do Mundo.*

[música]

Também estamos disputando a indicação da cidade sede dos Olimpíadas de 2016, e isso pode ser só o começo. Venha com a CNTur, venha mostrar para o mundo que o destino do Brasil é ser gigante.

[música]

A CNTur já está trabalhando nisso, tanto que criou a Rede Brasil de Qualificação e Desenvolvimento Social do Turismo, uma rede nacional cooperada com as principais instituições acadêmicas de ensino do turismo no país, oferecendo cursos e treinando brasileiros para o desafio de tornar o nosso turismo um produto tão vitorioso quanto a nossa seleção.

[música]

A CNTur é oficialmente instituída. As entidades e o 'trading' do turismo já estão de mangas arregaçadas para trabalhar pelo fortalecimento do turismo brasileiro.

A gestão desse negócio precisa passar para as mãos de profissionais 100% voltados para o turismo. Só assim, a CNTur vai conseguir trabalhar para um dos mais eventos da terra, a Copa do Mundo, seja um pontapé dessa arrancada. Todas as lentes do mundo estarão apontadas para cá, este será o melhor momento para mostrar que o país do futebol também é o país do turismo. Se não centralizarmos a gestão em uma entidade exclusivamente focada no turismo, corremos o sério de risco de frustrar toda uma nação.

Vamos mostrar que a alegria e o clima de festa dos 30 dias da Copa dura o ano todo, vamos mostrar nossas potencialidades e que temos competência para receber eventos desta grandeza.

[música]

A CNTur vai apoiar os profissionais, os empreendedores e os destinos turísticos nacionais, para que possam alcançar um padrão de excelência internacional até 2014.

***DEPOENTE:** A copa de 2014 é a maior oportunidade em muitas décadas de projetarmos uma imagem diferente do Brasil para o mundo. Somos muito mais do que o país do samba e do futebol. Produzimos aviões, tiramos petróleo de águas profundas, lideramos a produção de combustíveis limpos e avançamos na pesquisa genética. O esforço de todos nós, Governo e iniciativa privada vai mostrar aos estrangeiros que o Brasil já chegou ao futuro.*

[música]

***NARRADORA:** Todo esse esforço não será apenas para os 30 dias da Copa, esses investimentos ir ao causar transformações permanentes e duradouras para toda a região das cidades onde ocorrerão os jogos.*

***DEPOENTE:** Como Ministro do Trabalho e Emprego, eu tenho consciência da importância que o Brasil terá em 2014, sediando a Copa do Mundo. Para isso nós temos que qualificar o nosso trabalhador, qualificar os nosso jovem, preparar essa grande gama de brasileiros e brasileiras que querem trabalhar para fazer a Copa do Mundo de 2014 um grande evento de sucesso no Brasil.*

Por isso nós estamos com uma parceria forte com a Confederação Nacional de Turismo para qualificar o trabalhador, para preparar ele para esse emprego que vai surgir e ser gerado em todos os Estados Brasileiros.

[música]

***NARRADORA:** Acreditamos que esse mercado tem muito para crescer, já avançamos bem, hoje somos o 45º destino turístico mundial, mais de cinco milhões de turistas visitam o país por ano, deixando mais de cinco bilhões de dólares em divisas.*

Mas estes números ainda estão muito aquém do nosso potencial. O projeto da CNTur é multiplicar por dez esses números, esta é a nossa meta.

[música]

Veja, por exemplo, o caso da França. Apesar de ser quase do tamanho do Estado de Minas Gerais, só em 2006 ela recebeu 78 milhões de turistas e pretende atingir 40 bilhões de euros de Receita em 2010.

[música]

Somos o pulmão da Terra, nossa natureza é única, temos a maior floresta tropical do mundo e mais de oito mil quilômetros de costa com praias maravilhosas. Aqui o sol brilha o ano inteiro, temos calor, frio, mata, terra, mar.

[música]

A CNTur quer mostrar para o mundo que também somos um país moderno, estruturado, que podemos ter serviços de primeira classe, moderno sistema de transporte e serviço para a realização de negócios e eventos, como a Copa do Mundo do 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Vamos encantar milhares e milhares de turistas que virão para cá torcer pelo seu país de origem, e que depois irão voltar trazendo mais turistas é mais divisas para a nossa nação, eles serão os grandes divulgadores das maravilhas que temos aqui, precisamos encantar cada um deles.

[música]

Sabemos que mostrar o Brasil em toda a sua diversidade é um desafio do tamanho do nosso país, por isso temos uma instituição com foco exclusivo para o turismo.

***DEPOENTE:** Conquistar a Copa de 2014 foi algo muito importante, agora é hora de trabalhar duro, melhorar a infraestrutura das cidades, qualificar serviços, capacitar os nossos trabalhadores e provar ao mundo que além de país do futebol, podemos ser também o país do turismo.*

[música]

***NARRADORA:** A CNTur está preparada para essa tarefa e traz para si o desafio de ajudar o turismo brasileiro a se tornar uma fonte de renda ainda mais significativa no PIB nacional.*

[música]

Junte-se a nós desse desafio, vamos mostrar para o mundo por que temos tantos motivos para viver aqui no Brasil.

[fim do vídeo]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Exmo. Srs. Senadores, o objetivo deste vídeo é trazer à tona a discussão real dessa Audiência Pública. Nós tivemos aqui na abertura, a mensagem da CNC, preocupada com o futuro do SESC, SENAC, preocupada com o futuro da CNC, preocupada com que a gente possa ter uma função específica de tratar o turismo como coisa séria, independente. Eu tenho aqui um representante da Confederação Nacional da Saúde, que há oito anos aguarda a criação dos Ss da saúde, que a CNC está cuidando, alguém aqui ouviu falar a formação de enfermeiros, cursos especiais para a saúde? Alguém aqui tem conhecimento da especialização que se faz?

[manifestação da plateia]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Calma, calma, não vamos nos entusiasmar, não estamos ainda na Copa.

[risos]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Sr. Presidente, eu queria fazer uma denúncia aqui, aproveitar essas vaias do Plenário para fazer uma denúncia, que nós aqui não estamos ainda requerendo a abertura das contas da CNC, examinar mais de 100 processos que o Tribunal de Contas, examina do SESC e SENAC, nós temos diversas condenações, não estamos querendo entrar nesse nível, quando nós chegamos aqui às nove horas, Sr. Presidente, a nossa Diretoria, cerca de dez Diretores, o Plenário estava ocupado por trabalhadores preocupados em perder emprego. Dá a impressão que a CNTur, ao criar o Sistema S, vai inviabilizar o SESC/SENAC, quando é o contrário. O senhor ouviu o depoimento agora aqui do representante da CNC, fazer uma demonstração que o turismo dá prejuízo para o SENAC. Ora, se nós damos prejuízo e eles, eu vou apresentar uma tela na sequência, em que nós temos comprovação, o balancete do SENAC, que o turismo propicia mais de 50 milhões de prejuízo para o SESC/SENAC.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu já esperava isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra V. Exa. para uma questão de ordem.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Essa é uma audiência pública, que nós tivemos a oportunidade de reunir aqui, três Comissões concomitantemente, eu diria que é uma reunião de instrução para que os Srs. Senadores compreendam o que é SESC, SENAC, SENATUR, quando formar, ou se formar, e não uma reunião de denúncias. V. Exa., ao fazer a denúncia, cabe usar um foro adequado e acho que tem que usar esse foro.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu vou atender ao pedido de V. Exa.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Agora, aqui não. É uma Audiência Pública que nós estamos querendo ser instruídos para depois votarmos os relatórios, e essas instruções nós convidamos expositores dos dois lados, do lado que sugere a criação de novos serviço e o lado que hoje trata da gestão ou pelo menos do conhecimento do SESC e do SENAC. Acho que não é o momento de denúncias, não me parece o foro adequado.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: [interrupção do áudio] evidentemente não estamos aqui formalizando denúncias, haverá o momento próprio.

O que eu queria dizer ao Srs. Senadores--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De qualquer maneira a denúncia está formalizada, foi feita de maneira pública, e eu requeiro a V. Exa. as notas taquigráficas para as providências que eu acho que essa Casa tem obrigação de tomar.

[palmas]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Muito obrigado, Senador. Obrigado pelo apoio, Senador Heráclito. Eu queria, continuando se me permitem os Srs. Senadores e a Mesa, dizer que essa Audiência Pública está efetivamente ocupando um espaço da agenda do Senado que eu acho até que e é ilegítima a preocupação da CNC solicitar uma Audiência Pública para questionar a criação dos Ss, quando nós temos uma confederação patronal já consagrada por edição de atos legítimos do Judiciário e do Executivo, e que aqui no Senado, quando a Confederação Nacional do Turismo vem apresentar proposta inovadora para o país, tentando tornar o programa turismo para todos, universalizar o acesso ao turismo com políticas públicas que nós vamos colocar em discussão, para reduzir o custo do turismo em cerca de 50% para grande parte da população brasileira que hoje pelo baixo poder aquisitivo não tem acesso. A nossa preocupação em estimular o turismo interno visa fazer do turismo a principal atividade da nossa economia.

É esse o objetivo que nós queremos criar os Ss, independente do SESC/SENAC, porque a CNC não

tem mais legitimidade de representar o turismo com a criação de uma Confederação do Turismo, da mesma sorte que não tem mais condição de representar os hospitais e casas de saúde com a criação da confederação da saúde.

Isso é uma evolução natural, os menores estados, os mais pobres, como foi colocado aqui pelo representante da CNC, serão os mais beneficiados com a políticas que a CNTur vai implementar dentro país. E quando nós sabemos que vai demorar 60 anos, segundo colocou aqui o representante da CNC para que a CNTur tenha a magnitude dos equipamentos que o SESC/SENAC instalou no país e que nós reconhecemos a excelência desses equipamentos, ninguém aqui veio predisposto a questionar se a CNC faz ou não faz no SESC/SENAC um brilhante papel no tocante ao comércio, o que queremos dizer é uma atividade nova, turismo, precisa ter um espaço próprio para poder ajudar o Piauí, do Senador Heráclito, de uma forma não agora ocasional como está acontecendo que a CNC se preocupou apenas agora em 2003, com a chegada do CNTur nas questão do Judiciário, é que o SENAC começou a investir dinheiro.

Eu tenho um balancete que mostra que a CNC investiu, Senador Heráclito, no Brasil 460 milhões e arrecadou 220 do turismo. Então dá um prejuízo em cinco anos de cerca de cinco milhões por ano, é essa a realidade da CNC. Não estamos questionando número, nós não teremos capacidade de ter evidentemente em um ano, dois anos, os recursos que a CNC, nesses 60 anos se apoderou da arrecadação do turismo, o que eu quero questionar é que nós vamos construir algo novo que vai ser somado ao SESC/SENAC no Piauí, em todos os estados. O Piauí ganha, que continua com o SESC/SENAC, mas vai ganhar o SESTUR e o SENATUR, que são equipamentos que não vai demorar 60 anos, porque agora nós vamos mostrar que já firmamos essa nova realidade, que é a criação--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Nelson, é só para fazer um apelo para V. Exa. concluir--

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu vou concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --porque o tempo de V. Exa. já esgotou.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Obrigado, Presidente. Então, Presidente, eu estou aqui, evidentemente, falando no espaço dos dois oradores da CNC, eu queria concluir dizendo o seguinte, a nova realidade do turismo brasileiro, e aqui o Prof. Mário Beni e o Prof. Plínio Sarti vão concluir depois o sentimento nosso, é que nós vamos poder sim, não esperar 60 anos, mas já nos próximos meses foi criada a rede Brasil de qualificação e desenvolvimento social turismo.

Quero agradecer ao Campus Acadêmico do Brasil, hoje nós temos 112 universidades, faculdades, escola de hotelarias que já nos próximos meses, nós vamos, com o apoio de um *pool* de empresas do setor da indústria fornecedora do turismo, que vai viabilizar recursos para que a gente possa fazer, realmente em cinco anos para chegar na Copa com um país organizado, aquilo não foi feito em 60.

Eu quero aqui denunciar também que o SENAC, hoje, não tem mais do que 1% da nossa mão de obra, oito milhões de trabalhadores, não chega a 1% da mão de obra formada pelo SENAC. Nós queremos formar 100% da mão de obra do turismo nacional, e nesse sentido nós vamos trabalhar junto com os trabalhadores da CONTRATUH para fazermos ações integradas: trabalhadores, empresários e o Poder Público fazendo ações modernas, para resgatar esse extraordinário atraso que o Brasil tem. Meus cumprimentos ao Presidente Lula, ao Ministro Carlos Lupi, ao Ministro Luiz Barreto, mas é pouco o Brasil receber cinco milhões quando a França recebe 78 milhões. Nós podemos já, até a Copa, estar recebendo 10 milhões e o nosso projeto de aumentar para os 50 a vinda de visitas para o Brasil, uma realidade, e o SESC vão ser respeitados e valorizados e não se discute aqui o valor do SESC/SENAC, nem ele vai perder espaço, pelo contrário, esses 50 milhões por mês que nós damos de prejuízo virá em benefício dos trabalhadores do setor do comércio, que nós respeitamos, e principalmente em beneficio dos trabalhadores do turismo que não têm acesso e que passarão a ter, porque nós vamos trabalhar com a Confederação Brasileira dos Clubes que vai nos ceder 800 clubes, para que a gente possa ter em convênios, a presença já a partir dos próximos meses.

E o meu agradecimento ao Prof. Mário Beni, que viabilizou não em 60 anos, mas em 60 dias, nós construirmos uma rede de equipamentos para a formação profissional do turismo no Brasil, que já começa a trabalhar nas doze capitais e vamos estender isso para todas as 26 capitais do país e o Distrito Federal.

Eu queria dizer que a minha vinda aqui... Eu dizia que esta não é uma reunião para a gente levar esse açodamento na hora que eu comecei a falar, nós ouvimos atentamente, nós fomos vaiados, Senador Heráclito. Eu disse que a nossa vinda aqui--

[manifestação da plateia]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu disse aqui, Senador, que a minha vinda... Eu estou encerrando, apenas eu queria dizer que o nosso próprio foi de discutir com o Senado, as três Comissões, o que é a

SENATUR e o que é a proposta nova que vai se somar com o SESC/SENAC em cada estado. Nós não vamos inviabilizar o SESC/SENAC, eles vão continuar vitoriosos, porque já são fortes e organizados. Vamos criar um sistema novo para fazer do turismo a principal atividade econômica do país, é a nossa proposta.

[palmas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É para um esclarecimento muito rápido. Eu estou aqui tomando conhecimento, tomando pé das propostas, mas eu quero, por questão de Justiça, Dr. Nelson, dizer que nem ouvi e quero crer que ninguém aqui tenha ouvido uma vaia a V. Sa.

V. Sa. fez uma pergunta se alguém tinha conhecimento de investimento na área da saúde. E aí responderam que sim. Não entendi como vaia, queria apenas deixar esse registro, já que eu fui invocado como testemunha.

[palmas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro que existe um telão na sala nove, lembro até para poder desafogar um pouco aqui a tensão.

Eu pergunto à Profa. Léa Viveiros de Castro, que é a única mulher presente nessa Mesa, se ela quer antecipar a sua fala ou não. Porque as mulheres aqui têm prioridade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. Norton Luiz Lenhart, que é Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

SR. NORTON LUIZ LENHART: Se eu entendi bem, o senhor estava antecipando para Sra. Léa, ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas ela não quis.

SR. NORTON LUIZ LENHART: Abriu mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ela é uma Democrata, não quis.

[risos]

Mas Democrata, não no sentido... É também, é?

[risos]

SR. NORTON LUIZ LENHART: Bem, Senador Garibaldi Alves, Presidente da Mesa e da Comissão de Assuntos Econômicos, demais Senadores aqui presentes, líderes empresariais que no nome do nosso vice-Presidente Gil Siuffo e em nome do Dr. Nelson Abreu eu quero cumprimentar a todos. Quero cumprimentar o Moacir Tesch e em nome dele todos os trabalhadores da nossa área aqui presente, senhoras e senhores.

Eu presido a Federação Nacional de Hotéis, entidade essa com mais de 50 anos de atividade em nosso país e que congrega mais de um milhão e 200 mil empresas e gera oito milhões de empregos neste país.

E cabe destacar, Srs. Senadores, que desses oito milhões de empregos que nós geramos, 97% tem até o segundo grau, portanto, fora das novas tecnologias. E que os cursos de capacitação profissionais são fundamentais para a geração de empregos e o nosso setor, com a empregabilidade que tem, os senhores podem ver a importância dessas escolas profissionalizantes para o nosso setor.

Quero dizer também aos senhores que coordeno a Câmara Brasileira de Turismo da CNC, a primeira entidade ou o primeiro órgão, ou o primeiro Fórum, que congrega todo o setor produtivo de turismo, as 21 maiores entidades empresariais desse país fazem parte da mesma. E aí sim, nós podemos junto, todo o turismo, trabalhar de uma forma conjunta e somente o setor privado. Pela primeira vez no país. Pela primeira vez no país parafraseando o nosso Presidente da República, nós unimos o setor privado brasileiro para discutir as questões macro do turismo brasileiro, pela primeira vez. Até então um setor muito segmentado, até porque o turismo é assim, são 52 atividades econômicas diferenciadas umas da outra que compõe o turismo, que é uma atividade extremamente complexa. Nós também coordenamos a Câmara Temática de Legislação do Ministério de Turismo, somos membros nacional do Conselho de Turismo e somos vice-presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial de Turismo. Nós somos o primeiro brasileiro a assumir tal cargo honroso dentro dessa entidade internacional. Digo isso para os senhores, para me qualificar quando estou aqui falando com os senhores. Pode ter gente que conheça turismo tão bem quanto eu, acho que mais do que eu no Brasil são poucos, sem falsa modéstia, são 30 anos de atividade nesse setor, então têm pessoas que conhecem tanto quanto eu, mas muito mais do que eu, acho difícil. Parece

que eu estou sendo não modesto, mas eu quero me qualificar para apresentar as minhas razões, então por isso que eu estou fazendo isso.

Quero também dizer que respeito e muito a luta Dr. Nelson Abreu e do Bresolin que estão aqui, sãos homens que encabeçaram isso. Os nossos propósitos são os mesmos, nós queremos o melhor para o turismo do Brasil, só que os nossos caminhos são diferentes, só que a nossa proposta para chegar lá é diferente, mas volto a afirmar, respeito a luta deles.

Eu acho que nós não poderíamos abrir mão nessa discussão, de falar da representatividade de setor também. Eu acho que isso é extremamente importante para trazer subsídios ao Srs. Senadores para decidir essa questão. A Confederação Nacional do Turismo foi criada de fato pelo Ministério de Turismo, mas nós devemos lembrar que ela foi criada em cima da Portaria 186 do Ministério do Trabalho, que permitiu a criação dessa Federação e que a mesma está sendo contestada, não pela CNC, não pela CNI, não pela CNA, não pela CNT, mas por várias confederações dos trabalhadores também, que está no Supremo Tribunal Federal. Porque se essa inconstitucionalidade dessa Medida Provisória 186, essa portaria for realmente dada como inconstitucional, todas as entidades que foram criadas sobre essa base de sustentação, elas deixarão de existir. Mas isso é apenas uma parte jurídica que ainda está sendo questionada no Supremo Tribunal. Esta Confederação Nacional de Turismo, na verdade, na forma que ela foi constituída, Srs. Senadores, ela, na verdade, a Constituição dela está de hotéis, restaurantes, agências de viagens, parques temáticos e organizadores de eventos.

Para salientar aos senhores, para deixar claro, dessas entidades que eu citei, somente restaurantes, hotéis e agentes de viagem são sindicalizados, as demais não são sindicalizadas, são entidades associativas. E eu quero lembrar, dessas 23 entidades empresariais, as grandes entidades empresariais nacionais do turismo brasileiro, somente duas são sindicais. Somente duas. Uma é a Federação Nacional de Hotéis e Restaurantes, que eu presido, e outro é o Sindicato das Empresas Aéreas, e aí é a questão da representatividade.

As empresas aéreas, os transportadores terrestres, que são parte fundamental do turismo, jamais vão estar na confederação de turismo, portanto, eu questiono a representatividade dela. A Confederação de Turismo na verdade, representa parte do turismo brasileiro, que são hotéis, restaurantes e agentes de viagem, parte. Agora os transportadores jamais farão parte delas, porque já estão na Confederação dos Transportes.

E mais. Com a abertura de criações de confederações, está aí a confederação de serviços. A agência de viagem é serviço puro, organizadores de eventos, serviço puro. Será que elas ficam no turismo ou vão para a confederação de serviço? Há que se questionar a quem se interessa esse tipo de divisão? Eu tenho andado o mundo inteiro em função da organização mundial do turismo e não conheço nenhuma entidade patronal do turismo sindical. Nenhuma. Existe associativa, sindical não. E Srs. Senadores têm que atentar a isso, entidade sindical é uma coisa, associativa é outra. Entidade associativa não tem direito a voto dentro de entidades sindicais, são específicas, as sindicais, para um determinado tipo de atuação.

Então essa questão da representatividade, volto a afirmar, eu acho questionável. Vamos à viabilidade econômica das entidades sindicais.

O único meio de custeio para as entidades Sindicais está inserido no art. 8º do inciso IV da Constituição Federal, e nos arts. 578, 580, 587 e 589 da CLT, que diz que o meio de custeio das entidades sindicais é a contribuição sindical, não é Ss. Os Ss são para serviços sociais e para a formação profissional. Então o meio de custeio dessas entidades é contribuição sindical.

Vamos fazer um exercício. A contribuição sindical é dividido 5% para as confederações, 15% para as federações, 60% para os sindicatos e 20% para o Ministério, Ministério do Trabalho. Vamos pegar a minha Federação que está em 23 Estados da Federação, nós recolhemos em 2008 de contribuição sindical 1 milhão, 256 mil reais, que representa 15% do rateio da contribuição sindical nesses 23 Estados da Federação, apenas 1 milhão 258. O que foi para a CNC? 418 mil reais.

Vamos supor que eu bote dentro da Federação Nacional a Federação de São Paulo, a Federação de Santa Catarina que estão fora e as agências de viagens, e vamos duplicar esse número, vamos dizer que nós fazendo exercício grande, vamos arrecadar seis milhões de reais, estou fazendo quatro vezes mais, que o vai para a Confederação de Turismo são dois milhões de reais. Dois milhões de reais, vocês conseguem manter uma Confederação Nacional de Turismo? Seis milhões de reais dá para manter as federações estaduais no Brasil inteiro? Duvido. E se fizer... e se fizer, vão ser muito fracas. E para que nós precisamos entidades fracas?

Segundo. Bom, eu já mostrei que pela contribuição sindical realmente nós ficamos com calça curtas, evidentemente com recolhimento pífio. Como esse é o único meio de recolhimento, vamos aos Ss, que é a questão que nós estamos focando aqui. O SESC foi criado pela Lei 9853, de 46, onde destina 1,5% para

serviços sociais do valor total da folha de pagamento de cada empresa. E aí foi sábio o legislador na época, porque fez com que as empresas com mais funcionários, com maior folha de pagamento, pagasse mais e as com menos pagasse menos. Muito bem. E depois veio a Lei 8.036, de 1990, onde reduziu de 1,5% para 1,2%. A do SENAC foi criada a Lei 8.621, de 46, destinando 1% para a formação profissional também da mesma forma, do valor total da folha de pagamentos.

Mas depois, Srs. Senadores, os senhores em 2006, aprovaram uma lei chamada Lei da Pequena e Micro Empresa, que teve a finalidade de desonerar a carga tributária das pequenas empresas desse país, e onde lá pelas tantas na lei diz o seguinte: "O optante do Simples Nacional, estão desobrigados a pagar a contribuição instituída pela União, inclusive as contribuições de serviço social e formação profissional vinculado ao sistema sindical". Logo após vem uma Instrução Normativa, 608 de 2006 do Ministério do Trabalho, que ratifica essa posição e explicita mais, dizendo que desobriga as pequenas e micro empresas da contribuição do SESC, do SENAC, do SEBRAE e dos congêneres, e ao mesmo tempo, eu vejo pelo IBGE de 2008, dizendo que as pequenas e micro empresas são vitais para o mercado de turismo e representam 97% do setor, é o IBGE que está dizendo. Se as empresas de turismo representam 97% do setor, senhores, de onde nós vamos arrecadar os Ss? E eu também vou fazer um exercício aqui, vamos pegar os hotéis, os restaurantes e as agências de viagem que na verdade hoje sãos sindicais que estão dentro dessa confederação de turismo. Nós somos mais de um milhão de restaurantes, em torno de 60% na informalidade, desses que estão na formalidade não alcançamos 12 ou 13 mil restaurantes que têm lucro presumido ou lucro real, o resto está tudo na informalidade. Nós somos 26 ou 27 mil meios de hospedagem no país, não chega a sete mil que é lucro presumido e lucro real. Nós somos em torno de cinco a seis mil agências de viagens que não tem dez empresas no país com lucro real ou lucro presumido. Então nós estamos falando num universo de 18 mil empresas que vão arrecadar os Ss no Turismo. É bem verdade que é deficitário os Ss no Turismo na CNC, e por isso nós não podemos sair da CNC porque ela nos dá essa condição.

Eu quero finalizar, perguntar os Srs. Senadores se é possível o setor empresarial brasileiro da área de turismo abrir mão de 458 unidades escolares, sendo que 355 a para educação profissional em nível médio, superior e pós-graduação do turismo e hospitalidade. Se é possível nós abrirmos mão de 70 unidades móveis, sendo 21 só para o turismo. Se é possível nós abrimos mão de uma formação de dois milhões e 200 mil pessoas em 2008, sendo que só no turismo 147 mil 681 nos últimos seis anos, 846 mil, 694 pessoas formadas pelo SENAC.

Se é possível nós abrirmos mão de 244 tipos de cursos de turismo, eu posso citar aqui para vocês: formação inicial continuada, aprendizagem de ajudante de garçom, de office-boy, agências de viagens, camareiras, churrasqueiros, cozinheiros, gestor de turismo, organizadores de eventos, monitores recreativos. De educação profissional técnica de nível médio: técnicos em eventos, guias de turismo, não é só em hotéis e restaurantes, açougueiros, churrasqueiros, enfim.

Se é possível nós abrirmos no curso superior, bacharelado em hotelaria, tecnologia em hotelaria, tecnologia em gastronomia, administração e organização de eventos pós-graduação de Administração de empresas, de hospedagem, de alimentação coletiva. Se é possível nós abrimos mão de seis hotéis-escolas e alguns dos maiores níveis no mundo, como é de São Paulo, de Águas de São Pedro, de restaurante, lanchonetes e confeitaria escola.

Estamos em 2500 municípios desse país, e graças a essa capilaridade do SENAC, nós estamos conseguindo implantar talvez o projeto mais importante do turismo brasileiro, que é a regionalização do turismo, porque quem conhece o turismo sabe que o turismo nasce é nos municípios e no estado. E tu só podes fazer isso se tu tiveres capilaridade e nós, o SENAC, tem.

Como é, senhores, que os nossos trabalhadores podem abrir mão de 42 colônias de férias é hotéis com 17 mil, 501 leitos, onde a tarifa média é 39 reais com café da manhã e 50 reais para pensão completa. Isso é turismo social, senhores, que há muitos têm no país e é exemplo para o mundo. Como é que nós podemos abrir mão de dois milhões, 940 mil, 370 pessoas atendidas no turismo social? De 27 milhões de atividades educacionais, culturais esportivas e de saúde, de 174 escolas de Educação Infantil, ensino médio e fundamental, de 192 consultórios médicos, de 930 gabinetes odontológicos, 50 unidades móveis odontológicas, de 232 cinemas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dr. Norton...

SR. NORTON LUIZ LENHART: De 200 teatros... Já estou concluindo, Sr. Senador, de 262 bibliotecas, de 147 restaurantes e 211 lanchonetes para alimentação do trabalhador. Desculpe, senhores, o nosso setor não pode abrir mão disso. Nós não podemos começar do zero, volto a afirmar com todo o respeito que eu tenho pela luta do Dr. Nelson Abreu, pelo pessoal da Confederação do Turismo, nós não podemos abrir mão disso, mais avizinhando uma Copa aqui, uma possível o Olimpíada, eu acho, Srs. Senadores, e a decisão não

cabe a mim, não cabe ao Dr. Nelson, nem ao Dr. Antônio de Oliveira Santos, a decisão cabe aos Srs. Senadores, se nós devemos encerrar todas as atividades que eu citei aqui agora em prol do turismo e iniciar do zero numa Confederação de Turismo.

Então, senhores, está com os senhores esta responsabilidade. E eu quero agradecer a presença, novamente dizer dos meus respeitos por todos e de posição de todos. Eu como democrata respeito a posição de todos, mas tenho a minha posição, tenho o meu caminho e acho que o caminho do turismo brasileiro passa indiscutivelmente pela Confederação Nacional do Comércio, pelo SESC e pelo SENAC. Obrigado, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Norton Luiz Lenhart e concedo a palavra ao Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Primeiro--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): São oito convidados, já falaram apenas três?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Falaram três.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E já são 11h40.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): 11h40.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É importante que pudesse dar uma agilidade e condensar mais as palavras, para que a gente possa participar também.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu faço um apelo, dentro do que a Senadora Kátia Abreu colocou, para que os expositores possam conter a sua exposição no tempo determinado, que são 15 minutos e há uma campainha, infelizmente a campainha está muito discreta, quase ninguém está ouvindo.

Desculpe, com a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ela foi acionada alguma vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi. É tão discreta que V. Exa. não ouviu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Realmente eu não ouvi.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Vamos lá. Vamos tentar trabalhar nos meus 15 minutos aqui.

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente de Sessão, gostaria também de cumprimentar o Senador Aldemir Santana, Presidente da FECOMÉRCIO, Senador nosso aqui na sua pessoa e na pessoa também do Senador Leomar Quintanilha, os Senadores aqui, a Senadora Kátia Abreu, na sua pessoa, as mulheres aqui presentes. Gostaria também de cumprimentar os nossos dirigentes sindicais e trabalhadores representando pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo, companheiro Roussel, Presidente da Federação de Turismo de Tocantins e de Goiás, na sua pessoa eu gostaria de cumprimentar os trabalhadores aqui presentes. Eu gostaria também de cumprimentar o professor Mário, representante das universidades e na sua pessoa eu gostaria estender a toda a Mesa aqui presente.

Imagine só, um peão trabalhador no meio de uma guerra de gigantes dessa que está nessa Mesa aqui, não está nada fácil, mas a exposição que eu vou colocar é única e exclusivamente, gostaria de deixar bem claro, na visão de trabalhador, de peão, das pessoas que estão envolvidas no processo da qualificação de mão de obra, que essas duas entidades, uma tem e a outra está pleiteando. A nossa confederação, ela tem uma participação ativa na área de turismo dentro do segmento, inclusive fazendo parte do Conselho Nacional de Turismo representando os trabalhadores.

A nossa vida dentro do movimento sindical está sendo tentado de todas as formas representar o trabalhador da melhor maneira possível, sempre que nos convidam, nós tentamos estar presentes. E a participação nossa na área de turismo vem há alguns anos, nós podemos voltar um pouquinho atrás para ver mais ou menos como é que a gente começou a construir o que hoje no Brasil a gente trabalha tanto para esse desenvolvimento do turismo.

Eu gostaria inclusive nesse primeiro encaminhamento, fazer uma homenagem muito especial ao nosso companheiro Vades, que aqui está presente, o professor Mário Beni, os Senadores que estiveram presentes no primeiro CEBRATUR que foi realizado, que foi o Congresso Brasileiro de Turismo, que foi feito em Goiás. Naquela oportunidade serviu de base para que se fosse levantado todos os gargalos que segurava o turismo a nível nacional. E tenho absoluta certeza que dentro desta sala aqui tem muita gente que participou dessa agenda única do turismo, que foi criada 05 e 07 de dezembro 1999. Após essa primeira CEBRATUR,

já foi realizada mais dez, nós estamos no 11º. Nessa oportunidade, entre diversas questões que foram levantadas e levantadas em nível de gargalos, em que hoje inclusive serve, inclusive, foi entregue ao Presidente Lula para dar o norte do turismo a nível nacional, inclusive pela CNC foi entregue esse documento numa oportunidade no CEBRATUR, aonde que nesse momento, que foi construído por toda a sociedade, por trabalhadores, por empresários, pelo mundo político, pelas universidades, por todo o segmento que foi feito, lá trazia que nós necessitávamos criar um SESTUR e um SENATUR.

Nesse momento, não era oportuno e nem estava se discutindo qual seria representado, mas para o turismo desenvolver se fazia necessário criar um S especificamente para o turismo. Nós, trabalhadores, não queremos entrar no detalhe, da discussão de números, de valores, se é importante, se tem condição de sobreviver ou não. O que nós, trabalhadores, necessitamos, e necessitamos muito, para ajudar este Brasil a crescer é escola. Nós precisamos de escola. Nós não precisamos de hotéis de cinco estrelas, nem de quatro e nem de três. Nós precisamos de escola. E escola se faz de formas muita vezes muito simples, é só verificar uma das melhores faculdades aqui no Brasil que tem, de escola de hotelaria, que tem renome da escola, que é a Faculdade Castelli no Rio Grande do Sul. Quem a conhece sabe muito bem do que eu estou falando, e o próprio Prof. Mário Beni que está aqui presente, tem absoluta certeza que nós, os trabalhadores, precisamos é de escola e escolas que nós tenhamos acesso, porque os preços lamentavelmente que nos colocam, ou seja, o Norton foi muito feliz inclusive da relação de cursos que o SENAC oferece, e é muita coisa mesmo, só que o preço que é cobrado do trabalhador para ter acesso a esses cursos é impraticável. É impraticável até porque salário que nos pagam deixa muito a desejar para a gente ter acesso a esse trabalho. Possivelmente os custos desses cursos que são oferecidos, talvez eu não vou entrar em detalhe que eu não planilha e nem é a minha objeção e nem minha intenção. Talvez sejam custos sérios e honestos, acredito eu que seja, mas nós trabalhadores que ganhamos um pouco mais que um salário mínimo não temos condição de bancar esses cursos para qualificação.

Me permita, eu tive a necessidade inclusive de verificar e recorrer aos cursos do SENAC que se fazem e eu gostaria de, me permita, Senador Almir, que inclusive é do SENAC aqui do Distrito Federal, em que traz na área de hospitalidade e lazer: Camareira, investimento 420 reais; culinária básica, investimento 150 reais; garçom básico, investimento 400 reais; organização de eventos, 480 reais; padeiro e confeiteiro, 850 reais. Para quem ganha um pouco mais que um salário mínimo fica difícil fazer essas qualificações. Salgadeiro, 500 reais; segurança e manipulação de alimento, 85 reais. Tem cursos, sim, gratuitos, mas são mini cursos, são mini cursos, inclusive é o que traz na tabela.

Eu imagino então, até porque eu acho que o SENAC, ele trabalha no mundo do comércio, em todos os segmentos do comércio, até então, eu acho que ele faz bastante pelo Brasil. Mas eu acho que se nós tivéssemos um S especificamente da área de turismo, o tratamento poderia até ser com menos custos, mas se for gerenciado com qualidade, com desenvoltura, com capacidade de criação, eu acho que nós teríamos condição de melhorar a nossa escola.

Nós temos aqui também outros valores, este aqui é de São Paulo que eu peguei, custo de graduação Tecnologia em Gastronomia, mensalidade 1.665 reais; bacharelando em hotelaria, mensalidade 1.002 reais; Tecnologia em hotelaria, mensalidade 519 reais; bacharelando em hotelaria, período integral, mensalidade 1.780 reais; bacharelando em turismo, mensalidade 845 reais. Tenho outros valores aqui, inclusive de pós-graduação e coisa e tal. Também tenho valores de turismo, Agentes de Implantação de Gestão, 520; recepção de hotel, 360; secretaria de eventos, 489, certo? Gestão de turismo sustentável, 15 de 580. Esses valores, me perdoe, senhores, não é para peão. Para peão que ganha 800 reais, mil reais, ele não consegue sustentar a sua família e fazer esse tipo de coisa.

Por isso que nós dizemos, nós não temos interesse nenhum de A ou B, o que nós necessitamos é qualidade de ensino e com muitas vezes simplificidade. Nós temos em nossos sindicatos, nós temos em diversos sindicatos nossos que faz a qualificação de trabalhador com valores bem menores do que esses valores aqui e tem empregabilidade. Além disso, não recebe um tostão sequer de financiamento, a não ser a sua contribuição sindical e a taxa assistencial que é cobrada.

Foi colocado também nessa Mesa, eu gostaria só de deixar claro que tem a representação inclusive das Centrais Sindicais na parte da administração dos Ss do comércio. Lamentavelmente nós só conseguimos essa participação graças a um posicionamento político do Presidente Lula, caso contrário nós não teríamos, e até hoje desde que foi implantada a participação das Centrais Sindicais na família S, nós não conseguimos ter um representante de qualquer central que seja, dentro da administração.

Enquanto o SESI, irmão do S do comércio, há muitos anos tem a participação dos trabalhadores, inclusive tendo um trabalhador, que é o Jair Meneguelli,

que foi Parlamentar inclusive da Casa, que hoje é o Presidente da família S.

Nós queremos deixar o nosso apelo e por que nós defendemos a questão do S dentro do turismo? Pode ser menor, não nesta dúvida, mas que seja voltado exclusivamente para o turismo.

Quando uma família, quando um pai e uma mãe têm diversos filhos, que você não dê carinho a todos, mas você tem que dividir, e a família dentro da família S, dentro do comércio, a família é muito grande e ela tem que dividir um pouquinho para cada um, sendo que da forma que se encontra, nós criássemos o nosso S, da forma que foi sugerido lá em 1999, que não foi proposta, nem da CONTRATUH, eu tenho absoluta certeza, aliás pode ter até sido participante dessa discussão, dessa proposta, mas foi construída com todo o segmento do turismo, nós teríamos já talvez uma melhor qualificação.

E para fechar, para não utilizar além do meu tempo, eu faço um apelo à instituição A ou a instituição B, que nós, os trabalhadores, estamos nesse meio que nós não sabemos para onde que nós vamos, mas que olhe com carinho a nossa qualificação e não tire o nosso sangue, porque o trabalhador que já está desempregado, o trabalhador que já perdeu o emprego, ou então o trabalhador que tem o salário um pouquinho acima do salário mínimo, com esses valores que são nos cobrado, nós não temos condição de pagar, não temos condição.

E daí nós estamos com a Copa agora, 2014, e não adianta nós construir hotéis, colocar bom transporte, colocar uma estrutura, construir belas arenas, mas se nós não tivermos a qualificação do trabalhador adequada, porque o turista quando vir aqui, ele não vai ter o contato direto, ele não procurar quem é o dono do empreendimento. O contato dele vai ser aquele peão que vai carregar a mala, vai ser aquele peão que vai servir a sua mesa, quem vai arrumar a sua cama, quem vai recepcionar no aeroporto e assim por diante.

Então eu peço aos empresários aqui presentes e a todos os senhores Parlamentares, olhe com carinho o trabalhador, nós não precisamos de esmola. Nós não precisamos de esmola, mas nós queremos decência e condição de igualdade com o filho do rico, até porque, discute-se muito na questão, nas faculdades, a questão da bolsa e coisa e tal. Talvez o número reduzido deveria ser as bolsas aos ricos e não os pobres. E nós, a maioria dos trabalhadores somos pobres.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Moacyr Roberto, sobretudo pela observância do tempo. E concedo a palavra... [soa a campainha] Olha aí, a campainha tocou agora.

[risos]

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Ganhei 30 segundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. Francisco Aparecido Cordão, que representa aqui o Conselho Nacional de Educação.

Eu quero comunicar que o Sr. Norton Luiz Lenhart pede desculpas, mas vai ter que ausentar para fazer uma viagem em função de um compromisso já assumido. Agradeço a V. Sa. sua exposição, sua participação.

Com a palavra o Sr. Francisco Aparecido Cordão.

SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO: Bomdia a todos e a todas. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa de trabalhos, integrantes desta Mesa de trabalhos, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu estou no meu terceiro mandato no Conselho Nacional de Educação, eu já desempenhei dois mandatos do Conselho Nacional de Educação, onde presidi a Câmara de Educação Básica em três oportunidades e fui também do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e tenho quase 40 anos de trabalho na área da educação profissional.

É um prazer estar participando nesse momento desta Audiência Pública das três Comissões sobre criação de novas entidades privadas do serviço social e de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical nos termos do art. 240 da Constituição Federal. A seguinte, por favor.

Inclusive na tela tem também o meu e-mail, que poderá ser consultado, caso os Srs. Senadores ou demais integrantes queiram fazer alguma consulta. O seguinte, por favor.

Bom, o Projeto de Lei que trata da criação do SESTUR e do SENATUR, no meu ponto de vista ele representa duplicação de estruturas administrativas para atender aos mesmos fins. Evidentemente, Srs. Senadores, com maior custo para a sociedade. Eu vou pular os dados estatísticos aqui, já foram feitos referências pelo Dr. Norton, em nome da preservação do tempo. [soa a campainha] Essa campainha não é para mim não, não é?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, essa campainha é também para pedir silêncio.

SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO: Está ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Sa. só vai ter esse pedido daqui a mais algum tempo.

SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO: O afastamento do sistema CNC, SESC e SENAC da área de turismo e o hospitalidade, entendo eu, poderá promover a descontinuidade desse trabalho a que já fez referência o Sr. Norton, de promoção social e qualificação profissional para o setor de turismo e hospitalidade.

A ideia de criação de novos serviços sociais de turismo representa, do meu ponto de vista e da minha experiência de 40 anos na área da educação profissional e de atuação no Conselho Estadual de Educação de São Paulo e no Conselho Nacional de Educação, um retrocesso em relação ao dinamismo e à competência dos atuais trabalhos sociais e educacionais desenvolvidos por SESC e SENAC.

O SENAC hoje tem inegavelmente as melhores escolas de hotelaria e turismo do Brasil e talvez até da América Latina. Agora, o SENAC desenvolve marcante programação em turismo e hotelaria desde a década de 70, 60, finzinho de 60, começo de 70. Agora, manter essa programação de turismo e hotelaria, programação pujante com crescentes níveis de qualidade, claro que exigiu investimento pesado. Investimento pesado no desenvolvimento de *know-how*, no desenvolvimento de tecnologia específica para essas atividades de ensino, produção de material didático, instalações e equipamentos como os nossos hotéis e restaurantes-escola, mas especialmente formação de docentes, este é o grande nó na educação profissional e que exige muito investimento, exige muita seriedade. O SENAC nesse tempo para aprimorar os seus recursos humanos e desenvolver tecnologia, fez convênios com entidades internacionais, como Organização Internacional do Trabalho, universidades como Cornell, como Jean Drouant de Paris, como escola de Lausanne na Suíça, etc. Quer dizer, hoje com essa experiência, o SENAC cobre praticamente toda a estrutura ocupacional dos setores de turismo e hospitalidade, com programações estruturadas segundo itinerários formativos, quer dizer, que possibilitam contínuo e articulado aproveitamento de estudos de um curso para o outro, da formação inicial para o técnico e assim por diante. Com programações que objetivam, com essa organização por itinerários formativos, atender as necessidades de profissionalização dos trabalhadores na área de turismo e hospitalidade e nas demais áreas atendidas pelo SENAC, desde os níveis básicos da qualificação até os níveis superiores de graduação é pós-graduação.

Em decorrência de um acordo de comprometimento da gratuidade que foi recentemente celebrado no mês de julho do ano passado, entre CNC, coordenada pelo Dr. Antônio de Oliveira Santos, SESC, SENAC e os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, coordenado especialmente pelo Ministro Fernando Haddad, o SENAC tem ampliado de maneira significativa o seu atendimento a jovens das camadas mais pobres da sociedade, inclusive os trabalhadores a que fez referência o Moacir Tesch, que me antecedeu.

O SENAC hoje, ele é reconhecido nos âmbitos nacional e internacional, inclusive dando assessoria para países que necessitam incrementar sua programação na área da educação profissional como uma instituição de excelência, na formação de profissionais para turismo e hospitalidade para todos os níveis da sua estrutura ocupacional. Estão aí os hotéis-escola para referendar esta afirmação.

A atuação do SESC e do SENAC nos campos do esporte, do lazer e da educação profissional, foi falado isso no início desta Audiência Pública, essa atuação é de fundamental importância para adequada preparação do Brasil para a Copa de 2014, Olimpíada em 2016, por conta de toda a capilaridade que o SENAC e o SESC têm na sua atuação em todo o território nacional.

Eu queria me referir especificamente ao acordo CNC, SESC, SENAC de comprometimento dos recursos com gratuidade, que foi acertado entre a Federação, o SESC, o SENAC e os Ministérios da Educação e do Trabalho sob coordenação do Ministro Fernando Haddad e do nosso Presidente, o Antônio de Oliveira Santos e o nosso Ministro, Fernando Haddad e também o Ministro do Trabalho.

Primeiro, comprometimento de parte dos recursos líquidos do SENAC com oferta de vagas gratuitas em cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional técnica de nível médio, a partir de 2009, evoluindo anualmente até se chegar em 2014, com o comprometimento do total de 66.6%. Na seguinte projeção: em 2009, 20% dos recursos líquidos do SENAC com gratuidade, já implantado. Em 2010, 25%. Em 2011, 35%, em 2012, 45%, 2013, 55%, e em 2014, 66.6%, quer dizer, 2/3 dos recursos do SENAC serão utilizados para vagas gratuitas em cursos de formação inicial e de técnicos de nível médio. Isso representa um inegável ganho para os trabalhadores. E em relação ao SESC, é firmado similar compromisso de aplicação de um terço da receita líquida em educação, educação básica, educação continuada, ações educativas desenvolvidas nos demais programas, destinadas especialmente a estudantes da educação básica, na seguinte escala, também: Em 2009, 10% da receita líquida, em 2010, 15%, 2011, 20, 2012, 25, 2013, 30

e 2014, 33.3, destinando-se essa programação a estudantes da educação básica de baixa renda.

Esse acordo CNC, SESC, SENAC de comprometimento dos recursos com gratuidade, firmado com os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, o programa do SESC/SENAC de comprometimento de gratuidade destina-se essencialmente a pessoas de baixa renda. Na condição de alunos ou egressos da educação básica prioritariamente alunos ou egressos da educação básica pública e trabalhadores, seja empregados, seja desempregados, priorizando aqueles que satisfazem as duas condições, de aluno e de trabalhador.

O SENAC se compromete a utilizar a metodologia dos itinerários formativos como princípios de educação continuada para a oferta dos seus cursos e programas de educação profissional, como eu já disse, propiciando contínuo e articulado aproveitamento de estudos, porque como todas as programações estão centradas no desenvolvimento de competência profissional, porque quem procura o SENAC, procura desenvolver competência profissional para um exercício profissional competente. Entendido competência profissional como aquela capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores para responder aos desafios do dia a dia da vida pessoal e da vida profissional. Isso interessa aos trabalhadores, isso interessa aos empregadores, isso interessa a toda a sociedade brasileira. E organizando esses cursos por itinerários formativos, competência profissionais desenvolvidas num curso de formação inicial e continuada poderão ser aproveitados para um curso técnico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento dos estudos pela organização da educação profissional em termos de educação inicial e continuada, obedecendo o princípio da última resolução da OIT, a resolução 195 da OIT de aprendizagem permanente. [soa a campainha]

O SENAC se compromete a utilizar a metodologia de itinerários formativos, os departamentos nacionais do SENAC e do SESC farão avaliações periódicas que subsidiam, subsidiarão permanentemente o acompanhamento dos resultados dos programas SESC e SENAC do comprometimento da gratuidade. Os próprios regulamentos dos SENAC e do SESC, Srs. Senadores, foram alterados com o objetivo de fornecer condições legais e regulamentares para o fiel cumprimento do protocolo de comprometimento de gratuidade. E a ação articulada em SESC, SENAC tem propiciado importante atendimento para os trabalhadores de todos os níveis de escolaridade, tanto na educação de jovens e adultos, na formação inicial e continuada, quanto na educação técnica e na educação superior, dentro da estrutura da educação nacional.

Para concluir, ficar dentro, eu sei já terminou o tempo, para concluir nós atendemos, especialmente na área da educação de jovens e adultos e na educação profissional, mas também atuamos na educação básica, por exemplo, o SESC tem uma escola de excelência de ensino médio no Rio de Janeiro, tem escola em Goiás, em Roraima em outros estados. O SENAC tem um trabalho exemplar tanto na educação profissional da formação inicial, técnico e tecnológica, mas também um Centro Universitário em São Paulo, por exemplo, e faculdades em outro sete Unidades da Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Francisco Aparecido Cordão, do Conselho Nacional de Educação.

E concedo a palavra ao Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo, da USP.

SR. MÁRIO BENI: Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Assunto Econômicos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem. Será que seria possível distribuir aos Srs. Senadores, depois essas apresentações que foram feitas aqui na Comissão? Providenciar isso, porque são muito ricas para definição de futuros votos?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão, vamos pedir ao Gonzaga para providenciar.

Com a palavra o Sr. Mario Beni.

SR. MÁRIO BENI: Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Qual é a razão de um Professor Titular da Universidade de São Paulo estar presente, muito honrado, a esta egrégia Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal?

Convidado pelo Dr. Nelson, nosso Presidente da Confederação Nacional de Turismo, aceitei a incumbência de organizar a Rede Brasil de Formação e Desenvolvimento Social do Turismo.

Ao longo... Eu não quero... Quero apenas dizer, pena o Norton não está presente, ele se qualificou, na verdade era preciso, retificar um pouco, ele não o segundo ou o primeiro brasileiro a presidir ou ser vice-presidente de uma Comissão, ou de um Conselho da Organização Mundial de Turismo, na verdade o antecedeu, Caio Luiz de Carvalho como Presidente da

Comissão de Relações Internacionais, este professor que vos fala, como Presidente da Comissão de Ética, representando as Américas na Organização Mundial de Turismo, e agora ele. Portanto, eu estou no Conselho Nacional de Turismo por indicação pessoal do Presidente da República por notória especialização, indicado que foi pela minha Universidade.

Turismo pressupõe, para o seu desenvolvimento, atitudes e ações de interdisciplinaridade, de transdisciplinaridade e acima de tudo de transversalidade, portanto de ação obrigatoriamente conjunta e integrada no seio do próprio Governo e do setor privado.

Nós acreditamos, e por acreditar nisso estou aqui, que o sistema de parceria com a iniciativa privada é a única solução a médio e curto prazo, para enfrentar a escassez pública de recursos financeiros disponíveis. Portanto, é fundamental destacar que estamos vivendo tempo de transformações, isto é, passando de um modelo burocrático, prestador e concessionário de serviços a um modelo empreendedor, de corresponsabilização solidária a que o Estado deve prestar a colaboração em conjunto com as empresas privadas e organizações sociais.

Eu, em nenhum momento, deixei de reconhecer e reconheço os relevantes serviços prestados pelo SESC e pelo SENAC, e tenho provas disso dos meus companheiros do Conselho Nacional de Turismo, de membros da Diretoria do SENAC Nacional, quantas vezes fui ao microfone para defender o SENAC, que à época teve várias das suas atribuições tiradas ou eventualmente afastadas pela então, que surgiu como a grande capacitadora de turismo no país, que à época presidia uma das Comissões do Ministério do Turismo, que foi aquele serviço que nós todos conhecemos, que acabou não se desenvolvendo e não oferecendo ao país aquilo que se propôs e eu fui um dos primeiros, no momento, a defender esta posição do SENAC, e mantendo o SENAC na Presidência dessa Comissão. Portanto, é essa visão arguta, interdisciplinar do turismo, obriga-nos a rever instrumentos de pesquisa, de investigação e o próprio processo de formação profissional em turismo. Eu me referia ao IH, Instituto de Hospitalidades, que todos conheceram e que reivindicava no Conselho Nacional de Turismo esta posição de formador nessa área de turismo.

Então, eu respeito e conheço quando ouvi agora o Prof. Francisco Cordão, que reputo uma das mais brilhantes cabeças do Conselho Federal de Educação, e na qualidade de representante do Conselho Federal de Educação, me parece que ele foi convocado, ainda que tenha defendido, e eu concordo com ele, o plano de capacitação e qualificação do SENAC, eu me recordo, meu caro Prof. Cordão, que o Ministro Haddad, nosso colega, meu colega da Universidade de São Paulo, estranhou o modelo, o Projeto Pedagógico que tinha sendo praticado pelo Sistema S da CNC, tanto isto é verdade que propôs, foi ele, Ministro Fernando Haddad, que propôs ao Sistema S, a SESC e ao SENAC, este modelo que o colega apresentou aos Srs. Senadores. Portanto, partiu do Ministério da Educação, está aqui uma entrevista do próprio Senador Adelmir Santana se referindo a isso, está aqui, ele mostrando efetivamente que o Fernando Haddad criticou o Sistema S: "Ministro acusa o Sistema S de não ser transparente e de não oferecer cursos que tenham impacto na vida profissional dos trabalhadores".

Muito bem, o que eu quero dizer e que nos levou a identificar-se com este programa do Conselho Nacional de Turismo, foi a possibilidade concreta de democratizar o acesso à capacitação profissional à população de baixa renda. Eu acho que o Moacyr colocou muito bem o sentimento dos trabalhadores que não conseguem ter acesso a estes cursos, inegavelmente muito bem organizados e preparados pelo Sistema S da CNC, mas que não permitem, pelo valor e pelas taxas cobradas, o acesso aos mesmos. Portanto, esse programa de Qualificação e Desenvolvimento Social do Turismo é uma programa da CNTur, voltado para modernizar, capacitar e qualificar profissionais para atendimento nas diversas áreas que compõem o sistema de turismo. Inicialmente a atuação deverá ser priorizada para as 12 capitais que receberão os jogos da Copa do Mundo de futebol, devendo, no entanto, ser estendida para os 27 Estados e Distrito Federal, com previsão de atender mais de 500 mil trabalhadores até 2014. Denominamos esse programa em conjunto e com audiência dos nossos parceiros nos estados, de Programa Construindo Competências para Competitividade dos Destinos Turísticos, que consiste numa série de cursos com foco no receptivo, na hotelaria, na gastronomia, na organização de eventos, taxistas, guias turísticos, cursos modulares de língua espanhola e inglesa, inglês instrumental, gestores em geral, cuja previsão do início será desenvolvida pelas parcerias da rede em todos os estados.

Eu quero dizer que, durante esses 40 anos de exercício da docência, eu percorri cada um desses estados, e muitas destas universidades, desses centros universitários que hoje integram a nossa rede de formação e capacitação em turismo, elas são dirigidas por aqueles que um dia passaram pela Universidade de São Paulo, que um dia fizeram programas de mestrado, de doutorado, que se qualificaram efetivamente para a educação, seja ela educação básica para o turismo, como pela educação superior.

Então nós temos hoje rigorosamente no Acre a UniNorte, em Alagoas a Universidade Estácio de Sá, no Amapá a Faculdade SEAMA, no Amazonas o Ciesa, na Bahia a Factur, que foi a primeira faculdade de turismo da Bahia, no Distrito Federal a UPS, no Espírito Santo a Estácio de Sá e assim por diante, todos os estados brasileiros têm um parceiro que está em conjunto, e isto é importante, em conjunto com a CNTur, discutindo este Projeto Pedagógico de formação e capacitação profissional, para desenvolver de acordo com as necessidades do momento.

Eles vão ser oferecidos em convênio com essas universidades públicas e privadas, instituições educacionais de todos os estados, abrangendo desde a qualificação de mão de obra básica até a extensão especialização de nível superior, de acordo com pesquisas que revelem as carências, as necessidades específica de cada estado, não há um modelo para todo o território nacional, nós mandamos um programa básico, mínimo, abrangendo todos esses níveis para o início de uma discussão, e cada estado terá um programa voltado para sua realidade social, econômica e etc.

Então, para concluir, o objetivo maior da qualidade do desempenho do turismo no país por meio de empresas que compõe efetivamente a cadeia produtiva do turismo, como agências de viagem, hotéis, apart-hoteis, todos os meios de hospedagens, restaurantes comerciais, etc., ou seja, aqueles segmentos que fazem parte da representação nacional específica da CNTur em nível, definidas pelo ato do Ministério do Trabalho e Emprego.

E é importante que o diferencial da gratuidade da certificação no sistema do turismo, dos estágios e da empregabilidade do turismo, foram preceitos importantes que orientaram toda esta concepção da rede. E é exatamente isso que estamos discutindo com os nossos parceiros, ou seja, a empregabilidade... [soa a campainha] Concluindo, Sr. Presidente, a empregabilidade no setor do turismo, os estágios, a capacitação e a certificação profissional e a gratuidade para aqueles cursos básicos.

Eu creio que foi exatamente por isso que nós acreditamos que é possível se ter, sim, uma nova opção, um novo caminho, e é isso que nos inspirou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Prof. Mário Beni, da USP. E concedo a palavra a Sra. Léa Viveiros de Castro. Ela é professora de educação profissional--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Diretora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diretora. Desculpe. Está escrito...

SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO: Não tem importância, eu sou uma professora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas é também uma professora.

SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO: Nunca perde, graças a Deus. Bem, eu sei que... Bom, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a todos o mais rapidamente, porque o tempo já está curto, e aproveitar, em nome do Dr. Garibaldi Alves Filho, todos os senadores aqui presentes, os meus colegas da CNC, do SESC e do SENAC e os colegas da Confederação Nacional do Turismo.

Evidentemente, quase tudo já foi dito pelos meus antecessores a respeito da importância do SENAC e do SESC, no cenário da educação profissional brasileira. Eu gostaria de acrescentar algumas coisas, principalmente a partir do que falou, aqui, o representante dos trabalhadores de turismo.

Eu fiquei me perguntando, quando vim para cá hoje, qual seria a melhor abordagem para apresentar o trabalho do SENAC, nas últimas seis décadas no Brasil. Há vinte anos, eu estou no SENAC; há 15, sou Diretora de Educação Profissional.

O SENAC é, na minha opinião, a maior escola de educação profissional desse país, talvez da América Latina e uma das maiores do mundo, porque o SENAC, ele se estruturou sempre respeitando o fato e acreditando que a educação profissional é o maior fator de inserção social do jovem brasileiro. Se nós considerarmos hoje, ainda, as estatísticas de educação, os últimos relatórios publicados pelo UNICEF, nós temos, ainda, uma seguinte realidade no Brasil: dos jovens que entram no primeiro ano do Ensino Fundamental, 57% chegam ao nono ano e, desses, aqueles que entram no Ensino Médio, apenas 51% chegam ao terceiro ano do Ensino Médio. Então, o SENAC, ele é o fator que separa o jovem da marginalidade, do tráfico, e ajuda ele a ser inserido na sociedade, através de uma ocupação, não importa que ele tenha terminado a terceira série, a quinta série, a nona série, mas quem é que tem acesso, hoje, ao Ensino Médio? Ainda é uma elite. Então, quem estuda no SENAC e no SENAI ainda é aquele que não tem condições de ir para uma Universidade ou até para os bancos da educação de nível médio. E isso está claro não só pelas estatísticas, mas pelas próprias palavras do Ministro da Educação nas últimas entrevistas, ressaltando a importância da educação técnica no Brasil, para poder inserir mais jovens no mundo do trabalho.

Então, eu acho que o sucesso do SENAC, e não é diferente na área do turismo e hospitalidade, e é por isso que o SENAC é uma grande escola de turismo e hospitalidade, porque 80% das suas programações são voltadas para a formação inicial do trabalhador. A formação inicial do trabalhador o que é? São os cursos de garçom, cozinheiro, camareira, recepcionista, são aqueles que são a base de sustentação do turismo, porque, como bem disse o nosso amigo representante dos trabalhadores, são os peões, são aqueles que recebem o turista, são aqueles que ele vê pela primeira vez, são aquele exército invisível, quase desconhecido, que garante a qualidade dos serviços.

Então, 80% da programação do SENAC é para esse público alvo, 20% é para os cursos técnicos de nível médio e menos de 1% é a educação superior. Então eu respeito a proposta que o senhor, Dr. Beni, apresentou, acredito que seja um excelente trabalho, mas por que não juntar esforços e trabalhar em conjunto? O SENAC já tem um conjunto de escolas, já tem uma proposta pedagógica desde 1992. Muito antes do Ministério da Educação, através da Lei de Diretrizes e Bases, colocar educação profissional dentro da legislação, nós éramos marginalizados. A academia achava a educação profissional uma educação de segunda categoria, e o SENAC já a considerava como maior fator de integração social do jovem no Brasil e sempre trabalhou nesse sentido. O nosso projeto político pedagógico data de 1992, quando nem se falava em educação profissional na Legislação Brasileira. A nossa proposta de educação profissional serviu de base para vários estudos, feitos a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases. Nós participamos, por exemplo, dentro do Ministério da Saúde para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais na área de saúde, como participarmos no turismo e em todas as áreas em que nós atuamos. De modo que o SENAC tem competência, tem passado, tem credibilidade, e a sua credibilidade não está apenas na palavra de si mesmo, mas no que representa um certificado do SENAC para aquele aluno que sai do SENAC, e nem sempre é o aluno que paga, pelo contrário... Ele deu o exemplo, por exemplo, aqui, do Distrito Federal, de São Paulo, acredito que sejam exemplos tirados de uma realidade, mas vamos olhar para a Bahia, para o Maranhão. Quem é o aluno da área de hotelaria da Bahia e do Maranhão, por exemplo? São jovens de baixa renda, são jovens que recebem de graça alimentação pelo SENAC, vale-transporte, uniforme e estudam de graça. No restaurante... E mais seguro, alguém ali lembrou. O restaurante-escola de Maranhão, quando ele foi criado, há cerca de dez ou 15 anos atrás, o jovem que vinha do interior do Maranhão em busca do seu sonho de cidadania, de inserção no mundo do trabalho, ele não sabia nem utilizar adequadamente o vaso sanitário. Tudo isso ele aprendia no SENAC, tudo de graça e com a credibilidade que o certificado do SENAC dá, e com a inserção que o SENAC proporciona a esses jovens no mundo do trabalho.

Claro que eu não vou repetir aqui qual é a rede do SENAC, já foi dito pelo Prof. Cordão, já foi dito pelos que me antecederam. Eu só queria apenas reforçar que o SENAC é uma escola de qualidade, que acredita que a educação profissional é o maior fator de inserção social do jovem brasileiro, que é um parceiro importante do governo. Não me parece que seja de interesse, nem do governo, nem dos 180 mil alunos de turismo e hospitalidade que passam pelo SENAC todos os anos, o esfacelamento do SENAC ou até a finalização da oferta de educação profissional da área de turismo e hospitalidade por parte do SENAC. Acho que não é do interesse nem da sociedade e nem do governo.

Nós, hoje, exportamos tecnologia, exportamos conhecimento em educação para turismo e hospitalidade para os países da América Latina. Por exemplo, temos convênio com Haiti, Moçambique, São Thomé e Príncipe, exportando a nossa competência na área de turismo e hospitalidade. Somos parceiros do Ministério das Relações Exteriores nisso, assim como somos parceiros do Ministério da Educação no programa SENAC de gratuidade e como somos parceiros de organizações nacionais e internacionais, secretarias, porque o SENAC, ele está presente em todo o Brasil, em mais de 2500 municípios, e trabalha com a interiorização das suas ações, por meio das suas unidades móveis, da balsa que percorre a Bacia Amazônica, das 22 escolas móveis do SENAC de turismo e hospitalidade que percorrem o Brasil, oferecendo seus cursos.

Então, o SENAC, ele tem muito mais a oferecer à sociedade brasileira do que, talvez, os senhores tenham conhecimento. E nem tudo é cobrado, nem tudo é caro; pelo contrário, se a gente for procurar bem, os nossos cursos de formação inicial são praticamente gratuitos, e vão ser todos gratuitos provavelmente a partir de 2014, porque 70% da nossa produção vai ser em vagas gratuitas, e não só na formação inicial, mas na formação técnica também.

Então eu acho que era isso que eu tinha a acrescentar e agradeço a oportunidade de estar aqui, falando em nome do SENAC.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a Profª. Diretora de Educação Profissional do SENAC, Léa Viveiros de Castro, que deu um exemplo em matéria de econo-

mia de tempo e objetividade. Deu exemplo aos homens aqui.

[risos]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apesar de termos a fama de falar muito, Sr. Presidente, nós temos surpreendido em várias oportunidades.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ver o seu exemplo, agora.

[risos]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já não garanto tanto, que, além de ser mulher, eu sou política, Presidente, eu tenho componente, tenho que falar dobrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o último expositor, o Dr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista, para fazer a sua exposição. Portanto, eu dou a palavra ao Dr. Plínio Sarti.

SR. PLÍNIO SARTI: Muito obrigado, Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite que nos foi feito pelo Presidente da CNTur, Dr. Nelson de Abreu Pinto, e, aqui, modestamente, estamos para oportunos esclarecimentos aos senhores, ilustres Senadores, que, na pessoa da Presidente da CNA, Kátia Abreu, eu cumprimento a todos aqui presentes. E em nome do Presidente da CONTRATUH, o nosso companheiro Moacyr Tesch, os meus companheiros aqui, da Mesa.

Em primeiro lugar, eu também, com respeito a esse Projeto de Lei Ordinário do Senado, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria de deixar, aqui, claro que nós, em momento algum, estamos questionando a estrutura do Sistema S. E todos nós reconhecemos o SENAC, a sua qualidade, a sua credibilidade e a incorporação desse sistema em nossa estrutura de ensino profissional. Gostaria até de lembrar, para demonstrar que não é esse o foco objeto do Projeto de Lei, que a nossa maior autoridade do país, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também foi um aluno do sistema S, de maneira que sua condução ao mais alto cargo e essa liderança tão reconhecida, principalmente lá fora, se deve a ele ter participado, sem dúvida nenhuma, desse tipo de informação e de capacitação que é oferecido por essa estrutura.

Nós, aqui, vamos apresentar apenas e tão-somente o direito e a legitimidade que a CNTur tem, não só como já constituída como uma entidade de terceiro grau, mas como sequência natural dessa representação, o seu também legítimo direito de estabelecer, por se tratar de uma categoria específica, a sua própria estrutura de formação e de qualificação profissional, não significando, em momento algum, o questionamento ou não reconhecimento, não só do SENAC, mas de todo o sistema educacional advindo da estrutura chamada Sistema S.

Concedida pelo Ministro do Trabalho e Emprego, a carta de registro sindical da Confederação Nacional do Turismo, portanto reconhecida, de fato e de direito, sua representação específica, qualificando-se para a gestão do chamado Serviço Social e Serviço Nacional de Aprendizagem, contemplados pelo Sistema S, o núcleo empresarial, agregado à CNTur, Confederação Nacional do Turismo, representa mais de 30% de toda a arrecadação da CNC, Confederação Nacional do Comércio. São mais de um milhão e 500 mil empresas, gerando um volume superior a oito milhões de empregos diretos.

O trabalho, realizado pelo sistema S, na área do turismo, através do SESC e SENAC, não é suficiente, não abrange a demanda sempre crescente do setor; outrossim, não atende às necessidades dos novos contingentes de mão de obras específica do turismo no mercado de trabalho, hoje ampliada pelas atuais políticas públicas de inclusão social, instituídas pelo Governo Federal. O atual sistema dificulta o acesso dos jovens na busca de qualificação profissional, devido aos seus elevados custos.

A proposta apresentada pela CNTur tem como principal meta democratizar o acesso dessa população à estrutura social e de formação profissional, enfrentando a verdadeiro elitização dessa oferta para a finalidade de favorecer a inclusão social. Ao receber o registro como entidade de terceiro grau, a CNTur tem a obrigação de criar o serviço social e de formação profissional autônomos, uma vez que essas estruturas são competência inerentes à representação de mais um milhão e 500 mil empresas, responsáveis por um contingente de mais de oito milhões de trabalhadores, como foi dito, reconhecida como categoria específica justamente para atender exclusivamente essa dinâmica categoria. Já existia a representação do turismo, gastronomia e hospitalidade no primeiro e segundo graus, sindicatos e federações específicas. É consequência natural a representação de terceiro grau, hoje reconhecida oficialmente, aliás, o correspondente profissional, cujo presidente está aqui ao nosso lado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, CONTRATUH, há muitos anos já havia integrado seus três níveis de representação.

O ato concessivo da carta de registros sindical, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, legaliza e legitima a representação já exercida, de fato,

há mais de dez anos. Aliás, salientamos recentemente legalização das Centrais Sindicais que exerciam, há muito tempo, representação de fato e, agora, exatamente como a CNTur, a representação de fato e de direito. Isso significa que também não estamos sendo questionados em Juízo, a nossa representação, ela é legítima e como aqui por muitos foi dito, a representação internacional do setor, a Organização Internacional do Turismo também é uma categoria específica, todos sabem que ela não está encastelada na Organização Internacional do Trabalho, como as demais representações de terceiro grau da estrutura econômica. Eu me refiro à CNI, me refiro à própria CNC como entidade representativa do setor de comércio, mas o setor do turismo, isso eu gostaria de chamar a atenção aos Srs. Senadores, ele tem uma representação específica internacional, ele não está encastelado, integrado na grande e oportuna estrutura tripartite de representação, que é esse organismo da ONU, a OIT.

Senhoras e senhores, a modernização das relações de trabalho busca soluções de conflito e de interesses, através de entendimentos, acordos e convenções coletivas. As propostas nas negociações para a renovação das convenções coletivas frequentemente envolvem questões de formação e de requalificação profissional. Cláusulas contemplando essa matéria são necessárias, mas no momento falta o acesso ao Sistema S. Pela recém criada entidade de terceiro grau da categoria, turismo CNTur. Dentro desta oficiada representação foi recentemente empossada pelo Ministro do Trabalho, no Conselho Gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador o CODEFAT, novas centrais, melhor dizendo, novas confederações representação econômica. Isso demonstra, apesar desta dinâmica criar inclusive grandes polêmicas eu diria até conflitos, a necessidade do modelo de representação estar sendo cada vez mais adequado à nossa economia, à evolução e ao avanço da economia.

Ao ser constituída legalmente, a CNTur leva consigo todas as categorias empresariais ligada ao setor do turismo, e consequentemente o direito legítimo de seus próprios específicos especializados, através da criação do SESTUR, do SENATUR, com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar o setor. Tudo isto de conformidade com o art. 180 da Constituição Federal que reza o seguinte: "A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico".

Apenas para ilustrar, processo de criação correlato aconteceu no setor da indústria, meus caríssimos senadores e senadoras, com a criação da CNT, Confederação Nacional dos Transportes desmembradas da CNI, como agora foi desmembrada da CNC a CNTur. Confederação Nacional da Indústria, portanto, já sofreu esse tipo de desmembramento, para alcançar a representação plena, foram criados os serviços sociais de aprendizagem do setor de transporte, SEST e SENAT, através de desmembramento do SESI e do SENAI, e não se criou nenhum grande impacto nas estruturas do SESI e do SENAI com essa representação. Amplamente foi discutida essa questão no Congresso Nacional, as implicações que surgiram com a criação de um novo sistema, portanto nós não estamos inaugurando, não estamos sendo inéditos, porque aparentemente poderia dar inclusive essa impressão. A dinâmica da economia exige reajustes e adaptações. Com o avanço tecnológico, a globalização da economia e o reajuste estrutural, agora também provocado pela crise financeira é necessária a modernização do Sistema S na área do turismo como setor específico.

O Projeto de Lei 174, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, não acarretará custos ao orçamento da União, tampouco acarretará custos às empresas, uma vez que abrangerá apenas dimensionamento das contribuições.

O país todo inicia a mobilização para a Copa do Mundo de futebol de 2014, como aqui à exaustão já foi apresentado, é urgente e necessário a preparação de manobra massiva para atender a enorme demanda gerada para esse mega evento, oportuno para acelerar a inclusão social. A representação desse setor oficializado, portanto, pela investidura sindical, deverá ser complementada para a sua plenitude através da aprovação da presente proposta, que esperamos seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Redistribuindo a arrecadação para o setor específico do turismo e criando Serviço Social do Turismo, SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, SENATUR. Com toda a presença aqui relatada, a respeito da abrangência do setor na área de qualificação e de tratamento do turismo em nosso país, eu gostaria também de salientar para reflexão, que foi dito aqui anteriormente que nosso país ocupa a 45 ª posição no ranking dos países que recebem e tem sua economia como participação ao turismo. Senhoras e senhores, não possível que uma das dez maiores economias deste planeta com relação a essa economia dita sem chaminé, ocupe um posto tão distante que é este 45º. E agora, portanto, com a reconhecimento da nova ordem mundial, aonde que G7 está sendo constituído com a inclusão de países como o nosso para formarem o G20, nem dentro desse universo de 20 nós estamos incluídos com relação ao turismo. E ele é uma categoria especial.

[interrupção do áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor não ouviu, mas a campainha tocou.

SR. PLÍNIO SARTI: Ah, eu não ouvi. Desculpe, Presidente Garibaldi, e desculpe, senadora, pelo importuno, mas eu queria encerrar, dizendo que, além de categoria específica, a nossa economia, uma das dez mais pungentes do planeta, não pode ficar nessa vergonhosa posição de 45º lugar. E isto muito tem a ver a não existir essa representação específica com seu próprio sistema de capacitação. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Plínio Sarti. E para uma questão de ordem, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria parabenizar a todos os expositores, as exposições extremamente elucidativas para todos nós, mas agora é o voz do Senado, através dos seus Senadores e da Comissão. Então eu queria saber de V. Exa. qual a ordem de inscrição, eu reivindico falar em primeiro lugar porque sou relator do projeto 174.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Confiando na generosidade de V. Exa., eu vou conceder a palavra à Senadora Kátia Abreu em seguida ao Senador Francisco Dornelles e aí virá V. Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, regimentalmente--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O critério, Presidente, eu sei que--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com todo o respeito à Senadora Kátia Abreu e ao Senador Francisco Dornelles--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São dois critérios, o primeiro em homenagem às mulheres.

[risos]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Realmente esse é um critério questionável.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então faça, já que o senhor vai fazer uma homenagem às mulheres--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o segundo, ele não invocou, mas eu vou invocar, que é o critério da idade, para o Senador Francisco Dornelles.

[risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi Alves, Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ambos critérios justos, entretanto não regimentais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem. O critério, já que é mulher, não tem só uma mulher aqui nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas mulheres aí estão querendo demais.

[risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E tem uma mulher que é Presidente e que se associou à CAE, solicitando essa audiência, que foi a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, pela--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ter cinco minutos improrrogáveis mesmo, a campainha já foi acionada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Vamos lá, Sr. Presidente. Muito obrigada pela deferência, aceito ela com muita alegria, pois tenho muito orgulho de ser mulher.

Eu gostaria de fazer três pontos, pontuar três situações aqui que eu acho da maior importância. Primeiro, eu gostaria de agradecer todos os palestrantes, todos os que vieram aqui participar nessa oportunidade, muito obrigada a todos os oito convidados, acho que foi muito elucidativa todas as participações, as manifestações. E eu penso que num futuro bem próximo, não tão próximo assim, mas alguns anos, quando a consciência sindical estiver totalmente amadurecida no país, eu acho que o caminho será a divisão por associações, por ações específicas, por atividades específicas, como defensores da pecuária de corte bovina, da suinocultura, da avicultura. Eu acho que o mundo caminha para isso de acordo com sua maturidade, mas, quando nós temos os números do Brasil, nós ainda desanimamos e vemos o quanto nós estamos longe dessa posição. O Sul do país, mais adiantado, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, valorizam e prestigiam mais o sindicalismo, a forma associativa de convivência, mas eu espero que por todo o Brasil

isso um dia possa acontecer de forma saudável e de forma madura.

A Constituição Federal diz, no seu art. 8º, o seguinte: Inciso I: "É vedado a intervenção de Ministérios e de governo na vida sindical". Esta vedação é explicita no art. 8º, inciso I. Por que estou dizendo isso? Porque o Ministro do Trabalho publicou uma portaria, a 186, desvirtua a Constituição Federal e, portanto, permite uma representação pelos seus associados e no mesmo art. 8º, no seu inciso IV, a Constituição Federal determina que a representação é por categoria e não por associação. Se nós quisermos mudar essa situação, fazer diferente, nós temos que, em primeiro lugar, mudar a Constituição Federal. E ainda no inciso III, diz o seguinte: que não pode haver mais de uma entidade, no mesmo território nacional, representando a mesma categoria. Isso é claríssimo. Art. 8º, inciso I: proíbe a interferência governamental, e o Ministro interviu nessa situação, ao publicar a Portaria 186 e mudar a Constituição. Inciso II, que determina uma categoria só no mesmo país, e o IV, que trata da unicidade sindical. Bom, isso nós temos que observar e, se quisermos mudar esse *status quo*, o Congresso Nacional tem que votar uma PEC e mudar a Constituição Federal. Portanto, todas as confederações, criadas em cima dessa portaria, esse é o julgamento da inconstitucionalidade, porque está contrariando a Constituição, óbvio.

Segundo lugar, Sr. Presidente, eu tenho experiência na vida sindical desde 1984, quando fui Presidente de um sindicato rural no Tocantins, na cidade de Gurupi, que o Senador Leomar conhece tão bem. Nós temos 139 municípios do Estado do Tocantins, todos têm um grande sonho de ter em cada cidade o seu sindicato rural. Mas quando ele procuram ou procuravam a mim, na Federação, quando eu era Presidente, a primeira coisa que eu mostrava a eles era a arrecadação do seu município. Para se ter uma ideia, a CNA, que é da agricultura, ela tem 2150 sindicatos rurais. 500 sindicatos rurais representam e atingem 75% dos produtores. O que o significa isso? Que não adianta uma representação vazia em todos os municípios do Brasil, e ela não ter um centavo para sequer fazer um encontro, fazer uma divulgação, fazer uma palestra, convidar alguém, um técnico, para vir participar, fazer mobilização; não existe a possibilidade de nós darmos um passo nessa vida, infelizmente, sem o componente financeiro estar à frente.

E eu acredito, não estou aqui muito apropriada com os detalhes da CNC, embora ela seja uma co-irmã, mas a estrutura física, construída pela CNC, nesse país, é algo invejável. Com a CNA, é diferente. Por que nós temos a gratuidade desde que existimos? Porque nós não necessitamos de equipamentos físicos, de construções e de laboratórios, porque os nossos laboratórios sãos propriedades rurais. E, no caso da CNC, por exemplo, turismo, restaurantes, os restaurantes não irão emprestar para a CNC os seus espaços para fazer dali um laboratório. Então, é importante, tanto na CNI como a CNC, a construção desses grandes espaços e que são fantásticos, porque são laboratórios. Os meus são a céu aberto, graças a Deus, e, portanto, nós podemos fazer essa gratuidade. E, agora, a gente observa um acréscimo, um crescimento forte, por parte da CNC e da CNI, na gratuidade, porque construíram e chegaram num nível padrão, onde esses espaços garantem a qualidade desses cursos que são distribuídos.

Para encerrar, eu gostaria de deixar aqui apenas um alerta, não se trata de nada pessoal à CNTur, à CNS ou todos aqueles que têm o desejo de representar uma categoria... Muito pelo contrário, eu fico feliz que mais adeptos à representação classista, quer seja do patronal ou dos trabalhadores. Eu quero só chamar a atenção para a temeridade, que é a divisão econômica, porque nós sabemos quem são os países ricos e nós sabemos quem são os estados ricos desse país. E nós sabemos o quanto atinge ao fortalecimento da representação sindical a sua divisão financeira. Isso me preocupa muito, não só na CNC como em todas as outras, e, agora há pouco, o Sr. Norton fez uma explicação bastante lúcida a respeito desse assunto, que, para mim, é fundamental. Questão financeira não se divide. Então eu penso, Sr. Nelson, que, talvez, os trabalhadores do turismo poderiam ficar prejudicados. No momento que eles, agora, poderiam receber o curso gratuito, depois de todo investimento nesse patrimônio, vão começar do zero, porque, também, o senhor vai ter que construir todos esses espaços com dois milhões de reais, a partir do que foi aqui demonstrado ou mais do que isso, os convênios que o senhor possa arrumar. Eu acho que os trabalhadores poderão perder, nós temos que ficar alertas para isso, perder todo esse patrimônio do CNC que eles ajudaram a construir, para começar do zero, na hora de usufruir.

E por último é a questão da intervenção governamental no sistema sindical. Nós saímos de uma ditadura, onde prevalecia o peleguismo nesse país, onde o Ministério do Trabalho construía representações para que ninguém ficasse representado, para que o silêncio pudesse imperar nesse país. E, portanto, nós tivemos as confederações patronais de trabalhadores todas amordaçadas, com sindicatos fabricados, para que não fizesse valer a opinião de todos. E nós não podemos continuar assistindo isso no Brasil, a criação de representações não legítimas. Eu quero apenas chamar a atenção, sem nenhum demérito, ao Sr. Presidente, que luta na área há muito tempo, o Sr. Nelson, mas a

sua CNTur, a sua Confederação do Turismo, e a CNS, que é de serviços, foram todas criadas agora, em janeiro de 2009, com o simples objetivo de entrarem no CODEFAT e dividir a representação patronal. Foi um escândalo nacional--

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Foi um escândalo nacional--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu ouvi V. Exa. o tempo todo, por favor, agora é a minha vez--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um aparte.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não permito agora, que eu não tenho tempo, senão eu permitiria. Então, eu só quero chamar a atenção para isso, que essa divisão e esse enfraquecimento não é saudável para o país, o retorno ao peleguismo não pode acontecer nesse país. E, portanto, Sr. Nelson, o senhor participou de uma reunião comigo, na minha confederação, na CNA, o senhor mandou um representante no nosso jantar com todas as confederações patronais e o senhor desfez a sua palavra por pressão Ministerial. O senhor deu a sua palavra às seis confederações tanto individualmente, o senhor na minha sala, como no jantar promovido de reuniões dos seis, e infelizmente o Ministro do Trabalho fez o senhor e o Presidente da CNC descumprir com a palavra, desonrar da CNC da Confederação do Serviços e a CNTur. O Ministro coagiu as duas confederações que ele criou e fabricou, e fez vocês desonrarem sua palavra com as outras confederações patronais que vocês tinham se comprometido.

[palmas]

Então é por isso que eu deixo aqui para os meus colegas senadores e senadoras, uma alerta com relação a isso. Não é evitar a divisão da representação legítima, é apenas evitar a construção, a reconstrução a reencarnação do peleguismo neste país. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra com a tolerância do--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu entendo, Sr. Presidente, que os Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, o Ministro Dornelles--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Que os Senadores vão usar a palavra e, depois, todos vão ter condição de responder.

[sobreposição de falas]

V. Exa. vai ter condições de responder no momento devido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele quer apenas dar uma ligeira resposta, uma ligeira explicação.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu assumi um compromisso com a senadora, meu, para que a ela fosse a candidata da bancada patronal, acontece que a senadora declinou--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não é verdade, não é verdade, Sr. Presidente. [interrupção de áudio] Presidente, nenhum deputado federal, legalmente, também, não pode presidir o CODEFAT. Presume-se, pressupõe a lei que um Parlamentar não pode ser empregado do governo tendo seu mandato. Então em todos os momentos, em nenhuma situação eu me pus candidata, eu me pus candidata, sempre em todas as confederações--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Kátia Abreu--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --indicam um representante. Era só isso que eu gostaria de esclarecer. Muito obrigada.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Senadora, o meu nome foi citado, a CNTur existe há dez anos, não foi criada esse ano, nós temos direito adquirido desde o ano 2000, o Ministro Dornelles era Ministro do Trabalho, sabe disso, sabe do que eu estou falando. Esses dez anos serão reivindicados, esses equipamentos não serão perecíveis, nós vamos trabalhar juntos ou separados com o SENAC. Agora, V. Exa. merece o meu respeito, e eu quero dizer que questões do CODEFAT, esse não é o melhor fórum para discutir. Obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esta é a sua avaliação, eu sou Senadora da República e estou na minha tribuna à vontade para falar qualquer assunto que me vier no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estamos no debate e eu concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu vou ser muito breve, mesmo porque eu pretendo discutir esse assunto no momento que ele for votado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria fazer uma saudação ao Dr. Gil Siuffo, ao Dr. Nelson, cumprimentá-los pela belíssima exposição que aqui foram feitas pelos representantes da Confederação Nacional de Comércio de Turismo e fazer, não toco mais do que dois minutos, porque eu quero discutir isso no momento da votação.

Eu queria dizer aos senhores o seguinte: o SENAC possui 485 unidades escolares, possui 70 unidades móveis, sendo 21 só para o turismo; formou, em 2008, dois milhões de pessoas, sendo quase 200 mil para a área de turismo; possui 240 tipos de curso em turismo, hotéis-escolas, restaurantes, lanchonetes; está em 2500 municípios. O SESC possui 40 colônias de férias e hotéis com 17 mil leitos, tem quase três milhões de pessoas atendidas no turismo social, 27 milhões em atividades educacionais voltadas para o turismo. E como são mantidas essas atividades do SENAC e do SESC? Com a contribuição de empresas vinculadas a sindicatos que pertencem às confederações, a Confederação Nacional de Comércio, sendo que, das empresas relacionadas ao turismo, 90% dessas empresas estão no SIMPLES, então não contribuem.

Então hoje o serviço prestado às empresas e àqueles trabalhadores da área de turismo, são cobertos com recursos pagos por empresas da área do comércio. De modo que o que vai ocorrer? Nós vamos retirar da área do SESC e do SENAC, trabalhadores que vão para a área do turismo que não vão poder utilizar toda essa infraestrutura existente e vocês não vão ter recurso para cobrir, para dar a eles que hoje eles têm na área do comércio.

Por isso esse é o ponto chave, nós estamos criando uma despesa, uma estrutura que não há necessidade, porque já existe na área da Confederação Nacional de Comércio do SESC e do SENAC uma infraestrutura pronta para a qualidade profissional. Então em nome da eficiência, da produtividade, do custo é que eu vou discutir esse assunto no momento em que isso for votado aqui na Comissão de Economia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Relator da matéria, finalmente, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez parabenizando a todas as exposições. Eu só lamento que o assunto possa ser politizado, nós estamos tratando aqui de um assunto muito específico com relação à questão do turismo, o desenvolvimento do turismo no Brasil, e não a questão política peleguismo ou fora de peleguismo ou estaduais, que não serão resolvidas dentro do Senado, porque os pareceres são complexos, diversos e contradizem coisas que foram colocadas aqui. Eu acho muito ruim esse tipo de politização, devemos discutir aqui que o é melhor para o país e o que é melhor para o turismo.

Sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, esse assunto me chegou como um projeto do Senador Leomar Quintanilha e em no momento nenhum nós verificamos aqui de que é possível se admitir uma discussão, eu diria artificial, uma discussão equivocada de que se quer acabar com o sistema SESC ou SENAC, em momento nenhum isso foi questionado. Esse é um sistema existente que nós parabenizamos, eu fui Governador do Estado e fui parceiro do sistema SESC e SENAC e reconheço todo o seu trabalho. O problema que se diz respeito é que o turismo vem assumindo no mundo inteiro, no mundo inteiro, um instrumento de desenvolvimento específico para países como a Espanha, como é a França, e no país, no nosso país, no Brasil, lamentavelmente não vem assumindo e há um esforço governamental. Em primeiro lugar, houve a própria Constituição Federal procurando dar uma especificidade ao turismo brasileiro. O Governo Federal criou o Ministério do Turismo, a ONU criou um sistema de turismo. Não estamos ligados a ONU hoje, a Organização Mundial do Comércio, é uma Organização Mundial do Turismo, a própria ONU criou isso com a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Então é uma independência de um setor que é uma matriz econômica, que é um alavanca econômica para vários países não tem sido lamentavelmente no Brasil. Então o que se deseja agora é saber, está o turismo efetivamente representado na Confederação Nacional do Comércio? Ou ele simplesmente é um apêndice, lá representa 10% dos interesses da Confederação do Comércio, que é uma Federação importantíssima, é um setor que gera 50% dos empregos no país e do PIB, ninguém quer desmerecer o comércio e nem muito menos quer desmerecer o comércio nem muito menos desmerecer o SENAC e o SESC, mas nós queremos importância específica ao turismo. O Governo Federal criou o Ministério do Turismo. Eu, quando era Governador da Bahia, existia anteriormente a mim uma organização que era a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, no meu governo passou a ser Secretaria de Cultura e Turismo e hoje é só Secretaria de Turismo. Por que não deixar tudo junto? Será que turismo é comércio, efetivamente? É essa a questão que eu me faço. Turismo é comércio?

[manifestação da plateia]

Turismo é comércio? Turismo é uma atividade totalmente diferenciada do comércio, não é uma atividade de comércio, é uma atividade específica.

Então, o que eu vejo hoje é um jogo do seguinte, há uma confederação forte, nacional, do comércio, não quer abrir mão dos seus poderes, não quer abrir mão do que faz, do que recebe, e há aqueles que querem aparecer exatamente dentro de um fomento para um setor muito delicado, que merece que o Brasil não pode ficar na posição lamentável que existe, de 35º, quando é a 10º maior economia com todo o potencial. Ninguém quer desmerecer o trabalho do SENAC, eu conheço muito bem. Estava na Federação do Comércio ainda essa semana, na segunda-feira almoçando e verificando o trabalho feito pela Federação do Comércio da Bahia, do treinamento. E foi importante até hoje, durou 60 anos, durou 60 anos, como é conhecido, mas foi feito. Mas isso não pode impedir que apareçam novos querendo ter uma atenção específica para um setor que merece uma atenção diferenciada.

[palmas]

Isso é cercear que o é novo. Isso é cercear a vontade de que um setor que eu vejo ser debatido aqui no Senado, desde que entrei nessa Casa há sete anos, a questão do turismo pelo Ministro Walfrido Mares Guia, pelo ex-Senador Paulo Otávio, pelo Senador Aldemir Santana, vi o papel do SENAC procurando ajudar o desenvolvimento do turismo, mas eu acho que ainda é muito pouco, porque nós estamos ainda numa situação muito inferiorizada em relação aos nossos vizinhos menores, República Dominicana, Argentina, com relação ao turismo. Então se as coisas estivessem funcionando tão bem, nós não estaríamos nessa posição. Aqui foi colocado pelos trabalhadores e eu ouvi bem o Sr. Moacyr colocando que os trabalhadores ressentem de um sistema vocacionado realmente a adotar, e uma das grandes queixas e entraves do nosso turismo é que nós não temos mão-de-obra qualificada para o atendimento.

Então por melhor que seja os cursos do SENAC, e aqui não vai nenhuma crítica, ele ainda não está atendendo a demanda do mercado brasileiro. Então por isso que eu como relator desse projeto, e longe de mim cercear para um setor tão importante, e eu inclusive sou hoteleiro e sinto carências e necessidades e sinto que esse setor não está se desenvolvendo no país, as dificuldades são imensas. É preciso que se dê uma especificidade a um setor que é específico.

Então é essa posição Sr. Presidente, que eu quero colocar, pedindo a compreensão que nós não queremos aqui dividir, retaliar, diminuir trabalho feito pelo SENAC ou pelo SESC que vai continuar o seu trabalho, mas voltado para a comerciário, a rede hoteleira existente do SESC é voltado para o comerciário. Muitas vezes competindo até com a rede hoteleira privada, mas é um serviço social, tudo bem, eu reconheço e aplaudo o serviço social, eu não posso aceitar que isso substitua o setor privado.

Então é dentro concepção, Sr. Presidente, que o meu relato já foi dado, foi dado um relato favorável ao projeto do Senador Leomar, tem o pedido de vista do nobre Senador Dornelles, que eu respeito e estamos combinando inclusive a data de votação, se possível V. Exa. colocar para de que a 15 dias, que o Senador Dornelles--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Daqui a 15 dias está bom?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Está bom, eu acho que o Senador Dornelles combinamos isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está bom, Senador?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Daqui a 15 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então fica combinado daqui a 15 dias.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Todas as exposições eu quero parabenizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ver a data exata, eu peço a Secretaria--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu só não posso aceitar que se coloque, por exemplo, que essa proposta venha de encontro aos interesses do SENAC ou do SESC, ou da Confederação de Comércio, não é de jeito nenhum, porque eu, como político, como governador que fui, fui parceiro e sei o trabalho importante da Confederação Nacional do Comércio da Federação e desse serviço. Agora, não vamos cercear aquele setor que deseja a sua liberdade, a sua autonomia e o seu crescimento, porque é importante para o país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Senadora Rosalba.

[interrupção de áudio]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Adelmir, olha--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Voltando à questão regimental, o relator é depois do requerente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É que hoje--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Mas V. Exa. tem a minha anuência, atendendo--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, se ele não fizer essa atenção à mulher norte-rio-grandense, as mulheres, lá do Rio Grande do Norte, com certeza, devem já estar questionando por que o Senador Garibaldi está deixando de valorizar a figura da mulher do seu estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu tenho o Senador Adelmir como um homem amigo e compreensivo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Está concedido, Senador.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E ele é casado com uma norte-rio-grandense. Então, mais um motivo para ele me dar essa vez.

[risos]

Mas, Sr. Presidente, Srs. Expositores, eu quero, inclusive, parabenizar a todos que aqui vieram, trouxeram a sua opinião, suas posições e dizer que foi, realmente, muito importante para todos nós. Porque nós ouvimos e aí podemos ter com mais subsídios, fazer a nossa avaliação.

Eu concordo com o Senador César Borges numa coisa, mas discordo frontalmente noutra. Eu concordo quando ele diz que, realmente, o nosso turismo, comparado com outros países, nós estamos muito aquém, mas isso não pode ser, Senador, de forma nenhuma que seja condicionado, que seja colocado nas costas apenas do sistema. Nós sabemos que foram políticas públicas, foram distorções, foi falta de prioridade, principalmente para a nossa região Nordeste, que precisa de instrumento de infraestrutura que o governo vem protelando.

Eu vou dar aqui um exemplo. Como é que se faz turismo, sem você ter aeroportos dignos? Nós estamos com um aeroporto de São Gonçalo, que vem se arrastando a passos que nem de tartaruga, lá no nosso estado, e que foi uma decisão técnica favorável ao Brasil, porque fica na esquina, podemos dizer assim, na região mais próxima da Europa e da África e não foi priorizado porque infelizmente esse aeroporto... Então sem essa estrutura turismo não vai à frente. Com as estradas que nós temos se acabando por aí, eu que ando todo final de semana e vejo, pelo amor de Deus, as BRs, as RNs... Então faltam portos para criar outros tipos. E o seu estado cresceu muito no turismo, porque eu quero aqui parabenizá-lo e parabenizar ao Governador Antônio Carlos, que o saudoso governador, que eu vi o quanto vocês entenderam que esse era um foco para gerar emprego e renda.

Agora, tenho que lhe dizer que conheço, como o senhor conhece, o trabalho do SENAC, o trabalho do SESC, estive agora recentemente lá em Natal, conhecendo as novas estruturas que fazem inveja a qualquer escola privada, que foram inauguradas agora em Natal dentro de acessibilidade, conversei com alunos, conversei com instrutores de cursos de língua, o mais avançado talvez, o maior curso avançado na área de informática e tudo isso é importante para o turismo. Eu conheço a escola que foi abraçada pelo sistema, que é a escola de turismo, o Hotel Barreira Roxa, que tem formado centenas, milhares de trabalhadores exatamente para área do turismo.

Agora, não sou contra mudanças, mas, para mudar, eu gosto de refletir se está dando certo, não tem por que mudar. Então eu acho que tem... Serve, inclusive, esse debate para uma reflexão, porque nós sabemos que, para investir no Nordeste, nós sabemos muito bem que, se fosse só com os recursos que o Rio Grande do Norte, ou só o Ceará, ou só a Paraíba, talvez vocês não possam realmente fazer a estrutura, dar o apoio ao trabalhador que eles precisam, inclusive não só o apoio do curso profissionalizante, mas o apoio social com saúde, com diversas atenções. Não é possível. Nós sabemos que muitos desses recursos vêm proveniente dos estados mais ricos, onde as atividades de serviços, de comércio são bem mais fortes. Que o turismo é comércio, é serviço, se vende passagem, passeio de Bugre, aluga carro, vende-se artesanatos, enfim, mil e uma atividades, que... agora, quero e estou aqui inclusive dizendo que deve continuar e sou contrária a essa mudança.

O meu voto será pela permanência, dentro do próprio sistema como está, mas dizendo que faça-se uma reflexão, inclusive tenho certeza que nessa nova realidade brasileira, quando finalmente se está reconhecendo, se despertou que o turismo é a maior indústria geradora de emprego e renda, que nós podemos ter não somente o Sistema S, a Confederação Nacional, mas também todos os outros órgãos interessados e ligados, inclusive todo apoio necessário para estruturar, para dar condições a que as regiões, principalmente que a desigualdade do Brasil poderia ser revertida quando se entendesse, e o Senador Garibaldi sabe disso, que foi governador e foi um bom governador, fez muito pelo turismo, assim como o Senador Agripino, que não está aqui, mas Natal tem a via costeira, aquela luta que ele encampou, então tudo isso nós sabemos que precisa é de prioridade. É para reduzir desigualdades, gerar emprego e renda lá no Nordeste, não tem praias mais bonitas, não tem clima melhor,

não tem povo melhor, mais forte e mais acolhedor. Agora, é juntar ações que não somente partam da iniciativa privada, das associações, das confederações, mas principalmente se entenda que não pode ser só discurso, tem que ser a prática, a execução da infraestrutura, do apoio, dos créditos, do que é necessário para levar, sim, o turista interno e do exterior para as nossas regiões. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu acho que essa campainha não está funcionando para Senador, não. Não ouvi mais, não é?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já está todo mundo surdo.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu tenho a honra de conceder a palavra, com a compreensão do Senador Leomar Quintanilha, que é o Presidente de uma Comissão, e a Senadora Rosalba, de outra. Eu concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Expositores, e aqui para não citar a todos, mas faço uma citação do representante da CNTur, bem como o professor Gil, representante da Confederação Nacional do Comércio.

Cada vez que eu vejo uma exposição como essa, e o objetivo era exatamente esse, era instruir a todos nós, senadores, dar a clarividência do que fato está ocorrendo, eu compreendo a importância da CNC e desse sistema, o tamanho, a atuação e a força. Foi muito claro isso aqui para mim. O tamanho, porque nós temos 64 entidades patronais representadas pela CNC e aqui se inclui federações estaduais, federações nacionais. Há um momento, inclusive, de que... por que não incluir futuras outras federações nacionais dentro desse sistema. A importância, porque... E essa atuação, porque ela não vem de hoje, parece que nós estamos discutindo turismo a partir de agora. Não, isso vem de longe. Já em 1955, a CNC constituía um Conselho de Turismo, em 1955, isso não é de agora. Posteriormente foi constituída uma Câmara de Turismo que engloba uma série de entidades, aí fora do sistema sindical, todas. Porque, veja bem, não há como nós pegarmos o *trading* de turismo e dizer: "Isso é serviço, isso é comércio, isso é indústria", são tantas as atividades, tantos os setores que estão representados nesse *trading*, que nada melhor do que estar numa Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo, que é a CNC. Com relação ao que foi colocado, que nós temos medo, o medo de perder, não se trata disso, o que nos preocupa não o medo de perder, o que nos preocupa é que tudo o que foi dito aqui, construído nesses 60 anos, de repente não chegar à ponta. Porque isso tudo está funcionando hoje e vem funcionando há muitos e muitos anos. Na hora que nós desvincularmos isso, quem vai sofrer é a ponta, são os trabalhadores que não terão mais acesso nem à formação, e nem naturalmente à assistência... Sim, mas é uma questão de lógica. Se foi criado um novo serviço social de formação e um novo serviço social de assistência, claro que tem que assumir também isso. Apesar do relatório de V. Exa., mesmo com todas essas críticas ao SESC e ao SENAC, falar que vai celebrar convênio conosco, e eu fico feito muito feliz por isso, em se criando. Em se criando.

A CNC, portanto, mostra que essa representação, como eu disse, de hoje, vem de longe. Foi colocado, também, pelo representante dos trabalhadores, uma questão muito e até com um folheto nosso, com relação a cursos. É bom que se diga que esses cursos do SENAC, mesmo de média duração, curso de pequena duração, de grande duração, eles têm uma longevidade, eles têm um tamanho. Temos cursos técnicos que chegam a 16, 18 meses. Então, não uma mensalidade... Às vezes, tem mensalidade, claro, você citou mensalidades, mas esses cursos todos, eles têm o crivo e o reconhecimento dos conselhos estaduais e conselhos nacionais. Nós vimos aí, até citando a questão dos FATs, em todos os estados, cursos de formação de trabalhadores de 12 horas, 14 horas, não é assim. No SENAC, não tem curso inferior a 160 horas, curso que seja certificado. São cursos de 1200, 1400 horas.

E com relação à gratuidade. Mesmo antes desse convênio, desse acordo com o Ministério, mesmo antes, têm alguns que já faziam muita coisa na área da educação, alguns regionais que já superam esses percentuais, hoje. O momento em que nós recebermos o relatório que vai ser feito, e já foi feito desse primeiro semestre, vamos ter a constatação da grandiosidade do número de pessoas que fazem cursos gratuitos no SESC e no SENAC. Apenas para citar um exemplo, e isso é por força de uma lei aprovada aqui, no Congresso, a questão dos jovens aprendizes. São milhares de jovens aprendizes que fazem cursos nos estados inteiramente gratuitos. Cursos de ano, um ano de duração, aliado às empresas. Aqui mesmo, no Distrito Federal, nós temos 1800 alunos, neste ano, que fazem curso de jovens aprendizes por força da lei, claro, mas inteiramente gratuito. Aqui, também, nós temos um convênio, e nós sabemos que o Brasil tem uma deficiência na área da educação, e, naturalmente na área da formação profissional, um convênio com os cursos médios públicos, nas escolas públicas, onde nós estamos aten-

dendo 2700 alunos, inteiramente gratuito. Eles saem da escola, do conteúdo programático do segundo grau, e sai também com o curso de formação.

Foi falada a questão da representatividade. Eu não vou ater a essas questões. Foi muito bem colocado pela Senadora Kátia Abreu essa questão da representação, eu ia fazer algumas considerações sobre isso, mas vou me ater a outras questões. Mas com relação à representatividade nos conselhos regionais e no Conselho Nacional, houve uma mudança recente, é lógico que ainda não é o que os trabalhadores reivindicam, que reivindicam a paridade, ou a igualdade, mas sempre tivemos a representação dos trabalhadores que era indicado pelo Ministério do Trabalho, do mesmo modo que temos a representação do estado, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, tanto no SESC e no SENAC. E aí, houve uma definição recente, e isso varia de acordo com o número de trabalhadores de cada Regional, da representação das Centrais Sindicais. Se eles não estão nos Conselhos, a culpa não é nossa, nós estamos aguardando essas indicações por parte do Ministério do Trabalho. É aí tem um bom número de trabalhadores que vão fazer parte desses conselhos. O Conselho Fiscal, por exemplo, hoje a maioria já pertence a trabalhadores e ao estado, não nossa dos representantes, representando o setor empresarial. Então essas críticas com falta à questão da representatividade, não me parece a mais adequada nesse instante.

A fiscalização, o Prof. Plínio fez referência a um pronunciamento que fizemos no Senado. Cada vez que eu vejo um encontro como esse também é melhor porque clareia, clareia... Foi o Prof. Plínio, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, foi ele.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Ah, desculpe, Professor. Clareia o conhecimento sobre essas entidades. E o meu discurso era exatamente, era uma resposta, porque o Ministro Haddad criticava o sistema S e anunciava as propostas de mudança, e dizia que era uma caixa preta, que não tinha nada, foi quando eu mostrei como era a composição dos conselhos, do Conselho Fiscal e de quem nos fiscaliza, ou quem fiscaliza o sistema. CGU, TCU, enfim, além do Conselho Fiscal.

Para ser não ser repetitivo, é bom que se diga a ação que já foi muito bem colocada pela Profª. Léa, do SENAC, na formação profissional. A formação profissional, portanto, não vou aqui me ater a esse, como foi colocado, o número de instituições, de leitos, de escolas, porque, cada vez que a gente discute isso, vem a clareza desses números. Se pecamos nesses 60 anos, talvez tenha sido em razão do nosso marketing não ter feito propaganda, fizemos calados a nossa atividade. Fizemos sempre isso de forma muito clara para o nosso próprio interior, para o nosso conhecimento, mas sempre atuando. E eu vejo aqui cada senador, e aqui não estavam todos: "Ah, no meu estado foi inaugurado tal, no meu estado foi inaugurado aquilo". E isso não é hoje não, isso é constante, é permanente. Não é porque a discussão está em voga nesse instante, tem sempre instalações novas, aqui mesmo no Distrito Federal tem um Centro social do SESC em Ceilândia, que é uma Cidade Satélite para aqueles não conhecem, em que é dotado um teatro, parque aquático, restaurante, enfim, todas as atividades do SESC que se constituiu num orgulho daquela cidade, que aumentou a auto-estima daquela cidade, isso ocorre em todos os lugares que chegam unidades dessa natureza.

Ainda há poucos dias, no Plenário do Senado, o Senador Mão Santa, o Senador João Vicente, o Senador Heráclito faziam referências à inauguração desse Centro de Turismo ou de formação profissional, ou do SESC de assistência ao trabalhadores na cidade de Luiz Corrêa, no Piauí. Isso para citar alguns casos.

Vejam, já em 1948, isto é, poucos anos após a criação do SESC, a Colônia de Férias de Bertioga era reconhecida como direito dos trabalhadores, lá em São Paulo. Isto, o SESC criado em 46, em 48 já estava dando reconhecimento como um direito dos trabalhadores. E nós temos instalados no Brasil 47 colônias de férias idênticas àquela, e que foi e que tem sido objeto de homenagem em vários Fóruns, essas colônias estão espalhadas em vários estados brasileiros e onde nós não temos colônias de férias, fazemos convênios, isso é o turismo social, acolhimento, a recepção.

Aqui nós temos inclusive a oportunidade primeira, já foi uma coisa que nos orgulhou muito, quando um conjunto de trabalhadores tiveram a oportunidade de fazer a primeira viagem internacional. Isso financiado em módicas prestações sem juros, para citar apenas esses casos. Pessoas que não nunca tiveram, muitos nunca tiveram o acesso a andar de avião e fazendo viagem internacional. Isso para mostrar o SESC.

Nós temos, hoje, 46 clubes de trabalhadores em vários estados brasileiros, e outra coisa: as pessoas que frequentam isso, os trabalhadores, a maioria, a maioria deles está na faixa de um a três salários mínimos. E quando você estende isso até seis salários, chega a 75% do nosso público que frequenta as unidades do SESC, portanto, de lazer, de assistência à saúde, odontológica, 75% chegam a seis salários mínimos, são trabalhadores na área do comércio e serviço. Turismo também, eu falei do turismo de recepção, nós temos um turismo de recepção e também fazemos um turismo que vai para outros lugares, até para o estrangeiro, para trabalhadores do comércio. Porque eles também têm

esse direito de fazer isso. Esse trabalho de incremento à viagem, Senador César Borges, ele é crescente e naturalmente é crescente porque essas estruturas, como foram colocadas aqui, tem vários anos.

O que nos preocupa mesmo, como eu disse, não é medo, o que nos preocupa é que quando você cria estruturas novas há uma pulverização desses recursos, e certamente isso vai chegar muito menos a quem efetivamente nos interessa a atender. Nós falamos aqui, foi falado aqui a Copa de 2014, está aí, gente, está a um passo, como é nós vamos montar estruturas na nova confederação, nos novos serviços, para preparar gente para a Copa de 2014. Nós estamos preocupados com isso, do sistema SESC e SENAC, estamos provavelmente celebrando inclusive um convênio com o SEBRAE, que eu tenho honra de presidir o Conselho Nacional, para chegar aos pequenos empresários, aí não é os trabalhadores, mas para se preparar para a questão da Copa do Mundo. A Copa está aí, não vai esperar a criação de novas estruturas para fazer treinamento para a Copa, não haveria tempo para se fazer isso, é um fato próximo. É um fato já. Então nós temos que colocar, naturalmente, formar esforços.

Eu dizia o seguinte: a CNC encampa não apenas a pirâmide sindical, tem mecanismos para encampar outras instituições, federações nacionais, e por que não somar esforços, usar esses equipamentos em benefício do turismo? Vamos nos juntar. Agora, se dividir, certamente vai chegar à conclusão de que pouco será feito por aqueles que efetivamente necessitam disso, que são os trabalhadores e as pessoas que deverão ser assistidas.

Então, eu reputo, Sr. Presidente, que, na minha visão, nós íamos ter, e aí foi uma vitória do nosso relator, não apenas esta Audiência Pública nestas Comissão. A intenção que tínhamos era ter aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, em outras Comissões, não com o objetivo de retardar ou usar mecanismos regimentais para que o projeto não ande, mas para esclarecer, para dar essa visão, para dar a cultura a todos nós sobre o que é esse sistema.

Eu quero, portanto, dizer da minha felicidade em ter ouvido todos os expositores, embora, sem falsa modéstia, o meu conhecimento já me dava o cabedal para votar o requerimento ou o projeto em todas as comissões, mas eu tenho certeza de que isso vai servir como uma fórmula de os nossos senadores ficarem mais inteirados do que seja esse sistema, CNC, SESC e SENAC e que necessariamente não precisa ser dividido para chegar à ação de treinamento de assistência aos trabalhadores na área do turismo.

São nessas as minhas colocações, Sr. Presidente. E fico aqui, como diz o Senador Dornelles, no dia da votação a gente faz mais alguns esclarecimentos, acompanhando certamente o relatório.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. Presidente da Comissão--

[interrupção de áudio]

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sem nenhuma prerrogativa o último orador, não é, Presidente?

[interrupção do áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Segundo o evangelho, os últimos serão os primeiros.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ainda bem que o senhor está aqui para lembrar disso. Mas meu Presidente Garibaldi, minhas homenagens à Senadora Rosalba Ciarlini, que, lamentavelmente, não pôde continuar conosco, mas que preside a Comissão de Assuntos Sociais, que, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que tenho a honra de presidir, e a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por V. Exa., realizam conjuntamente, à pedido do eminente Senador Adelmir Santana, esta importante Audiência Pública.

Eu gostaria, preliminarmente, de cumprimentar Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da CNTur, Dr. Gil Siuffo, vice-Presidente da CNC, o Sr. Norton Luiz Lenhart que nos deixou, a Dra. Léa Viveiros e o Dr. Francisco Cordão, que, pela segunda vez, tenho a honra de ouvir as apropriadas colocações. Saúdo também o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, o Dr. Plínio Sarti e o Mário Beni.

Eu estou seguro que perdeu, Sr. Presidente, os senadores que integram as três Comissões e que não tiveram a oportunidade de ouvir as balizadas opiniões, as apropriadas considerações que aqui foram estendidas pelos eminentes convidados, que deixaram seus afazeres para procurar trazer luz, trazer indicações das suas experiências de muitos anos militando no setor do turismo, para que nós, membros destas comissões e do Senado, pudéssemos apreciar o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009 que dispõe sobre a criação do Sistema S da Confederação Nacional do Turismo.

Inspirou-me a apresentação dessa propositura, Sr. Presidente, sem pretender reinventar a roda, sem pretender criar nada de novo. Simplesmente acompanhando uma tendência exitosa que já vi adotada pela indústria, pelo comércio, pelo setor de transporte. O

Sistema S desses setores merecem os aplausos de todos nós, brasileiros, pela eficácia desses serviços, pela contribuição inestimável que traz notadamente na área da capacitação e da aprendizagem do ensino profissionalizante. Nós só temos a louvar, nós só temos que aplaudir, vez que o Estado Brasileiro não tem, não reúne às condições de oferecer vagas para que milhões de brasileiros trabalhadores, a grande maioria dos brasileiros, pudessem ter a sua capacitação própria para o enfrentamento dos desafios diuturnos, dos enfrentamentos que cada um tem que ter para cuidar de si próprio e da sua vida, e da sua família.

Em momento algum eu imaginei que nós estaríamos apresentando um projeto de lei para criar um braço importante, não é o escopo total, mas é um braço importante de uma confederação, a exemplo do que ocorre com as outras, que isso viesse promover essa disputa tão forte e tão intensa, até por que há bem pouco tempo, o setor de transporte, é claro que houve algum debate, se separou do setor de indústria, sem nenhum problema. Houve o debate, mas houve o entendimento e eu fico ainda por compreender, quem sabe os senhores poderão me esclarecer, qual é a razão dessa resistência toda. Se não é pelo dinheiro, porque os números apresentados por ambas as confederações dizem que o *trading* do turismo dá prejuízo arrecada menos do que com ele foi gasto. Se não é pelo dinheiro qual é a razão dessa resistência?

Eu entendo ser legítima a postulação da Confederação Nacional do Turismo por grande parte das razões que foram aqui expedidas, que dizem respeito ao enorme potencial turístico que o Brasil tem e que não está sendo aproveitado. Nem o turismo interno, um turismo para os brasileiros poderem conhecer o Brasil, e nem o turismo externo, que nós perdemos para vários países menores do que o nosso aqui na América, para dizer só aqui da América Latina.

Nós temos que compreender onde é que está o gargalo, onde é que estão as dificuldades para que isso ocorra. Se há reclamações do grupamento turístico, dizendo que ainda não houve a capacitação adequada em número suficiente dos trabalhadores no *trading* turístico, alegando que apenas 1% dos trabalhadores receberam a oportunidade de ter uma capacitação.

Quando nós ouvimos o representante dos trabalhadores dizer efetivamente das dificuldades que tem o segmento, com a capacitação e a existente hoje, embora seja muito boa, de boa qualificação, mas está num patamar inatingível, que não permite pelos custos que os trabalhadores do *trading* turístico possam ter acesso a eles.

A Carta de Goiás, foi o 1º Congresso Brasileiro da Atividade Turística realizada neste país de 5 a 7 de dezembro de 1999, na Pousada do Rio Quente, região das águas quentes no Estado de Goiás, numa iniciativa da Frente Parlamentar do Turismo, PARLATUR, da Subcomissão Permanente do Turismo da Câmara dos Deputados, do Ministério do Esporte e Turismo, da EMBRATUR, do Conselho Consultivo do Turismo Nacional e da Comunidade Científica Acadêmica do Turismo Brasileiro, com a presença do Ministro do Esporte e Turismo, do Governador do Estado de Goiás, Presidente da EMBRATUR, Presidente da AGETUR, vereadores de municípios turísticos, presidentes de todas as entidades representativas do setor, trabalhadores em turismo e hospitalidade, deputados da PARLATUR e da Subcomissão Permanente do Turismo da Câmara dos Deputados, deputados estaduais, diretores e professores de faculdade de turismo em hotelaria, vê-se que era um grupo eclético e credenciado para estar discutindo as questões do turismo no país. Realizou esse 1º Congresso, de 5 a 7 de dezembro de 1999. Continha a agenda da sua realização e apontavam dificuldades que o setor tinha, dentre elas, falta da preparação das pessoas que atuam no setor, criar o SESTUR e o SENATUR, a exemplo dos serviços sociais SENAI e SEBRAE, etc. Apoio a Confederação Nacional do Turismo pra obtenção do registro sindical junto ao Ministério do Trabalho, isso em 1999, que vem dizer que a CNTur não foi criada neste ano, como aqui foi afirmado. Em 1999 ela já existia, ela foi criada há dez anos atrás, o que houve efetivamente neste ano, foi que ela somente este ano conseguiu obter o seu registro como entidade sindical de terceiro grau. Então já aquela época, em 99, não só o segmento dos trabalhadores no *trading*, mas todas as entidades representativas, discutindo a questão do turismo, já levantava essa dificuldades que o setor enfrenta, de treinar, de capacitar o pessoal.

Dos expositores aqui, registrei algumas questões que eu achava importante mencionar. Dr. Gil Siuffo argumenta que a repartição dos recursos configura um atentado ao trabalhador do comércio, ele entende que se retirar uma parte dos recursos da CNC para a CNTur vai ser um debacle na CNC. Eu sinceramente, Dr. Gil Siuffo, eu acredito que isso ocorrerá, primeiro porque o *trading* turístico integra o CNTur, eu não sei avaliar quais são os números, mas eu creio que o percentual do *trading* do comércio é muito maior, ou pelo menos de igual tamanho, do *trading* do turismo e que permanecerá na CNC.

O Dr. Nelson de Abreu Pinto comenta que o mercado tem muito a crescer. É verdade. É verdade, não há quem entre nós pode negar que o turismo brasileiro está longe de ser esse instrumento forte e importante que nós queremos e estamos lutando para que ele

seja este instrumento forte de desenvolvimento social e econômico do Brasil. O mundo inteiro está com as vistas voltadas para o turismo, e o Brasil precisa e deve estar também, acho que está também. Eu continuo aplaudindo os trabalhos que a CNC tem feito pelo turismo brasileiro, acho que é um trabalho excepcional, mas não creio que ela ou qualquer outra instituição que possa ser contra a consolidação de uma confederação, de uma outra instituição que quer trabalhar pelo desenvolvimento do turismo e com foco exclusivo, porque eu pessoalmente, a interpretação que faço, que o escopo precípuo, principal, mais importante da Confederação Nacional do Comércio, é o comércio. Que é um segmento importante da economia brasileira, muito importante da economia brasileira. E acho que a Confederação Nacional do Comércio tem sido exemplar, tem dado um show, tem tido muita competência nos trabalhos que faz, que desenvolve, sobretudo com relação aos interesses das demandas desse segmento importante, que é o comércio.

Alega ainda a CNTur que apenas 1% dos trabalhadores do *trading* turístico recebeu curso da capacitação. Se esses dados, a se confirmar esses dados é realmente um trabalho que precisa ser feito com intensidade. É um trabalho que revela ao Presidente da CNTur que será a prioridade que ele vai adotar e já está tomando providências com relação a isso, aliás discorreu com muita propriedade o professor Mário Beni, acho que CNTur não poderia escolher ninguém melhor capacitado, ninguém melhor habilitado, para propor efetivamente um modelo revolucionário de capacitação profissionalizantes neste país. E interessante, com gratuidade, já desde o início. Com gratuidade já desde o início. E há fontes de recursos que podem realmente permitir essa possibilidade. Eu vejo que a CNC também vai investir nesse viés, e eu considero muito importante que comece agora em 2009 oferecendo gratuidade de 20% dos cursos em 2010, 25%, em 2011, 35%, em 2012, 45%, em 2013, 55%, e em 2014, 66%, pode ser atrevida e pode ser ousada a proposta da CNTur, mas a CNTur está se propondo a oferecer gratuidade de 100% já a partir de 2010.

Então são questões que nós precisamos considerar. Ela afirma inclusive que por não ter estrutura física para poder abrigar e implementar esses cursos, fará convênio com instituições federais, sobretudo universidades, escolas técnicas federais, que estão habilitadas e tem todas às condições de atender a essa demanda tão significativa e tão importante.

Então eu creio que as exposições aqui expendidas, Sr. Presidente, foram importantes e foram efetivamente destinadas a contribuir para formação de juízo dos eminentes senadores que integram esta Comissão. Nós sabemos que a sessão está sendo gravada, as notas taquigráficas poderão ser acolhidas, mas é uma pena que nós tenhamos dito a presença de poucos Srs. Senadores aqui nesta sessão. Por essa razão, como nós teremos ainda a discussão desse projeto em outras comissões, eu creio que nós teremos a oportunidade de ampliar bastante esse debate nessas ocasiões.

Eram as considerações que eu gostaria de despender neste momento, Sr. Presidente, agradecendo, mais uma vez, as ilustrativas exposições que os convidados nos trouxeram. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. e pergunto aos Srs. Expositores... Não houve da parte dos senadores nenhuma pergunta. Então, eu pergunto aos expositores e à Sra. Expositora, Profª. Léa--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Desculpe, Presidente, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Houve uma pergunta sua?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não. Eu queria formular pergunta, estava me esquecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu queria que o Dr. Gil Siuffo, que, com muita competência, vem na direção dessa importante instituição que é a CNC, nos colocasse quais sãos as dificuldades a serem vencidas, quais são os gargalos que, no seu entendimento, precisam ser superados para que o turismo brasileiro avance em velocidade.

SR. LUIZ GIL SIUFFO: Senador, eu acho que o turismo brasileiro está avançando em velocidade. É evidente que nós não podemos fazer uma coisa de uma hora para outra, nós não podemos fazer projetos na base de que vamos com promessa, por exemplo, agora a grande meta seria a Copa do Mundo. É preciso, em primeiro lugar, saber de onde vêm esses recursos, porque eu já vivo inclusive ideias de que esses recursos viriam do CONDEPHAAT, que o nos preocupa, inclusive, colocações assim de que foram solicitados cinco milhões de reais para a formação profissional de pessoas para a área de turismo com relação à Copa do Mundo.

Nós estamos preparando 180 mil trabalhadores por ano. Isso não é pouco para o mercado. Agora mesmo, nós vamos colocar aqui, na Câmara dos Deputados, através de um convênio que fizemos, cerca de mil trabalhadores para a área de turismo por ano, garçons, cozinheiros, maitres. Então, na realidade, não

há gargalo. O Senador Adelmir Santana, por exemplo, é Presidente de uma Federação do Comércio aqui, de Brasília, ele sabe muito bem da atuação do SENAC na área de formação profissional. Esse gargalo não existe, senador. Nós gostaríamos, inclusive, de debater isto. O senhor nos deu oportunidade e vamos sentar com técnicos e discutir onde que existe esses gargalos, esses gargalos não passam de afirmações que não procedem. Nós lhe asseguramos, quando nós falamos aqui, por exemplo, dos investimento que mostram com relação aos investimentos, nós arrecadamos, imagine o senhor, 4.57% de recursos da área de turismo e arrecadamos com isso 208 milhões de reais, aplicamos 460. Nós ouvimos aqui colocações como, por exemplo, por que nós queremos ficar livres de alguma coisa que no dá tanto prejuízo? Não, nós não queremos ficar livres disso, isso faz parte do nosso compromisso com a sociedade, isso faz parte do nosso cumprimos com a entidade que representa comércio, bens, serviços e turismo. O conjunto de tudo isso é que nos dá oportunidade de poder trabalhar em áreas deficitárias. Mas, na realidade, o turismo nos dá prejuízo, no ajuste de contas nós vamos verificar realmente que nós estamos cumprindo com a nossa obrigação constitucional, ou seja, nós temos o compromisso... Esses recursos só podem ser divididos entre federações e confederações, que se criem confederações. Essas confederações, como disse aqui o companheiro, têm que conviver e viver inclusive com a Receita da contribuição sindical. Não se pode fazer confederação pensando em criar S e desses Ss dividir e subdividir os recursos, porque isso evidentemente não vai levar a lugar nenhum, isto vai aumentar o custo, nós vamos perder... Como disse o economista, nós vamos perder escala e consequentemente nós vamos gastar mais. Nós estamos mostrando aqui o déficit onde está. Agora, eu quero deixar isto claro porque, primeiro, não há gargalo, nós repelimos a afirmação, não do senhor, mas a afirmação que o senhor ouviu de que existe gargalo, e mais, que nós estamos defendendo aquilo que, na realidade, nos dá prejuízo. Não nos dá prejuízo, não. Servir aos trabalhadores é a nossa obrigação, é o nosso objetivo, e esses recursos são da sociedade e são dos trabalhadores da área de serviço, turismo, de bens.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com palavra o Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Obrigado, Presidente. Prezados Exmos. Senadores, eu fico até realmente surpreso, perplexo, depois de ouvir representante da CNC, o Dr. Luiz Gil Siuffo, falar nesse tom de voz tão acalorado como está tudo bonito, está tudo perfeito no turismo, a CNC não está perdendo dinheiro, está investindo pelos trabalhadores, não há gargalo. Eu quero lembrar aos senhores que a mais de dez anos o Brasil recebe cinco milhões e o mercado interno não tem mais de 20 milhões com acesso ao turismo. Nós trouxemos aqui uma proposta de democratizar o acesso ao turismo, reduzindo custo do turismo em até 50% para a grande população que hoje não tem acesso. Nós estamos ouvindo aqui o representante da Confederação dos Trabalhadores, o representante de uma confederação patronal do setor do turismo que está sendo desrespeitado, porque nós não aceitamos que a CNC ignore, como a eminente representante da Confederação da Agricultura, a Senadora Kátia Abreu também ainda não reconhece que existe uma Confederação Nacional do Turismo para representar o turismo, e pretender dizer que a CNC representa 60 e tantas categorias e que ela quer continuar representando todas, que ela não admite o desmembramento a dissociação de categorias, a saúde sair do comércio, serviço sair do comércio, turismo sair do comércio, ela não admite, ela quer continuar, mesmo criada uma confederação patronal do turismo, ela quer continuar arrecadando o imposto sindical para o comércio e quer continuar fazendo a prestação da formação da mão de obra do setor.

Então, eu queria encerrar, nesses minutos que eu tenho, dizendo que a CNC está incorrendo em grave equívoco, aqui foi falado até em termos de denúncia. Todo mundo sabe que nós estivemos por dez dias na Presidência do SESC de São Paulo e que nós fomos excluídos do sistema S do comércio para não ter acesso o setor de turismo na administração dos serviços profissionais que o SENAC representa e do social que o SESI representa. Nós fomos durante 15 anos diretores, fomos quem inauguramos essa Câmara do Turismo, conhecemos as mazelas deficitárias--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente. É uma nova exposição ou são apenas as considerações finais, Sr. Presidente?

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Não, eu estou encerrando, mas os seus representantes falaram três vezes mais que o tempo que os nossos e nós ouvimos quietos, de forma que eu vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo um alerta para a CNC, já que ela quer abrir o debate, de que vamos para o franco debate, vamos sim. Ignorar que nós temos condições de implodir o que a CNC perpetuou nesses 60 anos, nós temos sim, se o senhor quer esse debate, nós vamos fazê-lo no campo que o senhor quiser.

E eu encerro dizendo que foi um grave equívoco e uma desconsideração que se faz ao senador autor do PLS 174, que foi o último a falar, e não ouvido por todos os senadores presentes, porque a importância do PLS 174 é muito maior para o Brasil e para os brasileiros do que para a CNTur e foi uma desconsideração, e esse equívoco eu espero que a CNC não venha a se arrepender.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço, e, com relação a votação, eu queria apenas dizer o seguinte: eu peço, aqui, a atenção dos senadores, nós temos o dia 18, que será daqui a uma semana, mas há um apelo para que seja votado dentro de 15 dias. Então, seria no dia 25, mas, no dia 25, há uma Audiência Pública sobre citricultura, solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy. Nós poderíamos votar no dia 25, primeiro, esse projeto de autoria do Senador Leomar Quintanilha, com a relatoria do Senador César Borges. Poderíamos votar no dia 25 ou deixaríamos para votar, mas aí eu já acho muito tempo. Depois dessa audiência, eu creio que os esclarecimentos foram suficientes para formar um juízo a respeito do projeto. O que V. Exas. acham?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, a próxima semana, na verdade, o Senador Dornelles solicitou que ele vai estar em tratamento de saúde, ele não poderia estar presente, ele gostaria de participar da discussão. Então solicitou o prazo de 15 dias, e eu, aqui, cedi, mas não vejo, também, nenhuma necessidade específica que tenha que ser 15 dias, pode ser 21 dias, nós estamos amadurecendo, é um assunto muito complexo, importante, e eu acho que devemos ter *quorum* suficiente o número de Senadores presentes, para que seja uma deliberação bastante democrática.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aliás é dia 1º de setembro. Então, vamos marcar a votação para o dia 1º, V. Exas. concordam? Senador Adelmir?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu não faço nenhuma objeção, Sr. Presidente, acho que é de bom tamanho, porque nós temos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dia 1º de setembro?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Porque não terminativo nessa Comissão, depois da votação aqui, vai para a Comissão CCJ, Comissão de Justiça, CDR e CAES, é uma...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Mas veja a importância dessa discussão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, depois de tanta discussão, eu acho que ninguém mais quer falar. Não?

O Sr. Moacyr, por favor, o Sr. Moacyr Roberto quer ainda usar da palavra por poucos minutos.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Não, não, é um minuto, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Atenção, por favor, atenção aqui para a palavra do Sr. Moacir, que ele é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: É só para fazer um registro, é questão de justiça. Eu gostaria de registrar aqui, no Plenário, a presença da Deputada Nair Lobo, que foi, na época de 1999--

[palmas]

Era Presidente da Comissão de Turismo na Câmara, e que foi a Presidente do Primeiro CEBRATUR, eu gostaria de agradecer sua presença e registrar o seu fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Deputada, desculpe que eu não reconheci V. Exa., eu que falei tanto nas mulheres e deixei de registrar a presença de V. Exa.

Sessão encerrada às 14h12.

ATA DA TRIGÉSIMO QUINTO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador **FLÁVIO ARNS**, e com a presença dos Senhores Senadores **AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, GERSON CAMATA, ROSALBA CIARLINI, CÍCERO LUCENA, EDUARDO AZEREDO, MARISA SERRANO, CRISTOVAM BUARQUE, ROBERTO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, MÃO SANTA, CÉSAR BORGES E EDUARDO SUPLICY.** Reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fáti-

ma Cleide, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Álvaro Dias, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Conferência, em atendimento aos Requerimentos nº 27/09-CE e 64/09-CAS, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns, que tem como objetivo discutir o tema: **"**Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em Parentalidade". A Presidência registra a presença para acompanhar a Conferência, da Senhora Samantha França, Assessora Técnica do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde; Senhora Gilvani Grangeiro, Assessora Técnica da Área de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; Senhora Lena Peres, Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; Senhora Olga Matoso, Assessora Técnica da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde e Senhora Ana Ferraz, Assessora Técnica da Área da Saúde Mental do Ministério da Saúde. Prosseguindo, a Presidência informa que a Mesa está constituída pelo Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; Senhor Claude Schauder, Psicólogo, Psicanalista, Professor Doutor da Universidade de Strasbourg – França e Coordenador de estudos e pesquisas sobre o tema e Senhora Maria Izabel Tafuri, Psicóloga, Psicanalista, Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil. Finda a apresentação dos professores Claude Schauder e Maria Izabel Tafuri, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque, Roberto Cavalcanti e Eduardo Azeredo. Logo após, a Presidência abre a palavra para os questionamentos da platéia. Usam da palavra a Senhora Regina Aragão, Psicóloga e Psicanalista da Associação Brasileira de Estudos sobre Bebês – ABEBÊ; Senhora Silvia Zornig, Psicóloga, Psicanalista e Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ; Senhora Olga Matoso, Técnica da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde e Senhor José Carlos Prado Júnior, Médico e Consultor do Departamento de Atenção Básica à Saúde do Ministério da Saúde. Antes de encerrar a Conferência o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, faz a leitura do comunicado que se segue: "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Excelentíssimo Senhor Deputado Severiano Alves e o Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Senhor Antonio Oliveira Santos, para cerimônia de abertura do Seminário Internacional Educação Superior e Técnico – Profissional na América Latina: Garantia de Qualidade, Revalidação de Diplomas e Mercado de Trabalho, a ser realizado no dia 24 de agosto do corrente, no Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **FLÁVIO ARNS,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente Reunião atende aos Requerimentos nº 27, de 2009, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns, e nº 64, de 2009, da CAS – Comissão de Assuntos Sociais, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, e Aditamento nº 1 ao Requerimento nº 27, de 2009, da Comissão de Educação, de minha autoria, para a realização desta Conferência, destinada a discutir "A Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em Parentalidade".

Nós temos, com muita honra, para esta conferência conjunta das duas Comissões, a presença de Claude Schauder, Psicólogo, Psicanalista, Professor Doutor da Universidade de Strasbourg – França e Coordenador de estudos e perspectivas sobre o tema na França. E,

também, de Maria Izabel Tafuri, à minha esquerda, na ponta, Psicóloga, Psicanalista, Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Quero destacar que, particularmente, com a Professora Maria Izabel Tafuri, o Senado Federal e estas Comissões vêm tendo já uma parceria, há algum tempo, no debate da questão da saúde mental e nos encaminhamentos que podem ser realizados nesta área, através do esforço coordenado da Universidade e do Congresso Nacional.

Eu quero dar as boas-vindas ao Professor Claude Schauder, que já esteve no Estado de Pernambuco nesta sua viagem ao Brasil, está agora no Distrito Federal, participa desta pesquisa internacional, coordena este levantamento, estudo sobre o tema na França, irá, na sequência, ao Estado de Minas Gerais. Eu comentava com o Professor Claude Schauder que esta é uma área extremamente necessária de desenvolvimento no Brasil, seja para o adulto, para o adolescente, para a criança, para a gestante e, particularmente, na área que vai ser abordada hoje: saúde mental materno-infantil. Quer dizer, lá no início, a prevenção e a educação em parentalidade. É um universo muito grande no Brasil, que necessita de atendimento nesta área, as estimativas indicam de 15% a 20% da população, 15% a 20%, e casos assim mais severos que necessitam de um atendimento mais especializado, de acordo com as estimativas, os percentuais vão para 3% a 4% da população, o que, de qualquer forma, significaria 8 milhões de brasileiros. Então é um universo grande.

O objetivo deste encontro é a reflexão, é o diálogo, o conhecimento da pesquisa que vem sendo feita, a reflexão sobre o assunto para que a partir deste momento possamos, na sequência, em conjunto com as demais Comissões do Senado Federal, com o Executivo, com a sociedade, com as universidades, pensarmos em encaminhamentos, em desdobramentos. Existe um esforço consistente já há algum tempo, bem direcionado por parte do Ministério da Saúde na área do atendimento da pessoa que apresente a necessidade de um atendimento em saúde mental. Uma organização forte, um atendimento comunitário, a organização dos CAPS – Centros de Atendimento Psicossocial, seja para adolescente, para adulto, para álcool e drogas, mas também para crianças, CAPSi, para a infância, para crianças, adolescentes. Então o esforço vem sendo feito, e a reflexão que se faz é nesse sentido de, permanentemente, buscarmos mais qualidade, é um desafio constante, através do intercâmbio de ideias, para que esta área possa ter os resultados que as pessoas merecem, particularmente as mães, as crianças, os pais e as famílias, lá no início desta caminhada pela vida.

Então eu quero dar as boas-vindas ao Professor Claude Schauder, à Professora Maria Izabel Tafuri, da UnB, a Universidade de Brasília, dizer que este evento está sendo conjunto. Com muita honra, eu tenho ao meu lado, para quem eu vou passar a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Lá na Comissão de Assuntos Sociais, se discute a saúde, assistência, o trabalho, a previdência. Esta Comissão aqui discute a educação, a cultura e o esporte. A Senadora Rosalba Ciarlini já foi prefeita. Então já esteve, em termos de Executivo, muito próxima dessas necessidades, é membro também e autora do requerimento, inclusive, desta Comissão de Educação, membro titular desta Comissão. E um detalhe importante: é médica e é médica pediatra. Então é uma pessoa altamente... Quer dizer, com conhecimento da necessidade da abordagem desse tema. Então é uma honra, Senadora, estarmos juntos, não só nessa, mas em qualquer outra atividade que venha a beneficiar a sociedade, as pessoas da comunidade. Então eu passo a palavra a V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de inicialmente cumprimentar ao Dr. Claude Schauder, é um prazer muito grande, eu acho que é uma oportunidade ímpar para todos nós, a Dra. Maria Izabel Tafuri, que também está aqui para apresentar um pouco da sua experiência, do seu trabalho, e, quando eu digo que isso é uma oportunidade ímpar, é porque o Dr. Claude está à frente de uma experiência, de uma análise que está acontecendo praticamente em vários recantos deste mundo. E nós sabemos o quanto é importante esse tema.

É muito comum, eu tenho certeza, todos nós ouvirmos, de repente, uma mãe, uma professora, alguém da comunidade dizer: “Essa criança é hiperativa” ou “Essa criança é muito triste”, tanta coisa que começamos a notar na escola, num comportamento que, muitas vezes, na grande maioria das vezes, não é aquele que se espera dentro da normalidade. Por que é que isso acontece? O que é que poderíamos ter feito? É isso que nós temos que focar, o que é que poderíamos ter feito, porque o grande problema é exatamente que no decorrer dos anos, e aqui eu estou falando, Presidente, o senhor sabe muito bem, não somente com relação aos transtornos psíquicos, mentais que acontecem na sociedade, mas, também, com outras questões, principalmente o senhor, que é muito ligado à área de apoio àqueles que têm deficiências físicas e sabe que muito pode ser evitado na prevenção. E prevenção se faz com educação. Então esse trabalho é de educar. Não

se educa somente uma criança. Nós temos que ser educados todos os dias. Educar os pais na preparação dos seus filhos, educar aqueles que estão entorno da chegada de um bebê, então isso é muito importante. Fazer com que os professores saiam daquela redoma de que professor é só para ensinar a, b, c, 1 + 2. Não, professor, no sentido amplo da palavra, ele é um educador, ele é um formador, ele acompanha a vida de uma criança. A escola, como a gente sempre diz, tem que ser a sua segunda casa, mas que seja uma casa bem estruturada, uma boa casa.

Então são essas questões que, com certeza, com o conhecimento, com a análise, com as pesquisas que foram desenvolvidas pelo Dr. Claude e que foram realizadas por uma equipe com certeza dedicada e competente na França, na Itália, Canadá e Brasil, que nós possamos aqui apresentar caminhos que auxiliem esta Casa, o nosso trabalho a nível da Comissão e a nível do Congresso, de que possamos avançar com medidas, com ações, com projetos que levem o nosso Brasil a ter essa visão mais ampla da importância da prevenção, do trabalho com a criança quando ela ainda está começando pelo ventre materno.

Era isso que eu queria colocar e mais uma vez agradecer, dando bom-dia a todos, e tenho certeza que teremos muito a aprender hoje e que será muito útil para o nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a fala da Senadora Rosalba Ciarlini. Quero destacar a presença de Samanta França, Ministério da Saúde – Departamento de Atenção Básica; Gilvani Granjeiro, também do Ministério da Saúde – Área da Saúde da Criança e Aleitamento Materno; Lena Peres, Ministério da Saúde – Área da Saúde da Mulher; Olga Matoso, Ministério da Saúde – Política Nacional de Humanização; e Ana Ferraz, Ministério da Saúde – Área da Saúde Mental. Então sejam todas bem-vindas e é importante que o Ministério da Saúde esteja presente, não só o Ministério da Saúde, porque nós queremos nesta área um trabalho interministerial, que seja de todos os Ministérios, mas com uma ênfase, sem dúvida, importante, como vem acontecendo no Ministério da Saúde.

Quero destacar e dar as boas-vindas à Dra. Nicole Schauder, esposa do Claude Schauder, seja muito bem-vinda ao Brasil e ao Senado Federal.

Quero destacar também que esta Conferência, este momento está sendo acompanhado pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, os veículos de comunicação do Senado Federal. E, na sequência, serão transmitidas também pela TV Senado na íntegra para todo o Brasil e incentivamos as pessoas que por ventura venham a tomar contato com esta iniciativa, que entrem também em contato com uma das duas Comissões com comentários, sugestões, para os desdobramentos deste evento.

Iniciando, então, esta Conferência, eu vou passar a palavra à Professora Maria Izabel Tafuri, que é membro do grupo de pesquisa, que terá toda a condição de apresentar o quadro da pesquisa sendo desenvolvida, apresentar o trabalho do Professor Claude Schauder para que, na sequência, eu possa também passar a palavra ao Professor Claude. A Professora Maria Izabel Tafuri já foi apresentada, é Psicóloga, Psicanalista do Instituto de Psicologia da UnB – Universidade de Brasília e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Quero destacar a presença do Senador Cristovam Buarque também, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque esse assunto é uma questão de direitos humanos, ex-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e ex-Ministro da Educação, sempre um educador dos mais conceituados no Brasil. E do Senador João Ribeiro, do Estado do Tocantins. Sejam muito bem-vindos.

Com a palavra a Dra. Maria Izabel.

SRA. MARIA IZABEL TAFURI: Em nome da Universidade de Brasília, eu gostaria de agradecer o apoio do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e da Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, oferecido à comunidade científica.

É de fundamental importância que possamos trabalhar de forma complementar no tocante à atenção básica e promoção à saúde mental para o alcance dos nossos objetivos. Almejamos, por meio da pesquisa em educação e prevenção à parentalidade, propiciar um conjunto de dados científicos que possa subsidiar a criação de Leis e de programas de serviços médico psicossociais voltados para a promoção da saúde mental dos pais e das crianças.

A pesquisa em educação e prevenção à parentalidade começou a ser desenvolvida em Brasília em agosto de 2008, a partir de uma parceria científica internacional com a universidade de Strasbourg, por meio do Professor Dr. Claude Schauder, que nos convidou a fazer parte dessa pesquisa juntamente a outros países: Rússia, Itália, Canadá e França.

Um dos objetivos primordiais dessa pesquisa é o de analisar as influências culturais socioeconômicas sobre a questão da parentalidade. No Brasil há um interesse em ampliar a pesquisa em outros Estados. Este ano conseguimos iniciar a pesquisa no Rio de Janeiro, com a coordenação da Professora Silvia Zornig, que

está presente aqui hoje, e já estamos em conversação com a equipe de Recife por meio da Professora Dra. Paulina Rocha.

Em relação à equipe de pesquisadores em Brasília, contamos com mais duas professoras da Universidade, a Dra. Daniela Chatelard e a Dra. Diones Zavaroni, que está presente aqui também, e com alunos da graduação e pós-graduação do curso de psicologia e profissões afins que também estão conosco aqui hoje. Contamos com o apoio científico da Associação Brasileira de Estudos sobre os Bebês, com a Dra. Regina Aragão, que está presente aqui hoje. Obrigada, Regina.

Até o presente momento ainda não obtivemos recursos financeiros para continuar a nossa pesquisa, estamos trabalhando em regime de voluntariado. É imprescindível a obtenção de recursos financeiros para a continuidade de uma pesquisa deste porte.

A pesquisa está sendo feito nos hospitais materno-infantis e nos centros de saúde das cidades-satélites do DF. Entrevistamos mães e pais gestantes durante o período da gravidez, são entrevistas semi-dirigidas, realizadas no período da gravidez, no terceiro, sexto e nono mês, a quarta entrevista é quando o bebê nasce e a quinta é quando a criança completa um ano de vida.

O objetivo é o de conhecer as expectativas que essas mulheres e esses pais trazem consigo face ao período da gravidez e em relação a futura função de se tornarem pais. Além disso, procura-se objetivar a demanda que essa população tem dos serviços prestados a eles, o que eles esperam dos médicos, dos hospitais, da comunidade de uma maneira geral. A pesquisa tem duração de pelo menos três anos.

O Professor Dr. Claude Schauder é Psicólogo, Psicanalista, Professor associado da Faculdade de Psicologia da Universidade de Strasbourg, é Presidente de várias Associações na França e é Coordenador da pesquisa internacional deste projeto, de um plano de perinatalidade na França, no período de 2005 a 2007, que se chama PNP, que ele vai falar daqui a pouco para nós.

Eu gostaria também de agradecer a presença da Dra. Nicole Schauder, esposa do PRofessor Schauder, que também trabalha como pesquisadora nesse trabalho, ela é Médica Doutora em Psiquiatra na Universidade de Strasbourg, ela é especialista na área de saúde pública em epidemiologia e ela vai nos apresentar amanhã pela manhã, na UnB, um modelo de análise quantitativa e qualitativa da pesquisa.

Agradeço também a presença do Ministério da Saúde, com os vários representantes que estão aqui, e passo a palavra ao Professor Claude Schauder.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação nesse momento da Maria Izabel Tafuri e, como ela falou, ouviremos agora o professor Dr. Claude Schauder.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Antes de mais nada, obrigado aqui ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, obrigado à Sra. Rosalba Ciarlini, Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais, obrigado aos Senadores que estão presentes aqui.

Eu tenho a honra de ser convidado para estar aqui e vou fazer o possível para lhes falar desse trabalho de pesquisa que eu estou coordenando(F), a minha esposa e eu, em Strasbourg e em todos os países que foram citados agora. É uma grande ambição e será possível especificar mais claramente daqui a pouco, quando eu terminar essa minha fala inicial, em relação ao que existe atualmente no nosso país. Em nosso País, desde muito tempo, algumas iniciativas foram tomadas e agora eu vou lhes falar das últimas que estão em curso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [ininteligível]

INTÉRPRETE: [pronunciamento em outro idioma]

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Então eu vou lhes falar agora de um plano que existe na França, vou expor as grandes linhas, que se baseiam nos textos seguintes. O slide. Obrigado.

Então para dar uma referência para a qual vocês possam encontrar esses documentos. Esses são os três documentos sobre o qual o programa atual se baseia. O primeiro, a alta autoridade da saúde, que produz um plano que se chama Plano Perinatalidade 2006/2007. O segundo é aquele da mesma autoridade e que se chama Recomendação Profissional. O terceiro é uma circular que vocês poderiam encontrar facilmente na internet, basta procurar pela autoridade de saúde. Todos esses documentos estão à disposição.

Esse plano que atualmente é aplicado no plano de 2005, o Plano Perinatalidade, dá sequência ao precedente que organiza, desde 1945, o acompanhamento médico das crianças e dos nascimentos. O próximo slide, por favor.

Esse plano tem vários objetivos. O primeiro deles é reduzir ainda a mortalidade perinatal de 15%. Isto é, nós queríamos chegar a uma mortalidade natal de 5,5 por mil, enquanto estivemos, em 2004, ainda em 6,5 por mil. Nós gostaríamos também de reduzir a mortalidade maternal de 40%, isto é, passar de 9% por mil a 100% em mil. Nós queríamos também melhorar

a qualidade dos cuidados. Na França, continua ainda muito insuficiente com relação ao que consideramos necessário na maioria da população. Nós gostaríamos, também, de uma oferta mais humana, mais próxima das populações, permitindo-lhes participar da elaboração das políticas pré-natais. Nessa perspectiva, nós constituímos comissões regionais e também comissões nacionais, o que chamamos de Comissões do Nascimento, para as quais algumas medidas, algumas associações de profissionais são representados. Então, os meios que foram implementados são de 270 milhões de Euros, no decorrer de três anos, 270 mil Euros. Eu não vou passar os valores para vocês em Real, mas é uma quantia considerável que foi me mobilizada nessa perspectiva para uma população de 60 milhões de habitantes.

As medidas, encaradas no âmbito desse Plano Perinatalidade, são, antes de mais nada, a modernização do parto, sendo que queremos melhorar também o meio psicológico e social da mãe, além da criança. Também nós queremos implementar um programa de preparação para o nascimento e o parto, que nós chamamos de PNP, que advém de uma circular de 4 de junho de 2005, cujos detalhes vão ser dados daqui a pouco.

Então este plano, este Programa Preparação ao Nascimento e à Parentalidade, consta algumas considerações. O primeiro desses quadros(F) é que é melhorada... É um período importante, onde se encontram reativados os conflitos e os problemas psíquicos(F), que, previamente, pelos parturientes... Isso quer dizer [ininteligível], virgem, mas a gravidez chega numa história em que os elementos dessa história reaparecem no seio e no âmbito dessa gravidez e durante o parto.

O segundo ponto é que o pós-parto, que é o tempo que segue a gravidez, é um período de grande fragilidade.

O terceiro é que, durante este período pré-natal, algumas coisas importantes se produzem, que podem ter consequências e consequências que, talvez, são graves, consequências graves a curto prazo, que acontecem especificamente... Coisas que intervêm sobre a continuação da gravidez. Acontecem coisas também que intervêm a meio prazo sobre o parto em si. A longo prazo, também, tem coisas que só acontecem durante a gravidez ou o parto, que vão ter repercussões ao longo da vida não apenas da criança, mas da mãe também. Isso é importante porque significa que tem algumas consequências que devemos levar em consideração. Muito precocemente, assim, nós queríamos, de alguma maneira, evitá-las. Desde a gravidez, o início da gravidez, algumas coisas podem ser responsáveis pelas ameaças de parto precoce. Da mesma maneira, podem acontecer algumas coisas no plano psíquico e psicológico que podem gerar um parto prematuro, sem que haja, necessariamente, ameaças prévias, todas consequências da vida problemática da gravidez sobre os partos a risco. Eu digo que não são apenas causas psicossomáticas, mas causas psicológicas, causas que são eventualmente ligadas ao que pode viver uma mãe nesse tempo. E, também, as consequências são problemas... Eu sei que aqui, nesse País, o aleitamento natural é muito importante e vital, já que esse tempo é um tempo que permite à criança receber alguns anticorpos preciosos. É verdade também que esse problema de aleitamento não é apenas natural, mas diretamente ou indiretamente induzido por elementos durante a gravidez. E, também, todos os outros problemas de pós-parto e das consequências logo depois do nascimento e que podem ser ligadas ao que aconteceu durante a gravidez e, sobretudo, durante o parto.

Enfim, tudo o que lhes interessa é o que eu falei, o que a Senadora Rosalba Ciarlini falou, tudo que pode acontecer é que tem a ver com os transtornos precoces, tudo que pode acontecer entre a mãe e a criança e o resto da sociedade também, começando pelo pai, isto é, na gravidez coisas acontecem e que vão diretamente agir sobre o desenvolvimento das relações da criança com o seu meio ambiente.

Tudo isso foi concebido para prever consequências da maneira seguinte: de um lado esse plano para o nascimento da parentalidade, preparar o casal para cada etapa da gravidez, do nascimento e do que vai acontecer depois para acolher os pequenos e, também, nós vamos também reparar precocemente as dificuldades do casal quando isso for possível. E, também, nós queremos acompanhar cada casal numa perspectiva preventiva dos transtornos para a criança.

Então como este projeto vai ser implementado? Nós vamos implementar um cuidado global de todas as dimensões em jogo durante esse período, isto é, nós temos o projeto, nós começamos desde 2005 a criar laços securizantes e a reforçar os laços existentes com a rede de profissionais que estão em volta da mãe e da criança para aumentar a coordenação do período ante e pós-natal. E, também, acompanhando a mulher ou o casal, quando for possível, nas decisões que eles vão tomar em relação à sua saúde, à gravidez e ao parto. Enfim, uma despistagem(F) de diversos fatores de risco é organizado e, também, uma orientação em direção de especialistas, em casos de necessidades, especialistas de saúde somática evidentemente, e, também, especialistas da saúde psíquica.

E, por fim, nós encaramos informações à parentalidade que estão, efetivamente, atualmente, em

debate, e que estão na origem da pesquisa cujo eu sou o coordenador, que eu vou falar daqui a pouco, se tivermos tempo.

Este programa de preparação ao nascimento e parentalidade, vou resumir falando que trata-se de incentivar a cada etapa da gravidez à adoção, pela mãe e pelo pai, de um estilo de vida saudável para a sua vida e a vida da criança, trata-se de reforçar a confiança em si, na mulher e no casal também, durante e depois da gravidez, e, também, trata-se de assegurar à mulher um apoio personalizado durante e depois da gravidez. Enfim, apoiar a construção de laços familiares, preparando o casal para o recebimento da criança.

Este programa é desenvolvido em uma unidade de acolhimento e cuidados, isto é, em todo lugar onde as mães são recebidas antes do nascimento e depois do nascimento, no pós-natal, nas consultarias, que nós chamamos de prevenção maternais infantis. Esse programa também é organizado sistematicamente, com uma entrevista individual no quarto mês de gravidez. É um exame sistemático médico, psíquico e social. Ele vem completar os sete exames pré-natais obrigatórios e a preparação do nascimento é sempre feito em sessões coletivas. Essa quarta entrevista é individual ou em casal, é obrigatório e proposta aos futuros pais para preparar e para acompanhar o nascimento da criança. Ele facilita intensificar as condições de intervenção dos psicólogos e maternidades, que é um ponto extremamente importante, porque vocês sabem, sem dúvida, que na maioria dos países ocidentais os psicólogos tiveram algumas dificuldades para entrar nas maternidades e hoje em dia nos nossos países cada vez mais psicólogos são colocados à disposição de diferentes mães e dos bebês. Isso é de extrema importância, eu digo dos bebês. Eu falava agora há pouco do trabalho que fazemos com crianças prematuras. Este programa experimenta casas de maternidade que são providas de recursos técnicos, são menos técnicos daqueles que estão nos hospitais universitários e são lugares que permitem o parto com segurança, mas, ao mesmo tempo, num contexto menos medicalizado e mais humano. Este programa procura melhorar o apoio às mulheres e aos casais em situações precárias, isto é, dar ajudas financeiras durante o tempo da gravidez e, também, eles querem promover as condições de formação e de exercício dos profissionais do nascimento, isto é, melhorar o trabalho de cuidadoras, o trabalho dos médicos, para torná-los menos técnicos e mais centrados na escuta e nos problemas dos pais. Então vocês devem organizar esse tempo.

Num primeiro tempo, uma entrevista interindividual no quarto mês. No terceiro trimestre, esta [ininteligível] de preparação ao parto, depois o nascimento. Durante esse tempo no hospital, as mães podem encontrar com psicólogos, também durante a gravidez, sendo que, de volta ao domicílio, elas podem ter acesso aos psicólogos de prevenções maternais e infantis. Tudo isso é evidentemente dos acompanhamentos médicos e ecografias(F), que são em número de quatro, obrigatórias, durante o tempo da gravidez. A entrevista do quarto mês, cujo eu falei agora há pouco, é centrado particularmente sobre o fato que há coisas no casal que são difíceis de dizer espontaneamente. É com o apoio e a ajuda profissional dessas mães que esses futuros pais são levados a expressá-las, a conhecer a parteira e o profissional, que, nessa entrevista, leva a expressar essas dificuldades. Não é de uma maneira obrigatória, mas, quando for possível, no respeito e atenção que poderemos dar a esses homens e mulheres e colocar à sua disposição nossa escuta e a nossa disposição para obrigá-los a revelar segredos que querem guardar para eles. Essas entrevistas no quarto mês, seja no hospital, durante a primeira ecografia(F), isto é, no quarto mês, seja em escritório, quando as mulheres escolhem trabalhar com parteiras ou um ginecólogo, um obstétrico.

O objetivo dessa entrevista do quarto mês, antes de mais nada, é mostrar as perspectivas, as necessidades dos projetos das mulheres grávidas e dos casais, dando informações. Trata-se de dar informações sobre contexto psicoafetivo e social da mulher grávida e preparar a chegada ao mundo do bebê. Essas entrevistas duram quarenta e cinco minutos, em média, e são interativas. É a mesma coisa para as [ininteligível] pré-natais, que é o que chamamos de preparação para o parto, que elas acontecem individualmente e em grupo, que duram quarenta e cinco minutos, são elas também interativas. Nesta sessão são mulheres que se reúnem no fim da gravidez para preparar o parto e, também, para uma aprendizagem dos cuidados da alimentação e da prevenção. Este trabalho se faz com a parteira e com [ininteligível], e, na necessidade, com psicólogo, quando a mulher o deseja. Os objetivos deste trabalho de preparação ao parto são de acompanhar a criação do laço pai e filho e a construção dos laços familiares. O próximo slide, por favor.

Em complemento do que eu acabei de falar, tem um acompanhamento pós-natal, no nosso país, que prevê isso, seja a domicílio, seja nos locais da prevenção maternal e infantil. Esse acompanhamento pós-natal é previsto em domicílio quando se trata de uma precocidade depois do parto, quando há situações ou necessidades particulares, como a patologia dos pais, a toxicomania, os problemas sociais ou sociopsicológicos. É previsto também este acompanhamento pós-natal para responder às exigências dos pais. É

realizado pelo serviço de proteção maternal-infantil, seja pela pediatra, seja pelo psicólogo ou pelos trabalhadores sociais. Seu objetivo, nesse acompanhamento complementar, é completar os conhecimentos dos pais, acompanhar os cuidados do recém-nascido e favorecer os laços de apego. Trata-se de verificar o bom desenvolvimento psicomotor da criança, de pesquisar sinais de depressão pós-parto, enfim, de ajustar o acompanhamento da mãe e da criança em função das necessidades para apoiar a parentalidade.

Eu vou parar por um instante agora antes de terminar e vou falar de algumas observações, algumas críticas gerais que nós formulamos, nós mesmos, em relação a esse programa que é implemento no nosso País. É assinalar, num primeiro tempo, que trata-se de uma abordagem de prevenção e de educação dos adultos que pode parecer constrangedor. A entrevista do quarto mês pode parecer estigmatizante para algumas pessoas, assim como o acompanhamento pós-parto, em particular para as pessoas que não exigiram nada e que temem essa [ininteligível] da família que o Estado poderia organizar nesse contexto. Não pelo serviço das famílias ou ao serviço das mães e dos pais, mas a proveito dos serviços sociais que levarão informações que vão assegurar aos interessados. Esta observação é muito importante, e nós, profissionais, que pensamos em participar da elaboração desse programa, nós tentamos ser extremamente vigilantes, extremamente presentes no campo, para evitar as derivas e fazer com que essa entrevista do quarto mês e todo o resto das iniciativas que tínhamos tomados sejam menos estigmatizante possível para as famílias. Nós tentamos, cada vez que for possível, retomar e colocar os profissionais diante das suas responsabilidades, dando-lhes as ferramentas para recentrar em direção das famílias essas informações(F), mesmo se algumas vezes a tentação de um controle está no horizonte.

A preparação... A segunda observação crítica é que a preparação à parentalidade talvez, algumas vezes, responde princípios. Isso quer dizer que nós tentamos, ao nível dos profissionais, ao nível das associações que podem fazer esse trabalho, fazer com que todas as informações que nós damos a estas famílias sejam as mais neutras possíveis, no plano ideológico, que é menos possível, não infiltram, não se introduzem dentro desse acompanhamento de qualquer natureza que seja. É nossa responsabilidade como cientistas e pesquisadores de sermos extremamente vigilantes a isso, de capacitar os profissionais que, na maioria das vezes, eles não querem, são apegados à sua própria cultura, ideologia, e são algumas vezes tentados de orientar numa direção ou outra estas famílias. É isso.

Nessa perspectiva e diante da dimensão experimental deste programa, nós organizamos pesquisas complementares. Essas pesquisas são orientadas em duas direções: conhecer melhor as expectativas do casal e, também, melhorar os acompanhamentos antes e pós-parto. É nessa perspectiva que continuamos a pesquisa, que nós queríamos uma dimensão internacional comparativa, isto é, o que nós fazemos aqui agora nesse momento, no Brasil, nas cidades que a Maria Izabel Tafuri mencionou agora há pouco, Brasília, Rio de Janeiro e, talvez, em Recife, como nós vamos estender essa pesquisa comparativa para ter todos os elementos disponíveis, graças a estas comparações de conhecer melhor as dimensões culturais que intervêm nesse campo. Esse é o nosso trabalho na América do Norte, em Montreal, na Rússia também, Pittsburgo, na Itália, em Florença, e também no nosso País, em Strasbourg.

Eu agradeço a atenção de vocês, eu estou à disposição para responder às suas perguntas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a participação do Dr. Claude Schauder, nesse primeiro momento, e, também, da Maria Izabel Tafuri.

Habitualmente o que nós fazemos, damos a palavra em primeiro lugar para os Senadores que desejarem fazer alguma consideração e depois, como se trata de uma Conferência, nós podemos abrir também para o público presente fazer algum comentário e alguma pergunta para o Dr. Claude. Quem que poderia, pela parte da Secretaria, fazer as inscrições, se for necessário? Já estão fazendo. Ah, está aqui, já está aqui. Muito bem.

Senador Papaléo Paes, Senadora Rosalba, gostariam de usar a palavra para fazer algum comentário? Em primeiro lugar, os autores do requerimento, que são o Augusto Botelho, Papaléo País, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, Presidente, começa pelo senhor, se tiver algum comentário a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, por favor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu só gostaria aqui de dizer que aplaudimos todo esse esforço do Dr. Claude, através da Universidade de Strasbourg, com essa pesquisa que está sendo realizada no Brasil, não somente o Dr. Claude, mas a todos que estão participando no Brasil, a nossa querida Professora Psicóloga Maria Izabel.

O que eu gostaria aqui de colocar é que esses cuidados que nós vimos que são essenciais, primor-

diais e são necessários, de uma importância muito grande, exatamente para manter os pais e a gestante durante todo esse processo, dentro de condições que realmente possam bem acolher o seu filho, eu gostaria aqui, como foi colocado, que essa pesquisa será realizada durante três anos. O que é que vocês já têm com relação ao desenvolvimento dessa criança nos três primeiros anos de vida com relação à situação de acolhimento, a situação de saúde, vamos dizer assim, do casal, dos pais, da casa onde essa criança chega? Se já existe alguma coisa que mostre as reações dessa criança, a sua conduta, o seu comportamento psicopsicológico já com relação a esses cuidados que eu considero fundamentais e que nós sabemos que são realmente importantes e que precisa ser entendido em todo o mundo. Eu sei que em algumas pessoas países já estão mais avançados, mas no nosso Brasil, de um cuidado ainda maior, porque infelizmente, Dr. Claude, o nosso País tem uma mancha que é dolorosa, que é o da mortalidade materna, nós estarmos entre os países onde a mortalidade materna ainda é, e não é um dado confiável porque nós temos muitos casos de subnotificação, devido à extensão do nosso País existem casos de mortalidade materna que não chegam a ser notificados, mas mesmo assim nós ainda temos um número de cinquenta e oito mulheres para cem mil. É um número altíssimo. E a nossa mortalidade infantil, embora tenha reduzido bastante e isso é muito bom, inclusive uma das metas do milênio, a mortalidade infantil, nós vamos chegar a esse nível, continuando os cuidados, mas ela caiu no Nordeste, no Brasil de uma maneira geral, mas especificamente a mortalidade hoje infantil está concentrada praticamente, a grande maioria, nessa etapa do primeiro ano de vida. Então realmente é algo que é preocupante.

Inclusive com essa preocupação de proteger mais a infância, apresentei uma PEC, que é uma Proposta de Mudança à Constituição, para dar direito às mães de poderem amamentar seis meses os seus filhos, direito à licença maternidade, que no Brasil hoje é de quatro meses, para seis meses, porque fiz um trabalho intenso quando na atividade médica exatamente de incentivo ao aleitamento materno com comprovações, claro, cada vez melhores e surpreendentes. Então nós sabemos o quanto é importante o aleitamento materno e esse trabalho, a PEC que nós apresentamos já foi inclusive aprovado no Senado e se encontra na Câmara, onde cada dia eu faço esse apelo: se algum Deputado estiver nos ouvindo, agilize, porque é fundamental. Se nós conseguirmos ampliar a licença maternidade, nós já teremos para as mulheres trabalhadoras a tranquilidade de poder ficar mais com o seu filho e isso é importante exatamente nesses cuidados que o casal pode ter com o seu filho, no período da gravidez e logo depois de um período imediato ao parto.

Então eu queria deixar aqui só essa colocação: se a pesquisa já chega ou vai chegar à observação do comportamento pais e filhos [soa a campainha], do decorrer dos primeiros anos da vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu estava combinando com o Professor Schauder, Dr. Schauder, que a gente possa fazer as perguntas da parte dos Senadores, aí ele responde, e, depois, também, da parte do público, três perguntas, vamos dizer, três pessoas, e ele responde em conjunto. Está bem?

Eu passo a palavra ao Senador Papaléo Paes, que também é autor do requerimento, médico, Senador do Amapá. Com a palavra V. Exa.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns, Sra. Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Rosalba Ciarlini. Com muita honra a presença do Senador Cristovam Buarque aqui, um grande estudioso, um grande preocupado na área da educação do nosso País e é exatamente o que traz a nos convencermos cada vez mais, porque, às vezes, nós nos deixamos levar pela negligência e achar que determinados problemas da sociedade não têm assim um fundamento básico, mas nós sabemos que o fundamento básico para resolver esses problemas é o investimento na educação. Então eu quero fazer essa homenagem ao Senador Cristovam, com o direito que ele tem e com a obrigação que nós temos, todos aqui, na Casa, de reconhecer o trabalho árduo dele na área da educação.

Eu quero inicialmente agradecer a presença da senhora conferencista e do senhor conferencista e lamentar muito não ter estado presente na conferência da Dra. Maria Izabel por motivos de ordem política mesmo, aqui da Casa, e, por isso, eu quero deixar registrado aqui os nossos agradecimentos e o meu lamento.

Ao Dr. Claude, me chamou a atenção, um dos últimos itens ali apresentados, ele explicou com clareza, mas eu queria ouvir de novo ou, então, ter mais um detalhamento sobre essa questão do procedimento PNP, de prevenção e de educação de adultos que pode parecer, é a frase que tem lá, constrangedor e culpabilizante. Isso é um ponto interessante, porque eu quero ter conhecimento.

E a outra, doutor, nós sabemos que esse plano é um plano extremamente importante, é um plano que é muito feliz e que realmente só a ciência poderia, a inteligência, a competência de pessoas conhecedoras do assunto é que poderiam chegar até a ele. Eu queria saber qual é a sua expectativa de aplicação plena, de

obtermos assim resultados satisfatórios aqui num País como o Brasil, um País de dimensões continentais, em que realmente a sua cultura é diversificada, no qual a educação sofre algum tipo de restrição. Eu queria saber qual seria a sua expectativa quanto à aplicação com resultados aqui no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Papaléo Paes. Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria de saber se, de fato, esse programa se inicia, como está dito, em 2007, ou se já existia um programa parecido antes de 2007.

Também gostaria de saber se o programa é universal em toda a França, inclusive às populações marginalizadas de imigrantes e de pessoas de rendas baixas relativamente na França.

Finalmente, duas coisas: se há uma combinação entre a área da saúde com o Ministério da Educação, no caso desse programa. E, finalmente, se já foi possível fazer uma avaliação comparando os resultados do programa com o que acontecia antes.

Então, repetindo um pouco, se já havia um programa desse antes de 2007, se o programa consegue ser universal, inclusive para os imigrantes, se há uma combinação com a educação e se há uma avaliação comparando com o que seria sem o programa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Neste momento, eu passo a palavra ao Dr. Claude Schauder e, na sequência, continuaremos com as indagações.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Muito obrigado, Presidente, muito obrigado a todas as perguntas, que são efetivamente muito importantes e interessantes.

Se me permite, eu vou retomar com as duas últimas perguntas do Sr. Senador Buarque. Eu vou responder-lhes e vou fazer isso tudo na primeira pergunta da Sra. Presidente Ciarlini.

Antes de 2005, já existiam programas, e, desde 1945, a França trabalha muito sobre a questão das prevenções pré-natais, em particular em todas as problemáticas de morte pré-natal, todas as mortes das crianças após o nascimento ou durante a gravidez, e, também, a mortalidade materna. Nós temos na França, desde 1945, grandes meios para reduzir massivamente a mortalidade infantil e materna. Esses programas são programas essencialmente somáticos, medicais e essencialmente desenvolvidos para a profilaxia de contaminação, de infecção e todos os problemas que vocês conhecem, também, aqui, no Brasil. Isso foi um grande esforço do nosso País desde 1945, com a chegada dos antibióticos, que pudemos fazer. Já se passou mais ou menos vinte e cinco anos ou trinta anos até o momento que a gente pode nos interessar à dimensão psicológica. Então é relativamente recente que nós nos interessamos na dimensão psicológica, a partir do momento onde a mortalidade diminuiu, reduziu e nós tivemos a preocupação da condição de desenvolvimento da criança após o nascimento e também depois de 1990, 1995, das condições de parto das mães e as condições de desenvolvimento da gravidez, do desenrolar da gravidez. Nós estamos desenvolvendo num terreno que nós podemos trabalhar sobre o plano somático, medical, e temos agora a possibilidade de nós interessar e de preocuparmos de problemáticas psicológicas.

Eu respondo, então, dizendo que, efetivamente, os graus de desenvolvimento do nosso País são muito diferentes para a população geral, para a população imigrante, que o Senador falou anteriormente. Na França, nós temos muitos, muitos imigrantes, essencialmente de países africanos, da África do Norte ou da África Subsaariana e essas populações aqui, que vão fazer muito diferente, na medida em que há para eles preocupações materiais, financeiras, ligadas à pobreza, que são prioridades, e que, para outras, não, populações um pouco mais ricas, são um pouco menos. E a dimensão universal que tem na sua pergunta, ela ainda é, de uma certa forma, real. Há uma dimensão real, universal, na medida em que a gente quer permitir a todas as populações alcançar um grau de seguridade medical comum e de beneficiar a todos o acompanhamento perinatal. Esse trabalho não se faz, infelizmente, em combinação com o Ministério da Educação, é um trabalho concentrado no Ministério da Saúde, mas, quando eu digo infelizmente, eu deveria ser um pouco prudente, porque não é seguro que, nas condições atuais do nosso País, seja verdadeiramente desejável se criar passarelas entre o Ministério da Educação e da Saúde, porque isto está orientado na formação e do ensino primário e secundário, fundamental. Então, como eu poderia dizer-lhes, é mais especializado nas crianças até a idade de três anos.

As experiências que nos trazem a educação nacional no Ministério da Educação a interessar-se às crianças não são muito boas, não são muito boas. Eu penso que a tendência atualmente seria prosseguir cada um na sua própria posição na educação ao ensino e à saúde, mas seria na parte pré-escolar.

A quarta questão no tocante à avaliação, claro que sim, que foi previsto após dois anos, em 2005 e 2010... No final de 2009 a 2010, tais comparações devem se verificar se esta consulta é justificada ple-

namente, seja razoável de implementar informações a preparações da parentalidade e vamos verificar se é um certo número de indicadores que vão ser postos em prática e... Uma modificação, segundo, provavelmente, levadas após essa avaliação(F). Eu mesmo, com o título da pesquisa que eu mesmo estou conseguindo, eu vou fazer novas propostas e, talvez, retomar alguns pontos para reconsiderá-los e, talvez, fazendo as propostas. [ininteligível] não seja seguro, o certo é que a consulta do quarto mês seja bem programada nesse momento. Talvez seria necessário organizar outras consultas, em outros períodos, mas essa avaliação se faria nos próximos anos, talvez em 2010, como eu disse anteriormente.

Eu não sei se eu respondi a todas as suas perguntas, mas, na universalidade no Brasil, talvez no Brasil... Eu penso que eu não conheço muito bem a situação do Brasil. Eu conheço muito mal o Brasil, eu vim apenas duas vezes no Brasil. A grande imensidão do Brasil, os problemas sanitários em saúde são grandes e eu compreendo que, para muitos e para alguns, haja uma prioridade do lado, como diz a senhora madame Presidente Ciarlini, do lado dos esforços a serem feitos contra a mortalidade infanto-maternal e [ininteligível] que haja prioridades tais que as preocupações que eu falei anteriormente podem parecer, de uma certa forma, um pouco... um luxo, que é o luxo da taxa de mortalidade que nós temos hoje em dia. Eu penso nesse sentido... E, ao mesmo tempo, eu penso que o grande País, que é o seu, que está avançando, que faz propostas de Leis e que vão ser aprovadas em organizações que são importantes, às quais você fez alusão, eu penso que é interessante integrar, agora mesmo, imediatamente, essas preocupações da preparação nas [ininteligível] e a parentalidade... É importante integrá-las e uns programas, porque a nossa experiência na França mostrou-nos que, uma vez que os programas medicais estão implementados, é muito difícil por outros problemas ao interesse da [ininteligível] psicológica.

Eu penso que é muito razoável da sua parte aqui... Eu poderia até dizer-lhes: se me permitem... Sim, claro, me falta modéstia, que é extremamente salutar, vital, para que se integrasse toda essa dimensão, porque, em seguida, como eu diria, eu penso que a mentalidade se instalaria, os poderes se instalam e vocês sabem que, como eu, [ininteligível] medical, têm os seus hábitos... Mas, uma vez que ele está implementado, é muito difícil integrar outras especialidades. Daí é importante, me parece, de trabalhar tudo imediatamente dessa plurissimilidade(F), que eu penso que é vital, plurissimilidade(F), psicológicos e os assistentes sociais juristas. Eis aqui os pontos que vocês estavam falando.

Uma observação no tocante à questão do Sr. Papaléo Paes. Eu não sei se eu deformei o seu nome, no tocante à culpabilização e no constrangimento. Isso é um grande [ininteligível] para a gente. Temos que ser muito vigilantes. Mesmo num País democrático, sabemos que a tentação do poder é sempre de querer mais e mais sobre as populações, sobretudo as populações em risco, populações em perigo, populações que nós consideramos que seja perigosa. O que quer dizer? Eu [ininteligível] vigilante a todas as diretivas da seguridade. Eu não sei o que acontece no Brasil, não vou dizer o que acontece no Brasil, mas, no nosso País, a Previdência é uma coisa que existe [soa a campainha]. E vamos ser muito atenciosos a fazer que os princípios democráticos sejam perfeitamente prioritários para que, sob o pretexto da saúde, a gente não vá transgredir. Sob o pretexto da saúde, não vamos ter, nos princípios democráticos, os princípios da liberdade, do respeito das populações, porque a história já nos mostrou, sob o pretexto dessa tentação muito grande, controlar e punir. Para citar-lhes, por exemplo, o nosso Professor Michel Foucault.

Será que eu respondi a todas as perguntas de vocês?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu estava dizendo para o Dr. Schauder que respondeu uma parte das perguntas, mas há mais perguntas ainda. Eu só quero dizer que, depois dos Senadores e Senadoras, quatro pessoas dos que acompanham a Conferência pediram a inscrição, e eu só peço, então, que, nesse momento, a lista de inscrição seja encerrada, para que haja o tempo suficiente, então, para se fazer as perguntas.

Passo, em primeiro lugar, ao Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo. Só quero dizer, Senador Roberto Cavalcanti, que é uma honra também tê-lo, representando o Estado da Paraíba.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Muito obrigado, Sr. Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, também é um prazer tê-la aqui conosco, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A minha pergunta é uma pergunta muito específica, dirigida ao Professor Claude, que se refere ao programa de pré-natalidade, no tocante às ameaças de parto prematuro – MAP. O programa, aqui explanado, ele se refere a preparar o casal para cada etapa e, em particular, para o nascimento e o acolhimento da criança. Mas isso se dá de uma forma, segundo o que foi relatado, através do desenvolvimento em uni-

dades de acolhimento. Eu me refiro especificamente ao transporte, vamos dizer, ao deslocamento de pacientes que estão com um problema de ameaças de parto prematuro, se existe algum programa na qual a mulher gestante possa, em lugar de se dirigir para as unidades de acolhimento, para ter os tratamentos especiais, se existe algum programa na qual o serviço de atendimento médico vá à residência da gestante, para que ela não tenha a necessidade de se deslocar para esses locais de atendimento. Era só esse o questionamento, e de que forma isso é feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais. O Dr. Schauder, inclusive, mencionou no início que na sequência ele estará em Belo Horizonte.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Sra. Presidente, Srs. Senadores, Professor Claude Schauder. Será muito bem recebido em Minas Gerais, será realmente muito bom que possa estar lá, que vem realmente de uma universidade muito respeitada, que é a Universidade de Strasbourg, que é uma universidade que tem realmente um renome grande.

Mas, professor, eu sou também Presidente da Comissão de Relações Exteriores, aqui, no Senado, e, neste final de semana, no sábado, junto com outros quatro Senadores, nós fizemos uma visita ao Haiti, que é um País de origem francesa. A situação que vimos lá é uma situação extremamente crítica. Quer dizer, eu vejo aqui que nós temos um programa, como o senhor coloca aqui, um programa para diminuir a mortalidade infantil de cinco para quatro por mil. Lá, a mortalidade infantil está em setenta por mil. De maneira que eu queria ver, assim, exatamente o que é que existe de um aspecto preventivo que a própria França possa fazer em relação ao Haiti. O Brasil está lá na Força de Paz, mais pela área da violência, combate à violência, mas também na área social, nós temos Organizações Não-Governamentais brasileiras trabalhando lá. É um tema correlato, mas nós no Brasil, seguramente, estamos bem mais avançados do que eu pude ver lá na situação do Haiti.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra ao Dr. Claude Schauder.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma].

INTÉRPRETE: Para responder à pergunta em relação aos problemas de deslocamento, de acolhimento de controle das mães que apresentam ameaças de parto prematuro, a questão do Sr. Senador Roberto Cavalcanti. Eu creio que uma questão muito importante no nosso País é a organização, graças a essas quatro ecografias, o monitoramento da gravidez a riscos nos leva a apoiar a hospitalização precoce. Algumas mulheres são regularmente hospitalizadas por períodos curtos e, talvez, um pouco mais curto, mas, de qualquer modo, para no domicílio, no caso de parto prematuro se precise. Desde pouco tempo, um trabalho de acompanhamento psicológico e psicoterápico foi proposto a elas, quando não há causas objetivas, somáticas a essas ameaças de parto. Nós conhecemos, hoje em dia, várias causas não medicais a essas ameaças de parto prematuro. Algumas têm a ver com problemas sanitários e sociais, problemas de sobrecarga de trabalho, problemas de posições, ficar em pé muito tempo. Então, tem para as médicas, mas tem também causas psicológicas, a angústia, ligadas a várias coisas. E além de um programa sobre os deslocamentos, que pode beneficiar quando acontecem as ameaças, inclusive com ambulância em direção [ininteligível, tem também um acompanhamento psicoterapêutico que tentamos implementar. Não é mais uma coisa generalizada em todos os hospitais, mas há, agora, cada vez mais psicólogos em serviço, colocados à disposição dessas mulheres, que podem solicitar ajuda e um acompanhamento psicoterapêutico.

No que concerne ao Haiti e à França, eu vou, antes de mais nada, dizer que o Haiti é um Estado independente da França, o Haiti não é mais a França, não se confunde com a criança. Então, a França, em relação a esse País que efetivamente esteve realmente ameaçado por dentro e fora, pela dependência econômica desse País, eu acredito que, nesse País, a taxa de mortalidade é horrível. As autoridades são presentes, as outras ONGs são presentes também. Eu posso compreender que... Eu nunca fui ao Haiti, mas eu tenho muitos amigos lá que são refugiados na França e eu posso entender que você esteja emocionado, que o senhor possa sonhar que alguns países como o nosso tenham mais envolvimento nesse País muito entristecido, mas eu sou apenas um modesto pesquisador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [ininteligível]

INTÉRPRETE: [pronunciamento em outro idioma]

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Eu acho que entendi errado a sua pergunta. A miséria é ameaça permanente sobre as crianças em baixa idade, seja num País como no Haiti ou em outros, em países africanos, onde há uma guerra terrível nesses últimos anos. Isso deixa sequelas mentais terríveis. É evidente que esta ameaça torna as

populações e gerações inteiras de crianças traumatizadas e com grande sofrimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. É importante de se dizer, sem dúvida alguma, que a saúde mental começa muito antes da concepção. Então a concepção, gestação, é um processo de vida inteira e com consequências assim da parte da sociedade toda, em termos de precariedade de vida, de saúde, de gestação, quer dizer, a promoção social vai, sem dúvida alguma, contribuir definitivamente para a promoção da saúde mental. Porém, não é suficiente isto porque países desenvolvidos têm problemas de saúde mental também por causas diferentes no caso, mas, sem dúvida alguma, têm problemas. Quando a gente pensa que a Organização Mundial de Saúde diz que 10% da população tem algum tipo de deficiência, se o Brasil tem 10% e os Estados Unidos, por exemplo, tem 10% também, nós temos que ir nas causas, quer dizer, o que é que está ocasionando a deficiência aqui e nos Estados Unidos, quais são as diferenças entre os dois países.

Eu passo, em seguida, a palavra às pessoas que estão acompanhando essa Conferência. Pediria para que essas pessoas se manifestassem dentro de um prazo limitado também, nós vamos dizer que vai ficar em três minutos, para que sejamos bem objetivos. São quatro pessoas. Eu acho que quatro fica demais para perguntar, para o Dr. Schauder poder dar a explicação, faríamos duas e duas então. Está sabem? Regina Aragão, que é Psicóloga, Psicanalista da Associação Brasileira de Estudos Sobre Bebês – ABEBÊ.

SRA. REGINA ARAGÃO: Estou muito feliz de poder escutar essa explicação tão clara, tão objetiva e, ao mesmo tempo, tão profunda sobre o programa desenvolvido na França atualmente, mas que tem uma história, que é uma história que vem desde o pós-guerra, desde 1945.

Fica para nós, aqui, do Brasil, fica claro ao escutá-lo que esse programa tem dimensões científicas, sociais e políticas. É claro que, ao desenvolver a pesquisa aqui, como estamos começando em Brasília e no Rio de Janeiro, talvez em Recife, precisaremos levar em conta, eu acho que esse é o interesse dessa comparação, o nosso contexto próprio sociocultural com o contexto histórico e cultural francês. No entanto, eu acho que o grande interesse, também, para nós todos, é encontrar os pontos comuns que possam ser úteis para nós, no Brasil, e também para o programa francês.

Então eu queria apontar, colocar duas questões assim. Primeiro, a relação com a educação. Nós sabemos hoje que o nível de escolaridade materna, isso se aplica mais ao Brasil do que na França, mas que o nível de escolaridade da mãe é um fator determinante para a saúde do bebê e para a saúde perinatal. Então eu acho que existe uma dimensão da educação que de alguma forma está presente inclusive no título do programa e com a qual a gente precisa trabalhar.

E a outra questão, aliás, já a sua sugestão foi de que nós possamos, desde agora, no Brasil, integrar a dimensão psicológica aos nossos programas [soa a campainha] de prevenção e de saúde perinatal para não seguir o que se fez na França. A urgência da sobrevivência dos bebês era tanta que era importante e fundamental cuidar primeiro da dimensão física. No Brasil nós também estamos nessa direção, temos avançado muito no sentido de reduzir as taxas de mortalidade e a saúde física tem sido atendida de uma maneira, eu acho, progressivamente melhor. No entanto, a dimensão psicológica é ausente completamente dos nossos programas. E, talvez, o que eu quisesse dizer e perguntar é se a dimensão psicológica não deveria ser considerada também quando pensamos nos fatores de risco físico, no sentido de que a perturbação num nível psíquico também interfere e pode causar riscos e danos no nível físico, no nível da sobrevivência, no nível do desenvolvimento mesmo da criança, no sentido então de pensarmos a integração dessas dimensões, física e psíquica, e não separá-las.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, muito clara também e precisa. Silvia Zornig, que é Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Psicóloga e Psicanalista.

SRA. SILVIA ZORNIG: Bom-dia, eu também fiquei muito feliz e queria parabenizar a realização dessa Conferência, dessa discussão, e complementar um pouquinho o que a Regina falou no sentido de discordar, primeiramente, do Professor Schauder quando ele diz que parece a nós ou poderia parecer que a pesquisa sobre a construção da parentalidade poderia ser um luxo no sentido de que o Brasil tem problemas tão graves em relação à pobreza, a situações de vida limite, etc. Mas me parece fundamental nós termos essa preocupação porque, apesar de temos avançado muito em relação à mortalidade infantil, a toda uma questão em relação aos transtornos globais do desenvolvimento, principalmente na primeira infância e em relação a parentalidade, que nós precisamos avançar muito. Então toda uma política de intervenções ligadas à prevenção eu acho que são bem-vindas e nós precisamos refletir sobre elas.

A minha pergunta então, a minha questão seria eu acho enfatizar esse ponto, que nós sabemos já com vários estudos que a prevenção nesse início de vida tem um efeito favorável ou benéfico em relação às situações de violência mais tarde para as crianças e para as famílias envolvidas. Segundo, dizer que nós temos

realidades familiares e sociais aqui muito diversificadas, então nesse sentido essa pesquisa para nós não tem uma base de um serviço talvez mais unificado como tem na França, nós temos serviços muito bem montados em relação à perinatalidade, temos mulheres que não têm possibilidade de fazerem pré-natal nenhum, então nós vamos ter diferentes realidades. Então a minha pergunta seria: qual seria já a sua contribuição, já que essa pesquisa é uma pesquisa de uma comparação [soa a campainha] entre países, que poderia nos ajudar para desenvolver esse trabalho no Brasil? Existem já resultados preliminares sobre essas concepções de parentalidade em outros países, além da França, ou isso seria talvez já precipitado perguntar? Seria basicamente isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço também à Professora Silvia Zornig. Só dizer que essa campainha, quando toca, vocês já devem ter observado que é uma coisa automática, não sou eu que estou batendo campainha aqui. São três minutos, quando falta um minuto bate a campainha. Só para deixar mais claro, que a gente permite que a pessoa termine o pensamento para não cortarmos também a palavra no meio do pensamento. Passo a palavra ao Professor Claude Schauder.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Obrigado pelas perguntas que são precisas, também inteligentes e que permitem precisar os meus dizeres e a minha proposta.

É certo que a diferença entre nossos países justifica de bem distinguir as questões cujo estamos falando. Há, no momento, uma situação no Brasil que é uma situação que eu mal conheço, sobre a qual eu não posso me pronunciar dessa maneira, mas me interessa muito. Eu acho que à luz dos trabalhos que foram feitos na França desde os anos 50, alguns erros que nós temos feito podem ser colocados à sua disposição, para que vocês evitem de cair nos mesmos erros. Nós devemos todos fazer os nossos próprios erros, mas eu acho que têm coisas que a França implementou e que podemos evitar em outros países. Em particular, como eu disse agora há pouco e vou dizer de novo, de outra maneira, me parece indispensável que as duas dimensões, somáticas e psíquicas, sejam levadas em consideração imediatamente. Antes de mais nada porque é um dado universal, não somos seres físicos, não temos... Contrariamente ao que pensava René Descartes, não somos um espírito em alguma parte ou um corpo fora. O nosso espírito, a psicologia ocupa o corpo e tem uma simbiose(F) que justifica plenamente como fazer as proposições de Leis e programas em primeira parte, na realidade, levar em consideração a dimensão somática e psíquica.

Mesmo que haja urgências, por exemplo, da taxa de mortalidade materno-infantil, mesmo se há exigências eu estou completamente convencido de que é preciso integrar as duas dimensões, pelo menos como a senhora disse muito com razão, a dimensão psíquica impacta o corpo. Uma mãe muito angustiada e em grande sofrimento, para a sua gravidez, pode ter um parto a risco, ter um acidente. Quer dizer, um acidente durante o parto ou logo depois, que terá consequências não apenas psicológicas, mas também físicas. Então, nós somos de acordo para dizer que as duas dimensões devem ser levadas em consideração absolutamente e imediatamente, sem demorar. Então, nesse ponto de vista, eu acredito que estamos de acordo.

O nível escolar das mães, das mães jovens que, no Brasil, efetivamente é uma questão que pode levar há várias modificações, inclusive a pergunta do Senador, que pensava numa colaboração entre o Ministério da Educação e o da Saúde. É verdade que, na realidade francesa, o problema de cultura existe, mas existe, talvez, numa escala menor. Podemos evitar alguns erros de riscos. Efetivamente, esse ponto deve ser levado em consideração. Na França, temos um grande trabalho, agora, sobre as gravidezes adolescentes. Apesar de várias tentativas educativas, estamos focados na educação, psicoterapia e sobre o lado psicológico. Então, apesar dos esforços que temos feito para diminuir as gravidezes adolescentes e também para diminuir o que existe, que são os abortos nos adolescentes... Mas estamos preocupados e continuamos a pensar sobre esse problema nas gravidezes nos adolescentes. Então é um verdadeiro problema que estamos vivendo na França.

No que concerne à colaboração, eu fico muito feliz desse seminário e nos próximos dias trabalhar com vocês, eu fico muito feliz por ter esse trabalho e para pensar com vocês o que podemos trazer para vocês, mas eu vou fazer um paralelo. Nossa pesquisa concerne às expectativas dos pais, o que as pessoas esperam. Ao invés de lhes fornecer uma ajuda pronta, que nós pensamos útil para eles, ao invés de lhes fornecer programas prontos, feitos, ao invés de lhes fornecer preparações à parentalidade que nós pensamos boas, eu acredito que a nossa pesquisa se concentra a melhor entender a nossa demanda para adaptar a nossa oferta a essas demandas, porque, se eles pedem alguma coisa e nós não podemos oferecer, isso...

Então, eu acho que o nosso trabalho, que trabalhamos juntos, talvez possamos discutir juntos, encontrarmos os meios para trabalhar, levando em consideração a realidade ao que vos interessa, para que

possamos adaptar a nossa ajuda e não chegar mais e impor os resultados. E podemos colocar à sua disposição, mas vocês também poderiam... Nossos quadros clínicos também, que são efetivamente, extremamente importantes, e que deveriam ficar... Como dizia o meu mestre [ininteligível], esses quadros clínicos é que deveriam ser a nossa regra de conduta e o que determina a escolha antes de tudo.

Eu não sei se eu respondi à pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Professor Schauder sempre duvida, no final, também, para que, numa eventual dificuldade de comunicação, possa também não atrapalhar o diálogo, o entendimento, que ele diz: "Olha, eu não sei se, de fato, eu respondi à pergunta", mas são assuntos também que muitas vezes demandam uma discussão maior, exemplos, coisas que possam ser feitas. Então nesse sentido é um diálogo: "Olha, mas pensou nisso, naquilo, a realidade do Brasil, a realidade da França", para deixar o assunto em aberto também, porque não há, também a gente tem que reconhecer, respostas definitivas sobre o assunto, são variáveis importantes que devem ser consideradas nesse debate.

Nós temos duas pessoas, vamos dizer, dos ouvintes, dos participantes e mais o Senador Augusto Botelho, que temos a honra de tê-lo aqui presente também, que é médico também, Augusto Botelho, do Estado de Roraima, no Norte do Brasil. Eu passo, em primeiro lugar, a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de perguntar ao Professor Claude: em relação a todos os nascimentos do seu País, qual é o percentual de mães que são abrangidas por esse programa de parentalidade e natalidade – PNP? Percentualmente, se ele pode me dizer, a cobertura.

INTÉRPRETE: [pronunciamento em outro idioma]

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo a palavra à Olga Matoso, que é do Ministério da Saúde, da Política Nacional de Humanização.

SRA. OLGA MATOSO: Muito obrigada. Eu estou muito feliz, meus cumprimentos, parabéns pela oportunidade.

Me chamou a atenção, durante a apresentação, quando se fala parto menos medicalizado, mais humano, informações não impositivas, inclusive, assim, o mais possível neutras, participação dos usuários na elaboração de políticas perinatais e acolhimento, por sinal uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde.

Pergunto: é possível captar... Ou ainda não foi pensado, ou, se foi pensado, eu não consegui, por essa apresentação, pegar todo o conteúdo ou mais parte do conteúdo. Mas é possível captar que, apesar de programas e políticas, que dão as diretrizes do atendimento, do cuidado e da atenção, ter a corresponsabilidade do casal no Brasil, ao ponto de se construir um projeto terapêutico singular, para que esse casal corresponsável pelo processo de forma não impositiva e pegando a parte atrás de não ser impositiva, a equipe, e, dessa forma, pelo projeto terapêutico singular, construir o novo, que não é do profissional, não é do casal, mas é o novo, e aí tem uma coisa que é interdisciplinar, mas junto com o casal? Essa pesquisa prevê isso, abrange isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se você me permitisse, eu perguntei para o Dr. Schauder se ele tinha entendido a pergunta, e ele disse: "Not exactly", não exatamente. Então, só para haver a comunicação... Se pudesse refazer a pergunta em terminologia um pouco mais simples, em português mais simples, se pudermos dizer isso [risos].

SRA. OLGA MATOSO: O Ministério da Saúde lançou em 2003 a Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão no Sistema Único de Saúde. É uma política transversal que pretende ser incorporada e ela se dá por adesão nas demais políticas públicas de saúde. Essa é a Política de Humanização. Uma das diretrizes da Política da Humanização, nós temos algumas, e uma delas, extraída da clínica ampliada, que é o cuidado com o olhar ampliado da equipe multiprofissional ao paciente, ao usuário, uma das diretrizes é: construção de um projeto terapêutico singular, que é firmado entre o usuário e o profissional como se fosse uma cogestão do cuidado. Não só o profissional impõe, determina e prescreve até de uma forma monológica, mas o usuário, porque tem uma escuta, o acolhimento, inclusive envolve escuta qualificada [soa a campainha]. Então, a partir da hora que ele fala, que ele coloca as suas ansiedades, que ele se coloca enquanto sujeito do processo, é que se constrói um projeto terapêutico singular para aquela pessoa, no caso o casal, e, com certeza, a corresponsabilidade vai influenciar nos melhores resultados. A pesquisa capta isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu posso colocar nas minhas palavras?

SRA. OLGA MATOSO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se o plano de atendimento pode ser construído nessa relação entre os atores e se a pesquisa prevê isto. Está bem?

SRA. OLGA MATOSO: Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O plano de atendimento ser construído nesse diálogo, de forma corresponsável, em conjunto, e se a pesquisa prevê isto.

Eu passo, em seguida, a palavra ao José Carlos Prado Júnior, que é também do Ministério da Saúde – Departamento de Atenção Básica à Saúde.

SR. JOSÉ CARLOS PRADO JÚNIOR: Bom-dia. Dr. Claude, parabéns pela explanação.

O Brasil, nos últimos quinze anos especialmente, ele avançou muito na assistência à saúde, especialmente na atenção primária à saúde. Há quinze anos, a gente tem um programa, aqui, que se chama Programa Saúde da Família, que virou uma estratégia de governo, do Ministério da Saúde. Nós avançamos muito em relação à cobertura da população, assim como na França e outros países como a Inglaterra, Espanha e demais. Hoje, 49,6% da população está coberta pela atenção primária à saúde. Isso significa que o médico generalista, que é o médico de família, ele faz o pré-natal e acompanha também a criança no pós-parto. Já está contemplado, também, medidas de visitas domiciliares, para garantir a diminuição de mortalidade perinatal e tudo mais.

A minha pergunta é a seguinte: o Brasil avançou também em algumas medidas de humanização, e eu queria saber, em outras medidas de humanização, como que está a realidade da França atualmente. Por exemplo, o parto domiciliar, como está a situação na França, outras medidas como casas de parto, eu sei que é uma realidade, mas acredito que não seja tão difundida. Aqui, no Brasil, em particular, não está difundida a casa de parto, tem algumas realidades isoladas. E aqui tem outras medidas, como estímulo ao parto natural, ao parto normal, ao invés da cesariana, que é difícil de a gente avançar nesse quesito, e, também, desestímulo à episiotomia e tudo mais. Resumindo, a pergunta é a seguinte: outras medidas de humanização, qual é a realidade na França, vocês conseguiram avançar? [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Vamos dar uma pausa, assim, para ele poder respirar um pouco, antes de dar a resposta [risos]. Com a palavra o Dr. Schauder.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma].

INTÉRPRETE: Para a Sra. Olga Matoso, desculpa pela pronúncia errada do seu nome. A sua pergunta é muito importante, muito interessante. Eu queria só saber se eu entendi. A sua pergunta é muito importante. Objetivamente o programa que estamos implementando, que implementamos na França, este programa de preparação ao nascimento e à parentalidade, objetivamente tem uma vocação de singularidade. Isto é, ele visa, ele permite para cada casal ou às mães que são sozinhas de fazer os seus próprios projetos. Essa é uma certeza. Existe um termo, trata-se de elaborar com a mãe ou com o casal o que chamamos de um projeto de nascimento, com a determinação de todo nascer e de critérios que a família ou o casal ou a mãe sozinha deseja implementar. Agora será que vai ser uma preparação do nascimento puramente médica, será que esta mãe procura uma ajuda um pouco particular, o parto natural ou ela pensa já em condições de parto um pouco mais diferentes, será que ela vai encontrar o quadro técnico que convém ao que ela quer fazer? Como foi feito nos anos 80 e 85 na Europa, nós tínhamos um parto sem violência, onde havia um grande acompanhamento, música, etc.

Então estamos tentando o que as mulheres... Quais são as expectativas para o seu projeto de parto. Teoricamente, sempre nós estamos tentando determinar os problemas de distância, para que, efetivamente, ela possa encontrar as condições que ela deseja, que é não ir muito longe do seu domicílio, para que a família possa vir regularmente visitá-la nos dias após o parto e etc. Então tudo isso é muito teórico, tudo isso é muito teórico porque, como eu disse agora há pouco, é um projeto que entrou numa grande máquina, é um projeto de um Ministério, eu acho que todos os Ministérios do mundo são grandes máquinas e quando elas estão funcionando, então elas avançam e não fazem sempre necessariamente a atenção... Prestam atenção àquilo que, no início, estava na origem do projeto. Por isso que eu falo que os nossos pesquisadores, os cientistas, nós prestamos atenção ao que está sendo feito, está acontecendo nesse programa, como ele é usado, eis que não é desviado a outros fins, como, por exemplo... Uma das grandes obsessões da nossa sociedade é produtividade(F). Ao invés de tomar cuidado da mãe, se ocupar da mãe, nós temos preocupação se, amanhã ou em dez anos, esta criança será bem ou será delinquente. Ao invés de se interessar a ele, nós estamos fazendo previsões sobre o futuro e, ao mesmo tempo, nós encerramos a nossa [ininteligível]. Isto é, nos colocamos no olhar de hoje. Essa é a nossa grande preocupação. Nossa grande preocupação é justamente de tornar as populações, torná-las vigilantes. As mães devem ser atentas, temos que cuidar delas, não podemos procurar só informações para uma prevenção que, sobretudo, é uma previsão, o que é uma despistagem(F), é uma despistagem(F) –contra as pessoas, ao invés de servi-las.

Será que eu me fiz entender? É claro?

O segundo ponto que eu gostaria de abordar em relação a essa singularidade dos cuidados é precisa-

mente por que nós implementamos essa pesquisa aqui, no Brasil, a Maria Izabel Tafuri, e nos outros países. Nós queríamos saber mais, nós queríamos saber melhor quais são as verdadeiras necessidades das pessoas, para poder respondê-las, ao invés de ver lá de fora e impor o nosso saber, por exemplo, o nosso modelo de parentalidade, um modelo de parentalidade que seria universal, que seria clássico, que seria conforme ao que o Século XIX e o Século XX fabricaram e que, hoje em dia, talvez, não é mais aquilo que será amanhã o mais ativo. Então devemos ser muito vigilantes na realidade das pessoas, não nos colocarmos com o saber que, na maioria dos casos, é mais ideológico do que científico.

Então no que concerne às medidas de humanização, há um grande projeto de humanização na França também, mas, infelizmente, está longe de ser perfeito. A dimensão técnica e tecnológica continua sendo uma das grandes preocupações para as populações, elas mesmas. Muita gente pede tecnologia, tecnicidade, também tem pessoas que acham que medicalizar demais, ao máximo... Este evento natural da humanidade é uma exageração. Há de se encontrar uma distância em relação a isso. Hoje em dia, por causa das economias que os países ocidentais devem fazer, as economias financeiras, nós temos racionalizado, nós temos tomado medidas que, no meu ponto de vista, são detestáveis, deploráveis. Nós temos diminuído o número de maternidade, para que elas estejam tecnicamente mais seguras. Nós temos menos. Então faz mais distância e tem que ir mais longe. Nós temos criado maternidades com tecnicidade em nível de segurança diferentes. Então, hoje em dia, para reduzir os custos, nós temos a obrigação de aumentar a distância e diminuir a prestação na escala humana. Então as pessoas devem percorrer vários quilômetros, mas a preocupação de humanização é uma preocupação hoje em dia de várias parteiras e vários psicólogos, que são muitos vigilantes e que tentam incluir, de injetar um pouco de humanidade na medicina, na tecnologia em particular para as gravidezes em risco e, também, para os serviços de prematuridade, onde as crianças mais fracas devem ser colocadas em segurança. Então ainda há trabalho em nosso País, temos muito que fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero destacar que as pessoas que fizeram as perguntas e as demais pessoas que estão participando desse evento, na maior parte, são professores, pesquisadores, mesmo sendo Executivo também são pesquisadores, estão refletindo sobre a prática e buscando caminhos melhores, procurando comparar o que acontece entre os países, nunca com a ideia de querer colocar alguma coisa que esteja sendo feita em outro País na nossa realidade. Não é isto e todos nós sabemos que não é isto, mas aproveitarmos a pesquisa, a experiência, o debate, como o Professor Schauder colocou eventualmente os erros cometidos. Nós não precisamos reinventar a roda. Em muitas situações nós podemos aproveitar a experiência e, a partir dessa experiência, avançarmos em conjunto. E é muito interessante, eu penso, ter uma ideia de vários países, intercultural, no sentido desse conceito de educação e prevenção na parentalidade. Eu penso que é muito interessante, mesmo a experiência que o Senador Eduardo Azeredo trouxe como Presidente da Comissão de Relações Exteriores na visita ao Haiti para ver que as realidades, os desafios e as necessidades são muitos diferentes. Só que às vezes, inclusive, as pessoas não se lembram que dentro de um procedimento nós já podemos inserir, na minha ótica, a questão da saúde mental. Se você já tem, como foi colocado aqui, que nós já avançamos bastante em muitos aspectos, eu acho que temos que sempre analisar, refletir para ver em que pontos que avançamos e onde que estão os problemas. Eu considerei muito interessante até colocar na lâmina esse aspecto, que nós também temos que nos acostumar a fazer no Brasil: "Olha, estamos fazendo isto. Quais são os problemas que nós estamos enfrentando?" Não ter vergonha inclusive de dizer isso: "Não está dando certo em tais aspectos aquilo que a gente está tentando implantar na realidade", porque aquilo que não está dando certo talvez seja uma coisa boa, quer dizer, no sentido de dizer "tentamos" e a pessoa que está trabalhando vai dizer "então vamos por outro caminho". Isso é uma sustentação na pesquisa, nos avanços, que podem ser feitos.

Então essa questão da parentalidade, quer dizer, a entrevista, a construção de um plano, a adequação, o apoio que possa ser dado para a mãe, para o pai, isto é um processo que às vezes mudando alguma coisa assim em termos de saúde mental, a gente poderia colocar assim uma perspectiva nova em termos do atendimento dessa população para prevenir e para educar.

Eu gostaria que a Maria Izabel Tafuri só dissesse a programação do Dr. Claude Schauder, porque eu sei que hoje à noite vai haver também um evento, e deixar em aberto, penso, para que as pessoas possam também ser convidadas, estejam presentes aqui ou não, que eventualmente muitas pessoas gostariam de ter participado, mas não puderam em função do horário do dia.

SRA. MARIA IZABEL TAFURI: Hoje à noite, às vinte horas, nós teremos uma outra mesa redonda a respeito dessa pesquisa na Universidade Paulista, na UNIP, com a Professora Dra. Rosário, que é nossa

pesquisadora também, que é professora nessa universidade. Essa mesa redonda contará também com a presença dos dois Senadores que estiveram aqui hoje e todos vocês estão convidados, ela é gratuita e nós teremos também a tradução simultânea. A UNIP, deixa eu ver o endereço aqui, eu não sei se todos sabem, fica na 913-Sul. Nós fizemos o cartazinho, depois se vocês quiserem eu posso passar para vocês.

Amanhã, pela manhã, nós teremos uma palestra, mas aí é uma palestra técnica, que é sobre a análise metodológica da pesquisa. Creio eu que, se alguém estiver interessado, será um prazer tê-los, mas é mais para a nossa equipe mesmo, para que a gente possa entender melhor o procedimento, sendo que a Dra. Nicole vai ministrar para nós essa palestra, vai ser na Universidade de Brasília, amanhã pela manhã.

E depois, na terça-feira pela manhã, nós teremos também a visita dos representantes das áreas do Ministério da Saúde para discutirmos as políticas pública que estão sendo realizadas no Brasil e um debate com o professor a partir da nossa realidade e todos vocês estão convidados, é aberto ao público, no Instituto de Biologia da Universidade de Brasília, de oito e meia ao meio-dia. Está bem?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço à Professora Maria Izabel. As duas Comissões a que a Maria Izabel se referiu são as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, que na medida do possível também apoiam essa iniciativa que acontece à noite, porque nós consideramos que para haver legislação, acompanhamento das iniciativas do Executivo, que é algo regimental da Comissão acompanhar os projetos todos, o orçamento, nós precisamos ter esta possibilidade de refletir, debater, ver experiências e nos inserirmos nessa discussão toda. Por isso é que eu até enalteço mais uma vez a presença do Ministério da Saúde com os Departamentos de Atenção Básica, é importante, a área técnica, não o departamento técnico, da Saúde da Criança e Aleitamento Materno, muito importante, Saúde da Mulher, que esteve aqui presente, a área técnica, a área da Política Nacional de Humanização e, também, a área da Saúde Mental. Agradecer também a presença de todos e todas que estiveram aqui presentes, representando as mais diversas instituições, agradecer a presença da Maria Izabel Tafuri, representando uma instituição de muita credibilidade no Brasil, que é a UnB, a Universidade de Brasília, e nós continuamos à disposição, no Senado, não só da UnB, mas das instituições aqui presentes, que fazem um trabalho relevante, importante e necessário a favor de um direito humano fundamental, que é, entre outros, o direito à saúde, de ser bem atendido, com qualidade, com cidadania, com dignidade.

Agradeço de uma maneira muito especial a participação do Dr. Claude Schauder também e dizer assim novamente da alegria, a satisfação de ter contado com a palavra dele, com a presença, com o esforço de pesquisa também como acontece com os brasileiros e na França, essa parceria que está acontecendo entre o Brasil e a França, dizer que o Senado Federal está à disposição para os entrosamentos que forem necessários a favor desta área, que estamos neste sentido à disposição, e à Dra. Nicole Schauder também, primeira-dama da pesquisa [risos], que está aqui presente, que seja muito bem-vinda ao Brasil também, venham mais vezes, vamos fazer esse entrosamento necessário e importante.

Regimentalmente, eu só gostaria de dar dois comunicados da parte da Comissão.

Comunico o recebimento de convite do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Severiano Alves, e do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Sr. Antônio Oliveira Santos, para a cerimônia de abertura do Seminário Internacional "Educação Superior e Técnico-Profissional na América Latina: garantia de qualidade, revalidação de diplomas e mercado de trabalho", a ser realizado no dia 24 de agosto, no Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados. Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

O outro comunicado é aquele a que a Professora Maria Izabel já se referiu, que eu comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, e será feito isto nos gabinetes também, que essa Conferência também acontecerá hoje no Anfiteatro da Universidade Paulista – UNIP, 914 e 915-Sul, às vinte horas, que contará com a presença dos palestrantes que estiveram nesta Reunião.

Eu quero novamente destacar, e o Senador Augusto Botelho está aqui, é médico e conhecedor desta área, que, há cerca de dois meses, tivemos uma Audiência Pública muito interessante no Senado sobre saúde mental com a participação da Associação Brasileira de Psiquiatria, a Escola Paulista de Medicina, também com a Associação de Psiquiatria do Distrito Federal e com a participação do Dr. Pedro Delgado, também Coordenador da área de saúde mental do Ministério da Saúde, para discutirmos esta área. Esta área, sem dúvida, pode ser abordada sob um conjunto variado de aspectos. Hoje, nos debruçamos sobre a questão da prevenção, educação, num processo de educação

para a parentalidade, que é fundamental, importante, necessário e, por isso, nós estamos muito felizes de podermos ter feito isto no Senado Federal em duas Comissões. Eu me preocupo muito pessoalmente com esse trabalho intersetorial também porque a educação é promoção da família, é trabalho, é casa, é saúde, e há um dificuldade extraordinária, penso em qualquer parte do mundo, e também no Brasil, termos esse trabalho integrado, compartilhado para o atendimento sob múltiplas óticas da pessoa que necessita assim de um apoio eventualmente especial. Mas é um desafio ao mesmo tempo que temos que também saber lidar com isso. E com a Comissão de Assuntos Sociais, porque lá é saúde, assistência, trabalho e previdência. E na área da saúde mental, todas essas áreas são essenciais também.

Agradeço. *Thank you very much. Welcome to Brazil*. Estou dizendo para ele que eu tenho que falar um pouquinho de inglês, porque o francês é só da época do ginásio, né? Mas seja muito bem-vindo. *Welcome always, ok?*

SR. CLAUDE SCHAUDER: *Thank you very much for your hospitality and thank you very much for your attention.*

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): *Ok, thank you very much.* Obrigado a todos e declaro encerrada a presente Conferência. Obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h34.

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11h30 HORAS.

Às onze horas e cinqüenta e dois minutos, do dia dezenove de agosto de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM,** com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, MÃO SANTA, ROSALBA CIARLINI, EFRAIM MORAIS, EDUARDO AZEREDO, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, MARISA SERRANO, SÉRGIO GUERRA E CRISTOVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se a apreciação das matérias. Às onze horas e cinquenta e quatro minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência. **ITEM 04 – EMENDAS Nº 04 E Nº 5– PLEN AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248 DE 2006**. "Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências." **Autor do PLS 248 de 2006:** Senador Paulo Paim. **Autor das Emendas nº04 e nº05 PLEN:** Senador Flexa Ribeiro. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela rejeição das Emendas n º 4 e n º 5 – PLEN. **Resultado: Aprovado o parecer pela rejeição das Emendas nºs 04 e 05 – PLEN ao Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2006 e aprovado também o Requerimento de Urgência nº 67 de 2009 – CAS. EXTRA-PAUTA – ITEM 05 REQUERIMENTO N.º 67 DE 2009. "**Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para as EMENDAS Nº 04 E Nº 5– PLEN ao PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248 DE 2006, que "Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências". **Autor:** Senador Inácio Arruda. **Resultado: Aprovado.** Às doze horas e sete minutos, a reunião é suspensa a pedido do Senador Paulo Paim, para que os Senadores possam cumprimentar os Vigilantes que estavam presentes. Às doze horas e quinze minutos, a reunião é reaberta. Às doze horas e dezoito minutos, o Senador Paulo Paim assume a Presidência. Às doze horas e dezenove minutos, o Presidente registra a presença do ex-Deputado Federal Chico Vigilante. **EXTRA-PAUTA – ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196 DE 2009.** "Acrescenta na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os artigos 9º-A a 9º-C, para instituir o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias". **Autora:** Senadora Patrícia Saboya. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CAE, e com a Emenda que apresenta. **Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão, a votação foi adiada. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387 DE 2008.** "Altera a redação do caput do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física". **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relatora "ad hoc":** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão, a votação foi adiada.** Às doze horas e trinta e cinco minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. **ITEM 01 – REQUERIMENTO N.º 68 DE 2009.** Requeiro que a Comissão de Assuntos Sociais

do Senado Federal realize audiência pública para debater as alterações na legislação, de que tratou a MP 451 de 2008, convertida na Lei 11.945, de 2009, que alterou a legislação tributária federal, dando outras providências, naquilo que diz respeito ao DPVAT, seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos automotores. No momento do debate da MP 451, houve o entendimento no Senado de que haveria instrução normativa do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), para regulação do atendimento à vítima de acidente de trânsito, junto à seguradora Líder, do consórcio DPVAT, pela despesa de atendimento médico suplementar (DAMS), o que até momento ainda não aconteceu e tem causado enorme prejuízo aos usuários do seguro DPVAT, ao Sistema Único de Saúde (SUS), aos hospitais e, conseqüentemente, à toda a sociedade brasileira. Indico como convidados o Presidente da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Sr. Armando Vergílio, o Presidente da Confederação Nacional de Saúde, Dr. José Carlos Abrahão, o Superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, Sr. José Luiz Spigolon, o Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira. **Autores:** Senadores Flávio Arns e Paulo Paim. **Resultado: Aprovado**. O Item 03 fica adiado. Fizeram uso da palavra os(as) Senadores(as) Paulo Paim, Renato Casagrande, Rosalba Ciarlini, Inácio Arruda, Marisa Serrano e Cristovam Buarque. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Senador Inácio Arruda está pedindo inversão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Peço preferência, Sr. Presidente, para o Item 04 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Submeto ao Plenário a apreciação da inversão de pauta, para que a gente aprecie, de imediato, o item 04, que não é terminativo. Em votação. Os Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu passo a palavra, de imediato, ao relator da matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Eu fiz esse pedido de preferência em homenagem aos trabalhadores, sindicalistas das federações, confederações e mesmo das centrais sindicais e dos sindicatos brasileiros que estão presentes nesta audiência, neste momento, articulados aqui. Está presente o nosso Deputado Sérgio Miranda, acompanhando esta turma, que também trabalhou bastante na articulação dessa discussão e votação dessa matéria.

O relatório.

"*Retorna a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, para análise de Emendas 4 e 5 de Plenário, que lhe foram apresentadas pelo Senador Flexa Ribeiro.*

A proposição, que foi aprovada nesta Comissão, em 14 de fevereiro de 2007, estabelece que a contribuição assistencial destina-se ao financiamento da negociação coletiva e outras atividades sindicais, e será descontada de todos os trabalhadores e servidores, membros da categoria profissional, sindicalizados ou não.

Posteriormente, foi interposto recurso ao Plenário. Durante o prazo regimental perante a Mesa, ao projeto foram apresentadas as emendas nº 4 e 5, ambas de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

A Emenda nº 4 garante, expressamente, a possibilidade de oposição dos não-sindicalizados ao desconto da contribuição. Já a Emenda nº 5 prevê que a contribuição será devida somente uma vez ao ano, não será fixada em percentual superior a 1% e incidirá sobre o salário-base do trabalhador.

Em 30 de maio de 2007, foi aprovado o Requerimento 333, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, para que a Comissão de Assuntos Econômicos fosse ouvida sobre a matéria em questão.

Em 11 de agosto de 2009, relatados, relatamos o PLS nº 248, de 2006, na Comissão de Assuntos Econômicos, que deliberou pela sua aprovação, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Sociais, com a rejeição das Emendas nºs 04 e 05, de Plenário.

Análise. Compete a esta Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do inciso I, do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre as Emendas nº 4 e 5, de Plenário, que passamos a examinar.

A Emenda nº 4 garante, expressamente, a possibilidade de oposição dos não-sindicalizados ao desconto da contribuição.

A contribuição assistencial é uma proposta moderna. A cobrança de uma cota dos membros de uma categoria profissional vem se generalizando em muitos países, com algumas diferenças, como Argentina, Colômbia, Espanha, Grécia e Reino Unido, que já a adotaram, exigindo-a dos não-associados, beneficiados pela negociação ou pela arbitragem.

Ressalta-se que o Comitê de Liberdade Sindical, a quem, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, cabe o exame das queixas por violação dos direitos sindicais, admite, para reforçar as finanças do sindicato, a instituição de uma cota de solidariedade, ou cânon de participação, na convenção coletiva por ele ajustada, como decorrência da aplicação 'erga omnes' das vantagens estabelecidas no instrumento negociado ou arbitrado, a ser paga também pelos não-associados".

Quer dizer que tem essa expressão em latim, mas ela pode ser substituída pelo português popular, não tem nenhuma dificuldade, não.

"*Sobre essa modalidade de contribuição, Benito Pérez observa, acertadamente, que não é justo que um grande número de trabalhadores sejam beneficiados pelas conquistas logradas pelo sindicato, com o esforço dos seus filiados, que contribuíram para conquistá-las, e permaneçam à margem das organizações profissionais, sem contribuir, de alguma forma, para elas ("Patrimônio sindical", in "Trabalho e Seguridade Social, Buenos Aires, 1986, pág. 1005... 1065).*

Ao se admitir, portanto, a possibilidade de oposição dos não– sindicalizados ao desconto da contribuição, descaracteriza-se completamente o projeto, permitindo que muitos empregados se beneficiem das vantagens obtidas nas negociações coletivas, sem que ofereçam aos sindicatos uma compensação mínima pelos esforços e gastos despendidos durante o processo.

Por sua vez, a Emenda nº 5 prevê que a contribuição será devida somente uma vez ao ano, não será fixada em percentual superior a um por cento e incidirá sobre o salário-base do trabalhador.

Registre-se, primeiramente, que a expressão 'salário-base', poderá suscitar mal-entendidos, porquanto alguns defendem que ela equivale a piso salarial, previsto nas convenções coletivas. Outros já preferem o entendimento de que salário-base é o salário contratual do empregado, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros de empresa.

Acreditamos que esses e outros aspectos serão melhor definidos nas assembleias sindicais. Afinal, ninguém melhor que os próprios interessados para saber os valores necessários de contribuição assistencial e a periodicidade de sua cobrança.

III – Voto. A vista do exposto, opinamos pela rejeição das emendas nº 4 e 5, de Plenário."

É o parecer, Sr. Presidente.

Pedimos, se for possível, que a gente possa votar essa conquista dos trabalhadores brasileiros.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão o relatório do Senador Inácio Arruda.

Eu gostaria aqui de até... Senadora Marisa Serrano já se inscreveu para discutir, mas, antes, Senadora Marisa, eu gostaria aqui só de fazer, dar um bom-dia, quase boa-tarde, a todos os senhores, ao Senador Paulo Paim, vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, Senador Casagrande, Senador Inácio Arruda.

Na realidade, eu estava participando de uma conferência lá na Comissão de Educação, e o Senador Paulo Paim, como compete a ele, como vice-Presidente, com muita competência, deu início a esses trabalhos.

E nós esperamos, e estamos aqui com uma presença muito grande de agentes... De vigilantes, de sindicalistas, dentro de propostas que hoje são fundamentais e importantes.

E que nós temos todo o interesse que, analisando o relatório, possamos ter a votação. Tanto que eu convoco os Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes ou em outras comissões, que fazem parte da Comissão de Assuntos Sociais, para que estejam presentes, já que nós temos projetos terminativos e precisamos de um *quórum* privilegiado.

Muito obrigada.

Passo a palavra agora-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não sendo terminativa essa matéria e tendo que ser examinada pelo Plenário do Senado, eu solicitaria a V. Exa. urgência da matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Inácio Arruda. Vamos... A sua solicitação é de acordo com o Regimento, nós estamos acatando. Vamos preparar o requerimento, para que possamos fazer a urgência na votação.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano, que já estava inscrita.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente.

Eu quero, aqui, congratular com o autor do projeto, da importância que é nós darmos a ordenação jurídica necessária a todos aqueles que trabalham neste país.

A segurança jurídica é muito importante, isso vale para todos que fazem o país, porque todos aqui trabalham, de uma forma ou de outra, em qualquer área, e há questões que precisam ser resolvidas, como as questões, por exemplo, das trabalhadores domésticas e tantos outros, que ainda falta essa segurança e os direitos todos que a Constituição lhes dá e que, às vezes, a gente deixa de organizar de tal forma que prejudica certas categorias.

Portanto, eu quero, aqui, me congratular com V. Exa., Senador Paulo Paim, pela luta que tem feito aqui, em defesa dos trabalhadores também, como todos nós. E quero dizer ao Senador Inácio Arruda que a discussão sobre os não-sindicalizados, que é a emenda do Senador Flexa, é uma discussão antiga, e não é de hoje que a gente vem discutindo isso. Eu, quando era deputada federal, já se discutia isso.

Essa é uma questão que tem que ser mais, eu acredito, mais esclarecida para todos os trabalhadores. Porque, se os próprios trabalhadores acham que não têm que se sindicalizar, ou uma parcela grande não se sindicaliza, tem que ser uma campanha de todos os sindicatos para esclarecer que uma conquista de um é conquista para todos e que a derrota de um é derrota para todos.

Agora, a briga por mudança da forma como os sindicatos trabalham, ou alguns sindicatos trabalham, essa é outra questão. Se eu quiser discutir a questão ideológica de alguns sindicatos, eu posso discutir, mas isso não interfere nessa proposta.

Essa proposta é importante para o país, é importante para os trabalhadores. Concordo com V. Exa., Senador Paulo Paim, da urgência de votarmos essa questão, e deixo aqui, ao Senador Inácio Arruda, a minha concordância, embora, mesmo sendo emenda do Senador Flexa, do meu Partido, eu só quero dizer que a briga tem que ser de outra forma.

Agora, os sindicatos têm que conquistar os trabalhadores, e aqueles que não estão de acordo devem ter alguma outra razão por não estar. Então aí tem que brigar dentro do sindicato e ganhar a linha que seja da maioria.

Então, eu quero, aqui, deixar a minha concordância com o projeto.

[palmas].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senadora Rosalba. E cumprimento os Senadores e Senadora Marisa

Nós já votamos essa matéria na CCJ, na semana passada, votamos com uma posição favorável à matéria e fizemos um debate lá sobre a necessidade do fortalecimento das entidades dos trabalhadores.

Nós temos uma relação capital e trabalho, que é uma relação que precisa de que o capital e trabalho sejam organizados, mas especialmente as entidades representantes dos trabalhadores têm que se fortalecer, têm que se organizar, para que busquemos uma participação maior no resultado geral de qualquer atividade desenvolvida.

Então, a proposta do Senador Paulo Paim, que foi apoiada integralmente e incorporada pelo Senador Inácio Arruda, tem este objetivo; é fazer com que todos possam contribuir para o fortalecimento da entidade, e, naturalmente, como já é hoje, todos se beneficiam dos entendimentos acontecidos, dos acordos e do debate coletivo que se faz na busca de benefício para uma categoria.

Então, mais do que natural, mais do que legítimo que nós possamos apoiar a matéria, aprovar a matéria, fazer com que ela seja votada logo em Plenário, no Senado. Acho que o regime de urgência é importante.

Então, eu quero, aqui, mais uma vez, reafirmar o meu compromisso com essa matéria, que é uma matéria que fortalece o trabalho e a luta dos trabalhadores brasileiros.

Obrigado, Presidente.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu abro mão da--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, eu gostaria de-–

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu abro mão da discussão, para que a gente faça, de imediato, a votação, até porque eu sei que o Senador Inácio Arruda está sendo chamado na outra comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois, não. Acho que o que todos desejam é que essa votação seja feita de imediato.

Mas, antes, vamos aprovar, ou não, o requerimento de urgência. Requerimento: "*Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para as emendas nº 04 e nº 5, ao Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, que acrescenta Capítulo III ao Título V, da Consolidação das Leis do Trabalho,*

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a contribuição assistencial e dá outras providências. Senador Inácio Arruda".

Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o regime de urgência. Vamos agora à votação.

[palmas]

Em votação o parecer pela rejeição das emendas nº 4 e nº 5 ao PLS nº 248, de 2006. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Diga "aprovado". [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aprovado!

[palmas]

Olha, agora que foi aprovado, eu posso me manifestar, porque, como Presidente, a gente tem que, de certa forma, manter... Mas eu gostaria aqui de parabenizar o trabalho do Senador Paim, do Senador Inácio Arruda e parabenizar a todos os sindicatos que acompanharam esse... É importante... E deixar bem claro, porque tem uma coisa que precisa ficar bem claro, porque tentaram confundir quando do caminhar desse projeto.

Não é uma nova contribuição, mas, sim, uma contribuição menor, inclusive, que vai trazer a tranquilidade jurídica, porque nós sabemos o quanto isso era penoso.

Eu fui prefeita e havia essa confusão sempre, quando chegava na hora da contribuição sindical, porque aqueles que não eram sindicalizados... "Não vou contribuir" ou até deixavam porque havia... E o valor, alguns era dois, outros era três.

Então, assim, minha gente, que a paz reine para todos e vamos continuar o nosso trabalho, que vocês continuem--

[palmas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente. Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): -– com a sua luta e o seu trabalho-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --fazendo esse Brasil cada vez mais forte.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pela ordem, Sra. Presidente.

Peço a V. Exa. que suspenda os trabalhos da sessão por um minuto, para que possamos tirar uma foto, com a presença de V. Exa., aqui, junto com os trabalhadores.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, vamos suspender por um minuto e, depois, voltaremos, para dar continuidade à pauta.

[Sessão suspensa às 12h07].

[Sessão reaberta às 12h15].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Declaro reaberta. Eu gostaria, aqui, de pedir a todos que colaborassem para que a gente possa reabrir a sessão. Precisamos reabrir a sessão, porque existem outros assuntos, aqui, importantes.

Inclusive eu gostaria aqui de dizer que... Cadê o projeto? Gostaria de pedir, aqui, ao Senador Paulo Paim que assumisse a Presidência, para que eu pudesse ler o relatório referente ao Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2009, enquanto aguardamos a vinda do Senador Flávio Arns, para que ele possa apresentar o relatório--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dos vigilantes.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --dos vigilantes.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse aqui? Então, passamos, nesse momento, a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, que é relatora do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2009, que acrescenta na Lei nº 11.355, de outubro de 2006, o art. 9º-A e 9º-C, letra C, para instituir piso salarial profissional nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.

Senadora com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [interrupção do áudio] Paulo Paim. Eu gostaria de inicialmente dizer o quanto me senti gratificada em poder relatar esse projeto, que fala da importância da valorização do grande trabalho que é realizado nesse país pelos agentes comunitários de saúde.

Senador Paulo Paim, em 1988, quando eu assumi a prefeitura pela primeira vez, fui prefeita três vezes da cidade de Mossoró, esse programa ainda não existia, mas já existia uma experiência exitosa no Ceará. Eu fui lá, fui conhecer e comecei um trabalho, em Mossoró, com 50 agentes, quando ainda não era um programa nacional.

E vejo que esse programa é fundamental para a saúde, o agente comunitário de saúde, ele está na

porta do cidadão, levando informações, orientações, acompanhando, ele passa a ser, podemos assim dizer, membro integrante de uma família no zelo com a sua saúde.

Nós sabemos que eles precisam ter a sua valorização, ter o seu salário definido, por que existem diferenças de cidade a cidade, de região a região.

Muitos não entendem que esses são trabalhadores que precisam ter a tranquilidade de um salário mais digno, para que possam desempenhar ainda mais o papel que fazem, não somente de educador de saúde, muitas vezes de psicólogo, de amigo, de tudo, porque eles ficam fazendo, conhecendo a família, participando e ajudando no dia-a-dia, nas mais diversas atividades.

Então, é fundamental o trabalho do agente de saúde no desenvolvimento dos índices sociais, no desenvolvimento humano da população e eu considero que, inclusive, não é somente a valorização, mas também, partindo agora desse projeto, que desde já o meu relatório é pela aprovação, por considerar muito meritório, também... Além... Esta aqui, o relatório já está aqui, passo a ler, agora, o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Projeto de Lei do Senado PLS nº 196 de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só comunicando, Senadora. Senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para explicar aos nossos convidados que o Chico Vigilante é ex-deputado, então ele tem assento sempre aqui na Casa, como nosso convidado, ex-deputado federal.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Seja muito bem-vindo, Chico. Diz até aquele ditado quem foi rei nunca perde a majestade. Deputado, sempre deputado.

"*O Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2009, que acrescenta na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, o artigo 9-A a 9-C, para instituir o piso salarial profissional nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, é da autoria, esse projeto, da Senadora Patrícia Saboya.*

A proposição, no seu art. 1º, inclui, na verdade, cinco novos dispositivos à Lei nº 11.350, de 2006, e não apenas três, conforme se informa, de modo equivocado, na ementa do projeto, motivo que ensejou, a propósito, a acertada emenda de redação, aprovada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos-CAE, quais sejam os arts. 9º-A, 9º-B, 9º-C, 9º-D e 9º-E.

O art. 9º-A institui piso salarial profissional de R$ 930,00 para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate às endemias, válido para todos os entes federativos.

Nos termos do art. 9º-B, o piso salarial será integralizado de forma progressiva e proporcional, no prazo de doze meses, contados da entrada em vigor da lei resultante do projeto.

O art. 9º-C, por sua vez, determina que a União efetuará o repasse financeiro por meio de recursos de seu orçamento, na forma e nos limites previamente estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Já o art. 9º-D estabelece que o piso salarial profissional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias será reajustado anualmente, no mês de janeiro, pelos índices oficiais de inflação registrados no ano anterior.

O art. 9º-E determina que os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar ou adequar os planos de carreira dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, no prazo estabelecido no art. 9º-B.

O art. 2º do PLS nº 196, de 2009, altera o art. 6º e 7º da Lei nº 11.350, de 2006, para que um dos requisitos para a ocupação dos cargos de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias seja a conclusão do ensino médio, uma vez que a legislação atual exige apenas a conclusão do ensino fundamental".

Nesse caso, eu quero aqui deixar bem claro que esse é uma requisito para a ocupação nos futuros cargos, aqueles que já estão, que porventura não tenham o ensino médio não terão de forma... Não serão penalizados, mas serão estimulados a que continuem seus estudos, até porque esse incentivo aos estudos é fundamental.

Quanto mais o agente comunitário tiver acesso, tiver oportunidade de evoluir nos seus conhecimentos, ele será um agente muito mais preparado, muito mais capacitado, mais valorizado. Daí porque nós entendemos que isso era importante para fomentar, porque depois do segundo grau eu quero ver todos os agentes um dia, se Deus quiser, com um canudo na mão, dizendo: "Eu sou é doutor."

"*Na CAE, a matéria foi aprovada na sessão de 30 de junho de 2009, nos termos do parecer elaborado pelo eminente Senador Cícero Lucena, com a emenda de redação já referida acima.*

Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição, no âmbito dessa Comissão.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais

dar parecer, em decisão terminativa, sobre o presente projeto de lei.

A fixação de pisos salariais insere-se no campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal."

Então, vou aqui...

"*Não há dúvida sobre a oportunidade da proposição apresentada pela Senadora Patrícia Saboya, ao estabelecer R$ 930,00 o valor mínimo a ser pago a esses importantes trabalhadores.*

Não há razão plausível para que se estabeleçam distinções remuneratórias, a maior ou a menor, no âmbito do território nacional, provocando, como todos nós sabemos, competição entre os profissionais e concorrência entre os entes federados, para atrair para sua região os melhores profissionais, deixando, muitas vezes, sem assistência contingentes importantes da população carente e mais necessitada.

Devemos fazer uma ressalva apenas quanto ao modo tecnicamente errôneo pelo qual o art. 2º da proposição sugere nova redação para dispositivos da Lei nº 11.350, de 2006, visto que, ao deixar de incluir uma linha pontilhada logo abaixo do novo inciso III alvitrado para o 'caput' do art. 6º da mencionada lei, excluir-se-ia, inadvertidamente, os vigentes parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto."

Era esse Sr. Presidente, Senador Paim, o relatório, que eu volto a dizer, fiz com muita dedicação, reconhecendo a oportunidade que estamos tendo, que me foi dada pelo povo do Rio Grande do Norte, de chegar aqui ao Senado e pelos Srs. Senadores de me escolher como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, e de ter a Senadora Patrícia Saboya, solicitado que eu participasse como Relatora.

Então, fiquei muito feliz em poder relatar esse projeto, porque é fundamental, é importante. Se há uma coisa que nós não podemos, de forma nenhuma, criar dificuldades, deixar de avançar, é em tudo que se refere a saúde.

E o agente comunitário, ele faz a prevenção, ele faz o trabalho, o acompanhamento, tem um papel fundamental.

Então, eu quero dizer a todos os agentes comunitários do meu Brasil que contem sempre com esta Comissão, com o nosso trabalho.

Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Lido o relatório, Senadora Rosalba, Senadora Rosalba, Senadora Rosalba, por favor, lido o relatório, em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. A matéria, como é terminativa, será votada na próxima sessão.

Senadora Rosalba Ciarlini, eu vou fazer um pedido agora a V. Exa. Eu falei com o Senador Flávio Arns, ele está presidindo uma outra Comissão, ele seria o relator do projeto dos vigilantes, que estão também, nesse momento, aqui, no Plenário, esperando a leitura do relatório.

Então eu gostaria de indicar V. Exa., com a concordância, com a concordância do Senador Flávio Arns, para que V. Exa. lesse o relatório e a gente votasse no momento que tivéssemos o *quórum* assegurado em Plenário.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [interrupção do áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu sou o autor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, o senhor é o autor, não pode ler, é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu vou pedir a V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o maior prazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Enquanto eles lhe passam o relatório. Eu vou só fazer aqui os indicativos.

Item 2, decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2008. "*Altera a redação do 'caput' do art. 193 da CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física*." Esse projeto garante o adicional de periculosidade e também a aposentadoria especial para os servidores públicos.

Autor: Senador Paulo Paim. Relator: Senador Flávio Arns. Por estar presidindo outra comissão, eu indico a Senadora Rosalba Ciarlini, como Senadora *ad hoc*. O parecer é pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta.

Palavra à relatora *ad hoc*.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Sr. Presidente. Vamos passar logo ao relatório desse importante projeto de autoria do senhor... Senador Paulo Paim, que é fundamental para consolidar a atividade profissional, atividades profissionais como vigilante, que implicam em uma atividade perigosa e que é necessário de maior proteção. São perigos com relação à vida, perigos iminentes de acidente ou de violência física.

Então, em caráter...

Em análise, terminativo, "*O Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, altera a redação do 'caput' do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho–CLT, para incluir, entre as hipóteses ensejadoras de pagamento de adicional de periculosidade, as atividades profissionais que exponham o trabalhador a risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.*

Em sua justificação, argumenta o autor que existem várias profissões que implicam risco à vida e à integridade física dos que as executam, mas que, atualmente, não encontram amparo legal para o recebimento do adicional de periculosidade por não estarem incluídas no taxativo rol do mencionado art. 193 da CLT.

Argumentando da injustiça dessa situação, que trata diferentemente trabalhadores expostos ao mesmo problema, e, afirmando também que o referido adicional jamais será capaz de compensar a exposição da vida ao perigo, mas que representa um reconhecimento e valorização desses profissionais, pede o nobre autor a aprovação da matéria.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto."

Após ter sido analisado, o relator, Senador Flávio Arns, deu, apresentou o seu voto.

"*Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto do Senador Paulo Paim, nº 387 de 2008 com as seguintes emendas:*

Dê-se a ementa do PLS nº 387 de 2008, a seguinte redação:

Altera a redação do caput do art. 193, da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, para dispor sobre as atividades ou operações."

Outra emenda apresentada:

"*Dê-se ao 'caput' do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, nos termos do art. 1º, do PLS 387 de 2008, a seguinte redação:*

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que por sua natureza ou método de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos, em condições de risco acentuado ou exposição a situação de risco de vida, perigo eminente de acidente ou violência física."

Era esse, Sr. Presidente, o relatório, cujo voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria, nesse momento, agradecer também ao Senador Cristovam Buarque, que chega aqui.

Eu havia inclusive, se desse tempo, solicitado inclusive que ele lesse o relatório, ele estava na outra comissão e como ele não chegou em tempo, porque estava num outro debate, a Senadora Rosalba fez a leitura do relatório.

O Senador Cristovam Buarque já tinha dado o parecer de um dos projetos de nossa autoria na CCJ; como ele não era mais da CCJ, eu falava para o Chico ontem, nós tivemos que indicar um outro relator do outro PL que vai no mesmo sentido, que trata do adicional de periculosidade para os vigilantes do serviço público, que isso tudo caminha na mesma linha também de um projeto do Senador Zambiasi. Só que o projeto do Senador Zambiasi é especificamente para os vigilantes das universidades.

Enfim, é tudo um somatório, tanto os dois projetos de minha autoria como o do Senador Sérgio Zambiasi vão no mesmo sentido.

E com isso nós estamos cercando, cercando no bom sentido, estamos conferindo, efetivamente, para todos os profissionais que são vigilantes, não só o princípio do adicional de periculosidade, como também da aposentadoria especial.

Em discussão a matéria. Senador Cristovam para discutir, eu estava repetindo aqui, Senador, que o senhor, quando era da CCJ, tinha dado já um parecer favorável de um projeto meu, que vai na mesma linha desse.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente Paim, grande amigo Chico Vigilante. Não é para discutir, é para apoiar que eu estou pedindo a palavra.

E eu entrei e pedi desculpas, que ontem eu não tive condições de estar na Comissão de Direitos Humanos. Eu queria demais, mas não foi possível.

E hoje eu fiz questão de vir aqui, suspendi todas as outras comissões que eu estava envolvido para manifestar a minha satisfação, e só reclamar que demorou tanto para esse projeto aparecer.

Esse é um projeto que deveria já existir há muitos anos; de qualquer maneira, foram quantos anos de discussão? É um ano? Quase um ano. Até que foi rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Nós tínhamos apresentado na Câmara, na verdade, esse debate começou com o Chico quando era deputado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com o Chico?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu reproduzi aqui um projeto que ele tinha apresentado lá.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero dizer que eu estou francamente favorável, há pouco tempo tivemos uma discussão aqui que eu fui... Quem apoiou, dos vigilantes, das universidades em que

a gente colocou, conseguiu aprovar a periculosidade para os vigilantes de universidades federais.

E agora, a gente está tratando do conjunto dessa comunidade, que hoje é de algumas centenas de milhares de profissionais.

Eu creio que é uma justiça que a gente está fazendo, atrasada, deveríamos pagar reparação pelo tempo que se perdeu e eu espero que rapidamente esse projeto seja aprovado e o Presidente Lula sancione, para que essa categoria, tão importante hoje e tão arriscada que é, ela possa ter esse direito que outros trabalhadores têm.

Parabéns ao Paim, que sempre está na liderança de todas as causas trabalhistas e parabéns também a todos os vigilantes do Brasil, aqui representados pelo nosso querido Chico.

Eu espero que o mais rápido possível a gente possa enviar esse projeto e que o Presidente Lula faça uma grande festa no dia da sanção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece muito a Senadora Rosalba, que foi a relatora *ad hoc*, o Senador Cristovam Buarque, que se deslocou de uma outra Comissão, estava um debate forte: "Não, eu vou até aí, para discutir e se der tempo eu até relato junto a essa Comissão."

Eu só queria dizer para vocês que esse projeto, na verdade, é uma homenagem a todos as vigilantes desse país e eu diria, se me permitem, também ao Chico, porque o Chico era deputado e ele tinha apresentado um projeto semelhante a esse.

E quando eu apresentei o projeto, eu conversei com ele. Ele disse: "Paim, já faz, mas faz abrangente." Te lembra? Foi até numa comissão: "Faz, pega aquele meu antigo e faz um projeto abrangente, que atinja a todos os vigilantes, independente da área que atuem, para que tenha o direito não só ao adicional de periculosidade, como também a aposentadoria especial."

Então, encerrada a discussão porque é importante sua presença, viu Cristovam, porque permitiu a discussão, significa que na próxima sessão nós só vamos votar e aí é terminativo e a votação será nominal.

Uma salva de palmas a todos vocês por este momento histórico aqui dessa Comissão.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a Presidência à Senadora Rosalba, porque há um requerimento, Senadora Rosalba, que o Senador Flávio Arns pediu que eu fosse signatário também, e aí eu passo a ser relator desse requerimento.

Grande Chico!

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Encerrada a discussão do item 02, passamos agora ao item 01.

Mas antes eu gostaria aqui de... Para que fique bem claro, foi lido o relatório, como é terminativo, nós vamos precisar ter pelo menos onze senadores aqui presentes, para na próxima semana votar. Tanto esse projeto dos vigilantes, como também o projeto dos agentes comunitários de saúde, que também foi lido nessa sessão.

Então eu gostaria aqui de pedir, fazer um apelo especial a todos os nossos, as S. Exas. Senadores e Senadoras que participam da Comissão de Assuntos Sociais, para que já agendem na próxima Reunião a sua presença, que é fundamental para que possamos aprovar esses projetos.

Projetos que são de relevância social e que eu tenho certeza, eu tenho confiança de que o Presidente não irá criar nenhum entrave, até porque representa a valorização, reconhecimento de trabalhadores, a segurança, tanto de vigilantes como no caso dos agentes de saúde, também o seu reconhecimento.

Muito obrigada.

Passamos agora à leitura do item 01, é um requerimento de autoria do Senador Flávio Arns e do Senador Paulo Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria, Senadora, aproveitando a sua fala, de pedir a todos os companheiros que estão aqui nesse momento, Chico Vigilante, Cristovam e todas as lideranças, da importância de estarem aqui na quarta-feira, fazer um movimento, porque com certeza nós vamos votar, porque já está lido o relatório, já está discutido, o Senador Cristovam ajudou, a Senadora Rosalba fez o relatório.

Isso significa uma etapa vencida. Então eu convoco a todos vocês, quarta-feira estar aqui, nós vamos botar os onze senadores aqui e com certeza vamos aprovar, por unanimidade, o projeto de vocês, como também o dos agentes de saúde.

Senadora, eu vou fazer a leitura rápida e quero dizer aos amigos que estão aqui que querem tirar foto, nós vamos só fazer essa leitura, e já vamos tirar uma foto junto aí, vamos aguardar aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E já tem uma convocação aqui, Senador Paim, para, quando terminarmos, irmos até o Plenário 19.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bom.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que lá também estava... Como

era grande o número de vigilantes e de agentes, então eles ficaram também lá.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): No outro Plenário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Num telão assistindo lá do... Plenário 19.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Plenário 19. Então é um requerimento... Está vindo para cá. Bem rápido para poder depois fazer a festa com a moçada aí.

Então, "*Requeiro, na Comissão de Assuntos Sociais, que se realize audiência pública para debater as alterações na legislação de que tratou a MP 451, de 2008, convertida na Lei 11.945, de 2009, que alterou a legislação tributária federal, dando outras providências, naquilo que diz respeito ao DPVAT, seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos automotores. No momento do debate da MP 451, houve um entendimento no Senado de que haveria instrução normativa do Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP, para regulação do atendimento à vítima de acidente de trânsito, junto à seguradora Líder, do consórcio DPVAT, pela despesa de atendimento médico suplementar-DAMS, o que até o momento ainda não aconteceu e tem causado enorme prejuízo aos usuários do seguro DPVAT, e também ao Sistema Único de Saúde-SUS, aos hospitais e, consequentemente, à toda a sociedade brasileira. Indico como convidados o Presidente da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, Sr. Armando Vergílio, o Presidente da Confederação Nacional de Saúde, Dr. José Carlos Abrahão, e o Superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil, Sr. José Luiz Spigolon, e também Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Dr. Dyogo Henrique de Oliveira*."

Esse, Sra. Presidente, me permita, eu fiz questão de assinar com o Senador Flávio Arns, é um debate antigo.

O pessoal recebe o seguro de todo o cidadão brasileiro, eu cheguei à ousadia, Senador Cristovam Buarque, de entrar, quando era deputado, de acabar com o DPVAT, mas era para provocar o debate mesmo.

É o seguro obrigatório, eu acho que tem que ter um seguro obrigatório, para obrigar que o DPVAT efetivamente cumpre a sua parte e pague quando há o acidente.

Porque muita gente não sabe que ele tem direito a receber uma indenização, vai para o hospital, o hospital atende e quem paga é o SUS. E aqueles que recolhem DPVAT não cumprem a sua obrigação.

Então este debate vai ser esclarecedor, porque existe na Câmara, eu sei, ainda daquele tempo um debate que pode apontar saídas para esse caminho, por isso eu peço aqui a todos que aprovem essa Audiência Pública, importantíssima para a gente regulamentar, de forma definitiva, a questão do DPVAT.

Não pode alguns só receberem e recebem de todo cidadão que tem automóvel e não pagam na hora do acidente, quem paga é o SUS.

Esse seria o meu relatório, pedindo a aprovação do requerimento, o mais urgente possível, a Audiência Pública.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como encontram. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, encerramos esta sessão e convocando a próxima para a próxima quarta-feira.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h40.

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE AGOSTO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09h00 HORAS.

Às nove horas e trinta minutos, do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS E MARISA SERRANO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Antes de iniciar os trabalhos, o Senador Jayme Campos faz a leitura da adequação redacional do Parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2003. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 19 de 2009 – CAS e nº 61 de 2009 – CAS, ambos de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, com vistas a debater as Políticas Sociais e de Assistência ao Câncer Infanto-Juvenil. A Senadora Rosalba Ciarlini convida para compor a mesa os Senhores Dr. Francisco Neves – Instituto Ronald Mcdo-

nald; Dr. Renato Melaragno – Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica (SOBOPE); Dr. Rilder Flávio de Paiva Campos – Confederação Nacional dos Institutos de Apoio à Criança com Câncer (CONIACC); e a Dra. Maria Tereza Fonseca da Costa – Instituto Nacional do Câncer (INCA). A Presidente esclarece que cada convidado terá 15 minutos, prorrogáveis, para a sua exposição. Às nove horas e cinquenta e seis minutos, o Senador Flávio Arns solicita ao palestrante Dr. Renato Melaragno o detalhamento das informações prestadas durante sua exposição. O Senador Flávio Arns também requer à Comissão de Assuntos Sociais as notas taquigráficas da presente Audiência Pública. Às dez horas e quatro minutos, a Presidente registra a presença do Sr. Válber Barreto de Queiroz, Presidente do Núcleo Esperança – Núcleo de Apoio à Criança e Adolescente com Câncer; da Sra. Joyce Ferreira Fernandes, Assessora da PATRI Relações Institucionais e Governamentais; da Sra. Ilda Peliz, Presidente da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias – ABRACE/DF; da Sra. Izabel Almeida de Oliveira, trainee da PATRI Relações Institucionais e Governamentais; da Sra. Sandra Maria de Araújo Nóbrega, Presidente da Casa de Apoio à Criança com Câncer Santa Teresa, e da Sra. Lysia Freire de Alarcão, Diretora de Assistência Social da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias – ABRACE. Às dez horas e trinta e seis minutos, o Senador Augusto Botelho assume os trabalhos. Às dez horas e cinquenta minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume a Presidência. Fizeram uso da palavra os Senadores(as) Augusto Botelho, Flávio Arns, Rosalba Ciarlini e Jayme Campos. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI** , Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom-dia! Inicialmente, desejo cumprimentar os Srs. Senadores, Senador Jayme Campos, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Flávio Arns, que já se encontram presentes, para que possamos dar início a essa Audiência Pública, que eu considero da mais alta importância, porque é sobre algo que, na realidade, já se tornou frequente no nosso país, infelizmente, que é o câncer na infância e na adolescência, que atinge crianças e jovens de 0 a 18 anos.

Aqui nós temos a presença, já, dos nossos convidados, a quem eu quero já agradecer, porque sei que muitos vieram de regiões distantes, como é o caso do Dr. Rilder, que veio lá de Natal, Rio Grande do Norte, ele que representa, como Presidente da Associação das Casas de Apoio à Criança com Câncer.

Mas, antes de... Então vamos dar início à Reunião. Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 9ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária e da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores. Srs. e Sras. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Jayme Campos, para que ele possa ler uma adequação redacional do Parecer ao PLS 523/03.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, valorosos Senadores Roberto e Flávio Arns, demais presentes.

O adendo referente à adaptação redacional da emenda substitutiva, oferecida ao PLS nº 523/2003, constante do Parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais em 08/07/2009, em virtude de legislação superveniente do curso da tramitação.

Tendo em vista a adoção definitiva do substitutivo identificado em epígrafe, nos termos do art. 234(F), do Regimento Interno do Senado Federal, em 05 de agosto de 2009, faz-se necessário adaptar seu texto final, conforme adiante transcrito, uma vez que o parágrafo único do art. 106, da Lei 8.203, de 24 de junho de 91, sinalizado na nova redação ali proposta, houvera sido suprimido pela Lei nº 11.718, de 2008, editada após a entrega à Comissão do referido parecer por este relator.

Assim os dispositivos emendados passam a ser sinalizados da seguinte forma, onde se lê:

"*Art. 1º: O § 3°, do art. 55 e o parágrafo único do art. 106, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 91, com a redação dada pela Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 55. §3º. A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo no caso do inciso XI, do art. 106, e na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto em regulamento. Art. 106. Parágrafo único. XI – prova testemunhal, mediante*

identificação do declarante, formalizada a declaração em termo circunstanciado, quando verificada a impossibilidade de apresentação das provas previstas nos incisos anteriores do parágrafo único deste artigo, após preliminar inspeção do Instituto Nacional do Seguro Social, no local onde haja sido exercida a atividade rural e entrevista com a testemunha, bem como elaboração do relatório circunstanciado de ambas as ações, não cabendo, neste caso, a utilização de sistema de amostragem." Leia-se: "*O art. 1º. O § 3°, do art. 55, e o art. 106, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 91, com a redação dada pela Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação: 'Art. 55. §3º. A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo no caso do inciso XI, do art. 106, e na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto em regulamento.' 'Art. 106. XI – prova testemunhal, mediante identificação do declarante, formalizada a declaração em termo circunstanciado, quando verificada a impossibilidade de apresentação das provas previstas nos incisos anteriores deste artigo, após preliminar inspeção do Instituto Nacional do Seguro Social, no local onde haja sido exercida a atividade rural e entrevista com a testemunha, bem como elaboração do relatório circunstanciado de ambas as ações, não cabendo, neste caso, a utilização de sistema de amostragem.*'

Esse é o relatório, Sra. Senadora Presidente Rosalba Ciarlini.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Os Srs. e Sras. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Essa adequação que o Senador Jayme Campos terminou de apresentar, e que já foi aprovada, se refere ao Projeto de Lei do Senado nº 523/03, que dispõe sobre os benefícios da Previdência Social e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940, Código Penal, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural.

Parabéns, Senador Jayme Campos, pela sua preocupação e pelo seu trabalho, principalmente com aqueles que mais precisam, que são os que passam a vida toda no campo e muitas vezes não tem como, de forma, vamos dizer assim, através de documentos, provar do seu trabalho, mas que aqueles que conviveram, que viram, que acompanharam seu trabalho, são testemunhas dessa luta de homens e mulheres no campo.

Parabéns, Senador.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Senadora, permita, pela ordem?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Acho que o mínimo que nós devemos oferecer àquelas pessoas que trabalharam no campo, na área rural, e que, lamentavelmente, muitos ainda estão à mercê de sua aposentadoria ou de algum benefício que possa ser oferecido pelo Governo Federal.

Neste caso aqui, nós estamos cortando o caminho, ou seja, facilitando, na medida em que eu imagino que muitas pessoas, como V. Exa. bem disse, não tem muitas vezes capacidade de fornecer documentos, na medida que muitas vezes trabalharam de forma informal.

Nesse caso, particularmente, de forma testemunhal, serão suficientes para que essas pessoas possam receber os benefícios que certamente acho que é necessário para aquelas pessoas que produziram, que contribuíram, através de sua participação como homem rural, que, imagino, são milhares de pessoas nesse país que não têm ainda acesso aos seus benefícios, que é, eu imagino, um direito constitucional de milhares de brasileiros que estão ainda à mercê de políticas públicas para que possa viver condignamente.

Eu imagino que é o mínimo, Senadora Rosalba, que nós temos que proporcionar às pessoas que merecem.

Nesse caso, particularmente, eu imagino que nós estamos fazendo a verdadeira inclusão social, dando ainda cidadania também.

Muito obrigado, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [interrupção no áudio] o Projeto vai à Secretaria Geral da Câmara, porque foi terminativo nessa Comissão, e, em seguida, à Secretaria Geral do Senado e, em seguida, à Câmara dos Deputados. E esperamos que os Srs. Deputados, com sensibilidade, entendam da importância desse projeto, que faz, como disse o Senador, inclusão social, que dá apoio àqueles que mais precisam, que são trabalhadores do campo, para que eles possam ter, de forma menos burocrática, mais agilizada, o direito a um benefício que é seu, que é do brasileiro, do trabalhador, que é o direito à aposentadoria.

Passamos agora à segunda parte dessa reunião, com a Audiência Pública que destina-se, atendendo ao Requerimento de nº 19, de 61, de 2009, de minha autoria, a debater e analisar as *Políticas Sociais e de Assistência ao Câncer Infanto-Juvenil*.

Queremos também registrar a presença do Senador Nery, do Senador João Durval e do Senador César Borges.

Convidamos os nossos ilustres... Convidamos os nossos ilustres participantes para tomarem lugar à Mesa.

Dr. Francisco Neves, do Instituto Ronald McDonald. Instituto Ronald McDonald, acho que todos já ouviram falar da campanha que existe anualmente, "*Mc Feliz*"... "*McDia Feliz*", que é exatamente... O Instituto realiza, através de todas as lojas McDonald's no mundo, esse dia, com a renda sendo destinada a apoiar as ações voltadas para a infância e adolescência, que são desenvolvidas nas Casas de Apoio e nas Associações. Seja muito bem-vindo, Dr. Francisco Neves.

Dr. Renato Melaragno, da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica–SOBOPE. E tem sido um, vamos dizer assim, grande entusiasta, defensor, trabalhador dedicado à causa... Essa causa nobre que é de diminuir, tentar diminuir o sofrimento de crianças e adolescentes.

Dr. Rilder Flávio de Paiva Campos, Presidente da Confederação Nacional dos Institutos de Apoio à Criança com Câncer. Dr. Rilder é norte-rio-grandense e também, já há muitos anos, participa desse trabalho, de forma muito dedicada, com uma contribuição da sociedade.

Isso é muito bom saber que, se não fosse, e aqui eu quero fazer uma... Eu estive recentemente, tanto em Natal, conheço a Casa Durval Paiva, que o Dr. Rilder dirige lá, no Rio Grande do Norte, conheço o Grupo de Apoio à Criança com Câncer, lá no Hospital Varela Santiago, que está ligado ao hospital Varela Santiago, que é um grupo de voluntários, um trabalho belíssimo, e também na cidade de Mossoró, Grupo de Apoio à Criança com Câncer, Grupo de Apoio às Pessoas Portadoras de Câncer, mas com esse braço bem distinto, que é o Grupo de Apoio à Criança com Câncer.

São trabalhos que recebem de todos nós o aplauso, o reconhecimento, mas que sabemos que precisam também ter, do próprio Governo, o entendimento de que eles precisam de apoio, para que possam desenvolver ainda mais esse trabalho, que é considerado fundamental e, muitas vezes, a única mão amiga que, nesses momentos difíceis, recebe a criança e o jovem.

Então, quero agradecer, desde já, a presença de todos. Foi convidada a Dra. Maria Tereza Fonseca da Costa, do Instituto Nacional do Câncer-INCA, ela está a caminho, mas, como nós temos vários palestrantes, eu acho que seria mais prático que começássemos a audiência, e a Dra. Maria Tereza ficaria para ser a última palestrante, em função de ainda não ter chegado.

Então, vamos passar para o Dr. Renato Melaragno, da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica-SOBOPE.

Nós esperamos aqui, antes do senhor... Quero dar um esclarecimento, que estamos fazendo, desde o semestre passado, um ciclo de debates sobre vários aspectos da assistência do Sistema Único de Saúde, exatamente para que esta Comissão possa, em parceria com a Subcomissão de Saúde, possa apresentar não somente propostas, sugestões ao Ministério da Saúde, em termos de melhorar o atendimento, o SUS, mas também projetos que são oriundos dos Srs. Senadores e que, com essas audiências, recebem subsídios importantes para que eles possam realmente estar bem, vamos dizer assim, apoiados, argumentados, na defesa para a sua aprovação.

E, com certeza, também, novos projetos surgirão, porque os senhores e senhoras que aqui vieram, que fazem parte desse trabalho de tratamento, de apoio social às questões do câncer, na infância e na adolescência, estão na base, estão sentindo no dia-a-dia quais são as dificuldades, quais são as carências e ouvindo exatamente a voz que os senhores interpretam em cada área, que nós poderemos, sim, chegar com propostas e com ações voltadas para a população, que cheguem realmente para atender as necessidades, e, aqui, eu deixo bem claro, dos que mais precisam.

Porque nós temos que reconhecer que aqueles que são filhos de famílias que têm posse, esses têm acesso com mais facilidade ao tratamento. Mas os mais pobres, os mais carentes, muitas vezes por falta de coisas tão simples, deixam de ser curados.

E o câncer infanto-juvenil, quando diagnosticado precocemente, ele tem um índice de cura muito alto. Nos Estados Unidos, na Europa, já chega a quase 80%. E, no nosso Brasil, isso ainda está muito distante. Então, é para exatamente saber o porquê, o que podemos fazer, que estamos aqui.

Muito obrigada. Passo a palavra ao Dr. Renato Melaragno, da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica-SOBOPE.

SR. RENATO MELARAGNO: Obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor dispõe de 15 minutos, mas, se for necessário mais, não terá nenhuma dificuldade, que o assunto é tão importante para a sociedade brasileira, que nós estamos aqui dispostos a ouvi-lo pelo tempo que for necessário.

SR. RENATO MELARAGNO: Obrigado, Senadora. Eu venho aqui com muito prazer e com muita esperança.

Como a Senadora colocou, hoje, no Brasil, nós temos em média entre nove e dez mil crianças e adolescentes desenvolvendo câncer por ano. Parece pouco, mas, hoje, é a doença que mais mata crianças e adolescentes acima de... Crianças acima de quatro anos e adolescentes.

Infelizmente, só perde para mortes violentas, acidentes, assassinatos e essa outra... Epidemia que nós vivemos de violência é o que... Mas, em termos de doença, do que nós podemos atuar, o câncer é a doença que nós temos o dever de acompanhar o primeiro mundo, porque é a doença que mais mata em nosso meio.

Importante que, já há anos, nós temos uma parceria muito grande com a sociedade, através dos grupos de apoio, aqui, representados pelo Rilder, nós trabalhamos muito em conjunto.

Então, hoje, no Brasil, nós temos centros gabaritados praticamente em todas as capitais e todas as grandes cidades; e quem construiu esses centros? Grande maioria feitos pela própria população, através dos Grupos de Apoio e em parceria com o Estado.

Nós, médicos, vou falar a minha parte agora, nós temos gabarito, modéstia à parte, para tratar todas essas crianças. Nós temos conhecimento, nós temos acesso às revistas, nós participamos, com muito sacrifício, a congressos nacionais e internacionais, mas não atingimos a sobrevida que nós gostaríamos. Qual é essa sobrevida? É isso que a Senadora colocou.

Nós sabemos que, hoje, é possível curar entre 75 e 80% de todas as crianças com câncer. E quando a gente fala curar, é curar. É que ela tenha uma vida produtiva, que ela seja uma pessoa útil para a nação. Mas nós estamos 20, 30% abaixo disso. Isso é muito. Nós estamos entre 50, 60%.

E por que isso acontece, se nós temos bons centros e nós temos bons médicos? Eu vejo como um dos grandes gargalos a Tabela do SUS. Não sei se os senhores sabem, essa tabela foi feita há dez anos atrás e ela, na época, contemplava o mínimo necessário para se tratar uma criança com câncer, independente do diagnóstico. Era uma média. E ela oferecia o mínimo.

Nesses dez anos, nós não tivemos nenhum reajuste dessa tabela. Veja bem, nenhum. E, anualmente, nós temos reajustes de todas as medicações, que, hoje, colocou uma defasagem brutal no gasto. O que se gasta hoje é muito mais do que o dobro do que a tabela paga.

E quem é... De quem que é essa responsabilidade?

Nesse sentido, o Governo jogou a responsabilidade do tratamento do câncer infanto-juvenil para os hospitais e para os grupos de apoio. Ou seja, ele ficou de fora dessa responsabilidade.

Nós recebemos 1.200 reais por mês por criança e gastamos dois mil, três mil, oito mil, doze mil para tratar uma criança. Essa diferença quem paga? Aí que cria um grande degrau.

As instituições ricas, aquelas de cidades, estados ou cidades mais ricas, instituições com poder de arrecadação maior, elas conseguem bancar essa diferença. As instituições que são mais dependentes dos SUS, elas simplesmente não podem tratar essa criança adequadamente. E não podem legalmente. Elas gastam o que o SUS deixa. O que o SUS não dá para pagar, não dá para pagar.

Então, nós temos, sim, diferença de tratamento. Isso é um fato.

No ano passado, nós fomos... Eu tive oportunidade de ir ao Ministério da Saúde com o INCA, conversamos com o Sr. Ministro Temporão, e ele colocou claramente: "Não há dinheiro. Se não tiver a Emenda 29 – já não era a época da emenda 29 – não vai haver dinheiro e vai ficar tudo como está."

Precisamos saber se não tem dinheiro ou se não existe prioridade. Porque nós estamos em vias de fazer uma Copa do Mundo, nós estamos nos candidatando a fazer uma Sede Olímpica.

Qual é a prioridade desse Governo? Qual é a prioridade dessa nação? Divertir o povo ou cuidar do povo? Esse dinheiro é dinheiro público. Eu sei que vai ter participação da iniciativa privada, mas uma boa parte é dinheiro público, que tem que ser discutido se esse é o momento de fazer uma Sede Olímpica.

Além disso, nós temos outro grande problema, que se chama ANVISA. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ela ignora, solenemente, novos exames, novas drogas, novos tratamentos que são conhecidos há anos no exterior, são reconhecidos como efetivos, e que não são liberados. E, por não serem liberados pela ANVISA, não são contemplados pela tabela do SUS. Para os senhores terem uma ideia do que eu digo, no fim da década de 70, no começo da década de 80, o filho do Senador Robert Kennedy, nos Estados Unidos, teve um câncer que se chama osteossarcoma. Ele foi tratado com uma droga que se chama *Metatexate*, em altas doses. Essa droga só foi liberada pelo SUS no ano de 2006. Quer dizer, praticamente vinte e tantos anos depois que o SUS incorporou. E a alegação era: "Esse remédio não é reconhecido como útil".

Eu duvido que o filho do Senador Kennedy tenha sido cobaia nos Estados Unidos. Tinha muito mais gente para ser cobaia do que o filho de um senador da família Kennedy.

Então, nós recebemos dinheiro, esses vinte e tantos anos de atraso, como uma desculpa esfarrapada de que a droga não era sabidamente efetiva.

O mesmo vale para uma droga que se chama *Mabthera*, para pacientes portadores de Linfoma Não-Hodgkin, que, sabidamente, aumenta em 20, 30% a chance de cura. O Ministério... A ANVISA não reconhece que essa droga seja realmente efetiva e nem que cure 20 a 30% a mais.

Mas é interessante que a Ministra Dilma recebeu essa droga. Agora, cabe saber: será que ela foi cobaia ou será que ela é de uma casta superior? Porque alguma coisa aconteceu.

Outros exemplos: *Imatinib,* para adolescentes portadoras de leucemia mieloide crônica; essa droga faz com que as crianças não sejam submetidas ao transplante de medula, que é caríssimo, uma toxicidade, um sofrimento brutal. Só quem já viu sabe o que é uma criança ser submetida a um transplante. O mundo inteiro liberou essa droga para crianças e adolescentes. A ANVISA não acha que há subsídios necessários para liberar no Brasil.

Acho que esses são um dos... São bons motivos que a gente trabalhe muito para ter 50, 60% de chance de cura, e não 80% como a gente gostaria que fosse.

Ou seja, infelizmente, no Brasil, 20% das crianças morrem porque tiveram o azar de ter câncer. E outras 20 morrem porque tiveram o azar de nascer brasileiras. Se tivesse nascido em outros países, talvez tivesse uma chance melhor.

E, finalmente, eu acho que, até do ponto de vista econômico, isso não é uma coisa inteligente. Porque a criança, quando é tratada, ela é tratada e é curada em poucos meses. Quando ela é maltratada, ela é maltratada por anos até morrer.

Então, além de causar um sofrimento, além de ela morrer, ela custa o triplo, o quádruplo do que uma criança bem tratada. Então, uma correção da tabela para que todos pudessem oferecer um tratamento digno, decente, correto, além de tudo, seria econômico.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um minutinho...

Eu quero aqui parabenizar o Dr. Renato, porque ele foi objetivo, usou menos do tempo que estava disponível, e eu gostaria--

SR. RENATO MELARAGNO: Eu não sou bom de falar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Antes de colocar, Dr. Renato, eu gostaria aqui de... E passar a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio Arns.

Essa questão da ANVISA, realmente eu já fui vítima disso. Eu tenho um filho que teve um problema grave, hematológico, e que, por ser médica, por conhecer, por saber de pesquisas, inclusive com um grande médico lá de Pernambuco, que, hoje, já não está mais entre nós, Dr. Gilson, nós fomos à Suíça, na cidade de Berna, e ele fez parte de um protocolo.

SR. RENATO MELARAGNO: Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hoje, meu filho tem 30 anos, é casado, tem dois filhos. Mas foi uma coisa que, durante toda a infância... Ele tinha, nessa época, nove anos, em 1986, 87. Isso aconteceu na década de 80. E hoje, graças a Deus, ele veio a ter um problema semelhante, no ano passado, no dia da minha posse aqui, no Senado, veio a Brasília e aqui teve que as plaquetas foram lá para baixo, houve uma queda... Houve um... Novamente a medula não respondia. E, graças a Deus, esse medicamento já existia aqui. Mas, naquela época, não existia, porque não era permitido. E, durante muitos anos, eu tive que trazer, inclusive muitas vezes de forma até extra-oficial, para poder ter esse medicamento que salvou a vida do meu filho. Então, eu sofri na pele.

E por isso o senhor tocou aí num ponto que é fundamental. Pude fazer isso. Mas quantos não puderam ir lá fora? Eu fui pela facilidade de ser médica, de conhecer, e de ter as condições para ir na época. Mas quantos não puderam ir? Não é verdade? E perdem os seus filhos. Porque, se eu não tivesse ido, com certeza, todos os recursos, medicamentos existentes aqui no Brasil, já tinha se esgotado tudo.

Do Rio, São Paulo... Foi o tratamento que passou por todos esses grandes centros, do INCA, do Camargo... A C Camargo, tudo.

Então, hoje, a gente está aqui, vendo que as coisas não mudaram muito. E que precisa avançar. Não é possível, no mundo globalizante – o mundo, hoje, as coisas acontecem na China, e nós estamos sabendo no minuto seguinte – que nós não possamos ter acesso ao desenvolvimento científico da pesquisa que salva vidas.

Então, passo a palavra, agora, ao Senador Flávio Arns, pela ordem.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria só de destacar também, em primeiro lugar, a objetividade, a clareza que o senhor traz aqui para esta Comissão.

SR. RENATO MELARAGNO: Obrigado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E representando um setor fundamental da sociedade, que é a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica.

Então, V. Exa. representa, nesse sentido, os anseios, as aspirações, as necessidades, os problemas dos médicos, das famílias, e particularmente das famílias e dos pacientes.

E o que o senhor coloca, colocou aqui, eu diria que é uma denúncia muito grave e com a qual eu concordo inteiramente em termos de gravidade. Quer dizer, se nós dissermos que três mil crianças estão morrendo no Brasil, esses 30% dos 50 ou 70...

SR. RENATO MELARAGNO: O senhor está certo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 75, 80%, e considerando o caso que são nove a dez mil casos de câncer infanto-juvenil no Brasil, estão morrendo, sem necessidade de estarem morrendo. Porque não são, como o senhor coloca, me permite chamar de senhor, não são prioridade como uma Copa do Mundo.

É prioridade, como o esporte é prioridade, como foi colocado. Então, nesse sentido, é uma denúncia, Sra. Presidente, de um Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia, uma denúncia séria, dizendo que a criança e o jovem brasileiros estão morrendo por fatores que não deveriam estar conduzindo à morte necessariamente, por absoluta falta de direcionamento de dinheiro, de recurso para que eles tenham um atendimento digno.

SR. RENATO MELARAGNO: Exatamente isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, essa é a primeira coisa.

A segunda coisa: estão morrendo pela burocracia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no caso, porque nós temos o Projeto de Lei em tramitação, que está, assim, para ser aprovado, na concessão de medicamentos excepcionais de alto custo, porque, depois, entra naquela fila do Ministério da Saúde, que não é a fila da ANVISA. Existem duas filas, na verdade: a fila da ANVISA, para autorizar o medicamento, e, depois, a fila do Ministério da Saúde, para que esse medicamento, autorizado, possa, na verdade, ser incluído nos protocolos para a concessão do medicamento.

Eu até fico pensando se não é uma estratégia do Ministério da Saúde, já que nós não vamos colocar no protocolo, não podemos, vamos procrastinar, e eu acho que não aconteceria isto, confio na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mas eu gostaria de ter, assim, na sequência, Sra. Presidente, porque acho que nós não devemos parar unicamente na apresentação, quer dizer, saber exemplos, remédios, datas, a demora, para que isto possa subsidiar o posicionamento desta Comissão, o entendimento com o Ministério Público, para se achar soluções para o problema.

O que nós queremos? Que esse problema seja solucionado.

É claro que a ANVISA tem que ter atenção, tem que aprovar o medicamento, tem que ver as provas e tal. Mas, quer dizer, tem que chegar num ponto, no final, de dizer sim ou não. Quer dizer, não pode, na verdade, ficar procrastinando simplesmente com dois, três, quatro anos.

Por isso que eu, na sequência, talvez não nesse momento, Sra. Presidente, que a gente pudesse, depois, assim, ter o detalhamento destas informações.

SR. RENATO MELARAGNO: Com prazer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, são denúncias graves, na minha opinião. Eu sei que estão acontecendo em todas as áreas. Se nós olharmos numa maneira geral, quer dizer, o Ministro da Saúde dizer: "Não, eu precisaria de mais alguns bilhões", a gente tem que dizer: "Bom, e já denunciou isto, que gente está morrendo, que crianças estão morrendo por falta de medicamento e que o dinheiro está sendo mandado para isso, para aquilo, e não para a Saúde".

Então, é uma denúncia séria, grave, vinda do Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia, e, pela representatividade do senhor, representando toda esta área, eu gostaria não só das notas taquigráficas, mas para nós colaborarmos com a sociedade para o encaminhamento de soluções.

SR. RENATO MELARAGNO: Tenho o prazer de enviar. Só para complementar--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E eu só pediria também o esclarecimento, porque eu não entendi bem, da Ministra Dilma, o que o senhor falou.

SR. RENATO MELARAGNO: Ela recebeu uma medicação que se chama *Mabthera*, que, hoje, é uma droga de primeira linha, no tratamento do tipo de linfoma que ela teve, que uma ampola custa cinco mil reais.

E nós recebemos 1.200 reais por mês, não só para essa ampola. Para essa ampola e mais todos os outros medicamentos. Então, a população fica alijada de receber esse dinheiro, essa droga.

Como a Senadora colocou, se você tiver numa família... Uma casta boa, agora que é a época da novela *Caminho das Índias*, você tem como comprar esse remédio, senão você não recebe.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, exato. Não, eu entendi bem.

SR. RENATO MELARAGNO: E ela recebeu. E a alegação da ANVISA de que essa droga não é reconhecida como boa é estranho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Serve para a Ministra, não serve para...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Esse ponto... É medicamento autorizado no Brasil?

SR. RENATO MELARAGNO: O medicamento é comercializado no Brasil. Autorizado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Autorizado? Não, se é autorizado, a ANVISA... A ANVISA... O que acontece é normalmente ao contrário: a ANVISA autoriza e o Ministério da Saúde diz que não é boa.

SR. RENATO MELARAGNO: Essa... O *Mabthera*, especificamente, está nesta situação que o senhor colocou. A ANVISA autorizou, mas o Ministério não assumiu.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois é.

SR. RENATO MELARAGNO: Existem outras drogas, no caso o *Imatinib*, a ANVISA não autorizou e o Ministério fica de braço cruzado, fala: "Ah, se a ANVISA não autorizou, eu não posso fazer nada". Só que...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria... Olha, nós--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu entendi bem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas, Sra. Presidente, só quero completar, dizendo o seguinte, que concordo inteiramente com o posicionamento do Dr. Renato, dizendo o seguinte, o argumento é: "Não existe dinheiro". Mas a pessoa vai gastar, na minha opinião, muito mais recursos não tratando. Por que isto? Porque a família fica doente, no sentido que o pai não consegue trabalhar, a mãe, a criança morre, e poderia estar, como é o caso do filho da Senadora, com 30 anos, retornando ao país em termos de trabalho, de participação e de impostos.

SR. RENATO MELARAGNO: Perfeitamente. E mesmo em reais, isso sai mais barato. Mesmo em reais. Se a gente esquecer todo o custo social, que não é possível ser esquecido, se colocar em reais que eu posso tratar um linfoma em três meses, que nem a Ministra tratou, ou tratar em dois anos porque o tratamento fracassa, se colocar na ponta do lápis, vai sair mais barato tratar em três meses.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria aqui de informar que nós vamos ter uma Audiência Pública sobre essa questão dos medicamentos. Então, já... Desde já, eu já posso...

SR. RENATO MELARAGNO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já está convidado. O Dr. Renato, o senhor já está convidado e também todos que aqui vieram para participar, para assistir. Mas nós vamos dar continuidade para ouvir os outros e--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para deixar bem claro... Quer dizer, na verdade, eu estou requerendo à Mesa as notas taquigráficas e estou solicitando ao Dr. Renato que ele, por favor, ele coloque num documento bem fundamentado, além das explicações dadas hoje, que não compete, assim, a Audiência Pública ter isto também, mas para termos esse documento para o prosseguimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza. As notas taquigráficas chegarão ao senhor e o Dr. Renato, de acordo com as suas conveniências, encaminhará para o senador. Eu encaminharei ao Senador Flávio Arns.

Então, eu quero aqui registrar a presença de Valber Barreto de Queiroz, Presidente do Núcleo Esperança... Núcleo de Apoio à Criança e Adolescente com Câncer. A Ilda Peliz, Presidente da ABRACE, Distrito Federal, Apoio à Criança com Câncer, Lísia Freire de Alarcão(F), Doutora de Assistência Social da ABRACE, Jóia, Sra. Jóia Ferreira Fernandes, Assessora PATRI Relações Institucionais e Governamentais, Isabel Almeida de Oliveira, *trainee* instituição da PATRI.

Eu gostaria aqui também de registrar a presença da assessora do Ministério, a Maricota, também os nossos consultores que estão presentes e a jornalista Andréia Bonimo e outros participantes também que estão acompanhando esse debate, além dessa equipe que é coordenada pela nossa Gisele, que tão bem vem conduzindo os trabalhos dessa Comissão. A Gisele e a todos que nos auxiliam no dia a dia dos trabalhos da Comissão.

Vamos passar agora a palavra... Olha, os senhores, as inscrições já estão abertas para os Senadores. Aqueles que desejarem, após a apresentação dos convidados, fazer suas observações, já estão abertas as inscrições.

Após a apresentação, que, agora, teremos a apresentação do Dr. Francisco Neves, do Instituto McDonald, e, depois, do Dr. Francisco, o Dr. Rilder, nós abriremos para o debate.

Muito obrigada.

Com a palavra o Dr. Francisco, do Instituto McDonald.

SR. FRANCISCO NEVES: Bom dia a todos. É uma honra eu estar aqui participando dessa Audiência Pública.

E eu queria colocar alguns pontos interessantes. Na verdade, eu represento o Instituto Ronald McDonald, é uma instituição que desenvolve ações em favor da criança e adolescente com câncer.

Mas nós formamos uma relação muito forte, uma parceria com a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, a Confederação Nacional das Instituições de Apoio à Criança com Câncer e o próprio Governo, através do INCA, o Instituto Nacional de Câncer. Eu acho que essa aliança, essa parceria, ao longo desses últimos anos, tem feito a diferença em favor da criança e adolescente com câncer.

Um dos exemplos da diferença que a gente tem em favor da criança e adolescente com câncer é o próprio trabalho que a ABRACE realiza aqui, no Distrito Federal.

A Ilda, como Presidente, tem desenvolvido um excelente trabalho aqui. É importante também – eu queria destacar isso – não só a figura do superintendente, mas tanto a Ilda quanto eu, quanto o Rilder tivemos problemas com nossos filhos, com câncer.

Isso é que foi a grande chama, a grande motivação para que nós fizéssemos alguma coisa em favor dessa causa. E devo dizer que nós estamos muito orgulhosos, enquanto cidadãos brasileiros, de ter feito uma diferença. Ainda não é o ideal, mas, olhando no passado, quando o índice de cura pela década de 80, 70, girava em torno de 30, 35%, hoje nós temos um índice de cura em torno de 70, 75 em alguns casos, em média. Nós ficamos felizes mas também ao mesmo tempo preocupados porque ainda há muito o que fazer.

O Instituto Ronald McDonald tem um papel muito claro. Esse trabalho da oncologia pediátrica. Nós não somos meros arrecadadores de fundos e repassadores de recursos. Mais que isso, trabalhando em conjunto com a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, com o CONIACC, com o INCA e com vários médicos da oncologia pediátrica, nós conseguimos, ao longo desse tempo, criar alguns programas que estão trazendo um trabalho, fazendo a diferença para a criança e adolescente com câncer.

É importante destacar, como falou o Dr. Renato... A oncologia pediátrica, ela representa, na faixa de 05 a 19 anos, um índice ainda brutal, a segunda causa de morte, mas é a doença que mais mata. E por ser a doença que mais mata, isso deixa um pouco, todos nós, um pouco tristes.

Eu tenho um sonho. Meu sonho é que, daqui alguns anos, essa não seja a primeira causa por doenças. Já evoluímos muito, mas tem muito o que evoluir. Há como melhorar as políticas públicas? Há. Há como trabalhar em conjunto? Há. Há muita coisa para ser feita? Há.

E aí o motivo de nós estarmos aqui. Entender um pouco, como também nós somos novos, novatos, que eu esteja... Que não me falha a memória, talvez seja a primeira Audiência Pública que, como um grupo articulado da oncologia pediátrica, está participando, daí o nosso orgulho de estar aqui hoje, mas são muitas pessoas no Brasil que fazem esse trabalho. A CONIACC mesmo representa várias instituições, a SOBOPE vários profissionais, e apesar de ser só 3% do caso de câncer, do total geral no Brasil, segundo informações do Instituto Nacional de Câncer, o que incomoda a gente não é só a questão das mortes das crianças ou do índice de cura que pode melhorar. Mas é o que vem a reboque desse tratamento.

Ainda existe uma grande migração, na minha maneira de pensar desnecessária, algumas não são necessárias, de crianças que saem às vezes Norte, Nordeste, em alguns lugares Centro-Oeste, para se tratar no Sul e Sudeste.

E segundo informação do próprio INCA, o índice de cura chega a 70, 75% desde que tratados adequadamente e diagnosticado precocemente. E aí entra o papel do Instituto Ronald McDonald. Ao longo desses anos eu entreguei para o Senador, entreguei para os distintos Senadores também, um relatório de atividades do Instituto Ronald McDonald, nós temos 10 anos, e a gente tem contribuído para a melhoria do tratamento, para o índice de cura através de dois programas específicos, que é a melhoria das condições hospitalares e das casas de apoio, que é o programa de assistência oncopediátrica, e um outro programa que é o diagnóstico precoce, do qual tivemos o prazer e orgulho de contar com a presença da Senadora Rosalba Ciarlini no ano passado, em 2008, em São Paulo, no lançamento desse programa.

E devo dizer, Senadora, que nós já temos alguns resultados, apesar de não estarem previstos. Dos oito projetos pilotos que foram apresentados, nós conseguimos, em três desses projetos, identificar 18 casos novos de câncer, através de sinais e suspeitas de profissionais do Programa de Saúde da Família, com o qual nós trabalhamos, e esse programa ele atua na capacitação desses profissionais.

É um programa vitorioso, já praticamente cobre mais de 50% da população brasileira, e essas pessoas, quando se sentem capacitadas para desconfiar de um câncer e encaminhar para tratamento, elas não só ajudam na referência, ou seja, o que acontece e para onde vai, como na contra referência, quando começa a tratar, quando ela retorna para sua cidade e como é o acompanhamento dessas crianças.

No Brasil, a gente tem conseguido fazer uma grande diferença, inclusive queria destacar um trabalho que nós fizemos em João Pessoa, agora, com o Projeto Casa da Criança, Sandra Moura é uma das franqueadas, nos ajudou muito lá, e o que chama nossa atenção, Senadora, Senadores, é que é triste a gente ver quando uma criança sai de uma cidade para se tratar num grande centro e ela não ter o apoio que deveria ter.

Foi pior? Foi. Está melhor? Está. De que maneira isso mudou, aconteceu essa mudança? As casas de apoio tem um papel fundamental e eu creio que o Rilder vá falar um pouco mais sobre isso, no tratamento e no acompanhamento psicossocial.

Ou seja, a criança quando vem de grandes centros, ou mesmo no seu estado, quando vem do interior de cidades longínquas, ela não tendo onde ficar, elas ficam na casa de apoio. E a casa de apoio não só oferece a hospedagem, alimentação e transporte gratuito, como também oferece a condição para a melhoria do tratamento.

Ou seja, a casa de apoio funciona quase que como uma extensão do tratamento da oncologia pediátrica. A criança é tratada, o hospital identifica uma necessidade de uma... De uma... De uma hospedagem, ela não vai para o hotel, ela fica numa casa de apoio onde, com todo carinho e o aconchego de voluntários, ela recebe todo o ambiente necessário, fica dentro do ambiente necessário para suportar e fortalecer seu psicossocial.

Isso mudou muito. E por isso a gente está hoje aqui, os três... Falta a Dra. Tereza que está à caminho, com certeza virá, para alicerçar esse trabalho.

É possível se fazer mais? É. Como? Nós também temos algumas sugestões. Uma das maneiras que nós temos encontrado, e é uma das maiores fontes de arrecadação do Instituto Ronald McDonald, é o "*McDia Feliz*", que vai acontecer agora, no próximo dia 29 de agosto. A contribuição é muito relevante para a causa. Esse ano, nós pretendemos arrecadar líquidos, livres de qualquer tipo de imposto, 12 milhões de reais com a colaboração e participação das instituições.

É um projeto vitorioso, são 21 anos já de realização do "*McDia Feliz*", esse vai ser o 21º, fica aqui o convite para que todos aqueles que puderem participar sejam bem-vindos, nós agradecemos a participação de todos que quiserem participar.

Mas não é só isso, nós temos outras fontes de captação também. E apesar de parecer muito, na verdade o investimento que o Instituto Ronald McDonald faz ao ano, cerca de 19 milhões de reais, ainda é pouco. Se nós fôssemos atender a nossa demanda de carteira de projetos, nós precisaríamos de algo mais, que a demanda que chega até nós é de 26 milhões de reais.

O Dr. Renato colocou a questão do tratamento do SUS, e Senadora, mais uma vez obrigado pelo... Pela oportunidade. Nós queremos contribuir, nós queremos ajudar, nós queremos participar. Queremos buscar soluções juntos. Não dá para... E a gente entende que cada vez mais o Estado está preocupado com isso, de ouvir a sociedade para se buscar soluções em conjunto.

O próprio INCA, o Instituto Nacional de Câncer criou o ano passado um fórum permanente de atenção integral à criança e adolescente com câncer, que envolve tanto o tratamento quanto envolve o psicossocial, e nós nos orgulhamos de estar fazendo parte desse grupo, eu, o Dr. Renato e o Rilder, além de outros, outros parceiros que participam dessa ação.

E estamos à disposição, Senadora. Estamos à disposição dos Senadores para ajudar naquilo que for possível. Agradeço a oportunidade e quem sabe daqui alguns anos a gente não volta a esse mesmo Plenário para dizer que o câncer não mata tanto quanto está matando hoje.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Rosalba, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, doutor... Senador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu queria a gentileza da concessão de uma referência no tocante ao Instituto Ronald McDonald e do trabalho feito no Estado da Paraíba, em João Pessoa, em parceria com a Casa da Criança, no Hospital Laureano, que é um hospital exatamente de crianças e jovens. É um trabalho fantástico, se desenvolve ao longo de anos e nós estamos na Paraíba, somos testemunha dessa fantástica parceria.

Coincidentemente, minha esposa Sandra é a gestora, na Paraíba, do Projeto Casa da Criança que é parceria do Instituto Ronald McDonald, e os trabalhos feitos pelo Instituto Ronald McDonald na Paraíba, em João Pessoa, são dignos de serem divulgados em todo o Brasil.

Era só essa referência elogiosa ao trabalho do Instituto Ronald McDonald.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada. Eu gostaria também de parabenizar o Francisco, porque ele também, como o Dr. Renato, não extrapolou o tempo, foi objetivo, e queria aqui dizer que nós estamos realmente gratos pela presença do senhor, sabemos que o senhor teve que deixar outros afazeres para poder chegar até aqui, mas o Instituto McDonald tem esse grande trabalho.

Inclusive, eu estive presente quando do lançamento, que o senhor aqui referiu-se, do projeto de capacitação de agentes comunitários, de pessoas da sociedade, para que pudessem, partindo de sinais e sintomas que são muitas vezes despercebidos por aqueles que estão em torno da criança, aqueles agentes pudessem aí dar um... Vamos dizer assim, acender uma luz vermelha, infelizmente, na possibilidade de ser um câncer.

Mas se nós tivermos esse trabalho ampliado ainda maior, contínuo, persistindo, de informações à sociedade, muitos casos serão, com certeza, curados, porque terão tratamento precoce e isso é o mais importante. Então, o McDonald também está nos ajudando nesse trabalho educativo

Porque é algo que precisa ser feito ao lado de um problema que eu gostaria aqui só de colocar, a gente está falando na criança, mas quando acontece um problema desse numa criança, a família toda passa a ter problemas de saúde, problemas emocionais, e a criança também precisa ter uma estrutura de apoio muito grande.

Porque a formação é o início de uma vida. Se não tiver uma boa proteção, bom acompanhamento, lá na frente nós teremos mais um que, embora curado de câncer, estará entre as estatísticas daqueles que precisam de um tratamento psíquico, porque vão ficar com sequelas muito graves no seu psicológico.

Então, gostaria aqui também de fazer referência à doutora... Sra. Sandra Maria de Araújo Nóbrega, Presidente da Casa de Apoio à Criança com Câncer Santa Tereza. E agradecer pela sua presença.

Passamos agora a palavra ao Dr. Rilder, para apresentar as suas... Dr. Rilder Flávio de Paiva Campos, da Confederação Nacional dos Institutos de Apoio à Criança com Câncer. O senhor terá 15 minutos, mas com certeza, além desse tempo, o que for necessário para nos trazer informações importantes com relação ao assunto que estamos tratando hoje. Com a palavra o Dr. Rilder.

SR. RILDER FLÁVIO DE PAIVA CAMPOS: Bomdia a todos. É com muita alegria que nós estamos aqui hoje. Eu queria, em nome da Senadora Rosalba Ciarlini, cumprimentar os Srs. Senadores, a todos os presentes.

Dizer que, na verdade, é importante para todos nós esse dia, a maneira que nós conseguimos chegar a esta Casa e trazer um problema que nos toca no dia-a-dia.

Nós temos aqui hoje seis representantes de instituições. Eu represento a CONIACC, que são quase 50 instituições. Desses seis que estão aqui, nós temos três que perderam seus filhos com câncer. Dois que tem os seus filhos ainda, que conseguiram curá-los e estão com eles. E uma que teve câncer.

O que eu quero dizer com isso? É que essa luta é dessas pessoas que passaram por essa dor. E nós precisamos dividir essa responsabilidade. A sociedade civil, ao longo dos anos, tem conduzido esse processo, principalmente da criança carente com câncer, é bom que se frise isso. São crianças carentes com câncer que a gente está conduzindo, ajudando e fazendo essa diferença.

E esse fardo é pesado. É pesado pela dor. É pesado pelo dia-a-dia que é difícil. E na verdade, é aí, nesse momento, que nós conseguimos sarar as nossas feridas, quando nós ajudamos ao outro, nós participamos da dor e sofrimento do outro. E às vezes nós nos deparamos com algumas situações que são até interessantes, porque no nosso dia-a-dia às vezes a gente tem que dar a cesta-básica àquela família, àquela criança, para ela primeiro não morrer de fome, porque a situação dela é muito precária.

Eu venho lá do Rio Grande do Norte, estado pobre, que tem a Senadora Rosalba Ciarlini que nos representa muito bem, que é, na verdade, uma parceria desta causa, nesta luta, neste dia-a-dia. 80% das nossas crianças vêm do interior do Estado. E se não tivesse esse apoio, esse suporte das casas de apoio para acolher a criança, o acompanhante, a situação era precária.

A nossa Casa, ela iniciou-se há 14 anos. Em 1995. E a realidade naquele momento era que a mãe que acompanhava a criança ela não tinha como... Ela não podia ficar no hospital. Ela não tinha o espaço para que ela acompanhasse sua criança no hospital. Ela dormia na rua. Então, isso se reproduz e representa a situação de vários estados, principalmente do Nordeste, aonde essas famílias passam por necessidades muito grandes.

E aí nós temos, inclusive no Nordeste, dizem que o nordestino ele é muito forte, é igual cipó de Aroeira, que ele enverga mas não tora, não quebra, aonde essa diversidade ela se apresenta muito forte, muito contundente, mas aí nós temos exemplos e ações bastante representativas dessa luta, desse dia-a-dia.

E essa sociedade civil organizada, principalmente com esses pais dessas crianças, desses pais que tiveram seus filhos com câncer, é que tem feito essa diferença. Hoje nós temos uma realidade diferenciada. Já foi, aqui, ressaltado essa parceria que existe entre SOBOPE, o INCA, Instituto Ronald McDonald, a sociedade civil.

Nós conseguimos fazer essa diferença. Mas nós precisamos dividir essa responsabilidade. Nós precisamos entender que é o medicamento que precisa chegar

mais cedo, é o acesso ao medicamento que tem que ser mais rápido, é o tratamento que tem que ser feito através de um diagnóstico precoce, como o Dr. Renato muito bem colocou; quase sempre esse diagnóstico é tardio, esse tratamento é mais alongado, ele é mais caro, ele é mais invasivo e nós precisamos mudar essa realidade. Nós precisamos juntar forças.

Nós nordestinos usamos muito um termo que diz que quanto mais cabra, mais cabrito. E a gente precisa juntar mais gente. Nós precisamos dividir isto. Porque a nossa luta é muito grande.

A minha instituição, que é lá do Rio Grande do Norte já passaram por lá nesses 14 anos quase 1.200 crianças. Nós temos hoje 634 crianças em tratamento. Então, é um número muito grande.

Isso se reproduz na Bahia, Senador João Durval, aonde várias instituições existem para ajudar a criança com câncer, o senhor inclusive é uma das pessoas que ajudam, já tive oportunidade de estar no seu Gabinete com Roberto Sá Menezes, que é um baluarte na luta contra o câncer infantil na Bahia, na Paraíba, como o Senador colocou, lá nós temos instituições também voltadas para o trabalho, para atender a criança com câncer. A PACN, lá no Paraná, do Senador Flávio Arns...

Então nós temos várias entidades no Brasil que estão nessa luta diuturna, precisando de apoio, de ajuda. Então daí a importância que os senhores, cada dia mais se sensibilizem com essa causa, participem mais ativamente disso. Se aproximem dessas instituições, entendam que o processo não se dá só enquanto tratamento.

Como o Dr. Renato muito bem colocou, a possibilidade de cura é crescente. Do começo da minha instituição, a gente queria criar... Tratar... Dar suporte à criança para que ela se curasse. Se curar. Mas hoje eu quero que essa criança se cure e não tenha sequelas. Mas, para que ela se cure e não tenha sequelas, eu tenho que incluí-la socialmente.

Enquanto ela enfrenta o câncer, ela vai ter que enfrentar a vida, ela vai ter que ter acesso à escola, acesso à informática, vai ter que melhorar seu hábitos, vai ter que se socializar... Ela vai ter que fazer esse enfrentamento diuturno da vida. E se ela enfrenta um câncer e vence, ela pode enfrentar a vida e mudar essa perspectiva de vida dela.

Mas isso tem que ser um projeto da sociedade como um todo, de todos os entes, para que a gente possa, efetivamente, mudar isto. Então, a minha convocação é que todos nós, não só SOBOPE, INCA, Instituto Ronald, a CONIACC, todas essas instituições aqui representadas, mas todos nós entendamos que o câncer, ele é muito democrático. Ele dá no rico, no pobre, no preto, no branco, em todos os credos, em todas as idades. Não só o câncer infanto-juvenil, mas em todas as idades.

Então, nós precisamos efetivamente dar os braços e as mãos para que essa campanha de diagnóstico precoce chegue muito mais cedo. Esse diagnóstico seja feito na forma mais rápida e contundente, que esses remédios, esses acessos sejam feitos na forma mais imediata. E isso é uma missão nossa, obrigação de todos nós.

Então, essa convocação é para que cada um dos senadores, na sua cidade, no seu Estado, possa se aproximar mais dessas entidades que estão fazendo essa ação, esse trabalho, e a gente possa diminuir essas distâncias, para que todos esses reclamos que foram colocados aqui, Dr. Renato, o Francisco Neves, do Instituto Ronald, com certeza pela Dra. Tereza, do INCA, a gente possa unir esforços e fazer com que isso ocorra mais cedo.

Porque a dor de quem tem um filho com câncer é muito grande. Quem perde é muito maior. O meu filho ele curou. Ele teve um retinoblastoma bilateral, ele está curado, ele tem 16 anos, mas ele ficou cego, se ele tivesse feito a campanha diagnóstico precoce no momento certo, ele estaria curado e vendo.

Essa ferida nossa não cicatriza. Mas nós estamos amenizando essa dor no dia-a-dia, quando nós estamos tratando e ajudando a outros a passarem por isso e ficarem curados, e curados sem sequela.

Mas nós precisamos de ajuda. Nós precisamos que esse elo, esse... Esse... Essa força, ela precisa de mais ajuda. E o poder dos senhores é muito grande. Nós precisamos que vocês participem junto com a gente no dia-a-dia, encurtando esse caminho, Senador Flávio Arns, para que amanhã nós tenhamos uma realidade, uma sociedade diferente. E nós tenhamos aqui, na verdade, crianças ou adultos curados de câncer contando a sua história, e a sua vida, e seu exemplo.

Então, é um dia importante para nós porque nós estamos dividindo isso. Mostrando para os senhores que é possível se fazer isso. Que existe muita gente lutando.

Mas nós não queremos só aqueles que tiveram filho com câncer ou aqueles que tiveram câncer na frente desse movimento. Nós queremos a sociedade como um todo. Participando ativa, complementando a ação do Estado, que é o papel do Terceiro Setor. Ele é complementar a ação do Estado. E hoje na verdade ele se confunde com a ação do Estado, porque nós fazemos muitas vezes aquilo que o Estado está se omitindo e não está fazendo.

Então, nós precisamos dessa ajuda, nós precisamos dessa parceria forte, contundente, ativa, per-

sistente, porque só vence quem persevera. Só vence quem é ativo nesse dia-a-dia. Porque nós podíamos muito bem estar em casa, cuidando dos outros filhos que nós temos, fazendo o nosso dia a dia, a nossa vida. Mas nós estamos dividindo e tentando minorar a dor dos outros.

Não é fácil, é difícil. Mas nós conseguimos ter vitórias. Só o fato de estar aqui hoje já é uma vitória. Nós passamos por muitas situações adversas, por muitas dores. Nós temos aqui, na Mesa, Francisco Neves, ele perdeu o filho dele, mas ele está aqui, lutando. Nós temos o Valber, que está ali, que é de Goiânia, que também perdeu o filho, Ilda perdeu o filho... Então, são pessoas que têm toda uma vida voltada para essa ação e que precisam dividir.

Então, hoje, nós queremos, aqui, dividir responsabilidades.

Agradecer, Senadora, o momento, a sua iniciativa. A senhora tem tido uma ação perene, vigilante, de muita disponibilidade. Eu me lembro que, no dia do lançamento da campanha do diagnóstico precoce, que nós a convidamos, o seu vôo atrasou, terminou não tendo teto, foi para Ribeirão Preto, mas chegou. A senhora é sempre disponível. E nós queremos que isso seja uma prática comum.

E que esse momento de hoje ele se repita, com outra verdade, com outra realidade e com outros resultados.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. Rilder, meus parabéns pela sua exposição e queria agradecer, mais uma vez, porque o senhor também nos traz esse sentimento da sociedade, de homens e mulheres que passaram por esse momento difícil, mas procuraram chegar a outros que estão também em dificuldades.

Isso é o sentimento muito forte de solidariedade, é o sentido de fraternidade. Então veja como esse Brasil é um Brasil de pessoas que procuram se ajudar e ajudar os outros.

Mas é como o senhor bem colocou, as instituições estão fazendo, como Terceiro Setor, um apoio fundamental, importantíssimo, imprescindível no caso da criança e da adolescência, junto à família. Eu sei de casos de pessoas paupérrimas, que a criança com câncer, depois de tratada, lá na capital, tinha que voltar para aquela casa lá no interior, uma casa de taipa, sem nenhuma... Sem saneamento, sem nenhuma... A mínima condição para que ela pudesse realmente ter um ambiente mais saudável durante aquele período que voltava para casa para depois voltar à capital para a nova sessão de tratamento.

E o trabalho das casas de apoio, da Casa Durval Paiva, conseguiu inclusive, com doações, não só uma, mas muitos outros casos de levar para essa família uma casa mais digna, melhores condições. A busca também, a preocupação, muitas vezes são pais desempregados, esse trabalho social que eles realizam de coração e daquela forma.

Faz sem olhar a quem, e sem estar anunciando, de forma, vamos dizer assim, para se autopromover, de forma nenhuma, é a instituição, são todos, e a colaboração.

Então, fica aqui o meu aplauso às instituições e às pessoas que colaboram com o que podem, da forma que é possível, mas estão ajudando.

Então, é isso que nós estamos aqui... Eu fico feliz em tê-los aqui, fazendo sua exposição nesse debate onde estamos, o Governo, as instituições, os especialistas da área e nós, Senadores, que temos uma responsabilidade muito grande.

Além dos projetos, das leis, do orçamento, nós temos também o papel fundamental de fiscalizar as ações, de acompanhar e saber, realmente, como andam as coisas nesse país.

Então, gostaria, aqui, também, de anunciar a presença importante do nosso Presidente da Comissão... Da Subcomissão de Saúde, que é o Senador Augusto Botelho, ele está chegando do seu estado, eu sei como é distante, é difícil, lá não tem vôo toda hora para Brasília, ele já tinha nos avisado que chegaria a tempo, mas não no início, em função do vôo que o trouxe lá de Roraima.

Então, eu gostaria do Senador Augusto Botelho, que tem participado ativamente de todas essas... Esse trabalho na área da saúde e na Comissão, sempre em parceria com a Comissão e com outras comissões que estão ligadas à questão da saúde, como Comissão de Meio Ambiente, como questão... Educação, porque nós não podemos esquecer que o processo educacional neste país... E está provado, quanto maior o nível educacional, maior é a prevenção, maior são os resguardos, maior é a educação para a saúde. Então, é importante também a gente entender que crescer em educação é também favorecer a saúde da população.

E está presente aqui a Dra. Maria Tereza Fonseca da Costa, representante do Instituto Nacional do Câncer, INCA, o Instituto Nacional do Câncer, que é o modelo, que tem um trabalho realmente muito importante no nosso Brasil e que está ligado, está dentro do Ministério da Saúde, com a responsabilidade de emanar as ações, de orientar, e eu gostaria agora de passar a palavra para a Dra. Maria Tereza Fonseca, para fazer a sua explanação.

Doutora, a senhora... O tempo é 15 minutos, mas aqui nós não estamos nem marcando, porque todos têm sido tão objetivos, tem colocado tudo tão rápido que está sobrando tempo, graças a Deus. E eu espero que a gente possa ganhar tempo, encontrar soluções, caminhos, para ajudar as nossas crianças e nossos adolescentes.

Com a palavra a Dra. Maria Tereza.

MARIA TEREZA FONSECA DA COSTA: Bom-dia a todos, principalmente a Senadora Rosalba! É uma oportunidade importante para o Instituto Nacional de Câncer e também acho que pra mim que sou... Francisco e Renato já ouviram isso, sou uma militante, desde o início da minha trajetória profissional, das questões relacionadas à saúde da criança e de adolescente.

E essa situação do câncer que hoje se apresenta na nossa população, do câncer... Câncer infanto-juvenil, ela, de alguma forma, se alguém tivesse alguns anos atrás referido para mim que eu estaria como profissional, como técnica na área de saúde participando de uma... De uma audiência numa Comissão do Senado para falar de câncer de criança, eu mesmo me surpreenderia, tamanha eram as nossas dificuldades, dificuldades especificamente de mortalidade, de adoecimento de crianças e de jovens, principalmente das crianças menores, que se apresentavam numa grandiosidade tão importante que faziam com que outras questões de saúde fossem secundarizadas.

Acho que é importante isso estar sendo colocado, porque, para quem pode estar no processo ainda de apresentação para esse problema de saúde, inadvertidamente pode parecer que a situação de câncer na infância e na adolescência no Brasil, ela esteja piorando. E não é essa a realidade.

Nós temos aqui, nessa Mesa, exemplos de ações, no Instituto Ronald, pelo Francisco Neves, de toda a batalha, toda a importância da Sociedade de Pediatria e das organizações do Terceiro Setor, também, que dão apoio às crianças em tratamento e que mostram que muito já foi feito.

Agora, a grande pergunta para uma dada situação que a gente chama de epidemiológica, para uma dada situação contextualizada em prioridades para a saúde, a grande questão que se apresenta hoje é como esse enfrentamento poderá ou deverá ser feito de uma forma mais sistematizada, mais organizada, pelas próprias instâncias públicas, pelos próprios... Pelo Ministério da Saúde e pelos órgãos que tem a competência disso e o Instituto Nacional de Câncer tem, tem essa competência.

Até muito recentemente falar de câncer na infância e na adolescência como uma questão importante de saúde pública, podia ser vista até como de uma forma anedótica.

Porque, talvez Renato já tenha falado isso, vou estar repetindo, não tive prazer de assisti-lo mais uma vez, apesar de suas importantes críticas que são sempre muito bem vindas, a dimensão, a ordem de grandeza do câncer na infância, quando comparada a toda a questão do câncer no país, e muito mais num país em processo de envelhecimento, que esse é um processo positivo, na medida em que as pessoas melhoram qualidade de vida, têm melhor acesso a serviço de saúde, a população envelhece e traz novos desafios para a organização do sistema, para a organização do serviço de saúde e para a definição de tecnologias também no setor saúde, a questão do custo, isso é muito importante.

Mas o câncer na criança, ele tem, assim, uma representação muito pequena se comparado... Quando incluído nessa... Nessa visão do câncer como um todo. Ocorre que a situação de crianças, de saúde de crianças no país, ela melhorou muito nas últimas duas décadas, pelo menos. Então, essa é uma das razões para que o controle de doenças evitáveis, através de políticas públicas, de ações públicas, através de ações também de outras instituições, também do Terceiro Setor, a gente...

Eu tive oportunidade, na década de 80, de participar da grande marcha, que foi a questão do controle das diarréias, da desidratação, a ampliação do calendário vacinal, quem trabalha com saúde da criança viveu isso e viveu isso junto com o Poder Público e junto com outras instituições também.

Essas ações, essas propostas, esses projetos, eles alteraram, efetivamente, a situação de saúde da criança no país. E hoje, novos desafios ou não novos, mas desafios que são mais complexos, desafios que têm uma necessidade de enfrentamento, como eu disse, mais organizada, mais sistematizada, que implicam também uma articulação, propostas intersetoriais de intervenção, quer dizer, não só apenas as instâncias públicas, mas também toda a representação, todo tipo de representação da sociedade, buscando o controle, a melhoria de determinadas situações específicas.

Eu diria hoje, como pediatra, eu sou pediatra, sou médica, pediatra e sanitarista, que nós temos na saúde da criança três... Crianças e jovens, eu faço questão sempre de falar dos adolescentes, é um vício positivo do pediatra, que nós temos três grandes questões para serem colocadas, assim, enquanto prioridade na pauta.

A questão da mortalidade perinatal, da mortalidade dos recém nascidos, que ainda é um problema muito sério, e que apresenta um perfil de desigualdades

num país desigual também, que faz com que a gente tenha que... O Ministério, as ações públicas, tenham que colocar essa pauta como uma prioridade porque hoje é o nosso... A nossa maior expressão de perdas em vidas e de anos potenciais de vida também.

Uma outra questão de saúde pública que não nos remete apenas à situação do setor saúde especificamente, que é a morbidade e a mortalidade, as sequelas e a mortalidade, os óbitos, pelas chamadas causas externas que são os acidentes e a violência, principalmente, principalmente, entre os escolares, entre os adolescentes.

Essa é a principal causa de perdas de vidas hoje na idade escolar, a partir dos cinco anos, e entre os adolescentes. É uma situação muito complexa, como eu disse, não depende só do setor saúde, e por isso é que eu tenho me acostumado a falar, não para tentar mais sensibilidade quanto a questão, em relação à questão do câncer, porque acho que a questão do câncer na infância e na adolescência ela, apenas o seu relato, apenas a sua vivência, ela, por si só, já sensibiliza muito.

O Dr. Rilder comentou uma coisa que acho importante, o fato de nos sentirmos vulneráveis; é uma doença que até o momento, à luz do conhecimento técnico científico hoje não existem formas de prevenção, mecanismos de prevenção conhecidos.

Então, qualquer um, de qualquer classe social, em qualquer situação de residência, de moradia, com mais ou menos acesso, pode ter a experiência, a vivência de uma criança, de um jovem com câncer na sua família.

Essa é uma experiência dolorosa que sensibiliza a todos que estão próximos, já foi parte da minha experiência também, mas não... Hoje não apenas essa sensibilidade daqueles que viveram um caso de câncer na infância, na sua família, entre os seus queridos, que deve nos sensibilizar.

O maior desafio hoje é poder estar olhando para esse problema de saúde e buscando, de forma organizada, as melhores possibilidades de controle, as melhores possibilidades de oferta para resultados melhores.

Então, por que, hoje, o câncer na infância e adolescência configura-se como uma situação de saúde que merece um detalhamento, um olhar diferenciado dos gestores públicos?

E exatamente por isso, que no final do ano passado, eu, com essa minha trajetória de sanitarista, de médica voltada para as políticas públicas da infância, fui convidada para inaugurar, para começar no INCA uma área específica de câncer infanto-juvenil, assim como existem as ações, os programas de controle de câncer de mama, do controle de tabagismo, de controle de câncer colo uterino, nós estamos começando, a partir de do final do ano passado, uma área específica para o câncer infanto-juvenil, mesmo ele tendo uma representatividade percentual pequena.

Por que isso? Uma das razões é porque o câncer, hoje, é a primeira causa de doença, primeira causa quando consideramos apenas as doenças e não as causas externas, as causas violentas, como eu disse, a primeira causa de mortalidade, proporcional, a partir dos cinco anos de idade até os... Antes dos 19 anos, até 18 anos e 11 meses.

Isso significa que o câncer está matando mais? Não. Provavelmente, o serviço onde o Dr. Renato atua, tem resultados muito positivos, muito mais positivos do que tinha há anos atrás. Provavelmente, as crianças que recebem a assistência e são acolhidas nas casas de apoio tem recebido uma oferta, um perfil de tratamento muito melhor de alguns anos... Do que de alguns anos atrás, de décadas atrás nem se fala, eu que tive a minha formação há 28 anos essa... Hoje não tem... Não tem comparação o que a gente via de uma abordagem terapêutica com a criança com câncer algumas décadas e hoje.

O que ocorre é que exatamente pelo fato dessas doenças mais controláveis, as doenças mais evitáveis terem diminuído, a situação do câncer, ela aparece como a primeira causa, assim como aconteceu nos países mais desenvolvidos.

Então, nós temos, em relação à criança e o jovem no Brasil hoje, esse perfil que é um perfil mais próximo ao dos países mais desenvolvidos, mas que, infelizmente, como disse bem o Rilder e a Senadora Rosalba também, infelizmente ainda se mantém dentro de um perfil aonde há uma oferta desigual, há uma concentração, há uma dificuldade imensa de acesso em determinadas regiões, em determinados... Não digo nem regiões, porque às vezes, numa própria cidade, pelo diferencial de classe social, pela possibilidade de oferta numa determinada... Perfil de serviços ou noutro, você tem essa desigualdade de acesso e, consequentemente, uma desigualdade de resultados, consequentemente uma desigualdade de possibilidade de sobrevida e de possibilidade de sobrevida com qualidade de vida sem sequelas, como já foi dito.

Então, esse é o momento da gente estar olhando o câncer na infância, estudando, planejando a partir de experiências exitosas que já foram implantadas em outros países, particularmente nos países desenvolvidos, que tem a proximidade de sistemas universais de saúde como é o nosso caso, do SUS.

Nesse momento nós, do Instituto Nacional de Câncer, procuramos vencer uma etapa inicial que é

do diagnóstico, essa situação que era uma situação, até pouco tempo, deixada de lado, não de lado na assistência, porque o próprio INCA, ele é um pioneiro na assistência ao câncer na infância, planta o seu serviço de oncopediatria, de pediatria para tratamento de crianças com câncer em 1957; quer dizer, tem uma longa trajetória de assistência.

Hoje, se a gente for pensar, o SUS é o grande financiador do tratamento das crianças com câncer, dos jovens com câncer em todo o país. Apesar das críticas, de um financiamento aquém das necessidades, de uma tabela que não responde a todas as necessidades, apesar da grande dificuldade dos desafios que são a incorporação da tecnologia, de tecnologias médicas, a escolha de tecnologias médicas numa perspectiva de sistemas de saúde com acesso universal, as escolhas, elas nos remetem a uma responsabilidade social, você tem um custo social para cada escolha, sobre que remédio escolher, que protocolo escolher, que possibilidade terapêutica implantar. Quer dizer, não é um custo apenas individual daquele caso, é um custo social porque àquele caso somarão outros casos também.

Então, essa crítica da... As críticas construtivas que são apresentadas em relação ao financiamento da saúde, elas, da mesma forma que na dimensão da alta complexidade, principalmente, elas são pertinentes, especificamente no caso do câncer infanto-juvenil, elas também não são diferentes.

[soa a campainha]

Há uma necessidade de que seja revista essa possibilidade de financiamento, de aporte financeiro para esse tratamento. Com muita responsabilidade, porque o Dr. Renato sabe bem e por isso que nós temos essa parceria tão forte com a SOBOPE, a escolha dessas tecnologias de medicamentos, ela depende também da avaliação de riscos e consequências e por isso que o INCA hoje tem essa opção de trabalhar com a SOBOPE, com a Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, como um parceiro prioritário.

Mas eu estava dizendo assim, o primeiro... Nosso primeiro momento é de diagnóstico da situação. O INCA, no final de 2008, publicou um primeiro livro, senadora, que eu até, depois, entrego, passo às suas mãos, sobre um diagnóstico epidemiológico, incluindo dados epidemiológicos, de mortalidade, de incidência do câncer no país. Assim... "Ah, mas é apenas um livro, apenas uma publicação". Mas é um marco.

Acho que para todos nós, que estamos envolvidos nesse processo, é um marco importante dentro do Ministério da Saúde, dentro do Instituto Nacional do Câncer, ter uma publicação específica relacionada à situação, contextualizando para divulgação para a sociedade, como um todo, o câncer infanto-juvenil enquanto uma doença de relevância, de importância, e que deve hoje ter uma programação para ações específicas.

Estou passando aqui o livro, já. É material técnico, mas a Senadora... Acho que... Pode não ter tanto tempo, mas folhear as partes mais importantes... Deve ter muita... Bom, bom, está acessível também no site do INCA.

E outro passo agora, a minha atuação, ela está inserida numa divisão de apoio à gestão da rede de atenção oncológica. A nossa dimensão hoje é de que a atenção ao câncer, em qualquer... Em qualquer faixa etária, ela seja organizada a partir de determinados critérios, determinados parâmetros.

No caso específico do câncer infanto-juvenil, eu aprendi com o Dr. Renato e com seus colegas oncopediatras que há necessidade de que sejam fortalecidos centros de referência, sejam fortalecidos centros de excelência, porque não é possível, não é possível, que o tratamento da criança com câncer, visando o melhor resultado possível, é claro, ele seja feito de forma pulverizada.

Hoje, no Brasil, nós temos 68 serviços cadastrados, pela última portaria do Ministério da Saúde, que oferecem atenção oncológica pelo SUS em pediatria. São 68 serviços em vários estados.

Como em outras situações da atenção de alta complexidade, há uma concentração de serviços na Região Sudeste, a população é maior, é claro, mas há uma escassez de serviços nas Regiões Norte e Nordeste, e em algumas áreas, especificamente, não nas capitais, é claro, mas em algumas áreas, especificamente, onde num país tão grande, com uma dimensão territorial tão importante, a questão de acesso, que para uma abordagem integral, isso já foi falado, quer dizer, a criança com câncer ela não é só a criança com câncer.

A abordagem de atenção integral à criança com câncer perpassa toda uma oferta de suporte social, que inclui suporte à família, a transporte, a garantia para que ela não perca a oportunidade daquele tratamento.

Então, hoje, nós estamos inserindo a organização da atenção ao câncer infanto-juvenil na dimensão da gestão da rede de atenção oncológica. Então, o INCA hoje tem um papel fundamental para estar situando, detectando os principais... Os problemas, os principais entraves, os déficits mais significativos e proporcionando uma dimensão de organização da rede de atenção em oncologia pediátrica junto com a rede de atenção...

Quando eu falo junto, não que não existam serviços específicos que atendam só a crianças, mas é porque, quando você traz a atenção oncológica para a criança e para o jovem, você implanta, você, junto com isso, você traz outras necessidades de utilização tecnológica.

Então, é preciso que você tenha naquela implantação a responsabilidade de estar garantindo, como disse a Senadora muito bem, exames, acesso, não só a terapia, mas também o acompanhamento através de exames e utilização de diferentes metodologias diagnósticas e de acompanhamento. Então, hoje, nós entendemos que essa... É um papel importante do INCA.

Agora, eu queria apenas terminar... Eu queria terminar, voltando a falar da questão do diagnóstico precoce.

Logo cedo, eu aprendi que as crianças com câncer, elas morriam mais porque tinham um diagnóstico tardio. Esse diagnóstico tardio dava-se por algumas razões. Primeiro, pelo desconhecimento do profissional de saúde, e aí eu incluo o pediatra, principalmente, que, na sua formação básica, não tinha acesso ao aprendizado do câncer na infância.

E a outras... Outras questões de diagnóstico tardio estavam relacionadas ao acesso, ao acesso a exames, acesso a serviços que pudessem oferecer uma investigação mais diferenciada. Recentemente, algumas experiências de programas de detecção precoce, de diagnóstico precoce, foram implantadas.

A mais exemplar talvez e de maior abrangência a do Instituto Ronald McDonald, um programa que eu tive a felicidade e oportunidade de estar participando de forma integrada, mesmo antes de estar no INCA, desde o início.

Ocorre que, quando a gente começa a trabalhar com essa possibilidade do diagnóstico precoce, que é importante, outras questões, elas se apresentam imediatamente. E são questões tão importantes quanto à capacitação dos profissionais para o diagnóstico precoce, que é organização da rede de serviços para a garantia de que na suspeita de um caso de câncer, com a suspeição de um caso de câncer na infância, esse caso possa ter o acesso mais rápido, mais oportuno possível a um centro de tratamento ou um centro de diagnóstico mais diferenciado.

Então, quando, hoje, nós trabalhamos com essa possibilidade e assim o Instituto tem trabalhado, e outras organizações também, isso com a assessoria técnica do INCA, o Instituto Ronald tem um convênio de cooperação técnica com o Instituto Nacional de Câncer, porque o Instituto entende que essa questão específica do câncer infanto-juvenil depende dessas múltiplas parcerias.

Quando nós começamos a trabalhar com a possibilidade de maior acessibilidade do sistema, ampliação da possibilidade de diagnóstico precoce, surge à nossa frente a necessidade urgente de melhor organização da rede e do compromisso dos diferentes níveis de gestão, municipal, estadual, além do federal, na organização dessa rede.

Quer dizer, o gestor municipal, o gestor estadual que entende a situação do câncer na infância como uma prioridade, deve sentar-se à mesa junto com os seus serviços para buscar organização de fluxos e de demandas voltados para que a oportunidade que essa criança chegue o mais rápido possível, no momento mais adequado possível, para o tratamento mais precoce possível e ideal, o tratamento adequado, como eu disse, nos centros de excelência.

Essa não é uma situação fácil, uma criança com câncer, o tratamento dela não depende só da presença do oncologista, depende da presença do pediatra, do pediatra qualificado lá na atenção básica, lá nos serviços mais essenciais de saúde, depende de leitos diferenciados em pediatria também, depende de leitos de terapia intensiva, de UTI em pediatria e, hoje, o cenário de assistência em pediatria não tem sido um cenário favorável.

Hoje, eu tenho que falar isso porque é uma realidade que pouco se fala ou é falado apenas nos meios mais técnicos, mas nós temos... E o Ministério tem consciência disso, nas diferentes instâncias, nós temos hoje até dificuldade para que jovens médicos queiram fazer pediatria.

Então, eu me pergunto assim: a saúde de crianças e jovens não depende só de pediatra, como também a criança com câncer não depende só do oncopediatra, mas como é que vai ficar daqui a pouco um país sem pediatra, Senadores? Isso aí vai ser difícil.

Hoje, a gente não consegue, não consegue que as pessoas se interessem, foi uma profissão que, diferente de duas, três décadas atrás, foi super valorizada, a gente se sentia importante diante do desafio de mudar a realidade da população infantil no país. Hoje, há um desinteresse, por razões de mercado, por condições de trabalho, pelo nível de exigência, os serviços de pediatria têm dificuldades de colocar profissionais na área neonatal, na pediatria de terapia intensiva...

Isso é uma realidade que vai do Norte ao Sul do país. Não existe situação de estado mais confortável. Há inclusive uma migração de pediatras de um estado para outro. O pessoal do Rio vai dar plantão em São Paulo, de São Paulo vai dar plantão não sei aonde...

Então, parece sim... É um situação meio inusitada a gente estar falando isso, e eu não queria que isso fosse compreendido como um discurso médico, uma defesa corporativa médica ou dos pediatras, mas é importante, porque a situação da assistência à criança, da criança com câncer, esse diagnóstico precoce e a qualidade desse diagnóstico depende da qualidade e organização dos serviços de assistência à criança.

Então, além do suporte social, além da capacitação, a nossa expectativa é que junto com essa possibilidade de organização da rede de atenção oncológica nos diferentes estados e municípios, a gente possa estar movimentando o Poder Público local, as diferentes instâncias para a sociedade, para chamar atenção do que está acontecendo com a assistência... Com a possibilidade de assistência médica da criança no país.

Nós temos muitas crianças ainda, é uma população que envelhece mas ainda tem uma larga margem de crianças e jovens, e não entendo que seja possível maiores avanços se daqui a pouco a gente não puder contar mais com serviços de pediatria, especializados, no acolhimento, no tratamento dessas crianças.

É uma honra, Senadora, estar aqui, um prazer também estar na companhia de vocês e eu estou junto com vocês, construindo uma história. Já participei, fui atora social, atriz social... Ator social de diferentes histórias. Trabalhei com poliomielite... Eu tenho uma amiga que fala assim: "Você não pode falar que trabalhou com criança com poliomielite não, que mostra que você tem já uma certa idade" [risos], mas é uma realidade.

Vi crianças adoecerem e morrerem com poliomielite, com difteria [interrupção no áudio] e, hoje, estamos aqui, falando de câncer. Quem sabe daqui algum tempo nós temos melhores notícias e essa proposta de construção pessoal e no Instituto Nacional de Câncer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dra. Maria Tereza, acho que nós somos da mesma época, porque eu também trabalhei com sarampo, com câncer, com as complicações da coqueluche... Aquela difteria... Na época que ainda existiam aqueles isolamentos nos hospitais, realmente...

Mas quero agradecer a Dra. Maria Tereza e dizer que, agora, passaremos a ouvir o Senador Augusto Botelho, para sua participação, só que fazendo uma observação.

Daqui a pouco, vão dizer que eu estou falando demais. Mas é a oportunidade. É a oportunidade que é muito boa para que a gente possa levar ao Brasil, porque muitos estão nos assistindo através da TV Senado, e, principalmente, essa Casa despertar de uma luta ainda maior, em busca de sensibilizar não somente a sociedade que já participa e já está sensibilizada, mas principalmente aqueles que estão à frente dos órgãos governamentais, em todos os níveis, para que vejam essa questão realmente como prioridade.

Queria aqui só dizer que para... 38% da nossa população é de jovens até... Crianças e jovens até 18 anos. Então, veja que é uma população muito grande. E que falando exatamente nessa questão de ter centros de excelência para o tratamento, Dra. Maria Tereza, é aí que eu vejo que nós precisamos realmente contar com a prioridade dentro das ações ministeriais.

Eu tenho aqui um exemplo, que desde que eu assumi, eu assumi em 2007, é uma luta, já fui, já estive com o Presidente do INCA várias vezes, com o Ministro, não somente eu, mas levei toda a bancada, o Senador Garibaldi, Senador Agripino, deputados... Porque nós temos, por exemplo, na cidade de Mossoró, o hospital do câncer que está sendo construído pela sociedade, a Liga Mossoroense de Câncer.

Construído pela sociedade, com o apoio da Prefeitura. O terreno eu ainda era Prefeita, foi doado, depois outros apoios foram dados... Há uma... Houve campanhas do cimento, a campanha do tijolo... A campanha... Quer dizer, a sociedade se mobilizando, mas já é feita a quimioterapia, isso de uma maneira geral.

Porque o que nós temos? A Liga de Câncer do Rio Grande do Norte, lá em Natal, com uma estrutura e uma dedicação imensa de todos que fazem aquele trabalho. Mas o número foi crescendo.

Então, há uma superpopulação para... A demanda é muito maior. E Mossoró é uma cidade do interior que fica a 300 quilômetros de Natal, líder, assim, de uma região muito grande, então os casos naturalmente, a segunda cidade, que se nós tivermos esse outro centro lá, isso vai ser muito mais, vamos dizer assim, nós vamos poder atender mais, nós vamos poder diminuir os custos, porque o custo da transferência de estar indo para outra cidade, tanto na infância como também para os adultos.

E uma coisa que eu estou aqui... A quimioterapia já está sendo feita, já conseguiu ter um códigozinho aí para passar para um nível tal, que dá um certo atendimento, mas há uma solicitação que foi um compromisso, que até agora não foi honrado, mas eu espero que brevemente seja, que é exatamente de dar condições através do aparelho, a sala está pronta, tudo pronto, esperando só que chegue o equipamento para que a gente possa fazer radioterapia lá.

Então, são determinadas questões que, por exemplo, já está feito, é só o equipamento, o Ministério chegar rapidamente, porque vai... O custo de tratamento das pessoas que estão precisando, que vão para outras cidades, Fortaleza, Natal, Recife, e aí... E a demora,

é muito mais oneroso se a gente colocar na ponta do lápis para o Brasil.

Então, aqui eu quero que a senhora seja também solidária e parceria e que nos dê uma força e lembre sempre quando se falar em novos centros de excelência, o Nordeste acredito que seja a área, Norte e Nordeste, mais carente, acredito eu, não tenho essa...

A senhora pode até nos dar essa informação, mas acredito que o Norte e Nordeste seja onde haja a carência ainda maior, e que em função disso eu gostaria até de deixar aqui já uma pergunta para a senhora, depois da palavra do Senador Augusto Botelho.

Qual é, estatisticamente, em termos de cura, como está dividido em termos de Norte, Nordeste, Centro-Oeste e se a senhora tem esses dados que pudesse nos passar?

Passo a palavra ao Senador Augusto Botelho, e depois ao doutor... Vamos... Francisco, para... Que também deseja fazer uma colocação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, inicialmente eu gostaria de apresentar minhas desculpas por ter me atrasado para chegar aqui, porque eu saí de Boa Vista duas e meia da manhã, mais ou menos, e, de lá para cá, é um pouquinho longe para a gente chegar.

Bom, eu sou lá de Roraima, eu também sou médico, me formei em 72, e, em 72, eu... Até 72, entre 71/72, 70, 71 e 72 eu fiz, dava plantão de obstetrícia no Instituto Fernandes Figueira, e acompanhava lá o setor de pediatria. E via. E aquilo, no início, até queria ser cirurgião pediátrico, eu sou cirurgião, mas, depois de começar a frequentar ali... Eu... A gente fica... Me acovardei de fazer cirurgia infantil e toquei minha vida.

Eu sempre gostei de ver necropsia também. Em 72, tive chance de ver, de participar de necropsias lá no Sousa Aguiar, fui daí me casando com uma acadêmica que eu namorava, que fazia internato lá, de patologia, com Dra. Mariângela, e via aquelas crianças do Instituto de Hematologia; também, era o começo da quimioterapia na leucemia. Com mortes de hemorragia, de coisas... Mas... E aquilo me maltratava muito.

Depois que a gente vai amadurecendo e tudo, fui para Roraima e comecei a trabalhar. Quando a gente acha um câncer numa criança em Roraima, é assim uma... Não é uma tempestade, é um *tsunami* na família. Primeiro, quando a pessoa tem condição de trabalhar, que a gente... A primeira coisa que a gente sugeria era que ela se mudasse logo para um lugar que tivesse recursos. Vinham para Brasília, para o Rio, para São Paulo, viver em dificuldade e tal. E alguns conseguiam voltar, graças a Deus, e estão vivos até hoje. Muitos, aliás, voltavam. E foram se passando.

Oncologista chegou em Roraima, nos últimos 10 anos é que foram começar a chegar os oncologistas lá em Roraima. Quem nos apoia no tratamento oncológico é o Centro de Oncologia do Amazonas, que presta um grande serviço para a Amazônia toda e principalmente para Roraima.

Mas, voltando para... Porque a criança, é um simbolismo muito grande quando a gente pega um câncer numa criança. É uma coisa muito, assim, que afeta a todos, assim. Eu tenho todos meus amigos na minha cabeça, bem claro, onde houve essas ocorrências, e os que puderam sair de lá que saíram, e os que não tinham mais como sair, vinham com a criança um tempo, voltava... E esses, coitadinhos, eram os que tinham mais dificuldade. Era o problema realmente da gestão, que continua até hoje desse jeito.

Este mês, um casal se mudou aqui para Brasília, lá de Roraima, porque o filho está com problema oncológico também. São jovens. Mas, me alegra saber também que a gente tem avançado muito, que a gente consegue melhorar a vida das crianças. E que agora como ele falou, foi que eu cheguei, quem estava falando era o Dr. Rilder. Que a gente tem que lutar pela qualidade de vida dessas crianças também.

Fiquei mais feliz quando Dra. Tereza falou que agora estamos partindo para um projeto de tentar fazer uma... Ainda não é uma prevenção, mas um diagnóstico precoce e criar metodologias e protocolos para que seja adotado em todo o país.

O seu trabalho vai ser difícil, como foi difícil do pioneiro do preventivo de câncer também, que começou. O Professor Campos da Paz que começou com aquela luta. Mas é assim que a gente começa. Não desanime, continue, que eu sei que daqui uns dias, eu espero dentro de menos de 10 anos, a gente estar aqui também discutindo sobre a prevenção do câncer nas crianças, o câncer infanto-juvenil, que nós ainda não temos prevenção. É diagnóstico precoce. Mas já é uma arma que temos com bastante eficiência, que nós podemos utilizar.

E essa é uma patologia onde o controle social se torna mais presente por causa das organizações que vocês lideram, que vocês fazem, que vocês se organizam, cobram e prestam serviços, como o Instituto McDonald, que é o que, acho, está mais evoluído do Brasil, nesse ponto. Eu acho assim.

E nós provocamos essa audiência aqui para a gente trazer justamente isso. Como a doutora falou, nunca imaginaria há 22 anos atrás, quando ela se formou, que estaria aqui, que estaria aqui, lutando, falando sobre o câncer infantil.

Mas nós, a nossa Comissão de Assuntos Sociais, agora, tem uma médica na Presidência, e eu sou médi-

co também aqui, na outra, nós estamos trazendo uma discussão do SUS. E estamos pegando os temas que são... Que nos afetam.

Semana passada nós tivemos uma palestra sobre parentalidade, que é uma coisa nova também na área da medicina. E que a gente vai tentar começar a andar.

Mas eu me alegro muito de saber dos avanços. Eu perdi a palestra dos dois, mas vou fazer uma revisão nas notas taquigráficas, e é bom, porque essa nossa conferência aqui está sendo... Vai ser divulgada no Brasil todo. Vai ser um alerta e uma esperança aos pais que estão com esse problema, aos pais que tem dificuldade financeira.

Eu sou médico do INAMPS. Era do INAMPS, antigo. Então, o INAMPS era que mandava os pacientes para fora, para fazer oncologia, adulto e criança, todos no Amazonas. E eu comecei a acompanhar para ver como é. Então é um sofrimento muito grande quando a gente sai da casa da gente pra fazer um tratamento desse.

E quando não tem recurso nenhum? Porque mesmo quem tem um pouco de recurso, o recurso acaba. Aí ele passa para... Aquele geral de não ter recurso nenhum.

Como a doutora falou, nós temos que melhorar a nossa gestão. Lamento que a pediatria agora... Em 1972 era uma das profissões de ponta, todo mundo queria ser pediatra, que os médicos estejam ficando... Fugindo da pediatria.

Não sei se é por que ela não está oferecendo muito retorno econômico, ou não sei por quê. Mas nós temos que trabalhar para estimular, para criar novos pediatras, para estimular a pediatria e obstetrícia também.

Fale, Senadora. Fale, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho, Senador... Desculpe aqui.

Sobre... Nós estamos aqui, dentro do ciclo do SUS, o debate do SUS.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Do SUS, exato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que isso aí passa exatamente pela tabela do SUS, que começou a desvalorizar quando não... Não... Entende... Para os pediatras, os procedimentos pediátricos, eles foram totalmente colocados, assim, no fim da linha, no fim da fila, como se aquilo não tivesse nenhum valor, quando, na realidade, nós temos que reconhecer que é onde você deveria investir mais.

Porque tudo que, na infância, se puder fazer para uma criança, você estará, com certeza, reduzindo os custos na saúde, o gasto Brasil e fazendo a sociedade muito mais forte, muito mais saudável. Então, passa por isso aí.

E nós vamos ter oportunidade de debater isso na audiência que vamos ter exatamente sobre tabelas, sobre todo esse...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Recursos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Os procedimentos, os recursos, para que... Acho que isso é importante.

Nós não podemos deixar, porque são profissionais que também, num determinado momento, na hora de se especializar, chegam e diz assim: "Eu vou... Todas as áreas necessitam, na saúde. Se eu for para essa, aqui vou ser esquecido, vou ser colocada de lado, vai ser menosprezada pelas instituições, pelos organismos, por tudo", porque o pediatra, como uma colega minha me disse, "Parece Rosalba", ela é pediatra, disse: "Eu sou pediatra e às vezes fico vendo assim: pé de lata, pé de lata..."

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É como se fosse uma coisa mesmo sem nenhum valor e, quando, na realidade, é o mais importante.

Uma profissão que empolga, eu sou pediatra por paixão mesmo. Porque eu gosto da pediatria. Então, às vezes até... E gosto de ter a coisa que... Tendo oportunidade, eu estou ali olhando a criança, vendo... É a minha profissão. Senadora, eu sou período que o povo determinar. Mas a minha profissão é pediatra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Acho que o Renato quer falar alguma coisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Médica e pediatra [risos].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pode falar. O Renato quer falar. O Dr. Renato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom, então deixa eu só passar aqui, vamos organizar aqui porque eu mesma, como Presidente, estou conduzindo assim de forma... Mas nós estamos aqui, numa conversa... Temos... O senhor pediu pra fazer já uma... Vou colocar aqui o Dr. Francisco--

[sobreposição de falas]

A resposta da Dra. Tereza e do Dr. Renato.

SR. FRANCISCO NEVES: Senador Botelho, nós também não imaginávamos, há 22 anos atrás,

de estar aqui hoje. Até porque o meu filho, o filho da Ilda estavam vivos, o filho do Rilder estava em plenas condições de saúde. E nós jamais imaginávamos que, um dia, podíamos estar aqui, primeiro fazendo o trabalho que nós fazemos. Isso já é um ponto positivo para todos nós.

Segundo, estar aqui nessa Casa hoje. Senadora, Senadores, eu acho que a oncologia pediátrica nunca viveu um momento tão propício para melhorar a qualidade, o tratamento e a qualidade de vida das crianças como esse.

Até então, a nossa história é contada por uma ação de um pai o uma mãe, de um voluntário, ou de um médico, ou de um hospital. As ações eram desarticuladas. Cada um fazia muito bem o seu papel.

Mas, com o passar do tempo, nós fomos crescendo, nós fomos amadurecendo, e hoje nós estamos aqui, representando o Instituto Ronald McDonald, representando segmento da sociedade, ligado a uma empresa internacionalmente conhecida pelas suas ações sociais, empresa da qual me orgulho do Instituto de fazer parte, faço... Tenho orgulho de fazer parte dessa família McDonald's, temos o INCA, o Instituto Nacional de Câncer, os médicos através da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica, as casas de apoio representadas pelo Rilder.

Mas sempre, como disse o Rilder, ainda há pouco, na terra dele, quanto mais cabra mais cabrito. Faltava ainda uma parte. Uma parte importante. Essa parte importante é justamente dos parlamentares. São de vocês. Nós precisamos muito da ajuda de vocês. Hoje nós viemos aqui para nos apresentar. Quem nós somos, o que estamos fazendo, de maneira articulada, integrada, é bom que se diga isso.

Mas se possível, Senadora, Senadores, a gente gostaria de criar nós aqui, criarmos uma agenda de trabalho, uma pauta de assuntos, o Dr. Renato já levantou a questão do SUS, dos medicamentos, do atendimento.

Mas, se fosse possível, em outra oportunidade, nós voltarmos aqui, com propostas mais concretas, mais objetivas, quais são nossas necessidades, nós temos necessidades... O quanto vocês podem nos ajudar em relação ao que vocês conhecem dos meandros, dos relacionamentos, das leis, como é que a gente pode fazer isso.

Então, fica aqui, Senadora, a proposta de, numa outra ocasião, eu sei que vão ter outras ações, o Dr. Renato já foi convidado para uma Comissão, nós voltarmos aqui, mas com algumas propostas e ver de que maneira vocês poderiam estar integrando, fazendo parte dessa rede e desse trabalho que já está dando muito resultado.

Eu costumo dizer que o nosso maior prêmio, realmente, nós trabalhamos é quando uma criança... Antigamente é quando a criança ficava curada. Agora é quando essa criança chega para uma manutenção, ou para um exame de rotina, numa casa de apoio, ou em alguma área e ela está ou casada e com filho, ou virou um pai ou está servindo o Exército e a gente sabe o quanto essas normas para servir o Exército são rígidas. Significa que ele está com saúde plena.

Então, para nós, para nós aqui, e para as pessoas que estão ali, batalhadoras nossas, esse é o maior prêmio. O segundo, quem vai nos dar é Deus.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vou passar agora a palavra ao Dr. Renato que também quer fazer uma observação.

SR. RENATO MELARAGNO: Queria fazer uma complementação em defesa dos pediatras.

Eu acho... Seguramente, a remuneração é um problema desanimador para qualquer pediatra. Mas também a qualidade do que é a proposta é muito ruim. Não se faz pediatria atendendo quatro, cinco, seis crianças por hora, que é a meta de todo serviço, não só público, mas também serviço de convênio.

Para você sobreviver, você tem que atender em uma hora no mínimo quatro, cinco crianças. E qualquer um que sabe fazer uma puericultura... A Dra. Tereza é muito mais puericultora do que eu, sabe que, em menos de meia-hora, você não consegue orientar uma mãe com um neném recém nascido. E você tem minutos para fazer isso.

Então, é aquilo, pesou, mediu, cresceu, vai embora. Isso não é pediatria. E isso desanima qualquer um. Então, hoje em dia é muito difícil... Por... Eu defender para o meu filho que pediatria ele vai ser feliz sendo pediatra. Ele não vai ser feliz sendo pediatra. Eu sou feliz fazendo o que eu quero, porque eu sou chato, eu sou insistente. Mas porque... E porque tenho nas minhas costas uma... Um estrutura, uma ONG que apóia e me faz fazer o que tem que ser feito. Mas, não é fácil mesmo. Hoje em dia é desanimador.

Eu fico muito... Estive aqui já falta 40% e, se não for feita qualquer coisa muito rapidamente, vai faltar muito pediatra. Já tem em São Paulo, que é dito o melhor, cirurgião de mama atendendo criança em posto de atendimento. Eu conheço. Eu conheço. Porque não tem vaga, ele pegou vaga de puericultor e foi aceito dentro do Estado mais rico de São Paulo. Isso é o fim do mundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se São Paulo está acontecendo isso, imagina no nosso Norte e Nordeste, não é, Dr. Augusto Botelho? Passo a palavra para o Dr. Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É presidente, dos 6.500 municípios do Brasil, 80% tem menos de 20 mil habitantes. E nesses municípios, infelizmente, acho que, desses 80%, quase 90% não tem médico. A realidade é dura.

Mas onde tem, eles estão fazendo, cumprindo o dever deles direito. Mas eu gostaria de deixar aos senhores que estão aqui, agradecer a presença dos senhores também e dizer que a nossa Comissão de Saúde e de Assuntos Sociais, as nossas comissões... A nossa função principal aqui no Senado é fazer leis. E nós estamos conversando com os senhores, trazendo... Ouvindo os senhores, justamente para ver o que a gente pode fazer dentro das leis para a gente poder melhorar esse atendimento, para fazer com que ele chegue ao maior número de pessoas.

Também nós somos responsáveis pela elaboração do orçamento da União. A coisa mais importante dessa Casa, fora elaboração de leis, é elaborar o orçamento. E dentro desse orçamento, os senhores trazendo os pleitos dos senhores, desse ano o orçamento já está correndo, teria que vir com mais urgência se fosse para tentar meter esse ano ainda. A gente tentaria colocar.

Inclusive, as comissões têm direito de colocar uma emenda no orçamento. Na nossa emenda de Comissão, Senadora, poderia ser inclusive num desses pontos aí, voltados, dependendo do que...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para a infância.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Para a infância, exato.

Então, nós gostaríamos que esse pleito dos senhores fosse estruturado num documento e enviado às comissões. Comissão de Assuntos Sociais ou de Saúde, para a gente poder começar a trabalhar, porque o orçamento já está correndo. Está travado aí porque o Governo está num embate com o pessoal da Comissão de Orçamento, mas ele está correndo. E eu tenho certeza de que...

Gostaria de parabenizar os que estão trabalhando nesse ponto, isso eu sei que é um serviço de voluntariado, dessas organizações que a gente faz, e esse prêmio que ele falou que a gente sente, graças a Deus, eu sou médico porque eu gosto de fazer isso. Eu me sinto muito bem quando vejo que fiz um bem a uma pessoa, quando vejo que aquela pessoa ficou boa, melhorou.

Trabalhei muito tempo na emergência. Emergência a gente tem que correr para fazer e... Porque é imediato. Aqui... Eu sempre fui médico. Saí do pronto-socorro para vir para cá para ser Senador. Aqui eu reclamo porque as coisas são muito devagar aqui, é muita... Vai para lá e para cá... No começo eu ficava até um pouco incomodado com isso, mas depois aprendi que é assim. Se não for assim, a gente não faz as coisas da melhor forma possível. Apesar de a gente discordar frontalmente de um ou de outro, tal, tem que haver a discordância, tem que haver o diálogo, tem que haver a discussão para fazer o melhor.

E tenha certeza que nós vamos andar juntos, podem contar com a gente na caminhada dos senhores e senhoras e das pessoas que usam o serviço de vocês, que nós vamos trabalhar para melhorar e fazer ampliar para chegar no maior número possível de pessoas.

Muito obrigado pela presença de todos. Minha Presidente, me desculpe mais uma vez por ter chegado atrasado nas reuniões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, de forma nenhuma. O senhor tem tempo... Eu gostaria, inclusive... Já quero aqui dizer que como foi bom esse avião ter dado tempo de você chegar aqui, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque V. Exa. tocou exatamente no ponto que eu acho que é importantíssimo, que a gente consiga aprovação da emenda voltada para atenção à infância e adolescência, saúde da criança e do adolescente porque aí nós estaremos também conseguindo colocar no orçamento recursos específicos de atenção à assistência, tanto no caso do câncer como de outras questões da infância e da adolescência.

Então, eu fico muito feliz que eu já estava com essa intenção, com essa vontade, e agora tendo a sua, a sua parceria nós vamos convencer a todos da Comissão para que essa seja a nossa emenda, que eu considero muito importante, para a criança e para o adolescente.

E gostaria, agora, Dra. Maria Tereza passar a palavra, depois volto ao senhor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, só que... Ela falou emenda, eu lembrei da Emenda 29. A Emenda 29 é uma emenda que foi aprovada aqui, no Senado, que regulamenta o recurso para a saúde. Ela está sendo discutida na Câmara agora.

Gostaríamos que os senhores que tivessem contato com alguns parlamentares aqui, com deputados federais, são eles que estão julgando agora, que dessem um empurrãozinho neles. Mandassem mensagens, mandassem coisas cobrando que eles aprovem que aumente o recurso da saúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Na realidade, a Emenda 29 foi

aprovada por unanimidade. Aqui e na Câmara. Agora, é a regulamentação.

E apareceu aquela proposta que... Da criação de uma nova CPMF colocando isso como fosse, vamos dizer assim...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Condição.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A condição para que o Governo faça a regulamentação.

Então, não tem nada a ver. Nós não queremos a criação de novo imposto, mas sabemos que é direito do brasileiro, 10% só do orçamento para a saúde.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu fui relator dela aqui nessa Casa, aqui no Senado. E lá no Plenário também. De autoria do Tião Viana e quem relatou fui eu. Mas eu não botei esse penduricalho que estão metendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, isso, na realidade, foi do próprio, iniciativa do Governo, da base do Governo, dessa criação de uma contribuição social da saúde, que nós já vimos esse filme. Não, é pouquinho.

Da outra vez era pouquinho. Começou assim. Depois é desvirtuado, nem vai para a saúde, e vai aumentando, começa 0,1, depois é 0,2... Aí... E o povo brasileiro não aguenta mais e está provado que a receita, os números estão aí, de que realmente, mesmo sem CPMF, mesmo com crise, houve um crescimento grande na receita no Brasil.

Mas, agora, vamos deixar esse assunto para depois, hoje eu estou bem... Não estou bem comportada, porque estou tratando de outros assuntos, mas tudo tem a ver com a saúde, com o interesse do Brasil.

Passar aqui para a Dra. Maria Tereza que também tem esclarecimento.

Mas Dra. Tereza, antes de você, da senhora colocar a resposta sobre essa questão das regiões, eu gostaria também aqui de deixar uma preocupação, que é um fato que acontece no dia-a-dia: são os pacientes que são transferidos.

Quando eles são transferidos, eles recebem um apoio financeiro para que possam, lá na cidade que vão ficar, a questão da passagem e também ter algum apoio para poder... Muitas vezes demora a sair a passagem e você sabe que pai e mãe, sabendo que o filho está com um problema desse, que o tratamento é lá na frente, ele vende tudo que tem, vai-se embora. E quando chegam lá, não têm mais direito a receber nada desse apoio, do... Tem um termozinho, "TFD", do Tratamento Fora de Domicílio. Não tem. Então, eles foram por conta própria, mas para voltar... Quer dizer, já economizou para o Governo, porque não pagou a ida. Mas perderam o direito à volta e ficam fora desse... Desse apoio.

E, também, outra coisa que preocupa, existem casos, por exemplo, de famílias que é indicado, vamos supor, para ir para Natal e por uma conveniência de ter parentes aqui em Brasília, aí vem para Brasília. Chega aqui também não tem direito a esse tipo de TFD.

Então isso é uma questão também que a gente poderia ver como melhorar, como fazer para essas pessoas não ficarem desassistidas. Obrigada.

SRA. MARIA TEREZA FONSECA DA COSTA: Senadora, todas essas questões que a senhora apontou, elas fazem parte desse escopo de necessidades que eu falei na organização da rede, da gestão, do aprimoramento da gestão com a especificidade da pediatria.

Olha como é complexo, porque nós estamos falando quase que de uma forma apenas técnica, sobre gestão da rede de atenção oncológica, mas no caso específico da pediatria, parece até que a gente precisa da gestão do caso mesmo e que dê conta das especificidades de cada família, de cada necessidade. Esse, de fato, é um desafio.

O acesso aos serviços, a garantia dos serviços, ela para uma situação que envolve toda família, como é o caso do câncer na infância e na adolescência, ela traz outras necessidades, daí a importância do suporte social, do apoio diferenciado de outras organizações, não apenas do Poder Público.

Mas, quando a senhora me apresentou a pergunta, faltam mais serviços, alguma coisa assim, centros de excelência são mais escassos nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil? São sim. De fato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A senhora tinha a estatística do percentual de cura, por exemplo, no Sul, Sudeste... Norte, Nordeste...

SRA. MARIA TEREZA FONSECA DA COSTA: Ah, sim. Ah, sim. Me lembrei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Comparando... Porque nós sabemos as desigualdades sociais e, infelizmente, nós ainda temos essas distâncias muito grandes.

SRA. MARIA TEREZA FONSECA DA COSTA: Como eu disse, há uma concentração maior desses recursos, desses centros de referência na Região Sudeste e Sul.

Em relação à avaliação de cura, de sobrevida, nós temos ainda uma precariedade de informações. O Dr. Renato é um batalhador também para isso, embora você tenha alguns serviços que tenha a implantação de... Sistemas de informação para aquele serviço, os registros, a Senadora vai ter acesso aqui a

alguns desses registros, assim, nessa publicação, por exemplo, estão informações de 20 registros de base populacional no Brasil.

Mas nós não temos ainda uma cobertura desses registros que nos permitiriam falar com maior convicção, maior responsabilidade, essa suposição que nos parece existir.

Por "N" fatores, por fatores diferentes que não têm a ver com a qualidade do serviço, mas pode ser também que tenha haver com maior dificuldade de acesso, a impressão que se tem é que os serviços mais... Mais ao Sul do país, eles tenham uma história de resultados diferenciados.

Quer dizer, isso acontece em outras áreas, isso não está desqualificando serviços implantados na Região Norte e Nordeste, mas isso aponta apenas, também, uma dificuldade de acesso, dificuldade...

O exemplo de Mossoró, eu aqui me comprometo com a Senadora, porque eu já conhecia a situação de Mossoró, na implantação do hospital, e essa é uma articulação que a gente tem que fazer junto com o Governo Estadual, os cenários políticos são diferenciados também para cada situação, mas a situação... A implantação lá de Mossoró, ela é um exemplo de outras que acontecem no país.

Nós temos uma... Como a Senadora falou, são 300 quilômetros de localização. Então, embora seja o mesmo Estado e você tenha acesso na capital, há de se considerar no planejamento, na implantação, essa questão da distância geográfica, dos diferentes fluxos assistenciais que se estabelecem.

Tem aspectos culturais também, quem é que vai do interior e para onde, exatamente muitas vezes um sistema definido apenas por normas e parâmetros administrativos não dá conta de, por exemplo, esses desejos que a Senadora apontou: "Mas eu quero meu filho, mas eu quero que meu filho seja acompanhado não sei de onde."

Isso não é fácil, porque, dentro de uma racionalidade administrativa, racionalidade técnica, muitas vezes, a gente acha assim: "Mas isso não é possível". Mas como responder a uma necessidade que é percebida pela família? Eticamente isso é até complicado.

Por que algumas pessoas têm direito numa sociedade... Olha como o sistema público de saúde ele tem essa dimensão de ética, de bioética, também complexa. Por que para alguns cidadãos, para algumas pessoas da sociedade é dado o direito de escolher para onde ir ou onde ser atendido e para outras há de se apresentar uma dimensão apenas no nível de racionalidade técnica que distribui, que regionaliza?

Quer dizer, é complexo. Não é fácil também. A gente não pode deixar que haja uma... Uma desorganização nesse acesso. Quer dizer, o Poder Público tem uma responsabilidade de criar critérios e definir parâmetros para organizar esse fluxo, organizar essa rede.

Então, a impressão que a gente tem, Senadora, é que de fato, com o desenvolvimento desses centros com maior aporte e principalmente com uma implantação com maior cobertura dessas informações sobre o tratamento nesses bancos de dados que hoje são... Tem a competência do INCA, do Ministério da Saúde na sua gestão, a gente pode daqui há algum tempo estar visualizando melhor essa diferença, ou se há diferença e respondendo com mais convicção.

Mas a impressão que se tem é que, hoje, resultados mais positivos são alcançados naturalmente nos centros aonde a gente tem maior oferta tecnológica, maior disponibilidade tecnológica.

Eu só queria falar um exemplo, um caso que, para mim, assim, a gente ouve casos a vida inteira e há situações que marcam, e aquele caso ele vai nos ajudar a nortear a nossa tomada de decisões e a definição de prioridades.

Recentemente, eu fui procurada por uma empresa que já trabalha num instituto de apoio, voltado para criança, atendimento... Para uma oferta específica de transporte para crianças com câncer, e uma pessoa me contou um caso que foi o caso que mobilizou esse empresário para voltar-se para essa... Não é o caso familiar dele de câncer, mas foi um caso que ele viveu e a partir desse caso ele começou a desenvolver o projeto que ele nos apresentava, que tem a ver com a transferência da criança, tem a ver com esse papel do tratamento fora de domicílio que existe, mas que na prática nós ainda carecemos de alguma efetividade, de mais rapidez, de mais agilidade e de efetividade.

Fora essa questão da escolha da família também. Mas essa pessoa falou a seguinte situação: ele estava num avião, e viu uma mãe com uma criança. Percebendo... Eu vou falar rapidamente, percebendo que a mãe estava um pouco ansiosa, começou a conversar com ela e aí perguntou... Ele estava em São Paulo, no avião. Aí perguntou da mãe, perguntou para a mãe para onde ela ia. O avião estava vindo para Brasília. Ela disse assim "Estava vindo, indo para o Macapá", "Ah, mas está indo para o Macapá, por quê?"

Resumindo, essa criança teve um diagnóstico de câncer, de uma neoplasia, de um câncer, uma criança muito pequena, e na cidade dela, Macapá ou próximo a Macapá, ela demorou muito para ter a possibilidade do diagnóstico, a oferta, e num determinado momento, quando a situação de transferência de referência parecia estar muito tardia, uma colega pediatra, uma pediatra colega minha, uma pediatra que atendia lá orientou

aquela mãe: "Olha, se você quer salvar seu filho, vou te dar o nome aqui de uma doutora muito boa e você vai para lá." Só que essa doutora, que é uma doutora que é até muito boa mesmo, nós conhecemos, tem o serviço dela localizado na Bahia, em Itabuna.

Então, essa mãe ela saía do Macapá, passava por Belém, por Brasília e ia para... Fazia toda uma trajetória de ida e volta, no momento do diagnóstico, ela arranjou lá, teve um jeito de conseguir dinheiro para a sua primeira viagem, depois a maior dificuldade, e para poder ir para Itabuna e depois toda dificuldade para voltar para o Macapá também.

Aí eu comentei com esse empresário: "Olha, esse caso vai ser um caso exemplar também para mim". Porque ele traz pra mim toda uma dimensão vivida, real, da nossa necessidade urgente de fortalecer essa organização desse fluxo.

Porque chega a ser uma perversidade com essa criança, com essa mãe, essa informalidade da referência que nós, que somos médicos, sabemos que, muitas vezes, é a que funciona, mas essa informalidade da referência, que faz com que ela faça um trajeto de quase de volta ao mundo para poder sair de Macapá, ter o tratamento em Itabuna e poder voltar para Macapá.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dra. Tereza. Passo agora ao Dr. Rilder para as considerações finais.

SR. RILDER FLÁVIO DE PAIVA CAMPOS: Bom, Senadora, é agradecer a senhora pela disponibilidade.

As crianças com câncer do Estado do Rio Grande do Norte lhe agradecem, todo o empenho que a senhora tem tido com a causa, a bandeira que a senhora tem empunhado, e está servindo de facilitadora não só para as questões de lá, do meu Rio Grande do Norte, mas também do Brasil inteiro, no momento que abre esse espaço, essa discussão.

E nós que estamos à frente desse movimento nós não queremos que os nossos pais ou as nossas crianças se sintam coitadinhos. Que eles tenham, na verdade, um tratamento digno, um acesso facilitado, que a gente possa encurtar esses caminhos e proporcionar a eles uma vida digna.

Porque a possibilidade de cura existe, se a gente encontra esse caminho da forma mais rápida e imediata, isso é palpável e é na verdade um resultado concreto que nós podemos ter. Então, o que me torna... Me faz feliz é que hoje as instituições de apoio à criança com câncer, elas estão dando esse suporte, enquanto tratamento, mas estão possibilitando a essas crianças outra perspectiva de vida.

Na verdade, a inclusão social que também é feito nas instituições de uma forma diuturna, e na verdade o que a gente faz é celebrar a vida. Apesar de tratado o câncer, do câncer infanto-juvenil, de todo o sofrimento, de toda a dor, mas nós estamos celebrando a vida e dando dignidade a essas crianças e a essas famílias.

Então, é importante que a gente saia daqui hoje com essa parceria em cima do que o Francisco Neves colocou também, que possa se montar uma agenda de trabalho para que essa... Essa realidade seja mudada. E que seja feita por todos nós, que nós possamos, na verdade, a partir de hoje, ter um divisor de águas, aonde o Senado Federal, ele também encampe essa luta, ele participe dessa batalha e que nós seremos vencedores, se Deus quiser.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Dr. Rilder. Muito obrigada Dra. Maria Tereza, Dr. Francisco Neves, Dr. Renato.

Eu quero dizer que esta Audiência Pública foi uma das mais proveitosas, porque aqui nós tivemos uma realidade, colocamos sem nenhuma... Vamos dizer assim, as dificuldades... Cada um na sua área e é isso exatamente o sentido da Audiência Pública, que a gente possa ouvir a sociedade, ouvir os envolvidos nas atividades, e aqui possam nos trazer ideias, sugestões para que a gente possa ampliar o nosso trabalho, as nossas propostas, como aqui já saindo com a certeza que vamos lutar por uma emenda específica para a saúde da criança, vendo aqui o quanto é importante a interiorização dessas ações.

Aqui falamos especificamente no meu Estado, Rio Grande do Norte, na cidade de Mossoró que tem uma Liga de... Uma Liga do Câncer Mossoroense, já com um trabalho realizado pela comunidade, e que segundo o Dr. Renato, ele deu aqui uma notícia boa, ele disse que andou lá pelo INCA e parece que já compraram o equipamento para a radioterapia, que é uma luta que nós estamos tendo já desde 2007.

Mas isso eu fico muito feliz em saber, isso é uma boa notícia. Porque o restante a gente corre atrás. Tendo equipamento, o restante a gente trata de dar condições.

Mas também não somente o nosso Estado tem um trabalho que eu não gostaria de... Não poderia de forma nenhuma esquecer também lá na cidade de Caicó, na região do Seridó, onde também já existe um início de todo um... Uma... Um trabalho com uma... A Liga Norte-Rio-Grandense no combate ao câncer, que está também lá em Caicó, tem uma estrutura e, se Deus quiser, tudo isso vai melhorar porque quem ganha é o povo brasileiro.

Então, muito obrigada, obrigada a todos e não poderia também deixar de aqui dizer do quanto é im-

portante a participação de todos. Mas tem um grupo que eu tenho um carinho muito especial, que é aquele que faz as crianças, nesses momentos, tão difíceis, tão tristes, sorrir, que são os atores da alegria, que estão, que caminham... Os doutores da alegria, que caminham pelos hospitais, estão com as crianças nesses momentos tão difíceis, levando alegria, e tudo isso significa o somatório de esforços para que brilhe uma luz de esperança para a vida das nossas crianças.

Muito obrigada. Terminou.

Está encerrada a reunião. Teremos a próxima amanhã, nesse mesmo horário, às 11 horas, e é uma reunião deliberativa e, entre todos os assuntos que serão tratados, tem um de fundamental importância, que é a votação do piso nacional dos agentes comunitários de saúde. Relatório já está lido e é favorável pela aprovação e o projeto é terminativo.

Convoco a todos os senadores, porque será necessário um quórum diferenciado, para que possamos aprovar matérias importantes na área social, na área de saúde e na defesa dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigada.

Sessão encerrada às 11h45.

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE AGOSTO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11h00 HORAS.

Às onze horas e seis minutos, do dia vinte e seis de agosto de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, PAULO DUQUE, GARIBALDI ALVES FILHO, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, JOSÉ NERY, LEOMAR QUINTANILHA E MARISA SERRANO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Às onze horas e sete minutos, a Presidente registra a presença do Deputado Magela e da Senhora Ruth Brilhante, Presidente da Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde – CONACS. Passa-se a apreciação das matérias. **ITEM 01 – DENÚNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 01 DE 1997**. "Advogado inscrito na Seccional da OAB no Estado do Acre sob o nº 502, oferece à Comissão para apreciação uma fita de videocassete com denúncias de atos criminosos e atentatórios à liberdade individual, à vida, a integridade física e aos direitos humanos contra cidadãos do povo interiorano-fronteiriço de Bonfim/RR (fronteira com a Guiana)". **Autor:** Senhor Antônio Carlos Costa. **Relator:** Senador José Nery. **Parecer:** Pelo encaminhamento ao Senhor Procurador-Geral da República, para que essa autoridade adote as providências cabíveis, uma vez que os fatos nela narrados dizem respeito à matéria da Competência do Ministério Público Federal. **Resultado: Retirado de pauta. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173 DE 2008.** "Regulamenta o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito." **Autor:** Deputado Magela. **Relator:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto.** Às onze horas e vinte e cinco minutos, o Senador Papaléo Paes assume a Presidência**. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387 DE 2008.** "Altera a redação do caput do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física". **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relatora "ad hoc":** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nº 01 e 02 – CAS.** Às onze horas e trinta minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini registra a presença do Dr. Ernani Rosado, médico e professor universitário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. **ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196 DE 2009.** "Acrescenta na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os artigos 9º-A a 9º-C, para instituir o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias". **Autora:** Senadora Patrícia Saboya. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01– CAE, e com a Emenda que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nº 01 – CAE/CAS e nº 02 – CAS.** Às onze horas e cinquenta e nove minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume a Presidência. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160 DE 2009.** "Dispõe sobre a definição de Diarista." **Autora:** Senadora Serys Slhessarenko. **Relator:** Senador Lobão Filho. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Lobão Filho, para reexame.** Às

doze horas e cinco minutos, o Senador Mão Santa assume os trabalhos. **ITEM 02 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69 DE 2001.** "Dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS." **Autor:** Deputado Paulo Paim. **Relator:** Senador Expedito Júnior. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo). ITEM 05 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187 de 2008.** "Regula o exercício da Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências." **Autor:** Deputado Arnaldo Faria de Sá**. Relator:** Senador Renato Casagrande. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 01 – CAS (Substitutivo). ITEM 04 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5 DE 2009.** "Inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança." **Autor:** Deputado Alexandre Silveira. **Relator:** Senador Mão Santa. Parecer: Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. ITEM 03 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73 DE 2009.** "Altera a Lei n º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre a cooperação institucional entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e instituições de ensino universitário e de pesquisa mantidas pelo poder público e organismos internacionais com os quais o Brasil tenha acordos de cooperação técnica." **Autor:** Deputado Max Rosenmann. **Relatora:** Senadora Marisa Serrano. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto, a Matéria irá à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática– CCT, em decisão terminativa. ITEM 14 – REQUERIMENTO N.º 69 DE 2009.** "Nos termos do parágrafo 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a entrada em vigor, no dia 29 de abril de 2009, da Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, requeiro sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações:1. A lei nº 11.664, de 2008, foi regulamentada? 2. Qual é a programação do Ministério da Saúde com vistas à consecução de amplo trabalho informativo e educativo voltado para a prevenção, detecção, tratamento e controle, ou seguimento pós-tratamento do câncer de mama, conforme dispõe o inciso I do art. 2º da Lei nº 11.664, de 2008? 3. Que providências foram adotadas pelo Ministério da saúde para assegurar o acesso ao exame mamográfico, em todo o território nacional, no âmbito do SUS? 4. Como está estruturada a rede de referência e contra-referência, no âmbito do SUS, para viabilizar o encaminhamento a serviços de maior complexidade ou cuja observação clínica indicarem a necessidade de complementação diagnóstica, tratamento e seguimento pós-tratamento que não puderem ser realizados na unidade que prestou o atendimento, conforme preconiza o inciso IV do art. 2º da Lei nº 11.664, de 2008?" **Autor:** Senador Mão Santa. **Resultado: Aprovado.** Às doze horas e trinta e cinco minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. **EXTRA-PAUTA – ITEM 15 – REQUERIMENTO Nº 70, DE 2009 – CAS.** "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir a intenção do governo de instituir por decreto presidencial reservas indígenas em Santa Catarina." **Autor:** Senador Raimundo Colombo. **Resultado: Aprovado.**O Item 09, o Item 11, o Item 12 e o Item 13 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os(as) Senadores(as) Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Expedito Júnior, Renato Casagrande, Paulo Duque, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Raimundo Colombo, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Durval, Inácio Arruda, José Nery, Lobão Filho e Marisa Serrano. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom-dia a todos! Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os senadores, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Eu gostaria... Pois não, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria solicitar a V. Exa., primeiramente, que o Item nº 01, eu queria retirar de Pauta porque recebi informações novas do Ministério Público sobre a questão. Portanto, eu queria reformular o meu voto em

separado. E também pedir a inversão da Pauta para votamos em primeiro lugar o Item nº 06, que regulamenta o exercício da profissão de instrutor de trânsito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A Mesa... Esta Presidência recebe a solicitação, e, se os Srs. Senadores estão de acordo, nós podemos retirar o Item nº 01 e fazer a inversão da Pauta, começando pelo Item 06. Eu gostaria, aqui, de registrar a presença, além do Senador João Durval, do Deputado Geraldo Magela, que é o autor, inclusive, do Item nº 06, que é um projeto que regulamenta o exercício da profissão de instrutor do trânsito, do Senador Papaléo, do Senador Mozarildo.

Nós já temos... Já... O Presidente da Confederação dos Agentes Comunitários de Saúde, Ruth Brilhante, e, em seu nome, cumprimentar todos os agentes de saúde que vieram assistir hoje, participar desta audiência, porque, entre os itens terminativos, aqueles que vamos precisar ter presente, pelo menos, onze senadores, que é o *quórum* mínimo para a aprovação de itens terminativos. Eles estão aqui para, exatamente, acompanhar o projeto, que é fundamental para os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias. Inclusive, eu tive já a grata satisfação de ser relatora.

O relatório já foi apresentado. É pela aprovação, Senador João Durval. Trata-se do piso nacional para agentes comunitários de saúde e agentes de endemias, no valor de 930 reais, com reajustes anuais em janeiro, de acordo com o índice inflacionário. Além disso, cria também outros parâmetros para aqueles que desempenham a função, que é uma função fundamental para a melhoraria da saúde.

Nós sabemos o trabalho que eles realizam, os agentes comunitários, os agentes de endemias. No trabalho educativo, na visita a casa a casa, no acompanhamento de doentes, principalmente, são pessoas de comunidades, são pessoas que conhecem a sua comunidade e que fazem esse trabalho, que é um trabalho solidário e um trabalho que, realmente, amplia muito as ações do Programa Saúde da Família e as orientações que são necessárias a levarmos a nossa população.

Então, logo vamos iniciar pelo Item nº 6, que é o item não terminativo, de autoria do Deputado Magela e, também, antes de iniciar, senador, gostaria também de cumprimentar a todos os vigilantes que aqui vieram. Também é um projeto de interesse dessa classe trabalhadora que faz justiça a um direto que os trabalhadores que lidam com riscos tenham, e eles ainda não têm, que é a questão de 30% de periculosidade para que eles possam, através da aprovação desse projeto, que também é terminativo, eles possam passar a ter esse direito que é um direito justo, já que os vigilantes estão no dia a dia, colocando, inclusive, a sua vida em risco.

Então, vamos dar início pelo Item nº 6. O relator é o Senador Mozarildo Cavalcante, a quem nós concedemos a palavra para proferir o seu relatório. Esse Projeto de Lei da Câmara nº 173/08 regulamenta o exercício da profissão de instrutor de trânsito. Porque nós não temos ainda, dentro da legislação brasileira, essa profissão de instrutor de trânsito regulamentada e reconhecida. Então, o projeto tem esse objetivo que será relatado a pelo Senador Mozarildo, a quem concedo a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Não sei quem está apagando a luz aí. Sra. Presidente, eu quero inicialmente cumprimentar aqui o Deputado Geraldo Magela, que é o autor do projeto, que se encontra presente e passo ao relatório. Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 173/08 que tem por finalidade regulamentar o exercício da profissão de instrutor de trânsito. A proposição considera instrutor de trânsito o responsável pela formação de condutores de veículos automotores, competente para ministrar curso de especialização e similares, definidos pelo Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN.

A profissão requer conclusão de Ensino Médio e a posse de certificado de curso específico, realizado pelo órgão executivo de trânsito. O projeto relaciona ainda as competências do instrutor de trânsito e requisitos necessários para exercício da profissão, os direitos e deveres do profissional, as ações a ele vedadas e as penalidades pelo descumprimento da lei, além de submeter a atividade à fiscalização dos órgãos de trânsito.

Ao justificar sua iniciativa, o autor, Deputado Geraldo Magela, alega: "A regulamentação da atividade de instrutor de trânsito deve merecer especial atenção desta Casa Legislativa, pois além de dar dignidade aos profissionais que exercem essa nobre profissão, com certeza, aumentará em muito o nível de segurança no trânsito e a qualidade do serviço prestado para os usuários da autoescola, sem prejudicar os profissionais que atualmente exercem essa atividade".

Até o momento não foram apresentadas emendas. Análise: Nos termos do Inciso I do Art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre as matérias que lhe forem submetidas. Não obstante a competência no CONTRAN para definir e estabelecer a estrutura curricular básica dos cursos de formação de condutor de veículos, cuja abordagem didático-pedagógica abrange conteúdos teóricos e práticos, relacionados à realidade no trân-

sito, o Congresso Nacional pode e deve se posicionar sobre os aspectos profissionais e sociais que abrangem a profissão do instrutor de trânsito.

Nesse aspecto, a Câmara dos Deputados avança quando prevê, dentre outros benefícios, a aposentadoria especial para a categoria, uma vez que o meio onde a atividade se realiza pode ser considerado, em alguns estados brasileiros, como insalubre, tamanha a pressão psicológica e o esforço físico demandados para o seu exercício.

Cabe também ressaltar os requisitos para o exercício da profissão, bem como outros aspectos educativos impostos pelo projeto, o que reforça e consolida como base legal as disposições do Conselho Nacional de Trânsito, podendo resultar numa melhor formação dos condutores, diminuindo assim, os graves acidentes de trânsito nas vias brasileiras. Deste modo, entendemos oportuno e suficiente o texto da Câmara dos Deputados ao projeto de lei. Voto. À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 173/08. É o voto, favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação. Em discussão a matéria. Senador Papaléo, para discutir. Senador Papaléo, quero, inclusive, fazer aqui uma referência ao trabalho que o senhor... O senhor está com a responsabilidade grande no trabalho das Audiências Públicas que estão realizando em saúde. Como relator, eu sei do grande trabalho que o senhor já está desenvolvendo e que, ao final desse ciclo, vamos apresentar um relatório para que todos tomem conhecimento do que aconteceu, do que foi debatido e das sugestões e propostas que, com certeza, o senhor com muita inteligência e competência vai apresentar depois de ter ouvido todos os que aqui participaram.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, eu quero, então, iniciar respondendo a V. Exa., dizendo que realmente a dinâmica da Comissão de Assuntos Sociais, principalmente, na questão da saúde, ela vai ser mostrada nesse relatório e vai fazer com que todos aqueles que trabalham nesta Comissão, dando apoio, desenvolvendo suas atividades diretamente, fiquem muito honradas com esse relatório, que não será meu, não, é um relatório da Comissão, só que tem que ter um... E eu fui escolhido, agradeço a honra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até porque o senhor é médico e é vice-Presidente da Comissão de Saúde e já presidiu muito tempo essa Comissão de Saúde.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): V. Exa. ficará marcada na história desta Casa, pela presidência que V. Exa. exerce, com certeza absoluta, porque será um documento extremamente importante, visto que nós estamos discutindo temas da mais alta relevância e necessidade de discussão nacional.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ontem nós estivemos aqui, deputado, com o nosso muito bem-vindo visitante, defendendo também seu projeto, nós tivemos aqui uma Audiência Pública com a Sociedade Brasileira de Pediatria, de Oncologia. Representantes das entidades que cuidam, que dão apoio às pessoas portadoras de câncer, como INCA. Nós estivemos aqui ontem, nesta Audiência Pública, tratando da questão do câncer na infância e da adolescência que, infelizmente, no Brasil é a segunda causa da morte na infância e na adolescência.

E como nós estamos aqui diante dos agentes comunitários, me permita, senador, o senhor vai já discutir a matéria. Eu gostaria só de dizer da importância que os agentes comunitários também têm nesse trabalho. Eles sendo capacitados, recebendo informações, eles podem muito bem conhecer sinais que uma criança possa apresentar e que venha ser, poderá ser já um sinal indicativo de uma patologia neoplásica. E isso é de fundamental importância. Porque numa criança, quando é diagnosticado precocemente, nós temos 77% de cura no câncer, cura, cura, mesmo, para resto da vida. Bem, Senador Papaléo, passo a palavra, me desculpe aqui ter tomado aqui já bastante o seu tempo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, um assunto puxa ao outro. Então, eu quero dizer que, quando o nosso, uns dos melhores Ministros, senão o melhor até hoje, da Saúde, José Serra, implantou o serviço de agente comunitário da saúde, ele estava com a visão que muitos de nós, médicos, não dávamos a importância, que era exatamente o primeiro contato com o paciente.

Então, a importância dos agentes nesse primeiro contato, em trazer informações para nós é ultra necessário, por isso que nós temos que ver com muito carinho, muita atenção e responsabilidade aquelas situações em que os agentes de saúde ainda não estão amparados. Esse é o registro que eu faço.

Quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 173/08, nós recebemos aqui a presença do Deputado Magela, que realmente vem honrar a nossa reunião, vem fazer com que mostre a todos nós o interesse e a importância do projeto, com a presença do deputado, dizer que foi um projeto muito feliz e que o Relator Senador Mozarildo que tem a sensibilidade de médico e de bom político, relatou com muita sabedoria, objetividade e, realmente, reconhecendo as qualidades originais do projeto de V. Exa.. Então, está com parabéns o Deputado Magela e está de parabéns o Senador Mozarildo

por quem eu tenho uma admiração particular como homem público, como cidadão e como médico.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo... Espera aí. Para discutir?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então eu gostaria só que... O senhor quer discutir? Não. Encerrada a discussão. Antes de passarmos à votação, o Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu quero só... Acho que é a mesma coisa do Senador Paulo Paim. Eu quero só aproveitar para avisar, com a chegada agora do ilustre senador cearense, que nós acabamos de atingir o *quórum*.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, não, falta... Não, não, minha gente, foi alarme falso. Falta um, somente um. É porque o Deputado Magela... Contou o Deputado Magela.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu estou contando com Deputado Magela.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Já contamos o Magela como senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo, só está faltando um para que a gente possa votar dois assuntos de extrema importância. Nós vamos colocar em votação... Bem, então, em votação a matéria. Os Srs. e Sras. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. O projeto de autoria do deputado, do Deputado Magela, nº 173/08, relatado pelo Senador Mozarildo Cavalcante, aprovado por unanimidade.

[palmas]

Vamos agora passar ao Item nº 2, que é de autoria do Senador Paulo Paim e o relator é o Senador Expedito Júnior. Queremos, antes, parabenizar os instrutores de trânsito porque é não terminativo, na realidade, mas eles, agora, já tiveram uma vitória, já ganharam uma batalha. Precisamos continuar acompanhando para ganhar a guerra. Volte logo, senador. Pois não, passo a palavra... Item nº 2, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 69/01. Senador Paulo Paim, o senhor ainda era deputado em 2001?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Era.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós estamos em 2009! Que coisa, meu Deus... Que dispõe sobre o atendimento de emergência em acidentes no trabalho, em localidades onde não existe rede de Sistema Único de Saúde, SUS. O autor é o Senador Paulo Paim, e o relator é o Senador Expedido Júnior. Passo a palavra, para a leitura do seu relatório, ao Senador Expedido... Então, Senador Paulo Paim, Senador Expedito, o senhor como autor e relator?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu abro mão da relatoria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como nós estamos agora com o *quórum*.

[palmas]

Senador Lobão completou o *quórum*. Nós vamos fazer o seguinte: como o Senador Paim e o Senador Expedito estão de acordo e acho que este Plenário também, passaremos, então, para os projetos terminativos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós passaremos agora ao Item 7, que é o item que trata da questão dos vigilantes. Esse projeto... O Item nº 7 é terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 387/08, que altera a redação do *caput* do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, a fim de consolidar "perigosa" a atividade profissional que implica a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física. O autor é o Senador Paulo Paim. A relatora é esta senadora que vos fala, mas esse parecer, esse relatório já foi apresentado e o parecer é pela aprovação.

Então, agora nós vamos ter a votação, é uma votação nominal, mas, como eu sou a relatora, eu peço ao Senador Papaléo que assuma, ou o Senador Paim, que é o vice-Presente, não é? Papaléo que assuma...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador Papaléo porque eu sou autor, e, como o relatório já foi lido, é só votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só votar, então... Assuma para que a gente possa fazer a votação. E já que o meu parecer foi pela aprovação, não ficar prejudicado. Eu vou fazer uma boquinha de urna, não é, e aí termina fazendo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra e Srs. Senadores, já que todos os procedimentos que antecedem a votação foram realizados, relativos ao Projeto de Lei do Senado, que é terminativo, nº 387/08 que é o Item nº 7, cujo autor é o Senador Paulo Paim e Relatora Senadora Rosalba Ciarlini, vamos iniciar a votação nominal. Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, até gostaria de esclarecer que eu tive a honra de fazer o relatório desse projeto de lei, mas, em função de, provavelmente, Audiência Pública acontecendo no mesmo momento, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, tive também a honra de ter como relatora *ad hoc* da matéria a Senadora Rosalba Ciarlini. Então, nesse sentido, até voto *sim*, porque era o relatório, até original, lido com toda eficiência e competência pela nossa Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Parabenizo a V. Exa. pela sua participação, voto *sim*. Flávio Arns. Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Voto *sim*, com a relatora e com o relator.

[palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive, eu quero retribuir ao Senador Flávio Arns, V. Exa., a oportunidade que eu tive de ler o seu relatório que foi muito competente, muito preparado, estudado e detalhado, como o senhor sempre cuida das suas questões aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Também com o relator e a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É interessante isso. Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sim, porque é justo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Mozarildo Cavalcante?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Também voto *sim,* parabenizando o autor da [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador João Durval votou. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Voto *sim*, Sr. Presidente, com o relator e com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Raimundo Colombo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, eu voto *sim* como autor, não é, com o relator e com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu vou acompanhar os dois relatores [ininteligível], que o autor [ininteligível] dar um *sim* a esta Comissão(F) do Senador Paulo Paim.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com a relatora e o relator anterior e com o autor da proposta, Senador Paulo Paim, cumprimentando pela proposta e dizendo que, mais uma vez, o Senador Paulo Paim dá uma resposta a esta Casa e à sociedade brasileira. Dá... Mais uma vez, Senador, o recado de que esta Casa tem pessoas sintonizadas com os anseios da sociedade. Parabéns!

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Estou presidindo, mas votaria *sim* também. Foram dez votos *sim*. Voto da Senadora Rosalba, voto conhecido. A mesma votação para as emendas. Se todos concordam, todos os votos para a emenda, também, *sim*. Então, o projeto foi aprovado e a matéria vai à Mesa, à Secretaria da Mesa.

[palmas]

Parabéns ao autor, aos relatores e à Relatora Rosalba Ciarlini. Dando prosseguimento, vamos ao relatório do Item nº 8. Projeto de Lei do Senado nº 196/09, acrescenta na Lei nº 11.350, de 05 de outubro de 2006 os arts. A9-C para instituir o piso salarial profissional, nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. Autora: Senadora Patrícia Saboya; Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer: pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, Comissão de Assuntos Econômicos e com a emenda que apresenta.

Observação: em 30 de junho de 2009, a Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, aprovou o relatório do Senador Cícero Lucena, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE e, reunida a Comissão, no dia 19 de agosto de 2009, o projeto foi incluído extrapauta. Reunida a Comissão de 19/08/2009, lido o relatório da Senadora Rosalba Ciarlini, a discussão foi encerrada e a votação adiada. Parabenizar, mais uma vez, a Senadora Rosalba pelo brilhante relatório, pela sua brilhante participação e, também, fazer uma referência à Senadora Patrícia Saboya, que foi a autora do referido projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como o relatório já foi lido e já é do conhecimento do todos, é pela aprovação, criando exatamente o piso nacional de salário para os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias, mas alguns dos senadores que estão hoje presentes, naquele dia, não estavam, no momento das discussões.

O que a acontece hoje? Cada estado, cada município, na realidade, porque os agentes comunitários estão ligados aos municípios, têm diferenças salariais, algumas outras questões trabalhistas que ainda não estão... Apesar de já ser direito, mas ainda não estão sendo, devidamente, vamos dizer assim, fazendo parte da remuneração dos agentes, tanto comunitários como de endemias, a Senadora Patrícia, que é a autora, trouxe esse projeto, que nós, como relatora, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, entendemos ser de grande alcance social e meritório. Porque são homens e mulheres, milhares neste Brasil que estão nos mais diversos recantos.

Eles trabalham nos bairros mais pobres, eles trabalham nas cidades mais distantes, eles trabalham de norte a sul do nosso Brasil, levando um sentimento de solidariedade e de humanidade. E esse trabalho que foi espelhado, inclusive, no brilhante trabalho da Pastoral da Criança e do Adolescente, aqui, Senador Flávio Arns, o senhor que é sobrinho da Dra. Zilda Arns, eu participei desse trabalho da Pastoral, sou médica pediatra, na época em que morriam mais de 70 crianças por cada mil crianças nascidas vivas.

Hoje, graças a Deus, a mortalidade infantil já reduziu bastante, ainda não chegamos ao ideal, porque o ideal é quando não morra mais nenhuma criança de desnutrição, de doenças respiratórias, de causas que podem ser plenamente evitáveis. Mas já estamos chegando, se Deus quiser, ao patamar que é o patamar que foi determinado pela questão das metas do milênio que é em torno de quatorze crianças, a mortalidade de quatorze para cada mil nascidos vivos.

Então, ainda é alta, mas já é, não, vamos dizer assim, o admissível(F), mas algo que já avançou bastante. No Nordeste, esse trabalho foi fundamental. Em 1988, eu fui prefeita, e, no Ceará, já existia também, com a Pastoral, um trabalho de agentes comunitários. Eu fui lá conhecer. E foi através desse modelo que começamos na cidade de Mossoró, com 50 agentes. Não existia ainda o programa nacional, que depois veio, incorporando-se ao Programa Saúde da Família.

E, a partir daí, foi comprovado, cada vez mais, a importância fundamental do trabalho do agente comunitário de saúde porque são pessoas identificadas com a comunidade, morando na própria comunidade, trabalhando de forma, vamos dizer, sem medir esforços e sem medir horas. Porque o agente comunitário de saúde, ele é chamado, muitas vezes, pela moradora na madrugada para levar a um pronto-socorro, para levar uma parturiente.

São eles, eu vi muitas e muitas vezes, nessa carência do SUS, quando faltam exames, que ele saem até de porta em porta, quando não conseguem, através da forma regular, normal, que é através das Secretarias Municipais, aquele exame, eles vão em busca de outras soluções, através de associações, de entidades. Eu vi o trabalho com a maçonaria que os agentes fazem. Ontem, aqui estava o Presidente do Instituto Ronald McDonald, mostrando um trabalho que esse instituto está fazendo com os agentes comunitários, em cidades que foram escolhidas no Brasil para, exatamente, capacitar os agentes e o resultado positivo aonde esse trabalho já está acontecendo, na detectação do câncer na infância e na adolescência.

Então, se eu for aqui citar a importância desses agentes levando a orientação sanitária, a observar... Isso é informar aos gestores públicos da situação de cada comunidade na questão da moraria da casa, da água. Enfim, dos mais diversos fatores, coleta de lixo, tudo. O agente comunitário está envolvido, participando, ajudando e querendo ver a saúde melhorar.

Então, daí porque nada mais justo que eles tenham a tranquilidade, a valorização do seu trabalho, de terem um piso nacional, porque se trabalhar no sul ou no norte tem os mesmos direitos, sejam valorizados e que, também, passem, através do projeto, não somente a ter um piso nacional de 930 reais, no mínimo, isso é o mínimo, reajustado a cada ano, de acordo com os parâmetros que medem a inflação, mas também, que eles tenham oportunidades de capacitação, tenham a oportunidade de crescer nos caminhos da educação e que, também, tenham seus todos os direitos trabalhistas preservados e, inclusive, a insalubridade.

Então, é na defesa dos agentes, porque defendendo os agentes estamos defendendo a saúde publica no nosso Brasil, que eu peço aos senhores que votem pela aprovação. Muito obrigada.

[palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive, antes de começar, eu quero fazer aqui um registro. Está chegando aqui o Senador Garibaldi, que é lá do nosso Estado, que foi Presidente desta Casa e, também, ao seu lado, Dr. Ernani Rosado. Dr. Ernani Rosado foi meu professor da Faculdade de Medicina.

[palmas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É um homem reconhecido no nosso estado. Porque, nos últimos cinquenta anos, quem se formou em Me-

dicina no Rio Grande do Norte, na Universidade Federal, teve Dr. Ernani como professor. Um professor que nos ensinou, professor de cirurgia, mas que, mais do que isso, ele nos deu grandes lições de humanidade, de fraternidade. De ver o doente, acima de tudo, independente de qualquer questão, a primeira coisa, cumprir exatamente a nossa missão de médico, de salvar aquela vida.

Então, o Dr. Ernani, hoje, está sendo homenageado aqui, em Brasília, no Conselho, no Superior Tribunal Militar, recebendo a medalha de médico. Então, foi ele também o idealizador da Faculdade de Medicina que hoje tem na minha cidade, em Mossoró. Então, por isso, hoje, eu faço essa referência especial ao grande médico, ao meu professor, com quem aprendi muito e procuro, no dia a dia, colocar em prática as lições de cidadania que ele passou a todos nós. Muito bem-vindo, Dr. Ernani. Então, passamos agora novamente a palavra ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vou... Vamos votar. Cumprimentar, registrar, mais uma vez, a presença do Dr. Ernani, como o nosso Ex-Presidente e Senador Garibaldi Alves Filho que nos trouxe a presença do Dr.Ernani aqui, para presenciar esse momento importante para os agentes de saúde. Um minuto para mim, infringindo até o Regimento.

Eu quero registrar o seguinte, Senadora Rosalba: já disse tudo o que poderia dizer sobre a importância do agente de saúde. E eu quero dizer o seguinte: os agentes de saúde precisam ter complementados os seus direitos, principalmente aqueles que os livram das mãos dos maus prefeitos, que o fazem, que os querem transformar em cabos eleitorais.

[palmas]

E que ficam na dependência de um resultado de uma campanha política. Os agentes de saúde têm que ficar isentos de tudo isso, porque são profissionais e profissionais extremamente importantes para saúde. Vamos à votação. Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2009, que é terminativo, relatado pela Senadora Rosalba Ciarlini, de autoria da Senadora Patrícia Saboya. Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a minha homenagem, também, aos agentes comunitários de saúde, que estão na ponta, atendendo às pessoas, primeiro contato, junto com o Programa Saúde da Família, eu penso que é uma iniciativa das mais importantes. O voto é *sim*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Como vota o Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Claro que eu sou médico e sei da importância dos agentes comunitários de saúde e do Programa Saúde da Família. Meu voto é *sim* porque eles estão mudando a saúde do Brasil.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, se meu voto fosse diferente, eu receberia uma grande vaia, como eu nunca recebi vaia dos senadores. Eu vou dizer *sim* e vou esperar as palmas.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Expedito.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Vou também fazer declaração de voto aqui, Sr. Presidente. Eu não poderia deixar de cumprimentar a Senadora Patrícia que apresentou, a autoriza do projeto, a Senadora Rosalba que foi a relatora, a relatora... Assim eu estou profetizando, a relatora do projeto. E eu não poderia deixar também de cumprimentar, Senador Paulo Paim, eu sou obrigado a fazer o reconhecimento aqui a V. Exa. V. Exa. diz sempre, eu uso sempre o *slogan* de V. Exa., *projeto bom é projeto aprovado.*

Por isso que eu não tenho dúvida que esse projeto vai ser aprovado aqui, hoje, porque é mais um dos projetos bons. Esta Casa precisa fazer isso, nós precisamos fazer agendas positivas, nós precisamos votar projetos sociais, projeto de cunho social, como esses dos agentes comunitários de saúde, como os agentes de endemias. Parabéns, quero cumprimentar aqui a todos os agentes de Rondônia.

[palmas]

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Quero cumprimentar aqui todos os nossos agentes do Estado de Rondônia que, certamente, também estão ao lado de vocês, nessa expectativa de ver esse projeto aprovado. Senador Paim, pena que esse projeto ainda vá para Câmara dos Deputados. Porque, lá, na Câmara dos Deputados, infelizmente, não acontece, como acontece aqui no Senado, e, às vezes, o projeto fica paralisado e adormecido.

Eu espero que os deputados federais tenham a mesma responsabilidade e o mesmo compromisso que nós estamos tendo aqui, hoje, em aprovar esse projeto. E para finalizar, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar aqui a Senadora Lúcia Vânia porque ela foi relatora de

um projeto meu, que também estiveram aqui os agentes porque foi o projeto de insalubridade. Então, é um projeto que nós apresentamos, que também já foi aprovado pelo Senado e, certamente, deverá ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Meu voto é *sim*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Expedido Júnior, sim. Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Voto *sim*, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): *Sim*, Senador Inácio Arruda. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, aprovar este projeto na Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa é mais do que a confirmação de que nós procuramos e, a partir de iniciativas como essa da Senadora Patrícia Saboya, a quem cumprimentamos pela iniciativa do projeto, a Senadora Rosalba Ciarlini como relatora, dizer que a afirmação e a garantia de direitos sociais para os trabalhadores brasileiros, deve ser a marca desta Casa.

E que, portanto, a aprovação desse projeto é de um significado social muito abrangente. No Estado do Pará, recentemente, participei em algumas regiões do estado, de assembleias, de encontros, dos agentes comunitários de saúde, justamente, na sua mobilização para ver aprovadas conquistas importantes como essa que, aqui, aprovei na data de hoje. O meu voto é *sim*, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): *Sim* do Senador José Nery. Senador Renato Casagrande. Como V. Exa. vota?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu estava na CCJ, mas não poderia deixar de participar e me posicionar com relação a esse tema, parabenizando a Senadora Patrícia Saboya, parabenizando a Senadora Rosalba Ciarlini. Então, por tudo que a gente conhece de agentes, não tinha outra posição, a não ser manifestar meu voto *sim*, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Voto *sim,* do Senador Renato Casagrande. Senador Garibaldi Alves?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu quero me congratular com a autora deste projeto, Senadora Patrícia, com a relatora, Senadora Rosalba e voto *sim*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu também quero registrar que, nesse momento, eu estou sendo relator em outra Comissão. Mas eu não poderia deixar de estar aqui presente, para votar um projeto tão justo, tão oportuno quanto este. Eu não quero nem falar o óbvio, cumprimentando a Senadora Rosalba e a Senadora Patrícia, mas eu quero corroborar as palavras do meu amigo Senador Expedito Júnior.

Está na hora do Senado começar a trabalhar com as soluções que o Brasil demanda, com os projetos propositivos, parar com essa fase ruim que o Senado viveu e começarmos a ter dias como este de hoje, fazendo Justiça e dando ao povo o que ele merece e anseia. O meu voto é *sim*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Adelmir Santana, como vota a V. Exa.?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, um projeto vindo da Senadora Patrícia que todos nós conhecemos, a luta que ela tem em defesa das questões sociais, das mulheres, dos jovens, das crianças, não poderia ter outra lavra, senão essa. E com a relatoria da Senadora Rosalba, médica, que conhece bem toda essa movimentação e essas questões, também não poderia ser diferente.

Então, acho que isso faz justiça a essas categorias profissionais que têm importância em fazer chegar às comunidade as questões de saúde, de prevenção, mesmo sem ser médico, mas sendo vivenciado nessas questões, eu não poderia votar diferente. Voto pelo *sim*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Adelmir Santana, *sim*, Senadora Rosalba Ciarlini, o voto já é conhecido. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, eu fui prefeito três vezes e convivi fortemente com os agentes comunitários de saúde. Para muitas pessoas, aquela é a única visita que eles recebem durante o mês, principalmente aqueles idosos

que, às vezes, tem a família longe. O agente comunitário de saúde faz um serviço extraordinário, além da prevenção da saúde, da vivência comunitária, do apoio, da solidariedade. Por isso é um profissional extremamente necessário e, hoje, adaptando à vida comunitária das pessoas. Por essa razão, com forte convicção, eu voto *sim*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhora relatora, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Patrícia, autora do projeto, Senadora Rosalba Ciarlini, também relatora, médica, que entendeu profundamente o objetivo desse projeto. Essa luta é uma luta de dez anos que hoje se consolida aqui. Na verdade, nós temos aí dez anos tentando consolidar o Programa Saúde da Família. Estão de parabéns os técnicos que lutaram incansavelmente para ver esse dia, hoje, ser coroado de êxito em toda a sua luta.

Portanto, o meu voto não poderia ser diferente daquele que os colegas já declinaram. E quero dizer que aquelas pessoas que acreditam no trabalho, que acreditam na luta e na coesão dessa luta obtêm resultados. E esse resultado é fruto dessa luta dessas mulheres e homens estiveram aqui durante muitos anos, lutando para que o programa, um dos mais importantes programas de saúde fosse aqui consolidado, através da criação da carreira e, hoje, a criação de um piso salarial. Parabéns, meu voto é *sim*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senadora Lúcia Vânia vota *sim*. Senador Mozarildo Cavalcante, como vota a V. Exa.?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Papaléo, eu sou médico, mas não precisava ser médico para qualquer senador saber da importância que tem o agente de saúde. Se na saúde fizéssemos, realmente, um trabalho mais intenso nessa questão do Programa de Saúde da Família, os postos de saúde não estariam lotados e os hospitais idem. Não precisaria estar de novo aí com essa ameaça de criar uma nova CPMF disfarçada com o nome de contribuição social da saúde.

Bastaria investir, justamente nesse primeiro batente, o batente mais importante, para nós termos uma reversão do quadro de saúde no país. E melhor, importante, como foi dito aqui, é que muitas pessoas, o único contato que têm com o sistema de saúde é, justamente, a visitação desses agentes. Então, eu voto com tranquilidade, *sim.*

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado Senador Mozarildo. Como vota o Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Sr. Presidente, eu li, gostei e apreciei bastante o relatório apresentado pela nossa colega Rosalba Ciarlini. Pela aprovação do projeto. Meu voto é *sim*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Como vota o Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pode gravar aí. Este é o melhor Senado da história de República.

[palmas]

Que tem joio, tem, mas que tem muito mais trigo, tem. O Senadinho de Cristo, atentai bem, doze que ele escolheu... E olha no que deu, né? Venderam o homem e tal... Atentai bem. O primeiro Senado da República tinha 42 membros, eram vinte e tantos ligados à área da Justiça, por isso que eles ganham bem. Desde lá, eles fazem lei boa para eles. Pode olhar o salário da professora, o salário do médico, da enfermeira e do agente de saúde.

Tinha, tinha dez militares, com todo respeito a Duque de Caxias, que foi o Dia do Soldado e ontem eu fui homenageado pelo Exército, mas tinha dez. Tinha sete da Igreja, Padre Feijó, no início, vocês se lembram, regente. Havia, ligados ao campo, dois. Médicos, dois. Só dois médicos havia naquele tempo! E hoje, só aqui, atentai bem... Está presidindo a Rosalba ou Papaléo?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Papaléo, porque eu sou relatora, senador.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois só havia dois no primeiro Senado da República. Aqui, só esses dois, e, com certeza, esses dois são melhores do que aqueles do tempo do Império. Porque aqui é um homem e uma mulher e não tinha uma mulher lá. E a mulher sempre melhora. Então, tem o Mozarildo, esse homem médico, maior líder maçônico do momento do Brasil, tem o Augusto Botelho que passou aí, olha ali, olha ali a firmeza, está vendo? E tem o Tião Viana que é do Partido dos Trabalhadores, e o Mão Santa. E o que eu entendo? Eu entendo que a medicina tem que ser como um sol, igual para todos. E para esse sol, esses raios do sol da saúde entrar na casa dos pobres... É melhorando o salário aí dos agentes como está sendo.

[palmas]

Sim, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Mão Santa, parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento e, principalmente, Senador Mão Santa, porque eu tinha lhe dado três minutos, V. Exa. não usou todo seu tempo e não vai ter mais direito agora.

[risos]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não... Só para complementar. Três minutos? Eu vou fazer um pedido a vocês, está na Bíblia, Papaléo. Pedir que os meus aplausos se somem aos vossos aplausos em homenagem aos agentes de saúde.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu estava querendo uma celeridade para votar, porque o projeto é terminativo. Mas, como todos estão fazendo declaração de voto, eu quero saber se V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Vamos abrir uma exceção para V. Exa. que já votou, mas pode...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para que eu possa também declarar as minhas razões para o voto que se somam às muitas dos companheiros que aqui estão, mas há um aspecto fundamental: é que, com os agentes de saúde, vamos ter muito mais pessoas nos postos de saúde, porque os agentes de saúde vão localizar as pessoas, ainda de forma primária, ainda começando o problema de saúde, ao invés de chegar no posto já em uma situação em que você não tem mais como cuidar pessoa porque ela já está uma situação final.

Então, aqui, ao fortalecer os agentes de saúde, nós estamos fortalecendo a saúde pública brasileira. Não é um problema só para aumentar o salário e as condições de trabalho do agente de saúde, nós estamos cuidando melhor do agente de saúde e da população brasileira, que vai ter uma atenção melhor, vai chegar mais rápido no posto de saúde, porque foi identificado o seu problema lá pelo agente de saúde.

O posto de saúde vai ter mais gente, vai precisar contratar mais pessoal, e esse gasto não é ruim, porque vai ser propaganda contra a nossa decisão, dizendo que nós estamos aumentando a gastança, que nós estamos aumentando a despesa, que essa despesa é fixa, mas nós temos que ter coragem, inclusive, para, na hora de aprovar um tributo, não se acovardar no Brasil, porque um tributo também pode ser bom, também pode ser positivo.

E a CPMF, quando caiu, foi negativa para a saúde brasileira e para o Brasil. Então, nós temos que aprovar, defender o agente de saúde e ampliar os recursos para garantir melhores condições de vida para o povo brasileiro.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Professor Paulo Duque.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): V. Exa. Como vota no Projeto nº 196, de 2009?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Olha, meu caro Presidente, eu sempre acreditei que, sem a saúde em primeiro lugar, o Brasil não consegue ir para frente. E, felizmente, essa mentalidade está hoje se espalhando pelos políticos dos estados, dos municípios. Eu quero dizer que estou de pleno acordo com as emendas, com o projeto, e que faço votos para que esses profissionais futuros tenham muito sucesso em ajudar os que necessitam de ajuda. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Paulo Duque vota *sim*. Encerrada a votação nominal. Primeiro vamos fazer a contagem dos votos. 17 votos *sim*. Eu não voto porque eu estou presidindo, mas todos conhecem meu voto. Seria o 18º, e...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas se quiser votar, pode votar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 18 a 0.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): 18 a 0. Se todos concordam em repetir. Votação oficial: 17 a 0. Se todos concordam em repetir a votação para as emendas? 17 votos a favor, nenhum contra, contra as emendas. Resultado: a matéria foi aprovada e vai para a Secretaria Geral da Mesa.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu peço a todos que permaneçam como se encontram, que eu vou transferir, refazer retornar os trabalhos da Mesa à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pela ordem.

[troca de presidência]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senadora Rosalba, pela ordem, por favor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Casagrande, mas, antes, o Senador Lobão Filho já tinha solicitado pela ordem.

Eu quero, inclusive, me antecipar a todos os senhores, dizer como eu estou feliz porque esse projeto da Senadora Patrícia que eu relatei, que acompanhei, que defendi, foi aprovado por unanimidade aqui. Mas eu queria só fazer aqui uma advertência aos agentes comunitários. É preciso que vocês façam um trabalho intenso lá na Câmara. Nós, que votamos a favor, tenham de mim a certeza de que também vou continuar nessa luta, junto aos parlamentares que eu possa chegar e me ouvirem pedindo a aprovação.

[palmas]

Porque eu entendo que já existe o projeto de insalubridade também que precisa ser trabalhado, que se encontra na Câmara para também ser aprovado, além desse. Mas eu queria, também, aqui dizer, fazer também outro apelo. Nós estamos entendendo o quanto vocês são importantes na saúde. Nós estamos querendo, cada vez mais, apoiá-los, vocês sintam que nós, que fazemos a Comissão de Assuntos Sociais e fazemos o Senado, estamos ao lado de cada um. Porque vocês são os grandes parceiros para que a saúde no Brasil possa melhorar. Parceiro das administrações, onde vocês estão orientando, trazendo sugestões, trazendo as carências que houve no dia a dia, da população. Mas que tem algo que eu quero pedir, que me toca muito, pessoalmente.

O Brasil, na saúde, tem um índice de mortalidade materna ainda muito alto. E eu quero pedir um esforço maior aos agentes de saúde, que são pessoas solidárias, fraternas, que se dediquem ainda mais. Que possamos, através do trabalho de vocês, como estão fazendo com a questão da criança, também uma atenção especial às nossas grávidas, às nossas gestantes, para que nenhuma venha perder a vida na hora mais sublime de uma mulher, que é quando nasce o seu filho.

Então, fica aqui esse pedido que eu, confiante no trabalho de cada um, não somente nessa área, em todas, mas isso é algo que toca muito dentro do coração de homens e mulheres, porque somos mães, vocês são pais e sabem o que isso representa na vida de uma pessoa. Pessoas carentes que não chegam àquele exame, pessoas carentes que não têm uma consulta de acompanhamento da gravidez e que, infelizmente, na idade fértil, na idade ativa, muitas vezes falecem deixando, não somente aquele filho que nasceu naquela hora. Mas, muitas vezes, muitos outros filhos.

Então, fica aqui esse apelo. Mas, antes de mais nada, eu quero parabenizá-los e dizer: valeu a pena a luta, vitória, vitória, vitória!

[palmas]

Passo a palavra agora, pela ordem, ao Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente, eu, antes de mais nada, antecipadamente, peço desculpas por ter de me ausentar desta sessão, porque tenho que relatar outro projeto em outra Comissão. Mas eu pediria a V. Exa. que pudessem retirar de Pauta o projeto em que eu sou relator, que é o Item nº 10, de autoria da Senadora Serys, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de diarista. Eu havia preparado o meu relatório, mas recebi muitas contribuições, muitas sugestões, e eu estou revendo alguns itens desse relatório, para que ele possa ser apresentado, se V. Exa. permitir, na próxima reunião desta Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a concordância do Plenário, eu acho que todos estão de acordo. Nós vamos retirar o projeto, é um projeto também de grande alcance social. O senador, com certeza, está fazendo um bom trabalho. E nós passaremos para a próxima reunião deliberativa. Nós teremos, então, o projeto, o Item nº 10, o Projeto de Lei do Senado nº 60/09 que dispõe sobre a definição de diarista, o trabalho de diarista. Então, da Senadora Serys e o Relator Senador Edson Lobão Filho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Casagrande, pela ordem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa, que ele já tinha pedido anteriormente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu gostaria de fazer o pleito a V. Exa., ao Plenário da Comissão que pudéssemos votar o Item nº 5 porque eu sou o relator desse projeto. Também é uma demanda muito antiga dos técnicos de mobilização ortopédica, que têm se mobilizado muito. E já fizemos todos os ajustes e estamos pronto para votar. Eu queria buscar o apoio de V. Exa. para que a gente possa votá-lo nesse momento, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Casagrande, eu queria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A ordem e o progresso diz que o quatro está na frente no cinco. Não fui eu que fiz essa ordem, não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu quero apenas... O Senador Expedito estava começando a ler o relatório do Item nº 2, quando deu o *quórum* e nós passamos aos terminativos, interrompeu, pela relevância e pela importância desses dois projetos que os senhores estavam aqui. Então, eu quero agora voltar a palavra ao Senador Expedito, para que ele conclua o seu relatório. Depois, Senador Mão Santa, o senhor vai nos dar a honra e o prazer de ficar mais um pouquinho aqui. Nós vamos ter o Casagrande e depois o senhor.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas é o cinco na frente do quatro, rasga a bandeira: Ordem e Progresso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas é porque o Senador Casagrande, desde que chegou aqui, ele já tinha me falado, mas, como estava no processo de votação... Já solicitado isso, porque ele tem uma urgência e necessita sair. Então, eu queria...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se houver a compreensão do Senador de Mão Santa. Senão, ele tem todo o direito...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, se ele tiver... Se o Senador Mão Santa concordar, está certo? Pronto.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Fica me devendo uma panqueca, moqueca.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Paim, o senhor é o autor do projeto. Então, eu vou deixar o Senador Mão Santa aqui, presidindo, enquanto eu dou uma rápida saída.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então, qual é agora? O Item nº 2. É V. Exa. o relator? O relator... O autor é o Senador Paulo Paim, Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001, dispõe sobre atendimento de emergência de acidentes do trabalho, em localidade onde não existe o Sistema Único de Saúde. Autor: Paulo Paim e Relator... Parecer pela aprovação. Com a palavra o Relator Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, até porque... Por conta de todo mundo já ter aí o nosso relatório, certamente já leram o nosso relatório, eu vou simplesmente sintetizar, dizendo o seguinte: o projeto do Senador Paulo Paim, como sempre, é um bom projeto, é um projeto que procura preencher exatamente onde há alguns municípios em que, de repente, não existe o serviço do SUS e alguns hospitais particulares... Então, estariam, segundo o projeto do Senador Paulo Paim, atenderiam, seriam obrigados a atender pelo SUS.

Eu acho que é um projeto importante. É um projeto, também, de cunho social muito grande, e nós apresentamos aqui alguma, acho que, melhorando o projeto, nós apresentamos uma emenda. Não no sentido de modificando muito o projeto, a nossa emenda... Inclusive, Senador Paulo Paim, a orientação do governo era para votar contra o projeto de V. Exa., o projeto de autoria de V. Exa.. Eu discuti, inclusive, com a Assessoria do Governo.

Nós apresentamos alguma emenda aqui, e eu gostaria que esse projeto fosse aprovado, também, porque é um projeto que está corrigindo, exatamente, principalmente na área social. Pessoas que, às vezes, não têm condições, não têm recursos. E o SUS, os hospitais que irão atender... No projeto e na emenda, o SUS depois arcará com a responsabilidade financeira dos repasses aos hospitais particulares.

Então, eu não vou ler também a emenda que nós estamos apresentando, porque a emenda já consta no nosso relatório. Eu gostaria, então, só de encaminhar aqui o voto favorável. O nosso relatório é pelo voto favorável, e pediria aos demais senadores que nos acompanhassem e votassem com o Senador Paulo Paim, votando favoravelmente ao projeto ainda do Senador Paulo Paim que eu tive a honra também de ser deputado ao seu lado, V. Exa. representando Rio Grande do Sul e eu representado o Estado de Rondônia, como Deputado Federal. Parabéns, Senador Paulo Paim. Esse é o nosso voto. Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então, o projeto de Paulo Paim e o relator foi Expedido Júnior, que fala sobre atendimento de emergência de acidente de trabalho, onde não existe o Sistema Único de Saúde. Em discussão. Não tem ninguém que queira... Em votação, cadê os membros aqui da lista? Então, não havendo mais quem queira discutir, encerra a discussão. Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei de Câmara nº 69/01 na forma do substitutivo que apresenta. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Resultado aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa. Item 5, passou na minha frente, mas ele fica a dever uma moqueca lá. Com a palavra, o Item nº 5.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, eu já fiz a apresentação desse relatório, mas o Senador Flávio Arns pediu vista, e nós apresentamos um substi-

tutivo acompanhando e acatando diversas emendas apresentadas pelo Senador Flávio Arns. O projeto, Sr. Presidente, a quem já agradeço a atenção de me conceder a palavra, antes de V. Exa., este projeto regula o exercício da profissão de técnico em mobilização ortopédica.

Senador Flávio Arns chegou, estão anunciando lá, dizendo que eu encampei a proposta e as emendas de V. Exa.. O que é o técnico em mobilização ortopédica? É o técnico que faz a confecção e retirada de imobilização ortopédica, com uso de faixas, férulas, talas metálicas, malha tubular, material sintético, e outros. Que faz a confecção e retirada de goteiras gessadas. Que faz a confecção e retirada de aparelhos gessados. Que faz a confecção e retirada de imobilizações ortopédicas e trações com uso de esparadrapos e materiais similares, e desenvolve técnicas assemelhadas, visando à imobilização ortopédica, aplicação das técnicas de imobilização ortopédica.

Como é que se faz para chegar a ser um técnico de imobilização ortopédica? Tem que ter o ensino médio ou equivalente e possuir formação em curso técnico, reconhecido por ordem público competente, com duração mínima de dois anos. A instituição de ensino pública ou privada, que se propuser a ministrar o curso, a que se refere ao Art. 2, deverá solicitar, junto órgão competente, o reconhecimento prévio do curso.

O curso a que se refere ao art. 2 poderá ser reconhecido se a instituição de ensino apresentar instalações satisfatórias e corpo docente de reconhecida idoneidade profissional, sobre a orientação de médico ortopedista. Os centros de estágios do curso a que se refere ao Art. 2º, serão constituídos pelo serviço de saúde e de pesquisa que ofereçam condições essenciais à prática da profissão do técnico em imobilização ortopédica.

As instituições de ensino que ministrem o curso a que se refere o art. 2 deverão remeter ao órgão competente, para fins de controle e fiscalização de registro, cópia de ata relativa aos exames finais, da qual constem os nomes de alunos e respectivas médias, não é?

Então, este é o nosso relatório, estamos regulamentando uma profissão que já existe na prática, de fato. Importante, de muita responsabilidade. Fizemos ajustes necessários, acordados aqui com os próprios técnicos em imobilização ortopédica e, também, atendendo, aprovando e incorporando as sugestões de do Senador Flávio Arns. É este meu relatório pela a aprovação deste substitutivo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Em discussão a matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Senador Flávio Arns, sem partido, com a maior grandeza moral desse país. Com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, agradeço a V. Exa., agradeço ao Senador Casagrande pelo relatório, pela acolhida das emendas que, basicamente, se relacionam ao processo de formação desses profissionais técnicos da área da imobilização ortopédica, permitindo que essa formação aconteça em vários ambientes, assim especializados nessa direção. Isso facilitará na nossa ótica, inclusive, a formação, a preparação e, depois, o desempenho profissional dessas pessoas. Eu sou a favor também e agradeço ao Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Em discussão a matéria. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu estou pedindo a palavra apenas para ressaltar a importância do pessoal de apoio da ortopedia que faz imobilizações, porque na emergência, quando chega aquele monte de acidentados e tudo e tal, os ortopedistas analisam, fazem o diagnóstico e determinam o tipo de aparelho que o técnico vai aplicar.

E queria aproveitar para homenagear o técnico mais antigo de Roraima que já até morreu, o meu amigo Délio Tupinambá, que foi um técnico que trabalhou muito tempo com uns dos primeiros ortopedistas lá de Roraima. E que foi, e fazia a profissão com maestria e com humanidade. E dizer que é um reconhecimento muito importante a gente regulamentar o profissão dos técnicos, porque eles fazem parte do pessoal, da equipe de saúde de qualquer unidade hospitalar. Imprescindíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Em discussão, continua a matéria. Não havendo mais quem resistia, eu quero dar o apoio aqui, que Deus não está na presidência. Eu era metido a governo quando menino, quebrei um braço e ainda fui teimoso metido a quebrar o outro. E eu me lembro muito bem do enfermeiro da Santa Casa, não é, ele que punha gesso e tirava o gesso e tal. Então, é com muita emoção que nós apoiamos aqui o projeto, relatado pelo Senador Casagrande.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Presidente faz tempo isso, não é?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu era criança. Eu era criança. Hein? Se eu não tivesse quebrado o braço, eu acho que estava

aí, não é? Pelo menos, no fluminense aí, meu time. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei de Câmara, com as emendas de Flávio Arns, nº 187/08, na forma do substitutivo que apresenta.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. E quero dar um ensinamento aqui para a executiva aqui, quando escreverem assim, bote assim, primeiro as senadoras na frente, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, onde eu passo, eu vou reformando. Esse é o meu, eu convido aqui. Cadê o... Flávio Arns, não tem partido, mas tem a Presidência da Comissão. Eu lhe transfiro. Não, eu vou... Você é o Presidente, eu vou lá ler, aqui.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Mão Santa, passamos ao Item 4 da nossa Pauta, que é decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº 05/09, que inclui as vacinas contra a hepatite A meningocócica, conjugada C, pneumocócica conjugada 7 valente, varicela e pneumococo, no calendário básico de vacinação da criança. O autor é o Deputado Alexandre Silveira, relatoria do Senador Mão Santa. O parecer é pela aprovação do projeto. Então, eu concedo a palavra ao Senador Mão Santa para proferir o relatório.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Flávio Arns, sobre a presidência de V. Exa. aqui há uma emoção de todos nós, porque hoje nós avançamos na melhoraria de saúde do país. E esse é um dos projetos que nos leva a isso. O Projeto de Lei da Câmara nº 05/09, nº 1.273/07 na origem, de autoria do Deputado Alexandre Silveira inclui as vacinas contra a hepatite A meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada 7 valente, e varicela e pneumococo no calendário básico de vacinação da criança e determina que o Sistema Único de Saúde, SUS, disponibilize os meios necessários à consecução dessa disposição.

A lei em que o projeto se transformará e entrará em vigor é no primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua publicação. A proposição é justificada pela disponibilidade de vacinas eficazes, pela experiência nacional e internacional de redução da morbidade, da mortalidade associada às doenças citadas com o emprego das vacinas em programa de imunização e pelo fato de esses imune-biológicos já serem disponibilizados pelo SUS, para grupo de risco, como portadores de HIV e doenças pulmonares crônicas ou para quem vai se submeter a transplantes.

Para o autor, a inclusão dessas vacinas, no calendário de vacinação de crianças, adotadas pelo SUS, permitiria reduzir significativamente a mortalidade infantil no país. Ele entende ademais que, com a não disponibilização dessas vacinas, a rede pública está restringindo o direito à saúde das crianças que não fazem parte daquele grupo de risco, para os quais é oferecida a vacinação.

O projeto será apreciado por esta Comissão e pelo Plenário. Não lhe foram apresentadas emendas nesta Casa. Análise. As doenças pneumocócicas estão entre aquelas de maior mortalidade em crianças do mundo todo. Sofrimento esse que poderia ser evitado com a aplicação de uma nova geração de vacinas de alta eficácia, capazes de reduzir em quase 90% aquelas doenças.

Essa também poderia ser a realidade em nosso país, se tivéssemos incluído no Programa Nacional de Imunizações a vacina antipenumocócica 7 valente, conforme recomendação da Organização Mundial da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria, tal como já fizeram 29 outros países. Mais de 200 milhões de dólares dessa vacina já foram aplicados no mundo todo. No Gâmbia, sua instrução no calendário oficial reduziu a mortalidade infantil de 16% no final de um ano.

Especialistas acreditam que, no Brasil, poderíamos obter um resultado similar, reduzindo a nossa taxa de mortalidade infantil, cerca de 10%. Atualmente, a vacina só pode ser obtida na rede privada ou gratuitamente, por crianças com necessidades especiais, em redes de referência para imuno-biológicos especiais. Ofertada de forma universal, no entanto, ela poderia prevenir até 70% das doenças respiratórias e infecciosas causadas pela bactéria pneumococo.

Concordamos com a opinião do pediatra Jucélio Fernandes Fontes, do Comitê de Pneumologia Pediátrica da Sociedade Mineira de Pediatria, segundo a qual, independentemente dos aspectos econômicos envolvidos na inclusão da vacina, trata-se de uma medida urgente para reduzir a mortalidade infantil, sobretudo entre as crianças de família de baixa renda. Voto. Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto da Câmara nº 05/09. [ininteligível] Mão Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Eu quero só, da minha parte, parabenizar o autor do projeto de lei e o relatório de V. Exa. O autor é o Deputado Alexandre Silveira e o relatório de V. Exa., dizendo que, de fato, é um projeto da mais fundamental importância, prevenindo doenças, promovendo saúde. Quero destacar o papel do SUS porque quando nós pensamos "Não, eu não utilizo o SUS", toda a população utiliza o SUS,

dentre outros aspectos, para o Programa Nacional de Vacinação.

Muitas vezes as pessoas dizem "Não, não há recursos para essa finalidade", os recursos a serem gastos no tratamento da doença serão sempre muito maiores do que os recursos gastos na sua prevenção. E, além de tudo, o bem estar e a cidadania com saúde para a pessoa, o ser humano. Então, isso é muito importante, quero parabenizar pelo relatório. Encerrada a discussão. Quero... Em votação, o parecer. O parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 05/09.

Srs. Senadores que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos ao Item nº 3 da Pauta, que é decisão não terminativa. O Projeto de Lei da Câmara nº 73/09 que altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre a cooperação institucional entre Agência Nacional de Vigilância Sanitária e instituições de ensino universitário de pesquisa, mantidas pelo poder público e organismos internacionais, com os quais o Brasil tenha acordo de cooperação técnica.

A autoria é do Deputado Max Rosenmann, eu quero dizer que foi um deputado muito atuante durante várias legislaturas, do meu estado, no estado do Paraná. E eu aproveito esta oportunidade para fazer, porque faleceu, há cerca de um ano, dois anos, e aproveitar a oportunidade desse projeto de lei para fazer a homenagem para ele, a homenagem para família dele novamente, para os filhos, para esposa, para a família, para os amigos, e dizer que todos nós sentimos muitas saudades do Deputado Max Rosenmann, que se notabilizou no Paraná e no Brasil pelo trabalho dedicado, competente.

E agora estamos apreciando um projeto de sua autoria. A relatoria é da Senadora Marisa Serrano, aqui presente. E o parecer é pela aprovação do projeto. A matéria irá na sequência à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, em decisão terminativa. Então, passo a palavra, concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano para proferir o relatório.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. É muito importante, no meu entender, essa proposta do ex-Deputado Max Rosenmann, o grande e querido amigo que nos deixou no ano passado, mas dizer que o projeto do Max competia fazer com que a ANVISA regulamentasse, controlasse e fiscalizasse os produtos e serviços que envolvem riscos à saúde pública. Qual é a proposta que o Deputado Max colocou? Que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA, poderá, mediante celebração de convênio, cooperação técnica e científica, solicitar a execução de trabalhos técnicos e científicos, inclusive, de cunho econômico-jurídico, dando preferência às instituições de ensino universitário de pesquisa, mantidas pelo poder público.

É um projeto de lei que concede ou não. E é autorizativo quer dizer, a agência ANVISA poderá, mediante colaboração de convênios, solicitar a execução de trabalhos técnicos, colocando aí as universidades como fator importantíssimo no trabalho que a ANVISA realiza. Eu acho que essa cooperação é muito salutar e é uma forma também das universidades poderem trabalhar com, principalmente, na área da vigilância sanitária com problemas que eles estão todos os dias trabalhando também nas universidades.

Era uma ligação da universidade com o órgão público que ajudaria e muito, eu acredito, a formação dos nossos acadêmicos. Portanto, eu estou amplamente favorável ao projeto e peço também o voto favorável dos nossos colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço à Senadora Marisa Serrano. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 73/09. Srs. Senadores, que estiveram de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Com a palavra o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu tenho um pedido, em requerimento de uma Audiência Pública, Sr. Presidente, em Santa Catarina, a FUNAI está determinando uma área indígena e o conflito lá, o clima emocional, o atrito, a indisposição está muito elevada. Eu gostaria, diante de tomar uma posição, de tomar um rumo, gostaria de ouvir o governo, qual é a dimensão? Por que isso, o que representa? Quantas pessoas atendem? Enfim, ter informações equilibradas para poder ajudar no conflito e não permitir nenhuma injustiça, mas também, dar oportunidade das pessoas serem ouvidas.

Então, se fosse possível aprovar o requerimento e, posteriormente, a Presidente Rosalba marcar a data, eu agradeceria muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, sem dúvida, Sr. Senador Raimundo Colombo, se V. Exa. enviou o documento à Mesa...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim, já foi encaminhada à Mesa. Eles já estão trazendo. Se nós pudéssemos aprovar em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, nós aprovamos, e V. Exa. depois... Submetemos à apreciação, se for o caso, como eu tenho certeza que vai ser. E, na sequência, só V. Exa., junto à Secretaria providencia... Eu submeto, inicialmente, ao Plenário a colocação extrapauta da solicitação do

Senador Raimundo Colombo. Se estivermos de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos... Em primeiro lugar já votaremos na sequência, não é? Passamos ao Item nº 14 da Pauta. É o requerimento do Senador Mão Santa, nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e, considerando a entrada em vigor, no dia 29 de abril de 2009, de Lei 11.664, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde, que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde, SUS, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Saúde, as seguintes informações: 1) a Lei nº 11.664/08 foi regulamentada?; 2) qual é a programação do Ministério da Saúde, com vistas à consecução de amplo trabalho informativo, educativo, voltado para prevenção, detecção, tratamento e controle, ou seguimento pós-tratamento do câncer do mama, conforme dispõem o Inciso I, do Art. 2, da Lei 11.664/08?; 3) que providências foram adotadas pelo Ministério da Saúde para assegurar o acesso ao exame mamográfico em todo o território nacional, no âmbito do SUS?; 4) como está estruturada a rede de referência e contra referência, no âmbito do SUS, para viabilizar o encaminhamento a serviços de maior complexidade, das mulheres, cujos exames mamográficos, ou cuja observação clínica indicar a necessidade de complementação de diagnostica, tratamento e seguimento pós-tratamento que não puderam ser realizados na unidade que prestou atendimento?

Conforme preconiza o Inciso IV, do art. 2, da Lei nº 11.664/08. Assinado Senador Mão Santa. Em discussão o requerimento. Encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores, que estiveram de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Passo a presidência dos trabalhos à nossa Presidente, com muita honra, não é, Senadora Rosalba Ciarlini. Com a palavra V. Exa.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir a intenção do governo de instituir por decreto presidencial reservas indígenas em Santa Catarina. Requerimento de autoria do Senador Raimundo Colombo que requer uma Audiência Pública e a justificativa é o seguinte: Os recentes processos de demarcação de reservas indígenas em Santa Catarina promovidos pela FUNAI receberam o apoio do Ministério da Justiça que homologou as reservas Tarumã e Morro Alto no norte no estado.

Segundo noticiado na imprensa, as reservas possuem tamanho equivalente ao de quarto mil campos de futebol, cerca de 30 quilômetros quadrados e, uma delas será destinada a uma comunidade de onze índios em prejuízo de 300 proprietários de terra da região. Se for assinado o decreto presidencial, as terras passarão a ser consideradas propriedades dos índios MBA, é assim senador? MBA? Prejudicando os municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul e São Francisco do Sul.

Especialistas no assunto vêm denunciando que o trabalho a FUNAI está sendo orientado por estudos antropológicos errôneos ou fraudulentos. Alguns dos autores desse estudo atuavam em ONGs indígenas e foram trabalhar para a FUNAI, incorrendo em nítidos conflitos de interesse. Indígenas imigrantes que vieram para Santa Catarina em anos recentes, oriundos de estados vizinhos, estão sendo considerados pela FUNAI, como originários de Santa Catarina. Porém, nunca foram visto na região pelos mais idosos e por seus ascendentes.

Situação parecida está ocorrendo no Morro dos Cavalos, mais ao Sul, região que foi invadida a partir de 1982 por pequeno de número de índios MBAs, provenientes da Argentina. No entanto, fraudes antropológicas pretendem tratar esses índios como naturais da região, cogitando-se, inclusive, alterar o traçado de rodovias projetadas para passar pela região com o propósito de preservar a área.

Embora a FUNAI reconheça que os MBAs são índios nômades, integrantes de tribos presentes em uma larga faixa de terras que se estende até Paraguai e Argentina, escolheu Santa Catarina para ser prejudicada pela demarcação de reserva. Portanto, justifica-se a Audiência Pública, como forma de esclarecer os parlamentares, sobre os critérios de atuação da FUNAI, uma vez que está colocando em risco os interesses fundiários da população de Santa Catarina.

Senador Raimundo Colombo, em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Não havendo nada a tratar, damos por encerrada esta reunião, que teve projetos aprovados, do mais alto alcance social, convidando a todos para a próxima reunião que irá acontecer na próxima quarta-feira às 11h00. E na próxima reunião, também já queremos ressaltar a importância de projetos terminativos que serão analisados nesta Casa, referentes à situação de empregadas domésticas, particularmente das diaristas e, também, projetos voltados na área da saúde, na ampliação do calendário de vacinas.

Então, quero desde já, anunciando esses dois projetos, inteirar os senhores, também, de outros tão

importantes quanto esses e convidar para que estejam aqui, na próxima semana, como hoje fizeram, no *quórum* máximo, para que possamos analisar, debater e votar esses projetos. Muito obrigada, fiquem com Deus.

Encerrando esta sessão, eu quero mandar aos agentes comunitários do Rio Grande do Norte, a todos um grande abraço, felicitados pela aprovação nesta Comissão. E dizer que esta foi apenas uma batalha ganha. A luta é muito grande, precisam todos estar participando aos seus representantes do nosso estado e, também, dos outros estados, de forma a que possam... Sendo ouvidos, defendendo essa ideia, possamos ter, ao final, na Câmara, e com a sanção presidencial, o reconhecimento e a dignidade maior ao agente comunitário de saúde e ao agente de endemias. Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h36.

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE SETEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11h00 HORAS.

Às onze horas e vinte e sete minutos, do dia dois de setembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GILVAM BORGES, PAULO DUQUE, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, MARISA SERRANO, JOÃO TENÓRIO E SÉRGIO GUERRA.** O Senador João Durval justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente comunica a retirada de pauta, para reexame pelo relator, Senador João Tenório, do Item 03, Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2008. Passa-se a apreciação das matérias **ITEM 14 – REQUERIMENTO N.º 75 DE 2009.** "Senhora Presidenta da Comissão Permanente de Assuntos Sociais do Senado Federal, com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para debater o Tema "O Negro no mercado de trabalho", devendo ser convidados o Presidente da FEBRABAN e o Presidente do CNI – Confederação Nacional da Indústria e CNC – Confederação Nacional do Comércio e outros a serem definidos pela própria comissão. JUSTIFICATIVA. O Instituto ETHOS, após pesquisa realizada nas 500 maiores empresas que atuam no Brasil, afirma que a situação dos trabalhadores negros/as é preocupante. A nível gerencial é de apenas 9% o índice de negros/as contratados. Avaliando em nível de Executivos os dados são ainda mais preocupantes apenas 3,4% de pessoas afro-brasileiras ocupam estes postos. Após anos de embates sociais e até judiciais a FEBRABAN começa a apontar planos para enfrentar a ausência de afro-brasileiros em seus quadros de funcionários, tudo a demonstrar esta realidade triste em meio a nossos trabalhadores negros. Por esta razão entendemos que esta AUDIÊNCIA PÚBLICA irá iluminar a todos da sociedade que querem ver um país igual, de fato, para todos, sendo necessário enfrentar este desafio com coragem e equilíbrio." **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. ITEM 13 – REQUERIMENTO N.º 74 DE 2009.** "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam formulados convites ao Ministro da saúde, JOSÉ GOMES TEMPORÃO e ao Diretor-Presidente da ANVISA, DIRCEU RAPOSO DE MELO, para prestarem esclarecimentos, em audiência pública perante a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e a Subcomissão de Saúde da CAS, a respeito da pirataria na medicina/medicamentos no país, conforme reportagens do Correio Braziliense, dos dias 09 a 14 de agosto de 2009." **Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado: Aprovado. ITEM 09 – REQUERIMENTO N.º 71 DE 2009.** "Em aditamento ao Requerimento nº 38/2009-CAS, já aprovado por esta Comissão, requeiro, nos termos regimentais, a aprovação do nome do Pastor ABNER DE CASSIO FERREIRA, Presidente da Convenção das Assembléias de Deus do Rio de Janeiro e Presidente da Igreja Matriz de Madureira/Rio de Janeiro, para participar como debatedor na audiência pública com a finalidade de instruir o PLC nº 122, de 2006." **Autores:** Senadores Expedito Júnior e Mozarildo Cavalcanti. **Resultado: Aprovado. ITEM 10 – REQUERIMENTO N.º 72 DE 2009.** "Aditamento ao Requerimento 38/2009-CAS. Requeiro nos termos regimentais Aditamento ao Requerimento 38/2009-CAS, de autoria do Senador Marcelo Crivella, através do qual foi solicitada realização de Audiência Pública para instrução do PLC 122, de 2006, com a presença da seguinte convidada: – Gilda Pereira Carvalho, Subpro-

curadora-Geral da República, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão." **Autores:** Senadora Fátima Cleide e Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. ITEM 11 – REQUERIMENTO N.º 73 DE 2009.** "Em atenção à programação da V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a realizar-se em dezembro de 2009, e que neste ano comemorará o bicentenário de nascimento de Louis Braille, inventor do Sistema Braille de leitura e escrita para cegos, requeremos que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realize Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF) e com a Subcomissão Permanente de Saúde (CASSAUDE), para debater a saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão. O último recenseamento nacional, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que a principal causa de deficiência na população brasileira decorre de males e acidentes oculares, com prejuízos ou mesmo perda total da visão. Esse aspecto torna necessário que haja no País políticas públicas consistentes para a promoção da saúde ocular, com campanhas informativas de boas práticas, bem como estruturas de atendimento adequadas e disponíveis em todo o território nacional. Indicamos como convidados um representante do Ministério da Saúde, um representante do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), um representante da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB) e um representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS), da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República." **Autores:** Senadores Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Gim Argello, Papaléo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi. **Resultado: Aprovado. ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 296 DE 2009.** "Altera os §§ 1º e 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a responsabilidade subsidiária da Administrativa Pública pelos encargos trabalhistas decorrentes da execução de contratos por ela firmados." **Autor:** Senador Papaléo Paes. **Relator:** Senador Expedito Júnior. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. (O Senador Expedito Júnior ofereceu, na reunião, novo Parecer). **Resultado: Aprovado o Parecer favorável, com a Emenda nº 01– CAS. A matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194 DE 2009.** "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a plano de saúde contratado em benefício de empregado doméstico." **Autor:** Senador César Borges. **Relator:** Senador João Tenório. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131 DE 2001.** "Cria o Serviço Social da Saúde (SESS) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS)." **Autor:** Senador Geraldo Althoff. **Relator:** Senador Sérgio Guerra. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14 e pela rejeição das emendas nºs 5 e 8, todas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e pela aprovação parcial das duas emendas de autoria do Senador Paulo Paim, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Sérgio Guerra.** Anunciada a matéria, o Senador Sérgio Guerra solicita que o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, seja retirado de pauta e incluído na pauta da reunião deliberativa do dia dezesseis de setembro. **ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210 DE 2002.** "Altera a Lei nº 9313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de aids, para incluir o benefício do fornecimento de leite maternizado para os filhos de mães portadoras do HIV e doentes de aids." **Autor:** Senador Mauro Miranda.**TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 352 DE 2003.** "Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos de uso contínuo pelo Sistema Único de Saúde." **Autor:** Senador Luiz Otavio. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2002, com a emenda que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2003. **Resultado: Retirado de pauta a pedido da Presidente e relatora, Senadora Rosalba Ciarlini.** O Item 02, o Item 05, o Item 06 e o Item 12 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os(as) Senadores(as) Paulo Paim, Expedito Júnior, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, João Tenório e Sérgio Guerra. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom-dia Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, vice-Presidente da Comissão, Sena-

dor Adelmir Santana, Senador Mozarildo Cavalcanti, bom-dia a todos que aqui estão presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhamos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Comunico que a pedido do Relator fica retirado da pauta, para reexame do Parecer, o Item 3, PLS 18, de 2008.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria fazer uma questão de ordem. Está retirado o Item 3?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 8 foi o Relator que solicitou, o Item 3, que é o PLS 18.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Perfeito. Eu queria propor a V. Exª. que nós comecemos, enquanto chega um número maior, pudéssemos votar os requerimentos, que não tem polêmica e, portanto, eu gostaria de sugerir do Item 9 para frente, se V. Exª.--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Essa presidência acata a solicitação do Senador Mozarildo de acordo com o Regimento.

Então vamos começar pelo Item 14, que é de autoria do Senador Paulo Paim. Vamos fazer então o inverso, de trás para frente. O autor é o Senador Paulo Paim. Item 14: Realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para debater o tema "O Negro no mercado de trabalho". Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, isso foi uma solicitação das entidades do movimento social e eles pretendem, nesse dia, convocar, nós vamos discutir com V. Exª. o dia adequado, as Centrais, a FEBRABAN, enfim, a Confederação Nacional da Indústria, para que todos discutam essa questão da discriminação no mercado de trabalho. Esse é o objetivo. É um debate fraternal, amistoso e construtivo para combater todo tipo de discriminação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 13. Requerimento do Senador Mozarildo Cavalcanti. Convites ao Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e ao Diretor-Presidente da ANVISA, Dirceu Raposo de Melo, para prestarem esclarecimentos, em Audiência Pública. Com a palavra o Senador Mozarildo, autor do requerimento.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente, Srs. Senadores, é apenas para, como eu disse no requerimento, investigar as denúncias feitas pelo Jornal Correio Brasiliense e também o Jornal de Minas Gerais, publicadas do dia 9 ao dia 14 de agosto, sobre coisa muito séria, que é justamente a pirataria, a falsificação de medicamentos e outros equipamentos. Eu acho que é de suma importância a vinda do Ministro aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Concordo plenamente, inclusive já tem um convite para que o Ministro aqui estivesse para nos trazer as informações mais recentes com relação à gripe, porque ele esteve aqui no início e, na realidade, havia aquelas primeiras medidas preventivas, agora nós já estamos tendo uma realidade bem diferente, a gripe instalada, e queremos saber também informações sobre vacina, quando, como. O Brasil vai estar mais protegido. Então eu queria parabenizá-lo pela iniciativa e colocar para votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu também queria colocar, Presidente, eu queria colocar que o requerimento, o Item 9, assinado pelo Senador Expedito, ele me pediu que eu aqui encaminhasse e eu quero subscrever também o requerimento do Item 9, apresentado pelo Senador Expedito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos ao Item 9, é um requerimento do Senador Expedito Júnior, subscrito pelo Senador Mozarildo Cavalcante. É o aditamento ao Requerimento nº 38/2009, da CAS. Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior para a leitura.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Em aditamento ao Requerimento nº 38, de 2009, já aprovado por esta Comissão, requeiro, nos termos regimentais, a aprovação do nome do Pastor Abner de Castro Ferreira, Presidente da Convenção das Assembléias de Deus do Rio de Janeiro e Presidente da Igreja Matriz de Madureira, também do Rio de Janeiro, para participar como debatedor na Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto 122, de 2006.

Houve uma reivindicação para mim ontem de dois pastores do meu Estado, mas ainda eu vou verificar se

verdadeiramente eles querem participar dessa Audiência Pública e, em sendo possível ainda, apresentarei depois um outro aditamento.

Esse, na verdade, foi um pedido do Senador Marconi Perillo, que nós pudéssemos fazer aqui a solicitação para incluir o nome do Pastor Abner.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos que respeitar, na realidade, o número que ficou definido na Comissão de participantes como palestrantes, mas também eles podem ser convidados a vir assistir e, também, dar as suas sugestões por escrito, então é muito importante que todos possam vir. Em votação. Os senhores--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Senadora Fátima Cleide não chegou ainda, mas na mesma linha do meu querido amigo Expedito Júnior, o nosso Senador, ela também propõe que se inclua como convidada a Sra. Gilda Pereira Carvalho, Subprocuradora-Geral da República e Procuradora Federal do Direito do Cidadão.

Ela está construindo, segundo me disse em Plenário, um substitutivo que está permitindo um grande entendimento, o que é muito bom.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ótimo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que estamos caminhando felizmente para um entendimento nessa questão, conversando com o Senador Crivella, com o Senador Magno Malta, com a CNBB, enfim, com todos os setores da sociedade. Por isso que, nesse momento, incluímos mais uma pessoa nessa perspectiva.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas aí já é o Requerimento nº 10.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso. A vontade dela é construir um grande substitutivo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Item 10 é um requerimento da Senadora Fátima Cleide, mas subscrito pelo Senador Paulo Paim, daí porque ele pode apresentar.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Já votamos o 9?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, vamos voltar à votação do 9. O Item 9, requerimento do Senador Expedito e Senador Mozarildo. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora passamos ao Item 10, que o Senador Paulo Paim já fez a explanação. Se trata do Requerimento nº 38/2009. É um aditamento ao Requerimento nº 38/2009, e fico muito feliz em saber que possamos construir um entendimento, porque sempre é melhor um bom entendimento do que uma boa briga.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, a data da Audiência não está marcada ainda?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, mas nós poderemos sentar... O senhor, como vice-Presidente, vamos ter várias Audiências, eu acho que a gente precisa ver o momento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se a senhora permitir, nós não marcaríamos a data, tentaremos um entendimento e, se houver entendimento, se vota por acordo daí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ótimo. Item 11, requerimento dos Senadores Augusto Botelho, Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo, Flávio Arns, Gim Argello, Papaléo Paes, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi. Eu solicitaria ao Senador Papaléo Paes para que ele fizesse a apresentação do requerimento, que é a realização de...

O Item 10, desculpem. Em votação o requerimento do Item 10. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então passamos agora ao Item 11, que o Senador Paulo Paim e o Senador Papaléo poderão fazer a apresentação, que subscreveram.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Item 11?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É o Item 11, é uma realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e com a Subcomissão Permanente de Saúde, para debater a saúde ocular e a prevenção da cegueira e dos males da visão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, essa, na verdade, é uma proposta que tem tudo a ver com o nosso Senador Flávio Arns, que tem trabalhado muito nessa questão da pessoa com deficiência. Eu tenho a alegria de dizer que apresentei o Estatuto da Pessoa com Deficiência e ele é o Relator. Então é mais uma iniciativa que visa fortalecer o debate em relação aos direitos da pessoa com deficiência, aqui nesse momento vinculado muito ao Sistema Braile. Por isso a nossa aprovação e os elogios a todos que tiveram a iniciativa. Eu apenas fui um dos signatários.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Pela ordem, Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação o requerimento, o Item 11, que o Senador Paulo Paim apresentou. Os

Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Nós temos aqui o Item 12, que não vai ser possível ser votado porque o autor não se encontra presente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Só porque eu já recebi aqui a ligação e eu gostaria de incluir aí em aditamento o nome então do Sr. Valter Araújo Gonçalves, ele é Deputado Estadual e preside a Comissão na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia sobre todos os maus-tratos aos menores e, também, esse projeto da homofobia, ele é que está discutindo esse projeto na Assembléia Legislativa do nosso Estado. Então eu gostaria de incluir, pedir a V. Exª. que pudesse fazer isso, para convidá-lo também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Expedito, eu gostaria de solicitar ao senhor, segundo o Regimento, que o senhor encaminhe por escrito, porque já temos vários convidados para essa Audiência Pública, para que a gente possa... Vou fazer o possível para essa Comissão atender a sua solicitação. Se for muito grande o número de convidados, nós vamos ter que fazer duas Audiências, para ser mais produtivo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu vou pedir para a nossa assessoria já entregar na mesa então o pedido de aditamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ok, Senador. Senador Expedito, nós vamos passar ao Item 1, que é o senhor é o Relator. O senhor já me informou que vai precisar sair para a Comissão de Constituição e Justiça, onde está o debate do Projeto da Reforma Política, mas como no Item 1 o senhor é o Relator e a autoria é do Senador Papaléo, nós gostaríamos de analisar, sendo que é Não Terminativo, já que não temos o número suficiente para projeto Terminativo.

Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 296, de 2009: "Altera os §§ 1º e 2º do art. 71 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer a responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelos encargos trabalhistas decorrentes da execução de contratos por ela firmados". O Autor é o Senador Papaléo Paes e o Relator é o Senador Expedito Júnior. O Parecer é pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. Concedo a palavra ao Senador Expedito para proferir o seu relatório.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sra. Senadora Presidente Rosalba, Srs. Senadores, Senador Papaléo, que é o Autor do Projeto. Na verdade, o que o Senador Papaléo pretende no alcance da apresentação desse seu Projeto, é que na verdade hoje o contratado, ele é único e exclusivamente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais. A inadimplência do contratado, ela não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento. Nós tivemos um problema recentemente aqui no Senado, eu até fiz uma denúncia no Plenário, estava presente o Secretário da Mesa, de salários inclusive de servidores atrasados aqui por empresas terceirizadas que estavam prestando serviço a essa Casa. Eu acho que isso é uma injustiça, eu acho que nós não podemos permitir que estas empresas que prestam serviço para os órgãos públicos, que de repente tenham problemas de responsabilidades fiscais, elas continuem operando, elas continuem trabalhando com o Poder Público e sem responsabilidade nenhuma com o Poder Público.

Então eu quero aqui cumprimentar o Senador Papaléo, onde ele apresenta a alteração do § 1º, onde ele retira a impossibilidade, a impossibilidade de transferência para a Administração Pública dos encargos de natureza trabalhistas no caso de inadimplência do contrato, permanecendo a impossibilidade somente com relação aos encargos fiscais e comerciais.

Então o nosso Parecer é favorável, nós entendemos que o Projeto é bom e o nosso Voto é pela aprovação. Eu não vou ler aqui todo o relatório, porque aqui são quatro páginas, eu fiz só essa explicação e peço aqui, eu sei que tem recomendação do Governo para que pudesse ser feito o pedido de vistas desse Projeto, mas eu pediria para que nós pudéssemos votar, que é um Projeto bom, que deixe o Projeto caminhar, porque eu acho que isso é interessante. Eu acho que nós não podemos permitir que essas empresas que tenham problemas com a questão de transferências fiscais, que elas continuem operando normalmente sem que nada tivesse acontecido. Então nós temos que, além de responsabilizar as empresas, eu acho que tem que ter aí a responsabilidade solidária também com quem contrata, com a Administração Pública.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria. Eu gostaria aqui só de esclarecer bem que na realidade nós analisamos o mérito. A constitucionalidade tem que ser na Comissão seguinte, que vai ser--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Se deixar para ter o pedido de vista, que deixe então lá na Comissão de Constituição e Justiça. É esse o apelo que eu faço aqui.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidenta, em respeito ao meus amigos, Senador Papaléo Paes e Expedito Júnior, veio a mim que eu pedisse

vista do Projeto, mas eu tenho o mesmo entendimento. Primeiro, no mérito, eu concordo, porque por mim não teria serviço terceirizado no serviço público, tudo contratação direta, daí não teríamos esses problemas todos que nós sentimos que existe, inclusive aqui na Casa. Seguidamente, não só eu, o Expedito Júnior na última vez, eu me lembro de V. Exª., tivemos que ir à tribuna para que a Casa garanta aos trabalhadores o direito que a empresa terceirizada não paga: não paga salário, não dá o ticket que eles têm direito, não dá o vale-refeição, enfim, uma série de direitos. E muitos desses terceirizados às vezes aparecem de um Estado para o outro, enfim, e os trabalhadores procuram muitas vezes, como no nosso caso, os parlamentares.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senador Paulo Paim, eu acho que inclusive, desculpe, é só um aparte.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu acho que inclusive o Projeto protege o trabalhador brasileiro, eu acho que este foi o alcance aqui da apresentação do Projeto do Senador Papaléo. É exatamente de proteger os funcionários, os servidores brasileiros.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como no mérito eu concordo, Senador Papaléo Paes, deixar bem claro que eu concordo com o seu Projeto no mérito, e vai ainda para a CCJ, se for considerado inconstitucional, que seja lá, ou quem sabe até eles possam lá fazer alguma Emenda que resolva a questão da inconstitucionalidade. Agora, no mérito, eu concordo. Por isso, eu peço aqui desculpa aos meus amigos que pediram que eu pedisse vista, mas por concordar com o mérito, não tenho condições de pedir vista.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Muito bem, Paim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Esse é o Paim!

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidenta?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então não havendo mais quem queira... Quer discutir?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Como autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, o autor, desculpe.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero agradecer o entendimento do Senador Paim e do Senador Expedito Júnior, que fez a apresentação e complementou aqui com um § 3º no art. 21, que ele complementou, fez uma Emenda aditiva: *Nos casos em que a administração pública tiver de arcar com as dívidas trabalhistas, as empresas inadimplentes ficarão impedidas de participar de licitações pelo prazo de cinco anos*.

Então qual é a intenção? Em primeiro lugar, primeiríssimo lugar, proteger o trabalhador. Proteger o trabalhador porque nós sabemos de muitos casos nesse País em que empresas que não têm a mínima capacidade de arcar com as consequências do contratante, por exemplo, não pagar em dia ou fazer em dia os seus repasses, do contratante não cumprir as suas obrigações com os seus servidores e muitas outras situações que são contra o trabalhador, nós tivemos isso como uma intenção principal.

Agora ao mesmo tempo em que existe essa intenção principal, isso fará com que os contratantes, no caso o serviço público, tenha mais zelo, muito mais cuidado, estabeleça como pré-requisito para a concorrência pública condições que se possa avaliar financeiramente a empresa que vai ser contratada, ou seja, o capital da empresa, para ver se ela tem condições de arcar com todos os seus compromissos com os empregados e, principalmente, Senador Expedito e Senador Paim, nós temos que observar que de uma certa forma aqueles administradores públicos corruptos, que podem de repente, de uma hora para outra, pegar uns "laranjas" e formarem uma "empresa de fachada" que não tem a mínima condição de capital para agir, ou seja, para fazer só corrupção, eles vão se retrair, com certeza absoluta, porque eles vão causar um problema muito sério no futuro se não conseguirem cumprir com as suas obrigações.

Então eu vejo que isso não onera as instituições públicas, não onera absolutamente, chama essas instituições para a responsabilidade devida na contratação dessas empresas e, no final das contas, o mais importante é que nós estamos assistindo, protegendo o mais fraco, que o mais fraco é sempre o empregado.

Então é essa a intenção, excelência, viu Senador Paulo Paim, e agradeço, ainda vai para a CCJ e lá poderá... Outra coisa: eu queria se fosse o caso considerar, Senador Expedito, como uma Emenda aditiva ao seu § 3º, porque eu vi que não houve alteração na redação tanto do § 1º do art. 71, quanto no § 2º, e V. Exª. muito inteligentemente fez uma complementação que precisava o nosso Projeto, incluindo esse § 3º.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sra. Presidenta, só para me congratular com o Projeto do Papaléo e dizer que na verdade o que nós estamos fazendo aqui agora, isso poderá ser melhor examinado na Comissão de Constituição e Justiça. Então quero me congratular com ele, porque na verdade cria-se aí uma obrigação acessória para as empresas públicas, para o serviço público, o que é legítimo em proteção dos trabalhadores. Então a minha solidariedade com ele.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo, nesse caso o senhor está querendo que se refaça o relatório?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Fica nas mãos do Senador Expedito, porque--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, não é refazer, na realidade não é um Substitutivo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É considerar como uma Emenda aditiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É uma Emenda que ele está acrescentando.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso, perfeito, concordo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Uma Emenda aditiva.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor apresentou como Substitutivo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Que complementa brilhantemente o Projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então tem que apresentar como Emenda.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Mas nós podemos votar já, eu já aceitando a proposta?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aceitando que seja como Emenda, aprova o Projeto com a Emenda.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Como complemento só?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a Emenda de complemento.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com a Emenda de complemento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com Emenda de complemento, pronto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Perfeito, perfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então em votação o Projeto de acordo com o relatório que apresenta, acrescido da Emenda do Senador Expedito. Aos Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sra. Presidente, nós já temos quorum ou não? Falta o que, um Senador só?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos, enquanto isso, para o Item 7, Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2009. Esse Projeto é do Senador César Borges e o Relator é o Senador João Tenório. Eu passo a palavra ao Senador João Tenório para a leitura do relatório. É o Projeto de Lei nº 194: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a plano de saúde contratado e benefício de empregado doméstico". Com a palavra o Senador.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sra. Presidente, é submetido à apreciação dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2009, que tem por finalidade permitir a dedução da base de cálculo do imposto de renda pessoa física, dos pagamentos efetuados em favor do empregado doméstico a empresas operadoras de plano de saúde. O projeto prevê, ainda, que a aludida dedução é limitada apenas a um empregado doméstico por declaração, inclusive no caso da declaração em conjunto, e sob a condição de comprovação de regularidade das anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado doméstico e a sua inscrição junto ao Instituto Nacional de Seguro Social.

Ao justificar a sua iniciativa, o autor, Senador César Borges, sustenta o que fato de incentivar o empregador a oferecer plano de saúde ao empregado doméstico propicia a esse trabalhador não só uma compensação pela discriminação injustificada que sofre na legislação trabalhista, mas, de certa forma, também alivia o sistema público de saúde.

No prazo regimental não foram apresentadas Emendas.

A análise. A proposição sob exame está em conformidade com os pressupostos constitucionais que regem a elaboração das Leis. A legislação sobre a matéria pertencente ao campo do direito tributário e do direito do trabalho é atribuição do Congresso Nacional. Analisando-se sua juridicidade e regimentalidade, não se detectam impropriedades. Se aprovada, portanto, estará apta a fazer parte do ordenamento jurídico nacional.

No mérito, consideramos relevante os argumentos expostos pelo autor e plenamente justificável a aprovação da proposta. De acordo com os últimos registros de Pesquisa Nacional por Amostragem a Domicílios (PNDA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2005 o número de trabalhadores domésticos no Brasil era de 1.737.243. Hoje são mais de 6 milhões de trabalhadores domésticos, sendo apenas 25% deles com empregos formais. Por se tratar de um número

tão substancial, não há dúvida sobre a necessidade de se adotarem não apenas ações visando a qualificação dos trabalhadores domésticos, mas também estímulos diretos e indiretos como o que pretende o Projeto em benefício desse segmento profissional. Assim, além da regularização dos contratos de trabalho dos empregados domésticos, com ganhos significativos para ambas as partes, teremos uma redução da informalidade.

Felizmente ao longo dos últimos anos, ainda que lentamente, várias garantias e benefícios foram incorporados aos trabalhadores domésticos. A Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada pelo Decreto 71.885, de 9 de março de 1973, dispõe sobre a profissão do empregado doméstico, conceituando-o e atribuindo-lhe direitos. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, concedeu outros direitos sociais aos empregados domésticos, tais como: salário mínimo, irredutibilidade salarial, repouso semanal remunerado, gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos 1/3 a mais do que o salário normal, licença à gestante sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias, licença à paternidade, aviso prévio, aposentadoria e integração da previdência social. Com a edição da Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, que alterou o artigo da Lei 5.858, de 11 de dezembro de 1972, os trabalhadores domésticos passaram a ter direito a férias de 30 dias, estabilidade para a gestante, direito aos feriados civis e religiosos, além da proibição de desconto de moradia, alimentação e produtos de higiene e limpeza utilizados no local de trabalho. Outras mudanças significativas para incrementar a formalização dos vínculos do empregado doméstico foi a dedução do imposto de renda da pessoa física no valor referente à contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico, incidentes sobre o valor da remuneração do empregado.

Nesse contexto, insere-se a presente proposição que passa a ser mais uma vez um instrumento eficaz de proteção e de estímulo à integração dessa categoria de trabalhadores no mercado de trabalho formal. Não é demais enfatizar que o empregado doméstico, ao ser beneficiado com plano de saúde para a cobertura das despesas hospitalares, médicas e odontológicas, contará com um atendimento mais efetivo na área de saúde. Como se sabe, muito embora tenhamos o maior sistema público de saúde do mundo em termos de cobertura populacional e de risco, as perversas desigualdades no acesso e utilização dos serviços com prejuízo dos mais pobres, o mau atendimento, as filas, a superlotação das emergências, a escassez de recursos das unidades de saúde, a falta de leitos hospitalares e a demora para a marcação de exames, tem excluído significativa parcela população, principalmente a menos favorecida, ao cuidado da saúde. A despeito do fato de ser um sistema que traz como princípio a integridade da atenção, ninguém ignora que na realidade os serviços traduzem-se como um tratamento nas raras vezes desumano, fragmentado e centrado nos procedimentos.

A matéria, portanto, é meritória, tendo em vista seu grande alcance social, eis que possibilita ao trabalhador mais humilde ter os mesmos cuidados médicos e odontológicos que atualmente estão reservados apenas às pessoas de maior poder aquisitivo ou que estão empregadas em empresas que lhe proporcionam plano de saúde.

Finalmente, observe-se que a norma proposta não gera renúncia de receita, nos termos definidos no art. 14, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de março de 2001, eis que altera tão-somente a base de cálculo do imposto de renda, não implicando, portanto, redução discriminada de tributos ao tratamento diferenciado.

Voto. Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2009.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu agradeço ao Senador João Tenório a leitura do relatório. Realmente esse é um Projeto bastante meritório, porque é uma classe muito grande de homens e mulheres que fazem trabalhos domésticos e que precisam sempre estar sendo protegidos e reconhecidos pelo seu digno trabalho. Então quero parabenizar o Relator--

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --e também o Autor da proposta. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. É Não Terminativo, a matéria agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu queria, como Relator da matéria do Item 8, Projeto de Lei do Senado nº 131, que cria o Serviço Social de Saúde e o Serviço Nacional de Aprendizagem de Saúde, explicar o seguinte: essa matéria é extremamente polêmica, ela já está nessa Comissão há bastante tempo. O ponto de vista dos Senadores, porém, não está em grande parte definido. De ontem para hoje recebi vários Senadores que estabeleceram ponderações.

Ouviram grupos interessados, setores interessados e não têm clareza sobre o seu Voto.

Então eu queria propor que, de acordo com a Sra. Presidente, que essa votação se desse não na semana que vem, mas na outra semana, para que houvesse uma ação de convencimento, de discussão da matéria e a gente pudesse votá-la aqui num quadro de maior segurança e firmeza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, a presidência acata a solicitação do Relator, até porque regimentalmente ele tem esse direito. Eu entendo ser um Projeto que realmente está gerando muitas interrogações aos Senadores, querendo analisar com mais detalhes. Se todos estiverem de acordo, nós retiramos para reexame.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É regimental, Sra. Presidente, então--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É regimental.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Além de regimental, eu queria colocar, até tinha adiantado a V. Exª., que em função do Voto em separado, eu ia pedir vistas, mas eu acho que a ponderação do Relator é muito adequada, deixar não para a próxima semana, que é uma semana complicada, mas na outra. Eu estou de acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós temos já algumas Audiências programadas, mas vamos fazer o possível de que seja realmente na outra.

Todas as outras matérias que temos são matérias Terminativas.

Eu gostaria aqui de informar que estou solicitando, como Relatora, a retirada do Item 4 da pauta para reexame, também em função de questionamentos que foram feitos por alguns Senadores. O Item 4 fica retirado da pauta.

Então vamos encerrar a Sessão, marcando a próxima Reunião para quarta-feira, dia 9, são duas Audiências Públicas. Teremos aqui uma Audiência Pública de autoria do Senador César Borges e uma segunda Audiência Pública, no mesmo dia, de autoria do Senador Mozarildo. Nós teremos na próxima quarta-feira Audiência Pública, Senador Mozarildo, às nove horas, sobre "Saúde Indígena", conforme sua solicitação, e em seguida uma outra Audiência Pública, solicitada pelo Senador César Borges, para dispor sobre "A rentabilidade das aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço", de autoria do Senador César Borges.

Não havendo mais nada a discutir, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h04.

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 09h00 HORAS.

Às nove horas e quarenta e sete minutos, do dia nove de setembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM,** com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GILVAM BORGES, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, MOZARILDO CAVALCANTI, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO FILHO E CRISTOVAM BUARQUE.** O Senador João Durval justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 46 de 2009 – CAS, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, com vistas a debater a respeito da Saúde Indígena e a atuação da Fundação Nacional de Saúde, bem como do Ministério da Saúde sobre a questão. O Presidente convida para compor a mesa o Sr. Carlos Augusto de Melo Ferraz, Secretário de Controle Interno do Tribunal de Contas da União em Mato Grosso. O Presidente esclarece que o convidado terá 20 minutos, prorrogáveis, para a sua exposição**. EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 76 DE 2009 – CAS.** "Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº46, de 2009, CAS, Requeiro o convite ao Dr. Wanderley Guenka, Diretor do Departamento Indígena da FUNASA, para prestar esclarecimentos sobre a atuação da Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde sobre a Saúde indígena". **Autores:** Senadores Paulo Paim, Augusto Botelho, César Borges e Mozarildo Cavalcanti. **Resultado: Aprovado.** Fizeram uso da palavra os Senadores(as) Augusto Botelho, Paulo Paim e Mozarildo Cavalcanti. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **PAULO PAIM**, Vice – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão De Assun-

tos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores que aprovam, queriam permanecer como se encontrar. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao requerimento nº 46/2009 da CAS, de autoria do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, com a finalidade de debater a respeito da *saúde indígena e a atuação da Fundação Nacional de Saúde, bem como do Ministério da Saúde sobre a questão*.

Convido o nosso ilustre convidado, Dr. Carlos Augusto de Melo Ferraz, Secretário de Controle Interno do Tribunal de Contas da União de Mato Grosso para tomar lugar à Mesa.

Comunico a todos que a lista de inscrição já está aberta.

Já está aqui conosco Dr. Carlos Augusto de Melo Ferraz, que vai usar a palavra por 20 minutos. Se V. Exa. quiser que um assessor seu esteja também aqui na Mesa, fique à vontade de convidá-lo.

Doutor... Dr. Alexandre Cavalcanti também é nosso convidado aqui.

Enfatizamos que essa Audiência Pública é uma solicitação de autoria do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti. Viu, olha, falei ele chegou na porta, ainda bem que eu não falei mal, falei bem, pela importância do tema.

Senador Flávio Arns já está aqui conosco e, de imediato, com a presença do autor dessa Audiência Pública, Senador Mozarildo Cavalcanti, e do nosso convidado, eu passo a palavra ao Dr. Carlos Augusto de Melo Ferraz, a não ser que o Senador queira fazer algumas considerações antes.

Então passamos a palavra para o nosso painelista, V. Exa. dispõe de 20 minutos.

SR. CARLOS AUGUSTO DE MELO FERRAZ: Bom-dia, meu nome é Carlos Ferraz. Bem, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, Exmo. Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Exmas. senhoras e senhores.

Primeiramente eu agradeço a oportunidade de estar aqui nessa Comissão do Senado, para o Tribunal é extremamente importante mostrar para o Congresso Nacional os trabalhos que venho desenvolvendo, esse trabalho foi um trabalho que iniciou-se a partir de solicitações do Congresso Nacional, o Congresso Nacional ele solicitou do Tribunal vários trabalhos em diversas áreas relativas a atenção à saúde indígena.

E a partir dessas solicitações em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Roraima e outros estados, o Tribunal, ele... Em 2007, iniciou esse trabalho de fiscalização, mas percebeu que o problema era mais do que um problema regional. Por essa razão, ele transformou isso numa fiscalização nacional e no ano de 2008, a partir de junho de 2008 até janeiro de 2009, ele realizou esse trabalho de fiscalização, tendo como objetivo verificar a efetividade da aplicação dos recursos.

Mais do que analisar a questão de conformidade, de legalidade, que já haviam vários trabalhos realizados, o Tribunal decidiu que era importante estudar como é que o Sistema estava funcionando como sistema.

Esse trabalho contou com equipes do Tribunal, foram 17 pessoas envolvidas, com equipes do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rondônia, Amapá, Amazonas, e visitou cerca de... Visitou 10 distritos sanitários, 11 distritos sanitários, que correspondem a, mais ou menos, 50% da população indígena aldeiada no país.

Contou com a colaboração da auditoria da FUNASA, da autoria do INASUS, do Exército Brasileiro, não só para fazer o deslocamento das pessoas, mas também a contribuição que o exército tem a dar para o sistema, que nós vamos ver mais adiante um pouco.

E foi um trabalho [ininteligível] bastante que envolveu um número grande de servidores e um esforço enorme do Tribunal nessa fiscalização.

Nós dividimos aqui o trabalho primeiro numa parte de apresentação, de introdução, para poder explicar o que é o Subsistema, antes de a gente explicar o que o Tribunal encontrou e as condições que ele encontrou, e os problemas que encontrou e o que está fazendo para resolver, contribuir para resolver esses problemas.

Então, essa fiscalização, ela teve várias etapas, a partir das quais uma fase de planejamento, uma de execução e uma de relatório, e a partir daí saiu uma decisão, que é a Decisão 402/2009, em que o Tribunal avaliou o relatório, determinou, expediu uma série de determinações e recomendações para a FUNASA e o Ministério da Saúde, e agora nós estamos vivendo uma fase de monitoramento, que é uma fase em que a gente acompanha o resultado das deliberações, para verificar o que é que foi... Como é que a FUNASA está se estruturando, a FUNASA e o Ministério da Saúde estão se estruturando para dar cumprimento àquelas determinações e recomendações do Tribunal.

Pois bem, então começando agora a análise do Subsistema propriamente dito. O Subsistema de Saúde Indígena ele foi criado em 99, a partir da Lei 9.836, que é a chamada Lei Arouca, até então o Subsistema funcionava... A saúde indígena era obrigação da FUNAI; a partir de então, ela passou a... O Subsistema... Foi criado um Subsistema, que é de responsabilidade da União.

Ele foi concebido como ação afirmativa do Estado. O que é isso? Quer dizer, o Estado, ele reconhece que a população indígena tem uma condição... Condição de saúde, uma condição diferenciada da população e que merecia uma atenção especial em razão das suas condições. E por isso ele é um direito das comunidades indígenas a essa prestação.

A responsabilidade pelo Subsistema é essencialmente da União, e ela é responsável pela ação principal do Subsistema. Os estados, municípios, organizações não governamentais, outras entidades, elas têm uma responsabilidade de natureza complementar no Subsistema.

Isso quer dizer o seguinte: complementar é aquilo que não é o principal, aquilo que você pode retirar do Subsistema e o Subsistema continua funcionando, a prestação do serviço continua funcionando; essa é a concepção do Sistema.

Nesse sentido, o Ministério da Saúde e a FUNASA tem papéis diferentes. O Ministério da Saúde tem o papel de fixar políticas e diretrizes para o funcionamento da atenção à saúde indígena. E a Fundação Nacional de Saúde tem, essencialmente, o papel de execução dessas ações.

Além disso, o Subsistema, ele foi concebido de forma descentralizada, hierarquizada e regionalizada, da forma semelhante que acontece com o SUS, mas regionalizada, hierarquizada e descentralizada em distritos sanitários. A concepção dos Subsistemas não é uma concepção municipalizada, o SUS é municipalizado.

O Sistema de Saúde Indígena ele é um sistema concebido em termos de distritos, isso porque a população indígena ela não está... Ela não... Ela está nas áreas indígenas, ela não está nos municípios. Os distritos abrangem uma área geográfica, que abrange vários municípios, que abrangem vários estados, às vezes, e por essa razão a descentralização aí ela é pensada em termos dessa unidade funcional em que você tem condições epidemiológicas, culturais, condições de acesso semelhante, de forma a viabilizar a organização do Sistema.

O Sistema é hierarquizado e aqui essa hierarquia é um pouco mais do que a hierarquia que trata, o princípio da hierarquia que rege a administração pública. A hierarquia que se refere aí é também uma hierarquia de prestação de serviços, é aquela concepção de referência e contrarreferência que está presente no Subsistema.

O Subsistema de Saúde Indígena e o SUS eles são hierarquizados a medida em que você tem unidades que são menos especializadas e que atendem pequenas regiões, e quando elas não têm condição de dar o atendimento com grau de especialização adequado, elas encaminham para a unidade de maior especialização, e de maior abrangência geográfica.

Esse procedimento chama-se referência, e quando, após o tratamento, a identificação das doenças, e resolvida a questão, ele é re-encaminhado, de volta para a base do sistema, para, naquilo que se chama contrarreferência... Bom-dia... Para aquilo que se chama contrarreferência, em que você viabiliza o acompanhamento do tratamento.

Então, o Subsistema funciona da mesma forma, só que não de forma municipalizada, ele foi concebido de forma em termos de distrito.

Além disso, a população indígena tem pleno acesso ao SUS, e o SUS funciona para o Subsistema, a concepção do Subsistema de Saúde Indígena é uma concepção de atenção básica. O SUS funciona como referência e retaguarda do Subsistema. Quando o Subsistema ele necessita, um paciente, necessita de um grau de atendimento mais especializado, ele é referenciado para o SUS.

Após ele ser tratado, o paciente indígena, que tem pleno direito de acesso ao SUS, ele retorna para o Subsistema, que recebe as informações básicas de tratamento, quando é que ele deve ter retorno, como é que deve ser o acompanhamento, como é que deve ser a medicação, etc.

Por conta do SUS receber pacientes indígenas, eles recebem um recurso adicional que é o incentivo de atenção especializado aos povos indígenas. Que é um recurso que o Ministério da Saúde entrega para os estados e municípios, para que eles, na rede do SUS, dêem um tratamento diferenciado para a população indígena, que requer tratamento diferenciado, em razão das questões culturais, das questões linguísticas, etc.

Pois bem, os distritos existentes são esses que estão aí; são 34 distritos concentrados na Região Norte, Centro-Oeste, que detêm 66, da ordem de sessenta e poucos por cento da população indígena, mas há distritos também na Região Nordeste, como na região Sudeste, Sul.

Então, veja que os distritos, eles abrangem enormes áreas geográficas com muitos municípios incluídos. Isso é importante para a gente compreender a inviabilidade da atuação do Subsistema com uma concepção municipal e que é um dos aspectos importantes do Subsistema, a descentralização, ela é regional.

Muito bem. Como é que é organizada, conceitualmente, a prestação de serviços? Muito bem, você tem aldeias, e nas aldeias você tem um posto de saúde, nesse posto de saúde atua em caráter permanente um agente indígena de saneamento. Esse agente indígena

de saneamento, ele tem a característica de um agente comunitário. E ao lado dele tem um agente indígena de saúde, um agente indígena de saneamento um agente indígena de saúde.

Em geral, o agente indígena de saneamento, ele atinge mais de uma comunidade, mais do que uma aldeia. Esse agente indígena de saúde, ele é responsável pelo primeiro atendimento, pelo atendimento emergencial, para verificação de apoio, a verificação de nutrição da população, das crianças, etc. De campanhas de vacinação, etc.

Quando não é possível o primeiro atendimento no posto de saúde, quando o atendimento no posto de saúde não é adequado e suficiente para atender aquela pessoa, ele é referenciado, aquele paciente, para um polo base. No polo base existe uma equipe multidisciplinar de saúde indígena, em caráter permanente, e que ela permanentemente frequenta as aldeias. Então essa equipe multidisciplinar ela também funciona como supervisora da atuação do agente indígena de saúde.

Essa equipe multidisciplinar deve ser composta por médicos, por odontólogos, enfermeiros e outros profissionais, conforme a demanda epidemiológica daquele distrito. Quando o polo de saúde também não tem condição de dar o atendimento adequado para aquele paciente, ele é referenciado para o SUS.

É claro que o paciente, o cidadão que é indígena, ele tem dificuldade de ser atendido no SUS. O atendimento no SUS não é imediato, e muitas vezes o paciente, uma vez atendido, ele não tem como retornar da referência do SUS para o polo base de forma imediata.

Então, para isso, existe uma casa de apoio, uma casa de apoio de saúde ao índio em que ela tem por função receber esse cidadão índio, quando ele vai ser encaminhado para o SUS, até que seja viabilizado o seu atendimento. E de outro lado, após ele ser atendido, ele nem sempre tem condição de retornar, então ele fica nessa casa de apoio. Conceitualmente é bastante simples, e essa é a estrutura do Subsistema, pensada somo Subsistema.

Do ponto de vista de transferência de recursos, o Subsistema também é muito simples. Ele foi concebido do ponto de vista legal, normativo, como um sistema sem intermediários. Isso é, você tem os DSEIs, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, comunidades que aplicam recursos, que estão ali próximos da comunidade e tem condição de saber o problema mais imediato e dar a solução mais imediata para o problema.

Esses distritos, eles são ocupados por servidores, que podem ocupar funções comissionadas ou cargos de confiança, sendo que os cargos em comissão eles são preenchidos, são de livre provimento e exoneração, mas com a parcela desses cargos preenchidos por servidores de carreira. Eu coloquei aqui em vermelho, porque a constituição estabelece isso, mas ela exige que seja feito na forma da lei.

Como não existe uma lei que estabeleça qual que é o percentual mínimo, as condições, e os percentuais que esses cargos devem ser de carreira, então hoje esses limites não estão existindo. Quer dizer, os cargos estão operando como sendo de livre provimento e exoneração em qualquer circunstância, sem condições e sem percentual mínimo para a carreira.

Os agentes indígenas de saúde, os agentes indígenas de saneamento, segundo o nosso ordenamento jurídico, eles deveriam ser contratados por processo seletivo simplificado, porque eles são agentes comunitários.

As equipes multidisciplinares, e os demais profissionais do DSEI do deviam ser contratados por concurso público, ser servidores efetivos de carreira.

E a participação de ONGs, estados e municípios, como é que eles atuam no Subsistema? De forma complementar, tanto no custeio como na execução. Lembrando que complementar é aquela ação em que eu posso retirá-la e eu não trouxe prejuízo à operação do Sistema, o Subsistema continuou funcionando normalmente.

Então seria legítimo que, por exemplo, uma específica campanha de vacinação contasse com a colaboração de uma organização não governamental, ou de uma atuação do município, se é legítimo que um levantamento epidemiológico, que tem um caráter temporal, periódico, pudesse ser feito por uma entidade dessa.

Muito bem, compreendido como é que é o Subsistema, então agora vamos entender o que foi que o Tribunal encontrou.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Como é no ordenamento jurídico.

SR. CARLOS AUGUSTO DE MELO FERRAZ: Como é no ordenamento jurídico. Agora vamos entender o que aconteceu.

O Tribunal ele dividiu a sua fiscalização em quatro grandes áreas: recursos, melhor, estrutura; recursos... Recursos; como é que é a prestação dos serviços; e o sistema de controle, como ele funciona, tanto o controle institucional, quanto o controle social, quanto o controle epidemiológico.

Pois bem, o que o Tribunal encontrou? Os recursos da SAS, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde, eles são transferidos para prefeituras, o recurso chama-se Incentivo de Atenção Básica aos Povos Indígenas... Opa!

Eles são transferidos às prefeituras municipais, e veja, prefeitura no Subsistema ele não tem... O Subsistema não foi concebido com essa intenção, e as prefeituras transferem isso para organizações não governamentais, que por sua vez contratam a mão de obra e os agentes indígenas.

Por que as prefeituras transferem os recursos para as ONGs? Primeiro, é porque a gente viu que a base do Subsistema são os distritos, então é difícil para as prefeituras atuarem numa abrangência maior do que a sua própria. Então, o que acaba acontecendo na prática é que muitas vezes, a própria FUNASA indica as ONGs que vão ser contratadas, e diversas prefeituras que compõe o distrito, todas elas contratam a mesma organização não governamental.

Então, na realidade, você tem uma organização não governamental, que cuida da atenção num certo distrito, sendo que o recurso ele foi transferido primeiro para a prefeitura, e depois a prefeitura para a ONG.

A prefeitura, a grande maioria delas, não tem condição de arcar com custos adicionais do sistema, então o que acaba acontecendo é que elas cobram um pedágio adicional. Quer dizer, elas, para poder atuar no Subsistema e receber esses recursos, elas cobram da ordem de 15% dos recursos, que são retidos e ficam na prefeitura para serem tratados para outros assuntos que não são atenção à saúde indígena.

Então quando você diz: "Olha, a SAS transferiu um certo montante de recurso para a saúde indígena", uma parcela ficou nas prefeituras para tratar de outras questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cerca de 40% dos recursos do Subsistema.

SR. CARLOS AUGUSTO DE MELO FERRAZ: Isso, da ordem de 40% dos recursos do Subsistema.

A FUNASA. É claro que existem contratações também de mão de obra por prefeituras. A FUNASA ela tem coordenações regionais, que é uma estrutura intermediária, na realidade tem um caráter estadual, e distritos sanitários.

A FUNASA também contrata... Esqueci de mencionar, é que essas equipes contratadas por prefeituras, mas com recursos da SAS, é o que se chama de quarteirização de mão de obra, que é ilegal. Por conta dessas ilegalidades, exigem diversas ações aí sendo movidas, e pleiteando inclusive a responsabilidade subsidiária da FUNASA e da secretaria de... Do Ministério da Saúde, da União, pela violação de direitos trabalhistas.

A FUNASA contrata ONGs, por sua vez, que repassam também, que fazem, por sua vez, a contratação de mão de obra. A gente encontra situações em que o vínculo de subordinação é direto da FUNASA, ou direto da FUNASA, mesmo que intermediado pela prefeitura, com a direção da FUNASA, em geral com a coordenação regional, ou às vezes com o chefe distrital, caracterizando um vínculo trabalhista, que na realidade está passando pelas organizações não governamentais.

É claro que você tem organizações não governamentais sérias, e que atuam no Subsistema, mas você tem organizações não governamentais que elas vivem do Subsistema. Elas não têm estrutura própria, não tem recursos, e não tem condição de se custear administrativamente.

Então, você acaba tendo, as prefeituras retendo uma parcela de recursos, dos recursos para custear a sua própria estrutura administrativa, e você tem uma outra estrutura administrativa intermediária sendo custeada pelos recursos que deveriam ser destinados à atenção básica. Pode passar.

Muito bem, tentando corrigir essas questões, e para que a FUNASA e o Ministério da Saúde aproximem o que acontece de fato com a situação que está acontecendo hoje, o real, o Tribunal determinou, ele expediu recomendações e determinações à FUNASA e ao Ministério da Saúde.

A primeira é que o serviço deve ser prestado de forma direta, como foi concebido pela lei. Quem é que é o grande gestor do sistema? A base do sistema? Os distritos sanitários, que inclusive é expressão textual da lei, os distritos sanitários são a base... A base do Subsistema.

Então os serviços têm que ser prestados diretamente pelos distritos sanitários, que são a base do Subsistema. E o Tribunal determinou ainda, recomendou ainda, que os recursos do IAB, do Incentivo de Atenção Básica, que hoje são repassados pelas prefeituras, fossem prestados pelo DSEI, é claro, fossem repassados para o DSEI.

Porque dado que o DSEI que deve se transformar no grande gestor do sistema, é ele que deve receber os recursos, e não o recurso ser intermediado para a prefeitura, para que ela contrate uma ONG. É claro que existe umas poucas prefeituras que atuam de fato no sistema [soa a campanhia], mas a grande maioria atua em razão do recebimento desse pedágio que elas cobram.

Além disso, para resolver a questão da contratação de mão de obra, o Tribunal determinou, em relação aos agentes indígenas de saneamento e aos agentes indígenas de saúde, que eles fossem contratados por meio de processo seletivo simplificado, que é o que estabeleceu a constituição. Eles são agentes comunitárias e como tal podem ser contratados por processo seletivo simplificado.

Os demais profissionais têm que ser contratados por concurso público, porque aquele mecanismo que nós vimos é de certa forma um mecanismo de burla ao concurso público. Volta. Eles têm que ser contratados por concurso público. E nesse intervalo, até que aconteça os concursos, aí veja, a FUNASA, o Ministério da Saúde, e o Ministério Público do Trabalho, firmaram um termo de conciliação judicial que prevê essa substituição dos terceirizadas até 2012.

Nesse termo de conciliação judicial foi previsto substituição desses servidores da FUNASA por contratados por meio de concurso, por cargo efetivo, e toda substituição até 2012. Ocorre que posteriormente a esse termo de conciliação foi alterada a lei que trata da contratação temporária de excepcional interesse público, e que ela permitiu que servidores da saúde, especialmente da saúde indígena, fossem contratados por meio de contratação temporária.

Então, perdeu o sentido a continuidade da contratação ilegal de organizações não governamentais, e o Tribunal, por isso, determinou a reutilização de contratação temporária até que seja viabilizado o concurso público em caráter permanente para fins de resolver o problema de pessoal da FUNASA. Pode passar.

Recursos financeiros. O que se percebeu é que não há, não foi mostrado pela FUNASA, critérios claros de destinação de recursos financeiros.

Então o que se observa, por exemplo, esse aqui é o Distrito do Alto Solimões, em que você tem aqui em 2008, dezenove... Os dados são da FUNASA, 19,42 reais *per capita*, para cada cidadão indígena, quando a mortalidade infantil, por exemplo, é um indicador da condição de saúde, é da ordem de 40,5 por mil. Agora, por exemplo, o Distrito de Vilhena, ele possui, *per capita,* 426 reais, mas ele recebe, mas a mortalidade infantil bastante inferior.

Então não parece, não foi demonstrado pela FUNASA a adequação da sua distribuição de recursos. Foram vistas outras... Pode passar.

Em razão disso o Tribunal determinou que a FUNASA estabelecesse, provesse, fizesse estudos para estabelecer um critério de distribuição equânime dos recursos, considerando as diversidades dos distritos, as dificuldades de acesso, as condições epidemiológicas. Mas é preciso haver um critério de distribuição de recursos que seja mais equânime e que seja conhecido.

Na área de serviço, o Tribunal... O levantamento abrangeu desde análise dos profissionais, medicamento, transporte, como é que o funcionamento da casa de apoio, vacinação, nutrição, fornecimento de água, saúde bucal, saúde mental.

É claro que é inviável eu tratar de todas as questões aqui, eu só vou mencionar que foi feito, posteriormente vai ser distribuído aí o relatório, a copia integral do relatório, para que se tenha uma noção do que foi o trabalho.

Mas alguma coisa eu vou comentar. Então, por exemplo, na questão dos profissionais de saúde, a composição das equipes multidisciplinares. Nós vimos que na concepção do sistema, o polo base ele deveria ter uma equipe multidisciplinar sediada em caráter permanente.

Mas qual é a condição real que se encontra? Por exemplo, no Amapá eu tenho seis polos base e tenho uma equipe multidisciplinar. Na área dos Yanomami, em Roraima, nós temos 37 polos bases, e sete equipes multidisciplinares.

Quando se analisa as equipes multidisciplinares a gente percebe que existem problemas também. Qual é a composição das equipes? No Amapá, nenhum médico, uma enfermeira, nenhum odontólogo; essa é a equipe multidisciplinar no Amapá. Na área dos Yanomamis, nenhum médico, sete enfermeiros e dois odontólogos. A equipe só tem... É composta basicamente por técnicos e auxiliares.

Na realidade, sete equipes quer dizer sete enfermeiras. Esses que estão vermelhos, observem que todos estão vermelhos, é porque ele tem algum problema na composição das equipes, e aqui tem o caso do Maranhão, que é um caso *sui generis*, que ele é um pouco diferente dos outros. Eu tenho seis polos base, seis equipes, o que é muito razoável, está correto, [soa a campanhia] tenho sete médicos, o que está muito bom, 10 enfermeiros, 10 odontólogos, e surpreende aqui, uma quantidade de 119 técnicos e auxiliares, o que dá da ordem de quatro ou cinco técnicos auxiliares para cada médico, enfermeiro, odontólogo, parece um certo exagero. Pode passar.

Os agentes indígenas de saúde, os agentes indígena de saneamento. A gente verifica também que tem problemas sérios. Então veja aqui dois exemplos, comparando Maranhão com Mato Grosso do Sul.

Os agentes indígenas de saúde, você tem aqui no Maranhão, para cada agente indígena de saúde, você tem 62 cidadãos indígenas atendidos por eles. Já no Mato Grosso do Sul você tem 854.

Agente indígena de saneamento: você tem aqui no DSEI, no distrito sanitário especial indígena, de Médio Rio Solimões e afluentes, eu tenho 110 cidadãos indígenas sendo atendidos para cada agente indígena de saneamento. Agora, eu tenho aqui no Mato Grosso do Sul, 2.289, e aqui nos Yanomami eu não tenho nenhum agente indígena de saneamento. Parece que tem sérios problemas alocação de recurso.

É claro que existe uma dificuldade intrínseca em alocar recursos nessas áreas, essa é uma dificuldade que a FUNASA tem e sempre terá. Pode ir.

Em relação... Ainda em relação à questão dos serviços prestados, essas aqui são algumas imagens que são reveladoras da situação que se encontra em algumas áreas, é claro que você tem áreas que estão em boas condições, mas a percepção geral da equipe é de uma certa precariedade e de uma certa... Falta de condições na prestação dos serviços.

Então você tem aqui um posto de saúde, no distrito sanitário leste de Roraima, essas são as condições do posto de saúde. Pode passar.

Isso aqui é um consultório médico, isso aqui é um polo base, observe a condição do polo base. Pode passar.

Isso aqui é um posto de saúde, no DSEI Vilhena, na realidade o posto possui uma boa condição de estrutura, a condição de estrutura dele é muito boa, mas os equipamentos eles estão todos armazenados, e no distrito... No posto de saúde, propriamente dito, os equipamentos não estão lá.

Quer dizer, primeiro uma má condição de armazenagem, inaadequação, e os equipamentos não disponíveis. Pode passar.

Aqui são equipamentos elétricos num distrito sanitário que não tem energia elétrica, então você tem uma geladeira nova aí no distrito que não tem energia elétrica. Pode passar.

Isso aqui é uma casa de apoio à saúde indígena em Imperatriz. Percebam que não tem condição de isolamento dos pacientes, não tem... Os acompanhantes acomodados de forma inadequada, sem cuidado, sem cuidado adequado, sem isolamento adequado, muitas vezes sem uma equipe de enfermagem adequada para dar o apoio.

Essa aqui é a condição do alojamento de um polo base no Rio Médio Solimões, e aqui é o quarto dos profissionais de saúde do Subsistema. Esse aqui é revelador de um problema seriíssimo que o Subsistema enfrenta hoje, que é o ambiente de trabalho.

Então, tem várias críticas, eu esqueci de mencionar, que o Ministério do Trabalho participou também da fiscalização, eles fizeram um levantamento, as condições do trabalho, em vários distritos para a gente. E ao levantar essas condições eles... Foi constatado que o meio ambiente de trabalho é inadequado para os profissionais, o que pode gerar responsabilização também da União e da FUNASA por esse meio ambiente de trabalho inadequado.

Isso aqui é uma casa de apoio, na realidade é um barco abandonado, em condições inadequadas de receber pacientes, pessoas que acabaram de sair, às vezes, do SUS, e estão retornando para suas aldeias. Pode passar.

Eu não vou comentar as diversas determinações e recomendações do Tribunal, porque é muita coisa, então eu vou pular e vou para os achados que são mais, assim, interessantes.

Isso aqui foi um achado extremamente interessante, que é o seguinte: o Exército Brasileiro, ele possui em toda fronteira o que ele chama de pelotões de fronteira. Cada retângulo desses aqui é um pelotão de fronteira, tem uma flechinha que a gente não consegue enxergar, mas a localização... Tem uma flechinha que aponta a localização.

Então nós estivemos no departamento de saúde do exército, junto com a FUNASA e o Ministério da Saúde, e eles revelaram que [soa a campanhia] em cada pelotão de fronteira eles têm o que eles chamam de pavilhão de terceiros, que é um espaço físico que eles têm disponível para atender cidadãos brasileiros que precisem de atendimento pelo Exército.

O exército dispõe de uma estrutura ali de saúde, dispõe de uma equipe mínima de saúde. Segundo o exército, eles têm muito melhores condições de reter os profissionais de saúde do que as organizações não governamentais, por uma razão óbvia, é o Exército Brasileiro.

Então eles mantêm de fato as equipes, nós vimos que exatamente nas regiões mais problemáticas são aquelas em que não se consegue reter os profissionais, e eles têm interesse em eventualmente participar do Subsistema, porque de fato eles já participam informalmente.

Então existem regiões em que o exército já atende... O grosso do atendimento do exército nos pavilhões de terceiros já são cidadãos indígenas. Quer dizer, então, o que haveria necessidade seria uma pactuação com as Forças Armadas, para eles receberam uma parcela desses recursos e com isso viabilizar um melhor atendimento.

Por essa razão o Tribunal recomendou ao Ministério da Saúde essa pactuação com as Forças Armadas, para discutir como é que deve ser feita.

Ainda em relação aos achados. Pode passar.

Então aqui mostra as condições de transporte, dos veículos de transporte, de vários veículos de transporte abandonados, em más condições de manutenção, por falta de manutenção, sucateados os veículos. Pode passar.

Esse aqui é um barco, que ele na realidade nunca foi usado, apesar de ter sido adquirido, por falta de manutenção nunca foi usado. Essa aqui é a condição de entrega de água numa certa comunidade. Então às vezes você... Existe lá, foi feito o saneamento, está

entregando água na comunidade, essa é a condição de entrega. Pode passar.

Na área de controle, foram analisados os aspectos do Sistema de Informação de Atenção à Saúde Indígena, que é o sistema de controle epidemiológico, o controle social, e o controle institucional. Eu não tenho condições de tratar de tudo, mas eu vou tratar, mencionar um achado específico do controle social, que talvez seja o mais relevante.

O Ministério da Saúde transfere recursos para as prefeituras, as prefeituras contratam ONGs, que contratam agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento, que por sua vez são os conselheiros nos conselhos indígenas de saúde.

Então veja, o Subsistema foi pensado, assim como o SUS, que precisa ter um forte controle social, saúde precisa ter um forte controle social, ela afeta diretamente a sociedade. E esse controle social é feito por meio dos conselhos; entretanto, os conselheiros são contratados pelas ONGs, e são os conselheiros que julgam as prestações de contas das ONGs. Não existe a menor autonomia, a menor independência dos conselheiros em relação às ONGs.

Você tem um problema sério de que o instrumento que é usado hoje é o convênio, e observem, o convênio é um instrumento para a realização de um trabalho temporário fixo. Se o convênio, aconteceu inadimplência no convênio, você rompe o convênio e interrompe a transferência de recursos. Como fazer isso na saúde indígena? Não é possível.

Então os convênios são analisados, mas a consequência de uma inadimplência na prestação de serviço de um convênio não é cumprida, porque você não pode interromper a prestação de serviço. E quem é que analisa as contas? Quem analisa as contas são os cidadãos que são contratados por quem eles estão julgando as contas, que é a própria ONG.

Ainda em relação àquele *slide* anterior, eu quero fazer um comentário sobre o controle institucional ainda, que é a situação do DENASUS. O DENASUS, ele... A sua carreira não está estruturada até hoje, os auditores, eles estão, a grande maioria, muito próximos da aposentaria, e essa ação, o que deve acontecer brevemente é uma aposentaria em massa dos servidores do DENASUS, dos auditores do DENASUS, e o controle institucional, o pouco que tem hoje, vai deixar de existir. Pode passar para a próxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. CARLOS AUGUSTO DE MELO FERRAZ: Isso não é um achado específico da saúde indígena, é uma questão que abrange todo o SUS, ainda hoje não existe uma estrutura de carreira para o DENASUS, e todo o SUS está com risco, uma situação de risco eminente, que é de aposentaria do grosso do corpo técnico de auditoria, e você não vai ter controle institucional nenhum mais.

Muito bem. Monitoramento. Decidida a questão, o Tribunal determinou ao Ministério da Saúde a construção de um grupo de contato e o estabelecimento de um plano de ação.

O que é um plano de ação? Plano de ação é o conjunto de medidas, identificando quem são as pessoas que vão tomar as medidas, quais as medidas e em que prazo elas vão ser tomadas. E que o Ministério da Saúde e a FUNASA vão ter que propor ao Tribunal e um grupo de contato [soa a campanhia], o grupo de contato são as pessoas que vão ser responsáveis para passar as informações para o Tribunal, nesse relacionamento, o Tribunal deve monitorar isso por alguns anos, vai depender é claro da proposta do Ministério da Saúde, que eles vão formular para a gente, que nós ainda não recebemos, essa proposta de como que eles vão... Como e que providências vão ser tomadas para resolver as diversas questões levantadas.

O Tribunal determinou por isso o monitoramento não apenas das decisões do Tribunal, mas também do termo de conciliação judicial, que foi aquele que eu mencionei, em que ele prevê a substituição dos terceirizados da FUNASA até o ano de 2012.

É isso. É o que eu tinha a dizer brevemente, muito obrigado pela atenção. É isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A presidência agradece à V. Exa. pela brilhante exposição.

Eu queria fazer uma... Uma consulta ao Plenário. Está aqui conosco o Dr. Wanderley Guaecá... É isso? Está certo? Gueca?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Guenka.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Guenka. E ele solicita, se assim o Plenário entender, ele poderia aqui falar pelo Ministério da Saúde e a Fundação Nacional de Saúde, até respondendo algumas questões que o senhor levantou.

Eu acho que contribui para o debate, se vocês assim entenderem.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero perguntar se o doutor vai falar também.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, ele é assessor.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Assessor.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aquilo que for possível ele consulta, e naturalmente por mim ele pode falar também.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero, como autor do requerimento, Sr. Presidente, até para ter uma ordenação adequada nas coisas, o doutor poderia ter sido reconvocado adequadamente através do requerimento.

Na hora agora nós adicionarmos um representante do Ministério da Saúde, que eu faço questão, inclusive, de assinar o requerimento para que ele venha em uma outra ocasião prestar esclarecimentos, já que ele ouviu também aqui. Mas eu queria aproveitar, a gente [ininteligível], inclusive, uma informação, que pela primeira vez eu quero dizer que como médico eu tenho uma preocupação muito grande com essa questão, como uma questão humanitária, não ideológica, não partidária.

E eu que exerci minha profissão lá em Roraima, e que andei todas as áreas indígenas de Roraima. Quando não havia ainda se formado esses guetos de ONGs no atendimento da questão indígena. Então, eu queria muito que nós pudéssemos aproveitar bem a presença aqui do Dr. Carlos Augusto, porque chamou atenção, inclusive--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para... Eu vou passar em seguida para V. Exa. como autor, então, pelo que percebi, eu só encaminharia se fosse consenso do Plenário, e de fato seria--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu estou encaminhado contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Contrário.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Para que nesse momento seja feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De pronto...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Assino requerimento para convocá-lo como convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De pronto, eu vou providenciar um requerimento para que V. Exa. seja, então, ouvido o mais rápido possível, colocando o seu ponto de vista sobre todo o tema que V. Exa. teve a alegria aqui, no meu entendimento, de assistir o debate. Ok?

Nós vamos providenciar o requerimento e V. Exa. terá a mesma oportunidade e o mesmo tempo, inclusive, que foi dado ao nosso convidado hoje.

V. Exa. com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Como, então, estava já decidida essa questão, e eu quero dizer ao Dr. Guenka que eu quero realmente ouvi-lo, porque eu quero ouvir o que diz o Ministério da Saúde, porque eu tenho profundas divergências com a execução da política de saúde no Brasil.

E como eu estava falando, eu não tenho essa questão como partidária, como ideológica, eu tenho essa questão com uma questão humanística.

E estava dizendo aqui, está aqui o Augusto, também que é um médico, também lá de Roraima, que como eu andou todas aquelas comunidades, repito, antes desses guetos em que as ONGs dominam determinados pedaços.

Em Roraima, a parte leste era dominada pelo CIR até um dia desses, e a parte oeste pela Uhiri, e pela Comissão do Parque Yanomami, já teve vários nomes, CCPY...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Não, mas a ONG, a Comissão para a Criação do Parque Yanomami, que depois foi a Comissão Pró-Yanomami, comandada por dois estrangeiros, inclusive.

E V. Exa. colocou alguns pontos, inclusive só na observação da palestra de V. Exa., mesmo desatentamente, se fosse possível acompanhá-la, nós vimos que V. Exa. repetiu várias vezes a palavra ONGs.

É porque, na verdade, o mal dessa sistema está nisso aí mesmo. Colocou muito bem V. Sa. quando disse: "Olha, ONGs que nomeiam as pessoas para os conselhos, esses conselhos que apreciam as contas das ONGs".

Eu fui, por acaso, Presidente da primeira CPI das ONGs aqui no Senado e, àquela época [soa a campanhia], as ONGs eram tidas como entidades sacrossantas. Só tinha gente boa e gente voluntária nessas ONGs. O que nós constatamos? Só para citar algumas, foram dez que nós indiciamos não, listamos e encaminhamos ao Ministério Público.

No meu estado duas, o Conselho Indígena de Roraima, que depois o próprio Tribunal de Contas e a CGU comprovaram, de fato, existir irregularidades sérias; eu soube agora que recentemente foi rescindido o contrato com essa ONG. Mesma coisa uma outra, Uhiri, que substituiu a Comissão Pró-Yanomami, que é dirigida pela Sra. Cláudia Andujar, uma suíça, e por um religioso da Itália.

E em Rondônia duas outras, a CUNPIR e a PACA, duas ONGs ditas indígenas, que também desviaram milhões da saúde indígena. V. Exa. mostrou aqui alguns veículos caindo aos pedaços, mas eu conheci, por exemplo, lá nos Cinta-Largas, a ONG de lá com várias *pick-ups* Frontier, novinhas, e como é que está a saúde indígena?

Se tudo isso estivesse acontecendo e os índios estivessem bem de saúde, eu estaria aqui aplaudindo. Mas o que a gente vê quando anda nas comunidades indígenas? É uma precariedade total.

E a ação do estado e do município, que devia ser, como V. Exa. diz, de acordo com a lei, complementar, suplementar, na verdade, é no meu estado, a que realmente existe; a das ONGs é que são suplementares e apenas falaciosas, porque o dinheiro vai para o bolso dos dirigentes dessas ONGs, não vai para a saúde indígena.

Se contrata pessoas para participar dessas ONGs para fazer pregação ideológica, racializando a questão, e eu apreendi, como médico, a não olhar raça quando eu estou tratando de alguém, e nunca olhei isso na vinha vida pessoal também.

Então, eu entendo que esse Acórdão, esses procedimentos que o Tribunal de Contas da União adotou, são um verdadeiro alento nessa questão que parecia não ter um rumo. Porque as ONGs eram contratadas sem nenhum tipo de critério, sem nenhuma capacitação técnica, foi isso que você demonstrou aí, você demonstrou aí, porque em alguns lugares não tem médico, outros tem médico em quantidade insuficiente, as estatísticas que a FUNAI fornece não são confiáveis.

Então, eu entendo que realmente nós precisávamos, como disse V. Sa., não só aprofundar essa questão da saúde indígena através dos DSEIS, enfim, que até que eu acho que a concepção é relativamente adequada, relativamente somente.

Como também nós já estamos falando aqui na Comissão de Assuntos Sociais um estudo sobre o SUS, que precisa também ser adequado à realidade atual, se cobrar metas de trabalho, porque nós dois somos médicos, se nós trabalharmos para o SUS, se eu atender 30 pacientes e ele atender três, nós vamos receber a mesma coisa, mesma coisa no fim do mês.

Então, não há nenhum critério objetivo de acompanhamento do trabalho prestado, e quando eu vejo aí que vai haver um monitoramento, eu fico preocupado, porque fazer monitoramento nessa questão, nesse "Brasilzão" de Norte a Sul, e no interior do Brasil, e como dizem os intelectuais de Ipanema, nos grotões desse país, eu acho realmente muito difícil.

Então por isso eu quero dizer que é com muito prazer que eu ouvi a explanação de V. Exa., recebi aqui o relatório da auditoria, vou me aprofundar nessa questão, vou pedir, inclusive, apoio da consultaria Legislativa do Senado, para ver se alguma coisa, em termo de legislação, a gente pode adequar.

E tentar ver se nós convencemos as autoridades de saúde desse país a deixar de tornar ideológica a ação de saúde, para tornar a questão de saúde uma questão realmente humanitária. Mas humanitária com todas as letras maiúsculas, porque também é muito usada essa palavra, é até corroída, vamos dizer, quando se quer justificar que não se deva investigar alguma coisa, dizer: "Aquilo ali é uma ação de solidariedade, é humanitária", e o que importa é o dinheiro.

Então eu quero também ao concluir dizer: precisamos aprofundar muito, muito mesmo, com uma lupa bem grande, a ação da FUNASA neste país. Porque a Polícia Federal já fez algumas ações, só no meu estado, uma delas inclusive tem o termo de *Operação Metástase*, que prendeu o coordenador do FUNASA no estado, e pegou dinheiro na mão dele e de outros, em torno de 30 milhões de reais, das formas mais diversas.

Contrata, por exemplo, um avião para ir de Boa Vista para a área Yanomami, não sei quantas horas de voo num monomotor. Eu já fiz esse voo várias vezes, em aviões das Forças Armadas. Mas o avião decola de Boa Vista e pousa numa fazenda bem perto, e espera as horas necessárias correspondentes a ir e vir, não faz o voo, e recebe o dinheiro e divide com o pessoal da FUNASA, com o pessoal das ONGs.

Isso é verdade, a Polícia Federal constatou, então é preciso que essas coisas sejam aprofundadas, porque eu sempre digo e vou repetir aqui: roubar, em qualquer circunstância, é condenável, é crime; mas roubar da saúde deveria ser um crime hediondo, porque está roubando a vida das pessoas, a saúde das pessoas.

Então, a questão indígena, se nós olharmos os recursos que V. Exa. colocou aí, se olharmos *per capita*, era para não ter nenhum índio doente, se consideramos quanto se gasta com a população não-índia. E qual é a população indígena do Brasil? 0,4% da população total? Então era para estar todo mundo muito bem de saúde, e não é verdade.

Nós temos entre os Yanomamis uma endemia, que é a oncocercose, que cega cedo as pessoas, atrofia, causa uma série de doenças... De consequências, e que ação concreta tem do Ministério da Saúde nisso? Entregou na mão de algumas ONGs lá, que passaram anos e anos, inclusive com a bandeira da União Europeia hasteada, ao invés da bandeira brasileira, e nada fizeram.

Então, é preciso ter a coragem de enfrentar essa questão, que inclusive rotularam como politicamente incorreta, eu inclusive agora, esses dias, no *Correio Brasiliense*, tem uma reportagem, que eu apresentei uma emenda em 99, em 1999, assim que eu cheguei aqui, no primeiro mandato de Senador, para tentar colocar apenas uma pequena ordem nessa desordem que é a demarcação de terras indígenas pela FUNAI.

Como se trata na prática de tirar terra do estado para passar para a União, que é isso que é uma demarcação da terra indígena, o Senado, ao final de

todo o processo, o Senado não vai se meter em demarcação, identificação, delimitação, não, mas ao final, o processo, antes de ser homologado pelo Presidente, seja avaliado pelo Senado. Por quê? Porque aqui é que está a representação dos estados, aqui está a Casa da federação.

Mas por uma questão ideológica, desde 99, portanto, dez anos, e essa emenda constitucional já foi aprovada na CCJ, foi a Plenário, cinco sessões de discussão, na hora de votar, requerimento para ser reexaminado pela CCJ, aí uma série de artimanhas regimentais, e não se vota.

Aí sai no jornal dizendo que isso é uma mágoa que existe minha, porque foram demarcadas terras indígenas em Roraima. Ora, nós nunca fomos contra demarcação de terras indígenas, mas muito mais importante para mim do que demarcar terra indígena é ver como estão os índios que vivem nelas. E vivem muito mal, do ponto de vista humano é um genocídio o que o governo brasileiro vem fazendo com os índios.

Embora até se alardeie, as estatísticas, que dobrou a população indígena no Brasil, mas em que condições está dobrando, em que condições?

Então, na verdade, é preciso levar a sério, e eu quero cumprimentar o Tribunal de Contas da União, através de V. Exa. que fez esse estudo nesses estados todos, e também o parecer do Ministro José Jorge, que hoje já é um Acórdão.

Eu espero realmente que o Tribunal de Contas gaste tempo com isso, porque é dinheiro jogado fora, porque não vai para a saúde dos índios. Eu espero mesmo que depois dessa explanação de V. Exa., nós possamos, até no meu requerimento eu fiz algumas indagações que eu espero que V. Exa. depois possa até me responder por escrito para não ficar aqui.

São quatro perguntas que eu devo já ter abordado em tese aqui: quais são as medidas para adequar as ações de saúde direcionada aos povos indígenas no âmbito de distritos sanitários especiais em decorrência das conclusões, determinações e recomendações da autoria operacional realizada pelo TCU? V. Exa. já colocou aqui, mas eu gostaria de saber como está hoje.

Quais parâmetros serão utilizados para avaliar a efetividade das melhorias implementadas? Se é que foram.

Qual é a situação do cumprimento de termo de conciliação judicial? Repito, hoje.

Quais as medidas adotadas para obstar a ocorrência de irregularidades na atuação de organizações não governamentais que prestam serviço à saúde e à população indígena? Eu quero até pegar uma afirmação que V. Sa. Fez, que eu não consigo entender porque isso não é feito no Brasil. Porque o Brasil, de um tempo para cá, mas se aprofundou nesse governo, a estigmas colocados em cima de questão racial, em cima de questão operacional.

Por exemplo, V. Exa. colocou aí, o exército tem posto de pelotão de fronteira em todos os pontos da Amazônia, e nos pelotões de fronteira, e eu conheço, inclusive dois na área Yanomami, em Surucucus, só em Roraima, em Surucucus e em Tiriós, hein, Augusto?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tiriós.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Tiriós. Só em Roraima, mas têm outros no Amazonas. Lá existem médicos, existem enfermeiros, auxiliares de enfermagem pagos pela União, e as Forças Armadas são o que, não são Forças da União? Aí do lado, do lado da pista está aqui o quartel do exército, do outro lado está lá uma instituição não governamental, fazendo de conta que presta serviço à comunidade indígena.

Repito, parece que rescindiram agora o contrato com essa ONG que passou anos lá enrolando.

Então, eu queria defender isso, que houvesse realmente uma pactuação com as Forças Armadas, porque aí nós teríamos uma prestação de serviços séria e mais fácil de acompanhar, mais fácil de acompanhar.

Porque acompanhar, por exemplo, o que o Conselho Indígena de Roraima faz lá em Roraima é preciso que se desloque para lá um grupo de auditores permanentes, porque senão... Eu estou falando de Roraima, porque eu conheço de cor e salteado, mas isso vale para o Mato Grosso, vale para o Maranhão, vale para qualquer lugar do Brasil.

Então, eu queria encerrar agradecendo a oportunidade, vou me preparar para estudar bem o que V. Sa. disse, e quero ouvir o representante do Ministério da Saúde para que nós possamos fazer justamente a checagem do que está acontecendo hoje pelo Ministério da Saúde, porque eu tenho sérias restrições à atuação do Ministério da Saúde na saúde indígena e na saúde de um modo geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mozarildo, inclusive nós estamos já passando aí o requerimento, já acertei para permitir aquilo que a gente chama o contraditório, que seria na próxima terça-feira, nove horas da manhã, já está convocado já o Dr. Wanderley Guenka. Acertei um pouco? Parecido, não é? O senhor está convocado, então, para a próxima terça-feira, convocado é o termo, o senhor se ofereceu já para fazer a exposição às nove horas nós estaremos aqui com esse objetivo.

Se algum Senador quiser fazer uso da palavra, a palavra está à disposição, senão eu passo para o nosso convidado, para ele comentar.

Não, não? Nós vamos passar. Então vamos passar de imediato já aos Senadores, e no final o nosso convidado vai ter o tempo que entender necessário para responder aos Srs. Senadores.

Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente, Dr. Carlos Augusto. Fiquei muito satisfeito de ver esse relatório da auditoria. Meu pai trabalhou com assistência indígena, Mozarildo sabe disso, antigamente era com a MEVA e com os missionários da Consolata, nós trabalhamos juntos, o Mozarildo veio a ser parlamentar, trabalhamos 15 anos, e eu continuei trabalhando até o dia que voltei para cá, com os indígenas, trabalhava em Roraima, pelo SUS.

Eu entendo que realmente é muito complexo a assistência, o SUS aqui é complexo, imagine... E que nós não podemos destacar do SUS assistência indígena não, ela faz parte do SUS. Quem realmente presta assistência, quem trata e cuida dos pacientes é o SUS.

As ONGs só fazem realmente se beneficiar. E todos esses desvios que o Mozarildo falou, de 30 milhões, de não sei quanto lá que houve, inclusive metendo as organizações indígenas de Roraima, o CIR, os indígenas do CIR mesmo não são beneficiados em nada. São os "ongueiros" que levam a grana, os que dominam, são aqueles que apresentam os relatórios.

O próprio índio em si, que leva a culpa, porque o CIR é teoricamente dirigido pelos índios, verdade, tem alguns chefes lá, alguns... Mas eles não foram beneficiados pessoalmente, porque eu conheço a vida dos indivíduos lá, mas concordaram com tudo que faziam, porque o índio tem boa fé, sempre.

É difícil a assistência indígena, eu acho que essas missões prestavam uma boa assistência, quando começaram a entrar essas ONGs chegaram a expulsar a MEVA, a Novas Tribos, os missionários da Consulata, todos, foram expulsos, mas depois quando viram a besteira que fizeram, reviram, puseram, já estão, voltaram a prestar assistência.

Agora, eu acho assim, que a gente tem que achar todos os meios para poder prestar essa assistência. Quem efetivamente presta assistência adequada aos indígenas são as organizações militares, porque quando o índio é picado por uma cobra, quando ele quebra uma perna, o exército está lá para trazer ele de volta, tem o médico dia e noite lá.

Agora, o Mozarildo fala assim, e é gozado mesmo, a gente vai visitar a unidade militar, está a unidade aqui, do outro lado tem uma ONG mais para a frente, que recebe, às vezes, mais dinheiro do que a unidade. Nós não podemos fazer isso, onde tiver unidade militar tem que aumentar o poder dela, a responsabilidade dela. "Ah, mas mais agredir a cultura do índio". Agredir a cultura do índio, mas ele fica vivo.

Porque... Os índios, quando a unidade criou luz elétrica, eles querem luz elétrica também, só não quer quem não conhece luz elétrica, mas quando ele conhece ele passa a querer luz elétrica, eles querem ter conforto de todo mundo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então, eu acho que a gente tem que inclusive multiplicar, eu já fiz muitas emendas no PPA, para aumentar as unidades militares na área de fronteira, porque área de fronteira lá em Roraima é igual área indígena.

Então, nós precisamos melhorar isso, precisamos passar recursos para as unidades militares, para elas prestarem mais assistência, e onde houver uma unidade militar, não precisa ter uma ONG, a não ser que eles queiram ir para lá voluntariamente, e tal, mas pegando dinheiro do Ministério da Saúde mais do que a unidade...

Lá em Roraima houve anos em que a FUNASA recebia mais dinheiro do que o estado todo, trezentos e poucos mil habitantes, não era quatrocentos, eram trezentos e poucos mil habitantes, mas o dinheiro da saúde indígena era quase duas vezes o dinheiro da saúde da população. E para onde ia esse dinheiro?

O pior de tudo é que os mesmos que estavam fazendo essas coisas continuam lá em Roraima, na FUNASA, fazendo as mesmas coisas. Então, tem que tomar uma posição isso, tem que "tecnificar", fazer concurso pra acabar-–

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Augusto, só fazer um aparte: o atual superintendente da FUNASA foi preso numa operação da Polícia Federal, por irregularidades, e voltou ao cargo e está lá no comando da FUNASA.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Quer dizer, é uma falta de vergonha isso aí. Então... A gente sabe que não vai... Quem é ladrão, é sempre ladrão, não existe meio ladrão e... Então... Aí quem sofre são os índios.

Eu reclamo disso porque eu vejo. As casas de índio, o senhor fez uma observação das casas do índio. Realmente é difícil você pegar, porque o índio quando ele vem, quando vem uma pessoa doente da família do índio, eles querem trazer até o cachorro da família para lá. Então a gente já tem dificuldade, as pessoas da FUNAI, e o pessoal da saúde, de ir pouca gente,

por exemplo, ir só o marido e a mulher, ir o marido e dois filhos, e tal, assim, no grupo familiar.

Aí chega na casa do índio, realmente eles nunca entraram numa casa daquele jeito, eles não têm isso. A ausência, o senhor reclamou ali da ausência de agentes de saneamento, nos Yanomamis, o senhor nunca entrou numa aldeia Yanomami, quando o senhor entrar o senhor vai ver que não pode... Para que eu vou gastar dinheiro com agente de saneamento enquanto eles não resolverem mudar?

Eles moram numa casa comum, tipo isso aqui, cada um tem o lugarzinho de armar sua rede, faz sua fogueira ali, pendura sua caça ali e tal.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Cachorro está embaixo da rede.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Se fizer um banheiro, eles começam a ver os banheiros das unidades, pode ser que no futuro eles queiram banheiro também, mas no momento é difícil eles quererem banheiro. Então, essas coisas... E água encanada?

E lá em Roraima, dentro desses desmandos, fazem tipo aquela estação que o senhor fez ali ter água, lá tem lugar onde fizeram a caixa d'água, não fizeram poço, tem lugar onde fizeram o poço, não puseram caixa d'água, quer dizer... Porque o dinheiro disso foi roubado.

Tem lugar que fizeram, puseram a encanação todinha, mas não fizeram a estrutura e a bomba, e assim, é uma tristeza.

E os indígenas, graças a Deus, lá em Roraima, eles estão mais esclarecidos, nossos índios lá já estão em contato há 250... Na Raposa Serra do Sol estão há 250 anos em contato com a nossa dita civilização.

Então eles estão se organizando e estão cobrando. Agora, que a política indígena tem que mudar, tem que mudar, porque esse negócio de reconhecer a área e abandonar as pessoas. Existem disponível 24 milhões para Raposa Serra do Sol, mas os indígenas, é tanta confusão para poder aprovar um projeto que eles estão tendo dificuldade. Os índios da Raposa Serra do Sol querem criar gado. Outro dia foi que o Presidente da FUNAI disse que agora concorda em criar gado, mas eu cheguei a fazer emenda de 11 milhões para índio e agricultura familiar, para comprar gado para eles, mas não aprovaram, porque o índio não pode criar gado.

Cada caso é um caso. Eu falo em nome dos índios de Roraima, que são os que eu convivo e vivo, e descendo de índios também, então eu sei o que eles querem. Por isso que eu no vou falar pelo Mato Grosso, nem pelo Acre, mas pelos nossos de Roraima, o índio de Roraima quer melhores condições de vida, quer ter condição de ter uma luz elétrica na sua casa, de ter... Eles dizem até "Quero ter Mitsubishi, doutor." Mitsubishi é aquela *pick-up* que anda em todo canto, ou Toyota, eles dizem isso e querem, e vão ter.

Lamento que agora quando saíram aqueles 19 itens, que até hoje não foi publicado o Acórdão, dos 19 itens que o Ministro [ininteligível] até faleceu já, não foram publicados, Acórdão definindo, eles limitaram o direito de usufruto do índio.

Por que o índio não tem direito de participar de uma exploração mineral na terra dele? Por que não tem direito de participar de uma exploração hidráulica da casa dele? Por que não permitiu aqueles 12 mil hectares de arroz que desativaram? É uma estrutura que estava pronta para ganhar... "Está bom, vocês não são donos da terra. Querem trabalhar aqui?" Bom, vocês vão continuar trabalhando, vão pagar um aluguel para o índio." Por que o índio não pode cobrar um aluguel? Por que não pode ser?

Então nós temos que olhar, nós temos que mudar a visão dessas coisas, não pode ficar na visão retrógrada de tratar o índio como um animal, como um zoológico, ele é uma pessoa, é um ser humano igual a gente, que tem todos, existe... Como nós aqui, tem gente séria e tem gente que não é séria, não tem nenhuma diferença da nossa sociedade.

Os mais safados são até os mais simpáticos, são aqui também no nosso meio, todo vigarista é simpático, nenhum vigarista vai lhe roubar, tomar dinheiro lhe xingando, é lhe tratando bem para lhe vender um carro que não existe, uma coisa que não existe.

Mas, então, eu fiquei satisfeito de saber que TCU tomou uma providência, porque a gente via isso lá. Era dinheiro, dinheiro, a única coisa que eles faziam, as ONGs, era, nesses vôos, muito voo fantasma, mas tinha voo também que trazia os pacientes, trazia e levava. Quem cuida do resto é o sistema de saúde. A CASAI lá ficava sem assistência, não tinha nem cozinha, foi feita uma cozinha agora, uma cozinha decente na CASAI.

E eu acho que nós estamos caminhando, eu creio que as coisas estão mudando, só o fato de essas ONGs serem descobertas, essa safadeza de aprovar conta com empregado dela, muito bom, eu pago meu empregado e ele vai aprovar minha conta.

Isso aí são coisas que saíram, e fazer concurso mesmo, público. As condições de trabalho na área indígena, todo mundo que for trabalhar em área indígena tem que saber que é assim, não vai ter nunca uma casinha bonitinha, porque aquela casa ali quando pintaram era bonita, mas depois do primeiro inverno a parede ficou com caruncho, porque fica, na mata é assim, a umidade é grande, não tem jeito de ficar uma coisa sem ter mofo.

E vai ser uma opção, agora, quando fizer o concurso tem que deixar bem claro: "Você vai passar pra trabalhar na área indígena tal." Senão ele vai para lá, trabalha um mês, um ano, daqui a pouco diz: "Meu filho está doente lá em Boa Vista, não sei o quê, tal, tal". Aí quer sair, quer acabar.

Mas nós temos que fazer isso, e eles têm que receber muito mais dinheiro do que qualquer outro trabalhador de outro lugar, enquanto estiveram dentro da área indígena, isso é uma distinção que tem que ser. Não adianta você mandar para lá e querer pagar para um enfermeiro na lá na área indígena só a metade a mais do que paga para o que está aqui, tem que pagar umas duas vezes mais, três vezes a mais, tem que compensar, até que as condições fiquem iguais às condições daqui, e isso vai levar muitos anos.

Bom, então eu acho que a gente está caminhando, eu fico satisfeito de ver que as coisas estão se esclarecendo, mas eu já estou perdendo, no meu estado, a confiança. Os funcionários da FUNASA, as pessoas que trabalham lá, os que estão lá, são gente boa, e trabalham com vontade, mas são as pessoas colocadas por políticos lá é que fazem as confusões.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar a palavra para o Dr. Carlos Augusto de Melo Ferraz, Secretário de Controle Interno do Tribunal de Contas do Mato Grosso, e só lembrar aos Srs. Senadores que em seguida nós teremos outra audiência pública que é para instruir o Projeto de Lei do Senador César Borges, que se refere a mudanças no Fundo de Garantia, o Projeto de Lei nº 301.

Mas o nosso convidado, Dr. Carlos, tem o tempo que entender necessário para responder aos Srs. Senadores.

SR. CARLOS AUGUSTO DE MELO FERRAZ: Na realidade, primeiro, eu é que... Tenho que revelar que nós é que temos que agradecer ao Senador, Excelência, o Senador Mozarildo Cavalcanti, porque ele nos deu a oportunidade de fazer esse trabalho, se não fosse esse requerimento nós não teríamos feito.

Então, na realidade, o agradecimento é da nossa parte. Várias das questões que foram tratadas por V. Exas., eu não posso manifestar sobre elas, porque elas não dizem especificamente a respeito do nosso trabalho, e seria minha opinião pessoal e não opinião institucional, e nesse momento só me cabe revelar a posição institucional.

Eu não tenho nenhuma dúvida que a [ininteligível] abrangeu vários aspectos, mas tem um aspecto, que foi aquele que a gente falou aqui, o mais relevante, e que eu entendo que é o mais relevante, que é aquele que mais afeta a questão da saúde indígena, que é a questão da estrutura.

Quer dizer, enquanto não houver uma estrutura... O Subsistema hoje existe como norma, mas como realidade ele não existe. É claro que como norma ele pode ser aperfeiçoado, ele pode ser melhorado, mas a verdade é que ele não existe como fato.

Enquanto a FUNASA não dispuser de uma estrutura adequada para a prestação do serviço, quer dizer, se reconhecer que aquilo que está na lei tem que transformado em realidade, quer dizer, a FUNASA, os distritos efetivamente prestando a saúde indígena como base do Subsistema, que é a parte relevante, com funcionários contratados, concursados, ou via processo seletivo simplificado no caso dos agentes indígenas de saúde, agentes indígenas de saneamento.

Enquanto você... Não for criada a lei... Foi perguntado aqui, foi comentado, a questão da responsabilidade do Congresso, então eu sou obrigado a cobrar do Congresso [risos], me sinto na liberdade de cobrar do Congresso, aquela lei que a constituição estabelece que deve existir, que é a que estabelece os percentuais as condições de provimento dos cargos em comissão, que foi um dos problemas apontados, é um dos problemas apontados, é um dos problemas sérios da FUNASA, é você... Nenhuma estrutura... A política tem o seu espaço próprio, que é talvez a direção das intuições, etc., mas a parte operacional, isso é matéria de administração pública.

Enquanto não for estruturada a FUNASA de forma a separar a questão política de definição de diretrizes, do que fazer com a política daquilo que é operacional, que é direção de um distrito, como é que o serviço vai ser prestado, nós vamos ter dificuldade com o sistema.

Então existe um problema de estruturação da FUNASA que ele antecede a qualquer discussão, que é a questão mais relevante. Não há como ter um serviço de saúde adequadamente prestado, enquanto a FUNASA não dispuser de uma carreira adequada, servidores concursados, servidores que tem independência para fazer o seu serviço, afastados de outras questões de natureza política, ideológica, e concentrados no seu serviço. Então esse é o grande achado, é a questão mais relevante, e que é extremamente dependente da atuação desse Congresso.

Na realidade a gente teve também lá na área Yanomami, só para comentar, na realidade nós... A Yanomami e a Raposa Serra do Sol foram dois dos distritos visitados. Eu especificamente não estive, eu acho que o Alexandre esteve na Raposa Serra do Sol.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. CARLOS AUGUSTO DE MELO FERRAZ: Mas a equipe esteve lá também-–

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Raposa Serra do Sol é céu em relação à Yanomami.

SR. CARLOS AUGUSTO DE MELO FERRAZ: Eles estiveram nas duas, estiveram no Alto Rio Solimões, na realidade foram 11 distritos visitados, alguns com dificuldade bem grande de acesso mesmo, a equipe teve bastante oportunidade de ver como é que a realidade.

É claro que não se tem a pretensão de que toda casa de saúde, ou toda tenha a melhor condição, ou a mais perfeita do mundo, mas tenha condição mínima de dignidade para o exercício do trabalho profissional, e que muitas das vezes elas não são observadas.

E o resultado disso é uma rotatividade de mão de obra que inviabiliza a quantidade da prestação de serviço. O serviço de saúde não é o resultado de uma campanha, ele é resultado de uma ação permanente. Tem que estar permanentemente lá a equipe, permanentemente as equipes visitando, tem que estar o serviço sempre disponibilizado.

Ele é... O atendimento é circunstancial, a equipe tem que ter continuidade, e hoje isso não existe. Por força das circunstâncias, por força da estrutura, da incapacidade de reter profissionais, de contratar profissionais adequados, por interferências que são de natureza política, que não deveriam acontecer dentro da administração pública.

A administração pública, ela tem que ser blindada da questão política, a questão política é uma questão de direção, de definição das questões relevantes, para onde o país caminha, para onde a FUNASA caminha, para onde o serviço tem que ser feito. Como é que deve ser prestado o serviço, que serviço a gente quer que preste?

Mas uma vez resolvida essa questão, a questão é de natureza burocrática, administrativa. E na realidade esse é o grande problema da FUNASA que precisa ser resolvido.

As outras questões eu vou encaminhar as respostas solicitadas pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, estamos [ininteligível] aguardando, vou encaminhar, inclusive, assim que a FUNASA, assim que o Ministério da Saúde nos encaminhar toda a proposta deles, nós encaminhamos para V. Exa., inclusive com os prazos, condição de cumprimento, o que eles estão propondo e as responsabilidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou permitir, o Dr. Alexandre acompanhou, se assim Dr. Alexandre entender, se quiser fazer algum comentário, fica inteiramente à vontade, V. Exa. acompanhou, e é também nosso convidado, porque eu darei também na terça-feira, se caso o Dr. Wanderley trouxer um outro convidado, eu daria a mesma oportunidade.

Então Dr. Alexandre, se quiser fazer os seus comentários fica a disposição.

SR. ALEXANDRE CAVALCANTI: Eu fui o coordenador da fiscalização, como o Carlos falou, uma equipe de 17 pessoas, 17 auditores do Tribunal participaram do trabalho.

Mas eu acho assim, o Carlos tocou num ponto fundamental: a continuidade é fundamental, a gente viu que a FUNASA é vítima, e os servidores também tinham... Como a gente visitou 11 distritos, a gente viu que o chefe do DSEI, principalmente, ele tem um papel extremamente difícil.

Você imagina você administrar um local, primeiro que ele não era unidade gestora, ele depende toda a parte de execução financeira, ele depende da coordenação, e as ONGs é que detêm os recursos, tanto de pessoal. Então é muito difícil a situação deles, o próprio atendimento ao indígena é muito difícil, que tem toda uma diferença cultural, os acessos são muito difíceis, então eu queria destacar, assim, também, que os servidores da FUNASA eles são vítimas também, a gente constatou isso na auditoria.

Acho que é isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Queria agradecer ao Dr. Carlos Augusto de Melo Ferraz--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, antes de encerrar a Audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, V. Exa., como autor, sempre tem direito a palavra, fique bem à vontade.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero só aproveitar, a oportuna lembrança do Senador Augusto e do auditor, é o seguinte: realmente quando eu falo a FUNASA em Roraima teve um coordenador preso e afastado por desvio de cerca de trinta e tantos milhões, e que o atual foi preso e continua coordenador, eu estou falando justamente dessas indicações políticas que o Augusto falou.

Porque os servidores de carreira da FUNASA são bons servidores, seja a parte técnica, como a burocrática, e são vítimas desse processo, é preciso deixar isso bem ressalvado. Tanto o técnico administrativo, quanto os profissionais da saúde que trabalham na FUNASA, é vítima.

Eu até já cheguei a dizer que se esse mal não se resolver por uma reestruturação, como é o remédio adequado, melhor será realmente extinguir o órgão e botar esses funcionários em outra coisa onde eles possam ser de fato úteis.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com as últimas considerações do autor do requerimento, eu queria só agradecer ao Dr. Carlos Augusto de Melo Ferraz, Secretário do Controle Interno do Tribunal de Contas do Mato Grosso, e também ao Dr. Alexandre, que é Auditor Federal, que ajudou a fazer todo esse levantamento.

Assim, antes de encerrar essa primeira Audiência Pública, eu ainda vou remeter a aprovação do requerimento.

Nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento 46/2009-CAS, "*Requeiro o convite ao Dr. Wanderley Guenka, Diretor do Departamento Indígena da FUNASA, para prestar esclarecimentos sobre a atuação da Fundação Nacional de Saúde, e do Ministério de Saúde sobre a saúde indígena*." E, da mesma forma, Dr. Wanderley, V. Exa. também poderá trazer um convidado para ajudar a fazer a exposição.

Aqueles Senadores que concordam com esse requerimento extrapauta continuem como se encontram, e aqueles Senadores que concordam com a aprovação do requerimento também continuem como se encontram. Aprovado o requerimento.

Encerrada essa Audiência Pública, passamos para a segunda Audiência Pública.

Obrigado a ambos.

Sessão encerrada às 11 horas.

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11h00 HORAS.

Às onze horas, do dia nove de setembro de dois mil e nove, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM,** com a presença dos Senadores **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GILVAM BORGES, MÃO SANTA, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, EDUARDO AZEREDO, MOZARILDO CAVALCANTI, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO FILHO, DELCÍDIO AMARAL E FLEXA RIBEIRO.** Os Senadores João Durval e Jayme Campos justificam a ausência. Deixam de comparecer os demais membros das Comissões. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 43 de 2009 – CAS, de autoria do Senador César Borges, e nº 54 de 2009 – CAE, de autoria do Senador Delcídio Amaral, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado 301 de 2008, que altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O Presidente convida para compor a mesa o Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS; Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil e o Sr. Miguel Salaberry, Secretário Institucional da UGT Nacional. O Presidente esclarece que o convidado terá 15 minutos, prorrogáveis, para a sua exposição. Às doze horas e vinte e três minutos, o Presidente concede a palavra, por cinco minutos, ao Sr. Dirceu Travesso, Representante da Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS. Às doze horas e trinta minutos, o Sr. Antônio Gois de Oliveira, Representante do Conselho Curador do FGTS, PE convidado a compor a mesa, em substituição aos Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS. Fizeram uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Mão Santa e César Borges. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **PAULO PAIM,** Vice – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Iniciamos a nossa 2ª Audiência Pública que visa instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 301, de 2008, do nobre Senador César Borges.

Havendo número regimental declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se a realização de Audiência Pública, atendendo ao requerimento nº. 43, de 2009, causa e autoria do nobre Senador César Borges. E ao requerimento 54, de 2009, da CAE, de autoria do Senador Delcídio Amaral, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 301, de 2008, que altera o § 1º do art. 9º, da Lei 8.086, de 11 de maio de 90, para dispor sobre a rentabilidade das

aplicações dos recursos do Fundo da Garantia por tempo de serviço.

Meus parabéns, Senador, eu sou totalmente favorável a esse debate, eu acho que o Fundo de Garantia tem que ser revisto. Sou parceiro nessa defesa.

Convido os nossos ilustres convidados para tomarem lugar à Mesa, o Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS. Convidamos o Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS. E convidamos o Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil. E ainda o Sr. Miguel Salaberry, o Miguel que conheço há muito tempo, Secretário de Relações Institucionais da UGT Nacional, UGT. Eu peço que todos tomem lugar à Mesa, sejam bem-vindos.

Só retificando é a 41ª Reunião desta Comissão e a 37ª da CAE. É uma reunião conjunta a pedido dos dois Senadores, Senador Delcídio Amaral e o nosso querido Senador César Borges, já aqui presentes. Nós vamos adotar o mesmo critério da Audiência anterior, vamos dar 15 minutos para cada convidado, se necessário, mais cinco.

De imediato, vamos... A não ser que o Senador César Borges queira usar a palavra, eu vou passar para os convidados, mas seria bom. O Senador César Borges, que é o autor do requerimento, com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu agradeço a V. Exa., primeiro ter me concedido a palavra, inicialmente, e também o fato de já ter se pronunciado. V. Exa. que é um profundo conhecedor, eu diria muito mais até do que eu dessa questão, porque é um defensor dos trabalhadores e do patrimônio desse trabalhador brasileiro, que tem no FGTS, sem sombra de dúvida, uma poupança compulsória que ele faz para a sua vida.

Eu, como introdução, Sr. Presidente, apenas vou tentar contextualizar o nosso projeto. Ele provém exatamente do entendimento de que o FGTS, criado lá em 96 e que teve suas operações iniciadas em 67, funciona como uma espécie de poupança compulsória. Todos sabem, mas é sempre bom relembrar que o empregador recolhe 8% do salário ao nome do empregado, a um fundo que é administrado pela Caixa Econômica Federal e por um Conselho Curador, composto de representantes de Centrais Sindicais, das Federações Patronais e do governo, muitas vezes, até alterado como foi recentemente.

Os depósitos do FGTS têm dupla função, por um lado serve como proteção ao trabalhador demitido ou como pecúlio ao trabalhador aposentado ou acometido de doença grave. E, por outro lado, são lastros para empréstimo de longo prazo para financiamento, para saneamento básico, infraestrutura urbana e habitação.

A questão, Sr. Presidente, é a rentabilidade deste fundo. A remuneração das contas individuais é extremamente modesta é a TR mais 3% ao ano. Com isso, os depósitos compulsórios do FGTS tem tido rentabilidade real negativa nos últimos anos, ou seja, a remuneração nominal paga não cobriu sequer a perda do poder de compra da moeda.

Dito de outra forma, os juros pagos nas contas vinculadas do FGTS foram inferiores a inflação. Há uma tabela, onde mostra que os depósitos do FGTS perderam 10% no período de sete anos, compreendido entre janeiro de 2000 e dezembro de 2006. Se considerarmos uma vida de 35 anos, de depósitos de um trabalhador, essa perda chegaria a 20% e poderia chegar em alguns casos até mais do que isso, se fala em até 50%.

Portanto, o que se tenta aumentar é rentabilidade como propõe os projetos de minha autoria, que é o 301, que visa repartir a rentabilidade das aplicações do FGTS. E, também, um projeto do Senador Tasso Jereissati, que é o 193 que substitui TR pelo IPCA na base de remuneração dos depósitos das contas vinculadas. A Caixa Econômica, Sr. Presidente, ela é operador do fundo e o principal agente financeiro, ela tem um duplo trabalho com relação ao FGTS, uma dupla função.

E sobre a rubrica taxa de administração e gestão de risco de investimento do FGTS, a Caixa auferiu, por exemplo, no ano de 2005, o montante de 1,7 bilhões, aproximadamente. Significa que a Caixa aumentou em 20% da sua receita, com taxa de Administração entre 2004 e 2005, enquanto a inflação, ao longo do ano de 2005 foi de 5,69, medido pelo IPCA.

Fora a rentabilidade derivada das operações com mutuários do FGTS na condição de agente financeiro, a Caixa Econômica Federal ainda aufere receita proveniente da rubrica tarifa bancária, que, no ano de 2005, foi de 516 milhões.

Desse modo, a receita total da Caixa Econômica Federal, apenas da condição de agente operador, excluindo-se aquela obtida na condição de agente financeiro, que é relativo ao diferencial de taxa de juros cobrado dos mutuários no contrato de financiamento habitacional, que seria o spread atingiu no ano de 2005 o, o valor de 2,23 bilhões. Esses sãos os números que nós levantamos pela Consultoria.

Ressaltando que não há critério de reciprocidade, por exemplo, para o aplicador, para o dono da conta do FGTS, com relação ao financiamento habitacional. Não há nenhuma vantagem, qualquer pessoa poderá ter direito ao crédito habitacional, assim como qualquer

um que tenha lá o seu depósito que está no FGTS, não há nenhum diferencial. Então, o que se depreende dessa situação é que os trabalhadores cotistas do FGTS e que pertencentes ao setor formal da economia estão perdendo nas duas pontas.

Perdem nas duas pontas, em termos de rentabilidade e no acesso ao financiamento, pois, não existe uma diretriz de dar preferência a esses cotistas.

Então, em função disso, é que nós fomos inspirados a fazer este projeto que, na verdade, visa a repartir com os cotistas do FGTS os ganhos financeiros auferidos pela Caixa Econômica Federal, que já está tendo um ganho elevado.

Tenho estudos aqui da Consultoria da Casa, da nossa Consultoria, que tem um trabalho excelente, com relação ao que representa a administração do fundo para a Caixa Econômica Federal como instituição.

De fato considerando que o trabalhador mal conseguiu no ano de 2005, obter remuneração suficiente para compensar a inflação, não é justo que o agente operador consiga amealhar uma rentabilidade tão expressiva a título de taxa de *performance*, tendo como benchmarking a ser superado um percentual tão baixo, que o percentual fixado foi TR mais 6%. Em 2005, a TR média foi de aproximadamente 2,4. O problema se agrava quando se compara com a Taxa Selic acumulada do ano de 2005, que foi de 19%.

Porém, as receitas da Caixa Econômica Federal com as operações com o FGTS não se resumem a essas, fora da rentabilidade derivadas das operações com mutuários do FGTS, na condição de agente financeiro, a Caixa Econômica Federal ainda aufere receita proveniente da rubrica tarifa bancária que, no ano de 2005, eu repito, foi de 516 milhões. Desse modo, a receita total da Caixa Econômica, apenas na condição de agente operador, excluindo-se aquela obtida na condição de agente financeira, foi de dois bilhões, como eu já disse.

Por fim, segundo as demonstrações financeiras da Caixa Econômica, para o ano de 2005, constate-se que a empresa teve o resultado operacional de três bilhões e uma despesa de pessoal de quatro bilhões.

Para se avaliar como as receitas derivadas do FGTS são relevantes para o resultado da empresa, as comparações seguintes são bastante ilustrativas. As receitas do FGTS equivaleram a 53,7% da despesa de pessoal da Caixa Econômica Federal.

Caso essas receitas desaparecessem o resultado operacional, que é o lucro antes dos impostos e da participação dos empregados, seria reduzido em 72%, ou seja, o resultado operacional cairia de três bilhões e 80 milhões para modestos 850 milhões. Ou seja, a fatia está ficando com a Caixa Econômica Federal e não com o trabalhador brasileiro. Então, o nosso projeto tem essa função: Defender o trabalhador brasileiro.

Eu não estou aqui contra a Caixa, mas acho que nesse momento é muito mais importante a defesa do trabalhador brasileiro.

E também, Sr. Presidente, outro fato que nós podemos destacar é que a aplicação da Caixa está se dando no programa de carta de crédito individual, principalmente, que é voltado majoritariamente para imóveis usados para a faixa de rendas mais altas. E foi feita uma aplicação de dois bilhões e 200 milhões.

Por outro lado, o valor repassado ao setor público para a aplicação do Programa Pró-Moradia, que poderia dizer é um atendimento social que faz intervenções de melhoria em áreas urbanas degradadas atendendo a população de baixa renda, gerando novos empregos, foi de apenas 51 milhões, uma pequena fração do primeiro programa. O mesmo padrão, com algumas variações, se repete ao longo dos anos de 2003 a 2005.

Para o ano de 2005, como outro exemplo dessa tendência, a carta de crédito individual realizou empréstimo da ordem de três bilhões 762 milhões, enquanto o Pró-Moradia não realizou sequer um centavo de financiamento ao setor público.

No caso de infraestrutura e saneamento, a situação não foi diferente. Naquele ano de 2005, o investimento foi nulo nessas duas áreas a despeito de uma previsão orçamentária de financiamentos ao setor público da ordem de dois bilhões 483 milhões.

Um aspecto importante a se notar é que se os empréstimos do programa carta de crédito são feitos na média ponderada majoritariamente para famílias com renda familiar relativamente mais alta, o risco de crédito cai e aumenta *pari passu* a taxa de juros da operação. Dessa maneira, o custo de intermediação da final, que é capturado pela Caixa aumenta não se traduzindo em ganhos para o patrimônio líquido do FGTS, ou para os trabalhadores que detém depósitos das contas vinculadas.

Por fim, Sr. Presidente, cabe notar que não há qualquer relação, volto mais uma também ao assunto, de reciprocidade da concessão de financiamentos com recursos do FGTS. A probabilidade de ser contemplado com um financiamento com recurso do fundo não é afetado pelo tipo e grau de vínculo que o demandante ao financiamento tem com ele. Critérios como tempo de vinculação ao FGTS, tempo de vinculação sem interrupção, ou renda familiar, não são critérios de elegibilidade para obtenção de financiamento.

A inexistência de tais créditos impede que a baixa rentabilidade das contas seja compensada com a concessão de financiamento. Seria você se perder de uma ponta, pelo menos ganharia de outra e teria pelo

menos se pretenderia que fosse dada ao trabalhador a possibilidade de financiamentos de baixo custo. Se tal ocorresse o prejuízo que os depositantes suportariam com a baixa rentabilidade seria compensada com a obtenção de financiamento de custos igualmente reduzidos.

Então, esses são os motivos que fizeram com que nós apresentássemos o Projeto de Lei 301, e eu serei que é polêmico com relação até as posições do FGTS, da própria Caixa Econômica Federal e, em função disso é que nós solicitamos junto com o Senador Delcídio Amaral, essa Audiência Pública, para ouvirmos então os senhores que aqui se encontram. Que eu também agradeço a participação, Sr. Joaquim Lima de Oliveira, que é Superintendente Nacional do FGTS; Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; o Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil; E o Miguel Salaberry, que veio no lugar do Ricardo Patah, que é Presidente da União Geral dos Trabalhadores UGT.

Era isso, Sr. Presidente, como introdução e primeira participação nossa no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cumprimento o nobre Senador César Borges. E dizer que seu projeto de fato é um projeto interessante, já tenho presente aqui os representantes de três Centrais Sindicais. Inclusive dois que estão no Plenário estão reivindicando, porque como a UGT vai ter uso da palavra, se nós podemos chegar num entendimento, que eles também podem falar.

Está aqui o Dirceu Travesso, que representa aqui a central Conlutas, e o José Gabriel dos Santos, que representa a Nova Central Sindical. E claro que todos estão interessados na valorização do FGTS dos trabalhadores.

Mas vamos aqui seguir o ritual, depois no final a gente vê como é que faz para garantir que todos possam dar a sua opinião sobre um tema tão importante, como é o seu projeto.

Passamos de imediato a palavra ao Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS.

É a nossa intenção, 15 minutos, se assim os convidados entenderem, se for necessário, a Mesa vai dar mais cinco. E depois, aos convidados outros, nós faremos um acerto no final, no mínimo cinco minutos para que eles possam dar a sua opinião e a Mesa, claro terá um espaço privilegiado de 15 com mais cinco.

Por favor, doutor.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Obrigado, Senador Paulo Paim, Presidente da reunião, Senador César Borges, Senador Mão Santa, prezados companheiros da Mesa, Joaquim, Salaberry, Avelino, bom dia a todos.

Primeiro é importante debater o Fundo de Garantia, Senador, acho que na verdade há muita desinformação sobre o Fundo de Garantia ou muita informação equivocada, truncada acerca do Fundo de Garantia.

Primeira questão da rentabilidade, que se pretende aqui, essa Casa já aprovou recentemente, uma medida que eu considero da mais importante, da maior importância, no que diz respeito à distribuição dos ganhos do Fundo de Garantia, que é a Lei 11.491, que criou o Fundo de Investimento do FGTS.

É uma medida extremamente inteligente e ela usa o mesmo artifício que foi usado quando o trabalhador pôde participar dos ganhos de ação de vale e Petrobras, nos fundos mútuos de privatização. Essa Lei 11.491, ela retira parte do patrimônio líquido do Fundo de Garantia para investir em infraestrutura e a ideia central dessa medida é exatamente fomentar trabalho.

Penso que a melhor forma que tem de ajudar o trabalhador, que o Fundo de Garantia tem de ajudar o trabalhador é exatamente fomentar a geração de emprego. Essa é a melhor forma que o tem o fundo de ajudar os trabalhadores, dono desse recurso. E isso está sendo cumprido fielmente, principalmente, agora, com a criação do Fundo de Investimento. Por que eu digo isso, Senador Paulo Paim?

Porque o Fundo de Investimento em Infraestrutura, ele além de atacar um gargalo importante na geração de emprego e no desenvolvimento do país, ele também ajudou enormemente no enfrentamento que o Brasil recentemente passou da crise econômica mundial. Esse enfrentamento da crise, hoje já se fala no pós-crise, foi o auge de aplicação do Fundo de Investimento.

Esse fundo aprovado por essa Casa, ele alocou 17 bilhões de reais para que nós pudéssemos investir em infraestrutura, investimos 15 bilhões. Já investimos 15 bilhões.

Isso foi fundamental no enfrentamento da crise, na geração de emprego, no movimento da economia de toda a escala e de toda a cadeia produtiva do país, principalmente na geração de emprego.

Então, nesse momento, existe já um dispositivo que vai fazer com que haja distribuição de recursos do Fundo de Garantia. Por que isso, Senador? Porque o trabalhador, se quiser e somente se quiser, poderá ser cotista desse fundo, ou seja, esse fundo vai abrir provavelmente na próxima reunião do Conselho Curador, que vai acontecer no final de outubro, o Conselho deve aprovar segundo dispositivo da lei, a possibilidade do trabalhador comprar cotas do Fundo de Investimento em Infraestrutura. E, ao comprar cotas desse Fundo de

Investimento, o trabalhador entra com a possibilidade de ganhar mais da sua conta vinculada.

Essa é uma maneira, no meu ponto de vista, muito mais inteligente de fazer a distribuição de renda do que data vênia o que consta no Projeto de Lei. Por quê? Porque o Projeto de Lei ele pulveriza os recursos e essa discussão eu já fiz com as Centrais Sindicais, por ocasião da criação do Fundo de Investimento Imobiliário e não faz diferença em lugar nenhum, Senador. Ou seja, no momento em que se pega a rentabilidade do Fundo de Garantia e se distribui pelos 50 milhões, 50 milhões de pessoas, pulveriza, não faz diferença em lugar nenhum.

E eu sempre cito o exemplo das Loterias da Caixa, está aqui o Joaquim que é o Superintendente da Caixa. As Loterias da Caixa arrecadam bilhões, milhões e bilhões de recurso, fica 0,5% para um, 0,25 para outro, 1% para acolá, 0,5% para... Não faz diferença em lugar nenhum. Então, é preferível que nós façamos a reunião desses recursos e vamos investir para gerar emprego. Acho que essa é a maior contribuição que o FGTS pode dar ao trabalhador. E isso nós estamos fazendo.

E mais. Com a atuação e perdoe aqui por ser Secretário Executivo do Conselho, mas não existe um fundo, na minha opinião, mais bem administrado que o FGTS, mais bem administrado e mais bem fiscalizado.

O FGTS passa por cinco fiscalizações, primeira fiscalização da CGU, do controle interno. Segundo, a fiscalização do Tribunal de Contas da União. Terceiro, uma fiscalização de uma auditoria independente, que é contratada. Quarto, a fiscalização do próprio Conselho Fiscal da Caixa, e quinto do próprio Conselho de Administração da Caixa. E juntando tudo isso sob os olhos do Conselho Curador, que é um Conselho tripartite, formado por governo, trabalhadores e empresários.

Inclusive a UGT, nos dá a honra de ser membros desse Conselho. E é um Conselho aberto, é um Conselho tripartite, como já disse, e que tem atuado na defesa dos interesses dos trabalhadores, na defesa do interesse da sociedade.

E aqui só uma última informação, Senador. Até para o Senador César Borges, o Conselho criou, Senador, em 2007, uma linha de crédito com juros mais baixos para o trabalhador cotista do fundo. Então, existe hoje uma linha de crédito que para baixa renda chega a 4,5% ao ano, 4,5% ao ano a taxa de juros e que gera isso um ganho adicional para o trabalhador.

Então, existem essas duas formas de transferências de renda que o Conselho já aprovou para o trabalhador, uma é mediante a redução da taxa de juros do empréstimo. Então, existe um diferencial para quem é cotista nas linhas de crédito tradicionais de financiamento habitacional do fundo. E existe a possibilidade do trabalhador ser cotista do Fundo de Investimento em Infraestrutura do FGTS e com isso ganhar também tem um ganho maior na sua conta.

Nós no Conselho Curador estamos muito preocupados com essa questão, mas achamos que dividir essa rentabilidade dessa forma vai dar centavos para determinados trabalhadores, não vai fazer diferença nenhuma na vida deles. E, no entanto, se nós reunirmos esses recursos e investirmos na economia do país, nós vamos gerar emprego e beneficiar muito mais os trabalhadores.

E repito ao SENADOR César Borges, essa discussão, por ocasião da criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura em 2006 e 2007, nós fizemos com as Centrais Sindicais, fizemos com as Centrais Sindicais e as Centrais Sindicais apoiaram esse tipo de ação que nós tomamos, ou seja, a pulverização do recurso da forma como se quer ela não faz diferença na conta do trabalhador. Ao contrário, até teve Central Sindical que eu não sei se está presente aqui, que chegou a dizer: “Olha, nós fizemos isso aqui”.

Na nossa base territorial em São Paulo, uma Central Sindical informou que havia um ganho do trabalhador anual que era tipo de 150 reais por ano. E os trabalhadores preferiram reunir esses 150 reais individuais ao ano, num grande fundo para ajudar no financiamento da habitação.

Então, só para dizer o seguinte é meritória a proposta, o Conselho está preocupado com essa questão, tem tomado ações nesse sentido, citei duas aqui. E só para colocar que no mérito, eu acho que a pulverização desses recursos não é boa para o trabalhador, porque não vai fazer diferença na vida deles.

Nós distribuirmos entre 50 milhões de trabalhadores, uma rentabilidade, um retorno de rentabilidade ao ano de dois bilhões de reais não vai fazer diferença nenhuma. Agora, se você pega esses dois bilhões e vai investir em infraestrutura, em habitação, em saneamento, nós vamos fazer diferença não só para o trabalhador, como para a sociedade brasileira e o Conselho está atento a isso.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Dr. Paulo, que inclusive não usou nem todo o seu tempo, usou só dez minutos. E vamos passar a palavra--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --eu vou passar a palavra, ao Sr. Joaquim Lima

de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS. Mas já atendendo seu pedido, dizer que os Senadores a qualquer momento podem pedir a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu só ia pedir, sugerir a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, V. Exa. antes da sua vai estar com direito à palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque o que nós sentimos aqui é que tem opiniões divergentes, inclusive eu acho que tem posições divergentes dentro dos expositores, dos que estão na Mesa. Que pudesse então fazer uma posição que o outro pudesse alternativamente fazer o contraditório.

Em lugar de passar talvez a palavra para o Sr. Joaquim Lima de Oliveira, que eu não dúvida que ele vai defender a posição idêntica, ao Dr. Paulo Eduardo Cabral Furtado, possa passar, por exemplo, ao Mário Avelino--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que é bom.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --e se faz um contraditório interessante--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Boa sugestão

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --para o esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Boa sugestão. Eu acho que ajuda o debate, inclusive.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Senador, só para aqui fazer um--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, fique à vontade.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: --uma pontuação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Até que o Senhor tem cinco minutos, V. Exa. a mais.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Exato.

Só para fazer uma pontuação, como o Joaquim ia falar depois de mim, eu não quis falar da Caixa Econômica Federal, mas diante dessa questão, até para que se estabeleça o contraditório, eu quero dizer o seguinte: A Caixa, Senador César Borges, presta um relevante serviço ao país na gestão do Fundo da Garantia.

O Fundo de Garantia, Senador César Borges, ele é um fundo de 230 bilhões de reais. Ele é um fundo de 230 bilhões de reais. Gerir um fundo de 230 bilhões de reais, sem uma remuneração adequada é um risco gigantesco que se corre.

Então, a Caixa tem serviços extraordinários, a Caixa só para o Senhor ter ideia de sistemas, a Caixa tem quase 50 sistemas gerindo Fundo de Garantia. Para o senhor ter uma ideia, o maior banco de dados do mundo é do Fundo de Garantia, banco de imagem.

São serviços que requer muitos recursos, requer realmente dedicação exclusiva, então, o serviço que a Caixa presta e a remuneração da Caixa é estabelecida pelo Conselho. E até um critério simples e que tem aderência no mercado. A remuneração da Caixa é estabelecida em 1% sobre o patrimônio da Caixa, excluído um recurso que é de deferimento que é um ativo, o deferimento é um falso ativo para usar uma expressão bem... Então, tira isso aí e se remunera 1%, que é mais ou menos, está na média dos fundos que são geridos no país.

E com um detalhe, se a gente for comparar quem mais parece com a Administração do Fundo de Garantia, são os fundos de pensão. Se nós fossemos considerar a rentabilidade média dos principais fundos de pensão na gestão, ao invés de pagar 1% para a Caixa, nós íamos pagar 4,8%. Esta seria a remuneração sobre o patrimônio do fundo, que a Caixa deveria auferir se fôssemos comparar com a gestão dos Fundos de Pensão. Então, a Caixa recebe até aquém do que os fundos de pensão na gestão que ela faz com uma complexidade extraordinária.

Para o senhor ter ideia, nós temos de registros no cadastro do Fundo de Garantia quase o triplo da população brasileira. Estão registradas lá todas as relações de empregos havidas no Fundo de Garantia, desde 1967. São quase 600 milhões de registros que têm nos cadastro da Caixa.

Então, só para dizer, Senador, que do ponto de vista do Conselho, o Conselho está absolutamente confortado com a remuneração que paga ao agente operador, porque presta um serviço, ganha compativelmente com o serviço que presta.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Passamos de imediato então, conforme entendimento feito, sugestão do Senador César Borges, ao Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil. V. Exa. dispõe de 15 minutos, com mais cinco se necessário.

SR. MÁRIO AVELINO: Primeiro eu quero parabenizar o Senador César Borges. Parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais, em nome do Senador Paulo Paim. O Secretário Geral Paulo Furtado. Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E dizer que está conosco já o Senador Mão Santa.

SR. MÁRIO AVELINO: Ah, perfeito. Vamos chegar lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que é companheiro de todas as horas aqui.

SR. MÁRIO AVELINO: Sr. Joaquim Lima, Miguel Salaberry, o Senador Mão Santa, a quem também agradeço a presença, nesse assunto tão importante para os trabalhadores.

Eu primeiro vou apresentar eu preparei um pequeno *power point* para gente ratificar e endossar o porquê desse projeto.

Bom, com relação a definir o que é Fundo de Garantia foi criado pela Lei 5.107, a lei que vigora é a Lei 8.036, de 90. Podemos avançar.

Com relação aos objetivos do fundo é bom ratificarmos isso, porque o fundo foi criado com o objetivo social, ou seja, primeiro amparar o trabalhador no caso de uma dispensa, ou em caso de falecimento os seus dependentes vão ter uma poupança de acordo com aquele tempo que ele trabalhou. E, fundamentalmente, fomentar políticas públicas para habitação popular, saneamento básico e infraestrutura. Isso é o que determina a lei.

Aqui são grandes números, eu peguei esses números é importante destacar do demonstrativo financeiro do Fundo de Garantia de 2008, então são dados de 31/12, pela Lei de Fundo de Garantia anualmente a Caixa divulga um balanço, a quem eu parabenizo mais uma vez.

Com base em 31/12, o ativo total é 217.9. Aí tem um dado interessante, hoje o fundo desse total desse ativo, tem 96 bilhões investidos em títulos públicos e nesse valor já se inclui hoje o investimento no PAC, como citou o próprio Paulo Furtado. Então, a gente vê que 44% do ativo do fundo está em títulos públicos que pagam no mínimo a Taxa Selic, que têm um spread bem grande em relação aos juros pagos ao trabalhador.

E aqui tem um problema gravíssimo, porque a lei até hoje não está sendo obedecida. Pela lei, 60% do fundo tem que ser investido em habitação, saneamento básico e infraestrutura, conforme o balanço 91 bilhões estão nessa área, o que corresponde a 42%.

Até o ano passado, eu assisti uma apresentação da Caixa e até tem uma justificativa, mas eu realmente me questiono, será que faltam tantos projetos bons para se investir em habitação? A SINDUSCON diz que tem vários projetos e até hoje não atingimos hoje 60%.

E há um déficit habitacional hoje, de acordo com o PNAD do IBGE, de 13 milhões de unidades habitacionais. Porque o IBGE, ele primeiro põe nove milhões de unidades, mas quase quatro milhões são unidades de pessoas que moram e a casa não é deles, é uma casa que é do pai e da mãe e vai por aí afora.

Bom, depósitos vinculados, aqui são as contas dos trabalhadores. São 175 bilhões, então, 80%, 80,54 do fundo é dinheiro do trabalhador, a diferença é o patrimônio líquido do Fundo da Garantia, que nós vamos falar e algumas reservas aí.

Patrimônio líquido. De acordo com o saldo de 31/12, 27.9, que corresponde a 12.80, dos quais, mas aí esse valor eu acho que o investimento... O Joaquim ou o Paulo Furtado pode me confirmar que é o que consta investido FGTS naquele momento. Como o Paulo falou que já estavam em 17 bilhões, eu sei que esse ano já foram liberados mais algumas cotas, que é o que a Lei 11.491 determinou que até 80% do patrimônio líquido. E existe ainda a provisão de créditos, que é aquela questão dos planos, Verão e Collor, que é uma provisão ainda de 12 bilhões. A somatória nós temos de 217.

Então, que o é importante destacar aqui é a parte do trabalhador, a parte que até hoje não foi atingida em investimentos que a lei determina nessa área de habitação, saneamento básico e infraestrutura. Pode continuar, por favor.

Aqui é um resumo de como estão distribuídos aqueles 175 bilhões. Contas ativas, mais inativas, são 77 milhões de contas, onde na realidade, 70 milhões são contas ativas de acordo com esse balanço, o que dá 154 bilhões. Contas vinculadas a expurgo.

Porque quando houve o pagamento do expurgo, se aquele trabalhador tinha uma conta ativa ele não sacou o dinheiro. O dinheiro foi aberta uma conta pela Caixa e no dia que ele for demitido ou seu aposentar ou querer o uso para situações previstas, ele vai poder sacar. Então, tem sete milhões de contas, que totaliza 5,2 bilhões. Outros créditos 400 milhões de reais arredondando. E tem as contas inativas com mais de cinco anos, que foi determinado pela lei uma conta.

Quando o trabalhador pede demissão, ele não pode sacar o fundo. E se aquela conta ficar cinco anos inativa passa para um fundo de reserva, uma reserva técnica, que hoje tem 15 bilhões e são 98 milhões de contas, aqui tem muita conta residual, que tem contas ali até com um real se facilitar.

Bom, total de contas, 183 milhões, 175 bilhões. E ratificando o que o Paulo colocou hoje a Caixa tem uma gestão realmente, parabenizo. São quase 600 milhões de contas, que são todas as contas, aí são contas com saldo, temos hoje quase 350 milhões de contas que foram totalmente zeradas, foram sacadas pelos trabalhadores.

Avançando, por favor. Aqui chega no ponto do PLS 301. A proposta do PLS é que 50% do lucro líquido, ou seja, tira todas as despesas do fundo, metade desse valor que seja rateado proporcional à conta de cada trabalhador. Qual é o princípio? Ora, se é o dinheiro do trabalhador que é investido e dá lucro é justo que parte

desse lucro seja distribuído para aquele trabalhador. E aqui nós vamos ver a evolução, pegando de 2001 a 2008, o que cresceu o patrimônio, porque todo o excedente que do fundo, tirando as despesas vai para uma conta, que é uma conta de reserva.

Tem que haver essa conta? Tem que haver, não há dúvida para cobrir despesas operacionais e o fundo dá uma despesa razoável, mas a gente vê que a cada ano, e aí eu parabenizo mais uma vez a gestão da Caixa. E vou fazer um pequeno parêntese, o Fundo de Garantia na antiga gestão do BNH, até 87, ele chegou a falir, ele era deficitário. E eu parabenizo o parabéns à Caixa, que na gestão dela, conseguiu sair de uma gestão deficitária e hoje o fundo dá lucro. É superavitário, tanto é que pelo demonstrativo a gente vê o crescimento dele pegando até 98 fundo ainda estava recuperando essas perdas, mas vamos lá.

O que nós temos aqui é um crescimento, de 2001 a 2008, de 18.9 bilhões, então, no período de 2001 a 2008, houve um lucro líquido de 18 bilhões de dinheiro investido, de bem investido pela Caixa, é justo que a Caixa tenha a sua taxa de *performance*, que o ela ganha sobre o lucro. Ok. Mas não é justo que todo esse dinheiro fique numa conta patrimônio, ou seja, há uma lei... O Fundo de Garantia é muito bom para o trabalhador, mas ele é leonino. O trabalhador tem uma baixa remuneração e todo o excedente vai para essa conta, que serve também até para subsidiar, como o Paulo falou.

Hoje, o trabalhador que tem conta no fundo, ele já tem hoje um diferencial de 0,5% na taxa de juros, Ok. Mas o fundo hoje, pelo crescimento econômico do país, pela boa gestão, ele a cada ano, ele se supera.

Oras e aí nós temos, hoje, pegando só o exemplo de 2001, que foi fantástica a lucratividade, arredondando teve um lucro líquido de cinco bilhões. Então, o patrimônio, que começou em 2008, quer dizer, começou, estava em oito bilhões e 900, depois de praticamente sete anos está com 27 bilhões, um crescimento de 210% nesse período. Enquanto, se nós pegarmos o ativo do fundo no mesmo período, ele não cresceu nem 100%. Ok, vamos continuar.

Aí vem eu peço desculpa que é um quadro meio pesado e aqui tem até uma observação que eu dependeria de uma informação da Caixa. Eu fiz uma simulação aqui fazendo uma distribuição de metade do lucro líquido de 2008 e metade do lucro líquido, caso existisse a lei desde 2001. Então, nós vamos pegar a colocação do Paulo, com todo o respeito falando Paulo, que há uma pulverização, eu discordo pelo seguinte.

Aqui tem contas com saldo de até 200 reais, então, naquele ano rendeu 5.17. O que representa 5.17 reais para quem tem só 200 reais? Representa 1,64% de ganho. Oras, quanto que rendeu o fundo até o momento, pegando o ano, por exemplo, vamos pegar 2008.

Em 2008, o Fundo de Garantia, 3% de juros ao ano, mais a TR deu um rendimento total de 4.22. Esse número é mais ou menos aproximado. Ora, 4.22, se eu pegar 1.68 é quase 36% a mais do rendimento para aquela conta.

Se nós pegarmos trabalhadores acima de 50 mil de saldo, entraria na conta dele, naquele ano de 2008, com 50% de quatro bilhões, que dá dois bilhões e meio, entraria um mil 500 e poucos reais. Ora, um mil 500 e poucos reais, não é dinheiro? É muito dinheiro, porque a cada ano a gente está crescendo.

E aí tem um dado importante. O dinheiro, quando ele for creditado distribuído, ele não vai sair do Fundo de Garantia, ou seja, a Caixa como gestora poderá continuar usando dinheiro para aplicação. O dinheiro não vai entrar no bolso do trabalhador, não é dividindo que vai ser pago. É um crescimento da conta.

Então, na realidade, eu não vejo essa pulverização de forma negativa, eu vejo de forma muito positiva. Com a diferença, porque hoje, desde que foi criado o fundo, já há 42 anos, todo esse excedente vai para a conta governamental, que é uma conta de reserva de fundo. Agora é justo que apliquem o meu dinheiro e eu não veja um centavo do lucro dele? Na nossa opinião, não é justo e o trabalhador já tem uma baixa remuneração, pode melhorar isso muito bem.

Bom, pode ir. Isso daqui eu até usei um slide, que foi apresentado até o ano passado pela Caixa Econômica na Comissão de Assuntos Sociais, mostrando essa pulverização. Existe uma diferença que aqui, até talvez uma correção necessária à Caixa. Repararem o seguinte, nós pegamos 143 bilhões e pulverizamos 174 milhões de contas. Esses 143 bilhões de reais refere-se somente as contas ativas e não as contas com as reservas técnicas, porque aí realmente há uma pulverização muito grande.

Há um equívoco, Joaquim, eu gostaria que a Caixa revisasse que pegou laranja e somou com banana, no bom sentido, teria que ser laranja com laranja. Por favor.

Bem, o projeto do Senador, ele propõe como já foi dito a distribuição do lucro líquido metade para o trabalhador, como já foi explicado, então vamos avançar, por favor.

Bom, ratificando só para conhecer a história desse projeto. Na realidade, isso começou com uma campanha de abaixo-assinado em 2007. A Câmara foi dada entrada, na época, na Comissão de Legislação Participativa. Então, na Câmara há um projeto correndo, que agora é o PL 4.566, na época a Relatora na CLT

foi a Deputada Luiza Erundina, e hoje temos no Senado, e aí eu parabenizo mais uma vez o Senador César Borges, o PLS 301, que pega um ponto, que é a essa melhora de rendimento.

Quais são as vantagens do PLS 301? Primeiro será repassado para o trabalhador parte do rendimento da aplicação com seu dinheiro. Segundo, o dinheiro repassado como eu já falei continuará na conta não afetando o saldo e só diminuirá quando o trabalhador sacá-lo. Terceiro, o valor de repasse do lucro líquido não irá compor a base para a multa de 40%. Até um dado importante no seu projeto, Senador, porque se não ele onera o custo empresa na multa. Então, a lei, ela prevê rendimento, mas esse rendimento adicional não comporá a base. E finalmente estará fazendo justiça para o trabalhador, que é o verdadeiro dono do dinheiro.

Aqui eu tive a honra, em 97, de escrever o primeiro livro sobre o fundo de garantia e na época o Betinho fez o prefácio e eu sempre leio esse prefácio, porque para mim é muito honroso: "O trabalhador convive diariamente com a pobreza e a desigualdade, enquanto para uns o Estado é lento para outros é rápido e eficiente, com isso o trabalhador torna-se um escravo. O FGTS é um direito e a melhor forma de garanti-lo é por meio da informação". Betinho.

Eu peço desculpas por avançar um pouquinho, mas só queria fechar, ratificando o seguinte. A gestão da Caixa tem sido excelente para o fundo, para o trabalhador foi a melhor coisa que ocorreu a centralização. Com relação ao que é pago à Caixa é uma discussão que tem que ser feita em outro ponto, mas se a gente pegar um Fundo de Investimento, ele vai cobrar taxa de administração vai ter todo um custo que tem despesas.

A questão é saber ser esse custo hoje está sendo justo ou não, o que poderia sobrar um dinheiro a mais para investimento no fundo ou não.

De 2001 a 2008, o total, a Caixa recebeu um total de 16 bilhões de reais, dentro do que a lei determina que o Conselho Curador aprovou que tem a taxa de administração, taxa de *performance* e tem as despesas administrativas que também são cobertas. Nesse período, foram 16 bilhões de reais pagos pelos serviços prestados à Caixa Econômica.

Mas, como eu falei inicialmente, a questão do valor, não estou discutindo valor, agora os méritos que a Caixa tem feito um excelente trabalho não há dúvida. Eu ratifico esses parabéns à gestão da Caixa.

É isso que eu queria colocar e agradeço a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Sr. Mário Avelino, Presidente da ONG, Instituto FGTS Fácil. De imediato vamos ao Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS e depois falará o Sr. Miguel. Por favor, doutor.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Eu quero cumprimentar o vice-presidente dessa Comissão, Senador Paulo Paim, Senador César Borges, Senador Mão Santa, e os colegas aqui presentes à Mesa, senhoras e senhores.

A Caixa agradece o convite feito acho que é uma questão extremamente importante da transparência, da publicização das informações do Fundo de Garantia, o Fundo de Garantia como já foi dito é um patrimônio individual do trabalhador, mas ao mesmo tempo é um patrimônio coletivo de toda a sociedade brasileira. Enquanto o trabalhador não lança mão do seu recurso individual, ele está sendo utilizado para a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Então, fazer uma discussão sobre Fundo de Garantia é fazer uma discussão no escopo sistêmico, porque ele está inserido dentro de um sistema onde todas essas partes se correlacionam, se falam e ao mexer em uma tem efeito imediato em outra. Então, esse é um aspecto importante que é preciso a gente ter em mente quando se trata do instituto tão importante quanto é o FGTS.

No mérito da proposta não há que o se questionar, todos nós trabalhamos diuturnamente por melhorar não só a gestão, mas principalmente a rentabilidade do FGTS.

Foi objeto de várias citações aqui o trabalho que vem sendo feito com foco em resultado, com foco em transparência, em conformidade, tudo aquilo que uma gestão de um patrimônio dessa natureza precisa ter.

Eu gostaria apenas a título de informação trazer alguns dados até para que os senhores tenham conhecimento, porque muitas vezes a informação vem, mas ela não vem devidamente contextualizada. O Fundo de Garantia da Caixa, ele é totalmente segregado.

Existe por ordem da governança da empresa estatutariamente, por recomendação do Banco Central, uma Vice-Presidência que é total segregada à Vice-Presidência de Fundos e Loterias. Então, ela não se não comunica em nada o Fundo de Garantia se comunica com a Caixa Econômica em termos de resultado, em termos de receita, em termos de rentabilidade, tudo que o Fundo de Garantia aufere na aplicação das suas disponibilidades no retorno das suas aplicações é do FGTS. Nada é da Caixa.

A Caixa ganha uma remuneração pelos serviços prestados e essa remuneração hoje Senador é de um 1% sobre esse ativo, como o Dr. Paulo colocou tirado o deferido. Desse deferido de 12, 13 bilhões que foi

apresentado na lâmina feita pelo Sr. Avelino. De maneira que, este 1% comparativamente ao mercado, qualquer um fundo de natureza financeira, Fundo de Investimento Financeiro cobra para administrar de 0,2 dependendo do patrimônio até 5%. E não tem nada de operacional.

Só para se ter uma ideia do operacional do fundo, é um país de dimensões continentais, onde o trabalhador requer o saque do dinheiro dele em qualquer um lugar do país, indiferente de onde esteja o seu vínculo empregatício. São dois milhões de saques por mês. São três milhões e 600 mil empresas que recolhem todo mês para 30 milhões de trabalhadores, que esses dinheiros têm que estar nas respectivas contas e CPFs todo dia 10 de cada mês, com remuneração.

É uma rede enorme de relacionamentos, com DRT, com SINEs, com Procuradoria Geral da Fazenda, com Ministério do Trabalho, com todas as empresas deste país. Então, só o operacional que existe comparativamente com a taxa, que é a mesma de um fundo de natureza financeira, que não tem operacional, já está uma ideia do que é o trabalho, o que é o aspecto da Caixa de prudência e de considerar a natureza do trabalho que ela faz para esse ativo do trabalhador. Só para pontuar o que é remuneração da Caixa.

Critério de financiamento já foi dito. Os recursos do Fundo de Garantia, eles são determinados por lei para a baixa renda. Então, tem todo o critério de renda de familiar. Só para se ter uma ideia, no ano passado, de todas as aplicações do Fundo de Garantia, 74.1% foram para famílias de renda familiar de até cinco salários mínimos. Este ano, até 30 de junho, 66.4% de todos os contratos habitacionais do FGTS foram para família de até cinco salários mínimos. Então, é um fundo que está focado no déficit habitacional.

O Dr. Mário citou aqui um número do déficit, nós trabalhamos com o déficit da Fundação João Cabral de sete milhões de habitações, onde 93% é de famílias de até cinco salários mínimos, por isso o FGTS está focado nesse nicho, para poder fazer o enfrentamento dessa questão.

Com relação à questão do Projeto de Lei, eu acho importante a gente fazer essa discussão, o Dr. Paulo já disse que já foi discutido e, desde 97, nós temos estudado proposta para fazer distribuição de resultados dentro do fundo.

A gente entende, vem tentando encontrar alternativas, como que nós podemos pegar uma parte do resultado do fundo e distribuir para os trabalhadores. Aí nós deparamos com uma complexidade, Senador, muito grande.

Foi dado os números ali de 183 milhões de contas com saldo, mais 329 milhões de contas que já foram sacadas, de maneira que essas contas no âmbito do FGTS, hoje, somam 509 milhões de contas fora dos planos econômicos que tivemos que buscar na rede bancária para fazer o pagamento do Plano Verão e o Plano Collor. Isso, como o Dr. Paulo disse, torna o FGTS o maior cadastro do mundo de base de dados.

Então, como nós vamos pegar é fazer uma distribuição? Foi feita uma proposta de distribuição aqui que dá 35 reais e 31 centavos na média para cada trabalhador. Mas trabalhou-se apenas com 70 milhões de contas, que sãos as contas ativas, são as contas que recebem depósito todo mês. Tem um vínculo empregatício e o empregador está recolhendo e nós estamos creditando na conta de todos esses trabalhadores. Ora, vejam o tamanho do problema jurídico que nós estamos criando ao adotar um procedimento destes.

E eu que tenho a minha conta inativa, que está lá no FGTS, que nunca saquei, que ajudou a construir todas essas riquezas, que já ajudou a construir esses resultados que foram apresentados, por que eu não sou contemplado? Por que há um equívoco nisto, se o meu dinheiro está dentro do Fundo de Garantia? Por que isso é misturar laranja com banana? Se é dinheiro de FGTS, se é conta vinculada, se está lá no patrimônio do fundo? Por que os meus dois centavos que estão lá não têm igual direito de isonomia, que é um princípio jurídico?

Aí nós vamos remeter essa conta para esses 183 milhões de contas que tem de 0,01 centavo até recursos de quase um milhão de reais na conta. E quando nós pulverizarmos esses recursos é que a gente acha que não vale a pena o que o Dr. Paulo colocou em lugar nenhum. É muito melhor você juntar esta riqueza e fazer algo que impacte na qualidade de vida da sociedade, que gere emprego para o trabalhador, que aqueça a economia e que promova de maneira total a melhoria da qualidade de vida que é um dos objetivos de FGTS.

Então, este é um problema que nós vemos e não estamos nos furtando de discuti-lo. Temos desde 97, estudado alternativas propostas, mas nos deparamos com isto, pois tem um princípio jurídico aí de isonomia, de tratamento igualitário. Por que eu só dou distribuição para quem estava na FGTS no em contas ativas? E aqueles que saíram durante o exercício e que na hora que eu fui fazer a distribuição, ele não está mais no FGTS, mas ficou um mês, dois, 11 meses, 12 meses, depois saiu.

Senhor Paulo Eduardo Cabral Furtado: Dr. Joaquim?

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Eu não teria que contemplá-lo de alguma forma?

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Presidente?

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Eu gostaria de concluir.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: Só um aparte, só para--

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Pois não.

SR. PAULO EDUARDO CABRAL FURTADO: --Só nesse tema, viu Presidente, só para contemplar.

É realmente até ilustrar um pouco aqui e faz parte da história do Fundo de Garantia, só um minutinho aí, Joaquim. Na verdade, essa questão do Fundo de Investimento do FGTS, consubstanciado na Lei 11.491, nasceu de um debate como esse, Senador César Borges, e eu faço a questão de registrar isso até para a história.

Era Ministro do Trabalho e Presidente do Conselho Curador o hoje Prefeito de São Bernardo Luiz Marinho, Luiz Marinho era Presidente e eu como Secretário Executivo do Conselho foi incumbido por ele de buscar uma alternativa de distribuição de resultado. E debatemos esse assunto ao extremo no Ministério do Trabalho, Senador Paulo Paim. E o então Ministro do Trabalho Luiz Marinho, que é de origem sindical, que tinha todo o interesse em fazer essa distribuição de resultado, chegou à conclusão que era preferível juntar esses recursos e fazer o Fundo de Investimento do FGTS.

O Fundo de Investimento do FGTS, que eu acabei de referir e que o trabalhador vai comprar cotas dele surgiu exatamente de uma discussão dessa. A sensibilidade política do então Ministro Marinho levou a discutir no âmbito do governo com o Presidente Lula a criação de um fundo para não pulverizar os recursos. Ao invés de pulverizar os recursos concentra os recursos num Fundo de Investimento.

Então, para registro da história, Senador, eu pedi esse aparte e agradeço ao Joaquim.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Obrigado, Paulo.

Foi citado e a gente conhece e está acompanhando também o projeto que troca a TR pelo IPCA, também tem o mesmo mérito de melhorar a rentabilidade para o trabalhador e que é um incômodo nosso no FGTS, é um ponto que nos está direto na nossa agenda, porque é um dos ativos menores remunerados no mercado é a conta vinculada.

Agora, nós não podemos esquecer que nós estamos tratando de um instituto que está dentro de um sistema. Ora, se eu quero aumentar o custo de um dinheiro de um lado, há de se convir que esse dinheiro quando chegar na ponta para alcançar o seu objetivo ele também será majorado, não tem lógica. Se eu aumento a remuneração de juros ou o indexador, um fundo não pode trabalhar desequilibrado, com TR no seu ativo e com IPCA no seu passivo, isso não existe.

Se eu tenho TR aqui, eu tenho que ter TR nos financiamentos habitacionais. Se eu colocar IPCA na remuneração da conta vinculada, eu tenho que colocar o IPCA no saldo dos contratos de toda a habitação de todos os brasileiros, no saldo das dívidas de Estado e Município em saneamento, infraestrutura, eu tenho que colocar do outro lado para que esse fundo tenho equilíbrio. Então, quando nós pensamos só de um lado em favorecer a remuneração, nós temos que pensar que do outro lado nós vamos encarecer os serviços que o FGTS faz, porque do outro lado eu tenho habitação.

Quando o mercado trabalhou com habitação, até pouco tempo, a 19, 17, 18% de taxas de juros, o FGTS estava lá fazendo a oito. E agora está acompanhando toda a política reduzindo, O Minha Casa, Minha Vida, agora, o financiamento o fundo entrou sendo o recurso financeiro, mais de 50 bilhões para esse programa. Mais de 12 bilhões para atender a parte de subsídio e é importante isso, porque trabalhador de um salário-mínimo de renda familiar passou a ter acesso a financiamento habitacional, que até então não tinha em lugar nenhum.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O senhor permite um aparte rápido? Só um esclarecimento.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Pois, não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O senhor falou em compensação, se houve já um lucro é porque não está compensado. Então, se remunera menos e se é mais remunerado. Inclusive, porque há títulos do tesouro em Selic recebido pelo fundo. Então, esse raciocínio eu não compreendi direito. Compensação significaria que o lucro estaria todo distribuído para aqueles cotistas do fundo. Então, há uma descompensação pelo lado da remuneração para o fundo e não para o trabalhador.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Eu posso explicar, Senador.

Quando eu falo de equilíbrio e de compensação, eu estou dizendo o seguinte: Se na responsabilidade do FGTS, que é o passivo dele, que ele tenha que pagar os trabalhadores, ou a gente aumente a taxa de juros hoje de três, ou nós venhamos a trocar TR pelo IPCA, significa que o custo do FGTS vai ser maior para remunerar o dinheiro do trabalhador.

Como o dinheiro que ele vai auferir advenha além da aplicação das suas disponibilidades no mercado, em título público federal como foi apresentado, também do resultado dos empréstimos que ele faz. Então, obviamente, que esse resultado do empréstimo... Há. Não tenha a menor dúvida de que há, porque o fundo vem

sendo gerido para que ele não aconteça que o aconteceu em 91 e 92. Então, nós temos trabalhado com muito cuidado exatamente para isso, para que o fundo cumpra todo o seu papel social e tenha resultado.

Agora, o que é importante desse resultado, que é bom entrar nele é o seguinte. Este resultado, Senador, é o que possibilita esta política de subsídio, que não é função da FGTS, mas ele vem fazendo para alcançar o seu objetivo social, como foi dito pelo Dr. Mário Avelino, o objetivo do fundo de dar habitação para baixa renda. [soa a campainha]

Então, o Fundo de Garantia, por exemplo, só nesse Programa Minha Casa, Minha Vida, ele está alocando 12 bilhões a fundo perdido para fazer com que estas famílias que não têm capacidade de tomar um financiamento passe a ter esta capacidade. Então, isto come lucro, isto come resultado do fundo, porque é um recurso que vai que não volta, que não tem retorno. Este fundo, que o Dr. Paulo fez referência, é a nossa saída para melhorar remunerar a conta do trabalhador.

Deve estar chegando a esta Casa o projeto da MP, se não me engano, 464, que acabou de ser aprovado na Câmara está vindo para o Senado, onde foi incluído um dispositivo que dá uma perenidade neste Fundo FI, FGTS de Infraestrutura. Os 17 bilhões que foram alocados havia uma expectativa de todo mundo que ia levar dez anos para aplicar esses recursos, em um ano esses recursos se exauriram. Então, está sendo criado um mecanismo, onde 80% seja 80% do patrimônio líquido do FGTS a cada ano e que o trabalhador possa investir até 30% da sua conta vinculada comprando cotas deste fundo.

Este fundo, como ele investe em infraestrutura e com a estrutura de mercado, não um crédito direcionado para o setor público, mas projetos bons que ajudam o país e que tem uma rentabilidade melhor. Ele está com uma perspectiva de uma rentabilidade muito melhor do que a hoje praticada com TR mais três, que o trabalhador vai participar dele, podendo levar, se esse projeto for aprovado nesta Casa, até 30% da sua conta vinculada. Com isto, ele vai ter uma rentabilidade melhor que vai melhorar esta rentabilidade, que é realmente pequena, a gente não tem dúvida quanto a isso hoje.

Mas é a maneira que a gente encontra de não mexer no sistema. Quando se fala de um país desenvolvido, que nós não queremos que tenha inflação, nós já saímos de uma Selic de 26 para 8.75. Ora, se eu remunero uma poupança de TR mais seis, os juros de mercado estão quase encontrando um com o outro. Se eu remunero o Fundo de Garantia com TR mais três e o juros de mercado é 8.75, este gap está diminuindo. Se nós queremos um país sem inflação, nós vamos continuar investindo na infraestrutura e esta remuneração do trabalhador, ela começa a ganhar valor real à medida que os juros de mercado esta caindo.

Então, nós não podemos pensar sem ver o sistema como um todo, esta é a questão que a gente coloca. Nós temos que ver a parte dos investimentos, nós temos que ver a parte do trabalhador, nós temos que ver isso colado com a poupança. Porque o FGTS, Senador, na sua história, ele vai completar agora 43 anos, nesses 43 anos, foram construídos nove milhões e 900 mil financiamentos dentro do SFH, como um todo, poupança e Fundo de Garantia. Desse universo, seis milhões e 600 mil financiamentos foram feitos com recursos do Fundo de Garantia.

Quando os bancos se negaram a fazer empréstimo habitacional, o fundo continuou com o seu papel institucional e de objetivo social, fazendo investimento em habitação. Se esse déficit hoje é de sete milhões de moradias, o que seria sem o FGTS? Que desse universo todo fez mais de 70%. Então, é bom a gente pensar esse fundo com todos os objetivos dele. Claro que a gente se preocupa com a remuneração do trabalhador, porque isso é vital.

Agora, nós temos que encontrar mecanismos onde a gente mantenha a estrutura, mantenha os objetivos do fundo e melhor remunere o trabalhador. Este é o nosso grande desafio e é para isso que nós estamos trabalhando constantemente, para encontrarmos uma equação para essa demanda.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Dr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS. E vamos de pronto ao Sr. Miguel Salaberry, Secretário de Relações Institucionais da UGT.

Não, agora deixa para a gente ampliar o debate em seguida, vamos deixar agora o Miguel fazer uso da palavra, em seguida volta para os Senadores e a Mesa vai poder daí fazer o contraponto, com certeza.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Senador Paulo Paim, Senador César Borges, Senador Mão Santa, companheiro Joaquim Lima, companheiro Mário Avelino.

A parte que toca as Centrais Sindicais, no caso a UGT, eu sou Presidente do Sindicato lá no Rio Grande do Sul. E quando disse aos trabalhadores que viria à Comissão falar sobre FGTS, a primeira coisa que o trabalhador lá na base, ele ficou contente em saber que tinha um representante deles na base aqui discutindo com o Senador César Borges, um assunto que muito lhe interessava.

Só que o trabalhador entende e ele me passou como se fosse que eu viesse aqui falar com o Senador, autor do projeto, que a remuneração dele no FGTS ia crescer de uma forma que viria beneficiá-lo. E eu acho que nós Centrais Sindicais e nós da UGT e eu como Presidente de Sindicato de base, temos que ter uma responsabilidade muito grande quando se discute aqui no Senado, e, posteriormente, na Câmara, um assunto tão importante que envolve a estabilidade do trabalhador, que trocou lá em 1967, a sua estabilidade por tempo de serviço pelo Fundo de Garantia.

E de lá para cá, aconteceram sumiços na conta dos trabalhadores, até que a Caixa veio a assumir, ela centralizou todos os recursos, todos os depósitos do FGTS. E é salutar Senador César Borges, que o Fundo de Garantia, ele além de um patrimônio do trabalhador, ele tem um Conselho Curador, do qual lá está o governo, está lá os trabalhadores, estão lá os empresários. Existe uma lei que foi aqui discutida, foi aprovada e ela está em vigor.

A preocupação que eu tenho quando falo pela Central Sindical, quando falo pelo sindicato de base que represento, pelos trabalhadores que estão lá, que usam o seu Fundo de Garantia lá na sua aposentadoria, ou quando eles são demitidos, eles se preocupam em saber que têm um governo, que tem um gerenciamento da Caixa Econômica e todos que falaram aqui só elogiaram a Caixa, e eu participei muito tempo do Conselho Curador do FGTS. Hoje, eu não estou lá, até por divergência dentro da central e no próprio Conselho, mas a democracia nos leva essas divergências salutar para construirmos então.

Eu entendo, Senador, que nós temos que ter cuidado. E eu estou aqui, na Câmara, lá na Câmara dos Deputados assessorando um Deputado que é vice-Presidente da UGT, e passa pela Comissão do Trabalho vários projetos de muitos Deputados, que querem tirar do Fundo de Garantia, querem usar o Fundo de Garantia... Tem vários projetos lá, retirar o Fundo de Garantia para comprar automóvel usado, para comprar automóvel novo, para comprar habitação usada. E eu entendo que nos temos que preservar sob pena de acabar o Fundo de Garantia.

Eu como, representante de uma central, quero que a rentabilidade seja maior do que hoje não resta a menor dúvida. Eu entendo que a TR mais 3% é muito pouco. Isso todos nós, na Central Sindical e no Sindicato entendemos assim. Nós queremos uma rentabilidade maior.

Mas V. Exa. Senador, que ouviu atentamente a Caixa Econômica, o Conselho Curador, o Instituto FGTS Fácil, e agora um representante, que talvez não seja a mesma opinião dos companheiros que estão o Gabriel e o companheiro do CONLUTAS, talvez tenha uma outra visão. Mas eu dentro... Quando estive no Conselho Curador do FGTS, por muito tempo, sempre combati e sempre quis que essa remuneração, ela fosse alterada.

E, várias vezes, a Caixa Econômica, está aqui o companheiro Joaquim Lima, divergimos. Ao ponto de eu sair do Conselho Curador, mas saí de cabeça erguida sabendo que eu tinha uma responsabilidade. A responsabilidade de garantir o patrimônio, que é aquela troca que fizemos lá atrás, que foi nos imposta e acabamos nós concordando, que era a nossa estabilidade profissional pelo FGTS.

E hoje, nenhum trabalhador quer trabalhar sem ter a sua garantia do FGTS e que tem vários problemas. A Caixa sabe muito bem, nós já avançamos muito com os inadimplentes, os fraudadores e até referente à Justiça do Trabalho. Que é bom o Senador saiba que a Justiça do Trabalho, hoje, um trabalhador trabalha dez anos, o trabalhador entra na Justiça e o Fundo de Garantia não é recolhido. Ele recebe uma indenização e fica por isso mesmo. Então, nós temos muito problema, Senador.

Eu acho que a responsabilidade sua é muito grande, do Senado que está aqui discutindo, que está nos ouvindo, mas eu não arrisco a dizer a V. Exa. se esse seu projeto é bom ou se é ruim. Eu acho que eu tenho que trazer os argumentos que nós trabalhadores da base temos referentemente a qualquer problema com o Fundo de Garantia.

Hoje temos o Fundo de Investimento que foi discutido, tivemos anteriormente também, que foi discutido com as Centrais Sindicais, que era um investimento de parte do nosso patrimônio, ser investido na Bolsa de Valores.

E foi muito discutido e eu fui contrário a isso, porque nós estávamos arriscando em ganhar, poderíamos perder. Mas o governo garantiu um valor, um percentual para que nós não tivéssemos esse prejuízo.

Entendo que o seu projeto que V. Exa. está apresentando, eu acho pelo menos argumentos que aqui estamos apresentando, deve ser discutido, o risco é muito grande do patrimônio que tem nós trabalhadores. E entendo que todos nós que estamos aqui temos uma preocupação, Senador. Com absoluta certeza.

Eu entendo que V. Exa. apresentou aquilo que o trabalhador quer, uma rentabilidade e uma correção.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O senhor me permite, Presidente?

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Sim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu gostaria que apenas apresentasse qual é o risco do projeto. Porque uma coisa é você comprar automóvel

velho, ou ter outro tipo de aplicação para o FGTS. O que está se falando aqui é simplesmente em colocar na conta do trabalhador, vai continuar no FGTS, não tem o menor risco, o que está se aumentando é o ganho do trabalhador.

Risco para o fundo absolutamente nenhum, porque nós estamos propondo que o dinheiro repassado continuará no FGTS, não afetando saldo do FGTS e só vai diminuir quando o trabalhador sacar. Continuam as mesmas regras, apenas aumenta o ganho do trabalhador.

Falar que há risco no fundo? Aí eu rejeito inteiramente--

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --porque nós não estamos colocando, nem eu colocaria em momento nenhum em risco o FGTS. Então, V. Exa. tenha cuidado no seu raciocínio, porque não há essa intenção desse Parlamentar e nem do Presidente, que declara apoio também ao projeto, nem desta Casa, que o Relator também está favorável. E pelo que eu ouvi aqui, inclusive do próprio Superintendente Nacional do Fundo de Garantia, que diz que é uma preocupação da própria Caixa em aumentar o rendimento ao trabalhador. Agora, daí a dizer que há um risco, pelo amor de Deus.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Senador, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pense bem nas suas palavras, porque não há essa intenção, eu rejeito inteiramente que haja qualquer insinuação.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Que haja uma colocação de que o FGTS ficará em risco, pelo amor de Deus.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Não. Senador, eu não quis com isso dizer a V. Exa. nem ao Senador Mão Santa, ao companheiro e Senador Paulo Paim de que há um risco no seu projeto.

Quis dizer a V. Exa. que existe tramitando aqui no Senado e na Câmara, vários projetos... Não, claro, Senador. Tanto que eu disse a V. Exa. que eu me arriscaria a dizer se o projeto é bom, se é ruim, se o trabalhador quer que realmente haja uma rentabilidade maior, que os depósitos, que o seu patrimônio ganhe realmente, que não seja essa remuneração que o FGTS está hoje remunerando.

V. Exa. apresentou um projeto que qualquer trabalhador apóia, como eu apoio, Excelência. O que eu quis dizer a V. Exa., que esse seu projeto e outros que aqui passarão, com absoluta certeza, virão, virão nos sentido de mexer no patrimônio do trabalhador.

O seu projeto, eu disse a V. Exa., não entraria no mérito, apenas estou lhe trazendo argumentos daquilo que eu, nesses 22 anos de movimentos sindical que tenho e alguns anos à frente do sindicato, tenho com relação ao patrimônio do FGTS.

Quanto ao seu projeto, Senador, em absoluto não sou contra, não serei nunca contra naquilo que beneficia o trabalhador. O que eu quis trazer os meu argumentos e talvez tenha me expressado não como V. Exa. gostaria que eu me expressasse o apoio ao projeto sim.

A preocupação minha, que participei tanto tempo no Fundo de Garantia e tenho casos, hoje, que lhe falei da Justiça do Trabalho, onde existe um prejuízo muito grande ao trabalhador e ao patrimônio do trabalhador, que é Fundo de Garantia.

O que eu quis trazer a V. Exa., ao Senador Mão Santa, e ao Senador Paulo Paim, é no sentido da preocupação que eu como trabalhador tenho representando. E quando vim, disse a eles que viria aqui hoje representando o Presidente Ricardo Patah, a primeira coisa que eles disseram é que eu ter ia que apoiar se isso beneficiasse a ele trabalhador. E o apoio da Central Sindical e do Sindicato e dos trabalhadores, não tenha a menor dúvida.

A minha preocupação, que eu tenho que aproveitar a oportunidade que me dá o Senador Paulo Paim e V. Exa. de falar é trazer os problemas que nós enfrentamos no Fundo de Garantia.

Quanto ao projeto, Senador, eu entendo que tudo aquilo que beneficia o trabalhador e não prejudica o FGTS, nós temos absoluta certeza que V. Exa. terá o apoio das seis Centrais Sindicais e da CONLUTAS, que aqui está, porque isso em absoluto causa um dano.

O que eu quis alertar e aproveitar a oportunidade, Senador Paulo Paim, é trazer a preocupação que outros... De outros projetos, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Outros projetos, não é esse.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Que eu quis dizer a V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está claro. Tem que ficar claro.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: --o que eu quis dizer à V. Exa., para que o companheiro da Caixa Econômica, o Joaquim Lima, que trouxe aqui alguns dados, o companheiro Mário Avelino é um estudioso da matéria, tem algumas posições que ele tem que eu sou contrário e outros eu sou a favor, isso não tem a menor dúvida. Mas eu não posso me furtar de ter aqui um Plenário, que deu um microfone, tem o Senado que hoje todo o Brasil está nos vendo e nos escutando, que eu tenho que aproveitar a oportunidade, Senador

de trazer à V. Exa., que o projeto... Não, não. Não em absoluto. Não, o senhor não.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O seu é menos radical que o meu ainda. O meu é mais radical que o seu. E eles sabem qual é a minha posição quanto a isso.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Não, não. O Senador Paulo Paim me conhece há muitos anos, sabe da militância que eu tive dentro do Partido, da militância que tive nas lutas pela democracia. E não poderia de maneira alguma, usar, V. Exa., usar o Senado aqui, para mostrar os outros problemas que nós temos do FGTS.

Nós temos na UGT, temos um projeto na Comissão do Trabalho, temos divergência com a Caixa, com o Conselho Curador, mas isso é normal, mas eu não posso, Senador, em absoluto.

V. Exa. apresentou um projeto, que todos os trabalhadores querem aumentar. Claro que ele pulverizando como foi dito, então, porque entende como tem os dados, mostra que ele não vai chegar, como V. Exa. entende que chegue, mas tudo aquilo que acrescenta ao trabalhador, nem que seja um centavo é um ganho.

Mas eu digo à V. Exa., aproveitando o Senador Mão Santa, o Senador Paulo Paim, a Caixa Econômica, o Fundo de Garantia que está representado pelo Conselho, de que nós trabalhadores temos uma preocupação dos projetos que vão chegar ao Senado, que vão chegar a essa Comissão e que tratam de coisas de dilapidação do patrimônio do trabalhador.

E que V. Exa. não sei se serei ouvido nos próximos projetos, mas eu tenho que aproveitar a oportunidade passar à V. Exa., nós temos o companheiro Senador Paulo Paim, lá do Rio Grande do Sul, que está sempre atento as nossas reivindicações, aos nossos protestos, as nossas indagações, Senador Paulo Paim. De que nós trabalhadores de base, nós temos uma preocupação queremos sempre que o patrimônio do FGTS seja preservado e não dilapidado.

Então, eu digo ao Senador César Borges, nós, eu acho que ninguém eu acho que na Mesa divergiu, ao contrário, se apresentou dados e informações para que V. Exa. possa defender que esse projeto possa passar e que possa depois surtir seus efeitos, que eu sei que V. Exa. é estudioso mostrou no seu relatório, dados técnicos aqui da Consultoria do Senado muito competente [soa a campainha] e que realmente precisa haver uma remuneração melhor do FGTS.

Mas nós não podemos esquecer que o FGTS, além do saneamento básico, a infraestrutura, a habitação, ele também gera emprego e renda. Nós temos que lembrar muito bem disso. V. Exa. está de parabéns, e eu acho que nós todos concordamos, mas os próximos projetos e eu quis fazer essas citações todas.

E dizer a V. Exa. que nós da UGT temos até argumentos e queremos investir também no pré-sal eu acho que está aí esse projeto do governo, nós queremos usar uma parte do FGTS, através do FI e do FGTS, também nesse investimento e queremos uma maior remuneração, não só para as contas do patrimônio do FGTS, mas que isso reverta aos trabalhadores, nós queremos isso e o seu projeto vai ao encontro dos nossos anseios.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. O Mário Avelino tinha pedido um aparte.

SR. MÁRIO AVELINO: Eu queria só, Joaquim, eu gostaria de ratificar um ponto, quando eu apresentei aqueles números, eu só dei o exemplo ali das contas ativas, por quê? Porque na apresentação que foi feita anteriormente, eu vou dar um exemplo, as contas de reserva são 15 bilhões de reais e são 98 milhões de conta. Quando a gente fala distribuir em momento algum é pulverizar, é creditar proporcional ao saldo de cada conta que investiu, exemplo, se eu tenho mil reais, eu vou ter dentro do lucro a proporcionalidade.

Então, todas as contas ativas, inativas, reservas técnicas e as contas da Lei Complementar 110, todas elas serão remuneradas. O que quis ali demonstrar e talvez eu fui infeliz, eu peço desculpas, é que eu de um exemplo pegando só as ativas, o projeto não é só conta ativa, toda a conta que tem saldo, porque todo o saldo foi utilizado para investimento vai ser distribuído proporcional não é pulverizar.

E ratificando só mais um item importante, o projeto ora apresentado, e só para fechar o que o Miguel colocou, ele é um projeto que veio da base dos trabalhadores. Então, o projeto não oferece o risco para o trabalhador e o risco para o Fundo de Garantia é zero, é um projeto que só soma. Não há risco no projeto do Senador César Borges.

E só mais um ponto que eu gostaria de... Que o Paulo até colocou na hora, a questão de Lei 11.491, que vai vir a MP 464, o Joaquim também citou, houve um aumento de 10 para 30%, que foi aprovado na Câmara.

É um processo perigosíssimo, esse sim desestabiliza a estrutura financeira do fundo para investir em áreas sociais, porque 30% já somado ao que já está garantido pelo patrimônio líquido, que é 80%, nós estamos falando em 64 bilhões de reais que poderão sair do Fundo de Garantia para o PAC, que são projetos do longo prazo.

Particularmente, acho perigosíssimo e a proposta é invés de aumentar 30% o PAC, que ele mantenha os

10% da lei original e que somente 10%, poderia ser uma emenda aqui eu não sei como que é o processo, seja o adicional para o trabalhador investir diretamente em ações do pré-sal na Petrobras, o que daria um total de investimento de 20%, 10 para o PAC e 10 para o pré-sal. O trabalhador democraticamente poder participar desse grandioso projeto para o país, que vai gerar emprego e trabalho.

E ratificando aumentar a lucratividade não é tirar o dinheiro do fundo é aumentar o saldo do fundo para mais investimento é uma realimentação.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou pedir aqui um espaço para todos, que o representante do CONLUTAS está no Plenário, eu vou dar para ele cinco minutos, para que ele também coloque o seu ponto de vista, como é que a sua central está vendo essa questão do FGTS.

E eu só espero que eu não seja mais radical que você também, em relação a esse tema.

SR. DIRCEU TRAVESSO: Boa tarde, Senador Paulo Paim, a quem cumprimento os demais Senadores, boa tarde a todos as participantes da atividade.

Nós da CONLUTAS temos uma visão é necessário estabelecer com o tempo curto, rapidamente do, que é que nós estamos tratando. O Fundo de Garantia, na verdade foi a instituição de uma penalidade para classe trabalhador no país, uma compensação para uma penalidade.

Os trabalhadores até a Ditadura Militar gozavam e haviam conquistado a estabilidade do emprego, se introduziu o mecanismo do Fundo de Garantia, como uma compensação. Nós não concordamos com isso, isso foi imposto e que nos impuseram então com o discurso, o mecanismo compensatório pelo fim da estabilidade. Esse mecanismo pressupunha, então, a constituição do Fundo de Garantia um valor.

E se o utilizou junto com isso, também, o argumento de que este fundo criado além de ser a compensação para o trabalhador com o risco da demissão, caso da demissão, ou ao final com a aposentadoria, de que esse dinheiro seria uma parcela dele investido em projetos sociais, fundamentalmente, o processo da casa própria. Assim foi o discurso da criação do Fundo da Garantia.

Por que nós achamos muito importante retomar o conceito do fundo para entrar num debate como esse agora? Porque nós temos pleno acordo com a preocupação não em relação ao projeto, levantado pelo Miguel. Porque o Fundo de Garantia se transformou em mais um volume de dinheiro impressionante e que tem muita gente de olho.

Os bancos, eu trabalho em banco. A banca privada está interessadíssima em entrar e se apropriar e negociaria inclusive os percentuais tranquilamente... De administração qualquer um negociaria, porque o Fundo de Garantia não é só o maior banco de dados do mundo é um fundo considerável, do ponto de vista dos valores que...

E o grande debate que está colocado, na nossa opinião, nós não temos nenhum acordo por exemplo com a instituição do fundo, que o Dr. Joaquim descrevia, por quê? Porque esse fundo vai na lógica do mercado e não na lógica que nós temos do desenvolvimento a partir do mecanismo do investimento estatal e público.

E coloca parte do dinheiro do trabalhador sob o risco e nós estamos assistindo nesse momento, toda essa lógica do mercado, este mercado as tais das bolhas não são uma abstração que caíram do céu. As bolhas foram criadas exatamente... E fico um pouco passo em ouvir alguns argumentos, por exemplo, o debate sobre a crise de que a crise passou.

Os analistas minimamente sérios estão discutindo de que há elementos de recuperação, mas de que os elementos centrais da crise continuam colocados. E parte fundamental dessa crise tem a ver exatamente com a lógica do sistema financeiro e de como entrou na reprodução fictícia de papéis, sobre papéis, sobre papéis e sobre papéis administrando fundos, ou não? E nós temos um patrimônio dos trabalhadores nesse momento, do país, que foi construído como um ataque, mas é o nosso patrimônio.

Então, em relação ao debate do projeto, nós não temos nenhuma dúvida. Nenhuma dúvida. Qualquer mecanismo que significa estabelecer a remuneração justa. Eu o vi o argumento aqui sobre a fragmentação do valor, me desculpe eu achei que eu estava...

Bom, um fundo que é constituído a partir da fragmentação de donos individuais das suas contribuições e que o mecanismo social que é dito a necessidade, então, de estabelecer um volume maior de dinheiro para investimentos coletivos, que gerem a partir... Isso já está dado ou não?

Há a parcela do fundo, que é destinado exatamente para os investimentos de habitação, de infraestrutura, ou não? Porque nós não vemos nenhum risco, nenhum, [soa a campainha] nós não estamos tratando aqui, há um lucro. Este lucro também, aí a correção feita também é muito justa, quer dizer, ninguém está discutindo aqui de que este valor seria depositado. Primeiro, não é para ser dividido igualitariamente entre todos.

Nós gostaríamos de que tudo que é produzido no país fosse distribuído igualitariamente para todos, mas aí não seria só o Fundo de Garantia. Então, nós

pegaríamos toda a riqueza do país e dividiríamos pelo número de habitantes. Como essa lógica, infelizmente, ainda não se estabeleceu o que é que nós estamos debatendo? O critério que propôs o companheiro que é o volume de dinheiro investido, a lucratividade atingida, que esse lucro seja dividido de acordo com o valor que cada trabalhador tem em sua conta, nós não vemos nenhum problema de que isso seja realizado.

E a CONLUTAS quer afirmar nesse debate, que além desta discussão, nós temos acordo, não há nenhum problema, ao contrário, vemos como correção da distorção. A Caixa Federal, com todo o papel que cumpre, ela é remunerada [soa a campainha], ela não deixa de ser remunerada por isso.

E para terminar queremos dizer o seguinte, na nossa opinião, independente da discussão do Fundo de Garantia, para os trabalhadores continua colocado o debate sobre a crise econômica.

E, mais do que isso, a restituição para encerrar da estabilidade do emprego. Ante a crise, nós queremos e estamos discutindo com Parlamentares a necessidade de ter projeto nessa Casa, que rediscuta se as empresas estão com a estabilidade que estão e nós vimos ante a crise, a Perdigão, a Sadia não teve problema, o Banco Votorantim não tem problema. Os grandes empresários ante a crise não tem nenhum problema, estabilidade total se usa fundo público, dinheiro de fundo de pensão garante os negócios e continua tudo certo.

Nós queremos discutir a estabilidade para o trabalhador, que é o grande penalizado, mais uma vez, nessa situação. Em relação ao projeto que dê para aqueles que investem no Fundo da Garantia, aquilo que é a lucratividade que ele gera, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Dirceu Travesso, que representa aqui a CONLUTAS, que vai estar no debate amanhã lá na Comissão de Direitos Humanos, junto com as outras centrais, sobre o tema: "Pré-sal e os trabalhadores". Principalmente, a partir de um projeto que foi apresentado pela Federação Única dos Petroleiros, com o apoio das Centrais Sindicais a sua maioria.

Eu agora retorno à Mesa, para que cada um faça suas considerações finais, sempre dizendo que os Senadores usam a palavra a qualquer momento. E no final eu vou ter que dar o meu ponto de vista aqui também, mas eu prometo que eu vou dar dois minutos só.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu até inverteria, Sr. Presidente, diante do conhecimento de causa de V. Exa. eu pediria que V. Exa. falasse em primeiro lugar e deixasse nós outros aqui, Senadores, falássemos após V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, deixa eu falar rapidamente.

O Joaquim, me permita falar assim, todos aqueles que conhecem já o meu ponto de vista... Sabe como é que eu vejo o Fundo de Garantia? Eu sou muito pragmático, para mim é uma poupança. É uma poupança do trabalhador e se eu deposito lá o meu dinheiro, claro que o trabalhador de base, meu amigo Miguel, ele quer saber o seguinte, quando tu voltar para lá: "Mas afinal..." É isso que ele quer saber: "O meu Fundo de Garantia vai ter uma remuneração maior ou não vai ter?". É isso que ele quer saber.

O pião de base quer saber isso. Eu sei por que fiquei anos dentro das fábricas e ficava toda hora controlando lá a minha continha do Fundo de Garantia, para ver quando que eu tinha lá. Ele está preocupado é com isso. O mundo real é esse.

Eu sei da magnitude do projeto e do programa e os objetivos da Caixa, não há problema nenhum. Por isso que o seu projeto, de pronto eu disse que eu sou favorável. O trabalhador quer saber quanto que vai ter de remuneração no seu Fundo de Garantia.

Eu confesso e o Dr. Joaquim sabe disso e apresentei projeto quando eu era Deputado, depois de muito refletir com a Caixa, ainda fiquei aqui. Se é uma poupança, eu quero receber o correspondente a poupança, o correto seria isso, o adequado. Se eu, durante toda a minha vida, eu depositei lá 35 anos um dinheiro, calcule se eu recebesse o dinheiro da poupança, daria um volume grandioso de dinheiro. O trabalhador é essa a ótica que ele tem.

E deixa eu dar um exemplo, a própria questão com a Previdência. O que é a Previdência? É um depósito que eu faço todo ano, todo mês e na hora de eu me aposentar me dizem que eu vou receber somente um salário-mínimo. Como é que o trabalhador vai concordar? Ele pagou a vida toda sobre dez e querem me convencer a mim e tem as articulistas que botam que o meu projeto é responsável, porque eu faço essa fala e vou repetir sempre.

Querem convencer a mim trabalhador, que durante toda a minha vida eu paguei sobre, cinco, seis, sete, oito, nove, dez salários mínimos. E depois de 35 anos querem que eu me aposente com um salário-mínimo. Porque é isso que vai acontecer se mexer essa política de Previdência que está aí hoje. Ou seja, aplica o fator, perde 40% não dá o mesmo reajuste dado para o mínimo.

Claro, me disseram ontem ainda: "Tinha, mas até o passado era em torno do que ganham mais do que o salário-mínimo eram 13 milhões, hoje é oito". Claro! Em 15 anos, mais ou menos cinco milhões deixaram

de ganhar um pouco mais que o mínimo e estão ganhando o mínimo.

Eu faço essa análise global, claro sem detalhar, o sonho do trabalhador é ter uma aposentadoria integral de acordo com o que ele pagou durante sua vida. Pagou sobre um vai se aposentar com um, mas se pagou sobre três, sobre quatro, sobre cinco. É isso, ninguém vai me convencer ao contrário e lá na base ninguém convence. O Fundo de Garantia e eu fico feliz de ver que a Caixa está estudando formas de melhorar à remuneração do Fundo de Garantia.

Eu apresentei um projeto, Senador César Borges que diz pelo menos o seguinte, quando eu completar 30 anos mulher e 35 anos o homem, estaria apto a me aposentar. E quando eu me aposento eu posso retirar o fundo, pelo menos tempo contribuição. A Legislação vincula a idade queira ou não, esse tal de famigerado fator vinculou a idade. Mas pelo menos, quando eu tiver 30 anos de contribuição para a previdência e consequentemente paguei fundo e 35 anos o homem, e 30 a mulher, que eu possa retirar o meu fundo. Posso até optar em não me aposentar, porque eu quero esperar um pouco mais para melhorar de vida essa realidade estaca aí.

Então, eu vejo nessa ótica, por isso que eu só que apoiar o seu projeto, ele é muito menos radical que o meu ponto de vista. O que eu gostaria, pode ser sonho, é que um dia o trabalhador possa dizer: "O meu dinheiro está lá no Fundo de Garantia, eu não vou retirar, porque aquilo é uma poupança forçada. Eu estou recebendo algo semelhante aquilo que paga para a poupança". Quando ele puder retirar com certeza ele já vai estar muito bem na vida dentro desse critério.

Claro que eu entendo toda a responsabilidade da Caixa, em matéria principalmente da construção de casa para o trabalhador de baixa renda. Eu vejo um pouco diferente as grandes obras, porque as grandes obras são para toda a sociedade. As grandes obras são para toda a sociedade, mas quem está segurando ela, grande parte é o Fundo de Garantia também do trabalhador.

Então, se eu dou o meu fundo para fazer viaduto, para fazer enfim, usinas. Enfim, seria importante que esse conjunto da sociedade entendesse que eu, como um investidor, como um empresário, um investidor é legítimo, eu peguei o meu pequeno investimento, correspondente a sei lá o que, a 50 mil, 100 mil, que eu tenha o mesmo direito que tem os outros setores da sociedade que fazem investimentos. Porque se não sobra tudo para o trabalhador. Quem tem que segurar toda a seguridade social na sua amplitude, no fim é o dinheiro do trabalhador.

Quem segura todos os investimentos que o fundo faz e não estou dizendo que não é correto, no fundo grande parte é o dinheiro do trabalhador. E por que ele não pode sonhar em ter uma remuneração como um investidor? Ele tem esse direito a sonhar.

E eu confesso que eu aqui no Congresso, eu comungo um pouco essa parte, viu? Eu sei que, às vezes, eu meio incômodo. E por isso que eu não poderia Senador César Borges, deixar de aprovar o seu projeto, que eu diria que é muito mais equilibrado inclusive, do que essa proposta que eu estou colocando. E os companheiros da Caixa sabem disso é uma discussão antiga.

Enfim, eu passo a palavra agora aos nossos convidados, começando já que o senhor não falou, o senhor vai ter oportunidade agora, o Sr. Antonio Góis de Oliveira, que ficou no lugar do Dr. Paulo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Presidente, mas não seríamos nós, os Senadores, então, agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ah, mas com certeza, V. Exa. tem sempre a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu queria dizer que nós já estamos aqui há seis anos e o oito meses e eu sempre lhe segui eu não vou deixar está para terminar esse mandato, eu continuarei lhe seguindo nas causas para o trabalhador, porque eu acho que são puras. Eu acho no meu entender, eu acho você o mais puro representante do trabalhador no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu acho que foi extremamente enriquecedor para todos nós esse debate.

Eu queria pontuar aqui algumas coisas, primeiro eu não desmereço o trabalho da Caixa Econômica Federal. Eu gostaria é que a Caixa Econômica Federal pudesse até incrementar mais, quando eu vejo algumas coisas que me preocupam, como, por exemplo, esse dado de que não houve investimento em áreas importantes, como Pró-Moradia.

Eu sou como o Senador Mão Santa, somos amigos de Prefeitos, de todo o interior, ele já foi eu gosto de dizer prefeitinho. Eu não fui prefeitinho, mas governei o Estado da Bahia e sei como é importante a participação da Caixa em projetos de infraestrutura, de saneamento.

Entretanto, também, não deixo de trazer aqui um reclamo que existe das dificuldades burocráticas de você conseguir vencer principalmente pequenas prefeituras na aprovação dos projetos. É uma *via crucis* para você conseguir aprovar projetos.

Talvez, um excesso de cuidado, até porque, a aplicação do recurso do trabalhador, mais muitas vezes uma dificuldade imensa, projetos que dormitam e que ficam muitos meses ou até anos para ser aprovado pela Caixa Econômica Federal.

Com relação a defender o trabalhador, o nosso projeto não bota em risco em momento nenhum, refuto inteiramente, porque aqui foi colocado muito bem pelo Mário Avelino, o dinheiro fica no fundo, só fica na conta do trabalhador. Se há dificuldades administrativas, isso é superado pela tecnologia hoje. Você pode fazer a distribuição e administrar isso.

A Caixa já admite esses milhões de contas, por que não pode administrar essa repartição? Eu não vejo nenhuma dificuldade, porque eu entendo como o Senador Paulo Paim, que o FGTS é efetivamente uma poupança. Porque lá atrás, nós sabemos foi colocado aqui pelo representante aqui dos trabalhadores também, foi uma mudança efetivamente para acabar com aquela indenização que o trabalhador tinha, que era uma estabilidade, que às vezes, chegava a valores muito grande para as empresas e transformado numa poupança...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Demitia. Chegava no nono ano demitia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Demitia no ano demitia, era uma estabilidade que terminava não sendo estabilidade e foi criada essa fórmula e ela existe e tem que ser preservada, foi inteligente.

Agora, eu acho que número um, é de que é uma poupança do trabalhador, em segundo lugar o investimento nos setores sociais da habitação.

Ele não foi criado exatamente para política anticíclicas do governo, ou política habitacional, ou política de saneamento, isso é de forma secundária. O FGTS é acima de tudo uma poupança do trabalhador e ali está eu diria até uma sobrevivência, no momento que ele perde o seu emprego. Então, por isso que defender uma remuneração maior é nada mais do que justo.

O Senador colocou muito bem, se você pode aplicar, desculpe, se a Caixa Econômica Federal pode aplicar a Taxa Selic, por que eu não posso ser remunerado então na Taxa Selic? Tenho que ser remunerado por TR mais 3%. Se há um total de lucro é porque há uma descompensação, você tem um *hedge* nisso, você está ganhando a mais do que você está pagando. Isso é fundamental para o funcionamento dos bancos.

Então, o que eu acho é que aqui não é um aplicador qualquer. Aqui é uma poupança do trabalhador. Eu acho que qualquer banco comercial a Caixa Econômica pode ter um *hedge* sobre minha poupança que aplico lá. Sobre o fundo, sobre a Previdência privada, tudo muito bem, agora sobre o fundo, que é o patrimônio do trabalhador, deve ser o mínimo possível.

Eu acho que não só deveria esse lucro ser colocado para o trabalhador, tirado os custos da Caixa, como a Caixa deveria fazer o esforço para reduzir o que ela cobra sobre esse fundo, que é um fundo essencialmente social. Eu não sei se você jogar num processo licitatório hoje para a banca privada, se ela não vai fazer custos menores do que da Caixa, porque não houve licitação, ficou sobre o cuidado estatal da Caixa, que é uma empresa estatal.

Mas como anda a disputa de capitais por aí o fundo desse porte, isso têm uma atratividade enorme. Enorme. Então, eu insisto em dizer que a Caixa poderia rever também suas *performance*s, são três taxas. E que tem uma representatividade muito grande sobre a lucratividade da Caixa. E essa lucratividade da Caixa é uma lucratividade que a meu ver deveria ser transferida para o trabalhador, em primeiro lugar. E não ir para o governo, porque termina sendo outro tipo lucratividade.

Também concordo com o Senador Paulo Paim, quando se deseja colocar em risco, ou aí com outros fundos, aliás, o Mário Avelino colocou essa questão de investimentos em bolsa, aqui o outro companheiro colocou aí sim, você tem risco efetivo.

Eu tenho Previdência Suplementar, eu faço a Previdência e o que eu coloco em bolsa é o mínimo possível, porque a renda fixa por menor que seja, mas é a garantida é onde você acredita.

Então, tem que ter um limite, porque daqui a pouco também o Miguel Salaberry colocou isso, você começa a querer usar o fundo para uma série de políticas. E para beneficiar, setor A, setor B, setor C e nada disso tem qualquer vinculação com o meu projeto. Eu quero deixar bastante claro que o meu projeto é uma inspiração para dividir essa lucratividade do fundo que existe, que é uma realidade com o trabalhador brasileiro.

Por menor que seja, pode ser pouco para alguns, mas pode ser muito para outros. Para trabalhadores que tenha uma renda que efetivamente o FGTS representa muito, que é a sua poupança. Como diz o Senador Paulo Paim, que você vai olhar todo mês, como todos nós que temos poupança todo mês estamos olhando e fazendo a conta qual foi a variação positiva ou não das nossas aplicações, porque representa o futuro das nossas famílias.

Portanto, eu quero agradecer, Sr. Presidente, a convocação dessa Audiência Pública, dizer da nossa satisfação do que eu ouvi aqui, parabenizar o trabalho da Caixa, que eu tenho o maior respeito pelo trabalho da Caixa, mas que esse projeto seja olhado realmente como um projeto que sem desmerecer nem a Caixa,

nem muito menos colocar em risco o Fundo da Garantia ao trabalhador, faz justiça com a poupança do trabalhador brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Senador César Borges, autor do projeto. Passamos de imediato ao Sr. Antonio Góis de Oliveira, Secretário Executivo Adjunto do Conselho Curador do FGTS, para suas considerações finais.

SR. ANTONIO GÓIS DE OLIVEIRA: Exmo. Presidente da Mesa, em nome do qual, Senador Paulo Paim, em nome do qual cumprimento os demais componentes da Mesa. Ilustre Senador César Borges, autor do projeto, ilustre Senador Mão Santa e demais presentes neste Plenário.

O Conselho Curador do FGTS, até pela sua composição, de um órgão tripartite com representante dos trabalhadores, desde o início dessa discussão relacionada com a melhoria da rentabilidade das contas vinculadas dos trabalhadores no FGTS, que adotou diversos iniciativas tendentes a um melhor encaminhamento dessa questão. Por que um melhor encaminhamento? Porque a questão central é como operar essa mudança sem, de fato, eu vou divergir, eu vou permitir divergir de V. Exa. colocar em risco o equilíbrio do FGTS.

Porque qualquer medida tendendo a alterar a remuneração, melhorar a remuneração, que nós reconhecemos que a remuneração tem que ser melhorada, via mudança do indexador, ela tem que ser equacionada também com a alteração da remuneração do carregamento do ativo atual do FGTS, de operações de crédito, que nós temos aqui um número aqui mais atualizado de 30 de junho de 2009, que é da ordem de 103 bilhões. Esse aspecto sim, de você estar aumentando de um lado a despesa do fundo e do outro lado não está mexendo, até porque, são contratos que a gente não pode mexer nesses contratos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só para esclarecer no meu projeto não mexe com o indexador, esse é um projeto do Senador Tasso Jereissati. O meu projeto simplesmente divide a lucratividade do fundo.

SR. ANTONIO GÓIS DE OLIVEIRA: Ok. Então, eu realmente de penitencio quanto a isso.

Então, nós adotamos diversas medidas, fizermos diversos estudos com representantes dos trabalhadores e examinamos todas essas possibilidades. Dentre elas foi examinada essa proposta de distribuição de lucro e chegou e ratificou esse posicionamento que foi aqui exarado pelo meu antecessor, o Dr. Paulo Furtado e também pelo próprio Joaquim Lima.

É realmente um projeto que a gente acha que fere a natureza cumulativa do fundo. O fundo tem que acumular para poder se constituir um *funding* de recursos baratos, para poder aplicar nesses projetos sociais do FGTS nas áreas de habitação popular, nas áreas de infraestrutura urbana, de saneamento básico. E, principalmente, ele poder acumular recursos para aplicar nas operações, que permite que o fundo conceda recursos a fundo perdido, verdadeiros, autênticos subsídios. Embora, a lei designe esse mecanismo como desconto, mas na prática ele é um autentico subsídio.

E esse recurso, ele é que tem permitido que o fundo tenha permitido que milhões de brasileiros com uma renda de um salário-mínimo tenha tido acesso a sua moradia.

Eu tenho aqui um quadro de uma simulação que demonstra a efetividade, a importância desse mecanismo como fator de acesso a moradia, principalmente para a população de baixa renda.

Esse quadro aqui mostra que do total de sete bilhões e 900 milhões aplicados em 2008, esses recursos foram aplicados para uma população entre um e cinco salários mínimos. Em que dentro dessa faixa, por conta desse mecanismo de desconto, portanto que ele cumpriu seu papel de propiciar acesso a uma moradia a essa população de baixa renda, que em outra hipótese jamais teria acesso essa população. Em todas essas faixas de renda de um a cinco salários-mínimos chegou-se a uma taxa interna de retorno abaixo do custo do FGTS.

E isso, e essas propostas e todas essas propostas que propiciam a distribuição desses recursos, que leva a uma pulverização desses recursos, certamente, elas colidem com essa natureza do fundo, que é essa natureza acumulativa, de realmente juntar uma massa de recursos que permita aplicar em programas que têm o alcance social, que tem esse mecanismo do subsídio, ou do desconto, como designa a lei.

Então, o Conselho Curador do FGTS, desde o primeiro momento em que se instalou essa discussão, que passou sob esse ponto, que não é o objeto do seu Projeto de Lei, como também do projeto de distribuição de recursos do FGTS, já instalou grupos de trabalho com participação dos técnicos mais representativos, das entidades que têm representação no Conselho Curador e viabilizou diversas medidas que já foram implementadas pelo Conselho, a exemplo do Pró-Cotista, que beneficia de forma categórica, comprovada os trabalhadores.

A redução de um meio ponto percentual da taxa de juros nominal do FGTS, que também beneficia diretamente aos cotistas do FGTS e, portanto essa é uma forma de distribuição das riquezas geradas pelos recursos dos trabalhadores, aplicada em todas essas áreas de aplicação [soa a campainha].

Tivemos também uma flexibilização das regras de utilização dos recursos das contas vinculadas para uso de pagamento de parte da prestação, liquidação da parte dos saldos devedores, dos financiamentos concedidos no âmbito do SFH.

Enfim, são todas medidas que favorecem e que representam efetivamente forma de distribuição das riquezas geradas pelas contas dos trabalhadores. Então, essa é a posição do Conselho Curador.

O Conselho Curador está atento, está interessado em participar em debates, em discussão do FGTS, principalmente, quando as discussões são travadas em Fóruns tão representativos da sociedade. E, principalmente, quando se leva essa discussão para toda a amplitude, para todos os aspectos relevantes desse fundo.

Considerando que o fundo, ele tem uma inserção sistêmica, isso tem que ser considerado nas discussões dessas outras questões, considerando que o fundo tem essa natureza cumulativa. E a gente tem que zelar por isso aí, porque somente ele mantendo essa sua natureza cumulativa, é que de fato ele vai exercer a sua função de ser um pecúlio do trabalhador, de ser um seguro para o trabalhador no momento da sua falta de renda por desemprego, ou por doença grave, ou até por falta desse trabalhador, que aí seriam beneficiados seus herdeiros.

Então, essa é a posição do Conselho Curador, de estar sempre disponível e aberto ao debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Sr. Antonio, no fundo, no fundo, no fundo o senhor fechou bem, o que significa que ele tem que ser bem remunerado. Porque na hora que ele precisa ele vai retirar.

Por favor, Senador Roberto Cavalcanti. Desculpe a brincadeira.

SR. ANTONIO GÓIS DE OLIVEIRA: Foi boa, foi boa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim, parabenizar pela realização da Audiência Pública, mas na verdade eu não vou fazer uma crítica ao Conselho Curador, mas vou fazer umas ressalvas.

Vamos considerar o cidadão comum. O cidadão comum assiste ou assistiu nos último dez anos um total contraponto, no que o cidadão poderia aplicar seus recursos, em títulos do governo e o que ele cidadão tinha de remuneração no FGTS. Mesmo levando em conta as razões explicitadas aqui pelo representante do Conselho Tripartite, mas no tocante é a distância financeira que nós assistimos nos últimos anos, ela foi realmente extremamente significativa.

Eu diria que o cidadão, eu não vou nem falar, vamos considerar que seja um mesmo cidadão, não vou considerar que sejam os bancos que aplicam para com títulos do governo a um preço e o cidadão comum, o trabalhador brasileiro ter a sua remuneração por uma outra conceituação. Não vamos considerar que seja elitista, que seja um rico, que aplica em títulos do governo e que seja o pobre, o trabalhador que tenha remuneração do FGTS.

O que eu critico e aí critico a atuação do Conselho Curador é de não ter se apercebido a tempo, porque hoje essa desproporção não é tão significativa, com as taxas brasileiras do último ano, por exemplo, ela não é tão significativa, mas eu estou fazendo um histórico dos últimos dez anos.

E, há dez anos atrás, o cidadão aplicava em títulos do governo a X e esse mesmo cidadão, ele através de sua remuneração no FGTS, o acompanhamento do seu saldo, ele tinha a decepção de assistir que aquela remuneração era insignificante em proporções numéricas.

Essa poupança do trabalhador, com essa remuneração tão defasada em relação a outras aplicações seguras, eu estou falando em títulos do governo, provam que o Brasil é um país muito pacífico, é um país muito pacato. Porque se nós fossemos um país que propagássemos a violência, a revolta, nós teríamos alguns milhões de brasileiros revoltados, trabalhadores, por terem nos noticiários diários das televisões que o governo remunera qualquer outro cidadão, inclusive ele próprio a uma taxa, pelo menos dez, 20, 30 vezes maior do que daquilo que ele estava recebendo na sua poupança, no FGTS.

Então, a minha crítica vem exatamente do comportamento do Conselho Tripartite, no tocante a não ter defendido o trabalhador brasileiro naquela fase. Agora, todos os projetos que vierem vão ser muito mais fáceis do governo até ajustar e do Conselho Tripartite ajustar.

Eu dou um testemunho pessoal e acho que quem está aqui presente e quem está nos ouvindo pode saber. Eu nunca assisti um trabalhador brasileiro preocupado em ir ao FGTS, a Caixa Econômica para saber seu saldo de um mês para o outro, de um período trimestral para o outro. Nada.

Ele nem se preocupava, ele sabia que aquele dinheiro um dia que precisasse ia buscar, mas ele sabia que aquele dinheiro é um dinheiro estagnado. Enquanto se ele cidadão estivesse aplicando em títulos do governo ou estivesse aplicando num banco que ele opera, ele estaria mês a mês, dia-a-dia satisfeito e acompanhando os resultados, porque nos últimos 10 anos é muito importante que V. Exas. raciocinem que

a minha projeção é um comportamental dos últimos 10 anos. Eu assistia e assisto e nós todos que tínhamos alguma aplicação no mercado financeiro, na famosa ciranda financeira, nós acompanhávamos dia-a-dia, semana a semana, mês a mês.

E o trabalhador brasileiro nunca teve nenhuma curiosidade de buscar dia-a-dia, mês a mês, ano a ano, os seus saldos, tendo em vista que o crescimento era irrisório. Talvez, ele não fosse até para não se chatear, porque era se ele fosse lá que o ele tinha aplicado 10, quando ele fosse daqui a um ano, era 10,001 enquanto ele assistia que as outras remunerações válidas, especulativas, mas proporcionadas por títulos do próprio governo, eles se tivessem 10, no ano seguinte, ele teria 20, 30, 40 referências monetárias. Cruzeiros, cruzados, reais, qualquer que fosse a moeda.

Era essa a minha abordagem e parabéns a população brasileira, ao trabalhador brasileiro, por ter tão pacificamente assistido essa não remuneração condigna do FGTS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Passamos a palavra, depois da exposição brilhante do Senador Roberto Cavalcanti, que na verdade ele colocou de outra forma, mas eu concordo com sua explicação. Porque vai chegar um momento que o trabalhador sabe que ela congelado mesmo, que não vai ter um centavo, mas que o ele gostaria é de acompanhar dia-a-dia, sabendo que seu fundo está crescendo.

Foi forma diferente, mas eu entendi e concordo com sua explanação e passo a palavra ao Dr. Miguel Salaberry, Secretário de Relações da UGT.

SR. MIGUEL SALABERRY FILHO: Presidente, Senador Paulo Paim, nosso Relator, Senador César Borges, Senador Mão Santa, Senador Roberto Cavalcanti.

Nas considerações finais, Senador César Borges, eu quero que fique bem claro que a UGT e eu como Presidente do Sindicato e representante dos trabalhadores de base, apoio integralmente o projeto, não resta a menor dúvida quanto a isso.

Os demais companheiros que aqui se manifestaram, pena que o representante da CONLUTAS não está nesse momento, mas ele falou numa coisa muito importante, Senador César Borges, que é bom que V. Exa. que é o autor deste projeto, ele falou na discussão do Fundo de Garantia pela estabilidade, que foi imposto a nós lá na época da ditadura.

E devo dizer a V. Exa. e aos demais Senadores, que existe um Projeto de Lei tramitando na Câmara dos Deputados e vai vir aqui para o Senado. E é bom que V. Exas., todos Senadores que aqui estão, que é o PLP do Deputado Nelson Härter, 8/2003 que trata da despedida arbitrária. E o Relator desse projeto caiu sobre um trabalhador, o vice-Presidente da UGT, o Deputado Roberto Santiago.

E quando ele apresentou o relatório dele e se discutiu na base, todo mundo concordou na troca da na regulamentação da despeça arbitrária. E quando foi para ser apreciada na Comissão do Trabalho, as Centrais Sindicais e o Sindicato se alertaram do assunto, ali estava um projeto que poderia causar um prejuízo ao trabalhador, que estava se regulamentando a despedida arbitrária e com isso ia cair o Fundo de Garantia. E os empresários, e os Deputados empresários que estavam no Plenário estavam concordando em regulamentar a despedida arbitrária e que nós íamos perder Fundo de Garantia.

Então, isso foi revisto, e foi discutido e aí veio com um outro relatório. Então, eu digo a V. Exa., e aos demais Senadores, que o assunto foi discutido pela base dos trabalhadores e ninguém quer perder, ninguém quer saber discutir Fundo de Garantia. Todo hoje o Fundo de Garantia faz parte do patrimônio do trabalhador e é uma garantia que quando ao final, quando for despedido ou vier a se aposentar ele tem um patrimônio e tem um dinheiro que possa aplicar na sua subsistência e no seu patrimônio.

Então, é bom que V. Exas. saibam que as Centrais Sindicais, com todas as suas divergências, são poucos aqueles que querem trocar o Fundo de Garantia por uma estabilidade que existia até então. Eu acho que o mundo mudou, a CLT tem que ser modernizada, não se pode perder direitos, mas que bom que V. Exa. e o Senador Paulo Paim deu oportunidade para que um trabalhador, como eu, lá do Rio Grande do Sul, possa dizer coisas que V. Exas. não conhecem nesse Brasil, imenso.

Estão de parabéns a Comissão, Senador Paulo Paim, Senador César Borges, pelo projeto, o Senador Mão Santa, o Senador Roberto Cavalcanti, companheiro Joaquim Lima.

Para finalizar. O Senador César Borges disse o seguinte, que chegou o momento da Caixa rever aquilo que a Caixa está ganhando. [soa a campainha] lembre-se dos trabalhadores e do seu patrimônio, a Caixa ganha e os bancos particulares estão querendo também gerenciar. E eu acho que a Caixa Econômica chegou o momento de rever seus lucros e dividir com os trabalhadores, estão todos de parabéns.

E agradeço a oportunidade de um trabalhador lá do Rio Grande do Sul, Presidente do Sindicato, vir representar e falar em nome desses trabalhadores do Brasil inteiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem, Miguel, que conheço lá do Rio

Grande do Sul e sei, Senador César Borges, de que fato a posição dele é exatamente a mesma que a sua e a minha e de todos os Senadores aqui. Ele está preocupado com alguns projetos eu acho que poderão vir para cá, que trariam prejuízo para o trabalhador.

Eu passo a palavra ao Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil, para deixar que o Superintendente Joaquim Lima, Superintendente Nacional do FGTS faça o fechamento daí.

SR. MÁRIO AVELINO: Quero, mais uma vez, parabenizar os Senadores presentes, Presidente da Comissão Senador Paulo Paim, Senador César Borges, Senador Mão Santa, Senador Roberto Cavalcanti, e até pontuando um pouco na sua fala, Senador.

A primeira coisa, eu estudo Fundo de Garantia há muitos anos, tenho três livros escritos e me considero um apaixonado.

Eu comecei a estudar Fundo de Garantia, porque eu trabalhei numa empresa que não depositou o Fundo de Garantia e começou toda essa luta. Luta no sentido de despertar no trabalhador o quão é importante o fundo, essa poupança e que ele é o melhor fiscal dela, se ele não fiscalizar ele é o único prejudicado.

E graças ao Fundo de Garantia, o Brasil, ele saiu de uma posição engessada em 66, que inibia de repente o capital externo vir aqui para se estabelecer, porque ninguém quer entrar em uma economia engessada.

E graças ao Fundo da Garantia, como número que o Joaquim falou, hoje mais de nove milhões de trabalhadores tem sua casa própria, como tem abastecimento de água, tem obras de infraestrutura. Então, o FGTS, hoje é o maior pilar financeiro de toda a infraestrutura social de investimento nesse país. Foi a melhor coisa, na minha concepção, que ocorreu para o trabalhador desde a criação da CLT.

Com relação ao que o Senador Roberto Cavalcanti colocou e é muito oportuno, nós temos um Conselho Curador, desde a criação dele, ele é tripartite, mas ele não é paritário, diferente do CODEFAT, então, isso é uma frase minha, é um pensamento meu. Eu digo que o Fundo da Garantia é o dinheiro do trabalhador, depositado pelo empresário, mas quem manda é o governo. Por quê? Estatutariamente, 25% dos representantes são os trabalhadores, 25% são dos empresários e 50% é o governo. Então, ele equilibra.

E se houver empate, o voto de minerva pelo estatuto é do Presidente do Conselho, que desde a criação, é o Ministro do Trabalho e emprego, naquele momento. Então, nós temos um Conselho, onde se fala, na minha opinião, que o trabalhador endossou algumas decisões, para mim o trabalhador engoliu decisões impostas. Porque ele nunca, se trabalhador e empresário chegaram a uma decisão comum e o governo for contra, agora é 12 a 12, antes era oito a oito. Era quatro dos trabalhadores, quatro dos empresários e oito do governo.

Agora, não. É 12 do governo, seis dos empresários, seis dos trabalhadores, pior, o Conselho Curador esse ano, se tornou um Conselho mais político do que técnico, porque entrou Casa Civil, entrou Planalto. Então, o Conselho Curador é um capítulo à parte, que enquanto o dinheiro do trabalhador está dentro de um Conselho, onde o trabalhador é um quarto desses representantes, é estranho não? O dinheiro é meu e quem gerencia é o outro lado. Então, é uma prepotência o governo achar que ele... Quer dizer, ele sabe o que é melhor para o trabalhador.

Eu discordo dessa prepotência, inclusive, existe o PLS 561, do Senador Paulo Paim, que é um trabalho que começou na base com os trabalhadores. Como na Câmara está o PL 4.566, que não entrou essa questão de melhorar essa divisão no Conselho Curador, mas o projeto do Senador, ele propõe sim, um Conselho paritário, um Conselho que... Eu diria até que deveria ter mais representantes do trabalhador do que do empresário, ou do governo. Mas é uma outra discussão e eu torço para que o projeto do Senador vá à frente, e que hajam decisões mais equilibradas.

Com relação à questão do projeto do Senador, eu quero só ratificar, em momento algum ele tira investimentos do governo, das áreas que até subsidia, eu conheço todos os projetos, ele pega simplesmente passa para o dono do dinheiro uma parte do lucro e esse dinheiro continua na conta do Fundo de Garantia para ser investido. O governo, o patrimônio, o ativo do fundo, em momento algum será dilapidado. É um projeto que ele faz justiça ao trabalhador.

Um outro ponto que foi mui tocado aqui a questão da TR, que não é o objetivo da audiência, mas é bom frisar sim, porque o Senador Roberto Cavalcanti, colocou e me deu até reforçar a oportunidade. A TR, ela gerou uma perda ao trabalhador, de 2002 para cá, porque ela não repõe a perda gerada pela inflação. O que é atualizar monetariamente uma poupança? A Lei do Fundo de Garantia é clara: Rendas de juros mais atualização monetária. Juros é o ganho real. Atualizar monetariamente é o manter o poder de compra.

De 2002 até dez de agosto, agora, que foi a última atualização do fundo, a TR confiscou do trabalhador 52 bilhões e meio de reais. Confiscou. Esse dado é apresentado matematicamente, pegando o IPCA, que é divulgado pelo IBGE contra a TR. E o governo continua confiscando.

Sabe qual vai ser a TR que vai ser atualizada agora para atualizar a fundo da garantia, amanhã, dia 10 de setembro? 0,06. Aí pega um quarto de 3%,

0,2466, e o IPCA, que talvez o IBGE divulgue hoje, talvez esteja em 0,30. Uma perde "pequenininha". 0.24. 0.24, em cima de 180 bilhões, brincando, brincando são 800 milhões de reais.

Esse dinheiro é um spread que a Caixa, a Caixa é gestora, a Caixa não tem nada a ver, ela cumpre a lei. Então, às vezes, muitas vezes estão se culpando Caixa Econômica, não. A Caixa faz um excelente serviço, a Caixa cumpre a lei. O Conselho Curador e o Congresso têm responsabilidade em o que está sendo feito agora, em tirar essas distorções.

Então, gente um esclarecimento: A Caixa ela é executiva, ela não é legislativa. Então, a questão da TR.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mário Avelino.

SR. MÁRIO AVELINO: Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só acrescentando eu tenho uma tabela aqui dada pela Consultoria do Senado [soa a campainha], que a rentabilidade no período de janeiro de 2000 a dezembro 2006, para o FGTS nominal foi de 48%. Nominal, para a poupança foi de 82,5. Para o CDB prefixado 147. E para o IPCA 64,6. Se você pegar a real, na verdade, o FGTS perdeu 10%, foi menos 10% em relação à inflação. A poupança deu 10,9 positivo e o CDB deu 50% positivo.

Então, são números que foram levantados aqui só para acrescentar à sua fala.

SR. MÁRIO AVELINO: E até endossando de 2002 para cá, se você tinha dez mil, aqueles dez mil hoje, vale sete mil, desculpa, sete mil, 150, por quê? A depreciação confiscada pela TR foi de 28,5%. Então, o poder aquisitivo daquele dinheiro foi deflacionado. É o que está fazendo a TR.

Rapidamente, com relação a pulverizar em momento algum o projeto do Senador pulveriza o rendimento. Ele distribui proporcional ao saldo na conta de cada trabalhador.

Com relação ao PAC, foi citado muito o PAC. Olha, a Lei 11.491, permitiu que o trabalhador faça um investimento para ter uma melhor rentabilidade no Fundo de Garantia é um ponto sim, eu concordo, agora é muito pouco, porque ele está perdendo no principal, nós estamos falando de 10 contra 90%.

E, finalmente, só para ratificar essa questão de ganhos, quem aplicou em 2000, o trabalhador que comprou ações da Petrobras em 2000, com toda essa crise econômica, ele está tendo uma renda de 800% acumulados nesses últimos anos.

Se ele aplicou dez mil, ele tem 80 mil hoje só em lucro, que dá 90 mil. Os mesmos dez mil no fundo valem hoje 15 mil e 900 reais, porque o fundo no mesmo período rendeu 59% contra 800, cotação de sexta-feira das ações da Petrobras.

Na Vale do Rio Doce, que foi em 2002, no mesmo período o fundo rendeu 46, contra 720 da Vale do Rio Doce. Antes da crise as ações da Petrobras, que é só ON chegaram a atingir 1300% de rendimento. Então, o trabalhador deixou de ganhar agora quase 500%.

Então, nós não estamos, quando eu falo nós os trabalhadores, o instituto, nós não estamos em momento algum pedindo mordomia, pedindo, ninguém está com a caneca. Nós estamos querendo corrigir e esse projeto é um dos que corrigem que se faça justiça ao verdadeiro dono do dinheiro do Fundo da Garantia.

Que o governo pare de confiscar o dinheiro do trabalhador, porque o trabalhador ninguém pediu autorização para ele toda hora ficar sendo o bancador de políticas sociais.

O trabalhador hoje, já é, ele já contribui socialmente com 3%, eu poderia se esse meu dinheiro fosse para uma caderneta de poupança, eu teria juros anuais de 6%. E, eu como trabalhador, numa poupança compulsória que tem regras de saque eu só tenho 3%. Então, o trabalhador contribui socialmente com 3% de juros, que ele teria na poupança. Teria seis.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É a metade.

SR. MÁRIO AVELINO: Sem dúvida é a metade.

Então, não pode o trabalhador continuar sendo o único sustentáculo de uma política, porque tudo cai nas costas com o trabalhador, como falou bem, como bem colocou bem o Senador Paulo Paim, pegando o exemplo da aposentadoria. Então, nós não podemos...

E eu provoco no bom sentido, já está provocado o Congresso com projetos como esse apresentado, que o Congresso tem o poder sim, ele é o Legislativo de corrigir distorções. É corrigir e se fazer justiça, que é o objetivo desta Casa como a outra Casa.

E, finalmente, eu quero agradecer essa oportunidade e cremos e acreditamos que esse projeto rapidamente vai ser, passar pela CAE e vai ser aprovado, e passar pela Câmara e ser sancionado, porque o trabalhador está monitorando, ele acredita nos seus Parlamentares e confia neles.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A Presidência agradece ao Joaquim Lima de Oliveira. V. Exa. usa a palavra a qualquer momento, depois do Sr. Joaquim, o nosso Joaquim...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu estou prático, eu sou médico cirurgião, às vezes dá certo, Juscelino entra.

Eu vou fazer uma pergunta, homem é 65 anos para se aposentar, não é? Vamos supor, uma pergunta prática, um quadro vale por dez mil palavras e os outros... Ele pagou 35 anos de salário-mínimo, aí já deve ter essa situação, aí ele se aposenta vai buscar a poupança, quanto é que ele tira hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se ele contribuir durante 35 anos--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): 35 passou, só a salário-mínimo--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --com o salário-mínimo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): --aí vai buscar a poupança, quanto é que ele recebe lá na poupança?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, se pela Previdência ele ganha um salário-mínimo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, eu quero saber o FGTS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, eu estou vinculando só. Se for pela Previdência, um salário-mínimo. Com certeza, se tivesse contribuído durante 35 anos, sobre um salário-mínimo, eu não tenho medo de errar que ele se aposentaria em torno de cinco a seis salários mínimos. Se ele depositasse o dinheiro na poupança e não na Previdência. São cálculos atuariais que já foram feitos.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se durante o mesmo período eu me aposento no mínimo com cinco, seis vezes a mais do que eu me aposento hoje. Isso em matéria de aposentadoria.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas eu quero saber o FGTS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): FGTS, pagando sobre um salário-mínimo--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Aí ele tiraria quanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): -– quanto que ele depositou?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Depois de 35 anos?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aí na fala do Dr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS, ele já responde ao Senador Mão Santa.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Vamos começar então para atender expectativa do Senador.

8%, Senador, corresponde ao final de 12 meses a um salário, na verdade essa é a lógica quando foi criado o Fundo de Garantia, de maneira que a cada ano ele tivesse mais um salário, que durante o tempo quando havia o abono do PIS/PASEP, era chamado de 14º.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, ele tiraria 35 salários?

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Isso, aí vem os juros que corrige esse valor essa coisa toda, mas só em termos nominais, seria essa a conta, para o senhor ter uma nação.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Está bom. Muito obrigado.

SR. JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA: Bom, eu gostaria de agradecer o convite em nome da Caixa aos Senadores, de maneira muito especial ao Senador Paulo Paim, com quem nós na Caixa temos assim como ícone nas questões de trabalhadores.

Todas as propostas que são colocadas, elas são muito bem fundamentadas, a gente tem uma acuidade muito grande, acompanhamos todos os Projetos de Lei das duas Casas.

Então, nós temos assim uma alta deferência pelas discussões que ele pauta, pelas suas posições, e nós entendemos perfeitamente os seus objetivos quando propõe algum Projeto de Lei.

O grande problema do FGTS é que se a gente for comparar Fundo de Garantia com aplicação de mercado financeiro, eu não posso discutir esse tema, porque o fundo não é um mercado financeiro. Para a gente fazer uma discussão, eu poderia pegar o dinheiro do trabalhador, se ele não tivesse a obrigação de investir em habitação, em saneamento, infraestrutura, de dar casa para pobre que não pode pagar.

Nós poderíamos pegar o dinheiro e aplicar na melhor especulação financeira e devolver tudo para o trabalhador, ou o próprio trabalhador poderia fazer isso diretamente. Mas o fundo, ele não pode prescindir de uma ideia de acumulação de riqueza com alguma finalidade.

Então, quando a gente pensa nessa acumulação de riqueza, então, a gente tem que considerar que ele está dentro de um sistema, que ele tem os dois lados, que ele tem o direito do cidadão, mas que ele tem uma responsabilidade coletiva social de ajudar a diminuir as desigualdades sociais, que existem no país.

É um *funding* apropriado, porque ele é um *funding* de longo prazo de baixa taxa, então, tudo isso a gente tem que considerar quando pensa sobre Fundo de Garantia.

Há uma lógica muito grande você diz: Olha, o CDB rendeu tanto, a Selic rendeu tanto, o CDI rendeu tanto. Mas quando nós falamos de FGTS, nós estamos falando de um recurso que tem uma destinação específica. Eu não pego o FGTS, não vou aplicar da bolsa de valores para pegar o retorno de uma Petro-

bras, o retorno de uma Vale do Rio Doce e investir em outras coisas.

Nós vamos investir naquilo que corre risco, por isso que tem uma garantia muito grande, que às vezes a gente não sabe, mas o governo, por força da Lei 8.036, ele garante todos os saldos do trabalhador.

A Caixa quando faz os investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura, como agente operador ela assume todo o risco, de maneira que o FGTS não tem risco. Por quê? Porque a Caixa assume quando ela empresta, se alguém não pagar quando as auditorias chegam a primeira coisa que faz em observar: A Caixa pagou? Por quê? Porque é um patrimônio do trabalhador brasileiro tem que ter garantia.

Se chegar um dia, como já chegou no início da década de 90, de não ter dinheiro nem para pagar o trabalhador quando foi demitido sem justa causa, que responde por 70% do saque do Fundo de Garantia, a Caixa como ente público teve que botar a mão no bolso dela e pagar o dinheiro do trabalhador, por quê? Porque está na garantia da lei.

Então, essas questões todas é por quê? É um fundo especial. É a nossa jabuticaba aqui. Muitos países quiseram imitar e não conseguiram, naufragaram.

O do México passou por sérias crises deu calote em todos os trabalhadores, o INFONAVIT. O do Peru está com crise muito grande. O nosso está fazendo 43 anos, passou por diversas crises, mas está aí como um fundo consolidado, sólido, equilibrado, por quê? Porque tem as suas características e nós precisamos manter suas características.

Então, é muito importante a gente fazer essa discussão dentro da natureza do fundo, porque quando a gente tira fora do contexto parece um desmazelo muito grande.

Mas, do outro lado, quem dá habitação para baixa renda? Qual é o trabalhador que consegue um financiamento habitacional, se ele ganha um salário-mínimo nesse país? Qual é o banco que quer ele como cliente? Qual o risco que ele oferece para a instituição financeira? Qual o nível de inadimplência que ele vai dar? Mas aí entra o Fundo de Garantia, com a sua política de subsídio e desconto e viabiliza a moradia, porque aquele cidadão precisa. Então, são essas coisas que nós temos que equilibrar, eu não estou querendo dizer com isso que nós não tenhamos que fazer [soa a campainha]. Até porque temos que fazer mesmo essa questão da discussão da remuneração.

Essa proposta está aqui colocada eu já fiz referência a ela desde 97, inclusive a gente pegava o dinheiro e uma parte, Senador, a gente dividia proporcional ao tempo de serviço do trabalhador, porque tem gente que está no fundo há 10, 15, 20 anos e nunca sacou contra outros que entraram ontem. Então, a gente tinha um equilíbrio de esse cara lá que está lá há mais tempo sustentando os recursos do fundo, que ele tivesse uma ponderação diferenciada e um fator que melhor remunerasse a conta dele, em detrimento do outro mais novo.

Pegava uma parte do recurso proporcional ao saldo da conta, porque tem gente que tem emprego, tem estabilidade e tem aquele da construção civil, que é uma volatilidade imensa no mercado. O tempo médio de uma conta no FGTS é de nove meses. Então, nós podemos pegar esses recursos e pensar de diversas maneiras.

A questão toda que nós debatemos é a quantidade de contas que existe não questão de pulverização é questão de valor.

No conta que foi apresentada aqui, só considerando 70 milhões de contas, nós daríamos na proposta que foi feita, 35 reais por ano de dividindo, ou de bônus, ou de acréscimos, qual é o nome que a gente queira dar. Se a gente colocar 183 milhões, imagine quanto é que vai ser, nós vamos dar doze reais, dez reais. Se tem a proporcionalidade ou com o tempo de conta, ou com o valor que cada um tem, nós vamos ter situações que ao invés de nós demonstrarmos uma eficácia nisso, muitos elementos da sociedade vão fazer denegrir a imagem do fundo.

Então, essas preocupações nós temos, porque é um patrimônio que tem que ser valorizado, têm que ser reconhecido pela sociedade e a gente está preocupado com isso.

O sonho do Senador é o meu sonho de fazer do FGTS uma poupança, dar do mínimo TR mais seis para o trabalhador. Isso é muito importante. Então, o meio que nós estamos tentando fazer é por intermédio do FIC, Fundo de Investimento em Cotas, onde o trabalhador poderá comprar com dinheiro da sua conta, cotas do FI, que está dentro do sistema, que não vai para a bolsa, para capital especulativo, que não vai para empresa que investe no exterior. Não.

Está lá em projetos de infraestrutura do país, que tem rentabilidade, que tem equilíbrio. E está investindo para o desenvolvimento do país e ele possa auferir uma remuneração que somado o que ele leva com o que fica do FGTS, ele possa no decurso do tempo alcançar pelo menos uma poupança. É está a lógica que nós estamos trabalhando. É isso que a gente está buscando no FGTS.

Então, eu quero agradecer oportunidade de estar aqui, estamos sempre à disposição. Só para responder a colocação do Senador César Borges, no que a Caixa tem que reduzir os custos. Em agosto do ano passado, a Caixa que vem investindo muito em melhoria de

processo, em sistema em várias formas de controle, o trabalhador hoje recebe qualquer movimentação na sua conta pelo celular, avisa, toda vez que você estiver cadastrado e tiver um depósito na sua conta ou um saque, automaticamente sai um e-mail para o seu celular e você acompanha o saldo. Além do extrato, além da Internet, além das agências da Caixa, além dos postos de atendimento, do cartão do cidadão.

Então, nós temos investido muito em tecnologia e transferimos para o FGTS, Senador, o resultado dessa eficiência econômica. Em agosto do ano passado, o Secretário Executivo Adjunto está aqui, foi feito um amplo estudo sobre a remuneração da Caixa, e esta renegociação implicou em reduzir a remuneração da Caixa em 12% do que ela recebia. A Caixa ofertou isso, porque entende que o Fundo de Garantia precisa dessa resposta de quem administra, porque não é uma outra coisa que garante a permanência da prestação de serviço se não for o resultado, se não for a transparência, se não for a credibilidade, se não for a conformidade, se não for a legalidade. E, principalmente, a satisfação do trabalhador.

Então, de iniciativa da Caixa, a Caixa ofereceu para o fundo, o fundo foi lá certificou homologou, reconhecido pelos órgãos de controle, fez uma transferência de eficiência econômica adquirida nos processos da Caixa para o FGTS. É uma preocupação que a gente tem porque esse patrimônio é muito importante para o país é muito importante para o trabalhador.

Muito obrigado e a Caixa estará e está sempre a disposição para a discussão, para prestar informações, para esclarecer tudo aquilo que for necessário sobre a gestão do Fundo de Garantia. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Essa Presidência agradece a todos. Agradeço aqui ao Sr. Paulo Eduardo Cabral Furtado que teve que se retirar, mas ficou aqui o Sr. Antônio Borges de Oliveira, representando o Secretário Executivo do Conselho Curador do FGTS; ao Mário Avelino, Presidente da ONG Instituto FGTS Fácil, pela sua exposição e a contribuição que tem dado, inclusive, na elaboração de projetos na Casa.

Ao meu amigo também lá do Rio Grande do Sul, Miguel Salaberry, que é Secretário da UGT, das relações institucionais. E ao Sr. Joaquim Lima de Oliveira, Superintendente Nacional do FGTS, pela exposição. Eu fiz questão inclusive que você encerra-se combinei com você, porque primeiro a sua clareza na exposição e percebo aqui tanto na sua fala, como do Antonio Góis, como do Paulo, que todos reconhecem que com o tempo, talvez, seja possível nós melhorarmos a remuneração do trabalhador em relação ao seu FGTS.

Eu quero aqui insistir com isso, podem saber que todo o trabalhador brasileiro, que está assistindo a TV Senado nesse momento, ele sabe que eu tenho razão e é isso que ele quer. Claro que eu reconheço toda a responsabilidade social da nossa Caixa, eu digo a nossa Caixa, eu tenho muito orgulho de dizer isso que pelo carinho que eu sei que a Caixa faz. E essa responsabilidade social que a Caixa faz o Fundo de Garantia cumpre seu papel.

Mas como seria bom se no futuro tanto os trabalhadores como os empreendedores contribuíssem com um grande fundo de responsabilidade social. E aquilo que é do trabalhador fosse remunerado melhor, como é remunerado melhor os investimentos dos empreendedores. Mas quero deixar muito claro que eu entendo o papel da Caixa, a Caixa está fazendo um belíssimo trabalho, sem sombra de dúvida, e sou daqueles que acredita que um dia a remuneração do fundo do trabalhador há de melhorar.

Está encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 13h28.

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 09h00 HORAS.

Às nove horas e quarenta e um minutos, do dia quinze de setembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência do Senhor Senador **PAULO PAIM,** com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, EXPEDITO JÚNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, ROSALBA CIARLINI, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP.** O Senador João Durval justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. O Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 46 de 2009 – CAS, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, e nº 76 de 2009 – CAS, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Augusto Botelho e César Borges, com vistas a debater a atuação da Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde sobre a Saúde Indígena. O Presidente convida para compor a mesa o Sr. Wanderley Guenka, Diretor do Departamento Indígena da Fundação Nacional de Saúde

– FUNASA. O Presidente esclarece que o convidado terá 15 minutos, prorrogáveis, para a sua exposição. Às dez horas e quarenta e seis minutos, o Senador Flávio Arns sugere que seja convidado, para uma próxima audiência, o Senhor Valdemir França, membro da Comissão de Saúde Indígena do Conselho Nacional de Saúde. **EXTRA-PAUTA. REQUERIMENTO Nº 77 DE 2009 – CAS.** "Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao requerimento nº 46/2009 – CAS, seja convidado o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, para que o mesmo se pronuncie sobre a situação da saúde indígena no Brasil". **Autores:** – Senadores Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Augusto Botelho, Efraim Morais, Expedito Junior e Papaléo Paes. **Resultado: Aprovado.** Às onze horas e quarenta e três minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência. Fizeram uso da palavra os Senadores(as) Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes e Mozarildo Cavalcanti. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, **Eliana A. Zamboni R. da Cunha**, Secretária-Adjunta da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **PAULO PAIM,** Vice – Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos de nº 4676/09, CAS, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Augusto Botelho e César Borges, referente à atuação da Fundação Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde sobre a Saúde Indígena.

Convidamos o nosso ilustre convidado para tomar lugar à Mesa. Dr. Wanderley Guenka, Diretor do Departamento de Indígena da Fundação Nacional de Saúde, FUNASA. O tempo para o expositor será de 15 minutos. Após a sua exposição, será concedida a palavra aos Srs. Senadores para suas interpelações. Comunico a todos que a lista de inscrição já está aberta.

Como essa é uma sequência de uma outra Audiência Pública que já tivemos, provocada pelo nobre Senador Mozarildo Cavalcanti para que essas questões da saúde do povo indígena sejam esclarecidas, principalmente depois do relatório aqui apresentado, a semana passada, por parte daquele que coordenou as auditorias para o Tribunal de Contas em 11 regiões. De imediato, se os Srs. Senadores concordarem, eu passo a palavra para o Dr. Wanderley para que faça a sua exposição.

SR. WANDERLEY GUENKA: Bom-dia a todos. Agradecer o convite da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Eu vou fazer uma... Satisfação Senadores Papaléo, Mozarildo.

Eu vou fazer uma apresentação, tentar respeitar os 20 minutos de apresentação. Essa... Esse slide no sentido de mostrar a diversidade da população indígena. São 210 etnias. E ali nós realizamos várias atividades de saúde, como vacinação, a parte odontológica, o controle da tuberculose e da malária, enfim, todos os programas do Ministério da Saúde adequados às especificidades indígenas. Pode passar, por favor.

A única parte que é escrita, que eu queria mostrar aqui, a questão da saúde e da doença. É um processo. Então, essa é uma expressão usada para fazer referência a todas variáveis que envolvem a questão saúde e doença de um indivíduo ou população. E considero que ambas estão interligadas, são consequência dos mesmos fatores.

De acordo com esse conceito, a determinação do estado de saúde de uma pessoa é um processo complexo que envolve diversos fatores, diferentemente da Teoria da Unicausalidade que era aceita no século XX, que considerava como fator único, o surgimento de doença por um agente etnológico, poderia ser por vírus, bactérias, um protozoário, etc.. O conceito de saúde-doença, atualmente, estuda os fatores biológicos, econômicos, sociais e culturais. E com eles, pretende obter possíveis motivações para o surgimento de alguma enfermidade. Então, é esse que nós chamamos Determinantes Sociais de Saúde, quer dizer, não depende só do agente etnológico, depende da questão biológica, com certeza, a questão econômica, sociais e também culturais para esses processos de saúde-doença se concretizar.

O conceito da multicausalidade não exclui a presença de agente etnológico. Logicamente, nós temos vírus e bactérias numa pessoa como fator de aparecimento de doenças. Ele vai ler e leva em consideração o psicológico do paciente, seus conflitos familiares, seus recursos financeiros, nível de instrução, entre outros. Esses fatores, inclusive, não são estáveis e podem variar com o passar dos anos e depende de uma região para outra, modifica, e de uma etnia para outra.

Então, isso é para conceituar a questão do processo e como se dá se a pessoa tem saúde ou doença. Pode passar.

Eu digo que a questão da saúde é aquela ponta do iceberg. Por quê? Porque você enxerga só aquela parte que está acima do nível do mar, que é a questão da doença. Pode passar o outro.

Só que não se considera aquilo que está invisível, está abaixo do nível do mar, que é aqueles determinantes sociais em saúde que eu estava dizendo. A questão social, econômico, a questão familiar... E esse é a base. Então, quando nós falamos em saúde indígena, precisamos considerar todos esses fatores. Onde está localizada a população indígena, qual a cultura dela, no que eles acreditam, cadê os outros parceiros dentro da área indígena, não é? Muitas vezes, e na maioria das vezes, dentro das aldeias está a FUNAI e a FUNASA. Somente esses dois órgãos, não vão conseguir resolver todos os problemas não só da saúde da questão indígena. Então precisamos... Nós não temos, por exemplo, em várias aldeias, por exemplo, outros Ministérios. Pode passar.

E aí a questão indígena, que é mais complexo ainda. Então, aquela população de 210 etnias, esse aqui é no Alto Xingu, é a dança do Kuarup. Aqui mostra as moças nuas, quer dizer, lá não tem essa questão do... Esses preconceitos. Eles vivem naturalmente nesse estágio. Pode passar.

Aqui tentando mostrar algumas diversidades. Aqui é o Raoni, que é um Caiapó. Aqui é o nosso assessor de comunicação. Aqui sou eu com... Eu também sou descendente de japonês, mas do sul do Japão, que chama Okinawa, que é uma etnia diferenciada, que é considerado indígena lá no Japão também. E aqui o nosso Presidente Lula também com toda sua miscigenação. Pode passar.

E aqui é uma aldeia no Amazonas, no Vale do Javari, que o único acesso é um riozinho que passa por aqui, que nem se consegue enxergar, ou helicóptero. De Atalaia do Norte, que é a base do Município, para você chegar nessa aldeia, leva 22 dias de barco; e tem que ser barco aqui no Alto Rio Curaçá, barcos pequenos. Pode passar.

Esse mapa eu vou mostrar onde está localizada a população brasileira. Tudo no litoral. A grande maioria no litoral. As metrópoles aqui no litoral. Não quer dizer que aqui não tivesse populações indígenas. Ainda tem algumas etnias, estão se recuperando em termos culturais, mas aqui era totalmente habitado no passado. Era cinco a dez milhões de populações indígenas em 1500. Pode passar.

E aqui mostrando onde que estão localizados os povos indígenas. Hoje são 500 mil indígenas, a população brasileira de 200 milhões de habitantes e representa 0,2% da população nacional. E estão localizados nessa região aqui, principalmente na Amazônia Legal, representa 12% do território nacional com terras reconhecidas, e o Brasil é o... Acho que o quinto país em extensão no mundo. Isso significa que, de repente, uma terra indígena representa um país da Europa. As etnias, 210 etnias e 170 línguas. No passado, existia muito mais línguas. Quer dizer, hoje somente 170. E essa é uma riqueza que o Brasil possui em termos culturais, em termos linguísticos... Aldeias, 3.751 localizadas em 320 municípios. Só que esses Municípios onde tem a população indígena, são municípios muito pequenos. Municípios com cinco mil habitantes, 10 mil habitantes. Então, a questão da mortalidade infantil, que é quase o dobro ou o dobro da nacional, tem que contextualizar onde que está a população, onde que está as referências, qual a resolutividade desses municípios na questão da saúde. Lá não tem UTI neonatal, por exemplo, quer dizer, grande parte do município tem um hospital e quando tem um médico a gente já tem que dar... Ficar contente porque tem um médico, quanto mais falar em levar nas áreas indígenas.

Esse é o Vale do Javari. São oito milhões e meio de hectares. O tamanho de Santa Catarina, tamanho de Pernambuco. Aqui tem quatro mil indígenas. E essa é aquela foto que eu estava mostrando, que você sai do Atalaia do Norte, aqui perto de Benjamin Constant, sobe no rio Curuçá, leva 22 dias para chegar aqui no Alto Curuçá; Aldeia Maronal. Então, essas dificuldades todas, a equipe leva 20 dias para chegar lá, mais 30 para ficar na aldeia e depois mais uns 15. Para descer o rio é mais rápido.

Nós temos aqui o Yanomami, lá em Roraima, pegando o Estado do Amazonas aqui, com 9,5 milhões de hectares. Tem 17 mil Yanomamis dispersos nesse território, que é muito maior de que vários Estados brasileiros e vários países.

Então, eu queria contextualizar onde está a população indígena quando a gente começa a comparar a taxa de mortalidade infantil, assistência, essas coisas todas. Pode passar.

Esse é um rio na Amazônia. Quer dizer, você... Se fosse em linha reta você consegue chegar rápido. Mas você vai e faz essas voltas, retorna. Então essa dificuldade de acesso e muitas vezes só tem esse acesso, nesses barcos, esses motores de popa. Pode passar.

Em alguns casos os aviões monomotores... Pode passar.

E aí há 10 anos, em 99, 23 de setembro foi... Foi criada a Lei Arouca, Lei do Subsistema de Saúde Indígena. Então, nós estamos completando 10 anos da

assistência à saúde dos povos indígenas. O SUS tem 20 anos e o Subsistema 10 anos. E foi pensado nessa formatação de Distritos Sanitários Especiais Indígenas, de tal forma que ele ultrapassa os limites dos Estados e do Município. Então, se pensou na questão étnica, na questão da população, a questão geográfica e esses distritos há 10 anos atrás, quando se pensou, deveria ser distrito autônomo. No relatório do TCU várias vezes o representante falando essa questão da autonomia distrital. Porque quando se pensou nisso, pensou-se em ter autonomia. Tanto é que no Sul e Sudeste aqui, tem cinco Estados aqui com um distrito só, que é o Distrito Interior do Sul. Por quê? Porque aqui é o Guarani do interior do litoral. Então, respeitando essa questão étnica. Mas só que quando tem a lei e tem a atribuição da FUNASA, não se conseguiu que esses distritos fossem autônomos. Então, que passa a ter estrutura configurada da Fundação Nacional de Saúde que é uma coordenação regional em cada Estado. Então, você acaba centralizando isso e dificultando a execução. Você pega no Amazonas, aqui, tem sete Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Grande parte de outros Estados é um distrito por Estado. E tem caso de vários Estados dentro de um distrito. Pode passar.

E aí têm tamanhos também. Tem Altamira com dois mil e poucos indígenas; Pernambuco, 38 e Mato Grosso do Sul com 65 mil indígenas. Pode passar.

E alguns indicadores. Para você comparar se melhorou, se piorou, se está bom, se está ruim, você tem que ter dados informativos. E aí são os dados padronizados na questão da saúde. Então, a taxa de mortalidade infantil é uma das mais sensíveis, vamos dizer assim, porque é uma população que qualquer alteração é o primeiro que sofre; crianças menores de um ano de idade. Então, é uma taxa que você pode comparar vários países do mundo, várias regiões do mundo, para você saber como é a qualidade de vida daquela comunidade. Então, você compara Canadá que está com seis de mortalidade infantil por mil nascidos vivos, no Brasil está em torno de 20, com nascidos vivos, e na população indígena, em torno de 40.

Outros indicadores é o programa de imunização, que esse é um programa do Ministério da Saúde e é um dos melhores programas de vacinação do mundo, que é o brasileiro. Nós ofertamos muito mais tipos de vacina, gratuitamente.

A questão, outra, seria o programa do controle da tuberculose que nós sabemos que a população indígena é muito mais suscetível à questão da tuberculose, a questão da malária na Amazônia legal e também um outro programa, que nós implantamos, que é a vigilância nutricional: acompanhar as crianças menores de cinco anos de idade em termos de peso, crescimento, desenvolvimento. Pode passar.

Esse aqui é uma síndrome da poliomielite. No Brasil, já há quase 20 anos nós não temos nenhum caso. Mas ainda existe no mundo. Por isso nós realizamos as campanhas de vacinação, duas vezes por ano, para evitar esse mal, que através de duas gotinhas você consegue eliminar. E, infelizmente, alguns países não conseguiram ainda. Pode passar.

E aqui é um dos indicadores também, cobertura de índio com esquema vacinal completo. Aqui pega toda a população, inclusive os adultos, o masculino que é muito difícil de você vacinar e o adolescente. A parte feminina, não, porque a mulher tem muito mais frequência aos postos de saúde, às prevenções. O homem não. E principalmente o adolescente. Então, aqui é 66.7 da população. Não é aquela cobertura menor de ano que tem metas da campanha de vacinação. Então, no Brasil penso que não temos essa informação se tem 60, 70, eu acredito que não chega a esse número. Pode passar.

Então, mostrando que a questão da vacinação, nós tivemos casos, por exemplo, aqui há dois anos atrás, próximo de Brasília, próximo de Goiânia, casos de febre amarela. Febre amarela. E a população indígena está nas florestas, onde poderia ter muito mais casos de febre amarela se não fossem vacinadas. Então, está mostrando que, com todas as dificuldades, nós conseguimos ainda chegar lá com as vacinações e não tivemos nenhum caso de febre amarela.

Na questão da *Influenza A*, que está ocorrendo agora, H1N1, nós também tivemos três casos na população indígena. Dois positivos, por resultado de laboratório, e um por vínculo epidemiológico. Quer dizer que a população indígena é muito mais fragilizada, muito mais vulnerável à *Influenza*. Mostrando também que... Intensificamos essa vigilância, esse acompanhamento com a população indígena, no caso da *Influenza A*, que está ocorrendo aqui no Brasil e no mundo.

Esse é um gráfico mostrando o crescimento, o nascimento da população brasileira desde 2000, quando a FUNASA assumiu, em 99, final de 99, começo de 2000, começamos a contar a população indígena e também os nascidos, os nascimentos. Então, tem aumentado o nascimento. E também tem aumentado a população indígena. Quer dizer, entre o que nasce e o que morre, tem um... É muito maior essa população de crescimento vegetativo, nós chamamos. E também aqui a população indígena. Então, esse crescimento que 2000 era, aproximadamente 300, e 290 mil, hoje está próximo de 500 mil indígenas. Isso nós estamos falando em aldeias. Por quê? Porque tem vários indígenas que já estão dentro da área urbana, vivendo há muito

tempo em área urbana, e sem falar dos descendentes. Quer dizer, a população brasileira, 85% é descendente de negro índio. Então, foi na base da... Da época da colonização, essas coisas. Então, os imigrantes, outros italianos, alemão, japonês, é muito mais recente. Então, o que acontece aqui? Aqui, várias etnias que estavam esquecidas, vamos dizer, muitas vezes o índio tinha vergonha de ser índio porque era discriminado, tinha preconceito. Eu tenho um amigo indígena que chama Marcos Terena, ele é lá do meu Estado do Mato Grosso do Sul, e ele estudava em Campo Grande numa escola estadual que era muito boa. E ele dizia que era japonês, porque ele tinha vergonha de ser índio. E eu brinquei com o Marcos Terena, também, que lá em Campo Grande, naquela época, o japonês também era discriminado. Pode passar.

Isso aqui é uma aldeia no Parque do Xingu. Você só chega ou através do rio ou através de... Essa aqui tem pista. Nem todas têm. Mostrando aqui, tem um posto de saúde, tem uma administração da FUNAI e aqui tem um sistema de abastecimento de água simplificada. Pode passar.

Aqui é basicamente isso, lá não tem energia. Em grande parte das aldeias não tem energia. Então nós utilizamos as placas de captação de luz solar, fotovoltaica, para produzir energia para gerar o motor de... Uma bomba que joga a água do poço aqui, e joga na caixa e abastece aquela comunidade lá na região amazônica. Pode passar.

Aqui o índio do Alto Xingu, é um Kamaiurá tomando água aqui no sistema, um sistema simplificado. Pode passar.

Essa é uma outra aldeia também. Disperso lá na Amazônia, tem aqui uma escola, tem um posto de saúde e um sistema de água. Aqui tem 200 indígenas, aqui. Pode passar.

E esse é o meio de locomoção, que são barcos. Pode passar. São motores de popa. Pode passar. Os barcos adquirindo vale transporte de equipe de saúde até a aldeia que é a obrigação da Fundação Nacional de Saúde e a atenção primária dentro das aldeias. Pode passar.

As viaturas, ambulância simplificado que é mais remoção do paciente que chega num porto, chega num... Ou numa CASAI, casa de apoio, até um hospital e retorno, não é uma UTI. E aqui outras viaturas quatro por quatro para entrar nas aldeias. Pode passar.

Aquele lá é no Maranhão, isso aqui no Mato Grosso do Sul. Pode passar. Isso aqui lá em Roraima, lá na coordenação de Roraima. Pode passar. Isso aqui é no Amazonas. Pode passar. Aqui é em Rondônia. Pode passar. Isso é um ônibus na CASAI de Manaus, que é muitos pacientes lá. Pode passar.

E aqui, mostrando os gráficos, esse aqui é de 99 a 2008. São... 2009 agora, 10 anos de saúde indígena. Então, nesse período todo, foram investidos 66 milhões de reais em equipamentos: carros, motores, rádio de comunicações, equipamento médico, hospitalares, odontológicos... Essas coisas todas. E aí mostrando que em 2008 nós investimos 27 milhões de reais na aquisição desses equipamentos. Representa quase 50% dos 66 milhões que se investiu em 10 anos na saúde indígena. E se considerar 2007, foram nove milhões. Então, são investimentos que se todo ano tivesse um investimento maciço na questão de estruturação da saúde indígena, nós estaríamos numa situação bem melhor. Pode passar.

E aqui mostrando o controle da saúde indígena. Dentro das aldeias, nós temos o chamado Conselho Local de Saúde Indígena. Aqui está o professor, o xamã, o pajé, o agente de indígena saúde, somente os indígenas. E aí cada distrito, daqueles 34 distintos, nós temos o chamado Conselho Distrital de Saúde Indígena, chamado CONDISI, e aí sim já é respeitando a Lei 8080, 8.142 da composição paritária entre usuário 50%, trabalhadores 25% e gestores 25%. Então cada distrito tem um conselho. E cada conselho tem um Presidente. E esse Presidente se reúne aqui em Brasília, todos Presidentes do conselho, quatro vezes por ano durante uma semana para discutir a problemática de saúde em todo o Brasil.

Além disso, nós temos aqui o Conselho Intersetorial de Saúde Indígena, que é a CISI, que esse foi criado há quase 15 anos atrás e a Dra. Zilda Arns era a [ininteligível] Presidente e ela fazia parte do Conselho Nacional de Saúde. Naquela época não tinha nenhum representante indígena. Então tem a CISI, que discutia a questão indígena e a Dra. Zilda Arns levava no Conselho Nacional de Saúde. Hoje, não. Hoje nós temos dois representantes indígenas dentro do Conselho Nacional de Saúde, mas a CISI, ainda, continua funcionando.

E temos aí a Conferência Nacional de Saúde Indígena, já tivemos a 4ª em 2006. Provavelmente em 2011 a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena – começou em 1986 – e a Conferência Nacional de Saúde também que nós estamos na 13ª que ocorreu em final de 2007. Além disso, a Comissão Intergestora Tripartite, que é o Município, o Estado e o Governo Federal; CONAS, CONASEMS e Ministério da Saúde. Temos também o Ministério Público Federal que acompanha as questões indígenas [soa a campainha], a Controladoria-Geral da União, que é a CGU e Tribunal de Contas da União. Além do nosso controle interno, que são as auditorias, e também o DENASUS que é do Ministério da Saúde.

Então, em termos de vigilância e controle da questão da saúde indígena, nós temos acompanhamento de todos esses órgãos. Pode passar.

Semana passada, o representante do relator, representante do TCU, falou da parceria com as Forças Armadas, que era importante fazer essa parceria, principalmente que as Forças Armadas estão nas regiões da Amazônia Legal. Aqui fizemos uma parceria para atuar no Vale do Javari. Aqui é a Marinha com o navio Oswaldo Cruz, que tem uma equipe de saúde, subiu o rio Javari até no médio Javari. Aqui é a Aeronáutica com... Aliás, o Exército com o helicóptero e apoio logístico nos barcos. Pode passar. Aqui, a Aeronáutica com avião, transporte do pessoal. E também a Aeronáutica tem participado junto ao Ministério da Saúde na vacinação no lugar de difícil acesso, não só indígenas, como ribeirinhos, essas coisas, com a cedência do helicóptero. Então é a chamada Operação Gota. Pode passar.

Aqui é um... Socorrendo essas duas pacientes. Essa gestante aqui é a segunda gestação, perdeu a primeira criança e teve que ser removida nessa segunda gestação, em Cruzeiro do Sul. E aqui é o apoio de Tabatinga, que através dos rios aqui, com balsas do Exército. Pode passar.

Aqui, isso aqui é um evento... Aliás, é uma visita do ex-Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter, que ele tem uma Fundação Carter. Então tem algumas doenças em vias de ser controladas, digamos assim, que falta pouco de esforços, e ele fundou a Fundação Carter com a esposa Rosalind, e aí veio no Brasil justamente para discutir a questão da oncocercose. A oncocercose é uma doença que nós só temos nos Yanomamis lá em Roraima. Tanto os Yanomamis do Brasil quanto da Venezuela. E a semana passada teve um evento lá em Boa Vista, que numa interlocução do Ministério da Saúde com o Ministério da Saúde do Brasil com o da Venezuela no sentido de fazer aquele trabalho na fronteira, na fronteira do Brasil com a Venezuela.

E aqui, o que é? Essa é a Claudete, não sei se o Senador Mozarildo que é de Roraima, conhece, trabalha há 20 anos com os Yanomamis. Ela é uma técnica em enfermagem e ela que cuida da questão da oncocercose. Ela que faz a biópsia, faz exame, controle do medicamento, e aí nós estamos lá com uma cobertura muito grande dessa questão da oncocercose, e o Presidente [ininteligível] foi, justamente, conhecer e tentar melhorar essa atuação na fronteira. Porque nós temos o Yanomami que ele... Da Venezuela que vem para o Brasil e do Brasil que vai para a Venezuela, no sentido de melhorar essa assistência no nível lá principalmente da oncocercose. Pode passar.

Eu quis fazer essa apresentação rapidamente... Acho que já passou os 20 minutos. Tocou alguma campainha, eu achei que tivesse os 20 minutos. De contextualizar. Eu queria, não sei se tem alguém que fez auditoria do TCU, não sei se tem alguma pessoa presente aqui, de dizer que nós apoiamos esse trabalho de qualquer órgão de controle, TCU, CGU, nós queremos é como parceiro. O que nós queremos? Acho que foi um trabalho belíssimo essa questão do TCU, no sentido de acompanhar *in loco,* durante seis meses, a atenção à saúde indígena. Eu acho que tem um panorama da situação, não só da saúde, mas das condições sociais dessa população indígena. Nós não podemos atribuir só ao setor saúde resolver todos esses problemas que existem na população indígena. Nós precisamos buscar outros parceiros.

Quatro meses atrás eu apareci no... Fui entrevistado pelo Jornal Nacional, coisa que eu nunca queria, falar sobre morte de crianças xavantes por desnutrição. É a pior situação. Coloquei aqui minha a netinha, fui um pai muito cuidadoso, sou um avô muito "babão", e aí falar de óbito de criança, morreu criança por desnutrição. É a pior notícia que a gente tem que dar. E justificar por que está acontecendo. Então, é um drama que você vivencia... Estou há dois anos no Departamento de Saúde Indígena, de que a gente... Envidando todos os esforços no sentido que você não precisa ir num jornal para dizer, justificar o porquê.

Então, nós temos uma questão do Xavante, e eu procurei o Ministério Público Federal já há muito tempo, buscando parceria também, no sentido de que tem vários fatores que condiciona aquela morte para a criança por desnutrição. Aí chega lá, falta viaturas. Mostrei as viaturas, lá no Xavantes tem várias viaturas novas, dessas cabine dupla. Então, o que acontece? Lá não tem sistema de transporte dentro da aldeia. Não tem ônibus, não tem ônibus de linha, não tem táxi, não tem isso... Está lá a FUNASA e a FUNAI. A FUNAI nós sabemos as dificuldades logísticas também e a FUNASA lá dentro. Então, o que acontece? Aquele carro que leva a equipe de saúde, o profissional de saúde, para aquela aldeia e é longe de Barra do Garças ou é longe de Campinápolis, chega na aldeia, começa a atender, aí tem a pressão do cacique, que fala: "Não, eu preciso usar esse carro. Esse carro é do índio". E aí começa a fazer as visitas aos interesses, outros carregar sacos de arroz de lá pra cá e a equipe fica impossibilitada, e com ameaças, inclusive. Então, a gente fica nessa situação que eu fui solicitar para o Ministério Público: "Vamos atuar então". Sequestraram três viaturas nossas lá. Pegaram, expulsaram nossos funcionários da área de saúde e estão usando as viaturas. A gente aciona a Polícia Federal, eles têm as dificuldades de entrar na

área também, e aí o que acontece? Sobra esses fatores aí que acaba morrendo criança por desnutrição. Aí eu pergunto: Quem arruma a estrada? A estrada cheia de costela de vaca, sem cabeceira de ponte, ou ponte caiu... Não é a FUNASA que pode fazer isso. Por quê? Porque a Assessoria Jurídica da FUNASA diz: "Não, isso não é atenção primária". Mas eu preciso chegar, eu preciso da estrada. Aí eu aciono o Município e o Município não tem condições.

Então, tem esses fatores. Se morreu por desnutrição é porque faltou comida. Não é a FUNASA que vai comprar comida. Nós compramos para criança recém-nascida, o leite NAN, quando não pode amamentar, essas coisas. Mas na criança, já não é a FUNASA, é o Ministério de Desenvolvimento Social. Para produzir alimentação, é o Ministério da Agricultura. Tem que fomentar a agricultura. Tem a Assistência Social, vários índios recebem aposentadoria. Mas só que ele recebe aposentadoria e não tem como chegar na cidade para receber a aposentadoria e para fazer a compra. Aí sobe no carro da FUNASA e quero ver alguém tirar o Xavante da carroceria da caminhonete. E são fortes, são aqueles que carregam a tora de buriti. E o nosso pessoal tudo fragilizado, tudo fraquinho.

Então, são essas coisas que a gente precisava buscar dos órgãos de controle, das parcerias, talvez do próprio Parlamento, como resolver essa questão. É complicado. Está aqui o relatório, tem um... Do TCU, muito bem elaborado. Tem as determinações, vamos cumprir as determinações, dentro daquilo que é possível, tem coisas que não depende só da FUNASA, não depende só do Ministério da Saúde, tem as recomendações e várias dessas recomendações e determinações, porque esse relatório terminou em janeiro de 2009. Então, várias coisas estão sendo implementadas. E quando ele fala de viatura, já foi adquirida a viatura, a questão farmacêutica está organizando os medicamentos, contratação de recursos farmacêuticos, essas coisas todas. Então, várias recomendações e determinações já estão sendo cumpridas. Agora, têm outras que nós dependemos de outras parcerias.

Recursos humanos. Duas coisas na questão da saúde indígena: É a autonomia distrital que se pensou de uma forma e fez diferente, tem o Decreto do Presidente Lula autorizando a criação... Tem a autonomia distrital. Mas quando você vai implementar, você precisa de pessoal, recursos humanos, e principalmente servidores para fazer a licitação, fazer o empenho... Mexer no sistema de informações orçamentárias e aí você não tem gente. Não tem recursos humanos. Nós trabalhamos com 15 mil pessoas na Assistência de Saúde Indígena no Brasil todo. Na FUNASA tem 1.500 pessoas e a grande maioria são aquelas pessoas que vieram da SUCAM, que são guardas de endemias, agentes de saúde, que combatiam a malária, combatiam a febre amarela. Não desmerecendo, são profissionais dedicados, mas essas pessoas foram preparadas para outra coisa, não foi preparado para gestão. Então, a grande dificuldade que nós temos é a gestão também. Além de ter recurso em quantitativo, nós não temos, precisamos ter em qualidade para ser gestores. E essa dificuldade nós enfrentamos. Tem a determinação aqui do TCU, tem o termo de conciliação já executado com o Ministério Público do Trabalho que está lá para ser... Realizar concurso agora em junho de 2009, seria agora esse ano, 20% desses 10 mil de nível superior, vamos dizer assim, e nós dependemos da autorização do Ministério do Planejamento, de orçamento, aquelas coisas mais. De tal forma que em 2012, todo esse pessoal que hoje é terceirizado através das ONGs, através dos municípios, seria feito por concurso público. Então, são várias dificuldades que encontramos que se não resolver essa questão não se resolve a questão da saúde indígena. E aí precisamos dos outros parceiros, precisamos que outros órgãos e outras instituições também trabalhem na saúde indígena. Porque lá é só a FUNASA ou a FUNAI. Em alguns casos os municípios, mas grande parte delas com a dificuldade também de cuidar da própria população urbanizada, e também o Estado. Tem alguns que colaboram e tem alguns que tem as dificuldades.

Então só queria essa apresentação e ficar aberto aí para discussão, esclarecimento. Agora, queria esclarecer que a saúde indígena completa 10(F) anos de subsistema. Passaram vários governos e se passaram os vários gestores também. Eu sou o quinto, o sexto. O primeiro ficou quatro anos e os quatro ficaram um ano cada um. Quer dizer, todo ano... Então faltou continuidade e eu já estou quase aí dois anos e três meses.

Então, eu queria com todas essas dificuldades e com todas essas apresentações, de não ser só eu como gestor agora responsabilizado pelo que aconteceu no passado. Nós estamos buscando várias alternativas no sentido de otimizar e dar transparência. Primeira coisa, 180 milhões de reais que é dos 500 milhões de reais que vai para a saúde indígena, 180 vai através de um recurso que é fundo a fundo. Quer dizer, sai do Fundo Nacional de Saúde e vai para o Fundo Municipal de Saúde. Que é um incentivo. E era, em 99, era Portaria 1163. Quando eu cheguei aqui em maio de 2007, falei para o Ministro: "Vamos regulamentar essa Portaria". Que deveria ter sido regulamentada em 97. Oito anos de atraso. Em cinco meses regulamentamos. Portaria 2656, que é para administrar esse recurso que o TCU fala muito, recurso da SAS, de organizar essa aplicação desses recursos. Então, a Portaria está aqui.

A questão com as ONGs, não sei como era feito no passado. A primeira coisa quando eu cheguei no departamento, estudar toda a parte legal e ter uma Portaria 295. O que acontece? Essa Portaria tem critérios lá na... No chamamento das organizações. É publicado no Diário Oficial da União, é publicado em jornal de grande circulação, tem critérios claros na questão da habilitação. Assim que é habilitado, se tiver uma, ou duas ou três organizações, tem a fase de classificação, quem tem mais experiência, tem corpo pessoal, recursos humanos, é classificado. Então, essa é outra parte que são 130 milhões de reais, que vai vir organizações que é justamente para contratar os recursos humanos. Que é também a grande parte do recurso da SAS e recurso que é aplicado pela Fundação Nacional de Saúde diretamente através das coordenações.

Então o objetivo, eu na gestão do departamento, é de dar clareza nesses recursos. Tenho o relatório todo de execução, de gestão, de indicadores, onde é aplicado esses recursos, de que forma são aplicados esses recursos. Então, tentando melhorar essa questão da assistência. E também tem uma recomendação do TCU na questão do controle social. O controle social. Antigamente, o recurso para reunião do conselho no nível local, é capacitação dos conselheiros, capacitação da equipe de saúde, a gente falava que era um teto. Cada distrito tem um teto. Mas eles tinham muita dificuldade, falava: "Não, vai gastar do meu teto, de repente não consigo fazer a atenção básica". No ano 2009, nós tiramos do teto, são 13 milhões de reais para reunião, capacitação da equipe, capacitação do agente de saúde, capacitação dos conselheiros. Então, também nessa questão de controle social, de melhorar essa vigilância pelo indígena, tem recurso para isso também. Então, nós não ficamos, vamos dizer assim, que não queremos o controle social. Queremos, sim, e nos capacitamos. E hoje vários indígenas conhecem muito mais a questão da Lei Orgânica de Saúde do que muitos não-indígenas.

Pessoal, essa é a apresentação. Fico aberto à discussão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agradecemos ao Dr. Wanderley pela sua exposição. Refletindo um pouco mais sobre a questão do relatório apresentado aqui pela auditoria feita pelo TCU. Vou passar de imediato ao Senador Mozarildo que é quem provocou esse debate e provocou corretamente. O Dr. Wanderley que foi muito equilibrado, eu vi que ele não contesta os dados do TCU, entende que é fundamental.

Então Senador Mozarildo mais uma vez eu sou obrigado... Obrigado eu digo... Reconhecer que V. Exa. fez bem em levantar esse debate. O próprio Dr. Wanderley acaba, na sua exposição, eu que não tinha clareza, que eu tinha visto só um lado, para mim foi importante ver o outro lado, para ver que, de fato, a questão é grave e V. Exa. está com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Agradeço, Sr. Presidente. E eu quero começar dizendo uma coisa: Eu não gosto de visões ideológicas, não as faço, não aceito também rótulos de direita, de esquerda, de centro, e nem também nada com esse negócio de "ista". Se tem ambientalista, indigenista... Se tem algum "ista" que eu aceito é o de humanista. Até pela minha formação de médico. Então, eu não tenho nenhum tipo de preconceito. Como médico, atuei no meu Estado 15 anos atendendo de maneira preponderante as comunidades indígenas. Então, eu quero dizer que o que eu for falar aqui já quero que fique bem claro essa posição. E o meu interesse, justamente, aí de novo como médico, é ter um diagnóstico dessa realidade. Não adianta, por exemplo, eu achei muito bem fundamentada a auditoria do Tribunal de Contas, o Dr. Wanderley colocou a parte, digamos, que a FUNASA está mostrando, mas eu queria perguntar... O senhor é médico, Dr. Wanderley?

SR. WANDERLEY GUENKA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Hã? Antropólogo? Odontólogo. É da área de saúde. Muito bem. Então, veja bem, o senhor é filho de japonês?

SR. WANDERLEY GUENKA: Sou neto [ininteligível] japonês Okinawa.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Neto. Pois é. Os nossos... Infelizmente não falaram... O senhor não falou nos nossos índios Macuxis, lá de Roraima, que, aliás, parecem muito com os japoneses, dentro daquela teoria de que parece que os indígenas migraram da Ásia. Tem muito antropólogo que defende essa teoria. E a língua deles é muito parecida... Se você ver um índio Macuxi falando, você tem a impressão que ele está falando em japonês. Porque até a forma da entonação é muito parecida. E nós roraimenses, eu quero dizer, nasci lá em Roraima, nós somos chamados assim como os rio-grandenses-do-sul são chamados de gaúcho, nós somos chamados de Macuxis. O roraimense é conhecido por Macuxi. Porque é a tribo dominante e realmente quando eu me formei e voltei para Roraima para trabalhar como médico, eu trabalhei, como lhe disse, num hospital que era da diocese de Roraima. E trabalhei... A cada 15 dias, nós íamos para uma comunidade indígena. Na maioria delas, de avião monomotor. E que a porta fechava até com um aramezinho por dentro. Não era nem... Tão bem conservado estava o avião. Então, eu

conheço bem essa questão indígena, pelo menos do meu Estado, é o terceiro Estado em população indígena, tem 30 mil índios, mais ou menos, numa população de quatrocentos e pouco, mais ou menos um décimo da população, é de indígena. E a miscigenação é grande, eu sempre digo que a maior aldeia indígena de Roraima, e eu acho que não deve ser diferente nos outros Estados, está na capital e nas sedes dos municípios. Aldeados, aldeados mesmo, nós temos Yanomamis e uma parcela muito pequena de outras etnias. Mas isso é mau ou é ruim? Ou é péssimo? Eu acho que é bom. Porque eles, inclusive, lamentavelmente, quero dizer que a FUNASA no meu Estado, pelo menos, é um antro de corrupção Roraima de corrupção. E não é porque eu acho, não. É porque a Polícia Federal já fez duas operações lá, a primeira chamada Operação Metástase, e metástase o que é? É o espalhamento de um câncer. Ora, se lá é a metástase, onde que está o câncer, o tumor principal? Está aqui na FUNASA, em Brasília. Eu quero dizer claramente isso. O coordenador da época foi preso na casa dele e de outros empresários, a Polícia Federal recolheu 35 milhões da saúde indígena, Dr. Wanderley. Da saúde indígena. E eu acho que roubar é errado em qualquer circunstância. Mas roubar da saúde, ainda mais da saúde indígena, devia ter uma pena de prisão perpétua. Porque é condenar esses índios que o senhor fez um quadro aqui de doenças... Aliás, o senhor ressaltou pouco a oncocercose, mas eu vou ressaltar, de doenças, e que cuja origem, muitas delas, é na desnutrição, e aí os antropólogos acham que "não, mas eles têm que viver como eles viviam e comendo lá o que eles encontrarem". E aí tem desnutrição, porque não tem proteína... Os Yanomamis, por exemplo, a proteína que eles mais acham, quando não matam um pássaro de pequeno porte, é comer o piolho ou as pulgas dos cachorros que eles têm. Então, esse tipo de coisa é humano? Agora, não pense que eu quero demonizar a FUNASA, não. Eu quero é fazer um diagnóstico. O atual superintendente da FUNASA lá de Roraima, foi preso numa outra operação da Polícia Federal. Como não se encontrou milhões guardados na casa dele, ele foi solto e está respondendo processo em liberdade. E voltou para o cargo e continua no cargo. Então, é muito difícil.

Acho que o senhor falou que é o sexto diretor da FUNASA, e eu acho que o senhor vai ser o último a cuidar da questão indígena. Porque eu tenho informações seguras de que o Presidente Lula está criando a Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Portanto, vai tirar da FUNASA a competência para cuidar da saúde indígena. Mas eu quero dizer para o senhor, isso é trocar de sofá. É trocar o sofá da sala. Porque se mantém... O mal está na FUNASA? Não. O mal não está na FUNASA. A concepção da FUNASA, a concepção da saúde indígena é correta. Agora, a operação é uma vergonha. O senhor mostrou carros aqui aparentemente bonitinhos, e os membros do TCU mostraram carros caindo aos pedaços. A realidade, por exemplo, no meu Estado, a maioria dos carros estão encostados nas garagens. As bombas do fumacê para combater a dengue, quebradas na sua grande maioria. Então, se nós vamos cuidar da saúde com um órgão que é useiro e vezeiro em fazer corrupção... O senhor mostrou também muitos rios. Lá no meu Estado não tem muito rio para navegar. Então, é feito quase tudo por avião. E o grande golpe, eu disse aqui na vez passada, na presença dos auditores do TCU, são as horas de voo não voadas, mas pagas. Então, é um filé. Uma ONG, com o dinheiro da FUNASA, portanto, com o dinheiro do contribuinte, contrata 'X' horas de voo. E o avião decola do aeroporto de Boa Vista, por exemplo, e pousa numa fazenda logo em seguida. Conta as horas que ele tinha que voar para chegar na aldeia tal, aí depois decola da fazenda e chega no aeroporto. No controle, por exemplo, da INFRAERO, está correto. Ele decolou às tantas horas e voltou às tantas horas. Ainda pega a certidão das horas voadas, sem voar, e fica com o dinheiro. Quem fica? As ONGs, os dirigentes da FUNASA, o empresário da aviação, etc..

Então, isso realmente tem que acabar. Se... V. Exa. me disse da vez passada aqui que está fazendo um esforço hercúleo para acabar com essa terceirização do trabalho através de ONGs. Nós temos, pelo menos, o senhor mostrou aqui, as Forças Armadas que estão em todo o Brasil, mas notadamente na Amazônia onde está a maioria da população indígena. Se os governos estaduais são olhados com desconfiança, que eu não consigo entender essa desconfiança que tem dos governos estaduais, não há convênios da FUNASA com os governos estaduais, praticamente. Não entendo porque essa desconfiança, porque no fim todos os casos de média e maior complexidade são tratados nos hospitais do Estado ou das Prefeituras.

Então, é preciso, Senador Paim, V. Exa. que é um batalhador dessa questão, é não racializar, não ideologizar essa questão. Eu nunca fiz diferença no meu consultório ou no ambulatório do hospital público entre índio, branco, negro... Para mim, eu estou vendo um ser humano. Aí, nesse caso dos índios, um ser humano que merece de uma atenção especial. Aqueles que estão aldeados e mesmo aqueles que estão na periferia das grandes cidades. E eu fico preocupado, por exemplo, V. Exa. mostrou muitas aldeias primitivas. Demonstrar, por exemplo, a aldeia dos Cinta Larga, lá em Rondônia. Tudo casa de alvenaria, com telha... Eles têm lá pickups, como o senhor diz que sequestram,

eles dizem que são deles. Pickups Frontier, Mitsubishi... De última geração lá. E é ruim isso? Não. Eu acho que eles têm o direito de aspirar e ter. Até porque os Cintas Largas estão em cima da maior reserva de diamantes do mundo. Maior e de melhor qualidade. E o que se faz com esse diamante? Todo contrabandeado. Os índios ficam com percentual insignificante.

Vamos mais longe. Lá no meu Estado, os Yanomamis, o senhor colocou aí, nove milhões se pegar Roraima e o Amazonas. No meu Estado, quatro mil índios Yanomamis, 4.500 índios Yanomamis. Não sei quantos tem no Amazonas. Ao todo dizem que... Até porque essas estatísticas eu não confio. Por exemplo, quando o senhor diz que tinha cinco milhões de índios, eu pergunto: Qual foi o instituto que contou os índios quando Cabral chegou aqui? É muito interessante a afirmação repetida de que tinha cinco milhões de índios e que depois... Vamos saber o seguinte, vamos viver a atualidade e olhar para o futuro desses índios. No meu Estado nós temos mais de 40 índios com curso superior. Nós temos lá uma secretaria do índio, Senador Paim. Está no segundo secretário. O primeiro foi índio, o segundo é índio. Esse que é atualmente o secretário do índio, é formado em matemática, está terminando o curso de direito; muito esclarecido e que tem uma realidade correta da realidade indígena. Não é aquele antropólogo lá de Ipanema ou da Av. Paulista, em São Paulo. Ou, o que é pior, antropólogos lá dos Estados Unidos. Vimos aqui o Jimmy Carter e sua esposa... E tantos outros que, na verdade, fazem charme com a causa indígena. Mas não se preocupam, de fato, com o ser humano índio.

Um dado importante que V. Exa. colocou aí. Nós temos 0,2% da população indígena e já temos 13% do território nacional... O senhor disse que é 12, mas 13% do território nacional demarcado. Então, o problema do índio não é falta de terra. É falta de atenção real do Governo Federal, que é o responsável. Porque quando demarcam a terra, é uma terra da União. Não é nem do índio. A terra é da União para usufruto dos índios. E, no entanto, como é que ficam os índios lá? Eu conheço muito bem. Não tem médico permanente, essas ONGs que pegam esses recursos, vou citar duas lá em Roraima: Conselho Indígena de Roraima, e a Urihi e mais a Comissão Pró-Yanomami, que são useiras e vezeiras em roubar, junto com o chefe da FUNAI. Então, o que nós precisamos é realmente fazer um diagnóstico muito profundo dessa questão indígena. Se o Presidente Lula vai tirar da FUNASA e botar nessa secretaria, que ele está criando, de saúde indígena, mas continuar a mesma metodologia, não vai adiantar nada. Não vai adiantar nada.

E eu quero aqui fazer uma ressalva, essas minhas críticas que estou fazendo aqui à FUNASA, não são aos funcionários de carreira da FUNASA, não. Não são nem até aqueles que possam ser contratados por processo seletivo temporários. São, principalmente, aos dirigentes. Não que eu seja contra indicações políticas. Não sou, não. Se o político faz uma indicação de uma pessoa séria e do ramo, não vejo nada errado. Desde que ele, realmente, vá lá exercer a missão com seriedade, com honestidade e usando o seu conhecimento. É alguma coisa demais, por exemplo, um odontólogo ser secretário de saúde? Nada demais. Um economista ser Ministro da Saúde? Nada demais, já tivemos. Um médico ser Ministro da Fazenda? Já tivemos. Não vejo nada demais. O problema, para mim, é questão de seriedade na gestão. E para isso, até V. Exa. citou aqui, a Dra. Zilda Arns. E eu acho que V. Exa., então, justamente para dar credibilidade a essa questão. Porque, olhe, conta-se na ponta dos dedos aqueles que estão na causa indígena realmente por amor ao índio. Por amor ao futuro desses índios. Eu até respeito aqueles que pensam... V. Exa. falou: "Ah, não tem estrada. Não tem... Não tem ônibus..." Mas o antropólogo não quer que tenha. Não querem ter. A FUNAI não faz. Se existe alguma estrada que liga comunidade... Por exemplo, no meu Estado, foi o Governo do Estado que fez ou as Prefeituras que fizeram. Mas os índios reclamam. Toda vez que se vai lá, reclamam que a estrada não está funcionando, que a ponte está quebrada... Mas os índios não são ouvidos. Se seleciona meia dúzia de índios, nem bem em cada aldeia, é em cada Estado, porque o CIMI, que é o Conselho Indigenista Missionário, bolou um modelo para cuidar da questão indígena, criando um curso [ininteligível] em cada Estado, e alguns filhotes, algumas ONGs paralelas. Por exemplo, o ISA. O ISA tem mais informações sobre o índio do que a FUNASA e do que a FUNAI. Quem é o ISA? Uma ONG comandada pela família Santilli, cujo Márcio Santilli foi Presidente da FUNAI e o irmão ainda é antropólogo e um dos comandantes da FUNAI. Há, inclusive, eu acho, um descompasso entre a FUNAI e a FUNASA.

Então, eu quero dizer que, Senador Paim, Srs. Senadores, meu caro Dr. Wanderley, eu não estou preocupado em buscar criminalizar ninguém. Mas também não estou conformado de simplesmente me omitir diante da gravidade da questão e da corrupção que se faz com essa questão da saúde indígena. Eu fui Presidente da primeira CPI das ONGs aqui e, naquela época, quando eu fui Presidente da CPI das ONGs, as ONGs eram consideradas, pela imprensa, pela opinião pública de modo geral, como entidades sacrossantas. Lá só tinham vestais e pessoas muito

puras que estavam trabalhando de graça em benefício... Benefício das minorias. Quando fizemos a CPI, nós identificamos dez, as mais diversas. Por exemplo, da Seita Moon lá no Paraná, mas também a CUMPI(F) e a PACA em Rondônia, a Cooperíndio no Amazonas, o SEA e Urihi em Roraima, uma outra entidade de um Deputado no Paraná... Nós não fomos só botar o foco numa questão isolada, nós fomos ver as ONGs e o que nós encontramos? Quem mais se aproveita dessa figura das ONGs para, realmente, ganhar dinheiro são as ONGs indigenistas.

Por fim, eu quero dar oportunidade para os outros colegas também de perguntarem. Eu acho que V. Exa. deve ter lido na Veja deste final de semana, um artigo... Uma matéria, aliás, cujo título é: "Queremos dividir o Brasil?" Não. Exatamente. Eu acho que o senhor também... E ele diz: "Não é a resposta que resulta da leitura do livro *"Uma gota de sangue"*, de Demétrio Magnoli. E aqui, numa página mais na frente, tem um mapa muito ilustrativo, em que mostra fazendo os exames de DNA... Na região Norte as pessoas, todas, inclusive os indígenas e os negros, tem, na região Norte, 54% de origem ameríndia. Tem 15% de origem africana, na região Norte, e 32 de origem europeia. Vamos ressaltar que os europeus que se misturaram mesmo, foram os portugueses. Foram os portugueses. Não foi depois os italianos que chegaram depois, nem os alemães, não. Foram os portugueses que vieram para cá solteiros, ou solteiros em Comissão ou solteiros de fato. E chegavam aqui, qual a mulher que eles encontravam? As índias. Depois, quando começaram a trazer os escravos da África, quais eram as mulheres que os portugueses descasados que vinham para cá tinham? As índias e as negras. Se a mestiçagem foi feita forçada ou não foi, foi feita. Essa que é a verdade.

Vamos aqui, em Pernambuco, qual é o percentual? 44% de origem africana. Olha como há uma alteração. 22% de origem ameríndia e 34% de origem europeia. Aí você vai lá para o Rio Grande do Sul, do Senador Paim: 66% de origem europeia, 22% de origem ameríndia e 12% apenas de origem africana. Então, na verdade, é por aí, pela ciência que nós devíamos pensar. Eu não estou aqui pregando, Senador Paim, que eu sou contra as políticas afirmativas, não. Eu sou a favor. Mas eu acho que as políticas afirmativas tem que ser feitas tendo, aí sim, um viés humanista. Não adianta cabeças iluminadas, algumas que se julgam até colegas de Deus e até professores de Deus, dizer o que é que essas pessoas querem.

Então, eu gostaria muito de agradecer a V. Exa. pela explicação. Mas eu acho que aqui merece um aprofundamento. Nós vimos uma versão do Tribunal de Contas da União, que, aliás, está sendo vítima de uma pregação insidiosa de que o Tribunal de Contas da União atrapalha as ações de Governo. Ora, se o Tribunal de Contas está atrapalhando, é porque as coisas estão sendo feitas erradas. Se tiver sendo feito correta, não atrapalha coisa nenhuma. Mas eu acho que foi bom ouvir V. Exa. que deu uma visão. E eu espero que V. Exa., se for realmente extinta a ação da FUNASA na área indígena, V. Exa. vá com a sua experiência já para essa secretaria que vai ser cuidar especialmente da saúde indígena. E interessante, deveria ter uma secretaria para cuidar da saúde indígena, uma secretaria para cuidar da saúde dos negros e uma secretaria para cuidar dos que não tem pele, que não são nem indígena, nem negros, os mestiços e depois uma para os brancos de olhos azuis, como diz o Presidente Lula. Aí nós estamos fazendo um... Um grande favor para o futuro do Brasil.

Eu quero dizer a V. Exa. o seguinte: Esse assunto é muito sério para ser tratado apenas pelo Poder Executivo. O Poder Legislativo, o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União tem que se aprofundar mais nessa questão. Porque não estão roubando nada... Estão roubando a saúde dos índios. Eu dei dois exemplos no meu Estado, mas tem 'N' exemplos no Mato Grosso, no Amazonas... No Amazonas, essa Cooperíndio, olha o nome, romântico, cooperativa dos índios. O vice-Presidente foi pego, além das irregularidades da aplicação dos recursos, com materiais, com minerais, inclusive, estratégicos. Ametista, que é uma pedra semipreciosa, mas a tantalita, que é um mineral de terceira geração, ele também estava pegando. E como é que fazia? Pegava, mandava para Minas Gerais para "esquentar" o minério, quer dizer, pegar a nota fiscal como se tivesse produzido em Minas Gerais, e o Amazonas e os índios lá não tinham um tostão.

Então, eu quero aproveitar já que estamos começando esse debate aqui, Senador Paim, pensar em convocar aqui outras pessoas da área. Convocar, por exemplo, queria propor hoje que nós assinássemos um requerimento para ouvir o Presidente da FUNAI. Para que ele explique, para nós, o que ele tem a dizer do que falou ao Tribunal de Contas da União, do que falou à FUNASA. Qual é a visão da FUNAI? A FUNAI, eu sei de muita gente que bota a culpa na FUNASA. Lava as mãos. Enquanto um índio lá morre com tuberculose, "ah, isso não é problema da FUNAI. Isso é da FUNASA". Ao pé da letra é, não é? Mas como é que não há parceria sequer entre a FUNAI e a FUNASA? Um fica... Quer dizer, não digo a FUNASA, mas a FUNAI fica jogando a peteca para o lado da FUNASA. Então, eu queria aqui até formular um requerimento, hoje, para se convocar, numa oportunidade oportuna, o Presidente da FUNAI. E depois pensarmos em quais outras autori-

dades vamos ouvir para que essa Comissão, ao final, realmente, saia com uma ideia formada.

E eu gostaria, para finalizar, perguntar a V. Sa. o seguinte, vou pegar três recomendações do TCU e perguntar de V. Sa. o que foi feito com relação a esses três pontos. O TCU recomendou que os serviços de saúde deverão ser prestados de forma direta, isto é, sem intermediários. Sem ONGs, sem etc. Transformação dos D6 em unidades gestoras. Porque quando você chega num D6 desse, eles dizem: "Não, mas eu dependo da Superintendência no Estado, dependo de Brasília, não sei o quê". Realização de processo seletivo para admissão de agente de saúde e agente de saneamento e/ou contratação temporária. E/ou. Quer dizer, preferentemente processo seletivo. Mas, não havendo possibilidade, pelo menos, um processo seletivo para contratação temporária desses agentes pelo órgão FUNASA.

Então, eu gostaria muito de ter esses três pontos que V. Exa. pudesse falar, e vou pedir, Senador Paim, para formular o requerimento e que espero que possa ser assinado por todos para gente poder concluir, não diria, mas pelo menos expandir mais essa questão.

Eu já me dou por feliz de ter ouvido aqui os membros do Tribunal de Contas e agora o Dr. Wanderley que colocou a realidade que ele realmente, vamos dizer assim, vivencia e executa. Como ele também frisou, ele não pode ser aqui incriminado ou culpado por coisas que foram feitas no passado, não. É verdade. Mas, muitas coisas estão sendo feitas. Há quanto tempo o senhor está na direção?

SR. WANDERLEY GUENKA: Dois anos e três meses.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Nesses dois anos e três meses estão acontecendo, Dr. Wanderley. Lá em Roraima... Não tem um ano que o coordenador lá foi preso. E ele é indicado por um político de Roraima, infelizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu vou passar, em seguida, para o Senador Flávio Arns, que vai ter que abrir, inclusive, a Comissão de Educação, mas eu acho... Me permita, Senador Mozarildo, que eu também vou encaminhar um requerimentozinho... Eu quero, primeiro, cumprimentar V. Exa., que trouxe esse tema ao debate. Para que a gente convide algumas lideranças indígenas. É bom ouvir eles também falarem sobre esse quadro, para a gente poder ir apontando caminhos de forma coletiva. Por exemplo, o livro que V. Exa. colocou é colocado, para a sociedade, como verdade absoluta. Tem todo o espaço do poder econômico, dando a impressão que essa é a verdade. Então, nesse debate que eu conheço um pouco mais, conheço muito mais a questão da comunidade negra do que a questão indígena, e reconheço isso, o que não pode é o poder econômico dar para o senhor, que escreveu esse livro... Não vou fazer aqui nenhum questionamento, porque é um direito dele. Ele passa para a sociedade brasileira, como se o livro dele fosse o dono da verdade, e nós sabemos que não é assim. Ele tem direito a dar a opinião dele. Agora, nós queremos, também, que quem faz o contraditório tivesse, nessa questão dos negros e dos índios, poder de, também, colocar seu ponto de vista, coisa que, na sociedade brasileira, infelizmente, hoje, não é permitido. Não reconhecer – e não é a posição de V. Exa. – que o índio e o negro não são discriminados nesse país é não estar no mundo real. Eu só quero dizer isso: o negro e o índio, com certeza absoluta, são discriminados. É só olharmos todos os indicadores econômicos. Não é o que V. Exa. colocou, Senador Mozarildo, não estou fazendo contraponto a V. Exa., mas eu li esse livro e fiquei preocupado com o livro, da forma que é colocada a questão. Olha, se não fosse verdade... O que eu estou tentando expressar aqui é que ser contra as ações afirmativas, eu acho um crime contra a pátria. Acho um crime contra a pátria. Um crime contra a humanidade, de um povo que foi discriminado durante 400 anos e... V. Exa. sabe que tem um setor grande da sociedade que é contra ações afirmativas. Tem um setor grande da sociedade – me permita que eu diga isso aqui, vou passar para V. Exa., Senador Flávio Arns – que é contra para os idosos até os 2,5% que o Governo quer dar, e eu acho que é pouco. Mas tem um setor que é contra. E quem é que está por trás? A grande Previdência Privada, leia-se os banqueiros.

Então, esse debate, V. Exa... Quero lhe cumprimentar, porque V. Exa. traz essa oportunidade, para que a gente possa aprofundar, permitindo que todos coloquem o seu ponto de vista, todos os envolvidos nesse tema tão importante, como são as ações afirmativas.

Senador Flávio Arns pediu a palavra, mas eu permito a V. Exa.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Só para deixar também... V. Exa. fez as ressalvas, mas eu quero deixar bem claro. Eu sou a favor das políticas afirmativas... Também, claro. O que eu quis dizer é que, quando se trata de saúde, não se pode... Eu acho que não se pode tratar diferentemente as coisas. Tem que tratar até com mais intensidade aqueles--

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os mais excluídos.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Lógico. Aliás, a filosofia do SUS é essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): E, infelizmente, não consegue ser colocada em prática. Então... Eu não li o livro, eu li a reportagem da Veja, e o que eu quero dizer realmente é que, na saúde, é perigoso o que está sendo feito... Aliás, com relação aos negros, nem existe, né, Senador Paim, saúde, atenção especial para os negros. Não existe. Mas existe com relação aos índios, e eu acho que, realmente, os índios precisam. Eu acho que precisam. Agora, o que eu não posso concordar é com o assalto que está se fazendo aos recursos destinados à saúde indígena.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, que é o... E, depois, em seguida, o Senador Papaléo Paes.

SENADOR FLÁVIO ARNS (S/PARTIDO-PR): Isso. Agradeço, inclusive, a V. Exa. Quero saudar o Dr. Wanderley Guenka, em primeiro lugar, uma satisfação tê-lo aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, e me desculpar, inclusive, porque, daqui a pouco, eu tenho que, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, só iniciar a sessão, às 11 horas, também. E por isso que eu vou fazer os posicionamentos, para, depois, na sequência, eu tomar conhecimento das respostas que vão ser dadas aos questionamentos. Eu só quero acrescentar que, no Requerimento que for feito para a continuidade do debate, como o Senador Mozarildo colocou, talvez seja interessante também – eu sugiro -, a presença do Valdenir França, que é o indígena que trabalha na Comissão de Saúde Indígena, do Conselho Nacional de Saúde. Então, eu penso que, nesse sentido, a participação da própria pessoa, do alto defensor, do alto Advogado, é fundamental. É fundamental a FUNASA, Tribunal de Contas, mas a própria pessoa. E eu sugiro o nome, que foi lembrado, inclusive, a participação da minha tia, da Dra. Zilda, na Comissão de Saúde Indígena, e, agora, o Valdenir França está assessorando as pessoas que fazem parte da Comissão.

Eu considero importante a criação da Secretaria Especial, isso está sendo feito dentro do Ministério da Saúde, a partir de um amplo debate com as representações indígenas, e isso é muito importante. Eu acho que uma Secretaria Especial vai, assim, fazer com que haja uma importância que a área merece. A área vai receber essa importância. A gente pensa que é só uma burocracia, um apêndice, mais um quadrinho dentro do organograma, mas uma secretaria tem um status, um valor diferenciado para o atendimento dessas necessidades.

Eu gostaria, se fosse possível, Dr. Wanderley, só fazer seis colocações bem rápidas. A primeira – foi falado – de que existe a dificuldade da questão orçamentária. Existe o Decreto Presidencial, repassando recurso, abrindo a possibilidade de repasse de recursos diretamente para os distritos sanitários; 34 distritos sanitários. Até agora, esse recurso não vem sendo repassado para qualquer um deles, ao que me consta. E existe o prazo, até o final de 2010, para que isto aconteça. Então, como que o senhor vê que possa ser iniciado esse processo? Talvez com distrito sanitário mais organizado, mais atuante, para que haja já a experiência, nesse sentido do repasse de recursos. Então, como é que o senhor vê isto?

Segunda situação, como foi dito também, o senhor mesmo colocou, existem muitas denúncias em relação a mau uso de recursos públicos na FUNASA e, eventualmente, também, como colocado, na própria destinação de recursos para a população indígena. Eu gostaria de saber do senhor, quer dizer, em relação às denúncias que são feitas pela população indígena para o setor que o senhor coordena, quais vêm sendo as iniciativas para a apuração das denúncias, nesse sentido de esclarecimento, dentro da ótica que o Senador Mozarildo colocou, que é bem adequada.

O terceiro aspecto é a questão que já foi colocada também, só levantando mais uma vez, que é a contratação de pessoas, através de funcionários, de profissionais, através de concursos públicos. Já está autorizada a contratação de 800 pessoas, mas todo mundo reclama que o processo está muito lento, moroso, não vem acontecendo. O que pode ser feito para agilizar esse processo, cuja autorização já existe, em termos dos 800 cargos?

O quarto aspecto... Porque todo este debate está relacionado à compreensão de culturas diferentes. Todos nós sabemos que... Quer dizer, temos que entender a questão da população indígena, da ótica da cultura indígena, dos pressupostos. Não entendemos aquela cultura dentro dos nossos pressupostos também, em muitos sentidos. Então, o quarto aspecto é em relação à segurança alimentar, que sempre foi um aspecto que sempre foi levantado pela Comissão de Saúde Indígena. Muito indígena morrendo, muita criança morrendo, por desnutrição, inclusive. E o Governo, muitas vezes, diz: "Não, mas nós estamos mandando cestas-básicas". Mas que tipo de cestas-básicas estão sendo mandadas? Será que a mesma cesta-básica da cultura não-indígena? E a cesta-básica da cultura não-indígena está fazendo com que as pessoas, muitas vezes, tenham dificuldades de se alimentar adequadamente, e essas audiências, assim... Nós tivemos, nos meios de comunicação, muita abordagem da morte de crian-

ças por desnutrição. Quer dizer, como é que está? É o enlatado, é a massa? Por que não uma cesta-básica a partir daquilo que a própria população indígena valoriza? Talvez já esteja acontecendo, mas, pelo que me relatam, há uma dificuldade muito grande nesse sentido. Eu estou fazendo essas perguntas com base nos relatos colocados pelas pessoas.

O quinto aspecto é a questão da saúde mental, que a gente sabe que é um problema na população em geral e, também, particularmente... Também, de maneira grande, para a população indígena. Particularmente, problemas de distúrbios mentais, decorrentes do alcoolismo. Então, nós não temos o atendimento adequado para qualquer pessoa na população, apesar do esforço que a gente sabe que o Dr. Pedro Delgado faz, mas com muitos problemas. Nós já levantamos isso com o Ministro e falta... O que falta em todas as áreas, me parece, uma consistência, um trabalho interdepartamental, porque, lá, a saúde mental é do próprio Ministério da Saúde. Então, a questão da saúde mental, vamos dizer, é um problema sério, que sempre foi apontado pela Comissão de Saúde Indígena, mas como é que o senhor vê essa situação?

E a última situação, que é a sexta que eu colocaria, que sempre foi levantado pela Comissão de Saúde Indígena, que é a questão de formação de recursos humanos indígenas, para atuar nas áreas, com a população. Quer dizer, o esforço para a formação do profissional indígena para trabalhar lá. Quer dizer, em que sentido? Auxiliar para ter o ensino fundamental, para ter o ensino médio, ter uma política bem definida para a faculdade, para a universidade... Se tem uma população de... O senhor mencionou, agora há pouco, 40 pessoas. Por exemplo, até eu diria assim que a formação da população não-indígena no Brasil também é baixa. Porque, em termos universitários, as taxas do Brasil estão pela metade, ou menos, das taxas da Argentina, da Bolívia, do Paraguai. Então, na população indígena, é a mesma coisa. Mas como é que está essa política de formação de recursos humanos indígenas, para atender as necessidades, as demandas da própria população indígena? E isso faria com que houvesse uma minimização, pelo menos, dessas dificuldades interculturais.

Mas eu agradeço, eu sei que V. Exa., o senhor, me permita, até para ser mais próximo, tem se esforçado, tem credibilidade, está fazendo o trabalho, mas as pessoas dizem que o senhor também deve estar tendo muito problema para articular essas coisas, seja dentro da própria FUNASA ou num trabalho interdepartamental e interministerial, que é mais complicado ainda. Mas quero agradecer.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria só fazer até um aparte aqui, um adendo, aliás, na verdade. O Senador Flávio Arns já adiantou uma coisa que eu concordo plenamente. V. Exa. diz sobre convocar indígenas para depor. Agora, eu gostaria de sugerir o seguinte: deixemos para fazer após o Presidente da FUNAI falar. Façamos numa outra. E aí convidemos, por exemplo, a autoridade indígena que o Senador Flávio sugeriu, convidamos os Secretários, do índio, dos Estados que tenham, que não são muitos, e, naquele Estado onde não tenham, alguém que possa representar o pensamento dos indígenas daquele Estado. Porque, realmente, é importante que eles, que estão lá na ponta e que devem ser os beneficiários, sejam ouvidos, mas é bom que nós os ouçamos depois de ouvir o que disse o TCU, a FUNASA e a FUNAI.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Há concordância, tranquilamente. Entendi a intenção de V. Exa., que é das melhores. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Dr. Wanderley, agradecemos a sua presença aqui para... E a sua espontaneidade, aí, na sua exposição. Senador Mozarildo, Senador Augusto Botelho, Senador Flávio Arns, que estão presentes aqui e discutindo essa questão extremamente importante.

Eu quero deixar fixado minha total confiança, pelo nível de conhecimento que tem o Senador Mozarildo, todas as palavras que ele proferiu aqui. Senador Mozarildo conhece profundamente a questão indígena, pela convivência com os índios, como cidadão, como médico, prestando serviços médicos aos índios, e conhece também o que se passa na FUNASA, no Estado de Roraima. E, logicamente, eu não teria praticamente nada a acrescentar, no sentido que V. Exa. falou, relacionado à saúde. Nós sabemos que o índio é muito mal atendido em todos os setores, e que essas ações que são desenvolvidas a favor do índio são multi-institucionais, isso dificulta muito, não há uma centralização para que haja um comando determinado, um só comando, para que essas ações sejam feitas de uma maneira harmônica e sequencial. Uma instituição presta seu serviço, a outra já não presta com efetiva, vamos dizer assim, firmeza, e aí dificulta todo o processo.

Mas já que foi falado muito bem da questão indígena, como um todo, eu prefiro centralizar minha fala na questão de gerenciamento. Eu digo, Senador Mozarildo, Senador Paulo Paim, eu fui secretário de saúde do Estado do Amapá, mas a minha... Eu não tinha filiação partidária. E quando o Governador me convidou para ser Secretário de Saúde, ele praticamente exigiu que eu me filiasse a um partido político. E eu disse...

Recusei o convite, porque eu não queria ter filiação partidária nenhuma, até então não tinha, e expliquei para ele os motivos. E, de repente, ele me aceitou assim mesmo. Então, eu fui Secretário de Saúde, o único que não tinha filiação partidária, o único que não fez cabide de emprego, dentro da Secretaria de Saúde, por causa de questões políticas partidárias. Então, sou completamente avesso à questão do envolvimento da política partidária na área da saúde. Completamente. Radicalmente, não aceito de forma alguma. Me elegi junto com o Governador atual, que é meu amigo, meu amigo mesmo, tenho uma amizade particular com ele, ninguém... Pouco conversamos sobre política. Mas jamais eu fui o Senador mais votado, fui um dos poucos que ficou no palanque dele, no segundo turno, porque os outros foram todos comprados para ir para o outro lado. Fui um dos poucos. Mas ele foi eleito, e eu jamais o procurei para indicar Secretário de Saúde ou sugerir qualquer coisa assim. Por quê? Porque não aceito a questão político-partidária.

Então, acredito que, hoje, o que a FUNASA está passando é uma consequência muito grave da ação política partidária das indicações políticas para os cargos da FUNASA. Vamos, não digo que seja na FUNASA, mas vamos à prática. Normalmente, quando um político – um mau político, um péssimo político – indica alguém para dirigir uma instituição que lida com finanças, ele não está indicando nem sempre o melhor tecnicamente. Mas, com certeza, ele está indicando um grande emissário ou um grande laranja, que vai fazer dali condições para que forneça depósitos financeiros para o seu caixa de campanha. Porque ele vai querer se eleger. Não é porque este político é um grande brasileiro, que quer ver esse país crescer, quer ver maravilhas. Absolutamente. Porque eu não indicaria ninguém, Senador Paulo Paim, pelo seguinte: primeiro, eu jamais indicaria alguém para roubar e me dar dinheiro para fazer fundo de campanha para mim. Jamais indicaria alguém pela seriedade, seja lá o que for, não fosse roubar, desviar recursos para mim, nada, mas, de repente, envereda pela corrupção e quem vai pagar o pato é quem indicou. Então, por isso, não me interessa a indicação de cargos. Não me interessa. Interessa, sim, cobrar daqueles que estão nos cargos.

Dr. Wanderley, sei que V. Exa. luta com grande dificuldade exatamente por causa dessa questão política partidária. V. Exa. tem até muita dificuldade em substituir alguém, porque vai ter... Vou levar para o lado indígena, do índio ao cacique, lá dentro da FUNASA, do índio ao cacique, eu digo do político lá dentro, que não tem nada a ver com índio, com indígena, para saber se pode, ou não, substituir aquele que está dificultando sua administração. Isso eu tenho certeza absoluta. E eu vou lhe dar um conselho: não se submeta a isso. Porque, se os maus políticos passam, o senhor fica como grande técnico, que é mal falado depois, no ostracismo. Eu não me submeto a isso. Eu sempre digo: nós somos médicos, temos nossa profissão, sou funcionário público Federal, então, não vou me submeter a nenhuma condição política partidária que me despersonalize e que me descaracterize depois de 57 anos de vida. Então, eu estou... Até o senhor, que é um jovem, eu estou até lhe dizendo isso. Se o senhor está sentindo dificuldade dentro da sua administração, por ingerências políticas partidárias, entregue seu lugar, se preserve, que o senhor será sempre muito bem respeitado. Nós ouvimos muitas denúncias de corrupção lá, pelo meu Estado. Eu nem visito a sede da FUNASA, que ali eu conheço todas as pessoas, porque dá dó de ouvir... O porteiro: "Olha, isso, isso, isso. Olha, essa obra era cinco mil, cobraram 15 mil...". Aí eu ouvi, outro dia, numa dessas viagens, ouvi... Não quero, aqui, ser injusto com ninguém, mas eu vou dizer o que eu ouvi. "Poxa, Senador, o senhor não sabe da maior. Estou numa situação difícil, ou um amigo meu está numa situação difícil, porque aluga avião para a FUNASA, e eles estão devendo 585 mil reais...". Por aí assim. Foi ano passado isso. Final do ano passado. "E eles me chamaram para pagar. Só que tem que ficar lá 250 mil reais, porque tem político envolvido no meio". É só fazer o levantamento, quem indica o Diretor de lá, o superintendente, porque vão chegar... Só que esses caras não assinam papel nenhum e fica tudo na palavra. Nunca ninguém vai conseguir provar. E se o pobre do empresário for lá e dizer: "Não, pediu, pediu", ainda vão prender o empresário, como aconteceu em Roraima, como aconteceu em Roraima.

Então, eu estou lhe falando... A política partidária, para mim, não é uma profissão. Aqueles que fazem da política partidária uma profissão e exercem essa profissão com dignidade, como outros profissionais exercem, eu respeito profundamente. Mas aqueles que fazem a política partidária, que tem um cargo público, para fazer, dos seus cargos, um balcão de negócios, eu repudio completamente e lhe digo que eu não estou envolvido nessa daí. Vou tentar minha reeleição para o ano; se não conseguir, volto para o meu trabalho médico, porque nunca abandonei, e não preciso ficar sendo submisso, desrespeitado, perdendo minha liberdade de andar pelo Amapá... Ando em qualquer lugar. Não gosto nem de andar acompanhado. Sozinho. Nunca me chamaram de safado, de ladrão, de corrupto. Nunca! É costume político ser abordado para pedir dinheiro. Nem dinheiro me pedem. Então, esse respeito foi pela minha vida. Então, o que nós temos que preservar é a

nossa vida profissional, os bons exemplos que a gente possa deixar nesta vida e, com isso, nós estamos respeitando a nós, em primeiro lugar, à nossa família, aos nossos amigos e levando à população a mensagem de que nem todos estão envolvidos como políticos na banda podre da política. Então, eu queria deixar isso registrado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador, queria só fazer uma observaçãozinha, que eu fiquei preocupado, aqui, com um conselho que o Senador Papaléo deu ao Dr. Wanderley, dizendo que ele, sendo homem honesto, está encontrando dificuldade para conduzir a coisa honestamente, que ele saia. Continue, Dr. Wanderley, insista. Porque, se os de bem saírem, os picaretas tomam conta. E isso está acontecendo na política, porque muita gente de bem não quer entrar na política, se eleger para nada, porque diz que é sujeira, e, com isso, deixa que ela fique mais suja, porque entram os sujos. Então, insista. O senhor vai sofrer um bocado, mas continue.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu, primeiro, devo me justificar que cheguei atrasado na audiência porque fui dormir muito tarde ontem. Nós fizemos uma visita a Roraima. Eu iniciei também fazendo um apelo ao Wanderley Guenka, que não vá desistir, não. A gente tem que fazer a diferença nas coisas. As pessoas que querem fazer a coisa certa têm que insistir, têm dificuldade. Só não vai assinar o teu nome no meio de um rolo, porque o indicador não aparece nunca nas coisas. Quem vai preso é o funcionário da FUNASA, é o fornecedor... E assim vai.

Bom, eu também tenho uma visão... Eu não vi a palestra toda, mas a minha visão, em relação à saúde indígena... Graças a Deus, lá, no meu Estado, nós não temos relato de crianças morrendo por desnutrição, não. Temos má nutrição. Porque, tradicionalmente, a própria alimentação indígena, mesmo, é baseada principalmente na farinha, na caça e na pesca, e existe um desequilíbrio nutricional. Na Raposa Serra do Sol, eles já têm os nossos hábitos. Então, eles já comem de forma adequada, alguns já têm gado, já tomam leite, eles já produzem proteínas também, pequenos animais e tudo. Mas precisa ser estimulado, porque eles têm dificuldade.

Mas, voltando à questão indígena, ao nosso problema da saúde indígena, eu acho que essas observações do TCU têm que ser levadas ao pé da letra e têm que ser cumprida todas elas. Existe dificuldade de fazer as coisas porque realmente é como o Papaléo falou, no Estado dele... Sei que, no nosso, a FUNASA é uma vergonha, por causa das pessoas que dirigem lá. Agora, eles... E eu tive... Ontem à tarde, houve reunião de líderes indígenas com o Presidente Lula, e o apelo de todos eles era em relação... É gozado, o ponto número um é a saúde que eles reclamam. É a saúde indígena que eles reclamam. E, graças a Deus, os nossos lá já sabem que a saúde depende de uma água encanada, depende de uma condição higiênica em volta da sua casa e tudo, e cobram isso, cobraram isso. Cobraram também recursos para desenvolver agricultura, agricultura irrigada. Os indígenas... Estou com papel aqui, solicitando justamente equipamentos para fazer agricultura irrigada. Porque eles viram o arroz irrigado dar certo lá. Eles não estão se metendo a plantar arroz, não. Eles querem plantar coisas que eles dominam; mandioca, milho, feijão... Produtos que eles sabem dominar.

A FUNASA... Na história da FUNASA, eu participei da elaboração do SUS diretamente porque eu sempre exerci a medicina e continuo exercendo. E houve uma época que queriam... Que uma conferência de saúde resolveu, analisou e deveria ser extinta a FUNASA. Mas os *lobbys* políticos funcionaram, tal, tal, e continuou a FUNASA, mas continuou de uma forma ruim, sempre sendo objetivo com foco dessas formas. Eu acredito que, se a gente seguisse o SUS, implantasse o SUS realmente como ele é, em vez de o Governo ficar botando ONGs e tudo, ele desse força aos municípios, desenvolvesse os municípios, estruturasse esses funcionários todos que vão contratar, esses agentes de saúde indígena que contrata pela FUNASA, que contratasse através dos municípios e botasse os municípios para fazer a saúde indígena. É claro que haveria problema, haveria como há na FUNASA também, mas tem que ficar em cima. Temos que fortalecer os Conselhos de Saúde Municipais também, para que, com participação das minorias, pudessem ser melhor efetivados. Eu acho que a parte de saneamento... Lá em Roraima é uma vergonha, eu já falei outra vez. A gente chega num lugar, tem caixa d'água, não tem encanamento; tem encanamento, não tem bomba. Poucos lugares... Só quando é a serra mesmo que os índios, mesmo, praticamente, que fazem, bota a água lá na fonte, a água corre, joga na vila deles e resolve o problema. Mas nós precisamos realmente melhorar a gestão da FUNASA. Acho que, se a FUNASA seguisse as recomendações do TCU, ela vai fazer melhor. Existem ONGs... Mozarildo tem... Sabe que... Reclama das ONGs. Nós reclamamos também. Mas tem ONGs que existem na saúde indígena, na assistência global ao índio, antes de existir a palavra ONG. Meu pai, que chegou em Roraima em 44, morreu em 78, ele trabalhou

com três missões que já existiam, que não tinha nome de ONG, eram missões, a MEVA, Missão Evangélica da Amazônia, os missionários da Consolata e Asas de Socorro, essas duas americanas e uma, italiana, mas que viviam no meio dos índios. Temos a história do Padre Calleri, que foi o que contatou primeiro com os atroaris, uaimiris, e foi morto por eles, na época, porque eles eram mais hostis.

Então, existem ONGs sérias. Essas ONGs sérias, uma vez, uma época, foram expulsas dos [ininteligível] indígenas por causa da FUNASA, quando botou um monte de "ongueiro" lá, que achava que sabia tudo, que, como vocês mesmo disseram, eram professores de Deus, tiraram todos eles, porque achavam que eles estavam pregando religião no indígena e estavam agredindo a cultura, etc., etc. Algumas coisas da cultura indígena têm que mudar, realmente. Nós temos que fazer mudar. Porque nós não podemos admitir que uma criança que nasça com defeito seja largada para morrer no meio do bananal. Isso tem que mudar, apesar de alguns antropólogos não quererem que aconteça isso. Quando nasce um casal de gêmeos, o outro tem que morrer. Quando uma pessoa idosa fica viúva, ela é praticamente abandonada para morrer à própria sorte, no meio da comunidade. Isso são coisas que têm que mudar. Isso eu estou falando na área Yanomami. Lá no lado dos Macuxis, Wapixanas, Taurepangs e Ingarikós não acontece mais isso, graças a Deus, que eles já estão em contato há muito tempo e esses costumes já foram deixados de lado.

Então, temos que alterar, desde que seja para melhorar a qualidade de vida do indígena. "Ah, mas ele quer a qualidade de vida do jeito dele". Quer não. Ninguém gosta de ter dor de dente. Ninguém gosta de pegar malária e morrer por uma malária que pode ser tratada. Ninguém gosta de quebrar um braço, ficar com uma ferida e morrer porque não tem recurso para ser tratado. Então, eu acho que nós temos que continuar trabalhando, a FUNASA tem um papel importante, com essa... Dentro dessa reunião, também, eu acho que essa secretaria que estão falando que vão criar surgiu do movimento indígena, porque, lá, todos os líderes indígenas que falaram acharam e louvaram a criação de um organismo específico, organismo público, específico para cuidar da saúde indígena. Esse negócio de ficar metendo ONG no meio... Porque, na ONG, é assim: de cada cem mil que vai para lá, setenta e poucos mil ficam no meio do caminho. Estrutura, e não sei o que, etc., etc. Quando chega 30 no indígena, é até bom, porque acho que nem chega a tudo isso. Então, nós temos que transformar no organismo público, treinar as pessoas para fazer isso. Só pode trabalhar em saúde indígena quem tem vocação mesmo para trabalhar com saúde indígena. O indivíduo tem que querer, tem que gostar de fazer isso. Porque ele vai morar no meio de uma aldeia onde não tem água encanada... Estou falando dos primitivos. Lá nos outros é mais fácil, porque tem tudo. Inclusive, eles querem luz elétrica. Pediram para o Presidente luz elétrica, lá, na reunião. Então, nós temos que estruturar. Eu acredito que... O Guenka está há dois anos, tem feito bons trabalhos e você tem que continuar. Não desista, não. A gente tem que brigar. Eu sou Senador aqui, também, brigando com essa turma. E nós temos que ocupar os espaços. As pessoas que têm o sentimento da população têm que ocupar os cargos. Temos um exemplo aqui do nosso amigo Paim, que vem com o sentimento de lutador pela causa operária, que, quando eu cheguei aqui, a gente lutava para ter o salário de 100 dólares. Graças a Deus, nós estamos com 250.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] acho que 250 dólares é muito para o trabalhador. É uma peleia aí.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É muito porque ele deve ter sobrando milhares de dinheiro para ele e não conviveu com os mais necessitados.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir, só para ajudar, claro que eu estou falando da minha caminhada. Esses dias saiu uma nota numa... Foi lá no sul, não foi aqui. Dizendo: "Só tem essa luta dos aposentados porque o Lula foi dar aumento real para o salário mínimo". Não tinha que ter dado nada. Daí não teria nada para o aposentado. Veja o absurdo da colocação feita num jornal de repercussão nacional. Mas continua, por favor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas, aí, os indígenas têm dificuldade das coisas que eles querem porque ainda existe uma filosofia de cima para baixo. O sábio está aqui em Brasília, o antropólogo que entende tudo, que quer tudo, que define no fim das contas, ele vai dar um parecer no projeto e bota para trás. Há uns dois anos e pouco atrás, três anos, eu fiz um projeto para passar gado, boi para os indígenas. Porque, lá na Raposa Serra do Sol, é o berço da pecuária de Roraima. Lá já houve rebanho de quase 300 mil cabeças de gado lá, sem plantar um quadradinho de capim. Tudo com capim nativo. Sem fazer alteração na estrutura da natureza. Agora se fala bem da natureza. Hoje, dizem que tem 30 mil, 40 mil cabeças de gado dos índios. E eles querem aumentar isso. Então, eu fiz uma experiência, eu coloquei um milhão e quinhentos, compramos 1800 cabeças de gado. Eu estou falando nisso porque eu estava convidado para amanhã e a... Chamam de ferra(F), quando se vai marcar os bezerros que nasceram daquele gado. Amanhã vai acontecer, lá

na serrinha, uma ferra(F), mas eu não vou poder estar lá logicamente dessa produção.

Aí, como saiu esse 1500, eu achei que iria sair direito. Então, no outro ano, eu botei uma emenda de bancada de 11 milhões para dividir entre produção de gado para a agricultura familiar e para os indígenas. Mas aí bateu aqui, foi para lá e foi para cá, os sábios acharam que não devia, tal, tal... Perderam. E agora, com essa nova leva de promessas de melhorar a qualidade de vida dos indígenas, que o Presidente Lula está cumprindo até agora, porque botou 24 milhões e eles estão trabalhando na Raposa... Aliás, no território indígena. Fizeram um território indígena também, tipo esse do MDA, um território indígena e estão trabalhando nisso e querem colocar nisso. Mas eu já estou começando a ver que vão ter dificuldade de fazer isso, porque vai sempre ter um problema e vão enrolar, enrolar... Porque algumas pessoas acham que o índio tem que ficar comendo é rato, jiju. Jiju é um peixinho que dá em qualquer lugar lá, e passando dificuldade. Porque essa quantidade não dá mais para ter lá. Não existe mais a caça e a pesca abundante, como tinha há muitos anos e quando ele eram menos. Hoje, tem que ser tecnologia, e eles querem tecnologia. E nós estamos aqui, apesar de a gente... O que nós queremos é isso. É melhor qualidade de vida para os indígenas. Tenho certeza que todos os Senadores do Norte, que estão aqui, reconhecem que nós temos amigos indígenas. Não temos, Papaléo? Todos... Eu sou até descendente de indígena.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não só do Norte, os do sul também.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ah, muito obrigado, Senador Paim. Contamos sempre com o seu apoio. E vamos andar. Então... Agora seria a próxima etapa da audiência de ouvir a FUNAI, e, para a gente ter uma noção geral do que está sendo feito, do que acontece. Mas eu gostaria de fazer o apelo: aguente o tranco. Só não vá assinar coisa que você acha que é errado. Se for errado, não meta seu nome no meio, não. Porque quem vai ser processado, quem vai ser preso pela Polícia Federal, como lá em Roraima vários foram presos, inclusive o atual chefe lá foi preso também, mas voltou de novo. Mas... Então... Eles... Você não assine. Mas não faça a coisa errada. Fique, segure, aguente firme lá. Nós, os indígenas de Roraima, precisamos de pessoas sérias, trabalhando, principalmente na saúde indígena. Mas saúde indígena não é só tratamento, não. Saúde indígena é ter comida abundante, ter boa escola, ter boa estrada, ter boa condição de habitação, ter condições dignas de viver e de sustentar sua família.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Mozarildo com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Só queria... Estou tendo que fazer alguns esclarecimentos, que termina ficando algumas coisas que eu tenha dito que pode ficar mal interpretado. Quando eu falei aqui ONGs, eu quero ressaltar que tem muitas ONGs boas. E nós constatamos isso na CPI também. ONGs... O problema é separar o joio do trigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu ia tentar fazer esse esclarecimento. Que bom que foi V. Exa. que fez.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Então, eu não tenho nenhuma fobia contra ONG, não; pelo contrário. Eu até pertenço a uma grande ONG, embora não se intitule assim, que é a maçonaria. Eu não acho que ONGs, de modo geral, sejam ruins, não. Tem muitas ONGs do bem. Agora, tem muitas picaretas. Agora, uma outra coisa que eu gostaria de dizer ao Senador Augusto Botelho e, também, para deixar claro aqui... Por exemplo, ele é um idealista que bota, por exemplo, gado para os índios. Aí a FUNAI não os ajuda a ter o mínimo de técnica para cuidar desse gado. Sabe o que está acontecendo lá, em Roraima? Estão vendendo o gado, eles vendem o gado, a um preço vil, para gente importante do Estado de Roraima. Então, não se cuida sequer de ajudar o índio a ascender socialmente. Tem o gado, e realmente é verdade, hoje, os índios de Roraima poderão dizer assim que são... Algumas tribos são verdadeiros fazendeiros, no sentido indígena, vamos dizer assim. Mas, infelizmente, como não tem experiência de gestão e de criação, vendem a preço vil para pessoas importantes, que são atravessadores e vão ganhar dinheiro às custas deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu passo a palavra ao Dr. Wanderley, para que ele faça as suas considerações finais, respondendo aos Senadores.

SR. WANDERLEY GUENKA: Bom, queria esclarecer aqui que a Fundação Nacional de Saúde foi uma fusão, em 90, da Fundação SESP(F), do qual eu sou originário, e da SUCAM. Fundação SESP(F) e SUCAM. Cada uma com mais de 50 anos de trabalho na saúde pública; quer dizer, 100 anos de experiência. Então, não surgiu do nada. Vem lá da Fundação SESP(F). E eu, com 23 anos dentro da Fundação SESP(F), dois anos aqui, na Diretoria da Fundação Nacional de Saúde. Eu vou na... Eu já enfrentei uma CPI da desnutrição no meu Estado, no Mato Grosso do Sul, foi CPI da Câmara, e lá no meu Estado tem essa questão da desnutrição. E pelo trabalho desenvolvido lá, no controle da questão da desnutrição indígena em Mato Grosso do Sul, que eu fui convidado para ser Diretor do De-

partamento de Saúde Indígena. Então, fui convidado por ser técnico. E com todas as problemáticas sociais lá, em Mato Grosso do Sul, nós estamos com a mortalidade infantil de 30 por 34; 30,34. Se considerar as condicionantes lá, naquele Estado, a questão da... É um número fantástico para se comemorar. Porque, quando começamos, lá em 99, era 140 [ininteligível] vivos. Então, se estou, hoje, no Departamento, é por essa experiência dentro da saúde indígena, lá na região do Amazonas e, depois, no Mato Grosso do Sul. Eu não me nego a comparecer no Senado, na CPI, no Conselho Nacional, no Ministério Público Federal, na CGU, respondo, participo, convoco, busco parcerias... E uma coisa que me incomoda, que citou muito aqui, é a questão da corrupção, do roubo. Se tiver alguma coisa que eu possa direcionar da minha pessoa, gostaria até que fosse por escrito essas coisas, porque... Eu... Quando eu falei da questão da transparência, foi justamente isso, de ter transparência nos 180 milhões de reais que vai fundo a fundo, que não tinha regulamentada a portaria 1163. Hoje, já é outra portaria, que juntou todas as portarias do Ministério da Saúde, que é a Portaria 2048, a questão das organizações, do chamamento público, o chamamento público por Diário Oficial**--**

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Posso fazer um... Falou em corrupção, que está incomodado. Eu pergunto o seguinte: os coordenadores são subordinados à V. Sa.?

SR. WANDERLEY GUENKA: Veja bem, nós temos quatro departamentos na Presidência da Fundação Nacional de Saúde: Departamento de Engenharia e Saúde Pública – DENSP, Departamento de Administração, Departamento de Planejamento e Orçamento e Departamento de Saúde Indígena. São quatro departamentos. A questão da saúde indígena, o distrito, o distrito tecnicamente**--**

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Não, não, eu estou falando dos coordenadores da FUNASA, nos Estados, eles são subordinados a V. Exa.?

SR. WANDERLEY GUENKA: Não.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): São subordinados a quem lá?

SR. WANDERLEY GUENKA: À Presidência.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): À Presidência, diretamente à Presidência?

SR. WANDERLEY GUENKA: Exatamente.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Então, eu queria dizer que... Porque eu vou fazer por escrito, se for necessário, mas nem precisa, porque foi a Polícia Federal que prendeu o atual coordenador e ele voltou. Quando um funcionário público, seja lá um motoristazinho ou qualquer outro humilde, quando ele é suspeito de uma coisa, ele é afastado para responder a sindicância. Esse aí não é mais suspeito, não, ele está respondendo processo.

SR. WANDERLEY GUENKA: O que eu quero dizer é o seguinte, veja bem: já foi denunciado... Tem a Polícia Federal, tem a Justiça. Eu acho que... Então, essa questão eu quero deixar aqui**--**

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dr. Wanderley, me permita, por favor, desculpe. O senhor nos deixou tão à vontade que nos dá oportunidade até de interromper. Mas o caso aí é com o Presidente. Infelizmente o senhor não tem autonomia, ou autoridade, para trocar os coordenadores. Mas é uma verdadeira indecência o camarada que foi preso pela Polícia Federal... Não estou dizendo que ele é... Não estou prejulgando nada, mas só o fato de ter... Ele normalmente deveria ser afastado para aguardar as apurações. E isso vai denegrindo cada vez mais o nome da FUNASA. Quando o senhor falou em Fundação SESP(F)... Poxa, eu falei com o Mozarildo, que saudade. Profissionais altamente gabaritados, respeitados, faziam realmente saúde pública com garra, com vontade, e ainda tem uma unidade lá em Porto Grande, só uma unidade, que era da Fundação SESP(F). Assim, dá uma saudade muito grande do que era a Fundação SESP(F), e, hoje, estarmos aqui, discutindo sobre uma fundação que se originou lá da Fundação SESP(F), discutindo corrupção. Praticamente a nossa ação aqui é denunciar corrupção, corrupção, corrupção, na FUNASA. Então, é lamentável que este cidadão continue no cargo. Aí que eu digo: o padrinho dele deve ser muito forte, padrinho político, que impede que o Dr. Danilo faça a substituição dele, porque é indicação político-partidária.

SR. WANDERLEY GUENKA: Está seguindo aqui a questão do Mozarildo. Bom, isso aqui eu vou responder depois, vou aguardar a presença do... E do Flávio Arns também. Vou voltar aqui, na questão do Senador Augusto Botelho. O senhor tocou num assunto aqui, que é a questão do infanticídio. Tem algumas etnias, ainda, que praticam esse ato. E não é um processo... Inclusive tem um projeto no Congresso de regulamentar ou criar uma Legislação específica. Eu acho que não é punindo que você vai mudar. Tive uma experiência ontem, com o pessoal do Alto Xingu, que é uma organização indígena que tem parceria com a gente, chama-se IPACS(F). Alto Xingu é onde tem o Kuarup e a etnia Iaualapiti, e, lá, eles até, por exemplo, estavam discutindo orçamento da pactuação do convênio, falou: "Mas não podemos tirar porque nós temos 18 crianças órfãos", que a mãe não aceitou, porque é mãe solteira, ou é porque são gêmeos, está lá, e que essa organização está protegendo, são crianças menores

de dois anos de idade, com leite NAN, depende a faixa etária. Ele falou: "Nós não podemos mexer nesse orçamento porque isso é importante". Quer dizer, lá, no Xingu, que tinha a prática do infanticídio, de mãe solteira, quer dizer, ser mãe solteira era sacrificado o filho, se era gêmeos ou tivesse... Eles já estão fazendo, quer dizer, um mecanismo próprio. Não foi ninguém que chegou lá e disse: "Olha, faça isso". Então, essa questão de infanticídio eu acho que é uma questão de processo, é questão de sensibilização e dar condições também. Porque, muitas vezes, a mãe solteira, na área indígena, não tem quem mantenha essa criança. Então, é um processo que acho que é uma experiência bem sucedida.

A questão Asas de Socorro, que o senhor disse aí, realmente tem várias parcerias em alguns lugares indígenas, inclusive com aviões, aqueles aviões que descem nas águas... Na região amazônica, é muito bom. A questão da desnutrição lá em Roraima. Não tem acentuada, mas nós tivemos beribéri, mas não foi por causa da questão da alimentação. Foi a questão lá de uma bebida que... Pelo menos, o Ministério da Saúde, fazendo aquela pesquisa, porque teve alguns casos... Quer dizer, pode ter caso de beribéri porque tem alguma falha, vamos dizer assim, na questão da saúde e não se preocupa muito. Mas não foi caso relacionado à desnutrição. Mas a bebida que eles fazem lá, que fermenta lá, que eles tomavam, o caxiri, competia com a... E já foi resolvido. No Maranhão tinha a mesma situação, mas era por um fungo que tinha no arroz, pelo armazenamento e pela umidade. Então, essas coisas... Por exemplo: "Ah, está tendo beribéri na população indígena". "Poxa, a saúde está muito ruim". Mas não é, é porque tem esses fatores muito especiais.

A questão do Papaléo, nessa questão de manter como técnico. Senador, eu sou técnico e espero morrer como técnico. E sou da Fundação SESP(F) e trabalhei lá no Amazonas. Quer dizer, eu vesti aquela camisa com orgulho e um trabalho organizado, e você tinha um planejamento e você tinha que executar. E a SUCAM. Nem se fala do trabalho da SUCAM. Então, o que eu quero dizer, vindo aqui, é ter feito todo o possível de melhorar a questão da saúde indígena, organizar, e principalmente na gestão e na aplicação de recursos. 2007 e 2009 nós não tivemos, assim, acréscimo no incremento de orçamento. Nós só estamos trabalhando com a otimização do recurso, bem aplicado, monitorando, e de forma que chegue lá na população indígena.

O Senador Mozarildo, ele perguntou como as recomendações, ou as determinações, do TCU, na questão de como é que a saúde indígena funciona sem ONG. Eu falei no começo, naquela apresentação, duas coisas: você não faz saúde sem pessoas, recursos humanos para fazer saúde. Então, deram atribuição à Fundação Nacional de Saúde, primeiro foi em 90, quando estava surgindo a FUNASA, Decreto 23, e, depois, em 99, com o Decreto 3156. Deram atribuições, mas não deram o pessoal para trabalhar. Então, o que acontece? Naquele momento, foi a opção de contratar via organizações não-governamentais. E também o que o Senador falou, tem organizações sérias, sim. Nesse chamamento público, nesses critérios de habilitação, no critério de seleção, depois, então você começa a peneirar essas organizações ruins que não prestam conta ou que... Então, tem várias organizações não-governamentais sérias. A questão... Então, não tem como sair das ONGs. Quer dizer, se vai criar uma secretaria, e está muito próximo disso, eu sempre falo: se não resolver duas questões, autonomia distrital, recursos humanos e gestão, vai ficar, como disse o Senador, só mudar, tirar o sofá da sala e... Tem que resolver.

Tem um termo de conciliação de concurso público para a saúde indígena, está no Ministério Público do Trabalho, tem que se resolver já agora, em 2009, 20%; mais 20%, em 2010, e, 2011, mais 20%, e 40%, em 2012, porque você teria todo esse concurso público para trabalhar na saúde indígena. Logicamente que recursos humanos para trabalhar na saúde indígena, você tem que ter critérios. Então, tem a portaria do Ministro Temporão criando uma Comissão para discutir. Como é que vai ser? O concurso público simples da... De quem passar vai ser... Não dá. Acho que, na saúde indígena, você tem que ter alguns critérios, algumas variações de contratação. Neste momento, nós temos autorização para a contratação temporária de 802 funcionários para a saúde indígena. O salário no nível médio é 1800. O salário no nível superior, 2200, que é o salário da Fundação Nacional de Saúde, quem começa como dentista, médico, enfermeiro... 2200. Aí eu pergunto: será que vamos ter profissionais para atender esse chamamento? Estamos tocando. Tivemos autorização, aguardei maio, junho, julho, agosto, tentando modificar, melhorar esse salário, principalmente para o nível superior. Talvez vamos conseguir a 2900 reais de salário. Então, tem essa questão, também, de você ter essa dificuldade de atrair os profissionais de saúde. A questão do [ininteligível], Agente de Saúde e Agente de Saneamento de Saúde. Isso aqui já tem uma recomendação do TCU, nós já mandamos documentos também, discutimos com o Ministério Público Federal, da 6ª Câmara, no sentido de alterar, em vez de ser de um ano, mais um ano, mais com agente de saúde, agente de saneamento, que é um caso muito específico, então, de ser contratado temporariamente.

Então, essas três perguntas do Senador Mozarildo. E a unidade de autonomia distrital, que também o Senador Flávio Arns fez a pergunta. Tem o Decreto Presidencial, autorizando a autonomia distrital até 2010. Quer dizer, tem esse processo. E esperamos realmente fazer esse processo. Só que, para você ter autonomia administrativa, você tem que ter recursos humanos, e recursos humanos capacitados. Então, tem a autorização do 802, tem o Decreto autorizando a criação da unidade gestora, que é o Decreto 6878, mas tudo isso depende também do concurso público temporário e definitivo. A questão da saúde mental do Senador Flávio Arns, a questão do alcoolismo na população indígena é séria, mas o primeiro produto que os colonizadores trouxeram para os índios foi a pinga, aguardente. E nós temos algumas situações. Por exemplo, em Mato Grosso do Sul, grande parte dos indígenas lá, do Mato Grosso do Sul, trabalha nas usinas de álcool e açúcar, toca o fogo, primeiro, no canavial e, depois, usa como mão de obra, e aí as pessoas falam: "Ah, mas o índio é preguiçoso". Duvido que tem um outro que compete com o índio para cortar cana. Não tem. Eles produzem por quilo. Então, tem umas pessoas que realmente trabalham bastante, e é o único emprego que eles têm lá, praticamente, no Mato Grosso do Sul. A grande parte da população. A questão do alcoolismo é séria, e, há dez anos, eu falava, naquela região, a questão das drogas pela fronteira, e, agora, está lá no Alto Solimões a mesma coisa com a Colômbia, Paraguai, Bolívia... A questão da droga. E o suicídio que tem lá, em Mato Grosso do Sul, e lá, no Alto Solimões. Em média, por ano, lá em Mato Grosso do Sul, ocorrem 40 a 50 suicídios, principalmente de adolescentes e de crianças. Eu tive... Uma vez, nós monitoramos todos esses óbitos por suicídio, uma criança de oito anos. As pessoas falam: "Mas não pode, uma criança de oito anos cometer suicídio...". E aquele suicídio de amarrar um saco de estopa, qualquer coisa, qualquer coisa, e é um suicídio ajoelhado. Não é um suicídio que você dá uma arrancada e fica... Eles ajoelham e vai... E aí, o que acontece? Não sei. Nós já temos vários estudos, temos psicólogos trabalhando na saúde mental, temos a parceria com o Pedro Delgado, lá da Saúde Mental, do Ministério da Saúde, tem uma portaria criando uma Comissão para discutir saúde mental nas populações indígenas. A questão da violência, também, entre eles mesmos... Então, a gente está procurando fazer vários estudos, vários trabalhos, principalmente com o Mato Grosso do Sul, que é uma população grande, com 60 mil indígenas, nós temos já vários profissionais trabalhando nessa questão de... Não só na pesquisa, mas operacionalizando, discutindo com os pajés, com os rezadores, com os anciãos... O que está... E geralmente a família do suicida não gosta de falar. Não gosta de falar do assunto, se esconde... Então, é muito difícil você fazer esse estudo mais aprofundado.

A formação de RH indígena. Nós já temos vários casos de indígenas com a formação em nível superior, principalmente na área de saúde. Nós temos, dentro do financiamento do Banco Mundial, o Projeto VIGISUS, nós temos 30 indígenas fazendo, tanto na UnB quanto na Universidade do Mato Grosso do Sul e numa outra universidade, odontologia, medicina e farmácia e enfermagem, inclusive na UnB aqui. Teria que estudar melhor. O Projeto VIGISUS termina agora, é um financiamento do Banco Mundial para a melhoria do Sistema Único de Saúde e se pensar como é que se continua esse processo. Todas as denúncias aqui, está dizendo o Senador Flávio Arns, nós mandamos apurar tanto internamente... E aí nossa auditoria está trabalhando muito em parceria com a CGU e com a TCU, tanto é que tem participação de auditores da FUNASA aqui. Nós solicitamos que tivesse, que tivesse o TCU, trouxemos o pessoal do TCU lá no departamento, então, buscando essa parceria. Tanto é que tem auditor interno trabalhando aqui. Inclusive foi lá pra Roraima, essas coisas todas. Nós queremos é transparência. Se é CGU, se é TCU, se é Ministério Público Federal, se é 6ª Câmara, se é o Conselho Nacional... Eu não tenho nenhuma preocupação em comparecer numa audiência, mostrar... Reconhecer as dificuldades e as fragilidades, mostrar os relatórios, os avanços que existiram, e, precisamos, sim, Senador Paulo Paim, a parceria do Congresso, nesse sentido de você... Tem várias coisas que dependem do Congresso também. Não é só o órgão Executivo, tem que ser o órgão... Então, de todos os momentos que foram solicitados representantes, aqui, do Departamento de Saúde Indígena, para falar sobre saúde indígena, prestar conta ou escutar, ver as fragilidades, receber determinações, recomendações, nós vamos seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito bem. Muito obrigado, Dr. Wanderley. Eu vou, de imediato, ler o Requerimento apresentado à Mesa, por seis Senadores. "Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº. 46/2009(F), CAS, seja convidado o Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, para que o mesmo se pronuncie sobre a situação da saúde indígena no Brasil". Assina o Requerimento o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Efraim, Augusto Botelho, Paulo Paim, Expedito Júnior e Papaléo Paes. Aqueles que concordam que o Requerimento entre extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado. Quem concorda com o mérito do Requerimento, também permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Só queria perguntar o seguinte: nós não vamos marcar uma data agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não. Não é a minha intenção, pelo menos.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu prefiro assim, Senador Paim, porque acho que essas duas semanas que faltam desse mês estão altamente comprometidas. Nós temos votação de projetos importantes, temos audiências... E muitos de nós também vamos estar ausentes, porque são as últimas semanas de filiações partidárias. Então, acho que seria muito mais lógico pensar na primeira ou, talvez, na segunda semana de outubro. Eu queria sugerir isso aí: segunda semana de outubro, até porque daria tempo para o Presidente da FUNAI preparar uma explanação adequada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na linha de discutir o Requerimento, eu quero dizer que concordo com V. Exa., eu também teria dificuldade nesse período, e eu queria só deixar assegurado aquilo que nós combinamos, que, nessa próxima audiência que teríamos, que a Presidente vai marcar, combinando com V. Exa., nós aprovaríamos, aí, sim, um Requerimento, ouvindo as lideranças indígenas. E por fim, Sr. Presidente, passar a palavra a V. Exa., Senadora Rosalba, que, nesse momento, assume a Presidência, Senador Mozarildo, eu queria que não ficasse nenhuma dúvida também que todos nós aqui somos favoráveis às ações afirmativas às políticas de inclusão, seja para negro, para índio, para branco, para pobre, enfim, para deficiente... E não concordamos com nenhum tipo de preconceito, até para que não passe a impressão, até pela minha fala, que há uma posição divergente entre nós quanto às ações de inclusão e ações afirmativas. Achamos que esse é um processo que vai garantir a melhoria da qualidade de vida para todos. Por isso que defendemos com tanta força as políticas afirmativas e as políticas de inclusão.

Sra. Presidente, de minha parte, a Audiência Pública foi, mais uma vez, excelente. Eu cumprimento o Senador pela provocação do tema, que poucos se interessam para discutir a questão indígena. Por isso eu quero cumprimentar V. Exa. V. Exa. traz o tema com o devido desdobramento, trazendo o Presidente da FUNAI, trazendo, enfim, todos os setores que queiram discutir esse tema que interessa a milhões de brasileiros. Parabéns a V. Exa. e parabéns ao Dr. Wanderley, pela exposição que fez com muita tranquilidade, não sendo contra a auditoria do TCU, mas, pelo contrário, dizendo que há problemas, sim, e que queremos somar para buscar soluções. Muito obrigado, Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois é, eu que estou chegando agora, já no final, quero, inclusive, me desculpar com o Dr. Wanderley, porque eu estava num compromisso que infelizmente não foi possível. Mas foi muito bem conduzida, tenho certeza, pelo nosso vice-Presidente, como ele sempre faz, o Senador Paim, quero agradecer a V. Exa., que sempre tem feito mais do que vice-Presidente. É amigo, solidário, está sempre aqui, presente, para que a gente possa somar em benefício dos trabalhos que estamos realizando. Ao Senador Mozarildo, também quero parabenizá-lo porque tem sido bastante oportuno que possamos discutir com mais detalhes, ouvindo aqueles que tratam da questão, tanto do lado governamental, não-governamental, como dos próprios indígenas, que são os que estão mais interessados nessas questões e a quem nós temos que, com certeza, trabalhar para buscar caminhos que venham a melhorar cada vez mais a vida daquela gente, que é o povo mais legítimo brasileiro. Na realidade, eles estavam aqui desde quando o Brasil foi descoberto, quando nós chegamos. Todos nós somos um pouquinho deles. Não podemos esquecê-los. Então, eu quero, agradecendo a todos, finalizar essa audiência, que, com certeza, alcançou os seus objetivos. Acho que o Dr. Wanderley... A sua presença foi fundamental para que muitas dúvidas possamos esclarecer e fazer essa parceria: TCU, o departamento... A FUNASA, as lideranças... Conseguirmos... Aquele velho ditado: sempre é bom um bom acordo. Bem melhor do que uma boa briga. Um acordo sempre em torno de que a gente possa construir o que for melhor para as populações indígenas. Muito obrigada e até a nossa próxima reunião, amanhã, convocando a todos para as 10 horas.

Sessão encerrada às 11h45.

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 11h00 HORAS.

Às onze horas e quarenta e sete minutos, do dia dezesseis de setembro de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI,** com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GARIBALDI ALVES FILHO, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZE-**

REDO, PAPALÉO PAES, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, LOBÃO FILHO, VALDIR RAUPP E WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA. O Senador João Durval justifica a ausência. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente comunica a retirada de pauta, para reexame pela relatora, Senadora Lúcia Vânia, do Item 02, Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2008. A Presidente informa o recebimento do Aviso nº 1036-SESES-TCU de 02 de setembro de 2009, encaminhando cópia do acórdão nº 2031/2009, referente ao processo nº TC-003.815/2009-4, que trata do relatório de monitoramento de auditoria ao programa de reinserção social do adolescente em conflito com a lei. Os referidos documentos ficarão à disposição das senhoras senadoras e senhores senadores por 15 dias na Secretaria da Comissão. Passa-se a apreciação das matérias. **ITEM 07 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156 DE 2008.** "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.036, de 11 de maio 1990 para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos Municípios e Estados para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)." **Autor:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Relator:** Senador Mão Santa. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01, 02 e 03 – CAS. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. ITEM 08 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158 DE 2008.** "Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer." **Autor:** Deputado Daniel Almeida. **Relator:** Senador Mão Santa. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva. ITEM 09 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156 DE 2008.** "Altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados." **Autor:** Deputado Tarcísio Zimmermann. **Relator "ad hoc":** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 10 – REQUERIMENTO N.º 78 DE 2009.** "Requeiro, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, para debater sobre a possibilidade de emprego de vacina homeopática preventiva contra o vírus H1N1 ("gripe suína"). Trata-se de iniciativa pioneira que começou a ser pesquisada na cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em 2005, resultante de uma parceria científica entre o Instituto Roberto Costa e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, a partir do vírus "Influenza", devido à ameaça de pandemia da "gripe aviária".Especialistas em homeopatia da UFRJ fizeram um treinamento sobre a distribuição de vacinas para as mil e quinhentas grávidas da cidade cadastradas pelo Sistema Único de Saúde. Cerca de quinhentos médicos, enfermeiros e agentes de saúde de Petrópolis foram orientados sobre a aplicação do medicamento. Em abril deste ano, seiscentas crianças de algumas comunidades de Petrópolis foram tratadas com o medicamento anti H1N2, outro tipo de vírus que causa gripe. Elas estão sendo monitoradas e mostram grande melhora e maior resistência à gripe. De acordo com a especialista em Homeopatia CARLA HOLANDINO QUARESMA, do Laboratório Multidisciplinar de Ciências Farmacêuticas da UFRJ, os dados laboratoriais pesquisados deixaram a equipe de cientistas animados quanto ao seu resultado. Segundo a pesquisadora, a primeira fase de testes foi laboratorial, e a segunda fase, em pacientes, vem mostrando resultados satisfatórios. A vacina age no sistema imunológico do paciente, aumentando as defesas do organismo. A administração da vacina é feita por via oral e por um período de trinta dias, duas vezes ao dia, o que reduz os custos de sua aplicação e aumenta a sua aceitação, por dispensar o desagradável emprego de seringas. São essas as razões para que se abra o oportuno e conveniente debate sobre a possibilidade de enfrentarmos o surto mundial da "gripe suína" como medicamento nacional e de administração de baixo custo. Para tanto, solicito o envio dos seguintes CONVITES: 1)CARLA HOLANDINO QUARESMA, Laboratório Multidisciplinar de Ciências Farmacêuticas da UFRJ, bloco B, subsolo, sala 11, "Cidade Universitária", Ilha do Fundão, RJ/RJ, CEP 21941-590, tel. (21) 2280-1784, ramal 255; 2) CAMILA SIQUEIRA, doutoranda em Ciências Farmacêuticas da UFRJ, no endereço anterior; 3) APARECIDA BARBOSA DA SILVA, Secretária Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Petrópolis, Avenida Keler, nº. 260, Centro, Petrópolis/RJ, tels. (24) 2243-2551, fax 2246-9331; 4)CARLOS LYRIO, "Instituto Roberto Costa", Rua Alfredo Pachá, nº. 100, Centro, Petrópolis/RJ, tel. (24) 2246-8836, CEP 25680-000, carloslyrio@robertocosta.org.br; 5) MARCELO CAMILO, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, SIA, Trecho 5, Área Especial 57, lote 200, Brasília/DF, CEP 71205-

050, tel. (61) 3462-6716/6717, presidencia@anvisa.gov.br; 6)um representante Conselho Federal de Farmácia, SCRN 712/713, bloco "G", nº. 30, Brasília – DF, CEP 70760-670, tels. (61) 2106-6552, fax (61) 3349-6553; 7) um representante do Conselho Federal de Medicina, SAI, Trecho 6, lotes 130 e 140, Brasília/DF, CEP 71205-060, tels. (61) 2106-0400, fax. 2106-0444." **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Resultado: Aprovado. ITEM 11 – REQUERIMENTO N.º 79 DE 2009.** "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE, no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, sobre o controle dos recursos federais transferidos para Estados e Municípios. Para tanto, que seja convidado um representante do Tribunal de Contas da União – TCU." **Autora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 80, DE 2009 – CAS.** "Requeiro, nos termos do Artigo 93 – Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais promova a realização de Audiência Pública para debater a gravíssima situação da saúde da população do arquipélago do Marajó, no Estado do Pará, onde, somente na localidade de Anajás, entre janeiro e julho de 2009, foram registrados mais de 13 mil casos de malária, atingindo a metade da população daquele Município, com enorme sofrimento de adultos e crianças no arquipélago. Para que a Audiência Pública alcance seus objetivos, proponho convidar as seguintes autoridades sanitárias federais, do Estado do Pará e de outras entidades que atuam para ajudar a resolver o gravíssimo problema de saúde pública que se abate sobre aquela população: – Dr. José Gomes Temporão – Ministro de Estado da Saúde; – Dr. Francisco Danilo Bastos Forte – Presidente da FUNASA; – Senhor Edson da Silva Barros – Prefeito Municipal de Anajás – PA; – Senhor Osvaldo da Silva Barbosa – Prefeito Municipal de Afuá e Presidente da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó; – Dom José Luiz Azcona Hermoso – Bispo Prelado do Marajó; – Dra. Maria Silvia Martins Comaru Leal – Secretária de Saúde do Estado do Pará; – Dr. Anginaldo Oliveira Vieira – Chefe da Defensoria Pública Da União no Estado do Pará. Requeiro, ainda, a designação de um membro desta Comissão, para como relator, elaborar documento final com os resultados dos trabalhos realizados na Audiência Pública". **Autor:** Senador José Nery. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA – ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 81, DE 2009 – CAS.** "Nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 68, de 2009 – CAS, requeiro que seja incluído na lista de convidados a participar da audiência pública designada para o dia 17/09/2009, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o Sr. Matheos Chomatas – Diretor do Sistema Urgente e Emergencial de Curitiba – SUEC." **Autor:** Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado.** O Item 01, o Item 03, o Item 04, O Item 05 e o Tem 06 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os(as) Senadores(as) Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Garibaldi Alves Filho, Mão Santa, Rosalba Ciarlini e Sérgio Guerra. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos, lavrando eu, **Eliana A. Zamboni R. da Cunha**, Secretária-Adjunta da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **ROSALBA CIARLINI,** Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom-dia, Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, Srs. Assessores, consultores, convidados. Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura no Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A pedido da Senadora Lúcia Vânia, o Item 2, referente ao PLS 308, de 2008, fica retirado de pauta para reexame. E comunico o recebimento do aviso nº 1036 – SESES – TCU, de 02 de setembro de 2009. Encaminho cópia do Acórdão nº 2.031/2009, referente ao processo nº TC 003.815/2009-4, que trata do relatório de monitoramento de auditoria ao programa de reinserção social do adolescente em conflito com a lei. Os referidos documentos que estão aqui ficarão à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras por 15 dias na Secretaria da Comissão. O Senador que desejar, solicita à Secretaria da Comissão que nós encaminharemos cópia.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, me permita, pela ordem?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Sr. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se eu pudesse relatar *ad hoc* o Item 9, explico por quê. É um projeto de suma importância para os idosos, a autoria é do Deputado Tarcísio Zimmermann, que não é mais deputado, que se elegeu Prefeito da Cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, e o Relator é o Se-

nador Leomar Quintanilha, que entrou com um pedido de licença, porque vai assumir uma Secretaria lá no Estado de Tocantins, já está sendo indicado o seu suplente. E como não é terminativo, e é um projeto relevante, se V. Exa. entendesse assim, eu podia fazer a relatoria *ad hoc*, não terminativo, numa homenagem ao próprio Tarcísio Zimmermann, homenagem ao Senador Relator Leomar Quintanilha e uma homenagem aos aposentados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim, se não há nada contrário por parte do Senador Leomar Quintanilha, não há nenhuma dificuldade, nós vamos designá-lo como relator *ad hoc* do Item 9, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008. Mas antes, como está presente o Relator do o Item 7 e do Item 8, que é o Senador Mão Santa, nós vamos pela ordem. O Item 7 será... Nós temos 11 itens hoje--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim, mas eu acho que o primeiro aqui é o Senador... Assim que o Papaléo chegar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --até o Item 6 são terminativos, e 7 não é terminativo. Então vamos começar pelo Item 7, passo a palavra ao Senador Mão Santa. V. Exa. é o Item 9.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ele, na realidade, nem pediu para ser o primeiro, mas para relatar, isso já foi concedido. Então o senhor vai ser o primeiro.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] e sempre é uma honra [ininteligível] o Senador Mão Santa, e a ordem decidida pela nossa Presidente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Nós estamos aqui para obedecer a Senadora Rosalba Ciarlini.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos ao Item 7, que é uma decisão não terminativa, um Projeto Lei do Senado nº 156, de 2008, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8036, de 11 de março de 1990, para dispor sobre o percentual máximo das prestações do parcelamento de débitos dos Municípios e Estados para com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O autor é o Senador Antonio Carlos Valadares e o Relator é o Senador Mão Santa.

Na realidade esse projeto, principalmente nesse momento em que os municípios estão enfrentando imensas dificuldades, inclusive, Senador Paim, Senador Mão Santa, Senador Papaléo, ontem eu recebi um telefonema do Prefeito da Cidade de Brejinho, no Rio Grande do Norte – Prefeito João, conhecido como 'Joãozinho' -, e ele me dava uma informação que agora, quinta e sexta-feira, 44 prefeituras do Estado do Rio Grande do Norte, das regiões do Trairi, do Agreste, Potengi e litoral, vão fechar as portas, porque já estão em situações de... Não tem mais como pôr funcionar, a situação difícil.

Senador Mão Santa, nós tivemos aqui a aprovação daquela Medida Provisória para fazer o repasse da diferença de um bilhão. Lembro que na hora da aprovação, o senhor deve também estar lembrado, se dizia que já era necessária adição de outra medida para poder cobrir a diferença dos meses atuais. A diferença com relação ao fundo de participação que o Governo Federal se comprometeu – foi palavra do Presidente -, de que faria essa diferença entre o que no mês correspondente ao ano anterior, que seria 2008, com relação ao mês em 2009, vamos dizer, maio de 2009. Como estávamos numa crise econômica muito grande, houve uma queda muito forte do FPN, então aquela diferença com 2008 todos os municípios iriam receber. Acontece que nós já estamos em setembro, e essa diferença só foi repassada em maio correspondente a abril. Então tem o mês de maio, junho, julho, agosto, setembro já metade para o fim, e os municípios não receberam. Então daí essa extrema dificuldade que o prefeito ontem com muita tristeza nos comunicou, com muita angústia, que eles vão ter que tomar essa posição. E que eu acredito que não é a posição só dessas cidades, 44 cidades do Estado do Rio Grande do Norte, não, são dos 167 municípios, estes estão chegando à posição, vamos dizer assim, extrema, porque não estão conseguindo mais, querem ser ouvidos, querem que o Governo cumpra com o que prometeu e repasse essa diferença que desde abril foi repassado, maio, correspondente a abril, não repassou. E aí vem a pressão dos funcionários, dos fornecedores. Nós que fomos prefeitos, assim como com o Mão Santa foi prefeito, Papaléo já foi prefeito?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Foi e bom.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Também foi? Sabe como é difícil. Você chega o final do mês, você tem que honrar os compromissos, senão deixa de o carro andar porque não tem o combustível, o posto não pode ficar vendendo fiado a vida toda. O comércio, quando tem pouco dinheiro no município, a cidade cai, o comércio começa a desempregar, não é assim, Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então recursos para o município é de importância fundamental. Se você faz, o prefeito

tiver recursos para fazer obras, são milhares de empregos que são gerados, são recursos que ficam circulando no próprio município, que impulsiona a economia local. Então, na situação que está, muitos estão com a mão na cabeça. Ele disse: "Olha, Senadora, o repasse que eu vou receber agora, o próximo repasse, são 105 municípios no Estado, tem 06 só que vão receber em torno de 19 mil. Mas cada um tem que repassar, só para a Câmara, entre 32 e 35 mil". Então a situação realmente dificílima nos municípios. Mas agora o senhor vai ter a responsabilidade de relatar um projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães, que fala também sobre dívidas dos municípios com FGTS, e nós esperamos que esse... Encontremos um caminho que também seja um bom prenúncio alvissareiro para os municípios brasileiros.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora Rosalba Ciarlini diziam que o Senado é o pai da pátria, mas hoje V. Exa. abrangeu um negócio que são os pais e as mães da pátria. Ninguém melhor do que V. Exa. para expressar o sofrimento dos prefeitos brasileiros, V. Exa. que tão bem dirigiu uma cidade modelo da história do Brasil, que simboliza a média, a grandiosa Mossoró, e V. Exa. foi extraordinária prefeita, daí o reconhecimento do povo. Mas eu quero dizer que no Piauí, na semana passada, eu andei numa marcha com os prefeitos, eu nunca vi isso. Eu tenho 66 anos de idade, Paim, é sério, estão iludindo o nosso Presidente Luís Inácio [ininteligível]. Olha, o sol quente de Teresina não é mole, não, viu, Papaléo?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passa dos 40 graus.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é, foi do Palácio até a Assembleia, dá uns seis, sete quilômetros no sol quente e são 224 municípios. Eu quando governei o Estado, dois mandatos, Deus me permitiu criar 78 novas cidades, mas tinha mais de 200 prefeitos, quer dizer, quase todos. Os que não foram, na certa, Papaléo, porque não tinham nem dinheiro para ir, tal é a calamidade. Aí eles terminaram na Assembleia que se prolongou num debate. Então é muito oportuna essa reflexão que V. Exa. fez, e fez me sensibilizar, essa é a realidade.

Então vamos ao relato. O Projeto de Lei do Senado, PLS nº 156, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, dispõe sobre débitos de Estados e municípios com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, FGTS. Propõe alteração da Lei 8.026, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências. Para definir o percentual de 1% da correspondente parcela do Fundo de Participação dos Estados, ou Fundo de Participação dos Municípios, com o valor máximo a ser comprometido com a amortização das suas dívidas para com o FGTS. Para tanto, define esse comprometimento(F) como opção a ser exercida pelo Estado ou pelo município, os acordos de parcelamento de débitos, inclusive naqueles já contratados. Situação em que os pagamentos substituem o pagamento das parcelas originalmente contratadas. Prevê ainda que a união por sua [ininteligível] antecipará o FGTS, valor equivalente aos montantes apartado das próprias partes do FPE e FPM.

Os termos contidos da justificação, o objetivo do projeto, é resolver as dificuldades financeiras que diversas prefeituras e alguns Estados estão enfrentando devido a endividamento com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Algumas prefeituras são obrigadas a retirar parte significativa das suas receitas, no caso, 3% do FPM, para depositar nas contas da Caixa Econômica Federal, comprometendo a garantia do bem estar social dos seus habitantes, como por exemplo, dados da Confederação Nacional dos Municípios indicam que o número dos municípios bem avaliados do ponto de vista de do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, não ficaram bem colocados no *ranking* da educação e da saúde.

A proposição foi distribuída a essa Comissão e a Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a essa última deliberar terminativamente sobre a matéria. No prazo regimental não foram apresentados nessa Comissão emendas ao projeto.

Análise. É a atribuição dessa Comissão a apreciação de proposições que versam sobre o FGTS, conforme previsão contida no art. 100 do Requerimento Interno do Senado Federal. Em relação ao mérito. Trata-se de proposição de indiscutível relevância, e especialmente à luz da atual crise econômica, que tem reduzido ritmo das atividades econômicas, e por consequência a arrecadação de impostos diretos e indiretos.

Ademais, o Governo Federal tem implementado medidas tributárias [ininteligível], afetando negativamente as finanças estaduais e municipais, sobretudo, porque, como se sabe, as isenções ou reduções de tributos ali contidas implicam perdas nas receitas nos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios. Além disso, cabe ressaltar que têm sido recorrentes os problemas enfrentados pelos municípios, castigados por desastres naturais como [ininteligível] inundações e desabamentos.

Entendemos assim que se trata de proposição mais do que oportuna, pois os pagamentos relativos às contribuições do FGTS vencidas, não poderão ser maiores do que 1% das cotas PAT(F), e índice devedor

do FPE e do FPM. Isso deverá atenuar as dificuldades financeiras enfrentadas por diversos governos estaduais e municipais, para cumprir suas obrigações ao mesmo tempo em que salvaguardam o patrimônio dos assalariados formais. Como frisado, na justificação do projeto trata-se da medida similar à Lei Complementar nº 77, de 1993, e a Lei nº 9639, de 1998, que discriminaram o parcelamento de débitos passados dos entes subnacionais junto ao FGTS ou Instituto Nacional de Seguro Social.

Efetivamente, após posição do Senador Antonio Carlos Valadares, propicia uma folga financeira sumamente importante para que Estados e municípios possam melhor atender as necessidades da população em geral. O próprio autor destaca que dados da Confederação Nacional dos Municípios demonstram que vários municípios bem avaliados em termos de cumprimento das exigências contidas na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, não estão bem colocados no *ranking* da educação e da saúde. Além do mais, a aprovação do projeto de [ininteligível] por parte dos governos estaduais e municipais, do certificado de regularidade do FGTS.

Reconstitui requisito indispensável para a realização de operações de crédito e para o recebimento de transferências voluntárias, duas fontes de recursos que muito podem contribuir para o bem estar dos habitantes nas regiões menos desenvolvidas. Há reparos a fazer ao texto, pois algumas de suas disposições apresentam problemas quanto a sua compreensão e alcance em decorrência quanto à observância da boa técnica legislativa. Em termos de técnica legislativa há duas imprecisões nos [ininteligível] a serem inseridos na Lei 8.506, de 1990, quais seja, as designações: Fundo de Participação nos Estados e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, quando o correto seria Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Sem imprecisões que podem ser sanadas mediante apresentação de emenda de redação.

No § 1º a opção pelo comprometimento dos referidos Fundos de Participação se estende aos contratos de parcelamento sem vigor, o que implica a alteração unilateral dos contratos legalmente constituídos. Sugere-se, com o objetivo de [ininteligível] esses vícios de inconstitucionalidade, em consonância com o inciso IX, do art. 5º, da referida Lei 8.026, de 1990, que a referida opção se sujeite à prévia anuência do conselho curador do FGTS. Com esse procedimento, afasta-se qualquer possibilidade de interpretação que considero inconstitucional tal disposição, na medida em que se percebe o status de ato jurídico ter feito [ininteligível] contato

Voto. Em face do exposto voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2008 com as seguintes emendas: Na Ementa do PL nº 156 da União(F), substitui essa expressão "Fundo de Garantia por Tempo de Serviço", FGTS, por "Fundo de Garantia do Tempo de Serviço". Emenda [ininteligível] pela CAS, no art. 28-A a ser inserido na Lei 8.026, de 11 de maio de 1990, na forma do art. 1º do PLS nº 156, de 2001, substitui as expressões: "Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Garantia de Tempo de Serviço" por, respectivamente, "Fundo de Participação do Estado e Distrito Federal e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço". Emenda da CAS desse § 1º, art. 28-A da Lei 8.026, de 08 de maio de 1990, na forma da discussão do art. 1º do PLS nº 156, de 2008 a seguinte redação: Art. 28-A, § 1º: *"Em contratos de parcelamento em vigor na data de publicação desta lei, a opção referida do caput, se sujeita, pede a ausência do Conselho Curador,* [ininteligível] *da Comissão do Presidente Relator. Senador Mão Santa"*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Mão Santa, V. Exa., como sempre, faz um relatório dentro da sua experiência, também do sentimento de quem foi prefeito e sabe o que significam essas dívidas para os municípios e o quanto é preciso, realmente, adequá-las à realidade de hoje.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, fazer um comentário rápido para registrar as minhas preocupações. Eu tenho assistido quase há três décadas aqui no Congresso, seguidamente é encaminhado propostas por parte do Executivo aqui para a Casa para que parte dos recursos da Previdência Social e mesmo do FGTS, seja destinado para outros fins do que aquele destino originário. Eu faço essa rápida consideração, eu estou entendendo a iniciativa do nosso querido amigo, o Senador Valadares, o brilhante relatório feito pelo Senador Mão Santa, mas eu apenas quero registrar das minhas preocupações. Porque o Fundo de Garantia nasceu(F) de um debate, que a semana passada... Na verdade é uma poupança do trabalhador, assim eu entendo também a Previdência. Toda vez que eu permito que haja um deslocamento de verba da Previdência para outros fins, que não seja o benefício do trabalhador de forma direta, como também do Fundo de Garantia por tempo de Serviço, eu tenho aquelas preocupações. O trabalhador bota o seu dinheiro lá, e recebe somente 3%, não recebe nenhum correspondente à poupança, e toda vez que eu faço uma renegociação das dívidas, seja de Estado, de município, ou dos empreendedores que não pagaram corretamente o Fundo de Garantia,

e com juros subsidiados, como sempre, com multas que são atenuadas, que são até aliciadas, quem está perdendo é o Fundo. Daí alguns me dizem que não podem pagar um percentual maior para o trabalhador naquela sua conta vinculada do FGTS. Mas toda vez que é feito alguns acordos que permitem que os devedores paguem sem multa, sem o juro devido, aí se perde muito mais. Eu estou entendendo a complexidade do momento e concordo com V. Exa., inclusive no Rio Grande do Sul, já são cerca de 40 municípios que decretaram emergência, devido agora às tempestades, Santa Catarina um outro caso muito mais grave até que do Rio Grande do Sul.

Eu quis fazer esse comentário para demonstrar as minhas preocupações, mas como respeito muito, tanto o autor do projeto, como o relator, eu, assim mesmo, acompanharei o Relator no seu parecer e entendo que na CAE dá para aprofundar mais o debate.

Senador Mão Santa, vou acompanhá-lo--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): As preocupações do Senador Paim são legítimas, como também é legítima a situação catastrófica das prefeituras. E a CAE vai ver uma sabedoria no meio, se diminui. A sabedoria, diz a bíblia, eu sou muito bíblico, "a verdade está no meio". Então o autor que pediu até 1%, é três. Dois já era uma sabedoria salomânica(F), e mesmo reconhecendo a justa e leal defesa do trabalhador, do operário pelo Paulo Paim que o representa tão bem. Mas eles também são vítimas das prefeituras, porque os trabalhadores moram nas cidades.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paim, V. Exa. como sempre na defesa do trabalhador, nós sabemos que é importante que o Fundo de Garantia, ele também movimenta inúmeros programas de grande alcance social no nosso Brasil. Mas eu quero também aqui fazer uma referência, que esse projeto do Senador Antonio Carlos Valadares traz a experiência que ele tem lá no seu Estado, também como administrador, e também já foi relatado anteriormente pelo Senador Eduardo Azeredo, que em função de eu estar presidindo a comissão, foi necessário redistribuir para o Senador Mão Santa. Mas o relatório anterior também era favorável. Senador Mão Santa colocou ao conhecimento(F), que veio só para enriquecer ainda mais, melhorar, eu acho que como não é terminativo e vai ser encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, é muito bem que nós possamos debater ele mais, entendendo que ele também dá condições--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Paim podia pedir era Vista e botar uma [ininteligível] aqui de um para dois, está lá no meio. Já tirava menos do trabalhador e dava um pouquinho para os prefeitos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas nós não estamos tirando, nós estamos... Na realidade, é criar condições de que possa pagar dívidas que não estão sendo pagas.

Passo a palavra agora ao Senador Roberto Cavalcanti para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Muito obrigado, Sra. Presidente, eu me acosto às preocupações do Senador Paulo Paim no que tange ao macro, preocupação com a intocabilidade do FGTS, a preservação dos valores do FGTS. Mas, por outro lado, eu percebo que o espírito do projeto é um espírito do projeto que visa socorrer um estado concreto de emergência. Nós não podemos esquecer de que a inadimplência total é pior do que qualquer parcelamento. Pragmaticamente, o que nós pudermos permitir que haja parcelamentos e no final exista a quitação desses débitos, qualquer que seja, sou favorável, filosoficamente eu sou favorável à flexibilização de condição de pagamento. Porque a flexibilização de condição de pagamento demonstra o interesse do devedor em saudar os compromissos. E as prefeituras do país todo têm enfrentado dificuldade, no Nordeste principalmente, a situação em função da dependência do Fundo de Participação dos Municípios é terrível.

Então eu me acosto e até sugeriria que nós não pedíssemos Vista e déssemos sequência, para que aqui, nessa Casa, as coisas às vezes andam lentas e os projetos necessitam sair de uma comissão para outra. Então o meu voto é no sentido de nós agilizarmos, com as cautelas e teremos momentos que poderemos, se porventura houver a necessidade de ajustarmos as propostas, nós fazemos esse ajuste um pouco mais na frente, mas sem enfiarmos a votação nesse momento.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, eu vou, de fato, inclusive vou acompanhar o relatório do Senador Mão Santa, mas eu fiz a reflexão, e me permito que eu digo isso de quem está aqui dentro há quase 30 anos. Não pagarão, sabe aquela frase: "Não passarão"? Não pagarão, não pagam. O mundo real é esse, e eu estou cansado de ver. A anistia, países devedores da Previdência para os próximos 20 anos: no fim de 20 anos não pagam. Mais uma anistia para mais 20 anos. No fim de mais 20 anos, não pagam. E vira, de fato, uma anistia permanente. Eu apenas fiz uma rápida consideração, eu estou entendendo a situação das prefeituras, inclusive do meu Estado, e fiz esse discurso na tribuna já. Eu não vou pedir Vista, eu entendo o objetivo do projeto do Senador Valadares, e o comentário feito por todos os Senadores, que até o momento falaram, Senador Mão Santa, é procedente, mas eu estou acostumado a ver... E aqueles que pagam

corretamente, inclusive me boto às vezes no lugar do próprio prefeito ou do empresário, que paga religiosamente o Fundo de Garantia, que paga religiosamente a Previdência, esses, os bons pagadores, acabam sendo, na verdade, penalizados. Porque aqueles que não pagam, eles vão receber uma anistia, mais hoje e mais amanhã, e eles sabem disso, que vão receber um tipo anistia. Não é o caso aqui, não está propondo anistia, eu apenas estou esclarecendo que o mundo real aqui dentro da Casa, nessas décadas, aponta isso. Por isso que eu cheguei a ter a ousadia, naquele crédito IPI, Senador, eu apresentei uma proposta para que os bons pagadores tivessem o mesmo direito dos grandes grupos econômicos que não pagaram, que entraram no Supremo, na verdade com bancas de advogados, conseguiram serem vitoriosos, eles vão ter um passamento especial. E os pequenos, que não tem grandes bancas de advogados, não quiseram entrar no Supremo, eles foram prejudicados, aí eu entrei com uma Emenda, o Senado aprovou por unanimidade, estendendo o mesmo direito para aqueles que pagaram corretamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No caso os exportadores?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Dos exportadores, e V. Exa. acompanhou isso e os Senadores acompanharam essa defesa que nós fizemos lá. Mas eu estou entendendo e concordo aqui com a visão dos Senadores, e o meu voto inclusive vai ser favorável, Senador Mão Santa, ao seu projeto. Que se eu tivesse opção diferente, o certo seria votar contrário, mas como eu estou entendendo, inclusive, os desastres que vem acontecendo, eu votarei favorável no relatório do Senador Mão Santa, sem nenhuma correção, e na certeza de que na CAE a gente aprofunde o debate, quem sabe busque uma alternativa que seja mais viável para todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom, então vamos à votação, Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos e vamos repetir a votação para as Emendas. Srs. Senadores que aprovam as emendas permaneçam como se encontram. Aprovado. Passamos agora ao Item...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, antes eu queria só que vai ter aqui uma observação. Senador Paim, eu não sou muito dura em dizer que não pagam. Eu acho que quando não se cria condições àqueles que estão sem condições de pagar, é que não vão pagar nunca. Eu tive uma experiência, fui prefeita três vezes, e no meu último mandato eu disse: "Meu Deus, essa inadimplência com IPTU tem que mudar, não pode acontecer". Então fizemos um programa, que muitos diziam assim... Mas aquele de incentivo, de estimular, que foi muito exitoso, inclusive, dando--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas aí é para o trabalhador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --dando incentivo àqueles que pagavam--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O IPTU é para o cidadão lá da casinha. Esse paga, quem não paga são os grandes grupos econômicos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --aqueles que estavam em dia, esses que estavam em dia, eles tinham, no ano seguinte, eles tinham um benefício muito grande, um desconto, que chegava muitas vezes a 65%, era o benefício. Isso estimulou os outros também, dando condição de parcelamento, de que eles pudessem adequar sua dívida às condições que podiam pagar. E aqueles que fizeram parcelamento e começaram a pagar em dia, também eram beneficiados.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse aí é o IPTU, não é?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu estou dando exemplo aqui de uma dívida do cidadão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Claro, ele paga. Eu estou me referindo a grandes prefeituras, eu não estou nem falando de empresário, estou deixando bem claro. Tem grandes prefeituras que não pagam a sua contribuição para a Previdência, renegociam de 20 em 20 anos e tem uma --

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas tem um outro detalhe que o senhor precisa saber. Só uma coisa, se não estiver em dia, não pode receber nenhuma transferência--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas o empresário renegocia e recebe... Eu aprovo aqui. Eu, inclusive, mostro--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Hoje--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que não é o caso que estamos discutindo aqui--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A gente não pode receber emenda--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Por isso que é renegociado, e acertado e não paga. Ele não paga, vem à Brasília, renegocia por mais 20 anos, não paga de novo, renegocia por mais 20 e o dinheiro sai da Pre-

vidência. Eu estou apenas, aproveitei o momento para falar da sobre a Previdência. Teve uma declaração do Presidente Nacional das Associações das Prefeituras, que ele mesmo disse, não adianta fazerem essa forma de parcelamento de mais 20 anos com juros abusivos. Se não fazer alguma coisa razoável não vão pagar e daqui há 20 anos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, essa discussão é bem profunda, porque o que realmente o que nós sabemos que precisa ser feito é uma distribuição mais justa de recursos da nação com os municípios. É inadmissível, porque os municípios... Das contribuições que nós sabemos, que são impostos que o cidadão paga, das contribuições, não entram para ser redistribuído aos municípios, através do Fundo de Participação, só entra o que na realidade tem o nome de imposto, essas contribuições vão todas para o Governo Federal. Então daí por que está havendo cada vez mais essa compressão. Porque há anos atrás o FPN dos municípios significava algo em torno de 30%, de tudo que o Governo Federal arrecadava, hoje não chega a 16%, e os governos estaduais é que estão abaixo de 30.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É esse debate que nós temos que fazer--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E com isso é que não pode [ininteligível].

[falas sobrepostas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --e daí não [ininteligível].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se a gente não inverte essa pirâmide, nunca nós vamos sair dessa situação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aí eles têm que socorrer ou a Previdência ou o FGTS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [ininteligível] e o município, a razão de tudo, se no município as coisas não acontecerem, não acontecerão não Brasil como um todo. Então vamos passar agora para o Senador que pediu a palavra, senão a nossa Comissão vai ficar só no nosso debate.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Mas Sra. Presidente, sem dúvida um debate importante. Mesmo eu não tendo comentado durante o relatório apresentado ao projeto do Senador Antonio Carlos Valadares, mas manifesto aqui a minha total concordância do que se tenta fazer para às vezes criar condições mais adequadas para que... Ou parcelamento de débito de Previdência, ou a definição, são o percentual para a prestação do uni parcelamento de prestações para o FGTS, por parte de entes públicos, no caso Estado e município, na verdade, se torna uma bola de neve em que quem perde é o trabalhador, é o povo brasileiro, porque acaba que essas isenções ou diminuição do percentual a ser [ininteligível] pelo município para parcelar débitos acabam depois ficando depois tudo isso na conta do trabalhador, daquele que paga regularmente os seus impostos, porque o que nós temos aqui é, na verdade, uma situação de que os grandes, além de pagarem relativamente menor do que a maioria do povo, têm muitos mecanismos para prorrogar débitos que depois se tornam impagáveis. Então é justa a preocupação muito manifestada, porém temos que ver de que forma adequar essa questão, porque por outro lado a situação, sobretudo os municípios, que teve a responsabilidade com a municipalização das políticas, tem muito mais responsabilidade e muito mais atribuição do que proporcionalmente, do que recursos para dar conta das suas tarefas.

Mas, presidente, eu queria falar na verdade, e pedi a palavra, para solicitar a inclusão, uma pauta, incluir essa pauta no requerimento de minha autoria, que trata da necessidade de realizarmos aqui uma Audiência Pública para discutirmos a situação da saúde, em especial da situação do surto de malária no Arquipélago Marajó, no Pará. Só para ter uma ideia, no ano de 2009, uma cidade, uma das cidades entre as 16 que compõem o Arquipélago do Marajó, teve mais da metade da sua população de 26 mil habitantes atingidos pela malária, numa situação absolutamente insustentável, o que provoca um clamor daquela população por um atendimento, pela tomada de responsabilidade por parte do Estado, dos municípios e também da União.

Nesse sentido, proponho um requerimento para, Presidente, inclusão, que seria extrapauta, para votar ainda hoje, já solicitando a V. Exa., que tem sido muito sensível a essa questão, contrato da saúde, contrato da população, problema da população aqui do meu Estado, sobretudo Marajó, que é a região com o menor índice de desenvolvimento humano no Pará, para que seja incluído na pauta, possamos votar e realizar essa Audiência Pública nessa Comissão.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador José Nery, V. Exa. será atendido dentro do que determina o Regimento da Casa. Nós vamos apreciá-lo no final, depois da análise dos projetos.

Passamos ao Item 8, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008, que altera o art. 473 da Consolidação das Leis de Trabalho, CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir ausência ao serviço para re-

alização de exames preventivos de câncer. O autor é o Deputado Daniel Almeida, e o Relator é o Senador Mão Santa. O parecer é pela aprovação do projeto com a emenda de redação que apresenta.

Vou conceder a palavra ao Senador Mão Santa, mas antes, Senador, quero pedir permissão à V. Exa. para saudar aqui a nossa amiga Gisele que hoje está... Infelizmente, nós perdemos, assim, uma grande secretária, que muitos anos esteve aqui, mas ela está numa missão, vamos dizer assim, maior de acompanhar a Senadora Lúcia Vânia.

[palmas]

Bem-vinda, sempre bem-vinda, Gisele. Senador Mão Santa, a palavra com a V. Exa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Relatório. Em análise o Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008, de autoria do Deputado Daniel Almeida, que inclui entre os permissivos para o não comparecimento ao trabalho, sem prejuízo de salário, os dias em que o empregado estiver realizando exame preventivo de câncer.

A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Seguridade Social e Família, Trabalho de Administração e Serviço Público, Comissão Justiça e Cidadania, na Câmara dos Deputados. Até o presente momento, não foram apresentadas emenda à proposição de âmbito desta Comissão.

Análise. Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com art. 100, inciso I, o Regimento Interno do Senado Federal compete à Comissão de Assuntos Sociais dar pareceres sobre o mérito do presente Projeto de Lei. Disposições que visa alterar a consolidação das leis do trabalho, em especial o seu art. 473, estão afetas aos campus do direito e do trabalho. Normas com esse conteúdo estão entes àquelas de iniciativa comum prevista no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema nos termos do art. 48 da mesma carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de legalidade. O que concerne ao aspecto formal. Originariamente o projeto da Câmara dos Deputados previa a ausência ao trabalho sem prejuízo do salário, somente para exames preventivos de câncer do colo do útero, mama ou próstata. Quando da tramitação na Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público daquela Casa Legislativa, modificou-se a proposição que passou a incluir o permissivo citado à prevenção a todo tipo de câncer, sob a alegação de que o combate a essa doença deve incluir todas as modalidades conhecidas de manifestação. O argumento é pertinente e deve ser respeitado. É uma questão de saúde pública. O câncer é o inimigo silencioso, contra o qual as chances de vitória são inúmeras vezes maiores quando se tem o diagnóstico precoce. Assim, é importante que não haja entraves de qualquer natureza em impedir que o empregado possa realizar exames de rotina com o fim da prevenção e preservação da sua vida.

Apontamos o único aspecto que deve ser aperfeiçoado no projeto, a fim de adequá-lo ao espírito da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que é a retirada do seu art. 1º, a repetição desnecessária do texto da ementa, o que faziam por intermédio de uma emenda da redação.

Voto. Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº 158, de 2008, com a seguinte emenda de redação: *"Suprima-se* – a emenda feita aqui na CAS *-, suprima-se o art. 1º do PLC nº 158, de 2008, remunerando-se os demais. Sala da Comissão, Relator Francisco de A. Moraes Souza, Senador Mão Santa"*.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão, Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço à Senadora Presidente, minha amiga, Rosalba Ciarlini. É só uma preocupação – não sei se o relator poderia me esclarecer – no tocante ao texto que fala dos dias em que o empregado estiver realizando exame preventivo de câncer.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A minha dúvida é se o texto é 'o dia' ou 'os dias'. Porque aqui, no relatório, fala: "Os dias em que o empregado estiver realizando...".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, mas eu não concordo com a subjetividade. Eu acho que nós tínhamos que determinar efetivamente um prazo. Porque uns dias pode ser um mês, pode ser--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, não é porque ele apresenta sempre, em geral, o atestado médico, ele leva configurando, porque, em medicina, ninguém pode dizer: "*Ni toujours e ni jamais*"; nem sempre, nem nunca. E eu apreendi, em medicina, que dizem – e a Dra. Rosalba Ciarlini há de concordar – que toda vez que a matemática entra em medicina é para ser desmoralizada. Os franceses dizem: "*Não diga ni toujours e ni jamais*". Então, ele apresentará conforme a complexidade, tem casos... Vou dar exemplo. Você faz um exame preventivo de uma leucemia, então você pode entrar no mielograma, que, às vezes, o próprio médico, ele fica indeciso no diagnóstico e pede uma

repetição. Então, isso será aprovado, como já tem as leis pelo atestado médico.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu concordo com o que foi dito pelo relator, nobre amigo, Senador Mão Santa. Agora, eu quero dizer que, se nós aprovarmos aqui, vai esbarrar em alguma Comissão, porque é impossível se dar uma licença, sem prazo definido. Eu acho que tem que constar algum instrumento que balize esse [ininteligível]. Até porque isso obrigará as empresas a fazer o pagamento. Vamos dizer, haverá uma dispensa da frequência. Então, tem que ter uma vinculação junto ao INSS, o INSS homologar esse prazo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Mas, na nossa lei trabalhista, é previsto o atestado médico que justifica os dias. E o médico que acompanha--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Se está previsto não lei, não há necessidade de nós fazermos essa--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não de prevenção, está só por doença. Por isso que ele está pedindo da prevenção. A lei está prevista 'a doença'.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Esse talvez seja o detalhe. Como está previsto que você pode se afastar... Em caso de uma doença, você, levando o atestado, não sofrerá nenhuma redução de salário, mas, no caso da prevenção, como ele vai ao médico, ele está bom, aparentemente bom, vai para fazer uma prevenção, a mulher, que no caso prioritariamente, aqui, da mulher... Porque muitas empresas, senador, as empresas maiores, já têm até um serviço médico, mas outras não têm, e essas mulheres têm que ir para um posto de saúde, muitas vezes têm que ter o dia todo disponível, e, se não fizerem, elas estarão, com certeza, correndo um grave risco de... Sem fazer a prevenção de câncer de colo de útero e de mama. Então, é uma coisa que, talvez, o senhor--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, eu gostaria de registrar o meu total acostamento. Eu pretendo votar favoravelmente. Eu só estou fazendo a observação construtiva, no sentido de nós evitarmos que, amanhã, esse projeto possa ser não bem aceito em determinada comissão, tendo em vista que ele não é terminativo nesta comissão, e que nós possamos fazer alguma correção se, eventualmente, for feita, identificada a necessidade. Eu não estou aqui obstaculando--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): V. Exa. está certo. É porque eu tenho um bocado de ano corrido nessa medicina, então V. Exa. está certo, está fazendo o controle, nada mais bonito na administração do que o controle. [ininteligível] coordenar, organizar e fazer o controle. Mas eu quero lhe dizer que ele volta aos seus serviços, está entendendo, mostrando a requisição do dia que foi. Todos esses serviços, eles emitem um resultado do exame, uma prova, e ele mostra o que foi feito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, só para dar o esclarecimento a V. Exa.: ele é não terminativo, mas não vai a outra Comissão, ele vai a Secretaria Geral da Mesa para Plenário.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu continuo registrando a minha preocupação, mas votarei favoravelmente, nem pedirei vistas. Eu só quero fazer o registro de que, lá na frente, esta não precisão pode fazer com que... Toda lei que é imprecisa, ela tem uma dificuldade de ser cumprida. É só nesse aspecto, mas estarei votando favoravelmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu vejo que senhor tem razão, porque nós temos que ter essa preocupação--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu acho que você deveria pedir era vista e fazer a emenda e dizia que seja apresentado pelo beneficiado o comprovante de exame e a data, certidão, né?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, o relator pode sugerir... Retira(F) para complementar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não caberia uma emenda agora, nesse momento? O relator não poderia fazer essa complementação?

[falas sobrepostas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Posso ajudar a encaminhar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode ajudar, sim

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho uma preocupação. Primeiro, nós sabemos que esse tal de câncer é o que mais mata hoje – eu não sou médico -, eu diria, quase que no mundo. Eu estou entendendo as preocupações do nosso Senador, mas tem, também, outra preocupação que devemos levantar. Se nós emendarmos agora, volta tudo para a Câmara dos Deputados. E essa medicina preventiva e incentivo para que as pessoas façam exame, para ver se têm, ou não têm câncer, ou têm tendência – eu não sou da área -, eu acho um projeto muito, muito interessante. Só se nós, aqui, conseguíssemos, quem sabe, na regulamentação, deixar claro... Eu apenas estou levantando essa hipótese. Eu estou entendendo sua preocupação--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu volto a registrar que, se for para voltar para algum lugar, obstacular, eu retiro tudo que eu falei. Eu sou

favorável à celeridade em tudo. Jamais me acostaria a nenhuma proposta, nem de pedido de vistas, para poder não frear, mas continuo com a minha preocupação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Senador teve cuidado de fazer uma emenda de redação. Com emenda de redação, ele não volta para a Câmara, esse projeto vai praticamente para a sanção. Por isso que eu faria um apelo, no sentido que a gente votasse, e que, na regulamentação, o Executivo poderá aprimorar...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, a assessoria lembra que é uma doença silenciosa e é fundamental essa política de prevenção, e o relatório do Senador Mão Santa, como médico, não poderia ser diferente. Mas estou entendendo as suas preocupações, meu nobre Senador. Agora, se nós pudéssemos aprovar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, nós temos já uma questão aqui. Como ele suprimiu um artigo do projeto original, de qualquer maneira, ele já está com essa indicação de lei legal de voltar à Câmara.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De qualquer jeito, volta, então?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De qualquer jeito, volta à Câmara, a não ser que o próprio relator possa...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E se o relator pedisse para retirar de pauta e inserisse--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu posso pedir... Veja a preocupação, ele acha [ininteligível] que pode alguém, com má-fé, utilizar isso para [ininteligível]. Posso fazer um controle, exigindo que ele tenha

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Um atestado...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, e certidão, que ele tem que ser comprovado com o resultado do exame e a data. Aí ele está amarrado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Era a minha sugestão, que tivesse essa comprovação.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois não, pode voltar, que eu farei. E ao invés do atestado médico, que não é doença, né? Não é doença. Por isso que não está enquadrado no atestado médico, mas que ele apresente à firma, ao patrão, vamos dizer assim, a data, com o comprovante do resultado, uma cópia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Do exame, exatamente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Apesar de surgir outro [ininteligível] ético, ou porque aí acabou o [ininteligível] profissional. Aí embaraça...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O que o Senador Mão Santa está propondo, no intuito de ajudar, já é previsto em lei. Ele só não terá os dias descontados se ele apresentar o atestado médico, justificando onde esteve, o exame realizado, senão ele não terá os dias pagos, e não pode nunca exceder de 15 dias.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): De maneira nenhuma.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se ele não apresentar a justificativa junto ao empregador, ele não terá o abono da falta.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Porque realmente isso não é uma doença, é uma prevenção.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É um incentivo a ele fazer o exame preventivo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Então, aí não cabe o atestado de saúde, de doença.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não cabe o atestado, mas o próprio médico, ele pode fazer um relato de que o paciente fulano de tal esteve hoje, nessa data, realizando exame.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E se ele não ir trabalhar, e não justificar, o médico nem vai saber--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós não podemos também, como médico, pedir que o paciente, que a pessoa que fez o exame, apresente o exame lá na empresa, porque não é ético. O exame é pessoal.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, eu consulto o nobre Senador relator, no sentido de que nós poderíamos pedir vista coletiva, e aí subsidiaríamos, junto com ele, e fazermos com que houvesse um ajuste... Senador Paulo Paim, sem dúvida, daria contribuição a essa [interrupção no áudio] uma reunião. Concorda, Senador?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom, então, pedido de vista coletivo; aprovado. Vista coletiva. Senador Mão Santa, o senhor vai continuar no trabalho.

Eu gostaria, aqui, de registrar a presença do Senador Garibaldi Alves, que está aqui, mais uma vez volta a nossa Comissão, com certeza para dar grandes contribuições com a [interrupção no áudio]. Administrou o nosso Estado, conhece bem essa questão, foi prefeito também da capital, conhece bem as questões sociais, e que foi, como governador e prefeito, foi um... Teve muita sensibilidade para com o social. Então, seja muito bem-vindo, Senador.

Eu gostaria de, antes de passarmos ao item 9, que vai ser relatado pelo Senador *ad hoc*, o Senador Paulo Paim, fazer, aqui, uma observação. Você veja essa situação dos municípios. Que eu tinha até uma sugestão aos municípios, porque foi uma experiência que eu vivi, com relação à saúde da mulher, e foi uma coisa muito gratificante, quando fui prefeita, e recebi da Organização Mundial de Saúde um prêmio – a cidade, a equipe que trabalhou comigo, que era muito competente, que trabalhou e que fez um programa Saúde da Mulher, com o próprio Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde -, nós recebemos aquela placa, bonito de botar na parede, pelo grande trabalho que realizamos na saúde da mulher. E um dos pontos, Senador Paulo Paim, que chamou a atenção e que foi um resultado muito proveitoso, foi a equipe. Tínhamos uma equipe no município que ela ia às fábricas. Nós temos um município, com várias fábricas de castanha, onde 90% que trabalha são mulheres, e outros ambientes também, onde a presença da mulher é muito forte. E elas não tinham como... Porque tem que dar 44 horas, não é isso? Não tinham como sair para fazer os seus exames. Então, a nossa prefeitura, a Secretaria de Saúde, levava com profissionais toda uma... Através de camas móveis... Enfim, todo o equipamento e fazia os exames, a prevenção, inclusive com palestras educativas, orientações, na própria fábrica. Isso trouxe, assim, resultados que, primeiro, foram estarrecedores, pelo número de mulheres que foi detectado o câncer, além de câncer, que chegou a um percentual acho que em torno de 14, eu não estou aqui com... 14, 15%, que já é altíssimo, mas também nós encontramos cerca de... No total, 80% com problemas infecciosos, que, senão cuidados, terminariam em questões bem mais graves. Alguns já até com a conotação bem mais grave. Então, isso foi uma coisa que foi muito positiva. Isso mostra a importância de estimular a mulher, que é trabalhadora, a fazer os seus exames. Ela passa de segunda a sexta, muitas vezes até o sábado pela manhã, direto no trabalho. As unidades de saúde só funcionam de segunda a sexta. Sábado e domingo funcionam as unidades de pronto-atendimento, os hospitais, mas esses atendem urgências nos finais de semana. Então, elas ficam sem ter condição de fazer o exame, porque não tem tempo realmente. Então, eu acho que é muito positivo esse projeto, só que nós precisamos realmente melhorá-lo, para que seja uma lei que possa ser executada sem prejuízo, nem do trabalhador, nem do empregador. Passamos, agora, a palavra ao Senador Paulo Paim. V. Exa., para relatar *ad hoc* o item 9, decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara n°. 156, de 2008, que altera o art. 38, da Lei n°. 10741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados. O autor é o Deputado Tarcísio Zimmermann, e o relator, seu conterrâneo, não é?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É, gaúcho, meu vizinho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gaúcho dos pampas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Exatamente, Vale dos Sinos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E o relator é o Senador Leomar Quintanilha, que é lá do Estado de Tocantins, que eu tive a felicidade de conhecer agora, esse final de semana. A convite da Senadora Kátia Abreu, eu estive conhecendo Palmas. E mais uma vez eu digo, que Brasil. Cada estado, cada recanto que a gente conhece, a gente fica, assim, encantado como esse Brasil é grande, como esse Brasil tem um potencial ainda a ser trabalhado, que nós vamos chegar lá, no primeiro mundo, e sendo mais fortes, se Deus quiser. O parecer é pela aprovação do projeto. Observação: "Em 12/03/2009, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, aprovou o relatório do Senador Flávio Arns, *ad hoc,* com voto pela aprovação do projeto. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir a leitura do relatório do Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Rosalba Ciarlini, Senador Roberto Cavalcanti, esse projeto é do ex-Deputado Federal, Tarcísio Zimmermann, que se elegeu prefeito da cidade de Novo Hamburgo, uma das principais cidades lá do Vale dos Sinos. E me lembro que, quando ele apresentou o projeto, ele comentava comigo, por eu ter sido autor do Estatuto do Idoso, que ele gostaria de apresentar esse artigo que o fez, foi muito competente, e que teve, já, o parecer aqui, na Casa, do relator, Senador Leomar Quintanilha. O Senador Leomar Quintanilha é um Senador, não só um estudioso, mas um homem muito dedicado a essa questão do idoso, e foi mais do que justo que ele fosse o relator da matéria. Eu vou, de forma *ad hoc*, como indicado pela Senadora, fazer a leitura do parecer do Senador Leomar Quintanilha, já que o mesmo foi convocado a assumir uma Secretaria no Estado de Tocantins e, por isso, entrou em licença nesse período.

Relatório: "O Projeto de Lei da Câmara nº. 156/2008, ora em análise, é de autoria do Deputado Tarcísio Zimmermann, que acrescenta parágrafo único ao art. 38, da Lei 10741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso, para que garantir as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, como manda o Es-

tatuto – porque lá é a partir de 60 anos – tenham preferência na aquisição de unidades residenciais térreas – aqui é o detalhe, porque lá já tem uma cota para o idoso, mas, aqui, ele dá o destaque das residenciais térreas – nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos". O Deputado defende a iniciativa, argumentando que a medida só melhora o Estatuto do Idoso, já que concede prioridades às pessoas na aquisição de moradia própria, ao prever que as unidades térreas sejam destinadas, também de modo preferencial, aos idosos. Ele lembra, inclusive, que a maior parte das edificações, financiadas com recursos públicos, destinadas à população de baixa renda, não conta com a facilidade – e é verdade isso – de elevadores para a locomoção, dificultando, com isso, o acesso dos idosos aos pavimentos superiores.

A Câmara dos Deputados... Na Câmara dos Deputados, a proposição foi acolhida, por unanimidade, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, de Seguridade Social e também da Constituição de Justiça e Cidadania. Nessa Casa, o projeto foi analisado na Comissão de Direitos Humanos, na qual recebeu também parecer favorável, aprovada pelo colegiado, enviada ao Plenário, para inclusão na Ordem do Dia. Foi objeto de requerimento, apresentado pelo Senador Romero Jucá, solicitando que essa douta comissão também se manifestasse sobre o assunto. Não foram apresentadas nenhuma emenda.

Análise: "O art. 38, do Estatuto do Idoso, objeto de alteração pela proposição em análise, apresenta o seguinte conteúdo: Art. 38: 'Nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: reserva de 3% das unidades residenciais para atendimento à idosos – sendo que tudo isso aqui já é lei -, implementação de equipamentos urbanos, comunitários, voltados ao idoso, eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, para a garantia da acessibilidade ao idoso, critério de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão, que também já está sendo contemplado em todos os programas do Governo Federal'.

O projeto do Deputado Tarcísio Zimmermann, de fato, melhora a legislação que ampara a pessoa idosa, pois preenche lacuna importante, dá preferência ao segmento da população, que, por suas características peculiares, enfrenta dificuldades para se locomover. O autor alerta, e com razão, que as unidades geralmente construídas pelos programas habitacionais, como eu dizia antes, não provêm elevadores. Dessa forma, é dever do poder público criar as condições de acessibilidade necessárias, para garantir a moradia digna ao idoso. Ademais, a medida não afeta a administração dos programas habitacionais, porque estabelece preferência na destinação das unidades aos idosos e não impõe, sequer, a obrigatoriedades, que poderiam prejudicar a concessão de moradia financiada pelo poder público, destinada justamente a pessoas com baixa renda. Por fim, a iniciativa da apresentação desse projeto de lei não integra o campo reservado à Presidência da República, sendo, portanto, legítima autoria parlamentar. Além do mais, foi elaborado dentro da boa técnica legislativa, atendendo os requisitos de juridicidade e legalidade, bem como às exigências regimentais.

Pelo exposto, somos pela aprovação do projeto do nobre prefeito da cidade de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Tarcísio Zimmermann, quando era Deputado, aprovado na Câmara".

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, eu, lendo atentamente o projeto e escutando a relataria do relator *ad hoc* Paulo Paim, eu parabenizo o relator *ad hoc*, os relatores originais e o deputado que fez a propositura. Eu acho que está perfeito, não tenho nenhuma retificação a fazer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação. Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria, agora, vai à Secretaria Geral da Mesa, e, na realidade, eu quero parabenizar o relator *ad hoc*, o relator Quintanilha e também o autor da matéria, porque eu considero que são, como bem foi colocado pelo relator, pequenos detalhes que fazem a diferença, de apoio, de atenção aos idosos. E, por falar em idosos, com a presença do Senador Paulo Paim, do Senador Garibaldi, Senador Roberto Cavalcanti, que eu sei que todos são--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não tinha visto que nosso ex-Presidente estava aqui, conosco, acompanhando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Quando nós fizemos a vigília em defesa dos aposentados, Senador Garibaldi acompanhou, como também o Senador...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Roberto Cavalcanti.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Roberto acho que já estava aqui, não é? Nós queremos, aqui, dizer, Senador Paulo Paim, que nós continuamos nessa trincheira, em defesa dos aposentados. Por onde eu caminho no Rio Grande do Norte – e olha que eu vou todo final de semana, ando em muitas cidades -, sempre que encon-

tro um aposentado, eles estão naquela angústia: "Será que vamos ter sucesso com os projetos que venham a diminuir a grande questão do fator previdenciário e tantos outros projetos que já foram aprovados, estão na Câmara, está naquela eterna Comissão, fazendo a negociação?". Mas nós queremos, aqui, dizer que essa luta nós não podemos parar, não podemos, de forma nenhuma, abaixar as armas; no bom sentido, porque são armas de paz e benefício dos nossos aposentados que nós queremos chegar a ter. Eu sei que esse sonho é seu e de todos que aqui estão--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero fazer uma homenagem ao Senador Garibaldi também, que foi na época que ele foi Presidente do Senado que nós estivemos lá com ele diversas vezes, com delegações de aposentados de todo país, e ele nos deu todo apoio para que o processo fosse agilizado. Então, faço uma homenagem à V. Exa., como é da Comissão, e ao Senador Garibaldi, que, na época em que presidiu essa Casa, deu todo apoio para que todos os projetos dos aposentados fossem encaminhados, votados e, posteriormente, encaminhado à Câmara.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente, me permite?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Presidente, Senador...

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostaria, Senadora Rosalba Ciarlini, de perguntar ao Senador Paulo Paim, que continua, claro, empenhado na aprovação dos seus projetos, agora, na Câmara, qual é a última notícia a respeito das negociações na Câmara para a votação dos projetos em favor dos aposentados.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Garibaldi, nós estivemos conversando com o Presidente Michel Temer, que tem dado também todo o apoio, eu quero dizer que tem sido um verdadeiro estadista nesta discussão, e, segundo ele, está se construindo um acordo, inclusive com o Executivo, para que a matéria, no mais tardar, durante o mês de outubro, seja votada – tanto o fim do fator como o reajuste dos aposentados. Claro que existe algumas divergências. O que está surgindo é que sai o fator, mas entraria a fórmula 8595. Uma parte do movimento social concorda; outra parte não concorda. Vai ser decidido no voto, na Câmara, se vai prevalecer a nova fórmula 8595, ou se vai ser aprovado na íntegra, como saiu daqui, que cai o fator, não tem mais idade, que vai prevalecer o tempo de contribuição, 35 anos homem e 30, a mulher.

Na questão do reajuste do aposentado, que é a questão que mais pega quem já está aposentado, nós aprovamos aqui a inflação mais o PIB. A proposta alternativa que a Câmara apresentou até o momento seria a inflação e a metade do PIB. Por exemplo, o reajuste previsto para 1º de janeiro – porque é o PIB de dois anos anteriores – para o salário mínimo está previsto em torno de 5%, e a proposta que a Câmara chegou é 2,5%. A COBAP e parte do Movimento Sindical estão fazendo mobilizações para que seja assegurado, pelo menos, o mesmo valor dado ao PIB. E por que isso? A alegação que fazem corretamente os aposentados é de que esse crescimento conforme o PIB, na verdade, é apenas recuperar parte do prejuízo que eles tiveram no longo da história, porque a defasagem dos valores, tanto do salário mínimo como dos aposentados, já ultrapassa, digamos, a 70% na situação dos aposentados. Do mínimo, houve uma recuperação parcial, mas, com certeza, se olharmos da época da criação do salário mínimo, essa oposição, com a inflação mais o PIB, vai avançando. Só que os aposentados não tiveram o mesmo conceito, ou seja, a inflação mais o PIB. Então, o prejuízo deles é muito maior do que aqueles que ganham salário mínimo, e a COBAP está tentando fazer com que a negociação avance mais, para que o reajuste seja mais próximo ao integral, ou seja, ao PIB.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas as matérias já estão prontas?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Estão prontas para serem votadas no Plenário da Câmara. Todos os dois projetos, que são mais importantes, sem prejuízo do 58. V. Exa. participou, nós já aprovamos aqui, é a recuperação de perdas, mas esse foi deixado para 2011.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço, Senador Paulo Paim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, eu quero agora, antes de passarmos... Nós temos três requerimentos; o item 10, o item 11, e o requerimento que já foi, aqui, apresentado pelo Senador José Nery, ele já fez a defesa, para que também possamos... Inclusive, eu gostaria de ler e que pudesse aprovar em bloco. Mas, com relação à questão dos aposentados, já que comecei a levantar essa questão, começamos aqui, eu gostaria de dizer, Senador Paulo Paim, que, realmente, esperamos que, agora, em outubro, seja resolvido. Isso é uma coisa muito interessante. Eu vou receber o maior presente de meu aniversário, se conseguirmos aprovar... Eu defendo o fator, sem nenhuma alteração, da forma que foi aprovado aqui, e tenho certeza que os Democratas, aqueles que formam, representam o meu partido na Câmara, já discutimos isso em reunião, eles estão plenamente de acordo, o voto será pela queda mesmo do fator. E, com a sua acessibilidade, o seu

trabalho, o trabalho do Senador Garibaldi e de muitos, porque está na Câmara, nós não podemos, de forma nenhuma, deixar de contatar, de conversar. E eu estou falando nos Democratas, mas todos aqueles que eu tenho acesso, os Deputados do meu Estado, irei defender essa bandeira, como tenho certeza que fará assim o Senador Garibaldi, o Senador Agripino, e o senhor também, porque isso é importantíssimo. É uma angústia permanente de todos os aposentados que eles mostram. São casos que estão registrados na imprensa, eles estão sempre dando entrevistas e mostrando que começaram com um valor e que, hoje, não representa... Começou com dez salários; hoje, tem três, e as dificuldades se acumulando. É mais do que justo de um Governo, que tem como foco o social, eu acho que cuidar daqueles que muito fizeram por nós, por esse país, é algo que nós temos que colocar em primeiro lugar. Apesar de ser pediatra e de sempre dizer que a criança vem em primeiro lugar, mas não poderemos esquecer jamais daqueles que segurou nas nossas mãos, nos ensinou a caminhar e nos deu tudo da sua força, do seu trabalho, para que a gente estivesse hoje, aqui, para defendê-los e defender também as nossas crianças, o futuro do Brasil.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita que eu complemente essa fala de V. Exa., principalmente no encerramento, que eu vejo algumas [ininteligível], Senador Garibaldi, Senador Roberto Cavalcanti, me dizer o seguinte: "Paim, tem que pensar é na criança". E V. Exa. disse uma frase, aí, que eu tenho quase que repetir de outra forma: "Mas como é que eu vou pensar na criança, se eu não pensar nos pais da criança, se eu não pensar nos avós, bisavós, que são aqueles, que nem a senhora disse, que embalam as crianças?". A criança não recebe salário. Como é que eu vou pensar na criança? Se eu quiser ajudar a criança, eu tenho que pensar nos adultos.

Então, não me venham com esse discurso – V. Exa. foi feliz na sua frase – de dizer que a gente tem que considerar quem é idoso como um copo descartável. Ora, quem é que vai cuidar das crianças, se não são os adultos, os pais, os avós e bisavós? Por isso que eu fico muito tranquilo, sem querer alongar esse assunto, mas é um assunto que mexe com todos nós. Eu me lembro, Senadora Rosalba, V. Exa. esteve lá, naquela noite, Senador Roberto Cavalcanti acompanhou também, Senador José Nery, Senador Garibaldi, Presidente, no meio da noite foi lá, V. Exa. esteve lá conosco, dando apoio, perguntando se faltava inclusive alguma coisa, dando toda a estrutura para que a gente fizesse essa vigília. Então, cumprimento a todo o Senado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, agora, eu vou ler os requerimento, para que a gente possa aprovar. Item 10, Requerimento. Autor: Senador Marcelo Crivella. Realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, para debater sobre a possibilidade de emprego de vacina homeopática, preventiva, contra o vírus H1N1, gripe suína. A matéria constou da pauta do dia 02/09/2009, sendo adiada a sua deliberação. Como ela já foi apresentada pelo Senador Marcelo Crivella, em votação o requerimento. Srs. e Sras. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 11, requerimento de minha autoria para a realização de Audiência Pública Conjunta, com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, CASSAUDE, no âmbito do ciclo de debates sobre o SUS, sobre o controle dos recursos federais, transferidos para Estados e Municípios. Para tanto, que seja convidado o representante do Tribunal de Contas da União, TCU. Na realidade, eu gostaria, aqui, de dizer que, além do representante do Tribunal de Contas da União, seria muito interessante termos aqui, também, um representante da Confederação dos Municípios, que também pudesse colocar as suas... Fazer o contraponto, né? Porque nós já tivemos uma reunião aqui, só com representante do TCU, e, depois, tivemos que fazer uma outra, trazendo representantes da FUNASA. Então, aprovado esse requerimento, nós vamos acrescentar, também, com o representante do próprio ministério e dos municípios. Se os senhores concordarem, em discussão. Primeiro para discutir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu gostaria de dizer: quem é doido de votar contra um requerimento da minha Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [risos] Olha, esses paraibanos, viu? Com essas palavras... É por isso que eu tenho que dizer que aquela terra, Paraíba, deixou... Eu passei três anos na Paraíba, como estudante. Comecei, fiz vestibular em João Pessoa, fiquei três anos. E eu sempre digo... Ontem mesmo estava comentando sobre um colega que esteve na Paraíba, encantado com as belezas, eu digo: "Além das belezas naturais que tem João Pessoa, que tem...". Aquele São João bonito, lá de Campina Grande, mas São João eu não falo muito, não, porque o meu é muito melhor. O meu não, o da minha cidade, que é Mossoró, que é uma coisa maravilhosa o São João, mas o povo, que tem essa característica de bem receber, de conquistar, de nos cativar. Então, muito obrigado, V. Exa. também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Deixa eu dar um... Aproveitando esse início de tarde, eu vou estar lá, na Paraíba, no dia 26 de novembro, onde o Governador e a Assembleia vão nos receber para falarmos sobre todos os temas que falamos aqui. Senador Roberto Cavalcanti falou: "Eu não abro mão da sua presença lá".

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Já vou agendar, de caneta vermelha, aqui, na minha agenda, para colocar o tapete vermelho no aeroporto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não deixe de ver o por do sol, ao som de Ravel, bolero de Ravel; uma coisa maravilhosa.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidenta Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Vamos aprovar o requerimento, porque já vai para uma... Passando de uma hora.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Antes de aprovar o requerimento, aproveitando essa discussão de agenda pública do Senador Paim, eu vou esperar o anuncio público do convite que já fizemos, da Comissão de Direitos Humanos, para visitar o Pará. Eu tenho certeza que sairá até dezembro. Olha só a provocação pública da nossa satisfação. Ele está... Olha, isso é agenda de pré-candidato a Presidente, Rio de Janeiro, tal...

[risos]

Então...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas eu quero já fazer um convite a todos vocês. Eu tenho certeza que terei o aval aqui, do Senador Garibaldi. Vocês precisam conhecer as coisas lindas, maravilhosas, encantadoras que tem o nosso estado. As praias e a força do calor das salinas, do petróleo sendo retirado das praças, como lá em Mossoró. É muita coisa que vocês precisam de ver. Aquela carne de sol lá do Seridó... Por todos os recantos do Rio Grande do Norte vocês precisam ir, não é só para conhecer as praias, não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser em janeiro?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode ser em janeiro. Mas têm que ir às outras regiões, conhecer também as belezas naturais, as gravações rupestres que temos lá, na nossa Chapada do Apodi. Tem muita coisa no nosso Estado. Em cada região sempre você descobre algo mais para ver.

Bem, então, item 11 em votação. Os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O requerimento do Senador José Nery, que já foi apresentado. Senador, eu gostaria, aqui, só de fazer uma observação: como nós já tínhamos definido aqui, na Comissão, logo no início, de que as audiências públicas nós vamos contar com até quatro membros, para que ela fosse mais produtiva, houvesse um debate... Nós estamos aqui com... O senhor faz sugestão de seis membros. Quero já informar ao senhor que nós teremos que reduzir, mas será em comum acordo com o senhor. O senhor irá escolher realmente aqueles que são imprescindíveis, e os outros serão convidados, não como palestrante, debatedores, mas estarão aqui para, também, participar e poder dar sua contribuição. Se estiver de acordo, eu coloco em votação.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Vamos votar favorável. Depois, detalhes, nós combinamos posteriormente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, em votação o requerimento extrapauta do Senador José Nery, para que seja realizada Audiência Pública, para analisar a situação gravíssima da saúde da população do Arquipélago de Marajó, no Estado do Pará, onde, em somente uma localidade – isso é um dado, assim, realmente muito preocupante -, foram registrados mais de 13 mil casos de malária, de janeiro a julho, em um semestre de 2009. Então, em votação. Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Na Mesa, um extrapauta a meu pedido. É de um cidadão que gostaria muito de estar na audiência de amanhã, para discutir o DPVAT, já que ele participa do Sistema de Urgência, lá do sistema de saúde de Curitiba. Eu estou entendendo já suas preocupações, e eu acho que ele poderia entrar naquele critério que a senhora colocou.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive, Senador, é que, nesse caso, nós vamos convidá-lo para participar, porque, dos que estavam convidados, um, por motivo de força maior, não vai poder estar presente. Então, ele irá substituir. Então, o requerimento do Senador Paulo Paim, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 68, 2009, CAS, requeiro que seja incluído na lista de convidados a participar da Audiência Pública, designada para o dia 17/09/2009, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o Sr. Mateus Colmata(F), Diretor do Sistema Urgente e Emergencial de Curitiba, SUEC. Inclusive quem deverá estar presidindo, como trata-se de questões ligadas à área de saúde, é o Senador Augusto Botelho, porque eu vou ter que, ainda hoje, ir ao meu Estado, por um compromisso assumido de uma palestra que eu deverei estar lá, na nossa cidade, lá em Natal, amanhã, apresentando. Então, um trabalho

inclusive dentro dos programas, dos projetos que nós estamos debatendo e defendendo aqui, no Senado. Não tendo mais nada a tratar--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu devo chegar um pouquinho atrasado, mas estarei aqui. Mas deixa eu fazer uma homenagem ao meu Senador José Nery, que já acertamos aqui que eu irei na atividade do Pará, numa atividade na Assembléia, para discutir todos os temas que passam por essa comissão. Que aqui, Assuntos Sociais, passa tudo, combate a discriminações, questão dos idosos e o próprio trabalho escravo, que ele é o titular desse tema, aqui, no Senado da República.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O senhor não vai se arrepender. Belém é uma cidade linda, tem um teatro maravilhoso, tem um espaço de lazer que foi feito no cais, que é algo que vale a pena. E outra coisa: só o encanto do rio, precisa ir lá em Maresias, não é? Não é Maresias a praia? Como é que se chama?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mosqueiro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mosqueiro. Praia de Mosqueiro. Agora, tem que ter cuidado em Mosqueiro, porque, se você deixar o carro, assim, a maré vai chegando, quando você toma conta, você já ficou no meio do mar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É Salinas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Salinas, é Salinas. Que eu fui foi a Salinas, que você vai caminhando com a água, até... Mas muito bom. E também não deixe de provar o pato no tucupi, e também uma coisa que deixa... Como é que deixa a língua... O tacacá, mas eu gostei.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): De lá, nós vamos para o Rio Grande do Norte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza. Os dois requerimentos extrapauta, os dois requerimentos estão aprovados, e, não tendo mais nada a tratar, eu agradeço a presença de todos, convocando para amanhã à reunião, com a Audiência Pública que será realizada às nove horas.

Sessão encerrada às 13h13.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA QUADRAGÉSIMA SETIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Romero Jucá, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Epitácio Cafeteira, Osmar Dias, Inácio Arruda, Francisco Dornelles, César Borges, Expedito Júnior, Marcelo Crivella, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, José Maranhão, Neuto de Conto, José Agripino, Virginio de Carvalho, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Almeida Lima, Arthur Virgílio e as Senadoras Serys Slhessarenko, Marina Silva, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da EXTRAPAUTA: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 179, DE 2008** (PL. nº 940/2007, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público". **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à matéria. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 5) EMENDA DE PLENÁRIO Nº 4 oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 60, DE 2005** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública." **Autoria da Proposta:** Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores. **Autoria da Emenda nº 4-PLEN:** Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2001** – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública." **Autoria da Proposta:** Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Favorável à Emenda nº 4-PLEN oferecida à PEC nº 60, de 2005. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Emenda de Plenário nº 4. **ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2008** – NÃO TERMINATIVO – "Es-

tende o direito à paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003." **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Expedito Júnior. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2008** – TERMINATIVO NA CAE – "Altera o inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, de despesa com aluguel de imóvel residencial, do Imposto de Renda da Pessoa Física." **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria "ad hoc":** Senador Antonio Carlos Júnior. **Parecer:** Favorável à matéria com uma emenda que apresenta. Em 19/11/2008, foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy e Demóstenes Torres, nos termos regimentais. Não houve manifestação decorrente do pedido de vista. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, e posteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 353, DE 2007** – TERMINATIVO NA CCT – "Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa "A Voz do Brasil." **Autoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatoria:** Senador Antônio Carlos Valadares. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta. A matéria será apreciada também pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **ITEM 1) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2005** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o § 7º do art. 165 da Constituição Federal e o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer os critérios a serem adotados na regionalização dos gastos da União." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati e outros Senhores Senadores. **Relatoria "ad hoc":** Senador Flexa Ribeiro. **Parecer:** Favorável à matéria. Em 19/11/2008, foi concedida vista aos Senadores Antonio Carlos Valadares, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres e Marconi Perillo, nos termos regimentais. Não houve manifestação decorrente do pedido de vista. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 45, DE 2008** (PL. nº 07566/2006, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000." **Autoria:** Deputada Nice Lobão. **Relatoria:** Senador César Borges. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta. A matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 8) EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1 oferecida ao PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2000** (PL. nº 01122/1995, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados." **Autoria do Projeto:** Deputado Domingos Dutra. **Autoria da Emenda nº 1-PLEN:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador Pedro Simon. **Parecer:** Favorável à Emenda nº 1-PLEN. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. REQUERIMENTO APRECIADO **1) TERMO ADITIVO AO REQUERIMENTO Nº 36, DE 2008 – CCJ** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 36, de 2008-CCJ, que requer seja realizada audiência pública para instruir o PLS 102, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências, e o PLS nº 72, de 2007, também de autoria do Senador Arthur Virgílio, de dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional, para o fim de também convidar, como debatedores, o Sr. Paulo Nogueira Batista JR., economista e professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, e o Sr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp". **Autoria:** Senador Aloízio Mercadante. **Resultado:** Aprovado. **COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA Nº 19, DE 2008-CCJ.** O Senhor Senador MARCO MACIEL, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunica às Senhoras Senadoras, aos Senhores Senadores e a todos os interessados que a 48ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, convocada para amanhã, 27/11/2008, às 14 horas, para realização de Audiência Pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2007– Complementar, que "Dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional" e o Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2007 – Complementar, que "Dispõe

sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências" foi ADIADA, tendo em vista a impossibilidade do comparecimento de quatro convidados, e será remarcada oportunamente. **COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA Nº 20, DE 2008-CCJ.** O Senhor Senador MARCO MACIEL, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunica às Senhoras Senadoras, aos Senhores Senadores e a todos os interessados que não foi designado relator para o recurso formulado pelo Senador Romero Jucá referente à Medida Provisória nº 446, de 2008, que "dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências", a pedido do líder do Governo, que está construindo acordo para a retirada do Recurso. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e dezenove minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber **3)** PEC Nº 53, DE 2007; **6)** PEC Nº 84, DE 2003; **9)** PLC N° 104, DE 2006; **10)** PLC N° 113, DE 2007; **12)** PLS Nº 368, DE 2007; **13)** OFS Nº 5, DE 2002; **14)** PLS N° 194, DE 2008; **15)** PLS N° 61, DE 2008; **16)** PLS N° 44, DE 2007; **17)** PLS N° 323, DE 2007; **18)** PLS N° 30, DE 2008; **19)** PLS Nº 613, DE 2007; **20)** PLS Nº 110, DE 2003; **21)** PLS Nº 152, DE 2003; **22)** PLS Nº 175, DE 2004; **23)** PLS Nº 535, DE 2003; **24)** PLS Nº 297, DE 2008; e, para constar, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão em exercício, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **MARCO MACIEL,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

[soa a campainha].

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a presente proposta, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

[soa a campainha].

A presente reunião destina-se a deliberação das seguintes matérias: a partir do item 01 até o item 24º, que diz respeito ao PLS 297 de 2008, terminativo, isto é, exigindo, conseqüentemente, votação nominal.

Antes de começarmos a análise da pauta, eu desejaria comunicar, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores e a todos interessados, que não foi designado o relator para o recurso formulado pelo Senador Romero Jucá, referente a Medida Provisória nº 446 de 2008 que, aspas, "dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social e dá outras providências", fecha aspas, a pedido do Líder do Governo que está construindo acordo para retirada do recurso.

Face ao exposto, a Presidência comunica ao plenário, que ainda não fez a designação do relator pela razão que agora acaba de expor. S. Exª, o Líder do Governo, solicitou um prazo, para que possa, conversando com as lideranças, obter uma fórmula de compromisso, de consenso, que dilucide(F) a questão e, conseqüentemente, faça com que a pauta possa ser destrancada.

A Mesa deseja também comunicar às Sras. Senadores e aos Srs. Senadores e a todos interessados, que a 48ª Reunião Extraordinária, convocada para amanhã, 27 de 11 de 2008, às 14h00, para realização de audiência pública a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 72 de 2007, complementar, que, aspas, "*Dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional*", fecha aspas, e o Projeto de Lei do Senado nº. 102/2007, complementar, que, aspas, "*Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências*", foi adiada, tendo em vista a impossibilidade de comparecimento de quatro convidados e a referida audiência pública será remarcada oportunamente.

A Presidência deseja também, por oportuno, dizer que recebeu no dia 19 de novembro desse ano, expediente do Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, nos seguintes termos: "*Sr. Presidente, encaminho à V. Exª recurso formulado pelo Senador Romero Jucá, nos termos do art. 48, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, acompanhado do excerto das notas taquigráficas da Sessão do Senado Federal (19 de novembro de 2008), referente à Medida Provisória 446 de 2008 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências* ".

A Mesa já, inicialmente, havia comunicado ao plenário do Senado que fora procurada pelo nobre líder do Governo, Senador Romero Jucá, pedindo um prazo para negociar uma solução com os líderes partidários, não somente integrantes do Senado Federal, bem como

também os líderes da Câmara dos Deputados, visto que a matéria ainda se encontra em apreciação na Câmara dos Deputados e, portanto, ainda não foi objeto de recebimento por parte do Senado Federal.

Tendo em vista, as razões alegadas pelo líder do Governo, a Presidência houve por bem conceder à S.Exª um prazo para que S.Exª possa apresentar o resultado de suas negociações. Se não obtiver êxito nos trabalhos que está desenvolvendo, a Mesa não terá outro rumo a não ser fazer a designação do relator. Mas espera que tempestivamente se encontre uma solução para o problema.

Concedo, pela ordem, a palavra ao nobre Senador Epitácio Cafeteira.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA (PTB-MA): Senador Presidente, eu perguntaria, em primeiro lugar, se essa Medida Provisória 446 já deu entrada no Senado. Se não deu entrada no Senado, não há nada a resolver, nem que V. Exª queira, porque, na realidade, essa Medida Provisória não existe, tudo é de boca, temos aqui assunto de boca, não entrou a Medida Provisória no Senado, não podia ter havido uma decisão, não podia ter havido um recurso, e não pode haver o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Mesa agradece ao Senador Epitácio Cafeteira sua contribuição, que, aliás, é bastante oportuna e correta. Na realidade, a matéria, aliás eu já havia anteriormente me referido ao assunto, a matéria, isto é, a MP 446 ainda se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, com a palavra, pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, eu vou participar agora de um ciclo de debates, às 11 horas, com o Ministro Gilmar Mendes, sobre ativismo judicial e eu tendo que me ausentar, eu pediria a V.Exª, se fosse possível, para que eu pudesse relatar o item 5 da pauta, que é não terminativo e também o item... o projeto, para incluir extrapauta e eu pudesse também relatar, o Projeto de Lei da Câmara nº. 179. Se fosse possível eu agradeceria a V.Exª e faria os relatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Presidência nada tem a opor.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): E também faço anunciado, Sr. Presidente, pediria a V. Exª para tirar da pauta o projeto do qual sou relator e o autor é o Senador Demóstenes, para que fique para a próxima quarta-feira, o item 6º.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Com relação ao item 6º, eu consulto ao plenário, se todos estiverem de acordo com a solicitação do Senador Jarbas Vasconcelos, a matéria sairá da pauta.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então retiro da pauta. Pois não, pela ordem concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, de forma idêntica, eu sou relator do item 4, Projeto de Lei da Câmara nº. 45. Como surgiram de última hora algumas dúvidas com relação ao relato que nós encaminhamos, de forma a aperfeiçoar este projeto, eu pediria a V. Exª a compreensão para retirar de pauta e colocar em pauta na próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O Senador César Borges acaba de fazer uma solicitação a respeito de projeto que S. Exª iria relatar, pedindo uma dilação de prazo, posto que deseja fazer um reexame da matéria. Então, submeto ao plenário a solicitação do Senador César Borges e as senhoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permaneçam como se encontram. Aprovado.

Também vou mencionar que o Senador Demóstenes Torres solicitou a precedência para apreciação dos dois projetos que S. Exª relatou na Comissão de Constituição e Justiça. Eu, pelas razões alegadas, que são extremamente fundamentadas, eu vou submeter a matéria ao plenário e não havendo quem discrepe da solução do Senador Demóstenes Torres, eu vou considerar como acolhida a solicitação do Senador Demóstenes Torres.

Face ao exposto eu concedo, portanto, a palavra ao Senador Demóstenes Torres para relatar o Projeto de Lei da Câmara 179 de 2008, PL 00940 de 2007, na Câmara dos Deputados, trata-se de matéria não terminativa. A ementa é a seguinte: "*Dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público*". Autoria, Procuradoria-Geral da República; relatoria, como já mencionei, é do Senador Demóstenes Torres, que oferece parecer favorável à

matéria. Concedo a palavra a V. Exª, o Senador Demóstenes Torres, para proferir o relatório sobre o projeto.

[soa a campainha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Um projeto que veio da Câmara já aprovado e que dá aos membros do Conselho Nacional do Ministério Público, direito a receber uma diferença do subsídio equivalente ao do Subprocurador-Geral da República, o que em muitos casos equivale a mil e poucos reais, ou até dois mil e poucos reais e mais diária e passagens, para poder exercer esse *munus*. Muito bem, o Conselho Nacional da Magistratura já vem recebendo regularmente isso e o impacto anual dessa medida, que é extremamente justa, é em torno de 300 mil reais.

De sorte, Sr. Presidente, que eu voto favoravelmente, para acabar com a distorção, uma vez que membros do Conselho Nacional de Justiça já recebem dessa forma e membros do Conselho Nacional do Ministério Público nada recebem. Então, é uma maneira de, inclusive, remunerar a quem vem aqui trabalhar e custear as despesas, porque eles acabam não se afastando das suas funções. Vem aqui uma vez por semana, ou uma vez a cada 15 dias com essa finalidade.

Então, o parecer é favorável, Sr. Presidente, sem qualquer alteração do que foi aprovado na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Demóstenes Torres, conclui o seu parecer favorável à aprovação da proposição oriunda da Procuradoria-Geral da República e não faz nenhuma alteração sequer redacional, ao projeto em discussão.

Eu gostaria de indagar se há Senadora ou Senador interessado em discutir a proposta? Não havendo quem queira discuti-la vou encerrar a discussão. Em votação. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Passaremos agora, então, ao item 05 que é o seguinte: Emenda de Plenário nº. 4 oferecida à Proposta de Emenda à Constituição nº. 60/2005, não terminativo, aspas, "*Altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160, 167, da Constituição Federal e insere art. no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de Segurança Pública*". Autoria da proposta: Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores. Autoria da emenda nº. 04 plenário: Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores. A relatoria é do Senador Demóstenes Torres e a quem concedo a palavra para apresentar o seu relatório.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, essa é uma matéria já aprovada aqui e que foi para o plenário, é o Fundo Nacional de Segurança Pública e lá o Senador Marconi Perillo apresentou uma emenda substituindo o §10 do art. 144.

O que que dizia o parágrafo original? Dizia que os recursos destinados às ações, ou aos órgãos a que se refere este artigo, são os órgãos de Segurança Pública, não serão objeto de quaisquer formas de limitação de empenho e movimentação financeira ou de desvinculação.

O Senador Marconi Perillo, preferiu apresentar uma emenda nos seguintes termos: "*A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios criarão um Fundo de Segurança Pública, cujos recursos, a serem aplicados nas ações de Segurança Pública, se constituirão de 5% da receita resultante dos impostos Federais e por 9% dos resultantes dos impostos estaduais e municipais, compreendidas as provenientes de transferências, além de outras receitas que a lei estabelecer*".

Aliás, essa era a redação original e houve naquela ocasião um... Por parte de alguns senadores, especialmente do Governo, o temor de que mais uma vinculação fosse causar um problema. Mas os Órgãos de Segurança, diz o Senador Marconi Perillo, reunidos, pediram a ele que fizesse essa emenda, porque a vinculação, como na área de saúde, de educação, poderia resultar em melhorias substanciais para a área de Segurança, de sorte que eu sou favorável à emenda, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Demóstenes Torres acaba de apresentar, portanto, o seu parecer e eu submeto agora a matéria a discussão do plenário da Comissão. Indago se há senadora ou senador interessado em discutir a matéria que acaba de ser relatada pelo nobre Senador Demóstenes Torres. Não havendo quem queira discutir vou, portanto, encerrar a discussão e pô-la em votação. As senhoras e Srs. Senadores que estão de acordo, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu gostaria de verificar se é possível fazer uma inversão de pauta, nós votarmos o item 07 da pauta. Nós votarmos o item 7 da pauta, a paridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Mesa nada tem a opor, só gostaria de, todavia, tendo em vista um projeto que será relatado pelo Senador ACM Júnior. Eu, então, indagaria se há alguma oposição para nós apreciarmos logo o item 07 e depois concederia a palavra ao nobre relator da proposição a seguir, que é o ilustre Senador Antonio Carlos Júnior.

Então, eu, com o assentimento do plenário, passar para a apreciação do item 7º. Proposta de Emenda à Constituição nº. 36 de 2008, não terminativo. A ementa é a seguinte: "*Estende o direito à paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003*". Esta é a ementa. A autoria do projeto, da proposta, melhor, é do Senador Paulo Paim, da representação do Rio Grande do Sul e outros Srs. Senadores, mais de 1/3 da Casa. A relatoria, do nobre Senador Expedito Júnior, favorável a matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Eu, concedo, pois, a palavra a S.Exª, para oferecer seu relatório.

[soa a campainha].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, a Proposta de Emenda à Constituição, a PEC nº 36 de 2008, que tem como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, objetiva conceder o direito à paridade com as remunerações dos servidores da ativa às pensões concedidas aos beneficiários de servidores já aposentados ou com direito a aposentadoria em 31 de dezembro de 2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº. 41 de 2003.

A proposta é constituída de dois artigos: o primeiro acrescenta parágrafo único ao art. 7º da Emenda Constitucional nº. 41 de 2003, determinando aplicação dos critérios da revisão às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos de que trata o capítulo daquele artigo; o segundo artigo determina a vigência da emenda a partir da data da sua publicação, com efeitos retroativos a data da vigência da Emenda Constitucional nº. 41 de 2003.

A justificação da proposta apresenta o argumento de que é necessário corrigir as paridades atualmente existentes entre os regimes aplicáveis às pensões concedidas aos beneficiários de servidores públicos em situação similares. Não foi oferecida emenda à proposta.

A Proposta de Emenda à Constituição nº. 36 de 2008, não apresenta qualquer vício que possa obstar sua tramitação. As disposições da proposta não representam ofensa aos princípios gravados como cláusula pétrea no art. 60, § 4º da Carta Política.

O conteúdo da proposta mostra-se de acordo com os preceitos gerais em matéria de aposentadoria e pensão de servidores públicos. O quadro dos benefícios e pensão delineado no custo das reformas efetuadas no regime previdenciário dos servidores públicos, apresenta, de fato, alguns pontos que demandam alteração normativa para promover maior eqüidade entre indivíduos que se encontram em situação similar.

Por um lado verifica-se que é reconhecido o direito à paridade [soa a campainha] com os reajustes dos servidores da ativa para as pensões instituídas até o dia 31 de dezembro de 2003, nos termos do art. 7º da Emenda Constitucional nº. 41 de 2003. Além disso, é concedida a paridade às pensões recebidas por servidores aposentados pela regra de transição, instituída no art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47, de 05 de julho de 2005, que resultou na aprovação da chamada "PEC Paralela da Reforma Previdenciária".

Por outro lado, nos casos dos servidores cuja aposentadoria seja concedida com base na regra firmada no art. 6º da Emenda Constitucional nº. 41 de 2003, não foi reconhecido o direito à paridade nas pensões que deixam a seus beneficiários, como nos explica a justificação da proposta. Para corrigir essa situação, o Senado Federal aprovou a PEC nº. 77-B, de 2005, que atualmente tramita na Câmara dos Deputados, sob nº. 441 de 2005.

No entanto, outra situação de iniqüidade ainda se verifica: o direito à paridade não foi concedido para as pensões instituídas após 31 de dezembro de 2003 aos beneficiários de servidores que naquela data já eram aposentados ou já tinham direitos à aposentadoria pelas regras então vigentes.

A retificação desta injustiça constitui o objetivo desta proposta. O preceito que se pretende instituir com esta proposta, pelos motivos expostos, consagra medida louvável. Acreditamos, no entanto, que sua redação pode ser aperfeiçoada para facilitar sua compreensão. Ademais, consideramos oportuna a inclusão de dois outros dispositivos para corrigir injustiça verificada no artigo previdenciário do servidor público, relativas à contribuição exigida dos aposentados e pensionistas e a regra de aposentadoria por invalidez.

A contribuição exigida sobre os proventos de aposentadoria e pensão firmada no § 18, do art. 40 da Constituição, atinge negativamente indivíduos que deveriam estar recebendo benefícios do Sistema Previdenciário e não arcando com sua manutenção, uma vez que a extinção pura e simples dessa contribuição poderia contribuir para o agravamento do desequilíbrio do sistema.

Devemos buscar medidas que, pelo menos, reduzam sua iniqüidade. Por este motivo, propomos a

interrupção de sua cobrança para os aposentados e pensionistas com idade superior a 70 anos, para os quais o custo de vida é mais elevado, especialmente em razão da brutal elevação das despesas com saúde, que se verifica nesta faixa etária.

Considerando-se que a expectativa de vida do brasileiro é aproximadamente 72 anos, a interrupção de cobrança não deve implicar redução significativa na receita auferida. Com relação a regra, Sr. Presidente, para aposentadoria por invalidez, é necessário que se inclua ressalva que assegure a possibilidade de aposentadoria voluntária quando o servidor acometido por uma situação de invalidez já tenha reunido os requisitos necessários para requerer a aposentadoria voluntária.

Com essa ressalva explícita, evita-se a ocorrência de situações extremamente injustas, nas quais servidores que poderiam se aposentar voluntariamente, mas optam por permanecer na atividade por estímulo do próprio Governo, por estímulo do próprio Estado, e são surpreendidos por invalidez, terminam sendo aposentados em razão desta invalidez, em condições menos favoráveis em relação à aposentadoria voluntária a qual tinha direito.

Por essas razões e para promover alguns ajustes relativos à técnica legislativa, apresentamos então o substitutivo à PEC nº. 36 de 2008. O nosso voto, Sr. Presidente, no entanto, nosso voto em face da sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito, votamos pela aprovação da Emenda à Constituição nº. 36 de 2008, na forma do substitutivo, que apresentamos, que são só duas emendas, senhor Presidente, que são essas duas emendas que nós, que nós... Que eu já li no relatório mas eu gostaria de, mais uma vez, de explicar um pouquinho mais sobre essas duas emendas que nós estamos apresentando. A primeira emenda, a contribuição para a previdência exigida para os aposentados, atinge--

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Só para conhecimento do plenário, desculpe interromper o relator, a matéria se encontra na página 162 do avulso. V. Exª, prossiga com a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): A contribuição para a previdência exigida para os aposentados ela atinge idosos que ao invés de estarem pagando, deveriam estar recebendo benefícios do sistema previdenciário.

Entretanto, não é conveniente, neste momento, a extinção pura e simples dessa contribuição, uma vez que poderia agravar o desequilíbrio do Sistema Previdenciário. Mas podemos reduzir essa injustiça. Por este motivo propomos a interrupção de sua cobrança para os aposentados e pensionistas com idade superior a 70 anos.

Para esses aposentados em idades avançadas o custo de vida, como já disse, é elevado, especialmente em razão da brutal elevação nas despesas com saúde que se verifica nessa faixa etária.

Devemos levar em conta, ainda, que a expectativa, como já disse, de vida do brasileiro é de aproximadamente 72 anos de idade, portanto, a interrupção da cobrança na forma sugerida não trará problemas nenhum para o sistema.

E a segunda emenda, nas regras da aposentadoria por invalidez é necessário assegurar a possibilidade da aposentadoria voluntária quando o servidor que fora acometido por uma situação de invalidez, já tenha antes, reunido os requisitos necessários para ter sua aposentadoria voluntariamente.

Com essa ressalva explícita evitaremos a ocorrência de situações extremamente injustas, que tem acontecido como já disse, inclusive, no nosso relatório, nas quais o servidor que poderia ter se aposentado voluntariamente, mas optou por permanecer na atividade pelo estímulo do próprio Estado, e esse estímulo pela via da suspensão do pagamento da previdência, se não se aposentarem e são surpreendidos por uma doença que, às vezes o leve à invalidez. A própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afirma que a regra que deve prevalecer para aposentadoria, por invalidez ou da pensão, é do momento do fato, ou seja, ele deverá, então, ser aposentado pela invalidez, ele não pode fazer a opção. Esse servidor termina sendo aposentado em razão desta invalidez em condições menos favoráveis em relação à aposentadoria voluntária, a qual se tinha o direito.

Estas são as nossas duas emendas apresentadas ao projeto do Senador Paulo Paim.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, o nobre Senador Aloizio Mercadante, para discutir a matéria.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Senador Expedito, fez um parecer bastante detalhado, mas ao mesmo tempo ofereceu uma série de mudanças de mérito à proposta inicial do Senador Paim. Diante dessa exposição e do substitutivo, contem vários outros dispositivos Constitucionais, eu peço vista para poder analisar as implicações e desdobramentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Aloizio Mercadante. Bom,

pelo que eu percebo aqui da informação do processo, não houve pedido de vista ainda para essa matéria, então, a vista pode ser concedida.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, atendo o apelo do nobre Senador Aloizio Mercadante e também do nobre Senador Antonio Carlos Júnior, que também pede vista da proposição. A matéria... Pois não, concedo a palavra--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --Ao Senador Antonio Carlos Valadares. Tem a palavra a S.Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, tendo em vista que o item 11 já tem parecer devidamente elaborado, eu gostaria de pedir a V. Exª a inversão de pauta, para a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº. 353 de 2007. Agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Mesa nada tem a opor à solicitação do nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Apenas como já havia sido concedido antes, com a preferência para um projeto que será relatado pelo Senador Antonio Carlos Júnior, a Mesa então chamará para discussão, a proposição que será relatada pelo Senador Antonio Carlos Júnior e a seguir V.Exª relatará a proposição nº. 11.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pela ordem, o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria sugerir ao Presidente e ao Relator Jarbas Vasconcelos, se nós não poderíamos procurar votar o Projeto da Lei do Gás na próxima semana. É uma matéria bastante complexa, mas nós tivemos aí, ao longo desse período, uma séria de negociações, envolvendo Ministério de Minas e Energia, ANEEL, PETROBRAS, todo o setor da cadeia econômica do gás, e acho que nós temos hoje o desenho de uma proposta que permite um entendimento de mérito amplo em torno desta matéria e, por isso, eu queria sugerir que nós pudéssemos agendar, que era um compromisso anterior que tínhamos, este tema para a próxima semana.

E segundo, Presidente, eu também queria, em relação aos seminários que estão sendo organizados, audiências públicas, em torno de autonomia do Banco Central e regulamentação do Sistema Financeiro, eu vi que depois do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, a comissão está convidando Armínio Fraga e Mailson da Nóbrega.

Eu queria propor que nós fizéssemos duas mesas, mas com contraponto político-teórico de concepção em relação ao sistema financeiro, à crise, o papel do Banco Central, queria sugerir também que nós tivéssemos... Porque o Mailson da Nóbrega e Armínio Fraga são dois economistas experientes, tiveram vivência de Governo, mas têm uma posição semelhante sobre este tema.

Eu acho que era muito importante que a comissão tivesse o contraditório. Eu queria sugerir que fossem convidados, talvez, o Paulo Nogueira Batista e Luiz Gonzaga Belluzzo, para dar um contraponto. O Paulo Nogueira é crítico à idéia da autonomia e o Luiz Gonzaga Belluzzo também. Eu acho que o contraponto e o debate de idéias seria mais rico do ponto de vista da formulação da posição da Comissão.

Então, eu vou apresentar um requerimento sugerindo que os dois também sejam incorporados nessa rodada de negociação. Acho que deveria ser uma composição de Mesa diferenciada, para ter o debate, para ter o contraditório, para que a gente possa, de fato, ter um aprofundamento, especialmente os desdobramentos da regulação do Sistema Financeiro, que virão no pós-crise.

Mas queria solicitar, havendo um entendimento com o Relator, e nós poderíamos negociar ao longo dessa semana, começo da semana que vem, que nós pudéssemos retomar o tema da Lei do Gás, que é um tema extremamente importante para o país. Muito obrigado.

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem. Sobre o tema, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A palavra ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos, a seguir ao Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, é sobre a intervenção do nobre Senador Aloizio Mercadante.

Esse projeto, como se sabe, é conhecido, o Projeto da Lei do Gás, de grande importância, porque estabelece o marco regulatório para o gás, nós relatamos ele aqui no início do segundo semestre, e fizemos ponderações com relação a agressão que se faz à competência dos Estados na questão da distribuição, ou seja, da sua inconstitucionalidade nessa parte.

Foi pedido vistas do projeto, sobre o meu parecer, por parte do eminente Senador Mercadante, sob a alegação de que era importante procurar a cadeia produtiva para se buscar um consenso.

E esse... Vez por outra a imprensa me perguntava, a imprensa especializada, que cobre economia, me procurava sobre isso. E algumas pessoas achavam até que eu estava postergando a apresentação do parecer. O parecer já foi apresentado, está com pedido de vistas para o Senador Mercadante, é um assunto delicado, complexo. Ontem eu recebi um telefonema do Ministro Lobão, dizendo que está ultimando entendimentos com toda a cadeia produtiva para um consenso.

Essa notícia já tinha sido me dada também pelo Senador Aloizio Mercadante, que estava se buscando esse entendimento. Então, eu quero dizer a V.Exª que estou disposto a qualquer hora, ou hoje, ou para a semana, ou daqui a 15 dias, que V.Exª pode incluir, porque o relatório já foi apresentado, eu estou esperando apenas e tão somente a contra argumentação por parte do Governo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, só... Um aparte aqui [soa a campainha] o Senador Jarbas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo esse entendimento, nós poderíamos pautar para quarta-feira que vem, e eu apresentarei no meu substitutivo sugestões de alterações no relatório, buscando entendimento em toda essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, agora com relação... Eu vou conceder agora a palavra ao Senador Eduardo Suplicy e, a seguir, ao Senador Antonio Carlos Júnior. Com a palavra, o nobre Senador Eduardo Suplicy. E após o Senador Antonio Carlos Júnior, concederei a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy para manifestar-se sobre o tema em debate.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, primeiro eu queria saber se está confirmada a audiência pública anunciada por V.Exª na semana passada amanhã, relativamente à autonomia do Banco Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): No início... A sua indagação é muito pertinente, porque no início da presente reunião, eu comuniquei ao plenário que a audiência pública está adiada, visto a impossibilidade de comparecimento de quatro dos convidados para a Mesa redonda. Então, eu quero dar ciência a S.Exª que a matéria foi adiada e possivelmente será realizada nos primeiros dias de dezembro, para sua...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Segundo, Presidente, quero informar que estando presente o autor do projeto, Senador Aloizio Mercadante, e eu como relator, estou pronto para relatar o item que se refere à exigência de porte de Carteira Nacional de Habilitação para condução de veículos nas rodovias, item...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de saber qual item.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que é o nº. 20, que já está algumas semanas prontos, e hoje estamos aqui o autor e o relator, se V.Exª quiser pôr na pauta, estamos prontos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, a Presidência nada a opor. Lembra a S.Exª que a matéria é terminativa, exige *quorum* qualificado e votação nominal, razão pela qual a Mesa aguarda o comparecimento de pelo menos 12 Srs. Senadores para que nós possamos atender o pedido de V.Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concedo agora a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Em relação à manifestação do Senador Aloizio Mercadante sobre as audiências públicas que tratam da autonomia do Banco Central e da reformulação do Sistema Financeiro, eu não tenho nada a opor a que nós façamos mais de uma sessão. Inclusive, nós chegamos a cogitar isso, porque se nós não conciliarmos as agendas de todos, nós iríamos já fazer.

Então não há problema, nós teríamos, nós temos três terças-feiras até o dia 16, que é a última, é a última delas, o Presidente do Banco Central virá no

dia 16, ele já me confirmou ontem. Então, nós poderemos fazer uma sessão no dia 9... E podemos fazer 9 e 16, podemos fazer 2 e 16. É só questão de fechar a agenda. Eu não sei se nós conseguiríamos fazer o que o Senador Mercadante pretende, de fazer contrapontos no mesmo dia.

Mas que eu estou aberto para receber opiniões, inclusive divergentes, não há nenhum problema. Então nós poderíamos fazer as reuniões... 2, 9 ou 16. Porque nós contaríamos, sendo uma terça-feira, à tarde, a gente contaria inclusive com a presença de *quorum* mais elevado, porque numa quinta-feira, realmente, o *quorum* já é mais baixo, e já há o compromisso do Presidente Henrique Meirelles de comparecer no dia 16. Armínio Fraga também poderá comparecer 9 ou 16.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A audiência não será amanhã?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não será amanhã.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então está certo. Não será amanhã, postergada.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O Presidente do Banco Central não pode--

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas isso...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Em consideração ao Presidente Henrique Meirelles, eu adiei, de comum acordo com o Presidente Marco Maciel, nós adiamos a audiência e teremos, poderemos ter 2, 9 ou 16. E aí nós teremos só a questão de conseguir conciliar a agenda. [soa a campainha] Mas eu sou favorável à manifestação do Senador Mercadante, não vejo nenhum problema em nós ouvirmos opiniões contrárias também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Aliás, eu reitero, que a primeira comunicação que a Presidência fez ao abrir a presente reunião foi justamente essa relativa ao adiamento da audiência pública, tendo em vista a impossibilidade de comparecimento de quatro dos cinco dos convidados para a mesa redonda. Agora a seguir, concedo a palavra ao Senador...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): E agora, inclusive o Senador Aloizio Mercadante, se tiver interesse, nós podemos fazer uma audiência conjunta com a CAE.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): As duas?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): As duas.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Nós discutiremos, na oportunidade, na terça-feira, na CAE, com os membros da CAE se houver interesse. Eu acho que haverá, e nós podemos fazer conjuntamente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Nós fazemos duas rodadas de audiência pública.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos... Melhor, ao Senador Antonio Carlos Valadares. Tem a palavra S.Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES: Já posso relatar o projeto?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vou ouvir o Senador Crivella então, que pediu a palavra, pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Senador--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentar V.Exª pelo lindo discurso que ontem proferiu da Tribuna do Senado, sobre o "Bruxo", sobre Machado de Assis. Presidente, em 2004 eu apresentei um projeto, uma folha apenas, propondo um marco regulatório para o gás, exploração, substituição, produção de gás. Na ocasião, o Senador Tourinho, Daniel Tourinho, aqui na Casa, como relator, apresentou um projeto muito mais detalhado, inclusive tocando em diversos aspectos que estavam como lacunas na lei. O Governo, desde então, passou a negociar e enviou, na verdade enviou uma matéria própria.

Sr. Presidente, eu faço aqui apenas isso, uma pequena reminiscência sobre esse caso, não só para pedir que isso seja votado o mais rápido possível, o Estado do Rio de Janeiro tem imenso interesse nisso, mas também para pensar sobre o caso das Medidas Provisórias.

Nós todos reclamamos muito. A quantidade das Medidas Provisórias aqui. Mas com a velocidade da vida, não é mais admissível que a gente demore tanto tempo para deliberar sobre questões importantes, e somos atropelados por crises sucessivas. Quer dizer, ou o Legislativo se moderniza e consegue aprovar suas matérias ou vamos ser sempre atropelados por Medidas Provisórias.

E não é só aqui não, isso é no mundo inteiro. Hoje o papel do Legislativo está sendo muito fiscalizador. Aliás, se discute muito até a função do Senado, o Senado está acabando no mundo! Hoje é uma Assembléia só nas nações, exatamente pelo, vou dizer assim, pelo ritmo da vida, e das questões, e das crises, veja o sistema financeiro agora, pega toda a humanidade no ritmo da Internet, em duas semanas, uma crise mundial acaba derrubando as bolsas.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Marcelo Crivella, permite um aparte?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, Senador.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Apenas que V.Exª começou a falar do problema do gás.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O problema do gás não tem nada a ver com o Legislativo, porque, na verdade, o Senador Jarbas apresentou o seu relato, o Senador Mercadante pediu vista para apresentar um substitutivo, e nesse meio tempo, o Governo quis ouvir todo um setor envolvido para se fazer um consenso em relação à lei que pudesse ser uma lei que satisfizesse a todos, o que não é uma coisa fácil, é extremamente difícil você construir um consenso, mas se deu tempo ao Executivo, ao Ministério de Minas e Energia, a construir esse consenso que me parece que agora está saindo. Então, é normal da negociação. Aí não vai nenhum demérito para o Legislativo, pode ser até para outro motivo, não por este.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Normal no Século passado, não agora. Desde 2004 eu apresentei essa proposição que deu ensejo ao projeto do Senador Tourinho. Nós estamos em 2008, senador. O mundo não tem mais esse tempo para nós gastarmos, esses consensos precisam ser construídos mais rapidamente.

Nós estamos em 2008, estamos indo para 2009, daqui a pouco vem o recesso. Dificilmente vamos votar isso. E olha, vou dizer ao senhor, talvez ano que vem, talvez no final do nosso mandato, a gente não tenha aprovado o marco regulatório para o gás. E eu fico aqui, eu deixo apenas um desabafo. Mas desde 2004 nós estamos discutindo essa matéria. São quatro anos tentando ter um consenso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Após a manifestação do nobre Senador Crivella, eu quero agradecer a referência que S.Exª fez ao discurso que proferi sobre Machado de Assis, e também gostaria de observar que em relação a essa questão do sistema bicameral, ao meu ver ainda continua muito atual no mundo e, haja vista inclusive, por exemplo, o Senado Americano.

Num estudo feito recentemente, o Senado americano é talvez um dos que... Talvez seja... Está entre os cinco que tem mais prerrogativas de funções dentro dos países de natureza federativa.

E digo também que o Senado Brasileiro figura também entre essas instituições que dispõe de uma série de atribuições, pela natureza de nós não sermos um Estado Unitário e sim um Estado Federativo.

A razão pela qual, eu sei que isso não está em debate, eu vejo como muito importante mantermos o sistema bicameral que está na essência do pacto... Do pacto republicano, do pacto federativo, enfim, do pacto bicameral. Mas essa questão nós podemos discutir mais adiante, porque eu acho extremamente válido avivar certas idéias para que elas não fiquem erodidas pelo tempo. [soa a campainha] Concedo agora a palavra...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente. Eu só...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, pois não. Com a palavra, o nobre Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Exª fala sobre o pacto federativo e todos nós sabemos a relevância que o Senado tem para que os Estados sejam respeitados nos seus interesses, na proporção que são os senadores. A V.Exª há de convir também que na Ásia, na África, há várias províncias, há vários países com representação federativa, e na Europa inteira, a Europa inteira, hoje, em vários países da América Latina também, hoje, estão se adotando um processo parlamentar unicameral, apenas uma Assembléia, premidos pelo tempo. Necessidade da vida, as decisões serem tomadas com mais rapidez. É a vida, não concordo com isso não, mas é a vida.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, então, agora, eu concederia a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior, para relatar o Projeto de Lei do Senado nº. 317 de 2008, terminativo na CAE, cuja ementa é a seguinte: "*Altera o inciso II do art. 8º da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, de despesa com aluguel de imóvel residencial, do Imposto de Renda de Pessoa Física*." A autoria do nobre Senador Expedito Júnior, a Relatoria *ad hoc* é do Senador Antonio Carlos Júnior. Já vem isso da reunião anterior.

S.Exª oferece parecer favorável à matéria, com emenda que apresenta. Observo que em 19 de 11 de 2008 foi concedida vista aos Srs. Senadores Eduardo

Suplicy, Demóstenes Torres, nos termos regimentais. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. Com a palavra, o nobre relator, o Senador Antonio Carlos Júnior.

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto de autoria do Senador Expedito Júnior foi relatado pelo Senador César Borges, eu fui relator *ad hoc* na sessão passada.

"*Ele observa os preceitos constitucionais relativas à iniciativa e competência, embora a matéria tributária referente a imposto de competência da União, mas não há qualquer reserva e a iniciativa é franqueada aos membros do Congresso Nacional.*

Quanto à juridicidade é estrita e pertinente a observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, a ser considerada em casos como o presente, que trata de afetar a arrecadação tributária e o equilíbrio orçamentário, também está suficientemente equacionada no projeto, ao determinar no art. 2 que o Poder Executivo adote as providências de cálculo da renúncia de receita e que a considere nos projetos de lei orçamentárias futuros."

O mérito vai ser debatido na CAE, porém [soa a campainha] vale a pena aqui colocar alguns pontos que foram colocados pelo Relator César Borges para a melhoria do projeto, inclusive, para evitar que o projeto viesse a ter um efeito regressivo que não é, ou não seria, o objetivo do projeto do Senador Expedito Júnior. Mas ele tinha... A emenda colocada pelo Senador César Borges ela traz, ela coloca, recompõe a progressividade no projeto, permitindo que, obviamente, que a dedução seja com, digamos, venha trazer a progressividade e não a regressividade como estava originalmente no projeto.

Então, "*A rigor, poder-se-ia dizer que, embora não permitida, pelas regras atuais, a dedução explícita, ela de certa forma está implícita (ainda que parcialmente) no desconto padrão que é permitido na modalidade de declaração simplificada.*

Isso porque o contribuinte apenas optará pelo desconto padrão se ele for maior do que seus abatimentos permitidos. O valor excedente, conforme o caso, pode ser justificado por despesas que não podem ser abatidas, entre elas a do aluguel. Como essa modalidade de declaração é normalmente utilizada pelos contribuintes de menor renda, é um benefício a eles dirigido e funciona a favor da progressividade.

O fator de regressividade implícito no projeto pode ser agravado pelo fato de que não se limita o abatimento à despesa com um único imóvel de residência, abrindo margem, por exemplo, a inclusão de despesas com imóvel de veraneio etc., sem mencionar as possibilidades de fraude que se descortinam, por exemplo, a de um contribuinte de alta renda assumir formalmente o contrato de aluguel de outras pessoas da família que declaram pelo formulário simplificado.

Assim, com as necessárias alterações para espancar esses aspectos negativos, o projeto deve ser aprovado.

Por outro lado, embora seja expressão de louvável zelo para afastar a possibilidade de fraude, parece desnecessária a regra relativa à forma de comprovação da despesa, pois isso é matéria de regulamento, bastando à lei especificar que a dedução objetiva as despesas efetivamente realizadas".

Então, o voto é favorável com a emenda do Senador César Borges, que realmente melhora a questão da progressividade, e também vai evitar a questão de mais de um imóvel vir a ser beneficiado. Então, o voto é favorável.

[soa a campainha].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Em discussão a matéria, tendo em vista o parecer do relator.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para discutir a proposição relatada pelo Senador Antonio Carlos Júnior, concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

[soa a campainha].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria parabenizar o Senador Expedito Júnior pela iniciativa desse projeto, que tem um mérito muito grande, principalmente de fazer justiça às pessoas que tem despesas de aluguel e que não teriam possibilidade na sua declaração de imposto de renda de fazer um abatimento desse valor.

E quero também agradecer ao relator *ad hoc*, que fez esse relato, Senador Antonio Carlos Júnior, na semana passada, que eu estava numa reunião da Comissão Mista de Orçamento, que eu faço parte, e quando eu cheguei ao Plenário dessa comissão, ele havia feito esse relato e agora ele acaba de fazer novamente com muito brilhantismo, tanto que eu me considero, como relator, extremamente satisfeito.

Apenas eu quero que fique claro, Sr. Presidente, que a minha participação ao fazer o relato dessa proposta que tem todo o mérito de ser aprovada, e espero que haja a compreensão por parte do Governo e das próprias autoridades fiscais brasileiras, do Ministério da Fazenda, e do imposto de renda, é que nós procuramos fixar, que não havia no projeto original, um valor máximo para a dedução.

Então nós fizemos a emenda, a emenda, única emenda que nós fizemos, onde no art. 8 fixamos que as despesas efetivamente pagas no ano-base até o valor de 15 mil reais, quer dizer, 15 mil reais/ano, do ano-base. Não é mês, é ano. Relativas a aluguel de um único imóvel residencial, e ocupado pelo próprio contribuinte. Quer dizer, para evitar aí que se declare aluguéis de alto valor, que não seria correto, não seria justo socialmente, e também por outro lado, que não possa se colocar aluguéis que não sejam ocupados pelo contribuinte como, por exemplo, aluguel de imóveis para veraneio.

Então, eu acredito que com isso o projeto ficou melhorado. É a minha expectativa, eu espero que o senador autor do projeto, Expedito Júnior, entenda da mesma forma e foi essa a contribuição que eu esperei fazer ao projeto. E gostaria de ver aprovado aqui nessa Comissão, que não é terminativo, ele é terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos. Vai tramitar ainda na Comissão de Assuntos Sociais, e terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos.

Entretanto, acho que a Comissão de Constituição e Justiça tem amplos, tem amplas razões para aprovar, porque não há nenhuma inconstitucionalidade no projeto, na forma que ele está proposto, e na emenda que também nós acrescentamos a esse projeto. Portanto, eu queria dar essas explicações, como relator do projeto, Sr. Presidente, solicitando que os membros dessa comissão possam aprová-lo para que ele dê segmentos nas comissões seguintes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para discutir, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, e a seguir, ao Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Só um segundo. [soa a campainha] Eu gostaria de lembrar o plenário que após a proposição que será relatada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, nós vamos iniciar a votação de matérias terminativas, que vão exigir *quorum* qualificado, daí porque encareço que as Sras. e Srs. Senadores permaneçam no Plenário. Com a palavra, o nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Antes de entrar no mérito do projeto do Senador Expedito Júnior, pediria a V.Exª, antes das terminativas, nós pudéssemos colocar em pauta o item 01, que foi pedido vista coletiva na semana passada, que é o projeto do Senador Tasso Jereissati, que trata da regionalização dos gastos da União. [soa a campainha] Ele é não terminativo, só para que possa dar andamento a esse projeto da maior importância para as regiões em desenvolvimento.

Com relação ao projeto do Senador Expedito Júnior, eu quero parabenizá-lo, senador, parabenizá-lo porque é uma questão de justiça que possa as... as... Ser abatido para efeito de imposto de renda, o imóvel, os gastos com imóvel residencial.

Então, o projeto teve como senador *ad hoc* o Senador Antonio Carlos Júnior, e o Senador César Borges, que era o relator, apresenta uma emenda que vem aperfeiçoar o projeto apresentado pelo Senador Expedito Júnior. Já antecipo o voto favorável, parabenizando tanto o autor, quanto os relatores.

[soa a campainha].

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vou conceder agora a palavra ao nobre Senador e ex-Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que também deseja discutir a proposição. Gostaria, todavia, de lembrar que com relação à solicitação feita pelo Senador Flexa Ribeiro, será atendida após a relatoria que será feita pelo Senador Antonio Carlos Valadares. E concedo a palavra ao nobre.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu gostaria também de solicitar o projeto de minha autoria, relatado pelo Senador Eduardo Suplicy, se pudesse ser votado logo após. É o item 20 da pauta, que é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Terminativo. Pois bem. Nós vamos começar já, já a votação dos projetos terminativos. V.Exª será oportunamente atendido. Com a palavra o Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu queria cumprimentar ao Senador Expedito Júnior pelo projeto apresentado e também ao Senador César Borges pela correção, por ele introduzida, pelo ajuste.

O imposto de renda, doutrinariamente, de pessoa física é um imposto de natureza pessoal, as pessoas se diferem perante o Fisco pela sua capacidade de

pagar, pela sua capacidade de, da sua renda e do seu patrimônio, e todas as medidas, visando personalizar o imposto de renda são altamente positivas.

Essa, o Senador Expedito Júnior propõe uma dedução de aluguel respeitado um limite colocado pelo Senador César Borges, de 15 mil reais, para impedir que pessoas que pudessem alugar apartamentos por 200, 350 mil reais, tivessem uma dedutibilidade que faria que a medida fosse totalmente regressiva.

Mas com a emenda introduzida pelo Senador César Borges, a progressividade foi mantida, e eu quero cumprimentar o Senador Expedito Júnior e declarar o meu apoio ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu indagaria se...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, só...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Gostaria de saber se o Senador Marcelo Crivella deseja discutir a proposição. Pois não, então tem a palavra Sua Excelência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, embora aqui não nos caiba discutir o mérito da matéria, mas sim a sua constitucionalidade, eu não gostaria de deixar passar a oportunidade de aqui extravasar o meu aplauso, porque é uma coisa que sempre me causou estranheza é que o imposto de renda, por exemplo, Sr. Presidente, para ganhos de capital, para um especulador em bolsas, ou alguém que vive, por exemplo, de rendimento de juros, o imposto de renda seria apenas 15%, enquanto que para um trabalhador que ganha aí acima de três mil reais, o imposto de renda é 27, 5%, Sr. Presidente, 27, 5%.

Então veja só: 15% para quem é detentor de ações na bolsa, nada de errado com isso, nada de errado com aqueles detentores dos títulos públicos da dívida do Governo, mas que pagam apenas 15%. E o capital estrangeiro, se o investimento vier de fora, se o investimento, se esse recurso for multinacionalizado, e até de brasileiro, tem recurso lá fora, aplica aqui dentro, o mercado paga taxas altas, imposto de renda, zero. Capital estrangeiro? Mercado? Zero de imposto de renda. E hoje aqui então, nós estamos procurando beneficiar as pessoas que pagam aluguel de habitações populares.

Sr. Presidente, é constitucional, tem o meu voto, não devia nem discutir o mérito, mas apenas aqui extravaso o meu aplauso.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, agora, para discutir sobre o projeto, eu concedo a palavra ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que apesar do mérito da matéria, eu não sei se foi o relator, realizou o estudo de impacto sobre o imposto de renda nessa questão.

E lembrar apenas que esse gesto que está se fazendo de diminuição de arrecadação de imposto de renda, ele tem um comprometimento direto com estados e municípios. Então nós estamos vivendo um momento de dificuldade sem saber o nível de impacto, de diminuição da arrecadação futura, e estamos realizando abatimento de futuras arrecadações, de municípios que dependem dessa arrecadação, porque o imposto de renda e o IPI são a fonte fundamental do FPM e do FPE, e é o que supre a sustentabilidade de municípios mais pobres do país.

Portanto, eu quero dizer que sem uma apresentação de impacto, de quanto representa isso de renúncia, eu encaminharei contra o mérito, apesar de entender que, na tese, é uma tese extremamente simpática e defensável, mas no mérito, isso representará prejuízo direto para as pequenas Prefeituras do país, que não sabem quanto vão perder e, portanto, ao impacto ar o imposto de renda que já está impactado com a crise, porque é importante dizer que a arrecadação do Governo continua crescendo, mas a arrecadação de imposto de renda começou a cair por conta do imposto de renda das bolsas. Então isso tem reflexo direto na transferência de estados e municípios.

E para não sacar um saque a descoberto contra as Prefeituras do Brasil, eu vou encaminhar contra o mérito dessa matéria, Sr. Presidente. Infelizmente.

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de discutir .

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O Senador Expedito Júnior que deseja discutir a matéria. Sim, o Senador Antonio Carlos Júnior. Então concedo a palavra a Sua Excelência, depois ao nobre Senador Expedito Júnior, e a seguir, vamos ter a Relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de fazer uma observação, porque com a limitação colocada pelo Senador César Borges, de 15 mil reais anuais, você terá, digamos, aluguéis na faixa de 1.200 reais/mês.

Então, ora faixa, muita gente que paga aluguel nessa faixa, muitos são isentos, portanto não vão ganhar o benefício. Então, uma parte dessas pessoas é que vai ser beneficiada.

Então o impacto fiscal dessa medida eu não vejo que seja uma coisa que vá assustar, como colocou aí o Senador Romero Jucá. Eu discordo que o impacto seja grande. Eu acho que não será.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu acho que ninguém sabe o impacto, Senador Antonio Carlos. Eu gostaria de saber, só isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu acho que não será, porque uma parte de quem paga 1.200 reais ao mês é isenta, então não terá o benefício. Então, eu gostaria só de contrapor a posição do Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Aliás, a gente sem saber o impacto, em tese a matéria feriria até a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não se pode abrir mão de receita sem efetivamente substituir o tipo de receita. Nós não sabemos quando vai ser a abertura dessa receita.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Romero, a Lei de Responsabilidade Fiscal inclusive está contemplada aqui, tanto que o Governo fará o cálculo, isso só será válido a partir do ano seguinte que o Governo faz o cálculo do ano anterior, da renúncia fiscal. Então, o Governo vai saber qual é o impacto.

Então, se for ler o relatório aqui na análise, "*o aspecto de juridicidade estrita pertinente à observância da Lei de Responsabilidade Fiscal, a ser considerada em casos como o presente, que trata afetar a arrecadação tributária e o equilíbrio orçamentária, também está suficientemente equacionado no projeto, ao determinar no art. 2º que o Poder Executivo adote as providências de cálculo da renúncia da receita e que a considere os projetos de lei orçamentários futuros*", ou seja, isso aí está previsto para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, o nobre Senador Expedito Júnior, para discutir.

[soa a campainha].

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu já estou acostumado com o Senador Romero Jucá, o nosso líder, sempre nas nossas matérias estar encaminhando o voto contrário. Eu respeito a posição dele como Líder do Governo, inclusive eu sou um dos seus liderados, mas, de repente, um dos liderados rebeldes, porque na maioria dos meus projetos, sempre o Senador Romero Jucá ou está encaminhando pedido de vistas, ou está encaminhando a votação em contrário.

Eu acho que deveria fazer o contrário. Eu acho que essa questão que o Senador Romero Jucá está levantando, nós deveríamos levantar na comissão de mérito, que nós vamos discutir ela ainda na CAE. O que nós estamos discutindo aqui é sobre a constitucionalidade da matéria. E só para lembrar o Senador Romero Jucá, a moradia ela é um direito social, mas nunca, nunca foi efetivado pelo Governo.

Então, de repente, agora, esse nosso projeto que nós estamos apresentando, e que foi melhorado, melhorado pelo relator do projeto, e pelo Relator *ad hoc*, principalmente pelo Senador César Borges, que apresenta uma emenda onde ele fixa o teto máximo e até que eu, eu inclusive numa entrevista que dava não entendia, não estava entendendo bem que era 15 mil reais anual e não mensal, eu acho que isso aqui foge qualquer questão que venha nos preocupar e "estamos atendendo aqui o grande", ou "estamos atendendo aqueles que pagam", como disse aqui o nosso Ministro, os grandes aluguéis.

Pelo contrário, nós estamos atendendo aqui o pobre, o pequeno, nós estamos atendendo aqui quem paga pouco mais de mil reais de aluguel mensal. Então eu acho que mais do que direito.

E o Senador Suplicy, e o Senador Suplicy, ele pediu vistas aqui na semana passada, que o levantamento... A proposta do Senador Eduardo Suplicy era exatamente fazer um levantamento sobre qual seria a evasão. Essa foi a proposta do Senador Suplicy [soa a campainha] mas nós podemos fazer isso na comissão de mérito que vai ser na CAE, presidida inclusive pelo Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não havendo mais quem queira discutir a proposição, vou encerrar a discussão. Vou encerrar a discussão [soa a campainha]. Vou submeter a matéria a votos, de forma simbólica. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. Aprovado contra o voto do Senador Romero Jucá Líder do Governo, do Senador Eduardo Suplicy, e do Senador Aloizio Mercadante e do Senador Wellington Salgado de Oliveira.

[soa a campainha]. Aprovado o projeto com os votos contrários que tive ocasião de enunciar.

Agora passamos para o projeto que será relatado pelo nobre Senador Antonio Carlos Valadares. Trata-se do item 11, Projeto de Lei do Senado 353 de 2007, terminativo na CCT. A ementa é a seguinte: "*Altera a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões*

plenárias e das comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa 'A Voz do Brasil'." Autoria do nobre Senador Cícero Lucena, a Relatoria do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que oferece parecer favorável à matéria dos termos na emenda substitutiva que apresenta.

Esclareço, para conhecimento do Plenário que a matéria será apreciada também pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Então, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, conforme V.Exª anunciou, trata-se de um projeto da autoria do Senador Cícero Lucena, que altera o Código Brasileiro de telecomunicações para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das comissões do Senado Federal durante o programa "A Voz do Brasil".

Passemos logo à análise: "*O art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal determina que esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.*

Nesse contexto, verifica-se que a proposição em tela cumpre os preceitos constitucionais vigentes, respeitando a competência legislativa da União e as atribuições do Congresso Nacional em dispor sobre os serviços de radiodifusão, conforme dispõe o art. 22, inciso IV, e também dispõe o art. 48, inciso XII.

A veiculação compulsória do programa "A Voz do Brasil" está prevista no art. 38, alínea "e", da Lei nº. 4.117, de 27 de agosto de 1962, conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações e regulada pelo art. 68 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Segundo esses dispositivos, as emissoras de radiodifusão sonora (rádio) são obrigadas a veicular, nos dias úteis, entre dezenove e vinte horas, o programa oficial de informações dos Poderes da República. Trinta minutos são reservados aos Poderes Executivo e Judiciário e os outros trinta minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Nesses termos, hoje o programa conta com vinte cinco minutos de programação produzidos pelo Poder Executivo; cinco minutos pelo Poder Judiciário; dez minutos pelo Senado Federal; e vinte minutos de produção pela Câmara dos Deputados.

A proposta ora analisada sugere que, havendo cobertura radiofônica das sessões do Plenário ou das Comissões do Senado Federal no horário de "A Voz do Brasil", a Rádio Senado fica autorizada a continuar suas transmissões, sem interrupção. Em contrapartida, obriga-se a veiculação integral do referido programa após o encerramento das sessões.

Assim, o PLS nº 353, de 2007, além de garantir o devido espaço à programação gerada ao vivo pela Rádio Senado, a partir das reuniões plenárias ou das comissões, com o alto grau de transparência característico desse tipo de transmissão, mantém a obrigatoriedade da difusão de "A Voz do Brasil", não trazendo prejuízos para o ouvinte ou para os demais Poderes da República.

Nesse sentido, apoiamos integralmente o mérito da proposição em tela, que merece todo nosso estímulo.

Entendemos, no entanto, que o escopo da iniciativa poderia ser ampliado. Sugerimos, dessa maneira, que as condições de transmissão previstas para a Rádio Senado sejam estendidas para a Rádio Câmara, abrangendo as sessões do Plenário e das Comissões daquela Casa Legislativa.

Por essa razão, e de forma a preservar a boa técnica legislativa, preconizada pela Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998, apresentamos substitutivo ao PLS nº. 353, de 2007, de forma a contemplar nossa proposta."

[soa a campainha].

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de lei do Senado, nº 353, de 2007, nos termos do substitutivo que apresento e que está na página 206. É o nosso parecer conforme foi lido, [soa a campainha] Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Tendo em vista o parecer do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, eu vou abrir a discussão da matéria e conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero aqui dar o apoio ao projeto e ao substitutivo do Senador Antonio Carlos Valadares, porque já existe uma... Inclusive alguns projetos tramitando no Senado, eu sou relator de alguns projetos que estão inclusive na CCT, que se referem à flexibilização do horário da voz do Brasil. Que isso é uma realidade que até o próprio Governo já aceita, inclusive o próprio Ministro Franklin

Martins já deu a sua opinião, a opinião do Governo de que ele não será contrário à flexibilização.

Isso é... Porque nós temos, o volume de rádios que nós temos no país são de diversas, de características absolutamente diversas em regiões diversas, portanto, a flexibilidade é uma coisa absolutamente, quer dizer, atual e que deve prevalecer.

Então, e na verdade, o que o projeto em voga ele está trazendo a flexibilidade para a Rádio Senado e a rádio Câmara, permitir que não haja interrupção da programação das sessões do Senado e da Câmara, e, após isso, então, será veiculada "A Voz do Brasil". Quer dizer, está dentro do espírito de flexibilização que já é, digamos, uma coisa que dentro do Congresso já está praticamente estabelecido. E também brevemente nós vamos aprovar a flexibilização para as emissoras de rádio do Brasil inteiro.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Antonio Carlos, Além do mais, não há nenhum prejuízo para o programa A "Voz do Brasil", desde quando haverá uma alternância, quer dizer, o Senado e a Câmara serão obrigados a apresentarem o programa, que é veiculado a nível nacional, em outro horário, a ser estabelecido. Quer dizer, ajuda ao Congresso Nacional divulgando as suas propostas, os debates, e também o Poder Judiciário, como também proporciona ao ouvinte ouvir "A Voz do Brasil" em outro horário.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Inclusive o horário de 7 às 8 é o horário onde as sessões do Senado e da Câmara estão no auge da sua--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Dos trabalhos legislativos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Suas discussões, debates.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Portanto, é mais do que justo o projeto e o competente relato do Senador Antonio Carlos Valadares.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O parecer do nobre Relator, Senador Antonio Carlos Valadares, é favorável à aprovação, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, isso já mencionei anteriormente quando eu anunciei a discussão do projeto.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vou submeter a votos, pelo sistema simbólico. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estão de acordo, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. Contra os votos dos nobres Senadores Romero Jucá, Wellington Salgado de Oliveira e Osmar Dias.

[soa a campainha].

Passemos agora...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 01, Presidente, que eu pedi a inversão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A proposta que aliás já foi relatada pelo nobre Senador Flexa Ribeiro. Se trata de Proposta de Emenda à Constituição, nº. 71 de 2005, não terminativo. A ementa é a seguinte, aspas "*Altera o §7º do art. 165 da Constituição Federal e do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer os critérios a serem adotados na regionalização dos gastos da União*". Autoria do nobre Senador Tasso Jereissati, e outras Sras. e Srs. Senadores.

A Relatoria *ad hoc* do Senador Flexa Ribeiro, que deu o parecer, que ofereceu parecer favorável à matéria. E no dia 11, me perdoe, no dia 19 de 11 de 2008, foi concedida vista aos Senadores Antonio Carlos Valadares, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres e Senador Marconi Perillo, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro para suas considerações, se bem que já tinha sido relatado por S.Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marco Maciel, Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A seguir, vamos iniciar os projetos terminativos, daí porque eu encareço a presença das senhoras e Srs. Senadores.

[soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Serei breve, Presidente. Serei breve, até porque o projeto já foi relatado na sessão, como V.Exª disse, do dia 19 de 11, foi solicitado vista coletiva, não houve, me parece, nenhuma, nenhum encaminhamento de emendas ou de substitutivo à comissão, e esse projeto, de autoria do Senador Tasso Jereissati, é da maior importância.

O Senador faz ajustes ao §7º do art. 165 da Constituição Federal, acrescentando nos critérios de transferências de recursos para as unidades federativas, da regionalização, além da população já presente na atual redação, a renda *per capita*, à expectativa de vida ao nascer, a mortalidade infantil e a educação.

E mais do que isso, ele propõe que os prazos que, da redação atual é de 10 anos, que ele seja permanente até que essas regiões alcancem 80% da renda *per capita* média do país. Então, com isso, ele torna permanente a possibilidade de nós cumprirmos a Constituição Federal, que determina que sejam diminuídas as desigualdades regionais. Nós pretendemos

extinguí-las, mas precisamos, para isso, começar a diminuir a distância entre essas regiões. Então o projeto é da maior importância, eu peço aos senadores membros da Comissão que... A aprovação, até porque até ele não é terminativo, ele vai a outra comissão, e lá poderemos ainda continuar a discussão.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Em discussão a proposição.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu queria apenas perguntar ao relator se essa distribuição alcança a nível municipal. Porque, por exemplo, Flexa, eu tenho aqui uma dúvida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): No Rio de Janeiro, nós temos municípios no Noroeste do Rio de Janeiro que tem um IDH e me parece que essa aqui é o principal objetivo do projeto, incluir os parâmetros do IDH para distribuição de renda, se seriam contemplados, ou é a nível estadual? Porque você entende? O Rio de Janeiro é o segundo Estado mais, vamos dizer assim, o segundo maior orçamento da União, mas há lugares lá aonde o IDH é muito baixo, muito, muito, muito baixo. A distribuição seria a nível municipal? É uma pergunta que eu faria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A distribuição, Senador Crivella, é regionalizada, regionalizada. Poderemos na comissão seguinte.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Está certo, está certo. Vamos discutir a constitucionalidade aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fazer uma emenda para que possa atender os municípios cujo IDH possam vir a ser contemplados por também não terem atingido a média nacional.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Senador Flexa, nós temos um problema. Presidente Marco, Marcelo, gostaria de fazer uma observação: eu considero a emenda do Senador Tasso Jereissati, o projeto, o primeiro artigo, o artigo primeiro, é um artigo que vai ser definido em lei complementar e, portanto, define parâmetros padrões de desenvolvimento regional, de busca de enfrentar desequilíbrio, tudo mais, *ok*.

Quando a gente chega no art. 2º, a gente se depara com algumas questões operacionais. E o Senador Crivella levantou uma questão e, por exemplo, nós não temos cálculo de renda *per capita* municipal. O cálculo de renda *per capita* é estadual.

Você tem bolsões de pobreza, você tem programas, por exemplo, de combate à dengue que são transferências de recursos voluntários que independem da questão de renda ou não. O Rio de Janeiro, o Rio de Janeiro tem uma renda *per capita* de 16 mil, enquanto é 8 do Nordeste, 6 do Norte, não vai se repassar o recurso da dengue? Quer dizer, os bolsões, o programa de Bolsa-Família, como é que fica?

Eu acho que a operacionalidade disso é algo complexo, que a gente deveria... Então talvez a sugestão fosse a gente aprovar o art. 1º, e no detalhamento da lei complementar, aí sim definir as questões operacionais, a gente não entraria nas questões operacionais. Não sei, é uma sugestão.

Eu acho a idéia importante, quer dizer que não estou contra o mérito do projeto, mas me preocupa a operacionalização do projeto, porque existem municípios distintos em regiões distintas. Tem um município rico na Região Sudeste e município pobre na Região Sudeste. Eu tenho município que tem mais condição na Região Nordeste e municípios paupérrimos na Região Nordeste. Na Região Norte, a cidade de Manaus tem uma renda *per capita* altíssima e do lado, municípios, tem uma renda muito baixa, e não tem como medir, porque a renda per capita vai ser do Estado do Amazonas, que vai ser alta. Então eu acho que é uma questão importante para se debater.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra, Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. A seguir, ao Senador Tasso Jereissati, que é autor da proposição. Mas ouço inicialmente, vamos ouvir inicialmente a palavra do nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, sem dúvida alguma que a proposta do Senador Tasso Jereissati, relatada pelo eminente Senador Flexa Ribeiro, merece os nossos aplausos, os nossos elogios, de vez que ela procura garantir a distribuição eqüitativa da renda nacional através de prioridades que são estabelecidas anualmente no orçamento da União.

Entretanto, o Senador Romero Jucá tem razão ao se referir ao art. 2º, apresentou argumentos das dificuldades da operacionalização dessa proposta, uma vez que o art. 2º é muito detalhista, mas não nos deixa muito seguros de que essas regras aqui contidas serão fielmente aplicadas.

Como a nossa Constituição é uma das mais detalhistas do mundo, esse art. 2º tornaria a nossa Constituição mais detalhista ainda. Eu acho que basta que no art. 165 da Constituição conste o § 7º do,

da proposta do Senador Tasso Jereissati, prevendo a obrigatoriedade da observância [soa a campainha] de determinados critérios para reduzir as desigualdades inter-regionais, na forma da Lei Complementar.

Ora, se a própria proposta prevê que através da Lei Complementar é que serão fixadas as regras da distribuição inter-regional do nosso orçamento, é perfeitamente factível que nós, retirando o art. 2º, nós não vamos descaracterizar, de forma alguma, a proposta original do Senador Tasso Jereissati.

Então, eu vou na mesma linha do Senador Romero Jucá, Líder do Governo, que inclusive elogiou o mérito da proposição e aprova a proposição, com a extinção apenas do art. 2º, porque não vai tirar a validade nem o objetivo, nem o alcance, nem o espírito de visão previstos na proposta do Senador Tasso Jereissati.

Por isso, eu voto favorável à proposta, retirando o art. 2º, propondo ao relator Flexa Ribeiro a retirada do art. 2º, e permitindo que o art. 1º seja aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Com os elogios ao Senador Flexa Ribeiro, relator da matéria e ao nosso Senador Tasso Jereissati, um homem que sempre lutou contra as desigualdades do nosso Nordeste do Brasil. E das regiões mais pobres do Brasil. Obrigado.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra, para discutir, o autor da proposição, o nobre Senador Tasso Jereissati. S.Exª tem a palavra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Marco Maciel, Srs. Senadores. Essa proposição, ela tem como objetivo principal diminuir as diferenças de renda dentro do nosso país, que no final de contas, significa as diferenças de renda entre pessoas. Uma coisa não é isolada da outra. Todos os governos, principalmente o Governo atual, costumam falar da sua prioridade de diminuição das desigualdades de renda. E essas desigualdades de renda passam por regiões.

Se nós falarmos também desigualdades sociais, passam por regiões. Aonde está a grande concentração de analfabetos do país? Aonde está a grande pique de mortalidade infantil no país? E assim por diante.

O que nós pretendemos, então, é que se uma determinada região do país, o norte, por exemplo, ou o Nordeste, tem os piores índices sociais e de renda, essas regiões seriam tratadas no orçamento, obrigatoriamente, inversamente proporcional às suas, aos seus índices sociais, e seus índices de renda.

E isto seria progressivamente feito de acordo com o avanço dessas regiões. Por exemplo, no Estado do Pará, ou na Região Norte do Brasil, se o Estado do Pará tem uma renda *per capita* muito... Um terço da renda *per capita* nacional, não é o caso, apenas citando como exemplo, à medida que esse, essa regionalização vá dando os seus resultados e o Estado do Pará for aumentando a sua renda e diminuindo os seus, e melhorando os seus índices sociais, progressivamente, até esse Estado alcançar a renda média nacional, ou esta região alcançar 80% da renda média nacional, essa regionalização continuará a ser feita especificamente para aqueles que estão abaixo dessa renda média.

Não se trata aqui de municipalizar a discussão. É regional. Fala-se de tratamento regional para as grandes regiões geográficas do nosso país. Ela não terá, se uma determinada região, por exemplo, tem a sua diferença dentro dos seus municípios, cabe ao estado fazer essa diferença. O estado que vai receber na sua composição, do seu orçamento federal, ele vai distribuir esse orçamento, seja de educação, seja de saúde, seja de saneamento básico, de acordo com as diferenças do seu Estado, e o critério do seu Estado e não... Isso não vai ser feito dentro do orçamento federal.

Por outro lado, Senador Romero Jucá, é possível se fazer a renda *per capita* aos índices sociais, por exemplo, e renda *per capita* municipal, é bastante possível se fazer com rapidez esses índices.

Por exemplo, no Estado do Ceará, nós tínhamos o nosso instituto de pesquisa, que é o IPEA do Estado do Ceará, nós já fazíamos isso de uma maneira aproximada, isso não é problema nenhum. Não seria um problema, mas mesmo assim, não cabe ao orçamento federal, mas sim cabe à distribuição na discussão com as regiões, a essa distribuição por municípios mais ou menos pobres.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem. Pela ordem

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu entendi a manifestação do Senador Tasso Jereissati, e entendi bem qual é o propósito do projeto. Só que também entendi a pergunta do Senador Crivella, porque ela tem a ver com o Paraná. No Paraná, 70% dos municípios tem IDH abaixo da média nacional. Todo mundo acha o que Estado é um Estado rico e dê fato é, tem uma agricultura que produz muito, tem regiões prósperas.

Mas nós temos 70% dos municípios com IDH abaixo da média nacional, o que mostra o seguinte, que as políticas públicas que foram implantadas no Estado até hoje, pelos sucessivos governos, não deram conta de resolver esse problema que é brutal,

porque afeta regiões inteiras de um Estado que é considerado rico.

Pela proposta do Senador Tasso Jereissati, o Paraná estaria excluído, e por conseqüência, esses municípios de IDH abaixo da média nacional, também estariam excluídos. Talvez fosse o caso de se aproveitar a proposta do Senador Tasso Jereissati para que a gente pudesse contemplar regiões dentro de estados, mesmo que sejam estados considerados resolvidos e não são, para ajudar a resolver esse problema, que nessas regiões e eu vi hoje a manchete, o Paraná já está sendo colocado no topo das estatísticas de violência, em função exatamente desses bolsões.

Eu escuto discurso no Paraná há décadas, de que os governos lá se preocupam muito com as camadas menos favorecidas da população, com as mais necessitadas. No entanto, nós continuamos mantendo uma situação igual há décadas atrás. Repito, de 399 municípios que o Paraná tem, 70% estão com o IDH abaixo da média nacional. Quem andar pelo centro do Estado, pelo Vale da Ribeira, pelo Sul, pelo extremo Sul do Estado, vai ver que é um Paraná diferente de outras regiões.

Então, acredito que lá na Comissão de mérito, aqui nós vamos apreciar a juridicidade, a constitucionalidade, nós poderemos apresentar emendas que possam realmente alcançar. É emenda constitucional? É emenda constitucional, Presidente?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É só aqui, por isso que eu estou levantando a questão de mérito aqui.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então não tem solução. É só aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Trata-se de Emenda Constitucional.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então daí não tem solução. A gente mantendo esse texto, não tem solução para essas regiões que eu estou me referindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, concedo a palavra ao autor da proposição.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, eu gostaria... Senador Osmar Dias, eu entendo perfeitamente a sua preocupação, mas eu queria colocar o seguinte: o que nós estamos fazendo é uma visão nacional do problema de desigualdade de renda. Por exemplo, dentro do país, evidentemente e infelizmente, a região Nordeste, por exemplo, a Região Norte, por exemplo, é mais pobre do que a Região Sudeste e a Região Sul, não existe dúvida. É a visão nacional.

A questão municipal deve ser resolvida dentro da visão estadual da questão municipal. O Governo do Estado do Paraná, por exemplo, deve fazer a mesma coisa em relação ao seu orçamento, em relação aos seus municípios. Nós não estamos excluindo ninguém, nós estamos fazendo uma visão nacional, que é dividido nas regiões mais pobres do país, e dentro das regiões, as regiões que têm que fazer e aí especificamente os Governos Estaduais, as suas políticas de regionalização do orçamento.

Por exemplo, eu quando fui Governador do Estado do Ceará, eu tive a preocupação de levantar todos os municípios que tinham os piores IDH do Estado, e concentramos investimentos prioritariamente nesses, nós tínhamos objetivo, nós colocamos metas. Nós vamos investir maciçamente nesses, não me lembro o número, vamos dizer que fossem 25 municípios, investimos maciçamente, de maneira que, realmente, ao final do nosso Governo, esses municípios levantaram o IDH.

É impossível o país fazer a política municipal, por isso que existem diferentes níveis de Governo. O Governo Estadual faz a sua política, assim como a Prefeitura do Rio de Janeiro não vai investir prioritariamente em Ipanema. Ele tem que investir seus recursos nas favelas do Rio, na parte mais pobre e não cabe no orçamento nacional discutir essa questão, porque nós estamos discutindo a visão nacional do problema.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Tasso, tendo em vista isso, eu vou votar a favor da PEC de V.Exª, e deixar para resolver o problema do Paraná a partir de 2010.

[risos].

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao Senador ACM Júnior, a seguir, ao Senador Marcelo Crivella, e por fim, o nobre Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra, Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero aqui me manifestar, o meu apoio à Proposta de Emenda Constitucional do Senador Tasso Jereissati, porque é clara que a situação no Brasil, uma brutal desigualdade entre as regiões, e isso é preciso ser tratado com seriedade, o Senador Tasso entra fundo nesse assunto, e é claro, se nós não combatermos essas desigualdades, nós teremos sempre dois "Brasis", o que não nos interessa, não é porque nós sejamos nordestinos que nós estejamos nessa tese, nós precisamos diminuir, acabar não, é impossível, mas diminuir desigualdades e esse caminho é um bom caminho.

As situações intermunicipais serão resolvidas pelos próprios Estados. O Senador Tasso Jereissati deixou isso muito claro, o que dá conforto a que nós apoiemos o projeto. Então, eu quero me manifestar favoravelmente ao projeto.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella e a seguir, o nobre Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu ouvi atentamente as considerações do Senador Tasso Jereissati, e reconheço, profundamente, as intenções do projeto, eu acho que outro dia até meditava, Presidente, acho que a gente devia ter, antes de aprovar qualquer lei no Congresso Nacional, assim como nós temos que passar os projetos de iniciativa, de infra-estrutura, e de modo geral os investimentos no país, por uma licença ambiental, nós devíamos passar também por uma licença de desconcentração de renda, ou de evitar concentração de poder e renda que eu considero o mais grave problema brasileiro. E isso já não é de agora, isso é secular, vem do período da nossa colonização, do período do nosso Império e a república não deu jeito nisso.

Ocorre, Sr. Presidente, que quando nós destinamos prioritariamente no orçamento da União, recursos para Estados cujo o IDH estadual seja menor que os outros, vamos retirar desses outros Estados, os recursos para serem distribuídos aos municípios mais pobres. Aqueles municípios que o argumento do autor diz que precisam ser contemplados. A política municipal, o Prefeito vai dar preferência ao bairro mais pobre, o Governador vai dar preferência aos municípios mais pobres. Mas esse Governador e esse Prefeito vão perder recursos com essa lei.

O que me preocupa, Sr. Presidente. Não é a capital Rio de Janeiro, nem as tantas favelas da região metropolitana, mas é a Região Noroeste, que já está fora da SUDENE. A SUDENE vai até o Espírito Santo, mas quando chega na Região Noroeste do Rio de Janeiro, ela já fica fora da SUDENE, que é um instrumento importante para o semi-árido para trazer políticas que possam melhorar o IDH.

Então, Sr. Presidente, mesmo considerados as boas intenções do autor, eu voto contra, porque não consegui me convencer de que a região Noroeste do Rio de Janeiro, essa que eu digo que fica na margem da SUDENE, a SUDENE vai até o Espírito Santo. Ali do outro lado do Rio Itabapoana, a região pobre, pobre, pobre, fora da SUDENE, e nesses critérios regionalizados, ficaria ainda sem contemplar, sem contemplar a necessidade de um povo muito pobre, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ouço agora o nobre Senador Flexa Ribeiro, Relator da matéria. Com a palavra a S.Exª.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marco Maciel, eu entendia que após a intervenção do nobre Senador Tasso Jereissati, estaria pacificada a questão do mérito.

Não há dúvida de que o projeto do Senador Tasso Jereissati é da maior importância quando ele acrescenta critérios à distribuição de renda para diminuírem as desigualdades regionais. E além de outros critérios que não somente o da população, ele é... Tira a limitação temporal de 10 anos, e coloca limitação até ser atingido 80% da renda *per capita* média nacional.

É regionalizado sim, porque teria que ser regionalizado, o Senador Tasso Jereissati deu a explicação que me pareceu que tinha pacificado o entendimento do projeto. A distribuição dessas verbas serão feitas para os Estados, para as regiões que tenham Exatamente essa condição de não terem atingido os 80% da renda, o IDH nacional, a renda *per capita* nacional média.

A própria constituição hoje, nós estamos alterando o art. 35, mas o art. 35 remete ao art. 165, §7º, da Constituição que diz: "*Os orçamentos previstos no §5º, incisos I e II desse art., compatibilizado com o plano plurianual, terão suas funções a de reduzir desigualdade inter-regionais, segundo o critério populacional*". Ou seja, a Constituição, Senador Crivella, a Constituição Federal ela já define a distribuição Exatamente para aquelas regiões que têm uma qualidade de vida, tem uma renda *per capita*, tem um IDH regional, por Estado, inferior à média nacional.

Então, o caso do Estado do Rio de Janeiro, o caso do Paraná, que tem bolsões ainda que talvez poderiam ser semelhantes a essas regiões não desenvolvidas, mas terão recursos para que os governos do estado possam fazer o, o progresso desses municípios que ainda não atingiram média. Quer dizer, é uma questão--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Flexa Ribeiro, V.Exª me concede um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concedo o aparte. Já não é uma questão da distribuição dos recursos federais. Os recursos federais vão para os Estados mais ricos, que tem uma receita própria. O Estado do Rio de Janeiro tem uma receita que vem da exploração do petróleo, que é exuberante.

Então, ele pode muito bem dispor de parte dessa receita para atender esses municípios, corretamente que o Senador Crivella coloca aí, que estão no limite da

área de SUDENE e que não são atendidos ainda pela questão das superintendências de desenvolvimento.

Mas o Estado do Rio de Janeiro, tem condições, com recursos de sua receita ou de transferências federais, de priorizar, aí é uma questão de Governo, de priorizar os municípios que ainda não atingiram a média do Estado, que é o Estado que tem um IDH elevado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas V.Exª então, nós excluímos aqui...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V.Exª não me concede o aparte?

[soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com muita honra, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Só para dar uma réplica aqui, Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, se permitir. Se nós fizéssemos, por exemplo, a distribuição dos recursos dos municípios e dos Estados incluindo não só a população, mas os parâmetros do IDH, acho que nós cumpríamos melhor esse objetivo. Se nós fizéssemos a distribuição [soa a campainha] dos recursos que são repassados a Estados e municípios.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas aí nós vamos ter que alterar a Constituição no art. 165.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aí nós teríamos objetivos melhores. Os recursos do petróleo no Rio de Janeiro existem, os *royalties* existem. Mas V.Exª não pode esquecer que o Rio de Janeiro é o Estado com o maior índice de criminalidade, altíssimo desemprego, favelização, e no Noroeste, níveis de desenvolvimento a nível de Nordeste.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas é uma ação de Governo.

[soa a campainha].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Então se nós pudéssemos contemplar, vamos distribuir os recursos da lei, os recursos que vão para os municípios, o IPI e o imposto de renda, mas distribuíssemos também com os parâmetros do IDH, ao invés de só adotarmos a população.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí é um outro projeto. Aí eu até concordo com V.Exª.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, seria um outro projeto, mas seria uma coisa que iria cumprir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí incluir na distribuição a questão do IDH, é um outro projeto, eu concordo com V.Exª. Este caso aqui.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não deixaria ninguém de fora.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse caso aqui é para a diminuição das desigualdades regionais, nós teríamos que alterar a constituição no art. 165. Nós estamos tratando de desigualdades regionais.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O que V.Exª está propondo é um outro projeto, que pode ser estudado e deve ser estudado, que é a distribuição do FPM, leva em consideração também um diferencial para os municípios ricos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Estes parâmetros.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E os municípios ainda de IDH baixo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Alcançaríamos aonde eles estivessem.

[soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aí é nacional, um outro projeto, e tem o nosso apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O nobre Senador Antonio Carlos Valadares eu gostaria que V.Exª fosse conciso, que ainda temos projetos terminativos a partir de agora. Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Garanto que serei mais conciso do que os outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, S.Exª. E a seguir, o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, na verdade todos nós aqui somos favoráveis à redução das desigualdades regionais. Ninguém iria, de forma nenhuma, fazer algum pronunciamento, apresentar algum projeto para permitir que as desigualdades regionais continuem vigorando. Mas o Senador Tasso Jereissati ele conseguiu, conseguiu na sua proposta, alterar o §7º do art. 165 da Constituição Federal, fixando não somente a população, como atualmente existe, como único critério no combate à desigualdades.

Ele, além disso, colocou a renda *per capita*, a expectativa de vida ao nascer, a mortalidade infantil e a educação, quer dizer, numa síntese impressionante, o Senador Tasso Jereissati conseguiu abarcar os mais variados setores sociais que precisam de prioridade, sem dúvida alguma.

Agora, essa é uma regra genérica da nossa Constituição. Agora, o que é que fala o art. 2º? Aí o art. 2º entra em detalhes que a meu ver, já disse ao Senador

Tasso Jereissati, poderão prejudicar o andamento normal dessa proposta na Câmara dos Deputados, porque são 513 Deputados, cada um pensando de uma forma diferente, e notadamente os Deputados da Região Sul, da região Centro-Oeste, da Região Sudeste, que haverão de querer uma outra redação e, quem sabe, fixar regras definitivas na lei complementar, por que o art. 2º altera o quê? O art. 35 das Disposições Constitucionais Transitórias, significando dizer que esta regra estabelecida no art. 2º é uma regra transitória.

Já se, através de uma lei complementar, aí sim. Tudo o que for aprovado será definitivo. O que nós estamos propondo, até para assegurar uma aprovação tranqüila desta PEC, porque a aprovação de uma PEC não é fácil, na Câmara dos Deputados, que nós deixemos esse art. 2º para depois, na lei complementar, ser aprovado, e aprovemos apenas a alteração do §7º, que inclui aquelas condicionantes para a aprovação do projeto orçamentário.

Está é a minha sugestão. Caso não seja aceita, então, daqui 10 anos eu vou dizer, se eu estiver vivo ainda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Se estiver na política.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu vou dizer, que não vai dar resultado nós aprovarmos hoje. Quer dizer, a intenção é a melhor possível, mas, não haverá, a meu ver, uma objetividade política no sentido da sua aprovação definitiva. Vai haver realmente uma grande repercussão favorável no Nordeste, nas regiões pobres Repercussão, somente.

Eu posso dizer a vocês, uma proposta, como por exemplo, que garante anualmente 200 milhões de reais para a revitalização do Rio São Francisco. Já tem 8 anos discutindo entre a Câmara e o Senado. Quer dizer, uma proposta pequena, um artigo só, ainda não foi aprovada, imagine uma proposição como essa, da maior importância também, da maior repercussão, mas que entra em detalhes que a própria lei complementar tornaria dispensável isto aqui que nós vamos aprovar agora.

Eu votarei favorável, mas de forma pessimista quanto à aprovação na Câmara dos Deputados. A minha proposta é que se extinguisse o art. 2º, não tiraria nenhuma validade, não quebraria a filosofia nem o objetivo proposto pelo Senador Tasso Jereissati.

[soa a campainha].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos, o parte de V.Exª enriquece, e nos dá um contraditório que se nós retirarmos o art. 2º, cai, cai a questão importante que o Senador Tasso Jereissati propõe na sua PEC.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não cai porque tem a lei complementar que poderia ser aprovada estabelecendo essa mesma regra, dos 80%.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, só que.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Viria na lei complementar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas se aprovar na PEC já está aprovada de uma única vez.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E no próprio PPA também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas se nós vamos fazer uma lei complementar para aprovar o que já está na PEC.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas aqui o §7º fala em Lei Complementar! Olhe: "*na forma da lei complementar*". Então... Se não há necessidade de lei complementar, retira isso aí do §7º.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o art. 2º já define os critérios.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas no § 7º remete o art. 165 a uma lei complementar. Então, na lei complementar nós colocaríamos esses 80% da renda *per capita* do país. Aí ficaria realmente uma coisa enxuta e mais fácil de ser aprovada lá na Câmara dos Deputados. [soa a campainha] É o meu parecer, mas cada um tem a forma de atuar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu entendo perfeitamente a preocupação do Senador Valadares e essa preocupação é de todos nós, principalmente do Nordeste, devido a toda a iniciativa que vem de uma certa maneira, não só Norte e Nordeste, Norte e Nordeste, de uma maneira geral, do Rio de Janeiro, inclusive, ela fica perambulando aqui pelos corredores do Congresso e acaba não se tornando realidade.

Mas a minha preocupação é também, eu tenho as mesmas dúvidas que V.Exª tem, em relação a outra alternativa, se isso não vier já prontinho, detalhado, com

roteiro a ser perseguido, deixar para que a Câmara, lei complementar, que a gente volta a discutir, isso aqui nós vamos voltar a discutir também em 10 anos que eu também espero que nós dois estejamos vivos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Tasso Jereissati, é que V.Exª prevê no §7º a aprovação de uma lei complementar para regulamentar a matéria. Está aqui. V.Exª fala na lei complementar.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Perfeito. Agora, se você não tiver já o roteiro definido, do que deve ser, é mais discussão, mas... Então, o que nós conhecemos aqui? Eu acho que nós estamos discutindo aqui muito mais uma questão de forma do que de objetivos.

Então eu Pediria que V.Exª, como bom nordestino que é, e eu sei que a sua intenção é a mesma que a nossa, que acompanhasse isso aqui, e se for o caso, a Câmara tira isso aqui, se for para dar rapidez, vamos juntar, vamos lutar junto às nossas bancadas na Câmara Federal, se nós conseguirmos aprovar aqui no Senado, para que isso seja aprovado finalmente, que isso é uma atitude concreta.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador Tasso, permite um aparte?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senador, eu voto favorável a matéria, apenas dei uma sugestão.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Entendi.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Da realidade.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu acho que V.Exª tem total razão [soa a campainha], se tiramos isso aqui e esperamos Lei Complementar, nós vamos duplicar o tempo para a aprovação desse projeto. Então, eu ficarei com a proposta do Senador Tasso Jereissati.

[soa a campainha].

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria só de complementar aqui com o Senador Marcelo Crivella, dizendo que, na verdade, o que o Senador Crivella está tratando é de outros pontos, seria do critério do fundo de participação dos municípios que teria um critério diferente.

Aqui nós não estamos tratando disso, Senador Crivella. Se V.Exª quiser, eu... até os pontos específicos que V.Exª colocou sobre a questão dos municípios, que deveriam obedecer também critérios sociais, não exclusivamente de renda, eu estou de acordo. Mas isso deveria ser tratado na questão, no ponto que discute a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. Aqui não. Nós estamos discutindo desigualdades de renda regional, o que não prejudica Estado nenhum da Federação. Apenas dá um critério de distribuição de renda.

Evidente que no Rio de Janeiro, por exemplo, dentro do orçamento do Rio de Janeiro, o Governador do Rio de Janeiro, que é meu amigo, e quem eu admiro, Senador Sérgio Cabral, ele não deve estar gastando no município de Varre-Saí, que é o município mais pobre do Rio de Janeiro, em educação ou em saúde, o mesmo que ele gasta em Ipanema, que não é um município, é um bairro, porque ele tem que gastar muito mais em Varre-Saí. É essa a questão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas o projeto não tira do Governador menos orçamento? No repasse?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, ele não tira do Governador menos orçamento. Ele define o critério que os estados mais pobres, assim como o Rio de Janeiro vai definir, vão ter um orçamento inversamente proporcional, dentro do seu critério, à sua renda *per capita*, à sua mortalidade infantil.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Seriam transferências voluntárias? Investimentos do BNDES? Porque aqui, o fundo de participação V.Exª tirou, despesa com funcionário, V.Exª tirou. Quais seriam esses recursos?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O orçamento... A aplicação dos recursos do orçamento da União de uma maneira geral.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): De uma maneira geral?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aqui não estabelece. BNDES não está aqui, Caixa Econômica não está aqui, apesar de nós termos um projeto para isso também. Orçamento fiscal da União.

[soa a campainha].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Essa é a minha dúvida, Senador Tasso Jereissati. É que esse Governador vai ter menos recurso para aplicar lá em Varre-Saí. Mas eu concordo com V.Exª, se nós pudemos fazer com que essa distribuição fosse municipal, os bolsões que existem nos estados ricos seriam contemplados, como é o caso, por exemplo, lá em Minas Gerais, o vale do Jequitinhonha é muito pobre. Essa é apenas [soa a campainha] a minha dúvida. O Projeto de V.Exª é meritório, nós temos que realmente ajudar o Nordeste, temos que ajudar o Norte, só tenho dúvida de não estar aqui votando...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não é só desigualdade regional, é desigualdade de renda nacional. Com certeza.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Renda nacional.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro, porque a desigualdade de renda entre as pessoas, decorre da desigualdade de renda entre as regiões. Os grandes bolsões de pobreza do Rio de Janeiro, assim como da cidade de São Paulo, a periferia, é formado de migração justamente das regiões mais pobres do país, que não tem e vão formar, e isso nós estamos alimentando um círculo vicioso, que prejudica... E a violência do Rio de Janeiro, a violência na cidade de São Paulo tem a ver com essa desigualdade de renda e com essa [soa a campainha] migração que forma os bolsões.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Me dê agora mais uma tranqüilidade aqui. Um dos argumentos usados aqui na defesa do seu projeto era o seguinte: o Governador tem de ter a consciência de aplicar recurso em municípios pobres, prioritariamente, inversamente proporcional à sua renda aos municípios ricos. O Paraná não fez. Paraná não fez isso. Aliás a história tem mostrado que em vários governos nós temos bolsões de miséria. V.Exª não acha que diante desse argumento seria melhor nós fazermos esse projeto, é o mesmo projeto, contemplando Prefeitos [soa a campainha] ao invés de contemplar Governadores? Micro-regiões ao invés de Regiões. Não daríamos nós o endereço? Eu sei que é um outro projeto.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aí então V.Exª está praticamente acabando com a Federação Brasileira.

[risos].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, eu só estou.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Se V.Exª não acredita nos Governadores dos Estados e não quer... Quer tirar poderes deles, nós estamos aqui, então vamos acabar com a Federação Brasileira, que os Governadores não têm mais papel.

[risos].

O Governador Sérgio Cabral, o seu Senador Crivella está lhe demitindo nesse momento.

[risos].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não estou demitindo nenhum Governador, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concedo agora a palavra ao último orador inscrito, o nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A partir daí encerraremos a discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): São duas questões complementares, eu acho que os projetos são complementares. Os Estados já têm o direito de legislar sobre 25% do ICMS. Eles podem fazer legislação complementar, compensatória. Lá em Minas fizemos, a lei chama lei "Robin Wood", apelidada, exatamente por isso.

Porque as regiões mais ricas de Minas recebem um pouco menos para poder dar mais recursos para o Jequitinhonha. Então... As coisas não se excluem. Os Estados podem fazer e devem fazer leis compensatórias, agora essa é uma lei nacional compensatória, eu... É possível até que Minas tenha alguma dificuldade adicional, mas eu acho que o objetivo justifica a sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vou considerar encerrada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem. Só uma colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira, com a palavra S.Exª.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só uma colocação da lei citada pelo meu querido amigo Senador Azeredo, essa lei prejudicou tremendamente Uberlândia e o Triângulo Mineiro. Tremendamente, que foi conhecida como a lei Robin Wood, mas que na verdade o Senador já me deu algumas explicações, que era um índice que era calculado erradamente, porém ficou pra história com essa lei Robin Wood. Tirou uma parte dos recursos do Triângulo Mineiro, de Uberlândia.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A economia de Uberlândia é tão forte que já foi recuperada, era o [ininteligível] diminuiu um pouco, mas a economia já voltou, já tem o mesmo percentual que tinha antes.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então vamos declarar encerrada a discussão e vamos por a matéria em votação. Eu apenas gostaria de mencionar, por oportuno, que eu fui relator dessa matéria na Comissão de Desenvolvimento Regional, CDR, e fui favorável à aprovação da proposição. Porque sei que essa é uma questão essencial ao chamado "pacto federativo". O que levou, eu diria até que o movimento federativo no Brasil foi mais forte que o movimento republicano. E eu não compreendendo que se possa ter uma república federativa que

não esteja atenta à desigualdade regional e que não esteja, conseqüentemente, atenta à necessidade de ter mecanismos que reduza as desigualdades, isso tem a ver e com muito a chamada Constituição Cidadania a que se reportava sempre o Presidente Ulysses Guimarães. Mas vamos agora submeter a votos pelo processo simbólico. As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que estejam de acordo, queiram permanecer como se encontram.

[soa a campainha].

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente eu queria fazer uma declaração de voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Vou votar favoravelmente à proposta do Senador Tasso Jereissati, mas queria ter depois um Exame mais profundo, ter o direito até de, por caso, entendesse eu que tem que haver alguma correção, tratar desse assunto no plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Então eu vou.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Fico eu com o voto contra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O voto contrário do Senador Marcelo Crivella e voto contrário também de Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de maneira semelhante ao que o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Romero Jucá informaram, que seria adequado poder haver a aprovação do item 1º e para melhor exame, com respeito ao 2º item.

Então, da mesma forma que o Senador Francisco Dornelles, avalio que esta... Eu voto favoravelmente, mas, entretanto, avalio, eu voto favoravelmente, mas avaliando que é necessário um melhor exame em Plenário no que diz respeito a essa hipótese de se voltar o 1º item favoravelmente e melhor exame do 2º artigo.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vou considerar a proposição aprovada com voto contrário do Senador Marcelo Crivella e do Senador Wellington Salgado de Oliveira. Vamos passar agora aos projetos terminativos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. [soa a campainha] Pela questão de ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. Tem a palavra S.Exª.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu cheguei atrasado na reunião, e me indaguei se V.Exª já tinha posto em discussão, debatido e esclarecido a questão de ordem levantada pelo Líder do Governo recorrendo da decisão do Senador Garibaldi. Eu... Eu acho que... Eu acho até estranho que V.Exª ainda não tenha tocado, mas eu acho que nós devemos tocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou primeiro ao assunto.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sei que a grande verdade é que geralmente esses assuntos são decididos à revelia, as lideranças fazem, e a gente...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele começou a sessão falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Pedro Simon, eu gostaria de dizer a S.Exª.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não sabia que... Quando começou a sessão ele falou? Está me dizendo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de dizer para esclarecimento do plenário.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estranhei. Não, não, eu quero logo pedir desculpa, que eu estranhei, mas pedi para o Senador não tocar no assunto, não tocar no assunto, então eu estou levantando.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Na realidade o assunto foi referido em duas oportunidades no início da reunião. Em primeiro lugar--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu informei Presidente, desculpe, ao Senador Pedro Simon que realmente esse assunto não havia sido tocado, mas é que eu estava na Comissão de Agricultura. Me desculpe, Senador, a informação que eu lhe dei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então foi lido o recurso encaminhado pelo Presidente Garibaldi Alves Filho.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E qual foi a decisão aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E também foi lida, e também fiz menção a uma colocação feita pelo Senador Romero Jucá, Líder do Governo. S.Exª.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O Senador Jucá fez aqui na reunião?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ele esteve na reunião mais cedo. O fato a que eu vou me referir não foi na reunião da comissão. Ele me procurou por telefone na sexta-feira à tarde, eu me encontrava no Recife, e solicitando um prazo para que ele pudesse, conversando com as lideranças dos diferentes partidos, não somente do Senado, mas também da Câmara, para que pudesse chegar a um resultado de consenso, razão pela qual eu li o expediente encaminhado pelo Presidente Garibaldi Alves Filho e fiz menção também à solicitação feita pelo Senador Romero Jucá.

E em função do apelo que ele me fez, eu não fiz a designação do relator, esperando que S.Exª encerre suas negociações que está entretendo tanto na Câmara quanto no Senado, para que então nós possamos adotar a providência cabível, isto é, se V.Exª não obtiver sucesso nas negociações que está fazendo com os líderes, nós iremos apreciar o recurso que ele fez à CCJ. Aliás, recurso que não tem efeito suspensivo, é importante também esclarecer, como é também importante esclarecer que a matéria também ainda não chegou ao Senado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Até por isso, como não tem efeito suspensivo, que o líder pode levar até o fim do ano e nós não tomamos decisão nenhuma e fica tudo como está, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu tenho cobrado à S.Exª, hoje eu voltei a falar com ele, sobre a necessidade de uma resposta com relação ao tema.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu queria pôr à V.Exª que não há coisa mais fácil de reunir do que a nossa Comissão de Constituição e Justiça. Se reúne sexta, sábado, quando é urgente e quando há interesse.

Agora nesse caso, o fato aconteceu na quarta, nós podíamos ter feito uma reunião e eu imaginava que seria feita uma reunião na quinta-feira, sob a argumentação de que V.Exª não estava presente, eu digo, mas eu não tenho nenhum problema de garantir que o Senador Marco Maciel marcando, se nós acharmos que deve sair a reunião ele vai estar na reunião. Marcaram para quarta-feira, e agora a quarta-feira é...

O que a imprensa está publicando e a imprensa de hoje, que os líderes estão discutindo uma fórmula que não pode dar muita força ao Senador Garibaldi para que não pareça que ele pode a qualquer momento ficar com a autoridade para devolver, mas querem fazer uma fórmula de entendimento, eu não sei, mas eu acho que com toda a sinceridade, eu acho que o Senador Garibaldi tomou uma decisão muito importante.

Eu acho que ela é importante. Eu acho que a devolução é um fato concreto, e eu antecipo o meu voto aqui na comissão, eu votarei para que ele vá para o... Nós votamos acatando a decisão do Presidente, e ao mesmo tempo que a nossa decisão daqui vá para o plenário, onde eu, pessoalmente, se isso acontecer também votarei favorável, mas eu acho que é um assunto da maior importância, do maior significado.

É uma matéria dolorosa, que está humilhando o Congresso Nacional ao longo da história, é um fato novo que foi apresentado, e eu acho que nós não podemos deixar o Senador Garibaldi, que a imprensa está até dando uma cobertura muito positiva, mas numa posição isolada e dando a entender que nós da comissão estamos num jogo de empurra-empurra, de não fazer nada.

Com todo respeito, eu conheço V.Exª, e sei a decisão a simpatia por V.Exª de buscar o entendimento. Mas eu acho que nós temos que dar um prazo para o Jucá, nós não estamos aqui na expectativa, para ele encontrar uma fórmula, não sei o quê, eu acho que eu não sei quando, e com sinceridade, eu achava que hoje nós já íamos decidir, porque ele teve um prazo.

Agora, é fácil se entender. O Líder do Governo, se depender dele, daqui a pouco é fim do ano e como V.Exª terminou de dizer, não tem efeito suspensivo, ótimo, não tem mais o que fazer. Eu acho que V.Exª conversando com ele e com a gente, de marcar uma data onde nós vamos fazer a reunião para, se tiver o entendimento tudo bem, se não tiver entendimento, tomar uma posição.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concedo a palavra pela ordem ao nobre Senador Osmar Dias e a seguir, farei um comentário sobre a assunto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É que o Senador Pedro Simon citou duas vezes a reunião dos líderes de ontem, onde se discutiu este assunto. E eu, como sou líder do PDT, estava presente, e o que foi discutido na reunião dos líderes e não decidido, mas o que foi discutido, proposto pelo Senador Romero Jucá, e aí eu peço a atenção do Senador Pedro Simon, é que há na Câmara dos Deputados um projeto de lei que é idêntico à Medida Provisória.

No momento em que a Câmara dos Deputados votar o projeto de lei e esse projeto de lei vier para o Senado em regime de urgência, é isto que o Senador Romero Jucá está propondo, deixa de existir a Medida Provisória e deixa de existir o impasse.

Eu não estou dizendo que eu estou defendendo essa proposta, estou dizendo que essa foi a proposta

do Líder do Governo, ou seja, acelerar a votação do projeto de lei que está na Câmara, com o mesmo objetivo, com um teor um pouquinho diferente, resolver o impasse das filantrópicas que estão irregulares através desse projeto de lei e com a votação dele na Câmara, remetida ao Senado em regime de urgência, ele anularia os efeitos da Medidas Provisória. Essa proposta foi feita pelo Senador Romero Jucá.

O que foi dado ao Presidente Garibaldi, foi a missão dele conversar com o Presidente da Câmara dos Deputados, e se o Presidente da Câmara entender que é esta a solução, é este o caminho a seguir, seria este o caminho a seguir. Foi isso que foi proposto na reunião de líderes, sem a concordância de todos os líderes, sem a concordância minha, inclusive.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu não estou entendendo uma coisa: quer dizer, a Câmara dos Deputados aprova o projeto.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vem para cá.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sim.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O que acontece com a Medida Provisória?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Ela deixa de existir, porque o projeto de lei tem o mesmo conteúdo da Medida Provisória.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas isso não tem nada que ver, eu quero saber o aspecto jurídico. O aspecto jurídico--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Mas se deixa de existir a Medida Provisória, ela deixa de ser devolvida, ela deixa de existir.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, mas espera aí um pouquinho. Tem que ter uma distinção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Me permite entrar no debate, Sr. Presidente?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ela deixa...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Ela teria que ser votada e derrubada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, só para informar a V.Exª, se me permitir, é dentro do assunto. É que a Câmara dos Deputados. Estou recebendo aqui.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Pedro Simon tem a palavra, depois ouço a S.Exª, o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu gostaria que V.Exª também me inscrevesse para um pequeno documentário.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Exª me mantém o aparte.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu entendi o que V.Exª disse, correto. Agora só tem um aspecto, a aprovação do projeto, a medida de urgência lá na Câmara vem para cá... A medida de urgência não, o projeto em regime de urgência, passa, vem para cá. Nós tomamos a decisão de votar o projeto que vem de lá para cá com urgência, que aliás eu vou favorável. Também se faz. Mas isso tudo não inválida, nós temos que saber qual é o destino da Medida Provisória.

A Medida Provisória foi enviada para o Governo, foi devolvida para o Governo, o Líder do Governo recorreu, e está nessa Comissão, e nós temos que decidir, nós temos que decidir o destino da Medida Provisória, o que nós vamos fazer com a Medida Provisória!

Eu acho que seria positivo, seria o Governo aceitar, acatar e não receber a devolução do Senador Garibaldi e não dizer nada e encerrar, e nós votarmos outra. Ótimo, agora não é que a imprensa está dizendo. A Imprensa está dizendo que isso daria muita força ao Presidente do Senado, e o Presidente do Senado teria muita força e que o Governo, não... O Governo está certo, mas que os Senadores da base do Governo não querem dar essa força toda ao Presidente do Senado que amanhã ou depois pode querer repetir isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Essa é a questão. Essa é a grande questão, Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que eu quero saber é o seguinte: o nosso Presidente tem o poder? E se ele tem o poder quem é que decide, Presidente Marco Maciel, é o plenário para ir contra o poder que ele tem ou não? Essa questão é que nós temos que saber ou vamos passar sem saber.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Aí é que eu digo. Eu quero saber se o Senado vai dar cobertura ao Senador Garibaldi, ou pelo menos eu pretendo que o plenário vote, quer dizer, é a hora do Senado votar no plenário, cada um dê a sua cara!

O Senado vota no Plenário, eu estou totalmente a favor do encaminhamento que o Senador Romero Jucá está fazendo, inclusive ele falou comigo, eu acho

que é a saída. A grande saída para resolver é essa. Um processo de urgência, passa na Câmara, passa no Senado e está resolvido, isto está resolvido. Mas não a Medida Provisória.

A Medida Provisória eu quero saber, tem esse fato. Houve uma decisão do Presidente, o Presidente devolveu, o Líder do Governo fez o recurso, o recurso está na mão de V.Exª, que o Presidente mandou para cá. Então precisa, está na nossa mão decidir.

Agora, não pode o Sr. Jucá dizer, aí morreu. Mas morreu como? Tem que dizer o que vão fazer com ela.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, [soa a campainha] o Senador Pedro Simon havia pedido um aparte para mim, então eu continuo com a palavra.

E eu continuando com a palavra para encerrar, vou dizer para o Senador Pedro Simon o seguinte: eu concordo com V.Exª, mas tenho dúvidas se o projeto de lei com o mesmo conteúdo votado, ele não cancelaria a existência da Medida Provisória. Isso foi dito. Foi dito que cancelaria. Se cancelar, daí realmente não tem o que discutir, agora se não cancelar, aí eu vou acompanhar o voto de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares para se manifestar sobre o tema suscitado, pelo Senador Pedro Simon.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em primeiro lugar, Presidente, eu acho que não foi à toa que o Presidente Garibaldi chegou ao cargo que atualmente ocupa, Presidente, não só do Senado, também do Congresso Nacional, que tem a obrigação e o cuidado de preservar e defender a qualquer custo a nossa Constituição.

Inclusive, ele foi bastante enfático no discurso que fez no dia 27 de agosto de 2008, quando afirmou, abro aspas "Não vou de maneira nenhuma ferir a Constituição, que não me permite devolver pura e simplesmente as Medidas Provisórias". Eu acho que o gesto do Senador Garibaldi--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu só peço licença depois.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --Foi um gesto político da maior importância e não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu só vou pedir licença depois, que eu vou trazer os discursos do Lula, o que ele dizia há 15 anos atrás.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Se me permitir eu vou terminar... Posso terminar, meu amigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então eu acho que o gesto repercutiu favoravelmente a imagem do Congresso Nacional. O gesto de coragem do Senador Garibaldi é um gesto que teve o apoio de todos nós, daqueles que entendemos que trancando a pauta como trancam as Medidas Provisórias, nós não estamos atuando como legisladores, porque a tramitação das matérias fica altamente prejudicada pela eclosão das Medidas Provisórias, pela enxurrada das Medidas Provisórias, que vem freqüentemente alterando o funcionamento normal das duas Casas.

Mas, Sr. Presidente, então, Sr. Senador Pedro Simon, V.Exª tem razão quando defende o Congresso Nacional, tanto que existe uma proposta na Câmara dos Deputados, é a PEC nº. 511 de 2006, que foi aprovada ontem. O que é que ela diz? Por 363 votos a 50. Quer dizer, de acordo com o texto aprovado, está aqui na agência da Câmara, não trancarão mais a pauta do Plenário as Medidas Provisórias.

No entanto, depois de 15 dias, as MPs passarão a tramitar em regime de urgência. Bom, esta é a aprovação feita pela Câmara dos Deputados, melhor seria que nós não tivéssemos Medida Provisória. Porque os projetos em regime de urgência podem resolver essa situação. Já que depois de 15 dias se elas não forem aprovadas, tramitarão em regime de urgência e ocuparão o primeiro lugar na pauta de votações.

Mas essa inversão, ela pode ser rejeitada através da proposta da maioria absoluta das duas Casas. Quer dizer, se uma Medida Provisória estiver no Senado, a maioria absoluta pode dizer: "Olha, Medida Provisória não pode estar em primeiro lugar. Em primeiro lugar é a PEC do Senador Jereissati". Pronto. Então fica perfeitamente definido que as Medidas Provisórias, agora sim, não mais vão atrapalhar o andamento normal das duas Casas, da Câmara e do Senado.

Agora, com respeito à posição tomada na quarta-feira última pelo Senador Garibaldi, eu respeito, acho que foi uma posição política, em defesa do Congresso Nacional, foi um recado que ele quis dar à nação, e acho que nós entendemos aquilo como um gesto louvável, que deve ser levado em consideração como mais uma motivação para se nós não retiremos da Constituição as Medida Provisórias, pelo menos possamos regulamentar tal como começou aqui no Senado e agora está na Câmara dos Deputados em tramitação final. Agradeço a V.Exª.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Me permite um aparte, Senador?

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com muito prazer, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu quero a atenção do Senador Pedro Simon. Senador Pedro Simon, o Senador Wellington, de forma provocativa, me disse que eu fui o relator da PEC que obriga que as Medidas Provisórias sejam votadas prioritariamente, trancando a pauta.

Fui mesmo, eu fui o relator de uma Emenda Constitucional do Senador Esperidião Amin e eu, como relator, dei parecer favorável e ela foi aprovada por 63 votos contra 3. É claro que ele reconhece que esse meu relatório teve uma importância muito grande, porque se nós não obrigarmos a votação da Medida Provisória, ela fica como ficaram outras do Governo Fernando Henrique Cardoso em vigência sem votar aqui no Congresso Nacional. Então, o motivo pelo qual nós trancamos a pauta para votar a Medida Provisória, com um prazo para votar a Medida Provisória, é para que elas não fiquem em vigor e aí o Presidente da República fica assinando Medida Provisória, o Congresso não vota e fica em vigor do mesmo jeito.

Agora eu quero levantar uma questão aqui, que no meu relatório, que está aqui na mão do Senador Wellington, eu acho que é muito importante. Essa matéria das filantrópicas, no meu entendimento, e também do Senador Wellington, não pode ser legislada através de lei ordinária, e sim de lei complementar, e, uma das redações da PEC que foi aprovada, é exatamente que não se pode editar Medida Provisória para assuntos que requerem lei complementar. Se as filantrópicas exigem Lei Complementar, não devia existir essa Medida Provisória.

Aí eu acho que o Presidente devia ter devolvido antes de ter submetidoà Comissão Mista que é constituída. Eu gostaria de requerer um estudo da Consultoria do Senado, ou da Secretaria da Mesa, se essa tese que eu estou levantando aqui, de que as filantrópicas ou essa Medida Provisória está versando sobre um assunto que deve ser tratado por lei complementar, se essa tese está correta. Se está correta, essa Medida Provisória, ela nasceu morta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu já terminei o meu pronunciamento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agora gostaria--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Um aparte do Senador Osmar Dias.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor me desculpe, eu e V.Exª, o Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Pedro Simon, eu gostaria, até para conhecimento do plenário e da Comissão, de dizer que solicitei à Assessoria Técnica do Senado Federal, parecer sobre o assunto, independentemente dessas negociações que se desenvolvem entre os líderes, eu solicitei a informação da Assessoria Técnica do Senado Federal, bem como também um parecer da Assessoria Técnica da Mesa do Senado Federal.

E esses dois documentos já estão em minhas mãos. E devo também acrescentar que esses documentos, a meu ver, só deveriam ser objeto de consideração da comissão tão logo o Senador Romero Jucá haja concluído ou não a sua missão. Se ele não concluir com êxito a sua missão, a Comissão de Constituição e Justiça terá que falar sobre a matéria.

Eu apenas, concordei com S.Exª, o Líder do Governo, com, concordei com o Líder do Governo, S.Exª Senador Romero Jucá, no sentido de que ele pudesse fazer essas negociações com os líderes. É lógico que essas negociações estão sendo desenvolvidas e se não forem concluídas como ele aspira, como ele deseja, nós então, teremos que Examinar a questão.

E o nobre Senador Pedro Simon coloca uma questão que eu considero extremamente pertinente, é que terá que se discutir, então, a decisão do Presidente Garibaldi Alves Filho. Quer dizer, vai, a Comissão de Justiça tem que se manifestar sobre o tema e uma vez aprovada a decisão da Comissão de Justiça, ela deve ir a plenário.

Realmente a Medida Provisória não pode ficar no espaço sem uma deliberação da Comissão de Constituição e Justiça. E quanto a isso, tenha S.Exª a certeza de que eu me empenharei nesse sentido, para que não havendo uma solução como está sendo encaminhado e sobre este assunto falou com muita clareza o Senador Osmar Dias, não havendo portanto a solução, não nos restará outro caminho a não ser tomar uma deliberação aqui na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que possa a sugestão do Senador Pedro Simon ser considerada, ele avalia que deva ser dado um prazo e como V.Exª informou já tem os estudos levando a uma conclusão semelhante, que possamos até a próxima quarta-feira, ter isto, quer dizer, tenha, se dê o prazo necessário ao Líder Romero Jucá, ao Presidente Garibaldi Alves, para o entendimento proposto ontem

para que na próxima quarta-feira tenhamos isso claramente definido. Assim fica, se considera a proposta do Senador Pedro Simon de que deva haver um prazo para isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Mesa ouviu com atenção o nobre Senador Eduardo Suplicy. Agora, evidente que V.Exª é parlamentar antigo aqui no Senado Federal, e também com mandatos exercidos na Câmara, sabe muito bem que essas negociações às vezes não podem ficar adstritas a um prazo restrito.

O que eu devo fazer e estou fazendo, é no sentido de tentar agilizar essas conversas para que nós possamos tomar uma deliberação. Mas fique certo, S.Exª, nobre Senador Eduardo Suplicy, que haverá um empenho total meu para que essa matéria, uma vez na prosperando o acordo, seja tempestivamente apreciada pela comissão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Exª garante que será antes do recesso?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, não...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Já é uma grande coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não tenha dúvida, não. Eu estimo que isso possa estar encerrado na próxima semana, estimo. Estimo que isso possa estar encerrado na próxima semana, findo o qual nós teremos que nos manifestar sobre os assuntos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, V.Exª me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, com a palavra o nobre Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Foi levantado aqui pelo Senador do Paraná.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Osmar Dias.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V.Exª, eu, Senador Suplicy, e V.Exª, nós estávamos aqui quando se discutiu a tramitação da Medida Provisória. Era um debate imenso e o Senador Fogaça foi relator e chegou a um entendimento, onde se criou a obstrução da pauta.

Se achou que essa medida seria espetacular, quer dizer, obstruir a pauta e com isso trancaria o exagero de Medidas Provisórias. Essa história de uma Medida Provisória atrás da outra, essa coisa toda, como se ela não fosse votada, a pauta ficaria parada, com isso o Governo ia racionalizar a vinda das Medidas Provisórias.

O que aconteceu? O Governo, o Senado ficou, o Congresso ficou ainda mais desmoralizado. Não trancou, quer dizer, trancou, não diminuiu o número de Medidas Provisórias, e pelo contrário, quer dizer, além de tudo o mais, o Governo passou a ser o Coordenador da Ordem do Dia. Ele que faz, quando quer, quando não quer, o que faz, e o que não faz. Ele então.

Então hoje nós estamos diante desse fato realmente muito grave. A Medida Provisória está trancando a pauta, é uma vergonha. O que nós vamos fazer? Vai deixar de trancar a pauta, volta a ser como era antes. Volta a ser como era antes, não tranca mais a pauta. Então aquilo que foi tomado com uma grande proposta no sentido de equacionar a racionalização das Medidas Provisórias, deu no contrário. Então agora nós vamos voltar atrás, aquela medida de trancar a pauta não vai trancar mais. Quer dizer... medida de [ininteligível].

[soa a campainha].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Mesa, a Presidência gostaria de fazer algumas observações sobre o instituto da Medida Provisória.

Em primeiro lugar, eu tomei dela conhecimento na Constituinte, por uma provocação do Presidente Ulysses Guimarães, que me convidou por uma reunião a qual estava presente, entre os que eu me lembro, o relator Bernardo Cabral e também o Ministro Nelson Jobim.

Na realidade, a Medida Provisória é um instituto de natureza de viés parlamentarista, ela nasceu no parlamento italiano, e nós sabemos que há uma distância bastante acentuada entre presidencialismo e parlamentarismo. No caso da Medida Provisória, *Provvedimenti Provvisori*, como eles chamam na Itália, no congresso italiano, no caso de rejeição de uma Medida Provisória, cai o gabinete.

O instituto da Medida Provisória migrou para a Espanha que também é um país parlamentarista, lá não tem o nome de Medida Provisória, tem o nome de Decreto-lei. E o Presidente do Governo chama lá se chama Presidente de governo, o chamado primeiro Ministro da Itália. Então, o que acontece? Uma vez rejeitada a Medida Provisória, obviamente isso provoca a queda do gabinete.

Recentemente eu lendo um artigo de um constitucionalista espanhol, no jornal "*El País*" ele mencionava a rejeição de uma Medida Provisória editada ainda do governo do Presidente Aznar, e chamava a atenção que quando a medida foi declarada inconstitucional pela Corte Constitucional Espanhola, já o Presidente

Aznar, já não era mais o chefe do governo, razão pela qual a medida não produziu os resultados que seriam previsíveis no sistema parlamentarista.

Mas acontece que nós resolvemos acolher esse instituto da Medida Provisória, e eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar, o instituto da Medida Provisória tem alcance muito maior do que o Decreto-lei do tempo do regime militar.

Os Decretos-leis do tempo do regime militar, primeiro eles tinham restrição muito grande com relação as matérias que poderiam ser editadas, os chamados Decretos-lei. Segundo, segundo lugar, e na sua primeira versão, não podia haver aumento de despesas, sequer. Então, não tinha tão pouco o trancamento de pauta que foi algo que veio contribuir muito para fazer com que desaparecesse a agenda do Congresso Nacional.

É de antecipar-se que nós nos encontramos, e acho que essa é uma questão, não pode deixar de ser enfrentada agora, em função dos desdobramentos da atitude tomada pelo Presidente Garibaldi Alves. Se não houver um acordo que esteja em conformidade com o tratamento que deve ser dado à matéria nós teremos que repensar o instituto da Medida Provisória e sobretudo o que fazermos com a medida tomada pelo Presidente Garibaldi Alves, cuja manifestação pende a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e que deverá ser, obviamente apreciado, senão houver um entendimento que satisfaça o Senado Federal e, de modo especial, que respeite a opinião aqui da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o nobre Senador Osmar Dias. Depois ouço com prazer o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu gostaria de apresentar um requerimento à comissão. Trata-se do seguinte: a matéria que está em debate é uma Medida Provisória que versa sobre as filantrópicas e trata de um capítulo da Constituição, o capítulo das imunidades, nós não estamos falando ali em isenção, nós estamos falando em imunidades.

Se é matéria constitucional e está no capítulo das imunidades, no meu entendimento, essa Medida Provisória não deveria estar nem sendo discutida, porque não deveria estar aqui no Senado Federal, ela não deveria ter sido editada, porque a Emenda Constitucional que foi aprovada, pelo menos o relatório que eu apresentei, ele veda a apresentação de Medidas Provisórias sob matérias que tratem de assuntos que requerem Lei Complementar. Então, o requerimento que eu faço é para que a Comissão de Justiça decida se a matéria que está contida naquela Medida Provisória que está em debate, é objeto de Lei Complementar ou lei ordinária. Este é o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Osmar Dias, na realidade essa questão que V.Exª suscita já está implicitamente no recurso feito pelo líder Romero Jucá. Uma vez que o Presidente Garibaldi Alves determinou a devolução da matéria e o Líder do Governo, no instante da decisão do Presidente do Senado, houve por bem interpor recurso, embora não tenha efeito suspensivo, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Então, o que nos cabe fazer agora é justamente apreciar a matéria, tão logo... Tão logo haja, tão logo tenhamos conhecimento da decisão que vier a ser adotada por esse acordo de líderes. Se esse acordo de líderes não acontecer e se a questão não ficar adequadamente elucidada, não ficar adequadamente resolvida, acho que a Comissão não pode deixar de se manifestar sobre o tema, como já tive a ocasião de dizer e repito isso aqui agora.

Agora, evidentemente, eu, em função dos apelos que eu recebi e de modo especial do Líder do Governo, eu entendi que deveria aguardar que S.Exª concluísse suas negociações. Ainda onde voltei a conversar com S.Exª sobre esse tema, ele está conversando não somente com as lideranças do Senado, mas também com as lideranças da Câmara, vez que a matéria não se encontra no Senado Federal, isto é, ela ainda se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Mas assim mesmo ele me informou que está fazendo essas conversas também com os líderes da Câmara.

Então, eu estimaria que nós pudéssemos ter uma resposta em tempo hábil dessa questão e, evidentemente, como eu já disse anteriormente, respondendo a uma questão formulada pelo quando Pedro Simon, nós entendemos que a Comissão de Constituição e Justiça não havendo um acordo, não havendo, conseqüentemente, uma solução para esse problema, nós tenhamos que nos manifestar sobre o tema.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu, é claro que eu não gostaria de discordar de V.Exª, mas eu preciso fazer isso, porque o que requereu o Senador Romero Jucá é muito diferente do que eu estou requerendo.

O que eu estou requerendo é que a Comissão de Justiça analise se aquela matéria é matéria objeto de Medida Provisória, se ela pode ser editada numa Medida Provisória. O que o Senador Romero Jucá está requerendo é a Comissão de Justiça decidir so-

bre a decisão do Presidente do Senado e não sobre o conteúdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, sobre esse requerimento de V.Exª, eu poderei solicitar à Assessoria Técnica um parecer sobre o tema. Agora, gostaria já de plano dizer o seguinte: infelizmente, com a ampliação do instituto da Medida Provisória, de suas atribuições, etc., inclusive com trancamento de pauta, fica muito difícil dizer que uma Medida Provisória não poderia legislar sobre o tema que legislou, porque nós sabemos que diferentemente do que acontecia com os Decretos-leis que tinham um horizonte limitado, matérias explicitadas no próprio texto da Constituição, no que diz respeito às Medidas Provisórias, há uma, há uma, há um poder do Poder Executivo, amplo geral e irrestrito. Estou exagerando, mas é próximo disso.

Então, certamente, o estudo vai dizer que o Presidente da República, chefe do Executivo poderá baixar medidas provisórias sobre esse tema, como certamente, isso é fácil observar, se fizermos o levantamento das medidas já aprovadas anteriormente, é possível que se encontre, que o Congresso Nacional já tenha aprovado medidas provisórias regulando matérias semelhantes a essa que está sendo regulada agora.

Mas de toda maneira eu pedirei à Assessoria Técnica do Senado Federal para que informe, em tempo hábil, sobre essa questão, mas eu presumo, sem uma análise obviamente mais aprofundada, que a matéria certamente não é uma matéria original que no diz respeito, não é matéria original a ser tratada em Medida Provisória.

Infelizmente, nós temos este instituto em vigor, eu considero que isso é uma questão que deve ser reexaminada, acho o que projeto que a Câmara acaba de aprovar ainda é insuficiente para resolver essa questão.

E daí porquê, eu acho que esse é um tema que vai continuar na Ordem do Dia independentemente do desfecho que tenha essa questão que está sendo agora objeto de análise no plenário e na Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Para encerrar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra V.Exª.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Quem aprovou as regras foi o Congresso Nacional, foi a Câmara e o Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É verdade.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): E está explicito na regra que lei complementar não pode ser colocada em Medida Provisória. Cabe ao Congresso, que fez essa regra, aceitar ou não que seja colocada em Medida Provisória. Agora, se nós aceitarmos que tudo seja colocado em Medida Provisória, então, tem que rasgar a regra que nós aprovamos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Volta o Decreto-lei. Passa a voltar o Decreto-lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Obviamente Senador Osmar Dias, obviamente essa questão ainda não está, a Medida Provisória ainda não veio para a apreciação no Senado, se encontra ainda na Câmara, e se há matéria que diz respeito a lei complementar que está sendo regulada a Medida Provisória, essa é uma questão que pode representar, conseqüentemente, pode representar conseqüentemente, um argumento que vai auxiliar a decisão tomada pelo Presidente Garibaldi Alves filho.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Vai solucionar o problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E se isso, como diz V.Exª, existe, obviamente essa será uma questão que não pode deixar de ser considerada, mas ouço agora com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, como minha última participação nesse debate, eu gostaria de reconhecer e enaltecer o posicionamento correto e equilibrado de V.Exª com relação à perspectiva de um entendimento entre as lideranças do Congresso visando contornar a atitude que foi tomada pelo Senador Garibaldi de devolver aquela Medida Provisória.

Quero crer que o Congresso Nacional, o parlamento, melhor dizendo, que é um ambiente propício para o debate, para o consenso, não pode revogar nenhum entendimento, não pode achar estranho nenhum acordo, nenhum trabalho visando, obter o apoio consensual de todos os partidos em torno de uma matéria.

Então, V.Exª agiu com muita eficiência, com muito equilíbrio, com muita moderação, que aliás é típico de sua personalidade, ao entender que a matéria, o recurso do Senador Jucá não poderia ser julgado hoje, já que há em curso o que eu falei, o entendimento entre as lideranças, quer dizer, uma conversa, o debate entre lideranças para a obtenção de um objetivo consensual.

Então eu acho que V.Exª agiu acertadamente e com isso V.Exª enaltece sua posição de Presidente da Comissão de Justiça, V.Exª não está agindo como

homem de partido, nós sabemos que V.Exª integra o DEM, que é um partido de oposição. Mas ao agir dessa forma, de forma descompromissada, a não ser com o parlamento, mostra mais uma vez a grandeza do seu espírito, a sua natureza democrática, a forma e o comportamento, que tem sido uma tônica na sua história política.

Por isso, quero, apenas enaltecer, e ao invés de partirmos para o confronto, que é uma política desnecessária, não é confronto, porque confronto? Já temos a Medida Provisória, a PEC no Senado, na Câmara dos Deputados ela já está sendo aprovada. Ontem mesmo já anunciei, já foi aprovada, quer dizer, numa votação. Uma votação expressiva, acabando com o trancamento da pauta e há por outro lado em relação a Medida Provisória das... Filantrópicas, há um entendimento em curso, então eu acho que tudo vai voltar ao normal e V.Exª está contribuindo para isso, como Presidente da Comissão de Justiça que é, posso dizer, a Comissão mais importante do Senado Federal. Portanto, V.Exª está no lugar certo, e agindo de forma certa. Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu que agradeço a V.Exª, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, pelo depoimento que acaba de prestar e devo dizer que essa tem sido a minha preocupação, mesmo, porque acho que, e aí vou repetir uma frase de Kennedy, que "governar é administrar pressões".

O Congresso, é um conflito permanente, entre demandas que muitas vezes se entrechocam e o nosso objetivo é, tanto quanto possível, tentar arbitrar de forma consensual os conflitos existentes e esse é o empenho meu aqui na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E devo também mencionar que os entendimentos estão transcorrendo e se esse entendimento for exitoso, obviamente isso concorrerá para que nós não tenhamos um dissídio de natureza institucional, envolvendo Executivo, Legislativo, que nada ajudará o bom desenvolvimento das atividades públicas do país.

Devo também dizer que em certo momento da minha palavra eu falei que praticamente havia um poder amplo geral e irrestrito na edição de Medidas Provisórias. Naturalmente eu fiz questão de dizer que isso era um exagero, uma hipérbole, mas na verdade há muitas matérias que estão, não são objetivo de Medida Provisória.

Se não me engano, são sete incisos, na realidade são quatro incisos do art. 62, que limitam a edição em determinados casos, a edição de Medidas Provisórias. Não vou ler, porque as senhoras e senhores conhecem bem o texto da Constituição, não vou ler todos os dispositivos o que de alguma forma reduz o alcance das Medidas Provisórias.

Mas na verdade, é um amplo espectro de matérias que podem ser objeto de Medida Provisória. E eu espero que essas tratativas que estão ocorrendo aqui do Senado e na Câmara sejam exitosas e possamos, então, resolver essa questão sem que haja a necessidade de uma manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E se tal não ocorrer, a comissão tempestivamente convocará uma reunião extraordinária, se for o caso, para que nós possamos ter uma manifestação sobre o tema e aí, obviamente, termos uma deliberação final da comissão que possa vir a ser apreciada pelo Plenário do Senado.

Eu gostaria de antes de encerrar a presente reunião, submeter a votos o requerimento do Senador Aloizio Mercadante, que requer nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam incluídos também para a audiência pública sobre autonomia do Banco Central, os senhores Paulo Nogueira Batista Júnior, economista e professor da fundação Getúlio Vargas de São Paulo e o professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzo, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp.

Esses dois nomes indicados passarão a compor as audiências públicas que pretendemos realizar. Na realidade pretendemos realizar duas audiências públicas que deverão ocorrer no mês de dezembro, a última no dia 16 de dezembro.

E acho que com isso nós estaremos nos habilitando para definir essa questão extremamente importante, sobre a autonomia do Banco Central, que tem muito a ver--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, eu só queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a crise que vive o mundo e porque não dizer o Brasil. Mas com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Só para reiterar o meu pronunciamento anterior de hoje, de que não há nenhuma restrição ao requerimento do Senador Aloizio Mercadante.

Eu, como relator da matéria, sou favorável e nós teremos então duas sessões de audiência pública que de acordo com a agenda, não será possível fazer um contraponto, digamos, obrigatório, mas talvez nós tenhamos problemas de agenda e podemos ter que conciliar essas agendas.

Nós faríamos três a três, como... Talvez seja... Três num dia, são seis agora, de quatro serão seis, podemos fazer três em um dia, três no outro, então,

talvez fazermos 9 e 16. Vamos tentar fazer isso, equacionar essa agenda, para que nós possamos, então, dar andamento a essas questões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Antes de encerrar a sessão eu quero agradecer a presença de todos, senadoras e senadores, mas devo também dizer que os assuntos constantes da pauta da reunião de hoje que não foram discutidos ou votados, eles serão incluídos na Ordem do Dia da próxima reunião, inclusive matérias terminativas que exigem a presença de maioria absoluta dos membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente reunião agradecendo mais uma vez a presença de todos e convocando a reunião ordinária para a próxima quarta-feira, a hora regimental, isso é às 10 horas da manhã.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h19.

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia três de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Epitácio Cafeteira, Osmar Dias, Inácio Arruda, Francisco Dornelles, César Borges, Expedito Júnior, Marcelo Crivella, Wellington Salgado de Oliveira, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Jayme Campos, Alvaro Dias, Marconi Perillo, Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e a Senadora Marina Silva. Justifica a ausência o Senador Eduardo Azeredo. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da EXTRAPAUTA: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2007** (PL. nº. 06673 / 2006, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Parecer:** Favorável à matéria com dez emendas que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 a 5, de autoria do Senador Tasso Jereissati, e nº 6, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Em 28/05/2008, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; Em 02/07/2008, foi recebido o Voto em Separado do Senador Aloizio Mercadante, tendo sido retirado em seguida; Em 09/07/2008, foram oferecidas as Emendas nºs 1 a 5, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que receberam Parecer contrário. Em 26/08/2008, foi oferecida a Emenda nº 6, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que recebeu Parecer contrário. A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos, e posteriormente, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 10-CCJ, de iniciativa do Relator, e contrário às Emendas nºs 1 a 5, do Senador Tasso Jereissati e nº 6, do Senador Antonio Carlos Valadares. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO N° 323, DE 2007** – TERMINATIVO – "Dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, objetivando fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficientes na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas." **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2007** – TERMINATIVO – "Revoga o art. 18 da Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, extinguindo o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança." **Autoria:** Senador Marco Maciel. **Relatoria:** Senador Valter Pereira. **Parecer:** Favorável à matéria. Durante a discussão da matéria, o Senador Valter Pereira apresentou uma emenda. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 576, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera o art. 45 e acrescenta artigo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre as vedações aos programas de que trata o Título IV e estabelecer o acesso gratuito ao Rádio e a Televisão pelos Partidos Políti-

cos." **Autoria:** Senador Sérgio Guerra. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Parecer:** Favorável à matéria e à Emenda nº 1-CCT, com duas emendas que apresenta. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Inácio Arruda e ao Senador Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2003** – TERMINATIVO – "Altera a Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, no sentido de exigir o porte da Carteira Nacional de Habilitação para a condução de veículos nas rodovias e estradas." **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante. **Relatoria "ad hoc":** Senador Antonio Carlos Júnior. **Parecer:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Retoma-se a apreciação da EXTRAPAUTA: **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 177, DE 2008** (PL. nº. 03775 / 2008, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências." **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senadora Ideli Salvatti. **Parecer:** Favorável à matéria. Durante a discussão da matéria, foi recebida uma emenda, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que recebeu Parecer favorável; A matéria será apreciada também pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, posteriormente, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda n° 1-CCJ. Retoma-se a apreciação da Pauta: **ITEM 10) RECURSO N° 6, DE 2008 sobre o PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 418, DE 2006** (PDC 00273 de 2003, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Aprova o ato que outorga permissão à FM SOM DAS CATARATAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná". **Autoria do Recurso:** Senador Flávio Arns. **Autoria do Projeto:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Relatoria do Recurso:** Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Parecer:** Favorável ao Recurso. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Recurso. **ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2008** – NÃO TERMINATIVO – "Estende o direito à paridade às pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003." **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Expedito Júnior. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Em 26/11/2008, foi concedida vista aos Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. Não houve manifestação decorrente do pedido de vista. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e vinte minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **1)** PEC Nº 53, DE 2007; **2)** PEC Nº 84, DE 2003; **6)** OFS Nº 5, DE 2002; **7)** PLS N° 194, DE 2008; **8)** PLC N° 104, DE 2006; **9)** PLC N° 113, DE 2007; **11)** PLS N° 61, DE 2008; **12)** PLS N° 44, DE 2007; **14)** PEC Nº 43, DE 2003 que tramita em conjunto com a PEC Nº 20, DE 2006 que tramita em conjunto com a PEC Nº 8, DE 2007; **15)** PLS Nº 213, DE 2005; 16) PLS N° 30, DE 2008; **17)** PLS Nº 613, DE 2007; **19)** PLS Nº 38, DE 2007; **20)** PEC Nº 24, DE 2005; **21)** PLS Nº 152, DE 2003; **22)** PLS Nº 175, DE 2004; **23)** PLS Nº 535, DE 2003; **24)** PLS Nº 297, DE 2008; e, para constar, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão em exercício, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **MARCO MACIEL,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental declaro aberta a 48ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho, como de hábito, a dispensa da leitura da ata de reunião anterior. As Srª Senadoras, os Srs. Senadores, que aprovam a presente proposta, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias constantes da Ordem do Dia, do Item 01 ao Item 24. O primeiro é o item não terminativo e o último é o item terminativo. De acordo com o consenso existente entre os partidos políticos representados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vou iniciar, solicitando a autorização do Plenário, para colocar extrapauta o Projeto de Lei da Câmara nº 90/07, PL 06673/06, como já disse, da Câmara dos Deputados. Trata-se de matéria não terminativa.

A ementa é a seguinte: "*Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. Altera a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências"*.

A autoria da proposição é do Presidente da República. A relatoria do Senador Jarbas Vasconcelos, que já se encontra à Mesa para, uma vez aprovada a inclusão na Ordem do Dia, da matéria, já se encontra habilitado para oferecer seu parecer, que é favorável à matéria, com as emendas que apresenta e, em contrário às emendas de 1 a 5, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati, e a de nº 6, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. Observo, por oportuno, que em 2 de agosto de 2008, foi recebido o voto em separado do Senador Aloizio Mercadante, tendo sido retirado em seguida. E em 9 de agosto de 2008, foram oferecidas emendas de 1 a 5, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati, que receberam, as referidas emendas, parecer contrário.

Em 26 de agosto de 2008, foi oferecida Emenda nº 6, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que recebeu o parecer contrário. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, também, pela Comissão de Infra-Estrutura. Eu consulto o Plenário sobre se concordam com a proposta de que incluamos a referida matéria, por se tratar de matéria consensual, como primeiro item extrapauta na Ordem do Dia. Como não há objeção, vou considerar aprovada a inclusão e concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Esse projeto é um projeto extremamente importante, foi objeto de uma longa discussão já no Senado, num projeto de autoria do Senador Rodolpho Tourinho. Depois o Executivo encaminhou um projeto à Câmara. Nós tivemos um novo substitutivo. O Senador Jarbas apresentou uma outra concepção e nós conseguimos, nesse período, em que nós não votamos a matéria, um esforço muito grande, de construir um entendimento de toda a cadeia produtiva da economia do gás: O Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Petróleo, Petrobrás, as empresas distribuidoras de gás, os grandes consumidores. E nós construímos um entendimento amplo que está no parecer do Senador Jarbas Vasconcelos.

Portanto, eu proponho que este seja o primeiro item da pauta e que a gente dê urgência ao encaminhamento dessa matéria que, felizmente, chegamos ao entendimento, eu acho que bastante consistente e satisfatório. E quero parabenizar o relator, que incorporou todo o entendimento no seu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, em face da declaração, da manifestação do Senador Aloizio Mercadante e tendo em vista a aprovação do Plenário, eu concedo a palavra ao nobre relator da matéria, Senador Jarbas Vasconcelos, para oferecer seu parecer. Com a palavra, S. Exª. E gostaria de aproveitar a ocasião para convidar o Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão, para que venha ter assento à Mesa dos nossos trabalhos. Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, já foi colocado aqui, nós apresentamos no dia 20 de maio, um relatório sobre a matéria, que é uma matéria ampla, ampla e bastante complexa, onde procurei restringir minha análise, única e exclusivamente, no que prevê o regimento. Ou seja, aos aspectos constitucionais da aludida proposição. No início de julho, o Senador Aloizio Mercadante ofereceu um voto em separado ao projeto, com o objetivo de manter o texto aprovado, aquele que veio da Câmara. Em seguida, retirou, em agosto, esse voto em separado, consciente de que, junto com a relatoria, iria conseguir um entendimento.

Foi retirado o voto em separado, veio o período eleitoral, não houve tempo hábil para que esta comissão, tão bem presidida por V. Exª, decidisse sobre o assunto. E, demonstrando um elevado espírito público, S. Exª, o Senador Mercadante, me procurou para propor esse entendimento. O Ministério de Minas e Energia reuniu, durante os últimos meses, todos os agentes do setor. Ou seja, aqueles que integram a chamada cadeia produtiva. Após longo e exaustivo trabalho, onde todos contribuíram de maneira construtiva, chegou-se a um texto comum.

Na última quinta-feira, dia 27 de novembro, recebi em meu gabinete o Ministro Edison Lobão que me apresentou a proposta oriunda do acordo. Ao analisá-la com a prestimosa ajuda da Assessoria do Senado, e considerar que o esforço do ministro foi recompensado com um texto que resguarda a competência dos estados, na distribuição do gás natural e, ao mesmo tempo, protege os interesses dos agentes em um setor tão carente de investimento, eu entendi que deveria incorporar, na íntegra, os termos do acordo ao relatório que ora apresento a esta comissão.

A gente mantém os artigos e dispositivos constitucionais que estavam em discussão, fazendo uma... Praticamente uma regulamentação desses artigos e, também, uma flexibilização deles. Vem ao exame desta comissão... O projeto é longo, é muito complexo, eu resumi, está resumido porque eu vou ler aquilo que é fundamental e que é importante ler para a comissão. *Vem ao exame desta comissão um Projeto de Lei da Câmara, nº 90, de iniciativa do Poder Executivo, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, bem como, sobre as atividades de tratamento, processamento de estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural, altera a Lei 9.478 de agosto de 97, e dá outras providências.*

A proposição ainda será analisada pelas comissões de assuntos econômicos e serviços de infra-estrutura.

Aí nós, Sr. Presidente, apresentamos nesta oportunidade, um relatório reformulado sobre o referido PLC, ao qual incorporamos as sugestões acordadas pelos principais órgãos e entidades representativos do setor do gás natural. Fruto de intensos e profícuos debates que redundaram em uma proposta consensual de modificação, em alguns pontos, do relatório inicialmente apresentado. Cabe registrar, que participaram das discussões, subescrevendo o texto com as sugestões, os representantes: Do Ministério de Minas e Energia, que coordenou o processo; da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás, ABEGÁS; da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energias e de Consumidores Livres; e várias outras entidades.

Feitas essas observações iniciais, passamos ao exame da proposição. Nesse anexo, que foi distribuído aos senhores, a gente vai para o último parágrafo da página 7. Foram ofertadas à proposição seis emendas. As cinco primeiras pelo Senador Tasso Jereissati. A Emenda nº 1 propõe a exclusão da expressão: *Ao Ministério de Minas e Energia ou mediante delegação dos §§ 1º e 3º, do art. 38, do PLC*. Por outro lado, a Emenda nº 2 promove a substituição, no *caput* do art. 36 do projeto, da expressão "do Ministério de Minas e Energia" por "da Agência Nacional do Petróleo", de forma que, a competência para autorizar a importação e a exportação de gás natural não seja atribuída ao Ministério de Minas e Energia, mas continue a ser da ANP.

Na mesma minha linha, a Emenda nº 3, substitui a expressão "do Ministério de Minas e Energia" por "Agência Nacional de Petróleo" no *caput* dos §§ 1º e 2º, do art. 4 da proposição. A Emenda de nº 4 confere nova redação ao *caput,* ao § 1º do art. 12 do PLC de nº 90/07, além de suprimir o § 2º do mesmo artigo, dando ao dispositivo a seguinte redação: *A ANP elaborará os editais de licitação e o contrato de concessão para construção e operação dos gasodutos de transporte em regime de concessão. Parágrafo único: A ANP celebrará os contatos de concessão referidos nessa lei.*

A Emenda de nº 5 manda acrescentar ao art. 50 do PLC, parágrafos com as seguintes redações: *§ 5º: Caberá ao Poder Executivo implementar as diretrizes do plano de contingências nas atividades da indústria do gás natural, de competência da União. § 6º: Caberá aos estados implementar a distribuição referida no Inciso IV, levando em consideração as políticas e as peculiaridades locais de suprimento e consumo*.

O Senador Antonio Carlos Valadares apresentou a Emenda nº 6, que visa a suprimir do projeto os art. 55 e 56, por razões de inconstitucionalidade desses preceitos. Vamos à análise, Sr. Presidente. Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em tela, bem como, no tocante às normas de licitação e constatação nela presentes, manifestar-se sobre o seu mérito, nos termos do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal. No que diz respeito à constitucionalidade do projeto, cumpre registrar que compete privativamente à União legislar sobre energia e recursos minerais a teor do art. 22 da Constituição.

Em termos genéricos, podemos dizer que a matéria sobre a qual versa o projeto e análise deve ser veiculada por lei federal. [soa a campainha].

Acho que é isso aqui que ele quer, não, né?

Alguns pontos do projeto, contudo, requerem modificação para evitar que o legislador federal invada a competência atribuída pelo constituinte de 88, aos estados. Com efeito, o art. 25, § 2º, da Constituição Federal estabelece ser competência estadual a exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado. Desse modo, eventual intervenção do Congresso Nacional, dirigida a regular tais serviços, é atentatória ao princípio federativo.

No projeto em exame, essa invasão da competência estadual, ocorre, a nosso ver, nos seguintes dispositivos: art. 2°, § 18*: Que considera gasoduto de transporte também aquele no qual se dá a movimentação do gás natural, até o ponto de entrega ao usuário final.* art. 3º, § 1º: *Que submete ao regime de autorização os gasodutos de interesse específico de um único usuário final.* art. 27: *Que trata dos bens vinculados ao transporte de gás sob regime de autorização, quando o gasoduto for construído em decorrência de acordos internacionais, o não interesse específico de um único usuário final*. art. 36, § 2º: *Que permita ao importador autorizado de gás natural destiná-lo às atividades econômicas por ele próprio desenvolvidas.*

O monopólio, Sr. Presidente, o monopólio é conferido, pela Constituição, à União, não foi para que esta favorecesse determinados empreendedores privados, [soa a campainha] franqueando-lhes a importação para benefício próprio em condições de desequilíbrio, relativamente a outros empreendedores que não são importadores. A razão de ser do monopólio tem um fundamento estratégico, assegurar o fornecimento do gás, sem discriminações, aos diversos pontos do território nacional e, não, servir aos interesses específicos de um determinado agente privado. A distribuição do gás canalizado aos usuários finais é tarefa atribuída constitucionalmente aos estados, não à União. Se alguns usuários tiverem acesso direto ao gás, por au-

torização federal, diferentemente de todos os outros, que o receberão das concessionárias estaduais, ter-se-á um quadro de inconstitucionalidade flagrante, em face do desrespeito aos princípios da isonomia e da livre concorrência.

Com efeito, nesse cenário, determinados agentes de um mesmo segmento econômico, receberão tratamento privilegiado, desonerando-se de custos que serão suportados pelos demais. Apresentamos em nossas conclusões, emendas destinadas a sanar os vícios de inconstitucionalidade apontados. Nós vamos agora para o anexo que foi distribuído aos senhores [soa a campainha] para o último parágrafo da página 17. Deixei de ler as outras páginas porque é totalmente desnecessário.

Em resumo, não vislumbramos onde possam se sustentar os dispositivos dos projetos aos quais nos referimos. Seja na leitura que fazemos do texto constitucional, seja na doutrina dominante sobre o tema, seja na decisão liminar da Suprema Corte sobre o caso em questão, sobre o caso em que a questão é ventilada. A idéia de que o transportador do gás natural possa fornecê-lo diretamente aos usuários finais revela-se indefensável. O esquema constitucional de distribuição de competência não impede, contudo, aí a modificação que a gente está fazendo. O esquema constitucional de distribuição de gás de competência não impede, contudo, que grandes consumidores do gás construam dutos para o atendimento de suas necessidades, desde que, o serviço de movimentação do gás, para suas instalações, seja prestado pela concessionária estadual.

Todos sabemos que a construção das redes de distribuição importa um dispêndio de vultosos recursos e, muitas vezes e muitas vezes, estados médios e pequenos não têm essa condição. É uma condição de aplicar recursos nisso. Por outro lado, não faz sentido privar os grandes consumidores desse serviço, apenas porque os governos estaduais ou as concessionárias não dispõem de recursos para a construção imediata dos dutos. Desse modo, acolhendo as sugestões consensualmente formuladas pelos agentes do setor, introduzimos no projeto, por emenda, dispositivos que prevêem as figuras do: Consumidor livre, do autoprodutor e do auto-importador. Os quais poderão construir e implantar, por iniciativa própria, instalações e dutos para seu uso específico, após a celebração de contrato que atribua a distribuidor estadual a sua operação e manutenção.

Essa infra-estrutura será incorporada ao patrimônio estadual, por declaração de utilidade pública e, mediante justa e prévia indenização, quando de sua total utilização. A nosso ver, uma regra como essa é perfeitamente consentânea com o art. 25, § 2º, da Constituição. Porquanto, preserva a competência estadual para prestação de serviços locais de gás canalizado, ao tempo em que, proporciona aos grandes consumidores o acesso ao gás, de uma forma mais rápida do que ocorreria no caso de ter de esperar os investimentos do Estado que, muitas vezes, não existe, ou da concessionária, na ampliação da rede de distribuição.

Outras sugestões que resultaram do acordo entre as entidades do setor do gás, aos quais nos referimos no início do relatório são: 1) A modificação do conceito legal de gasoduto de escoamento de produção, constante do art. 2° e Inciso XIX do projeto, para incluir o caso dos dutos que ligam as instalações de produção às unidades de liquefação. 2) A suspensão do § 2º do art. 36, que trata da destinação dada ao gás natural pelo seu importador. 3) A retirada da emenda supressiva dos art. 55, 56 do projeto, os quais tratam do atual regime da refinarias e indústrias de fertilizantes da Petrobrás. Refletindo sobre a matéria, chegamos à conclusão de que todas essas questões merecem acolhimento.

A ampliação do conceito de gasoduto, de escoamento de produção, nos termos preconizados, não ofende a competência exclusiva estadual para prestar os serviços locais de gás canalizado. Haja vista, que essa competência se dá em relação ao gás próprio para o consumo e, não, àquele na forma como é extraído dos depósitos de hidrocarbonetos e que, ainda, independe de processamento para poder ser utilizado pelo usuário final. Quanto à supressão do § 2º, do art. 36 do projeto, nossa intenção original era de apresentar emenda, corrigindo o vício de inconstitucionalidade do dispositivo.

Entretanto, em virtude das alterações promovidas com o fito de prever a figura do auto-importador, em moldes que não se revelam destoantes do comando do art. 25, § 2º, da Constituição, a própria existência daquele dispositivo passa a ser desnecessária, sendo de melhor alvitre a sua pura e simples supressão. Por fim, no tocante à manutenção dos art. 55 e 56 do PLC 90/07, embora tenhamos reservas quanto a esses dispositivos, somos sensíveis ao fato de que as refinarias e indústrias de fertilizantes da Petrobrás já se encontram em operação há muito tempo e, em nome da segurança jurídica, não convém que o Direito simplesmente desconheça situações constituídas e estabilizadas.

Se o princípio da supremacia da Constituição é pedra angular dos ordenamentos jurídicos contemporâneos, não é menos verdade que a própria Constituição incorpora, como um de seus princípios mais caros, o

da segurança jurídica, manifestação que é da própria idéia de Estado de Direito. O princípio da proteção à confiança aponta, inclusive, para uma tendencial irrevogabilidade dos atos constitutivos de direitos, mesmo daqueles que, a despeito de serem contrários à Constituição, garantam relações jurídicas sedimentadas no tempo. Não por outra razão, [soa a campainha] o art. 27 da Lei 9.868 de 1999, ao tratar das decisões do STF, em ações diretas de inconstitucionalidade, [soa a campainha] facultou ao Tribunal, limitar os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, para não alcançarem situações verificadas antes da deliberação da Corte.

O STF tem feito uso da chamada modulação de efeitos, seja no controle concentrado de constitucionalidade, seja no difuso, para flexibilizar o dogma de nulidade *ab ovo* de leis e atos contrários à Constituição em homenagem [soa a campainha] à chamada segurança jurídica. Pensamos que no caso das refinarias e indústrias de fertilizantes da Petrobrás, pode ser aplicada à mesma disciplina. Não é demais registrar que os art. 55 e 56 prevêem a manutenção dos atuais regimes de consumo das unidades que já estejam em operação. Não constitui, pois, uma autorização para que novas unidades sejam implantadas ao arrepio da Constituição. De resto, a tarefa de assegurar a observância dos princípios constitucionais, neles incluídos, o da segurança jurídica é de todos os poderes da República. O legislador não pode se furtar a essa responsabilidade.

Consideramos igualmente observados os ditames regimentais relativos à tramitação do projeto, bem assim, os preceitos de técnicas legislativas contidas na Lei Complementar nº 95/98. Vislumbramos tão somente a necessidade de correções de ordem meramente redacional em alguns dispositivos do projeto, para conformá-los aos ditames da norma culta da língua e garantir a inteligibilidade do texto. Para tanto, formulamos, a seguir, seis emendas de redação que, inclusive, já foram apresentadas e lidas [soa a campainha] no meu relatório anterior, apresentado aqui no seio da comissão em maio próximo passado.

Quanto ao mérito, sobre o qual também deve opinar esta comissão, em face das regras de licitação e contratação contidas no projeto, nossa opinião é de que merece acolhimento. Entendemos que a disciplina da seleção dos concessionários, bem como, dos contratos diretos e deveres das partes, encontram-se reguladas e contentos pela proposição. Contemplando minuciosa e satisfatoriamente a especificidades desse tipo de contratação. Apenas, no tocante ao art. 38, que prevê a concessão de uso de reservatório de hidrocarbonetos devolvidos à União, ou de outras formações geológicas, não produtos de hidrocarbonetos, consideramos pertinente fazer alusão à Lei 8.666/93, uma vez que o dispositivo, simplesmente, remete a correspondente licitação, à regulamentação infralegal, numa clara delegação legislativa em branco, incompatível com o ordenamento constitucional brasileiro.

Ora, a hipótese de que trata o art. 38, nada mais é do que a de concessão de uso de bem público. A modalidade de concorrência se presta nos casos de alienação de bens públicos. Relativamente às emendas apresentadas pelo nobre e eminente Senador Tasso Jereissati, seu objetivo parece ser o de, no tocante às 4 primeiras, proteger a ANP contra o esvaziamento de suas competências. E, relativamente à quinta, reafirmar competência, constitucionalmente atribuída aos estados, para regular os serviços locais de gás canalizado. É certo que a Constituição em seu art. 177, § 3º, previu que a lei disporia sobre a estrutura e as atribuições do órgão regulador do monopólio da União sobre o petróleo e o gás natural.

Desse preceito, podemos extrair que ao legislador não é dado deixar de prever a existência de um órgão regulador, com estrutura e atribuições próprias. Disso não resulta, necessariamente, que todas as possíveis competências, no que diz respeito às políticas e à regulação do setor, devam ser concentradas naquele órgão. Do ponto de vista constitucional, o legislador goza de uma ampla margem de discrição. Não pode, contudo, recusar-se a instituir um órgão regulador ou dotá-lo de estrutura própria e efetivas atribuições regulatórias do setor respectivo... Pensamos que os pontos dos projetos que as emendas pretendem alterar, os quais prevêem algumas competências para o Ministério de Minas e Energia, não têm o condão de levar ao esvaziamento das atribuições regulatórias da ANP.

Isso não significa que, em nossa visão, a solução adotada pelo projeto seja mais adequada. Cremos apenas que o assunto encontra foro apropriado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, onde se discutirá o mérito dessa opção. Se a distribuição de competência, estabelecida no projeto, levasse concretamente a um estiolamento da ANP, como órgão regulador, teríamos, de fato, uma questão constitucional, a ser analisada e sobre a qual esta comissão deveria se pronunciar.

No concernente à Emenda nº 5, entendemos que a disciplina referente ao plano de contingência, constante nos art. 49 e 54 do projeto, em momento algum, invade a competência exclusiva dos estados, para prestar os serviços locais de gás canalizado, bem como para regulá-los, quando prestados por empresas concessionárias. As normas do plano de contingência são de abrangência geral, não descendo às minúcias de regulação que se enquadrariam no âmbito da legis-

lação estadual, mas sim, estabelecendo mecanismos para assegurar a oferta de gás em todo o território nacional, em situação de contingência.

Desse modo, cremos que a alteração propugnada não se revela necessária. De qualquer maneira, nada impede que essa emenda, e as demais apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati sejam renovadas nas outras comissões. Como a CCJ não tem competência regimental para examinar o mérito do projeto nesses pontos, a nossa conclusão é de que elas não devam ser acolhidas. Quanto à Emenda de nº 6, do Senador Antonio Carlos Valadares, somos pela sua rejeição, tendo em vista as considerações que fizemos a respeito da possibilidade de manutenção dos atuais regimes de consumo de gás, nas refinarias e indústrias de fertilizantes da Petrobrás, em homenagem aos princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança.

Voto, ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 90/07. E, 1) No mérito, pela aprovação do projeto. 2) Pela não, pelo não acolhimento das Emendas de nº 1 a 6. 3) Pela aprovação das emendas a seguir oferecidas. Dê-se ao Inciso XVIII, do art. 2°; ao § 1º do art. 3º; e ao art. 27 do PLC nº 90/07, a seguinte redação: *Gasoduto de transporte: Gasoduto que realize movimentação de gás natural, desde instalações de processamento, estocagem ou outros gasodutos de transporte, até a instalações de estocagem, outros gasodutos de transportes e pontos de entrega a concessionárias estaduais de distribuição de gás natural. Ressalvados os casos previstos nos Incisos XVII e XIX do caput deste artigo. Inclusive, estações de compressão, de medição, de redução de pressão, e de entrega, respeitando-se o disposto no § 2º do art. 25 da Constituição Federal.* O texto original, falava em *ou usuário final*.

art. 3º*: O regime de autorização de que trata o Inciso II, do caput deste artigo, aplicar-se-á aos gasodutos de transporte que envolvam acordos internacionais, enquanto o regime de concessão aplicar-se-á a todos os gasodutos de transporte considerados de interesse geral.* O texto suprimido foi: *Ou de interesse específico de um único usuário final.*

art. 27: *Os bens destinados à exploração da atividade de transporte, sob o regime de autorização referente aos gasodutos decorrentes de acordos internacionais, serão considerados vinculados à respectiva autorização e, no término do prazo de sua vigência, deverão ser incorporados ao patrimônio da União, mediante declaração de utilidade pública , justa e prévia indenização em dinheiro. Observado o disposto no § 3º, do art. 15 desta lei, nos termos da regulamentação*. O texto suprimido foi: *Ou de interesse específico de um único usuário final.*

Outra emenda. Dê-se ao art. 38 do PLC nº 90/07, a seguinte redação. art. 38: *O exercício da atividade de estocagem de gás natural em reservatório de hidrocarbonetos, devolvidos à União e, em outras formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos, será objeto de concessão de uso, precedida de licitação na modalidade de concorrência*. A gente especificava, para a adequação da lei vigente, a modalidade de licitação... *Precedida de licitação na modalidade de concorrência, nos termos do § 1º, do art. 22, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993*, *devendo a exploração se dar por conta e risco do concessionário.*

Outra emenda, Sr. Presidente. Esta última emenda, ela se encontra na página 24 do anexo que foi distribuído aos membros da comissão*.* Dê-se ao Inciso XIX do art. 2º do PLC 90/07 a seguinte redação: *Gasoduto de escoamento da produção. Dutos integrantes das instalações de produção, destinados à movimentação de gás natural, desde os postos produtores até instalação de processamento de tratamento, ou unidades de liquefação.* O texto inserido foi, exatamente, o resultante do acordo.

Na outra emenda foi suprimido... Suprima-se o § 2º, do art. 36, do PLC nº 90/07. Incluam-se os Incisos XXXI a XXXIII no art. 2º e se acrescente o seguinte artigo ao projeto, renumerando-se o atual art. 46, bem como, os seguintes, dando-se também a nova designação ao seu Capítulo VI. *Consumidor livre. Consumidor de gás natural que nos termos da legislação estadual aplicável tem a opção de adquirir o gás natural de qualquer agente produtor, importador, ou comercializador. 32: Autoprodutor. É o agente explorador e produtor de gás natural que utiliza parte, ou totalidade de sua produção, como uma matéria prima, ou combustível, em suas instalações industriais.*

E, por fim, a definição do que vem a ser o autoimportador. *Agente autorizado para a importação de gás natural, que utiliza parte ou totalidade do produto importado, como matéria prima, ou combustível, em suas instalações industriais.*

Da distribuição e comercialização do gás natural, art. 46: *O consumidor livre, o autoprodutor, ou o auto-importador, cujas necessidades de movimentação de gás natural não possam ser atendidas pela distribuidora estadual, poderão construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para seu uso específico, mediante celebração de contrato que atribua à distribuidora estadual a sua operação e manutenção, devendo as instalações e dutos ser incorporados ao patrimônio estadual, mediante declaração de utilida-*

de pública e justa e prévia indenização quando de sua total utilização.

§ 1º: *As tarifas de operação e manutenção das instalações serão estabelecidas pelo órgão regulador estadual, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades de cada instalação.*

§ 2º: *Caso as instalações e os dutos sejam construídos e implantados pelas distribuidoras estaduais as tarifas estabelecidas pelo órgão regulador estadual considerarão os custos de investimentos, operação e manutenção, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e as especificidades de cada instalação*.

§ 3º: *As instalações de distribuição sejam construídas pelo consumidor livre, pelo autoprodutor, ou pelo auto-importador, na forma prevista no caput desse artigo. A distribuidora estadual poderá solicitar-lhes que as instalações sejam dimensionadas, de forma a viabilizar o atendimento a outros usuários, negociando com consumidor livre, o autoprodutor, ou o auto-importador, as contrapartidas necessárias sob a arbitragem do órgão regulador estadual*.

O que segue agora, Sr. Presidente, são as emendas [soa a campainha] à que já aludi, as emendas de redação, emendas que não foram modificadas nesse novo relatório e que já foram lidas, quando da minha apresentação feita aqui, em 20 de maio. De forma que, Sr. Presidente, esse é o relatório. Como V. Exª acompanha, é uma matéria bastante complexa que, se não fosse o entendimento que, inclusive, pedi para o... Assinar... Todos rubricaram, os técnicos do Ministério das Minas e Energia. E com a participação ativa e competente do Senador Aloizio Mercadante e de sua assessoria, e de sua assessoria e da nossa assessoria. Minha, dos meus assessores, do meu Chefe de Gabinete Wellington, e da Assessoria competente do Senado da República, jamais seria possível chegar a essa conclusão.

Aqui ninguém postergou esse projeto, ninguém deu chá de gaveta, ninguém foi contra o marco regulatório do gás. Apenas, em função da complexidade da matéria, ela tinha que ser modificada, porque ela agredia dispositivos constitucionais, esse é o relatório, Sr. Presidente. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) Só um segundo, tendo em vista a apresentação do relatório pelo nobre Senador Jarbas Vasconcelos, eu vou abrir a matéria à discussão. Antes, todavia, concedendo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente eu vou votar favoravelmente nos termos do voto do relator e, depois na discussão, explico o porquê. Eu recebi um pedido do Senador Tasso Jereissati, que não se encontra no Brasil, encontra-se fazendo exames rotineiros, de que ele gostaria que alguém endossasse as suas emendas, para que elas pudessem ser reapresentadas na Comissão de Enfra-Estrutura, para onde segue o projeto. Então, eu indagaria a V. Exª se, quando da votação, eu posso concordar com o voto do relator, ressalvadas as emendas Tasso Jereissati, isso seria o suficiente para a apresentação na infra-estrutura, ou se eu devo apresentar destaque para essa finalidade. Só de cunho técnico.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de, em resposta à colocação feita pelo Senador Demóstenes Torres, dizer que a matéria vai, a seguir, à Comissão de Assuntos Econômicos. Posteriormente que irá à Comissão de Infra-Estrutura. Não sei se não seria o caso de V. Exª apresentar, ou subscrever e reapresentar na Comissão de Infra-Estrutura.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, só para contribuir. As emendas podem ser reapresentadas nas duas comissões em que vai tramitar o projeto. Independente da votação de hoje. Tanto na Comissão de Assuntos Econômicos, como na de infra-estrutura.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque houve uma informação da liderança do PSDB, de que se elas fossem rejeitadas aqui, por unanimidade, elas não poderiam ser... Eu, particularmente, desconheço isso. Mas, uma vez que houve essa recomendação, então, eu só indago porque, se isso acontecer, eu gostaria de fazer a ressalva.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador, as emendas só seriam arquivadas ou derrotadas se fosse por vício de inconstitucionalidade, o que não é o caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, V. Exª, se desejar, poderá apresentar tanto na CAE, quanto na CI, na Comissão de Infra-Estrutura.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Será o Senador Tasso Jereissati não serei eu. Mas, então, não tem qualquer óbice regimental, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, mas se é possível, como S. Exª, como o Senador Tasso Jereissati vai estar ausente, fazendo exames de rotina nos Estados Unidos. Estará ausente, possivelmente, nesta e na próxima reunião. Então, talvez fosse o caso de V. Exª já subscrever, para que elas possam ser devidamente apreciadas nas duas comissões, para as quais a matéria irá ser submetida. Com a palavra...

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, eu queria apenas dizer da intervenção do Senador Demóstenes. Primeiro, porque as emendas apresentadas pelo Senador Tasso sempre devem merecer, por parte da Comissão de Justiça, atenção, em se tratando de um senador que tem todo um histórico de seriedade e de competência. Eu, não só, fui obrigado, pela questão de mérito, já que fiz uma opção para ficar na análise do aspecto constitucional, regimental e formal da matéria, achei que outras emendas deveriam ir para a comissão de mérito, mesmo levando em conta a consideração pessoal que tenho pelo Senador Tasso Jereissati. E gostaria muito que essa comissão buscasse um meio legal para que essas emendas fossem, ou encaminhadas, ou renovadas em comissões técnicas, como é o CAE e a Comissão de Infra-Estrutura, porque me parece que elas são pertinentes, são interessantes e devem ser discutidas no seu mérito. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) Vou abrir a discussão da matéria, concedendo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Aloizio Mercadante. E, a seguir, ao Senador Antonio Carlos Júnior. Com a palavra, o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Jarbas Vasconcelos. Acho que foi... Esse tempo que nós tivemos, permitiu em amplo entendimento, não apenas no âmbito dessa comissão, eu tenho certeza, mas, também, o envolvimento onde o Ministério de Minas Energia. Quero aqui destacar a contribuição do Ministro Edison Lobão, que participou ativamente. Se empenhou na construção desse entendimento. Envolveu a Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizados, a ABEGÁS, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores, a ABRACE, a Associação Brasileira de Investidores em Auto Produção de Energia Elétrica, a Associação Técnica das Indústrias Automáticas, a ABIVIDRO, a Indústria Brasileira de Química, o Instituto Brasileiro de Petróleo, o IBP, a Petrobrás, a Agência Nacional de Petróleo, o Fórum Nacional dos Secretários de Estado para Assuntos de Energia, a Associação Brasileira da Agência de Regulação, e a Associação Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo.

Então, todas as entidades da cadeia produtiva, públicas e privadas construíram o entendimento. Quais são os objetivos desse projeto? Primeiro, aumentar a oferta de gás natural. E o aumento da oferta de gás natural... Primeiro, incentivar a exploração de gás no Brasil, facilitar a importação, porque isso aumenta a oferta e dá competitividade à economia brasileira, estimular múltiplos produtores de gás, que é a lei de concessão que nós temos, e permitir a auto importação para aqueles que são grandes consumidores.

Segundo, estabelecer um plano nacional para a malha de transporte de gás, os gasodutos, num prazo de 5 a 10 anos nós temos um grande aumento da oferta, a partir do acesso aos gasodutos. Em terceiro lugar, dar transparência à tarifa de transporte, ou seja, não há abuso tarifário, não permitir que encareça essa energia, tão essencial ao desenvolvimento do país, à industrialização, à geração de empregos. E, para isso, regular o livre acesso aos gasodutos de transporte. Esses princípios, eles permitiram construir o seguinte entendimento. Qual era o debate que nós tínhamos aqui? A visão jurídica do Senador Jarbas Vasconcelos, procurava estabelecer o papel das concessionárias distribuidoras de gás. Elas teriam responsabilidade por todas as atividades relacionadas ao gás.

O voto em separado que eu fiz, sustentando o entendimento da Câmara, dava independência para os autoconsumidores, os autoprodutores, e os autoimportadores e mantinha os investimentos já realizados, especialmente, na área de fertilizantes, pela Petrobrás, porque encareceria os fertilizantes e essas atividades, se as distribuidoras passassem a cobrar uma tarifa por investimentos que não fizeram. O que foi a sabedoria desse entendimento que permitiu esse consenso?

Eles estabeleceram que a competência das distribuidoras de gás canalizado, para movimentação de gás, do consumidor livre, do autoprodutor e do autoimportador, respeitaria a razoabilidade de prazos, custos de operação e manutenção, e os investimentos. Então, as tarifas cobradas pelas distribuidoras seriam tarifas transparentes, com racionalidade, para não encarecer o serviço. Agora, aonde elas não fizeram os investimentos, elas teriam a possibilidade de participar, apenas, do serviço de operação e manutenção. Com isso, está preservado o papel das distribuidoras de gás e, ao mesmo tempo, nós estamos dando racionalidade econômica à auto produção, ao auto-importador e ao auto consumo.

Quer dizer, esse segmento de grandes empresas... Aqueles que produzem gás, ou que consomem gás, ou que importam gás, eles têm liberdade de fazer. As distribuidoras, se quiserem investir na distribuição dessas operações, podem fazê-lo, dentro do princípio da razoabilidade e de custos, que serão custos transparentes, para não encarecer esse serviço. Se elas não tiverem interesse ou condições de fazer os investimentos, elas poderão ainda assim participar da operação, e da manutenção desses serviços de distribuição.

Então, eu acho que foi um entendimento mesmo. Não era a posição que eu defendia originalmente, nem

a posição do Senador Jarbas Vasconcelos. Foi produto de uma negociação de mérito, e nós encontramos a convergência. Isso mostra que o Senado Federal, quando aprofunda as discussões, pela seriedade, pelo mérito, consegue produzir excelentes acordos. E você veja é um conjunto muito amplo de interesse de entidades públicas e privadas.

Quero parabenizar o relator, acho que foi muito oportuno o tempo que nós demos. O debate foi qualificado, como eu gosto de dizer, e o entendimento também, tenho certeza, que isso vai facilitar a tramitação no Senado, na Câmara, e agora, nós devemos fazer um grande esforço para dar prioridade absoluta, para ver se a gente consegue votar essa matéria, o mais rapidamente possível, porque o país precisa desse marco regulatório, e isso é uma contribuição muito importante, para a principal *commodity* internacional, mais estratégica, que é a energia, em particular, o gás, que é uma energia limpa. Então, parabéns ao Senado, à comissão e, particularmente, ao nosso Relator Senador Jarbas Vasconcelos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra, para discutir a matéria ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior. Tem a palavra S. Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu aqui queria parabenizar o relator, Senador Jarbas Vasconcelos e, também, festejar o entendimento que foi feito, que foi patrocinado pelo relator e pelo Senador Aloizio Mercadante, que tinha uma posição contrária, mas que procurou a convergência, com a contribuição decisiva das entidades envolvidas, do Ministro Edison Lobão, da Petrobrás, de todos os órgãos envolvidos nesse *business*, nesse negócio, e daí, se construiu uma convergência que manteve os princípios constitucionais defendidos pelo Senador Jarbas Vasconcelos, mas com a flexibilização necessária para permitir a economicidade da operação dos grandes importadores e produtores.

Portanto, o entendimento foi o melhor caminho, porque senão nós teríamos um projeto imperfeito, ou questionável e, portanto, esse entendimento tem que ser celebrado como uma conquista do Senado Federal, aí eu volto a parabenizar o relator, o Senador Jarbas Vasconcelos e o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Com a palavra, pela ordem, nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Queria cumprimentar o Relator Senador Jarbas Vasconcelos pelo excelente trabalho de conseguir observar todas as contribuições, e chegar a uma conclusão muito positiva. Quero deixar a minha opinião, o meu voto favorável, Sr. Presidente, pois tenho que estar no Plenário, para falar na homenagem ao Chico Mendes, pelos 20 anos do seu falecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, pela ordem, nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, tendo em vista o excelente acordo que foi articulado pelo nobre relator, Senador Jarbas Vasconcelos, eu apresentei uma emenda que por ele foi rejeitada, mas, levando em consideração que a redação proposta pelo relator atende a todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais e, no mérito, a proposição está em condições de ser discutida por outras comissões, porque nos entendimentos, ele conseguiu uma redação consensual, eu gostaria de dizer que... Muito embora, a emenda que eu apresentei, a emenda nº 6, foi uma sugestão da Procuradoria Geral do Estado de Sergipe, eu me reservo o direito de não apresentar voto em separado, não apresentar emenda, digo melhor, requerimento para votação desta emenda em separado, tendo em vista, como eu disse... Aceito integralmente o relatório do Senador Jarbas Vasconcelos, a quem eu parabenizo. Agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Mesa agradece ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares e concede, agora, a palavra, para discutir a proposição, ao nobre Senador Valter Pereira. Aliás, eu gostaria de registrar que hoje é dia de seu natalício, seu aniversário, e ele, como Vice-Presidente da Comissão, deve, portanto, receber os nossos cumprimentos e as nossas felicitações. Eu concedo a palavra, portanto, ao Senador Valter Pereira e, a seguir, ao Senador Francisco Dornelles que também deseja discutir a matéria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar eu peço vênia para falar da Mesa, porque não vou divergir, não vai haver nenhuma, nenhum debate acerca do assunto. Na verdade, eu quero, eu quero parabenizar o ilustre relator, Senador Jarbas Vasconcelos, pela tolerância que teve no encaminhamento das discussões, até encontrar o ponto de equilíbrio que faltava para que a matéria tranqüilizasse a todos os segmentos que tinham algum tipo de interesse no seu desfecho.

Estados que têm na Constituição Federal a concessão, realmente estavam temerosos e, no caso específico de Mato Grosso do Sul, cuja economia é extremamente vulnerável, o gás passou a ser um insumo

importante para a economia de Mato Grosso do Sul. Dá uma resposta significativa em termos tributários, de sorte que, a solução encontrada foi uma solução que passou a consultar os interesses de estados, passou a consultar também... A respeitar os interesses da Petrobrás, e não precisou estabelecer um debate. Evitou-se um confronto que poderia trazer prejuízos para uma das partes ou algumas das partes. De sorte que o relator merece todos os nossos cumprimentos, porque hoje nós vamos consagrar o seu relatório com uma solução de consenso que é o melhor remédio que tem para assuntos que colocam em dúvida o interesse da federação, a quem o Senado Federal cumpre preservar. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Após a manifestação do Vice-Presidente Senador Valter Pereira, concedo a palavra ao nobre Ministro Senador Francisco Dornelles, para discutir a proposição.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu, como senador pelo Estado do Rio de Janeiro, que tem grande interesse na matéria, eu queria, inicialmente, cumprimentar V. Exª pela maneira como V. Exª conduziu todas as sessões que discutiram essa importante matéria. Cumprimentar o Relator Senador Jarbas Vasconcelos, pelo excelente trabalho que ele produziu. O relatório que honra essa comissão, que honra o Senado. E cumprimentar também o Senador Aloizio Mercadante, que compreendeu e participou desse importante entendimento. Hoje é um dia importante pra essa comissão. Eu faço votos que esse projeto, hoje apresentado, aqui aprovado, seja aprovado no tempo mais curto, nas Comissões de Infra-Estrutura e na Comissão de Assuntos Econômicos, muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agradeço a manifestação do Senador Francisco Dornelles e, em meu nome e em nome do Relator Senador Jarbas Vasconcelos que, aliás, realizou um excelente trabalho. Como não há mais orador inscrito para discutir a proposição, vou encerrar a discussão e submeter a votos a matéria, por votação simbólica.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para encaminhar a apenas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Primeiro para parabenizar o Senador Jarbas Vasconcelos que, como sempre, é uma pessoa firme, estudiosa e acabou encontrando um consenso, inclusive com órgãos governamentais, para que a matéria pudesse ser palatável a todos e benéfica ao Brasil. Parabéns ao nosso querido Senador Jarbas Vasconcelos, voto com V. Exª e com o relatório magnífico que V. Exª produziu.

Em segundo lugar, dizer que, realmente, o regimento da Casa diz o seguinte: A emenda não adotada pela comissão poderá ser renovada em Plenário e a idéia, me disse a Assessoria do Senador Tasso Jereissati, que quer renovar em Plenário. Salvo, sendo unânime o parecer pela rejeição. De sorte que, ao encaminhar a matéria, eu quero, então, dizer que, sem qualquer aresta com o parecer emitido pelo nobre Relator Senador Jarbas Vasconcelos, que votarei favorável às Emendas nº 1 e 4, apresentadas aqui, emendas de comissão, apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati, para ensejar a possibilidade dele reapresentá-las em Plenário para discussão, é isso, Sr. Presidente. [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não havendo mais quem queira discutir. Pois não, com a palavra o nobre Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, muito rapidamente também, apenas, não poderia deixar nesse momento de parabenizar o trabalho, que foi realizado pelo Relator Senador Jarbas Vasconcelos, que teve sempre uma dedicação muito grande a esse assunto, que ele compreende, como todos nós, a importância dessa lei para o país. Afinal de contas, esse assunto está tramitando, aqui na Casa, há mais de dois anos. Começou até por iniciativa do Senador Rodolpho Tourinho. Depois, o próprio projeto do Executivo. Agora, veio da Câmara para cá esse projeto, que sai aperfeiçoado pelo relator, que acata também um grande acordo que foi feito, onde todos os setores envolvidos foram ouvidos e concordaram com o relato do Senador Jarbas Vasconcelos.

Concordaram que é preciso uma regulamentação para esse setor importantíssimo. O Ministério de Minas e Energia, ou seja, o Poder Executivo, participou, deu suas sugestões. Então, me parece, que é um acordo completo. Se for possível que essa matéria, realmente, ande rápido e vá dessa comissão a Plenário é muito importante, porque todo o país aguarda esse disciplinamento, que esse projeto, e esse relato, agora, do Senador Jarbas Vasconcelos está colocando nessa comissão. Voltando apenas para parabenizar e dizer que o nosso voto será favorável ao projeto e que ele possa seguir célere para sua aprovação e a sua promulgação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agradeço a V. Exª, nobre Senador César Borges. Eu, agora, vou submeter, pelo processo simbólico, a matéria, à votação. Fazendo destaque a, todavia, que farei constar em ata da presente reunião, que o Senador Demóstenes Torres votou favorável ao projeto

e pelo acolhimento das Emendas 1 e 4, de autoria do nobre Senador Tasso Jereissati. As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que estiveram de acordo com o parecer do relator, nobre Senador Jarbas Vasconcelos, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para fazer uma retificação, 1 a 5, Sr. Presidente, emendas de 1 a 5. E não 1 a 4.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Porque eu ouvi V. Exa. dizer 1 a 4.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu estava errado. Então eu estou retificando.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria saudar a decisão da Comissão e fazer uma ponderação ao Senador Demóstenes, dado que não tenho como fazer diretamente ao Senador Tasso Jereissati, acho que o Senador Jarbas poderia contribuir nisso também.

Eu vejo que esse entendimento é tão consistente, porque as emendas do Senador Tasso diz respeito ao papel da agência de regulação para nós podermos tratar numa lei específica. A minha sugestão é que nós mantivéssemos esse entendimento amplo em torno desse projeto. Nós poderíamos encaminhar um requerimento dos líderes, e eu como presidente da CAE gostaria de encabeçar essa iniciativa dispensando a oitiva das duas outras Comissões, e nós podemos votar diretamente em plenário.

Eu acho que o País precisa de respostas do Congresso de uma agenda positiva de enfrentamento da crise, avançando em marco regulatório, estimulando investimento, mostrando que nós estamos, além, das disputas políticas tratando ou respondendo a iniciativa de medida provisória, porque nós estamos legislando sobre matérias verdadeiramente relevantes ao País.

Eu acho que seria uma grande contribuição para gente fechar esse final de ano com uma das leis relevantes em termos de marco regulatório econômico do Brasil. Portanto, eu faço esse convite ao Senador Demóstenes. Eu acho não que precisa...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O convite já está aceito.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E ver se a gente consegue...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu aceito. Se tiver que assinar alguma coisa para dispensar prazo, a oitiva de outras comissões, muito bem. Eu só fiz um favor ao Senador Tasso para se ele quiser reapresentar em plenário.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas eu tenho certeza que o Senador Tasso, ele não está aqui, porque se ele estivesse aqui, seguramente, ele poderia participar desse entendimento. Como ele está viajando e não pôde participar da audiência, eu acho que nós poderíamos entrar em contato telefônico com ele, talvez, eu não sei ainda no dia de hoje, mas até amanhã, e havendo esse entendimento com ele nós poderíamos fazer um amplo acordo no Senado e votar diretamente em plenário. Inclusive, hoje, hoje nós vamos ter uma janela para votar matérias relevantes. Nós vamos votar o projeto da microempresa individual, que vai aí tentar beneficiar 12 milhões de trabalhadores da economia informal que poderão começar a se regularizar que é uma contribuição importante na agenda da crise. Vamos votar o projeto dos sacoleiros que diz respeito à nossa agenda bi-lateral com o Paraguai que é uma coisa sensível da nossa política externa, e poderíamos votar a Lei do Gás que seria um avanço no marco regulatório no setor chave em termos de investimento. Eu acho que seria uma bela demonstração do Senado de maturidade política e de sensibilidade com o momento que o País e a economia internacional atravessam. Então a minha sugestão é dispensa de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos e Infra-Estrutura e irmos direto à plenária com este parecer.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então a Presidência nada tem a opor à proposta do nobre Senador Aloizio Mercadante. É lógico que isso precisará de gestão junto à Comissão de Infra-Estrutura também, e acredito que esse entendimento é mais do que possível no plenário. E então a Comissão considera aprovada a referida proposição e aguarda, do Senador Aloizio Mercadante, os entendimentos com a Comissão de Infra-Estrutura para que a matéria possa ser colocada ainda hoje, e, quem sabe, na ordem do dia do Senado Federal.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Pela ordem, Presidente.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de apoiar a idéia do Senador Aloizio Mercadante e nós costurarmos o entendimento com

as lideranças para que nós pudéssemos, efetivamente, levar à plenária o projeto.

Então, eu estarei até ajudando aí a costurar esse acordo, se for possível, a gente poderia levar hoje à plenária.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou solicitar ao nobre Senador Aloizio Mercadante que faça gestões junto à Mesa para que se opere a dispensa da oitiva das duas Comissões, tanto a Comissão que V. Exa. preside, a Comissão de Assuntos Econômicos, como também a Comissão de Infra-Estrutura.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Acho só importante, Presidente, que as lideranças aqui ajudassem também a conversar, evidentemente. Temos que ouvir antes o Senador Marconi Perillo porque é uma Comissão de mérito, e eu não tenho a menor pretensão de esvaziar qualquer Comissão. O que eu acho que seria uma resposta coesa do Senado por um tema de grande interesse, mostrando a agenda positiva para enfrentamento desse quadro todo que nós estamos começando a enfrentar ao longo, eu diria, de todo o ano que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nada tenho a opor à colocação de V. Exa. Eu solicito apenas que faça as sugestões, e acredito que isso virá em benefício também da economia processual porque a matéria irá logo à votação em plenário. [soa campainha].

Vamos agora passar ao item 13. Trata-se de projeto terminativo. Projeto de Lei do Senado 323/2007 cuja ementa é a seguinte: dá nova redação aos dispositivos do Decreto Lei 3.689 de 3 de outubro de 1941 objetivando fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficientes na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas. A autoria é no nobre Senador Pedro Simon, a relatoria é do nobre Senador Osmar Dias que oferece parecer favorável à matéria nos termos de emenda substitutiva que apresenta. Observo que de acordo com o art. 282 do regimento interno do Senado Federal se for aprovado o substitutivo ele será submetido a turno suplementar.

Concedo, pois, a palavra ao nobre Senador Osmar Dias para proferir o seu parecer sobre o projeto.

[soa campainha].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, o projeto de autoria do Senador Pedro Simon dá nova redação a dispositivos do Decreto Lei nº 3.689 de 1941, e tem como objetivo fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficient4s na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas, e é uma proposição legislativa que pretende introduzir as seguintes alterações na legislação: no art. 125 do Decreto Lei de 41, Código de Processo Penal para prevê que o seqüestro dos bens adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração podem recair sobre àqueles misturados ao patrimônio legalmente constituído. No art. 126 do Código de Processo Penal para permitir que o seqüestro seja decretado em face de fundados indícios da materialidade do crime ou da proveniência ilícita do bem.

No art. 131, inciso II do Código de Processo Penal apenas para atualizar a referência a dispositivos do Decreto Lei nº 2.848 de 1940, tendo em vista, a reforma de sua parte geral promovida pela lei 7.209 de 1984. No art. 132 do Código de Processo Penal mediante acréscimo de Parágrafo Único prevê que o seqüestro dos bens móveis quando não for cabível a busca e apreensão poderá recair sobre bens, direitos e valores provenientes de atos ilícitos ainda que transferidos a terceiros ou convertidos em ativos lícitos ou misturados ao patrimônio legalmente constituído até o valor do produto e dos rendimentos auferidos com a prática do crime.

No art. 325 do Código de Processo Penal mediante nova redação para vedar a concessão de liberdade provisória sem fiança nos crimes praticados contra o sistema financeiro, contra a administração, contra a ordem tributária, contra o sistema previdenciário público e ainda nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. E, finalmente, no art. 3º da lei 9.613/98 que dispõe sobre os crimes de lavagens ou ocultação de bens, direitos e valores para estabelecer que a fiança nesses delitos possa ser fixada em valor de até o montante que se estima envolvido no crime. Conforme se depreende da justificação [soa campainha] trata-se da reapresentação do Projeto de Lei nº 42/2005, então proposto Senador Antero Paes de Barros.

Presidente, está um barulho danado aqui atrás. Está difícil até de ouvir o que eu estou falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Solicito ao plenário e aos demais presentes na presente reunião, para que façam silêncio para que nós possamos ouvir o parecer do nobre Senador Osmar Dias.

[soa campainha].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, como ninguém está ouvindo o que eu estou lendo, eu vou ler o voto, e o substitutivo está apresentado, já está de posse dos Senadores, o voto em razão do exposto.

Havendo a iniciativa dos seus ilustres autores, o voto é pela aprovação do PLS nº 323/2007 nos termos do substitutivo apresentado a seguir.

Eu não sei se eu tenho algum problema de audição, Presidente, mas o barulho aqui atrás é insuportável.

Eu não ouvi é o relatório do Senador Jarbas Vasconcelos, eu tive que ler para acompanhar, e o barulho aqui atrás atrapalha quem está fazendo o relatório e quem quer ouvir. Agora dá até para ouvir. Obrigado, Presidente.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

Então, o nobre Senador Osmar Dias acaba de apresentar o seu relatório. E apresentando emenda substitutiva que apresenta. E reitero que nos termos do art. 282 do regimento interno do Senado Federal se for aprovado o substitutivo ele será submetido a turno suplementar.

O projeto e o respectivo parecer do relator Senador Osmar Dias está em discussão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para discutir concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. É um projeto da mais alta qualidade que visa dotar a polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário de meios idôneos para recuperar ou buscar bens adquiridos ilicitamente.

Foi apresentado um substitutivo pelo Senador Osmar Dias que melhora, e muito, o texto, porque o texto era um pouco confuso, então dava a entender que liberdade provisória com ou sem fiança era a mama coisa, e do jeito que estava escrito era meio que inócuo. Eu estou, inclusive, relatando o processo de como um todo das medidas cautelares tratando dessa questão da fiança, da liberdade provisória sem fiança, das novas modalidades de prisão cautelar ou das substitutivas das prisões cautelares. É complicação. Não é fácil, principalmente, estabelecer um novo regramento.

Mas o Senador Osmar Dias ele conseguiu com muita ênfase e síntese dizer o seguinte: se os bens foram adquiridos de maneira ilícita e não são suscetíveis de retenção por busca e apreensão, por exemplo, casa. Como é que vai fazer a busca e apreensão de uma casa adquirida por meio ilícito? Não tem jeito. Tem que ser por seqüestro do bem. Então, e se aquele bem ainda que se tenha dúvida que ele foi adquirido ilicitamente, mas se sabe que misturado ao patrimônio tem bem ilícito, também pode ser objeto de uma medida cautelar. Ou ainda, se ele é derivado de uma ação ilícita. Às vezes, é proveniente de um roubo de banco e como o dinheiro é bem fungível está depositado ou escondido em algum lugar, a compra do imóvel, em si, por si só, não seria. Mas se é derivado também passa a ser considerada uma aquisição ilícita.

E isso, então, vai fazer com que polícia, Ministério Público e Poder Judiciário tenham meios mais eficientes e eficazes para combater tanto a ocultação de bens ilícitos, quanto à lavagem, principalmente, de dinheiro e a maneira como se adquire bens através de recursos escusos. De sorte que melhorou muito o substitutivo apresentado pelo Senador Osmar Dias, parabenizo também ao Senador Pedro Simon, e, anteriormente, ao Senador Antero Paes de Barros que é o pai da idéia, porque, realmente, é algo a ser considerado e, tenho certeza, que se aprovado vai melhorar o Direito Brasileiro.

Eu volto favoravelmente, Sr. Presidente.

[soa campainha].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra ao nobre Senador Valter Pereira, a seguir o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, para aplaudir o relatório do Senador Osmar Dias, indiscutivelmente, a matéria precisava de uma regulação. Quem atua no fórum sabe muito bem que se não houver medidas rápidas e eficazes a ação penal lá na frente acaba até frustrando porque o bem acaba fugindo do controle da administração da justiça, ou da Polícia Federal onde ele estiver, efetivamente, vinculado.

Com essa medida nós vamos ter uma eficácia maior. E é preciso chamar atenção aqui também sobre uma outra questão que é fundamental, que é a alienação desse bem seqüestrado, especialmente, quando se trata de semoventes(F) o que nós assistimos nos pátios das organizações policiais e do próprio Judiciário Federal é de estarrecer. São bens que periclitam, bens que acabam se tornando inservíveis, destruídos pelo tempo por fala de uma ação rápida do Poder Judiciário. Então aqui foi dado o primeiro passo, o segundo passo deverá ser dado lá na frente com uma rapidez também na alienação desses bens. De sorte que é mais um passo importante no combate à criminalidade, porque a criminalidade tem que ser combatida, sobre-

tudo, com seqüestro de bens. Se não entrar no bolso do delinqüente é difícil combater o crime.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou conceder agora a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante e observando que a seguir vamos ter uma votação nominal, posto que o projeto é terminativo. Peço, conseqüentemente, às Sras. Senadoras, aos Senadores que permaneçam em plenário para que nós possamos votar essas proposições de caráter terminativo.

Com a palavra o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria parabenizar o relator Osmar Dias e o autor Senador Pedro Simon porque é mais uma contribuição que esta Comissão dá alterando o Código de Processo Penal, fornecendo aos juízes, promotores e às autoridades policiais novos instrumentos jurídicos que vão dar mais eficiência à recuperação dos bens e valores provenientes de atividades criminosas. Ele facilita que o Estado Brasileiro no combate ao crime organizado possa recuperar valores que são expropriados por essas quadrilhas de narcotraficantes, de corrupção, enfim, de desvio de conduta. E, ao mesmo tempo, ele estabelece que os limites que estão relacionados a crimes contra o sistema financeiro, à administração pública, à Previdência Social e à ordem tributária exigiram fiança e o projeto aprimora a proposta estabelecendo o limite máximo e mínimo.

Então, eu acho que é uma contribuição relevante. E nós, Presidente, precisaríamos fazer também um diálogo com a Câmara dos Deputados, que nós votamos aqui um pacote de segurança pública extremamente estratégico para agilizar a capacidade de ação do Estado Brasileiro no combate ao crime e melhorar a política de segurança pública em todo o Brasil, e todas essas nossas contribuições continuam paralisadas na Câmara dos Deputados. Eu acho que faltou aí uma articulação entre o Senado e Câmara para que a gente pudesse concluir as iniciativas, que eu diria, são muito relevantes à melhoria da segurança pública. Essa é mais uma contribuição importante, que eu espero que a gente possa, de fato, transformar numa lei definitiva. Se não houver uma melhor articulação com a Câmara nós vamos ter uma contribuição inconclusa. E aquele pacote da segurança pública nós fizemos no assassinato daquele menino que foi arrastado pelo carro das ruas do Rio de Janeiro, João Hélio, há mais de um ano e meio atrás. Ainda na Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Então, era muito importante, eu acho, que essa Presidência junto com o Presidente Garibaldi buscasse esse entendimento para gente poder concluir às contribuições que a Comissão apresentou ao Brasil.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito obrigado, nobre Senador Aloizio Mercadante. Então, vou submeter à votação nominal. Senador Aloizio Mercadante, como vota V. Exa.?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Jarbas Vasconcelos?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Valter Pereira já foi...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator. Aliás, já manifestou a opinião.

Senador Wellington Salgado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Demóstenes Torres?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Osmar Dias já proferiu o parecer. Senador Marconi Perillo?

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Mozarildo Cavalcanti?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Indago se a Senadora ou Senador que deixou de ser... A Senadora Lúcia Viana já proferiu o seu parecer. Senador Francisco Dornelles? Sim.

Então, vamos proclamar o resultado. Votaram 14 Senadores, 13 sim e uma abstenção do Presidente.

Como eu já tive ocasião de expor, uma vez apresentado o substitutivo será o mesmo submetido a turno suplementar na próxima reunião nos termos do art. 282 do regimento interno do Senado Federal.

Vamos passar agora para a item 5. Trata-se do Projeto de Lei do Senado, também terminativo, 368/2007 cuja menta é a seguinte: revoga o art. 18 da Lei 1.533 de 31 de dezembro de 1951 extinguindo o prazo decadencial para propositura do mandado de segurança. Autoria da proposição é do Senador Marco Maciel e o relator é o nobre Senador Valter Pereira que oferece parecer favorável à matéria.

Concedo a palavra a S.Exa. Devo mencionar, mais uma vez, que esse projeto é também terminativo e vai exigir, conseqüentemente, votação nominal a seguir.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado de nº 368/2007 de iniciativa do ilustre Senador Marco Maciel, que tem por finalidade revogar o art. 18 da Lei 1.533 de 31 de dezembro de 51 que dispõe sobre mandado de segurança. O dispositivo em tela tem o seguinte teor: o direito de requerer mandado de segurança extinguir-se á decorridos 120 dias contado da ciência pelo interessado do ato impugnado.

Na justificação o ilustre autor aponta incompatibilidade do dispositivo com o princípio da inafastabilidade do controle constitucional que tem sede no art. 5º da Carta Federal. Ressalto ainda que o art. 18 da Lei do Mandado de Segurança conta mais de meio século e compara os fundamentos da ação de mandado de segurança aos que asseguram *habeas corpus* por ser ambas as ações judiciais revestidas de valores individuais, sociais e humanos.

A proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, tendo em vista competir privativamente à União legislar sobre o direito processual a teor do art. 22, inciso I da Carta Magna e a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional de conformidade com o caput do art. 48 da Constituição sendo livre a iniciativa de deputados e senadores.

A ação de mandado de segurança pode ser individual ou coletiva conforme o direito que se pretenda garantir. E direito líquido e certo é o comprovado de plano na inicial da ação e não depende de provas a serem produzidas, é o direito que salta aos olhos em mero juízo de delibação. Portanto, a exigência presente no texto da lei traduz requisito essencial para o reconhecimento do direito no momento da impetração, no mérito é inquestionável o valor da iniciativa que visa a extinguir o prazo para ajuizamento da ação de mandado de segurança porque a sua fluência só tem início na data da ciência do fato pelo interessado. Ora, enquanto existir motivo para impetração do rigth(F), a lei deve garantir o acesso à justiça desaparecendo ameaça o próprio interessado, se for o caso, declinará do feito. Essa, aliás, é garantia que também se dá ao right(F) preventivo no qual se opera a decadência enquanto houver potencial lesão ao direito.

Some-se a isso que tal dispositivo cuja redação é de 1951 não foi recepcionado pela Constituição de 88, já que esta não impôs qualquer limitação temporal ao uso do mandado de segurança, nesse sentido, aliás, é a doutrina de Cássio Scarpinella Bueno. Diz ele: o art. 18 da Lei 1.533/51 tem o instituto de limitar o exercício do mando de segurança determinado prazo, seguindo a tradição do Código de Processo Civil de 39, e antes dele da Lei 191/36 art. 3º dispõe que o direito de impetração extinguir-se á se o mandado de segurança não for impetrada em 120 dias da ciência do ato impugnado. A questão que se põe, no entanto, é que a Constituição Federal não limitou temporalmente a possibilidade de exercício do mandado de segurança, pelo contrário, embora, tenha fixado uns tantos pressupostos e requisitos para a sua impetração quedou-se silente quanto ao seu exercício vincular-se ou poder vincular-se a certo prazo, mas que isso, a Constituição no § 1º do art. 5º deixou claro que a aplicabilidade das normas que define direitos e garantias tem aplicação imediata, tem eficácia plena e, portanto, independem de regulamentação infra-constitucional, é certo que a Lei 1.533/51 pré-existe a Constituição de 88. No entanto, é lição comezinha na hermenêutica que a lei ou qualquer outra norma anterior à Constituição pode vir a perder seu fundamento de validade com o advento da nova ordem constitucional, independentemente do art. 18 da Lei 1.533/51 já ter esbarrado na previsão constitucional do mandado de segurança feita pelo art. 141, § 24 da Constituição Federal de 46, continuar desafiando sua constitucionalidade diante da previsão do art. 150, § 21 da Constituição de 67 insistir na questão à luz do art. 153, § 21 da Constituição de 69, é certo que para o sistema de 88 o prazo de 120 dias limita, minimiza, impõe condição que o texto constitucional não prevê ou autoriza, daí a inconstitucionalidade patente.

Diante de todos esses funcionamentos, o meu voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 368/2007.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir, Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para discutir concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, e a seguir o nobre Senador Demóstenes Torres. Com a sua, S.Exa. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizar o Presidente por estar tratando um tema tão importante quanto é a questão das garantias e direitos individuais que está talvez o capítulo mais importante da nossa Constituição e, seguramente, a tarefa mais relevante do Congresso Nacional. Como Tocqueville dizia: o papel mais importante do Parlamento é exatamente a preservação das garantias e direitos individuais.

O inciso que trata do mandado de segurança. Eu estou com um óculos aqui, que eu esqueci o meu óculos e tive que comprar esse no aeroporto. O negócio está complicado aqui, está bem difícil.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ficou mal, mas você tem prestígio.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Concerencear(F) mandado de segurança para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício das atribuições de Poder Público. Ou seja, o mandado de segurança é fundamentalmente um direito do cidadão quando o direito líquido e certo é agredido pelo Poder Público. O prazo do meu ponto de vista tem um sentido de urgência nessa iniciativa, de emergência na iniciativa. Quer dizer, as partes a juízo ou mandado de segurança exatamente para preservar aquele direito e garantia individual. Isso não impede que uma outra ação regular, normal seja encaminhada a partir da exaustão da decadência do prazo.

Então, eu ponderaria ao Presidente, queria sugerir o seguinte encaminhamento: eu gostaria de solicitar vistas para ver se junto com o Presidente que é um jurista especialista e que tem uma formação e, seguramente, refletiu bastante sobre essa iniciativa, e junto ao relator, o nosso Senador Valter Pereira, também advogado competente, se nós não poderíamos talvez trabalhar a idéia de uma dilatação do prazo, mas não simplesmente abdicar de um prazo. Porque eu acho que o mandado de segurança vem exatamente no sentido da emergência da defesa do direito líquido e certo.

Então, eu gostaria de solicitar vistas para sentar com o relator e autor e ver se a gente consegue construir uma mediação, que eu acho que seria mais adequada, dada a minha interpretação de qual é o papel no estatuto jurídico do País do mandado de segurança que tem esse significado de emergência, de urgência. E o prazo vem exatamente para assegurar essa condição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente. Eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o nobre Senador Demóstenes Torres para discutir a proposição.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Marco Maciel, é a primeira que discordo nesta Casa de uma proposição de V. Exa. Eu faço de maneira muito respeitosa por entender, lamentavelmente, assim como o Senador Aloizio Mercadante que o mandado de segurança é um remédio heróico que se assemelha...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Só não entendi o lamentavelmente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque eu vou discordar do meu querido Presidente Marco Maciel e concordar com V. Exa. Neste caso tem que ser lamentavelmente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Discordar do Senador Marco Maciel, V. Exa. tem que lamentar. Agora concordar comigo tem sido quase que uma rotina na sua vida pública nesta Comissão.

[risos].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então, porque penso como o Senador Aloizio Mercadante, que o mandado de segurança, ele é o equivalente ao *habeas corpus* no Processo Penal, ou seja, quando uma autoridade fere um direito líquido e certo de alguém, que não pode ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data* essa pessoa procura o Poder Judiciário. Então qual é o sentimento? É o sentimento de urgência e mais, não se pode falar que em decorrência da nova constituição e do princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário nós temos que extinguir esse prazo, porque nós estamos tanto na Constituição quanto nas leis cheios de prazos decadenciais. Agora eu concordo que é um tempo [soa campainha] muito exíguo, Sr. Presidente. Talvez nós pudéssemos trabalhar para que a idéia de V. Exa. vingue no sentido de que esse prazo seja mais elástico. Concordo que 120 dias é um prazo exíguo demais, muitas vezes, a pessoa mal tem tempo para digerir a ofensa que lhe foi feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E mais, penaliza, sobretudo, as pessoas menos informadas, de menor nível de informação, de menor poder aquisitivo. O que eu noto, de modo geral, é que quando esse cidadão mais simples vai tentar exercer o seu direito, ele já se encontra, de alguma forma, preterido pelo vencimento do prazo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E o que vai restar a ele em, muitos casos, é uma ação ordinária, o nome já diz, inclusive, ação ordinária.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Que vai demorar anos e anos, quando não décadas. E por isso que tomei essa iniciativa.

Alguns magistrados entendem também que isso seria de extrema justiça social deixar esse prazo aberto posto que o prazo nesse sentido existe também por *habeas corpus*.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Talvez 210 dias.

[soa campainha].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu proporia...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou 240 dias, dobrando o prazo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Demóstenes, eu acho que a gente poderia na linha de na próxima semana votarmos a propositura, tentarmos amadurecer um pouco a idéia da dilatação do prazo, porque esse argumento me parece substantivo, as pessoas mais desinformadas ou as pessoas que não têm recurso para ter um acesso imediato a um bom escritório de Advocacia, evidentemente, a prorrogação do prazo daria essa condição. Mas esse argumento não vai ser resolvido, por exemplo, a pessoa entrar com mandado de segurança cinco, seis anos depois daquilo que seria um direito líquido e certo de uma ação do Poder Público que o prejudicou.

Então, a gente podia amadurecer a idéia de um prazo mais dilatado, me parece o melhor caminha para contemplar a preocupação do Presidente Marco Maciel, mas não anular o sentido de urgência, de emergência de reposição de um direito líquido e certo que o cidadão foi agradecido pelo Poder Público. Nós poderíamos encontrar aí, eu diria um prazo mais dilatado, uma boa solução para essa sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Pois não. Antes eu gostaria, só para complementar as minhas palavras sobre o tema, que dizer que freqüentemente eu me deparo com pessoas que sofrem essa restrição, justamente porque o prazo já está vencido.

Mas eu concedo, então a palavra ao último orador inscrito para discutir a matéria, o nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira. E a seguir daremos a vista solicitada pelo Senador Aloizio Mercadante.

Com a palavra o nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, eu só queria que essa Comissão analisasse quando se vão criar regras, regras para que se possa apertar a condução para que possa, como se diz? Eu não vou falar condenar, mas exigir o cumprimento das leis mais rapidamente. E quando nós estamos discutindo alguma coisa que tem a ver com a liberdade do direito, a liberdade de você lutar para continuar livre, por alguma razão, onde o Estado está obstruindo o seu direito, esta Comissão pede mais tempo sempre para discutir. Eu não estou entendendo. Esta é uma Comissão de Constituição e Justiça.

Então aqui quando acontece qualquer votação, e eu tenho acompanhado até os relatores, a votação para que se enquadre mais rapidamente dentro da lei é rápida, e quando nós vamos votar alguma coisa que possa proteger o direito à liberdade de alguém, sempre se pede um pouco mais de tempo, sempre se pede para demorar, se pede para analisar. Eu não estou entendendo. Essa é uma constituição de constituição e justiça. Essa constituição não pode, daqui a pouco, virar uma câmara de gás. Eu acho que a posição do Presidente que é o autor e o relator é o Senador Valter Pereira está correta, o direito que você tem pode ser reconhecido a qualquer momento, se você achar que a sua liberdade está sendo cerceada pelo Estado, não importa se é 20, 30, 200 ou 500 dias, se ele descobriu algo que está cerceando o seu direito ele pode entrar com o mandado de segurança. Agora toda hora que chega para uma discussão para que se proteja a liberdade, ou se proteja o direito, se pede mais tempo para discutir. Eu não sei aonde vai parar esta Comissão. As questões que apertam a liberdade do direito elas são votadas rapidamente.

Agora o restante parece que existe aqui um medo institucionalizado para não se julgar a liberdade. Quando se fala em proteger liberdade, proteger o cidadão, quando nós vamos mudar a lei por isso, todo mundo tem medo de votar, ou receio, ou pede vista e poster-

ga. Eu acho que a posição da Comissão tem que ser a mesma sempre. Nós estamos aqui para fazer leis, onde o objetivo principal é proteger o cidadão. Quando nós fazemos leis que vá enquadrar mais rapidamente, nós estamos protegendo também outros cidadãos. Agora quando chega uma posição bem colocada pelo nobre autor Senador Marco Maciel, bem relatada pelo Senador Valter Pereira o que é que acontece? Pede-se mais tempo para se discutir e vamos ver. Ora, pelo amor de Deus. É claro, o direito é claro. Se eu descobrir alguma coisa com 300 dias numa ação que vai tirar o meu direito eu posso impetrar, sim, o mandado de segurança, não importa se é 20 ou se é 30. A verdade não tem prazo de validade. O conhecimento e a proteção à liberdade não tem prazo de validade. Então é isso que eu queria colocar. Estou plenamente de acordo, se for votar, votarei com o relator. Mas já que o nobre relator já pediu vista.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Wellington Salgado, só gostaria de um aparte para esclarecer o seguinte.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o maior prazer.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O prazo de 120 dias é após o conhecimento do fato. Não é um prazo independente. Se a pessoa demorar seis meses...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas se aparecer algo que tenha o conhecimento mais na investigação que ele possa fazer pessoalmente, aparece algo com 200 dias por que é que ele não vai poder usar? Pelo amor de Deus.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa-me só concluir. A partir do momento que o cidadão é informado e ele considera que é um direito líquido e certo ele tem 120 dias para recorrer. A idéia da urgência, e mesmo hoje você demora dois anos para decidir na justiça o mandado de segurança. Então, a urgência tem exatamente de repor imediatamente aquele direito que é considerado líquido e certo. Por isso que o prazo é 120 para dar incentivo de urgência ao cidadão e à justiça.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E se eu descobrir alguma coisa, Senador Mercadante, com 200 dias aí não tenho mais direito?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, se você... Tem direito. Se você for informado... Wellington, só para explicar, isso que eu estou tentando explicar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Espera aí. No momento que eu fui informado e aí eu tenho 120 dias? Eu fui citado, digamos assim?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É. A hora que você for informado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por 200 dias eu descubro algo sobre aquele processo e já passaram 120 dias que eu fui citado. Eu perdi o direito?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não. Isso que eu estou explicando que não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, perdi, perdi o direito sim, perdi sim.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Espera um momentinho. Quando você é citado...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Perdi o direto, Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Espera um minutinho, Wellington.

A partir do momento que você é citado, você tem 120 dias para recorrer.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não falo em recurso, se eu tiver o meu direito cerceado eu posso entrar com mandado de segurança. Se eu descobrir alguma coisa... Não fique irritado, Mercadante, eu só estou querendo esclarecer. Com 200 dias eu descobri que, de repente, a pessoa que deu uma declaração, na verdade, ela recebeu dinheiro para dar declaração contra mim, eu só descobri isso com 200 dias. Eu tenho direito ou não a esse mandato?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, mas isso não cabe mandado de segurança. Mandado de segurança é contrato de autoridade, contrato de autoridade...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, um delegado-–

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Que lesa um direto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): --Um delegado que arma um pedido de propina, [soa campainha]. E eu só consigo a prova 200 dias que aquela operação foi toda armada.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, mas aí é criminal. O mandado de segurança é cível. Então veja bem, um exemplo clássico, um chefe que prejudica alguém que vai tirar férias, e aí essa pessoa descobre depois de 180 dias que o seu dossiê foi alterado para prejudicá-lo, o prazo começa a fluir a partir do conhecimento. 120 dias, e mais, ele pode ser renovado. Você pede ao chefe para voltar a sua situação. Ele indefere, você começa a contar aquele prazo de novo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É isso que V. Exa., como autor do projeto entende, Senador Marco Maciel? Porque V. Exa. é o autor. O Senador Demóstenes interpretou a autoria de V. Exa. Eu queria saber qual é a intenção do autor?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de dizer ao nobre Wellington Salgado de Oliveira que, na realidade, a minha proposta é no sentido de não estabelecer prazo. Agora, eu vou conceder a palavra ao nobre Senador Valter Pereira, posto que veio uma proposta aqui pelo Senador... Houve uma proposta apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante que talvez possa representar um consenso sobre o tema. Eu vou dar, portanto, a palavra ao nobre Senador Valter Pereira...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vamos para o voto então, Presidente, o voto apertado ou não vamos?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Está certo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, em primeiro lugar é preciso reportar aqui um pouquinho aos fundamentos de dois, de alguns princípios que são fundamentais, como, por exemplo, a prescrição e a decadência. De onde que vêm esses princípios? Fundamentalmente, da necessidade de não se perenizar os processos, de não se eternizar o direito de ação. É preciso que haja um marco regulatório também no processo, o direito de ação tem que ser exercido em determinado prazo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E o próprio direito.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Por quê? Porque se não houver esse tipo de regulação a insegurança jurídica viceja, a qualquer momento aquilo que já está apascentado, que já está consolidado pode ressurgir. Ou seja, pode se instituir, pode se deflagrar o processo. Então é por isso que existe a prescrição e a decadência.

No caso aqui nós estamos discutindo o princípio da decadência. O mandato de segurança tem um prazo decadencial que é de 120 dias pela sua própria lei. Pois bem, nos processos de conhecimento existe o contraditório, existe a produção da prova. E é exatamente aí que existe o congestionamento do processo se ele não tiver o princípio da decadência ou da prescrição. Já no caso do mandado de segurança não há produção de prova, não há contraditório; o mandado de segurança como muito bem pontificou o Senador Demóstenes Torres é conhecido no direito como uma medida heróica a exemplo do *habeas corpus* que atende a um outro patrimônio que é a liberdade.

Pois bem, não na produção de prova por quê? Porque a prova tem que ser pré-constituída, o direito líquido e certo é aquele que está expresso na lei, que é inquestionável, que é indiscutível, que o juízo, ao tomar conhecimento dos documentos que não idôneos, que são sérios, ele já pode tomar uma decisão porque aquela decisão independe de prova. Essa é a natureza do mandado de segurança.

O que é que pode acontecer? Eu aqui confesso a V. Exa. que tive também certa inquietação jurídica, mas examinando a vida prática o que é que nós encontramos dessas pelejas de direito relacionada com a administração? O que nós encontramos, via de regra, é ação, por exemplo, de servidor público que, de repente tomou conhecimento de que [soa campainha] o seu direito foi violado, mas que ele já perdeu o prazo por quê? Porque uma publicação foi feita no Diário Oficial, e essa publicação que foi feita no Diário Oficial não foi lida por ele, não foi lida por ninguém, porque ninguém lê o Diário Oficial, exceto advogados, promotores, juízes; ou seja, quem está na vida forense ou na vida administrava que tem interesse direto, e, de repente, o seu direito já está decaído, e, às vezes, o seu direito relaciona-se a uma simples prova, uma prova que envolve a sua vida funcional, a sua vida administrativa, qualquer coisa assim. Não é isso, Senador Demóstenes Torres?

Então, é por isso que eu acho que sendo aqui o ponto de partida a ciência do fato a partir do momento que ele tomou conhecimento eu acho que é admissível se estabelecer um prazo. Eu acho que não modifica em nada, não altera em nada o objetivo que V. Exa. teve ao propor a medida. Eu acho que sendo a partir do fato pode, perfeitamente, estabelecer seis meses, como também pode ficar indefinido porque, na verdade, não vai congestionar os processos já que, na verdade, para impetrar o mandado de segurança faz-se necessário toda a documentação, toda as provas pré-constituídas. Mas eu concordo, se pacífica o entendimento de seis meses, um ano, eu concordo e posso alterar o parecer, certo? E submeter à apreciação na próxima semana.

[soa campainha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não. Faz agora.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, agora também pode. Teria que modificar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só um ano, como quer o Presidente. Eu acho que é razoável.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se V. Exa. concordar vamos mudar o prazo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 365 dias, só muda de 120 para 365. Não precisa mudar mais nada.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não há nenhuma divergência, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, o relator faz uma emenda.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho uma divergência, Sr. Presidente, desculpe.

Eu acho que o direito, o Senador Demóstenes, claro que tem um conhecimento maior do direito do que a minha pessoa, mas eu acho que se existe o direito e acontece a qualquer momento e alguém sente que o seu direito foi violado, ele não tem que ter prazo. A colocação de V. Exa. como autor do projeto é perfeita. Se o Senador Demóstenes pedir vista eu vou entender, mas se for votar, eu vou votar com a autoria do Senador Marco Maciel, relatoria de V. Exa., se V. Exa. mudar, aí, realmente, eu vou ter que analisar outra vez. Só isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu dou um exemplo só, Sr. Presidente do que é isso. Usucapião extraordinária 20 anos. O que é que é usucapião extraordinária? Uma pessoa tem a sua terra tomada, saqueada; alguém vai e entra e o joga fora da tua terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Invadida.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em 20 anos se ele não usou do direito, a lei considera que aquele que tomou a terra usando de violência, pode fazer o que quiser, estuprar, entra com usucapião e ganha naturalmente, porque pelo transcorrer do tempo, 20 anos, por quê? Porque nesse caso a boa-fé e o bom direito são presumidos, presumiu porque passou 20 anos e a pessoa não retomou. Agora imagina um mandado de segurança aberto mais de 20 anos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Demóstenes Torres, nós apreendemos uma adágio jurídico, eu aprendi e V. Exa. aprendeu na faculdade de Direito, certamente, que é muito comum, o direito não acode os que dormem, por isso tem que ter efetivamente, o direito tem que ser exercido naquele lapso de tempo que é prescrito pela lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Isso [ininteligível] o Direito Romano, por sinal.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 365 dias me parece um prazo bem razoável.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concordo, Sr. Presidente, Se V. Exa. estiver de acordo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Triplica o prazo atual. É mais que triplica.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É uma emenda de relator, eu acresço a emenda e está pacificado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Onde se lê 120 dias, leia-se 365 dias. Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então vamos votar o parecer do relator com a emenda que ele apresenta, dilatando 120 para 365 dias. Eu não sei se satisfaz essa forma.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Satisfaz, Presidente, eu acho que é o entendimento e dá a segurança do cidadão com mais dificuldade e defesa jurídica e, ao mesmo tempo, não elimina esse caráter de urgência, de emergência que mandato de segurança tem que ter porque trata de um direito líquido e certo. Eu acho que é bom caminho.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, agradeço o nobre Senador Antonio Carlos Júnior a manifestação favorável. Vou começar a fazer a chamada nominal, posto que o projeto é terminativo. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Jarbas Vasconcelos?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, Sr. Presidente, como é que ficou? Ficou como está?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): 365 dias.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mudou?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Triplicou o prazo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas eu tenho que ter o entendimento, o seguinte: eu não posso ser limitado por prazo, eu volto contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O Senador Wellington Salgado de Oliveira vota contrariamente.

Senador Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Valter Pereira já foi o relator.

Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Demóstenes Torres?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vou proclamar o resultado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, Senador Expedito Júnior, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

Indago se há Senadora ou Senador que não exerceu o seu direito de voto?

[soa campainha].

Então vou proclamar o resultado. 15 votos favoráveis à aprovação do projeto com emenda apresentada pelo relator Senador Valter Pereira, uma abstenção do Presidente. Então a matéria foi aprovada.

Passamos agora ao item 4.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Registrou meu voto não, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Registrou o seu voto?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque eu votei com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): 14 sim e um não, o não é justamente V. Exa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acompanhando V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Está bom.

Eu gostaria de indagar se as Sras. e os Srs. Senadores repetem o voto também com relação à emenda? Não havendo objeção está, portanto, acolhida a emenda.

Passamos agora ao item 4.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Projeto de Lei do Senado 576.

V. Exa. pediu a palavra, pela ordem?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Com a palavra a nobre Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A informação que eu tenho que o item 4 é o último terminativo da pauta. Se for, Presidente, eu queria pedir...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, tem mais um outro. São dois terminativos. O outro é do Senador Sérgio Zambiasi, cuja relatora é a Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, o que eu queria pedir, Sr. Presidente, que assim que nós terminarmos esses dois terminativos, se é possível incluir na pauta aquele extrapauta que eu pedi, que eu sou relatora que é o de nº 177 porque este é de interesse de todos os Senadores, obviamente, porque é a questão dos Institutos Federais de Educação que vai atender todo o Brasil, é um projeto que não é terminativo aqui, mas nós gostaríamos muito de aproveitara janela da semana que vem para poder votá-lo no plenário, e daí podermos solucionar esta rede dos Institutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Presidência nada tem a opor à propos-

ta de V. Exa. E vou consultar o plenário. Se as Sras. e os Srs. estiverem de acordo, após a votação desses dois projetos terminativos nós incluiremos, portanto, o projeto 177 da Câmara 2008.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estou de acordo, mas o item 18, projeto de minha autoria, é terminativo. E eu gostaria se pudesse ser votado ainda hoje, o item 18 da pauta, é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Eu indagaria à nobre Senadora Ideli Salvatti se concorda com a inclusão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tranqüilo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E pediria aos Srs. Senadores que permanecessem no plenário porque são votações rápidas. Pois não.

Então o item 4 Projeto de Lei da Câmara 576/2007 terminativo. Autoria Senador Sérgio Guerra, relatoria Senador Jarbas Vasconcelos.

A ementa é a seguinte: altera o art. 45 e acrescenta artigo à Lei 9.096 de 19 de setembro de 1995 para dispor sobre as vedações dos programas de que trata o título 4 e estabelecer o acesso gratuito ao rádio e televisão pelos partidos políticos. Fecha a ementa. Já disse que a autoria é do nobre Senador Sérgio Guerra e o relator é o Senador Jarbas Vasconcelos. O parecer do relator é favorável à matéria e a emenda nº 1 CCT com duas emendas que apresenta. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o projeto e a segunda para a ementa. Com a palavra o nobre Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, V. Exa. já fez a leitura da ementa do projeto. É a alteração do § 1º do art. 45 que deixa mais clara a proibição de divulgação dos programas partidários de propaganda de candidatos a cargos eletivos e a defesa de interesses pessoais dos filiados responsáveis pelo programa. E a divulgação de propaganda em benefício de filiados a outros partidos ou em proveito deste.

O objetivo, Sr. Presidente, segundo o autor, Senador Sérgio Guerra, dar um basta ao desvirtuamento do tempo de TV a que fazem jus os partidos políticos. Muito dos quais em inúmeras oportunidades utilizar os seus espaços gratuitos para a divulgação de propaganda em benefício de filiada a outros partidos e em proveito destes.

Registra ainda que essa conduta realizada especialmente pelas chamadas legendas de aluguel, é muito freqüente no semestre anterior às eleições, quando a propaganda partidária é utilizada para potencializar a futura candidatura de filiada a partidos políticos diversos do responsável pelo programa em flagrante violação às vedações legais.

Em conseqüência dessa alteração o atual inciso III do § 1º do art. 45 passa a ser o inciso IV mantendo a mesma redação que proíbe a utilização de imagens ou cenas incorretas ou incompletas efeitos ou quaisquer outros recursos que distorça os falseia os fatos ou a sua comunicação. O novo § 3º determina que quando a representação do Partido julgada procedente tiver por objeto as vedações referidas do inciso I e III do § 1º o TSE, além, da pena de cassação do direito de transmissão a que se refere o § 2º aplicará também multa de 10 mil a 50 mil reais ou o equivalente ao custo da propaganda se este for maior.

A penalidade atualmente prevista conforme assinala o autor em nada desestimula a má utilização dos programas partidários, pois apenas a cassação do direito de transmissão a que faria jus o partido infrator na prática somente é aplicada após o pleito, quando o abuso já serviu para, eventualmente, desequilibrá-lo. O atual § 3º passa a ser o 4º, mantida a redação que restringe a propaganda partidária no rádio e na televisão nos horários gratuitos especificados nesta lei proibida a propaganda paga.

O acréscimo do art. 49A objetiva, segundo o autor, estabelecer tanto quanto possível a distribuição do tempo de propaganda política pré-existente ao ano de 2005 da forma como foi feito também para correção equivalente com a distribuição dos recursos do fundo partidário pela Lei nº 11.459 de 2007.

A alteração decorre de decisão unânime do Supremo Tribunal Federal tomada no julgamento conjunto de duas ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas respectivamente pelo Partido Comunista do Brasil – PCdoB e pelo Partido Social Cristão – PSC e que declarou a inconstitucionalidade de diversos dispositivos da lei dos partidos políticos que instituam a cláusula de barreira.

Prevista na referida lei para ser aplicada a partir de 2007, a cláusula de barreira restringiu o direito ao funcionamento parlamentar, o acesso ao horário gratuito de rádio e TV e a distribuição dos recursos do fundo partidário. Para sanar o vazio deixado pela decisão do STF que declarou a inconstitucionalidade dos art. 13 e 48 da Lei 9.096/95, bem como, a eliminação dos limites temporais dos art. 56 e 57 é decorrente da inconstitu-

cionalidade do art. 13 o projeto em exame acrescenta o art. 19A. De acordo com o § 1º do art. 49A do projeto, os maiores partidos com desempenho igual ou superior a 10% do eleitorado cujas votações somadas representam aproximadamente 50% do eleitorado brasileiro terão direito a 20 minutos do bloco por semestre e 40 minutos em sessões. Os partidos médios foram divididos em duas categorias, àqueles cujo desempenho eleitoral está entre 5 e 10% e cujas votações somadas representam aproximadamente 18,5% do eleitorado, enquadra-se nas disposições do § 2º com direito a 15 minutos do bloco por semestres e tempo proporcional de inserções cujas votações somadas representam aproximadamente 15% do eleitorado, enquadra-se nas disposições do § 3º e terão a 10 minutos do bloco por semestre e tempo proporcional de inserções. Os menores partidos cujo desempenho eleitoral é inferior a 2% e cujas votações somadas representam menos de 10% do eleitorado nacional enquadram-se no § 4º e terão direito a programas semestrais nacionais de dois minutos no bloco e tempo proporcional de inserções. Finalmente, o art. 3º revoga os art. 56 e 57 da Lei nº 9. 096/95 e o art. 4º contem a cláusula de vigência.

Nos termos do art. 101 § 1º e 2º letra D do regimento interno do Senado Federal esta Comissão examina em decisão terminativa a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade, a técnica legislativa e o mérito da proposição.

O projeto não apenas inova como vem preencher a lacuna deixada pela citada decisão do Supremo Tribunal Federal que extinguiu a cláusula de barreira e que provocou mudanças significativas o no tempo destinado aos partidos para propaganda eleitoral gratuita na TV e no rádio.

A decisão que julgou inconstitucionais os art. 13 e 48 da Lei nº 9.096/95, bem como, a eliminação das limitações temporais dos art. 56 e 57 e a inaplicabilidade do art. 49 decorrente da inconstitucionalidade do art. 13 provocou mudanças na resolução do Tribunal Superior Eleitoral relacionada com a matéria. A Resolução do TSE nº 20.034/97 que estabelece instruções para o acesso gratuito aos meios de comunicação pelos partidos políticos vem sendo alterada por várias resoluções, embora, a base legal ainda não tenha sido modificada.

Essas alterações, conforme ressaltou o autor do projeto, resultaram numa distribuição do tempo de mídia entre os partidos que prejudicou os maiores e beneficiou os pequenos. Assim o tempo dos programas em bloco dos grandes partidos ficou reduzido de 20 para 10 minutos por semestre e foram extintos os programas em blocos estaduais que podiam ser de 20 minutos por semestre. As inserções nacionais que eram de 40 minutos por semestre também foram reduzidas à metade. Nivelados os partidos médios e os grandes partidos puderam utilizar durante o ano de 2007 apenas dez minutos por semestre nos programas de bloco.

Os maiores beneficiados foram os pequenos partidos que em lugar de dois minutos de que dispunham para o uso anual passaram a ter direito a cinco minutos por semestre.

Para corrigir essas falhas o projeto aplica o princípio da proporcionalidade em razão da representatividade dos partidos políticos junto ao eleitorado nacional ou do desempenho eleitoral aferido pelo total de votos obtidos nas eleições gerais para a Câmara dos Deputados não computados os brancos e números.

O menor tempo dos pequenos partidos é proporcionalmente equivalente considerada a votação do tempo concedido aos maiores partidos, ou seja, quanto maior a representatividade eleitoral e, por conseqüência, o número de representantes maior o tempo atribuído para se comunicar com o eleitorado. Quanto à modificação proposta pela CCT ela oferece maior flexibilidade ao partido na veiculação da sua propaganda partidária gratuita, porque a redação atual do projeto impõe que esta se faça em duas modalidades: bloco e inserções.

O novo § 5º permite que cada partido político tenha a sua estratégia de comunicação transmitindo a sua propaganda partidária gratuita na modalidade de bloco ou integralmente de inserções de 30 segundos ou um minuto. Relevante e oportuno o projeto fortalece os princípios constitucionais que rege o funcionamento parlamentar e o pluripartidarismo, em especial, da representatividade ao conceder aos partidos tempo de propaganda na TV e no rádio proporcional ao desempenho das urnas. Além disso, insere-se num conjunto de medidas necessárias para fortalecer e consolidar o quadro partidário do nosso país, o que vem sendo discutido no Congresso Nacional a exemplo de outros projetos de lei sobre a matéria eleitoral votada nesta Comissão de Constituição e Justiça.

A vista do exposto o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 576/2007 e no mérito pela sua aprovação acatada a emenda nº 1 e oferecidas as seguintes emendas à redação: substitua-se no art. 45 da Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 95 nos termos do art. 1º do PLS nº 576/2007 a expressão fica vedado por ficam vedadas, passando o dispositivo a ter a seguinte redação: art. 45 § 1º ficam vedadas nos programas de que trata este título. Emenda substitua-se nos § 1º, 2º, 3º e 4º do art. 49A acrescentado à Lei nº 9.096 de 19 de setembro de 95 pelo art. 2º do

PLS nº 576/2057 a expressão reassegurado por não asseguradas. É o relatório, Sr. Presidente.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Acabamos de ouvir o relatório do nobre Senador Jarbas Vasconcelos sobre a proposição 576/2007.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem. É pela ordem com o sentido de a gente não...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Tem a palavra V. Exa., o nobre Senador...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu, obrigatoriamente, porque como um dos autores da ação direta de constitucionalidade do meu Partido que trata de assunto absolutamente correlato com a matéria que está sendo discutida, eu preciso pedir vista do projeto, sem prejuízo do debate que ocorrerá logo em seguida. Então para que a gente não comece a debater e depois ter o pedido de vista. Então eu preciso pedir vista, eu preciso examinar atentamente o relatório do nosso eminente Senador Jarbas Vasconcelos muito atento a essas questões da legislação partidária e eleitoral, as suas são conjuntas. Eu preciso pedir vista do processo para que possa examinar e apresentar sugestões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Então o nobre Senador Inácio Arruda... Então o nobre Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sou a favor sempre da crítica coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Então o nobre Senador Inácio Arruda pede vista, a vista está concedida e a vista será coletiva, visto que o nobre Senador Antonio Carlos Júnior se associou também à solicitação de V. Exa.

Então eu vou passar ao item subseqüente que se trata de projeto do item 18, o Projeto de Lei do Senado nº 110/2003 terminativo que altera a Lei 9.503 de 27 de setembro de 1997 que institui o Código de Trânsito Brasileiro no sentido de exigir o porte de carteira nacional de habilitação para condução de veículos nas rodovias e estradas. Autoria do nobre Senador Aloizio Mercadante, e a relatoria *ad hoc* será do nobre Senador Antonio Carlos Júnior, visto que o relator se encontra no plenário do Senado participando de reunião em que se homenageia a figura do seringueiro Chico Mendes. Com a palavra, portanto, o nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Projeto de Lei nº 110/2003 de autoria do Senador Aloizio Mercadante acrescenta artigo ao Código de Trânsito Brasileiro instituído pela Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 97 para proibir que portadores de permissão para dirigir possam conduzir veículos em rodovias e estradas. São ressalvados apenas os trechos urbanos dessas vias onde a restrição não se aplica.

A proposição foi distribuída exclusivamente a esta Comissão. No regime do Código de Trânsito a permissão para dirigir é conferida aos candidatos aprovados nos exames realizados pelos Departamentos de Trânsitos, Detrans Estaduais. Referida habilitação tem validade inicial de um ano após o qual é concedida carteira nacional de habilitação aos condutores que não tenham cometido nenhuma infração de natureza grave ou gravíssima e que não sejam reincidências de infração média, art. 148 § 3º do Código de Trânsito Brasileiro.

Nessa esteira a permissão para dirigir pode ser considerado um estágio probatório porque deve passar o condutor antes de obter a habilitação definitiva. Conforme assevera o autor da proposta em sua justificativa no curso deste primeiro ano de experiência os condutores são autorizados a portar tão somente uma permissão para dirigir, a presente proposição a exigir o porte de carteira nacional de habilitação para condução de veículos em rodovias e estradas destina-se a proibir que os motoristas, provisoriamente habilitados, possam conduzir veículos nessas vias. Considera o autor que nas rodovias e estradas em face das altas velocidades permitida freqüentemente ultrapassadas das comumente longas jornadas de viagem do mau estado de conservação de muitas delas são notoriamente maiores do que nas vias urbanas os riscos de acidentes fatais. E segundo eles se o acesso às rodovias e estradas for restrito aos condutores mais experientes o índice de acidente tenderá a ser menor.

Compete a esta Comissão analisar a proposição legislativa sobre os aspectos da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e a técnica legislativa, bem como emitir parecer quanto ao mérito nos termos do art. 101 incisos I e II letra D do regimento interno do Senado Federal.

A matéria tratada no Projeto de Lei em análise insere-se no âmbito da competência da União para legislar privativamente sobre trânsito, art. 22 inciso XI da Constituição Federal. Poderá ainda ser de iniciativa do Legislativo. Desta forma não há qualquer restrição quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

Merece elogios a preocupação do Senador Aloizio Mercadante com a segurança do trânsito nas rodovias e estradas brasileiras posto que os índices de acidentes nas rodovias são altíssimos como oportunamente destacados na justificativa do projeto.

Consoante análise da correlação entre situação da habilitação e envolvimento de acidentes com vítimas elaborados através de dados fornecidos pelo Denatran observa-se claramente que a condição de permissionado está associado ao nível proporcionalmente muito maior de acidentes com vítimas em rodovias federais o que corrobora quantitativamente a hipótese que motivou o projeto. Inclusive, há uma tabela aqui que comprova essas afirmativas do Senador Aloizio Mercadante. Portanto, é comprovação estatística da justificativa do projeto.

Dessa forma os dados estatísticos acima permitem atribuir aos portadores de permissão para dirigir uma responsabilidade maior pelos acidentes.

Embora haja quem argumente que caso aprovado o PLS em análise seria prejudicial aos moradores das áreas rurais que praticamente não poderiam dirigir durante esse ano de estágio probatório, uma vez que as rodovias e estradas são por definição vias rurais, Anexo I do Código de Trânsito, a que se levar em consideração a ponderação de interesses onde a preocupação com a diminuição do número de acidentes e a vida dos cidadãos é superior a qualquer outro.

Ante o exposto o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 110/2003 no mérito pela sua aprovação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o nobre Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer ao Senador Suplicy pelo parecer e ao Senador Antonio Carlos Júnior que, de pronto, se dispôs a relatar e eu queria justificar os argumentos para esse projeto.

Hoje, em especial o jovem, quando tira a carteira de motorista no primeiro ano ele tem apenas uma permissão, ele não pode receber nenhum tipo de pontuação na carteira com o risco de ter que prorrogar essa condição e não tem habilitação definitiva.

Acontece que os estudos recentes feitos na América Latina, todos os países da América Latina, o Brasil é o terceiro país com maior taxa de mortalidade nas estradas. Os dados de 2005. Nós temos uma média de 19,4 de mortes, 19,4 pontos percentuais de morte sobre a população total em função de acidentes em transporte. Agora, quando nós analisamos o índice de mortalidade dos jovens, o Brasil é o país com maior índice de mortalidade de jovens em estradas, são 23,3% a população jovem que morre em acidentes de automóvel nas estradas brasileiras, ou seja, nós somos o país recordista em morte de jovens por acidentes de automóvel. E a grande concentração desses acidentes está nas estradas.

O Brasil tem tomado algumas medidas recentes para tentar reverter esse crescimento exponencial dos acidentes fatais com a direção de automóvel, uma foi a Lei Seca, nós estabelecemos um rigor muito maior na fiscalização, e isso ajudou a diminuir recentemente os acidente fatais e os acidentes automobilísticos. Agora, para reverter este quadro dramático 23% dos jovens estão morrendo nas estradas, morrendo em acidentes de automóvel. Eu acho que essa nossa medida é mais uma contribuição nessa direção, ou seja, durante o primeiro ano da habilitação provisória onde ele tem apenas uma permissão, ele não teria o direito de dirigir nas estradas, ele tem que amadurecer, ele tem que aprofundar a sua vivência. O Senador Inácio Arruda outro dia me contava uma tragédia pessoal na família, exatamente em condições semelhantes de acidente de trânsito. Então eu avalio que essa contribuição vai ajudar a diminuir os acidentes de trânsito e as vítimas fatais da nossa juventude. Por isso no primeiro ano com a permissão ele não pode dirigir nas estradas. Seria uma restrição a mais. Depois do primeiro ano não tendo nenhuma pontuação negativa na carteira ele poderá dirigir plenamente com livre acesso. É uma forma de amadurecimento, de experiência e de mais rigor no processo de habilitação, para nós, pelo menos, deixarmos de ter essa condição do país recordista na América Latina e acidentes fatais com jovens, especialmente, nas estradas brasileiras.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Após a manifestação do nobre Senador Aloizio Mercadante, autor da proposição em análise aqui na Comissão, eu abro a matéria a debate, à discussão. Indago se há Senadora ou Senador interessado em discutir a matéria? Não havendo quem queira discutila, eu vou encerrar a discussão, mas não vou fazer a votação, posto que trata-se de projeto terminativo e nós não temos, talvez, quorum para votação nominal. Estão presentes, ao todo, doze, há quorum.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já a quorum, então vamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Já há quorum. Então vou submeter a voto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque tem votação na CAS, o pessoal está votando lá na CAS e está voltando. Já vieram? Então está.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então vou submeter a voto. Senador Aloizio Mercadante, sim, é autor da proposição.

Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Valter Pereira. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Wellington Salvado de Oliveira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Mozarildo Cavalcanti? Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sim. Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

Então vou proclamar o resultado. Dez votos favoráveis à proposição, um voto não contabilizado que é do autor, o Senador Aloizio Mercadante e o voto abstenção do Presidente, então totalizou, o que totaliza doze votos. Então a proposição foi aprovada, havendo número, portanto, para deliberar.

Vamos colocar então a matéria extrapauta que se trata do Projeto de Lei da Câmara 177/2008 PL 03775/2008 na Câmara dos Deputados, matéria não terminativa. A ementa é a seguinte: institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Autoria é do Presidente da República. A relatoria é da Senadora Ideli Salvatti, líder do PT na Casa. O parecer de S.Exa. é favorável à matéria. Observo que a proposição será apreciada posteriormente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, posteriormente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti para proferir o relatório sobre o projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Projeto de origem, de autoria do Sr. Presidente da República, nesta Casa ele está com o nº 177 e ele já foi aprovado na Câmara dos Deputados, e ele institui no âmbito do Sistema Federal de Ensino a rede federal de educação profissional, cientifica e tecnológica vinculado ao Ministro da Educação e constituída pelos Institutos Federais, Educação, Ciência e Tecnologia que nós temos já denominado como IFETs, os Institutos Federais pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Sucov da Fonseca, Cefet – Rio de Janeiro e de Minas Gerais, Cefet Minas Gerais, e pelas Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais.

Na realidade, Sr. Presidente, é fazer uma nova estrutura educacional que é uma estrutura híbrida entre ensino técnico profissionalizante, ensino médio, técnico profissionalizante e o ensino superior profissionalizante também que nós já temos em diversas instituições pulverizadas em várias estruturas, em várias autarquias.

Os Institutos Federais vão ser também entidades de natureza autárquica e equiparada às universidades federais São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicamping, porque cada um destes institutos que cada um dos nossos Estados terá, no mínimo um, instituto federal, alguns Estados terão mais do que um dada a realidade, o tamanho e a diversidade da formação profissional. Portanto, é uma medida extremamente importante para dinamizar o ensino profissionalizante, tanto o ensino médio quanto o superior e uma medida que vem ao encontro de toda uma realidade aonde nós temos pelo desenvolvimento que o Brasil tem tido, nós te-

mos uma situação de quase apagão de mão-de-obra e de profissionalização no nosso país. Portanto, vem ao encontro desta necessidade como uma estrutura dinâmica descentralizada, colocada, praticamente, em todas as macrorregiões do território brasileiro para dar esta oportunidade.

É bom ainda lembrar que as escolas técnicas federais no Brasil vão completar no ano que vem 100 anos de existência. As primeiras aconteceram em 1900, e no ano que vem nós vamos estar comemorando o centenário da formação profissional do ensino federal na área profissional no nosso país. E vamos estar comemorando com a maior expansão do ensino profissionalizante já acontecido na história brasileira num curto espaço de tempo. Enquanto de 1909 até 2003 nós tivemos a construção, a inauguração de 146 unidades de ensino profissionalizante, e nós já tivemos a inauguração de 64 e estamos agora em andamento com a construção e inauguração no próximo período de mais 150 unidades de ensino profissionalizante. E o Instituto Federal de Educação Tecnológica que nós vamos estar aprovando é exatamente um passo além, porque além de ampliar significativamente o número das unidades, serão unidades com uma estrutura para formar jovens estudantes tanto em termos de educação de nível médio como também de nível superior, aproveitando e integrando. E eu quero dizer aqui de forma muito sincera, porque nós acompanhamos lá em Santa Catarina passo a passo, Santa Catarina é um dos Estados que terá dois institutos, um mais voltado para a área industrial e outro mais voltado para a área agroindustrial, aproveitando os dois colégios agrícolas vinculados a nossa universidade federal, aproveitando as três escolas agrotécnicas que vão ser incorporadas e mais as 14 unidades que estão sendo construídas neste momento lá no nosso Estado.

E é muito importante ainda realçar que esse dinamismo, essa descoberta do sistema que é um sistema híbrido entre universidade e ensino médio, no Instituto Federal que vai ter uma grande utilidade, um grande serviço prestado à formação da nossa juventude.

Portanto, o nosso parecer é pela aprovação do projeto como veio da Câmara, até para que a gente possa ter uma agilidade, que o Presidente possa sancionar e nós termos todas as tratativas no sentido de contratar, que já foi aprovado a criação dos cargos, o Congresso já provou a criação dos cargos, o concurso para a entrada dos professores, a contratação de professores e pessoal administrativo.

Então o nosso parecer é pela aprovação, da forma como veio da Câmara como uma única emenda de redação que foi apresentada pela Senadora Lúcia Vânia no sentido da sede do Instituto Federal Goiano poder estar instalado na grande Goiânia. Então apenas com essa emenda de redação, o nosso parecer é pela aprovação e parabenizando todos os Estados que vão ter estas unidades, vão ter a oportunidades de ampliar as vagas, a oportunidade de ampliar os cursos, não só de nível médio, mas também de nível superior para nós formarmos a nossa juventude para poder disputar no mercado de trabalho em melhores condições as vagas, que eu espero, que apesar da crise, nós continuemos gerando, como esse ano foram mais de 2 milhões de postos de trabalho com carteira assinada.

Então era isso, Sr. Presidente, o nosso parecer.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Eu vou fazer o seguinte, eu vou conceder, inicialmente, à Senadora Lúcia Vânia, porque ela pediu a palavra pela ordem, a seguir o Senador Antonio Carlos Júnior, e, finalmente, ao nobre prezado Senador Wellington Salvado de Oliveira.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estou aqui do lado direito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E a minha esquerda, portanto, então depois o Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra, pela ordem, portanto, à nobre Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, a ementa que encaminhei é uma ementa de redação, ela visa facilitar e viabilizar a instalação da sede da reitoria do Instituto Federal Goiano, isso porque restringir a instalação da sede da reitoria do Instituto Federal Goiano, apenas ao município de Goiânia, como está disposto no projeto dificultará a sua instalação devido à indisponibilidade de terrenos nesse município. Dessa forma expandir a área em que a sede da reitoria do Instituto Federal Goiano poderá ser instalada para a região da grande Goiânia, certamente facilitará a sua constituição. Isso porque há uma ligação muito grande entre Aparecida de Goiânia e Goiânia, onde há uma disponibilidade maior de terreno. Portanto, eu acredito que corrigindo a redação de Instituto Federal Goiano para Instituto Federal da grande Goiânia, seria facilitada a sua implantação.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): De fato, pelo que eu conheço da região metropolitana de Goiânia, há uma conurbação, praticamente o município Aparecida ficou... Que, aliás, agora vai ter como prefeito o ex-Governador... O Maguito. Então,

ali já praticamente é uma área só, é uma conurbação plena como acontece em torno das grandes cidades, sobretudo, das capitais.

Então, eu passaria a emenda para a nobre Senadora Ideli Salvatti para oferecer parecer sobre a emenda apresentada pela Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu já incorporei como emenda de redação à emenda apresentada pela Senadora Lúcia Vânia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então está satisfeita...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já está satisfeita, já está incorporada ao relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Então vou conceder agora a palavra para discutir ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior e depois ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Depois o Senador Wellington Salgado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): --O projeto é um avanço no ensino técnico brasileiro, ou seja, para melhorar estruturar o ensino técnico, e nós precisamos formar técnicos, efetivamente, não adianta formarmos doutores se nós não formarmos técnicos. Então o projeto avança nesse sentido de fortalecer o ensino técnico, portanto, eu sou favorável à aprovação do projeto.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu cometi um lapso na ordem de inscrição. E concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira e após o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valadares, eu fui o primeiro a pedir em discussão. Mas eu acho que o presidente, por ordem de tamanho, os maiores ao final, ele inverteu agora a pauta, e eu fico feliz. Mas, Senador Marco Maciel, se V. Exa. sabe que, além, do respeito muito grande pela história de V. Exa., eu tenho um carinho especial.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito obrigado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria dizer o seguinte, sobre a colocação da Senadora Lúcia Vânia não há o que discutir, porque a Senadora conhece muito bem o Estado de Goiás e também a questão da grande Goiânia.

Eu só queria fazer uma colocação com a Senadora relatora, porque o que nós temos aqui é o que tem que ser utilizado no país. Nós temos a mantenedora dos institutos técnicos que é a União, e a União cria pólos em todo o país para que possa ter os seus institutos que possa atender as necessidades de cada região, porque esse é o grande segredo. Você tem uma necessidade no Estado de Minas que é diferente da necessidade do Mato Grosso, que é diferente do Estado de V. Exa. que é relatora. Agora o que acontece é que quando existe o interesse de uma instituição privada mantenedora em criar campos de universidades em outros Estados e isso não é possível dentro da lei. Ou seja, existe uma cartilha para o público e existe outra para o privado. Eu acho que a intenção do Governo tem que ser levar o conhecimento aos locais aonde não existe esse conhecimento, não importa se é fora do Estado, somos todos brasileiros, e existe dentro do Ministério, eu participei desse debate anteriormente, não se pode abrir campos de universidades em outros Estados, e nada mais é do que a União está fazendo aqui agora, a União é a mantenedora dos institutos, ela, corretamente, está abrindo campos da União de institutos em vários Estados. Sou totalmente a favor desse relatório da Senadora Ideli e dessa atitude do Governo. Agora o que eu não posso concordar é que para o público funciona de um jeito e para o privado outro. Eu acho que o objetivo final tem que ser o que? Levar o conhecimento às várias regiões do país. Eu tenho certeza que existem grandes universidades privadas querendo abrir no Estado de V. Exa., Expedito. Rondônia, mas não na capital, em algum local do interior por quê? Dispõe de recursos da capital, do Estado de São Paulo, do Estado do Rio, de outros locais e poderiam pegar esses recurso e levar para o Estado de V. Exa.

No entanto, o Governo veta, ele não deixa que as universidades façam isso. A reforma universitária está vindo, vai chegar ao Senado, se eu tiver a felicidade de estar aqui na época de chegar a reforma universitária e colocarei uma emenda propondo que as universidades tenham campos em vários Estados. É limitar o conhecimento. O nosso país é um país continental. Eu quando fiz o doutorado de ensino à distância na Espanha todos falavam: o Brasil é um país preparado para o ensino à distância, no entanto, se levou anos e esse ministro dinamizou ou o ensino à distância, e aí eu não posso tirar isso do Ministro Fernando Haddad. O ensino à distância tomou um conhecimento, hoje o ensino à distância é o ensino onde é centrado nos meios e não mais no professor, você usa tecnologia para passar conhecimento. Todos que estão assistindo a TV Senado estão adquirindo conhecimento da Senadora Ideli Salvatti, Senador Marcos Maciel, Senador Expedito; isso é o uso da tecnologia para

passar o conhecimento. No entanto, esse preconceito no país nós ainda temos ainda. Outro dia eu vi um debate que dizia assim: conhecimento para mim é só olho no olho, mas olho no olho pode ser com tecnologia também. Como eu estou olhando nos olhos de V. Exa. eu posso olhar para a TV agora e estou olhando também nos olhos de alguém que está nos vendo, e esse preconceito tem que acabar. Nós temos que levar o conhecimento para qualquer lugar. Agora o risco é de quem for levar. Entendeu, Senador Expedito? Eu não posso é aceitar, sou totalmente a favor do relatório de V. Exa. Está perfeito, temos que levar aos institutos. O Brasil hoje não tem mão-de-obra qualificada para atender o crescimento nas várias regiões. O Brasil tem diferentes necessidades, Mato Grosso, o Estado de V. Exa., Rio de Janeiro, Minas Gerais são conhecimentos diferentes. Então, eu sou favor. Agora que V. Exa. leve ao Ministro que possa ser mais igual com o público e privado. Só isso, Sr. Presidente.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, pela ordem, o nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para discutir tem a palavra V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, creio que com a aprovação desse projeto nós estamos preenchendo uma lacuna importante no ensino profissionalizante no Brasil, tanto em nível médio quanto em nível superior. E o Brasil é um país ainda em desenvolvimento, não pode, de maneira nenhuma, deixar de prestigiar, de dar atenção ao sistema de ensino profissionalizante. Quando eu fui o Secretário de Educação nós conseguimos levar para Sergipe cinco escolas, duas das quais foram instaladas na capital e três no interior, escolas polivalentes do Premem. Eu acho que V. Exa. como--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Como Governador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Governador e depois Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ministro da Educação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): --Tem conhecimento da instalação desses cursos profissionalizantes no Brasil inteiro. E Sergipe foi presenteado com esses cinco ginásios polivalentes.

No entanto, depois da nossa saída, infelizmente, outros Secretário, outros Governos não deram continuidade a esse trabalho importante da profissionalização do ensino médio, que, na época, teve grande repercussão, e, certamente, contribui para a geração de emprego e renda e a melhoria da capacitação técnica das várias empresas no Brasil. Agora, o governo do Presidente Lula preenche essa lacuna, e não só proporciona ao ensino médio, como também ao ensina superior através desses institutos federais a possibilidade de uma integração, integração completa dando prioridade ao ensino profissionalizante. Inclusive, no nosso Estado de Sergipe vai ser criado o Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, que é uma escola voltada para o ensino agrícola e tem serviços inestimáveis prestados não só ao Sergipe como à Bahia, Alagoas, e até Pernambuco, porque essa escola tem uma capacitação técnica muito grande, bons professores, uma tradição importante que tem sido utilizada pelos estudantes de um modo geral da nossa região.

Por isso eu volto favorável a esse projeto da forma como veio da Câmara dos Deputados, e quero parabenizar a relatora Senadora Ideli Salvatti pelo seu parecer que reconhece os fundamentos e a relevância da criação e da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica criando também os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu cumprimento V. Exa. pela contribuição que trouxe ao debate do tema à discussão do projeto. E não havendo mais orador inscrito para discutir eu vou submeter à matéria a voto pelo processo simbólico. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a aprovação do projeto, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. E a matéria irá, conseqüentemente, agora à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática que é presidida pelo nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): No projeto que antecedeu a votação foi solicitado e eu gostaria de solicitar da mesma forma. Este é um projeto, como eu já disse, de interesse nacional, todos os Estados estão contemplados, é um grande saldo positivo para a educação profissionalizante em todo o país. Portanto, acho que nós devemos buscar agilizá-lo ao máximo. Então, se for possível será aprovado em regime de urgência, de tal forma que me parece que hoje talvez a gente tenha janela porque as medidas provisórias foram votadas, têm dois projetos de grande interesse que serão votados, e, talvez a gente possa incluir na pauta de hoje à tarde. Então se

fosse aprovado o regime de urgência, eu tenho certeza que o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia designaria um relator para apresentar o parecer em plenário, da mesma forma, eu tenho certeza absoluta, que o Presidente da Comissão de educação, o Senador Cristovam Buarque fará o mesmo e se for aprovado o regime de urgência nós poderíamos ter, inclusive a aprovação do projeto ainda hoje o que seria muito bom para todos nós.

[soa campainha].

Nobre Senadora Ideli Salvatti, eu me deparo com uma dificuldade, que há um despacho do Presidente do Senado que determina o encaminhamento da proposição à Comissão que acabei de mencionar, de Ciência, Tecnologia e Educação. Agora o que pode ser feito, se for o caso, é uma urgência de líderes, mas é no plenário, mas não aqui na Comissão, porque há uma vedação regimental para que eu possa adotar esse procedimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vamos negociar com a Lei do Gás, porque a Lei do Gás também foi aprovada aqui hoje, de repente podemos fazer--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --Ótimo, ótimo. Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora com relação à Lei do Gás eu quero dizer que o Senador Mercadante ficou de fazer gestões com relação ao tema. Não sei se ele será bem-sucedido nessas negociações, posto que o Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, o Senador Marconi Perillo me procurou dizendo que ele não gostaria a abrir mão da análise na Comissão de Infra-Estrutura. Mas esse é um assunto que pode ser objeto de conversações e a Presidência desta Comissão nada tem a opor que essas conversações se desenvolvam de forma a segurança.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vou me encarregar, e tenho certeza, que vou ter o apoio dos nobres Senadores.

[soa campainha].

E ainda, Presidente, se for possível, tem um outro projeto que V. Exa. deve despachar agora a relatoria, inclusive, me parece que já está devidamente encaminhado para que seja a Senadora Serys que é o Projeto 180 da Câmara, que é um outro projeto muito importante para a área educacional, e eu queria reiterar o pedido para que possa ser feito o despacho de tal forma que nós tenhamos condição de votá-lo, se for possível, na próxima quarta-feira, até por conta da data, quarta-feira que vem será comemorado os 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos. E é um projeto que tem ligação com esta importante data. Portanto, eu acho que seria muito conveniente se nós pudéssemos ter o despacho e a inclusão na pauta da semana que vem para deliberação da Comissão.

Então fica o meu apelo à V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

Agora temos mais dois itens antes de encerrar a presente proposição. O item 10 que é relativo ao recurso nº 6/2008 sobre o projeto Decreto Legislativo 418/2006, PDC00273/2003 na Câmara dos Deputados, não terminativo.

A emenda é a seguinte: aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora com freqüência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. A autoria do recurso é o nobre Senador Flávio Arns, autoria do projeto Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A relatoria do recurso é do Senador Wellington Salvado de Oliveira que é favorável ao recurso, e a quem eu concedo a palavra para conhecimento da Comissão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou ser bem rápido. O que acontece é o seguinte: o Senador Flávio Arns fez um parecer pela prejudicialidade do projeto na CCT. Ao mesmo tempo, depois ele analisando a documentação ele faz um recurso para cá para que volte o projeto, porque ele quer analisar outra vez melhor, ou seja, o mesmo autor pedindo recurso contra a própria decisão. Eu acho que não há como negar, visto que ele deve ter encontrado mais documentação. Eu vou passar rapidamente à análise só para não ficar solto. Nos termos do art. 334 do regimento interno uma proposição é considerada prejudicada em dois casos: quando perde a oportunidade, ou em razão de seu julgamento pelo plenário em deliberação anterior. Compete ao presidente do Senado e não a Senador ou Comissão declarar que matéria pendente à deliberação é prejudicada. O presidente fará de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador. Essa declaração será feita em plenário e a matéria será incluída na ordem do dia, se sobre ela não houver deliberação quando ocorrer o fato que a prejudica. O recurso da declaração de prejudicialidade será interposto ao plenário que decidirá ouvir a CCJ. O recurso nº 6/2008 foi apresentado em plenário na sessão o dia 5 de agosto deste ano num prazo em que a matéria ainda se encontrava pendente de deliberação. Ressalta-se pelo oportuno que nos estritos termos do caput do art. 334 a declaração da prejudicialidade da matéria não chegou a ser efetivada,

conforme registrou a presidência da Casa no boletim de acompanhamento legislativo.

Assim sendo, o recurso ora colocado pelo Senador Flávio Arns se configura como instrumento preventivo de defesa do projeto contra uma provável decisão de prejudicialidade sugerida pelo parecer nº 238/2007. Embora não caiba a essa CCJ examinar o mérito da matéria cabe registrar que o surgimento de fatos novos invocado pelo autor do recurso que é o próprio Senador Flávio Arns é motivo suficiente para justificar o reexame da proposição. A vista do exposto, Sr. Presidente, e considerando o surgimento de fatos novos que justifique a necessidade de reexame da matéria pela Comissão de Constituição, Ciência, Tecnologia e Inovação, opina-se pelo deferimento do recurso nº 6/2008. Ele mesmo pedindo para voltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O parecer do nobre Senador Wellington Salvado de Oliveira Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação dá parecer favorável ao recurso. Então eu consulto o plenário se subscreve o parecer do nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira. Sras. e Srs. Senadores...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): De acordo com o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então aprovado o relatório do nobre Senador Wellington Salgado de Oliveira que é favorável ao recurso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado aos nobres pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E V. Exa. é relator com fundamentos que merecem o seu acolhimento, o acolhimento do recurso.

Passemos então agora então ao item 3. Proposta de emenda da Constituição 36/2008 não terminativo. A ementa é seguinte: estendo o direito de paridade as pensões que se derivarem dos proventos dos servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria quando da edição da Emenda Constitucional 41/2003,. Autoria Senador Paulo Paim e outros Sras. e Srs. Senadores. O relator é o Senador Expedito Júnior cujo parecer é favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Em 26/11/2008 foi concedida a vista aos Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior nos termos regimentais. Consulto os nobres Senadores se há manifestação decorrente do pedido de vista? A mesa não recebeu nenhuma manifestação com relação a esse assunto, razão pela qual eu concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior para suas considerações.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, já foi lido o relatório na reunião de quarta-feira passada. Foi pedido vistas pelo Senador Mercadante, de repente ele até iria apresentar aqui um substitutivo, mas eu acredito que não tem mais nada a ser acrescentado. Como já foi lido e o parecer é favorável eu submeto então à mesa para que possa colocar em votação, não sei se em discussão, e, de repente, já em votação para que nós possamos então já colher o voto dos Senadores presentes na reunião de hoje.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não havendo mais quem queira discutir, eu vou encerrar a discussão e submeter a matéria à votação. As Sras. e Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer do relator queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Antes de encerrar, eu gostaria de dizer que a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis. E também gostaria de dizer que antes de encerrar a presente reunião que na próxima quarta-feira, hora regimental teremos uma nova reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, bem como gostaria de lembrar que pretendemos realizar ainda este mês as audiências públicas solicitadas pelo nobre Senador Antonio Carlos Júnior no dia 9 e 16 relativas à questão de autonomia do Banco Central, e, inclusive, já foram expedidos os convites para os expositores, não somente o Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, como também o Ministro da Fazenda Guido Mantega, mas como também especialistas no assunto que, geralmente, economistas ou pessoas que atuam no mercado financeiro, sendo todos eles nomes de grande expressão no plano nacional e alguns até com alguma militância no exterior.

Então, eu gostaria de encarecer também a presença das Sras. e Srs. Senadores, as referidas audiências públicas que serão instrumentos vestibular para que nós possamos apreciar a proposição que define a questão da autonomia do Banco Central.

Nada mais havendo a tratar eu quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos e convocar, como já disse, uma reunião ordinária na próxima semana, hora regimental, isto é, às 10h. Está encerrada a sessão. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h20

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia nove de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Romero Jucá, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Epitácio Cafeteira, Osmar Dias, Francisco Dornelles, César Borges, Expedito Júnior, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Cristovam Buarque e das Senadoras Serys Slhessarenko e Kátia Abreu. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Tasso Jereissati e as Senadoras Marina Silva, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à **1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2007** – COMPLEMENTAR -NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2007** – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional." **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Parecer:** Favorável ao PLS Nº 102, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta e pelo arquivamento do PLS Nº 72, de 2007. Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 36, de 2008-CCJ, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior e Termo Aditivo de autoria do Senador Aloizio Mercadante. CONVIDADOS: Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Professor Titular do Instituto de Economia da Unicamp; Joaquim Vieira Ferreira Levy, Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro. Justifica a ausência o Senhor Paulo Nogueira Batista Jr., Economista e Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Usam da Palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior e o Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ. A Presidência declara encerrada a Reunião às dezesseis horas e trinta e nove minutos; e, para constar, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão em exercício, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada.

Senador **MARCO MACIEL,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, como é de hábito esse procedimento. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2007, que "Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências". Tramita em conjunto a referida proposição com o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2007, que "Dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional". Observo, por oportuno, que a referida Audiência Pública, aprovada conforme Requerimento nº 16, de 2008 – CCJ, de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Júnior e termo aditivo do Senador Aloizio Mercadante. Eu convido, pois, o Dr. Joaquim Levy para fazer a sua exposição.

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: Boa tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao Dr. Joaquim Levy, primeiro expositor, que disporá de vinte minutos para a sua manifestação e, se tal for insuficiente, nós poderemos prorrogar por solicitação do expositor ou de senador interessado no assunto.

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde Srs. Senadores, senhores e senhoras presentes. Muito obrigado pela oportunidade de poder discutir tão importante tema. Procurei fazer nessa breve apresentação um resumo de observações centradas na questão do mandato para a diretoria do Banco Central, particularmente o Presidente do Banco Central. Para tanto, Sr. Presidente, é importante entender o objetivo do mandato, características do mandato, ou seja, entender em que ambiente esse mandato se exerceria para se poder fazer alguma conclusão sobre o que seria conveniente para esse mandato. Então é nesse espírito que eu procurei organizar essa apresentação. O próximo.

Bom, primeiro eu acho que é um fator absolutamente central se ter clareza em qual é o objetivo principal do Banco Central, e essa análise(F), pois se verá nessa apresentação, de que a lei prevê um objetivo principal para o Banco Central. Aqui, me valendo

de alguns estudos internacionais, eu listo, segundo a experiência em quarenta e sete Bancos Centrais, essa amostra de 2003, que inclui o Banco Central do Brasil, onde se vê que a estabilidade de preço da moeda é o objetivo principal de mais da metade dos Bancos. Agora há Bancos que têm mais de um objetivo, seria a última coluna ali, seriam aqueles Bancos que têm objetivos múltiplos, enquanto que outros Bancos consideram que a estabilidade cambial é o principal objetivo e a garantia do bom funcionamento dos meios de pagamento também é um dos objetivos principais. Aliás, historicamente, até o Século XX, os principais Bancos Centrais, aqueles que existiam, alguns existem há mais de duzentos anos, na verdade eles tinham como função principal garantir o sistema bancário e não tanto ser responsabilizado pela inflação, até porque a inflação não era uma preocupação tão grande, pusemos(F) num regime ouro. Foi obviamente com o fim do regime ouro que a questão de se responsabilizar diretamente o Banco Central pela inflação se tornou mais corrente. Mas, enfim, é importante que a maior parte dos Bancos Centrais hoje em dia tem uma clara definição do seu objetivo principal. A seguir.

Agora é claro que vários Bancos têm outros objetivos estatutários. Se nós formos analisar essa divisão aí, você vai ver que em alguns poucos Bancos também se atribui ao Banco Central a garantia de promover o crescimento, de garantir o nível de emprego. O caso mais notável é o caso dos Estados Unidos. Mas também muitos Bancos, eu diria que é a segunda grande vertente que, aliás, também é tratada no Projeto de Lei, é toda a parte de supervisão, a parte de funcionamento do Banco Central. Há países em que a supervisão bancária não é responsabilidade do Banco Central. O caso mais conhecido é o caso do Banco... originariamente do Banco Alemão e na verdade isso foi carregado para o Banco Central Europeu. Apesar do sistema dos Bancos Centrais Europeus, vários desses Bancos, o Banco da Itália, o Banco da França, terem responsabilidade pela supervisão dos seus sistemas bancários, o Banco Central Europeu, que se plasmou muito no *Bounds(F) Bank*, não tem responsabilidade por supervisão bancária. Ele tem uma certa responsabilidade pelo funcionamento do sistema de pagamento, o funcionamento geral do crédito, mas não do Banco Central. Isto é importante porque obviamente quando se dá duas atribuições sempre aumenta a complexidade, inclusive há alguns casos, se pode especular, que na hora que o Banco também, o Banco Central é responsável pelo bom funcionamento dos Bancos, ele pode em algumas situações não ser tão, digamos assim, rigoroso com relação à inflação. Eu acho que o que a gente está vivendo hoje em dia é um claro exemplo disso, quer dizer, o Banco Central Americano está correndo para salvar os Bancos, mesmo que isso signifique estar enchendo o seu balanço, o seu patrimônio, com uma porção de papéis que ele não conhece o valor, mas o objetivo dele, principal, é salvar os Bancos, talvez até porque tenha sido um pouquinho, vamos dizer assim, benigno demais com a supervisão bancária. Então esse é um ponto a ser considerado. Particularmente quando a gente pensa no mandato, aqui me adiantando um pouquinho, no mandato e que tipo de cobrança, que tipo de responsabilidade será cobrada do detentor daquele mandato. Se vai haver, aquilo que os americanos chamam, que os anglos saxões chamam de *accountability*, a cobrança, a responsabilização, tem que se saber antes(F) qual é o mandato, para que aquela instituição serve, o que se pode cobrar. Então por isso que eu trago à atenção essa questão e as complexidades que a supervisão bancária traz. Adiante.

Muito bem. Eu acho que o espírito da discussão é muito a da independência ou autonomia do Banco Central. E fica aquela pergunta, que eu respondo aqui de uma maneira talvez bastante sucinta, é da importância da dependência. Eu acho que aí eu não estaria sendo nada rigoroso que eu dissesse que há um silogismo, mas para dar uma seqüência de pensamentos em que se procura chegar a uma conclusão lógica, que a discussão, a relevância da discussão da independência, primeiro, se considera que a estabilidade monetária, a estabilidade de preços é importante porque a inflação tem aspectos negativos, particularmente se a convicção de que a inflação e surpresas distorcem as decisões econômicas, ainda que às vezes no curto prazo dá uma relaxada, sirva para permitir no meio coloquialismo aqui nessa Casa dar um embalo temporário à economia, isso já foi discutido à exaustão, mas sabe-se que no longo prazo a inflação nada resolve. Por outro lado, a inflação tem um extremo custo social que às vezes não é totalmente medido e considerado, dada a simetria que existe no âmbito da sociedade, da capacidade de diferentes pessoas se defenderem da inflação. Nós, no Brasil, vivemos isso por muitos anos, em que parte da população tinha todos os seus ativos indexados e outra parte da população sofria mensalmente com a perda do valor de compra do salário, etc. Então além dos efeitos de distorção da economia, de ineficiência da economia, particularmente eu me lembro isso, quando eu era garoto, eu sou engenheiro, mas rapidamente percebi na empresa que eu trabalhava que por mais que você procurasse melhorar o processo de trabalho da empresa você ia ganhar 1% ou 2% de produtividade, que é muito difícil melhorar as coisas, fazer as coisas funcionarem bem, e o diretor financeiro, com algumas

jogadas e um pouquinho de sorte, podia ganhar muito mais, ou também perder muito mais, na época da inflação alta. Isso significa que as pessoas vão botar, o dono da empresa, vai botar o seu esforço, vai olhar com mais atenção não que aumenta a produtividade, mas sim o que defende as variações de preços. Então esse é um dos fatores de porque a inflação é ruim. E aí, vamos dizer assim, um último elo desse raciocínio, é que a independência do Banco Central, ela ajuda a manter a inflação baixa. Por quê? Porque a manutenção da inflação muitas vezes exige decisões que no curto prazo tem um custo, isso é bem entendido, e que na verdade você tem que proteger quem toma essas decisões para ele pode seguir à frente e a sociedade como um todo poder colher os benefícios da estabilidade de preços. Então eu diria que esse é o coração, obviamente, da discussão. Adiante.

Muito bem. A forma de se alcançar, e aí eu acho que isso é muito importante, principalmente quando se vai discutir o detalhe do texto da lei, é se medir, se ter alguns indicadores de como que se alcança a independência. Se o objetivo é alcançar uma independência, como se pode dizer se um Banco Central é ou não é independente, que atributos que ele pode ter, que características o seu funcionamento teria que a gente pude dizer estamos encaminhando na direção da independência ou não? Um dos trabalhos básicos nessa área foi esse que o [ininteligível], que ele listou, no caso para países desenvolvidos, já há algum tempo, quando essa questão de independência foi ganhando maior relevo, algumas características básicas. Uma que tem a ver diretamente com o mandato, que eu chamei alta gerencia do Banco, quer dizer, se há mandatos, se há prazos, quem nomeia, em que condições pode ser demitido, e uma coisa que a nós parece curiosa, mas que no passado não era, quer dizer, se o Presidente do Banco Central na verdade acumula outro posto ou viceversa, na verdade alguém que tem uma outra posição também manda no Banco Central, o que obviamente é um caso de enfraquecimento. Depois há clara, vamos dizer assim, apresentação de quem formula a política monetária e quando há conflitos de interesses ou de percepções entre o Governo e o Banco Central, que regras existem para sanar esses conflitos. Isso é muito importante para garantir a independência. E, também, a questão de quem participa ou não da discussão orçamentária, quem, por exemplo, trazendo para a linguagem do Brasil, quem estabelece as metas. Isso é uma medição muito clara da independência. Depois a questão do objetivo do Banco, aquilo que se discutiu no começo, se a responsabilidade pela política monetária, pela estabilidade dos preços, está ou não está no Estatuto. E, finalmente, uma outra característica é a restrição do BACEN financiar ou não o Governo. Originariamente, como eu falei, os Bancos, a Coroa, sei lá, o Banco servia para financiar a Coroa, mas isso com o tempo foi se separando, foi se dando essa clareza entre o papel de estabilidade de preços ou não. Mais uma vez por quê? Porque é importante ter objetivos claros para se poder cobrar o resultado. Se o objetivo do Banco é também financiar o Governo, dificilmente será a estabilidade dos preços. Adiante.

Uma outra, vamos dizer assim, medida para se saber a independência, aqui eu deixo como material para eventual discussão, foi uma feita por alguns italianos, também no começo da década de 90, em que se divide em dois grupos, que é bastante interessante, chama-se a autonomia política que tem os primeiros itens. Então mais uma vez, isso é um pouquinho paralelo [ininteligível], mas eu acho que é ainda da maior clareza: quem nomeia o Presidente, se ele tem mandato, se é um mandato curto, se é um mandato longo, se há um Conselho e essa diretoria é ou não é nomeada pelo Governo e se Conselho tem maior ou menor prazo. Isso é uma coisa importante, que no Brasil não se discute muito, mas a ascendência do Presidente do Banco em relação ao resto do Conselho que toma decisões é uma questão bastante importante. Na Colômbia, por exemplo, os outros membros do COPOM, chamando assim COPOM, são pessoas que não têm nem *staff*, não tem nada. Eles estão ali, votam junto, mas tem uma assimetria de informação e de poder muito grande entre o Presidente do Banco e o resto. Então no fundo é uma discussão se é monocrática ou não é monocrática a decisão e se quem participa do eventual Conselho, no caso de não ser monocrático, também está, vamos dizer assim, protegido. Muito bem, mais uma vez a estabilidade de preços, se é uma coisa estatutária ou não e dispositivos para a Resolução de conflitos. Adiante.

O segundo grupo é o grupo da autonomia econômica e reflete aquela última observação do não financiamento do Governo. Muito bem. A próxima.

Uma outra coisa que eu acho que é uma sutileza, mas, mais uma vez, deixando como material para a análise, é a questão se pode dividir, ao invés de apenas dois grupos, três grupos: autonomia de objetivos, autonomia de metas e autonomia de instrumento. Trazendo mais uma vez para o Brasil e casos claros, quer dizer, a autonomia de metas, no Banco Central Europeu a lei diz que ele tem que procurar a estabilidade de preços, mas quem define a estabilidade de preços é o próprio Banco, através de seu regimento, através do seu estatuto, que aí ele definiu como aproximadamente 2%. Então há uma definição de meta geral por fora, isso é importante definir. Por quê? Porque o Ban-

co definiu que 2% é que ele acha que é a inflação. No Brasil é um pouquinho diferente. No Brasil há o que se poderia chamar autonomia de instrumento, do uso, de implementação. Por quê? Porque a meta aqui, a definição do que é que é estabilidade de preços na verdade é feita por um órgão externo ao Banco, que é o Semenê(F), eventualmente futuro, conquanto não tenha visto na lei como exatamente uma atribuição do Conselho Financeiro Nacional, até porque ele tem um escopo maior, é no Brasil que existe na verdade uma autonomia de instrumento, ou seja, como ninguém, vamos dizer assim, ninguém tem a ver com o Banco Central, como ele vai implementar a ordem que ele lhe foi dada. Adiante.

Um outro fator de independência que muitas vezes não é mencionado, e aqui eu tenho um pouquinho de dificuldade de falar isso, mas eu acho que é muito importante, é a questão do financiamento do Banco Central. Isso no ano passado foi uma discussão, mas que é muito importante, quer dizer, muitas vezes a questão, a discussão do Banco Central financiar o Governo, mas também é importante garantir a independência financeira do Banco Central, assim como, aliás, da maior parte das agências, não só a independência financeira para os seus funcionários, mas para cumprir as suas funções. Da mesma maneira que para a ANP tem que ter independência financeira para prospectar, preparar as rodadas de petróleo, senão ela não vai estar cumprindo as suas obrigações, o Banco Central, na medida em que ele toma graves riscos, ele tem que ter uma independência financeira e aí entra toda a questão da capitalização do Banco Central, em que condições o Tesouro recapitaliza o Banco Central. No caso do Brasil, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, em particular, eu acho que essa situação tem sido tratada de uma maneira bastante clara, transparente, e o Tesouro Nacional, além de obviamente contribuir evitando a bagunça fiscal, ele também é, no fundo, quem assegura que as medidas de política monetária são sustentáveis porque o Banco Central tem uma carteira suficiente de títulos para executar a sua política. Adiante.

Bom, onde o Brasil está hoje? Usando aquele critério lá do GMT e só olhando em países emergentes, a gente diria que o Brasil está numa posição média, até por uma situação curiosa, porque apesar de o Brasil não ter mandatos, exatamente porque não tem mandatos, também os mandatos não necessariamente são curtos, o que significa que um Banqueiro Central sagaz consegue ficar cinco, seis, oito anos, aliás, dos três últimos, dois ficaram mais de quatro anos. Então isso significa que o Brasil, na verdade, acaba tendo uma continuidade de política monetária. Por outro lado, o Brasil não tem a nota máxima nessa particular classificação porque no fundo ele tem dois objetivos, ele é responsável também pela supervisão bancária. Como toda medida, é aberta a discussões, trouxe aqui mais como referência do que para a gente se sentir feliz ou triste porque está no meio do quadro. Adiante.

Bom, voltando à questão inicial, eu acho que a tendência para a independência é clara, como tantas outras coisas no Brasil, o que se vê é um crescimento, é um avanço paulatino. Ela começou com a democratização. Até a democratização, até 1986, havia a conta movimento, havia o orçamento monetário, em que tudo se misturava, em que não havia nenhuma responsabilização, exatamente como tantas vezes é comum onde não há democracia. E ela foi avançando. Eu diria que um outro grande passo em que ela se cristalizou foi exatamente na Lei de Responsabilidade Fiscal, que entre outros fatores deu exatamente essa transparência em relação à independência financeira do Banco nas duas direções, tanto do Tesouro capitalizar quanto de proibir o Banco de financiar o Governo. Adiante.

Essa tendência, eu acho que ela, no caso do Brasil, reflete outras percepções, particularmente a percepção da importância do sistema de agências reguladoras. O Banco Central, de certo modo, é uma agência reguladora. Ela tem seus objetivos, o que está se discutindo são seus mandatos, e a sua autonomia. E por que é que ela também funciona como agência reguladora? Porque toda a discussão de independência do Banco Central tem a ver com se acreditar na complexidade da atividade da política monetária. É lógico que política monetária, para muitos, é como futebol, todo mundo entende. Eu vou dizer uma coisa, Senador, eu não entendo de futebol. Eu não sei se o... Que o Juiz rouba eu até desconfio de vez em quando, mas se o técnico fez uma boa escolha ou não fez uma boa escolha eu não tenho capacidade de dizer. Outros talvez tenham. Então no caso do Banco Central existe essa assimetria de informação, é uma questão técnica, está certo, por mais que alguns achem que não, e por isso é natural que seja. Há uma outra questão que tem um pouco a ver com aquela que foi mencionada de se às vezes ter que tomar decisões difíceis, tem a ver o seguinte: a não ser que ou o Governo ou o legislador queira ter os benefícios sem ter os ônus, na verdade se delegar para alguém que tenha um mandato, que esteja lá durante um certo período, que seja especializado para tomar essas decisões, protege o Governo, protege o legislador. Eu não vou me estender aqui, mas obviamente o legislador, a resposta imediata dele é com a opinião pública, que varia, e às vezes é muito caro para o legislador ir contra a opinião pública. Então na verdade se criar essa zona de proteção para decisões,

que são essencialmente técnicas, é bastante razoável, mesmo em um ambiente de democracia. Pode ser demonstrar com vários modelos e etc. que inclusive isso melhora o bem-estar da sociedade, permite soluções mais eficientes, sem estar roubando nada da representatividade de ninguém. É uma decisão consciente do legislador, em que ele está fazendo isso para a proteção própria e da sociedade. É claro que para isso o jogo tem que estar bem explicado, as obrigações têm que estar bem definidas. Adiante.

Também é claro o seguinte: a independência não é panacéia, está certo? Eu não sei se eu sou suposto aqui, sou lato(F), que é para defender a independência, mas o fato é o seguinte: por mais que se acha que é importante, é claro que a independência sozinha não faz milagres. Está cheio de país que quebrou com independência e cheio de país que não quebrou sem independência. O ambiente com que aquilo funciona é importante. E outra coisa: a independência tem que ser conquistada. A idéia de que se vai botar um Presidente independente e com isso vai ser um artifício para se impor uma idéia que vai contra a inclinação ou a convicção da população, numa democracia não funciona. Então há estudos que mostram que com a independência ou sem independência ou se outras condições não estão presentes, não se vai ter sucesso. Eu acho que essa dose de realismo é absolutamente fundamental, até para não exigir coisas impossíveis de quem vier a ter o mandato. Adiante.

Muito bem. A independência exige responsabilidade e o mandato... existe um contrato e o mandato é uma parte importante desse contrato. Adiante.

Nesse sentido, aqui agora olhando diretamente o texto da lei aí do projeto, eu faria uma consideração: em termos a autonomia econômica eu acho que está muito claro, o projeto veda os empréstimos, veda todas as medidas que poderiam botar uma pressão inadequada em relação à autonomia econômica. Adiante.

Em relação às metas, é bastante interessante o que o projeto diz. Ele, primeiro, dá aqui, vamos dizer assim, dá de modo geral o campo de atuação da diretoria do Banco Central, que é aquela que vai ter os mandatos, mas há uma grande inovação que eu acho que é muito importante que seja focada na discussão dos mandatos. O próximo.

A principal é o seguinte: me parece ser uma inovação, realmente eu não tive tempo de olhar a legislação atual para comparar, mas se a gente for pegar ao pé da letra é uma inovação, pelo menos em relação à prática que eu tive experiência nos últimos oito anos de Governo, é o seguinte: ali há aquela palavrinha de que a formulação da política econômica passa a ser responsabilidade do Banco Central. Hoje a formulação da política monetária, digo, e cambial, ela é essencialmente do Semenê(F), ela não é do Banco. É aquilo que eu falei: o Banco tem a sua autonomia, a sua independência de instrumento, mas na verdade a autonomia de metas está num órgão externo que não está na lei, digamos assim, a questão da estabilidade de preços, mas está até no nível da definição das metas e o próprio câmbio flutuante, no fundo, no fundo, está com o Semenê(F), está fora do Banco. Então me parece esta uma mudança muito importante e que a discussão do mandato tem que ser feita nesta linha. Além disso, ela ratifica, é claro, a autonomia de instrumento ao dizer que ele tem total independência em relação às medidas que visem, inclusive, o depósito compulsório, etc. Mas eu queria salientar este ponto que de certo modo é uma ampliação da responsabilidade do Banco. Adiante.

Eu vou insistindo aqui. Por outro lado, voltando ao nosso primeiro slide sobre os objetivos, chamo a atenção que em nenhum momento a proposta se refere à estabilidade de preços que, vamos dizer assim, é a fórmula atual. Ela nos fala de defesa e fortalecimento da moeda nacional, que são conceitos inspiradores, mas sobre os quais eu não saberia elaborar. Então eu considero que no momento em que se vai dar uma atribuição, no momento em que se vai responsabilizar quem toma o mandato, o objetivo principal, se eu tivesse que saber o que aquilo quer dizer, eu não teria, vamos dizer assim, total capacidade, como eu digo, de elaborar, apesar de certamente ser inspirador. E mais: quando se olha o art. 11º, se verifica que esse é o objetivo principal, mas está sujeito a uma porção de outras considerações, uma das quais, aqui, é bastante complicada em vista da próxima etapa que se vai desconstituir, está certo, que é a questão da perda do mandato, quando se diz que a atuação tem que ser consentânea com os objetivos da política econômica do Governo. Parece absolutamente natural, mas também significa que, em princípio, o mandato fica absolutamente, vamos dizer assim, condicionado a de que a atuação do Banco Central esteja seguindo esses objetivos. Então sinto um pouquinho de tensão nessas duas orientações com os problemas, ainda mais sendo uma decisão colegiada, o que, obviamente, fica ainda mais difícil de cobrar as coisas. Adiante.

Na qualidade de instituição... Mais uma vez a questão do formulada versus medidas que visem o cumprimento da política monetária e cambial. Então eu acho que essa questão é bastante importante, tem que ser bem entendida em relação aos objetivos e o que se poderá cobrar e qual também será o relacionamento com o CFN. O CFN mudou um pouco de jeito, eu não vou querer discutir o CFN, que iria muito além

do objetivo da audiência, mas, enfim, eu acho que merece. Adiante.

Bom, aqui só um pouquinho mais informativo, eu acho que a gente está bastante alinhado, quem nomeia o Presidente do BACEN ou a diretoria do BACEN, de modo geral, é o Chefe de Estado, aqui também seria assim, só que com ratificação do Congresso. Em poucos países hoje o Banco Central é tão subordinado ao Ministro da Fazenda ou mesmo ao Governo, de tal maneira que seja nomeado meramente por um Chefe de Governo, digamos, numa coisa parlamentarista ou simplesmente o Ministro da Fazenda. Adiante.

Essa é uma outra questão que está na nossa lei. Boa parte dos Bancos Centrais prevêem mandatos relativamente longos para o Presidente, para o Conselho do Banco Central. É lógico que mandato mais longo é mais risco, mas também se nomeiam e de forma vitalícia juízes. Então pela mesma razão que no caso do juiz, o mandato mais longo cria incentivos bastante positivos de reputação, de não preocupação do que vai acontecer depois que ele sair do Banco Central. Obviamente tende a levar pessoas mais de carreira, mas é uma consideração porque o mandato básico previsto na proposta é de quatro anos. Como se vê na maior parte dos Bancos Centrais, hoje se fala alguma coisa assim de cinco até oito anos, que também tem a vantagem de não coincidir com os ciclos políticos. Adiante.

Em alguns casos os mandatos... Nos Estados Unidos são catorze anos, na verdade, é um período muito grande. Em alguns casos, em muitos casos, não há restrição de renovação de mandatos. O PL propõe a renovação apenas uma vez, pode se ver que não chega a ser uma moda, mas é uma das modas, por assim dizer, a recondução por uma vez. Eu não vou chegar a conclusões, mas eu acho que é um tema que merece consideração, vista a experiência internacional. Adiante.

Muito bem. Este é bastante interessante: quem demite o chefe ou quem demite o Conselho do Banco, se vê que novamente será o Chefe de Governo, mas curiosamente há casos em que o Governo, quer dizer, é uma ação claramente política, membros do gabinete ou o Chefe do Governo, particularmente em Casas parlamentarista, eles podem ir contra o chefe do Banco Central. Adiante.

E, também, os motivos. E aqui é importante, eu não pretendo fazer isso agora, mas eu acho que é importante, deixo para reflexão, os motivos pelos quais se pode demitir. Mais uma vez, a clareza dos motivos é importante para a boa execução dos mandatos. Em alguns casos você só pode demitir por um grave desvio de conduta, alguma coisa assim, em outros por razões formais e em outros por falha, por incompetência, vamos assim dizer, com toda, vamos dizer, a dificuldade de se avaliar a incompetência. Adiante.

No nosso caso o PL prevê, vamos dizer assim, um processo bastante elaborado, mas que quando a gente volta no gráfico anterior, ele é bastante aberto. Na verdade pode ser por qualquer razão e quando se pensa que o objetivo principal não é absolutamente claro e que há uma série de considerações lá nos arts. 12, 11, 10 e etc., talvez seja uma área que se possa querer, vamos dizer assim, tornar mais... é... eu não diria mais claro, mas mais aguda essa circunstância ou bem também se admitir que é um processo difícil, porque passa por várias instâncias, mas que deixa-se, vamos dizer assim, relativamente vago, até porque podem haver contingências complicadas, mas dá um pouquinho de dúvida sobre o compromisso com a estabilidade de preços essa forma de perda de mandato, possibilidade de perda de mandato. Adiante.

Comentando algumas outras coisas daqui, já na minha reta final, eu acho que, primeiro, a questão do mandato escalonado que está prevista é importante, positiva, particularmente no caso de mandatos curtos, quer dizer, a idéia de evitar qualquer coincidência com o ciclo político é importante, agora particularmente no caso, e vai para o item número dois, no caso do Brasil todos os diretores, quer sejam administrativos, eu não quero fazer diferença entre a importância da ação do administrativo ou do tesoureiro, etc., mas meramente que a idéia de mandato tem a ver com as decisões políticas, quer dizer, tem a ver com quem está no COPOM, quem não está no COPOM. Aqui no Brasil, ao contrário de alguns outros países, todos os diretores estão no COPOM. Se pode entender isso pela razão que eu mencionei anteriormente, de que às vezes um diretor que não seja um diretor executivo, ele tem menos acesso à informação, tem menos poder e isso pode criar assimetrias dentro do Conselho que faz as deliberações. É a questão, por exemplo, quando se tem um diretor externo, isso acontece com qualquer empresa no Conselho de Administração e etc. Mas, mais uma vez, é uma questão que merece ser aprofundada, se todos os diretores, oito diretores, todos precisam ter mandatos, e se a idéia, porque todos, na verdade o que a gente está querendo dizer é que não são os diretores pelas ações eventualmente que eles tenham lá dentro, até porque isso poderia ser, talvez, uma questão de nível de Decreto, o que a gente está dizendo é que nós queremos um Conselho Deliberativo para o Banco Central, para guiar nas suas decisões principais um grupo de oito pessoas. O que essas pessoas fazem no dia-a-dia é uma questão de Decreto, de organização da instituição. Talvez esse seja um pouco

o espírito, mas aí também vale a questão se precisa ter oito, se são seis, eu não vou ter um gráfico, mas há um certo padrão de pessoas que fazem parte de um Conselho desses, sendo que na Inglaterra metade são professores, são pessoas que não estão o tempo inteiro dentro do Banco Central, está certo, mas com esse risco de diferença não só de opiniões, mas também de assimetria, de informação.

Eu queria fazer um comentariozinho em relação a um aspecto do PL, que eu fiquei um pouco confuso, que é a questão de ter participação em instituições financeiras, aquela questão do 1%. No meu ver o que é importante não é saber quanto que eu tenho de um Banco, mas quanto a eventual participação em um ou mais Bancos é importante no meu patrimônio. Então a idéia de que só pode ter 1% de um Banco não é muito relevante, porque se todo o meu patrimônio está naquele Banco, pode ser pequenininho. Na verdade o que é importante é diversificar o patrimônio ou até isolar o patrimônio de quem está lá, ou seja, "Bom, só pode..." Isso acontece nos Estados Unidos, acontece em muitos lugares, você tem que tirar o investimento e vai botar lá um [ininteligível], "Ó, só pode [ininteligível] nacional", ninguém podia comprar diretamente títulos do Tesouro. Podia comprar indiretamente fundo DI por aí, mas eu não podia ir no Tesouro direto. Então eu acho que talvez, eu não lembro qual é o artigo, talvez no 19 ou 20, por ali, talvez pudesse fazer um pequeno ajuste em relação a isso, à questão do 1%. Adiante.

Outras considerações. Obviamente o corpo técnico vai continuar sendo importante, eu acho que o PL lida bem com a questão de auditorias, com toda a parte de apresentação de relatórios ao Congresso, etc. Um comentário é que a idéia de ter pessoas externas assistindo o Conselho Financeiro Nacional têm prós e têm contras. O Conselho, na minha experiência, aqui eu vou usar um pouquinho, Senador, desculpe me estender no tempo, mas eu vou usar um pouco da minha experiência, obviamente eu nunca fui parte do Conselho, mas participativa das reuniões do Conselho assessorando o Ministro, o Secretário do Tesouro Nacional, o Secretário da Fazenda, aliás, o Secretário da Receita, participam das reuniões do Conselho, conquanto não decidam, ele é, vamos dizer assim, um corpo bastante técnico, bastante, vamos dizer assim, colegial, e sempre há o risco na hora que se põe outras pessoas, e aqui no caso há uma previsão, por exemplo, de botar o chefe da... o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Orçamentários, que na verdade acabe se criando uma outra instância para fazer as decisões mais práticas, perca aquela fluidez, aquela informalidade que o Conselho tem. É um pouco como a experiência do Conselho nos idos da década de 80, que tinha cinqüenta pessoas e não se decidam as coisas da mesma maneira que foi a minha experiência nos anos que eu estive aqui em Brasília. Então eu também assinalaria, não tenho uma posição definitiva, mas o risco que existe de, na previsão do CFN, ter parlamentares. Por outro lado eu saliento a importância sim da visita permanente, das reuniões informais, que agora até o próprio Banco Central vai começar a ter com as Comissões, que nós do Tesouro tínhamos, que a Receita tinha e que agora o Banco Central vai ter. Eu acho que de certo modo é mais eficaz essa outra prestação de contas informal, regular, do que exatamente ter um representante no CFN. Adiante.

Conclusões. Então vou tentar resumir aqui a minha talvez excessivamente longa apresentação. A primeira é a seguinte: a delegação é boa e é natural – eu botei aqui de uma maneira coloquial para ficar fácil – quando a tarefa é complexa e quando o agente político sofre pressões de curto prazo. Isso quer dizer o seguinte, particularmente quando ele é visto como responsável. É lógico que ele só quer dar palpite sem ter responsabilidade, aí não é caso de delegar formalmente, mas se ele tem essa responsabilidade, ele sabe que é natural, que é essencial a atividade dele sofrer isso tipo de pressão, particularmente a opinião pública, a freqüência das eleições, etc., é bom ter essa delegação. E é bom ter, têm centenas de estudos, mostrando que mandatos mais longos, obviamente, trazem mais riscos, fazem a seleção ser mais complicada, mas tornam mais eficiente o mecanismo, está certo? Obviamente junto com a autonomia e a independência [ininteligível] tem que ter toda a questão da responsabilização junto ao Legislativo, está certo, com a transparência, eu acho que nós já avançamos bastante nisso, e também temos a consciência de que o mandato não faz milagre.

Eu gostaria, finalmente, de fazer um comentário que eu acho muito importante sobre a importância, a relevância do mandato. O Banco Central sozinho não faz milagre. Primeiro, em última instância, a estabilidade econômica, a estabilidade, vem de um equilíbrio monetário e fiscal. Não há equilíbrio de preços onde o Governo tem déficits sistemáticos, está certo? Existe um trabalho da literatura americana conhecida como "aritmética incômoda", que é o seguinte: pode botar a taxa de juros onde quiser. Se o Governo ficar gastando, aquilo não vai dar certo. A gente vê vários casos disso. Então o Banco Central estar protegido, o que eu quis dizer com contribuir para o debate da política econômica, na verdade, é o seguinte: um Banco Central bem estruturado, que tem um bom grupo de pesquisa, que tinha um compromisso de longo prazo com a estabilidade de preços, na verdade ele pode contribuir de uma manei-

ra muito positiva, particularmente numa democracia, onde as coisas se fazem por convencimento, trazendo elementos ao debate da economia como um todo, de um lado, do mix monetário e fiscal, porque sem o bom equilíbrio fiscal não há estabilidade de longo preço(F). A outra coisa é em toda a discussão de crescimento. A grande verdade é que a política monetária, ela afeta a demanda. A política monetária, ela não consegue fazer o país crescer mais a vida toda e isso são políticas estruturais onde muitas vezes o Banco Central pode também ter uma voz se ele se sente suficientemente protegido, respaldado, é do interesse dele, porque esta discussão ajuda ele a cumprir as suas missões de longo prazo. Não tem nada a ver com ser conservador, ser excessivamente conservador, está certo, e isso é particularmente importante porque obviamente hoje a gente está vivendo uma situação especial em que, pode até se falar, é uma situação quase keynesiana, mas de modo geral, e essa foi a grande coisa da década de 70, a percepção de que você consegue fazer choques de inflação, de que a política... ou gastar, empurrar as coisas com gasto fiscal meio keynesiano e isso permite você crescer, esse um pouquinho de enrolação, na verdade isso não tem uma base teórica. A Teoria do Keynes, Geral de Emprego, ela tinha a ver o seguinte: se eu tenho um enorme capital que assiste e por alguma razão ele está disfuncional, não está funcionando, um pouquinho como agora, os contratos se quebraram, houve um choque, é lógico que nesta circunstância o Governo pode ter um papel de reorganizar as coisas, como às vezes eu digo: normalmente o Prefeito não tem que estar preocupado com a alimentação da população em geral, tem restaurante, tem lanchonete, lógico, ele vai ter um abrigo, alguma coisa assim. Agora se há um desmoronamento, se há uma grande enchente, o Estado tem que intervir enquanto as coisas não voltam ao natural. A Teoria Geral do Emprego foi escrita exatamente depois de uma grande enchente, em que é natural que o Governo tenha uma atividade muito pró-ativa.

Este tipo de debate é um debate que o Banco Central pode contribuir, ajuda, ele não é o dono da verdade nisso, mas é muito importante, até para as pessoas entenderem a troco do que é que ele toma as suas decisões.

E o meu convencimento, o meu último ponto, pode passar, é que o mandato facilita, dá segurança para que este tipo de debate democrático, econômico, de alto nível, que ajuda o crescimento, possa ser feito com serenidade. Muito obrigado, muito obrigado Presidente, obrigados a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vamos a seguir então conceder a palavra ao professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e, depois, abriremos os debates sobre as exposições feitas. Com a palavra o professor Luiz Gonzaga Belluzzo.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Meu caro Senador Marco Maciel, Srs. Senadores. É uma honra e quase um dever estar aqui para prestar esse depoimento junto ao Senado da República.

Eu queria, na verdade, dizer que inicialmente o Joaquim me poupou uma discussão sobre os relatórios acerca das pesquisas ou das investigações sobre a autonomia do Banco Central. Eu ia fazer esse relatório baseado num texto do Fundo Monetário Internacional, o *Central Bank Autonomy*, mas ele já fez, porque esse relatório, na verdade, resume os trabalhos do *Cukierman*(F) e do GMT, de modo que eu vou entrar nas questões polêmicas, que não são poucas, como o próprio Joaquim indicou, são muitas.

Como o tema aqui é a questão dos critérios de indicação, fundamentalmente, de indicação e de demissão dos membros da diretoria do Banco Central, eu queria começar com uma questão geral a respeito da idéia de independência ou de autonomia. A idéia de independência e de autonomia freqüentemente quase se aproxima quando eu ouço as discussões, Joaquim, com a idéia de soberania. Esse trabalho do *Cukierman*(F), ele caminha numa direção, a meu juízo, um pouco complicada, porque ele dá um grau maior de autonomia ao Banco Central quando os seus membros não são indicados politicamente. Ora, isso numa democracia moderna, num Estado de direito, em que na verdade o ente soberano é o Estado e essa soberania decorre do sufrágio popular, não é uma premissa aceitável. Então vamos começar com a idéia de que a autonomia do Banco Central tem que ser definida claramente, aliás, no caso do Brasil, ela não está definida claramente, e eu acho que aí está o mérito do projeto do Senador Arthur Virgílio, porque ela precisa ser, na verdade, definida claramente na legislação. O Presidente do Banco Central não tem mandato e, ademais, não há, como há em outros Bancos Centrais, claramente estabelecida a idéia de prestação de contas ou que se diz de *accountability*, porque a autonomia do Banco Central supõe que o Banco Central preste contas aos Poderes eleitos, aos Poderes eleitos, sobretudo aos parlamentos. Esse é o princípio que está inscrito na autonomia do Banco Central Americano. Aqui o Presidente do Banco Central vem prestar contas, mas ele vem prestar contas a convite, ele não vai prestar contas--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Era a convite, mas nós aprovamos uma lei nova.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Agora?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, uma lei de minha autoria inclusive, ele é obrigado a vir trimestralmente a prestar contas.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Muito bem, então você está cumprindo a obrigação da *accountability* e essa obrigação tem que ser respaldada pela capacidade do Senado ou do órgão legislativo, na verdade, questionar efetivamente o andamento da política monetária.

Há uma outra questão que é a questão da composição, sobretudo, do Comitê de Política Monetária. O que diz ex *Vice-Chairman* do Banco Central Americano, Alan Blinder, a respeito dessa composição? Em todos os casos, diz ele, é recomendável que esses Comitês tenham a participação de membros independentes, como é o caso de muitos Bancos Centrais, particularmente do Banco Central... do *Bank of England*, do Banco Central da Inglaterra. Nós tivemos... Nesse Comitê estão presentes não só os membros, os diretores do Banco Central, mas, também, economistas, acadêmicos, gente do mercado financeiro de setor bancário. Essa diversidade de composição para os Comitês de Política Monetária, ele é importante e está presente na fundação, na idéia de fundação original do *Federal Reserve*. O *Federal Reserve* na sua carta original de fundação, de 1913, ele diz que devem ser considerados os interesses da agricultura, do comércio, da indústria, dos serviços, do trabalho e dos consumidores. Essa é a carta original, que ainda é vigente, que regula a composição do Comitê de Política Monetária do *Federal Reserve*. Isso vai na contramão ou, na verdade, na contramão disso vai a especificação do Conselho Executivo do Banco Central Europeu, que diz que apenas pessoas de reconhecida e excelente experiência profissional em matéria monetária devem ser admitidos no Comitê do Banco.

Eu gostaria, além disso, de referir ao fato de que essa questão da *accountability* e da composição, elas estão necessariamente articuladas, porque o que nós temos no Brasil? Nós temos uma composição exclusivamente de diretores do Banco Central, sem participação de membros externos, essa é uma sugestão que eu trago à Comissão, e, além disso, a questão da *accountability [soa a campainha]*, a questão da *accountability* ou da prestação de contas é extremamente importante, porque como disse o Joaquim Levy, a política monetária tem que ser considerada nas suas relações com a política fiscal, não há como se fazer essa separação.

Quero dizer, ademais, que a questão da autonomia tem que ser definida muito claramente, e eu tenho, para mim, que a autonomia operacional é que deve ser garantida ao Banco Central. A fixação dos objetivos, da meta de inflação, devem ser atribuídas a outro corpo governamental. No caso do projeto do Senador, me parece que é o Conselho Financeiro Nacional. Então acho que essa separação é muito importante, porque ela permite que o Banco Central tenha independência nos objetivos e, ao mesmo tempo, que, na verdade, o conjunto da política econômica não seja desassistido pela execução da política econômica, ou seja, essa é a fórmula mais adequada para o funcionamento da política monetária numa democracia moderna.

Não vamos subestimar a área de conflito que existe em todos os países entre os objetivos que são atribuídos ao Banco Central. Eu queria dar um exemplo muito contemporâneo a respeito do conflito entre esses objetivos. Vou dar o exemplo do *Federal Reserve* nos últimos anos. O *Federal Reserve*, o Joaquim Levy mencionou isso de passagem, o *Federal Reserve* descurou da sua função de supervisão bancária e financeira, entendendo que simplesmente a sua atribuição em relação à estabilidade monetária seria suficiente para garantir a estabilidade financeira. Eu acho complicada essa separação entre você atribuir a outro corpo governamental a função de regular o Sistema Financeiro, porque na verdade na hora que ocorre a crise é o Banco Central que tem os instrumentos capazes de intervir na crise financeira. É ele que tem, então ele tem que assumir essa possibilidade, ainda que você tenha essa dualidade e esse problema de, às vezes, conflito do mandato. Esse conflito é inerente às economias monetárias, porque vamos ser claros: Joaquim, eu não vou discutir o modelo Keynesiano com o Joaquim, que não é o caso, mas eu concordo em parte com você, não totalmente. Vamos ser claros: o descaso com a regulação por parte do *Federal Reserve* e por parte do Banco Central da Inglaterra ou a idéia de que era possível você se circunscrever exclusivamente à política monetária, ela decorre da idéia de que os mercados financeiros são eficientes. Não são eficientes no sentido de que, eu vou simplificar, que eles são auto-reguláveis e que eles se estabilizam em algum momento, basta você ter uma política monetária que forneça um horizonte de expectativas razoável para os agentes econômicos. Ora, quando o Joaquim falou de estabilidade de preços, eu falei: quais preços, de quais preços você está falando? Você está falando dos preços de bens e serviços exclusivamente ou você está falando dos preços dos ativos? Ao longo da década de 90 houve uma controvérsia enorme nos Estados Unidos, ainda que não repercutida com muita clareza aqui, a respeito da necessidade do Banco Central intervir através de instrumentos diferentes dos instrumentos tipicamente monetários, como a taxa de juros de curto prazo, para estabilizar o mercado, o preço dos ativos. Muito bem.

O que é que o nosso amigo Grynszpan, a despeito de ter sido inquirido nos *hirings*(F), viu Aloizio, ter sido inquirido nos *hirings*(F) do *Federal Reserve* a respeito de como ele ia fazer com a bolha, ele disse que não podia reconhecer a bolha e, se reconhecesse, não podia fazer nada. Obviamente uma resposta evasiva, porque ele poderia sim ter feito, tomado como o FED está tomando agora para socorrer os Bancos, é o chamado *quantitative easing*. Ele não está usando, ele já não tem mais um instrumento simplesmente da taxa de juros, porque ele já baixou a taxa de juros no limite, ele não tem mais, então ele está fazendo política quantitativa, a mais descarada, com desculpa, comprando qualquer ativo, qualquer que seja o seu preço, qualquer ativo para poder impedir que o *crash* financeiro se propague. Então o que ele fez foi ampliar, desmesuradamente, o balanço dele para incorporar no seu balanço papéis privados e, seguramente, para reduzir ainda mais a taxa de juros ele vai ter que comprar títulos de longo prazo, provavelmente, de dez anos, porque os títulos curtos já estão com rendimento absurdo, quase que zero, praticamente zero, ontem chegou a zero o título de dois anos, se eu não estou enganado, e o título de dez está com um rendimento de três e... Quanto é, Joaquim, você que acompanha?

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Você não cuida disso, tá bom, mas é três e pouco, bem abaixo de quatro, bem abaixo de quatro.

Então o que eu queria dizer é o seguinte: não é possível separar as duas funções. As duas funções têm que ser exercidas pelo Banco Central, porque na verdade é uma falácia separar a política monetária, a política de estabilidade de preços da política de supervisão bancária e da política financeira.

Então esse mandato tem que ser conferido, Senador Arthur Virgílio, explicitamente ao Banco Central hoje em dia, explicitamente ao Banco Central. É o que eu sugiro que se coloque no seu Projeto de Lei, precisa ser determinado explicitamente que o Banco Central tem responsabilidade sim na estabilidade do Sistema Financeiro, como tem responsabilidade sim em atuar de maneira preventiva e, depois, curativa, no caso de um equilíbrio como esse que está ocorrendo no Estado. Seria desejável que o Banco Central não fosse obrigado a praticar essas heterodoxias, o Banco Central Americano, se ele tivesse, na verdade, cuidado de uma regulamentação competente e dinâmica ao longo do tempo. O que ele fez, na verdade, foi se omitir completamente em relação à regulação do Sistema Financeiro de uma maneira, eu diria, eu não estou aqui, eu não sou um Promotor, não pertenço ao Ministério Público, não se trata de fazer acusações, se trata simplesmente de desvendar quais são as responsabilidades.

Então isso decorre muito e muito de uma concepção estreita do que é a independência do Banco Central e de suas atribuições, de uma concepção estreita e inadequada do meu ponto de vista, porque isso funcionou durante muito tempo bem por fatores que eram estranhos à competência ou à incompetência do Banco Central. Eu não preciso, hoje tem um artigo que eu recomendo que leiam do Thomaz Mayer, que é um dos maiores especialistas americanos em questões bancárias, sobretudo ele tem vários livros sobre o Banco Central e os Bancos, mostrando claramente que os resultados, os bons resultados a respeito da inflação do crescimento nesse período da estabilidade tiveram pouco a ver com o comportamento do Banco Central. Muito ao contrário, o Banco Central Americano se portou de uma maneira que levou ao cometimento de imprudências por parte do Sistema Financeiro Privado. Então não é possível que o Banco Central se omita dessa sua responsabilidade, ainda que nos últimos anos eles tenham feito isso com grande desassombro, de não tomar cuidado com o que estava acontecendo com o preço dos ativos, ou seja, com a *accessing inflation*(F). Eles cuidaram da inflação de bens e serviços e não cuidaram da inflação de ativos, na verdade, que acabou culminando com a crise.

Eu queria, na verdade, me referir ao fato de que os mandatos têm que ter sim tempo determinado, e voltando aqui àquela sugestão que eu fiz, eu acho que esse Comitê de Política Monetária deveria ter membros externos, que tivessem também os seus mandatos garantidos, e que compusessem e que tivessem uma representatividade maior, porque o Blinder, ele faz uma distinção entre os Comitês que são individualistas, ou seja, em que os membros assumem uma responsabilidade individual, e os Comitês autocráticos. Eu acho que o Banco Central brasileiro tem uma semelhança muito grande com os Comitês autocráticos, até no fato de que os votos individuais não são revelados. Os votos individuais têm que ser revelados e ser justificados. Isso é uma questão que tem que ser tratada pelo legislador. E, além disso, as atas do Banco Central têm que referir e têm que circunstanciar as razões pelas quais, porque isso é uma questão de transparência, como dizem, de transparência e de dever público no sentido de apresentar à população as suas razões. Não se trata, na verdade, de estabelecer uma Gestapo com os membros do Banco Central. Se trata sim de garantir a transparência e a clareza a respeito das suas decisões. Nós não podemos concordar, de maneira nenhuma, com a idéia de que o voto é esse e acabou, porque essa questão não está excluída

do debate público. Não é proibido dar palpite sobre a política monetária. É claro que a política monetária é um escaninho muito particular de especialistas e é natural que seja assim, mas esses especialistas têm responsabilidade pública, eles têm que prestar contas à sociedade, explicar por que votaram. Você não pode se esconder atrás de um coletivo anônimo e dizer que a decisão foi unânime ou que teve três que voltaram contra e cinco que voltaram a favor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que tal o senhor me permitir--

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Transmitir ao vivo as reuniões do COPOM para dar transparência em tempo real aos diálogos sobre a política monetária.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Eu seria menos radical que o Senador, eu acho que um tanto embaraçoso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me permite, Senador? Eu não sei se aí seriam as televisões todas ou criaria uma TV COPOM. Como seria?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pode ser, tem um exemplo muito positivo, eu estava transmitindo ao Senador Arthur Virgílio, as reuniões da ANATEL passaram a ser transmitidas ao vivo pela Internet e dando transparência real, um exemplo muito positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu convidaria o Senador Suplicy a presidir a Reunião, porque eu terei que me afastar por alguns minutos e retorno a seguir. Continua o professor Belluzzo com a palavra para--

[troca de presidência]

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Já que ele me tomou a palavra... Eu, de fato, eu tenho dúvidas a esse respeito, porque isso pode representar, no momento da votação, uma pressão desnecessária, uma quase suasão eu acho que excessiva em cima dos membros, mas eu não desconsidero essa hipótese.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: É, pois é. Eu queria, para terminar, ele falou no mercado, eu acho que ao vivo tem esse risco tremendo de que, na verdade, vai causar um tumulto no mercado. O mercado, como os senhores sabem, é uma entidade que levanta de manhã, toma café, fuma um cigarro, toma o ônibus e vai para o trabalho, se é que trabalha. Mas aí a questão que eu quero dizer é o seguinte: a questão da relação do Banco Central com o mercado, que aqui ninguém trata dessa questão. Essa é uma questão delicadíssima, eu quero dizer, porque há uma espécie de cultura comum entre os membros, as diretorias do Banco Central. É uma rede, é uma rede de uma confraria de pessoas que estão habituadas a lidar com os efeitos e as perspectivas ou as conseqüências da política monetária. Eu trabalhei seis anos numa instituição financeira, trabalhei na Mesa e sei muito bem como essas questões são complicadas. E eu confesso que eu não sei como se pode prevenir, por exemplo, os riscos e as suspeitas de que ocorram informações em *side information*(F). Essa é uma questão complicada e tem a ver com as relações entre o mercado. Eu sempre falo da chamada porta giratória, o cara entra por um lado e sai pelo outro. Ele entra no Banco Central, eu vou falar claramente disso porque isso precisa ser dito, ele entra no Banco Central, sai e vai virar economista do Banco não sei o que. Isso é um problema, então isso tem que ser tratado sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Ou então isso. Eu acho isso muito complicado, ainda que nós tenhamos questões que dizem respeito à expertise. É muito difícil hoje em dia, dada a complexidade dos mercados financeiros, você ter alguém que compreenda exatamente como eles funcionam sem que ele tenha um treinamento específico. Não sei se não é o caso das autoridades ou do Congresso pensar num corpo de funcionários que tenham treinamento adequado e que tenham independência em relação à sua carreira futura.

Eu vou contar para vocês aqui uma história de anos atrás, quando eu perguntei a um amigo meu por que é que ele ia aceitar ser diretor do Banco Central, ele disse: "Porque eu vou promover a minha carreira", vai [ininteligível] a carreira. Eu acho que isso é um problema de conflito de interesse que nós não podemos esconder embaixo da mesa. Isso tem a ver com interesse público no sentido de que quem decide, toma essas decisões, precisa ter claro que essas decisões, elas têm efeitos distributivos, têm efeitos alocativos, têm efeitos sobre o desempenho geral da economia, porque não é tão simples assim você dizer: "Olha, se você tiver estabilidade de preços, está tudo resolvido". Mas uma decisão de política monetária tem sim efeitos alocativos, tem efeitos distributivos e tem efeitos no mercado financeiro sobre quem ganha e quem perde.

Então era isso que eu queria dizer, muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem professor Luiz Gonzaga Mello Belluzzo. O Presidente, o Senador Marco Maciel, pediu licença porque o Presidente Garibaldi Alves o chamou por alguns instantes. Então tem a palavra

agora o Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento, e o Senador Aloizio Mercadante em seguida.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Senador Aloizio foi eleito líder do PT, nós vamos ter mais debate qualificado daqui para frente. E é bom que seja, não tem porque, não cabe sarcasmo aí, eu fico muito feliz e parabenizo o Senador e parabenizo o PT pela sábia escolha.

Mas eu gostaria, Dr. Joaquim Levy, professor Belluzzo, de dizer, antes de mais nada, as razões pelas quais chegamos a compor esse leque de projetos. Eu até resumo os projetos.

Aqui falou-se muito da autonomia e pouco do Sistema Financeiro, o sistema estritamente financeiro, um é o nº 72 e o outro é o PL nº 102. Mas tem o PLS 339, que dispõe sobre a autorização e participação do capital estrangeiro nas instituições financeiras e estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização e dá outras providências, enfim. Vou passar por ele bem rapidamente.

O nº 341 dispõe sobre mercado e seguros privados, resseguros e capitalização e suas entidades de supervisão e fiscalização, regulamentando parcialmente o art. 192, da Constituição, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

O PLS nº 349, ele institui o Sistema Nacional de Previdência Privada, cria o Conselho Nacional de Previdência Privada e a Superintendência de Previdência Privada e regulamenta as atividades das instituições autorizadas a atuar no mercado de previdência privada em conformidade com o previsto no art. 192, da Constituição.

O PLS nº 350 dispõe sobre o sistema de distribuição de valores mobiliários, conforme o previsto no art. 192, da Constituição.

Aí caímos no... Eu vou falar primeiro do nº 102, que aqui nós falamos muito pouco sobre ele, que regulamenta o Sistema Financeiro Nacional, cuida do que é estritamente financeiro, e o nº 72 é o que dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil e dá outras providências, formaliza a autonomia do Banco Central, define mandatos fixos e não coincidentes para a sua diretoria, estipula impedimentos e quarentena para os seus diretores.

Na verdade eu ia apresentar os seis, apresentei cinco e a autonomia do Banco Central ficou com o Senador Tourinho. Ele, para azar do país, enfim, não se reelege, e eu combinei com ele que eu apresentaria o projeto com algumas modificações e fiz isso. Não tinha a pretensão de imaginar que aquilo ali daria numa solução acabada, não mas não tinha mesmo. Entendo, por outro lado, que talvez seja esse o ponto da minha atuação como Senador que me deu mais satisfação por sentir que talvez seja a coisa mais útil de prático, de mensurável que dá para se falar sobre esse mandato ao final dele. E vejo, pelas duas exposições, com muitas concordâncias com o professor Belluzzo, mas eu estava dizendo para o Mercadante que a gente concorda, mas é mais ou menos assim, é um "X", eu vou na direção do Levy e ele na sua direção, enfim, mas--

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, agora ele chegou para cá, chegou um pouco mais para cá.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Para ficar mais perto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, ficou mais perto, pois é, mais perto do Belluzzo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas eu sempre trato muito bem o--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu também, eu tenho pelo Belluzzo uma... A única mágoa é futebolística, que mesmo o Palmeiras perdendo, o Flamengo não aproveitou.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Eu queria dizer que eu não entendo de futebol e não escalo o time do Palmeias, infelizmente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, é verdade. Eu, se tivesse escalado o time do Flamengo, não teria sido aquele vexame todo.

Mas, enfim, a idéia básica era, primeiro, apresentar o projeto, e foi há muito tempo atrás, 2003, suscitar a discussão, ela vem agora no ano de 2008, ou seja, é um processo que a gente pode dizer que é lento, mas ele não ele não é só lento, essa lentidão aparente, ela infunde sabedoria, porque termina não sendo um projeto de uma pessoa só e agora vai ser um projeto de muitas vezes.

O Senador Antonio Carlos relata dois desses projetos, o nº 72, esses do Banco Central, e o nº 102, e ele tem muito do mérito de nós estarmos aqui realizando esse começo de seminário, que na terça-feira que vem tem outra rodada, enfim, e eu gostaria de ressaltar algumas coisas, viu professor Belluzzo. Eu tenho assim uma discordância em relação a essa história, e discuti isso com o Aloizio ainda a pouco, de ser pouco ético ou duvidosamente ético alguém sair do Banco Central e virar banqueiro ou trabalhar num Banco, porque as pessoas que tiveram a opção, o talento elas tinham, são do ramo, mexem com isso, elas teriam a opção de não passar pelo Banco Central. A questão da informação privilegiada, e a gente supõe que o Senado estaria com o cuidado de indicar pes-

soas sérias, nesse Governo houve alguém que nós aqui cobramos a não nomeação dele por algo meio cinzento que saiu no bojo da CPMI do Banestado, nós temos aqui o cuidado, eu acredito que o Presidente da República também, nós temos o cuidado de procurar examinar quem é a pessoa que está sendo nomeada, nós supomos saber e supomos reputação ilibada. Eu entendo que ganha a iniciativa privada, ganha os Bancos, se um Armínio Fraga não tiver que passar pelo Banco Central, se ficar apenas na atividade dele banqueiro, enfim. Eu vejo que a quarentena resolve isso bem. São pessoas que são desse metiê e que podem se dedicar exclusivamente à sua realização privada e algumas têm o viés de espírito público, têm uma via pública. Eu não criminalizaria por aí.

Eu vejo uma anomalia. O Presidente Meirelles, ele é ao mesmo tempo o Presidente do Banco Central, que caracteriza um perigo muito nítido, ou que caracteriza, digamos assim, um apelo a acreditarmos na autonomia, e ele é Ministro de Estado demissível *ad nutum*. Eu entendo que nós estamos marchando, a época dos palpites sobre o Banco Central estão acabando, sou a favor deles terem que prestar contas, sou a favor também disso, não sei se chego ao televisionamento, mas sou a favor de prestarem contas e nada dessa história de decidimos porque decidimos e não ter que dar explicação e nem porque esconder o nome dos três que contra cinco votaram a favor de rebaixar os juros, quando cinco queriam manter os juros.

Por outro lado, eu entendo que quanto mais nós despolitizarmos o Banco Central, mais nós vamos poder ter quem fale para a história, porque peguemos a figura do Presidente da República, esqueçamos o Presidente Lula, esqueçamos o Presidente Fernando Henrique, esquecemos o Presidente Hermes da Fonseca, qualquer um. O Presidente é um ente político, ele é um ente político e um ente político, ele pode tender a tomar decisões políticas. Eu acredito que o poder dele deve estar contingenciado sim, ao contrário do que dizem aqueles que "ganhou a eleição, então manda em tudo". Ganhou a eleição, indica o Presidente do Banco Central, mas sabendo que a partir daí a coisa funcionaria mais para feris(F) do que para o Banco Central de antes.

Eu entendo que nós andamos melhor, desde o momento que o Presidente Fernando Henrique considerou que o Banco Central mereceria a autonomia operacional e que o Presidente Lula manteve, me parece que esse foi um dos pontos mais fortes do atual Governo, um dos pontos fortes, porque emitiu muita segurança, emitiu muita calma, muita calmaria aos mercados, enfim.

A gente pega um leque, uma cesta de trinta países e percebe que os trinta países que adotaram formalmente a autonomia do Banco Central, eles apresentam um quadro de inflação decrescente e de crescimento econômico acelerado. O Brasil ficou num meio termo, melhor do que países que não reconheciam sequer a autonomia operacional.

Eu entendo que nós temos muito que avançar e sei que o Antonio Carlos Júnior vai fazer um belo trabalho de Substitutivo ao Projeto, e com a colaboração dos senhores, porque muitas coisas passam a povoar a minha própria cabeça como dúvida, ou seja, eu entendo que nada mais nada menos esse leque de projetos é um começo, é um começo e daí nós temos que evoluir, mas eu percebo que nós estamos no meio do caminho, nós não avançamos em relação ao passado da interferência. Havia um Presidente da República muito querido meu, mas chegava, chegou uma vez a polemizar com o Presidente do Banco Central publicamente. Era uma outra época, era um outro Brasil. Eu percebo já agora uma certa incontinência do Presidente da República dizendo, em outras palavras, "Os juros têm que baixar". Depois eu soube, para não ser injusto com ele, que ele teria supostamente se dirigente ao juros na ponta do consumo, não teria se dirigido aos juros básicos, não teria se referido à SELIC e isso me tranqüilizou, porque esse é um mérito que ele tem.

O Presidente, toda vez que apostou na estabilidade da moeda para valer, rejeitando certas teses que me parecem exóticas, a gente aqui houve tudo, é como consultório de psicanalista, a gente houve tudo aqui, eu cheguei a ouvir: "Ah, tem que ter meta de inflação, mas tem que ter meta de crescimento". Eu percebo: E quando as duas colidirem, qual é a preferencial? Para mim é a de inflação, porque essa é que vai determinar o crescimento saudável da economia. Não ainda imaginar que nós poderemos voltar aos tempos em que se acreditava que um pouquinho mais de inflação não fazia mal, que o crescimento compensaria, porque o crescimento não é o crescimento real se ele traz de volta algo que custou tanto à sociedade brasileira, debelar(F), tantos esforços, com tantos planos. Eu entendo que o Plano Real não foi um milagre de quem quer que fosse. O Plano Real foi a somatória de diversas tentativas que eu não diria fracassadas, diversas tentativas que foram amadurecendo, no momento em que haveria uma tentativa definitiva. O Brasil que também observou o que se passou para o Plano Austral da Argentina, o que se passou com a tentativa de estabilização da moeda no Leste Europeu, com as tentativas em Israel de enfrentar a inflação, quer dizer, eu sinto que não sendo acabada a minha idéia, e já vi

que ela não é acabada, até porque ela tem reparos do professor Belluzzo, que eu respeito de sobremaneira, tem reparos do Dr. Joaquim Levy, que eu respeito do mesmo modo, e sei que ainda virão mais reparos por aí de outras figuras ilustres que aqui comparecerão para opinar sobre o projeto, eu me sinto muito feliz de estar podendo dar esse *start* e muito claramente para mim está: se não é acabada a idéia, por outro lado o modelo que o Brasil vive hoje é meio caminho, não é o caminho definitivo. Ele pode retroceder, pode ser que amanhã alguém com instinto populista ou alguém que entenda que sua sobrevivência política depende de um gesto populista praticado em matéria de política monetária, de política cambial, esse alguém pode fazer o retrocesso, quando o Brasil teria, pelo avançar da história, teria que brigar por um passo à frente. O passo à frente, para mim, é a autonomia do Banco Central, essa autonomia que vai ser, eu estou seguro, vai ser fruto de um debate que começa a ganhar corpo aqui na Casa. Têm poucos Senadores, é verdade, mas nós estamos há muitos anos lutando por isso. O Aloizio, eu, o Júnior desde que chegou, o Eduardo, os que têm Estado aqui e outros que com certeza estão na reunião de líderes agora com o Presidente Garibaldi.

Portanto, nesse primeiro momento, Senador Suplicy, eu me reservaria, até para ouvir o Eduardo e ouvir os demais companheiros, eu me reservaria ao direito de tecer essas considerações gerais, porque de fato eu resumo o que penso: nós temos anomalias. Anomalia maior é nós termos um Ministro demissível *ad nutum* que ao mesmo tempo é Presidente do Banco Central. Isso me cheira a uma promiscuidade, não é o modelo ideal. Ou é Ministro ou é Presidente do Banco Central, não deveria ter essa relação tão clara de subordinação, não deveria, a meu ver. Segundo, outra anomalia para mim é nós não percebermos que nós, que clamamos tanto por juros mais baixos, enfim, a impressão que eu tenho é que se déssemos à autoridade monetária, se déssemos a ela a autonomia que eu requeiro, não serão essas as palavras finais, mas a autonomia que requeiro nesse projeto, nós teríamos um belo pretexto, ou uma bela razão, mais do que um pretexto, um belo motivo para baixar juros por consciência, estaríamos passando uma senhora noção de civilidade, uma senhora noção de modernizado, uma senhora noção de responsabilidade para os mercado. Agora a forma final vai ser muito a elaboração do que estamos ouvindo e muito do que ainda vão interagir conosco os Senadores e os Deputados que têm muito a dizer sobre esse projeto. Obrigado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu poderia intervir também agora, porque eu tenho compromisso?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então o Senador Aloizio Mercadante e, em seguida, nós ouviremos os dois a respeito das reflexões, se todos estivermos de acordo. Senador Arthur Virgílio, tudo bem? Senador Aloizio Mercadante com a palavra então.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, é um prazer muito grande participar de uma audiência com a qualidade da intervenção e da história de Joaquim Levy e do meu companheiro professor Luiz Gonzaga Belluzzo, sempre consistente e coerente com o seu pensamento econômico crítico e, eu diria, imprescindível ao país.

Eu considero que o grande debate desse momento da história econômica é outro. Eu acho que o debate central que nós devemos enfrentar é que não é possível a economia mundial sair dessa crise e construir uma perspectiva de estabilidade e crescimento sustentável sem mais regulação, sem mais mecanismos de controle, sem limites à dinâmica do Sistema Financeiro, sem exigências de prudência, de transparência, porque o que nós assistimos, o que nós estamos vivendo na história econômica é a maior crise econômica desde 1929, uma crise que só em Bolsa de Valores você teve uma perda contábil patrimonial de 32 trilhões de dólares. Estados Unidos, Japão, Europa, todos já vêm de uma taxa negativa de crescimento no trimestre anterior e agora aprofundando a desaceleração e um quadro de recessão instalado nas principais economias do mundo. O Brasil, felizmente, está sendo atingido tardiamente por essa crise, mas será duramente atingido, nós não podemos ter ilusão quanto a isso, dada a contração de crédito, da paralisia do sistema de financiamento, a desalavancagem brutal que é resultado de uma alavancagem imprudente, irresponsável, inaceitável que aconteceu na economia mundial. Nós estamos vivendo um momento que milhões de pessoas do planeta vão perder o emprego. Empresas vão quebrar. Dor, sofrimento, por uma dinâmica financeira que não pode mais prosseguir. Esse é o grande debate que nós precisamos enfrentar.

Quando os Republicanos exigem da administração Clinton o fim da Lei *Glass-Steagall*, em 1999, que era uma lei que estabelecia a associação Banco de Investimento e Banco Comercial, na medida que eles retiraram esse instrumento e começam a avançar o processo de desregulamentação do sistema, com uma agenda que era a Agenda do Estado Mínimo, a Agenda

da desregulação, que os novos derivativos, os *reds*(F), seriam mecanismos de auto-regulação do mercado e a história está demonstrando que não foi assim, não pode ser assim, é indispensável que a sociedade tenha mecanismos de controle através do Estado, através do Governo democraticamente eleito.

Eu acho que o debate que nós precisamos fazer agora, nesse momento da história, é como, por exemplo, acabar com os paraísos fiscais. Como é que vai ter regulação no sistema com paraísos fiscais que estão totalmente fora do controle dos Bancos Centrais e da economia internacional? Então eu vejo que o grande debate que nós precisamos contribuir no âmbito do G-20 e que o Brasil, o Congresso Nacional, deveria estar patrocinando, é exatamente o debate do novo marco regulatório do sistema, porque os derivativos, em especial, estavam totalmente fora das regras de Basiléia, quer dizer, nós temos Bancos Americanos alavancados mais de sessenta vezes, uma alavancagem completamente irracional do ponto de vista da história econômica.

Bom, dito isso, o que é que nós podemos debater em relação a essa questão? Questões que eu formulo. Se nós levarmos adiante esse modelo que o Presidente da República, eleito pelo sufrágio nacional, do voto popular, num regime presidencialista, ele não pode demitir o Presidente do Banco Central, porque naquele modelo não pode, tem que passar pelo Congresso Nacional, através do Senado e voto secreto para homologar ou não, vamos supor que numa crise dessa dimensão e o Banco Central tem um papel de estabilidade sistêmica e de agilidade decisória e tem que ter sintonia entre o Banco Central e a política da Fazenda, ainda mais numa situação de crise, tem que ter agilidade, tem que ter metas coordenadas que vão além, simplesmente, da função clássica do Banco Central que é, num regime de metas de inflação, que eu defendo, e câmbio flutuante, de ter como perspectiva manter a inflação sob controle. O Banco Central é o Banco dos Bancos, o Banco Central tem um papel decisivo na regulação do sistema e na supervisão bancária para manter, para evitar a crise sistêmica, e para atuar nesta condição ele tem que ter sintonia com o Governo, sintonia com a Fazenda, sintonia com a política fiscal, sintonia com todas as medidas do ponto de vista, por exemplo, de formular uma política anticíclica, como hoje todos os Bancos Centrais e todos os Governos do mundo estão fazendo, quebrando uma série de paradigmas. Nós estamos assistindo os Republicanos estatizar empresas, terem participação acionária em Bancos, comprar ativos podres, só no Citibank são mais de 300 bilhões de dólares, e discutindo agora o Congresso Nacional colocar dinheiro direto na indústria automotiva de um país que começou o ciclo do automóvel e que hoje não tem competitividade mais quase na sua base manufatureira, sequer na sua produção de automóveis. Tem um papel, é um país que tem capacidade de se recuperar, que tem áreas de grande consolidação de liderança, ainda é de longe a maior economia do mundo, mas mostra a profundidade dessa crise e a mudança de paradigmas.

Então nós não podemos perder a perspectiva da soberania, da democracia na gestão da política econômica, quer dizer, o Presidente da República, o Governo democraticamente eleito, é ele que vai prestar contas perante o povo, é ele que vai ter que suportar os ônus das decisões econômicas equivocadas e você não pode delegar a uma burocracia, qualquer que seja, um status incompatível com essas funções que o mandato popular assegura no processo democrático.

Então eu acho que nós devemos aperfeiçoar, eu acho muito positivo esse debate da direção da autonomia operacional do Banco Central, estabelecer claramente essa perspectiva, de foto nós temos ela hoje sendo praticada no Brasil. Eu participei do convite ao Ministro Meirelles, e a primeira conversa que nós tivemos, naquela ocasião, era uma decisão dura para ele ter que renunciar ao mandato, recém eleito, e as duas condições que ele colocou era: liberdade para montar a equipe e autonomia para decidir. Isso foi honrado durante todos esses seis anos, jamais houve qualquer interferência indevida na montagem da equipe ou qualquer intervenção descabida do ponto de vista das decisões do COPOM. Agora o debatido é democrático.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me permite interferir?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por exemplo, sobre a meta inflacionária. Eu, quando no meio de um choque externo de demanda o COPOM, que não é nem o COPOM, é o Conselho Monetário Nacional, queria baixar a meta de inflação, como queriam fazer, eu falei: "Vocês vão jogar a política monetária num patamar que vai comprometer a recuperação econômica", que se iniciava em 2004, e tanto o debate era oportuno que o Conselho Monetário Nacional teve que refazer a meta ao longo do ano porque errou na calibragem da meta. Recentemente, quando há mais de um ano a inflação estava abaixo do centro da meta, portanto, havia um espaço na política monetária, isso é um debate legítimo, democrático, quer dizer, é um debate técnico, qualificado, mas legítimo e democrático, faz parte das instituições democráticas. E exatamente nesse sistema de pesos e contrapesos numa sociedade democrática, o nosso projeto foi exatamente exigir que o Banco Central trimestralmente preste contas, não no

relatório de quantitativos monetário, como nós tínhamos, mas numa Audiência Pública que é questionado, que é profunda a transparência, que dá credibilidade ao regime de metas. Não é só a Ata do Banco Central. A Audiência é uma forma de a gente aprofundar o debate, dar transparência, dar credibilidade aos dados, dar credibilidade às decisões.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me permite, Senador?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por isso, também o voto nominal me parece muito oportuno na Ata do Banco Central, porque dá uma responsabilidade individual, você pode ter o contraditório e publicizar e democratizar, isso vai dando mais qualidade, mais rigor e mais coincidência e mais credibilidade ao regime de [ininteligível]. É evidente, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pois não. Me parece que quando houve o convite ao atual Presidente e Ministro Meirelles, houve também um compromisso que me parece que esse não foi cumprido, de se mandar um projeto para tornar letra de lei a autonomia.

Por outro lado, eu vejo que V. Exª., a gente poderia ficar discutindo mais tempo aqui, houve imperícia ou não houve imperícia no episódio tal do Banco Central? Se eu fosse elencar as imperícias que eu percebo na área da Fazenda e eu fosse apostar isso em perdas de cabelo, eu estaria mais calvo do que--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ainda mais o Lula com 70% de apoio, seguramente não teria mais nenhum cabelo.

CONS. VALTER ALBANO: Não, isso não me assusta, o que me assusta são os 78% de brasileiros, na minha pesquisa, que dizem que a vida dele vai melhorar no ano que vem. Isso foi que me assustou. Ele pode ter 200% na área de popularidade. Me assustou foi 78% dos brasileiros ainda não terem a ficha devidamente caída, achando que a vida melhora no ano que vem. Então eu tenho a impressão que a gente pode--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me permite um aparte, nobre Senador Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É um contra-aparte agora.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não, não, espera, deixa eu voltar ao meu argumento, nós estamos saindo fora totalmente do debate, estamos entrando aqui numa discussão que não é discussão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Deixa eu só dizer, quem entrou em pesquisa foi você, não fui eu. Eu estou dizendo o seguinte, deixa eu concluir, Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então conclua.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu não falei em pesquisa, eu estou tentando levar a coisa estritamente em cima do que vamos melhorar do projeto que apresentei. Agora veja: eu entendo que neste Governo se joga muito peso nas costas do Banco Central, muito peso. A política fiscal poderia ser melhor, os níveis de ousadia, de temeridade na política fiscal são graves e, no final, se quer que ainda por cima haja afrouxamento monetário, quer dizer, se se tem uma política fiscal austera como nós temos recomendado aqui, nós teríamos perspectivas de ter uma política fiscal mais amena, mais frouxa. Então eu entendo que dá para se esperar muito do Banco Central, mas não tudo. A outra parte claudica, essa é a minha opinião.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa eu só voltar no ponto seguinte: se criou, nessa idéia do Consenso de Washington, de um grande consenso do ideário neoliberal, se criou uma cultura de que só quem poderia opinar sobre esse assunto são os analistas de mercado, que na maioria das vezes estão posicionados de expresso interesse muito concreto dos seus clientes, legitimamente posicionados, e a exigência em relação às decisões de matéria financeira foram sendo rebaixadas no debate democrático. Agora como é que nós chegamos na situação que nós estamos? Como é que nós estamos chegando? Onde há o tributo que as pessoas pagavam para fazer educação, saúde, estão indo para socorrer os prejuízos monumentais que exatamente esta tradição econômica, ideológica, política, gerou na economia mundial.

Então nós temos que criar mecanismos muito mais eficientes de transparência, de controle, de debate, de regulação, de prudência, de limite, é isto que a história está exigindo e não o contrário. Nós não podemos continuar como se aquelas regras que foram quase universalizadas, fossem regras eficientes, porque se fossem nós não estaríamos no cenário que nós estamos. Então eu vejo que é muito importante estabelecer um novo marco.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador, o que diz o Consenso de Washington, o que diz resumidamente?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estado mínimo--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, vamos para uma coisa mais prática. O que diz, diz que você deve ter o quê?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Estado mínimo, desregulamentação do mercado, em todos os níveis do mercado financeiro, as privatizações,

um conjunto de definições que foram amplamente publicadas, difundidas e influenciou o pensamento econômico e político regional.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu espero mais do que resumir o Conselho de Washington.

[falas sobrepostas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero concluir só dizendo o seguinte, eu quero concluir, deixa eu só concluir. Eu quero concluir o seguinte: o Keynes, porque é o seguinte: o máximo que esses mesmos teóricos hoje permitem é o seguinte: que o Keynes possa ser colocado como um instrumento de administração de crise, mas não é só uma discussão de administração de crise, porque evidente que o instrumento desse ideário é absolutamente indefensável nesse cenário. Por exemplo, a idéia que o mercado se auto-regula, deixa quebrar quem quebrar, os mais fracos vão desaparecer e os mais fortes vão se impor, porque as conseqüências econômicas e sociais seriam tão dramáticas que esse ideário naufragou, ainda que a crise seja isso também. Hoje o que se exige é coordenação de política econômica, é intervenção do Estado, quer dizer, a saída da crise é o Estado, é a política. Mais do que antes.

Então eu estou provocando essa discussão porque eu sinto que nós precisamos discutir fundamentalmente é limite, regulação, prudência, transparência, um novo marco de regulação e de controle do Sistema Financeiro, que essa é a agenda central, uma nova [ininteligível]. Esse é o debate que tem que ser posto. Agora nós aprimorarmos instituições que naufragaram historicamente neste marco de regulação que estava posto, não resolverá os problemas econômicos nem do Brasil e nem os problemas internacionais. O que nós precisamos discutir hoje é um novo [ininteligível] e sugestões de um novo marco regulatório, por exemplo, acabar com os paraísos fiscais, isso seria uma quando contribuição à estabilidade econômica financeira e o controle da inflação. Então nós precisamos mudar um pouco a agenda, do meu ponto de vista, e consolidar uma experiência de autonomia operacional do Banco Central que é muito apropriada.

A conversa, eu sei que você é muito bem informado, Arthur, mas a conversa, quem conversou com o Meirelles em Washington, na Embaixada do Brasil em Washington, fui eu, e ele levantou: "E a autonomia do Banco Central?" Eu falei: "Não há possibilidade do Governo encaminhar esse tema". Nós não temos, mesmo porque outros poderiam ter sido Presidente do Banco Central nessas condições. E a outra coisa que ele pedia: "Eu não quero perder o meu mandato". Eu falei: "Não há como mudar a Constituição agora, você tem que assumir confiando na palavra do Presidente que eu estou dando aqui para você. Você terá total liberdade operacional, nunca vamos impor qualquer nome na sua equipe e você vai decidir aquilo que você acha que deve decidir dentro do regime de metas. Você tem total liberdade".

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Então, pelo visto, eu sou mal informado, porque eu pensei que tinha havido a promessa de enviar o projeto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agora se nós achamos que nós temos que criticar, vamos criticar. Agora ele sempre teve interesse que esse debate surgisse do ponto de vista do processo. Está surgindo. Tem uma proposta apresentada, é totalmente legítimo, eu estou aqui, acho um debate oportuno discutir o aprimoramento do papel do Banco Central, um debate legítimo, esse debate sim é um debate que ele tem interesse, ele tem uma convicção, o Presidente Meirelles estará aqui para expressar a sua convicção. Mas o mais importante aqui é o marco teórico geral e do ponto de vista da discussão geral eu vou insistir: nós precisamos de mais prudência, mais limite, mais regulação, mais controle e é disso que se trata, e não ir no caminho inverso do que a agenda global coloca hoje na definição do papel do Sistema Financeiro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, só um minutinho. Eu não sei se ele pretende que para depois desse projeto se apresente um reformando o [ininteligível]. Aí não está ao meu alcance, eu estou abaixo disso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, mas que esteja em sintonia com a pauta internacional e não... Mais uma vez nós somos um capitalismo tardio, nós vamos tentar chegar aonde os outros já passaram e não deu certo. Nós precisamos aproveitar, por ser tardio, e fazer as coisas mais rápidas e sintonizadas com a agenda internacional.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É mais uma crise cíclica e o capitalismo vai sobreviver a ela, o que não aconteceu com o socialismo, eu já fui socialista. Passivo ecológico, pobreza, distribuição de pobreza, fraca geração de riqueza, fraquíssima perspectiva de avanço tecnológico--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas é um modelo econômico que acabou, Arthur, vai nascer uma nova economia internacional, com novas exigências, com novo padrão relação Estado-Mercado, com novas instituições.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Então acaba o capitalismo, Senador? O capitalismo acaba?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, não, o capitalismo continua, mas um capitalismo mais regulado, mais controlado, com novas instituições, porque--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu tenho a impressão que se V. Exª. aposta em mais Estado, você V. Exª. vai provavelmente--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Aposto não, é o que está acontecendo aqui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É uma coisa temporária, é uma coisa temporária diante de uma crise avassaladora que acontecerá outra parecida daqui há sessenta anos ou daqui há cinqüenta anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pediria--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É que a população eu acho que vai se cansar de ser chamada só na hora de pagar a conta. A discussão do modelo que eu estou dizendo, ela vai se aprofundar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pediria uma contenção ao entusiasmo do debate porque--

[falas sobrepostas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Por exemplo, entre a decisão do Congresso Americano--

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): [ininteligível] que nós reformamos contra o PT, aquele [ininteligível] custava muito dinheiro para a população brasileira.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Entre aquela decisão do Congresso Americano de 700 bilhões de dólares, três páginas, que não tinha uma exigência, um controle, inclusive o Congresso americano falou "não", e o Gordon Braun que propôs "vamos participar acionariamente das empresas", para justificar inclusive perante o contribuinte o papel de supervisão do Banco Central, nós já tivemos uma evolução muito positiva na crise.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não voltemos àquele estado porque não dava nem para... que tinha que colocar telefone no Imposto de Renda, não vamos por aí.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Do ponto de vista de concepção e de discussão histórica, nós vamos mudar e vai andar para frente a história.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Prezados Senadores, a Audiência vai estar alta quando for retransmitida, porque não está sendo ao vivo porque é o Plenário que está, mas a Audiência ficará alta quando a CCJ for ao ar.

Mas eu queria pedir a atenção, inclusive do Senador Flexa Ribeiro, pois o Secretário Joaquim Vieira Ferreira Levy tem um vôo às cinco e dez, então vai precisar encerrar a sua participação dentro de alguns minutos. Eu pediria a ele, então, para que possa tecer as suas considerações diante do debate havido.

Eu só queria fazer uma observação sobre a questão de eventual transmissão ao vivo das reuniões do COPOM. Na medida em que todos os agentes no mercado tiverem a informação simultânea do que estiver ocorrendo, é igual para todos, democratizado e, portanto, o efeito de alguém ficar sabendo antes do que o diretor do Banco Central está considerando, do ponto de vista de efeitos no mercado não há problema, porque todos sabem igualmente tudo que está se passando, se por ventura se decidir um dia a transmissão ao vivo. Só para colocar isso.

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: É uma excelente observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É uma das qualidades do mercado, é o direito à informação, transparência em tempo real.

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: Sem dúvida nenhuma. Bom, eu vou fazer só algumas considerações.

Primeiro eu acho que o Senador fez, eu acho que exatamente é muito oportuno os projetos, tem realmente, eu vejo ali, o arcabouço, o esqueleto de um aprimoramento importante, nós dá exatamente condições de fazer isso e eu acho que essa oportunidade do debate é extremamente positiva.

Eu farei algumas considerações, até o Senador Aloizio Mercadante não está aqui, mas em relação à percepção da oportunidade do debate de uma forma mais ampla, o meu julgamento, que talvez o professor Belluzzo corrija por ser um pouquinho estreito, é o seguinte: o que a gente está assistindo hoje, no fundo, no fundo, é a conseqüência da falta de inclinação do Governo Americano de fazer um ajuste macroeconômico, um ajuste fiscal, mas também macroeconômico, um ajuste externo e tocar a máquina durante vários anos, as pessoas vendo que as coisas iam ficar ruins, a maneira de você continuar tocando a máquina é aumentar o risco, o apetite ao risco. Então, na verdade, toda essa construção dos derivativos, elas não aconteceram por acaso ou porque ninguém sabia o que estava acontecendo. Não, as pessoas sabiam que se estava injetando uma quantidade cada vez maior de risco e o objetivo era o seguinte: ir tocando a vida, porque ninguém estava a fim de fazer o ajuste externo e o ajuste necessário e que vai ser bastante penoso da

situação dos Estados Unidos, está certo? A questão se o Banco Central, a inflação baixa se devia apenas ao Banco Central, a gente sabe perfeitamente, todo mundo sabia perfeitamente que não, que tinha um choque de oferta, o fato de estar incorporando todos os chineses e tal. Todo mundo sabia disso, eu ouvi isso dos diretores do Banco Central inglês, o cara me dizia: Olha, hoje em dia esse negócio de taxa de desemprego não existe mais, porque você pode estar em três e o cara sabe que se pedir aumento, como se diz, se alguém pede aumento de salário, eu levo a empresa para a China, então não interessa essa taxa. Agora a maneira de manter a música tocando era exatamente esse relaxamento regulatório, que foi aumentando e aumentando e aumentando o risco. As conseqüências, eu diria, eram quase inevitáveis e em muitos aspectos absolutamente previsíveis, há anos todo mundo cantava a bola, mais uma vez eu peço desculpas ao coloquialismo, lá da *Fannie May*, todo mundo sabia que aquele negócio é o seguinte: o Governo queria fazer uma política habitacional, então vamos fazer o seguinte: vamos fingir que o mercado vai fazer por nós. Então eu acho que, vamos dizer assim, ninguém precisa ser neoliberal [ininteligível] ao mesmo tempo em que a gente acredita que certas coisas são importantes.

A questão do *Glass-Steagall*, muito bem lembrado pelo nosso Senador, na verdade na Europa nunca teve *Glass-Steagall*. O jeito de as coisas levarem era diferente, algumas vezes com bastante pouca transparência. Eu, no tempo que eu trabalhava numa organização que tem, vamos dizer assim, freqüenta diversos países, eu tive contato com Japão, tive contato com a França, tive em contato com a Itália, diversos países em que Bancos, mais ou menos de maneira transparente, tiveram que ser salvos pelo Governo, sempre com o auxílio do valor ouro do Tesouro, que na hora H é quem traz os recursos do contribuinte, como bem disse o Senador, e o que aconteceu foi que o *Glass-Steagall* tiraram e não puseram nada do lugar, e dentro dessa política do vamos fingir que o risco continue aumentando, até que deu no que deu.

Eu acho que vai ser penoso reorganizar as coisas, obviamente trazer para níveis de transparência e de risco compatíveis com... Todo mundo sabe que o mercado financeiro é instável, por isso que precisa ter supervisão, por isso que precisa... E também é interessante notar: na Inglaterra, que foi um dos pontos em que teve mais divergência, houve essa separação entre o papel do Banco Central e o papel do supervisor. É muito difícil dizer se resolve ou não resolve, porque na Alemanha é separado, mas todo mundo é tão sério, teutônico(F), que o negócio funciona mais ou menos direitinho, a não ser os Bancos hipotecários, que são públicos, é outra categoria.

Mas, enfim, eu acho que no Brasil a tradição tem dado certo dentro do que o próprio projeto faz, agora eu sublinho talvez, Senador, o Projeto é curioso de não falar em lugar nenhum em estabilidade de preço, ele fala o tal de reforçar a moeda, e também, se o professor me permitir a observação, eu não encontrei nas atribuições do CFN, tampouco, estabelecer as metas, nada disso. Então eu acho que aí, como talvez disse o Senador Mercadante, aproveitar a experiência, que eu acho que tem sido exitosa, é gradual da independência operacional e continuar deixando a responsabilidade, até porque hoje é consensual e, com isso, se vai evoluindo democraticamente. Hoje a idéia da estabilidade de preço, o Presidente Lula tem dado o exemplo disso, eu acho que é muito consensual, ninguém quer inflação, lá está a estatística que dá 70%, também tenho certeza que vai ter um número muito alto de que não quer preço subindo. Então essa questão, talvez deixar na esfera do CFN, ao invés de dar total autonomia de metas para o Banco Central, é uma questão a ser considerada dentro dessa evolução gradual do nosso marco.

Finalmente, eu diria que a questão da responsabilidade política é realmente difícil de se entregar, mas insisto, talvez tenha menos descrição, mas se entrega a juízes hoje em dia a idéia da regulação em outras áreas, também é bastante difundida. A questão é definir bem qual é a atribuição, qual é a responsabilidade que está entregando e algumas decisões, inclusive a mais complicada, mas que existem em alguns Bancos, a questão de cláusulas contingentes, uma questão de crise, etc., que se permita. Mais uma vez, eu acho que o exemplo, não vai faltar imaginação, o exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara: a gente sabe perfeitamente que a gente tem metas, mas, por exemplo, se o PIB passar dois anos em recessão e etc., eu posso flexibilizar a meta, está certo? A gente sabe que nessas circunstâncias, talvez mesmo com o rico de insolvência, mesmo com a dívida alta, a gente tem que flexibilizar a meta. Mas enfim, eu acho que como o Senador muito bem falou de aprimoramento desse excelente material de partida que nós dispomos, se pode certamente construir algumas cláusulas contingentes, como a LRF fez com sucesso.

Então muito obrigado mais uma vez pela oportunidade de participar nesse debate, de ser estimulado pela excelente e difíceis questões postas pelos nossos Senadores e pela alegria de estar com o professor Belluzzo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O senhor vai precisar sair?

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: Agüento mais uns dez minutinhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então pode até nos transmitir a sua recomendação à reunião do COPOM que está se realizando agora sobre esse tema, se o desejar, Sobre esse tema da flexibilização.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Ele continua sendo funcionário público disciplinado, dedicado, cuidadoso, e essa é a parte do êxito da [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas eu acho que já podemos até ouvir o sentido, de alguma maneira eu pelo menos já compreendi a sua recomendação. Muito obrigado. Passamos a palavra--

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: A gente ainda não está em recessão e 78% das pessoas consideram que não estaremos no ano que vem, então--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem.

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: Deixa eu fazer uma pergunta ao professor Belluzzo?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Claro.

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: Professor Belluzzo, uma outra coisa que outro dia eu tinha pensado: os Estados Unidos na época de 30 tinha uma dívida grande, uma dívida pública grande? Não, né? Essa é uma diferença em relação à época, ninguém tinha dívida.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Tinha uma participação muito baixa do gasto público no PIB e uma dívida muito pequena, na verdade--

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: Um pouquinho diferente de hoje.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Uma dívida muito pequena. É muito diferente, é muito diferente a relação das finanças públicas com a economia hoje porque o gasto subiu e as cargas tributárias também subiram. Isso tudo é uma coisa que acontece no pós-guerra.

SR. JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY: Até o espaço para a ferramenta fiscal hoje tem que pensar direitinho.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: É isso mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Professor Luiz Gonzaga Mello Belluzzo.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Eu queria dizer que foi muito enriquecedor esse debate e, Senador, eu queria lhe dizer que a questão que eu levantei em relação ao conflito de interesse é uma questão que tem a ver com a irresponsabilidade dos atos administrativos, sejam ele de que instituição for. É uma preocupação em que eu não estou fazendo nenhuma increpação pessoal, eu estou simplesmente levantando uma questão que é uma questão que sempre é levantada e que tem a ver com a relação entre o público e o privado, que a gente não pode ter nenhuma solução definitiva para isso, mas nós temos que cuidar que isso seja encaminhado da melhor maneira possível. Essa, digamos, preocupação, pode ser obviada pelo fato de que você tem a quarentena. A quarentena eu acho que é muito importante, mas ela tem que ser, na minha opinião, ela teria que ser maior, mais ampla, o tempo teria que ser maior.

Bom, eu queria sublinhar algumas questões. Em primeiro lugar parece que há um consenso que todos estão de acordo que o objetivo é a autonomia operacional, para a gente deixar claro que eu acho que isso é desejável e gostaria que a lei passasse logo para que essa autonomia ficasse, na verdade, dentro do marco legal brasileiro, porque hoje, eu diria, alguém me disse, um amigo meu, que na verdade o Banco Central Brasileiro é o mais autônomo do mundo, porque na verdade salvo os *hirings*(F) que ele tem que fazer aqui, que não existiam, ele tem uma autonomia muito grande.

Em relação à questão da regulamentação, eu acho que ela é essencial, como disse o Aloizio. Nós vamos, de fato, passar de um momento em que a incúria em relação aos movimentos e à evolução dos mercados financeiros que levaram à alavancagem, que levaram na verdade até à concessão de empréstimos predatórios, como foi o caso dos [ininteligível] ou dos empréstimos hipotecários nos Estados Unidos, tudo isso foi produto de um momento em que se julgou que era possível que os mercados financeiros se auto-regulassem.

Eu vou ler aqui um trecho, um trecho do último artigo do Fukuyama, Francis Fukuyama, que a despeito de todo o fim da história ele é uma pessoa que tem bastante lucidez, eu diria, sobre esse momento, ele diz o seguinte. Está escrito em francês, mas eu vou traduzir: "O que permitiu ao Governo dos Estados Unidos de deixar correr os déficits, registrando um forte crescimento, o segundo artigo de fé da era Reagan, a desregulamentação financeira, foi formulado por uma aliança contra a natureza entre os "reaganianos" ou "reaganistas" fanáticos e as empresas de Wall Street, e desde os anos 90 isso se tornou uma palavra do evangelho, nisso compreendido os Democratas". Nós não podemos esquecer que boa parte da regulamentação dos últimos anos foi feito no Governo Clinton, não foi feito no Governo Bush. Na verdade terminou

em 1999 com aquele ato *Bliley*(F) não sei o que lá, que eu não consigo repetir e guardar, que acabou com o *Glass-Steagall*. E se você fizer um acompanhamento cuidadoso do que aconteceu depois com a inovação financeira, inteiramente fora de controle, ela se acelerou a partir desse momento, se acelerou violentamente a partir desse momento até chegar aos exageros que ocorreram no final.

Então eu acho que a questão da regulamentação financeira está colocada, vai ser uma disputa grave, porque a idéia de regulamentação não significa que você deva sufocar o Sistema Financeiro, impedir que ele na verdade funcione como provedor de crédito de liquidez para o sistema, é preciso você equilibrar estas duas coisas.

Mas eu vou ler aqui um outro trecho, a proposta da inovação financeira, eu vou ler um outro trecho do nosso querido Fukuyama, que ele diz: "O problema é que Wall Street é muito diferente de, digamos, o Silicon Vale, onde a fraqueza da regulamentação produz efeitos autenticamente benéficos. As instituições financeiras são fundadas sobre a confiança, a qual não pode se desenvolver sem que os Governos pratiquem uma sorte de controle transparente e prudencial para impedir que os riscos levem a se tomar risco com o dinheiro dos outros". É claro que há uma diferença entre a interferência do Governo no mercado que produz inovações benéficas, como ele diz, e as inovações financeiras que levam a conseqüências que são muito mais graves, porque não é a mesma coisa quebrar uma fábrica de chips, os efeitos são limitados, e a outra coisa é quebrar um Banco, porque os efeitos sistêmicos são muito mais graves.

Então essa questão da função do Banco Central, vou insistir, função do Banco Central como regulador e como supervisor do Sistema Financeiro é uma questão central que deve estar incluída no mandato do Banco explicitamente, no meu ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nós queremos agradecer muito a contribuição de extraordinária valia tanto do Sr. Joaquim Vieira Ferreira Levy quanto do professor Luiz Gonzaga Mello Belluzzo. Os Senadores Antonio Carlos e Flexa precisam... Ele precisa tomar um avião de urgência, então depende de V. Exª.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu vou fazer aqui um comentário breve. Eu peço desculpas ao Dr. Joaquim Levy, mas como eu estou exercendo a liderança do partido hoje interinamente, eu tive que comparecer à reunião dos líderes lá na Presidência do Senado, e eu peço desculpas ao Joaquim Levy e também ao professor Belluzzo porque não pude assistir o seu brilhante pronunciamento.

Na verdade eu, como Relator do Projeto, a minha intenção é incorporar exatamente as contribuições de todos aqueles que vierem debater conosco. Então as contribuições de Joaquim Levy e do professor Belluzzo poderão ser incorporadas, quer dizer, nós vamos tentar melhorar o Projeto, são bem vindas as observações e isso é importante, e hoje mesmo, um comentário aqui na Folha de São Paulo, de Vinícius Torres Freire, com as tentações que de vez em quando o Presidente Lula e a equipe econômica do Governo, exceto, claro, o Banco Central, tem de tentar mexer na taxa de juros. Isso é uma coisa que a blindagem, a autonomia do Banco Central, pode realmente fazer com que isso não aconteça. Então esse comentário do Vinícius Torres Freire na Folha de São Paulo hoje é muito pertinente e o Governo de vez em quando é tentado a, digamos, querer interferir na posição do Banco Central em relação à política monetária, principalmente a fixação da taxa de juros, o que seria exatamente o oposto da autonomia e da blindagem do Banco Central. Então esse ponto eu acho que acaba nos levando a acreditar que o melhor caminho é levarmos à autonomia do Banco Central.

Então eu aqui parabenizo os dois palestrantes e vou, com certeza, estudar e ver quais as melhorias, inclusive até com a concordância do Senador Arthur Virgílio, que é o Autor do Projeto, para que nós possamos até melhorar o nosso relatório para incorporar as opiniões desses dois abalizados economistas.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Passo a palavra ao professor Luiz Gonzaga Belluzzo para tecer comentários.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Eu queria fazer uma sugestão para que o Comitê de Política Monetária tivesse também a presença de membros externos, como é na Inglaterra. Eu acho que dá uma diversidade maior à composição e dá mais flexibilidade e mais capacidade de absorver. No *Federal Reserve* é assim, porque os Bancos, aqui não há isso, mas os representantes dos Bancos do Fed Regional, eles participam do Comitê de Política Monetária, assim como membros externos. Também é assim na Inglaterra. Eu deixei essa sugestão porque eu acho que ela flexibiliza e torna mais variada as opiniões na hora de debater a política monetária, porque ela, como eu disse, tem efeitos distributivos, tem efeitos alocativos, ela não é neutra, ainda que os [ininteligível], com o perdão da má palavra, usem a idéia de uma taxa de juros neutra ou de equilíbrio, coisa que na verdade não existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Belluzzo, V. Sª. então recomendaria, vamos dizer assim, que o COPOM fosse ampliado?

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Eu recomendaria que o COPOM fosse ampliado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque no projeto, no projeto do Senador Arthur Virgílio, ele propõe uma ampliação do Conselho Monetário.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Não, mas eu recomendaria que o Comitê de Política Monetária, aquele que na verdade toma a decisão, que fosse ampliado, como é na Inglaterra e como é nos Estados Unidos. Eu não estou falando nenhuma novidade, eu estou simplesmente querendo transmitir o que a melhor prática recomenda, eu diria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda há pouco nós tivemos aqui um debate entre o Senador Mercadante e o Senador Arthur Virgílio, eu lamentavelmente não pude assistir as exposições tanto sua, Dr. Belluzzo, que para mim e eu acho que para todos os Senadores é enriquecedora, nem do Dr. Levy, pois estava num compromisso fora, mas vou ler as notas taquigráficas. A preocupação geral, de todos, eu também compartilho com ela, da questão da regulação necessária, de se fazer uma revisão e não se deixar que fique ao livre arbítrio do mercado, porque o mercado já se mostrou incapaz de fazer--

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: De se auto-regular.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De se auto-regular. Agora o que me preocupa e a discussão entre os dois Senadores quase que seria uma discussão mais política do que econômica, na questão dos 70% de aprovação do Presidente Lula e dos 78% daquele que aprovam o Presidente Lula porque acreditam que 2009 será um ano melhor do que 2008.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não, Presidente, ainda tem 8% que não aprovam e que acham que vai ser melhor o ano que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é, é um pouco acima dos 70%.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu sou mais solidário com os primeiros, eu tenho mais pena dos primeiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu, particularmente, acho que, evidente que não se deve, e eu gostaria de ter a sua opinião, Dr. Belluzzo, não se deve transmitir à sociedade algo que possa provocar uma corrida contra o consumo, mas também o contrário também não deve ser, quer dizer, você induzir a sociedade, tentando levar uma idéia de que a crise não é real ou que não atingirá o Brasil, como todos nós gostaríamos que não atingisse, mas que lamentavelmente nós temos que ter a certeza de que os próximos anos – e não serão poucos – serão difíceis, serão difíceis, como que o senhor vê essa indução, vamos dizer assim, política, de dizer à sociedade algo que conscientemente se sabe que não é a realidade, porque as dificuldades serão reais?

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Bem, essa é uma crise singular porque ela tem uma característica muito própria das crises fundamentais dessa economia, que é uma crise de confiança, sobretudo. O que ela atingiu, a crise, é a confiança dos agentes econômicos, das instituições financeiras, das empresas que tinham seus planos de investimento e dos consumidores que tinham seus planos de gasto. A violência e a rapidez dela são, eu diria, inéditas, pelo menos no período em que eu entrei na idade da razão. Eu nasci muito depois da Crise de 1929, nasci em 1942 e eu conheci e ouvi falar da Crise de 1929 pelos relatos dos meus avós, dos meus pais, etc., mas eu diria que essa crise tem essa marca em que ela atingiu profundamente a confiança dos agentes econômicos. Então é natural que faça parte do arsenal de combate à crise você tentar recuperar essa confiança, você tentar sustentar a confiança dos agentes, de modo que você não possa aprofundar a crise. Não adianta só você fazer uma comunicação com o público que seja eficaz. É preciso que você tome as medidas rapidamente. Por exemplo, a questão da contração do crédito aqui. A contração do crédito foi muito rápida. Se você olhar quatro meses atrás, o sistema de crédito estava funcionando perfeitamente. Depois disso, ele travou.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): As taxas em relação ao PIB estavam crescendo.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Crescendo e eram até excessivas, eu diria.

[falas sobrepostas]

[troca de **presidência]**

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Essa é a questão, era uma coisa excessiva.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Eram até excessivas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O saldo não era, mas o crescimento--

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: O crescimento era muito rápido, porque o estoque não era grande, mas o crescimento era muito rápido. Às vezes as pessoas dizem: "Não, é só 40% do PIB", e é muito baixa em relação ao resto do mundo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Professor Belluzzo, a indução inclusive ao crédito consignado, quer dizer, o que levou os aposentados e os funcionários a passar por uma dificuldade grande hoje.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Mas essa economia moderna, capitalista, contemporânea, ela tem um dependência muito grande do sistema de crédito. O crédito, na verdade, é que, na verdade, dá impulso à economia e que faz com que ela funcione.

Eu escrevi até um artigo hoje, vou fazer aqui propaganda, no Valor, tratando de como é o ciclo, como é que funciona o ciclo. Então a gente precisa ter claro que no caso do Brasil o sistema brasileiro financeiro e os seus mercados futuros, por exemplo, são muito mais regulados do que o dos Estados Unidos. Então nós não tínhamos o risco, eu diria, nós talvez tivéssemos o risco de uma flutuação do crédito, mas não o risco de um *crash*, como ocorreu nos Estados Unidos. Então o que aconteceu é que nós tivemos uma crise que foi induzida, sobretudo, pela contração do crédito externo, que tinha uma participação razoável no crédito doméstico, em torno de 20% a 25%, e isso atingiu sobretudo quem? Atingiu os Bancos, que às vezes financiavam, muitas vezes financiavam fora, atingiu as grandes empresas, se você pegar a Petrobras, por exemplo, tinha um *funding* externo, com o perdão da palavra *funding*, muito elevado, como tinha outras grandes empresas brasileiras cujos nomes eu não vou citar aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Os custos eram bem mais baixos.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Bem mais baixos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Bem mais baixos.

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: Exatamente, tem o risco cambial sempre que--

[falas sobrepostas]

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: É, mas na verdade teve aquele--

[falas sobrepostas]

SR. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO: É, teve aquela história, foi tão benéfico aquele momento, externo, que você teve o fenômeno das empresas fazendo aquelas operações de crédito alavancados e com derivativos que causou esse problema enorme.

Então eu acho que o fundamental nesse caso é que o Governo tem que agir de uma maneira muito rápida. A rapidez é fundamental, tem que ser rápido e eficiente para enfrentar uma reversão desse tipo, que atinge profundamente a disposição ao gasto dos consumidores e das empresas. É isso que a gente está observando nesse momento. O Governo tem que ser rápido no sentido de... Por isso que está essa discussão hoje quente em torno da política monetária. Se a avaliação do Banco Central é de que nós estamos ainda na trajetória anterior, é provável e até justificável que ele não mexa na taxa de juros. Se a avaliação dele é de que, na verdade, a economia desacelerou fortemente e que, na verdade, o investimento e o consumo caíram, não é justificável que ele mantenha a taxa de juros. Eu não posso dizer ao Banco Central que ele tem que fazer, aliás, eu acho que ninguém deve, isso é uma questão de avaliação do Banco Central, mas eu às vezes sinto, tenho aqui vários jornalistas amigos, eu sinto no debate público que há uma espécie de quase... virou uma espécie assim de teologia do Banco Central, não é uma discussão racional. Isso tem as suas justificativas porque tudo que lida com a moeda é um pouco complicado, eleva a esse tipo de comportamento, uma eu diria que é preciso submeter isso à discussão racional. Não se pode subtrair ao debate público, restrito, é verdade, aos especialistas, mas não se pode subtrair aos interesses do debate público uma questão agora que é importante para o futuro da economia brasileira. Às vezes eu vejo que há uma certa suposição de que é pecado falar sobre reduzir os juros. Não é bem assim, é uma questão prática, pragmática, nós não podemos tratar isso de uma forma religiosa, teológica. Então é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu indago se ainda há Senador interessado em formular alguma pergunta ao professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu faria--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, com a palavra o nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu só queria fazer os comentários finais. Eu acho que foi muito importante a vinda tanto do Joaquim Levy como do professor Belluzzo, nós tivemos essa necessidade de nos retirar durante algum tempo em função da reunião dos líderes, mas de qualquer maneira essas contribuições foram muito bem vindas e com certeza enriqueceram o debate, nós poderemos inclusive melhorar esse projeto nosso aqui, onde o Senador Arthur Virgílio é o Autor, eu sou o Relator, poderemos inclusive melhorar esse projeto no caminho de realmente dar ao Banco Central a autonomia que ele precisa para conduzir bem a política monetária, principalmente nesses momentos de crise, onde o próprio Governo quer fazer crer que não há, que a crise é uma marola, que é uma coisa pequena, que não

tem profundidade, que vai logo embora. Não é assim. Eu acho que os estudiosos dos assuntos econômicos estão preocupados e hoje, inclusive, nós temos dois artigos importantes aqui na imprensa, um é do Merval Pereira, "Aposta arriscada", o outro do Vinícius Torres Freire, "Lula fala demais", mostrando que o Governo tenta de alguma maneira minimizar a crise ou então querer interferir até na ação do Banco Central. Então não é assim. Realmente a crise é séria, o professor Belluzzo, digamos, colocou muito bem, posicionou a situação nossa aqui, que foi herdada de fora, mas nós não temos também essa blindagem absoluta que nós permita a sofrer pouco com a crise, vamos sofrer, e a saída da crise vai depender muito da recuperação da credibilidade no mercado internacional, porque só com a retomada da credibilidade do Sistema Financeiro é que voltará o crédito ao nível internacional, que haverá recuperação da economia Americana e, conseqüentemente, a facilitação do crédito para o Brasil, que também fará com que nós retomemos a nossa economia. Portanto, não ainda querer dizer que não haverá nada, que não acontecerá nada. Eu acho que nós temos que entender que a crise é grave e que poderá durar mais ou menos a depender do retorno da confiança aos mercados.

Então eu gostaria de agradecer ao professor Belluzzo a sua importante colaboração.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu, antes de encerrar a presente Reunião, gostaria de agradecer a presença do professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, e também agradecer a presença do Dr. Joaquim Vieira Ferreira Levy, Secretário do Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, que também trouxe sua contribuição ao esclarecimento de tema tão momentoso.

Antes de encerrar a presente Reunião, eu gostaria de convocar a Reunião para amanhã, às dez horas, como é a hora regimentalmente prevista, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Temos uma pauta com vinte e nove itens e esperamos avançar na análise dessa questão, posto que estamos prestes ao recesso, que ocorrerá no próximo dia 22 de dezembro.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 16h39.

ATA DA QUINQUAGÉSIMO REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dez de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Epitácio Cafeteira, Osmar Dias, Inácio Arruda, Francisco Dornelles, César Borges, Expedito Júnior, Valdir Raupp, Jayme Campos, José Agripino, Álvaro Dias, Virgínio de Carvalho, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Cristovam Buarque e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti, Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Adelmir Santana, Arthur Virgílio e Tasso Jereissati e a Senadora Marina Silva. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2007** – TERMINATIVO – "Dá nova redação a dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, objetivando fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficientes na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas." **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Em 03/12/2008, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 323, de 2007, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. **Resultado:** O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 19) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2005** – NÃO TERMINATIVO – "Altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescenta o art. 214-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional". **Autoria:** Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Parecer:** Favorável à matéria com três emendas que apresenta. Em 22/10/2008, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. Não houve manifestação decorrente do pedido de vista.

Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Demóstenes Torres que passa a constituir Parecer da CCJ, favorável à Proposta com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. **ITEM 3) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 84, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão domiciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial." **Autoria:** Senador Demóstenes Torres e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Parecer:** Contrário à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Proposta. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 576, DE 2007** – TERMINATIVO – "Altera o art. 45 e acrescenta artigo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre as vedações aos programas de que trata o Título IV e estabelecer o acesso gratuito ao Rádio e a Televisão pelos Partidos Políticos." **Autoria:** Senador Sérgio Guerra. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Parecer:** Favorável à matéria e à Emenda nº 1-CCT, com duas emendas que apresenta. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Em 03/12/2008, foi concedida vista ao Senador Inácio Arruda e ao Senador Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. Em 10/12/2008, foi recebido o Voto em Separado de autoria do Senador Inácio Arruda, favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Em 10/12/2008 o Senador Eduardo Azeredo apresentou três emendas que receberam Parecer favorável durante a discussão da matéria. **Resultado:** Aprovado o Projeto, a Emenda nº 1-CCT-CCJ e as Emendas nºs 2-CCJ a 6-CCJ. Passa-se à EXTRAPAUTA: **ITEM 1)** EXTRAPAUTA **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2008** (PEC nº 0333/2004, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 da Constituição Federal e do art. 29-A tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais". **Autoria:** Deputado Pompeo de Mattos e outros Senhores Deputados. **Relatoria:** Senador César Borges. **Parecer:** Pela aprovação dos arts. 1º e 3º da Proposta (art. 133, I do RISF), e pelo destaque do art. 2º da Proposta para constituir proposição autônoma (art. 133, IV do RISF) e pela rejeição da Emenda Nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia. Em 03/12/2008, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que recebeu Parecer contrário. **Resultado:** Aprovado o Parecer. **ITEM 2)** EXTRAPAUTA **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12-A, DE 2004** (PEC nº 495/2006, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios". **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à Proposta. **ITEM 3)** EXTRAPAUTA **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 715, DE 2007** – TERMINATIVO – "Institui o Conselho de Defesa Comercial, órgão federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos antidumping, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas, e salvaguardas." **Autoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da Emenda nº 1-CRE-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Aprovado o Substitutivo que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do RISF. **ITEM 4)** EXTRAPAUTA **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2008** (PL. nº 07.566/2006, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000." **Autoria:** Deputada Nice Lobão. **Relatoria:** Senador César Borges. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta. A matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo). **Retoma-se a apreciação da Pauta. ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2008** (PL. 00073/1999, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências." **Autoria:** Deputada Nice Lobão. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. **Parecer:** Favorável à matéria. A matéria será apreciada também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, posteriormente, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado:** Em Reunião Ordinária realizada nesta data a matéria é retirada de Pauta para aguardar a realização de Audiência Pública conforme Requerimento nº 40, de 2008-CCJ, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres, Paulo Paim, Cristovam Buarque e da Senadora Serys Slhessarenko. **ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 53, DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – "Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis. **Autoria:** Senador

Almeida Lima e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Parecer:** Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Em 13/05/2008, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria, conforme Requerimento nº 2, de 2008-CCJ, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Flexa Ribeiro, e Termos Aditivos dos Senadores Flexa Ribeiro, Almeida Lima e da Senadora Ideli Salvatti. **Resultado:** Retirado de Pauta. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 113, DE 2007** (PL. nº 5.387/2005, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO – "Acrescenta § 5º ao art. 515 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, permitindo a instância superior rever, de ofício, a condenação em custas e honorários advocatícios." **Autoria:** Deputado Michel Temer. **Relatoria:** Senador Almeida Lima. **Parecer:** Favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relatório. **ITEM 13) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2003** – NÃO TERMINATIVO – "Altera o inciso LXIV do artigo 5º, da Constituição Federal. (Dispõe sobre a adoção de medidas de segurança para os responsáveis pela prisão, nos casos de delitos relacionados com o crime organizado)". **Autoria:** Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 2006** – NÃO TERMINATIVO – "Altera a redação do inciso VII do art. 129 da Constituição Federal. (Dispõe sobre o controle externo da atividade policial, direcionando a investigação criminal, com o auxílio dos órgãos da polícia judiciária)". **Autoria:** Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. Tramita em conjunto com a **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2007** – NÃO TERMINATIVO – "Dá nova redação aos arts. 144 e 167 da Constituição Federal, para criar fundo de segurança pública e vincular os seus recursos". **Autoria:** Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores. **Relatoria:** Senador Osmar Dias. **Parecer:** Pela aprovação da PEC nº 8, de 2007 e pela rejeição das PEC's nºs 43, de 2003 e 20, de 2006. **Resultado:** Retirado de pauta para atender solicitação da Secretaria-Geral de Mesa constante do Ofício nº 1.953 da Presidência do Senado Federal referente a Requerimento de tramitação em conjunto. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e quarenta minutos ficando adiados os demais itens da Pauta, a saber: **5)** OFS Nº 5, DE 2002; **6)** PLS N° 194, DE 2008; **7)** PLC N° 104, DE 2006; **9)** PLC Nº 125, DE 2006; **11)** PLS N° 61, DE 2008; **12)** PLS N° 44, DE 2007; **14)** PLS Nº 213, DE 2005; **15)** PLS N° 30, DE 2008; **16)** PLS Nº 613, DE 2007; **17)** PLC Nº 153, DE 2008; **18)** PLS Nº 38, DE 2007; **20)** PLS Nº 152, DE 2003; **21)** PLS Nº 175, DE 2004; **22)** PLS Nº 535, DE 2003; **23)** PLS Nº 297, DE 2008; **24)** PLS Nº 359, DE 2007; **25)** PLC Nº 16, DE 2007; **26)** PLS Nº 112, DE 2008; **27)** PDS Nº 385, DE 2003; e, para constar, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão em exercício, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **MARCO MACIEL,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos [soa a campainha], antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposta que ora formulo, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

[soa a campainha].

A presente reunião destina-se a deliberação das matérias constantes do item 01 até o item 27, que trata... Que se trata de projeto de natureza terminativa aqui na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Desejo, antes de mais nada, ler comunicado às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores e aos demais interessados, que foi retirado de pauta o item nº 13, PEC nº. 43/2003, que tramita em conjunto com a PEC 20/2006 e com a PEC nº 08/2007, em virtude de solicitação, em função de solicitação da Secretaria Geral da Mesa, constante do ofício 1953/2008, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento em tramitação em conjunto do Senador Romero Jucá.

Então, repetindo, de forma sintética, o item 13 em função desse requerimento do líder do Governo no Senado, Senador Romero Jucá, deixa de constar da pauta da reunião que hora estamos iniciando.

Por não haver quorum para matérias terminativas vamos passar à matéria que será relatada pelo Senador Jarbas Vasconcelos. Eu não sei se S. Exa. se encontra com o parecer, que trata-se do item 03, do item 03

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): É aquele projeto de autoria do Senador Demóstenes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Demóstenes Torres.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Que já foi retirado de pauta duas ou três vezes, em função da ausência dele na reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Certo. Certo.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Quadro que se repete hoje, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. E eu indagaria a V. Exa. se deseja...

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Meu parecer, inclusive, é contrário à matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Tenho conhecimento, consta Exatamente que o parecer de V. Exa. é contrário.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Aí fica desagradável relatar a matéria--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sem a presença dele.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sem a presença dele.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem. Eu havia também solicitado à Presidência, nós pudéssemos colocar na pauta o tema do Fundo Soberano, porque ele tem um prazo, só tem sentido discutir esse fundo se nós viabilizarmos até o final do ano.

Eu sei que há divergências com a oposição, mas é um debate que nós precisaríamos fazer de mérito, com transparência, eu gostaria de ter oportunidade de colocar os argumentos, porque esse fundo, ele foi uma poupança de 15 bilhões de reais que só pode ser utilizado para investimento.

No quadro recessivo que nós estamos assistindo na economia internacional e que seguramente impactará o Brasil, talvez, seja um instrumento para uma política anticíclica importante para o ano de 2009 e a proposta que eu gostaria de apresentar posteriormente, permitiria nós continuarmos discutindo o Fundo Soberano propriamente dito, que evidente que é um instrumento que depende de um superávit, transações correntes, e de uma situação fiscal mais de superávit nominal, que nós não temos.

Mas essa poupança é um instrumento de política anticíclica e seria importante que nós pudéssemos [soa a campainha] debater na CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Aloizio Mercadante, eu apenas gostaria de ponderar a V. Exa. que nós temos uma série de outros itens, este não consta da pauta, mas nós vamos verificar uma forma de incluí-lo na pauta da referida reunião da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Então, eu... Consideraria essa questão de inclusão na Ordem do Dia posteriormente, quando houver o quorum, inclusive, que justifique também a votação de projetos terminativos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, me permite falar, pela ordem?

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Gostaria, se possível, de anunciar antes o item 4, que a relatora é a nobre Senadora Serys Slhessarenko que "*Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*".

Autoria da Deputada Nice Lobão, portanto projeto oriundo da Câmara dos Deputados e a relatoria da Senadora Serys Slhessarenko. Depende de parecer da relatora que ainda não foi apresentado, que certamente o fará agora. A matéria será apreciada também pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e posteriormente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

[soa a campainha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora eu gostaria de ouvir o nobre Senador Paulo Paim, porque ele quer formular uma questão de ordem e depois o nobre Senador Demóstenes Torres.

[soa a campainha].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria ver se é possível, porque essa matéria não é polêmica mais, já conversei com os setores do Governo, seria o FUNDEP, que o Senador Demóstenes Torres é o relator.

E firmamos um acordo, porque a votação aqui é simbólica, seria só votar simbolicamente e nós... É uma PEC, vai a plenário, precisa de 3/5, e o acordo firmado que só votaríamos em plenário depois que fecharmos o entendimento com o MEC e o Ministério da Fazenda [soa a campainha].

Como já foi feito o relatório, seria só uma votação simbólica, se pudéssemos votar em primeiro lugar, porque as outras matérias eu entendo que terão um debate mais polêmico.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de indagar ao nobre Senador Demóstenes Torres se está autoridade com a proposta do Senador...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O item 19, seria só uma votação simbólica, porque já foi lido.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só pediria a V. Exa., no tema que V. Exa. está propondo a discussão, o item 04, é uma matéria extremamente polêmica, nós não podemos votar essa matéria desse jeito, o Senado não pode engolir esse tema dessa forma.

Eu sugiro a V. Exa. que nós façamos uma audiência pública trazendo *experts* no assunto, trazendo o Ministro da Educação, trazendo quem é contra e a favor, porque muda-se sistematicamente, primeiro, a maneira de se ingressar na universidade pública do Brasil, muda o sistema vestibular por completo.

Segundo, estabelece uma cota, primeiro para aqueles que são hipossuficientes, e segundo para afrodescendentes, para pardos, para indígenas, o que gera uma idéia saudável, não é uma idéia descartável, já, inclusive, adotada no Brasil.

Mas nos moldes em que está sendo imputado, Sr. Presidente, eu acho que é extremamente, digamos, complicado nós fazermos de imediato a votação dessa matéria sem uma discussão prévia. Então, nós poderíamos chamar aqui o Ministro Joaquim Barbosa, que também tem livros sobre cotas, sobre ações positivas.

Eu acho que é um tema que precisa ser discutido. E veja bem, talvez, seja a primeira audiência pública que eu esteja pedindo aqui [soa a campainha], Sr. Presidente. Acho que essa matéria não pode ser votada desse jeito, é extremamente temerária.

Inclusive, basta lembrar, que um grupo de intelectuais muito significativo no Brasil, entregou ao Presidente do Senado um manifesto onde demonstra sua preocupação quanto ao tema, entre outros, podemos citar Ferreira Gullar, gente de primeira linha que realmente está preocupada com essa questão. Eu também me situo nesse grupo e me encontro preocupado. Não me coloco contra o tema, mas eu gostaria de ter um esclarecimento e uma visão melhor acerca desse assunto, Sr. Presidente.

Então, pediria que nós realizássemos uma audiência pública, duas audiências, pode ser amanhã, se quiser marcar sábado, domingo, se tiver pressa de votar a matéria, estou aí para discutir, o que eu entendo é que nós não podemos aprovar essa matéria sem examiná-la profundamente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra, agora, para discutir a proposta do Senador Demóstenes Torres, ao Senador Antonio Carlos Júnior. Com a palavra S. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Da mesma maneira que o Senador Demóstenes Torres, é necessário que nós debatamos esse assunto com mais profundidade, é um assunto polêmico que traz, digamos, opiniões divergentes e, portanto, nós precisamos esgotar o debate até que ele venha ser votado.

Então, eu também subscreverei juntamente com o Senador Demóstenes Torres, o requerimento para audiência pública, para que nós possamos esgotar o debate e aí, sim, nós podermos firmar uma posição definitiva em relação a esse assunto.

Não tenho preconceitos, agora, também não vamos votar a toque de caixa, porque realmente nós precisamos debater exaustivamente esse assunto. Não tenho nenhum preconceito, inclusive, sou professor de universidade federal, da ativa, e, portanto, não tenho porque até ter preconceito.

Mas, como colocou muito bem o Senador Demóstenes Torres, é um assunto polêmico, merece da nossa parte uma avaliação muito cuidadosa, para que nós não cometamos injustiças e nem também pratiquemos, digamos, nenhum ato precipitado no sentido de votar a matéria, em função do apelo que ela tem. A gente tem que ter cuidado e responsabilidade. Portanto, repito, não tenho preconceito, porém eu acho que é fundamental o debate.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra a nobre Senadora Serys Slhessarenko, suponho vai falar sobre a mesma questão suscitada.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Com certeza, com certeza. Bom, em primeiro lugar, saudar, hoje, 60 anos dos Direitos Humanos. Eu acho que isso é extremamente importante, sintomático, a gente está discutindo um projeto como este, no dia exatamente que assegura, que busca assegurar os Direitos Humanos.

Eu queria só esclarecer muito rapidamente que esse projeto ele tramita desde 99, que ele já foi amplissimamente discutido na Câmara e na sociedade de

um modo geral, por todas as instituições que a gente imaginar que possam ter interesse.

Claro, que eu concordo aqui com os dois Senadores que nos precederam, Senador Magalhães, Antonio Carlos Magalhães Júnior, o Senador Demóstenes, que aqui no Senado ele ainda não foi discutido. Ele ainda não foi discutido. Claro.

Mas ele já foi discutido com relação, só para dar essa informação, muito, mais muito mesmo, de forma bastante ampla, e eu diria que é uma questão que a gente vai acabar fazendo essas audiências públicas que os Srs. Senadores estão sugerindo, já que estão sugerindo e vão requerer, eu acredito que elas vão acontecer, mas elas acontecendo, elas só vão aprofundar, clarear mais o senso de justiça que nós vamos estar carregando junto com aprovação desse projeto. Ele não promove injustiça de jeito nenhum. Ao contrário, tenta suprir um pouco, as injustiças já existentes nesse sentido na sociedade brasileira. Sr. Presidente...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se a Senadora Serys permitir, podemos fazer o questionamento em conjunto.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): S. Exa., nobre. Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Nós faremos o requerimento.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria que a palavra continuasse com a Senadora Serys, para depois ouvir V. Exa., nobre Senador Demóstenes Torres, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães. Pois não, com a palavra Senadora Serys.

[soa a campainha].

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu gostaria, Sr. Presidente, de dizer, acho que seria, não sei, depende do senhor e dos Srs. Senadores aqui presentes, seria interessante já ler o relatório e...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se vai ter audiência pública. Porque veja bem [soa a campainha], a finalidade da audiência pública é gerar convencimento. Então, pode gerar convencimento, inclusive, na própria relatora, pode a relatora que está relatando como veio da Câmara, pode resolver fazer alguma modificação.

Então, me parece que seria um desprestígio com a audiência pública se fizéssemos a audiência com o relatório já lido. Então, isso não modifica nada. Se a Senadora quiser ler o relatório vai gerar só um desconforto para quem vier fazer a exposição.

Então, sugeriria que nós deixássemos, fizéssemos essa audiência, pode ser uma audiência urgente, da maneira como quer a Senadora Serys, da forma que V. Exa. resolver dar tratamento ao assunto, mas eu acho que esse rito deveria ser seguido.

[soa a campainha].

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Tudo bem, Senador.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, pela ordem, sobre o mesmo tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, eu queria, primeiro insistir com V. Exa., se for possível, eu sabia que esse tema é polêmico, é polêmico, se nós pudéssemos votar simbolicamente o item 19 para entrarmos nesse tema.

E de pronto, Sr. Presidente, eu sei que é um tema delicado, todos sabem a minha paixão por esse tema e o quanto que eu gostaria de ver esse PL aprovado. Mas percebo que há aqui posições divergentes, não quanto, digamos, o mérito da matéria, mas da forma como ele veio da Câmara dos Deputados, porque esse tema já foi aprovado nessa Comissão, por unanimidade, quanto ao mérito, o eixo do projeto foi aprovado por unanimidade, mas eu estou aqui, tomaria a liberdade Senador Demóstenes Torres, entendendo a sua preocupação, se nós pudéssemos pelo menos assegurar que entre nós, lembrando que esse ano é os 120 anos da abolição não conclusa, 60 anos da Declaração de Direitos Humanos, e atendendo o pedido, Senador Demóstenes Torres, de V. Exa., se a gente pudesse fazer essa audiência pública no mais tardar na próxima segunda-feira [soa a campainha], e já poderíamos na quarta-feira, depois da audiência pública, tiradas as dúvidas que porventura surgirem, nós podemos votar o projeto.

Eu acho que atenderia a todos e daríamos espaço para essa audiência pública.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, para discutir, eu concedo a palavra agora ao nobre Senador Aloizio Mercadante. Tem a palavra S. Exa.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, quando foi apresentado o projeto do PROUNI, nós também enfrentamos algumas resistências. A idéia é que o PROUNI poderia levar a comprometer a excelência como critério de acesso às universidades

e com isso prejudicar a qualidade do ensino universitário.

Eu tenho feito uma avaliação sistemática e acho que outros também já o fizeram, sobre o desempenho dos alunos do PROUNI nas universidades particulares do Brasil. E há o reconhecimento, inconteste, que eles estão sempre acima da média.

Apesar de virem da escola pública, eles demonstram uma dedicação àquela oportunidade que é oferecida, porque é uma multidão, 49 milhões de alunos nas escolas públicas brasileiras, reconhecidamente uma qualidade de ensino insuficiente, o Estado Brasileiro em todos os níveis ainda não oferece um ensino de qualidade e nas universidades públicas, nós temos as melhores universidades do Brasil, que mostra que o Estado é capaz de fazer um ensino de qualidade.

Ao abrirmos um acesso direto nas universidades particulares com o PROUNI, nós aumentamos o interesse do ENEM, nós motivamos o aluno da escola pública a ter uma perspectiva de estudo, porque a família muitas vezes não tem condições de sustentar o financiamento da educação superior e houve uma melhora na motivação educacional, especialmente no Ensino Médio, e um desempenho de muita qualidade no Ensino Superior.

Qualquer Reitor de Universidade, da UNIP, o professor Di Genio, ou a FMU, ou a FAAP, ou a PUC, no qual eu leciono há mais de 30 anos, todos reconhecem, dou aula na Universidade Pública, UNICAMP e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, todos reconhecem que são alunos motivados e competentes.

Eu acho que o Brasil deveria avançar nessa direção, abrir um caminho para um sistema de acesso direto para que a gente impulsione decisivamente a qualidade de ensino e resgate direitos históricos que nunca foram considerados.

Por isso eu queria ver se nós temos um entendimento aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, eu vou fazer uma proposta.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, como eu tenho um grande respeito pelo Senador Demóstenes e sempre é dedicado ao mérito das questões, o compromisso de... faremos audiência pública e votaremos a matéria semana que vem, qualquer que seja o resultado.

Com este acordo, vamos fazer o debate de mérito com transparência que sempre foi a atuação do Senador Demóstenes, ele não é um protelador de matérias, ele enfrenta o debate político ideológico, ganhando ou perdendo, com convicção como eu também o faço.

Então vamos fazer um grande debate na Comissão e votaremos quarta-feira que vem, esse compromisso não há problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então eu vou fazer uma proposta. Eu vou fazer uma proposta salomônica, como convém à Presidência, sem bem que não pretender ter a sabedoria de Salomão, mas apenas dizer o seguinte: podíamos fazer a audiência pública, que nesse caso seria segunda-feira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu não poderia. Terça, e eu explico o porquê. Eu tenho um médico marcado em São Paulo na terça...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Porque na terça nós temos sessões deliberativas já à tarde.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Terça-feira eu não posso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O problema é isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Podemos fazer sexta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sexta é a dificuldade, hoje quarta-feira, mobilizar, trazer pessoas especialistas. Olha, eu me deparo com muitas dificuldades e na terça-feira tem audiência pública sobre a autonomia do Banco Central com a presença do Ministro Mantega, do Presidente do Banco Central, Meirelles.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Vamos fazer na segunda, eu cancelo o médico, marco outro dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, o seguinte. Então podemos ficar acordados com relação a isso...

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Eu só queria, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Rapidamente dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Porque nós temos que passar para outro item.

SENADOR SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim, com certeza, eu acho que segunda-feira seria perfeito, senador, só um instante, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, com a palavra V. Exa.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Seria perfeito segunda-feira e inclusive a gente, dependendo dos nossos convencimentos, quarta-feira aprovaríamos o projeto ou não. Eu espero que sim.

Eu só queria fazer um esclarecimento, esse projeto foi aprovado em 99 nessa comissão por unanimidade e também na Câmara, e era um projeto de iniciativa, é bom a gente lembrar historicamente, do Senador Antero Paes de Barros. Quer dizer, tem esse projeto do Senador Antero Paes de Barros, tem projeto da Senadora Ideli Salvatti, tem projeto de vários que foram agrupados e finalmente está agrupado em torno do projeto da Deputada Nice Lobão, é isso, só para a gente fazer juz, quer dizer, a todos aqueles que já tiveram sua participação.

Que ele foi amplamente discutido, não tenho nenhuma dúvida disso, já participei de inúmeras, muitas, tenho resultado de avaliação, de sucesso absoluto de cotistas em algumas universidades. Mas eu acho que diante da solicitação dos Srs. Senadores que nos anteciparam, é importante que se realize na segunda-feira esta audiência pública e na quarta-feira um posicionamento bem tranqüilo para votar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Gostaria, Senadora Ideli, que fosse breve, para que nós pudéssemos deliberar e depois eu concederei.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não tenho nenhum problema com a realização de audiência pública, acho que é um assunto que tem polêmica, mas é um assunto também que nós temos tido oportunidade de construir consensos.

Por exemplo, o meu projeto aqui no Senado foi aprovado por unanimidade, consensuado, inclusive, com sugestões do próprio Senador Marconi Perillo, que incluiu questões que não estavam previstas no meu projeto e que depois, por consenso, foi aprovado.

Eu acho que a Senadora Serys, ela é muito feliz quando ela faz o histórico. Teve projeto já de reserva de cotas, da época, inclusive, da ditadura, depois reserva do Senador Antero, do Presidente Sarney. Certo?

Agora, o projeto que veio da Câmara é da Deputada Nice Lobão, ou seja, não tem paternidade aqui, tem PFL, tem PSDB, tem PT, tem PMDB, tem de tudo nessa discussão. O que nós precisamos sair daqui é com um único compromisso, de votar na quarta-feira para que a gente possa, na janela da quarta-feira que vem, votar no plenário e ir à sanção do Presidente. [soa a campainha] Eu acho que é esse o compromisso que nós temos que sair daqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito obrigado. O nobre Senador Osmar Dias tem a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É sobre um outro assunto. Posso? Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sobre outro assunto? Então deixa eu encerrar esse assunto agora. Então, ficamos com a audiência pública que será realizada na segunda-feira a tarde. E gostaria que o Senador Demóstenes Torres formalizasse o requerimento, apontando nomes que deve, eu acho que seja conveniente que fosse ouvida também a relatora da matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sugerisse nomes, V. Exa. também podia consultar lideranças de outros partidos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até o final da reunião nós fazemos o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E aprovamos esse requerimento. Concedo agora então a palavra ao nobre Senador Osmar Dias e a seguir o Senador César Borges.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente Senador Marco Maciel, ontem a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Mercadante, decidiu... Aliás, não foi a Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Adelmir Santana fez um requerimento enviando para esta comissão, enviando para essa comissão o projeto de resolução de minha autoria, que propõe o fim da multa que o Paraná paga ao Tesouro da União por conta da privatização do Banestado.

Esse projeto de resolução foi encaminhado à Comissão de Justiça para que se analise aqui a sua constitucionalidade e juridicidade. Eu consulto a V. Exa. se já foi designado relator, se não, quando que nós teremos a possibilidade de apreciar esse projeto na Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Essa matéria chegou ontem às minhas mãos. Ainda não designei relator, mas posso fazê-lo rapidamente ainda hoje. Mas também, eu friso, somente ontem chegou às minhas mãos, vindo da Comissão de Assuntos Econômicos. Agora, eu gostaria de dizer a V. Exa. que espero tão logo termine a presente reunião, farei a designação do relator, inclusive, para que nós possamos dar a agilidade que o caso requer, como V. Exa. acertadamente salienta.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu agradeço a V. Exa. e devo ressaltar que é originário dos precatórios onde o Paraná era credor de precatórios de Alagoas, Santa Catarina, Guarulhos, Osasco e

Pernambuco e o único que pagou foi o Estado de V. Exa., Pernambuco, quando era Governador, o Senador Jarbas Vasconcelos, os outros não pagaram, o Paraná ficou com o mico.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, agora com a palavra o nobre Senador César Borges para que nós possamos entrar na Ordem do Dia.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Sr. Presidente, na verdade eu quero solicitar a sua compreensão para incluir, Sr. Presidente, na pauta de hoje, como extrapauta, duas proposições que eu tenho que eu considero da maior importância e que se houver compreensão de V. Exa. e do plenário, eu gostaria de ver submetidas a apreciação desse plenário no dia de hoje.

A primeira, Sr. Presidente, é uma PEC, nº. 20 de 2008, uma PEC que vem aprovada na Câmara dos Deputados e que altera a redação do inciso IV, do *caput* do art. 29 da Constituição Federal e do art. 29-A, tratando das disposições relativas a recomposição das Câmaras Municipais, Sr. Presidente.

É um assunto polêmico, mas que me parece há um consenso de que o Senado deveria votar esse assunto, não protelar mais a sua votação e se, possível, ainda este ano, aproveitando essas janelas de final de ano.

Então, eu já tinha deixado ontem um parecer pronto, entretanto, havia uma emenda da Senadora Lúcia Vânia que precisou ser contemplada no nosso relatório e só podemos encaminhar hoje e, por isso, peço a compreensão de V. Exa. para submeter essa... Este nosso relato da PEC nº 20, à essa Comissão no dia de hoje.

E também, Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 45 de 2008, que dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro. Isso é importante para disciplinar o uso do nosso mar territorial [soa a campainha] e também da zona econômica exclusiva, já esteve aqui em pauta, eu pedi para retirar por solicitações que me chegaram de outros Senadores que queriam fazer modificações a esse projeto, mas o relato já está pronto, Sr. Presidente, e encaminhado e é do interesse de todos que possa ser votado ainda hoje.

Então, Sr. Presidente, reitero aqui meu pedido para extrapauta para PEC nº 20 e Projeto de Lei da Câmara nº 45.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Mesa vai considerar oportunamente a proposta de V. Exa., visto que ainda não começamos sequer o primeiro item e há outras solicitações também para inclusão extra pauta, inclusive uma formulada pelo nobre Senador Aloizio Mercadante. A Mesa, a posteriormente, vai deliberar sobre essa questão. E deve também lembrar-–

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Paulo Paim, que a sua solicitação com relação a colocação, apreciação do item 19, essa questão poderá ser objeto também de apreciação na audiência pública, que se realizará se V. Exa. achar conveniente, na próxima segunda-feira, porque eu acho que são temas que estão interligados.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não, não. Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não deseja, está certo. Então eu apenas querendo fazer uma proposta para iluminar mais o debate sobre o tema.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, em relação ao Fundo Soberano, eu recebi um telefonema do Senador Romero Jucá, líder do Governo, dizendo que houve um acordo ontem no Colégio de Líderes, para que vá direto a plenário na próxima semana e diante desse desentendimento, eu retiro, portanto, minha demanda, respeitando o entendimento do líder da casa.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então vamos passar ao item 01. O item 01, turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 323 de 2007, terminativo, "*Dá nova redação a dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, objetivando fornecer aos juízes, promotores e autoridades policiais instrumentos jurídicos mais eficientes na recuperação dos bens provenientes de atividades criminosas*". [soa a campainha].

A autoria foi do Senador Pedro Simon e a relatoria do Senador Osmar Dias. Como o relator se encontra presente eu gostaria de fazer uma observação para o conhecimento do plenário. Em 03 de dezembro deste ano, foi aprovado substitutivo ao PLS 323 de 2007, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo substitutivo integral.

Eu coloco em discussão a matéria, ouvindo antes a manifestação do relator, sobretudo porque a Mesa não recebeu emendas e, conseqüentemente, eu daria a palavra ao nobre Senador Osmar Dias para fazer manifestação sobre o tema, após o que nós faríamos a

votação simbólica do referido turno suplementar. Com a palavra o nobre Senador Osmar Dias.

[soa a campainha].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, de fato eu relatei este Projeto de Lei na semana passada...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, está quase impossível a gente ouvir o que quer que seja. [soa a campainha] Pediria silêncio, senão a gente não consegue nem ouvir o Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de pedir ao plenário e também aos que estão participando, os que estão acompanhando a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que façam silêncio para que nós possamos dar seqüência às nossas atividades. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, aliás, a semana passada, quando eu relatei esse projeto, eu desisti de ler o relatório, porque o barulho que estava lá atrás, nem eu estava ouvindo o que eu estava falando, e hoje novamente o barulho imenso.

Eu acredito que quem participa nas reuniões das Comissões deve colaborar, especialmente, aqueles que estão aqui para assessorar os Senadores, e se a gente não consegue ler um relatório, fica difícil para os outros senadores decidirem naquilo que vão votar.

Mas eu fiz o relatório semana passada, foi aprovado, quero até agradecer a ajuda que eu tive do Senador Demóstenes Torres, que ao discutir a matéria fez uma interpretação muito simples daquilo que está propondo o projeto, com o conhecimento que tem o Senador Demóstenes sobre a matéria.

E eu, inclusive, citei esse fato na imprensa do Paraná, porque foi uma ajuda muito grande, para mim que não sou especializado nessa matéria. E o Senador Demóstenes, então [soa a campainha], praticamente resumiu o relatório que eu tinha feito aqui, foi aprovado por unanimidade, nós estamos hoje para votar em turno suplementar e eu quero destacar que esse também era um projeto anteriormente apresentado pelo senador do Mato Grosso, o senador que a Senadora Serys acabou de citar aqui, Antero Paes de Barros, que depois foi para o arquivo, mas o Senador Pedro Simon aproveitou esse projeto, reapresentou e eu acabei apresentando um substitutivo para melhorar e assim foi o próprio comentário do Senador Demóstenes, aperfeiçoando o texto.

Portanto ele está pronto, Sr. Presidente, para ser votado em turno suplementar. [soa a campainha] E é terminativo.

Acabamos de ouvir a manifestação do nobre Senador Osmar Dias, que foi o relator da proposição e como não foi apresentado e ele assim especificou, nenhuma emenda ao turno suplementar a Mesa, então, deixa de submeter à votação o referido projeto e o considera, conseqüentemente, aprovado.

A matéria será encaminhada agora à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Apenas para cumprimentar o autor do projeto, Senador Pedro Simon, que eu fui o relator, fiz algumas modificações, mas a gente tem que reconhecer: o autor do projeto, o Senador Pedro Simon, um projeto importantíssimo, que vários integrantes do Ministério Público do meu Estado me ligaram para me cumprimentar o fato de termos apresentado um projeto desta importância. Parabéns ao Senador Pedro Simon, que é o seu autor.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, agora eu vou... Agora então eu vou ler o item 19, atendendo a solicitação do Senador Paulo Paim. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº. 24/2005, não terminativo, "*Altera os arts. 159, 239 e 240 da Constituição Federal e acrescenta o art. 214-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional*",

Autoria, isto é o primeiro subscritor, Senador Paulo Paim e outros senadores e senadoras. A relatoria é do Senador Demóstenes Torres, favorável à matéria, com três emendas que apresenta.

Em 22 de outubro de 2008 foi concedida vista coletiva nos termos regimentais. Eu consulto o nobre Senador Demóstenes Torres se deseja já fazer, tendo em vista, em função de vista coletiva, a matéria já foi relatada, eu gostaria de consultar o relator se ele tem alguma observação adicional a fazer. Se tal não ocorrer, eu vou submeter a matéria à discussão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para dizer, Sr. Presidente, que essa é uma matéria que o que Ministro da Educação é louco com ela, o Senador Paulo Paim está há muito tempo em busca da aprovação [soa a campainha] todos, acho, que são favoráveis a se criar um fundo para a educação profissional no país. O problema é o seguinte: de onde tirar o dinheiro?

Eu fiz uma proposta, que um pedaço dos recursos vem do imposto de renda, outro pedaço vem dos produtos industrializados, um grande pedaço vem do fundo de amparo ao trabalhador, até porque tem mui-

to desvio de recurso, muito cursinho sendo feito sem o devido controle, e uma parte sistemática desse dinheiro pode vir daí.

Qual é o acordo que diz o Senador Paulo Paim que fez e eu concordo com ele? É aprovamos aqui, a matéria vai para Plenário, lá se aprofunda a discussão para ver de onde vem o recurso. Então, continuo opinando favoravelmente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, vou submetê-la à votação simbólica, posto que se trata de matéria, não se trata de matéria terminativa. Então, as senhoras e os Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer do relator, permaneçam como se encontram. Aprovado.

[soa a campainha].

Então, agora vamos passar para o item 03. Trata-se também de Proposta de Emenda à Constituição, nº 84/2003, não terminativo, cuja ementa é a seguinte: "*Altera o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, para autorizar que a busca e apreensão domiciliar possa ser determinada pelo Ministério Público e pela autoridade policial*".

Autoria é do Senador Demóstenes Torres e outros Srs. Senadores. A relatoria do Senador Jarbas Vasconcelos que oferece parecer contrário à matéria. Concedo a palavra à Sua Excelência, o nobre Senador Jarbas Vasconcelos.

[soa a campainha].

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): V. Exa. já deu conhecimento à Casa do que vai ser relatado. A proposta pretende alterar o art. 5º da Constituição Federal, para admitir que o Ministério Público e os órgãos policiais possam, mediante ordem escrita e fundamentada, determinar a invasão de domicílio de qualquer indivíduo durante o dia, medida essa restrita nos dias de hoje à competência do Poder Judiciário.

"*A seu turno* [soa a campainha] *a PEC nº 84 de 2003 permite que, além da autoridade judicial, também o Ministério Público e a Polícia Civil possam determinar a violação do domicílio nos termos seguintes: 'Art. 5º. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação escrita e fundamentada do órgão do Ministério Público ou da autoridade judicial ou policial competentes na forma da lei'.*

A proposição restringe a garantia individual em tela, na medida que amplia o rol de autoridades competentes para determinar a violação do domicílio. Não vemos outra saída se não reconhecer que a PEC nº 84 de 2003, do ilustre e nobre Senador Demóstenes Torres, esbarra no art. 60, §4º, inc. IV, da Constituição Federal: 'Art. 60, §4º. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir; IV – os direitos e garantias individuais'.

Havendo redução de uma garantia individual explicitamente agasalhada no texto constitucional, gostemos ou não da emenda proposta, vemo-nos obrigados a reconhecer a imodificiabilidade das cláusulas pétreas. O texto constitucional de 88 estabelece, de modo cerrado, as ressalvas à inviolabilidade do domicílio, são elas: a) no caso de flagrante delito; b) de desastre; c) para prestar socorro; d) por determinação judicial, apenas durante o dia.

Como se vê, tais ressalvas são... [soa a campainha] '*numerus clausus*', *não admitindo ampliação e nem mesmo interpretação analógica em detrimento do morador. Além do mais [soa a campainha], qualquer proposta que venha a ampliar o rol das exceções já enumeradas na parte final do art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, descaracterizará a referida garantia constitucional, o que é inadmissível à luz do art. 60, já citado, da Constituição Federal.*

A inviolabilidade do domicílio conquistou status de garantia fundamental justamente para conter os excessos e arbítrios do Poder Público, principalmente aqueles praticados pelos órgãos de persecução criminal.

Embora legítimas as preocupações dos signatários, receamos que a aprovação da PEC nº 84 [soa a campainha] de 2003 possa ser interpretada como um enorme retrocesso histórico.

Cabe ao Poder Judiciário e a mais nenhum órgão, a verificação da razoabilidade de busca e apreensão no interior do domicílio. Tanto é assim que o Supremo Tribunal Federal entende que nem mesmo as comissões parlamentares de inquérito dotadas de poderes de investigação próprias das autoridades judiciais, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, podem determinar buscas e apreensões domiciliares, pois tal medida submete-se à reserva constitucional de jurisdição.

E porque apenas o Poder Judiciário poderia determinar durante o dia uma ordem de busca e apreensão domiciliar? É que, como bem observou, o juiz não representa um poder obediente à maioria. Com efeito, a legitimação da jurisdição e da independência do Poder Judicial, está ligada principalmente ao sistema de garantias do Estado Constitucional de Direito, uma vez que a existência de um juiz imparcial e independente subtraído de vínculos com os poderes da

maioria, Executivo e Legislativo, é que pode garantir a intangibilidade dos direitos fundamentais.

A missão do juiz seria, pois, averiguar a verdade processual, segundo as garantias de um processo justo, independentemente de qualquer outro tipo de interesse.

No que se refere ao Ministério Público, a sua respeitada atuação só fortalecerá a justiça brasileira, na medida em que assuma a perspectiva de parte, isso é, de órgão que age em nome da sociedade. Como parte, o Ministério Público não está em condições de examinar, com absoluta isenção as hipóteses de cabimento na medida de busca e apreensão domiciliar.

Diferentemente o juiz não se submete à lógica das partes processuais, como se diz na linguagem jurídica. O juiz é órgão supra parte. Isso não desmerece o Ministério Público, pois o processo judicial democrático depende dessa dialética de partes.

Em outras palavras, temos muito a perder com a confusão de papéis entre o Ministério Público e a autoridade policial.

O voto. Assim, por violação do art. 60, inciso IV, da Constituição Federal, manifestamo-nos pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 84 de 2003."

Como se vê, Sr. Presidente, é uma proposta do Senador Demóstenes Torres, antiga, não é recente, me parece logo no seu primeiro ano de atuação, e eu lamento, mas não encontrei outro caminho, a não ser votar contra, discordar do nobre e ilustre Senador Demóstenes Torres, por achar que sua proposta, feita naquela ocasião, lá atrás, fere o texto constitucional. É o parecer.

[soa a campainha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para discutir, concedo a palavra inicialmente ao autor da proposição, o ilustre Senador Demóstenes Torres e ao seguir ao Senador Aloizio Mercadante. [soa a campainha] Com a palavra, Senador Demóstenes Torres.

[soa a campainha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de agradecer o relatório feito pelo grande Senador Jarbas Vasconcelos. O Senador Jarbas Vasconcelos é um homem que não transige com os seus pontos de vista e foi claro ao rejeitar a proposta que fiz.

E qual é a proposta que eu fiz, Sr. Presidente? Uma proposta que não fere a Constituição Federal. Eu já conversei com muitos a respeito, e há uma incompreensão acerca do projeto. V. Exa., o Senador Jarbas Vasconcelos, vão se lembrar bem, os mais velhos, Senador Valter Pereira, que lida com o Direito, Senador Pedro Simon, a rejeição à matéria é um medo que se tem do chamado Estado policialesco.

Por quê? Porque antes da Constituição de 88, era exatamente assim. E também, em relação ao resto do mundo, é assim também. A investigação é feita por quem? A investigação é feita pela polícia. Então [soa a campainha] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu solicito ao plenário e aos que acompanham a reunião, que façam silêncio para que nós possamos prosseguir a reunião [soa a campainha]. Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O mandado de busca e apreensão domiciliar, ele é um desdobramento da investigação. Até 88 era assim. Mas acontece que pela tradição policialesca que tem o Brasil, o que aconteceu? Durante o Regime Militar, isso aconteceu também com Vargas, mas especialmente durante o Regime Militar, a polícia se transformou numa espécie de inimiga da população [soa a campainha].

Como policial, o Delegado de Polícia, a Autoridade Policial podia expedir o mandado de busca e apreensão, houve uma série de abusos [soa a campainha]. Muitos utilizavam desse expediente para atingir os seus inimigos políticos.

Então, agora, veja só a dificuldade que se criou na prática. O que acontece? Hoje, quem é que pode determinar uma busca e apreensão? Quem pode determinar busca e apreensão é só o Juiz de Direito. Correto. Por quê? Porque o juiz direito vai analisar uma série de situações para poder deferir a medida. E eu não estou propondo retirar isso do juiz de direito. Eu estou propondo ampliar [soa a campainha] para a situação que era anteriormente. Quem é que pode fazer a investigação? Quem pode fazer a investigação é o Delegado de Polícia e o Ministério Público, em situações especiais.

Então, eu dou um exemplo prático do que acontece: a pessoa está fazendo uma investigação e chega num caminhão de maconha dentro de uma casa. Se a autoridade policial pudesse determinar [soa a campainha] a busca e apreensão, o que aconteceria? O policial chegaria ali com o mandado da autoridade policial, entraria na casa, se não tivesse nada, lavra-se o termo, não tem nada. Se não, faria a apreensão do caminhão lotado de maconha.

Muito bem. Como é que é a sistemática atual? Tá lá o soldado, viu o caminhão entrando lá, acha que é um caminhão de maconha. Se ele entrar e não tiver nada, ele perde o emprego. Então, o que acontece na prática? O soldado procura o Delegado, o Delegado pede uma busca e apreensão ao Juiz de Direito, chega o pedido no Juiz, o Juiz abre vista para o Promotor, o Promotor dá o parecer favorável, o mandado volta para o juiz, o juiz dá a sentença, a sentença vai para o Delegado, o Delegado chama aquele policial originário e manda cumprir [soa a campainha] ou seja, isso demora mais ou menos um mês.

Em um mês, já se fumou o caminhão de maconha inteiro. A prova já foi embora há muito tempo. Eu estive nos Estados Unidos, estive na Inglaterra, estive na Espanha, estive na Suíça, uma porção de países, vendo essa questão como é que é. Em muitos lugares, é a própria autoridade policial que dá a ordem de busca e apreensão. E quando isso não acontece, como é que se faz? [soa a campainha] Quase sempre é o Promotor de Justiça que dá a ordem por telefone, ou seja, essas questões procedimentais elas são fundamentais para se ter uma boa investigação.

Por que a polícia brasileira esclarece poucos crimes? Porque ela tem poucos instrumentos à sua disposição. Então, na realidade, é o que? É o medo que nós temos de dar à polícia esses poderes. Porque olha, tem policial grampeando todo mundo, tem policial prendendo de qualquer jeito [soa a campainha]. Imagina se nós dermos à polícia o poder de invadir as casas com mandado de busca e apreensão expedido pelo Delegado?

No mundo inteiro é assim. É assim que funciona, é assim que as coisas acontecem, e o policial que abusar do poder que tem, ele será preso, ele perderá a sua função, ele responderá pelo abuso de autoridade. Aplica-se a lei.

Então o projeto, na minha concepção, respeitando divergência do Senador Jarbas Vasconcelos, a quem digo e não é demagogia, é um senador admirável, um espelho para todo mundo, inclusive para mim, mas, nessa hipótese, eu pediria aos Srs. Senadores que atentassem para o texto.

Não se trata de suprimir a possibilidade do juiz determinar a busca e apreensão. Se trata, na realidade, de dar à autoridade policial e mesmo a autoridade do Ministério Público, quando anomalamente faz a investigação, o poder de ele próprio [soa a campainha] expedir a busca e apreensão domiciliar, porque a outra busca e apreensão ele já pode fazer.

Então são com essas considerações, eu peço a aprovação aqui na CCJ da proposta de emenda à constituição e a rejeição do parecer, Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, que também deseja discutir a proposição.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, também quero discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A seguir, o Senador Antonio Carlos Júnior e, posteriormente, o Senador Almeida Lima. E o Senador Valter Pereira. Com a palavra, nobre Senador Aloizio Mercadante.

[soa a campainha].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu tenho tido aqui uma convivência muito construtiva e muito rica com o Senador Demóstenes, que sempre tem um profundo conhecimento jurídico e posições muito nítidas. E ele vem lutando historicamente para dar mais prerrogativas e poderes ao Ministério Público, à autoridade policial, em particular ao Ministério Público.

É a sua origem e é compreensível essa percepção dos desafios do trabalho na investigação policial, do papel do Estado. Mas, nesta matéria, eu quero me associar ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O art. 5º da Constituição, ele talvez seja o capítulo mais importante, porque é o art. que trata das garantias e prerrogativas do indivíduo perante o Estado. É o art. que protege o cidadão diante da força coercitiva do Estado. Portanto, esses princípios fundamentais do Estado de direito democrático, são a base, a base da constituição da cidadania e da democracia numa sociedade moderna.

Eu entendo, Sr. Presidente, que... O Tocqueville, um dos grandes, um dos grandes pensadores iluministas, ele dizia que a prerrogativa mais importante do parlamento é a defesa da cidadania, das prerrogativas e garantias do cidadão.

E se nós retirarmos do Poder Judicial, do Juiz, a decisão de autorização para busca e apreensão na casa do cidadão, no seu ambiente familiar, e abrirmos este horizonte para a autoridade policial e para o Ministério Público, nós estaremos agredindo violentamente aquilo que eu entendo que é uma cláusula pétrea constitucional.

Entendo, que essa proposta ela violaria um princípio, eu diria, essencial na concepção do que é o papel da família na sociedade, do que é a casa do indivíduo, do que é o papel da Justiça e [soa a campainha] quais são os procedimentos inegociáveis, indispensáveis para que o Estado, no seu papel de polícia, Viole essa condição.

Por isso, eu defendo o que está na Constituição, acho que deveríamos manter essa prerrogativa ao Juiz e não conceder esse poder que, seguramente, geraria excessos, abusos, e uma violação da cidadania que eu diria que é intolerável, com a sociedade civilizada que todos estamos empenhados em construir.

Portanto, eu quero parabenizar o parecer e votarei com o Senador Jarbas Vasconcelos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, eu concedo agora a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior. A seguir, ao Senador Almeida Lima. Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, indiscutivelmente, o Senador Demóstenes Torres é um dos... Grandes nomes dessa Casa na área jurídica, a gente tem o maior respeito e amizade pelo Senador Demóstenes, porém, eu acho temerário, temerária esta mudança, essa ampliação de poderes, além da autoridade judicial, também a autoridade policial, o Ministério Público.

Eu acho, isso... Nós não temos uniformidade de atuação nem da Polícia nem do Ministério Público nas cidades brasileiras. Então, isso pode gerar situações de problemas pessoais, principalmente em cidades menores. Então... E é uma violação ao art. 5º da Constituição, que realmente defende os direitos do cidadão.

Eu, com todo o respeito ao Senador Demóstenes e à amizade, eu acho que seria uma temeridade essa ampliação de poderes para invasão domiciliar e fico com o relatório do Senador Jarbas Vasconcelos.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra ao nobre Senador Almeida Lima e posteriormente, o Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão. Com a palavra, o Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu quero fazer minhas todas as palavras, não apenas do nobre relator, Senador Jarbas Vasconcelos, mas do Senador Aloizio Mercadante e do Senador Magalhães Júnior. E registrar a minha apreensão à proposta formulada pelo nobre Senador Demóstenes Torres, que todos sabemos trata-se de uma consciência jurídica privilegiada, e S. Exa. vai me permitir, me desculpar, discordar frontalmente e lamentar que uma mente tão privilegiada tenha produzido, com todo o respeito, *data venia*, *data maxima venia*, algo assim tão ruim, e que fere de morte o estado de direito.

Não historicamente, mas o Estado contemporâneo, ele é constituído, nobre Senador, pelo próprio cidadão, é o cidadão quem constitui o estado. Pelos seus diversos processos, originários, derivados. E uma violação ao direito individual tantos quantos os estabelecidos pelo art. 5º, eu diria, "violação", só se poderia imaginar permitir a partir de um dos poderes do estado, e entre eles, o Poder Judiciário.

Ora, elastecer esta possibilidade e eu diria de violação do domicílio do cidadão, a partir da própria polícia, seria uma excrescência no nosso ordenamento jurídico, impensável. Esta é uma prerrogativa de um poder, do Poder Judiciário, que aliás, convenhamos, tem cometido inúmeros pecados na nossa República.

Nós, cidadãos, já não estamos devidamente servidos com o Poder Judiciário, está aí o escândalo mais recente do Estado do Espírito Santo, de comercialização de sentenças, imagine agora deixar o cidadão à sorte de um Delegado de Polícia?

Nós já temos tantas arbitrariedades, Sr. Presidente, cometidas por juízes, juízes de primeira instância, de primeiro grau. Imagine, neste país afora, atribuir a prerrogativa de invasão de domicílio, naquele horário permitido por lei, salvo à noite, a sanha de um Delegado de Polícia. É lamentável a proposta, não obstante o brilhantismo reconhecido do nobre Senador Demóstenes Torres.

Evidente que temos que rejeitar esta propositura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o nobre Senador Valter Pereira, Vice-Presidente da Comissão de Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Com a palavra, o nobre Senador Valter Pereira para discutir a matéria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, em que pese o respeito que tenho pelo ilustre Senador Demóstenes Torres, mercê de sua capacidade de articulação e de sustentação, de sua cultura jurídica que é inquestionável, sou obrigado a divergir dele nesse aspectos.

Acontece, Sr. Presidente, que na divisão de poderes, tem que haver um equilíbrio. E esse equilíbrio se dá exatamente pela distinção das funções. Atribuir ao Ministério Público e a um Delegado de Polícia a competência para promover [soa a campainha] a invasão do domicílio, significa, em primeiro lugar, desequilibrar essa harmonia que a Constituição assegura, e eleger até uma organização policial à condição de um quarto poder. Aliás, de um quarto não, talvez até de um quinto poder. Isso, no estado de direito, efetivamente, é inaceitável.

Tenho que divergir também de S. Exa. quanto ao exemplo que fora suscitado. Se ocorrer esse fato ima-

ginário de surgir um caminhão cheio de maconha, é claro que o delegado de polícia, ao enxergar esse caminhão, não precisa de autorização de ninguém para apreendê-lo, porque cumpre ao delegado de polícia, nesta circunstância, lavrar o competente flagrante de delito.

Então, eu acredito que não cabe, não tem necessidade, e mesmo que tivesse necessidade, nós estaríamos, ao aprovar um projeto dessa natureza, desequilibrando a balança da Justiça. E é isso que nós temos que evitar.

Nesse particular, portanto, Sr. Presidente, a sustentação que faço é na defesa do relatório proferido pelo ilustre Senador Jarbas Vasconcelos. [soa a campainha] O Ministério Público tem que fazer o papel que lhe é reservado pela constituição, as organizações policiais, também têm que cumprir o seu papel de investigação. Mas o papel de julgar, o papel de intervir na vida das pessoas, no asilo sagrado que é o lar, esse papel é reservado ao Magistrado e deles não podemos retirar esta função, embora concorde com a ponderação do ilustre Senador Demóstenes Torres, quando afirma que não está se retirando do Magistrado essa faculdade.

Está sendo mantida, mas está estendendo sim esse poder ao Ministério Público. Está sim estendendo esse poder ao Delegado de Polícia. E aí é que reside o desequilíbrio: em que pese a convergência que sempre me une ao Senador Demóstenes Torres, mas existem momentos em que a gente tem que divergir, e esse é o momento em que divirjo, divirjo até porque na vida prática nós sabemos quantos abusos têm ocorrido por aí sob o patrocínio de um Delegado.

Nós sabemos por aí de como que alguns representantes do Ministério Público lá no município estão agindo, hoje, em função do reforço que teve em seus poderes, em suas faculdades, depois da Constituinte. Tenho relatos que são lastimáveis sobre o papel que é reservado ao Ministério Público, e que infelizmente, na instância singela, tem sido transgredido e muito.

Então nós não podemos. Chega de abusos por autoridades que já cometem excessos no uso das suas atribuições. Não vamos somar à estas, outras arbitrariedades que eventualmente possam surgir.

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [interrupção no áudio] Matéria como o último orador inscrito, passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. Tem a palavra S. Exa..

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, uma das grandes conquistas [soa a campainha] que, por sinal, são muito elogiadas na nossa Constituição de 88, é a que dispõe sobre os direitos individuais.

As prerrogativas do cidadão, os seus direitos estão garantidos e consubstanciados na nossa constituição. É uma cláusula pétrea assegurar ao cidadão que a sua morada, a sua residência, o seu domicílio, não seja invadido ou violado, a não ser em casos especiais, que são previstos na nossa Carta Magna.

Diz bem o Senador Jarbas Vasconcelos no seu bem consolidado parecer, ao lembrar o art. 60 da Constituição Federal, que no seu §4º assevera: "*Não será objeto de deliberação a proposta de emenda*" e nós estamos tratando de uma emenda, "*tendente a abolir os direitos e garantias individuais*". E na frente, S. Exa. diz: "*Havendo a redução de uma garantia individual explicitamente agasalhada no texto constitucional, gostemos* [soa a campainha] *ou não da emenda proposta* [soa a campainha] *somos obrigados a reconhecer a imodificabilidade das cláusulas pétreas*".

O texto constitucional de 88, o que é que estabelece? Propõe ressalvas à inviolabilidade do domicílio nos seguintes casos: no caso de flagrante delito; de desastre para prestar socorro; por determinação judicial apenas durante o dia. Então, é o juiz que determina, no caso, a invasão de um domicílio e durante o dia.

Tanto que a Polícia Federal, nas investigações que são feitas, naquelas operações que redundaram invasão de domicílio, a Polícia Federal só penetra na residência do investigado à luz do dia. Mesmo levando televisão para dar um ar de espetáculo àquela investigação, mas a Polícia Federal age de acordo com a determinação judicial, à luz do dia, seis horas da manhã já está claro o dia. Durante a noite, a Polícia Federal, nem a Polícia Judiciária dos estados podem fazer esse tipo de operação.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou de acordo com o parecer do nobre Senador Jarbas Vasconcelos e de acordo com a opinião da Associação dos Magistrados Brasileiros, a AMB, que como sempre vigilante sobre o andamento das nossas propostas, vez por outra está nos sugerindo, a todos nós, posições consentâneas com o texto constitucional.

O que é que diz a AMB? "*Reconheça-se desde logo que o Ministério Público e as Polícias são instituições de Estado, dotadas de respeitabilíssima missão no cenário constitucional brasileiro, de forma que esta manifestação em absoluto não desmerece suas relevantes prerrogativas*. *Entretanto, a AMB defende que o aumento da eficiência no combate à criminalidade deve passar, necessariamente, por medidas legislati-*

vas que racionalizem a prática processual, desde que tal racionalização não se dê a custas de direitos e garantias fundamentais, por qualificação pessoal dos membros e servidores públicos e por investimentos em infra-estrutura compatíveis com a necessidade do serviço".

Nós que conhecemos, Sr. Presidente, V. Exa. foi Governador, e foi um Governador justo, e eqüidoso, conhece como, em alguns lugares, age a polícia. [soa a campainha] Algumas vezes por motivação pessoal, por motivação política, por um outro interesse, pode invadir arbitrariamente o domicílio de um cidadão que sequer tenha cometido um crime que lhe está sendo apontado naquele instante.

Por esta razão, Sr. Presidente, considero [soa a campainha] inconstitucional a Proposta de Emenda à Constituição nº. 84 de 2003, que altera o art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal, que autoriza a busca e apreensão domiciliar por iniciativa não mais só do juiz, também do Ministério Público e da autoridade policial.

E parabéns ao Senador Jarbas Vasconcelos, que preserva as garantias individuais do cidadão brasileiro. [soa a campainha] Voto contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não havendo mais quem queira discutir a proposição, concedo a palavra ao autor da proposição, nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Quando eu apresentei essa proposta, eu não tinha nenhuma ilusão de que ela fosse aprovada. É simplesmente o que existe no resto do mundo. Não existe outro lugar em que a Magistratura interfira nesse trabalho que é considerado de investigação policial.

Ontem mesmo a gente viu uma situação inusitada, em Chicago. O que aconteceu? Uma polícia especial chegou e prendeu o Governador do Estado. Prendeu em flagrante, sem ordem escrita de autoridade judiciária alguma.

No Brasil, o que as autoridades gostam muito de fazer é concentrar poder. Então [soa a campainha] vejamos o seguinte: nós temos lá uma grande discussão, uma grande discussão na Câmara dos Deputados, porque a Polícia Civil não quer que a Polícia Militar faça o chamado T.C.O. para os crimes de pequeno potencial ofensivo. O que é o T.C.O.? T.C.O. é quando a autoridade policial registra que aconteceu uma ameaça, alguma coisa e pode resolver imediatamente.

A Polícia Civil não quer perder isso por quê? Porque acha que já está perdendo uma parte da investigação para a Polícia Militar, e é uma bobagem. O T.C.O. vai dar um grande ganho à sociedade brasileira.

No mundo inteiro, o que está acontecendo? Na Itália já aconteceu, na Espanha já aconteceu, e também em Portugal está acontecendo. O Ministério Público se transformou numa Magistratura dentro do Poder Judiciário. [soa a campainha] Então, quem é que defere busca e apreensão? Quem defere busca e apreensão é o Ministério Público com o nome de Magistratura Processante. Quem é que defere medida temporária, prisão temporária? Quem defere é o Ministério Público, com o nome de Magistratura Processante. Então essas coisas vão se acomodando. [soa a campainha].

No Brasil qual é o temor? O temor é do Estado policial. O temor, evidentemente, é de que a polícia continue abusando. E vai abusar mesmo. Agora, o que tem que acontecer em sentido contrário? Tem que... Em sentido contrário as instituições têm que funcionar. O Delegado tem que ser preso, o Delegado tem que ser expulso da carreira. O que não pode ser prejudicado é a investigação.

Não fere a Constituição por quê? Não adianta ler o art. 60 e o art. 5º. Isso aí não resolve. Não fere a constituição porque não está tirando da Magistratura esse poder. Está ampliando como era antigamente, e como é no resto do mundo. Então, nós vamos, a intenção é profissionalizar as polícias. Dar maior poder à polícia, é também aumentar a chance de risco para que haja o abuso? Sim. A polícia vai abusar mais.

O Ministério Público, tendo mais poder vai cometer mais abuso? Sim. Assim como a Magistratura também comete abusos. Ontem teve um exemplo: vários magistrados no Espírito Santo presos. Agora, sob o pálio de que nós temos medo de que isso aconteça, nós vamos inviabilizar a ação? E o exemplo dado é o exemplo, Senador Valter Pereira não está aí? O exemplo dado é o exemplo lógico. Eu ainda disse: entra a autoridade, não tem nada lá, perde o emprego. É claro que se tiver em flagrante está em flagrante, é outra situação.

Mas, concordando perfeitamente, eu acho que essa matéria vai voltar a discussão dentro de cinco, dez, quinze anos, porque as instituições vão ter que se modernizar como estão se modernizando no resto do mundo, mas, aceito o resultado, absolutamente contrário, e a discussão foi boa, muito eficiente.

E eu continuo com o meu ponto de vista. Acho que as instituições têm que adquirir mais poder para que elas possam elucidar mais os crimes e nós possamos ter uma Justiça melhor.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não havendo orador inscrito para discutir

a proposição, vou encerrar a discussão e submeter a matéria à votação simbólica. As senhoras...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: V. Exa. vai botar em votação a proposta ou o parecer?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nominal. Nós vamos colocar em votação o parecer do relator.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Certo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Requeiro votação nominal, Sr. Presidente. Pode ser depois ou antes?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Podemos fazer a votação nominal. Eu apenas consulto o plenário se acolhe a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares que a proposição seja votada por votação nominal.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares, a proposta será rejeitada por unanimidade, então não precisa se preocupar com votação nominal. Isso aí eu acho que já é consenso. Todos aqui se pronunciaram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É uma prerrogativa do Senador pedir. É uma prerrogativa também negar. Eu acho o seguinte, se o Senador Demóstenes Torres já considera a sua proposta derrotada, então não há porque fazer votação nominal. Sua Excelência tem razão. [soa a campainha] Para que não seja tão acachapante.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu não me incomodo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sem votação nominal.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador, Senador, vou lhe dizer uma coisa: eu não me incomodo, eu não me incomodo com votação acachapante de... Aliás, eu tive oportunidade de defender V. Exa. várias vezes perdendo em votação acachapante. Então isso não desmoraliza.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Inclusive nominal e não fiquei desmoralizado. Isso não é nada demais.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Votação nominal, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V. Exa. agora aceita votação nominal?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aceito, Sr. Presidente... Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, o seguinte, eu indago o nobre Senador-–

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pelo menos temos que dar atenção ao autor da proposta, Presidente. É ele que quer nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu faria um apelo ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares para que dispensasse o pleito, a solicitação de fazer votação nominal, até por economia processual, para que nós possamos avaliar, analisar outros itens que constam da Ordem do Dia e são matérias também extremamente relevantes. Se S. Exa. abrir mão--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V. Exa., por último, quem propôs foi o nobre Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Certo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, eu dificilmente divirjo do Senador. Então, se S. Exa... Retira o pedido...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Senador fica muito aborrecido às vezes quando alguém faz troça dele. Mas...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu não estou fazendo troça.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu compreenderei.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu lhe respeito muito, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sempre tem alguém que precisa de sapatear, não é?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estou achando o seguinte: S. Exa. pediu, por último, a última votação nominal. Foi ou não foi, Senador?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi, V. Exa. pode perguntar para mim que eu respondo: foi.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu faço um apelo aos nobres...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pois é, então em respeito à V. Exa..

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, em respeito a mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas nobre Senador Antonio Valadares, eu faço um apelo a V. Exa. retirar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu retiro, a não ser que o Senador Demóstenes não queira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então vamos colocar em votação o parecer do relator, Senador Jarbas Vasconcelos. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do relator, considero aprovado o parecer do relator. Passamos então, ao item subseqüente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Pela ordem, a palavra à nobre líder Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu estou solicitando a inversão de pauta do item 10, que eu sou relatora e há interesse dos...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E teve um pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou conceder a inversão de pauta por se tratar de matéria que há um certo consenso na Casa. Pelo menos na Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Eu vou pela ordem. Pela ordem o nobre Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Concluída a questão de ordem ou requerimento da Senadora Ideli Salvatti, eu tenho dois requerimentos a fazer. O primeiro diz respeito à retirada de pauta da PEC 53, da qual eu sou autor e o nobre Senador Flexa Ribeiro é o relator, diante de entendimentos que estão sendo realizados para se estabelecer uma proposta de projeto de lei alternativa a esta PEC 53 e que diz respeito aos terrenos de marinha. Como esse assunto não foi ainda concluído, eu pediria à V. Exa. que o retirasse de pauta. O segundo item.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V. Exa. será atendido. Já está atendido, vou tirar de pauta.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): O segundo item, Sr. Presidente, eu sou relator do item 8, a proposta do item 8, e eu peço também para retirar de pauta porque eu desejo reexaminar o parecer que eu ofereci.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V. Exa. será igualmente atendido.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB-SE): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então vou conceder a palavra agora ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, há uma proposta sob apreciação dessa Comissão, que dispõe sobre a criação de municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Essa pauta já foi, essa proposta, por iniciativa do Senador César Borges, já vai ser colocada extrapauta.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas gostaria que fosse além de extrapauta, que fosse colocada, que fosse dado primazia, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nós vamos conceder a preferência.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vai conceder a preferência. Então era só essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Foi a solicitação feita pelo Senador César Borges. Então vamos passar item 10. Projeto de Lei do Senado 576/2007, terminativo. A ementa é a seguinte: "*Altera o art. 45 e acrescenta artigo à Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre as vedações aos programas de que trata o Título IV e estabelece o acesso gratuito ao Rádio e a Televisão pelos Partidos Políticos*", fecha aspas.

Autoria do nobre Senador Sérgio Guerra que se encontra presente. A relatoria do Senador Jarbas Vasconcelos. O relator, Senador Jarbas Vasconcelos, ofereceu favorável, parecer favorável à matéria e à Emenda nº 1, CCT com duas emendas que apresenta.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática. Em 03/12/2008 foi concedida vista ao Senador Inácio Arruda e ao Senador Antonio Carlos Júnior, nos termos regimentais. O Senador Inácio Arruda apresentou voto em separado, favorável ao projeto nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Em 10 de dezembro deste ano, foram recebidas três emendas de autoria do Senador Eduardo Azeredo, pendentes de parecer. Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o projeto e a segunda para as emendas. [soa a campainha] Concedo pois a palavra ao Senador Jarbas

Vasconcelos para se manifestar sobre o item 10, ou seja, o Projeto de Lei do Senado 576 de 2007.

[soa a campainha].

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, a matéria como V. Exa. já colocou, ela foi apresentada na última reunião da CCJ. Ofereci parecer favorável à matéria e o nobre Senador Inácio Arruda pediu vistas.

Ele devolve hoje com um voto em separado que, em resumo, ele faz uma divisão muito simples. Os que, o partido que... Entre 1%, acima de 1% eles teriam 10 minutos e aquele tempo preservado também de 20 na programação anual. E os que têm menos de 1%, também a mesma coisa.

E o Senador Eduardo Azeredo apresenta três propostas, três emendas ao projeto relatado, que eu pediria inclusive...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Hein? Vou pedir para ele explicar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você vai acatar?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Não é para acatar não.

[soa a campainha].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque a gente fez um acordo com todas as executivas.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Você... Você...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): O objetivo da emenda, Presidente, é só complementar, para o caso dos partidos que tiveram votação, mas que não conseguiram eleger nenhum representante na Câmara dos Deputados. Então, definindo também para esses pequenos partidos algum tempo de televisão.

Então é só um complemento que ficou faltando, essa lacuna estava presente no projeto. Só para os partidos que tiveram votos, mas não elegeram nenhum representante, para não dar margem a nenhuma questão de inconstitucionalidade.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Bom, Presidente, eu tive o cuidado de conversar com presidentes de partidos, não todos, evidentemente, mas presidentes de partidos e membros da Executiva para ver esse projeto. E procurei fazer no parecer uma coisa que pudesse atender, sobretudo porque com a modificação que a justiça fez com relação ao fundo partidário, era preciso mexer nisso urgentemente, se não ficaria em conflito esse tempo de televisão com o que levou a justiça a, invadindo um pouco a nossa competência, definir os valores do fundo partidário.

Em suma, eu mantenho o meu relatório e rejeito o voto em separado do nobre Senador Inácio Arruda, porque eu acho que isso é um entendimento com os partidos de um modo geral [soa a campainha] e também lamento rejeitar as emendas do Senador Eduardo Azeredo, mantendo, na íntegra, na íntegra, o parecer que foi oferecido na quarta-feira próxima passada.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O Senador Jarbas Vasconcelos acaba de manifestar o seu parecer sobre as emendas apresentadas.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Mantendo o relatório anterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mantendo o relatório anterior.

Mantendo o relatório anterior e eu concedo agora a palavra ao autor do voto em separado, o Senador Inácio Arruda, para que ele possa ler a sua emenda, para conhecimento do Plenário.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu lamento assim que essa matéria seja tratada dessa forma no Senado.

Não é comum, digamos, fazermos alterações na legislação eleitoral e partidária sem uma ampla consulta, pelo menos aos partidos que têm assento na casa, especialmente um partido que teve 7.54% dos votos para o Senado da República na última eleição, que foi no caso o PC do B, tendo a quinta maior votação para a casa, infelizmente elegendo apenas um Senador, mas teve a quinta maior votação.

Então, pelo menos, pelo menos, se deveria consultar o conjunto dos partidos com assento na Casa [soa a campainha] o que infelizmente não ocorreu.

Depois, a celeridade de discussão no Senado. Foi tudo muito rápido entre a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Justiça, o que não dá tempo para que os partidos sejam efetivamente consultados.

Todos sabem que essas modificações ora propostas são frutos de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que houve por bem proclamar inconstitucional artigos da Lei 9.096, que feria a Constituição Federal naquilo que diz direito aos partidos políticos no Brasil.

Ao alterar a legislação, a 9.096, o próprio Tribunal Superior Eleitoral fez uma proposição de distribuição de recursos, de tempo de rádio e televisão, que transformou-se em uma Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, em seguida. Tudo com o fito, Sr. Presidente, de ampliar o processo democrático brasileiro.

Eu quero dizer a V. Exa. que o PC do B, ele, nessa proposição apresentada pelo Senador Sérgio Guerra, ele deixa de ganhar, mas ele não perde. Nós não perdemos tempo de rádio e televisão. Deixamos de ganhar.

Mas nós estamos ligados a um processo que não foi feito só por nós. Aqui no texto, na hora de digitar, nós terminamos saltando o nome dos outros partidos. Mas na proposição ao Tribunal Superior, ao Supremo Tribunal Federal, não se tratava de uma ação apenas do PC do B. O PC do B tinha uma ação, o PPS tinha uma ação, o PDT tinha uma ação, o PSB estava em outra ação, o PSC estava em outra ação, era um conjunto de partidos que se dirigiram ao Supremo Tribunal Federal, que acolheu como matéria principal o processo do PC do B.

Quer dizer, foi a ação do PC do B que foi julgada. Mas o conjunto das outras ações tratavam do mesmo tema, que é, primeiro, a garantia do funcionamento Parlamentar, acesso ao rádio e televisão, no que o Ministro Gilmar Mendes chamou de... Embora ele tenha outras opiniões acerca do funcionamento Parlamentar, da legislação eleitoral e partidária, mas ele chamou argüindo o Direito Alemão do "direito de chance".

Se alguns e no caso aqui, os quatro principais partidos ou os quatro maiores, embora não acha um partido majoritário no Brasil, nenhum partido é majoritário, são muito aquém de majoritário, então os quatro principais, PMDB, PSDB, PT, e DEM, saem de 10 para 20. Dobram o seu tempo [soa a campainha].

Os quatro seguintes, que estavam na margem de também de 10 minutos, eles ganham 50%, vão para 15 minutos, e dobram também as isenções. Os partidos, demais partidos, até 2%, mantêm-se onde estão. Os que estão abaixo de 2% é que sofrem uma queda razoável da distribuição do tempo de rádio e televisão.

Então, eu repito, Sr. Presidente, que a nossa iniciativa teve por objetivo então restaurar o que tinha na lei anterior. Restaurar o que estava na 9.096, dando ao conjunto dos partidos o direito de chance.

Eu lembro que mesmo, Sr. Presidente, tendo a garantia de tempo de rádio e televisão, na eleição solteira de 89, muito bem fazeja para alguns partidos, porque elevou em escala mais que geométrica a liderança do Partido dos Trabalhadores, e do PDT, especialmente, que tinham candidatos a Presidente da República [soa a campainha], naquela disputa eleitoral para se ter uma idéia--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Inácio Arruda, eu gostaria de dizer ao Senador Demóstenes, ao Senador Francisco Dornelles que vamos ter votação nominal a seguir.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E eles não vão voltar que são interessados, porque os dois têm aumento de tempo, o PP e o DEM. Então, Sr. Presidente, naquela eleição, nós tínhamos tempo igual. Podíamos disputar com igualdade. Era o quê? Era o direito de chance. Era permitir que um partido que não tivesse alcançado ainda o patamar de um PMDB, o patamar de um PFL, que eram os dois partidos maiores na época, tivessem o direito.

Entre eles, estava quem? Estava o PT. Que não tinha bancada grande. Que não tinha votação grande. Mas teve o direito excepcional de chance. Teve um tempo igual do PMDB, igual ao do PFL, para disputar eleição presidencial, alavancar a sua liderança extraordinária que era do Presidente Lula já naquela época, candidato a Presidente, e na eleição seguinte, com esse direito de chance, alavancou extraordinariamente a sua bancada.

Com a lei 9.096, que foi votada com o acordo, de que este item, inclusive, de cláusula de barreira seria rejeitado num veto do Presidente da República, esse acordo terminou sem prosperar, pelo menos foi enunciado ao nosso líder Haroldo Lima que isso seria feito, isso resultou que não foi realizado o veto, manteve-se a cláusula de barreira e os partidos perderam o direito de chance, porque reduziu-se extremamente o espaço de tempo no rádio e televisão.

É isso que estamos tratando. Mesmo com o cuidado que teve o Senador Sérgio Guerra no seu projeto, de não causar prejuízo extremo aos partidos. Elevou o tempo dos grandes, elevou o tempo dos médios, manteve o tempo dos pequenos, e os que estavam mais abaixo de 2%, é que efetivamente perdem.

Aqui, no Congresso Nacional, hoje, dois partidos com assento no Senado, são os mais prejudicados. No caso, o PSOL e o partido do Senador Crivella, o PRB. Esses são os mais sacrificados com o projeto que está em votação. Infelizmente, os dois não estão aqui para poder defender as suas legendas, mas nós queremos dizer que o PC do B, com o princípio de que considera que todos têm que ter o direito de chance para um dia ser do tamanho do PMDB ou maior, ser do tamanho do PT ou maior, ser do tamanho do PSDB ou maior, ser do tamanho do DEM ou maior, é preciso o direito de chance.

Para nós do PC do B, para o PSOL, para o PRB e para as outras legendas partidárias, que são em números reduzidos registradas no Congresso Nacional. [soa a campainha] Por isso que apresentamos esse voto em separado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra para discutir ao

nobre Senador Antonio Carlos Júnior e a seguir ao relator que fará a manifestação final.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu só quero reiterar a minha posição [soa a campainha] da reunião passada. Eu estou a favor do projeto do Senador Sérgio Guerra e do relatório do Senador Jarbas Vasconcelos [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então eu vou conceder agora a palavra ao nobre Senador Jarbas Vasconcelos, relator.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente, eu faria só um apelo ao senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um apelo ao Senador Jarbas Vasconcelos em relação a três emendas, porque--

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): É sobre isso que eu vou falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, o nobre Senador Jarbas Vasconcelos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Jarbas, Senador Jarbas, nesse substitutivo que nós apresentamos, também nós tratamos da mesma emenda do Senador Eduardo Azeredo, que é relativo a quem não tem representação nenhuma nas duas casas e que seria complicado a gente deixá-los sem espaço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos, relator da matéria.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Eu quero no sentido de aperfeiçoar mais ainda o projeto, e em entendimento com o autor e com o senador que apresentou as três emendas, eu quero reformular o meu parecer no sentido de acolher as emendas do Senador Renato(sic) Azeredo, que melhoram substancialmente o...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual o teor da emenda, por favor?

Reinaldo Azevedo é bom.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Homenagem ao pai, homenagem ao pai. Eu fico grato.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Até porque, Presidente, uma das emendas dele, do Senador Azeredo, contempla o Senador Inácio Arruda.

[soa a campainha].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Qual o teor da emenda?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Senador Demóstenes, é porque a constituição estabelece que os partidos políticos tenham acesso gratuito ao rádio e televisão. Aí que o acontece? Nós fizemos toda uma distribuição, mas fica a lacuna dos partidos que tiveram votos, mas não conseguiram eleger nenhum representante na Câmara. Então para esses pequenos partidos, os minúsculos partidos, digamos assim.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quantos?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): É que se teria ainda os dois minutos só de duração, duração proporcional... Dois minutos de duração é o que está previsto aí para esses pequenos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fica igual quem tem menos de 2%?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Menos, menos, metade dos partidos. Os partidos que têm representação mínima. E as outras duas são apenas para esclarecer que se trata dos Estados e do Distrito Federal, ficou faltando a palavra, a expressão Distrito Federal, não apenas Estados. As outras duas é para dizer que se aplica aos Estados e Distrito Federal.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não havendo orador inscrito para discutir, vou encerrar a discussão. Vou submeter a matéria a votos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Somente para fazer uma ponderação, eu reconheço a validade dos argumentos do Senador Inácio Arruda, principalmente quando ele fala na decisão já do Supremo, que configura como inconstitucional o bloqueio das atividades dos pequenos partidos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Menos de 2% sem nada, dois minutos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Há uma iniciativa do Governo, que deve ser considerada, de uma reforma política que possivelmente entrará em tramitação no próximo ano, na Câmara dos Deputados. Então, este projeto é parte de uma reforma política, sem dúvida alguma.

Eu gostaria de saber como é que o Senador vê a proposta do Senador Jarbas Vasconcelos, inclusive garantindo o acesso à televisão [soa a campainha] nos Estados dos partidos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que o projeto do Senador Sérgio Guerra...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nós poderíamos votar e aguardar a reforma política.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O projeto... [soa a campainha]. É que o projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Em votação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O projeto garante os programas estaduais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vamos submeter à votação. Vamos começar pelo partido do bloco de apoio ao Governo. [soa a campainha] Senador Eduardo Suplicy. Senador Eduardo Suplicy, como vota V. Exa.? Senadora Ideli Salvatti?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Eduardo Suplicy confio o relator, Senadora Ideli Salvatti com o relator. Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator, as emendas do Senador Eduardo Azeredo que foram acolhidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Jarbas Vasconcelos já foi o relator. Senador Valter Pereira. Senador Gilvam Borges. Senador Valter Pereira. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Eduardo Azeredo. Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ressalvados os destaques.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Francisco Dornelles. Senador César Borges. Indago se há Senador ou Senadora que não foi... Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, então vamos proclamar o resultado. Votaram 15 Senadores. 14 sim, uma abstenção que foi a do Presidente. Então, agora eu indago ao Plenário se nós poderíamos considerar o parecer do relator com relação às emendas como foi aprovado o projeto, isto é, considerarmos aprovadas as emendas com parecer favorável do relator. E aí nós não precisaríamos fazer nova votação nominal. Se os Senadores estiverem de acordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sr. Presidente. Eu pergunto ao relator e ao autor, porque tem uma alteração também em relação às punições para quem ferir a propaganda eleitoral, porque altera a questão relativa à participação de personalidades, de filiados a outros partidos, e causa uma... Leva para uma punição pecuniária [soa a campainha] que na nossa opinião, quem comete esse abuso está pouco preocupado sobre a questão pecuniária [soa a campainha], ele não está preocupado se vai ter uma punição pecuniária ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Inácio Arruda, nós estamos em processo de votação. Então, se as senhoras e os Srs. Senadores estiverem de acordo e considerar como válidas as manifestações do Senador Jarbas Vasconcelos com relação às emendas, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente, presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ponha meu voto contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com voto contrário do Senador, às emendas do Senador Inácio Arruda.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente, apenas para declarar meu voto, que eu estava... Meu voto é a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A nobre Senadora Serys Slhessarenko também é favorável à aprovação da proposição, e a mesa fará constar em ata da sessão da reunião de hoje.

Passamos... Vamos passar agora a um outro item. E trata-se, que se trata de uma solicitação do Senador César Borges. Antes todavia, gostaria de comunicar ao plenário que a Câmara dos Deputados aprovou ontem, projeto que altera dispositivo do Decreto-lei nº 3.689 de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para prever a realização excepcional de interrogatório de acusado por videoconferência [soa a campainha] .

Então essa proposição, como foi uma proposição que nasceu aqui no Senado, nós consideramos isso muito importante, não queria deixar de dar, de fazer esse registro oportuno.

Então, eu vou anunciar o próximo item. Proposta de Emenda à Constituição, nº. 20 de 2008, não terminativo. A ementa é a seguinte: "*Altera a redação do inciso IV, do caput do art. 29 da Constituição Federal e do art. 29-A, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais*", fecha aspas.

Autoria Deputado Pompeu de Matos e outros senadores e deputados, relatoria do Senador César Borges, parecer pela aprovação dos arts. 1º e 3º da proposta, art. 133, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal e pelo destaque do art. 2º da proposta, para constituir proposição autônoma, art. 133, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal e pela rejeição da Emenda nº 1.

Por oportuno, observo que no dia 3 de dezembro de 2008, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que recebeu parecer contrário. Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges para proferir o seu relatório, como relator designado pela Presidência da Comissão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente [soa a campainha] Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Presidente eu vou pedir atenção sobre essa PEC [soa a campainha] porque realmente é algo que tem uma importância com relação à representatividade popular nos municípios brasileiros e que, pela compreensão de V. Exa. e do próprio Presidente Garibaldi Alves, esse assunto foi até ao colégio de líderes merecendo uma aquiescência de que esse é o melhor caminho para o Senado, colocar essa matéria em apreciação e cumprirmos o nosso dever com relação a essa representatividade nos municípios brasileiros.

Então, Sr. Presidente, estamos aqui analisando a PEC nº. 20 de 2008, que na Câmara dos Deputados tinha o nº. 333, cuja ementa acima transcrita, que teve como primeiro signatário o Deputado Pompeu de Matos.

"*A proposição altera os dispositivos constitucionais relativos a quantitativos de vereadores e ao limite de despesas das Câmaras Municipais. A PEC institui 24 faixas de composição das Câmaras Municipais conforme tabela a seguir*".

Então, início da tabela. Até 15 mil habitantes, nove vereadores e chega mais de 8 milhões o município com 55 vereadores. A proposta, além disso, também busca alterar o art. 29-A da Constituição, estabelecendo os seguintes limites para as despesas das Câmaras Municipais.

Sr. Presidente, [soa a campainha] mais uma vez eu pediria a V. Exa. [soa a campainha] que pudesse fazer um pouco de silêncio no Plenário, porque se trata.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Presidência faz um apelo ao Plenário e aos que acompanham a reunião para que se mantenham em silêncio [soa a campainha] para que nós possamos ouvir o parecer do relator Senador César Borges [soa a campainha].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A PEC propõe no art. 29-A uma mudança da Constituição, fixando em percentuais, percentuais com relação à receita anual dos municípios, como gasto máximo para as Câmaras Municipais.

Então, começa de 4,5% para receita anual de até 30 milhões de reais. E vai até 2% para municípios com receita anual superior a 200 milhões de reais.

Além disso, a PEC revoga o dispositivo constitucional que estabelece que a Câmara Municipal não gastará mais de 70% de sua receita com folha de pagamento, incluído gastos com subsídios de seus vereadores. E prevê a sua aplicação ao processo eleitoral de 2008.

A proposição foi aprovada em segundo turno, na Câmara dos Deputados, no dia 27 de maio de 2008, na forma de emenda aglutinativa relatada pelo Deputado Vito Penido.

A proposição recebeu uma emenda de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que visa suprimir o seu art. 2º.

A análise, Sr. Presidente. "*Cabendo a essa Comissão de Constituição e Justiça opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade da matéria, e também quanto ao seu mérito nos termos do art. 354 e seguintes do Regimento Interno, do ponto de vista de sua admissibilidade, nada temos a objetar, pois entendemos que a proposta observa a regra constitucional que veda a emenda a constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de Estado de sítio, que trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida ou prejudicada na atual Sessão Legislativa, ou que tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto e universal.*

Também não incorre na proibição prevista no art. 371 do Regimento Interno do Senado Federal em razão de a proposta não visar alteração de dispositivo sem correlação entre si.

De outra parte, quanto ao mérito, Sr. Presidente, igualmente manifestamos pela aprovação da presente Proposta a Emenda à Constituição."

Efetivamente a questão da dimensão e aí eu peço atenção dos Srs. Senadores. "*Efetivamente* [soa a campainha] *a questão da dimensão das Câmaras Municipais é tema que está a exigir a intervenção do Congresso nacional. Até recentemente, entendia-se que competia ao município no âmbito de sua autonomia, que seria a Lei Orgânica* [soa a campainha] *a definição do número de membros de sua Câmara de vereadores. Ao tomar essa decisão, que deve constar de sua Lei Orgânica, o município deveria obedecer aos limites colocados na carta federal, na nossa Consti-*

tuição em seu art. 29, inciso IV, que diz que mínimo de 9 a 21 vereadores nos municípios de até 1 milhão de habitantes. Mínimo de 33 a 41 nos municípios de 1 milhão. E por assim adiante vai a Constituição.

Entretanto, o Supremo Tribunal, ao julgar em 24 de março de 2004 o recurso extraordinário 197.917, relatado pelo então Ministro Maurício Corrêa, alterou totalmente esse entendimento, prevendo que a aprovação de norma municipal que estabelece a composição da Câmara de vereadores, sem observância da relação cogente de proporção com a respectiva população, [soa a campainha] configura excesso do poder de legislar, não encontrando eco no sistema constitucional vigente." Isso foi um relato do Ministro Maurício Corrêa. E fixou um quantitativo de vereadores para cada Câmara Municipal conforme a sua população.

"*O Tribunal Superior Eleitoral no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso IX, do Código Eleitoral e com base na decisão do Supremo Tribunal Federal, baixou a Resolução 21.702, que estabelece instruções sobre o número de vereadores a eleger segundo a população de cada município e o fez distribuindo em 36 faixas.*

O ato, entretanto, carrega sérios problemas, por criar uma padronização exagerada das composições dos legislativos municipais, bem como por privilegiar as maiores câmaras.

Antes da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, 56% dos municípios brasileiros tinham na sua Câmara Municipal composição mínima de 9 vereadores."

Eu peço a atenção dos Srs. Senadores: 56% tinham 09 vereadores. Com o ato, esse número sobe para impressionantes 90%, uma vez que, como o cálculo das faixas foi feito por uma regra de três simples, considerando os limite de cada um dos limites previstos no art. 29, inciso IV, da Constituição, então os municípios com até 47 mil habitantes, ficaram com nove vereadores.

Porque o que se fez no Tribunal foi se dividir 1 milhão de habitantes por 21 vereadores, que seria o número máximo. Então, o número mínimo que era 9, alcançou até 47 mil. Se tiver um município com 10 mil, 15 mil, 30 mil, se terá apenas 9 vereadores. E um município com 47 mil habitantes, terá também apenas nove vereadores.

Então, a Resolução fez com que 2.409 municípios tivessem a sua câmara reduzida, enquanto 3.120, dos quais 3.098 se encontravam já no limite mínimo, ficassem com suas câmaras inalteradas. Apenas 19 câmaras municipais tiveram aumento no número de vereadores.

Chamo a atenção para o que eu vou dizer agora, Sr. Presidente: "*De outra parte, a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral não conduziu, necessariamente, a redução das despesas com as câmaras municipais, conforme foi veementemente anunciado à época. Isso porque permaneceram inalterados os dispositivos legais que tratam da matéria, o art. 29-A da Constituição, que fixa como teto para as despesas do legislativo municipal, em relação à receita do município, 8% para aqueles com população até 100 mil habitantes, 7% para com população entre 100 mil e 300 mil habitantes e 6% para com população entre 300 mil e 500 mil habitantes*."

Então, se reduziu o número de vereadores, e não se economizou nada para o erário, porque se manteve a mesma distribuição de recursos para a câmara de vereadores.

Assim, tivemos com a decisão da Justiça Eleitoral um grave problema, a redução da qualidade da representação popular nos municípios. Impõe-se daí ao Congresso Nacional corrigir esses problemas, conforme inclusive previsto na Resolução 21.702, de 2004, cujo art. 3º estabelecia que "*sobrevindo Emenda Constitucional que altere o art. 29, inciso IV, da Constituição, de modo a modificar os critérios referidos no art. 1º, o Tribunal Superior Eleitoral proverá a observância das novas regras*". Ou seja, a própria Justiça Eleitoral pediu uma providência legislativa, e é isso que nós estamos fazendo aqui.

E é Exatamente isso que faz essa proposição sob exame, determinando a distribuição mais adequada da proporção entre o número de vereadores e a população dos municípios.

Certamente, os números constantes da PEC nº. 20 de 2008, podem ser objeto de debate, sem sobra de dúvida. Trata-se, entretanto, de tema para o qual não há solução perfeita, todas serão sempre fruto de edição política.

Eu até faço um adendo de que calculamos o que havia antes da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral. A redução e agora, se aprovada essa PEC, na verdade ainda continua uma redução de vereadores. Ou seja, o que houve foi uma redução de aproximadamente 15%, e agora se recupera em torno de 14%. Então, não há um aumento efetivo na situação anterior, antes da Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Nesse sentido, Sr. Presidente, especialmente porque não é possível que renovemos os legislativos municipais mais uma vez, com a vigente normatização do tema, entendemos que a melhor solução é adotar o que foi feito pela Câmara dos Deputados, que foi objeto de amplo debate e negociação política naquela Casa do Congresso Nacional.

Ocorre, entretanto, que enquanto o art. 1º daquela proposição que estabelece o novo quantitativo

de vereadores em cada câmara municipal merece ser aprovado sem maiores discussões, o seu art. 2º não pode prosperar da forma como está redigido.

O dispositivo que pretende disciplinar os limites de despesas lesgislativas municipais foi elaborado de afogadilho e exige maior reflexão, para não gerar distorções ou até inviabilizar funcionamento de câmaras municipais. Porque nós estamos aumentando o número e estamos diminuindo os recursos, quer dizer, estamos numa contramão, uma ida e uma vinda, num antagonismo.

Então o que nós estamos propondo é resultar numa solução justa.

Então, o dispositivo que pretende disciplinar o limite de despesa dos legislativos municipais, exige maior reflexão para não gerar distorções e resultar em situação pior que a vigente.

Além disso, trata-se de norma que peca profundamente ao buscar introduzir no corpo permanente, e o Sr. Presidente é um constitucionalista, no corpo permanente da Carta Magna, valores monetários nominais. Não é uma boa técnica. Ora, esse procedimento além de ser altamente reprovável no quesito da técnica legislativa, significa a perenização, reitere-se, no corpo permanente da Constituição de valores conjunturais

A utilização de valores nominais no texto da Constituição irá gerar fortes distorções no correr dos anos com a perda do poder aquisitivo da moeda, mesmo que índices baixos como se vive hoje no país.

De outra parte, os novos valores representam a redução drástica e imediata das receitas das câmaras municipais que pode chegar a 60%. O que é, com certeza insuportável, para o adequado funcionamento do Poder Legislativo local. Impõe-se assim debater com mais vagar o art. 2º da proposição, permitindo reduzir as despesas das câmaras municipais como é legítima a aspiração da sociedade brasileira sem, entretanto, impedir as suas atividades, que são fundamentais para garantia da democracia na base do nosso sistema político que são os municípios brasileiros.

Parece-nos assim indiscutível a necessidade de separar os dois dispositivos, para permitir de um lado a promulgação da parte da proposição sobre a qual há consenso, e de outro, a continuidade de tramitação daquela que está a exigir aperfeiçoamento.

Por isso, propomos que essa parte da PEC nº. 20 de 2008, que é o art. 2º, seja destacada para constituir proposição autônoma, conforme foi feito quando da votação das PECs nº 29, que é da Reforma do Judiciário, nº 67, Reforma da Previdência, nº 74, a Reforma Tributária, nº 77-A de 2003, a chamada PEC Paralela da Reforma da Previdência.

Vale comentar que esse tipo de procedimento já foi debatido pelo Supremo Tribunal Federal, quando o julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade, a 2.031 e a 2.472 e considerado totalmente constitucional.

Assim, com esses procedimentos, iremos aprimorar a representação popular na base da democracia brasileira sem gerar qualquer aumento de despesa.

Chamo a atenção dos Srs. Senadores: [soa a campainha] aumenta-se a representação popular, que é fundamento da democracia, sem qualquer aumento de despesa, uma vez que os limites hoje vigentes, constantes da nossa Constituição Federal do art. 29-A, permanecerão com plena eficácia, independentemente da alteração do número de vereadores que for eventualmente gerada.

Ao mesmo tempo, poderemos buscar o melhor texto para esse dispositivo, que é o art. 2º, aperfeiçoando a compatibilidade entre as necessidades do Poder Legislativo e a capacidade dos tesouros municipais.

Quanto à emenda nº 1, da Senadora Lúcia Vânia [soa a campainha], que eu parabenizo pela sua emenda, nós a acatamos, não a emenda propriamente dita, mas estava no nosso relato, mas sem sobra de dúvida ela teve uma preocupação extremamente válida, então nós rejeitamos porque já está dentro do nosso relato.

Então, Sr. Presidente, diante de tudo que expusemos aqui, na forma do art. 133, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela aprovação dos arts. 1º e 3º da proposta de emenda à Constituição nº. 20 de 2008, conforme o texto votado na câmara dos Deputados, o que permitirá a promulgação dessa parte da proposição e na forma do art. 133, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo destaque do art. 2º da proposição, para constituir proposição autônoma, restando rejeitada a Emenda nº 1. Esse é o nosso relato e o voto, Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Acabamos de ouvir o parecer do nobre relator, Senador César Borges e a partir da manifestação do relator, eu abro a matéria à discussão. Para discutir, para discutir, vou conceder a palavra... Deixa eu anotar agora, um minuto. Senador Inácio Arruda, Senador ACM Júnior, Senadora Lúcia Vânia, Senador Marconi Perillo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Olha aqui para o centro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Antonio Carlos Valadares, também está o Deputado Geraldo Carimbão. Antonio Carlos Valadares, acho que esses são os inscritos. Então

concedo a palavra pela ordem, nobre Senador Inácio Arruda. Para discutir.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, para simplesmente registrar a sabedoria política do Senador César Borges, que compreendendo a necessidade de separar uma correção necessária do número de vereadores nas câmaras municipais, daquilo que significa a discussão do funcionamento através dos recursos, com o acréscimo ele teve a sensibilidade de buscar, separar essas duas discussões na matéria, propondo a promulgação da parte relativa à discussão dos vereadores, de forma equilibrada, depois de ampla discussão na câmara dos vereadores, com as associações de vereadores, eu acho que V. Exa. consegue então, compreender essa necessidade de fazer a separação [soa a campainha] muito justa, eu quero parabenizar o parecer de V. Exa., dizer que estamos em concordância e iremos votar favoravelmente a proposição e separação que V. Exa. propõe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra, para discutir o parecer... César Borges, ao nobre Senador ACM Júnior. Tem a palavra S. Exa..

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, aqui é para apoiar o preciso parecer do Senador César Borges nessa importante medida. Então, eu quero apoiar, o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Antes de passar a palavra ao próximo orador, ao próximo senador interessado em discutir a proposição, eu gostaria de solicitar que compareçam no plenário da comissão, posto que nós temos ainda três matérias terminativas, que exigem portanto, votação nominal. Então eu gostaria de contar com a colaboração para que nós pudéssemos apreciar essas três outras matérias que são igualmente relevantes.

Continuando a discussão da matéria, vou conceder agora a palavra ao Senador Marconi Perillo. Perdoe, à Senadora Lúcia Vânia, depois Senador Marconi Perillo.

[soa a campainha].

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Quer falar primeiro?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então Senadora Lúcia Vânia, com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu gostaria aqui, em primeiro lugar, de agradecer o Senador César Borges, que com sua experiência de Governador, pôde entender perfeitamente o objetivo da nossa proposta, da nossa emenda.

Eu quero dizer a ele que embora a emenda tenha sido rejeitada, eu me sinto inteiramente contemplada com a solução que ele encontrou, que é mais adequada, regimentalmente, e mais adequada, porque nós temos que continuar discutindo a questão orçamentária.

Então, na verdade, eu quero aqui em nome dos vereadores do Estado de Goiás, em meu nome pessoal, dizer ao Senador César Borges que eu agradeço muito. É como se ele tivesse atendido a minha emenda. Me sinto inteiramente contemplada. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo pois a palavra, agora, a seguir, após a manifestação da Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Marconi Perillo. E finalmente, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Demóstenes Torres, Senador Eduardo Suplicy. Com a palavra, o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Em brevíssima palavras, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar ao Senador César Borges pela excelência do relatório, especialmente em função do fato de que ele deixou aqui bastante claro de que não haverá acréscimo de despesas em relação aos limites já existentes quanto ao duodécimo. Ao mesmo tempo, em que esse projeto, essa PEC corrige também uma distorção e até mesmo uma injustiça.

Eu gostaria de saudar a União dos Vereadores do Brasil, a União dos Vereadores do meu Estado, pela luta realizada nesses últimos meses, no sentido de que este assunto fosse finalmente resolvido, através de uma Proposta de Emenda à Constituição.

Parabéns ao Senador César Borges, que soube interpretar a questão pretendida, mantendo os limites do duodécimo, e ao mesmo tempo, corrigindo esta anomalia. O meu voto será favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Mesa agradece a manifestação do Senador Marconi Perillo e concede agora a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. E a seguir, o Senador Demóstenes Torres. Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, esta proposta tem a virtude de

corrigir duas distorções que eu considero relevantes no sistema político eleitoral dos municípios.

Primeiro, o incremento, o aumento da representatividade política, que é da mais alta relevância para o fortalecimento da democracia em nosso país. Havia realmente uma distorção e os números identificados pelo Senador César Borges demonstram que municípios com um grande índice populacional foram colocados no mesmo patamar de municípios pequenos, de uma população insignificante.

Traduzido em miúdos, a população estava sendo representada também de forma diminuta em muitos municípios no Brasil. Essa distorção está sendo corrigida pela Câmara dos Deputados e aqui com acentuado aprofundamento do Senador César Borges.

E o outro lado é que as câmaras de vereadores não podem ser inviabilizadas quanto ao seu funcionamento. Daí o Senador assegurar que através de uma PEC paralela, essa questão da despesa será efetivamente resolvida como já se resolveu em outros casos, inclusive da reforma da previdência.

Isto é, aqui não se trata de aumentar despesa na contrapartida do aumento de vereadores. Há esta preocupação, o que não aconteceu, infelizmente, numa decisão anterior do Tribunal Superior Eleitoral, que reduziu substancialmente os números de vereadores, o número de vereadores, mas que deu permissividade ao aumento descomunal das despesas das câmaras municipais.

Inclusive por aqui, Sr. Presidente, passou uma PEC que eu fui relator, que veio da câmara dos Deputados, que tocava nessas duas questões, na questão do aumento da proporcionalidade do número de vereadores em função da população, e a limitação das despesas nas câmaras municipais.

Infelizmente, por motivos políticos, por pessoas que queriam aparecer na época perante a imprensa, a imprensa que na época estava equivocada quanto à proposta, esta proposta foi rejeitada em Plenário não [soa a campainha] porque os Senadores votaram contra, mas porque naquele dia, foi um dia de quinta-feira, os senadores não estavam presentes.

Então, por falta de quorum, quer dizer, e a proposta foi colocada na marra para votar, sob os protestos de muitos Senadores, inclusive do saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães que estava presente, do meu protesto, inclusive entramos com um recurso perante a Comissão de Justiça, mostrando a arbitrariedade da condução dos trabalhos para colocar em votação a qualquer preço uma proposta para a qual não tinha número de senadores para votar.

Portanto, Sr. Presidente, e parabéns à Câmara dos Deputados, e também ao Senado, com a proposta do Senador César Borges, que subtrai o art. 2º para ser discutido depois, numa PEC paralela, que será votada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O meu voto é favorável, com a alteração proposta pelo Senador César Borges. E agora, sem dúvida alguma, que o Brasil inteiro, os vereadores que estão acompanhando os trabalhos do Senado Federal, vão verificar a justeza da nossa decisão, de parabéns à União de Vereadores do Brasil, a União de Vereadores dos Estados, inclusive do meu Estado de Sergipe, que lutaram bravamente no sentido de corrigir todas essas injustiças e distorções que estão sendo distanciadas, ou seja, excluídas as distorções através do nosso voto. O meu voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ouvida, escutada a manifestação do Senador Antonio Carlos Valadares, concedo agora a palavra para discutir a proposição ao nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Essa é uma proposta que é um anseio geral dos vereadores do Brasil, desde que o Tribunal Superior Eleitoral decidiu aplicar uma média de proporcionalidade em decorrência dos números contidos na Constituição.

O que disse o TSE? Disse que enquanto o Parlamento não se pronunciasse, a regra de cálculo era aquela estabelecida. Vem o Senador César Borges, pega um texto da Câmara, encontra uma solução engenhosa.

Qual é o texto? Praticamente restabelece o número de vereadores daquela ocasião, sem aumentar despesa. O que é um, digamos, uma solução muito engenhosa.

E o faz como? O faz com outra situação criativa, que foi objeto de deliberação aqui, especialmente do Senado, depois da Câmara e o que Supremo Tribunal Federal diz que é constitucional, que é a chamada PEC paralela.

Então, o que fez o Senador César Borges foi: restabeleceu o número, antes da decisão, praticamente um número até menor, e ao mesmo tempo, manter o valor. Por quê? Com a redução do número, podemos dizer que as câmaras quase que se enriqueceram ilicitamente durante esse período, porque diminuiu o número de parlamentares e o dinheiro sobrou.

Então, com o restabelecimento do número de vereadores, e a possibilidade de se votar essa PEC paralela, mantendo o mesmo valor para que se discuta oportunamente o art. 2º que foi subtraído do texto, para decidir qual valor que deve ser repassado às câmaras, é uma solução engenhosa e que restabelece um anseio geral, especialmente das pequenas comunidades.

E que aqui encontrou um porta-voz à altura, que foi o vereador Eliezer que liderando um grupo de vereadores do Brasil todo, teve a oportunidade de discutir, parlamentar por parlamentar, e fazer com que o número de vereadores fosse aumentado e, ao mesmo tempo, que não se aumentasse despesa mais com o Legislativo.

De forma que parabenizo o Senador César Borges, vou votar com ele.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo... Concedo agora a palavra, após a manifestação do Senador Demóstenes Torres, ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir atenção do Senador César Borges, pois noto que no seu parecer há uma ponderação.

Primeiro, avalio como importante procurar atender o anseio de tantos representantes de municípios, que gostariam de haver uma proporcionalidade mais adequada. Com respeito à questão das despesas, eu tenho a convicção de que o que está expresso no art. 29-A da Constituição, que trata do total de despesas do Poder Legislativo, dos poderes legislativos municipais, na verdade tem uma margem muito alta, e, portanto, considero que aquele segundo item que V. Exa. considerou, que poderia ser votado autonomamente, por ter defeitos, uma vez que fala em valores nominais máximos, e de fato os valores nominais máximos não devem estar na Constituição, V. Exa. tem razão.

Mas eu gostaria de voltar a essa matéria com o compromisso de V. Exa., de todos nós, de que nós vamos tratar deste assunto de uma maneira adequada, e aperfeiçoando esse item.

Eu quero... Para dar um exemplo: em 1989, em 90, eu fui Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e eu me lembro que, naquela época, o volume de receitas ou de despesas da Câmara Municipal em relação ao orçamento do Município, era um tempo de austeridade que eu próprio coloquei, era pouco mais do que 1%. E aqui está que poderia ser 8% para municípios com população de até 100 mil habitantes, ou 5% para, acima de 500 mil habitantes. Eu nem sei hoje quanto está, mas me parece que é.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Isso está na Constituição hoje, e hoje é assim.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu sei, mas eu acho que é um pouco alto isso, eu acho que nós devemos disciplinar. Então, como V. Exa. está propondo que votemos autonomamente, então o que eu gostaria era o compromisso nosso de voltarmos a essa matéria, agora, mas de rapidamente chegarmos, eu não tenho aqui a fórmula melhor, mas o compromisso nosso de aperfeiçoar esse item 29-A para algo melhor do que o que está e o que foi proposto que V. Exa. avaliou como melhor não considerar.

Mas V. Exa. registra que deve ser votado de maneira autônoma esse item, de melhor regulamentar a despesa máxima das câmaras municipais. Então, que isso seja uma responsabilidade e um compromisso nosso.

E assim, Sr. Presidente, eu... [soa a campainha] Atendendo até os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda e os demais, e o apelo dos vereadores, eu expresso o voto favorável, mas com essa recomendação de um compromisso nosso expresso no relator, no parecer do relator César Borges.

[soa a campainha].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa., Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo... Concedo agora a palavra ao Senador Valter Pereira, inscrito para falar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Queria apenas como relator...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Posteriormente V. Exa., como relator...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Está certo, muito obrigado.

[soa a campainha].

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, indiscutivelmente essa Comissão na manhã de hoje, está aprovando uma correção que de há muito precisava ser estabelecida.

A indefinição que tinha sobre a composição das câmaras municipais, gerava uma instabilidade e uma distorção que prejudicava a representação parlamentar de numerosas comunas brasileiras.

A saia justa ou o engessamento que havia num número reduzidíssimo de faixas para distribuição das câmaras, da representação Parlamentar nas câmaras municipais, não resistia a qualquer análise, não resistia a qualquer avaliação criteriosa.

O Senador César Borges ampliou para 24 faixas diferentes. Com esse critério, pode até subsistir em algumas câmaras municipais, comparadas a outras, algum resquício de distorção. Mas, seguramente, será palatável e será muito residual, muito pequeno.

Outro dispositivo que acho que é importante ressaltar, é o efeito que vai produzir sobre as eleições já realizadas. As câmaras Municipais que foram duramente atingidas pela decisão do TSE e depois avaliadas...

Avalizadas pelo Supremo, vai encontrar uma solução nesse projeto.

Porém, é necessário lhe emprestar o caráter de urgência urgentíssima, a fim de que o Plenário inclua ainda na semana que vem, para que seja votada ainda, e me informa aqui agora o Senador ACMJ, que já há um acordo das lideranças para incluir na pauta de votação da semana que vem, de sorte que esse gargalo vai ser removido até a semana que vem.

Parabéns ao Senador César Borges, pela dedicação e pelo trabalho que produziu. Tenho certeza que o Brasil inteiro, que as comunas de todo o país estão agradecidas pela tomada de posição dele, pelo esmero do seu trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Após a manifestação do Senador Valter Pereira, eu concedo a palavra ao relator, para suas considerações sobre as manifestações dos senadores que precederam S. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Sr. Presidente. Eu quero principalmente me dirigir ao Senador Eduardo Suplicy, que ele, eu acho que ele interpretou muito bem o espírito do nosso relato.

Nós procuramos restabelecer uma situação de representação popular, o que é democrático, na base da nossa democracia, que são os municípios, e também tivemos a preocupação de não ter nenhum acréscimo de despesa aos cofres municipais, que seria inaceitável numa situação hoje que vivemos.

Entretanto, a situação de hoje, Sr. Presidentes, se não for modificada, é uma situação de, aí sim, há um desperdício de recursos públicos, porque você tem a transferência dos duodécimos que eram uma situação anterior, e que hoje tem uma situação de redução no número de vereador e mais o mesmo duodécimo. Então nós queremos exatamente, nós queremos é corrigir essa distorção.

Então, em primeiro lugar, restabelece a representação popular. Em segundo lugar, se discute esse duodécimo. Então, o Senador Eduardo Suplicy entende de que há o repasse excessivo para as câmaras municipais, dentro do texto constitucional que foi aprovado na Constituição de 1988, através do art. 29-A.

Pois bem, isso continuará tramitando aqui na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, no Senado, como uma PEC paralela. Nós vamos promulgar parte da representação popular, mas a parte financeira, eventualmente, como ele disse, ele não tem uma idéia formada, nem eu também tenho, mas é possível que haja uma idéia que se possa nascer dentro do consenso dos senadores, para, se for possível, atender a possibilidade de redução de custos e manter, ao mesmo tempo, a funcionalidade e o funcionamento das câmaras municipais, que é uma representação democrática e já se diz que democracia é algo caro, mas é assim mesmo em todo o mundo, então nós iremos conseguir isso pela PEC paralela. Esse é o compromisso que eu não tenho nenhuma dificuldade de assumir com o Senador Eduardo Suplicy.

Eu acho que ele foi no âmago do nosso relato e é exatamente a preocupação dele, é a preocupação minha e continuaremos trabalhando no assunto, na PEC paralela.

[soa a campainha].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Sr. Presidente, como eu preciso me ausentar--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu pediria para ser considerado o meu voto então, conforme eu falei, e pediria uma atenção a V. Exa., eu fiz uma consulta ontem a V. Exa. e conversei a pouco com o Senador Demóstenes, sobre o projeto de lei que trata do monitoramento eletrônico de detentos, e V. Exa. ponderou que não poderia mais haver...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Emendas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Modificação. Ou aprova ou desaprova.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É verdade. Porque o projeto nasceu no--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu conversei com os representantes das entidades, o Senador Demóstenes avaliou que pode atender o pedido de uma audiência informal com as entidades na terça-feira, programados para terça-feira de tarde, 15h30, de maneira que eu retiro o requerimento e V. Exa. pode programar para estar na pauta da próxima quarta-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o Senador Demóstenes fará a gentileza de ouvir as entidades informalmente sobre o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Presidência nada tem a opor a esse entendimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço a atenção dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E fique certo V. Exa. que a proposição será

incluída na Ordem do Dia da próxima reunião da Comissão de Justiça.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Peço que considere o meu voto favorável nos termos que mencionei, obrigado.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Então vamos... Não havendo mais nenhum orador desejando discutir, vou encerrar a discussão. Vou submeter a votos. A votação, a presente votação, será simbólica. As subseqüentes serão nominais.

[soa a campainha].

Então, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do relator, queiram permanecer como se encontram. Aprovado, com a manifestação do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vamos então passar... Pois não. Com a palavra o nobre Senador Eduardo Azeredo.

[palmas].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente, é que eu queria que fosse incluído extrapauta um assunto que diz respeito também aos municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Já está na Ordem do Dia.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Exato, a convalidação dos municípios que foram criados após a PEC 15.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então vamos passar agora às matérias que exigem votação nominal.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que levasse em consideração o meu pleito... Sr. Presidente, Sr. Presidente. [soa a campainha]. Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. que leve em consideração o meu pleito de que o item 13 seja votado.

O relator não se encontra, V. Exa. poderia designar um relator *ad hoc*. Eu sei de uma solicitação do Presidente do Senado para que essas propostas sejam apensadas, Sr. Presidente, ocorre que já existem três proposta apensadas aqui no item 13.

Há um parecer pronto. Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que não permitisse que esse esforço meu, no sentido de criar o Fundo de Segurança Pública, de fazer a vinculação de recursos federais, estaduais, para combater a criminalidade, fosse em vão.

Eu confio no senso de justiça de V. Exa., e pediria que primeiro fosse votado aqui, é uma proposta, é um projeto não terminativo, eu pediria que fosse primeiro votado aqui, depois vai à Mesa e lá o Plenário, segundo o Regimento, decidiria se haveria o apensamento ou não. Esse pleito eu queria fazer com veemência, Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita Presidente, também de lhe dar uma informação importante, acho que de interesse de todos. O Ministro Carlos Alberto Direito deu um parecer favorável à área contínua da Reserva Raposa Serra do Sol [soa a campainha] e... Mas com diversas limitações. O julgamento prossegue.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de solicitar o silêncio do Plenário e também das pessoas que estão participando da reunião, [soa a campainha] porque o Senador Eduardo Suplicy está fazendo as considerações.

[soa a campainha].

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Depois eu queria pedir a V. Exa.. uma reposta, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu fiz o registro, O Ministro Carlos Alberto Direito, no Supremo Tribunal Federal, na reunião tão importante sobre a Reserva Raposa Serra do Sol, deu o parecer favorável a que seja uma área contínua, entretanto com diversas limitações e [soa a campainha] foi suspensa a reunião para a hora do almoço.

O Ministro Marco Aurélio pediu vista, mas há um apelo para que ele não solicite a vista e para que possa continuar o julgamento nessa tarde, mas o próprio ministro Carlos Aires Brito, elogiou o parecer favorável do ministro Carlos Alberto Direito, que, a favor da [soa a campainha] área contínua da Reserva Raposa Serra do Sol, mas, entretanto, considerando 18 limitações detalhadas, eu não vou aqui falar todas elas [soa a campainha].

Obrigado, Presidente, sei que é uma informação do interesse de todos os brasileiros e de nossos senadores.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Antes de passar à próxima matéria, eu gostaria de dizer ao nobre Senador Marconi Perillo [soa a campainha], ao Senador Marconi Perillo que ao iniciar a presente Reunião da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, eu fiz uma fala da Presidência comunicando a decisão do presidente do Senado Federal.

E mais, também fiz constar na ata o ofício que o presidente do Senado encaminhou à Comissão de Constituição e Justiça. Então, eu posso me comprometer com V. Exa., conversar com o Presidente do Senado, para que a matéria continue a tramitar separadamente e eu, nesse... E se sua excelência, o Presidente do Senado concordar, eu colocaria na reunião da próxima quarta-feira, porque não há nenhum prejuízo para V. Exa., porque na quarta-feira, como se trata de Emenda Constitucional, uma vez a Emenda aprovada e por ser matéria não terminativa, ela vai direto para o plenário.

E acho que atende a manifestação de V. Exa.. Mas eu não posso, depois ter comunicado a Mesa a decisão da Presidência e ter dado ciência ao plenário e ter feito constar em ata o ofício do Presidente, eu não posso reformar a decisão sem primeiro conversar com o Presidente do Senado Federal. E creio que ele atenderá essa solicitação de V. Exa., posto que justa.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É o apelo que faria a V. Exa..

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, eu confio no espírito de justiça de V. Exa.. O que eu não gostaria é de uma matéria que foi... Que constou de minha plataforma de campanha, uma matéria que é de interesse e de relevância nacional, porque institui o Fundo de Segurança Pública e define percentuais que devem ser aplicados, obrigatoriamente e constitucionalmente nessa área, [soa a campainha] possa ter a sua tramitação impedida aqui na Casa [soa a campainha].

Eu vou, pessoalmente, procurar o Sr. Presidente do Senado, gostaria que V. Exa. me passasse uma cópia dessa solicitação dele, porque eu quero saber os motivos que o levam a solicitar que seja apensada uma PEC de minha autoria a outras PECs.

Aliás, o relatório do Senador Osmar Dias já está apensando três PECs que tem a mesma finalidade. Portanto, eu acho que nós poderíamos muito bem deliberar sobre essa matéria e depois do plenário, nós deliberaríamos se ela seria apensada ou não.

Eu pediria, inclusive a V. Exa., eu vou atender a solicitação de V. Exa., mas eu pediria a V. Exa. que não enviasse para o plenário, porque eu vou tratar desse assunto ainda hoje com S. Exa., o Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre senador, nobre Senador Marconi Perillo, a Mesa vai fazer chegar à mão de V. Exa. tanto a minha fala no início da reunião, como também o expediente que encaminhou o Presidente do Senado, o Senador Garibaldi Alves Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sem prejuízo, todavia, de conversar com S. Exa., o Presidente do Senado, sobre a questão. V. Exa. tem o meu apoio no bom andamento da sua Emenda Constitucional. Pode ficar, V. Exa., ciente disso.

Todavia, eu não posso reformar o meu despacho depois de ter comunicado ao plenário da Comissão e ter feito incluir na ata da reunião o expediente do Presidente do Senado. E hoje à tarde pretendo procurar o Presidente do Senado com o mesmo propósito de V. Exa..

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E espero que a questão fique resolvida e, nesse caso, a proposição será colocada na Ordem do Dia da próxima quarta-feira.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu pediria a V. Exa. que colocasse na Ordem do Dia da próxima semana, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. anda olhando muito para a esquerda. O foco de V. Exa. ultimamente tem sido a esquerda. E eu estou aqui à sua direita, certo? Sr. Presidente, mas quero dizer que do plano ideológico, nós não estamos distantes também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um alerta. E aqui, especialmente, ao Senador Marconi Perillo.

Há hoje, Senador Marconi, há hoje [soa a campainha], há hoje em andamento, não sei se está em

andamento ainda, mas há consolidado já um projeto de reforma do Regimento Interno. E uma das distorções que tem no atual Regimento é exatamente a questão do apensamento e desapensamento.

Veja V. Exa. que para desapensar matérias que estão apensadas, só o plenário do Senado é que pode fazê-lo. Quer dizer, isso aí é uma das aberrações que precisam ser removidas do atual Regimento.

Portanto, ao dar essa notícia de que há uma proposta já consolidada de mudança do Regimento, é no sentido de fazer um apelo a todos os Srs. Senadores que compõem esta comissão, para que comecem a debruçar sobre esse anteprojeto, já que ele vai balizar o futuro de todos os... De todas as nossas relações e das futuras contendas.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Valter Pereira, eu estou atendendo a uma solicitação do Presidente Garibaldi Alves Filho, presidindo a Comissão que está propondo o novo Regimento Interno para o Senado Federal. E estou atento a essa colocação como V. Exa. acertadamente a colocou.

E eu espero, quem sabe, que até o final desta Sessão Legislativa, nós tenhamos o projeto a ser submetido a discussão e votação por parte das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

E acho que a manifestação de V. Exa. se junta às minhas preocupações. [soa a campainha] Muito obrigado a V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria... Pois não. Só um minuto. Eu gostaria de antes dar a palavra a V. Exa., pela ordem, de dizer que a seguir vamos apreciar um projeto de proposta de Emenda a Constituição nº. 12-A, de 2004, não terminativo, cujo relator é o Senador Eduardo Azeredo.

Ouço sua excelência, antes de passar a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, essa proposta de Emenda a Constituição, ela é motivada pela restrição criada a criação de novos municípios-–

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Eduardo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Só um minuto para ouvir a palavra, pela ordem, do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, S. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marco Maciel, Senador Eduardo Azeredo, quero lhe agradecer a V. Exa. ter concedido esse pela ordem. Eu pedi a V. Exa., Presidente, no início da... Presidente, eu solicitei a V. Exa., que V. Exa. pudesse incluir extrapauta um projeto terminativo de autoria do Senador Francisco Dornelles, da maior importância que cria o Conselho de Defesa Comercial.

Esse projeto já foi... Já tramitou na Comissão de Relações Exteriores, na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu gostaria de aproveitar o quorum que nós temos ainda agora... Tem. O César Borges está aqui atrás. Aproveitar o [soa a campainha] quorum que ainda temos para que rapidamente possamos aprovar esse projeto do Senador Francisco Dornelles, pela importância que ele tem na proteção do setor produtivo brasileiro, no *dumping* feito pelas empresas do exterior.

Eu pediria, inclusive, ao Senador Eduardo Azeredo, que como o processo que ele vai relatar é não terminativo, que ele pudesse fazer também, permitir a alteração da pauta para que nós discutíssemos primeiro o terminativo. Haja vista que nós temos quorum nesse instante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Terminativo nós não podemos apreciar mais nenhum, porque não temos 12 senadores presentes.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A informação que eu tenho é que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Na Comissão não, aqui não. 12 senadores não temos mais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Temos onze, com o Senador César Borges que está na Secretaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nós não temos mais 12 senadores. Não temos. E olha aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, então eu estou com a palavra, eu continuo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, Senador Eduardo Azeredo [sobreposição de falas] quorum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então vamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para relatar a proposição.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estava exatamente dizendo que essa Proposta de Emenda à Constituição que se examina é motivada pela restrição que há da criação de novos municípios pela Emenda Constitucional 15/96.

"*A partir de então, não obstante a limitação constitucional, diversos processos de criação de municípios tiveram continuidade, embora sem o necessário amparo constitucional. Esses municípios chegaram a realizar eleições, dar posse a prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, enfim, constituíram-se formalmente de processos que respeitaram a legislação estadual vigente.*

Contudo, tais municipalidades correm o risco de perder sua autonomia político-administrativa e retroceder à condição de distrito, se não for dada a solução proposta pela PEC em exame.

Torna-se flagrante então o mérito da proposição legislativa que ora a comissão aprecia. Para efeito, é necessário urgente sanar a lacuna constitucional, para conferir necessária segurança a muitos municípios brasileiros.

Trata-se, ademais, de reconhecer a importante situação de fato que não pode ser retrocedida sem que grave ônus seja impingido a muitos cidadãos. A Constituição, ademais, não pode ser um empecilho à afirmação e ao desenvolvimento do poder local, que é uma instituição basilar do regime democrático, cabendo a nós fazer as alterações que forem necessárias nesta mesma Constituição.

Cumpre o registro a respeito de que mesmo o Supremo Tribunal Federal examinar a matéria, entendeu necessária a integração legislativa da matéria pelo Congresso Nacional, sob pena de conduzirmos à ilegalidade dezenas de entes municipais.

A PEC 12-A de 2008 contempla os requisitos materiais e formais atinentes a matéria dessa natureza, respeita e realiza o pacto federativo. Não afeta qualquer direito individual ou a separação dos poderes. Ademais não, se encontra presente, a esta altura, qualquer das limitações circunstanciais à reforma da Carta Magna.

A proposição encontra-se redigida em termos que respeitam a boa técnica legislativa."

Portanto, o voto, Presidente, em face do exposto, é pela constitucionalidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda Constitucional nº 12-A de 2008, votando pela sua aprovação no sentido de que vamos convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios ocorridos até 2006, até... Dessa maneira que foi aprovado pela câmara dos Deputados.

E então nós estaremos validando cerca de 50 e poucos municípios que foram criados até 31 de dezembro de 2006. Com relação a criação de novos municípios, o assunto continua com a tramitação normal. Aqui nós estamos tratando apenas da convalidação de cerca de 50 e poucos municípios que foram criados até 31 de dezembro de 2006. É o voto favorável.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): A Presidência deseja comunicar à Comissão, conforme aliás já salientou o Senador Eduardo Azeredo, que Emenda Constitucional nesse sentido já foi acolhida pela Câmara dos Deputados.

E considero que seria até bom para a segurança jurídica, que o Senado também aprovasse a referida Emenda Constitucional para que nós concluíssemos esse processo e iniciássemos, portanto, ou pelo menos... Iniciássemos não, concluíssemos, portanto, a situação jurídica desses municípios que estão pendentes ainda de decisão judicial, razão pela qual, eu considero extremamente importante que nós votemos ainda nesta sessão legislativa a referida matéria.

E bem houve o Senador Eduardo Azeredo quando prolatou um excelente parecer sobre o tema.

Para discutir, concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Júnior e a seguir ao Antonio Carlos Pereira e depois a senadora Lúcia Vânia.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Essa proposta de Emenda Constitucional [soa a campainha] é da maior importância, pois regulariza a situação de mais de 50 municípios brasileiros, inclusive municípios de porte.

Na Bahia nós temos o município de Luiz Eduardo Magalhães, que é o que município que mais cresce no estado, na região oeste. E temos outros municípios importantes no Brasil e ela acaba com o vazio jurídico que poderia torná-los novamente distritos dos municípios que lhes deram origem.

Então, isso é da maior importância e nós precisamos, inclusive, incluir esta PEC na... No digamos, no esforço concentrado da semana que vem, para que nós possamos votar e de uma vez por todas regularizar a situação desses municípios que é urgente.

Então, eu voto favoravelmente e vou trabalhar para que essa PEC seja colocada na pauta, na semana que vem, de votações do plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, o nobre Senador Valter Pereira. A seguir a senadora Lúcia Vânia e posteriormente o Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra, o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Hoje esta Comissão dedica-se inteiramente à causa do municipalismo, não tenho dúvida alguma.

Nós já aprovamos o projeto dos vereadores, agora o da regulamentação dos municípios que, na verdade, é uma matéria que já passou por esta comissão, já passou pelo plenário, foi para a Câmara dos Deputados e veio com a sua derradeira versão para ser aprovada aqui e mereceu um parecer abalizado do Senador Eduardo, do Senador Eduardo Azeredo.

De sorte, Sr. Presidente, que vamos cumprir a última etapa antes de ir para o plenário. E hoje, apesar de toda essa tramitação, e só para demonstrar a inquietação e a importância desse... Dessa decisão, estão aqui vários prefeitos e eu destacaria aqui a presença de um vereador que foi o comandante de toda a campanha pela criação do Município de Paraíso das Águas, lá no... Que foi desmembrado do município de Costa Rica, no meu estado, Vereador Ivan Pereira, conhecido na região como o Vereador Xixi.

O Vereador Xixi está presente aqui nesta sessão hoje, veio especialmente aqui com vários vereadores, exatamente para testemunhar esse ato e estará aqui a semana que vem aguardando a aprovação do mesmo projeto lá pelo plenário desta Casa.

De sorte, que ao fazer o registro da presença desse político que foi reconduzido à câmara Municipal com a votação extraordinária do Distrito de Paraíso das Águas, eu quero homenagear a todos os prefeitos, todos os vereadores que estão engajados nesta luta e aqueles distritos que estão conseguindo a sua maioridade através da emancipação, que nós estamos aprovando aqui no Senado Federal [soa a campainha].

Então, meus cumprimentos aqui ao Senador Eduardo Azeredo por ter se dedicado com tanta presteza a esta causa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agradeço nobre Senador Valter Pereira, a manifestação e a contribuição que trouxe ao nosso debate, ao debate do tema. E concedo agora a palavra, pela ordem, à nobre senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, a minha fala é rápida, é apenas para elogiar e agradecer ao Senador Azeredo pela presteza com que ele fez esse relatório, um relatório importante para mais de 50 municípios no país.

E o meu estado, o estado de Goiás se sente gratificado com esse projeto, uma vez que nós temos o município de Gameleira, Campo Limpo, Ipiranga, que estão dependendo dessa resolução.

Portanto, deixo aqui os meus cumprimentos a V. Exa., como Presidente da Comissão, e ao relator pela presteza com que ele atendeu a solicitação de todos os Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, o último orador inscrito, o nobre Senador Flexa Ribeiro. Tem a palavra S. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marco Maciel, serei breve. Apenas para parabenizar o relator, Senador Eduardo Azeredo, pela presteza com que ele fez o seu parecer.

Esse projeto foi aprovado ontem na Câmara, com modificações, está retornando à CCJ e a aprovação dele hoje na CCJ garante a sua aprovação ainda antes do recesso em plenário, o que vai permitir que 57 municípios no Brasil possam estar regularizados.

E dentre eles, o distrito, hoje, de Mojuí dos Campos, do Município de Santarém, que vai poder se tornar, então, Município de Mojuí dos Campos, que ele está aguardando isso há uma década, porque o município foi criado e não foi instalado.

Agora com a PEC do Senador Luiz Otávio, vai poder então ser criado o município. Eu quero parabenizar o Senador Federal e o Congresso, possibilitando a regularização de 57 novos municípios no Brasil, incluindo, dentre eles, o município de Mojuí dos Campos, no Pará, no Oeste do Pará.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não havendo mais quem queira discutir.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para parabenizar pelo relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dizer que também Goiás, 4 municípios serão contemplados. Ipiranga, Campo Limpo, Lagoa Santa e... Gameleira.

Então, com isso não tem como dar marcha ré na criação desses municípios, todos já se constituíram, já têm uma nova expectativa, muitos já são absolutamente auto-suficientes, conseguem ir adiante e é uma maneira de regularizar, sem causar temor, na chamada insegurança jurídica.

Parabéns ao relator porque é um projeto extraordinário, uma proposta extraordinária e que agora encontra guarida aqui no Senado Federal.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, não havendo mais orador inscrito, vou submeter a matéria a votação simbólica, posto que é projeto não terminativo. As Sras. Senadoras e

os Srs. Senadores que estão de acordo, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu volto a pedir a V. Exa. que possamos incluir extrapauta e neste momento o Projeto de Lei do Senador Francisco Dornelles, que trata da instituição do Conselho de Defesa Comercial. Nós temos quorum qualificado e que poderemos votar e apreciar e discutir [soa a campainha] o projeto do Senador Francisco Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, esse projeto é terminativo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, nós temos quorum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E precisamos ter 12 senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós temos 12.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então vou conceder a palavra a V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não. Farei um relato breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então lá tem 3, lá dentro. "*O Projeto de Lei do Senado 715 de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tem por objetivo instituir o Conselho de Defesa Comercial, órgão federal vinculado ao Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, com poderes adjudicantes para aplicar direitos 'anti-dumping", medidas compensatórias, provisórias ou definitivas de salvaguarda.*

A matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e à Comissão de Assuntos Econômicos e a esta comissão. Não foram apresentadas emendas. O parecer da Comissão de Relações Exteriores, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, é favorável à aprovação do projeto, mas na forma do substitutivo, segundo o qual: a) o conselho não é criado, mas tão somente é autorizado a ser criado por ato do Poder Executivo; e b) o Presidente da República poderá rever as decisões do Conselho de Defesa Comercial.

O parecer da CADE, autoria do Senador Aloizio Mercadante é favorável à aprovação do projeto na exata forma do substitutivo apresentada pela Comissão de Relações Exteriores."

Vamos à análise, Sr. Presidente. "*Quanto à iniciativa parlamentar, o PLS ao instituir o Conselho de Defesa Comercial padece de vício de inconstitucionalidade, por ferir o art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição, o qual considera de iniciativa privativa da Presidência da República, as leis que disponham sobre criação e extinção de órgãos da Administração Pública.*

Mas o substitutivo apresentado pela Comissão de Relações Exteriores é capaz de sanar o vício. O projeto deixa de ser impositivo, passando a ser autorizativo. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade formal."

Vamos ao voto, Sr. Presidente [soa a campainha]. "*Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 715 de 2007, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e ratificado pela Comissão de Assuntos Econômicos, Emenda nº. 1, CREA, da Comissão de Relações Exteriores da Comissão de Assuntos Econômicos*."

Esse é o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação. Do substitutivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vamos agora, após a leitura do... Senador Flexa Ribeiro, pôr a matéria em discussão. Em votação o substitutivo oferecido ao PLS 715 de 2007. Vou fazer o processo de votação nominal por se tratar de matéria terminativa. Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Demóstenes Torres. Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Eduardo Azeredo. Sim. Senadora Lúcia Vânia?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Flexa Ribeiro foi o relator. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sim.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Vamos proclamar o resultado. Votaram 13 Srs. Senadores. 11 sim, 1 deixou de votar por ser o autor e o Presidente por só votar em matéria em caso de empate.

Então, está aprovada a proposição. Uma vez aprovado o substitutivo, será submetido a [soa a campainha] turno suplementar, na próxima Reunião Ordinária da Comissão, nos termos do ato 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Então, gostaria de lembrar às Sras. e Srs. Senadores que na próxima, na próxima [soa a campainha] quarta-feira teremos a votação do turno suplementar.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. Deverá haver uma nova votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Na próxima quarta-feira, para turno suplementar. Se não houver emenda, pode haver, pode ocorrer emenda. Se não houver Emenda, não há votação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, toda maneira terá um turno suplementar e não pode ser feito na própria reunião. Tem que ser na reunião subseqüente. O Regimento Interno impõe o dispositivo é o, se não me engano, 28... O dispositivo do Regimento Interno... 282 [soa a campainha], que impõe o turno suplementar [soa a campainha].

As demais matérias que se encontram sobre a mesa, são matérias terminativas. E não há, penso, quorum para votá-las.

Então, eu farei incluir as referidas proposições na Ordem do Dia da reunião da próxima quarta-feira, às 10h00, hora regimental.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Temos um requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim. V. Exa. oportunamente lembra a Mesa e eu agradeço a colaboração. E aqui há um requerimento feito, elaborado pela senadora Serys Slhessarenko, Senador Demóstenes Torres, Senador Paulo Paim, no sentido de que seja realizada, nos termos regimentais, realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e Direitos Humanos e Legislação Participativa, a realizar-se em 15 de dezembro de 2008, às 14 horas, para instruir o PLC nº 180 de 2008 [soa a campainha], que dispõe sobre o ingresso--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --Nas universidades federais, estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, com os seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa; Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad; Magnífico Reitor da Universidade de Brasília-UnB, Professor José Geraldo de Souza Júnior; Ilmo. Sr. Sérgio José Custódio, representante do Movimento dos Sem Universidade; Ilmo. Sr. Frei Davi Santos, representante do EDUCAFRO; Ilmo. Sr. Professor Bolívar Lamounier, cientista político; Ilma. Sra. Isabel Lustosa, pesquisadora da Fundação da Casa Rui Barbosa, da Casa de Rui Barbosa; Ilma. Sra. Professora Lilia Moritz Schwarcz, da Universidade de São Paulo, USP, antropóloga; Ilmo. Sr. Professor Luiz Werneck Vianna, do Instituto Universitário de Pesquisas da Universidade, perdoem, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, que aliás é uma instituição muito conceituada; Ilmo. Sr. Professor Roberto Romano, da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp e trata-se, é bom lembrar, mas todos já o conhecem, de um excelente filósofo.

Então, a presente reunião, a presente Audiência Pública será realizada se houver adesão do plenário. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o nobre Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu acho que uma audiência pública com tanta gente é absolutamente improdutiva. Dessa forma eu não vejo... Eu não vejo, quanto tempo, quanto tempo levaria uma audiência pública desse tamanho?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, V. Exa. tem razão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu só quero... Estou fazendo só uma observação.

Acho que é contraproducente você fazer uma audiência, se fazer uma audiência pública com tanta gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V. Exa. tem razão. Agora, o que nós podemos fazer.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Podia fazer desmembramento, fazer duas ou três sessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O que nós podemos fazer é, primeiro lugar, é que, eventualmente, há convidados que às vezes não podem comparecer.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Claro, claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E V. Exa. sabe bem disso, como às vezes é difícil obter o comparecimento, sobretudo, aqui, uma dificuldade de vôos aéreos nesse momento de festejos natalinos.

E o segundo objetivo é que nós poderemos dividir em duas audiências públicas. E também em função de desistência, nós podemos aditar novas indicações, como, aliás, propõe o nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já passei, inclusive, uma lista.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Alternativa, se assim podemos dizer, daqueles que não puderem comparecer, que será objeto de uma discussão com os demais propositores da audiência pública.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Penso que assim nós estamos--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E aí seria importante [soa a campainha], nos poderíamos limitar o tempo, 20 minutos para cada um.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu também eu penso isso. Tenho adotado como regra 10 minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas talvez por ser uma matéria mais complexa, podia ter um prazo de 15 minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E segunda-feira é um dia também que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Menos pressão e talvez dê para fazer a audiência pública.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Com a palavra pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sem querer abusar da paciência de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas há uma matéria que inclusive é de interesse da Marinha do Brasil, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 45, ele não é terminativo aqui nessa comissão, vai à Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação.

É um projeto que acredito que tenha tranqüilidade de aprovação, nós fizemos um substitutivo e eu estou pronto para fazer o relatório de forma rápida e se V. Exa. pudesse ainda colocar em pauta. [soa a campainha] Seria um pleito nosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Antes de me manifestar sobre a questão suscitada pelo nobre Senador César Borges, eu vou votar o requerimento.

As senhoras, os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram. Aprovado, portanto, o requerimento da audiência, da realização de audiência pública na próxima segunda-feira às 14h00.

Agora, há uma manifestação do Senador César Borges no sentido de que seja incluído extrapauta o item... Seja incluído extrapauta o Projeto de Lei da Câmara nº. 45/2008, PL 07566/2006, na Câmara dos Deputados, não terminativo. A Emenda é a seguinte: "Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da lei 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela lei de 10.166, de 27 de dezembro do ano 2000.

Autoria é da Deputada Nice Lobão, portanto, projeto oriundo da Câmara dos Deputados. A relatoria coube ao nobre Senador César Borges, que se encontra presente. S. Exa. ofereceu parecer favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observo, por oportuno, que a matéria será posteriormente apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Concedo a palavra, antes de conceder a palavra a V. Exa., consulto ao plenário se está de acordo com a inclusão extrapauta da referida matéria. Não havendo oposição à proposta da Presidência, vou considerar aprovado a solicitação do Senador César Borges, a quem concedo a palavra para oferecer o seu parecer.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Exa. e demais senadores [soa a campainha]. Esse é um projeto de

interesse inclusive nacional, da Marinha brasileira, com relação ao patrimônio subaquático brasileiro.

Nesse sentido, o projeto pelos arts. 1º e 2º define o que é patrimônio cultural subaquático e arrolam-se as coisas que assim são consideradas. O art. 3º ao 10º estabelece a guarda e a proteção desse patrimônio cultural subaquático.

Se refere, Senador Demóstenes Torres, normalmente a naufrágios existentes na costa brasileira. Estabelece a competência da autoridade federal para manutenção desse patrimônio. Os arts. 1º a 14 [soa a campainha] cuidam das medidas de proteção a esse patrimônio e da repressão ao seu uso indevido.

Por outro lado, o art. 15 revoga os arts. 20 e 21 da lei 7.542 de 26 de setembro de 1986, que dispõe sobre pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bem afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional e terrenos de marinha e seus acrescidos, em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento, infortúnio do mar e dá outras providências, com a redação dada pela lei 10.166 de 26 de dezembro.

No que diz respeito à constitucionalidade, Sr. Presidente, há total constitucionalidade dessa proposição em pauta, porque a própria Constituição Federal, no art. 23, inciso III e IV dão essa competência à União, é uma competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, proteger os documentos, as obras, os bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais [soa a campainha], impedir a evasão, destruição e descaracterização do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Outrossim, cumpre ainda consignar que a Lei Maior também preceitua que cabe ao Congresso Nacional dispor de todas as matérias de competência da União, com a sanção do Presidente da República.

Por outro lado, o art. 61 do texto Magno estabelece a legitimidade de qualquer membro do Congresso Nacional para iniciativa das leis complementares.

Nós procuramos aperfeiçoar a matéria, sempre numa interlocução com a Marinha brasileira e grupo de trabalho. Portanto, ouvimos a Marinha brasileira e também os senadores que quiseram opinar sobre a matéria e, por isso, nós aperfeiçoamos através de um substitutivo.

E o nosso voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, pela juridicidade, regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº. 45/2008 e quanto ao mérito, votamos pela sua aprovação nos termos do substitutivo, lembrando que o mérito, mesmo, da matéria, poderá ser discutido exaustivamente dentro da Comissão de Educação, onde ele será terminativo. Este é o relato e o voto, Sr. Presidente.

[soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ouvimos o parecer do nobre Senador César Borges. E abro a discussão da matéria para as Sras. Senadoras e senadores que desejem se manifestar.

Não há orador inscrito para discutir. Portanto, eu vou encerrar a discussão. Por se tratar de matéria não terminativa, vou pôr a matéria em votação simbólica, como aliás recomenda, nesses casos, o Regimento Interno.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria de antes de encerrar a presente reunião, fazer três observações.

A primeira: a de que nós teremos audiência pública às 14h00, na segunda-feira, para instruir adequadamente o projeto, a proposta, deixa eu... O número, o projeto, o PLC 180/2008, que dispõe sobre ingresso nas universidades estaduais e federais e nas instituições federais de nível técnico e nível médio e dá outras providências, com os seguintes convidados, que já foram mencionados.

Então essa audiência pública será às 14h00 da próxima segunda-feira. Às 14h00 da próxima terça-feira teremos uma audiência pública para instruir, instruir o projeto que diz respeito sobre a autonomia do Banco Central. Estarão presentes, confirmados: o Presidente Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central; Armínio Fraga, ex-Presidente do Banco Central; e o Ministro... O ex-Presidente do Banco Central Gustavo Loyola, que ainda não confirmou a sua presença. Mas de toda maneira, então essa audiência será realizada na terça-feira às 14h00.

Então nós temos audiência pública na segunda às 14h00, uma audiência pública na terça às 14h00 e na quarta teremos, às 10h00 da manhã, hora regimental, nós teremos a Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

Antes de encerrar a presente reunião, gostaria de agradecer a presença das Sras. e Srs. Senadores, que muito concorreram para que nós pudéssemos votar matérias relevantes e, ao mesmo tempo, eu gostaria de, antes de dar por encerrada a reunião, solicitar que dentro das limitações da nossa atividade legislativa, possamos solicitar a presença de todos para que tenhamos nessas audiências públicas, um expressivo comparecimento, posto que se tratam as audiências públicas de matérias de relevante interesse público.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, convocando uma próxima, para audiência pública na segunda-feira às 14 horas, outra audiência pública na terça-feira às 14h00 e, fi-

nalmente, a Reunião Ordinária para as 10 horas da quarta-feira.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h40.

ATA DA QUINQUAGÉSIMO PRIMEIRO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e treze minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Tasso Jereissati, Epitácio Cafeteira, Inácio Arruda, Francisco Dornelles, César Borges, Marcelo Crivella, Leomar Quintanilha, Valdir Raupp, Neuto de Conto, José Agripino, Virgínio de Carvalho, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Cristovam Buarque e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Adelmir Santana, Osmar Dias e as Senadoras Marina Silva e Kátia Abreu. Registram a presença os Senadores João Tenório, Sérgio Guerra e Cícero Lucena. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2007** – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. Tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2007** – COMPLEMENTAR – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional." **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Parecer:** Favorável ao PLS Nº 102, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta e pelo arquivamento do PLS Nº 72, de 2007. Em 09/12/2008, foi realizada a primeira Audiência Pública para instruir a matéria. Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 36, de 2008-CCJ, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior e Termo Aditivo de autoria do Senador Aloizio Mercadante. Com a presença dos convidados: Henrique Meirelles Presidente do Banco Central; Armínio Fraga Ex-Presidente do Banco Central e Acionista do Grupo Gávea Investimento; Mailson da Nóbrega Ex-Ministro da Fazenda e Sócio da Tendências Consultoria; Gustavo Loyola Ex-Presidente do Banco Central. Justificou a ausência: Guido Mantega Ministro da Fazenda. Usam da palavra os Senhores Senadores Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, José Agripino e João Tenório. A Presidência declara encerrada a Reunião às dezessete horas e vinte e três minutos; e, para constar, eu, José Roberto Assumpção Cruz, Secretário da Comissão em exercício, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **MARCO MACIEL,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Antes de iniciarmos os nossos trabalhamos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os Srs. Senadores têm conhecimento de que a presente Reunião destina-se à realização da Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2007, que *"Dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências"*, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2007, que *"Dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil e sobre a organização de seu quadro funcional"*. A Audiência Pública foi aprovada conforme Requerimento nº 36, de 2008-CCJ, de autoria do Senador Antônio Carlos Júnior e Termo Aditivo de autoria do Senador Aloízio Mercadante. Componho para integrar a Mesa o Dr. Armínio Fraga, ex-Presidente do Banco Central, o Dr. Mailson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda, e o Dr. Gustavo Loyola, também ex-Presidente do Banco Central.

Tendo em vista a necessidade de realizarmos a presente Audiência Pública em tempo hábil, ou seja, que nós possamos ouvir os expositores antes do início da Ordem do Dia da Sessão Ordinária do Plenário, eu vou estabelecer o limite de vinte minutos para cada expositor, e concederia a palavra, pela ordem, ao ex-Ministro da Fazenda, Dr. Mailson da Nóbrega. S. Exa.. disporá de vinte minutos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Todavia, eu gostaria de ouvir a opinião do Senador ACM Júnior, que solicitou essa Audiência Pública.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Nós combinamos, inclusive com a assessoria do Presidente Henrique Meirelles, de que ele faria a abertura da Sessão porque ele não vai poder ficar para os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Certo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Então ele faria a exposição de abertura e o Ministro Mailson, o Dr. Armínio e o Dr. Gustavo Loyola fariam as exposições e os debates.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Então em atenção à solicitação de V. Exa.., extremamente procedente, eu suspenderia a Sessão por alguns minutos, posto que o diretor do Banco Central está informando que a S. Exa.. já se encontra próximo do Senado Federal.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Como ele não vai poder ficar a Sessão inteira, ele faria a abertura e os debatedores, os outros participantes, Dr. Mailson, Dr. Armínio, Dr. Gustavo Loyola, fariam a exposição e os debates. Essa foi a combinação que nós fizemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, a Mesa subscreve a solicitação de V. Exa.., que é extremamente pertinente. V. Exa.. já tinha me prevenido ontem com relação a essa hipótese, que eu acho extremamente oportuna, posto que dará condições de termos um bom ajuizamento com relação aos dois Projetos que estão sendo agora discutidos e que motivaram a convocação do Presidente do Banco Central, do dirigente e dos ex-dirigentes do Banco Central do Brasil. Eu suspendo a Sessão até a chegada, nos próximos minutos, do Presidente do Banco Central, o Dr. Henrique Meirelles.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente, talvez pudéssemos ouvir já a primeira apresentação, depois o Presidente Henrique Meirelles faria a apresentação dele e continuaríamos. Poderíamos começar então. A assessoria do Presidente já nos liberou para isso, então, portanto, podemos ouvir o Ministro Mailson, que será o primeiro expositor.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então concedo a palavra ao ex-Ministro da Fazenda e Economista, o Dr. Mailson da Nóbrega. Tem a palavra S. Exa.. por vinte minutos.

SR. MAILSON DA NÓBREGA: Meu caro Senador Marco Maciel, Presidente dessa Comissão, Srs. Senadores, meus caros amigos companheiros de debate, Dr. Armínio Fraga, Dr. Gustavo Loyola. Eu queria, em primeiro lugar, registrar a minha satisfação em estar aqui, de participar desse importante debate, trazer uma contribuição para a melhor compreensão desse assunto de importância fundamental para o país, que é a autonomia operacional do Banco Central.

É certo que a autonomia operacional do Banco Central está associada à criação de condições para que a instituição defenda a estabilidade da moeda sem interferência do governo, que tenha autonomia para gerir o seu orçamento, que os seus diretores tenham mandato fixo e assim por diante. E por trás dessa idéia está a própria idéia de desenvolvimento, o desenvolvimento está associado à estabilidade. A estabilidade em si não gera desenvolvimento, mas não existe desenvolvimento sem estabilidade.

Eu gostaria de fazer aqui um breve retrospecto sobre os passos institucionais que desde os últimos três séculos permitiram que o Ocidente, particularmente a Europa, experimentasse o seu maior período de prosperidade. O Ocidente começou a ficar rico por volta do Século XVII, ultrapassou longe a Ásia, então a região mais rica, e o marco inicial, segundo historiadores desse processo, é a Revolução Industrial Inglesa de 1688, que promoveu uma série de transformações institucionais, a principal delas a transferência do poder supremo do Rei para o Parlamento, eliminando a capacidade da Casa Real de confiscar bens, mudar contratos, alterar a regra do jogo e assim por diante. E a partir daí, com várias leis aprovadas pelo Parlamento, inclusive a que concedeu autonomia formal ao Judiciário e criou as condições para a auditoria das contas do Tesouro, foram criadas as condições para o empreendedor privado investir, assumir risco, desenvolver negócios. Estava criada a condição básica do sistema capitalista daquela época que era o ambiente institucional que preservava direitos de propriedade e fazia respeitar os contratos. O conjunto de transformações institucionais dessa época, considerada por um grande historiador economista, Prêmio Nobel da Economia de 1993, Douglas North, como a primeira revolução fiscal da história. Seis anos depois se instituiu o Banco da Inglaterra, que foi organizado em modo semelhante aos dos modernos Bancos Centrais, com a atribuição básica naquela época de gerir o endividamento público, e o Banco da Inglaterra acabou criando as condições para a revolução do crédito que se operou no Século XVIII, no século seguinte. Essa revolução do crédito é a base essencial da Revolução Industrial, não teria havido Revolução Industrial sem essas mudanças institucionais, sem a revolução do crédito.

Até o Século XVIII mais ou menos, Século XVIII, início do Século XIX, essas eram as condições básicas

para promover o crescimento através do funcionamento dos mercados, a criação das condições para ganhos de produtividade no setor privado e no setor público e assim por diante.

Inflação não era um problema naquela época. A inflação, como havia a moeda mercadoria, isto é, a moeda era metal precioso, particularmente a prata e o ouro, o mundo se preocupava mais com deflação do que com inflação. A inflação mais conhecida é a que resultou da inundação da prata na Europa decorrente da descoberta das minas pelos espanhóis, das minas de prata do México e do Peru.

A partir do Século XVIII, meados do Século XVIII, começa a se generalizar o uso do papel-moeda, seja o papel-moeda emitido com base em lastro de metais preciosos, seja a moeda, o papel-moeda fiduciário, o papel-moeda dos dias de hoje, que pode ser emitido pelos governos.

É interessante observar que a preocupação com eventual irresponsabilidade dos governos na emissão de moeda já estava presente naquela época. Eu trouxe aqui, numa tradução livre, o texto de um famoso artigo do economista inglês David Ricardo, que em 1824 disse o seguinte: "Fala-se que ao governo não deveria ser concedido o poder de emitir papel-moeda, pois certamente ele abusaria desse poder. De fato, haveria grande perigo se o governo, ou seja, os Ministros, tivessem tal atribuição. Por isso, proponho que essa prerrogativa seja posta nas mãos de comissários não demissíveis, a não ser por ato de ambas as Casas do Parlamento. Para impedir qualquer relacionamento entre esses comissários e os Ministros, proponho que seja proibido qualquer tipo de transação de moeda entre eles. Os comissários nunca poderão, sob qualquer motivo, emprestar dinheiro ao governo, nem estar sob nenhuma circunstância sobre o seu controle ou sua influência". Um século depois, outro famoso economista inglês mais conhecido de nós, o John Maynard Keynes, disse o seguinte à proposta de uma Comissão que examinava a criação do Banco Central da Índia, que então era possessão britânica. Disse o Keynes: "O Banco Central ideal deveria combinar a responsabilidade de governo com o elevado grau de independência para a sua diretoria".

O tempo passou com o abandono do padrão ouro e de sua versão moderna, o Acordo de *Bretton Woods*, Os Bancos Centrais ampliaram a importância de seu papel como defensores, guardiões da estabilidade da moeda. Essa característica se tornou particularmente importante a partir dos anos 80, quando o mundo desenvolvido, particularmente os Estados Unidos e alguns países da Europa, experimentaram um surto inflacionário grave.

Vários estudos mostraram que a independência do Banco Central se justifica pelos riscos que o seu controle pelo governo acarreta. A experiência mostra que formuladores de políticas públicas tendem a adotar medidas que fazem a economia crescer no curto prazo a um ritmo superior à sua capacidade. A inflação vem mais tarde. Em segundo lugar, os governos são tentados a incorrer em déficits orçamentários e a financiá-los com empréstimos perante o Banco Central. O caso brasileiro, até o final dos anos 80, é ilustrativo dessa característica, embora no Brasil a atividade de financiar o governo pelo Banco Central fosse disfarçada pelas operações do Banco do Brasil, primeiro com o empréstimo direto ao Tesouro Nacional, que foi proibido pela Lei 4.595, de 1964, e depois através da Conta de Movimento, com um financiamento amplo às empresas estatais e às atividades privadas.

Hoje Bancos Centrais independentes constitui a característica básica em todos os países desenvolvidos e mais recentemente em países em desenvolvimento. Na União Européia a independência do Banco Central, que na prática já existia, foi uma condição para que os países aderissem ao Euro, a moeda da União.

Uma outra característica do Banco Central, além da sua independência, é a prestação de contas, *accountability* na palavra inglesa, e a prestação de contas classicamente ao Parlamento hoje é tida como também devida à opinião pública através da vigilância da mídia, da transparência do Banco Central, de suas reuniões com especialistas de mercado. E no Brasil, após a instituição do Regime de Metas de Inflação, há o acompanhamento das atividades do Banco Central por especialistas das instituições financeiras e das consultorias.

Interessante observar que estudos recentes mostram que a independência do Banco Central, e hoje autonomia operacional, mais se fala nisso, em que o governo estabelece metas de inflação e o Banco Central tem autonomia operacional para persegui-las via política monetária, estudos recentes mostram que a independência do Banco Central não é importante para a estabilidade da moeda nos países que são dotados de boas instituições. Por uma razão simples: boas instituições previnem a irresponsabilidade fiscal. E nós temos alguns exemplos, particularmente na Europa, em que a autonomia formal do Banco Central não teve qualquer influência na trajetória da taxa de inflação. Isso aconteceu nos países que aderiram ao Euro, de certa forma isso aconteceu com a independência do Banco da Inglaterra, novamente por uma razão simples: já havia condições institucionais ambientais para evitar a irresponsabilidade no manejo da política monetária. No caso do Reino Unido, a independência

formal do Banco Central foi, na minha opinião, mais um ato simbólico que consagrou, no campo da política econômica, o movimento do Partido Trabalhista rumo à gestão macroeconômica responsável e, como se sabe, foi um dos primeiros atos do Primeiro-Ministro Tony Blair quando se elegeu em 1997.

Por outro lado, o oposto disso aí, Bancos Centrais independentes não constituem garantia de estabilidade da moeda. Eu acho que o exemplo mais dramático hoje é do Zimbábue. O Banco Central do Zimbábue foi tornado independente por Lei em 1995 e o Zimbábue vive, há alguns dois, três anos, na mais perversa hiperinflação contemporânea.

Portanto, a independência do Banco Central ou sua autonomia operacional não depende apenas de uma Lei, mas ela depende da existência de condições institucionais, incluindo as crenças da sociedade, que fazem prevalecer a idéia da autonomia. A Lei, mesmo assim, é importante, é importante para prevenir surtos de irresponsabilidade, para prevenir custos sociais indesejáveis para a sociedade.

Eu creio que o Brasil é um caso muito interessante de evolução institucional rumo à autonomia do Banco Central. Como a gente sabe, desde o Plano Real o Banco Central tem gozado de autonomia operacional e, a partir de 1999, para perseguir metas de inflação. Isso sem a existência de uma Lei que determine esta condição. O que teria levado à criação dessa situação? Eu diria que o início desse processo é um conjunto de medidas adotadas a partir do final dos anos 80, com base em estudos realizados em 1983, em 1984, que promoveram uma ampla reformulação das finanças do governo federal e da política monetária. Só para lembrar aqui, esse conjunto de medidas compreendeu a extinção da Conta de Movimento do Banco Central no Banco do Brasil e a separação efetiva dessas organizações. Em segundo lugar, a extinção das funções de fomento do Banco Central. Poucas pessoas se lembram que o Banco Central financiava a agricultura, as exportações, tinha equipe de análise de projetos e assim por diante. Cuidava de plano de automóveis, o Banco Central fazia muita coisa, mas algumas poucas relacionadas--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Fazia operação de redesconto.

SR. MAILSON DA NÓBREGA: Operação de redesconto. O Banco Central era mais um operador do que um defensor da estabilidade da moeda. Esses estudos levaram à criação da Secretaria do Tesouro Nacional. Outra característica interessante da situação brasileira é que o Tesouro Nacional não existia na prática, ele era uma entidade formal, o orçamento era executado por um departamento do Banco do Brasil e a dívida pública era gerida por um departamento do Banco Central. Houve a extinção do orçamento monetário, que era outro sinal de atraso institucional nas instâncias públicas no Brasil, a unificação orçamentária e a transferência para o Ministério da Fazenda, que só recentemente se completou, da gestão da dívida pública interna e externa e da execução orçamentária.

Hoje o Brasil, na minha avaliação, reúne quatro condições que contribuem decisivamente para a preservação da autonomia operacional de fato do Banco Central. A primeira é a democracia, não preciso discorrer sobre isso nesta Casa. A segunda é a existência de fortes instituições econômicas, particularmente a Lei de Responsabilidade Fiscal e a consciência de que o Tesouro precisa produzir superávits fiscais, o setor público como um todo. O Brasil tem um sistema orçamentário ruim, rígido, o governo gasta mal, mas as regras são boas e essas regras permitem a criação das condições para preservar um nível adequado de solvência do setor público através do seu indicador mais relevante, que é a relação entre a dívida e o PIB. O terceiro elemento que cria este novo quadro é a aversão da sociedade à inflação, a intolerância da sociedade à inflação. Isso é uma grande novidade no Brasil. Até vinte anos atrás muitos brasileiros achavam, provavelmente a maioria, de que a inflação tinha um papel a desempenhar no desenvolvimento do país. Pagamos um preço alto por isso, particularmente os pobres. Hoje a experiência mostra que todas as vezes que a inflação sobe e permanece alta, a popularidade do Presidente da República cai. A popularidade do Presidente da República, tanto no período do Fernando Henrique tanto no período do Lula, esteve muito associada à estabilidade da moeda. E em quarto lugar a imprensa, em todas essas suas modalidades livre, independente e muito competente no campo econômico.

Com esse ambiente, o custo de ações voluntaristas do Poder Executivo como, por exemplo, emitir uma ordem para o Banco Central baixar a Taxa Selic, será severamente punida pelos mercados e pelo eleitor. O Brasil conseguiu reunir as condições que nos colocaram em nível correspondente ao dos países desenvolvidos, em que a ação do governo é limitada, é constrangida por duas forças sociais: de um lado a disciplina [soa a campainha] dos mercados e de outro as urnas. Portanto, nós temos no Brasil um grande incentivo à responsabilidade na gestão macroeconômica. Isto explica, a meu ver, a razão pela qual o Presidente Lula manteve a política econômica que recebeu do seu antecessor, embora tenha passado vinte e cinco anos dizendo que, uma vez no poder, mudaria tudo. Claro que ele não admite que manteve, mas essa é a realidade percebida por todos.

Portanto, o Banco Central reúne as condições ambientais para ter a sua autonomia reafirmada e a Constituição estabelece a restrição básica ao financiamento do Estado pelo Banco Central, do Tesouro pelo Banco Central, que é o art. 164, que proíbe, que dá ao Banco Central atribuição de exercer o monopólio da emissão de moeda, que pertence à União, e o proíbe de financiar direta ou indiretamente o Tesouro Nacional.

Assim, a autonomia do Banco Central, a rigor, para ela se tornar formal, legal, depende apenas, a meu ver, da atribuição de mandato para os seus diretores. Alguém poderia perguntar aqui: já que essas condições existem, por que perseguir a idéia de autonomia formal do Banco Central? Eu diria por três razões. A primeira, evitar a tentação de instruir o Banco Central a manipular a política monetária e cambial. Nós vemos quase que cotidianamente opiniões de especialistas, comentaristas, economistas, dizendo que o Presidente deve mandar uma ordem para o Banco Central baixar a taxa de juros. Embora essa ação seja reversível, porque a decisão de interferir na nas decisões do Banco Central, no Comitê de Política Monetária, seria punida pelo eleitor e pelo mercado, por seus efeitos graves para a economia e a sociedade, embora uma ordem como essa seja reversível, haverá custos econômicos e sociais de sua realização ou perda de bem-estar. Eu diria que a segunda razão é a de prevenir influências maléficas sobre o governo. Ainda existe uma parcela importante de brasileiros que defendem que o Banco Central do Brasil deve ser instrumento do governo para o desenvolvimento. São os remanescentes de uma Era em que se falava que a inflação tinha um papel a desempenhar no desenvolvimento. Eles são prisioneiros nessa idéia, aparentemente modernos, com a proposição de atrelar o Banco Central aos desígnios do Poder Executivo. Eu diria que a autonomia do Banco Central, a meu ver, teria uma terceira razão que a justificaria, que seria reforçar os alicerces da economia, dos fundamentos da economia e sua resistência a choques externos. Os ganhos adicionais de confiança que adviriam da autonomia formal do Banco Central abririam espaço para reduzir estruturalmente a taxa de juros e para aumentar o potencial de crescimento da economia.

Em uma palavra, em resumo, o Brasil só tem a ganhar com a confirmação por Lei da autonomia operacional que o Banco Central tem de fato. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, após a exposição do ex-Ministro da Fazenda, Dr. Mailson da Nóbrega, eu vou conceder a palavra ao Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, para a sua exposição. S. Exa.. disporá do tempo necessário e, se desejar, um tempo adicional será concedido, obviamente, tendo em vista a relevância da matéria que está sendo tratada.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Presidente, como sempre é uma grande honra e uma grande satisfação estar mais uma vez nesta Casa, desta vez discutindo a questão de autonomia do Banco Central. Nós temos aqui um Ministro da Fazenda, um ex-Ministro da Fazenda e dois ex-Presidentes de Banco Central, portanto, que vão discutir, como já começou, espero que não exaustivamente no sentido português da palavra, mas no sentido de exaurir a questão, a autonomia do Banco Central e os aspectos conceituais, vantagens, desvantagens e etc. Portanto, na minha apresentação, como atual Presidente da instituição, não cabe evidentemente juízo de valor sobre a questão da autonomia. Portanto, eu vou fazer uma apresentação basicamente institucional sobre as diversas questões formais da autonomia e como se coloca em diversos países do mundo, particularmente no Brasil. Aspectos conceituais da autonomia do Banco Central, a experiência internacional e qualificações para o Banco Central do Brasil.

Em relação à autonomia de Banco Central, os elementos formais hoje reconhecidos como elementos que têm maior peso nas medidas de autonomia é o mandato fixo, definido em Lei, para diretores da instituição e Presidente, critérios para a nomeação e destituição dos diretores também definidos em lei e a autonomia administrativa e orçamentária. Em resumo, isto é o que se poderia chamar de caracterização formal, segundo basicamente as conclusões do Comitê de Governança de Bancos Centrais do Banco de Compensações Internacionais da Basiléia.

Em termos de qualificações, uma autonomia do Banco Central formal deve ter como contrapartida mecanismos de responsabilização e transparência no cumprimento das suas funções. Existe uma questão de autonomia de *facto versus de júri*(F), isto é, a autonomia de um Banco Central não depende apenas do seu status legal. Não é o fato de um Banco Central ser legalmente independente que o torna de fato independente. Nós temos exemplos de países que têm uma estrutura jurídica de alta independência do Banco Central, mas de fato isso não acontece. Portanto, existem outros arranjos formais institucionais já endereçados, alguns deles, pelo Ministro. Por exemplo, o regime cambial, a capacidade do Banco Central efetuar operações no mercado aberto, a orientação da política fiscal já mencionada, a existência de arranjos institucionais explícitos, por exemplo, o objetivo básico do Banco Central é a estabilidade de preços. Essa lista,

ela não é exaustiva, no sentido de que ela menciona, eu menciono aqui alguns aspectos, mas não todos, apenas para dar uma idéia, um exemplo do que de fato, além do aspecto formal, é importante existir no país para que o Banco Central tenha uma independência de fato. Evidentemente alguns aspectos já mencionados são também da maior importância, por exemplo, uma concordância da sociedade sobre o papel do Banco Central, sobre o papel da estabilidade de preços, sobre a importância da estabilidade de preços e etc.

Em termos de autonomia formal, nós temos basicamente três tipos: autonomia de objetivo, autonomia de meta e autonomia do instrumento. A autonomia de objetivo é quando o Banco Central detém a prerrogativa de definir o seu objetivo primário. Por exemplo, definir se é ou não a estabilidade de preços, entre vários objetivos previstos para um Banco Central. Então compete, neste caso, uma definição básica do Banco Central que, inclusive, tenha independência para definir qual é o seu objetivo. Por exemplo, o *Federal Reserve System* dos Estados Unidos, quando a Lei apresenta objetivos que não são necessariamente consistentes o tempo todo, apesar que a longo prazo sim, mas não necessariamente no curto prazo, e o FED tem a prerrogativa de definir o seu objetivo. O segundo tipo de autonomia é aquele Banco Central que tem um objetivo já definido, um objetivo definido por Lei, mas o Banco Central define a sua meta. Por exemplo, um objetivo de estabilidade de preços, que é o mais comum, mas o Banco Central pode definir a política monetária, o regime cambial ou simplesmente a política monetária se o regime cambial for, por exemplo, de taxa flutuante. Nesse caso, o Banco Central define, por exemplo, a própria meta da inflação. Isso não é definido por Lei. Por exemplo, o Banco Central Europeu, o estatuto estabelece o objetivo primário, que é a estabilidade de preços, mas o Banco Central Europeu define a sua meta, por exemplo, num certo momento a meta definida pelo Banco Central era uma inflação ao redor de 2% ao ano. Posteriormente, o Conselho do Banco Central definiu uma inflação até 2% ao ano. Exemplos, Chile, Hungria, México, Peru, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Romênia, Suécia, Suíça e etc. Em resumo, são Bancos Centrais que têm um objetivo definido por Lei, mas define a própria meta. Existem outros tipos de Banco Central que tem autonomia de instrumento, isto é, o governo ou o legislador define o objetivo primário e a meta e o Banco Central detém a prerrogativa de implementar a política monetária utilizando os instrumentos que considerar adequados. Neste caso temos, por exemplo, Bancos Centrais da África do Sul, Austrália, Canadá, Colômbia, Coréia do Sul, Filipinas, Índia, Indonésia, etc., Reino Unido, isto é, a meta definida. O exemplo é da Nova Zelândia, por exemplo, que é definido pelo Congresso a meta e o Banco Central tem autonomia para perseguir a meta, autonomia de instrumento, ele vai definir o seu próprio instrumento.

Muito bem. Um detalhe importante, que eu acredito que já está suficientemente claro para todos aqui presentes, mas não necessariamente claro para quem lê muitas vezes os jornais, o Banco Central do Brasil não se enquadra em nenhum desses critérios de autonomia, quer dizer, o Banco Central não tem autonomia legal, não tem autonomia de objetivo, de meta ou de instrumento. Por quê? Porque ele não se enquadra naqueles casos já definidos onde existe mandato fixo para diretores, critérios para remoção de diretores ou Presidente, etc., etc. e etc. No Brasil existe sim uma autonomia operacional do Banco Central do Brasil, como já bem definido desde o Plano Real, é concedida pelo Presidente da República, em ato voluntário, e pode ser removida ou alterada *ad nutum*. Então apenas para deixar claro uma questão conceitual, quer dizer, como se funciona no Brasil. Está bastante claro para todos aqui, mas não necessariamente para o conjunto da opinião pública.

Tomando agora uma amostra de Bancos Centrais e de Leis de Banco Central para que nós possamos fazer uma avaliação, nós escolhemos, de uma forma, digamos, significativa, escolhemos trinta economistas, trinta países, trinta Bancos Centrais, para dar uma idéia do conjunto dos Bancos Centrais, como é que se formaliza a autonomia. Desses trinta, vinte e quatro com metas de inflação e seis casos chamados especiais. Metas de inflação, aqui por ordem alfabética, e casos especiais, China, Estados Unidos, Índia, Rússia, Suíça e União Européia. Aqui não são todos países que têm autonomia. Desses trinta, vários não têm autonomia, mas aqui define trinta países que têm meto de inflação e seis que têm casos especiais. Dos Bancos Centrais autônomos, por Constituição ou Lei específica, existem vinte e cinco. Das trinta economias que eu mencionei, vinte e cinco são autônomos por Lei ou na própria Constituição. Com autonomia de objetivo ou de meta: Europa, Chile, Estados Unidos, Hungria, México, Peru, Polônia, República Tcheca, etc., Romênia(F), Suécia e Suíça. Autonomia de instrumento: África do Sul, Austrália, Canadá, Colômbia, Coréia do Sul, etc. e etc. São países onde a meta está definida não pelo próprio Banco Central, e o Banco Central, compete a ele fazer a aplicação de política monetária para atingir aquela meta.

Destas trinta economias, cinco são Bancos Centrais que não têm autonomia legal: é o Brasil, China, Israel, Rússia e Tailândia. Em todos esses as Leis são

bastante antigas. No Canadá é de 1935, no Brasil de 1964, Israel de 1954, Tailândia de 1942. Destas, o Brasil é a mais recente e a mais antiga é do Canadá, de 1935, e Emendas pontuais atualizam a Lei. Evidentemente que existem aqui diferenças muito significativas em termos práticos. Em Israel, por exemplo, existe já, digamos, um consenso quase que nacional de que o Banco Central é independente. Em Israel funciona de uma forma independente, apesar de que, segundo as consultas formais que fizemos, não está especificamente em Lei a independência do Banco Central de Israel. China e Rússia têm estruturas jurídicas diferentes.

Dentro desses termos, não há dúvida de que tenha aumentado significativamente, nas últimas décadas, o número de países que adotam o conceito de autonomia de Banco Central. Isso começou basicamente com o colapso de arranjos que atuavam como âncoras nominais, que ensejou a busca de alternativas, a questão do abandono de *Bretton Woods* e do *European Monetary System*, que funcionava como uma âncora, o bom desempenho histórico de alguns Bancos Centrais, eu estou mencionando aqui o *Bounds Banking*, mas não é apenas, o FED e outros, existem Bancos Centrais que já eram independentes e que eram uma referência para isso. O *Bounds Banking* eu usei porque foi uma referência para a constituição do Banco Central Europeu. E um dado da maior importância que foi o Tratado de *Maastricht* pelos países da Comunidade Econômica Européia, a autonomia dos Bancos Centrais foi colocada como uma pré-condição para a adesão à área do Euro, isto é, isso foi considerado tal qual as metas fiscais e uma série de outras normas, a autonomia do Banco Central foi considerada pela Europa como pré-condição.

Cotexto(F), houve dentro desse processo um esforço de economias latino-americanas para segurar a estabilidade de preços em seqüência à vitória sobre a espiral inflacionária, e no caso do Leste Europeu, se estamos falando de emergentes, uma implementação de economias de mercado que dentro desse processo vários deles adotaram a autonomia do Banco Central.

Em termos de tendências em favor da autonomia, agora passando a discutirmos um pouco o que fala a favor da autonomia e os argumentos contra a autonomia. Em primeiro lugar, a responsabilidade primária do BC deve ser garantir a estabilidade de preços e a estabilidade financeira, quer dizer, no momento em que se exista um acordo sobre isso na sociedade, conforme já mencionado, já seria um ponto importante, segundo a conclusão desses países, que o Banco Central tivesse a autonomia para perseguir esses objetivos. E um consenso de que a estabilidade é a melhor forma de maximizar o emprego no longo prazo. Existem muitos países em que não há este consenso. Muitos países têm um consenso: "Não, de fato a estabilidade é a melhor forma para maximizar o emprego".

Outros dados. Para cumprir o seu mandato, portanto, a maioria dos Bancos Centrais têm autonomia legal. Isso é um dado de realidade dentro da consolidação dessa tendência. No entanto, a delegação de autoridade a técnicos não eleitos, na medida em que se deu o mandato a esses técnicos, deve ser acompanhada de mecanismos de prestação de contas e transparência da atuação da autoridade monetária.

Um dado que eu gostaria de mencionar também aqui, e vou voltar a ele no final, é de que isto não é um conceito novo, quer dizer, a questão de autonomia de agências reguladoras. Nós temos no Brasil diversas agências reguladoras que têm mandatos prefixados. Eu me lembro da época em que no Brasil, por exemplo, um exemplo pessoal, que eu acredito que é familiar há muitos dos que estão aqui presentes, advogados, principalmente, na época o que meu pai advogava, por exemplo, na época que eu era criança, eu lembro que os Juízes não tinham autonomia. Os Juízes poderiam ser demitidos *ad nutum* pelo Governador, por exemplo. Os Procuradores também não tinham autonomia, poderiam ser tirados dos casos ou demitidos também pelo Governador e etc., etc., quer dizer, o conceito de autonomia institucional é um conceito que está evoluindo na sociedade em diversos segmentos da sociedade. Hoje em dia não se discute mais a idéia de que um Tribunal Superior é independente dos demais Poderes, não é verdade? Portanto, dentro deste contexto que é discutida a autonomia do Banco Central. Não dizer que, de novo, nem todos os países a adotam, como já mostrei, vamos chegar nos argumentos contrários também. De novo a necessidade de fortalecer, portanto, os mecanismos de comprometimento da autoridade monetária no combate à inflação, e o aumento, em conseqüência, da autonomia dos Bancos Centrais na década de 90, notadamente em economias em desenvolvimento, isto é, a idéia é principalmente que um estabelecimento, no regime de metas de inflação, onde a questão da credibilidade de que um Banco Central vá de fato entregar a meta de inflação passa a ser importante na coordenação de expectativa, a conclusão de muitos legisladores, de muitos países, é que era muito importante dar autonomia ao Banco Central para isso e, ao mesmo tempo, dar a responsabilidade de concluir objetivo. Normalmente esta evolução deu-se em três estágios. Primeiro, a existência de bases econômicas para a autonomia do Banco Central, por exemplo, a redução da dominância fiscal, já mencionada também, quer dizer, no momento em que existe

um problema fiscal grave, onde existe um déficit fiscal não financiável pela sociedade, onde principalmente no passado, quando o governo dependia de emissão de expansão de base monetária para tentar se financiar, certamente não tem sentido, num conceito como esse, quando existe dominância fiscal se falar na autonomia do Banco Central. O Banco Central tem que ser ajudar de uma forma ou de outra a financiar o Tesouro e não perseguir, por exemplo, estabilidade de preços. O reforço da autonomia operacional, formulação de políticas de nomeação de diretoria do Banco Central e aspectos de governança do Banco Central passaram em alguns países a serem tratados na própria Constituição.

Por exemplo, de 1991 a 2005, vinte e uma novas Leis de Bancos Centrais foram editadas, 70% da amostra de 30 que nós tomamos. Por exemplo, de 2001 a 2005, 9; anterior, de 1996 a 2000, 5; de 1991 a 1995, 7; de 1986 a 1990, 3; de 1981 a 1985, 1; e de 1935 a 1965, 5. Então esta é a evolução desse quadro.

Em termos de provisões constitucionais sobre o Banco Central, é interessante. Nós temos diversos países em que a autonomia do Banco Central é constitucional: Filipinas, República Tcheca, Rússia, apesar que tem aqui, como colocamos aqui, como algo não de fato, mas Peru, México, África do Sul, Polônia, Suíça, República Eslováquia. O objetivo primário definido e em vários países, o objetivo primário, por exemplo, estabilidade de preços. E, em alguns países, a proibição de financiamento ao governo, inclusive no Brasil, que está na Constituição. Portanto, este é um dado importante.

Aqui que eu mencionei diretoria do Banco Central, é de que no caso do Brasil, por exemplo, a Constituição diz que os diretores do Banco Central deverão ser aprovados pelo Senado nacional. Não tem a questão do mandato, mas tem a aprovação pelo Senado Nacional.

Experiência internacional, portanto, a autonomia dos Bancos Centrais tem permitido, do lado dos que falam a favor, manter a estabilidade de preços a um menor custo em termos de volatilidade. Exemplo, a autonomia do Banco da Inglaterra, em 1997, gerou, em um mês, uma queda de cinqüenta pontos na expectativa da inflação. Existe uma correlação negativa importante entre a expectativa de inflação e a autonomia ou o grau de autonomias de Banco Central, segundo pesquisas, de novo, do BIAS(F).

De novo, o conceito de que a estabilidade de preços favorece o crescimento sustentado. Países desenvolvidos como emergentes, com taxas de crescimento mais elevadas, normalmente tendem a apresentar inflação baixa ou alguns entendem vice-versa, é uma correlação, inflação baixa como uma pré-condição para taxas de crescimento mais elevadas. Nós temos, por exemplo, vários países com inflações médias, muito menores do que o Brasil, e com taxas de crescimento maior.

Se nós olharmos aqui, taxas de crescimento mais elevadas, com inflação muito baixa, nós vamos ver exemplos de países desenvolvidos e emergentes, como se configura este quadro. Por exemplo, mesmo emergentes, China, um crescimento de 9,6%, de 1995 a 2007, uma inflação média de 2,4%; Índia, a inflação um pouco acima; Coréia do Sul 3,5%, crescimento de 2,9%; Chile, 4,8% de crescimento e inflação 4,3%; no Brasil o crescimento médio de 2,9%, de 1995 a 2007, com uma inflação média de 7,9%. Se nós olharmos a Austrália, 3,7% de crescimento, 2,7% de inflação, etc. Em resumo, nós temos um quadro que mostra que há de fato uma certa correlação entre países de inflação mais baixa e de maior crescimento.

Isso é uma outra amostragem que nós estamos aqui projetando, a inflação na linha horizontal, o crescimento do produto na linha vertical, nós vamos diversos países que, caso da Coréia, por exemplo, com índice de inflação em média da metade do brasileiro e com um crescimento substancialmente superior, aproximadamente o dobro. Em resumo, os diversos dados, mas existem outras amostragens também.

Leis dos Bancos Centrais. A crítica, a preocupação. Por que é que existe uma preocupação grande com a questão da independência do Banco Central, à autonomia em alguns países que ainda não o fizeram? Primeiro, tecnocratas não eleitos revolvem o poder eleitoral e ainda poderão ser capturados pelo Sistema Financeiro, quer dizer, em tese este poderia ser um risco de um Banco Central autônomo, um potencial déficit(F) democrático(F).

Solução. 1) A introdução de mecanismos de prestação de contas e de transparência de atuação da autoridade monetária e restrição para atividades e normas de conduta. Mas, de novo, existe essa preocupação. 2) Coordenação de políticas pode ser dificultada, a coordenação de política de diversos órgãos do governo. Banco Central independente não participa do governo. Certamente é independente, não participa, não há dúvida. 3) Críticos não aceitam a idéia de que a melhor contribuição da política monetária ao crescimento sustentável se dá por meio da promoção prioritária da estabilidade de preços e da sua consolidação. A despeito de todas as evidências em contrário, muitos acham que não. Neste caso, não se deve dar esta autonomia ao Banco Central. O Banco Central em alguns momentos deve estar sujeito a ter uma determinação para abandonar, por exemplo, normas que visem a estabilidade

de preços. Solução é a introdução de canais de coordenação, memorandos de entendimento, conselho de gestores de políticas e etc. Mas, em resumo, este é o grande debate e, evidentemente, como eu mencionei, eu não vou fazer aqui pronunciamento, juízo de valor, na minha posição de estar no cargo atualmente, eu deixo exatamente pelas autoridades que já estiveram, não só na Fazenda como no Banco Central, para discutir e entrar no juízo de valor.

Em termos da experiência internacional, portanto, eu definiria três aspectos importantes: primeiro, a delegação precisa de autoridade; autonomia financeira, condição essencial; e mecanismos de responsabilização: transparência, resultados e situação financeira.

Um dado que eu não mencionei é que nem sempre o Banco Central tem, ao mesmo tempo, a responsabilidade da regulamentação e fiscalização do Sistema Financeiro, quer dizer, em alguns países existe essa diferenciação, quer dizer, quem regula o Sistema Financeiro, especificamente no caso da Inglaterra, por exemplo, é a autoridade financeira, o *Financial Authority*(F), e a política monetária, assim, é feita pelo Banco Central. Alguns desses conflitos, muitas vezes, podem ser resolvidos de outra formas.

Delegação precisa de autoridade. O cumprimento efetivo do mandato é função de: objetivos claros e bem especificados, com primazia para a estabilidade de preços. No caso, o objetivo único e prioritário. Por exemplo, se nós formos olhar os diversos Bancos Centrais, 30% deles, da amostra, têm estabilidade de preços como objetivo único; 20% estabilidade de preços como primário e outros objetivos; outros, estabilidade financeira, promoção do crescimento; depois nós temos estabilidade da moeda e demais outros objetivos. Mas nós vemos basicamente que a estabilidade de preços como primário ou único é cerca de 50% da amostragem.

Em termos de delegação precisa de autoridade, o cumprimento efetivo do mandato é função de poderes apropriados e provisão de recursos necessários, incluindo salvaguardas como proibição de financiamento a entidades governamentais, mandato fixo para dirigentes e critérios para destituição, conforme já mencionamos.

Em termos de mandatos para dirigentes fixados por lei, em mais de 90% dos Bancos Centrais os mandatos são iguais ou maiores do que cinco anos. Por exemplo, se nós olharmos os diversos Bancos Centrais sem definição: 10% aqueles que não têm mandato fixo; catorze anos para 3% deles; dez anos para 3%; oito anos para 3%; cinco anos para 33%. Então em média mandatos iguais ou maiores do que cinco anos, 90% dos Bancos Centrais.

Em termos delegação precisa de autoridade e coordenação de conflitos. Existem em vinte e três deles cláusulas de coordenação, do Banco Central com outros órgãos do governo; sem cláusulas de coordenação sete. Dos sete que não têm cláusula de coordenação, dois têm autonomia de meta, três de instrumento e dois de autonomia restrita. Em resumo, existem sim Bancos Centrais com autonomia plena que não tem cláusula de coordenação, dentro do pressuposto de que a perseguição do objetivo de estabilidade é um bem em si.

O segundo é a autoridade financeira. É importante que qualquer organização autônoma precisa ter autoridade financeira para não precisar de não ter necessidade de negociar a verba para pagar seus salários, senão não vai funcionar a autoridade.

Finalmente, mecanismo de responsabilização, transparência, resultados e situação financeira. Transparência, primeiro, a meta de inflação, por exemplo, é um mecanismo de transparência, define o objetivo, não só o objetivo, mas o critério de medida, isto é, como é que vai avaliar o desempenho da autoridade, finalidade, coordenação da expectativa de mercado e dos agentes.

Prestação de contas de resultados e situação financeira. Por exemplo, prestação de contas, a ata das reuniões, relatórios periódicos, conjuntura, balancete, depoimentos aos parlamentares, depoimento ao Senado, Câmara dos Deputados, e entrevistas regulares, quer dizer, isto é fundamental dentro do critério de prestação de contas e, inclusive, critérios de remoção tão claros quanto os critérios de nomeação. É muito claro, tem que definir com muita clareza o que deve levar um diretor do Banco Central ou um Presidente do Banco Central ser removido do cargo, caso não esteja cumprindo com as suas finalidades e objetivos. No caso, por exemplo, dos trinta países, prestação de contas ao Executivo ou ao Legislativo, todos; ao Executivo e ao Legislativo, vinte. Divulgação de Bancos Centrais, comunicado, por exemplo, pós-reunião, praticamente todos, reunião de política monitória, todos esses trinta fazem o comunicado. A ata nem todos. O Chile faz, Noruega, Peru, África do Sul, Coréia, Israel. Austrália, não. O Brasil faz a ata. Canadá, Colômbia, não. Em resumo, é mais ou menos dividido, nem todos os países fazem a ata descrevendo o racional, apenas o comunicado. Metade dos países aproximadamente faz a ata. E um relatório de inflação, que é um relatório global da conjuntura econômica, quase todos fazem, com exceção do Banco Central Europeu e do *Federal Reserve* americano, que não fazem. Os demais todos fazem. A maioria trimestral, três semestrais, três quadrimestrais. Em termos de transparência, divulgação de minutas,

por exemplo, das atas, tempo de defasagem, existe a maior defasagem nas Filipinas, quarenta e dois dias, Chile vinte e cinco, nos Estados Unidos vinte, Reino Unido, por exemplo, catorze dias *[soa a campainha]*, o Brasil sete dias. É o de menor defasagem. Conteúdo, placar, sim, um ou outro não. Identificação, alguns não fazem, outros fazem.

Basicamente eu acredito que em tempo, Sr. Presidente, terminou a minha apresentação. Agora eu acredito que vai continuar a parte interessante, porque a pessoa que está no cargo, eu não posso entrar no mérito da questão, eu faço apenas uma apresentação institucional sobre o assunto, vantagens e desvantagens, características e tal. Agora eu acredito que vai voltar a parte interessante, que é a discussão sobre os prós e contras, por que fazer, por que não fazer, como já houve, eu acredito, a primeira Sessão, esta sendo a segunda. Sr. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Presidente Meirelles, nós queremos agradecer a sua exposição.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra, pela ordem, ao líder Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu gostaria de fazer uma observação bem rápida, é que dessa vez há uma certa assimetria, não tem ninguém do governo na Mesa [risos]. Quanto àquela crítica de tecnocratas sem voto, também não é o caso do Presidente Meirelles, que foi eleito com cento e cinqüenta e tantos mil votos pelo PSDB em Goiás. Seria, no caso, um tecnocrata com muitos votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu gostaria então de mais uma vez agradecer a presença de V. Exa.. a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e a oportunidade que nós tivemos de nos inteirarmos melhor da gestão de V. Exa.. à frente do Banco Central.

E agora, agradecendo mais uma vez a sua presença, eu quero dizer que já, semana passada, tivemos a oportunidade de ouvir dois economistas e agora, após a manifestação do ex-Ministro Mailson da Nóbrega, vamos ouvir a palavra do Dr. Armínio Fraga e, a seguir, o Dr. Gustavo Loyola, ambos ex-Presidentes do Banco Central. Concedo, pois, a palavra agora ao Dr. Armínio Fraga, acionista do Grupo Gávea Investimentos e ex-Presidente do Banco Central, entre outras funções públicas que desempenhou em nosso país.

SR. ARMÍNIO FRAGA: Muito obrigado, Presidente, é para mim sempre um prazer e uma honra poder participar de debates aqui no Senado e, particularmente, revê-lo depois de um bom período.

Eu gostaria de começar rapidamente parabenizando a iniciativa, o Projeto do Senador Arthur Virgílio, o relatório do Senador Antônio Carlos Júnior, numa hora importante, num momento importante, de muita tensão nas economias e nas finanças globais. Eu acredito que é nesse momento assim que às vezes surgem as janelas de oportunidade para se discutir assuntos importantes e eu só posso realmente agradecer, como cidadão, a iniciativa de V. Exas.

É difícil falar depois do Ministro Mailson e do Ministro e Presidente Henrique Meirelles. A apresentação do Presidente Meirelles me lembrou um pouco o que eu aprendi em casa, com os meus pais, nas discussões. Eu cresci num ambiente de muito debate e eles sempre disseram que os melhores argumentos são aqueles que vêm limpos, sem adjetivos, sem advérbios, essa é a maneira mais certa de se ganhar um debate. E eu, após ter assistido a essa apresentação do Dr. Henrique Meirelles, confesso que me sinto um pouco assim, ele nos colocou na posição de debater, mas fez uma apresentação extraordinariamente clara, sem adjetivar, sem editorializar e eu acho que ela fala por si. O Ministro Mailson nos deu uma visão histórica também do que é a nossa situação, de onde nós partimos. Eu vou procurar então ser breve e não repetir, muito já foi dito, mas pe de certa maneira é inevitável.

Hoje é realmente consenso, isso ficou muito claro, que o Banco Central deve ter realmente objetivos claros e bastante limitados. Nós sabemos da nossa história, infelizmente, que um Banco Central pode fazer muito mal, quer dizer, e é um mal complicado porque a inflação atinge aqueles menos capazes de se proteger. No fundo o Banco Central é um provedor de um bem público, que é a estabilidade da moeda e, secundariamente, a estabilidade financeira também de uma Nação.

Eu acredito que esse modelo é um modelo bom, é um modelo muito testado, é um modelo que dá como principal atribuição do Banco Central a preservação da estabilidade de preços, é um modelo que permite ao Banco Central se preocupar também com as flutuações cíclicas da economia, então há algum espaço para a estabilização, é um espaço secundário, mas é um espaço importante. Nós vivemos hoje, a maioria dos países do planeta, um momento em que as autoridades vêm buscando, vêm procurando atenuar, amenizar o impacto dessa enorme crise financeira, isso é possível e desejável num Banco Central, e há também um objetivo de natureza mais específica, talvez microeconômica sob um aspecto, macro sobre o outro, que

é a estabilidade financeira também. Eu volto a ele um pouco mais adiante.

Eu me preparando aqui para essa discussão fui reler a Lei 4.595 e visitei um velho conhecido, que é um dos incisos que determina o objetivo das autoridades monetárias, está na 4.595, "Regular o valor interno da moeda, para tanto prevenindo surtos inflacionários ou deflacionários de origem interna ou externa, as depressões econômicas e outros desequilíbrios oriundos de fenômenos conjunturais". Prevenindo surtos inflacionários ou deflacionários. Então é uma lei bastante feliz, isso está no art. 3º, no segundo inciso, no inciso nº II. Parece claro também, a Lei 4.595 é do final de 1964, é de dezembro de 1964, e que a Lei 4.595 não foi, quer dizer, não foi respeitada. Então nós não conseguimos prevenir surtos inflacionários e pagamos um preço por isso, quer dizer, é uma lei já velhinha, mas nem por isso respeitada.

Então a pergunta que pertence ao debate, tanto global quanto nosso aqui hoje, é o que fazer, quer dizer, nós de certa maneira já temos uma Lei que comanda a prevenção contra a inflação e me parece que isso tem a ver com uma questão prática, quer dizer, de realmente como desenhar e reforçar as instituições para que nós possamos, enfim, preservar o que já é uma conquista de, enfim, desde o Plano Real, de uma razoável estabilidade.

Eu acredito nesse modelo que foi apresentado hoje aqui, que é o modelo em que a sociedade define quais são os seus objetivos de longo prazo e aí delega autonomia ao Banco Central para que então busque atingir essas metas. O Banco Central, ao receber essa autonomia, deve, como contrapartida, prestar contas do seu trabalho com transparência, e esse sistema, apesar de, vamos dizer, certa maneira especializar o trabalho do Banco Central, no meu modo de ver responde a uma das questões que foi levantada pelo Dr. Henrique Meirelles, que é a questão da coordenação entre as várias políticas, mas em particular entre as políticas fiscal e monetária. Por quê? Porque na medida em que o governo define a meta, ele é parceiro do Banco Central nessa empreitada e o Banco Central tem, portanto, com isso, um sinal claro de que o governo vai trabalhar para que isso ocorra da melhor maneira possível.

Esse tema, no fundo, tem a ver com o desenho de um regime macroeconômico completo e nós no Brasil temos avançado nesse quesito. Temos aí a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela na prática vive sendo testada, às vezes eu acho que seria interessante também promover um debate ou um seminário, agora já temos aí oito anos de Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre, enfim, o que aconteceu nesse período. Me parece que essa foi uma lei que atingiu os seus resultados, mas ela vem sendo ameaçada, não é o tema do debate de hoje, mas eu sugeriria uma avaliação, enfim, com toda a humildade, mas eu sugeriria uma avaliação dos resultados, eu acho que daí pode sair também coisa boa.

Acredito, como os que falaram antes de mim, que a autonomia na prática tem a ver com um mandato fixo para os dirigentes do Banco Central. Eu gosto da redação que foi apresentada no Projeto do Senador Arthur Virgílio, eu acho uma redação muito equilibrada, ela é genérica no sentido de que não especifica demais o que é que deve ser, como eu acho que manda o bom senso. Ela fala em demissão justificada e aprovada pelo Senado. Então há um equilíbrio, a meu ver, bastante razoável. É possível se imaginar condições mais duras para a demissão, mas aí eu acredito num país, como colocou muito bem o Ministro Mailson, quer dizer, num país democrático, aberto, me parece que a proposta foi na mosca. Eu fiquei muito impressionado, é um tema que eu já estudei bastante, já li nas Leis de Bancos Centrais aí pelo mundo afora, eu acho que essa redação ficou realmente excelente.

O Projeto fala em moeda estável como o objetivo do Conselho, o atual Conselho Monetário, que mudaria de nome, seria o Conselho Financeiro. E quando fala de Banco Central, nas competências do Banco Central fala também em defesa e fortalecimento da moeda nacional. Eu também, humildemente, talvez mudasse um pouco a redação para algo na linha de defender a estabilidade de preços tal como definida como o Conselho Financeiro Nacional, mas não é uma sugestão, eu diria, radical, mas é mais padrão hoje em dia.

O tema da estabilidade financeira é um tema muito importante por razões óbvias. Hoje nós estamos vivendo um momento de grande incerteza, grande instabilidade. Em muitos dos principais países do mundo nós temos hoje sistemas financeiros que se não no papel, na prática estão nacionalizados, seja pela capitalização por parte do governo de instituições financeiras, seja por garantias explícitas ou implícitas. Eu acredito que nós vamos passar por uma fase de principais mudanças no arcabouço regulatório e de supervisão financeira no mundo, acredito que o Brasil está bem servido nessa área, mas vai ter também ocasião de repensar alguns aspectos. Eu creio que isso nós vimos aí pelo mundo afora exibiu falhas graves, falhas graves na gestão de risco, na governança, e gerou uma situação, a meu ver, só comparável à da grande depressão. A grande diferença está na resposta. Também não é tema do nosso debate hoje, mas eu diria até que as condições iniciais dessa crise eram piores do que as que precederam a grande depressão, mas a resposta que as

autoridades aí, enfim, dos principais países tem dado, a resposta tem sido igualmente exuberante e quem sabe, com isso, nós vamos evitar, eu acho que é bem provável que nós consigamos evitar uma depressão, mas infelizmente uma recessão já é claro que não se vai poder evitar aí pelo mundo. Quem sabe aqui no Brasil nós consigamos amortecer esse choque, mas ignorá-lo seria imprudente nesse momento.

Eu penso que o Banco Central deve ter como objetivo sim zelar pela eficiência, pela segurança do sistema, pela solvência das instituições. Isso deve ser feito de forma preventiva, muito já se pratica aqui no Brasil. O tema da capitalização das instituições financeiras já vem na pauta dos principais fóruns de discussão há muitos anos. Eu penso que o que vai entrar na discussão de maneira muito clara e muito importante é tudo aquilo que diz respeito à liquidez, fragilidades, por exemplo, de sistemas muito alicerçados em capitação de curto prazo, temas assim, e o Brasil tem mecanismos para lidar com essas questões, eles podem ser aprimorados, mas eu acho que eles vão bem, eu acredito que isso deve pertencer, como já pertence, à esfera de atuação do Banco Central.

Eu acho que vale a pena registrar, num momento em que o nosso Sistema Financeiro goza de boa saúde, embora se viva hoje no Brasil um momento de escassez de crédito, não quero confundir a conjuntura com coisas mais estruturais, mas nós hoje não temos um mecanismo de gestão de crise eficiente. O Dr. Gustavo conhece esse assunto melhor do que eu, como aliás muitos, talvez possa, se achar interessante, tocar no tema, mas nós não temos, a Lei do PROER caducou, é bom quando as coisas vão bem se preparar e é possível que em algum momento no futuro, tomara que daqui há décadas se precise disso, é quase que certo que isso vá ocorrer em algum momento na existência do nosso país, eu acho que valeria a pena.

Caminhando agora para concluir, eu acredito que nesse contexto está ficando cada vez mais forte a linha daqueles que acreditam que a responsabilidade de regulação e supervisão dos Sistemas Financeiros deve ficar na esfera do Banco Central. Aqui eu não posso fazer mais do que ler um trecho aqui do Relator, eu cito aqui, entre aspas, o relatório do Senador Antônio Carlos Júnior, que diz no seu relatório "Que as crises recentes reforçaram a necessidade de vínculo entre a fiscalização, de natureza microeconômica, e a supervisão, de natureza macro, com o intuito de acompanhar a estabilidade do sistema". Eu assino embaixo desse trecho do excelente relatório. Eu acredito que o Banco Central deve ter um papel relevante, se não dominante. Eu até acho que no caso do Brasil, especificamente, o Banco Central deve ter um papel dominante, essa função dentro do Banco Central traz economia de informação, permite um uso mais eficiente das ferramentas de política financeira e aproveita também o capital de experiência, a tradição de anos que nós temos no Banco Central.

Para concluir, eu gostaria de falar rapidamente sobre uma questão de natureza tática. Hoje nós estamos vendo no Brasil, de certa maneira é bom que o Presidente Meirelles não tenha permitido aqui, uma enorme pressão em cima do Banco Central que, a meu ver, dificulta o que deveria ser nesse momento um processo gradual de administração dessa crise, com um potencial bastante bom, eu não quero dar datas, mas, vamos dizer, num prazo adequado, de redução das taxas de juros. É claro que isso depende de uma série de elementos, inclusive de outras dimensões da resposta de política econômica do governo. E se houver um exagero na expansão do gasto público, se houver um exagero na expansão do crédito público, o espaço para a redução de juros diminui, o que seria lamentável, enfim, eu passei pelo Banco Central duas vezes, como diretor primeiro, depois como Presidente. Acredito que nós temos que construir condições para que o país possa ter taxas de juros mais baixas. Não é nada que dê prazer ao Banco Central conduzir a economia com taxas elevadas, muito pelo contrário. Porém, isso não pode ser feito sem que se leve em conta o impacto, enfim, dessa variável na taxa de inflação, e os riscos são muito grandes.

Então eu acredito, e também assino embaixo da lista de condições para a autonomia apresentadas pelo Ministro Mailson, democracia, instituições, responsabilidade fiscal, intolerância à inflação, imprensa livre, eu acrescentaria uma economia mais aberta, aberta no sentido mais amplo da palavra, não só abertura internacional, uma economia mais capitalista, que requer um Banco Central forte, eficaz, que nos ofereça esse pano de fundo apropriado ao desenvolvimento dos negócios. Eu acredito que talvez por uma questão tática, primeiro, faça sentido dar de fato alguma proteção institucional ao Banco Central. Eu acredito que isso nos ajudaria a reduzir a taxa de juros. Acredito também que se o governo tiver um pouco de sangue frio e paciência e lidar com essas questões conjunturais sem exagerar na dosagem anticíclica fiscal e creditícia, que nós vamos ter [soa a campainha] espaço, talvez até um espaço surpreendente para a queda da taxa de juros.

Eu acredito que nesse momento uma discussão sobre a autonomia do Banco Central seria muito importante. E aí então uma questão de natureza mais tática, eu me pergunto, quer dizer, se não for possível uma revisão completa da Lei 4.595, que é uma Lei muito

importante, muito extensa, se não faria sentido uma versão mais enxuta, que daria talvez mais clareza aos objetivos do Banco Central, e aqui eu volto à 4.595. A Lei 4.595, além daquele objetivo que eu citei, infelizmente agrega outros objetivos que entram em conflito com esse, por exemplo, regular o valor externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos do país, não dá para fazer as coisas todas ao mesmo tempo. Então dar mais clareza aos objetivos do Banco Central e dar os mandatos à diretoria, à presidência. Eu penso que isso seria um avanço importante, que muito contribuiria para nos ajudar, a curto prazo, a administrar e navegar esses tempos turbulentos e, a longo prazo, para ajudar o país a ter juros mais baixos, a ter menos incerteza e a crescer mais.

Então, Presidente, este era o meu rápido depoimento, eu agradeço mais uma vez e me coloco à disposição para qualquer pergunta ou discussão depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu concederei a palavra, agora, ao Senador Tasso Jereissati, que deseja fazer uma indagação ao Dr. Armínio Fraga.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Presidente. Eu só estava pedindo para que me inscrevesse quando terminar os três, no caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então eu vou considerar inscrito V. Exa.., o Senador José Agripino e a seguir o Senador João Tenório. Então eu passaria agora a palavra ao nobre--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, a minha inscrição como se faz?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V. Exa.., como Autor do Projeto, obviamente tem um espaço destacado nas interpelações.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E assim também o Senador ACM Júnior, por ser também Relator da matéria. Mas concedo agora a palavra ao Dr. Gustavo Loyola, ex-Presidente do Banco Central. S. Exa.. disporá dos vinte minutos para a sua exposição e, se necessário for qualquer prorrogação, a Mesa levará em consideração a solicitação de V. Exa.. Com a palavra, pois, o Dr. Gustavo Loyola.

SR. GUSTAVO LOYOLA: Muito obrigado, Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, um minutinho. Eu poderia dar, com a devida concordância do Presidente, do Relator e do Autor, uma sugestão, um pedido? Nós estamos hoje aí na véspera também de votação da 443, a Medida Provisória 443, que cria a Caixa-Par e dá aos bancos, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica, o direito de comprar bancos, etc. e etc., lembrando que isso tem a ver diretamente com o Banco Central, porque a meu ver, inclusive, tira do Banco Central o direito ou a administração do Sistema Financeiro em determinados momentos, que quem vai definir se o banco precisa ou não, de se ter algum tipo de intervenção através de uma compra, é o Banco do Brasil e a Caixa Econômica e não o Banco Central.

E há um outro ponto que eu pediria, eu intervi já para que se o Presidente e os autores aceitassem, falassem para esse assunto e falassem também sobre o Fundo Soberano, que o governo está fazendo hoje uma pressão violenta para que seja votado hoje, em urgência, e eu não consegui até agora perceber a urgência disso. Eu queria que três pessoas, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, o Presidente, me abrissem e me colocassem realmente qual é a urgência disso, que eu não estou conseguindo até agora perceber.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Antes de o Dr. Augusto Loyola falar, eu gostaria, para conhecimento do Plenário, de informar que o Dr. Henrique Meirelles deixou os dados de sua exposição, tudo foi gravado e será distribuído às Sras. e Srs. Senadores, e também o mesmo acontece com relação ao ex-Ministro Mailson da Nóbrega e ao Dr. Armínio Fraga, que trouxeram as notas e isso também foi tudo gravado, será distribuído aos interessados e, por fim, o mesmo ocorre com relação ao Dr. Gustavo Loyola, posto que foram observações bastante oportunas e as exposições tratam de temas que guardam muita conexão com a pauta do Senado Federal neste encerramento da Sessão Legislativa. Portanto, concedo a palavra agora e, finalmente, ao Dr. Gustavo Loyola, ex-Presidente do Banco Central.

SR. GUSTAVO LOYOLA: Obrigado, Presidente. Bom, inicialmente eu gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui nessa Casa depois de muito tempo. Eu gostaria de também parabenizar a Comissão na pessoa do Senador Marco Maciel, do Senador Antônio Carlos, do Senador Arthur Virgílio, pela iniciativa de discussão desse tema.

Como já foi colocado aqui pelos oradores que me antecederam, a questão da autonomia do Banco Central é de suma importância, principalmente nos momentos de maior turbulência, mas não necessariamente apenas em momentos de turbulência. Eu acho que a autonomia do Banco Central é um processo que está sendo conseguido pela sociedade brasileira ao longo do tempo e nós temos exatamente poucos passos, estamos a poucos passos de completar essa

estrutura jurídico-legal que vai dar ao Banco Central a autonomia de direito.

Evidentemente falar após o Ministro Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, o Ministro Mailson, o Dr. Armínio Fraga, sobre esse tema, é muito mais difícil, a grande parte das questões já foi abordada com muita clareza por eles, mas eu vou tentar trazer algo de novo e, como disse o próprio Armínio, eu acho que vai ser difícil a essa altura trazer algo de novo, mas eu vou de alguma forma tentar contribuir aqui com a discussão.

Eu gostaria de começar focando sobre a questão da autonomia. Eu acho que uma grande parte daqueles que se opõem à autonomia do Banco Central, na realidade, não sabem bem do que estão falando, ou seja, que tipo de autonomia. Eu vejo muitas vezes críticas à autonomia do Banco Central com palavras do seguinte tipo: "Olha, nós não precisamos de um quarto poder. São três os poderes e o Banco Central não pode ser um quarto poder". Na realidade, como foi colocado pelo Presidente Henrique Meirelles, a autonomia que se busca do Banco Central, ela é muito mais limitada, o Banco Central, nós não estamos falando de independência como um quarto poder, mas sim de uma autonomia para o exercício de determinada política, determinadas políticas, ou seja, num campo muito restrito de atuação.

Seguindo basicamente o que foi colocado pelo Ministro Meirelles, Presidente do Banco Central, na realidade hoje nós poderíamos caminhar para uma autonomia basicamente de instrumentos na questão monetária, ou seja, o Banco Central, nós estamos falando aqui basicamente da autonomia para que o Banco Central possa atingir objetivos de política, certos objetivos, objetivos esses fixados em estatuto ou fixados, vamos dizer assim, periodicamente pelos poderes políticos, pelo Legislativo ou pelo Executivo. Não se fala, pelo menos no meu entendimento, em autonomia de objetivos, ou seja, o Banco Central poder fixar o seu próprio objetivo e perseguí-lo. Na realidade o ideal mesmo é que esse objetivo seja claro, definido em Lei e a partir daí sim o BC atuaria para, vamos dizer, cumprir esses objetivos. Então essa crítica de quarto poder, que é uma crítica um pouco na linha do déficit democrático, vamos dizer assim, que estaria inerente à autonomia do Banco Central, a meu ver perde um pouco o sentido na medida em que o Banco Central está agindo por uma delegação do Congresso, uma delegação muito específica, e que o obriga a prestação de contas à sociedade através dos mecanismos de transparência. Então isso também é algo que hoje parece muito claro das experiências internacionais. Evidentemente que cada país adota um modelo mais conforme as suas tradições institucionais, as suas tradições políticas, mas de um modo geral a idéia da prestação de contas, a idéia da transparência nas atividades do Banco Central prevalece em todos os casos e é contrapartida necessária, fundamental, *sine qua non*, para que o Banco Central possa pretender ser autônomo.

Uma outra questão também que foi bastante colocada aqui, principalmente pelo Ministro Mailson, é a questão da existência ou não de pré-condições para a autonomia do Banco Central. Certamente essas pré-condições não existiram no Brasil durante muito tempo. Mas agora elas, a meu ver, existem, quer dizer, a sociedade brasileira, ela hoje tem na estabilidade de preços um bem público que preza, que é um bem ao qual ela não renuncia, e o Banco Central é um instrumento importante que a sociedade tem para a preservação deste bem público.

Por outro lado, existem as instituições fiscais, as outras instituições econômicas, as instituições políticas brasileiras avançaram o suficiente para dar ao Banco Central, à autonomia do Banco Central, um alicerce firme para que ela se estabeleça. Em 1946 esteve no Brasil uma missão inglesa que veio assessorar o governo brasileiro para a criação do Banco Central do Brasil. E, na época, um dos economistas brasileiros que mais se opôs à idéia foi o Dr. Eugênio Gudin. O Eugênio Gudin é o supra sumo da ortodoxia monetária, sempre esteve muito preocupado com a inflação numa época em que predominava, entre os economistas brasileiros, a idéia de que inflação não importava muito ou que a inflação era uma doença crônica na América Latina, que nós tínhamos que conviver com ela, enfim, e mesmo sendo um ortodoxo monetarista, vamos dizer assim, o professor Gudin foi contra a criação do Banco Central em 1946. Exatamente ele foi contra porque ele viu que não existiam condições adequadas, principalmente ele falou: "Não existe condições fiscais", quer dizer, o Brasil não tinha, do ponto de vista fiscal, instituições que o permitissem ter um Banco Central autônomo. Então a solução de compromisso, em 1946, foi a criação da SUMOC, que se tornou o embrião do Banco Central, que veio a ser criado quase vinte anos depois. Então essa é uma questão que me parece hoje resolvida no Brasil, eu acho que nós temos hoje condições para ir um passo adiante na autonomia do Banco Central.

O que mais falta, eu diria, o passo mais importante a ser dado é o estabelecimento de mandatos para os diretores do Banco Central, sem dúvida, e, também, o esclarecimento ou o aclaramento, vamos dizer assim, dos objetivos do Banco Central. A Lei 4.595, como foi mencionada, é uma Lei que tem muitos aspectos positivos, mas foi uma Lei que também trouxe, den-

tro de si, alguns compromissos que foram assumidos no seu processo de tramitação e que criaram, vamos dizer assim, certos choques de conceitos e que acabaram, alguns deles, criando dificuldades até na execução da política econômica posteriormente, essas contradições internas da Lei 4.595. Então concordo integralmente com o Armínio quando mencionou a necessidade de uma Lei ou do estabelecimento na Lei, vamos dizer, de um objetivo mais claro para o Banco Central do Brasil.

Concordo, também, que o objetivo principal do BC deve ser a estabilidade de preços, deve ser a estabilidade de preços, mas a questão da estabilidade financeira não deve ser dissociada do Banco Central. Essas são duas faces da mesma moeda, a meu ver. Eu acho que não há como existir um sistema monetário forte com um sistema financeiro fraco, são duas questões que se interagem e, por isso, o Banco Central deve ter, na estabilidade financeira, também um dos seus objetivos. Na grande maioria das situações, esses dois objetivos não são contraditórios entre si, não são contraditórios entre si, ao contrário.

Há duas questões que me parecem difíceis, um pouco mais complexas, de se lidar ao se redigir uma Lei de autonomia do Banco Central. A primeira diz respeito à necessidade de coordenação ou os mecanismos, melhor dizendo, de coordenação com outras políticas de governo, quer dizer, se por um lado algum grau de coordenação é necessário ou é recomendável, por outro este pode ser um caminho através do qual a autonomia do Banco Central é ameaçada, ou seja, o justo equilíbrio é difícil de ser estabelecido. Nós vemos, em alguns países, certos mecanismos de consulta, como foi mencionado aqui pelo Presidente Meirelles, há casos em que o Ministro da Fazenda participa do Conselho do Banco Central e pode solicitar a suspensão da decisão desses Conselhos por algum tempo, enfim, há vários mecanismos de coordenação, mas eu diria que no caso brasileiro seria realista ter algum tipo de mecanismos de coordenação.

Outro aspecto também que me parece interessante ou que me parece complexo, na questão da definição da autonomia do Banco Central e dos seus objetivos, refere-se à política cambial. A política cambial, em alguns países, as decisões a respeito da política cambial são compartilhadas com o Tesouro, com o governo, e isso tem a ver, evidentemente, com questões estratégicas que muitas vezes estão ligadas às reservas internacionais, enfim, as repercussões que têm sobre a questão fiscal da política cambial, etc. Mas, por outro lado, não dá para separar a política monetária da política cambial, principalmente num regime de câmbio flutuante. Se existir uma meta de política para o câmbio, evidentemente a meta de inflação ficaria prejudicada, não se pode ter as duas metas ao mesmo tempo.

Apesar de algum debate que existe sobre a questão aí mundo afora, eu optaria, no Brasil, por manter no Banco Central as decisões da política e a execução da política cambial, como, aliás, me parece que está no Substitutivo do Senador Antônio Carlos.

Uma outra questão também, e aí eu entro um pouco naquilo que o Armínio mencionou, diz respeito à questão da regulação e supervisão financeira, com quem deve ficar essa regulação. Existem defensores da tese de que isso não deveria ficar no Banco Central, que a regulação e a supervisão bancária, na realidade, prejudicam a reputação do Banco Central e muitas vezes essas atividades têm, vamos dizer assim, conflitos com a estabilidade, com o objetivo maior da estabilidade de preços. A idéia basicamente é que o Banco Central poderia, por exemplo, deixar de realizar algum movimento com taxas de juros caso, por exemplo, o Banco Central temesse pela saúde de algumas instituições financeiras. O Banco Central ficaria numa situação de ter que abandonar a meta de estabilidade de preços para atingir uma meta da estabilidade financeira. Eu acho, como o Armínio mencionou, eu acho que esse conflito existe, mas as vantagens são muito maiores, principalmente no Brasil, um país onde historicamente o Banco Central exerce as funções de supervisor bancário. Eu não veria nenhuma vantagem para nós de retirarmos do Banco Central essas funções e atribuí-las a um órgão a ser criado.

Muito próximo à questão da supervisão está uma outra função do Banco Central, que a gente pode chamar de resolução de crises bancárias. Enquanto o processo de supervisão é um processo preventivo, aqui nós estamos falando de um processo onde o procedimento é curativo, ou seja, depois da crise instalada, depois de, vamos dizer, da existência de um problema, como dar solução a esse problema, quem deve liderar esse processo? Eu concordo assim também aqui com o Armínio, sem dúvida, que no Brasil nós não temos instituições adequadas para a resolução de crises bancárias. Na realidade, na falta dessas instituições o Banco Central é que é responsável, por exemplo, seja pelo fechamento dos bancos, seja por operações que têm como objetivo preservar depositantes, etc. Eu acho que nós precisamos evoluir nessa questão. Nós já temos no Brasil algumas sementes lançadas como fundo garantidor de crédito, que pode se transformar numa instituição importante nesse processo de lidar com as crises bancárias. Nós temos exemplos como a EMGEA, que é uma empresa que absorveu créditos ruins dos bancos oficiais federais, portanto, administra o recebimento [soa a campainha] desses créditos, en-

fim, o que eu quero dizer aqui é que neste caso seria melhor o Banco Central não ser o órgão responsável por essa fase final, pela liquidação desses ativos, isso seria melhor colocado numa outra instituição. Acho que essa é uma questão que precisa ser levantada.

A questão da Medida Provisória 443, me parece, eu passo a comentar um pouco essa questão, é um pouco isso. O governo, a meu ver, ele reagiu com os instrumentos que têm à mão, porque não tem, vamos dizer, não tinha outra alternativa, me parece que é isso. Evidentemente que eu tenho algumas críticas a essa MP no sentido de que me parece que ela leva a uma certa confusão entre o interesse legítimo que os bancos oficiais federais possam ter de expandir as suas operações, de adquirir novos clientes, e a sua atuação como um braço do Estado para solucionar uma crise, para ajudar a solucionar uma crise. Eu acho que a gente vê aí no mercado algumas queixas de alguns bancos que dizem: "Olha, mas eu estou fazendo essa operação com o Banco do Brasil ou com a Caixa e no final eu vou perder os clientes todos para eles". Então esse é um tipo de risco, por exemplo, que se o banco estivesse fazendo uma operação diretamente com o Banco Central não haveria, porque o Banco Central jamais tem o interesse de conquistar um cliente de uma instituição financeira. Então quando um banco repassa para o Banco do Brasil os seus créditos e tal, ele pode estar perdendo o seu fundo de comércio. Essa é uma queixa, por exemplo, que se ouve. Então o ideal, evidentemente, é que esse tipo de operação fosse feito por uma instituição que não tivesse esses interesses conflitantes.

Uma outra questão também que se coloca aqui é a perda da função do redesconto, quer dizer, o Banco Central do Brasil, a função de redesconto é típica de Bancos Centrais, por isso são conhecidos como banco dos bancos, mas no Brasil, e no mundo, eu diria, o redesconto se tornou algo assim meio estigmatizado, ou seja, bancos que vão ao redesconto estão a um passo da morte. Então é um instrumento hoje que se tornou muito difícil de ser utilizado. Então essa é outra dificuldade que existe e, sem contar isso, eu diria também que há por parte, eu aqui talvez esteja ousando demais interpretar um pouco o sentimento de quem está no Banco Central, do Presidente Meirelles e de outros, mas eu diria que há um certo receio sobre a falta de proteção legal para os dirigentes do Banco Central no caso da realização dessas operações, ou seja, há um certo incômodo que é, me parece, procedente, das autoridades do Banco Central em realizar operações de redesconto, dado o que aconteceu com os dirigentes passados, ou seja, que estão hoje respondendo aí a vários processos por causa disso. Então eu acho que por isso essa deve ser uma outra explicação, além da questão do redesconto hoje ser um instrumento estigmatizado, que pode estar levando a se buscar aí uma saída via instituições oficiais.

Bom, Sr. Presidente, já chego ao final das minhas palavras. Eu queria também agradecer, mais uma vez, a oportunidade que os senhores e seus Senadores da Comissão deram para eu estar aqui e também me colocar à disposição para os debates. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a contribuição trazida pelo ex-Presidente do Banco Central Dr. Gustavo Loyola e abro agora para o período de interpelações aos ilustres convidados, excetuando, é lógico, o Dr. Henrique Meirelles, que já teve que se retirar por compromissos institucionais.

Eu passaria então a palavra ao Senador Tasso Jereissati, a seguir ao Senador Arthur Virgílio, posteriormente ao Senador José Agripino, depois ao Senador João Tenório e depois ao Senador ACM Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu sou o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É o Relator, mas V. Exa.., por isso mesmo, vai ter mais espaço para poder fazer a interpelação. E, depois, o Senador Francisco Dornelles. Com a palavra, pois, o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu gostaria apenas de voltar a insistir em ouvir a opinião dos três sobre os dois pontos. Na Medida 443 eu já ouvi alguma parte do assunto que nos interessa com o Dr. Gustavo Loyola, mas a 443, não só no que faz relação direta com o Banco Central, e aí o Dr. Gustavo Loyola já falou alguma coisa, e na questão do Fundo Soberano dessa urgência dessa votação do Fundo Soberano, eu, particularmente, vejo aí muito mais do que um instrumento pura e simples de intervenção do governo num momento de crise usando os instrumentos necessários. Não consigo enxergar na Caixa-Par, nem nesta própria possibilidade do Banco do Brasil e Caixa Econômica adquirirem bancos por tempo indeterminado, pelo resto da vida, assim como não vejo na necessidade nenhuma urgência do Fundo Soberano no dia de hoje, eu acho que pode ser até ser discutido, apenas um instrumento pura e simples de intervenção do governo para esse momento de crise, mas me parece haver aí um viés perigoso, estatizante de médio e longo prazo, e eu gostaria de ver porque nós vamos votar isso hoje, todos têm experiência mais do que suficientes na lida da coisa pública, na área econômica, para nos dar esclarecimentos sobre esses pontos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ouviria inicialmente o Ministro Mailson da

Nóbrega, depois o Dr. Armínio Fraga e, finalmente, o Dr. Gustavo Loyola.

SR. MAILSON DA NÓBREGA: Sobre a Medida Provisória 443, como disse o Gustavo, depende da interpretação que se tenha para o seu objetivo. Pelas declarações de autoridades, o objetivo desta medida é auxiliar as ações de combate à crise. E, nesse sentido, o Brasil não estaria inovando, a não ser no processo, uma vez que nos Estados Unidos e na Europa, particularmente no Reino Unido, os governos capitalizaram os bancos ou assumiram o controle de instituições financeiras. Atribuir essa função ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica pode ter justificativa no campo operacional. É muito mais rápido, muito mais eficaz, o Tesouro brasileiro não tem estrutura para fazer esse tipo de transação. Se for esse o objetivo, eu acho que a Medida deveria ser aprovada com duas modificações. A primeira, determinar um prazo de sua vigência, não poderia ser um cheque em branco para que instituições financeiras oficiais pudessem adquirir bancos sem autorização legislativa específica. A segunda é estabelecer um prazo razoável para devolução dessas instituições ao setor privado, como parece ser a característica dos processos de intervenção que estão em curso nos países desenvolvidos. Sem isso, como eu disse antes, essa Medida vira um cheque em branco para a expansão de instituições financeiras oficiais e, portanto, para a estatização.

Sobre o Fundo Soberano, Senador, a mesma coisa, eu acho que a Caixa-Par, principalmente ela pode encerrar um conflito de interesses, que é o de adquirir ações de empresa de construção civil, de incorporadores de imóveis, que são o público alvo fundamental das operações de crédito imobiliário da Caixa Econômica. E para que criar uma Caixa-Par se já existe o BNDES? É outro ponto que deve ser considerado. Na minha opinião, a Caixa-Par é totalmente desnecessária. Ela é instrumento para gerenciar a crise, como a compra de um banco pequeno ou médio pelo Banco do Brasil seria. Ela vem atuar num campo onde já existe organização estatal própria para isso, com experiência, sem contar que o próprio Banco do Brasil tem o seu banco de investimento também.

Portanto, eu rejeitaria a aprovação dessa parte da Medida Provisória 443.

Sobre o Fundo Soberano, eu já escrevi bastante sobre isso, acho uma experiência totalmente sem sentido, acho que é um rosário de erros. O Brasil não reúne as condições que justificaram a criação de Fundos Soberanos nos outros países. Os Fundos Soberanos começaram a surgir nos anos de 1950, hoje eles estão presentes em países que reúnem duas características, ou uma ou outra ou as duas. A primeira, superávit em conta corrente no balanço de pagamentos. A segunda, superávit fiscal. O governo brasileiro não tem nem uma coisa e nem outra. Além disso, a idéia de utilização do Fundo é única no mundo. Um dos aspectos que presidem a formação dessas instituições é a idéia da diversificação de riscos, que é uma característica que se exige de todas as instituições financeiras, particularmente dos gestores de recursos. Todos os Fundos Soberanos investem seus recursos em títulos e valores imobiliários de outros países. No Brasil o Fundo Soberano é específico para papel brasileiro. É completamente equivocado, a não ser que esse Fundo tenha outro objetivo que não aquele que costuma ser a característica de Fundo Soberano em outros países.

E aí eu começo a pensar que tem, porque pela regra de cálculo do Fundo, desculpa, do superávit primário, as aplicações de recursos do Tesouro e instrumentos como o Fundo Soberano não são computados e, portanto, o governo pode fazer um Fundo Soberano do tamanho que quiser que pelas regras ele não altera o superávit primário. Ora, isso faz sentido, e essa regra faz sentido, porque não é a característica de países soberanos ter no Tesouro um investidor, menos ainda em papéis do próprio país, menos ainda no Brasil, que existem organizações para isso, no setor público como o BNDES e outras instituições financeiras oficiais. Portanto, eu só vejo uma explicação para a urgência que esse governo, que o governo quer dar à aprovação do Fundo Soberano, que é o de suprir o BNDES de recursos para intervenções, para escolher vencedores, para auxiliar empresas brasileiras a investir no exterior, que elas não precisam disso, as empresas brasileiras são muito competitivas. Portanto, se isso é necessário, eu até admito que em alguns casos seja, deveríamos ir direto ao ponto, isto é, a autorização específica do Congresso para ampliar o capital do BNDES, e não uma forma disfarçada, a meu ver, de direcionar recursos para este banco. E, pior, por decisões a serem adotadas por burocratas e não previstas em Lei, porque o Fundo Soberano é uma autorização ampla, no modo como ele está, para os burocratas do Poder Executivo direcionarem recursos do Tesouro para projetos que eles julguem mais convenientes. Então eu acho que, primeiro, não vejo urgência nesse Projeto, eu não vejo justificativa para o Projeto. Portanto, não vejo urgência, e se houver a justificativa que o governo quer, e eu ouvi pessoas imaginando que esta é uma saída para enfrentar a crise, que o faça diretamente por um Projeto de Lei aumentando o capital do BNDES e não de maneira indireta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

SR. ARMÍNIO FRAGA: Obrigado, Presidente. Eu tendo a concordar com o que os meus colegas de Mesa já disseram, só procurando talvez complementar um pouquinho.

Primeiro a MP 443 toca num tema em discussão também aqui nessa revisão da Lei 4.595 que, a meu ver, eu deveria ter mencionado já antes, mas não deu para falar de tudo, que é o tratamento dos bancos públicos, que a meu ver é excelente e absolutamente essencial, quer dizer, submetê-los à disciplina da regulação e da fiscalização do Banco Central. Isso é feito hoje sem esse amparo legal, é uma decisão do Executivo, mas deveria ser algo reforçado pela Lei, como fala aí a proposta.

O meu medo, tanto no caso da MP 443, quanto do Fundo Soberano, vai exatamente na linha do que o Mailson mencionou, quer dizer, nós no fundo corremos o risco de reabrir espaços de gasto público fora do orçamento, espaços de gasto público não transparente fora do orçamento. Eu tendo a ser muito Caxias nessa área, eu acredito que o orçamento deve incluir tudo, deve haver uma discussão, "Temos X para gastar, o que a sociedade prefere", que assim seja feito e não criar espaços para tal.

No tema específico da aquisição de bancos, quer dizer, eu concordo com o Gustavo que existe um desejo legítimo, enfim, de desenvolver seus negócios no parte dos bancos públicos, eu acho que especialmente do Banco do Brasil, que inclusive é listado na Bolsas de Valores, que cai em conflito direto com a necessidade de se operar uma situação de crise. Eu penso que é uma solução que está longe de ser o ideal, no mínimo ela deveria ser mais transparente. Eu penso que um detalhe importante é a dispensa de licitação, que também aparentemente teria outros objetivos, outras situações. Isso me deixa muito incomodado. A Caixa-Par me parece também um equívoco, vai contra tudo que se procura fazer hoje aí no mundo da supervisão bancária, que é não imobilizar o capital dos bancos, ao contrário, hoje a tendência é exigir mais capital. O Brasil até está um pouco na frente aí do resto do mundo adotando os 11% de capital ao invés do padrão da Basiléia de 8%, mas eu acho que isso também não faz sentido, a Caixa-Par. E, por último, com relação ao Fundo Soberano, eu concordo também com tudo que já foi dito, com muita clareza, até porque eu já tinha lido os artigos também, igualmente claros, e prestando um serviço aí ao debate público, eu realmente não tenho nada a acrescentar.

Eu tenho a impressão que há um tema importante a se discutir que é a questão da chamada ciclicalidade da política fiscal. A nossa política é altamente pró-cíclica, então quando a economia cresce, aumenta a arrecadação, o governo torra tudo. É bom, mas esquenta demais a economia à toa. E quando a economia desacelera, aí é o oposto, aí são cortes radicais, atrapalha a gestão da coisa pública. Nós três já tivemos essa magnífica função e é difícil, é muito difícil, você está ali, aí vem um contingenciamento e tal e atrapalha. Então eu acho que seria útil para o país desenvolver algum mecanismo, não de fazer uma política anticíclica radical, eu acho que nós não chegamos lá ainda, mas no mínimo de eliminar a prociclicalidade e criar um orçamento, quem sabe, autorizativo, que resolva essas questões. Mas usar a via indireta do Fundo Soberano para atingir esse tipo de objetivo, a meu ver, não faz sentido algum, na minha opinião. Eu concordo com a posição final aqui do Ministro.

SR. GUSTAVO LOYOLA: Bom, eu também, eu concordo com o Mailson e com o Armínio. Eu acho que, primeiro, começando com a Caixa-Par, eu acho que não tem nada a ver com a crise essa questão, em primeiro lugar. Eu acho equivocado, acho conflituoso a Caixa Econômica se associar às empresas que são os seus clientes preferenciais, ou seja, a Caixa Econômica é uma instituição que tem vocação para o setor imobiliário sim, mas ela vai se tornar sócia de empresas que vão se tornar suas clientes nos empréstimos. Isso é absolutamente conflituoso, inclusive para as instituições bancárias privadas e as públicas estaduais isso é proibido e, inclusive, é proibido em Lei Penal, a Lei de Colarinho Branco proíbe empréstimos para pessoas jurídicas ligadas. Então, vamos dizer, existe uma contradição muito grande aí. Não vejo também nenhuma relação entre essa medida e a crise. Então eu sou, também, radicalmente contra.

Fundo Soberano, tenho também me manifestado contra. Eu acho que o Brasil não reúne as condições institucionais para ter um Fundo Soberano. O nosso Fundo Soberano, em particular, é muito exótico, é totalmente exótico comparando com o que nós vemos--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA):: Dr. Gustavo, me permite só um--

SR. GUSTAVO LOYOLA: Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Na verdade o nosso Fundo é o fundo do soberano [risos].

SR. GUSTAVO LOYOLA: O Fundo, então, e eu concordo que, assim, é abrir pela porta dos fundos a possibilidade do aumento do gasto sem passar pelo rito orçamentário. Nós tivemos um esforço muito grande ao longo dos últimos vinte anos para estruturar o orçamento, para acabar com o orçamento monetário, como disse o Mailson, enfim, para dotar o Brasil de um orçamento que se ainda não é realista totalmente, se ainda não é um orçamento de execução, vamos dizer,

compulsória, pelo menos nós estamos muito mais próximos da realidade e agora eu acho que nós estaríamos criando mecanismos que enfraquecem o orçamento. Eu concordo que se o objetivo é capitalizar o BNDES, que isso seja feito como deve ser feito.

Com relação à Medida Provisória 443, eu acho já foi dito aqui o essencial, não tenho nada a acrescentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, a seguir, a palavra ao Senador José Agripino.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu observava que cada um dos três ilustres palestrantes disse a mesma coisa sem que nenhum fugisse do seu próprio estilo. Eu anotei aqui. O Ministro Mailson usou a expressão mais dura, disse que seria uma forma de se escolher vencedores. Eu gostaria até de comentar isso com V. Exa.. porque é de uma gravidade enorme, escolher vencedores. O Presidente Armínio Fraga se referiu à dispensa de licitação e o Presidente Gustavo Loyola se referiu a se evitar passar pelo rito orçamentário.

Sr. Presidente, em várias ocasiões nós já tivemos, já concedemos aqui nesta Casa, já vivemos momentos de capitalização do BNDES. O Fundo Soberano, por todas as razões aqui muito bem expostas, que não precisa se repetir a conceituação expendida pelo Ministro Mailson, mas o Fundo Soberano, ele começa pelo fato de que ele é um apelido, ele não é um Fundo Soberano, ele é um apelido, e ele está num contexto em que a conta não vai fechar, a conta não vai bater. O custeio aumentando do jeito que está aumentando e que tem aumentado, a perspectiva de diminuição da arrecadação. E aí diz o Dr. Armínio Fraga dispensa de licitação, sem passar pelo rito orçamentário falou o Dr. Loyola e V. Exa.. diz uma forma de se escolher vencedores. Isso só robustece a crença que nós temos de que nós precisamos nos opor à aprovação desse Fundo Soberano, até porque não é Fundo Soberano. Nós teremos que cobrar mesmo que o governo explicite a necessidade de capitalizar o BNDES e por intermédio do remédio legal justo, do remédio regimental correto, do remédio constitucional adequado, através de um Projeto, ele requeira ao Parlamento a capitalização do BNDES.

Nós aqui chegamos a discutir em algum momento, e eu não excluo a hipótese de haver a necessidade na cabeça do governo de se destinar isso para a PETROBRAS.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Capitalizar a PETROBRAS.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Capitalizar a PETROBRAS.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A gente pode estar de acordo em capitalizar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Pode ser sim, o que eu gostaria era de ver tudo muito bem explicado, porque de repente eles resolvem capitalizar a PETROBRAS com o que tem sido mal gerenciado, os custos vão lá para cima, o custeio se agiganta, o pessoal é contratado, nós sabemos que tem havido uma certa farra no custeio, não só na PETROBRAS, como fora dela, é a cabeça do governo, eles julgam que estão empregando quando eles inflam a máquina, e daqui a pouco eles fazem o aumento de capital da PETROBRAS às custas dos... uma frase inesquecível do Presidente Armínio Fraga, o seu, o meu, o nosso dinheirinho, enfim.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro Mailson, o que tem o Fundo a ver com a crise? Eu gostaria de enfatizar isso, porque nós vamos ter um debate muito duro daqui a pouco. O que eu percebo no governo é uma brutal futilidade. Temos uma crise, o governo finge que não tem uma crise grave, evita tomar medidas mais duras de enfrentamento à crise. Ele não discute, por exemplo, a ampliação do seguro desemprego por uma razão bem simples: o marqueteiro não deixa, o marqueteiro diz: "Se propuser isso, vai ficar patente que vai ter desemprego no país". Aí quem sabe a popularidade cai de 140% para 122% e isso faz uma diferença brutal entre o nosso Presidente da República e o ex-Primeiro-Ministro Winston Churchill, que fez o que tinha que fazer, impediu que o nasi-fascismo tomasse conta do seu país, ajudou a salvar o mundo democrático e depois foi candidato a Deputado no seu Condado e perdeu. Aquele Condado já teve talvez centenas de Deputados, eu não me lembro do nome de nenhum, eu só lembro do que perdeu, do Winston Churchill, enfim, e podemos recorrer a qualquer outro estadista de verdade e perceberíamos a capacidade que essas figuras tem de encanar o poder com os olhos na história, com os olhos nas futuras gerações e não com o olho mecânico ou mecanicamente posto em cima de pesquisas de opinião, enfim. Me parece até que o Presidente malha em ferro frio com essa história, porque já se viu que sua capacidade de transferir votos não é tão grande assim. Segundo, o Presidente, que é estimulado por tantos brasileiros, ou seja, gostamos do trabalho dele, enfim, é o que dizem os brasileiros, mas mais brasileiros do que os que gostam do trabalho dele dizem que as suas vidas vão melhorar em 2009. Eu não sei qual será o choque térmico quando a crise se instalar de maneira visível, porque instalada de maneira não visível ela está.

Eu percebo que o governo, a própria MP 443, ela vem com um remédio esquisito, eu tomei um susto porque a MP 442 nós votamos aqui sem nenhuma delonga, [soa a campainha] – já concluo, Sr. Presidente -, a não ser para elogiá-la. Nós aqui dissemos que Medidas desse porte nós estaríamos prontos a votar sempre, qualquer uma delas, mas eu tomei um susto porque o PROER, que foi tão criticado pelo PT e pelo seu principal líder, que é o Presidente da República, o PROER garantiu uma saúde ao Sistema Financeiro brasileiro muito robusta, e não estava havendo nenhuma ameaça de quebradeira de bancos. Quando eles saíram com a MP 443 houve uma queda brutal da Bolsa naquele dia, eu não estava vendo nada que justificasse aquilo. Eu fiquei em dúvida: até que ponto foi um erro ou será que eles viram uma chance de reerguer o Muro de Berlin? Será que eles pensaram que poderiam reerguer o Muro de Berlim naquele momento ou eles achavam que a Europa estaria se socializando, que os Estados Unidos, de repente, caíram na real e iriam partir para medidas de agigantamento do Estado, enfim? A gente tem ouvido coisas, eu não sei se eu estou cansado muito do vai e vem para cá para acolá ou se eu estou cansado de coisas que eu ouço, coisas que eu repito, Sr. Presidente, e já encerro, aqui nessa Sessão que vai crescendo, nós estamos percebendo não só o alto nível dos que vêm aqui para expor as suas idéias, mas está crescendo o número de Senadores interessados no tema e vai crescendo em muito a qualidade dos debates, mas eu tenho ouvido coisas terríveis, gente que diz assim: "Tem que ter quarentena na entrada". Eu digo: meu Deus, aí eu estou prejudicando o Banco Central, porque se eu estou impedindo que alguém venha com informações do meio privado, eu estou impedindo que o Banco Central cresça na sua relação com o meio privado, enfim. Outra: "Estou cansando de gente que sai do Banco Central e vai para um banco privado". Quer que vá para onde? Treinar o Flamengo, já chega de fracasso no Flamengo, não quero nenhum ex-diretor do Banco Central treinando o Flamengo. Eu queria o Wanderlei Luxemburgo, enfim, ou alguém do mesmo calibre.

Então eu percebo que é tão atrasado para ficar um pouco no tema central, que é a autonomia do Banco Central, é tão atrasado alguém hoje se colocar contra a autonomia do Banco Central, que pode garantir juros mais baixos, que vai dar uma senhora confiança no mercado, ao mercado, enfim, eu percebo que eu estou tão atrasado quanto alguém propor hoje, através de um Projeto de Lei, a volta da SUMOC. Não adianta, isso vai, eles resistiam às agências reguladoras serem independentes e diziam coisa do tipo? "Nós ganhamos a eleições". Pô, ganhou a eleição e eu perdi, agora não quer dizer por isso que vai me botar para fora da minha casa. Certos limites estão impostos diante de quem vence uma eleição. Então as agências reguladoras representam o Estado, o Banco Central é um instrumento de Estado, não é um instrumento de política, ou seja, eu preciso ganhar a eleição, então eu vou jogar os juros lá para baixo, ainda que depois eu arrebente o país. Faz parte do avanço civilizatório do país nós termos a perspectiva de consolidarmos o que hoje na prática se vê, mas que pode sofrer um retrocesso a qualquer momento, a depender do Soberano do plantão, faz parte do avanço civilizatório que nós buscamos nós termos um Banco Central independente.

Mas eu queria fazer uma pergunta aos senhores todos, ou seja, primeiro definir melhor essa coisa da escolha dos vencedores. Essa frase, eu não tenho como não plagiá-la, Ministro, eu vou repetir daqui a pouquinho, enfim, e é um plágio consentido, enfim, que vai ser citação e eu vou citar o autor. Mas não é uma contramão? O Brasil não precisava propor a estatização de bancos, não precisava ter proposto. Na Europa sim, em algum momento, eu vi necessidade disso. No Brasil não, levantaram um lembre sem necessidade. Se tivesse acontecido algum movimento de quebradeira de banco no Brasil, aí talvez se justificasse um item da MP com esse dado, mas fora disso me pareceu que tinham um viés ideológico, algo que faz com que o governo tenha rancor da política econômica que garante a popularidade do Presidente Lula. Ele se esquece de que até as políticas sociais dele são custeadas pelos acertos de política econômica que o governo dele tem praticado. Elas em si não seriam possíveis se não houvesse a bonança internacional, que acabou, e se não houvesse a continuidade que ele conseguiu dar às boas políticas macroeconômicas que herdou. Portanto, eu estou realmente é preocupado com a escolha dos vencedores, na linguagem mais dura do Ministro Mailson, do Dr. Armínio Fraga a coisa da dispensa de licitação e a questão de evitar o rito orçamentário do Dr. Loyola. Isso é muito preocupante, que isso cheira mesmo a uma coisa, para falar uma linguagem mais simples ainda e mais dura do que a que disse o Ministro Mailson, cheira mesmo a mutreta, ou seja, se querer escapar dos caminhos da boa ética em relação ao dinheiro público.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Antes de ouvirmos os três expositores, por economia processual eu concederei a palavra ao líder José Agripino, a seguir ao Senador João Tenório e, posteriormente, ao Senador Antônio Carlos Júnior, para que nós possamos, daqui a pouco termos a Ordem do Dia, então para que nós possamos obter dos expositores os esclarecimentos que nós desejamos

sobre as medidas adotadas recentemente pelo governo. Com a palavra o líder José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, nós estamos aqui com a rara oportunidade de debater e trocar informações e idéias com um ex-Ministro da Fazenda, Dr. Mailson, e dois ex-Presidentes do Banco Central, o Dr. Gustavo Loyola e o Dr. Armínio Fraga.

Eu tive que ir à reunião de líderes, mas pelo pouco que pude ouvir do depoimento de Mailson, de Armínio e de Gustavo Loyola, posso dizer que eu estou inteiramente convencido de que o Fundo Soberano tem um objetivo claro de estabelecer um by pass(F) para a aplicação de recursos públicos sem comprometer o superávit primário e dando liberdade. É uma super DRU, uma super DRU.

Agora vou pagar aqui ao trabalho que os senhores tiveram de vir aqui. Na reunião de líderes que nós fizemos agora a pouco, pactuou-se votar a indicação de autoridades, votar a MP 443, sobre a qual não se discutiu muito, e em seguida discutiu-se uma pauta extensíssima de várias matérias de interesse público e fez-se o acordo. No final da reunião o Senador Cícero Lucena disse: "Bom, então não se vota o Soberano, não se vota o Fundo Soberano?" O líder do governo encapetou, enlouqueceu, saiu do normal dele, ele disse: "Se não votar o Fundo Soberano, não vota mais nada, está melado o acordo, está desfeito o entendimento". Aí, Senador Arthur Virgílio, eu percebi que para o governo é o Fundo Soberano ou nada. Os senhores que--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me permite, Senador José Agripino?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Claro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu estou percebendo o seguinte: vamos ser bem francos, vamos ser francos, nós temos hoje uma votação entre dois colegas muito prezados, o ex-colega e Senador José Jorge e o Senador Leomar Quintanilha. No fundo o governo faz algo que em inglês se chama *blackmail*, é chantagem isso, ou seja, é tentar ver se nós engolimos essa história do Fundo Soberano para nós obtermos a votação dos indicados para o TCU antes disso. Falando o português bem claro, eu tenho a impressão que eles devem refluir dessa posição, que é uma posição injusta, uma posição indecorosa, refluir disso, porque eu não me sinto de jeito algum disposto a votar essa questão desse Fundo Soberano, de jeito algum eu não me sinto disposto a conextar(F) essa história da escolha dos vencedores, fora algumas excrescências que têm que sair do bojo da Medida Provisória 443, tem que sair. Tem que sair, nós não vamos aceitar privilegiamento a empreiteira de PAC, nós não vamos aceitar uma série de barbaridades, tipo Caixa-Par, a Caixa que é fiscal de empresa, a Caixa de repente vira sócia de empresa. Eu não sei se isso daí não é um... Sinceramente está acima da minha capacidade de engolir e olha que, para quem tem trinta anos de vida pública, não foi pouco o que eu já engoli de sapo, mas este eu não estou disposto a engolir. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra o Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Você fazer Fundo Soberano pagando 13,75% de juros para fazê-lo é muito duro. Na minha percepção, o Fundo Soberano será todo ele montado com o dinheiro tomado emprestado do mercado a 13,75%, todo. Para fazer o que o governo quer fazer, com que objetivos, para mim está ficando claro, com a reação do líder do governo hoje, está ficando claro: deve ter de interesse eleitoreiro a outros interesses tudo que se puder imaginar. Então eu acho que é dever patriótico nosso, dever com a sociedade, com o cidadão, com o interesse da sociedade, que quer ver investimentos feitos, quer ver eficiência, quer ver contas públicas. Custou tanto nós arrumarmos o país, os senhores todos têm uma parcela de contribuição importante, desde o fim da Conta Única, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o equilíbrio das contas públicas, as metas de inflação, câmbio flutuante, tudo isso faz parte da história da arrumação da economia brasileira, para nós chegarmos a essa altura e mazelarmos a coisa com um golpe? Então é importante que os senhores saibam que acabou de acontecer esse episódio, foi feito todo um acordo e o acordo foi desfeito porque nós dissemos que o Fundo Soberano não ia ser votado. Agora vai se estabelecer uma grande negociação política para ver como que a gente se encaminha. Essa é uma Casa política, vamos ver como que a gente consegue se encaminhar. Mas fiquem os senhores sabendo que para o governo, neste momento, é o Fundo Soberano, tudo ou nada, a coisa mais importante para o governo neste momento de crise é o Fundo Soberano. Daí nós podemos tirar mil ilações, mil, e é bom que os senhores saibam.

Mas eu queria fazer uma pergunta. Eu acho que o Ministro Mailson era Ministro, eu não sei se era Ministro o Mailson ou talvez um dos senhores fosse do Banco Central, quando houve aquela maxidesvalorização e o setor agrícola foi atingido em cheio, a economia brasileira sofreu turbulências no campo agrícola e fomos obrigados a fazer o PESA para salvar a agricultura. Eu me lembro bem que o PESA foi constituído ou foi feito para atender a agricultura, açoitada por uma maxidesvalorização, não pelo BASA, não pelo BNB, não pelo Banco do Brasil, por banco nenhum, mas com recurso

do Tesouro. O PESA, que acudia uma crise, funcionou com recurso do Tesouro. Eu gostaria de saber qual é a opinião dos senhores, essa é uma primeira pergunta rápida, sobre escoimarmos da 443 a mazelação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, que são obrigações ou serão autorizados a comprar ativos podres, e deixarmos essa tarefa, como no PESA foi feito, com o Tesouro, que tem flexibilidade, tem forma de fazer, deixar o Tesouro acudir, o Tesouro Nacional, como foi feito no Reino Unido, nos Estados Unidos e em outros países que estão lidando com a crise.

O segundo ponto, na hora em que você autoriza que o Banco do Brasil e a Caixa econômica comprem créditos podres e não fixa prazo, você está de certa forma dando um cheque em branco para que essas instituições comprem, por absurdo, o Sistema Financeiro, porque está sendo um cheque em branco. A pergunta: Essa crise, se durar mais do que um ano o prazo, eu vou apresentar uma Emenda, um destaque para que a MP 443 tenha a sua vigência com prazo de um ano. A minha pergunta: Se essa crise durar mais do que um ano, a economia do mundo esfarela e a do Brasil esfarela ou não? Porque a minha idéia é que a MP 443 vigore por um ano, essa autorização tenha alcance pelo prazo de um ano.

E a última pergunta. Eu não tenho dúvida, não tenho, pena que ele não esteja aqui, que se o Ministro Henrique Meirelles caísse do Banco Central amanhã, a Bolsas de Valores desabava e o Dólar disparava, porque ele pratica uma política monetária de muita responsabilidade, eu posso até discordar dele em algumas coisas, mas ele significa na verdade, pelo prestígio pessoal dele, uma certa autonomia do Banco Central, ele fala pela autonomia do Banco Central, não de direito, mas de fato. A pergunta é clara: Quanto é que na experiência dos senhores significaria a legitimação da autonomia do Banco Central, quanto é que o *spred* cairia? 1%, 2%, 3% na taxa de juros? Quanto é que valeria para o Brasil um Projeto de Lei aprovado garantindo a autonomia do Banco Central? Quanto é que a taxa cairia, de 13,75% para 12%, para 11%, para 9%, quanto? Será que é possível mensurar isso? Eram as perguntas e as considerações que tinha a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo agora a palavra ao Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, senhores ex-Ministros e Presidente do Banco Central. Tem um empresário da nossa terra que costuma dizer um ditado que não é popular porque ele não é uma pessoa do povo, que diz o seguinte: "A verdade é aquilo que é testado pela experiência". E a experiência tem mostrado, durante esses últimos vinte anos, quinze ou vinte anos, que a migração do *status quo* de Banco Central absolutamente dependente para um grau de independência progressiva tem levado a um controle inflacionário extremamente mais fácil do que seria se isso não tivesse acontecido. Nós convivemos há alguns anos, vinte anos atrás, com inflações de 20% ao ano, não no Brasil só, mas numa quantidade imensa de países do mundo, 20% a 30% ao mês, 20% a 30% ao mês, e hoje eu vejo com surpresa e curiosidade, eu diria até, que existe um certo... eu entendo até como um certo preciosismo as discussões que dizem: "Bom, a inflação desse ano deve ser 5,1% ou 4,9%". Isso me soa como um certo preciosismo por ter convivido com inflações no Brasil e no mundo de 40%, 30%, 20%, 50% ao mês. E é claro, de lá para cá o que aconteceu de importante nesse campo foi exatamente, digamos assim, a transformação de Bancos Centrais mais dependentes em Bancos Centrais mais independentes. Então isso para mim está absolutamente provado, é a prova mais evidente de que é a independência do Banco Central é sim, sem sombra de dúvidas, o maior instrumento que se pode ter para a manutenção, para a estabilização da moeda no mundo, sem dúvida nenhuma. Esse é o lado positivo.

Como tudo na vida tem um lado positivo e um lado negativo. Nós temos um governo extremamente perdulário, ninguém tem dúvida disso, o nosso governo é um governo perdulário. Então o governo fica muito confortável. Por que, qual é o raciocínio dele? "Não, vamos continuar cometendo os nossos excessos, vamos continuar cometendo essa condição de perdulário que nós somos, gastando muito". Por quê? Porque tem um Banco Central que é dado a ele um instrumento, é claro que é o único instrumento, a única arma que o Banco Central tem, que é a taxa de juros, e ele vai fazer com que... ele vai neutralizar os excessos que nós estamos cometendo na área do governo. Então um Banco Central independente que garante uma sanidade monetária, sem sobre de dúvidas, cria alternativamente e simultaneamente um conforto ao governo de ser cada vez mais perdulário, como é o caso. Isso aconteceu aqui, aconteceu nos Estados Unidos agora, muito recente, o governo resolveu gastar e deixar com o Banco Central exclusivamente a responsabilidade de manter a moeda saudável, ocorreu em tantos outros países do mundo. Então esse é o lado ruim, isso cria uma acomodação, cria um conforto no governo de fazer o seguinte: Olha, isso daí não é responsabilidade nossa, isso é responsabilidade do Banco Central e cada vez será mais dele, tanto mais independente ele seja.

Então eram essas as considerações que eu gostaria de fazer e apenas deixar uma questão: Os senhores não entendem que isso permite, que a independência

do Banco Central, ao mesmo tempo que assegura uma estabilidade, uma sanidade monetária, ele cria esse conforto excessivo, ele cria esse procedimento, eu diria, de certa forma até irresponsável do lado do Executivo no sentido de dizer: Não, vamos continuar na gastança, vamos continuar sob o perdulário, porque nós temos lá um Bastião que vai fazer com que a nossa moeda continue segura e a inflação não atinja as classes brasileiras, o que politicamente é o maior desastre para qualquer governo, que é perder o controle da inflação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, encerrando a presente rodada, eu daria a palavra ao Relator da matéria, o nobre Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Mailson, Dr. Armínio, Dr. Gustavo Loyola. É com imenso prazer que pudemos contar com a presença de V. Sªs. aqui, e até privilégio para nós, para mim e para o Senador Arthur Virgílio, que estamos tentando entrar nessa cruzada, que vocês já estão há algum tempo, de prestar um serviço à Nação tentando formalizar a autonomia do Banco Central. Então eu falo aqui, posso falar também pelo Senador Arthur Virgílio, da imensa satisfação de podermos colaborar e termos a colaboração de vocês no Projeto que estamos tentando aprovar no sentido de dar um aspecto formal à autonomia do Banco Central, porque ela existe de maneira informal, quer dizer, é uma concessão do Presidente da República, isso foi conseguido no governo passado, aqui eu tenho dois ex-Presidentes do governo passado, e foi mantido nesses dois períodos de governo. Mas isso é uma questão que pode, num estresse, eventualmente ser retirada. Uma forte pressão política, eu diria até psicológica sobre o Banco Central pode jogar tudo por água baixo. Isso me preocupa e por isso a nossa luta, minha e do Senador Arthur Virgílio, para que nós possamos aprovar esse Projeto que vai dar mandato fixo aos dirigentes do Banco Central, vai criar regras de admissibilidade e demissibilidade e vai fixar claramente as regras do jogo, digamos, da condução do Banco Central, isso é extremamente positivo, e essa colaboração de vocês aqui é inestimável para que nós possamos aperfeiçoar o relatório e dar-lhe um formato final. Então é com muita satisfação que nós recebemos vocês aqui para esse debate e as contribuições foram imensamente importantes.

Um outro ponto também ligado ao Projeto e que também eu fiquei muito mais confortável, já era a minha opinião, eu coloquei no Projeto, já era também do Senador Arthur Virgílio, eu mantive isso, mas como é uma discussão muito grande, inclusive a nível internacional, mas eu vou sair daqui agora reconfortado porque a opinião de todos vocês é nessa mesma linha, que é a manutenção dentro do Banco Central da parte de regulação, normatização e fiscalização do Sistema Financeiro. Não vejo necessidade de se criar um outro órgão, já que o Banco Central tem aptidão e tem condições de executar essa tarefa sem prejudicar as suas funções precípuas de zelar pela moeda, de manter a estabilidade da moeda e de administrar a política monetária do país, como eu tinha colocado, digamos, no Substitutivo, mas de qualquer maneira sempre fica a dúvida se nós fizemos certo, e agora eu fico satisfeito porque com a opinião de vocês eu fico mais convicto ainda que, tanto o Senador Arthur Virgílio como eu, estávamos certo de mantermos no Banco Central a regulação, a normatização e a fiscalização do Sistema Financeiro.

Portanto, na verdade, eu queria fazer, basicamente, esses comentários, eu não tenho perguntas para fazer. Em relação à MP 443 e ao Fundo Soberano, as minhas posições são as mesmas do Senador Tasso Jereissati, do Senador Arthur Virgílio, do Senador José Agripino, eu comungo inteiramente com a posição deles e com a posição de vocês também. O Fundo Soberano é um absurdo, é o Fundo do soberano, quer dizer, é um capricho da Presidente da República que quer fazer o Fundo, quer dizer, quer guardar o dinheiro, quer dizer, que o caminho natural seria o pagamento dos juros da dívida porque nós temos superávit primário e déficit fiscal. Então se nós temos juros maiores do que o superávit primário, o caminho natural, se você aumenta o superávit primário, é pagar mais juros e acumular menos dívida. Mas eles querem guardar o dinheiro de uma forma heterodoxa para usar no ano que vem, Deus sabe para que.

Portanto, eu fiquei também confortável em ouvir a opinião de V. Sªs. nesse sentido e também muito pertinente os comentários sobre a MP 443. Eu acho que o socorro tem que vir do Tesouro e tem que ser, digamos, uma situação temporária, essa operação tem que ser desfeita mais adiante com a venda desses ativos, com prazo determinado. Então eu concordo plenamente com todo o posicionamento que foi colocado aqui. Então eu agradeço o privilégio de ter tido um debate desse nível com V. Sªs.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Dr. Mailson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda, para responder as indagações que lhe foram formuladas.

SR. MAILSON DA NÓBREGA: Senador, a expressão escolha de vencedores é uma antiga expressão utilizada na literatura para caracterizar o poder que se concede aos burocratas de aprovar projetos, de de-

terminar quem vai merecer os benefícios do governo, enfim, quem é o eleito. A literatura mostra que isso é uma fonte de corrupção, de desperdício, de má alocação dos recursos. Isso não é apenas no Brasil, existe até uma expressão em inglês para isso, que é *pick up the winans*(F), é muito presente na literatura em todo o mundo, não foi diferente no Brasil, não é diferente nos outros países que adotam esse tipo de intervenção, em que o Estado adquire o poder de substituir o mercado na escolha dos vencedores. O Fundo Soberano brasileiro, entre as distorções que estão contidas na sua formulação, está essa. O Fundo seria usado com o objetivo "desenvolvimentista". Eu acho que é a primeira vez na história dos Fundos Soberanos que se atribui esse objetivo a esse instrumento. Nos países onde esse Fundo existe, ele é uma forma de melhor gerir os excedentes de recursos fiscais e de balanço de pagamentos que esses países possuem. E, mais uma vez, é uma razão adicional para afirmar que não há justificativa para esse Fundo Soberano.

O Senador Tasso Jereissati lembrou que ele pode ser utilizado para capitalizar a PETROBRAS. Pode até ser. O meu ponto é, primeiro, eu sou contra a criação desse Fundo como ele está e, segundo, se há justificativa de capitalizar a PETROBRAS ou de conceder mais dinheiro ao BNDES para ele financiar a atividade privada, que se diga claramente e que submeta ao Congresso Nacional um Projeto específico nesse sentido.

Sobre as reflexões, as questões levantadas pelo nobre Senador José Agripino, primeiro eu acho que é um cheque em branco sim para as autoridades econômicas adquirirem bancos. Eu acho até, Senador, divergindo um pouco de sua opinião, eu acho até que dada as características institucionais e organizacionais do Brasil, parece fazer sentido que havendo a necessidade de adquirir um banco ou de capitalizá-lo, que se utilize uma estrutura já existente como o Banco do Brasil, porque ela não existe nos Estados Unidos, ela não existe na Europa. Porém, eu creio, eu gostaria de reafirmar, V. Exa.. provavelmente não estava aqui presente, que a aprovação da Medida 443, naquilo que respeita à aquisição de instituições financeiras pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica, deveria estar subordinada a duas condições. A primeira, o prazo, é o prazo que se estima para a crise. A segunda, uma determinação para a devolução oportuna desses ativos ao setor privado, senão a medida se transforma num instrumento de estatização. Eu acho que essas duas condições têm que existir.

Sobre a reflexão do Senador João Tenório, de que a existência de uma autoridade monetária autônoma geraria um conforto para que o governo possa ser perdulário do lado fiscal, eu tenho um pouco de dificuldade de concordar com a afirmação, porque no Brasil nós associamos uma condição essencial para que o setor fiscal auxilie o trabalho da autoridade monetária, que é a determinação de geração permanente de superávits primários. Portanto, a questão fiscal ela tem que ser vista sob dois ângulos: um o do desperdício, o do acesso de gasto; o outro, o da solvência do setor público. Do lado da solvência, eu acho que não há reparo a fazer. Desde o governo Fernando Henrique tem caído sistematicamente a relação entre a dívida pública e o PIB e este é o principal indicador de solvência do setor público. É bem verdade que no atual governo isso vem sendo obtido através de um aumento da carga tributária e, portanto, a ação fiscal nesse caso, ela tem mais a ver com o potencial de crescimento do país, ou seja, a má alocação dos recursos e o desperdício reduz oportunidades de ganhar eficiência, aumentar a produtividade e elevar o potencial de crescimento do país, mas dificilmente a ela pode ser atribuída, vamos dizer, atribuída a culpa ou algum papel para dificultar a ação da política monetária e a queda da taxa de juros.

Sobre o cálculo, quanto a autonomia do Banco Central traria de queda da SELIC, eu acho que ninguém consegue fazer esse cálculo, mas eu acho que é possível falar com muita, muita convicção, em que a autonomia do Banco Central ao consagrar uma situação existente na prática e inibir futuras ações voluntaristas sobre a política monetária, ela cria um ambiente institucional mais sólido, maior confiança, e isso contribuiria para duas vantagens para o país. A primeira é a redução do chamado prêmio de risco. E, a segunda, é a abertura de espaço para a queda da taxa de juros. Eu não sei em quanto, mas ela cai sem dúvida alguma.

Eu acho que era isso, mas se me permite eu gostaria de deixar uma sugestão ao Autor da proposta do Projeto e ao Relator. Que faça uma reflexão sobre a necessidade de preservar o Conselho Monetário Nacional com outro nome, Conselho Financeiro Nacional. O Conselho Monetário Nacional, a meu ver, é um resquício do autoritarismo. O Conselho Monetário Nacional foi o órgão mais poderoso da República, mais poderoso de que o Congresso Nacional. Eu digo isso com uma experiência de quem viveu o Conselho Monetário Nacional em diferentes momentos da vida nacional, no período militar e no período democrático. O Conselho Monetário Nacional tinha poderes de alterar a tributação, o que é um absurdo institucional condenado por qualquer ângulo, sobretudo pelo ângulo histórico. Não existe órgão semelhante em canto nenhum do mundo ao que conheço. Eu acho que é preciso fazer uma

reflexão no sentido de fazer no Brasil o que é comum nos outros países, a diretoria do Banco Central, o Banco Central é uma agência reguladora e como tal com poderes de emitir ordens, de baixar instruções, como é feito no Brasil com a ANATEL, com a ANEL e com outras Agências reguladoras. E as funções que não cabem ao Banco Central poderiam ser distribuídas por outros órgãos de governo, por exemplo, a atribuição de fixar a meta de inflação, a meu ver, tem que ser do Presidente da República, como é do Primeiro-Ministro e de Presidente da República em todo o mundo. Por que do Conselho Monetário Nacional? E algumas das atribuições que estão no Conselho Monetário Nacional poderiam passar ao Ministério da Fazenda. A existência do Conselho Monetário Nacional gera demandas descabidas de participação empresarial no Conselho. A gente vê seguidamente associações de empresários requerendo que eles façam parte do Conselho Monetário na vã ilusão que estando lá vão contribuir para a queda da taxa de juros. E a queda da taxa de juros não depende da participação de "A" ou "B" no Conselho, mas de condições objetivas que permitam fixar o seu nível em valores mais baixos. Portanto, façam essa reflexão, pensem na hipótese de riscar do mapa esse resquício autoritário do Brasil que é o Conselho Monetário Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concedo a palavra, a seguir, ao Dr. Armínio Fraga, que foi também, entre outras funções que exerceu, Presidente do Banco Central do Brasil.

SR. ARMÍNIO FRAGA: Obrigado, Presidente. Eu vou procurar ser breve, o Ministro cobriu os temas de forma muito feliz e eu realmente concordo com tudo que foi dito.

Com relação à MP 443 e especificamente ao tema levantado pelo Senador Arthur Virgílio, eu penso que a dispensa de licitação ou uma demanda por mais transparência, no fundo, é a contrapartida de se dar uma certa autonomia a uma instituição que, em última instância, é pública. Então em função disso que eu fiz esse comentário. Eu acho que seria uma coisa natural.

Mas tem um tema mais longo, que me preocupa, eu não vou me alongar muito, embora seja eu acho que um tema interessante, não é só uma questão brasileira, que é a meu ver uma tendência de grande concentração nos sistemas financeiros e isso acontece, em geral, nos momentos de crise. V. Exas. podem pensar numa situação em que existe medo de um banco "A", "B" ou "C" quebrar e aí as pessoas vão transferindo o seu dinheiro para os bancos mais fortes. Existe também uma percepção de que os bancos maiores têm uma certa proteção adicional por serem sistemicamente relevantes e aí tem uma outra expressão dessas, como a escolha de vencedores, que é o muito grande para quebrar, em inglês eles falam *too big to fail.* Acho que a presença de um banco público, a médio prazo, é um fator adicional ao que já é uma tendência de concentração natural que se vê aí pelo mundo afora. Eu não sei, não há uma resposta única para essa situação, mas eu acho que ela merece também alguma reflexão. Hoje em dia não existe mais o que se via antigamente, que era uma corrida bancária com fila na rua e tal. Existe pouco isso, as pessoas hoje vão para os seus computadores e em trinta segundos transferem o seu dinheiro de um banco para o outro. E a presença de gigantes, especialmente públicos, é um elemento, a meu ver, perigoso.

O Senador José Agripino nos deixou, eu poderia abandonar essa deliciosa pergunta de quanto que vale a Lei, uma Lei nova para o Banco Central, e quanto cairia o prêmio de risco, realmente quanto que... Que objetivo nós, enquanto países, temos que ter a partir da construção de um arcabouço institucional macroeconômico mais sólido? Eu diria que existem algumas dimensões importantes que trariam enormes resultados. A primeira seria um reforço no arcabouço fiscal. É verdade que nós temos tido superávits primários, mas a meu ver isso não é suficiente. Nós temos observado, como disse o Ministro, uma muito preocupante tendência ao crescimento do gasto público, ao inchaço da máquina pública e isso tem seus limites naturais. Eu penso que esse é um fator de fragilidade, é uma ameaça a superávits primários futuros, ao controle monetário e assim por diante. Eu acredito que se os nossos governantes, tanto o Executivo quanto V. Exas., abordarem as questões, eu reconheço, mais difíceis, que dizem respeito ao crescimento do gasto público no Brasil, os resultados do ponto de vista de crescimento, bem-estar, prosperidade, estabilidade, serão absolutamente extraordinários. São temas difíceis, tem a ver com o sistema previdenciário, tem a ver com o inchaço da máquina pública, mas são temas essenciais. Um segundo tema seria esse da autonomia operacional, essa autonomia bastante limitada que vem sendo proposta e discutida aqui eu acho que por todos nós. Eu acho também que teria um impacto relevante, não creio que seria algo instantâneo, mas se faria sentir ao longo do tempo. E um terceiro aspecto é esse da estabilidade financeira, que a meu ver isso também isso beneficiaria um órgão forte, mais protegido.

Eu creio que se essas três frentes de trabalho entregarem bons resultados na aprovação de uma nova Lei para o Banco Central, na resolução dessas questões fiscais, em particular, que há um espaço enorme para a queda de juros no Brasil, quer dizer, hoje o

juro real aqui, de longo prazo, está em torno de 8%, no curto prazo está mais alto, anda aí pela faixa... por aí também, 8% ou 9%. Países que resolveram melhor essas questões não têm problemas de credibilidade, têm taxa de juros reais de 4% ou menos. Então, em tese, na medida em que se avance nessas reformas, a meu ver é possível sonhar com taxas, sonhar com o pé no chão com taxas de juros, em termos reais, talvez quatro pontos mais baixas e, em termos nominais, na medida em que também se caminhe para ter uma inflação mais parecida com a do resto do mundo, vamos dizer aí em torno de 2%, 3%, nós teremos taxas nominais mais baixas também. Então o espaço é enorme, não é uma tarefa fácil, mas eu acho que os ganhos para o nosso país, para o nosso povo, seriam absolutamente extraordinários.

O Senador João Tenório nos deixou também, eu acho que é uma pergunta muito interessante, sobre se a autonomia criaria algum conforto perdulário para o governo. Ele também não está mais presente, mas eu faço aqui dez segundos de comentário. Eu acredito que não. Eu acho que traria um conforto que é necessário para a toda a economia, é um conforto para responder a desafios de curto prazo que sempre surgem, quer dizer, é importante ter uma certa folga. Nós no Brasil, durante muitos anos, trabalhamos no campo da macroeconomia na beira do precipício. Isso é muito ruim. Então eu acho legítimo, em algum momento, se discutir sim, por exemplo, mudanças no arcabouço fiscal, que sejam prudentes, como eu mencionei antes, mas que dêem talvez um pouco de flexibilidade em momentos de crise. Eu acho que seria um objetivo nobre para o Brasil e nesse sentido eu não teria as preocupações que têm ou que pelo menos sugeriu o Senador João Tenório.

Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, agora, o expositor, o Dr. Gustavo Loyola, que encerra esse ciclo de debates.

SR. GUSTAVO LOYOLA: Vou ser muito breve, grande parte das questões já foi respondida.

Em primeiro lugar, eu acho que a questão da Medida Provisória 443, aludida pelo Senador Arthur Virgílio e pelo Senador José Agripino, eu acho que ela está já bem debatida. Eu diria que, quer dizer, no máximo poderia se admitir ao Banco do Brasil e à Caixa uma atuação temporária, se fosse necessário, mas sempre com a obrigação, com a estipulação de que as instituições eventualmente adquiridas deveriam ser retornadas ao setor privado. Também eu acho muito importante a idéia da vigência apenas temporária dessa Medida Provisória, desse mandato. Eu acho que a Medida não deveria se transformar num cheque em branco, como foi mencionado, eu acho que me parece claro.

Agora eu queria voltar um pouquinho à discussão, tem uma discussão aí que é meio misturada, que é a questão do Fundo Soberano com a questão da autonomia do Banco Central, com a questão fiscal que foi levantada pelo Senador João Tenório. Eu acho que o Fundo Soberano é um caso típico de se buscar, vamos dizer assim, usar recursos que são de origem monetária para fins fiscais, quer dizer, a idéia, a meu ver, tem que haver uma separação muito clara entre aquilo que é fiscal, e que tem que passar necessariamente pelo orçamento, e aquilo que são as operações do Banco Central, seja no mercado interno, comprando e vendendo títulos, por exemplo, concedendo empréstimos de liquidez, recebendo depósitos de instituições financeiras, adquirindo recursos no mercado cambial, vendendo recursos no mercado cambial. Embora essas operações tenham efeito fiscal, tenham impacto fiscal, elas não podem ser, vamos dizer assim, misturadas com operações que são tipicamente fiscais, como, por exemplo, ter uma operação de crédito para uma instituição financeira oficial ou capitalizar uma instituição financeira oficial. Me parece que se não for cumprida claramente a Constituição, que veda ao Banco Central financiar direta ou indiretamente o Tesouro, eu acho que nós teríamos aí uma quebra de um dos pilares da autonomia do Banco Central, um dos pilares, vamos dizer, da disciplina monetária e fiscal.

O Fundo Soberano me lembra certos períodos históricos no Brasil, certa época em que, por exemplo, o Banco Central depositava no Banco do Brasil reservas e o Banco do Brasil usava esses recursos para refinanciar, para suas operações, para refinanciar Estados, refinanciar Municípios, isso já aconteceu no Brasil.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Chegou ao ponto de o Banco do Brasil pagar dividendos e Imposto de Renda com esses recursos, daí que se descobriu a Conta Movimento, o Funaro soube disso e aí cortou a Conta Movimento [risos].

SR. GUSTAVO LOYOLA: Então veja assim que isso--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só pegando... Me permite, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Só pegando uma questão que não é tão urgente assim, mas me parece importante, mas pegando esse bonde aí, uma opinião rápida sobre a questão de uso das reservas internacionais para financiamento a empresas, já que passou por esse tema me lembrei.

SR. GUSTAVO LOYOLA: É, existe, eu acho que não deve o Banco Central assumir o risco de emprestar. Ele pode vender essas reservas, por exemplo, para instituições financeiras que operem através do mercado e eventualmente concedam empréstimos, mas eu acho que isso deve ser um procedimento excepcional. A meu ver reserva internacional é reserva internacional, ou seja, deve estar aplicada, investida em recursos líquidos. Aliás, a única ligação que eu me lembrei da crise com o Fundo Soberano foi a história do Fundo Soberano da Rússia que aplicou em papéis dos *Lehman Brothers*, se descobriu depois.

Então eu acho assim que na realidade é importante para que a autonomia do Banco Central seja efetiva, eficaz, que haja uma disciplina fiscal. Nesse sentido a preocupação do Senador João Tenório, eu acho que procede no sentido de que as duas coisas têm que andar paralelas, par e passo, porque se não, como eu mencionei, se não houver disciplina fiscal em algum momento a autonomia do Banco Central é ameaçada, ela vai ser de alguma forma erodida, enfim, como uma maneira de burlar ou de contornar as restrições que por ventura existam. Então eu acho que essa é uma preocupação que deve haver, a preocupação de avançar na área fiscal em relação ao mesmo tempo em que se avance na questão do Banco Central.

Só tem uma questão aqui que um pouco tem a ver com um dos defeitos da Lei 4.595, que diz respeito às reservas internacionais, quer dizer, as reservas internacionais, afinal de contas, tem uma discussão: são do Banco Central, o Banco Central é administrador, são da União? Pela Lei os investimentos das reservas são decididos pelo Banco Central, mas pode o Banco Central, quer dizer, esse poder é totalmente discricionário, o Banco Central tem que ser limitado, tem que ter algum tipo, vamos dizer, de supervisão da maneira pela qual o Banco Central investe nas reservas? Então essa é uma questão que de alguma forma tangenciam a questão do Fundo Soberano, quer dizer, as reservas devem ficar no Banco Central, devem ser aplicadas de maneira prudente, sim, claro, mas quem decide, como decide? Eu não sei, talvez fosse um momento de aproveitar esse Projeto para fixar claramente essas questões das reservas. Certamente as reservas são parte do balanço do Banco Central, estão no ativo do Banco Central, evidentemente são as reservas do país que o Banco Central administra, elas são do país, mas tem essa questão de qual é a autoridade sobre as reservas. É autoridade fiscal, é o Banco Central, enfim, eu acho que talvez isso é uma questão a ser decidida. Eu me lembro da minha época de Banco Central que havia muita discussão na área jurídica do Banco Central sobre essa questão.

Enfim, eu acho que são os pontos aí que eu gostaria [soa a campainha] de me aludir para encerrar essa participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Apenas eu vou conceder a palavra ao ex-Ministro Mailson da Nóbrega, posto que suponho que foi ele que acabou a Conta Movimento. Eu não sei se é isso.

SR. MAILSON DA NÓBREGA: Não, eu poderia falar isso, mas na verdade a Conta Movimento, isso foi um tudo amplo feito pelo Ministério da Fazenda entre 1983 e 1984, eu fui o líder desses estudos, nele se envolveram cento e cinqüenta funcionários do Tesouro, do Banco Central, do Banco do Brasil, da então Secretaria de Planejamento da Presidência da República, eu acho que o Ministro Funaro tem um mérito indiscutível nesse processo porque nós levamos o tema ao Conselho Monetário Nacional daquela época, em dezembro de 1984, o Senador Dornelles era membro dessa Comissão, um ilustre membro dessa Comissão, o Conselho Monetário aprovou a extinção da Conta Movimento em dezembro de 1984, e o Deputado Elson Soares(F), do PMDB da Bahia, numa ação surpreendente, moveu uma ação popular contra as medidas que visavam a fortalecer o Congresso Nacional. Ele obteve uma eliminar de uma Juíza Federal de Brasília que determinou o arquivamento dos estudos. Esses estudos foram desarquivados pelo Ministro Funaro, por sugestão do então Secretário-Geral da Fazenda, o João Batista de Abreu, que viria a ser o Ministro do Planejamento, que havia sido escolhido pelo Ministro Dornelles para ser seu assessor econômico. O João Batista tinha sido membro desse grupo, tinha sido um dos líderes dos estudos e a ele coube chamar a atenção do Ministro Funaro de que aquele pagamento de Imposto de Renda do Banco do Brasil não representava ganho efetivo para o Tesouro porque ele era feito com recursos da Conta Movimento.

Mas a observação que eu queria fazer aqui, na verdade, era uma reflexão adicional sobre o Fundo Soberano. Se V. Exas. se lembram, um dos principais objetivos do Fundo Soberano, que o Ministério da Fazenda apregoava, era que ele seria utilizado como instrumento de desvalorização cambial, porque o Fundo Soberano adquiriria reservas de mercado. Em primeiro lugar, a importância desse Fundo Soberano para mudar a taxa de câmbio era praticamente nenhuma, na época, se nós considerarmos que o Banco Central adquiria reservas no mercado em quantidade muito superior a do Fundo Soberano. Eu me lembro na época que o Fundo Soberano poderia comprar, se totalmente aplicado em reservas, algo como 7 bilhões de dólares, que era a quantidade que o Banco Central poderia comprar no

mês, e isso não alterou a tendência da taxa de juros. O Banco Central comprava reservas no mercado para reduzir a volatilidade que caracterizava, que estava caracterizando a trajetória de valorização do câmbio. Ora, já não fazia sentido naquela época, hoje menos ainda, que a taxa de câmbio está, pelo que eu vi a pouco, R$ 2,36 por dólar. Então se o Fundo Soberano serviria para desvalorizar a moeda brasileira, atendendo a demandas do empresariado exportador, não faz também nenhum sentido por esse ângulo.

SR. ARMÍNIO FRAGA: Posso--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não.

SR. ARMÍNIO FRAGA: Só rapidamente, o Senador Tasso... Eu concordo com a linha geral do Gustavo nos comentários que ele teceu a respeito do uso, da administração das reservas em geral e o que é reserva e o que não é. Onde eu acrescentaria algo seria na linha de dizer que é legítimo o governo usar as reservas, se acumula, tem um custo até, um custo danado para se acumular essas reservas, os 13% de juros são a contrapartida do outro lado, mas serve para alguma coisa. Eu acho que usar partes das reservas, por exemplo, num momento de crise como o atual, onde o financiamento das exportações secou, pode ser uma das opções, que é contabilizada de forma legítima, dependendo do perfil de risco da operação isso pode ser ou não mantido como reserva. O que vale é que seja feito de forma transparente. Eu acho que seria razoável fazer, por exemplo, hoje no jornal eu li uma entrevista do Presidente Henrique Meirelles dizendo que ia usar as linhas que o FED ofereceu a quatro países, dentre eles o Brasil, se não me engano, Coréia, Cingapura, México, Brasil, para financiar as exportações. Eu acho perfeitamente razoável que isso seja feito e como isso vai ser contabilizado depende de como o governo montar a operação. Eu penso que nós temos total acordo em achar que isso deve ser feito. O Banco Central não deve ser transformado num banco que escolhe os vencedores, isso tem que ser terceirizado, feito de maneira institucional, competitiva, transparente, o que é fácil fazer e eu acho que seria assim que seria feito aqui.

Eu queria aproveitar, já que o Presidente me cedeu a palavra, rapidamente para dizer que eu acho muito importante a sugestão do Mailson de ou se eliminar ou se enxugar o Conselho Monetário. Eu tenderia a enxugar bastante, talvez não o eliminasse, porque eu entendo que algumas decisões do Banco Central têm impacto fiscal, como todos nós temos dito aqui, e acho que elas deveriam ser submetidas às autoridades fiscais. Talvez aí nesse sentido faça sentido um Conselho de três, com o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, por exemplo, se for necessário em algum momento uma operação na área financeira bancária que exija recursos públicos, isso não deveria ser uma decisão do Banco Central, deveria ser um decisão de governo e, nesse caso, a existência de um fórum poderia ser útil.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Inclusive no Projeto, até para não ser Conselho Monetário, para não se misturar com a política monetária, é o Conselho Financeiro, que ele perdeu aquele conceito rançoso que ele tinha de Conselho Monetário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria agora, antes de encerrar a presente reunião, de agradecer muito, nos sentimos muito sensibilizados, a presença do Presidente do Banco Central Dr. Henrique Meirelles, bem como do Dr. Mailson da Nóbrega, sócio da Tendências Consultoria e ex-Ministro da Fazenda, do Dr. Armínio Fraga, acionista do Grupo Gávea Investimentos e ex-Presidente do Banco Central, e também do Dr. Gustavo Loyola, que foi Presidente também do Banco Central. Ao agradecer a presença dos quatro, eu gostaria de dizer que expresso o sentimento do Plenário da Comissão e considero que tanto o Autor do Projeto, o Senador Arthur Virgílio, quanto o Relator da matéria, o Senador Antônio Carlos Júnior, receberam subsídios extremamente importantes para a conclusão dos trabalhos que estão realizando com relação à nova legislação sobre o tema.

Portanto, eu quero, encerrando essa Sessão, convocar uma Reunião para amanhã, às dez horas da manhã, hora regimental, conforme pauta que já foi inclusive distribuída com a devida antecedência aos titulares e suplentes da Comissão e, também, dizer que amanhã à tarde, às catorze horas, teremos uma Audiência Pública sobre o Projeto de Quotas que se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com vistas a instruir o Projeto que chegou há dias da Câmara dos Deputados.

Então eu quero, mais uma vez, agradecendo a presença de todos, não somente dos expositores, mas das Senadoras e Senadores, declarar encerrada a presente Reunião. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 17h23

ATA DA QUINQUAGÉSIMO SEGUNDO REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, E REABERTA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e trinta e três minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Marco Maciel, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Adelmir Santana, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior, Eduardo Azeredo, Epitácio Cafeteira, Osmar Dias, Inácio Arruda, Francisco Dornelles, César Borges, Expedito Júnior, Virgínio de Carvalho, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Serys Slhessarenko, Marina Silva e Ideli Salvatti, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Romero Jucá, Almeida Lima, Valter Pereira, Gilvam Borges, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e as Senadoras Kátia Abreu e Lúcia Vânia. Registra-se a presença do Senador Lobão Filho e da Senadora Fátima Cleide. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A Presidência suspende a presente Reunião às quatorze horas e cinqüenta e quatro minutos, e reabre às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e oito. Passa-se à primeira parte da Reunião destinada à realização de **Audiência Pública**, conforme Requerimento nº 40, de 2008-CCJ, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko e dos Senadores Demóstenes Torres, Paulo Paim e Cristovam Buarque, e Termos Aditivos, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres e da Senadora Serys Slhessarenko, para instruir o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2008** (PL Nº 00073/1999, na origem) – NÃO TERMINATIVO – "Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências" **Autoria:** Deputada Nice Lobão. **Relatoria:** Senadora Serys Slhessarenko. Com a presença dos convidados: André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, representante do Ministro da Educação, Fernando Haddad; Frei David Santos, representante do Educafro; Sérgio José Custódio, Representante do Movimento dos Sem Universidades (MSU); Yvonne Maggie, Professora Titular do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ; José Roberto Ferreira Militão, Advogado – AFROSOL-LUX– Promotora de Soluções em Economia Solidária; José Carlos Miranda, Coordenador do Movimento Negro Socialista; Jerson César Leão Alves, Coordenador do Movimento Nação Mestiça; Deise Benedito, Ativista dos Direitos Humanos e Igualdade Étnica. Justificou a ausência José Jorge, Professor da Universidade de Brasília, representante do Reitor da UNB, José Geraldo de Sousa Jr. Usam da palavra as Senadoras Serys Slhessarenko (Relatora), Marina Silva, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, os Senadores Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Demóstenes Torres, Lobão Filho, Virgínio de Carvalho e o Senador Marco Maciel, Presidente da CCJ. São aprovados os seguintes Termos Aditivos: **1) TERMO ADITIVO Nº 1 ao REQUERIMENTO Nº 40, DE 2008 –CCJ** – "Em aditamento ao Requerimento nº 40 da CCJ, requeiro, nos termos regimentais, na audiência pública com vistas a instruir a apreciação do PLC nº 180, de 2008, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (sobre cotas), a inclusão dos seguintes convidados: 1. Senhor José Carlos Miranda – Coordenador do Movimento Negro Socialista; 2. Senhor José Roberto Ferreira Militão; 3. Senhor Jerson César Leão Alves – Coordenador do Movimento Nação Mestiça; 4. Professora Yvonne Maggie – Professora titular do Departamento de Antropologia cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ." **Autoria**: Senador Demóstenes Torres. **Resultado**: Aprovado. **2) TERMO ADITIVO Nº 2 ao REQUERIMENTO Nº 40, DE 2008 –CCJ –** "Tendo em vista a impossibilidade de comparecimento do Doutor José Jorge, representante do Reitor da Universidade de Brasília, José Geraldo de Sousa Jr, indico o nome da Dra. Deise Benedito, Ativista dos Direitos Humanos e Igualdade Étnica para a Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2008 que 'Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências'." **Autoria**: Senadora Serys Slhessarenko. **Resultado**: Aprovado. A Presidência dá ciência do Relatório das Atividades desenvolvidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no ano de 2008: I – Principais deliberações: Projetos que alteram a legislação penal, processual penal e sobre segurança pública. Foram apreciadas 32 proposições que tratam do tema, das quais se destacam: a) a previsão de aplicação de receita de impostos para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública (PEC nº 22, de 2001); b) a previsão de realização excepcional de interrogatório do acusado preso por videoconferência (PLS nº 679, de 2007); c) a tipificação dos crimes de exploração de jogos de azar (PLS nº 274, de 2006); de peculato-uso (PLS nº 194, de 2006) e de afirmação falsa ou negação da verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou CPI (PLS nº 226, de 2006); d) a fixação de novas condições para

a interceptação telefônica, informática e telemática (PLS nº 525, de 2007); e) a separação, em salas próprias, das testemunhas arroladas pelo Ministério Público daquelas arroladas pela defesa (PLC nº 93, de 2004); f) a regulamentação do emprego de algemas no território nacional (PLS nº 185, de 2004); g) a vedação à apresentação das razões da apelação diretamente na instância superior (PLS nº 98, de 2004); h) a agravação da pena no caso de a vítima ser policial de carreira no exercício da função ou em razão dela (PLS nº 88, de 2007); i) a instituição do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e proteção de acusados ou condenados que tenham prestado colaboração à investigação policial e ao processo criminal (PLC nº 86, de 2007); j) a autorização para que sejam instaladas salas de aula nos presídios (PLS nº 217, de 2006); k) a criação do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade (PEC nº 5, de 2007); l) a tipificação de crimes na área de informática (PLC nº 89, de 2003, e projetos apensados); m) normas sobre transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima (PLC nº 9, de 2008).

Proposições que alteram a legislação eleitoral e partidária. Foram apreciadas 37 proposições sobre o tema, entre as quais se destacam: a) a fixação de vedações à propaganda partidária e de condições de acesso gratuito ao rádio e televisão pelos partidos políticos (PLS nº 576, de 2007); b) a necessidade de licença do chefe do Poder Executivo que dispute a reeleição (PEC nº 65, de 2007); c) a alteração da data da posse dos Chefes do Poder Executivo para 2 de janeiro do ano seguinte ao das eleições (PEC nº 51, de 2006); d) a autorização para que partidos se organizem em federação, com o fim de assegurar o funcionamento parlamentar (Emenda de Plenário nº 3, na forma de Subemenda-CCJ, à PEC nº 2, de 2007); e) a redução do número de suplentes de Senador para 1, vedada a eleição de cônjuge, parente consangüíneo ou afim, ou por adoção, do titular. Além disso, o suplente convocado exercerá o mandato até a eleição geral ou municipal mais próxima (PEC nº 11, de 2003, e proposições apensadas); f) a determinação à Justiça Eleitoral para que informe o nome dos candidatos condenados em primeira instância (PLS nº 255, de 2006).

Proposições sobre temas relacionados à Administração Pública e à Organização do Estado. Foram apreciadas 68 proposições, entre as quais destacamos: a) PEC nº 12-A de 2004, que convalida os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento dos Municípios; b) PEC nº 20, de 2008, que trata das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais; c) PEC nº 36, de 2008, que estende o direito à paridade às pensões derivadas dos proventos de servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria na data da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003; d) PLS nº 179, de 2008, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público; e) PLS nº 217, de 2008, que altera a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, para estabelecer periodicidade nas audiências públicas e identificar as demandas sociais; f) PLS nº 35, de 2004, que trata do período mínimo de interdição e prevê hipóteses de aplicação de sanções administrativas àqueles que exerçam atividades relacionadas ao abastecimento nacional de combustíveis; g) PLS nº 500, de 2007, que institui o cadastro nacional de fornecedores suspensos de participar de licitações e contratar com a administração pública; h) PLC nº 129, de 2008, que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal, que foi transformado na Lei nº 11.798, de 2008; i) PLC nº 119, de 2006 – Complementar, de autoria do Poder Executivo, que institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (SUDECO); j) PEC nº 12, de 2006, e proposições apensadas, que tratam dos precatórios, tendo sido aprovado substitutivo que institui, entre outras medidas, preferência, no pagamento de precatórios alimentícios, aos que tenham 60 anos ou mais, e fixação do prazo de até 12 anos para quitação, pelos entes federados, de precatórios vencidos; k) PLC nº 98, de 2002, e proposições apensadas, que tratam da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, e respectivas emendas de Plenário; l) Treze proposições relacionadas à organização judiciária, com destaque para o PLC nº 107, de 2007, que institui requisito para investidura no cargo de Oficial de Justiça; a Emenda de Plenário nº 2 à PEC nº 22, de 2006, que modifica a composição do CNJ; e os projetos que criam cargos em diversos tribunais; m) PEC nº 49, de 2003, que veda o nepotismo na administração pública; n) Substitutivo da Câmara ao PLS nº 59, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial dos Educadores Públicos; o) Substitutivo da Câmara ao PLS nº 145, de 2004, que estabelece prioridades na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos.

Proposições para aperfeiçoar o processo legislativo e alterar a competência das Casas Legislativas. Foram apreciadas 4 proposições, com destaque para a PEC nº 57, de 2005, que permite a apreciação dos vetos separadamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e para a PEC nº 3, de 2003, que faculta às Comissões das Casas Legislativas o poder de solicitar informações.

Proposições para aperfeiçoar a legislação tributária; civil; processual civil e comercial. Foram apreciadas 22 proposições,

com destaque para: o PLS nº 368, de 2007, que extingue o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança; o PLS nº 317, de 2008, que permite a dedução de despesa com aluguel de imóvel residencial do Imposto de Renda da Pessoa Física; o PLC nº 15, de 2005, que estabelece critérios para interposição do agravo retido e do agravo de instrumento; o PLC nº 117, de 2007, que estabelece procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ; a PEC nº 96, de 2003, que trata da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no âmbito da educação; e o PLS nº 392, de 2007, que concede incentivos fiscais aos Estados para obras de infraestrutura. 36 proposições relacionadas a trânsito, aeronáutica, turismo, defesa do consumidor, educação, defesa da criança e do adolescente, cultura, comunicação, ciência e tecnologia, entre as quais destacamos o PLC nº 177, de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e a PEC nº 24, de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional. Cinco proposições relacionadas à saúde, seguridade e previdência social e direitos sociais, com destaque para: a PEC nº 100, de 2007, que autoriza a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos; e a PEC nº 64, de 2007, que aumenta o período da licença à gestante para 180 dias. Quatro proposições relacionadas à ordem econômica e financeira e ao desenvolvimento regional, com destaque para o PLC nº 90, de 2007, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. Foram aprovados, ainda, três projetos que tramitam em conjunto sobre medicamento genérico de uso veterinário e um requerimento sobre o PLS que extingue o Exame de Ordem necessário à inscrição como advogado na OAB (PLS nº 186, de 2006) encaminhado à Comissão de Educação. II –243 proposições apreciadas, na seguinte conformidade: a) 168 Projetos de Lei e Emendas a projetos (PLS, PLC, emendas da Câmara e emendas de Plenário); b) Sete Substitutivos da Câmara dos Deputados a projetos de lei do Senado; c) 40 Propostas de Emenda à Constituição e emendas à PEC;

d) Dois Projetos de Resolução do Senado; e) Dois Projetos de Decreto Legislativo e 1 Recurso; f) Oito decisões terminativas da CCJ para suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF, em recurso extraordinário (efeito erga omnes); g) Nove indicações de autoridades para cargos sujeitos à aprovação prévia do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, da Constituição Federal (1 para o TST, 3 para o CNJ, 1 para o CNMP, 4 para o STJ, entre os quais a indicação do Ministro Gilmar Mendes para a Presidência do CNJ); h) 40 requerimentos da CCJ e respectivos aditivos e 3 requerimentos, com destaque para o de nº 14, no sentido da criação do segundo grupo de trabalho, composto de 5 membros, para dar continuidade às discussões, apresentação e votação de proposições que tratam da reforma processual penal; i) Nove audiências públicas, que visaram à instrução das seguintes proposições: PEC nº 31, de 2007, que institui o sistema parlamentar de governo; PLC nº 27, de 2008 (Projeto do Sacoleiro); PEC nº 53, de 2007, que extingue o instituto do terreno de marinha; PEC nº 12, de 2006, e proposições apensadas (PEC dos precatórios); PLC nº 35, de 2007, que trata da inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova em caso de delitos que tenham como vítima ou testemunha criança ou adolescente; PLS nº 607, de 2007, que regulamenta a profissão de Analista de Sistemas e correlatas; PLS nº 78, de 2006, que estabelece punições para violações às normas sobre pesquisas que envolvem seres humanos; e PLS nº 102 de 2007, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional, e tramita em conjunto com o PLS nº 72, de 2007 – Complementar, que dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil. j) Duas petições; k) Quatro emendas ao projeto de lei orçamentária anual e cinco emendas à lei de diretrizes orçamentárias. A Presidência declara encerrada a Reunião às dezoito horas e dezessete minutos, ficando adiados os demais itens constantes da segunda parte da Pauta, a saber: **1)** Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 715, DE 2007; **2)** PEC Nº 43, DE 2003 (tramita em conjunto com a PEC Nº 20, DE 2006 e com a PEC Nº 8, DE 2007); **3)** PLC Nº 125, DE 2006; **4)** PLS Nº 194, DE 2008; **5)** PLC Nº 104, DE 2006; **6)** OFS Nº 5, DE 2002; **7)** PLC Nº 180, DE 2008; **8)** PLS Nº 51, DE 2006; **9)** PLC Nº 153, DE 2008; **10)** PLS Nº 38, DE 2007; **11)** PLS Nº 359, DE 2007; **12)** PLC Nº 110, DE 2008; **13)** PLS Nº 228, DE 2006; **14)** SCD Nº 138, DE 2006; **15)** PEC Nº 19, DE 2003; **16)** PEC Nº 30, DE 2003; **17)** PLC Nº 115, DE 2007; **18)** PLS Nº 61, DE 2008; **19)** PLS Nº 44, DE 2007; **20)** PLS Nº 213, DE 2005; **21)** PLS Nº 30, DE 2008; **22)** PLS Nº 613, DE 2007; **23)** PLS Nº 152, DE 2003; **24)** PLS Nº 175, DE 2004; **25)** PLS Nº 535, DE 2003; **26)** PLS Nº 297, DE 2008; **27)** PLS Nº 112, DE 2008; **28)** PLS Nº 359, DE 2004; **29)** PDS Nº 385, DE 2003; e, para constar, eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **MAR-**

CO MACIEL, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Minhas senhoras e meus senhores, eu gostaria de trazer algumas informações. Como sabem, os aqui presentes, e os que desconhecem as nossas regras de trabalho, nós estamos... Hoje tínhamos convocado uma reunião da Comissão, uma reunião ordinária que se realiza habitualmente toda quarta-feira, a partir das 10 horas, mas a reunião não pôde se realizar, embora contasse com a assinatura de 14 Senadores, quer dizer, mais do que e suficiente, porque nós só podemos com deliberar com pelo menos 12 Senadores, mas temos 14 assinaturas aqui, que se encontram à Mesa, mas nós conseguimos, não pudemos fazer a reunião porque havia uma reunião do plenário do Senado Federal, e posteriormente, uma reunião do Congresso Nacional.

A reunião do Congresso Nacional é a reunião das duas Casas conjunta; Câmara e Senado. A reunião do Senado era para deliberar sobre a ordem do dia do Senado, que é uma ordem do dia bastante extensa, em função de termos, de acordo com a Constituição, somente até o dia 22 de dezembro para deliberações. E dificilmente na segunda-feira, 22, na segunda-feira, dificilmente nós vamos ter quorum para deliberar.

Então, eu não pude fazer a reunião, embora estivesse aqui, no plenário do Senado, eu não pude fazer a reunião porque a Comissão de Constituição e Justiça, nenhuma outra Comissão pode se reunir sem que haja, ou melhor, não pode se reunir, havendo sessão do Senado Federal ou do Congresso Nacional, que como eu disse a sessão do Congresso Nacional é, para traduzir melhor, é reunião que compreende a participação conjunta de Câmara e Senado, e geralmente, se realiza no plenário do Senado... Perdoe. E que geralmente se realiza no Senado da Câmara dos Deputados. Salvo em casos excepcionais, as reuniões do Congresso são realizadas no Senado Federal. Excepcionalmente. A praxe é que seja realizada na Câmara dos Deputados. Então eu não poderia fazer a reunião.

Bom, agora a reunião do orçamento não começou a hora prevista porque, pelo que eu sei, ainda não há um acordo com relação à votação do orçamento. A Comissão Mista do Orçamento, a CMO está reunida e ainda não há um acordo. Mas a Comissão espera produzir seu parecer ainda hoje à tarde. Uma vez terminada a reunião do Congresso Nacional, retomaremos a reunião do Senado Federal, da pauta do Senado Federal. Então, eu não posso fazer a reunião enquanto não terminar a sessão do Congresso e ou a sessão do Senado Federal. O que eu estou imaginando, mas aí teria que conversar com o Presidente do Senado, é se poderíamos fazer uma reunião extraordinária amanhã de manhã. Isso, naturalmente, eu teria que conversar com o Presidente do Senado, mas acho que não vai haver impedimento. Há uma outra Comissão que se reunirá amanhã de manhã, que é a Comissão de Relações Exteriores Defesa Nacional, Comissão da qual sou titular. Mas não haveria dificuldade porque as Comissões podem se reunir simultaneamente. Quanto a isso não há nenhuma dificuldade.

A única coisa que eu não posso garantir é que amanhã não tenhamos uma sessão do plenário, pela manhã. Como sabem, os que aqui são mais assíduos, as sessões plenárias do Senado são abertas às 14 horas. O mesmo semelhante ao que acontece na Câmara. Então, a reunião amanhã do Senado seria a partir das 14 horas, mas isso não impede que o Presidente do Senado, em havendo pauta a votar, e tendo em vista a proximidade do recesso que o Presidente do Senado convoque uma reunião extraordinária pela manhã, como aconteceu hoje. Aliás, a de hoje é a continuação da de ontem, o Presidente não encerrou a sessão, suspendeu a sessão e convocou a continuidade para hoje de manhã.

Então, eu gostaria de dizer aos que vieram, os convidados para Audiência Pública, que a minha idéia é a seguinte: fazermos... Tentarmos fazer Audiência Pública amanhã de manhã; acho que para isso não teria dificuldade nenhuma, porque é praxe as Comissões se reunirem concomitantemente, e, inclusive, nós somos, às vezes membros de duas ou três Comissões que se reúnem, simultaneamente, eu não vejo nenhuma dificuldade. Então, nós poderíamos fazer a Audiência Pública. E à tarde, eu gostaria de fazer a reunião ordinária da Comissão de Constituição de Justiça e Cidadania, para apreciar a pauta da sessão de hoje que não pôde ser apreciada.

O que pode acontecer que eu até gostaria que não acontecesse, o que pode acontecer é que o Presidente do Senado amanhã não faça a reunião de manhã, mas queira fazê-lo à tarde. Aí nós poderíamos fazer a Audiência Pública de manhã, mas não poderíamos fazer a reunião ordinária, ou melhor, a reunião extraordinária da Comissão de Justiça, à tarde. Isso é algo que não posso prever. Até gostaria de que isso fosse possível, porque, realmente, acho pouco provável termos... Eu gostaria de chamar a Senadora Serys Slhessarenko, para vir aqui, ela é relatora inclusive do projeto. Eu despachei o processo, tão logo recebi a designando como relatora, então, como ela se encontra aqui presente, eu gostaria que ela participasse, ela que conhece bem os procedimentos aqui da casa.

Então, a minha idéia era a amanhã de manhã, fazer uma reunião ordinária, ou melhor, fazer uma reunião

da Comissão para Audiência Pública, e à tarde, se não houver reunião do plenário, porque o plenário, como diz o regimento é soberano, quer dizer, se o plenário está reunido a Comissão não pode se reunir. Então, se não houver reunião ordinária do Senado amanhã à tarde, nós poderíamos fazer uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Era essa a minha idéia; tentando harmonizar as dificuldades com as quais eu me deparo. Aliás, não somente eu, mas como a Comissão. 14 Senadores, como eu disse, assinaram o livro, eu até posso... Bom, então, 14 Senadores assinaram.

A assessoria aqui está sugerindo uma providência de ordem regimental, mas que é importante, é que eu considere aberta a reunião, e como nós não podemos deliberar agora, os que assinaram hoje, os 14 Senadores que assinaram hoje, eles estão aqui, essa reunião continuaria válida para amanhã de manhã. Então, como nós não podemos deliberar porque há uma vedação regimental expressa... Eu tenho texto aqui das normas regimentais, isso vale tanto para o Congresso quanto para o Senado. Então, como nós não podemos deliberar com o Congresso reunido e ou o Senado reunido, nós consideraríamos aberta a presente reunião, e a presença seria contada como válida para a reunião de amanhã. Como aconteceu no plenário do Senado ontem. A presença dada ontem está valendo para hoje. Eu não precisei dar nova presença hoje, porque ontem já tinha comparecido a reunião plenária; eu já tinha recitado a minha presença, a mesma aconteceu com a Senadora Serys. Como eu tenho hábito, quando chego no plenário, dar logo a presença, o terminal acusou: "O senhor já estava presente". [risos].

Porque realmente a presença de ontem já estava valendo e realmente o equipamento se recusava a registrar a minha presença hoje. E aí depois veio a resposta do terminal: "Sua presença já está registrada". Aí eu me lembrei que de fato quando assinei a presença, quando coloquei a presença ontem, e como o computador continuou ligado, com os 77 Senadores presentes, então, continua valendo até hoje.

Então, é esse o procedimento que eu gostaria de fazer. Isso eu vou conversar com os Senadores e Senadoras, alguns já sabem dessa minha disposição, mas os senhores como são convidados e que muitos, não são todos, mas como muitos não estão aqui todo dia, talvez desconheça essas regras regimentais. Eu também me considero numa posição pouco incômoda, porque é o seguinte: eu como Presidente da Comissão – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania – e como a minha formação é no campo jurídico, eu sou advogado, formado, minha área de especialização é o direito público, modo especial direito nacional público; estou licenciado, não estou dando aulas, já há algum tempo, desde que fui eleito primeiro mandato, aqui para Brasília, mas a minha área é essa. Então, eu me sinto obrigado a cumprir e dar o exemplo cumprindo a legislação. Quer dizer, não somente a parte da Constituição, até mesmo, nosso regimento interno. Então, o que eu posso fazer, conciliando aqui as dificuldades com as quais nós nos deparamos, é justamente isso.

Vamos ter essa reunião do Congresso agora para votar o regimento. Estimo que ela não demore muito, mas ninguém pode prever. Pode não haver acordo, pode haver pedido de... Pode haver apresentação de emendas, etc. Eu não posso fixar horário. Mas terminada a reunião do Congresso Nacional se iniciará uma reunião do Senado Federal, que eu não posso estimar também até que horas nós iremos. Mas uma coisa que nós poderíamos deixar acertada é pelo menos era a reunião de amanhã de manhã para fazermos a Audiência Pública. E se tudo correr a contento, se não houver reunião à tarde do Senado Federal, ou se houver sem ordem do dia, se houver sem ordem do dia, não havendo ordem do dia, eu posso fazer uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. É isso que eu posso ver, porque sexta-feira pouco provável nós tenhamos quorum. Mesmo porque habitualmente as sextas-feiras, as sessões... As sessões são não-deliberativas. A mesma ocorre com as segundas-feiras. As sessões não são deliberativas. As sessões se realizam para discursos, comunicações, apresentações de proposição etc. Mas não são deliberativas.

São essas as colocações que gostaria de fazer para os integrantes, os que foram convidados para Audiência Pública, etc. Por outro lado também, eu considero que essa matéria, pela sua transcendência, pela sua importância é uma matéria que melhor estará instruída se precedida de uma Audiência Pública. Há matérias que nós já fazemos mais de uma Audiência Pública. Eu vou dar um exemplo: ontem nós fizemos uma Audiência Pública sobre a autonomia do Banco Central, indiretamente sobre a questão do fundo soberano. Mas essa foi a segunda Audiência Pública que nós fizemos sobre esse tema. Semana passada nós fizemos uma reunião com dois expositores, dois economistas com posições divergentes, e ontem, fizemos uma reunião com o Presidente do Banco Central, o ex-Ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, o ex-Presidente do Banco Central, Gustavo Loyola. E ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga, e foi uma reunião muito boa, mas também sobre esse mesmo tema.

Então, é um tema importante, nós fizemos duas Audiências Públicas. Quando houve o debate sobre CPMF nós fizemos, acho que três ou quatro Audi-

ências Públicas, porque são matérias relevantes. Eu considero essa matéria também, por ser uma matéria relevante demandaria pelo menos uma Audiência Pública, senão, duas Audiências Públicas. Mas agora reconhecemos que o prazo está muito reduzido. Tendo em vista porque... Tendo em vista que o projeto só chegou da Câmara no dia 26 de novembro. Então, só repetindo mais uma vez, então, o que eu tive pensando para conciliar os interesses em jogo, e sem sacrificar a adequada instrução do projeto, é justamente isso: tentar... Porque acho também, eu devo dizer o que eu penso sobre esse tema, acho improvável nós terminarmos, não temos sessão deliberativa hoje do Senado, depois da reunião do Congresso, tendo em vista as matérias que estão na ordem do dia. Então, o que nós temos é o espaço de amanhã de manhã, para a Audiência Pública. E tentarmos à tarde--

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Termos a reunião. O senhor disse não termos. É temos a reunião do Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim. A reunião do Congresso já está ocorrendo.

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Não, do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Do Senado, terminada a reunião do Congresso, começa a sessão do Senado ordinária, mas deliberativa. Então, o que nós podemos ter é a expectativa de amanhã de manhã.

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Só se pudesse, de repente, terminada a Audiência Pública já votar amanhã de manhã. O risco é não ter quorum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas enfim, são umas coisas que eu não posso prever muito o futuro. Assim, quer dizer, apesar do futuro de curto prazo. Mas nós estamos com essa questão, por exemplo, a questão orçamentária, é uma questão que tem uma certa relevância, que geralmente os orçamentos são elaborados e devem vigorar a partir de 1 º de janeiro do exercício seguinte. Quer dizer, então, o certo, o ideal até para imagem do Congresso, é que nós pudéssemos aprovar o orçamento ainda hoje ou amanhã, porque ele começa a vigorar, ou deveria começar a vigorar no dia 1 º de janeiro, do próximo exercício financeiro. Mas isso diz respeito à pauta do Congresso. Eu me refiro agora no que diz respeito à pauta do Senado.

A pauta do Senado nós poderíamos fazer amanhã, essa reunião de Audiência Pública, e à tarde tentarmos fazer uma reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça para apreciar itens que constam da ordem do dia. Então, vou declarar suspensa a presente reunião e não vou declarar encerrada a reunião, para que amanhã nós tenhamos a possibilidade da fazer, quando nada, Audiência Pública. Eu não sei se a Senadora Serys quer acrescentar mais alguma observação.

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Só uma palavrinha, Presidente, senhores e senhoras. O Presidente Senador Marco Maciel, ele tem razão, realmente a pauta está complicadíssima, muita coisa, está acontecendo a reunião do Congresso, e imediatamente, vai começar a reunião do Senado que deve passar, pelo que tudo indica, não é só o dia, à noite. É à noite também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Desculpe interromper. Ontem, nós tínhamos 161 itens. Votamos uns quatro ou cinco.

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Ah, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E temos Medidas Provisórias. Então...

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Trancando pauta. Está dito tudo... [risos].

Tem Medida Provisória trancando pauta. Ontem, todos esses itens nós conseguimos votar um item, um projeto só. Então, hoje e a amanhã deve ter muita coisa para ser votada. Deverá ter outra reunião do Congresso, além dessa que está acontecendo agora, por conta de uma série de matérias e principalmente por conta do orçamento, que tem que ser o Congresso que aprova. Mas, independente disso, eu acho que o Presidente coloca aqui a possibilidade dessa Audiência Pública amanhã, pela manhã, e à tarde votação na CCJ. Eu estava até propondo para ele, baixinho aqui, se não seria possível fazer a reunião da CCJ ato contínuo à Audiência Pública, porque aí a gente asseguraria.

[palmas].

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pode se tentar, não é, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Acolhendo a sugestão da Senadora Serys, nós poderíamos fazer a primeira parte com Audiência Pública, a segunda parte para reunião extraordinária da Comissão. Agora, eu também não... Eu quero ter o cuidado, eu quero ter o cuidado de dizer que em qualquer hipótese nós corremos risco de ter uma plenária do Senado, à tarde. E aí realmente eu não quero que... Eu quero que os senhores saibam bem as limitações com as quais estou operando. Porque eu acho que a palavra para mim, é algo que eu zelo muito. Então, não quero gerar uma expectativa e depois não conseguir

realizá-la. Mas essa hipótese que ela levanta é uma hipótese viável.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Desde que não temos essa dificuldade a amanhã.

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pode ter sessão de manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Então eu vou declarar suspensa a presente reunião e continuarei aqui no Senado. Aliás, eu cheguei de manhã cedo, e cheguei aqui à 1h10 da tarde, bem antes da hora aprazada para a Comissão, mas já estava reunido o Congresso Nacional. Então, está encerrada a presente... Encerrada, não, está suspensa a presente sessão.

SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Que é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E ficando convocada a reunião para Audiência Pública amanhã a partir das 10 horas. A partir das 10 horas.

Sessão suspensa às 14h54.

Sessão reaberta no dia 18 de dezembro às 10h29.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Bom, eu gostaria de iniciar a presente reunião, convidando os expositores, para que nós possamos iniciar a audiência pública.

Eu gostaria... Agora, eu vou convidando dois a dois, para a mesa, e também convidar a relatora, Senadora Serys. Agora, eu gostaria de atualizá-los sobre o que aconteceu ontem, de ontem até este momento. Eu tinha dito que iríamos ter uma reunião plenária do Senado, que houve, e iríamos ter uma sessão do Congresso, para votar o orçamento, que não houve, porque a proposta orçamentária não obteve um acordo.

Então, a reunião do Congresso que haveria ontem, para aprovar a proposta orçamentária, para o exercício de 2009, não ocorreu e vai ocorrer daqui a pouco minutos, está prevista para 11 horas.

Então, eu faço esse esclarecimento, para dizer o seguinte: eu conversei com a Secretaria Geral da Mesa da Presidência, e, enquanto não começar o trabalho de deliberação da Comissão, eu convidaria a relatora Senadora Serys, que sentasse aqui à minha direita. Então, eu conversei com a Secretaria Geral da Mesa da Presidência...

Então, conversei com a Secretaria Geral da Mesa, e ficou estabelecido que nós poderíamos ir fazendo a reunião, até que começasse o processo de votação. Começando o processo de votação, nós vamos ter que suspender, porque é uma imposição do regimento interno, não pode haver concomitância entre a reunião da Comissão e a reunião do Plenário. A soberania é do Plenário.

Então, o que acontece é que as comissões não podem deliberar, se o Plenário estiver deliberando. Mas, se isso acontecer, e ainda é possível que aconteça, nós suspenderemos a reunião, porque, ontem, eu conversei com membros da Comissão de Orçamento, a Senadora Serys é da Comissão, eu não sou, mas ela o é. Então, eu conversei com membros da Comissão, e me disseram que houve um acordo. Se esse acordo realmente ocorreu, então, é possível que a votação seja rápida, não tenha verificação, etc.

Então, se interrupção houver, e acho que ocorrerá, não deve ser uma interrupção muito longa. Eu não sei se a Senadora Serys, que está chegando agora, concorda com o que eu estou dizendo. Se isso é "vero".

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Presidente, só tentando responder se é "vero" ou não [risos], a gente não sabe, porque é meio complicado. Às vezes, a coisa parece que vai ser rápida, e demora; e, às vezes, parece que vai demorar, e é rápida.

Então, a informação que eu tenho, também, é que poderá ser rápida, só que já abriu, só que não abriu a ordem do dia. Então, depois que abrir a ordem do dia, é que a gente pode sentir se vai ser mais rápido ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, por isso que... Enquanto não começamos a ordem do dia, nós vamos começando a nossa audiência. Também devo dizer o seguinte: nós terminamos a reunia, ontem, eu acho que por volta de 6h30, 7 horas da manhã--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Hoje, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --de hoje. Aí eu acho foi o mesmo caso da Senadora Serys, quando cheguei em casa, aí fui ver se comia alguma coisa, que eu não tinha jantado, mas isso não é tão importante, mas aí me deitei por alguns minutos, talvez uma hora, uma hora e pouco, e estou de volta.

Então, eu vou convidar, agora, então, pela lista para que venham à mesa; como são dez convidados, não sei se isso corresponde ao que consta aqui. Então, são dez os convidados. Eu vou chamar um de cada lado, para com isso estabelecer uma paridade de tratamento.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então... Pois não.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mas são cinco de cada lado?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Cinco de cada lago. Segundo me falaram é assim. Não é isso, Edmilson? Falaram-me que sim. Então... Pois não?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Se não for, como que a gente vai fazer?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não, mas me disseram que sim. Então, eu chamaria, por exemplo, o Secretário de Educação Continuada. Não chegou ainda. Bom, então, chamaria o professor... Também não chegou. O Frei David Santos. Então, chamaria o Frei David Santos, que está presente, eu já o vi, que é representante da EDUCAFRO e, depois, a Dra. Yvonne Maggie, que é professora titular do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Então, eu gostaria de convidar e apreciaria se a Senadora Serys continuasse, aqui, posto que ela é relatora da matéria, presente, se tiver condições de permanecer.

Então, eu vou fazer o seguinte: eu vou, então, convidar que a senhora... Então, vamos pedir para sentar. Eu estou sendo solicitado a ir à Comissão de Infra-Estrutura, para que possa abrir a reunião da Comissão de Infra-estrutura. Mas eu vou, então, já... Já à mesa se encontram o Frei David Santos, representante a EDUCAFRO, e a Dra. Yvonne Maggie, que eu já anunciei. E vou ficar, talvez, cinco minutos fora e vou passar, então, a Presidência à Senadora Serys Slhessarenko, e, em cinco minutos, eu volto.

E eu começaria, então, solicitando à Senadora Serys, que já conceda a palavra ao primeiro expositor.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Desculpem, mas estão funcionando quatro comissões, ao mesmo tempo, e a coisa está muito difícil. Passamos a palavra, por 20 minutos, ao Frei David Santos, representante do Educafro, e, logo após, à Dra. Yvonne Maggie, professora titular do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais do UFRJ. Frei David, com a palavra, por 20 minutos, por favor.

SR. FREI DAVID SANTOS: Obrigado, Senadora Serys. Parabenizo todos os senadores, todos os presentes, o povo que está militando e lutando por seus direitos, as vítimas do Plano Collor, demais irmãos e irmãs aí da luta do negro, dos indígenas e dos pobres em geral.

Iniciando, portanto, nós entendemos que o Senado está de parabéns, por abrir o seu coração, para ouvir o drama do povo. E eu procurei colocar em uma exposição, que é esse slide, que eu peço, então, que a equipe de assessoria comece já a passar o slide seguinte.

Uma boa notícia. Eu quero abrir dando uma boa notícia: por 54 votos a favor e apenas dois votos contra, os corajosos deputados do Rio de Janeiro aprovaram a continuação da Lei de Cotas no Estado do Rio de Janeiro, para as três universidades estaduais.

O corte étnico foi experimentado com seriedade, pelos deputados do Rio, concluíram que não houve um, sequer, milímetro acima de conflitos raciais, do que os apregoados por aqueles que não querem um Brasil diversificado, um Brasil integrado.

Portanto, essa é a grande boa notícia: o Rio de Janeiro, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e demais universidades fizeram o corte étnico, implantaram, avaliaram e concluíram que o mesmo índice de conflito racial que tinha na sociedade do Rio de Janeiro manteve com a cota racial, a cota étnica, naquela universidade.

A nova Lei de Cotas, não mais por cinco anos, e, sim, por dez anos. Os deputados do Rio, do DEM, do PSDB e demais partidos reconheceram que a Lei de Cotas estava atendendo a uma realidade, a uma demanda do povo, e decidiram não mais fazer por cinco anos. Tamanha a qualidade do trabalho, decidiram colocar por dez anos.

Os deputados do Rio, portanto, foram corajosos e conscientes. Eles acompanharam e confirmaram que aumentou a integração entre brancos, índios e negros, depois da implantação da lei; que os cotistas estão tendo excelentes desempenhos acadêmicos.

A pergunta é: por que os contrários às cotas não citam nunca, na suas falas, em suas exposições, os dados positivos do desempenho dos cotistas? Por que, gente, que os contrários às cotas nunca dizem que os alunos não-cotistas estão abandonando mais as faculdades do que os alunos cotistas? Por que não citam isso? Por que não citam que, em medicina, a nota de corte dos alunos cotistas negros é superior aos demais? Na verdade, se alguém teria que estar na parede, aqui, no Brasil, com referência ao ingresso na universidade, é a classe média, que ocupa as vagas públicas, e não estão tendo qualidade acadêmica.

Parabenizamos a Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro, o Governador Cabral, por terem assinado junto essa proposta. Parabenizamos todos os partidos do Rio de Janeiro, e, principalmente, o PSDB e o

DEM, dois partidos que, no Rio, tiveram a capacidade de entender o clamor do povo e votaram a favor do povo nessa questão. Foram 54 votos contra apenas dois votos. Temos certeza de que o DEM, o PSDB e outros partidos, atuantes aqui no Senado, darão esta alegria aos pobres, aos indígenas e aos afros do Brasil, neste ano que lembramos os 120 anos de abolição, e votarão a favor deste projeto pluriétnico.

Aí vocês estão vendo fotos dos alunos do Brasil inteiro, alunos brancos pobres, alunos negros e alunos indígenas pobres, que estão lutando por um Brasil melhor, um Brasil equilibrado... [interrupção no áudio], onde brancos e negros têm igual acesso aos trabalhos.

Nós estamos aguardando, então, agora, a imagem retomar.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Frei David, eu queria fazer uma observação, que não a fiz antes, no início dos trabalhos. É o seguinte: é que vamos fixar um tempo igual para cada lado. Mas, também, eu quero dizer que esse tempo não pode ser uma coisa muito rigorosa, porque, para que cada um possa expor tranqüilamente, sem tensão, sem estresse.

SR. FREI DAVID SANTOS: Ótimo! Que bom!

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, eu não sei se são dez expositores, se todos vierem. Então, se estabelecer, não sei se 15 minutos é suficiente.

SR. FREI DAVID SANTOS: Eu estou trabalhando com 20 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, pois não. Então, 20 minutos fica uma coisa razoável.

Eu só quero apenas, também, dizer que, eventualmente, eu posso ter que me retirar, mas aí a Senadora Serys supre a minha ausência, e pode ocorrer uma interrupção, em função do orçamento. Eu faço questão de dizer isso, por conta de uma imposição regimental [soa campainha]. Mas continua com a palavra o Frei David.

SR. FREI DAVID SANTOS: Vemos outra foto, que correu o mundo inteiro, onde jovens negros lutaram pelas cotas na UERJ, e, hoje, é um sucesso no Brasil inteiro essas cotas.

A Lei 73/99 chega ao Senado com o nº. 180. É hora de os senadores investirem num Brasil onde todas as etnias possam ter oportunidades iguais. Senador Marco Maciel, meu irmão, 97,3% do povo afro-brasileiro não teve acesso, até hoje, às universidades.

A nossa pergunta é? Isso é justo? Mais ou menos, Senador, 95% dos estudantes de medicina do Brasil, das federais, são euro-descendentes; 95% das vagas da medicina no Brasil são ocupadas por euro-descendentes. Isto não é um racismo? Não é uma discriminação estrutural, ao contrário, contra os nossos irmãos negros e indígenas?

Para igualar o número de médicos negros aos de brancos seria necessário, Senador, que, durante 25 anos, todas as faculdades de medicina no Brasil não aceitassem mais nenhum estudante branco, só aceitasse estudantes negros. Se assim fizesse, por 25 anos, após esse fato, no Brasil, o número de médicos negros e médicos brancos seria igual, tamanha, Senador, é a injustiça que vivemos no Brasil.

Segundo o IBGE, negro no Brasil é maioria; segundo o IBGE, agora, em outubro deste ano, a população branca atingiu a 49,4%; e os afros, a 49,7%. Isso pela primeira vez, em 50 anos. Já fomos maioria, caímos, depois da vinda dos europeus pobres, para o Brasil, e, agora, segundo o IBGE, a população afro-brasileira voltou a ser maioria, somos 49,7%.

É bom lembrar que o IPEA acabou de fazer uma pesquisa que me preocupa muito, e tenho certeza de que todos os senadores que estão ouvindo, pela TV Senado, nos seus gabinetes, essa exposição, vão também ficar preocupados. Segundo o IPEA pesquisou em 97 e repetiu em 2007. Qual foi a pesquisa? O IPEA pesquisou o número de pessoas se formando nas universidades brasileiras. Segundo o IPEA, em 97: brancos formados foram 9,6%; negros formados − lembrando a vocês que negro, aqui, 'é' pardos e pretos −, negros formados 'foi' 2,2%.

A diferença, portanto, foi de 7,4%; a diferença, portanto 7,4%. E o IPEA repetiu essa pesquisa, em 2007, dez anos depois. Os brancos subiram para 13,4%, brancos que concluíam o seu ensino superior; e os afros descendentes, pardos e pretos, 'pulou' para 4%.

Houve aumento dos dois lados. No entanto, a diferença de formados brancos e negros, que era 7.4, pulou para 9.4. Portanto, Srs. Senadores, que estão em seus gabinetes, assistindo a esta Audiência Pública, alertamos a vocês: se não houver políticas públicas para negro e para indígena, podemos estar criando um Brasil perigoso, um Brasil com muitas tensões, porque a exclusão do povo negro aumenta na realidade brasileira.

O Jornal *O Globo*, já em 2004, denunciava: "Universidade brasileira, território dos brancos". Não é o Frei David que está falando, é o Jornal *O Globo*, repetindo pesquisas do IPEA e o IBGE. "Estudo da UERJ, com base no censo, prova que só um entre 50 negros adultos consegue concluir curso superior". Volto a repetir: estudo da UERJ, Jornal *O Globo* divulgou, ostensivamente, em grande matéria, diz que: "...com

base no censo, só um entre 50 negros adultos consegue concluir curso superior". Isso é preocupante para um Brasil que quer ter diversidade, quer ter equilíbrio de oportunidades entre brancos e negros.

Entendimento da Justiça. O entendimento do Desembargador Paulo de Tarso, relator da apelação cível lá do Rio Grande do Sul, revela o seguinte: o princípio da isonomia não deve ser analisado em seu aspecto formal, mas em perspectiva material.

A deflagração de políticas pró-ativas, de ações afirmativas, frente à questão da segregação racial, de forma a apaziguar os prejuízos impingidos a determinados grupos excluídos, de certos segmentos sociais, econômicos e culturais e com gozo de direitos humanos e liberdades fundamentais mitigados não revela violação aos princípios da igualdade.

Irmãs e irmãos, isso é o entendimento de um Tribunal, é a equipe, a 3ª Câmara Cível definiu que não é discriminação ter políticas públicas voltadas para indígenas e para afros.

Opinião do Supremo Tribunal Federal. O Ministro do Supremo, Joaquim Barbosa, define a política de ação afirmativa como sendo um conjunto de políticas públicas e privadas, de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas à superação da discriminação étnica, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso aos bens fundamentais, como a educação e o emprego.

Irmãs e irmãos, é o entendimento de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, ele fala com autoridade e com experiência, lembrando que a ação afirmativa, para negro, tenta corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado.

Portanto, meus irmãos, Senador Demóstenes, especialmente, onde o senhor estiver, agora, nos ouvindo, por favor, Senador Demóstenes, entenda: quando o senhor fala que quer cotas só para a rede pública, o senhor está ofendendo a construção do Brasil ideal, um Brasil igualitário, porque é fundamental ter políticas públicas voltadas para negro e indígena, para construir um Brasil equilibrado, amoroso, onde todos tenham oportunidades iguais.

Nós, portanto, entendemos que... Há um problema técnico no nosso equipamento, mas estamos superando. Também trouxemos, para a nossa reflexão, a opinião da Ministra do Supremo Cármen Lúcia. Ela assim diz: "Somente a ação afirmativa, vale dizer, a atuação transformadora, igualadora pelo e segundo direito possibilita a verdade do princípio da igualdade, para se chegar à igualdade que a Constituição brasileira garante como direito fundamental de todos".

E, aqui, irmãs e irmãos, é bom lembrar a vocês que a Ministra Cármen Lúcia, com muita sabedoria, nos conclama o seguinte. Senadores, por favor, nos seus gabinetes, ouçam o que eu estou repetindo, aqui, da Ministra Cármen Lúcia. Ela diz que, quando a Constituição brasileira, no seu art. 3º e na sua introdução, usa verbos determinativos, ela está dizendo que cabe aos legisladores fazer acontecer a vontade da Constituição.

A Constituição fala: "determinar, constituir, regular, equilibrar"; são verbos que apontam para uma realidade de equilíbrio. Também é importante trazermos a opinião do Ministro do Supremo Carlos Britto: "Essa, as cotas, é uma técnica de compensação jurídica, é uma técnica de compensação jurídica, uma forma de quebrar a hegemonia e colocar a sociedade nos eixos, em condição de horizontalidade", apontou o Ministro Carlos Britto.

A diferenciação colocada pela Lei 11.906, cotas para negros no ProUni, não ofende a Constituição. Volto a dizer: a diferenciação colocada pela Lei 11.906, cotas para negro, cotas para indígenas, no ProUni, não ofende a Constituição.

É fala do grande Ministro Carlos Britto. Muito pelo contrário, faz valer o princípio da igualdade que ela prevê. Faz valer o princípio da igualdade que ela prevê. E o Ministro, com muita sabedoria, usou uma frase, que eu chorei de emoção quando eu vi essa frase. Ele disse: "Não se pode rebaixar os favorecidos. O que pode é elevar os desfavorecidos". Nossos irmãos senadores, agora, provocados por esse projeto, pelo movimento social que o povo que está presente neste Senado, fazendo a lei de cotas, aprovando a lei de cotas, como ela está, e eu defendo que a lei está boa, eu vou provar que a lei está boa, sim, assim que os Srs. Senadores me cobrarem os argumentos que vou apresentar. Os senadores, aprovando a lei de cotas como está, aprovando essa lei de cotas, estará criando oportunidades novas para um Brasil melhor.

As cotas étnicas vêm justamente para acelerar a integração entre brancos e negros no Brasil, e está conseguindo. Volto a dizer: as cotas étnicas para índios, para negros, vêm justamente para acelerar a integração entre brancos e negros no Brasil e está conseguindo.

Eu quero mostrar a vocês que os jogadores do futebol quando saem da favela e conseguem um emprego digno no Corinthians, no Flamengo, eles se promovem. A mama coisa quando o Senado permite que os jovens negros da favela possam fazer medicina, possam fazer engenharia, possam fazer pedagogia e

etc. vocês estão ajudando a esses jovens negros se promoverem.

Direito à educação. Todos os que lutam pelas cotas sempre lutaram pela melhoria do ensino fundamental e médio. Nós entendemos que não basta, porque a melhoria é lenta e demorada. Queremos as duas coisas, queremos cotas e queremos melhoria do ensino fundamental e médio.

Testemunho de um branco, e vocês já... Eu peço que a comunidade negra aí presente que está com um papel na mão distribua para o povo presente aí esse texto, testemunho do médico Willian Douglas, que já foi largamente distribuído esses dias, e quem não tem, por favor, pegue lá agora esse texto. Eu vou dar mais uma vez para o Senador aqui. Esse branco, portanto, quem quiser ler com atenção, pode ler com atenção esse documento que está aí sendo distribuído para vocês. Onde ele juiz federal era contra as cotas para negro e ele mudou de opinião, e ele explica porque ele mudou de opinião.

Quem é negro? E, aqui, irmãos e irmãs, os contrários estão dizendo que nós estamos criando o racismo no Brasil com esse projeto. Meus irmãos, isso ou é desconhecimento ou é maldade. Afirmar isso é desconhecimento ou é maldade. Quem é negro no Brasil? É bom lembrar a vocês que os Estados Unidos discutiram quem era negro foi para excluir o negro. Irmãs e irmãos, os Estados Unidos quando discutiu quem era negro foi para excluir o negro. A África do Sul quando classificou quem era e quem não era negro, também foi para excluir o negro. O Brasil inova, irmãs e irmãos Senadores e Senadoras, quando o Brasil discute quem e negro o Brasil está trabalhando fortemente pela inclusão do negro em todos os setores da sociedade. É duro olhar aqui nesta Casa e encontrar um ou dois Senadores negros apenas em um corpo de 80 e tantos Senadores, e eu, tenho certeza, que vocês Senadores justos e honestos não querem um Senado que não represente o rosto do Brasil, o rosto indígena da Marina Silva, o rosto afro do Senado Paim, precisa ser multiplicado e ampliado nesta Casa que representa o povo.

Repartir com índio e negro é amar o Brasil. A cota, portanto, étnica, Senadores, a cota étnica para negro e para indígena é a maneira que vocês dizem: não queremos que o Brasil continue um Brasil deformado, onde só branco tem oportunidade. Queremos um Brasil igualitário [soa campainha] onde negro e indígena tenham direitos iguais. É maldade ou desconhecimento dizer que o Estado brasileiro está criando políticas racialistas. Volto a dizer: é maldade ou desconhecimento dizer que o Estado brasileiro está criando políticas racialistas, está combatendo a política racialista que vem desde a escravidão, exemplo: medicina, mais de 95% dos nossos irmãos médicos são euro-descendentes. Pedido do Brasil, pedido dos indígenas, dos brancos pobres e dos afros aos Senadores. Senadores, votem o projeto no plenário do Senado como está, com a redação que está, inclusive, com a boa contribuição do ex-Ministro da Educação Paulo Renato que incluiu sabiamente o corte social de 12,5% no bloco dos afros e dos indígenas, bem como, nos demais blocos da rede pública.

Lembro a vocês que o entendimento da lei é esta: é um corte transversal. Nos 50% de cotas para a rede pública 12,5% vem corte de 1,5% nos negros e indígenas; e 12,5% para o outro bloco. Se houver mudança no texto terá que voltar à Câmara e será mais nove anos de espera e exclusão dos pobres, negros e índios das universidades federais. Mantenham o texto como está. Em um ano, poderemos mudar. Lembro a vocês, Senadores, que a nossa querida Constituição cidadã já sofreu em 20 anos mais de 40 emendas. A nossa Constituição já sofreu mais de 40 emendas. Por que esse projeto também não pode sair daqui imperfeito para ser aperfeiçoado como a Constituição foi aperfeiçoada? Lembro a vocês que a Lei de Cotas da UERJ, em cinco anos, já sofreu três mudanças. Mudar é normal. [soa campainha]. Então, eu peço a vocês compreensão, Senadores. Estou quase acabando.

Apelo ao Partido DEM no Senado. O que vocês têm contra índios e negros, meus irmãos do DEM? Aqui e no Supremo Tribunal Federal. Por que não nos amam? Por que nos prejudicam? Não deixem nós negros e indígenas guardarmos esta imagem de que vocês respondem com a mesma moeda, nas eleições; que nós podemos responder com a mesma moeda nas eleições. Clamamos ao DEM, o DEM abriu processo contra terra de quilombo no Supremo, abriu processo contra o ProUni. O DEM, todo processo ligado a negro, aqui, nesta Casa, o DEM bota a mão de ferro em cima. O DEM, irmãos queridos, uma pessoa boa como o Senador Marco Maciel, coração de Deus, franciscano, não deixe seus irmãos do DEM fazer isso conosco, Senador. Nós amamos vocês do DEM, nos amem também. Qual é a diferença? Por que essa situação?

Bem, Senador, eu vou parar, aqui, pelo horário. Eu tenho o segundo bloco, mas vou cancelar o segundo bloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Frei David Santos, eu agradeço à colaboração. E devo dizer o seguinte: agora, falei com a Secretaria Geral da Mesa. A Secretaria Geral da Mesa disse que devemos ter uma trégua de 20 a 30 minutos. Então, nós poderemos avançar na Audiência Pública. Eu acho bom.

Então, eu convidaria, agora, a Professora Yvonne Maggie, para fazer a sua exposição.

Antes, todavia, eu descontarei o tempo, antes, todavia, gostaria de dar conhecimento de que foram incluídos, e já é do conhecimento, acho, dos participantes, tem um termo aditivo, para que falassem também o Dr. José Carlos Miranda, Coordenador do Movimento do Negro Socialista; o Dr. José Roberto Ferreira Militão; o Dr. Jerson César Leão Alves, Coordenador de Movimento Nação Mestiça; a Professora Yvonne Maggie, a quem já me referi. E são termos aditivos, portanto, à Audiência Pública.

SR. FREI DAVID SANTOS: Mas, Senador, me permita uma sugestão? Para entrar esses nomes teria que entrar nomes iguais a favor, esses são contrários ao projeto. Seria desonesto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Disse a doutora... Já está aqui na pauta.

SR. FREI DAVID SANTOS: Desculpe. Desculpe. Então, tem outros nomes a favor. Então, igual número.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente.

SR. FREI DAVID SANTOS: Parabéns, parabéns. Desculpem-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Então, concedo a palavra à Professora Yvonne Maggie, para fazer a sua exposição.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, eu submeto ao Plenário da Comissão. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com a palavra a Professora, Yvonne para a sua exposição.

SRA. YVONNE MAGGIE: Bom-dia a todos. Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Senador Marco Maciel e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo convite, para participar desta Audiência Pública, para qual venho com o coração aberto e esperando ser ouvida, porque vou, hoje, alertar os senadores e o povo brasileiro de que está em processo uma postura que é extremamente sedutora.

Eu vou contar uma história. Eu faço pesquisa em escolas públicas do Rio de Janeiro, e, na semana passada, eu estive em duas escolas, na Baixada Fluminense, em São João do Meriti, e uma escola prestigiosa na Zona Sul do Rio de Janeiro. E, realmente, quando eu estava participando das atividades, nessas escolas, eu fiquei com essa idéia que é tão triste ver a desigualdade de uma escola boa e uma escola ruim. É tão triste você entrar numa escola da periferia do Rio de Janeiro e ver pessoas tentando estudar, em condições precárias, ambientes precários, escolas precárias, e, por outro lado, você vai e vê uma escola particular, de ricos, na zona sul do Rio de Janeiro, não muito diferente, mas com mais qualidade, posto que aqueles que estão lá podem ter as suas famílias os apoiando. E pensei: essa solução de cotas é uma solução sedutora, sedutora, porque é um projeto de custo zero, para resolver as grandes iniqüidades da sociedade brasileira.

Então, aqui, eu, hoje, vou me concentrar em estudar a própria lei que foi proposta pela Câmara dos Deputados. No art. 1º, a lei diz o seguinte, o Projeto de Lei: "As instituições federais de educação superior, vinculadas ao Ministério da Educação, reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado, integralmente, o ensino médio em escolas públicas", conforme o art. 1º.

No § único, diz o seguinte: "No preenchimento das vagas de que trata o caput desse artigo, 50% deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de família com renda igual ou inferior a um e meio salário mínimo".

Até aí o projeto é absolutamente plausível, porque ele diminui uma desigualdade existente entre aqueles que têm acesso ao ensino superior, que, em geral, são estudantes de escolas privadas. Pode passar, por favor.

O art. 2º diz o seguinte: que as universidades deverão... Será que pode pedir um pouco de silêncio? Porque eu estou... [soa campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de pedir um pouco de silêncio, para que a expositora possa ser adequadamente ouvida [soa campainha].

SRA. YVONNE MAGGIE: "As universidades públicas deverão selecionar os alunos advindos do ensino médio em escolas públicas, tendo como base o coeficiente de rendimento."

Então, pelo art. 3º, fica abolido o vestibular, que é uma boa solução, porque os alunos, os 50%, segundo está claro aí, serão, ou não muito claro, serão escolhidos através de um processo não de vestibular, mas de opção pela nota.

Isso poderia ser um belo projeto, modificar radicalmente o acesso ao ensino superior, produzindo, na universidade, um gosto pelos melhores alunos. Aqueles que têm melhor nota entrariam. Não importa se ele estudou em São João do Meriti ou na zona sul do Rio de Janeiro, numa escola prestigiosa, ele terá as mesmas condições de cursar a universidade.

Então, nesse sentido, eu aprovaria esse projeto até aí. O problema começa com o outro slide. Por favor. O art. 3º diz o seguinte: que esses alunos das instituições federais de ensino... Ditos no art. 1º, essas vagas serão preenchidas por curso e turno por autodeclarados negros, pardos e indígenas, no mínimo igual à proporção de negros ou, quer dizer, pretos, pardos e indígenas, na população da unidade da federação, onde essa substituição está instalada, segundo o último censo do IBGE. Portanto, as vagas serão preenchidas por negros que é confuso isso aí, porque essa categoria foi usada para definir o conjunto dos indicadores de pretos e pardos. E aí fica confuso se isso vai aparecer no IBGE, porque não aparece assim na nota do IBGE, no levantamento.

O § único diz que: as vagas não preenchidas, segundo os critérios estabelecidos no caput desse artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, ou seja, como não há 100% de estudantes negros, pardos e indígenas [soa campainha] sobrarão vagas, sobrando vagas você vai ter que completar aquelas vagas com quem? A lei não é clara, a lei não diz que são brancos. Eu acho que o legislador quis dizer que eram brancos, porque de acordo com essa lei o que nós temos é que há um total abandono dos brancos pobres, segundo esse projeto está definindo, porque não se fala onde eles preencherão as vagas, ou, pelo menos, não está claro. Podendo o dono da faculdade preencher todas com negros ou todas com... Bom... O dono ou o reitor ou o conselho universitário, perdão.

A minha pergunta é o seguinte: não teria sido mais simples reservar 50% de vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio simplesmente sem colocar a raça? Por que introduzir o critério raça para distribuição de justiça? O objetivo seria fazer justiça ou dividir o Brasil legalmente em brancos e negros para desviarmos do rumo que devemos seguir, o rumo da melhoria da qualidade do ensino básico para todos os brasileiros. Será que os estudantes brasileiros do ensino médio se autodefinem por raça? Vejamos o que os dados do censo educacional dizem? O MEC e o Governo Brasileiro exigiram que os estudantes respondessem o quesito cor e raça no censo educacional promovido pelo INEP. Os dados que eu vou mostrar são dados do INEP. O censo de 2007 simplesmente apresenta um resultado inacreditável: 67,56%, ou seja, quase 70% dos estudantes de ensino médio, em 2007, não se declararam em nenhum desses quesitos. 16% se definiram brancos, 2% pretos, 14% pardos. Isso significa que os estudantes brasileiros do ensino médio não querem se identificar com essa categoria, até agora. Porque há, claramente, um desejo de fazer com que eles se conscientizem da sua raça, e é o Estado Brasileiro que assumiu a responsabilidade de impor ao povo brasileiro uma raça. E a última vez que nós tivemos isso não deu bom resultado. Nós sabemos que judeus não existiam dessa maneira antes do nazismo, eles foram uma construção. Mas o caso mais parecido com o nosso que o Frei David citou ali que nos Estados Unidos foi para prejudicar e etc., em Ruanda as carteiras étnicas que é isso que vocês estão propondo nesse projeto, essas carteiras étnicas foram feitas pelos colonizadores que queriam proteger aqueles que estavam sendo dominados pelos tutsis e foi na proteção daqueles hutus que se deu o maior holocausto que o século XX pôde assistir. Comparativamente, proporcionalmente, morreu mais gente na mão dos hutus com aqueles facõezinhos chineses do que no holocausto na segunda guerra, em termos proporcionais.

Ou seja, não estamos brincando, aqui, com o fogo? O discurso de que há racismo no Brasil é um discurso importante, deve ser feto, instituições devem ser criadas. O que vem acontecendo de lá para cá é que todos os institutos de combate ao racismo no Brasil estão sendo destruídos: o SOS Racismo, o Disque Racismo onde estão eles? Porque agora não se trata mais de combater o racismo, se trata aqui de fazer uma lei em que 70% dos estudantes das escolas de ensino médio no Brasil terão que, obrigatoriamente, se definir como negro, como branco ou como indígena, e eles não querem isso, o povo brasileiro, ao contrário do que muitos têm dito, o povo brasileiro quer ser universal, cosmopolita e quer viver numa sociedade em que a cor não seja critério de julgamento, e, sim, o seu caráter.

Eu quero dizer, mais uma vez, que essa lei é contra o povo brasileiro, essa lei é contra as nossas tradições, e essa lei irá produzir, sim, não é hoje nem amanhã, ela irá produzir primeiro: um país que vai sempre se pensar através dessa regra. Porque como vocês virão mesmo na fala do Frei David, uma lei que foi feita para durar cinco anos, agora vai durar 15, porque o Rio de Janeiro ampliou por mais dez anos o prazo da lei. E em pouco tempo ela estará na Constituição do Estado, porque foi assim que aconteceu em todos os países que fizeram cotas raciais.

E eu quero dizer, finalmente, que aqueles meus alunos que estão nas escolas, e eu vou mostrar aqui. Por favor. São crianças alegres, são crianças... Essa é uma escola na periferia no Rio de Janeiro, em São João do Meriti, uma das escolas que eu estudo, são crianças do 1º ano do ensino médio, são jovens alegres que lutam para ter uma vida melhor do que a dos seus pais. Eles sabem o que é cota e eles, muitas vezes,

dizem: "Não, eu não gosto dessa coisa de raça, mas, se for para me dar um lugar, eu quero ir". Ou seja, é um pouco o povo brasileiro. Mas eles, ali, alguém pode dizer: "São todos negros". Eu me pergunto: eles se definem assim? Nós vimos que eles não se definem assim. Nós vimos que eles não querem se definir assim, que eles querem gostar dos seus colegas pelo caráter dele, e não pela cor deles.

Aqui são eles numa turma, brincando, sentando lado a lado, brancos e negros, ou os que se definem como brancos ou negros. E, finalmente, aqui... Aqui está muito escuro. Não dá para ver. Mas, enfim, pode desligar.

O que eu quero dizer, finalmente, para terminar, é que os senadores e o povo brasileiro têm que pensar seriamente nos rumos que nós vamos dar às políticas públicas. Como fazer uma política pública como um dado que o próprio Ministério da Educação levanta e 70% dos estudantes não quererem ou não terem se identificados com esses critérios que são critérios censitários, que são critérios que estão lá no censo, mas que não estão na mente das pessoas, mas há quem queira colocar na mente dos brasileiros esse veneno, o veneno da raça, o veneno que vai realmente produzir um país que se a história tem razão, se os juízes da Suprema côrte tem razão, todas as políticas baseadas em raça serviram para separar muito mais as pessoas do que uni-las. E o que nós precisamos no mundo hoje é nos dar as mãos, e como disse o vencedor das eleições nos Estados Unidos Barack Obama: ele é um vira-lata, ele não quer pensar os Estados Unidos a partir das divisões, o que ele queria é unir os americanos, unir o mundo, porque o mundo precisa de união, o mundo não está precisando mais separar brancos e negros. Muito obrigada.

[palmas] [soa campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): --Fazer três observações. A primeira é a seguinte: que a senhora ainda dispunha de cinco minutos e 50. Não utilizou. Mas tudo bem. Segunda observação que eu queria fazer é a seguinte: começou a ordem do dia na sessão do Congresso Nacional, o que vai nos levar a suspender a sessão, a reunião, porque fui informado agora pela Mesa que já começou o processo de discussão e votação do orçamento. Eu não sei--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, se me permite sobre esse ponto? [soa a campainha]. É praticamente certo, Sr. Presidente, que haverá...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): A votação lá é simbológica, não é Presidente? Não vai ter nenhuma votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu não sei. Mas é imposição do regimento que diz: não pode ter...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu garanto a V. Exa. que 80% da Câmara já foi embora, se for nominal não tem quorum. É simbológica, a informação que eu tenho que a votação vai ser simbológica.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Nós poderíamos ficar aqui, no momento que tiver uma votação nominal...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, Sr. Presidente, eu queria fazer a seguinte sugestão: dada até a importância e o apelo que todos têm feito para nós termos esta Audiência e para que se registrem todos os argumentos avalio que como há um número significativo de parlamentares que se inscreveram para debater o orçamento, e a votação vai se dar um pouco mais adiante. Eu sugiro a V. Exa. que a assessoria... Peça à assessoria da mesa do Senado que informe o momento da votação, porque assim os que desejarem estar no plenário da votação, mesmo que simbológica, estarão. Mas eu preciso também explicar, nós todos estamos cientes, eu, por exemplo, sou autor do requerimento da Comissão de Relações Exteriores que se reúne agora, deveria ser às 10 horas, e não consegui acordar, porque fui dormir às 7 da manhã. Então, estou vendo os olhos da Senadora Serys e V. Exa., o Senador Pedro Simon, estamos todos com poucas horas de sono, mas o Senador Heráclito Fortes pediu, inclusive, que eu presida a sessão da Comissão de Relações Exteriores, que já está há mais de uma hora o Dr. Cansado Trindade.

Eu fiz questão de ouvir os dois primeiros depoentes e acho que foi muito importante ouvir os argumentos de ambos. Quero agradecer. Estou muito atento. E, Frei David e Sra. Yvonne Maggie, eu tenho a compreensão de que a cotas no estágio em que nos encontramos da história brasileira podem significar algo importante. O fato, por exemplo, de no sistema educacional do Rio de Janeiro que a senhora conhece muito bem, ter havido uma experiência e os próprios parlamentares sem verem esses problemas maiores que poderiam acontecer, mas que, na verdade, não estão acontecendo, corresponde a uma decisão importante. Mas eu acho muito positivo que estejamos tendo esse diálogo. E, por isso, Presidente, eu avalio que será importante

continuarmos o diálogo, mesmo que eu tenha que estar um pouco nas outras comissões, mas outros estarão aqui. Nós temos três, quatro comissões simultâneas onde temos que estar, além, do Congresso.

Vou pedir licença, Sr. Presidente, cumprimentando a todos que estão contribuindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de dizer ao Senador Eduardo Suplicy que acolho a sugestão que ele ofereceu de enquanto não começarmos o processo de votação podermos prosseguir com a reunião. Segundo lugar, eu tive também na Comissão de Relações Exteriores que sou membro titular e já cumprimentei o Professor Cansado Trindade. E gostaria que transmitisse a ele a minha impossibilidade da comparecer à reunião.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E em terceiro lugar, eu gostaria de declarar, então, encerrado esse primeiro bloco. E não sei se a Dra. Yvonne quer fazer uma observação final. Pelo que eu entendi.

SRA. YVONNE MAGGIE: Como o Senador Suplicy falou, eu não comentei o que está acontecendo no Rio, eu não quis contestar, porque eu não tenho dados para isso, porque não houve avaliação alguma institucional.

Eu quero dizer que essa questão não se trata de você pensar na universidade. A universidade vai bem ou vai mal [soa a campainha] porque os alunos estão ali para estudarem, e os professores para ensinarem, não importa quem esteja lá dentro.

O problema é um problema de princípio, e não podemos jogar o princípio universal em nome de um principio de realidade. A realidade dos princípios é mais importante, Senador. Quero crer que o Senador Suplicy concorde comigo: entre jogar fora a realidade dos princípios ou jogar fora um princípio de realidade, vocês vão me dizer: "A Yvonne é fútil".

Não, eu nunca jogarei fora a realidade dos princípios, e o princípio que norteia a vida democrática é o princípio universal, é aquele que vai fazer com que, na hora da confusão, na hora da briga, você tem onde se ancorar, foi isso que fez Martin Luther king conseguir levar aqueles milhares de cidadãos à praça de Washington. Foi isso o que fez com que as regras do [ininteligível] fossem destruídas, foi isso que fez com que Obama agora ganhasse as eleições dos Estados Unidos. Por quê? Porque eles se apegaram ao princípio universal. Hoje aqueles que acreditavam nesses princípios, que a classe era mais importante, estão abandonando por quê? Porque é mais fácil [soa campainha] distribuir benesses para pequenos grupos do que imaginar que há uma sociedade brasileira que clama por justiça igual para todos.

Esse projeto não beneficia os brancos pobres e eles estão juntos na mesma sala de aula, como eu mostrei ali. Acho que é injusto [soa campainha] e acho que isso vai provocar briga entre os pobres. Não são os filhos dos ricos que vão ser atingidos por isso. E é nesse sentido, Senador Suplicy, que eu penso que o senhor deve se... [soa campainha].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu sei que é uma intromissão indébita. Mas se ela permitir V. Exa. não tem nada a ver com isso [soa campainha].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Também gostaria de uma vez referido fazer uma breve observação [soa campainha].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu estou aqui sem autoridade, chego pela primeira vez. Mas eu gostaria de dizer apenas à V. Exa. uma questão que eu acho importante. Lá no Rio Grande do Sul que é um dos Estados do Brasil que tem menos negro, tem uma colonização italiana muito grande, uma colonização alemã muito grande, na penitenciária são nove negros para um branco, nas favelas são nove negros para um branco, essa é a realidade. Então, com todo respeito a V. Exa. [palmas]. Com todo respeito a V. Exa., quando eu vejo a lei que nós queremos aprovar porque no Rio Grande do Sul são 16% de negro, quer dizer, então, a cota dos negros no Rio Grande do Sul será 16% para negro. Agora a cota na penitenciária é 90% de negro, e a cota na favela é 90% de negro [palmas].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Então, eu até diria o seguinte: por que é que não faz ao contrário? Então, vão dizer que a nossa lei diz o seguinte: por exemplo, para o Rio Grande do Sul a cota vai ser 16% para negro e 34% para branco [soa campainha].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu acho que, com todo respeito, V. Exa. tem razão, e eu sou das pessoas, e os colegas me conhecem que aqui na tribuna do Senado eu vivo insistindo que o Brasil é diferente. Eu saliento, destaco, endeuso a pessoa do nosso Senador do Rio de Janeiro que escreveu a Raça Brasileira, essa mistura de negro, de branco, de índio, de chinês, japonês, italiano, alemão; está indo para isso. Eu acho que V. Exa. tem toda razão, o Brasil tem esse espírito, esse entendimento de entrosamento, um grande entrosamento, quer dizer, nós temos isso. Agora se nós vamos analisar aqui nós temos que analisar com uma frieza real, os números são esses. Então, a Bolsa Família branco, negro é tudo igual, recebe igual. Todos os institutos nossos tratam igual. Agora nessa questão na universidade, com toda sinceridade, eu acho que o negro devia ter um carinho especial. Desculpe-me [soa a campainha] [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu pediria que não houvesse manifestações, posto que o regimento interno, art. 184 diz que é permitido a qualquer pessoa assistir as sessões públicas em lugar que for reservado desde que se encontre desarmado e se conserve em silêncio. Então, eu gostaria de pedir a cooperação de todos para que nós possamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Como iniciou agora e, portanto, os dois... Convidar agora o Dr. André Lázaro que é o Secretário de Educação Continuada de Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, representante do Ministro da Educação Fernando Haddad, e o Dr. José Roberto Ferreira Militão, advogado Afrosol-Lux, Promotora de Soluções e Economia Solidária [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou, então, como o Dr. André Lázaro chegou após a abertura da presente reunião, eu gostaria de dizer ao Dr. André Lázaro que V. Exa. disporá de 20 minutos, a mesma coisa disporá também o Dr. José Roberto Ferreira Militão. Obviamente, nós não vamos ser radicais no tempo. Se houver necessidade de mais um minuto, menos um minuto, acho que isso concorre para que o debate concorra bem.

Então, eu concederia agora a palavra ao Dr. André Lázaro por 20 minutos, e após concederia a palavra ao Dr. José Roberto Ferreira Militão [soa a campainha].

SR. ANDRÉ LÁZARO: Bom-dia a todos e a todas. Srs. Senadores, prezada audiência, prezados contendores. É uma honra o Ministério da Educação poder participar desta Audiência Pública.

Eu queria, em primeiro lugar, narrar-lhes um episódio que está muito vivo e forte na minha memória. Eu retornei ontem, Senador Demóstenes, do encontro, a I Conferência de Educacional Escolar Indígena do Brasil. Foi uma reunião realizada em São Gabriel da Cachoeira que é um município muito importante do País, é um município com 80% da população indígena, um município que agrega 23 etnias, tem uma importante presença do Exército Brasileiro.

E, para minha satisfação nessa audiência da Conferência, eu encontrei professores indígenas, encontrei o Exército Brasileiro presente à reunião, a FUNAI presenteia à reunião, a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Municipal de Educação, e trago a melhor impressão do compromisso dos nossos professores indígenas com a oferta de educação. Eles acompanham com muita propriedade as políticas educacionais brasileiras. Senadora Marina, eu ouvi uma pergunta de um dos professores indígenas, daquelas que a gente fica orgulhoso de ter professores com essa perspicácia que nos perguntava: o Ministério da Educação está fazendo uma avaliação da aprendizagem das crianças por meio do Ideb, e o Ideb avalia português e matemática, aprendizagem de português e matemática. A Constituição Federal autoriza e recomenda que a educação escolar indígena seja feita a seus valores e tradições. E nós, portanto, alfabetizamos as nossas crianças também na língua deles, eles aprendem a escrever a própria língua e aprendem também o português. E nos perguntava: como o Ministério vai avaliar a verdadeira qualidade da educação escolar indígena se a prova é feita apenas em português?

Então, essa perspicácia, esse compromisso com a qualidade eu trago de ontem dessa viagem, e isso me reforçou fortemente a convicção de que a população indígena brasileira está sub-representada no que diz respeito à promessa que a Constituição nos fez de garantir um ensino fundamental de qualidade para todos e o acesso à universidade aqueles que alcançarem os resultados exigidos.

Disse a esses professores indígenas que teria essa Audiência hoje, e que eu vinha revigorado pelo contato que tinha tido com essa comunidade.

E eu queria lembrar aos Srs. Senadores e à Audiência que o esforço do Governo Brasileiro por reduzir as desigualdades não é um esforço que se inicia com esta lei, ele é um esforço antigo e ele tem marcas importantes, uma das marcas importantes é a própria Constituição Brasileira. Mas vale lembrar também que em 1988, e o Senador Marco Maciel, certamente se recorda, foi criada a Fundação Palmares pelo Governo Brasileiro com a intenção exatamente de promover, valorizar a importante tradição da cultura afro-brasileira no nosso país.

A Constituição, por suas vez, garante também um conjunto de focos voltados para a igualdade e nela contempla a necessidade de políticas afirmativas, em particular, para deficientes e também uma proteção própria à questão das mulheres.

No Governo Fernando Henrique Cardoso em 1996 no Plano Nacional de Direitos Humanos há diversas dimensões à necessidade imperiosa de enfrentarmos a questão da desigualdade de acesso na educação. Se me permitem lerei aqui um pequeno trecho. Então, no Programa Nacional de Direitos Humanos, a meta 325 comenta: estabelecer mecanismos de promoção da equidade de acesso ao ensino superior levando em consideração a necessidade de que o contingente de alunos universitários reflita a diversidade racial e cultural da sociedade brasileira. Isso está publicado no Programa Nacional de Direitos Humanos.

Eu queria ressaltar, ao invocar esse documento legal do Governo Brasileiro, é que há uma preocupação muito forte no País, e creio que essa lei que está aqui no Senado é a expressão de um processo histórico que

assumiu esta preocupação de encontrar maneiras as mais legítimas de nós reduzirmos a desigualdade no País, e essa redução de desigualdade não será efetiva se o direito à educação não estiver garantido.

A sociedade Ocidental, e o Brasil se inscreve nela com muita criatividade e muita inovação, a sociedade sempre apostou na educação como um fator de redução de desigualdade. O que nós sempre falamos, nós educadores que estamos na escola é um estímulo para que os nossos jovens invistam o seu tempo, a sua inteligência, sua dedicação aos estudos porque sabemos que essa é a condição de mudança. Certamente, muitos dos que estão nessa sala são filhos de famílias que não tiveram acesso ao nível superior. A minha própria família não teve, meus pais não tiveram. E eu me lembro que meu pai e minha mãe me diziam permanentemente: eu não tive, mas você vai ter. E ai daquele em casa que cumprisse com as suas responsabilidades. Porque a sociedade brasileira acredita na educação.

Essa crença que nos ajuda a todos, porque ajuda o País, também encontrou forma de expressão na preocupação com a desigualdade social e a desigualdade racial. Vale lembrar que o grande esforço de mobilização do País para participar de Durban, da conferência que se declarou contra o racismo e contra a xenofobia, o esforço brasileiro para participar de Durban foi de tal ordem que o Brasil foi escolhido como um pólo para rever, cinco anos depois, os progressos de Durban.

A legislação educacional brasileira...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANDRÉ LÁZARO: Exatamente. O Governo mobilizou grande inteligência para participar de Durban, o Brasil teve uma das relatoras em Durban.

Então, o Brasil teve uma presença muito forte nesse debate internacional a favor de um país mais igual, mas também de valores universais que considere a desigualdade. É importante lembrar que a universalidade não se contrapõe ou nega o reconhecimento da particularidade. Eu quero trazer o exemplo indígena que é menos polêmico e mais nítido. A população indígena, com quem estive agora em São Gabriel da Cachoeira, quer ser reconhecida na sua diferença para ter acesso à igualdade da educação. Então, igualdade e diferença não são termos antagônicos de uma equação, eles devem compor uma mesma equação que nos leve à justiça. E quero enfatizar mais três ações importantes que o Estado Brasileiro vem adotando no sentido de promover maior igualdade entre brancos, negros e indígenas do País.

Em 2003, a primeira lei que o Presidente Lula assina é a lei relativa ao ensino da história da África e da cultura afro-brasileiro na educação básica brasileira. Ela é sustentada por alentado e substancioso parecer do Conselho Nacional de Educação, a Lei 10.639 tem promovido esse debate. O que é importante, Senador Marco Maciel, e o senhor como homem da Academia Brasileira de Letras conhece esses detalhes, é que no Brasil o modo como o negro apareceu na história brasileira, acabou se reduzindo sempre à sua condição de escravo, e pouca atenção tem sido dada no País para o importante papel civilizatório da população negra. Os primeiros metalúrgicos que chegaram ao País que sabiam trabalhar com metais eram negros. A agricultura brasileira ganhou enormemente com a contribuição dos negros. Vários ofícios no País só foram possíveis porque os negros dominavam essa técnica. E, no entanto, o Brasil sempre olhou para os negros apenas na condição de escravo e não na condição de um agente civilizatório absolutamente fundamental para a constituição da nossa identidade. Portanto, a Lei 10.639 é mais um esforço do Estado Brasileiro no sentido de garantir essa melhor compreensão.

Em 2004 o Poder Executivo encaminha ao Congresso uma lei que faz a proposta de reserva de 55% das vagas para escola pública brasileira, lei que está apensa aqui ao processo que enseja esta audiência.

E em 2005 se edita o ProUni que garante um importante acesso a estudantes pobres à universidade brasileira.

Portanto, o que eu queria nesse primeiro argumento sustentar com os senhores e pedir a atenção dos senhores e senhoras a isso, é que nós não estamos tratando de um episódio isolado na histórica da política pública brasileira, nós estamos tratando de mais um momento em que o Estado Brasileiro elabora um documento normativo em que reconhece a necessidade de ações afirmativas que reduzam as nossas desigualdades. Nós não estamos, portanto, experimentando uma preocupação, nós estamos consolidando um processo que vem buscando de diferentes maneiras enfrentar uma preocupação e, certamente, esta Audiência expressa que essa preocupação não é minoritária, não é sectária, é uma preocupação de todos que estão aqui mobilizados para participar dessa decisão.

Portanto, eu queria um pouco diminuir as tensões que entre nós acabam se constituindo quando nos acusam de tentar impor uma sociedade racista no País, acho uma tensão desnecessária e um pouco agressiva, porque todos os indicadores do IBGE chamam atenção de que há uma divisão no País. Essa divisão não foi inventada por esta lei, esta divisão não é desejada por nenhum de nós, porque se fosse não estávamos aqui. O que talvez nos separe e devemos tratar com muito respeito à distinção de opiniões é a

melhor maneira de encarar e superar essa divisão, essa divisão não foi criada por nós, não é esta lei que cria divisão. Qualquer indicador do IBGE, Senador, chamo atenção para isso, o acesso à água encanada, o acesso a lixo recolhido, o acesso à educação; em todos os níveis você constata que o País é um País forte e, lamentavelmente, dividido. A lei pode nos ajudar a superar ou pode piorar o problema? Eu gostaria de colocar nesses termos o nosso debate. Para enfrentar esse argumento eu trago algumas contribuições. Em primeiro lugar eu não gostaria que se opusesse nesse debate a melhoria da educação básica e o acesso à educação superior. É falso, é falacioso esse modo de encarar o problema. Os Srs. Senadores já tiveram aqui diversas oportunidades de conversar com o Sr. Ministro de Educação Fernando Haddad, que sempre que convidado procura comparecer e expor o PDE. O PDE é um plano de educação que está assentado num tripé entre o direito à educação, o desenvolvimento e o território. Para isso nós avaliamos, Senador, e o senhor foi Ministro de Educação. Eu participei de uma audiência com o senhor nos idos de 85, muito esperançoso com o plano que o senhor apresentava na nova república de uma educação, que eu acho que muitos daqueles argumentos se retomam hoje com o papel das universidades federais, por exemplo.

O que o PDE procura fazer, nós fizemos uma prova de português e matemática, criticada pelo meu colega índio, lá em São Gabriel de Cachoeira, mas para a população não índia é fundamental. Essa prova foi feita em todas as escolas públicas brasileiras. Nós temos hoje, portanto, o resultado de aprendizagem e de fluxo escolar de cada escola pública brasileira em região urbana. E, portanto, nós estamos destinando as ações do Ministério para aquelas que mais necessitam de apoio.

Eu tive também a alegria de ver em São Gabriel da Cachoeira o ônibus do Programa Caminho da Escola, que é uma operação muito bem montada entre o Ministério, o FNDE, as prefeituras, de tal maneira que a prefeitura adere a um pregão público e abate da contribuição que receberia o valor do ônibus e o ônibus chega licitado e pronto na escola para dar acesso à criança do campo à educação.

Portanto, o que nós estamos fazendo, e esse é um exemplo a muitos outros, nós estamos fazendo um trabalho muito forte de reduzir a igualdade da educação básica brasileira. Mas qual o desafio? E eu acho que essa vem responder a esse desafio.

O Professor Ricardo Enriques que me antecedeu na Secretaria que hoje tenho a honra de presidir, e que foi um delegado nosso em Durban, foi a pessoa importante no estudo de Durban. Ele preparou para Durban um estudo que é doloroso de ser lido, Senador. Porque o estudo comenta o seguinte: ele pega dados estatísticos sobre a escolaridade média da população brasileira e nos mostra que há três gerações, a diferença de escolaridade média entre brancos e negros do Brasil não muda. Todos crescem, mas a distância não diminui. Todos crescem, naturalmente e felizmente, todos crescem, mas a diferença não muda. Nós não estamos conseguindo ainda, a despeito dos esforços que narrei, enfrentar de modo forte e conseqüente uma desigualdade que parece ser estrutural no Brasil.

Aprendi com o Movimento Negro que o preconceito você tem que trabalhar na formação geral das pessoas, mas a discriminação tem que ser combatida firmemente e imediatamente. O preconceito é uma posição subjetiva e interior de valor, que só a educação e o coração generoso podem ajudar a superar. Mas a discriminação é uma atitude política e social que deve ser penalizada e combatida.

O que nós procuramos, portanto, nesse nosso esforço é criar condições, e acho que a lei é feliz nesse particular para, num período de tempo, nós conseguirmos fazer com que a proporção da sociedade brasileira. Repare bem, Senadores, eu queria chamar atenção para esse detalhe que o próprio Ministro a quem pedi orientação para esse debate hoje, o próprio Ministro chama atenção: nós não queremos mais do que aquilo que representa a população brasileira. Aliás, a lei tem uma palavra que confunde um pouco o debate num dos artigos. Ela fala: no mínimo. Pode tirar o “no mínimo’. O que nós queremos é o seguinte, uma sala de aula tem 30% de população negra e 70 branca, vamos preservar essa proporção, vamos garantir que não se diminua o acesso. A questão é que o acesso não melhora, porque a universidade pública é altamente concorrida, tem forte qualidade e ela acaba sendo aquela para a qual tem acesso os que podem pagar o cursinho. Então, nós precisamos inverter isso, fazer da escola pública um equipamento público de promoção de igualdade. É essa a nossa grande preocupação.

Por fim, Srs. Senadores, eu creio que o projeto que está à Mesa para apreciação, naturalmente pode ser aperfeiçoado. Claro aqui é a Casa da Lei, e aqui se sabe que é preciso, é possível e é desejável que se revejam as leis com certa periodicidade e se avaliam seus impactos.

O que para nós do Ministério da Educação seria muito relevante e pediria aos Srs. Senadores uma [soa campainha] contribuição nesse sentido é que aprovássemos ainda este ano, porque o Brasil vive hoje um momento muito positivo na educação e contando com o apoio do Legislativo para isso. Aprovamos o Fundeb, o Fundeb significou uma forte ampliação do financia-

mento público à educação pública brasileira. Hoje no ensino médio que não era financiado, é financiado, hoje a educação de jovens e adultos que não era financiado, é financiado, hoje a educação do campo recebe um diferencial a mais. Nós temos melhores condições de garantir a educação para o homem e a mulher do campo. A educação indígena recebe um adicional reconhecendo a sua singularidade, a sua especificidade e a dificuldade de logística. Portanto, esta Casa já deu importantíssimas contribuições para uma educação mais republicana, mais justa e democrática.

Neste caso nós vivemos hoje uma importante expansão das escolas técnicas federais. O Brasil tem uma riqueza de uma tecnologia que são as Escolas Técnicas e que vários países vêm nos visitar para aprender qual é esse desenho, e o Brasil está vivendo uma forte expansão das escolas técnicas. Estamos vivendo por meio do Reune uma forte expansão da rede de instituições federais de educação superior que tem grande importância estratégica para o País. No momento em que se faz essa expansão era muito importante que nós pudéssemos nessa expansão garantir que toda a população brasileira estivesse representada nessa expansão. [soa campainha]. A nossa preocupação é que o abandono de uma lei como esta que está sobre apreciação nossa, faça com que, e é um fenômeno muito constante na vida brasileira, que o aumento das oportunidades signifique o aumento da diferença. Porque apenas os mais ricos terão condições de se apropriar dessas oportunidades. Assim foi feito com a expansão da educação superior privada nos anos 90.

Houve uma necessária ampliação da oferta, mas quando você vai ver as estatísticas resultantes do acesso a essa oportunidade elas aumentaram a desigualdade no Brasil.

Então, eu acho que a preocupação que esta Casa deveria procurar considerar nessa história do Estado Brasileiro de redução de desigualdades é que, ao mesmo tempo, em que se criam novas oportunidades se criam mecanismos para garantir que essas novas oportunidades sejam apropriadas de maneira justa, honesta e democrática por todos.

Por fim [soa campainha], eu gostaria de me contrapor, com todo respeito aos argumentos da professora Yvonne, professora da UERJ, minha escola de formação. Eu creio que se produz uma ameaça que não é real. O Brasil não é Ruanda, o Brasil não tem uma história de genocídio, portanto, trazer esses fantasmas para a mesa eu acho que significa desfocar o debate e colocar o debate em patamares... [soa campainha]. Eu acho que isso desfoca o debate e gera uma apreensão e um temor que não nos ajudam a ter serenidade na análise do problema.

O Rio de Janeiro, eu sou da UERJ, eu sou da primeira universidade que estabeleceu cotas no País, acompanhei de perto o debate. Era contrário às cotas, Senador, e fui convencido pelo debate público. Fui convencido por orientação da então reitora e atual Ministra Nilcéia Freire, nós todos da administração nos sentamos com diferentes pontos de vista. O próprio Frei David foi um dos com quem discute muito, e nem sempre afavelmente, às vezes com argumentos muito duros, mas com muito respeito ao ponto de vista do outro. E esse respeito me levou a mudar de opinião, a entender que a cota para a escola pública é uma condição necessária, mas não suficiente. É preciso também no interior dessas cotas da escola pública que se defina com clareza o que nós pretendemos também fazer é garantir que a população negra brasileira tenha a sua equivalente representação nos diferentes níveis de poder. E não se obtém isso se não se obtiver acesso à educação superior pública e de qualidade.

Então, o Brasil hoje vive uma situação perversa, em que a escola pública é prioritariamente dos mais ricos, a universidade pública é prioritariamente dos mais ricos, e a universidade privada é prioritariamente dos mais pobres e dos negros.

As experiências vividas, quer na UERJ, quer na Bahia, como também do ProUni mostram que o temor da perda de qualidade é fictício, ele é absolutamente fictício, ele não se confirma. O que nós vemos é que a população brasileira, esse é um traço importante no nosso País, ela é muito aguerrida, e ela não perde as oportunidades que lhe são oferecidas, e, portanto, no ProUni nós constatamos que os alunos que vêm pelas cotas obtém resultados bastante positivos. Eu não quis trazer aqui, Sr. Senador, muitos dados, número, porque eu acho que o debate é um debate conceitual, um debate de que tipo de país queremos construir. E eu acho que um País que não reconhece as suas desigualdades jamais chegará a uma situação de Justiça.

Então, o nosso argumento é que a igualdade se faz com reconhecimento da diferença, e que fazer iguais é tratar desigualmente os desiguais criando condições para que eles possam, de fato, exercer a igualdade que lhes é prometida.

Então, nesse particular, negros e índios, eu não queria deixar que a questão indígena ficasse fora do nosso foco, é muito importante que a gente não esqueça que há uma população indígena de quase 1 milhão de pessoas no Brasil que tem os mesmos direitos que todos os brasileiros, reconhecidos na Constituição e que nós precisamos sinalizar, com muito clareza, a esse agrupamento que eles são brasileiros e que, portanto, têm direito a um conjunto de instrumentos e bases de estrutura que todos os brasileiros têm. Portanto, fina-

lizando, eu creio que a lei pode ser melhorada, mas o tempo recomendaria sua aprovação, se assim julgarem os Srs. Senadores, nessa legislatura, para que no próximo ano as nossas universidades, as nossas escolas técnicas possam partir de um patamar, inclusivo, que possa fazer com que o País se reencontre consigo mesmo.

Felizmente, o Movimento Negro no Brasil só nos pede uma coisa: o direito à educação. Seria pena negá-lo. Muito obrigado, Senador [palmas] [soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a contribuição que ofereceu o professor André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, e que representou aqui o Ministro da Educação Fernando Haddad.

E concedo agora a palavra ao Dr. José Roberto Ferreira Militão, Advogado, e quero dizer que o senhor disporá de 20 minutos, e se for necessário algum acréscimo sempre é possível porque também não podemos ser muito rígidos com relação ao horário, porque o que importa é o debate e daí tirarmos conclusões que sirvam à boa instrução do projeto em discussão.

Com a palavra o Dr. José Roberto Militão.

SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA MILITÃO: Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores e ilustre Dr. André Lázaro. A oportunidade de vir a esta Comissão é nesse momento crucial em que se debate um Projeto de Lei que, de certa forma, ele definirá, sim, os caminhos legislativos para se tratar das desigualdades no Brasil.

Uma pergunta e uma colocação que o Dr. André Lázaro faz que, na verdade, é mais relevante. No Brasil existe um problema de discriminação racial, o Brasil tem uma história de uma cultura de racismo que é o que divide essas duas bancadas aqui, não é a discussão disso, é quais os instrumentos que teremos para combater essas discriminações, quais os instrumentos que teremos para combater a desigualdade e a forma legal, a forma estatal, a forma jurídica com que isso será debatido.

As críticas às leis raciais têm sido entendidas historicamente como sendo uma postura de uma elite branca acadêmica. E eu não me incluo nessa elite. Não estou na Academia, sou um militante de movimento negro histórico que vim aqui nesta Casa em 1986 num encontro, no Congresso Nacional de Negros pela Constituinte que naquele momento criávamos na OAB em São Paulo o primeiro grupo de negros, pensando em políticas públicas com os instrumentos do direito, instrumentos jurídicos. Integrei em São Paulo o primeiro órgão estatal criado no Brasil, o Conselho da Comunidade Negra definido para instrumentar o Estado, para reconhecer primeiro a existência do racismo, e a seguir criar políticas públicas de combate às discriminações. Integrei a primeira ONG no Brasil que criou, que inspirou, de certa forma, tenho certeza, o Frei David, também meu amigo de 20 anos, uma ONG que buscava recursos de bolsas de estudos para estudante negros nas universidades, por entender que a educação realmente é o caminho de libertação, o caminho de igualdade. Íntegro hoje a Afrosol-Lux uma organização que visa a inclusão da população negra excluída de oportunidades econômicas através de programa de economia solidária, integrei a primeira ONG no Brasil que cuidou de levar para as centrais sindicais, na época que o Vicentino era presidente da CUT. A primeira ONG que cuidou de levar as centrais sindicais o compromisso de sindicalistas, de combaterem o racismo dentro das suas plataformas de reivindicação organizadas.

Portanto, eu não pertenço a uma elite branca que quer manter a população negra excluída. E é nessa qualidade aí como advogado há vinte anos estudando políticas de ações afirmativas que desde a época da Constituinte batalhei, participei de seminários e debates para que o Estado acolhesse no seu seio políticas de ações afirmativas. E políticas de ações afirmativas é a política da busca da igualdade. E aí eu pediria... Da igualdade com equidade. É a busca da igualdade de tratamento de oportunidades para que as vítimas de discriminações históricas sejam incluídas. E aqui nós ouvimos falar de ações afirmativas em persistência às ações afirmativas que têm origem lá na década de 60 nos Estados Unidos. Ela visa assegurar a inclusão em vez do estado ficar omisso diante das discriminações. As ações afirmativas visam atuar hoje no cotidiano da cidadania, no cotidiano das oportunidades de trabalho, no cotidiano das oportunidades de educação das políticas das empresas e nas políticas do Estado. E a questão é como fazer as ações afirmativas.

Pode virar para a próxima. E essa ação afirmativa deve ser feita através da discriminação positiva que é o Estado ter instrumentos de neutralização da discriminação no momento atual, no momento de uma seleção, de uma empresa e aqui, no caso, nós pensamos em termos de seleção da universidade.

A busca da igualdade de condições que beneficia a vítima histórica, essa é a doutrina central de ações afirmativas. E até aí a gente precisa pensar na definição de igualdades, e eu uso uma lição que está bem sintetizada do professor Marco Maciel, que nos explica que a igualdade e a equidade se equivalem, contudo, a idéia de equidade difere da idéia da igualdade. E isso na teoria de John Haus(F) em 1971 formulou a doutrina de ações afirmativas transformando essa doutrina a

ser acolhida na doutrina do direito, como uma doutrina respeitável, possível e viável. E substancialmente o que é que define John Haus? Que a igualdade com isonomia é aquela igualdade formal que nós aprendemos lá desde a Revolução Francesa em que todos são iguais e o Estado não pode tratar diferente. Tanto a igualdade com equidade e que a Constituição de 88 inovou, que desde a nossa primeira Constituição a igualdade vinha sendo consagrada no aspecto formal em que o Estado não poderia distinguir. E 88 no caput do art. 5º estão lá os direitos fundamentais dos brasileiros: à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e à segurança. Vindo a igualdade formal nos incisos do art. 5º. Mas o que está no caput é essa igualdade com equidade, é essa igualdade que o Estado precisa ter atuação ativa, e com a equidade é compensando e levando em consideração a trajetória histórica do cidadão. E aí veio o problema que hoje nós nos deparamos diante da legislação proposta. O Estado deve fazer ações afirmativas, é necessário que faça, e a questão é como fazer as ações afirmativas. E é por essa razão que eu estou aqui na bancada dizendo: as restrições à proposta de leis raciais. Primeiro: cotas não é sinônimo de ações afirmativas, e segundo: cotas raciais produzem efeitos colaterais terríveis. E é contra os efeitos colaterais de cotas raciais que eu estou sendo obrigado a vir a esse depoimento e fazer o apelo da reflexão aos Legisladores do meu País. Que nós precisamos, sim, fazer ações afirmativas, nós precisamos construir mecanismo que o Estado faça intervenção para assegurar essa igualdade com equidade.

Porém, essa intervenção, nobres Legisladores, Srs. Senadores, não pode ser feita de uma forma em que ataca os efeitos presentes e imediatos, mas produza efeitos colaterais, produza ou viabilize produzir efeitos colaterais perniciosos, não desejados pela própria lei, não desejados pelo parlamento, não desejados pela índole do povo brasileiro. E essa é a questão que eu venho trazer no debate.

Nós negros brasileiros, nós não desejamos ter um tratamento separado, nós não desejamos ter um status jurídico separado, distinto, nem para ser excluído, como lembrou o Frei David em outros Estados, mas também para ser incluído. E para fazer uma inclusão através de legislação do Estado é necessário excluir alguém, dois corpos não ocupam o mesmo espaço. Nós aprendemos em física. Não se faz uma inclusão pelo aspecto racial sem fazer uma exclusão pelo aspecto racial. Daí está o problema que merece reflexão e que merece o debate, Dr. André.

A questão é se o Estado Brasileiro, e o Dr. André nega, e é evidente, todos nós negamos que estejamos construindo um Estado racial, mas a prática, o que nós estamos observando, e eu tenho militância política também num partido que é base e apoio do Governo, portanto, que não falava de oposição, que quando o Frei David na falação dele ele se referiu dez vezes à política racial, cinco vezes falou em cota racial. A política e engendramento é de cotas raciais. Não tenha dúvida, Dr. André que não há conflito hoje na universidade, evidente, que não há conflito porque quem está na universidade são os incluídos, dentro da universidade estão conseguindo hoje as que estão com essas cotas raciais, a presença dos alunos incluídos 50% que sempre estariam incluídos e os 50% beneficiários de cotas, os excluídos que gerariam o conflito não estão lá, então, não há razão para conflito. Entretanto, essa semente na cabeça do excluído não ficará impune. E o Estado, a sociedade não pode construir esse tipo de cidadão, esse que ficou à margem, que vai debitar suas frustrações, os seus fracassos da vida àquele outro cidadão por uma razão que o Estado veio declarar de forma aleatória, falaciosa, por uma razão que a população brasileira nega, por uma razão racial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. JOSÉ ROBERTO FERREIRA MILITÃO: Acho que vamos ter um momento. Eu não queria perder o raciocínio, Dr. André. Portanto, as ações afirmativas que são necessárias que são aplicadas hoje em cerca de 40 países com sucesso, inclusive, nos Estados Unidos da América. Elas devem ser feitas, elas podem ser feitas, o Estado tem o dever de contribuir para que sejam feitas, porém, sem que sejam políticas e que o Estado se declare como políticas raciais. E este projeto de Lei, e a minha postura quando eu tenho argumentado com o Frei David, com outros companheiros do Movimento Negro: se fizer só o corte econômico já nos contempla. A lei foi renovada no Rio de Janeiro. Eu estive num debate lá em setembro, na Universidade Estadual e estão sobrando vagas de cotas no Rio de Janeiro desde 2006. Os negros não estão tendo número suficiente de candidatos para cumprir. Ela era desnecessária a renovação. Entretanto, esse tipo de legislação racial, esse tipo de legislação quando você implanta, e a Índia tem lá para os Dalits, desde 1910, e a Índia teve isso adotado pelos britânicos como instrumento de dominação daquele povo, não foi como instrumento de cidadania não, conversa fiada isso. Nunca mais se consegue retirar, porque você não consegue entregar com esse tipo de identidade jurídica com cunho racial e depois de uma geração ou de duas ir lá e negar aquela identidade jurídica. E ela vai gerar conflitos, ódios; evidentes. Às vezes, o debate sobre a validade da legislação racial ou não, entre nós irmãos fraternos como, que eu tenho, por exemplo, a relação

que eu tenho com o Frei David há mais de 20 anos, mas, às vezes, ela te torna grosseira, áspera porque ela é uma argumentação que envolve emoção, ao invés, de razão.

A luta contra o racismo, e eu pretendo agora continuar a minha exposição, ela é uma luta em que nós cidadãos e o Estado tem que ter o compromisso de destruição primeiro, da crença em raças humanas, em segundo: da cultura do racismo. A luta do anti-racista não é a luta de afirmação da raça negra como igual ou como superior, é a afirmação da humanidade do povo negro, porque a estratégia do racismo foi criar o ideal de raças, dividir a humanidade e impor uma hierarquia, isso é o conjunto do conceito doutrinário de raças. E não foi por acaso, professor André, que surgiu junto o iluminismo no século XVIII, não é por acaso que a partir de 1750 começou, inclusive, a ter a formulação científica tentando justificá-la. Era para ser antepor ao ideal de iluminismo que todos os homens eram iguais, nasciam iguais e deveriam ter e exercer iguais direitos durante a vida. Veio o racismo e disse: não, os humanos não são iguais, existem raças, e existe hierarquia nessas raças. Enquanto o conceito de raça subsistir essa hierarquia estará junto com o conceito de raça.

Então, quando o Estado adota raça e diz que raça é identidade jurídica, o Estado está legitimando, está pegando aquele ideal do racista de 1750 e querendo transformar isso em realidade do cotidiano da cidadania, e o Estado não pode fazer isso. A luta contra o racismo é destruir esse conceito da existência de raças humanas. A espécie humana deve ser tratada pelo Estado como tal.

A professora Yvonne lembrou onde foi tratado pelo Estado, foi terrível, e não é que nós não somos Ruanda, Ruanda não era Ruanda até ter uma colonização que deu identidade jurídica distintas a tutsis e a hutus, aquele povo que é o meu povo de origem, eles não eram a Ruanda de hoje que faz a maior guerra genocida dos últimos tempos. Não ponha culpa em Ruanda, não é o povo de Ruanda. Eles são frutos de uma história. Aquele povo está se matando hoje foi educado por um Estado racista do colonizador que lhes impôs a divisão de identidade jurídica e os fez inimigos, que se autojustificam nesse genocídio. Nós não somos Ruanda, professora. Mas se o Estado legislar sobre raças daqui a 150 anos nós seremos um Brasil deplorável. Nós não temos o direito de fazer isso. Nós não recebemos um país com identidade jurídica racial, [soa campainha], a nossa geração não recebeu esse país. Nós não temos o direito de entregar este País às futuras gerações divididas identidade jurídica de raça.

Professor, posso prosseguir mais dois minutos? O País que nós recebemos, e isso vem de um estudo do ano que eu nasci, de 1953 do professor Acir Nogueira na USP em que ele mostra fundamentalmente a diferença entre o racismo do Brasil e o racismo dos Estados Unidos, porque lá eles acreditavam, realmente, em raça. Nos Estados Unidos o que diferenciava o tratamento da pessoa era a origem racial, enquanto no Brasil e a sociologia até hoje não desmentiu o professor Acir Nogueira é que aqui a discriminação é de marca, é pela cor, e não pela etnia, pela origem racial, por uma gota de sangue prevalecente nos Estados Unidos, e até hoje e que os Estados Unidos fez uma ação afirmativa que funcionou para aquela população afro-americana a partir do momento que o movimento de direitos civis impôs a proibição do Estado legislar sobre raças. O nosso movimento negro, às vezes, manipula isso e diz que nos Estados Unidos foram as leis raciais que fizeram o progresso dos afro-americanos. Não é verdade. Foi a proibição do estado americano legislar sobre raças e fazer uma promoção de ações afirmativas de inclusão que fez a inclusão na universidade [soa a campainha], a inclusão econômica, a inclusão social do povo afro-americano consagrada hoje com a eleição do Barack Obama. Não são as leis baseadas em raça, professora.

Portanto, se lá eles chegaram, inclusive, a ter alguma política de cotas. Eram remédios adequados para o seu problema que eles acreditavam em raça, e nós não podemos fazer ações afirmativas com o mesmo remédio que cientificamente a Academia nos prova que os males são distintos. Se os nossos males aqui do racismo produzido, das discriminações é a marca e não a raça, a mim, pelo menos, é incompreensível que o Estado passe a criar secretaria especial de promoção da igualdade racial num país em que a Academia me diz que raças não é identidade do povo. Isso é a Academia que me diz, a Academia há de me desmentir em relação a isso.

Então, é um remédio inadequado para um mal inexistente, e se é inadequado não é recomendável porque nós vamos mexer com a identidade da cidadania, a identidade futura, e quando se mexe com o futuro, Dr. André, há de se ter muito cuidado, há de se refletir que os efeitos colaterais demoram, há muitos bons medicamentos que a medicina, os laboratórios trouxeram, a ciência trouxe e que a medicina e a ciência depois mandou retirar, porque produzia efeitos colaterais piores, desastrosos e não pensados e não avaliados num primeiro momento. Leis raciais, leis baseadas em divisão da humanidade em raças, leis dando identidades jurídicas de raças tem efeitos colaterais conhecidos. Por isso o final da segunda guerra mundial foi marcado, fundamentalmente, pela declaração universal dos direitos do homem em 1948 na ONU em

que ficou implícita a proibição dos Estados legislarem sobre raças, sobre identidade jurídica, sobre direitos, privilégios ou exclusões de direitos e privilégios baseado em identidade racial.

A África do Sul foi o único país que ousou fazer isso, e nós fizemos parte, eu fui preso na Avenida Paulista de São Paulo atirando pedras nas vidraças no Consulado da África do Sul, e a ONU fez o boicote mundial para conseguir destruir aquele regime odioso. Portanto, a experiência dos efeitos colaterais de leis raciais são conhecidas e não é permissível que legisladores do nosso Senado, do nosso Parlamento se preocupam com a construção de um país melhor do que o que nós recebemos não conheçam, não reflitam, não pensem sobre os efeitos colaterais. É possível fazer ações afirmativas, o mundo inteiro tem feito, os Estados Unidos hoje faz todos os dias, todos os meses, todos os anos; o Canadá tem uma extraordinária lei de inclusão de ações afirmativas, a Austrália tem sem recurso a corte racial.

A preocupação com essa lei que ela pode ser resolvida. Ontem dizia o Frei David: basta o corte econômico, a origem de escola pública que o nosso povo estará incluído, é que ele é um precedente.

Eu tenho acompanhado e hoje a internet nos ajuda nisso, existem em todos os Estados brasileiros projetos de leis raciais nas assembléias, e, pelo menos, em mais de 120 cidades, municípios, já existem projetos de lei raciais nos seus municípios, e se o Congresso Nacional aprovar uma lei federal baseada em corte racial, isso será multiplicado porque é evidente e o político é construído, e a democracia é para isso, é para ter as oportunidades de fazer a sua legislação, se apresentar o seu povo, trazer um benefício, será multiplicado em leis municipais e estaduais, estatutos municipais e estaduais, e a sociedade brasileira será daqui a dois ou três anos racializada de ponta a ponta, e a cidadania brasileira vai estar submetida à identidade jurídica racial que o povo brasileiro não deseja.

Vou concluir citando uma pesquisa, Sr. Presidente, que foi publicada no dia 20 de novembro promovida pelo Cidan – Centro Brasileiro de Informação e Documentação Artística do Negro do Rio de Janeiro, que é dirigido pela extraordinária atriz Zezé Mota, feita pelo IPPS, e essa pesquisa feita no Rio de Janeiro revela que ouvidas no Rio de Janeiro 63% da população do Rio de Janeiro, o Estado que primeiro impôs de forma compulsória a Lei de Cotas, 63% serão contra. Ouvida a população negra do Rio de Janeiro 62.7% se manifestou contra o corte racial nas Leis de Cotas do Estado do Rio de Janeiro inspirada naquele Governo que não é exemplo de democracia e de cidadania das famílias Garotinho.

Portanto, Srs. Senadores, o apelo de que quem [soa campainha] faz militância de inclusão é restabelecer a reflexão. Nós, a nossa geração representada por V.Sas. não tem o direito de entregar às futuras gerações um país dividido e identidade jurídica de brancos e, negros; entreguem o que nós recebemos melhorado, cidadãos brasileiros que merecem a atenção do Estado de política de inclusão.

Mas só para retificação, uma manifestação do Dr. Joaquim Barbosa citado pelo Frei David, e ele diz num texto que está na Internet publicado: "que a validade de ações afirmativas, porém, falta ao Direito Brasileiro o maior conhecimento das modalidades e das técnicas que podem ser utilizadas na implementação de ações afirmativas, entre nós fala-se quase exclusivamente no sistema de cotas, mas este é um sistema que a não ser que venha amarrado a outro critério inquestionavelmente objetivo", e ele cita como exemplos os oriundos de escola pública deve ser objeto de utilização marcadamente marginal.

Citaria, passo a Dra. Flávia que é conhecida, mas a manifestação do saudoso Senador Jefferson Peres que ele elenca as mesmas razões jurídicas e políticas que aqui expus. E ele conclui: "se esta minha posição for incompreendida ou mal interpretada, paciência. O homem público que se respeita não toma posições fazendo cálculos de ganhos e perdas eleitorais". Ele demonstrou nesse artigo publicado no O Globo em 2003 que o compromisso do legislador é aquele compromisso que Jean-Jacqes Rousseau prescreveu no contrato social.

O meu tempo já acabou, presidente, paciente. Mas eu gostaria de citar a partir de Martin Luther King a expressão dos anti-racialistas do mundo. Dizia Martin Luther King nas cartas que ele escreveu na prisão em 1963: "uma lei injusta é uma lei humana sem raízes na lei natural e eterna, toda lei que eleva a personalidade humana é justa, toda lei que impõe a segregação é injusta, porque a segregação deforma a alma e prejudica a personalidade". Não foi à-toa que ele foi Prêmio Nobel da Paz, não foi à-toa que ele foi assassinado. O professor Mangabeira também tem uma expressão que publicou e está no seu site e ele diz aí no aspecto jurídico: "o regime [soa campainha] de cotas não serve porque é e deve ser inconstitucional, fere qualquer entendimento contemporâneo plausível da igualdade, por isso mesmo só poderia ser instituído por iniciativa constitucional como foram as cotas adotadas na Índia para libertar os estocáveis. Nos Estados Unidos apenas os adversários de ação afirmativa às descrevem como cotas, e o Judiciário vem impondo restrições para assegurar que não funcionem como tal" [soa a campainha]. Monteiro Lobato. Posso concluir? Cito os dois últimos

anti-racistas que merecem ser citados. Frantz Fanon: "uma sociedade com a cultura do racismo, uma sociedade em que se admite o racismo admite, se admite a presença do racista, e que essa presença seria natural". Como anti-racista eu não admito, professor André, conviver com o racista, e para isso teria que destruir a idéia de raças, a crença de raças e não acomoda-la por uma legislação estatal.

E Nelson Mandela, para concluir, Sr. Presidente, ele diz que o opressor deve ser libertado, tanto quanto o oprimido. O oprimido e o opressor são todos os dois desprovidos de suas humanidades. Ele disse isso como Presidente da República do país que o racismo o colocou por 27 anos na cadeia. A generosidade das vítimas do racismo deve ser a mesma, deve ter a mesma compreensão que Joaquim Nabuco tinha de escravidão, degradava o escravo e o senhor do escravo. E o racismo degrada as vítimas e degrada também quem promove o racismo.

E o Estado não pode ser instrumento de conestar(F) isso e daí a preocupação, não com esta lei que eu acredito que o Senado tem condições de adequá-la e, realmente, conferir aos mais pobres a segurança de ter acesso em condições iguais, os pretos pobres, os brancos pobres, aliás, eu não uso a expressão negra. Os pretos, os pardos pobres, os brancos pobres que estudam na mesma escola, [soa campainha], que vivem no mesmo ambiente social, que namoram entre si, que têm as famílias entrelaçadas devem competir em igualdade de condições mesmo sem o corte racial. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, agradeço ao Dr. José Roberto Ferreira Militão.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu só indagaria à V. Exa., quando nós vamos ter as notas taquigráficas dessa sessão à disposição? Eu quero depois, inclusive, fazer uma homenagem às palavras do Dr. José Roberto Militão porque se alguma dúvida eu tivesse a respeito de cotas, isso já não existe mais na minha vida. A partir do pronunciamento do Dr. José Roberto eu gostaria de ter as notas taquigráficas do pronunciamento que eu considero o mais brilhante já feito no Senado Federal, na minha época [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, Senador Demóstenes Torres, estou recebendo a informação de que essas notas taquigráficas estariam à disposição a partir de segunda-feira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O que poderiam fazer, talvez, era tentar a gravação porque a dificuldade... Porque essas notas taquigráficas das Comissões são retiradas fora do Congresso Nacional, as do funcionamento do plenário, não, mas das Comissões é fora. Então, isso há uma demora.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não tem problema, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora, o Dr. André parece que deseja fazer uma observação.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Eu que agradeço a oportunidade. Eu estive recentemente no encontro em Genebra, numa conferência da Unesco, Conferência Internacional de Educação, sobre educação inclusiva, em que ali exatamente se discutia a insuficiência desta visão universalista que ignora as diferenças. Portanto, a ignorância das diferenças tem gerado mais desigualdade. E a proposta que está em tela para exame, não pretende usurpar vaga da ninguém, o que ela pretende é que, de acordo com a proporção definida do IBGE façam-se escolhas. Então, as pessoas concorrem entre si e não contra outros.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas não está escrito isso não, Dr. André. O que está escrito é justamente o que ele disse.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Não, não. Está escrito na proporção do IBGE.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, não está escrito. Então, vamos reescrever. Até mais um motivo para nós não atendermos ao pedido de V. Exa. e votar isso hoje. Vamos chamar de isso porque a partir da explicação que deu o Dr. José Roberto Militão, nós não podemos votar essa lei de afogadilho porque pode criar, aprofundar o ódio racial no Brasil. Aliás, nós podemos criar um problema muito maior do o que nós queremos resolver. Essas questões não podem ser simplesmente feitas de uma hora para a outra para atender A ou B. Nós estamos tratando do futuro do Brasil. Acho que o Congresso Nacional e o Senado têm que ser muito responsáveis para discutir isso. Não está escrito isso. Se a lei quis dizer... O que V. Exa. está dizendo eu concordo, agora, a lei não está escrito isso, não.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Senador, o senhor me permite, Senador?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não está escrito dessa forma.

SR. ANDRÉ LÁZARO: O senhor me permite? A lei está no Congresso desde 2004, portanto, não se pretende votar de afogadilho, ela está tramitando para avaliação por longo tempo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Permita-me. V. Exa. está equivocado, novamente. O Projeto de Lei, vários estão aí desde 2004, um foi aprovado, aqui, da Senadora, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que foi...

SR. ANDRÉ LÁZARO: Apensado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Contra o regimento do Congresso Nacional, contra o regimento, porque ele tinha prioridade para ser votado. Então, qual a razão que ele foi esquecido? E segundo: ele chegou ao Senado há alguns dias.

Então, portanto, ele está sendo, aqui, discutido de afogadilho, tanto é que essa madrugada tentaram um golpe. Não sei se V. Exa. sabe disso. Pegaram assinatura de líderes, levaram para votar, à sorrelfa, à socapa, se eu não estivesse lá, teriam votado, hoje, essa discussão aqui, era mera perfumaria; eu e o Senador Marco Maciel que fomos avisados.

Então, essas coisas se fazem com lealdade, as discussões têm que ser às claras. Não adianta tentar passar um projeto desses.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Senador, eu espero que o senhor não esteja me atribuindo qualquer responsabilidade e implementações que não me cabem respeito. Eu sou do Executivo, eu não sou do Senado Federal, não tenho essa honra, eu sou do Executivo.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não tem problema.

SR. ANDRÉ LÁZARO: E o Executivo encaminhou ao Congresso há tempo, e a tramitação no Congresso quem define é o Congresso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Então, por favor, não me atribua intenções a que não estão postas no debate, por favor.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa., hoje, fez um apelo para que pudéssemos votar.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. fez um apelo para que pudéssemos votar. Estou dizendo a V. Exa. que nós não temos condições de votar. Até em respeito às palavras de V. Exa. V. Exa. chega aqui e pede para votar. Quer dizer que a opinião de V. Exa. não vale nada? Nós temos que considerar.

SR. ANDRÉ LÁZARO: O senhor estará atribuindo a mim uma intenção distinta que tenho. O que disse aqui: se votado este ano, tem eficácia o ano que vem. Agora, o senhor, como Senador da República, tem todo direito, está na sua Casa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. fez um pedido para votar.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Não. Ou eu não posso aqui encaminhar nada, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de dar uma informação

SR. ANDRÉ LÁZARO: Eu preciso, aqui, apenas responder suas perguntas ou posso trazer uma proposição que diz respeito à expansão da educação brasileira?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu sugiro, Sr. Presidente. Por favor, Sr. Presidente.

[falas sobrepostas]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. tem outra e [ininteligível] quer me atropelar como executivo.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Por favor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Demóstenes, só um segundo.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Só para dar uma informação. O projeto chegou ao Senado no dia 26 de novembro. É a informação que eu tenho da secretaria. E eu distribuí logo para a relatora Senadora Serys Slhessarenko. E pergunto à Senadora Marina se deseja formular alguma questão de ordem?

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem. Eu só queria porque, enfim, o Dr. André estava fazendo um complemento e eu acho que teremos o momento do debate, todos os Srs. Senadores poderão se manifestar no debate. E a indagação que eu faço é que ele possa complementar o raciocínio e depois nós o interpelemos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Ele já fez a exposição dele.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não. É que eu acho que nós temos que estabelecer aqui um princípio de equidade. Eu entendo que cada um aqui tem o direito, e o diálogo é bastante significativo, nós ainda temos duas duplas para ouvir. Eu compreendo as razões, o volume de informações e as reflexões trazidas aqui t pelo Dr. José, mas é só para que a gente não crie um desbalanço para não gerar réplicas e contra-réplicas. E que a gente possa ouvir as pessoas que estão fazendo as suas manifestações

e depois nós façamos as nossas interpelações para não criarmos um debate entre nós e os expositores [soa a campainha].

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Só um minuto.

Eu gostaria, também, de dizer que o Dr. André Lázaro teve o seu tempo dilatado, inclusive, até por provocação minha. Ele não só dispôs de 20 minutos, mas depois eu disse que...

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Não estou criticando V. Exa., eu só estou sugerindo que possamos ter um procedimento basilar.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora a gente não pode ser muito rígido porque tem que dar a oportunidade de manifestação, e quanto mais idéias se recolhe, melhor e etc.

Agora, eu, então, encerraria esse bloco...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Antes eu gostaria de fazer um registro, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Apesar de não fazer parte desta Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas V. Exa. é Senador e creio que...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Escutei atentamente aqui o que foi dito pelo meu querido Senador Demóstenes Torres, mas haverei de contestá-lo. Esse projeto se iniciou na Câmara dos Deputados em 1999, foi exaustivamente debatido lá. Então, não é de afogadilho. Este projeto, digo mais, quero fazer outro registro, foi feito uma pesquisa pela Data Folha, 87% dos brasileiros são a favor, então, também não vai criar esse tumulto racial no País.

E eu gostaria que fosse incluso nesse sistema, já falando do mérito que é preciso haver uma inserção na série histórica do Brasil em relação a esse tema para que esse projeto possa ser contextualizado, ele não pode ser analisado pontualmente.

E eu acho que esse projeto deve ter uma vida útil também, ele tem que se encerrar, ele vai gerar um equilíbrio e este equilíbrio depois de gerado precisa se ultrapassado. Então, perde o sentido e o objeto esse projeto. Esse é o meu entendimento. Mas eu acho que ele é extremamente necessário e extremamente importante para o nosso País, até para haver esse equilíbrio. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu só gostaria de fazer uma observação para o Senador Lobão Filho que o projeto, para quem não sabe, é de autoria da Deputada Nice Lobão que é a mãe do Senador Lobão Filho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E ele é contra o projeto.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não. Eu expliquei muito claramente aqui. Eu acho que esse projeto tem que ter uma data para iniciar e ter uma data para terminar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E a Dona Nice Lobão é minha conterrânea, é pernambucana, e eu a conheço com essa família de biscas eras, desde o século passado.

Então, eu gostaria agora de iniciarmos o terceiro bloco convidando o professor José Jorge da Universidade de Brasília que representa o reitor da Universidade José Geraldo de Sousa Júnior, e o Dr. José Carlos Miranda, Coordenador do Movimento Negro Socialista.

Agora os expositores se desejarem e se puderem permanecer eu gostaria que permanecem no plenário até para que possamos continuar conversando e discutindo.

Eu estou obtendo agora a informação que o professor José Jorge não se encontra presente. O representante do reitor da Universidade de Brasília não se encontra presente. Segundo informação que está vindo da secretaria da Comissão. Então, em substituição ao professor José Jorge eu convidaria o Dr. Sérgio José Custódio representante do Movimento dos Sem Universidades – MSU, e o Dr. José Carlos Miranda que já se encontra à Mesa que é Coordenador do Movimento Negro Socialista.

Então, eu concederei a palavra, por 20 minutos, como disse nas exposições anteriores, se for necessário alguma dilatação para esclarecimento de algum tema ou algum ponto obscuro, esse tempo poderá ser prorrogado. Então, com a palavra o Dr. Sérgio José Custódio.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Presidente, eu pediria o obséquio só de fazer um esclarecimento antes da exposição. Eu queria só esclarecer que o projeto da Deputada Nice Lobão se atém à questão das cotas para as escolas públicas, a questão racial ela foi apensada posteriormente. Mas só esse esclarecimento.

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC-SE): Mas é muito importante, porque esse aí é diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não a palavra o Dr. Sérgio José Custódio, representante do MSU.

SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO: Bom dia a todos e a todas. Bom dia, particularmente, a quem não está assistindo e a quem sonha com a aprovação deste projeto. Bom dia ao Senador Pedro Simon, à Senadora Marina Silva, à Senadora Fátima Cleide, o Senador Lobão Filho, o Senador Adelmir Santana, o Senador Virgínio de Carvalho pela honra das vossas presenças, o que demonstra a seriedade, e ao Senador Demóstenes Torres com que esse Senado encara esse projeto.

Eu não estou falando aqui em meu nome pessoal, estou representando uma série de movimentos, apesar de ser Coordenador Nacional do Movimento dos Sem Universidade, estar de terno e gravata por ritual desta Casa, em respeito ao ritual desta Casa,

Gostaria de entregar, em primeira mão, ao Senado Marco Maciel o nosso manifesto fome de saber a escola pública, os indígenas e os negros pedem passagem para a universidade pública.

O Senador Marco Maciel, como todos sabem, foi Ministro da Educação no Brasil e em 1997 equiparou as universidades públicas federais autárquicas com as fundacionais. Portanto, tem um papel fundamental na organização do sistema de educação superior no Brasil. Homem de letras é membro da Academia Brasileira de Letras, e por nossa insistência e por sua concordância, nós estamos realizando este seminário.

Nós acompanhamos esse projeto da Deputada Nice Lobão desde o seu nascedouro em 1999, e se o senhores e senhoras me permitirem a gente fica muito à vontade para falar dele, dos seus passos, das pedras no caminho, e de como ele chega ao final do ano de 2008, quase dez anos depois, para, se Deus quiser, e os Senadores concordarem à aprovação deste Senado Federal.

Eu, particularmente, não gosto da palavra cota. Como estudante da história do Brasil, nós realizamos, graças ao Senador Cristovam Buarque, e ao Presidente também da Comissão de Educação da Câmara João Matos o seminário 200 anos de educação superior no Brasil. Portanto, esse ano é um ano cheio de datas muito simbológicas, muito significativas.

Diz Boaventura de Souza Santos: temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direto a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

A universidade nasceu no tempo de São Francisco de Assis, a universidade nasceu no século 12 na Europa, a universidade, como nos ensina o professor Jacques Le Goff um dos maiores especialistas em idade média nasceu junto com o humanismo, e ela nasceu para quebrar privilégio, porque a ordem social organizada pela igreja, pela nobreza excluía o povo. A universidade, então, tinha exames para possibilitar que o saber, o conhecimento fosse de acesso alargado.

São Francisco de Assis pariu o humanismo num gesto rápido, ousado, tirando as suas vestes e andando em público, doando as suas vestes a quem precisa.

A América espanhola é muito diferente do Brasil na questão da universidade. A universidade chegou ao Brasil junto com a Família Real, não enquanto universidade, enquanto escolas, cursos posteriores. Desde então, o Zé esperanças sem universidade e a Maria esperança sem universidade perseguem nesse país o seu espaço à universidade. O Zé esperança é negro, a Maria esperança é negra, o Zé esperança é pobre, a Maria esperança é pobre, o Zé esperança é indígena, a Maria esperança é indígena; disso o Brasil não duvida, ninguém duvida. As duas últimas pesquisas feita por instituto de maior respeitabilidade neste país, o Data Folha, está aqui o caderno racismo do *Data Folha* e o caderno sobre juventude da *Data Folha* afirmam o que disse o Senador Edison Lobão aqui.

Então, temos que separar o joio do trigo neste debate aqui. A primeira pergunta: houve escravidão no Brasil ou não houve escravidão não Brasil? Houve aculturação indígena e massacre dos povos indígenas ou não houve? Estão querendo fazer um Brasil universal de clones de laboratórios, não existem diferenças gritantes estatísticas como apontada na semana passada pelo Jornal *O Globo,* em entrevista ao coordenador da *Campanha Todos pela Educação*.

A condição da taxa de homicídios entre os negros por cem mil habitantes no Brasil nos envergonha ao país. E isto é uma república, república é coisa pública. Então, a primeira divisa que temos que fazer nesse debate é que numa república o que é estatal tem que ser público e não pode ser apenas e meramente estatal. E o público deste país são os povos que ergueram este país. Muitos deram o seu sangue, suas vidas, tem netos, tataranetos, tem histórias, pode não estar escrito, mas vai à periferia, vai num cursinho popular, vai visitar uma família. A professora Maggie disse eu fui numa escola pública. Ora, eu vim da roça. Meu pai morreu com 42 anos de idade, vítima de doença de Chagas, minha mãe é costureira. Quando entrei na universidade eu tinha vergonha porque na minha casa não tinha telefone, eu tinha vergonha de dizer isso para as pessoas. Óbvio, óbvio, com toda a situação que existe no país hoje muita gente pode ter vergonha, antropóloga, de dizer que é a favor do direito à universidade pública não ser apenas a cota que existe hoje. Cota é uma questão da matemática, existe uma cota hoje no Brasil. Na carreira de jornalismo, na carreira de arquitetura, na carreira de medicina, na carreira de direito, a cota vai de 70 a 90%.

Ela é uma lei porque é quase que uma lei natural, ela é uma lei porque ela se afirma um ano, dois; uma década, duas; um século, dois; eram os fidalgos quando veio a Família Real, depois eram os doutores do café, os donos dos escravos. No Século XX o povo nosso, os nossos avós eram vítimas do analfabetismo.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu não sei se todo mundo se sente incomodado, mas a conversa paralela aqui vai ao limite da nossa capacidade de acompanhar as duas coisas. Com todo respeito, porque eu sei que as pessoas querem passar informação, mas vamos fazer isso, pelo menos, de uma forma mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V. Exa. tem razão. E eu devolvo a palavra ao Dr. Sérgio José Custódio.

SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO: Muito obrigado. Então nós estamos falando da história do Brasil. Independente de ação afirmativa, independente de cota, esse país tem uma dívida consigo mesmo, com o seu povo, com o povo que veio da África, com o povo que aqui estava. Essa dívida não se consola em nenhuma norma, em nenhuma tese meramente acadêmica. Essa dívida tem um aspecto jurídico, mas ela tem um aspecto... Desculpe, Senador, porque eu perdi um pouco o raciocínio da minha fala. Mas é o seguinte: se éramos analfabetos como diz o alto dos 99% em 1963, só 1% do povo brasileiro ia para a universidade. Certo? Porque a maioria era analfabeta e não tinha o ensino médio.

Por que é que nós convencemos o Ministro Paulo Renato? Eu participei diretamente dessa negociação no dia 19. Por dois motivos: O Ministro Paulo Renato participou do Governo do Senador Marco Maciel por oito anos foi Ministro da Educação. Ele me disse pessoalmente: eu tenho um orgulho, o ensino médio no Brasil que em 1993 contava com 300 mil formandos, em 2001 tem 2 milhões. E dentre desses 2 milhões estão lá os negros, estão lá os indígenas, como nunca a história desse país teve. Por isso eu acho importante que essa história tenha o day after, vamos falar bonito, o dia seguinte, a continuidade. E é na graduação, e é na pós-graduação. Porque este País precisa de doutores, a República, o Senado precisa recrutar os talentos que existem neste País. Então, o Sr. Paulo Renato disse: eu concordo e eu concordo com o sim dele, o DEM veio para o acordo e foi feito um acordo político em cima de um projeto que foi aprovado em primeiro lugar no Senado Federal em 1999 pelo Senador Antero Paes de Barros que não está mais aqui. Mas que tinha tanto amor por isso, por essa causa que nos ajudou na Câmara. Ele mesmo fez questão para manter dentro da UNB um negro, emprega-lo no seu gabinete tirando xérox, um negro no seu gabinete.

Então, a questão que se coloca é que o projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação, por unanimidade na Comissão de Direitos Humanos, por unanimidade na CCJ, foi amplamente debatido pela imprensa nacional. E mais: nós aqui estivemos em 2005 nesse mesmo dezembro com o Senador Tourinho que era relator, com a Ideli Salvatti, com o Senador Mercadante que era relator do ProUni. Nós repudiamos o argumento terrorista. Não venham com essa para cima da gente, nós não precisamos disso. Porque o Bush disse, por exemplo, no Iraque que tinha arma química para justificar um morticínio de seres humanos, que o mundo inteiro repudiou e depois se viu que era mentira. Vão se criar as guerras raciais no Brasil? Ora, ora, o ProUni tem quatro anos. Eu fui à UniSantana em São Paulo, estava lá na mesma sala de aula ouvindo a nossa palestra, negros indígenas a propósito do debate que veio pela mídia eu fiz a pergunta: como é que vocês estão se relacionando na sala de aula, na hora da prova, na hora do intervalo? Vocês estão se matando, pegando os facões chineses? Não há facão chinês no Brasil. A história da África é muito pouco conhecida, me desculpe a crítica, Sra. Maggie, me desculpe, inclusive, pela senhora. A história de Ruanda é muito pouco conhecida, não dá para estereotipar e encaixar. Esse foi o raciocínio sempre da elite, é a cara para Paris e aqui a outra parte para nós. Por isso nós precisamos ver brasileiros que produziram conhecimento. Eu sou fã, nesse sentido, de Marco Maciel. Quem produziu conhecimento sério neste País com distanciamento sem ser militante, conhecimento cientifico? Milton Santos. O que disse Milton Santos quando revolucionou a geografia mundial, e por isso levou o Prêmio Nobel de Geografia.

Quando um paradigma se esgota, um paradigma científico, ele precisa ser trocado por outro novo. O que nós dos movimentos sociais estamos dizendo é que o paradigma de acesso à universidade brasileira está podre, esgotou-se, venceu, a cada ano mais gente vai entrar no ensino médio, vai se formar, 4 milhões fizeram o ENEM neste ano, 4 milhões de pessoas. São povos das mais variadas origens sociais. O bolo também cresceu. Como foi dito por uma Senadora aqui. O ensino médio cresceu. A Senadora Roseana Sarney, ontem conversando limpidamente, Senador Demóstenes, sem nada a esconder. O nosso texto é muito claro: nós temos fome de saber e a fome de saber tem pressa. Porque adiar a fome de saber é provocar morte na juventude e morte deste país do seu futuro. Então, o paradigma está esgotado e um paradigma não é um dogma, não é uma verdade. O senhor não precisa ter

medo de ficar do nosso lado porque o senhor não está seguindo uma missão de fé. Só desculpa.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu não vou ficar não. Pode ficar tranqüilo.

SR. SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO: Nós sabemos dos interesses que o incomodam. Muito bem. Certo? Muito bem, nós temos certeza disso. Mas o que nós queremos dizer é que assim como Milton Santos para sustentar no seu livro por uma geografia nova que lhe valeu o título Nobel ele usou o exemplo de Kanes, Kanes negou o liberalismo para dizer que não podia ficar o povo desempregado, o Estado tinha que gastar para que a economia funcionasse. E o Kanes sustentou isso como um novo paradigma econômico. Portanto, gente os dados da nossa escola pública, os dados e o sofrimento do Ministro Paulo Renato, ele me relatou. Paulo Renato sofreu por esses dias ataques e insultos típicos de quando surgiu a imprensa no Brasil na primeira vinda da Família Real no processo de 1908 a 1920 quando ele estava se considerando. Ele foi considerado como o grande branco, ele veio me falar da sua... Mas eu perguntei para ele, fique à vontade, o senhor não foi o primeiro. André Rebouças negro no Século XIX republicano não era abolucionista porque tinha um problema com os fazendeiros que iam perder os escravos que era o seu próprio patrimônio, mas André Rebouças, assim como o juiz ontem que falou na TV Senado teve coragem de mudar de lado e de se posicionar firmemente. Então o Ministro Paulo Renato está de parabéns.

Eu quero terminar aqui com uma frase que nós não podemos, temos pressa também, porque nós não podemos esperar o bolo crescer para depois nós comermos o bolo. Existe muita inteligência e aí volta à história para a idade média. O que mata o paradigma hoje é que ele seleciona não mais o mérito, é quem tem o dinheiro para pagar o cursinho, é quem participa da indústria do vestibular, do viciado vestibular, é vestibular é uma coisa, curso de direito é outra. O que cai no vestibular e nós temos situações dramáticas. No curso de direito da Universidade de São Paulo, depoimento do diretor, pelo menos, 30% abandonam, no curso de medicina o consumo de drogas, a violência e por tabela aquilo que aconteceu com aquele chinês, que só por ser chinês diferente foi jogado numa piscina porque era um ritual de iniciação de comemoração como se... Então, o paradigma está falido e é hora do Senado legislar, é missão da Comissão de Constituição e Justiça inovar na lei, respeitar o regimento, seguir a Constituição, e a Constituição diz que somos todos iguais. Não dá para manter o privilégio.

Eu termino então dizendo uma frase que eu li ontem para o Senador Marco Maciel, mas que eu lê-la de público porque é uma frase, para nós, muito simbológica. No seminário multiculturalismo e racismo, o papel da ação afirmativa nos estados democráticos, contemporâneos organizado pelo Ministério da Justiça em 1996, Marco Maciel nos afirma: o Senador, o vice-presidente, o Ministro, o membro da Academia Brasileira de Letras: a escravidão permanecerá por muito tempo como característica nacional do Brasil. Uma vez que a abolição não foi seguida de medidas sociais complementares em benefício dos libertados, nem de qualquer impulso interior de renovação da consciência pública sobre os que sofreram aquela tragédia social. Por isso quando falaram aqui de Obama, eu, de novo, sou brasileiro, vou citar JK.

JK entrou na universidade para fazer medicina, ele era um pobre trabalhador que foi do interior para a capital para trabalhar no telégrafo. Ele entrou para fazer medicina porque teve a gripe espanhola, e a elite ficou com medo de fazer vestibular de medicina. Uma regra que não foi formal, mas que ampliou a oportunidade, deu num Presidente da República que todo o Brasil tem orgulho. Portanto, Srs. Senadores, a pressa e a legislação está com vocês. A nossa fé é que o Senado nos honre.

Muito obrigado a todos, em nome do Movimento dos Sem Universidade, do Movimento Indígena, do Movimento Negro e da Escola Pública Brasileira que são 10 milhões de famílias e 88% do total de matrículas neste país no ensino médio [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a contribuição que trouxe o Dr. Sérgio José Custódio representante do Movimento dos Sem Universidade – MSU. E, ao mesmo tempo, eu quero mencionar que vou conceder agora a palavra ao Dr. José Carlos Miranda, Coordenador do Movimento Negro Socialista que disporá de 20 minutos para sua exposição, que poderá ser um pouco expandida em função de algum argumento relevante que tenha a oferecer.

Com a palavra, portanto, o Dr. José Carlos Miranda.

SR. JOSÉ CARLOS MIRANDA: Obrigado, Presidente Marco Maciel, Senadores, Senador Demóstenes Torres que insistiu com o convite para eu estar aqui.

E gostaria de fazer essa discussão, não só como negro que sou, mas muito à vontade como um militante do Movimento Social pertencente desde 1981 ao Partido dos Trabalhadores, fundador da Central Única dos Trabalhadores, morador da cidade de Caieiras, uma cidade da periferia da grande São Paulo.

Eu não necessito do título de doutor porque eu só tenho o 2º grau, portanto, eu não faço parte de ne-

nhuma elite branca como pode ver a cor da minha pele e muito menos da minha origem social.

Eu fui candidato a prefeito, inclusive, na última eleição na minha cidade. Perdi. Mas uma coisa é interessante, eu tenho orgulho de que ninguém, nenhum eleitor daquela cidade deu voto por causa da cor da minha pele. E eu acho que é assim que tenho que começar a fazer a discussão, porque eu ouvi os argumentos até agora e a brilhante argumentação do companheiro de luta Militão e da professora Yvonne Maggie. E eu queria dizer publicamente, Yvonne, eu tenho aprendido e muito, mesmo a gente tendo aquelas divergências, que a gente sabe, mas eu tenho aprendido muito a saber como lutar contra o racismo e contra esse negócio de raças. E eu devo isso ao conhecimento que essa professora e outros companheiros fizeram, e que é o conhecimento social. Eu não precisei de universidade para isso. Mas acho que é um direito de todo aquele que assim o quer tê-lo.

Mas vamos aos fatos e algumas questões que foram aqui colocadas. Primeiro que eu fico ouvindo aqui algumas coisas que não ajudam a fazer a discussão. Quando uma lei, até uma professora sabe que quando ela começa o ano na sua sala de aula, ela impõe a partir da discussão, inclusive, porque o autoritarismo não vai dar muito certo, algumas regras, e depois que essas regras começam a funcionar ela sabe que dali para frente vai ser difícil mudar. Imagina um país como o Brasil, ou um Estado, um município, ou um grupo social maior, qual a questão que nós levantamos? Eu não quero repetir os dados, mas eu quero dialogar com todos aqueles aqui que, em primeiro lugar, querem acabar com a crença em raças humanas que fez, inclusive, os nossos dois últimos presidentes dar umas gafes danada.

O Fernando Henrique, na época dele. Lembra? Ele falou que tinha um pé na cozinha. Esses dias atrás também o Lula disse, falando sobre a questão das cotas disse: bom, logo depois do caso dos gêmeos aqui da UNB, bom, mas é preciso então encontrar um critério cientifico. Olha, eu não acho que nem o Fernando Henrique e nem o Lula são racistas. Mas vejam, aonde está aquela coisa horrorosa que depois a genética já descobriu que não existem raças humanas? Isso entrou tanto na cultura na nossa vida cotidiana que a gente repete, mas aquela raça... Então nós temos que destruir isso do ponto de vista da lei e destruir isso do ponto de vista do cotidiano, do dia-a-dia. E acabar com algumas coisas que, por exemplo, tem duas histórias que a gente ouve: uma é que teve uma princesa boazinha, que assinou uma lei legal e que acabou com a escravidão. Mas tem o outro lado da moeda que tem o pessoal que fala que aquilo é tudo mentira e que até hoje a gente é escravo.

Ora, são duas visões equivocadas que esquecem que a primeira grande luta do povo brasileiro, uma luta nacional, que nos constitui enquanto nação, inclusive, foi a luta contra a escravidão, que não começou, não terminou em 1888. Teve desde os jangadeiros do Ceará, que se recusavam a buscar os escravos nos navios negreiros, teve os tipógrafos, teve os filhos, não é uma classe média, mas da [ininteligível] que existia no Brasil, branca abolucionista, teve os ferroviários que escondiam e teve palmares e tem uma história. Não, ou foi a princesa ou até hoje nós somos escravos. Se tem uma coisa que hoje nós somos escravos é do imenso abismo entre as classes sociais que existe no Brasil e esse abismo social leva o país a ter um dos piores índices Gini do mundo e a ter uma concentração enorme de renda, que agora virou uma hipocrisia, Senador.

Enquanto nós acabamos de ver trilhões e trilhões de dólares no mundo inteiro, bilhões aqui no Brasil, são dados ao sistema financeiro, ao grande capital, às multinacionais cotas para os mais pobres. Agora é uma hipocrisia, ou seja, o orçamento da saúde. Vocês conhecem. E da educação no Brasil são aproximadamente 50, um pouquinho mais, mais 60, são 110 bilhões de reais o orçamento para o ano todo, e numa tacada o Governo colocou para salvar "o sistema financeiro" para não se demitir e etc., um monte de coisa 160 bilhões. Qual a raiz de problema? Aonde está a verdadeira raiz do problema? Eu quero dizer. Está no enorme abismo que existe entre as classes sociais.

E eu queria fazer uma reflexão junto, inclusive, com os companheiros que eu estou vendo aqui do Sindsep e funcionários públicos. Eu acabei de dizer aqui que nós estamos colocando fantasma, que Ruanda... Eu acho que tanto os Senadores quanto a maioria que está aqui sabem muito bem como é a vida do povo, cotidiano, o dia-a-dia. Imagina nós numa comunidade, seja de qualquer cidade do Brasil, uma comunidade pobre, uma periferia. Imagina aquela comunidade, e a gente sabe. Ela é mais escura, é verdade, é herança da escravidão, é herança da falta de políticas ao longo do último século e das elites dominantes dos que não conseguiram superar, fazer reforma agrária, dividir a riqueza que existia esse país ao longo de décadas. Imagina um pai de família que tem o seu vizinho um de pele clara, bem clara, de olho claro, e o outro que mora ao seu lado negro, pode ser da minha cor ou mais escuro. A mesma vida dura desse povo trabalhador. Imagina se o branco souber, não ele souber porque a universidade começou e é só a porta aberta, porque falar de melhorar a vida do povo negro brasileiro, falar de melhorar o nível de educação é uma hipocrisia co-

meçar pelo teto, porque nós precisamos acabar com o analfabetismo, precisamos acabar com o nível de repetência, precisamos de mais de 23% como, por exemplo, no Estado de São Paulo consigam entrar no primeiro ano e sair no final do ensino básico do colegial, e é isso que acontece, somente 23% dos que entram conseguem concluir. Começamos pelo teto. Mas imaginem como propõe o Estatuto da Igualdade Racial, e as cotas raciais abrem a porta para essa discussão. Imagina se aquele trabalhador branco e o trabalhador negro, um pode conseguir o emprego e o outro não por causa da cor da sua pele. Porque no Estatuto da Igualdade racial, por exemplo, se propõe subsídio fiscal para as empresas que têm negócios com os poderes públicos em detrimento das outras que não tem, ou seja, tem um plus, um ganho. Obviamente que um bom capitalista o que é que ele faz? Ele economiza o máximo possível para ter o maior lucro possível. É assim. Empresa não é filantropia, é assim que funciona. Bom, ele vai, obviamente e fala: bom, tem esse negro aqui e esse branco os dois vão ganhar o mesmo salário, quem que eu vou admitir? Aquele que vai me dar o plus para eu ganhar uma concorrência, uma licitação com o serviço público. No tempo das vacas gordas é capaz de não acontecer muito porque vai ter bastante coisa, vai ter bastante emprego, tem a construção civil trabalhando. Então isso pode não aparecer.

Mas imaginem, Senadores, os que estão nos ouvindo, se no momento de crise, no momento aonde a situação é difícil, aonde a comida é mais difícil, a água é mais difícil, o salário é mais difícil, e se a escolha do emprego de uma pessoa negra ou alto declarado negra com uma pessoa branca, e isso acontecer milhões de vezes. Nós não estamos falando mais só da universidade, milhões de vezes, tem um copo d'água, esse copo d'água não tem para os dois, quem tem dinheiro pode tê-lo, as elites, aqueles que têm poder aquisitivo, mas ali o povo trabalhador vai disputar entre um e outro aquele copo d'água que é o salário, que é o emprego. E é isso que quando nós falamos de cotas raciais coloca em discussão.

Como a discussão na universidade não alcança ainda o povo ou toda a população, parece que todo mundo aprova, mas é uma pegadinha. Pergunta se a *Folha* colocasse uma pergunta para fazer o questionário da pesquisa, você seria a favor de vaga para todos? Vamos ver quantos por cento será que teria essa pesquisa. Porque a mesma pesquisa citada diz o seguinte: que é a favor 67% de cotas para negro e 63% essa da Folha de São Paulo é a favor de que todos tenham vaga. É uma pegadinha, porque o que é que o povo demonstra isso? Que ele gostaria que os negros tivessem e que todos tivessem vaga. Mas a discussão na universidade é só o começo, é a ponta do iceberg para a racialização. E aí eu estou de acordo com você, Yvonne e com o Militão.

Com isso nós temos e vamos nos debater até a última gota de energia contra, porque é conversa fiada esse negócio que Ruanda é um lugar, que o outro é outro lugar. Olha, depois que aprovarmos e colocarmos em lei que existem direitos diferentes para as pessoas, segundo a sua cor, pele, religião, nós vamos criar com que aqueles quase 70% que a professora Yvonne mostrou aqui das crianças que não se declaravam de nenhuma cor eles vão se declarar e vão falar a verdade. Uma grande maioria vai se declarar negra para ter a cota, para ter um plus, porque não está se discutindo aqui se vai ter mais investimento no ensino básico, mas nem no ensino superior, independente disso. Do bolo que exige está se propondo fazer uma divisão segundo as cotas sociais que não me oponho, não faço campanha, mas que nós vamos descobrir rapidamente que ela não vai ajudar muito não. A única coisa que vai melhorar são investimentos maciços, dinheiro no orçamento para serviços públicos, em especial, para a saúde e educação, que é isso que vai nivelar, porque o vestibular não cria nenhuma desigualdade, ele só mostra desigualdades desde que a pessoa nasce, não cria nenhuma nova desigualdade. Por isso essa discussão de conceito que eu queria trazer e do risco que a gente e da discussão com o povo brasileiro do risco que a gente corre de fazer essa divisão é bem simples. E

m todos os países, e países que ainda hoje vigoram, e eu vou falar disso antes de concluir, em todos os países aonde foi colocado em lei direitos e deveres diferentes segundo a cor, religião ou etnia que sempre é definida autoritariamente por alguém, porque é subjetivo, não só o exemplo de Tutsis, mas podemos falar de uma série, mas existe um país hoje que, na minha opinião, é um Estado, têm dois Estados que nós podemos considera-los racistas. Não é a raça, mas, por exemplo, no Estado de Israel alguém que tem uma origem de um jeito tem direitos diferentes de quem tem outra origem, e isso o que acontece hoje em Israel naquela faixa com essa definição no estado de direitos diferentes. Não precisa pegar o noticiário todo dia, porque existe um grande movimento para derrubar essas leis em Israel, tanto de árabes, quanto de judeus, quanto dos emigrados novos para derrubar essas leis que dão direito de propriedade diferente para quem tem a origem judia comprovada e com critérios definidos pelo legislador.

A única coisa que eu posso me reportar e a professora Yvonne tem toda razão para você chegar uma hora e definir como foi o caso dos meninos aqui da

UNB, quem que é negro, quem que é tal raça, é subjetivamente, ou seja, nós vamos cair na monstruosidade ou no mesmo método que Adolph Hitler fez para falar da raça ariana, não há outro jeito, porque senão é autodeclaração, mas a autodeclaração dá problema, dá fraude. Por que quem não quer um bônus para tentar uma boa universidade? Eu não vou ficar xingando... Agora eu vou ficar xingando alguém pobre, negro ou não que ele é sem vergonha porque ele está tentando dar um jeitinho. A lei oferece o jeitinho. E eu vou ficar punindo? Não, tem alguma coisa errada aí.

Para concluir, eu quero colocar que os Senadores e a Câmara, se for o caso, primeiro nenhum democrata, na minha opinião, e do Movimento Negro Socialista que tem núcleos em dez Estados do Brasil, e mais, nós usamos um brochinho e uma camiseta que nós financiamos, porque o movimento citado aqui, o movimento negro é só a gente entrar na página da Fundação Ford, está lá, só entrar na página para ver o movimento negro citado aqui recebeu no ano passado mais de 12 milhões de dólares Fundação Gueledés, AfroReggae, convênios, etc., etc. e etc. Nós não, eu tenho orgulho de ser um movimento que ainda vende jornalzinho, pede contribuição para os amigos. Nós não temos nada a ver com ONG. E nós que combatemos o racismo pela igualdade e pelo socialismo, nós que nos orgulhamos de estar juntos com milhares de artistas, intelectuais, lideranças políticas lutamos por vaga para todos e por investimentos em educação e nos serviços públicos. Nenhum democrata que se orgulhe da grande Revolução Francesa e de seu ideário de liberdade, igualdade, fraternidade; que reivindique a república onde todos devem ter o mesmo direito jurídico perante à lei, ninguém que aprecia a liberdade e a igualdade pode aprovar a monstruosidade que vai ser a aprovação de leis raciais neste país.

Está na mão de vocês evitar o pior, está em suas mãos recusar esse pretenso Estatuto da Igualdade Racial e esse Projeto de Lei de Cotas Raciais que vai lançar nossos netos, vossos filhos e vossos netos uns contra os outros trazendo um rio de dor e sangue, um país aonde homens e mulheres se orgulham de ser o produto de nossa própria história, filhos e filhos da raça humana. Vocês decidem se respeitam, de fato, o mandato que reivindicam, que receberam do povo ou se vão sujar as mãos de sangue, abrindo o Brasil para a sua racionalização e de um ódio racial que nunca aconteceu neste País. Obrigado, Senador. Eu encerro [soa campainha]

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra, pela ordem, a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer da minha satisfação de conhecer o Sr. José Carlos Miranda como petista, agora na condição de membro da Comissão Nacional Executiva do Partido dos Trabalhadores eu me sinto na obrigação de esclarecer aqui que o Partido tem uma secretaria de combate ao racismo. Essa secretaria é a favor do Projeto de Lei de Cotas, o próprio Partido, o próprio diretório nacional do Partido dos Trabalhadores tem posição também favorável à Lei de Cotas, então só para não ficar aqui uma posição que diverge daquela que é a vontade expressa da maioria dos militantes de movimentos, de diversos movimentos, que militam também dentro do Partido dos Trabalhadores e da maioria do diretório nacional. Aliás, essa resolução do diretório nacional foi tirada por unanimidade.

Então, eu só queria, Sr. Presidente, para fazer esse registro como membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eleição na antiga União Soviética também era por unanimidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de agradecer à Senadora Fátima Cleide o subsídio que trouxe...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Demóstenes, eu tenho o maior carinho pelas suas exposições. Eu estou aqui na obrigação de membro do meu Partido de colocar aquilo que é resolução do meu partido. E eu não vou, de maneira nenhuma, acatar aqui a sua provocação.

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC-SE): Pela ordem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para dizer o seguinte: a unanimidade, ele também é petista. Então que unanimidade é essa?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, eu quero ouvir agora o Senador Virgínio de Carvalho.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu respeito a posição dele, agora ele tem que respeitar também a pressão do Partido.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu acho que funciona dessa forma.

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC-SE): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Então com a palavra o Senador Virgínio de Carvalho.

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC-SE): Eu só lamento, Presidente, que a discussão comece a entrar na questão partidária, porque eu acho que aqui a discussão não é partidária. Eu gostaria que continuasse sendo dentro dos objetivos para a qual foi traçada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a contribuição de V. Exa. e coincide com o interesse também da própria Mesa.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, pela ordem. Aqui ninguém vai querer também, de repente, negar a vinculação partidária de ninguém não, não é? Se as pessoas escondem a sua vinculação partidária, eu, com muito orgulho, afirmo a minha, foi filiada e dirigente do Partido dos Trabalhadores que me trouxe até esta Casa, porque se não fosse por isso também, e se no meu Partido não tivesse uma política de ação afirmativa através das cotas, dificilmente eu estaria como trabalhadora aqui no Senado Federal.

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC-SE): Senadora, eu lamento... Pela ordem aqui porque eu creio...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu também quero dizer o seguinte: esse negócio de partido, partido tem gente boa e gente ruim. Veja os vícios do partido. Tem vício. Todo partido tem gente boa e gente ruim. Não vamos entrar nesse tipo de discussão que esse negócio de... Isso aí já passou. Depois do Governo, sejamos francos. Não vamos lembrar os casos não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então, eu vou agora anunciar...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, não vamos relembrar não porque eu também vou relembrar [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. Tem gente que não presta de todo lado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos fazer a lista de quem presta e quem não presta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Para prosseguirmos... Vamos prosseguir agora fazendo o terceiro bloco que será constituído, o quarto bloco, na realidade, é o quarto bloco que será constituído...

Então, eu gostaria de passar ao quarto bloco. Eu gostaria de chamar a professora... Eu gostaria de submeter à aprovação a indicação da professora Deise Benedito que falará, por indicação da Senadora Serys Slhessarenko, como representante da Universidade de Brasília.

SRA. DEISE BENEDITO: Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E convidar também. Eu que agradeço. E convidar também o Dr. Jerson César Leão Alves que é Coordenador do Movimento Nação Mestiça. Então vou considerar aprovada a indicação da Senadora Serys e convocar, portanto, tanto o Dr. Jerson César Leão Alves quanto a Dra. Deise Benedito que foi indicada pela Senadora Serys Slhessarenko para falar em nome do professor José Jorge da Universidade de Brasília.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Só uma questão de encaminhamento, Sr. Presidente [soa campainha].

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Eu acho que V. Exa. muito sabiamente dividiu em blocos colocando uma pessoa que tem uma posição favorável e uma que tem posição contrária. Como eu percebo que os que têm posição favorável estão falando sempre primeiro e os demais em segundo, eu gostaria de sugerir que pudéssemos agora fazer uma inversão a título de permitir com que também haja um processo aqui de equidade, que agora pudesse começar pelos que são contrários e depois os que são favoráveis. A gente sabe que não. Na lógica do Parlamento, isso tem um significado e V. Exa. não nega esse significado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Confesso que eu nem percebi esse tratamento. Eu estou chamando por blocos e os seus representantes das suas tendências.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Isso. Eu fiz questão de reconhecer o mérito de V. Exa., de fazer em bloco, de fazer em dois. Só estou sugerindo que agora pudéssemos fazer assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim. Pois não.

Então, eu gostaria, então, de conceder a palavra ao Dr. Jerson César Leão Alves que é Coordenador do Movimento Nação Mestiça.

SR. JERSON CÉSAR LEÃO ALVES: Muito obrigado. Eu quero agradecer a Deus...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nós já mandamos levantar a temperatura um pouco.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Nós não temos reservas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É exatamente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sem dormir, sem comer e com frio.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu confesso que eu saí de casa ontem às 13 horas e cheguei às 7, como acho que aconteceu

com muitos isso hoje. Chegamos às 7 horas da manhã. E sem...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Sem comer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Sem comer.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E sem reserva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): V. Exa. não pode fazer esses abusos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Tem uns que têm reservas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Mas não conseguimos transferir a reserva de um para o outro tão facilmente.

[soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Então com a palavra o Dr. Jerson Leão Alves, Coordenador do Movimento Nação Mestiça.

SR. JERSON CÉSAR LEÃO ALVES Obrigado. Eu quero agradecer a Deus e a este Senado pela oportunidade de estar dando ao Movimento Pardo Mestiço Brasileiro de expor a realidade que está se passando em termos de conflito racial na Amazônia e já em outras regiões do País em função da política de cotas.

Está se discutindo aqui política de cotas nas universidades, há também o projeto do Estatuto da Igualdade Racial que também fala de cotas. Mas nós do Movimento Mestiço junto que compõe outras entidades também como a Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia, como o Fórum Mestiço de Políticas Públicas, nós temos tido uma experiência já com o que é ser excluído pelas cotas. Nós temos uma política... Antes de começar isso eu gostaria até de apresentar sobre essa questão do Movimento Mestiço para frisar que o Movimento já existe no Brasil desde 2001. Desde 2001 nós já havíamos percebido a direção que essas políticas de fragmentação racial da nação estavam se dando. Então foi quando nós decidimos organizar o Movimento que pudesse se contrapor a esse curso.

Eu vou começar um pouco pela conclusão. Nós entendemos que essas políticas de cotas raciais não visam melhorar a vida dos pardos, dos negros e de outros grupos. Essas políticas de cotas raciais visam dividir o país racialmente e eliminar a identidade mestiça brasileira por quê? Se nós desejarmos ajudar os pardos e os negros no Brasil, principalmente, na área da educação, a lógica é que se invista mais no ensino básico, aonde você tem muitíssimo mais pardos, muitíssimo mais negros do que nos exames de vestibulares. Ora, o próprio pardo, o próprio negro que chega ao exame de vestibular ele já é em si um privilegiado, porque a maioria, o pardo e o negro mais excluído que deveria estar na escola, chegar à escola e tomar o seu café da manhã, estudar de manhã, almoçar, permanecer na escola e voltar com janta para casa, tirando todas essas crianças que estão na rua, negras, brancas, pardas; essas crianças, sim, seriam beneficiadas, essas crianças que o Estado deveria protegê-las é até agora não conseguiu ainda fazê-lo.

Então essa política, tentar justificar política e cota racial na idéia de que você está querendo incluir pretos e pardos isso aí não tem a mínima base, não tem a mínima base, na realidade. Então, o apoio do Movimento Pardo Mestiço Brasileiro, as organizações mestiças que surgiram na Amazônia, mas existem já representações em outros Estados é contra cotas raciais. Nós defendemos, inclusive, cotas sociais, mas cotas raciais não.

Bem, uma coisa, uma das conclusões, um dos motivos de ser contra as cotas raciais baseadas em raça é porque ela torna a raça um elemento de interesse político e econômico. Ora, quando se coloca raça como elemento de interesse político e econômico, obviamente passa o interesse circular em torno desse conceito, as pessoas passam a se perceber racialmente. Então é inevitável que existam conflitos raciais, como nós temos presenciado na Amazônia.

Bem, outra coisa, o grande problema dessas cotas raciais é que elas desvalorizam a cidadania, e por conseqüência, a democracia. Todo curso histórico a favor de se criar, de se valorizar a cidadania se deu da eliminação de diferenças, de elementos contingentes das pessoas por regras universais que pegassem todos os cidadãos.

Jesus Cristo foi crucificado porque não tinha cidadania romana, se ele tivesse cidadania romana talvez tivesse sido degolado como São Pedro. Desculpe, como São Paulo. São Pedro dizem que foi crucificado de cabeça para baixo. Mas tudo bem. Mas quer dizer até na punição na época do Império Romano havia diferença de quem era cidadão e de quem não era cidadão. Então a luta da sociedade, a luta, inclusive, histórica; se você pegar os textos dos líderes negros, mulatos, abolicionistas você vai verificar que o discurso deles não era o discurso da segregação. O próprio José do Patrocínio apoiou a vinda de migrantes para o Brasil. Por falar em José do Patrocínio. Foi dito aqui que André Rebouças era republicano, gostaria de fazer essa correção, André Rebouças era não monarquista que quando a Família Real Brasileira foi exilada ele foi junto, e disse que só voltava ao Brasil quando a Família voltasse.

Outra coisa, outro motivo para ver o prejuízo das cotas raciais é que elas passam para o cidadão o ônus da responsabilidade do Estado. O estudante que é excluído, vamos pensar no excluído, porque nós temos uma grande experiência de sermos excluídos em cotas raciais, e depois vou explicar porque. O estudante que é excluído pela cota racial não é o responsável pela ineficiência do Estado. O Estado está passando para aquele estudante que é excluído pela cota a ineficiência dele, a responsabilidade dele está jogando a conseqüência em cima de um cidadão que não teve culpa daquilo, ele estudou, independente da cor dele e ele tem direito àquele acesso.

Outro grande perigo e, principalmente, o perigo desse projeto que está agora é que ele está trazendo as cotas raciais para o ensino médio. Agora imaginem, as pessoas com 15 anos, 16 anos começando a se relacionar em termos raciais, numa fase que existe uma enorme ansiedade para ter acesso, para a pessoa se definir profissionalmente, para a pessoa ter a questão da universidade, a cobrança dos pais, todo mundo conhece esse período da adolescência como é que é. Imaginem nessa época, nessa fase da vida da pessoa ocorrer a inoculação dessa questão racial, imaginem as conseqüências que isso vai ter.

Outra questão, e aí eu acho que foi distribuído um papel sobre isso e que entra talvez numa questão que eu gostaria de dar um foco especial, é que a cota racial e o discurso da política racial no Brasil que vem desde esse período, quer dizer, vem desde 2001, por aí, ele parte de uma premissa falsa, a premissa de que os negros do Brasil são a soma dos pardos e dos pretos. Eu distribuí para vocês um resumo do censo de cor/raça do Brasil desde 1872. Nunca no censo cor/raça brasileiro constou o termo negro, o termo que constava na época e consta até hoje é o termo preto. Por que isso? Porque o termo negro só começou a ser assumido, inclusive, pelos movimentos chamados movimentos negros atuais a partir da década de 20. Antes disso a palavra negro tinha uma conotação extremamente negativa, até porque você, por exemplo, o escravo indígena era chamado de negro da terra, é por isso que a palavra negro em países, na maioria dos países, inclusive, nos Estados Unidos é uma palavra ofensiva que não se aplica. Então, se você perguntasse em 1872 se a pessoa era negra, ele ia perguntar: ele está perguntando se eu sou escravo? Então para se evitar essa questão se colocaram o termo preto, e esse termo vem até agora. Observem que em 1872 a categoria do censo era branca, preta, parda e cabocla que incluam os caboclos e incluíam também os indígenas aí dentro. E os mulatos ficavam na categoria, principalmente dos pardos. Então você ver que tem toda uma evolução no censo seguinte de 1890, o termo pardo é retirado e é colocado o temo mestiço. Então o termo mestiço, historicamente, está associado com a idéia do pardo, historicamente, o pardo simboliza mestiço; mulato, cafuzo, caboclo. Agora nós temos também a questão dos outros mestiços descendentes de asiáticos, descendentes de japoneses, cuja colônia de Nipo-Brasileiros hoje em dia 61% é de população mestiça. Eu não sei nem onde eles classificariam isso. Na Amazônia, às vezes, você encontra casais... Que teve uma grande colonização japonesa, você encontra casais que são misturas de caboclo com japonês, a pessoa tem sangue de índio, de branco e de amarelo, e por esse critério ele vai ser classificado como negro, apesar da identidade dele não ter o mínimo vínculo com isso.

Então, observem... Aqui eu gostaria até de fazer uma parada histórica. Na bandeira do Brasil você vê diversas estrelas, e observe que tem uma estrela que fica isolada que é a estrela do Estado do Pará. A estrela do Estado do Pará não está lá por acaso. A estrela do Estado do Pará está isolada das demais para simbolizar o que era a realidade do Brasil quando D. Pedro I proclamou a independência. Desde 1621 Portugal percebendo a realidade da Amazônia, que naquele tempo nem se chamava Amazônia e a realidade de outros territórios do Brasil, dividiu a sua colônia em Estado do Brasil e Estado do Grão-Pará. Quando D. Pedro I proclamou a independência, ele proclamou a independência do Estado do Brasil, o Estado do Grão-Pará se anexou ao Brasil no ano seguinte, em 1823.

Até hoje em dia, no Estado do Pará, existe uma data que é o dia da adesão, em que os paraenses comemoram a sua adesão ao Brasil. Isso é muito importante porque a realidade, o português desde aquela época ele tinha percebido que administrar uma área, uma região de outro era bastante importante. Por exemplo, na Amazônia falar em escravidão na Amazônia é falar em escravidão de índio e caboclo.

E aí, por falar em caboclo, esse Projeto de Lei repete uma coisa que aconteceu em 1755 terrível que tem conseqüência até hoje em dia para a história da questão do caboclo e do mestiço. Em 1755 um Alvará Régio de Portugal, do rei de Portugal proibiu qualquer referência à palavra caboclo em qualquer documento, por isso hoje em dia quando, muitas vezes, tem documentos que fala indígena, na realidade, está se referindo também à questão de caboclo, quando está falando mestiço, muitas vezes, está referindo também a questão do caboclo, então o caboclo foi oficialmente apagado. O que é curioso, a gente até, às vezes, faz certa analogia, houve uma época em que os brancos portugueses decidiram acabar com o caboclo, hoje

em dia existem organizações do movimento negro que querem acabar com o caboclo, será que o caboclo não tem opinião própria, será que o caboclo não tem que falar o que é que ela acha disso? É uma questão muito interessante isso.

Uma vez eu estive em Manaus durante a conferência de defesa dos direitos humanos, na qual todas as propostas voltadas para mestiço e para caboclo foram excluídas por votação do movimento negro, de organizações ligadas ao movimento negro do Amazonas. E lá mesmo alguém chegou a falar, uma representante vinda de Brasília, chegou a falar e disse o seguinte: não, porque existe Estado que não existe caboclo. Eu disse: me mostra um Estado. A própria Bahia. A própria Bahia. Caramuru naufragou no litoral baiano em 1510, oficialmente, o primeiro navio negreiro a chegar no Brasil chegou em 1549, data da fundação de Salvador. Quando chegou o primeiro navio negreiro já tinham caboclos esperando no litoral. Então, essa questão de eliminação, se o caboclo é pardo, quer dizer, já havia negro, e se o caboclo é pardo e se pardo é negro, então já havia negro antes da chegada dos negros ao Brasil é uma coisa meio esquisita de raciocinar.

Bem, outra coisa que consta, e aí eu volto à lei, é que ela diz que existem os autodeclarados. Ele coloca assim: no texto do projeto fala várias vezes que são os autodeclarados negros, pardos e indígenas. Ora, o meu projeto, se não me engano, no art. 6º ele diz que quem vai ser o responsável para cuidar disso será a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Sepir. Ora, para a Sepir, e desde 2005 nós temos tido problemas com a Sepir, a Sepir segue essa lógica: preto e pardo são negros, então para a Sepir não existe política para caboclo, caboclo não existe, mulato não existe para a Sepir. Então, a lógica, se a pessoa chega lá e: não, me autodeclaro pardo. E daí a Sepir chega lá e está dizendo que ele é negro. Ora, eu, pessoalmente, eu tenho sangue de índio, eu tenho sangue de negro, eu tenho sangue de branco; eu sou um mestiço, eu tenho aparência da multa, meu pai é um caboclo cearense. Agora a Sepir decidiu... Eles acham que podem dizer para mim o que eu sou, eu tenho cabelo branco, eu tenho 42 anos de idade e a pessoa acha que pode dizer para mim o que eu sou. Quer dizer é algo meio estranho. Que direito eu dei... Eu não me acho no direito de dizer para ninguém a sua raça, como a pessoa pode dizer para mim o que eu sou? É algo meio estranho.

Essa política, então... Então, essa idéia do texto de autodeclaração morre exatamente quando a Sepir toma de conta do processo. O Ministério da Educação também tem a mesma linha. Nós já tivemos em Manaus que enfrentar até polícia para poder participarmos de eventos como esse, porque na hora que vem qualquer projeto desse daqui de Brasília, vem dizendo: está aqui a cota para os índios, está aqui a cota para os negros, está aqui a cota para os quilombolas.

Desde que nós chegamos, nós tivemos que fazer lei em Manaus, a lei do dia do mestiço, fizemos a lei do dia do caboclo para gente poder ter direito. E o pessoal do Ministério Público no Estado do Amazonas já nos conhece porque toda vez que tem uma conferência nós temos que chegar com a lei lá, que é a nossa leisinha, está aqui a lei dizendo aonde tiver uma garantia de representação étnica e racial para qualquer grupo tem direito também o mestiço, para que a gente possa participar. E agora nem respeitando a lei estão respeitando mais, estão fazendo a gente ir atrás da Defensoria Pública. Antigamente, eles, pelo menos, respeitavam a lei, agora nem a lei não respeitam mais. Eles chegam: "Não, não respeitam, continua o barco, e eles que procurem um advogado, uma coisa dessas". Nós somos um movimento popular e nem sempre temos direito para pagar advogado.

Então, é essa realidade de conflito que já está acontecendo na Amazônia. O nosso representante no Ceará, o Movimento Pardo e Mestiço Brasileiro, nós temos uma representação no Ceará. Ele narraram o mesmo processo na conferência de defesa dos direitos humanos do Ceará. Quer dizer, não fomos só nós que fomos excluídos, não, por isso que nós nem estamos aqui participando da conferência nacional de direitos humanos, porque nós fomos excluídos por esse processo e por esses grupos intolerantes com a questão do mestiço, com a questão do mulato em Manaus e outras regiões, que o Movimento Mestiço tem representação em Roraima, representação na Bahia e outros locais.

Bem, outra questão aqui, daí eu gostaria de passar para vocês o processo que nós estamos verificando que já aconteceu com outras leis e pode acontecer com essa. Por exemplo, na Lei 3.708i/2001 do Estado do Rio de Janeiro constavam vagas para populações negras e pardas nos cursos de graduação da UERJ e UENF. Menos de dois anos depois na Lei 4.151/2003 eles retiraram o pardo e ficou apenas o negro. Se você observar o bojo dessa lei, eles vão dizer... Se isso cair não mão deles, não, é apenas uma redundância, quem se assume negro, quem se assume pardo está se assumindo como negro. Então, basta você, depois, de aprovar essa lei, você retirar o pardo e pronto. Está resolvido o problema para eles.

Então, esse mesmo processo é interessante. Se você observar até o texto anterior que precedeu a formulação, a formatação deste texto que veio da Câmara constava a questão do preto. Mas observem que eles não colocaram negro, pardos e indígenas as

vagas correspondentes no IBGE dos pretos, pardos e indígenas; colocaram dos negros, pardo e indígenas, apesar de que como coloquei o censo brasileiro, o censo do IBGE, o censo antes do IBGE existir, da época do império nunca constou o termo negro. Então observem que a intenção era exatamente de depois permitir essa interpretação. Não fazer associação negro/preto, nem pardo/pardo, fazer a associação de que negro e pardo são um único grupo. Então existe uma sutileza nessa lei.

Uma coisa que eu gostaria até de colocar aqui, e aqui eu vou passar alguns textos, é que se fala muito nesses eventos na Declaração de Durban. É impressionante, sempre esses grupos citam Durban, citam Durban, citam Durban repetidamente. Até mesmo no documento da UNB que você encontra no site da UNB, ela coloca assim, desde a conferência... É no site da UNB que cuida sobre questão de cotas raciais na parte que fala de admissão. Se quiser eu posso dar o endereço, eu tenho anotado. Alguém pergunta: a medida da UNB é constitucional? [soa campainha]. Ele diz: desde a conferência mundial de combate ao racismo e discriminação racial e xenofobia, intolerância correlato em Durban a rejeição ao racismo ganhou força normativa dentro do Direito Brasileiro. Mas vejam essa passagem que eles nunca citam na declaração de Durban. Questões gerais ditas 56: reconhecemos em muitos países a existência de uma população mestiça de origem étnica e raciais diversas e sua valiosa contribuição para a promoção da tolerância e respeito nessas sociedades. E aqui atentem para essa observação: E condenamos a discriminação de que são vítimas, especialmente porque a natureza sutil dessa discriminação pode fazer com que seja negada a sua existência. Há um método de eliminar o mestiço, é dizer que o mestiço não existe, mulato não existe, caboclo não existe, cafuzo não existe; só existem brancos e negros e acabou se. Esse é discurso.

Só para vocês verem também, isso está no site do Planalto. A gente poderia trazer outros documentos, mas para vocês verem, eu posso mostrar para vocês, está no site do planalto do Consea. O primeiro encontro de populações... Um documento de uma resolução tomada no primeiro encontro da população negra e das comunidades de terreiro de Roraima. Aqui uma das propostas do encontro foi essa "instituição do 20 de novembro como feriado municipal, estadual e federal e pelo fim do dia de mestiço no Estado do Amazonas e Roraima".

Quer dizer, é o desejo de eliminação do mestiço. Voltando ao site de UNB você vê e diz assim. Para quem são as cotas? O que devo fazer para me candidatar? Para concorrer ao sistema de cotas para negro o candidato deverá ser de cor preta ou parda, declarar-se negro e optar pelo sistema de cotas. Vejam bem, se a intenção fosse apenas e a gente vê aqui que o racismo no Brasil é um racismo de marca, um racismo de aparência, eu creio que se uma pessoa como o Pelé ele se assumir como branco e uma pessoa como o Gustavo Kuerten se assumir como negro eu acho vai haver alguma diferença e vai estar exposto menos à discriminação.

Então, observem bem, se a intenção fosse apenas de combater o racismo pela aparência do pardo e do negro por que essa necessidade de ele se autodeclarar negro? Por que essa necessidade de fazer com que o mulato, porque eu nunca vi acontecer um caso de ter um mulato que classifica uma pessoa com aparência do Pelé que classifica um como branco e outro como negro, eu nunca vi, quando acontece esse processo acontece com a pardo, porque na hora que eles querem somar, aumentar a cota dos negros está lá o pardo incluído. O Brasil é o maior país negro fora da África. Na hora que vai um pardo requerer essa cota. Não, você não é tão negro assim e tal. Ou seja, então o pardo serve para aumentar a cota dos negros, mas não serve para fazer uso delas.

Então, o que eu estou colocando é que a nossa experiência como exclusão por discriminação por esses grupos na Amazônia faz com que nós possamos dizer para vocês com toda sinceridade, as cotas raciais não vão gerar conflito racial no futuro não, as cotas raciais já estão gerando conflito racial. Quem quiser, por favor, a gente tem material para dispor para isso.

E apenas para encerrar. E aqui eu coloco aqui uma questão que consta também no programa nacional de direitos humanos. Isso foi de 96, só para encerrar. Determinar... Programa Nacional de Direitos Humanos: determinar ao IBGE a adoção do critério de considerar os mulatos, os pardos e os pretos como integrante do contingente da população negra. Eu sou mulato e nunca me perguntaram se eu quero me identificar como negro ou como branco.

Bem, agora só mesmo para encerrar mesmo a falação. Numa carta à população brasileira que você encontra no site do Coneb que é uma central de organizações do movimento negro, você tem a seguinte afirmação: a nação tem que ser redefinida, é preciso redefinir o Brasil como nação pluriétnica e multicultural. É um dos propósitos políticos do povo negro, uma nação para todos os povos que compõem a população do Brasil, ou seja, vai haver povo branco, vai haver povos indígenas, mas não vai haver povo brasileiro, o povo brasileiro, como a própria carta está dizendo, é para a população brasileira, não é para o povo brasileiro. Muito obrigado pela palavra. Eu sou brasileiro,

sou mestiço, sou mulato. Essa é a minha identidade e, sinceramente, não dei procuração para movimento seja branco, seja negro, seja indígena dizer a minha identidade. Muito obrigado [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agradeço à contribuição trazida pelo César Leão Alves.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, eu queria fazer uma consideração, não acerca do discurso que eu considerei extremamente proveitoso. Vou levar em conta, mas as manifestações que têm acontecido, como aconteceu agora, são manifestações extremamente racistas, ele se declarou mulato e alguém lá no fundo gritou: é filho de mula. Isso é o que? Racismo, racismo que nós não temos, isso é racismo, Sr. Presidente. Uma manifestação desse cunho vai nos levar aonde, Sr. Presidentes? A que? Para que isso? Todo mundo aqui tem direito de fazer o que quiser. Já há um consenso na Casa. O consenso é o seguinte? Escolas públicas. Se vai conseguir o plus que o movimento quer é outra coisa. Todo mundo tem direito de pensar, todo mundo tem direito de ter uma opinião, e não deve ser agredido por isso. E ele está sendo agredido não é porque está falando não, está sendo agredido como uma discriminação. Parece que o que ele está dizendo é verdade.

Nós estamos criando um povo negro, um povo branco, um povo mestiço e o povo brasileiro que se dane. Nós somos brasileiros. Eu tenho orgulho de ter parentes mulatos e que não são filhos de mula, da minha mãe ser mulata e ela não era filha de mula, de ter parentes negros, de ter parentes indígenas. Eu sou de Goiás. Então isso é algo deplorável, Sr. Presidente, deplorável. Nós estamos discutindo aqui o que é melhor para o Brasil. Esse tipo de manifestação vai nos levar a que lugar? Existe discriminação contra os negros, os seus descendentes? É evidente. Nós já chegamos a um consenso: vamos fazer ações afirmativas e vamos discutir, nós estamos aqui para discutir o seguinte: essas ações afirmativas devem açambarcar as cotas ou não? Essa é a discussão. Agora isso vai nos levar já aqui a um ódio, à briga, a um enfrentamento. Onde nós vamos chegar dessa maneira, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não. Eu ouvi com muita atenção as observações feitas pelo Senador Demóstenes Torres e reconheço que ele teve razão em suscitar a questão, sobretudo, porque foi ouvido aquilo que seria uma provocação. Eu confesso que não tinha ouvido, mas, de toda maneira, não quero deixar de me solidarizar com a questão que ele levantou. E dizer que o que nós estamos fazendo, aqui, nesta Audiência Pública, é, justamente, escutar, ver caminhos, para resolver essas questões que nos desafiam, nos nossos tempos. E esperamos, portanto, que, a partir daí, consigamos chegar a um consenso, aqui, no Congresso Nacional.

Houve um presidente americano, Wilson, durante a primeira guerra mundial, Woodrow Wilson. E ele disse, certa feita, que o Congresso tem uma tríplice função: legislar, fiscalizar e ser grande fora do debate as questões nacionais. E chegou a dizer que fiscalizar é tão importante quanto legislar, mas que fora o debate é uma tarefa essencial a um congresso. E ele foi presidente dos Estados Unidos durante a primeira guerra mundial, se elegeu e reelegeu, foi autor da chamada mensagem 14 pontos que objetivou o fim da guerra, ele teve êxito parcial nisso, foi daí que surgiu a sociedade das nações que foi o primeiro modelo de organização internacional que precedeu a Organização das Nações Unidas, e essa frase dele é muito atual. Então, nós no Congresso, temos essa tarefa que é uma tríplice função e são funções extremamente importantes.

E a propósito também, não mais sobre o tema que nós estamos estritamente falando agora, gostaria de lembrar que, certa feita, Jorge Amado disse: eu sou brasileiro puro sangue, isto é, uma mistura do branco, do negro e do índio, com a presença do europeu, do asiático, do árabe; enfim, eu sou puro sangue. Esse é um texto do Jorge Amado. Eu tenho hábito de fazer verbetes de livros que leio, quando os livros são bons eu faço mais verbetes ou menos verbetes, e eu tenho esse verbete do Jorge Amado que eu acho uma coisa muito interessante, e que é isso que nós devemos cultivar no Brasil.

Que dizer, nós temos um excelente caldeamento étnico, nós devemos estimular que isso se desenvolva, [ininteligível] que talvez sem precedentes no mundo, eu vejo isso e temos todas as condições de desenvolver, de fato, esse modelo e criar condições para termos uma sociedade adequadamente integrada sobre todos os aspectos e, sobretudo, o aspecto étnico.

Agora vamos ouvir a última expositora, a Professora Deise Benedito que terá o mesmo tempo que teve os expositores que a precederam, e, naturalmente, se houver necessidade de algum acréscimo nós estaremos atento a essa questão.

Com a palavra, portanto, a Professora Deise Benedito [soa a campainha].

SRA. DEISE BENEDITO: Eu quero cumprimentar a todos e todas. Agradecer o convite que me foi feito. Peço desculpas porque eu estou um pouco rouca, então vou ter que falar um pouco compassado.

Mas eu vou começar essa fala diante desse debate e ouvir as pessoas que me antecederam, e eu vou fazer um breve histórico de alguns pontos que

eu considero fundamentais para essa discussão da questão das cotas.

Eu acredito que a grande luta pela igualdade neste País passa pela nossa participação. E eu como mulher, negra, neta de português; meu pai era um bugre indígena, eu tenho um compromisso com as populações historicamente discriminadas e desumanizadas neste País. Eu falo que a luta das mulheres negras e africanas no Brasil pelo fim da opressão e violência se inicia no momento da captura na África e se estende durante a trajetória dentro dos navios negreiros. Segundo ponto que aqueles que vieram para construir este País eram jovens que foram escravizados, comercializados porque o País precisava de mãos e braços ágeis para poder se desenvolver. Os pontos que este País, sem contar com o que foi feito com as populações indígenas que foram exterminadas e, principalmente, as mulheres indígenas que foram desumanizadas na sua essência como pessoa humana quando foram aqui violentadas pelos colonizadores. Imaginem o que foi o início desta nação chamada Brasil? Vamos imaginar a violência que se estendeu por esse território com populações que estavam aqui vivendo harmonicamente há mais de 5 mil anos.

E aí quando nós falamos dessa juventude, e quando nós falamos dessa juventude que veio para cá na condição de escravizados, eu quero lembrar que não só desumanizados na sua condição humana, mas também comercializados nos leilões, separados de suas famílias, tendo que trabalhar mais de dezesseis horas por dia, sem acesso a nenhum tipo de benfeitoria, tendo que trabalhar nos canaviais e na agricultura. Muitos foram deslocados para a mineração e nas Minas Gerais com conhecimento trazido de várias regiões da África, porque aqui no Brasil não estavam, aqui os africanos foram escravizados e já detinham o seu conhecimento na área da medicina, da mineralogia, da agricultura e da arquitetura, vários desses.

E eu digo, quando falo os escravos? Não, nós fomos, os nossos ancestrais se escravizaram por todos os lugares onde houve a colonização e a escravidão. Ninguém nasceu vocacionado a ser submetido à crueldade que foi a escravidão neste País. E aí todos esses povos lutaram. Um dos exemplos citados aos que me antecederam foi o exemplo do que foi Palmares, e estamos discutindo a questão do acesso à educação acesso à informação. E aí Palmares foi neste País o primeiro espaço, o primeiro estado brasileiro, e se falou em conflito étnico, pois em Palmares tinha brancos, negros e indígenas e viveu quase, existiu por cem anos. Zumbi o nosso grande líder foi seqüestrado, mas ele teve acesso a saber ler e escrever. Pôde voltar para Palmares e organizar o seu povo e se torna um grande líder, isso prova que a educação foi fundamental, o acesso ao conhecimento foi fundamental para a organização desse povo.

E aí quando a gente fala da desumanização, dos castigos nós também temos que lembrar que isso provocou revoltas, fugas, organização; e nós mulheres negras atuamos também nessas revoltas, atuamos nessas manifestações, porque a primeira organização das mulheres negras no período da escravidão se deu em 1830 uma das grandes organizações que foi a Irmandade da Boa Morte, e essas mulheres só tinham um objetivo: poder enterrar com dignidade seus filhos e maridos na condição de escravo, porque os escravos eram jogados nas valas quando morriam. E elas se organizaram, vendiam doces na tripla jornada de trabalho e conseguiam libertar, na medida do possível, seus filhos e maridos. Não diferente de muitas mães que nós vemos hoje por este País que trabalharam em tripla jornada de trabalho para conseguir o dinheiro para visitar o filho na cadeia, na detenção ou na Febem. Não é diferente. E aí quando a gente fala dessas revoltas, a gente chega ao processo que antecede a abolição da escravidão no Brasil.

Quando eu vejo o processo da grande discussão sobre a questão das cotas e ações afirmativas, ela me remete ao que foi o processo da discussão da abolição dos escravos no Brasil. Os grandes debates nas Câmaras no Rio de Janeiro, os a favores e os contra à liberdade dos africanos do Brasil, os interesses que estavam por trás da questão da libertação, e, principalmente, o medo da elite brasileira desses homens e mulheres serem libertos. E o que iria acontecer nesse país com a liberdade dessas pessoas? Que não eram poucos, eram milhões que seriam libertos. E aí todos os senhores e senhoras podem consultar na história. Aqui no Senado tem uma publicação muito interessante chamada Abolição no Parlamento que o Senador José Sarney contribuiu nessa publica que tinha os debates da abolição, dos a favor e dos contra. Um livro muito interessante que deveria ser, mais uma vez, publicado e amplamente distribuído e lido. E não vai ser diferente que os conflitos que estavam colocados seria o impacto dessa liberdade na economia e no desenvolvimento, porque aí seria necessário ter que dividir espaços, ter que dar oportunidades de trabalho, e no processo da abolição do Brasil alguns segmentos de abolicionistas aliados à liberdade, aliados combatendo a escravidão tiveram alguns deles a oportunidade de pensar num projeto de inclusão através de escolas voltadas para a agricultura, projetos voltados para agricultura, alfabetização e ensino técnico.

Essa organização, Sra. Ministra Marina, foi feita no Rio de Janeiro por uma associação abolicionista

de Niterói, e eles tinham um projeto que o processo da abolição deveria ser a inclusão de todos os libertos dentro das escolas de alfabetização e escolas técnicas na época. Infelizmente, esse processo não se deu, lamentavelmente. Então quando se discute a questão das cotas o medo que nós observamos é muito parecido, idêntico o processo do processo da questão da abolição, sem contar que a posição das pessoas que são contra as cotas apontam para a questão de conflitos, conflitos raciais sanguinários, é uma questão e perece que nós estamos vendo campos de guerra nas ruas, barricadas, os conflitos raciais vão causar tiroteios, bombas de gás lacrimogêneo nas ruas do Brasil.

E aí eu quero apontar para um detalhe das cotas no Brasil. Falou-se aqui da questão do pardo, do negro, do mestiço; não vou entrar nesse debate porque vejo que não é o momento e nem o local para esse debate, nós estamos aqui para avançar numa discussão não conceitual de quem é e de quem não é, o que seja ou que não seja, nós estamos aqui para preservar a dignidade da pessoa humana, a memória e a verdade das vítimas da escravidão e do tráfico de escravo no Brasil que foi um crime contra a humanidade que lesou africanos e indígenas.

E aí a gente vê que na década de 30 a partir de 1870 nós defrontamos com a grande questão dos grandes estudos da eugenia no Brasil: a definição do eu bom, a definição da pureza e da brancura. E a partir daí como Nina Rodrigues, Cesare Lombroso e outros começaram a definir a concepção do que seriam raças puras e o que seriam as raças impuras. E dentro disso Nina Rodrigues se empenhou a estudar os fenótipos que definiriam as raças impuras de menos inteligência, de menos capacidade. Foi definido que os índios são preguiçosos e os negros de nariz achatados, lábios grossos, orelhas grandes, potenciais assassinos, delinqüentes e criminosos, com o apoio das faculdades de direito e medicina. Lembrando que foi falado da chegada da Família Real no Brasil que quando veio a Família Real vem instalação do curso de medicina e direito para o Brasil. Então, a medicina vem para cuidar da saúde, e o direto para cuidar do direito, e sabemos de quem. E aí quando nós falamos desses estudos de Nina Rodrigues e Cesare Lombroso que define os traços que é afrinologia, isso tem um impacto terrível na formação da construção da discriminação racial no Brasil.

O impacto é: que todos aqueles que não tiverem os traços definidos pela eugenia como os bons que são os brancos seriam considerados pessoas inferiores de baixo QI e baixa inteligência. E nessa mesma época, não vou me alongar na história, mas também nessa mesma época nós vemos a questão de Getúlio Vargas com as chegada dos imigrantes no Brasil a partir de 1870 que foi um número de 3 milhões de europeus vindo da Itália, Polônia; todos ganharam as suas terras, foi assegurada a educação, foi assegurado tudo na condição de colonos e recebendo salário por seu trabalho. Lembrando que pós-abolição nem uma gleba de terra foi concedida a nenhuma família de nenhum descendente de africano aqui escravizado.

E aí a grande questão que se dá foi instalação da primeira cota para os brasileiros a partir de 1935 instalada pelo Sr. Getúlio Vargas que definia que se fosse reservada a vaga para brasileiros dentro das empresas, das indústrias, uma vez que a grande maioria das indústrias era ocupada, principalmente, em São Paulo por italianos. Então basta qualquer um dos Srs. Senadores solicitar que se faça uma pesquisa sob leis de Getúlio Vargas e os senhores, com certeza, encontrarão a vaga de mais de 30% reservadas a brasileiros nas indústrias deste país.

Também temos a questão das vagas que foram asseguradas durante a ditadura militar que foi a cota do boi para os filhos dos fazendeiros, que pudessem ter 50% de vagas nas universidades federais, rurais, quer dizer. E aí eu quero fazer a seguinte observação, dentro desse ano nós estamos comemorando os 200 anos da chegada da Família Real e a partir daí a Constituição do Senado Federal. Eu estava olhando aquelas fotos ali e me chamou atenção que eu quero que os Senadores acompanhem comigo o raciocínio que todos que estão ali são senhores brancos, na sua maioria oriundos de família...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não é verdade.

SRA. DEISE BENEDITO: Não terminei de falar, Sr. Ministro, Sr. Senador, por gentileza. Com todo respeito a sua pessoa, eu estava começando a minha fase.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pois não.

SRA. DEISE BENEDITO: Então, a maioria desses senhores que estão aí presentes são brancos, com certeza, de famílias de poder aquisitivo, alguns que tiveram condições do estudo, do ingresso à universidade, e entre eles nós temos o Nelson Carneiro que é entre todos o único negro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Amiran Saraiva é mais negro, conheço pessoalmente, é goiano.

SRA. DEISE BENEDITO: Mas eu estou dizendo, eu não terminei de falar também.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Edison Lobão.

SRA. DEISE BENEDITO: Então vamos juntos, eu e o senhor vamos contar juntos. Então temos três negros...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem, V. Exa. tem razão, mas V. Exa. começou dizendo que todos eram, depois apontou um, eu já apontei três.

SRA. DEISE BENEDITO: Sr. Senador, eu não tinha terminado, Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a palavra.

SRA. DEISE BENEDITO: Obrigado, Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. DEISE BENEDITO: Obrigado, Presidente. O que eu quero apontar aí para um país que teve 500 anos de escravismo, com a chegada de mais de 5 milhões de africanos, é inadmissível que tenhamos nessa história de 180 anos do Senado apenas três ou quatro negros. Só isso que eu quero colocar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas aí a partir de 49.

SRA. DEISE BENEDITO: Independente disso, Sr. Senador. Mais grave ainda.

Voltando, que eu já vou encerrar a minha fala, só queria apontar esse sinal. Outra questão que eu quero colocar que esse ano nós tivemos os 200 anos da chegada da Família Real, os 120 anos de uma abolição não conclusa, uma abolição que não trouxe nenhuma reparação, nenhuma indenização aos 300 anos de trabalho gratuito oferecidos para a construção desta nação, 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que nasce, que tem no seu bojo o combate à discriminação e o racismo praticado através do holocausto contra o povo judeu e cigano, e também os homossexuais promovido pela ditadura de Adolph Hitler.

Também não podemos deixar de lembrar dos 20 anos da morte de Chico Mendes, um líder seringueiro que foi um grande lutador pela vida das pessoas que vivem na floresta, que tivessem oportunidades de igualdade e uma vida digna. Também não podemos deixar de falar do surgimento dos 30 anos do Movimento Negro Unificado que nasce nas escadarias do Teatro Municipal denunciando o combate ao racismo e ao extermínio da juventude negra. Também não podemos deixar de dizer que este ano, os 20 anos desta Constituição, essa Constituição foi criada através da mobilização dos segmentos dessa sociedade que conseguiu arduamente a criminalização e inanfiacibilidade do crime de racismo no País.

Então voltando, já terminando, eu quero apontar o seguinte: as universidades que adotaram cotas para negros nós temos a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, lembrando que esses jovens que adentraram nessa universidade obtiveram as melhores notas, e no sentido mais profundo para nós, o Rio de Janeiro era um dos principais portos de chegada dos africanos a serem comercializados no Brasil. Então, essa para nós tem uma importância fundamental porque quebra com a questão da competência [soa a campainha], da inteligência e da oportunidade de aprendizado porque todos apostaram que os cotistas sendo oriundos da onde são iriam desqualificar a universidade. Ao contrário, elevaram o nível de ensino da Universidade do Rio de Janeiro.

A Universidade do Estado da Bahia, segundo maior porto de entrada de africanos no Brasil. Também deu um exemplo através da implementação de cotas com as melhores notas. E, também, outro lado importante de observarmos é que os alunos negros de medicina tiveram nota de 93,3% de média em detrimento aos não cotistas, aos jovens bancos, talvez de classe média, que tiveram 8,4%. Então o que eu quero dizer para concluir na minha fala, eu quero dizer, Srs. Senadores, que do ponto de vista da memória, da dignidade da pessoa humana, da história deste País, deve ser reparado de uma forma precisa a questão do que foi a escravidão no Brasil. Não existe conflito sanguinário neste País, um conflito que as pessoas morram 50, 60, 70 pessoas por dia por conflitos raciais.

Ministra Marina, a senhora que é da região da Amazônia, existe, sim, Dra. Marina, uma parte, e a senhora melhor do que eu sabe disso, a forma que é destratada as populações ribeirinhas, a exploração que existe naquela região contra essas pessoas. Agora essas pessoas... Não podemos caracterizar isso como um conflito sanguinário, um conflito de morte. Existe, sim, um conflito silencioso, um conflito que as balas cortam os territórios das grandes cidades deste país. Rio de Janeiro, Salvador, Minas Gerais, Recife, Maranhão essa guerra silenciosa do extermínio da juventude negra. Essa juventude que não deve ingressar, ocupar um espaço na universidade, mas, sim, ocupar um espaço ou na Febem, ou nas ruas ou numa cadeia. E o gasto que é feito com a manutenção e construção de presídios, se fosse destinado à bolsa para esses jovens de manutenção nas suas universidades seria muito bem aplicado esse dinheiro neste país.

E aí eu quero colocar, também, outra coisa, Sr. Ministro, que é muito importante como mulher e como negra, o senhor disse, com todo respeito à senhora mãe, o senhor disse que a mãe do senhor é mulata. Para nós, Sr. Ministro, a palavra mulata é o cruzamento

de égua com cavalo, e isso está no dicionário. Para nós a palavra pardo é algo sem cor e sem vida. Enquanto no dicionário, Sr. Ministro, está dizendo que branco é luz, é pureza, e a palavra preto é ausência de luz. Nós não queremos, Sr. Ministro, sermos relacionados com coisas negativas. Quando tem algum problema aqui em Brasília, se diz: buraco negro, a coisa está preta. Ninguém fala buraco branco, ninguém fala o buraco branco. Sempre relaciona as coisas ruins com a questão da cor e sempre as coisas ruins nós somos relacionados a isso.

Então, Sr. Ministro, em nome da nossa memória, Sr. Senador, desculpe, em nome de tudo isso nós sabemos que o senhor não teve intenção nenhuma nisso...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): V. Exa. teve. Eu não vou responder para não polemizar. V. Exa. teve a intenção de me ofender, não conseguiu, não conseguiu. V. Exa. teve a intenção de me ofender. Como alguém gritou lá com o mesmo termo para ofendê-lo. Mas não tem problema. Agora, discurso de ódio, a senhora fez uma retrospectiva de ódio. A senhora quer fazer um acerto de contas com o passado e nós queremos construir um futuro. Não tem problema. Vou relevar. Para mim está tudo certo. V. Exa. não me ofendeu.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Dá-me licença. Demóstenes...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Até porque eu tenho orgulho da minha mãe, tenho orgulho da cor que ela tinha, tenho orgulho dos meus antepassados, tenho orgulho dos meus traços mistos, tenho orgulho. Então, não tem problema nenhum em relação a isso. Agora V. Exa. fez um discurso de ódio racial, todo ele, centrado... [soa a campainha]. Inclusive, com algumas inverdades históricas. Mas não tem problema.

V. Exa. quer pegar todo o sofrimento que teve os negros, e teve, os negros sofreram e muito no país, foram vítimas e ainda são, nós estamos aqui dizendo que vamos construir uma ação afirmava, não, necessariamente, como a senhora quer. E, sinceramente, eu estou preocupado em construir um novo Brasil. Não estou preocupado em acertar as contas com o colonizador. Nós reconhecemos todos esses sofrimentos. Mas, me permita, o discurso da senhora foi de ódio racial.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Senador Demóstenes, eu só queria fazer um apelo para que nós mantivéssemos essa audiência dentro desse espaço de diálogo. Eu quero fazer aqui um apelo porque eu, sinceramente, sinceramente, se tivesse entendido como uma ofensa a V. Exa. eu protestaria, mas eu não senti isso, eu não senti isso sinceramente falando porque...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): É porque ofensa é uma coisa íntima. Por isso é que existe a chamada injúria.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Claro. Eu sei os afetos que move cada um de nós aqui e que as palavras vão direto a esses afetos, e que cada um vai processar e elaborar de acordo com eles. Mas se alguém pega aqui a etimologia das palavras, a morfologia das palavras e as coloca para que possamos resignificá-las à luz da história, porque, muitas vezes, nós as usamos de boa fé e às recebemos de boa fé com muito amor pelos nossos entes queridos, muitas vezes, nós fazemos isso e não nos atentamos para a raiz etimológica dessas palavras, para a morfologia dessas palavras que tem um espaço de significado e de significação. É só esse apelo que eu quero...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como V. Exa. se parece fisicamente com a minha mãe eu vou considerar.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Muito obrigada, Senador. Muito obrigada. Porque eu sempre digo com muito orgulho, eu nunca sofri preconceito por ser negra, nunca sofri preconceito por ser negra e eu não gosto de me fazer de vítima. Eu nunca fui ameaçada de morte. E as pessoas perguntam: você já foi ameaçada? Às vezes, as pessoas para se tornarem mais mártires por causa das batalhas que têm diz: já fui ameaçada. Nunca fui, graças a Deus. Eu sofri preconceito já pela minha fé, por ser cristã evangélica, isso já sofri preconceito. E eu sei que o preconceito é uma coisa muito ruim.

Então eu faço esse apelo. E fico muito feliz de parecer com a sua mãe e de que possa trazer o debate, porque eu não senti porque foi uma exposição competente. E eu acho que fazendo aqui [aplauso] o uso do exercício da alteridade [soa campainha] eu poderia ter me sentido ofendida como alguém dizendo que a gente estava fazendo um recorte racial, nazista. Não senti. Acho que isso é uma opinião das pessoas, não interferi em nenhum momento àqueles que eu acho que de boa fé colocaram aqui os princípios e o seu olhar para uma questão complexa que nós estamos aqui tentando elaborar à luz da autonomia que temos com o nosso olhar de Senador que temos todo o direto de fazê-lo. Então, eu tenho muito respeito por V. Exa., e olha que nós aqui, graças a Deus, mantemos um diálogo de amizade e respeito político em que pese nossas diferenças partidárias [soa campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu agradeço a manifestação de todos, de

modo especial, dos expositores que aceitaram o convite. Acho que foi um bom diálogo, um bom debate...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas acho que a professora precisa concluir. Eu interrompi.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou conceder a palavra à professora Deise Benedito para suas considerações finais. Mas gostaria de já agradecer, porque algumas pessoas estão tendo que se retirar, agradecer a colaboração de todos, a contribuição que trouxeram. E a leitura que nós fazemos de plano logo é da complexidade do tema que realmente é um tema de grande complexidade.

E, portanto, tem a palavra a Dra. Deise Benedito, para concluir as suas considerações.

SRA. DEISE BENEDITO: Obrigado Sr. Presidente. Eu quero agradecer à Sra. Ministra, as palavras que a senhora me dirigiu. Realmente não houve intenção nenhuma, jamais faltaria com respeito a nenhuma autoridade da República, principalmente, porque essas autoridades foram eleitas por milhões de pessoas e elas têm um legado. E se eu não respeitar essas autoridades não estarei respeitando àqueles 180 milhões de pessoas que votaram nessas autoridades.

E eu quero colocar aqui a seguinte questão: uma das coisas mais sérias que a gente enfrenta é o debate, e o debate deve ser feito de forma salutar, respeitando as opiniões, as formas porque senão não tem avanço.

Então eu quero colocar aqui que me chegou que o Movimento Negro do Estado de Goiás durante a Conferência de Direitos Humanos quer solicitar às autoridades brasileiras, em especial os Senadores da República, entregar o apoio, a relação e aprovação de todas as formas possíveis da implementação de políticas públicas e afirmativas que colaborem para a melhoria das condições sociais, econômicas, financeiras e educacionais da população negra do Brasil. No entanto, em caráter de urgência solicitamos o apoio imediato no que tange á aprovação das cotas nas universidades públicas, a exemplo do que já ocorre na Universidade Estadual de Goiás, mediante a sensível atuação do atual Senador e ex-Governador de Goiás, Marconi Perillo e na Universidade Federal de Goiás. Atendendo a esse procedimento será um dos instrumentos da chamada clamada desde a abolição de 13 de maio, caracterizado por uma demanda histórica que culminou nas péssimas condições sociais na área econômica, financeira e de desemprego e educação. Por essas razões que o Movimento Negro do Estado de Goiás juntamente com demais entidades e simpatizantes dessa causa em nível nacional se posicionem a favor das cotas em todos os segmentos.

Tudo isso se trata de uma questão de direitos humanos. Eu quero colocar aqui que eu quero agradecer o convite, mais uma vez, colocar que é importante a reflexão do ponto de vista histórico, do ponto de vista étnico, moral e social que representa para a sociedade brasileira, porque este País se desenvolveu através de mãos de homens e mulheres e ainda continua se desenvolvendo, apontando também que a grande parte dos cotistas, das pessoas que estão se destacando na universidade somos nós mulheres, mulheres que saíram da cozinha, mulheres que saíram de ser tratada como pessoas de segunda e terceira qualidade, e que hoje estão estudando para ser médicas, advogadas e engenheiras e ocupar o espaço da produção intelectual, acadêmica deste País, para que este País realmente cresça e se desenvolva, e temos que reparar o passado para construir um futuro digno e humanitário para todas as pessoas humanas.

Muito obrigada [soa a campainha] [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu vou então encerrar a presente Reunião, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O senhor vai encerrar a audiência? Porque eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Não. Pode fazer a intervenção.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Posso fazer?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pode. Gostaria. Porque nós estamos reunidos desde muito tempo e sem nenhuma interrupção também, como ficamos ontem à noite toda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, estamos todos virados. Eu, particularmente, sem dormir. Não sei se os demais parlamentares tiveram a oportunidade, porque saímos daqui às 6 e pouco da manhã e já, em seguida, já tínhamos compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu saí um pouquinho mais tarde.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mais tarde?

Mas Presidente, eu queria, em primeiro lugar, colocar que nós tivemos a iniciativa aqui no Senado da apresentação de um projeto que para meu orgulho foi aprovado por unanimidade, um projeto que começou de forma bastante, eu diria até, humilde porque não pretendia ter o alcance que acabou tendo ao final da sua tramitação. A nossa grande preocupação era com a verdadeira revolução que vem sendo feita no ensino

profissionalizante no Brasil, com a expansão das escolas técnicas, dos Cefets, a criação do instituto, dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e desta necessidade de abrir os espaços para uma profissionalização de qualidade da nossa juventude de que a gente pudesse ter a garantia de que esta juventude pudesse, até porque as nossas escolas técnicas federais são de altíssima qualidade, tanto que todo o ENEM, em todos, praticamente, em todos os que a gente acompanha já há tanto tempo, os primeiros lugares, os alunos são sempre de escolas técnicas dos Cefets, de a gente poder garantir que exatamente nessa revolução que o Presidente Lula vem fazendo de abrir e fazer a maior ampliação do ensino profissionalizante federal dos últimos cem anos, porque as escolas técnicas completam agora cem anos em 2009. E serão construídas e já estão em funcionamento mais escolas técnicas neste primeiro e segundo mandato do Presidente Lula do que em todos os outros 97 anos de história das escolas técnicas.

Então, o meu projeto original era apenas para preservar 50% das vagas nos processos seletivos para as escolas técnicas federais para alunos oriundos de escolas públicas, e nestes 50% reservados, no mínimo, de alunos oriundos que tenham freqüentado a escola pública aí, sim, nós aplicarmos o percentual de cada Estado dos afro-descendentes e da população indígena. Então, o meu projeto era simples, era um projeto, acho que tinha três artigos, se muito, e tinha um objetivo muito claro. Na tramitação, para a minha surpresa e felicidade, nós conseguimos incluir, por unanimidade, também uma reserva, um garantia para os portadores de necessidades especiais, também termos... E eu quero dizer que isso também me orgulha muito porque em Santa Catarina nós estamos na fase de construção da primeira unidade profissionalizante federal da América Latina destinada única e exclusivamente para portadores de deficiência auditiva, não existe outra unidade de ensino especializado, ensino profissionalizante, especializado para pessoas com deficiência auditiva na América Latina.

Então, quando foi incorporada a questão dos portadores de necessidades especiais, nós ficamos muito felizes, é mais um segmento da sociedade que merece todo o incentivo, todo o aporte.

Na tramitação, na Comissão de Educação, para minha surpresa, foi o próprio PSDB, o Senador Marconi Perillo que propôs, e o pessoal aqui que acompanha, que já que nós estávamos tendo sucesso e a rapidez... Porque o projeto, inclusive, tramitou muito rápido, porque para mim surpreendeu, em menos de um ano nós estávamos com o projeto já terminativo na Comissão de Educação. Então no debate foi sugerido, já que tramitou e tem um bom clima por que é que nós não vamos incluir também o mesmo critério, metade das vagas para quem tenha cursado exclusivamente escola pública, o critério do percentual para os afrodescendentes, para os indígenas e para os portadores de necessidade especial. E para minha surpresa, que acolhi com muita satisfação, muita felicidade o projeto foi aprovado por unanimidade. Foi para a Câmara dos Deputados, ao chegar lá, para a nossa surpresa, havia outros projetos tramitando, o da Deputada Nice Lobão que, por sinal, o projeto original da Deputada Nice Lobão não tem nada a ver com o que nós estamos discutindo, o projeto original da Deputada Nice Lobão era um projeto para estabelecer no processo seletivo que no vestibular tivesse uma parte das vagas reservada para quem tivesse uma avaliação de um coeficiente de desempenho, mas não dizia a respeito à escola pública, não dizia respeito a cotas; nada disso, e também havia outros projetos como é o caso do projeto do Deputado Abicalil que vai mais na linha daquilo que a gente estava discutindo mesmo, escola pública e ter reservas de políticas afirmativas para buscar superar a discriminação e as diferenças sociais que, infelizmente, existem em grande peso ainda no nosso País. E para a nossa surpresa, apesar do regimento da Câmara ser muito claro que havendo um projeto do Executivo ou do Senado já aprovado no Senado, esse projeto teria que ter todos os outros apensados, para a nossa surpresa, o encaminhamento na Câmara foi diferente, ficou o da Deputada Nice Lobão como encabeçador, o meu projeto foi apensado e veio para cá na forma do projeto como o projeto da Deputada Nice Lobão, mas uma mistura que foi feita lá por um acordo pegando partes do meu projeto, partes do projeto do Deputado Abicalil e partes do projeto da própria Deputada Nice Lobão. E, portanto, nós temos aqui um impasse, Presidente.

Qual é o impasse? Teve um erro regimental na Câmara, porque se nós hoje votarmos e fizermos qualquer alteração como eu sei, por exemplo, que o Senador Demóstenes quer fazer, pela forma como foi encaminhada da Câmara para cá vai voltar para a Câmara. Se tivesse sido como, regimentalmente, tinha que ter acontecido, que o meu encabeçava porque ele era já um projeto já aprovado em uma das Casas, nós estaríamos aqui hoje fazendo a decisão final, o Senado estaria decidindo o que quer, o que é que seria enviado para o Presidente para sanção ou veto, e, portanto, nós estaríamos com a palavra final, e pelo que eu já entendi das conversas que fiz, inclusive, com o Senador Demóstenes, ele está convencido, como eu também estou, e não pode ser diferente, quer dizer, não teria comemorado, não teria feito o projeto de que o texto

que nós apresentamos é simples, é direto, ele não traz dúvida, ele coloca na pauta tudo que interessa dessa discussão profunda que é valorizar a escola pública, o aluno que freqüenta a escola pública, e aproveitar também para irmos superando através de políticas afirmativas as discriminações, as diferenças sociais que nós temos dívidas históricas com determinadas populações como é o caso da população afro-decente, como é com o caso da população indígena, dos portadores de necessidades especiais.

Então, nós conjugaríamos a política de valorização da escola pública com as políticas afirmativas. E, infelizmente, nós vamos ter que resolver esse impasse. Eu estava até, já tinha falado para o Senador Demóstenes que eu quero tanto que nós tenhamos uma política afirmativa para superar e valorizar a escola pública e superar as diferenças sociais no nosso País, que eu até abria mão do meu projeto para gente poder aprovar o que veio da Câmara e ir para sanção do Presidente alguma coisa para gente passar a ter algo que estabeleça este diferencial.

Agora, o Senador Demóstenes está fazendo apelos no sentido de até tentar encontrar uma solução para este erro regimental que a Câmara cometeu, e que talvez se nós deixássemos para fevereiro de a gente até lá poder amadurecer se encontramos uma saída para que seja o Senado, como deveria ser pela regra e pelo regimento a palavra final neste caso.

Então, eu quero dizer assim que se a gente puder fazer esse entendimento, e aí eu até queria fazer um apelo ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que possa nos ajudar e encontrar a saída regimental para que esta Casa, como de direito deveria ser a Casa revisora dessa matéria. Até porque se nós devolvermos o projeto à Câmara a nossa grande preocupação é que, ao invés, de a gente perder a possibilidade de votar hoje e deixar para votar em fevereiro, se devolvermos para a Câmara não vai ser em fevereiro, talvez a gente vai ter que esperar alguns fevereiros poder ter uma lei que regulamente, fortaleça o aluno oriundo de escola pública que tenha aí um corte de classe muito claro, e também fortaleça as políticas afirmativas de superação das desigualdades para com as populações afro-descendentes, indígenas e portadores de deficiência.

Então, era isso Sr. Presidente, que eu queria até como autora de um dos projetos que está em debate a gente poder fazer esse entendimento, digamos assim, conjugação de esforços de encontrar saída regimental e aprovarmos aquele projeto que está muito claro, até pelo próprio Senador Demóstenes. E eu fico feliz porque a própria oposição, aqui não tem oposição e Governo, aqui estamos todos imbuídos de encontrarmos a melhor solução para uma política pública e correta para valorizar a nossa juventude, os nossos jovens.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): [ininteligível] audiência pública que nós fizemos.

Com a palavra o nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só para reiterar as palavras da Senadora Ideli qual que é o meu objetivo? O projeto do jeito que veio da Câmara, na minha opinião, ele não é claro, o próprio representante do Ministério ele disse uma coisa que, na minha opinião, não está escrito, então pode causar mais dúvidas do que certeza. Qual que é o meu objetivo? Assim que a Senadora apresentar o relatório eu vou pedir vista, se tivéssemos faltando uma semana eu apresentaria na semana seguinte, mas eu me comprometo a voltar com o projeto na primeira sessão de fevereiro e tentar arrumar uma solução para esse nó que foi dado, recuperando o espírito do projeto e até mesmo o texto do projeto quanto às escolas públicas, e aí nós podemos... E aí o seguinte: estabelecido isso, se o meu texto não agradar vai peder, vai prevalecer o outro texto. Isso que é comum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): E V. Exa. pode ficar certo para contar com a minha colaboração também para encontrar um caminho.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aliás, Presidente, eu queria pedir até uma atenção ao Senador Demóstenes, porque se nós encontrarmos a solução para o impasse regimental criado como Casa Revisora...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já vai para a...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, mas nós só teríamos o direito de votar--

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fazer a colagem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --Ou um ou outro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou uma colagem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ou uma colagem.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Um ou outro ou uma colagem dos dois textos aprovados. Portanto...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por isso que eu quero ver se o texto de V. Exa. não foi considerado lá rejeitado, nós temos que ver o texto, por isso que não dá para se ter uma idéia precisa do que dá para ser feito. Eu queria pegar o projeto para analisar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O processo, não é?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Perfeito. Então, agora eu vou agradecer a professora Deise Benedito, suspender a Sessão. E agradeço a presença de todos. E desejo também a todos um bom natal e um excelente ano-novo.

E voltaremos à tarde, para uma reunião.

Sessão suspensa às 14h47

Sessão reaberta às 18h12

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Havendo número regimental, declaro reaberta a 52ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo com a proposta queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Desejo, em rápidas palavras, fazer um breve relatório das atividades desenvolvidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no ano de 2008.

Principais deliberações: projetos que alteram a Legislação Penal, Processual Penal e sobre segurança pública. Foram apreciadas 32 proposições, que tratam do tema, das quais alguns extremamente relevantes. Proposições que alteram a Legislação Eleitoral e Partidária: foram apreciadas 37 proposições sobre o tema, e eu destacaria aquelas que dizem respeito ao aperfeiçoamento institucional do país. Proposições sobre temas relacionadas à Administração Pública e à organização do Estado. Foram apreciadas 68 proposições, entre as quais, destacamos medidas que convalidam atos de criação, fusão, incorporação e desmembramentos de municípios, além de emendas constitucionais, entre elas destacaria a que recriou a SUDECO e também a que promoveu a re-criação da SUDESUL.

Proposições para aperfeiçoar o processo legislativo e alterar competências das Casas Legislativas, foram apreciadas quatro proposições, com destaque para a PEC nº 57, que permite a apreciação dos vetos, separadamente, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, e para a PEC 3/2003, que faculta às Comissões das Casas Legislativas o poder de solicitar informações.

Também devo destacar proposições aprovadas ou discutidas que contribuíram para aperfeiçoar a Legislação Tributária, Civil, Processual Civil e Comercial. Foram apreciadas 22 proposições e foram analisadas 36 proposições relacionadas a trânsito, aeronáutica, turismo, defesa do consumidor, educação, defesa da criança e do adolescente, cultura, comunicação, ciência e tecnologia.

Cinco proposições relacionadas à saúde, seguridade, Previdência Social e direitos sociais. Quatro proposições relacionadas à ordem econômica e financeira e ao desenvolvimento regional. Foram também aprovados, ainda, três projetos que tramitam em conjunto, sobre medicamento genérico para uso veterinário, e um PLS que extingue o exame de ordem necessário à inscrição do advogado na OAB. Trata-se do PLS 186/2006.

Devo, também, mencionar que 243 proposições apreciadas na seguinte conformidade: 168 projetos de lei e emendas, sete substitutivos da Câmara dos Deputados, 40 propostas de emendas à Constituição e emendas à PEC, dois projetos de resolução do Senado, dois projetos de Decreto Legislativo e um recurso, oito decisões terminativas da CCJ, nove indicações de autoridades, 40 requerimentos da CCJ de respectivos aditivos e três requerimentos, nove audiências públicas, duas petições e quatro emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual e cinco emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Vou recomendar à Secretaria da Comissão que seja feita a publicação, na íntegra, do relatório das atividades e que este relatório seja distribuído a todos os integrantes do Senado, senadoras e senadores.

Antes de encerrar a presente reunião, eu desejo ler o Comunicado da Presidência nº. 21/2008, CCJ. "O Exmo. Sr. Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunica que a Secretaria desta Comissão terá os seus trabalhos suspensos a partir do dia 2 de janeiro de 2009, sexta-feira, retornando o seu funcionamento normal no dia 26 de janeiro de 2009, segunda-feira, em conformidade com o art. 2º do regimento interno, visando uma melhor economicidade administrativa deste órgão técnico do Senado Federal. Brasília, 18 de dezembro de 2008, Marco Maciel, Presidente."

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 18h17.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, E EM 17 DE DEZEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Vice-Presidente da CCJ, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Osvaldo Sobrinho, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Jarbas Vasconcellos, Romeu Tuma, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Romero Jucá, Lobão Filho, Valdir Raupp, Efraim Morais, Adelmir Santana, José Agripino, Eduardo Azeredo, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, e das Senadoras Ideli Salvatti, Lúcia Vânia e Patrícia Saboya reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Pedro, Almeida Lima, Gilvam Borges, Tasso Jereissati e as Senhoras Senadoras Serys Slhessarenko e Kátia Abreu. Registram presença os Senhores Senadores Magno Malta e Paulo Paim. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: ITEM 2) – Não Terminativo – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2003 Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989; 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, 10.778, de 24 de novembro de 2003, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (estabelece critérios para o combate à discriminação racial de afro-brasileiros; igualdade de oportunidades; defesa dos direitos étnico-raciais individuais, coletivos e difusos). Autoria: Câmara dos Deputados Relatoria: Senador Demóstenes Torres Relatório: Favorável à matéria, com as rejeições integrais dos arts. 9º, 45 e 68, renumerando-se os artigos remanescentes, e com as rejeições e emendas de redação que apresenta. Observações: Em 26/11/2009, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria. – A matéria será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Agricultura e Reforma Agrária; de Assuntos Sociais; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3) – Terminativo na Comissão – TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 128, DE 2004 Acrescenta parágrafo ao artigo 74 da Lei 8069, 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para estabelecer em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões. Autoria: Senador Aloizio Mercadante. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatoria Ad Hoc: Senador Gim Argello. Observações: Em 09/12/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 128, de 2004, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 128, de 2004, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 5) – Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2005 Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, para definir como crime o extravio ou destruição de documento objeto de investigação de comissão parlamentar de inquérito. Autoria: Senador Heráclito Fortes Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos Relatório: Pela aprovação da matéria. Observações: Votação nominal. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 9) – Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2007 Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a aquisição de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente. Autoria: Senador César Borges Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: Pela declaração de prejudicialidade. Observações: Votação nominal. Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto. ITEM 10) – Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 537, DE 2007 Altera o art. 218 do Código Penal (CP) para dar nova tipificação ao crime de corrupção de menores, de forma a proteger todos os menores de 18 (dezoito) anos. Autoria: Senador Papaléo Paes. Tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2006 Altera o nome do Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para "Dos crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual". Autoria: Senador Valdir Raupp. Tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, DE 2007 Acrescenta parágrafos aos arts. 213 e 214 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 9º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para definir o crime de pedofilia como circunstância qualificadora, e dá outras providências. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Se-

nadora Kátia Abreu Relatório: Pela aprovação do PLS nº 537, de 2007, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta e pela rejeição dos PLS's nºs 105, de 2006, e 689, de 2007. Observações: – Votação nominal; – Em 11/12/2009, a Relatora das matérias, Senadora Kátia Abreu, solicita a retirada de Pauta para reexame do Relatório. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 11) – Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2009 Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941– Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente. Autoria: Senador Tasso Jereissati Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko Relatoria ad hoc: Senador Arthur Virgílio Relatório: Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH Observações: – Votação nominal; – A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Resultado: Aprovado o Substitutivo em turno único (Emenda n° 1-CCJ). Ficam prejudicados o PLS nº 68, de 2009, e as Emendas nº 1-CDH e 2-CDH. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 12) – Terminativo na Comissão – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2009 Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para indicar hipóteses de ação penal pública incondicionada à representação. Autoria: Senador Antonio Carlos Júnior Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 18) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 27, DE 2008 Atribui à União competência para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões nos casos que especifica. Autoria: Senador Adelmir Santana e outros. Relatoria: Senador Efraim Morais Relatório: Favorável à matéria. Observações: Em 25/11/2009 foi concedida vista aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 19) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2009 Dá nova redação ao § 1º do art. 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores aos Municípios com população igual ou inferior a vinte mil habitantes. Autoria: Senador Jefferson Praia e outros. Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria, e, no mérito, favorável à matéria. Resultado: Concedida vista ao Senador Valter Pereira, nos termos regimentais. ITEM 20) – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2005 Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Determina que a pessoa que for retirada cautelarmente da moradia comum, por maus-tratos, opressão ou abuso sexual contra criança ou adolescente, está obrigada a prestar alimentos). Autoria: Deputado Paulo Rocha Relatoria: Senador Valdir Raupp Relatório: Dependendo de Relatório. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 22) – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, DE 2005 Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Dispõe sobre a escolha dos dirigentes escolares). Autoria: Senador Pedro Simon. Tramita em conjunto com PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2007 Acrescenta inciso ao art. 14 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas. Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Relatoria: Senador Marco Maciel Relatório: Favorável ao PLS nº 328, de 2005, com uma Emenda que apresenta, e contrário ao PLS nº 344, de 2007. Observações: – Em 25/11/2009 foi concedida vista coletiva aos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais; – Em 16/12/2009, o Senador Eduardo Suplicy apresenta Voto em Separado. – As matérias serão apreciadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 328, de 2005, com a Emenda nº 1-CCJ, e contrário ao PLS nº 344, de 2007. Vota vencido o Senador Eduardo Suplicy. Manifesta sua abstenção o Senador Renato Casagrande. ITEM 24) – Terminativo na CE – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2003 Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas. Autoria: Senador Magno Malta Relatoria: Senadora Patrícia Saboya Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria. Observações: A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Resultado: Concedida vista ao Senador Valter Pereira, nos termos regimentais. ITEM 29) – Terminativo na CAS – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2009 Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para incluir entre as práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por con-

sulta a cadastro de inadimplentes, e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos Relatório: Favorável à matéria. Observações: A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. EXTRAPAUTA: ITEM 1) – Não Terminativo – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, DE 2009 Altera o § 5º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os Planos de Carreira de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias. Autoria: Deputado Raimundo Gomes de Matos. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatório: Favorável à matéria. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 2) – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 461, DE 2009 – COMPLEMENTAR Altera o art. 195 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais para todos os efeitos jurídicos. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Francisco Dornelles. Relatório: Favorável à matéria com duas Emendas que apresenta. Obs.: A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 3) – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2007-COMPLEMENTAR Altera o art. 3º da Lei Complementar 116 de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil. Autoria: Senadora Ideli Salvatti. Tramita em conjunto com – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 139, DE 2008-COMPLEMENTAR Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, de modo a definir o local onde será devido o Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza nas prestações de serviços de agenciamento, corretagem e intermediação de seguros. Autoria: Deputada Luciana Genro. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável ao PLS nº 266, de 2007, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta, e contrário ao PLC nº 139, de 2008. Obs.: A matéria será apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 266, de 2007, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e contrário ao PLC nº 139, de 2008. ITEM 4) – Não Terminativo – MENSAGEM (SF) Nº 291, DE 2009 Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército RAYMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do General-de-Exército Antônio Apparício Ignácio Domingues que irá se aposentar em 4 de fevereiro de 2010. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatório: Votação secreta. Resultado: Concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. ITEM 5) – Não Terminativo – MENSAGEM (SF) Nº 290, DE 2009 Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra ALVARO LUIZ PINTO, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos que irá se aposentar em 1º de março de 2010. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Romeu Tuma. Relatório: Votação secreta. Resultado: Concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 143, DE 2009-CCJ Nos termos do art. 352, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida por meio do Requerimento nº 140 de 2009, de autoria desta Comissão, para o Projeto de Lei da Câmara nº 6 de 2009, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências". Autoria: Senador Aloizio Mercadante. Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO N° 144, DE 2009-CCJ Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública junto a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal para debater o cumprimento, por parte do Poder Executivo, do disposto no art. 50, da Lei nº 11.457, de 16/03/2007, relativamente ao encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de lei orgânica das Auditorias Federais, dispondo sobre direitos, deveres, garantias e prerrogativas dos servidores integrantes das Carreiras de que trata a Lei no 10.593, de 06/12/2002. REQUEIRO, ainda, sejam convidadas as seguintes pessoas: Luiz Alberto dos Santos – Casa Civil; Duvanier Paiva Ferreira – Secretário de Recursos Humanos/MPOG; Otacílio Dantas

Cartaxo – Secretário da Receita Federal do Brasil; Jorge Cezar Costa – Anfip; José Carlos Cosenzo – Conamp; Rosa Maria Campos Jorge – Sinait; Pedro Delarue Tolentino Filho – Sindifisco Nacional. Autoria: Senadores Marconi Perillo e Arthur Virgílio. Resultado: Aprovado. O Senador Wellington Salgado de Oliveira, no exercício da Presidência, suspende a Reunião às doze horas e dezessete minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e nove. O Presidente da CCJ, Senador Demóstenes Torres, retoma a Reunião às onze horas e vinte e nove minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e nove. Passa-se à apreciação da PAUTA EXTRA DE 17/12/2009 (2ª PARTE): ITEM 31) – Terminativo na CRE – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 314, DE 2009 Altera os arts. 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os arts. 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha. Autoria: Presidente da República Relatoria: Senador Eduardo Azeredo Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria. Observações: A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da matéria. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 3) REQUERIMENTO N° 145, DE 2009-CCJ "Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 142/2209, apresentado nesta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), visando a realização de audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 48 de 2009 com o escopo de incluir os seguintes convidados: a) O Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros b) O Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos." Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Resultado: Aprovado. 4) REQUERIMENTO N° 146, DE 2009-CCJ "Requeiro, nos termos do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater a proposta do novo Código de Processo Civil. Outrossim, indico como debatedor o Excelentíssimo Ministro do STJ, Luiz Fux". Autoria: Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Valadares. Resultado: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e nove, ficando adiados os demais itens, a saber: **ITEM 1**) PLS Nº 315, DE 2008, tramita em conjunto com o PLS Nº 420, DE 2005, tramita em conjunto com o PLS Nº 316, DE 2008; **ITEM 4**) PLS Nº 148, DE 2004; **ITEM 6**) PLS Nº 285, DE 2005; **ITEM 7**) PLS Nº 401, DE 2005; **ITEM 8**) PLS Nº 40, DE 2006, tramita em conjunto com o PLS Nº 9, de 2004, tramita em conjunto com o PLS Nº 38 de 2004, tramita em conjunto com o PLS Nº 61, de 2004, tramita em conjunto com o PLS Nº 253, de 2006, tramita em conjunto com o PLS Nº 45, de 2007, tramita em conjunto com o PLS Nº 112, de 2007, tramita em conjunto com o PLS Nº 223, de 2007, tramita em conjunto com o PLS **Nº 739**, de 2007; **ITEM 13**) PEC Nº 13, DE 2003; **ITEM 14**) PEC Nº 3, DE 2004; **ITEM 15**) PEC Nº 74, DE 2005; **ITEM 16**) PEC Nº 24, DE 2007; **ITEM 17**) PEC Nº 41, DE 2007; **ITEM 21**) PLC Nº 30, DE 2007; **ITEM 23**) PLS Nº 153, DE 2002; **ITEM 25**) PLS Nº 171, DE 2004; **ITEM 26**) PLS Nº 700, DE 2007; **ITEM 27**) PLS Nº 160, DE 2008; **ITEM 28**) PLS Nº 98, DE 2009; **ITEM 30**) PLS Nº 303, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **DEMÓSTENES TORRES,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

1ª PARTE

REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10 HORAS e 18 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens de nº 01 a 29.

Comunico as Sras. e Srs. Senadores o recebimento do Aviso 1416 e 1418, do GP-TCU, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão nº... Acórdão nº 2.867/2009, proferido pelo Plenário do TCU na Sessão de 02/12/2009, ao apreciar o processo do Tribunal de Contas nº 003880/2009-2, que trata de monitoramento do cumprimento do Acórdão nº 724/2005 – TCU/Plenário; é referente à auditoria de natureza operacional realizada no programa do Sistema Único de Segurança Pública. O referido documento está, será enviado para o gabinete dos membros desta Comissão, via *e-mail*.

Item 29 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos. Pro-

jeto de Lei do Senado nº 465, página 565. Projeto de Lei do Senado nº 465/2009, terminativo na CAS. "*Altera a Lei 9.029, de 13 de abril de 1995, para incluir entre as práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por consulta a cadastro de inadimplentes, e dá outras providências*." Autoria, aqui presente, Senador Paulo Paim. Relatoria do Senador Jarbas Vasconcelos; relatório favorável à matéria. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos, para proferir o relatório. Tem a palavra, V. Exa..

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, o PLS, como já afirmou V. Exa., é de autoria do Senador Paulo Paim e ele pretende alterar a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 95, "*para incluir entre as práticas discriminatórias e limitativas para efeito de acesso à relação de emprego, ou sua manutenção, aquelas motivadas por consulta a cadastro de inadimplentes, e dá outras providências*."

O projeto inclui a consulta a cadastro de inadimplentes entre as práticas discriminatórias para acesso a emprego, tornando crime a utilização de informações constantes de banco de dados ou cadastro de inadimplentes para fim de admissão ou rescisão de contrato de trabalho.

O projeto vem coibir o que ocorre na prática; a de um candidato poder ser preterido no momento da contratação pelo fato de estar inscrito como inadimplente em um dos diversos cadastros mantidos por empresas especializadas.

A pauta da comissão foi devidamente divulgada com a íntegra do projeto do nobre Senador Paulo Paim...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Jarbas, um minuto por favor.

Atenção, silêncio, que o senador está lendo o seu relatório, senão vou pedir para tirar... É, evacuar a área.

Por favor, silêncio. Com a palavra, senador.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Em assim sendo, Sr. Presidente, na pauta consta o nosso relatório do Projeto do Senador Paulo Paim, com o meu relatório, que é favorável ao projeto.

O projeto é oportuno, é bom, e acho que merece a atenção e unanimidade da Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Wellington Salgado, me permite, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, parecer favorável.

Tem a palavra o autor do projeto, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador, permita para que eu possa inclusive ir para uma outra comissão, porque eu tenho que votar matéria, não é votação, é só pedir a V. Exa. que mediante acordo que fiz com o Senador Demóstenes Torres, a gente tire o Item 2 de pauta, porque há de fato uma divergência entre a minha posição e a do Senador Demóstenes Torres, mas não é quanto ao procedimento, é quanto ao mérito mesmo.

Eu gostaria de ver aprovado o projeto que o Senado aprovou por unanimidade e que a Câmara alterou; o Senador Demóstenes tem outra posição. Como ele não está aqui, claro que não vamos fazer o debate. Mas conversei com ele ontem, vamos dialogar durante o mês de fevereiro, para ver se conseguimos ainda construir o entendimento.

Então, mediante a esses fatos eu estou aqui, inclusive com a presença do Frei Davi, que acompanhou e participou do debate aqui durante meses e meses.

Enfim, construímos esse acordo de procedimento. O estatuto da igualdade racial sai de pauta, volta em fevereiro, tentaremos construir um entendimento, senão votaremos. Eu defenderei que se mantenha o projeto original que o Senado aprovou por unanimidade, com apoio, inclusive, se me permita registrar só esse dado, com o falecido Antônio Carlos Magalhães, com a Roseana Sarney, César Borges e Rodolfo Tourinho, que foi o grande relator que construiu o substitutivo final.

Eu vou defender esse projeto que entendo que ele representa aquilo que o movimento entende que é o mais adequado para o momento que vive o País. Mas não farei aqui nenhum tipo de debate, como já acertei com o Senador Demóstenes Torres e faremos o diálogo e, se necessária a votação, durante o mês de fevereiro.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Paulo Paim, eu fui testemunha desse acordo de V. Exa. com o Senador Demóstenes, e tenho ao longo desses quatro anos, quatro anos e meio que eu estou aqui no Senado, tenho visto o quanto V. Exa. tem lutado por esse projeto.

Em várias comissões, não só na CCJ, inclusive trazendo aqui grupos que defendem as questões que estão nesse projeto de V. Exa.. Então... E sempre procurando caminhar no acordo, encontrando soluções.

E vi ontem, realmente estava presente na reunião de V. Exa. com o Senador Demóstenes, e os senhores acordaram que isso ficará mais para frente, porque algumas pendências, para que também não altere tanto o projeto, não venha ter tanta polêmica.

Eu acho que V. Exa. conduziu perfeito, como sempre conduz os projetos de V. Exa., e na maioria deles V. Exa. sempre acaba vencendo, que convence a todos.

Então, está de parabéns V. Exa. por aguardar um projeto tão importante, e que já está aqui há quantos anos, Senador Paim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O projeto está tramitando no Congresso há mais de dez anos. Aqui é em torno de... Só no Senado, sete anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, quer dizer, essa é a última fase?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É a última fase. Se nós aprovarmos aqui, vai para a sanção do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, parabéns. Esse acordo com certeza entrará em pauta na primeira semana de fevereiro, não é isso?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só quero agradecer o Senador Jarbas pelo relatório feito.

É um projeto que combate também a discriminação, aí pela relação social. O relatório dele para mim...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse nós acabamos de votar.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): ...qualifica o meu projeto e eu fiquei muito feliz. Obrigado Senador Jarbas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado a todos. O próximo item da pauta.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senadora Patrícia.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente, eu queria, da mesma forma, não com o mesmo objetivo, mas pedir a V. Exa. se haveria possibilidade da colocar extrapauta a PEC nº 54, que trata justamente do plano de carreira e do piso salarial dos agentes de saúde.

Eu já estou com o relatório e ontem o Senador Demóstenes, e V. Exa. também presenciou, eu pedi se haveria possibilidade de incluir na pauta. Então eu peço a V. Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora, eu sou escravo do regimento. Então, boto em votação. Os Srs. Senadores que aceitam o projeto, a PEC da Senadora Patrícia, autoria da Senadora Patrícia, relatoria da Senadora Patrícia, para que entre extrapauta, permaneçam como estão. Aprovado, incluí extrapauta.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Daqui a pouco colocaremos em pauta.

Próximo item da pauta. Item 05. Esse é um projeto terminativo. Temos *quorum* qualificado?

Senador Jarbas, o Item 05 é de V. Exa. a relatoria; é um projeto terminativo, vou deixar para que V. Exa. faça e relate o projeto, e que se houver problemas faremos a votação no momento oportuno.

Item 05, Projeto de Lei do Senado nº 263/2005, terminativo. "*Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, para definir como crime o extravio ou destruição de documento objeto de investigação de comissão parlamentar de inquérito – CPI*." Autoria do Senador Heráclito Fortes. Relatoria do Senador Jarbas Vasconcelos; relatório pela aprovação da matéria. Observações: como é um projeto terminativo a votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos para proferir o seu relatório.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, o projeto é de autoria do nobre Senador Heráclito Fortes, também é um projeto simples, mas na minha opinião é muito importante.

É o PLS 263, de 2005, que trata apenas de inserir novo dispositivo ao art. 4º da Lei nº 1.579, de 52, que dispõe sobre as comissões parlamentares de inquérito, para prever como crime a destruição de documentos que sejam objeto de investigação de Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI.

É uma coisa oportuna, que Heráclito vislumbra isso, já deve ter ocorrido na prática a destruição, o sumiço de documentos em tramitação em CPIs.

A pauta da comissão foi divulgada na íntegra e o meu relatório é pela aprovação da presente matéria, por se tratar de medida que coíbe a possibilidade de pessoa investigada destruir documentos que poderiam servir à sua imputação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Jarbas, eu acho até que esse Projeto de Lei é simplório, porque alguém destruir prova tem que ser realmente... Não importa ser CPI ou não, mas de qualquer maneira...

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Mas não está previsto em lei nenhuma punição, e o Senador Heráclito Fortes previu, acrescentando à lei já existente, que é uma lei da década de 50, a possibilidade disso se tornar crime.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que se não está na lei, quer dizer, não é crime.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Não, não é crime.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então...

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Uma pessoa denunciada, acusada, destrói todas as provas, se apura, a polícia ou a própria CPI, apura de que ele destruiu as provas, ele passa a responder criminalmente por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aquela história que parece em alguns filmes, que vai lá e come a prova, não é isso?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na verdade, também acontece, Senador que é advogado.

Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Teremos... Como é um projeto terminativo, passaremos à votação assim que nós tivermos *quorum*.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É, nós não temos *quorum*, é isso que eu ia registrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos aguardar. Se não tiver, tiraremos.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter Pereira, pela ordem.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem o PLC 30/2007, que dispõe sobre porte de armas para defensores públicos e outras autoridades mais, que foi dada vista para o Senador Raupp, e eu conversei com ele ontem e ele me explicou que cessou a motivação da vista dele e gostaria que fosse pautado. Então gostaria que...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. está pedindo extrapauta?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já está na pauta. Está pedindo prioridade? Já está na pauta, senador.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, prioridade para a votação. Isso aí, não é polêmica a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu colocarei, a prioridade será feita por mim, não preciso nem botar em votação.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Beleza.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Próximo item da pauta.

Item 03, Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 128, página 191. "*Acrescenta parágrafo ao art. 74, da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer em 16 anos a idade máxima para a não recomendação de espetáculos e diversões*." Autoria, Senador Aloizio Mercadante. Relatoria da Senadora Patrícia Saboya, foi relatado *ad hoc* pelo Senador Gim Argello.

"*Em 09/12/2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 128, de 2004, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até encerrarmos a discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral*."

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de substitutivo integral.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Não foram oferecidas emendas. Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente aprovado, sem votação. O próximo Item da pauta.

Item 24, Projeto de Lei do Senado, terminativo na CE. "*Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas*." Autoria, Senador Magno Malta e relatoria, Senadora Patrícia Saboya; relatório pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria.

Observações: a matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya para proferir o relatório. Tem a palavra V. Exa..

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): V. Exa. pode, por favor, indicar o item.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Página 498.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 43/2003, do nobre Senador Magno Malta, que pretende autorizar o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para prevenção da violência e do uso das drogas.

"*Na justificação, o autor, Senador Magno Malta, registra que o projeto tem por objetivo evitar que o jovem se inicie no tráfico de drogas, na violência das gangues e na marginalidade.*

No prazo regimental não foram oferecidas emendas."

A análise. "*Compete a esta comissão pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em referência, devendo, ainda, emitir parecer quanto ao mérito, de acordo com o disposto do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal*."

O voto. "*Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2003*."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, nós estamos tratando de um assunto muito sério. Agora, eu estou olhando aqui o projeto, e o título do projeto, "*Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas*."

O Governo Federal precisa de autorização para instituir um programa? Qual é a eficácia da lei que nós estamos aprovando?

É claro que o assunto é grave, nós estamos tratando todos os dias disso, em qualquer roda de esquina está essa conversa sobre violência, uso de drogas, tem estado que já está sendo considerado uma epidemia o uso do *crack* e nós temos que fazer alguma coisa e rápido.

Agora, uma lei autorizando o Governo Federal colocar em execução programas desportivos, isso não deve ser lei, isso é política pública, e a política pública deve ser uma decisão política do governo que está no poder.

Então, eu vou votar a favor, porque eu acho que é um assunto de extrema importância, mas essa lei aprovada e não aprovada não vai mudar em nada a situação que nós estamos vivendo, não muda em nada.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão, tem a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora Patrícia Saboya. O projeto de autoria do Senador Magno Malta acerta quanto ao objetivo. Indiscutivelmente, o combate às drogas só poderá ser eficaz no momento em que for priorizada a prevenção. Qualquer tipo de ação repressiva e aí eu quero deixar muito claro que eu também defendo essas ações repressivas, mas sempre sofre uma retroalimentação e o crime não chega ao fim, porque depois de viciado é muito difícil o tratamento. Portanto, a prevenção é a direção mais apropriada.

Infelizmente, o Governo não tem priorizado essa área de prevenção. Não há um programa sistematizado de prevenção de drogas, e o orçamento da União também não prevê especificamente recursos generosos, recursos suficientes para desenvolver esse tipo de programa.

Eu mesmo apresentei um Projeto de Lei que institucionaliza o PROERD, que na minha avaliação é o melhor programa de prevenção contra o uso de drogas que hoje está em curso no País. Mas é um programa informal, é um programa que é executado às vezes até as próprias espensas de policiais militares que participam dele.

Esse aqui, se autorizar só, não vai levar a resultado, tem razão o Senador Osmar Dias.

A vista disso, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que me conceda vista do projeto, que eu quero estudar uma emenda que torne a norma mais eficaz.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vista concedida. Passamos ao próximo item da pauta.

Deseja fazer uso da palavra, Senadora Patrícia Saboya?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, Presidente, eu só queria dizer que o relatório favorável ao projeto no Senador Magno Malta, ele tem muito mais uma função simbológica, emblemática, de alguém que pretende trabalhar, combater as drogas no nosso País, do que propriamente um projeto que tenha uma verdadeira eficácia.

Eu acredito, muito mais, portanto, um projeto simbólico, por isso o meu parecer foi favorável, apenas pela intenção do autor em tratar desse assunto publicamente, como disse aqui tanto o Senador Osmar, como outros senadores, a importância de que nós possamos tomar a frente de um drama que tem acometido milhares e milhares de famílias brasileiras, que é o problema das drogas e, principalmente, o problema do *crack*, que tem devastado famílias inteiras, em cidades médias, em cidades pequenas, em grandes cidades. Eu já me pronunciei sobre esse tema.

Portanto, eu considero que qualquer iniciativa que tente pelo menos chamar a atenção sobre esse drama, já valeria a pena, por isso eu quero só justificar aos Srs. Senadores porque eu fiz um parecer favorável. Mas acho muito importante que V. Exa. possa procurar uma emenda que possa garantir uma eficácia do projeto de lei.

Portanto, eu quero parabenizar a V. Exa. por essa iniciativa também.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria só de ressaltar aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Senadora Patrícia Saboya sempre muito sensível a todas essas questões, todos nós somos testemunhas disso e o parecer dela todos nós entendemos, foi nessa direção de dar o apoio, de dar o suporte necessário para o combate desse mal que está afligindo toda a juventude brasileira.

Acho que é nobre e o sentido da minha, do meu pedido de vista é colaborar com a relatora, nada mais do que isso, colaborar para que ela confira eficácia numa iniciativa que, indiscutivelmente, é meritória.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

Pela ordem, Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Senador Zambiasi que apresentou aqui um Projeto 461 e solicitou a V. Exa. que pudesse entrar extrapauta, se V. Exa. julgar conveniente, eu já estou pronto para relatar o projeto do Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Dornelles, sou escravo do regimento, botarei em votação o pedido de extrapauta de V. Exa.

Pedido de extrapauta do Senador Dornelles para o PLS 461, que inclusive já estava acordado com o Senador Demóstenes.

Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

É o segundo extrapauta, botaremos em pauta daqui a pouco.

Requerimento sobre a Mesa. "*Sr. Presidente, nos termos do art. 352, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno, requeremos a extinção da urgência concedida por meio de Requerimento nº 140/2009, de autoria desta Comissão, para o Projeto de Lei da Câmara nº 06/2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, que é o CAD; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990*"...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): ..."*O Decreto-Lei 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 85; revoga dispositivo da Lei 8.884, de 11 de julho de 94 e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999 e dá outras providências. Sala das Comissões, Senador Aloizio Mercadante*."

Tem a palavra V. Exa..

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria justificar o requerimento para retirada da urgência, porque nós apresentamos cinco emendas ao projeto e ontem, na Audiência Pública com dois diretores do CAD, que foram aprovados na comissão e o aval do Senado, os dois concordaram integralmente com as emendas que nós apresentamos. Nós precisamos renegociar esse projeto. Eu vou só explicar, pelo menos um tema.

O projeto que nós estamos... Estávamos dando urgência, prevê que para análise de fusão e concentração para empresas, era o projeto original com mais de 400 milhões de reais. O projeto que nós aprovamos reduz para 150 milhões de reais.

Uma empresa que fatura 12 milhões de reais por mês vai ter que submeter qualquer ação de compra ao CAD para ser investigado? Isso é só para gerar mercado para advogado, porque não tem nenhuma racionalidade econômica, um país que tem um PIB de um trilhão e meio de dólares, como é que nós vamos submeter? Devia estar discutindo essa empresa ir para o SIMPLES e não para o CAD. Então, não pode reduzir o limite de 400 milhões.

O projeto, por exemplo, ele tira o parecer da CEAI e do Ministério da Fazenda das Audiências Públicas. Ora, o parecer do Ministério da Fazenda não é vinculante, não é impositivo, é apenas o direito do Ministério da Fazenda opinar sobre matéria de regulação econômica. Então, tem algumas imperfeições que não podem ser aprovadas com essa urgência.

Eu peço, portanto, a retirada da urgência. E essa é a natureza do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu fui o relator, Senador Mercadante, desse projeto em duas comissões, e praticamente esse projeto do jeito que veio do Governo, fizemos alguns acordos com o Sr. Badin e os representantes das agências e encontramos algumas soluções.

Mas eu confesso que o que V. Exa. colocou tem total razão, senão daqui a pouco comprar qualquer operaçãozinha entre empresas vamos ter que sujeitar ao CAD, não é o esse o objetivo da lei, V. Exa. tem razão.

Em votação o requerimento, extinguindo a urgência. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Próximo item da pauta. Senador... Item 19 da pauta página 434. Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2009, não terminativo. "*Dá nova redação ao § 1º do art. 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores aos Municípios com população igual ou inferior a 20 mil habitantes*." Autoria, Senador Jefferson Praia e outros. Relatoria, Senador Jarbas Vasconcelos; relatório pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria e, no mérito, favorável à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos para proferir o seu relatório. Tem a palavra V. Exa..

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente é outro... Bom projeto...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Página 434, desculpe, senador, página 434.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): É outro bom projeto que consta da pauta.

Nós que já ocupamos cargos de executivo, já fui prefeito do Recife e Governador do Estado, sabe da importância desse projeto do nobre Senador Jefferson Praia.

Ele pretende alterar a redação do § 1º do art. 182, para estender a obrigatoriedade da elaboração de planos diretores para todas as cidades.

Hoje, a lei determina que toda cidade com 20 mil habitantes, a partir de 20 mil habitantes, tem que ter o seu plano diretor; a cidade que não tem plano diretor é uma tragédia.

Ele agora estende a todos os municípios. O que se pode complementar mais adiante é aqueles municípios, que Minas deve ter muitos, é com a arrecadação insuficiente, uma maneira do Governo do Estado ajudar a fazer esse plano diretor.

Mas é fundamental, porque uma cidade que é pequena hoje, dentro de cinco ou dez anos, às vezes, se torna uma grande cidade, uma cidade de porte médio.

Então, a PEC estende a todas as cidades a obrigatoriedade de apresentar plano diretor, independente de a população ser maior do que 20 mil habitantes como prescreve hoje, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

Hoje, o critério de mais de 20 mil habitantes é descabido, o processo de desenvolvimento e de expansão urbana deve ser ordenado desde o seu início, e mais, a PEC, eliminará dúvidas relativas à interpretação do texto vigente, relacionadas com a forma de contagem dos habitantes, para determinar quais são os municípios obrigados a editar o plano diretor.

O meu Voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria e, no mérito, apresentei Voto favorável à matéria e quero, de público, parabenizar o Senador Jefferson Praia.

Era o que eu tinha a ponderar, Sr. Presidente.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixa eu botar em discussão, não coloquei.

Eu queria dizer o seguinte, sobre esse assunto: realmente, o Senador Jarbas tem razão e também o Senador Jefferson Praia. Toda cidade para crescer, um dia ela tem que ser pequena e ela vai crescer e crescer tem que ter uma ordenação...

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Já na origem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já na origem.

Exemplo dessa situação é uma cidade que foi muito bem programada, Goiânia, inclusive enfrenta alguns problemas. Uberlândia, de onde eu represento, é uma cidade que foi programada, hoje não tem problema nenhum, está bem conduzida.

Então, esse projeto é um projeto muito importante para o Brasil, como um todo.

Agora, coloco em discussão a matéria. Em discussão a matéria, tem a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria ponderar. Eu acho que o projeto é meritório, o Estatuto da Criança, desculpe, o Estatuto das Cidades estabelece o piso para cidades acima de 20 mil habitantes, a obrigatoriedade do plano diretor.

Nós estamos agora estabelecendo que não há mais essa restrição, todas as cidades terão a obrigação de apresentar o plano diretor.

No entanto, os pequenos municípios com mil, dois mil, três mil habitantes, o Nordeste, Região Norte, são cidades muito pobres, não têm técnico, não tem condições orçamentárias de financiar ou de sustentar os custos para elaborar um plano diretor.

Por isso, eu queria propor uma emenda ao Senador Jarbas. Senador Jarbas, eu queria propor um emenda. A emenda seria nos termos na lei, ou seja, para que essas cidades possam fazer o plano diretor vai ter que aporte de recursos do governo estadual e federal.

Nós temos que discutir um cofinanciamento, porque os pequenos municípios, dois, três mil, quatro mil habitantes, não tem recurso para fazer. Nós vamos impor na Constituição uma obrigação, sem dar contrapartida dos recursos.

Então, a minha sugestão, é nos termos da lei, que aí nós discutiríamos uma lei especifica estabelecendo prazos e condições para essas cidades com menos de 20 mil habitantes, que eu acho que é meritória a proposta, mas tem que ter uma regra que viabilize a iniciativa, para que não haja, eu diria, a imposição constitucional, que a gente não dê as condições para que isso possa acontecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É o Estatuto da Criança, da Cidade e Criança, foi bem colocado; uma cidade criancinha que está crescendo.

Em discussão ainda a matéria. O Senador Valter Pereira tem a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu comungo com as inquietações do Senador Mercadante. Efetivamente, os municípios de pequeno porte, é bem verdade não são todos, porque existem municípios de baixa densidade demográfica e que tem uma receita considerável e uma estrutura boa de administração. Mas existem alguns municípios, Sr. Presidente, que não dão conta de preparar um projeto para captar recursos do Ministério das Cidades, um projeto específico, pontual; quer dizer, há uma deficiência muito grande na área técnica, na área financeira, capaz de suportar isso. Então, é preciso que haja uma regulamentação.

Eu entendo que a matéria é relevante, e eu sugeriria inclusive, Sr. Presidente, que nós realizássemos uma audiência pública para chamar aqui a Confederação Nacional dos Municípios, a fim de dar colaboração, para que nós possamos aprimorar a proposta que está feita em termos de Emenda Constitucional e junto com ela já preparar um Projeto de Lei que acabe viabilizando.

Então, a minha proposta é no sentido de realizar uma audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nós temos aqui duas questões levantadas. A primeira é se o Senador Jarbas aceita a emenda feita pelo Senador Aloizio Mercadante. E a segunda é V. Exa. que teria que fazer uma audiência pública; então teria que pedir vista e apresentar requerimento para Audiência Pública. Teria que ser isso, não é isso? Então temos que ver qual é a questão?

V. Exa. vai pedir vista ou não?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, eu requeiro vista para requerer a Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí é com V. Exa.. V. Exa. requer vista?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Requeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, vista requerida, Senador Jarbas. Alguma colocação, senador?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Não, a gente analisa depois, ele pediu vista, vai apresentar inclusive propostas, o Senador Mercadante também, eu quero me reservar o direito.

Eu acho que a proposta do Senador Praia é enxuta, é oportuna, se tiver que complementar, complementa depois, se a gente for ouvir prefeitos de municípios com menos de 20 mil habitantes, não vamos para lugar nenhum, porque eles não querem fazer plano diretor, eles querem fazer o que vem à cabeça deles. Então eu acho importante.

Mas eu acolho e acato os pedidos, evidentemente, e me reservo o direito de me pronunciar posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E eu quero dizer o seguinte: acho que quando for botar em votação, não vou estar presidindo; o meu voto acompanha o de V. Exa., porque eu vejo que as cidades têm que

ter um projeto, Senador Valter, tem que começar pequenininho, mas sabendo que vai crescer. Porque se colocar ali uma fábrica, acabou a cidade, vai crescer desordenamente. O Senador Jarbas tem razão nesse ponto, mas a discussão é válida e V. Exa. também vai pedir vista, como já pediu.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu concordo. Eu acho que todo o enfoque dado pelo Senador Jarbas Vasconcelos é plenamente defensável. Eu acho que o município tem que começar com planejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mato Grosso tem muitas dessas situações.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mato Grosso tem. E a gente sente, quem anda pelos municípios como eu ando, sente perfeitamente a necessidade que tem de um planejamento urbano.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, pedido de vista.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora, o único problema que nós nos esbarramos é nessa deficiência técnica.

Só para V. Exa. ter um ideia, Senador Wellington Salgado, eu vou lembrar aqui o seguinte: há municípios no estado onde a deficiência é tão grande, não só nessa área técnica, como na área social, como por exemplo serviços médicos, há municípios que têm baixíssima densidade demográfica e parcos recursos, que estão pagando hoje, nada mais nada menos, do que 15, 20 mil reais de salário para um médico, porque não tem o profissional disponível lá. Então, tem que trazer de outros locais.

Portanto, eu acho que é um assunto que não necessita a discussão, por exemplo, dos próprios interessados. Eu acho que a Confederação Nacional dos Municípios é quem tem que estar presente aqui para discutir esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Queria dizer o seguinte para os senhores: o Item 05 da pauta já foi apresentado pelo relator Senador Jarbas Vasconcelos, nós já temos *quorum* para votar.

Então, eu queria que os senadores dessem uma olhada na página 207, no Item 05, que eu vou botar em votação após ler o Item 12 da pauta.

Senador Arthur Virgílio, tem a palavra V. Exa..

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Às páginas 298, nós temos o PLS 68, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, é terminativo aqui, que tem um parecer favorável com o substitutivo da Senadora Serys Slhessarenko. Se o senhor pudesse, eu pediria preferência para essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Terminativo também? Tem consenso? Está na pauta? Está na pauta? Vamos aqui, então, já que nós temos *quorum*.

O Item 12 da pauta, página 319, é um projeto terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 475/2009. "*Altera o Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para indicar hipóteses de ação penal pública incondicionada à representação*." Autoria, presente aqui o Senador Antonio Carlos Júnior, relatoria do Senador Jarbas Vasconcelos; relatório pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.

Serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o projeto e a segunda para a emenda. Claro que, ao final da votação do projeto, eu perguntarei se os senadores repetem o voto para a emenda, para que possamos aproveitar melhor o tempo.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos para proferir o seu relatório.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Para relatar a proposta do Senador ACM Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Página 319.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): A votação do projeto de Paim vai ser posterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vai ser posterior.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, o projeto é de autoria no nobre... É um PLS de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Júnior.

Ele pretende alterar o art. 225, do Código Penal, para ampliar as hipóteses de ação penal pública incondicionada à representação.

"*O PLS dá novo tratamento ao Parágrafo Único do art. 225 do Código Penal, para ampliar a hipótese de ocorrência de ação penal pública incondicionada para além da hipótese já prevista na lei, que se dá nos casos de a vítima ser menor de 18 anos ou pessoa vulnerável.*

Passam a ser processados mediante ação pública incondicionada os crimes dessa espécie quando resultarem lesão corporal grave ou morte, ou se o autor for ascendente, padrasto, madrasta, colateral até terceiro grau, tutor, curador ou pessoa com a qual a vítima convive sobre o mesmo teto, evitando assim a impunidade nos casos em que não houver representação da vítima."

A pauta, como é rotineiro, consta devidamente divulgada a íntegra do Projeto do Senador Antonio

Carlos Júnior. E o meu relatório é pela aprovação da presente matéria, com uma emenda que apenas aprimora a emenda do projeto, ficando assim: altera o parágrafo único, do projeto, do art. 225, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 40, para ampliar as hipóteses de ação publica incondicional, incondicionada, para o processamento dos crimes contra a dignidade sexual.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, em discussão a matéria. Para discutir, Professor Antonio Carlos, grande professor da Universidade Federal da Bahia. Estive presente lá e me falaram que é um grande professor e foi dito por aluno, o que é importante.

Tem a palavra V. Exa., Senador Antonio Carlos.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Esse projeto, na verdade, vem corrigir um equívoco que a Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009, que alterou o Código de Processo Penal na parte concernente aos crimes sexuais, às formas qualificadas pelo resultado que ocasionavam lesão corporal grave ou morte, eram processados mediante ação penal pública incondicionada, ele retirou isso.

Então, nós estamos querendo que retorne a ação publica incondicionada, independente de queixa, que retorne essa prerrogativa à lei. E o Senador Jarbas Vasconcelos, ele aperfeiçoou a ementa do projeto, dando uma redação mais consistente e, portanto, eu peço aqui também a aprovação com a emenda apresentada pelo Senador Jarbas Vasconcelos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão a matéria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marcelo Crivella, que está ao meu lado...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu acho que o projeto é meritório, porque nós vivemos hoje numa sociedade muito violenta, em que precisamos ter todos os instrumentos possíveis para coibir, sobretudo a violência sexual contra a mulher e contra a criança.

E eu não sei por que, conforme disse aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, a lei havia, quer dizer, o Legislativo havia tirado do Código Penal a iniciativa... A iniciativa popular. Nós temos que voltar com isso, acho que se impõe, é uma medida que se impõe. Eu acho que hoje nós devemos votar favoravelmente, Sr. Presidente, eu voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado pela posição, Senador Marcelo Crivella.

Ainda em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Trata-se de matéria terminativa. Votação nominal.

Como vota o Senador Aloizio Mercadante?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Pedro Simon. Como vota V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O relator é o Senador Jarbas. V. Exa. tem uma afinidade muito grande com o posicionamento do Senador Jarbas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acompanha?

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, o projeto socorre a pessoa indefesa, a vítima indefesa. Portanto, é meritório e o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sou autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É o autor do projeto.

Senador Jarbas Vasconcelos?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Marcelo Crivella? Já colocou o voto. Favorável.

Como vota o Senador Romero Jucá, meu grande líder?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está tudo tranquilo, meu líder? Tranquilo. Já em clima natalino. Como V. Exa. gosta bastante.

Como vota o Senador Efraim?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Arthur Virgílio?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota a Senadora Patrícia Saboya?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Acho que foram todos. Então, aprovado.

Passaremos agora à votação da emenda. Pergunto aos Srs. Senadores se repetem a votação também com a emenda? Todos repetiram. Aprovado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, o Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente eu sou relator do Projeto de nº 18, Item 18, que é não terminativo. Pediria a V. Exa., se possível, inversão de pauta. Se não tivesse nenhum terminativo a votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem algum terminativo mais? Temos mais terminativos, faremos o terminativo e depois atenderemos V. Exa..

V. Exa. sabe o carinho que eu tenho por V. Exa..

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A recíproca é verdadeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Voltarei a usar o poder concedido ao Presidente para que possa ajudá-lo. O Projeto de Lei do Senado... A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Agora, o Item 05, que eu avisei aos senhores que já tinha sido discutida a matéria e necessitaríamos de votação, votação nominal.

Foi o Projeto de Lei do Senado 263, página 207, que "*Acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 52, para definir como crime o extravio ou destruição de documento objeto de investigação de comissão parlamentar de inquérito*." Autoria do Senador Heráclito Fortes. Relatoria do Senador Jarbas, já foi lido. Precisamos só da votação nominal.

Passaremos à votação nominal. De novo. Sem marcar ninguém, eu não sei quem está presente.

Vamos lá. Senador Aloizio Mercadante, como vota V. Exa.?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse também é relatoria do Senador Jarbas. Com o relator também, senador?

Senador Francisco Dornelles, como vota V. Exa.?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter Pereira, como vota V. Exa.? Senador Valter Pereira, como vota V. Exa.?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel, como vota V. Exa.?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como vota o Senador ACM (sic)?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): ACJ, Senador Antonio Carlos Júnior.

Como vota o Senador Jarbas Vasconcelos? É o relator.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator. Como vota o Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Romero, pensei que tinha desaparecido. Chega rápida e desaparece.

Senador Efraim morais como vota V. Exa.?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Arthur Virgílio? Senador Arthur Virgílio está lá dentro?

Como vota a Senadora Patrícia Saboya?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Atingimos o *quorum*? Aprovado por unanimidade o projeto. O próximo projeto da pauta.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Meu líder, estou precisando votar os terminativos, que temos *quorum*.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu gostaria só de solicitar que fosse também colocado o Projeto de Lei do Senado 266, que trata da cobrança de ISS de *leasing, Sr. Presidente,* para clarificar o processo no momento exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está na pauta? Está na pauta?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Extrapauta. Não. Projeto de Lei Complementar nº 116.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como V. Exa. é rápido demais, ainda estão tirando pauta do extrapauta que V. Exa., tirando "*xerox*" da pauta para extrapauta, que V. Exa. deseja.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós temos que andar na frente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por isso que V. Exa. é o líder de todos os governos.

O Senador Arthur Virgílio me pede para botar em pauta um relatório, e seria o relator *ad hoc*, o Senador Arthur Virgílio não se encontra presente. Vamos deixar um pouco e vamos para o próximo.

Senadora Patrícia, o seu extrapauta foi aprovado.

Proposta de Emenda à Constituição nº 54/2003, não terminativo. "*Altera o § 5º, do art. 198, da Constituição Federal, para dispor sobre piso salarial profissional nacional e diretrizes para os planos de carreira de agentes comunitários de saúde e de agente de combate a endemias.*" Autoria, Deputado Raimundo Gomes de Matos e outros Srs. Deputados. Relatoria Senadora Patrícia Saboya; relatório pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e no mérito pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya, para proferir o seu relatório.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero agradecer a V. Exa. e a essa comissão por terem aceito colocar esse item que é tão relevante e tão importante, não só para a categoria dos agentes de saúde, mas para o Brasil inteiro, para as famílias brasileiras.

Eu, antes de proferir o meu relatório, eu gostaria de dizer do meu testemunho como cidadã, de quem viu esse programa nascer... E quem viu a importância, portanto, da atuação dos agentes de saúde no Brasil inteiro, conseguindo reduzir a mortalidade infantil e, logo em seguida, no nosso estado, por exemplo, no Ceará, Senador Valter Pereira, nós conseguimos reduzir a mortalidade infantil de forma tão radical que ganhamos um prêmio, o Ceará e o povo do Ceará, ganhamos um prêmio do UNICEF, que foi recebido na ONU, justamente pelo trabalho que foi desenvolvido pelos agentes de saúde.

Portanto, eu me sinto muito orgulhosa de poder, na verdade, relatar... Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senhores, a Senadora Patrícia Saboya está relatando um projeto de suma importância. Eu pediria silêncio, porque nessa Casa o que vale é a palavra. O senador tem a palavra e quando fala, fala em nome de milhares de eleitores.

Então, tem a palavra.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Presidente.

Portanto, só para concluir essa minha palavra inicial, gostaria de dizer que me sinto muito honrada em poder relatar um projeto dessa natureza e quero aqui parabenizar publicamente o nosso deputado, o Deputado Cearense Raimundo Gomes de Matos, que tem feito um trabalho excepcional junto aos agentes de saúde e aproveitar para dizer que também sou autora, Presidente Wellington, de uma matéria, de um Projeto de Lei que estabelece o piso nacional dos agentes de saúde.

Portanto, eu tenho muito interesse e peço a essa comissão a sensibilidade de aprovarmos o projeto que trata da regulamentação da carreira dos agentes de saúde.

A análise. "*Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado, proceder*

a análise da proposição quanto à admissibilidade e mérito.

A proposta não apresenta nenhuma inconstitucionalidade que impeça sua admissibilidade, pois limita-se a introduzir no texto, no § 5º, do art. 198, o piso salarial nacional para os agentes de saúde e os agentes de combate às endemias.

No substitutivo, houve uma confusão no conceito original, eis que misturava as expressões regime jurídico e plano de carreira que se refere especificamente a servidores públicos de carreira, sob o regime do Direito Administrativo, com fixação de piso salarial que é matéria regida pelo Direito do Trabalho.

Quanto ao mérito, a proposta faz justiça ao relevante papel exercido pelos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias no Sistema Único de Saúde.

Atuando em contato estreito com as comunidades intervêm diretamente sobre as situações cotidianas, determinando, em última análise, as condições de saúde da população.

O seu trabalho é, portanto, um dos mais efetivos fatores contribuintes para a melhoria dos indicadores de saúde da população brasileira registrada nos últimos anos.

São, hoje, mais de 300"... E é importante, Srs. Senadores, que prestem atenção nesse detalhe, *"São hoje mais de 300 mil profissionais em atividade em todo o país; cada um deles acompanha por mês cerca de 150 famílias, assistem, portanto, a média de 750 pessoas, cada um.*

Projeções indicam que mais de 340 milhões de visitas são realizadas a cada ano. Tendo posto isto, por todo o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade da proposta da Emenda Constitucional nº 54 de 2009 e, quanto ao mérito, pela sua aprovação." Esse é o voto.

Sr. Presidente, mas antes, se V. Exa. me permite, só... Terminei o voto, o nosso parecer é favorável, mas eu queria fazer um apelo, porque ao chegar à comissão, Srs. Senadores, eu já percebo uma certa movimentação do Governo para pedir vista desse projeto, Senador Romero Jucá. E eu queria... O argumento que o Governo está usando para pedir vistas é que esse projeto não está contemplado no orçamento. E eu queria dar um exemplo, porque durante quatro anos eu lutei aqui ao lado de outros senadores para aprovar a licença maternidade de seis meses, e nós aprovamos a licença maternidade de seis meses com o compromisso do governo de colocar a dotação orçamentária do ano seguinte. Nós aprovamos, o Governo não colocou. Esse ano, eu mesmo falei com V. Exa., Senador Romero Jucá e tive a honra de anteontem receber o telefonema da Ministra Dilma, assumindo a regulamentação do projeto.

Portanto, a falta de dotação orçamentária...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): V. Exa. me dá um aparte?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Claro, com todo prazer.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Veja bem, assim que eu cheguei, eu recebi o posicionamento, a nota técnica do Governo falando que não tinha recursos previstos e, portanto, em tese, não era para se aprovar essa Emenda Constitucional.

Só que a Emenda Constitucional está dispondo sobre o princípio, está criando as definições e o parâmetro, não está ainda criando a despesa, porque o que vai criar a despesa, o que vai definir a despesa é a lei federal que disporá sobre o piso salarial.

Então, a despeito da nota contrária, eu vou encaminhar favorável, exatamente em homenagem aos agentes de saúde, ao relatório de V. Exa. e vou dizer que nós vamos trabalhar dentro do governo para regulamentar essa lei e para que tenhamos um piso decente, que eles possam atuar em todas as localidades do Brasil.

Eu não vou pedir vista.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Agradeço muito, Senador Romero Jucá, que é o líder do Governo.

Todos os agentes de saúde, com certeza, serão eternamente gratos, pela sensibilidade que V. Exa. teve de considerar de que o projeto poderá, a PEC pode ser aprovada, inclusive eu sou autora do piso salarial, que regulamenta o piso salarial que está na Câmara sendo votado, está sendo discutido e, portanto, eu acho que isso irá complementar.

Eu agradeço a compreensão da liderança do Governo, e de todos aqueles que apóiam o Governo, de compreenderem que essa PEC, ela é uma PEC completamente do bem, Senador Wellington Salgado, porque vai fortalecer ainda mais esse trabalho extraordinário que eu não me canso de chamar os agentes de saúde, porque assim comecei a chamá-los no meu estado, quando nós conseguimos dar a volta por cima e reduzir a mortalidade infantil no Ceará em 32%, e ainda sermos reconhecidos, recebemos o Prêmio Maurice Pate, que é um prêmio internacional dado pela ONU ao povo do Ceará, ao Governo do Ceará e os agentes de saúde que foram conosco até Nova Iorque, naquela ocasião, receber esse prêmio pessoalmente.

Portanto, eu fico muito honrada e espero que a partir desse momento a gente esteja fazendo justiça a uma categoria tão especial e tão do bem como são os agentes de saúde. Muito obrigada.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Antes de colocar em discussão, eu vejo como resultado muito mais rentável pagar um aumento de salário para esse hoje, do que pagar depois o doente no hospital. É muito... Economicamente, melhor viável.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Isso é investimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão. O Senador Marcelo Crivella já tinha me pedido a palavra. A palavra ao Senador Marcelo Crivella e depois ao Senador Efraim e Senador Valter.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu acho que essa comissão, hoje, vai caminhando para o fim da nossa Sessão Legislativa de maneira gloriosa, se engrandece, se dignifica.

Os agentes de saúde que estão aqui essa semana conosco são anjos sem asas, sobem as comunidades carentes, entram onde os médicos não vão e ali prestam um trabalho extraordinário junto a população mais carente do Brasil.E foi a mão de Deus e foi o destino que fez com que através da voz, da mão dessa figura terna da Senadora Saboya, Patrícia, eles, hoje, tivessem aqui as suas aspirações atendidas.

É realmente um momento solene, é um momento bonito, a olhar para a relatora e, por trás dela ver o rosto de tantas mulheres brasileiras, as mais dignas e honradas, essa Comissão não poderia tomar outra decisão senão, Sr. Presidente, consagrar essa aspiração, votando favoravelmente.

Esse é o meu voto, tenho certeza que vai ser por unanimidade aprovado aqui, acho que nós podíamos até pedir já urgência, para que esse projeto caminhe para o Plenário e seja aprovado. Acho até que nem vá ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nem tanta empolgação, Senador Crivella, que tem um ritual que nós temos que seguir, ainda está em discussão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas fica aqui registrado, Sr. Presidente, só para concluir, o nosso total e incondicional apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, ainda em discussão, o Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, inicialmente parabenizar a Senadora Patrícia Saboya pelo belo trabalho que foi realizado como relatora, sabemos da sua identificação com os agentes comunitários de saúde, e eu não tenho a menor dúvida que é uma matéria que vai em busca do consenso dessa Casa, pelo reconhecimento de justiça de todos nós e pelo trabalho que vêm desenvolvendo em todo o Brasil.

Então, os Democratas votam favoráveis à matéria, não só aqui como no próximo passo, porque temos certeza que ela será terminativo na Comissão de Educação, se não me engano, segundo a informação que nós temos, a assessoria de V. Exa. coloca aqui e não está correta, ela é PEC, ela precisa sair daqui e ser votada em primeiro e segundo turno.

Por isso, eu quero aqui parabenizar os agentes de saúde de todo o Brasil e principalmente a Senadora Patrícia Saboya pelo brilhante trabalho e a certeza que terá o apoio unânime dessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Efraim, nós sempre, nessas comissões, nós recebemos sempre pessoas que nos visitam quando há interesse em algum projeto. E ao estar aqui, eu tenho a oportunidade de estar de frente para todas as pessoas que estão acompanhando esse projeto, dá para ver que são realmente pessoas que trabalham, dão duro e que é importante para o seu orçamento, para a sua vida, além do trabalho que eles já fazem para o resto da população, o quanto é importante esse projeto, Senadora Patrícia, só basta apenas olhar para as pessoas e ver realmente nos seus olhos o quanto é importante isso.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Desculpe, Senador Valter, que tinha pedido antes e eu pensei que era outro assunto.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, na verdade, não caberia eu desejar pedido de vista, por se tratar de uma proposta de Emenda Constitucional, mas é uma boa satisfação essa que se dá aos agentes de saúde, através da aprovação do relatório da Senadora Patrícia Saboya.

Na verdade, nós temos que esperar mais luta dos agentes de saúde, porque eles têm um caminho a percorrer e, portanto, é importante que nós tenhamos dado esse passo hoje.

O Governo, agora, se sentirá na obrigação de regulamentar essa situação, e foi bom que não tenha se oposto à medida que é muito justa, não dá para pensar em política de segurança sem se olhar a situação muito particular dos policiais civis e militares, como não dá para se pensar em política de saúde sem se pensar com dignidade na dignidade dos agentes de saúde, dos funcionários do setor.

Portanto, é com entusiasmo que nós apoiamos essa posição da Senadora Patrícia Saboya.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Tem a palavra o Senador Valter Pereira para discutir a matéria.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente o Senador Crivella tem razão quando diz que nós caminhamos para um final feliz, nesse ocaso da Sessão Legislativa.

E eu quero dizer a V. Exa. que não só pelas matérias que nós estamos aprovando nessa última reunião, mas até pela conduta de V. Exa., V. Exa. usou uma oração aí, fez uma frase, que eu até anotei, porque eu acho que foi uma das mais felizes que fez até hoje em sua estada aqui no Senado Federal.

V. Exa. disse o seguinte: "*O que vale nesta casa é a palavra, porque o parlamentar quando fala o faz em nome de milhares de pessoas que representa*." Ao pedir silêncio, V. Exa. assim se expressou.

E nada mais feliz para encerrar a sua atuação nesta Comissão, nesta Sessão Legislativa, do que essa construção que V. Exa. fez, talvez até acidentalmente.

Mas eu quero, na verdade, comentar o relatório da Senadora Patrícia Saboya. Ela faz simplesmente justiça para um segmento que está desenvolvendo um trabalho da mais alta envergadura, que é levar socorro na casa, que é levar afago no momento da dor.

O agente de saúde inquestionavelmente foi um dos projetos mais acertados que foi concebido nesses últimos anos.

E, portanto, nada mais junto do que dotar todos os agentes de saúde, os agentes de combate a endemias com o plano de carreira e o piso salarial nacional, porque eles também, como seres humanos, precisam do mínimo de segurança e indispensável à sua atividade, à sua vida, e, sobretudo, para dar, para passar às pessoas que atendem, aquela tranquilidade indispensável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

Aqui no Senado Federal nós temos sempre discutido muitos assuntos e muitas vezes nós temos colocado recursos em obras, recursos em estradas, recursos em até algumas obras faraônicas que nós temos aqui, aqui mesmo em Brasília.

E eu quando vim para o Senado eu sempre coloquei que primeiro nas minhas votações, primeiro eu ia pensar nas pessoas, eu acho que não tem nada mais importante num país do que as pessoas que são os brasileiros aqui, qualquer legislação tem que priorizar a pessoa, seja ela jovem, adulto ou mais velho.

Eu acho que, eu vejo... Acho não, "acho" dá uma ideia de que não tem certeza, eu tenho certeza de que o que nós estamos aprovando aqui, agora, é algo bom para o Brasil, e bom para pessoas, não é uma obra de estrada, não é uma obra de uma antena, alguma coisa assim, então me sinto muito feliz de participar desse momento.

Ainda em discussão, Senador Valadares, em discussão a matéria, tem a palavra V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, apenas para reconhecer a validade dessa proposta e o brilho do parecer apresentado pela Senadora Patrícia Saboya, que atendendo uma reivindicação justa, legítima, de um segmento social que muito contribui para a valorização da saúde da população mais pobre, que são os agentes comunitários, proferiu um parecer que obteve elogios gerais, aplausos de todos, na certeza de que quando da aplicação da lei os agentes comunitários no Brasil inteiro que ingressam nas residências, que dão assistência às populações as mais distantes desse Brasil, emprestando a sua colaboração, o seu trabalho, com muito idealismo para a resolução de problemas da saúde pública do Brasil.

Portanto, o meu voto, é favorável, e a opinião do PSB é de que devemos valorizar todas as classes sociais que trabalham em favor da saúde, principalmente num momento como este e que ainda precisamos da regulamentação da Emenda 29, porque a regulamentação da Emenda 29 vai proporcionar recursos permanentes, efetivos, mais seguros para mais de 130 milhões de brasileiros que precisam de um atendimento adequado no setor saúde e que se ressentem nos hospitais, nos postos de saúde desse atendimento, justamente por falta de maiores recursos financeiros.

Então, na medida em que a Emenda 29 seja aprovada, recursos em maior volume serão disponibilizados em favor do setor saúde, beneficiando a todos aqueles segmentos que trabalham nele, como os agentes comunitários.

Meus parabéns à Senadora Patrícia Saboya.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Valadares. Tem a palavra, como não poderia deixar de falar, é médico e conhece bem toda essa situação, Senador Augusto Botelho, tem a palavra V. Exa. para discutir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Sr. Presidente, Senadora Patrícia, bom-dia.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra para falar, assim, só para dar um enfoque sobre a situação.

Até alguns tempos atrás, a nossa medicina se visava no modelo hospitalocêntrico, ou seja, a gen-

te centralizava as ações de saúde nos hospitais. De alguns anos para cá, com o advento do SUS e tudo, houve essa descentralização da assistência à saúde, e o Programa Saúde da Família é uma coisa importantíssima nesse sentido de descentralizar e melhorar a assistência à saúde, porque agora as equipes vão ao paciente, vão lá no bairro do paciente.

E os agentes comunitários de saúde e os agentes de endemias são as peças mais importantes desse sistema. Não adiantava ter o médico do Saúde da Família se não tivesse os agentes, são os agentes que orientam, e são o primeiro contato com o paciente. Eles vão na casa do paciente, eles sabem quem está grávido naquela casa, sabem quem tem hanseníase, sabem quem tem tuberculose, vão ver se o doente da tuberculose está tomando o remédio adequado, eles administram o remédio para o doente que é mais rebelde.

Então, eles estão fazendo uma mudança no sistema de saúde. Realmente, tem melhorado a qualidade da assistência à saúde e essas peças fundamentais, então nada mais justo do que estabelecer um piso de salário para eles.

Eu quero manifestar a minha posição favorável aqui e parabenizar a Senadora Patrícia, que, como sempre, lutando pelos pequenos. E deixar bem claro aqui perante os nossos... Essa Casa, sobre os Senadores, sobre esta nação, a importância dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias, que fazem o serviço equivalente. Todos trabalham na prevenção da saúde, na precaução e no tratamento também das doenças.

Então, eu quero deixar bem claro que esse projeto tem todo mérito e deve ser aprovado por essas comissões e por todas as comissões dessa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem a palavra, ainda para discutir, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.Eu queria, da mesma forma...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): ...que o Augusto, Médico Augusto Botelho, acabou de falar, parabenizar a Senadora Patrícia e todos aqueles que de uma forma direta ou indireta estão colaborando com esse projeto, que eu acho da maior importância, esse piso para os agentes de saúde comunitários e agentes de saúde de endemias.

São eles que vão de casa em casa, que visitam as famílias, que percorrem as regiões ribeirinhas, no caso da Amazônia brasileira que tem muitos rios, que vão até as vilas, até os distritos, aonde o médico não vai, lá eles estão. Então, é a saúde de base mesmo.

Então, eu quero parabenizar mais uma vez a Senadora Patrícia e dizer que o PMDB, como o nosso líder não está aqui, eu como vice-líder, dar total apoio a esse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente .

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado meu líder eterno, Valdir Raupp.

Tem a palavra o Senador Casagrande, para discutir a matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Wellington. Só para fazer também o meu registro de apoio. Nós já votamos uma matéria aqui tratando do piso dos agentes comunitários de saúde, da Senadora Patrícia Saboya, que foi de fundamental importância. Todos nós que percorremos os municípios sabemos da importância do trabalho preventivo feito por esses profissionais com relação à área de saúde, a área de saúde, Senador Wellington, V. Exa. que conhece bem essa área, apesar de não ser médico e aqui nós temos médicos que conhecem ainda mais, é uma área que quanto mais recursos investe, mais parece que precisa investir. Então, o trabalho preventivo é o mais adequado, é o de custo menor e os agentes fazem um trabalho excepcional nessa área.

Então, na hora que o Congresso se manifesta, regulamentando a profissão, dizendo que tem que ter o piso, que a pessoa possa ter dignidade para o trabalho, algumas carreiras e algumas funções nesse país, todas elas, mas algumas mais, nós acabamos de votar aqui recentemente o piso para os policiais militares, civis e bombeiros e agora estamos tratando desse assunto.

Então, eu estou aqui manifestando a minha opinião, opinião, naturalmente, do meu partido, através do nosso líder o Antonio Carlos Valadares, que já se manifestou, mas para apoiar o relatório da Senadora Patrícia e parabenizá-la pelo seu envolvimento com todos esses profissionais que desenvolvem esse trabalho.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Senador Casagrande.

Eu queria fazer uma colocação, rapidamente, porque eu tive uma oportunidade no Mato Grosso de estar com uma pessoa, que eu não vou citar o nome, ele me disse, Senador Casagrande, que ele criou um grupo numa Secretaria de Saúde, onde as pessoas estavam todas cadastradas e ligava: “Você já tomou

o seu remédio para pressão hoje? Já tomou o seu remédio para isso? Tomou remédio?" Ele diminuiu em 50% o custo de atendimento médico no município, só com os atendentes ligando. "Olha, você tomou o seu remedinho hoje? Tomou isso?" Impressionante.

Ele mostrou esses dados, quer dizer, só ter uma organização, que alguns esquecem, ia reduzir em 50% o gasto, Senador Raupp, ele demonstrou isso para mim. Quer dizer, nós só precisamos nos organizar.

Alguém mais vai discutir a matéria? Não havendo mais quem queira discutir, seguindo o pedido do Senador Dornelles, em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria será... O parecer é favorável, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. O próximo Item da pauta.

Item 11, página 298, Projeto de Lei do Senado nº 68/2009, terminativo. É autoria do Senador Tasso Jereissati. A relatoria seria da Senadora Serys Slhessarenko e relator *ad hoc* Senador Arthur Virgílio. "*Altera as Leis 8.069*", página 298, "*Altera as Leis 8.069, de 13 de julho de 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 1996, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei 3.688, de 03 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente*."

Relatório pela aprovação da matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta e pela rejeição das emendas nºs 1/CDH e 2/CDH.

Votação será nominal, nos termos do art. 282 do RISF; se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos... Pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, para proferir o voto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, a CCJ é chamada a decidir terminativamente sobre o Projeto de Lei do Senado 68, de 2009, que "*Altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei 9.294, de 15 de julho de 96, e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 41* (sic)*, Lei de Contravenções Penais, para dispor sobre a tipificação do crime de venda de bebida alcoólica a Criança e Adolescente*", é de autoria do Senador Tasso Jereissati. A Senadora Serys Slhessarenko fez um belo relatório com o substitutivo que o próprio autor da matéria, o Senador Jereissati recomenda que se o aprove nesta sessão.

Então, eu passo diretamente para o voto: "*Em razão do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009, rejeitando-se as emendas nº 01-CDH e nº02 – Comissão de Direitos Humanos também, em razão da aprovação do seguinte substitutivo: Emenda da CCJ, Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2009 – Acrescenta o art. 242-A na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências*."

E aqui vem a emenda, Sr. Presidente. Em outras palavras, é um projeto meritório que faz parte desse esforço que a CCJ vem empreendendo para se endurecer o aparato legal contra quem delinqua no Brasil, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Valadares. V. Exa. pediu a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A Emenda à Constituição nº 54...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Já está em discussão, V. Exa.?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não... A 54 que foi relatora a Senadora Patrícia Saboya, sobre o piso salarial dos agentes comunitários, esta PEC, naturalmente que em virtude dos prazos regimentais, ela deverá ser apreciada no próximo ano.

Essa informação que eu gostaria de prestar aos interessados.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Só esclarecendo. Muito bem colocado, senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): V. Exa. concorda com isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Porque hoje não há mais tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro que não.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em virtude do recesso. Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Passaremos à votação nominal.

Senador Eduardo Suplicy, como vota V. Exa.?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Soube que V. Exa. continua subindo lá em Pernambuco.

Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele é levinho, levinho, sobe fácil. Tem razão.

Senador Jarbas Vasconcelos, como vota V. Exa.?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Inácio Arruda? Não chegou esse senador.

Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valdir Raupp? Com o relator.

Senador Arthur Virgílio já votou, voto conhecido. Senador Eduardo Azeredo, Presidente, não, o Senador Flexa Ribeiro está aqui ou não? Membro? Mas é membro? Senador Flexa Ribeiro, como vota V. Exa.?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. não me excluir da comissão, eu voto favorável, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. pode ter certeza que eu teria razão pelas informações que me chegaram, mas eu vou aliviar V. Exa..

Aprovado? Aprovado por unanimidade. O resultado é positivo, as Emendas 1 e 2 – CDH ficam prejudicadas. O substitutivo será submetido a Turno Suplementar na próxima reunião, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Próximo item na pauta. Também terminativo. É o ultimo item terminativo? Último item terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 19/2007, página 274. "*Altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a aquisição de material pornográfico envolvendo crianças ou adolescentes*." Autoria, Senador César Borges. Relatoria Senador Valdir Raupp. Relatório pela declaração de prejudicialidade. Observações: a votação será nominal.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp; 274 a página.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Cumpre salientar, de início, que a conduta proibida indicada ao PLS nº 19, de 2007, foi açambarcada pela redação dada pela Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008, que "*Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet*."

Do Voto, Sr. Presidente. "*Opinamos, por conseguinte, pela declaração de prejudicialidade e conseqüente arquivamento do Projeto de Lei do Senado 19, de 2007*, *por já estar inserido em lei anteriormente aprovada*."

É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): ... coloco em

discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Declaro prejudicada a matéria.

Em votação a declaração da prejudicialidade. Trata-se de matéria terminativa, a votação é nominal. É o último projeto terminativo. De hoje, é claro.

Senador Eduardo Suplicy como vota V. Exa.?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Francisco Dornelles? Senador Valter Pereira?

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora sim, Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Acompanho o voto do Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Jarbas Vasconcelos? Está liberado V. Exa..

Como vota o Senador Renato Casagrande? Como vota o Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Duas vezes com o relator.

Senador Inácio Arruda como vota V. Exa.? Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não deixa o Senador Romero Jucá votar. Como vota V. Exa. Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está bem, agora pode continuar. Está bom. Já conseguiu o voto da oposição.

Senador Valdir Raupp como vota V. Exa.?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Arthur Virgílio? Vamos ver se o Senador Jucá conseguiu.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Senador Arthur Virgílio e o Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso daí é o saudosismo daquela época em que o Jucá era líder do Fernando Henrique e o Senador Arthur Virgílio líder também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não é não. Isso aí, Senador Wellington Salgado, é a vidência de que o Senador Romero Jucá será o líder do próximo Governo do PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Até se o Senador Inácio Arruda for Presidente, PCdoB, o líder é ele, ele é competente.

Então foi... O resultado, declaro...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele é eterno convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): ...foi prejudicada a matéria, não é isso?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Há um apelo que me trouxeram aqui, agora, do vice-Presidente desta Casa, do Senador Marconi Perillo, para que a gente pudesse votar o Item 27.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Depois do meu, eu vou ter que sair.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Valdir Raupp, eu quero dizer para V. Exa. que nós estamos hoje no dia dos apelos; todos os apelos foram atendidos em função do clima natalino, mas nós temos que simplesmente observar um sequência aqui. O apelo de V. Exa. também será atendido.

Vamos atender?

Vamos atender. Item 22.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Como é terminativo, eu pediria inversão de pauta, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Está terminando. A pauta é pequena, está quase acabando, aqui está esvaziando a Mesa. V. Exa.... Vamos matar tudo hoje, tranquilo.

Item 22, página 474, não terminativo. "*Acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – dispõe sobre a escolha dos dirigentes escolares*." Autoria do Senador Pedro Simon. Relatoria do Senador Marco Maciel.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 344/2007, não terminativo. "*Acrescenta inciso ao art. 14 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas*." A autoria desse outro Projeto Senadora Ideli Salvatti, também relatoria do Senador Marco Maciel; relatório favorável ao PLS 328/2005, com uma emenda que apresenta e contrário ao PLS 344/2007.

Em 25/11/2009 foi concedido vista coletiva aos Senadores Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Júnior e Valter Pereira, nos termos regimentais. As matérias serão apreciadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Consulto aos Senadores Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Júnior e Valter Pereira se há manifestação decorrente do pedido de vista.

Senador Valter Pereira? Não. Senador Antonio Carlos Júnior? Não. Senador Eduardo Suplicy, há manifestação de V. Exa.?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, Sr. Presidente. Eu tenho um voto em separado, onde coloco que o princípio da eleição direta deve ser observado, mas de uma maneira a ser definida pelo próprio sistema local, e de maneira que, acatando a sugestão de ambas as proposições e, entretanto, tornando-a mais voluntária no âmbito do sistema educacional que vai decidir a respeito.

Portanto, abrindo esta possibilidade, mas para que haja... Haja uma maneira de a própria comunidade ali definir.

Vou ler, Sr. Presidente, a análise.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Eduardo Suplicy...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que nós temos que seguir um Regimento. V. Exa. entregou o voto aqui?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Vou entregar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, eu primeiro passarei à votação do Senador Marco Maciel.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Aí se não aprovarmos o Senador Marco Maciel, entrará o substitutivo de V. Exa..

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Correto? É assim que será. E durante a discussão, V. Exa. poderá colocar o posicionamento de V. Exa.. Está bom assim?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Tem a palavra o Senador Marco Maciel, para suas considerações sobre o projeto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, eu já tive a oportunidade de apresentar em reunião ocorrida acho que há cerca de três meses atrás, o meu parecer, e houve um pedido de vista, vista coletiva, e os senadores que solicitaram vista devolveram o processo sem alterações, razão pela qual eu mantenho o parecer que tive a oportunidade de oferecer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e gostaria de discutir, se for o caso, a proposição, porque não me ocorre fazer nenhuma alteração à proposição que tive acabo, que tive a oportunidade de relatar e acabo agora novamente de reiterar a minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Posso botar em discussão, senador? Então, em discussão o pare-

cer, o primeiro a discutir é o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu gostaria de me posicionar a favor do relatório do Senador Marco Maciel.

Então eu voto com o Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão a matéria.

Senador Eduardo Suplicy deseja fazer uso da palavra? Tem a palavra V. Exa.. Está em discussão o parecer do Senador Marco Maciel e V. Exa., para discutir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, os projetos em análise apenas regulamentam o dispositivo constitucional possibilitando novas formas de escolha do dirigente escolar.

"*Não se trata de invadir competência do Chefe do Poder Executivo quanto à nomeação, demissão de cargos ou funções de confiança, mas sim de estabelecer critério para escolha das pessoas mais capacitadas ocupar esses cargos, conforme o art. 37 da Constituição onde no inciso V do art. 37 diz: as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes do cargo efetivo e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.*

Portanto, a discricionariedade do Chefe do Poder Executivo não é absoluta e o Congresso Nacional tem competência para fixar parâmetros para escolha de ocupantes de função de confiança ou cargo comissionado.

Ressalto que a jurisprudência citada trata de norma criada no âmbito estadual, de aplicação especifica e não de norma federal, de caráter geral.

Assim, opino pela aprovação dos dois projetos, tendo em vista que eles inovam para melhor a gestão do ensino, *mas cabe à comissão de mérito avaliar sobre a conveniência de se fundir os dois projetos ou optar pela aprovação de um deles, como, aliás, já havia sido acordado em Reunião de 24 de junho desta Comissão.*

Minha única ressalva, diz respeito ao inciso I, do parágrafo único do art. 14, do PLS 328, de 2005, que permite a escolha pelo dirigente do órgão responsável, pela administração do sistema. Isso vai em sentido oposto ao princípio de gestão democrática, daí porque apresento uma emenda supressiva deste dispositivo e, assim, eu voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PLS 344, de 2007 e pela aprovação do PLS 328, de 2005, mas com a seguinte emenda: Suprima-se o inciso I do Parágrafo Único do art. 14, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, nos termos do que dispõe o artigo do PLS 328/2005, renumerando-se se os demais incisos."

E esta, portanto, é a minha... Posição, Sr. Presidente, e meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Qual é a sua opinião, Senador Romero Jucá? Está bom.

Passaremos então à votação. Os Srs. Senadores... Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como estão. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Marco Maciel permaneçam como estão. E é um projeto de autoria do Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. quer usar a palavra após a votação ou antes da votação?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Antes, se V. Exa. permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. tem total e essa Presidência volta para que V. Exa. possa colocar a sua posição.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu fico impressionado com a firmeza de V. Exa.. Eu olho para V. Exa. e olho para o Marco Maciel aqui na frente, que está há 20 anos presidindo Câmara, Senado. V. Exa., na primeira vez, olha, não perde nada para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. está querendo me colocar contra o Senador Marco Maciel? Está fazendo intriga, V. Exa.?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, o contrário. Para mostrar como V. Exa., com uma rapidez de um ano, está igual ao Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Basta apenas prestar atenção e aprender. E eu fiz isso durante esse tempo inteiro aqui.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sobre essa matéria, foi feito o entendimento e a Senadora líder do PT, por uma decisão em votar o substitutivo dela.

Então, todos nós estamos de acordo em votar o Substitutivo dela lá. Concorda?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Eu respeito a opinião do nobre Senador Pedro Simon, mas devo dizer que o meu parecer foi no sentido da inconstitucionalidade, tendo em vista a decisão, in-

clusive, do próprio Supremo Tribunal Federal exarada pelo Ministro Carlos Velloso, daí porque eu mantenho minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, o Senador Marco Maciel mantém a sua posição com o voto que proferiu e vamos levar à votação o parecer do Senador Marco Maciel.

Quem discordar terá que votar contra o parecer do Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): E não sei se seria, acho que seria conveniente que eu lesse: página...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É 474, a página. Atenção que nós temos uma discussão nessa matéria, ela vai ser decidida no voto e não é terminativo.

Então, se eu sentir que existe maioria, contra ou a favor, eu vou decidir.

Então, Senador Marco Maciel deseja ler o seu voto, uma parte do seu voto para esclarecer melhor aos senadores presentes.

Tem a palavra, V. Exa..

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, eu vou ler um parte da análise do projeto em discussão.

"*No mérito, as proposições não têm a mesma sorte. O Egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 123, de 03 de fevereiro de 1997, relator da matéria o Ministro do Supremo Carlos Velloso, na qual se questionava a constitucionalidade de dispositivo da Constituição do Estado de Santa Catarina que previa sistema eletivo, mediante voto direto e secreto, para a escolha dos dirigentes de estabelecimentos de ensino, decidiu pela inconstitucionalidade do referido dispositivo constitucional, já que os cargos públicos ou são providos mediante concurso público, ou, tratando-se de cargo em comissão, mediante livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, se os cargos estão em órbita deste (Constituição Federal, art. 37, II, e art. 84, item XXV).*

Ficou reconhecida pela nossa Corte Constitucional, portanto, a inconstitucionalidade de eleição direta para o provimento de cargo de direção de escola.

Nessa linha jurisprudencial: a) o Projeto de Lei do Senado 344/2007 é matéria inconstitucional."

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senhores, nós temos um projeto polêmico em discussão.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): "*É materialmente inconstitucional, por determinar a eleição direta dos dirigentes de escolas públicas; b) o inciso II do parágrafo único que o Projeto de Lei do Senado 328 quer fazer inserir no art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também padece de inconstitucionalidade material, não é formal, inconstitucionalidade material, pelas mesmas razões.*

Quanto aos incisos I e III do Parágrafo Único veiculado pelo PLS 328, de 2005, temos para nós a sua constitucionalidade formal e material."

O voto. "*Assentados nessas razões, somos pela rejeição do PLS nº 344, de 2007, com a consequente prejudicialidade das emendas a este acostadas, e pela aprovação do PLS nº 328, de 2005, com a seguinte emenda: Suprima-se o inciso II do parágrafo, ou melhor, do parágrafo único do art. 14 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a LDB, como todos nós sabemos, nos termos do que dispõe o art. 1º do PLS 328, de 2005, renumerando-se o inciso III como inciso II*."

É este, portanto, é esta, portanto, a minha posição, Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel, mantém o seu voto? Então teremos que partir para a votação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Deixa eu fazer uma pergunta, por favor?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Augusto Botelho, tem a palavra V. Exa..

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Se na comunidade escolar estão incluídos os pais dos alunos, os vizinho da escola ou se é só corpo discente e docente e funcionários da escola?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ainda em discussão, Senador.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu quero saber a definição bem clara da comunidade escolar, o que é.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel no microfone, por favor, para explicar.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Sr. Presidente, não tenho nada mais a aditar ao que eu já acabei...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele vota pela... O problema é de legislação, não é isso?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): O voto que eu acabei...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É pela inconstitucionalidade. O Senador Marco Maciel

foi claro. O Supremo Tribunal Federal definiu que é inconstitucional.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): E concluo com a emenda que diz: "*Suprima-se o artigo*", ou melhor, "*Suprima-se o inciso II do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 9.394, que é a LDB, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do que dispõe o art. 1º do PLS 328, de 2005, renumerando-se o inciso III como inciso II*."

É este o meu Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, vamos direto à votação. Tem como votar. Tanto é que nós vamos à votação.

Os Srs. Senadores que...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Concordam com o Senador Marco Maciel, permaneçam como estão. Quem discorda, levanta a mão. Aprovado contra os votos do Senador Eduardo Suplicy, Senador Pedro Simon.

O Senador Pedro Simon não vota porque é o autor. Sentiu, não é? V. Exa. tentou usar de experiência.

Então, aprovado o relatório do Senador Marco Maciel.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Abstenção do Senador Casagrande.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): As matérias serão encaminhadas à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só queria dizer uma coisa, meu líder, meio-dia nós temos reunião do Congresso, eu vou ter que suspender a sessão. Eu encaminhei o mais rápido possível que eu pude. Quem está presente aqui viu.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, um minuto, um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas nós temos que seguir o Regimento Interno.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, um minuto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): No caso aqui é só ler a indicação para o Superior Tribunal Militar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para cumprir a primeira parte e ficar para a aprovação posterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Item extrapauta, que já estava combinado com o Senador Francisco Dornelles e V. Exa., eu senti que está resumido, digamos assim.

Então vamos lá, Projeto de Lei do Senado nº 461/2009, não terminativo. "*Altera o art. 195 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 66, Código Tributário Nacional, para permitir a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais para todos os efeitos jurídicos*." Autoria, Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria, Senador Francisco Dornelles. Relatório, favorável à matéria com duas emendas que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, para proferir o seu relatório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senador Sérgio Zambiasi permite a certificação eletrônica notarial dos livros obrigatórios comerciais e fiscais, que farão a mesma prova que os originais, para todos os efeitos.

Eu acho que é um grande avanço, uma grande modernidade. O meu parecer é favorável. Parecer pela aprovação, com as emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação... Dornelles? Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira... Sem discussão? Não havendo queira discutir, em votação o parecer.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

O Senador Romero Jucá... Era esse o assunto?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, o meu agora é o 116?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. insiste mesmo nesse projeto?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Insisto, Sr. Presidente. É um projeto bom para os municípios.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vou pedir o que V. Exa..

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O extrapauta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, atenção Presidente. Sr. Presidente, eu estou achando que a sessão está muito atropelada; eu não estou compreendendo o que está sendo votado aqui, muito corrido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas é e função do silêncio ou em função do...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Em função do barulho, da confusão, e eu acho que assim não podem ser votadas as coisas não, tem que ser votada com clareza.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, vamos votar com clareza. Eu pediria silêncio aos presentes e à plateia.

Item extrapauta, bem claro agora. Projeto de Lei do Senado nº 266/2007, complementar, não terminativo. "*Altera o art. 3º da Lei Complementar 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre o local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil*." Autoria, Senadora Ideli Salvatti.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2008 – Complementar, não terminativo. "*Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, de modo a definir o local onde será devido os Impostos sobre Serviços de qualquer Natureza nas prestações de serviços de agenciamento*"... Silêncio, por favor*, "agenciamento, corretagem e intermediação de seguros*." Autoria, Deputada Luciana Genro. Relatoria, Senador Romero Jucá; relatório favorável à matéria, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para proferir o relatório. E peço um café, que eu não sou o Senador Demóstenes Torres.

Tem a palavra V. Exa..

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, esse Projeto da Senadora Ideli é extremamente importante, porque clarifica onde é que deve ser pago o ISS do arrendamento mercantil da operação de arrendamento mercantil, do *leasing*.

Nós demos parecer favorável, é importante que os municípios arrecadem ISS. Portanto, o parecer é sim, Sr. Presidente. Peço aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por isso é que é o líder, ele é rápido.

Coloco em discussão a matéria. Senador Botelho, está bem esclarecido? Coloco em discussão a matéria. Não havendo queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer. Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Obedecendo agora, o Senador Azeredo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas agradecer a relatoria rápida e eficiente do Senador Romero Jucá, até porque esta questão do pagamento do ISS e do *leasing* teve, inclusive recentemente, uma decisão muito importante do Supremo Tribunal, que corroborou a tese que os municípios vêm defendendo há muito tempo: se o *leasing* é feito no município, o ISS tem que ficar no município onde é realizada a operação; e não como... É, acontecia, os bancos negociavam para ser na sede do município do banco. Então, isso acabava concentrando...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que vai prejudicar bastante Osasco.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bastante... Mas espalha para...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que é a sede do nosso banco, o Bradesco.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, espalha para... Aí eu queria pedir, Sr. Presidente, se fosse possível, nós termos o regime de urgências, poderíamos fazer uma indicação do regime de urgência da matéria para poder ser colocada no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. quer que vote em regime de urgência?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação o pedido de urgência da... Senadora Ideli Salvatti, na matéria que nós acabamos de votar, ela esta pedindo urgência na votação do ISS.

Em votação o pedido de urgência da Senadora Ideli Salvatti, sobre a questão do ISS.

Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência.

Passaremos agora extrapauta, Item Mensagem nº 291/2009. "*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General-de-Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do General-de-Exército Antônio Aparício Ignácio Domingues, que irá se aposentar em 04 de fevereiro de 2010*." Autoria, Presidente da República e relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Relatório, votação secreta.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A votação será secreta?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, a votação não será hoje. Vou apenas ler o relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Hoje só leremos o relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ler o relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A indicação do General...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Deixe-me terminar, Senador Azeredo, V. Exa. está indo com o jeito mineiro que V. Exa. me ensinou bastante.

Nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, em conformidade com o Ato nº 01/2007 – CCJ, publicado no Diário do SF de 24 de outubro de 2007, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade dessa Comissão será feita em duas etapas.

Na primeira etapa, que é hoje, o relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado.

Após apresentação e discussão do relatório à primeira etapa será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão; em seguida será realizada a votação, escrutínio... Escrutínio secreto, na próxima reunião.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo para proferir o relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Sr. Presidente e Srs. Senadores. A indicação do General Cerqueira, que foi enviada na data de ontem, dia 15 de dezembro, ela mostra todo o currículo do general Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, que é nascido em 44, no Estado do Rio de Janeiro.

Ele tem vários cursos importantes na carreira militar e ocupou os cargos de: "*Observador da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola; Chefe da Seção de Planejamento do Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista; Comandante do 26° Batalhão de Infantaria Paraquedista (Força Tarefa Santos Dumont); Chefe do Estado-Maior da 1ª Divisão do Exército; Comandante da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada; Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista; Chefe do Estado-Maior e Comandante do Comando Militar da Amazônia; 2° Subchefe e Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército; Chefe do Departamento de Logística; Comandante do Comando de Operações Terrestres*."

Ele já teve várias promoções na sua carreira, devendo lembrar aqui as de General-de-Brigada em 98, General-de-Divisão em 2002, General– de-Exército em 2006.

Foi ainda Comandante de Batalhão na Operação Rio 92, que estabeleceu a segurança dos Chefes de Estado Estrangeiros na Conferência sobre Meio Ambiente realizada na Cidade do Rio de Janeiro.

"*Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do General Cerqueira*", conhecido também lá no Comando da Amazônia, quando pude conhecer o importante papel que o Exército exerce naquela região.

De maneira que esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Azeredo.

Eu queria, inclusive, pedir aqui, porque essa é a última, praticamente a última sessão, amanhã será, que nós estamos assim, merecia um pouco mais de atenção a indicação do General, mas, de qualquer maneira, em discussão o relatório do Senador Azeredo.

Não havendo quem queira discutir, vai ser dado, como é de praxe dessa comissão, vista coletiva até a próxima sessão.

Então, vista coletiva, acompanhando o Regimento, para depois entrarmos na sabatina do General.

E queria dizer que essa indicação demorou muito tempo no Palácio, o Palácio demora a mandar indicação para gente. E quando vem, nós já estamos prestes a ter a vaga do outro que vai se aposentar. Está bom? Mas está bem encaminhado.

Passaremos então a outra mensagem. Mensagem nº 290/2009. "*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga do Almirante-de-Esquadra José Alfredo Lourenço dos Santos que irá se aposentar em 1º de março*." Autoria, Presidente da República. Relatoria, Senador Romeu Tuma.

Essa votação quando acontecer será secreta e obedecerá o mesmo trâmite que foi explicado para o relatório do Senador Azeredo.

Hoje leremos o relatório, será dado vista coletiva, para que depois possamos fazer a... A sabatina.

Então, a matéria é submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades dessa Comissão, conforme dispõe o art. 2º, do Ato nº 01/2007-CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, para proferir o seu relatório.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vem a esta Comissão a Mensagem 290, em 15 de dezembro de 2009, que "*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Almirante-de-Esquadra Alvaro Luiz Pinto, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Alfredo Lourenço dos Santos, a partir de 1° de março de 2010*."

Aqui tem alguns dados sobre o Almirante, de forma que preenche todos os pré-requisitos para a sua nomeação, com os indicativos cuja cópia será entregue aos Srs. Senadores e acredito que, como há urgência nesta nomeação em razão da substituição do Almirante, infelizmente, não poderá ser feita a Sabatina dentro do prazo previsto no regimento, os dados aqui fornecidos poderão oferecer aos Srs. Senadores oportunidade de votarem, que é secreta, no Almirante.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vista coletiva, como é de praxe dessa Comissão, para que se possa fazer a leitura do relatório do Senador Romeu Tuma.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Aliás, Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Há uma resolução, inclusive, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nesse sentido de que a aprovação do nome é submetida a dois estágios. O primeiro estágio é a leitura do currículo e a concessão de vista coletiva para que a Casa possa apreciar o currículo. Somente então se faz a sabatina, que é o segundo e último estágio. E eu acho que é um bom caminho, na minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Foi, inclusive, votação dessa comissão, Senador Marco Maciel, do Ato nº 1.

Sobre a Mesa Requerimento...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, sobre...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Requerimento de V. Exa. sobre a Mesa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas, antes disso, eu gostaria de tecer aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com a palavra, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): ...colocar aqui a minha homenagem ao General Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, cujo trabalho eu conheço de perto, até porque foi comandante militar na Amazônia, que eu considero o mais estratégico, o mais relevante dos agrupamentos militares do País, pelas fronteiras que o meu estado faz com países de políticas externas complicadas, inclusive com atritos entre eles, os que fazem fronteira conosco.

O General Cerqueira é, de fato, uma figura energética, correta, afinada com os princípios democráticos. Realizou um trabalho de muita presença física, percorrendo de maneira muito consistente todas as dependências do Exército pelo interior do estado e eu diria que a sua contribuição o credencia para qualquer posto e que, sem dúvida alguma, essa enorme honraria que é a indicação para o Superior Tribunal Militar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com certeza, a Comissão, diante da explanação de V. Exa., levará em conta no momento da votação.

Requerimento sobre a mesa. "*Requeiro, nos termos no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, para debater o cumprimento por parte do Poder Executivo do disposto no art. 50 da Lei 11.457 de 16 de março de 2007, relativa ao encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei Orgânica das Auditorias Federais, dispondo sobre direitos, deveres e garantias, prerrogativas dos servidores integrantes das carreiras de que trata a Lei 10.593, de 26/02/2002.*

Requeiro ainda sejam convidadas as seguintes pessoas: Luiz Alberto dos Santos da Casa Civil; Duvalier Paiva Ferreira, Secretário de Recursos Humanos;

Otacílio Dantas Cartaxo, Secretário da Receita Federal do Brasil; Jorge Cezar Costa, ANFIP; José Carlos Cosenzo, CONAMP; Rosa Maria Campos, SINAIT; Pedro Delarue Tolentino Filho, SINDIFISCO Nacional".

Justificativa. *"Por imperativo legal, a Lei nº 11.457 de 16/3/2007, o Poder Executivo deveria ter enviado ao Congresso Nacional no período de um ano a contar de 19/03/2007, data da vigência da citada norma, art. 51 inciso I, Projeto de Lei Orgânica das Auditorias Federais, a teor do disposto no art. 50, abaixo transcrito.*"

Art. 50, entre aspas, "*No prazo de um ano da data de publicação desta Lei, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei orgânica das Auditorias Federais, dispondo sobre direitos, deveres, garantias e prerrogativas dos servidores integrantes das Carreiras de que trata a Lei no 10.593, de 06 dezembro de 2002.*

O Poder Executivo em franca e deliberada desobediência à lei quedou-se inerte, mantendo-se nesta letargia desde 19/03/2008, data em que o prazo espirou.

A Receita Federal do Brasil, a SuperReceita foi criada e os auditores fiscais da Receita Federal – ARF do Trabalho ainda não tem seus direitos, deveres, garantias e prerrogativas devidamente normatizados.

Diante do exposto, a Audiência Pública proposta é de cabal importância para debatermos assunto de interesse diretamente, que interessa diretamente não somente aos servidores integrantes da carreira de que trata a Lei nº 10.593 de 6 de 12/2002, mas é com muito mais ênfase ao Brasil. Sala das comissões, Senador Marconi Perillo."

Só li porque o Senador Arthur Virgílio subscreveu esse requerimento.

Em votação o requerimento. Senadores que estão de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Para terminar, Srs. Senadores, um esclarecimento.

Senadora Ideli Salvatti, V. Exa. me pediu e eu botei em votação um requerimento de urgência sobre a questão do ISS, só que esse projeto ainda vai à CAE.

Diante disso, não poderia ter a votação do regime de urgência; então retiro a votação, mas teria que explicar para V. Exa. o que faço nesse, o que faço momento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, então eu queria solicitar o seu empenho para me ajudar com o que a liderança do PSDB e dos Democratas concordem, em nós apresentarmos um requerimento de urgência para o Plenário, que aí sim resolve o problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli Salvatti, o meu prestígio já andou muito grande junto ao Senador Arthur Virgílio, mas nos últimos tempos o meu prestígio diminuiu um pouco, então não pedirei, e deixarei para que resolva isso.

Antes o meu prestígio era alto com V. Exa., eu conseguia de tudo; mas ultimamente está difícil.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Efraim, tem a palavra V. Exa..

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu queria que V. Exa. colocasse ordem na Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Os companheiros ao lado de V. Exa. é que estão fazendo ali...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): V. Exa. é o Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vou acabar suspendendo a comissão.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ah, não faça isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O que fazer? Tem a palavra V. Exa.. Melhorou um pouco.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O Item 18 da pauta, do qual sou relator, pediria a V. Exa. permissão para relatar a matéria. É não terminativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Efraim já estávamos fazendo as malas; V. Exa. apareceu e pediu.

Então, vamos ao Item 18.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): V. Exa. sabe que eu estive no início da sessão, e fui fazer o entendimento com o Governo, para que pudéssemos ter a votação no Congresso a partir do meio-dia, por isso cheguei um pouco...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então vamos ao PL da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 27/2008, que "*Atribui à União competência para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões nos casos que especifica*." Relatoria do Senador Efraim Morais.

Tem a palavra V. Exa., para relatar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, "*A Proposta de Emenda à Constituição, que tem como primeiro signatário o Senador Adelmir Santana, acresce ao art. 21 da Constituição Federal o inciso XVI, XXVI, aliás, com o propósito de atribuir à*

União competência para instituir, por meio de lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por Municípios limítrofes situados em Estados distintos ou pelo Distrito Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Sustenta a iniciativa o argumento de que ao transferir para os estados, com exclusividade, competência para instituir unidades administrativas constituídas por agrupamentos de municípios contíguos, a Constituição de 1988 deixou de considerar o fato de que o caráter metropolitano das ocupações urbanas algumas vezes alcança municípios situados em estados distintos.

Para os signatários da iniciativa, em face desse óbice, vem prosperando no âmbito legislativo um arranjo institucional similar, não previsto expressamente nas normas constitucionais.

Trata-se das Regiões Integradas de Desenvolvimento, as denominadas RIDEs, voltadas para a articulação de medidas destinadas ao desenvolvimento regional.

Ao analisar a proposta, Sr. Presidente, observamos que a PEC a par de conformar-se aos requisitos de juridicidade e boa técnica legislativa, não incide em inconstitucionalidade, uma vez que atende adequadamente a todos os requisitos estabelecidos no art. 60 da Constituição Federal.

Respeita, de igual modo, as normas regimentais que orientam a elaboração e a tramitação de proposições dessa natureza.

No mérito, adotamos os argumentos dos autores. A aprovação da iniciativa ensejará maior segurança jurídica e efetividade operacional para o reconhecimento de situações fáticas como as que envolvem, por exemplo, o Distrito Federal e as chamadas cidades do entorno, situadas no Estado de Goiás, ou os Municípios de Teresina, no Piauí, e de Timon, no Maranhão, ou os de Petrolina, em Pernambuco, e de Juazeiro, na Bahia, entre outras tantos, que demandam a integração de funções metropolitanas de municípios situados em estados distintos."

Então, Sr. Presidente, indo direto ao voto e à vista do exposto e pelas razões aqui relacionadas, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e a boa técnica legislativa da proposta da Emenda à Constituição nº 27, de 2008 e no mérito pela sua aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir. Em votação.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Presidente. Sr. Presidente, eu queria apenas agradecer o relatório do Senador Efraim Morais, enaltecer as suas colocações e que atende aos preceitos que nos levaram a apresentar a referida PEC.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Em votação, em votação a matéria. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Começou o Congresso Nacional, vou suspender a comissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Começa o Congresso Nacional se todas as V. Exas. aqui presentes forem registrar presença no Painel do Senado, porque ainda não temos 41 no Painel.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, não, acabou. Suspensão.

Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente reunião, informando que esta será reaberta amanhã, dia 17 de dezembro de 2009, às 10 horas.

[Sessão suspensa no dia 16/12/2009 às 12h17]

2ª PARTE
REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 11 HORAS e 29 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Havendo número regimental, declaro reaberta a 56ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A segunda parte da presente destina-se à deliberação do Item nº 31. Item 31. Projeto de Lei da Câmara nº 340/2009 (*sic*), terminativo na Comissão de Relações Exteriores, "*Altera os art. 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os art. 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha*." Autoria: Presidente da República; relatoria: Senador Eduardo Azeredo. A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para proferir o relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

"*Trata-se de Projeto de Lei da Câmara, de iniciativa do Poder Executivo, que propõe alterar diversos artigos sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.*

Na exposição de motivos, os Ministros da Defesa e do Planejamento, Orçamento e Gestão justificam a proposta, argumentando que, há mais de quarenta anos, os efetivos da Marinha não apresentam variação significativa, tendo crescido apenas 8,6% no período. Em quarenta anos, cresceu 8,6%.

Enquanto isso, inúmeras atividades foram incrementadas e absorvidas, principalmente por intermédio do aperfeiçoamento de processos administrativos, da engenhosidade no estabelecimento de soluções técnicas mais eficientes e da elevada dedicação profissional.

Além disso, acrescentam que a Estratégia Nacional de Defesa trouxe novos enfoques para o Plano Estratégico da Marinha, impondo significativos encargos, como a criação de uma Segunda Esquadra, a ser sediada em uma base no Norte ou no Nordeste do país – aliás, essa é uma posição muito importante, essa descentralização, porque fica a Marinha toda no Rio de Janeiro, boa parte dela no Rio, realmente essa descentralização é muito importante, *e a ênfase na tarefa de negação do uso do mar, para o que a Marinha deve contar com uma força submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de propulsão nuclear*."

...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu recebi uma vez lá o representante da Capitania dos Portos do Rio São Francisco e foi se apresentar, tudo, que realmente é o representante da Marinha no Estado de Minas Gerais.

Mas aqui, então, nesse caso, voltando ao texto, então "*A proposição já foi aprovada pela Câmara, lá ela foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Finanças e Tributação; e Constituição, Justiça.*

Aqui a apreciação é terminativa na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional."

Portanto, com a análise aqui que todos os preceitos e requisitos constitucionais foram obedecidos e o voto, diante do exposto é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 314/2009.

Voto favorável, portanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e me parece que V. Exa. designou para, nesse momento, realizar essa audiência.

De sorte que eu determino à Comissão que remeta imediatamente para a nossa congênere de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu preciso que os senadores aqui presentes, o Senador Pedro Simon, Senador Valadares, Senador Wellington, são membros da Comissão de Relações Exteriores também compareçam lá, senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Precisa?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Precisa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Estou aguardando uma resposta para ver se eu vou comparecer ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com a palavra o Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu cheguei a entrar com requerimento, Sr Presidente, solicitando a vinda para esta comissão do Projeto de Código de Processo Penal.

A argumentação de o que Regimento... Primeiro lugar, Sr. Presidente, eu sou uma pessoa que 30 anos de Senado e 60 anos de vida pública, não leio mais Regimento Interno, principalmente dessa Casa, que é uma vergonha, ele foi feito com um objetivo, para o Presidente da Casa.

Então, eu... Desde que cheguei aqui a primeira vez, pedi para o Brossard, que já era senador, que me levasse as cópias, um Regimento da Câmara, um Regimento do Senado e um Regimento comum do Congresso. Li uma vez, li a segunda, a terceira e vi que não tinha o que fazer.

O Presidente da Casa tem, para qualquer coisa que ele quer fazer, três opções: se ele quer engavetar, é o artigo tal do Regimento; se ele quer mandar para uma Comissão, é o artigo tal do Regimento; se ele quer votar, é o artigo tal do Regimento.

Então não tem, é uma coisa ridícula. Então, diz a assessoria da Mesa de que não está no Regimento do Senado que o projeto dessa natureza, que teve uma

Comissão Especial, da Comissão Especial vai para o Plenário e não vem para essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Um requerimento do Plenário pode vir para cá, tranquilamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É exatamente o que eu fiz, entrei com o requerimento do Plenário, peguei o recibo da Secretaria da Mesa e tem o recibo que eu entrei pedindo para vir para essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Mas eu acho que aí V. Exa. deve, na sessão que vai se realizar, fazer uma questão de ordem e pedir para que seja votado o requerimento.

E há muitos senadores aqui que desejam que isso aconteça.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Porque, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Porque um Código de Processo Penal é um negócio que vai afetar... Veja só, esse atual foi imposto em época de uma ditadura, Ditadura Vargas, em 1940, Congresso fechado e, ainda assim, ele foi discutido anos a fio. E vigora há quanto tempo, vigora há cinqüenta anos quase, há quase 60 anos, melhor dizendo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quando a realidade do delito penal não tinha nada que ver com o que acontece hoje, era outra realidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente, e mais...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O mundo era outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Quando... A gravidade, eu fui até ao Presidente da Comissão eu tenho muitos senões, mas eu, como querem fazer, eu não coloquei obstáculo, porque seria incongruente da minha parte. Eu disse: "Eu não vou requerer isso."

Agora, eu reconheço perfeitamente, porque, uma vez saindo daqui, o Senado vai voltar a apreciar, porque a Câmara, naturalmente, vai fazer inúmeras modificações; o Senado só vai voltar a apreciar esse projeto daqui um ano ou dois e, assim mesmo, na condição de fazer uma emenda aqui, outra aqui, para colar os dois textos.

Ou seja, aí a gente está vendo, V. Exa. tem toda razão, magistratura quer ainda, elogia o texto, mas quer ainda fazer modificações, Ministério Público, OAB, delegado de polícia. Então se os operadores do direito, defensores públicos, todo mundo acha que pode ainda melhorar, por que fazer dessa forma? Então eu...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E o Presidente Sarney está tranquilo, vai continuar Presidente o ano que vem, quer dizer... O projeto do Código de Processo Penal vai ser votado na gestão do Presidente Sarney, mas não precisa ser hoje. Pode ficar para o ano que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu posso inclusive fazer... Eu posso até fazer um compromisso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou seja, se realmente mandarem para a comissão, eu designo, ainda esse ano, um relator, e o relator já leva o projeto para casa para estudar e nós votamos até o final de fevereiro...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ou seja, daria perfeitamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Presidente, me desculpe a sinceridade, eu considero imoral, eu considero ridículo, eu considero grotesco nós nos reunirmos às 12h30, já vê o horário da reunião, 12h30, reunião de 12h30 não é reunião para discutir, nem para debater, às 12h30 está convocado o Senado para votar o Código de Processo Penal. É brincadeira.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Olha, é brincadeira, não pode, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Mas eu acho que, nessa Sessão...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Pedro Simon, V. Exa. me concede um aparte?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não pode, com todo respeito, nós vamos cair no ridículo de todo mundo.

Eu não li, pomba! Eu não fiz parte da comissão!

Eu estou esperando, eu recebi ontem, o processo, aliás, um belo... Que o Senador Casagrande, um belíssimo trabalho, diga-se de passagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu tinha que ler, eu tenho que analisar, eu tenho que debater.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E outra coisa, eu falo tanto em impunidade, impunidade, impunidade, o combate à impunidade passa pelo Código de Processo Penal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Claro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É ali, passa por ali o debate da discussão, e agora vamos votar, às 12h30, de uma quinta-feira, vamos votar... Não, não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu peço a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu faço um apelo, eu gostaria que, se pudesse votar aqui, a comissão, se desse para dizer: "A comissão faz um apelo para que a Mesa aceite", eu acho que daria para levar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Muito bem, eu coloco, então...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu faço essa proposta, que a comissão faça um apelo que ela gostaria de receber e debater essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente. Quero dar uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu até, então, vou colocar isso em votação, para falar em nome da comissão lá.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Pedro Simon, senadores. Eu estive hoje, Presidente, a convite do STJ, participando de um café da manhã, quando foi apresentado o novo Código de Processo Civil, segundo a opinião de vários juristas que o elaboraram.

Foi apresentado um relatório, e este relatório será enviado posteriormente ao Presidente do Congresso Nacional, Presidente Sarney, para discussão pormenorizada na Comissão de Justiça, e eu tive a oportunidade de ouvir de ministros uma crítica velada, estranhando o fato de que uma proposição como esta, de grande repercussão na vida nacional, que é o Novo Código de Processo Civil, não tenha passado antes de ir a Plenário, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que é a comissão própria que deveria discutir, debater, como requer o Senador Pedro Simon, uma matéria como esta, da mais alta magnitude, visando a celeridade processual, o combate à impunidade, à corrupção. Enfim, tudo que está hoje no mundo das discussões na sociedade, está ali naquele Código.

Eu fiquei até, de forma constrangida, de falar neste assunto, porque o relator é uma pessoa do meu... É um senador do meu partido, que é o Senador Casagrande.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Brilhante senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Que efetivamente, ele fez um grande trabalho, ele conseguiu amealhar mecanismos de todos os segmentos que ele ouviu e numa proposta só, quer dizer, ele fez uma consolidação da legislação penal nesse novo Código.

Entretanto, eu acho o que Senador Pedro Simon tem toda razão, e V. Exa., Presidente, com toda autoridade que tem, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que também foi Presidente, o senador foi Presidente da Comissão Especial, não é? O Senador Demóstenes Torres foi o Presidente da Comissão Especial, não foi?

Com a autoridade que tem V. Exa., talvez seja a pessoa adequada para, em termos regimentais, constitucionais, com a boa relação que mantém V. Exa. com o Presidente Sarney, com o Senador Casagrande, de fazer esse requerimento, sem, vamos dizer, querer causar, nós não queremos causar nenhum embaraço ao andamento dessa matéria, antes, pelo contrário, nós queremos é melhorar, e, para que haja melhoramento e o aperfeiçoamento desta matéria, ela tem que passar na Comissão de Justiça.

Então, eu acho que a pessoa indicada para fazer esse requerimento é o Presidente da Comissão de Justiça, que também, coincidentemente, foi Presidente da Comissão Especial; ninguém melhor do que o senador Demóstenes Torres para fazer esse pedido.

Agradeço a V. Exa..

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero manifestar também a mesma concordância com o que foi colocado pelo Senador Pedro Simon e o Senador Antonio Carlos Valadares.

Por questão de prudência, realmente me parece que nós devemos adiar essa votação em Plenário.

É razoável que possamos aprovar alguma matéria de maneira mais rápida quando o prazo exige, mas não me parece que esse seja o caso, quer dizer, nós nosso temos um prazo vencendo.

Então, se pudermos, Senador Casagrande, o assunto que foi colocado aqui é que seria importante

que a comissão pudesse discutir o Projeto de Processo Penal, que a gente não votasse no plenário hoje, o Senador Pedro Simon colocou, elogiando o trabalho que foi feito, mas que seria prudente, já que não temos nenhum prazo final, se tivéssemos um prazo final, "Tem que aprovar esse ano", mas não tem prazo final, que pudesse ainda discutir aqui.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria ponderar ao Senador Renato Casagrande, eu acho que foi feito um excelente trabalho na Subcomissão, um trabalho muito consistente, todos os assessores que acompanharam acham isso.

Mas os senadores, principalmente da área jurídica, que não estavam na subcomissão, querem discutir a matéria com mais... Uma apresentação, eu acho que poderia preparar uma apresentação, Renato, você poderia preparar uma apresentação com *Power Point*, mostrando o que era, o que está fazendo, quais são as mudanças mais relevantes, por que é que está sendo feito e fazer um apresentação na primeira sessão da CCJ da retomada dos trabalhos.

Faria uma sessão de discussão do Código de Processo Penal, com uma apresentação bem organizada, todo mundo poder acompanhar e explicar todos os passos.

Ontem, o Senador Marco Maciel veio pedir para mim que não votasse, que ele falou: "Olha, eu quero estudar, é uma matéria bastante complexa", o Senador Valter Pereira também veio tratar do mesmo assunto. Na nossa comissão, a Serys Slhessarenko também pediu que pudesse, na nossa bancada, aprofundado e eu falei: "Eu concordo, eu acho o que objetivo da comissão foi um bom trabalho, mas há o interesse mais amplo de discussão", o Senador Pedro Simon expressou a mesma preocupação.

A minha sugestão é que você preparasse uma apresentação em *Power Point*, bem... Todas as mudanças, o que era, o que está ficando, apresentar no âmbito da CCJ, convidando todos os senadores da Casa que quiserem participar da sessão de apresentação da Reforma do Código de Processo Penal, e a gente votaria no início do trabalho legislativo, poderia ser o primeiro ponto de pauta da nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Eu acho que seria um bom encaminhamento e daria mais... Mais segurança e mais envolvimento da Casa, porque é uma matéria bastante complexa, para quem é advogado é mais fácil acompanhar, para quem é rábula é mais difícil, mas tem alguns rábulas dedicados nesta casa. Então, todos têm interesse em discutir.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador... Senador Aloizio Mercadante eu estive hoje, já falei, Senador Casagrande, estive hoje no STJ, participando de um café da manhã para apresentação do Código de Processo Civil.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Queria parabenizar V. Exa. porque eu deveria ter ido também, mas não consegui, tinha compromisso pela manhã e soube que só V. Exa. esteve lá com o Ministro Fux...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O único senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): ...que fez um grande trabalho e nós precisamos convidá-lo para vir aqui também para apresentar na Comissão de Constituição e Justiça. Nós podíamos fazer as duas coisas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então, o seguinte: alguns ministros que falaram comigo estranharam o fato de que o Plenário do Senado venha a votar ao pagar das luzes dos trabalhos da Casa, um processo de tão alta importância como é este do Novo Código de Processo Penal, mas todos reconhecendo o trabalho edificando que foi feito pela comissão, pelo Senador Casagrande.

Então, amigo, Senador Casagrande, eu acho o que senador Pedro Simon tem toda razão, Senador Mercadante, seria o caso de reavaliar esta situação e trazer o projeto para cá, porque nós vamos, certamente, que acatar as melhorias que foram colocadas, integradas, consolidadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu gostaria até de fazer uma observação, de passar a palavra para o Senador Renato Casagrande.

Eu fui Presidente da Comissão Especial, o Senador Renato Casagrande relator dessa mesma Comissão Especial.

Nós começamos esse trabalho, fizemos durante o ano todo, ouvimos professores universitários, fizemos diversas Audiências Públicas, delegados de polícia, promotores, juízes, audiências no Brasil todo, peritos, etc. e etc..

Eu até disse para o Senador Renato Casagrande, por exemplo: eu, particularmente, tenho alguns senões ao Novo Código, coisa pontual. Eu acho que foi feito um grande trabalho, o Senador Renato Casagrande é um... É um... Ele conseguiu algumas coisas, por exemplo, entendimento entre polícia e Ministério Público, é uma coisa difícil, o Senador Aloizio Mercadante também fez

isso num outro projeto sobre crime organizado outro dia, um negócio complicado, mas conseguiu.

Agora, querendo ou não, o Código é um Código para viger, o atual está inteirando 60 anos, vai passar de 60 anos, ele é de 40. Então, ele já tem um tempo aí e vai ficar mais um outro tempo, digamos assim.

Agora, também concordei com o Presidente Sarney e com o nosso relator Renato Casagrande, disse a ele das minhas preocupações, mas disse que apoiaria a votação, até porque fui Presidente da Comissão Especial, que, inicialmente, o meu desejo realmente era trazer para a Comissão de Constituição e Justiça, mas eu não crio obstáculos para a Casa.

Tanto é que essa discussão aqui não foi provocada por mim, eu estava encerrando a reunião, quando o Senador Pedro Simon pediu pela ordem, levantou o tema, o Senador Antonio... Senador Antonio Carlos Valadares já vinha trazendo, ele esteve hoje no Superior Tribunal de Justiça, alguns ministros comentaram com ele que gostariam de ver essa matéria debatida na Comissão de Constituição e Justiça, embora quem tenha presidido a comissão dos notáveis tenha sido o Dr. Hamilton Carvalhido, que é Ministro do Superior Tribunal de Justiça; em seguida, o Senador Eduardo Azeredo fez a mesma ponderação, o Senador Aloizio Mercadante fez a mesma ponderação.

E o compromisso que fiz foi que chegando aqui, se houver esse entendimento, eu posso designar um relator ainda hoje para que ele possa já fazer estudos durante o mês de janeiro e no mês de fevereiro nós iniciarmos essa discussão, com abertura de emendas e encerrarmos essa discussão aqui na Comissão até o final do mês de fevereiro.

E nós damos conta de fazer isso; quer dizer, não faríamos agora, mas faríamos no primeiro mês do trabalho legislativo do ano vindouro.

Se houver aquiescência de todos, nós procuraremos o Presidente José Sarney para que tome essa providência. Mas, repito, concordei com o Senador Renato Casagrande, concordei com o apelo do Presidente José Sarney, para fazer essa sessão hoje, porque, repito, minha preocupação é com a Casa votar matérias boas, mas também disse para o Senador Renato Casagrande e disse para o Presidente José Sarney, eu achava e sempre achei que é a melhor solução para um projeto tão grande, tão amplo, a reforma do procedimento penal no Brasil, a lógica era passar pela própria Comissão de Constituição e Justiça da Casa, onde passam todas as matérias.

Com essas observações, eu concedo a palavra ao ilustre Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Demóstenes e, naturalmente, considero e compreendo a preocupação de cada senador, que tem a expectativa de votar uma matéria agora...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que era de muita...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Senador, apenas para salientar que não foi dito: a começar por mim, eu fiz questão de salientar o belíssimo trabalho de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dívida.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Aliás, todos falaram.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O parecer de V. Exa. eu fiquei emocionado, belíssimo, competente, realmente de primeiríssima grandeza, só que eu dei uma lida geral de ontem para hoje.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Daí a me aprofundar, não tenho condições.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Naturalmente, uma matéria dessa só se vota no consenso, é uma matéria importante, grande, só se vota no consenso, sim, mas o esboço, o corpo principal da matéria só tem condição de ser apreciado se tiver um entendimento, está certo, e nós, assim, vamos tentar votar? Vamos tentar votar. Marcamos a sessão? Marcamos a sessão e o Presidente Sarney se mostrou muito sensibilizado em apreciar a matéria, até porque o projeto, oficialmente ele assinou o projeto que veio da comissão externa de juristas, mas eu naturalmente acho que se tem algumas dúvidas, dúvidas que no início foram levadas pelo Senador Pedro Simon, que queria estudar mais o processo e eu falei: "Pedro, vamos verificar até lá, se não tiver mais questionamentos a gente procura votar e vamos fazer o debate no Plenário."

Mas, com as questões que estão cento levantadas, eu, naturalmente, não tenho outra opinião, a não ser concordar, porque eu também não quero, depois de um trabalho tão intenso, feito pela Comissão Especial, que teve participação do Presidente dessa Comissão como Presidente da Comissão Especial, meu, como relator, e dos demais membros, eu, sinceramente, Senador Demóstenes, não tenho nenhum interesse em fazer uma apreciação da matéria que não seja um entendimento bastante amplo e uma matéria com harmonia entre os senadores.

Então se é esta a questão, tem minha compreensão, tem o meu apoio, o meu entendimento. Eu só ligarei para o Presidente Sarney para poder, como eu pedi a ele que pudesse pautar, vou dizer do debate que nós estamos tendo na Comissão de Constituição e Justiça.

Só uma questão que eu queria colocar, está certo, uma questão que eu queria colocar: me parece que, regimentalmente, matéria, quando é apreciada na Comissão Especial, me parece, desculpa se eu estiver equivocado, ela não tem, ela não passa pela Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Por nenhuma comissão, mas por requerimento pode passar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não sei, acho que a Cláudia ontem tinha... A Secretária Cláudia ontem tinha uma outra interpretação.

Mas, de qualquer maneira, não impede o debate aqui. Passando ou não passando, eu acho que a sugestão do Senador Aloizio Mercadante, para que nós, no início do ano legislativo do ano que vem, façamos o debate nessa comissão e façamos o debate em Plenário, por algumas sessões, eu acho que é bom, para gente poder também ter um prazo de votação, porque, se nós conseguirmos votar no Senado, no primeiro semestre, que seria a nossa...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, nós votamos na CCJ em fevereiro. Eu vou conversar com a Cláudia Lyra, vou conversar com o Presidente Sarney, se essa for a intenção da comissão, para nós encontrarmos um solução.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Uma solução que mesmo que a gente faça o debate aqui, independente dele formalmente estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu garanto o término na última sessão de fevereiro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ótimo. Então tendo um prazo a gente facilita o trabalho, que a gente vota depois numa sessão especial.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. Exatamente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, a minha preocupação é nós não deixarmos um Código por dez anos aqui porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, perfeito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está certo? É essa preocupação. Então dentro desse... Eu vou ligar para o Presidente Sarney, Com a permissão do Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu pedi a ele que pudesse pautar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos dizer que o entendimento dos senadores aqui é que a gente possa deixar para o início do ano que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ok. Então...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Acabou, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente eu só queria fazer a proposta de um requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está aqui.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Junto com o Código de Processo Penal, convidar o Ministro Luiz Fux, que fez um grande trabalho no Código de Processo Civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Fazer uma aula magna aqui.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A gente fazer uma aula magna, que ele possa apresentar a proposta para a Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu até já o tinha convidado informalmente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E propor ao Senador Antonio Carlos Valadares assine comigo esse requerimento, que ele foi o único que esteve presente hoje lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu já tinha falado com o Ministro Fux e já tinha inclusive feito o convite informalmente para que ele viesse aqui para uma espécie de aula magna, uma audiência pública.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE):

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso. O requerimento já está aqui, oficializando. E aí a minha intenção, já tinha combinado com ele, era de fazer na primeira ou segunda semana de fevereiro.

Mas, de qualquer forma, vou considerar a assinatura de V. Exa.

"*Requeiro, nos termos do Regimento Interno, a realização de audiência pública para debater a proposta do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, digo como debatedor o Excelentíssimo Ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux. Senador Aloizio Mercadante, Senador Antonio Carlos Valadares*."

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Requerimento. "*Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 142/22 09, apresentado nessa Comissão de Constituição e Justiça visando a realização de audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 48/2009, com o escopo de incluir os seguinte convidados: o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos. Senador Antonio Carlos Valadares*."

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, só mais um tema.

Nós tínhamos combinado sobre a questão, uma questão de ordem, feita pelo Senador Arthur Virgílio, que diz respeito à Comissão de Educação.

Como V. Exa. não estava presente ontem, nós não solicitamos a pauta. Seria possível dar o parecer para gente resolver essa pendência?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu já... Eu já tenho a posição formada e já comuniquei a V. Exa. e comuniquei também...

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): ...ao Senador Flávio Arns. E o senador Flávio Arns pediu para que não votasse no dia de ontem, porque deve haver um debate acalorado a esse respeito.

Mas eu prometo a V. Exa., e cumprirei, que será o item um da pauta de mês de fevereiro, da primeira pauta do mês de fevereiro.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está ótimo. Satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V. Exas., muito obrigado pelo que aconteceu durante esse ano todo. Foi um ano recorde para a Comissão de Constituição e Justiça.

E nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h58.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA
SUBCOMISSÃO PERMANENTE
DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, APÓS A 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CCJ, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às treze horas e cinqüenta e três minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Simon, com a presença dos Senadores César Borges, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, Marconi Perillo, Romeu Tuma, Francisco Dornelles, Wellington Salgado de Oliveira, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Gim Argello, e das Senadoras Serys Slhessarenko e Kátia Abreu, reúne-se a presente Subcomissão**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Renan Calheiros e a Senadora Patrícia Saboya. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião destinada à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública para o biênio 2009/2010. Usam da palavra os Senhores Senadores Romeu Tuma, Wellington Salgado de Oliveira e Flexa Ribeiro. A Comissão elege Presidente o Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) e Vice-Presidente o Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE). A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Subcomissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **PEDRO SIMON,** Presidente em exercício da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está aberta a 1ª Reunião, indicando o Senador Tasso para Presidente e o Senador Jarbas para vice-Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu concordo, Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Time de primeira linha. Eu apoio também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vai distribuir a cédula de votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É secreta? Senador Pedro Simon, por aclamação...

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Proclamam o resultado por unanimidade. Senador Tasso Jereissati e o Senador Jarbas Vasconcelos, Presidente e o vice-Presidente da comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, mestre.

SR. PRESIDENTE SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h54.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e dois minutos do dia cinco de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Tasso Jereissati, com a presença dos Senadores César Borges, Jarbas Vasconcelos, Romeu Tuma, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles e Flávio Torres, reúne-se a presente Subcomissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Renan Calheiros, Marconi Perillo e Osmar Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à discussão e apresentação do Plano de Trabalho. O Senador Jarbas Vasconcelos renuncia ao cargo de Vice-Presidente e é designado Relator-Geral da Subcomissão Permanente de Segurança Pública. O Senador César Borges é eleito Vice-Presidente por aclamação. A Presidência declara encerrada a Reunião às onze horas e cinquenta e um minuto; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Subcomissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **TASSO JEREISSATI,** Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à apresentação e discussão de plano de trabalho.

Foi colocado à frente de cada um, um resumido plano de trabalho, que seria a nossa discussão de hoje, sobre como nós deveríamos iniciar nossos trabalhos.

Como nós já estamos praticamente no fim do ano legislativo, eu estou propondo algumas coisas bastante objetivas para tentar, pelo menos, ainda, no final desse ano, apresentar algum trabalho concreto.

A minha ideia, dentro deste plano de trabalho que os senhores estão, neste momento, apreciando, é ter um relator geral que possa dar seguimento e possa se responsabilizar pelo andamento dos projetos que nós vamos, aqui, colocando.

Para isso, eu convidei o Senador Jarbas Vasconcelos para ser o Relator geral desta subcomissão, e, como ele já é o vice-Presidente, ele me disse que queria dar uma palavra, em seguida, sobre essa questão.

É importante que nós tenhamos aqui uma objetividade muito grande, sem perder a profundidade dos assuntos que nós queremos estudar.

Dentro da nossa proposta, existe uma definição das finalidades. Aqui a definição do dia e horário das reuniões, que eu vou voltar já, já, ao assunto, mas eu gostaria de colocar aqui, também, os temas, dividindo em temas – quatro ou cinco temas, se não me engano, um pouco mais -, como nós fizemos já na subcomissão que nós tivemos aqui, logo no início do nosso mandato, que o Senador César Borges também fez parte. Foi dessa Subcomissão que nasceram uma série de projetos, inclusive o de desarmamento, que o Senador César Borges foi o relator específico, e o relator geral foi o Senador Demóstenes Torres.

Então, o primeiro tema seria o sistema nacional de segurança pública, que nós já enfrentaríamos um projeto que o Senador Tuma gosta muito, e é o relator, que é a questão da reestruturação das polícias no Brasil inteiro, passando por um projeto meu, que o Senador Tuma é o relator. E em função de um grande impasse que ocorreu ainda naquela época, houve a suspensão da tramitação e, hoje, mais do que nunca, me parece oportuna essa discussão, já que uma série de problemas estão aparecendo em relação à eficiência e questões relativas às Polícias Militares e Civil.

Então, a minha sugestão, como já existe esse projeto, que é bastante polêmico, e, a meu ver, é fundamental, eu tenho uma opinião como Governador

– não vou dar aqui – que fui, durante três vezes, do Estado do Ceará, sobre o assunto, o Senador Tuma que foi Secretário-Chefe, foi tudo de segurança nesse país, tem outra opinião, e parece que ele evoluiu ultimamente, assim eu tenho conversado com ele, que ele evoluiu sobre a questão ultimamente. Mas eu acho que, se nós não enfrentarmos a questão da reestruturação das polícias, nós vamos continuar andando de lado nessa questão da segurança.

Eu colocaria como segundo tema o tráfico de drogas, mais focado na questão do *crack*.

Eu tenho andado pelo interior do Ceará, tenho falado com colegas e uma coisa que não existia, por exemplo, no meu tempo de Governador, é a difusão, como uma peste, da droga nos pequenos municípios, paupérrimos do interior do Nordeste brasileiro e conversando com outros senadores, do Brasil inteiro.

No meu tempo de Governador, Senador Tuma, a droga era uma coisa das cidades grandes. Aparecia em pontos muito focados mos pequenos municípios do sertão. Hoje, o *crack* virou uma peste. Em qualquer município, por menor que seja, por mais pobre que seja, estão os adolescentes se viciando em *crack*, e isso me parece um projeto de destruição da juventude brasileira.

Então, eu proporia também como urgência o tratamento dessa questão, com ênfase na questão do *crack*.

Em seguida, o sistema penitenciário, que é uma grande discussão sempre, a questão do controle de fronteiras, tráfico de armas e drogas, e, especificamente, o controle de fronteiras, que foi uma questão que ficou muito em aberto aqui, na outra subcomissão. É evidente que armas e drogas não são produzidas na forma que circula no Brasil, e só pode estar entrando pelas fronteiras e fronteiras marítimas, aéreas...

Então, discussão e proposições sobre a questão do controle de fronteiras, que é fundamental nessa questão.

Depois, a questão do acompanhamento orçamentário, e o velho e sempre surrado, mas ainda não resolvido, problema do enfrentamento do crime organizado.

O relator e sua assessoria fariam um levantamento de todos os projetos que estão em andamento sobre essas questões, faríamos Audiências Públicas, novas proposições, procurando dar profundidade, através das discussões, mas muita objetividade, para que não se torne o que já é importante, por si só, num mero fórum de discussões, mas que tenha resultados concretos que a gente possa apresentar à sociedade brasileira.

Então, para isso, seria necessário essa designação do relator geral. Perguntaria ao Senador Jarbas se ele aceitaria, e, em seguida, nós colocaríamos alguns pontos.

E eu queria, como primeiro e básico, logo depois do Senador Jarbas, que é a questão de definição de horário, para que a gente possa, realmente, estar presente como nós fizemos naquela época.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão, eu entendo que é da maior relevância, da maior importância, a criação, por parte do Presidente da CCJ, Senador Demóstenes, a criação dessa Comissão.

É um assunto que predomina hoje em todos os setores da sociedade, não precisa nem se falar em sociedade organizada, é a sociedade organizada e aqui não tem organização, é a que sofre com isso, opinião pública, mídia, entidades, órgãos os mais diversos.

E isso tem levado o país a uma inquietação. Não há nenhuma... Uma estabilidade disso. Ao contrário, ela sempre piora e levando grande parte da população quase que ao desespero. E acho que é obrigação do Senado da República cuidar disso.

Aqui já houve experiências exitosas. V. Exa. mesmo me conta, me relata da sua participação, quando aqui chegou, da apresentação, de ver junção de propostas sobre segurança pública, para poder unificar, sistematizar o que existe e dar andamento.

Acho que a ideia é uma ideia louvável. A gente tem como fazer o levantamento aqui, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, de processos que estão já relatados, que estão para apresentação de relatório, projetos que sequer foram ainda designados relatores, matérias que não foram ainda tratadas por suas excelências senadores, procurar tratar disso, apresentar projetos. Tentar aproveitar os que estão em tramitação. Se não for o caso, unificar isso, fundi-los num só, desde que seja uma coisa objetiva.

Eu, Presidente, aceito a sua convocação para ser o relator geral da matéria, tenho, evidentemente, de renunciar a vice-Presidência, indicação do Senador Demóstenes Torres. E dizer... Apenas já tomar a liberdade de sugerir que as reuniões sejam realizadas às terças-feiras, logo após a realização da Sessão Ordinária do Senado, ou poderia marcar já para às 18h30, em lugar da quinta-feira, como está sendo realizada nesse momento. Eu entendo que, pela relevância do tema, pela importância dele, seria muito mais importante tratar isso quando todos os senadores estão aqui, e o dia da chegada, da vinda de senadores, geralmente ocorre na terça-feira.

Então, essa era a primeira sugestão. Dizer que é importante, a gente vai designar sub-relatores para todas aquelas propostas que entrarem na discussão, e fazer um trabalho conjunto.

A sociedade toda vai ficar de olho, não agora, no começo, com... Talvez ainda sem a motivação da maioria dos senadores, mas essa motivação vai aparecer, e eu tenho certeza de que a gente vai alcançar êxito, se for feito aqui um trabalho pertinente, um trabalho objetivo, racional, de priorizar aquilo que hoje a sociedade exige, essa priorização.

Era o que eu tinha a colocar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Sr. Senador Jarbas. Duas colocações que eu já queria colocar em discussão, evidente que tudo aqui que foi dito, mas primeiro a indicação de um novo vice-Presidente, que nós teríamos aqui, nos já temos quórum para escolher um novo vice-Presidente e, segundo a sugestão do Senador Jarbas de horário, de em vez de quinta...

Aqui foi designado o Senador Jarbas Vasconcelos como relator geral dessa Subcomissão de Segurança. Foi indicado o Senador César Borges para ser o vice-Presidente dessa subcomissão.

E eu gostaria de perguntar se nós elegemos por aclamação o Senador César Borges. Se estão todos de acordo... Então, todos de acordo, está designado, eleito o Senador César Borges como vice-Presidente dessa Comissão.

Agora, a questão do horário.

Em vez de quinta, às 10 da manhã...

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Essa hora a gente está concorrendo com as outras comissões.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está ótimo. Para mim, está ótimo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a minha indicação para vice-Presidente, que, pra mim, é uma honra ser vice-Presidente de uma Comissão onde o Senador Tasso Jereissati é Presidente.

Fica muito fácil a minha tarefa, que sei que ele será muito assíduo e não vai trazer nenhum trabalho pra mim. Mas, de qualquer forma, sendo convocado, eu estarei sempre à sua disposição.

Eu queria dizer umas poucas palavras, Sr. Presidente. Inclusive eu fui autor do requerimento para reinstalar, Senador Jarbas, essa Comissão. Porque, na primeira fase da existência dela, aqui, no início do nosso mandato, foi feito um excelente trabalho. Eu fui, inclusive, relator do Estatuto do Desarmamento, foi um trabalho feito aqui, em conjunto com a Câmara dos Deputados.

À época, o Presidente da Casa, o Presidente Sarney, convocou uma comissão especial para tratar desse assunto, do desarmamento, foi uma comissão mista de senadores e deputados, eu fui relator, o Senador Greenhalgh era o Presidente, e saiu um relato que foi aprovado inclusive como um projeto que condensou todas as propostas, foi aprovado no Senado, foi à Câmara, foi uma aprovação também em dois turnos, e que resultou até em um plebiscito nacional.

Coisa inusitada você fazer um plebiscito nacional, que não foi o resultado que eu esperava, que era a proibição completa, mas foi uma vontade da sociedade brasileira que se respeite a vontade da sociedade brasileira.

Eu apenas lamento que o Estatuto do Desarmamento, que foi um instrumento muito importante, ele não tenha sido tão bem utilizado pelo Executivo e até pelo Judiciário. Porque nós fazemos a lei, mas quem implementa é o Executivo e o Judiciário.

Então, o Estatuto do Desarmamento é para desarmar o criminoso. E para dar um instrumento para que aquele criminoso portador de uma arma que não tenha registro ou não tenha o porte, ele possa ficar preso, sem condição à fiança ou liberdade condicional.

E que, se não houver, por parte do Executivo, batidas policiais para verificar quem está portando arma de forma ilegal, nos postos da Polícia Rodoviária Federal, das grandes aglomerações, tipo estádio de futebol, e tantas outras possibilidades, é claro que as pessoas vão continuar portando arma de forma ilegal.

E, normalmente, quem porta é o criminoso. Mas nós tivemos notícias que muitos criminosos ficaram presos por conta do porte ilegal da arma, porque, se fosse pelo crime praticado, eles estariam soltos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A investigação é mais difícil.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A investigação é mais difícil. Então, foi uma vitória. E precisamos cobrar esse acompanhamento.

Eu estarei inteiramente à disposição, acho que V. Exa. escolheu um relator geral da melhor qualidade, da maior competência, o Senador Jarbas Vasconcelos, os temas também são da maior importância. Eu me coloco aqui, à disposição, do relator geral para participar como sub-relator de qualquer um dos temas que ele me indique eventualmente, aqui, para colaborar com seu trabalho.

E apenas quero dizer a V. Exa. que, com relação às questões aqui colocadas, de horário e da frequência, é claro que terça e quarta-feira, após a sessão, é realmente um momento que se poderia contar com a presença dos senadores.

Entretanto, eu tenho receio que muitas vezes são os dias que nós votamos, e a que as votações, às vezes, se prolongam pela noite adentro. Nós saímos daqui em votações às 10, às 11 horas da noite, a depender do dia. Às vezes se vota na terça...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Terça é mais difícil ter votação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É. Às vezes, se vota na quarta. A quinta pela manhã, eu acho um pouco mais tranquilo para a nossa presença, porque já não tem tantas comissões.

É claro que muitos se ausentam na quinta-feira, mas seria um horário, a meu ver. Também V. Exa. e o Presidente Tasso tinha feito a sugestão de todas quintas, às 10h30, no Plenário da CCJ.

Então, eu fico em dúvida se esse não seria realmente um bom horário. Ou até mais cedo, ou até mais cedo, às 9h30, às 9 horas, porque não tem por que nós não começarmos às 9 horas, poderíamos fazer Audiências Públicas. E quem viajar, viaja no período da tarde. Até meio-dia você está encerrando.

Eu, particularmente, participo da Mesa. A Mesa não se reúne toda semana. Quando houver uma reunião da Mesa, eu posso participar eventualmente, demora 15, 20 minutos, mas eu acho que essa é uma data interessante, porque a gente está mais livre. Terça e quarta é um dia que realmente a agenda dos senadores é muito lotada. Audiências, ou votações...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): As subcomissões pela manhã e depois o Plenário...

Então, eu ficaria ainda com essa sugestão de V. Exa., salvo melhor juízo, com *data venia* do Senador Jarbas Vasconcelos. O horário pode ser mais cedo, não custa nada que nós estejamos aqui nove ou nove e meia.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Eu concordo com a mudança, inclusive com o horário de 9 horas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou ser rápido, não sei se o Senador queira falar antes, que tem compromisso. Acho que o horário é boa coisa, porque acredito eu que, ao início dessa Comissão, no andamento, o entusiasmo trará os senadores para cá, porque, hoje, há um interesse dos cidadãos, dos estados, na angústia que a segurança está afetando a vida de cada um.

Eu tenho aqui até um pouco de emoção de estar do lado de três Governadores e um Ministro de Estado. Eu sou café pequeno aqui dentro.

Então, é uma Comissão de alto nível, pela escolha daqueles que realmente têm experiência e conseguiram aplicar, da maneira melhor que pudesse, durante a gestão dos seus governos, que foram sérias, dedicadas e sempre no interesse da sua população, e hoje, do Brasil.

Aqui, até o plano de trabalho é excelente, Presidente. Eu estava lendo aqui sobre não dissociar a questão do menor infrator da situação do tráfico de drogas. Hoje, eles têm uma participação ativa. Se nós falarmos do sistema econômico do tráfico de drogas, o menor está inserido nele. Infelizmente. O usuário está inserido nele também. Não é só o traficante. É toda aquela máquina que funciona em razão do objetivo principal, ganhar dinheiro, mesmo na prática do crime.

Então, outra coisa que V. Exa. fala aqui sobre o sistema nacional de segurança pública, e o desejo de V. Exa. é a unificação das polícias naquele projeto, que é claro que tem muita dificuldade, pela história de cada uma das instituições.

Agora, o trabalho conjunto tem que ser disciplinado, se for o caso, se não houver a unificação dentro do projeto que V. Exa. apresentou. Mas o trabalho conjunto tem que ser realmente definido, e talvez a lei tenha que obrigar a que haja um comportamento recíproco de tratamento, inclusive com o Ministério Público, que, às vezes, se dissocia e traz essas desavenças desnecessárias, em prejuízo da população.

O senhor fala do *crack*. O *crack* é resultado do produto, praticamente com várias impropriedades, do refino de coca. Então, não dá para dissociar porque o *crack*... V. Exa. foi à Tribuna surpreso com o crescimento no seu Ceará. Após V. Exa. falar, praticamente quase todos senadores fizeram referência que seus estados também estavam sofrendo a consequência do aumento do consumo do *crack*, porque disse um especialista que ele vicia na primeira fumada. Então, ela já vicia, não tem retorno. E ela realmente mata, ou destrói os neurônios com uma rapidez incrível.

Estou falando com base, explicação médica, meu filho é neurologista, e ele me disse: "Olha, a pior coisa que existe...", porque ele está absorvendo todas as impurezas, e o custo é barato, o custo, porque é residual do refino da coca. Fazer a pedra é residual.

Então, é uma coisa importantíssima que se discuta o tráfico de drogas, com efeito principalmente nos adolescentes e nas crianças com o uso indiscriminado de coca. E ninguém está sabendo colocar como combatê-lo dentro dos três princípios, que é a prevenção, recuperação e combate direto na repressão.

Então nós temos que fazer uma unificação. V. Exa. está certo em trazer esse ponto para se discutir.

O sistema penitenciário é o caos, é um depósito de preso, foi discutido outro dia aqui sobre a Defensoria Pública, de participar nas ações coletivas dentro dos presídios, que eu acho que V. Exa. podia pedir esse pro-

jeto para que a gente também pudesse analisar nessa subcomissão, e o controle de armas nas fronteiras.

Infelizmente, a Polícia Federal desativou alguns postos de vigilância, que era o problema da madeira e do tráfico de armas. O que nós temos que inserir, talvez numa legislação futura, é que a apreensão da arma obriga a investigação sobre a sua origem. Porque, quando o senhor apreende arma, faz o flagrante por porte ilegal de arma. Ela vai para o deposito e ninguém vai saber de onde ela veio, como ela surgiu na mão do marginal.

Então, alguém produz, ela tem número, tem origem no país que fabrica e nós temos que realmente investigar a origem das armas para tentar combater ela na sua origem e não ter o tráfico direto. Porque a gente apreende a quadrilha, apreende 200, 300 armas, ela vai para o depósito ou é feita no inquérito e não é investigada a origem da arma.

Então, V. Exa. traz aqui uma coisa importantíssima. Não sei se estou me alongando, Presidente, mas é que tem me afligido muito essa falta da parte da inteligência da investigação.

Nós tínhamos reuniões com todos os órgãos responsáveis pela segurança, depois criou um ranço porque era da época da ditadura... Em São Paulo, com o PCC, eu mesmo falei com o Cláudio Lembo, à época, que eles estavam tomando conta da cidade, matando policiais, queimando ônibus, uma série de ações, independente de quererem o resultado, a não ser pelo medo de não conseguirem mais enfrentá-los.

Então eu falei: "Faz uma reunião de todos os órgãos de segurança, cada um tem um fragmento, monta um mosaico, senão a inteligência não funciona. Você fica correndo atrás da ocorrência e esquece que a gente tem que prevenir para evitar".

Então, talvez, não sei se tem aqui, talvez V. Exa. tenha pensado, na parte do crime organizado, da parte de inteligência, que, se a polícia não integrar, dentro do seu trabalho, o setor de inteligência, as reuniões mensais ou bimensais e todos os órgãos de segurança, nós realmente, a guerra fica cada vez mais difícil.

E o crime organizado no Brasil é meio improvisado. O senhor vê que comando sai de dentro dos presídios. Então, é improvisado, aquele que está na cadeia sai e vai montar uma operação.

Nós hoje temos segmentos separados, quem fornece armas, quem fornece a viatura para fazer a operação e os que praticam a operação, e entre eles, sim, forma uma economia pessoal, para poder dividir por comissão cada um dos valores que tem direito a receber.

Então, e, em cima, o COAF, aqui está citado, a situação financeira daqueles que estão sob suspeita de estarem integrando o crime organizado.

Então, tudo isso, o senhor desculpa estar falando aqui, mas tenho tido uma angústia profunda, porque, cada dia, a parte da segurança está decaindo, porque ele está correndo atrás de uma denúncia, de um grampo telefônico, e aquilo serve de base para uma investigação que às vezes cai por terra no primeiro interrogatório perante o juiz. Porque não tem base da investigação, não tem prova documental que realmente possa trazer, mesmo que o bandido desminta, que está lá comprovado num documento da... O relatório de investigação.

Então, Presidente, é isso. O senhor, V. Exa. fala da INTERLEGIS, vídeoconferência, quando eu estava na 1ª Secretaria, várias experiências foram feitas, inclusive de audiências de presos para não saírem do presídio com a videoconferência para evitar fuga, custo que o Governo do Estado de São Paulo, à época, o Governador Serra tinha muita preocupação com a despesa de transporte de presos e pediu para a gente aprovar a videoconferência. É uma coisa que a gente tem que insistir. E a vigilância do preso, quando é liberado para progressão, com pulseira, o que já está sendo discutido, trazer também para essa subcomissão, para que realmente o Governo possa investir em todas essas áreas.

É isso. Eu estou muito feliz de estar aqui, agradeço V. Exa., e tenho certeza que essa comissão não poderá, com essa relatoria, ter prejuízo nenhum no seu andamento.

Obrigado. Desculpa o uso do tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado, Senador Tuma. Sua contribuição aqui é fundamental. Não precisa falar sobre a sua experiência. Talvez um dos maiores especialistas e conhecedores da situação de segurança nesse país e, portanto, cada palavra sua nessa Comissão só contribui.

Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Presidente, eu queria cumprimentar a Comissão pela escolha de V. Exa. como Presidente da Comissão.

V. Exa., pela sua competência, pela sua credibilidade, é um dos senadores que honra essa Casa. E estou certo que a presença, a sua presença, na Presidência da Comissão, é uma garantia de êxito dos trabalhos que ela vai realizar.

E cumprimentar V. Exa. por ter escolhido o Governador Jarbas Vasconcelos como relator, que também é uma garantia de sucesso para essa Comissão e o Governador César Borges para Vice.

Eu, embora como suplente, queria dizer que estou à sua disposição, e queria apenas lembrar, como sugestão, quando era eu Secretário da Receita Federal, havia uma comissão conjunta, composta por Polícia Federal, Receita, membros do Serviço de Informação das Forças Armadas, e ali se chegou à conclusão o seguinte: que era muito difícil fazer o policiamento da Costa Brasileira, por razões financeiras, com auditores da receita, naquela época, e representantes da Polícia Federal, porque, hoje, os salários são altíssimos. Quer dizer, eles têm que ficar em posição de supervisão, mas não podem ocupar toda a costa com polícias federais, cada um deles ganhando 17, 18, 20 mil reais.

Então, saiu um projeto, naquela época, da Guarda Costeira, que seria responsável pelo policiamento da Costa, de portos e aeroportos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. permite um pequeno aparte? Terminando aí.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Espera um pouquinho, vou terminar. A meu ver, a proposta original era uma espécie de uma Guarda Costeira, uma Guarda Nacional, que cuidasse, que poderia ter um número muito maior, que cuidasse das fronteiras, portos e aeroportos, que é por onde realmente entram grande parte de contrabando e principalmente do tráfico.

A Marinha puxou para si e achou que devia fazer uma Guarda Costeira subordinada a ela, e o projeto veio para a Câmara. Mas, posteriormente, houve uma mudança já na Nova República, e o novo Ministro entendeu que aquilo não devia ir em frente.

Mas eu sugeriria apenas, se houvesse interesse, que V. Exa. determinasse a recuperação desse projeto da Guarda Costeira, para examinar sem nenhum compromisso. Pode ser que ele, hoje, não seja o caminho, mas é uma sugestão que eu faria a V. Exa..

E quero reiterar que, embora como suplente, eu estarei sempre à sua disposição.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite o aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro.

Senador Dornelles, eu gostaria de dizer que nós contamos com muita ansiedade por sua participação intensa aqui, nessa subcomissão. Não só pela sua experiência, por sua vivência e conhecimento de todas as áreas, que estão ao redor da questão da segurança, pela sua experiência como Ministro de Estado, Receita... Enfim, experiência uma das mais ricas da vida pública brasileira.

E dizer que V. Exa. nunca é suplente. É um titular por definição. E, portanto, é sempre titular. É como o Pelé. O Pelé pode até estar fazendo número ali, mas, se ele disser: "Quero jogar", não tem discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para cumprimentar o Senador Dornelles. Eu também fui Secretário da Receita, mas nunca tive nem 10% da competência dele na administração, à época difícil, que tinha que ter uma presença bastante grande e alterações e resoluções e leis. E eu tinha uma admiração muito grande pela área aduaneira da Receita. E eu me lembro que a Ministra do Presidente Fernando Collor queria acabar com a aduana. Queria acabar para pôr um sistema próprio de fiscalização marítima, principalmente. E claro que eu fui contra. E lá tinha um chefe que tinha uma competência enorme, nós fizemos um documento, e o Presidente Collor não admitiu que se excluísse a aduaneira.

O que aconteceu é que, há uns três anos atrás, tinha que se reforçar a polícia marítima, que não só fiscalizar entrada e saída de estrangeiros, mas patrulhamento contra a pirataria, principalmente nos portos brasileiros.

E, hoje, cada superintendência na área marítima tem lanchas patrulheiras blindadas, praticamente todos os delegados da Polícia Federal são originários de oficiais da Marinha. É claro que é um patrulhamento perto da Costa, senador.

Agora, os acordos internacionais têm que funcionar nesse segmento, principalmente do tráfico através do mar e, também, principalmente na área de pirataria, que eu acho que nós temos que discutir, porque ela traz um prejuízo enorme à economia brasileira.

Mas, talvez, trazer o chefe da área do policiamento, da Polícia Marítima, da Polícia Federal, para vir aqui explicar como é que está o andamento e talvez casar com a tese do Senador Dornelles aqui. Talvez uma grande preocupação é essa área marítima, pela extensão do mar azul, que eles chamam, de Amazônia azul, que eles chamam, que hoje estão comprando submarino, navios, aviões, para patrulhar essa região.

Talvez uma reunião de todos esses setores para ver o que eles pretendem fazer com todos esses equipamentos modernos de vigilância de fronteira marítima.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nós já estamos solicitando aqui à nossa assessoria que recupere esses projetos para que nós começarmos a estudar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu não sei se o relator geral vai usar da metodologia que V. Exa. usou, quando a Comissão funcionou no passado, que era designar determinadas áreas para que houvesse um relator, um sub-relator, mas eu acho que foi uma metodologia interessante, porque cada

senador pode se debruçar de forma específica sobre aquele assunto.

E eu acho que dois assuntos aqui eu considero de fundamental importância, Senador Jarbas.

Primeiro, a questão do acompanhamento orçamentário. Porque, sem recursos, nós não vamos combater o crime organizado, que tem recursos de sobra.

Então, eu acho que nós temos que acompanhar detalhadamente os recursos que estão destinados para a segurança pública, nos três níveis de Governo – no Orçamento Geral da União, em todos os programas, quanto o Governo Federal está destinando no orçamento e qual a execução desse orçamento. Quer dizer, ao final do ano, qual a execução. Acho que compete a nós acompanharmos e cobrarmos essa execução. Aqui, por exemplo, falo dos resultados do PRONASCI. Então, eu tenho informações do próprio Ministério da Justiça que esse recurso foi disponibilizado e que os estados e municípios não utilizaram, ou utilizaram num percentual baixíssimo.

Eu citei o caso da Bahia. De 42 milhões, Senador Tasso, apenas quatro foram utilizados. O Ministério ameaçou suspender a destinação de recursos por conta da baixa execução, exigindo inclusive o mínimo de 30% da execução.

Então, eu acho que nós temos que ter um conhecimento perfeito, perfeito, de todos os recursos destinados à área de segurança e a sua destinação no orçamento federal e, também, fazermos um levantamento nos orçamentos estaduais, para termos conhecimento do que cada estado brasileiro está destinando à segurança.

Com relação, por exemplo, ontem, aqui, a Comissão de Constituição e Justiça votou a possibilidade de você ter um piso, um piso mínimo para o pagamento aos policiais militares de todo o país, que há uma grande distorção hoje. Se paga aqui no Distrito Federal, são recursos federais, salários cujos nossos policiais do Ceará, da Bahia, de Pernambuco, de São Paulo, ficam boquiabertos, porque esse tratamento o Governo Federal pode colocar aqui, na capital, para o Distrito Federal – claro, é a capital do país -, e por que é que não pode fazer isso para uma cidade tão importante, como é São Paulo, ou Fortaleza, ou Salvador, a Bahia?

Quer dizer, foi aprovado esse projeto ontem, aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, e eu acho que nós temos que acompanhar isso. E tem que haver recurso Federal para que se dê um piso. E se os Estados não podem arcar com essa despesa, que o Governo Federal venha e venha ao encontro das necessidades--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O repasse, a proposta é pelo PRONASCI, que é o programa...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pelo PRONASCI, pois é, que está aí, que está sendo pouco utilizado.

Então, eu acho fundamental esse acompanhamento de todos os recursos disponíveis também na área municipal, porque alguns municípios já têm sua guarda municipal, guarda municipal armada, e que tem um papel importante também, dar segurança ostensiva ao cidadão.

Então, essa é uma questão que eu acho fundamental e me coloco desde já, se for o caso, à escolha do relator, que eu acho que tem um interesse muito grande.

A outra questão é essa que o Senador Tasso falou, do tráfico de armas e controle das fronteiras. Ora, como pode o Governador Jarbas ou o Governador Eduardo Campos, lá em Pernambuco, estar combatendo o tráfico de drogas, o Senador Tasso, no Ceará, o Governador Jacques Wagner, na Bahia, se tem um contrabando... E a droga anda junto com a arma. É uma via de mão dupla. O recurso da droga para trazer as armas, que até nossos aparatos policiais, nossas forças policiais não dispõem. Outro dia foi preso um sujeito com uma metralhadora antiaérea lá na Bahia, carregando... Derrubou um helicóptero, mas, lá, na Bahia, também foi achada uma arma de 13 quilos, que pode atingir...

Então, eu acho que as Forças Armadas Brasileiras... E elas já tiveram o diploma legal. Porque, inclusive, eu fiz uma PEC, permitindo que as Forças Armadas pudessem ser utilizadas em operações policiais, que não significa subir em morros atrás de criminosos, mas, sim, proteger as nossas fronteiras. Tem a lei do abate, tudo isso foi permitido.

Mas eu não vejo, me perdoe as Forças Armadas, eu não vejo ela com essa atuação efetiva de proteger as nossas fronteiras, sejam elas fronteiras secas, molhadas, marítimas e aéreas. Quer dizer, é necessário este acompanhamento, se discutir aqui, com o Ministro da Defesa, se discutir com os comandantes das Forças Armadas, são mais, se eu não me engano, são 300 mil homens que estão aí, disponibilizados, que poderiam ser utilizada essa tarefa. É uma tarefa que as Forças Armadas têm todas as condições de exercer. Mas que, lamentavelmente, não vem exercendo.

E a droga não vem do Brasil. A droga vem de países fronteiriços ao Brasil. E a arma também entra, não são fabricadas aqui, porque arma fabricada aqui são armas leves. Nós temos aqui indústria de armamento de armas leves.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): De autodefesa, quase.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Quase de autodefesa. São revólveres, pistolas... Não se tem aqui essas metralhadoras, fuzis, armas pesadas.

Então, é outro setor que também eu acho que essa Comissão pode convocar e deve acompanhar, até visitando as nossas fronteiras. Porque se fala muito em SIVAM, em proteção das fronteiras, mas, na verdade, pelo que eu sei, a droga entra aí, de forma livre, por essas fronteiras e chega nos nossos estados, que estão muito longe de uma fronteira. E não vem... Acho que por navio, a droga pode vir até por navio, mas é mais raro, deve vir por via terrestre. As apreensões da Polícia Federal sempre se dá através de caminhões carregados de--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aviões, agora, de pequeno porte.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Aviões de pequeno porte também... Então, você vê que há, eu diria, uma magnitude desse problema, que atinge a proporções que coloca em risco, inclusive, a própria soberania nacional e o que é mais importante do cidadão, que é o direito que ele tem de ir e vir. As pessoas têm receio, hoje, de sair de casa. É toque de recolher em bairros... Quer dizer, onde é que nós estamos? É o Estado de Direito que está sucumbindo ao crime organizado.

Eu chego a usar uma frase, Senador Tasso, Senador Jarbas, que quer dizer o seguinte, nós estamos diante da seguinte dilema: é o crime organizado contra o estado desorganizado. E isso é inaceitável para a sustentabilidade da democracia brasileira.

Então, são dois assuntos aqui que eu mostro total interesse e disponibilidade, me coloco aqui à disposição do relator, que eu acho que esses assuntos já tratei, eu tenho uma PEC que permitiu às Forças Armadas, eu fui com o Senador Tasso discutir, nós propúnhamos – naquela época, era um projeto do Senador Tasso – se criar... Seria uma Guarda Nacional. O Exército Brasileiro disse que não era necessário, porque ia se criar mais uma fonte de despesa, mas que ele assumiria esse papel. Tem uma força, hoje, de Segurança Nacional, mas acho que falta o papel das Forças Armadas em proteger as nossas fronteiras.

Essa era uma colocação que eu queria fazer aqui, inicialmente, desde já talvez... Me permita e me perdoe o Senador Jarbas, que é o relator geral, já direcionando uma área que eu gostaria até de trabalhar, porque acho essas duas áreas de fundamental importância.

Muito obrigado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor dá licença? Desculpe, acho que essa primeira sessão está meio quente aqui.

Mas eu acho que o problema do emprego das Forças Armadas, tem que definir em lei. A Constituição, ela...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas já permite hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, permite em termos, mas não tem a parte jurídica de proteção ao...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Foi dada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O militar. Mais ou menos. Eles consideram... Mas não tem a missão constitucional praticamente muito clara sobre o emprego.

O estado precisa pedir que faliu a sua competência, a sua capacidade de combater o crime, e o Exército tem que entrar em área contestada, que eles chamam área ocupada pela marginalidade.

Então, tem que vir a força federal mesmo. Então, esse emprego que agora... A rotineira vigilância, ela tem que ser mais definida. Principalmente criar mais postos de fronteira, que, hoje, eles são muito fragmentados na Região Amazônica, só na parte da Calha Norte.

Então, nós temos que fazer isso aqui. E outra coisa, Presidente, V. Exa. poderia designar alguém para ir a Miami, onde tem o Centro de Controle de Armas, nos Estados Unidos. É em Miami. E a gente formar o cadastro de armas apreendidas, para saber a procedência permanente, de onde vem mais. Talvez criar o cadastro nacional de controle das armas apreendidas, principalmente as estrangeiras. E alguém ir para Miami para verificar como é que funciona, que tem muitos anos esse trabalho de atendimento internacional, só que ninguém pede informações para eles.

Desculpa interromper, e o relator vai procurar os meios mais importantes para poder buscar as informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sem dúvida, são informações riquíssimas aí, todas já estão sendo devidamente anotadas, pela nossa assessoria.

Então, não sei se o Senador Jarbas queria dizer mais alguma coisa...

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Não. Nós definimos já o horário das nossas reuniões, acho que a primeira reunião andou e andou bem.

O Senador César Borges sabe da admiração e, sobretudo, do respeito que eu tenho pela atuação dele, de Governador, de ex-Governador e de senador.

Senador, pode se debruçar já em cima das duas matérias, sobretudo a questão do tráfico de armas em fronteiras, para poder relatar essa matéria também.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, o que nós ficamos, apenas para fazer um resumo dessa segunda reunião, que eu achei muito boa e muito rica já para ser primeira reunião.

E nós faremos, então, a reunião às quintas-feiras. Eu proporia até o seguinte: vamos fazer um teste durante as duas próximas reuniões, fazendo às quintas-feiras, para fazer uma avaliação. Se nós não conseguirmos a frequência que nós desejamos, aí nós voltaríamos a discutir. Ok?

Nosso primeiro tema seria a questão do Sistema Nacional de Segurança Pública, e aqui eu gostaria de combinar, Senador Tuma, com o Senador Demóstenes, Presidente da CCJ. Me parece que ele teria, se não me engano, já no final daquela discussão que nós tivemos, ele teria tido uma ideia de fazer um voto separado. Não era isso, naquela época? Então, de nós combinarmos com ele como é que nós encaminharíamos a discussão, já na próxima quinta-feira, desse tema, e, antes, nós conversaríamos pessoalmente com o Senador Demóstenes, para ver como seria. Eu pediria até a V. Exa. que conversasse com o Senador Demóstenes e combinasse como seria encaminhado, se nós faríamos uma Audiência Pública, se faríamos uma releitura de relatório. Porque está em aberto. De combinar-se com o Senador Demóstenes como nós faríamos já a próxima reunião. Está ok?

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h51.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia doze de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Tasso Jereissati, com a presença dos Senadores César Borges, Jarbas Vasconcelos, Romeu Tuma, Francisco Dornelles e Flávio Torres, reúne-se a presente Subcomissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Pedro Simon, Renan Calheiros, Marconi Perillo e Osmar Dias. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à escolha de sub-relatores em função dos sete temas do Plano de Trabalho quais sejam: **Sistema Nacional de Segurança Pública**, relator o Senador Romeu Tuma; **Tráfico de Drogas com ênfase no Crack**, relator o Senador Jarbas Vasconcelos; **Sistema Penitenciário**, relator o Senador Aloizio Mercadante; **O Tráfico de Armas e o Controle das Fronteiras**, relator o Senador César Borges; **O Acompanhamento Orçamentário**, relator o Senador Marconi Perillo; **O Crime Organizado**, relator o Senador Osmar dias; e **O Estatuto da Criança e do Adolescente**, relator o Senador Pedro Simon. Passa-se à Definição da Pauta de audiências públicas a serem realizadas e a indicação dos convidados. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO N° 1, DE 2009-SSPJ** "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a seguinte matéria: Papel das Forças Armadas na Defesa das Fronteiras Nacionais, especialmente contra o tráfico de drogas e armamentos legais, com a presença dos seguintes convidados: Ministro da Defesa; Diretor-Geral da Polícia Federal." Autoria: Senador César Borges. Resultado: Aprovado. **2) REQUERIMENTO N° 2, DE 2009-SSPJ** "Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a reestruturação dos Órgãos de Segurança Pública, com a presença dos representantes das seguintes entidades: Associação Nacional dos Oficiais das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militares; Associação Nacional dos Cabos e Praças das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares; Associação Nacional dos Delegados de Polícia Civil; Associação Nacional dos Agentes de Polícia Civil e Associação dos Delegados da Polícia Federal." Autoria: Senador Tasso Jereissati. Resultado: Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às onze horas e quarenta minutos; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Subcomissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **TASSO JEREISSATI,** Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os Srs.

Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se à definição de pautas de audiências públicas a serem realizadas, indicações de convidados e a escolha de relatores, em função dos temas de plano de trabalho. Fica aberta a sessão. Eu gostaria já, então, de começar passando a palavra ao Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador César Borges. Não, ele, não, eu estou dizendo cumprimentando. Eu cumprimento ele como nosso relator, é claro. Jarbas Vasconcelos, meu amigo e tem, aqui, um grande admirador pelo seu trabalho. Até cheguei a cumprimentá-lo em Portugal, uma vez, que nós estivemos em viagem com o Presidente Fernando Henrique, à época, e o senhor estava lá também. E era Governador, e eu fiquei todo orgulhoso de tê-lo cumprimentado. É palavra de honra, é minha sinceridade, por tudo o que eu sabia que o senhor fazia, como o Presidente, quando governador, me dava um prestígio enorme, quando eu ia lá. Até os dois secretários de segurança ele falou comigo para nomeá-los.

Então, eu me sinto orgulhoso de estar aqui, com pessoas que têm uma visão. Três governadores, já disse aqui, outra vez, do lado de três governadores eu sou café pequeno, para poder discutir qualquer coisa que represente, realmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Em segurança, é V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, mas o grande problema é o equilíbrio econômico que o Estado pode, ou não, oferecer para os grandes projetos. Eu acho que a economia está na mão do governador. Ele tem a capacidade de decidir o que ele pode, ou não, implementar. Mas, ontem, eu estava na Reunião da Comissão de Justiça, eles puseram vários projetos sobre segurança em discussão.

Então, o que eu falei para o senhor, falei que eu achava que, talvez, essa Subcomissão não teria uma vitalidade necessária, em razão, não dos membros, mas da capacidade de votação, que está ocorrendo, dentro da Comissão, diretamente.

Teve um dos projetos, que é contra o crime organizado, que tem já um embate pequeno entre a polícia e o Ministério Público. O Mercadante é relator, retirou para uma reunião com as pessoas interessadas, na terça-feira. Não com a Subcomissão. Não sei se eu estou me fazendo entender.

Então, a Subcomissão não está sendo nem consultada sobre isso. Então, falei: "Olha, a gente vai ficar...". Vem para a Subcomissão uma parte. Outra parte não vem. Então, eu acho que a gente tem que adaptar, se tem interesse ou não a Subcomissão perder tempo na expectativa de que vai colaborar, e estão sendo aprovados rapidamente os projetos lá. E nossa participação lá tem sido efetiva, dentro da Comissão.

Então, isso que eu me preocupei na hora, porque eu fiquei meio assim, saber: "Será que não vai nada para a Subcomissão, para se discutir?". Eu resgatei o projeto do senhor, que eu fui o relator, como o senhor pediu, ele está aqui, claro, mantenho meu ponto de vista contrário ao projeto, porque ele, em si, modifica a Constituição, e teria que modificar todos os códigos em vigência no país. Porque, se a polícia vai ser criada pelos governadores do modo que ele achar conveniente para o seu estado, ele tem que aplicar a lei, também, da forma que ele quiser.

Hoje, o governador tem a capacidade de saber como empregar a sua polícia. Ele define. Ele paga salário, ele faz tudo com respeito à organização que está no art. 144, a responsabilidade. Então, não há... É claro que não está tendo um sucesso absoluto, porque o senhor vê que o crime está crescendo absurdamente. E fica aquele... Chama a Guarda Nacional, chama o Exército, chama... Então, como é que a gente vai equilibrar isso, na necessidade, sem ter uma infraestrutura que realmente funcione automaticamente, para poder intervir em áreas de risco grande? Nós não estamos tendo o poder de intervir. O governador não está tendo o poder de intervir, porque ele tem que usar sua polícia. Quando ele reclama que tem que botar outra força, ele está declarando que está com a incapacidade de vencer a criminalidade ou, preventivamente, agir, em razão do aumento dessa criminalidade.

E o tráfico de drogas pior ainda. Até que ponto tem a responsabilidade cada segmento, o estado, a União e o município? Até que ponto? Qual é a ação preventiva que se tem que se fazer? É nacional ou individualizar cada estado? Então, isso são questionamentos que trazem uma aflição para a gente que passou 50 anos nessa área, e não consegue vislumbrar. Porque a gente intervém sobre o acontecido. Não tem ação para evitar que o crime aconteça. É difícil.

Os Srs. Governadores sabem da grande dificuldade. Chega o problema de madrugada, um homicídio, um tráfico de drogas, um traficante que é preso, armamento que é apreendido, e não é investigado depois. Qual é o centro que vai orientar ou cadastrar o armamento apreendido e buscar as informações de como ele saiu, de onde saiu? Porque quem fabrica registra. Só não registra a venda clandestina, e o tráfico está aumentando.

Então, essas coisas eu não sei se... A Subcomissão tinha que... Se for funcionar, tem que definir o que está pendurado. E os projetos que estão lá, a

gente tentar apressar sua votação. O senhor desculpa estar falando isso aqui, mas é uma aflição natural, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro. Senador Tuma, V. Exa, acredito que como os demais senadores aqui, concordam. V. Exa tem razão sobre esse aspecto. Mas, primeiro, existe um consenso nacional, e V. Exa, com certeza, mais do que qualquer outro, tem essa consciência de que a questão de segurança e a questão da violência virou o maior problema nacional e, em determinados momentos, dá a sensação de que está absolutamente fora de controle. E que nós já estamos batendo aí recordes de violência e, mesmo comparado a países mais violentos do mundo, o Brasil, hoje, se destaca de uma maneira realmente vergonhosa para todos nós.

O objetivo desta Subcomissão, além... Não é só apenas, e V. Exa tem razão, de coordenar todos os projetos que estão aí em andamento. É um dos objetivos, para dar uma incorporação, para dar uma organicidade a todos os projetos, tem vários projetos sobre questão de crime organizado, de reforma de sistema penitenciário. Então, o objetivo dele, nós precisamos conversar com o Presidente, Senador Demóstenes, é colocar isso num pacote só, para que a gente possa dar lógica e organicidade a esses projetos, de maneira que eles possam ser realmente eficazes, no objetivo maior que nós temos, que é o de combate à violência no nosso país.

Mas, também, de discutir problemas que ainda não foram discutidos ou que já foram bastante discutidos, para que a gente possa, aqui, ouvir especialistas e entender melhor o que está acontecendo e apresentar sugestões. Não só sugestões como naquele... naquela Subcomissão de Segurança, que nós já tivemos. Nós tivemos, aqui, a própria... Que eu também tive a honra de participar, com o Senador Dornelles, da Reforma Tributária, que nós apresentamos uma ideia global sobre os objetivos da Reforma Tributária. Recentemente, sobre a crise, nós apresentamos um documento muito bom, que hoje é referência sobre a questão da crise de crédito, a questão do crédito no Brasil. Então, para que a gente possa também sair com um documento sobre a questão.

Por esse motivo, junto com... Que nós pedimos a figura do relator geral. O que é o relator geral? É aquele que vai condensar todos os aspectos e fazer o documento de recomendação mais amplo, mais abrangente, mais integrado, sobre as razões que o Brasil enfrenta e sugestões para que o Brasil possa enfrentar esse problema. Desde a questão do aparelho de repressão, de segurança, mesmo, à questão das origens do crime, do outro lado, das diversas origens do crime, passando pela questão... seu aspecto social, aspecto penitenciário, enfim, englobar todos os aspectos que envolvem, aqui, nessa questão, para que nós possamos fazer um relatório geral, que seria feito pelo Senador Jarbas.

E teriam relatores que se encarregariam de discutir cada tema específico, para os quais nós traríamos especialistas contra e a favor, para discutir, de maneira que, no meio do ano que vem, já que nós estamos praticamente no fim dessa legislatura, nós tenhamos condições de ter... de sugerir ao Governo e à população brasileira, de maneira geral, um documento, sugerir uma proposta. É essa a finalidade desta Comissão.

Se nós levarmos isso realmente, nós estamos com problema de presença, aqui, mas, se nós levarmos... Aliás, eu acho que, se nós... Quatro, aqui, ou cinco ou seis levarmos isso realmente a sério, tenho consciência de que nós podemos fazer um trabalho de muita valia, independente se alguns projetos vão ser já relatados ou dado andamento lá na Comissão de Justiça, mas focarmos de que nós temos que apresentar, aqui, uma visão global, um documento importante, e fazer uma grande discussão sobre o conhecimento.

Eu, pessoalmente, sou... Eu não digo preocupado, não, Senador Jarbas, eu sou apavorado com a questão do crack. Eu nunca imaginei ver, no meu estado, municípios pequenos, pobres, paupérrimos, que, no meio do sertão, com os meninotes em frente à igreja matriz, na praça da matriz, fumando crack, e V. Exa sabe melhor do que eu, ficarem destruídos.

Então, você tem a possibilidade de ver toda aquela geração destruída ali, do sertão, que isso não acontecia, Senador Jarbas, no Nordeste. Ou por essas razões--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não sei, porque, no meu estado [ininteligível] lá os governadores começaram a se referir ao assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, eu acho que esta Subcomissão tem que levantar e deixar essa questão... Nós não podemos... No momento, a meu ver, eu repito, a meu ver, é o problema mais grave que nós enfrentamos hoje: ficar omissos diante de que está acontecendo. É esse o propósito que eu sei que V. Exa...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu... Eu fiquei aflito, porque eu comecei... Porque eu acho que esta Comissão tem que ser valorizada, porque ela vai... Conforme a exposição de V. Exa, sei que o relator está preocupado, ações preventivas, aquilo que possa impedir o crescimento do crime. Acho que esse é o objetivo desta Comissão, no meu ponto de vista.

Lá, na Comissão de Educação, ontem, pediram para verificar qual é a assistência que está sendo dada ao primeiro grau, a respeito do uso de drogas. Eu pedi-

ria, aqui, talvez, a Comissão pedir para o SENAD toda a documentação, que eles elaboraram um programa recente de assistência às escolas de primeiro grau, segundo grau, com cartilhas e tudo, para a gente, dentro do possível, ver se está de acordo com as necessidades, o que a gente pode melhorar da Legislação. São coisas que estão penduradas. E, realmente, a concentração, nesta Subcomissão, para definir, eu acho que ela tem uma importância vital, não é, relator?

E outra coisa que eu... Eu fui contra e tenho minhas preocupações, é com a Guarda Nacional, num ponto de vista mais de respeito às polícias estaduais. Porque, se o Governo, com o emprego da Guarda Nacional, ele tem uma despesa--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Vou fazer uma observação, porque... Senador Romeu Tuma, desculpe. É porque V. Exa está se referindo à Guarda Nacional, porque, na verdade, não existe essa instituição. O que foi criado é uma força de segurança nacional. Só para...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É porque o Serra tinha a proposta da Guarda Nacional. Mas eu acho o seguinte: a gente tem que criar setores especializados. No meu ponto de vista, posso estar totalmente errado--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Tuma, só para, antes de a gente começar a discutir temas específicos, se V. Exa permitir, porque nós teríamos uma sequência, justamente para que nós pudéssemos começar a trabalhar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, eu peço desculpas.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nada, pelo contrário, o senhor... Sempre importantíssimas suas contribuições. Mas apenas para a gente dar certo roteiro, certa ordem no trabalho. Porque nós tínhamos, aqui, para iniciar, o relator geral, Senador Jarbas, teria dividido nossos sete temas, não é, Senador? Seis, sete temas, designando um relator para cada um desses temas.

Então, eu queria que ele dissesse suas ideias, o que ele está pensando e a distribuição desses temas, com os devidos... com os respectivos relatores, para que a gente pudesse ter uma estrutura de trabalho, e passaria, então, a palavra ao relator geral.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Eu vou falar e, depois, o Presidente vai anunciar os relatores.

Primeiro, Presidente, eu acho que as falas, tanto do Senador Tuma como de V. Exa, elas são complementares. V. Exa disse que, inclusive, à Comissão não cabe apenas acompanhar as sugestões já transformadas em projetos, ora em tramitação, aqui no Senado da República. É mais do que isso. Existindo, inclusive, sugestões idênticas ou parecidas, seria papel desta Comissão tentar unificá-las. Mas é também um papel nosso procurar avançar, procurar ouvir a sociedade, através de audiências públicas, de outras sugestões, e poder colher esses subsídios e apresentar como sugestão para a Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, ao Plenário do Senado.

O que o Senador Tuma coloca é verdadeiro. Há que ter uma definição, e a Presidência pode fazer isso, porque a Comissão de Justiça continua votando matérias que dizem respeito a esta Subcomissão. Então, é preciso saber se... Qual a área de influência dessa...

Vamos só especificar, aqui. Pegar um item como crime organizado. Então, esta Comissão vai ficar tentando unir, levantar o que existe, em tramitação, de criminalidade, e a Comissão de Justiça continuará colocando na pauta, discutindo e votando crime organizado, então, haverá um conflito, uma perda de tempo. Eu acho que isso não é difícil, é fácil, até pelo comportamento e pela dimensão que tem o Presidente Demóstenes.

Nós temos conversado muito, eu tive oportunidade, inclusive, nesta semana, conversar no Plenário com os senadores presentes, tanto o Senador Romeu Tuma como o Senador César Borges, e as sugestões apresentadas aqui, pelo Senador Tasso Jereissati, no início, e com muito cuidado para que não fosse colocado um mundo de temas ou subtemas, para que a gente se perdesse nesse emaranhado, nesse labirinto. Ele colocou, inicialmente, seis temas e ele próprio, ontem, se lembrou de mais um, que tem todo o nosso "apoiamento", e eu acredito na Comissão, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tinha ficado de fora.

Então, permanece o Sistema Nacional de Segurança Pública, aí envolvendo a organização, financiamento dos diversos órgãos e instituições; o tráfico de drogas, com ênfase nessa questão do crack, que a imprensa nacional, a mídia, a opinião pública tem discutido isso, e o Presidente, em boa hora, colocou como destaque para ser discutido aqui; o sistema penitenciário, que é outro que eu vi ontem, inclusive, a Comissão de Justiça discutindo e votando matérias sobre isso; o tráfico de armas e o controle das fronteiras. O outro tema, o acompanhamento orçamentário, que é fundamental, é importante, porque, senão, a gente não vai para lugar nenhum, se não tiver verbas asseguradas para esse tema; e o crime organizado.

Ontem, por sugestão do Senador Tasso, foi acrescido o tema, que seria o sétimo, que seria o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Eu dei conta ao Presidente, ontem à tarde, dos contatos que tinha feito no Plenário, não só com o Senador Tuma e o Senador César Borges, mas também conversei com o Senador Marconi Perillo, com o Senador Osmar Dias e com o Senador Aloizio Mercadante, que são integrantes titulares desta Comissão. Não conversei com o Senador Pedro Simon, porque, no momento em que eu me encontrava no Plenário, ele não estava presente. De forma que nossa ideia é essa.

Eu acho que... Eu ainda volto a insistir, Presidente, de que esse dia da quinta-feira é um dia inconveniente, e, sobretudo, pela época do ano que a gente está se aproximando. A partir de agora, começam as confraternizações de final de ano, e é difícil o parlamentar, tanto o senador quanto o deputado federal, dar conta de uma agenda de confraternização no seu estado. E, muitas vezes, ele solicita que isso, já a partir de agora, seja colocado a partir das quintas-feiras.

Então, eu acho que, pelo menos nesse período, nós estamos no dia 12 de novembro, o Congresso funciona até dia 17, se não me engano, de dezembro, ou seja, um mês e cinco dias, 35 dias. Eu acho que a gente poderia, se for o caso, e minha proposta tiver o acolhimento, de a gente, pelo menos nesse período, tentar conversar, se reunir, discutir, avançar, nas terças-feiras, às 18 horas, como foi proposta inicial de V. Exa. Nas terças, até o final do ano.

E aí, a partir daí, o Senador Presidente, o Senador Tasso iria, quando da reabertura, no dia 1º de fevereiro, qual seria a estratégia a ser adotada por esta Subcomissão. No mais, é isso. Eu acho que os temas que foram levantados, hoje, aqui, não foram temas estranhos nem conflitos. Eu acho que tanto a fala do Senador Tuma tem procedência como o Senador Tasso, mais uma vez, colocou de que não cabe a nós, não cabe aos integrantes desta Comissão acompanhar apenas o que está em tramitação, o que deve ser discutido e votado. É procurar, inclusive, avançar mais ainda. E, naqueles casos que existam número elevado até de propostas sobre o mesmo tema, e se isso está servindo de entrave à tramitação na própria Comissão de Justiça, caberá a esta Comissão tentar unificar isso, para fazer com que essa matéria possa andar.

De forma que eu deixo para o Presidente Tasso a leitura dos relatores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Bom, eu vou falar aqui, fico... O Senador Tuma, como relator, tirar essa história de sub-relator, relator da matéria do Sistema Nacional de Segurança Pública.

O Senador Aloizio Mercadante, que nós convidamos, o Presidente e o relator, para relatar o sistema penitenciário; o Senador César Borges, que, inclusive, já dissertou sobre isso na última reunião, o tráfico de armas e o controle das fronteiras. Ele está disposto, inclusive, a provocar o Ministério da Defesa, seu titular, o Ministro... O ex-Ministro Nelson Jobim, a dar uma chegada aqui e poder discutir com a Comissão o que é que se pensa sobre o assunto.

O acompanhamento orçamentário ficaria a cargo do Senador Marconi Perillo. O Senador Osmar Dias ficaria com o crime organizado, e o Senador Pedro Simon, com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Os senadores aqui, presentes, concordam...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Mercadante [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Mercadante é...

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): O Mercadante, Senador Tuma, ficou com o sistema penitenciário. Que ele tem, inclusive, propostas sobre o assunto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É que eu estou anotando aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu vou repetir aqui. Então, seria Romeu Tuma, Sistema Nacional de Segurança Pública, que é esse que V. Exa já está com a mão na massa, e, evidentemente, outras sugestões que passem por aquilo ali.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro, e--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, relator Senador Tuma, Sistema Nacional de Segurança Pública; Senador... Eu coloquei... Pedi ao Senador Jarbas que pessoalmente conduzisse o relatório sobre a questão do crack, tráfico de drogas e crack, então, seria o Senador Jarbas Vasconcelos. Senador Mercadante, sistema penitenciário; Senador César Borges, tráfico de armas e controle de fronteiras; Senador Marconi Perillo, acompanhamento orçamentário; Senador Osmar Dias, crime organizado; Senador Pedro Simon, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o menor infrator, ECA.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senador Tasso, eu queria até mesmo comentar um pouco sobre... Eu acho a importância desta Comissão, até pelo fato que fui o relator que solicitei ao Presiden-

te Demóstenes Torres, da CCJ, que instalasse esta Subcomissão.

Eu acho que a importância é que você pode se dedicar, aqui, de uma forma bastante exclusiva, esses senadores, se assim o desejarem, sobre esse assunto, que é uma preocupação da nação brasileira. E também me espelhando no exemplo que nós já tivemos, na Subcomissão, no passado, que teve um êxito. Porque a sociedade nos cobra, e as autoridades, de modo geral, pelo fato de que o Congresso Nacional, as autoridades só tomam providências quando acontece algum caso grave, algum caso que tem notoriedade nacional, que afeta a opinião pública. Agora, por exemplo, nós vimos a questão do abate de um helicóptero no Rio de Janeiro e, de uma hora para outra, apareceram recursos. Recursos, no âmbito federal, para serem colocados para ajudar o Rio de Janeiro a fazer o debate do crime organizado no Rio de Janeiro.

Por que isso não vinha ocorrendo de forma normal, rotineira? Então, também se cobra isso do Senado Federal. Quando se tem um crime hediondo, que abala a opinião pública brasileira, como foi o caso daquela criança que foi arrastada por alguns quilômetros, aí toda a Nação brasileira pede uma providência, aí o Senado se reúne para se discutir uma questão. E eu me lembro que o Ministro Márcio Thomaz Bastos uma vez criticou de que nós fazíamos legislações, aqui, do ponto de vista emocional. Só quando havia uma comoção nacional é que se mobilizava.

Então, exatamente para que não sejamos cobrados dessa forma, que eu acho que esta Comissão pode dar essa contribuição. Uma contribuição que os senadores aí, responsáveis, que estão participando da Comissão e com essa responsabilidade, agora, de cada um se debruçar sobre essa matéria, podem contribuir e muito.

Eu acho que nós temos questões aí que já se discute, o Senador Tasso Jereissati tem essa problemática, na sua ação política, de tentar criar uma Guarda Nacional. Se a Guarda Nacional é melhor, se é melhor a Força de Segurança Nacional, se é melhor o envolvimento das Forças Armadas. Algo que tem que se decidir.

Por exemplo, com relação ao comportamento da União, em relação às polícias civis e militares. Como é que nós vamos fazer com as polícias civis e militares, das diversas unidades da federação? Recentemente, foi aprovado, aqui, um aumento substantivo para os policiais militares, bombeiros, aqui do Distrito Federal, com a presença do Presidente da República, de Ministros, do Governador Arruda, onde o Governo Federal arca com a segurança, que, hoje, sem sombra de dúvida, o Governo Federal deu ajuda fundamental na segurança do Distrito Federal. Mas só do Distrito Federal? E dos outros estados? Tramitam projetos, aqui, que querem colocar a Polícia Civil e a Polícia Militar, também, dos diversos estados, sob a mesma égide que tem a Polícia Militar e a Polícia Civil do Distrito Federal.

Mesmo porque, se a União pode contribuir com a Segurança Pública da capital, sem sombra de dúvida, o restante do país faz parte da União. E esses projetos já estão tramitando aqui no Senado. Tem, inclusive, emenda constitucional para isso. Eu fui procurado pela Polícia Militar. Alguns componentes da Polícia Militar do Estado da Bahia, procurando exatamente o apoio para que o Congresso tramitasse, rapidamente, essa emenda constitucional e colocasse as polícias estaduais, pelo menos com condições de receber ajuda do Governo Federal.

Então, essas matérias todas, nós podemos agilizar o debate e, inclusive, a aprovação ou a tramitação mais rápida desses assuntos tão importantes.

Com relação à distribuição que acaba de ser feita aí pelo Presidente, pelo relator geral, das atribuições dos assuntos a cada senador, eu quero dizer que hoje, por exemplo, tem, no Estado de São Paulo, uma matéria de página inteira. "Militares aceitam maior presença de poder civil nas Forças Armadas." E, dentro dessa matéria, é colocado, muito claramente, que as Forças Armadas aceitam, e já há uma Emenda Complementar 97, que eu nem sei se ela tramita aqui. Acho que ainda está no âmbito... Vão enviar ainda. Mas já tem número, já tem a numeração? Eu não entendi por que já tem numeração, Emenda Complementar 97. Deve ser de origem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Emenda Complementar 97, que estaria sendo elaborada pelo Governo Federal. Não entendi por que tem a numeração. Pela proposta, as Forças Armadas serão envolvidas em operações de vigilância na fronteira e demais ações ordenadas pelos poderes constituídos. Exército, Marinha e Aeronáutica poderão revistar pessoas, veículos, instalações e fazer prisões em flagrante delito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dá o poder de polícia ao...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É o poder de polícia às Forças Armadas, pelo menos nas fronteiras.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O Ministro Jobim trabalharia exatamente para, através dessa emenda constitucional, reformular o Ministério da Defesa, com a participação das Forças Armadas no com-

bate ao crime, que, aliás, com relação à defesa da lei da ordem, já está na Constituição, no art. 142, que as Forças Armadas, elas destinam-se à defesa da pátria, mas também à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque áreas conflagradas o Exército já tem obrigação de intervir. Qualquer estado em que haja a incapacidade de combater o crime organizado, qualquer outra coisa, ela já pode intervir diretamente, pela Constituição. Agora, o que eles querem dar é a missão, também. Isso que eu acho que o senhor entendeu, porque eu também entendi, é a missão permanente de vigilância, através dos pelotões de fronteira, tudo isso, que é meio defasada.

A Polícia Federal está incapacitada de manter a vigilância, até porque foram desativados vários postos de vigilância de fronteira. Então, a grande preocupação que o senhor tem de tráfico de armas, tráfico de drogas e todo tipo de crime que ocorre na fronteira. Desculpa, viu?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não, eu agradeço a V. Exa, porque, nessa matéria, consta aqui o que muda, fronteiras. Esse poder de polícia pode ser exercido na faixa de fronteira. Os militares poderão fazer ações de revista de pessoas, de veículos terrestres, embarcações e aeronaves, inclusive prisões em flagrante delito.

Então, veja que já há uma preocupação, o próprio Executivo. Eu conversei com o diretor-geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando Corrêa, e ele concorda plenamente. Acho que também o Ministro Jobim já trabalha nesse sentido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem que ter complementação, ninguém pode disputar poder mais.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Há uma declaração, aqui, inclusive do Ministro Jobim, que ele diz o seguinte: ressaltou que o poder de polícia das Forças Armadas nas fronteiras acabará com situações como da semana passada, quando a Aeronáutica forçou o pouso de avião com drogas, mas não pôde prender em flagrante os tripulantes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Conseguiram fazer pousar a tempo.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Eu acho, Senador César Borges, que V. Exa traz à tona um assunto muito importante. Por exemplo, nós fomos governadores e sentimos na pele essa coisa de Força Nacional, que V. Exa explicou bem que não existe, é apenas uma Força Tarefa. E eu sempre achei uma imprudência muito grande Exército participar, como no Rio de Janeiro, subir e descer morro, revistar pessoas, porque ela não foi preparada para isso. Mas ela tem que ser preparada para isso.

Está provado que um país continental como o Brasil, em que a violência atinge índices alarmantes, e provado que Polícia Federal e as duas polícias, civil e militar, elas são insuficientes para conter isso. A ausência também de um Plano Nacional de Combate à Violência, cada estado tem seu xerife, e cada xerife faz seu plano de segurança. Eu acho que é hora de as Forças Armadas, em especial o Exército brasileiro, se atualizar e começar a preparar seus homens para esse tipo de tarefa. Não só em fronteiras, mas em outras regiões, e procurar ajudar o país nessa questão interna, e não se preparar apenas para a guerra, se preparar apenas para a invasão, coisas que estão ficando muito no passado.

Então, eu acho que nós, pelo menos a mim, mas tenho certeza de que, pela sua prudência, deve ter sido contra, aquela coisa de o Exército chegar, e o próprio comandante da força, o próprio Ministro do Exército sempre dizia: "O Exército não está preparado para isso". E ele estava coberto de razão. Porque o Exército, se for para a Bahia, para o Rio de Janeiro, para o Recife, ele vai mostrar despreparo, porque seus recrutas, seu pessoal, esse pessoal não foi preparado para enfrentar o cotidiano de uma grande cidade. A bandidagem, como diz o Presidente Tasso.

De forma que esse é um tema que a gente devia insistir e modificar, modificar esse conceito, essa tradição, esse histórico, por exemplo, do Exército brasileiro de dizer que não foi preparado para isso. Ele tem que se preparar para isso. A partir de agora, ele teria que se preparar para botar o Exército na rua em ajuda, e não se sobrepondo à Polícia Federal, às policiais militares e às polícias civis brasileiras.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Relator, o senhor permite só uma coisa? O grande problema do Exército, do despreparo, não era o despreparo físico. Porque eles têm a polícia do Exército, que atua há muito tempo na rua, para patrulhar, em razão de crimes praticados por soldados ou oficiais. Mas era a própria Legislação, em saber quem... Se o soldado, num combate ao crime, mata um bandido, a quem ele vai responder e qual é a proteção que ele tem.

A Legislação foi mudada, não é, Senador César Borges? Já há uma lei que dá... Então, isso era a grande dificuldade das Forças Armadas, em raciocinar na possibilidade de participar de um combate ao crime organizado. Então, essa é a grande preocupação, talvez esta Comissão... Se faltar algum aspecto legal, a gente poder corrigir, como V. Exa se referiu, aqui, no apoio à proposta do Senador César Borges.

Eu só estou justificando, porque eu também, quando fiz o Exército, era difícil, porque o comandante: "Não, ninguém vai para a rua. Se tiver qualquer coisa, a Justiça comum vai chamar o coronel, vai chamar todo mundo". Então, ficou aquele assunto--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Esse é um debate extremamente interessante, Senador Romeu Tuma, pelo seguinte: eu li um artigo, esta semana, de uma pessoa que se considera especialista, dizendo que não pode se envolver o Exército nessas tarefas, porque o Exército foi treinado para matar, e a polícia, não.

Se compararmos o que o Exército já matou, o Exército brasileiro, nos últimos anos, e o que tem a polícia matado, nos últimos meses [risos], eu não tenho dúvida de que as polícias mataram muito mais [risos]. Muito mais do que o Exército brasileiro matou. Porque nós não temos tido guerras externas. Então, hoje, quem realmente está oferecendo perigo até a soberania nacional e ao Estado Democrático de Direito é o crime organizado, o tráfico de drogas, tráfico de armas.

Eu acho que a polícia está muito mais preparada para matar do que o Exército. Agora, nas nossas fronteiras, todas elas, secas, molhadas, nos rios, nos mares, no ar, eu não tenho dúvida de que as Forças Armadas brasileira têm um papel enorme a cumprir, fundamental. E a Polícia Federal não tem condições nenhuma de cumprir. Nenhuma.

A Polícia Federal, agora, me disse o diretor-geral, precisa de recursos, está tentando comprar aviões de controle-remoto, para sobrevoar as fronteiras, procurando vigiar as fronteiras. Ora, nós temos aviões nas Forças Armadas. As Forças Armadas está fazendo um esforço imenso de compra de submarino, de compra de caças... E não pode proteger nossas fronteiras dos traficantes?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria fazer uma sugestão, que a gente convidasse o responsável pelo SIVAN-SIPAN, como é que está funcionando. Que deu um trabalho louco, aqui no Senado, para aprovar. Lembra se o senhor estava aqui, não me lembro, mas se a gente-–

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Projeto Calha Norte.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem mais informações de como ela está fazendo a vigilância de fronteira. Talvez V. Exa, o relator concorde em convidar o responsável pelo SIVAN. Se ele está falido já, por falta de alimentação, se está funcionando bem, porque esse papel é dele, de vigiar e informar embaixo o que deve ser combatido.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu queria propor, então, fazer uma proposta objetiva, Sr. Presidente, já que se falou aqui de que, distribuídos os relatores, um dos itens da nossa pauta seria definir audiências públicas, eu gostaria, dentro da minha área, que foi distribuída pelo Presidente como sendo da minha responsabilidade, que é o tráfico de armas e o controle de fronteiras, que nós pudéssemos, numa audiência, convidar para ouvir o ministro da Defesa e o diretor-geral da Polícia Federal, com relação à proteção das nossas fronteiras.

As fronteiras brasileiras, todas elas com os países vizinhos e, inclusive, a proteção também do nosso espaço aéreo e aquilo que acontece nos nossos portos. Porque, hoje, você tem a Marinha, que fiscaliza formalmente os navios, na capitania dos portos, mas na parte documental ou operacional do navio. Mas não fiscaliza absolutamente, se aquele navio tiver uma tonelada de drogas ali dentro...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quando se tem barcos ali fora dos portos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois é, então...

[falas sobrepostas]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque, quando o Senado, e o Senador Tasso conhece essa questão, o Senador Tasso propôs a Força Nacional. O Exército se posicionou contra. Para que mais uma força? Nós vamos preparar batalhões específicos, que podem fazer esse trabalho.

Muito bem. Se fala muito na Guarda Costeira específica para o Brasil. A Marinha provavelmente não desejará. Mas ela faz esse papel? Que pudesse substituir a Guarda Costeira de interceptar embarcações clandestinas, que pudessem entrar com drogas no país?

Nós precisamos discutir essas questões. Então, eu solicito que pudéssemos convidar o Ministro Nelson Jobim, junto com o diretor-geral da Polícia Federal. Para, inclusive, ter um tipo de informação a respeito dessa Emenda Constitucional 97, que para mim foi uma surpresa. É uma emenda complementar... Aliás, nova lei complementar... Aqui, no Estado de São Paulo, diz Lei Complementar 97, de Estratégia Nacional de Defesa, que estaria sendo enviada. Mas não poderia ter número.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A entrevista dele fala isso, que eles estão preparando o projeto. Anteontem--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Aqui já deu número.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já deu até número.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Pode ser número deles lá.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Só se for número interno. Mas obrigado, Sr. Presidente. Essa intervenção, fica a sugestão dessa...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro. A sugestão está anotada, está atendida. Coloco em aprovação a sugestão de--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depende de o relator dar o parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Acho que V. Exa... Tem que apresentar requerimento, no caso? Tem que formalizar, Senador César Borges.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só formalizar. O senhor podia pôr em votação, se houver concordância do relator e depois formaliza. Que querem a gente na Comissão de Relações Exteriores, tem votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A princípio, e aí é importante o Senador Tuma mais um minuto, na próxima--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aqui é mais importante para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Na próxima reunião, já está agendado, porque era para esta reunião o Senador Demóstenes ler o voto dele em separado do seu relatório, sobre a questão da desconstitucionalização das polícias.

Então, está marcado para a próxima reunião já a leitura e a discussão sobre o projeto. Eu não sei se existe alguma sugestão de alguém aqui ou de... Especificamente, V. Exa, Senador Tuma, para alguma Audiência Pública em seguida ou vamos ouvir o voto do Senador Demóstenes, para colocar em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho que, quando foi a elaboração da Constituinte, a constitucionalização do sistema de segurança foi uma luta muito grande. Inclusive, não houve muita discordância nem de Ministério Público, nem nada, mas, hoje, se a gente retirar o art. 144 e ficar só a Polícia Federal com... Parece que é a ideia, vai ser bastante problemático, porque os governadores vão ter a incapacidade de solicitar qualquer ajuda federal, e as competências vão ficar confusas.

Que é uma tese que eu defendo pela não desconstitucionalização. Tem outros temas para poder discutir: unificação e tudo isso. Mas desconstitucionalizar, para aqueles que trabalham na área de segurança, é um choque profundo. Não sei se a PM, que o senhor falou, é favorável. Acho que não.

Pelo menos, todas as manifestações que tenho recebido da área responsável pela segurança é o medo de pegar um governador fora do eixo aí e começar a legislar de forma perigosa para a segurança. Então... Eu vou continuar com meu ponto de vista. Não sei qual é a ideia do Demóstenes. Ele foi chefe de polícia, também deve ter uma sensibilidade sobre esse assunto. Eu vou manter o relatório, e vamos ver a discussão dele. Aí ele vê se precisa chamar alguém aqui, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Me informava que já existe... A secretaria me informou que já existe uma... Um requerimento pedindo Audiência Pública...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tenho nomes a apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Que tirando a CCJ... Seria da Associação Nacional dos Oficiais de Polícias Militares e Corpo de Bombeiros, Associação Nacional de Cabos e Praças das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros, Associação Nacional de Delegados da Polícia Civil e Associação Nacional dos Agentes de Polícia Civil para Audiência Pública.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que o DPF devia participar, também. A Associação dos Delegados de Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, mas é bom anotar aqui. Fazer outro... Com mais Associação Nacional--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dos Delegados de Polícia Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): --dos Delegados de Polícia Federal. Se o relator concordar, coloco em votação requerimento. Fica aprovado o requerimento. Evidentemente que eu discordo, mas vou deixar para discutir isso na... Logo após a...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o que eu digo, que à experiência dos senhores como governadores, sentem na pele o que realmente acontece com a constitucionalidade do programa de segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu não queria discutir agora o problema. Não é tanto a desconstitucionalização o tema. O tema é a unificação. Quer dizer, duas polícias--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso era o Mário Covas. O Mário Covas, à época, mandou o projeto para cá, e acabou não sendo discutido. E V. Exa cita no seu relatório a justificativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A desconstitucionalização é porque a Constituição obriga que todo Estado tenha a Polícia Civil e Militar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Governador do Amazonas, quando era o Amazonino, ele ex-

tinguiu a Polícia Civil. Extinguiu, porque começou... A corrupção cresceu tanto lá, que ele extinguiu. Metade foi para a bandidagem. Então, ele teve que reorganizar a Polícia Civil do Estado.

Então, essas coisas realmente cada segmento estadual... Agora, o que nós não podemos abrir mão é a capacidade de o governador saber como empregar essas forças. É ele que tem que decidir. Não tem ordem federal para fazer isso ou aquilo. O Estado é que tem a obrigação de gerenciar sua administração--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Agora, o que não pode o governador é conviver com a obrigatoriedade de ter duas polícias, que V. Exa conhece bem mais do que eu, aqui três ex-governadores que trabalham em separado, em paralelo e, em algumas vezes, senão a maioria das vezes, se boicotando mutuamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, eu digo centro de inteligência... Centro de inteligência, comunicação... Tudo tem que ser unificado. Porque aí há distribuição de tarifa correta. Não há superposição. Então, cada um quer um centro de comunicação, quer um setor de inteligência, isso eu também acho que a gente tem que modificar um pouco, mas depende muito mais do governante do que realmente da Legislação federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Bom, então nós vamos deixar, que, inclusive, não cabe a mim agora, como Presidente, discutir, mas gostaria muito de discutir aí com V. Exa--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só outra coisinha, que V. Exa falou no ECA, no estatuto do menor e do adolescente, ontem até retirei para ler com mais calma o que foi aprovado, que eu achei muito bom, um projeto que, quando o menor infrator de 20 anos, 19 anos, ele vai cumprir um. Imediatamente e automaticamente, é posto em liberdade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Aprovado que tem que prestar serviço à sociedade. A gente podia discutir um pouquinho mais isso e trazer uma abrangência maior sobre esse processo de retenção do menor infrator, talvez em contraponto à necessidade de diminuir a idade do infrator e tal para 16 anos. Se der uma acertada no ECA, talvez possa se condicionar a todos os segmentos que querem que diminua a idade criminal e outros que não querem. Talvez a gente possa discutir isso e encontrar um meio-termo dentro do próprio ECA. Não sei se o relator concorda que se discuta isso. Acho que foi um bom projeto, talvez seja uma linha de iniciativa de a gente discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sem dúvida. Bom, então, ficamos aqui definindo o seguinte: teremos na próxima reunião o voto em separado do Senador Demóstenes, duas audiências públicas já aprovadas, que nós vamos aí elaborar um cronograma de convites aí para essas duas audiências públicas. E a pergunta que eu faço é se fica reunião para terça-feira, às 18 horas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só vou pedir licença para V. Exa, porque eu vou para a ONU amanhã e terça não estarei aqui. Não queria que isso representasse uma ausência deliberada. Já estou justificando, porque já está designado, já foi tudo...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): É semana que vem toda?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A outra estou de volta. Essa primeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Porque realmente é uma pena, já que V. Exa é o relator, a leitura que... O Senador Jarbas--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu pediria desculpas. Se pudesse adiar, ficaria satisfeito, mas não quero--

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Estou defendendo uma reapresentação. Só que eu viajo segunda-feira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu viajo sexta agora e volto na outra semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas terça-feira, então, o senhor também não vai poder estar presente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor também está viajando? Quem sabe, Presidente, já está tanto tempo...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Deixaria para a outra semana.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O relatório aqui é de... Acho que nós fizemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Deixaríamos para a outra terça-feira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, nós deixaremos para a outra terça-feira, dia 24. Está bom?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Venho direto para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Dezoito horas. Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Poderia pedir para o Senado toda a documentação, cartilha,

tudo o que eles já preparam para distinguir primeiro grau e tudo, para a gente também dar uma olhadinha nisso, que acho que é o menor e adolescente, quem é o relator?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pedro Simon.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, ele poder analisar, e a gente também colaborar. Acho que os relatores podem, entre si, se colaborarem para buscar. Obrigado, Presidente.

Sessão encerrada às 11h40.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezoito horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Tasso Jereissati, com a presença dos Senadores César Borges, Pedro Simon, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati e Francisco Dornelles, e das Senadoras Patrícia Saboya e Serys Slhessarenko, reúne-se a presente Subcomissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Renan Calheiros, Marconi Perillo e Romeu Tuma. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 21, de 2005 "Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública". Autoria: Senador Tasso Jereissati, com a presença do Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Presidente da Subcomissão altera os sub-relatores dos temas: O **Senador Romeu Tuma** ficou como relator do **Sistema Nacional de Segurança Pública**; o **Senador Aloizio Mercadante** ficou como relator do **Sistema Penitenciário**; o **Senador César Borges** ficou como o relator do **Tráfico de Armas e o Controle das Fronteiras; A Senadora Patrícia Saboya** ficou com relatora do **Tráfico de Drogas com ênfase no Crack**; e o **Senador Jarbas Vasconcelos** ficou como o relator do **Crime Organizado**. **REQUERIMENTO APRECIADO: 1) ADENDO AO REQUERIMENTO N° 2, DE 2009-SSPJ:** Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir a reestruturação dos Órgãos de Segurança Pública, com a presença dos representantes das seguintes entidades: Associação Nacional dos Cabos e Praças das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares– ANASPRA; Ministério da Justiça; Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às dezenove horas e trinta minutos; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Subcomissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **TASSO JEREISSATI,** Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Os senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2005, que dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública, com a presença do Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu queria, primeiro, voltar a salientar a presença do nosso Presidente da Comissão de Constituição, Justiça, a quem nós, como subcomissão, estamos subordinados e que vem aqui, hoje, trazer de volta uma pauta que tem sido muito polêmica, já há dois anos dentro da Comissão de Constituição e Justiça, que é a da reestruturação dos órgãos de segurança, principalmente entre Polícia Civil e Polícia Militar nos estados.

Mas antes, Senador Demóstenes, gostaria de pedir licença para que nós fizéssemos... Já a Senadora Patrícia também que nos honra e dá outro nível a esta subcomissão, melhorar sensivelmente a qualidade dos membros dessas Comissão em todos os sentidos, e que substitui o Senador Osmar Dias do PDT, e também a presença muito importante aqui do Senador Simon, que faz parte desta Comissão, mas que ainda não teve, não pode estar presente na Sessão, e que nós fizemos aqui um método de trabalho de operação, e eu gostaria de fazer então uma rememoração rápida, junto com o Senador Jarbas, daquilo que foi projetado.

Já recebeu a cópia? Mas não é bom fazer um... Então nós fizemos aqui, o Senador Jarbas foi designado como relator geral, ou seja, ao final desta Comissão nós vamos fazer um documento completo, não apenas votando todos os projetos que estão pendentes na Comissão de Constituição e Justiça, mas fazendo um documento final de sugestões a serem feitos sobre a questão da segurança pública, envolvendo todos os aspectos, sistema penitenciário, repressão, organização dos órgãos de segurança, reestruturação e ele seria o relator geral.

Ele, então, dividiu aqui em seis temas... Seis ou sete temas? Em seis temas e cada tema teria um senador como relator, que juntaria todos os projetos que estão na CCJ, traria para cá e, ao final, faria o relatório sobre os seus respectivos temas.

Eu pediria, então, ao Senador Jarbas que lesse os temas e apenas rememorasse aqui quais seriam os senadores relatores.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Apenas complementando as informações já prestadas pelo Senador Tasso Jereissati.

Foram divididas em sete, eu auxiliei de forma errada, não foram seis, foram sete temas.

O Senador Romeu Tuma ficou como relator do Sistema Nacional de Segurança Pública; o sistema penitenciário ficou com o Senador Aloizio Mercadante, que ainda não pôde comparecer a nenhuma das reuniões; o Senador César Borges relata a matéria sobre o tráfico de armas e o controle das fronteiras; o Senador Marconi Perillo, o acompanhamento orçamentário. Tinha sido designado para relatar o tema de crime organizado o Senador Osmar Dias e o Senador Pedro Simon com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA.

Então foram essas as...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Foi feliz. Bom, então foram essas as indicações que foram feitas aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então nós definimos também que nós começaríamos... O primeiro tema a ser tratado seria o da reorganização, reestruturação do sistema de segurança pública brasileiro, que começaria por um projeto que já está em andamento, que foi de minha autoria, e teve como relator o Senador Romeu Tuma que, infelizmente, por problemas de saúde, não pôde estar presente hoje aqui, mas que estará na...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, não, parece que ele teve que fazer um exame hoje, mas não me parece que a coisa é séria, pois ele disse que esperava estar aqui amanhã.

E então nós tomamos a iniciativa de ler hoje o voto em separado que estava já sendo dado, ainda na Comissão de Constituição e Justiça, pelo Senador Demóstenes, que iria fazer aqui a rememoração do projeto e leria o seu voto em separado, que foi um voto em separado contra o voto do relator, do Senador Romeu Tuma.

E ao mesmo tempo, já ficamos combinados de, na próxima Reunião, fazermos uma Audiência Pública, convidando aqui uma série de autoridades ligadas ao setor, sobre a questão, ou seja, o relatório do Senador Tuma *versus* o relatório do Senador Demóstenes, para que nós pudéssemos começar a discussão, para colocarmos em votação nesta Subcomissão.

Então, eu convidaria o Senador Demóstenes para vir aqui, à Mesa, e fazer a leitura do seu relatório.

Lembrando também que esse relatório, essa questão já está na Casa faz uns três, quatro anos, não é isso, Senador Demóstenes? Três, quatro anos, foi muito polêmica. Em função de pressões de todos os sentidos, contra e a favor, chegou-se a um impasse muito grande aqui, ao mesmo tempo que nós chegávamos à Comissão, Pedro Simon, V. Exa. lembra, ainda naquela primeira subcomissão que nós fizemos da necessidade de reorganizar e integrar as duas polícias.

Mas, quando o projeto chegou à Comissão de Constituição e Justiça, foi intensamente polêmico e acabou-se num impasse e resolveu, como se costuma fazer aqui, jogar para frente, e nós estamos querendo retomar o assunto agora, entendendo ele como fundamental, agora, com todos esses problemas que nós estamos vendo no Rio de Janeiro e em outros lugares, como, realmente, um problema que nós não podemos mais postergar.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Presidente, antes do relator iniciar o seu relatório, eu queria perguntar ao relator geral se haveria alguma possibilidade de nós ainda fazermos alguma alteração em relação aos relatores.

Eu trato desse assunto, Senador Jarbas, porque eu tenho me dedicado muito, com muita atenção, e, hoje, até conversava com a Senadora Marisa Serrano, porque nós estamos providenciando através do nosso gabinete, mais duas comissões, um grande seminário para tratar do assunto violência urbana, drogas e principalmente dando ênfase ao *crack*.

Então eu perguntaria a V. Exa., a não ser que tenha algum impedimento, não tem problema, eu posso

colaborar também com V. Exa., mas se houvesse possibilidade de trocar essa questão do tráfico de drogas com o crime organizado... Mas, depois, V. Exa. pode ficar à vontade e, depois, V. Exa. me diz. Se tiver condição ainda de me fazer essa troca, eu lhe pediria para fazer. Não?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): [ininteligível]

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Então, muito obrigada. Agradeço. Presidente, o Senador Jarbas, então, trocou o tema, e eu fico com a questão das drogas, e ele ficaria com o crime organizado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Nem sei, um pelo outro, não quero troco.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Lembramos inclusive a V. Exa., Senadora Patrícia, que a questão que nós fizemos questão de colocar aqui na questão droga, dando ênfase à situação do *crack*, que hoje é uma verdadeira peste que está destruindo...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Ele foi chamado até de uma pandemia. Infelizmente não existe, não existem ainda soluções políticas, ainda é um tema muito desconhecido para nós brasileiros, e algo que tem dilacerado a vida de milhares de famílias, não só de crianças e adolescentes, mas como das suas próprias famílias, que não sabem como lidar com esse fenômeno que tem, infelizmente, tirado a vida de milhares de crianças no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Com a palavra, então, o nosso Senador Demóstenes Torres, o nosso Presidente.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sr. Presidente, Sra. Senadora, Sr. Relator Geral, Sr. Senador.

Essa é um proposta de emenda à Constituição que está em discussão na casa desde 2005. E é preciso lembrar, uma proposta de autoria do nosso Presidente Tasso Jereissati, que tinha uma finalidade única; nós temos diversos gargalos para resolver o problema da segurança pública no Brasil, nós sempre dissemos isso, primeiro, nós não temos política de prevenção da criminalidade, especialmente a escola em tempo integral, que já foi aprovada diversas vezes pela Comissão de Constituição e Justiça e sempre para no Plenário da casa. Por quê? Porque ninguém vai votar contra, mas o Governo diz que não tem dinheiro para tocar.

É um projeto que custa 30 bilhões de reais por ano, segundo estimativas do próprio governo. Ora, 30 bilhões, hoje, é um troco. Se quisesse resolver o problema, ter todas as escolas em tempo integral para o ensino fundamental, nós teríamos.

E mais, se nós pegarmos o que o Banco Mundial reconhece como as diversas esferas do Poder Público brasileiro, Legislativo, Executivo, administração direta e indireta, como desvio, algo em torno de 84 bilhões, ou seja, bastava roubar menos da metade que o problema da escola estava resolvido no Brasil.

Mas nunca se toca para frente esse projeto. É sempre um projeto demagógico em época de campanha. E muitos falam assim: "Não, eu fiz escola em tempo integral." Aí é pior ainda, porque tem aluno que vai estudar em escola em tempo integral e tem outro que vai estudar em escola de qualquer tempo.

Então é um projeto prioritário esse já aprovado. Inclusive, na época do Senador Tasso Jereissati, voltou para a Comissão. Na época que o senador presidiu a primeira Subcomissão, eu tive a honra de ser relator geral junto, designado por ele.

Então, assim, nós entendíamos também que, como tem diversos gargalos, que, como eu disse, tem a questão do crime, que o governo agora está se curvando, entendendo que as pena leves para crimes graves não resolve coisa nenhuma.

Teve inclusive a chamada panacéia do PRONASCI, que nós apelidamos de "bolsa-maconha", você distribui o recurso, na tentativa de fazer com que o jovem drogado pare de usar a droga. Então, você dá 191 reais por mês aquele em situação de risco, que também é uma coisa subjetiva. Então se você dá 191 reais, em vez do sujeito parar de fumar, ele vai fumar mais 191 reais de maconha por mês; agora é *crack*.

Então, essas medidas paliativas, embora bem intencionadas, não têm resolvido.

Contra a posição de muitos, inclusive da Senadora Patrícia Saboya, nós aprovássemos a redução da maioridade penal, também achamos que era importante para se dar um realismo à situação brasileira, embora reconheçamos que o governo muito tenha que fazer na área de instalação das políticas públicas, de efetivação das políticas públicas.

Agora, nós aprovamos projetos que nós começamos a discutir naquela época, Senador Tasso, como o aumento da progressão para o regime semiaberto e por diante. E ficou esse tema.

O que é o tema? A desestruturação completa das polícias do Brasil. Não existe um modelo tão anacrônico, tão anárquico, tão sem lógica quanto o modelo que nós temos; um modelo sem controle, porque o Ministério Público, como disse o Ministro Gilmar Mendes, faz um controle externo litero-poético, um controle acadêmico em cima da polícia, que não resolve nada,

não tem poder correcional, não tem poder de punição, não tem poder de demitir um policial, e os policiais, ainda, no Brasil, eles se acham no direito de pertencer à carreira jurídica.

Então, policial não quer investigar, não, ele quer ser doutor. E isso não quer dizer que eles têm que ser menosprezados por isso, não; podem, inclusive, ganhar mais do que juízes e promotores, ganhar igual a juízes e promotores.

O que nós precisamos é ter uma polícia correta, decente, firme, me perdoe a redundância, policiada. Nós precisamos ter uma polícia diferente. O sistema de Polícia Civil e de Polícia Militar falhou. Nós temos a Polícia Civil que, em tese, faz a investigação, portanto, teria que ser uma polícia não ostensiva, mas em todo lugar que acontece o crime, a primeira coisa que você vê é alguém investido, Polícia Civil ou Polícia Federal, e, ao mesmo tempo, a Polícia Militar tem a P2 que faz a investigação.

E não há quem acabe com a briga entre as duas, uma acha que é mais limpa que a outra, a outra acha que é mais competente, uma acha que ganha mais e outra que ganha menos. E a pergunta que eu sempre faço é o seguinte: para quem sofreu um crime, qual é a diferença de ser atendido pela Polícia Civil ou pela Polícia Militar? "Ah, não quero ser... Polícia Militar não, meu amigo, está errado, eu quero alguém que investigue aqui e tchau. Só atendo aqui a Polícia Civil."

Para a vítima, para o representante da vítima, isso não tem nenhuma importância; essa é uma importância que só existe na nossa mente. A polícia nasceu para ser comandada, para obedecer, obedecer dentro da lei. As nossas polícias, tem aí um projeto, dando autonomia para a polícia, autônoma. Já imaginou uma polícia autônoma? Alguns policias civis querem fazer, inclusive, inquérito, alguns policiais civis querem fazer inquérito civil, veja só, quando a atribuição precípua é fazer inquérito policial.

Tem que investigar o crime. "Não, mas, agora, nós também queremos investigar a improbidade." Com que finalidade? Criar uma disputa com o Ministério Público, que, por sua vez, também, não faz uma fiscalização eficiente.

Já se tentou acabar de diversas formas, ou de minimizar a influência, ou de criar um juízo de instrução ou coisa semelhante, porque o inquérito policial também tem seus problemas, mas o inquérito policial também não pode ser modificado, até o novo Código de Processo Penal que dá a possibilidade de o Ministério Público fazer investigação, ele não vai adiante. A Lei do Crime Organizado, que nós também votamos aqui, pela primeira vez, há quatro, cinco anos, nunca foi adiante, nunca foi. Por quê? Porque ali se admite a hipótese do Ministério Público fazer a investigação, que o Supremo, praticamente toda semana, dá uma decisão dizendo-se o que promotor pode investigar.

Claro, se o inquérito policial é para formar convicção do promotor, se ele mesmo investigar ou se ele receber outra espécie de informação do Banco Central, do COAF, ou até investigação privada com credibilidade, por que é que ele não pode tomar iniciativa, ele tem que mandar para a polícia? É claro que a polícia vai ficar sempre com os 95%, ou mais, da investigação.

Mas o fato é que nós estamos travados. Na última vez que nós tentamos votar esse projeto, vamos lembrar, era Presidente aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães, a Polícia Civil e a Polícia Militar invadiram o Congresso Nacional, invadiram o Congresso Nacional. V. Exa. não era ainda senador aqui.

Então, muitos senadores ficaram amedrontados com essa situação. O Senador Romeu Tuma tinha feito um parecer pela rejeição na íntegra da proposta de Emenda à Constituição nº 21, e eu pedi vista para apresentar um voto em separado.

No dia anterior, nós nos reunimos, eu, o Senador Antonio Carlos, o Senador Tasso Jereissati, Senador Mercadante, não me recordo mais os outros membros da comissão, nos reunimos todos e acertamos que iríamos votar contra o voto do Senador Romeu Tuma, a proposta de que as polícias no Brasil deveriam ser unificadas ou no substitutivo que eu tinha feito, para minimizar, que era passar para os estados a tarefa de dizer se queria ter duas polícias ou uma só. Muito bem.

Não foi possível se fazer a votação. E isso ficou na gaveta até agora, por quê? Porque também as polícias pressionam constantemente. Muitos têm medo do futuro.

A proposta do Senador Tasso Jereissati é uma proposta simples e boa, já pega a Constituição Federal e transforma as duas polícias numa só, uma só polícia vai fazer investigação, uma só polícia vai fazer a prevenção. A polícia terá uma academia só, a polícia terá um controle efetivo por parte dos órgãos públicos, tudo, tudo, tudo que a Constituição prevê para duas polícias se transformar numa só.

Esse é o projeto do Senador Tasso Jereissati que eu considero extremamente meritório, nós não precisamos de duas polícias no Brasil. E muitos polícias não entendem que esse é um projeto em favor do policial, muitos pensam assim: "Ah, mas a minha instituição tem 180 anos." Mas as coisas boas também têm que mudar.

Eu lembro o seguinte: o Brasil foi descoberto por uma tecnologia moderníssima, as caravelas; se nós tivéssemos, hoje, com as caravelas, nós estaríamos afundados, literalmente.

Então, a proposta do Senador Tasso Jereissati, uma vez que, agora, eu estou fazendo apenas um resumo do que aconteceu, porque o Senador Tasso Jereissati, por força de eu ter remetido esse projeto para a subcomissão – eu não pertencia à Submissão -, ele vai ter que designar outro relator, possivelmente relator geral, ou outro relator, para tratar dessa matéria, que é uma matéria que eu já digo para os senhores, em fevereiro, em fevereiro, vai ter... Se for para votar em fevereiro ou em dezembro, vai ter invasão aqui, por parte das forças policiais, e nós teremos que votar de forma destemida, ouvir a todos.

A proposta alternativa que eu fiz naquela época, não é porque eu considerava ruim a proposta do Senador Tasso, não, eu considerava muito boa, a melhor, inclusive, mas é que foi feito um acordo porque os policiais não aceitavam de jeito nenhum que as polícias fossem unificadas aqui.

O argumento era: "Mas as polícias são estaduais, como é que nós vamos dar um tratamento federal às polícias estaduais?". Mas já é assim. O tratamento é dado na Constituição Federal. Eu fiz um substitutivo que é simples, transfere para os estados a responsabilidade.

Ao invés da União legislar sobre a polícia, o estado vai legislar; quer ter duas polícias, tenha duas polícias; quer evoluir para uma polícia só, evolua; quer que a polícia tenha caráter civil, ela terá; quer que a polícia tenha caráter militar, ela terá, mas será uma só polícia.

Vale lembrar que, naquela ocasião, nós fizemos uma série de estudos. Eu cheguei, quando eu era, antes ainda, Secretário de Segurança Pública, a ir ao Canadá, ver o modelo de unificação.

E é bom lembrar também: quando se unifica, os problemas continuam por muito tempo também. Por quê? No Canadá, 1/3 dos polícias se aposentaram rapidamente, 1/3 continuou trabalhando mais ou menos por dez anos e deram problemas, porque eram bandidos, policiais bandidos, que nós temos no Brasil também, não é regra, não, mas também não posso dizer que é exceção.

Eu posso dizer que nós temos que criar um controle externo, que não que ele tenha que sair da mão do Ministério Público, mas um controle externo efetivo, com participação de magistrado, participação da sociedade civil. As pessoas têm que enfrentar o dilema que é ter a polícia, que eu valorizo sobremaneira, fui Secretário de Segurança Pública, que eu acho que a polícia tem que readquirir o respeito social, a sociedade tem que compreender que precisa da polícia. A polícia aparece no momento terrível, a polícia lida com o esgoto da sociedade, e ela precisa de respeito, de crédito e de confiança.

Esses projetos fazem isso. Um, a Constituição já trata diretamente, o outro, um pouco mais maleável, dá aos estados essa condição. Algumas sugestões me foram apresentadas novamente pelo Senador Tasso Jereissati, através da sua assessoria, e ela propõe, por exemplo, algo que eu acho muito bom: manter as duas polícias inicialmente no estado com o ciclo completo. O que é o ciclo completo? Uma polícia pode investigar, e uma polícia, a outra polícia, também pode investigar. Uma das polícias pode fazer a prevenção, poder ser fardada, a outra também pode.

Quer dizer, o que clama essas polícias é justamente isso, as duas já fazem isso, mas por que é que a Polícia Militar, por exemplo, tem um efetivo muito maior, não pode fazer TCO, Termo Circunstancial de Ocorrência? Por que é que ela não pode fazer isso? Aliás, na minha opinião, deveria ser só a Polícia Militar. Poderia resolver na hora. A Polícia Militar tem um efetivo, muitas vezes, dez vezes superior da Polícia Civil.

Então, em síntese, essas sugestões, o voto original, o projeto do Senador Tasso Jereissati se encontra aqui, o voto do Senador Romeu Tuma, contra, se encontra aqui, o voto--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está tudo aqui .

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O voto do Tuma?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O Tuma rejeita, diz que está, tem que ficar exatamente do jeito que está, as duas policiais têm que existir, que é perfeito e que precisa regulamentar o art. 144, criar uma espécie de código da área de segurança, um código das polícias, tratar bem corporativamente as duas polícias, que o problema será resolvido. A essência do voto do Senador é essa. Portanto, ele rejeita o projeto do Senador Tasso Jereissati.

Eu pedi vista. Fiz um voto, que eu não pude ler naquele dia, porque o Senador Antonio Carlos então disse: "Olha, não havendo qualquer possibilidade de votação, nós suspendemos." E não se voltou mais, mas está aqui o voto que eu iria proferir há quatro anos. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Na época da subcomissão?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Na época da subcomissão.

Então, esse voto, ele está aqui, que ele propõe a estadualização das polícias com os governadores, podendo optar em ter duas polícias, uma polícia, aca-

bar com uma, fazer outra, do jeito que ele quiser, com a possibilidade e o desejo, claro, que o governador unifique as duas polícias.

E as sugestões, posteriormente apresentadas pelo Senador Tasso Jereissati, que propõe, inclusive, que as polícias possam ser mantidas, desde que se incorpore o ciclo completo, com a possibilidade também de, no futuro, o governador optar por ter apenas uma polícia.

Então, em síntese, é um relatório, assim, bastante sintético do que aconteceu nesse período, mas acho que dá uma ideia do problema que nós temos na mão.

Então, entrego a S. Exa....

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pode, acho que tem muitos projetos que trataram de unificação. Esse não. Esse nunca...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Semelhante a esse.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Semelhante sempre teve, um projeto ou outro, aqui ou lá, mas sempre arquivado, nunca consegue prosperar.

Por exemplo, V. Exa., que dá um tratamento também diferente ao inquérito policial, nunca consegue ir adiante. Então, esse é um gargalo da segurança pública; os outros, nós estamos conseguindo.

Amanhã, quem sabe, nós não vamos votar, na Comissão de Segurança Pública, muito provavelmente, a nova... A nova não. Nós nunca tivemos uma lei de crime organizado no Brasil.

E nós temos um Tratado de Palermo, que prevê justamente essa possibilidade ou a obrigatoriedade do Brasil ter uma lei sobre crime organizado.

Então, eu passo à mão do Senador Tasso Jereissati tudo que foi. Nós fizemos, de forma resumida, é claro que o processo, o projeto, melhor dizendo, a proposta de emenda à Constituição, de autoria dele mesmo, já se encontra já devidamente na subcomissão, e eu entrego ao nosso Presidente, então, todo esse material, para ele repassar para o novo relator, me dispondo, inclusive, se o novo relator necessitar, de trocar ideia com ele, para que ele possa formular o seu parecer, e, quando for para a Comissão de Constituição e Justiça, naturalmente que vai ser uma matéria muito polêmica, mas que nós podíamos pelo menos votar, qualquer que seja o resultado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Foi o que aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não é porque houve... Eles encheram aqui, as duas polícias encheram de um lado e de outro, ficou difícil de votar, e aí acabou o Presidente Antonio Carlos suspendendo a sessão e levou-se para se tentar um acordo, não se chegou a um acordo, aí acabou arquivando, foi para depois, foi para depois...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E se não resolvemos o problema das polícias, não vamos resolver o problema da segurança, assim como precisamos resolver o problema penitenciário, o problema de progressão, problema de prevenção, de escola, de droga; tem uma série de fatores aí para resolver.

Um deles é esse, fundamental. A polícia, do jeito que está, hoje, no Brasil, não existe.

E mais, lutando para ter autonomia. Polícia quer ser... Imagina polícia autônoma, sendo quase um poder, e armado, com revólver na cintura. Então, imagina onde nós vamos parar.

É reconhecer o valor do policial. Essa é a minha opinião. Dar valor a quem tem valor. Agora, como é que ele pode trabalhar bem remunerado, de forma segura, sem corporativismo e prestando alto serviço para a sociedade? Nós não podemos tolerar o que tem hoje mais na polícia. Me perdoem, já não é mais exceção, já não é mais exceção, os casos na polícia de corrupção, de violência são gravíssimos...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E tem os recentes acontecimento provando-se isso.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então parte da polícia descamba, sai e vai direto para o crime, constituir milícias; outra parte, sempre envolvida com tráfico.

Dentro do sistema penitenciário, esses bandidos têm regalias por quê? Tantos agentes penitenciários, que não fazem parte da polícia, quanto a polícia, propriamente dita, estão favorecendo, e, se nós não conseguirmos moralizar isso, nós não vamos resolver o problema de segurança pública e nem o problema penitenciário no Brasil.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador, o Projeto PEC 300, que trata do piso salarial, também está aqui ou não?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Está na Câmara dos Deputados, mas nós aprovamos um projeto que não é inconstitucional.

A PEC 300, ela fala, ela usa uma referência: Brasília. O Brasil é uma federação, ou seja, cada estado tem direito de pagar os seus membros do jeito que bem entender. Tem um teto, tem um teto que é o teto...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente. O teto do funcionalismo público em geral é o de Ministro do Supremo Tribunal Federal e nos estados menos 5%.

Agora o que é que propõe essa PEC? É que os policiais, no Brasil, ganhem como os de Brasília, que é a União que paga.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O piso?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, ganhe como mesmo, é igual o salário. Então muitos juristas já...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O Governo Federal é quem pagaria essa diferença?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Pagaria e aí muitos...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aqui em Brasília quem paga a polícia é o Governo Federal.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim, sim, a complementação viria daí. Aí muito bem. Muitos juristas dizem: é inconstitucional. Por quê? Você usa um estado e equipara os outros, então perdem os estados a autonomia de legislar sobre o seu funcionalismo público.

Qual a solução encontrada? Uma PEC aqui que tem como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros. O que é que essa PEC propõe? Propõe o contrário, o piso; o piso será criado por uma lei federal e regulamentado, o piso será criado pela Constituição, e regulamentado por uma lei federal, mas o Ministro da Justiça já fica autorizado a criar um piso, por decreto, enquanto não vem essa lei.

O Ministro da Justiça nos garantiu que vai criar o piso do Estado de Sergipe que é 3.200 reais, Brasília é 5.400 reais, me parece. Muito bem. Há uma distância grande? Há uma distância grande. Mas vamos imaginar que no Rio de Janeiro um policial militar ganhe menos de mil reais por mês. Então já daria um salto grande. No estado de Goiás ganha 2.700, então passaria o piso a ser 500 reais a mais, enquanto que teto vai aumentando muito mais, porque as altas patentes vai ganhando mais.

Então já seria uma grande solução e ficaríamos livres daquela pecha de inconstitucionalidade, por quê? Porque é outro problema que nós temos que resolver, do salário dos policiais. E a União concorda em fazer essa complementação.

Então está na hora de fazer. Porque a União nunca quis pagar nem um centavo para policial. Se a União quer, agora, pagar, vamos fazer isso, vamos aproveitar.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e está em Plenário para votação; em seguida, segue para a Câmara.

É proposta de emenda à Constituição, inclusive com os líderes se comprometendo a pedir ao Presidente José Sarney para que ele faça, como já foi feito aqui muitas vezes, ou já foram feitas muitas sessões dessa forma, ou seja, fazer num dia só, dispensa interstício, é questão da maior relevância. Então poderíamos votar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Como? É, pode fazer.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): E o Senado não pode perder essa chance, já o que Governo Federal está se dispondo a fazer essa complementação...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Exatamente.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O Senado não pode segurar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): E nada impede que se tendo esse piso de 3.200, porque isso não está fixado em lei, mas o Ministério concorda em fazer, que isso chegue lá ao de Brasília, no futuro, não é verdade? Precisa começar.

Não tem um piso nacional de professores hoje? Então é outra coisa boa que nós estamos fazendo. Então eu até pretendo fazer um balanço dizendo o que nós votamos esse ano, o que nós avançamos.

Agora, a Câmara precisava votar também.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu pergunto aos Srs. Senadores se tem alguma sugestão sobre o andamento dessa questão, que eu gostaria de colocar como prioritária, eu gostaria de levá-la ainda esse ano para a Comissão de Constituição e Justiça. Nós já temos...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O projeto do relator, já foi aprovado?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não. Eu coloco se tem alguma sugestão, estão todos de acordo? Então, o Senador Jarbas ficaria como relator, eu proponho que nós façamos... Qual é a Audiência Pública antes do seu relatório em cima ou depois? Antes? Para a próxima reunião? Faremos uma Audiência Pública que já vai dar problema na próxima reunião, provavelmente...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, qual era... Quem nós tínhamos já combinado de convidarmos para a nossa Audiência Pública? Terça-feira, é dia... É o dia do teu jantar?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Dia 1º, então, esse mês é 31?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): 31 não tem, não.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então 30. 1º.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Bom, tinha sido aqui sugerido, tinham sugerido a presença aqui do Presidente da Associação Nacional dos Oficiais da Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros, a Associação Nacional dos Cabos e Praças das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiro, a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Civil, Associação Nacional dos Agentes de Polícia Civil, e Associação de Delegados da Polícia Federal.

Queria saber se existe alguma sugestão a mais para colocar ou tirar...

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu sugeriria que se convocasse alguém do Ministério da Justiça. Que aí já também teremos uma palavra oficial, o que pensa o Ministério da Justiça a respeito do tema.

A assessoria do Senador Mercadante também parece que quer.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nós já temos um, dois, três, quatro, cinco, seis.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então faríamos esses seis e, depois, com o Senador Mercadante, chamaríamos outros?

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Então faz duas audiências... Quatro em quatro ou cinco em cinco.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agora, Senador Tasso, eu também estou fazendo lá um levantamento e V. Exa. também pode fazer. Tudo que for relativo à segurança, eu vou passar antes para V. Exa.. E aí eu pediria só a V. Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Passaria então ao relator geral?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Que já ficaria como relator dessa matéria.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Perfeito. Se nós pudéssemos aprovar isso tudo, eu vou pedir inclusive da mão de outros relatores, se nós pudéssemos aprovar duas semanas depois e voltasse para a Comissão, nós teríamos condição de votar tudo com prioridade, votaríamos um pacote de segurança, homenageando o trabalho que a Subcomissão irá fazer. Se houver concordância de V. Exa. e da Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Passaria tudo com esse compromisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Nós aqui... Dependendo acho que estamos todos de acordo, acho que até o inicio da primeira semana de dezembro nós já podemos devolver essa questão de reorganização da segurança pública, passando para nós todos os...

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Tudo que tiver lá eu passo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Porque vai se votar lá. Aqui está faltando, são... Quem é que está pedindo aqui, por favor, pode ir. Não sei se estou quebrando aqui a...

SR. PEDRO QUEIROZ DA SILVA: Presidente, boa-tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Boa-tarde .

SR. PEDRO QUEIROZ DA SILVA: É uma satisfação estar aqui com o senhor e a minha senadora do Ceará. A gente queria aproveitar o princípio da oportunidade e pedir, já que o senhor está ofertando a possibilidade de ingressar novos convidados para Audiência Pública, a inclusão da Associação Nacional das Entidades Representativas de Praças, Policiais e Bombeiros Militares, se a comissão puder deferir.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Associação Nacional...

SR. PEDRO QUEIROZ DA SILVA: Das Entidades Representativas de Praças, PMs e BMs do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ok.

SR. PEDRO QUEIROZ DA SILVA: Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado. Queria saber se estão todos de acordo?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aqui é Associação Nacional de Praças da Polícia Militar.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Aí vai ficar sobrando Civil.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Aqui já estão... Deixa só eu ler de novo. Associação Nacional dos Oficiais de Polícia Militar estão aqui, Policial Militar e Bombeiro; Associação Nacional dos Cabos e Praças de Polícias Militares já está aqui. Hã? Como é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Depois tem a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Civil. Depois, Associação Nacional dos Agentes de Polícia Civil, que seria a tropa, vamos dizer assim, da Polícia Civil, e a Associação dos Delegados da Polícia Federal e mais um representante do Ministério da Justiça.

SR. PEDRO QUEIROZ DA SILVA: Sr. Presidente, é provável que, quando forem fazer o assentamento do nome da entidade...

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas é a mesma coisa?

SR. PEDRO QUEIROZ DA SILVA: ANASPRA, Associação Nacional de Praças, ela não faz referência a cabo ou soldado. Praças vai do soldado até o subtenente. Então engloba todos os praças, PMs e BMs também. Então talvez tenha sido, assim, um erro de grafia.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas, enfim, no fim, é o mesmo grupo, é a mesma associação.

SR. PEDRO QUEIROZ DA SILVA: Mas era interessante que ficasse o nome correto, ANASPRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Ok.

SR. PEDRO QUEIROZ DA SILVA: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): ANASPRA. São sete. Ficaram um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Fazemos em um dia... Também tem comandante de...

SR. EDMILSON FONSECA: Sugestão, Excelência, seria o Presidente do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros e o Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícias. Esses dois presidentes seria interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Plenário, ok, convida mais esses dois? Teremos que fazer duas audiências.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Você anotou o nome ali? Anotou o nome? Os praças ali. Então vamos fazer em dois dias, duas audiências, uma já na próxima terça-feira, dia 1º, Senador César, Senador Simon? Dia 1º, nesse mesmo horário, seria a primeira Audiência Pública? Ok? Eu gostaria, se todos concordassem... Senadora Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Se nós poderíamos fazer duas audiências em dois dias, terça e quarta.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Quarta é a Comissão de Justiça?

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, à noite nessa mesma hora. Senador Simon, faríamos duas audiências, terça e quarta, no fim... Depois da Ordem do Dia.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Dia 1 e dia 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Dia 1 e dia 2, faríamos duas audiências, então, seguidas. Ok, Serys?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, estão anotados todos os nomes dos convidados e dividiríamos aqui em duas coisas: terça e quarta, às 06 horas da tarde.

Está bom.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 19h30.

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1° DE DEZEMBRO DE 2009, TERÇA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezenove horas e quatro minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Tasso Jereissati, com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Romeu Tuma, e da Senadora Serys Slhessarenko, reúne-se a presente Subcomissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aloizio Mercadante, César Borges, Pedro Simon, Renan Calheiros e Marconi Perillo e a Se-

nadora Patrícia Saboya. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à realização de **Audiência Pública** para instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 21, de 2005 "Dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública". Autoria: Senador Tasso Jereissati, com a presença do Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Convidados: Abelmídio de Sá Ribas, Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil; Pedro Queiroz da Silva, Vice-Presidente da Associação das Praças Policiais Militares e Bombeiros Militares-ANASPRA, representante do senhor Sidney da Silva Patrício, presidente da ANASPRA; Coronel Miler, representante do Coronel João Carlos Trindade Lopes, Comandante-Geral da Brigada Militar e Presidente do Colégio Nacional de Comandantes Gerais dos Policiais Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Justificou a ausência: Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Civil. A Presidência declara encerrada a Reunião às vinte horas e vinte e três minutos; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Subcomissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **TASSO JEREISSATI,** Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Srs. Convidados, Srs. Senadores. Como está havendo Ordem do Dia, ainda, e nós estamos aguardando a presença de alguns senadores, mas tem aqui uma série de convidados que estão precisando inclusive viajar, tem hora marcada, eu vou dar início à Audiência Pública convidando os convidados de hoje para se sentarem à Mesa: o Dr. Abelmídio de Sá Ribas, que é Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil; convidando o Coronel Müller, do Colégio Nacional de Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros do Brasil; e o Pedro Queiroz, que é vice-Presidente da Associação... Tem mais alguém, mais algum convidado? Não. Então eu vou dar a palavra ao Coronel Müller para iniciar o seu depoimento.

SR. ELIAS MÜLLER DA SILVA: O Coronel Sá Ribas está com a passagem marcada.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então, primeiro, aqui para o Sá Ribas, que está com horário marcado.

SR. ABELMÍDIO DE SÁ RIBAS: Boa-noite a todos. Sr. Senador Tasso, nobre Senador Jarbas, senhoras e senhores, companheiro Müller do Conselho, companheiro Queiroz. O fato de ter a passagem marcada já é uma garantia de que eu tentarei ser bastante breve, de forma a não cansar ninguém, senador, e tentar ser o mais objetivo possível na minha rápida explanação.

Com relação à PEC 21, eu gostaria de fazer algumas considerações bem sucintas no que diz respeito aos seguintes aspectos: nós, normalmente quando tratamos do sistema de segurança pública do País, o fazemos em função de fatos ocorridos que geralmente levam a um clima emocional por excelência. Não raro se vê a tomada de posições e até mesmo a elaboração de leis e propostas orientadas em função deste contexto. Isso normalmente é um fator de preocupação porque as coisas acabam não se fazendo, ainda que com a melhor das intenções, de maneira equilibrada, tranquila, bem avaliada. Tanto que eu diria aos senhores o seguinte: nós falamos muito e criticamos muito o sistema de segurança pública do País, mas esse sistema de fato está implantado no nosso País? Alguém pode afirmar isto com certeza e com convicção? Certamente, não. Tanto ele não está, senhores, que o então sistema de segurança pública criado pela Constituição de 1988, até hoje, pasmem, transcorrido mais de 20 anos da Constituição, ainda não foi regulamentado. Estamos aguardando até hoje que haja a regulamentação do § 7º, do art. 144 da Constituição Federal, com uma série de projetos tramitando pelas nossas Casas de Leis e até hoje, passados mais de 20 anos, sem ter essa definição. Tivesse havido, talvez, essa regulamentação e nós já não teríamos um quadro tão complexo quanto temos hoje e que nos trás novamente a esta nobre Casa de Leis.

Em algum momento se fez avaliação e controle de resultados deste pretenso sistema de segurança pública do nosso País? Posso afirmar com convicção, do alto de mais de 35 anos de atividade profissional, que não, nunca se fez. Não há até hoje um sistema de avaliação e acompanhamento de resultados do sistema de segurança pública do País. Ninguém pode dizer em sã consciência que esta organização tem mais ou melhor desempenho que aquela justamente porque não existe nenhum tipo de parâmetro que permita fazer esse tipo de avaliação. Pior: não dá nem para dizer que os outros órgãos, não só os policiais, que implicitamente estão dentro desse contexto e são também corresponsáveis pela segurança pública do País, tem um desempenho melhor do que as organizações policiais das quais nós fazemos parte.

Como os senhores sabem, fazem parte também do sistema, embora às vezes não reconheçam e não admitam, os integrantes do Ministério Público, que são o órgão imediatamente posterior ao trabalho policial e que deve oferecer a denúncia. Também o Poder Judiciário, a quem cabe aplicar as leis e fazer efetivamente a justiça. Quem de nós pode afirmar que o desempenho do Ministério Público, no âmbito das suas atribuições, é melhor ou maior do que o das organizações policiais? Quem de nós pode afirmar que o sistema judiciário brasileiro funciona melhor do que os sistemas policiais do nosso País ou do que o Ministério Público? Pesquisas feitas pelas universidades brasileiras mostram que aproximadamente de cada mil casos atendidos pelas organizações policiais, se em 10% desses chegam a ver oferecimento da denúncia, é muito. Se desses 10% que se oferece denúncia 1% chega à Justiça, é muito, efetivamente em termos de sanção. Se a estes 10%, 1% chega de fato a ser punido, é muito.

Então, senhores, se nós tivéssemos efetivamente um sistema de avaliação de desempenho, senador, que nos permitisse olhar o contexto do sistema de segurança pública do País de um modo geral e dizer com absoluta precisão: aqui estão os gargalos do sistema de segurança pública. Nas instituições policiais, nesses e nesses aspectos; no Ministério Público, nesses e nesses; no Poder Judiciário, nesses e nesses.

Recentemente, quem está acompanhando a realidade nacional deve ter visto a criação do Conselho Nacional de Justiça o quanto trouxe e o quanto deslindou de dificuldades e problemas e de difícil desempenho do Poder Judiciário brasileiro. Como ficaram desnudados, senador, as deficiências do Poder Judiciário. Como ficou desnudado a ambiência de impunidade que graça no País e que o Poder Judiciário não consegue dar conta e reconhece isso, porque os números e os levantamentos do Conselho Nacional de Justiça provam e demonstram isso de maneira absolutamente transparente.

Então eu diria que pensar em segurança pública e no sistema implicaria em pensar neste contexto como um todo, não somente e não necessariamente só nas instituições policiais, como se estas fossem as únicas ou quiçá as principais culpadas pelo fato de que o sistema de segurança público brasileiro não atende – e não atende mesmo – efetivamente às expectativas do cidadão, do homem de bem, que quer e que tem o direito a uma segurança pública clara, competente e, sobretudo, eficaz.

E aí eu diria também, dentro dessas considerações, eu faria a seguinte pergunta: toda sociedade brasileira há décadas, e isto está muito bem historicidade, senador, na justificativa da PEC 21, há décadas clama por melhor condição de segurança pública, há décadas. Eu perguntaria: em algum momento a segurança pública foi ou é hoje prioridade para os nossos governos em todos os níveis? Não me refiro a um governo, não tenho linha política, não tenho linha ideológica. Eu sou somente um servidor público, um cidadão que também quer segurança como todos nós. Já foi prioridade, senhores? Nunca. E quando digo prioridade quero dizer o seguinte: que se trabalha e se fala muito nisto em períodos pré-eleitorais, porque todo mundo sabe da falta de segurança, todo mundo sabe das deficiências, das dificuldades. Explora-se muito isso, mas uma vez no poder, todo e qualquer governo, independentemente de linha política-ideológica, repito, porque eu não tenho linha política-ideológica, todo e qualquer governo jamais prioriza a segurança pública.

Alguém já disse em ocasiões anteriores: "Não, mas os governos fazem o possível". Eu sei que fazem o possível e concordo com isso, porque as deficiências do nosso País são tantas que há muitas prioridades: segurança, infraestrutura, educação. Quanta coisa importante das principais funções do estado não estão sendo bem cumpridas, mas efetivamente na hora do vamos ver, na hora da dedicação de recursos, destinação de recursos, a segurança pública está sempre lá atrás. Em média, nos estados brasileiros se investe 5% do orçamento em segurança pública. Destes 5%, senhores, praticamente 90% a 95% são destinados a despesas correntes, despesas de pessoal. O que resta – e é muito pouco – é o que se faz em investimento: tecnologia, equipamentos, formação, qualificação, etc., etc., ou seja, se investe muito pouco e a segurança pública sempre está num grau de prioridade absolutamente inferior àquele que a sociedade brasileira elegeu como prioridade. Para a sociedade brasileira a segurança pública é prioridade; para os governos, não.

Ainda assim, nobres senadores, a análise da PEC 21 mostra que ela tem bastantes aspectos positivos. Nós já havíamos analisado há tempos atrás, quando ela foi à época proposta, Senador Tasso, tínhamos tido na ocasião reuniões com outros senadores, com o senhor inclusive, evidentemente, com o senador hoje falecido ACM e discutíamos até à exaustão, digamos assim, na época, a PEC 21. Eu vejo até com uma certa alegria, senador, porque a retomada da PEC faz também neste momento conjuntural uma retomada e parece que teve até uma antevisão de alguns aspectos extremamente interessantes com relação ao sistema de segurança público brasileiro. Por exemplo, no art. 144, *caput*, ao final do texto, quando a PEC 21 acresce ao final do *caput* do art. 144 a expressão: "com ações desenvolvidas nos níveis federal, estadual e municipal". Uma visão de conjunto integrada pelos diferentes entes federativos

que não existe ainda na Constituição Federal e que os especialistas não cansam de afirmar que a União tem, sim, que assumir responsabilidades inerentes à segurança pública. Que é chegado o momento, face à dimensão grave da criminalidade que graça no País, de também fazer com que os municípios passem a cumprir atividade de gestão no âmbito municipal voltadas para a segurança pública. Melhor ainda se elas se fizerem da forma como a PEC preconiza: mediante lei estadual, mediante convênio, para que a distribuição dessas competências fique feita de maneira equitativa, proporcional, adequada ao nível de atuação de cada instituição e de cada ente federado.

Traz, também, no § 2º, como uma espécie de antevisão do futuro que nos esperava, a PEC 21 fala com propriedade sobre o ciclo completo de polícia, outro gravame que todos os especialistas de segurança pública quase que por unanimidade, ressalvadas as resistências corporativas, senador, mas os especialistas isentos, os que olham com os olhos do cidadão sem dúvida veem com bons olhos a perspectiva da extensão do ciclo completo de polícia. E, também, a preservação da autonomia dos estados, que o § 2º também concretiza de uma certa maneira, no sentido de respeito não só à autonomia dos estados, mas também ao pacto federativo.

Também inova, de acordo com a visão dos profissionais, quando fala no banco único de dados, na medida em que este banco de dados seja construído efetivamente com a participação de todos os entes e que a gestão e a consulta seja compartilhada para que não se instale, dentro do sistema, monopólio, para que não se faça disso um instrumento de pressão política ou de qualquer outra natureza.

Feliz ao comentar no § 9º a necessidade de atuação conjunta entre as diferentes instituições que atuam no campo da segurança pública. Feliz, também, ao prever a possibilidade, quiçá isso se torne realidade, senador, de se estender ou se conveniar a competência de uma à outra, atendido o interesse institucional e, sobretudo, o interesse público. Porque todo mundo sabe, quem milita na área sabe que determinados órgãos policiais que detêm uma competência exclusiva no bojo da Constituição Federal jamais conseguiram e dificilmente conseguirão exercitar essa competência em todos os recantos do País. Pura e simplesmente porque eles não estão lá para desempenhar este papel. Ganharam a exclusividade da competência, mas a prestação do serviço ao cidadão não existe. Não se faz porque não está lá o representante do estado que detém a competência legal para fazê-lo. E a falta da extensão do ciclo completo de polícia ou do convênio ou do compartimento de competências em benefício do cidadão e este deve ser o nosso principal motivo. Ninguém deve vir aqui, imagino eu, como profissional que sou, para pura e simplesmente defender interesses da sua instituição. Antes de qualquer coisa nós devemos estar aqui para defender o interesse do cidadão, o interesse público, porque este é que tem que ser preponderante, acima de qualquer outro interesse de natureza corporativa que possa existir.

Feliz também, senador, ao prever nos §§ 10 e 11 a organização efetiva da Defesa Civil no bojo da Constituição e a sua relativa vinculação aos Corpos de Bombeiros, organizações mais do que centenárias, afinadas com a prestação de serviço, salvamento de vidas, consagradas pela população brasileira, tidas como umas das instituições mais respeitadas do País e que há tempo precisam e tem de fato necessidade do exercício pleno desta atividade de Defesa Civil e de proteção da sociedade e dos cidadãos de um modo geral.

Por tais razões, senador, vejo com bons olhos esses aspectos que acabo de mencionar, porque coincidentemente eles representam, sim, ou representarão, quiçá, avanços no sistema de segurança pública, que muito mais do que mudanças de estrutura de organizações, carece, precisa, necessita e muito de mudanças de processos, de mudanças de metodologia, de mudanças de critérios para a avaliação de desempenho da atividade profissional e da prestação do serviço público. Dessas mudanças é que mais do que nunca o sistema de segurança pública precisa. E digo-lhes isso porque, como cidadão, a mim como cidadão de bem, pouca importância teria ou tem se o profissional que me atende é militar ou é civil. Não me interessa. Me interessa que ele preste um serviço de qualidade. Isto sim. Me interessa que ele preste um serviço pronto, rápido, competente e eficaz. Não estou preocupado se ele veste uma farda ou se ele está com terno e gravata. Assim como não me constrange ver efetivos das Polícias Militares trabalhando no litoral do nosso País no período de verão de bermuda e de sandália, porque estão adequados ao ambiente em que estão trabalhando. A natureza da sua instituição, militar ou civil, pouquíssima importância tem para o cidadão de bem.

Então, senhores, em muitas ocasiões, me perdoem Srs. Senadores, companheiros, se tenho a ousadia de dizer de que discutir a natureza das instituições policiais do País tem pouca relevância ou nenhuma tem para o cidadão de bem. Discutir a natureza das instituições atende mais a interesses corporativos, atende a ranço político-ideológico oriundo do período militar, atende a interesses pessoais de quem não quer ser submetido a apurações de responsabilidades funcio-

nais mais fortes, como o sistema militar exige. Mas em momento algum, senhores, atende ao interesse do cidadão. E é o do cidadão, em primeiro lugar, que nós temos que atender.

Por isso, Srs. Senadores, se sugestões eu pudesse dar – e se me permitirem confesso que vou ousar enviar, Senador Tasso, Senador Jarbas -, eu diria que seria conveniente, apesar de todos os aspectos positivos que a PEC 21 apresenta e que eu já mencionei, *en passant*, mas ainda assim seria conveniente manter a constitucionalização dos órgãos de segurança pública, porque, como eu disse, a natureza desses órgãos não tem relevância nenhuma para o cidadão de bem ou para qualquer cidadão que quer serviços de segurança.

Seria conveniente, sim, promover mudanças na questão de competências, assim como estas relacionadas com o ciclo completo, com a possibilidade de convênios, olhando sempre com os olhos do cidadão de bem em que esse tipo de mudança beneficia o cidadão; não se ela beneficia os integrantes da Polícia Militar, não se ela beneficia os integrantes da Polícia Civil ou da Polícia Federal. Isso interessa? Em segundo plano, interessa. Mas em primeiro plano interessa saber o que é que é do interesse realmente e pode representar benefícios e melhor qualidade de serviço, de segurança, para o cidadão. Este tem que ser o nosso referencial. Os outros todos, de natureza corporativa, se podem ser aceitos eventualmente e podem, mas num segundo plano. Nunca na frente, porque se colocarmos isso na frente nós estamos pondo o carro na frente dos bois, para usar o jargão popular que todo mundo entende. Seria necessário instituir, minimamente que fosse, pelo menos aspectos gerais de aferição de desempenho dos órgãos policiais brasileiros, porque só aí nós vamos de fato poder perceber aonde as coisas estão funcionando bem e aonde não estão funcionando bem.

Para ilustrar, senhores, vou citar um exemplo bem simples e prático da necessidade da instituição desta aferição de desempenho sobre a qual me refiro. Recentemente o jornal o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, Gazeta do Povo em Curitiba, no meu Estado, divulgaram resultados de atividades policiais em algumas áreas. Me chamou particular atenção uma relacionada com a apreensão de drogas, um grave problema que o País hoje está vivendo em todas as cidades brasileiras, para a nossa tristeza, e na apreensão não só de drogas, mas também de armas, outro grave problema que está a potencializar os índices de criminalidade em nosso País. Como os senhores bem sabem, estas duas atribuições são atribuições exclusivas da Polícia Federal. Confere? Pois bem. Seria de se esperar que o melhor desempenho no trato dessas duas questões fosse também da Polícia Federal. Não seria lícito esperar isto? Seria. Mas não é assim, não é assim. Por isso é que lhes digo da necessidade da aferição de desempenho para se promover mudanças com base em dados confiáveis, em informações verdadeiras, sem passionalismo, sem paixões, sem emocionalismo resultante de crimes graves que acontecem de tempos em tempos.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E como é o resultado?

SR. ABELMÍDIO DE SÁ RIBAS: O resultado que o nobre Senador Tasso Jereissati pergunta é o seguinte: a Polícia Federal, que hoje, se fosse feita uma pesquisa de opinião pública, eu não tenho a menor dúvida de que ela seria eleita a melhor polícia brasileira. O trabalho de mídia é extraordinário quando se trata da Polícia Federal. A imagem vendida para o País é excepcional. Eu não tenho dúvida nenhuma de que ela seria eleita, se houvesse uma eleição e tal, uma consulta, a Polícia Federal é a melhor polícia do mundo, certo? Pois bem. No caso dessas finalidades precípuas da Polícia Federal, quem mais apreende drogas no País e armas no Brasil é a Polícia Militar. Em segundo lugar, a Polícia Civil. E em terceiro e último lugar, a Polícia Federal. De formas que, orientados pelo emocionalismo e pela mídia, o brasileiro se consultado fosse hoje, além de eleger a Polícia Federal como a melhor polícia do Brasil, erroneamente, pois ela seria a de pior desempenho nas suas atribuições finalísticas, sem pensar duas vezes preferiria apagar a Polícia Civil e a Polícia Militar do mapa e do bojo da Constituição. Por isso é que eu lhes digo que é preciso haver imparcialidade, é preciso se trabalhar com dados confiáveis, é preciso fazer esta aferição de desempenho e de resultados para nós sabermos e podermos afirmar com certeza, com convicção, quem está trabalhando bem, quem não está, onde estão os gargalos do sistema de segurança pública do País como um todo.

Por isso a minha sugestão, além destas que eu fiz, senador, seria que nós utilizarmos os prazos que a própria PEC 21 menciona, variando de dois a cinco anos, para, dentre as mudanças, além dessas sugestões que eu fiz, instituir a aferição de desempenho com metas e objetivos claramente definidas de acordo com a competência institucional e constitucional de cada um dos órgãos de segurança pública. E aí sim, transcorrido esse prazo e fazendo-se esta aferição, nós teríamos dados confiáveis, corretos, parâmetros idôneos e verdadeiros para promover efetivamente a mudança nos gargalos aonde o sistema hoje não funciona. Mas alguns já estão identificados e eu acho que a PEC teve este mérito, porque curiosamente, senador, eu digo

que houve até uma antevisão ao citar os aspectos positivos da PEC 21, porque recentemente a realização da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública consolidou algumas destas antevisões que a PEC 21 trouxe lá de 2005. E nós agora, em 2009, ao encerramento da CONSEG, convalidamos, de uma certa forma, sem estar a ela vinculados, porque agora é que ela foi de novo trazida à tona, e no entanto estão lá justamente esses critérios, alguns desses critérios que a PEC 21 teve a previsão lá atrás e inseriu e agora estão consolidados com a Conferência Nacional de Segurança Pública.

De formas que, senador, em se atendendo estes aspectos que nós mencionamos, em se aceitando a perspectiva de sugestões como essas para que se possa efetivamente fazer a aferição adequada do funcionamento do sistema e da competência e desempenho dos órgãos de segurança pública do País, eu acho que ficará mais fácil a esses diferentes segmentos posicionarem-se de maneira favorável à PEC com essas correções que estão sendo propostas.

Essas seriam as considerações. Eu faço voto, senador, que ela tenha um bom trâmite e que essas perspectivas de correções e ajustes sejam levadas em consideração para que tenhamos, efetivamente, um resultado positivo e que atenda, sobretudo, reafirmo, não necessariamente os interesses corporativos, mas o interesse público, sobretudo o interesse do cidadão brasileiro. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado ao Oficial Abelmídio de Sá Ribas pelo seu depoimento.

Gostaria apenas de lembrar que o Senador Jarbas será o relator-geral da proposta aqui agora na Subcomissão de Segurança e lembrar-vos que essas medidas de aprimoramento, de modificação da nossa PEC, sejam encaminhadas ao Senador Jarbas, que é quem vai consolidar e discutir cada uma dessas propostas. Gostaríamos de sugerir também que isso fosse feito da maneira mais rápida possível, que acho que antes do final do ano, eu não sei se vai dar tempo... O senador ainda espera ter o seu relatório pronto ainda para o final do ano ou a essa altura fica difícil?

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Fica difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas se todas as propostas chegassem antes do final de ano, seria interessante, pelo menos para que quando começasse o ano legislativo nós já começássemos colocando em votação as novas propostas.

Eu agradeço a sua presença, foi bastante ilustrativa as suas palavras, e eu passaria a palavra agora ao Coronel Müller, representante do Colégio Nacional de Comandantes-Gerais de Policiais Militares. Nós vamos aqui propor 20 minutos para cada um dos próximos palestrantes.

SR. ELIAS MÜLLER DA SILVA: Senador Tasso, Presidente dessa Subcomissão, Senador Jarbas, Coronel Sá Ribas, Pedro. Primeiramente eu agradeço essa oportunidade, representando como Diretor Institucional a Federação Nacional das Entidades dos Oficiais Militares que tem como Presidente o Coronel Marlon, de Santa Catarina, que congrega aproximadamente trinta mil oficiais das Polícias Militares e Bombeiro do Brasil. E, também, no impedimento do Coronel Trindade, Comandante-Geral da Brigada Militar no Rio Grande do Sul, também me faço representar as cinquenta instituições de segurança pública, vinte e sete Polícias Militares e vinte e três Corpos de Bombeiros Militares, uma vez que quatro deles ainda integram as Polícias Militares: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia. E agradecer, senador, por mais essa oportunidade, ao senhor e o Senador Jarbas, que foram governadores, que estão nesta Casa do Estado e que abrem esta oportunidade que é de suma importância, uma vez que nós estamos tendo aqui essa oportunidade de termos aqui oficiais, praças, convidados civis, que permitem a discussão em Audiência Pública para que o nobre relator-geral possa fazer um parecer que traduza o anseio da sociedade aqui representada, tanto pelas instituições, como pelas entidades representativas de classe.

Eu gostaria primeiramente, senador, de colocar duas figuras na minha vida profissional que podem demonstrar claramente parte do que falou o Coronel Sá Ribas e, também, com certeza, o anseio da tropa que aqui está, oficiais e praças aqui presentes.

Quando eu era tenente lá em São Paulo, eu fui competir hipismo na Hípica Paulista e cheguei lá, senador, com um cavalinho crioulo do Rio Grande do Sul, cavalinho de 1,50m, para competir numa Hípica Paulista onde nós tínhamos cavalos estrangeiros de um metro e setenta. Mas eu tinha que representar a minha instituição. O meu primeiro nome é Elias, o meu primeiro nome é Elias, porque eu sou filho de nordestino, o meu pai e a minha mãe, emigrante sergipano e alagoano, e lá eles não falaram... Porque o Müller dá a impressão que é um alemão. Aí lá chamaram à pista: "À pista Tenente Elias montando Caiuá", que era o nome do cavalinho. Aí eu entrei com aquele punguinha(F) para pular uma prova de 1,30m e saí, pela misericórdia de Deus, do outro lado com o cavalo. Aí entrou em seguida um cavaleiro financiado pelo Banco Itaú, o nome

dele era [ininteligível], montando Sir Galaham(F). Isso, senador, reproduz parte do que falou o Coronel Sá Ribas, porque nós fazemos segurança pública nesse País sem recurso e sem condições. Aqui o senhor sabe disso, o senhor como governador, o Senador Jarbas, aqui está uma tropa que ao longo da sua vida teve que combater o crime com um 38 sem munição e muitas vezes a munição falhando. Combater um crime, como já peguei ocorrência na minha fase de tenente novo em São Paulo, que eu chego num assalto a banco... Cheguei num assalto a banco, quatro veículos, todos com metralhadoras, eu com um 38 e sem colete à prova de bala. Essa é a realidade que nós vivenciamos do Oiapoque ao Chuí e que estamos tendo a oportunidade de colocar aqui para V. Exas.

Teve uma outra sena também, que eu gosto de fazer um paralelo, que foi justamente quando eu fui fazer a Escola de Equitação no Rio de Janeiro, e lá tinha uma égua famosa, campeã brasileira, chamada Elke. Todos os alunos que iam montar essa égua, porque tinham vários técnicos especialistas internacionais que avaliavam lá na Escola de Equitação do Rio de Janeiro, e quem ia montar essa égua, que era uma égua famosa, quem ia montar essa égua passava uma tortura, porque os técnicos colocavam um monte de defeito: "O cavaleiro está com a mão alta, está saindo na frente"; "a égua não está saltando porque o cavaleiro não é bom". Quem montava aquela égua, era uma tortura naquele dia. Um belo dia a égua morreu. Quando a Elke morreu, abriram a barriga da Elke, dentro dela ela tinha duas pedras esponjosas que impediam ela de pular. Mas quem olhava por fora, teoricamente, entendeu, arrumava um monte de defeito.

Então segurança pública, senhores, infelizmente, ainda é tratada de forma muito teórica. E nós estamos tendo aqui a oportunidade de termos o quê? Aqueles que vivenciam a questão por dentro. Os senhores como governadores que vivenciaram isso, aqui os profissionais que operaram e operam ainda hoje e os senhores comandantes também representados, que têm que administrar essa condição, muitas vezes, numa realidade que nós temos que prestar uma segurança pública de primeiro mundo, mas com recurso de terceiro mundo, e temos que sair do outro lado.

Então eu gostaria de colocar um quadro que demonstra isso. Eu pediria para você colocar, por favor, na primeira página.

Então aqui estão as entidades. A seguinte, por gentileza.

Então no sistema de segurança pública até hoje nós temos essa situação atual aqui. O Brasil tem um quadro de segurança pública que é próprio, que nós não encontramos em nenhum local do mundo. O nosso sistema ou ele é o único certo do mundo ou nós temos que reavaliar. Então nós temos o sistema atual e aí tenta se sustentar. Esse sistema é baseado na Constituição Federal, que é uma Constituição, quanto ao conteúdo, formal, porque nós temos nela, tendo em vista o passado do País de regime autoritário, nós temos nela um conteúdo extensivo que tinha que estar na lei e está na Constituição. Portanto, é uma Constituição formal. Nós temos uma Constituição atual que é altamente o quê? Ela é extensiva. Então é uma Constituição que é ampla, com 250 artigos. Surge então uma outra opção, e essa foi deliberada pelo Conselho de Comandantes-Gerais, aí eu posso falar pelo Conselho nesse sentido, o Conselho de Comandantes-Gerais deliberou que ele entende que no modelo atual teria que ser atribuído o ciclo completo para as duas instituições para lá na frente discutir a unificação ou não. Essa foi a deliberação do Conselho de Comandantes-Gerais: unificação civil – o Conselho de Comandantes-Gerais delibera que não; unificação militar – também essa posição é uma posição que não é aceita pelo Conselho de Comandantes-Gerais, tendo em vista que ele entende que deveria passar por esse modelo. Já a Federação Nacional de Oficiais está aberta à discussão do modelo, começando por essa Audiência Pública.

Desconstitucionalização, ou seja, partir para uma Constituição sintética, partir para uma Constituição material, tirando as instituições da Constituição. Tanto o Conselho de Comandantes-Gerais como a FENEME entende que não seria de bom alvitre, tendo em vista a realidade brasileira, que para conquistar os direitos e poder exercer a sua função, estando na Constituição já fica difícil, se nós tirarmos da Constituição nós estaríamos correndo um grande risco, além do que passaríamos, senador, o senhor que foi governador de um grande estado, por uma situação que nós tivemos em São Paulo, por exemplo, e ocorreu no resto do País. Em São Paulo, na década de 70, nós tínhamos sete polícias. Tinha a Guarda Noturna, a Guarda de Santos, Guarda de Campinas, Polícia Feminina, Rodoviária, Guarda Civil; sete polícias. Foram unificadas na chamada Polícia Militar. Nessa unificação nós passamos 30 anos disputando direitos e com discriminação. Aí se nós desconstitucionalizarmos e deixarmos para cada governo fazer a sua polícia, se não tiver um parâmetro dado aqui, vem o governo e fala: "Eu quero duas". Aí vem o governo seguinte na campanha: "Eu quero uma". Aí a sociedade vai ficar neste quadro que São Paulo passou trinta anos para poder sedimentar uma nova polícia, tendo em vista essa alteração. O próximo, por gentileza.

Então nós temos hoje... Esse é o sistema brasileiro hoje. Nós temos uma polícia preventiva, que

é a Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal. Nós temos uma Polícia Judiciária que é exercida pela Polícia Federal e pela Polícia Civil. Então nesse nosso sistema, essa polícia previne e encaminha para essa aqui, que apura. Encaminha ao Judiciário, que vai despachar ao Ministério Público, que oferece ou não a denúncia. Processou, sistema prisional. No mundo, nós temos a polícia que encaminha para o Ministério Público, que encaminha para a Justiça. Sistema prisional. Então nós já temos no nosso sistema duas anomalias, duas meias polícias, e entre a Polícia e o Ministério Público, o Poder Judiciário. Que impede o quê? Que haja uma celeridade tanto na apuração criminal como no processo. Então essa anomalia nossa, teríamos que corrigir para que nós não façamos a correção do bico do papagaio e não da estrutura no todo. Por gentileza, o próximo.

O *iter criminis*, que os senhores todos aqui são profissionais, caminho do crime ou fase do crime. Os infratores, crime organizado e desorganizado, eles atuam em todas as fases do crime, desde a cogitação, preparação, execução, consumação e exaurimento, enquanto que o aparato policial, o sistema de Justiça, ele é fracionado, ele tem fronteiras. Então o sistema policial tem fronteiras e o bandido não tem fronteiras. Então uma mesma organização criminal, ela atua da cogitação até o exaurimento, enquanto o nosso sistema é fracionado, ele tem limites. E o que demonstra isso claramente eu mostro para os senhores no *slide* seguinte.

Brasileiro gosta de futebol, então nada melhor do que nós fazermos o quê? Mostrar uma partida de futebol. Seria a Polícia Militar Rodoviária Federal esse vermelho preventivo. A Polícia Civil, a Federal, aqui. A PM e a PRF não podem passar do meio de campo. A Polícia Civil e a PF não podem retornar. Então esse é o sistema de polícia do País. Já o crime, representado de azul aqui, ele atua em todos os campos. Os senhores vejam como é que ficaria. Por gentileza.

A Polícia Militar vai até ao meio de campo e volta, que se ela passar está com abuso de autoridade ou, dito impropriamente, usurpando a função da outra instituição, que não existe isso porque servidor público não usurpa a função pública. Quando muito é um abuso de autoridade. A Polícia Civil, ela atacaria, vem só até ao meio de campo e não pode voltar. Um time que joga assim, o brasileiro sabe que esse time está falido. Essa é a realidade que nós temos. Enquanto o crime organizado, os senhores vejam como é que fica: ele joga para um lado e para o outro. O próximo, por gentileza.

E se ele vem atuar e a preventiva vem combater – o próximo –, ela vem combater, o criminoso foge, ela vai tentar reprimi-lo – por gentileza –, mas não pode passar do meio campo. Assim é esse quadro que nós nos encontramos. O próximo, por gentileza.

O crime atua, vem a preventiva para reprimir, não pode ir atrás se não conseguir pegar em flagrante, não pode investigar, e a sociedade fica com duas meias polícias: uma que começa o que não termina e a outra que termina o que não começa. Então essa anomalia é uma anomalia existente somente no sistema policial brasileiro. Em mais nenhum local do mundo nós temos isso.

Agora o que eu coloco para os senhores, eu também que fui soldado e cabo e que sei também o que é estar lá na ponta da linha, o que eu coloco para os senhores é que nós teríamos que ter uma visão global e desapaixonada, como colocou o Coronel Sá Ribas, sem ideologia e sem questão de revanchismo. Para nós amadurecermos essa visão nós teríamos que fazer um direito comparado com o que nós temos no mundo. Se nós formos na América, Estados Unidos, os Estados Unidos têm vinte e cinco mil polícias: Polícia Fazendária, Polícia de Fronteira, Polícia Marítima. Só em Washington DC, são mais de sete polícias em Washington DC, mas nenhuma delas é polícia pela metade, nenhuma delas têm somente uma prevenção ou somente uma repressão. Se nós formos no nossos patrícios, Portugal, nós temos a Guarda Nacional Republicana, que é uma polícia militarizada, e nós temos a PSP – Polícia de Segurança Pública, mas no modelo português, duas polícias, uma militarizada no interior e a outra na capital, mas ambas com o ciclo completo de polícia. Se nós formos na França, nós temos a Gendarme, que é uma polícia militarizada, e nós temos a Polícia Nacional, que é uma Polícia Civil. Ambas têm o quê? A sua parte ostensiva e a sua parte preventiva. Mas os senhores vejam um detalhe: a polícia paulista do qual eu fiz parte e me integro ainda, embora na reserva, nós temos 100 mil policiais militares. Noventa e quatro mil e pouco, arredondando para 100 mil. A Polícia Civil tem 45 mil, 50% do efetivo da PM, sobreposto, recurso, meios e duas instituições pela metade. Quando nós vamos no mundo moderno, a polícia investigativa é de 15%, no máximo, 20% do efetivo da polícia preventiva.

Então, senhores, enquanto nós não discutirmos a nossa parte do sistema, que é resolver esse sistema policial, e essa comissão, essa proposta permite isso, e amadurecendo nesse momento ímpar que nós estamos tendo aqui nessa comissão, oficiais e praças, profissionais verdadeiros da segurança pública, que vivenciaram na pele hoje e continuam vivenciando, governadores que tiveram a experiência de administrar um estado com esse sistema policial que nós temos,

então nós estamos tendo uma oportunidade ímpar de resolvermos, pelo menos, a nossa parte do sistema de justiça, que é o aparelho policial. E depois, obviamente, teríamos que providenciar também as reformas, como está acontecendo nessa Casa no campo processual penal, no campo penal e no sistema prisional, porque se nós resolvermos a questão da polícia e não resolvermos as outras partes do sistema, nós estaremos enxugando gelo, porque eu teria uma polícia altamente qualificada.

Cito, senador, exemplo para o senhor em São Paulo. Nós prendemos em São Paulo, em flagrante, cem mil pessoas por ano. O presídio de São Paulo, capacidade prisional: 70 mil pessoas. Significa que só prisão em flagrante nós teríamos que dobrar a capacidade do sistema prisional. Nós temos em São Paulo mais de 300 mil mandados de prisão. Senador, se essa polícia for capacitada com o ciclo completo, se ela faz 100 mil flagrantes por ano, vai fazer 200 mil. A pergunta, senador, é: Que Justiça vai julgar isso? Que presídio vai reassocializar esse homem? Então se nós trabalharmos só numa ponta do sistema sem trabalharmos no restante, o sistema continuará falido e será sobrecarregado.

Ao mesmo tempo, nós sabemos e o Conselho de Comandantes-Gerais e a FENEME entendem que, junto com essas medidas no nosso campo do sistema policial, nós temos que trabalhar efetivamente no campo da chamada prevenção primária. Porque eu me lembro ainda, senador, do meu tempo, porque filho de emigrante, eu estudei em escola de órfão e lá naquela escola eu aprendi tipografia, encadernação, marcenaria. Eu saí na oitava série já com essas três profissões. Quando eu fui para o segundo grau, saí com eletrotécnica. Então eu saí profissionalizado e via aqueles outros filhos de órfãos saindo profissionalizados e inseridos, senador, diretamente no mercado de trabalho. Então se nós não tivermos o trabalho do sistema policial, sistema de Justiça e as medidas e as políticas públicas para que nós possamos ter uma prevenção efetiva, nós resolveremos somente uma questão e deixaremos o quê? O restante na mão desses profissionais que aqui estão.

Dessa forma, me coloco à disposição dessa comissão e agradeço, em nome do Coronel Trindade e do Coronel Marlon, por esta oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Agradeço ao Coronel Müller e confesso que quando vi o seu nome também, Coronel Müller, achei que era alemão também, nunca pensei que fosse nordestino. O P. Queiroz, que eu conheço, que é cearense, desde cara eu já vi que era nordestino mesmo, não achei que era alemão, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Também muito interessante suas colocações, bastante ilustrativas. Volto a repetir que todas essas colocações devem ser encaminhadas ao Senador Jarbas, que vai colocar, com certeza. Ele já tem feito algumas reuniões com algumas lideranças, ele está aberto a ouvir e eu acho que desta vez nós vamos ter condições para darmos um passo à frente nessa questão do aprimoramento do sistema de segurança no País.

Passo a palavra agora ao P. Queiroz, que é o vice-Presidente da Associação de Praças Policiais Militares e Bombeiros do Brasil, que também nós damos 20 minutos.

SR. PEDRO QUEIROZ DA SILVA: Boa-noite [interrupção do áudio] aos senadores aqui presentes, senhores oficiais, aqui representando as entidades nacionais, presidentes de entidades estaduais que aqui estão presentes, tanto de oficiais como de praças.

Nós temos a dizer, Sr. Presidente, que realmente é um momento ímpar. A maioria dos policiais aqui presentes e também os oficiais, praças e oficiais, na maioria são profissionais com décadas que prestam serviço à sociedade por intermédio das instituições ainda militares estaduais. Eu digo ainda, Excelência, porque nós temos um anseio muito grande de que a gente vai avançar nesse processo e amanhã a gente poderá ser tratado como profissionais de segurança pública estadual sem esse jargão do militarismo que herdamos do regime ditatorial, que já faz 21 anos que foi abolido desse País, mas entre os muros dos quartéis continua com todo o rigor. A exemplo disso é que a gente tem tido, nos estados da federação, processos em que os nossos companheiros muitas vezes são torturados psicologicamente, até fisicamente mesmo, por conta ainda de estarmos tolhidos a essas questões que nos prende por conta desse regime que muitas vezes é confundido. O militarismo nas instituições estaduais, diferentemente das Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, é tratado por nossos gestores de forma equivocada. E dentro desse processo, há 20 anos a gente vem observando que essa Casa tenta de alguma forma buscar um entendimento para que nós possamos avançar nesse processo de moldar uma nova polícia estadual.

Eu faria aqui uma rápida retrospectiva de desde quando se começou a tratar de pensar em desmilitarizar os órgãos de segurança pública estaduais. Em 1990, o Deputado Hélio Bicudo, deputado pelo Estado de São

Paulo, eu até disse isso na semana passada quando V. Exa., Sr. Presidente, intermediou com o relator-geral dessa subcomissão, Senador Jarbas Vasconcelos, um encontro informal. E lá eu dizia: em 1990 o Deputado Hélio Bicudo, dois anos após a promulgação da Constituição Cidadã, apresentou uma proposta de emenda à Constituição que versava sobre esse assunto que hoje nós estamos aqui tratando. Não obteve êxito, em 1993 a Câmara resolveu arquivar o processo que tratava da desmilitarização das polícias estaduais e corpo de bombeiro. Em 1995, o Deputado Gonzaga Patriota, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, suscitou novamente a matéria, mas em 1997, infelizmente, por questões de lobbys, que só agora a gente percebeu... Eu diria assim que a gente estava um tanto desligado desse processo de acompanhar proposituras no Congresso Nacional e só viemos a amadurecer agora, essa é a verdade. Daí então em 1998, a Deputada Zulaiê Cobra, pelo Estado de São Paulo também, trouxe mais uma vez, diga-se de passagem com uma redação muito interessante, trouxe a PEC 613-A, mas infelizmente também não vingou.

Em 2000 houve a morte de dois prefeitos, dois prefeitos do PT foram assassinados no Estado de São Paulo, e naquela ocasião o governador, que por sinal era do partido de V. Exa., Mário Covas, hoje falecido, implementou a proposta de desmilitarização, unificação. Foi discutido, o Congresso Nacional fez uma Comissão Parlamentar Mista, quarenta senadores e quarenta deputados federais se reuniram para tentar enxugar as proposituras que tramitavam aqui no Congresso Nacional. Foi um trabalho complexo, muito volumoso, eu até tive acesso e digo aos senhores que era impossível se chegar a uma conclusão daquilo tudo porque envolvia mudança em Código Penal, em Código de Processo Penal, falava das polícias todas, então era uma matéria muito complexa. E diferentemente de como aqui hoje estão sendo tratadas as questões, estamos fazendo por bloco, por setor, primeiro os órgãos de segurança pública, depois outros, conforme na Sessão passada, do dia 24, em que V. Exa. explanou aqui para os presentes, que haveria sub-relatorias para tratar de assuntos separadamente e, no final, o conjunto então de tudo. Mas depois que passou a febre da morte dos dois prefeitos do PT lá no Estado de São Paulo, mais uma vez o projeto de reestruturar as instituições policiais estaduais fora tirada do cenário de discussão. E V. Exa., então, após chegar aqui em 2002, presumo eu, trouxe então novamente a discussão de reestruturar os órgãos de segurança pública passando ou pela unificação ou pela questão de desconstitucionalizar, o que *a priori* digo para V. Exa. que a gente precisava discutir mais sobre essa questão, porque a NASPRA(F), ela unanimemente não comunga com essa ideia de deixar as polícias estaduais a mercê de governadores para legislar sobre ela, como já foi dito tanto pelo Coronel Sá Ribas, como o Coronel Muller.

E hoje, Senador Tasso Jereissati e demais senadores, Senador Romeu Tuma, que em 2007 relatou essa PEC 21, e de pronto logo resolveu então, num ato sucinto, desaprovar a tramitação dela. E eu fiquei perplexo, Sr. Presidente, quando na Sessão passada, no dia 24, o Senador Demóstenes Torres, com muita simplicidade dizia assim: "Hoje eu vou tentar ler um voto em separado em que há quatro anos eu dei entrada nessa comissão e até hoje não consegui ainda lê-lo à Subcomissão".

Então o que eu queria dizer com tudo isso é o seguinte: eu achei brilhante a exposição dos oficiais aqui representando as entidades que congregam não só os oficiais, como profissionais da segurança pública, como as instituições ou as entidades institucionais ou não, mas se nós não passarmos a tentar buscar uma consolidação de entendimentos é provável que tudo venha a travar novamente. Eu vi aqui nas palavras do Presidente dessa subcomissão quando ele falava na Sessão passada da complexidade que foi quando eles tentaram discutir essa matéria há uns meses atrás e foi assustador a presença aqui de policiais federais, rodoviários federais, policiais militares, bombeiros militares e policiais civis também, que até naquele momento... As pessoas têm assim, não conseguem compreender a necessidade de nós não mais concordarmos com esse sistema policial que, volto a repetir, Excelência, fruto de um sistema que nós abolimos desse País há vinte e um anos atrás a partir da Constituição Cidadã, que cidadã, Sr. Presidente, essa Constituição é para a sociedade civil, porque para os militares estaduais, não posso falar pelos federais, porque eu sou policial militar estadual do Ceará há 27 anos e uma boa parte dessa tirei em vários governos de V. Exa. e do hoje Deputado Federal Ciro Gomes, sempre tivemos essa preocupação de acompanhar esses processos, mas nós não tínhamos ainda esse condão de mobilização nacional. Até fiquei surpreso quando V. Exa. expôs essa questão, que o Brasil, os policiais todos do Brasil estiveram aqui e eu lamento não ter participado dessa mobilização. Até queria. Amadurecemos nesse sentido. Hoje numa Audiência Pública que V. Exa. marcou apenas há oito dias atrás, o senhor já viu o número de participantes, de entidades representativas de praças e oficiais que hoje se preocupam em tentar mudar esse modelo de segurança pública, passando pela reformulação das instituições policiais em um modelo, repito de novo, é o nosso pensamento, desmilitarizado, porque eu tenho que me definir perante a sociedade brasileira: ou eu

sou militar ou eu sou policial; eu não posso acumular duas funções. Ou eu defendo a soberania do País nas fronteiras e tudo mais, etc., etc., ou eu vou lá para a favela lá em Fortaleza ou lá em Jati ou lá em qualquer outro município, os meus companheiros também nos seus municípios mais longínquos da capital do seu estado, e proteger a sociedade, o patrimônio público, enfim, dizer para o povo, para a sociedade brasileira, nos seus mais diferentes estados, que nós estamos ali para protegê-lo e não para reprimi-la. Naturalmente que os criminosos, os que vivem à margem da lei, muitas vezes também vítimas do estado que os abandonam e que a gente às vezes tem que reprimi-los diante das suas práticas criminosas, acaba tendo essa relação mais complicada.

Eu vi aqui o Coronel Sá Ribas dizendo, eu ratifico as palavras dele -, que a relação da sociedade com a instituição bombeirística realmente é de se tirar o chapéu, porque o bombeiro está aí para proteger a vida, mas para o policial operacional ostensivo essa relação é mais complicada porque muitas vezes, reservando-se o rigor da lei, temos às vezes até que abater uma vida para proteger a nossa ou de terceiros na sociedade.

E observamos, Senador Romeu Tuma, Senador Jarbas Vasconcelos, Sr. Presidente, que o modelo militarizado nos tulhe(F) de evoluir no processo de profissionalização mais avançada no sistema de relação entre gestores e sociedade. Porque muitas vezes, Excelência, quando eu estou na defesa da sociedade, como já disse o Coronel Ribas e eu ratifico as palavras dele, não querendo copiá-lo, mas é porque o discurso hoje tem que ser o mesmo, que senão a gente não entra no consenso comum, o povo não quer saber se quem está protegendo ele, quem vai defender o patrimônio dele é um policial militarizado ou um policial tirado do sistema militarizado. Ele quer saber se tem um profissional qualificado, que tenha sido tratado a priori com dignidade humana, que isso nos falta muito, nós temos uma carência enorme no tratamento de dignidade humana, falta isso em vários aspectos do policial militar hoje, quer seja pela percepção de vencimento, quer seja pela condição de profissionalismo, às vezes nos falta um bom treinamento profissional. Às vezes não é culpa nem do estado próprio, às vezes o estado não consegue apresentar um projeto com muita veemência em que possa a União dotar verba para nos subsidiar numa academia mais moderna.

Esses dias, fazendo uma visita na futura academia unificada de policiais, bombeiros, policiais civis e peritos criminais, que ora está sendo construída pelo Governador Cid Gomes, lá no Ceará, daí então eu perguntava para o diretor, o futuro diretor-geral da Academia Única de Polícia: "Diretor, qual o local reservado aqui [soa a campainha], um local cenográfico aonde nós iremos então simular um ataque ou uma operação policial?" Ele disse: "Não, primeiro a gente vai fazer só as salas para que a gente possa então dar instruções didáticas e num segundo momento, no futuro, a gente faz essa simulação de cidade para vocês operar".

Então o que eu quero dizer com isso, senador, é que se a gente continuar pensando que polícia tem que ser militarizada e não evoluirmos nesse processo em comum acordo com os oficiais, de qualquer que seja a entidade, porque queira ou não queira os policiais praças do Brasil e bombeiros também têm uma contribuição na atividade final dessa segurança pública. Sabemos que os nossos gestores precisam planejar, precisam nos administrar, mas quem vai para a atividade-fim, quem vai levar o tiro, a pedrada, a facada, é aquele homem que na estrutura organizacional, obviamente, está numa condição mais de execução. Mas nós também temos e queremos mostrar que nós também temos capacidade, porque nós temos grandes cientistas aqui dentro do ciclo de praça que podem contribuir, e eu espero contar com o apoio de V. Exa., do Senador Jarbas Vasconcelos, do Senador Romeu Tuma, para que a gente poder construir um modelo de segurança pública dentro dessa condição de reestruturação dos órgãos tanto quanto qualquer cientista político ou qualquer sociólogo que muitas vezes são tecnocratas que nunca sentiram na pele a dificuldade de se tirar 24 horas de serviço ao calor, dos uniformes pesados, sem o planejamento de que aquilo realmente é o uniforme mais adequado.

Enfim, queremos participar da coisa mais simplória até a coisa mais complexa para a construção de uma polícia estadual que tenha mais dignidade humana aos seus operadores e que possam trazer mais resultado ao povo brasileiro.

É essa a nossa participação, senador.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Muito obrigado ao P. Queiroz, que eu conheço há muito tempo. Está afiado no discurso. Conheci ele... Não vou dizer aqui como é que eu conheci ele, não. Eu conheci ele dando porrada por aí.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se V. Exa. depois permitir, como citado pelo ilustre convidado--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu já vou passar, que já falaram os três. Já falou o Coronel Sá Ribas, que teve que se ausentar porque o avião já estava com o horário marcado, falou o Coronel Müller e falou o P. Queiroz. O Sá Ribas falou como Presidente da Associação dos Oficiais Militares Estaduais, o Coronel Müller pela dos

Comandantes, Colégio Nacional de Comandantes – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, e o P. Queiroz pelos Praças e Soldados de Polícia Militar e Bombeiros. Nós tínhamos convidado também, que viria hoje, mas não pode vir, o Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Civil, que não pode comparecer. E amanhã nós temos marcado, às 18 horas, para fechar pelo menos esse ciclo de debates aqui nesse momento, o Alexandre Sarmento, Presidente da Associação de Agentes da Polícia Civil, o Sandro Avelar, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, e o Ricardo Balestreri, Secretário Nacional de Segurança Pública, representando aqui o Ministério da Justiça.

Então os três já falaram e eu passaria a palavra... Antes eu só queria saber se o Senador Jarbas gostaria de colocar algumas questões.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Eu vou ficar aguardando.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Romeu Tuma com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria cumprimentar a V. Exa. e o relator pela seleção dos convidados. São pessoas voltadas realmente para o interesse de cada uma das categorias. Eu, infelizmente, não pude chegar a tempo porque nós estávamos discutindo, provavelmente votando o crime organizado, o PLC de autoria da Senadora Serys, nº 150, onde houve acordo entre o Ministério Público e a Polícia Civil para poder dar um andamento correto, principalmente no que diz respeito à repressão através do inquérito e da ação de justiça. Então já demos um passo grande nessa unificação.

Eu conversei com alguns oficiais da PM de São Paulo, onde eu tenho um bom relacionamento, e eles também querem. Pretende-se ter uma polícia unificada, que possa trabalhar conjuntamente, dentro da atividade de cada uma, mas somando para que realmente o interesse público prevaleça sobre qualquer interesse corporativo.

Quando o senhor diz que eu fiz o relatório contrário, eu fiz contra a desconstitucionalização da polícia, não foi da desmilitarização, que isso não foi tratado, não é tratado no projeto. A desmilitarização é um outro assunto que não está aqui no projeto, pelo menos é o que eu entendi do projeto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, o senhor não--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): – Não, eu estou notando uma evolução que só faz me agradar, é muito grande, então-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não sou contra. O que aconteceu, senador, quando houve a Constituição, foi uma luta muito grande das polícias para entrarem na Constituição no art. 144. Então é uma coisa, talvez, de subconsciente a gente lutar para que não saia da Constituição. Agora outros temas nós temos que discutir mesmo, não é um problema. Agora mesmo os policiais que estavam no Plenário, estavam lá para ter a votação do 141, me pediram para verificar um problema de anistia, onde houve movimentos em que os oficiais são contrários à anistia e eles pretendem a anistia porque tem gente sendo expurgada da polícia por movimentos refeitórios ou qualquer outra coisa.

Então são coisas que a gente tem que discutir e eu acho que essa Subcomissão veio em boa hora. Eu não sou contrário a discutir a forma de aplicação. Os governadores têm que ter liberdade de montar de que jeito quiser a sua polícia, como ela agir. Porque o ex-governador do Amazonas, que hoje é o prefeito, o Amazonino, ele extinguiu a Polícia Civil, porque ele achou que ela não tinha mais... Em razão de vários problemas que teve. Depois teve que reconsiderar. Porque quem paga, quem gerencia a Polícia Civil, a Polícia Militar, é o Estado. Mas a lei, ela é federal.

Se vocês saírem da Constituição, vai ser difícil uma uniformização de atividade. Vai ser difícil ter uma infraestrutura que coadune com o País inteiro. Então eu não discuto a competência do governador delimitar a ação de cada polícia, de como ela deve agir. Por isso tem o Secretário de Segurança, que eu acho que tem que ser urgência, não pode ter dois secretários, um comandando a PM e um Delegado-Geral, cada um fazer o que quer. Não, tem que ter um secretário que possa unificar as duas atividades. Têm várias atividades que podem ser... Comunicação, tudo isso pode ser juntado e trabalhar sem nenhum problema. Os cursos feitos, quando em São Paulo foram feitos cursos de pós-graduação, formação profissional entre oficiais da PM e Delegados de Polícia, o resultado era altamente eficiente. Quando tinha que designar um Comandante da PM de uma grande unidade e um Delegado Especial da área... Quem fez o curso junto? Era a primeira pergunta que se fazia, porque sentavam os dois na mesma cidade e não tinha um problema. Então curso conjunto. Agora desconstitucionalizar, eu realmente tenho que ser sincero, eu sou contra, presidente. Eu acho que o governador pode formar do jeito que quiser cada uma das polícias. Para mim é uma coisa que... Porque o sofrimento para colocar na Constituição o art. 144, não foi fácil.

Então eu acho que esse processo de desmilitarizar é uma outra coisa que tem que ser discutida, não é desconstitucionalizar, porque se sair da Constituição nós não teríamos essa discussão que estamos tendo aqui agora, porque cada governador faz a sua polícia do jeito que quiser.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o que está aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, nós vamos discutir, eu estou só--

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): V. Exa. tem muito mais anos de Senado e de polícia do que eu. Sabe que uma coisa é desconstitucionalizar. Essa palavra desconstitucionalizar, na verdade, não quer dizer muita coisa, não. É muito importante que as pessoas... Às vezes a gente no País se apega a alguma expressão e aquilo vai virando um verdadeiro mito. Desconstitucionalizar contra, desconstitucionalização, etc. A desconstitucionalização, primeiro, V. Exa. sabe melhor do que eu que não significa que cada polícia faz, porque isso pode estar em outro nível da legislação. A desconstitucionalização significa apenas que na Constituição obriga que você tenha uma Polícia Militar que vai até aqui e uma Polícia Civil que vai até aqui. Enquanto isso estiver na Constituição nada pode ser mudado e nenhum governador vai poder fazer nada diferente do que está escrito. Então acabou.

A ideia é trazer para outro nível de legislação, legislação complementar ou legislação ordinária, limites do que seria feito, sem haver nenhuma perda, e aí se discutir o ciclo completo de Polícia Militar e de Polícia Civil, se seria militarizado ou não militarizado, ou cada um, cada estado teria liberdade ou não, mas isso dentro de limites impostos pela legislação ordinária ou pela legislação complementar. V. Exa. sabe, eu fui governador, toda a legislação tributária não está na Constituição, mas cada governador, ele não inventa um imposto, ele não inventa o imposto que quer e nem eu criava isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas os governadores têm sabido como aplicar o trabalho de cada uma das polícias.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Claro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eles têm o poder.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Mas a palavra, não vamos transformar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Por isso que ele está reclamando aqui, está reclamando isso

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não vamos transformar a palavra desconstitucionalização num demônio ou num santo, não é isso. O que interessa a todos nós e ao cidadão brasileiro, e essa é a minha opinião,--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É a segurança.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): --é a segurança que ela seja eficiente e feita pelos melhores profissionais possíveis, da maneira mais eficiente possível e, evidentemente, que os profissionais de segurança, sejam militares, civis, tenham as melhores condições de trabalho. É esse o fundo da discussão, não é a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas isso, nenhum de nós é contra isso. Pelo amor de Deus! Eu acho que a discussão sobre a proteção ao policial é uma coisa importantíssima, porque hoje eles realmente não têm muitas condições de trabalho, até porque eu diria que o salário básico é bem aquém daquilo que merece alguém que oferece a vida em favor da sociedade. Quando se fala aqui que um PM ganha R$ 1.800,00 e se gasta R$ 2.300,00 com preso, é uma comparação esdrúxula e que eu também não aceito. Tem que dizer que o policial ganha muito mal. Agora o que gasta no presídio é problema de concorrência, é um problema econômico do governador. Agora o que não pode comparar é o salário do policial, que ganha terrivelmente mal, e aí é um caminho ruim para facilitar a corrupção. Eu acho que o salário faz parte, sim, da dignidade do profissional de polícia. Ele tem que ganhar, talvez, melhor do que muitos profissionais pela razão de dar, como consequência da sua atividade, da sua vocação, ele põe à disposição a própria vida.

Então eu não discordo do que V. Exa. escreveu, apenas a gente quer é proteger, que não haja algum governador, que não é V. Exa., que não foram vários governadores, mas que vá abusar do poder de legislar sacrificando muitas coisas da polícia. Nós estamos aqui para isso, eu quero seguir o seu carinho, a sua voz, porque o senhor sabe a admiração que eu tenho por V. Exa. e pelo Senador Jarbas.

Agora eu vou tentar lutar dentro do ponto de vista do que eu vivi 50 anos e acho que é mais justo ou menos justo. Eu peço desculpas de qualquer coisa, mas estamos aí para lutar. E vou defender o pessoal que está aqui atrás de mim, porque senão não posso dar as costas para eles.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Bom, eu acho que então, Senador Jarbas, a Senadora Serys acabou de sair, acho que então não havendo mais nada a tratar, eu acho que foi muito importante as colocações aqui feitas. Esse é o início de um processo de debate que nós vamos continuar e amanhã nós vamos ter então essa nova Audiência Pública continuando o nosso processo de debate.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Prometo ficar quieto, só ouvindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Não, não, a sua participação é sempre riquíssima. V. Exa., como eu disse várias vezes, é de todos nós quem entende mais de segurança aqui. E, com certeza, têm mais anos de Senado também do que o Senador Jarbas e eu. Então é sempre importante. O que eu coloquei aqui é que nós não vamos transformar discussões de conteúdo em discussões de *slogans* "contra a desconstitucionalização", "a favor da desconstitucionalização", que isso não quer dizer nada. O que é que tem atrás disso? O conteúdo de cada uma dessas coisas e o que é que nós queremos, porque todos nós às vezes... Eu me lembro "anistia", "contra a anistia". Eu uma vez em campanha, Senador Tuma, a esquerda resolveu juntar-se contra a ALCA, a Associação Comercial das Américas. Se criou um *slogan* contra a ALCA, contra a ALCA, contra a ALCA. Eu cheguei numa cidadezinha do interior lá no Ceará, uma cidadezinha perto de Sobral, se eu não me engano era Irauçuba, e tinha um abaixo-assinado contra a ALCA. Eu disse: "Que diabo é isso, por que é que vocês estão contra a ALCA?" Eles dizem: "Eu não sei, nós somos contra a ALCA porque é contra a ALCA, nós somos contra a ALCA".

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É palavra de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): A palavra de ordem era contra a ALCA. Então a desconstitucionalização em si não quer dizer nada. O que é que nós não queremos? Que esteja fora da Constituição, por que qual é o mérito, qual é a substância que está atrás disso? Agora a sua palavra aqui é fundamental, tanto que eu lhe mandei chamar aqui vinte e cinco vezes para estar presente, que eu achava a sua presença fundamental--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é que eu estava cuidando do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): --e como V. Exa. chegou atrasado, viu que eu já fiz cara feia também, que lamentei que não tivesse a muito boa palestra do Coronel Sá Ribas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ler, não tenho dúvida que eu vou ler, sem dúvida nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Então a sua presença é indispensável.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só queria dizer para V. Exa. que eu fiquei na polícia, mas uma parte de seis anos vim para o Senado e não quis me aposentar com direito à aposentadoria, que achava injusto receber dois salários. Eu fiquei praticamente 50 anos no total na área de segurança e nunca tive um problema com a Polícia Militar, nenhum, e trabalhava no meu departamento, quando eu assumi, um pelotão de uma companhia da ROTA, que era a famosa ao tempo, junto comigo ali o oficial, capitão, que trabalhávamos juntos permanentemente.

Então eu não tenho nenhum resquício de não unificar, de não trabalhar junto. E trazer o Ministério Público para somar, porque nós estamos dividindo cada vez mais.

Eu acho que V. Exa. tem razão quando se pautua(F) para que haja linhas de unificação para poder ter um trabalho sério e que o benefício seja da população.

SR. PRESIDENTE SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): O Coronel Müller fez aqui inclusive, eu não sei se V. Exa. já tinha chegado quando ele fez um jogo de futebol do criminoso contra as polícias, mostrando a flexibilidade que tinha o criminoso diante das duas polícias presas, em que uma parte da polícia só podia jogar no meio campo e a outra parte só podia jogar no outro meio campo. Seria interessante que depois fizesse essa apresentação, que eu achei bastante didática e interessante.

Quando falou naquele que só jogava no meio campo do ataque, eu me lembrei do Ronaldo gordo do Corinthians, que fica parado e não volta mais, não tem jeito de voltar mais de jeito nenhum [risos]. Faz gol, mas não volta.

Muito obrigado, então, pela presença de todos.

Sessão encerrada às 20h23.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 FEVEREIRO DE 2010.

Às onze horas e três minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Marisa**

Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte no exercício da Presidência, e com a presença dos Senhores Senadores Valter Pereira, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, Alvaro Dias, Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, José Nery, Francisco Dornelles, Pedro Simon, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, João Vicente Claudino e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Sadi Cassol, Mauro Fecury, Geovani Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo e Augusto Botelho, que justifica a ausência. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 027, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Rodovalho, que "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet – para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural". O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer favorável é aprovado. **Item 012: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "Altera o nome do Livro dos Heróis da Pátria, ao qual se acrescenta a expressão 'e das Heroínas', e nele se inclui o nome de Maria Quitéria de Jesus". O relator designado, ad hoc, é o Senador Jefferson Praia e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, passa a Presidência ao Senhor Senador Flávio Arns, para relatar o seguinte item: **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências, para instituir benefício adicional vinculado a desempenho escolar no âmbito do Programa". A relatora designada é a Senadora Marisa Serrano e o parecer é favorável, com as emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Logo após, a Senhora Senadora Marisa Serrano requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de dois Requerimentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 01/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que requer "Com amparo nos arts. 58, § 2º, II da Constituição Federal, e 90, II e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para a análise da importância do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no contexto das políticas de avaliação da qualidade da educação brasileira, notadamente das mudanças recentemente introduzidas no exame com vistas à utilização de seus resultados para fins de ingresso nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). A título de sugestão, serão convidados a expor seus pontos de vista, entre outros, as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: – Sr. Fernando Haddad, Ministro da Educação; – Sr. José Joaquim Soares Neto, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); – Sr. Alan Kardec Martins Barbiero, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); – Prof. Ciro Teixeira Correia, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Educação Superior (ANDES); – Sr. Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)." O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 02/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que requer "Com arrimo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para análise da efetividade do Programa Bolsa Família, objeto da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. A título de sugestão, indico, para que sejam convidados a expor seus pontos de vista sobre o Programa, entre outros, as seguintes autoridades: – Sr. Fernando Haddad, Ministro da Educação (MEC); – Sr. Patrus Ananias de Sousa, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); – Sr. Ubiratan Diniz de Aguiar, Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)." O Requerimento é aprovado. Neste momento, reassume a presidência a Senhora Senadora Marisa Serrano. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção". O relator designado é o Se-

nador José Nery e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera a Lei nº 6538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os serviços postais para o fim de dar tratamento especial à distribuição de material didático". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é pela rejeição. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do autor, que informou à Secretaria da Comissão que encaminhará à Mesa do Senado Federal, Requerimento para retirada em definitivo do projeto. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 018, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Cria o acervo do Museu de Brasília, no Centro Cultural da República, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável, na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2009 – Consolidação; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006; Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 064, de 2008; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2009 e Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2006**. A Senhora Vice-Presidente no exercício da Presidência, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **MARISA SERRANO,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental [soa a campanhia], declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

Como não temos *quorum* ainda para as votações terminativas, vamos começar pelas não terminativas.

Iniciando pelo Item nº 8, Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2009, que "*Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a Lei Rouanet, para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural*." Autoria do Deputado Rodovalho, relatoria do Senador Papaléo Paes, relatório favorável.

Com a palavra o relator, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

"*Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2009, Projeto de Lei nº 2.217, na origem, do Deputado Rodovalho, que altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei Rouanet, para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural.*

O projeto compõe-se de dois artigos: o primeiro acrescenta o art. 31-A à Lei 8.313, de 1991, com o objetivo de determinar o reconhecimento da música gospel e os eventos a ela relacionados, exceto aqueles promovidos por igrejas, como manifestação cultural. O art. 2º estabelece que a vigência da futura lei terá início na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor do projeto destaca o fato de que a música gospel, oriunda de tradição norte-americana, tem se disseminado no país, inclusive em eventos de grande porte, e tem mobilizado parte significativa da juventude brasileira que cultiva os valores cristãos.

A proposição foi apresentada, na Câmara dos Deputados, no dia 16 de outubro de 2007.

Nos termos do disposto dos arts. 24, II, e 54, do Regimento Interno da Casa Legislativa, foi encaminhada às Comissões de Educação e Cultura e Constituição, Justiça e Cidadania, em regime de apreciação conclusiva.

Em 18 de junho de 2008, a CEC, Comissão de Educação e Cultura, manifestou-se unanimemente pela aprovação da matéria, na forma do substitutivo.

No dia 19 de novembro de 2008, a CCJC, também por unanimidade, decidiu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto e do substitutivo aprovado na CEC, com subemenda.

Recebida pelo Senado, no dia 19 de março de 2009, a proposição foi despachada à Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Educação e Esporte.

Em 06 de outubro de 2009, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto.

A proposição não recebeu emendas nesta Casa.

Da análise. Nos termos do art. 102, parágrafo primeiro, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte a apreciação de proposições que tratam de normas gerais sobre cultura, precisamente como o faz o PLC nº 27, de 2009. No que concerne a esta comissão, portanto, cabe opinar sobre o mérito da proposição.

Há muito, a música gospel vem se difundindo pela sociedade brasileira, constituindo uma tradição cultural própria.

Na realidade, a expressão 'música gospel' compreende uma grande variedade de estilos musicais de influência cristã.

Quase sempre, essas manifestações culturais derivam da tradição da música negra norte-americana. Dessa matriz, emergiram várias tradições musicais que se expandiram pelo mundo, a começar por um dos estilos populares mais sofisticados e importantes da atualidade: o jazz.

No Brasil, o gospel é reconhecido como gênero musical para além de suas manifestações estritamente confessionais. Integrou-se à dinâmica cultural brasileira, perpassando os diversos segmentos da sociedade e integrando-se às culturas regionais que compõem a diversidade do nosso País.

Acerta, portanto, a proposição, quando inclui o texto da Lei nº 8.313, de 91, dispositivo que reconhece a música gospel e eventos a ela relacionados como manifestação cultural.

Entendemos que, dada a sua relevância cultural, a música gospel e os eventos a ela relacionados devem gozar dos benefícios instituídos pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura, o PRONAC, instituído pela Lei Rouanet.

Por essas razões, a proposição é oportuna e meritória.

O voto é, nos termos do exposto, e considerando que, em relação à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não há vícios que o prejudiquem, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2009, PL nº 2.217, 2007, na origem."

Esse é o relatório, Sr. Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Papaléo Paes, o relator, então, é pela aprovação.

Coloco em discussão o projeto. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com o parecer do relator permaneçam como se acham. Aprovado.

Solicito ao Senador Jefferson Praia que seja relator *ad hoc* do projeto, do Item nº 12, não terminativo, que "*Altera o nome do Livro dos Heróis da Pátria, ao qual se acrescenta a expressão 'e das Heroínas', e nele se inclui o nome de Maria Quitéria de Jesus*". A autoria do Substitutivo, Câmara dos Deputados, autoria do PLS 236, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 236, autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria do Substitutivo Senador Inácio Arruda.

Como o Senador Inácio Arruda abriu mão da relatoria, e nós já tínhamos o seu relatório favorável, e, no dia 12/02/2008, o PLS 236/2007 foi aprovado na comissão, em caráter terminativo.

Portanto, com a palavra o relator *ad hoc*, Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigada, Sra. Presidenta, passo direto ao relatório.

"*O Projeto de Lei do Senado, PLS 236, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, propõe seja inscrito o nome de Maria Quitéria de Jesus no Livro dos Heróis da Pátria.*

Apresentado em 08 de maio de 2007, o PLS 236, de 2007, logrou aprovação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em caráter terminativo, em 12 de fevereiro de 2008, com o acatamento de duas emendas, destinadas a renomear o Livro dos Heróis da Pátria como 'Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria'.

Enviado à Câmara dos Deputados para a revisão prevista no art. 65 da Constituição Federal, em 16 de abril de 2008, tramitou, naquela Casa, como Projeto de Lei, PL 3.282, de 2008, tendo sido distribuído à Comissão de Educação e Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos arts. 24, inciso II, e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em apreciação conclusiva.

À matéria foi apensado o Projeto de Lei 3.924, de 2008, oriundo do Senado Federal, PLS 296, de 2007, também de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tratando do mesmo tema, Sra. Presidente.

Ao ser apreciado na Comissão de Educação e Cultura, recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo apresentado pela Relatora, Deputada Alice Portugal. Na mesma ocasião, foi rejeitado o Projeto de Lei 9.000, ou melhor, 3.924, de 2008, que tramitava conjuntamente.

Ao ser apreciado na CCJ, um dos dispositivos do substitutivo adotado pela Comissão de Educação e Cultura, referente à retroação da inscrição, foi suprimido.

Segundo o parágrafo único do art. 2, do Substitutivo do Projeto de Lei 3.282, de 2008, a inscrição deveria ser retroativa a 21 de agosto de 2008, data do 150º aniversário da morte da homenageada. Por ter sido considerado injurídico, esse dispositivo foi retirado do substitutivo.

Reencaminhado ao Senado Federal, o PLS 236, de 2007, terá seu substitutivo apreciado por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

De acordo com o art. 1º, do substitutivo, a expressão 'e das Heroínas' será acrescida ao nome do Livro dos Heróis da Pátria, que, assim, passa a se denominar 'Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria'.

Já no art. 2º, fica determinado que o nome de Maria Quitéria de Jesus, Heroína da Independência, será inscrito no 'Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria'.

O art. 3º, Sra. Presidenta, contém a cláusula de vigência".

Passo à análise, Sra. Presidente.

"*Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação pronunciar-se sobre matérias que disponham sobre homenagens cívicas, como é o caso do PLS 236, de 2007.*

Em ocasiões anteriores, a comissão já se pronunciou sobre a matéria, de maneira que, no momento, nada há a acrescentar, além dos esclarecimentos prestados no relatório.

Registre-se apenas que, em relação ao texto do Senado, enviado à revisão da Câmara dos Deputados, o substitutivo aprovado naquela Casa não traz alterações significativas. Na realidade, as alterações feitas não passam de ajustes formais na redação da ementa e dos arts. 1º e 2º do projeto, a par da supressão do parágrafo único, originalmente constante no art. 2º".

Passo ao voto, Sra. Presidenta.

"*Considerada a constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei do Senado 236, de 2007*."

Este, portanto, Sra. Presidente, é o relato do ilustre Senador Inácio Arruda.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O relator *ad hoc*, Senador Jefferson Praia, leu o relatório favorável do Senador Inácio Arruda, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2007.

Portanto, em discussão. Não havendo quem queira discutir o projeto, coloco em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Gostaria de solicitar ao Senador Flávio Arns que assuma a presidência, para poder fazer a leitura de um projeto em que sou relatora.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a Senadora Marisa Serrano pela deferência para presidir a comissão, enquanto a senadora faz o relatório do Item nº 4 da pauta, que é de natureza terminativa, é o Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2009, que "*Altera a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa-Família e dá outras providências, para instituir benefício adicional vinculado a desempenho escolar no âmbito do Programa*". Autoria: Senador Tasso Jereissati. Relatoria: Senadora Marisa Serrano, relatório favorável, com as emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais.

Na reunião do dia 08 de dezembro de 2009, foi concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares, que não apresentou manifestação por escrito.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Vou diretamente para a análise da proposta do projeto do Senador Tasso Jereissati.

"*O Programa Bolsa-Família é um programa de transferência condicionada de renda do Governo Federal. A condição é que as famílias beneficiadas mantenham seus filhos matriculados nas escolas públicas e cumpram um calendário de visitas a postos de saúde.*

Essas condicionalidades demonstram a preocupação do Estado com crianças e adolescentes de baixa renda, que, em função de sua condição de vida, afastam-se dos bancos escolares e dos centros de saúde.

Contudo, a simples vinculação da participação do Programa Bolsa Família, com a presença nas salas de aula, tem provocado críticas ao programa, no que diz respeito, principalmente, a sua eficiência em promover educação com resultados qualitativos.

Muitos críticos do programa alegam que ele tem sido, tem tido uma ação paliativa que não promove educação de qualidade.

Assim, partindo do princípio de que a educação de qualidade constitui um dos direitos fundamentais que compõem a cidadania, urge que o componente educação do Programa Bolsa-Família seja valorizado e seus impactos sociais e educacionais potencializados.

Assim, importa reiterar, há uma evidente relação entre o Bolsa Família e a educação. Entre as condições para receber o benefício, há exigência de manutenção dos filhos na escola por parte das famílias atendidas.

E criar um benefício variável, vinculado ao desempenho escolar, certamente estimula o público alvo a buscar melhores resultados educacionais, como forma de permanecer apto a receber mais benefícios do Programa Bolsa Família

Nesse sentido, sob a ótica dos benefícios sociais, julgamos pertinente e meritória a iniciativa do Senador Tasso Jereissati e também merecedora do nosso acolhimento.

A Comissão de Assuntos Sociais apresentou emendas ao texto original, aprimorando sua técnica legislativa e acrescentando a expressão 'educacional' na disposição que trata dos resultados obtidos.

Essas emendas são também acatadas, na forma do relatório final emitido pela Comissão de Assuntos Sociais.

Dessa forma, concluímos este relatório pelo voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2009, com as emendas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais".

Era esse o relatório Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço, Senadora Marisa Serrano.

Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, eu adio o término da discussão para uma ocasião oportuna, já que esse projeto de lei tem natureza terminativa e precisamos ter o *quorum* classificado para votá-lo também.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pois não, senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de solicitar o recebimento de um requerimento extrapauta, para ser apreciado ainda nessa sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Senadora Marisa Serrano está apresentando requerimento extrapauta. Se o Plenário concorda com a inclusão na pauta do Requerimento, permaneçam, Srs. Senadores, como se encontram. Aprovado.

Como a autoria é da Senadora Marisa Serrano, eu já aproveito, então, a ocasião para que ela leia o relatório, se assim todos concordarem.

Então, V. Exa. pode ler o requerimento, não, o relatório.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente.

"*Com amparo nos arts. 58, § 2º, 2, da Constituição Federal, e 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para análise da importância do Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, no contexto das políticas de avaliação da qualidade da educação brasileira, notadamente das mudanças recentemente introduzidas no exame, com vistas a utilização dos seus resultados para fins de ingresso nas instituições federais de ensino superior, IFIS, por meio do Sistema de Seleção Unificada, SISU.*

A título de sugestão, serão convidados para expor seus pontos de vistas entre outros, as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir: Sr. Fernando Haddad, Ministro da Educação; Sr. José Joaquim Soares Neto, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP; Sr. Alan Kardec Martins Barbiero, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior-ANDIFES; Professor Ciro Teixeira Correia, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES; e Sr. Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas-UBES."

Eu quero justificar esse requerimento tendo em base os últimos acontecimentos numa forma nova de aplicar o ENEM, que é chamado de Novo ENEM, que é... Aplicado o ano passado, para garantir aí a avaliação dos estudantes para o ingresso nas nossas universidades públicas.

Como nós tivemos vários problemas a respeito dessas aplicações, inclusive da admissão dos novos alunos, eu gostaria de, numa Audiência Pública, discutirmos essa questão para acharmos os melhores caminhos, o que é que falhou, onde é que nós podemos ajudar, porque é importante, quero aqui deixar registrado a importância do ENEM, como... Critério de seleção da universidade. Sou amplamente favorável.

Agora, não pode ser da forma como foi, extremamente açodada e criando problemas para milhões de brasileiros.

Então, em vista dos milhões de brasileiros, alunos e famílias que foram afetados por essa questão, eu acredito que cabe a essa comissão discutir quais os critérios possíveis para melhorar e aperfeiçoar essa questão.

Portanto, eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Requerimento dos mais importantes, dada a importância do tema, a atualidade, a reflexão sobre a proposta que foi feita, analisar-se criticamente o que vem acontecendo de bom no ENEM e as dificuldades, os desafios que devem ser enfrentados também.

Engloba alguns milhões de brasileiros. Se nós pensarmos que cada um desses brasileiros está inse-

rido numa família de quatro pessoas, nós teremos um envolvimento direto de cerca de 20 milhões de brasileiros, já que cerca de 4 milhões de brasileiros estão fazendo o ENEM.

Então, é o momento, acho que, terminado o processo, momento de parada discussão, de análise, de ponderação. E pensando, jogando para o futuro, como é que isto vai ficar para frente.

Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento da Senadora Marisa Serrano, com a proposta de realização de Audiência Pública com os nomes colocados, em data a ser marcada por esta comissão. Os que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Muito bem. Quero parabenizá-la pela autoria do Requerimento, pela exposição do tema e tenho absoluta certeza de que a sociedade vai acompanhar com todo interesse esse debate que vai acontecer na comissão.

Devolvo a presidência à V. Exa..

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu que agradeço ao Senador Flávio Arns de ter aceito presidir essa comissão, enquanto eu relatava os projetos, agradecer sempre a disposição de auxiliar essa comissão.

Há um outro projeto, terminativo, que nós podíamos adiantar a leitura, que é o Item nº 13, Projeto de Lei do Senado, nº 264, de 2009, que "*Autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal do Pará, no Município de Redenção*". Autoria do Senador Flexa Ribeiro. Relatoria do Senador José Nery, relatório favorável.

Passo a palavra ao relator, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, Sras. e Srs. Senadores.

O projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro, o qual passo a fazer a leitura do relatório e propugnando pela sua aprovação em sessão posterior, tendo em vista necessário o *quorum*, está redigido nos seguintes termos:

"*O Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de Redenção, 'campus' do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.*

Para tanto, autoriza o Poder Executivo a criar cargos e funções e a dispor sobre a organização, as competências e outras atribuições necessárias à implantação da escola, segundo o art. 2º.

De acordo com o art. 3º da proposição, o 'campus' destina-se à formação e qualificação de profissionais de nível superior, para atender às necessidades socioeconômicas e de desenvolvimento tecnológico dos Estados do Pará, Mato Grosso e Tocantins.

Pelo art. 4º, o projeto em apreço estabelece que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o proponente destaca algumas razões que justificam a atenção especial dos governantes para com a educação profissional e tecnológica, entre as quais inclui a importância desse tipo de formação para a inserção de trabalhadores qualificados no mercado de trabalho e o impacto que a reserva desses profissionais tem no desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Destaca, também, as peculiaridades do Município de Redenção, que, localizado no Sudoeste do Pará, próximo às fronteiras com os Estados do Mato Grosso e Tocantins, apresenta-se como um dos mais dinâmicos e de maior potencial econômico da região.

À proposição, que deve ser analisada em caráter terminativo por esta comissão, não foram oferecidas emendas.

Quanto à análise, Sra. Presidente, a matéria se enquadra entre aquelas possíveis de apreciação por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual a ela compete opinar sobre o mérito de proposições que envolvam, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação, cultura, ensino e esporte, diretrizes e bases da educação nacional, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, instituições educativas e outros temas correlatos.

Com relação ao mérito, a iniciativa reveste-se de grande importância e oportunidade, tendo em vista não apenas o papel que as instituições de ensino do porte dos Institutos Federais desempenham para o desenvolvimento socioeconômico do país, mas também o cenário delineado para a educação profissional pelo Governo Brasileiro, estruturado em medidas e metas estabelecidas na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mais conhecidos como Institutos Federais.

Permeando esse cenário está a ideia de expansão e de interiorização da educação profissional, mediante a criação dos Institutos Federais em centros urbanos estratégicos, vinculados a diversos 'campi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Dessa forma, a iniciativa do Senador paraense Flexa Ribeiro chama a atenção do Ministério da Educação para a Região Sudoeste do Pará, mais especificamente para o Município de Redenção, que tanto necessitam de apoio federal para fazer desabrochar todo o seu potencial de crescimento social e econômico.

Devemos relembrar, contudo, a inexistência de entendimento pacífico no Congresso Nacional a respeito de proposição autorizativa.

Não obstante o juízo prevalecente na Câmara dos Deputados de que projetos autorizativos, apresentados por deputados ou senadores, são inconstitucionais, sendo, por isso, com frequência, arquivados; o Senado Federal, por outro lado, os considera legítimos.

A base para esse juízo encontra-se no Parecer 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, segundo o qual uma lei autorizativa tem como efeito jurídico sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.

Sendo assim, e uma vez redigida em boa técnica legislativa, concluímos que a proposição não apresenta óbices de natureza constitucional ou jurídica que dificultem a sua tramitação.

Quanto ao voto, pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2009".

E esperamos que submetido ao Plenário da Comissão, em sessão que conte com o *quorum* necessário à aprovação de matéria dessa natureza.

É o nosso voto, é o nosso relatório, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, eu quero concordar com o relatório do Senador José Nery, com a proposição também do Senador Flexa Ribeiro.

E dizer, de fato, da importância de se ter um *campus* do Instituto Federal do Pará no município, no caso, aqui, de Redenção, porque a presença de uma instituição de ensino superior, e isso já vem demonstrado em pesquisas, é elemento suficiente para alterar a realidade, inclusive em termos de IDH-Índice de Desenvolvimento Humano, que aumenta com a presença de uma instituição de ensino superior.

Por que isto? Porque mais pessoas se qualificam, se formam. Quer dizer, a educação é fator de mudança na região. Uma instituição dessa natureza se insere nas necessidades da comunidade e, ao mesmo tempo, desenvolvem, também, como instituição de ensino superior, um conjunto de pesquisas práticas, concretas, de acordo com as necessidades da região.

Então, apesar de ser, como o Senador José Nery colocou muito bem, autorizativa, mas já existe uma decisão, até da Comissão de Constituição e Justiça, dizendo que isto é importante sugerir, para o Executivo, uma demanda aprovada, discutida e aprovada pelo Congresso Nacional.

Então, eu concordo.

Eu só quero, Sra. Presidente, destacar que eu sou amplamente favorável a esta forma de expansão do ensino superior. Existe um instituto, e este instituto cria o *campus* localizado num determinado local. Então, nós podemos ter, num estado, o instituto sede, com cinco, seis, sete, oito, dez *campi*, quer dizer, dez locais descentralizados.

Eu acho que isso, na minha ótica pelo menos, é uma economia de dinheiro, de recurso, que pode ser investido na finalidade. Porque, se você tem cinco universidades num determinado estado, cada universidade dessa vai ter que ter a sua estrutura. Reitor, vice-reitor, pró-reitor disso, pró-reitor daquilo, departamento de recursos humanos, cada uma delas, departamento de recursos humanos, de infraestrutura, de administração, jurídico e tudo mais.

Quer dizer, uma multiplicação de estruturas burocráticas. Nós poderíamos ter, em vez de cinco universidades federais, uma universidade federal, com *campus* num local, *campus* no outro, *campus* no outro. Seria a universidade federal, no caso, vamos dizer, do Pará, com *campus* em Belém, com *campus* aqui, *campus* lá.

Eu acho, assim, que isto poderia ser um debate, para ver quanto estamos gastando com estruturas isoladas e quanto poderíamos economizar e, portanto, investir, economizar, para investir mais na finalidade, no objetivo.

Então, é um debate, eu acho que esta sistemática, do instituto, dos institutos federais é nesse sentido.

Então, um, com localizações, as mais variadas, nos estados, descentralizadamente, o que está correto.

Então, meu voto é favorável, com essa outra observação, que, em um momento oportuno, poderemos pensar em como abordar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Verdade. Obrigada, Senador Flávio Arns.

A palavra, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estou captando no ar, porque, infelizmente, eu não ouvi todo o relatório, mas eu li.

Eu diria que ela vem de encontro ao que já vem acontecendo em vários estados e universidades es-

taduais e particulares, aonde a extensão do *campus* já é reconhecida como correta.

Algumas universidades criam *campus* universitários fora da sede principal. E têm tido um bom resultado, porque levam o ensino onde há dificuldade até de transporte, de locomoção, de professores, encontra uma grande dificuldade.

Então, instalando em determinadas áreas, onde a população carece de um ensino superior, tem tido um resultado altamente satisfatório.

Concordo com o Senador Nery, com o Senador Arns e acho que V. Exa., como uma profunda conhecedora do que é educação, ainda ontem eu vi o seu discurso sobre educação, a importância dela, inclusive na luta contra drogas, que V. Exa. destacou com um enorme conhecimento e com uma sensibilidade invejável até por nós policiais.

E eu acho que isso tem uma importância vital. E levar o ensino, principalmente o ensino técnico, como V. Exa., se eu não engano, vendo seu discurso ontem e ouvindo. Porque, quando eu estou em casa, a televisão, do Senado, não sai, e V. Exa. Fez um discurso muito bom, correto, já solicitei as notas taquigráficas, que eu vou à luta, através dos exemplos que V. Exa. citou.

Parabéns e sou favorável ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Romeu Tuma.

Continua em discussão.

Senador Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, para um breve comentário, sobre o próprio relatório e o sentido, mesmo, dessa proposição autorizativa, proposta, aqui, pelo Senador Flexa Ribeiro, do meu Estado do Pará.

É importante essa iniciativa até mais por um fator fundamental. Há uma discussão muito acalorada no Estado do Pará sobre a divisão territorial do estado, em que nós teríamos, se fosse operada essa divisão, o Estado de Carajás, onde está o município de Redenção, é um dos 38... 39 municípios, do sul e sudeste do Pará, que formaria o futuro Estado de Carajás, e Redenção está a 850 quilômetros de Belém.

Então, essa distância e, muitas vezes, a ausência do poder público e das diversas políticas públicas do estado nessas regiões mais distantes faz sedimentar, Senador Flávio Arns, um certo sentimento de distância, de esquecimento dessas populações e acaba, muitas vezes, por pavimentar discussões no sentido dessa divisão regional, de uma nova redivisão territorial na Amazônia, inclusive com a criação não só do Estado de Carajás, mas também está em debate, há muitos anos, a criação do Estado do Tapajós, com capital lá em Santarém.

Então, eu creio que a presença das diversas instituições do estado, sejam elas de ensinos, de saúde, a garantia da infraestrutura necessária, e o atendimento às populações mais sofridas nessas regiões, o atendimento por parte das políticas públicas, constitui, ao meu ver, uma necessidade e tem uma importância fundamental, inclusive para que esse sentimento separatista possa ser de alguma forma contido.

Então, iniciativa como essa, especialmente se atendido na proposição pelo poder executivo, já que se trata de um projeto de caráter autorizativo, sem dúvida, o Sul do Pará, os estudantes, os trabalhadores, o nosso povo só tem a ganhar.

Que o Ministério da Educação, que o Governo Federal, que o Poder Executivo esteja atento a essa proposição e, como da sua competência, considere na criação de próximos institutos no estado do Pará, entre outros municípios, considere a proposição que propõe aqui instalar um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no Município de Redenção, no sul do estado.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Nery.

Continua em discussão. Eu gostaria de acrescentar que o nosso Secretário Júlio nos informa que o piso nacional dos professores nasceu de um projeto autorizativo do Senador Cristovam Buarque e hoje é uma realidade.

Então, esses projetos autorizativos são para lembrar o executivo também, mostrar o conhecimento que cada Senador tem do seu estado, da sua região e poder, assim, contribuir também para que o executivo tome os rumos que achar importante tomar nessa condução.

Portanto, não havendo mais ninguém que queira discutir coloco.... Continua em discussão.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente. Continua em discussão para votação e...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Continua em discussão para a próxima reunião, já que ele não é... Ele é terminativo. Então, continua a discussão aberta Brasil a próxima reunião.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Exa. só me permite uma parte também, que V. Exa. mencionou o projeto autorizativo, que depois se converteu

em lei, do piso salarial nacional salarial e dos planos de carreira nacionais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Planos de carreira.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E V. Exa. sabe que nós já fizemos uma Audiência Pública sobre esse assunto. E uma das Audiências Públicas foi no sentido de se fazer o levantamento de como que a lei vem sendo aplicada, executada, transformada em realidade em nosso país.

E a coleção de dados, a coletânea de dados, estava, pelo menos, até o ano passado, muito difícil, porque não se sabia, não se tinha o levantamento através da UNDIME, através do CONSED, através do MEC, de quais e quantos municípios estavam aplicando a lei.

Que nós temos... Quer dizer, V. Exa. mesmo diz, na ocasião elaboramos a lei, precisamos saber, agora, como que ela vem acontecendo, sendo executada na realidade.

Então, eu só faria o apelo novamente para retomarmos o assunto, porque é um assunto da mais alta importância, apesar do debate ainda que vem acontecendo no Supremo Tribunal Federal, sobre esses aspectos.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O Senador Flávio Arns lembra justamente das discussões que tivemos a esse respeito.

E eu continuo com a mesma ideia. Os projetos de grande alcance, que podem modificar realmente a vida da população, de grande alcance nacional, são projetos que tem que ser acompanhados por essa comissão, para que a gente saiba qual o teor, como é que ele está sendo aplicado e se a resolução daquilo que nós votamos aqui é compatível com aquilo que a sociedade espera.

Portanto, continua em discussão para a próxima reunião essa questão.

Srs. Senadores, Sra. Senadora. Quero dar um informe aqui a respeito do Requerimento apresentado pelo Senador Valdir Raupp. "*Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado, PLS nº 166, de 2003, de minha autoria, que dispõe sobre os serviços postais, para fim de dar tratamento especial à distribuição de matéria didático*." Portanto é só para informação dos Srs. e Sra. Senadores.

Eu gostaria de perguntar ao Senador Cristovam se quer fazer a leitura, como é terminativo, a leitura do seu projeto, o Item... O Item... O Item 7 da pauta. Terminativo. Projeto de lei do Senado, nº 18, de 2009. "*Cria o acervo do Museu de Brasília, no Centro Cultural da República, e dá outras providências*". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório favorável, na forma de Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Observações: sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Se não tivemos *quorum* para deliberar, ficaria para a próxima reunião.

Com a palavra o relator, Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, eu estou pronto para fazer o... Ler o relatório, favorável. Eu acho até que isso vem em bom momento, esse museu já devia existir há muito tempo aqui, é uma boa iniciativa do Senador Raimundo Colombo, mas o governo pediu vistas no projeto, se não me engano. Com isso, estaria suspenso. Pediu para retirar de pauta.

Isso, então, diante disso, leio ou não leio?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não veio, a comissão não recebeu.

Só se V. Exa. pedir para retirar de pauta. A retirada de pauta.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, eu peço já que houve esse pedido de ser ouvido o governo, com mais detalhes, eu prefiro discutir com o Ministério, antes de apresentar o meu projeto, talvez eles tragam--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): O senhor prefere adiar?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Adiar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Adiar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E retirar de pauta, para poder... De repente tenha alguma sugestão melhor e que a gente possa incorporar no relatório.

Então, eu peço para retirar de pauta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Está retirado de pauta, então. Está retirado da pauta.

Senador Cristovam, gostaria, então, de informar que fica retirado de pauta. E o item nº 1, que é não terminativo, que é um projeto que V. Exa. também é relator, o Senador Augusto Botelho pediu que nós não fizéssemos a leitura hoje, que deixássemos para próxima reunião. Se V. Exa. concordar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Concordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, está adiado a discussão e votação do Item nº 1. Não havendo mais nada--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Apenas para dar um informe, Sra. Presidente. Eu cheguei um pouco atrasada à Reunião, porque estava na reunião da comissão organizadora da Conferência Nacional de Educação, da CONAE, e só gostaria de relembrar à Comissão, a Conferência ocorrerá de 28 de março a 1 º de abril.

E ontem, Senadora Marisa, eu estive conversando com o Secretário de Comunicação do Senado, Sr. Fernando Mesquita, e propus a ele que nós usássemos todo o sistema de comunicação do Senado Federal para fazer também a divulgação e o acompanhamento da Conferência Nacional de Educação.

Isso nós já havíamos tratado, inclusive com o Senador Flávio Arns, anteriormente, junto à Secretaria, e nós estamos agora propondo a realização de uma série de entrevistas onde nós possamos trazer debatedores e também levar os senadores da Comissão de Educação para discussão nessas entrevistas sobre a CONAE.

Nós já propusemos uma grade, onde cada programa se debruçará sobre um tema da Conferência. A conferência tem um eixo central que será a discussão de um sistema nacional articulado de educação, e cinco eixos que serão debatidos, aliás, já estão sendo debatidos desde o ano passado, na realização das conferências municipais e estaduais.

Está sendo elaborado agora, em função das mudanças que aconteceram já no documento referência, nas conferências estaduais, está sendo elaborado um novo documento referência, que eu espero, até a semana que vem, que possa passar para todos os senadores.

De modo, Senadora Marisa, que eu aqui gostaria apenas de informar e dizer que aqueles Senadores que desejam fazer o debate, podem nos procurar e também dizer qual o tema dentre os temas da Conferência que gostaria de debater, para que a gente possa organizar junto a Secretaria de Comunicação, essa série de debates sobre a nossa educação brasileira e principalmente sobre o sistema nacional articulado de educação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senadora Fátima Cleide. Fez um relato aqui, um informe, porque ela foi designada por essa comissão, para, em nosso nome, nos representar na Conferência Nacional de Educação Básica.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Isso. Se me permite, Senadora Marisa, mas eu gostaria também de sugerir, até, que, na reunião da Comissão de Educação da semana de 28 a 1º, pudesse ocorrer na CONAE, para que todos os senadores pudessem, pelo menos nesse momento, na terça-feira, da semana... Da realização da Conferência, participar desse grande momento, que é Conferência Nacional de Educação, que vai reunir 3.500 delegados e mais 1.500 observadores. Portanto, serão 5.000 pessoas discutindo educação brasileira e, além disso, vários de nós também estarão participando nas diversas mesas, aqui em Brasília, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, de 28 de março, começa no dia 28 de março e vai até a Quinta-Feira Santa, 1º de abril.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Certo, como a missão não pode se reunir fora do prédio do Congresso Nacional, nós deveríamos fazer um convite especial a todos os senadores e senadoras para que participem, num dia específico, para que todos estejam lá naquele dia, se possível, participando da reunião.

Fica também o convite da Senadora Fátima Cleide, a possibilidade de estarmos junto à TV Senado, discutindo questões relativas à educação básica no país.

Senador Romeu Tuma pediu a palavra? Não.

Então, não havendo mais a tratar-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acrescentar a importância...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Do que foi proposto pela Senadora Fátima, com anuência de V. Exa. e a importância de acompanharmos, porque todos nós vamos à Tribuna falar da importância da educação.

Então, nós não podemos fugir à oportunidade de publicamente poder apresentar as nossas teses a respeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Senador Romeu Tuma.

Não havendo mais nenhuma não terminativa e não tendo *quorum* para as terminativas, quero... O Senador Tasso quer...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Se a Presidente me permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senadora Marisa, nós temos um projeto aqui, nessa comissão, que eu reputo um dos projetos mais importantes que nós tivemos a oportunidade de apresentar nessa Casa.

Ele... Já que está se encerrando, em breves palavras, ele dá um incentivo, aqueles que estão inscritos no Bolsa Família, aqueles... Crianças que estão inscritos na Bolsa Família que tenham um bom desempenho escolar.

Entendemos nós que, hoje, principalmente nas áreas mais pobres do país, no Nordeste especificamente, no Norte, mas, com certeza, no Brasil todo, o grande problema nacional e a grande chaga que nós temos no nosso projeto de desenvolvimento nacional é a educação e, especificamente falando, na qualidade da educação, no ensino fundamental.

Por essa razão, nós apresentamos esse projeto, já que a grande maioria das crianças estão... que estão na Bolsa-Família são aquelas justamente que sofrem as consequências dessa baixa qualidade do ensino. E nós apresentamos esse projeto que eu não vejo que possa significar nenhum ônus, inclusive significativo, para a Fazenda Nacional.

Então, eu gostaria muito de nessa oportunidade pedir aos Srs. Senadores, Sra. Presidente, aos Srs. Senadores dessa Comissão, o apoio a esse projeto, pelas razões que eu acabei dizer.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade de falar nessa comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Tasso. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de aproveitar e manifestar o meu apoio à discussão sobre esse projeto do Senador Tasso Jereissati. E fazer um pequeno histórico aqui.

Quando a Bolsa-Escola foi concebida, imaginada, ela tinha duas pernas: uma era uma remuneração mensal aos pais, em conta da frequencia às aulas; e ao lado disso, um depósito em caderneta de poupança em nome da criança, para que ela só retirasse se concluísse o segundo grau, que é mais ou menos na linha, embora a proposta do Senador, o rendimento. No caso da Bolsa-Escola, quando ela foi concebida era a aprovação no final do ano.

Lamentavelmente, eu me penitencio. Quando o projeto foi apresentado à sociedade e, depois, quando ele foi executado, quando eu era Governador do Distrito Federal, nós colocamos as duas ideias separadas, devíamos ter dito que era uma só. A Bolsa-Escola deveria ser composta de duas coisas: um incentivo à frequência, enfrentando o problema da pobreza que põe a criança fora da escola para trabalhar, e um incentivo ao rendimento, fosse a aprovação, fosse as notas, que eu acho até melhor, realmente. Saíram separadas as duas, os dois projetos. No governo do Distrito Federal implantamos os dois. Aqui tinha a Bolsa-Escola e a Poupança Escola.

Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso criou, ele pegou a ideia da Bolsa-escola, não colocou a poupança. E esse projeto ampliou-se, no Governo Lula, no número de famílias. Do ponto de vista da generosidade, sem dúvida alguma é um projeto que ninguém pode, em nenhuma hipótese, ficar contra essa generosidade com as famílias pobres. Mas perdeu muito da característica educacional.

Primeiro, é tirar o nome escola. Antes as mães recebiam o dinheiro pensando: "Eu recebo esse dinheiro porque meu filho vai à escola." Agora ela recebe pensando: "Eu recebo esse dinheiro porque a minha família é pobre."

Segundo, tirando do Ministério da Educação a gestão do projeto e colocando no Ministério da Assistência Social, mesmo se chame de Desenvolvimento Social, mas é o Ministério da assistência.

E terceiro, misturando os programas do Governo Fernando Henrique. A Bolsa-Escola, que era educativo, com a Bolsa Alimentação, o Vale Gás e tinha mais alguns. Ao misturar, também descaracterizou.

Eu creio que a gente tem que voltar a caracterizar esse programa com seu conteúdo transformador, e não apenas assistencial, e a proposta do Senador Tasso ajuda nesse sentido.

Eu ainda acho que falta muita coisa. Falta, por exemplo, um projeto que está aqui de que obriga os pais a irem à escola, para poder receber o valor da Bolsa-Família, que é um projeto meu, que já foi retirado aqui, não sei porque, algumas vezes, falta o rigor na frequência e falta, sobretudo, escola boa, porque também obrigar a criança a ir para uma escola ruim, é até perversidade. A gente tem que ter também o papel da escola.

Por isso eu defendo que volte para o Ministério da Educação a administração desse programa e que criemos programas de assistência, como tem que existir, sim. Eu sou favorável a continuar Bolsa-Família até com esse nome, mas esse é o programa para as famílias pobres que não tem filhos na idade escolar, porque os pais são velhos ou muito jovens. Eu sou favorável que se crie um programa de emprego social, para garantir emprego às pessoas da família, com as

velhas frente de trabalho, só que por prazo curto e não permanente.

Então, nesse sentido, o projeto do Senador Tasso, colabora. E por isso sou favorável que ele seja discutido o mais rápido possível e quero estar na linha de frente da defesa do seu projeto, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É rapidinho, porque o Senador Tasso Jereissati, o Senador Cristovam já expuseram os seus pontos de vista, e eu estava lendo o relatório de V. Exa., parece-me que V. Exa. é a relatora do projeto. E a análise identifica bem os objetivos sadios do projeto do Senador Tasso Jereissati, que é o meu padrinho lá em São Paulo, para ver se eu consigo a vaga.

Mas eu queria que pudesse, senadora, pelo brilhantismo também do seu relatório analítico sobre o projeto, se ele pudesse ser lido hoje. Se todos concordarem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já foi lido. Já foi lido, senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, nós chamarmos todo mundo para podermos votar isto aqui, porque ele vem de encontro ao Bolsa-Família, que V. Exa. bem descreve no seu relatório e na sua análise.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Romeu Tuma, ele já foi lido hoje, está em aberto para a discussão na próxima... Na próxima sessão, se tivermos *quorum*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Senador Flávio Arns, apenas um...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Tasso Jereissati

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Eu, de uma maneira absolutamente imperdoável, não falei que o relatório era de V. Exa., que deu uma outra qualidade ao nosso projeto, que deu outro brilhantismo como sempre ocorre, e eu queria agradecer esse relatório de V. Exa..

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Tasso. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero também destacar que o projeto é de autoria do Senador Tasso Jereissati e a relatoria é de V. Exa..

Mas eu quero concordar com essa ideia de refletirmos bastante nessa análise que deva ser feita. Todo mundo é a favor do Bolsa-Família, não há dúvida sobre isso. Todos nós, sociedade, que realmente representou a junção de várias bolsas que existiam anteriormente, como foi dito, às vezes, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Gás, Bolsa-Apoio, e que foi constituído no Bolsa-Família.

Contudo, considero muito importante que haja, como foi dito, essa mudança cultural em relação à importância da escola. É Bolsa-Escola, Bolsa-Educação, seja lá o nome que se queira dar.

Para quê? Para a pessoa no Brasil inteiro pensar: "A educação, essa é uma Bolsa-Escola, para o meu filho ir para a escola. Ele tem que frequentar a escola." Quer dizer, qual é a contrapartida? Tem que ser, claramente, tem que frequentar a escola, tem que ir bem na escola, o regulamento tem que dizer inclusive para a pessoa com deficiência, eventualmente, que esteja na classe comum, o que significa ir bem na escola, quer dizer, são as variáveis, todas, necessárias, e mesmo considerações. Porque muitas crianças vão mal na escola, vão mal na escola, não por causa delas, mas também porque não tem, a escola não está preparada, a escola não atende as variáveis, a escola precisa ser aprimorada.

Então, o regulamento vai falar sobre isso tudo. Mas nós termos Bolsa-Escola, quer dizer, enfatizar o aspecto da educação, é essencial no meu ponto de vista.

Então, inclusive, no Plenário, tive ocasião, na semana passada, de falar rapidamente sobre isso. Digo: "Olha, é o momento de se fazer a avaliação dos programas existentes, e eu mencionei inclusive esse debate que nós estávamos fazendo, sobre permanência do Bolsa-Família e ênfase para Bolsa-Escola, Bolsa-Educação, ou coisa semelhante, um título nessa direção que possa também ser dado.

Então, eu gostaria, Sra. Presidente, só também de me manifestar favoravelmente, já foi lido o relatório, como o Senador Romeu Tuma colocou e a questão agora de a gente discutir e votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): E votar. Agradeço, Senador Flávio Arns.

E aproveitando a presença do Senador Cristovam Buarque, nessa sessão, queria colocar um requerimento extrapauta e queria pedir autorização dos nobres pares para isso.

Se concordam que eu coloque um requerimento extrapauta, justamente pedindo, solicitando uma realização de uma Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para análise da efetividade do programa Bolsa-Família no âmbito educacional, objeto da Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. A ideia é que a gente possa ouvir os três, os dois ministros, o Sr. Fernando Haddad, Ministro da

Educação e o Sr. Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social, e o Sr. Ubiratan Aguiar, Ministro do Tribunal de Contas da União.

A ideia foi de uma proposta discutida com o Senador Cristovam a semana passada, de que nós pudéssemos fazer uma Audiência Pública , para sabermos, dentro daquele espírito, de saber daquilo que nós votamos aqui, qual é efetividade real na sociedade brasileira, que a gente pudesse fazer esse levantamento nessa Comissão.

Não sei se o Senador Cristovam Buarque, que foi um dos mentores da ideia, gostaria de acrescentar algum nome a mais, ou alguma mudança que queira.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu... Apenas para dizer que eu insisto que a palavra família é nobre, sagrada, mas descaracterizou o papel da idéia de pagar para que a criança estudasse.

Então, eu coloquei um projeto de voltar ao nome antigo. Mas conversando com a Senadora, lembrei que talvez seja o caso da gente fazer um debate sobre isso antes, em vez de simplesmente ficar remudando o nome. E eu estava no dia que o Duda Mendonça apresentou o Bolsa-Família, eu era Ministro, eu acho que essa é uma das razões pelas quais eu terminei até sendo retirado, porque me lembro que eu reclamei da mudança do nome, mas eu sentia-me constrangido, porque embora nacionalmente o Programa Bolsa-Escola seja relacionado com o Presidente Fernando Henrique, a quem eu sempre gosto de dizer, teve a generosidade de adotar o nome criado por um político de um partido que fazia oposição a ele, em geral muda-se o nome. Ele disse: "Não, eu vou criar com esse nome."

Mas não era uma questão de defesa da criação desse nome, lá em 1987, 8, ainda quando eu era reitor e depois no meu programa de governo, de candidato em 94, que apareceu pela primeira vez, publicamente, o nome Bolsa-Escola. É porque a retirada da palavra escola ou educação descaracteriza. Mas eu estou de acordo que, em vez da gente simplesmente votar, mudar o nome, faça um debate, aproveitando até esse momento.

Eu se fosse... Quando eu fui candidato a Presidente, com meus poucos 2,5%, eu propus uma reformulação do Programa Bolsa-Família, transformado em três programas: Bolsa-Família, para as famílias pobres sem filhos; Bolsa-Escola, para aquelas que tem filho; e Emprego Social.

Hoje, se fosse de novo, meu partido não quis, é verdade, que eu fosse candidato, nem que tivesse candidato, eu proporia manter o Bolsa-Família e criar o Bolsa-Escola. Se fosse candidato a Presidente, eu defenderia que criar o programa Bolsa-Escola para as famílias com crianças na escola, mas um programa amarradíssimo a frequência aulas. Deixa o Bolsa-Família para todas as família pobres, com uma necessidade básica e cria um programa de incentivo educacional.

E não digo que custa muito. Porque já não vai precisar ser alto, porque já está recebendo uma parte, e não precisa implantar de uma vez no país inteiro. Você pode implantar o programa começando pelo Nordeste, por exemplo, com as regiões mais pobres e a cada tanto tempo vai ampliando para os outros estados.

Então, por isso, um debate como esse, Senadora, pode ser muito bem vindo. Eu creio que ele pode trazer ideias, esclarecimentos sobre o aspecto fundamental do nome dos programas para colaborar nos resultados dele.

Programa com o nome errado não traz o resultado que se espera.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, quero informar que, quando fiz a relatoria, estava trabalhando em cima da relatoria do projeto do Senador Cristovam, que troca o nome de Bolsa-Família voltando para Bolsa-Escola, eu disse a ele que o Bolsa-Família tem um outro sentido hoje do que aquele Bolsa-Escola que nós gostaríamos que tivesse. Quer dizer, ele ampliou mais, como ele mesmo, o Senador Cristovam, acabou de informar. A ideia é que pudesse desmembrar em três.

Então, nesse caso, é melhor a gente... Ou, talvez, numa Audiência Pública, poder ouvir a abrangência, na área de educação, como é que o Bolsa-Família se deu, se há pesquisa a respeito, se há avaliação da forma educacional como o Bolsa-Família está trabalhando, em todo o país, com as nossas crianças.

Quer dizer, eu não tenho idéia e não sei se os senadores têm, qual é o alcance na escola do Bolsa-Família e a avaliação no rendimento dos alunos dessas famílias. Quer dizer, não temos, eu não tenho nenhuma idéia, é bom que essa Comissão aqui tenha mais conhecimento a respeito de como se dá na prática essa questão.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora Marisa, eu acho que depois do que a senhora falou, praticamente alcançou o meu desejo de transmitir o que vai na alma.

A gente tem história, todos nós filhos de imigrantes, sabemos que nossos pais, normalmente, em épocas difíceis, foragidos de domínios externos nos seus países se refugiaram, uma grande maioria, no Brasil.

E o grande objetivo dos nossos pais é que os filhos pudessem ter um diploma, pudessem cursar... Eles deixavam de comer para poder pagar uma escola,

tendo em vista a grande dificuldade de poder matricular numa escola pública os filhos de imigrantes.

Então, o Bolsa-Família, ele hoje voltou-se apenas para o que V. Exa. disse: alimentação e os produtos de necessidade, e deixaram um pouco de lado o interesse pela educação, como disse o Senador Flávio Arns.

Eu acho que antecipando o projeto de V. Exa., que eu acho que deve ser feito, essa Audiência Pública poderá nos trazer uma luz maior do alcance do Bolsa-Família ao Bolsa-Escola, que o governo atual está aplicando suas verbas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria informar que há um projeto do Senador Cristovam Buarque que versa sobre a participação dos pais em reuniões escolares, como condicional para o recebimento do benefício do Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à educação, Bolsa-Escola, já foi aprovado aqui em 10 de 12 e já está na Câmara. Só para informar ao Senador Cristovam.

Não havendo mais nada... Ah, sim, nós estávamos discutindo justamente o requerimento da minha autoria que temos que votar, o requerimento para Audiência Pública discutir a efetividade do Bolsa-Família no âmbito educacional. Os Senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar nessa reunião, obrigada, encerro a presente sessão, convocando outra... Para terça-feira, no horário de sempre.

Sessão encerrada às 12h11.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS.

Às catorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e nove, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assina o livro de presença o Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização da 2ª Audiência Pública para "conhecer as medidas já adotadas pelo Senado Federal para solucionar os problemas administrativos e de gestão evidenciados no ano de 2009, bem como as medidas em curso e previstas para assegurar a regularidade dos atos e contratos, reestruturar os planos de carreira, de profissionalização e qualificação de recursos humanos, rever a estrutura administrativa e fortalecer os controles internos", em atendimento ao Requerimento nº 79 de 2009-CMA, de sua autoria e do Senador João Pedro. Comparecem os seguintes convidados: Senador Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário do Senado Federal e Haroldo Feitosa Tajra, Diretor-Geral do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RENATO CASAGRANDE,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião, senhoras e senhores, destina-se à realização segunda da Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 79, de minha autoria e da autoria do Senador João Pedro, com a finalidade de fazer o acompanhamento das medidas administrativas adotadas pela Casa com relação às reformulações que a Casa está passando ou que foram anunciadas. Então é para que nós possamos fazer o acompanhamento daquilo que está sendo feito pela Casa, efetivamente, quais os resultados que nós chegamos nesse ano e quais os resultados que nós ainda temos previsão de chegarmos em termos do reordenamento administrativo do Senado. Vivenciamos uma crise e a crise tem que produzir frutos e efeitos positivos. É por isso que nós estamos fazendo essas Audiências, como Comissão de Fiscalização e Controle.

Eu agradeço muito a disponibilidade do Senador Heráclito Fortes, que mais uma vez está aqui conosco. Infelizmente, não temos outros senadores, como da vez passada também não tivemos, e agradeço a presença do Diretor-Geral, o Dr. Haroldo, junto com os demais

diretores presentes conosco aqui. Mas vamos cumprir o nosso papel, a nossa tarefa, vamos fazer o debate porque a população de alguma forma acompanha e a tarefa nossa é fazermos isso.

Então com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Meu caro Presidente Renato Casagrande, infelizmente não posso me dirigir aos colegas senadores porque não existe, não estão aqui, estamos só nós, o que é lamentável, até porque nós recebemos, ao longo desse tempo, cobranças de vários companheiros, não só através de correspondência, mas e principalmente através da Tribuna, e eu, mais uma vez, louvo essa sua iniciativa de colocar à disposição esta comissão para nos ajudar nesse projeto de dar transparência às atividades da Casa. Eu disse e repito que se nós tivéssemos tido lá num passado, lá atrás, a oportunidade de periodicamente vir à Comissão de Fiscalização e Controle para discutir atos administrativos da Casa, talvez nós tivéssemos evitado constrangimentos que passamos e que se tornaram desagradáveis para a Casa como um todo, para os senadores, funcionários. Eu lamento que essa sua ideia, que é fantástica, que é fabulosa, não tenha sido, pelo menos até agora, eu sou otimista, eu espero que ainda alguns ainda cheguem.

Mas eu também quero louvar aqui a presença da imprensa, que tem nos acompanhado nesse período, após um silêncio de 14 anos com os atos que se cometiam nessa Casa, eram poucas as reações que se via aqui de alerta. Finalmente nós tivemos, a partir do início desse ano, uma atenção muito especial da imprensa com relação às irregularidades, o que ajudou muito. Eu acho que todo esse trabalho que nós fizemos nós devemos aos servidores da Casa, mas devemos também à imprensa, que muitas vezes com informações privilegiadas fizeram com que nós tomássemos conhecimento de fatos que não conhecíamos. Mas vamos ao que interessa.

Eu acho que a grande expectativa é com relação à proposta da Fundação Getúlio Vargas e da Diretoria-Geral da Casa, essa proposta conjunta que começou a ser discutida em que mês, Haroldo? Quando foi o início, a proposta da fundação foi quando?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em maio.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em maio.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Março, abril.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A proposta? Junho.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Junho foi o relatório final.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Afinal, a primeira--

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Acho que foi em março.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, não importa, a proposta foi naquela data... Bom, finalmente, meu caro Casagrande, nós estamos chegando aqui eu acho que à reta final.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu recebi hoje a proposta, essa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já têm pequenas alterações, mas são ajustes que... É mais ou menos isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu não tive a oportunidade ainda de ver se é bom de fato [ininteligível].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O que é que a proposta nos traz e, se houver boa vontade e tempo dos líderes, nós poderemos aprová-la inclusive hoje, não há nenhuma dificuldade, evidentemente todos já receberam.

É o seguinte: nós passaremos a ter, a partir de agora, dois órgãos estratégicos superiores, que são a Secretaria-Geral da Mesa e a Secretaria-Geral de Administração, que é a atual Diretoria-Geral. Elas têm características de coordenação central, de unidade multidisciplinar dos macros processos legislativo e administrativo.

Bom, três Órgãos de Direção Superior: Secretaria de Tecnologia da Informação, de Recursos Humanos... A Tecnologia da Informação substitui quem?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): PRODASEN.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): PRODASEN. Recursos Humanos e Comunicação Social. Cabe-lhes a gestão estratégica em seu respectivos campos de especialização.

A manutenção de quatro Órgãos de Assessoramento Superior: Advocacia, o Controle Interno e as Consultorias Legislativa e de Orçamento, Fiscalização e Controle.

Confira-se então agora a comparação da distribuição das funções de direção e assessoramento superior e chefia pelos níveis estratégicos, tática e operacional.

Nível estratégico: nós vamos sair de 43 funções, é isso Haroldo, para nove, aí envolvendo a Secretaria-Geral da Mesa, DGR(F), Secretarias, Consultoria, Advocacia e Controle Interno; na parte tática: 96 sub-

secretarias para 31; na operacional: de 456 para 430. No total, nós vamos sair de 595 para 470.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Funções comissionadas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Reduções de funções comissionadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): [pronunciamento fora do microfone].

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Unidades administrativas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, unidades administrativas e, por consequência, funções comissionadas.

A proposta elimina a duplicidade de atividade de serviço com a mesma atribuição ao agrupar funções da mesma natureza, como é o caso, por exemplo, dos Recursos Humanos do PRODASEN, Gráfica e Senado, que fica concentrado em um só.

Evidenciou-se a imprescindibilidade de reestruturação do plano de cargos e salários, conforme recomendado pela Fundação Getúlio Vargas, para corrigir a médio e longo prazo distorções na estrutura de salários e restabelecer perspectivas de desenvolvimento de carreira. A revisão do plano de cargos e salários, que segue a mesma estrutura da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, permitirá a redução de 4.028 funções para 1.372 funções comissionadas--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Repete, repete.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): 4.028 para 1.372.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): 1.372?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Comissionados, incluído gabinetes parlamentares, o que representa aproximadamente um corte de 66%.

O grande diferencial desse processo é, sem dúvida, a transparência. A reestruturação administrativa passou por um longo processo de discussão e validações sucessivas, sendo agora convertida num Projeto de Resolução. Cuida-se de propostas formatadas, segundo o processo de sistematização e interação dos elementos da estrutura orgânica de cargos e salários, elaborados a partir do processo público de discussão e debate, com o apoio de Consultoria Externa e, assim, impedir a concessão à sistemática de aumentos, funções ou outros benefícios. A Comissão Diretora e o Conselho-Geral de Administração entenderam ser necessário promover alguns ajustes na estrutura organizacional em face das especialidades do Senado.

Eu passaria então agora a palavra para o Haroldo, o Dr. Haroldo Tajra, no sentido de que se alguém quiser fazer alguma pergunta...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): As Diretorias caíram para sete mesmo?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sete, não é isso, o final, ou oito?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Oito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Oito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Oito Diretorias.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Está em discussão ainda de uma oitava Diretoria. Mas eu só quero complementar a explanação do Senador Heráclito--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está correto?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Está.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Oito, não é isso?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Oito. Está em discussão ainda uma oitava Secretaria, que não seria exatamente uma Secretaria, seria um Centro. A Dra. Dóris poderia explicar.

SRA. DÓRIS DE QUEIROZ CARVALHO: Na verdade, nós passamos temos aí, está em discussão essa questão do Centro, né, mas nós estamos computando também que as Consultorias de Orçamento e Consultoria Legislativa são Órgãos de Assessoramento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É.

SRA. DÓRIS DE QUEIROZ CARVALHO: Elas têm características de assessoramento. Diretorias, diretorias de linha de ação, nós temos, na verdade, seis.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas um Centro é um diretor, quando tem um Centro--

SRA. DÓRIS DE QUEIROZ CARVALHO: Um Centro tem um cargo de direção.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem cargo de direção.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Bom, mas o que eu quero deixar bem claro, Senador Casagrande, é que o Senador Heráclito apresentou aqueles números iniciais e sempre se confunde, é a lógica da coisa, funções comissionadas com unidades administrativas. Porém, infelizmente aqui no Senado, na cultura dos últimos anos, função comissionada virou um elemento de compensação de percas salariais pela ausência de planos de carreira. O último plano de carreira aprovado pela Casa foi em 2002. Então se popularizou, se generalizou a distribuição de funções comissionadas

que, em tese, deveriam existir somente na estrutura organizacional. Então o número que o Senador falou, nós temos 4.028 funções comissionadas atualmente, que é, obviamente, fora de qualquer paradigma teórico dentro das ciências administrativas. O que nós estamos fazendo é uma redução de aproximadamente 66% dessas funções comissionadas, saindo de um quadro de 4.028 para mil trezentas e poucas funções. Essas funções, obviamente, quer dizer, o enxugamento dessas funções vai permitir você ter uma estrutura racional dentro da Casa nesses três níveis que o Senador apresentou: no nível estratégico chega a 75% o corte e no nível tático, que se chama tático, um corte de aproximadamente 45%, não é isso Dóris? E aí sim nós vamos ter uma pirâmide hierárquica que faz sentido, que tem lógica e que pode conduzir os trabalhos do Senado Federal de uma maneira a contento.

Esse era o esclarecimento que eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com relação ao plano, naturalmente eu acho que os senadores terão ainda um tempo para que a gente possa analisá-lo, colocar a assessoria para dar uma discutida nele e o Senador Heráclito deve se pronunciar em Plenário sobre esse tema, mas algum diretor quer ainda acrescentar alguma coisa com relação ao plano, à reforma?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): À reforma.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): À reforma administrativa, alguma informação a mais? Senão eu vou entrar em outro assunto com o Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria até pedir permissão, presidente, se fosse o caso, para a gente facilitar esse debate, se alguém da imprensa que vem dando cobertura e tiver alguma pergunta específica a fazer sobre isso, que--

SRA. ROSA COSTA: Eu tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Rosa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Rosa Costa.

SRA. ROSA COSTA: Obrigada, Senador, pela oportunidade, mas eu teria que conhecer o texto antes para saber, tirar dúvidas. Eu não posso cair assim de esparrela num texto que eu não conheço, eu não sei qual é a proposta. Então obrigada pela chance, mas, infelizmente, eu não posso--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É evidente, eu quero até dizer que nós estamos tornando público pela primeira vez, de maneira que os senadores só tiveram conhecimento, receberam isso hoje pela manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu recebi hoje.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, na realidade, nós estamos trazendo a público agora e exatamente por essa convocação feita pelo--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É, vamos burilá-lo agora nessas próximas horas e ver até onde chega, não é isso?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu acho que é importante, sim, ter uma proposta para a gente poder trabalhar em cima dela.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agora a partir do momento que nós distribuímos, o documento é aberto, está aí para ser discutido, não tem nenhum problema, nenhuma dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ótimo. Então alguém sobre a reforma tem alguma coisa a mais para expor? Se não tem, eu vou perguntar ao Senador Heráclito, que na última Sessão aqui, Senador Heráclito, V. Exa. deu uma informação e o Dr. Haroldo também sobre o que conseguiu economizar com reavaliação, com a avaliação dos contratos. Continua esse trabalho?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Continua o trabalho de avaliação, agora nós temos que fazer as coisas de maneira correta. Nós tínhamos alguns contratos que nós não tínhamos uma outra saída a não ser prorrogá-los, porque nós estávamos dentro de limites de prazo e a não prorrogação significaria a suspensão de serviço e nós tivemos que desamarrar burocracias com a qual a Casa convivia há catorze anos. Então foi um problema difícil. Esses contratos estão sendo prorrogados por aproximadamente sessenta, noventa dias, e todos eles que estão sendo renovados, eles estão sendo renovados com economia, sem se perder eficiência. Evidentemente que nós temos ainda, eu quero crer, que até o mês de junho, julho, a renovação de todos esses contratos tirando os vícios que houverem e na medida em que a gente está tomando conhecimento de irregularidades ou de fragilidades, nós estamos trabalhando no sentido de aperfeiçoá-los.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Senador, o senhor me permite?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Mais uma vez se atendo a grandes números da Casa, na Audiência

Pública passada a gente anunciou uma perspectiva de um *superávit* orçamentário de 200 milhões. *Superávit* orçamentário é comparando o que se gasta com o orçamento que é aprovado. Então se fizermos uma comparação do executado, de quanto se gastou ao longo de 2009 com o que fizemos no ano passado, em 2008, então não é comparando mais que um orçamento, o *superávit* orçamentário é em torno de 200 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): De um ano com o outro?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: De um ano com o outro--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Do executado?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: --nos temos 169 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A menos esse ano?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: A menos esse ano. Então a execução orçamentária do Senado em 2009 está representando uma economia de 169 milhões em relação a 2008. O Edvaldo me confirma aí se eu estiver errado.

SR. EDVALDO: Perfeito.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Perfeito. Então o orçamento é uma peça, obviamente, estima receita e limita despesa. Então no orçamento nós poderíamos gastar até mais do que estamos gastando. Agora comparando a execução, o que se liquidou, que se despendeu, que saiu do cofre de--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não houve pedido de suplementação?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Não houve pedido suplementar, que era a prática corrente no Senado já há vinte anos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na administração pública, não é só no Senado não, a administração pública brasileira.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: E a execução orçamentária de 2009 é de 169 milhões menor do que a de 2008. É uma economia na boca do cofre, como se diz.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Heráclito, a outra questão que foi levantada na reunião passada foi com relação a controle de ponto. Vocês avançaram em algum modelo?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estamos avançando. Eu quero crer que já nos primeiros dias do mês que vem nós tenhamos finalmente implantado. A princípio não será ainda o sistema eletrônico porque ele é complicado, a tecnologia é estrangeira, nós temos que fazer uma concorrência, uma concorrência cuidadosa, mas nós vamos iniciar com o sistema--

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Na verdade, ele será eletrônico, mas sem ser digital.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sem ser digital.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Nós vamos começar com o eletrônico e depois, sim, com o modelo digital.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A partir do procedimento concorrencial, aí vamos ter o eletrônico. Eu até estive agora há pouco, há um mês, menos de um mês, na Guiana Francesa, e lá vi a Assembléia deles, uma espécie de Assembleia Regional, na entrada todo mundo com o ponto eletrônico. Eu até cobrei dos servidores do Senado que nos acompanharam, era uma missão oficial, eu dizia: "Se aqui pode, por que é que nós não podemos?" E é um sistema simples, é um sistema simples, evidentemente que nós vamos ter alguma dificuldade. Nós temos forças dentro da Casa que têm relativo poder que trabalham contra, agora infelizmente são as forças que não produzem, que não trabalham, por que quem é contra o ponto eletrônico, quem é contra a fiscalização de hora extra? É quem não trabalha, quem não produz hora extra, e isso aí é uma questão muito simples de ser atendida. A Rosa Costa tem uma--

SRA. ROSA COSTA: Como que é eletrônico sem ser digital?

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Ele vai ver com senha, com acesso à senha no computador.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não é com--

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: Não é com a digital.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No outro você põe a digital e ela pega. É um sistema mais perfeito.

SR. HAROLDO FEITOSA TAJRA: A primeira etapa será com senha.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Uma outra questão que eu queria perguntar, Senador Heráclito: a Mesa quer votar a reforma hoje, a Mesa Diretora quer votar?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós estamos dependendo apenas de contato com os líderes. Se nós tivermos a aprovação dos líderes... Nós não queremos assumir essa responsabilidade de--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Querem decidir junto com os líderes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, porque nós tivemos um episódio muito constrangedor

para nós, que foi aquela questão das gratificações fora do estado e partimos do pressuposto de que havia uma concordância geral dos líderes. Foi se votado com toda boa vontade e boa-fé e depois alguns líderes disseram que não, que não sabiam daquilo. E aquilo, para nós, diz o velho ditado popular que cachorro mordido de cobra corre com medo de salsicha. Eu prefiro, primeiro, que os líderes se manifestem para que não se repita o erro acontecido no outro caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tá, então já tem a reunião marcada com os líderes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós estamos tentando, porque final de ano aqui, tem líder atrás de orçamento, tem líder atrás de votações nas comissões. Nós estamos querendo ver se até o final do dia a gente faz um esforço para conseguir esse entendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tá. Tem alguém que quer fazer alguma pergunta, alguma colocação? Adriana.

SRA. ADRIANA: Eu queria saber se--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode usar o microfone para ficar registrado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O microfone, Adriana, para você ficar nos anais da Casa.

SRA. ADRIANA: Eu queria saber se não há nenhum prejuízo para essa proposta que está sendo distribuída hoje para os senadores o fato da FGV não ter dado um parecer ainda sobre essas alterações que foram sugeridas ao projeto que foi colocado há cerca de um mês.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Todos os entendimentos nossos estão sendo feitos de acordo com a FGV. Agora você tem que entender uma coisa: a FGV conhece profundamente a parte administrativa; a parte legislativa tem peculiaridades que quem conhece são os funcionários da Casa. Aliás, os funcionários da Casa têm o privilégio de conhecer as duas pontas, mas nós temos a fundação trabalhando nisso e, evidentemente, existem algumas questões que é compreensível que não seja especialidade da Fundação Getúlio Vargas. Mas tudo está sendo feito conversado com a Fundação Getúlio Vargas.

SRA. ADRIANA: A FGV só vai dar o parecer amanhã, não é?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu não entendi.

SRA. ADRIANA: A FGV só iria apresentar uma posição, ela não teria o poder para vetar nada, ela faria uma análise de cada emenda ou mudança para saber se ela está de acordo com o espírito da reforma, com--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas veja bem, o espírito da reforma aqui atende perfeitamente ao que a fundação propôs: nome de diretorias, cortes. Os ajustes internos, esses ajustes são, e eles compreendem isso, esses ajustes são mais em função da peculiaridade de alguns setores, principalmente das questões especificamente legislativas.

SRA. ADRIANA: Agora o senhor acha que dá para votar essa semana ainda?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu tenho muita esperança. Se os líderes derem um OK, entre hoje e amanhã a gente vota. Não tem nenhum problema.

SRA. ADRIANA: O líder Arthur Virgílio já falou que não aceita de jeito nenhum votar sem discutir, sem analisar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto, agora eu acho que o Senador Arthur Virgílio nem teve acesso ainda. Eu estou sabendo agora, já é uma dificuldade a mais que nós vamos ter que enfrentar. Mas eu acho que o Senador Arthur Virgílio não conhece o teor do projeto.

SRA. ADRIANA: Justamente por isso é que ele falou que não vai votar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, pode não querer votar, mas então vocês não nos acusem, não acusem a Mesa Diretora de não querer votar. Se há dificuldades, as dificuldade são de setores, são da liderança, agora a Mesa não pode ser acusada de não ter preparado dentro do tempo--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O que nós temos que ver é se até à noite ou até amanhã cedo a gente consegue criar uma opinião sobre a proposta, que naturalmente nós temos--

SR. ADRIANO: Posso fazer uma pergunta?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A partir de agora, o tempo que demorar já não é mais responsabilidade da Mesa Diretora e nem do trabalho. O trabalho está pronto?

SR. ADRIANO: Posso fazer uma pergunta?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Você poderá fazer. Só um minutinho, por favor. O que nós temos que fazer é o seguinte: tentar formar uma opinião até hoje à noite ou até amanhã cedo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Opiniões e sugestões que a gente possa ter, porque eu fiz diversas sugestões, eu quero

ver se algumas delas foram incorporadas também ao projeto. Com a palavra.

SR. ADRIANO: Eu pergunto uma questão técnica só. É Adriano, da Folha de São Paulo. Esse projeto não deveria ter sido apresentado numa reunião da Mesa, já que é um projeto da Mesa?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se deveria?

SR. ADRIANO: Ser apresentado numa reunião da Mesa, já que é um projeto da Mesa? É do ponto de vista técnico.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Você veja o quanto que essa Mesa é democrática: antes de apresentar nós queremos ouvir os líderes para não ter que trabalhar duas vezes. Então nós estamos com o trabalho pronto, estamos mostrando aos líderes e, evidentemente, se houver alguma sugestão ou alguma correção que tenha que ser feita, nós iremos fazer antes de levar para a Mesa.

SR. ADRIANO: Mas vai direto para o Plenário hoje?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, não. Primeiro nós temos que ter o Ok dos líderes. Depois do Ok dos líderes, aí a Mesa vota, discute e vota e depois vai para Plenário.

SR. ADRIANO: Então a reunião vai ser amanhã da Mesa? Então hoje não vai votar?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tem que ser hoje a reunião da Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, hoje não, a Mesa não vai se reunir hoje, hoje nós temos que convencer os líderes.

SR. ADRIANO: Quando vai ser a reunião da Mesa para avaliar esse projeto?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Amanhã.

SR. ADRIANO: E quando vai ser votado em Plenário?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Logo após, se houver acordo logo em seguida.

SR. ADRIANO: A minha pergunta é para o Presidente da Comissão. Presidente, desde março deste ano o Congresso, o Senado Federal, sobretudo, caiu em uma das suas maiores crises, meia dúzia de diretores foram demitidos, houve mais de mil atos secretos descobertos, depois disso ainda houve uma Ata secreta da Mesa Diretora que demorou quase um mês para ser publicada, e hoje é apresentado de forma surpreendente, sendo que todos os repórteres, desde o começo da semana, estão perguntando: Vai ser apresentado o projeto? E foi respondido de forma oficial, tanto pela Diretoria-Geral quanto pela Secretaria de Comunicação, que esse projeto não seria apresentado esse ano, já que em um dia não dá para discutir um projeto que envolve 2,7 bilhões do orçamento--

SRA. ADRIANA: O Presidente Sarney falou segunda-feira que ele seria votado esse projeto.

SR. ADRIANO: Então eu estou perguntando para o Presidente da Comissão, cuja Comissão é de Fiscalização e Controle: se ele acha que é possível discutir um projeto desse tamanho, que comoveu o País, todas as pessoas, só se falava no primeiro semestre do Senado Federal, dos seus diretores, das benesses, de passagens, de nomeações. O caso foi parar até no Supremo Tribunal Federal decidindo sobre a censura a um jornal. Eu queria saber: se o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, eleito no começo desse ano, vai dar aval para a análise de um projeto apresentado de forma, assim, expressíssima, sendo que o ano passado, o ano passado não, ontem o Congresso demorou três, quase três anos para analisar uma proposta que era importante, a entrada da Venezuela no MERCOSUL, e têm tantos outros projetos que demoram tanto tempo. Estranha para qualquer um essa brevidade, essa celeridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, só para manifestar uma opinião. Eu não quero ter nenhum preconceito sobre a matéria. O assunto vem sendo discutido há alguns meses, tanto é que eu mesmo já tive a oportunidade de fazer diversas sugestões a esta matéria. Então, assim, se eu achar, eu, enquanto parlamentar, achar que até amanhã eu esteja pronto para votar a matéria e achar que a matéria é adequada, eu vou aproveitar a oportunidade. Eu quero deixar bastante claro para vocês que se eu achar que a matéria está adequada dentro daquilo que nós achamos que é importante, não vou perder a chance, senão nós vamos retomar esse assunto só em fevereiro. Então naturalmente o Senador Heráclito e o Presidente Sarney terão que nos dar um prazo de pelo menos até amanhã cedo, porque a minha equipe já está estudando a matéria para saber se eu tenho condições de votar essa matéria, se é possível que a matéria seja votada, até porque nós já conhecemos de certa forma a matéria que já vem sendo discutida e eu, especialmente, tenho manifestado opinião e sugestões a esta matéria desde o primeiro momento que começou esse debate. Então se for para votar para dizer que está votando, sou contra, serei contra e não votarei a matéria. Agora se tiver uma oportunidade, se a matéria for adequada, eu votarei amanhã, dando um prazo para fazer essa avaliação até hoje à noite.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria só pedir uma... Fica difícil se trabalhar nesses

termos. O Jornalista Adriano é brilhante, agora ele quer pautar a Mesa Diretora do Senado. A questão está inversa. Eu acho que essa inversão não funciona. Agora tem outra coisa muito interessante: até ontem nos cobravam o fato de não levarmos essa proposta, de nós não apresentarmos, que nós estávamos embromando, que nós não estávamos modificando nada. A partir do momento que se chega ao final da proposta com segurança, nós somos acusados de rapidez. É preciso se encontrar um meio termo para se ver onde quer chegar. Nós não estamos preocupados com isso. Nós estamos preocupados da transparência e com a eficiência e não seríamos irresponsáveis de lançar uma minuta de proposta antes de termos a segurança de que estamos chegando a bom termo. Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Rosa.

SRA. ROSA COSTA: Obrigada, Presidente. É o seguinte: em outubro o Senado colocou na sua página na internet um projeto imenso da Fundação Getúlio Vargas escrito "Reforma administrativa do Senado". Pelo que eu vi, eu não entendo muito da área, era um pavoa. Era assim, sabe, todos esses absurdos que acontece aqui no Senado, vamos supor, lá previa gratificação para o servidor que fizesse um trabalho técnico.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas se tiver isso não vai ser votado, Rosa. Rosa, se tiver esse tipo de coisa não vai ser votado.

SRA. ROSA COSTA: Só um momentinho, eu não terminei. Eu falei: "Gente, mas se o servidor técnico é pago para fazer um trabalho técnico, por que é que ele vai receber gratificação?" Então o que é que me disse inclusive o Senador Heráclito? Ele falou: "Não, isso aí não vale nada, esse projeto não tem nada a ver".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, não vale nada, não. Eu disse o seguinte: a Fundação Getúlio Vargas tem a sua versão, tem a sua proposta e nós temos o direito de concordar, de não concordar, de rever, de enxugar. E é o que foi feito, é o que foi feito.

SRA. ROSA COSTA: Certo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque nós tínhamos duas pontas trabalhando: nós tínhamos os servidores, um grupo de servidores da Casa trabalhando e a fundação. E é o que é que nós fizemos? Nós fizemos a junção das duas propostas.

SRA. ROSA COSTA: Certo, então eu quero continuar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SRA. ROSA COSTA: Então se o País todo teve acesso a esse projeto da Fundação Getúlio Vargas que, ao que parece, foi engavetado, era esse que o País vinha acompanhando, estava lá na página do Senado. Quem abria o Senado falava: "Que eficiência, que transparência". Já que esse projeto não vale, eu pergunto: por que vai votar de afogadilho um projeto que nem o senhor conhece, Senador Casagrande?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ninguém está votando de afogadilho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, eu não conheço o projeto ainda não. Se tiver jaboti nessa área não votaremos. Pode ter certeza isso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não há afogadilho.

SRA. ROSA COSTA: Eu não estou falando que tem nada errado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é afogadilho. Há uma proposta feita, uma proposta finalizada, e que só se vai votar se tiver conveniência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Lógico, se tiver consenso para votar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não existe uma exigência e obrigação de ser votado amanhã. Nós só não queremos é ser acusados, a Mesa Diretora, e não será acusada, de não ter cumprido com os prazos. Isso eu sei que está magoando muita gente. O que queriam era chamar a Mesa de negligente, que a Mesa era [ininteligível], e isso não está acontecendo. A nossa parte está feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O que eu sugiro a V. Exa. é que tire cópia da proposta. Já é pública a proposta?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já é pública. Então que transmita também a quem tenha interesse para poder fazer essa--

SR. ADRIANO: Presidente, formalmente o projeto não existe, formalmente o projeto não existe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, isso aí é uma ideia sua, que existe ou não existe para o Senado. Não paute a Mesa do Senado. Ele existe, existe, está distribuído.

SR. ADRIANO: O processo legislativo começa--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa sua pauta você vai pautar quando vier para cá como representante do Senado.

SR. ADRIANO: Senador, com todo respeito, processo administrativo começa--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O processo existe, existe para se discutir.

SR. ADRIANO: Deixa eu falar, Senador, deixa eu falar.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim, mas não diga que não existe.

SR. ADRIANO: Deixa eu explicar então.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então explica.

SR. ADRIANO: Até onde eu sei, o pouco que eu estudei de processo legislativo, ele começa com a apresentação de um projeto que, inclusive, é disponibilizado para toda a sociedade brasileira poder ter acesso a ele, todos os projetos são colocados na página do Senado, as pessoas têm o direito de ir lá saber o número do projeto, o que é que tem em cada artigo. São 600s artigos. Como é que isso vai ser discutido?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós distribuímos para todos os senadores da República, os 81 senadores receberam e todos eles têm em mãos. Todos os senadores tiveram o direito de participar, deram sugestões, não há nada mais democrático nesses últimos tempos nessa Casa do que a discussão dessa reforma.

SR. ADRIANO: Desculpe, Senador. Eu perguntei para vários senadores: "O senhor tem a íntegra do projeto?" E, na verdade, sempre o que me disseram: "Este não é um projeto".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Todos receberam hoje, Adriano.

SR. ADRIANO: Mas, senador, são 600 artigos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Adriano, por favor, Adriano e Senador Heráclito. Olha, nós temos uma proposta e é mais do que de bom senso, se nós tivermos condições de avaliar essa proposta hoje e se for uma proposta boa e podermos votar amanhã, é tudo que a gente quer. Vamos ser claro, é tudo que a gente quer.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se não puder, vota no ano que vem, vota daqui a dez anos, não tem nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se a proposta não tiver boa, não vai votar, porque ninguém vai enganar um outro aqui. Se a proposta tiver boa, se tiver entendimento, se for uma proposta adequada e que vocês terão a oportunidade de analisá-la, com toda certeza, durante o dia de hoje e à noite, se tiver em condições de ser aprovada, vamos aproveitar a oportunidade e vamos votar.

SR. ADRIANO: Presidente, mas não tem que ser o que os senadores querem, eu acho que tem que ser o que a sociedade concorda, até para poder o senhor receber e-mail, até para o senhor receber e-mail: "Olha, eu concordo com isso e não concordo com aquilo".

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sua proposta é que consulte a sociedade primeiro, a sua proposta?

SR. ADRIANO: O Senado representa os estados.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente, com essa representação é que está assumindo a responsabilidade. Como se você quer que consulte a sociedade, nós vamos procurar outro caminho.

SR. ADRIANO: Eu quero que tenha transparência para a gente poder entender o projeto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas mais transparência do que está tendo, Adriano? Agora veja bem, veja bem como são as coisas. Nós estamos discutindo aqui uma reforma administrativa, aliás, inspirada por vocês, e ninguém discute. Enquanto isso está se votando o orçamento cheio de penduricalhos, cheio de coisas, e vocês não estão questionando isso. Vocês estão vendo essas aprovações feitas e eu não vejo os jornais questionar o que está se fazendo no orçamento. Eu acho que nós estamos num desvio de função. Paciência!

SR. ADRIANO: Então agora o senhor pautando os jornais.

SRA. ROSA COSTA: Os repórteres do Estadão estão cobrindo o orçamento. Se o senhor quiser dar uma entrevista sobre esses penduricalhos, eu estou às ordens.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tudo bem, foi bom eu saber que você estava às ordens, porque nunca tratamos de orçamento, mas é muito melhor você ir lá no orçamento e ver o que é que está acontecendo, a votação dos créditos como é que as coisas estão sendo feitas, como é que se votou ontem recurso para ONGs e por aí afora. Agora querer se falar de alta de transparência de um documento que está sendo entregue? Agora vocês queriam que nós íamos inverter a priorização? Entregar antes para os senadores ou para os senhores? Qual é a lógica?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, o jornalista que tiver interesse na cópia da matéria, nós vamos fornecer aqui através da comissão, está certo? Adriana.

SRA. ADRIANA: Eu só queria saber se for votado amanhã esse texto da reforma administrativa, se vai ser votado também o projeto que a Câmara aprovou na semana passada, que concede aumento para os servidores da Casa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São duas coisas complemento diferentes. O plano de cargos e salários da Câmara chegou, nós temos prazo, nós

temos que adequar a reforma administrativa com esse plano de cargos e salários exatamente para--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Do Senado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Do Senado, no caso do Senado, para evitar as injustiças que nós estamos vivendo aqui, os penduricalhos que existem. Então não há nenhuma possibilidade de se fazer essa aprovação amarrada uma na outra. Isso aí nós já fomos muito claros com a Câmara, temos prazo para isso, tanto aqui como a Câmara, não há nenhuma vinculação. Agora a reforma administrativa nossa, o plano de cargos e salários ele tem que estar amarrado com a reforma administrativa. Daí porque a nossa preocupação de apresentar para discussão essa proposta administrativa, porque o plano de cargos e salários depende de dotação que, por sinal, já está assegurado. O trabalho feito com a Câmara foi bem feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas o plano seria votado também junto com a reforma se fosse amanhã?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não, não, não, nós vamos ter que ter um prazo para votar dentro do ajuste.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Bem, tem mais alguém que quer se manifestar nesse modelo novo de Audiência Pública, entrevista coletiva?

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu sou a favor da informalidade, eu acho que está certo, só não sou a favor da quebra da hierarquia.

SR. ADRIANO: Eu acho que, só complementando, só--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Adriano para concluir a sua intervenção última.

SR. ADRIANO: --para concluir, não é a questão de formal ou não formal, a questão é que tem que cumprir o que diz o Regimento Interno.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas o que é que diz o Regimento Interno com relação a isso, Adriano?

SR. ADRIANO: Eu não sei. Se eu não devia estar falando aqui agora, eu não devia estar falando.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Adriano, é uma Audiência Pública feita por ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas eu, como Presidente da Casa, presidente da comissão, eu--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós estamos aqui dentro do princípio da [ininteligível]. Você já não acha que é um avanço, uma coisa que vocês se queixaram a vida inteira de ato secreto? De falta de transparência não se pode falar mais falar, porque não há nada mais transparente até esse fato.

SR. ADRIANO: Eu acho que tem que respeitar a Constituição e o Regimento.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aonde é que está se desrespeitando a Constituição, Adriano?

SR. ADRIANO: Eu não sei.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se você não sabe, não diga. Espera aí, você tem--

SR. ADRIANO: Eu não falei que está--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --responsabilidades.

SR. ADRIANO: Senador, depois a gente conversa, eu não vou ficar discutindo com o senhor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --de com sua creditada(F) pena induzir o pensamento de milhares e milhares de brasileiros. Você dizer aqui que nós estamos desrespeitando a Constituição, fica mal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero só dizer então para os diretores da Casa e para o Senador Heráclito que o Adriano, a Rosa e a Adriana foram convidados a se manifestarem aqui durante a Audiência Pública.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro, até porque eu quero fazer justiça, todos têm tido ao longo desse tempo um acompanhamento, eu tenho recebido colaboração dos três muito positiva nesse período, recebi informações que eu jamais teria acesso. Eu sei o que é a dor de cotovelo do Adriano: é porque ele consegue receber informações do que acontece no Senado antes da gente e esse trabalho ele não conseguiu. Toda vez não é assim? Então tenha um pouco de paciência. Esse trabalho foi bem guardado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, assim, quem tiver interesse na documentação nós vamos fornecer a proposta, para que a gente possa refletir essa proposta até de noite, até amanhã, e a Mesa vai se reunir com os líderes para que avaliem a possibilidade de votarmos ou não até amanhã. A minha opinião pessoal, eu tomarei até mais à noite, se eu tenho condições de apreciar e de votar essa matéria ou não.

Senador Heráclito Fortes, alguma coisa a mais?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas pedir permissão ao nosso Presidente para que a primeira cópia oficialmente seja entregue ao Jornalista Adriano e ele se responsabiliza pelo destino

com os demais colegas. É uma homenagem que eu faço a essa luta dele ao longo de todo o tempo.

SR. ADRIANO: Prefiro que seja protocolado para a gente ter acesso na internet, de forma que a sociedade tenha acesso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Protocolado? Para que burocracia, Adriano?

SR. ADRIANO: É a regra do jogo, é a regra do jogo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para que a burocracia? Vamos acabar com a burocracia.

SR. ADRIANO: Eu prefiro democracia à burocracia.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É a mesma que nós distribuímos para os senadores, o tratamento é igual aqui, transparência igual. Para que protocolar? Mas se você faz questão, mande o endereço da entrega do protocolo para a gente fazer ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então o jornalista que tiver interesse no documento, é lógico que a 1ª Secretaria vai fornecer, mas a Comissão de Fiscalização e Controle também estará fornecendo uma cópia do documento.

Então eu quero, antes de encerrar, antes de encerrar, essa reunião acabou virando um debate sobre a proposta de reforma.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Positiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ótimo, mas eu já quero, como nós vamos fechar o ano daqui alguns dias, vamos começar um outro ano, 2009 foi um ano muito atribulado no Senado, nós teremos condições de fazer uma avaliação desses contratos nos próximos meses, eu quero sugerir, de novo, não sendo impertinente, mas exercendo o papel de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, que nós no início do ano que vem, do início do ano legislativo do ano que vem, nós pudéssemos voltar para fazer um balanço de 2009, com os contratos da forma como nós conseguimos. Aí o diretor poderia trazer os grandes números da execução de 2009.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Posso dar uma sugestão? A cada 60 dias esse convite seja reformulado, renovado, porque eu acho que um dos erros que nós temos aqui não é nem a falta de transparência, mas é a falta de interação, porque a partir do momento que você começa a ter esse tipo de discussão, você tem a oportunidade de ouvir dos servidores, da imprensa, dos senadores, você tem a oportunidade de ouvir de todos sugestões e, acima de tudo, nos mostrar o que está de errado, porque a falta de transparência é filha e irmã siamesa do perigo. Então uma das coisas que eu sou favorável é que você torne--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Já ficamos então pré-agendados para fevereiro, aí o diretor poderia preparar um documento com a situação, listagem dos números, contratos, como era, como ficou, o orçamento de 2009 como ficou, o pessoal como ficou, um relatório mais... Eu acho que a apresentação de um relatório de dois em dois meses aqui seria um bom documento para nós.

Nada mais havendo a tratar--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E a Mesa, apenas eu quero finalizar dizendo que a Mesa está cumprindo aqui a primeira etapa da sua tarefa, entregando à discussão dos senadores, principalmente das lideranças, um projeto tão aguardado, tão ansiado, que é o da reforma administrativa. Nós esperamos, com isso, ter alcançado o objetivo, que é da economicidade, transparência e eficiência. É isso que nós desejamos e continuamos abertos para sugestões no sentido de modernização do trabalho da Casa.

Fernando César está pedindo a palavra aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Cadê, onde? Fernando César.

SR. FERNANDO CÉSAR: Depois que os jornalistas lerem a proposta, a Dra. Dóris e acredito que o Haroldo estão à disposição para esclarecer todas as dúvidas a respeito de números, de cargos, etc.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): OK. Obrigado ao Senador Heráclito, ao Haroldo, aos demais diretores aqui presentes, aos jornalistas.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando a próxima para o início do ano legislativo de 2010.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h27.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e onze minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e dez, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **CÍCERO LUCENA** e **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o

livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, GEOVANI BORGES, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, DELCÍDIO AMARAL, ALVARO DIAS** e **FLEXA RIBEIRO.** Justificou a ausência o Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Cícero Lucena, declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 1 DE 2010–CMA – NÃO TERMINATIVO,** que "requer, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), destinada a debater: a)as irregularidades apontadas nas obras da Petrobras pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional ao aprovar o Relatório nº 2/2009 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades daquela Comissão; e b)o veto aposto pelo Presidente da República à inserção das referidas obras no Anexo VI do Projeto de Lei nº 46, de 2009 (referente à lei orçamentária anual para 2010). Tendo em vista a necessidade de estabelecer o debate institucional, com a oportunidade equitativa de manifestação das altas partes envolvidas, requeiro sejam convidados para a Audiência objeto deste requerimento: a) o Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Dr. Jorge Hage Sobrinho; b) o Exmo. Sr. Presidente do TCU, Ministro Ubiratan Aguiar; c) o Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Almeida Lima". Autoria: Senador Renato Casagrande. Resultado: Aprovado, convidando também um representante da Petrobras. Durante a discussão do item 1 da pauta, assume a Presidência o Senhor Senador Renato Casagrande. EXTRA-PAUTA, são apreciados os requerimentos a seguir elencados. **REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal e no art. 102-A, inciso I, alínea 'e' do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado, por esta Comissão, à Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC, cópia integral do processo relativo ao Termo de Compromisso nº 00028/2009, contendo a documentação integral da prestação de contas". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 3, DE 2010-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta Douta Comissão com a finalidade de analisar e discutir as medidas contidas no Decreto nº 7.037, de 21/12/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos, que se referem a legislação ambiental vigente, com os seguintes convidados: Dr. Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); Dr. Armando Monteiro Neto, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias – CNI; Dr. Walter Colli, Professor da Universidade de São Paulo – USP e Dr. Gustavo Ribas Curcio, Pesquisador da Embrapa Florestas". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. **9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2005 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Obs.: É lido o relatório pelo Senador Inácio Arruda. **Item 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2007 (PL. Nº 405, DE 1999, NA ORIGEM) – NÃO TERMINATIVO,** que "proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar dos contratados pela expedição de certidões ou declarações e altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor". Autoria: Deputado José Pimentel. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Parecer: Favorável à matéria nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutiva). **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água". Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador João Pedro. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. **Item 5) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 328, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO,** que "susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos de Recursos Renováveis – IBAMA". Autoria: Senador João Batista Motta e outros. Relatoria: Senador João Pedro. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Aprovado o parecer contrário. A Presidência adia os demais itens da pauta. **Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "acrescenta § 3° ao art. 6° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade

infantil". Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador Gilvam Borges. Parecer: Favorável à matéria com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Renato Casagrande. Parecer: Contrário à matéria. Obs.: apresentado voto em separado, pelo Senador César Borges, favorável ao projeto, na forma do parecer oferecido pelo Senador Marco Maciel na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Resultado: Adiado. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senador Gim Argello. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CI. Resultado: Adiado. **Item Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "impõe o fornecimento ao consumidor final de água mineral em embalagens de dez litros a todos os fornecedores que disponibilizem água mineral em embalagens de vinte litros". Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "dispõe sobre a obrigatoriedade dos rótulos das embalagens apresentarem informações sobre a quantidade total de gases de efeito estufa (GEE) emitida na produção, uso e descarte do produto." Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senhores Senadores JEFFERSON PRAIA, FLEXA RIBEIRO, JOÃO PEDRO, MARISA SERRANO, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA e ALVARO DIAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **RENATO CASAGRANDE,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): ...número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Indo direto à pauta, vamos ao Item nº 01. *"Não terminativo. Requerimento. Requer, nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, destinada a debater:*

a) as irregularidades apontadas nas obras da Petrobras pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional ao aprovar o Relatório nº 2/2009 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades daquela Comissão;

b) o veto aposto pela Presidente da República à inserção das referidas obras no Anexo VI do Projeto de Lei nº 46, de 2009 (referente à lei orçamentária anual para 2010).

Tendo em vista a necessidade de estabelecer o debate institucional, com a oportunidade equitativa de manifestação das altas partes envolvidas, requeiro que seja convidado para Audiência objeto deste requerimento: o Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Dr. Jorge Hage Sobrinho; o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar..."

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Estou tendo a informação – depois eu consulto a assessoria –, depois de lido, o Senador Casagrande está informando, pedindo a retirada. Consulto à assessoria se é possível depois de lido? Vou concluir e depois a gente discute.

"... o Exmo. Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Almeida Lima.

Autoria do Senador Renato Casagrande."

Bom, o Senador Casagrande, como autor, pede para retirar, já que ele não está presente. Temos então que acolher a retirada do requerente, do autor.

Pois não Senador Jefferson.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, eu gostaria, ainda dentro do contexto de solicitação de requerimentos, e de análise de requerimentos, e solicitar a apreciação, por parte de V. Exa. e do Senador Renato Casagrande e dos nossos asses-

sores, para termos prioridade no Requerimento do ano passado de nº 73, que trata da questão de parâmetros sobre preços utilizados para obras públicas.

Então, nós sabemos, hoje, o quanto essa questão relacionada a obras públicas no nosso país, as observações, os problemas que existem, e seria importante que nós aprofundássemos aqui uma discussão sobre como são utilizados, como são feitos os preços das obras públicas no Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, senador. Eu concordo plenamente--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria fazer a consulta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não. Só um minuto. Só respondendo ao Senador Jefferson.

Eu concordo com a preocupação de V. Exa.. Quero dizer que o Senador Casagrande tem se esforçado muito, e até pedir a compreensão dos membros dessa comissão para que nós possamos, vamos dizer assim, nos fazermos um pouco mais presentes para discutirmos assunto de alta relevância, a exemplo desse tema que V. Exa. propôs, e que essa comissão, com certeza, através do Presidente, irá adotar as medidas para que se efetive o mais rápido possível.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Uma consulta a V. Exa.. Gostaria de saber se o requerimento do Senador Renato Casagrande, que V. Exa. acabou de ler, não pode ser subscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na verdade, o autor não estando presente, ele teria que conceder essa subscrição. Mas a alternativa seria um outro requerimento, talvez do mesmo teor, com um pedido de inclusão de pauta.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Flexa Ribeiro, para discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena, o requerimento do Senador Renato Casagrande é de uma importância vital. Ele pede que se faça uma Audiência Pública para que se possa debater as *"irregularidades apontadas nas obras da Petrobras pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional ao aprovar o Relatório 2/2009"*, pede para se discutir *"o veto aposto pelo Presidente da República à inserção das referidas obras no anexo VI do Projeto de Lei 47, de 2009"*.

E é estranho isso. O Tribunal de Contas da União indica determinadas obras não devem receber recursos públicos do orçamento porque estão com irregularidades. Sempre, sempre essas observações são atendidas por ocasião da aprovação do orçamento geral da União. Estranhamente, neste ano, o Presidente resolve vetar exatamente o impedimento de recursos para essas obras que, segundo o TCU, estão com irregularidades. E ele pede uma Audiência Pública com o Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, o Presidente do TCU e o Senador Almeida Lima, que foi o presidente da Comissão de Orçamento.

Eu acho que esse requerimento, ele... A Comissão de Fiscalização e Controle não pode deixar de aprovar. Senadora Marisa Serrano fez um questionamento se poderia ser subscrito, V. Exa. disse que poderia ser feito um novo requerimento com o mesmo texto, e eu quero apresentá-lo para que possamos aprová-lo... discuti-lo e aprová-lo ainda nessa sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Espero que V. Exa. encaminhe para a Mesa para que a gente possa fazer a proposta da inclusão extrapauta, e, após a aprovação ou não, daremos sequência à decisão do plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O encaminhamento eu faço...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então só pedir a formalização e está em discussão a proposta do Senador Flexa Ribeiro, no sentido de que... de igual teor o requerimento seja incluído extrapauta. Quem queira discutir a inclusão da extrapauta.

Pois não, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, Sr. Presidente, anterior à inclusão, ao requerimento que será apresentado pelo Senador Flexa – e é um direito do senador, é uma prerrogativa –, mas acho que tínhamos que respeitar essa iniciativa... É uma praxe do autor do requerimento pedir para retirar. Eu acho que a gente deveria acatar, respeitando a ausência do autor do requerimento, que é o Senador Casagrande.

E refleti a fala do Senador Flexa, dizer que no argumento do Senador Flexa Ribeiro, ele omite a palavra "indícios" de irregularidades. Já diz que é da irregularidade. Não, são indícios, indícios de irregularidade. Então, só para observar esta sede de querer enxergar irregularidades. Mas nós estamos trabalhando aqui no requerimento do Senador Renato Casagrande de indícios de irregularidades. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro,

Senadora Marisa, só porque pediu para responder ao Senador João Pedro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, eu estou lendo aqui. Eu usei o texto do próprio Senador Renato Casagrande, ele inicia dizendo: *"As irregularidades apontada nas obras da Petrobras pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de Controle(sic) Nacional"*. Ele começa assim.

O Senador João Pedro tem razão. Mais adiante no texto, que eu não concluí a leitura, ele diz: *"ao aprovar o Relatório nº 2/2009 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades daquela Comissão"*.

Mas mesmo que sejam indícios, o TCU pediu que os recursos não fossem transferidos. Então há uma sugestão do Tribunal de Contas da União, que é órgão auxiliar do Congresso Nacional, para que não haja transferência de recursos. E há o veto.

Se nós tivéssemos aqui na Casa a complementação do trabalho Legislativo, que seria colocar em votação os vetos do Executivo, e aí nós poderíamos chegar até a discutir o veto: mantê-lo ou derrubá-lo. Lamentavelmente, a gente só tem pauta de Congresso para discutir veto daquilo que é de consenso.

Nós estamos esperando até hoje a questão sobre SUDAM, SUDENE, a Emenda nº 3, vários vetos que foram feitos pelo Presidente e que não são colocados em pauta. Inclusive vou conversar com o Presidente Sarney, porque foi um compromisso que ele assumiu ao assumir a presidência do Senado, que ele colocaria os vetos em dia, ou seja, pautaria todos eles. E ele fez uma pauta, realmente, extensa de vetos, mas deixou aqueles que não são de consenso para uma etapa seguinte, e essa etapa não chegou até hoje.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Permita, senador, só para... A Senadora Marisa tinha pedido antes.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar e deixar aqui o meu cumprimento ao Senador Renato Casagrande pela proposta que apresentou a essa Casa, embora hoje ele tenha pedido para retirar, mas a ideia dele e aquilo que o motivou--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora, se me permite, eu fui informado a pouco que ele está se deslocando para essa comissão.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Portanto o que o motivou a fazer esse requerimento é justamente aquilo que nós esperamos que seja feito, que é prerrogativa do Congresso Nacional.

Eu não sou da Comissão Mista de Orçamento, mas eu conversei com senadores colegas nossos que fazem parte desse Comitê. É um Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades, esse é o nome do Comitê. É um Comitê que está dentro da Comissão de Orçamento. E o que eu ouvi dos nossos pares, inclusive são todos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu sou membro da comissão também.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Justo, V. Exa. é membro da comissão.

As pessoas que eu conversei e que fazem parte desse Comitê, inclusive da base de governo, disseram que não admitem isso, porque aquilo que eram irregularidades sanáveis, foram todas aprovadas dando continuidade. Só quatro, que eram irregularidades graves, é que o Comitê achou por bem que era mais danoso ao país continuar essas irregularidades do que saná-las primeiro.

Então não é justo que... ou nós fechamos o Comitê, ou ele tem competência para fazer o seu serviço. Ou ele existe para isso mesmo, para aquelas obras que são com irregularidades mínimas, que tenham continuidade, e aquelas com irregularidades graves sejam barradas, ou não tem porque ter um Comitê. Ou os nossos senadores e deputados que fazem parte dele não têm competência para tal.

E segundo: analisar o veto do Presidente da República é uma prerrogativa do Congresso Nacional, é uma prerrogativa nossa. Isso é na nossa Casa, como em todas as Casas, Assembleias Legislativas desse país têm a autoridade para manter ou derrubar o veto presidencial. É uma prerrogativa nossa, e é justo que antes de fazê-lo que a gente possa ouvir as pessoas. Por que é que nós não podemos ouvir, ou antes ou depois? "Ah, vamos ter hoje uma sessão." Não interessa se hoje vamos ter uma sessão, e se ela vai existir ou não, se vai ter quórum ou não, se vai ser votada ou não. Mas ouvir as pessoas envolvidas na questão para que a gente tenha conhecimento maior, toda Casa, não só os membros do Comitê, mas toda a Casa ter conhecimento. Por que é que nós não podemos ter conhecimento? Por que é que nós não podemos saber que os nossos próprios colegas acharam que são irregularidades graves? Eu gostaria de ter mais profundidade, de saber demais desse assunto, conhecer mais para que possa ter tranquilidade de dizer ao povo da minha terra que eu estou fazendo aquilo que esta comissão tem obrigação de fazer, que é fiscalizar e controlar o Governo Federal. Eram essas as minhas palavras, Sr Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora Marisa, eu quero dizer que, primeiro, só uma senhora, no sentido da V. Exa., no sentido de que... reconhecer da importância desse requerimento feito pelo Senador Casagrande.

E como membro da Comissão de Orçamento, eu acompanhei esses processos. Várias obras foram consideradas pelo Tribunal de Contas com indícios de irregularidades; no Comitê de Admissibilidade, outros órgãos foram tratados da mesma forma, todos eles, que apresentavam esses indícios. E foi dado, chegou-se ao ponto de, na última hora, dar a chance aos órgãos de eles fazerem uma carta de comprometimento de revisão de alguns pontos. E todos os órgãos que assim o fizeram, com anuência do Tribunal de Contas, porque o diálogo estava aberto com o Tribunal de Contas, foi acatada a retirada dessas obras com indícios para que eles corrigissem aquilo que o Tribunal de Contas considerava como relevante para a solução do problema. Apenas um órgão do governo, no caso a Petrobras, não quis apresentar essa carta de comprometimento que os outros fizeram; a Petrobras foi o único órgão que resistiu – exatamente essas quatro obras –, que resistiu em apresentar essa carta que, eventualmente, viesse a ser acatada pelo Tribunal de Contas e, obviamente, pelo Comitê de Admissibilidade.

No momento final da votação queriam atropelar a aprovação dessas obras. E eu, inclusive, fui um dos senadores que pedi a verificação do quórum e que nós, então, derrubamos essa possibilidade da aprovação dos recursos para a Petrobras.

Na noite da virada, após aprovação da comissão para a votação no plenário, a parte do governo queria apresentar a carta da Petrobras – aí sim a Petrobras resolveu apresentar a carta – fazendo um recurso de plenário na aprovação do orçamento, que não foi aprovado no plenário, mantendo-se então aquilo que foi definido na Comissão de Orçamento.

Então essa foi a história relativa a essas quatro obras serem retiradas do orçamento. Portanto, eu quero aqui renovar que é papel dessa comissão, é papel da Comissão de Orçamento, do Comitê de Admissibilidade, é papel da CGU, é papel do Tribunal de Contas, é papel do Congresso Nacional, e mais ainda, do Governo Federal de que sejam mostradas, de forma transparente, as razões que essas obras foram retiradas do orçamento.

Aqui eu me pergunto, Senador Flexa e demais senadores e senadoras aqui presente, bem como ao povo brasileiro: o que é que estariam dizendo hoje do Congresso Nacional se o Congresso tivesse aprovado essas obras tidas como irregulares? O que é estariam dizendo do nosso papel? O que é que estariam dizendo da nossa função, Senador João Pedro, de fiscalizar, de cobrar, de acompanhar e de representar? O Governo Federal se acha, hoje, no poder e no direito de vetar, inclusive de interferir num papel que é nosso no Congresso. Mais do que um ato de irregularidade ou não, de indícios ou não, está ferindo o papel do Congresso Nacional, e espero que o Congresso Nacional, de forma suprapartidária, tenha o papel de defender pelo menos essa Casa, porque se nós não o fizermos, quem o fará?

Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Cícero Lucena, presidi, em 2009, a CPI da Petrobras. Um item polêmico e discutido com o Tribunal de Contas, com a Petrobras, com os senadores membros da CPI sobre esses processos que apontam indícios de irregularidades, um número me chamou a atenção: 98% desses processos, eles são superados na discussão das partes envolvidas, inclusive com o Tribunal. Isso na CPI. Esse debate, ele praticamente não apareceu.

Eu lembro, porque participei, estava presidindo a CPI, ou seja, dos processos que são apontados irregularidades e obras diferenciadas, Abreu e Lima, a refinaria – o Senador Jefferson Praia participou bastante e com muita presença na CPI –, essa é uma obra que há 30 anos o Brasil não faz, há 30 anos, nem nos Estados Unidos, ninguém fazia mais as refinarias. E o Brasil porque... O Brasil não faz porque foi para o mar, o Brasil foi para o mar fazer a plataforma. Essa é uma obra nova, fazer refinaria aqui em terra. Pois bem. Então está se discutindo, e vários itens dentro desta polêmica estão sendo superados, no entendimento do Tribunal de Contas.

O que o Presidente Lula fez é a prerrogativa de o Presidente vetar, ele não fez nada mais, nada menos do que está dentro dos marcos da nossa, das regras vigentes. Penso que a oposição, o Congresso não pode perder, não, o seu papel da fiscalização. O que é que eu quero concordar? Com a fiscalização, com o rigor, com o debate. Mas também defender o gesto legal de o Presidente da República em vetar; é da sua competência.

Esse debate, sem... O veto não exclui a discussão do mérito. Agora, o Poder Executivo não poderia deixar de repassar recurso sob pena de comprometer empregos e a própria obra, as obras. Então, só gostaria... estou contraditando aqui o argumento de V. Exa. por conta de concordar com a fiscalização do Congresso, da oposição, mas dizer que é da prerrogativa do Presidente da República fazer o veto, fazer o veto. Então...

E chamar a atenção, por último, de que o veto será discutido na sessão de hoje; esta matéria nós

vamos discutir, nós vamos discutir, fazer a discussão. Eu espero que Senador Flexa Ribeiro esteja presente na reunião do Congresso Nacional para nós fazermos o debate sobre isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, senador. Mas eu queria propor só... se me permite-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O autor do requerimento chegou e ele pode dar uma explicação para nós. Eu já--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu queria exatamente propor, se a senhora permitir que... Eu explicar ao Presidente, ele assume a presidência, não é, porque ele estava ausente e chegou a tempo.

Nós estávamos no Item 01, exatamente na leitura, e já em discussão, quando houve a necessidade da retirar pela ausência de V. Exa.. Mas agora com a presença, nós voltamos a discutir então sob a sua presidência, a presidência de V. Exa., o requerimento.

Com a palavra o Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, depois a Senadora Marisa Serrano.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para informar a V. Exa. que, como V. Exa. estava ausente da reunião, eu assumi o texto do seu requerimento para que nós pudéssemos discuti-lo e colocá-lo em votação.

Quero parabenizá-lo, inclusive, pela proposta que eu acho que é um assunto da maior importância, que a mídia tem cobrado do Congresso uma posição em função de haver uma sugestão de não transferência de recursos para essas obras, e o veto do Presidente exatamente nesses pontos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um esclarecimento, Senadora Marisa Serrano, Senador Flexa Ribeiro. O meu requerimento não está relacionado diretamente à votação do veto, que vai ser hoje às sete horas da noite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O meu requerimento se propõe a um debate--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, sobre o veto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com profundidade sobre se tem algum necessidade de mudança da legislação ou não, se tem algum procedimento do TCU que está equivocado ou não, se tem algum procedimento da Comissão de Orçamento que está equivocado ou não. É um debate para que nós possamos ver assim: o que se faz hoje está correto ou o que se faz hoje tem margem de debate para que nós possamos chegar a um ponto que permita que nós possamos dar sequência à obra ou que nós possamos paralisar a obra. Então é um debate que extrapola e que é mais profundo do que a avaliação do veto do Presidente, que nós vamos fazer hoje à noite, às sete horas da noite, está certo?

Então o meu requerimento tem esse objetivo, até porque não dá tempo de fazer audiência antes da votação do veto. Mas o debate é necessário, independente de derrubarmos o veto ou de aprovarmos o veto do Presidente.

Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Era justamente nessa linha dizer que, primeiro: ninguém aqui, em sã consciência, não acredito que nenhum parlamentar dessa Casa, do Congresso Nacional, seja deputados e senadores, pode ser contra uma refinaria em Pernambuco, pode ser contra uma refinaria no Paraná, pode ser contra um terminal de escoamento da barra do riacho lá no Espírito Santo, que é a sua terra, pode ser contra um complexo petroquímico no Rio de Janeiro. Em sã consciência, como é que nós vamos ser contra? É desenvolvimento para o país, é recursos, é economia vicejando, é empregos sendo oferecidos. Ninguém é contra. O que nós temos que ser contra é passar a mão na cabeça de desonestos, é aquela velha ideia “rouba, mas faz”, que me lembra Adhemar de Barros, lá de São Paulo. Quer dizer, “Ah, não, tem que sair a refinaria! Estão roubando, mas não tem problema nenhum, tem que sair, então nós temos que votar a favor”. Nada disso, nós queremos a refinaria, mas queremos que ela seja feita em cima dos parâmetros legais, normais, que são do interesse nosso.

Portanto, eu concordo com V. Exa.. Se o veto for mantido, vamos discutir o que é que foi que aconteceu. Por que é que um Comitê de Avaliação de Informações sobre Obras de Serviços com Indícios de Irregularidades da Comissão Mista de Orçamento achou que essas obras não poderiam ser votadas? Por quê? Temos que saber. E se, por acaso, o Presidente... for derrubado o veto do Presidente, pela mesma razão, nós temos que saber, até para ajudar, como disse V. Exa., a melhorar, purificar, melhorar os trâmites nessa Casa, para facilitar com que as coisas sejam feitas de uma maneira mais séria e mais clara.

Portanto, eu concordo com V. Exa., eu acho o que requerimento é de suma importância. É função nossa, também, ouvirmos e sabermos por quê é. Eu queria saber por que é que, primeiro, que o Comitê disse que essas obras eram irregularidades, as irregularidades eram graves, e por que é que o Presidente da República resolveu mantê-las?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só mais um esclarecimento. O ano passado o Senador Jefferson Praia de que... Há caminho para que, não paralisando a obra, nós possamos fazer a investigação e punir os responsáveis? Tem caminho que não seja só paralisar a obra? Porque paralisar a obra é um prejuízo para a comunidade. Tem caminho? Existe caminho que não seja apenas uma proibição de repasse de recurso para o orçamento?

Então eu acho que por isso que eu não convidei ninguém nem da Petrobras, porque eu não quero colocar um debate politizado, polêmico. Convidei aqui as pessoas que têm a responsabilidade de fazer o debate de propostas, técnico, com relação a este tema que agora nos atinge pelos vetos assinados pelo Presidente da República, mas pode ser um processo que venha depois também, outros anos. Então acho que se tem caminho alternativo que não seja só a paralisação da obra, ou como nós poderemos fazer para punir ou para fazer investigação sem paralisarmos as obras.

Senador Jefferson Praia com a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Apenas para que eu possa me situar no debate que está sendo travado nessa comissão, se V. Exa. está mantendo o seu requerimento? Porque foi anunciado de que o requerimento seria retirado, aqui, pelo Presidente Cícero Lucena, quando estava presidindo na ausência. Agora V. Exa. está presente--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, meu requerimento está mantido--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --está defendendo o requerimento e está mantendo o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está mantido, e ele não tem relação com a votação de veto de hoje, é uma coisa mais profunda, mais estruturante de proposta para esse debate.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Estou entendo o posicionamento, mas apenas só a questão de ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está mantido, está mantido.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Está mantido o requerimento. Muito obrigado.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, V. Exa. colocou a questão onde ela deve estar, no meu entendimento, que é de acordo com a interpretação que V. Exa. deu para o requerimento.

Nós temos hoje um grande problema: a Petrobras, que atua de acordo com a Lei do Petróleo, salvo engano de 1997, das regras que estabelecem a forma como ela deve atuar, e você tem a interpretação do Tribunal de Contas que diverge da atuação da Petrobras. Essa é a grande questão.

Percebemos, como o Senador João Pedro colocou, na CPI da Petrobras, e os argumentos técnicos que ela se utilizou, para mim todos os momentos bem defendidos a atuação da empresa. Se existe, vamos dizer, alguma coisa de irregularidade, se existe corrupção, se existe alguma coisa errada, deve ser feita uma auditoria. Mas eu acredito que através de documentos, de documentos, porque o corrupto ele não bota, a corrupção você não pega em documentos de forma tão fácil, não, você tem que ir *in loco*, verificar *in loco*, fazer uma auditoria de forma detalhada, aprofundada, para poder pegar essa corrupção. Então, a grande... Mas V. Exa. colocou a questão dentro do contexto de que ela se dá, que e a questão que temos que resolver, porque todas às vezes, daqui para frente, já se percebe, quando a Petrobras está agindo, sempre temos posições divergentes.

Já conversava a pouco com o Senador João Pedro, na CPI foram apontados caminhos, soluções para isso. Nós temos que enfrentar esse debate para saber: a Petrobras age de acordo com a Lei do Petróleo, que dá certa liberdade de ação para empresa em razão de ela atuar dentro desse mercado? Ou ela age de acordo com a Lei 8.666, que estabelece as regras do jogo para instituições públicas do nosso país, que é a forma como o Tribunal de Contas interpreta? Essa questão tem que ser resolvida porque senão nós vamos ficar sempre discutindo esse assunto daqui para frente. Acho que temos que aprofundar buscando soluções.

Se existem, e volto mais uma vez a dizer, existem irregularidades, precisamos ver uma auditoria, uma investigação aprofundada, porque através de documentos você não vai pegar isso nunca. Esse é meu ponto de vista. E aí, quando eu vejo... Eu entendo o Presidente pela questão de um comportamento de bom senso, porque se nós temos esse impasse entre

Petrobras e Tribunal de Contas, se essa questão está sendo discutida aqui no Congresso e se até hoje nós não encontramos uma solução, nós não podemos é ficar com essa obra parada sem resolvermos, até resolvermos esse problema. Imaginem o prejuízo para a nação se tivéssemos todas essas obras paralisadas. Mas o assunto tem que ser discutido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Jefferson Praia.

Senador João Pedro e, depois, Senador Inácio Arruda.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Primeiro para refletir, Presidente Casagrande, a fala da querida Senadora Marisa. Ora, nós estamos discutindo aqui um requerimento, mas o argumento, dizer que nós estamos discutindo aqui, somos contra... a reflexão que a senadora faz de quem *"rouba, mas faz"*, quem está roubando? Quem está roubando? Nós estamos tratando aqui de indícios de irregularidades.

E eu gostaria de dialogar também com V. Exa., porque o item "a" do requerimento de V. Exa. fala: *"as irregularidades apontadas nas obras da Petrobras, pela Comissão Mista"*. Lá na discussão do orçamento, a Petrobras mandou um documento falando sobre isso, e o Senador Cícero Lucena fala do documento, lá no orçamento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Comissão de Orçamento, ela se escusou de mandar. Depois de rejeitada é que ela foi para o plenário.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Foi no Congresso, foi para o plenário. A Petrobras-–

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas antes ela não quis mandar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, o que eu quero--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Mas foi.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não quis.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O que é que eu quero chamar atenção. É esse argumento de que... ninguém está discutindo aqui, ninguém está escondendo absolutamente nada de que quem *"rouba, mas faz"*. Não existe isso. Não existe isso nessas obras. E é justo que o Tribunal de Contas aponte irregularidades. Agora, indícios de irregularidades e irregularidades há uma grande diferença, Sr. Presidente, há uma grande diferença.

Pois bem, se a discussão, Presidente Casagrande, se a discussão vai tratar da Petrobras, eu penso que é justo que a Petrobras venha para esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não é da Petrobras que nós vamos tratar, não vamos tratar da Petrobras. Nós estamos usando o argumento--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Veja o item "a" do requerimento de V. Exa.. Eu estou chamando atenção, V. Exa. pode até não aceitar, mas eu estou chamando a atenção para a importância da Petrobras estar presente nesse debate-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um esclarecimento a V. Exa..

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --por conta do item "a" do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Só um esclarecimento a V. Exa.: o requerimento não tem o objetivo de discutir o assunto Petrobras. O assunto Petrobras é argumento para o debate que nós temos que fazer se--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Isso eu concordo com V. Exa..

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A situação, o fato é argumento para que nós possamos discutir com os órgãos que têm a função de controle se este é o único caminho: suspensão de obra ou não; como é que pune responsável se não tiver suspensão de obra? Então, mas não é... O fato serviu de argumento para um debate que tem que ser mais amplo aqui pela Comissão de Fiscalização e Controle. Senador Inácio... Senador João Pedro, eu quero complementar...

Senador Inácio Arruda. Senadora Marisa Serrano, uma questão de ordem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Rapidamente, Sr. Presidente, eu queria só esclarecer aquilo que eu disse aqui. Eu não disse, em nenhum momento, que a Petrobras está roubando. Não disse isso. Eu disse que é a ideia que se passa de que tudo aqui é *"rouba, mas faz"*. Precisamos fazer, desde que faça, esteja roubando ou não, a gente tem que passar a mão na cabeça? É esse sentido, esse sentimento é que a gente não tem que ser a favor, tem que ser contra. Tenho certeza que o Senador João Pedro é contra também. Não vai admitir que essa ideia seja perpassada nesse governo. Não é possível. Não estou dizendo que é a questão da Petrobras, estou dizendo que é essa ideia que nós não podemos admitir, e, por isso, que eu acho que é bom a gente tirar a limpo essa história

e descobrir quais os caminhos que a gente pode fazer para que isso não ocorra mais nesse país.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Senador Casagrande, eu estou querendo compreender bem o requerimento de V. Exa.. O pessoal do Ceará, normalmente, tem uma turma sabida por lá, faz muito humor, mas eu tenho mais dificuldade. Então o requerimento de V. Exa... Se nós vamos discutir a questão dos princípios, então não teria nenhum cabimento nós começarmos pela questão da Petrobras, e, pelo texto... O texto já conduz para um sentido, não tem jeito, o que está ali, está aqui é Petrobras, e o veto presidencial exatamente nessa questão. Então nós não estamos tratando de outra coisa. Não estamos tratando se é possível paralisar a obra porque houve indício de irregularidade, nós não estamos tratando disso, nós estamos tratando da Petrobras, absolutamente, não de outra coisa, não de outra coisa. Nós não vamos discutir princípio, nós vamos discutir é isso aqui, porque isso aqui é que está sendo indicado no texto de V. Exa.

Nesse sentido eu acho que ou nós... V. Exa. propõe uma alteração do requerimento, ou talvez retirássemos o requerimento para que a gente possa fazer um trabalho, que é o trabalho realmente nosso dessa Comissão de Fiscalização e Controle; tem essa prerrogativa, porque é sua responsabilidade regimental, para que nós possamos discutir. Porque não se trata só dessas obras, nós temos inúmeras obras com indícios de irregularidades, de tudo que é sorte. Esse é o espírito, mas como tem espírito e alma e muita coisa em cada requerimento, o espírito está contaminado, esse que é o problema. Porque aqui a questão objetiva é tratar da Petrobras e do veto presidencial a essa questão, não é outra.

Se nós vamos discutir, que V. Exa. tem feito muito bem nessa comissão, diga-se de passagem, fez aqui praticamente um seminário longo de debate com o Tribunal de Contas, com órgão de controle do Governo Federal, tudo isso V. Exa. fez, e tudo corretamente, sobre os princípios que regem a fiscalização, as responsabilidades de controle externas e internas que devem ser conduzidas no serviço público.

Eu acho que essa questão é outra; essa aqui não, essa aqui é bem clara. Eu quero discutir isso aqui, se pode ou se não pode nessas obras aqui, que foram objetos, inclusive, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e que entrou, exatamente, no debate essa questão de princípio em relação à Petrobras, sobre se ela estaria vinculada a um elenco de exigências que o Tribunal de Contas faz em relação a um outro órgão público ou se ela teria mais liberdade, mais independência. Esse foi um debate grande que nós tivemos aqui, e a conclusão foi de rejeitar essa tese do Tribunal de Contas. Inclusive se propôs uma modificação na lei para deixar mais explícito que a Petrobras e algumas empresas estatais importantes do nosso país têm ampla liberdade de ação para flexibilidade e competir no mercado disputadíssimo. É isso que está em questão; já foi objeto de uma CPI.

Eu proponho... que V. Exa. tem mais clareza do que quer e V. Exa. está dizendo que é isso, que o espírito é esse, mas há muita mistura nos espíritos, quando nesse terreno, geralmente, é um terreno muito tumultuado de espíritos, etc. Então eu [interrupção no áudio] que a gente qualifique mais adequadamente o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu aceito a sugestão de V. Exa. de que possa acrescentar um item a esse requerimento, tendo como base os últimos fatos acontecidos com relação à Petrobras, que discuta procedimento da Comissão de Orçamento do Tribunal de Contas da União, que é esse o objetivo que está colocado, tendo em vista a necessidade de estabelecer o debate institucional, com a oportunidade equitativa de manifestação das altas partes envolvidas. Eu, como autor do requerimento, eu aceito o acréscimo feito por V. Exa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu proponho a inclusão desse item e a retirada do "a" e o "b".

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É um instrumento. O que motivou foi o fato. O que motivou foi o fato. O fato leva a um debate institucional. Então eu aceito colocar o item "c" aqui, vendo com base nisso que nós possamos discutir procedimentos da Comissão de Orçamento, procedimento do Tribunal de Contas da União, procedimentos das instituições para que possa nortear o comportamento dos diversos órgãos e do Congresso Nacional com relação a esse assunto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): É que, de toda sorte, o objeto de requerimento de V. Exa., quer dizer, *lato sensu*, é Petrobras e veto presidencial em relação a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não é Petrobras-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): É o que está posto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tanto é que eu nem quis nem propor o convite a alguém da Petrobras, porque eu não quero ficar preso--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Pior.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, não é pior, não. Porque,

se vier alguém da Petrobras aqui, vai ficar um debate sobre Petrobras.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Se V. Exa. diz, no item "a", que trata da questão da Petrobras na Comissão Mista, e, depois, no item "b", trata do veto presidencial a essa questão, então, sinceramente, se a Petrobras não vier...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Coloca o item "c". Estou acatando a sugestão de V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Coloca o item "c". A gente pode assim: *"Tendo como base o veto à questão da Petrobras, vamos discutir procedimentos institucionais do Congresso Nacional e dos diversos órgãos perante a situações como esta, a situações como esta"*. Ela serve só como exemplo, só como fato para a gente poder discutir a posição institucional dos diversos órgãos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, só para contribuir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Só para contribuir. Até porque há uma Comissão de Orçamento, que é do Congresso Nacional, há um Comitê de Avaliação da Comissão de Orçamento, que é do Congresso Nacional, feito por deputados e senadores, nada mais justo que essa comissão, que é a Comissão de Avaliação e Controle, que a gente possa discutir até porque foi... Quais caminhos que a Comissão de Orçamento tem para propor vetos ou não, quer dizer, como vetou. Acho que até para analisar a nossa própria comissão, para aprimorar o nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): V. Exa. acha que atende a preocupação de V. Exa. se eu fizer o acréscimo do item "c" usando o fato--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Como eu quero fazer as coisas concatenadas com o espírito de V. Exa., como V. Exa. está dizendo, eu acho que seria absolutamente irrelevante você fazer menção a fato "A", "B", "C" ou "D". O que eu quero discutir na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor é se é possível...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se essa prática atual...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): ...manter esse procedimento de que... ou indício ou irregularidade comprovada, mas mesmo tendo indício, você pode suspender a obra. Isso é diferente de eu anunciar que, diante de fato de tal obra, porque tal obra... O que é que é a tal obra? A tal obra é a obra que foi objeto de uma CPI aqui, você traz de volta todo esse debate que já foi liquidado, esse debate já foi liquidado, em parte, aí você puxa ele de volta, traz ele aqui para a Mesa novamente. Se fizer isso, então também tem que convidar a Petrobras, porque aí não tem sentido você fazer isso. Eu vou falar de você--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu não tem tenho nenhum problema em convidar a Petrobras, eu só acho que nós vamos contaminar o debate convidando a Petrobras.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu vou falar de você, eu vou tratar de você, mas você fica ali só olhando.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então me parece. Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu posso convidar, eu posso aceitar o convite à Petrobras. Eu posso aceitar a sua sugestão de indício de irregularidade, que está certo, que é o que está, é o que leva o Tribunal a tomar as decisões, fazer as correções no requerimento e no ajustamento daquilo que eu desejo, e que desejava, e que desejei na hora que elaborei e que pedi a assessoria para elaborar o requerimento. Então posso fazer os ajustamentos.

Eu aceito, inclusive, chamar a Petrobras, só que eu acho que é um equívoco para o debate em tese. Se a gente trouxer a Petrobras, nós vamos debater a Petrobras, porque vai ser uma motivação para que os parlamentares possam...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Se o debate está em tese, então não [ininteligível] anunciado sobre Petrobras.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, a tese pode ser levada por um fato, um fato leva ao debate de uma-–

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, V. Exa. me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro. Senador--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não, eu estava solicitando já a palavra anteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Jefferson Praia e depois Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): O fato, para nós fazermos uma reflexão sobre o fato, nós temos que ouvir os envolvidos no fato. Quem está envolvido no fato? A Comissão Mista de Planos, que constou possíveis, apontou possíveis irregularidades relacionadas a quem? À Petrobras. E a Petrobras foi

chamada, não é isso, para dar uma posição, não compareceu-–

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Pois não.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): A comissão não identificou irregularidades. A possível--

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Quem identificou?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Foi o Tribunal de Contas que encaminhou à comissão.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ah, o Tribunal de Contas. Então voltamos àquela questão Petrobras--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É o Tribunal que encaminha.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Voltamos à questão Tribunal de Contas e Petrobras, que é uma questão de interpretação para mim – já está aí com certo tempo –, e que precisamos perceber. Aí nós vamos nos debruçar... Eu acredito que talvez aí... Aí eu entendo V. Exa., talvez aí não fosse preciso mais ouvir a Petrobras.

Agora, também, nós vamos ouvir o Tribunal de Contas? Porque nós já sabemos a posição do Tribunal de Contas. Nós temos o resultado da CPI em relação a esses assuntos, Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas eu não quero ouvir o Tribunal de Contas sobre a Petrobras somente. Eu quero ouvir o Tribunal de Contas se esse procedimento, que é o padronizado agora entre Congresso e Tribunal de Contas, se este é o único caminho que nós temos. Este é o único caminho? E apareceu um indício de irregularidade, paralisa a obra? Esse é o único caminho? Esse é o único caminho que nós temos? Tem outro caminho que proteja o cidadão como contribuinte que não seja apenas a paralisação da obra? Tem outro caminho, mas também que não deixe o cidadão desprotegido com relação à possibilidade da punir quem tem a responsabilidade com algum desvio de recursos? Então é esse o debate que acho que nós aqui, enquanto comissão, temos que fazer.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Entendi o que V. Exa. está propondo. Então, em cima dessa questão, vamos discutir, com indícios de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas, para ou não a obra, aprovamos ou não no orçamento e – qualquer obra –, e se discute procedimentos para que a obra não seja paralisada, mas que, vamos dizer, que isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso, Senador Jefferson Praia, essa sugestão da Comissão de Orçamento, ouvindo o TCU, acontece periodicamente, só que veto do Presidente é que não é o costume. Isso provocou um debate dentro do Congresso na sociedade, que serve de instrumento – por isso que eu estou argumentando com o Senador Inácio Arruda –, só serve de instrumento para o debate sobre a tese que nós temos se nós temos alguma coisa para mudar nesse procedimento ou não, está tudo certinho isso, está tudo certo, é desse jeito mesmo, então nós vamos continuar do mesmo jeito. Ou tem alguma proposta a fazer à Comissão de Orçamento e ao TCU? Então vamos debater se tem alguma alternativa a esse procedimento.

Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu acho que V. Exa. já deu uma explicação da intenção do seu requerimento a todos nós, e eu quero louvá-lo por isso.

O fato de V. Exa. ter colocado a questão das irregularidades, indícios de irregularidades na Petrobras e o veto do Presidente, V. Exa. explicou agora.

Em vários outros orçamentos da União, obras outras também foram excluídas de transferência de recursos, e essa orientação acatada pelo Executivo. O que houve agora foi algo inusitado, quer dizer, o Congresso atende à orientação do Tribunal de Contas, e, através da sua Comissão de Orçamento, diz que não deve ser repassado recurso para essas obras e o Executivo veta a orientação do Congresso. Então V. Exa. tem toda razão de querer trazer aqui os órgãos fiscalizadores, a CGU, o TCU e a Comissão de Orçamento para saber como tratar nesses casos.

Eu fico impressionado de ver... Nós estávamos com dificuldade de quórum para a comissão, dificuldade de quórum para a comissão, não havia senadores. De uma hora para a outra a base do governo se mobiliza e coloca aqui a tropa de choque, a tropa de choque para proteger a Petrobras, para proteger a Petrobras. Petrobras passou--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, o governo protege a Petrobras, essa é a nossa conduta sempre. Nós defendemos a Petrobras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, não. Proteger os esclarecimentos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não escondemos isso. Não escondemos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todo brasileiro, Senador João Pedro, todo brasileiro tem orgulho da Petrobras.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Tem uns que não tem, não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Têm, todos. Só se V. Exa. é um deles. Só se V. Exa. é um deles.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Ao contrário, tinha gente que queria liquidar a Petrobras.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, ao contrário, não. V. Exa. não vai colocar palavras na minha boca.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Não, de jeito nenhum, jamais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, pronto. Então só se V. Exa.--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Essas são as minhas mesmas. Tinha gente que queria era liquidar, vender, destroçar a Petrobras, V. Exa. sabe muito bem, conhece muito bem esse tema. E legalmente venderam companhias aqui [ininteligível] escândalo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu estou com a palavra, Presidente, estou com a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Naturalmente está garantida a palavra a V. Exa..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, pronto. Eu pediria--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Ele que provoca-–

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria ao Senador Inácio Arruda que se contivesse nessa sua intenção--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Isso é a força do sertão, rapaz. Nordeste.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu sou do sertão e não faço isso, não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Então, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então vamos garantir a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Mesmo sendo os dois do sertão, vamos garantir a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que é da floresta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se ele vai falar de sertão, eu vou falar dos cabanos, que tiveram mais coragem ainda do que os sertanejos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Nós mandamos para lá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o que eu queria era lamentar isso. Eu acho que tudo que for para esclarecer, tudo que for para levar para a sociedade uma informação que, como V. Exa. disse, a mídia, nessas duas últimas semanas, não tem tratado de outra coisa que não seja disso.

Então, o que V. Exa. está pleiteando é que venham os órgãos de fiscalização e digam como fazer. Se a orientação não é essa, que seja dada a orientação que devamos tomar.

Quero dizer e pedir à base do governo que se deixe esclarecer isso. O Senador João Pedro falou na CPI da Petrobras. Foi aquela CPI que terminou antes de começar, então não esclareceu nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena e Senador César Borges, Senador João Pedro, Senador Álvaro Dias, Senador Inácio Arruda, e depois nós vamos votar o requerimento com as alterações que eu já--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu até retiraria, se fosse o caso, se todos se dispusessem. Mas eu serei bastante breve.

Primeiro, eu entendi de uma forma clara o requerimento de V. Exa. e qual o objetivo, e acompanho o requerimento. Segundo, é importante que nós tenhamos a compreensão de que, embora seja uma prerrogativa do Presidente da República, mas todos que antecederam, inclusive o atual Presidente dos outros anos de mandato, ele sempre respeitou os procedimentos adotados pelo Comitê de Admissibilidade de emendas na Comissão de Orçamento e os próprios vetos e interrupções das obras na comissão. Então isso foi uma prática não apenas dos ex-governantes, mas, inclusive, do atual governo até o presente, a não ser por esse fato novo.

É importante o debate, acho que temos que discutir a necessidade de existir órgãos fiscalizadores e também a nossa, até onde vai a nossa obrigação de cumprir esse, vamos dizer assim, essa recomendação desses órgãos, eu acho que isso é por demais salutar.

E para não deixar, também, de fazer um registro, já que o Senador Inácio Arruda é um cearense, vizinho lá da Paraíba, e eu tenho a honra de ter nascido no sertão paraibano, na cidade de São José de Piranhas, a minha querida Jatobá, que é limite com o Barro, no Ceará, ele começou a sua fala, Presidente, dizendo que, embora o Ceará seja uma terra de valorosos humoristas – que eu concordo –, a exemplo da Paraíba, ele não sabia fazer humor. Eu também não sei, mas eu sei interpretar o humor, principalmente de um cearense, quando, na sua proposta, pediu para que fosse criada uma letra “c”, para discutir a forma genérica, e simplesmente sugeriu que tirasse “a” e “b”. Ou seja, ele queria aprovar o requerimento dele e desprezar a iniciativa de V. Exa.. Só posso entender como um bom senso humorístico do cearense representado pelo Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): V. Exa. [ininteligível] o espírito da coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Cícero Lucena.

Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu acho que o pior desse assunto é se nós formos levar para a questão partidária, e travarmos aqui uma guerra partidária governo e oposição.

Eu acho que existe o fato preocupante, ele precisa ser discutido e precisa ser aprofundado. Não se trata aqui de tropa de choque a favor ou contra. O que se trata aqui é que, de forma inusitada, e foi colocado pelo Senador Cícero Lucena, pela primeira vez, se teve um veto a uma disposição que foi da lei orçamentária que diz respeito à paralisação de uma obra. Por quê? Porque existe um órgão técnico. Esse órgão técnico existe, chamado TCU. Ou ele existe ou ele não existe, ou nós respeitamos o TCU ou nós não respeitamos o TCU.

O TCU é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Ele toma a decisão técnica, ele faz a avaliação técnica profunda sobre os gastos, de que forma esses gastos foram conduzidos, as tabelas, e como esses gastos foram efetivados. Esse relatório vem subsidiar o trabalho dos senadores, que tomam uma decisão política a respeito desse assunto. E toma aonde? No âmbito da Comissão Mista de Orçamento.

Eu fui governador do Estado da Bahia e tive, por conta de ações política dentro do Congresso Nacional, de lideranças políticas que faziam oposição ao meu governo, a paralisação de uma obra importantíssima para o estado, por indício de irregularidade, que era a construção do aeroporto de Salvador, e encontramos uma saída, Presidente. Qual foi a saída, adotada pelo TCU? Muito bem, não há liberação mais de verbas federais, mas nós podemos, nós éramos intervenientes, porque a obra era responsabilidade única da Infraero, nós não tínhamos nada a ver com isso, nós apenas colaborávamos com recursos para a obra. Nós assumimos o restante dos recursos pelo estado para concluir a obra, porque não podia ficar uma cidade como Salvador sem um aeroporto. E o Tribunal adotou, pela primeira vez, essa providência e passou a ser uma jurisprudência. Quando dá uma obra, é a interveniência do estado e o estado tem interesse, há indício de irregularidade, até se elucidar esse processo, a obra pode ser concluída.

Por outro lado, Presidente, existem outros meios também. O Tribunal exige, por exemplo, muitas vezes, as retenções, as retenções de pagamentos das empresas. Por outro lado, existem também garantias, as empresas podem dar garantias. Nesse caso específico de Salvador, o processo anda até hoje, e depois se verificou que não havia os indícios de irregularidades, e os valores foram diminuídos, e o Tribunal teve o bom senso de revê-los.

Entretanto é preciso respeitar que há uma sequência de norma. Essa sequência é o Tribunal, que é o órgão técnico, que eu acho que seria um grande prejuízo para o país se o Congresso Nacional desprezasse essas informações. É claro que tem que ser debatido, tem que ir para a Comissão Mista de Orçamento e a comissão que analisa as obras com indícios de irregularidades: houve esse trâmite aqui, houve uma votação na comissão, houve uma votação do orçamento e o Presidente da República, por haver adotado uma faculdade que ele tem de veto, ele vetou com relação, e suscitou toda essa polêmica que hoje está aqui tanto a nível de Congresso Nacional, como a nível da sociedade brasileira, a ter esse debate.

Então quando o Presidente Renato Casagrande, que eu considero insuspeito, até porque faz parte da base do governo, não é uma ação aqui de oposição quando ele encaminha o requerimento, eu acredito que ele está eivado de boas intenções para que se abra esse debate. Há um problema institucional *versus* Congresso Nacional, Presidência da República, TCU, a validado desses órgãos. Não se trata aqui, de forma nenhuma, e eu rejeito, peremptoriamente, questão de Petrobras, de querer se acabar Petrobras ou não se acabar. Isso não existe. Acho que brasileiro, patriota nenhum tem esse tipo de intenção.

Eu, aí, Senador Arruda, me desculpe, mas o debate não pode ser a esse nível e, efetivamente, não é esse nível de debate. Não acredito que nenhum dos senadores aqui presentes tenha essa intenção. Então eu quero dizer a V. Exa. que eu entendo as suas boas intenções, é que essa comissão seja sede para um debate sério sobre essa questão institucional que se instalou--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que é função dessa comissão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --e se instalou agora, por questão desse veto, que é uma questão inusitada. Não vai aqui nada contra uma medida presidencial nem contra a Petrobras. Vamos discutir esse assunto com a seriedade, e ver se os trâmites, hoje, institucionais são os mais corretos ou se precisam ser aperfeiçoados. Essa é a minha posição, por isso, o apoio e sempre certo de que V. Exa. está eivado dos melhor motivos com relação a essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado pela sua contribuição no esclarecimento do objetivo daquilo que nós desejamos.

Senador João Pedro, Senador Álvaro Dias, Senador Inácio Arruda, eu, se for possível, eu gostaria de pedir... É um pedido, vocês têm todo o direito regimental, de serem o mais rápido possível, para a gente tentar algumas matérias terminativas, porque nós temos quórum aqui para votar matéria terminativa.

Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Senadoras e Senadores, nós estamos discutindo aqui e tentando contribuir com o requerimento de V. Exa., mas eu quero voltar à redação do requerimento. Diz no *caput*: *"destinada a debater, debater: letra 'a'"*. Veja o que está escrito no item letra "a": *"as irregularidades apontadas nas obras da Petrobras pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional"*. Tem TCU.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas o TCU é um órgão--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Calma. Eu estou lendo aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sei. Só para tentar esclarecer. Eu já--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pela Comissão Mista, foi por isso que o Senador Jefferson perguntou, e o Senador Cícero Lucena disse: *"Não, o Tribunal de Contas da União"*. A redação é: *"irregularidades apontadas nas obras da Petrobras pela Comissão Mista"*.

Eu discordo peremptoriamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O senhor quer propor o que senador?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero propor, primeiro, se nós vamos discutir irregularidade nas obras da Petrobras, que a Petrobras venha para o debate.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador João Pedro, se me permite.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós temos que fazer isso. Estou em cima da redação.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador, a leitura leva a isso, mas deixa eu só tentar esclarecer pelo seguinte: ele diz que "*as irregularidades apontada nas obras da Petrobras pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional ao aprovar o Relatório nº 2 do Comitê de Avaliação de Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades daquela Comissão*". E no relatório da Comissão de Admissibilidade, de Avaliação e Informação sobre Obras Públicas é que consta o relatório do Tribunal de Contas, porque ele não é de iniciativa do Comitê de Informação, Avaliação e Informação de Obras Públicas, está dizendo se obra tal deve ser feita ou não. Sempre é embasado em relatório e apresentado pelo Tribunal de Contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas pode continuar. Se acharem que devo chamar a Petrobras, nós acrescentaremos a Petrobras.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, eu vou dizer com muito carinho a V. Exa., porque eu tenho uma relação de respeito e de amizade por V. Exa.. Se é para a gente discutir sem a Petrobras, eu não estou confortável para votar favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, está bom. Eu não tenho problema nenhum em apresentar à Petrobras.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a Petrobras... Vamos esclarecer. Vem a Petrobras, vamos-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Se acrescentarmos a Petrobras facilita a votação?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Facilita.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Facilita? O Senador Inácio vai falar daqui a pouco. Eu acho que não vi aqui que ninguém é contra--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): E termino acatando o encaminhamento de V. Exa.. Na CPI nós discutimos profundamente esse item. Eu estou tranquilo. É importante que venha o Tribunal de Contas e a Petrobras, esclarece.

E eu quero dizer que o Senador Álvaro Dias, que está presente aqui, foi um assíduo, assíduo participante desta CPI, e fez, e foi o interlocutor da oposição. Lamentavelmente, eu lembro perfeitamente, ele só faltou às três últimas reuniões para encerrarmos a CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ok.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas fez um debate profundo, corajoso, e ele é testemunho do que diz a Petrobras, por conta de uma obra particular, singular, importante, estruturante para o Brasil, e esta é a diferença. Mas esse debate o Congresso fez e foi a fundo no sentido de compreendermos os indícios das irregularidades, e não irregularidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Álvaro Dias com a palavra.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, para destacar a oportunidade do requerimen-

to de V. Exa., acho fundamental que se debata, nesta Casa e nesta comissão, esse assunto que é recorrente, mas, neste caso, tem elementos novos que justificam a retomada do debate.

Se nós debatemos na CPI da Petrobras, a conclusão da oposição foi favorável às auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas. Essas auditorias justificaram, inclusive, que a oposição encaminhasse ao Ministério Público, ao Procurador-Geral da República 18 representações com as irregularidades mais graves que encontramos. Em que pese às dificuldades que tivemos para aprofundar as investigações, mesmo na superficialidade do trabalho realizado, pudemos identificar irregularidades gravíssimas que motivaram a decisão de encaminhar representações ao Ministério Público. É evidente que esse processo é moroso, nós imaginamos que os inquéritos serão instaurados para responsabilização civil e criminal, se existirem fatos que recomendem a responsabilização. Mas, neste caso, acrescenta-se as decisões tomadas pelo Congresso Nacional, no âmbito da Comissão de Orçamento, e, posteriormente, a decisão do Presidente da República que culminou com um veto, um veto que consideramos inconstitucional, porque afrontou um dispositivo constitucional, que tem que ser considerado quando o Presidente discorda do Congresso Nacional, art. 66 da Constituição.

O veto é, portanto... O veto é tem vício de origem, a nosso ver – Modestamente, assim interpretamos e concluímos –, o veto tem esse vício de origem da inconstitucionalidade. E a obrigação do Congresso, porque quer queiram, quer não queiram, o ato do Presidente passa sobre a autoridade do Tribunal de Contas da União e do Congresso Nacional, e é nos dever preservar a instituição. Ela que já está desgastada em razão de episódios aqui ocorridos, não pode ser amesquinhada constantemente, e trata-se de amesquinhar uma instituição. Esse veto estimula – estimula, sim – e não há como negar este fato, e eu digo isso com absoluta tranquilidade, esse veto escancara as portas do governo para a corrupção, é um estímulo à desonestidade, ao sobrepreço, ao superfaturamento. Se o Presidente da República acha que é prejuízo parar uma obra superfaturada... Há prejuízo, sim, prejuízo recuperável; agora a continuidade da obra superfaturada é um prejuízo irrecuperável. E, obviamente, se o Presidente pode, o governador também pode, o prefeito também pode, e nós estamos transformando o país num paraíso do superfaturamento.

Portanto, eu louvo a iniciativa do Senador Renato Casagrande, que não tem nenhum objetivo de natureza política, eleitoral ou partidária, é apenas o objetivo de esclarecer. Nós temos esse dever de, incansavelmente, buscar esclarecimentos para fatos que correm e que dizem respeito à preservação da credibilidade do Congresso Nacional; e, de outro lado, fatos que dizem respeito a desvios de recursos públicos. Nós não podemos compactuar com qualquer desvio de recursos públicos, e, certamente, há denúncias de superfaturamentos exorbitantes, como o caso dessa refinaria de Pernambuco, a Abreu e Lima.

Portanto, é claro que nós estamos aqui para avalizar a proposta do Senador Renato Casagrande; como o Senador João Pedro deseja a presença de Petrobras, também creio que isso só acrescenta, isso só valoriza o requerimento, e nós estamos de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Álvaro Dias.

Senador Inácio Arruda, para gente poder encerrar e votarmos o requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, é breve. Nós nosso podemos cair em nenhuma hipótese de hipocrisia no debate político. É como se eu chamo aqui a Petrobras e chamo o governo, porque ele fez um veto, e digo que isso aqui não é um debate político, não vamos contaminar. Ele é contaminado pela natureza: eu já estou dizendo que é a Petrobras e que é o veto do Presidente da República. Nós vamos escoimar a política. Não é verdade, isso não é verdade. Isso aqui é de natureza política. Isso aqui foi o fruto do debate da CPI, foi o fruto do debate do... de um entrave, um embate direto com o próprio Tribunal de Contas, que não vem de agora, não, o Senador Álvaro Dias tem razão nisso, não vem de agora, não.

No governo do Presidente Fernando Henrique também tivemos esse embate com o Tribunal de Contas, inclusive com relação à Petrobras. É prejuízo grande, sim, parar obras. Chegou-se ao ponto de na Comissão Mista de Planos e Orçamentos se discutir o mecanismo. Veja como o senador, governador de um estado, teve que se sair, teve que assumir uma obra federal, para esvair do controle externo. Esse que é o problema, eu tive que desviar do controle, disse: *"Ó, vai parar. Só vai ter um jeitinho aqui, o governo bota o dinheiro do estado"*. Agora botar dinheiro do estado talvez seja diferente, um aeroporto de uma refinaria. Quer dizer, chamar o governador de Pernambuco para botar o dinheiro do estado para fazer a refinaria, talvez tenha mais dificuldade. Esse que é o problema, esse embate vem de longe. Eu acho que tem que, sim, corrigir irregularidades, temos que examinar as irregularidades. É o nosso papel, é a nossa obrigação. Mas estamos tratando de grandes obras do país, grandes obras, não são pequenas obras.

Por isso que eu digo que já há, mesmo que o espírito seja outro, mesmo que o desejo não seja embate entre oposição e governo, mas basta ver a sintonia do debate para que a gente possa perceber a natureza política, claro que ela está ligada diretamente ao debate político; nós não podemos fugir disso.

Agora, nós podemos, no requerimento, já acatado pelo relator, pelo autor, dizer: *"Bom, o requerimento pode ser alterado no sentido de a gente ampliar o debate"*. Não se trata de obra da Petrobras que nós vamos debater. Se o relator colocou o meu espírito, não é debater obra de Petrobras, o meu espírito é debater se pode ou não, à luz da Constituição, à luz da Legislação e da ação do Tribunal de Contas, o Presidente da República vetar, ter a prerrogativa de vetar, esse ato. É isso que está em discussão, não pode ser obra de Petrobras.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não é isso, não. Desculpa, eu não ainda não consegui explicar o meu requerimento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Se o requerimento é discutir--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O espírito é de saber o seguinte: se o procedimento é este, ou se há outro procedimento a ser adotado pelo Congresso Nacional, pelo Tribunal de Contas que não seja apenas a paralisação de uma obra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Exatamente isso. Esse é o debate da tese, do princípio. Por isso que não é Petrobras--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, por isso que não é Petrobras.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Por isso que não pode ser Petrobras. Por isso que eu disse: "Então tire 'a'". Porque se o problema é discutir a tese, tire "a". Mas se há uma insistência de que não, que para poder explicar o distinto público que só pode ter o debate da tese se eu disser que o problema é a Petrobras, que foi objeto de investigação, de debate nessa Casa, no Tribunal de Contas, e tem um embate com o Tribunal de Contas mesmo, que está ensejando nós alterarmos a legislação, modificarmos a legislação para deixar muito claro que a Petrobras tem prerrogativas de fazer as suas obras e os seus investimentos sem passar pela Lei 8.666, porque esse que é o problema do Tribunal de Contas, gente, esse que é o problema do Tribunal de Contas. E é por isso o que Tribunal de Contas propôs a fixação desse anexo no orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Inácio Arruda, só para mostrar, só para ficar claro o objetivo do requerimento. O Tribunal, a Petrobras se orienta, hoje, por um decreto do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então, assim, o debate da tese eu concordo com o César Borges, mesmo que se transforme aqui num debate entre oposição e governo, é um equívoco, porque o debate da tese vai além de um Governo de Lula, um Governo Fernando Henrique Cardoso--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Se o debate for da tese, evidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, só para reforçar o esclarecimento que estava dando a V. Exa. e ao Senador João Pedro, e aos demais senadores e senadoras. Aqui nós temos o sumário executivo do relatório do comitê e avaliação das informações dos indícios de irregularidades.

Então, diz no objetivo do relatório: *"o controle das obras e serviços indícios de irregularidades graves objetivas por meio da paralisação cautelar dos fluxos de recursos evitaram ocorrências com potencialidade de ocasionar prejuízos significativos aos erários e a terceiros, que possam ensejar nulidade de licitação ou de contrato, ou que figure graves desvios dos princípios de que está submetido à Administração Pública."*

No item específico Petrobras, do Comitê, diz o seguinte: *"pela importância e pelo porte das obras de contratos da Petrobras, merecem atenção especial dos membros deste Comitê. Para compreender o problema em toda a sua inteireza, foram realizadas reuniões de trabalhos e Audiências Públicas com a presença de gestores de técnicos da Petrobras e do Tribunal de Contas da União para discutir, objetivamente, cada problema identificado, sua natureza, extensão, bem como as possibilidades ou alternativas para solucioná-los. Assim no dia 24/11/2009 foi realizada Audiência Pública com a presença do presidente da Petrobras, Dr. José Sérgio Gabrielli; em 01/12, nova Audiência Pública com a presença de três gerentes responsáveis pelas áreas."*

A cópia poderá ser repassada para os senadores e senadoras aqui, mas eu gostaria de chamar atenção dentro desse relatório, o item seguinte: *"quatro tipo de ocorrências destacaram-se como comuns em todas as obras da empresa examinadas. 1. Sobrepreço verificado dos itens do custo unitário das obras quando comparados os padrões obrigatórios previstos pela LDO; 2. Pagamento a empresas contratadas do ressarcimento do custo dos equipamentos imobilizados pelos mesmos valores pagos pelos equipamentos em operação; 3. Ausência ou recusa do fornecimento da planilha de custos unitários de insumos e serviços de contratos*

levando a que a empresa não comprove saber quanto está pagando pelas obras que adquire; e 4. Obstrução à fiscalização do Tribunal de Contas da União".

Mais na frente diz que foi dada a chance de fazer a correspondência, isso e aquilo outro; o Comitê diz que está disposto, mesmo após o recesso parlamentar, se houver fatos novos, rediscutir isso. Quer dizer, há aqui o relatório do Comitê assumindo esse compromisso. Vou tirar cópia-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): É porque é sempre assim, mesmo depois o Comitê se coloca à disposição para todas as obras, não para uma obra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para todas as obras. Eu estou falando aqui, eu li só o item Petrobras, mas para todas as obras, se colocando, vamos dizer assim, à busca da solução dos problemas. Que sabemos da importância do prejuízo que pode vir a ser uma obra paralisada, como sabemos que uma obra em andamento, também, superfaturada tem os seus custos para a nação.

Então eu vou passar a cópia aí, Sr. Presidente. Eu acho que renovo o entendimento dos seus objetivos. Nós queremos discutir se esse procedimento, em qualquer governo, em qualquer órgão, se nós devemos manter essa relação do Tribunal de Contas como órgão de assessoramento a esta Casa, este Congresso, se deve continuar esse procedimento ou se deve mudar. Porque, no final do ano, nós estaremos votando o orçamento do próximo ano e, possivelmente, não podemos, se é que existe, carregar vícios, erros ou acertos... Os acertos, sim, devemos carregar para o próximo orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em votação o requerimento com as alterações já anunciadas com relação à inclusão do item "c", referindo-se à tese, usando o argumento, os fatos do veto e dos indícios de irregularidades, e a inclusão sugerida pelo Senador João Pedro de um representante da Petrobras para o debate.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Ele propôs uma alteração no item "a" também.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Indícios de irregularidades, já acatada.

Em votação o requerimento. Senadores e senadoras que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agradeço aos Srs. Senadores e Senadoras.

Temos dois pedidos aqui, dando continuado à pauta, tenho dois pedidos aqui de inclusão extrapauta do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um requerimento do Senador Flexa Ribeiro que pede o convite ao Dr. Paulo de Tarso Vannuchi, ministro de direitos humanos; Armando Monteiro neto, CNI; Walter Colli, professor da Universidade Federal de São Paulo; Gustavo Ribas, pesquisador Embrapa, para discutir questão ambiental relacionada ao Plano Nacional de Direitos Humanos.

E um outro requerimento que trata do requerimento que seja solicitada cópia à Secretaria Nacional de Defesa Civil, cópia integral do processo relativo ao Termo de Compromisso 0028/2009.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, antes de eu colocar inclusão extrapauta, se quiser esclarecer alguma coisa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu solicito a inclusão extrapauta desses dois requerimentos que dizem respeito... Um é informação sobre a aplicação de recursos que foram transferidos do Governo Federal para o Governo do Estado do Pará, ainda ano passado, por ocasião das enchentes, e lá não nos é dada a informação da sua aplicação.

Está sendo anunciado na imprensa que haverá novo aporte de recursos do Ministério da Integração para as enchentes desse ano, sem que tenhamos a prestação de contas do passado. Então eu peço apenas que sejam solicitadas essas informações com relação a esse termo de compromisso. O primeiro.

O segundo diz respeito ao Plano Nacional de Direitos Humanos 3. Esse Plano Nacional tem trazido o debate em todas as esferas de sociedade. Na realidade, ele é um plano que extrapola a questão dos direitos humanos, porque ele, em vários segmentos, ele trata de assuntos específicos. Então o que eu quero trazer aqui, para gente poder debater com o Ministro Paulo Vannuchi, é a parte ambiental do PNDH, que diz referência à comissão.

Então, ao nosso ver, nós vamos ter problemas sérios, apesar de ser apenas uma orientação, nessa questão ambiental da forma como está lá no plano. É importante que ele venha até à Comissão de Meio Ambiente para que possamos debater e esclarecer a intenção do que lá está colocado pelo Ministro Vannuchi.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o pedido do Senador Flexa Ribeiro.

Senador João Pedro com a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu quero... eu concordo com o plano, eu acho que ajuda a esclarecer, principalmente os setores que não compreendem

o Plano de Direitos Humanos da forma como a ONU. O Brasil é signatário, membro da ONU, então discutir direitos humanos e meio ambiente é justo, é mérito, e essa é uma orientação da ONU. Eu acho que é um bom momento para nós esclarecermos a importância de discutir direitos humanos e a questão ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, eu, na verdade, quero pedir preferência para o Item 09 de Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, preferência para o Item 09.

Vamos então concluir esse procedimento aqui do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Ah, não dá mais, não tem mais quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então, em votação o pedido de inclusão extrapauta. Quem for favorável permaneça como se encontra. Aprovado.

Em votação o requerimento que pede a cópia do processo na Secretaria de Defesa Nacional. Os senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação o requerimento sobre o Plano Nacional de Direitos Humanos. Em votação. Quem for favorável permaneça como se encontra. Aprovado.

Item nº 09. Se for... É terminativo, mas não temos mais quórum.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): É terminativo, Sr. Presidente, mas eu sugiro a V. Exa. que a gente possa ler o relatório, já deixar o relatório lido, e, não tendo quórum, votamos na outra, na próxima reunião, se V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o pleito do Senador Inácio Arruda. Os favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos à leitura e a apresentação do relatório do Item 09 que *"dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V, da Constituição Federal, e dá outras providências. Autoria: Pedro Simon, Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Inácio Arruda."*

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

"Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 57, de 2005. De autoria do Senador Simon, a proposição é organizada em seis capítulos que tratam, respectivamente, das disposições gerais, das definições dos fossilíferos, do acesso ao patrimônio fossilífero, das sanções penais e administrativas relativas aos crimes cometidos contra esse tipo de patrimônio e das disposições finais.

O projeto foi distribuído, inicialmente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à CMA. Porém, antes de ser apreciada nas comissões referidas, a proposição foi examinada, também, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, por força da aprovação do Requerimento nº 181, de 2005, do Senador Hélio Costa.

A Comissão de Educação opinou favoravelmente à proposição. Posteriormente, o projeto de lei foi aprovado pela Comissão de Justiça, com seis emendas. As primeiras cinco emendas realizaram ajustes nos tipos penais propostos, de maneira a descrever a conduta, de forma clara e precisa, para subsunção do fato concreto. A sexta emenda sana o vício de inconstitucionalidade do art. 20 da proposição, pois um projeto de lei não pode determinar prazo para que o Presidente da República exerça a função regulamentar de sua atribuição, por afronta ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes.

Na CMA não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, item II, letra "a", do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito da matéria relativa à proteção do meio ambiente e conservação da natureza e dos recursos naturais.

Relativamente ao mérito, o projeto de lei busca estabelecer a proteção ao patrimônio fossilífero. Devemos observar que, embora a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1991 (sic)*, ainda em vigor, introduza no ordenamento jurídico a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, tal proteção abrange apenas os restos arqueológicos provenientes das atividades dos paleoíndios.*

Portanto, o patrimônio fóssil, referente aos resquícios de formas de vida existentes em eras passadas, na maioria das vezes anteriores à presença do homem nas Américas, permanece relativamente desprotegido. Tal patrimônio fóssil é importantíssimo para a compreensão e o estudo científico da forma pela qual a evolução se desenrolou ao longo de centenas de milhões de anos e, desse modo, para o avanço e desenvolvimento das ciências no nosso país.

Infelizmente, muitas vezes tal patrimônio é perdido, pois é explorado clandestinamente e contrabandeado para o exterior, onde passa a fazer parte de coleções particulares, tornando-se inacessível para

análise pelos paleontólogos. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, é consenso entre os pesquisadores e agentes públicos que a falta de legislação que regulamente a proteção ao patrimônio fossilífero é um dos maiores entraves ao resguardo desse valioso acervo nacional, associado à fragilidade da fiscalização de sua retirada, transporte e comercialização.

A proposição, nesse sentido, é fundamental para que o patrimônio fóssil seja preservado em museus, em universidades e em instituições de pesquisas e, assim, tornar-se disponível à visitação pública e aos pesquisadores. Todavia, cabe adotar modificações à proposição, sugeridas pelo MMA, com o objetivo de distinguir o conceito de monumento natural que é firmado pelo projeto de lei com conceito estabelecido pela Lei nº 9.935, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2005, com as emendas aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça e com as seguintes emendas:

Emendas da comissão.

Dê-se ao inciso V do art. 2º do PLS nº 57, de 2005, a redação a seguir:

Art. 2º

Item V – monumento natural fossilífero: unidade territorial de conservação ambiental e cultural que tem por objetivo básico preservar sítios fossilíferos.

Emenda 2 da nossa comissão.

Dê-se ao caput *do art. 3º do PLS nº 57, de 2005, a redação a seguir:*

Art. 3º Todos os sítios fossilíferos podem ser declarados monumentos naturais fossilíferos e serão classificados em..."

E aí segue a orientação da legislação do PLS nº 57, de 2005.

Sr. Presidente, é esse o nosso relatório, que submetemos à discussão e posterior votação em face, evidente, da ausência de quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, o relatório fica apresentado. Será votado na oportunidade que tivermos quórum.

Parabéns Senador Inácio Arruda pelo seu relatório.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Parabéns ao Senador Pedro Simon, autor dessa proposição muito significativa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. encerrou a discussão?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Encerrei a discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, na próxima...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Votação direta?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Votação direta.

Nós temos só mais dois itens não terminativos. Rapidamente eu vou pedir ao Senador João Pedro, é o Item nº 04. O Item nº 03 o... Desculpa, desculpa, Senador Cícero Lucena. Senador...

"O Item nº 02. Proíbe as empresas prestadoras de serviços de cobrar dos contratados pela expedição de certidões ou declarações e altera a Lei 8.078, de setembro de 90 – Código de Defesa do Consumidor. Autoria: Deputado José Pimentel. Relatoria: Senador Cícero Lucena", a quem eu passo a palavra para que faça a apresentação do relatório.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É a Paraíba e o Ceará novamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É, juntos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Como essa matéria já consta de várias pautas anteriores e, consequentemente, já é de conhecimento de todos, eu vou direto ao voto, que *"o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2007, na forma seguinte da emenda substitutiva:*

A nossa emenda, no art. 39-A. É vedada aos fornecedores de serviços a cobrança de valores pela expedição da primeira via de certidão ou declarações requeridas pelos consumidores, ressalvados os eventuais custos de cópia de documentos."

Então nós fizemos essa pequena alteração, que está como substitutivo. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que forem favoráveis ao relatório permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório do Senador Cícero Lucena.

"Item nº 04. Concede isenção de impostos sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água. Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador João Pedro", a quem passo a palavra.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, eu estou pedindo para... Eu vou retirar para exame... Eu fiz isso-–

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mais prazo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ok?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Concedo o pleito de V. Exa..

"Item nº 05. Susta os efeitos da Portaria 39, de 16 de maio de 2006, no Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos de Recursos Naturais (sic)*. Autoria: Senador João Batista Motta. Relatoria: Senador João Pedro."*

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, eu gostaria de fazer... Eu poderia ir para a leitura, mas eu vou fazer um comentário. O meu parecer é contrário, mas eu quero chamar a atenção para todos nós aqui: é Abrolhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Abrolhos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Abrolhos que é unidade de conservação. Qual é o mérito dessa discussão? Ele quer diminuir a zona de amortecimento. Zona de amortecimento faz parte da unidade de conservação, faz parte do entorno; diminuir isso é ferir a unidade de conservação.

Eu quero chamar a atenção, a zona de amortecimento não é proibitiva de atividades, ela não é proibitiva. Estou chamando atenção para isso. Toda unidade de conservação tem um conselho. Discute-se como fazer, a forma de como trabalhar a zona de amortecimento. Mas propor fazer um projeto aqui para você cortar, suprimir, reduzir a zona de amortecimento é um absurdo. É um absurdo. A zona do amortecimento, pode ser trabalhada, discutida, desde que obedeça o plano de manejo. Então esse é o mérito da matéria.

O meu voto, Presidente, é pela rejeição do projeto de decreto legislativo, quero chamar a atenção que é um PDS, nº 328, de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pois não, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador João Pedro tem toda razão no seu relatório quando ele diz que as zonas de amortecimento das áreas de proteção são passíveis de uso dentro de determinadas regras. Lamentavelmente, o IBAMA, ele não considera o que a legislação permite, ele veda. Inclusive nós temos, no Pará, várias questões de pequenos agricultores que estão posicionados em zonas de amortecimento que têm os seus financiamentos, até do PRONAF, negados pelo Banco do Brasil, pelo Banco da Amazônia. E, na análise do Senador João Pedro, ele diz aqui:

"Além disso, o Presidente do IBAMA exorbitou de suas funções ao restringir atividades na zona de amortecimento. O art. 27 de Lei 9.985, de 200, estabelece que tal restrição deve ser definida no Plano de Manejo, a ser elaborado com a participação da população residente, mediante prévia consulta pública, e aprovado pelo Conselho Nacional de Unidades de Conservação, criado pela alínea 'b' do inciso V do art. 2º do Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, cujo Regimento Interno foi aprovado pela Portaria do IBAMA nº 216, de 15 de julho de 1994."

É exatamente isso. Eu concordo. Não há porque reduzir a zona de amortecimento, mas há, sim, de exigir que o IBAMA cumpra com suas obrigações e não impeça as ações permitidas, principalmente por pequenos agricultores nessa zona, e no Pará isso acontece permanentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Não havendo mais quem queira debater o assunto, coloco em votação o relatório do Senador João Pedro. Os que forem favoráveis ao seu relatório permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os demais itens são terminativos, não temos quórum para deliberação. Portanto, eu designo o Senador Geovani Borges para substituir o Senador Gilvan Borges com relação ao Item 3.

E nada mais havendo a tratar, convido para a próxima reunião que será daqui a duas semanas, no mesmo horário, às 11h30 da manhã. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h48.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às doze horas e dez minutos do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALA-**

DARES, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, VIRGINIO DE CARVALHO, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES CESAR BORGES, FLEXA RIBEIRO E TASSO JEREISSATI. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente, Senador Heráclito Fortes, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Convida para compor a mesa o Senhor Satya Nandan, Secretário-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Antes de iniciar a apreciação da pauta, o Presidente comunica que a presente reunião marca a inauguração do aparelho de tradução simultânea da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Presidente informa a presença do Capitão-de-Mar-e-Guerra Marcos Loureiro de Almeida, da Divisão de Assuntos Marítimos e Ambientais do Estado-Maior da Armada, do Capitão-de-Mar-e-Guerra Odilon Leite de Andrade Neto, dos membros do Comando da Marinha, o Vice-Almirante Ney Zanella dos Santos e o Contra-Almirante Francisco Ortiz de Holanda Chaves e, também, a presença do Chefe da Divisão de Geologia Marinha do Ministro de Minas e Energia, Senhor Kaiser Gonçalves de Souza. O Presidente comunica a designação do Senador Valdir Raupp como membro suplente da Subcomissão Permanente da Amazônia. Coloca em votação item extrapauta: Item 1: Requerimento Nº 66, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que "*Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em que seja convidado o Embaixador Antonino Marques Porto e Santos, Embaixador do Brasil no Equador, para esclarecer sobre os fatos ocorridos com a decisão do Presidente do Equador Rafael Correa de iniciar um processo internacional para não pagar o empréstimo tomado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para a construção de uma hidrelétrica pela empresa brasileira Odebrecht.* Aprovado. O Presidente registra a presença do Embaixador Marcus Vinícios de Souza, Assessor para Assuntos do Caribe. O Presidente inicia a apreciação do item único da Reunião que se destina a "*apresentar e discutir as atividades da autoridade internacional dos fundos marinhos, e sua relação com os interesses econômicos e de defesa do mar territorial brasileiro",* em atendimento ao Requerimento nº 68, de 2007 – CRE, de autoria dos senadores Heráclito Fortes e Romeu Tuma. O Presidente concede a palavra ao Secretário-Geral **SATYA NANDAN** para fazer sua exposição. O Senador Eduardo Suplicy assume a Presidência. O Senador Heráclito Fortes reassume a Presidência. Fazem uso da palavra os convidados presentes: Senhor **KAISER GONÇALVES DE SOUZA KAISER**, Senhor Embaixador **MARCO ANTONIO VINICIUS**, Capitão-de-Mar-e-Guerra **ODILON LEITE DE ANDRADE NETO** e o Capitão-de-Mar-e-Guerra **MARCO LOURENÇO DE ALMEIDA**. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e vinte nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Convido o Secretário-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, Sr. Satya Nandan para tomar assento à mesa. Eu quero registrar a presença da Sra. Zarine Nandan, esposa do Embaixador Satya Nandan.

Vamos agora, aqui, através de uma breve solenidade, proceder a inauguração do sistema de tradução simultânea.

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Sras. e Srs., boa tarde. Esta reunião tem como objetivo a inauguração do Sistema de Tradução Simultânea da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Ouviremos agora o Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero fazer o registro desse equipamento adquirido pela Mesa do Senado, na pessoa do Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, e na realidade fazia falta à Comissão.

Esta Comissão recebe delegações estrangeiras dos mais diversos países e fala as mais diversas línguas. Nós estávamos aqui, meu caro Embaixador Marcus Vinicius, vivendo uma época jurássica, de forma que corrigimos aqui.

Queremos agradecer ao Senador Garibaldi Alves pela sensibilidade com que nos atendeu nesse equipamento, que, com certeza, será muito positivo para a nossa Comissão. Muito obrigado, portanto, ao Presidente Garibaldi e aos demais membros da Mesa.

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Neste momento convidamos todos para participar da Audiên-

cia Pública com a presença do Sr. Embaixador, Satya Nandan, Secretário-Geral da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, quando então será inaugurado o Sistema de Tradução Simultânea desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de iniciar a apreciação da pauta, gostaria de registrar a presença dos Membros do Comando da Marinha, o Vice-Almirante Ney Zanella dos Santos e o Contra-Almirante Francisco Ortiz de Holanda Chaves.

Registro, também, a presença do Chefe da Divisão de Geologia da Marinha do Ministério das Minas e Energia, Sr. Kaiser Gonçalves de Souza.

Dando prosseguimento aos trabalhos informo que a Comissão, atendendo solicitação do Líder do PMDB, Valdir Raupp, ao objeto de Ofício 502/08, designou o mesmo para Membro Titular da Subcomissão Permanente da Amazônia. Fica, portanto, indicado o Senador Valdir Raupp para Membro Titular dessa Subcomissão.

Requerimento nº 66, de 2008-CRE: "Nos termos do Art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização da Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e que seja convidado o Embaixador, Antonino Marcos Porto e Santos, Embaixador do Brasil no Equador, para esclarecer sobre os fatos ocorridos com a decisão do Presidente do Equador, Rafael Correa, de iniciar um processo internacional para não pagar o empréstimo tomado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, para a construção de uma hidrelétrica pela Empresa Brasileira Odebrecht. Sala das Comissões, Senador Heráclito Fortes, autor".

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A audiência, portanto, está marcada para hoje às 14h30min.

Eu quero registrar a presença do Embaixador Marcus Vinicius de Souza que é Assessor para Assuntos do Caribe.

Passemos à apreciação da pauta. Audiência Pública para discutir as atividades da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos e sua relação com os interesses econômicos e de defesa do mar em territorial brasileiro, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 68, de 2007, desta Comissão, votado em 6 de setembro de 2007, de minha autoria e com o apoiamento do Senador Romeu Tuma.

Concedo, portanto, a palavra ao Excelentíssimo Sr. Satya Nandan para fazer a sua exposição.

SR. SATYA NANDAN – INTÉRPRETE: Muito obrigado ao Senador Heráclito Fortes. Estou muito agradecido aos senhores, em particular pelo gentil convite para apresentar aqui, perante a V.Exa. Comissão, em Brasília. Também gostaria de cumprimentar os Senadores, Almirantes, e Srs. e Sras.

Eu vou fazer uma breve apresentação sobre a Lei Marítima, a lei do mar. E serei o mais rápido possível, porque sei que o tempo é limitado. A primeira parte da minha apresentação será sobre a Convenção da Lei dos Mares, em geral, para vos dar uma breve introdução, sobretudo para aqueles que não estão familiarizados com o tema, sobre o que é a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

A segunda parte vai lidar, então, com a questão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, relacionados com sua exploração dos recursos minerais que eu represento aqui.

Começando pela primeira transparência, esta é a Convenção da Lei dos Mares, que eu acho que vocês gostariam de se familiarizar com a imagem dela. Esta Convenção foi feita em 16 versões diferentes. Este é o texto oficial, em inglês, da Convenção. Eu começaria por vos dar um pouco de História.

A Convenção foi adotada pela 3ª Conferência sobre a Lei dos Mares, a Conferência que foi aberta em 1973, e o primeiro rascunho desse Tratado foi obtido em 1975. Nós gastamos aproximadamente sete anos negociando o texto. E, eventualmente, nós tivemos que colocar o texto em votação e isso foi feito em 1982.

Nós tentamos, bastante, a adoção dessa Convenção por consenso, mas houve uma parte sobre a qual nós não conseguimos um acordo geral. Foi a parte lidando com o regimes, com as partes profundas do fundo dos mares, do fundo marinho. Então, eu vou tratar disso durante a apresentação.

Então a Convenção em si mesma é de 1982. Ela entrou em vigor em 1994. Foi suplementada por dois acordos lidando, respectivamente, com a mineração no fundo marinho – e isto foi adotado em 1994, e o outro acordo implementado tem a ver com os cardumes e os cardumes migratórios e erráticos, enfim, com os recursos pesqueiros dos oceanos.

Aqui eu vos mostro os países, em verde, que são participantes desta Convenção. Os países, em amarelo, ainda não são membros. Aqui você tem o Alasca, Estados Unidos. Os Estados Unidos não são ainda membro subscritor desta Convenção.

A Comissão de Relações Externas do Senado Americano recomendou que deveria ser parte da Convenção, mas devido às eleições e às políticas internas nos Estados Unidos, isso ainda precisa ter 60 votos no Senado para ter a recomendação adotada no Senado. E, portanto, ainda está dormente durante a época da Administração Bush, mas que recebeu também o apoio durante a época da Administração Clinton.

Eu espero que nos próximos seis a oito meses, com a nova Administração Norte-Americana e com o novo equilíbrio das forças, enfim, no Comitê de Relações Exteriores do Senado, onde há uma presença forte democrática, que os Estados Unidos, finalmente, se tornem membros subscritores da Convenção. Até que isso aconteça, ainda é o único grande País que ainda não é membro dessa Convenção.

Aqui, você tem alguns problemas interessantes – a Colômbia, Venezuela, Peru. Eu irei começar, aqui, pela Venezuela, Colômbia, Peru, Equador – ainda não são subscritores dessa Comissão. Todos os outros membros da América Latina, exceto a Nicarágua, já subscreveram a esta Convenção.

Cada um desses casos tem razões específicas. No caso da Colômbia e Venezuela, tem a ver com uma disputa sobre algumas ilhas. Entre o Peru e Equador, existe um aspecto constitucional que define, como 200 milhas, o território.

Através desta Convenção, só é autorizado 12 milhas, e 200 milhas para zonas econômicas exclusivas, mas não reconhece o domínio territorial sobre as 200 milhas. Então, eles gostariam de ser membros, mas tem esse impedimento constitucional de seus países para subscreverem esta Convenção.

Na África, esses países são países que não são ainda membros, e me parece que não há nenhum problema específico para se tornarem membros, porém ainda não ocorreu. Tem aqui a Líbia que não é membro. Israel que, também, ainda não é membro. Basicamente porque estão aguardando que os Estados Unidos se tornem membros, para que então eles deliberem a respeito. Israel certamente estaria esperando pelos Estados Unidos, pela posição a ser adotada pelo Governo norte-americano.

Aqui tem esses novos territórios – pós-era da União Soviética. Alguns deles ainda estão tentando ser membros, outros ainda estão com algumas preocupações em relação à vizinhança.

E a Turquia seria um grande País, aqui, que também não é membro por causa de seus problemas com as Ilhas Gregas que ainda tem que ser resolvidas. Aqui, você tem a Tailândia que ainda não tomou partido, porque têm alguns assuntos bilaterais com o Laos e com Camboja e talvez com outros vizinhos também. E tem aqui a Coréia do Norte, que ainda não é subscritora. Mas, enfim, a maioria do mundo já é parte desta Convenção.

Eu estou muito satisfeito de poder dizer que o Brasil está entre os primeiros ratificadores desta Convenção. O Brasil teve um papel muito importante nas negociações da Conferência, teve uma delegação notável representando o País nessa Convenção.

E por causa dos interesses multifacetados que existem em relação ao termo oceânico, sobretudo com a exploração dos recursos e os minérios do Fundo Marinhos, vocês pode ver que, enfim, é uma das regiões mais vastas que o Brasil tem, porque não tem vizinhos nesta zona costeira, onde temos zonas de interesse econômico exclusivo de 200 milhas imensas.

Podem ver uma plataforma continental que se estende por uma extensão muito considerável dentro dos oceanos e que é suposto ser muito rica em petróleo e gás. Então, vocês são uns dos principais beneficiários, digamos, em relação ao resultado desta Convenção.

É apenas uma breve síntese dos temas que são tratados pela Convenção. É um gráfico bastante simples que mostra aqui o território continental. A Convenção estabelece uma faixa territorial de 12 milhas marítimas onde há uma estrita soberania sobre esta região.

Depois, uma zona jurisdicional de 24 milhas para efeitos de aplicação de regime jurisdicional. Não é um território de soberania própria, mas onde podem ser aplicados regimes sanitários e de fiscalizações etc.

Além das 12 milhas, até 200 milhas, têm as zonas econômicas exclusivas. Em alguns casos não é possível estender essa zona até 200 milhas porque há vizinhos próximos. No caso do Brasil, vocês são bastante afortunados porque não tem vizinhos no meio do Atlântico, então, tem a extensão ampla das 200 milhas de zona econômica exclusiva de toda a região costeira.

Todos os Estados têm direito a ter zona econômica exclusiva até 200 milhas, até mesmo onde a água pode atingir profundidades consideráveis, como é o caso do Chile. A plataforma continental do Chile, ela tem um declive muito acentuado, mas ainda assim eles têm direito a essa faixa 200 milhas de uso econômico exclusivo, onde têm direito aos direitos, têm soberania sobre os recursos em relação aos cardumes, aos recursos pesqueiros.

E para outros usos como, por exemplo, colheita de energia a partir do movimento das ondas. Também, tem jurisdição sobre a pesquisa da fauna marítima. Tem, também, a responsabilidade de proteger o ambiente marítimo nessa área. Não é uma área de soberania entre essas 12 milhas e as 200 milhas.

Isto não é uma área de soberania do País. É uma área de direitos soberanos, mas essa área apenas para o propósito de recursos dos oceanos nessa área. Para outros propósitos, por exemplo, navegação, pode ser usado como o alto-mar é considerado alto-mar. Então, as regras e os tratados de navegação de alto-mar podem circular por essa região sem qualquer impedimento, como se fosse parte do alto-mar, é claro.

Nesse tipo de situação, o alto-mar começa ao final, digamos. Bom, o alto-mar começa efetivamente

aqui, mas para efeito de navegação, e segue até, enfim, até o alto-mar, propriamente dito, que nós chamamos de alto-mar, enfim.

A distinção entre o mar territorial e a zona econômica é muito clara. Há uma zona de soberania, como se fosse território terrestre, enfim, até 12 milhas. E também tem o direito de... Mas vocês, enfim, também podem... As garantias de que há um direito para navegação internacional nessa região, e aí a navegação poderia enfrentar dificuldades por 90% de todo o comércio, é tratado, enfim, no alto-mar.

Então, navegação, regulagem, tem que ter o direito de circular pelo mundo, sem enfrentar, enfim, as intolerâncias. Mas, no caso do mar territorial, a passagem é apenas para fazer um trânsito rápido por essa região. O regime especial existe onde você tem estreitos como, por exemplo, o Estreito de Malaca, o Estreito de Gibraltar, eu acho que nesse Continente, enfim.

Na América Latina você tem os estreitos da Argentina para o Chile. Bom, nesses estreitos há o direito de passagem, apenas liberdade para fazer trânsito. E aí os navios podem passar nessas águas, o que no caso do mar territorial isso não é possível, porque tem que ter autorização específica para circular nessa área, por uma questão de proteção e segurança dos Estados costeiros.

E a razão para isso é que nos estreitos, em relação a 12 milhas ou 24... Ou com uma largura inferior a 24 milhas, nas águas estreitas, é mais seguro para passagem de submarinos e navios de guerra. Mas, no caso de mar aberto, é sempre possível para os navios adotarem rotas alternativas, sem ter que chegar perto dessa faixa do mar territorial, próximo as costas.

Então, como eu ilegal, liberdade de navegação nessa área até o alto-mar. Bom, no caso de alguns Estados como, por exemplo, o Brasil, vocês têm uma plataforma continental que não tem um declive muito acentuado, mas que estende para além de 200 milhas.

E então a Convenção oferece uma fórmula onde vocês têm a possibilidade de estender a jurisdição nessa área da plataforma continental, e há uma fórmula técnica que permite vocês estenderem até 350 milhas náuticas desde a costa, desde a linha costeira.

No caso do Brasil, vocês têm uma plataforma continental muito extensa, bastante larga, que chega consideravelmente até a zona internacional das águas. O Brasil já fez suas petições em relação a essas áreas para ampliar os limites, baseado na forma que está na Convenção para ampliar.

E submeteu a sua petição à Comissão da Plataforma Marítima, que é Comissão criada na Convenção Marítima, para permitir aos Estados apresentar requerimentos. E o papel dessa Comissão é justamente avaliar se estes Estados costeiros fizeram sua petição em conformidade com a fórmula da Convenção.

Uma vez que isso receba um parecer positivo, então, os Estados podem declarar o seu limite externo ampliado e essa passa, então, a ser a nova área ou a nova fronteira da plataforma marítima desse País.

Eu creio que o Brasil já submeteu esta petição, já fez um amplo estudo da sua plataforma marítima continental e ampliou sua zona costeira, digamos para um... E eu acredito que ainda não está concluído o estudo. Porém, eu acho que a petição ainda está em avaliação pela Comissão. Eu acredito que, em breve, haverá um parecer positivo sobre a ampliação desse limite.

Mas até então, enfim, a plataforma marítima brasileira já provou ser muito rica em petróleo e gás e eu parabenizo-os e desejo boa sorte. Se vocês quiserem, enfim, em ter uma plataforma continental com depósitos tão significativos de petróleo igual a vossa plataforma marítima, tenho certeza que isso é importante para vossa economia no futuro.

Para além dos limites dos Estados costeiros do Fundo Marinho, digamos, para além da região territorial sob jurisdição dos países, é chamado o Fundo Marinho Internacional. A Convenção refere-se a isso como sendo “a área”.

Essa área há muitos recursos minerais, e para o propósito de administrar os recursos minerais dessa área, a Convenção trata então de uma nova entidade chamada Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Então isto é baseado numa declaração das Nações Unidas, que é baseado numa jurisdição, e os recursos nessa área são herança comum da humanidade. Eles devem ser administrados por uma entidade internacional, que agora se chama Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos em benefício da humanidade.

Esta é uma provisão bastante única na Convenção porque não houve relações internacionais ainda, ou o corpo gerente, digamos, deste acordo que atua em nome da humanidade e que administra uma parte, digamos, que é comum a todos.

De acordo com a Declaração, e de acordo a Convenção agora, estes recursos devem ser desenvolvidos em benefício da humanidade. O que quer dizer, a autoridade que foi criada emite licenças e cobra *royalties* pelo desenvolvimento da mineração nos fundos marinhos, e esses *royalties* vão ser desenvolvidos para a humanidade como um todo e para prover fundos à cooperação internacional dos países em desenvolvimento.

Então, digamos que este é o gráfico sobre as jurisdições a partir das definições previstas na Convenção, que divide então os oceanos em áreas de soberania nacional onde há recursos com soberania indo até ao alto-mar, após a plataforma continental, onde a Administração é feita dos Fundos Marinhos Internacional e entra então sob a jurisdição da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Passemos ao slide seguinte.

Então quais são até agora as conquistas? Conseguimos estabelecer os limites das fronteiras costeiras e, isto foi algo que as Nações Unidas realizam duas conferências anteriormente. Uma das coisas que se mantém realmente impressionante é a questão da territorialidade dos oceanos, então esta Convenção pelo menos nestas negociações, estabeleceram limites e conceitos de 12 milhas náuticas.

Bom, então ela estabelece as zonas econômicas exclusivas até 200 milhas, define direitos para os Estados costeiros rever recursos sobre os recursos pesqueiros na faixa, de uso exclusivo, econômica 200 milhas. Claro, lamentamos que a maioria dos países não tenham estabelecido uma boa gestão dos recursos pesqueiros na zona econômica exclusiva, como já deveria ter sido estabelecido há muito tempo.

Muitos cardumes importantes estão agora sob o risco de extinção ou, enfim, enfrentando dificuldades para a manutenção. O que nós estamos fazendo agora é que nós comemos peixes, agora, que antes não conseguíamos comer porque nós não somos bons gestores dos recursos pesqueiros. E é responsabilidade dos Estados pesqueiros fazer um bom gerenciamento desses recursos pesqueiros.

Mas enfim, as comunidades pesqueiras em cada País são comunidades representativas, são votantes, são eleitores. Os políticos permitem que eles consigam capturar um maior número possível de peixes e, por vezes, nem sempre coíbem a captura dos peixes pequenos e, aí, perdem a possibilidade de reprodução para o engrandecimento dos cardumes nos anos seguintes. Enfim, os cardumes do mundo inteiro estão sofrendo uma pressão incrível.

Outra conquista importante foi estabelecer uma jurisdição específica para plataforma continental, para definir uma linha de base em volta das ilhas e dos arquipélagos como, por exemplo, Arquipélago de Fiji.

A Convenção também cria um novo regime para os fundos marinhos que nós já vamos falar mais adiante. E também estabelece regras para conduta de pesquisa científica marinha e garante o acesso, dá o oceano para os Estados que não têm acesso aos oceanos. Isso é muito importante para inibir formação de blocos que inibam o acesso aos mares. Então garante o acesso aos mares do [interrupção no áudio] e estabelece um regime próprio para isso.

A Convenção também estabelece regras para a proteção e preservação do ambiente marinho, enfim, da flora e da fauna. Estabelece que também uma provisão muito importante que lida com as disputas resultantes da interpretação da Convenção. Para esse propósito nós vamos ver em breve, que a Convenção oferece que os Estados devem negociar. Se eles não podem negociar e resolver suas diferenças, então deve ser submetido a um procedimento compulsório para solução das disputas. A Convenção cria mecanismos para um Tribunal Internacional com 21 Juízes, enfim, eu vou falar sobre isso em detalhes mais adiante. Então é muito raro nos tratados internacionais encontrar uma provisão que estabeleça mecanismos para estabelecer a resolução compulsória de disputas.

A Convenção é amplamente aceita, isto realmente foi implementada e adotada pelos Estados subscritores, porque as Convenções anteriores não recebiam apoio efetivo dos Estados. Mas, no caso dessa Convenção, os Estados modificaram sua legislação e alteraram a jurisdição, estabeleceram medidas que são exigidas pela Convenção e, em muitos modos, modificou a política geográfica do mundo por causa da alteração jurisdicional sobre temas que são abordados nessa Convenção.

Então há muito sucesso adotado pelos Estados subscritores e há uma consistência considerável na uniformização e na aplicação da Convenção, até mesmo pelos Estados que não ainda não são subscritores da Convenção, mas que já adotam procedimentos em conformidade com a Convenção.

A Convenção, também, porque estabelece e resolve muitas disputas, estabelece regras baseadas nessa questão das jurisdições, reclamadas pelos diferentes Estados. Os Estados já não têm uma preocupação, digamos, com qual a lei seria aplicável a estes temas, porque as disputas que surgem são relacionadas...

Então, a lei seria aplicada claramente, está definida por essa Convenção, isso ajuda muito a resolver diferenças e teve contribuição importante para a paz global e a segurança. Você não escuta mais nos noticiários, enfim, de navios invadindo áreas de disputa ou problemas relacionados com frotas pesqueiras, definição de fronteiras.

Enfim, esses temas, na sua maioria, estão negociados e estão acertados, porque a lei é bastante clara a esse respeito. Isso não quer dizer que não existam disputas. Claro, que por vezes há disputas em relação aplicação e interpretação de algumas provisões desta Convenção, mas, como eu digo, existem mecanismos para resolver esse tipo de situação.

Bom, as três instituições criadas pela Convenção. Além da Autoridade Internacional, tem um Tribunal Internacional e também uma Comissão Sobre os Limites da Plataforma Continental.

O Tribunal Internacional para a Lei dos Mares foi criado para resolver disputas, como eu mencionei, e em relação aplicação e interpretação das provisões desta Convenção. Ele é sediado em Hamburgo na Alemanha e tornou-se operacional em 1996, dois anos depois de entrar em vigor da Convenção.

E o número de casos relacionados, sobretudo, com a atividade de pesca, já foram tratados 11 casos, apresentados perante o Tribunal que opera de uma forma bastante satisfatória. E os Estados têm respeitado as decisões tomadas por esse Tribunal.

A Comissão sobre os limites da plataforma continental, como eu mencionei, é um ente ao qual os Estados submetem informação, para estabelecer um limite externo da plataforma continental, baseado na forma aprovada na Convenção, onde você tem uma plataforma continental para além das 200 milhas náuticas.

Porque os Estados costeiros submetem a informação para revisão da Comissão e uma vez que a Comissão examina e determina que está em conformidade, enfim, é o que está consistente com a provisão estabelecida na Convenção. Então, faz uma recomendação aos Estados costeiros em relação a esse limite externo, que então passa a ser adotado e declarado pelo Estado costeiro, em conformidade, ampliando-se o seu limite externo.

Bom, como eu digo, a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos é bastante única, ela é autônoma, não faz parte das Nações Unidas, ela se mantém por si mesma. A ela foram dados determinados poderes e funções.

É um corpo através do qual os Estados se organizaram para controlar as atividades de exploração nos Fundos Marinhos, fora da jurisdição nacional, sobretudo em relação à exploração dos recursos econômicos já existentes.

E, como eu disse, muito desses recursos são declarados uma herança comum da humanidade. E os direitos a esses recursos na área são, portanto, investidos na humanidade como um todo, em benefício de quem a autoridade entender. E, como eu disse, é uma experiência muito interessante em termos de relações internacionais.

A autoridade está organizada deste modo. Como é um corpo autônomo tem a sua própria assembléia com 156 membros mais a União Européia, dos quais todos são partes da Convenção. Claro, você tem que tem ser membro subscritor da Convenção, para, automaticamente, ser membro desta Autoridade.

E temos um Conselho, que é o Corpo Executivo dessa entidade, que tem os membros selecionados. Todos os grupos estão relacionados e é feita uma eleição sobre os grupos de consumidores, produtores, enfim, dos diferentes atores no processo.

É assistida por uma Comissão legal e técnica, é um corpo técnico que produz assessoria sobre assuntos técnicos de mineração e gestão de recursos. Tem uma Comissão Financeira que lida com todos os aspectos financeiros. Temos um secretariado, enfim, com um Secretário-Geral, que é uma estrutura similar a das Nações Unidas.

As principais funções da Autoridade são adotar regras, regulamentos e procedimentos para a condução das atividades na área, ou seja, do alto-mar. E também desempenha, promove e encoraja pesquisas científicas nos fundos marinhos na área em alto-mar. Protege e conserva os recursos naturais na área e previne os prejuízos da flora e a fauna do ambiente marítimo. Então, tem um papel muito importante do ponto de vista ambiental, com grande responsabilidade.

Outras atividades dessa Autoridade são conduzir workshops técnicos, isto é uma oportunidade para convidar cientistas que estão promovendo pesquisas nos oceanos para fazerem suas apresentações. Desse modo, nós aprendemos bastante sobre o que está acontecendo nos oceanos e também ajuda-nos a utilizar este conhecimento para desenvolver nossas regulamentações com base científica e não com base em considerações de fundo político.

A autoridade também tem uma série de publicações, onde recolhe e agrupa uma série de dados sobre os fundos marinhos e em relação, especificamente, aos recursos disponíveis. Eu acho que já tem a melhor coleção de dados a respeito do assunto no mundo inteiro sobre os fundos marinhos, enfim, sobre recursos não vivos, digamos, minérios e etc. E também tem modelos geológicos para os fundos marinhos, que também é bastante útil para aqueles que querem fazer prospecção ou mineração nos fundos marinhos.

Enfim, como parte da sua promoção à Ciência, os fundos marinhos estabeleceu um fundo de contribuições, digamos, um fundo financeiro. E o propósito desse fundo é apoiar a participação de cientistas qualificados e de pessoal técnico de países em desenvolvimento, nos programas de pesquisa e atividades.

Isto é muito importante porque as pessoas ou os países, enfim, os países que estão fazendo pesquisa nos oceanos, são de economias de grande escala, são de países desenvolvidos como a China a Índia. Não há suficiente oportunidade para outros países em desenvolvimento enviar os seus cientistas para aprender mais sobre os fundos marinhos.

Mas isso para nós é importante, porque faz parte de uma herança comum à humanidade, então, os cientistas de vários países viriam participar e poder... Então, este é um fundo de contribuições. Nós temos três milhões de saldo e, de momento, a importância desse fundo está sendo para oferecer a oportunidade aos cientistas de países em desenvolvimento de se incorporar a estas expedições.

Estamos tentando receber mais fundos para consolidar mais este fundo e torná-lo, enfim, interessante. Então, por favor, aqui também faço um apelo para que considerem uma contribuição para este fundo. Nós temos cientistas do Brasil, também, que já pediram benefícios a este fundo.

E esperamos, enfim, que a gente possa ter uma ampla participação de vários países. Nós lidamos através da colaboração com corpos científicos internacionais aonde os cientistas conduzem os seus programas de desenvolvimento científico. Deste modo permite aos cientistas de países em desenvolvimento se beneficiarem dos progressos e das grandes descobertas, enfim, desfrutar do acesso às melhores metodologias para pesquisas científicas sobre os fundos marinhos, tanto na fauna quanto na flora.

Bom, que tipo de minerais nós temos nos fundos marinhos? Isto é um módulo polimetálico. Certas áreas dos oceanos... Em algumas áreas, em especial no Pacífico, estes módulos, ele têm um formato de batatas, parecem batatas. São metais que contém cobre, níquel, manganês, esses outros elementos, enfim, compõem estes módulos polimetálicos.

Eles estão distribuídos de forma vasta na superfície do fundo marinho. Então você tem que ter um sistema de coleta para trazê-los à superfície e, digamos, recolhê-los de profundidades que podem ser cinco ou seis mil metros.

Outro tipo de depósito que nós temos é esse tipo chaminés, que são encontrados em função da pressão das plataformas continentais que gera calor e no fundo dos oceanos enseja a formação desse tipo de... Isto é, são temperaturas muito altas que provocam estas formações e ficam parecendo chaminés. São depósitos ativos desse tipo, onde a temperatura das águas já atinge 400 graus centígrados.

Então, essa água aquecida, e existem organismos nesse ambiente. Ainda estamos tentando compreender que organismos são e o que os torna ainda mais tolerantes ao calor do que outras espécies, enfim, ou outros tipos de organismo.

Há muito interesse nisso, porque as pessoas pensam que talvez pode ter qualidades que seriam úteis para propósitos medicinais, para curar algumas das doenças incuráveis que hoje afetam a humanidade. Então há muito interesse científico nestes ambientes super aquecidos.

E esses depósitos de sulfetos têm muitos minerais ricos, muito maiores em proporção do que em outras regiões ou que são encontrados na Terra. Mas isso realmente são formações muito interessantes.

Houve uma primeira tentativa para mineração, para fazer isso, extração deste material na Papua e Nova Guiné. E a companhia que trabalhou nessa atividade de mineração espera ter resultados concretos a partir de 2010, se a tecnologia assim o permitir – até onde eu sei serão bem sucedidos.

Isso aqui são crostas de ferro manganês que são encontrados em montanhas marítimas, encontráveis nos fundos marinhos, a cerca de dois mil metros de profundidade, dois ou três mil metros de profundidade. Então são mares de uma profundidade média.

Isso aqui é uma outra formação com forte incidência de cobalto que é encontrado também nos oceanos profundos. São muito ricos em cobalto, cobre e níquel e alguns metais raros. Aqui também encontramos metais raros.

Há muito interesse agora nesses materiais. No caso do Brasil, por exemplo, na vossa costa Atlântica há muitas montanhas marítimas, mas até agora não houve uma pesquisa para saber qual a extensão do desenvolvimento de recursos depositados.

Mas países como a China, Rússia, Japão e outros, estão procurando recursos para o futuro, para meados do século XXI. Já estão tentando localizar esses recursos e veio até nós, enfim, solicitando direitos exclusivos para desenvolver a mineração desses materiais.

Então, eu acho que no caso do Brasil também beneficiaria bastante esse tipo de depósitos, particularmente se estiver perto das suas regiões costeiras. Também temos os hidratos de metanos com depósitos CO2 – são muito voláteis. São encontrados, sobretudo, nas extremidades das plataformas continentais e nem tanto nos mares profundos ou no alto-mar, mas alguns existem também no chamado “a área” que é o alto-mar e é considerado ser uma boa fonte de energia para o futuro.

Bom, módulo eu já mencionei. Uma das coisas de responsabilidade da autoridade é ter uma moldura legal para a atividade de mineração desses módulos que nós já adotamos. Nós já concedemos oito licenças a oito entidades que já estão explorando a área e preparando para avançar para o estágio, digamos, de efetivamente exploração.

Esse é um documento que tem 40 regulamentos do Código de Mineração e temos até um modelo de contrato, então, nós não negociamos termos de diferentes. Nós temos basicamente uma minuta padrão de

contrato e onde colocamos as especificidades de cada contrato e acabamos tendo regras iguais para todos, com muito poucas variações.

O modelo de contrato, claro, tem os termos padrão com todas as condicionalidades para cada um dos contratantes ou contratados. No Código de Mineração nós exigimos a proteção e a preservação do ambiente marítimo. Pedimos também aos contratantes para tomarem medidas necessárias para prevenir poluição e reduzirem, enfim, controlar todos os danos decorrentes da mineração.

Como eu digo, nós temos bastante informação ambiental que nos permite comparar e avaliar o impacto ambiental destas atividades e estabelecer as diretrizes, quais os métodos a ser observados, sobretudo, do ponto de vista ambiental.

Bom, quem são os nossos parceiros ou contratados? Estas são as entidades: tem uma entidade do Governo da Índia, uma da França, duas do Japão, uma entidade russa, uma outra entidade da China – é uma entidade chamada Conra [termo não identificado], um consórcio de países europeus chamado IOM, o Governo da Coréia também recebeu uma licença, e a Alemanha. Essas são as oito entidades que já assumiram áreas para a exploração de módulo, polimetálicos, e fazer a mineração em torno desses materiais.

Este mostra as áreas que nós alocamos a cada um destes licenciados. São as áreas que foram alocadas a cada uma das entidades antes mencionadas. Então temos aqui a zona francesa, a zona chinesa enfim, a zona alemã é esta em vermelho.

Este é um consórcio baseado na Polônia, bom, mas enfim o que nós exigimos é que cada um dos contratantes, quando nos submetem o requerimento, tem que nos mostrar dois locais com valor econômico equivalente. Mantemos um reserva e concedemos a licença sobre o outro.

Então estas amplas áreas são áreas em reserva para a autoridade gerenciada. Por que são áreas reserva? Nós queremos ter a certeza de que quando os países chegarem, tardiamente, para fazer a sua investigação não tenham a surpresa de ver que já foi tudo levado pelos países desenvolvidos.

E, quando os outros países desenvolverem sua capacidade de mineração, já não tenham espaços disponíveis para minerar. Então nós mantemos essas reservas para países em desenvolvimento poderem requer os direitos de exploração dessas áreas.

Desse modo, nós tentamos ser eqüitativos na distribuição desta herança comum, enfim, dos recursos que fazem parte, para oferecer a possibilidade a todos de explorar. A Índia tem este site aqui – é a única que não se localiza no pacífico.

Bom, em relação à pesquisa científica, sobretudo em aspectos... Qual a amplidão dos organismos existentes nos fundos marinhos e como estão distribuídos? Qual a densidade de distribuição desses recursos?

E tomamos medidas: se eles são amplamente distribuídos, nós podemos ser mais flexíveis, porque se for causado algum prejuízo, algum organismo, enfim, alguma área, eles pode ser depositados em outras áreas. Se eles forem disponíveis em outras áreas, pode-se promover uma recuperação, uma restauração das condições iniciais que foram prejudicadas. Se eles não forem tão amplamente distribuídos, nós temos que ser mais restritos na legislação ambiental, então nós fazemos uma abordagem científica para estabelecer essas diretrizes ambientais.

Esse é apenas um dos projetos, chamado Kaplan Project, que é subsidiado fortemente pela Fundação Kaplan e tem a participação científica do Museu da História Natural Inglesa e outros Institutos de outros países, do Japão, um da França, da Universidade do Hawaí.

E alguns dos nossos licenciados, lá atrás mencionados, também participam, então isto é importante para gerar informações sobre as questões ambientais e termos um melhor conhecimento do contexto ambiental dessas áreas.

A distribuição da crosta rica em cobre, isto é, achado existência de áreas de montanhas marítimas e no Atlântico, vocês têm fenômenos semelhantes. Eu mencionei que eles acorrem entre 802 mil 200 quilômetros de profundidade. E as crostas mais densas acontecem nas profundidades de 1500 e 2500 e isso corresponde... O cobalto, o conteúdo de cobalto corresponde a 1.8% a 1. 2.%. Tem alto conteúdo de platina e elementos de terra rara. E, em terra, se você tiver um conteúdo de cobalto de ponto 2 ponto 4%, isso é sempre minerado. Então, vemos que isso é uma área muito rica de cobalto, quando você tem 1.8 a 1.2%.

Então, é a mesma coisa que se vê no próximo slide com os depósitos de sulfitos. Neste caso eles ocorrem onde as placas se encontram. E no mundo todo as placas se encontram... O cumprimento das placas, onde elas se encontram. Esse cumprimento é de aproximadamente 60 mil quilômetros e só 5 a 10% disso foi explorado até agora para identificar recursos de mineração, áreas de mineração. Eles formam cadeias de montanhas, porque as placas se chocam e formam cadeias. Os Himalais são placas que pressionaram umas contra as outras e se elevaram, mas, no mar, você tem formações similares, que se estendem até 60 mil quilômetros.

A coisa interessante é que o tamanho dos depósitos difere de acordo com a estrutura. Como eu disse,

alguns desses depósitos são muito ativos e tem uma temperatura de aproximadamente 400ºC. Outros são inativos, que são mais passíveis de exploração, porque a tecnologia disponível nas áreas muito quentes, elas ficam danificadas devido a temperatura.

A demanda para metais está crescendo. Uma das coisas que temos esperado por muito tempo é para a mineração comercial se iniciar nos fundos marinhos. Um dos fatores que previnem que isso aconteça se relaciona à demanda que vai determinar o preço dos metais. E se o preço for bom, então, pessoas investirão na tecnologia para então explorar esses recursos. As condições têm melhorado nos últimos anos, antes dessa crise financeira atual. Eu acredito que a demanda vai continuar, aumentar, uma vez que essa crise passe, porque os países continuarão a crescer. Isso significa que haverá uma continuidade na demanda de matéria prima, especialmente metais para continuar com o progresso até agora.

Então, pode haver um retardo nesse processo, mas isso voltará. A demanda está crescendo para as novas economias, além das economias mais antigas onde a demanda continua. Temos agora as novas economias: China, Índia, Brasil Rússia, os países da Ásia. E os preços dos metais estão se elevando. Eu vou mostrar a mudança que está acontecendo nos preços e há um interesse crescente no desenvolvimento da tecnologia.

Esse é um histograma mostrando o aumento, a percentagem de aumento nos preços de metais de 2000 a 2007. No caso do cobre, o preço aumentou 408% durante esse período. No caso do cobalto, 233%; do níquel, 578%; o zinco, 316%; o chumbo, 209%; e o ouro, é claro, 268%.

Agora, o chumbo, que não é um metal tão interessante, de repente tem tido uma grande demanda, porque está sendo usado para todo tipo de coisa, inclusive baterias. Se os carros começarem a ser impulsionados por bateria precisaremos de muito mais chumbo.

A mesma coisa com o zinco. A demanda do zinco está aumento muito. E o níquel que está sempre em demanda para todo tipo de áreas de alta tecnologia, especialmente para indústrias de instrumentos de alta tecnologia e para indústria de aeronaves.

O cobalto é importante para produção de aços. E o cobre encontra interesse renovado atualmente e está crescendo rápido. Então, isso é muito bom para a mineração dos fundos marinhos, porque se a demanda aumentar, os recursos em Terra diminuem. Então, precisaremos de novos recursos para meados do século XXI.

O desenvolvimento tecnológico. No caso de módulos você precisa desenvolver tecnologias como um trator de tipo Krolor [termo não identificado], que pode ser operado a seis mil metros, até dez mil metros de profundidade. A maioria dos empreiteiros faz os projetos conceituais, desenvolve protótipos e continua a desenvolver e a ir mais e mais fundo no mar.

Há muitos aspectos tecnológicos que precisam ser testados antes de serem operados a nível comercial, mas o ambiente em si, o meio ambiente, é uma coisa importante por causa da pressão da água.E no fundo do mar, teste de solo precisa ser feito ou o fundo do mar pode afundar e isso é importante, especialmente se você está operando em profundidade de seis a dez mil metros.

Então, quando a mineração dos fundos marítimos profundos começará? Vai começar nas chaminés, provavelmente nos depósitos de sulfitos, que estão sendo desenvolvidos. Há uma empresa chamada Nautilius que está gastando muito dinheiro, e estão desenvolvendo tecnologia para diferentes empresas. Ela espera começar a mineração comercial até 2010, mais ou menos, mas esse é o objetivo e parece que eles vão ter sucesso.

O Japão adotou em 2007 uma política de que, nos próximos dez anos, eles vão minerar na área os depósitos hidrotérmicos nas chaminés que eles têm na sua própria zona. Mas, em 2007 eles estavam planejando fazer isso em dez anos, provavelmente até 2020 eles estarão iniciando a exploração.

Para as crostas e os sulfitos, provavelmente eles começarão a ser minerados em dez anos. E com os módulos, os exploradores estão se movendo bem lentamente. Eu não espero que eles comecem a explorar nos próximos dez anos, mas os sulfitos parecem ser mais interessantes, eles têm conteúdo interessante de metais. Por exemplo, o ouro em Terra é considerado um bom depósito de ouro se você tem 2% até 5% numa tonelada de minério.

No caso dos sulfitos, o conteúdo de ouro é até 14%, 12 a 14%. Então, há depósitos muito bons em termos do conteúdo metálico.

Outra coisa é que a mineração dos fundos marinhos do ponto de vista ambiental é mais segura. A mineração terrena, você começa a exploração de cobre ou cobalto e você tem que construir estradas, especialmente em terras virgens. Você tem que remover floresta, às vezes populações para poder explorar naquela área e remover uma grande quantidade de solo para chegar ao minério. No caso dos fundos marinhos, o minério já está ali. Você não tem que remover solos, você não tem que construir estradas, não tem que remover populações. E se você desenvolver a tecnologia pode desenvolver isso muito mais rapidamente, sem o tipo de perturbação que ocorre na superfície.

Bom, isso foi só para dizer obrigado, sinto se demorou muito tempo. E espero não ter perturbado seu almoço.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [interrupção no áudio] As palavras ini-

ciais do V.Exa. , Sr. Embaixador Satya Nandan, deixa bem claro a alegria de poder ter, a partir de agora, nos anais desta Comissão e do Congresso Nacional, documento de tamanha importância.

Acho que a História revela que a partir da exploração e da definição dos limites do fundo marinho, nós vamos ter uma nova dimensão de relacionamento entre países e, acima de tudo, mais uma possibilidade de exploração das riquezas. Senador Mão Santa, indago a V.Exa. se quer fazer uso da palavra.

Eu quero franquear a palavra aos Srs. representantes da Marinha se alguém deseja fazer alguma pergunta. Doutor Kaiser, franqueada a palavra, se desejar algum questionamento.

SR. KAISER GONÇALVES DE SOUZA: Muito obrigado. Era só para fazer uma... É que em conversa que a gente teve anteriormente com o Embaixador Nandan, ele falou sobre a importância que tinha para o Brasil fazer pesquisas no Atlântico Sul.

Visto que existem países como a China, Japão e outros que estão vindo para essa área e tem grande interesse econômico, não só somente o interesse econômico, mas o interesse político estratégico de estarem presentes nessas áreas.

Então, eu não sei se é uma questão ou se era somente para mencionar esse fato, que eu acho que é da máxima importância. Eu não sei se o Embaixador Nandan teria mais alguma colocação sobre essa questão e, como ele falou anteriormente, sobre a importância que tinha para o Brasil de ir para a área internacional no Atlântico Sul e desenvolver pesquisas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Nandan.

SR. SATYA NANDAN – INTÉRPRETE: É uma pergunta interessante. O que discutimos foi o potencial de recursos nessa área perto do Brasil na área internacional.

O Atlântico do Norte para o Sul, da Islândia até a Antártica, passa nas vizinhanças, se pode dizer, nas proximidades da linha costeira brasileira. A área do Atlântico Norte e Mediano foi explorada extensivamente. Sabemos que a Rússia está ativa lá, outros países europeus, e eles podem ser os primeiros a fazer requerimentos para essas áreas junto à Autoridade.

Na parte Sul dessas cadeias submarinas não foi feito muito trabalho. E é a mesma coisa com as milhas marítimas no Atlântico Sul, paralelamente à Costa brasileira.

Então, o que discutimos é que é natural num País como o Brasil, que tem a capacidade e desenvolveu capacidades e quer evoluir economicamente, exija mais recursos e mais recursos no futuro e demande mais recursos. Que haja interesse em iniciar pesquisa nessa área e talvez encontrar áreas de mineração em potencial e reservá-las para si, fazendo requerimentos à Autoridade Internacional, para ter suas concessões. Porque se vocês não fizeram isso, outros entrarão nessa região e farão isso por si só.

Então, essa é a minha resposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Marcus Vinicius.

SR. MARCUS VINICIUS DE SOUSA: Em primeiro lugar para agradecer a exposição. Fazendo referência à menção de que outros, mais tecnologicamente capacitados, teriam condições de mais prematuramente chegar a esse potencial a ser explorado pergunto se no contexto das atividades da Autoridade Internacional do Fundo do Mar, há uma perspectiva de apoio para os países em desenvolvimento, no sentido de qualificação tecnológica de formação de recursos humanos e de formação de uma opinião pública que tenha maior sensibilidade para as perspectivas de exploração de interesse econômico e estratégico? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A palavra com o Sr. Embaixador.

SR. SATYA NANDAN – INTÉRPRETE: Essa é uma pergunta interessante, porque esse é um dos problemas que a maioria dos países em desenvolvimento tem.

Estamos tentando ver se podemos abrir as portas a eles para experimentarmos o que é um cientista qualificado e aprender daqueles que estão ativamente envolvidos na pesquisa dos fundos marinhos e seus recursos.

Não temos um programa que envia pesquisadores para treinamento, além das oportunidades de participarem no fundo de contribuições. Mas o treinamento para longo prazo, não temos pensado nisso. Mas, podemos organizar para que países em desenvolvimento e seus cientistas trabalharem com cientistas de outras instituições que já ativamente exploram esses recursos e podem-se formar parcerias entre países; parcerias bilaterais entre os países, ao invés de ter um programa para todos.

Podemos fornecer informações e o que quer que tenhamos certamente disponibilizaremos, especialmente para os países em desenvolvimento.

SR. ODILON: Muito obrigado, Senador. Comandante Odilon, da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação da Marinha, presentes aqui os Almirantes.

Primeiramente agradecer ao Embaixador Satya Nandan a apresentação muito clara e pertinente das

atribuições da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, bem como uma aula sobre a Convenção das Nações Unidas sobre direito do mar.

A pergunta é muito específica com as atribuições da Autoridade com relação a alocação de áreas para prospecção de módulos polimetálicos e outras crostas de ferro manganês, como a autoridade está se pronunciando com relação a alocação dessas áreas, tendo em vista a possibilidade dos países costeiros poderem estender os seus limites da plataforma continental, além das 200 milhas, nos máximo até a 350 milhas? Muito obrigado.

SR. SATYA NANDAN – INTÉRPRETE: [interrupção no áudio] A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos não se envolve em estabelecer os limites externos. Essa é a responsabilidade da Comissão que lida com a questão da plataforma continental, para assegurar apenas que as regras da Convenção são aplicadas corretamente. Depois disso, então, a área que estava fora da jurisdição nacional passa a fazer parte então da responsabilidade da Autoridade.

Para nós essa é uma abordagem bastante realista. A Convenção prevê que é muito importante ampliar a sua faixa de uso econômico para além das 200 milhas. Isso pode gerar um aumento de até 7% do valor da plataforma e há várias maneiras... A humanidade, a Comissão enfim, e a Autoridade Internacional se beneficia quando se estabelece a ampliação dessa linha limite externa, mas a responsabilidade na ampliação e quem faz o requerimento é da Comissão. A Comissão dos Limites da Plataforma Continental é que lida com esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pode identificar-se e fazer a pergunta.

SR. MARCOS ALMEIDA: Obrigado, Senador. Comandante Marcos Almeida, do Estado-Maior da Armada. É um prazer ouvi-lo, Embaixador Satya Nandan que é, como nós costumamos falar nas discussões lá na Assembléia Geral das Nações Unidas, "um dinossauro das negociações" da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar. Está nessas negociações desde o início e foi um líder na negociação do Acordo da Parte 11. Atualmente, ele é o Secretário-Geral da Autoridade.

A minha pergunta ao Embaixador Satya Nandan seria a respeito das expectativas dele, com a experiência dele, sobre a ativação da Empresa *The Interprise*, que, na verdade, será a responsável por gerir os recursos que são denominados patrimônio comum da humanidade. Se ele teria uma expectativa de quando essa empresa atuaria e quais as expectativas dele se funcionaria. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador.

SR. SATYA NANDAN – INTÉRPRETE: Muito obrigado pela pergunta. A Convenção prevê o que se chama "a companhia", o braço operativo da autoridade internacional dos fundos marinhos, que foi pensada para operar diretamente para assumir as operações através da Autoridade Internacional diretamente.

É uma pergunta muito difícil, porque, em conformidade com o Acordo que foi alcançado em termos da parte 11, em 1994, esta entidade só pode começar suas operações quando a primeira produção comercial se iniciar através de uma empresa privada, enfim, ou não relacionada com a operação da Autoridade Internacional.

Então nós temos que verificar se com toda a tecnologia e financiamento necessários para começar a operação desta companhia, assim que começar a produção comercial. Então, eu não posso lhe dar uma data precisa para sinalizar até ver a produção comercial efetivamente funcionando.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [interrupção no áudio].

Eu quero mais uma vez agradecer ao Embaixador Satya Nandan, pela boa vontade de estar aqui participando desse encontro e tenho certeza que teremos muito breve alcançado o objetivo dessa visita.

Eu quero dizer que hoje pela manhã tivemos um encontro com o Ministro da Defesa. Eu considerei altamente positivo onde S.Exa. teve oportunidade de questionar o Embaixador.

Tivemos a participação também do Dr. Kaiser e desse encontro, já posteriormente, recebi um telefonema do Ministro. Ele quer, além de uma discussão programada para o início do ano, ele quer manter contatos com o Sr. Embaixador no sentido de possibilitar uma participação maior do Brasil nessas discussões.

Não se admite que um País com a dimensão de costa marítima que nós temos, a riqueza de solo marítimo não seja o carro chefe nessa discussão que hoje toma conta do mundo inteiro, principalmente os países que estão com os olhos voltados para o futuro.

Agradeço, pois, a sua presença aqui no Senado. Eu tive oportunidade de visitá-lo duas vezes na Jamaica. Tenho a convicção de que o caminho seguro para o futuro do nosso País, que busca o desenvolvimento, está exatamente no fundo marinho.

E V.Exa. também, como foi dito aqui, conseguiu equacionar interesses fazendo com que a Autoridade funcione para atender a humanidade, num momento que todos nós precisamos. Muito obrigado e felicidade na sua passagem pelo Brasil.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h29.

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quinze horas e sete minutos do dia vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, JARBAS VASCONCELOS, MARCO MACIEL, VIRGINIO DE CARVALHO, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, JOÃO TENÓRIO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, SERYS SLHESSARENKO, MARINA SILVA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, CÉSAR BORGES e FLEXA RIBEIRO,** os Senadores não-membros **JOÃO PEDRO e GERSON CAMATA** e os Deputados **ANTONIO CARLOS PANNUNZIO**, **MARCONDES GADELHA** e **ARNALDO MADEIRA**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Convida para compor a mesa o Senhor Antonino Marques Porto e Santos, Embaixador do Brasil junto ao Equador. O Presidente inicia a apreciação do item único da Reunião que se destina a *"esclarecer sobre os fatos ocorridos com a decisão do Presidente do Equador Rafael Correa de iniciar um processo internacional para não pagar o empréstimo tomado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para a construção de uma hidrelétrica pela empresa brasileira Odebrecht",* em atendimento ao Requerimento nº 66, de 2008 – CRE, de autoria do senador Heráclito Fortes. O Presidente concede a palavra aos Senadores **GÉRSON CAMATA, ROMEU TUMA e MOZARILDO CAVALCANTI.** O Presidente concede a palavra ao Embaixador **ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS** para fazer sua exposição. Os Senadores **EDUARDO SUPLICY, ROMEU TUMA** e o deputado **MARCONDES GADELHA** fazem uso da palavra. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. O Presidente em exercício concede a palavra aos Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI, GÉRSON CAMATA e CÉSAR BORGES**. O Presidente registra a presença do ex-Governador João Alves. O Senador **JOÃO PEDRO** faz uso da palavra. O Senador Heráclito Fortes reassume a Presidência. Fazem uso da palavra o Deputado **ANTÔNIO CARLOS PANNUNZIO** e os senadores **ROMEU TUMA, CRISTOVAM BUARQUE e INÁCIO ARRUDA.** O Presidente coloca em votação item extrapauta: **Item 1:** Requerimento nº 67, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *"Nos termos legais e regimentais requeiro sejam convocados, em data a ser marcada, os Srs. Emílio Odebrecht, Presidente da ODEBRECHT e o Diretor que foi responsável pela empresa no Equador para fins de prestar esclarecimentos acerca do Governo Equatoriano de solicitar a um tribunal internacional a anulação da dívida que adquiriu com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um crédito de US$ 286,8 milhões que foi concedido para financiar a represa hidrelétrica de San Francisco, construída pela empresa brasileira Odebbrecht"*. Aprovado. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, às dezessete horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2 ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53 ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Apreciação da pauta. "*Audiência Pública. Para esclarecer sobre os fatos ocorridos com a decisão do Presidente do Equador, Rafael Correa, de iniciar um processo internacional para não pagar o empréstimo tomado junto ao Banco Nacional De Desenvolvimento Econômico E Social –BNDES, para a construção de uma hidrelétrica pela empresa brasileira Odebrecht*, *em atendimento ao requerimento nº 66, de 2008, dessa CRE, de minha autoria, aprovado em 25/11/2008, na reunião ocorrida às 11 horas e 30 minutos".*

Convido, para compor a Mesa, o Exmo. Sr. Embaixador Antonino Marques Porto e Santos, Embaixador do Brasil no Equador.

Eu quero convidar, também, para compor a mesa, o nobre Deputado Marcondes Gadelha, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Antonino Marques Porto e Santos, para fazer a sua exposição.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, tem V.Exa. a palavra, pela ordem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Apesar de não ser membro titular da Comissão, eu queria propor à V.Exa., ouvir [ininteligível], que se fizesse essa sessão à maneira das sessões normais, quando uma autoridade do Itamaraty, um Sr. Embaixador é ouvido, uma parte pública, e se, a critério do Sr. Embaixador, alguma outra pergunta que possamos fazer, que possa prejudicar as relações, possa ser transformada em secreta, para que as informações que nós possamos ter sejam, não sejam divulgadas principalmente lá no Equador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É regimental a proposição de V.Exa. . Eu consulto os Srs. Senadores se estão de acordo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estou de acordo, mas vamos ver se o embaixador tem interesse, tem algo que precisa ser reservado, senão, eu acho que continua pública, depende muito do que vai expor aqui. Porque já é pública a situação toda que foi desenvolvida, através da própria imprensa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A proposta da Senador Camata--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se for necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --é no sentido de que uma parte seja aberta, e o embaixador, então, resguardaria algum assunto de cunho reservado, de cunho diplomático, que tenha sigilo, para uma segunda etapa, que seria fechada. De acordo, Sr. Embaixador? Pronto.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, acatada--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --a solicitação do Senador Gerson Camata.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Sr. Embaixador sinalizará, comunicará à mesa assuntos que não pode falar em sessão aberta, por conta das filigranas diplomáticas. Senador.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): É justamente esse esclarecimento que eu quero saber.

Só haverá, então, essa parte secreta, se o embaixador julgar que haja alguma coisa, digamos, que haja interesse de Estado para não ser revelado nesse momento, que, ademais, os fatos são públicos e notórios e, ademais, digamos assim, altamente comentados por toda a imprensa. Então, só se realmente houver algo muito relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu vou, portanto, passar a palavra ao embaixador, pedindo a ele que esclarecesse esse contrato, do seu início ao fim, com a anuência dos governos, com relação a concessão desse empréstimo. Enfim, que nos desse, aqui, uma panorâmica, não só desse contrato, mas também de outros contratos celebrados com a intermediação do Governo Brasileiro junto ao Governo do Equador. Tem V.Exa. a palavra.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Srs. Senadores, muito boa-tarde.

Sobretudo, muito obrigado pela oportunidade de compartir com os senhores algumas, enfim, algumas reflexões sobre não só o problema que levou a minha convocação aqui –que eu aceito com o maior prazer, muito obrigado mais uma vez – mas, também, eu acho que, numa fase inicial, talvez botar um pouco no contexto, das nossas relações bilaterais, como nós nos damos, essa seria a palavra, e nos damos, historicamente, muito bem com o Equador. Nós temos com aquele país, com o qual o Brasil não tem fronteiras –é um dos dois únicos, nesse continente sul-americano, com o qual nós não temos fronteiras –uma história de relações amistosas, de cooperação e, sobretudo, de compartilhamento de ideais e visões comuns.

Nós, no curso do tempo, com o Equador, temos tido experiências muito proveitosas, em termos de, por exemplo, de tratamento de temas internacionais que são da maior importância para os dois países. O Equador é membro do G20. Os senhores sabem que é um grupo que o Brasil, junto com 19 e outros países, na base –hoje em dia, o número é diferente -, foi criado exatamente para formar um contrapeso ou, através da aglutinação de esforços, funcionar como uma voz única dos países em desenvolvimento, basicamente nas negociações agrícolas da Organização Mundial do Comércio, mas que, hoje em dia, assumiu realmente um papel de interlocutor.

O Equador, junto conosco, é parte desse grupo. Mas, menos recentemente do que isso, nós, Brasil, o Governo Brasileiro, teve uma participação extremamente ativa na condução, na qualidade de um dos quatro países garantes na condução do processo de

negociação, o que levou a paz entre o Equador e o Peru, há 10 anos atrás.

Em 1998, foram firmados acordos de Brasília, que terminaram um período de conflito desde sempre, pode-se dizer, na vida das duas nações andinas. O Brasil teve, a diplomacia brasileira teve, e o Governo Brasileiro, sobretudo, o Presidente Fernando Henrique teve uma atuação muito forte, aí, nesse processo de mediação. Nós contribuímos, então, para o término dessa situação, que é a pior que pode acontecer entre dois países, que é a guerra.

A nossa história de entendimento, em praticamente todos os âmbitos, se traduz muito bem pela existência de mais de 100 acordos, se nós formos contar a partir –para tomar um tempo de referência –do começo do século passado, mais de 100, mais de 60, perdão, acordos firmados entre os dois países.

Mas, muito mais recentemente, ainda, eu gostaria de deixar registrado que a primeira visita de Estado que o Presidente Rafael Correa realizou, a um país no exterior, foi ao Brasil, em 04 de abril de 2007. E a primeira visita que ele fez, como Presidente eleito, ainda, em 2006, foi também ao Brasil.

Então, enfim, tudo isso se enquadra numa moldura de entendimentos, cooperação e, sobretudo, de entendimento entre povos, entre governantes. A relação, isso também é outro ponto a mencionar, é que há uma relação comercial altamente favorável ao Brasil.

Para os senhores terem uma idéia, em 2006, a razão entre importações e exportações foram 870 milhões de dólares de exportações brasileiras, para 30 milhões de dólares de exportações equatorianas para o Brasil. Em 2007, essa relação é de 660 milhões de dólares; 30 milhões de dólares importados por nós.

O resultado disso e dessa... e, sobretudo, do convencimento que a diplomacia do Presidente Lula e do Ministro Celso Amorim têm de que a integração continental é essencial para os nossos povos é que nós temos perfeita consciência de que países diferentes, países com pesos diferentes, com potenciais diferentes devem ser tratados de maneira diferente, de forma que a integração se dê em todos os sentidos, e com as assimetrias tanto quanto possível corrigidas, e uma forma que nós temos de fazer isso é um programa de substituição competitiva de exportações muito em marcha e muito ativo com o Equador.

Outra demonstração de que os países e as economias são muito próximas é que os investimentos de empresas brasileiras, desde 1985, para pegar uma data, quando chegou uma grande empresa construtora lá, que não é a Odebrecht, chega no total, até hoje –investimentos dessas empresas e mais outras empresas que funcionam no Equador, desde sempre -, a três bilhões de dólares.

Os nossos financiamentos à exportação, nos últimos sete, oito anos, têm, no Equador, um recipiente, um recipiendário importante, com cerca de 20% de todos aqueles créditos, concedidos pelos organismos de crédito brasileiros.

Bom, nesse contexto todo, então, o que ocorreu? Eu acho que a minha convocação aqui foi basicamente para que nós possamos conversar sobre os problemas que envolveram, enfim, uma empresa consultora brasileira, o seu contrato de construção de uma hidrelétrica, no Equador, que se chama San Francisco, e, enfim, os percalços que houve aí, a partir do momento, que foi no dia 06 de junho desse ano, em que, com uma parada programada para a manutenção da represa e da hidrelétrica, que já estava pronta e funcionando há diversos meses, foram, então, detectados problemas no túnel e na chaminé de equilíbrio. Enfim, isso são dados de engenheiros, enfim, que eu estou me limitando a citar aos senhores. Mas esses defeitos, que foram localizados naquele momento, determinaram a paralisação da obra, para que eles fossem consertados.

A empresa consertou, quer dizer, entre julho e junho desse ano, quando houve a paralisação, que teria que haver de qualquer forma, e a finalização dos consertos dos defeitos se deu no dia 29 de setembro desse mesmo ano. Quer dizer, a companhia consultora, Odebrecht, finalizou o conserto da hidrelétrica, que, então, começou a ser enchida de novo e voltou a funcionar em sua capacidade plena, está funcionando em sua capacidade plena, desde meados de outubro de 2008.

No dia... E aí eu vou dar, os senhores me perdoarão, um pouco o cronograma, as datas em que ocorreram eventos importantes, para que se possa, um pouco, ter idéia gregoriana de como toda essa situação que aconteceu, que está acontecendo no Equador se deu.

No dia 30 de setembro, o Presidente Lula e o Presidente Rafael Correa, à margem de uma reunião quadripartite em Manaus, onde estavam presentes também o Presidente da Venezuela e o Presidente da Bolívia, tiveram um encontro, esse encontro se tratou, efetivamente, da questão, naquele momento... Enfim, o Governo Equatoriano já estava questionando, mesmo, a permanência, mesmo, da Odebrecht, no Equador.

No dia 03 de outubro, houve... foi publicado um Primeiro Decreto, que decreta emergência, decreto publicado pelo Governo Equatoriano, decreta emergência, e, a partir daí, a própria estada, estadia, no caso, da Odebrecht, da empresa, no Equador, começa a ser questionada.

Enfim, o Presidente Lula, num determinado momento, quando um novo decreto aparece e se determina, e o Equador determina a expulsão de funcionários da Odebrecht e o reexame dos contratos de financiamento, o Presidente Lula, então, nesse momento, decide postergar, se medir a ida de uma missão brasileira, liderada pelo Ministro dos Transportes, ao Equador, para tratar exatamente um projeto bilateral importante, que é o Projeto Manta-Manaus.

Nesse... Enfim, durante... Desde então até o dia... Desde então, até hoje, o que aconteceu foi que, como eu disse, se decidiu, através desses dois decretos, que a empresa brasileira sairia do Equador, e o que nós temos feito é acompanhar, muito de perto, esse processo, para assegurar--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas, ao mesmo tempo, teve uma eleição ou um plebiscito, coincidindo com essas datas?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Teve, teve um referendo de aprovação da Constituição, que é, enfim, parte do projeto de Governo do Presidente Correa. Quer dizer, a aceitação popular, através de um referendo de uma Constituição, era, mais ou menos, perto, próximo da culminação do processo de refundação do país, ao qual o Presidente se propôs desde que se lançou Presidente, no ano passado.

Enfim, aí houve uma série de eleições; eleição de Presidente, depois eleição para decidir se queria, efetivamente, ter uma nova Constituição, eleição para a Constituinte, eleição para essa que o senhor está se referindo, para a convalidação popular, que foi obtida com quase 2/3 do projeto constitucional do Governo, dessa parte do projeto constitucional do Governo. E, agora... Enfim, que abrirá portas para uma próxima eleição, já que o senhor mencionou o calendário eleitoral, que pode ter importância aí, para uma próxima eleição, que vai se dar no dia 26 de abril, e essa deve ser a culminação de todos processos, que é uma eleição geral.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [ininteligível] a PETROBRAS.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não, a PETROBRAS chegou a um entendimento muito interessante, com o Governo, sobre os dois campos do qual dispõe; quer dizer, que herdou basicamente da companhia Argentina que ela comprou, da Perez Companc, e a PETROBRAS está no Equador desde 2002. E um desses poços, que é o 31, já que o senhor mencionou isso, era um campo que a PETROBRAS negociou com o Presidente, com o Governo Equatoriano, que fosse repassado, em condições que a PETROBRAS julgou perfeitamente adequadas, mediante compensação, através da utilização, durante um período de tempo, de um duto importante, do qual a PETROBRAS é sócia. Isso é um ponto.

O outro campo, que é o campo 18, unificado com Palo Azul, que é o que produz... eu acho que é a terceira ou quarta produção do Equador, são 31 mil barris por dia. E esse, a PETROBRAS... A propósito(F) desse, a PETROBRAS negociou também, em condições, pelo que me foi informado, bastante aceitáveis, um contrato provisório, daqui até um ano, para que se veja, de acordo com o que estiver o mercado internacional de petróleo, como é que se procede a partir daí.

Mas as duas negociações foram bem, enfim, me parece que bastante interessantes para a própria PETROBRAS. Eu não vejo nuvens negras no futuro, não, pelo contrário.

Bom, eu estava, então, em que, passado esse período, uma das... Enfim, veio à baila a questão da renegociação da dívida, e aí nós vamos entrar no outro processo, que é aquele de discussão, envolvendo o contrato de financiamento da represa, essa, de San Francisco, que nós nos referimos. Há dois contratos: um de construção e outro de financiamento.

Quer dizer, o que foi questionado mais ultimamente, e que gerou a minha chamada para consultas aqui, foi exatamente a decisão, anunciada pelas autoridades equatorianas, de iniciar um processo, na Corte Internacional da Comissão... na Corte Internacional de Arbitragem da Comissão em Paris, de arbitragem, efetivamente, do contrato financeiro que foi gerado pela construção da empresa.

Enfim, a propósito dessa manifestação de interesse ou dessa informação que nos foi passada, ao ser publicado um relatório de questionamento ou de exame de toda a dívida externa do Equador, essa parte, na apresentação, foi precedida do anúncio, pelo Presidente Correa, de que, nessa Comissão, em Paris, estaria entrando com processo de avaliação nessa Câmara.

E o que nós fizemos, exatamente, porque não havíamos sido informados previamente, como se imagina, que seria o caso dessa decisão do Governo Equatoriano, aí eu fui chamado a consultas ao Brasil, exatamente cheguei aqui nesse fim de semana. Essas consultas já se iniciaram, e, a partir delas, se está fazendo uma análise mais acurada, não só dos aspectos jurídicos e outros, vinculados ao contrato, mas, também, da relação entre esse contrato, que está sendo questionado, e outros contratos que possa haver entre os dois governos. Enfim, a partir daí, fazer uma avaliação mais ampla do contexto da nossa relação com o Equador.

Agora, é natural, e é bom que se diga isso, é natural que se diga que, durante esse processo de avaliação, evidentemente, nós procuramos ou isso decorrerá naturalmente da identificação, ou não, de

possibilidades de abertura, que nos permitam já começar a cogitar de uma... da normalização, digamos assim, das relações entre os dois países.

Isso é uma possibilidade, mas o que, na realidade, estamos fazendo é reavaliar todo o processo de cooperação, em vigor, entre os dois países. E há cerca de 30, 30 iniciativas ou em curso ou em vias de terminar, em fase de avaliação, e essas todas são parte do nosso esforço de avaliação e das consultas, para as quais eu fui chamado aqui.

Eu gostaria de mencionar um ponto específico. É que o tipo de reação, tomada pelo Governo Brasileiro, me pareceu, na medida, enfim, determinada pelo Ministro Amorim e pelo Presidente da República, me pareceu muito adequada ao tipo de situação e, sobretudo, a demonstrar, dentro das praxes e do linguajar diplomático, normal, a nossa perplexidade, o nosso desconforto com a maneira como esse fato foi anunciado, sobretudo, com a natureza do fato.

Presidente, se o senhor me permite, eu encerraria por aqui e estaria aberto para receber pergunta. Se puder responder, farei da melhor maneira possível. Muito obrigado. Obrigado pela paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes de passar a palavra para o primeiro orador inscrito, Dr. Eduardo Suplicy, eu faria duas indagações. Há participação do Governo Brasileiro nesse empréstimo ou é, como alega o Presidente Correa, é apenas uma transação privada, uma transação comercial comum?

Segundo, qual o valor do empréstimo para a Usina de San Francisco? O inicial são 250 milhões, mas, ao que me consta, tem alguns aditivos. Qual o valor total?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Sim, senhor. Senador, o valor total da obra... Começando pelo fim. O valor total da obra; quer dizer, o que foi objeto do contrato de financiamento e o contrato de financiamento entre o BNDES, com todas aquelas características que, enfim, são normais. Quer dizer... O contrato para a construção da represa é entre a empresa construtora e a contratante, que, no caso, chama Hidropastaza, que é, hoje em dia, uma empresa totalmente nacional, estatal no Equador. E há, por outro lado, um contrato, aquele contrato de financiamento, que envolve garantias que são entre bancos centrais, porque são cursadas pelo convênio de crédito recíproco.

Então, a resposta a sua pergunta, sim, há participação do Governo Brasileiro, aí. A obra estava orçada em 341 milhões, o financiamento inicial foi 243, e, com juros e demais encargos, o principal chega a 331 e os juros a 130, 132, o que dá 462 milhões de dólares.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dólares?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Sim, senhor, milhões de dólares, milhões de dólares.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nada ainda pago?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nada pago ainda?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não, não, houve, sim, houve uma parcela que foi paga. Quer dizer, depois da dívida--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Amortizada(F), não é?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: É, o senhor sabe que, terminada a obra, a dívida é consolidada, e é isso que passa para o Banco Central.

Aí o prazo são 10 anos, e os pagamentos são semestrais. Já houve o primeiro pagamento, em junho ou julho desse ano, julho desse ano –eu posso estar enganado, pode ser junho -, de 15 milhões, mais ou menos. O segundo, previsto, seria para o dia 29.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, quer dizer, o primeiro pagamento já é de conhecimento, então, da normalidade da--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [ininteligível] Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Heráclito Fortes, Sr. Embaixador Antonino Marques Porto e Santos, agradeço muito as informações que o senhor nos traz, inclusive na sua avaliação, como indicativos de uma atitude de bom senso que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim tomaram, em harmonia com a avaliação que o senhor mesmo fez.

Agora, eu gostaria de formular algumas perguntas, no sentido de podermos saber, de forma um pouco mais aprofundada, que razões poderiam ter contribuinte para que o Presidente Rafael Correa tivesse essa atitude com respeito, seja ao Odebrecht, seja para com o BNDES e com o Governo Brasileiro.

Então, quando o senhor nos informa que... Por exemplo, em 2006 e 2007, o Brasil vinha tendo uma relação significativa e de aumento, sobretudo, das suas exportações para uma quantia de importações relativamente pequena. Salvo engano, o senhor nos relatou a evolução em 2006 para 2007, ainda não me lembro de ter dado os dados para 2008, se eles estão disponíveis.

Será que se pudermos dar esta informação de 2008, e se, porventura, esta poderia ser uma razão de possível insatisfação potencial? Será que o esforço de entrosamento maior com os países da América do Sul, como do Equador, envolveria, na sua avaliação, a

possibilidade de estarmos, não apenas aumentando as nossas exportações, mas, também, as importações?

Segundo: o senhor mencionou que, com respeito aos problemas havidos na obra da Odebrecht, que os problemas que foram detectados, reconhecidos, foram corrigidos, tanto é que acho que a represa, ela passou... Quer dizer, ela está cheia e está regularizada a obra. E eu pergunto: dados os esforços da Odebrecht em regularizar o que, então, teria sido reconhecido como uma falha, e, então, no que diz respeito ao contrato com a Odebrecht, o Governo do Equador reconheceu o empenho da empresa brasileira em corrigir aquilo que significou uma falha? E do ponto de vista do que estava estabelecido em contrato, foram os termos adequadamente atendidos, ainda há termos pendentes que merecem uma melhor negociação?

No que diz respeito ao contrato com o BNDES, que razões levaram, em seus por menores, o Governo do Presidente Rafael Correa dizer que houve uma justificativa para a recusa do compromisso, por eles efetivado? Pois, não ficou claro, até agora, para nós, se teria havido qualquer razão. E, se houve uma razão, qual a razão que, digamos, o Presidente Rafael Correa ou alguma autoridade, algum Ministro de Estado tenha transmitido, pessoalmente, ao senhor, da insatisfação do Governo Equatoriano, para que tenha dito esta atitude?

E, finalmente, na avaliação do senhor, que passos poderemos dar, o Governo Brasileiro? Inclusive, o Senado Federal, V.Exa. tem aqui, da parte de todos nós, V.Exa. observa que a sua visita aqui está sendo realizada em momento de Sessão Plenária, mas há um número considerável de Senadores que vieram aqui, ouvi-lo, porque se trata de uma questão de grande importância.

E nós queremos, justamente, poder estar atentos a sua análise e observação, e apoiá-lo nos passos que o senhor considerar que possam ser úteis, inclusive que possam ser de nossa iniciativa em ajudá-lo, como embaixador do Brasil, e as autoridades do Governo Brasileiro a restabelecerem uma relação mais adequada e positiva, para a integração de países como o Brasil e o Equador, porque, afinal, está na nossa Constituição o objetivo de bem nos integrarmo-nos com todos os países da América Latina. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Antonino.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador, é um prazer, muito obrigado pelas suas perguntas. Eu vou tentar, espero que não... Eu tomei nota, com muito cuidado, de cada uma delas, espero que não, não... São muito densas, espero que não pule nada.

O senhor me pergunta quais as razões poderiam ter motivado o Presidente, o Equador, a adotar as medidas que adotou. Eu imagino que... Mas aí, enfim, é presunção minha. Vamos colocar isso, um pouco, em uma perspectiva. Houve uma... A hidrelétrica de San Francisco é uma das maiores obras de infra-estrutura naquele país, vai gerar, conforme eu disse, está gerando – agora, presumo que já esteja em plena capacidade ou perto disso –12% da energia gerada no Equador.

Em um momento, já previsto, de esvaziamento –eu presumo que seja assim –lá da represa, para a manutenção prevista já no contrato, se detectaram falhas... É importante saber diversas coisas. Primeiro, aquela represa está muito próxima a um vulcão, que havia estado ativo recentemente.

Isso gera... Eu não sou engenheiro. Enfim, não posso estar falando disso com a seriedade que os senhores, não só merecem, como exigem, mas o que eu sei é que –porque vi –o rio, que alimenta a represa, estava cheio de detritos. Enfim, o que me disseram é que isso poderia ter contribuído para um dos defeitos que foi detectado naquele momento.

Ora, parada a represa, detectados os defeitos, a empresa os consertou, pelo que eu saiba, sem custo, e a represa voltou a funcionar. O que eu presumo que aconteça, e que tem acontecido, é que isso chamou muito a atenção; quer dizer... "Então, vamos ver". Talvez tenha despertado no Governo Equatoriano o desejo de ir, enfim, fazer uma investigação mais acurada.

E, agora, as razões que levaram a que se tomassem as medidas que foram tomadas, aí, efetivamente, senador, não lhe posso dizer isso. O que, sim, posso dizer é que o Governo Brasileiro acompanhou todas as negociações entre a empresa e o governo; a empresa brasileira e o Governo Equatoriano. E, em um determinado momento, quando nós pensamos, enfim, imaginávamos que se pudesse ter chegado a uma solução favorável, essa solução não veio, e isso resultou numa, após um decreto nesse sentido, isso resultou –um decreto duro, em que foram suspensos os direitos constitucionais de quatro funcionários brasileiros da Odebrecht –isso resultou numa primeira reação nossa, que foi aquela primeira nota que fizemos.

E depois, enfim, o que se começou foi um processo, aí, sim, de afastamento, já que, apesar da empresa ter reapresentado suas propostas, que acabaram não sendo aceitas, esse processo de negociação levou a que os outros quatro contratos da Odebrecht, de lá, fossem renegociados.

Ao que eu saiba, isso é uma nota que eu acho que deve ficar aqui, por informação que eu recebi. Pelo

menos dois desses contratos, que, na realidade, talvez pudéssemos chamar de distratos, foram negociados e chegaram a uma boa conclusão.

Há outros dois; um deles relativo a um aeroporto e outro a uma hidrelétrica, que ainda não estão definitivamente resolvidos, mas tudo indica que os distratos da empresa brasileira estão sendo feitos de maneira compatível com os contratos –que foi sua outra pergunta -, com os contratos em vigor e com a legislação pertinente e aplicada no Equador.

Bom, o senhor me pergunta... Enfim, eu tenho, aqui, os dados relativos ao comércio de 2008, de janeiro a agosto. A relação está, mais ou menos, a mesma. Nós exportamos para o Equador 502 milhões de dólares e importamos 29, quase 30, talvez aí haja um pequeno decréscimo das nossas importações.

Mas eu queria chamar a atenção para um ponto. As duas pautas são muito diferentes. Aqui, vão entrar, certamente, três aviões, que chegaram à empresa estatal, três Embraer chegaram à empresa estatal equatoriana, que chega Tame, e que, certamente, vão alterar em nosso favor, nessa balança.

O fato, Senador, é que, estruturalmente... O Equador é um país exportador de petróleo, basicamente, mais de 50% da receita de exportação dele é petróleo, tem um forte aporte na importação, mas isso entra no serviço de imigrantes, e, depois, é uma pauta composta basicamente de flores, de pescado, camarão, atum.

Não há muito como compor. O que nós tentamos fazer é ter sempre muito presente que a relação com países, onde a dessemelhança é tão grande, tem que ser objeto de um tratamento especial. Então, por causa disso é que nós temos, com o Equador, um programa de substituição competitiva de exportações muito forte.

Quer dizer, tentamos apoiar de todas as formas. Por exemplo, isso já não no campo específico desse programa de substituição competitiva de exportações. Mas uma das vertentes do Projeto Manta-Manaus era exatamente promover o comércio entre os dois países, na região Norte. Quer dizer, abrir mercados para os equatorianos na região norte do país. Nós fomos informados, por exemplo, que eles podem vender, com muita vantagem, cimento, material de construção, material sanitário e, aí, sim, produtos agrícolas, nos quais eles são muito bons.

Isso são portas que nós tentamos abrir, fazemos estudos de mercado. Enfim, compartilhamos com eles informações. Enfim, fazemos o possível para que a relação comercial seja equilibrada. Agora, não só de relação comercial vive o intercâmbio. Nós temos um vasto programa de cooperação aí, que, na maior parte das vezes, nós aparecemos como doadores –é uma palavra má -, mas com uma participação muito mais forte do que a equatoriana, mas são sempre programas bilaterais. Enfim, tentamos... Há, enfim, diversas possibilidades de financiamento, ou, pelo menos, havia, em termos muito favoráveis. Nós estamos tratando, antes da visita do Ministro dos Transportes, essa suspensa de financiamento da parte viária do Eixo Multimodal Manta-Manaus, que seria basicamente no Equador, em condições muito favoráveis, realmente muito favoráveis. Então, aí, procuramos sempre compensar as coisas.

Depois, o senhor me pergunta se há pontos pendentes de negociação dos projetos da empresa Odebrecht, no Brasil. São aqueles que eu mencionei. Havia outros quatro projetos conjuntos, dos quais, os distratos estão sendo negociados, pelo que eu entendi bem.

Bom, sobre a parte financeira, enfim, sobre o anúncio, pelo Governo Equatoriano, de que pretende submeter, na Câmara de Comércio Internacional, a uma corte de arbitragem o contrato de financiamento de San Francisco. Eu não lhe posso dizer quais razões levaram o Presidente do Equador a fazer, a adotar essa medida. Eu posso intuir. Porque, até... A Câmara de Comércio Internacional tem certos procedimentos, que, até agora, não sei por que razão, acho que não foram cumpridos totalmente, não nos faculta conhecer exatamente qual foi a demanda equatoriana.

Mas, na nota, a qual... No comunicado de imprensa, ao qual o Governo do Equador responde à nota brasileira, a mesma na qual o Presidente Lula e o Chanceler Amorim me chamaram para a consulta, há algumas indicações, aqui, que eles imaginam que haja um eventual litígio entre as partes, que justifique uma arbitragem internacional. Enfim... E eu sei que eles questionam também alguma parte do financiamento, que é cursada através do CCR, mas, isso, senador, realmente é conversa de advogado. O BNDES está estudando isso, o Banco Central está estudando isso.

Nós estamos muito... Nós, Itamaraty, sob a orientação do Ministro Amorim estamos muito interessados em participar desse estudo, mas eu estou aqui há dois dias; quer dizer, um dia útil, só. Não que eu seja o essencial, aí, mas o processo de consultas começou há um dia útil.

Eu respondi tudo, senador? Eu não quero deixar nada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Primeiramente, eu quero cumprimentar a V.Exa., Presidente

Heráclito, porque, imediatamente, após o noticiário, V.Exa. providenciou o convite ao embaixador, que aqui se encontrava, a chamado do Ministro de Relações Exteriores, e, também, ao Deputado Marcondes Gadelha, numa demonstração clara de que o Congresso Brasileiro tem interesse em acompanhar, de perto, toda a evolução da política externa brasileira.

Eu, hoje, pela manhã, Embaixador Antonino Marques Porto, no vôo que eu vim a Brasília, aliás, era o vôo das seis da manhã, tem uma notícia aqui que busca um pouquinho a resposta, em tese, que o Senador Eduardo Suplicy perguntou: "Rafael Correa, Presidente do Equador se comprometeu a agir com responsabilidade na iniciativa contra a dívida 'ilegal' que seu Governo ameaça não pagar". "Não vamos dar um salto no vazio, devemos ser sensatos –diz Correa -, vamos buscar todos os mecanismos para repudiar essa dívida ilegítima e corrupta".

Está aqui, Agência Reuters, que ele distribuiu... Deve estar tudo entre aspas, aqui, Presidente. Eu vou deixar o jornal, e aí ele continua a... Dez bilhões de dólares, havia contraído ilegalmente, por membros do Governo passado. Então, ele demonstra, aqui, uma ligação entre o contrato que foi feito no Governo anterior ao seu e ter corrupção nessa negociação.

Agora, eu pergunto: se essa negociação foi feita com uma empresa privada, o BNDES entra como parte financeira da obra –então, é de Governo para Governo –ou financiou a Odebrecht direto? Eu tenho a impressão que ela financiou a parte do Governo, para poder a Odebrecht ganhar a concorrência que deve ter havido durante essa discussão.

Então, o senhor falou nos distratos. Eu estava pensando que estavam fazendo o acordo dos quatro contratos. Então, um distrato, para eliminar a presença da Odebrecht, do Equador... É isso também, não é? E o senhor disse aqui uma pergunta que eu iria fazer: quais seriam os termos da petição que o Governo do Equador entrou na Comissão da Corte de Arbitragem, em Paris?

E pelo que eu ouvi do Ministro Celso Amorim, ele também não foi correto no local onde deveria entrar com esse pedido, que o contrato determina que seja em território brasileiro, no Rio de Janeiro. Não sei, eu não conheço o contrato. V.Exa. deve ter tido acesso. E, também, não sei se o senhor respondeu ao Senador Azeredo sobre o seguro dessa dívida e da construção da obra, porque todo o contrato que chega aqui, que a gente analisa, na CAE, há um índice de seguro, que é também, faz parte do financiamento da obra, o seguro. Eu não sei se o senhor perguntou, eu ouvi qualquer coisa de seguro, mas eu...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, na verdade, eu perguntei se tinha sido alguma parcela já paga, mas o seguro está dentro da...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ah, sim. Mas, então, eu estou perguntando se o seguro não tem uma responsabilidade, também, de ser co-participante na disputa, na Corte de Arbitragem.

Agora, a acusação é séria. Nós não estamos numa acusação de uma outra malfeita ou que deu um defeito, está falando que houve corrupção ilegal à dívida.

Como o Governo Brasileiro já tomou umas três tacadas, recentemente, da Bolívia, com a invasão da PETROBRAS, agora está sofrendo a pressão do Governo do Paraguai por causa de Itaipu, o meu receio é que haja um "complô", assim, não organizado, para atingir a liderança do Brasil na América.

Quer dizer, todo mundo vem de pau em cima do Brasil e trazendo questões que trazem dificuldade para a solução, e, talvez, a reação do Governo Brasileiro, agora, foi: "Pô, espera aí, todo dia nós vamos ter uma pancada aqui e não vamos reagir?". E teve uma reação imediata, convocando o senhor para cá, para explicar, e reagiu à ação do Governo do Presidente Rafael Correa.

Eu não sei se o senhor quer essa nota que está aqui, que está no jornal de vôo.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Eu conheço.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Hã?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Eu li.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor leu. Eu vou deixar com a Presidência, aqui, que eu acho a acusação um pouco grave, e agradeço e cumprimento V.Exa., por ter atendido tão rápido o convite do nosso Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Algum comentário a fazer, Sr. Embaixador?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, com a palavra.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Muito obrigado, Senador Tuma. É, outra vez, um prazer... Eu me lembro da gente funcionando, em Washington, juntos, naquela coisa de reagentes químicos, mas isso tem muito tempo já. É um prazer revê-lo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas ainda está no sangue a preocupação com segurança. O cara fala que é corrupção, a gente já fica de orelha em pé.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Senador, deixa eu, enfim, procurar colocar a coisa no contexto. A menção à dívida ilegítima, corrupta, a renegociação ao repúdio da dívida ilegítima e corrupta, eu tenho a impressão... Eu não posso falar pelo programa de Governo de um Governo de outro país, sobretudo, onde eu estou acreditado, mas eu tenho a impressão de que isso é parte de toda a plataforma de Governo do Presidente Correa. Quer dizer, isso estava previsto, isso é um ponto, é um aspecto que sempre esteve lá. Quer dizer, a dívida ilegítima, corrupta, etc., tudo isso, seria sujeito, em algum ponto, a questionamento.

Ele, quando mencionou isso, recentemente, ele não estava se referindo à dívida assumida pelo BNDES... Não, perdão, o financiamento... Desculpe. O financiamento, concedido pelo BNDES, vinculado ao outro contrato, que é o de construção da obra, as duas coisas vêm juntas, e o seguro entra no financeiro e, por causa disso, quer dizer, o seguro é sempre modulado de acordo com que a dívida passe, ou não, no CCR, o que quer dizer que vira dívida de Governo, que é o caso dessa. Bom, então, o seguro, a parte de seguro está embutido aí.

Bom, e, como disse o senador, no primeiro pagamento, já foi levado, evidentemente, em conta o seguro que está dentro do financiamento. Bom, isso é uma coisa.

Ao se referir à dívida ilegítima, ilegal e corrupta, não é isso que está na base do pedido de arbitragem, apresentado à corte de Paris.

Há uma... O que o senhor mencionou, que o Ministro Amorim apontou, é uma, realmente, é uma inconsistência, quer dizer, é uma imprecisão, que nos deixa um pouco perplexos na nota equatoriana. Eu imagino que, aí, tenha sido um deslize qualquer na hora de escrever. Não sei o que é. Não sei por que eles fizeram isso.

O fato é que a lei utilizada, em caso de diferença, é a lei brasileira. O foro é o foro do Rio de Janeiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já está no contrato.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Está, está. É com base nisso que eu estou dizendo. Por isso é que, para nós, é difícil entender, quando dizem que a sede--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas não pode causar nulidade?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Pode, mas esse é um outro problema que nós precisamos ter conhecimento do tipo de petição que foi feito, porque nós estamos partindo do comunicado de imprensa, com que eles reagiram à nossa comunicação, me chamando a serviço lá.

Enquanto nós não tivermos isso, vai ser muito difícil. Por exemplo, eles mencionam... Uma outra imprecisão é que diz assim: "A arbitragem internacional, sem...". Traduzindo livremente: "O contrato de financiamento, celebrado entre a FINAME, em sua qualidade de agente mandatário do BNDES, e a Companhia Hidropastaza, que é a de lá, assim como as obrigações, que dele emanarem, foram submetidas pelas partes".

Primeira imprecisão: nós não submetemos nada à arbitragem. "Pelas partes... Para caso de eventual litígio"; nós não fizemos isso. "A Arbitragem internacional, administrada pela Câmara de Comércio de Paris, tal como consta da cláusula 21.2, do referido contrato"; cláusula 21. 2 diz outra coisa, é a cláusula 22.2.

Quer dizer, esse tipo de imprecisão nos leva, enfim, a crer, e isso nós faríamos, por prudência, de qualquer forma, que é preciso ver exatamente do que é que se trata aqui. Evidente que sabemos que é um questionamento do contrato de financiamento. Mas em que termos? Qual é o tipo de coisa que se está pedindo aqui? Como é que nós vamos reagir exatamente a isso?

O que eu posso lhe dizer é que a razão para isso, que foi dada, não é a corrupção, não é ilegalidade, não é ilegitimidade; é um questionamento. E aí vem a outra dificuldade que nós temos, enquanto não pudermos ver isso aqui, é uma tecnicalidade que, enfim, não se aplica, a meu ver, mas, isso, os advogados é que vão ter que dizer, no contrato, no próprio convênio da CCR.

Enquanto nós não tivermos isso... É, enquanto não tivermos... Nós sabemos o que é que eles querem, está claro, e, a isso, nós reagimos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Embaixador, explique o que é CCR--

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: É Convênio de Crédito Recíproco.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):--que a gente se amarra muito às siglas, e, inclusive, a imprensa pode não saber.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Desculpe, desculpe. É o Convênio de Crédito Recíproco da ALADI.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É uma compensação, espécie de uma...?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: É, é uma grande... Simplificando--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se o senhor pudesse explicar um pouquinho, para se entender o que é a CCR, seria bom.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Está bem, eu vou tentar, senador, mas eu não sou especialista nisso, não, e é muito complicado. Mas

é o mecanismo entre os bancos centrais; portanto, as dívidas que entram ali são dívidas reconhecidas por governos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Oficiais.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Oficiais, reconhecidas por Governo. E um pagamento depende do outro, e, com isso, se financia grande parte ou isso dá segurança para que o seguro seja mais baixo no financiamento de obras de infra-estrutura, como, por exemplo, essa que o BNDES está fazendo. É tanto quanto minha grande ignorância me permite nesse assunto.

Bom, deixa eu ver, o senhor me perguntou quais os termos da petição. Infelizmente, não se pode... Está bem?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Muito obrigado ao senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O próximo orador... Eu vou inverter, com a permissão do Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, não é nem por isso, é porque nós temos um visitante ilustre, convidado nosso, o Senador(sic) Marcondes Gadelha, e que é o Presidente da... Senador Mozarildo seria o seguinte. Ele é Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e vai receber o Parlamento Europeu, que nós recebemos, aqui, hoje, pela manhã.

Então, eu pediria permissão, em primeiro lugar, de um deputado fazer uso da palavra, nessa audiência. E a segunda é permitir que ele priorize a sua vez, por conta dos compromissos. Com a palavra o ex-Senador e Deputado Marcondes Gadelha.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Eu já antecipo o meu pedido de desculpa, porque, logo após a minha intervenção, vou ter que me retirar, porque a representação do Parlamento Europeu está lá na minha Comissão, e, agora mesmo, estão me cobrando de lá.

Na verdade, nós, da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, havíamos programado uma viagem, uma visita ao Paraguai, à Bolívia e ao Equador, porque nós estávamos vendo um encadeamento entre os fatos, com ou sem nexo de causalidade, mas uma seqüência de fatos, que, de alguma forma, pediam uma ligação, pelo menos, temporal.

Diante do chamamento, V.Exa. foi chamado aqui, então, nós vamos rever a nossa posição e, amanhã, na Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, provavelmente, nós vamos suspender a visita ao Equador, por falta de interlocução de grupos dispostos a tanto.

De qualquer forma, eu queria perguntar à V.Exa, em primeiro lugar: qual o ambiente político e psicossocial, no Equador, em torno dessa questão, nesse momento? Como é que está a posição da imprensa, da população, da oposição –se é que existe a oposição, ainda, lá no Equador, que eu não sei -, das instituições, de modo geral, instituições preocupadas com o direito, como Ordem dos Advogados, Suprema Corte, coisas desse... com essa violação flagrante do Direito Internacional? Como é que está se posicionando a sociedade equatoriana, em relação à posição do Presidente Rafael Correa? E se o Presidente Rafael Correa pretende fazer desse assunto uma causa nacional, uma espécie de mística do inimigo externo ou coisa dessa natureza?

A segunda questão é como V.Exa. avalia este incidente, com o Equador, no contexto da Unasul. Como conciliar esse momento de crise com o projeto de integração regional da Unasul? Nesse momento, o projeto está tramitando, e, por acaso, eu sou o Relator dessa matéria, lá na Comissão. E eu agradeceria por... Infelizmente, não vou poder aguardar sua resposta, embaixador, mas sei que vai ficar nos anais aqui e tomarei conhecimento. Com certeza, vai ser de extrema utilidade para o nosso posicionamento lá na Câmara dos Deputados. Obrigado á V.Exa. pela atenção e obrigado...

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Deputado Marcondes Gadelha. Com a palavra, portanto, o Senador Gerson Camata. Senador Gerson Camata, primeiro, e, depois, o Mozarildo. [ininteligível]. Senador Mozarildo, primeiro. Está bom, então, primeiro, o Senador Mozarildo com a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): O embaixador, então, não vai responder o...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Você aguarda, então? Vai aguardar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, está bem, senador, vamos só aguardar a resposta do embaixador. Embaixador com a palavra.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Muito obrigado. Muito obrigado, deputado.

Deputado, eu... O que eu posso lhe dizer sobre o clima que há no Equador, em decorrência da indicação pelo Presidente de que pretende submeter à arbitragem da Corte Comercial, a Corte de Comércio Internacional de Paris, o contrato com o BNDES, pelas razões que, enfim, ainda não estão exatamente clara para nós, porque nós temos que inferi-las do comunicado que recebemos.

Eu realmente... Enfim, eu acompanho pela Internet, porque eu saí de lá logo depois. Quer dizer, a decisão do Governo Brasileiro, do Ministro Amorim, de me chamar para consultas, aqui, enfim, foi no dia seguinte, imediatamente depois de nós termos tido conhecimento dessa decisão do Governo Equatoriano.

O que eu posso dizer é que a impressão que nós tínhamos, no começo, é que isso daí era... Quer dizer, essa decisão de submeter o assunto à arbitragem era alguma coisa que poderia vir a envolver o questionamento de todo, não só do pagamento da parcela que vem, mas de todo, o pagamento de todo o contrato.

O que eu vi na imprensa é que um dos Ministros importantes do Equador, que é o Ministro Galo Borja, que é o Ministro de Setores Estratégicos, aparece, conforme recolhe a imprensa, aqui, com a seguinte declaração, vou traduzir livremente: "Nós seguimos pagando. Em nenhum momento, suspendemos o pagamento do crédito e seguirá assim até que exista um pronunciamento da Corte de Arbitragem". Foi o que mencionou esse Ministro.

Quer dizer, isso já é uma indicação de um certo, uma certa maneira mais positiva de encaminhar a questão. Evidentemente que o nosso ponto, aqui, é com a decisão, o objeto da decisão e a forma como ele foi feito. Aqui não se resolve isso, mas já há demonstração de um certo grau de abertura. Eu não sei se eu posso interpretar o que o Ministro de um outro país diz, nem devo fazer isso, mas, enfim, não é uma coisa negativa, de princípio, ou não tão negativa.

Então, o que... Eu imagino que isso seja parte, não só do que virá a ser o ambiente político, como também, talvez, indique algum tipo de forma de manejo, pelo Governo Equatoriano, dessa situação.

Bom, esse anúncio, pelo Presidente Correa, de recorrer à arbitragem, foi feito no contexto muito mais amplo da apresentação de um relatório, onde se questionam diversos aspectos da dívida externa equatoriana. Eu não sei bem, enfim, não dá para desglozar, ainda, isso vai aparecer, certamente, ou eventualmente, nas páginas de opinião, mas não dá para desglozar, aqui, para eu dizer, exatamente, com relação a esse aspecto, o que é que está aparente. Desculpe, mas não tenho elemento para lhe responder isso, não. Com isso... Enfim, não sei se cheguei a responder a sua pergunta.

O que... Um ponto que eu acho que ficou... que mereceria ser reafirmado, aqui, e talvez isso vai um pouco para uma outra pergunta, feita pelo Senador Tuma, anteriormente, é que o fato de que houve uma resposta firme, nesse caso, da diplomacia brasileira, do Governo Brasileiro, é simplesmente a continuação de um tipo de tratamento que nós damos. No Equador, eu posso falar só do Equador, mas eu acho que talvez se estenda para outros países, quer dizer, é uma maneira... a gente procura adequar a resposta à efetividade que nós queremos que ela tenha e à dimensão do problema. Nesse caso específico, eu tenho a impressão, como nos outros anteriores, que a resposta do Governo e da chancelaria foi perfeitamente adequada, para transmitir o nosso desconforto.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): O senhor vê alguma conseqüência, no contexto da criação da Unasul, para esse incidente? Alguma lição, alguma repercussão?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não... Enfim, a Unasul não é a minha área de especialidade. O que eu posso lhe dizer é que, enfim, qualquer mecanismo, no Brasil, é extremamente engajado no processo de criação da Unasul. O Presidente fez, promoveu uma Reunião Extraordinária de Chefes de Estados, exatamente para aprovar o documento constitutivo da União.

Enfim, eu vejo a coisa ao contrário. É preciso ter a Unasul, para que problemas, desse tipo, possam ser ventilados antes de chegarem a um ponto em que, enfim, se tenha que tomar uma atitude mais firme.

DEPUTADO MARCONDES GADELHA (PSB-PB): Obrigado.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: De nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador. Obrigado, Deputado Gadelha.

Com a palavra, agora, sim, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores, eu ouvi atentamente as explicações do embaixador. Eu gostaria de contar, aqui, embaixador, um fato que ocorreu em 2005, quando o, então, Governador Ottomar Pinto, que é o Brigadeiro-do-ar, entre outras formações, fomos a uma audiência com o Presidente Chávez, e o Presidente Chávez, como Coronel, o recebeu de uma maneira muito elegante, fazendo continência e tal, e teve uma conversa muito descontraída, inclusive lembrando do Abreu Lima, que foi um pernambucano que participou da vida política da Venezuela. E nós fomos

lá, tratar de assuntos bilaterais, Roraima, mais especificamente o Estado Bolívar, na Venezuela.

E, no meio da conversa, o Presidente Chávez, dando uma aula de história e de geografia da América Latina, principalmente, falou para o Governador, então, que ele já tinha alertado o Lula –falou assim, palavras dele –de que os países da América do Sul não viam o Brasil, senão como um país imperialista, e que era, portanto, necessário que o Brasil mudasse certos comportamentos e tivesse uma diplomacia mais aguerrida, no sentido de fazer uma interlação mais amiga entre esses povos. 2005; isso ficou na minha mente.

Depois, quando aconteceram fatos como o da Bolívia, como do Paraguai, recentemente, e, agora, com esse do Equador, eu começo a pensar: será que o Presidente Chávez estava antevendo esses fatos ou será que isso já fazia parte de uma cartilha bolivariana, em relação ao Brasil? Alguém já perguntou isso, inclusive, aqui.

Eu me preocupo, e V.Exa., como diplomata, e, no Brasil, a gente tem a palavra diplomacia como sinônimo de ser sempre suave, elegante... Será que a diplomacia do Brasil, em relação aos nossos irmãos da América Latina, está adequada? Será que, por exemplo, os jornais destacam que o Brasil mudou de tom, agora, em relação à questão do Equador? Será que mudou, no tom adequado, quer dizer, na medida que nós engolimos frases como essa, de que há uma dívida corrupta, que há atitudes em que membros de uma empresa brasileira tenham seus direitos constitucionais suspensos, que não puderam sair do país?

Será que não teríamos que ter não uma diplomacia beligerante, mas, pelo contrário, uma diplomacia mais altiva, no sentido de que nós pudéssemos ter bom relacionamento como irmãos e vizinhos, mas, ao mesmo tempo, mostrar, primeiro, que nós não somos imperialistas? Ao contrário, eu acho que nós somos paternalistas, porque o que a Bolívia fez com o Brasil e a reação do Brasil foi quase de paternalismo.

E, agora, na do Equador, será que vamos ter, mais ou menos, essa conduta? Então, me preocupo, como brasileiro, como senador, de que o Brasil tenha essa visão, segundo o próprio Presidente Chávez, por parte dos nossos vizinhos, que somos um País imperialista, e, por outro lado, que tenhamos uma conduta paternalista em relação a esses vizinhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixador, deixa eu só complementar o Senador Mozarildo. Eu queria, também, saber a questão da opinião pública, lá, um pouco mais, a gente avançasse um pouco mais nisso, a imprensa, as forças empresariais, a própria oposição como vê. Se existe, também, esse mesmo sentimento, quer dizer, o sentimento crescente contra o Brasil, como um imperialista, uma coisa assim.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Obrigado, Senadores. Posso começar pelo senhor?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, pode.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não há sentimento antibrasileiro, não há... Que eu possa ter identificado, não há nada, nenhum preconceito contra o Brasil, nós não temos... Esse tipo de problema, no Equador, não existe.

Nós temos uma relação muito próxima, apesar de não termos fronteira, mas é uma relação... O senhor se lembra que, no começo, eu disse que tem... Em diversos momentos, o que se vê é uma tendência de aproximação muito grande. Quer dizer, o fato do Brasil, de se ter confiado ao Brasil o papel de garante na negociação do tratado de paz, que, na realidade, dá, também, ao Equador o direito de utilização de um rio que passa no Peru e que vai, se isso chegar até aí, algum dia, vai viabilizar a parte fluvial do Eixo Multimodal Manta-Manaus, que pode ser um processo extremamente importante para o Equador, que nós, enfim, de que nós tratávamos anteriormente com muito cuidado, eu não vejo, entre os equatorianos, nenhum resquício de sentimento antibrasileiro. É óbvio que sempre um ou outro pode ter uma opinião diferente. Enfim, não dá... São 14 milhões de pessoas lá.

Eu sei que não é isso que o senhor me perguntou, mas, no geral, entre os empresários--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Os principais jornais assumiram essa luta, essa briga do Presidente Correa?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Contra quem? Contra nós?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Isso.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: É que não há, eu não vejo – desculpe, senador –um clima de briga aí. O que eu vejo é uma colocação para a qual... E aí eu vou passar um pouco a responder, no que diz respeito, puramente, ao Equador, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, porque... Enfim, quanto ao resto, não posso... Se houve no Equador... Quer dizer, o geral, aí, não sou eu quem faço, aquele país tem um outro embaixador lá.

Mas, no que diz respeito ao Equador, a sua pergunta: "A diplomacia está adequada?", eu acho que está, e está porque demonstramos, com clareza, a nossa desconformidade com o tipo de atuação e a forma como a medida foi tomada. Isso é um ponto. O outro ponto é que não há; quer dizer, o senhor não verá em nenhum jornal, e aí, já voltando ao senhor, Senador

Eduardo Azeredo, não há, nos jornais, ninguém, enfim, não há ninguém assumindo a bandeira, porque não há esse clima de guerra.

Quer dizer, mas há... É cedo, eu não estava lá para ver, mas, evidentemente, que há jornais que questionam aspectos determinados, mais ou menos amplos, da política do Governo. Eu não sei se chegaram a tratar da questão do Brasil especificamente. Isso, realmente, eu precisaria ver com mais cuidado e tem que dar um pouquinho de tempo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Gerson Camata com a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu quero, primeiro, agradecer V.Exa. e aos demais membros, cumprimentar o Embaixador Antonino. O Itamaraty é um celeiro de cérebros, uma política externa brasileira vitoriosa durante muitos anos, desde o império, com o nosso Barão do Rio Branco, depois, no início da República, sempre foi um celeiro de cérebros, em defesa do Brasil.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas eu estou aqui mais... Talvez não devesse ser aqui. Me preocupa, e eu tenho falado sobre isso no Plenário, quem, do Brasil, é responsável por esses dinheiros brasileiros que são jogados fora. Porque, quando vem um empréstimo de uma Prefeitura de Porto Alegre, outro dia, aqui, tem um Relator, questionando o Banco Central, limite de endividamento, Tribunal de Conta para fiscalizar a aplicação, para emprestar quatro milhões de dólares para a Prefeitura de Porto Alegre. Vão lá e emprestam 400 milhões de dólares para o Equador, ninguém sabe de nada. Quem aplicou esse dinheiro tem que ser chamado, tem que ser responsabilizado, quem jogou o dinheiro do Brasil lá. Não pode. Quem fez a PETROBRAS investir nesses países, para, depois, ser expulsa e ser jogada para fora? Por exemplo, pelo que eu leio, a imprensa brasileira está mal informada, o acordo da PETROBRAS foi o seguinte: ou dá ou desce, larga o poço e vai embora. Que acordo bom é esse que foi feito lá? Eu li nos jornais brasileiros.

Quer dizer, não foi um acordo bom(F), eu acho, um acordo desse tipo. E esse tipo de... Que até a Folha de São Paulo, no editorial, disse que o Brasil está apanhando porque é arrogante nas relações com os outros países. Se for isso, precisa rever.

Eu me lembro que a PETROBRAS... Um dos motivos que disseram que provocou a intervenção da Bolívia na PETROBRAS, botou o Exército e prendeu brasileiros que estavam lá dentro, o fato da Bolívia, foi o quê? Foi que a PETROBRAS, os postos da PETROBRAS, que tinha lá, tinha uma faixinha verde e amarela. Tinha que ser a "PETROBOLI" ou uma outra coisa. Bota lá um negócio verde e amarelo, dá uma idéia de imperialismo, não devia ter.

Na verdade, foi a eleição que o Evo ia disputar, ele precisava de votos... É fácil, aqui no Brasil teve isso –eu me lembro, eu era menino –o Brizola ganhava as eleições, assim: desapropriava a empresa de energia elétrica do Canadá, bota os canadenses para fora; ganhava a eleição. Desapropria a telefônica do Rio de Janeiro; ganhava outra eleição. Era assim. Hoje, o Brasil virou o saco de pancada, para eleger ou melhorar as relações desses países. Vamos falar a verdade.

E eu quero dizer... Eu não estou fazendo uma crítica ao Programa de Política Externa do Presidente Lula, que é muito acertado e está dando certo. Mas eu cumprimento o Presidente do Equador, ele está defendo o País dele. Parabéns para o Presidente, agora, do Paraguai, também, que quer reformar a Itaipu, ele está defendendo o país dele. O Evo bota para fora.

Agora, quem está errado é o Brasil, que aceita tudo isso tranqüilamente e não tem uma diretiva de política de defesa nacional, uma política explicita, de que a defesa do país, hoje, não é só... não é uma guerra, nunca haverá uma guerra, mais, no mundo, eu creio, a não ser essas guerras localizadas. Mas, quando o Paraguai enche o Brasil de cocaína, de arma, de armas para os bandidos do Rio de Janeiro, ele está invadindo o Brasil. Semana passada, o Exército Brasileiro foi fazer uma manobra na divisa seca com o Paraguai. Eu fui saber o que houve, porque o Paraguai exasperou-se, disse que eram repetidas invasões no território paraguaio.

Pela informação que eu tive, o tanque brasileiro estava a 36 metros, pelo GPS, no território brasileiro. O boné de um soldado, o vento levou, ele apanhou, estava um metro no território paraguaio. Sabe o que é que era que tinha lá? É que o Exército fez a manobra no nervo do dente do Paraguai, no lugar onde eles infiltram as armas.

Os traficantes de armas têm lobby em Assunção e correram: "O Brasil está invadindo o Paraguai, vão pegar os depósitos de armas". Não era nada disso; era uma manobra na divisa do Brasil, assegurando a soberania do Brasil naquela região. Quando o Paraguai... Agora, a Bolívia, por exemplo, está se preparando para exportar cocaína para o Brasil e pelo mundo todo, através do Brasil. Ela botou o DEA para fora, e estão dizendo que cocaína é muito bom.

O Sr. Evo Morales vai fazer divisas com isso. Isso é uma invasão do território. Esses bandidos do Rio de Janeiro, que estão matando nossas crianças, balas perdidas para todo lado, são financiados por esses

governos que invadiram o território do Brasil, com armamento e com drogas.

Eu, agora, vejo, por exemplo, no Paraguai, embaixador... Eu vou chegar lá no caso da... O Paraguai, por exemplo, a gente vê acontecendo agora: "Ah, vamos reformar Itaipu". O Brasil se dispõe até a conversar, mas vamos pedir ao Paraguai para prender os traficantes deles, prender os vendedores de armamentos dele, prender os vendedores de granadas, que vão para os traficantes do Rio e São Paulo, para os bandidos do PCC. O Brasil não pede isso ou não impõe isso.

Uma negociação, eu acho que ela tinha que ser bilateral: "Olha, nós vamos atender aqui, mas vocês vão cumprir a outra coisa aqui, vocês vão vigiar os traficantes". Vocês vêm aqui roubar os nossos carros, levam para lá, e o cara tem o perdão do carro roubado que é vendido lá, é uma lei Paraguaia, e o Brasil aceita isso pacificamente.

Eu, agora, eu estou exatamente aqui, porque eu estou entrando no Tribunal de Contas, eu vou querer informações sobre todos, quem que aplicou. Eu fiz várias profecias aqui. Em 76, embaixador, eu era deputado, junto com o Marcondes Gadelha que saiu daqui agora. Começou a se falar em Itaipu, o Governo era o Geisel, eu disse: "Olha, vai ser um canal do Panamá que o Brasil está arranjando, vai dar pepino no futuro. O Paraguai não tem estabilidade".

Oito quilômetros acima, seria uma usina só brasileira, mas os militares, da época, diziam o seguinte: "Não, temos que fazer a bomba hídrica, porque, se abrir a comporta, Buenos Aires vai para baixo d'água". Era a chamada bomba hídrica. O que é que está acontecendo? Buenos Aires está lá, tranqüila, e o Brasil está com o pepino "Paraguai".

O Governo Fernando Henrique, nessa Comissão, eu era membro, a Bolívia não tem nem gás e nem estabilidade política para investir dez bilhões de dólares para fazer o gasoduto. Aplica... O Espírito Santo, agora, aplicaram nem um bilhão de dólares, já está produzindo 12 milhões de metros cúbicos por dia e passa, agora, para 25. Vai ser uma Bolívia lá. Como disse o Governador Paulo Hartung: "A boa Bolívia é aqui, com muito menos investimento e muito mais gás". E o Brasil foi lá, está com o problema também criado.

Então, a gente percebe que não há estabilidade nesses países para esse tipo de tratado a longuíssimo prazo. Por exemplo, como a China e Inglaterra, quando devolveu Hong Kong, fizeram um tratado; 130 anos depois, a Inglaterra foi lá é devolveu Hong Kong para a China. Países estáveis, históricos, fundamentados ao longo de toda a história da humanidade.

Então, a pergunta que eu faria à V.Exa., agora, aqui é: essas ações do Governo são sempre coincidentes com uma eleição, não é? "*Brazilian, go home*, tome lenha e vou ganhando a eleição". V.Exa, como diplomata, entende assim?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra o Embaixador Antonino.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Muito obrigado. Não, não entendo assim, senador, mas muito obrigado pela sua reflexão, pelas suas palavras. Não concordo com grande parte delas, mas deixa eu me de dedicar exclusivamente ao Equador.

No caso, eu acho que a resposta que nós demos foi absolutamente adequada, para mostrar o que nós... Afinal de contas, o que nós queremos é evitar um mal maior e mostrar, exatamente, até onde esperamos que as coisas vão. Eu acho que, na linguagem diplomática, chamar um embaixador para consultas e mostrar, com toda a clareza, que essa não é a maneira de fazer essa coisa, não é a maneira que se utiliza entre países que são amigos, que funcionam na base da confiança, não só pela substância como pela forma da coisa.

Eu acho que isso é perfeitamente adequado, tenho a impressão de... Por exemplo, por essa manifestação ministerial que eu tirei de um jornal, eu posso estar tirando do contexto, isso é sempre perigoso, mas já indica um certo olhar diferente à questão.

Bom, esse é um ponto. Eu não creio que... Eu volto a dizer, o questionamento da dívida externa está presente na plataforma de Governo da Aliança País, que é o movimento liderado pelo Presidente da República do Equador. Isso aconteceu agora, eu não sei se decorre de uma eleição ou não, porque... Enfim, não sei... Realmente, não sei.

Agora, uma coisa eu posso lhe dizer: desde que esse Governo assumiu, esse Governo do Equador tem passado por eleições freqüentes, e vai ter uma agora. Quer dizer, o que é o padrão: é ter eleição ou é outra coisa? Eu não sei até que ponto eu posso atribuir o que acontece a cálculo eleitoral. Eu não sei ate que ponto, não tenho condição de fazer isso. Isso seria perigoso e injusto, inclusive, até pouco honesto do representante de um país, no outro, fazer um julgamento desses. Me desculpe.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado, V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Camata, eu vou até convidá-lo... Eu já fiz o requerimento de informações ao BNDES, e o BNDES me informou de uma manei-

ra muito superficial, só com valores de financiamento. Nós podemos fazer um novo requerimento, eu lhe convido até a assinar juntos, para saber quais são os financiamentos. Não tem por que o BNDES dizer que é segredo bancário para isso.

Nós vamos ouvir, ainda, o Senador César Borges, mas, antes, eu quero dizer, embaixador, que nós temos negócio com o Equador, também, na área de turismo, que o Equador é que lançou um vôo, agora, para Manaus; quer dizer, tem um vôo direto de Quito para Manaus. Quer dizer, é um vôo interessante, que vai ligando, usando aviões brasileiros. Portanto, tem todo interesse de manter uma relação cordial com o Equador, sim.

Quem não conheceu, ainda, Ilhas Galápagos é uma boa opção, que é um lugar muito bonito. Depois falamos, falamos, Senador João Pedro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Embaixador Antonino Marques Porto e Santos, V.Exa. é embaixador e se posicionou aqui com muita diplomacia, durante todas as suas respostas. Entretanto, para nós, sempre fica um questionamento, dúvidas, por que essa questão acontece repentinamente?

Porque V.Exa. iniciou sua palavras, dizendo que há uma moldura de entendimentos muito boa entre o Equador e o Brasil, entre o Presidente Rafael Correa e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tanto assim que ele veio inicialmente, aqui, logo que tomou posse, ou antes de tomar posse, em entendimentos com o Governo Brasileiro. E, de uma hora para outra, nasce esse assunto tão polêmico, que está a nos preocupar a todos, inclusive a ponto do Ministro Celso Amorim chamá-lo aqui para as explicações e dizer que tudo isso pode trazer uma preocupação e prejuízos muito grandes nas relações multilaterais do Conesul e, inclusive, dos empréstimos feitos pela Comissão Recíproca, aqui, de Convênios Recíprocos, a CCR.

Pois bem, então, de um lado, havia todo o entendimento; de outro lado, esse desarranjo que estamos vivendo hoje. Aí, a pergunta que me fica à cabeça, Sr. Embaixador, é se isso faz parte. E aí, V.Exa. tem que nos dar, com a maior clareza possível, esta visão, porque nós não estamos no Equador. Eu não leio a imprensa equatoriana, eu leio a imprensa brasileira, e vejo, aqui, a imprensa brasileira chamando "Calote do Equador", exigindo medidas mais duras da diplomacia brasileira e da atuação do Governo Brasileiro, e me fica a grande indagação: essa é uma política de calote, como um todo, da dívida externa do Equador, é uma política de Governo do Presidente Rafael Correa de denunciar, como já se viu tanto falar também aqui no Brasil: "Vamos denunciar a dívida externa, ela não é justa, ela é ímpia, ela não merece ser paga. Não vamos pagar com sacrifício do nosso povo, do suor do povo brasileiro"? Já ouvi muito isso aqui no Brasil. Felizmente, nunca aconteceu.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Aconteceu.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pelo menos, houve... Lá atrás, houve-–

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Até hoje, não acertou a situação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Houve um compulsório, não se pagou a dívida. Pois é, houve uma declaração unilateral de não pagamento da dívida.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador César Borges, só registrar aqui a presença ex-Governador João Alves, entre nós. Saudá-lo, na sua presença.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ao qual eu me associo e louvo estar entre nós, é uma honra--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Vai lançar um livro, hoje, às 18h30, lá no Salão Nobre, sobre o desvio lá do Rio São Francisco.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas para concluir, Sr. Embaixador, se é essa... Que V.Exa. possa precisar se essa é uma política que está V.Exa. acompanhando, como embaixador, o dia-a-dia que está acontecendo no Equador, desde que assumiu o Presidente Rafael Correa. Se ele caminha nessa direção de um calote da dívida externa, por todos os motivos, sejam políticos, porque seria uma dívida injusta para com o povo do Equador, ou se é efetivamente algo específico, com relação a esta obra, em relação a este empréstimo?

Porque, pelo que foi colocado pelo Senador Tuma, e, agora, pelo Senador Camata, há possibilidade de o que Governo Equatoriano ache que essa dívida, que foi contraída junto ao BNDES, que, aqui, nós não tomamos conhecimento. É uma dívida lateral, unilateral, entre BNDES e o Governo Equatoriano, ela não passa por apreciação do Senado, isso eu acho que é até uma deficiência da legislação, teria que passar por aqui. Há alguma motivação específica... Eu vou ser mais claro. Há uma desconfiança do Governo Equatoriano, do Presidente Rafael Correa, de que essa dívida, ela seja uma dívida inchada, não seja uma dívida justa, que esses recursos não tenham tido a melhor aplicação para o povo equatoriano, que, afinal de contas, é quem vai pagar a dívida? Se a obra tem ou não tem qualidade, me parece que tem, pelo que eu vi, depois de corrigidos os defeitos, depois da correção, a obra está funcionando à plena capacidade, a hidrelétrica.

Então, a pergunta central é essa: o que há por trás disso? É uma política nacional do Equador, de decretar um calote, ou existe algo por trás desse empréstimo específico para essa hidrelétrica de San Francisco? Essa é a minha pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixador, vamos ouvir o Senador João Pedro, também, que é o último orador inscrito, e aí o senhor responderia já aos dois, e, depois, aí, eu indagaria se restará alguma questão que justifique o fechamento da sessão.

Senador João Pedro com a palavra, então.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente [interrupção do áudio]. Embaixador Antonino Marques Porto e Santos, eu sou do Estado do Amazonas, tem uma barreira humana, aqui, fortíssima.

[risos].

Sou do Estado do Amazonas, e V.Exa. abordou esse Projeto de Manta-Manaus, mas falou de forma muito rápida. Eu quero aproveitar e pedir mais detalhes sobre esse estudo. Evidentemente que não só o Amazonas, eu sou do Amazonas, moro ali em Manaus, e isso é muito importante, mas para toda a Amazônia, se for viabilizado esse corredor, que, na realidade, liga, não é Manaus, mas liga o Atlântico ao Pacífico, não é? Toda a calha do Rio Amazonas sobe e sai no Pacífico.

Se V.Exa. pudesse dar mais dados do ponto de vista do interesse do Equador e de outros países, porque eu acho que passa também alguma coisa pelo Peru, não é, não? E Colômbia, passa no lado, ali, da Colômbia. Então, eu penso que é muito importante esse corredor. Eu quero dizer do meu apoio a essa idéia. Mas como é que andam os estudos, a viabilidade de construir esse corredor?

Depois, eu tenho, aqui, uma nota do BNDES, eu não sei se foi distribuído para todos os senadores. Eu quero deixar claro que, primeiro, esse contrato não foi feito no Governo do Presidente Lula, mas em 2000. O contrato de financiamento entre o BNDES e a Hidropastaza S.A., no valor de 242,9 milhões de dólares, visando a exportação de bens e serviços brasileiros, destinados ao projeto de implantação da hidrelétrica de San Francisco, foi assinado em abril de 2000, em abril de 2000.

Eu vejo com tranqüilidade esse debate. Primeiro, ainda não está claro algumas questões do ponto de vista da obra, porque, do ponto de vista do empréstimo, não existe calote. Não existe isso por parte do Governo. Pelo que eu tenho acompanhado aí, pela imprensa, o Governo reconhece a dívida. Eu gostaria que V.Exa. fosse mais claro nisso. Então, não existe calote.

Agora, eu penso que, olhando, é um direito do Equador suscitar fóruns internacionais, para arbitragem de uma obra sua, como é um direito do Brasil. Há bem pouco tempo, na nossa história, o Presidente Sarney decretou a moratória, o calote. Nós tínhamos um contexto político. 1987, a moratória do Brasil. E nós tínhamos um contexto político, uma motivação política.

Cada país toca... Precisamos. Li a nota da Odebrecht pela imprensa, amplamente divulgada aqui, mas nós poderíamos ter a Odebrecht aqui, a presença do Governo, para entrar no mérito da questão, para entrar no mérito da questão. Ora, se tem um empréstimo, o Governo reconhece, está na dívida do Governo Equatoriano, está na dívida do Governo Equatoriano esse empréstimo.

Uma empresa internacional vai lá, construir uma hidrelétrica e dá problema, qual o defeito do Presidente Correa em buscar uma arbitragem para discutir a obra? E é claro que eu tenho uma opinião sobre algumas questões. Sou de opinião que o Brasil deve ter uma relação de cooperação com os países vizinhos.

Se analisar com tranqüilidade, com frieza, essa obra é uma obra estruturante. A questão da energia, para o povo do Equador, eu acho que é importante, para o comércio brasileiro... Nós temos uma relação comercial, o Brasil é grande. Por que não ter uma relação do ponto de vista de melhorar a infra-estrutura dos países, principalmente os que compõem a Amazônia?

Eu sou da Amazônia, eu tenho uma visão de que a gente precisa tratar os países que compõe a Pan-Amazônia, precisa ter uma relação mais forte. Na realidade, o Brasil tem uma relação muito forte com a Argentina, com o Uruguai. Nós precisamos é aumentar a nossa relação com a Amazônia, com a Pan-Amazônia.

Então, tem que ver caso a caso e não ter uma visão generalizada, principalmente do mar, do ponto de vista ideológico. Eu acho que essa é uma questão que o Brasil deve ter uma posição firme. Eu acho que quem pegou dinheiro emprestado, tem que pagar; isso é um princípio, tem que pagar.

Dois: o Brasil precisa e deve o BNDES ter uma relação com os países da América do Sul, da África? Eu penso que tem que ter. Eu não vejo nenhum problema nisso. Principalmente, com infra-estrutura; principalmente, com a América Latina. O Brasil, por ser grande, por ser uma economia importante, precisa ter um olhar de integração, mas, fundamentalmente, de solidariedade com os países da América do Sul. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Pedro. Antes de passar a palavra ao embaixador, Senador,

eu quero só esclarecer, pelo menos, a minha posição pessoal. Nós não estamos questionando os empréstimos do BNDES; o BNDES já financia serviços de empresas brasileiras há muitos e muitos anos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Esse debate, a gente faz ali no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, exatamente, no Plenário.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou falando aqui na casa-–

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): --e é fortíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só colocando que, aqui, quando nós queremos saber as informações do BNDES, é no sentido das prioridades, qual é o valor real, ninguém está discutindo se foi o Governo Fernando Henrique Cardoso, se foi em outro Governo. O fato... Isso é normal, que os bancos dos países financiem serviços de outros países. Ninguém está discutindo isso aqui, não.

Mas com a palavra o Embaixador Antonino, para responder, então, às questões do Senador César Borges e também do Senador João Pedro.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Muito obrigado, Presidente. Começando, se o senhor me permite, com o Senador César Borges. Eu acho que a pergunta básica é se, em primeiro lugar, nós teríamos que ter, com relação ao Equador, porque é do país do qual eu posso falar, medida mais dura. Eu tenho a impressão de que nós demos, fomos prudentes e firmes ao indicar que fomos, enfim, informados, de uma forma que esperávamos que não fosse assim, sobre uma medida com a qual não, enfim, da qual não conhecemos a substância, porque não temos exatamente qual é a base, quer dizer, a petição que foi apresentada em Paris.

Em segundo lugar, eu gostaria de fazer uma precisão, que eu acho que já foi mencionada, aqui, com muita propriedade, aqui. Até o momento, enfim, nunca houve calote. A primeira parcela da dívida de San Francisco foi apaga; como são pagas todas as parcelas de todos os financiamentos oficiais que nós temos em curso com o Equador.

Então, esses são dois pontos que eu acho que são importantes: primeiro, a meu juízo e a juízo do Governo brasileiro, as medidas foram as adequadas, para indicar, exatamente, aquilo que nós queremos. Sobretudo porque são medida mais bem preventivas, porque o calote − que eu nem devia usar essa palavra −, a medida, quer dizer, a decisão de não pagar, enfim, não se materializou.

O que se materializou foi a decisão de submeter a uma corte internacional de arbitragem um determinado acordo de financiamento, que aí eu já precisava enfatizar, não tem que ver com o acordo de construção da hidrelétrica. A construção da hidrelétrica é um acordo, é um convênio, é um contrato que decorre de uma concorrência, feita entre a empresa brasileira e sua a contraparte, no Equador.

Isso sim gera, quer dizer, a própria participação na empresa brasileira, com o financiamento que teria obtido antes do banco de fomento brasileiro. Então, isso aparece como parte de todo o processo. Mas uma coisa é o acordo financeiro, o acordo de financiamento, que é objeto da decisão equatoriana que levou a minha chamada aqui, à consulta, e a outra é a questão da construção da obra.

A construção da obra e as dificuldades, as diferenças que há entre o empreitado e o empreiteiro, lá, devem ser, a nosso juízo, objeto de discussões, com base nos contratos de construção. Isso está havendo, foi o que eu tinha dito, com relação aos outros quatro, às outras quatro obras que haviam sido contratadas com a Odebrecht e que estão sendo objeto de negociação por distrato; se é que eu posso usar essa palavra, que, pelo menos que eu soube, estão caminhando dentro dos parâmetros esperados.

Sobre a questão sobre o Projeto Manta-Manaus--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O senhor imaginou...? Só um momento.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Sim, senhor.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então, o que o Governo do Equador está questionando é o empréstimo, as cláusulas do empréstimo, não tem nada a ver, segundo V.Exª, com a obra? Ele está procurando uma arbitragem internacional com relação ao empréstimo-–

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Sim, o contrato, é.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --que ele considera que algum tipo de cláusula fere os interesses do Equador, não poderia ter sido assinado dessa forma, é essa a questão?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: É isso, é essa a questão, e aí eu vou voltar a algo... A resposta é "é, é isso". A outra questão que eu queria lhe dizer é que, pela própria natureza desses contratos, enfim, o serviço é prestado, é atestado, partir daí é que se gera o pagamento. Há muitos passos no meio disso, é coisa de especialista, eu não entendo bem.

Mas a consolidação da dívida foi feita em junho ou julho deste ano, o que significa, enfim, pelo presente Governo equatoriano, e a partir daí, então, é que começa a ser devido o primeiro pagamento que foi feito. E o contrato, então, de financiamento vai cursado através do CCR, e aí o financiamento se paga. Normalmente, isso é feito depois que a obra está completa, que é o caso. Está completa, consertada e funcionamento.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pode ser feito... Apenas um esclarecimento.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Sim, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Algum aditivo de aumento desse empréstimo foi feito já no Governo Correa ou todos são do governo anterior?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não, a consolidação, eu não vou saber lhe dizer com certeza, não. O que eu sei lhe dizer com certeza é que a consolidação foi feita nesse governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): No...?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: No Governo Correa, foi em julho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A consolidação?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: A consolidação da dívida.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nesse momento, não houve nenhum protesto, ele não reclamou de nenhuma dessas cláusulas?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não, inclusive, a primeira parcela foi paga.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu digo, mas que derruba um pouco a tese de falhas possíveis de um governo passado. Seria bom até que essa questão não fosse politizada nesses termos. Se a consolidação foi feita no atual governo, se foi feita nesse governo a consolidação, os aditivos são do atual governo.

Então, é preciso que isso fique bem claro, para que a gente saia um pouco daquela tese de os erros serem sempre jogados no passado, como aconteceu agora, recentemente, com a FUNASA. O diabo é que o passado sempre caía na mesma gamela, mas... Pois não. Muito obrigado pelos esclarecimentos.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Posso seguir?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixador. Só aqui, Embaixador, o senhor tem resposta ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem a resposta dele.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ainda tem? Está bom. Depois, eu quero só uma questão.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Respondo, então? Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Resposta ao Senador João Pedro.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Bom, Senador, sobre a idéia do eixo Manta-Manaus, quer dizer, na realidade, o senhor disse muito bem, é a ligação dos dois oceanos, e isso é um projeto que já está sendo executado, por nós, com o Peru, num outro contexto, mas já em andamento.

E o que há no Equador é que esse Porto de Manta − por isso se chama Manta-Manaus, mas chama também Manta-Belém, também, porque a idéia é pegar, realmente, toda a parte de cima do Brasil. E, depois, isso, enfim, em Manaus, agora, recentemente, foi houve a inclusão de outro dois países que poderiam se beneficiar, quer dizer, fazer uma coisa mais subregional do que propriamente bilateral.

Bom, a vantagem, quer dizer, o Equador oferece vantagens, aí, por exemplo, esse Porto de Manta é um porto no qual os navios podem vir da Ásia e chegar muito perto, porque tem um calado imenso. Está sendo modernizado e tudo.

No ano que vem, haverá um grande aeroporto disponível ao Equador, também com o multimodal, ali em Manta, mesmo. Então, como o conceito é de transporte multimodal, você já tem aí grandes navios, que podem trazer e levar produtos nossos, se a via foi concretizada. Do lado brasileiro, o senhor sabe muito melhor do que eu, já se navega o Amazonas noite e dia, o ano inteiro, não é?

Do lado... No rio Napo, que é o que vai desembocar no Amazonas, no Brasil, também a navegabilidade é bastante facilitada. Eu não tenho muita informação disso, não. Agora, na parte equatorial, na parte fluvial, vai demandar dragagem e, sobretudo, a parte viária era aquela que nós estávamos discutindo e para a qual já estava, inclusive, avançado, em termos de financiamento.

Tem que se fazer estradas ali, melhorar estradas, fazer monções, fazer portos de rio, esse tipo de coisa. Nós, enfim, para superar todos aqueles problemas, por exemplo, de comércio, que aparece com a ANVISA, com o Ministério da Agricultura, com a Receita Federal, nós fizemos diversas reuniões bilaterais,

entre equatorianos e amazonenses, e, normalmente, em Manaus, os amazonenses, no sentido de região brasileira, para exatamente já começar a ir resolvendo esses problemas. Quer dizer, permitir que, passando de Quito, se passe também pelo Napo, para o Equador. Isso, enfim, nesse momento, está um pouco *sub judice*, digamos assim.

Não há dúvida de que, nas diversas reuniões que se fizeram entre empresários dos dois lados... Eu vou lhe contar uma pequena história. Eu levei os empresários a uma rede de supermercado, não é a Carrefour, não, é outra grande que tem em Manaus.

E um deles, quando eu vejo, está olhando uma alcachofra. Aí eu pergunto: "Mas o que o senhor está achando aí?". Ele disse: "Olha, quanto é que vale isso?". Eram dez reais, naquela época, alguma coisa como sete dólares. Ele disse: "Eu posso produzir isso por um dólar e trazer aqui por, sei lá, três, quatro, cinco, mas, de qualquer forma, com uma margem boa de comercialização". E vice-versa.

O senhor imagina todas aquelas motocicletas indo para a Ásia, pois é, dali para a Ásia, por barcaça, isso pode ser perfeitamente usado. E, no módulo aéreo, houve menção, aqui, de uma linha aérea que existe, já existe e se mostra, não é exatamente para carga, mas, enfim, é possível fazer e estar operando. Eu acho uma boa idéia.

Eu lhe devo mais alguma resposta? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Eduardo Azeredo. Senador Cristovam inscreve-se?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Embaixador, V.Exª colocou, aqui, que o questionamento seria específico com esse empréstimo.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Sim, senhor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas o noticiário não é bem esse, o noticiário é de que ele está questionando toda a dívida externa do Equador, dez bilhões de dólares, que grande parte dela teria sido ilegal e corrompida. E ele não criou problema não foi só com essa questão da Odebrecht, tem, também, com a própria PETROBRAS, com outros investimentos.

Então, isso é o que eu queria colocar, que, na verdade, nos parece que existe um clima um pouco diferente. Quer dizer, o que nos chega é de que ele está questionando a dívida externa como um todo, aí está incluído não só esse financiamento, quer dizer, outros financiamentos do BNDES com a própria Embraer, quer dizer, alguns aviões da Embraer foram vendidos para lá também com financiamento.

Então, é isso que fica... Eu gostaria de um pouco mais de informações, porque a insegurança é grande, sim, porque o estilo do Presidente é o estilo do populismo, mesmo, nesse sentido de agredir países vizinhos ou pelo menos reclamar de países vizinhos, para se justificar internamente.

A linha é a mesma de Chávez, é a linha que nós já conhecemos.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Posso responder?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tem a palavra, V.Exª .

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Eu entendi mal, evidentemente. No dia 20 deste mês, houve a divulgação de um relatório de uma Comissão que examinou toda a dívida externa equatoriana. Realmente, eu me penitencio, eu estava pensando que o senhor estava falando especificamente desse caso aqui.

Então, o que há é o exame amplo da dívida comercial multilateral e bilateral. Bilateral é onde entra a nossa. E a dívida bilateral nossa, que, no relatório de apresentação, na apresentação do Presidente daquele relatório, que é mencionado especificamente no relatório, também, é a dívida essa, decorrente do San Francisco. Por isso eu me detive nisso, mas o senhor tem toda a razão. Tem toda a razão.

O relatório diz respeito ao conjunto, eu imagino, da dívida externa equatoriana. Como foi apresentado oficialmente, eu presumo que seja, presumo que abranja tudo. Agora, mas, também, uma coisa, a impressão que me ficou, até eu sair de lá, é que nenhuma decisão sobre esse relatório foi definitivamente tomada. Nós estamos falando do relatório, nós estamos falando do caso específico do Brasil, que o Presidente teria dado, pelo que eu entendi − eu posso estar erro aí −, um prazo de até 15 de dezembro, para se manifestar sobre o geral do relatório.

Mas, realmente, não foi nesse ponto que eu me fixei, eu me fixei no brasileiro. O senhor me desculpe aí a imprecisão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas, quer dizer, o risco nós temos com outros contratos brasileiros?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Que não foi mencionado. Eu não, não--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Até agora.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Senador, não foi mencionado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas desfazer, aqui, uma curiosidade, e V.Exª está lá o quê? Há quatro anos?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não, senhor, Senador. Estou lá há dois anos e meio.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dois anos e meio, está certo. Mas as coisas, o senhor é um homem bem informado. O Presidente Correa tem um irmão que atua na área de construção civil?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não sei, não sei, não sei. Ele tem um irmão e tem uma irmã, mas não sei. Desculpe, não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não sabe?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Deputado Pannunzio. Em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. Eu cumprimento V.Exª e agradeço à oportunidade de falar aqui, na sessão de audiência pública. Cumprimento, também, o embaixador Marques Porto e Santos.

E, realmente, eu tenho algumas colocações a fazer. Talvez até V.Exª possa ter decorrido no início, mas, em função de outro afazeres, eu não estive aqui.

A primeira das questões que eu coloco é sobre o fato de que funcionários da Odebrecht tiveram necessidade de encontrar refúgio, não sei se na residência do embaixador ou na embaixada do Brasil, ante a iminência de serem detidos por ordem do Governo equatoriano. E a pergunta que eu faço a V.Exª é a seguinte: isto aconteceu de fato desta forma? Segundo: havia algum tipo de mandado judicial nacional nosso, para que fossem retidos ou detidos ou presos, enfim, qualquer outra coisa, pelo governo equatoriano?

A outra questão que eu gostaria de ver respondida guarda relação com as declarações da chanceler do Equador. Ela tem tentado reduzir o problema ou o incidente, entre ambos os países, como uma questão meramente comercial; isso, pelo menos, é o que tem sido trazido, aqui, pela mídia brasileira. Isso é um problema entre empresas comerciais, ela tem dito.

Ao que me parece, uma vez que envolve o BNDES, para financiamento, envolve até mesmo um acordo multilateral, em que bancos centrais dos países envolvidos, no caso, entre os dois, o Brasil e o próprio Equador, são a garantia para a exportação de bens ou de serviços, me parece que não pode ser reduzido a uma querela, mera e simples querela comercial entre dois países. Envolve, sim, ações de governo, acordo entre governos, e o governo do Equador tenta fazer parecer diferente.

A terceira questão é o Presidente do Equador, Rafael Correa, tem tido, pelas informações que até nós chegam, tem tido uma ação dúbia, ou seja, quando faz discurso interno, ele enche de bravatas, anunciando o rompimento, a exploração dos países capitalistas, o não-pagamento de dívida e coisas desse tipo. E aí, depois, em telefonema ao Presidente Lula, tem uma conversa mais branda, uma conversa tentando mitigar ou diminuir o impacto das suas ações. Isso eu peço a V.Exª, também, se corresponde, realmente, à realidade do que se passa lá.

E terceira, a quarta questão. Entendo o que governo brasileiro fez bem em convocá-lo, para vir aqui, para trazer informações a respeito da situação. Isto sinaliza, no mínimo, um desconforto, um desagrado do governo brasileiro com relação aos fatos como eles estão ocorrendo no Equador.

Mas isso, a meu ver, é pouco, uma vez que, como foi aqui mencionado, nós temos um tratado de amplitude maior e que coloca, já, em outros fatos, em outras circunstância, o BNDES como o financiador de alguns outros negócios que estão sendo feitos no Equador.

Então, a pergunta é: bom, e aí, o governo brasileiro vai ficar, meramente, pelo menos no que seja do conhecimento de V.Exª , no fato de chamar o embaixador e sinalizar um desagrado ou, efetivamente, pretende tomar uma medida mais dura e dizer: "Olha, nós não estamos brincando. Ou vocês honram os compromissos ou, efetivamente, nós denunciaremos todo e qualquer tipo de acordo que nós temos entre nós"?

São essas as questões que dirijo a V.Exª .

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Sr. Embaixador.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Obrigado, deputado, muito obrigado. Posso começar pelo fim? Bom, sobre a convocação e sobre a efetividade ou o alcance dessa medida que senhor considera que é pouco.

A convocação para consultas é algo que implica bastante mais do que a presença do representante do Presidente da República em outro país, de volta a sua chancelaria. A idéia, basicamente, é avaliar, à luz do que aconteceu, todo o contexto das relações bilaterais. Avaliar em todos os seus aspectos, quer dizer, o Jurídico, da medida que foi tomada, que foi anunciada ao Jurídico, como é que ela interfere nos universo das relações, qual é o resultado que se pode esperar disso. Tudo isso são avaliações que nós fazemos.

A relação entre esse contrato que está sendo objeto dessa medida, com a qual nós não... A proposta da qual nós manifestamos o desacordo através da chamada do embaixador, para fazer exatamente isso e para verificar qual a relação que nós atribuímos a esse fato, a essa atuação, com o restante do relacionamento.

Evidentemente que, aqui, nós, ninguém quer tomar medidas que afetarão. Nós temos, deixa eu refrasear a coisa, nós temos cerca de 30 iniciativas de cooperação em andamento com a Equador; tudo isso vai entrar em linha de consideração, de reavaliação, isso é uma quantidade importante e atinge um universo importante.

Evidentemente que não queremos atingir o equatoriano pequeno, o cidadão equatoriano. Vamos isso e mais isso e isso, mas isso também entra em linha de cogitação, da mesma forma que entra em linha de cogitação como é que a gente vai atuar daqui para o futuro, quer dizer, quais sãos aquelas oportunidades que talvez se possam identificar no futuro, se cumpridos ou observados os nossos direitos, que nós achamos que devem ser preservados. Mas também aí procurar ver quais são as maneiras de resolver o problema, daqui para diante. Afinal de contas, o que a gente quer é a solução. Bom, não a qualquer preço, por isso é que eu estou aqui. Por isso é que eu fui chamado aqui, pelo governo brasileiro.

O senhor mencionou os funcionários da Odebrecht, sim, que estiveram hospedados lá em casa. Isso aconteceu porque, no primeiro Decreto que houve, havia a figura que eu não conhecia, de suspensão dos direitos constitucionais desses brasileiros. Eu preferi, e foi um pouco até não vou lhe dizer iniciativa minha, mas disse a eles que seriam muito bem-vindos lá em casa. Numa nota pessoal, são criaturas excelentes, podiam, se quisessem, ter saído de casa e ido onde fossem e voltassem. Algumas vezes, saíram, mas ficaram lá até que o decreto foi revogado e eles foram expulsos do país, junto aí com funcionários de Furnas e mais eles.

Bom, as declarações da chanceler... Sobre, alegando que se trata tudo isso de uma questão puramente comercial.

O fato de um embaixador do Brasil ser chamado aqui, a propósito disso, indica que é muito além de uma questão puramente comercial.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só para tirar uma dúvida. Na questão do Decreto Presidencial, do Presidente do Equador, que cassa os direitos constitucionais de cidadãos brasileiros, isso, evidentemente, foi um ato do Executivo. V.Exª tem conhecimento de situação análoga havida com nacionais de outro países, no Equador?

Havia algum, vamos dizer assim, amparo constitucional para um decreto desse tipo ou foi mais um ato de força do Presidente do Equador?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Vou responder o que eu sei. Não conheço antecedentes, mas também não sou, sou advogado, brasileiro, mesmo assim formado em Direito, e de legislação equatoriana eu não entendo muito, não. Mas não, não tenho notícia de nenhum outro caso semelhante.

Não tenho mesmo; realmente, aí eu estou confessando ignorância. Não sei.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: A Constituição do Equador indica que casos de suspensão de direitos constitucionais, pelo menos a anterior indicava isso, essa eu não vi ainda, não saí atrás, de que isso era para caso de comoção interna. A alegação do Decreto era um pouco emergência nacional. Quer dizer, eu acho que por aí...

Mas não tenho condição de chegar a esse tipo de análise, não sei. A resposta à sua pergunta, se eu tenho conhecimento de antecedentes, não tenho. Não tenho.

Respondi tudo?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho, Presidente, que, enquanto não se tomar conhecimento da representação do conteúdo do pedido, é uma discussão difícil, porque a gente não sabe que o... Porque não deram conhecimento ao Brasil do que foi o pedido, embaixador? A Embaixada do Brasil não tomou conhecimento da formulação do pedido feito ao... Onde vai ser julgado lá em Paris, o contencioso, o Brasil não tomou conhecimento?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Posso responder?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Antonino Marques Porto e Santos.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não, nós tomamos conhecimento por uma declaração do Presidente, que dizia que havia sido depositada uma demanda, ou como quer que se chame, na Câmara de Comércio Internacional de Paris, sobre esse processo, mas nós não temos o documento. O que não significa que não se possa inferir do que se trata, porque há um outro documento aí, dirigido à parte mais do CCR, quer dizer, a gente sabe, mais ou menos, o que é. Mas o senhor é advogado, o senhor sabe, senador, que, em Direito, é preciso saber exatamente do que se está falando. O que não está escrito não existe, não é? Quer

dizer, a gente tem, sabe que existe isso aqui, evidentemente, o Presidente disse que tem, tem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Pois é. E aí, cotejando com as obrigações internacionais que serão dadas como base para esse tipo de ação é que nós vamos tratar de fazer a defesa. Mas o que não significa que já não estejamos fazendo.

O BNDES já está fazendo, o Banco Central também já está sendo instado a fazer, e nós do Itamaraty estaremos nesse...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Isso não tem muito que ver com ela mais, porque não é... Desculpe lhe dizer assim, porque não é o contrato comercial, em si, de discussão. Isso ele está discutindo lá, são esse e os outros quatro. Isso é o financiamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O financiamento é direto de governo para governo?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não, senhor. Virou, a partir do momento que entra do CCR, é de Banco Central para Banco Central.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só, depois, eu queria ser o Senador achava interessante ou não convidar alguém da Diretoria da Odebrecht, que tem conhecimento de todos os fatos que lá ocorreram.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exª poderia tomar a iniciativa de fazer o requerimento de...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Faço. Se V.Exª concordar, para não perder fio da meada, eu acho que depois--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero comunicar que o BNDES está distribuindo uma nota, inclusive, distribuindo aos jornalista, prestando esclarecimento. Eu acho que é muito positivo esse posicionamento do BNDES, no momento em que esclarece algumas dúvidas sobre a matéria.

Agora, eu queria fazer uma pergunta: esse contrato com a hidrelétrica do San Francisco foi o último assinado ou, após San Francisco, a Odebrecht e empresas do Equador assinaram algum outro contrato?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Senador, em termos de obra, eu tenho a impressão de que esse foi o último. Houve a venda de aviões da Embraer.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, só construção, só na área de construção civil.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Creio que é o último, creio que.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vejamos aqui.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Creio que.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho que o sistema Carrizal-Chone é assinado em 2003. O projeto compreende a construção de obra de infra-estrutura de irrigação para atender à área de 1.250(F) hectares.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: O senhor vai ver, acha a Pilatón aí também, mas todas... Deve estar um pouquinho mais para diante. Então, acha Pilatón, não está não? [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Carrizal segunda etapa.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Vê se tu achas Pilatón, ali.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É essa aqui?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Essa aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [ininteligível] Baba.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Baba também. Todos esses projetos foram, num determinado momento, não sei se todos, mas praticamente todos, num determinado momento, se estudou, se chegou a dar entrada no CONFIG, se eu não estou enganado, para obter financiamento para eles.

Mas o Governo do Presidente Correa, em início deste ano, através de uma medida, enfim, um decreto, ele preferiu utilizar fundos orçamentários para essas obras. Então, certamente, foi, teria sido, o financiamento teria sido pedido em 2003 ou depois, mas as obras estão sendo tocadas com dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Local.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Local. Local, o orçamentário deles.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Sr. Embaixador, Srs. Senadores, eu, primeiro, peço desculpas de ter chegado agora. Eu estava numa reunião dos Parlamentares do MERCOSUL, com os Parlamentares da União Européia.

Então, a minha pergunta, se já foi feita, não se preocupe em responder, apenas diga que já foi feita, eu, depois, consulto os colegas parlamentares. A minha preocupação vai além do Equador. Eu queria saber se

o Presidente da República foi surpreendido com esse fato ou se ele já tinha conhecimento.

O que eu u quero dizer é: se o Brasil dispõe ou não de um serviço de informações funcionando competentemente no exterior. Nós temos uma ABIN, que vive até bisbilhotando aqui de dentro. Quem é de nós que vai se antecipar a saber o que acontece lá fora?

Todos os países vão terminar fazendo o que o Equador faz, por uma questão de necessidade econômica, por uma questão de populismo, por uma questão de dar uma resposta aos seus eleitores, que ficam deslumbrados quando um presidente enfrenta outro. Então, como é que a gente faz para se antecipar ao que eles vão fazer?

Nós, o povo comum, até podemos não saber o que eles vão fazer, mas o Presidente da República do Brasil, ele dispõe de instrumento, seja na máquina do Itamaraty, seja nos organismos de inteligências, que permitam a ele se adiantar, se precaver, quando outros fatos como esse acontecerem? Já foi perguntado isso ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pode, se quiser fazer o conjunto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, eu pergunto se essa pergunta que eu fiz já foi respondi antes?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Foi respondida?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Então, pronto. Eu só tenho essa pergunta.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Senador, eu vou lhe dizer uma coisa, e o senhor conhece isso tão bem quanto nós. É parte da nossa formação e, enfim, do próprio desempenho do nosso treinamento do desempenho da nossa função estar atento a esse tipo de coisa.

O que eu posso lhe assegurar é que, evidentemente, já se imaginava que algo poderia, eventualmente, vir por aí. Eu tinha uma informação muito difusa sobre isso, mas sabia que algo vinha.

Eu, um dia antes da medida, tive uma conversa com a vice-chanceler do Equador e mencionei, entre outros, esses fatos, com as cautelas que nós esperávamos que estivessem sempre presentes. E, efetivamente, não estávamos esperando que, no dia seguinte a essa conversa, que foi, lógico, motivada por todo o conhecimento e acompanhamento que a gente faz num país como o Equador, de quem nós somos muito próximos e temos muito contato com muitas pessoas e com muito próximos ao organismo de decisão, me levaram a fazer essa conversa e já ter mencionado esse cuidado, muitas vezes, anteriormente.

Agora, é lógico que decisões são tomadas e são anunciadas, e o resultado, enfim, e gera conseqüências o resultado, e, entre outras, está a decisão do governo brasileiro de me trazer aqui, exatamente porque imaginávamos. Uma das coisas que me levou a isso é que uma medida desse gênero deveria ser precedida de consultas, pelo menos formais ou informais, como quer que seja.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permite, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com base nisso, eu pensei, agora: por que não o senhor, como Presidente da Comissão Parlamentar que supervisiona, de certa maneira, os organismos de informações, por que não convocamos uma reunião para saber se eles estão aparelhados para se anteciparem, diante de fatos como esse, que amanhã podem acontecer em qualquer outro país?

Está na hora de a gente ter um sistema que permita não saber detalhes, que ninguém sabe, até a CIA falha mais do que acerta, mas, pelo menos, não deixar o nosso Presidente--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): **--**tomando conhecimento pelos jornais estrangeiros dos fatos que ocorrem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Cristovam, o senhor há de convir que houve, neste último ano, uns três fatos graves internacionais, que, provavelmente, foram de surpresa para o governo brasileiro e para o povo também: invasão da usina na Bolívia e outros, o problema do Paraguai, que a gente sabia, porque os jornais publicaram na campanha eleitoral.

Então, realmente, a atividade de informações, ela tem que estar junto ao embaixador, para acompanhar de perto e prestar informação ao embaixador e ao cliente único, que é o Presidente da República.

Então, isso eu acho que está difuso demais, está fora do conceito de serviço de informações. A gente não vai falar em SNI, aqui, mas, durante o período, eles tinham gente em todos os lugares; podiam errar, como a CIA, como o SNI errou. Mas a presença junto ao embaixador, os Estados Unidos têm adido aqui, tem adido em todo o lugar, outros países, a Inglaterra tem, a Alemanha tem, e fizeram um acordo que todos eles são submetidos ao embaixador, sem prejuízos da atividade de informação. Desculpa, desculpa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, é isso mesmo. Eu até acrescento que o Brasil

cresceu de tal maneira que começa a incomodar os outros. Tem um serviço diplomático que eu acho que sempre foi maior até do que o Brasil, em termos de competência, mas, do ponto de vista de estarmos com informações sobre o que acontece lá fora, nós estamos menores do que o tamanho que o Brasil tem hoje.

Talvez o Senador Heráclito Fortes, que é o coordenador desta Comissão do Congresso, possa ajudar o país a se preocupar com esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu concordo com o questão da V.Exª e solicito que formalize. E eu tomarei as providências imediatas para fazermos essa oitiva, na próxima semana.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Inácio Arruda com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Esse episódio, ele parece ter nos surpreendido, mas trata-se de um assunto que vem sendo debatido, já há algum tempo. Que eu me lembre, esse problema da construção da usina, pela empresa Odebrecht, acho que a Odebrecht que está fazendo ou que fez a empresa, e que o Governo do Equador anunciou que tinha um problema técnico que precisava ser resolvido.

Então, não um assunto, assim, que possa surpreender ninguém, a surpresa é só a atitude, mas não do tema. O tema estava em curso, sendo discutido, acho que há uma diferença muito grande entre o Brasil e as nossas nações vizinhas, porque elas, normalmente, elas são nações mais de regime unitário, não são umas federações, como é o Brasil, uma grande federação, um país muito, um continente enorme.

Então, ali é um país pequeno, em que governo central lida com tudo, ele lida com tudo. Então, qualquer empreendimento, principalmente na área de produção de energia, está diretamente ligado à Presidência da República. Ao mesmo tempo, há uma política brasileira, que eu considero correta, de buscar uma integração maior com a América do Sul, especialmente, o que tem resultado, ao longo do tempo − que é isso que talvez o Senador Cristovam registre, sublinhe −, num crescimento, de tal sorte que vai parecendo uma espécie de disparate da relação comercial entre o Brasil e os países da América do Sul, com todos. Quer dizer, o nosso superávit, com essas nações, transformou-se num superávit muito grande, até com a América Central, o Senador Romeu Tuma complementa.

Então, quer dizer, essa relação muito forte é evidente que cria esse embaraço, também, com o Brasil, de como que se busca o equilíbrio, porque nós queremos produzir mais e queremos vender mais. Nossas empresas também querem se expandir para essas regiões. Vão encontrando, no mercado da América do Sul, digamos assim, talvez a sua vocação principal em primeira, e não fora da região. Tanto que o comércio entre nós é muito maior do que com os Estados Unidos e com a Europa.

Então, é lógico que aí tem uma posição de força brasileira. E por isso que o Brasil acho que tratou com muito zelo todas essas questões, todos esse episódios eu acho que o Brasil tratou com cuidado, com o zelo da sua diplomacia, que é o zelo da diplomacia brasileira. Não há um Itamaraty e o Brasil. Quer dizer, há o Brasil com a sua diplomacia, que é tradicional.

Então, eu acho que esse cuidado acho que foi feito pelo Brasil. Agora, parece que nós não vamos, não conseguimos ficar livres das atitudes dos dirigentes regionais, que me parece − não sei se é isso mesmo, o senhor tem melhores condições de informar do que nós que estamos olhando daqui −, de que parece que eles falam mais para o público deles, eles estão falando mais para dentro, como disse o Senador Cristovam, é para o gáudio local, é para elevar a moral do presidente no enfrentamento. E isso cria um embaraço, evidentemente, embaraço político, embaraço diplomático, embaraço comercial − está certo? −, que não interessa para o Brasil.

O Brasil vai com zelo, porque não interessa criar um atrito com nenhuma nação da América do Sul, pelo contrário. Mas, para esses dirigentes, há uma espécie de satisfação e parece que eleva a sua posição frente ao povo, no seu país, de enfrentar aquele que hoje é o principal vendedor. Quem está vendendo mais para a América do Sul é o Brasil. Então, você fica muito forte.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Populismo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu nem gosto de entrar nesse problema de movimento populista, Senador Tuma, porque há uma discussão larga sobre isso, porque, normalmente, se fosse populismo é porque aquele está preocupado com o povo. E se estiver preocupado com o povo, então, está certo, não está errado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas, no Brasil... É que no Brasil criou-se um pouco essa idéia. Então, o Getúlio virou populista, o Kubitschek virou populista, o Jango virou populista, o Lula é populista, está entendendo? Figueiredo, e por aí vai. Entendeu?

Então, o populismo, aqui, é tratado de forma que eu considero, às vezes, meio equivocada. Tem o que

V.Exª fala, que é o interesse particular do dirigente, de se apresentar como o "salvador da pátria" − está cento? − e tem outro populismo, que é o populismo daquele que pensa no país, quer construir sua nação, quer fazer com que sua nação cresça. E há uma confusão, muitas vezes, entre esses dois sentidos.

Mas, assim, a minha percepção é de que há uma luta interna e de que, para fortalecer uma posição interna, é bom agredir uma empresa brasileira. Às vezes, é difícil tirar uma base americana, às vezes, é difícil falar de um governo mais forte. Mas, não, vamos atacar, aqui, o Brasil, porque a gente sobe na nossa posição, nos fortalecemos internamente. É isso, é esse problema interno que está em causa ou é apenas o problema da construção, mesmo, de uma usina hidrelétrica malfeita, que, sendo malfeita, todos nós a condenamos, não apenas eles?É isso? Entendeu?

Então, eu acho que a gente precisaria compreender melhor de quem está ali acompanhando no dia-a-dia, como é a caso da embaixada brasileira. Se é uma discussão para fortalecer a posição do governo internamente ou se realmente nós cometemos uma falha, e que essa falha resultou num... O desfecho foi o rompimento de um contrato, digamos assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Algum esclarecimento, Sr. Embaixador?

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Mais do que um esclarecimento, um comentário. Muito obrigado por sua pergunta. Eu acho que nós temos que ver, eu não tenho condições de avaliar qual é o cálculo político que está na cabeça de um... Enfim, de um governo, ao adotar uma medida ou outra.

Mas eu posso lhe dizer outra coisa. Aí eu posso dizer sobre o que está na nossa cabeça, quando a gente reage a isso, que eu acho que é o que eu tenho condições de fazer. Não se... É claro que, tendo a metade da população de um continente e com uma produção muito mais diversificada, com uma pujança econômica muito maior, a gente, normalmente, trata ou até, naturalmente, vai buscar outro mercados, vai ser mais presente nos vizinhos.

Não só nos vizinhos. Uma das diferenças nossas, com relação aos latinos americanos, talvez eu tenha que tirar daí algum, que não me ocorre agora, mas, certamente, os sul-americanos, é que nós temos uma diversidade imensa de parceiros e nós estamos, cada vez mais, vendendo e comprando do mundo, investindo fora, porque é da natureza das coisas, a gente cresce assim.

Bom, isso... Agora, isso é um fato, é com esse que a gente... É em cima desse que a gene tem que elaborar. Isso gera outra coisa, que é uma relação assimétrica entre o país, e isso, decididamente, não nos interessa, no esforço de integração que nós queremos fazer.

Agora, é lógico, nós não somos mágicos, quer dizer, o Brasil é o Brasil, porque é o Brasil, com suas mazelas, mas crescendo e tendo uma presença cada vez mais forte ou mais ativa no continente, aceitando a presença cada vez mais ativa, e aí é que entra a questão de corrigir a assimetria e um pouco de "generosidade", que interessa para a gente, no fim, atuar assim, de forma que a nossa relação com os países, com os outros países, sobretudo os vizinhos de menor dimensão, seja percebida como algo que seja de interesse para eles também.

Agora, é lógico, e aí, com uma parte da cabeça, possa corrigir assimetria e outra, autuar com generosidade, porque isso interessa a nós, exatamente por causa dessa estabilidade que você vai construir, com esse tipo de relacionamento mais simétrico e mais generoso. Nós temos que ter firmeza ao defender certos princípios, certos interesses brasileiros que não podem ser, enfim, ignorados.

Eu tenho a convicção de que a tipo de resposta que nós demos a essa situação que surgiu no Equador foi exatamente adequada. Quer dizer, está aparente, claro, o nosso desconforto, a nossa resposta, e, enfim, isso manejado dentro de um contexto em que o objetivo maior é fortalecer a integração, sempre, mas de acordo com certos parâmetros, que, nesse caso, ficaram claros. Cada caso é um caso, não é? De nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Indagamos se há necessidade de alguma pergunta de caráter reservado ou se o Sr. Embaixador se sente na obrigação de pedir sessão reservada para responder algum questionamento que não pôde fazê-lo em sessão aberta.

SR. ANTONINO MARQUES PORTO E SANTOS: Não, senador, muito obrigado. Sobretudo porque as perguntas que foram feitas, além de difíceis, me fizeram abrir toda, enfim, a informação que eu tenho condição de dar. Muito obrigado. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Algum questionamento dos senhores que prefiram o caráter reservado? Não. A segunda indagação: há necessidade de fazer convocação de mais alguém, diretor de o BNDES, diretor da Odebrecht?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Gostaria da Odebrecht, para saber se houve o que o Senador levantou: alguma falha na construção.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos, portanto, então, formalizar, Senador? Porque já aprovaríamos aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Os dois do Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Há concordância?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A minha eu já estou--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já está pronta?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não está pronta, não, ainda falta datilografar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu faço e já mando para ele, e faz também a sua.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Bom, a convocação do Odebrecht fica aqui--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só uma pergunta. Eu acho que a Odebrecht é, nesse assunto todo, uma vítima. Então, por que convocar?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para saber realmente o que aconteceu. Não, é um convite. Eu não falei convocação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, não convoca. Se ela quiser vir...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, é convite.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, um convite, se ela quiser vir aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu falei um convite para explicar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque nós não teríamos poderes para convocá-la.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Faria um convite, de autoria do Senador Cristovam Buarque, apenas ele formalizaria. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram... Aprovado. É o Diretor de relações internacionais, não isso?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu que fiz o convite.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O dele é o senhor trazer a ABIN aqui, para direcionar alguns comportamentos, que dêem rapidez às informações e ao governo, se eu entendi.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A minha sugestão não é trazer aqui, é reunir aquela comissão, da qual eu nem faço parte, em caráter secreto--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Reunião da Comissão de Fiscalização da--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, da CECAE(F), não, é outro Fórum. A CECAE(F) eu atenderia à solicitação de vocês e tomaria as providências com relação à CECAE(F).

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, Deputado Pannunzio.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Me permita, apenas, aqui, até pelo respeito e admiração eu tenho pelo Senador Inácio Arruda, que elencou uma série de políticos brasileiros que, eventualmente, teriam sido classificados como populistas e começou com Vargas, passou por Juscelino Kubitschek. Eu queria, aqui, fazer uma ressalva, eu entendo que um populista não é aquele que tem a preocupação com o povo, como tiveram-–

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Deputado Pannunzio, não fui eu que classifiquei, não, eles estão classificados aí--

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Só para eu terminar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --pela mídia brasileira.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP): Como tiveram esses estadistas que, certamente, preocupavam-se bastante com o povo. Agora, pode, sim, ser classificado como populista, por exemplo, o ex-presidente Galtieri, da Argentina, que levou ao desastre das Malvinas; esse era populista.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Talvez, Presidente, não convidar, talvez, a Odebrecht, mas fazer um ofício até pedindo a eles alguma explicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas já tem a convocação e foi votada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, o convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Convite, o convite foi votado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas não é do Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não é do Senador Cristovam?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é meu.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ah, é do Senador Romeu Tuma um convite para ouvir.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não é para fazer nenhum questionamento, aí fora, mas para explicar o que o embaixador relatou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Óbvio, nos mesmos termos do convite feito ao embaixador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Dentro do que fez pelo embaixador, para eles virem relatar se houve algum--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É a Odebrecht, o diretor de assuntos internacionais, no caso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o que tem conhecimento do ato que foi discutido com o advogado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Será feito contato com a empresa, apenas para definir o nome, embora já esteja aprovado, aqui, vamos apenas a formalizar.

Nada mais havendo a tratar, eu encerrarei. Antes, porém, eu quero agradecer ao embaixador, pela presteza com que ele entendeu ao convite e acho que prestou uma grande colaboração, no sentido de esclarecer alguns fatos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 17h32.

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e sete de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, VIRGÍNIO DE CARVALHO, JOÃO TENÓRIO, ADA MELLO, INÁCIO ARRUDA, SERYS SLHESSARENKO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GILVAM BORGES, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, E JEFFERSON PRAIA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 1:** Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2007, de autoria do Senador Pedro Simon, que "*regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro".* O Presidente retira a matéria de pauta a pedido do Relator, Senador Romeu Tuma. **Item 2:** Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *"autoriza o Poder Executivo a instituir Programa de Melhoria Habitacional em Áreas Urbanas de Risco com participação do Comando do Exército".* Adiado. **Item 3:** Requerimento (SF) nº 1.224, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que *"requerem, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplausos ao economista estadunidense Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008".* O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCO MACIEL**, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 4:** Requerimento (SF) nº 1.346, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *"Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso ao professor ANTÔNIO Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito Juiz da Corte Internacional de Justiça".* O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY**, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, às doze horas e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES,** Presidente.

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2008, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala

de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, ANTONIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, ROMEU TUMA, ARTHUR VIRGÍLIO, ADA MELLO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES, KÁTIA ABREU E JEFFERSON PRAIA**. Justificou a ausência o Senador **EDUARDO AZEREDO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida os Embaixadores Ruy de Lima Casaes e Silva, Paulo César de Oliveira Campos e Edmundo Sussumu Fujita para comporem a mesa. O Presidente comunica que o embaixador Frederico Salomão Duque Estrada Meier já está exercendo o cargo de embaixador do Brasil no Cazaquistão, e a Mensagem 271 de 2008 é para que ele possa acumular o cargo de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas do Turcomenistão, do Quirquiz e por esse motivo não é necessária a sua presença na reunião de hoje. O Presidente dá início à apreciação das matérias fazendo a inversão da pauta. O Presidente submete a apreciação item Extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 70, de 2008 – CRE, de autoria dos Senadores Heráclito Fortes e Paulo Duque, que *"Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro das Relações Exteriores, Ministro Celso Amorim e o Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Armando Mariante Carvalho, para, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tratar dos empréstimos concedidos pelo BNDES a países da América do Sul e as providências a serem adotadas pelo governo brasileiro com a possibilidade do não pagamento desses empréstimos".* Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **EDUARDO SUPLICY e ARTHUR VIRGÍLIO.** O Presidente dá início à apreciação da Pauta. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 183, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Ruy de Lima Casaes e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos".* O Presidente abre o processo de votação e, em seguida, concede a palavra a Senadora **SERYS SLHESSARENKO,** Relatora "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. O Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** faz uso da palavra. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 206, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Paulo César de Oliveira Campos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, junto ao Principado de Andorra".* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **ARTHUR VIRGÍLIO,** para fazer a leitura de seu Relatório. O Senador **EDUARDO SUPLICY** faz uso da palavra. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 217, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto a República do Cazaquistão, exercer o de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas do Turcomenistão e Quirquiz".* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **CRISTOVAM BUARQUE,** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente submete a apreciação da Pauta extra. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 245, de 2008, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Coréia".* O Senador **ROMEU TUMA** faz uso da palavra. O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **ARTHUR VIRGÍLIO,** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **RUY DE LIMA CASAES E SILVA, PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA CAMPOS** e **EDMUNDO SUSSUMU FUJITA** para fazerem suas exposições. O Senador Marcelo Crivella assume a Presidência. O Presidente em exercício torna a reunião secreta às doze horas e dezoito minutos. A sessão é reaberta às catorze horas, sob a Presidência do Senador Eduardo Suplicy. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores. O Presidente em exercício submete à apreciação itens extrapauta: **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento –CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subs-*

creverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US$ 466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão". O Presidente em exercício concede a palavra ao Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Aprovado. **Item 3:** Requerimento nº 71, de 2008 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *"Requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2008, que "Aprova o texto do Convênio de Subscrição de Ações firmado com a Corporação Andina de Fomento –CAF, por meio do qual a República Federativa do Brasil subscreverá 35.378 (trinta e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações do capital ordinário daquela Corporação, no valor total de US$ 466.989.600,00 (quatrocentos e sessenta e seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil e seiscentos dólares norte-americanos), de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão".* Aprovado. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às catorze horas e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta 34ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à comissão a dispensa da leitura da aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Antes de iniciar a apreciação da Pauta, convido para compor a Mesa os senhores Embaixadores Ruy de Lima Casaes da Silva, indicado para a Organização dos Estados Americanos. Paulo César de Oliveira Campos, Reino da Espanha e, cumulativamente, o Principado de Andorra. Edmundo Sussumu Fujita, República da Coréia. Informo ainda que o Embaixador Frederico Salomão Duque Estrada Meier já está exercendo o cargo de Embaixador do Brasil no Cazaquistão, e hoje a votação é para que ele possa cumular o cargo de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas do Turcomenistão, do Quirquiz e por esse motivo não é necessária a sua presença na sabatina de hoje. Passamos agora à apreciação da Pauta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, com respeito ao item da CAF podemos fazer após?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ao final.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas eu agradeceria se puder aqui fazer dois registros.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não. Eu queria apenas colocar em votação o requerimento. Requeiro nos termos do Art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Ministros das Relações Exteriores Celso Amorim e o Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, Armando Mariante de Carvalho, para, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tratar de empréstimos concedidos pelo BNDES a países da América do Sul e as providências a serem tomadas pelo Governo Brasileiro com a possibilidade de não pagamento desses empréstimos. Sala das comissões, Senador Heráclito Fortes. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O registro que desejo fazer é exatamente sobre este tema. O jornal O Globo, de domingo--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estamos aqui para discutir a votação ou é um... É um tema correlato, mas não de acordo com o requerimento? Eu votaria o requerimento e em seguida daria a palavra a V. Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Estou de acordo com o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Com a palavra... Eu queria até que V. Exª subscrevesse já que me telefonou preocupado com o assunto. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, especialmente no último domingo, o Globo deu uma importante matéria sobre este assunto, com chamada de capa, e foto, inclusive, da Sra. Maria Lúcia Fatorelli Carneiro, que participou da Comissão de Auditoria Oficial da Dívida Equatoriana. Entretanto, ela faz, aqui, um esclarecimento que avalio como muito importante, possa se tornar do conhecimento dos senadores. Então, encaminho a V. Exª os escla-

recimentos que ela traz aqui à Comissão de Relações Exteriores.

Um documento importante para ser de nosso conhecimento, antes mesmo da reunião de terça-feira próxima, com o Ministro Celso Amorim e o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, uma vez que o trabalho que ela realizou no Equador não teve qualquer relação com a conexão feita pela matéria, resultado de um... Segundo ela, de uma verdadeira difamação, pois o jornal estampou a sua imagem, citou o seu nome 10 vezes e fez uma série de referências, como se ela tivesse colaborado para um calote, o que nunca ocorreu. E ela, aqui, traz os esclarecimentos, inclusive, informando que ela participou da comissão que tratou do exame da dívida comercial, portanto, com instituições privadas e, em nenhum momento, com... Não participou, em qualquer momento, da comissão que tratou da dívida com o Brasil.

Trata-se de um documento longo, com cinco páginas e mais diversos anexos com toda documentação, inclusive, da designação dela, pelo Ministro da Fazenda e Ministro... E, bem como, o Secretário da Receita Federal, à época. Avalio que são documentos relevantes para o esclarecimento. Portanto, eu encaminho à Presidência, Senador Heráclito Fortes, pedindo que seja encaminhado a todos Srs. Senadores. Um documento que é importante para o nosso conhecimento na hora de argüirmos o Ministro Celso Amorim e o Presidente Luciano Coutinho. Ela, inclusive, se encontra presente, fez questão, Sr. Presidente, de encaminhar a V. Exª, pediu que eu o fizesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa acolhe o requerimento encaminhado por V. Exª e determina que seja feita a distribuição a todos os membros da Casa. Senador Suplicy, apenas para esclarecer a quem nos ouve. Ela foi ao Equador como funcionária brasileira?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Foi como funcionária brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A serviço do Brasil?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A serviço do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E não como funcionária brasileira cedida ao Governo do Equador?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, mas ela participou de uma comissão, designada pelo Governo do Equador, também, mas para tratar de outro assunto que não aquele relativo ao BNDES. E isso está muito bem explicado. E ela... Sr. Presidente, eu faço até a sugestão de que dada, até, a relevância deste assunto, possa ela, inclusive, ser convidada para estar presente. Caso qualquer senador deseje esclarecimento, por ocasião da terça-feira próxima, quando houver a audiência com o ministro e com o Presidente do BNDES, para que ela possa estar presente, caso V. Exª assim acolha a minha sugestão, porque ela está disposta inteiramente a esclarecer. Os documentos, acredito, são suficientes para o esclarecimento. Mas, além disso, ela se dispõe, se V. Exª a convidar, por minha sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Convidar, evidentemente que, regimentalmente, eu não posso. Eu sou refém das decisões desta comissão. E nós estamos... Teremos a presença de um Ministro de Estado e do Presidente do BNDES. Agora, nada impede que no decorrer do debate, solicitado por V. Exª, ela seja ouvida. Isso aí...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. É nesse sentido que falo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o objetivo de esclarecimento a comissão não criará nenhuma dificuldade. Até porque, o objetivo nosso é o esclarecimento, mais rápido possível, de todo esse episódio.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Segundo ponto que eu queria rapidamente aqui registrar, já o fiz no Plenário, mas na Comissão de Relações Exteriores, avalio que seja importante registrarmos que quando Embaixador José Bustani acabou sendo retirado, por orientação do Governo dos Estados Unidos, do Presidente George Walker Bush, porque afirmava que seria importante que lá no Iraque, em 2002, se fizesse, de maneira completa, a inspeção para verificar se havia, ou não, armas de destruição em massa e, até aquele momento, não havia sido constatado.

Pois bem, como o Presidente George Walker Bush, anteontem, fez uma declaração que saiu na imprensa brasileira, com grande destaque, de que ele considera que o maior erro havido no governo dele foi, justamente, ter afirmado que havia armas de destruição em massa, de massa, e que acabaram sendo a justificativa para ele realizar a operação bélica no Iraque, em 2003. Tendo, o nosso Embaixador Bustani, sido, então, colocado para fora da Direção da OPAC, eu gostaria aqui de registrar, Sr. Presidente, expressar o nosso voto de solidariedade e reconhecimento, quem sabe, possa o Presidente George Walker Bush fazer o reconhecimento e pedir perdão, não apenas publicamente pelo erro cometido--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exª está sugerindo à comissão convocar o Presidente Bush para os esclarecimentos? [risos] Eu até concordaria. Não sei se alcançaríamos o objetivo.

EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quem sabe se o Presidente Heráclito Fortes considerar que isso está ao nosso alcance, então, seria ótimo promovermos aqui o pedido de desculpas de George Walker Bush--

[Falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu tenho a impressão de que eu compreendi bem. O Senador Suplicy se limita a solicitar que o Presidente Bush peça desculpas num ofício enviado a esta comissão. Eu compreendi bem o alcance modesto da pretensão do Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria dar uma sugestão a V. Exª, ao nosso alcance. Que esta comissão fizesse um convite ao embaixador, e aqui nós prestássemos a devida homenagem, que ele merece, pelo reconhecimento demonstrado agora pelo... É evidente que se, àquela época, a tese do embaixador tivesse prevalecido, talvez, o mundo tivesse... Sido evitado dos constrangimentos das mortes que ocorreram naquele confronto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Esse é o sentido, exatamente, do que eu gostaria aqui de registrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu sugeriria a V. Exª que fizesse a proposta do requerimento e eu subscreveria. Acho que dada a relevância, pode-se, inclusive, avançar para que seja feito no Plenário. Porque esse é um fato marcante na história da diplomacia brasileira. Um diplomata... Terminou sendo punido por defender suas convicções. É uma questão que eu faço a V. Exª, e serei signatário solidário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, então, vou... Sugiro que façamos conjuntamente, e anexemos neste requerimento um artigo, na época publicado pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, hoje Secretário-Executivo, onde esclarece tão bem o episódio havido e a injustiça, então cometida, pelo nosso, hoje, brilhante Embaixador José Bustani, do Brasil, na França. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos à Pauta. Item 01, não terminativo. Mensagem 183/08. Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Ruy de Lima Casaes e Silva, Ministro de Primeira Classe de Carreira Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. Autoria, Presidência da República. Relatoria, Senador Marco Maciel, que pede desculpas por outro compromisso assumido e, tendo em vista, o impedimento do senador, solicita à Senadora Serys Slhessarenko que exerça a função de relatora *ad hoc.*

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Sr. Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, senhores que estão à Mesa, Srs. Senadores. O relatório foi proferido pelo Senador Marco Maciel e, como já disse o nosso presidente, submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Ruy de Lima Casaes e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senadora Serys. Eu poderia pedir um minuto a V. Exª? Nós temos hoje várias comissões em funcionamento. Os relatórios foram distribuídos a cada um dos Srs. Senadores. E nós vamos abrir uma exceção. Aqueles que tiverem condições de, a partir de agora, exercer o voto, por conhecer o currículo e não ter mais nenhuma dúvida com relação às indicações, nós vamos, excepcionalmente, abrir o painel. E, a partir desse instante, os que desejarem exercer direito de voto já podem fazer. Muito obrigado. O voto, como todos sabem, é através da urna, que se encontra aqui, à esquerda da Mesa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permite só um minuto?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Cristovam, pois não.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não tenho nenhuma dúvida. Mesmo assim, eu não vou votar agora, porque eu voltarei aqui. Mas eu tenho que ir a uma homenagem ao povo palestino, porque eu fui um dos signatários. Mas eu vou e volto, porque eu quero estar aqui na hora da sabatina. Por isso eu não voto agora. Mas já estou decidido como votar sobre todos os três.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Comissão lhe aguarda com ansiedade. Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Essa Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Ruy de Lima Casaes e Silva, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, OEA.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Art. 52, Inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental elaborou *curriculum vitae*

do diplomata, do qual extraímos, para este relatório, as informações que se seguem: Nascido no Rio de Janeiro, o Sr. Ruy de Lima Casaes e Silva é filho do Sr. José Otávio Casaes da Cruz e Sílvia Maria do Céu Jorge de Lima.

Graduou-se em Direito, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 69. Freqüentou, no Instituto Rio Branco, o Curso de Preparação à Carreira Diplomata em 71, e o Curso de Altos Estudos em 1990. Nomeado Terceiro Secretário em 1973, o Diplomata foi promovido, por merecimento, a Segundo Secretário em 1977, a Primeiro Secretário em 1979, a Conselheiro em 83. Em 1992 tornou-se Ministro de Segunda Classe e, finalmente em 2001, Ministro de Primeira Classe.

Aí vem todos os cargos exercidos, as missões importantes de que participou o Sr. Ruy de Lima Casaes e Silva, vem uma relação que todos os senadores já têm este relatório. E eu passaria a dizer que o Sr. Ruy de Lima Casaes e Silva possui, entre outras, as seguintes condecorações: Medalha de Mérito Tamandaré, Brasil; Medalha de Mérito Santos Dumont Brasil; Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz; Ordem Real da Estrela do Norte, Suécia, Comendador; Ordem Alauita(F), Marrocos, Comendador; Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grã-Cruz; Ordem da Legião de Honra, França, Comendador; Ordem com o Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz.

Consta ainda do processo, além do *curriculum vitae,* relatado documento informativo sobre a Organização dos Estados Americanos, OEA, com sede em Washington, nos Estados Unidos da América, a OEA foi criada há 60 anos, em 1948, com o propósito de promover a paz e a segurança, democracia representativa, o respeito ao princípio da não intervenção, e a solução pacífica das controvérsias, entre outros. Quanto à promoção da democracia, as ações da OEA visam ao fortalecimento das instituições eleitorais dos Estados membros, bem como o desenvolvimento programas de promoção de educação democrática. Assim, a organização tem enviado, aos países, missões de observação eleitoral, para dar credibilidade aos processos democráticos nacionais.

Convém, por fim, ressaltar... Tem outras colocações a respeito da OEA, mas convém, por fim, ressaltar que a participação do Brasil na OEA pulveriza-se por vários setores, com enfoque na promoção da democracia, na expansão do comércio, na sustentabilidade ambiental, e no combate à pobreza, ao crime organizado e à corrupção. Registra-se que o Brasil contribui para a organização, anualmente, com cifras superiores a seis milhões de dólares, além de contribuições para fundos voluntários, como missões de observação eleitoral.

Diante do exposto, em cumprimento ao que dispõe o Art. 52, Item IV, da Constituição Federal, submeto à escolha do Sr. Ruy de Lima Casaes de Silva a esta comissão, certa de que seus integrantes já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial. Este é o voto, Sr. Presidente, do Sr. Senador Marco Maciel.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Arthur Virgílio, com a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para discutir, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu só não pedi a V. Exª que me--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exª está pedindo a palavra...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para discutir. Pois não.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu só não pedi a V. Exª para... V. Exª me concedesse a honra de relatar também essa matéria *ad hoc*, em substituição ao Senador Marco Maciel, porque seria uma demasiada concentração de objetos, já que eu vou ter a alegria de ser relator dos dois embaixadores, que são, aliás, dos mais brilhantes com que conta o Itamaraty, Embaixador Paulo César de Oliveira Campos e Embaixador Edmundo Sussumu Fujita. Mas eu devo dar meu depoimento sobre o Embaixador Ruy de Lima Casaes, que vai para o lugar certo, em mercê de sua experiência significativa como profissional da carreira diplomática.

Ele que tem enfrentado missões muito duras, muito espinhosas no Brasil. É, portanto, merecida a indicação. Eu tenho certeza absoluta de que o Brasil estará sob direção segura, a partir da sua representação junto à OEA. É com muita alegria que não consigo dizer que o meu voto seja secreto, porque teria que ser, absolutamente, aberto por reconhecer abertamente o mérito do Embaixador Ruy Casaes. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Feito o registro nós vamos ao Item 02 da Pauta. Não terminativo. Mensagem 206/08. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Paulo César de Oliveira Campos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, junto ao Principado de Andorra. Autoria, Presidente da República, e a relatoria cabe ao Senador Arthur Virgílio, a quem concedo a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Paulo César de Oliveira Campos, Ministro de Primeira Classe do quadro permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo do de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha e, cumulativamente, junto ao Principado de Andorra. A Constituição atribui competência prisão privativa ao Senado Federal para examinar, previamente, e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente: Art. 52, Inciso IV.

De acordo com o *curriculum vitae* elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o Sr. Paulo César de Oliveira Campos, filho de Jaime de Almeida Campos e Laurentina de Oliveira Campos, ingressou no Instituto Rio Branco, em 1975, por concurso direto, tendo se tornado Terceiro Secretário no ano seguinte, quando assistiu à divisão de organismos da [ininteligível] especializados. Concluiu o curso de Ciências Jurídicas pela Universidade de Brasília, UNB, em 1977. Tornou-se Segundo Secretário em 1979. Primeiro Secretário em 1983, Conselheiro em 1989, Ministro de Segunda Classe em 1996, e Ministro de Primeira Classe em 2003, sempre por merecimentos.

Dentre as outras divisões e departamentos a que serviu no Itamaraty, citamos a Divisão de Agricultura e Produtos de Base, em 1983, na condição de Subchefe, a Divisão de Visitas em 1988, e em 1995, em ambas as oportunidades, na qualidade de Chefe. Tornou-se ainda Chefe do Cerimonial da Presidência da República, a partir de 2003. Serviu na Embaixada em Washington, Estados Unidos, como Segundo Secretário a partir de 1980, na Embaixada em Tóquio, Japão, quando Segundo e Primeiro Secretário, a partir de 1983.

Na Embaixada em Bohn, Alemanha, quando Conselheiro, a partir de 1991, e no Consulado Geral em Londres, Reino Unido, como Cônsul Geral, Ministro de Segunda Classe, a partir de 1999. Cabe ressaltar ainda do *curriculum* do indicado, ter apresentado a tese *O Comércio Internacional de Produtos Agrícolas*, na Rodada Uruguai, no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 1993. Quanto às relações bilaterais Brasil-Espanha, cumpre destacar do relatório encaminhado pelo Ministério das Relações Exteriores, que estão no momento mais intenso de sua história, beneficiados a partir da década de 1990 pelos novos vínculos regionais, comunidade ibero-americana, e os acordos Mercosul-União Européia. A Espanha é hoje o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil.

Identifica-se grande convergência de interesses nos setores público e privado. A visita a Brasília do, então Presidente de Governo, José Maria Aznar, em outubro de 2003, deu forma à proposta espanhola do acordo de parceria estratégica, com a proposta de reuniões diplomáticas regulares da constituição de grupos de trabalho temáticos, dos quais se destacam os de comércio e investimentos. A atual gestão deu continuidade à iniciativa, considerando prioritária a implementação do acordo, o que indica que a importância do avanço das relações bilaterais é incontroversa, e com certo grau de precedência na política externa espanhola.

A agenda política de cooperação tem no tema *consulado*, a emigração ilegal de brasileiros para a Espanha, um dos seus pontos baixos. Sr. Presidente, dando para mim uma coisa... De fato, um defeito técnico de alguma gravidade, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sabotaram a sua relatoria. É um fato grave que nós iremos mandar...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Tomara que não seja nenhum basco inconformado com a presença de um democrata na Espanha. [risos] A agenda política de cooperação tem, no tema *consulado*, a emigração ilegal de brasileiros para a Espanha, um dos seus pontos baixos. Durante a gestão Zapatero, em 2005, foram legalizados cerca de 700 mil imigrantes. Assuntos que se transformaram em um dos argumentos mais candentes de oposição ao governo.

A repercussão mediática, quase diária, sobre o crescimento de chegadas por via marítima, dentre outras, de estrangeiros, secundou e potencializou essa oposição, angariando nos sócios europeus, notadamente França e Alemanha, fortes aliados. Por conseqüência, o número de inadmissões cresceu. Em relação aos brasileiros, passou de cerca de 1 por dia em 2006, para 10 por dia em 2007, e 15 por dia no corrente ano. Perfazendo, naquele ano, 1% do contingente de inadmitidos. O quadro de inadmissões, em relação a brasileiros, sofreu leve arrefecimento, após insistentes gestões diplomáticas.

Em primeiro de abril do corrente, na capital espanhola, foi realizada a reunião consular, de alto nível, para tratar do tema. A orientação acordada vincula-se com a melhoria da troca de informações sobre requisitos de entrada, criação de sistema de comunicação especial entre autores, consulados e migratórias, reforço da cooperação policial e da assistência jurídica aos ingressantes. No campo da cooperação técnica, destacam-se o projeto *Manejo de Reconstrução da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapu*, com o Haiti, que conta com recursos espanhóis e brasileiros. O projeto brasileiro, apoio técnico para a implantação da rede ibero-americana de bancos de leite de humano, com participação de Espanha, Argentina, Bolívia, Paraguai,

Uruguai e Venezuela, tendo por objetivo a implantação de, ao menos, um banco de leite humano, em cada país ibero-americano, bem como a criação de uma rede, para intercâmbio de conhecimento e de tecnologia para a área de lactância materna.

O compromisso de cooperação entre Brasil, Espanha e Bolívia para a execução de projetos, no setor de água e saneamento, em favor da Bolívia, com o objetivo de aumentar o acesso aos serviços de água potável, esgoto e saneamento básico em geral, priorizando as zonas peri-urbanas, no Município de El Alto, e as zonas urbanas do Município de Ururo. E, por fim, a Agência Catalã de Cooperação ao Desenvolvimento, que destinará 300 milhões de euros, no período 2008/2010, a projetos de desenvolvimento, ação humanitária, educação e capacitação.

Do relato, percebe-se que a inserção do último projeto da agência catalã, para qual o Brasil é considerado país prioritário para o recebimento de recursos, os demais projetos de cooperação técnica, nos quais Brasil e Espanha estarão envolvidos, visam, sobretudo, o auxílio a terceiros países. Um ponto de cooperação e relevo é o clamor pela ação mundial contra a fome e a pobreza. Pesquisam-se mecanismos inovadores de financiamento ao desenvolvimento. Em 2004 foi apresentado relatório final do grupo: Brasil, França, Chile, Espanha, Organização das Nações Unidas, sobre o tema, durante encontro de líderes mundiais, que contou com a participação de 125 países, 56 dos quais em nível de Chefe de Estado ou de governo.

Atualmente, encontra-se a iniciativa, diante do desafio de apresentar à comunidade internacional, ações concretas para a implementação desses mecanismos. No âmbito da cooperação científica e tecnológica, percebe-se a comum dificuldade em aliar desenvolvimento tecnológico, elevação dos padrões escolares em nível básico e aplicação industrial de conhecimentos. A Espanha tem dificuldade em posicionar-se na vanguarda mundial da produção tecnológica, à exceção das áreas biomédicas e de telecomunicações. Visita de delegação brasileira à Espanha, chefiada pelo então Secretário-Executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia, permitiu identificar as seguintes áreas potenciais para o desenvolvimento em projetos comuns: Tecnologia de informação e das comunicações. Agricultura e agronegócio. Qualidade de produtos, nanotecnologia, biomedicina e fármacos.

Projeta-se cooperação, também, na área de biocombustíveis. A dificuldade espanhola em cumprir as metas do Protocolo de Kyoto e a resposta governamental, na forma da estratégia de economia e eficiência energética, 2004/2012, do plano de energias renováveis, o PER, impõe a necessidade de diminuição da dependência espanhola das fontes de energia de origem fóssil.

A Espanha necessita da acumulação dos certificados dos mecanismos de desenvolvimento limpo, para ampliar sua franquia de emissão de gás carbônico, em grau compatível com o ritmo esperado de crescimento industrial. A Agência de Cooperação compreende, ainda, o acordo de cooperação, no domínio da defesa, que estabelece guarda-chuva legal, a partir do qual pode-se estabelecer atividades futuras de cooperação. Os entendimentos conjuntos para reforma do Conselho de Segurança da ONU, as tratativas para que os barcos de pesca espanhóis, em águas internacionais, tenham acesso aos portos brasileiros e temas culturais. Em relação ao Principado de Andorra, não consta haver iniciativas de cooperação bilateral, de quaisquer naturezas, em estudo e em desenvolvimento.

Sr. Presidente, levando em conta... Esse aqui é o relato formal, que cumpre, de maneira correta, se dele se tratar, quando se indica um embaixador. Mas eu devo dar um depoimento muito pessoal sobre o Embaixador Paulo Campos. Porque, se não fui seu colega de turma, não tive essa honra. Ele é de um concurso direto, imediatamente após a minha admissão e do Embaixador Edmundo no Instituto Rio Branco. Ele foi direto para o quadro de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, eu tive a alegria de ter sido seu colega de trabalho na Divisão de Organismos Internacionais Especializados, no Departamento de Organismos Internacionais.

E devo dizer que, logo de início, eu percebi e pressentia que ele desenvolveria uma carreira muito brilhante e rápida como, de fato, aconteceu. Dedicado ao trabalho, inteligente, clarividente, confiável, capaz de ganhar a confiança dos seus chefes da época, como sei que hoje desfruta da confiança do atual Presidente da República, o Embaixador Paulo Campos, muito conhecido pelos seus amigos como POC, ele está, simplesmente, cumprindo uma trajetória que era prevista por todos. Inclusive, é algo que extrapolava a nossa divisão e extrapolava o quadro de diplomatas. Muito popular entre os oficiais... [risos]. É uma história muito nossa, enfim. Mas... E diziam, as pessoas diziam... É o mais competente desse quarto andar. E, se fosse colocar outros andares, seria, de fato, dos mais competentes. [risos]. Uma conversa que não dá pra dizer, realmente, mas eu devo dizer da alegria. Eu fiz questão de ser relator do POC, porque tenho por ele um respeito muito grande, uma estima, que quero traduzir, mais do que no voto formal, nessa declaração informal. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esta comissão começa a viver um

grande problema. A turma do Arthur começa a ganhar o mundo representando o Brasil. E ele quer ser o relator de todos. Hoje já abriu mão de um... Imagine as próximas sessões, Senador Suplicy, como é que vai ser? O Senador Arthur Virgílio será aqui o relator oficial, o relator permanente. Mas eu fico muito feliz por isso e vejo que o Brasil perdeu um grande embaixador, que seria Arthur Virgílio, poderia estar aqui nessa Mesa, ganhou um grande Senador da República e nós tivemos o privilégio de sua convivência. Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Arthur Virgílio e os... Senadores... E a Senadora Serys relataram... Relatou também a respeito do Embaixador Ruy de Lima Casaes e Silva. Eu gostaria de, também, dar um testemunho pessoal sobre como o Embaixador Paulo César de Oliveira Campos, que foi Chefe de Cerimonial do Presidente Luis Inácio Lula da Silva e o Embaixador Ruy de Lima Casaes e Silva, desde 2003, em tantas ocasiões, eu pude ver a atenção com que ambos se dedicaram às suas respectivas missões, seja cada vez que um Chefe de Estado vinha ao Brasil.

E pudemos ver o Embaixador Ruy de Lima Casaes e Silva, inclusive, nas visitas desses Chefes de Estado ao Senado Federal, bem como ao Palácio do Planalto, mas também o Embaixador Paulo César de Oliveira Campos, em cada ocasião que, além de ser um Chefe de Cerimonial, pessoa que pudemos sempre notar, era um verdadeiro anjo da guarda, continua sendo, do Presidente Lula e de todas as responsabilidades e, tendo em conta, também, a sua atenção para cada uma das pessoas que precisavam sempre ter uma atenção junto ao Presidente.

Quero, inclusive, não apenas dar esse testemunho, mas também agradecer a maneira como ambos sempre trabalharam tão brilhantemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Arthur Virgílio, a Mesa lembra a V. Exª que, regimentalmente, nós temos a sessão reservada, a parte reservada. E V. Exª poderá continuar o seu relatório a respeito do embaixador, de forma que--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, teria sido perfeito se eu não tivesse rido. O Paulinho e eu compreendemos muito bem essa história. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 3. Mensagem 217/08. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Frederico Salomão Duque Estrada Meier, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República do Cazaquistão, exercer o de Embaixador do Brasil junto às Repúblicas do Turcomenistão e Quirquiz. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, relator da matéria que tem como origem... Como originária da Presidência da República.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Antes mesmo de entrar no mérito da indicação do Embaixador Frederico Duque Estrada Meier, eu quero dizer que essa sabatina, que é apenas para acúmulo, por isso ele não está presente, merece ser considerada como prova da ampliação da presença do Brasil no mundo inteiro. Isso é prova de que o Governo Lula tem tido, na política externa, uma dimensão sob o comando do Ministro Celso Amorim que está levando o Brasil a lugares onde a gente não estava antes. E não há nenhum país que não seja importante.

Mas no que se refere ao Embaixador Frederico Salomão Duque Estrada Meier, que já está de Embaixador no Cazaquistão, foi sabatinado aqui para isso. Agora, a mensagem que foi enviada é para que ele acumule essas duas... A embaixada dessas duas outras Repúblicas. O currículo do Frederico é extenso e muito interessante. Do ponto de vista dos seus postos, basta dizer que serviu na Embaixada de Bagdá, em 1980, num momento em que as relações com o Brasil eram muito intensas. E esteve presente no auge do Governo Saddam Hussein.

Esteve na Embaixada de Moscou, durante um bom período, quando lá era Embaixador... O Embaixador Sardenberg. Esteve na delegação permanente de Genebra, com mais de um embaixador. Esteve na Embaixada em Georgetown, esteve na Embaixada de Havana, em Havana, e esteve, durante um bom período, na Organização das Nações Unidas, onde teve um papel muito importante, eu lembro, ao acompanhar as discussões sobre Direitos Humanos. E agora, está em Astana, no Cazaquistão. Ele participou de diversas delegações em fórum e negociações internacionais, uma longa lista, que está aqui.

Foi laureado com a Ordem Isabel Católica, no Grau de Cavaleiro, é uma ordem espanhola, e a Ordem do Rio Branco, no Grau de Grande Oficial, no Brasil. O importante, no que diz respeito às duas repúblicas, que muitos de nós, podemos até não saber onde está, e eu pediria até que colocasse no mapa. É preciso lembrar que o Turcomenistão é um país que tem na sua constituição a idéia de neutralidade permanente. Ou seja, como uma cláusula pétrea da constituição, é a neutralidade. É um país que se abstém de participar dos diversos organismos internacionais, não

permitiu que seu território fosse usado na luta norte-americana contra o Talibã, no Afeganistão, e embora eu vislumbre aprofundar seus laços com China, Europa, é um país que tem um gasoduto ligando, através do Afeganistão, o Paquistão e Índia. Obviamente, em construção ainda.

Mas isso faz desse pequeno país, um país extremamente importante nas relações internacionais, porque ao passar um gasoduto das fontes de gás e petróleo de uma área para outra, vai fazer dele um país, provavelmente, chamando atenção. Por isso é importante o Brasil ter aí a sua embaixada, uma embaixada. Vale a pena destacar, também, que há uma cooperação brasileira com o Turcomenistão, por incrível que possa parecer a muitos de nós. Inclusive, o Brasil exporta caldeiras, máquinas, aparelhos, instrumentos mecânicos, carnes e café. Ao mesmo tempo que a gente importa de lá óleo diesel e algodão.

No que se refere ao Quirquiz, que é um país bem menor, bem mais pobre, 40% do país está abaixo da linha da pobreza. É um país que sofre, hoje, os efeitos de uma grande imigração de população muçulmana, saindo da Rússia. A indústria local servia de apoio ao complexo industrial militar soviético e, obviamente, com o desmantelamento da União Soviética, sofreu pesadamente, porque a demanda caiu e o país teve uma grande recessão que se mantém até hoje. Estima-se que cerca de 40% da população, como eu disse, está abaixo da linha da pobreza, especialmente, os refugiados da [ininteligível], que chegam a cada ano ao país aumentando a pressão.

Há uma grande divisão entre grupos étnicos e clãs, e esses clãs exercem forte influência. Há pressões, de qualquer forma, políticas que, inclusive, já desembocaram no que foi chamado, em 2005, a Revolução das Tulipas, que levou à queda do Governo Akaiev, governo que, embora no país agora, não mais socialista, mas que manteve liderança que vinha do antigo Partido Comunista. Desde 2006, diversos movimentos oposicionistas, dentre os quais sobressaem os grupos pelas reformas, e o grupo Frente Unida, têm mobilizado a população com manifestações que exigem a reforma da constituição e a diminuição do poder dos Presidentes. Eu acho que eles lá, se estivessem aqui, eles seriam contra as Medidas Provisórias, Senador Heráclito Fortes.

O fato é que, são dois países que não entram no vocabulário nosso do dia-a-dia. São dois países que, provavelmente, poucos brasileiros estiveram lá. Mas são dois países que estão numa região sensível, e a presença do Embaixador Frederico Meyer, eu creio que vai colaborar muito pra que a gente esteja, no mínimo, muito bem formado sobre o que acontece nessa área. Eu, pessoalmente, independentemente de todos os documentos, pareceres, eu quero manifestar a minha forte... O meu forte respeito ao Embaixador Frederico Meyer. Estive diversas vezes com ele em postos que ele ocupou. Em todos os lugares eu fui testemunha, não só da sua extrema simpatia, da grande ligação que ele consegue manter em cada país aonde vai, mas, sobretudo, da competência. Como ele desempenha as tarefas que o Ministério das Relações Exteriores determina para ele.

Por essa razão, embora o voto seja secreto, mas como parecerista eu quero dizer que o meu parecer é, absolutamente, favorável a que o Embaixador Frederico acumule essas duas outras embaixadas nessa região da Ásia Central.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É este o relatório. Item... Pauta Extra. Mensagem 245. Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República da Coréia. A Presidência da República é autora da mensagem e o relator é o Senador Arthur Virgílio, a quem concedo a palavra, avisando que, caso tenha algo a fazer, que não possa ser em sessão privada, é colega de turma também, poderá fazer na parte secreta.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O assunto não tem nada que sugira sessão privada.

SR. SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Arthur Virgílio... Permite um pela ordem, Presidente?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Claro, Senador Romeu Tuma.

SR. SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só... Porque eu não estou vendo aqui o acompanhamento da informação do Itamaraty sobre a Coréia, nesse relatório que entra em pauta... Extrapauta, como os outros, não tem os dados sobre a Coréia. Não sei se o embaixador vai colocar... Porque, pra mim, é sagrado... Essas informações que acompanham a indicação do Presidente da República, dos dados do país. E eu não estou vendo o da Coréia aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É porque é extrapauta mas está distribuído aí, em avulso, não é isso? Tem o avulso aí sobre a Mesa. Mas a Secretaria vai lhe providenciar uma cópia.

SR. SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Avulso, só o relatório. Não vieram os dados sobre o país.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Providenciaremos. Quero dizer que não

estava programado para hoje, mas atendendo à solicitação do Senador Arthur Virgílio, que é o relator--

SR. SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu endosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E aí entrou como extrapauta. Senador Arthur Virgílio.

SR. SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É o primeiro nissei que eu vejo aqui nesta comissão. É um orgulho para nós ter um representante nos cem anos da imigração japonesa, um representante do Itamaraty. E vai lá pra Ásia, pra Coréia. Está pertinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. Ele continuará na Ásia. Porque na Ásia ele já está. [risos] Então, na Indonésia. Por sinal, recebeu a delegação da Comissão de Relações Exteriores quando esteve lá, de maneira muito cavalheiresca, ele e a sua esposa. Quero fazer esse registro aqui. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Muito bem, Presidente. V. Exª prestou os esclarecimentos necessários, porque, de fato, V. Exª abriu uma exceção, levando em conta a necessidade de se preencher com rapidez esse posto de Embaixador na Coréia do Sul, e em se tratando de uma figura da competência e do peso do Embaixador Edmundo Fujita. Eu tenho a convicção de que V. Exª já tomou a providência de distribuir para os senadores as informações técnicas relativas a esse país. Mas eu... A exposição do Senador Fujita haverá de ser tão convincente, tão brilhante, que eu tenho a impressão que suprirá fartamente, a necessidade do papel e... E V. Exª... Eu tenho muita convicção disso, até porque, é outra figura que eu conheço bastante de perto.

Mas, Sr. Presidente, esta Casa Legislativa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Edmundo Sussumu Fujita, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República da Coréia. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal, para aprovar, previamente, por voto secreto, após argüição, em sessão secreta, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática e de caráter permanente, Art. 52, Inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental, Art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, elaborou *curriculum* do diplomata indicado, bem como, análise conjuntural do posto a que se destina. Dos documentos encaminhados, extraímos para este relatório, as informações que seguem. Nascido em São Paulo, em 7 de março de 1950, o indicado é filho de Yoshiro Fujita e de Shiyoko Fujita. Graduou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1972. Ingressou na carreira diplomática, no posto de Terceiro Secretário em 1976. Ascendeu a Conselheiro em 1989. Ministro de Segunda Classe, em 1995, e Ministro de Primeira Classe, em 2002. Em todas as ocasiões por merecimentos.

Na chancelaria exerceu, entre outras, as seguintes funções: Chefe Substituto da Divisão das Nações Unidas, 1990, Diretor do Departamento de Ásia e Oceania, em 1999. No exterior desempenhou os cargos de Conselheiro, junto à ONU, 1990, Representante alterno do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, 1993, Embaixador em Jacarta, 2005. Na Esplanada, foi Assessor Especial do Ministério Extraordinário de Projetos Especiais em 1999. Registramos, ainda, que o indicado chefiou inúmeras delegações e encontros destinados a discutir temas relacionados ao continente asiático.

No tocante ao posto designado, Embaixada do Brasil em Seul, referimo-nos a algumas das considerações, trazidas pelo informe ministerial, de modo a subsidiar a sabatina pela comissão. Em 2009, as relações bilaterais celebrarão seu cinqüentenário. Elas, no entanto, só adquiriram maior intensidade no romper dos anos 90. Várias viagens presidenciais, de parte a parte, ocorreram no período. Observa-se ainda crescente incremento comercial com a abertura significativa de oportunidades de negócio, em ambos os países. As áreas de maior convergência vinculam-se a segmentos de alta tecnologia, a biotecnologia, biomassa, a nanotecnologia, a tecnologia aero espacial.

A República da Coréia é o segundo investidor asiático no Brasil, com investimento da ordem de um bilhão de dólares. A Coréia só fica atrás do Japão. Trata-se, ainda, do terceiro parceiro comercial brasileiro na Ásia, logo após China e Japão. Em termos numéricos observa-se déficit em desfavor do Brasil na balança comercial entre os dois países. Em 2007 o fluxo de comércio foi de 5.4 bilhões de dólares, com déficit de 1.3 bilhões de dólares. É de se registrar, por igual, que as exportações brasileiras estão altamente concentradas em bens primários e minerais. Já nossas importações, vinculam-se a produtos com elevado valor agregado.

Entre os projetos bilaterais a merecer superlativo destaque estão: O trem bala, os biocombustíveis, a pesquisa agrícola, a cooperação para uso pacífico de energia nuclear e dragagem de portos. Para além dos aspectos comerciais e financeiros, verifica-se incremento do ponto de vista do intercâmbio cultural. Institucionalmente, o relacionamento bilateral se caracteriza por inúmeros atos a vincular ambos os países. O

tratado de extradição, acordos para evitar bi-tributação, de defesa, área de transportes e, também, ciência e tecnologia. Há, por igual, mecanismos de consultas recíprocas em distintas áreas: A cultural, a de investimentos, a agrícola, a de recursos energéticos e a que trata de minerais.

Eu gostaria também de dar um depoimento pessoal sobre o Embaixador Edmundo Sussumu Fujita, que prestou concurso junto comigo para o Itamaraty. Foi o primeiro colocado. E com uma característica, longe dos cursos preparatórios e, estudando sozinho em São Paulo, depois, com muita pressa em fazer a carreira brilhante que vai desenvolvendo, que vai desenrolando, não completou conosco os dois anos do Instituto Rio Branco. Porque apareceu, em seguida, a oportunidade de um concurso direto e ele fez o concurso direto e, portanto, se colocou em posição inclusive de precedência hierárquica e de antigüidade, em relação aos da nossa turma.

Ele era, até o momento em que saiu do Instituto Rio Branco, igualmente, o primeiro aluno da classe. Eu diria, sem medo de errar que, talvez, seja o mais brilhante dos colegas com que privei naquela turma. E uma turma caracterizada por pessoas de enorme valor. De enorme peso. Uma turma pequena, uma das menores da história do Rio Branco, mas que tinha, na figura do Edmundo, alguém que, por sua lealdade, por seu caráter, por sua determinação e por sua inteligência e sua cultura um exemplo a ser seguido por todos. Obviamente, então, que não podendo ser meramente formal em relação a esse indicado, esse sabatinado, como não o fui em relação ao Embaixador Paulo Campos, eu digo com muita tranqüilidade que, entendo que a Coréia se sentirá ao fim do termo do Embaixador Edmundo Fujita, por lá, se sentirá muito honrada com a consideração que o Brasil lhe terá devotado, indicando para representá-lo um dos melhores quadros com que conta a diplomacia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Virgílio, desfaça uma dúvida desta Presidência. Da sua turma, quantos já alcançaram o posto de embaixador? Dois aqui... Maria Dulce, não é isso?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu chateio bastante... Eu aborreço bastante o Celso Amorim para que todos. Mas ainda faltam alguns. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas quantos já, mais ou menos, dessa turma?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): A Maria Dulce é anterior. Éramos 12, né, Edmundo? Ficaram 11, um falecido... Maria Luiza Viotti, que está em Mônaco, o José Antônio Marcondes de Carvalho, Enio Cordeiro, Edmundo Fujita, Afonso Cardoso... Eu fora... Victor de Melo Vianna, infelizmente, não está entre nós mais, sete... Faltam... Quatro ou cinco. Ainda tem muito que aborrecer--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Relatado. Pois não, Senador Suplicy.

NTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Inclusive o Senador Arthur Virgílio, eventualmente, poderá se tornar um embaixador. Dentre outras possibilidades, todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o prestígio que o Senador Suplicy tem no governo, não duvide de nada.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu tenho a impressão que o governo teria prazer em quebrar a regra, talvez, até, para se ver livre de mim aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concedo a palavra ao Embaixador Ruy de Lima Casaes e Silva para fazer sua exposição.

SR. RUY DE LIMA CASAES E SILVA: Sr. Presidente, eu agradeço muito a V. Exª a gentileza de ter num momento especialmente sobrecarregado para o Senado Federal, final de ano, sei que muitas... Muitos projetos de lei e medidas provisórias estão na Pauta do senado, tenha tido, enfim, a amabilidade de convocar esta reunião para nos receber, a nós três, cujos nomes estão sendo submetidos pelo Presidente da República ao Senado Federal.

Eu agradeço, penhoradamente, ao Senador Marco Maciel pela gentileza de ter aceito relatar a minha indicação. Infelizmente, o Senador não pôde estar hoje aqui conosco e, por essa razão, a Senadora Serys Slhessarenko teve a amabilidade de o substituir hoje. Agradeço a ambos a essa gentileza e as palavras bondosas que tiveram a meu respeito. Agradeço também, especialmente, ao nosso colega, Senador Arthur Virgílio, pelas generosas palavras que teve a meu respeito. Nós não coincidimos, cronologicamente, no Rio Branco, mas a diferença foi pequena. Mas eu venho a saber que coincidimos, sim, não temporalmente, mas espacialmente, na nossa primeira função dentro da Secretaria de Estado que foi, justamente, na antiga DIA, quando eu para lá fui ainda chamava-se DOA. Mas era uma divisão que pertencia ao Departamento de Organismos Internacionais. Muito obrigado pelas suas palavras.

Agradeço também, igualmente, ao Senador Eduardo Suplicy, também, a generosidade das suas palavras que recebo, enfim, não como um crédito meu, mas sim, atribuo as suas palavras a sua conhecida generosidade, bondade e cavalheirismo. Efetivamente, a função que tanto o Embaixador Paulo de Oliveira

Campos, quanto eu, exercemos, eu já estou na Chefia do Cerimonial há quase nove anos, portanto, passei por dois governos, e dois Presidentes, três Ministros das Relações Exteriores. Essas funções que nós exercemos são funções que, eu diria, árduas, que exigem muito sacrifício e, sobretudo, exigem dedicação profissional.

Eu acho que o espírito público que é exigido para quem exerce essas funções, há de ser um elemento central na atividade, atuação que cada um de nós tem tido. E eu sempre procurei e vejo que o Senador Suplicy reconhece na minha atuação essas características. Eu sempre tive a consideração, o respeito com todos interlocutores, independentemente de quem os fosse, porque entendo que a função do Chefe de Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, além de ser, essencialmente, uma função de facilitador, ele deve, antes de mais nada, manter um diálogo pleno, fluído, com seus interlocutores. Portanto, eu agradeço muito a sua gentileza.

Presidente, eu entendo que o nosso tempo é razoavelmente curto, mas eu não poderia deixar de passar... Deixar passar a ocasião de manifestar a honra que eu tenho de ter tido o meu nome submetido pelo Presidente da República por indicação do Ministro das Relações Exteriores, submetido ao Senado Federal, para chefiar a missão do Brasil, junto à Organização dos Estados Americanos. Onde, por casualidade, eu servi no meu último estágio no exterior, por quase seis anos. Sentir-me-ei mais honrado ainda se puder contar com o apoio do Senado Federal. Que é um apoio, não apenas formalmente necessário, mas é um apoio espiritual necessário, para quem vai desempenhar uma função no exterior, em representação do Brasil.

Eu rapidamente daria umas pinceladas: O que é a Organização dos Estados Americanos? A Organização dos Estados Americanos é, essencialmente, o principal foro político hemisférico. Ele nasceu... Ela nasceu em 1948, em Bogotá, portanto, pouco depois da... Do término da Segunda Guerra Mundial, mas encontra suas origens no Congresso Anfictiônico, que realizou em 1826, no Panamá, por inspiração e iniciativa de Simon Bolivar. Portanto, na sua própria origem, está o sentido de integração, de irmandade e de entendimento entre as nações americanas.

Formalmente, ela foi criada em 48. Mas ela teve duas organizações que a antecederam. Imediatamente a União Panamericana, que foi criada em 1910 e, mais atrás, a União das Repúblicas Americanas, que foi criada em 1890. A Organização dos Estados Americanos, ela tem... Abarca uma gama que, eu diria, quase infindável, de temas e de áreas de atuação. Dessas áreas de atuação, eu poderia talvez destacar algumas poucas, em que o papel da organização tem sido relevante, para a condução de uma série de temas de interesses coletivos como, por exemplo, Direitos Humanos, democracia, igualdade de gênero... E tantas outras áreas em que a organização tem demonstrado a sua importância, o seu valor, a sua relevância, justamente, para o encaminhamento de temas relevantes para a região.

Mais recentemente, a organização teve que passar por um processo de renovação, especialmente, a partir das reuniões de cúpula, a reunião... Reuniões da Cúpula das Américas, cuja primeira edição foi em 1994. De lá pra cá, os mandatos decorrentes das decisões tomadas pelos chefes de Estado e de governo dos países do continente americano têm atribuído novas áreas à atuação da organização. Essas áreas são vastíssimas. É a segurança coletiva, terrorismo, corrupção, tráfico de drogas, enfim, uma infinidade de temas. A organização exerce dentro do sistema da cúpula das Américas a função de secretariado, há uma comissão constituída pelos Estados membros que leva a cabo a preparação dessas reuniões da cúpula das Américas e, posteriormente, vê a implementação, segue a implementação das decisões tomadas.

Em linhas gerais, enfim, para ser muito breve, isso é o que é a Organização dos Estados Americanos, que tem, hoje em dia, uma estrutura bastante diversificada, muito bem estruturada. Exerce funções importantes no segmento de temas, por exemplo, como eu já mencionei, Direitos Humanos, por intermédio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e por intermédio da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Democracia, a organização, para que os Srs. Senadores tenham uma idéia da importância da organização, especificamente, no tema da democracia, a organização foi o primeiro... A primeira instituição internacional que consagrou, nos seus documentos básicos, a democracia como um elemento essencial à participação dos Estados membros.

Isso começou em 1991 em Santiago, com a adoção da Resolução 1080, chamada de Democracia Representativa, que criou um mecanismo de intervenção, entre aspas, da organização, quando houvesse ameaça, ou mesmo, a quebra da normalidade constitucional. Posteriormente, a organização foi burilando os seus instrumentos nessa área, aprovou em 1992 o protocolo de Washington que consagrou, então, esse mecanismo da suspensão, do ponto de vista formal, porque foi um protocolo a própria carta da organização, a carta construtiva da organização. E mais recentemente, em Santiago aprovou em 2001, a Carta Democrática Interamericana.

Esses três elementos são elementos essenciais para fomentar o aperfeiçoamento dos regimes democráticos nos países que são membros da Organização dos Estados Americanos. São 35 membros, que são todos os países independentes da região, dos quais um encontra-se suspenso das atividades da organização. Não o Estado, pode parecer um preciosismo, mas quem está suspenso é o Governo de Cuba. É natural entender-se isso, se nós voltarmos à época em que essa decisão foi tomada, em 1962, em Punta Del Leste, uma reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores, convocada com base no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, chamado Tratado do Rio de Janeiro.

Naquele momento, um momento de guerra fria, um momento de confronto ideológico leste-oeste, eu não justifico, absolutamente, a decisão que foi tomada àquele momento, mas, naquele cenário, havia elementos que conduziram os países a tomarem essa decisão. Passados 46 anos, o quadro referencial mudou totalmente. E um dos temas que vem sendo ventilado, ocasionalmente, aqui e acolá é, justamente, a reincorporação de Cuba à Organização dos Estados Americanos. Naturalmente, não é um fato simples, mas é um fato que estaria, digamos, no campo visual da organização para os próximos anos.

Eu... Enfim, creio que, talvez, tenha falado um pouco demais, mas enfim, eu me coloco à disposição dos Srs. Senadores para, posteriormente, responder a perguntas que tenham a gentileza de fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Sr. Embaixador Paulo César de Oliveira Campos para fazer a sua exposição.

SR. PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA CAMPOS: Bom dia. Bom dia Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Srs. Senadores. É uma honra estar hoje aqui. Para nós diplomatas o referendo desta Casa legitima, ainda mais, as funções para aqueles que são designados para representar o Brasil no exterior. Infelizmente, me preparei nas duas últimas semanas para fazer uma apresentação aqui, mas o meu relator e amigo pessoal, Senador Arthur Virgílio, me deu um banho e fez um relato muito melhor do que eu poderia fazer aqui, apesar dessa preparação.

Então, vou ser obrigado a tentar repetir um pouco o senador ou, basicamente, repetir tudo que o senador falou, apenas, com uma correção, senador, seus dados estão desatualizados com relação à posição da Espanha como investidor no Brasil. Hoje ela é o segundo maior investidor. No seu relato ainda estava, talvez, não levando em conta os dados, recentemente, publicados para dezembro de 2007.

Então, passo praticamente, a minha leitura para tentar igualar à qualidade de seu relato, que prova que o Itamaraty perdeu um grande embaixador, mas o Brasil ganhou um grande senador. Nos últimos seis anos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA CAMPOS: [risos]. Nos últimos seis anos fui Chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto. Acompanhei o Presidente da República em, praticamente, todas suas viagens nacionais e internacionais, e em muitos de seus encontros com personalidades e autoridades brasileiras e estrangeiras. Tive a oportunidade de conhecer muito bem o Brasil. O Brasil profundo, e de conviver com a grande maioria dos temas da política externa. Creio que isso ajudou a complementar minha formação para vir a ocupar, caso conte com a aprovação de V. Exªs, a posição de Embaixador do Brasil na Espanha. Uma embaixada que conta com uma agenda ampla, densa, de temas bilaterais, regionais e multilaterais. País de imigrantes e de migrantes, com forte herança pluricultural, a Espanha é um país mediterrâneo, europeu e membro da comunidade ibero-americana. O país tem as dimensões do Estado da Bahia, uma população de 45 milhões de habitantes, e um Produto Interno Bruto de cerca de 1,4 trilhões de dólares.

No momento, a Espanha enfrenta uma certa dificuldade no setor econômico-financeiro. Essa dificuldade é causada, não apenas, pela crise internacional, que todos conhecemos, mas, começou anteriormente, pela sua própria condição interna, uma bolha imobiliária, que foi o primeiro elemento e que trouxe à Espanha, antes de todos os países, para uma crise econômico-financeira. A economia deverá crescer pouco este ano, cerca de 1%. Mas em 2009 acredita-se que terá uma taxa negativa de crescimento. O desemprego, que era 8,6% em 2006, passou para pouco mais de 9% em 2007 e, atualmente, está beirando entre 11% e 12%, e pode chegar a 14%, entre 14% e 15% em 2009.

As relações bilaterais passam por um momento excelente, que teve início com o processo de redemocratização dos dois países e com o adensamento das relações econômico-financeiras na década de 90. Temos um diálogo franco, fluido, politicamente falando, que transcende as linhas partidárias. Esse diálogo fluido está consubstanciado basicamente na parceria estratégica que foi estabelecida em 2003 durante o Governo Aznar, que é do partido popular, e que ganhou maior densidade no Governo Zapatero, do partido socialista obreiro espanhol.

Dispomos, com a Espanha, de mecanismos regulares de consultas políticas e econômicas, que muito ajudaram a resolver os problemas consulares de que tratarei mais adiante. Tanto no governo, quanto nos meios empresariais e na sociedade espanhola em geral, há uma visão muito positiva sobre o momento em que vive o Brasil. E sobre a atuação de sua política externa. A Espanha é o segundo maior investidor no Brasil e o Brasil é o segundo maior receptor de investimentos espanhóis. E esses investimentos estão mais visíveis em setores como: Finanças, telecomunicações, energia, turismo e infra-estrutura.

O total de investimentos espanhóis acumulados, no Brasil, em dezembro de 2007 é de 31 bilhões de dólares. O fluxo de comércio tem crescido de forma expressiva e tem sido favorável ao Brasil, com crescente superávit. Existe amplo espaço para a cooperação científico tecnológica e para parcerias no setor energético. A Espanha é altamente dependente de importações no setor energético e tem interesse em garantir a sua segurança energética. A parte de ciência e tecnologia, Brasil e Espanha estão um pouco aquém do seu potencial, e para tentar superar essa situação, em janeiro deste ano, foi assinado um plano de ação em ciência e tecnologia.

Há um crescente intercâmbio na área acadêmica, com formação de estudantes brasileiros na Espanha e cooperação entre universidades. Com a criação de entidades, como a Fundação Hispano-Brasileira, a parte cultural ganhou maior dimensão. Abre-se um espaço para aumentar a difusão de informações sobre o Brasil e aumentar o interesse em estudos brasileiros. Houve uma intensificação da agenda cultural, com um maior interesse para os nossos autores, nossa música e, inclusive, as nossas belezas culturais e que abre um espaço para maior cooperação com a Espanha. Com a decisão aprovada por consenso neste congresso de tornar obrigatória a oferta do ensino de espanhol, como matéria optativa no ensino médio, abrem-se oportunidades para ações conjuntas na formação de professores e alunos.

E não é por acaso que, hoje, o Brasil é sede do maior número de Institutos Cervantes no mundo. Apesar de diferenças tópicas em algumas questões, Brasil e Espanha trabalham juntos em vários temas da agenda internacional, como a iniciativa contra a fome e a pobreza, e a cooperação trilateral que, como disse o Senador Arthur Virgílio, tem muita incidência no momento no Haiti e na Bolívia. Hoje, os dois principais e mais delicados desafios que a diplomacia brasileira enfrenta na Espanha são os temas inter-relacionados dos inadmitidos e dos migrantes(F) em situação irregular. O problema é complexo, tanto para o Brasil, quanto para a Espanha.

Em 1981, a Espanha tinha cerca de 200 mil estrangeiros residentes, o que significava 0,52% da população. Em 2008, segundo pesquisas recentes, esse contingente atingiu cerca de 5,2 milhões de pessoas. Com mais de 11% da população espanhola. Há 115 mil brasileiros registrados na Espanha, para fins previdenciários. Apenas em 2007, cerca de 25 mil brasileiros passaram a residir na Espanha. Ainda no ano passado, ingressaram na Espanha, cerca de 308 mil turistas brasileiros. O percentual de inadmitidos está na faixa de 1%. Portanto, cerca de três mil brasileiros. A admissão na fronteira e para todos os países... É para todos os países uma decisão soberana. O limite da atuação diplomática é a exigência da aplicação de regras claras e bem definidas.

Para nós é inaceitável que turistas e estudantes sejam barrados, sem justificativas e sujeitos a maus-tratos. Tampouco é aceitável que imigrantes, sem situação regular na Europa, sejam tratados como criminosos, ou tenham seus Direitos Humanos violados. O Brasil espera que seus cidadãos recebam tratamento adequado, sejam bem tratados, independentemente, de sua condição legal. Vou ter a sorte de trabalhar juntamente com dois colegas da melhor qualidade, Embaixadores Gelson Fonseca e Marcos César Naslausky, respectivamente, Cônsul Geral em Madri e Cônsul Geral em Barcelona. Minha tarefa será acompanhar o tema nas vertentes que vão além das esferas estritamente consular. Graças ao bom diálogo político, que Brasil e Espanha desenvolveram, foi possível em março de 2008 construir uma série de medidas, para diminuir o problema dos inadmitidos. Para a Espanha, a questão da migração(F) irregular tornou-se um dos temas centrais da agenda de política interna, com a chegada da crise econômica e o aumento do desemprego.

No caso dos migrantes(F) brasileiros em situação irregular, o diálogo tem que ser travado em várias frentes. Com a Espanha, com a União Européia e com os fóruns regionais e multilaterais que tratam do tema da migração(F). É importante também apoiar a comunidade brasileira que reside ilegalmente na Espanha. No momento, seu principal pleito é a aprovação pelo Congresso Nacional do acordo de reconhecimento mútuo de carteiras de habilitação, o que facilitará em muito a vida dos residentes, trabalhadores, estudantes brasileiros na Espanha.

Tive, inclusive hoje, a satisfação de saber que o tema entrará na pauta de votação do senado hoje, que é o estágio final para a aprovação desse acordo. Caso conte com o apoio de V. Exªs, poderei chegar na Espanha dando uma boa notícia à nossa comunidade. Fora

o tema dos inadmitidos e dos migrantes(F) irregulares, não há, no momento, outras questões que gerem dificuldades na agenda bilateral. Os demais desafios são todos positivos, e dizem respeito a aprofundar, ainda mais, as relações econômicas, políticas e de cooperação. Queremos mais investimentos europeus, queremos mais investimentos espanhóis, sobretudo, nos setores estratégicos do PAC e na área industrial.

Temos interesse em aumentar o fluxo de comércio, diversificar nossas vendas, aumentar nossas vendas, expandir o número de turistas espanhóis no Brasil. Há muito trabalho a fazer para aprofundar a cooperação em ciência e tecnologia e em cultura e em educação. A Espanha, assim como Portugal, se considera um interlocutor privilegiado nas relações do Brasil com a União Européia. Isso pode permitir que o Brasil utilize seu excelente diálogo com o governo espanhol para fazer avançar seus pontos de vista nas negociações com a parte comunitária. Especialmente, em temas centrais para nós, como, imigração e biocombustíveis.

Além dos temas que mencionei, Madri é um extraordinário posto de observação para o acompanhamento de alguns dos principais temas da atualidade européia e mundial. Basta lembrar as questões das autonomias regionais, do terrorismo e das imigrações. Noto, por fim, que Madri é também uma sede da Secretaria Geral Ibero-Americana, da Organização Mundial de Turismo e da Comissão Internacional para Conservação do Atum do Atlântico. Espero que a minha apresentação tenha sido capaz tenho demonstrar a V. Exªs o entusiasmo com que aceitei a indicação do Sr. Presidente da República para o cargo de Embaixador do Brasil em Madri. Agradeço a atenção e estarei à disposição para perguntas oportunamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Concedo a palavra ao Embaixador Edmundo Sussumu Fujita para fazer sua exposição.

SR. EDMUNDO SUSSUMU FUJITA: Muito obrigado. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, nobre Senador Heráclito Fortes, nobre relator Arthur Virgílio, nobre senador, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Inicialmente, eu queria agradecer a generosidade do Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores por ter permitido o meu ingresso extrapauta na sessão de hoje. Graças também ao forte empenho que o Senador Arthur Virgílio fez. Por isso, uma vez que o meu tempo aqui em Brasília é limitado. Eu estou servindo em Jacarta como Embaixador e tem uma série de compromissos que eu não posso adiar nesse final de ano.

Então, eu conto com a indulgência de V. Exªs para essa minha intromissão na pauta regular. E, em segundo lugar, queria agradecer as palavras muito amigas do meu grande amigo e colega Senador Arthur Virgílio, cujas palavras generosas se deveram muito mais à amizade que nos une há muito tempo, há mais de 30 anos, do que às minhas poucas qualidades pessoais. E queria agradecer também e, sobretudo, a indicação do meu nome pelo Sr. Presidente da República, endossada pelo Ministro de Estado, para que eu venha representar o Brasil, na República da Coréia, caso aprovado por V. Exªs, na qualidade de servidor do Estado.

Como salientaram meus colegas, constitui uma grande honra para nós, funcionários do Itamaraty, comparecermos perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado, para podermos apresentar, prestar contas do que nós estamos fazendo em prol do país e, receber, também, a orientação de V. Exªs, uma vez que a colaboração entre os poderes é um traço fundamental da democracia. E, em particular, pra mim constitui um grande privilégio poder vir a servir na Coréia do Sul, uma vez que é um país muito importante, um país notável por sua trajetória recente.

É um país que tem mais de cinco mil anos de história, ao mesmo tempo é um país que conseguiu chegar a um alto grau de desenvolvimento nos últimos 50 anos. É uma coisa... Um paralelo, talvez, com o caso japonês, considerado... Denominado de milagre do Rio Han, que é o rio que atravessa Seul, e a criatividade, o empenho, o esforço do povo coreano em fazer com que o país passasse de um estágio de subdesenvolvimento, há 50 anos atrás, para uma das... Dos níveis mais elevados de economia e política no cenário internacional, não deixa de ser um grande exemplo para nós, país em desenvolvimento.

No caso brasileiro, como salientou o nobre relator, a Coréia é o terceiro maior parceiro comercial asiático no Brasil, depois da China e o Japão. É o segundo maior investidor asiático no Brasil, após o Japão. Tem um estoque de cerca de um bilhão de dólares em investimentos no país, em setores estratégicos importantes como: O automotivo, o eletrônico, a agricultura, a mineração, siderurgia e tudo mais. E é a quarta maior economia asiática, após a China, o Japão, a Índia. A Coréia, apesar de ser um pequeno país, tem cerca de 100 mil quilômetros quadrados, só para arrendar as cifras. Tem um produto nacional bruto de um trilhão de dólares, e uma renda per capita de 20 mil dólares, quase três vezes maior do que a do Brasil.

Então, é uma coisa... É, inegavelmente, um motivo de estímulo e êmulo para países em desenvolvimento que, acredito, tem muito a ganhar com uma cooperação com esse país asiático. No caso das relações bilaterais, isso é muito mais surpreendente, uma vez que nosso relacionamento data, também, de apenas 50 anos. Brasil reconheceu a Coréia em 1959, próximo

ano celebrará o cinqüentenário das relações bilaterais, possivelmente com a presença do Presidente Lula, as solenidades em Seul. Temos hoje um intercâmbio de oito bilhões de dólares, que é oito vezes mais do que tínhamos a cerca de 10 anos atrás, e cobrimos áreas tão diversas quanto alta tecnologia, mecânica, eletrônica, produtos de base, energia, etc.

O relacionamento político também é altamente positivo, altamente harmônico, uma vez que tivemos, nos últimos 10 anos, três visitas de presidentes coreanos ao Brasil. O Presidente Kim Young-Sam esteve aqui em 96, o Presidente Roh esteve em 2002, se não me engano. Não, 2004. Aliás, o ano retrasado, e o Presidente Lee Myung-bak esteve agora, no mês passado, em visita oficial ao Brasil. Do lado brasileiro, tivemos a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001. A visita do Presidente Lula, em 2005 e, se Deus permitir, no ano que vem também, teremos novamente, um importante marco com a presença, com a participação do Presidente Lula às comemorações do cinqüentenário do relacionamento bilateral.

O arcabouço institucional também está bastante desenvolvido, temos mais de 20 acordos bilaterais, e mecanismos de consulta recíproca nas áreas de energia nuclear, na área política, na área econômica, financeira, cooperação industrial, enfim, uma série de dimensões que tornam esse relacionamento extremamente sinérgico de proveitos mútuos. Temos, inclusive, em nível de operatividade, mecanismos práticos de cooperação entre empresas sub estatais, ou particulares, como é o caso da Vale do Rio Doce, com a Exim Bank da Coréia, o caso do Instituto Brasileiro de Mineração, com a sua congênere coreana, a Apex com a Cotra(F), que é a agência de promoção comercial coreana, etc.

Tudo isso conforma a base para o que se denominou de Parceria Abrangente de Cooperação para a Prosperidade Comum no Século XXI. Foi o título que foi adotado durante a visita do Presidente Roh, em 2004. E nós estamos procurando desenvolver isso e aprofundar cada vez mais. Durante a visita do Presidente Lee, recente, na semana passada, foram ainda assinados importantes mecanismos, importantes empreendimentos, que espero poder contribuir para desenvolver, durante a minha missão naquele país. Um dos mecanismos importantes é o memorando de entendimento para a promoção de comércio, investimentos e de cooperação industrial, que será constituído por dois grupos de trabalho, um cuidando de comércio e investimento, e outro cuidando de cooperação industrial.

Isso é um mecanismo muito criativo, muito interessante, e que permitirá que o Brasil e a Coréia compartilhem suas experiências em campos onde cada um tem seu grau de excelência, como é o caso, por exemplo, da energia no Brasil, e o caso da alta tecnologia na Coréia. Esses dois campos, acho que se complementam de uma forma perfeita, uma vez que são dois aspectos fundamentais da moderna... Da arquitetura do século XXI, que cobre tanto o desenvolvimento sustentável, quanto à questão ambiental e a questão do desenvolvimento sustentável.

Então, acreditamos que essa... A parceria Brasil-Coréia tenderá a se tornar, cada vez mais, profunda e mais diversificada. No campo comercial, apesar do crescimento dinâmico que temos, notamos as simetrias que foram observadas pelo nobre relator, no sentido de que o Brasil tem sofrido crescentes déficits nesse comércio e, também, a pauta tem se ressentido do fato de ser, do lado brasileiro, de menor valor agregado. As exportações coreanas para o Brasil são formadas por produtos muito mais sofisticados, e há uma necessidade de procurarmos corrigir esse tipo de perfil.

De toda forma, temos aqui no Brasil importantes empresas coreanas, como a Samsung, Hyundai, LG, a Posco, a Pohang Steel Corporation, que é uma das maiores siderúrgicas do mundo, que é uma das grandes parceiras da Vale do Rio Doce. Também temos um outro investimento siderúrgico em Pecém, da Coréia e, em contrapartida, nós temos a presença do Banco do Brasil e da Vale do Rio Doce na Coréia do Sul e temos perspectivas de boas parcerias na área de energia e de aviação. Enfim, caso aprovado por V. Exªs a minha missão na Coréia seria procurar aprofundar essas diversas vertentes de oportunidade e desafios que existem para a ampliação do relacionamento bilateral.

É minha intenção é dar muita ênfase ao setor de ciência e tecnologia, onde a Coréia tem um... Uma tradição de excelência, de pioneirismo. Basta ver que nessa parte de informática, por exemplo, mais de 80% das famílias coreanas estão conectadas à Internet, em banda larga. A alta tecnologia no campo de telefones celulares, de televisores amplos, etc, é bem conhecida. A indústria automotiva agora está mais presente no Brasil com a abertura de novas plantas da Hyundai e, ao passo que, o Brasil tem também a oportunidade de colaborar com a Coréia na parte de biocombustíveis, na parte de material aeronáutico e, também, futuramente, em novas áreas, como a de cultura.

Aliás, nesse sentido, eu li com muito interesse, uma sugestão que o nobre Senador Suplicy fez, de se procurar desenvolver o intercâmbio esportivo entre o Brasil e a Coréia, inclusive, contribuindo para uma aproximação entre o norte e o sul, naquela península, que seria a promoção de jogos amistosos, de futebol, da seleção brasileira, com seleções da Coréia do Norte e da Coréia do Sul, de forma a cercar os povos através do esporte, que é uma linguagem universal.

Certamente o meu colega, Embaixador Arnaldo Carrilho que estará brevemente na Coréia do Norte procurará, também, aprofundar essa vertente. Enfim e, por último, acho que, não menos importante, é o adensamento do relacionamento político e do relacionamento humano. Basta lembrar que temos uma importante comunidade de pessoas de origem coreana trabalhando aqui no Brasil, contribuindo com seus esforços para o desenvolvimento do país, uma comunidade de cerca de 50 mil pessoas e que estão dando também a sua contribuição para o engrandecimento dessa sociedade multicultural que é a brasileira.

E a parte política com a visita do Presidente Lula à Coréia, no próximo ano, à frente de importante delegação empresarial, espera-se... E científica, tecnológica, cultural, espero poder dar minha contribuição para um acercamento, cada vez maior, entre o Brasil e a Coréia do Sul. Muito obrigado.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós passamos agora à parte de perguntas, sabatina. Mas antes disso eu gostaria... Não sei se eu vou poder ficar até o final, porque tem hoje uma sessão solene de comemoração dos 75 anos do CONFEA, e os engenheiros e arquitetos, agrônomos, e geólogos e geógrafos estão aí e eu propus uma sessão solene, daqui a pouquinho vou ter que me retirar, gostaria apenas de deixar registrado, publicamente, possivelmente daqui a pouco a sessão passe a ser secreta, do orgulho que senti de, na exposição dos Srs. ministros, verificar como o Brasil tem um quadro qualificado.

Eu vivi 10 anos na África e senti de perto a dificuldade no relacionamento com o corpo diplomático de todos os países. E no Brasil nós temos uma escola que é um... Um Himalaia de cultura, um oceano de sabedoria. É, realmente, gratificante para qualquer brasileiro sentar-se aqui e ouvir a exposição de pessoas tão devotadas, com carreiras tão impecáveis. No caso do Ruy e do Paulo César, o Embaixador Paulo César, sou testemunha também, porque várias vezes viajei com o Presidente Lula, da incansável dedicação que eles têm, em preparar todos os detalhes. Nessas viagens para a África, e eu estive em todas, os acordos eram vários, e tomavam às vezes madrugadas. Madrugadas de trabalho, de elaboração de documentos...

O Paulo César de Oliveira Campos vai agora para um país que adota a sesta, e ele, obrigatoriamente, vai ter que acatar como bom embaixador, se readaptar, sair daquele ritmo frenético para o ritmo espanhol. Mas eu gostaria, então, de passar à lista de inscrição, e consultar os Srs. Senadores se faremos uma sessão sigilosa, secreta, ou... Ou se será pública aqui... Vamos seguir o regimento? Então, eu pediria agora, por gentileza, que a televisão saísse do ar e as pessoas que estejam presentes aqui que aguardassem um pouco enquanto... De acordo com o dispositivo no Inciso IV, do Art. 52, da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do Art. 383 do Regimento Interno, transformar a reunião da comissão em secreta, a fim de que os embaixadores sejam argüidos pela comissão, seguindo a lista de inscrição.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois não, com a palavra V. Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acredito que... Como todos já lemos, deixa eu apenas... Eu vou abrir... Está pronto? Na hora que abrir... Eu vou anunciar o resultado. V. Exª escolha a melhor forma de sintetizar, tendo tudo já lido.

Sessão secreta às 12h18
Sessão reaberta ao público às 14h00

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Está reaberta a sessão. Comunico a aprovação dos Embaixadores Ruy de Lima Casaes e Silva para representar o Brasil na Organização dos Estados Americanos, Paulo César de Oliveira Campos, para ser o Embaixador perante o Reino da Espanha e, cumulativamente Principado de Andorra, e Frederico Salomão Duque Estrada Meier, cumulativamente, junto às Repúblicas do Turcomenistão e Quirquiz, e o Senador... E o Embaixador Edmundo Sussumu Fujita para ser o nosso representante embaixador na República da Coréia. E, por unanimidade, foram todos os três aprovados por todos os presentes. E peço a gentileza ao Senador Wellington que possa ler o meu parecer.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Encontra-se...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu sou Presidente e relator ao mesmo tempo? Então, justamente por isso estou solicitando ao Senador Wellington Salgado para que possa ler o parecer que preparei, por favor, como *ad hoc*.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sinto-me muito honrado para ser o relator *ad hoc* do parecer de V. Exª, Presidente Senador Suplicy, nesse momento, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 271/08, Mensagem 126/08 da Presidência da República. Que aprova o texto do convênio de subscrição de ações, firmado com a Corporação Andina de Fomento, CAF, por meio do qual a República Federativa

do Brasil subscreverá 35.378 ações do capital ordinário daquela corporação no valor total de 466 milhões, 989 mil e 600 dólares dos Estados Unidos da América, de conformidade com a inclusa exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado e Planejamento, Orçamento e Gestão. O voto do relator no qual eu estou sendo relator *ad hoc,* nesse momento, é, considerando que projeto foi elaborado segundo boa técnica legislativa, e que o convênio de subscrição de ações firmadas com o CAF é positivo para o Brasil, somos pela aprovação do projeto dos termos originais. É este o voto que eu leio nesse momento, Senador Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Em discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Requeiro, juntamente com o relator, que possa haver urgência na tramitação dessa matéria para que, se possível, possa ser objeto de apreciação e votação na tarde de hoje. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada a urgência. Eu quero agradecer muito, outra vez, os nossos indicados. Vamos agora poder apreciar para a votação em Plenário. Ruy de Lima Casaes e Silva, Paulo César de Oliveira Campos, e Edmundo Sussumu Fujita. Os nomes dos três?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Hoje, dificilmente, porque temos que ter o número suficiente para que...

Então, provavelmente, na terça-feira. Mas, o quanto antes, estão prontos para serem apreciados e votados em Plenário. Se houver número hoje, poderá até ser. Senão, terça-feira. Meus cumprimentos a todos. Muito obrigado. Está encerrado a sessão.

Sessão encerrada às 14h04.

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia nove de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, ROMEU TUMA, ARTHUR VIRGÍLIO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, ALOIZIO MERCADANTE, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, MARINA SILVA, FRANCISCO DORNELLES, CÉSAR BORGES E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente, Senador Heráclito Fortes, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Convida para compor a mesa o Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores e o Senhor Armando Mariante Carvalho**,** Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O Presidente concede a palavra ao Senhor Ministro **CELSO AMORIM** para fazer sua exposição. O Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** faz uso da palavra. O Presidente comunica a presença do embaixador do Brasil no Equador, o Senhor Antonino Marques Porto e Santos. Os senadores **FRANCISCO DORNELLES, EDUARDO SUPLICY** e **ALOIZIO MERCADANTE** fazem uso da palavra. O Presidente comunica a presença do Presidente do Senado o Senhor Senador Garibaldi Alves Filho. Faz uso da palavra o Senador Romeu Tuma. O Presidente concede a palavra ao Senhor A**RMANDO MARIANTE CARVALHO**. O Senador Augusto Botelho assume a presidência. O Presidente em exercício concede a palavra ao Senhor **LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO DANTAS**. O Senador Heráclito Fortes reassume a presidência. Os Senadores **EDUARDO AZEREDO, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPLICY, FRANCISCO DORNELLES, FLEXA RIBEIRO** e **ARTHUR VIRGÍLIO** fazem uso da palavra. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **Heráclito Fortes,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos agora à apreciação da pauta. Audiência Pública para tratar dos empréstimos concedidos pelo BNDES a países da América do Sul e as providências a serem adotadas pelo Governo Brasileiro com a possibilidade do não pagamento desses empréstimos, em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2008, desta Comissão, sendo de minha autoria e do

Senador Paulo Duque. Convido para compor a Mesa o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim. Convido para compor a Mesa o Sr. Armando Mariante Carvalho, Vice-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES, e Dr. Luis Antônio Araújo Dantas, Superintendente da Área de Comércio Exterior do BNDES.

Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores, para fazer a sua exposição.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Bom-dia, Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Srs. Senadores. É sempre um prazer estar aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado, mas amplamente eu diria que é também uma satisfação poder cumprir o dever de dar os esclarecimentos necessários ao Poder Legislativo.

Quarta-feira passada, chegando de uma viagem a Genebra, eu estive na Câmara para tratar, entre outros, do assunto que me traz aqui. E tendo lido ainda, então, nos jornais que havia um interesse do Senado, dos Senadores no tema, eu mesmo me apressei em pedir que fosse feito contato com o Presidente para que pudesse vir hoje, porque, como eu tenho uma viagem também, novamente a Genebra, em função da Comissão de Direitos Humanos e também da OMC, poderia haver alguma dificuldade de agenda, e daí o meu interesse em fazer na primeira data possível, que foi a de hoje.

Como temos, aqui, a presença também do Vice-Presidente do BNDES, que creio que fará uma exposição mais técnica, eu creio que tem mais interesse fazermos uma apresentação sobre os aspectos políticos e aspectos mais globais que tem a ver com essa questão específica em função da qual eu fui convidado para vir, que se refere à situação da dívida do Equador com o Brasil. Claro que eu não vou deixar de mencionar alguns elementos específicos, também, e tentar responder às questões que sejam feitas, mas eu acho que é importante que os Srs. Senadores tenham uma visão ampla da situação em que, essa situação que nós estamos vivendo agora com o Equador se encerre.

Primeiro, e sem me estender muito, mas eu creio que não é possível desconhecer a importância da América do Sul para o relacionamento internacional do Brasil. É um Continente de quase 400 milhões de habitantes, tem um PIB na base do PPP de 4 trilhões, equivalentes da soma dos PIBs da França e da Itália. É um Continente com o qual hoje o Brasil tem um amplo comércio, tanto em termos de exportação quanto de importação, mas com o qual temos as nossas exportações para a América do Sul, em geral, subindo de maneira exponencial nos últimos anos. Se nós compararmos janeiro a outubro de 2008 com janeiro a outubro de 2002, há um aumento de cerca de 430%, mais ou menos, das exportações brasileiras, o que sob qualquer ângulo é um aumento exponencial. Diria, também, não só é um comércio intenso, mas é um comércio também caracterizado por um forte superávit brasileiro.

O nosso superávit hoje com os países da América do Sul é responsável por 60%, aproximadamente, do total do superávit brasileiro. Esses dados são de 2007, que é algo também notável. E, portanto, perdão, 2008 e, portanto, em si mesmo já são justificativas para essa forte prioridade que tem a América do Sul na nossa política externa, além do que, é óbvio, não vou ficar abundando nos elementos que os Senadores já conhecem. Mas ter no Brasil fronteira com quase todos os países, relações próximas com os dois com quem não tem fronteira, é muito importante ter um ambiente de paz. Eu diria que hoje boa parte do que o Brasil, da boa posição que o Brasil usufrui na área internacional tem a ver com a sua atitude em relação à própria América do Sul.

Finalmente, nesses comentários gerais, eu não quero me prolongar muito, mas também não se pode esconder que a América do Sul está passando por uma fase de mudanças, de mudanças intensas. Tem várias razões para isso: foram duas décadas perdidas do ponto de vista econômico na região, uma marcada pelo processo que se iniciou com a crise das dívidas externas, a outra marcada também por certa crise do próprio modelo econômico que havia na região e fora. Mas o fato é que foram duas décadas de crescimento muito pequeno. Essas décadas de crescimento econômico muito pequeno, ou nulo para alguns países, veio se somar, naturalmente, a dois outros fatores: demandas sociais muito fortes. É um Continente marcado pela desigualdade, todos sabem isso. Os relatórios da ONU apontam, claramente, a América Latina, e a América do Sul não é o Continente mais pobre, mas é, certamente, o Continente de maior desigualdade. E com esses fatores, digamos em si mesmo algo negativo, conjugados com o fator positivo, geraram uma situação que eu tenho caracterizado como uma efervescência na região. O fator positivo, naturalmente, o aprofundamento da democracia. Enquanto muitas das situações na América Latina e América do Sul, antes, eram tratadas de forma que procuravam de uma maneira ou de outra preservar exclusivamente o poder das elites, houve mudanças intensas na região, e essas mudanças, naturalmente, têm reflexos na vida interna dos países, mas têm reflexos, também, na vida internacional.

Dentro desse quadro em que, digamos... Eu poderia mencionar também a forte presença, hoje em dia,

de investimentos brasileiros na região na América do Sul. Acaba de sair uma publicação de uma instituição chamada Sobeet, que mostra que para as maiores empresas brasileiras que estão se multinacionalizando a América do Sul é um dos mercados mais importantes, quer dizer, tudo isso faz com que a América do Sul seja vista como uma prioridade da política externa. E dentro dessa prioridade da política externa se escrevem os créditos. E sobre os créditos, eu queria dizer duas coisas essenciais antes de entrar na situação específica do Equador: primeiro, que os créditos, essa política de créditos, que são créditos de exportação, de serviços e de mercadorias brasileiras, e que, portanto, beneficiam diretamente empresas brasileiras, esses créditos não é uma política, não decorrem de uma política iniciada nesse governo. Na realidade, segundo os dados que eu tenho, naturalmente temos aqui o Vice-Presidente do BNDES que depois poderá dar detalhes, ou até corrigir informações, porque às vezes há dúvidas se a cifra se refere à data do desembolso, à data do contrato... Mas, enfim, de acordo com as cifras que eu tenho, e elas são equivalentes, digamos assim há uma simetria, os desembolsos entre 97 e 2002 do BNDES foram de 1.7 bilhões de financiamento, e de 2003 a 2008 foram 1.6 bilhões, de modo que eu até revelo uma certa decepção de que nós não tenhamos conseguido ir mais adiante. A maioria dos créditos do Equador, país de quem nós vamos tratar com maior detalhe, vem já de governo anterior. Não quer dizer que nosso governo também não tenha perseguido essa política, e eu não quero, absolutamente, dar a impressão de nenhuma crítica. Nós achamos que a política do governo anterior era correta de oferecer esses créditos, e essa política foi mantida pelo governo atual do Presidente Lula.

Na realidade, embora... Bom, além dos créditos, o BNDES haveria também que mencionar créditos também do Proex, mas o saldo devedor, hoje, somando BNDES e Proex é da ordem de 1.9 bilhões de dólares, dos quais a Argentina responde por 630 milhões, o Equador por 504 milhões e a Venezuela por 269 milhões. Outros países com quem nós procuramos manter, inclusive, relações intensas, como é o caso do Peru, onde estão sendo construídas estradas que são muito importantes para nós, acabaram recorrendo a créditos privados, porque as taxas cobradas, seja pelo Proex, seja pelo BNDES, acabaram não sendo atraentes para esses países, que têm uma aferição de risco mais baixa no mercado internacional. Essa foi a situação. Então, por exemplo, no Peru aonde há fortes interesses também de empresas brasileiras na construção de duas estradas importantes, umas eles chamam de transoceânica e outra de intraoceânica, mas, na realidade, são dois ramais diferentes que saem do Brasil e que chegam a portos diferentes no Peru, elas estão sendo financiadas pela CAF –Corporação de Grande Fomento, e por empréstimos internacionais. Não quer dizer que nós não tenhamos querido financiar, mas as condições do próprio país levaram a que eles obtivessem crédito privado.

Eu queria fazer uma outra observação, que nessa política de créditos que o Brasil tem procurado também ter, e que na realidade são até modestos, se nós formos ver as necessidades da região, não há, de maneira nenhuma, nenhum sentido, digamos, de ajudar este ou aquele país, por essa ou aquela razão. Na realidade, o país com quem nós procuramos até desenvolvermos, no início, uma aproximação muito forte, embora tenha resultado créditos privados, isso se espelha nas cifras de comércio, é o Peru, que ele é um país que tem um regime político, regime político não, que todos são democráticos de alguma maneira, mas tem, digamos, um governo de tendência diferente. Por exemplo, para terem uma idéia o nosso comércio com o Peru, também, ele passou, se nós tomamos janeiro a outubro, ele passou de 329 milhões de dólares em 2002 para 1 bilhão e 920 milhões. São aumentos absolutamente fantásticos. Números equivalentes, eu poderia dar, também, sobre a Venezuela. Eu estou mencionando o Peru, nesse caso, para mostrar que o nosso esforço de aproximação foi muito pragmático e tinha relação com todos os países.

Falando sobre o Equador, especificamente, eu queria fazer uma breve referência à relação bilateral. A relação bilateral do Brasil com o Equador, ela foi e tem sido positiva. No Governo Lula, à primeira visita, a primeira saída do Presidente Lula ao exterior foi justamente para Quito, quando, então, tomava posse, o Presidente Gutiérrez, que demorou cerca de dois anos no governo, mais ou menos. Mas a primeira saída do Presidente Lula foi para a posse do Presidente Gutiérrez. Foi até um momento importante, naquela época se criou também um grupo de amigos da Venezuela, grupo de amigos no âmbito da OEA. Mas isso demonstra o nosso interesse também pelo Equador desde o início. Houve um governo, também de transição, que foi o governo do Presidente Alfredo Palácio. Nós demos muita atenção ao Equador nesse período, inclusive com missões de natureza política. Eu mesmo participei de uma missão daquilo que, na época, se chamava ainda de comunidade sul-americana, que evoluiu depois para a união das nações sul-americanas, para assegurar, para contribuir para a estabilidade política do Equador. Houve missões, inclusive do Supremo Tribunal, do Ministro do Supremo Tribunal Federal, para dar auxílio na parte jurídica, que era uma das deficiências que se encontravam, na época, no Equador.

E houve, também, vários projetos de cooperação técnica. Alguns foram concretizados ainda na época do Presidente Palácio, outros, concretizados já na época do Presidente Correa. O Presidente Correa visitou o Brasil como presidente eleito e visitou depois, oficialmente também. Sempre uma relação cordial e amistosa. E deveria dizer também que, especificamente, já que eu dei cifras de comércio para o todo, mencionando no caso do Equador, o nosso comércio está na ordem de... O ano passado aumentou de 380 para 661 bilhões, milhões, perdão. E esse ano já foi mais do que o ano passado inteiro, de janeiro a outubro 707 milhões, e é um comércio de alto valor agregado. Entre outros bens brasileiros vendidos ao Equador, eu incluo nos últimos anos, não tenho aqui a especificação por ano, mas, nos últimos anos, 30 aeronaves fabricadas pela Embraer. Não sei se todas já foram entregues, mas, enfim, 30 aeronaves. Acho que a maioria ainda não, entre as quais cinco jatos RG190 para a empresa Tamy e um jato RG145 para a Petroequador. Então, isso revela também uma relação intensa.

Eu queria fazer um comentário que quando nós... Numa das duas viagens que o Presidente Correa esteve aqui, creio que ele esteve ainda como presidente eleito, me coube oferecer a ele, me coube oferecer a ele um almoço e um café da manhã –não me recordo bem – e, nessa ocasião, o Presidente Correa reiterou o interesse na participação do Brasil, elogiou muito as empresas brasileiras que estavam lá presentes, na época, referiu-se ao problema da dívida, de um modo geral, mas, segundo as notas de nossos colaboradores que estavam lá, eu estava almoçando, mas que me foram transmitidas um pouco antes dessa reunião, inclusive, se referiu de maneira positiva ao CCR, que é justamente o mecanismo pelo qual esse empréstimo do BNDES foi concedido.

Eu digo isso, e me antecipo a um ponto que talvez seja objeto, certamente será objeto de perguntas, tem a ver com a dívida, porque em todos os contatos que nós tivemos com o governo do Equador, e mesmo quando, eventualmente, ou mesmo em ocasiões multilaterais, em que o problema da dívida possa ter sido mencionado, a clara impressão nossa era de que o grande problema do Equador se deveria, se estava muito mais relacionado a uma dívida de natureza comercial do tipo de bônus emitidos para bancos comerciais ou a dívida com organismos multilaterais. Essas duas dívidas, eu tenho os números precisos aqui, mas, digamos, elas totalizam aproximadamente entre 8 e 9 bilhões de dólares, enquanto que essa dívida que foi questionada agora era uma dívida, empréstimo total de 400 e poucos milhões, e o saldo devedor 200 e... Um empréstimo de 340 que, depois, foi atualizado e que resulta hoje em 270, creio eu, à disposição, algo parecido. Enfim. Então, é preciso ter presente que toda vez que se falou de dívida, no caso do Equador, sempre as dúvidas foram expressas em relação a, nunca à divida bilateral com o Brasil, a não ser a partir do momento que começou o problema específico em relação à Odebrecht.

Vamos falar aqui da situação recente. Quer dizer, o quadro é esse, o quadro de um relacionamento positivo. Quando, mais recentemente, em função de uma paralisação da Hidroelétrica de São Francisco, que é uma das obras da Odebrecht lá, foram identificados problemas, a Odebrecht concordou em pagar o conserto. Mas, perduraram dúvidas da parte equatoriana, e o Brasil deu o apoio todo que cabia à empresa, dentro, naturalmente, daquilo que nós podemos fazer, sem entrar no mérito específico da questão, mas dando apoio à empresa, sugerindo, inclusive, sempre uma solução amigável. Na conversa, inclusive, do Presidente Lula com o Presidente Correa, em Manaus, chegou a ser sugerida a ida do presidente do Conselho da Odebrecht ao Equador, e nunca, em momento algum, pareciam descartadas essas hipóteses nas conversas bilaterais. Evidentemente que, nas declarações públicas, parte, talvez em função do momento eleitoral do Equador, vinham mensagens, às vezes, contraditórias. O fato é que havia no caso da Odebrecht uma preocupação muito especial que era a preocupação com os brasileiros. Nós nos detivemos, especialmente, nisso. Eles chegaram a passar por situações, ou, pelo menos, sentiram uma ameaça de um constrangimento, se refugiaram na Embaixada do Brasil e depois terminaram saindo como parte do decreto de expulsão.

Esse decreto de expulsão que coincidiu com o decreto, enfim, que é o mesmo decreto que também se refere não apenas às pessoas, mas à empresa, e que, de certa maneira, não correspondia a um espírito de encontrar soluções consertadas, esse decreto ocorreu pouco depois do encontro de Manaus, e em função justamente desse decreto que, naturalmente, foi... Eu não posso dizer que ele nos tomou de surpresa, mas que, obviamente, não correspondeu ao que nós esperávamos. No dia seguinte, o Presidente Lula determinou que fosse postergada a ida ao Equador de uma missão que era chefiada pelo Ministro de Transporte para discutir o Eixo Multimodal Manta-Manaus. Então, houve uma reação imediata quando se verificou que uma solução amigável a esse ponto não ocorreria.

Na seqüência desse... Já durante as discussões sobre esse tema, e na seqüência desse tema da Odebrecht, e na seqüência dele, surgiram essas dúvidas sobre o pagamento do BNDES. Isso havia sido ventilado ao longo da discussão da questão da Odebrecht,

mas, sempre pela imprensa, e em muitos contatos nossos com o chanceler, com o vice-chanceler, sempre, o que nos era dito sempre, o que nos foi dito era algo que, digamos, tenderia a minimizar as preocupações, eram declarações do tipo: "olha, as pessoas que falaram não estão autorizadas...". Em alguns contatos, até era indicado que, provavelmente, isso dava a entender que não ocorreria nada concreto. E quando houve uma gestão específica do nosso embaixador, no dia 19 de novembro, na realidade, naquele momento, ele foi com a instrução de verificar qual seria o caminho, quer dizer, o que é que o Brasil veria como necessário para uma eventual normalização das relações, porque também não é do nosso interesse ter relações rompidas ou não, do ponto de vista diplomático, mas relações comerciais ou financeiras afetadas com esses países. E o que é que seria necessário? Primeiro, um tratamento adequado para a própria empresa brasileira, que houvesse, se fosse haver um divórcio, que houvesse um divórcio amigável e que isso pudesse ocorrer de maneira civilizada. E segundo, que houvesse o pagamento normal das parcelas do BNDES, a primeira das quais vence em 29...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Venceu em junho a primeira.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: A primeira foi paga, e a primeira, depois daquele encontro, seria no dia 29 de dezembro. E essa era a nossa expectativa. Na realidade, no dia 20, portanto, o dia seguinte, o Presidente Correa anunciou a decisão de recorrer à Corte Internacional, e até uma curiosidade, porque, na realidade, a carta do recurso à Corte Internacional foi protocolada no dia 19. Então, esse alto funcionário da chancelaria, que era o vice-ministro, a Ministra, aliás, não estava, ele, ou não sabia, ou enfim, do que estava acontecendo, porque a carta foi protocolada no próprio dia 19, a carta que mobiliza, que aciona a Corte do Comércio Internacional. E uma outra carta que em paralelo a essa, porque esse crédito era garantido pelo CCR, essa carta tinha sido expedida dois dias antes. Na realidade, nós não sabíamos ainda, não tínhamos tomado conhecimento. Viemos a tomar conhecimento depois, mas a data dela é a data do dia 17.

Então, quando o nosso Embaixador foi à Chancelaria Equatoriana, enfim, posso dar o benefício da dúvida, que o vice-ministro não soubesse o que estava acontecendo. Mas, até então, nós estávamos trabalhando com a hipótese de que se encontraria uma solução para essa questão. Repito, relembro, a reação em relação à maneira com que foi lidada o problema da Odebrecht, o Presidente Lula já havia reagido com a determinação de que fosse adiada a ida do Ministro dos Transportes.

Eu queria fazer uma última observação sobre essa questão da dívida do Equador, porque que, justamente, voltando ao que eu havia mencionado antes com relação às quantias. Infelizmente, não estou encontrando o papel aqui, mas são duas... Aqui está. Eu queria só para ter os números com clareza. Os desembolsos do BNDES e mais Proex para o Equador, especificamente, eu tinha dado números gerais, de 97 a 2007 foram 844.6 milhões. É o numero que eu tenho. De 97 a 2002, portanto, antes do Governo Lula, 539 milhões, e de 2003 a 2008, 304 milhões. Isso é o que houve de desembolso.

Entre os vários empréstimos, aqui, quatro exemplos que nós encontramos. Por exemplo, há três para aeronaves da Tamy que foram oferecidos já no atual governo. A Hidroelétrica de São Francisco, transposição de Manabí, entre outras obras, irrigação de Tabacum, são obras importantes, foram todos anteriores ao governo do Presidente Lula. Repito, achamos que é uma política correta e nós seguimos com ela.

Outra questão que eu queria mencionar é que quando se diz que o Brasil é o maior credor do Equador, isso diz respeito apenas à divida bilateral. Nós nunca tivemos nenhuma indicação que essa dívida bilateral estava sendo questionada, até parecer esse problema da Odebrecht, quando, pela primeira vez, surgiram referências nos jornais, aliás, inadequadamente vinculando o pagamento da dívida ao estado da obra porque a dívida, ela é, pela própria natureza do CCR, irrevogável. Mas, a dívida comercial total do Equador, a dívida bilateral é cerca de 1 bilhão, do qual um pouco mais da metade com o Brasil. E, já, a dívida da exposição atual, eu digo, a dívida comercial, que é de bônus que o Equador emite, é de 4.16 bilhões, e a dívida multilateral do Equador é de 4.7 bilhões. Portanto, são cifras muito maiores. E eu repito, todas as vezes que nós estivemos aqui, inclusive quando o Presidente Correa esteve aqui, eu mesmo, devo dizer sinceramente, não me lembrava nem dessa afirmação, me foi relembrada por um assessor que estava presente à reunião, o Presidente Correa disse que... Porque ele tinha interesse em outros empréstimos e outros projetos com o Brasil, nós estávamos discutindo Manta-Manaus, que é um projeto grande, é um projeto de 1 bilhão de dólares, eu não sei quanto caberia a nós financiar ou não, mas é um projeto grande. Então, ele sempre diz que ele não punha em dúvida a dívida garantida pelo CCR, ou, talvez, não tenha dito com essas palavras, mas elogiou o CCR e, portanto, todo o foco da dívida, a nosso ver, parecia se dirigir à dívida multilateral e aos créditos com os bônus.

Qual é a situação hoje? Eu diria duas ou três questões que eu quero mencionar apenas. Ao aspecto

jurídico, esse aspecto jurídico se desdobra em dois elementos. Uma é o questionamento na comissão, perdão, na Câmara de Comércio Internacional. Sobre isso, o BNDES falará melhor, mas já houve uma comunicação formal, tem que haver uma resposta do BNDES ao próprio... Creio que os detalhes, o próprio BNDES poderá dizer melhor do que eu, mas, de qualquer maneira, há esse aspecto, há que se ser constituído um tribunal arbitral...

Eu vejo aí alguns sinais contraditórios. Houve, digamos, muitas expressões no sentido de que o Equador já teria dado um calote ou não teria pagado. O que nós temos ouvido de interlocutores variados, mas, inclusive, de maneira formal por parte do Embaixador do Equador que procurou o Secretário-Geral do Itamaraty, é que o Equador pretende pagar as parcelas até que haja uma decisão da Corte. Claro que isso pode ser lido de duas maneiras: a decisão da Corte pode ser uma decisão do mérito, que seria mais em longo prazo, ou, pode ser uma decisão com relação à medida cautelar, que faz parte do pedido do Equador e que pode ser julgada antes. Mas, de qualquer forma, é importante dizer que não houve, digamos, uma decisão de não pagar enquanto a Corte não se pronuncie.

Bom, esse é um aspecto. O outro aspecto, que eu acho também muito importante, é o fato dessa dívida ser garantida pelo CCR e, portanto, é uma garantia que não envolve apenas o Brasil, envolve o conjunto dos países e dos Bancos Centrais que participam desse processo de compensações que existe entre países da Aladi. O não pagamento de uma dívida garantida pelo CCR teria um efeito, a meu ver, muito danoso, não só para o Brasil, mas para todos os países da região, porque imediatamente o risco desses países, quando se trata de um empréstimo, pelo menos, um empréstimo dado pelo Brasil, sobe, porque essa garantia desaparece, essa garantia do CCR, considerada uma garantia muito forte. Eu tenho a impressão que não houve nenhum caso de *default* até hoje, nunca nenhum caso de *default,* então, um não pagamento do crédito garantido pelo CCR teria um aspecto sério.

Bom, para terminar, na parte jurídica, só destacando realmente sobre a substância, mas, ainda isso, creio eu, não isentaria o Equador de cumprir as suas obrigações com convênio de crédito recíproco. Ele questiona dois aspectos fundamentais: um é o que eles chamam de juros sobre juros. Depois, talvez, o Mariante possa comentar como é que isso ocorreu. Na realidade, foi uma capitalização dos juros no período da construção, quer dizer, algo para beneficiar o próprio Equador. E o outro aspecto que é questionado tem a ver com o fato de certos serviços brasileiros, ou exportações brasileiras terem ocorrido ou não, ou melhor, se essas exportações vieram, efetivamente, do Brasil, ou teriam vindo de outros. E, se tivesse vindo de outros, isso afetaria, digamos, isso não se enquadraria nos objetivos do CCR.

Bom, sobre isso, dois comentários rápidos apenas, porque depois, eu tenho certeza, que isso também será objeto de comentário, mas é o que, digamos, informa as nossas ações políticas. Dois comentários rápidos: primeiro, a questão dos juros sobre juros. Foi um contrato firmado para facilitar o Equador, e esse contrato foi aprovado pelo equivalente ao que seria o Procurador-Geral, o Fiscal-Geral, um misto de Procurador-Geral da Fazenda com o Procurador-Geral da República, aqui, que foi aprovado por ele e pelo Congresso do Equador. Bom, então com relação à natureza, às condições do empréstimo. Com relação às exportações brasileiras, o BNDES só libera as parcelas à medida que a companhia que tomou o empréstimo, que é a Hidropastaza, no caso do Equador, confirma a prestação do serviço, e ele próprio, pelo que eu estou informado, o BNDES também faz uma auditoria. Então, não parecem ter procedência essas críticas e essas alegações.

O que me parece, e aí já é um pouco interpretação, é que, provavelmente, dentro de um contexto geral, em que talvez o Equador venha contestar outros aspectos da dívida externa dele, alguma parte acho que já foi até contestada, que foi com relação aos créditos comerciais, digamos, os bônus, ou até, eventualmente, com organismos multilaterais, que, como parte disso, o Brasil tenha sido, não alvo escolhido, eu não diria que o Brasil tenha sido um alvo escolhido, não creio nessa teoria, embora também possa comentar algo sobre esse aspecto. Mas, digamos, foi um pouco de... Como é que se dizem? Dano colateral no processo, até porque o Brasil é hoje um das poucas fontes de crédito do qual o Equador pode dispor. Então, naturalmente, e, digamos, numa linguagem coloquial, se poderia dizer que até que seria certo tiro no pé você deixar de ter futuros créditos, quer dizer, o próprio Manta-Manaus, repito, que não estava sendo discutido, de interesse para o Brasil também, era um projeto de 1 bilhão de dólares, ou por aí. Não sei quanto o Brasil financiaria exatamente, que estava ainda em discussão, mas, de qualquer maneira, era um projeto muito grande, e, evidentemente, ele foi paralisado. Não sei se também a nossa relação em relação à Manta-Manaus inspirou alguma ação política totalmente, a meu ver, fora de contexto, mas essas coisas ocorrem em relação ao crédito do BNDES. O fato é que estamos hoje com essa situação.

Dois comentários de natureza política: um, de natureza mais geral, porque quando, justamente, eu

li, o interesse dos Senadores se referiam a uma reportagem de um jornal dizendo que outros países iam seguir o exemplo do Equador e, aliás, acho que hoje o mesmo jornal fala de Itaipu.

Com relação a esses outros países, acho que são essencialmente os países membros da Alba, do qual, aliás, o Equador não faz parte. Na realidade, não houve nenhuma declaração formal de que esses países não pagariam. Houve uma declaração, a pedido do próprio Equador, de solidariedade com relação ao Equador e com solidariedade à auditoria da dívida externa. Não havia nenhuma referência específica ao BNDES. Nós deixamos muito claro, em todos os nossos contatos com esses países, que isso prejudicaria fortemente o nosso relacionamento com eles, inclusive, afetando créditos futuros. Todos esses países, em diversas ocasiões, têm procurado obter créditos do Brasil. Esses países que fazem parte da Alba.

Então, a situação é essa. Não houve até o momento nenhuma outra ação. Não estou dizendo que não vai haver, não posso tem certeza, mas isso no momento é mera especulação. E todos os países foram informados da dificuldade que isso criaria para a continuidade da nossa relação com eles, e são países com os quais comercia amplamente e que muitas de suas compras são cursadas ou pelo BNDES ou pelo Proex, em alguns casos. Enfim, são países com os quais o Brasil têm uma relação importante de crédito.

Com relação, finalmente, à Itaipu, porque já que foi tão mencionado aí, já me perguntaram ontem. Eu li a reportagem hoje. O que posso dizer sobre Itaipu é que, depois que o Presidente Lugo esteve aqui, foram criadas duas comissões, uma para tratar dos problemas relativos a Itaipu, com relação ao Paraguai foram duas comissões, uma para Itaipu e outra mais genérica para tratar de possíveis projetos no Paraguai.

Os paraguaios, e isso é verdade, tem sempre insistido do ponto de vista deles, que eles acham que a dívida é ilegítima, baseiam-se no fato de que a dívida, o custo de Itaipu foi 27... Segundo eles. Eu não estou defendendo... Foram 27 bilhões. O saldo da dívida é 18, e já foram pagos 45. Segundo eles, então, isso configuraria uma situação semelhante a que um mutuário pode passar em certas circunstâncias. Então, há essa reivindicação, essa demanda deles, que nós nunca concordamos, com a qual nós nunca aceitamos. E há, também, uma colocação em geral, ao que eles chamam de soberania energética, que seria a possibilidade do Paraguai vender a sua energia a um terceiro país. E, aí, a alegação do Paraguai é de a ata das cataratas, que antecede Itaipu, falava em venda preferencial para o Brasil. O Tratado Itaipu fala que o Brasil tem direito de aquisição. Então, houve uma mudança, houve uma evolução, mas foi com esse pressuposto que Itaipu foi construída. O que nós temos dito, sempre, é que essas duas questões, essas duas demandas, digamos, de anular a dívida ou de ter possibilidade de vender são irrealistas por vários motivos.

Agora que, sim. O Brasil tem muito interesse em contribuir para o desenvolvimento do Paraguai, por muitos motivos que eu poderia alongar, me alongar aqui, a começar pela presença de brasileiros, muitos brasileiros no Paraguai, pelo interesse que temos em manter uma tranqüilidade no Paraguai, cuja energia, de qualquer maneira, nós compramos. E para melhorar, inclusive, tornar mais saudável o aparelho produtivo do Paraguai, o que eu acho que será benéfico para o Brasil, e isso até recentemente motivou o que é uma grande novidade: o fato do Presidente do Paraguai ter sido convidado para a FIESP e o fato de ter sido organizada uma missão da FIESP ao Paraguai, que eu não sei se já se realizou, mas isso foi acertado também.

Então, é uma mudança, inclusive, de atitude, porque o que nós queremos é ter com o Paraguai uma relação que ajude no desenvolvimento do Paraguai, porque é do interesse do Brasil por muitas razões, além, digamos, de uma possível solidariedade, mas muitas razões, e queremos uma relação saudável com o Paraguai. Queremos tornar essa relação mais correta.

Então, eu diria, Sr. Presidente, com relação ao tema principal que me trouxe aqui, era o que eu tinha a comentar. Então estou disponível para as perguntas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Ministro tem uma viagem programada logo para o início da tarde, se ausenta do país, então, nós vamos fazer as perguntas dirigidas ao Ministro de Relações Exteriores.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Arthur Virgílio, a quem passo a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu cumprimento o Ministro Celso Amorim, prezado colega e amigo, e cumprimento o Dr. Luis Fernando Dantas, Superintendente para a Área Externa do BNDES e o Dr. Armando Mariante. E o Márcio Forte está aqui me dizendo que se não falar bem dos senhores que me joga na Comissão de Ética do Partido.

Mas eu gostaria, Ministro, de fazer antes um pequeno diagnóstico. V. Exa. se refere, e com muita propriedade, a duas décadas perdidas do ponto de vista do crescimento econômico, em função de tantas crises internacionais, de tantas mudanças por que o Brasil passava. E eu registro, com pesar, que, quando a década não foi perdida, nós percebemos a Venezuela estiolando um recurso natural não renovável seu, que é o petróleo, nas atividades mais extravagantes, trocando por banana na América Central, visando construir

uma liderança que, supostamente, talvez até visasse a rivalizar, o que não é possível, o ponto do Brasil sobre a América Latina e, muito especificamente, pela América do Sul.

Nós vimos o Presidente do Equador, e, aliás, sobre a Venezuela, o Chavez começou com o petróleo de 24 dólares o barril, foi ao delírio com o petróleo de 147 dólares o barril. E agora, a meu ver, ameaça a Venezuela a viver uma grande tensão com o petróleo quase o dobro daquele que foi do início do governo dele, 40 dólares o barril.

Equador, Equador... Eu fiquei atônito quando eu vi, e eu ouvi de parte do nosso Presidente, sei que de maneira, talvez, idealista, imagino que tudo é ideologia, manifestante simpatia por Chavez, e simpatia pela eleição de Lugo, simpatia pela eleição do Rafael Correa, como se isso aí fosse alguma coisa progressista, alguma coisa avançada, enfim. E eu fiquei estupefato quando eu vi a decretação daquela moratória desnecessária. Joga o nome do Equador no plano mais secundário, e o país é um país secundário, do ponto de vista da apreciação dos analistas externos sobre o Equador. E agora sai com essa outra bravata do BNDES, e eu fico estupefato porque é um país pequeno. Fecha as portas, ao invés de abri-las.

E, referindo a Lugo, eu quero me referir à manchete de hoje do Jornal "O Globo": "Paraguai quer agora dar calote de 19 bilhões no Brasil". E, voltando à apreciação que faço sobre a forma como eu vejo que o nosso Presidente da República vê a questão, eu vejo assim: eu fiquei espantado quando ele dá uma declaração que coincidiu quando a minha querida Heloísa Helena aqui, a Heloísa Helena que pensa o que pensa e pensa com muita honestidade, e não digo que o Presidente não o faça, só que ele é Presidente, e ela não é, ela disse que a Bolívia tinha o direito de fazer aquilo. E o Governo Brasileiro, àquela altura, pela expressão do seu chefe maior, disse que foi um país oprimido há muitos anos, e que o país... Então, imagina se essa é a lógica do Brasil. Se o Brasil investe num país, para obter determinados rendimentos, para construir patrimônio lá fora, visando resolver questões brasileiras, e colaborando com o desenvolvimento daquele país, e eu sei que a Petrobras reflui muito do que pretendia fazer do ponto de vista de investimentos lá, só perdeu mesmo a Bolívia. Mas, aquela primeira declaração me deixou, de novo, estupefato. Eu falei: "Meu Deus do céu! Era o que estava faltando mesmo, nós agora dizermos, enquanto governo, que os oprimidos estão certos". Oprimidos, por quem? Pelo Presidente Lula não foram. A Petrobras oprimindo? Ao contrário, investimentos fantásticos lá, investimentos bons para os dois lados, enfim.

A impressão que me dá que o Presidente fez certa divisão, como ele pensa em cotas aqui, certa divisão por cotas. Ele idealizou que ele era o operário no Brasil; o Obama seria o negro nos Estados Unidos; a Sra. Bachelet seria a mulher no Chile; teria que ter um bispo; Evo Morales seria o índio. E eu não consigo classificar nessa cota o Hugo Chávez. Seria um golpista? Teria que ter uma cota para o coronel golpista, enfim? Veja bem, não há nenhuma ligação entre Bachelet, Obama e o próprio Lula pelo governo que faz, e Lugo, Evo e Chavez. Não vejo. Eu vejo que Lugo pratica uma política que, a meu ver, isolará o Paraguai. Evo Morales fecha a porta do seu país para investimentos estrangeiros. E Chávez simplesmente diz que quer ser presidente vitalício e ameaçando jogar, não sei em que nível de tensão social, e tensão civil, aquele país.

O próprio Obama. Não há ligação entre a forma pela qual nasceu para a política o Presidente Lula e o Presidente Obama. O Presidente Obama pertence à elite americana, é um harvardiano, enfim, e o Presidente Lula é um sobrevivente que veio... Eu tenho muito respeito pela trajetória do Presidente Lula. Quando eu me lembro que ele é irmão do Vavá e chega a Presidente da República, não é brincadeira. Ou ficou faltando muito para o Vavá, ou ficou sobrando muito para o Lula, em matéria de esperteza, em matéria de sagacidade e inteligência, enfim. Mas eu vejo que fazendo essa confusão ele não percebe que sua parceria mesmo é com Bachelet. Se colocar ao lado do Presidente Obama nessa luta pela atualização das relações, e ele pouco tem a ver, até pelo governo que faz, pela forma como encara a economia, tem pouco a ver com o Lugo, com Morales, com Chávez, que são companhias que atrasam, enfim.

Mas eu gostaria de me reportar, Ministro, a essa história do calote. É uma coisa muito grave. A meu ver, quando o Brasil teve aquele tipo de comportamento em relação ao Equador, inclusive, aceitando uma reunião em que o Presidente Lula praticamente também aceitava como medidor o Presidente Chavez, se não me engano, foi no Uruguai com... Eu fiquei... Isso são algumas surpresas que a gente vai tomando porque eu não vi ali a defesa real do interesse nacional. Agora, vejam aqui, as propostas que fazem... Chávez está em situação difícil. Então, se puder agora coordenar um calote no Brasil, ele faz. Equador já anunciou com todo prejuízo para o Equador. É incrível. Outro dia eu vi uma frase de um cidadão. Eu estava no Interlegis fazendo uma palestra e do meu lado estava um cidadão que falava sobre pré-sal. Eu disse, como político, o que eu pensava do pré-sal, e tenho a impressão que as pessoas lá me entenderam. Eu não sei quantos entenderam o que disse esse professor. É uma figura

extremamente preparada, extremamente técnica, mas ele falava assim: "teoria de Hattrick", ele queria que todo mundo soubesse quem era Hattrick, e até hoje não sei, eu fiquei com vergonha de perguntar, e até hoje não sei quem era. Mas, ele me disse uma coisa fantástica. Eu me referia à corrupção num determino município do Estado do Amazonas, Quari, que deveria ser uma Suíça pelo *royalty* que recebe. E o Secretário de Energia do Rio Grande do Norte, pessoa muito fluente, capaz da comunicação boa, se referiu a um outro município, que seria um município perdido no Rio Grande do Norte, também. Esse cidadão, que tinha uma linguagem intermética ao falar da sua especialidade, não procurava saber se estava sendo entendido ou não. Ele me puxa e diz assim: "Senador, é incrível como a corrupção é muito maior, ela é muito grande onde não tem dinheiro". Eu falei: "Me explique melhor". Ele falou: "Veja, na Suécia a corrupção é muito menor, porque, se roubar na Suécia, vai preso. Nos Estados Unidos, não são poucos os casos de punição a quem rouba. Roubam num país como o Brasil. E, no Brasil, roubam mais nos Estados mais pobres, naqueles Estados onde há menos sociedade civil, onde há menos presença de oposição à oligarquias, enfim". Ele disse: "É uma coisa incrível. É uma face cruel da corrupção saber que nos países mais ricos ela praticamente inexiste, do ponto de vista se a gente imagina essa coisa epidêmica aqui no Brasil. Num país como o nosso, que precisa poupar cada real, aí, nesse país, tem corrupção, enfim".

Eu vejo que nós estamos diante de governantes que, como o Rafael Correa, por exemplo, que tende a levar o seu país para situações dificílimas. Eu olhava para o processo de globalização e dizia: "qual é a chance que tem o Equador se tudo for muito bem?" Eu já não achava que fosse grande coisa. Tudo indo muito certo. Imagine não indo certo. Imagine tendo lá um sujeito com a cabeça postada nos anos de 1940, primeira metade do século passado, enfim.

Mas, me preocupou muito essa matéria, ou seja, Chávez faz lá seu projetismo, o Equador age como age em relação a empréstimo contraído ao BNDES. Nós não sabemos até que ponto que, daqui a pouco, não vão começar fazer a mesma coisa em todo lugar do mundo com empresas brasileiras, se nós não formos muito energéticos agora.

E eu, agora, tenho aqui a noticia do Jonas Ricardo Galhardo, do Globo de hoje, que é manchete, por sinal. E diz assim: "em nova proposta o Paraguai quer empurrar ao Brasil o grosso das dívidas de Itaipu". Então diz que, após a contestação pelo Equador, surge agora uma solução que eles chamam: *Solución Todos Ganan*, solução todos ganham –em português. Seria a transferência da dívida da usina hidroelétrica binacional de 19.6 bilhões para o Tesouro dos dois países, mas a divisão não seria igual: o Tesouro paraguaio assumiria 600 milhões, enquanto o Brasil arcaria com 19 bilhões. Hoje, cada um paga 1 bilhão de encargos a dívidas, juros e amortização por ano. Eu acho que isso aí merece uma resposta muito clara: o Governo Brasileiro dizer que isso não passa pela nossa cabeça, que nós não vamos, de forma alguma, contemplar uma situação dessas, enfim.

E aí vem já o Presidente Lugo, que hoje li uma matéria sobre ele, uma frase dele na revista Veja, desta semana, dizendo que está na agenda internacional a renegociação das dívidas dos países da América do Sul. Primeiro, ele mostra um caráter provinciano brutal, porque ele chama de agenda internacional uma relação dele com o Brasil, como se na Suíça ou na Dinamarca tivessem morrendo de preocupação com isso, e não estão. É uma coisa puxada a Odorico Paraguaçu, enfim. Então, a proposta dele seria o seguinte: o Brasil teria direito a 50% da energia, alguns 12 megawatts. Hoje, o preço médio é de 40 megawatts para o consumidor brasileiro. O Paraguai também receberia 50% da energia a 12 dólares o megawatt. No Brasil o preço médio, hoje, é de 40 megawatts. Hoje, o País paga 32. O excedente da energia paraguaia, pela qual o Brasil tem preferência de compra, segundo o Tratado de Itaipu, seria vendida a 57 megawatts, a 50 dólares o megawatt, a 50 dólares o megawatt, perdão. Assim, o Governo Paraguaio passaria a receber 1.6 bilhão por ano. Atualmente, o país vizinho recebe 380 milhões, líquido.

Quer dizer, essa coisa da quebra de contrato. Eu sou contra a quebra de contrato quando eu percebo que a renegociação seria boa para o Brasil. Seria boa conjunturalmente, mas quebrar o contrato significa perda de confiança em relação a investidores. Enfim, eu não gosto disso, eu gosto de... Contratou, contratou. Se se deu mal, se deu mal, conserte quando vencer o contrato. E nós estamos precisando de uma definição muito clara em relação a essas tentativas de quebra de contrato conosco, sob pena de as empresas brasileiras, que estão cada vez mais atuando como *players* em determinados pontos do mundo, elas começaram a ficar menos desenvoltas, mais temerosas, enfim.

Então, eu pergunto a V. Exa. se V. Exa. concorda que há uma tentativa, a meu ver, tresloucada, mas de certo cerco que vise a impedir que o Brasil desempenhe o seu papel de liderança no subcontinente por parte do Coronel Chávez? Segundo, eu vejo, e V. Exa. não é obrigado a dizer isso, mas eu vejo que o afastamento do Assessor de Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, que andava se arvorando a negociador político e comercial com países sul-americanos, teria,

talvez facilitado essa posição que eu achei louvável, achei dura de V. Exa., repudiando a aceitação desse tal calote do BNDES, enfim. Mas, eu sempre me preocupei muito com isso, porque eu sempre achei que cabia num Presidente da República ter um assessor, como, por exemplo, o Presidente Sarney teve Ricupero como seu assessor. E Ricupero não falava, talvez ele ajudasse o Presidente Sarney a se relacionar com o Ministro das Relações Exteriores e com os interlocutores externos. Agora, um assessor internacional que fala muito é uma coisa complicada porque nós já temos o Presidente que tem obrigação de falar. No presidencialismo ele tem um papel fundamental na expressão da política externa e tem o Ministro numa Casa que tem a qualificação técnica que tem o Itamaraty.

E pergunto ainda a V. Exa. qual é a relação entre a intenção do Paraguai... A relação entre a intenção do Paraguai de negociar dívida de Itaipu? O Brasil, claro, a meu ver, vai se posicionar claramente contra isso. E a aprovação pelo Senado, na última semana, do projeto que institui o regime tributário unificado, chamado projeto dos sacoleiros. Aquilo me pareceu, eu não consegui ver razão de ser, aquilo prejudica, por mais que a gente tenha tentado evitar, e nós deformamos o projeto inicial do Governo, aquilo prejudica o pólo industrial brasileiro, e prejudica muito particularmente o pólo industrial do meu Estado, o pólo industrial de Manaus. E eu não consegui ver que é bom... Os sacoleiros já vivem em dificuldades, aí não pagavam nada. Agora ele vai pagar 42, se é que vai fazer tudo legalmente. Será que vai ser possível a vida dele? A vida comercial dessa pessoa? Ou nós estamos simplesmente oferecendo bombom para o Governo Paraguai, imaginando que com isso amainamos essa ira em relação à Itaipu?

E, finalmente, Ministro, eu me preocupo, volto a dizer, com certa passividade do Governo Brasileiro, que começou com a questão da Bolívia e que, a meu ver, pode assumir um contorno de bola de neve. Eu tenho a impressão que estava na hora mesmo de nós sermos mais frios e não fazermos o jogo da solidariedade porque supostamente fulano foi líder sindical no seu país ou por que um é índio, ou por que o outro é... Até porque a Sra. Bachelet não está lá porque é mulher. Evo Morales talvez esteja lá porque é índio. O Coronel Chávez se elegeu não por ser golpista, o golpe dele fracassou em outra ocasião, ele agora renova essa visão clássica do golpista sul-americano tentando se perpetuar no poder. Mas Rafael Correa, não sei que a título se elegeu, se elegeu pela democracia possível no Equador, e tomando essa atitude estapafúrdia que tomou. Mas, Lugo não está no Paraguai por ser bispo. Então, eu gostaria muito de escoimar da minha cabeça essa idéia de que nós estaríamos hoje com o governo que veria cotas, veria divisão por cotas. Enfim, porque eu não sei o que mais está faltando, porque eu não sei o que mais está faltando, até para defender a nossa categoria. De repente, cabe ao governo de um país desse por um diplomata, então, um de nós dois, quem sabe. Já que é cota, por que não? Então é isso.

No mais, é louvar a sua atitude em relação ao Equador, que foi muito clara; e, para lhe ser sincero, muito mais do que em relação à Bolívia e muito mais do que em relação à Venezuela. Mas eu gostaria muito de saber se é isso que prevalecerá daqui para frente e como é que V. Exa. vê os caminhos futuros do Brasil em relação a esses vizinhos que estão tão capazes de demandas e que propõem rasgar os contratos e cobrando uma solidariedade que eu não considero muito normal. O Brasil não tem que satisfazer capricho de quem quer que seja. Primeiro, o interesse nacional; segundo, o interesse nacional; e terceiro, o que se possa fazer sem perda de densidade de interesse nacional, que se possa fazer de colaboração com os países que estão ao nosso redor.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passo a palavra, então, ao Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Primeiro, obrigado por suas palavras, e agradeço a sua manifestação com relação à decisão relativa ao Equador, que, aliás, eu deixei de mencionar uma delas durante a minha exposição, que é a chamada serviço do nosso embaixador, logo depois que foi anunciada essa disposição, a decisão de levar a Câmara de Comércio de Paris à questão da dívida, obviamente, com a intenção de questioná-lo.

Quero dizer que essa decisão, obviamente participo dela, mas ela é por orientação do Presidente Lula, porque as decisões que eu tomo, tomo em execução da política do Presidente Lula, e, nesse caso específico, houve consultas diretas. O Presidente Lula se interessou, procurou saber qual era a reação que nós podíamos ter, e eu indiquei que essa de chamar o Embaixador à consulta era uma demonstração clara do nosso descontentamento e que, ao mesmo tempo, preservava os nossos interesses. Da mesma maneira que a decisão de não mandar a missão que seria chefiada pelo Ministro de Transportes, que ocorreu antes, ocorreu quando houve o episódio Odebrecht, foi também uma decisão do Presidente Lula. Então, não é que eu queira, digamos, por excesso de modéstia não receber os elogios de V. Exa., mas também por questão de justiça e dever funcional tem que dizer como elas foram tomadas.

Com relação às suas perguntas, talvez... Vou me deter mais sobre as perguntas mesmo, porque, obviamente, têm muitos comentários, e não sei se eu fosse comentar os comentários, talvez tomasse muito tempo. Mas eu diria que com relação à pergunta objetiva, que tem a ver com a questão que está no jornal de hoje, diz respeito se o Brasil vai responder no sentido de que não aceitará essa proposta. Eu não tive tempo ainda de verificar se a proposta foi entregue de maneira formal. Tive uma indicação de que foi mencionada numa reunião. Mas, evidentemente, a nossa reação é de que não, a proposta não pode ser aceita. O Brasil não aceita o argumento de que a divida é espúria e, portanto, não pode aceitar a proposta, da mesma maneira que não aceita o argumento de que a soberania energética do Paraguai só existirá quando ele puder vender para terceiros.

Isso não exclui que o Brasil tenha uma disposição de contribuir para o desenvolvimento do Paraguai de outras formas, que era o que nós gostaríamos de fazer. Vários projetos já foram mencionados. Agora, essas duas pretensões nos parecem, ademais, totalmente irrealistas. Creio que o Paraguai tem direito a querer um desenvolvimento maior. Nós estamos dispostos a participar e ajudar nesse desenvolvimento maior, mas, claro, tem que se fazer dentro dos parâmetros que existem, e o Tratado de Itaipu certamente é um deles. O que nós pudermos fazer, repito, para contribuir para o desenvolvimento agrícola e industrial do Paraguai, creio que seria do nosso interesse. Aliás, com relação ao regime tributário único que V. Exa. também mencionou, isso foi feito dentro desse contexto. Foi um acordo que foi feito junto com os órgãos competentes do Ministério da Fazenda, aliás, conduzidos por ele, na realidade, e visa, claro que tudo será ainda um teste, V. Exa. pergunta, não sei se vai continuar ocorrendo, visa a tentar regularizar e trazer para uma economia formal pessoas que hoje vivem desse comércio e que, digamos, uma atitude puramente repressiva, que se tomou no passado, não funcionou por motivos diversos. Então, havia uma tentativa de trazer para uma normalidade e isso gera tributos no Brasil, gera tributos no Paraguai e a expectativa de que a gente possa ter uma contribuição, uma cooperação maior ainda do Paraguai nesse objetivo. Devo dizer, também, que essa discussão vem de muito antes do Presidente Lugo. Isso não tem nada a ver, é uma proposta que vem, creio eu, desde que eu me lembro, quase do início do Governo anterior, Nicanor. Levou muito tempo a ser negociada até se encontrar um número que não nos prejudicasse, pelo menos, que nós achávamos que nós, eu digo aí incluindo a Receita Federal, que não viesse a nos prejudicar.

A pergunta, digamos, de natureza mais genérica e mais ampla que V. Exa. fez é se há nessas ações objetivo de contestar a liderança do Brasil. Bom, eu não creio que haja um objetivo de contestar liderança do Brasil até porque, como V. Exa. bem frisou, o Brasil não fica buscando uma liderança ou afirmando uma liderança. O Brasil tem a política que crê que deve ter em relação a países com os quais ele tem que conviver e deseja conviver também. Mas, tem que conviver pela vizinhança, e países com os quais eu acabo de mencionar, o Brasil tem muitos interesses específicos, entre eles, para eu tomar apenas o comércio, como eu mencionei antes, e respondem por 60% do *superávit* comercial do Brasil, 60%. E levando em conta que a grande parte do que eles compram do Brasil é de produtos de alto valor agregado, produtos manufaturados.

Então nós temos que compor certas situações. A própria situação da Bolívia, eu creio que eu gostaria agora de entrar em muitos detalhes sobre ela, mas poderei fazê-la, a própria situação da Bolívia. Nós tínhamos uma grande preocupação que era evitar demandas irrealistas, que foram evitadas, eu diria, sobretudo em relação ao preço do gás, e manter o abastecimento do gás, que era essencial para o Brasil. E nunca faltou uma molécula de gás para o Brasil. Houve realocações, mas nunca faltou para a própria Petrobras. Devo dizer até que, no início desse processo, nós estávamos... Que houve esses fatos. Eu não tenho os números exatos aqui, mas, digamos, citando meio de memória, nós estávamos comprando creio que 23 milhões de metros cúbicos, creio eu, que é a unidade de BTU, estou sendo corrigido aqui por uma jornalista. Obrigado, Denise. E dois anos depois estamos comprando 30, porque a nossa fome de energia é muito alta. Então nós temos que ter presente esses interesses. Claro que demonstrando firmeza na defesa desse interesse, mas demonstrando, também, a meu ver, compreensão quando se trata de situações que não é nem porque, digamos, de generosidade, porque a maioria da Bolívia é composta por indígenas, ou por outra razão, mas é um interesse de longo prazo. O Brasil tem interesse até, pelo menos, ter fontes alternativas em manter o abastecimento do gás, e o Brasil tinha um interesse em encontrar uma solução que não fosse, digamos, quebrar os contratos de fornecimento e eles, de fato, foram mantidos.

Agora, existe, evidentemente, também, o que eu descrevi antes, e eu não tenho como, não devo, pela minha função de Ministro, fazer uma avaliação da resposta que cada país deu a essas duas décadas perdidas, mas nós temos uma situação, de fato. Parte dela começou antes do Governo Lula, desses gover-

nos, digamos, que podem ser definidos de várias formas. Eu não creio que cabe a mim definir, mas V. Exa. mencionou vários deles aqui, como o da Venezuela, do Equador; alguns, digamos, entraram num processo, seja de reforma, eles se autodenominam revolução, em alguns casos, outros analistas chamam de populistas, eu não quero entrar na definição. O fato é que esses governos, a chegada desses governos, em alguns casos, antecedem, inclusive, o Governo Lula; outros se dão depois do Governo Lula, mas são realidades com as quais nós temos que lidar. Temos que lidar objetivamente, procurando preservar os nossos interesses essenciais.

Eu creio que há sempre uma dificuldade, Senador. Eu quero concordar com V. Exa. num aspecto: é muito difícil calibrar as reações em cada caso. Há uma dificuldade, e eu acho que a história é que vai julgar melhor o que ocorreu. Eu creio que nós temos dado a dose certa. Inclusive, no caso da Bolívia, pouco depois do anúncio feito pelo Presidente Morales, o anúncio feito, creio que em maio de 2006, pouco depois eu fui à Bolívia. Estive com o Presidente Morales, expus o conjunto das nossas situações, e, por exemplo, uma das questões que se colocava no momento, que tinha sido a ocupação das refinarias brasileiras, foi desfeita pouco depois, e as negociações demoraram mais dois anos, um ano e meio, mais ou menos. Algumas delas, enfim. Houve impacto nos investimentos, indiscutivelmente. Novamente os bolivianos, agora, desejam investimentos brasileiros, e isso está sendo analisado nas novas condições.

O que eu quero dizer é que o Brasil é, indiscutivelmente, falemos ou não de liderança, o Brasil é a maior potência econômica da região. Isso é indiscutível. É a maior potência territorial, é a maior potência demográfica, é o país que tem maior projeção política internacional. Não há como negar esses fatos. Se isso gera, ou não gera, ressentimentos, reações, misto de admiração, provavelmente, uma mistura de todas essas coisas. A nossa obrigação, creio eu, na política externa, é tentar administrar com sabedoria. Não estou dizendo que tem havido sempre, eu posso errar também, mas, digamos, procurar administrar com sabedoria esses diferentes sentimentos em benefício do Brasil. E vendo o interesse do Brasil, eu estou de pleno acordo com V. Exa., o primeiro lugar é o interesse brasileiro, o segundo lugar é o interesse brasileiro, em terceiro lugar vamos ver o que podemos fazer pelos outros. Agora o interesse brasileiro, ele tem que ser visto no longo prazo, no médio e longo prazo, e não apenas no curto prazo. E uma boa relação, uma relação amistosa com esses países é também parte do interesse brasileiro, independe até de ter simpatia ou não ter simpatia pelo regime. O Brasil tem uma excelente relação com o Peru, por exemplo, com quem, aliás, tem uma grande simpatia também o Presidente Lula. Mas que é um governo que tem uma tendência muito diferente desses outros que V. Exa. mencionou. E o nosso comércio com o Peru multiplicou-se por oito, creio eu, assim fazendo as contas de cabeça, ou por sete, em seis anos, e o Presidente Lula foi com missões empresariais ao Peru, recebemos missões empresariais junto com o presidente Allan Garcia.

Então não há aí uma preocupação com o conjunto da região. É uma preocupação geoestratégica. Eu não vou usar a palavra geopolítica, porque a palavra geopolítica ficou com uma má conotação no passado, mas é uma preocupação que tem a ver com a paz na região, a estabilidade na região, e com a preservação dos nossos interesses que continuam se multiplicando. Quer dizer, o Brasil continua fazendo mais investimentos, e tem feito, pelo menos. Então, eu acho que quando nós achamos que determinada atitude não correspondeu ao que nós poderíamos esperar de um país amigo, um presidente amigo de um país amigo, o Brasil agiu com a dose de energia que deveria agir nesses dois episódios. Primeiro, relativo à Odebrecht, cancelando a ida da missão que ia cuidar da Manta-Manaus. E com relação ao BNDES, chamando o nosso Embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o segundo Senador inscrito: Francisco Dornelles. Antes, porém, eu quero comunicar aos Srs. Senadores que se encontra aqui o Embaixador do Brasil no Equador, Antonino Marques Porto e Santos para, eventualmente... Ele já esteve na Comissão, mas se houver necessidade, posteriormente, de algum esclarecimento, ele se encontra aqui. Senador Dornelles, com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Ministro Celso Amorim, eu queria dizer a V. Exa. que eu considero que essas operações de empréstimo que aparecem como empréstimo do Brasil ao Equador, ao Peru, a países da América Latina, são, na realidade, operações visando a exportação de serviço do país. Quer dizer, não são operações que se faz caridade ao Equador e, na realidade, o que nós queremos é aumentar e incrementar a exportação de serviços. Eu acho isso altamente positivo. Acho, também, extremamente um lado positivo, essa política que o Itamaraty, que o Governo vem desenvolvendo em relação aos países da América do Sul. Eu acho que se nós examinarmos os dados do nosso comércio exterior, nós verificamos que a nossa exportação mais sofisticada realmente, hoje, está sendo toda ela dirigida para esses países. Eu entendo, também, que todo contrato tem que ter

uma cláusula ou tem que ter cláusulas que visam dirimir quaisquer conflitos ou pendências decorrentes da aplicação desses contratos, e que essas cláusulas têm que ser muito transparentes, muito rígidas e muito duras. É aquele ditado popular: quem paga sem recibo e quem negocia mal, paga duas vezes. De modo que eu espero que esses contratos estejam sendo bem redigidos e que tenham as cláusulas específicas para definir como são dirimidas as pendências.

Eu concordo plenamente com o Senador Arthur Virgílio que contrato é para ser cumprido. Contrato tem que ter as cláusulas cumpridas. Eu acho que deveríamos evitar, o máximo possível, intromissão governamental oficial, no sentido de suavizar cláusulas dos contratos ou modificar cláusulas dos contratos, porque isso é sempre um precedente que não ajuda em nada. De modo que eu acho que esses contratos todos devem ser vistos, as suas cláusulas e soluções de pendências devem ser aplicadas, e, se possível, sem qualquer mudança, sem o Governo querer suavizar as cláusulas existentes. Então, eu acho que esses assuntos têm que ser dirimidos na forma de contrato.

Agora eu me preocupo. Em política, nada acontece por acaso. De repente, em cada país da América Latina, surgem posições de desejar se criar um problema em relação ao Brasil. É no Equador, é no Paraguai, é na Bolívia, é no Peru. Então eu pergunto: o serviço do Itamaraty, o Itamaraty, não admite a possibilidade de haver um movimento integrado que vise criar dificuldades à política externa brasileira? A quem interessa esses conflitos da América Latina? Qual é o objetivo? Isso parte mesmo de políticas ou de países da América Latina querendo fazer um confronto, ou de políticas de países fora da América Latina querendo criar um desentendimento entre os países?

O certo é que esses conflitos estão existindo e a parte contratual, como eu disse a V. Exa., tem que ser dirimida de acordo com os contratos. Se não se pagou à Odebrecht, tem que se ver o contrato da Odebrecht e acionar no fórum; espero que tenham sido bem redigidos esses contratos. Agora a parte política me preocupa. Me preocupa. Eu acho que precisa ser uma análise muito profunda, uma análise histórica, recorrendo ao que ocorreu no passado, ao que ocorreu em outros lugares do mundo para dirimir se isso deu movimento orquestrado visando criar uma dissensão no nosso relacionamento com os países da América Latina, ou se parte de algum movimento político querendo criar dificuldades para a política externa brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Obrigado, Senador Dornelles. Obrigado pelas suas explanações também.

Para ir direto a ponto da sua pergunta. Com relação aos contratos, evidentemente, o Dr. Mariante vai explicar em detalhe, mas eu queria dizer duas coisas: primeiro, esses contratos são do ano 2000, esse, especificamente. Segundo, o Ministério das Relações Exteriores não participa da relação de contrato, que eu saiba, nenhum, porque nós podemos participar da discussão de uma operação ou outra, se ela deve ou não ser feita. Mas as cláusulas jurídicas não passam pelo Itamaraty. Nós agora temos até feito reuniões para haver transparência dentro do próprio Governo e haver clareza, porque há vários, como V. Exa. talvez saiba melhor do que qualquer um nessa sala, interesses vários, do Tesouro Nacional, o Banco Central no caso do CCR. Enfim, há vários órgãos que estão envolvidos e é preciso que eles falem de maneira coerente. Mas os contratos e o que nós estamos trabalhando, naturalmente, na área jurídica, é para que os contratos sejam executados, e estou de pleno acordo com V. Exa. Nós não discutimos antes essas cláusulas.

Com relação, digamos, a sua inquirição de natureza mais histórica, vamos dizer assim, eu não saberia dizer, enfim, se há ou não um movimento orquestrado. O que eu acho é que de qualquer maneira, se ele não é orquestrado, o que há é que há uma situação que pode propiciar que outros ganhem com isso, mesmo que não tenha sido inicialmente provocado. Isso pode ocorrer, que outros... O famoso *Tertius gaudens* –numa situação em que você tenha uma discussão, disputas, em que a presença do Brasil é cada vez mais forte. Por exemplo, se nós tomarmos alguns dos países, eu me recordo aqui de dados, por exemplo, da Argentina. O Brasil não é hoje o país, ainda não é o país que tem maior, destaque de investimento da Argentina, mas é o país que tem mais investimento nos últimos cinco ou seis anos, um pouco mais desde que a Argentina saiu da crise. Então, o Brasil tem investido muito, tem tomado lugar de outros investidores em muitos casos.

Eu estou dando um exemplo. Nós, felizmente, não temos nenhum problema com a Argentina nesse momento e espero que não tenhamos, temos sempre discutido as questões que existem de maneira racional. Agora, isso, eu acho que gera dois fatores, isso gera sempre. Você cria um país que tem uma presença forte no outro, ainda que ela seja benévola, benigna e produtiva e mutuamente proveitosa, pode gerar alguma resistência a algum setor, pode ser aproveitada em algum setor para fazer oposição, às vezes, ao Governo. Então, essas coisas acontecem. E como a presença do Brasil cresceu muito, aliás, vinha cres-

cendo, não é uma novidade, ela vinha crescendo ao longo dos últimos dez anos e continua crescendo. Eu tenho... Os dados sobre investimento no exterior, como V. Exa. sabe, são muito falhos. Em geral, são dados do Banco Central, mas eles, às vezes, creio que não leva em conta, por exemplo, se um banco brasileiro compra um banco canadense que tem investimento no Chile. Isso aparece como investimento no Canadá, então não retrata o real interesse. Não sei se mais tarde isso contabilmente é refeito, ou não; mas o fato é que nós não temos. Os estudos feitos pela Fundação Dom Vidal e por outras organizações, que levam em conta não só os dados do Banco Central, mas também informação que os americanos chamam de anedóticas, quer dizer, informações factuais, dão números muito maiores que os do Banco Central, e muito expressivos de investimento na região.

Então, eu acho que isso gera uma situação efetivamente nova e isso exige justamente da política brasileira uma atenção crescente à América do Sul. Por exemplo, a própria criação da Unasul, que antes nós propusemos como casa, comunidade sul-americana, e depois evolui para a União. Ela tem esse objetivo, entre outros, esse objetivo. Vamos tratar da nossa integração, a nossa integração gerará ciúmes em outros países, a projeção externa do Brasil causa ciúmes em outros países e fora da região.... É natural que isso ocorra, mesmo que não seja política dos governos, mesmo que não seja uma política expressa do governo, isso acontece. Faz parte da história das nações. Quem conhece sabe que as coisas são assim. Então nós temos que reforçar os laços e temos que, nesse contexto, volto a dizer, a questão de como foi calibrada cada ação. Eu não sei, eu também recebi críticas pela ação recente ao Equador, quer dizer, eu, o Governo Brasileiro, recebemos críticas, da mesma maneira que recebemos, às vezes, elogios, como recebemos elogios por outras situações.

Então nós temos que pensar em cada caso. Está difícil ter uma precisão... Eu acho, a meu juízo, a cada momento nós calibramos de maneira adequada de acordo com as circunstâncias do momento, de acordo com os interesses do momento do Brasil, eu acho que... Mas tendo presente, também, que nós temos, não podemos querer ter uma política, digamos, de *big stick* na região. Não podemos ter. O Brasil não pode ter a política do Theodore Roosevelt na região. Se nós fôssemos ter alguma política, para ter do segundo Roosevelt, a política da boa vizinhança. E quando o segundo Roosevelt falou da política da boa vizinhança, creio que ele não foi abusado de estar sendo excessivamente generoso com os vizinhos. Ele estava cuidando do interesse nacional norte-americano, mas cuidando do interesse nacional norte-americano de uma forma inteligente.

A projeção do Brasil, felizmente, se dá num momento da história que é diferente daquele em que se deu a projeção norte-americana no século XIX. Então nós também temos que nos pautar por conceitos diferentes. Claro que isso não exclui o cumprimento dos contratos, isso não exclui a firmeza em certas ocasiões, não exclui a negação de demandas irrealistas como essa, por exemplo, de desconsiderar a dívida, pelo que eu estou lendo no Globo de hoje que, aparentemente, foi mencionada em algum momento, mas não tinha ainda chegado ao meu conhecimento em detalhe. Ter essa noção, essa visão de longo prazo e de boa vizinhança, não exclui essas firmezas, mas implica também não ter uma política puramente, digamos assim, de reações automáticas que podem levar as conseqüências, a meu ver, piores. Evidentemente, que cada um terá a sua noção de como calibrar exatamente, e cada um será responsável pelos seus atos, ou durante, ainda, a gestão que faz, ou pela história. Eu acho que nós temos procurado calibrar da maneira adequada, mas é uma matéria para julgamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, Sr. Armando de Carvalho, Luis Antônio Dantas, prezado Ministro Celso Amorim. Agradeceria, se puder nos informar, estas dificuldades que estão acontecendo com alguns destes países são de natureza semelhante ou diversa? Ou seja, no caso do Equador, conforme tivemos explicação, refere-se a um questionamento junto a um órgão internacional por parte do governo do Equador relacionado à dívida de uma instituição BNDES, um empréstimo que foi realizado para a construção de uma obra de responsabilidade de empresa brasileira a Odebrecht, então esse é um tipo de problema.

Com respeito a outros países, como a Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Paraguai, relacionado a empréstimos do BNDES, e relacionados a empresas brasileiras, também houve alguma outra suspensão, ou este é um caso, por enquanto, isolado? Porque quando se coloca na imprensa que diversos países estariam agindo, com respeito ao Brasil, de certa forma, se o problema é de natureza diferente, então, precisamos ter claro isso.

Portanto, o problema do Paraguai que ora se levanta, que já tinha sido aventado antes, de natureza bastante diferente, e não relacionado, por exemplo, ao convênio de pagamentos e créditos recíprocos, este CCR mencionado na sua exposição pode, de alguma

forma, colaborar para que tenhamos esses problemas dirimidos com respeito aos diversos países? Agradeceria também, já que V. Exa. mencionou há pouco alguns temas históricos do Governo Norte-Americano, mas como há um grande interesse nesse assunto, gostaria de aproveitar a visita de V. Exa. à nossa Comissão para nos informar se está previsto até a posse do Presidente dos Estados Unidos Barack Obama um diálogo mais efetivo e pessoal do Governo do Presidente Lula, do próprio Presidente Lula junto ao presidente eleito Barack Obama. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Sr. Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Primeiro, digamos, acho que já respondendo a sua pergunta, não há nenhum outro caso até agora, espero que não venha ocorrer de questionamento de dívida do tipo dessa que são créditos de exportação e créditos, como é o caso do Equador.

Eu queria fazer um comentário sobre a questão do Equador, porque, digamos, o próprio Presidente do Equador tem dito: "Ah, estamos questionando junto a um organismo internacional. E isso está previsto no contrato. Não tem nada de errado". Bem, nós não estamos discutindo se eles têm direito ou não tem direito. Pode haver uma discussão jurídica se isso deveria ser feito e de que maneira. Eu não vou entrar na estratégia jurídica porque eu acho que isso não me cabe e não convém.

Mas o problema não é esse, com relação ao caso do Equador. O problema é que um Governo amigo, de um Presidente considerado amigo, nos faz saber pela imprensa que está questionando uma dívida sobre a qual ele nunca se referiu em conversas conosco, nunca recebemos uma nota, nunca houve... Pelo contrário, as referências que havia eram de mídia da parte deles. Nós perguntávamos e recebíamos, digamos, respostas que, se não eram totalmente tranqüilizantes, eram, pelo menos, no sentido de aliviar, dizendo: "não, as pessoas que estão falando disso não estão autorizadas". V. Exa. não estava aqui no início quando me referi ao primeiro contato que tivemos, o primeiro ou o segundo contato que tivemos aqui com o Presidente Correa, quando presidente eleito, em que ele fez elogios ao CCR, justamente sobre o caso dessa dívida, dando a impressão, eu não tenho as palavras dele todas aqui, mas dando a impressão que os questionamentos dele eram mais em relação a bônus colocados junto a bancos privados, a juros muito altos, creio eu, considerados altos, ou com relação a dívidas em relação a organismo multilaterais.

Então, sem que tivesse havido, em nenhum momento, nenhuma discussão sobre o ponto, nós recebemos com surpresa, eu diria, não surpresa de que isso fosse totalmente inesperado, porque eu já antevejo a mídia dizendo: "Como é o que o Brasil foi surpreendido?". Não é surpreendido nesse sentido, mas surpresa no sentido da relação existente, porque não havia nenhuma indicação dada diretamente a nós de que isso iria ocorrer, ou nenhuma tentativa de negociação. Não sei se ele tivesse tentado negociar, se ocorreria ou não a negociação. Não estou me pronunciando sobre isso, mas não houve tentativa, foi direto para outra instância. Essa, portanto, é a primeira pergunta.

A segunda pergunta sobre o CCR, se eu entendi bem, a questão do CCR ser um instrumento para dirimir dívidas. Sim. Ele é um instrumento que tem o seu processo de solução de controvérsias, inclusive, pode ocorrer, pode haver dívidas. Nesse caso específico, nós não cremos que haja nenhuma base. Isso depois o Dr. Mariante vai esclarecer melhor. Não cremos que haja nenhuma base. E o que eu quero também deixar muito claro é que qualquer dúvida com relação à própria empresa Odebrecht, supondo que tenha havido, ela não poderia contaminar o empréstimo. O empréstimo é como se fosse um empréstimo na vida privada, um empréstimo de garantia real que tenha a sua vida independente. E a garantia aqui é o CCR, que é o convênio de créditos recíprocos. Portanto, repetindo algo que eu já... Agora não me lembro se eu falei na Câmara ou se foi aqui. Ao não pagar um empréstimo cursado pelo CCR, se, de fato, não pagar, mas, mesmo ao questionar essa ação do Equador, tem um efeito negativo sobre todos os créditos que possam ser dados na América do Sul, porque o risco dos países, a maioria desses países tem risco alto. Há exceções, acho que, sobretudo, o Peru, que é um país de risco relativamente baixo. Tanto assim, como eu comentei, o Peru obteve créditos privados em condições melhores do que aquelas oferecidas pelo BNDES ou pelo Proex, mas a maioria dos países tem risco elevado. O que torna o risco desses países administrável, a ponto de nós podemos financiar, é a garantia do CCR, porque ela sempre foi absoluta, nunca foi questionada. A partir do momento que ela é questionada e, sobretudo, se houver um não pagamento, se houver um *default,* isso terá um impacto muito ruim, muito ruim. Eu diria até menos para o Brasil. O Brasil é ruim porque perde. É claro que é muito ruim, mas será pior ainda para o conjunto da América do Sul.

Terceira pergunta que V. Exa. fez com relação ao diálogo, eu não tenho nada, no momento, a acrescentar ao que já aconteceu, que foi o telefonema entre o Presidente Obama e o Presidente Lula. O Presidente

Obama chamou de volta a chamada do Presidente Lula e conversaram durante, não me lembro exatamente, 10, 15 minutos, e houve um contato meu com a ex-Ministra Madeleine Albright, que era enviada do Presidente Obama para a Conferência de Washington. Claro que o nosso Embaixador Antônio Patriota mantém contato. Já mantinha, aliás, antes da eleição e continua mantendo. Não vejo nada nesse momento, mas não estou excluindo que ocorra, mas não tem nada especificamente programado, que eu saiba.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Dornelles demonstra interesse em fazer algum questionamento e passo a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Ministro, eu volto um pouco à história, e devo dizer que nos anos 62, no início, a Receita Federal fez um auto muito grande numa grande multinacional, que houve pendências do Governo Brasileiro com empresas estrangeiras aqui, e que governos estrangeiros se meteram numa pendência, até nota fiscal se emitiu, achando que a empresa, por ser estrangeira, não podia nem receber auto de Receita Federal. O que eu acho é que nós não podemos correr o risco de entrar em situações que devem ser dirimidas na forma do contrato. Ou seja, eu não acho que o problema existente entre uma empresa privada brasileira e um Governo de um país da América do Sul deve ser um propósito ou um instrumento de criar dificuldades no relacionamento do Brasil com esses países, que tem que ficar muito acima do interesse de empresas brasileiras.

Eu acho que no momento que se faz um contrato, tem que ter cláusulas muito definidas. Se alguém negociar mal, paga duas vezes. E essas empresas brasileiras que entrarem em relações comerciais financeiras têm que ter nos contratos as cláusulas e não diminuir, e eu acho que o Governo Brasileiro quando, tem pecado quando ele quer atenuar cláusulas contratuais que não devem ser feitas. Não estou me referindo ao problema do Paraguai não, porque ali é um problema de Itaipu, dos dois Governos.

Agora o que me preocupa, eu insisto, não é o fato em si, do Equador com a Odebrecht ou do Peru com empresa brasileira, que isso daqui tem que ser visto de uma forma até no campo do direito privado. É se isso realmente não é um movimento orquestrado, se isso daqui, de onde parte movimentos desse tipo, e se o objetivo justamente não é criar dificuldades para o melhor entrosamento das relações do Brasil com os países da América Latina. Temos que ver a quem interessa essa quebra da unidade latino-americana, principalmente no momento em o que Brasil vem ganhando mercados, que empresas brasileiras também estão presentes em todos eles com grandes projetos. De modo que eu lhe digo, temos que separar o público do privado.

O problema de uma empresa brasileira com Governo Estrangeiro tem que ser dirimido na forma do contrato que foi feito, seja ele um banco privado, um banco público. O problema é da instituição privada, mesmo quando o controle dessa empresa é estatal.

Agora, eu acho que em política nada acontece por acaso. Eu acho que o Itamaraty devia não entrar no assunto privado, mas olhar com muita cautela e fazer uma política muito, com a competência, aliás, do chanceler que todos nós reconhecemos, para verificar porque existe, a quem interessa, o que está por trás, ou se existe um movimento orquestrado para dificultar o relacionamento do Brasil com os países da América Latina.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Ministro Celso Amorim, eu queria primeiro parabenizá-lo por todo o trabalho que tem feito. Eu acho o que Brasil ganhou projeção, importância, destaque na agenda internacional. O G20 é um exemplo da competência com que o Itamaraty, a diplomacia brasileira tem conduzido os interesses da nação, e também o esforço altamente meritório de integração da região, de consolidação do MERCOSUL, de apontar na direção da Una-sul.

Eu acho que nós estamos vivendo um novo cenário econômico, o cenário de uma grave crise, a maior crise econômica desde 1929. Quer dizer, começou com uma crise imobiliária, mas se transformou numa crise financeira global, e hoje é uma crise econômica global. E essa crise está atingindo e atingirá duramente os países da região. O próprio Equador que é um país que tem no petróleo a principal fonte... Saudar o Presidente da casa, Senador Garibaldi-–

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fazer o registro da chegada à Comissão do Presidente Garibaldi que veio prestigiar o debate tão importante para o país. Com a palavra, o senhor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): --é um país exportador de petróleo, e que tem uma economia dolarizada. Quer dizer, o impacto na queda da receita em função dos preços do petróleo atinge não só a balança de pagamento como a receita pública e um país que não tem espaço na política monetária e fiscal para administrar e mediar essa situação. Então, é compreensível as dificuldades econômicas do Equador e que, evidentemente, poderão se agravar nesse cenário que apenas inicia, eu diria, os impactos dessa

crise global na região. Agora, o que é incompreensível é a forma como o Equador tenta administrar as suas dificuldades. Não apenas Equador. Qual é a advertência que eu gostaria de fazer? E eu acho que a diplomacia brasileira tem contribuído para isto.

Em 1929, o Governo Americano aumentou quatro vezes as barreiras à importação de 3.400 produtos. No início da crise, uma medida protecionista quadruplicou as tarifas de importação de 3.400 produtos. Outros países acompanharam a decisão do Governo Americano e o que isso patrocinou na economia mundial? Uma brutal recessão, um quadro de depressão que se agravou, o comércio internacional caiu a um terço do que era, e a produção física industrial americana só voltou a ser o que era em 29 em 1937, e o PIB real só é maior que 29 em 1938. Então, são praticamente dez anos de uma década de depressão econômica e essa visão do nacionalismo protecionista, absolutamente desconectado das necessidades econômicas daquela ocasião, não podem se reproduzir no cenário que nós estamos atravessando.

A saída para a crise na região não é mais protecionismo e nacionalismo. A saída para a região é parceria, é integração, é a coordenação de ações supranacional. Nós temos que dar um salto de qualidade na governança da economia regional, de mais perspectivas, indicadores macro econômicos, de mais integração.

Porque eu vejo com grande preocupação a questão do Equador? E eu peço licença que eu não pude acompanhar que estava presidindo a Comissão de Assuntos Econômicos, eu vejo, e provavelmente V. Exa. talvez já tenha tratado disso. Porque é uma empresa, a Odebrecht é uma empresa que está há 23 anos no Equador, fez nove obras importantes para o país. Ora, se havia problema e havia nesta obra, o Governo do Equador tem todo o direito de tratar dentro do estado direito democrático do Equador as suas questões, as suas demandas junto à justiça. Eu acho que houve politização indevida do episódio, e o que é completamente incompatível com o processo de integração regional é comprometer a CCR. Por quê? Porque a CCR foi criada em 1982, no momento que a região não tinha crédito, exatamente para criar um instrumento e financiar a integração, a logística e a infra-estrutura regional. Ora, se o Equador desestabiliza um instrumento que no art. 11 está dito, é uma relação entre os dois Bancos Centrais, os dois, portanto tem o compromisso, os dois Bancos Centrais, irrevogável. Está explícito, juridicamente no contrato aqui. É irrevogável. E é um acordo entre dois Bancos Centrais.

Se esse instrumento da CCR, nessa crise de crédito que nós estamos atravessando que os países mais pobres da região não terão opções de financiamento, esse é um instrumento mais próximo, mais realista da necessidade da região, for fragilizado, for agredido, nós inviabilizaremos o processo de integração, de financiamento da logística. O FOCEM é um instrumento fundamental para os pequenos países da região. Assim como o CCR continua sendo. Então eu acho muito importante que isso seja superado. É muito positivo que o Governo do Equador continue pagando esse empréstimo, porque ele é o principal instrumento da integração regional hoje.

E o comprometimento de um instrumento como esse é uma pá de cal em qualquer discussão sobre Banco do Sul. Como é que nós vamos criar um instrumento regional se o melhor instrumento de financiamento da região, e é um contrato que foi feito em 2000, não foi feito por esse Governo, foi feito pelo Governo anterior entre dois Estados, nem o nosso Governo nem o deles, os dois Estados nacionais, os dois Bancos Centrais construíram o instrumento que disse que é irrevogável e está sendo tratado dessa forma. Se o CCR não for preservado, eu acho que ele atinge todo o processo de integração e o instrumento financeiro é fundamental para diminuir as assimetrias e patrocinar uma verdadeira integração na região.

Quero parabenizar a atitude e a diplomacia brasileira e o esforço que seja solucionado mantendo o compromisso do Estado e permitindo que a América do Sul possa desenvolver instrumentos próprios de financiamento e integração.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Ministro Celso Amorim.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Em primeiro lugar, agradecer a presença do Presidente Garibaldi Alves, Presidente do Senado, que me honra sentando aqui do meu lado, à minha esquerda.

Tentar aqui tocar em alguns pontos importantes, senador, e aproveito para tocar em algum ponto anterior mencionado pelo Senador Dornelles, creio eu, ao falar.

De fato, quer dizer, eu acho que a caso da, primeiro, digamos, o seu comentário geral. Eu concordo plenamente com V. Exa.. O momento não é de ações protecionistas, o momento não é nem de socorrer no mundo, nem de socorrer na nossa região. Eu acho que qualquer idéia de fecharmos, de diminuirmos os mercados a essa altura terá um efeito muito negativo para o crescimento de todos os países, independentemente com o que ocorreu com o Equador, independentemente dessas outras questões.

Então, todos os instrumentos que nós temos de integração hoje, a meu ver, devem ser reforçados. Eu

estou propondo ao Presidente da República, inclusive, naturalmente vai depender de outros pronunciamentos, que o Brasil reforce, esperaria muito, poderia ser agora, reforce até a participação no FOCEM, porque eu acho que o momento é de dobrar a aposta no MERCOSUL, não é de nos retrairmos de maneira alguma em relação a essa situação. Temos que, digamos, é uma espécie de política anticíclica e proativa que nós temos que ter também na região, de modo que estou plenamente de acordo com a maneira que V. Exa. colocou a questão no sentido mais amplo. É um momento para retomar suas palavras, de parceria, de integração, e não de protecionismo. Isso vale para o mundo, mas vale com mais razão para a nossa Região Sul-Americana.

O Presidente Lula, a percepção de que esses fatos poderiam ocorrer, de que essas rivalidades, me referindo a algo que disse antes o Senador Francisco Dornelles, poderiam surgir, sempre esteve muito presente. Quer dizer, eu acho que, digamos, o fato de nós termos passado o esforço que foi feito por esse Governo, e me permita mencionar um pouco que eu acho que isso é importante ao sairmos, nós já tínhamos o MERCOSUL, fortalecemos o MERCOSUL, criamos acordos de livre comércio com todos os países da América do Sul. E o reflexo no comércio é extraordinário, foi mencionado antes, eu não quero ficar repisando aqui as cifras, mas é absolutamente extraordinário. A América do Sul hoje é 20% do total das nossas exportações, 60% do nosso superávit comercial. Isso é notável, sendo que a maioria das exportações é matéria-prima, isso não se conseguiu por acaso, de manufatura, perdão. Isso não se conseguiu por acaso, se conseguiu através de ações políticas e de ações econômico–comerciais, econômico-comerciais, fazendo acordos de livre comércio que hoje nós temos, praticamente, com toda a América do Sul. Hoje em dia o MERCOSUL está ligado à América do Sul por acordos de livre comércio, todos nós estamos ligados. Não fazemos uma união aduaneira, porque as tarifas já eram distintas, nós fizemos aquilo que era o máximo dentro do possível. Bem, e a política de crédito também se insere nesse contexto.

Comentando especificamente o que V. Exa. disse sobre o caso do Equador e da politização indevida, eu estou de pleno acordo. É uma questão que teria que ser, se fosse ser discutida, teria que ser discutida de outra maneira. E colocar em dúvida o CCR, eu já tinha dito isso antes, coloca em risco todo o processo de integração. Não é só o Brasil que perde, espero ainda que não ocorra, mas a mera ameaça de não pagar um empréstimo do CCR já tem um efeito negativo no risco país de todos os países da região que não gozam de grandes facilidades internacionais, sobretudo num momento como esse. Então, V. Exa. está de pleno acordo, estou de pleno acordo com V. Exa..E diria, para completar, que esse aspecto financeiro monetário, que nós estamos explorando, inclusive aprofundar, por exemplo, com pagamentos em moeda comum, com a Argentina. Isso, essas questões são muito importantes. Nós queremos avançar no sentido da integração. É o mesmo objetivo do CCR. E o não pagamento do CCR é realmente muito, muito grave. Acho, sinceramente, não me cabe como Ministro ficar comentando ações de outros Presidentes, mas eu acho que isso não serve ao interesse, honestamente, em minha opinião, claro que não é bom para o Brasil, mas não serve nem ao Equador, nem serve ao conjunto da América do Sul.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Queria cumprimentar o Ministro Celso Amorim, o Vice-Presidente que eu já conversei, cumprimentei V. Sa., pedir desculpas por não estar presente durante a exposição de V. Exa., porque hoje tinha a cerimônia do dia do marinheiro e eu estava inscrito, eu e o Senador Augusto Botelho, que foi o subscritor e primeiro orador.

Então eu tive lá, Sr. Ministro, uma coisa interessante. Eu estava no MERCOSUL, na última reunião do MERCOSUL, e encontrei um grupo de jovens que depois identifiquei como marinheiros brasileiros numa operação com o Uruguai. E muito bem comportados, no restaurante lá do mercado do MERCOSUL, antigo mercado. E estava numa operação conjunta com o Brasil. Eu falei com o Comandante da Marinha e ele me disse que eles estavam vindo de uma operação conjunta com a Argentina, parece que amizade, uma operação dessas, e depois foram fazer uma operação conjunta com a marinha uruguaia. Então eu disse, eu estava, até disse agora no pronunciamento que é um sinal evidente do respeito que o Brasil tem por todos os países que fazem parte do continente sul americano e outros. E jamais negou qualquer apoio ou qualquer indicação, inclusive na guerra das Malvinas que o Brasil recuperou navios de guerra argentinos que não tinham como recuperá-los, a não ser no arsenal de marinha do Brasil. Então eu não via com bastante ênfase algumas agressões que, sinceramente, não faziam parte desse conjunto para integração de alguns países que têm se manifestado provavelmente pelas dificuldades econômico-financeiras que estão passando. Inclusive do próprio Paraguai. E eu sei que V. Exa. está explicando as dificuldades que esses países vão ter se não pagarem suas dívidas, seus empréstimos.

E infelizmente, talvez, pela crise internacional econômica, o Brasil passou a ser a esperança desses países. Por quê? Porque o primeiro mundo está desesperado para resolver um conjunto de problemas que está surgindo. Então estão formando grupos especiais na Europa, nos Estados Unidos. Os Estados

Unidos, internamente, cada dia aparece uma bomba. Então, o Brasil virou esperança. Então nós temos que ter realmente cautela para não romper esses laços, porque vai cada dia vai ser pior a dependência para integração.

E a nossa luta do MERCOSUL é essa. Teve a discussão sobre a Usina de Itaipu, a gente sentiu que cada Parlamentar, o Guaí falou para dizer que o jornal do ABC, que ele estava a favor, mas sem agressividade. E quem falou do nosso lado foi comportado, mostrando o respeito pela população paraguaia e o interesse que o país tivesse realmente a recuperação das suas finanças em benefício das crianças e tudo.

Uma coisa que me chamou atenção é a interligação de distribuição de energia. Quer dizer, como é que o Paraguai quer a energia? Disse que para vender para o Uruguai e para a Argentina. Eles não têm uma rede de distribuição à altura de atender o próprio povo paraguaio, porque me disse o Presidente da Itaipu brasileira que, pelo menos uma vez por semana, uma cidade inteira tem que ser desligada para suportar a distribuição da energia, porque eles estão usando só 5% do MERCOSUL. Então eu digo assim, daqui a pouco a gente monta essa distribuição. Tem uma tese aqui que, inclusive o Senador Delcídio Amaral lançou aqui e tal, e vai servir para poder tirar a energia nossa para vender para os outros. Se bem que a gente tem que apoiar, mas eu fiquei um pouquinho com a pulga atrás da orelha. Qual é o objetivo que falaram tanto nessa unidade de distribuição energética? Desculpa incomodar o senhor com isso aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Algum esclarecimento? Com a palavra, o Sr. Ministro. E em seguida, ouviremos o Dr. Armando Mariante Carvalho, Vice-Presidente nacional do BNDES.

SR. MINISTRO CELSO AMORIM: Com relação à questão específica aqui levantada pelo Senador Romeu Tuma, muito obrigado como sempre pela sua presença, senador, sempre o senhor tem apoiado muito o Itamaraty e se me permite aqui uma digressão... Ai, olha, isso aí eu não me lembrava, mas eu lembrava quando eu condecorei na minha prévia encarnação, V. Exa. lembrou que tinha pensado em ser Diplomata quando jovem, mas o Brasil ganhou muito sendo o Sr. Senador.

Eu queria sobre essa questão da redistribuição de energia, isso está ligado ao que é o cerne do tratado de Itaipu hoje, que é o fato de que o Brasil tem o direito de aquisição, o direito de aquisição da energia. Quer dizer, Itaipu foi construída com esse pressuposto. Há uma insatisfação evidente no Paraguai com essa realidade. Muitas vezes que tem um caráter muito mais emocional do que econômico, porque nós já dissemos que estaríamos dispostos, utilizando inclusive o próprio BNDES e a própria Itaipu, a financiar uma linha de transmissão que permitisse levar a energia de Itaipu a Assunção e ao interior do Paraguai. Porque uma coisa absurda, a meu ver, que um país que é sócio da maior hidrelétrica do mundo tenha crise de abastecimento de energia na sua capital, que fica a poucos quilômetros, na realidade, quando nós começamos, não sei exatamente quantos quilômetros são, mas deve ser uns 200 ou 300, 240. Eu não estou tão errado porque quando o avião começa a baixar está em cima de Itaipu e quando termina de baixar está em Assunção.

Então, na realidade, é um absurdo que isso ocorra e nós achamos que nós deveríamos contribuir para o desenvolvimento do Paraguai com outras medidas também, outros projetos industriais e agrícolas, essa questão do regime tributário único, mas, certamente, com essa questão da energia. Agora, aparentemente, alguns setores políticos, creio eu, no Paraguai, talvez por uma questão mais de afirmação nacional do que até por um interesse econômico imediato, insistem mais nessa outra questão que é, obviamente, impossível de resolver, porque ela contraria o tratado de Itaipu, envolveria uma renegociação no tratado de Itaipu, que seria algo muito complexo. O que nós podemos fazer hoje, a meu ver, é encontrar compensações adequadas para o Paraguai pelo fornecimento da energia. E isso é o que o Brasil tem procurado fazer através de linhas de financiamento. Há outras formas que podem ser discutidas. No passado houve um pequeno, mais de uma vez, quando, aliás, houve um reajuste quando as primeiras turbinas foram acionadas, já no Governo Sarney, e houve um outro reajuste, pequeno, houve um reajuste que resultou talvez em mais 30 ou 40 milhões de dólares para o Paraguai, que foi feito no Governo Lula.

Então, isso são coisas que podem ser examinadas, discutidas, e que podem chegar a uma solução pragmática. Agora, evidentemente que, digamos, uma colocação, eu não sei qual seria a realidade daqui a 20, 30 anos, se o Brasil desenvolver, Itaipu se tornar menos necessária, o Brasil tiver outras hidrelétricas que possam produzir energia, eu não sei qual será a situação, não posso prever. Num futuro previsível, eu não vejo, previsível eu digo sobretudo levando em conta este Governo, eu acho que no horizonte desse Governo, renegociar essa cláusula, que é uma das cláusulas fundamentais de Itaipu, me parece irrealista.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só coloquei.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpe, é solicitar ao Brasil e o Brasil apoiá-los numa industrialização que eles consumam mais energia, e a gente colaborar. Porque não adianta o país querer energia para revender que o Brasil está comprando. E faz parte, me parece mais de 30% do PIB Paraguaio. Pelo menos, que foi explicado, 20, 30%. E se desenvolver uma indústria do lado paraguaio com apoio do Brasil, eu acho que eles vão ter muito mais visão econômica do que ficar brigando por um aumento de energia, e o emprego não vem porque vai cobrar mais cara a energia. Desculpe e obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos passar agora a palavra ao Dr. Armando Moreira de Carvalho. Mas antes, como ficou acertado, a partir desse momento, atendendo as conveniências, nós liberaremos o Ministro Celso Amorim, uma vez que ele tem que se retirar porque fará uma viagem e nós acordamos isso no início da sessão.

Com a palavra, o Dr. Armando Mariante de Carvalho.

SR. ARMANDO MARIANTE DE CARVALHO: Eu queria começar cumprimentando o Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cumprimentar os demais senadores aqui presentes, cumprimentar Embaixador Antonino que nos prestigia também com a sua presença, e todos os demais presentes.

Eu queria agradecer, Presidente, a oportunidade de estar aqui hoje no Senado do meu país junto com a equipe técnica do BNDES. Eu trouxe equipe técnica do banco, que lida com aspectos do comércio exterior, e ter a oportunidade de apresentar ao Senado de meu país informações sobre a nossa atividade. Nós, no BNDES, temos muito orgulho das atividades que desempenhamos, a nossa prática, experiência de análise de projetos. Eu, pessoalmente, fui estagiário do banco, sou engenheiro formado, fiz concurso, sou funcionário de carreira do banco há muitos e muitos anos, e hoje tenho a honra de ser Vice-Presidente da Casa.

Eu queria pedir também permissão aos ilustres senadores para apresentar rapidamente um conjunto muito rápido de slides que podem ajudar na compreensão de todo esse contexto que baliza o apoio financeiro do BNDES, a exportação de bens e serviços brasileiros para projetos, sobretudo na América do Sul.

O BNDES tem várias linhas de financiamento, como os ilustres senadores sabem. A empresa é brasileira. Nós fazemos mais de 200 operações de crédito, 200 mil operações de crédito por ano. Em uma das linhas, que nós convencionamos chamar de linha eczim, tem por objetivo financiar exatamente a exportação de bens e serviços produzidos no Brasil, gerando emprego, renda e divisas no nosso país.

O BNDES financia exclusivamente nessa linha a exportação de bens e serviços. Não há remessas de divisas ao exterior, não há fechamento de câmbio, os desembolsos são efetuados em reais no Brasil, diretamente ao exportador, por conta e ordem do importador. E todas as exportações são atestadas por empresa de auditoria externa, obrigatoriamente contratada por exigência do BNDES, auditoria externa essa que tem obrigação de ser credenciada na CVM.

Queria aproveitar para esclarecer um engano muito comum de que o BNDES financia projetos em outros países em detrimento de projetos no Brasil. O BNDES não financia projetos em outros países. O que o BNDES financia é estritamente a exportação de bens e serviços brasileiros para projetos, sobretudo projetos de integração, com ênfase a projetos de infra-estrutura na América do Sul e na América Latina em geral.

Essa linha de crédito de apoio à exportação não é uma invenção brasileira, é muito importante deixar isso claro. Não é uma jabuticaba. Ela existe em todo o mundo. Os países, sobretudo os países desenvolvidos, contam com robustas agências de crédito à exportação, as chamadas Export Credit Agencies, para apoio, com crédito de longo prazo e custo baixo, as exportações de seus países. É uma atividade absolutamente normal e corriqueira, e ela integra o comércio mundial. Pode até abrir um pouquinho mais sobre isso, porque eu acabei de chegar de uma reunião na OMC em Genebra, em que se abordou exatamente a dificuldade que existe hoje no mundo de permanecer com as linhas de comércio internacional, o que está trazendo severos problemas ao comércio internacional em geral, por conta da contenção brusca de crédito, por conta da crise que nós estamos vivendo hoje no mundo.

A exportação de serviços que é normalmente considerada nobre, por quê? Porque você exporta fundamentalmente arquitetura e engenharia consultiva, abrangendo estudo de viabilidade, projeto básico, executivo, todos os serviços auxiliares à engenharia de gás, topografia, sondagem de solo, suprimento de logística, gerenciamento de projetos e software. Então isso é considerado nobre porque, em última análise, o que o Brasil está exportando é uma atividade intelectual, uma atividade intangível, e que vale muitas divisas fora do país.

Nós não financiamos gastos locais no país importador. Nunca é demais repetir, nós financiamos exclusivamente exportação de bens e serviços fabricados no Brasil. E nós temos, faz parte de todos os nossos

contratos, a exigência de auditoria por empresa especializada credenciada na CVM com as funções de: atestar as exportações de bens e serviços, quer dizer, fazer um encontro de contas entre exportador e importador, levando em conta registro de exportação, faturas, notas fiscais, etc.; verificar a compatibilidade entre o relatório do progresso físico financeiro e as exportações efetivas de bens e serviços; e manter em arquivo todos os documentos verificados, de forma a permitir consultas e comprovações por parte do BNDES. Além da empresa de auditoria, o próprio BNDES tem o seu sistema de acompanhamento bastante rigoroso dessa atividade ligada à exportação.

Por que existe a tradição mundial de apoiar exportações que são consideradas nobres? Porque nós estamos exportando tecnologia de alto valor agregado, estamos gerando demanda futura por bens e serviços brasileiros ao fixar tecnologia nacional em outros países. Dando um exemplo que não tem que ver diretamente com isso. Quando a EMBRAER consegue vender oito, nove, dez, doze aviões para uma empresa de aviação estrangeira, essa empresa passa automaticamente a ter uma vinculação permanente em termos de assistência técnica, em termos de manutenção com a EMBRAER, no que se refere a aeronaves. Isso para dá dar só um exemplo.

Gera demanda futura por bens e serviços brasileiros; viabiliza exportações de pequenas e médias empresas que, isoladamente, não teriam condições de ter acesso ao mercado externo. E há a questão do efeito multiplicador. Quer dizer, estima-se que para cada 100 milhões de dólares exportados existe a geração de aproximadamente 19 mil empregos diretos e indiretos e empregos induzidos via efeito renda.

Quais são as garantias que o BNDES usualmente requer para operações desse tipo? Ou a garantia é fornecida por bancos, bancos internacionais, ou bancos brasileiros, que tenham limite de crédito aprovado pelo BNDES, previamente aprovado, ou seguro de crédito a exportação com um lastro no fundo de garantia a exportação, sobre isso nós falamos em seguida, e também, concomitantemente, o uso do convênio de créditos recíprocos que já foi abordado pelo Ministro Celso Amorim sobre o qual detalhamos em seguida.

É importante destacar que essas operações, nas quais o BNDES faz uso do seguro de crédito à exportação, não são operações isoladas do BNDES, são operações, na verdade, do Estado soberano do Brasil. Há um outro Estado soberano na América Latina. Essas operações cumprem um ritual, que incluem a sua tramitação pela CAMEX, que é um Conselho de Ministros, presidido pelo Ministro de Desenvolvimento do Brasil, o Ministro Miguel Jorge, e ligado à CAMEX. Existe um outro Colegiado, chamado COFIG, Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações, que é um Colegiado formado por secretários executivos de todos esses Ministérios que estão aí elencados.

Então, o uso do seguro de crédito, ele se dá, ele é aprovado pelo COFIG ou pela própria CAMEX, sendo a CAMEX um Colegiado de Ministros e o COFIG um Colegiado essencialmente de secretários executivos. E o BNDES só aprova uma operação, qualquer que seja, depois de essa ter cumprido esse ritual de aprovação pela CAMEX e pelo COFIG. Quer dizer, esses Colegiados aprovam, em última análise, a garantia do Tesouro Nacional ao BNDES por essas operações. Isso significa dizer que essas operações são, em última análise, operações, como eu disse, mencionei antes, entre dois Estados soberanos. O BNDES é uma peça na engrenagem do Estado Brasileiro nessa questão. Sem a garantia formal do Tesouro, formalizada através do seguro de crédito a exportação, o BNDES não faz a operação.

Falando um pouquinho no CCR, dando um complemento ao que o Ministro Celso Amorim mencionou, o CCR foi, teve início em agosto de 82. E num convênio são cursados e compensados a cada quadrimestre, três vezes por ano, os saldos de pagamento. Todos os pagamentos derivados de comércio entre os países signatários. O CCR é, na verdade, uma Câmara de compensação. É um encontro de contas entre débitos e créditos que acontecem, então, três vezes por ano entre os Bancos Centrais de todos os países membros da ALADI. O CCR é, portanto, multilateral, o que torna, Presidente, quase impossível, eu diria, impossível uma inadimplência bilateral de um outro país com outro, de um país com outro qualquer. Ou ele paga, ou se ele deixar de pagar, ele incorre numa inadimplência multilateral com todos os países signatários do CCR. O débito é automático, irretratável, e irrevogável.

O CCR facilita a realização de pagamentos e intensifica as relações econômicas entre os países. O CCR reduz os fluxos internacionais de divisas, já que na verdade é um grande encontro de saldos, de crédito e débito. Estimula as relações financeiras da região. As garantias outorgadas pelos Bancos Centrais são de conversibilidade, transferência e pagamentos assegurados. E as obrigações decorrentes do CCR são irrevogáveis e irretratáveis. Ou seja, os riscos comerciais são absolutamente eliminados. É elevado à categoria de um risco soberano representado pelo Banco Central daquele país. E o CCR representa um importante instrumento de suporte ao comércio regional na medida em que elimina para os exportadores o risco comercial emitindo o risco político intrínseco das operações de comércio exterior.

Muito importante mencionar o histórico do CCR. É um histórico extremamente positivo. Não há registro, qualquer registro, de inadimplência nas compensações do CCR desde 1982, desde o seu início. Inclusive, durante períodos de moratória enfrentados por alguns países da América Latina nas décadas de 80 e 90. O próprio Equador, quando renegociou seus débitos junto ao clube de Paris, ele não deixou de cumprir em nenhum momento suas obrigações junto ao CCR. A República Dominicana, também, quando enfrentou no biênio 2003 e 2004 uma grave crise econômica e suspendeu o pagamento de diversas obrigações internacionais, ela não deixou de cumprir com qualquer de suas obrigações no CCR.

Essa transparência é muito importante para os ilustres senadores perceberem a ordem de grandeza do apoio que o BNDES tem dado.

Os desembolsos totais até 2008 totalizam 3.3 bilhões de dólares, e o saldo devedor, hoje, de todos os países beneficiados com recursos do BNDES, com exportações brasileiras, é de 1.6. O que significa dizer que mais da metade dos desembolsos do BNDES, dos créditos do BNDES, já foram pagos de volta ao Brasil. Ou seja, nem o BNDES, nem o Tesouro Nacional, como garantidor do BNDES nas operações, tiveram até o momento qualquer tipo de perda, qualquer tipo de prejuízo.

Esse mapa é apenas para mostrar, para ilustrar alguns dos principais projetos apoiados indiretamente pelo BNDES através de exportações de bens e serviços produzidos no Brasil. Caracas, usina hidrelétrica e tal.

Isso é apenas para mostrar a sistemática operacional que rege as operações de apoio às exportações, o BNDES procura cumprir todo o ritual, todos os procedimentos de uma instituição pública em suas operações. Às vezes, nós pagamos um certo, um preço por isso. Nós somos muitas vezes chamados de burocráticos e que as operações demoram muito, mas é que nós exigimos, esses são os documentos exigidos: registro de exportação para bens e equipamentos; registro de crédito, explicitando o compromisso de ingresso de divisas por parte do importador; todas as faturas comerciais com o aceite do importador; todas as atualizações e desembolsos do importador em favor do exportador; relatórios de acompanhamento físico-financeiro feitos pela fiscalizadora da obra; e auditoria permanente de bens e serviços.

Bom, e finalmente entrando especificamente na questão do projeto da usina de São Francisco no Equador, esse contrato, na verdade, o Equador iniciou um processo licitatório internacional em janeiro de 2008, um ano depois essa Asociación Pastaza, que era formada pela Odebrecht e uma empresa brasileira chamada Ansaldo Coenza, que não é mais, essa empresa foi incorporada por outra. Foi declarada a vencedora do processo licitatório. Um ano mais para cumprir todo o ritual. Assinou-se, então, em janeiro de 2000, o contrato de financiamento com o BNDES no valor de 243 milhões. O financiamento do BNDES corresponde a 100% das exportações brasileiras. O valor total da hidrelétrica, de 323 milhões, sendo a parcela restante de gastos locais não financiados pelo BNDES.

Criou-se uma empresa de propósitos específicos que é uma empresa pública equatoriana que passou a ser a importadora e, portanto a devedora do BNDES na operação.

O projeto básico da hidrelétrica foi fornecido pelo Governo Equatoriano, não foi feito pela empresa que venceu a licitação. E o contrato de financiamento com o BNDES foi aprovado pelo Congresso do Equador, e a sua legalidade foi atestada pela Procuradoria-Geral do Equador.

O contrato teve a primeira prestação paga em junho de 2008, agora muito recentemente. A operação foi paga normalmente pelo Equador. A segunda prestação desse contrato vence agora no final de dezembro. Portanto, na verdade, não há hoje ainda qualquer inadimplência por parte do Equador. Mas, evidentemente, o Equador deu entrada na Câmara Internacional de Comércio em Paris, na corte de arbitragem da Câmara Internacional de Comércio com o pedido de arbitragem, e nós, do BNDES, independente de toda a articulação com o Itamaraty, com o Ministério da Fazenda, com o Tesouro, estamos tomando todas as providências necessárias para a defesa dos interesses do BNDES e dos interesses da nação. O assunto já está, nós temos uma área jurídica no BNDES, evidentemente, o assunto já está na área jurídica. Nós estamos ultimando as providências para contratar um escritório especializado em arbitragem internacional, um escritório brasileiro. Não precisamos recorrer a escritório de fora do Brasil.

Nós, para terminar, presidente, eu queria dizer que nós estamos muito tranqüilos com relação a isso, embora surpresos e decepcionados com essa atitude do Governo do Equador, porque nós sempre tivemos, mantivemos relações muito cordiais, não só a nível do Governo Brasileiro, como muito bem disse o Ministro Celso Amorim, mas também a nível técnico do BNDES. Então foi para nós uma surpresa extremamente desagradável perceber que, pela primeira vez na história do CCR, desde 1982, um país questiona, sem aviso prévio, numa corte internacional, um contrato que nós entendemos como juridicamente perfeito e absolutamente legítimo dentre os muitos que nós já fizemos. E com

isso eu encerro a minha apresentação, agradecendo aos deputados e nos colocamos, eu e a equipe técnica do BNDES, à disposição para esclarecer as observações e as dúvidas dos ilustres senadores.

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. Armando Mariante Carvalho. Pergunto ao Luís Antônio se quer falar alguma coisa, quer fazer um esclarecimento? Passaremos para as perguntas dos senadores. Estão inscritos o Senador César Borges, Senador Eduardo Suplicy, Senador Eduardo Azeredo. Com a palavra, Luis Antônio Dantas.

SR. LUIS ANTÔNIO DANTAS: Eu apenas gostaria de complementar que, como ocorrem nos casos de fornecimento de financiamento a exportações, esse processo passa por um processo licitatório que obedece a legislação local do país importador. E nesse caso da Usina de São Francisco não foi diferente. Todas aquelas empresas ali listadas, todas aquelas entidades ali listadas, participaram dessa licitação juntamente com a CNO. A Associação Pastaza,que foi a associação da CNO com Ansaldo Coenza, foi a empresa que ganhou essa licitação para a execução da obra. E ela ganhou exatamente apresentando uma proposta técnica de fornecimento e uma proposta de financiamento que, na época, julgada pelo Equador como a mais atrativa. Por isso, a CNO com a Coenza foram as empresas executoras dessa obra. Só para ficar registrado que houve o processo licitatório bastante pesado em que a CNO foi a vencedora, participando com as condições de financiamento, além da sua proposta, as condições financiamento que foram ofertadas pelo Governo Brasileiro através do BNDES.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso em 1998, 10 anos atrás.

[Troca de Presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos então dar início às perguntas. Eu, na qualidade de autor do requerimento, teria direito, mas eu não quero fazer isso não, eu quero, até porque eu tenho impressão que nós temos perguntas aqui bem semelhantes. Eu faria o seguinte. Eu tenho 15 perguntas, mas faço cinco, suspendo e ele responde em bloco. Tá certo assim?

Primeira, como o BNDES qualifica os pedidos de financiamentos solicitados pelos países que fazem parte da ALADI? 2. O BNDES durante o período de desembolso, produção de projeto, faz auditorias in loco sobre a aplicação dos materiais exportados e o cronograma das obras? 3. Como funciona o mecanismo do CCR? Isso já foi explicado, tá fora. 4. O BNDES se sente seguro com esse mecanismo? 5. O país devedor tem como deixar de pagar?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: O BNDES vê naturalmente com um olhar, digamos, diferenciado qualquer pedido de financiamento pelos países da ALADI e pelo simples fato de que os países da ALADI têm a possibilidade de uso do mecanismo do CCR, como eu expliquei aqui. É um mecanismo mitigador de riscos e que tem funcionado com inadimplência zero. Tem um histórico absolutamente, eu diria maravilhoso, ao longo dos seus... 82 a 2008, 26 anos de existência.

Então nós, isso faz com que na prática, na análise do projeto do BNDES, esses países tenham uma percepção de risco mitigada e reduzida por conta do CCR. Essa é a grande vantagem no CCR da ALADI.

Durante o período de desembolso, se o BNDES realiza auditorias?

Nós não realizamos propriamente auditorias. Nós realizamos o que convencionamos chamar de acompanhamento. Mas, além do acompanhamento do BNDES, como eu mostrei, o BNDES exige a contratação de uma empresa de auditoria e essa empresa tem que ser, necessariamente, registrada na CVM, e essa empresa se incumbe de acompanhar e fazer encontro de contas e assessorar, digamos, o BNDES em todo o processo de desembolso em todo o processo da obra.

A última pergunta aqui, o país devedor tem como deixar de pagar através do CCR?

Olha, na prática, ah, desculpe. O BNDES, sim. A resposta é sim. Até o presente momento, o BNDES tem se sentido, desde que essas operações no banco tiveram início, em 1990, absolutamente seguro com o mecanismo do CCR, porque a inadimplência é zero, até hoje, mesmo nos períodos mais difíceis enfrentados por diversos países da América Latina.

A rigor, o país devedor, ele não, se ele deixar de pagar uma das notas promissórias, porque o sistema inclui, o sistema inclui a preparação de notas promissórias que são aceitas pelos Bancos Centrais dos países. Então, se um determinado país entende de não pagar aquela determinada nota promissória, como o sistema não é bilateral, o sistema é multilateral e se reúne três vezes por ano e todas as notas promissórias, todos os créditos e débitos sofrem um grande encontro de contas, ele não conseguirá inadimplir com apenas um país, a inadimplência será com todo bloco de países da ALADI que estiver naquele determinado, naquela determinada reunião para fazer o encontro de contas. Então a resposta é não. O país não consegue entrar em inadimplência bilateral no sistema do CCR. E, aliás, esse é o grande, é a grande facilitação, o grande mecanismo facilitador do CCR.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o nobre Senador... Houve a inversão? Concordamos? Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Dr. Armando, na verdade é uma questão que nós tivemos que nos ausentar para ir à votação de um projeto polêmico na Comissão de Educação. Eu não vi se foi apresentado a questão da evolução dos financiamentos do BNDES ao correr dos anos, e que está muito claro para nós aqui, quer dizer, as regras continuam as mesmas da época passada, porque foi feita alguma crítica política de que esse financiamento era do período anterior, mas o próprio Governo atual fez também uma acompanhamento e manteve as mesmas regras que fazia anteriormente. Agora, essa evolução dos financiamentos aqui na América do Sul, ela tem se mantido no mesmo patamar? Como é essa evolução de financiamentos? E a outra questão é só realmente que nós sentimos que nesse momento o Governo, nós já criticamos muito a posição do Governo, era mais para o próprio Ministro Celso Amorim, mas nesse momento acreditamos que o Governo está no caminho certo, apesar de sermos da oposição, só essa questão um pouco mais sobre a evolução dos financiamentos na América do Sul.

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Perfeito. Pode botar de novo a transparência.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Dr. Armando Mariano.

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Na verdade, nós não trouxemos a evolução histórica. Nós trouxemos essa posição que é uma posição atual. Quer dizer, o BNDES desde o início das operações desembolsou 3.3 bilhões de dólares e o saldo devedor dos países monta 1.6 bilhões de dólares. O que significa, senador, que na verdade mais da metade do crédito já retornou ao BNDES com experiência de inadimplência absolutamente igual a zero. O maior devedor atual é a Argentina; o segundo é o próprio Equador; terceiro é o Chile; depois, Venezuela; e abaixo de Venezuela, Paraguai, é uma divida muito pequenininha que tem hoje conosco; Uruguai também tem quase nada e Bolívia, Peru e Colômbia, praticamente zero; Colômbia, literalmente zerado; mesmo Bolívia e Peru, absolutamente inexpressivos os saldos devedores hoje, muito embora Bolívia já tenha devido 210 milhões de dólares ao Brasil. Então, o histórico do CCR é muito bonito. Eu, infelizmente, não tenho aqui aberto senador, mas posso lhe prover com muita rapidez essa informação, desse desembolso total de 3.3 bilhões de dólares, como é que isso se distribuiu ao longo desses 12/13 anos. Está certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. senadores, Dr. Armando Carvalho. Em primeiro lugar, eu entendo muito perfeitamente você financiar exportações de bens. Quando entra bens e serviços, aí já, para mim, fica um pouco nebuloso esse tipo de serviço. É mão-de-obra? Porque não financia nada que seja comprado no próprio país. Então, por exemplo, você não pode construir uma hidrelétrica sem comprar cimento, agregados, material normal de construção civil. E isso aí seria então o aporte local, não poderia ser nacional. Mão-de-obra também não é mão-de-obra exportada. Nós não exportamos mão-de-obra. A não ser especializada e a nível de engenheiros. Então eu fico a imaginar como é que se poderia um financiamento de alta monta ser serviços para englobar um elevado nível. Bens, tudo bem. Vamos, uma turbina que você vai importar, transformadores, material elétrico, mas quando entra em serviços, que tipo de serviços? A discriminação sobre esse tipo de serviço. Bom, essa é uma questão.

A outra questão é que em relação a este caso, Equador, Brasil, que nós estamos aí já acompanhando algum tempo, nunca ficou para nós muito claro, e aqui nós não temos condições de ouvirmos autoridades equatorianas, o que realmente o Equador está usando como base de raciocínio, de sustentação para propor a um organismo internacional não pagar. Então, aqui, quando nós tivemos a presença do Embaixador do Brasil, Embaixador Antonino Marques, eu fiz essa pergunta a ele. Então a pergunta seria: Há uma política deliberada do Governo do Equador de passar um calote, de dar o famoso calote, denunciando a dívida como um todo que engloba não só a dívida do BNDES, como dívida com outros países, por conta de que foram contraídas no passado? Nós já vimos aqui, no Brasil, muitas pessoas também falarem que não deveriam pagar dívida nenhuma porque não era dívida justa, porque o dinheiro não foi bem aplicado, que houve desvios. Se é uma política nacional e ele negou. Disse que não, que não era uma política do Governo Correa. Não era, absolutamente. Então, se não é uma questão de política de Governo dar um calote, é porque estão denunciando alguma coisa que eles acham que há um erro, um erro que seja no contrato do financiamento. Quer dizer, eu não conheço a peça jurídica que eles encaminharam ao organismo internacional para fazer a contestação dessa dívida. Mas há um motivo, há uma motivação, acho, Sr. Presidente, que era interessante

que nós, Sr. Presidente Heráclito Fortes, era interessante que soubéssemos também as razões apontadas pelo Equador. Eu desconheço inteiramente. Eu só vi o embaixador dizer que não era calote.

Então eles estão denunciando um contrato de um empréstimo por alguma motivação. Eu não conheço, não sei se V. Exa., V. Sa., como Vice-Presidente do BNDES, conhece essa peça jurídica que está contestando. Porque eu quero saber, eu gostaria, eu acho que o necessário, que nós possamos saber por que o Equador está, de uma hora para outra, pelo menos é como diz aqui, dizem as autoridades, inclusive V. Sa. disse aqui, o Equador mudou de posição. Mudou de posição e deixa de cumprir um contrato que ele pagou até regularmente em junho passado. E o que é que há por trás disso? Quais são essas razões? Nós estamos sempre ouvindo uma autoridade brasileira dizendo que o Equador não devia proceder dessa forma, mas não diz quais são as razões do Equador em contestar essa dívida. Então, para mim, fica essa grande interrogação que se Vossa Senhoria puder esclarecer, eu agradeço muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, Dr. Mariante.

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Obrigado, Senador César Borges as duas perguntas. Com relação à questão de serviços, nós recuperamos umas das, viu, Senador, uma das transparências que nós mostramos, o que o BNDES usualmente financia com relação à exportação e serviços, arquitetura, engenharia construtiva, incluindo, estudo de viabilidade, projeto básico e executivo. Nós financiamos também serviços auxiliares de topografia e sondagem de solo e todos os demais serviços auxiliares conectados, de alguma forma, com a engenharia. Nós financiamos suprimentos de logística, o processo de "*procurement",* a gestão de projetos, a própria construção, a gestão da construção em si e a chamada operação assistida, e financiamos também softwares. Aliás, o BNDES tem um programa chamado *Prosoft* que financia exclusivamente a importação de softwares. Há uma demanda. O Brasil hoje tem uma quantidade muito grande de empresas, muitas vezes de médio porte, de produtores de softwares muito especializados, de muito boa qualidade e há uma demanda externa até dos Estados Unidos por softwares e nós também apoiamos essas exportações.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque eu acho que esses custos, vamos dizer, numa obra civil de grande porte, tipo uma hidrelétrica, talvez não montem a 20% do valor da obra. Talvez não chegue a 20%. Quer dizer, o resto é custo de construção objetivamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Temos que ligar o som para que, está ligado? Com a palavra, o Dr. Luis Antônio.

SR. LUIS ANTÔNIO: Dependendo da obra, esses custos podem variar muito. Por exemplo, a gente está tratando de uma estrada. Praticamente 100% do custo dessa obra é serviço. Por quê? Porque você não tem equipamentos utilizados numa estrada. Se você está tratando aqui, como é esse caso, uma hidrelétrica submersa, você tem muitos bens e materiais inseridos dentro dessa obra. Agora, certamente a parcela de serviço, ela é significativa. Porque todo serviço de engenharia, e aí a gente está, o BNDES está financiando a exportação de conhecimento, tecnologia e todo o processo de gerenciamento do projeto de acompanhamento da construção da hidrelétrica. Isso aí tem, sim, um valor bastante relevante, às vezes chega a 60, 70% do valor do conjunto como um todo. A parte de construção civil ela é bastante relevante.

A exportação de bens e materiais também costuma ser relevante. Em alguns casos, a gente tem até exportação de cimento. Até isso é exportado. O que se dá é que no caso de exportação de serviços, a gente não tem um bem tangível. Então, você tem lá o embarque daquele bem no navio, o navio sai e o bem é entregue lá do outro lado. Para isso a gente tem um registro de crédito que dá base e dá o comprometimento de entrada de divisas no país por conta de um financiamento concedido. A gente tem um registro de exportação que retrata exatamente a exportação do bem e um conhecimento de embarque. Então a gente tem uma evidência documental de exportação daquele bem. No caso de serviços, você não tem um serviço exportado no navio. Então o que a gente tem, especificamente, é a fatura comercial do exportador contra o importador e o BNDES só efetua desembolsos se nessa fatura comercial tiver o aceite do importador. Isso garante aquele serviço que foi executado, um certo evento do cronograma de execução de serviços foi executado. E o BNDES exige também que o importador nos encaminhe uma autorização de desembolso expressa à sua conta e ordem, que garante que esse importador aceita aquele desembolso como uma dívida que será paga exatamente nas condições estipuladas no contrato de financiamento.

Então, são formas de verificar diferente. A gente tem um acompanhamento diferente para bens e serviços. Agora, a parcela de serviços, ela normalmente é bastante relevante sim. Ela tem um custo elevado, principalmente pela engenharia envolvida quando se trata de projetos de infra-estrutura.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu continuo dizendo, para mim, por exemplo, 60% de serviços

é inimaginável. A não ser que seja incluída aí mão-de-obra. Mão-de-obra. Mão-de-obra do trabalhador comum, etc, mas...

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Senador, só para esclarecer, a mão-de-obra brasileira, a mão-de-obra dos engenheiros trabalhando no projeto está incluída sim.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É, eu acho, continuo aqui, eu sou engenheiro civil, aqui o colega é construtor também. É que o valor, quer dizer, o serviço, se vier atestado de lá, como disse aí o Dr. Luis Antônio, tudo bem, veio atestado. Mas é isso que está contestando?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Não, não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): É isso que o Equador estaria contestando?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Não, não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Bens para mim é muito claro, não há problema. Agora serviços é algo que é intangível. Então não sei o tipo de valores que foram faturados como serviços ou não. Aí essa questão é que me preocupa. E de certa forma se liga à segunda questão para saber se está por detrás algum tipo de, sei lá, algum tipo de suspeição que o Equador tivesse como fora empregado esses recursos alocados pelo BNDES.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dentro da tese dele, nessa obra alguma sub-empreitada?

SR. LUIS ANTÔNIO: Não sei se tem subempreitada. Não, você tem subempreitada de empresas brasileiras. Nós não temos financiamento de mão-de-obra local ou contratação de qualquer empresa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com empresa local?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Não, pelo contrário, essa obra, presidente, envolve centenas de empresas, muitas vezes de pequeno e médio porte que trabalham para a exportadora, para a construtora que venceu a licitação, e isso gera uma quantidade muito grande de emprego e renda no país. Agora, respondendo então a segunda pergunta do Senador César Borges, eles deram entrada na Câmara Internacional do Comércio em Paris, na corte de arbitragem, pedindo uma arbitragem contra o Brasil. O volume que foi encaminhado é um calhamaço bem polpudo, mas tem dois únicos pontos. E os pontos são: Um com relação à cobrança de juros sobre juros do BNDES. E na verdade cobrou-se juros sobre juros porque o próprio, o próprio Equador, lá atrás, quando o contrato foi assinado, fez uma solicitação de não pagar juros durante a carência, durante a construção da hidrelétrica, por razões de minimizar a queima de divisas naquela ocasião. Então o BNDES acatou. É um procedimento também habitual. Então os juros foram capitalizados durante a carência e, evidentemente, a prática de juros sobre juros é aceita internacionalmente. Um dos pontos que eles questionaram, a coisa do juro sobre juros, que eles chamam, que é conhecido como anatocismo. E o segundo ponto é que eles entendem que o volume aproximado de 63 ou 64 milhões de dólares corresponderia, efetivamente, a bens que não teriam tido origem no Brasil. São os dois únicos pontos que eles questionam na Câmara.

É que bens que não teriam sido fabricados no Brasil. Como nós temos todos os relatórios de auditoria, todos os relatórios de acompanhamento atestando a exportação efetiva, exportação essa que foi reconhecida por eles à época, porque senão nós não faríamos o desembolso do financiamento. Então achamos isso bastante estranho, mas é a segunda, são duas argumentações.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Teriam vindo de outros países e teriam sido pagos?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Eles não são claros em relação a isso. Na verdade, se o BNDES financiasse exportações feitas por outros países, para ele seria até muito bom. Para nós que seria muito ruim. Mas nós temos todas as evidências que as exportações foram efetivamente realizadas. Então, nós não entendemos também. Mas são só esses dois, exclusivamente esses dois únicos pontos que eles questionaram na corte de arbitragem da Câmara Internacional de Comércio em Paris.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Alguns companheiros fazem a proposta de que as perguntas sejam feitas em bloco. Quero saber se há concordância? Então, faríamos o bloco de dois senadores, dois e dois, para andar mais rápido. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Armando de Carvalho, gostaria de fazer algumas perguntas de informação objetiva sobre o contrato. O contrato de financiamento foi em abril de 2000, de 243 milhões, sendo que a parte do BNDES corresponde a 100% das exportações brasileiras de bens e serviços. Este, então a parte relativa ao BNDES é menos de 243 milhões de dólares?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Não. O volume, o valor total é 243 milhões de dólares.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): 243. Certo. E como isto se deu no ano 2000, isso significa que o BNDES desembolsou os 243 milhões e daí há o período de pagamento, de carência de pagamento.

Mas daí, o período durante o qual começou a ser paga, começaram a serem pagas as obrigações de 2000 a 2008, quanto já foi pago pelo governo do Equador ao BNDES, quanto falta pagar? E se a pendência decorre e em que maneira do fato de terem sido constatados problemas nas obras realizadas pela Odebrecht? Ou seja, o que se está questionando é o empréstimo por causa de problemas realizados na obra da Odebrecht? E se a Odebrecht já, em tendo sido constatados estes problemas, qual foi o empenho da Odebrecht em corrigir os problemas detectados e se eles já estão inteiramente corrigidos. E, portanto, sanado este problema, se o que falta agora é sanear o problema relativo ao que falta ser pago? Qual é, enfim, a natureza da contestação realizada pelo Governo do Equador? Com base em quê? Quais são os argumentos da contestação encaminhada à corte de Paris?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Meu caro Armando, aqui, na documentação apresentada, está bem claro que o BNDES financia exclusivamente a exportação de bens e serviços prestados no Brasil. Não há remessa de divisas. Os desembolsos são efetuados em reais diretamente ao exportador. Então a pergunta que eu faço é a seguinte: na realidade, é um contrato de exportação de serviços? Está ligada? O BNDES faz um contrato com um país estrangeiro e ele está ligado a um contrato dele com empresa brasileira? Se eu estiver certo ou totalmente certo, aqui estabelece, também, que os desembolsos são efetuados em reais por exportações por empresas que são feitas, são feitas à medida que o serviço é prestado. Então vamos admitir o empréstimo de 100, feito pelo BNDES ao governo X, do Equador ou de onde. No momento, esse dinheiro não sai imediatamente do BNDES para o Equador. Então, no momento em que a empresa presta um serviço, vamos dizer, no valor de 20, o BNDES entrega ao governo do Equador, se é o governo que pagaria a empresa, certo?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Não.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não? É direto à empresa? Ele entrega direto à empresa? Não vai através da parte... Mesmo sendo um contrato do Governo do Brasil com o Equador ou o contrato é feito do Governo do Brasil com a empresa?

Porque eu queria perguntar é o seguinte: nesse caso em o que Governo dá o calote, a empresa brasileira que prestou o serviço já recebeu tudo?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Já recebeu tudo.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quer dizer, ela não tem, a empresa brasileira em si, que seria, se fosse o caso, responsável pela ruptura do contrato pelas pendências do contrato, ela não tem prejuízo nenhum? A empresa já recebeu toda a parte dela?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: É, a menos que o país acione ela comercialmente, porque tem um contrato comercial.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não, estou dizendo o seguinte, a posição então, na realidade, a empresa que exportou os serviços está fora, está fora do...

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Nesse questionamento do nosso contrato está fora.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Quer dizer, o contrato é feito do BNDES com o governo, mas os recursos são repassados diretamente à empresa brasileira?

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: É, eu vou, Luís, quer detalhar? Porque você conhece muito melhor isso do que eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra, o Dr. Luis Antônio.

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Vamos responder primeiro a pergunta do Senador Dornelles, depois do Senador Eduardo Suplicy.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Temos mais dois senadores. É melhor anotar e deixar para o fim. A não ser que seja apenas uma questão técnica que.

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Questão técnica e rápida, podíamos responder.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Perguntas objetivas, presidente.

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Podemos responder as duas bem rápidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, passaremos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Heráclito Fortes, Dr. Armando Carvalho, Vice-Presidente do BNDES, Dr. Luis Dantas, Superintendente da Área de Comércio Exterior. Lamentavelmente, Presidente Heráclito, não pude assistir a totalidade da audiência pública, inclusive com o Ministro Chanceler Celso Amorim, porque tínhamos compromissos tanto na CAE, aprovando as 46 zonas de processamento de exportação em vários estados brasileiros, quanto na Comissão de Educação, com relação à cota para meia entrada nos espetáculos culturais.

Mas, eu gostaria de fazer duas perguntas objetivas também aos diretores do BNDES. Uma, eu gostaria de

ter feito ao Ministro Celso Amorim. Me parece que há uma ação, Presidente Heráclito, orquestrada a nível dos países da América do Sul, contra o Brasil-–

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Este questionamento foi feito pelo Senador Dornelles.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Contra o Brasil. Porque eu estou vendo aqui, o Globo de hoje, já o Paraguai quer o perdão de 19 bilhões de dólares da usina de Itaipu. Isso começou com a Bolívia, uma ação lamentável, uma reação lamentável do Governo Brasileiro que pode ter desencadeado uma, uma, eu diria-–

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Uma avalanche.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --uma avalanche, inclusive, senador, porque virou, virou questões de determinantes nos processos eleitorais nesses países. Todos os candidatos a presidentes desses países colocam como pauta uma ação deliberada contra o Brasil, como sendo uma condição. Se eleito, eles farão isso. E o Equador é essa prova de que nós estamos aqui. Então a minha pergunta, Vs. Sas. definiram aqui a questão da América do Sul. Me preocupa também, gostaria de saber, qual é o compromisso, qual é o financiamento que o BNDES concedeu aos países da África? Queria saber qual o valor desses empréstimos? Se é possível termos nesta audiência.

Na fundamentação legal desses empréstimos que o BNDES faz, já foi dito aqui que é uma intermediação para apoiar e é importante todos os países. Outros têm agências que apóiam a exportação de produtos produzidos nos seus países e o Brasil não poderia ficar distante disso. Mas qual seria a garantia que o BNDES, que é o banco que financia essas exportações de produtos e serviços, tem para que possa ficar garantido numa possível tentativa de não pagamento, como está ocorrendo agora por parte do Equador? Se há, e evidente que deve haver, padrão para que seja conseguido esses empréstimos, e se essas, esses empréstimos pode ser concedidos sem restrições? Ou se eles têm algumas restrições a serem feitas?

Uma outra pergunta para finalizar, se os encargos da operação junto ao Governo do Equador, eles estariam sendo feitos seus pagamentos em dia, regularmente? E se a situação é pontual com a Assunção do novo presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu tenho dois questionamentos a fazer bastante breves. Um é que eu vejo, Dr. Armando e Dr. Luis Antônio, que na questão da arbitragem, o Equador questiona dois pontos. E me parece que esses pontos não foram abordados aqui ao longo dessa audiência pública. Primeiro, eles consideram ilegítimo pagar juros sobre juros e, segundo, eles alegam que nem todos os bens exportados pela Odebrecht para a construção da hidrelétrica seriam de origem brasileira. E, portanto, eles gostariam de ver isso abatido da suposta dívida, enfim. Dívida que para mim é legítima e que essa é uma pergunta que eu gostaria de ver respondida pelos senhores.

A outra, é, eu vou dizer o BNDES com que eu sonho. Eu sonho com o BNDES que seja um banco, ou seja, e é um banco. E eu quero que ele continue sendo um banco. Não vou aqui fazer uma, centrar no Presidente Lula, porque eu sei que a discussão sobre esse empréstimo começou no Governo lá atrás, óbvio que não havia aquela figura de Chávez ainda com toda a sua sombra sobre a América do Sul. Mas, então não vou querer nominar o presidente, eu me refiro a um presidente qualquer, pode ser o senhor, pode ser o Heráclito, pode ser o Presidente Lula, pode ser quem for e pode ser o Presidente Lula, portanto.

Mas havia, é um banco, o banco é obrigado a fazer uma avaliação rigorosa antes de definir para quem concede o empréstimo. Nós já tínhamos no Presidente Rafael Corrêa, já tínhamos um antecedente gravíssimo que foi ele ter feito aquela tolice, aquela estudantada da moratória quando a dívida externa era ínfima do Equador. Aquilo me parece mais uma passeata do tipo que termina quebrando a vidraça da Embaixada Americana. E isso tem idade para isso. Eu fiz isso, na idade própria, seria meio ridículo fazer agora.

E aí eu vejo, de repente tem as razões políticas, como é a relação do BNDES com o presidente? Presidente, não dá para fazer esse empréstimo. Eu gostaria de uma relação mais ou menos parecida com a do presidente com o Banco Central. Se o Banco Central vai baixar juros ou não vai, e se é certo baixar juros ou não é certo. Não quero entrar nesse mérito, vou entrar nisso daqui a pouco, vamos discutir a independência do Banco Central que é um projeto meu na Comissão de Justiça da Casa daqui a pouquinho. Mas não estou discutindo o mérito. Eu estou dizendo que o Presidente da República, queira ou não queira, o Banco Central vai fazer o que quiser. Ele desfruta de uma autonomia informal, mas que tem sido real, desde o presidente Fernando Henrique e isso foi mantido, a meu ver, com sabedoria pelo Presidente Lula.

Então, disse, tem risco, esse homem não é bom. Então, mas precisamos do voto dele para o Conselho de Segurança da ONU, esse conselho que não se realizará e que nem sei se é importante se realizar. Uma ONU que não existe mais virou mais uma universidade

européia, daquelas em que a gente curte os melhores momentos da nossa juventude, enfim, do que propriamente um órgão que defina multilateralmente a questão da paz mundial. Ela virou liga das nações, está para dar lugar a um outro instrumento ou a uma reforma muito profunda do seu modo de ser e de funcionar.

Eu pergunto, é banco mesmo? Então, diz ao presidente ou concordou com isso. Presidente, o homem é risco, não vamos poder emprestar para esse homem. E o presidente então, se o presidente interfere, ele é banqueiro. Porque se o presidente define para quem empresta, ele virou banqueiro. A melhor coisa que ele fazia e que faz como qualquer Governador, qualquer Prefeito que tenha efetiva, efetivo discernimento e efetiva capacidade de governar com correção, ele dá autonomia ao seu Secretário de Finanças. Não fica dizendo: "*Abre, faça déficit para pagar beltrano, para pagar fulano".* Pede ao secretário que gerencie e a partir daí ele define quem ele paga, quem não paga, como ele faz.

Eu pergunto, é banco mesmo? Vale a pena perder dinheiro no Equador em função do cargo tal da OMC ou desse sonho que me parece absolutamente fora de propósito desse Conselho de Segurança da ONU. Vale a pena isso? Me preocupa muito, porque o BNDES, se virar vítima de aparelhamento político, vai perder a sua finalidade essencial. O BNDES deveria, a meu ver, alertar o presidente e dizer ao presidente das possibilidades reais do ponto de vista da sua própria posição estratégica, enfim. E não o contrário. Me parece que nessa hora o presidente deveria ouvir, assim como ele ouve o seu conselheiro em política externa, deveria ouvir o BNDES.

Como é o que BNDES se porta? Ele diz: *"Isto não, presidente, não é possível"*. Inclusive, não é a primeira vez que alguém se demitiria do BNDES. Não estou concordando. Vai dar dinheiro para um presidente que não vai usar com correção o dinheiro e isso não é problema nosso, mas não vai pagar. Nós não estamos dando. Nós não somos, aqui, uma entidade benemerente que está distribuindo dinheiro para necessitados, enfim. Nós temos expectativa de retorno. Se esse retorno for o desenvolvimento de um país que depois vai comprar mercadorias nossas, tem justificativa. E se não tiver retorno? Se uma pessoa que cada vez mais inadimplir, cada vez mais vai recalcitrar.

Tenho muita curiosidade sobre esses dois pontos que resumem, na verdade, três perguntas. O presidente é banqueiro, ele influencia? O BNDES concorda com a avaliação de risco positiva para o Sr. Rafael Corrêa? E a outra é, os dois itens anteriores, ou seja, essa coisa do juros sobre juros e os bens, eles alegam que nem tudo que a Odebrecht utilizou para a construção do contrato referida no contrato seria de financiamento do BNDES. Então gostaria de escoimar, de escoimar essa parte para ter, enfim, algo que seria mais realista para eles. É importante para mim ouvi-los.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu incluo no bloco as perguntas que lhe faltaram fazer. Como é o sistema de controle ou mecanismo dos repagamentos ao BNDES? Uma. Que medidas o Governo pretende tomar contra o Equador caso não honre a dívida, independente de auditoria? Qual é o papel e a responsabilidade das empresas exportadoras no contexto da aprovação do financiamento? E por último, se a usina São Francisco para a qual foi destinado o crédito do BNDES, que está sendo questionada, se ela encontra-se em operação? Com a palavra, o Dr. Armando Mariante para responder o bloco de perguntas.

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Bom, respondendo ao Senador Suplicy. Senador, o contrato foi assinado em 2000, mas as liberações tiveram início em 2003. As liberações, elas acompanham o cronograma físico financeiro da obra. Então elas se encerraram em 2007. Então, é uma obra de uma hidrelétrica, leva muito tempo. Essa é uma hidrelétrica, aliás, diga-se de passagem, extremamente difícil em termos de, como obra de engenharia, ela é uma hidrelétrica subterrânea.

Entre 2003 e 2007 liberaram-se as diversas parcelas do financiamento. E esse período foi também concedido como período de carência, inclusive de juros. A pedido do Governo do Equador, o BNDES não cobrou juros durante a carência. Que é um procedimento relativamente usual em empréstimos internacionais. Então a primeira prestação desse empréstimo venceu em junho de 2007, que foi integralmente paga. Desculpe, 2008, que foi integralmente paga no montante de 15 milhões de dólares. A segunda vence agora no final de dezembro. Na verdade, nós temos ouvido de autoridades equatorianas que eles vão honrar com essa segunda prestação e que eles vão aguardar o pronunciamento, a manifestação, a decisão final da corte de arbitragem da Câmara de Paris. Então essa é a situação.

Então, como eu disse no início, o BNDES financiou ao longo da sua história, 3.3 bilhões para a América do Sul, mas o saldo devedor hoje é apenas 1.6. Significa que mais da metade entraram. Nesse caso específico, não. É uma operação que está tendo a sua amortização, está tendo início agora.

A sua segunda pergunta foi se a Odebrecht tinha corrigido os problemas. Nós acompanhamos isso de longe, porque há uma vinculação técnico e operacional e comercial entre Odebrecht e o Governo do Equador

e contratos que regulam essa relação nos quais nós não entramos. O BNDES tem um contrato de financiamento com a estatal equatoriana e esse é o que vale para nós. Mas nós temos informações de que quando surgiram os primeiros problemas, parece que um, essa hidrelétrica, ela é extremamente importante para o Equador. Ela responde por 12% do consumo de energia elétrica do Equador. E o Equador importava da Colômbia a energia elétrica antes dessa hidrelétrica ser construída e era um gasto anual de 200 milhões de dólares, aproximadamente. São informações que nós temos, eu não posso lhe jurar que isso é absolutamente o reflexo da verdade. Mas são informações que nos chegam.

As informações que nos chegam é que a Odebrecht, num primeiro momento em que as relações ainda estavam razoavelmente cordiais entre a empresa e o governo, ela se propôs e fez efetivamente vários trabalhos de recuperação... Ah sim, porque parece que o vulcão entrou em erupção e durante um certo período de tempo as águas do rio Pastaza, que abastecem a hidrelétrica, foram contaminadas com uma quantidade muito grande de sedimentos e teriam entupido o sistema de refrigeração e teriam causado uma erosão exagerada em peças da hidrelétrica, enfim. A informação que nós temos é que a empresa se dispôs a fazer reparos na hidrelétrica, os fez. Parece que teriam sido gastos 25 milhões de dólares nos reparos e que hoje a hidrelétrica estaria funcionando normalmente. Essas são informações que nós temos, mas eu não posso lhe afiançar que elas são rigorosamente verdadeiras, porque escapa um pouco ao escopo do nosso relacionamento. Respondendo a pergunta do Senador Dornelles.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Foi um prazer. O BNDES libera efetivamente em reais, mas libera somente depois que o importador autoriza que a liberação seja feita. A liberação, em geral, ela não antecede o evento, ela se dá depois do evento. Quer dizer, na medida em que determinado evento, ao longo do cronograma da obra, foi cumprido e a sua, e o seu cumprimento foi comprovado pelo importador, pelos auditores do importador, nós recebemos do importador uma autorização para liberar. Então nós liberamos. E aí liberamos em reais, no Brasil, para a empresa exportadora que, por sua vez, faz os pagamentos para as diversas empresas. São centenas de empresas, muitas vezes, de pequeno a médio porte que fazem parte do processo. Até sandálias havaianas são exportadas, muitas vezes, tênis, são exportados num programa como esse. Então é assim que funciona. Quer dizer, não há efetivamente remessa de recursos ao exterior, não há fechamento de câmbio e como não há um financiamento a exportações brasileiras, acontece o razoável. Quer dizer, nós liberamos em reais, no Brasil.

Obrigado, senador.

Não sei se respondi, senador, a pergunta. Bom, com relação às perguntas do Senador Flexa Ribeiro. Nós temos, na verdade, senador, com relação à África, liberações efetivamente feitas para apenas um país, não é isso? Que é Angola. E que nós já liberamos, qual é o volume? 575 milhões de dólares, até agora, para diversas obras de infra-estrutura. E isso se deu ao abrigo de um protocolo assinado entre o Governo Brasileiro e o Governo Angolano, já de uns dois anos ou mais, dois anos atrás. Tem funcionado muito bem. Angola não tem CCR, mas tem uma garantia vinculada, tem uma garantia vinculada às exportações de petróleo, é um país exportador de petróleo que dá um pouco, uma certa tranqüilidade para essas exportações. Tem funcionado muito bem até agora.

O senhor perguntou também com relação às garantias da operação com o Equador. O BNDES tem a garantia do Tesouro Nacional através do Fundo Garantidor de Exportações, como eu mostrei e, além disso, existe a garantia do CCR, que faz com que o risco de crédito seja um risco de crédito muito mitigado e um risco soberano do Equador com relação não ao Brasil, mas a todo o mecanismo do CCR, o que torna muito difícil a vida do Equador se ele resolver ficar inadimplente unilateralmente. Porque não consegue inadimplir só com o Brasil, ele ficará inadimplente com todos os países da região, isso é, os países membros da ALADI. Bota ali de novo os países membros da ALADI, não custa nada recuperar. Ali, senador.

A ALADI foi assinada em 82, são 12 países signatários do convênio. Então os bancos centrais desses países se reúnem uma vez a cada quadrimestre e há um grande encontro de contas, débitos e créditos e os saldos são encontrados, digamos assim. Então, o Equador, ele não tem possibilidade de ficar inadimplente, escolher o Brasil para ficar inadimplente. A inadimplência dele seria com todos os países signatários. Não há, isoladamente, essa nota promissória do Brasil não vou pagar. Não existe isso, é um encontro de contas. Isso para nós, isso tem sido, ao longo de 26 anos, um excelente mitigador de risco, tanto que a inadimplência é zero. Nós consideramos uma garantia muito robusta. Claro, com esse episódio do Equador, estamos todos nós, digamos, decepcionados com isso. Mas nós temos certeza que isso vai chegar a um bom termo.

Ah, e o senhor perguntou se os encargos do Equador vêm sendo pagos em dia. Vem, embora uma

única prestação tenha sido paga até agora dentro da resposta que eu fiz ao Senador Suplicy.

Com relação ao senador, a pergunta, aos questionamentos muito oportunos do Senador Arthur Virgílio. Senador, o BNDES, pelo menos nós nos consideramos assim, senador. Um órgão de Estado. Muito mais que um órgão de Governo. O BNDES tem uma diretoria que se julga soberana, composta por oito membros. Um presidente, um vice-presidente, o que vos fala, e seis diretores. Esta diretoria aprendeu a se comportar de forma muito imune a pressões dos mais variados tipos que o senhor, como senador e experiente que é, sabe que o BNDES é submetido a isso diuturnamente. As relações do Presidente Lula com o BNDES têm sido relações das mais respeitosas possíveis. E eu lhe dou um exemplo muito simples, senador. Não fora assim, eu hoje não estaria aqui tendo oportunidade de responder essa sua pergunta, porque eu sou funcionário de carreira, eu não sou petista, eu entrei no BNDES como estagiário em 1972 e hoje eu sou vice-presidente do banco. Então, o banco tem um aspecto técnico que tem sido muito respeitado pelo Presidente Lula. Então, o BNDES não recebe instruções do tipo: *"Temos que financiar fulano ou beltrano, ou sicrano, ou país A, ou país B."*

Um outro ponto é que essas operações, operações como essas do Equador, não são operações propriamente do BNDES. São operações do Estado Brasileiro. Porque, na medida em que o BNDES só concretiza uma operação dessas mediante a garantia prestada ao BNDES formalmente pelo Tesouro Nacional, e essas operações foram aprovadas nos colegiados de ministros e de secretários executivos que eu tive oportunidade de mostrar, o BNDES entra como peça de uma engrenagem de uma decisão política grande, mas da qual participam vários Ministros de Estado e Secretários Executivos. E somente quando fica absolutamente amarrado contratualmente que o BNDES entra nisso, não para correr o risco da empresa HIDROPASTAZA lá no Equador, que tomou o financiamento, mas o BNDES tem o respaldo do Tesouro Nacional, o BNDES se sente confortável para fazer a operação. Nós temos consciência que somos um banco de desenvolvimento econômico social. Mas acima de tudo, somos um banco, temos obrigação de agir com relação à qualidade de gestão, à qualidade de crédito, à qualidade de risco. E os resultados do banco ao longo de sua história comprovam isso: que o banco tem sido extremamente zeloso com relação à aplicação de recursos que o Estado Brasileiro lhe provê através do fato do Fundo de Amparo ao Trabalhador. E de outras fontes que o banco tem sido capaz de levantar. Espero com isso ter respondido.

O Senador já tinha visto aqui, já, o detalhamento do CAMEX, que é um Conselho de Ministro, e do CONFIG, que é um conselho essencialmente de secretários executivos, e que envolve o MIDIC, o Ministério da Fazenda duas vezes, através da saída da Secretaria do Tesouro, o próprio Ministério das Relações Exteriores, o Ministério de Planejamento a Casa Civil e o Ministério da Agricultura. Nesse colegiado é decidido o uso da garantia do Tesouro ao BNDES para fazer a operação. E nessas condições nós fazemos.

Pois é, essas são as duas alegações que o Governo do Equador usou no seu grande calhamaço de entrada na Câmara Internacional de Comércio em Paris, no comitê de arbitragem. Foram os dois questionamentos que ele fez. O juros sobre juros, senador, é uma prática absolutamente usual em financiamentos, não só internamente, mas como fora do Brasil. Porque foi um pedido do Governo do Equador à época e nós entendemos que era justo não sacrificar o Equador com saída de divisas durante a construção da usina em que a usina ainda não estava gerando, digamos assim, o seu objetivo final que era gerar energia elétrica do país. Nós concordamos com isso. E, evidentemente, o juros sobre juros é uma prática usual. Nós ficamos muito surpresos com este questionamento. Muito surpresos.

E o outro, com relação a questão do montante, que não teria saído do Brasil, também nos surpreendeu muito, porque nós temos comprovadamente todos os registros de tudo o que foi exportado do Brasil para lá. E nós só liberamos ao longo, são várias liberações, com vários processos de acompanhamento e de auditoria, ao longo dos quatro anos, quatro anos que durou a obra da hidrelétrica. Então é uma surpresa para nós saber que: *"Ah não, tem 60 milhões que não saíram do Brasil."* Como não saíram do Brasil? Isso daí foi uma, na verdade...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Bem esclarecedor, me dou por satisfeito.

SR. ARMANDO MARIANTE CARVALHO: Aí, agora, as perguntas do Senador Heráclito Fortes. O controle de repagamentos. Sim, nós temos uma área financeira, presidente, e que tem um controle habitual. Evidentemente, sujeito a auditoria externa que o BNDES tem, que é responsável por todos. O BNDES, como eu lhe disse, faz 200 mil operações de crédito por ano. Então, se nós não tivéssemos um controle muito rígido dentro de cada uma dessas operações, de cada um desses contratos e do seu esquema de repagamento, o BNDES não poderia se dizer com uma gestão de qualidade. E nós nos consideramos com gestão de qualidade, nós temos isso.

Medidas contra o Equador, presidente. Esse assunto é muito novo para nós. Felizmente, nós sempre tivemos inadimplência zero em operações com a América do Sul, com a América Latina, em geral. Isso nos pegou de surpresa, mas nós temos uma Área Jurídica muito robusta, muito preparada para essas coisas que está tomando as providências em caráter de urgência, de contratar um escritório de advocacia de conhecimento, de experiência consagrada nessa questão específica de arbitragens internacionais. E esse, e em consonância com esse escritório, que está sendo contratado essa semana, nós vamos tomar todas as providências e cumprir todos os passos necessários à defesa dos nossos interesses como o BNDES e dos nossos interesses como nação. Porque nesse aspecto, como o pedido de arbitragem é contra o BNDES e não contra o Estado Soberano Brasileiro, o BNDES entra como representante do Estado. Então nós temos a obrigação de zelar da melhor maneira, mais competente, mais eficiente possível pelos interesses não só do próprio banco como da República, já que o banco isoladamente tem a proteção da garantia do Tesouro Nacional. Quer dizer, o banco, por si só, não sofreria inadimplência. A inadimplência seria sofrida pelo Estado Brasileiro.

E... Ah, o senhor perguntou o papel das exportadoras no financiamento. Quanto à operação da usina, eu já respondi. O papel das operadoras é o seguinte: toda vez que há uma licitação internacional, qualquer empresa brasileira, seja ela pequena, média ou grande, exportadora ou não, empreiteira ou não, ela tem direito de, evidentemente, de participar da licitação. E ela tem direito de ir ao BNDES e dizer: *"BNDES, nesse processo especificamente, é exigido o financiamento. Se eu não chegar lá com a possibilidade de um financiamento, eu estou fora da licitação"*. E é prática usual não só do BNDES, mas qualquer organismo ligado a financiamento de exportação no mundo inteiro, apoiar qualquer empresa que seja, que vá ao BNDES em busca de um apoio a exportações. O que não significa que o BNDES pré-aprovou a operação. Não! Se a empresa ganhar a licitação e depois ao longo do processo de negociação com o país importador, então o BNDES, em algum momento, aprova a operação. É assim que funciona normalmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa Comissão agradece a presença do Dr. Armando Mariante, Dr. Luis Antônio Araújo Dantas. Agradece também a presença do ministro Celso Amorim e espera ter colaborado para dirimir algumas dúvidas sobre esse impasse pelo qual, que todos nós torcemos para uma solução que resolva a dificuldade de relacionamento entre os dois países. Acho que essa Comissão cumpre o seu papel, o Senado da República também e vamos continuar tentando esclarecimentos, e se for o caso, inclusive, convidando a vir a esta casa representantes da empresa construtora. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h48.

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 2008, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia dez de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, MARCO MACIEL, ROMEU TUMA, ARTHUR VIRGÍLIO, EDUARDO AZEREDO, ADA MELO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JOSÉ NERY, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO E SÉRGIO GUERRA.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida os Embaixadores Everton Vieira Vargas, José Viegas Filho e Arnaldo Carrilho para comporem a Mesa. O Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 1:** Mensagem (SF) nº 205, de 2008, de autoria do Presidente da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Everton Vieira Vargas, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha."* O Presidente concede a palavra à Relatora Senadora **SERYS SLHESSARENKO** para fazer a leitura de seu Relatório. O Presidente abre o processo de votação. **Item 2:** Mensagem (SF) nº 238, de 2008, de autoria do Presidente da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor José Viegas filho, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Itália, e, cumulativamente, junto à República de San Mari-*

no e República da Albânia." O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **EDUARDO SUPLICY** para fazer a leitura do Relatório. **Item 3:** Mensagem (SF) nº 240, de 2008, de autoria do Presidente da República, que "*submete à apreciação do senado federal a indicação do Senhor Arnaldo Carrilho, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Popular Democrática da Coréia***."** O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **CRISTOVAM BUARQUE** para fazer a leitura de seu Relatório. **Item 4:** Mensagem (SF) nº 241, de 2008, de autoria do Presidente da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta."* O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc" Senador **JOÃO TENÓRIO** para fazer a leitura do Relatório. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores Everton Vieira Vargas, José Viegas Filho e Arnaldo Carrilho para fazerem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares e Romeu Tuma. A reunião torna-se secreta às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. A sessão é reaberta às dezesseis horas e vinte e nove minutos. O Presidente comunica a aprovação dos indicados. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, às dezesseis horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da sessão anterior. Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Antes de iniciar a apreciação da Pauta convido, para comporem a Mesa, os Srs. Embaixadores Everton Vieira Vargas, indicado para a República Federal da Alemanha, José Viegas Filho, para a República da Itália e, cumulativamente, República de San Marino e República da Albânia, e Arnaldo Carrilho, República Popular Democrática da Coréia. Informo que o Embaixador Frederico Luiz Felipe de Seixas Corrêa já está exercendo o cargo de Embaixador do Brasil, no Estado da Cidade do Vaticano e, hoje, a votação é para que ele possa cumular o cargo de Embaixador do Brasil, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. Por esse motivo, não é necessária a sua presença na sabatina de hoje.

Passamos agora à apreciação da Pauta. Item 01, a mensagem 205/08, não terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Everton Vieira Vargas, Ministro de Primeira Classe de Carreira Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Federal da Alemanha. A autoria é da Presidência da República, e a relatoria cabe à Senadora Serys Slhessarenko. Antes de passar a palavra à relatora, eu queria dizer que nós vamos tentar fazer esta sessão antes da Ordem do Dia, para que os nomes, aqui aprovados, sejam encaminhados e, possivelmente, votados hoje. Daí porque eu apelaria, não só aos três embaixadores, mas aos relatores, que tivéssemos um pouco de celeridade no processo. Concedo, portanto, a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Sr. Presidente. Senhores que compõem esta Mesa, Embaixador Arnaldo, nosso Embaixador--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu pediria... Quero comunicar também que, em caráter excepcional, nós vamos abrir, a partir de agora, o processo de votação. Os currículos já foram distribuídos aos Srs. Senadores e aqueles que se sentirem em condições do exercício do voto, poderão fazê-lo a partir de agora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente. Nosso querido Embaixador Everton Vieira Vargas, e Sr. Embaixador José Viegas Filho. Sr. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes. Relatar a apreciação pelo Senado Federal da indicação do nosso Embaixador... Eu chamo nosso, porque ele é brasileiro, ele é de todos nós. Everton Vieira Vargas, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Federal da Alemanha... Eu não vou... Eu queria aqui tecer inúmeros elogios ao Embaixador Everton Vieira, porque ele faz jus a todos os elogios. Só que o Presidente já disse que é pra gente ser o mais rápido possível. Então, eu vou resumir.

Eu vou dizer, Dr. Everton, que é uma alegria enorme, a partir do momento que fui designada para ser a relatora do seu processo, realmente, eu fiquei muito orgulhosa. Porque é um dos grandes nomes da nossa

diplomacia, com certeza, Everton Vieira Vargas. Nós temos aqui, muito a dizer sobre o nosso Embaixador Everton Vargas. Mas eu não vou ler o currículo dele, não. Eu vou apenas ler algumas partes. Uma delas que eu achei bastante relevante é que ele foi Negociador Chefe do Brasil no Fórum Inter Governamental de Florestas, de 98 a 2000 e nas reuniões sobre mudanças do clima, especialmente, nas Conferências das Partes da Convenção Quadro, em Haia, em 2000, em Bohn em 2001, em Marrakech em 2001, em Nova Deli em 2002, em Milão em 2003, em Buenos Aires em 2004 e em Bali em 2007.

Nas reuniões da conferência das partes da convenção que trataram da regulamentação do Protocolo de Kyoto, 2000/2001, foi o negociador do regime de cumprimento do protocolo, que trata das conseqüências para as partes, na hipótese de não implementarem os compromissos assumidos naquele instrumento jurídico. Ele foi também nomeado Presidente do Grupo de Trabalho da Conferência das Partes da Convenção da Basiléia, sobre resíduos perigosos. Concluiu a negociação do protocolo sobre responsabilidade e compensação, em caso de riscos advindos do mau uso daqueles resíduos. Da negociação desse protocolo, escreveu brilhante e atualíssimo artigo no *Oxford Yearbook* sobre *internacional environmental law*. Uma das mais prestigiosas publicações sobre Direito Internacional do meio ambiente.

É ainda autor do livro *O Legado do Discurso*, publicado em 2007, que tem como base sua tese de doutoramento. E inúmeros artigos, que nós não vamos nos ater aqui, sendo um dos mais recentes *A Mudança do Clima na Perspectiva do Brasil*.

Com população superior a 80 milhões, a República Federal da Alemanha caracteriza-se como República parlamentarista, tendo Angela Merkel como Chefe do Governo de 2005, após coalizão entre democratas cristãos mais conservadores e sociais democratas. Essa aliança é hoje marcada por certa instabilidade, gerando incertezas sobre a formação de novas coalizões para as eleições de 2009. Considerando ser a Alemanha a maior nação exportadora do mundo, obviamente, o bom desempenho econômico dependerá da conjuntura internacional. Não verificado, aliás, com dificuldades nas últimas semanas.

Os principais produtos exportados são automóveis, máquinas e encaminhamentos, químicos, eletroeletrônicos, aço e ligas nobres. Já as importações, que ultrapassaram a cifra de um trilhão de dólares em 2007, baseiam-se, essencialmente, em máquinas e equipamentos, automóveis e autopeças, petróleo ou gás natural, produtos alimentícios, têxteis e metais. As relações bilaterais entre Brasil e Alemanha caracterizam-se pela convergência de percepções, valores e interesses em questões globais. Cada vez mais a Alemanha vem percebendo o Brasil em posição individualizada, no contexto regional latino americano. Haja vista a sua atuação destacada em questões como a reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, a segurança energética e a mudança do clima.

Embora, em 2007, o fluxo de comércio bilateral tenha superado, pela primeira vez, 15 bilhões de dólares, em termos relativos, a participação alemã, na balança comercial brasileira, pouco se alterou. Vale ainda ressaltar que, enquanto a Alemanha ocupa a 5ª posição no *ranking* de destinação de produtos brasileiros, e é nosso quarto maior fornecedor, o Brasil ocupa apenas a 25ª posição do *ranking* alemão de fluxo comercial. Além disso, a participação alemã, em investimentos diretos externos no Brasil, vem diminuindo.

Sabemos, nosso Embaixador Everton Vieira, que a sua capacidade, a sua inteligência, a sua competência, e o seu compromisso político, político com a causa que o senhor abraça, com certeza, o senhor terá muito trabalho, mas esse trabalho será vitorioso. Tendo em vista a natureza da matéria, ora apreciada, não cabem aqui outras considerações no âmbito deste relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parabenizando pelo seu poder de síntese, passamos ao Item 02, não terminativo. Mensagem 238/08, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República da Itália e, cumulativamente, junto à República de San Marino e República da Albânia. Autoria, Presidente da República, relatoria do Senador Gilvam Borges que, estando ausente, eu solicitaria ao Senador Eduardo Suplicy, que exercesse as funções de relator adjunto, a quem concedo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Embaixadores Arnaldo Carrilho, Everton Vieira Vargas, prezado Embaixador José Viegas Filho, com muita alegria, aqui substituo o Senador Gilvam Borges, que preparou este parecer para que V. Exª possa se tornar o Embaixador do Brasil, junto à República da Itália e, cumulativamente, à República de San Marino e da Albânia.

Nascido em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em 14 de outubro de 1942, filho de José Viegas e Dirce Bastos Viegas, o Sr. José Viegas Filho concluiu os cursos de preparação à carreira de diplomata, de prática diplomática e consular, e de Altos Estudos do

Instituto Rio Branco. Ingressou na Chancelaria no Curso de Terceiro Secretário, em março de 1966; ascendeu a Conselheiro em 79; Ministro de Segunda Classe em 82, de Primeira Classe em 92, sempre por merecimento. Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se a de Secretário Substituto de Secretaria de Assuntos Políticos Econômicos da Área Internacional Bilateral, em 81; Professor do Instituto Rio Branco de política externa brasileira e contemporânea, em 82; Chefe da Equipe de Planejamento Político, e do Departamento de Organismos Internacionais, em 91.

No Executivo, foi o Ministro de Estado da Defesa, desde o início do Governo do Presidente Lula, até outubro de 2004. No exterior, ocupou, entre outros cargos, o de Cônsul Adjunto em Nova York, em 69; Secretário em Santiago de 73 a 75; Ministro Conselheiro em Paris, e em Havana, em 85 e 86; Embaixador em Kopenhagen, em 95; Embaixador em Moscou, entre 2001 e 2003; e desde 2005, Embaixador em Madri, onde teve a gentileza de... Inclusive, me receber, por ocasião do congresso de que participei, da rede mundial da renda básica em Barcelona, ocasião em que também visitei Madri, e agradeço muito a atenção para comigo e em tudo que cooperou para que essa viagem tivesse todo o sucesso.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, chefiando e integrando delegações em diversas reuniões de negociações bilaterais e multilaterais, de conferências de organizações internacionais. Acompanham a mensagem, relatórios produzidos pelo Ministério das Relações Exteriores sobre Albânia, Itália e San Marino, com as características de cada país, as relações com o Brasil. Claro que há enorme importância do relacionamento entre nosso país e essas grandes nações e, em virtude, não só dos tradicionais vínculos políticos e econômicos, mas também, pelos laços sociais e culturais, em especial, todos nós sabemos, que o número de descendentes italianos, inclusive eu próprio, são tão numerosos em nosso país.

É fundamental que tenhamos um embaixador atento a essas particularidades, e que possa contribuir para o fortalecimento de laços entre o Brasil, a Itália, a Albânia e San Marino. Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos necessários e a minha recomendação é muito positiva a respeito de todo o trabalho que vem exercendo o Embaixador José Viegas Filho, pelo Brasil, tanto como Ministro da Defesa, como também, nas diversas representações e, inclusive, Presidente Heráclito Fortes, quando V. Exª, como Presidente desta Comissão solicitou, no ano passado, que tivéssemos grande atenção para com o nosso relacionamento com a Espanha, nós tivemos a colaboração muito importante do Embaixador José Viegas Filho, com respeito a problemas de cidadãos e cidadãs brasileiras, que tiveram dificuldades ali, na hora de chegar na Espanha, de precisar, eventualmente, serem enviados de volta ao Brasil e, felizmente, houve diversas iniciativas que propiciaram a melhoria de nosso relacionamento com o Governo Espanhol, com vistas ao número tão grande de brasileiros, que têm visitado a Espanha, ou lá ido morar, assim como, de espanhóis que têm vindo ao Brasil. E o Sr. Embaixador José Viegas Filho muito colaborou para que os obstáculos viessem a ser superados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V. Exª e passamos ao Item 03 da Pauta. Mensagem 240/08, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Arnaldo Carrilho para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Popular Democrática da Coréia. Autoria, Presidência da República, a relatoria cabe ao Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra. Antes, porém, dizendo que, originalmente, esta matéria tinha sido distribuída para o Senador Suplicy, e houve um acordo afetivo aí do Senador Cristovam Buarque, que pediu ao colega que lhe desse o privilégio de relatar o Embaixador Carrilho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O que resultou em eu me tornar amigo, mais próximo ainda, do Embaixador Arnaldo Carrilho. Muito obrigado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Triplamente afetivo, Sr. Presidente. Meu afeto pelo embaixador, o afeto do Suplicy por mim e o afeto seu pelo Suplicy que autorizou... [Risos] Mas, de fato, eu tenho um grande orgulho e satisfação de ser o relator aqui, Presidente, porque, não apenas, se trata de um embaixador amigo, amigo mesmo, e com quem eu tive a possibilidade, mais de uma vez, de estar junto no exterior, mas também, pela importância que eu dou ao reatamento efetivo, não apenas formal, de relações com um país como a Coréia do Norte. Devo dizer que esta Casa do Congresso está chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República fez, do Sr. Arnaldo Carrilho, para exercer o cargo de Embaixador na República Popular Democrática da Coréia.

Como todos sabem, a Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar, por voto secreto, após argüição, em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental, elaborou currículo do diplomata indicado, bem como a análise conjuntural do posto a que se destina. Dos documentos encaminhados, eu extraí este relatório que eu leio de maneira muito sintética.

O Embaixador Carrilho nasceu no Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1937, filho de Eimar Dantas Carrilho e Margarida da Fonseca Moura Carrilho, ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário em 1962, ascendeu por mérito a Conselheiro em 76 e a Ministro de Segunda Classe em 90, tornando-se Ministro de Primeira Classe em 1997. No exterior, desempenhou brilhante carreira, entre outros cargos, de Encarregado em Negócio em Jeddah, em Berlim, em Rabah. E, junto ao Vaticano e à Ordem Soberana e Militar de Malta. Foi Cônsul em Santa Cruz de La Sierra, Conselheiro em Lima e em Beirute, foi Embaixador em Bangkok, cumulativamente, Pyongyang, Pyongpen(F) e [ininteligível] sendo ainda o Chefe da Missão, recentemente, em Ramallah, numa posição extremamente difícil, que exigia muitos cuidados, e na qual ele se saiu de uma maneira bastante bem.

Registramos ainda que o indicado chefiou inúmeras delegações e encontros destinados a discutir temas, quase sempre, relacionados ao continente asiático. O Embaixador Carrilho é um dos diplomatas... Todos eles são muito competentes, sem dúvida alguma, mas é um daqueles que se especializou por área. É daqueles que fez uma opção de conhecer bem uma região. Em todos esses cargos o Embaixador Arnaldo Carrilho tem se destacado por seu profundo conhecimento e envolvimento com os assuntos do mundo asiático, sendo, por isso, uma escolha natural e muito bem feita pelo Presidente da República, para que ele seja o nosso primeiro Embaixador em Pyongyang. Dificilmente, teríamos outro que pudesse chegar em Pyongyang com as condições técnicas e, também, emocionais de simpatia, não digo por regime, mas pela região, para ocupar o cargo e a função de montar nossa embaixada.

No tocante ao posto, refiro-me a algumas das considerações trazidas pelo informe ministerial, de modo subsidiar a sabatina desta Comissão. O que diz o relatório que veio é, simplesmente, que as relações com a Coréia do Norte foram estabelecidas em março de 2001, com a Embaixada Norte-Coreana, em Brasília, aberta em 2005. E que nossa embaixada naquele país foi criada em setembro último. Até então, era um posto cumulativo com Pequim. O estreitamento dos laços com a Coréia do Norte, a meu ver, é parte da política de ampliação das relações do Brasil a parceiros não tradicionais, o que vai ao encontro do interesse de Pyongyang de aumentar suas parcerias estratégicas. Casamos aqui dois interesses: Do Brasil e da Coréia do Norte.

As oportunidades de negócio também poderão ser abertas como resultado da progressiva inserção norte-coreana e seu dinâmico entorno. Isso está mais ou menos dito no documento que vem do Itamaraty. Eu quero, porém, acrescentar que, independente, de aspectos econômicos, o Brasil não pode ficar alheio a todas as diferentes visões políticas que existem na família das nações. Obviamente, desde que cada uma dessas partes da família aja dentro das normas de segurança planetária, tanto naquilo que se refere a armas, meio ambiente, em respeito aos valores centrais do humanismo. Eu creio que estar com uma embaixada na Coréia do Norte e tendo um embaixador, como Arnaldo Carrilho, o Brasil está dando um grande passo para abrir seus braços a todo conjunto da família humana, que hoje habita o planeta.

É diante do exposto, que julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, levando-se em conta, sobretudo, a sabatina que faremos logo depois. Essas são minhas considerações, Sr. Embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esta Mesa agradece ao Senador Cristovam Buarque e passa ao Item 04, não terminativo, da Mensagem 241. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente, ocupar o cargo de Embaixador do Brasil, junto ao Estado da Cidade do Vaticano, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. A autoria é da Presidência da República, a relatoria é do Senador Marco Maciel, que estando ausente, solicito ao Senador João Tenório que exerça a função de relator *ad hoc*, a quem passo a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, Srs. Embaixadores. Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ministro de Primeira Classe do quadro especial da Carreira de Diplomata para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil, junto ao Estado da Cidade do Vaticano, exercer o cargo de Embaixador do Brasil, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática, de caráter permanente, Art. 52, Inciso IV. De acordo com o *curriculum vitae*, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão do preceito regimental, o Sr. Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Bacharel em Direito, pela Universidade de Cândido Mendes, ingressou no curso preparatório para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, no ano 1965, na condição de Terceiro Secretário, e ascendeu

na carreira, sempre por merecimento, culminando em sua nomeação como Ministro de Primeira Classe em 1987, e em sua indicação como Embaixador do Brasil no México, dois anos após.

Dentre as Divisões a que serviu no Itamaraty, citamos a Divisão da América Meridional, a Divisão da Amazônia, o Departamento de Organismos Internacionais e o Departamento da Ásia, África, Oceania. Ainda no Ministério das Relações Exteriores, ocupou os importantes cargos de Secretário-Geral Adjunto de Política Exterior, em 1992, Secretário Geral das Relações Exteriores, no mesmo ano, e Secretário Geral das Relações Exteriores em 1999. Por duas vezes trabalhou na Presidência da República em 1983, como Assessor de Ministro Chefe do Gabinete Civil, e em 1987 como Assessor Internacional da Presidência da República.

Integrou as equipes das missões diplomáticas brasileiras na Alemanha, em 1970, na Argentina em 1974, nos Estados Unidos da América em 1979, na Espanha na condição de Embaixador em 93, novamente na Argentina em 97 e na Alemanha em 2005, novamente na condição de Embaixador. Destacou-se, ainda, por memoráveis atuações nas missões brasileiras junto aos organismos internacionais. Na missão do Brasil, junto à Organização das Nações Unidas, 1971. Na delegação brasileira junto à Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura, a UNESCO em 85. E na missão permanente do Brasil, junto à ONU e à Organização Mundial de Comércio, OMC, em Genebra, na condição de Embaixador, representante permanente em 2002.

Cabe ressaltar no currículo do Sr. Embaixador, a autoria da obra *Os Discursos do Brasil nas Nações Unidas*, livro de referência para todos os estudiosos das relações internacionais, lançado em 1982. Acompanha a mensagem, relatório produzido pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a Ordem Soberana e Militar de Malta. A Ordem de Malta é uma instituição, cuja história ininterrupta, remonta ao século XI, estando sua origem ligada à época das Cruzadas e da criação de muitas outras Ordens de Cavalaria, que desapareceram ou perderam sua identidade original.

Após freqüentes transferências de sede, a Ordem fixou-se em Roma em 1834, reorganizando os priorados da Itália e passando a dedicar-se às suas atividades humanitárias originais. O nome completo da instituição é Ordem Soberana Militar Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta. Seu nome abreviado, mas, igualmente oficial, é Ordem Soberana Militar de Malta. Segundo sua constituição atual, a Ordem tem caráter religioso, leigo, militar, cavaleiresco e, tradicionalmente, nobiliárquico. Sua natureza religiosa reside no fato de que alguns de seus membros fazem os votos de pobreza, castidade e obediência, e alguns outros são sacerdotes ordenados.

O caráter militar cavaleiresco da instituição tem, atualmente, sentido simbólico, à semelhança das ordens honoríficas. Consubstancia-se hoje na obrigação, para todos os membros, de conformarem exemplarmente sua vida com os ensinamentos da lei da Igreja Católica Romana e se dedicar ao serviço da Ordem, de modo particular, à atividade hospitalar e social. O caráter soberano alude ao passado da Ordem e é hoje atinente a certas prerrogativas próprias de entes soberanos, entre os quais, a principal reside no direito, ativo e passivo, de legação, reconhecido por um número crescente de países, inclusive, pelo Estado italiano, onde tem sua sede. O reconhecimento pelo Governo Brasileiro, do estatuto internacional da Ordem, data de 6 de dezembro de 1951.

Em 1956 o Brasil designou seu primeiro representante diplomático junto à Ordem, acreditado como Encarregado de Negócios. Em 1966 a Ordem manifestou desejo de ser elevada a representação diplomática à categoria de Embaixada, no que foi acolhida pelo Brasil. Convém destacar, finalmente, que a ordem realiza inúmeros trabalhos de caráter humanitário e assistencial no Brasil, com destaque para o Centro Assistencial Cruz de Malta, em São Paulo, que atende a população necessitada da periferia da capital paulista, particularmente, com programas de apoio médico e psicológico, e atividades de caráter social e formação profissional.

Na Capital Federal, mantém instituições vinculadas à Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta, que mantêm creche e importante trabalho assistencial para as comunidades carentes, da qual faço parte. Isso, recentemente, fui eleito, Sr. Presidente. É com satisfação que relato a indicação do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, para o cargo de Embaixador do Brasil, junto à Ordem Soberana Militar de Malta. Tendo em vista a natureza da matéria, ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. Senador Marco Antonio Maciel, relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V. Exª. Senadora Serys pede a palavra? Não? Obrigado. Concedo a palavra ao Embaixador Everton Vieira Vargas para fazer a sua exposição.

EMBAIXADOR EVERTON VIEIRA VARGAS: Muito obrigado. Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores. Se me permite, Sr. Presidente, não sei se é de praxe, mas minha querida colega de turma, embaixadora Gla-

dys Facó, que foi minha xerpa(F) aqui nesse processo de chegar até esta Comissão, é pra mim um privilégio me apresentar ante esta Comissão, honrado que fui pela indicação do Presidente Lula, para chefiar a Embaixada do Brasil na República Federal da Alemanha. E, pra mim, é um privilégio, uma honra, ainda maior, ter sido relatado com as generosas e amigas palavras da Senadora Serys Slhessarenko, com quem eu já tinha tido oportunidade de estar, em diferentes ocasiões quando, juntos, discutíamos sobre essa questão tão transcendental hoje, e estratégica, para o mundo inteiro e para o Brasil, em particular, que é a questão da mudança do clima.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora, a Alemanha e o Brasil têm um relacionamento estratégico, que se reflete em vertentes políticas, culturais e econômicas, ambos os países são federações, a Alemanha é composta de 16 Estados, um país altamente urbanizado, tal como o Brasil, 93% de seus habitantes vivem em cidades, é uma democracia parlamentar, plenamente consolidada, ancorada na lei fundamental, aprovada em 1949 com uma estrita separação de poderes e descentralização administrativa, e um sistema partidário em evolução.

Devo dizer aos senhores que, se aprovado for, por esta Comissão e pelo Plenário do Senado Federal brasileiro, será minha segunda vez servindo na República Federal da Alemanha e devo dizer aos senhores que, do ponto de vista partidário, eu encontrarei um país muito diferente daquele que encontrei em 1981, quando lá cheguei.

A Alemanha, hoje, é um país em uma evolução significativa dentro do seu sistema partidário, porque na época em que eu lá servi, nós tínhamos três grandes partidos. Hoje, nós temos cinco grandes partidos, o que alterou significativamente o equilíbrio de poder político na Alemanha e isto, certamente, será um fator importantíssimo nas eleições que estão previstas para se realizar em setembro de 2009, em que oporão, centralmente, a atual Chanceler que, lá é o título que se dá ao Primeiro-Ministro, Angela Merkel, ao seu Ministro das Relações Exteriores, Sr. Frank Walter Steinmeier, do Partido Social Democrata.

Eu diria aos senhores que, do ponto de vista do nosso relacionamento, a Alemanha tem uma presença significativa no Brasil, presença essa cultural, presença econômica, presença tecnológica. Certamente, a parceria Brasil-Alemanha é das mais bem sucedidas parcerias que existiram entre um país em desenvolvimento e um país desenvolvido. Ao lado disso, nós temos fatos extremamente importantes e significativos. É que do lado da influência cultural brasileira, também, nós temos uma presença, que poucos talvez conheçam, mas o fato de que um dos grandes gênios literários da Alemanha, Thomas Mann, era filho de mãe brasileira. E, exatamente, o grande reflexo do mundo tropical nas obras de Thomas Mann era... Vinham, exatamente, das histórias que sua mãe lhe contava.

Sr. Presidente, a Alemanha é a locomotiva econômica da União Européia, é a terceira maior economia do mundo, mas, tal como todos os países desenvolvidos, neste momento e, também, países em desenvolvimento, se encontra fortemente afetada pela crise econômica e financeira, ora em evolução no mundo. Para 2009, se projeta um crescimento nulo no plano econômico, mas, certamente é um país com o qual cumpre aprofundar a nossa relação nos mais diversos campos. No cenário político internacional, a Alemanha é um ator relevante, junto com o Brasil, é membro do G4 e busca a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas para a ampliação, tanto das categorias de membros permanentes quanto de membros não permanentes. Também tem tido uma atuação muito mais ativa nos assuntos mundiais, tem um... E tem uma presença significativa dentro da União Européia.

A Alemanha também é hoje, como a bem disse o relatório da Senadora Serys, um dos grandes mercados, o quinto maior mercado de produtos brasileiros, nosso quarto maior fornecedor. Eu não entrarei aqui nos pormenores porque a senadora já foi bastante clara sobre isso, diria que, em termos recentes, nós temos dois fatos importantes que foram as visitas, no ano passado, ao Brasil, do Presidente Federal Horst Köhler e, neste ano, da Chanceler Angela Merkel, que sedimentaram a importância atribuída pela Alemanha ao papel internacional do Brasil. Importância essa que corroborou, inclusive, a visita oficial realizada pelo Presidente Lula em 2003, pouco depois de ser empossado, e que foi a primeira visita internacional que o Presidente fez a um país europeu, e também ao Ministro Celso Amorim.

A par disso, eu mesmo tive o privilégio de me encontrar presente em alguns encontros da Chanceler com o Presidente da República e posso atestar a capacidade e a fluidez do diálogo entre ambos. A visita da Sra. Merkel ao Brasil, neste ano, foi um fato significativo, sobretudo, pelo fato de nos abrir a possibilidade de celebrar um acordo de energia e que privilegia, especialmente, a área de bicombustíveis. Trata-se, certamente, de uma área importante, é uma área que, eu não vou negar aos senhores, controvertida, porque nós ainda não temos a exata dimensão do mercado alemão. Temos vários movimentos dentro da Alemanha que criticam bicombustíveis, mas certamente, é uma área na qual, se aprovado for, envidarei os meus maiores esforços, porque acredito que é algo

no qual o Brasil e a Alemanha convergem, qual seja, a melhoria da capacidade produtiva e, ao mesmo tempo, a diminuição das emissões de gás de efeito estufa na atmosfera, para a qual os bicombustíveis são fator importante e essencial, sobretudo, num país que tem grande dependência e grande trabalho, grande frota automobilística.

Eu diria, além do mais, que em termos importantes para o Brasil e que nós estamos trabalhando muito na área de cooperação científica e tecnológica, o Brasil e a Alemanha têm um histórico de relações entre suas grandes instituições de pesquisa, e acredito que isso é algo muito importante no contexto da parceria estratégica que existe entre os dois países. Eu queria também sublinhar aqui que, em 2009, nós teremos os 20 anos da queda do muro de Berlim. Pode parecer, para muitos aqui, que tanto tempo tenha passado, mas que parece uma coisa que aconteceu ontem. Mas 20 anos se passaram e eu acho que nós temos que aprender com as transformações, e pensar nos desafios que os próximos 20 anos trarão, especialmente, no contexto das nossas relações entre o Brasil e a Alemanha.

Certamente, nós temos interesses convergentes, mas não podemos negar que são duas realidades distintas, e que isso vai se refletir, sobretudo, num esforço conjunto, em termos da disciplina da ordem internacional, dentro da anarquia que marca o sistema internacional. E, nesse sentido, vai ser muito importante, especialmente, à luz da crise atual, que o Brasil e a Alemanha intensifiquem o seu diálogo político, diálogo esse que deve ser, não apenas, no plano do Executivo, mas também, envolve o Poder Legislativo e, acredito que nós temos um histórico também aqui de relações, tanto brasileiras, entre parlamentares brasileiros e alemães, e que deve ser aprofundado.

Terminaria também sublinhando que também na área judicial é importante, nosso Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes se formou na Alemanha, devo dizer que tive o privilégio de tê-lo como colega na Embaixada em Bohn, quando eu servia lá, e é uma pessoa que, recentemente inclusive, fez uma visita oficial à Alemanha. Acredito, finalmente, Sr. Presidente, que as relações Brasil-Alemanha são relações estratégicas, importantes, devemos cultivá-las, temos desafios pela frente, mas, eu estou certo de que, se aprovado for, por esta Casa, com o apoio que o Itamaraty sempre dá às suas embaixadas nós teremos ampla capacidade de trabalhar em diferentes áreas: Econômica, ciência e tecnologia, meio ambiente, cultura. E, acho que, é algo que nós temos que aprofundar e cultivar, porque isso é do interesse do Brasil e é do interesse, inclusive, da nossa projeção como país num mundo em transformação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradecendo ao Embaixador Everton concedo a palavra ao Embaixador José Viegas Filho para fazer sua exposição.

EMBAIXADOR JOSÉ VIEGAS FILHO: Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores, Senador Eduardo Suplicy, a quem eu agradeço as palavras gentis que pronunciou a meu respeito. O Presidente da República me honrou com a designação para este cargo de Embaixador do Brasil, junto à República Italiana, a República da Albânia, e a San Marino, e eu, então, me submeto a V. Exas em uma breve exposição a respeito desta possibilidade. O Presidente Lula que esteve muito recentemente em Roma, disse a respeito da relação Brasil-Itália, que a nossa história e as nossas culturas se entrelaçam e os nossos povos se admiram. E mencionou a presença de dezenas de milhões de brasileiros, aqui no nosso país, que são descendentes de italianos, o que constitui realmente uma característica muito específica e muito especial do nosso relacionamento Brasil-Itália e que tem que ser levado em conta, creio eu, pelo Embaixador do Brasil naquele país.

Durante a visita do Presidente Lula foram assinados vários acordos entre o Brasil e a Itália, um acordo de cooperação na área de defesa, um acordo sobre infra-estruturas, sobre tecnologias espaciais, sobre saúde e ciência médica, sobre veterinária, sobre pesquisa agrícola, o que nos dá a idéia do alcance da abrangência da nossa relação bilateral. Com efeito, nós tivemos um período de grande dinamismo recentemente nesse período, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista político, e do ponto de vista cultural também, graças ao trabalho ardoroso que o embaixador... Que o Embaixador Ademar Bahadian tem realizado lá.

Do ponto de vista econômico, há vários órgãos que compõem essa relação bilateral e que, certamente, serão de grande valia para o seu aprimoramento. O Conselho Itália-Brasil de Cooperação Econômica que já se reuniu três vezes, a última das quais em outubro de 2008, o fórum empresarial, a Comissão Mista de Ciência e Tecnologia que vai se reunir em março de 2009, um acordo de cooperação entre a SIMEX(F) que é uma entidade promotora das indústrias italianas e o BNDES, que se destina a estimular a formação de empresas brasileiras e italianas, pequenas e médias, sobretudo... De maneira que, eu encontro um trabalho em pleno desenvolvimento, em pleno desenrolar.

E, acredito que, a minha missão será, basicamente, a de dar continuidade ao trabalho muito bom, que vem sendo desenvolvido, em especial, pelo meu antecessor, Embaixador Bahadian. Na área da defesa,

nós também temos bom relacionamento, temos o projeto AMX que resultou na construção dos aviões que hoje... Até hoje figuram no elenco das Forças Aéreas dos nossos dois países, os comandantes da Marinha e do Exército também foram à Itália, muito recentemente. Nós temos uma concorrência que foi vencida pela Iveco italiana, para a construção de novos blindados que substituirão os nossos velhos urutus.

E do ponto de vista da relação cultural, também florescente, nós temos, não só, um acordo de co-produção cinematográfica que foi recentemente feito, como tivemos o festival de cinema, com foco no Brasil e em Roma, tivemos um belo espetáculo, reuniu 30 mil pessoas na Praça Navona, tivemos um festival de criatividade de Florença, também com o foco no Brasil, com 400 mil visitantes, o nosso comércio Brasil-Itália é um comércio de oito bilhões de dólares. Ele, agora, está mais equilibrado tendo apresentado, até 2006, saldos favoráveis ao Brasil e, agora, tendendo a um equilíbrio mais visível.

De maneira que, eu encaro essa missão, desde que os Srs. Senadores estejam de acordo com isso, com entusiasmo, com orgulho, com uma visão patriótica, e com a sensação de que trabalharei a partir de um esforço desenvolvido pelo Itamaraty, desenvolvido pelo Governo Brasileiro e pela nação brasileira, que já se desenvolveu bastante. Meu trabalho será basicamente um trabalho de continuação do nível a que nós chegamos e, se possível, naturalmente, havendo oportunidade, expandi-los na área empresarial, na área cultural, aproveitando o acervo de que nós dispomos em Roma, que é o palácio Pamphilj, onde se localiza a embaixada, e que é uma referência, mais do que arquitetônica, uma referência cultural importante na cidade de Roma, e que há de ser, como tem sido, um fator importante para a divulgação da nossa própria cultura, que é um tema ao qual eu procurarei dar toda a importância devida. Eu estou às ordens dos Srs. Senadores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço ao Embaixador José Viegas Filho, e concedo a palavra ao Embaixador Arnaldo Carrilho, para que faça a sua exposição.

EMBAIXADOR ARNALDO CARRILHO: Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores, caros colegas que vejo ao fundo da sala, sentados, tendo a paciência de nos ouvir, e a minha mulher Maria Helena, que está também a ouvir. Me dá muita honra a presença da minha mulher aqui. Eu tenho, como os dois colegas que me precederam, de ficar muito grato ao Chanceler Celso Amorim que propôs, com assentimento ao Sr. Presidente da República, a minha indicação para a República... Como eu costumo dizer, Democrática do Povo da Coréia. Costumo dizer, porque foi um coreano que me ensinou. República Democrática do Povo da Coréia, em língua coreana. É um desafio. O Brasil será a primeira nação sul-americana a contar com embaixador residente na capital, Pyongyang. Será, à parte de Cuba, que já mantém há 40 anos sua missão diplomática na referida capital, o primeiro país das Américas a, de fato, se instalar na Coréia do Norte. É desafiante, como todos podem imaginar, tendo em vista se tratar de um país de recente adesão às Nações Unidas, e com a sua recente adesão às Nações Unidas, evidentemente, recebeu a contrapartida de obrigações, obrigações internacionais, sobre todos os pontos de vista.

É sempre bom lembrar, eu lembro um dado pessoal, que vou tentar misturar a um dado da história. É que a guerra da Coréia foi a guerra de minha primeira adolescência. Ela teve início em 1950, terminou em 1953 com o acordo de Panmunjon, que, no fundo, não foi um término de guerra, mas a assinatura de uma trégua. À época, desde que em 1945 as forças do eixo tinham sido derrotadas, houve, da parte das duas grandes potências do tempo do bipolarismo, União Soviética e EUA, uma vontade de reafirmar seu poderio no extremo oriente, a União Soviética em 45, ocupando, com o acordo norte-americano, o norte da península e os Estados Unidos da América, o sul.

E já era o Paralelo 38, à época, em 1948, quando foi criada a República Democrática Popular da Coréia, já era este Paralelo. Me lembro bem, como eu disse, minha primeira adolescência, no período da guerra de 50 a 53 que, à época, eu estudava em colégio de padres, pra ser mais preciso, de cônegos. E um dos cônegos, um belga, me induziu a escrever, na revista do colégio, um artigo sobre a Coréia. Eu ficava muito preocupado, à época, com a vitória que estava tendo, rápida, as forças do comandante Kim Il Sung , que vai se tornar o pai da pátria. Vai se tornar o eterno líder, vai se tornar o presidente vitalício, mesmo que falecido da Coréia do Norte.

Por isso, evidentemente, caso V. Exas aprovem a indicação do meu nome para representar o Brasil, qual embaixador residente em Pyongyang, as cartas credenciais não poderão ser escritas em nome do Presidente Kim Il Sung, visto que ele não mais existe na Terra, ele faleceu em 1994, mas na do Presidente do Presidium da Suprema Assembléia Nacional Popular, que tem o nome parecido, aos nossos ouvidos, mas é diferente: Kim Yong-Nam.

O filho do eterno líder, assim ficou chamado Kim Il Sung, é o atual querido líder Kim Jong Il, da República Coreana do Norte. Ele não tem função executiva, no sentido de representar o Estado, apenas ad-

ministrativa, dirige a Comissão Nacional de Defesa e, evidentemente, mantém o cargo de Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores da Coréia, que é, não propriamente, não oficialmente, o partido unissíssimo da Coréia, visto que, são admitidas duas outras agremiações, evidentemente, com permissão desse partido ultra majoritário, que são o Partido Social Democrata e o Partido Nacional Coreano.

É preciso entendermos que, também, no meu currículo, esta será a quarta nação de regime comunista em que eu vou servir. A primeira foi a Polônia, onde eu vivi por quatro anos, entre 1967 e 71. Depois, tive a honra de instalar a Embaixada do Brasil, não na Berlim, onde meu querido colega Everton será embaixador, mas na Berlim, à época, chamada a capital da RDA. Como eles mesmos diziam, Berlim...[ininteligível].

E o terceiro país será uma missão cumulativa, mas um país muito simpático, onde eu fui embaixador e consegui trazer a Brasília, não só a Brasília, ao Paraná, a Brasília, a São Paulo e ao Rio de Janeiro o, então, Ministro dos Negócios Estrangeiros que é o Laos(F). Vou ter agora, portanto, a minha... No século XXI já, se houver aprovação do meu nome, a minha quarta experiência institucional, funcional, numa nação que ainda obedece aos padrões daquilo que se chama construção do socialismo, à maneira antiga, à maneira tradicional. É muito comum na profissão que nós exercemos, lidarmos com... Eu já disse, recentemente, às jovens colegas, com estereótipos. E os estereótipos, em geral, desandam no maior defeito que possa cometer o pensamento democrático, que é o preconceito.

Eu chegarei, evidentemente, à Coréia do Norte, de peito aberto, normalmente, como cidadão brasileiro, representando este país. E como é importante a submissão dos nomes dos indicados ao Senado Federal! Exatamente, porque nós nos tornamos representantes, não só do Poder Executivo, mas, temos assentimento do Poder Legislativo do país. Nós nos tornamos, não como dizem os leigos, os chefes, não das embaixadas brasileiras, mas das embaixadas do Brasil. Isso quer dizer que é toda a nação que faz confiança nos nossos nomes.

Evidentemente, existe uma pauta já bilateral em andamento, cuidada há anos pelo Ministério das Relações Exteriores, com esta República. Temos, no momento, quatro acordos, um já totalmente negociado e em andamento. Esperamos resposta da Coréia, exatamente, para o outro acordo, para esse acordo, e para o protocolo adicional, que foi feito a esse acordo, para correção, inclusive, de linguagem. Teremos outros que serão: O acordo de cooperação técnica, o acordo de cooperação em ciência e tecnologia e o acordo de cooperação em área esportiva. Tudo isso já proposto, e são assuntos aos quais eu pretendo me dedicar, lembrando-me da recomendação, quando da sabatina do querido colega Edmundo Fujita, que se propôs, inclusive, a aceitar e promover uma idéia do Senador Suplicy, que é a idéia de promovermos, ao menos, dois jogos de futebol entre equipe, entre uma equipe brasileira e uma equipe mista de coreanos do norte e do sul em Pyongyang, em Seul.

Além dessa proposta, há outra que, evidentemente, está na atividade contínua do senador que é a da proposição daquilo que nós chamamos, e não detalhamos muito, mas o senador tem em detalhe e em livro publicado, que é toda a proposta de adesão da Coréia do Norte, por exemplo, e da própria Coréia do Sul, que é muito próspera, à economia mínima, da renda mínima, do financiamento, exatamente, do crédito mínimo. Isso é muito importante, quer dizer, temos o esporte aí e tudo.

Eu gostaria, se me permitem os Srs. Senadores, de acrescentar algo que também há anos eu cultivo, tendo em vista que o querido líder é homem dedicado às artes áudio visuais, que é uma cooperação áudio visual, exatamente, a presença do cinema e da televisão brasileira na Coréia do Norte. De modo que, há todo um projeto, há todo um sonho de se realizar essa missão, da maneira mais conciliatória possível. Eu estou usando a palavra conciliatória, porque é também parte da política externa em andamento, a atitude intermediante. De modo que, o Brasil tendo em vista seu peso específico na cena internacional, estaria disposto a ajudar o grupo hexapartite, composto de seis países, como o nome está dizendo, que são, exatamente, a Coréia do Norte e a do Sul, a China, a Rússia e os Estados Unidos e, de modo que, procuraríamos cuidar, também, de prestar atenção a essa parte da relação, que tanto interessa à República Popular Democrática da Coréia.

O que importa, no momento, é saber que os Estados Unidos da América... São muito duras as negociações, retiraram a Coréia do Norte da lista dos países terroristas. Quer dizer, no momento, a Coréia do Norte está fora dessa lista, como é uma condição *sine qua non* para que se chegue a uma decisão de levantar embargo. Acontece que as rusgas da Coréia com a diplomacia japonesa e, sobretudo, sul coreana, e provocações consideradas pelo Governo de Washington, fazem com que as negociações ainda prossigam. Ontem e hoje, estão sendo realizados em Pequim, Capital da República Popular da China, os encontros entre as seis nações.

É provável que se obtenha um avanço qualquer nas decisões desse encontro, embora o Delegado da

Coréia do Norte tenha advertido que ele não vai reconhecer o colega nipônico. De modo que, eu estaria à disposição dos Srs. Senadores, do Sr. Presidente, para a parte de inquérito, a que temos de submetê-los, inquérito no melhor sentido da palavra latina, não é? E submetendo, exatamente, a essa coisa que eu me permiti traçar rapidamente, que é o desejo e os sonhos que me foram incutidos pelos executantes da política externa brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Esta Presidência agradece e indaga aos Srs. Senadores se querem que a audiência seja transformada em secreta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu faço questão de falar em sessão aberta, a minha argüição e não tenho qualquer objeção a que os embaixadores falem também em sessão aberta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Às vezes, os embaixadores é que se sentem na obrigação, por questões funcionais...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se eles considerarem adequado, eles poderão pedir que seja reservado. Mas, da minha parte eu acho que será, até oportuno, e tenho certeza que a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Antonio Carlos Valadares não teriam objeção, pelo menos, da minha parte eu não tenho... Não precisam se preocupar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passamos portanto à parte das perguntas, e fica até esclarecido. Se os senhores embaixadores, em determinado momento, sentirem que há necessidade da sessão ser transformada em secreta, pela delicadeza de alguma resposta, é só avisar, e nós tomaremos as providências necessárias. Com a palavra o primeiro orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy. Apelamos apenas para a objetividade das duas partes. Porque nós temos que terminar essa sessão antes do início da Ordem do Dia, sob pena de não termos condições de remeter os nomes hoje ainda, como quer a liderança do Governo de V. Exª. Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apesar do entusiasmo que desejo falar sobre tudo que vai ocorrer com os três embaixadores, vou tentar ser breve. Primeiro, com respeito ao Embaixador Arnaldo Carrilho, desejo sucesso na sua missão e, inclusive, em ter aceitado as proposições que formulei e, inclusive, quando estive no Parlamento da Coréia do Sul e conversando com alguns ministros, no ano passado, quero dizer que essas propostas foram aceitas com entusiasmo. Mas daí falta o empenho, por exemplo, do Embaixador Arnaldo Carrilho, em levar adiante a... São propostas no sentido de o Brasil colaborar para que haja a pacificação e unificação da Coréia do Sul com a Coréia do Norte, num objetivo, que eu mesmo pude perceber, muito forte, sobretudo, dentre os jovens na Coréia...

Eu estive na Coréia do Sul, mas tenho a convicção e a informação de que na Coréia do Norte, também, se trata de um anseio de todos. E como é que o Brasil poderia colaborar, dado inclusive, que o Brasil se sagrou campeão mundial nos jogos, na Copa da Coréia e do Japão, e tendo ali conseguido, os nossos jogadores, extraordinária admiração, então, tal como... E a idéia veio por ter participado, ter assistido... Quando a seleção brasileira, presente, o Presidente Lula estava... Ou jogou no Haiti, em agosto de 2004, e isto se deu poucos meses após a guerra civil de fevereiro de 2004, no Haiti. E eis que, em que pese as notícias de, volta e meia, ter atos de violência, no dia que chegou a seleção brasileira, foi um dia de extraordinário carinho do povo, que saiu às ruas para receber a seleção do Brasil e que não coube no estádio que era de 20 mil pessoas, lotado, onde o Brasil goleou a seleção do Haiti. A cada momento que a seleção do Haiti fazia um bom passe, uma boa jogada, aplaudiam, mas na hora que os jogadores do Brasil marcaram acho que, seis gols, também aplaudiram com entusiasmo.

E eu testemunhei o momento em que o Presidente Lula foi ao vestiário dos jogadores para cumprimentá-los, e eis que, esses jogadores, Presidente Heráclito, disseram ao Presidente Lula, como o Romário, o Ronaldo e Ronaldinho, e outros: "Quando quiser, Presidente, que nós façamos uma missão de paz, tal como essa, pode nos chamar". Então, eu pensei, quem sabe a seleção brasileira, tão admirada lá na Coréia, possa realizar um jogo tanto em Seul, quanto em Pyongyang, com a seleção mista de ambas as Coréias.

E a segunda proposta, de fazer com que, em ambas as Coréias, se institua uma renda básica de cidadania para os 23 mil norte coreanos, e os quarenta e tantos mil sul coreanos, porque significaria um direito solidário e realização de justiça. Isto pode acontecer, tanto num país como a Namíbia, que está realizando uma experiência pioneira neste ano, no vilarejo de Otjiviero, como num país em desenvolvimento, maior da Coréia do Sul, ou menor como da Coréia do Norte, ou como na Alemanha.

Prezado Embaixador Everton Vieira Vargas, quando o Presidente Horst Köhler esteve no Brasil, aqui no Senado, em... No ano passado, no começo do ano passado, era março, eu acho, então, o Presidente Horst Köhler falava: Senador Suplicy... Eu tinha acabado de ser apresentado pelo Senador Garibaldi... Então, ele disse: "Eu quero muito lhe apresentar o Professor Waltz Werner, da Universidade de Karlsruhe, porque ele é

um entusiasta da renda básica incondicional, escreveu um livro *Einkommen Für Alle, (Uma Renda para Todos)* e, a partir daquele momento, me tornei amigo e fui convidado por ele, junto com Muhammad Yunus, Prêmio Nobel da Paz para, tanto em Berlim, quanto na Universidade de *Karlsruhe,* falar para mil pessoas num lugar, mil pessoas no outro, sobre micro crédito e a renda básica como meio de erradicar a pobreza.

E lá, na Alemanha, este tema também está sendo muito debatido, desenvolvido, assim como na Espanha. Eu acabo de receber aqui o último Boletim da Rede Renda Básica, que é editado em Barcelona, pelo Professor Daniel Raventós, que comigo esteve em 3 a 7 de novembro último, no Seminário Ibero-Americano, em Montevidéu, em Buenos Aires. Da Espanha ele veio para dialogar com economistas do Brasil, do México, da Argentina, do Uruguai e outros, sobre esse tema que, portanto, continua de forma cada vez mais forte, sendo objeto do diálogo entre economistas e filósofos em todo o país do mundo.

Mas, como o Embaixador Arnaldo Carrilho mencionou que, dos propósitos de paz das duas Coréias e de sobrepujar problemas e, inclusive, será importante acabar com o muro que separa a Coréia do Norte com a do Sul. Como o Embaixador Vieira Vargas lembrou aqui de que há 20 anos, em 2009, serão 20 anos da queda do muro de Berlim, então, queria dizer de quão significativo, gostaria de saber um pouco a sua opinião.

Foi quando V. Exª deve ter acompanhado de perto, quando o Presidente eleito ainda candidato, Barack Obama, ali em 24 de julho, em Berlim, relembrou os 60 anos da construção daquele muro, mas avaliei como muito importantes as suas palavras de que *agora não é mais momento de se admitir muros que separem os países que muito têm dos que pouco têm*, os muçulmanos dos judeus, dos cristãos e outros, e os negros dos brancos, dos vermelhos, dos amarelos e pessoas de paz, de quaisquer origens... E eu fiquei pensando muito, quem sabe eleito... E agora, Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama poderá contribuir para que, em breve, não tenhamos, sequer, mais o muro que separe os Estados Unidos do México e o restante da América Latina. Ou seja, gostaria até de ouvir a sua reflexão sobre este fenômeno de boa nova, de esperança, que está acontecendo com repercussão em todos os países.

Embaixador José Viegas Filho, eu tenho uma missão grave para o novo Embaixador do Brasil na Itália. Temos sido cada vez mais amigos. E eis que um caso, bastante sério, envolve hoje a relação entre o Brasil e a Itália. V. Exª, acredito, tem acompanhado o esforço do Governo do Primeiro-Ministro italiano, Silvio Berlusconi, de se empenhar junto às autoridades brasileiras, inclusive, através de meu amigo Embaixador Michele Valencise, no sentido de que o Brasil envie para a Itália, uma pessoa que se chama Cesare Battisti, e que está na prisão de Papuda. Eu vim a conhecer este caso por amigos comuns, que me pediram primeiro para visitar.

Eu fui conhecer Cesare Battisti, ainda no primeiro semestre desse ano, na prisão, ali na Polícia Federal. Ocasião em que ele me disse: "Senador Suplicy, é fato que eu pertenci ao grupo, nos anos 70, Proletários Armados pelo Comunismo. Mas, na ocasião, eu inclusive peguei em armas e tudo, mas não cometi qualquer ato de violência contra qualquer ser humano". Mas aconteceu que em 77, 78, quando os grupos de esquerda e, inclusive, o seu grupo, realizaram o seqüestro e o assassinato do Primeiro Ministro Aldo Moro. Naquele momento, ele disse que não mais participaria de qualquer ação armada, muito menos de morte contra... Ou de violência contra qualquer ser humano.

E acontece que nos anos... Acho que 80, algo assim, ele acabou sendo preso, foi condenado a 10, 12 anos, pelo fato de ter pertencido àquela organização, mas não por assassinatos de pessoas. Acontece que, quando mais tarde, o chefe fundador daquele grupo, PAC, Pietro Mucci, que estava preso, resolveu se utilizar daquilo que se chama delação premiada, prevista na legislação italiana, resolveu ele, para conseguir a sua liberdade, dizer que aquele seu, então, jovem companheiro, Cesare Battisti teria sido o responsável por quatro assassinatos de pessoas. E Pietro Mucci conseguiu a sua liberdade, hoje não se sabe onde ele está, e Cesare Battisti, então, passou a ser procurado.

Ele que estava detido, saiu da prisão, fugiu, foi... E foi para a França, onde o Governo do Presidente François Mitterrand disse que aqueles que, na Itália, tivessem envolvidos em problemas, mas que resolvessem viver na França e sem qualquer ação, que pudesse ser considerada ilegal, ou de violência, teriam o direito de permanecer na França. E ali ele foi. Mas, acontece que, na Itália começou, a certo momento, uma campanha. Inclusive, durante o Governo Chirac, quando era primeiro... Quando era Ministro do Interior, o atual Presidente Sarkozy, eis que este, com muita afinidade com as forças de Silvio Berlusconi, na Itália, resolveram realizar um ato e... Atos para condenar Cesare Battisti--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador, eu queria apenas pedir a colaboração de V. Exª para nós não prejudicarmos a sabatina.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. E então, Cesare Battisti foi condenado à prisão perpétua, foi ao México, veio ao Brasil, e aqui foi detido

pelas forças de inteligência da polícia francesa, italiana e brasileiras. E há um ano e pouco está detido. Eu vou entregar ao Embaixador José Viegas, os documentos que a maior escritora francesa, hoje, número um, tanto na Itália, quanto na França. A autora de *Um Lugar Incerto*, e de outros três livros, os quatro estão na lista dos mais vendidos, é a Fred Vargas.

Os documentos que ela preparou para o Ministro Tarso Genro, acompanhados de documentos que Tony Negri, um importante intelectual italiano e Bernard Levi, que enviaram a Tarso Genro, dizendo que será importante que se saiba inteiramente a verdade, ainda que o CONARE, por três a dois, tenha negado o direito de ser considerado refúgio, como refugiado, será feito o apelo, o recurso, pelo Advogado Luiz Eduardo Greenhalgh para que o Ministro Tarso Genro reconsidere a decisão do CONARE. E ele vai estudar isto com toda atenção, me disse ele, ainda na semana passada.

A escritora Fred Vargas estará no Brasil na próxima semana. Eu gostaria, inclusive, de ter a oportunidade, se os senhores estiverem em Brasília, de lhe fazer uma visita com ela. E quero dizer que esse apelo, eu faço inclusive ao senhor, como embaixador novo, que será, com certeza. Até para que, então, possa dialogar à luz de tudo que está nestes documentos, para explicar às autoridades do governo italiano, inclusive, ao Silvio Berlusconi, por que eu acredito e espero que a decisão do Governo Brasileiro será... Se a Coréia, até pelos Estados Unidos, não está sendo mais sendo considerada terrorista.

Se uma pessoa que há anos vive sem realizar qualquer ato de violência contra qualquer coisa, é um escritor, e deseja viver em paz, e no Brasil. Então, eu gostaria de lhe dar os elementos, com estes documentos, para que colaborem, inclusive, no esclarecimento ao embaixador, amigo meu, Michele Valencise, que recebeu a mim e a escritora Fred Vargas no mês passado, para bem explicar. Gostaria de informar que, hoje, a escritora Fred Vargas, arqueóloga e historiadora, que estudou em profundidade este assunto com o objetivo de saber a verdade toda, está tendo uma audiência com o Presidente Sarkozy--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Que estará com o Presidente Lula dentro de alguns dias. Concluí, Sr. Presidente, atendendo a--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas para lembrar a V. Exª que--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estou... Terminei.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É que o Plenário está reclamando para o início da Ordem do Dia. E como V. Exª é um dos mais ativos defensores do governo, eu não quero amanhã que V. Exª seja acusado de prejudicar o governo que defende com tanto afinco. É apenas uma preocupação com a sua biografia de líder informal desse governo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente. Só...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Cristovam Buarque, com a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor sabe que, em geral, nessas sabatinas eu tento tirar proveito. Eu trago uma lista de 15 pontos que, eu considero, serão fundamentais nas próximas décadas, e tento arrancar dos embaixadores o que eles têm a dizer sobre isso. Mas hoje não vai haver tempo. Quem sabe eu não os visito e tento fazer uma espécie de entrevista, porque eu estou tentando escrever isso. Cinco anos de Comissão de Defesa Nacional e Relações Exteriores. A idéia desses pontos, tipo: A vulnerabilidade, a escassez de recursos naturais, como é que vai ficar, o problema da cooperação entre... Na ciência, tecnologia, educação, cultura... O problema das ilicitudes que vão crescer, cada vez mais, no mundo inteiro, tanto da pirataria, como da imigração, o problema do comércio. Como é que a gente vai fazer pra ter comércio sem sacrificar o país e, ao mesmo tempo, se beneficiando dele.

Mas não vou fazer isso. Eu vou concentrar... Primeiro elogiar todos os três embaixadores, que eu conheço, felicitar o Presidente Lula e o seu Governo Lula e seu governo por indicar... Até hoje a gente não tem--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exª permite só antes de formar as perguntas?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma só.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, é porque o Senador Suplicy... Ele encerrou e não sei se fez algum questionamento a alguns dos Srs. Senadores. A não ser que faça em bloco...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Faça em bloco. A minha é muito direta.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Faço em bloco, em seguida, responderiam todos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu elogio a todos os três, mas a minha pergunta é ao Senador Carrilho, e é uma só. Se ele tem algum sinal de que a Presidência Barack Obama vai significar alguma mudança em relação com a Coréia do Norte. Se

o eixo do mal deixará de existir na retórica, na política externa norte-americana, em relação a todos os países que eles falavam, ou pelo menos, em relação à Coréia do Norte. Existe algum indicador nesse sentido, ou a gente pode temer que o Presidente Obama seja já o primeiro presidente negro, mas não seja ainda o primeiro Presidente do Século XXI, porque isso, ele ainda vai ter que provar que é.

[Pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Arnaldo Carrilho. Com a palavra o embaixador para a resposta. [interrupção do áudio] V. Exª foi nomeado Secretário para proceder, no momento oportuno, a apuração dos votos.

EMBAIXADOR ARNALDO CARRILHO: Eu creio que Washington tenha duas preocupações em relação à Coréia do Norte. A primeira, evidentemente, é de segurança regional. A Coréia do Sul, como é sabido, é terra onde vivem 37 mil aguerridos soldados americanos, ultra equipados, para prevenir qualquer ataque do norte. Creio que há alguns senadores aqui, senão todos, que já estiveram na Coréia do Sul, e indo à linha de demarcação, que é exatamente a linha do Paralelo... Acompanha mais ou menos, o Paralelo 38, devem ter notado exatamente essa força que está lá, e eu diria que é a força principal, junto com a força de Okinawa dos Estados Unidos na região.

Mas devo recordar também que na administração Clinton a secretária de Estado, Madeleine Albright foi a primeira autoridade... Alta autoridade do Gabinete do Presidente dos Estados Unidos a visitar Pyongyang. Ela visitou e se entrevistou com o Presidente Kim Jong Il. E não é que tenha, com essa visita, apagado, empanado, digamos assim, a tensão que existe entre as duas Coréias. Mas eu creio, sim, que a nova Secretária de Estado, indicada pelo Presidente Barack Obama, faria algo do gênero. Me refiro à Sra. Hilary Clinton. Faria algo do gênero. Há um precedente. Os Estados Unidos da América têm uma política muito certeira, de longuíssimo prazo, dentro da sua teoria de interesses nacionais e, evidentemente, tensões como com a Coréia do Norte, são sempre indesejáveis no trato dessa política externa.

Mas eu creio que haverá um arrefecimento, desde que a Coréia do Norte cumpra certas obrigações impostas pelos Estados Unidos, qual a primeira, de continuar o desmantelamento das suas... Dos seus equipamentos e da usina... O desmantelamento total da usina de YongByon, onde seria possível obter artefato de explosão atômica, artefato militar.

Creio, sim, que haverá uma repacificação nesse sentido, se houver, de fato, uma melhoria também nas relações Japão-Coréia do Norte que estão tensas no momento, mais, inclusive, que as da Coréia do Sul com a Coréia do Norte. No momento, inclusive como eu disse, senador, os coreanos do norte não aceitaram nem a presença do delegado japonês à reunião de Pequim do grupo hexapartite, que teve lugar ontem e hoje. Mas eu acredito que sim. Sair o *eixo do ma,* será uma expressão que vai desaparecer, sem dúvida nenhuma, mas há pequenos detalhes muito importantes.

O que importa sobre a Coréia do Norte é algo que eu aprendi num homem que não foi exatamente popular, mas que foi muito claro em relação à Coréia do Norte. A Coréia do Norte é um *know unknown,* é um conhecido desconhecido. Foi o Rumsfeld que disse isso. Essa declaração eu considero muito importante. Não sei se atendi a indagação de V. Exª, mas estarei lá para informar.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Cristovam... Satisfeito? Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de me dirigir ao Dr. Everton Vieira de Vargas, Vieira Vargas, que será o nosso Embaixador na Alemanha. É sabido que com essa crise internacional, vários países foram afetados do ponto de vista financeiro, do ponto de vista econômico. E a Alemanha mantém com a comunidade internacional, com a Europa, e até mesmo com o Brasil boas relações comerciais. E eu pergunto, até que ponto a Alemanha que está prestes a entrar, se já não entrou, num processo de recessão, poderá dar continuidade a essas relações bilaterais com o Brasil.

Pergunto ainda, sobre o programa de energia nuclear, em que pé está esse programa de energia nuclear, que foi desenvolvido inicialmente na época do Governo Geisel, e que tem uma tecnologia que teve preferência do, então, Governo Brasileiro sobre a dos Estados Unidos. E por último, eu gostaria de saber, com a visita do Presidente Lula, em 2003, lá na Alemanha e, depois, da Chanceler da Alemanha aqui no Brasil, quais os resultados positivos que foram conseguidos pelas duas nações com relação a essas duas visitas? Quais os efeitos, então, desencadeados com esse bom relacionamento travado nessas duas visitas?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com a palavra o Embaixador Everton Vargas.

EMBAIXADOR EVERTON VARGAS: Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado Sr. Senador, Senador Suplicy, Sr. Senador Antonio Carlos Valadares.

Começaria com a pergunta do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senador, como o senhor sabe, a Alemanha é o país que mais se beneficiou da globalização. É o país que conseguiu maiores superávits em termos de comércio exterior, em função da capacidade de presença de empresas alemãs no mundo. Sem dúvida, a Alemanha já está em recessão. A crise está afetando seriamente a economia alemã, o Governo Alemão vem tomando medidas muito drásticas, embora procurando evitar um excessivo dispêndio do Estado. Mas, procurando, sobretudo, amparar as empresas alemãs.

Dou apenas um exemplo, que a montadora Opel, que é afiliada à GM, chegou a solicitar uma ajuda específica da parte do Governo Alemão, cerca de um milhão de euros, e uma das condições que o Governo Alemão impôs para dar, prestar assistência, é de que o dinheiro ficasse na montadora, na Alemanha, e não fosse canalizado para salvar as suas... Digamos assim, a sua "matriz" que seria a GM americana. Eu acredito que, certamente, esse quadro recessivo afetará a Alemanha, mas não afetará necessariamente as nossas relações comerciais. Mesmo porque, a Alemanha tem um grande histórico de presença no Brasil. Sobretudo, na área de bens duráveis, na área de serviço, na área de tecnologia, e já enfrentamos outras crises.

É verdade que essa crise é muito mais séria que as anteriores porque passamos. Mas eu acredito que há, da parte do Governo Alemão e do empresariado alemão, um grande interesse em continuar nessa colaboração com o Brasil. E eu tive oportunidade de testemunhar isso, recentemente, em agosto passado, quando, antes assumi a função de Sub-Secretário Político do Itamaraty, chefiei a Delegação da Comissão Mista Brasil-Alemanha, que se reuniu juntamente com o Encontro Econômico Brasil-Alemanha. Então, naquela ocasião, eu vi o quanto que há o interesse do empresariado em continuar esses contatos, em ampliar, inclusive, a parceria e, inclusive, em setores novos, como é o caso da infraestrutura.

O Brasil, hoje, tem na infra-estrutura, certamente, um dos seus grandes gargalos para efeito da aceleração do seu crescimento econômico, mas há também interesses, por exemplo, na área ferroviária. O interesse, por exemplo, de investimento alemão no trembala, no trem de alta velocidade, como nós chamamos aqui, entre Rio e São Paulo, inclusive, o Governador do Estado do Rio de Janeiro esteve na Alemanha, recentemente, para isso. Existe um interesse, por exemplo, da administração em aeroportos, já que há uma sinalização da possibilidade de que a administração de aeroportos no Brasil venha a ser privatizada, já foram anunciados o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e o Aeroporto de Viracopos.

Então, me parece que aí existe uma grande possibilidade de cooperação. No campo da energia nuclear, Sr. Senador, o senhor tem razão, nós temos um acordo de cooperação no campo dos usos pacíficos de energia nuclear, celebrado em 1975, o qual foi essencial para o desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, propiciou treinamento de pessoal, propiciou transferência de tecnologia, propiciou aquisição de equipamento nuclear alemão, e fez, sobretudo, que a Nuclep se transformasse numa grande empresa, produtora de bens pesados e que se usam, não apenas na área da indústria nuclear, mas em outras áreas de produção.

Esse acordo foi reafirmado, por ocasião da visita da Chanceler Angela Merckel, por meio de uma troca de notas, entre o Governo Brasileiro e o Governo Alemão, e esse acordo, ele é extremamente importante, tendo em vista, o fato de que Angra 2 está em funcionamento e que nós vamos concluir Angra 3. Portanto, é importante que nós continuemos com esse acordo e que essa cooperação histórica, que nós temos com a Alemanha, ela venha a se aprofundar, ainda que, no caso específico da empresa Siemens, a sua parte nuclear tenha sido comprada pela empresa Areva. No que se refere à questão das visitas do Presidente Lula e da Chanceler Merckel, eu diria que além do... Além desse fato que eu acabei de mencionar, da reafirmação do acordo nuclear, durante a visita da Chanceler, agora em maio, eu citaria algumas coisas que são importantes.

Primeiro, o nosso entendimento político com a Alemanha, na questão, por exemplo, da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Eu acho que essa parceria Brasil-Alemanha é extremamente importante. E a Alemanha é um dos membros do chamado G4 que é grupo que reúne Brasil, Japão, Índia e Alemanha, e que aspiram a ter um assento permanente no Conselho de Segurança. Segundo ponto, que eu chamaria à atenção é a questão dos biocombustíveis. Acho que a visita da Chanceler Angela Merkel serviu, inclusive, para que ela pudesse dissipar algumas idéias preconcebidas que tinha, sobre as formas como os biocombustíveis são produzidos no Brasil. E, inclusive, como a indústria açucareira brasileira é administrada. Acho que isso é uma questão importante e que nós temos que levar à frente.

E um terceiro ponto que eu levantaria para o senhor, sem obviamente a pretensão de... Sem a pretensão de esgotar o tema, mas é a cooperação alemã na área de meio ambiente. A Alemanha, como o senhor sabe, é o grande financiador do programa do PPG7,

que foi o programa de proteção das florestas tropicais brasileiras, lançada pelo Chanceler Helmut Kohl, em 1989, na Cúpula da União Européia, depois reafirmado na Cúpula de Houston, do G8, e que veio a se converter num grande programa negociado pelo Governo Brasileiro, Banco Mundial, G7 e União Européia, e que levou a um acordo de 1.3 bilhões de dólares para a proteção das florestas tropicais brasileiras.

Disto, deste total, eu lamento dizer, que nós só tenhamos logrado uma dotação final de 480 milhões de dólares, mas dentro desse... Dessa parcela, digamos assim, aquém daquilo que nós aspirávamos, 360 milhões vieram da Alemanha, o que mostra o compromisso alemão com a questão da área ambiental. Então, seriam esses os pontos que eu teria a apresentar a V. Exªs.

Se o Sr. Presidente me permite eu diria uma palavra muito rápida à menção que o Senador Eduardo Suplicy fez sobre o presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama. Eu, senador, eu acredito que a eleição de Barack Obama é um momento de superação histórica nos Estados Unidos. É um momento em que a sociedade americana vai refletir sobre suas próprias origens e sobre os seus próprios traumas e sobre suas próprias diferenças. E eu acho que agora... Por outro lado, nós temos que entender que o Presidente Obama terá que, necessariamente, olhar para os interesses norte-americanos, e neste momento, o seu grande desafio é a crise financeira e a possibilidade real que ela apresenta de gerar grandes... Um grande desemprego nos Estados Unidos.

Mas eu acredito que o Presidente Obama privilegiará, por exemplo, a via multilateral, nesse contexto, eu acredito que a designação da Senadora Clinton, como secretária de Estado, caso ela seja aprovada pela Comissão do Senado Americano, permitirá que os Estados Unidos tenham uma atitude mais... Digamos assim, desenvolta, em certa medida, em termos das reformas das instituições internacionais, não só, a arquitetura financeira internacional, mas também, a arquitetura política internacional. E aí eu me refiro às Nações Unidas e ao seu Conselho de Segurança. Eu acredito também que o Presidente Obama venha a privilegiar a paz no Oriente Médio.

E vejo isso, tendo em vista que, como o senhor se recordará, ao final da gestão Clinton, se esteve a muito pouco de um possível acordo de paz no Oriente Médio, patrocinado pelos Estados Unidos. Acredito que a Senadora Clinton e o Presidente Obama vão, certamente, atuar nessa área. E diria, por fim, que em termos de relação com o Brasil, eu acredito que vá continuar a haver uma relação muito próxima que, diga-se de passagem, aconteceu durante a administração Bush. O Presidente Lula e o Presidente Bush, nesse período em que eu fui honrado com a confiança do Ministro Celso Amorim, de ser Sub-Secretário Geral para assuntos políticos, se encontrando, pelo menos, seis vezes, que eu saiba.

E, todas as vezes em que eu tive a oportunidade de testemunhar esses encontros, foram encontros muito próximos. Eu não vejo diferença de comportamento, em relação ao Presidente Obama, tendo em vista, inclusive, a semelhança entre a plataforma de ambos, que é a questão da mudança. Última coisa que eu direi é que eu vejo com muita satisfação o fato de que o Presidente Obama, inclusive, mudou sua percepção em relação à questão dos biocombustíveis, daquela que ele teve, no início da sua campanha, que era um pouco mais restritiva, para uma... Um reconhecimento de que os biocombustíveis têm um papel muito importante na matriz energética americana e que, sobretudo, a tecnologia brasileira é uma tecnologia de grande valor e que poderá, certamente, contribuir e muito para melhorar a situação energética nos Estados Unidos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passaremos agora--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente. Não sei se ainda posso falar...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pode. V. Exª pode. Em seguida, iniciaremos o processo de apuração dos votos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Rapidamente, porque V. Exª sabe a importância e a dedicação que eu dou a esta Comissão. E, infelizmente, eu estava numa reunião, atrasei, não pude ouvir a exposição, mas só as respostas aqui, já trouxeram o que é mais importante para os membros do Senado, o conhecimento externo da política internacional brasileira. Eu vi o senador falando sobre a Alemanha, respondendo o que era uma questão minha, sobre o acordo de energia nuclear, até o submarino nuclear que a Marinha vem lutando, há muito tempo, me parece que o início dele foi um acordo com a Alemanha, e o desenvolvimento dessa tecnologia, que volta aos países, que têm dificuldade de energia, a pensarem novamente na energia nuclear.

Então, V. Exª deu uma explicação perfeita, um aprendizado bom pra gente conhecer, porque o Ministro de Minas e Energia recebeu uma comissão do banco chinês, que veio com 400 bilhões de dólares para investir em alguns acordos, não digo que todo no Brasil, mas é principalmente, alguns segmentos de siderurgia, mas foi falado a eles a possibilidade de criação de 50 mini usinas de energia nuclear até 2050. Não estarei

vivo, mas é a perspectiva do Governo Brasileiro, de criar 50 mini usinas de energia nuclear.

Então, já há um conceito diferenciado daquele que tinha uma repulsa natural à energia nuclear pelo medo. A Coréia do Norte, que V. Exª vai, eu não estive. Estive na Coréia do Sul, e a semana passada foi indicado o Embaixador da Coréia do Sul. E eu sei que havia, e eu tenho a colônia, fiz algumas cerimônias aqui, eu sou ligado às colônias estrangeiras, porque quando eu estava na polícia eu chefiava a delegacia de estrangeiros, e lá--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Tuma, eu queria só fazer um apelo a V. Exª. Para ganhar tempo, nós vamos ter que fazer a apuração. Mas para isso vamos ter que transformar a sessão em sessão fechada. Portanto...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só terminar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Continua. Não tem nenhum problema. É só o pessoal se retirar da sala e o Senador Suplicy comanda com a ajuda do Senador Cristovam Buarque, sempre muito colaborativo, o processo de... V. Exª continua com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E a Coréia e a Coréia do Sul, havia um sentimento de que ela seria reunificada ou haveria um comportamento bem mais próximo. Com a assunção do novo Presidente da Coréia do Sul, me parece que isso ficou um pouquinho abalado na situação...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sessão está, portanto, reaberta agora engrandecida com a presença do Senador Pedro Simon.

[Sessão secreta às 16h24]

[Sessão reaberta ao público às 16h29]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Os quatro embaixadores foram aprovados, Sr. Presidente. Foi o que nós constatamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa comunica que os quatro Srs. Embaixadores tiveram a aprovação de seus nomes por ampla maioria. Embaixador Everton Vargas para a República da Alemanha, Embaixador José Viegas Filho para a República da Itália, cumulativamente, com San Marino e a Albânia, Embaixador Arnaldo Carrilho para a República Democrática da Coréia e Luiz Felipe de Seixas Corrêa, cumulativamente, para a Ordem Soberana e Militar de Malta. Concluído? Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada... Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 16h31

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2008, TERÇA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **EDUARDO SUPLICY**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **MARCELO CRIVELLA, JOÃO RIBEIRO, HERÁCLITO FORTES, VIRGÍNIO DE CARVALHO, JOÃO TENÓRIO, CRISTOVAM BUARQUE, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, VALDIR RAUPP, JOSÉ NERY, CÉSAR BORGES E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental o Presidente em exercício declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Convida para compor a mesa o Senhor Antônio Augusto Cançado Trindade, Juiz eleito para o Tribunal Internacional de Haia (Corte De Haia). O Presidente em exercício concede a palavra ao Senhor **ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE** para fazer sua exposição. O Presidente em exercício convida para compor a mesa as seguintes autoridades: Embaixador Dusan Gajic, Embaixador da Sérvia, Dr. Roberto Caldas, Juiz *ad hoc* da Corte Interamericana dos Direitos Humanos e Rosita Milesi, Diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos. Anuncia a presença em plenário da Desembargadora Shelma Lombardi de Kato, do senhor Edson Guilherme Robert, Presidente do Instituto MOSAP, Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas, do senhor Eduardo Gladilone, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, do Professor Nilson de Paula Pires, Chefe de Gabinete do Reitor da Universidade de Brasília, do senhor Christian Caubert, Assessor do Reitor da Universidade de Brasília, do Dr. Luiz Afonso Costa e Medeiros, Presidente do Fórum Brasileiro de Direitos Humanos, do Senhor João Bosco Siqueira da Silva, Presidente da Associação de Fiscais Federais Agropecuários do Distrito Federal, Diretor de Administração do Movimento Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, da senhora Assunta de Bergamasco, Presidente da ANFIP e do senhor Antônio Roberto Barbosa, advogado. Os Senadores **JOSÉ NERY, FLÁVIO ARNS** e **CRISTOVAM BUARQUE** fazem uso da palavra. O Senador José Nery solicita seja enviado o "conteúdo" desta reunião para todos os Senadores que

não estavam presentes. O Presidente em exercício sugere seja feita uma publicação com o conteúdo desta reunião. O Presidente em exercício nada mais havendo a tratar, encerra a reunião, às quatorze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO SUPLICY,** Presidente em exercício.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA –CCT

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA –CRA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTUTURA – CI

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, EM CONJUNTO COM A 44ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, A 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, A 72ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, A 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E A 38ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia doze de novembro de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Eduardo Azeredo** e **Flexa Ribeiro**, Presidentes, respectivamente, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e dos Senhores Senadores **Cristovam Buarque** e **Flávio Torres**, Presidentes Eventuais, com a presença dos Senhores Senadores **Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Efraim Morais, Acir Gurgacz, Adelmir Santana, Almeida Lima, Fátima Cleide, Inácio Arruda, João Durval, José Nery, Pedro Simon, Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko, Tasso Jereissati, Flávio Arns, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Marco Maciel e Kátia Abreu.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **Magno Malta, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Demóstenes Torres, José Agripino, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sadi Cassol, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, Alvaro Dias, Marisa Serrano, Marina Silva, João Pedro, João Ribeiro, Arthur Virgílio, Gim Argello, Jefferson Praia, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Fernando Collor, Delcídio Amaral, Mão Santa, Osvaldo Sobrinho, Marconi Perillo, João Tenório, César Borges, Neuto De Conto e Osmar Dias**. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, registra a presença dos seguintes convidados: Senhor Embaixador **Hadil da Rocha Vianna**, Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Senhora **Gabriela Garcia Carranza**, Embaixadora do Paramá no Brasil; Senhor **Dirk Schüller**, Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha; Senhora **Susan Cesar de Oliveira**, Assessora de Política Comercial e C&T da Embaixada do Canadá; e dos Alunos de ensino médio ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos "Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento", conferido pela UNESCO. O Senhor Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Flexa Ribeiro, submete às Comissões a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento nº 36, de 2009 – CCT**, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com o **Aditamento n.º 01** de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; **Requerimento nº 39, de 2009 – CE**, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 15/09/09; **Requerimento nº 71, de 2009 – CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; **Requerimento Nº 67, de 2009 – CRE**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09; **Requerimento nº 48, de 2009 – CI**, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 17/09/09; **Requerimento nº 51,**

de 2009 – CRA, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09 que requer, "... *nos termos do disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), dia 12 de novembro de 2009, com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE),[de] Serviços de Infraestrutura (CI), [de] Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), [de] Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e [de] Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada a celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, com os seguintes convidados: Vincent Defourny – Representante da UNESCO do Brasil; Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Júnior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Representante de renome da comunidade Acadêmico-Científica*". O **Aditamento n.º 01 – CCT** que requer, *"... nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 36 de 2009-CCT, destinado a celebrar o 'Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento' com a finalidade de incluir no rol de convidados, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende e a Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO, Senhora Beatriz Macedo*". Comparecem à Reunião os Senhores **José Monserrat Filho**, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Ciência e Tecnologia; **Vincent Defourny**, Representante da UNESCO no Brasil; **Marco Antonio Raupp**, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; **Jacob Palis**, Presidente da Academia Brasileira de Ciência – ABC; **Roseli de Deus Lopes**, Diretora da Estação Ciência da Universidade de São Paulo – USP e **Beatriz Macedo**, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. Finda a exposição por parte dos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores **Cristovam Buarque, Flávio Torres e Flexa Ribeiro**. Nesse momento, o Senhor Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Sessão submete a proposta para que os dois primeiros colocados no concurso de trabalhos escritos e desenhos, conferido pela UNESCO, alunos de ensino médio, Daniel Rocha Riz e Gildasio Souza Santos, possam se pronunciar, com o que todos concordam. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta Sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte um minutos, determinando que nós, **Égli Lucena Heusi Moreira**, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; **Marcelo Varella**, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão Educação, Cultura e Esporte; **Álvaro Araújo Souza**, Secretário da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; **José Francisco B. Carvalho**, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e **Alexandre Bastos de Melo**, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lavrassem a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes das respectivas Comissões e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **FLEXA RIBEIRO,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, – Senadora **MARISA SERRANO,** Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, – Senador **RENATO CASAGRANDE,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA, – Senador **VALTER PEREIRA,** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, – Senador **FERNANDO COLLOR,** Presidente da Comissão de Infraestrutura – CI, – Senador **EDUARDO AZEREDO,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para a realização de Audiência Pública conjunta com a 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a 72ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a 45ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a 38ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a 49ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 12 de novembro de 2009, com o objetivo de celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, ocorrido dia 10 de novembro próximo passado, estabelecido pelas Nações Unidas, em cumprimento ao Requerimento nº. 36/09 – CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, aprovado em 16/09/09, com aditamento nº. 01, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Flávio Torres; Requerimento nº. 39/09 da CE, de autoria do Senador Flávio Arns, apro-

vado em 15/09/09; Requerimento nº. 71/09 da CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 15/09/09; Requerimento nº. 67/09, da CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, aprovado em 10/09/09; Requerimento nº. 48/09 da CI, de autoria do Senador Fernando Collor, aprovado em 17/09/2009; Requerimento nº. 51/09 –CRA, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 29/09/09.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. As senhoras e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Senhoras e Srs. Senadores, informo que esta Audiência Pública se dará no formato de videoconferência, por meio do sistema *Interlegis* do Senado, permitindo interatividade dos membros das Assembléias Legislativas com os senadores das comissões, para elaboração de questionamentos aos convidados, e de vídeo *streaming* –transmissão pela Internet, bastando para isso acessar a página www.interlegis.gov.br, o que possibilitará o envio de perguntas por meio do *e-mail* diamundialdasaúde@interlegis.gov; diamundialdaciencia@interlegis.gov.br

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo e Senador Flávio Torres, aos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Torres que acompanhem os convidados para tomarem assento à Mesa, quando convocados. Convido para sentar-se à Mesa o Sr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia; Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil; Professor Dr. Marco Antonio Raupp, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Professor Dr. Jacob, Presidente da Academia Brasileira de Ciência, ABC; Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Diretora da Estação Ciência, da Universidade de São Paulo – USP; Professora Dra. Beatriz Macedo, Coordenadora Mundial do Programa de Educação Científico, da UNESCO.

Quero saudar também a presença do Ministro Hadil da Rocha Vianna, Diretor para Assuntos Científicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; do Embaixador do Panamá, Exma. Sra. Gabriela Garcia Carranza; do Conselheiro de assuntos científicos e intercâmbio acadêmicos da Embaixada... Conselheiro de Assuntos Científicos e Intercâmbio Acadêmico da Embaixada da República Federal da Alemanha, Sr. Dirk Schüller, e da Assessora de Política Comercial e Ciência e Tecnologia da Embaixada do Canadá, Sra. Susan César de Oliveira.

Quero aqui fazer uma correção. Quando saudei o Embaixador Hadil, eu o chamei de Ministro. Já é uma premonição, embaixador, do futuro que V. Exa. tem na carreira diplomática. Quero saudar também a todos os alunos que foram ganhadores do concurso de trabalhos escritos e desenhos “Ciência pela paz e desenvolvimento”, conferido pela UNESCO, cujos trabalhos estão editados nesta publicação, que será distribuída pela UNESCO no dia de hoje. O tema dos trabalhos foi “Nossa presença nos cosmos”.

Quero saudar a todos os Srs. Presidentes das comissões que, junto com a CCT, promovem esta Audiência Pública, informando que a Presidência da audiência será feita em rodízio, com os Srs. Presidentes das demais comissões que promovem esta audiência de hoje. Quero saudar as senhoras e Srs. Senadores e os nossos convidados, senhoras e senhores presentes.

É com enorme satisfação que, na condição de Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, participo desta Audiência Pública conjunta de seis comissões desta Casa, realizada para comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, uma iniciativa da UNESCO e do Senado Federal. Quero saudar a todos os nossos convidados que compõem a Mesa, Sr. José Monserrat Filho, Sr. Professor Marco Antonio Raupp, Professor Dr. Jacob Palis, Professora Dra. Roseli de Deus Lopes, Professora Dra. Beatriz Macedo e, em especial, o Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, um entusiasta dessa causa e incansável trabalhador em prol do seu sucesso.

Quero saudar, também, nas pessoas dos seus Presidentes, as demais comissões do Senado que se engajaram neste evento e nesta causa. Comemorado dia 10 de novembro o Dia Mundial pela Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, criado pela Organização das Nações Unidas em 2001. A data representa, segundo a organização, uma oportunidade para que se reflita sobre a função que a ciência desempenha na construção de um mundo melhor. Essa reflexão, senhoras e senhores, não é recente, e já ocupou dois dos melhores cérebros que a humanidade já produziu. Quero pedir um pouco da sua paciência para relatar esse episódio.

Em 30 de julho de 1932, ninguém menos que Albert Einstein, o criador da Teoria da Relatividade, escreveu a Sigmund Freud, o pai da psicanálise, para fazer-lhe uma pergunta: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?”. Foi a pergunta feita. A carta foi escrita, a pedido do Instituto Internacional para a Cooperação Intelectual, que seguia a orientação do Comitê Permanente para a Literatura e

as Artes da Liga das Nações. O comitê havia sugerido ao instituto que promovesse troca de cartas entre intelectuais de renome a respeito de assunto de interesse deles e da Liga das Nações.

O Instituto pediu, então, a Einstein que selecionasse uma pessoa para analisar algum problema da humanidade de sua livre escolha. Em sua carta, Einstein dizia: *"É do conhecimento geral que, com o progresso da ciência em nossos dias, esse tema adquiriu significação de assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos. Não obstante, apesar de todo o empenho demonstrado, todas as tentativas de solucioná-lo terminaram em lamentável fracasso."*

Depois de fazer algumas reflexões sobre a questão, o pai da teoria da relatividade pediu a Freud, novamente abro abras: *"Sei que, nos escritos do senhor, podemos encontrar respostas explícitas ou implícitas, a todos os aspectos desse problema urgente e absorvente. Mas seria da maior utilidade, para nós todos, que o senhor apresentasse o problema da paz mundial, sob o enfoque das suas mais recentes descobertas, pois uma tal apresentação bem poderia demarcar o caminho para novos e frutíferos métodos de ação".*

Freud não se escusou de responder a Einstein, tendo concordado com os pontos de vista expostos pelo cientista. Contudo, homem sábio que era, confrontado com tarefa de tal monta, não se aventurou a dar sugestões práticas. Preferiu abordar as grandes vertentes da questão, à luz do conhecimento que tinha do psiquismo humano, condição em que se viu forçado a reconhecer que a violência é inerente à natureza humana.

Depois de longa carta, em que detalhou seu pensamento sobre a questão a Einstein, Freud concluiu: *"Ora, a guerra se constitui na mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi incutida pelo processo de civilização e, por esse motivo, não podemos evitar de nos rebelar contra ela. Simplesmente não podemos mais nos conformar com ela. Isto não é apenas um repúdio intelectual e emocional. Nós, os pacifistas, temos uma intolerância constitucional à guerra. Digamos, uma idiossincrasia exacerbada no mais alto grau. Realmente parece que o rebaixamento dos padrões estéticos na guerra desempenha um papel dificilmente menor em nossa revolta do que as suas crueldades."*

Dizia, ainda, Freud: *"E quanto tempo teremos de esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo, mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das consequências de uma guerra futura venham a resultar, dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra. Por quais caminhos ou por que atalhos isto* se realizará, não podemos adivinhar. *Mas uma coisa podemos dizer: tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra."*

As duas cartas, a de Einstein e a de Freud, foram publicadas em Paris, em 1933, em francês, em alemão e em inglês, simultaneamente. Não por acaso, como a história mostra, sua circulação foi proibida na Alemanha que, seis anos mais tarde, daria início à maior guerra da história da humanidade. Se pudermos nos guiar na palavra de Sigmund Freud, e acho que devemos, estamos aqui, hoje, trabalhando em favor da paz e do desenvolvimento humanos e também, não por acaso, estimulados pela instituição que sucedeu historicamente a Liga das Nações, cuja iniciativa gerou correspondência tão cheia de significados entre Einstein e Freud.

A ciência traz em si todos os pressupostos que estimulam o crescimento da civilização e trabalha, portanto, de acordo com que disse Freud em favor da paz. Ela atua também em favor do desenvolvimento, na medida em que, diuturnamente, cria novos meios e modos para que a humanidade possa viver cada vez melhor.

Sinto-me honrado e feliz em participar desta Audiência Pública conjunta, que marca o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento e que integra os eventos relativos ao Dia Mundial da Ciência, iniciativa conjunta, lançada pelo Senado e pela UNESCO em 2006, formalizada em memorando de entendimento, firmado pelas duas instituições, em setembro último. Tenho certeza de que estamos envolvidos no bom combate: o combate que se faz com palavras, o combate do convencimento e do conhecimento, da paz e do desenvolvimento.

Não se pode construir ciência e tecnologia, sem educação, da mesma forma que não se pode construir civilização sem educação, ciência e tecnologia. E é com apoio nesse tripé que poderemos construir um Brasil mais justo e mais livre de conflitos. Estaremos, assim, contribuindo, também, para produzir um mundo melhor, como almejado por Einstein e por Freud e por todos nós.

Daremos início, agora, aos pronunciamentos dos nossos convidados que, novamente, agradeço ao atendimento do convite feito pelas seis comissões do Senado Federal para esta Audiência Pública.

Chamo, como primeiro expositor, o Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia. V. Sa. terá 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco, para fazer a sua exposição. E, antes de passar a palavra ao Dr. José Monserrat, quero transmitir a Presidência desta Audiência Pública ao Senador Eduardo Azeredo, Pre-

sidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para que, em rodízio, possa, a partir desse instante, presidir esta Audiência Pública.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo, Senador Flexa Ribeiro, eu convido, portanto, para que nos dê a honra das suas palavras, Dr. José Monserrat Filho, Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério de Ciência e Tecnologia.

SR. JOSÉ MONSERRAT FILHO: Bom-dia. Bom-dia a todos. Exmo. Senador Flexa Ribeiro, Exmo. Senador Eduardo Azeredo, prezado representante da UNESCO, na pessoa do qual eu saúdo todos os meus companheiros de Mesa, especialmente, me permitam, o meu querido colega da SBPC, Professor Marco Antonio Raupp.

Prezados senhores, prezadas senhoras, hoje, nós vivemos um grande dia. Talvez, a opinião pública não tenha a exata consciência da importância desse dia e dos assuntos aqui tratados. Aqui nós estamos tratando de paz e desenvolvimento. E eu me permitiria propor que nós devemos falar de uma nova paz e de um novo desenvolvimento, uma nova paz, que signifique uma paz permanente, uma paz que não seja apenas um intervalo entre conflitos, uma paz que não seja apenas uma espera de uma nova guerra, uma paz sem violência, uma paz com a certeza de que nós temos uma previsibilidade de paz, de... Uma previsibilidade de estabilidade, uma previsibilidade de que os recursos, que hoje são gastos em guerras absolutamente absurdas, sejam colocados a serviço do bem, a serviço de projetos construtivos, a serviço da resolução, da solução de problemas que afligem a humanidade no seu conjunto.

Uma nova paz significa uma paz que lembre o sonho de Kant, uma paz eterna, uma paz segura, uma paz sustentável, uma paz sem armas de destruição em massa. E aqui eu aproveito para enfatizar a necessidade de usarmos esse dia para defender exatamente uma ideia que está em discussão hoje no mundo, de se abolirem as armas nucleares. Uma paz solidária, uma paz que não admita a colocação de armas no espaço, como hoje está sendo previsto por alguns países. Espaço que precisa de paz, porque, se houver qualquer conflito lá nas órbitas da Terra, podemos ter um apagão pior do que aquele que tivemos aqui, recentemente, um dia recente. Uma paz que nos garanta que usaremos o espaço em benefício do desenvolvimento, e apenas do desenvolvimento. Um novo desenvolvimento. Um desenvolvimento sustentável; desenvolvimento sustentável calcado em conhecimentos científicos, em conhecimentos isentos, em conhecimentos qualificados, em conhecimentos que não sejam reflexos de interesses particulares, apenas; desenvolvimento com base educativa.

E aqui eu saúdo a luta titânica do nosso prezado e querido, meu prezado amigo, Senador Cristovam Buarque. Uma paz calcada na Educação, uma paz... Um desenvolvimento calcado na Educação, um desenvolvimento calcado em projetos de cooperação genuína, em que as partes sejam de fato beneficiadas, uma paz sem fome. Uma paz, um desenvolvimento que garanta o prosseguimento do planeta, a permanência do planeta, a permanência da espécie humana. Um desenvolvimento que atinja a todos os países do mundo. Uma paz, um desenvolvimento e uma paz, que consigam fazer com que os países atinjam novos patamares de progresso e desenvolvimento. Este é o grande desafio do Século 21. Ou conseguimos uma nova paz e um novo desenvolvimento ou enfrentamos problemas, hoje, inimagináveis.

Essa é a mensagem que eu traria, em nome do Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem batalhado, com base na política do Governo Federal, em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação desse país, com grandes avanços. Nós, hoje, comparativamente, estamos, embora o país tenha iniciado muito tarde a sua trajetória no mundo da ciência, nós, hoje, em 40, 50 anos, conseguimos chegar a um nível de desenvolvimento muito grande. Hoje, a produção científica brasileira representa mais de 2% da produção mundial. Superamos países como a Rússia e a Holanda. Estamos muito bem no desenvolvimento científico-tecnológico, comparando com o nosso processo histórico, com que conseguimos historicamente. São avanços notáveis, eu diria. Temos ainda muita coisa a fazer, mas a nossa ciência é uma ciência voltada para a paz e para o desenvolvimento. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecemos ao Dr. José Monserrat Filho; este Senado Federal, que representa os estados brasileiros, 27 estados com três representantes em cada Estado, se sente honrado em receber aqui hoje o *monsieur* Vincent Defourny, que é o representante da UNESCO no Brasil, a quem eu concedo a palavra, com muita honra.

SR. VINCENT DEFOURNY: Exmo. Sr. Presidente, senhores e Sras. Senadores, senhoras e senhores integrantes da Mesa, alunos e professores premiados, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar dessa Audiência Pública, que faz muito

sentido nessa Casa de debate. Como representante da UNESCO no Brasil, gostaria de aproveitar desse espaço que me é concedido para ler a mensagem do Sr. Koichiro Matsuura Diretor-Geral da UNESCO, por ocasião do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento.

A celebração do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, de 2009, coincide com a convergência sem precedentes de duas crises, uma econômica e outra ambiental. A mudança climática é um dos aspectos mais ameaçadores da crise ambiental, mas, está longe de ser único. A diminuição da diversidade biológica, a menor possibilidade de recursos hídricos e a deterioração da qualidade da água e do ar, em momentos de rápido crescimento demográfico e de urbanização acelerada, também são crises que terão repercussões profundas na saúde e bem-estar humano, como a redução da segurança alimentar e aumento da pobreza no mundo inteiro.

Diante de situação tão preocupante, da perspectiva econômica a nível mundial, como também ambiental, um dos sinais de maior esperança para o futuro é a tendência de uma transição para uma economia ecológica. A criação de um sistema econômico e social ecológico, que seja sustentável, do ponto de vista ambiental, respeite a integridade dos ecossistemas e garanta a sobrevivência dos sistemas de apoio à vida, ao mesmo tempo, velando para que todas as pessoas tenham acesso a padrões de vida decente e oportunidade de desenvolvimento pessoal e social é fundamental para garantir um mundo estável, sustentável e pacífico.

A ciência está no centro da economia verde, que precisa do conhecimento científico, da criatividade, de inovação e de expertise tecnológica para enfrentar os desafios que a tarefa comporta. Para que os países, tanto os em desenvolvimento como os desenvolvidos, possam participar de forma cabal em uma economia ecológica mundial, é indispensável que disponham de uma massa crítica de cientistas e pesquisadores.

A UNESCO, por meio de seus programas de ciência, continua a concentrar esforços na elaboração de políticas para as ciências, a Educação científica e a conscientização e entendimento público sobre a ciência. Nesse contexto, em fase, é dada a tarefa de incentivar jovens, em especial meninas, a optarem por carreiras científicas. Além do mais, como coordenador principal da [ininteligível] das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005/2014, a UNESCO convoca todas as partes interessadas a aderirem aos princípios, valores e métodos do desenvolvimento sustentável para abordar desafios atuais e futuros em matéria social, econômica, cultural e ambiental.

Acredito que a crise atual oferece uma oportunidade única de reestruturar a fundo o sistema de valores que apóiam o desenvolvimento sustentável.

Portanto, nesse Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, penso que a comunidade internacional promova o papel da ciência como vetor fundamental para a recuperação econômica do mundo, que persista na consecução de uma economia ecológica por meio da ciência e tecnologia, trabalhando conjuntamente, com o objetivo de mudar mentalidades, superar os desafios econômicos e ambientais do momento e estabelecer bases para um futuro sustentável e pacífico.

Por fim, gostaria de parabenizar o Senado Federal por essa iniciativa para essa Audiência Pública que permite deixar registradas essas falas, essas comunicações tão importantes para o futuro do nosso planeta. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero convidar o Senador Cristovam Buarque, que possa assumir a Presidência aqui, nosso Professor Cristovam Buarque, e pedindo licença aos senhores membros da Mesa. Entre as atribuições do Congresso Nacional, está também a de discussão e aprovação dos Embaixadores do Brasil na Comissão de Relações Exteriores. Eu tenho, daqui a poucos instantes, o início da discussão sobre o novo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Mauro Vieira, de maneira que isso me força a me ausentar aqui no momento, mas eu quero, então, convidar o nosso Senador Cristovam Buarque, que é um professor dedicado à cultura, à educação, à ciência. Portanto, é uma pessoa mais do que habilitada a presidir essa reunião. Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um que estão aqui ou que estão assistindo ou que assistirão depois. Eu quero dizer da satisfação de estar aqui, nessa Mesa, e dizer a vocês que essa troca de Presidência não é para dar a impressão de que a gente tem muitas atividades, não. É que, de fato, a gente tem muitas atividades. Eu próprio, impreterivelmente, às 11 horas, tenho que estar recebendo a alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na Comissão de Direitos Humanos. E aí vamos, outra vez, passar a Presidência. Mas isso demonstra que tem senadores que querem estar presentes nessa Reunião porque sabem da importância e pelo carinho e respeito que temos pela UNESCO e outras organizações das Nações Unidas.

Eu passo a palavra, então, agora ao Professor Jacob Palis, que vai falar antes do Sr. Marco Antonio Raupp, porque ele tem necessidade de deslocamento. Eu fico muito feliz de passar a palavra para uma personalidade como o Dr. Jacob Palis, que é Presidente da Academia Brasileira de Ciência, e tem sido um lutador, não só pela ciência, mas porque entende que a ciência começa na educação de base.

SR. JACOB PALIS: Exmo. Senador Cristovam Buarque, e nosso amigo de muitos anos, Exmos. Senadores e Senadoras, ou senadoras e senadores, para ser politicamente correto hoje em dia, senhoras e senhores, colegas da Mesa, é uma enorme satisfação estar aqui, presente, num dia que deve comemorar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. São dois temas que se cruzam e que requerem um novo olhar, tanto o desenvolvimento científico quanto o olhar da própria sociedade, sociedade brasileira em particular, mas mais amplamente e com reflexos no olhar político, por exemplo, dessa Casa e sua Casa irmã, a Câmara dos Deputados.

Eu acho que é um momento, sim, de reflexão, não só porque há uma crise econômica, mas, muito mais do que isso, nós estamos realmente entrando num novo paradigma. Alguns fatos já foram mencionados aqui, como, por exemplo, a necessidade de optarmos por um desenvolvimento verde, economicamente verde, em todos os sentidos. Não há outra opção.

Eu acho que a ciência já demonstrou cabalmente, embora, aqui e acolá, haja alguma dúvida, aliás, isto é sempre bom, que a ciência se desenvolva em meio a dúvidas, mas ela chega, quando possível, e isto é possível em muitos... Na grande totalidade dos casos, a conclusões definitivas. E desenvolvimento em bases verdes, sustentáveis, com respeito aos nossos bens, que se espalham tanto na flora quanto na fauna, é de fundamental importância para a sobrevivência do ser humano. Então, a ciência está engajada neste novo caminhar.

Por outro lado, a ciência também é a diplomacia do bem. A ciência permite uma diplomacia muito mais fácil, esse é o nosso entendimento, do que a diplomacia direta pelo comércio. Claro que a diplomacia deve defender o direito das diversas sociedades e os seus interesses. Mas, a geopolítica científica é muito mais palatável, muito mais tratável como um elo de entendimento entre os povos. Há uma tradição muito antiga de cooperação científica, de colaboração entre cientistas. E isto facilita muito o diálogo entre as nações, se ciência é colocada como um fator importante de progresso mútuo e múltiplo, quando tratamos de várias nações.

De fato, a cooperação internacional entre cientistas é feita, hoje em dia, com base em solidariedade. A palavra ajuda está mais ou menos banida, e que seja banida para sempre. O que importa é a cooperação que seja, ao mesmo tempo, solidária com os países e povos menos favorecidos. Se nós plantarmos essa semente, acreditamos que estaremos caminhando, em passos largos, a uma paz mais duradoura, a um entendimento melhor entre os povos.

Então, a ciência brasileira, ela é muito jovem. Mas o progresso, como disse o Professor Monserrat, há pouco, nos últimos 40 anos, é imenso. Nós, hoje, não podemos mais deixar de ser reconhecidos por qualquer nação do mundo, por mais avançada que ela seja, científica e tecnologicamente. Impossível desconhecer o Brasil, a China, a Índia. São novas potências científicas emergentes crescendo em sua produção e qualidade, em ritmos maiores do que os países avançados.

Então, esse ponto de encontro é previsível entre esse grupo de nações e o grupo de nações mais avançadas em termos científicos. E, com isso, o prestígio do Brasil na área certamente... Atravessa, certamente, um momento único, excepcional, muito grande mesmo. Por exemplo, concretamente, há pouco o Ministro da Ciência e Tecnologia sugeriu que o Fórum Mundial de Ciência, que tem lugar em Budapeste a cada dois anos, fosse, daqui a dois anos, realizado no Brasil. E isto foi apresentado ao Presidente da Academia de Ciências da Hungria, pelo Presidente do CNPq, em nome do Ministro, e por mim próprio, como Presidente da Academia Brasileira de Ciências. E a reação foi extremamente positiva. Então, é bem possível que teremos aqui uma reunião de imensa visibilidade, que se deslocaria, pela primeira vez, para um país como o Brasil, fora da Europa. Esse é um sinal, apenas um dos muitos sinais de que a nossa ciência hoje é muito respeitada.

Então, eu aproveito a ocasião para dizer que é importante que esta Casa, assim como a Casa irmã, Câmara dos Deputados, deixe intacto o orçamento de Ciência e Tecnologia para 2010. Há um plano de Governo do Presidente Lula de atingirmos 1,5% do nosso Produto Interno Bruto ao final do seu mandato. Nós estamos agora na ordem de 1.2. Então, esses números indicam um investimento sábio da sociedade brasileira. Ele se espalha pelo setor produtivo, pelas empresas, se espalha por outros Ministérios, além do Ministério de Ciência e Tecnologia, e é um dado que é visto internacionalmente com um traço da pujança com que a sociedade brasileira confia no desenvolvimento científico.

Então, ao mesmo tempo, a política no Governo Brasileiro, só posso dizer como me transmitido pelas autoridades competentes, é de solidariedade com os povos menos favorecidos. Então, nós estamos no caminho certo, e a ideia, a consideração que fazemos é de que esses ganhos sejam consolidados, e esses caminhos percorridos com igual ou maior vigor do que tem sido recentemente. Muito obrigado e somos pela paz e desenvolvimento baseado em ciência.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Professor Dr. Jacob Palis. Comunico que eu esqueci, no começo, de que a participação da Comissão de Relações Exteriores nessa Sessão está suspensa, para que eles possam fazer a deles, senão o Regimento não permitiria que o Senador Eduardo Suplicy abrisse a Sessão que ele está, nesse momento, começando a presidir depois dessa fala. Eduardo Azeredo, desculpe.

E passo a palavra ao professor Dr. Marco Antonio Raupp, que é Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e lembro e convido a todos os presentes e quem está me ouvindo que amanhã, na Universidade de Brasília, a SBPC vai lançar o movimento nacional pela educação de base. Eu creio que é um salto considerável, do ponto de vista do trabalho político-social dos cientistas brasileiros desse gesto da SBPC, amanhã, na Universidade de Brasília. Com a palavra o Professor Marco Antonio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Bom-dia a todos. Eu queria saudar a Presidência dos trabalhos, Senador Cristovam Buarque, não só como Presidente, mas como grande batalhador, grande incentivador para o desenvolvimento da Educação neste país.

O Senador Cristovam Buarque é o sucessor de duas grandes personalidades que batalharam pela Educação no Brasil, Anysio Teixeira e Darcy Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Quero também saudar todos os membros da Mesa, saudando o representante da UNESCO, Sr. Vincent Defourny, saudar o Senador Flexa Ribeiro, como Presidente da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia. Quero saudar também dois senadores cientistas que compõem hoje o Congresso Nacional, Senador Flávio Torres, do Ceará, físico, colega de lutas na SBPC, atuou inclusive na SBPC, lá no seu Estado do Ceará, foi secretário regional lá; o Senador Eliseu Resende, que estava presente ali, que é um colega cientista, colega matemático, meu e do Jacob Palis, grande personalidade de Minas Gerais, e, saudando esses senadores, eu saúdo todos os senadores presentes, em quem a gente tanto confia para o desenvolvimento, como representantes da Casa maior do Congresso Nacional para o desenvolvimento da ciência desse país.

Quero saudar os jovens premiados pela UNESCO, saudação da SBPC para vocês, sugiro que vocês acompanhem os trabalhos da SBPC, participem, amanhã, como anunciou aqui o Senador Cristovam, nesse ato na Universidade de Brasília, às 10 horas; é um grande movimento que estaremos encetando pela educação de qualidade no nosso país. Educação pública de qualidade é um elemento crucial para esse futuro que todos nós estamos discutindo aqui nesse momento.

Quero saudar também o Embaixador Hadil Vianna, representante aqui do Ministério das Relações Exteriores. É um setor governamental de extrema importância para o desenvolvimento da educação e das atividades científicas no país. Como o Jacob, o meu colega Jacob Palis muito bem frisou, a ciência é a diplomacia do bem, e o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro tem uma experiência importante no desenvolvimento dessa diplomacia do bem, já que o Brasil sempre foi um país de paz e ele busca essas relações tão importantes para os nossos parceiros e para nós também.

Eu gostaria de agradecer, Senador Cristovam, ao Senado Federal esse convite à SBPC para estarmos aqui, nesse momento, em que se invoca a ciência, diante de duas frentes das mais importantes para o presente e futuro da humanidade, que é a paz e o desenvolvimento. Como sabemos, a ciência, por si só, é um elemento neutro. A questão é o uso que se faz dela. Talvez, o exemplo mais contundente da diversidade de situações em que se pode empregar um conhecimento emanado da ciência seja o domínio do átomo. Conhecer a estrutura do átomo deu ao homem a condição de fazer a bomba atômica, mas possibilitou, por outro lado, a energia nuclear, uma fonte limpa e produtiva de energia. E também a medicina nuclear, o que representou um avanço sem precedentes no diagnóstico de doenças e também no tratamento de algumas enfermidades importantes.

Vê-se, assim, que o domínio do átomo é um exemplo eloquente, nos mostra o quanto a ciência pode ser destrutiva ou de suma importância para a humanidade. A questão fundamental, portanto, é criarmos um mundo em que os governantes e a sociedade tenham o bom senso e o compromisso de fazer do conhecimento científico um elemento para a harmonia dos povos e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Que a ciência seja propulsora do desenvolvimento em

suas faces mais relevantes: a econômica, a social, a cultural e a ambiental. E quero crer que, talvez, estejamos muito próximos desse momento.

Assim como, outrora, as condições da sua existência punha e mantinha os homens em estado de guerra, podemos estar caminhando para um mundo em que nossas necessidades econômicas e ambientais nos conduzirão para a harmonia e para a paz. Nesse novo ambiente em que, na verdade, já estamos vivendo, a ciência terá um protagonismo como nunca tivera antes.

Do ponto de vista econômico, temos que a grande mola propulsora do desenvolvimento passou a ser inovação tecnológica. E qual é a base da inovação tecnológica? O conhecimento científico. Não se faz inovação tecnológica sem o uso de conhecimentos emanados da ciência, mesmo que esses conhecimentos não sejam recentes.

De outra parte, com a instituição do mercado global, uma determinada inovação pode ser gerada em um país específico ou resultado ao trabalho simultâneo e integrado de empresas e instituições de pesquisas sediadas em diferentes países. Mesmo sendo um instrumento de competitividade para as empresas, a inovação tecnológica, em sua base, segue um ideário global, sem fronteiras físicas entre os países. Tal qual ocorre com a ciência, a inovação também é globalmente partilhada. É falada e entendida por meio de uma linguagem única, a do desenvolvimento.

Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o nosso IPEA, com base em dados de empresas brasileiras, revela os benefícios gerados pela inovação. As empresas que investem em atividades inovativas são mais produtivas, têm maiores parcelas de mercado, são líderes em seus segmentos, têm maior eficiência técnica e faturam mais que as empresas não investem em inovação. O mesmo estudo mostra que a inovação e a diferenciação de produtos garantem melhores salários e condições de trabalho. A escolaridade é maior nas empresas que inovam, e o tempo de permanência no emprego também. A remuneração média de seus trabalhadores é 23% maior do que nas empresas que não inovam.

Uma vez que a ciência está na base da inovação, temos, então, que a ciência tornou-se um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico. O mesmo ocorrerá, não tenho dúvidas, com relação à sustentabilidade ambiental.

Em razão do novo momento em que o mundo se encontra, em termos do agravamento dos riscos ambientais, é impensável dispensar as informações e as reflexões oriundas da ciência, quando se tratar da sustentabilidade. Não que a ciência já tenha pronta a solução de todos os problemas ou a resposta para todas as questões relativas ao meio ambiente, mas ela é instrumento com o qual a razão se manifesta, com que a racionalidade se impõe sobre os problemas reais, de modo a oferecer um conjunto de informações e reflexões que contribuem para sua melhor solução.

Uma vez que a ciência organiza o conhecimento em uma ordem lógica e racional, mensurando os aspectos quantitativos e ponderando as variáveis qualitativas, é certo que ela será fundamental em três níveis de intervenção, no que se refere ao meio ambiente e à sustentabilidade. Num primeiro, nas tentativas de reversão ou solução dos problemas ambientais já existentes, como o aquecimento global; a poluição em suas diferentes manifestações e a extinção de espécies animais e eventuais.

Um segundo, na prevenção de ocorrências negativas no futuro. E uma terceira, no desenvolvimento de métodos, técnicas e tecnologias para a utilização econômica de recursos naturais, sem destruí-los ou esgotá-los.

À parte desses enfoques universais da contribuição da ciência para o desenvolvimento, gostaria de pontuar alguns aspectos relativos à ciência no Brasil. Na verdade, a atividade organizada de produção de conhecimento científico estabeleceu-se em nosso país somente nos últimos 50, 60 anos. No centro desse processo, estiveram a reforma universitária, com a institucionalização da pós-graduação, e a estruturação de um sistema de apoio e financiamento à pesquisa.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a CAPES, a FINEP e as fundações estaduais de amparo à pesquisa foram e são agentes executores dinâmicos do processo. A SBPC e a Academia Brasileira de Ciências desempenharam papel fundamental no convencimento e na mobilização das mentes e dos esforços para que o processo estabelecesse e se desenvolvesse.

Como indicador sinalizando efetivos resultados desses sistemas, temos hoje a taxa de 2% de participação da produção nacional de trabalhos científicos na produção mundial, resultado bastante significativo, pois mostra que o nosso sistema básico de produção de ciência está “do tamanho econômico do país”, já que esse índice é basicamente o mesmo da participação do Produto Interno Bruto brasileiro no Produto Interno mundial.

Notável também, no período, foi a constituição de casos específicos de sucesso, no que se refere a ciências aplicadas e a pesquisa tecnológica. São exemplos emblemáticos desses casos o sistema EMBRAPA nas atividades agropecuárias, a rede PETROBRAS [interrupção no áudio], a rede PETROBRAS, capitaneada

pelo CENPES e com destaque para a COPPE da UFRJ na indústria petrolífera. A tradicional FIOCRUZ, no sistema de saúde pública; o Centro Técnico Aeroespacial e a EMBRAER, na indústria aeronáutica; o INPE, na produção de previsões de tempo e na articulação de uma rede industrial de construção de satélites artificiais, e o sistema da CNEN –Comissão Nacional de Energia Nuclear, e a Empresa Eletronuclear, na tecnologia nuclear.

Estabelecida uma plataforma importante da Ciência e Tecnologia, existe agora a necessidade de sua ampliação com qualidade e também de atenção às demandas da sociedade do desenvolvimento do país. Isso implica o enfrentamento de desafios que merecerão dedicação e esforços iguais ou maiores que aqueles já empregados na construção do nosso sistema de Ciência e Tecnologia.

Apresento aqui alguns desses desafios. O primeiro deles é a deficiente educação básica e média, Senador Cristovam. A sua superação requer o engajamento da comunidade científica, além da cidadania em geral, não podemos nos furtar à participação, especialmente na questão do ensino da ciência e da matemática, no nosso caso de cientistas. As nossas melhores universidades devem priorizar a formação de bons professores e em boa quantidade. Isso não vem ocorrendo. Pelo contrário, a formação de professores está sendo relegada às instituições mais destituídas de condições para isso. Educação de qualidade é o mais importante requisito para a inclusão social.

A ampliação de vagas nas universidades públicas, sem perder a qualidade, é outro grande desafio. As vagas em instituições públicas são as que de fato estão abertas para os filhos da nova classe média e o atendimento da demanda por profissionais de ensino superior e técnico é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Basta comparar o número de engenheiros que formamos aqui, no Brasil, com aqueles que a China forma: 30 mil contra 600 mil. Formamos 20 vezes menos cientistas que a China. A China tem uma população que é só seis vezes a população brasileira. Para que fiquemos chocados, nós temos aí um grande problema, um grande desafio a enfrentar.

Os 10 mil doutores que o nosso sistema de pós-graduação forma anualmente certamente nos darão condições de garantir a expansão do ensino superior público e gratuito, especialmente na esfera das universidades tecnológicas e escolas técnicas, tão necessárias. A ciência brasileira está 70% localizada na região Sudeste, Senador Flexa Ribeiro. Por razões estratégicas e de justiça federativa, é uma situação que não pode perdurar, constituindo-se num desafio para o planejamento estratégico e a política de ciência e tecnologia em nosso país. Temos que redirecionar investimentos federais e estimular as fundações estaduais de amparo à pesquisa.

Em regiões como a Amazônia, o semiárido e a plataforma continental Marinha, o conhecimento científico é absolutamente necessário para uma intervenção econômica sustentável, preservando o patrimônio do país. É imperativa a atuação do sistema de ciência e tecnologia nessas áreas. O aspecto estratégico impõe o desafio de melhor distribuirmos as atividades científicas pelo Brasil, contribuindo para a superação das desigualdades regionais.

Outro importante desafio a ser enfrentado reside na separação tradicionalmente existente entre o nosso sistema universitário e as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Existem honrosas exceções de colaboração e temos avançado bastante na aproximação universidade/empresa. Mas muito ainda resta a fazer para que o fluxo da transformação do conhecimento em riquezas seja otimizado.

Além do estímulo à participação eventual de pesquisadores em projetos de interesse das empresas, outros mecanismos podem ser estimulados, como incubadoras, empresas nascentes nas universidades, parques tecnológicos, congregando universidades, centros de pesquisa, empresas com interesse em tecnologia e inovação e mestrados profissionais.

Menciono também o desafio de superar um gargalo que decorre do fato de a Ciência e Tecnologia ser atividade recente nesse país. E que tem sido preocupação da nossa Comissão, tanto no Senado quanto na Câmara, já efetiva, e várias audiências públicas foram realizadas, focando essa questão. Esse gargalo situa-se no campo do marco legal para o exercício das atividades científicas. Legislações desenvolvidas em outras épocas e situações, voltadas para outros propósitos, são confrontadas e/ou questionadas sistematicamente pelas atividades científicas, atividades demandadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Nós temos aí exemplos, como a questão da coleta do material biológico na nossa biodiversidade, onde os pesquisadores são tratados como biopiratas; o uso de animais em experimentos científicos; há 12 anos estamos discutindo e finalmente conseguimos aprovar a lei e ainda tem a questão da regulamentação e execução dessa lei; a coleta e uso de células-troncos embrionárias; as impropriedades legais científicas, que são públicas, em 96%, em empresas privadas; o regime lento e burocrático nas importações insumos científicos e muitos outros exemplos.

Alguns avanços estão ocorrendo, como a nova lei que regulamenta o uso de animais em pesquisa,

a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre célula-tronco, a lei de inovação e a lei do bem. Mas entendemos que uma revisão legislativa geral para identificação de gargalos, incluindo aí um estudo sobre o *status* institucional das organizações de pesquisas, o regime de contratação de pessoal, entre outros, torna-se necessário.

Um último desafio, para concluir, Senador Cristovam, esse envolvendo diretamente as Casas do Poder Legislativo e Federal, se refere à manutenção do crescimento dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nos últimos anos, de fato, vem ocorrendo um aumento nos orçamentos para ciência e tecnologia, inclusive por parte dos governos estaduais. Mas o nosso investimento público no setor ainda está longe de alcançar os índices verificados nos países desenvolvidos, e mesmo nos demais países emergentes. Chegamos à casa de 1,2% do PIB, mas precisamos alcançar os 2% num período de, no máximo, cinco anos, para que o nosso sistema de ciência e tecnologia venha a contribuir para que o Brasil possa vencer seus grandes desafios, como sua inserção na nova economia, a geração de emprego e renda em todas as regiões do país, e a conquista da cidadania plena por todos os brasileiros. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É... Por causa do meu compromisso com a alta comissária dos Direitos Humanos das Nações Unidas, às 11 horas em ponto, na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, eu quero chamar o Senador Flávio Torres para presidir essa Sessão. Eu creio que, Senador Flexa, o senhor teve uma boa lembrança de sugeri-lo porque ele aqui está entre seus colegas. Ele está em casa nessa Mesa. E espero que os que vão falar daqui para a frente falem o tempo suficiente para que eu conclua o meu compromisso, que eu quero dar a minha fala aqui também. Eu quero falar sobre algo que está faltando, é a paz, fazer a paz com a paz. Porque antes a paz era apenas o fim da guerra. Hoje, a paz está em crise porque ela sabe, ou não sabe, porque é uma palavra, mas ela perdeu o sentido. Enquanto a gente não incorporar a paz com a terra, as gerações futuras, com as crianças e os adolescentes, com os velhos, com os pobres, nós precisamos ter uma paz em paz. E eu espero que vocês consigam manter até que eu volte, para poder falar para vocês. Senador Flávio.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Senador Cristovam, muito obrigado pela honra de dirigir essa Casa numa Sessão como essa, entre meus colegas. E eu tenho o prazer de passar a palavra à Dra. Roseli de Deus Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Obrigada. Cumprimento o Senador Flávio Torres e, no nome dele, toda a Mesa, Senadores, Senadoras, o público em geral.

Fico muito honrada com este convite, e acredito que fui chamada para a Mesa porque temos liderado alguns movimentos mais voltados para a Educação básica. Mas quero começar a falar sobre a grande importância do tema que aqui foi colocado: Ciência pela paz e desenvolvimento. Porque, quando nós trabalhamos com ciência e tecnologia, desenvolvemos, nas universidades, formamos engenheiros, formamos cientistas, muitas vezes, trabalhamos com essa noção de ciência neutra, tecnologia neutra. Mas a gente sabe que a ciência pode ser utilizada, a tecnologia pode ser usada para muitos fins. Então, enfatizar, dentro da universidade, que o nosso propósito é a paz, é a qualidade de vida, isso tem que ser intensificado essa discussão dentro das universidades.

Queria colocar também que, apesar de todo o conhecimento científico e tecnológico acumulado, apesar de todas as tecnologias disponíveis, quando a gente fala de guerra, a gente tem as guerras que acontecem aí em outros países, que acabam ficando todos os dias nos noticiários, mas a gente tem as guerras nas ruas, as guerras nas cidades, a violência urbana. Até o Lima Duarte, outro dia, tinha falado que, quando ele era pequeno, ele tinha medo de bichos. Hoje a gente tem medo de pessoas. Então, hoje, o que a gente vivencia? Uma crise de valores... A gente vivencia o quê? Uma diversidade muito grande de situações, que a gente precisa focar na questão de desenvolvimento humano, o desenvolvimento social. A gente tem hoje pessoas que sofrem e que morrem muito antes do que a gente gostaria que elas morressem, simplesmente porque elas estão no lugar errado, na hora errada, porque os conhecimentos científicos e tecnológicos já existem para aliviar a dor, para aumentar a vida ou a sobrevida dessas pessoas.

Então, eu acho que essa discussão é muito pertinente, ela tem que ser continuada dentro das nossas universidades para que a gente consiga formar melhores cientistas, melhores engenheiros, em número maior, mas em profundidade maior também.

E um dos problemas mais graves, e aí o Senador Flexa Ribeiro citou algo de 1932, e eu quero citar alguma outra coisa de 1932 também, que é bastante atual, que é o manifesto dos pioneiros da Educação nova. A gente não pode ter uma Educação de níveis diferentes, quando a gente fala de Educação básica. A gente precisa ter uma Educação democrática, uma Educação que prepare para a vida, para todos os jo-

vens, para todas as crianças brasileiras. Eu acho que esse é o maior desafio.

Nas universidades, vencemos sim o desafio de conseguir ter uma produção científica expressiva, mas ainda, apesar de todos os programas e todas as ações, falhamos muito em conseguir transferir esses conhecimentos e as possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico para dentro do nosso país. Eu acho que nós precisamos ter ações de médio e de longo prazo para que os nossos cientistas, tecnologistas, engenheiros que estão nas universidades e empresas que fazem desenvolvimento desse país, que a gente consiga ter um planejamento e a gente não desperdice a massa crítica, que às vezes a gente consegue criar e que, de repente, por uma descontinuidade, ou ela vai para um outro setor que não é engenheirar e criar mais conhecimento, ou é, às vezes, ir para outros países, porque não encontra oportunidades aqui. Então, quando a gente fala de universidade, parceria público-privada, acho que essas ações têm que ser fortificadas e intensificadas.

Indo para a Educação básica, eu acho que assim como o professor Pavão, lá no Recife fala, se a gente quer formar bons jogadores de futebol, a gente já faz isso porque a gente tem um campinho em cada esquina. Basta ter um terreno aí, vazio, que a gente vai fortificar os músculos, exercitando e conseguindo formar talentos. Na área de Ciência e Tecnologia, nós temos muitos talentos desperdiçados por este país afora. Toda criança nasce extremamente criativa e cientista. Basta ver... Ninguém fica lá ensinando uma criança a falar ou andar. Ela vai descobrindo. E depois que ela entra num sistema educacional, se o sistema de avaliação não for adequado, a gente acaba induzindo a um processo de Educação equivocado que, ao invés de ampliar as potencialidades desses cientistas, você sufoca, você fala: "Você não pode, você não é capaz"... E a gente acaba acreditando nisso. Acho que, no Brasil, a gente tem muito esse complexo de subdesenvolvimento. Mas as nossas crianças, os nossos jovens, as nossas inteligências que estão na universidade e que estão aqui, são iguais a de todo o planeta. O que a gente precisa é ampliar as oportunidades.

E, para que os nossos professores percebam isso, a gente precisa intensificar as ações de avaliação e de valorização. Porque um professor, não é só salário, o nosso problema. O professor, essa carreira, o educador é o mais importante em todo esse processo. E ele precisa se sentir educador e entender o que é a missão do educador. E como é que a gente pode formar jovens protagonistas, jovens que acreditem que podem produzir conhecimento, ciência e tecnologia, se o próprio professor está com a sua auto-estima destruída, muitas vezes?

Então, acho que a gente precisa intensificar programas de formação continuada, programas de interação fortíssimos entre a universidade e as escolas de verdade, porque não adianta a gente ficar dentro das universidades, falando da escola em que a gente estudou. A gente precisa saber qual é a escola que existe hoje. Quais são as crianças, quais são os problemas que essas crianças têm, quais são os professores. Porque o público, se a gente pegar 1932 para agora, uma grande diferença é que hoje a gente conseguiu colocar 97% das crianças dentro da escola. Só que essas crianças têm necessidades diferentes das crianças que frequentavam as escolas em 1932, que tinham situação social mais favorecida.

Além disso, o mundo mudou muito, apesar de todas as tecnologias, mas, com as tecnologias, talvez nós possamos encurtar distâncias, reduzir tempos para gente conseguir canalizar a energia de tantas pessoas que já pensaram e pensam sobre esses problemas, para que a gente consiga fazer um diagnóstico mais apropriado. Outro ponto que eu queria destacar aqui é desmistificar a questão da palavra inovação. Toda vez que se fala em inovação, parece que é uma coisa muito difícil. Então, quando a gente está trabalhando na Educação básica, é preciso que a gente estimule a questão da curiosidade científica, da investigação científica, desde as séries iniciais, na perspectiva não só de estar atraindo talentos para a ciência e tecnologia para as universidades, mas também porque em todas as áreas do conhecimento humano, de todas as áreas de atuação, nós precisamos ser todo dia cientistas, produzindo inovação incremental, melhorando processos, melhorando produtos.

E principalmente tudo isso que a gente discutiu, como aqui bem foi colocado pela UNESCO, tomando como linha-mestra, que nós estamos trabalhando na direção da paz, do desenvolvimento humano. Mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Devolvo a Presidência ao Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres e passo a palavra à nossa... Nosso último palestrante, a convidada é a Professora Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científ-

fica da UNESCO. V.Sa. tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Muito obrigada. Excelentíssimo Senhor Senador Flexa Ribeiro, gostaria de cumprimentar ao Senhor, a todos os integrantes dessa mesa e aos Excelentíssimos Senhores Senadores e Senadoras. Quero cumprimentar a meu amigo, Sr. Vincent Defourny, representante da UNESCO no Brasil, e a todos meus colegas desta instituição. Cumprimento especialmente aos docentes e estudantes premiados. Quero dizer aos estudantes que eles são o presente e o futuro de nossos países, e é por eles que estamos aqui hoje conversando sobre desenvolvimento humano e sobre a paz.

Senhoras e Senhores, em primeiro lugar eu gostaria de dizer que é uma hora estar aqui e que agradeço muito pelo convite. É muito importante para mim e para a UNESCO que possamos participar com vocês dessa celebração, por tudo o que ela significa.

Quero começar lembrando que nos causou espanto testemunhar, na última metade do século XX, significativos avanços científicos e inovações tecnológicas. O início do século XXI nos permite prever a continuidade do progresso científico; o surgimento acelerado de novos conhecimentos, mas também sua rápida obsolescência; a distancia temporal cada vez menor entre a produção do conhecimento e suas aplicações tecnológicas; as novas alianças entre produção e inovação, entre conhecimento e aplicação. Porém, há uma pergunta que nos preocupa. Quem participa desse progresso e como? Está claro que a maior parte dos benefícios da ciência estão distribuídos de forma díspar. Isso se traduz em desigualdade e em injustiça entre países, entre grupos sociais, com a existência e permanência de grupos de excluídos, que não têm acesso ao conhecimento nem aos benefícios da ciência. Esta exclusão tem muitas e diferentes causas relativas à etnia, ao gênero, aos grupos sociais ou geográficos. A ciência deve atender às necessidades da sociedade, deve buscar a melhoraria da qualidade de vida da população, de cuja maioria vive em pobreza extrema. Os avanços científicos devem estar ao alcance de todos os cidadãos e cidadãs. Porém, para que possam ser usados, devem ser conhecidos.

É preciso saber como a ciência pode contribuir para tornar o desenvolvimento sustentável uma realidade e como pode melhorar as perspectivas de paz. A produção agrícola, a alimentação, a medicina, as energias renováveis, a gestão dos recursos naturais, o uso dos recursos hídricos, os avanços científicos e tecnológicos e suas aplicações desempenham um papel chave no desenvolvimento social e humano de nossos países.

Esses progressos, que não podemos negar nem ignorar, estão acontecendo num cenário no qual há pobreza e acentuada desigualdade, que continuam aumentando em vez de diminuir. Seria pertinente perguntar por que persistem tantos e tão graves problemas, apesar dos progressos científicos tão significativos.

Eliminar a pobreza, construir a paz, criar sociedades mais justas nas quais o conhecimento seja distribuído equitativamente, promover a diversidade cultural e favorecer o desenvolvimento sustentável exigem que todos os países da região redobrem esforços para assegurar a todos e a todas uma educação de qualidade. Nossa região precisa, além de promover a igualdade de oportunidades de acesso à educação, oferecer um ensino de qualidade. A educação é a arma com que os países podem lutar contra a pobreza e o subdesenvolvimento. Por tanto, é preciso assegurar a todos uma educação de qualidade.

Uma educação de qualidade, além de ser um direito fundamental da pessoa humana, deve, desde o ponto de vista da UNESCO: respeitar os direitos, ser relevante, ser pertinente e equitativa, além de ser eficiente e eficaz. Nesse âmbito está a educação científica, que deve ser reconhecida como fundamental para a plena realização do ser humano. Continuar mantendo a maioria da população em situação de analfabetismo científico agrava as desigualdades já grandes da região, além de perpetuar a exclusão. Isso nos obriga, não apenas no que diz respeito à educação, mas também à ética e ao compromisso social, a envidar esforços para que todos e a todas tenham acesso à cultura científica e tecnológica.

A educação científica deve fazer parte de um contexto de educação de qualidade para todos e todas. A formação científica ajuda a compreender a vida cotidiana, a tomar decisões fundamentadas, e contribui para a formação de cidadãos capazes de participar da construção de um futuro possível, mais justo e equitativo. É a ciência para a vida e para a cidadania.

Cada vez mais encontramos razões que justificam a inclusão da educação científica no sistema educativo, para estudantes cada vez mais jovens. Tornar a cultura científica parte indissociável da cultura depende de garantir ensino de qualidade para todos os estudantes. A educação científica deve ser transformada em educação para a cidadania.

Garantir educação científica de qualidade para todos engloba muitos objetivos. Vou enumerar alguns dos principais: contribuir para a formação cidadã; manter e promover o interesse pela ciência, direcionando mais estudantes para as carreiras científicas, para que haja mais e melhores cientistas em nossos países, o que provocará um desenvolvimento científico

endógeno. Dotar a educação de novos sentidos que tornem possível um futuro melhor para todos exige que a educação científica busque novos conteúdos, novos espaços de aprendizagem e ensino. É preciso pensar como as aulas de ciência podem contribuir para que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de integração digna e feliz à sociedade, e se tornem homens e mulheres comprometidos com a democracia, com a justiça social e com a paz.

Tudo isso exige mudanças, que por sua vez exigem vontade política para se tornarem realidade. O apoio político é condição necessária para que os esforços não se dispersem, e para que passem a ser estratégias nacionais de políticas educacionais sustentáveis. Isso explica categoricamente a importância de nosso encontro hoje nessa Casa. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz Macedo, coordenadora mundial do Programa de Educação Científica da UNESCO. E, com isso, nós completamos os nossos convidados palestrantes, e vamos abrir a lista de inscrição dos senadores, iniciando pelo Senador Flávio Torres. Poderá usar da palavra nesse instante.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, meus companheiros de Mesa, em nome... Que eu saúdo em nome do meu caro amigo de quase 40 anos, professor Marco Antônio Raupp, da SBPC, jovens presentes, premiados pela UNESCO, bom-dia.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos aqui hoje reunidos sobre o tema "Ciência pela paz e pelo desenvolvimento". Na verdade, na história da humanidade, ciência tem muito mais a ver com guerra do que com paz. Sem sombra de dúvidas, a primeira observação que hoje poderíamos chamar de científica, seguida de uma aplicação tecnológica, deu-se certamente no campo da defesa pessoal, no desenvolvimento de uma arma.

Nossos antepassados, desprovidos de características físicas como garras, presas ou mesmo músculos, em um ambiente dominado por feras, grandes e poderosas, teve que transformar-se em um fazedor de ferramentas e de armas. Do pedaço de pau e do tacape ao foguete, foi só uma questão de tempo. Na hora em que o homem desenvolveu uma arma e ficou um pouco mais poderoso do que o outro, partiu logo para a guerra.

Segundo a Bíblia, Caim começou logo matando Abel. Arquimedes, enquanto boiava na banheira, descobrindo o princípio que leva o seu nome, pensou muito em catapultas e espelhos para queimar navios de guerra, navios inimigos. Albert Einstein, o pai científico de todos nós, foi quem deu o primeiro passo no caminho da construção da bomba atômica, uma tragédia que deveria envergonhar a humanidade, o pecado capital dos físicos.

Por milhares de anos sábios, filósofos, pensadores, tatearam na escuridão dos dogmas e crenças religiosas. Aristóteles, talvez o filósofo cujas ideias influenciaram a humanidade por mais tempo, dizia que as mulheres tinham mais dentes do que os homens, e nunca se deu ao trabalho de contar. Pouco antes dos portugueses aportarem no Brasil, ainda se pensava que a terra poderia ser quadrada. Galileu, aí por esta época, saltou uma fogueira e demonstrou que a Terra não era o centro do universo e nem mesmo do sistema solar.

Precisamos de mais 400 anos para compreender os fundamentos da Física clássica. Aí chegamos ao primeiro quarto do Século 20, que teve uma produção de conhecimento frenética, com o lançamento de uma nova Física para as grandes velocidades, como acontece com os astros, uma nova Física para o mundo dos pequenos objetos, como acontece com os átomos, e uma nova Física para o mundo do interior dos núcleos atômicos. Depois disso, mais nada. Algo que seja conceitualmente novo, nada.

Mesmo assim, a ciência estabeleceu uma reputação de verdadeira, completamente descabida. Logo a ciência, que só se desenvolve quando desmente a si mesma. Mesmo assim, se a gente quiser acabar com a discussão, basta dizer que uma determinada afirmação é científica. Acabou a discussão. "Não, isso que eu estou dizendo é científico". Ninguém discute mais. Nada mais falso. O nome ficou tão charmoso que a gente encontra por aí até a faculdade de ciências religiosas ou a de ciências contábeis. São atividades importantíssimas para o ser humano e para a humanidade, mas, convenhamos, não estão submetidas às regras do que se convencionou chamar de ciência.

Na verdade, os cientistas e, particularmente, os físicos, devem ao mundo uma explicação. A gente fala com a maior naturalidade, e intimidade até, em átomos, elétrons, prótons... E, ao mesmo tempo, aceita uma lei que diz que é impossível vê-los. A Física só ficou muito danada, exata, depois que se chegou, empiricamente, a uma fórmula para cada uma dos quatro tipos de forças que atuam na natureza: a força gravitacional, elétrica, magnética e nuclear. Assim mesmo, cada uma com as constantes que a gente não sabe nem de onde vêm.

Das forças pra frente, a gente sabe tudo. Das forças para trás, a gente não sabe nada. Por exemplo, a gente não sabe por que é que essa caneta cai. Não

sabe mesmo. A gente batiza a ignorância, dizendo que é a atração gravitacional. Mas eu estou chamando um nome que eu não sei explicar, no senso comum, quem puxa, como eu sei quando eu empurro este copo. Então, nós não sabemos isso.

Registro tudo isso para dizer que os homens de ciência devem olhar o mundo com olhar menos arrogante, refletindo a desarrumação da sua própria casa. Somos imperfeitos e estivemos sempre a serviço do poder e das guerras promovidas pelos poderosos e a serviço de seus interesses.

Também é verdade que a humanidade não está à espera da ciência para resolver os problemas básicos, mínimos da grande maioria da população do planeta: Moradia, comida e Educação não existem para todos porque poucos concentram muita riqueza, e as regras do convívio social, determinadas por nós, políticos, mostram-se incapazes de quebrar esta relação perversa. Aí está o grande conflito. Aí reside o estado de guerra permanente em que se encontra a humanidade. Guerra aqui, guerra acolá; não haverá paz enquanto houver fome. Não haverá paz enquanto nós permitirmos a fome. Sim, a fome é permitida e contemplada pelos governantes. A fome é até utilizada pelos governantes como instrumento de perpetuação no poder. É incrível a frieza com que olhamos uma criança com fome. É incrível a dormência com que olhamos uma criança abandonada. A gente olha, vê, e ainda consegue dormir. É incrível. E é inaceitável.

Se Governos de vários tipos têm fracassado, o que dizer das organizações internacionais, das organizações intra-governamentais? Estas não conseguem nem disfarçar a falta de aptidão para melhorar o mundo. Postam-se impotentes, diante das grandes potências, e acobertam seus interesses em resoluções tipo as da ONU, desmoralizadas e não cumpridas.

Só para citar um exemplo, pinçado de uma regra quase sem exceções, o Tratado de não proliferação das armas nucleares, a ser revisto no próximo ano, que previa o não armamento de alguns e o desarmamento de outros, resultou no armamento de mais alguns e desarmamento de nenhum. E fica o dito pelo não dito, mas tudo com a mesma pompa de sempre.

No mais, nós políticos e cientistas, comprometidos com a ciência e o desenvolvimento e a paz, devemos estreitar nossas relações e nos juntarmos em um esforço coletivo de construção de um mundo mais justo e mais fraterno e sem guerras. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Torres. O próximo inscrito é o Senador Cristovam Buarque, mas ele foi presidir a Sessão da Comissão de Direitos Humanos, deve estar retornando.

Eu quero dizer da satisfação de ter ouvido atentamente a todos os nossos convidados. E tenho certeza que ações como essa, promovida pela UNESCO, com dezenas de parceiros, e tendo dado ao Senado Federal a oportunidade de, através de um convênio celebrado, de que se possa dar continuidade a ações que possam, primeiro, engajar o Legislativo Brasileiro no processo de divulgação da ciência e da tecnologia. E, mais do que isso, fazer com que ações legislativas possam vir a incentivar e apoiar o crescimento da ciência, tecnologia e inovação em nosso país.

Quando assumi, no início deste ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia, e a Comissão tem um nome muito extenso, é Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Evidentemente que, no dia-a-dia, a questão emergencial, eu diria até de sobrevivência, leva as atividades da Comissão a terem uma ação voltada mais para a área já de aplicação direta, que é a questão da comunicação e da informática, deixando sempre a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação para o que eu diria, entre aspas, "uma discussão acadêmica".

Quando assumimos a Comissão, tomamos por princípio, eu não diria inverter a pauta, porque inverter também não seria correto. Eu diria equilibrar a pauta. Equilibrar, no sentido de trazer para o debate a questão da Ciência e Tecnologia e Inovação. E temos procurado fazer isso. Já fizemos várias audiências públicas, ouvindo todas as associações, todos os institutos de ciência, de tecnologia e inovação, para que possamos aprender com os senhores, pesquisadores e cientistas, quais os gargalos, quais as dificuldades que esse importante segmento do conhecimento tem em nosso país.

Fazemos isso em sintonia perfeita com o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ministro Sérgio Rezende tem sido um parceiro nas atividades da Comissão. Eu não tenho dúvida de que, como bem disse o Senador Flávio Torres, como cientista e pesquisador que o é, que a ciência, ela é importante, evidentemente, para o desenvolvimento e, por consequência, pela paz, daí o objeto da nossa Audiência Pública. A UNESCO promove o Dia Mundial da Ciência pela Paz e Desenvolvimento. Ele disse que, enquanto houver fome, não haverá paz. É uma realidade.

E o combate à fome se faz necessariamente pelo desenvolvimento. Pela oportunidade de geração de emprego e renda que dê a todas as pessoas condição de dignidade no sustento de suas famílias. E disse mais o Senador Flávio Torres, disse mais, que a fome, e é triste a gente constatar isso, é usada pelos

governantes, alguns, graças a Deus, não todos, como instrumento de perpetuação no poder, como instrumento de dominação pela impossibilidade de as pessoas terem dignidade no seu sustento.

Eu represento, no Senado Federal, uma região e um Estado, o Estado do Pará e região amazônica, que está no centro da mídia nacional e internacional. Se discute a Amazônia de todos os jeitos, por todos os ângulos. E eu tenho defendido, e farei uma Audiência Pública brevemente, de que a ciência e a tecnologia é que têm que definir o rumo que nós vamos adotar para o desenvolvimento, eu falo especificamente da Amazônia, mas de todo o planeta. Mas me refiro à Amazônia porque, lá, nós temos duas correntes... Duas correntes que não se comunicam. Eu diria que se torna um diálogo entre surdos e mudos, que é a corrente dos ambientalistas e dos desenvolvimentistas.

Acho que a verdade, a razão, não está nem de um lado e nem de outro. A verdade, a razão, vai estar pelo consenso, pela busca de como se fazer o tão sonhado e propalado, em todas as falas, em todas as oportunidades, desenvolvimento sustentável. É uma palavra interessante, interessante. E esse desenvolvimento sustentável, e aí eu tenho convicção, como sou humano, sou aberto ao diálogo e defendo a tese de que só sei aquilo... Só sei que nada sei, ou seja, aprendo diariamente, e uma audiência como essa, para mim, é de um aprendizado extraordinário, eu me coloco à disposição para ouvir, para trocar opiniões, e até mudar de posição, mudar de pensamento, se realmente me convencerem, me mostrarem que o caminho é esse.

O que eu acho e que eu defendo, e aí quero o apoio de todos os senhores, da UNESCO, para que possamos, dentro daquele convênio, Dr. Vincent, nós possamos fazer um específico, vamos discutir o desenvolvimento da Amazônia de forma não emocional, de forma científica. Vamos ouvir os desenvolvimentistas, vamos ouvir os ambientalistas, e vamos dar à Ciência e Tecnologia o direito que ela tem de colocar a sua posição e dizer de que forma, com inovação e com recursos, nós vamos poder desenvolver aquela região cobiçada hoje, em nível nacional e internacional, é evidente, nós não podemos deixar de entender, Senador Flávio Torres, V. Exa. é de uma região do nosso país também subdesenvolvida, não incorporada ao processo de desenvolvimento nacional, que é o nordeste, com as diferenças da Amazônia. Mas a Amazônia, pelas riquezas que ela detém, riquezas de todo tipo, Deus foi muito generoso conosco, ele nos deu um sobressolo, uma floresta extraordinária, nos deu um solo fértil, para produzir alimentos, nos deu um subssolo rico, de todas as... Os minerais que lá estão sendo explorados, falta a nós que tenhamos equilíbrio para usar isso tudo, de forma que nós possamos... Eu não gosto de usar a palavra preservar. Porque preservar, para mim, diz... Entende como sendo isolar. Nós não queremos isolar a Amazônia. Eu acho que nós temos que conservar a Amazônia. Conservar a Amazônia porque ela é, sem sombra de dúvida, uma riqueza que não é nossa. Quando digo nossa, da nossa geração. É uma riqueza de vocês, jovens, que estão aqui hoje, nessa audiência, das gerações futuras a de vocês. Ou seja, ela é um bem que tem que ser perpetuado.

Agora, de outro lado, não é possível que se mantenham 23 milhões de brasileiros, que vivem naquela região, numa condição de vida que eu diria, em grande parte delas, subumana. Sem acesso à água, sem acesso a saneamento, sem acesso a tecnologias, sem acesso à saúde, sem acesso a estradas, à Educação, e aqui falamos muito em Educação.

Ora, tudo isso tem que ser levado para o Brasil como um todo. Em especial para essas regiões menos desenvolvidas, que têm um... Têm uma contribuição muito grande a darem ao nosso país na aceleração do seu crescimento. Se nós incorporarmos ao país essas regiões, periféricas ainda, como é o caso do Nordeste, como é o caso da Amazônia, como é o caso do Centro-oeste, evidentemente que esse país vai ter um resultado, no seu crescimento, muito mais acelerado.

Eu tenho buscado conversar com os institutos de ciência e pesquisa da região. E, voltando, Sr. Vincent, vou convidá-lo para que possamos fazer um programa em que nós vamos deixar com os cientistas, nós vamos deixar com os pesquisadores, nós vamos deixar com a Academia, para que funcionem como orientadores, Senador Flávio Torres. Orientadores de como fazer, de forma sustentável, o desenvolvimento da Amazônia.

Nós temos a maior biodiversidade do planeta na Amazônia. E, lamentavelmente, os trabalhos científicos que são produzidos pela Amazônia, em 70% deles, são feitos por pesquisadores estrangeiros. Não são feitos por brasileiros. São feitos por pesquisadores estrangeiros. Nós temos a obrigação, a obrigação, como legisladores, de apoiar, naquilo que nos é permitido, com legislação, com recursos no orçamento, para que as áreas de Ciência e Tecnologia de todos os órgãos possam realmente ser supridas de recursos, para que os pesquisadores tenham a condição realmente de, com dignidade, exercerem o seu trabalho.

Eu sei, e falo isso, não sou pesquisador, já fui professor da Universidade Federal do Pará, mas tenho um filho. Um filho, médico, que seguiu a carreira de pesquisador. Ele fez toda a formação em medicina básica no Pará, mas fez a sua complementação na Universidade da Escola Paulista de Medicina, a Univer-

sidade Federal de São Paulo, terminou pós-doutorado, estava trabalhando na área de pesquisa e não queria voltar para o Pará. Dizia ele a mim que não teria, no Pará, as condições de dar continuidade ao trabalho de pesquisa que fazia em São Paulo.

E eu, conversando com ele, concordando com ele, porque não poderia discordar, disse a ele: "Meu filho, se nós continuarmos nessa situação de mandarmos as nossas... Os nossos cérebros adquirirem conhecimento nos centros avançados do Sul e Sudeste, e se eles lá ficarem, nós não vamos conseguir produzir aqui algo que possa desenvolver a ciência e tecnologia na Amazônia. Acho que é um esforço que você tem que fazer de voltar, como outros voltaram, não só você, mas outros têm voltado, com todas as dificuldades, e vamos fomentar o incremento da ciência e tecnologia e da inovação em nosso Estado, em nossa região".

Então, eu acredito que nesse trabalho que a UNESCO fez, que eu tive a oportunidade de, terça-feira, ter ido entregar um dos prêmios aos jovens que participaram do concurso de desenho e de trabalhos escritos, é, pelo que foi dito aqui, o começo de um caminho longo, difícil. Educação, se fala muito que temos que melhorar... Não há nenhum Senador, nenhum Deputado que vote contra qualquer projeto que seja para beneficiar a Educação.

Ainda agora, essa semana, nós promulgamos a PEC que extingue a DRU que contingenciava 20% dos recursos da Educação colocados no orçamento da União, aprovada por unanimidade... Por unanimidade. Lamento só que o efeito da PEC não se produza já em 2010. Esse é o grande problema. O efeito da PEC vai ser produzido a partir de 2011. Ou seja, o Governo atual, ele aceitou a extinção da DRU, mas deixou para o próximo, para que ele absorva os encargos que são necessários para o aumento da Educação. Só que a Educação não basta ser quantitativa; ela tem que ser qualitativa. E aqui foi falado por vários dos senhores. Nós temos...

Eu defendo, dizia há pouco, conversava com os Senadores, que a ciência deveria ser ensinada desde o ensino básico, lá atrás, quando o aluno entrasse para aprender as primeiras palavras, para ser alfabetizado, uma das palavras a serem ensinadas, assim como ensina "vovó", "vovô", "uva", "viu", não sei o quê, colocar ciência também no aprendizado dele. Para que já fosse incutido no cérebro das crianças a questão da ciência, a questão da leitura, necessária para abrir as mentes dos nossos jovens.

Eu fico muito feliz. Fico muito feliz de ter presidido, junto com os demais Senadores, esta Sessão, e tenho certeza que não encerraremos por aqui. Tenho certeza que nós vamos dar continuidade. E V.Sas., que aqui estiveram conosco, serão novamente convidadas a virem discutir este assunto para o Brasil como um todo, para a Amazônia em particular, porque nós queremos e vamos ver o Brasil, fazendo parte dos países do primeiro mundo, desenvolvido, buscando, como deve buscar, um espaço do G-8, já estamos no G-20, vamos ao G-8, mas nós temos que olhar para dentro do Brasil. Nós temos que olhar que o discurso que nós fazemos para fora, ele tem que ser feito, na prática, para dentro.

Ou seja, nós não podemos, na comunidade internacional, pleitear um espaço no grupo dos países desenvolvidos, se nós não procurarmos, internamente, fazer com que as desigualdades sejam reduzidas ou eliminadas. Isso é constitucional. Como é constitucional, e eu vou ler aqui, só para concluir, para dizer que nós não precisamos de leis, Senador Flávio Torres. Nós precisamos fazer com que elas sejam cumpridas, que elas sejam colocadas em prática.

Diz o art. 218 da Constituição Federal: *"O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica.* Além disso*, "a pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências",* § 1º*. "Já a pesquisa tecnológica, voltar-se-á para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional",* §2º –Por fim*, "o Estado apoiará a formação de Recursos Humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá meios e condições especiais de trabalho aos que delas se ocupem",* §3º.

Então, basta, meus jovens, minhas senhoras e meus senhores, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, basta que pratiquemos o art. 218 da nossa Carta Magna, nos seus §§ 1º, 2º e 3º, que nós vamos já ter, teremos, com certeza, um avanço substancial naquilo que pretendemos como no dia de hoje, "ciência pela paz e desenvolvimento". Não teremos paz sem desenvolvimento porque, como foi dito aqui, o desenvolvimento é que dará as condições de eliminação da pobreza, e eliminando a pobreza, nós, com certeza, estaremos caminhando no caminho da paz e trabalhando para que essa paz seja permanente.

Eu gostaria de... Eu gostaria só... Do Dr. Jacob Palis, ele precisa se ausentar, em função do seu vôo. Quero agradecer, Dr. Jacob, V.Sa. já é... Já faz parte, como membro honorário, da Comissão de Ciência e Tecnologia. E isso nos dá um orgulho muito grande de o termos sempre presentes nas nossas audiências.

SR. JACOB PALIS: E, para mim, maior ainda. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado. Nós vamos, antes

de encerrarmos essa Audiência Pública, nós vamos dar a oportunidade a que os alunos premiados, tanto em nível de desenho e em nível de trabalho escrito, possam fazer uso da palavra, porque acho que vocês serão os dirigentes futuros da nossa nação. E eu espero que muitos de vocês estejam, mais à frente, neste Plenário, representando os Estados de cada um no Senado Federal, e que possam, já agora, começar o treinamento, fazendo as suas observações e os seus pronunciamentos.

Eu quero convidar o estudante Daniel Rocha Ruiz, de 15 anos, primeiro ano do ensino médio, que teve como professora orientadora, e eu pediria, que se ela estivesse aqui, que o acompanhasse à tribuna, Professora Sandra Maria Tonidandel, do Colégio Dante Alighieri, de São Paulo. Ele obteve o primeiro lugar com o trabalho produzido "Um conto dos cosmos".

Então, eu passo a palavra ao jovem Daniel Rocha Ruiz. V.Sa., diferentemente dos demais convidados, terá o tempo necessário para dispor sobre o seu trabalho e sobre as suas sugestões, para que possamos incentivar a ciência, a tecnologia e a inovação em nosso país.

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Primeiramente, eu gostaria de agradecer a todos vocês que... Principalmente o Sr. Vincent e a Sra. Beatriz, que aqui representando a UNESCO, nos propiciaram esse concurso do Dia Mundial da Ciência e nos fomentou a todos nós a tentar fazer uma produção, seja um desenho ou trabalho escrito, que retratasse a nossa presença no cosmos.

Trabalhando um tema de tanta importância, tanto intelectual quanto filosófica, eu creio que, ao desenvolver os nossos trabalhos, todos nós que tentamos, tantos... Os mais de 100 que tentaram produzir, os 10 que chegaram, todos nós crescemos intelectualmente e aprendemos de alguma forma a ver a nossa sociedade, o nosso país, o nosso mundo de alguma forma diferente. Pudemos nos aprofundar em nossas opiniões, em nossas análises, quem somos. Então, primeiramente, isso que gostaria de dizer.

Sobre o pronunciamento anterior do Sr. Presidente da Câmara, gostaria de falar que me encheu de expectativas essa ideia de criar um programa que vise ao desenvolvimento, à produção de pesquisa sobre a Amazônia, porque é fundamental que o desenvolvimento científico cresça no Brasil. Porque, muitos anos atrás, o ouro, a madeira, todos esses já foram recursos que mediam o poder de um país. Mas, nessa nova era, nesse novo século da ciência, eu realmente acredito que será a tecnologia, o desenvolvimento, o conhecimento, que será o novo medidor de desenvolvimento.

Então, eu também gostaria de fazer uma pergunta, para tudo que já foi feito até agora, tanto os trabalhos que foram desenvolvidos aqui quanto os trabalhos que são desenvolvidos em outras áreas, como a pré-iniciação científica, como é o caso que é a FEBRACE, coordenada pela professora Roseli de Deus, eu gostaria de saber o que é feito, como pode ser estimulado a divulgação de tudo que já foi feito, de tudo que ainda é feito. Porque, para todos nós que viemos aqui, o programa, o concurso nos estimulou a fazer. Mas, sem dúvida, o que foi também de grande importância foi a premiação, ser chamados até aqui, tanto para a premiação do dia 10, quanto essa Sessão aqui, pois ela nos gratificou, nos encheu de satisfação, vou dizer até muito orgulho de poder estar aqui, porque ela nos mostra a recompensa do nosso trabalho. E também nos estimula a continuar, a tentar fazer mais, a tentar estar aqui ano que vem e, assim, criando um ciclo vicioso, só que um bom ciclo, pelo desenvolvimento tanto nosso, próprio, quanto da sociedade.

Gostaria de perguntar o que pode ser feito para estimular mais ainda a divulgação do que acontece aqui, em todas as esferas do que é feito pelos jovens para que, dessa maneira, os jovens possam sentir ainda mais prazer em desenvolver e assim continuar seu trabalho cada vez mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, a Dra. Roseli, para que responda ao Sr. Daniel Ruiz.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Eu acho que, com a sua pergunta, você já respondeu também. Quer dizer, você está aqui como os outros jovens presentes nesse concurso, proporcionado dessa vez pela UNESCO, criando esse ciclo virtuoso. Porque os jovens que vão estar te assistindo no vídeo, que vão estar te vendo nos diversos meios e mídias, eles vão se espelhar. Porque falam: "Eu sou como o Daniel. Eu quero fazer". Então, a gente precisa muito dessa mobilização nacional e quanto mais concursos, mais oportunidades nacionais, regionais ou internacionais, a gente puder criar, mais a gente vai conseguir contaminar as pessoas para que elas acreditem que "eu também posso". Só que para isso a gente precisa ampliar as oportunidades. A gente precisa da ajuda desta Casa e das outras esferas aí de Governo... E a gente estabeleça políticas de Estado mesmo para incentivar esse protagonismo juvenil.

Assim como o Daniel é um exemplo, a gente vê como a nossa inteligência brasileira, às vezes, é desperdiçada, porque a gente não dá as provocações na escola. Então, esses jovens podem nos ajudar a construir essa mobilização nacional de protagonismo, dentro da escola, pelos estudantes e pelos professores. A

gente precisa valorizar esses alunos, esses professores, para mostrar de tudo que eles são capazes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Daniel, eu queria mencionar para vocês que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que é uma sociedade que tem já 61 anos de atuação aqui no Brasil, ela acredita totalmente nessas iniciativas de estimular, desde cedo, a juventude a... Vamos dizer assim, se preocupar e desenvolver, desenvolver a sua criatividade científica.

E nós temos vários mecanismos, todo ano, nós temos concursos, um concurso Jovem Pesquisador, que está aberto, e talvez não tenha... Vocês não tenham tomado conhecimento ainda, a gente tem que fazer um esforço para que a coisa seja mais ampla, e o faremos, mas existe essa possibilidade e toda reunião anual da SBPC, a cada ano, a SBPC, no mês de julho, realiza uma reunião, onde são discutidos todos os problemas da ciência no país. E, em particular, a gente replica essa reunião dos adultos, dos cientistas, para os jovens. É a SBPC Jovem que a gente chama. Por exemplo, na última reunião que nós fizemos lá em Manaus, teve participação de três mil jovens nessa sessão SBPC Jovem. Então, existe... É um esforço que nós fazemos para estimular essa participação. Eu gostaria de convidar.

Temos também publicações. Publicações da Ciência Hoje, que é uma aberta da SBPC, que está nas bancas, uma revista, mas tem também Ciência Hoje das crianças, que também está... Estimula desde a primeira infância, a participação de jovens, estimula a curiosidade científica do jovem.

E eu gostaria de conclamar vocês que estão aqui, a nas suas escolas também divulgarem essas possibilidades de participação na SBPC, nas reuniões da SBPC e, eventualmente, participar até de escrever artigos e tudo isso nessas revistas da SBPC, voltadas para os jovens. Acreditamos, como a UNESCO e como todas as organizações voltadas para essa atividade, nós somos também crentes de que é aí que começa o surgimento das vocações. E temos a preocupação. Mas você sabe que a gente tem essa... Muitos objetivos, às vezes, não consegue também plenamente executá-los. É muito difícil. Isso necessita de uma atuação de todas as instituições, todos os cidadãos a ter as ideias voltadas para essa questão.

Mas esteja certo de que nós queremos a incorporação dos jovens nos nossos... Na nossa atuação, para a divulgação da ciência. Você, principalmente, e vocês que estão aí, eu conclamo aqui, prestem atenção na atuação da SBPC e participem dela!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Gostei muito das perguntas que você nos fez. Hoje celebramos o Dia Internacional da Ciência para a Paz e o Desenvolvimento, que deveria servir de inspiração para nós cotidianamente, porque a paz e o desenvolvimento se constroem dia a dia, com o esforço de cada um de nós. Vocês jovens são protagonistas de algo muito importante. Vocês ganharam um prêmio que significa muito mais do que apenas uma reconhecimento, significa que vocês mobilizaram a escola, o entorno, o centro educativo, as suas famílias, e conscientizaram as pessoas do valor da ciência para nossa vida cotidiana. Isso é o mais importante de tudo.

Nós da UNESCO queremos ver como podemos apoiar esse encontro e esse trabalho de difusão que vocês fizeram. Através desse livro, todos podem ter acesso aos trabalhos. Pensamos, porém, que é importante manter o intercâmbio entre os jovens ganhadores dos prêmios e os cientistas, as instituições de pesquisa, e a UNESCO pode orientá-los quanto a isso. Vocês podem ir visitar as instituições de pesquisa, podem viajar par ao exterior. Isso pode ser muito importante para vocês, jovens cientistas. Precisamos conscientizar as pessoas de que a ciência não se faz em um dia, de que a paz não se faz em um dia. São construídas cotidianamente, e todos devem participar desse processo.

Vocês podem contar com o apoio da UNESCO Brasil, pois tudo isso é muito importante para a ciência. Precisamos continuar caminhando juntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço à Dra. Beatriz, e Dra. Roseli Lopes pede para fazer uma complementação.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Só um complemento. Queria aproveitar que você falou da FEBRACE, que talvez muitas pessoas não saibam o que é isso. A FEBRACE é uma... Chamada Feira Brasileira de Ciências e Engenharia, e apesar de ter esse nome, ela não é voltada para universitários. Ela é voltada para despertar talentos na Educação básica. Então, ela é uma feira que vem acontecendo já há sete anos, a gente está com as inscrições abertas até hoje para a próxima edição, e onde a gente provoca os estudantes brasileiros criativos para que identifiquem problemas, pensem em soluções, bolem hipóteses, bolem estratégias de como formular, de como verificar se essas hipóteses são verdadeiras ou não.

Então, essa provocação nacional, que vem há oito anos, ela já na primeira edição, conseguiu captar projetos de estudantes brasileiros de 13 Estados. E nos últimos anos, temos conseguido receber projetos de

todas as unidades da federação e, inclusive, conquistando prêmios numa grande feira internacional, onde participam 50 países. Esse último ano, os estudantes da FEBRACE ganharam quatro prêmios; a gente tem também uma feira no Rio Grande do Sul, que é uma feira internacional que conquistou também um prêmio significativo esse ano, e então, convido a todos para nos ajudar a divulgar.

E a FEBRACE, junto com a MOSTRATEC, que é essa feira no Rio Grande do Sul, tem conseguido fomentar que outras feiras regionais e estaduais também, que já existiam, se fortalecessem, e outras foram criadas, justamente para poder ter um espaço para mostrar a criatividade desses alunos e que eles conseguem descobrir problemas e soluções regionais, que ainda não foram descobertos. Alguns deles, inclusive... Não é o nosso objetivo, que eles produzam patentes e registros, mas a gente tem vários casos, em todas as áreas do conhecimento, em que eles já geram projetos com essas características.

Outra iniciativa que eu queria comentar aqui, para quem... Para professores, é o programa da ABC, que é o ABC na Educação Científica, onde a estação ciência tem um grupo, que é mais conhecido como projeto Mão na Massa, que é voltado para a formação de professores para que os professores trabalhem com experimentação, com investigação científica desde as séries iniciais. São duas coisas que se complementam. Você provocar o professor para trabalhar com coisas de verdade, com experimentação, e a FEBRACE, que é uma provocação à distância, e outras feiras como a FEBRACE, onde você cria espaços de apresentação, de projetos de socialização entre professores e estudantes, para que eles sirvam de exemplos, como o Daniel e como vocês, para que outros também queiram entrar nesse ciclo virtuoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Roseli. Daniel, eu quero dizer que, em seu nome, nós estamos homenageando a todos os alunos que participaram dos trabalhos escritos com o tema "Um conto dos cosmos", o tema é "Nossa presença no cosmos". "Um conto dos cosmos" foi o seu trabalho. Não só aqueles que foram selecionados, mas também aqueles que participaram, encaminharam seus trabalhos e até aqui não chegaram. V.Sa. representa, nesse momento, a todos eles. A homenagem que prestamos a V.Sa. é estendida a todos. A todos.

E quero, só como contribuição, conversava com o Dr. Vincent, que é o representante da UNESCO, e fazia uma sugestão-desafio a ele. Acho que nós devemos, e o Daniel citou isso, dar divulgação ao programa. E aí, a sugestão que eu propus à UNESCO é que, para o próximo ano, nós possamos fazer reuniões como essa em cada um dos Estados da federação, fazendo a apresentação dos trabalhos, fazendo a seleção dos trabalhos, fazendo a escolha daqueles que vão vir representar o Estado e, com isso, nós estaremos divulgando, através das Secretarias de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Educação de cada Estado, divulgando em toda a rede da Educação estadual. E aí, eles terão também a oportunidade de participar de um evento como este em cada um dos Estados, que eles serão, então, também homenageados. E, ao final, nós faríamos, aqui em Brasília, o encontro reunindo já, então, os trabalhos escolhidos dos 27 Estados, tanto de escrito quanto de desenho. E faríamos, então, a seleção final. Eu acho que aí nós teríamos uma divulgação e uma participação bastante mais difundida. E a proposta que eu deixo para estudo da UNESCO para que, se possível, nós possamos implementá-la.

E quero deixar, desde já, o nosso engajamento e nosso apoio para que possamos realizar isso no Estado do Pará. Obrigado, Daniel. Fique certo de que o Senado Federal se sente orgulhoso de ter um jovem como você colocando as suas opiniões e trazendo as suas sugestões para que possamos trabalhar pelo desenvolvimento do nosso Brasil.

[palmas]

Eu quero... Gostaria de falar ainda?

SR. DANIEL ROCHA RUIZ: Eu gostaria de agradecer os elogios pela minha iniciativa e eu gostaria também de falar, assim como você disse, um pouquinho desse intercâmbio cultural que nós tivemos aqui. Foi uma das partes mais importantes e gratificantes do concurso, dessa segunda fase, ter conhecido todos aqueles que também vieram aqui, cada um de um Estado, de uma cidade diferente, e eu achei que isso foi muito enriquecedor.

O pessoal que veio do Sul, outro do Nordeste, cada um de uma parte do Brasil, e eu achei que isso, sem dúvida, foi muito gratificante. Então, eu gostaria também de falar que essa sua ideia, sua proposta, para mim, me parece também muito inspiradora, assim, muito... Como eu posso dizer? Deve ser levada muito a sério, porque ela estimula uma coisa que nós fizemos aqui entre 20 alunos. Se ela pudesse ser feita entre 200, seria... Atingiria muito mais pessoas e também se propagaria para muito mais essa ideia, essa iniciativa, a divulgação seria muito maior. Então, eu o parabenizo pela ideia, que eu achei fenomenal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Daniel. Nós vamos fazer para 200, dois mil, 20 mil, 200 mil... Com certeza absoluta, com o apoio da UNESCO e do Senado Federal. E eu

quero dizer que, pelo que você demonstrou aqui, você tem uma vocação muito grande para a política e para a ciência. Então, V.Sa., talvez, seja como o Senador Flávio Torres, que é político e cientista e pesquisador. Muito obrigado.

[palmas]

Vou chamar agora, para que também possa fazer uso da palavra, Gidálsio(F) Sousa Santos, de 17 anos, que foi escolhido como o melhor trabalho, na categoria de desenho, e teve como professor orientador o Professor Sólon Almeida Barreto. O Gidálsio(F), ele é aluno da Escola de Educação Básica e Profissional Desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, de Irecê, Bahia. Com a palavra, o nosso convidado e laureado Gildásio Sousa Santos.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Primeiramente, quero agradecer a todos que compõem a Mesa, ao Plenário, a todos aqui, e a todo o pessoal da UNESCO, que deu um apoio muito grande para todos nós, participantes aqui. E quero dizer que a ciência, de fato, é algo muito importante mesmo para a vida de todos nós. Ela contribui, a cada instante no decorrer de nossa vida, a ciência faz parte de nossa vida. E a ciência também é algo que deve ser levado... Levado, do início da nossa vida até o resto da nossa vida, porque é algo que contribui bastante.

E, ao participar desse concurso da UNESCO, eu me envolvi muito com esse concurso, algo que eu não sabia antes, eu aprendi agora e, de fato, abri um espaço de visão maior e estou mais voltado para a ciência. E quero deixar uma pergunta para vocês também, que vocês já falaram, mas eu quero que reforce um pouquinho mais, que é sobre de que forma a ciência pode contribuir para o desenvolvimento sustentável para a melhoria de vida de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Gidálsio(F). Vamos começar, pela ordem, da direita para a esquerda, Dra. Roseli Lopes.

SRA. ROSELI DE DEUS LOPES: Nessa perspectiva trazida por este evento de ciência para a paz e o desenvolvimento, eu acho que a gente democratizar o acesso ao conhecimento, que já foi gerado pela humanidade, a gente democratizar e baratear, dar acesso a todos das tecnologias existentes hoje para a gente melhorar as condições de vida, são coisas que a gente precisa fazer imediatamente. Mas, o mais importante, além disso, porque, como a gente vê, a ciência é dinâmica, a gente está todo dia aprendendo e construindo coisas novas, é inserir jovens como vocês nesse processo de construção de conhecimento. Para que a gente, em cada localidade, das mais remotas que a gente tem neste planeta, a gente identifique quais são os problemas de verdade que existem e a gente saiba que a gente pode trabalhar para resolver e para melhorar as condições de vida. A gente tem muito mais problemas para resolver e muito mais soluções para desenvolver do que o que a gente já conseguiu acumular em toda essa trajetória da humanidade aqui no planeta.

Eu acho que esse é um momento histórico também que a gente vive no planeta em que há uma tomada de consciência que a gente precisa conservar este planeta e que a gente precisa ter qualidade de vida para todas as pessoas, para que todo mundo possa viver bem. Então, acho que esse é o caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Vincent Defourny.

SR. VINCENT DEFOURNY: Acho que a resposta está no seu desenho. Lá, o que vejo no seu desenho é uma representação do homem no centro de sua biosfera. E esse equilíbrio entre homem e a biosfera é uma ideia muito querida da UNESCO, já faz muito tempo, mas, várias décadas, quando a UNESCO criou os Estados-membros da UNESCO, todos os Estados do mundo criaram esse programa internacional, que se chama “O homem e a biosfera”, que justamente encontrar o equilíbrio entre a preservação da biosfera, a conservação, como falava muito bem o Senador a respeito da Amazônia, mas com o homem no centro.

Não é uma questão de encerrar, preservar, engessar, uma questão realmente de desenvolver-se, mas de uma forma sustentável que não coloque em perigo nosso planeta e as gerações futuras. Então, acredito que uma... O desafio do desenvolvimento sustentável e o desafio do pacto inter-geracional que temos que realmente fechar e que temos que aprimorar. Por isso coloco a representação da UNESCO aqui no Brasil à disposição do Senado Federal para continuar essas discussões e realmente seguir nessa mobilização da opinião pública a respeito dessas questões tão importantes e também... Mas também mais especificamente para discutir, com o cientista, de uma forma não passional, mas de uma forma muito bem pensada, como a ciência, como os pesquisadores podem realmente dar o norte ao desenvolvimento da Amazônia, que é uma riqueza fantástica do Brasil, mas do mundo também, que é patrimônio da humanidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dr. Marco Antônio Raupp.

SR. MARCO ANTONIO RAUPP: Eu vou abordar um exemplo sobre exploração econômica da Floresta Amazônica, que é o ambiente e o estado, principal Estado, lá o Pará, representado pelo Senador Flexa Ribeiro. Como é que a ciência pode interferir positi-

vamente na vida das pessoas e na própria economia do país? Por exemplo, na Amazônia, as populações ribeirinhas, elas utilizam os recursos fluviais e também exploração da floresta. Os que estão vindo de fora, indo para a Amazônia, estão adotando, para explorar economicamente a região, simplesmente cortar... Cortar a floresta e vender madeira e depois transformar a floresta em campos para a exploração da pecuária. Isso tem um determinado valor economicamente, mas tem impactos negativos muito grandes. O desmatamento da Amazônia dá uma contribuição enorme, por exemplo, para a questão do aquecimento global.

Por exemplo, se nós desenvolvermos, através da pesquisa científica, novas possibilidades de intuição dessas árvores, por exemplo, sem derrubar árvore, mas utilizando as folhas delas, resinas retiradas delas sem destruí-las, por exemplo, você pode... Está comprovado, tem vários exemplos aí de que você pode desenvolver novos produtos com valor econômico, produtos farmacêuticos, produtos de... Esses produtos de... Pessoais, esses... Como chama? Cosméticos e tudo isso, são de alto valor.

Então, se você desenvolver o conhecimento, por exemplo, como desenvolver produtos a partir da floresta, sem destruir a floresta, a ciência estará dando... Essa pesquisa estará dando uma grande contribuição. Abrirá novas oportunidades econômicas para essas populações, porque as populações têm que viver, elas têm que ter, buscar uma atividade que também dê renda econômica. Senão, é só uma ilusão a gente imaginar que teremos... Vamos obrigar eles a não destruir a floresta sem construir uma alternativa. A ciência pode contribuir grandemente para construir essas alternativas. Estou te dando isso como exemplo. Existem outras formas, existe o próprio manejo florestal também diferenciado. Uma maneira... Você pode definir manejos, usar a floresta, até cortar a madeira, usar a madeira, mas, substituindo, fazendo a conservação da floresta, substituindo essas árvores que você usa, plantando a mesma espécie, a espécie nativa. Sempre mantém todas as características da floresta. Existe toda uma visão aí de utilizar isso dentro desse espírito de conservação.

Então, são exemplos, no caso da região Amazônica, que a ciência pode contribuir. É nesse sentido que todos aqui se manifestam, que o... Propor saídas de desenvolvimento com sustentabilidade, para a região, é fundamental. Significa isso. A ciência é o elo principal entre a sustentabilidade e o progresso econômico nessa região. Essa é a tese aqui que o Senador Flexa Ribeiro defende, que todos nós defendemos. A ciência é exatamente a forma, o desenvolvimento de conhecimento, mais sobre os processos da biodiversidade na região, é a forma mais coerente e mais adequada para se promover o desenvolvimento econômico da região. E respeitando as condições de sustentabilidade ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dra. Beatriz Macedo.

SRA. BEATRIZ MACEDO: Pois não. Acredito que a ciência está no centro das tensões que geram as grandes crises que estamos vivendo atualmente, como as mudanças climáticas, as energias renováveis, a água potável e os recursos hídricos. O conhecimento científico deverá aliviar essas tensões.

Mas eu gostaria de falar do ponto de vista do cidadão, porque é o que me interessa. Esses grandes debates também ocorrem em nossos países. Os cidadãos é que devem escolher o modelo de desenvolvimento de suas nações, mas não poderão participar dessa discussão se não têm o conhecimento científico necessário para entender o que quer dizer mudança climática, para saber quais são as fontes de energia mais convenientes para cada país. Tudo isso está ligado ao desenvolvimento humano. É preciso que haja formação científica para todos. Cada um de nós deve participar desses debates, porque isso é democracia, que não se restringe apenas ao voto a cada quatro anos. Para participar da escolha do modelo desenvolvimento de nossos países, cada um de nós deve ter conhecimento científico. Por tanto, volto a reivindicar educação científica de qualidade para todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Dra. Beatriz Macedo. Pergunto ao Gidálzio(F) se gostaria ainda de complementar sua fala.

SR. GILDÁSIO SOUSA SANTOS: Eu quero agradecer a todos por essa participação minha aqui no concurso. Eu queria só dizer uma coisa a mais sobre a ciência, que a ciência... Se a ciência usada da melhor forma possível, como sabe, a ciência tem dois lados, tanto negativamente como positivamente, e usada da melhor forma possível, com certeza, melhorará a vida de todos. Quero agradecer a todos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Gidálzio(F). Da mesma forma que comentei com o Daniel, quero que, em seu nome, homenagear a todos os alunos que participaram do concurso, no caso, de desenho. Não só aqueles que foram escolhidos e que estão aqui hoje nesta Sessão, mas aqueles outros que encaminharam também os seus trabalhos e que não tiveram a oportunidade de estarem aqui.

E também dizer que é importante que V.Sa., tendo estreado a tribuna do Senado Federal, possa também, como o Daniel, ser, no futuro, um representante

do seu Estado, que é a Bahia, no Congresso Nacional, aliada à vocação de cientista ou de artista, que V.Sa. já demonstra na juventude.

E eu quero, também, em nome dos dois professores-orientadores, a professora Sandra Maria Tonidandel e ao professor Sólon Almeida Barreto, agradecer e homenagear a todos os professores-orientadores que ajudaram que nós pudéssemos hoje, Dr. Vincent, estarmos aqui nessa Audiência Pública.

E, complementando a sugestão que fiz, eu queria acrescentar, além das Secretarias de Ciência e Tecnologia e de Educação, eu queria também propor à análise da UNESCO que nós engajássemos também os Poderes Legislativos dos Estados brasileiros. Assim como fizemos a Sessão no Congresso Nacional, no Senado Federal, que nós fizéssemos as Sessões, nos Estados, nas Assembléias Legislativas, que estão linkadas com o Senado através da Interlegis. Eles estão tendo a oportunidade de assistirem a esta Sessão e tenho certeza absoluta que os representantes do povo e de cada Estado vão poder também dar a sua contribuição, que, pelo que aqui foi dito, que o dia da ciência pela paz e pelo desenvolvimento não seja apenas o dia 10 de novembro, seja... Sejam todos os dias de todos os anos. Muito obrigado...

Senador Cristovam Buarque, que retorna agora da... De ter presidido a Comissão de Direitos Humanos, e ele não poderia deixar de fazer a sua... O seu pronunciamento. Concedo a palavra, então, ao Senador... Agradeço ao Gildésio(F), e concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia ainda, ou boa-tarde a cada um e a cada uma de vocês. Peço desculpas por não ter ficado todo o tempo aqui, inclusive, de não ter comigo os papéis que eu organizei o discurso, embora não fosse para ler, que eu não gosto de ler discursos. Mas, eu falei, antes de sair daqui, de que nós precisamos fazer muitas formas de paz. Houve um tempo que bastava uma paz. Era a paz entre os exércitos, era a paz não-guerra.

Felizmente, pelo menos do ponto de vista da nuclear, já não temos essa ameaça. Mas temos muitas guerras espalhadas pelo mundo e que precisam de paz. Mas nós precisamos de mais de uma paz. Os Aymaras, eles falam que nós precisamos de sete formas de paz diferente. Uma para cima, com o sobrenatural. Uma para baixo, com a Terra. Uma para frente, com o passado, porque o passado a gente vê que ninguém está em paz se tem remorsos com que fez no passado. Uma para trás, que é o futuro que a gente não conhece. Por isso eles põem atrás. É a paz de quem não tem medo do que vai acontecer. Uma para a direita, que é a paz interna da sua casa. A outra, para a esquerda, que é a paz com os seus vizinhos, e a outra é a paz para dentro. Isso vale para a gente hoje, só que de uma maneira mais racional, sem a beleza de dois mil anos desse poema dos Aymaras. Eu creio que a gente deve se lembrar que precisamos ter uma paz com a Terra, essa que eles já falavam naquela época. A gente está em guerra com a Terra. Terra com T maiúsculo, não com o T minúsculo. A gente está em guerra com a Terra, quando tem um programa, um projeto, um processo de desenvolvimento depredador na natureza.

Nós precisamos ter paz, sem dúvida alguma, com as crianças do mundo. Nós não estamos em paz com as crianças. Há 800 milhões dela, eu creio, o Vincent sabe mais do que eu, mas fala-se em 800 mil sem escola. Mas nós temos pelo menos um bilhão delas, além dessas 800, em escolas sem qualidade. Nós precisamos fazer uma paz com as crianças. Nós precisamos fazer uma paz com os velhos também. Os velhos no mundo estão ficando abandonados, até por causa do processo de envelhecimento rápido e pouca gente jovem para cobrir as necessidades.

Nós precisamos fazer uma paz com os habitantes do planeta em geral, e não apenas com aqueles do nosso próprio país. Nós precisamos fazer uma paz com os adolescentes nesse mundo, que são jogados na prostituição ou mesmo no trabalho, no lugar da escola. Nós precisamos fazer uma paz com a paz porque um nome que não se define bem é um nome angustiado com ele próprio. E a única forma de fazer a paz com a paz é redefini-la. E a redefinição da paz é ampliar o conceito dela. Precisamos de uma paz na relação entre ética e ciência. Os grandes erros da humanidade foram quando nós separamos ética do conhecimento, lá na Grécia antiga, e aí construímos um conhecimento capaz de fazer uma bomba atômica, deixando de lado uma ética que proibisse o uso da bomba atômica. Esse divórcio ética e ciência, ética e economia, ética e conhecimento é uma das causas de todos os desastres sociais, ecológicos que nós vivemos.

Então, nesse dia, meu caro Vincent e todos os senadores, todos os presentes, o Raupp, todos, eu quero dizer que vamos refletir que a paz é mais do que aquilo que a gente definia no passado como paz. Ela hoje tem conceitos mais amplos. Para isso, basta a gente aprender com o grupo indígena da Bolívia, de dois mil anos atrás, quando eles já percebiam, na simplicidade da linguagem deles, em um mundo que não era global, onde o globo era o vizinho, eles já percebiam que a paz não é apenas o fim da guerra. A paz é a harmonia. E essa harmonia é que a gente está precisando construir entre os seres humanos e dos seres humanos com a natureza.

Eu quero parabenizar a UNESCO, quero parabenizar o Senador Flávio, o Senador... Todos que fizeram parte da promoção da solenidade. Fico feliz que o Senador Flexa tenha incluído a minha Comissão de Direitos Humanos. Agradeço a ele, foi uma iniciativa dele, e parabéns por essa Sessão. E vamos lutar pela paz, cujo nome certo é harmonia.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador pelas suas palavras e, não havendo mais nenhum Senador inscrito após o Senador Cristovam Buarque que, por uma coincidência, uma coincidência, ele, que defende diariamente a educação, nos deu a honra de fazer o pronunciamento de encerramento desta Audiência Pública. Obrigado a todos e está encerrada a Audiência Pública.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia doze de novembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Efraim Morais, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Flexa Ribeiro, Flávio Torres, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Adelmir Santana, José Agripino, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Cristovam Buarque e Marcelo Crivella.** Registra-se, também**,** a presença do Senhor Deputado Federal **Átila Lins.** Justifica a ausência o Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos. Comunica, ainda, que a Assessoria Parlamentar da Marinha convida os Senadores membros da Comissão para uma visita oficial à Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 de novembro próximo. O Senador **João Tenório** assume a presidência. Inicia-se a apreciação da pauta. **Item 01:** Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2009, de autoria do Senhor Presidente da República, que *"Autoriza a União a doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Eduardo Azeredo**, para fazer a leitura do seu relatório. Os Senadores **Marcelo Crivella**, **Eduardo Suplicy**, **Augusto Botelho**, **Heráclito Fortes**, **Pedro Simon**, **Renato Casagrande e Paulo Duque** fazem uso da palavra. Aprovado o Projeto. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova também o Requerimento nº 97, de 2009 – CRE, de autoria do Senador **Heráclito Fortes,** que requer, *"... nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de louvor ao Governador José Serra, então Ministro da Saúde do Governo Fernando Henrique Cardoso, pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos, o que possibilita, hoje, a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2009, nesta Comissão"*. O Senador Eduardo Azeredo sugere a inclusão de item extrapauta. **Extrapauta Item 01:** Requerimento nº 1.482, de 2009, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF), que *"Requer, nos termos regimentais, a indicação de (2) dois Senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa –CDH para compor a Delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU –COP 15 em Copenhague (Dinamarca), a realizar-se entre os dias 7 a 18 de dezembro de 2009".* O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Eduardo Suplicy**. Aprovado o parecer favorável. **Item 02:** Mensagem nº 231, de 2009, do Senhor Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América"*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Heráclito Fortes,** para fazer a leitura do seu relatório. Em seguida, declara aberto o processo de votação e concede a palavra ao Embaixador Mauro Luiz para fazer sua exposição. Os Senadores **Roberto Cavalcanti**, **Arthur Virgílio**, **Paulo Duque**, **Marco Maciel**, **João Tenório**, **Francisco Dornelles**, **Eduardo Suplicy**, **Pedro Simon**, **Antônio Carlos Valadares**, **Marcelo Crivella**, **José Agripino**, **Augusto Botelho**, **Cristovam Buarque**, **Eduardo Azeredo** e **Heráclito Fortes** fazem uso da palavra. O Presidente torna a sessão secreta às treze horas e um minuto. A sessão é reaberta às treze horas e vinte e três minutos. O Presidente comunica a aprovação do Embaixador Mauro Luiz. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Uma vez que a reunião anterior da Comissão, a 49ª, ainda está ocorrendo no Plenário do Senado, a Ata referente deverá ser lida e aprovada na próxima reunião. Trata-se de uma reunião, uma Audiência Pública da qual eu já participei na sua abertura e comuniquei que estava me encaminhando para cá para que nós pudéssemos abrir esta Reunião Ordinária. A Audiência Pública é para a comemoração do Dia Internacional da Ciência pela Paz.

Nós temos aqui, antes ainda de passarmos à oitiva do embaixador, temos duas questões. Uma delas, eu quero informar aos Srs. Senadores o recebimento de convite da Assessoria Parlamentar da Marinha para a realização de visita oficial à Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, nos dias 26 e 27 de novembro próximo. Os Srs. Senadores que tenham interesse, por favor, manifestem a sua intenção à Secretaria dessa comissão. A Base Aérea Naval de São Pedro da aldeia está exatamente localizada na Região dos Lagos e o objetivo é conhecer essa instalação importante da Marinha nos dias 26 e 27 de novembro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É ao lado de Cabo Frio, em São Pedro da Aldeia. São Pedro de Aldeia é a base de apoio do porta-aviões, onde está a Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O porta-aviões fica no Rio, mas o aeródromo fica lá em São Pedro. A previsão é sairmos daqui de Brasília, o pernoite no Rio de Janeiro na quinta-feira, 26, e na sexta-feira então é que seria feita a visita ou será feita a visita, com a decolagem em helicóptero do Rio para São Pedro da Aldeia e depois em São Pedro da Aldeia toda a visita, com almoço e regresso às 15 horas para o Aeroporto Santos Dumont.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dias 26 e 27 de novembro.

Temos ainda aqui como primeiro item da pauta o Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2009, que "Autoriza a União a doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos". Eu solicito ao Senador João Tenório que assuma a Presidência, eu sou o Relator, para que eu possa fazer a leitura deste relatório. Trata-se de um projeto com urgência para que possamos auxiliar Moçambique na guerra contra a questão da AIDS e a fabricação de antirretrovirais.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Com a palavra o Relator Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, é o Projeto de Lei que foi recebido na Câmara em 15 de outubro de 2008 e a sua tramitação foi encerrada nas Comissões Técnicas da Câmara em 22 de setembro de 2009, portanto, há um mês e meio atrás. Recebido no Senado no dia 02 de outubro, essa proposição já foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e Assuntos Econômicos, nas quais recebeu parecer favorável, e aqui na Comissão de Relações Exteriores cabe-nos abordar a sua também validade. Na CAE não foram feitos óbices ao PLC, tampouco na CCJ.

O Projeto de Lei representa uma relevante iniciativa de concretização da solidariedade da República Federativa do Brasil em relação ao Continente Africano e, particularmente, à República irmã de Moçambique. Brasil e Moçambique já dispõem de um Acordo Geral de Cooperação, assinado em 1981 e promulgado em 1984, que contempla atividades conjuntas nos campos econômico, científico, técnico, tecnológico e formação de pessoal, que serão realizados por meio de acordos ou de programas especiais. Assim, em primeiro lugar a doação prevista no Projeto de Lei subsume-se ao previsto no Acordo Geral de Cooperação, de maneira perfeitamente adequada aos seus objetivos.

Esse caráter humanitário do Projeto de Lei está bem descrito na exposição de motivos assinada pelo Ministro do Estado da Saúde, que acompanha a proposição. Segundo esse informe, o perfil epidemiológico de Moçambique justifica a urgência da doação. Com dados de 2006, estima-se em 300 mil o total de pessoas que necessitam de tratamento antirretroviral naquele país e apenas 40 mil delas foram tratadas, mesmo assim sem a medicação apropriada. Calcula-se que haja cerca de 500 novos infectados por dia. Os órfãos de pais vitimados pelo vírus já passam de meio milhão de crianças.

Do ponto de vista estratégico, a nota ministerial também traz pontos importantes. Assinala o Ministro da Saúde que a instalação da fábrica de antirretrovirais em Moçambique propiciará o controle de epidemias e reduzirá o número de óbitos não apenas nesse país, mas também em outras nações para onde a produção poderá ser exportada. Ainda nesse sentido, salienta que é importante para o Brasil confirmar a sua disposição em subsidiar a iniciativa, visto que esse tema vem atraindo a atenção de outros possíveis doadores.

A eventualidade e a apropriação do projeto da fábrica de antirretrovirais por terceiros países acarretaria a perda de valioso instrumento de cooperação e de afirmação de interesses brasileiros na África. Assim, observa-se que o projeto se reveste de forte conotação humanitária, representando também meio para adensamento das relações com Moçambique e com a África, sempre lembrando que Moçambique é um país de língua portuguesa e que tem a segunda maior população. A população é maior até mesmo do que Angola e do que Portugal.

A alocação da verba do Ministério da Saúde propicia uma breve reflexão sobre a adequação dessa origem, uma vez que se trata de atividade relacionada mais à cooperação internacional que à saúde da população brasileira. Entretanto, salienta-se o adiantado envolvimento do Ministério da Saúde nessa doação, principalmente por intermédio da Fundação Oswaldo Cruz –FIOCRUZ, que já que desenvolve trabalho em Moçambique para a viabilização da implantação da fábrica, bem como os reflexos que essa atividade pode ter para a saúde dos brasileiros. Portanto, justifica-se a alocação tal como prevista no Projeto de Lei do Presidente da República.

Dessa forma, o projeto, além de encontrar respaldo no ponto de vista constitucional e sob os aspectos econômico, financeiro e tributário, também está amparado no Acordo Geral de Cooperação entre Brasil e Moçambique, significando inestimável ajuda de cunho humanitário de país extremamente carente e de especial relacionamento com o Brasil pelas raízes comuns. Contribuiu, ademais, para as boas relações do Brasil no âmbito internacional.

Portanto, o Voto, pelo exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2009.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Para discutir.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar ao relator, o Senador Eduardo Azeredo, que trouxe no seu relatório um aspecto muito humano dessas relações entre Brasil e África. É a sensibilidade que nós temos de enxergar que naquele lado do Oceano Índico, do Continente Africano, existem irmãos nossos ligados não só pela língua que falamos, mas por laços históricos, em que hoje estão morrendo milhares, deixando milhões de crianças. Centenas de milhares já morreram na África Austral, milhões de pessoas já morreram na África Austral, Moçambique é epicentro dessa crise e nós temos a tecnologia. Nós hoje não estamos fazendo a doação de dinheiro. Nós estamos fazendo a doação é de tecnologia, é de ciência, é de espírito público. É um exemplo para o mundo.

O Brasil, mesmo com suas dificuldades, perplexidades, desafios, óbices no seu próprio desenvolvimento, verifica que na escala das necessidades e das prioridades Moçambique precisa muito mais do que nós. Estamos dando um gesto extraordinário.

Eu não esperava outra coisa da voz de Minas, da voz de Eduardo Azeredo. Eu tenho certeza que nesse momento somos aplaudidos e nos vêm à mente os discursos de Nabuco, Patrocínio, Princesa Isabel, que nos redimiram da vergonha extrema dos anos da escravidão e que disseram realmente que o Brasil deveria ser e apontaram um País de exemplo na construção de uma raça com o sangue de índio, negro e branco. E isso agora se traduz, um século depois, na decisão que engrandecesse esse Senado Federal, essa comissão, numa decisão de apoiar o Tratado de Cooperação Brasil-Moçambique, assinado em 2003, para o qual eles esperam com uma ansiedade de um vigia que aguarda pela aurora. Eu estive lá há 15 dias atrás, comissionado pelo Senador Eduardo Azeredo, para assistir às eleições presidenciais. E a pergunta que os Ministros e as pessoas que eu encontrei me faziam era essa: "Senador, lá no Brasil, quando é que nós vamos efetivar o Tratado de Cooperação? Quando é que nós vamos produzir antirretrovirais aqui em Moçambique? A crise se alastra, se agrava". Olha: os brasileiros, cinco mil famílias brasileiras estão trabalhando nas minas de carvão do Rio Zambeze, trabalhando pela Companhia Vale do Rio Doce e foram recebidos naquele país de dificuldades. 40% do PIB, Eduardo Suplicy, são doações da Comunidade Europeia. 80% da força de trabalho é informal. E dos 20% formais, 80% trabalham para o governo, com um salário máximo de US$ 200. É um país de imensa necessidade e hoje o senador, com esse relatório, consagra definitivamente, terminantemente esse Tratado pelo qual eles aguardam desde 2003.

É um momento solene. Eu não sei se encontraria no curso do meu mandato um momento tão bonito e

que eu pudesse, eu que conheço de perto aquilo ali, que vivi dez anos ali, nas áreas pobres do Malawi, da Zâmbia, do Lesoto, da Suazilândia, no meio das áreas rurais, eu que vi crianças que morreram no meu braço na igreja, porque o africano tem esse costume, na hora da morte ele corre para morrer dentro de uma igreja. Quantos eu não vi ali, para minha tristeza, para minha amargura, morrendo.

Hoje na África, Senador Azeredo, não há um banco que abra uma conta sem antes um exame de sangue. Não há uma companhia que venda um automóvel, que venda um implemento agrícola ou que faça um seguro sem que a pessoa apresente um exame de sangue. Não há um casamento feito em nenhuma igreja sem que os noivos apresentem o exame de sangue. Então vive-se esse flagelo, essa tristeza, e nós poderemos, para a nossa alegria e para a glória do Brasil, levar para lá tecnologia de vinte antirretrovirais, que no coquetel de 25 poderá prolongar a vida daquelas pessoas por vinte anos com qualidade. Não vamos salvar, mas vamos poder prolongar a vida deles vinte anos com qualidade. E nesses 20 anos eles poderão, se Deus quiser, encaminhar seus filhos, que hoje muitas crianças ficam no braço dos avós. Avós que viveram os 20 anos de guerra, dez anos de guerra contra o colonizador e depois dez anos de guerra civil entre Frei Lima e RENAMO. Então o país foi destruído pelos anos da guerra e esses avós estão cansados, são homens e senhoras que viveram essas guerras todas e agora têm que cuidar dos netos.

Olha, hoje aqui na Comissão de Relações Exteriores o Brasil se engrandecesse. Parabéns, Senador Eduardo Azeredo. Eu tenho certeza que na sua trajetória política esse dia ficará marcado de maneira indelével, porque é um relatório espetacular e que eu acredito que todos nós vamos votar com orgulho para aprovar.

Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Crivella, muito obrigado pela grande fotografia que V. Exa. traz da situação lá de Moçambique e que, sem dúvida nenhuma, contribuirá para uma reflexão mais profunda de todos os senadores na hora de votar.

O próximo inscrito para--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Por favor, primeiro o médico, o Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Quem mais entende [risos]. Senador Augusto Botelho.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu até estava pedindo informações a ele sobre retrovirais e ele poderá informar a todos sobre o que significa como médico.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Os retrovírus são os vírus da família do HIV, da AIDS, o vírus da AIDS. Têm outros vírus dessa família retrovírus, mas a gente fala em retrovírus quando está se referindo, nesse caso, ao vírus da HIV.

Eu pedi a palavra porque eu sou trabalhador da saúde e muitos brasileiros que estão nas filas dos hospitais esperando para ser operados ou que chegam num posto de saúde e não encontram medicamentos podem se indagar quando ouvirem o Brasil passando quase 14 milhões de reais para um país da África para fazer uma fábrica de remédios lá para os africanos. "Pois é, mas se nós estamos precisando de remédio, por que é que vai dar para eles?" Porque lá em Moçambique existem 300 mil pessoas infectadas com o vírus e precisando de tratamento. São pessoas que estão com o vírus e que estão doentes. O ano passado o Governo de Moçambique já conseguiu tratar 40 mil pessoas. Quando a gente não trata uma pessoa infectada pelo vírus, essa pessoa morre. Então o Brasil está dando, repassando esse dinheiro para lá, mesmo precisando de dinheiro para a saúde aqui, porque essas pessoas estão morrendo, vão morrer. O Senador Azeredo relatou aqui, são 500 mil crianças órfãs por pais mortos em consequência da infecção do vírus da HIV.

Então nós, como brasileiros, como seres humanos, estamos fazendo uma coisa para salvar os nossos irmãos lá da África. Se não fizer isso, vão morrer, o ano que vem talvez existam mais 250 mil crianças órfãs porque os pais morreram. Então é lógico que essa fábrica não vai resolver o problema, mas vai conseguir fazer com que as pessoas viviam como os nossos pacientes de HIV vivem aqui. Os portadores de vírus são mantidos em condições de viver, de trabalhar, de tudo, de ter a sua vida normal porque nós, o Brasil, felizmente fornece medicamentos a todos os pacientes portadores de HIV e que necessitam do medicamento. Claro que algumas vezes há um descompasso por causa de administração, de faltar um medicamento, mas que isso é coisa temporária e passageira.

Então eu peço aos brasileiros que entendam, porque o Presidente Lula e nós, a Nação Brasileira está fazendo isso porque são pessoas morrendo. Nós estamos falando em pessoas morrendo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): 500 mil órfãos. É um número assustador realmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador Augusto Botelho--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu peço a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): --pelas informações técnicas, sobretudo, que V. Exa. traz a essa Casa, qualificadas pela sua profissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Passo a palavra ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria também de dar apoio ao parecer do Senador Eduardo Azeredo e a esta proposição do Executivo, que o Senador Marcelo Crivella tendo conhecimento maior do que o nosso lá de Moçambique, ressalta sobre a sua importância.

Eu estive em Moçambique em 2007 junto com uma missão do Banco Mundial para examinar os diversos projetos. Estive lá no Parlamento, com o Poder Executivo também. A nossa então Embaixadora Leda Lúcia Camargo foi extremamente atenciosa. Eu posso aqui testemunhar o valor imenso que terá este acordo pelo qual o Governo Brasileiro, através da FIOCRUZ, proporcionará ao desenvolvimento ali destas vacinas antirretrovirais com medicamentos que proporcionarão a melhoria da condição de saúde para uma população, amiga de um povo irmão, e é tão significativo para nós, brasileiros, podermos aprofundar os laços de amizade com Moçambique com ações desta natureza.

Sou inteiramente a favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Muito obrigado, Senador Suplicy. Com a palavra o Senador Heráclito Fortes para dar a sua contribuição a esse voto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, dois motivos me trazem a fazer uso da palavra nesse momento. Evidente que há um terceiro, que é parabenizar o Senador Eduardo Azeredo pelo seu parecer, pela maneira como ele aborda o tema.

Mas eu não poderia deixar de citar aqui duas pessoas importantes para que isso se torne realidade: o nosso atual Embaixador em Moçambique, Toninho Souza e Silva, que foi deslocado do Timor-Leste para Moçambique, serve naquele país já há um ano e pouco, que teve um empenho decisivo, inclusive contatando com alguns parlamentares. Eu digo isso dando o testemunho de quem foi Presidente dessa comissão, para que o mais rápido possível esse acordo fosse feito.

Em segundo lugar, eu quero ressaltar aqui e pedir a V. Exa. que determine a comunicação do fato ao então Ministro da Saúde José Serra. Foi exatamente a sua audácia, a sua coragem ao quebrar patente, ao desafiar o mecanismo poderoso das multinacionais do setor que permitiu que o Brasil dominasse algumas tecnologias que agora são importadas. Daí porque, Sr. Relator, eu solicito a V. Exa. que comunique ao ex-Ministro da Saúde e atual Governador de São Paulo a minha iniciativa de fazer um registro público nos anais dessa Casa em louvar à atitude que ele teve quando Ministro da Saúde. O Brasil deve muito a esse gesto e esse ato de hoje é uma consequência dessa ousadia e dessa coragem.

Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quero corrigir, porque o Senador Botelho, sempre equilibrado, mas firme, me disse: "O Brasil e o mundo", de forma que eu quero acrescentar a colaboração do colega Botelho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Casagrande está inscrito para discutir?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu quero me escrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Está inscrito antes o Senador Pedro Simon, que é o próximo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu quero apenas felicitar o Governo Brasileiro. Eu acho que esse projeto é altamente positivo. Eu acho que o Brasil, com todas as suas dificuldades, com todos os seus problemas, estender uma mão e, como muito bem diz o Senador Crivella, dar uma assistência a um país como Moçambique é um exemplo para o mundo. Eu, ao contrário de alguns, vejo em alguns gestos do Governo Brasileiro de solidariedade aos países da África algo realmente de muito concreto e muito real. Por isso, o meu voto é muito feliz e eu felicito ao Senador Azeredo pelo seu parecer. E felicito a nós, porque eu acho que nós estamos votando um projeto realmente muito significativo. Repare V. Exa. se as grandes nações que gastam orçamentos com bilhões destinados à guerra, destinados a se prepararem para a guerra, usassem uma parte dessa verba no combate à fome, à miséria e à saúde, o que poderiam fazer? É pouco o que estamos fazendo? É, mas é importante, é um gesto e o Brasil está tendo coragem de fazê-lo. Eu voto com muita alegria a favor desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Pedro Simon, V. Exa. com a estatura moral que tem, sem sombra de dúvida, dá um

aval a esse projeto, é uma coisa muito importante. Nós ficamos assim muito mais seguros, mais tranquilos para conduzir e votar esse projeto com o aval de V. Exa..

Com a palavra o Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente. Também quero, muito rapidamente, manifestar minha posição favorável ao projeto. Um país como Moçambique, que depende de tanta colaboração externa para que possa encontrar um caminho para trazer qualidade de vida às pessoas, para trazer dignidade às pessoas. Então qualquer ajuda, colaboração e parceria é muito importante, é fundamental.

Eu acho o que Brasil tem um papel a cumprir. O Brasil tem muitos problemas sociais, tem muitas dificuldades, não é um País ainda rico, desenvolvimento. Rico é, mas não é desenvolvido como outros países, tem um caminho a percorrer ainda, mas o Brasil não pode se ausentar dessa fraternidade internacional, dessas relações internacionais, dessa colaboração e dessa parceria. Então se nós temos dificuldades em diversas áreas, Moçambique tem muito mais. Então a posição brasileira é uma posição que merece ser apoiada e o relatório do Senador Eduardo Azeredo também merece ser apoiado pela sensibilidade manifestada nesse relatório.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Heráclito.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É que eu pedi a V. Exa. que consignasse o voto de congratulações ao então Ministro Serra, sendo que regimentalmente ele precisa ser colocado em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Está sendo redigido pela secretaria.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sugestão é que fosse procedido o voto e a formalização viria logo a seguir.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Certo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Para economiza de tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Pode ser feito. Então o Senador Heráclito Fortes propõe um voto de louvor àquele que foi, na verdade, o grande iniciador desse processo, digamos assim, de recuperação da AIDS aqui no Brasil.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Momento em que se comunica a ele a assinatura desse--

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Se comunica a assinatura desse projeto. Então ele sugere o voto de louvar e a comunicação da aprovação desse projeto. Está submetido à discussão. Como ninguém quer discutir, vamos à votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quem sabe fosse o caso de no requerimento cumprimentar também o Senador José Serra por estar apoiando em 95% a política econômica do Governo do Presidente Lula.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Isso aí seria na CAE.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se quiserem, eu autorizo que coloque também no requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Está bom.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Não havendo quem queira discutir, em votação. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente que no momento conduz a Sessão: não vamos politizar esse assunto, porque brincar com a saúde é uma coisa muito séria. Eu não sei como surgiu a AIDS no mundo, o Médico Augusto Botelho também não sabe, ninguém aqui sabe como é que surgiu, mas surgiu, surgiu após a Segunda Guerra Mundial, a verdade é essa. E o Brasil com os seus médicos inteligentes está hoje talvez na vanguarda em busca do tratamento e da cura. E é o Rio de Janeiro, mais uma vez, que está escrevendo essa história. Como eu disse ontem na CPI da PETROBRAS, alguns não gostaram, mas na verdade é o seguinte: a história do Brasil é escrita sempre, desde a criação da PETROBRAS, no Rio de Janeiro.

Então eu queria dizer o seguinte: as manifestações aqui me sensibilizaram. Por exemplo, quem é que conhece Moçambique aqui dessa mesa?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Crivella, o Suplicy.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Marcelo Crivella, dez anos em Moçambique, dez anos em Moçambique. Na África toda, mas, sobretudo, em Moçambique. Ele nos deu aqui uma lição de humildade, solidariedade. Quem mais conhece?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Suplicy.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O senador passou de avião por lá?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estive visitando por uma semana em 2007.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Em 2007?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Moçambique eu visitei participando da Comissão do Banco Mundial para examinar os projetos que o Banco Mundial apoiava em Moçambique.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas não há nenhum tipo esse que fazemos agora, porque não é empréstimo, é doação. Nós estamos doando, se eu não me engano, US$ 7 milhões para ser iniciada a construção de uma fábrica que vai amenizar ou vai, talvez, solucionar ou iniciar uma nova fase naquele tratamento. Dizem até, eu não sei se é verdade, Dr. Botelho, que a origem da AIDS é exatamente a África, o Continente Africano. Eu não sei se isso é a realidade, V. Exa. talvez poderá esclarecer melhor isso.

Agora o que nós queremos, o que eu quero nesse momento é exatamente falar em Brasil. É o Brasil que está doando, não é o José Serra, não é o Aécio Neves, não é o Sérgio Cabral, não é ninguém. É o Brasil, são todos os brasileiros que estão fazendo isso. Somos todos nós que merecemos o voto de congratulações porque estamos ajudando um país, e todos aqui, mesmo aqueles que têm o olho azul como eu, têm os seus antecedentes africanos. Essa é que é a verdade, essa é que é a verdade.

Agora, a única coisa que eu desejo é que essa comissão no futuro, eu não sei como é que ela vai ser constituída, já que ela está aprovando isso, sem o apoio dela seria impossível essa doação, que haja no mínimo um acompanhamento. Que pudesse todos os anos ou de seis em seis meses nos informar, seja aqui, ou seja, a FIOCRUZ, que aquela fábrica, que nós colaboramos para que ela se erguesse, está sendo edificada, está sendo terminada ou então que vai ser inaugurada.

Era isso que eu queria dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Senador Duque. O número de senadores presentes permite considerarmos o quorum qualificado. Encerrando as discussões, iniciamos a votação com quorum qualificado.

Então vamos à chamada nominal. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): João Ribeiro, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Francisco Dornelles, Senador Geraldo Mesquita, Romero Jucá, Senador Paulo Duque?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Efraim Morais, Senador Demóstenes Torres, Senador Marco Maciel, Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Flexa Ribeiro, Senador Aloizio Mercadante, Senadora Marina, Senador Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Magno Malta, Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Almeida Lima, Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator, com o Autor e com V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado. Senador Wellington?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria fazer uma consulta ao Sr. Titi(F) como é que o ministro me orienta nessa votação? É favorável? Eu acompanho o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Senador Valdir Raupp, Senador Gilvam Borges. Nós estamos com nove votos a favor e nenhum voto contra. Dez votos, aliás, com o voto do Senador Eduardo, que é o Relator. Está aprovado o relatório do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por unanimidade, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Por unanimidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Parabéns, Senador Eduardo e parabéns à comissão.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradeço ao Senador João Tenório, que conduziu como Presidente esta votação.

Vamos então dar segmento. Nós temos ainda, antes de convidar o embaixador, só uma questão que eu peço ao Senador Suplicy que seja o Relator. Trata-se de uma solicitação da Comissão de Direitos Hu-

manos, do Senador José Nery, de uma participação internacional.

Antes eu quero comunicar que a aprovação que foi feita na semana passada de um grupo de senadores que iriam à *Internet Governance Forum*, ela foi cancelada, os senadores não irão mais nessa Convenção na semana que vem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Onde era?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Era no Egito, *Internet Governance Forum*.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): A comissão é chamada para pronunciar-se sobre o Requerimento 1.482, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que requer a necessária autorização para a delegação formada por dois senadores em viagem oficial à Copenhague, no próximo mês de dezembro, para participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU –COP-15. O art. 40, do Regimento Interno, prevê que a ausência do senador, quando incumbido de representação da Casa ou ainda no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário se houver ônus para o Senado. E no seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida esta Comissão.

Em reunião do dia 28 de outubro, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa fez a indicação do nome do Senador José Nery como primeiro integrante da delegação, conforme o registro das notas taquigráficas, deixando para designar oportunamente o segundo participante.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, a comissão requerente informa que os senadores participantes estarão ausentes do País de 07 a 18 de dezembro de 2009. Solicita as necessárias providências para o pagamento de diárias e passagens aéreas em favor dos membros da delegação.

O meu Voto é pela aprovação da solicitação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, senador Suplicy. Senador Heráclito com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu sugeriria a indicação do segundo nome na pessoa do Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeitamente. Eu vou só perguntar ao Senador Nery, que fez pela Comissão de Direitos Humanos o pedido de aprovação. Então em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Convido agora para compor a mesa o Embaixador Mauro Luiz Vieira, que é indicado para os Estados Unidos da América.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quem é que vai?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Embaixador Mauro Luiz Vieira, que é o nosso atual Embaixador na Argentina.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Duque já pediu a inscrição?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já pediu a inscrição [risos].

Mensagem nº 231, de 2009: "Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América". O Relator é o Senador Heráclito Fortes, a quem concedo a palavra.

Senador Heráclito com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Embaixador Mauro Vieira, senhores diplomatas aqui presentes.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do interessado, do qual estaríamos para este relatório as informações que se seguem: nascido na Cidade de Niterói/RJ, ingressou em 1973 no Curso Preparatório da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, mesmo ano em que se formou em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Tornou-se Terceiro Secretário no ano seguinte, quando também atuou no Departamento Econômico como Assistente. Foi promovido a Segundo Secretário em 1978 e, por merecimento, a Primeiro Secretário em 1980, a Conselheiro em 1987, a Ministro de Segunda Classe em 1993 e a Ministro de Primeira Classe em 1999. Entre

os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar as seguintes: Divisão de Política Financeira e Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores; Embaixada em Washington (1978); Delegação junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); Secretaria-Geral (1985); Ministério da Ciência e Tecnologia (1985/1986); Ministério da Previdência Social (1987); Chefe da delegação brasileira junto ao Governo de Cuba para a execução do projeto de ensaio clínico para a substância melagenina no tratamento de Vitiligo (1988); Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores (1989); Secretaria-Geral na Embaixada do Brasil no México (1990); Secretaria-Geral de Política Exterior (1992); Gabinete do Ministro das Relações Exteriores (1993/2003); Embaixada em Paris (1995); Secretário-Geral –Chefe de Gabinete (1999); e Embaixada do Brasil em Buenos Aires –Argentina. O *curriculum* aqui omite, eu faço questão de ressaltar, que o Embaixador Mauro Vieira foi aprovado na sabatina nessa Casa para Embaixador do Brasil na Suíça, para servir em Berna. Porém, com a posse do novo Governo, assumiu a chefia do gabinete do atual Ministro de Relações Exteriores, daí porque não exerceu essa função.

Tem uma carreira, portanto, notabilizada por atuações de porte em departamentos de alto relevo para as relações comerciais brasileiras, o que lhe imprimiu a marca da experiência inconteste que ora credencia Mauro Luiz Vieira à elevada indicação presidencial.

Consta ainda no processado, além do *curriculum vitae* relatado, documentos informativos anexados pelo Ministério das Relações Exteriores sobre as relações bilaterais do Brasil e os Estados Unidos, o que deixaria para o próprio sabatinado falar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. A importância de uma competente representação diplomática brasileira junto ao Governo dos Estados Unidos é manifesta por sua condição de potência, cuja liderança internacional, ainda que desafiada por outros centros de poder no âmbito internacional, como a China e outros países do BRIC, do qual o Brasil faz parte, perpetua-se. Os Estados Unidos seguem como a principal potência econômica e militar mundial, o que numa análise não ideológica, mas objetiva, afirma os argumentos e profecias sobre o fim breve de seu ciclo hegemônico.

Tendo em vista a natureza ora apreciada, não me cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório. Mas não poderia, Sr. Presidente, dar aqui um testemunho pessoal da correção, da competência e habilidade do Embaixador Mauro Vieira, de forma que o meu parecer é pela sua aprovação nessa Casa, na certeza de que o Brasil terá um grande representante nos Estados Unidos da América. Esse é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Nós vamos então ouvir o Embaixador Mauro Luiz Vieira, mas eu quero desde já informar aos Srs. Senadores que, tendo em vista o relatório já favorável, aqueles que quiserem já podem votar. O processo de votação, portanto, já está aberto.

Eu concedo a palavra ao Embaixador Mauro Luiz Vieira, nosso atual Embaixador na Argentina. Eu acabo lembrar aos Srs. Senadores que ele também está à disposição para informações sobre o seu atual posto, além das informações sobre o posto futuro, caso seja aprovado por todos nós.

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Senadores, Sr. Relator dessa sabatina, Senador Heráclito Fortes, Srs. Senadores.

Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a todos os Srs. Senadores e ao Presidente da Comissão pela minha convocação em prazo rapidíssimo, em prazo recorde. A Mensagem com a minha indicação chegou a esta Casa terça ou quarta-feira da semana passada e em tão curto espaço de tempo posso estar aqui presente, pela terceira vez, como mencionou o Relator, para me submeter ao preceito constitucional de aprovação por esta Casa antes de assumir as funções de Embaixador do Brasil em Washington, com a qual me distinguiram o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro das Relações Exteriores.

Eu não quero sobrecarregá-los com dados ou com muitas informações. Queria apenas fazer uma referência, como já mencionou o Presidente da Comissão, que estou vindo da Embaixada em Washington e numa conversa prévia com o Senador Azeredo ele sugeriu que eu abordasse muito rapidamente a questão da minha gestão, do meu período como Embaixador em Buenos Aires. Eu não vou me estender muito sobre este aspecto porque inclusive está aqui o Embaixador Ênio Cordeiro, que é o atual Subsecretário da América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, que me sucederá na Embaixada em Buenos Aires e nos próximos dias deve ser convocado para se apresentar também a esta Comissão.

Eu só gostaria de dizer que a relação Brasil-Argentina é fundamental, é estratégica. O Brasil e Argentina nos últimos anos, a partir do Governo Sarney em diante, construíram uma relação bilateral muito fértil, muito profícua. Nós chegamos a um ponto, no último ano, de um comércio bilateral de US$ 31 bilhões, que é um recorde. É um comércio fundamental para a Argentina e, também, importantíssimo para o Brasil. Para a Argentina é o primeiro parceiro mundial, é o primeiros

parceiro em todo o continente, antes, inclusive, dos Estados Unidos. Nós temos uma relação muito intensa e muito densa em todas as áreas e temos um mecanismo, que se chama MICBA, que é o Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, que se reunirá pela quarta vez, é presidido pelos presidentes e na próxima semana, dia 18, estará presente em Brasília a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner para presidir essa reunião que aborda todos os aspectos e trata de todos os grupos de trabalho que se reúnem e que tomam decisões na relação bilateral. É a quarta vez e também será a quinta viagem que ela faz, quarta viagem, aliás, que ela faz ao Brasil, e eu gostaria só de registrar que a relação é tão importante e é demonstrada pelas visitas bilaterais. É a quarta vez em menos de dois anos de presidência. Mas o Presidente Lula dedicou grande atenção às relações com a Argentina e esteve desde a primeira vez, em dezembro de 2002, como Presidente eleito, até hoje, 15 vezes na Argentina, evidentemente não todas as vezes como em visitas bilaterais, grande parte das vezes ou metade das vezes sim como visita bilateral, mas em outras para reuniões em outros fóruns como o MERCOSUL, Grupo do Rio e outras reuniões multilaterais. Isso eu acho que é o símbolo maior da importância dessas relações.

Agora passando à nossa relação com os Estados Unidos, eu gostaria de só relembrar, como disse o Sr. Relator, de que os Estados Unidos é e continuará sendo a maior potência econômica e militar, apesar de todas as previsões em sentido contrário como decorrência da crise financeira que se originou no mercado americano, no mercado financeiro americano, mas eu não tenho dúvidas de que a potência da economia americana se fará sentir e estará presente no cenário internacional por muitos e muitos anos.

Os Estados Unidos têm um PIB gigantesco, um PIB de US$ 14,5 trilhões, que é nove vezes, por exemplo, o PIB brasileiro e é 3,5 o PIB do segundo, terceiro e quarto, que é Japão, Alemanha, França e Inglaterra. É uma imensa diferença, é uma grande potência econômica.

Os Estados Unidos estão no momento saindo de uma grave crise financeira, que afetou a todo mundo, mas as perspectivas de recuperação são muitos grandes. No terceiro trimestre desse ano já houve um crescimento positivo do PIB importante, no trimestre, de quase 3%, e as projeções para o ano que vem são de 3% anual e em 2011 de 5%, o que mostra que estamos numa fase de recuperação, apesar de que nem todas as notícias são positivas. Há notícias de desemprego crescente, em níveis muito altos, há ainda um *déficit* comercial elevado, mas a economia americana se caracteriza basicamente por uma economia de serviços e menos uma economia de exportação. O peso das exportações no PIB é algo entre 8% e 10% e os Estados Unidos têm, são todos dados que os senhores conhecem sobejamente, mas o maior parque industrial do mundo. As relações nessa área empresarial são importantíssimas com o Brasil. Há uma estatística que confirma que das 500 maiores empresas americanas, mais de 300 estão presentes no Brasil.

Eu gostaria só de acrescentar do ponto de vista militar também, o Senador Heráclito Fortes mencionou a potência militar, e é verdade, os Estados Unidos têm um efetivo militar de 1,5 milhão de homens e tem um orçamento militar que é, neste ano fiscal que terminou agora, foi de US$ 611 bilhões de dólares e para o próximo ano é superior em 4%. É o dobro praticamente do PIB de todos os países, por exemplo, da América do Sul. Nenhum país na América do Sul tem um PIB, aparte do Brasil, evidentemente, à exceção do Brasil, o PIB dos maiores está por volta dos US$ 300 bilhões. Então só o orçamento militar americano é duas vezes esse número.

A conjuntura política atual é muito positiva. A chegada do Presidente Obama ao governo abre um período positivo e com grandes possibilidades e grandes potencialidades para o Brasil. O Governo Americano tem dado sinais, tem dado gestos, em vários momentos, desde a posse do Presidente, do seu discurso de posse, que enviou mensagens ao mundo, depois nas suas visitas, primeiro ao Cairo, quando mandou uma grande mensagem de paz ao mundo árabe e a outros em outras ocasiões.

Eu gostaria de apenas dizer, para não me alongar muito, que a relação com os Estados Unidos neste momento, o Brasil é visto como um interlocutor válido, respeitável e importante, não só para termos bilaterais ou regionais, mas também para temas globais. Essa é a visão que se sente no Executivo Americano, que eu creio que é parte da missão do Embaixador do Brasil em Washington de tentar transmitir também essa visão ao Legislativo, tanto ao Senado como à Câmara, que tem função importantíssima no Governo Americano, onde as opiniões são formadas.

Eu gostaria só de me referir que a estrutura deste diálogo bilateral é muito intensa. Nós temos um diálogo intenso e maduro e estamos a ponto de criar um chamado mecanismo abrangente que reunirá os grupos de trabalho, os comitês e todos os grupos, os fóruns que constituem a relação bilateral. São cerca de dezoito na atualidade e que passarão a integrar esse mecanismo abrangente que será presidido pela Secretária de Estado Hilary Clinton e pelo Ministro Celso Amorim. São todos os campos da relação bilateral. Eu queria apenas mencionar o diálogo de parceria econômica

Brasil-Estados Unidos, que é fundamental, o Foro de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos, que é também muito importante porque reúne sob a presidência dos governos os mais importantes empresários das duas áreas e muitos assuntos com muitas sugestões, como, por exemplo, a concessão de vistos para empresários com longa duração, por dez anos, uma sugestão para o avanço das negociações num acordo de dupla tributação, que o Senador Dornelles conhece muito bem, e também um memorando de entendimentos, um grupo de trabalho sobre cooperação em biocombustíveis, que é fundamental. E, finalmente, eu mencionaria também a Comissão de Ciência e Tecnologia que se reunirá proximamente, se reunirá em novembro deste ano em Washington, onde os Estados Unidos é o maior parceiro científico e tecnológico do Brasil em áreas, evidentemente, importantes e de liderança.

Eu queria finalizar, terminar a minha rápida exposição por aqui, dizendo que evidente que eu estou à exposição de todos os senhores para responder a outras perguntas. Eu só queria acrescentar que o ano de 2008 foi um ano difícil, de crise. Mas eu queria registrar apenas que nesse ano o comércio bilateral Brasil-Estados Unidos bateu recordes, foi o maior de todos os tempos, foi de US$ 54 bilhões. Foi muito maior e cresceu com mais dinamismo com o Brasil do que com os outros países da região do continente ou do mundo, em outras regiões do mundo com os quais os Estados Unidos têm acordo de livre comércio. Isso demonstra a importância que os dois governos dão, ao tempo que dedicam e uma importância que não desvia a possibilidade de diálogo, de atuação com outros países, mas que, sim, reafirma a importância dos Estados Unidos.

Eu termino, então, os meus comentários e me coloco à disposição dos senhores para as respostas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Já está aberta a lista de inscrições e o primeiro que está inscrito é o Senador Roberto Cavalcanti. Em seguida, o Senador Paulo Duque.

Senador Roberto Cavalcanti com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente Eduardo Azeredo, que magistralmente comanda esta nossa Comissão, Sr. Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira, demais senadores.

Analisei atentamente o *curriculum* de V. Sa. e, na verdade, é um *curriculum* exemplar. É um *curriculum* de muitos privilégios positivos, sem dúvida fruto do gabarito técnico que V. Sa. tem, porque V. Sa. ocupou cargos nas melhores embaixadas do Brasil. A exemplo de Washington, a exemplo do México, Paris, Buenos Aires, Montevidéu, então na verdade é um privilegio muito grande e o Itamaraty não teria dado estas missões a V. Sa. se V. Sa. não tivesse a condição técnica profissional para exercê-las. V. Sa. agora vai para uma embaixada que talvez seja a embaixada mais importante do nosso País, porque os Estados Unidos, sem dúvida, é a maior ou talvez a maior força econômica do planeta.

Agora da forma que eu elogio o *curriculum* de V. Sa., eu dei uma olhada coincidentemente na cronologia histórica do país em que V. Sa. vai exercer a função de embaixador e coincidentemente há uma característica realmente muito beligerante desse país, Estados Unidos, porque em vinte e oito citações aqui da cronologia histórica do país, catorze das vinte e oito se referem a guerras. Inicia a cronologia com a Guerra Civil Americana e termina com a Guerra do Iraque e Afeganistão, passando por todas as demais guerras. Então eu gostaria de uma análise de V. Sa. no tocante à habilidade, tendo em vista que o País Brasil é um País que tem um histórico extremamente passivo, extremamente harmônico com as comunidades mundiais, em confronto--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador Roberto Cavalcanti, é que ele não citou a armação dos golpes, porque se tivesse citado a lista era muito maior [risos].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, na verdade, esse cargo que V. Sa. irá ocupar é um cargo que terá que ter esta preocupação estratégica no tocante a distanciar o Brasil, País extremamente pacto nas suas relações internacionais, de um país que tenha uma certa dificuldade de relacionamento internacional, digamos desta forma, tendo em vista essas catorze guerras citadas na cronologia que está anexa ao *curriculum* de V. Sa..

Era essa a abordagem que eu gostaria e, mais uma vez, enfatizar o excelente *curriculum* que V. Sa. apresenta.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. O próximo inscrito é o Senador Paulo Duque. O Senador Arthur Virgílio, senador, pede se pode fazer a troca com o senhor. O Senador Arthur Virgílio é o terceiro, mas ele tem um compromisso.

Então Senador Arthur Virgílio, com permuta com o Senador Paulo Duque, que será depois. Nós vamos fazer de três em três.

Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado, Presidente. De fato eu tenho um compromisso com o Deputado Átila Lins fora daqui--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Você vai viajar?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não é no exterior, é no Brasil, é em Brasília. Eu ressalto ao que salta aos olhos de qualquer senador com assento nesta Comissão, que o *curriculum* do Embaixador Mauro Iecker é de fato bastante sólido, já é bastante sólido, até porque se trata de uma figura com muita juventude, com muito tempo pela frente. Ele tem uma vasta experiência administrativa para dentro da Casa, nos postos mais chaves, e sem nunca ter chefiado uma missão foi designado logo para um teste de fogo, um batismo de fogo, que foi Buenos Aires. Eu reputo o segundo posto em ordem de importância para o Brasil. O primeiro é este para o qual V. Exa. se dirige agora e o segundo precisamente é aquele que foi a sua estreia como chefe de missão. V. Exa. será substituído em Buenos Aires pelo não menos talentoso Embaixador Ênio Cordeiro, eu tenho o prazer de ser o Relator do Embaixador Ênio Cordeiro, que igualmente acumulou uma enorme experiência, mas é o primeiro posto que vai chefiar. Eu tenho certeza que vai se sair igualmente bem.

Esse posto em Washington estava sendo ocupado por alguém que também não havia sido titular, chefe de missão, o Embaixador Patriota, que também saiu com maturidade. Então este é um ponto a favor. Eu tenho uma porção de discordâncias em pontos fulcrais da política externa conduzida pelo meu prezado amigo Embaixador Celso Amorim, mas reconheço que alguns golpes de audácia deram certo, como, por exemplo, essa renovação muito clara, essa aposta em talentos que fizeram um bom papel e que consolidaram relações muito profícuas nesses dois países. Eu estou me referindo a V. Exa. em Buenos Aires, na Argentina, e ao Embaixador Antonio Patriota em Washington. Eu tenho certeza que o trabalho do Embaixador Ênio Cordeiro nesse posto nevrálgico para nós, que é Buenos Aires, vai ser de mais avanço ainda, até porque fundado numa base bastante sólida que V. Exa. a ele lega como boa herança.

Agora eu tenho algumas impressões a relatar. Não vou repetir a discordância que tenho em matéria de política externa em relação ao governo que aí está, mas percebo que há boa vontade em relação ao nosso Presidente, essas relações pessoais são muito relevantes, por parte do Presidente Americano. Percebo que o Presidente Americano fez a abertura possível nos limites do que aquele país pode abrir com toda a sofisticação, com toda a complexidade das suas relações internacionais, com todas as suas características que são de fato complexas. Para mim esse é um parceiro privilegiado. Eu não considero que mais investimentos por uma vaga titular no Conselho de Segurança da ONU signifique um bom passo de política externa. Entendo que, primeiro, não se realiza. Segundo, a ONU virou liga das nações. A ONU ou é reconstruída ou é substituída por um outro organismo. A ONU não é um órgão com a relevância que talvez suponha o nosso Presidente ou talvez suponha a diplomacia brasileira. Até os bombardeiros unilaterais do Presidente Bush [soa a campainha] sobre o Iraque, do ditador Saddam Hussein, mostraram mesmo que era possível se tomar uma atitude unilateral e ficar por esse mesmo. Houve demasiado esforço nessa direção, demasiado peso jogado nisso e algumas relações que poderiam ter sido privilegiadas, a começar pelos Estados Unidos, a começar pela União Europeia, eu não vi que tivesse dado todo o avanço. Percebi pouca ênfase no MERCOSUL. Hoje eu, sinceramente, entendo o MERCOSUL mais como um ônus para o Brasil, que fica impedido de fazer... Se tivesse sozinho faria acordos bilaterais fantásticos para a nossa economia, preso ao protecionismo argentino e à instabilidade política do Paraguai, até o tamanho diminuto da economia uruguaia, o projeto de se expandir por toda a América do Sul está restrito a essa coisa no mínimo duvidosa, no mínimo controversa, que é o ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Eu tenho visto já senadores mudarem de opinião, Senador Roberto Cavalcanti. Eu tenho visto já senadores mudarem de opinião com esses dois adiamentos que houve de votação, dizendo que em função das últimas declarações do Coronel Chávez, já não se sentem a vontade para votar a favor de alguém que fala abertamente em guerra num subcontinente que na parte do continente latino-americano, que é a Américo do Sul, que não tinha guerras desde o Chaco, que não tem guerra desde o Chaco. Escaramuças de fronteiras, sim, e guerrilhas intranacionais, sim. Isso é algo que não caracteriza o confronto militar entre duas nações. A Guerra do Chaco foi a última, mais de cem anos atrás. E alguém me aparece com a figura da guerra no seu discurso, exatamente repetindo aquilo que é o comum nos ditadores, nos próprios ditadores, o ditador que sufoca a oposição, depois se não o depõe, ele faz a guerra. E geralmente não vence as guerras. O único ditador que eu vi que entrou numa boa guerra, já no final do seu período de ditador, foi Vargas, que terminou entrando na boa guerra, ao lado dos aliados, contra o nazifascismo. Os demais têm como exemplos o ilustre Galtieri na Argentina e o fracasso do poderosíssimo encouraçado Belgrano, que não aguentou o primeiro pipoco enviado por qualquer nau Argentina. Mas eu percebo que não é nem ameaça militar, que eu não vejo como concreta a ameaça militar venezuelana, eu acho que é um exército pouco adestrado, é

um exército incapaz. Eu vejo o fato de ter alguém que joga na desestabilização e vejo que [soa a campainha] –já concluo, Sr. Presidente –nós trabalharmos área de livre comércio com a Venezuela ou com quem que fosse seria mais profícuo do que atrairmos os problemas políticos do Coronel Chávez para dentro do MERCOSUL, que já não vai bem das pernas a meu ver, Embaixador Mauro, já não vai bem das pernas no meu entender. Então vamos ver o que pronuncia, o que diz o Plenário do Senado sobre isso, nós não faremos o jogo de obstrução, esse é um compromisso que temos com o próprio Ministro Celso Amorim, de em algum momento chegarmos a bater chapa e não jogarmos para postergar indefinidamente algo que precisa ter uma definição clara.

Mas obviamente que eu percebo que essa armadilha na qual o Brasil está preso, que é o MERCOSUL, que não funciona e que nos impede de fazer acordos bilaterais e profícuos, que o próprio MERCOSUL não avança, porque ele próprio está imobilizado, está virando uma ficção, e mais esse complicador, que é o ingresso da Venezuela, levando-se em conta que o Chile habilmente se dispôs a fazer conosco qualquer entendimento de livre comércio, mas não quis entrar, não quis adentrar as fronteiras do MERCOSUL, o Chile foi sábio nisso, a meu ver, o Brasil quem sabe deveria se repensar, talvez até propor um recomeço do MERCOSUL, talvez propor algo que fosse dar um passo atrás para depois dar os dois passos à frente, voltando à área do livre comércio, já que nós estamos encontrando divergências macroeconômicas, divergências em relação à cláusula democrática, estamos vivendo um período que é obscuro na América do Sul, com diversos momentos de atentado à liberdade de imprensa, inclusive aqui no Brasil com censura ao jornal O Estado de São Paulo há mais de cem dias em função da proibição imposta àquele jornal de publicar o inteiro do que saiba o jornal sobre essa Operação Boi Barrica. Essa é uma coisa descabida, não tem cabimento se falar em falta de liberdade de imprensa num País que tem instituições tão consolidadas quanto o Brasil. Então eu fico muito envergonhado de ver Honduras, aí eu vejo Nicarágua, aí eu vejo Rafael Correa, eu vejo Evo Moralles, eu vejo Hugo Chávez e vejo o Brasil com esse contencioso grave, que é a censura ao jornal O Estado de São Paulo.

Então eu sinto que não é um momento brilhante e o Brasil deveria liderar dando exemplos muito claros, liderar o processo democrático de consolidação da democracia na América do Sul. O Brasil deveria reorganizar o MERCOSUL, quem sabe dando esse passo atrás. V. Exa. tem informações muito mais frescas, infelizmente eu nem poderei... Eu saberei depois pelo Senador Azeredo, que eu tenho um compromisso que urge, mas eu teci todas essas considerações até porque entendo que V. Exa. vai agora cumprir uma missão que o aproximará do Governo Americano numa hora difícil para o Presidente Obama, porque o Presidente Obama tem poucos meses até a próxima eleição para definir se realiza ou não realiza o grande governo que o mundo espera dele. A oposição a ele tem sido uma oposição muito odiosa, diferentemente da oposição que nós fazemos aqui. Nós não nos opomos a acertos do governo, nos opomos a erros do governo e é o nosso dever. Às vezes o governo se ofende. Ontem queriam que nós pedíssemos desculpa pelo apagão. Quase que nos pedem para nós pedirmos desculpas pelo apagão que o Governo causou. Eu digo: "Não exagerem". Nós estamos aqui para colaborar e apoiar acertos e corrigir erros, apontando os erros, que esse é o papel de uma oposição consequente. A oposição que faz o Partido Republicano ao Presidente Obama é semelhante à oposição que o PT fazia ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é uma oposição raivosa, irracional, em que o Partido Republicano nega preceitos dele próprio, nega posições jurisprudenciadas pela própria luta do Partido Republicano. Isso pode criar uma situação de maioria parlamentar para o Partido Republicano e, quem sabe, inviabilizar muitos dos sonhos que são sonhos bons para o mundo, que se relacionam com os Estados Unidos, do Governo do Presidente Barack Obama.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, eu quero até lembrar que exatamente o Presidente Obama já indicou o Embaixador dos Estados Unidos ao Brasil desde maio, Thomas Shannon. Exatamente são representantes do Partido Republicano que estão viabilizando até hoje, seis meses que isso está acontecendo, quer dizer, a oposição americana não está deixando com que o embaixador americano venha para o Brasil.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Embaixador Clifford é uma excelente figura, inclusive vai se estabelecer em São Paulo, pelo que sei, mas isso mostra a infantilidade, porque negar a um governo indicar o seu embaixador... O que nós podermos, Embaixador Mauro, é fazer perguntas, é quem sabe inquirir, é colocar em cheque certas questões, ouvir o seu pronunciamento a respeito de temas polêmicos, mas eu não julgo justo negar ao Presidente da República de ter o embaixador que ele quer e no lugar que ele quer, porque ele ganhou esse direito nas eleições. Eu respeito muito a legitimidade que as eleições conferem a um verdadeiro regime democrático.

Então some-se isso à admiração que tenho por V. Exa., ao respeito que tenho intelectual e pessoal por

V. Exa.. Eu só lhe desejo sorte e espero que haja uma guinada no sentido de se aproveitar as relações pessoais boas entre os dois Presidentes, e eram boas as relações entre o Presidente Lula e o Presidente Bush, eram boas, como eram boas as relações do Presidente Fernando Henrique e o Presidente Clinton, aproveitar essas boas relações e sem nenhuma dúvida privilegiar esse parceiro, porque me parece que é o mais maduro a fazer. É muito mais importante do que nós criarmos uma Embaixada na Botswana, é muito mais importante. É importante mesmo nós privilegiarmos essa relação porque isso significará pragmatismo e perspectiva de preocupação positiva com o desdobramento da economia brasileira. Mas eu lhe desejo sorte, o meu voto é conhecido, porque eu acabei já de implicitamente fazer, o que eu agora eu faço explicitamente, que eu vou ter a honra, se já estiver aberto, eu não sei se está, de votar a favor da indicação de V. Exa. e também--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. me permite um breve esclarecimento?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Claro, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É possível que V. Exa. ainda não tenha conhecido as declarações mais recentes do Presidente Hugo Chávez, que diz que não tem nenhuma intenção bélica, que ele não foi tão bem compreendido, que ele quer ter paz com a Colômbia, com os seus vizinhos. Tem mais alguns detalhes, eu não os conheço todos, mas pelo menos ouvi no caminho para cá uma nova declaração dele com o seu sentido mais pacífico.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, eu acho, Senador Suplicy e Embaixador Mauro Iecker, eu acho que--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ele deve ter ouvido as observações de V. Exa. no Plenário ontem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Olha, hoje em dia, pode parecer gozação de V. Exa., mas hoje em dia um houve o outro mesmo. Ontem eu falei para uma rádio colombiana por uma hora. Tem uma piada de mau gosto, que não é contada por mim. Eu contaria uma de gosto melhor um pouquinho. Ela diz que ele não oferece perigo militar real porque avião russo com piloto venezuelano não sai do solo [risos], fica no solo. Então não haverá mesmo a hipótese de guerra. Mas é a alentador que ele diga isso, porque o mínimo que eu espero, eu não o aplaudo por isso, é o mínimo que eu espero. Significa dizer que quando nada retornou ao seu estado normal, porque falar em guerra no Continente Americano significa resposta muito clara ao racionamento de energia elétrica que ele submete ao povo venezuelano, e isso tudo ele estiolando a última riqueza, a única riqueza com que conta o seu povo para vencer o subdesenvolvimento, que é o petróleo. Está sendo muito mal explorado por ele, que inclusive causa problemas técnicos e graves a uma PEDEVESA que, por falta de tecnologia, está deixando piorar as condições de extração do petróleo, diminuindo a capacidade de oferta dos seus poços.

Eu sei que esse seu mandato será espinhoso e sei que o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Heráclito Fortes d o Deputado Átila Lins não deixarão de visitá-lo algumas vezes, algumas vezes no posto. Quem sabe eu o visite pelo menos uma, como fiz em Buenos Aires, enfim, mas eles voltarão--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está um a zero para você, que eu não fui lá nenhuma vez.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não foi? Um a zero.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A Buenos Aires eu não fui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Não foi a Buenos Aires?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não fui.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Enfim, eu fui a Buenos Aires, tive ocasião de estar com o embaixador e só ganhei com essa vida, só ganhei, porque se eu for pelo menos uma a um outro posto dele--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deve ser o Mão Santa.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): O Senador Mão Santa não sai de lá, isso é verdade, isso é verdade também [risos].

Mas, embaixador, muita sorte então e eu lhe desejo que prossiga nessa carreira brilhante que se desenha acima, é o reconhecimento do seu mérito, é acima de questões partidárias ou de questões de governo, a diplomacia brasileira não pode se partidarizar, não deve se partidarizar, eu não vou a favor da filiação do Ministro a partido qualquer. Eu entendo que se era filiado, devia se desfiliar. O Ministro do Exterior e o Presidente do Banco Central, se eram filiados, deveriam se desfiliar e, se não eram filiados, não deveriam se filiar a partido, porque a nossa diplomacia sempre se caracterizou por um brutal profissionalismo, profissionalismo que faz de V. Exa. e do Embaixador Ênio Cordeiro exemplos de diplomatas que não nos deixam com inveja de nenhum país, de nenhum país. São pessoas que, enfim, têm toda a capacidade técnica e a sensibilidade política de--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. me permite um aparte?

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Claro, com muita honra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Alvíssaras. Eu acho que a diplomacia brasileira, a partir de agora, vai ganhar alguma coisa. Já está anunciado aí que o Sr. Marco Aurélio Garcia, a partir de agora, é o coordenador da campanha da Dilma. Então ele vai deixar em paz o diplomata brasileiro para que exerçam as suas atividades sem interferência. Agora coitada da candidata com um coordenador desse.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É, eu ia dizer isso, então alvíssaras de novo porque eu não sei o que vai sobrar da candidatura dela. Mas de qualquer maneira, não estamos preocupados com isso, ela é que está muito preocupada com isso mesmo. Os dois apartes, muitos enriquecedores, eles me levaram a estender a fala [soa a campainha] e eu concluo, Embaixador Mauro, lhe desejando sorte, dizendo que vou colocar uma bolinha branca ali. Se fosse *Country Club*, V. Exa. estaria pelo meu voto aprovado tranquilamente para sócio. Eu não sou como um daqueles irmãos Marques que dizia que esse clube não é sério, porque ele me aceita como sócio. Eu acho que esse clube aqui tem que se portar com seriedade e é muito bom aceitá-lo como representante do Brasil em Washington. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Senador Paulo Duque, lhe agradecendo a permuta. Logo depois então vamos ouvir o embaixador numa rodada de três senadores. A votação está aberta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Senador Inácio Arruda já saiu ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já votou e saiu.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, é um prazer participar dessa Sessão e desta votação. É sempre uma demonstração não só de cultura, como de sabedoria dos integrantes do Senado.

Eu estou vendo que o nosso embaixador fez uma carreira brilhante no Itamaraty, oriundo do Instituto Rio Branco, que vai representar agora o Brasil no principal posto diplomático para o Brasil, que é a Embaixada em Washington. Ele saiu de uma experiência interessante também, porquanto o Brasil e Argentina sempre tiveram um relacionamento extraordinariamente bem sucedido, muito embora também extraordinariamente como rivais. Não é só no esporte, no futebol, não. Eu digo isso porque durante uma fase de uma constituinte brasileira houve episódios muito sérios na Carta Brandi, eu não sei se V. Exa. se lembra disso, do chamado Livro Azul entre Brasil e Argentina, um livro que haveria sobre pessoas suspeitas.

Em suma, é um país... V. Exa. esteve lá por dois anos, dois anos. Cinco anos. Então sedimentou seus conhecimentos de uma maneira extraordinária, porque não é fácil representar o País junto a um outro que sempre equilibrou uma relação amistosa e, às vezes, inamistosa.

Vejo também o seguinte, embaixador. O Brasil sempre utilizou durante muito tempo a Embaixada de Washington como um posto de grande politicagem. Basta dizer que foram embaixadores lá homens do tipo Osvaldo Aranha, Ernani Amaral Peixoto, Juraci Magalhães, Walter Moreira Sales, banqueiro, que não tinha nada a ver, e agora V. Exa., que é do quadro do Itamaraty. Isso é que é importante, fez carreira no Itamaraty. Não ocupou nenhum posto eletivo de deputado como esses nomes que eu acabei de citar aqui.

Por isso, eu não vou arguir V. Exa. porque acredito não só no relatório do Senador Heráclito Fortes, acredito, como vejo na sua presença aqui muita competência, sabedoria, inteligência e cultura. Vou votar em V. Exa..

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Paulo Duque. Então com a palavra o nosso Embaixador Mauro Vieira.

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Muito obrigado. Eu queria aproveitar e responder rapidamente as perguntas feitas.

A primeira, pelo Senador Roberto Cavalcanti, dizendo que realmente guerras houve no passado, os nossos países todos estiveram envolvidos em guerras de independência e, como o senhor bem lembrou ou talvez o Senador Arthur Virgílio, o Brasil esteve também presente ao lado dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o único País da América latina que esteve presente nas duas Guerras Mundiais. Na Primeira Guerra o Brasil enviou um batalhão de médicos e enfermeiros que criaram um hospital militar em Paris, muito lembrado e muito reconhecido pelo Governo Francês. Eu acho que a chegada, o início da administração do Presidente Obama, traz mensagens e traz gestos que podem nos deixar com fé, com esperança de que temos um novo período, temos um período de diálogo harmonioso, de conveniência. O Presidente Obama, no próprio discurso de posse, fez referência a uma mensagem que circulou o mundo, que foi que os Estados Unidos estaria com a mão aberta aos que descerrassem o pulso, depois houve importantes pronunciamentos na sua visita ao Cairo ao mundo mulçumano, quando esteve em Praga fez uma mensagem, estendeu também a mão ao Irã para uma negociação, e acho que teve, sobretudo com o nosso

continente, atitudes muito positivas, como foi a questão da Cúpula das Américas em Trinidad e Tobago, em que ele se reuniu com os Presidentes, os Chefes de Estado dos países que compõem a UNASUL, num gesto muito importante, muito construtivo. Eu tenho certeza de que há um espaço, a forma com que o Executivo Americano vê a relação com o Brasil nesse momento é muito auspiciosa e muito positiva. Eu acho que vamos ter possibilidades de negociar, de manter as nossas posições com independência, com altivez, concordar em coisas que são muito importantes e fundamentais e manter as nossas posições discordantes em pontos que não podemos ceder. Mas mesmo esses pontos de discórdia não comprometem a relação como um todo e são tratados à parte, encapsulados, sem comprometer, sobretudo, o que pode ser de positivo, o que pode avançar. Eu acho que isso é uma aproximação muito positiva e muito construtiva. É o que eu gostaria de dizer ao senhor.

Gostaria, também, de agradecer as palavras do Senador Paulo Duque. Dizer a ele, agradeço as referências ao Serviço Exterior Brasileiro, ao qual tenho muita honra de pertencer, e só lembrar que na Embaixada em Washington, eu não sei exatamente a partir de quando, mas há muitos anos que os embaixadores são de carreira. Posso, com mais precisão, dizer que em Buenos Aires, onde tenho a honra de estar, desde 1951 todos os embaixadores foram embaixadores de carreira. Então é um período bastante longo, bastante importante, que mostra que a escolha foi feita com pessoas que fizeram a carreira dentro da instituição e que se especializaram.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desde 1951?

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Desde 1951 todos os embaixadores foram de carreira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Não, eu estou me referindo a Buenos Aires. Washington foi mais recente, mas eu acho que desde os anos 80. Eu estive em Washington, no meu primeiro posto, aliás, com dois chefes, dois embaixadores que vinham de Buenos Aires, o Embaixador João Batista Pinheiro e o Embaixador Azeredo da Silveira, que deixava de ser chanceler, mas que havia sido antes embaixador em Buenos Aires também, e creio que deste período, isto foi no final dos anos 70, daí em diante eu acho que houve um embaixador fora da carreira, que antes havia sido da carreira, que deixou a carreira, que foi o Embaixador Marcílio Marques Moreira, que fez o Instituto Rio Branco e deixou a carreira como Primeiro Secretário, que foi embaixador. Eu acho que isso demonstra a importância dada às relações com os dois países.

Era o que eu teria a responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Antes de passar aos próximos senadores inscritos, o Senador João Tenório, Francisco Dornelles e Eduardo Suplicy, na sequência de três, eu quero aqui registrar a profícua atuação do Senador Flávio Torres, do Ceará. Essa é a última Reunião dessa Comissão que ele participa, tendo em vista que a titular, a Senadora Patrícia Saboya, volta na próxima semana. Ontem o Senador Flávio fez o seu discurso no Plenário, eu pessoalmente não estava lá no momento, eu estava num almoço no Itamaraty, mas eu quero exatamente registrar, senador, a sua atuação e a sua presença sempre muito assídua aqui, sempre muito colaboradora e, portanto, desejar muito sucesso e agradecer a sua presença entre nós nesse período.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares, pela ordem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Exa. e ao Plenário. Devido ao adiantado da hora, que todos os inscritos fossem ouvidos, ao invés de uma lista de três. Eu não sei se o Plenário estaria de acordo, mas é a sugestão que eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se todos estiverem de acordo, nós temos aqui ainda inscritos o João Tenório, Francisco Dornelles, Suplicy, Pedro Simon e Antonio Carlos Valadares.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): E peço que me inscreva rapidamente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pois não.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu queria apenas, em rápidas palavras, subscrever o que V. Exa. disse a respeito do desempenho do nosso Senador Flávio Torres, que se desincumbiu muito bem no exercício do mandato do Senado Federal, em função do afastamento(F) da Senadora Patrícia Saboya. Então o nosso reconhecimento ao seu desempenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel. Então o Senador João Tenório com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sr. Embaixador Mauro Vieira. Eu não tinha tido a oportunidade de conhecer V. Sa.. Tivemos ontem uma conversa demorada sobre as relações entre o Brasil e a Argentina de um lado e a sua percepção, a sua

maneira de enxergar como serão as relações entre o Brasil e Estados Unidos daqui para frente, sobretudo com a presença do Presidente Obama na frente do Governo Americano.

Quero dizer que fiquei bastante impressionado não apenas pelo seu conhecimento das relações com a Argentina, não apenas com o seu conhecimento com as relações e com os problemas dos Estados Unidos, que terá que ser enfrentado, que terá que ser discutido e avaliado, mas, sobretudo, pela sua avaliação global de uma geopolítica que, evidentemente, tem uma interação uma coisa com a outra, não há como você separar, criar ilhas, porque o mundo hoje, inexoravelmente, é um planeta só, digamos assim, e as interligações políticas, técnicas, financeiras, elas são inexoráveis. Portanto, o meu registro da minha boa impressão que eu tive na conversa com V. Sa..

Eu gostaria só de completar, para obedecer aí a orientação do senador, que sugeriu andar rápido com as coisas hoje, é que eu acho que o Itamaraty está um pouco, digamos assim, lhe conferindo um excesso de trabalho, porque tirar V. Sa. de Buenos Aires e imediatamente depois colocá-lo em Washington, evidentemente que é uma promoção, que é tudo isso, mas dizer que primeiro devem acreditar muito na sua capacidade de trabalho, porque a Argentina, nós sabemos, todos sabemos, que as relações diplomáticas com a Argentina, as relações de um modo geral com a Argentina são complicadas e são intensas, extremamente intensas. E com Washington serão, sem sombra de dúvida, que é ali onde acontece, digamos assim, movimentos, ideias que afetam o mundo como um todo e muito particularmente o Brasil e muito particularmente a relação Brasil com os Estados Unidos. Então V. Sa. está sendo castigado, digamos assim, com o excesso de trabalho que o que Itamaraty lhe confere, mas temos certeza absoluta de que isso será correspondido em função daquilo que eu pude absorver do conhecimento que V. Sa. tem, não apenas digo da relação com a Argentina, da relação com os Estados Unidos, mas sobretudo e principalmente, de uma visão geopolítica do mundo como um todo.

Muito obrigado, seja feliz e tudo de bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório. Senador Francisco Dornelles com a palavra.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu quero cumprimentar o Itamaraty pela indicação de V. Exa. para a Embaixada do Brasil em Washington. Eu considero que o relacionamento dos Estados Unidos com o Brasil deve ter sempre um caráter prioritário pela importância das suas relações econômicas, financeiras e comerciais com o Brasil.

Eu só queria chamar a atenção de V. Exa. para um ponto no momento em que V. Exa. vai assumir a Embaixada em Washington. O Brasil fez acordos para evitar a dupla tributação da renda com vários países do Mercado Comum Europeu, com o Japão. Em todos eles houve a preocupação de impedir que esses países exercessem esse poder tributário dentro do Brasil. De modo que foi estabelecido que os lucros dessas empresas no Brasil, o Brasil tributa e eles não tributam. Os lucros da Fiat na Itália são tributados no Brasil e não são na Itália. Os lucros da Peugeot no Brasil são tributados no Brasil e não são na França. Os lucros da Valmet são tributados no Brasil e não são na Finlândia. Os Estados Unidos no momento pretende fazer um acordo preliminar de dupla tributação com o Brasil em que ele exerce o seu poder tributário dentro do Brasil, quer dizer, ele quer tributar os lucros de suas empresas no Brasil mesmo que não distribuídos. É um direito que ele tem. Mas se nós fizermos com os Estados Unidos um acordo nesses moldes que os Estados Unidos propõe, todos os países da União Europeia e até mesmo o Japão, que tem um esquema pendente de táxi(F), vão pedir uma revisão.

De modo que eu vejo, muitas vezes, empresários brasileiros querendo porque querendo fazer o acordo com os Estados Unidos sem saber o conteúdo [soa a campainha] e as repercussões desses acordos em relação a outros que nós fizemos com a União Europeia e o Japão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esse tempo não era seu, não. Esse tempo era ainda do Senador Tenório. Só para dizer que a campainha tocou, mas o tempo era do Senador Tenório.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Ah, desculpe. Então eu pediria a V. Exa. que olhasse com carinho e com atenção essa proposta de acordo. Acordo com os Estados Unidos, sim, mas dentro dos mesmos moldes e das mesmas concessões feitas pelos países da União Europeia.

Segundo, chamar também a atenção, existe aqui, eu nem sei se chegou à Comissão de Relações Exteriores, um acordo que foi assinado entre o Secretário da Receita do Brasil e o Secretário da Receita dos Estados Unidos que eu acho que é um tipo de acordo de troca de informações que deveria ser assinado pelas embaixadas ou pelos Ministros. Eu acho difícil que você possa admitir acordos entre dois países assinados por autoridades que a gente respeita, gosta, mas que juridicamente são do segundo escalão.

Eu chamaria a atenção de V. Exa. para esses dois pontos, sabendo que isso é uma área que V. Exa. conhece profundamente, participou de várias negocia-

ções, então eu pediria que V. Exa. olhasse essa situação do empresariado brasileiro e mesmo americano que quer fazer um acordo do Brasil com os Estados Unidos pensando exclusivamente nos seus negócios, sem ter condições de analisar as repercussões que isso têm no relacionamento com os outros países do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Francisco Dornelles. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, prezado Embaixador Mário Luiz Iecker Vieira. Quero, em primeiro lugar, agradecer a atenção com que V. Exa., nas ocasiões em que estive visitando a Argentina, Buenos Aires, V. Exa. teve a gentileza de ali dar-me a maior atenção, inclusive acompanhando de perto os esforços que ali realizei com o Coutier(F) e Copresidente de Honra da Rede Mundial da Renda Básica. Participei ainda há um ano atrás, em novembro último, em Buenos Aires de diálogo no Senado Argentino, onde um grande número de economistas e senadores estão debatendo o assunto da renda básica. Eu tive a oportunidade também de dialogar com a Ministra Kirchner, que é irmã do ex-Presidente Kirchner e que vem desenvolvendo projetos recentes, inclusive da *Asignación Familiar*, *Asignación Universal por Hijo*, que guarda relação com o Programa Bolsa Família aqui no Brasil.

Eu gostaria de, inclusive, lhe transmitir que nós estamos colaborando muito com a Rede Argentina da Renda Básica, com o seu Presidente Rubén **Lo Vuolo**, que estará presente no Congresso Internacional da *Basic Income Earth Network*, que se realizará na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em 1º e 02 de julho do ano que vem. O Presidente Lula deverá fazer a palestra de abertura desse importante encontro, onde estarão argentinos, norte-americanos, o próprio, hoje, Coutier(F), da *Basic Income Earth Network*, que é da Universidade de Georgetown, americano por Sr. Karl Widerquist, que esteve aqui na semana passada e, inclusive, presenciou, foi no dia 29 de outubro último, presenciou um fato inédito no Brasil, pois ele esteve presente e fez uma palestra aos Vereadores da Câmara Municipal de Santo Antônio do Pinhal, o primeiro dos 5.564 municípios brasileiros que instituirá, para todos os seus sete mil habitantes, uma renda básica de cidadania. Eu gostaria até de informar que na tarde de hoje, às sete e meia da noite, no final da tarde, às sete e meia da noite se realizará a cerimônia de sanção. É o primeiro projeto municipal de uma renda básica para todos os habitantes de Santo Antônio do Pinhal, eu inclusive estarei lá nesta cerimônia, algo que significará uma experiência muito relevante. É justamente nos Estados Unidos da América que há 27 anos a experiência positiva e bem sucedida de um dividendo pago hoje a todos os seus 700 mil habitantes, no Estado do Alasca, que fez do Alasca o mais igualitário dos estados norte-americanos, então gostaria de poder continuar a lhe contar dos passos que acontecerão com respeito a este assunto. O próximo congresso da *Basic Income Earth Network* se dará em co-operação com o Canadá, em Montreal, no próximo ano.

Mas eu gostaria de lhe perguntar, Embaixador Mauro Vieira, a respeito de um dos maiores problemas hoje enfrentados pelos Estados Unidos da América, que é justamente a guerra que acontece no Afeganistão [soa a campainha]. Quais serão, na sua avaliação, os passos que se farão necessários para realizar os meios de pacificar aquela região, os conflitos do Afeganistão, que se espalham pelo Paquistão? Tendo em conta o enorme interesse do Presidente Barack Obama de contribuir para a paz no mundo, seja ali no Iraque, seja no Oriente Médio, mas em especial, dada a complexidade do conflito no Afeganistão e no Paquistão, agradeço muito se puder nos relatar qual é a análise que faz a respeito.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. O Senador Pedro Simon é o próximo orador inscrito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu confesso que é com muita emoção que eu voto no Embaixador Mauro para Embaixador dos Estados Unidos. Eu tenho por S. Exa. o maior respeito, a maior admiração e acompanho S. Exa. desde o início, inclusive vi S. Exa. no belo trabalho no primeiro Ministério de Ciência e Tecnologia com o nosso amigo Renato Archer, quando realmente foi feita uma revolução em termos de o Brasil entrar na era moderna e que hoje a gente vê os seus efeitos. Acompanhei S. Exa. em todo aquele trabalho, desde a preparação até a criação da nova República, até os trabalhos que culminaram com a vitória do Dr. Tancredo, a morte do Dr. Tancredo, a participação de S. Exa. no Governo junto com Renato Archer e a sua ascensão realmente da maior importância no Itamaraty. Eu vejo com muito carinho no Dr. Mauro daqueles jovens, e foram muitos, não tanto, mas que se empenharam com amor, com carinho, com afeto no restabelecimento da democracia no Brasil e que deram no Itamaraty essa força de grandeza que fez com que nós atingíssemos a posição que temos hoje a nível internacional.

V. Exa. vem de uma posição muito importante em Buenos Aires e dá para se notar o que foi a vossa presença em Buenos Aires. Repetindo o Presidente Lula,

nunca como antes [risos] as relações Brasil e Argentina tiveram uma posição tão significativamente importante. Durante o período de V. Exa. lá e foi um período difícil, problemas com o Presidente e com a sua esposa Presidente, mas foi impressionante, nunca aconteceu isso, um diálogo tão positivo, tão concreto entre Brasil e Argentina como agora. Do Presidente do Brasil ir a Buenos Aires numa hora drástica, onde a Presidente vivia momentos difíceis, só para levar a solidariedade do Brasil, só para levar o apoio, a firmeza do Brasil. Eu sei que V. Exa. foi o grande responsável por esse trabalho e é fruto desse seu trabalho, de aproximação e de integração Brasil e Argentina que V. Exa. está indo para os Estados Unidos numa hora singular.

Não é por nada que V. Exa. está indo para os Estados Unidos. Mas estamos, pela primeira vez, às vésperas de ter um relacionamento, eu diria, com mais grandeza entre Brasil e Estados Unidos [soa a campainha]. Nós estamos em véspera de ter um relacionamento que não é de respeito humilhante, mas é de grandeza igual. V. Exa. vai para os Estados Unidos quando o Presidente Brasileiro tem uma relação e tem profundo respeito por parte do Presidente Americano. Não há dúvida nenhuma, não temos como fugir disto, que nunca na história do Brasil o Brasil esteve numa posição de tanto destaque a nível internacional. São várias as razões. Eu acho que uma delas é o BRIC, eu acho que é algo realmente que o mundo inteiro debate, analisa e constata, China, Brasil, Rússia e Estados Unidos (sic), metade da população, quase que metade do mundo, e países que estão tentando se identificar.

Por outro lado, eu vejo com muita simpatia a presença do Presidente Americano. Não é que tudo sejam flores. Eu vou dizer a V. Exa., que está indo para lá, uma mágoa que eu tenho. Eu acho que não precisavam as quatro bases, as cinco ou seis dos Estados Unidos na Colômbia serem feitas da maneira com que foram feitas. Repare V. Exa. que nem no Governo Bush acontecia isso. O relatório que saiu do Departamento de Estado Americano, enviado ao Congresso Americano, explicando as bases americanas ali, é diferente das notícias que correram, porque ali não fala apenas de problemas internos dos Estados Unidos, mas diz que a um preço muito barato se estabeleceu bases, tendo em vista o antiamericanismo notadamente da Venezuela e do Presidente da Venezuela. Eu até acho, com toda a sinceridade, que o Governo Brasileiro não se empenhou como devia ter se empenhado na tentativa. Eu argumentava que o exemplo do Haiti é um caso onde ao invés de o americano entrar, como normalmente entra, enviaram uma missão da ONU, lá está e o trabalho está sendo bem feito. Eu falava que poderia se fazer uma coisa nesse sentido, da Organização dos Estados Unidos Americanos, mas à margem disto eu reconheço que o trabalho do Presidente Obama tem sido muito positivo. Aquela triste penitenciária de Cuba, o relacionamento que tem havido--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Está me dizendo aqui o nosso amigo, o nosso líder, que o Chávez disse que não convocou o povo para a guerra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É notícia de hoje de manhã.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Isso deve ter sido coisa do nosso Primeiro Secretário do Senado que espalhou isso. Não convocou o povo para a guerra, ele convocou o povo para se preparar para se defender [risos].

Por isso que eu acho que a presença de V. Exa. lá é muito importante. Por isso que eu acho que o embaixador, seu amigo, que cai entre nós vem da mesma época, das mesmas lutas, do mesmo grupo que participou dessa nova República e que vem vindo com V. Exa., a amizade que os senhores têm, eu dou uma importância mais do que possa se imaginar à ida de V. Exa. para os Estados Unidos. E olha: conte conosco, porque V. Exa. vai desempenhar um grande papel e condições têm de fazer isso, têm condições realmente porque o Brasil têm condições de desempenhar esse novo papel, têm condições. Fruto, inclusive do seu trabalho, terminou aquela fase de Brasil e Argentina, um olhando para o outro de cara feia. A Argentina até se manifestou favorável ao Brasil ingressar no Conselho da ONU. Eu não sei se foi com muita sinceridade, mas pelo menos publicamente a afirmativa foi feita [soa a campainha].

Então eu confio muito e acho que V. Exa. terá um papel realmente muito importante nesse novo tipo de diálogo Brasil e Estados Unidos, nesse novo tipo de diálogo América do Sul e Estados Unidos. Eu dou muita importância ao MERCOSUL. Acho que o Brasil teve uma vitória, porque o americano queria criar uma entidade que fosse uma nova organização americana de livre comércio, onde o americano dominaria. O MERCOSUL tem um significado, que é o início de uma perspectiva de nós nos dialogarmos, de nós termos o entendimento da América do Sul, que é uma região que tem povo, que tem terra, que tem agricultura, que tem riqueza riquezas, e é uma das regiões mais pobres do mundo, ter condições de crescer, ter condições de avançar.

Por isso, eu que o tenho como um amigo meu e que tenho uma honra muito grande de conhecê-lo, de respeitá-lo, rezo muito para que V. Exa. se saia muito

bem. Eu gostaria, dentro do possível, em primeiro lugar, tenho certeza que falo em nome de toda a Comissão que V. Exa. conte com a gente. Qualquer problema, qualquer dúvida, qualquer questão que a gente possa ajudar no sentido de facilitar o seu trabalho, o seu relacionamento, conte com a gente. E eu gostaria, dentro do possível, no que os encargos de V. Exa. permite, que nos mantivesse informados para que a gente pudesse ajudar, pudesse colaborar com o trabalho magnífico de V. Exa.. Eu repito: nós estamos vivendo aqui uma Reunião muito importante, porque não é uma designação de mais um embaixador, é o Embaixador dos Estados Unidos, mas eu diria que não é o Embaixador dos Estados Unidos iguais aos anteriores. Agora V. Exa. irá numa outra posição, numa outra realidade, num outro momento, e tenho certeza que V. Exa. será um grande fator de dignificação do povo brasileiro. Meu abraço muito carinhoso a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon. Vamos ouvir agora o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, nós sabemos que os Estados Unidos representam, na nossa balança comercial, um grande fator de desenvolvimento quanto às exportações. Aqui os dados que nos foram fornecidos mostram que o comércio entre os dois países aumentou em 21% e houve um recorde histórico de US$ 53 bilhões em 2008. Entre os países latino-americanos, o Brasil é o segundo mercado para as exportações dos Estados Unidos, atrás apenas do México. O Brasil é o maior receptor de investimentos norte-americanos entre os países da América do Sul e em termos de estoque de capital os Estados Unidos é o maior investidor estrangeiro no Brasil.

Entretanto, Sr. Embaixador, apesar dessas relações tão fortes e tradicionais entre o Brasil e os Estados Unidos, há algumas batalhas que estão sendo travadas entre o Brasil e os Estados Unidos. Por exemplo, os plantadores ou os produtores de algodão nos Estados Unidos receberam subsídios indevidos, numa atitude, a meu ver, de concorrência desleal dos Estados Unidos para com o Brasil e outros países. Isso gerou, por parte da Organização Mundial do Comércio, uma decisão autorizando o Brasil a retaliar os Estados Unidos. O Brasil pediu cerca de 2,5 bilhões de reais como contrapartida aos prejuízos causados pelos americanos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Soa meio engraçado isso, o Brasil retaliar os Estados Unidos [risos].

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): A OMC autorizou. Então a OMC, ao invés de conceder ou de retribuir ao Brasil os 2,5 bilhões solicitados, concedeu apenas US$ 300 milhões de dólares. Por outro lado, os produtores de laranja do Brasil, os exportadores de suco de laranja congelado do Brasil estão reclamando –e com razão –de que os americanos acusam o Brasil de ter praticado *dumping* na comercialização desses produtos. Essa questão está também na OMC, significando dizer que isto é prejuízo para as exportações brasileiras de suco de laranja. Inclusive nós fizemos na Comissão de Assuntos Econômicos há pouco tempo, por iniciativa do Senador Suplicy, uma reunião muito boa com os produtores de laranja, de suco de laranja de São Paulo [soa a campainha] e também vieram pessoas de Sergipe para tratarem desse assunto.

Então há uma boa relação, comercial, entre os Estados Unidos e o Brasil, porque há batalhas a serem dirimidas e eu acho que diante da crise descomunal que foi expandida para o mundo inteiro em razão da desorganização financeira dos Estados Unidos, que não teve o cuidado de estabilizar o seu mercado financeiro como teve o Brasil, mas exportou para o mundo inteiro, inclusive para o nosso País, a sua crise, a crise do *subprime*, que eclodiu aqui também no Brasil. Mas é incapaz, o americano, de responder positivamente a uma coisa que sempre foi uma tradição: o Brasil exportar para os Estados Unidos o suco de laranja, que hoje representa um índice até menor do que antes, em que 20% das nossas exportações de suco de laranja vão para os Estados Unidos e 60% para o Mercado Comum Europeu, mas mesmo assim os americanos estão dispostos a retaliar o Brasil, a meu ver num processo de vingança, porque o Brasil está querendo ressarcimento em face do *dumping* praticado nos subsídios dados aos produtores de algodão, que são os maiores financiadores do Presidente Barack Obama, os produtores de algodão.

Então eu gostaria de saber da sua opinião. Eu sei que é este é um assunto delicado para V. Exa. falar, mas já que V. Exa. vai morar alguns anos nos Estados Unidos como nosso representante, representante do Brasil na grande nação americana, eu gostaria de saber a sua opinião sobre essa diferenciação de tratamentos, essa discriminação que os americanos estão fazendo contra os produtores de laranja e protegendo, e essa proteção já é reconhecida pela OMC, a sua opinião a respeito desse comportamento indelicado, posso dizer assim, interesseiro dos Estados Unidos, protegendo um segmento produtivo dos Estados Unidos e prejudicando um segmento produtivo dos brasileiros, que é o segmento dos produtores de laranja.

Eu agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Heráclito Fortes, como relator.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu faço uma sugestão a V. Exa. que encerre o processo de votação, num momento em que praticamente todos votaram, falta apenas um senador, que deverá completar agora. E, segundo, eu solicito a V. Exa. que, caso aprovado, o processo do embaixador seja encaminhado ao Plenário em regime de urgência para que possamos, caso possível, fazer essa votação hoje, uma vez que o Brasil está sem um representante titular na representação do Brasil em Washington. O próprio questionamento do Senador Valadares justifica o meu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Heráclito, nós encaminharemos, tão logo aprovado, rapidamente para a mesa, para ver a possibilidade de votar ainda hoje.

Nós temos o Senador José Agripino agora inscrito. O senador não está. Senador Marcelo Crivella e depois o Senador Augusto Botelho. Depois nós vamos transformar a reunião ainda em secreta, eu pessoalmente tenho algumas perguntas a fazer em relação ao Brasil e Argentina.

Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Eduardo, serei aqui modesto no meu tempo. Eu precisava vir aqui para prestar um depoimento da percuciência para analisar os fatos e perseverança e bravura para realizar as missões diplomáticas de interesse nacional, do mais alto interesse nacional, que eu testemunhei o Embaixador Mauro realizar em sua gestão exemplar à frente da Embaixada Brasileira em Buenos Aires. Seu mandato não foi fácil, foi uma epopéia, a travessia de um terreno minado, uma batalha sem tréguas. Não houve nesse período de crise financeira mundial, aguda, não deixou de faltar expediente dos mais inesperados aos mais ardilosos que não requeressem, nas relações bilaterais entre Brasil e Argentina, a atenção, o esforço, a inteligência e a fórmula de solução diplomática para se dirimem essas questões, que eram acesas pelas paixões, pelos interesses contrariados, pelos noticiários de jornais, e mesmo no paroxismo dessas crises em nenhum momento o nosso embaixador se permitiu tornar-se lascível ou perder a alta linha da sua compostura ou deixar de enfrentar com toda a boa formação, ele como filho de Rio Branco, as questões mais prementes. Não é um homem do proscênio, não é um homem da ribalta. Ele vem à frente apenas quando convocado por uma questão urgente e depois volta para o fundo do palco apenas para tomar a cena quando novamente chamado para intervir numa questão urgente.

O Embaixador Mauro é muito querido no Itamaraty, respeitado e admirado pelos seus colegas e eu tenho certeza que será aclamado, não é nem votado, aclamado nessa Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Crivella, basta ver a presença na comissão nessa quinta-feira, hoje de tanto afazeres na Casa, que já dá uma demonstração do prestígio do embaixador.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sem dúvida, e eu venho representar aqui, na minha modesta participação, todos os senadores que não são membros dessa Comissão. Eu não sou membro. Eu vim aqui em respeito à biografia, ao trabalho honesto, a esse vulto do Itamaraty, que é o nosso Embaixador Mauro, que merece de nós todos os aplausos, todas as loas e os votos de que faça uma gestão extraordinária à frente da nossa embaixada mais importante, que é no epicentro das decisões mundiais, Washington, Estados Unidos.

Embaixador Mauro, receba do PRB, do seu admirador, falo aqui em meu nome, falo em nome do vice-Presidente da República, que tem por V. Exa. o maior apresso e respeito, em nome de todo o nosso partido, em nome de Samuel Pinheiro Guimarães, que é Ministro indicado pelo nosso partido à frente de uma Secretaria importantíssima, a de Assuntos Estratégicos. Nós todos temos por V. Exa. o maior respeito, apresso, admiração e desejamos, ardorosamente, que V. Exa. desincumba de maneira brilhante e o Rio se engrandecesse mais uma vez com a indicação de um carioca, de um carioca de Copacabana, quer dizer, mais carioca não podia, para comandar, para dirigir, para presidir as relações diplomáticas Brasil e Estados Unidos. Parabéns a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, seja bem-vindo aqui, mesmo não sendo membro, será sempre bem-vindo. Já foi membro e será sempre muito bem-vindo aqui pela sua vivência, o seu conhecimento e a sua experiência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador José Agripino então com a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Presidente Azeredo, obrigado pela tolerância, eu estava aqui atendendo a imprensa. Embaixador Mauro Vieira, V. Exa. é um privilegiado do Itamaraty, porque deixa o maior posto, imagina-se que seja Washington, eu acho

que é Buenos Aires, e vai agora para Washington. É um privilégio trabalhar(F) no Itamaraty, mas não é um privilegiado, é um homem moldado para esse tipo de função pela sua competência, pela sua habilidade, pela sua forma de tratar as pessoas e os fatos. Vai encontrar nos Estados Unidos um quadro que V. Exa. sabe que é diferente do que era há dez anos atrás, cinco anos atrás. Eu acabei de chegar da ONU e senti claramente: ótimo, o Brasil hoje é consultado para tudo, o Brasil cresceu, teve um *upgrade* na sua relação no plano internacional.

A minha preocupação é que como o Brasil é chamado para discutir desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, racismo, segurança na Faixa de Gaza, para tudo o Brasil é chamado, na ONU e no plano internacional. V. Exa. vai para Washington e vai ter, evidentemente... Foi muito bem colocada a pergunta do Senador Dornelles, que envolve um acordo bilateral, envolveria um acordo bilateral do Brasil com a França, do Brasil com a Itália, por razões de ordem tributária. Nós temos uma questão, um contencioso pendente com os Estados Unidos e com o continente chamado ALCA, que está meio adormecido, ninguém fala mais na ALÇA, e que, na verdade, é um acordo de comércio que envolverá os países da América, onde o Brasil tem mais hoje do que tinha ontem uma função ou uma posição preeminente e que precisa voltar, até porque ele significa, como o MERCOSUL significou, ele significa a modernidade das relações políticas e, principalmente, econômicas. Só que há vantagens e desvantagens. Há vantagens e desvantagens para o Brasil.

Todo mundo sabe que o *lobby* funciona claramente e é legítimo na política americana, que remete à proteção de determinados setores da economia dos Estados Unidos, como nós também temos o direito de fazê-lo. Mas mais dia, menos dia, a União Europeia, que foi um bloco exitoso, gerou a obrigação de que outros blocos, como o MERCOSUL, tivessem a oportunidade de acontecer. O nosso MERCOSUL, na minha opinião, está cambaleante, ele está mal, ele está mal. Pode, atravessadas as crises, pode voltar a existir. Mas eu acho que é oportuno que o assunto ALCA volte à Ordem do Dia e eu gostaria de conhecer a sua opinião sobre as perdas e ganhos do Brasil nesse contexto, nessa nova postura do Brasil, que é um País mais importante, mais respeitado. Aquilo o que Brasil dizia à época do Bush e que não merecia a devida consideração do Governo Americano pode ter hoje uma interpretação diferente na medida em que nós coloquemos as nossas dificuldades e as nossas pretensões. Em função desse contexto todo eu gostaria de ouvir as suas considerações sobre o Brasil, Estados Unidos e a ALCA neste momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra agora o Senador Augusto Botelho e depois o Senador Cristovam, aí encerramos a participação dos senadores.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sr. Embaixador Mauro Vieira. V. Exa. está sendo indicado porque tem competência para representar o Brasil nos Estados Unidos, que é o nosso principal parceiro comercial. Eu faço minhas as palavras elogiosas que todos pronunciaram para o senhor e quero apenas lhe fazer uma indagação.

Eu tenho exercido o meu mandato aqui em nome das pessoas, da gente, em nome do ser humano. O meu estado e nós da Amazônia todos temos muita dificuldade em relação ao visto nos Estados Unidos, porque até um certo tempo a gente mandava os documentos de lá e tal e a embaixada fazia, autorizava. Mas de um tempo para cá a pessoa tem que vir aqui à Brasília, que é o ponto mais próximo da Amazônia para vir, e volta. Nisso ele já gasta mais ou menos uns US$ 1.500 entre passagem, hospital (sic) e tudo e tal, quer dizer, que para os Estados Unidos até reduz o dinheiro que ele vai poder gastar lá quando for fazer a sua viagem. Eu já estive na embaixada conversando e uma pessoa da embaixada, eu não me lembro o nome dela, daquela embaixada, falou que eles fizeram isso em retaliação a uma atitude tomada por nós, porque antes era até de dez anos o visto, inclusive tinha visto de dez anos e tudo, antes de ser senador, em que mandava-se os documentos e as pessoas não tinham dificuldade. Então isso criou um grande problema, porque nós que estamos mais próximos dos Estados Unidos, a nossa passagem realmente é mais barata, lá da Amazônia, do Amazonas para ir para lá, e temos essa dificuldade. Então a minha pergunta é assim: se existe alguma possibilidade, se poderia tentar contornar esse problema que é um problema realmente para nós, da Amazônia, tentar fazer uma forma de voltar ao que era. Se a gente está criando alguma dificuldade, o senhor agora lá na embaixada pode fazer com que essa reciprocidade seja amenizada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu não sou membro efetivo dessa comissão, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É sempre membro [risos].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): --frequento-a permanentemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É o nosso ex-Presidente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ex-Presidente. Não precisei votar porque o Senador Flávio Torres já votou. Eu não tenho nenhuma pergunta específica a fazer, embora em todas as sabatinas eu tenho procurado um debate sobre quais são os grandes temas que devem nos preocupar nas próximas décadas nas relações exteriores do nosso País.

Eu pedi a palavra apenas para dizer da minha satisfação de estar aqui assistindo à sabatina do Embaixador Mauro, que eu o conheço pessoalmente há muitos anos em Brasília, que eu conheci como embaixador na Argentina e pude presenciar a maneira como ele facilita as coisas dos brasileiros que aí vão. Portanto, dizer de que eu me sinto tranquilo como brasileiro de tê-lo como embaixador nos Estados Unidos, essa posição tão chave, embora eu acredito menos difícil do que na Argentina. Eu creio que o senhor passou pelo teste máximo que um embaixador brasileiro pode passar, especialmente nesses últimos anos. Washington é um ponto chave, mas não tão difícil, aparentemente, pois as coisas podem mudar.

Neste momento eu creio que tenha uma importância específica, é a tentativa de empurrar ao máximo a colaboração com o Governo Obama nesses próximos sete anos. Aí eu vejo de uma maneira que eu tenho insistido com os alunos do Rio Branco, quando eu me encontro, que a tentativa é de que os nossos diplomatas tenham um chapéu grande e um chapéu pequenininho. O grande é do Brasil e o pequenininho é do planeta. A globalização vai obrigar que cada embaixador e cada Presidente da República de vez em quando se sinta também um representante da humanidade inteira e lá nos Estados Unidos é que está a posição mais chave para que o Presidente Americano possa cada vez mais assumir a sua posição de líder, um dos líderes, nunca vamos ter um, mas um dos líderes da humanidade, como havia antes da queda do Muro de Berlin, os líderes socialistas, os capitalistas, os desenvolvimentistas que falavam para o mundo inteiro. Os que fizeram a libertação da África falavam para o mundo inteiro na defesa dos seus movimentos.

A gente vai entrar num outro período desse, porque nesses vinte anos depois da queda do Muro de Berlin, cada país voltou-se para dentro, perdeu a perspectiva. É engraçado, globalizou-se apequenando os líderes e ampliando os empresários do ponto de vista comercial. Os empresários cresceram com a globalização e os líderes se apequenaram. Eu creio que a gente vai voltar a ter agora um momento de engrandecimento novamente pelo tamanho dos grandes problemas, como o aquecimento global, migração em massa, desigualdade crescente, tudo isso, e lá o senhor vai estar no ponto chave, eu não diria difícil, em tentar incrementar ao máximo a colaboração do Brasil. Por quê? Porque os Estados Unidos é o maior de todos, mas o Brasil é onde melhor pode surgir uma proposta nova para a humanidade, porque é o País que tem todos os problemas e tem os recursos necessários. Os outros países têm os problemas e não têm os recursos, como a África, e outros têm os recursos sem os problemas. Nós temos os dois. Se casamos isso com o Presidente dos Estados Unidos que queira levar essa proposta ou a proposta que surgir aqui para o mundo inteiro, eu creio que vamos ter a chance de encontrar saídas para as crises que vivemos, que não é a crise financeira, é a ecológica, a social e a ideológica.

Então o senhor vai estar numa posição chave e eu quero dizer que eu me sinto tranquilo de ter um embaixador do seu porte nessa posição. É só isso que eu queria falar, Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, senador Cristovam Buarque. Eu já quero também, Sr. Embaixador, primeiro cumprimentá-lo pelo seu trabalho na Argentina, desejar muito sucesso na sua quase certa aprovação, vamos fazer a apuração daqui a pouco, mas eu quero me referir a dois pontos aqui.

Um é uma emenda constitucional de autoria do senador Cristovam, que eu fui relator e assumi esta luta também, que é a questão da representação dos brasileiros no exterior. Os Estados Unidos têm cerca de um milhão e duzentos mil brasileiros morando nos Estados Unidos, dos cerca de três milhões que estão fora do nosso País. Assim como a França e como a Itália têm representações da sua população no exterior, essa questão realmente nos parece ser muito válida no Brasil. Nós já aprovamos em primeiro turno aqui no Plenário do Senado e aguarda, entretanto, a votação definitiva. V. Exa. vai estar nos Estados Unidos, onde então estará esse contingente de brasileiros, 1 milhão e 200 mil. A crítica que surgiu na época foi de que essa emenda constitucional levaria a um segundo projeto e que esse segundo projeto levaria à criação de cerca de, não se sabe o número ainda, mas um número pequeno, inferior a dez Deputados Federais, e que seria custo adicional. Eu acho que a democracia, ela justifica isso plenamente, uma representação como essa seria da maior importância para o Brasil. Eu estive no Rio de Janeiro participando de uma reunião do Itamaraty, onde o Embaixador Oto Maia exatamente coordenou toda essa questão discutindo os problemas brasileiros no exterior.

E aí eu me somo ao Senador Augusto Botelho, não pelo ângulo que ele falou, mas pelo ângulo daqueles dos Estados Unidos que vêm para o Brasil. Nós temos hoje me parece que dez consulados nos

Estados Unidos. Então é fundamental que essa questão também avanços, porque essa reclamação que o Senador Augusto Botelho tem, com toda a razão, de que tem que vir à Brasília para tirar um visto para ir aos Estados Unidos, também os americanos têm com relação ao Brasil quando tem que procurar esses consulados. E aí eu já manifestei pessoalmente a minha crítica na opção que foi feita de prioridade: o governo brasileiro criou embaixadas em países com 39 mil habitantes, quando poderia ter criado mais consulados nos Estados Unidos. Nós aprovamos aqui na semana passada o embaixador para São Cristóvão e Neves, que tem 39 mil habitantes, uma pequena ilha ou um conjunto de ilhas no Caribe. Eu acredito que, em termos de prioridade, seria mais adequado um 11º consulado nos Estados Unidos ou coisa parecida. De maneira que esse ponto também dos vistos é que eu queria colocar para V. Exa., porque é um ponto que atrapalha do ponto de vista de negócios, atrapalha do ponto de vista de turismo. E a questão dos cinco ou dez anos, também é do meu conhecimento que o Brasil é que não tomou essa iniciativa de passar para dez, que os Estados Unidos desejaria transformar o visto em dez anos.

Então eu vou passar a palavra para o embaixador e depois então é que nós vamos transformar em secreta. Embaixador, para a resposta a tanto senadores que se puseram aí, foram doze senadores, comigo treze.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu queria indagar a V. Exa.: alguma dessas perguntas o embaixador pode considerá-la delicada e achar melhor respondê-la na parte secreta. Seria sugestão do Relator a V. Exa. de consultá-lo, já que vamos transformar em secreta, se não faríamos já a partir de agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Fica a critério do embaixador. Se o embaixador quiser--

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Se o Presidente concordar com proposta do Sr. Relator, eu estou totalmente de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Possamos transformar já em secreta. Muito bem.

SR. MAURO LUIZ IECKER VIEIRA: Têm umas perguntas que são realmente altamente delicadas, então--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Então de acordo com o disposto no inciso IV, do art. 32, da Constituição Federal, combinado com o Parágrafo Único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da comissão será transformada em secreta, a fim de que o embaixador possa responder alguns questionamentos que foram feitos aqui. Antes eu designo o Senador Cristovam Buarque para atuar como Secretário.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu tenho que sair para um almoço no Ministério das Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tudo bem. Então eu vou pedir ao Senador Suplicy, solicito que seja o secretário da votação apenas. Os embaixadores e membros do Itamaraty que quiserem permanecer, podem permanecer. Os demais que estão aqui presentes, por favor, deixem que a sala seja reservada para essa parte secreta.

[Sessão secreta às 13h01]

[Sessão reaberta às 13h23]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta. Eu comunico a aprovação do Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira para os Estados Unidos da América por unanimidade, foram 18 votos.

Está encerrada a presente reunião. Eu desejo muito sucesso ao embaixador ao nos representar nos Estados Unidos.

Sessão encerrada às 13h23.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e cinqüenta e oito minutos do dia dezessete de dezembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Paulo Duque, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Valdir Raupp** e **Romeu Tuma**. Justifica a ausência o Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente aprova inclusão de dois itens extrapauta. **Item Extrapauta 01**: Projeto de Lei da Câmara nº 314, de 2009, de autoria do Presidente da República, que **"***Altera os arts. 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os arts. 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26*

de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha". O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", Senador **Roberto Cavalcanti**. O Presidente informa à Comissão que a votação desta matéria será realizada posteriormente. **Item Extrapauta 02**: Requerimento nº 1.673, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *"Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, tornar como missão oficial do Senado Federal o convite do Ministério dos Transportes da China para uma visita àquele país, no período de 10 a 22 de janeiro de 2010, para conhecer sobre a construção ferroviária e seu desenvolvimento naquele país, com vistas a promover assim um intercâmbio de idéias na cooperação ferroviária bilateral entre Brasil e China"*. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Roberto Cavalcanti**, para fazer a leitura do seu Relatório. Aprovado o parecer favorável. O Presidente inicia a votação do PLC nº 314/09. Aprovado o Projeto. O Presidente inicia a apreciação da pauta ordinária. **Item 01:** Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2009, de autoria do Deputado Deley, que *"Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos".* O Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", Senador **Wellington Salgado**. Aprovado parecer favorável com emendas nºs 1 e 2 – CRE. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e nove minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa de leitura relacionada à reunião anterior. Sras. Senadoras e Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós temos um item não terminativo na pauta, que é a questão de controle da ave e fauna nas imediações de aeródromos, que o Senador Heráclito é o relator, está a caminho, nós vamos aguardar. Vamos com os dois extrapauta. Um deles é terminativo... O primeiro deles é terminativo, que diz respeito ao projeto da Marinha, e o Senador Roberto Cavalcanti é o relator *ad hoc*, já que seria eu o relator, solicito que ele faça... Senador, Projeto de Lei da Câmara 314. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, para relatar o Projeto de Lei da Câmara n°. 314, que foi aprovado, ainda, nessa manhã, pela Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos têm em mãos o parecer. Então, eu vou direto ao voto, nos agilizarmos. "*Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 314, de 2009*". Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, portanto, eu coloco em votação esse projeto de readequação do quadro da Marinha. Então, está encerrada a discussão. A votação nós vamos fazer no momento apropriado, já que ela é nominal.

O outro item é o requerimento para missão oficial do Senado Federal. Convite do Ministério de Transporte da China. Senador Valdir Raupp. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti também.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): "*Trata-se de uma missão oficial do Senado Federal, a convite do Ministério dos Transportes da China, para visita àquele país, no período de 10 a 22 de janeiro de 2010, para conhecer sobre a construção de ferrovia e o seu desenvolvimento naquele país, com vistas a promover, assim, um intercâmbio de ideias na cooperação ferroviária bilateral entre Brasil e China*". Eu vou direto ao voto, Sr. Presidente, tendo em vista que todos os demais senadores têm o parecer em mãos. "*Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento n°. 1673, de 2009*". Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Para discutir, em votação. Quem estiver de acordo, permaneça como está. Está, portanto, aprovado. Eu vou tomar, então, os votos do projeto da Marinha. Senador Antonio Carlos Valadares já esteve aqui, presente, consignou o seu voto favorável. Senador Roberto Cavalcanti é o relator. Voto conhecido. Senador Pedro Simon, projeto da Marinha, de expansão do quadro da Marinha em 8%: favorável. Senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O senhor está com a Marinha? [risos] Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Wellington Salgado. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Osvaldo Sobrinho. Senador Romeu Tuma. Expansão do pessoal da Marinha. Projeto está aprovado, portanto, aprovando com o novo quadro da Marinha. Antes ainda de encerrar, eu quero lembrar-–

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. me deu uma lembrança de Natal, Aviões do Forró, eu acho que eu recebi no meu gabinete uma caixa com mais de cem desses, e V. Exa. me deu como presente de Natal, é isso mesmo?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu recebi.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É presente de Natal? Se V. Exa. falar que é presente de Natal, lembrancinha de final de ano entre senadores, eu vou ficar feliz.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É, exatamente, uma lembrança de Natal. Eu lembrei... Poder fazer...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Conhecendo bem V. Exa., eu fico muito feliz. Eu mandei um chocolatinho para V. Exa., uma caixinha. V. Exa. me deu esse 'cdzinho', eu queria agradecer o presentinho de V. Exa. e a lembrança de V. Exa., nesse clima natalino de final de ano.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Você vê, o grande esforço custou muito caro para mim. [risos]

Bom, eu quero só lembrar, então, que, nesse ano, foram aprovadas 327 matérias, aqui, nessa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Mensagens de indicação de chefes de missão diplomática e autoridades foram 34. Projetos de Lei da Câmara, 9; PLS, Projeto de Lei do Senado, 21; Projetos de Decreto Legislativo, acordos, tratados, comissões internacionais, foram 122; emendas da Câmara dos Deputados, 1; Substitutivo da Câmara dos Deputados; 1; avisos foi um; requerimento do Senado, 19; requerimentos da Comissão de Relações Exteriores, 100 requerimentos; o PLN, LDO, 12 emendas aprovadas na comissão; PLN nº 46, da Lei Orgânica, três emendas aprovadas na comissão e ainda outras emendas comuns de quatro. Portanto, totalizando 327.

Senador Wellington Salgado, solicito que V. Exa. seja o relator *ad hoc* do projeto que trata da questão das aves na região dos aeroportos, da ave e fauna. Senador Heráclito Fortes que é o relator, mas ele está na reunião da Mesa. "*Estabelece medidas para o controle da ave e fauna nas imediações dos aeródromos*", de autoria do Deputado Deley. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, o relatório, apresentado pelo Senador Heráclito Fortes, que é um especialista nessa área, inclusive um grande entendedor de aviões, é bem extenso e muito detalhado. Então, eu vou direto ao voto do Ilustríssimo, do Exmo. Sr. Senador.

"*Pelo exposto, por ser conveniente, oportunas de interesse nacionais e versado com boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Lei da Câmara n°. 74/2009, com as seguintes emendas: Emenda CRE: acrescente aos § 1°, do art. 3°, do PLC nº. 74/2009, o seguinte inciso IV: art. 3º, § 1, inciso IV: 'Quando, em função de proximidade territorial entre aeródromos, uma asa ou parcela dela seja como(F) a outra, a área de cada asa deverá ser definida pela autoridade aeronáutica competente'. Emenda da CRE: dê-se ao art. 15, do PLC n°. 74/2009, a seguinte redação: 'A lavratura de auto de infração em aplicação de penalidade ou medida administrativa, prevista nessa lei, são atribuições da autoridade aeronáutica ou autoridade de aviação civil, de acordo com o tipo de aeródromo que deverá exercê-las por intermédio de seus órgãos competentes*'". É esse o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado. Portanto, não havendo mais nada a discutir, eu quero agradecer aos senadores pela participação, durante todo este ano, foi um ano, realmente, profícuo, agradecer os funcionários da comissão, desejar um Feliz Natal e um bom ano para todos.

Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, apenas esclarecimento para que aconteça nada(F). Dizer ao Senador Salgado que o presente... Senador Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Quero apenas que se diga, que se esclareça à V. Exa. que o presente que V. Exa. recebeu não foi do Presidente da Comissão de Relações Exteriores; foi do senador. Da maneira como V. Exa., falou, dá a entender que ele fez como Presidente da comissão; não, foi pessoal.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Foi um presente pessoal. Agradeci--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Foi a nível de pessoal e, como ele conhece que o senhor gosta muito, lá em Minas Gerais, é que ele lhe entregou.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Diz que, quando alguém entra em campanha, manda fazer um terno sem bolso. O Senador Azeredo esqueceu de tirar esse terno, depois da campanha. Anda com ele até hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu agradeci ao bombom que ele mandou e entreguei um CD de forró.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Azeredo, estamos chegando ao final do ano, eu queria que V. Exa., que é o Presidente dessa comissão, me respondesse: o Zelaya continua na nossa Embaixada?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Continua e parece que vai passar o réveillon na embaixada. Muito obrigado a todos, está encerrada a reunião. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria, primeiramente, cumprimentar todos os colegas, V. Exa., desejar um bom Natal e, no próximo ano, muitos votos para todos nós, que vamos renovar o nosso mandato, com a graça do apoio do meu querido Pedro Simon. Mas eu não poderia deixar de agradecer principalmente por V. Exa. ter lutado para eu voltar para esta comissão por delegação do DEM, porque o PTB não teria lugar, e foi cedido, graças ao convite de V. Exa., e eu me sinto muito feliz nessa comissão.

SENADOR PEDRO SIMOM (PMDB-RS): [ininteligível], mas foi um apelo de todos membros.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim. V. Exa. enriquece a comissão, seguramente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, mas eu sou muito feliz aqui, nessa comissão, não só pelo carinho do Itamaraty, mas por todos os colegas. Eu quero um CD também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quer um CD também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Felicidades para todos aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Romeu Tuma mandou os doces.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora, o senhor tem que fazer uma comissão para visitar o Zelaya. Faz um requerimento, aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está encerrada a reunião, então. Obrigado a todos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu quero ir junto.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vamos tomar um champanhe com ele. Mas temos que levar--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas tem que levar aquele chapelão lá, hein?

Sessão encerrada às 12h09.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia quatro de fevereiro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Heráclito Fortes,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Rosalba Ciarlini e Romeu Tuma.** Justificam a ausência os Senadores **Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles e Cristovam Buarque.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. Em seguida, comunica o recebimento do Aviso nº 37 do Ministério da Justiça, encaminhando informações parciais em resposta ao Requerimento nº 1.480, de 2009, e submete à consideração da Comissão a proposta para que seja deferida a dilação do prazo solicitado pelo Senhor Ministro da Justiça. Aprovada. Comunica também o recebimento dos seguintes documentos referentes a requerimentos de informações de iniciativa da Comissão: Aviso nº 17, de 14 de janeiro de 2010, do Ministério da Justiça em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.430,

de 2009; Ofício nº 38, de 22 de janeiro de 2010, do Senhor Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em resposta a Requerimento de Informações nº 1431, de 2009; Ofício nº 039, de 22 de janeiro de 2010, do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República em resposta ao Requerimento de Informações nº 1.416, de 2009. Isso posto, o Presidente submete à apreciação da Comissão **Itens Extrapauta**: Requerimento nº 1, de 2010-CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Renato Casagrande, em que *"requerem, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal que seja convidado o senhor Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, regulamentado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009"*. Aprovado. Requerimento nº 2, de 2010-CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Renato Casagrande, em que *"requerem nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para prestar esclarecimentos sobre compra de aviões militares perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE/SF)"*. Aprovado. Requerimento nº 4, de 2010-CRE, de autoria do Senador Renato Casagrande, em que *"requer, nos termos regimentais, seja promovida, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Audiência Pública, tendo como convidado o Senhor Ministro da Defesa, Nelson Jobim, objetivando discutir o andamento das negociações na compra dos aviões caças e a apresentação do relatório da Aeronáutica"*. Aprovado. O Presidente faz a inversão da pauta ordinária e inicia a sua apreciação. **Item 2:** Projeto de Decreto Legislativo nº 839, de 2009, que *"Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 21 de maio de 2007".* O Presidente concede a palavra ao Senador **Paulo Duque**, relator "ad hoc" da matéria, para fazer a leitura do relatório. Aprovado o parecer favorável à matéria. O Senador **Wellington Salgado de Oliveira** assume a Presidência. **Item 1:** Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2009, que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia, assinado em Riga, em 9 de junho de 2008".* O Presidente concede a palavra ao Senador **Heráclito Fortes**, relator da matéria, para fazer a leitura de seu relatório. Aprovado o parecer favorável à matéria. O Senador **Heráclito Fortes** reassume a Presidência e adia a apreciação do Item 3 da pauta ordinária. Os Senadores **Romeu Tuma, Augusto Botelho, Wellington Salgado de Oliveira e Eduardo Suplicy** fazem uso da palavra. O Presidente insere mais um **Item Extrapauta:** Requerimento nº 5, de 2010-CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy, em que, *"de acordo com o 'caput' do art. 50 da Constituição Federal e nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requerem seja convocado o Senhor Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), para prestar esclarecimentos sobre o decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional".* Aprovado. O Senador Augusto Botelho faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **HERÁCLITO FORTES,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da Ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. A Comissão recebeu o aviso nº 37 do Ministério da Justiça, de 26 de janeiro do corrente, do Senhor Ministro da Justiça encaminhando informações parciais em resposta ao requerimento 1480, de 2009, de iniciativa desse colegiado. Considerando a necessidade de novas diligências no âmbito do Departamento de Polícia Federal e outros órgãos do Ministério da Justiça, V. Exa.. O Senhor Ministro solicita dilação do prazo para elaboração de informações complementares.

Assim, submeto à consideração da comissão a proposta para que seja deferida a dilação do prazo solicitação pelo Senhor Ministro Justiça. As Sras. E Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a prorrogação do prazo nos termos constitucionais e regimentais. A deliberação da Comissão será comunicado ao Senhor Presidente do Senado.

A Comissão recebeu, também, os seguintes documentos referentes a requerimentos de informações de iniciativa desse colegiado, Aviso 17, de 14 de janeiro,

do Ministério da Justiça em resposta ao requerimento de informações 1430; ofício 38, de 22 de janeiro, do Senhor Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional do Presidente da República, em resposta a Requerimento de Informações nº 1431, de 2009; Ofício 039, de 2010, de 22 de janeiro de 2010, do Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete da Segurança Institucional do Presidente da República em resposta ao requerimento de informações 1416, de 2009. As matérias aqui mencionadas encontram-se à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras na Secretaria da Comissão.

Passamos agora à pauta. Requerimento. Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos, regulamentado pelo Decreto 7037, de 21 de dezembro de 2009. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Pois não, Senador Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o seguinte, eu cheguei agora, atrasado, de outra comissão, e não pude me ater exatamente ao que V. Exa. Está propondo – para aprovação ou reprovação. Pediria que V. Exa. que me desse o esclarecimento sobre esse requerimento, o que é, qual é o item que está aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É o requerimento de autoria do Senador Eduardo Azeredo, e Renato Casagrande, que pedem comparecimento do Ministro Nelson Jobim para expor nessa Casa o Programa Nacional de Direitos Humanos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Programa Nacional de Direitos Humanos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É uma lei que saiu agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aqui o requerimento é exatamente para falar sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Nelson Jobim é o Ministro da Defesa, por isso que eu estou estanhando ser ele o convocado ou convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na verdade, porque aqui na exposição de motivos, os subscritores relatam sobre a questão de esclarecimentos a respeito da Comissão da Verdade.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ah, Comissão da Verdade?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Deve ser exatamente por isso que o Ministro Jobim deve estar sendo convocado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Então, obrigado...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Acho até oportuno, para se ter os esclarecimentos [ininteligível].

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É, não custa nada. Eu concordo com você.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Aprovado. Outro requerimento. Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim para prestar esclarecimentos sobre a compra de aviões militares, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O autor é o Senador Eduardo Azeredo, e subscreve também Renato Casagrande. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento. Requeiro nos termos regimentais, que seja promovido por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Audiência Pública, tendo como convidado o Sr. Ministro da Defesa, Nelson Jobim, objetivando discutir o andamento das negociações da compra de aviões caças e apresentação do relatório da Aeronáutica. Nós já temos o item anterior aprovado.

[falas sobrepostas]

Só que são dois objetos, um é Audiência Pública, e outro é convite.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É o convite...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São distintos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ambos sobre a compra de aviões?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Eu pensei em fazer a fusão, mas os objetos são distintos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Item nº 1 [ininteligível], o senhor pode passar o Item nº 2?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item nº 2 da Pauta. Aprova o texto de acordo do quadro de cooperação sobre matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assuncion em 21 de maio de 2007. Autoria é a Comissão Conjunta Parlamentar do MERCOSUL, e o autor, Senador Pedro Simon. Estando ausente, eu

solicitaria ao Senador Paulo Duque que exercesse a função de relator *ad hoc*.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa comissão é chamada a pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo de autoria de Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. Na Câmara dos Deputados o acordo foi aprovado pelo Plenário em 08 de outubro de 2009. Após passar também pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores.

Acompanho a [ininteligível] mensagem 39, de 31 de janeiro de 2008, que encaminha o texto do Tratado do Congresso Nacional, bem como a exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, que informa que o documento composto de 10 artigos, e insere-se na prioridade que o Brasil tem conferido à cooperação e integração da América do Sul, contribuindo para o desenvolvimento e segurança regionais. [interrupção no áudio] Diz respeito, também, aos compromissos de fortalecimento da transparência e confiança mútua assumidos no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

Análise. O acordo em análise está em consonância com o rol de documentos. Análise de que o nosso país está vinculado com ações limítrofes, assim como os demais cumprem(F) tratado, o objetivo é estreitar vínculos bilaterais pela via da cooperação no campo da defesa. A iniciativa tem como base contribuir para a paz e a prosperidade global regional. Cuida-se de tratar adotando por fundamento de interesse comum. Reafirma os princípios da soberania da igualdade dos Estados, e da não interferência em áreas de jurisdição das partes.

O acordo busca ampliar a cooperação mediante intercâmbio de ponto de vista sobre as diretrizes de planejamento estratégico; intercâmbio de informações no campo da inteligência estratégica; fortalecimento de medidas de confiança mútua, tais como a notificação prévia de manobras militares na região de fronteiras; intercâmbio com vistas à capacitação de pessoal; visita a unidades militares; visitas às Unidades Militares e às Instituições Civis relacionadas com a defesa; visitas aos navios e aeronaves militares; desenvolvimento de projetos de aplicação de tecnologia e defesa; reuniões entre as instituições de defesa equivalentes, além de outros programas de projetos de cooperação de comum acordo entre as partes.

O acordo trás ainda um importante dispositivo sobre a proteção das informações produzidas em seu âmbito, garantindo respeitar as respectivas legislações nacionais. As informações não são utilizadas para fins diversos do acordo. O texto dispõe, também, sobre responsabilidades financeiras, segurança de informações sigilosas e responsabilidade civil.

O relator finalmente apresenta o seu Voto, que é o seguinte: por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Decreto Legislativo nº 839, de 2009. É o Voto do Sr. Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências. Eu queria solicitar ao Senador Wellington Salgado que assumisse a presidência dos trabalhos para que eu possa relatar o Item nº 1.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Presidente Heráclito. Passaremos, então, ao item... É esse mesmo? O Item nº 1 da pauta, projeto não terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 799 de 2009. Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil, e o Governo da República da Letônia, assinado em Riga, em 9 de junho de 2008. Autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, relatoria do Senador Heráclito Fortes, parecer pela aprovação da matéria. Concedo a palavra ao Sr. Senador Heráclito Fortes, relator da matéria para ler o seu relatório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. E Srs. Senadores, essa comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 799, de 2009, que resulta da mensagem 815, de 21 de outubro de 2008, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República com o fundamento no dispositivo 49, Inciso I, combinado com art. 94, Inciso VII da Constituição, para apreciação do acordo acima ementado. Na Câmara dos Deputados a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que elaborou e aprovou o Projeto do Decreto Legislativo em análise. A proposição passou, em seguida, pelo crivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e da Comissão de Educação e Cultura.

O ato internacional foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 24 de setembro de 2009. O tratado veio ao Senado, onde foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 7 de outubro de 2009, e a este relator, em 29 subsequente, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual

não recebeu emenda. Segundo esclarece a exposição de motivos 00329, do Ministério das Relações Exteriores, assinada pelo Ministro Celso Amorim, o acordo prevê intercâmbio de experiências e realizações na área cultural, destacando e valorizando os conceitos de diversidade cultural e diálogo intercultural.

O acordo, que ora se submete à Comissão de Relações Exteriores, é consoante a outros celebrados pelo Brasil com o mesmo objetivo. Versado em 27 artigos, prevê a participação de instituições públicas e privadas, no esforço de cooperação cultural, que passará pelo aperfeiçoamento e incremento do grau de conhecimento e ensino recíproco das culturas, do outro estado parte. O intercâmbio de experiência nos campos das artes plásticas, artes cênicas, música e educação cultural, por via da participação de artistas em eventos culturais realizados pelo outro país, e do contato direto entre os respectivos museus, entre outros [ininteligível], para intercambiar experiências em matéria de proteção restauração do referido patrimônio cultural, bem como para colaborar com a preservação desse patrimônio cultural oral e intangível.

O acompanhamento da execução do acordo ficará ao encargo de uma comissão mista, a ser coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, e pelo Ministério da Cultura do Brasil, e o Ministério da Cultura da Letônia. As partes deverão facilitar a entrada, permanência e a saída de participantes oficiais nos projetos de cooperação e da comissão mista, bem como deverão facilitar os trâmites administrativos necessários à entrada e a saída dos equipamentos, e materiais a serem utilizados na execução do projeto.

As controvérsias referentes à interpretação e a implementação do acordo, serão dirimidas pelas vias diplomáticas. Vê-se assim, que o acordo não enfrenta óbice técnico ou de mérito vindo a sinalizar contribuição promissora para o desenvolvimento das relações bilaterais entre o Brasil e Letônia.

O Voto. Por todo exposto, e visto estarem observadas a adequação legislativa e regimental, o Voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 799. Era esse o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação. As Sras. E Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para devidas providências. Retorno a presidência ao Senador Heráclito Fortes.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós vamos retirar de Pauta o Item nº 3, tendo em vista a ausência do relator e a complexidade da tramitação da matéria. Ficando, portanto, o Item nº 3 para a próxima reunião. Creio que nenhum dos Srs. Senadores querem se manifestar. Já não há mais nada a ser tratado... V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sobre esse Item nº 3, V. Exa. Tem toda razão em aguardar o relator, porque há vários projetos nesse sentido--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apensados.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --de reformulação da segurança privada, principalmente da questão do sistema bancário. E há alguns contratempos entre os empregadores e os vigilantes, de forma que tem dois ou três projetos de grande importância que estão sendo discutidos. Então, é bom que o relator esteja presente para que ele possa realmente discutir conosco se há necessidade ou não da aprovação. Deixa eu aguardar um projeto que traz todas as soluções do problema de vigilância privada. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, esses dois acordos, o de defesa com o Paraguai, e o de cultural, com a Letônia, já foram bastante discutidos nessa Casa e tudo. Por isso que a aprovação dele foi rápida e fácil, não é? Sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente, e esperamos que seja altamente proveitoso para o estreitamento das relações entre os dois países. Senador Wellington Salgado, algum?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. Tem mais item na pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, esse é o último item, nós vamos encerrar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então eu queria... Eu não vou tumultuar muito, já está encerrada toda parte, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está. A parte formal.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então, Sr. Presidente, eu queria pedir à assessoria, só que mostrasse a essa comissão, que eu hoje em homenagem ao Sr. Zelaya, permaneceu na Embaixada do Brasil, de 21/9 até 27/1, eu hoje vou oferecer um bolo em homenagem ao Sr. Zelaya...

[palmas]

Mas vou deixar na cafeteria, em um momento de preocupação que ele se encontrava, que é aquela foto, que é a foto clássica que nós temos, não é? Eu procurei retribuir o momento da foto clássica, a preocupação em que ele se encontrava na embaixada, então eu vou hoje oferecer esse bolo em homenagem, na cafeteria do Senado mais tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. Vai oferecer esse bolo a quem?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A quem quiser, vai estar à disposição, um cafezinho, e comer um pedacinho do bolo, em homenagem a essa foto, da preocupação do Sr. Zelaya, que se encontrava nesse movimento, que estava acontecendo, não é? Então, eu queria eternizar esse momento, já está eternizada nessa foto, mas ali no bolinho, e vamos comê-lo à tarde, na cafeteria, Senador Paulo Duque.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Apesar do tom jocoso do nosso Senador Wellington Salgado, felizmente a democracia prevaleceu lá, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Ainda bem.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ainda bem que prevaleceu, e que houve a manifestação popular. E eu acho que a América do Sul, aliás, os países da América Latina, não podem mais permitir que ditaduras se implantem.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. tem absoluta razão, eu queria apenas dar uma sugestão ao Senador Wellington Salgado. Em primeiro lugar, eu quero parabenizá-lo pela técnica e a perfeição do artista ou da artista que confeccionou esse bolo. Agora, gostaria, Senador Salgado, que ficasse registrado aqui nos anais da Casa, o nome do autor ou da autora dessa peça... Realmente, ela é muito bem feita! Se foi V. Exa., não tem nenhum problema!

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se eu tivesse essa habilidade eu assumiria, mas realmente é uma... Sempre me atende [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria sugerir a V. Exa. que não parta o bolo hoje, que deixe ele exposto lá na sala do cafezinho, pelo menos a metade do tempo que o Sr. Zelaya passou às custas do povo brasileiro. [risos]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não vai ser possível, porque vai estragar o bolo.

[risos]

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu quero esse bolo agora!

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, vamos deixá-lo para que todos nesse momento de preocupação com a democracia, que ele se encontrava registrado e eternizado. Olha como ele estava preocupado com o movimento!

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu acho que ele vai distribuir junto o 'Alka Seltzer', para ninguém ter congestão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não tenho culpa! Está aqui na foto! A foto está aqui! Eu reproduzi a foto desse momento, eu não inventei!

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Ele passa a não ser mais Salgado', mas doce... Não é? Passa a ser doce...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Atendida a solicitação do Senador Wellington Salgado, indago se algum dos Srs. Senadores querem fazer alguma manifestação. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Heráclito Fortes, tendo em conta que foi aprovado o requerimento no sentido de que possa o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, aqui nos relatar a respeito da declaração relativa aos direitos humanos, eu considero que seria próprio que também, então, ouvíssemos um dos principais responsáveis por este tema, no âmbito do Governo, que é o Secretário Especial de Direitos Humanos, o Ministro Paulo Vannuchi. Então, a sugestão que eu formulo, é que possa ser feito um aditamento... De quem foi a sugestão, Sr. Presidente?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Do Senador Casagrande.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ah, do Senador Casagrande, quem sabe possamos... A minha sugestão é que seja acrescido o nome do Ministro Paulo Vannuchi.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. Poderia fazer um aditamento solicitando uma data da convocação do Ministro Vannuchi. O requerimento do Senador Azeredo, solicita-–

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É Azeredo?

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É Azeredo e Casagrande, os dois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): e V. Exa. Pode fazer um requerimento no mesmo teor, e se entregar agora nós colocaremos, inclusive, em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sim, eu...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, eu gostaria, pela ordem, se V. Exa. permite. Eu acho que a ideia do Presidente Azeredo e do Renato Casagrande é ouvir as reclamações que levaram ao Presidente Lula a desistir de alguns temas, ou por decreto, que V. Exa. teve a virtude de fazer um belo discurso ontem no plenário. Então, nós não podemos é alimentar uma discussão aqui. Eu acho que a exposição poderá ser em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não. Exatamente, em separado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se ele concordar, é fazer um requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até por que eu não quero crer que o Senador Suplicy, como membro do Governo... Atuante membro do Governo que é, tenha a intenção de provocar uma crise com o próprio Governo aqui. O que ele quer é o esclarecimento.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, me permita, Senador Romeu Tuma, esclarecer que pelo que nós podemos observar, houve um entendimento entre os próprios ministros Nelson Jobim e Paulo Vannuchi, relativamente a essa questão, e tendo os dois sido convidados pelo Presidente Lula para harmonizar os objetivos. Então, eu falo aqui com certeza, não estarei provocando qualquer polêmica indevida no âmbito do Governo. Claro, os dois manifestaram opiniões que em alguns pontos foram diversas, mas estes pontos foram harmonizados, e chegaram a um entendimento, e obviamente os dois sempre se trataram com todo o respeito. Eu não vejo problema que uma vez que iremos tratar do assunto, que possam os dois até compareceram conjuntamente, mas--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, não é mal-estar que eu estou querendo criar contra, e eu acho o seguinte--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, eu entendi.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --chamar o Ministro, separado cada um, depois tem que chamar a CNBB, tem que chamar o Presidente da--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu sou favorável a chamar a CNBB!

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --chamar o Sindicato dos Jornalistas, que também reclamaram, todos os órgãos que fizeram a reclamação a respeito, para que a gente tenha um esclarecimento completo. Agora, botar todo mundo, vai ser uma discussão que não chega a ser--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu tenho apenas aqui um problema, eu queria a compreensão do Senador Suplicy, eu tenho um problema. O requerimento foi aprovado, portanto, é matéria vencida. Para que haja um aditamento do requerimento para uma sessão conjunta, era preciso a presença dos dois autores, que não se encontram aqui pela concordância. O que nós podemos fazer é acatar o requerimento do Senador, aprová-lo, e posteriormente ele entraria em contato com o autor, Senador Eduardo Azeredo, que preside a Comissão, para concordância ou não da sessão conjunta, caso contrário seria feito separadamente, quem sabe até no mesmo dia.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu pedi para formular o requerimento no sentido de aditar o nome do Ministro Paulo Vannuchi, mas sugiro, então, que possamos aguardar até a próxima reunião, eu, nesse ínterim, estarei formalizando o requerimento, e para fazê-lo em harmonia, conforme V. Exa. propõe, com o Senador Eduardo Azeredo, e Senador Renato Casagrande, mas eu já deixo aqui formulado--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu proporia, Senador Suplicy, fazer essa convocação para adiantar o processo, faria separado, depois juntaria ou não. De qualquer maneira eu me solidarizo com V. Exa., e caso haja alguma dificuldade de ordem política ou de ordem partidária, eu assino o requerimento. Eu acho que a ideia de V. Exa. é muito importante, eu pediria a assessoria que providenciasse.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O requerimento está sendo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já existe aqui na mesa um requerimento, vamos ver se atende...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não necessariamente, mas não tem objeção--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, tem um requerimento aqui nos seguintes termos: "De acordo com o Caput 50 da Constituição Federal, e nos termos do Regimento Interno desse Senado, requeiro a V. Exa. seja convo-

cado o Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre o Decreto nº 7037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O requerimento é também de autoria do Senador Eduardo Azeredo, logo ele demonstra que não quer aprovação conjunta. Queria saber se V. Exa. subscreve, eu também subscreveria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu encaminho esse requerimento de natureza semelhante, e posso assinar esse. E depois conversarei com o Senador Eduardo Azeredo sobre a hipótese de convidá-los separadamente ou conjuntamente, isto... Mas de qualquer maneira, podemos aprovar também o convite ao Ministro Paulo Vannuchi.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vamos ver o requerimento. "Requeiro nos termos regimentais que o requerimento aprovado hoje nessa comissão, convidando o Ministro da Defesa Nelson Jobim para explanar sobre o Plano Plurianual de Direitos Humanos, seja convidado também o Ministro Paulo Vannuchi". Esse requerimento nós não poderemos aprovar hoje, porque teria que haver anuência, já é uma matéria vencida, teria que haver anuência dos dois autores.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu não tenho problema de aguardar... Vou conversar com o Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós não poderíamos aprovar, então, esse outro requerimento?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu aprovo esse outro, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E esse ficaria--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E esse fica para o diálogo com o Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, em votação o segundo requerimento de convocação do Sr. Vannuchi. Para votar, com a palavra...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quero dizer que não vou atrapalhar a votação, me retirando, mas voto contra esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Então, em votação. Srs. Senadores... Aprovado, com o registro do voto contrário do Senador Paulo Duque.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu gostaria de fazer só uma discussão rapidinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O que nós achamos... Sr. Presidente, eu acho que assim, o que nós fazemos nessa Casa, é fiscalizar e discutir os atos que são executados nessa Casa. Então, eu acho, assim, que a gente tem que ouvir o Tom (sic) Jobim... Que Tom Jobim [risos]... O Ministro Jobim. Quando se fala em ouvir... [risos]. Ouvir o Ministro Jobim, e também ouvir o Vannuchi e ouvir quem for necessário, mas para a gente fazer um juízo nosso, individual, em relação ao ponto de vista de cada um. O Senador Suplicy não quer um debate aqui entre os dois de jeito nenhum, ele quer que todos tenham direito de falar e mostrar o seu ponto de vista para essa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Completa razão a V. Exa. Se com a oitiva do ministro Vannuchi, houver necessidade de mais alguém, chama-se.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que é isso que o Senador Suplicy... Bom, eu não estou na cabeça dele, mas ele quer ouvir todos [ininteligível] Democratas, e ouvir todos os pontos de vista, eu acho que é isso que tem que ser feito aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu acho que há uma compreensão... Portanto, requerimento aprovado, com o voto do Senador Paulo Duque. O requerimento tem assinatura do Senador Eduardo Azeredo, desse presidente, e do Senador Eduardo Suplicy. Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 11h22.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia onze de fevereiro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Pedro Simon, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Geovani Borges, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Romeu Tuma** e **Mozarildo Cavalcanti.** Comparece, também, o Deputado Federal **José Fernando**. Deixam de com-

parecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Senador **Romeu Tuma** faz uso da palavra. O Presidente aprova inclusão de dois **Itens Extrapauta**: Requerimento nº 6, de 2010-CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que requer *"[...],nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro das Relações Exteriores, as seguintes informações: a) As justificativas pelas quais o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, assinado em Paris, em 29 de janeiro de 2008, objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 722, de 2009, apresenta aspectos substancialmente diferentes dos demais tratados de mesma natureza, com grau de detalhamento bastante mais acurado? b) Há expectativas entre as partes contratantes de que o referido acordo seja base para acordos militares ulteriores, incluindo tecnologias nucleares e aquisições de aeronaves, pelo nível diferenciado de pactuação estabelecido? c) Há outras exigências não explicitadas no Acordo para intercâmbio em matéria de defesa que serão desencadeadas após sua ratificação?"* Aprovado. **Requerimento nº 7, de 2010-CRE**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que requer, *"Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, [...] que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional convide os Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Defesa, o embaixador Celso Amorim e o Dr. Nelson Jobim, respectivamente, para, em data marcada em comum acordo, virem a este órgão parlamentar prestar esclarecimentos sobre o 'Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças', tendo em vista suas peculiaridades, que extrapolam os termos usuais dos tratados de cooperação em matérias de defesa"*. O Senador **Mozarildo Cavalcanti** faz uso da palavra. Aprovado. O Presidente convida o Embaixador Pedro Motta para compor a Mesa. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra e sugere alteração do **Requerimento nº 5, de 2010-CRE**, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes e Eduardo Suplicy. Fazem uso da palavra os Senadores **Heráclito Fortes** e **Antonio Carlos Valadares**. Aprovada a alteração. O Senador **Heráclito Fortes** sugere inclusão de item extrapauta. O Senador **Heráclito Fortes** assume a Presidência. Apreciação do **Item Extrapauta**: Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 1.034, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"Aprova o texto do Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Alteração do Prazo de Validade dos Vistos e os Emolumentos Consulares Incidentes sobre os Mesmos Vistos, celebrado em Brasília, em 14 de novembro de 2008"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Azeredo**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Aprovado o parecer favorável. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência. Inicia-se a apreciação da pauta ordinária. **Item 1:** Mensagem nº 256, de 2009, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor PEDRO MOTTA PINTO COELHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)".* O Presidente concede a palavra ao Senador **Augusto Botelho**, relator da matéria, para fazer a leitura do seu relatório. Após a leitura, o Presidente declara a abertura do processo de votação e concede a palavra ao Embaixador Pedro Motta, para que possa fazer a sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Marco Maciel, Romeu Tuma, Antonio Carlos Valadares, Marconi Perillo, Pedro Simon, Eduardo Suplicy** e o Deputado Federal **José Fernando.** É aprovado o aditamento ao **Requerimento nº 7, de 2009-CRE**, estendendo o convite para Audiência Pública sobre Acordo Ortográfico ao Embaixador Pedro Motta. São aprovados também os seguintes requerimentos: **Requerimento nº 8, de 2010-CRE**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer *"nos termos do Art. 215, caput, combinado com Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com finalidade de discutir a situação das famílias abandonados por uma parcela dos chamados Dekasseguis – brasileiros descendentes nipônicos que vão trabalhar no Japão. Indico como convidados um representante do Ministério das Relações Exteriores, o Juiz de Direito, que enquanto advogado atuou em defesa dessas famílias abandonadas, Exmo. Sr. Rodrigo Melo Oliveira, o Presidente da Associação das Famílias Abandonados pro Dekasseguis no Brasil (AFADBRASIL), Senhor Djalma Straube, e da Sra. Aparecida Margarete dos Santos Kayaki"* e **Requerimento nº 09, de 2010-CRE**, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Eduardo Azeredo, que *"nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Fe-*

deral, a realização de audiência pública, na forma de seminário, em co-participação com o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz – Cebrapaz, o Conselho Mundial da Paz – CMP, a Fundação Alexandre de Gusmão, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional – CCAI, Associação Brasileira de Estudos da Defesa –ABED e a Universidade de Brasília – UnB, para debater sobre "A Revisão do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares", desdobrando-se nos seguintes temas: "O desarmamento e a não proliferação nuclear frente à conferência de revisão do TNP" e "O desenvolvimento científico e tecnológico da energia nuclear e seu papel no cenário internacional", a realizar-se no próximo dia 07 de abril com os seguintes convidados: Embaixador Sérgio Duarte Queiróz, Alto Representante para as Questões de Desarmamento nas Nações Unidas; Odair Dias Gonçalves, físico e Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear; Odilon Marcuzzo do Canto, físico e Secretário da Agência Brasileiro Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares – ABACC; Rui Namorado, físico e professor catedrático da Universidade de Évora e Presidente do Conselho Português para a Paz e a Cooperação; Rogério Cezar Cerqueira Leite, Físico e Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Sincrotron; Dalton Ellery Girão Barroso, Pesquisador do Instituto Militar de Engenharia –IME; Prabir Purkayastha, analista do setor de energia e Vice-presidente da Organização de Paz e Solidariedade da Índia; Nielsen de Paula Pires, Professor Adjunto do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília : e Manoel Domingos Neto, Professor da Universidade Federal Fluminense". O Presidente torna a sessão secreta às doze horas e vinte minutos. A sessão é reaberta às doze horas e trinta e quatro minutos. O Presidente comunica a aprovação do Embaixador. Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **EDUARDO AZEREDO**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bom-dia! Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada. Passamos à apreciação da pauta. Nós temos na pauta...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só um momento, por favor. Nós temos na pauta a indicação do Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e temos aqui, também, extrapauta, são dois requerimentos e também o texto do acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, ampliando os vistos de cinco para dez anos, que é um projeto já aprovado pela Câmara. Pela ordem, primeiro, o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria só solicitar a V. Exa., se for possível, durante a sessão, como V. Exa. foi o relator de [ininteligível] Figueiredo, que merece todo o nosso respeito e admiração pelo seu trabalho, pela folha corrida aí que V. Exa. leu a carta sobre o incidente que ocorreu. Então os tópicos principais, para que todos nós e a população também tome conhecimento da carta que, como relator, V. Exa. recebeu. Se for possível, senão eu retiro o pedido, mas eu acho muito importante--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, perfeitamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Porque eu estava no Plenário e vi a importância, e a imprensa, hoje, repercutiu bastante as colocações de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Eu vou pedir, então, no meu gabinete, que eu faria essa leitura que eu fiz ontem. Foi os pontos principais que eu li ontem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está certo, perfeito. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, podia ver com V. Exa. para inserir na pauta um requerimento de minha autoria, a respeito do PDS 722, que é o que estabelece um acordo Brasil-França. Eu sou o relator da matéria e tenho algumas dúvidas, estou fazendo um requerimento de informações ao Ministro das Relações Exteriores, baseado em três questionamentos, e gostaria que V. Exa. colocasse em votação essa aprovação, para que eu possa, o mais rápido possível, relatar a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Coloco em discussão. Não havendo ninguém que coloque obstáculo, podemos, então, incluir também nessa pauta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Muito obrigado. O segundo ponto. Um requerimento: *"Com fundamento no Regimento Interno, requeiro a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que convide o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim e o Dr. Nelson Jobim, respectivamente, para, em data marcada, de comum acordo, virem a esse órgão parlamentar para prestar esclarecimentos sobre o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Federativa Francesa, relativo à cooperação do domínio de defesa e o estatuto da suas forças"*. É exatamente para esclarecer dentro desse contexto, para que essa Casa tenha, nos seus anais, todos os pontos que tratam da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Eu quero ainda esclarecer que o Ministro Jobim já está convidado para vir à Comissão, provavelmente deverá ser logo após o carnaval, ainda estive com ele ontem à noite, ele vai exatamente falar sobre o processo geral dos caças e também sobre o chamado Plano de Direitos Humanos que foi anunciado. Mas é essa questão exatamente mais ampla--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Se incluiria o Ministro da Defesa, serviria à conveniência que se... da presença conjunta ou separadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aí ficaria a cargo dele, se ele quiser falar do mesmo assunto, já são dois outros assuntos, se ele quiser falar desse também. Coloco, portanto, em discussão o requerimento do Senador Heráclito Fortes. Não havendo quem queira discutir, coloco, portanto, em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, portanto, o requerimento do Senador Heráclito Fortes, extrapauta, em relação ao PDS 722, do acordo Brasil-França, convidando os Ministros Nelson Jobim e Celso Amorim para comparecerem nesta comissão.

Então, vamos colocar, também, já, Senador Heráclito, o outro requerimento de informação. Já coloco em votação também, em discussão. Se alguém tiver, algum senador tiver alguma objeção... Não havendo quem queira discutir, coloco, portanto, também, em votação o requerimento de informações a respeito deste PDS para o acordo Brasil-França e a audiência que nós já tínhamos aprovado anteriormente. Agora coloco, então, o acordo. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está também aprovado este requerimento. Senador Mozarildo Cavalcante.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, queria só uma informação e até um pedido. Já foi aprovada a convocação do superintendente da Polícia Federal para vir aqui, à Subcomissão da Amazônia desta comissão. Então eu gostaria de marcar uma data, na próxima semana ou na seguinte, para que nós pudéssemos ouvir o superintendente sobre a questão da faixa de fronteira, das fronteiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Vamos, então, contatar, para eu poder fazer esse agendamento.

Eu quero lembrar que nós vamos ter esse ano um primeiro semestre, eu diria, bem atribulados, a perspectiva de número de embaixadores que estão sendo trocados é grande, número superior a 20 embaixadores, por volta de 30 embaixadores, até que nós deveremos ter este ano, não que todos sejam no primeiro semestre, mas evidentemente que nós vamos ter no segundo semestre as eleições e será mais difícil termos as audiências de sabatina. Portanto, nós vamos ter várias Audiências Públicas e também as discussões sobre os embaixadores.

Eu quero, então, convidar o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, para que possa se assentar aqui, à Mesa, que nós possamos iniciar a sabatina.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, enquanto ele entra, eu queria... A presença da Embaixadora Ana, que vai pra Angola, e nós teremos a honra de sabatiná-la, e o que vai para o Equador, que se fazem presentes para prestigiar esta comissão por antecipação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Saúdo a embaixadora e o embaixador, ambos vão para dois países amigos, Angola e Equador. O embaixador para o Equador já está agendado para a próxima semana. Na próxima semana, teremos dois embaixadores, embaixador para Venezuela e embaixador para Equador. Não na semana que vem, a semana que vem não temos reunião, é a semana do carnaval, na outra semana...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Depois do carnaval.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Depois do carnaval. Nós já temos dois embaixadores agendados. Vão ser dois países bem quentes que nós vamos ter juntos aqui, Venezuela e Equador.

Portanto, passamos ao Item n.º 1 da Pauta, não terminativo, Mensagem 256, de 2009, que "*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto a comunidades de países de Língua Portuguesa*", de autoria da Presidência da República, o Senador Augusto

Botelho que é o relator. E eu quero, antes, saudar o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, que, além do mais, é mineiro, portanto meu conterrâneo, eu tenho a honra de tê-lo como conterrâneo; o embaixador teve um papel muito importante agora, recentemente, em Israel, como Embaixador do Brasil em Israel, e está sendo indicado para a comunidade dos países de Língua Portuguesa.

E eu aproveito também para registrar aqui a presença entre nós do Deputado José Fernando, que é filho do nosso ex-Embaixador José Aparecido de Oliveira; o Deputado José Fernando é o Presidente da Subcomissão das Comunidades de Língua Portuguesa, de Países de Língua Portuguesa da Câmara dos Deputados, da Comissão de Relações Exteriores, e também da região nossa, lá, do nosso Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, de maneira que eu quero saudá-lo, também, aqui, nesse dia. Com a palavra--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como mineiro, ele quase não vai falar nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele vai falar pouco.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a palavra, portanto, o Senador Augusto Botelho.

Sim, senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, Senador Eduardo Suplicy, portanto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, na reunião da semana passada, houve aprovação do requerimento de V. Exa., Senador Eduardo Azeredo, Heráclito Fortes, que eu inclusive subscrevi, relativamente à convocação do Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro Chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos, para prestar esclarecimentos sobre o decreto sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. Eu queria sugerir, como tem sido praxe, aliás, agora mesmo, com o convite aos Ministros Nelson Jobim e Celso Amorim, que possa ser feito na forma de convite, apenas isso, Sr. Presidente. Se todos estiverem de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A matéria já foi aprovada.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Não, aprovado, mas, inclusive, acho que V. Exa... E eu apresentei outro requerimento, naquela oportunidade, e ficou de ser examinado, na presença de V. Exa., que os dois fossem considerados. Se trata de uma questão de praxe quase que desta comissão de fazê-lo na forma de um convite, é uma questão mais de respeito. Então é a sugestão que eu formulo, Sr. Presidente. Com certeza, o Ministro Paulo Vannuchi atenderá o convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, sim, eu acredito que não há nenhum problema. Ele é um pouco rebelde, mas não tem problema.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas as pessoas rebeldes sabem respeitar o Senado Federal, e eu tenho a convicção de que o Ministro Paulo Vannuchi, que tem o espírito de rebeldia sã das pessoas que anseiam por justiça e pelo respeito aos direitos humanos, ele certamente atenderá o convite. É a sugestão que eu formulo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, evidentemente que essa é um matéria vencida, abriria-se um precedente nessa Casa desaconselhável, mas acho que, desde que o Senador Suplicy tire do Dr. Vannuchi o compromisso de comparecer a esta Casa, atendendo... Em respeito ao senador, não ao Dr. Vannuchi, eu acho que é uma questão a ser discutida, mas era preciso primeiro que se obtivesse a garantia de que ele atenderia o convite.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu dou a minha palavra de que conversarei com o Ministro Paulo Vannuchi, pelo que eu conheço dele, ele virá, eu posso assegurar, se o Senador Heráclito Fortes puder confiar na minha palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pessoalmente, a decisão é de V. Exa., que é o autor do requerimento. Eu apenas estou dando a sugestão. Agora, a modificação seria apenas a alteração única e exclusivamente de convocação para convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Da convocação transformando em convite.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É isso. Exato, apenas isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu dei ao Ministro Jobim, disse a ele que ficava a critério dele, se ele quisesse vir separado ou junto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tudo bem. Nesses termos, está ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho que a proposta do Senador Suplicy, que está sendo apoiada pelo Senador Heráclito Fortes, ela tem uma certa coerência com decisões anteriores desta comissão e das comissões do Sena-

do de um modo geral, onde os ministros, que sempre respeitaram as convocações, são convidados. Claro que nenhum ministro vai recusar um convite de uma comissão como a Comissão de Assuntos Econômicos ou de Relações Exteriores, principalmente porque é presidida por um senador tão prestigiado como V. Exa. Então o Senador Suplicy... Faltou luz. E, então, mantém-se a tradição desta comissão, convidando o Dr. Vannuchi. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então vou tomar a decisão de transformar a convocação em convite, evidentemente se sentirmos qualquer protelação, voltaremos ao assunto e voltaremos à convocação, se houver qualquer problema na vinda do ministro. Mas, então, vamos dar seguimento, está alterado, portanto, o requerimento e vamos dar seguimento, então, à nossa pauta, ouvindo o Senador Augusto Botelho pela indicação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem. Existe na pauta da V. Exa.... A minha preocupação é com o êxodo que essa comissão logo mais irá sofrer, era o acordo Brasil e Estados Unidos, se pudesse ser votado, quero crer que seja discussão, mas não é nem discussão, é decisão rápida, é apenas para beneficiar brasileiros com relação à duração do visto, aumentando de cinco para dez anos, eu apelaria a V. Exa. que invertesse a pauta e desse prioridade, porque nós vamos precisar dessa aprovação. Depois, os senadores vão dar presença, vão votar o embaixador e podem não retornar mais a esta comissão. É uma sugestão e um apelo que eu farei a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade, nós já estamos começando a pauta, mas eu acredito que, se o embaixador não tiver nada a opor, participa conosco.

Então eu vou passar, então, a esse item extrapauta já com a presença... O Senador Augusto Botelho aguarde mais um momento, por favor. Só vou pedir, Senador Heráclito Fortes, se V. Exa. puder assumir, então, a presidência, porque eu sou o relator dessa questão do texto do acordo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sou médico e sou cirurgião, e cirurgião tem que ter paciência e calma, senão ele não resolve, na minha profissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estamos começando o ano em paz, estamos atendendo o Senador Suplicy.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para qualquer coisa, eu sou testemunha aqui [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Heráclito foi o nosso presidente até o início de 2009.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 1, não terminativo. Projeto de Decreto Legislativo 1034, de 2009. "*Aprova o texto do acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre alteração do prazo de validade dos vistos e os emolumentos consulares incidentes sobre os mesmos vistos, celebrado em Brasília, em 14 de novembro de 2008*". Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e o parecer pela aprovação da matéria é de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que preside essa Comissão, a quem passo a palavra. Eu solicito à secretaria que remeta cópia aos senhores membros da comissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): *"Na Câmara dos Deputados, o Acordo foi aprovado em 17 de junho de 2009, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Finanças e Tributação e Constituição, Justiça e Cidadania.*

O Acordo se faz acompanhado de Exposição de Motivos do *Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte: o Brasil e os Estados Unidos da América, em conformidade com as suas respectivas exigências legais, proporiam estender de cinco para dez anos, reciprocamente, validade dos vistos para nacionais de outro estado que viajam para turismo ou negócio, para ingressar, transitar, permanecer e deixar o território do outro estado, dentro de períodos de permanência definidos em suas respectivas legislações nacionais.*

Adicionalmente isentar-se-iam todos os emolumentos para emissão de vistos de turismo, de negócios, estudos e intercâmbios, excetuadas as taxas de solicitação e a correspondente taxa de reciprocidade cobrada pelo Brasil.

Além dos termos acima mencionados, os estados isentam-se da exigência que os vistos de turismo e de negócios sejam usados, para primeira entrada, no prazo de 90 dias de sua data de emissão".

Essa questão já está em vigor, foi um projeto até de minha autoria que já foi sancionado pelo Presidente José Alencar, que estava como Presidente Interino, Presidente em exercício na véspera do Natal.

Mas passamos à análise. *"Trata-se de Acordo destinado a facilitar o fluxo de viajantes entre os dois*

países, com a adoção de medida de caráter prático, que irão beneficiar significativos contingentes de pessoas, obrigadas a constantes deslocamentos entre os dois países.

O Acordo salvaguarda o exercício de atividades profissionais, prevendo a migração dissimulada de meras viagens de trabalho, o que não seria desejável para nenhuma das partes firmatárias. Prevê, outrossim, o entendimento bilateral em apreço que não poderão os viajantes, beneficiados pela liberalidade mutuamente concedida, deixar de ter obrigações e respeitar as leis e regulamentos do estado de destino.

De todo oportuno e conveniente aos interesses nacionais, a medida irá permitir maior intercâmbio entre os países, a facilitar a atividade dos inúmeros agentes econômicos que circulam na rota Brasil/Estados Unidos, mercê do grande volume de comércio e de atividades empresarias conjuntas. O novo tratamento proposto poderá ainda prover o início de uma distensão bilateral, em relação às políticas nacionais adotadas pelos dois países, agravadas pela exigência brasileira de vistos para cidadãos norte-americanos e pela rigorosa forma de admissão de brasileiros, mas não só de brasileiros, em território norte-americano".

Eu quero ainda lembrar que o visto já teve, no passado, essa validade de dez anos. Então, na verdade, estamos retornando ao período de dez anos. O visto, hoje, custa mais de 100 dólares, não sei se é 100 ou 150 dólares, parece, e, portanto, essa medida tem também um caráter de economia para a população. Nos Estados Unidos, não há necessidade de aprovação legislativa, essa exigência é no Brasil. Portanto, há acordo americano, falta só essa providência aqui, do Senado Federal, já que a Câmara já aprovou.

Eu quero ainda lembrar que há necessidade de que os Estados Unidos descentralize o processo de visto para os brasileiros, já que apenas quatro locais no Brasil são autorizados para emissão de vistos: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Então, todos os estados do norte, do sul, mesmo o meu Estado de Minas Gerais, carecem desse serviço de emissão do visto. Então, do meu estado, todo mundo que tem que ir aos Estados Unidos tem que vir a Brasília, ou ir a São Paulo, ou Rio, para poder obter esse visto, portanto, com um gasto adicional. Se nós tivermos o visto com disposição de dez anos, é claro que, então, essa necessidade de renovação torna-se mais barata.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Governador Valadares vai agradecer a V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente. Essa demanda eu já levei ao embaixador ainda ontem. O novo embaixador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas, então, eu coloco o voto--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente, que não troque o nome outra vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estão trocando, é?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com base no exposto, considerando ser o acordo sob exame conveniente e oportuno dos interesses nacionais, além de constitucional e legal, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 1034, de 2009, que trará, portanto, benefícios não só de tempo, mas também financeiros, aos brasileiros e também aos americanos que querem nos visitar. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Retorno à minha insignificância e lhe passo a presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradeço Senador Heráclito Fortes. Eu só solicitaria também que nós pudéssemos... A questão de urgência, que nós pudéssemos enviar esse texto de acordo para o Plenário, de maneira que pudesse ser aprovado na próxima, logo na semana posterior ao carnaval, o requerimento de urgência que apresentarei, então, oportunamente.

Então, Senador Augusto Botelho com a palavra, para voltarmos à pauta normal. Finalmente, vamos iniciar a pauta, embaixador. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, "*esta Casa do Congresso Nacional é chamada para se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática em caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores,*

atendendo a preceito regimental, elaborou o curriculum vitae do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem:

Nascido na cidade de Santa Bárbara, em Minas Gerais, ingressou, em 71, no curso preparatório à carreira diplomática, Instituto Rio Branco, e tornou-se Terceiro Secretário em 73, foi promovido a Segundo Secretário em 76, e a primeiro secretário, em 79; a Conselheiro, em 86, e a Ministro de Segunda Classe, em 93, e a Ministro de Primeira Classe, em 2003, sempre por merecimento. Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Primeiro Secretário na Embaixada de Assunção, em 80; Conselheiro da Delegação Permanente em Genebra, em 1989; Chefe da Divisão do Meio Ambiente, em 92; Ministro Conselheiro da Embaixada em Buenos Aires, em 94; Cônsul Geral do Consulado Geral em Lisboa, em 99; Diretor-Geral do Departamento de África e Oriente Próximo, em 2001; Diretor do Departamento de África, em 2003; Embaixador na Embaixada Tel Aviv e cumulativamente da Embaixada junto à República de Chipre, em 2007.

Consta ainda do processado, além do currículo descrito, documentado informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Do texto produzido pela Chancelaria, cabe destacar referência à Declaração da Praia sobre projeção da Língua Portuguesa no mundo, referendada no último conselho de membros da CPLP, na cidade de Praia, Cabo Verde, julho de 2009. A declaração prescreve a divulgação da Língua Portuguesa mediante a promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico e de utilização em fóruns internacionais. Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório".

Era este o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradeço ao Senador Augusto Botelho, relator da indicação, e concedo a palavra ao Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, para fazer a sua exposição.

Antes, porém, eu declaro aberto já o processo de votação, tendo em vista já o voto favorável do Relator Augusto Botelho.

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO: Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O senhor tem o tempo que for necessário, normalmente é por volta de dez minutos.

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO: Eu agradeço a oportunidade de estar aqui hoje para essa Sessão, e Exmo. Sr. Presidente, Exmo. Sr. Relator, Senador Augusto Botelho, Exmos. Srs. Senadores e Deputados, Exmos. Embaixadores, aqui presentes, colegas, senhoras e senhores.

Antes de mais nada, eu gostaria da indicar que eu preparei um texto, que está à disposição dos Srs. Senadores, a respeito da minha exposição. Eu não vou lê-la, porque eu acho que seria demasiado longa, mas vou me referir aos principais aspectos que eu gostaria de ressaltar a respeito da minha indicação para a missão permanente do Brasil junto a CPLP em Lisboa. Eu, quando me preparava para essa sessão, fui informado por meus colegas da assessoria parlamentar do Ministério, Embaixador Danese e colegas, de que um acordo de cooperação na área de combate à malária e paludismo havia já sido aprovado na Câmara dos Deputados e estava submetido já a esta comissão, estava sendo submetido a essa comissão. E, ao mesmo tempo, um outro acordo importante, que é a revisão dos estatutos da CPLP, também estava sendo submetido à apreciação do Congresso Nacional, já em fase adiantada. Esses dois casos ilustram, talvez, muito bem a amplitude da atuação da CPLP; a CPLP tem 14 anos de idade, mas, nesse período de 14 anos, ela soube, ainda que esteja numa fase adolescente, soube evoluir de uma maneira extraordinária. Hoje, ela é uma organização consolidada que atende aos interesses de todos os países que a compõem, são oito países: Portugal, Brasil, mais cinco países africanos de língua oficial portuguesa e mais o Timor Leste. É uma organização que cresce e se estende de uma forma extraordinária em diversas áreas de atuação internacional e de concertação, e merece uma atenção especial do Brasil, porque, antes de mais nada, o Brasil foi o promotor da ideia da CPLP. Nos finais da década de 80, o Embaixador José Aparecido de Oliveira junto com o então Presidente Sarney promoveram uma iniciativa que, na verdade, já estava latente ao longo de muitas décadas, que era de formar essa comunidade dos países de fala portuguesa, da lusofonia.

Há muitos antecedentes para isso ao longo do Século XX, mas o fato é de que, no final mais precisamente de 1989, o Presidente Sarney, junto com o então político José Aparecido de Oliveira... Eu gostaria de ressaltar aqui a presença, de novo, que muito agradeço, do Deputado José Fernando, filho do José Aparecido, que muito nos honra e que segue a tradição de valorização dessa comunidade. A comunidade, desde então, quando foi criada... Antes da comunidade, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, e a Comunidade, um pouco depois, graças

aos esforços feitos durante o governo do Presidente Itamar Franco, conseguiu, já no período do Governo Fernando Henrique Cardoso, se institucionalizar em 1996, e, desde então, a comunidade se consolida, cresce, atendendo a três pressupostos básicos, três objetivos básicos, que é a concertação política, a cooperação e também a promoção e difusão da Língua Portuguesa. Nesses três pontos básicos, nesses três pilares, a comunidade tem sabido aproveitar todo o potencial que existe de cooperação, de entendimento entre esses países.

É verdade que uma observação que se pode fazer, desde logo, a respeito dessa comunidade, é que ela é um pouco assimétrica. De um lado, existem países com o nível de desenvolvimento de Portugal e do Brasil, e de outro, países de nível de desenvolvimento menor, na África e Timor Leste, que passou a integrar a comunidade desde a sua independência, no ano 2000. Mas essa assimetria, na verdade, ela serve como um catalisador de importantes ações e movimentos que a comunidade toma na promoção de interesses dos diversos países, especialmente no caso do interesse do Brasil. O Brasil, como promotor dessa ideia, ele tem um compromisso firme em desenvolver, consolidar a comunidade nos seus diversos aspectos. Muitos deles foram tocados aqui hoje, como, por exemplo, a questão da circulação de pessoas, é um ponto que nós temos que desenvolver mais dentro da comunidade, já foi aprovado na comunidade. Em nível de técnicos, é um acordo para a criação de um estatuto de cidadão da CPLP. Nós contamos... Não há objeção por parte do Executivo do Governo Brasileiro, não tem havido, pelo contrário, contribuímos para trabalhar na criação desse estatuto de cidadão da CPLP, e ele vai facilitar sobremaneira, através de outros acordos que já foram firmados nessa área, também, a movimentação de pessoas dentro desse espaço, que é um espaço não só político, também social, e nós pretendemos que seja também um espaço econômico.

Há, a respeito disso, um paralelismo muito grande que se pode fazer entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e o MERCOSUL, ambos foram estabelecidos na década de 1990. Também o MERCOSUL se caracteriza por uma certa assimetria dos países, e essa assimetria, ao contrário de ser um fator prejudicial, ele, na verdade, catalisa uma ampliação dos objetivos desses organismos, tanto no caso do MERCOSUL quanto no caso da CPLP. No caso do MERCOSUL, é evidente que um mecanismo que começou apenas como projeto de integração na área comercial, hoje, se expandiu, é um organismo absolutamente político, que desenvolve atividades numa ampla gama de temas, assim como a CPLP. Hoje, a característica básica da CPLP é a sua capilaridade, capaz hoje de reunir, durante cada ano, uma série de entendimentos, reuniões e debates tanto no plano ministerial, nas diversas áreas, desde saúde, assuntos marítimos, passando pela defesa, educação, cultura, por certo, também, na área empresarial, e conseguiu abrir-se também, do ponto de vista político, para outros países, para outras associações, hoje é uma comunidade que tem um entendimento amplo e sistemático com a sociedade civil, de forma que ela é muito representativa do que é o Brasil, de como nós estamos nos desenvolvendo, e queremos, através de alguns princípios básicos, que se aplicam certamente dentro da comunidade e que são próprios da política externa brasileira, cada vez mais, como o princípio da solidariedade, aplicar toda essa dinâmica, esse potencial que é nosso, nosso desenvolvimento, em direção aos demais países da comunidade, junto com Portugal.

O nível de atividades da CPLP, hoje, é marcante, e eu gostaria de mencionar apenas, além do fato de sua capilaridade e do seu potencial, a questão da língua, que, hoje, certamente é um dos aspectos mais valorizados dentro da CPLP, e, por justa causa, o Governo Brasileiro tomou a iniciativa de convocar uma conferência sobre o futuro da Língua Portuguesa, deve acontecer aqui, em Brasília, agora, no final de março, 25 a 31 de março, justamente para examinar alguns dos aspectos fundamentais que informam a questão linguística no presente momento. A valorização da língua, e que é um dos objetivos da CPLP, não é apenas como uma defesa dos valores brasileiros, dos valores da Língua Portuguesa em si, ou da cultura propriamente dita. A valorização da Língua, a defesa da Língua Portuguesa é fundamental, se nós queremos participar dos processos maiores do poder mundial, inclusive na área econômica. Hoje, por exemplo, em organismos internacionais, a ausência do domínio de uma língua como o Português prejudica essencialmente os interesses brasileiros. Nós lutamos permanentemente em organismos, tais como a OMC, por exemplo, Organização Mundial de Comércio, onde o domínio do inglês favorece interesses e... temas e agenda, que é defendida dentro do esquema anglo-saxônico. Um exemplo disso eu poderia dar no caso de patentes, quando o empresário brasileiro ou o estudioso brasileiro, o acadêmico brasileiro, se ele não domina o inglês, muitas vezes se vê impossibilitado de ter acesso ao conhecimento científico e técnico, pelo fato de que, muitas vezes, esses organismos autorizam a concessão e registro de patente somente numa língua, o inglês, por exemplo, sem a obrigatoriedade de providenciar a tradução para aqueles que assim o desejam, de forma que a questão da língua, hoje, como está muito bem evidenciada

nos trabalhos dessa conferência, ela tem implicações diretas sobre aspectos econômicos, aspectos comerciais e de política internacional. O Congresso Nacional, por iniciativa do próprio Deputado José Fernando, tem entendido, considera, no presente momento, a possibilidade de um projeto que transforma, que cria uma Comissão Permanente do Congresso Nacional para a CPLP. Eu gostaria de enfatizar a importância dessa iniciativa. Hoje, o Congresso já tem a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, já conta com uma subcomissão para a CPLP e seria um avanço extraordinário na defesa dos interesses dessa organização, que são, na verdade, os interesses brasileiros no plano maior.

Eu apenas gostaria, para finalizar, Sr. Presidente, esses breves comentários, de agradecer o apoio e o interesse que tem sido manifestado pelo Congresso Nacional à CPLP, é de longa tradição no Brasil, ainda que de poucos anos, mas a tradição é longa, e o apoio financeiro através de uma rubrica orçamentária para a CPLP, tem permitido ao Itamaraty, ao Governo Brasileiro, desenvolver atividades dentro desses campos que foram mencionados aqui, a respeito, sobretudo, na área de cooperação, mas não apenas vinculados à comunidade. Seria de interesse, tendo em vista o crescimento das atividades da CPLP, que essa rubrica pudesse também acompanhar as necessidades que se fazem cada vez mais prementes de entendimento, de cooperação, no espaço da CPLP.

Sr. Presidente, eu agradeço muito essa oportunidade e terminaria por aqui os meus comentários iniciais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho. Eu quero, antes da passar a palavra já aos Srs. Senadores que estão inscritos, lembrar realmente que esses sete países... O Brasil tem 190 milhões de habitantes; depois, o segundo em população, é Moçambique, com 20 milhões e 700; Angola tem 18 milhões e 800; aí nós vamos chegar ao Timor, que vem com 1 milhão e 155 mil habitantes; ainda Guiné-Bissau, um pouco maior, 1 milhão e 700; e Cabo Verde, 546; São Tomé e Príncipe, 212. Portanto, são esses os países que compõem, o menor sendo, portanto, São Tomé e Príncipe, e obviamente o maior o Brasil. Todos eles com a população bem maior de que as novas embaixadas do circuito do Itamaraty no Caribe, que são seis embaixadas novas, criadas, algumas delas, com 30 mil habitantes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): População total--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Duzentos e quarenta milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Duzentos e quarenta milhões de habitantes da comunidade. É uma população grande. Senador Marco Maciel.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E tem o PIB também. O PIB é 1 trilhão e 603 milhões, fora o Brasil, que tem 288 bilhões e 800 milhões. São dados importantíssimos dentro do quadro internacional econômico e populacional.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PB): Senador Eduardo Azeredo, eu gostaria de aproveitar a ocasião, por oportuno, para também cumprimentar o Embaixador Moreira pelo trabalho que ele fez à frente da CPLP, que vem merecendo o reconhecimento de todos nós aqui, no Senado, mas também o reconhecimento dos países que integram a CPLP, que é uma instituição vai ajudar, e vem ajudando, e muito, a ampliar o enlace entre o Brasil e os seus, aspas, "vizinhos africanos", fecha aspas, e criando condições, assim, também, para aumentar a presença do país no exterior. Por isso, no momento que ele está se aposentando, inclusive, das suas funções no Itamaraty, é um momento também de reconhecer os trabalhos que ele fez em diferentes missões aqui, diferentes funções que lhe foram confiadas, entre as quais aquelas relativas aos 500 anos, a celebração dos 500 anos do nosso encontro de civilizações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Marco Maciel. Bem lembrado, e eu quero me somar a essa homenagem que V. Exa. coloca para o Embaixador Lauro Moreira, que vai exatamente se aposentar e que fez um bom trabalho na CPLP.

Eu quis apenas, embaixador, destacar essa questão, tanto da população, como bem lembrado pelo Senador Romeu Tuma, também da questão econômica, quer dizer, é um bloco de sete países que tem um peso muito relevante, seja em população, seja na questão econômica, e estimularmos essa união cada vez maior entre os países de Língua Portuguesa é muito importante. E eu quero lembrar ainda que, conforme também todo o material distribuído aos senadores, a primeira iniciativa foi ainda com o então Presidente José Sarney, que, em 1989, em São Luiz do Maranhão, foi feita essa proposta de criação da comunidade que, no primeiro encontro de Chefes de Estado de Governo de Língua Portuguesa, ainda no governo, portanto, do Presidente Sarney. Lá foi decidida a criação do instituto internacional. Senador Romeu Tuma, com a palavra V. Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou tentar ser rápido, Presidente. Eu queria primeiramente cumprimentar o embaixador que aqui vem e traz as informações seguras do que é a nossa CPLP e cumprimentar o Itamaraty, também, pelos dados que nos fornecem para acompanhar o depoimento sempre ilustrativo dos embaixadores que são designados para vários países do mundo, e, hoje, o Brasil vem criando outras embaixadas, para, sem dúvida nenhuma, trazer a presença brasileira forte internacionalmente. Eu sinto assim, embaixador, a importância do cargo que V. Exa. vai exercer, até porque passa pelo Senado ser sabatinado, dada a importância da presença do Brasil na CPLP, que foi um dos causadores da fundação dessa comunidade dos países de Língua Portuguesa. Eu tive a oportunidade de participar de uma das reuniões com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que lá foi e pediu, durante a sua visita a Portugal, que houvesse uma reunião da CPLP, com a presença de todos os oito países que representam esta comunidade, e achei tão interessante pela discussão, que não é... Porque quem vê pensa que é só problema de língua; não é, não, é a cooperação clara e eficiente sobre economia e sobre participação ativa, conjunta, em discussões internacionais, inclusive fazendo Portugal a porta de entrada para o Mercado Comum Europeu. V. Exa. vai ser que se virar lá, provavelmente, nessa ajuda.

E eu tive uma ajuda muito grande da CPLP, porque o chefe da polícia portuguesa era um Juiz, e eu fui candidato a vice-Presidente da Interpol. Ele reuniu todos os membros da Interpol de Língua Portuguesa, os oitos países fazem parte, e pediu que votassem maciçamente em mim, e eu acabei ganhando do argentino. Não sei se foi bom para ele, mas, para mim, foi uma alegria muito grande, que eu fiquei três anos como vice-Presidente e, até hoje, não me demitiram, eu sou praticamente honorário vice-Presidente lá, segundo a decisão da executiva da Interpol. Mas eu vi aqui que V. Exa. também coloca uma coisa importante, que é a palavra do Embaixador Renato Menezes, perito da CPLP, sobre o papel da língua como mercadoria, e eu acho que isso tem importância, porque as reuniões internacionais é inglês, francês e espanhol, às vezes o árabe, mas o árabe tem que pagar para o intérprete estar presente, em reuniões que eu tenho ido internacionais, principalmente na área de segurança. E a Língua Portuguesa tem uma população enorme e não se faz presente nesses congressos internacionais. Então é uma luta que eu acho que a gente deveria trazer à discussão e acredito que a presença de V. Exa. nessa comissão tão importante trará grandes benefícios ao Brasil, porque, hoje, com as dificuldades de Espanha e Portugal, dentro do Mercado Comum Europeu, provavelmente terá que ter a mão estendida de outros países da Europa, e o Brasil terá que ter uma participação ativa nesse sentido.

Então, eu queria cumprimentá-lo e desejar muita sorte para o senhor. Eu pedi, lá na gráfica, se tinha, porque a reforma da Língua Portuguesa, eu pedi para fazer em Braille, só que era um número pequeno e eu consegui distribuir para cegos, e foi pedido em Portugal também e eu mandei um número, infelizmente terminaram, mas eu já requisitei que fizesse uma nova leva, mas tem aqui a reforma em caderno comum. Se V. Exa. permitir, eu entrego... Sei que V. Exa. tem conhecimento, mas sempre é ilustrativo para ficar na biblioteca lá da comissão, da comunidade. Muito obrigado e boa sorte para o senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares e, depois, o Senador Marconi.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, ainda retomando ao mesmo assunto do Senador Romeu Tuma, que ventilou sobre a importância da Língua Portuguesa ser introduzida nos eventos internacionais, promovidos inclusive pela ONU, V. Exa., como Presidente desta comissão, já teve a oportunidade de comparecer a tantos outros eventos, não só da ONU, e, lá, a Língua Portuguesa é como que menosprezada, apesar de representar, pelos países que constituem, que compõem a sua comunidade, uma população de mais de 240 milhões de habitantes, uma comunidade distribuída em quatro continentes: a Europa, a América, a África e Ásia. E é inconcebível que a nossa língua não seja considerada como uma língua de importância internacional.

A esse respeito, Sr. Presidente, eu apresentei um requerimento no ano passado, aprovado por esta comissão, visando convocar diversas autoridades que poderiam interferir neste assunto da introdução do Português como língua oficial por exemplo, da ONU, e, até o momento, este requerimento não foi executado. É da maior importância que haja um debate, em Audiência Pública, de embaixadores de Portugal, da comunidade luso como representada pelo Embaixador Pedro Motta, Academia Brasileira de Letras, Academia Nacional de Portugal, que se contrapõe à ideia da nova ortografia da Língua Portuguesa. Então, eu gostaria de enfatizar, mais uma vez, a importância desse requerimento e colocar um adendo a esse requerimento, que seja convidado também o Dr. Pedro Motta, Embaixador Pedro Motta, entre as autoridades que constam daquele requerimento, cujo número não me lembro mais, porque já tem um ano, mais ou menos, a apresentação desse requerimento e aprovação, já foi aprovado esse

requerimento. Eu gostaria, então, como adendo, que V. Exa. incluísse entre os convidados o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, para debater conosco a questão da Língua Portuguesa, de sua oficialização junto aos organismos internacionais, aos encontros internacionais. Eu gostaria de reiterar, Sr. Presidente, a importância desse requerimento.

É importante, porque está havendo... No Brasil, não existe essa reação, mas, em Portugal, determinados escritores estão se rebelando contra a unificação do idioma Português na comunidade de Portugal. Então é da mais alta relevância que esse requerimento seja considerado, ele é relevante, V. Exa. sabe da sua importância, que haja realmente essa Audiência Pública ainda este ano, porque nós queremos saber por que essa reação em Portugal, por que Portugal não respeita o Brasil, por que Portugal acha que o Português de Portugal é melhor do que o nosso. Só porque nós fomos uma colônia de Portugal? Isso é inconcebível. Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. O Embaixador Pedro Motta poderá, logo depois da intervenção do Senador Marconi Perillo, eu vou pedir a ele que já possa fazer alguma manifestação, ele poderá depois... Sim, e o requerimento, então, eu já pedi à secretaria para que nós possamos fazer, então, um aditivo ao requerimento e possamos, logo em seguida, fazer essa... Senador Marconi Perillo com a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho e demais embaixadores aqui presentes.

Em que pese não participe aqui da Comissão de Relações Exteriores, tive muito interesse, Presidente, em comparecer aqui, nesta manhã, para assistir pelo menos parte da sabatina ao Embaixador Pedro Motta, porque tenho vivo interesse em relação ao tema CPLP. Tenho uma relação de amizade antiga com o Embaixador Lauro Moreira, que é do meu estado, embaixador dedicadíssimo, culto, extremamente preocupado com a consolidação desse projeto, dando sequência ao extraordinário trabalho desenvolvido pelo nosso grande ministro, governador, embaixador e grande lusófono José Aparecido de Oliveira e que, agora, tem, inclusive, com o filho aqui, na Câmara, a sequência desse seu trabalho. Tenho, portanto, vivo interesse na consolidação desse projeto que inclui o Parlamento e etc.

Conheço bem o currículo do Embaixador Pedro Motta, Senador Azeredo, e eu estou convencido de que ele vai, com muita competência, muita dedicação, espírito público, muito talento, consolidar aquilo que foi iniciado por José Aparecido, seguido por Lauro Moreira, e, agora, com a presença dele, na minha opinião, nós vamos dar passos ainda mais largos, no sentido de avançar esse projeto. Eu acompanhei, relativamente de perto, o acordo ortográfico, até porque, em companhia do Senador Heráclito Fortes, que era o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, pude visitar alguns países de Língua Portuguesa na África, dentre os quais Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola, e, nas visitas aos Parlamentos daqueles países, pude perceber o interesse que os nossos irmãos da Língua Portuguesa têm em relação a essa união, a essa conjugação de esforços em favor da nossa língua pátria. Talvez eles tenham mais interesse do que a gente. Aliás, o interesse desses países, desses parlamentares e desses povos pelo Brasil é muito grande. Sou relator do projeto de resolução que cria a Comissão Permanente da CPLP no Congresso Nacional. Tenho sido procurado pelo Deputado Aparecido, que está demonstrando um interesse muito grande pela matéria. Aliás, tenho aqui, em mãos, já o parecer que estou apresentando e espero, se possível, até a próxima semana, já que estou na condição de Presidente em exercício, aqui, do Senado, colaborar para a aprovação dessa comissão. O relatório já está pronto, já está aqui comigo, e eu vou dar a minha modesta colaboração, para que o Parlamento da CPLP saia do papel e efetivamente possa dar uma contribuição ainda mais significativa à missão de V. Exa. e ao trabalho que foi desempenhado ao longo desses últimos anos por todos esses países, em especial Brasil e Portugal.

Quero desejar ao Embaixador Pedro Motta muito sucesso e quero me colocar aqui como parlamentar brasileiro, como senador, vice-Presidente do Senado, à inteira disposição, para que o senhor possa ter os melhores resultados, grande êxito, muito sucesso nessa missão que é muito nobre. Aliás, eu gostaria de registrar a minha aprovação à iniciativa de abertura dessa Embaixada. Nós temos muitas embaixadas que às vezes não se justificam, mas eu estou convencido de que esta embaixada por si só já se justifica. E também quero me colocar à disposição no sentido de apoiá-lo na estruturação da Embaixada. Eu fui ao encontro do Embaixador Lauro Moreira, conheço um pouco da realidade da Embaixada da CPLP em Lisboa e também, dentro das minhas limitações, quero me colocar à vossa disposição. Parabéns e muito sucesso lá. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Marconi Perillo, antes de passar a palavra ao embaixador e também ao Senador Pedro Simon, eu quero convidá-lo para ficar aqui na Mesa conosco, o nosso vice-Presidente e, hoje,

Presidente do Senado Federal, que tenha a honra de estar aqui na Mesa conosco e sempre saudando a sua presença nessa comissão. Senador Pedro Simon com a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu quero felicitar a indicação de S. Exa., dizer que vejo com muito respeito e com muita simpatia e que, pelo seu currículo, demonstra a imensa capacidade, e tenho a convicção de que fará um belíssimo trabalho. Eu acho que é interessante salientar, e eu acompanhei, a longa discussão e o longo debate em torno dessa matéria. José Aparecido de Oliveira foi uma figura invulgar na história política brasileira, ele era um homem apaixonado, defensor de teses na parte da cultura no Governo de Brasília, na amizade que ele tinha com o próprio Presidente Sarney, de modo especial com o Presidente Itamar Franco, e ele foi o sonhador dessa matéria. No início, a gente até achava meio extemporâneo, mas qual é o significado de uma união com os países de Língua Portuguesa? O que ganha o Brasil, se esses países pouco, quase nada, significam? Houve momentos que se dizia a rigor que a única coisa que tinha de positivo era o Mercado Comum Europeu com Portugal ali e que, com essa instituição, abria uma porta para o Brasil via Portugal. Eu me lembro, à época, o Governo Português louvava muito essa tese de que Portugal poderia significar uma oportunidade nova para o Brasil no Mercado Comum Europeu, e está provado que realmente o Mercado Comum Europeu significou uma explosão na vida de Portugal, na sua economia, no seu desenvolvimento, no seu avanço, no seu progresso. Mas não há dúvida de que a tese de Aparecido ia muito mais além desse simples fato. E, hoje, é uma realidade.

Claro que não é fácil, no momento em que, no mundo, a gente vive quase que, eu diria, a universalização do inglês, quando a gente vê lá na França... Quem poderia imaginar, a França, hoje, copia leis que, quando foram adotadas no Brasil, eram ridicularizadas. A França tem uma lei que determina que as rádios francesas tenham que tocar músicas francesas tantas vezes por dia. Na França, tem uma lei que determina que os cinemas franceses e a televisão francesa têm que apresentar filmes franceses tantas vezes por dia, e a França discute lei, no sentido de evitar que, na economia e no geral, as palavras inglesas substituam o normal da Língua Francesa. Isso é universal, quer dizer, o colonialismo que os Estados Unidos exercem através da rádio e da televisão, notadamente da televisão no mundo inteiro, é uma coisa real. Mas, mesmo assim, eu acho que, talvez até por isso, é importante o gesto do Brasil, principalmente porque foi um gesto de grandeza do Brasil, não é um gesto... Nós não temos nenhuma vantagem imediata com Guiné-Bissau, com Timor Leste, a não ser de identificação com a nossa língua.

Eu acho que V. Exa. terá um belo trabalho. Eu acho que o nosso querido Aparecido, que eu tinha por ele um carinho muito grande, uma amizade muito grande e um respeito muito grande, principalmente quando trabalhamos juntos no Governo Itamar Franco, eu como líder do governo e ele, como um dos grandes nomes do Governo Itamar. Ele deve estar muito feliz com o desenvolvimento da sua atividade, e, quando eu vejo aqui, ao meu lado, o seu filho, que já me anuncia, a informação que eu tenho é que talvez se chegue a candidato a Governador em Minas Gerais e uma ideia nova pelo Partido Verde, e ela com essa fantástica mulher que eu acho que é a Marina, candidata a Presidente da República, eu não me surpreenderia se, de repente, não aparecesse um fato novo lá nas Minas Gerais. Mas eu, elogiando a V. Exa., elogio o Governo Brasileiro por indicar V. Exa., tive oportunidade de conversar e conhecer a profundidade do conhecimento de V. Exa., sei que estamos vivendo um momento importante aqui, e sei que, no momento em que nós valorizamos essa iniciativa tão original e, para alguns, durante muito tempo, tão incrédula nas suas conclusões, nós verificamos que ela está no caminho certo. Pode V. Exa. ficar absolutamente tranquilo, e sei que está, que, nessa Comissão do Senado, durante o seu mandato, V. Exa. terá o apoio necessário em tudo que for necessário. Se tiver que se queixar do Itamaraty, alguma dúvida, alguma interrogação, conte conosco, que nós estamos lá, nós para ajudar, e, se for o caso, nós temos aí o Suplicy para ir lá tantas vezes quanto é necessário, para nos representar em Portugal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Pedro Simon.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy com a palavra, então.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, Presidente do Senado, hoje, em exercício, Marconi Perillo, e prezado Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, quero mais uma vez agradecer a atenção que V. Exa. inclusive teve para comigo, nas diversas funções que exerceu, inclusive agora, em Israel, quando me encaminhou informações a respeito de como ali tem-se também debatido, a ideia se espalha pelo mundo, a proposição da renda básica

de cidadania, do imposto de renda negativo, que é uma das formas que lá estão sendo estudadas.

Com respeito à questão da Língua Portuguesa, eu gostaria até de recomendar a todos um artigo bonito que saiu, imagino que como um interessado na Língua Portuguesa... Eu aproveito também para aqui saudar a presença do Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira, em homenagem também ao seu pai, mas ao seu interesse na comunidade dos povos de Língua Portuguesa. Mas há um artigo bonito para quem se interessa pelo desenvolver da Língua Portuguesa, do Prof. Pasquale Cipro Neto, não sei se chegou a ler, num artigo de homenagem a Pena Branca e Xavantinho. Mas ele conta coisas muito interessantes, eu vou só ler a abertura do artigo que fala: "*Para dizerem milho, dizem 'mio'; para melhor, dizem 'mió'; para pior, 'pió'; para telha, dizem 'teia'; para telhado, dizem 'teiado' e vão fazendo telhados. Com esse significativo poema 'Vício na Fala', Oswald de Andrade colocou em evidência uma das bandeiras do modernismo brasileiro, o reconhecimento de todas as formas de manifestações de brasilidade...*". E por aí vai. Tem coisas muito bonitas e concluindo com a homenagem à Pena Branca, que faleceu nesta semana, e ao Xavantinho, inclusive, sobre como que eles cantaram tão bem as músicas de Milton Nascimento, como "O Cio da Terra", mas não vou aqui mencionar todo o artigo, só recomendo a todos, porque é um especialista na Língua Portuguesa.

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Na Folha de hoje. Eu recomendo, pode ver, por favor.

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO: Eu ouço o senhor falar [ininteligível]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E depois lhe convido para cantar "O Cio da Terra".

[risos]

E no coral do Senado que sabe cantar tão bem essa música.

Mas eu gostaria também de... Eu tenho acompanhado o seu trabalho, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, desde quando... Inclusive, é responsável, no Itamaraty, pelos países da África, do Oriente Médio, e tivemos uma interação muito produtiva, mas eu acho que seria tão importante que nós pudéssemos, além de ouvir sobre o que vai fazer na comunidade dos povos da Língua Portuguesa, que pudesse aproveitar essa oportunidade para nos falar um pouco do desenvolvimento das relações entre Israel e a Palestina, porque, como Embaixador de Israel, V. Exa. acompanhou passos significativos, ora de progresso, ora do estancamento das relações entre Israel e a Palestina. E surgiu uma iniciativa muito relevante agora, pois o próprio Presidente Lula anunciou que a seleção brasileira vai proximamente realizar uma partida de futebol entre a seleção do Brasil e a seleção mista de Israel e da Palestina.

E eu gostaria de transmitir a V. Exa.... Há duas semanas, eu fui à Coreia do Sul e lá transmiti e fui muito aplaudido, eu fiz nove palestras lá, em todos os lugares quando mencionei as minhas sugestões para a unificação da Coreia do Norte e do Sul. A primeira sugestão é que eles organizem uma partida da seleção brasileira com a seleção mista da Coreia do Norte e do Sul para realizar duas partidas, uma em Seul e a outra em Pyongyang, isso foi super bem-visto por eles. E a outra proposta é para fazerem a renda básica comum entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, uma renda básica como um meio de unificá-los e de criar realizações de justiça.

O senhor sabe que, quando... Acho que já lhe informei, mas... Como estará também preocupado com o Timor Leste, em 2008, eu estive no Timor Leste para também ali apresentar, a convite do Presidente José Ramos-Horta, do Primeiro-Ministro Fernando Gusmão, estive lá no Parlamento, na Universidade, e, em diálogo com cinco ministros, também expus como eles poderão, até porque agora tem petróleo, iniciar uma experiência da renda básica. E vou aqui lhe encaminhar um relatório conjunto das viagens que fiz ao Iraque e ao Timor Leste, bem como um outro relato sobre o mesmo tema. Eu já estive também em Moçambique, mas não estive ainda nos demais países da Língua Portuguesa, fora Moçambique e Timor Leste. Então, quero me colocar à sua disposição de continuar este... Seguindo a sugestão do Senador Pedro Simon, eu me disponho, sim, a levar a semente da proposta da renda básica por todos os países, em especial da Comunidade da Língua Portuguesa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Está se preparando para ser o futuro Presidente da República.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Gostaria de... Obrigado, Senador Romeu Tuma. Eu agora sou pré-candidato. Ontem à noite, consegui já... Ontem, na festa de 30 anos do PT, obtive 493 assinaturas, só faltam 888 para atingir 2.970 necessárias para viabilizar ser pré-candidato ao Governo do Estado de São Paulo. Só filiados ao PT, 1% dos 297 mil precisam...

Mas como o senhor mencionou, o propósito de acelerar a livre movimentação de seres humanos entre os países da comunidade dos povos da Língua Portuguesa, eu pediria que possa nos detalhar um pouco melhor esse tema, em que pé está, quais são

os passos, um deles refere-se... A sua referência foi facilitar a formação de pessoas e tal. Mas quem sabe possamos um dia ter a livre circulação de seres humanos, quem sabe isso possa ser um propósito dos países de Língua Portuguesa, seja os brasileiros irem ao Timor Leste, a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e outros, e eles também poderem estar aqui com maior facilidade, como, por exemplo, o fazem os membros da União Europeia. Então agradeço se puder nos dar uma informação sobre esse tema também.

E muito sucesso. Certamente por toda a sua experiência e conhecimento, terá muito sucesso na sua missão agora como Embaixador na Comunidade dos Países da Língua Portuguesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradeço ao Senador Suplicy. E antes ainda de passar a palavra ao embaixador, eu quero ouvir, abrindo [ininteligível] uma exceção, com muito prazer, aqui, na comissão, para ouvir o Deputado José Fernando. Antes, porém, lembrando realmente o papel fundamental que teve o Embaixador José Aparecido na criação da Comunidade de Línguas Portuguesas, o embaixador que foi Secretário da Cultura de Minas, foi Ministro da Cultura do Brasil, depois Governador de Brasília, de maneira que hoje tem o seu filho um seguidor e seguindo esse mesmo caminho da valorização dos países de Língua Portuguesa.

Com a palavra o Deputado José Fernando.

DEPUTADO JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG): Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. V. Exa. presidindo essa Comissão de Relações Exteriores, nesse momento recebendo um novo Embaixador do Brasil junto à CPLP, o Dr. Pedro Motta, eu quero dizer da minha alegria, mas, sobretudo, da minha honra de estar aqui sob a sua presidência, ex-governador, Senador da República por Minas Gerais, mas, antes de tudo, um homem que reafirma, em todos os seus atos, o compromisso ético, o compromisso moral que Minas e o Brasil sabem. Queria agradecer todas as homenagens feitas ao meu saudoso pai, sobretudo as palavras do Senador Pedro Simon; quero dizer, senador, que as suas palavras me atingiu a alma, através do coração.

Eu quero, na qualidade de Presidente da Subcomissão Especial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e autor do projeto de resolução que tem o Senador Marconi Perillo relator no Senado e o Deputado Marco Maia, relator na Câmara, que cria a Comissão Permanente da CPLP no âmbito do Congresso Nacional, e dizer que acabou de ser criado, na reunião de São Tomé e Príncipe, a transformação do Fórum Parlamentar em Assembleia Parlamentar, ou seja, nós temos agora um Parlamento dos Países de Língua Portuguesa que vai ser composto por seis parlamentares dos países membros; no caso do Brasil, por ser bicameral, dois senadores e quatro deputados. E já faço o apelo ao Senador Eduardo Suplicy que seja um dos representantes do Senado nessa comunidade, que a gente possa levar esse projeto para todos os países. Acho que o fórum adequado é exatamente no Parlamento dos Países de Língua Portuguesa, inclusive que vai ser agora, dia 08 de março, o primeiro encontro... o segundo encontro, porque, no primeiro, foi o Ato Constitutivo do Parlamento, e, agora, dia 08 de março, a sequência em Lisboa, dia 08 de março. Então já peço ao senhor para colocar na sua agenda a possibilidade da ir a Lisboa, representando o Congresso Brasileiro.

Só dizer, senador, muito obrigado a V. Exa., agradecer ao Senador Marconi Perillo, que é um senador que realmente tem um carinho especial pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e parabenizar ao Embaixador Pedro Motta, mas fazer também uma justa homenagem ao Embaixador Lauro Moreira, que acaba de se aposentar ontem e que foi um excelente embaixador, diga-se, e um grande promotor não só dos interesses brasileiros junto à CPLP, mas da cultura do Brasil junto a todos esses países. Então muito obrigado, senador, e parabéns ao Embaixador Pedro Motta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Deputado José Fernando. Senador Suplicy, não há ainda nenhum convite aqui, mas será muito interessante... O convite para essa viagem não chegou nada ainda, comunicado aqui ainda.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, se vier, o Senador Suplicy já está. Até por motivos políticos, Senador Pedro Simon, nós vamos querer muito que o Senador Suplicy viaje bastante esse ano e fique fora do Brasil, e deixe quieto aqui o Estado de São Paulo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Como o Deputado Aparecido de Oliveira está nos informando que é dia 08 de março, então será em breve. Então eu agradeço se pudermos ter a informação o quanto antes, porque eu meu disporia, sim. Mas eu vou satisfazer a atenção de V. Exa., porque eu tenho viagens relativas à renda básica para...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Uns dez países.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Canadá, Montreal, em abril, em maio para a Alema-

nha, passando pela Namíbia para ver a experiência pioneira que vai acontecer lá, mas terei disposição de ir a Lisboa, neste caso... Para essa finalidade que o Senador Aparecido de Oliveira menciona, eu me disponho, sim. Se for para falar para o Parlamento da Comunidade sobre esse tema, com maior alegria me disponho a ir.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): De Montreal, a volta é o mesmo preço. São Paulo-Montreal, Lisboa-São Paulo. É o mesmo preço.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas é Montreal é abril.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos ouvir, então, o Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho para suas considerações finais.

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO: Obrigado. Sr. Presidente, muito obrigado, eu vou ser muito breve. Apenas, em primeiro lugar, agradecer a todos os Srs. Senadores que aqui estão e que participaram dessa sessão, que estão participando, as palavras estimulantes e de apoio ao trabalho da CPLP.

Eu gostaria apenas de assinalar em primeiro lugar que são... Seguramente, esse apoio será muito importante para nós, porque a CPLP, como foi dito aqui, foi comentado, a CPLP ainda é um organismo que carece de uma atenção especial, em que pese a sua importância fundamental para os interesses brasileiros em todas as áreas. Hoje, ela é tratada... Hoje, é muito mais conhecida do que antes. A CPLP, hoje, no Brasil, se fala da CPLP em entidades diversas da sociedade civil, aqui no Congresso Nacional, com esse apoio que nós temos recebido do Congresso Nacional, a CPLP tem merecido, como acaba da dizer o Senador Marconi Perillo, uma atenção toda especial junto com o Deputado Aparecido de Oliveira, e com a provável criação, possível criação dessa Comissão Permanente para a CPLP que vai nos ajudar muito. O próprio estabelecimento de uma Assembleia Parlamentar na CPLP, que é uma coisa nova, inclusive é objeto de revisão do estatuto, porque ela é um órgão novo na CPLP que está ora sendo considerado aqui por essa Comissão de Relações Exteriores, é um dos... Como eu mencionei no início das palavras iniciais, é um acordo que está sendo submetido aqui à aprovação, a reforma do estatuto da CPLP, ou seja, ela está procurando se modernizar, se adaptar.

E no caso da língua, como foi mencionado aqui, e a valorização da Língua Portuguesa, eu gostaria de... Me permito mencionar de novo aqui a convocação que foi feita pelo Governo Brasileiro de uma conferência internacional, intergovernamental e civil também sobre o futuro da Língua Portuguesa, que vai ocorrer agora, no final de março, aqui em Brasília, lá no Itamaraty, uma conferência muito importante, porque ela toca em todos esses temas fundamentais, o acordo ortográfico, um dos temas que estão na agenda é a avaliação do desenvolvimento do acordo ortográfico, como o acordo está sendo desenvolvido no presente momento. As notícias são boas, o acordo... Há um consenso entre portugueses e brasileiros, peritos portugueses e brasileiros, onde havia alguma dificuldade de entendimento. Há um acordo que vai ser... aparentemente vai ser objeto de consideração e aprovação pelos ministros, na própria conferência, sobre a ideia de que o acordo ortográfico da Língua Portuguesa, ele não necessariamente exige a unificação de toda a ortografia, de todo o léxico da Língua Portuguesa, o que ele pressupõe é que seja feito de imediato, mas, simultaneamente com a aplicação do acordo, é a unificação da grafia, da terminologia técnica e cientifica, muito importante em todas as áreas, para que se possa realmente haver uma participação maior dos países e da comunidade técnica, científica, empresarial e etc. da Língua Portuguesa, nos processos internacionais e difusão do conhecimento dentro e fora do espaço, é preciso que haja uma unificação da grafia dentro do léxico, apenas relacionado com temas técnicos e científicos, mas não o total da ortografia. Essa... Pode haver inclusive algumas diferenças que são aceitas e podem ser praticadas independentemente da validade, ou não, do acordo. Quer dizer, o acordo as incorpora.

De forma que as notícias desse ponto de vista são boas. Do ponto de vista da língua... Muito brevemente, Sr. Presidente, do ponto de vista da valorização da língua nos organismos internacionais, foi um assunto levantado aqui, essa conferência vai também examinar uma série de propostas concretas. Um dos aspectos, talvez o mais importante da CPLP, hoje em dia, é que ela trabalha com assuntos concretos, com temas... Não há muita retórica nas atividades da CPLP, isso é um dado novo, importante, porque, no início, se pensava que a CPLP era um pouco retórica, ela sempre teve objetivos concretos; agora, esses objetivos são cada vez mais evidenciados, através de programas e iniciativas concretas. No caso de língua, da valorização da Língua Portuguesa nos organismos internacionais, as propostas que vão ser consideradas dizem respeito, em primeiro lugar, à adoção do Português como língua... São propostas concretas e realistas. A adoção do Português como língua de documentação nas Nações Unidas. Língua de documentação quer dizer acesso à documentação em tempo efetivo, não atrasado, em tempo efetivo, em tempo oportuno, acesso à documentação traduzido adequadamente para o português dos documentos da Assembleia Geral e do Conselho de

Segurança, pelo menos nessa fase inicial. Além disso, uma campanha para que o Português seja adotado como língua de trabalho na UNESCO, na conferência geral da UNESCO, a promoção gradual da tradução para o Português dos portais das Nações Unidas na Internet, com prioridade para o portal principal, e a publicação de documentos em Português com controle de qualidade de textos. Então... Além de a promoção do Português em diversos outros organismos internacionais, por exemplo, a União Africana. Então há toda uma série de propostas concretas, realistas, que estão sendo feitas para que o Português venha efetivamente a ser adotado como língua internacional de trabalho em diversos organismos. Esse é um primeiro ponto.

Agora, com respeito... Eu gostaria de comentar aqui e teria muito a dizer sobre as relações de Israel e Palestina. Muito brevemente, o que eu posso indicar, com base nesse período que eu estive lá, que, aliás, foi uma missão muito estimulante também, estou muito satisfeito com o trabalho que pôde ser feito lá pelo Brasil. Hoje, o Brasil tem uma proposta de participação mais... de presença e participação mais intensa nos processos de paz no Oriente Médio, nas discussões, inclusive com vistas ao retorno, à retomada do processo de paz, porque nós sentimos... Quer dizer, em primeiro lugar, nós temos uma grande comunidade árabe, uma comunidade judaica importante, e nós, dentro do Brasil, temos essa conciliação, o processo de entendimento entre essas comunidades que nós queremos transmitir a eles como mensagem principal nossa. Como disse uma vez o Presidente Fernando Henrique Cardoso, "O Brasil...". Como sociólogo: "O Brasil tem a cultura da conciliação", essa frase eu achei interessante porque nós aplicamos isso lá e nós queremos... Talvez eles não tenham tanto quanto nós a ideia de que a conciliação é um valor que pode ser trabalhado também lá. Então, a nossa presença se afigura cada vez mais marcante no Oriente Médio através de diversos processos, também realistas e na medida das nossas possibilidades, através da instalação do escritório de representação do Governo Brasileiro em Ramalá, através das presenças constantes das nossas autoridades, o Presidente Lula deve visitar... Pela primeira vez, um Presidente do Brasil irá a Israel, agora, em março. Nunca um Presidente do Brasil esteve lá. O Presidente Fernando Henrique esteve por ir, mas acabou, por motivos até mesmo do conflito local, não pôde ir a Israel. De forma que é a primeira vez que um presidente do Brasil vai a Israel e é num momento bom, desse ponto de vista, o processo de paz está em fase relativamente estagnada, o governo de Israel é um governo de direita no momento, isso gera uma dificuldade adicional com respeito ao processo de paz, mas que também pode trazer, como em outras instâncias internacionais, pode trazer elementos que contribuam para uma eventual conformação de um processo efetivo de negociação da paz.

Mas no longo prazo, como V. Exa. mencionou, o problema da questão de Israel com a Palestina e do Oriente Médio, de uma forma geral, no longo prazo, eu acho que nós estamos nunca linha positiva, ainda que, no momento, o retrato que se possa tirar da situação não é muito encorajador, há muitas diferenças mesmo entre os palestinos, a situação do Hamas não se resolve, as diferenças entre eles, políticas e até mesmo do ponto de vista social, não se resolvem. Quer dizer, não é só do ponto de vista de Israel que há dificuldades.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Há divergência interna dos dois--

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO: Há divergências internas dos dois lados, dentro de Israel e também dentre os palestinos, com o Hamas, e, no âmbito mais amplo, com influências que são perturbadoras da questão, que acrescentam uma complexidade maior, como é o caso do Irã, acrescentam complexidade, no caso da própria situação no Líbano, que nunca evolui de uma forma sempre consolidada, estão sempre, a cada momento, na expectativa de crises. De formas que é uma situação, não é encorajadora de momento, mas eu acho que a linha que se pode projetar da política, da evolução política no Oriente Médio, eu diria que é positiva, sobretudo se nós tomarmos em conta o interesse da comunidade internacional, o papel que pode ser exercido por países feito o Brasil, novos, como nós chamamos, novos atores presentes na região, por isso que nós achamos que devemos ter um trabalho mais ativo, mais presente, porque nós sentimos que temos uma contribuição a dar nos diversos elementos, até mesmo com uma contribuição de um projeto que eu sei caro ao senador e que a mim também me é caro, porque eu li o seu livro e acredito que ele é um projeto que tem sido aplicado em diversas instâncias, por isso eu acompanho de perto, inclusive em Israel, o projeto da renda mínima, e Israel tem feito ainda em estágio muito probatório, mas está sendo levado adiante. De forma, Sr. Presidente--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o jogo de futebol está programado para após a Copa do Mundo? Porque foi anunciado agora este jogo com a Irlanda como último amistoso antes da Copa do Mundo. Então aquele entre Brasil, Israel e Palestina...

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO: Eu ainda não tenho nenhuma confirmação, não recebi nenhuma firmação dessa proposta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Agradeceria se puder saber a respeito.

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO: Procurarei, com o maior interesse procurarei me informar-–

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor dá licença, Sr. Presidente. Ele falou em futebol--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu não sei se V. Exa. viu a propaganda do Banco Itaú, que é um simbolismo sobre a relação que tem no Brasil e que estão transferindo com a camisa da federação--

SR. PEDRO MOTTA PINTO COELHO: Eu vi, um jogo de futebol...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Os dois meninos, um palestino e um israelense em que a camisa do Brasil representa a união da simpatia das duas comunidades.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É muito bem feita. É nesse espírito mesmo, bem lembrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradeço, portanto, ao Embaixador Pedro Motta, nós vamos...

Antes de transformar a reunião em secreta, como prevê a Constituição, terminar o processo de votação, eu quero, então, colocar, são três requerimentos, Senador Suplicy, nenhum deles é polêmico, não. O Senador Suplicy queixou-se de algum requerimento polêmico, mas nenhum deles é polêmico. Um deles é exatamente proposto Senador Antonio Carlos Valadares, da inclusão do Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho como convidado para esta Audiência Pública para tratar sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado.

O outro requerimento é assinado por mim, ele requer, nos termos no art. 215, uma Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de discutir a situação das famílias abandonadas por uma parcela dos chamados decasséguis, brasileiros descendentes de nipônicos que vão trabalhar no Japão, e como convidados os representantes do Ministério das Relações Exteriores, o Juiz de Direito que, enquanto advogado, atuou em defesa dessas famílias abandonadas, o Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Melo Oliveira, o Presidente da Associação das Famílias Abandonadas por Decasséguis no Brasil, o Sr. Djalma Straube e Sra. Aparecida Margarete dos Santos Kayaki. O Senador Flávio Arns é quem já aprovou esta audiência na Comissão de Direitos Humanos, e, portanto, a ideia é que possamos fazer conjunta, exatamente, a proposta é seja conjunta. Coloco em discussão. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

E o terceiro requerimento é da iniciativa do Senador Inácio Arruda, mas subscrito por vários outros senadores, inclusive por mim, mas também por vários senadores aqui presentes, o Augusto Botelho, Senador Marco Maciel, Senador Suplicy, Senador Papaléo, que diz respeito à realização de Audiência Pública na forma de seminário em coparticipação com o Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos de Luta pela Paz, CEBRAPAZ; o Conselho Mundial da Paz; a Fundação Alexandre Gusmão; a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, CCAI; Associação Brasileira de Estudos da Defesa, ABED; e a Universidade de Brasília, para debater sobre a revisão do Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares, desdobrando-se os seguintes temas: "*O desarmamento e a não proliferação nuclear frente à conferência de revisão do TNP*", e o segundo tema: *"O desenvolvimento científico e tecnológico da energia nuclear e seu papel no cenário internacional*", a realizar-se no próximo dia 07 de abril, aí tem a relação dos convidados: Embaixador Sérgio Queiróz, Representante para as Questões de Desarmamento nas Nações Unidas; Odair Dias Gonçalves, físico e Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear; Odilon Marcuzzo do Canto, físico e Secretário da Agência Brasileiro Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares; Rui Namorado, físico e professor catedrático da Universidade de Évora e Presidente do Conselho Português para a Paz e a Cooperação; Rogério Cezar Cerqueira Leite, Físico e Presidente da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Sincrotron; Dalton Ellery Girão Barroso, Pesquisador do Instituto Militar de Engenharia –IME; Prabir Purkayastha, analista do setor de energia e vice-Presidente da Organização de Paz e Solidariedade da Índia; Nielsen de Paula Pires, Professor Adjunto do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília; e ainda Manoel Domingos Neto, Professor da Universidade Federal Fluminense. Na justificativa, o Senador Inácio Arruda coloca exatamente que é para se analisar o papel da TNP, o dilema desarmamento e não proliferação, e o número de convidados é realmente muito grande, mas ele propõe... Evidentemente que não será no mesmo dia, terá que ser em mais de uma ocasião. Está previsto para o dia 07 de abril, mas será como seminário, então terá que ser uma audiência de manhã e outra de tarde, em conjunto com a UnB. Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco, portanto, em votação o requerimento do Senador Inácio Arruda. Os senadores que estiverem

de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado.

Quero ainda registrar a informação recebida aqui, que o nosso atual embaixador na CPLP, o Embaixador Lauro Moreira, foi ainda ontem agraciado com o título de Personalidade Lusófona de 2009.

Senhores, nós temos que transformar, por força da Constituição, a reunião em secreta para alguma questão adicional que seja levantada pelos Srs. Senadores. Eu solicito, portanto, aos senhores membros... Àquelas pessoas que estão presentes--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ressalvando a presença dos embaixadores. Senador Suplicy com a palavra, antes ainda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Embora não seja dessa comissão, mas é um assunto relevante e que há um enorme interesse em saber. Como V. Exa. informou ontem, foi tornado público até por V. Exa. que recebeu a carta do General do Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho, e, como se trata de uma carta de interesse público nacional para todos os senadores, mas também há um enorme interesse de saber o conteúdo dessa carta, agradeceria se pudermos... Que o Senado possa depois tomar conhecimento da carta, claro, foi entregue a V. Exa., mas se trata de uma carta que hoje tem um interesse enorme para se saber o seu conteúdo. E como a intenção foi justamente de... Inclusive, quando dialogamos a respeito que ele pudesse enviar uma carta para o conhecimento da população e do Senado como um todo, então eu agradeço e quem sabe até a tarde de hoje o senhor possa, V. Exa. possa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não, perfeitamente. Eu já dei o conhecimento ontem, ainda, na tribuna, eu li ontem na tribuna. Eu não distribuí cópias da carta por uma questão apenas... Que é uma carta que foi dirigida a mim, que achei que não era o caso de dirigir... Mas eu posso reler aqui, o Senador Romeu Tuma já tinha pedido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já tinha pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O primeiro parágrafo ele faz--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): As partes mais importantes--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quem sabe V. Exa. possa ler, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu posso mostrar para o senhor depois, pessoalmente. Para V. Exa., eu mostro ela na totalidade, mas eu vou reler os pontos.

O primeiro parágrafo que ele só exatamente se dirige a mim, considerando que eu sou um político ponderado, então ele gostaria de... E que sou seu relator. Depois ele diz que veio aqui exatamente para um foro, para discutir ideias, principalmente de grande relevância de forma transparente que é sempre discutido aqui. Colocando depois que o art. 5º da Constituição prevê a livre manifestação do pensamento, foi o que ele fez, ele disse que foi o que fez no dia. E colocando, inclusive, a sua posição sobre a questão do ingresso dos homossexuais nas Forças Armadas, reiterando que esse é o pensamento que prevalece dentro das Forças Armadas, o que ele expôs, a opinião. Depois, ele, então, manifesta algum desabafo em relação à forma como houve a divulgação, ele coloca que a posição dele não é uma posição... Eu li esse ponto todo aqui, não é necessariamente a do Exército, pois somente o comandante da força pode expressar-se nesse sentido, e que ele não teve a intenção de discriminar, e diz aqui: "*Não tive a intenção de discriminar, ou mesmo ferir a dignidade da pessoa humana, porquanto fui bem claro nas minhas afirmações*", diz o general, "*que, em momento algum, contrariara a constituição. Durante todos esses anos de serviço, nunca persegui, descriminei, puni ou julguei qualquer militar por ter se declarado homossexual ou mesmo estar envolvido na prática de homossexualismo*", diz o General Cerqueira. "*A minha opinião foi puramente uma questão de aptidão ou perfil para a atividade*". Continua ele ainda: "*O meu posicionamento não tem força de lei, pois cabe ao Ministério da Defesa, juntamente com as três forças, estudar, se for o caso propor Projeto de Lei que permita o ingresso de homossexuais nas Forças Armadas e ao Congresso Nacional a sua aprovação*". E aí continua ainda, dizendo que é um assunto controverso e continua sendo discutido e avaliado em vários países do mundo, inclusive nos Estados Unidos da América, a maior potência militar terrestre. E, no último parágrafo, ele exatamente relembra o que ele fez já na sua longa carreira militar, dizendo da sua larga experiência de vida militar, dedicada exclusivamente ao serviço da pátria, possuidor de quase todos principais cursos do Exército, detentor de uma longa folha de serviço sem qualquer mancha, que cultua os valores éticos e morais da instituição, que sempre tratou com justiça os seus subordinados, que liderou milhares de soldados pelo exemplo. E, por fim, se considera capaz, técnica e moralmente, para exercer esse cargo, de maneira que essa é a carta que ele pediu que transmitisse. Eu fiz essa leitura ontem no Plenário, aqui estou até lendo alguns trechos a mais, mas, como V. Exa. pode ver, o

que eu li no Plenário é que é o principal, que é essa parte em que ele diz que não teve nenhuma intenção e que ele mostra que terá o comportamento previsto pela Constituição de respeito à individualidade, às opções de cada um. De maneira que esse é o texto, e eu apenas tomei a precaução, uma decisão minha de não distribuir para a imprensa cópia da carta, mas à V. Exa., evidentemente, eu...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu agradeço, se puder ler depois a carta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, vamos agora, então, suspender a reunião. Suspender, não, transformar em secreta.

[Sessão secreta às 12h24]

[Sessão reaberta ao público às 12h34]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta, e eu comunico a aprovação do Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho como Embaixador na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com relatório do Senador Augusto Botelho, agradecendo a presença, portanto, de todos, e desejando muito sucesso ao Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho nas suas novas funções.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h35.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2008.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, AUGUSTO BOTELHO, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, RAIMUNDO COLOMBO, ROSALBA CIARLINI.** Deixa de comparecer os Senhor Senador Pedro Simon. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **1ª PARTE: ITEM 1: PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 29, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências. **AUTOR:** Deputado Koyu Iha. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. **OBS:** Em reunião datada de 12 de novembro corrente, foi realizada a leitura do relatório e concedido vista coletiva aos Senadores Paulo Paim e João Pedro, nos termos do art. 132, parágrafo 1º –RISF. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Flexa Ribeiro, Rosalba Ciarlini, Osmar Dias, Cícero Lucena, João Pedro e José Nery. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o parecer com a Emenda nº 1 – CRA (Substitutivo). Incorporados ao texto do parecer, sugestões do Senador Cícero Lucena e da Senadora Rosalba Ciarlini. Aprovado o Requerimento de urgência nº 20, de 2008 – CRA. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 482 DE 2007. (TERMINATIVO) EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **AUTOR:** Senador Raimundo Colombo. **Relator "AD HOC":** Senador Leomar Quintanilha. **RELATÓRIO:** Pela aprovação, na forma do substitutivo que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Leomar Quintanilha, Osmar Dias, João Pedro e Rosalba Ciarlini. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado a Emenda nº 1 – CRA (Substitutivo), bem como sugestão do Senador João Pedro. A matéria será submetida a turno suplementar. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 260 DE 2008 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Altera o § 1º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o § 1º do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescentando-lhe § 6º, para permitir a contratação eventual de empregados, pelos segurados especiais, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Álvaro Dias. **RELATOR "AD HOC":** Senador João Pedro. **RELATÓRIO:** Pela rejeição. OBS: Em reunião datada de 12 de novembro corrente, foi realizada a leitura do relatório e concedido vista ao Senador Flexa Ribeiro, e devolvido sem ma-

nifestação. **RESULTADO: Aprovado o parecer pela rejeição. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 320, DE 2003 (NÃO TERMINATIVO) (tramitando em conjunto com o PLS nº 6/2005) EMENTA:** Altera o artigo 9º da Lei nº 8019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural. **AUTORA:** Senadora Serys Slhessarenko. **RELATORA "AD HOC":** Senadora Rosalba Ciarlini. **RELATÓRIO:** Pelo Arquivamento e pela apresentação de novo projeto de lei complementar. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Rosalba Ciarlini e Osmar Dias. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o parecer pelo arquivamento e pela apresentação de novo projeto de lei complementar. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 6, DE 2005 (NÃO TERMINATIVO) (tramitando em conjunto com o PLS nº 320/2003) EMENTA:** Dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT, em depósitos especiais, nas cooperativas de crédito constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 1971. **AUTOR:** Senador Osmar Dias. **RELATORA:** Senadora Rosalba Ciarlini. **RELATÓRIO:** Pelo Arquivamento e pela apresentação de novo projeto de lei complementar. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Rosalba Ciarlini e Osmar Dias. **RESULTADO: Aprovado o parecer pelo arquivamento e pela apresentação de novo projeto de lei complementar. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 81, DE 2008 (NÃO TERMINATIVO) EMENTA:** Dispõe sobre a comercialização e o uso de óleo de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas, e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências. **AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. **RELATOR:** Senador Flexa Ribeiro. **RELATÓRIO:** Pela Aprovação nos termos da emenda que apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Gilberto Goellner e Flexa Ribeiro. Na fase de votação da matéria, a mesma foi aprovada pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Aprovado o Requerimento nº 21 de 2008 – CRA, de autoria dos Senadores Gilberto Goellner e Flexa Ribeiro, de audiência pública para instruir a matéria. 2ª PARTE: Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 18 de 2008 – CRA,** de **autoria** do Senador **Neuto de Conto**, aprovado em 29/10/08, com adendo aprovado em 12/11.2008, com a finalidade de analisar e discutir sobre a Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Rogério Dias** – Diretor do Departamento de Agroecologia do Ministério da Agricultura –**MAPA**; **Sr. Joe Carlo Viana Valle** – **Produtor Orgânico** do Distrito Federal –DF; **Sra. Maria Beatriz Martins Costa** – Representante da **ONG Planeta Orgânico**; **Sr. José Alexandre Ribeiro** – Representante da **ONG BioBrasil**; **Sr**. **Fabio Ramos** – Diretor da **Agrossuisse**; **Sr**. **Fernando Augusto de Souza** – Coordenador do **Centro de Pesquisas Mokiti Okada e Sr. Renato Linhares de Assis –** Pesquisador da **EMBRAPA**. Após a exposição dos Senhores convidados faz uso da palavra para tecer considerações sobre os assuntos abordados, o Senador Gilberto Goellner. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO**, Presidente da Comissão.

***Nota da estenotipia: houve muitos pronunciamentos sem identificação do orador, prejudicando a identificação e a transcrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 1601, Seção Tribunal de Contas da União, Plenário, datada de 29 de outubro do corrente, subscrito pelo Ministro Ubiratan Aguiar, Vice-Presidente do TCU, no exercício da presidência, o qual encaminha o Acórdão nº 2378, de 2008, que trata da auditoria realizada para avaliar o Programa de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO), visando garantir e fiscalizar a sanidade no trânsito internacional de produtos de origem animal e vegetal.

Sobre a mesa informações recebidas pelo Ministério da Integração Nacional, bem como do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre requerimentos apresentados em conclusão ao Aviso

nº 27, de 2006, que trata de recomendação proferida pelo Tribunal de Contas da União com relação ao art. 42, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para que o Congresso Nacional atenda para o mínimo de 20% dos recursos à irrigação na região Centro-Oeste.

A presente Reunião destina-se à apreciação de matérias, na primeira parte, bem como Audiência Pública sobre a agricultura orgânica na segunda parte.

Primeira parte, apreciação de proposição. A primeira é o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, de autoria do Deputado Koyu Iha, que "Dispõe sobre a política pesqueira nacional, regula a atividade pesqueira e dá outras providências". Em reunião datada de 12 de novembro do corrente foi realizada a leitura do relatório e concedido Vista coletiva aos Senadores Paulo Paim e João Pedro, nos termos do art. 132, § 1º, que não se manifestaram. Lembro à Comissão que o Relator, o Senador Flexa Ribeiro, concluiu pela aprovação, na forma do Substitutivo que apresenta. Sobre a mesa há doze Emendas apresentadas pelo eminente Senador Cícero Lucena e uma Emenda apresentada pela Senadora Rosalba Ciarlini. Passo as Emendas para o Relator. A matéria está em discussão. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Neuto de Conto, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

O Projeto que trata da Lei da Pesca é um Projeto que já tramita há anos no Congresso Nacional. Ele vem de 2003. Esse Projeto já tramitou por todas as Comissões que dizem respeito aos interesses desse setor, da maior importância para o nosso país, porque o Brasil tem uma potencialidade de se tornar um grande produtor mundial de pescado e encontra dificuldades exatamente por não ter, ainda, uma lei que defina e que proteja tanto o pescador artesanal, quanto a pesca industrial, quanto a questão ambiental.

O que se buscou fazer –e eu relatei isso na Sessão em que foi pedido Vista coletiva –foi de juntar, de fazer uma conciliação entre os vários Projetos, vários Pareceres que estavam processados, do Senador Garibaldi Alves, hoje Presidente do Senado Federal, da Senadora Fátima Cleide, e isso que é importante que se diga, Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o PL, o Projeto de Lei, se buscou um consenso. Exaustivas reuniões foram feitas envolvendo o setor produtor, seja da pesca artesanal, nós temos aqui o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Pesca, temos o Presidente de Federações de Trabalhadores da Pesca, de Pescadores, de vários Estados brasileiros, com o CONEP, o Conselho Nacional de Pesca, com a Secretaria da Pesca, com o IBAMA, quer dizer, esgotamos em reuniões sucessivas na tentativa de fazer um Substitutivo que atendesse o setor, que fosse de interesse do setor, que fosse de interesse do Brasil.

Ainda agora, Senador Neuto de Conto, o seu Estado, lamentavelmente, tem a solidariedade de todos os brasileiros, todos os Senadores, Santa Catarina está passando por uma calamidade com relação às enchentes. Todas as empresas de pesca, eu tenho a informação, todas, sem exceção de nenhuma, estão paralisadas em função das enchentes que lá estão ocorrendo. Então esse setor precisa ser estimulado.

O meu Estado, o Estado do Pará, disputa com o Estado de V. Exª., Santa Catarina, a primazia de maior produtor de pescado do Brasil, e nós temos uma costa e temos os nossos rios que são importantes para que possamos produzir não só a pesca, como também a aqüicultura, e o Projeto já atende à questão da aqüicultura também, com a produção de pescado.

O pedido de Vista do Senador Paulo Paim foi um pedido de Vista que foi acordado. Nós fizemos um acordo em que, por solicitação do Governo, ele pediria Vista, a Vista seria coletiva, ele e o Senador João Pedro pediram Vista e teríamos que voltar com o Projeto à pauta na semana seguinte, conforme o Regimento. Na semana seguinte novamente fui instado pelo Governo para que o Projeto não fosse votado. Foi dada uma semana a mais para que se pudesse fazer as alterações. O Senador Cícero Lucena e a Senadora Rosalba Ciarlini apresentaram as Emendas de interesse do Governo, do setor da Secretaria da Pesca, e todas as Emendas apresentadas, tanto do Senador Cícero Lucena, quanto da Senadora Rosalba, serão acatadas pelo Relator, farão parte do relatório que eu submeto à discussão e apreciação.

Estamos novamente sendo instados para que não votemos hoje este Projeto. Não posso atender, lamentavelmente não posso atender a essa solicitação porque nós temos um compromisso com o Brasil e o compromisso com o Brasil passa pela Lei da Pesca. Mais do que isso: existem gestões no sentido de se criar um Ministério da Pesca. Isso está sendo feito via Câmara dos Deputados. Como que nós vamos criar um Ministério da Pesca se nós não temos condições de aprovarmos uma lei que possa conciliar os interesses e dar as condições de desenvolver esse setor da maior importância para a economia brasileira?

O Projeto, ele irá a Plenário, ele irá a Plenário, ele estava em Plenário, o Senador Garibaldi Alves, que é do Rio Grande do Norte, que também tem uma forte presença do setor no seu Estado, tem o interesse de colocá-lo em votação em Plenário ainda antes do recesso. Então para isso é preciso que discutamos o

projeto hoje e possamos levar à votação o Relatório, o Substitutivo que apresentei, repito, com o acatamento de todas as Emendas propostas pelos Senadores, pela Senadora Rosalba e pelo Senador Cícero. Peço aos meus pares que possamos discutir e aprovar, e desde já pedir regime de urgência para que ele seja encaminhado a Plenário para que possamos discuti-lo, aprová-lo e remetê-lo à Câmara Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu quero aqui dizer da grande importância de caminharmos com rapidez com essa questão do Projeto da Lei de Pesca, que o Senador Flexa Ribeiro vem relatando e defendendo com muita competência.

Na realidade nós sabemos que essa é uma atividade que precisa urgentemente ter uma definição na lei, porque vários aspectos inclusive têm prejudicado, têm dificultado a atividade, têm levado muitas vezes até a confrontos, que em nada contribui para que nós possamos ter, cada vez mais, essa atividade mais fortalecida, essa atividade que é produtiva, que gera muita renda, muito emprego.

Eu gostaria aqui de também me solidarizar com o povo catarinense, através da pessoa do nobre Senador Neuto de Conto e do Senador Raimundo Colombo, que sei que estão passando por momentos muito difíceis, e essa calamidade, o excesso de chuva, não somente está prejudicando a atividade pesqueira na região, mas com certeza muitas outras atividades, como a fruticultura, os negócios do campo, principalmente, devem estar bastante afetados, serão prejuízos incalculáveis, mas a força do povo catarinense é maior, a fé em Deus, de que tudo possa ser... É claro que têm questões que não se pode de forma nenhuma corrigir e nem compensar, são muitos irmãos que nas enchentes se foram, mas na realidade nós estamos aqui solidários e dizendo que em nome dos que fazem a sua Comissão, Presidente, nós queremos estar desde já nos colocando à disposição para o que for possível fazer de apoio ao seu Estado.

Mas eu gostaria de dizer que desse Projeto apresentamos uma Emenda que é de fundamental importância para a atividade, para o setor da cassinocultura no nosso Estado, que define realmente, mantém os cuidados com a preservação, os cuidados com a questão de localização dentro de normas que são características próprias para a própria região. Então o que nós colocamos aqui, como Emenda, até quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro por ter acatado, exatamente são critérios que vêm da experiência, do relacionamento, conhecendo a atividade como conhecemos no nosso Estado, para que possamos preservar e, ao mesmo tempo, continuar o desenvolvimento do Brasil através dessa atividade que é importante, que é fundamental para o nosso Estado e que já contribui de forma decisiva na balança comercial, nas exportações, não somente do Rio Grande do Norte, mas do Brasil.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado à Senadora Rosalba. Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, em primeiro lugar, aproveitando a presença de dois Senadores de Santa Catarina, V. Exª. e o Senador Colombo, também gostaria, como Senador do Estado vizinho, em prestar toda a solidariedade ao povo de Santa Catarina pelos momentos difíceis que estão enfrentando, com muitas mortes já, com reflexos não só na vida das pessoas, mas também na atividade econômica do Estado, que deve trazer prejuízos enormes para um Estado que tem no turismo uma forte base da sua economia e que certamente será afetada, já que nós estamos aí num período próximo ao período de alta do turismo em Santa Catarina. Então eu acredito que todos os brasileiros devem, neste momento, fazer aquilo que for possível para contribuir no sentido de que Santa Catarina atravesse esse momento que está vivendo. É um momento difícil e que nós temos que ser solidários. O Paraná, podem ter certeza, é solidário.

E dizer sobre o Projeto de Lei que está aqui em votação que o Senador Flexa Ribeiro disse que pediram para que ele não fosse votado. Quem pediu para não ter ser votado? Eu não entendi quem pediu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Secretaria da Pesca, o Governo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O Governo. Eu não entendo, porque esse Projeto está aqui há tanto tempo, já poderia o Governo ter se manifestado sobre ele, ter proposto as mudanças que quer no Projeto. Se não o fez, nós não podemos postergar mais uma votação.

Aliás, eu aproveito até para dizer, Senador Neuto de Conto, Presidente, que eu apresentei um Projeto que vai estabelecer, se for aprovado, prazos para apreciação de matérias tanto no Senado quanto na Câmara. Se nós temos prazo para apreciar as Medidas Provisórias, não deveria ser diferente para apreciarmos Projetos de Lei. Ou votamos contra ou a favor, mas que apreciemos as matérias, porque ontem, inclusive, foi muito constrangedor quando os artistas estiveram na Presidência do Senado e disseram: "Mas esse Projeto está aqui há quatro anos" É um Projeto que é de minha autoria, quando eu era Presidente da Comissão de Edu-

cação, apresentei em benefício ao teatro brasileiro, e eles disseram: "Mas há quatro anos e não foi votado? Por que é que demora tanto tempo?" Eu disse: "Vocês não viram nada, têm Projetos que estão aqui há quinze anos e não foram votados". Então a gente fala tanto em recuperar o prestígio do Senado, essa Câmara, a imagem, o conceito, mas isso pode ser recuperado por essa simples atitude de não deixar Projetos na gaveta. Votar contra ou a favor, mas votar. E este é um exemplo. Quantas famílias estão aguardando a votação desse Projeto? Quantas famílias vivem da pesca? Quantos empregos e a renda que esse setor traz para o país? Então nós não podemos, nós não temos o direito de ficar adiando votação de Projetos que tenham tanto interesse para o país como esse. Lembro, até vendo o Senador Colombo aqui, nós aprovamos a Lei de Estágio, um Projeto de minha autoria, que era de 2001, e foi aprovado com o relatório dele agora, o Parecer dele, quer dizer, levamos sete anos para aprovar uma lei que quando é aprovada já está defasada, já tem que aprovar outro em cima, mas vai levar mais sete anos, então não adianta.

Então, Presidente, eu quero cumprimentar a V. Exª. por estar colocando em votação esse Projeto, nós temos que votar mesmo eu vou acompanhar a orientação do Senador Flexa Ribeiro, que é o autor do Projeto, para votar a favor do Projeto e, evidentemente, a favor das Emendas que aperfeiçoam o texto do projeto. Então, Presidente, creio que nós devemos encerrar esse nosso compromisso da Comissão de Agricultura com esse Projeto hoje e, depois, a seguir, a orientação do Flexa Ribeiro no sentido de pedirmos urgência no Plenário, porque senão esse projeto vai acabar ficando para o ano que vem e só Deus sabe quando ele vai para a pauta do Senado. Então, Presidente, o meu Voto será favorável.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Osmar Dias. Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Neuto de Conto, Senador Colombo, também na pessoa de V. Exªs. eu gostaria de cumprimentar e me solidarizar com todo o povo de Santa Catarina nesse momento difícil que passa aquele Estado.

Agradecer também ao Senador Flexa Ribeiro pelo acolhimento das nossas Emendas, dando uma demonstração do espírito que foi conduzido a relatoria desse Projeto, no espírito democrático de ouvir não só a parte do Governo, mas também dos representantes, das categorias não só dos patronais, mas também dos trabalhadores, e dizer que me somo aos demais Senadores na importância da urgência que esse Projeto seja aprovado, por ser de um Estado como a Paraíba, que tem uma costa que é fundamental também para o desenvolvimento, além da criação dos camarões em território. Então eu acho que todos nós devemos dar a nossa contribuição para que esse Projeto possa ser aprovado o mais rápido possível, não só nessa Comissão, mas, também, no Plenário, para que nós possamos, ainda este ano, ter esse problema que se arrasta há tanto tempo definitivamente equacionado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Primeiro eu quero dizer da importância desta lei, porque é uma lei para o país, é uma lei não só para a costa brasileira, para o Nordeste, mas principalmente chega a lei até as nossas águas doces da nossa Amazônia.

Eu fiz ainda a pouco, no início desta Sessão, numa conversa com o Relator Flexa Ribeiro, uma conversa que passa pela responsabilidade. Primeiro eu venho acompanhando esse Projeto e ele tinha um entendimento, está aqui a Senadora Fátima Cleide, que trabalhou bastante sobre isso, construiu um entendimento e mudou esse entendimento, e de duas semanas para cá eu fui um dos que pediu Vista. E o Relator acatou e acatou muitas Emendas. E foi nesse sentido, para conhecer o Voto, não só o Voto, mas para reconhecer o Parecer do Relator Flexa Ribeiro. Eu recebi a pouco aqui uma cópia e veja que têm itens importantes que foram colocados a partir das proposituras Senador Lucena. Quero inclusive destacar aqui o Capítulo III, acerca da competência do Poder Público em promover a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da aqüicultura e da pesca. Isso é muito importante, nós termos na lei, a presença do Estado, nós garantirmos a presença do Estado para ter políticas públicas nesse setor. Então são questões que acabaram de ser incorporadas aqui ao texto. Os incisos que tratam do defeso das espécies exóticas, do mar territorial, isso tudo está sendo colocado, chegou aqui às mãos como Emenda do Senador Lucena, ou seja, nós precisamos votar, mas votar sabendo o que tem no Projeto. Eu acho que isso é um princípio tão claro que... Então é nesse sentido, de conhecer todas as Emendas que foram colocadas. Eu estou conversando aqui com a Senadora Rosalba, que apresentou Emendas, ela está me colocando aqui o caráter das Emendas e isso vai nos deixando com mais tranqüilidade, com mais tranqüilidade no sentido de nós votarmos uma lei que possa fazer justiça, principalmente, com

os pescadores do nosso país. Eu estou falando aqui de pescadores do Brasil como um todo, mas a minha região também tem dezenas, centenas de pescadores ali na Amazônia e precisa de uma lei que possa refletir a realidade deles, uma lei justa do ponto de vista social e justa do ponto de vista ambiental.

Então são essas as minhas colocações, para que nós possamos ter a tranqüilidade de fazer a discussão e votar em seguida. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Com a palavra o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Presidente, o Relator tem precedência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, era só para tirar as dúvidas do nobre Senador João Pedro, mas o Senador Nery pode falar e eu falo ao final.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Colocaria que ao Senador Relator que, após todas as manifestações, faça as considerações finais do Projeto.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, eu entendi bem? O Senador Flexa Ribeiro gostaria de fazer um esclarecimento para tirar as minhas dúvidas, mas ele vai deixar de fazer para o Senador Nery ser o porta-voz do Relator, é isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, não.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não é isso?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Nery vai fazer os questionamentos dele.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ah sim, então eu entendi mal.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Raimundo Colombo, nesse momento os dois à mesa representam o Estado de Santa Catarina e, mais uma vez, queremos manifestar a solidariedade, não só do nosso mandato, mas do Pará ao sofrimento que nesse momento Santa Catarina está enfrentando por conta das enchentes, a tragédia que se abateu sobre o Estado que V. Exªs. tão bem representam aqui neste Parlamento. Ao dizer essas palavras de solidariedade ao povo de Santa Catarina e a luta que vem empreendendo para solucionar e enfrentar essa tragédia, com o desejo sincero de que as ações, tanto do Governo do Estado, do Governo Federal, bem como a solidariedade de inúmeras instituições e de pessoas pelo Brasil afora, ajudem o Estado de Santa Catarina e o seu povo a enfrentar esse grave momento.

Mas, Presidente, o relatório do Senador Flexa Ribeiro ao Projeto de Lei nº 29, de 2003, que trata sobre a Política Pesqueira Nacional, é algo de fundamental importância para o setor, que tem importante contribuição na garantia de condições dignas de vida, de ocupação, de geração de renda de milhares de brasileiros, sendo que eu gostaria de me referir especificamente ao Estado do Pará. É importante a participação do setor pesqueiro na economia paraense e a possibilidade que este setor propicia à garantia de condições dignas de vida a milhares de pessoas. Além de contribuir para a segurança alimentar, contribui, efetivamente, para o desenvolvimento do Estado e a garantia de condições a milhares de pessoas em nosso país.

Portanto, o Projeto precisa de uma definição que deve ser oferecida por esta Comissão, com o voto dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras e, nesse momento, quero parabenizar o Relator pelo relato, pela matéria aqui apreciada, e desejar que essa Comissão, no dia de hoje, tome a definição necessária para de fato estabelecer normas, princípios e orientações que fortaleçam o segmento a nível nacional. Acolher Emendas e sugestões apresentadas pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu creio que deve ser feito na medida em que contribuem efetivamente para a melhoria do projeto.

Portanto, eu queria dizer já, Sr. Presidente, manifestando o meu Voto favorável ao Projeto e torcendo para que esta Comissão tome essa decisão no dia de hoje. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Neuto de Conto, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Eu, com uma tranqüilidade e a consciência de que o Projeto da Lei da Pesca foi um Projeto que buscou sistematizar, como eu disse, vários Pareceres, propostas encaminhadas pelo Governo, pelos trabalhadores da pesca, pelos industriais da pesca, buscando na questão também ambiental, que é a preocupação de todos, de todos.

O Senador João Pedro, ele se mostrou apreensivo com relação às Emendas que foram encaminhadas pelos Senadores Cícero Lucena e Rosalba Ciarlini, mas essas Emendas, Senador João Pedro, são Emendas, a maioria delas, de redação, e outras de mérito, combinadas, acertadas com todos os agentes que participaram da discussão, inclusive com o Secretário Especial da Pesca. Não há dificuldade nenhuma, não haverá, tenha a certeza, Senador João Pedro, nenhum artigo, nada que venha de encontro às questões

levantadas de agressão ao meio ambiente, muito pelo contrário, a própria Senadora Rosalba apresenta aqui uma Emenda protegendo as áreas de preservação, fazendo restrições que foram levantadas pelo IBAMA. O Senador Cícero Lucena também, em discussão com os setores do Governo, apresenta Emendas de interesse da Secretaria da Pesca.

Então eu acho que como esse é um Projeto de interesse nacional, ele já foi discutido amplamente em anos anteriores, em Sessões anteriores, em Audiências Públicas, ele está esgotado na sua discussão. O que nós precisamos agora é votá-lo na Comissão e encaminhá-lo ao Plenário, onde será submetido a uma nova discussão, mas avançaremos numa lei que é da maior importância para esse setor na economia brasileira.

Quero deixar aqui claro que uma das preocupações do Relator foi de proteger o pescador artesanal, o verdadeiro pescador artesanal, aquele que realmente vive da pesca e que tem aqui todas as suas garantias incluídas no Projeto, inclusive aqueles pescadores que fazem parceria com as empresas de pesca industrial. Eles terão, neste Projeto, as garantias que não tinham até então, tanto que eles próprios participaram da discussão e estão de acordo, estão aqui conosco assistindo à Sessão de discussão do Projeto e sabem que o Relator teve o cuidado de atender todas as reivindicações do setor da pesca artesanal, protegendo-o na sua atividade e, também, fazendo a conciliação com a pesca industrial e com os setores do Governo, tanto da Secretaria da Pesca quanto da questão ambiental através do IBAMA. Acho que nós estamos maduros para que possamos levar à votação o Projeto da Lei da Pesca. E V. Exª., Senador Neuto de Conto, fecha a sua presidência da Comissão de Agricultura dando um passo importante e contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento do setor da pesca nacional. É, sem sombra de dúvidas, um marco que V. Exª. deixará registrado na passagem na presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos colocar em votação o Substitutivo com as treze Emendas que já foram apresentadas, discutidas e acatadas pelo Relator. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será encaminhado à Secretaria da Mesa [palmas].

O Item 2 da pauta, ele é Terminativo, eu gostaria que os Senadores permanecessem, porque é Terminativo e vai ser bastante rápido. É o Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2007, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "Altera a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previsto no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal". Lembro que o presente Projeto é Terminativo, exigindo quorum e votação nominal. Com a palavra o Relator *ad-hoc*, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu solicitei urgência no encaminhamento do Projeto ao Plenário e não foi votada a urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eles estão montando o Projeto, o Parecer completo, porque ele não está, e nós colocamos ainda hoje em Plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Precisa votar a urgência.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A urgência, votaremos a urgência. Então os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. Aprovado [palmas].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, qual é o Projeto que vai ser discutido agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É o Item 2 da pauta, que trata da–

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): É o 482.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): É o 482.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pág. 78.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É o do Senador Raimundo Colombo?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Exatamente.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, uma pergunta: toda Sessão agora vai ter um café daquele ali para nós?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A segunda parte da nossa Sessão de hoje, Senador, ela é destinada a discutir os produtos orgânicos e a sociedade orgânica trouxe o café da manhã para os Senadores terem a oportunidade de conhecer mais profundamente o volume que representam. Espero que toda semana eles voltem [risos], é verdade. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente Neuto de Conto. Preliminarmente, Sr. Presidente, eu gostaria de manifestar a minha solida-

riedade a V. Exª. e ao Senador Raimundo Colombo pelo momento difícil que os seus conterrâneos estão experimentando com acentuada precipitação pluviométrica no Estado de Santa Catarina, causando tanta perda, tanto sofrimento e tantas mortes. Eu fiz esse registro ontem no Plenário, mas ainda não tinha encontrado os ilustres colegas e gostaria de manifestar o meu pesar, que o fiz em nome inclusive em nome do meu Estado, do povo do meu Estado nesse momento de muita dificuldade que o Estado de Santa Catarina está experimentando.

O Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2007, de autoria do eminente Senador Raimundo Colombo, teve designado nesta Comissão como Relator o ilustre Senador Marconi Perillo. Passo a dar conhecimento a esta Comissão do relatório preparado pelo Senador Marconi Perillo.

A proposição em pauta dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Trata-se de modificação dos §§ 4º e 5º, ao art. 5º, da lei em tela.

Assim, pelo novo texto proposto para o § 4º, pretende se estabelecer que no caso de aquisição por compra e venda de imóveis rurais destinados à reforma agrária que não atendam às hipóteses de desapropriação por interesse social, o pagamento da terra nua e das benfeitorias será realizado em dinheiro, no prazo de noventa dias, a contar da data de formalização da proposta de aquisição.

Já a nova redação que se pretende para o § 5º, ressalva que a formalização da proposta de aquisição por compra e venda dos imóveis rurais, previstos no § 4º, será acondicionada à disponibilidade de recursos orçamentários para a realização da transação.

Na justificação chama-se a atenção para a importância da reforma agrária e para a significativa participação da agricultura familiar na produção agropecuária e na agroindústria nacionais. Outrossim, recorda-se que o principal instrumento para a execução da reforma agrária no Brasil são os títulos da dívida agrária, chamados TDAs, utilizados nos casos de desapropriação por interesse social de áreas que não cumprem a sua função social, os chamados imóveis improdutivos. Contudo, segue a justificação, tais títulos não seriam atrativos quando se trata da aquisição de imóveis produtivos mediante a compra direto da União, pois como os respectivos proprietários não estão sujeitos à desapropriação, preferem o recebimento do valor da terra nua à vista em vez do resgate do TDA a médio prazo.

Sr. Presidente, como todos os Senadores têm o Voto e o relatório do Senador Marconi Perillo, e é bastante clara a colocação apresentada pelo Senador Raimundo Colombo, nós vamos passar para a análise, que revela que, quanto à constitucionalidade, a matéria enseja-se na competência privativa da União para legislar sobre direito agrário, conforme o que dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Não há, ainda, restrições quanto à juridicidade da proposta.

No que diz respeito ao mérito da proposta, temos que a Lei Maior preceitua no art. 184, *caput*, a competência da União para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real resgatáveis no prazo de até vinte anos a partir do segundo ano de sua emissão e cuja utilização será definida em lei. Desse modo, de acordo com a Constituição, o imóvel suscetível de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária é aquele que não cumpre a sua função social. A União indenizará o proprietário dessa espécie de imóvel mediante títulos da dívida agrária. Por outro lado, a Carta Magna veda a desapropriação para fins de reforma agrária da pequena e média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra, e veda também a desapropriação das propriedades produtivas, conforme disposto no art. 185. Desse modo, a aquisição de propriedade produtiva de pequena ou média propriedade para fins de reforma agrária não poderá se dar por meio de desapropriação. Contudo, a Constituição não proíbe, em tese, a aquisição de imóveis rurais destinados a programas de reforma agrária por outros meios que não a desapropriação, ainda que tais imóveis sejam considerados produtivos. Nesse sentido, o § 4º, do art. 5º, da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001, diploma legal que foi juridicamente estabilizado pelo art. 2º, da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de novembro de 2001, prevê a aquisição de terra para a reforma agrária por meio de operação de compra e venda. A propósito, tal previsão já constava do art. 17, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, para permitir outras formas e meios de realização da reforma agrária. No entanto, o texto atual no referido § 4º, art. 5º, da Lei 8.629, de 1993, autoriza a realização de operação de compra e venda de imóveis para fim de reforma agrária com pagamento exclusivamente por meio de títulos da dívida agrária.

A presente proposição visa alterar a redação do dispositivo legal em tela para, conforme previsto acima, estabelecer que no caso de aquisição por compra e venda de imóveis rurais destinados à reforma agrária que não atenda as hipóteses de desapropria-

ção por interesse social, o pagamento da terra nua e das benfeitorias será realizado em dinheiro, no prazo de noventa dias, a contar da data da formalização da proposta de aquisição.

Conforme posto na justificação, há Estados da Federação em que são escassas as propriedades que preencham os requisitos constitucionais para desapropriação, apesar de existirem conflitos agrários, sendo que o INCRA não pode comprar terras pagando em dinheiro por força de óbices legais. Parece-nos razoável tal argumento. Entretanto, consideramos que é necessário determinar que a possibilidade de pagamento de tais aquisições em dinheiro esteja condicionada a que o imóvel se situe em região onde comprovadamente não haja propriedade passível de desapropriação por interesse social. Tal critério está em consonância com a justificativa apresentada pelo autor do Projeto, de que há escassez de terras passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária em alguns Estados.

Ademais, a nosso ver, entendemos que é importante manter a obrigatoriedade do pagamento das aquisições decorrente de acordo judicial por meio de TDA, de modo a diferenciar na compra e venda de áreas não suscetíveis à desapropriação. Por essas razões, para harmonizar a intenção contida na proposição com o sistema hoje em vigor, é que elaboramos o Substitutivo que se segue.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2007, e quanto ao mérito pela aprovação nos termos do Substitutivo apresentado. É esse o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Leomar Quintanilha. Em discussão a matéria. Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Raimundo Colombo pela iniciativa, que é importante e oportuna, e quero lembrar que eu fui autor de uma lei que foi aprovada e que passou a vigorar, se não me engano, a partir de 1997. Aqui no Senado aprovada, depois foi para a Câmara, lá também aprovada, que se chamou Banco da Terra, que tinha exatamente esse objetivo. O Senador Esperidião Amin, ele havia feito um Projeto parecido com esse do Senador Raimundo Colombo e eu, como Relator, ampliei o Projeto e nós acabamos por criar o Banco da Terra. Era Presidente, então, o Fernando Henrique Cardoso, e foi feita uma grande comemoração para lançar esse Projeto a partir desta lei que nós apresentamos aqui. Funcionou por dois, três anos, depois nunca mais se ouviu falar no chamado Banco da Terra. Mas, enquanto funcionou, foi muito bom. Por quê? Havia naquele momento proprietários de terra interessados em se desfazer das suas propriedades. Nós tivemos um período em que a agricultura atravessou momentos difíceis. Naqueles momentos havia um estoque de terras muito pequeno no que se refere à reforma agrária tradicional, convencional, que é a desapropriação por não cumprir a função social, e havia uma oferta de terras grande também, grande, ao contrário daquela outra, de proprietários que queriam se desfazer, vendendo, e o Governo, com esse Banco da Terra, acabava financiando, através de recursos repassados via Banco do Brasil, e comprando, e esses proprietários, que eram ali assentados, eles pagavam, eles pagavam aquela terra por quinze anos, com uma carência de três. Era quase como se fosse um financiamento de uma casa própria. Era a sua terra própria, quinze anos, três de carência, as safras eram suficientes para cobrir as parcelas. Era uma reforma agrária que eu considerava moderna e eu recebi muitas críticas, pesadas críticas, porque diziam que aquele Projeto mais beneficiava quem queria vender a terra do que quem seria assentado nela. Ora, é difícil para algumas pessoas imaginar a felicidade de uma família que, assentada num lote de terras, pode acordar todo dia de manhã e dizer: "Essa terra é minha, eu estou pagando com o fruto do meu trabalho". É uma reforma agrária, no meu entendimento, muito mais eficaz, porque naqueles lotes não houve uma desistência, não houve um abandono. Nós tínhamos, na época, um percentual de abandono de 37%, me lembro do índice exatamente como era, 37%, das famílias assentadas na reforma agrária convencional que deixavam seus lotes. Naquele modelo nenhuma família, porque estava pagando. Era a mesma coisa de alguém comprar uma casa popular, uma casa própria e abandonar a casa popular. Isso não vai existir, não é Senador Colombo?

Agora essa proposta do Senador Colombo é parecida, embora tenha as suas particularidades, e eu só tenho que aplaudir, porque é mais uma tentativa de, através de uma lei, a gente proporcionar o fortalecimento da agricultura familiar, uma melhor distribuição das áreas, mas por um método, por uma tese que nós já defendemos no passado que deu certo e que o Senador Colombo muda um pouco a sua aplicação. Eu tenho certeza que, se aprovada essa lei, Senador Colombo, V. Exª. estará dando uma grande contribuição para o avanço da agricultura familiar no país. Nós, que somos de um Estado onde a agricultura familiar é muito forte, sabemos da importância e do valor que tem a participação de mais famílias nesse modelo de agricultura que não pode acabar. Nós precisamos tomar atitudes, adotar medidas, porque no dia em que o modelo da pequena propriedade acabar no país,

nós teremos um caos social nas cidades e é para fortalecer a agricultura familiar que eu estou aqui aplaudindo o Projeto de V. Exª. e votando favoravelmente, com muito gosto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Realmente, Senador Osmar Dias, Santa Catarina foi muito beneficiada também nesse Projeto, todos eles estão assentados e estão trabalhando em suas propriedades. Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Srs. Senadores. Eu quero, Senador Colombo, autor do Projeto, primeiro eu quero concordar no mérito, porque é um mecanismo de você dar celeridade no acesso à terra, no processo da aquisição da terra, principalmente em alguns momentos o INCRA precisa dessa agilidade. Quem está falando aqui é um ex-servidor do INCRA. Embora na minha região a desapropriação, ela é muito pequena por conta do estoque de terra que tem na Amazônia, o INCRA, por exemplo, no Amazonas, ele passa dois anos, três anos sem desapropriar por conta do estoque de terras. Então eu trabalhei numa região com muita terra pública e não teve muito problema, mas em outras regiões existe dificuldade até para comprar a terra. Hoje eu conheço um pouco a realidade do Sul do país, da região Sul, a dificuldade para o INCRA adquirir uma terra e disponibilizar para a agricultura familiar, para a reforma agrária.

Agora por gostar desse tema e, no mérito, eu tenho um acordo, Presidente. A minha assessoria inclusive já teve um contato com o Senador Marconi Perillo no sentido de a gente compatibilizar, principalmente esse último... Eu vou pedir Vista, eu prometo a você, eu gostaria até de dizer para não se pedir Vista coletiva, para ser uma coisa rápida, mas na pág. 82, bem no final do Parecer do Senador Marconi Perillo, a gente poderia avançar, avançar na celeridade. Ele levanta uma possibilidade da não aquisição da terra se na localidade houver uma outra área para desapropriação por interesse social. Eu penso que não deveria ter isso para ser mais rápido ainda. Então eu gostaria de fazer esse apelo aqui para ver se a gente poderia avançar no texto, fazer uma Emenda aí e dar mais celeridade no projeto. Eu estou levantando isso aqui e fazer um apelo para a gente fazer uma coisa rápida, porque a minha assessoria levantou essa conversa com o Senador Marconi Perillo no sentido de a gente encontrar aqui um caminho que possa dar celeridade ao Projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Relator *ad-hoc*.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Naturalmente se é para aprimorar o processo, naturalmente com a anuência do eminente Senador Raimundo Colombo, eu como Relator *ad-hoc* posso acolher a Emenda de V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma solicitação a V. Exª. O Item 5, eu sou Relatora, e eu gostaria que fosse colocado, com a permissão aqui dos nossos companheiros, dos demais Senadores, que fosse colocado imediatamente para ser analisado, porque eu preciso, já estou sendo convocada para ir presidir a Comissão de Assuntos Sociais. É só por esse motivo. Nós estamos no Item 2, vamos para o Item 5.

Com relação ao Item 2, eu não vou falar em pedir Vistas, porque na realidade eu acho que o Senador João Pedro ajuda pedindo Vistas individual para ser mais ágil, mas é um Projeto de extrema importância, Senador Colombo. Eu quero parabenizá-lo porque tudo que vem para melhorar, para agilizar o processo de reforma agrária, é de fundamental importância, não somente no seu Estado, onde nós sabemos que a pequena propriedade tem demonstrado um trabalho hesitoso, mas, também, para os nossos Estados, o meu Estado, o Estado nordestino, onde a reforma agrária, através da agricultura familiar, está encontrando realmente as condições de fazer com que diminua o êxodo rural, haja condição de permanecer na terra com rentabilidade no desenvolvimento sustentável. Então eu quero desde já dizer que concordo com o seu Projeto e que o meu Voto será pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, Presidente, eu fiz toda uma fala para pedir Vista. Eu vou pedir Vista, eu pedi inclusive para não ser Vista coletiva para ser rápido. Eu concordo com o mérito, mas eu estou pedindo Vista e levantei um item que vai dar celeridade. Há uma observância do Relator na realidade proibindo, ele levanta uma questão que proíbe a desapropriação aonde houver uma outra área nas proximidades de interesse social, desapropriação por interesse social. Então eu estou pedindo Vista para ver se converso com o Senador Marconi Perillo, que é o Relator, para a gente ter um entendimento e fazer uma outra formulação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não houve acordo para fazermos esta Emenda hoje?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não, eu entendi que houve o acordo, eu entendi que houve o acordo. O Senador Raimundo Colombo admite e eu, como Relator *ad-hoc*, acolho a Emenda proposta pelo Senador João Pedro. Então não precisaria pedir Vista, eu acho que nós já poderíamos votar, eu acho que nós já poderíamos, acolhendo a sua Emenda, há concordância geral, ninguém criou nenhuma objeção, o próprio autor do Projeto concordou, eu acho que nós poderíamos votar.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador João Pedro?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu acho que a sua colocação, ela aprimora o Projeto, realmente ela dá agilidade, que é o que o Projeto quer. Então eu acho que nós já poderíamos aprovar porque senão nós não vamos ter o tempo hábil, nós já estamos no final do exercício. Acolhendo a sua Emenda, nós poderíamos votar já e aprovar o Projeto.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Esse texto do Marconi Perillo, a gente precisa transformar isso num artigo, ficar no texto essa justificativa, está certo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas o Senador Quintanilha aceitando a sua Emenda, ele coloca como um artigo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós temos que fazer um artigo aqui.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Isso, eu acho que aí fica um acordo amplo, de todos nós.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Você não pode formular esse artigo?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu posso, eu faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a concordância deste artigo solicitado pelo Senador João Pedro podemos votar?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim, claro, eu acho que não há obstáculo, desde que o Relator acolha, com a anuência do autor do Projeto, a proposta adicional do Senador João Pedro. Eu creio que não há obstáculo, podemos votar. Ele fica com o tempo necessário só para dar a redação adequada à propositura que ele está apresentando. Ele só fica com o tempo necessário para dar a redação adequada à propositura que ele formulou aqui no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então eu solicito que mande essa redação à Mesa para que nós possamos incluir no texto, eu gostaria que o João Pedro fizesse isso.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu acho que pode votar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Então, encerrando a discussão, nós colocamos em votação e, por ser Terminativo, faremos a chamado dos Srs. Senadores. Senador Expedito Júnior, como vota?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador João Pedro?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Voto conhecido, é o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Cícero Lucena? Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador José Nery?

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Valdir Raupp? Não está mais. Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o voto também sim do Presidente está aprovado o Projeto de Lei, aprovado o Substitutivo fica prejudicado o Projeto nos termos do art. 300, inciso XVI, de acordo com o art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal, sendo aprovado o Substitutivo integral, com a Emenda, a matéria será submetida a Turno Suplementar.

Na inversão da pauta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Item 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós passamos para o Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2003, de autoria da Sena-

dora Serys Slhessarenko, que "Altera o art. 9º, da Lei 8.019, de 11 de abril de 1990, e do art. 2º, da Lei 8.352, de 28 de fevereiro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2005, Item 5, de autoria do Senador Osmar Dias. Em Reunião realizada em 27 de agosto do corrente, a Relatora *ad-hoc*, Senadora Rosalba Ciarlini, fez a leitura do relatório, ocasião em que a matéria foi retirada de pauta. A Relatora *ad-hoc* concluiu pelo arquivamento dos Projetos de Lei do Senado nº 320, de 2003, e nº 6, de 2005, que tramitam em conjunto, e pela apreciação do novo Projeto de Lei Complementar. Com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, Srs. Senadores. O PLS nº 320, de 2003, tem por objetivo autorizar o acesso aos bancos cooperativos--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senadora, o Projeto já foi lido, é só para discussão. A senhora quer continuar discutindo ou não?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Voto já foi colocado?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não, ainda não. Com a palavra o Senador Osmar Dias para discussão.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu quero só lembrar o seguinte: houve na primeira apresentação do relatório pela Senadora Rosalba um protesto da minha parte porque o Substitutivo, na verdade, tem o mesmo conteúdo das propostas, tanto a minha proposta quanto da Senadora Serys. O argumento que a consultoria Senado deu, apresentou, é que essa matéria tem que ser regulada por Lei Complementar e que não mudaria nada, mas muda tudo. O que acontece é que a Lei Complementar precisa de quorum qualificado para ser aprovada no Plenário do Senado ou na Câmara. Por ser Lei Complementar, o número de votos é muito superior àquilo que se exige para a votação de uma Lei Ordinária.

E eu, para que a matéria seja votada, Presidente, eu não vou mais discutir, só que eu quero colocar uma coisa bem clara aqui: eu continuo discordando da consultoria do Senado que, evidentemente, orientou a Senadora Rosalba neste tema aqui, porque as leis que nós estamos propondo mudar são Leis Ordinárias. Por que é que nós precisamos de uma Lei Complementar para alterar duas Leis Ordinárias? Eu estou falando da Lei 8.019, de 1990, e da Lei 8.352, de 1991, duas Leis Ordinárias. Agora a consultoria do Senado entendeu que precisava ser apresentada uma Lei Complementar, que é o que está sendo feito pela Senadora Rosalba, para alterar duas Leis Ordinárias. Evidentemente que eu não sou especializado tão quanto os consultores nesse tema, mas eu, humildemente, quero declarar que discordo totalmente desta tese que foi levantada pela Consultoria Senado, acatada pela Senadora Rosalba, embora eu concorde que seja votado, porque nós já perdemos muito tempo e esse Projeto de Lei é muito importante nesse momento em que falta crédito para a agricultura, falta crédito para a economia brasileira e, principalmente, porque nós vamos criar agora, por lei também, o Programa do Microempreendedor, e acho que as cooperativas terão uma participação efetiva com a utilização dos recursos do FAT para financiar esses microempreendedores, bem como financiar a agricultura familiar com esses recursos do FAT. O que acontece é que os bancos estão utilizando recursos do FAT para atender um público que é selecionado. O banco não vai onde chega a cooperativa de crédito. A cooperativa de crédito, V. Exª. conhece bem, vai onde não existe uma agência bancária, e é preciso dar oportunidade para que as cooperativas de crédito operem tanto quanto os bancos com esses recursos do FAT nas mesmas condições. Por quê? Se não haverá sempre uma desvantagem para os bancos de crédito, as cooperativas de crédito que atuam nesse segmento financiando os agricultores familiares, porque eles vão estar emprestando dinheiro mais caro para colocar à disposição dos agricultores familiares. Não há como concorrer com os bancos. Então nós estamos aqui, na verdade, é democratizando o crédito com os recursos do FAT.

Desta forma, Presidente, embora discordando que há necessidade de transformar em Lei Complementar o Projeto de Lei que nós apresentamos como Projeto de Lei Ordinária, eu vou concordar para que se vote, porque senão nós vamos ficar com esse Projeto aqui enroscado por muito tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu quero, inclusive, aqui agradecer a compreensão do Senador Osmar Dias que, nesse momento, entendemos todos que é de fundamental importância criar condições para que os que trabalham no campo, os que participam das cooperativas rurais, das cooperativas de agronegócio, possam ter acesso a crédito. Na realidade eu acho que o tempo realmente, para agilizar o tempo, o Senador está sendo de um desprendimento muito grande, a quem eu quero agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Não havendo

mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. O Projeto será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, em discussão Terminativa.

O Item 3 da pauta, retornamos. É o Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "Altera o § 1º, do art. 12, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o § 1º, do art. 11, da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, acrescentando-lhes o § 6º, para permitir a contratação eventual de empregados, pelos segurados especiais, e dá outras providências". Em Reunião datada de 11 de novembro do corrente foi realizada a leitura do relatório e concedida vista ao Senador Flexa Ribeiro, que não se manifestou. Colocamos em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem. É que aqui o relatório é pela rejeição. Nós estamos aprovando o relatório, não o Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O relatório, o Parecer do Relator.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Tá, então--

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Foi rejeitado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Rejeitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A matéria foi rejeitada.

Último item da pauta, Item 6, Projeto do lei do Senado nº 81, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "Dispõe sobre a comercialização e o uso de hotel de origem vegetal como combustível para tratores, colheitadeiras, veículos, geradores de energia, motores, máquinas e equipamentos automotores utilizados na extração, produção, beneficiamento e transformação de produtos agropecuários, bem como no transporte rodoviário, ferroviário ou hidroviário de insumos e produtos agropecuários em geral, e dá outras providências". Sobre a mesa há requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner de Audiência Pública para instruir o projeto. Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O pedido de Audiência Pública deve-se ao fato da matéria ser importante, o debate, e a uniformidade de informações, já que no Brasil o óleo vegetal puro, 100%, em motores, ainda é produto de utilização informal de pequenas indústrias de estação de óleo vegetal que utilizam em motores ainda não preparados suficientemente para absorver o óleo 100%. E como se trata também de liberar a comercialização do mesmo junto às Usinas que fabricam esse óleo vegetal, nós encaminhamos então esse pedido de Audiência Pública, aonde está sendo convidada a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que precisava se manifestar sobre a viabilidade do Projeto, a Comissão Executiva Interministerial do Programa Nacional de Produção de Óleo e Uso do Biodiesel da Casa Civil, o Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente, a Anfavea, a Dra. Marisa Fernandes Mendes, professora do Departamento de Engenharia Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Dr. Thomas Fendel, Engenheiro Mecânico de Rio Negro, no Paraná, autor de pesquisas sobre o uso de óleo vegetal em motores diesel.

Então essa é a nossa solicitação, Sr. Presidente, essa é a nossa solicitação para que se faça então uma Audiência Pública e se consiga debater esse termo do uso e comercialização de óleos vegetais no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em votação o requerimento. As Srs. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Será realizada Audiência Pública em data a ser estabelecida.

Segunda parte da nossa Reunião. "Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 18, de 2008 –CRA, de autoria do Senador Neuto de Conto, aprovado em 29 de outubro de 2008, com adendo aprovado em 12/11/2008, com a finalidade de analisar e discutir sobre a cadeia produtiva da agricultura orgânica no Brasil, com a presença dos seguintes convidados", e convidamos para a Mesa o Sr. Rogério Dias, Diretor do Departamento de Agroecologia do Ministério da Agricultura (MAPA); convidamos o Sr. Joe Carlo Viana Valle, Produtor Orgânico do Distrito Federal; convidamos a Sra. Maria Beatriz Martins Costa, representante da ONG Planeta Orgânico; convidamos o Sr. José Alexandre Ribeiro, representante da ONG BrasilBio; convidamos o Sr. Fábio Ramos, Diretor da Agrossuisse; o Sr. Fernando Augusto de Souza, coordenador do Centro de Pesquisas Mokiti Okada; convidamos o Sr. Renato Linhares de Assis, pesquisador da EMBRAPA.

Eu queria neste momento, antes de darmos início à ouvida das palestras de todos os convidados, até só fizemos agora porque os dados finais estão chegando neste momento, Santa Catarina vive um momento muito delicado, triste, onde já contamos com oitenta e quatro mortos, trinta desaparecidas, cinqüenta e seis mil pessoas desabrigadas, um milhão e meio de pessoas afetadas e oito Municípios ainda com em torno de cem mil pessoas isoladas. Foram dias muito difíceis, continuam sendo, foram sessenta dias de chu-

vas ininterruptas, que provocaram queda de barreira em todas as nossas rodovias. Nós temos dezessete trechos rodoviários federais interditados, alguns com quinze dias para ser retirado o material ali exposto, como é o caminho para o Paraná e para o Rio Grande do Sul, através da BR-101, e por estar nesse momento tão delicado, por todas as vítimas que perdemos, sem contar, ainda, que os nossos portos foram destruídos, somos o primeiro produtor de carnes de aves e de suínos, estão sendo exportadas pelos nossos portos que foram destruídos, a cadeia de produção passa, as indústrias estão estocadas, os nossos produtores estão também com os produtos nas propriedades rurais. Portanto, é uma cadeia regressiva, que vai nos trazer muitas dificuldades. Considerando, ainda, que foram destruídas todas as nossas lavouras de arroz, foram destruídas todas as lavouras de hortigranjeiros e hortifrutigranjeiros, nós vivemos praticamente, neste momento, um estado de calamidade pública. Por todas essas razões e principalmente pelas vítimas, pelas famílias das vítimas e por aqueles ainda que estão desaparecidos, certamente embaixo das barreiras que caíram nos asfaltos, eu peço, antes de iniciarmos essa segunda Sessão, um minuto de silêncio em defesa, em solidariedade às perdas que o nosso Estado teve.

[A seguir, passa-se a fazer um minuto de silêncio em homenagem às vítimas do Estado de Santa Catarina]

A segunda parte é mais alegre. É produção, é saúde, é alimentação orgânica, é um momento de agradecer, um momento de elevar as pessoas que trabalham nessa atividade fantástica.

Eu conheci na Itália, na região de Módena, onde os produtos para alimentar os animais, eles pagam 30% a mais tanto do milho como da soja que sejam orgânicos, para que, dando aos animais, terão um melhor leite, uma melhor carne orgânica.

Nós estávamos falando no início, no café, com algumas das pessoas que aqui se encontram, dizendo que se nós tivéssemos oportunidades de colocar em todos os cafés dos hotéis do Brasil uma mesa orgânica para o café da manhã, certamente nós faríamos a primeira grande revolução para o consumo e para a demonstração para o Brasil e ao mundo, porque vem ao Brasil em torno de quinze a vinte mil pessoas/dia, que passam a residir ou a morar ou a habitar os hotéis, e que poderemos ter um caminho fantástico para o produto orgânico.

Por isso, primeiramente, eu quero cumprimentar, aplaudir e parabenizar todos aqueles que se dedicam a produzir este produto, àqueles que conduzem a mensagem para produzir produtos orgânicos e àqueles que trabalham na sua produção os nossos cumprimentos. Eu queria aqui dar um agradecimento todo especial ao Sindicato dos Produtores Orgânicos do Distrito Federal, ao SEBRAE do Distrito Federal, à [ininteligível], aos produtores, em particular à Sra. Clevane, da Fazenda Malunga, Marco Antônio, da Fazenda Flor do Mel, do Diviro(F), Fazenda Guarujá, Leda Gama, Sr. Moacir, Café Superior. Agradecer a todos que nos dão a oportunidade da presença e vamos dar o tempo necessário, são muitas pessoas que vão se manifestar, que cada um respeitasse um tempo de cinco a dez minutos, eu acho que é o suficiente, para que nós pudéssemos demonstrar ao Brasil que estamos sendo tendo essa Audiência Pública, que é televisionada, será reprisada durante a noite, para que o Brasil conheça essa atividade fantástica que está crescendo todos os dias na nossa economia.

Nós vamos ouvir então, em primeiro lugar, o Sr. Rogério Dias, Diretor do Departamento de Agroecologia do Ministério da Agricultura (MAPA).

SR. ROGÉRIO DIAS: Bom dia a todos. Agradeço ao Senador Neuto de Conto pelo convite para essa Audiência Pública e aos demais Senadores da Comissão de agricultura. É muito bom a gente poder estar aqui, mais uma vez, principalmente para que a gente possa falar sobre um tema tão importante e tão interessante como a questão da agricultura orgânica. Como nós temos aqui representantes na mesa de vários segmentos, eu vou focar a nossa apresentação nas medidas que vêm sendo tomadas pelo Ministério da Agricultura para que a gente possa ajudar a promover o desenvolvimento da agricultura orgânica brasileira. Por favor, pode passar.

Quando o Governo brasileiro começou a se envolver, em 1994, com a questão da agricultura orgânica, nós começamos a trabalhar a discussão de um marco regulatório, nós deixamos bem claro que seria importante que o Governo não atuasse somente no papel de criar regras e fazer a fiscalização, se estavam ou não cumprindo, mas que era importante que o Governo tivesse uma ação de promoção, de fomento para que realmente a agricultura orgânica brasileira pudesse se desenvolver. Então para isso o Ministério precisou passar por algumas ações, que nós chamamos de Ações Estruturantes. Uma delas seria de estabelecer os instrumentos legais, nós começamos por aprovar no Congresso uma Lei, em 2003, depois um Decreto, que saiu em dezembro do ano passado, e agora estamos completando com cinco Instruções Normativas que detalham cada uma das áreas que envolvem a produção orgânica. Além disso, nós trabalhamos para incluir dentro dos Planos Plurianuais as ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura orgânica

para que nós pudéssemos ter recursos financeiros para essas ações, a criação dentro de um mapa de uma área específica para isso, então foi a criação da Coordenação de Agroecologia, com o papel de tanto trabalhar a questões das ações de fiscalização como as ações de fomento, a destinação e qualificação de pessoal para atuar nessa área, esse é um outro desafio enorme, nós trabalhamos uma ação transversal, porque a agricultura orgânica passa por todas as áreas, por todas as cadeias, então nós precisávamos treinar técnicos em Brasília, mas no Brasil todo, em todas as superintendências para atuar na área de orgânico e, para isso, precisamos de técnicos qualificados e aí a gente esbarra numa situação que infelizmente ainda temos, de que as escolas, sejam elas de nível médio ou nível superior, a maior parte dos cursos ainda forma os profissionais sem uma visão de agricultura orgânica, de agroecologia, isso é um trabalho que a gente vem fazendo agora em articulação com o MEC e outros Ministérios para que a gente possa mudar essa realidade, então hoje ainda são muito poucos os profissionais que saem da universidade com conhecimento para trabalhar nessa área, então para itens isso é preciso fazer um esforço de qualificação posterior. E um outro ponto extremamente estratégico, que é a criação e fortalecimento de fóruns articulando o Governo e sociedade civil. O nosso entendimento é que o desenvolvimento de uma área tão complexa e tão importante e estratégica não poderia se dar sem uma grande articulação da parte governamental com a parte da sociedade civil. Então para isso foi criada uma Câmara Setorial, foram criadas comissões na produção orgânica em todos os Estados, em que todos esses fóruns têm essa característica, eles são paritários, Governo e sociedade. Por favor.

Dentro do PPA 2008 nós temos hoje, nesse PPA de 2008 a 2011, duas ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura orgânica. Uma, a aplicação de mecanismos de garantia da qualidade, é uma ação voltada à implementação das normas, à garantia da qualidade do produto orgânico, porque uma coisa que para nós é extremamente estratégico, é que o produto orgânico, ele é associado pela sociedade ao aspecto de qualidade. Então nós não podemos de maneira nenhuma deixar que se suja essa imagem, que pessoas que queiram se aproveitar desse espaço que a agricultura orgânica conquistou, e pessoas inescrupulosas possam fazer o mal uso desse nome, dessa terminologia, e com isso jogar por terra o trabalho aí de milhares de pessoas que vêm se esforçando para o desenvolvimento dessa atividade. E a outra ação, que é a de desenvolvimento da agricultura orgânica, essa sim é uma ação destinada à área de fomento. Pode passar, por favor.

Então na área de mecanismos de garantia nós temos a legislação brasileira, ela inova em relação ao resto do mundo quando nós colocamos uma situação que é a possibilidade da venda direta, sem certificação, pelos agricultores familiares, numa forma de estimular o pequeno agricultor a entrar nesse processo de produção sem que ele tenha ainda aqueles custos maiores de um processo de certificação. Só que para isso, para que esse produto tenha qualidade, é exigido desses agricultores que eles participem de uma organização de controle social e que essa organização se cadastre junto aos órgãos fiscalizadores para que com isso nós possamos ter rastreabilidade dos produtos. Fora da venda direta, todos os demais produtores, eles então fazem parte do chamado Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, que também no caso do Brasil, por uma inovação, nós temos o mecanismo de certificação, uma certificação de terceira parte por auditoria, como já é internacional reconhecido, mas nós também criamos a possibilidade dos Sistemas Participativos de Garantia, que é um processo que já é usado no Brasil, principalmente na região Sul, que é a região do Senador, nós já temos o caso da Rede Ecovida, que tem mais de duas mil e oitocentas famílias no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que trabalham numa grande rede e que fazem essa verificação da qualidade num processo participativo. Então o Brasil reconhece isso e tanto a certificação participativa quanto a certificação por auditoria, nós vamos ter um selo único, um selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, como uma forma de facilitar ao consumidor o reconhecimento dos produtos orgânicos no mercado. Por favor.

Já na área de desenvolvimento da agricultura orgânica, de fomento, nós elencamos quatro ações como ações estratégicas para que a agricultura orgânica brasileira posso avançar. Uma delas é na questão da educação em agroecologia e sistemas orgânicos de produção. Nós não acreditamos que vá haver uma mudança de comportamento e a gente verifica, cada vez mais, sejam aspectos de mudanças climáticas, sejam os aspectos do problema de esgotamento de recursos naturais, que nós temos que ter uma alternativa ao desenvolvimento agropecuário, não só brasileiro, mas no mundo inteiro, e nós não vamos ter uma mudança nessa realidade sem um processo de educação. E quando a fala em processo de educação, nós não estamos falando só da educação de técnicos, formação de técnicos. Nós precisamos dos técnicos para dar assistência. Hoje muitos produtores não conseguem ingressar no processo de produção

orgânica por falta de assistência técnica adequada. O que aconteceu no Brasil foi que se montou uma estrutura de assistência técnica pública, na época da Revolução Verde, para se implementar um modelo de agricultura, e depois que esse modelo estava implementado se retirou a assistência técnica gratuita. Então hoje a maior parte da assistência técnica que é dada no campo é pelas empresas de insumos. Então essas empresas, elas levam os pacotes que estão voltados aos seus interesses. Então falta no campo, hoje, técnicos preparados para levar uma assistência técnica pautada no desenvolvimento da agroecologia. Então essa questão da educação é fundamental para técnicos, mas ela também é fundamental e estratégica para a sociedade em geral, porque nós não vamos mudar a realidade se nós não mudarmos a visão que os consumidores têm. É preciso cada vez mais termos consumidores conscientes. Quando o Senador cita o caso da Itália, mas na Europa, no Japão, nos Estados Unidos, nós temos hoje uma quantidade de consumidores muito mais esclarecidos, muito mais informados da importância desse modelo de agricultura e isso faz, então, o grande estímulo para que os produtores se mudem para esse processo de produção.

O caso do fomento ao uso de produtos e processos apropriados é a outra questão. Como eu falei que a assistência técnica hoje, ela está muito vinculada a um pacote baseado nos insumos modernos, nós temos uma dificuldade de levar informações como, por exemplo, adubos verdes [soa a campainha], o uso de produtos alternativos para controle de pragas, controle de doenças, então essa ação, ela visa exatamente isso, trabalhar o incentivo à adoção dessas novas práticas. Pode passar, por favor.

A outra questão é a promoção da agricultura orgânica e do consumo responsável. Nós já vínhamos há quatro anos tendo como marco dessa campanha a Semana do Alimento Orgânico, que acontece todo ano nacionalmente. Agora ficamos com uma data fixada que vai ser sempre a última semana de maio, então todos aqui já podem se preparar para a última semana de maio do ano que vem, em que o grande objetivo dessa campanha é mobilizar os consumidores, é esclarecer os consumidores sobre a importância do consumo de produtos orgânicos, isso atrelado à questão do consumo responsável.

E, por último, a quarta ação, é a organização da rede de produção orgânica, porque nós temos muitos atores participando, mas como ainda temos uma quantidade relativamente pequena de produtores, extremamente espalhados, nós temos problemas de logística sério, problemas de organização desses produtores para o mercado, porque o que nós queremos, com isso, é poder universalizar o consumo de produtos orgânicos, que se tire aquela imagem de que produtos orgânicos são produtos que têm que ser mais caro e para uma elite, e para a gente quebrar isso, só vamos fazer se houver toda uma articulação de toda essa grande rede de produção orgânica. Por favor.

Então era isso, muito obrigado, estamos aqui à disposição [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Ouviremos o segundo, o Sr. Joe Carlo Viana Valle, produtor orgânico do Distrito Federal.

SR. JOE CARLO VIANA VALLE: Bom dia a todos, ainda é bom dia. Senador, obrigado, eu gostaria de agradecer realmente a sensibilidade do Senador por trabalhar esse assunto, um assunto tão atual aqui no nosso país, e à sua assessoria que realmente fez o contato com pessoas extremamente importantes para o segmento no país.

Eu vou falar um pouco sobre a questão da produção, porque mesmo no Século XXI nós ainda temos no nosso país um grupo de pessoas, pessoas importantes, que acreditam que a agricultura orgânica é apenas um nicho, é apenas um pequeno espaço para desenvolvimento de pequenas produções e aí a gente cai num círculo vicioso que não leva ao desenvolvimento. E nós estamos num momento muito interessante, de uma crise na agricultura estrutural. Nós estamos com uma crise de insumos, na referência da agricultura, onde os produtores produzem muito e quebram. Produzem muito, vendem muito e quebram. É um negócio meio complicado no nosso país. E aqui tem uma solução. Como produtor, tem um caminho alternativo e um caminho interessante. O próximo, por favor.

Eu vou falar de um caso específico de produção, é aqui em Brasília, a setenta quilômetros, está há vinte anos sob o manejo orgânico, são cento e trinta hectares aproximadamente, com foco na parte de hortaliças, mas, também, na parte de pecuária de leite. O próximo, por favor.

Aqui é uma vista aérea do mosaico montado com toda a parte tecnológica de produção orgânica instalada, seja através de corredores, de ambiente diferenciado, seja através de rotação de culturas e de uso de tecnologia, porque a tecnologia dita moderna, na realidade, para a gente, na verdade é uma tecnologia adaptada, é uma tecnologia social que está à disposição de todos os produtores e é brasileira. O próximo, por favor.

Então você consegue montar a produção em qualquer tamanho, seja de 1 m² a 100 mil hectares, num sistema diferenciado, com *design* diferenciado,

com produtividade e com alimentos de boa qualidade sendo produzidos mais junto da natureza. O próximo.

Então eu vou só mostrar algumas técnicas. Na foto anterior vocês viram os corredores, os corredores são esse tipo de trabalho, onde a gente tenta trazer a natureza e a produção o mais próximo da natureza possível. O próximo.

Trabalhamos com plantas e tecnologias que já existem, estão nas prateleiras das nossas empresas de pesquisas. O próximo.

Em vários níveis, fazendo composição de ambiente. Eu queria só ressaltar que isso daí, ele é feito em qualquer tamanho, em qualquer tamanho. Não existe limite para esse tamanho. O próximo.

Você usa como insumo a própria natureza. Logicamente você desenvolver isso depende de pesquisa, mas já existe muita pesquisa, tanto é que nós estamos fazendo isso num processo super interessante. Para vocês terem idéia hoje, nessa fazenda são cento e setenta pessoas trabalhando num modelo de gestão participativa. O próximo.

Usando os elementos e a tecnologia e os equipamentos que existem hoje. Eu quero colocar aqui que a gente não tem ainda equipamento suficiente desenvolvido específico para esse tipo de trabalho. Então se eu tenho trinta anos de pesquisa em cima de equipamentos para um modelo de agricultura, eu preciso também ter pesquisa para equipamentos nesse outro modelo. O próximo.

Mas você consegue já trabalhar plenamente com a questão da adubação verde, que acreditamos, e temos tecnologia tropical, o Brasil tem tecnologia e nós, produtores orgânicos, temos tecnologia para substituir muito do insumo que é utilizado de forma química e externa à propriedade. E a gente faz isso com bastante sucesso há mais de quinze anos lá na fazenda. O próximo.

Os bioinsumos, e aí eu quero ressaltar a questão da necessidade e a importância de registro dos insumos, nós não temos uma legislação de insumos para a agricultura orgânica, e ao mesmo tempo que dependemos dele para poder trabalhar de uma forma mais rápida, nós também ficamos a mercê daquelas empresas que não têm registro, portanto, não tem controle, nem têm fiscalização, e podemos estar sendo enganados por pessoas que não têm escrúpulos. O próximo.

Nós já temos tecnologia, isso aí é produzido em larga escala, pode ser produzido em larga escala. Esse nosso trabalho lá tem em torno de 40 hectares de hortaliças, mas eu acabo de voltar de uma visita técnica fora, de fazendas de 300, de 500 hectares de hortaliças orgânicas. Eu não estou falando de cana orgânica, que o Brasil hoje tem fazendas de 30 mil, 40quarenta mil hectares com isso. Eu estou falando de um grande espaço para a produção e uma alternativa concreta. O próximo.

Materiais dando dependência ao produtor, quer dizer, a gente tem toda essa questão já quantificada, qualificada e precisamos um pouquinho mais de ajuste nessas formulações dos nossos adubos orgânicos já sendo feito em todas as escalas. Pode ser manual, pode já ter um outro nível e grandes empresas produzindo também esse negócio. Então a cadeia produtiva pode ser toda ajustada. No nosso caso, nós trabalhamos com volumes um pouco maiores nesse nível, mas adequados para a produção. O próximo, por favor.

Toda a linha de biofertilizantes, de caldas fertiprotetoras. O próximo.

A produção de mudas. O que eu quero colocar é que a agricultura orgânica é uma agricultura tecnológica, é uma agricultura de última geração, é uma agricultura que precisa trabalhar com tecnologia. Isso é uma grande realidade e a gente não pode inverter esse processo. Só é engraçado que antes, quando nós éramos muito pequenos e éramos visitados, nós recebemos muitas visitas anualmente, as pessoas viam o processo e falavam: "Bom, isso aqui funciona porque é pequeno". Hoje as pessoas vão lá e falam assim: "não, isso aqui funciona porque é grande". O que é que mudou nisso? O próximo, por favor.

Então todo o processo em pequena, média e grande escala, sendo possível, com elementos de gestão sendo colocados nisso daí. O próximo.

E aí você tem produtividade, você tem plantas de boa qualidade e você tem mercado, então você faz um círculo virtuoso, saí do círculo vicioso da agricultura convencional, onde o Governo sempre tem que estar provendo alguma coisa, a gente muda a referência, ao invés do Governo, a cadeia que hoje ataca, vamos dizer assim, o processo produtivo. Na mão de quem que está isso? Se você perceber, está na mão de cinco empresas no mundo, está certo? Então o foco sai do processo de crédito para que eu faça um modelo de agricultura que não me mantém vivo, para o foco em desenvolvimento de tecnologias limpas e uma agricultura que me traz qualidade de vida para todo o meu processo, do trabalhador ou do produtor que está lá no campo produzindo ao consumidor que está aqui na cidade trabalhando. Então é um círculo virtuoso na cadeia produtiva. Logicamente você tem todo um processo de desenvolvimento. O próximo, por favor.

A questão do controle biológico, muito trabalhado, e aqui eu tenho um produtor, aliás, é o seu produto, Ary, esse daí é o seu produto sendo utilizado lá e você

está vendo que está funcionando, o processo funciona de verdade. O próximo.

A natureza fazendo o seu papel, trabalhando. O próximo.

A questão das embalagens. Nós temos aqui representantes de uma cadeia de embalagens de bioembalagens, que é um dos problemas que nós temos ainda no processo. O mercado exige todo um processo de trabalho onde eu tenho que uso usar o isopor, tenho que usar o plástico, mas a indústria já está entrando no processo, nós temos já embalagens com a base de fécula de mandioca sendo distribuída e desenvolvida. O próximo.

Então nós estamos na cadeia e no mercado como qualquer produto. O próximo.

Aqui nós temos algumas experiências dos orgânicos nas grandes redes, no grande varejo, realmente sendo a vedete do grande varejo, principalmente na parte de FLV, e os supermercados brasileiros entrando pesadamente nesse processo. O próximo.

Aí no caso já prateleiras de produtos orgânicos na Europa, a gente tem visto isso, o desenvolvimento desses produtos. O próximo.

Vocês vejam aí uma grande empresa de produtos para crianças, para bebês. Isso daí é uma coisa que tem espaço, grande espaço ainda no nosso país, ainda não desenvolvido, e ela lá na Alemanha funciona assim. No caso aqui a Bia vai falar sobre a BioFach, que é uma grande feira que acontece nos principais continentes, nesse caso aí foi uma visita a um supermercado orgânico específico que nós trabalhamos, que acontece em todos os lugares. O Pão de Açúcar tem uma iniciativa agora no Brasil, em São Paulo, de uma loja verde, com toda uma tecnologia, super interessante. O próximo.

Aqui um supermercado em Brasília. É interessante que Brasília, ela realmente se destaca. Quando entrou no processo de supermercados aqui, hoje nós temos o supermercado que mais vende orgânico no país. Então vejam que de pouco tempo para cá Brasília hoje se destaca e tem uma das lojas, das redes aqui, é o supermercado que mais vende orgânicos no país. Isso tudo para vocês verem que se você coloca à disposição produtos de qualidade e em variedade, quantidade e com regularidade, realmente esse mercado acontece. O próximo.

Esse aqui, eu estou falando de um supermercado no final da Asa Norte, o Extra Norte, que é um supermercado que está aí hoje despontando na rede no país. O próximo.

Bom, então eu queria só colocar, Senador, o senhor como uma pessoa extremamente importante para a gente, Presidente da Comissão de Agricultura, que nós precisamos muito dessa questão da ajuda do Legislativo para a regulamentação dos insumos. É fundamental e, principalmente, para a cadeia produtiva dos pequenos empresários que estão investindo nessa rede. É uma luta de muito tempo e para nós, produtores, é extremamente importante que a gente tenha esse insumo, que a gente tenha à disposição esse insumo. E para os produtores em geral, que ainda não são orgânicos, mas que são convencionais, eles precisam ter à disposição para avaliar o acesso disso daí [soa a campainha].

A outra coisa é a questão do ensino e da formação. Existe uma ação para a criação das escolas de referência em agroecologia, escolas técnicas federais. Existe uma ação que acaba de acontecer dos centros vocacionais tecnológicos junto com os CEFETs, com as escolas federais nesse tema, mas é fundamental que o Legislativo assuma isso na questão da educação, a educação é fundamental. Quando nós vamos buscar os nossos trabalhadores, os nossos técnicos, nós não temos gente qualificada no mercado como acontece em várias coisas, mas quando o Ministério da Agricultura precisa de alguém que vá trabalhar na regulamentação, precisa ter técnicos para que isso dê repercussão e continue trabalhando.

A pesquisa, logicamente, é fundamental, mas a EMBRAPA já tem uma boa parte, a Fundação Mokiti Okada desenvolve pesquisa no nosso país também nessa área.

E, finalmente, a questão das embalagens. Essa é uma questão séria, isso é uma discussão no mundo inteiro e a gente vive no dia-a-dia da propriedade.

Então eu gostaria de ir encerrando por aqui, agradecer, eu acho que eu perdi por quatro segundos o tempo. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Dr. Joe. Ouviremos a Sra. Maria Beatriz Martins Costa, representante da ONG Planeta Orgânico.

SRA. MARIA BEATRIZ MARTINS COSTA: Muito obrigada. Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui, agradecer particularmente ao Senador por ter tido a sensibilidade de trazer esse tema aqui para essa Casa. Eu não quero começar a minha contagem regressiva enquanto não entrar, porque cada segundo aqui é precioso, então eu estou tomando o maior cuidado de começar exatamente na... Eu não posso perder um segundo aqui.

Bom, eu vou falar um pouco sobre um panorama de como anda o setor orgânico no mundo e as oportunidades que o Brasil tem. O próximo, por favor.

Bom, os especialistas do setor orgânico estimam que em 2010 o setor orgânico movimente 60 bilhões

de dólares e os principais países que estão liderando esse mercado do mundo são Alemanha e Estados Unidos. O próximo, por favor.

Vocês estão vendo aí nesse slide que a Alemanha está disparada na frente e isso não é por acaso, que a Alemanha é o maior mercado. O próximo, por favor.

No ano de 2001 o Ministério da Agricultura da Alemanha fez uma campanha de esclarecimento ao consumidor do que é um produto orgânico e isso fez toda a diferença e essa é a grande razão, porque ainda há muita confusão no Brasil do que é orgânico, do que é natural, do que é hidropônico, e essa campanha foi um exemplo que a gente deve seguir, que o Rogério mencionou, por isso que é tão importante você levar informação para o consumidor. Por isso que a Alemanha se destaca e é junto com os Estados Unidos o líder no mercado orgânico no mundo. O próximo, por favor.

Na Alemanha têm mais de trezentos supermercados de produtos orgânicos. Não são supermercados que têm uma gôndola de produto orgânico ou um espaço, o supermercado inteiro é de produtos orgânicos e isso é conseqüência dessa campanha que provocou uma demanda e uma conscientização muito grande do consumidor. O próximo, por favor.

E nos Estados Unidos também o que eles consideravam um nicho, hoje é um grande mercado. O próximo, por favor.

E aqui nesse slide, que é um slide interessante, vocês vêem grandes marcas como Coca-Cola, Dou(F), Danone, Heinz(F), Kellogg's, Kraft, que são marcas que estão entrando, garantindo um espaço dentro do setor orgânico e não é porque de repente ficaram antenadas. É uma questão do consumidor que está pressionando e elas estão sentindo que tem que ocupar um terreno com essa preocupação, tem que conquistar esse consumidor. O próximo, por favor.

Essa é uma projeção do crescimento sustentado do mercado orgânico dos Estados Unidos e o Brasil tem várias oportunidades, como vocês vão ver aí, de ocupar espaços nesse mercado. E uma das razões do crescimento nos Estados Unidos é a questão da alimentação de má qualidade, sobretudo para as crianças e a questão da obesidade e diabetes que está crescendo fortemente nos Estados Unidos. O próximo, por favor.

Não é por acaso, também, que na Alemanha tem a maior feira de produtos orgânicos do mundo, que chama-se BioFach, e eles lançaram no ano passado uma feira chamada Vivaness, que é só de cosméticos com matérias-primas de produtos orgânicos. A BioFach é a maior feira de produto orgânico do mundo e o Brasil tem a única BioFach da América latina e é isso que eu quero trazer para vocês, de como que a gente pote otimizar a oportunidade de ter uma feira dessa no Brasil. O próximo, por favor.

Existem BioFach nos Estados Unidos, na Alemanha, na China, no Japão e, como eu disse, a única da América Latina é no Brasil. É uma feira disputada por outros países da América Latina, por isso é tão importante que a gente mantenha essa feira aqui e otimize as oportunidades que essa feira traz. O próximo, por favor.

O Planeta Orgânico é o representante dessa feira, a gente conseguiu uma exclusividade dessa representação e estamos tentando organizar uma missão do Brasil para levar, eu estava conversando com o Joe, para levar para a Alemanha para ver como é que a gente potencializa, agora que a gente tem uma regulamentação, como o Rogério falou, novos projetos e novas parcerias com a Europa e com os Estados Unidos também. O próximo, por favor.

Nós realizamos vários seminários na América Latina fazendo questionários sobre o que era necessário para aumentar o mercado. O próximo.

Em todos os questionários: Como é que você gera demanda? Como você cria mercado interno? A resposta era sempre falta formação e falta capacitação. Isso aqui foi bem levantado aqui pelo Rogério, pelo Joe, a importância da educação e técnicos preparados para atender a esse mercado. O próximo.

O Brasil tem todas as oportunidades para ser um dos maiores players, se não o maior nesse setor: clima, potencial de valor agregado, crescimento de mercados locais, as políticas públicas são parceiras. O próximo, por favor.

E essa é a evolução das feiras, que começou em 2003 com uma Conferência, foi crescendo, esse ano agora, já estou em 2009, esse ano já teve um crescimento de 20% em relação ao ano anterior e cada vez mais a gente está agregando os produtos do agrosociativismo brasileiro. O próximo, por favor.

Isso aí que vocês estão vendo... Não entrou, mas era para ser um filmezinho mostrando como que é a feira. Eu espero que no próximo filme entre. O próximo, por favor.

Então na parte de cosmético... Eu estou trazendo três grandes janelas e avenidas para a gente trabalhar. Na parte de cosmético são mercados que estão crescendo e o Brasil tem um potencial enorme para ocupar. O próximo.

Na parte de algodão orgânico, eu queria registrar aqui também que tem uma demanda enorme, teve duas grandes empresas que estavam na feira comprando algodão orgânico da Índia e da China para exportar uma camiseta brasileira para os Estados Unidos. Não dá para entender isso. Eles exportam uma marca brasileira

com uma matéria-prima tendo que importar, porque a gente não tem algodão suficiente para isso. Isso não dá para a gente entender. O próximo, por favor.

E a outra grande demanda, que eu tenho conversado sempre com os meus amigos aqui da Mesa, são as frutas orgânicas, que têm grandes compradores. Aí vocês estão vendo um comprador dos Estados Unidos e da Inglaterra, que vieram aqui para comprar grande quantidade, nós infelizmente não pudemos atendê-los, sem falar no mercado interno, porque a gente não tinha como atender e eles disseram: "Bom, infelizmente eu vou ter que procurar outros mercados". O próximo, por favor.

Então nós estamos vivendo uma onda de consumo saudável, um crescimento da substituição de bebidas gasosas por sucos e isso tudo são oportunidades para o setor orgânico. O próximo.

Essa confusão de marcas que vocês estão vendo aí, mais uma vez grandes marcas, todas de alguma maneira ligadas ao setor orgânico, o que prova que é uma tendência, não é só um modismo. O próximo, por favor.

E várias dessas marcas já tiveram aqui na BioFach, na ExpoSustentat. O próximo.

Onde a gente promove rodadas de negócio e identifica possíveis compradores, já tem um elenco muito grande de possíveis compradores. Falta a questão, como o Rogério levantou, de a gente organizar essa rede e identificar esses importantes atores. O próximo.

Bom, aí era um outro filmezinho que eu já vi que não vai entrar. Vamos para o próximo.

Dentro da feira aconteceram duas salas que eu acho importante a gente levantar, que dá um valor muito grande aos nossos biomas, que são as chamadas Andes-Amazônia e Caatinga-Cerrado, onde têm produtos orgânicos, essas salas estão com crescimento enorme e atingem, só a Caatinga-Cerrado atingiu seis mil famílias e a sala Andes-Amazônia cinco países. Então isso é uma outra maneira de a gente potencializar os nossos mercados. O próximo, por favor.

E, finalmente, eu queria destacar, que seria a menina dos olhos, que é a questão das cantinas escolares e a gente trabalhar, isso é um slide, uma ilustração que saiu numa revista inglesa chamada Economist, que deu muita confusão, porque uma rede que vocês podem imaginar qual seja ficou muito ofendida que o gordinho estava levando um copo vermelho e eles acharam que era uma alusão a eles. Mas, enfim, o fato é que há uma campanha mundial para implementar frutas e vegetais nas cantinas escolares e aí o setor orgânico tem uma oportunidade gigantesca. O próximo, por favor.

Foi, talvez, o seminário de maior êxito na BioFach foi o seminário ligado à parte de merenda, homorgânicos e merenda escolar, eu acho que isso é um projeto que dá para potencializar muito, muito o setor orgânico, e a gente quer é continuar a discutir e pedir o apoio, inclusive, do Senado nesse sentido. O próximo, por favor.

E um outro projeto mais ambicioso ainda seria justamente um que nós discutimos no último dia da BioFach, que é a inclusão de produtos orgânicos no *catering* e nas refeições da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Parece um projeto distante, mas não é, a gente teria que começar já. Como nós lançamos essa idéia em Colônia, quando teve um encontro econômico Brasil/Alemanha, inclusive convidamos o Sr. Ingo Plöger, que faz parte da Comissão de Infra-Estrutura da Copa do Mundo, para que ele viesse ver o potencial que tem o setor orgânico, ele ficou muito impressionado e isso [soa a campainha] está caminhando – Vixe, estourei o meu tempo, mas é o meu último slide -, esse projeto está caminhando e é uma janela única. A Copa do Mundo pode ser um grande catalisador do setor orgânico, de uma maneira transversal, não somente no *catering* dos atletas, como no *catering* dos convidados, nos hotéis como bem lembrou o Senador, sem falar nos tecidos, nos brindes, o algodão orgânico, enfim, é um universo que a gente pode conquistar e mostrar para o mundo a preocupação que o Brasil tem com o desenvolvimento sustentável e com a qualidade da saúde.

Então eu estou à disposição da Casa, eu agradeço muito a honra de estar aqui com vocês e estou à disposição para qualquer informação. Teria um último recado aqui no final, que um filmezinho, não, mas é um filmezinho que acho que não vai passar do Sr. Roberto Gás(F), que é o Vice-Presidente da EFUAN(F), que ficou muito impressionado com a apresentação que o Rogério fez sobre a legislação e ele pediu e eu trouxe essa gravação em que ele pede que o Brasil lidere o setor orgânico na América Latina. Então eu queria deixar registrado esse reconhecimento do Presidente, do Vice-Presidente da EFUAN(F). Muito obrigada [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado à Dra. Maria. Ouviremos agora José Alexandre Ribeiro, Presidente da ONG BrasilBio.

SR. JOSÉ ALEXANDRE RIBEIRO: Bom dia. Eu queria agradecer ao Senador por estar abrindo esse espaço para o movimento orgânico, que é uma realidade no Brasil e no mundo todo.

Na verdade a BrasilBio é uma Associação de Produtores e Processadores de Orgânicos do Brasil. Foi fundada em Nuremberg. Pode passar.

Tudo no universo busca o alimento, como vocês estão vendo. Ele é o princípio da vida de todos os seres. Clareza, longevidade, inteligência, felicidade, contentamento, força e o conhecimento têm suas raízes no alimento. Pode passar.

Consideramos que os alimentos são desenhados geneticamente, contaminados com inseticidas, herbicidas, bactericidas, hormônios e posteriormente processados, tendo adições em emolientes, estabilizantes, acidulantes, diluentes(F), corantes, aromatizantes, vitaminas, reforçadores de sabor, entre outros, são dois mil e setecentos aditivos para alimentos, percebemos que do campo ao prato provavelmente alteramos os alimentos de forma que se torne difícil avaliar o que realmente estamos comendo. Pode passar.

O que é que estamos comendo? Relatório do Comitê de Resíduos de Pesticidas de 2002 relata que 65% dos pesticidas mostram ser prejudiciais à saúde humana. 41% foram identificados como severamente tóxicos pela Organização Mundial da Saúde e 35% suspeitos de carcinogenicidade. As conseqüências do consumo de alimentos contaminados são uma infinidade de doenças que se promovem no mundo afora, cânceres de várias espécies. Pode passar.

Alimento orgânico, saúde e qualidade de vida. Pesquisas internacionais demonstram que alimentos orgânicos apresentam, em média, 63% a mais de cálcio, 73% mais ferro, 118% mais magnésio, 178% mais molibdênio, 98% mais fósforo, 125% mais potássio, 60% mais zinco que os elementos convencionais. Possuem menor quantidade de mercúrio, substâncias que podem ser causadoras de doença graves. Nós não temos que produzir volume, nós temos que produzir é qualidade. Pode passar.

O que é a agricultura orgânica? É um sistema de produção que tem por objetividade preservar a saúde do meio ambiente, da biodiversidade, os ciclos e as atividades biológicas do solo. A agricultura orgânica enfatiza o uso e a prática de manejo, como vocês viram o que o Joe apresentou, oposição ao uso de elementos estranhos ao meio rural. Exclui, portanto, o uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade e agrotóxicos, além de regulamentadores de crescimento e aditivos sintéticos para alimentação animal. Nesta prática agrícola está contemplada a preocupação com a saúde dos seres humanos, dos animais e das plantas. Entende-se que seres humanos saudáveis são frutos de solos equilibrados e biologicamente ativos, implicando a adoção de técnicas integralistas e apostando na diversidade de culturas. Pode passar.

O movimento orgânico hoje no Brasil preconiza 90% da produção vinculada à agricultura familiar. O Brasil é apontado como o maior potencial de produção orgânica do mundo. Existem 90 milhões de hectares agricultáveis, além das áreas de produção convencional, que migram para a agricultura orgânica de forma acentuada. A agricultura orgânica é a maneira de implementar novas formas de organizar as relações entre sociedade e natureza e, também, um novo estilo de vida que respeita todas as criaturas. Segundo dados do Ministério da Agricultura, o cultivo de alimentos orgânicos cresceu no Brasil. Em 2002 o país cultivava o produto em apenas 100 mil hectares. Hoje o plantio de alimentos orgânicos ocupa 6,5 milhões de hectares. Analisando o crescimento da produção de alimentos orgânicos no Brasil, nota-se um aumento de 233% nas safras de laranja entre 1998 e 2000. A soja aumentou em 120%, o açúcar em 50% no mesmo período. Essas taxas indicam que a produção brasileira de orgânicos vem aumentando, representando um aumento de demanda no mercado tanto interno quanto externo.

O que é a BrasilBio? É a Associação de Produtores e Processadores de Orgânico, fundada no dia 20/02/2004, em Nuremberg, na feira da BioFach, uma das maiores feiras ou a maior feira de orgânico hoje do mundo. Iniciativa de produtores e processadores de orgânicos, com o apoio da APEX(F), do SEBRAE, do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento Agrária. Por quê? Porque no momento era necessidade de se ter um interlocutor junto à instância de Governo em nível federal representando os produtores e processadores de orgânicos do Brasil. Pode passar.

Hoje o que a BrasilBio faz? Ela tem uma feira também como a BioFach, tão grande quanto, que acontece no pavilhão do Ibirapuera, e esse ano de 2009 vai acontecer do dia 23 ao dia 26 de julho. Tem um portal que interliga todos os produtores e processadores, aonde nesse portal também tem um departamento de comercialização. Participa da Câmara Setorial Temática de Agricultura, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Pode passar.

Quais são as responsabilidades do Estado, das indústrias e das universidades? Há quais interesses realmente hoje nós estamos atendendo? Qual é a verdade de responsabilidade social da indústria hoje? Quem paga pela poluição? São questões que nós temos que estar levantando para poder estar alterando o contexto que nós vivemos atualmente. Pode passar.

Universidade. Precisamos garantir que a ciência trabalhe para as pessoas e não apenas para a indústria.

O Estado. O Estado tem um papel central na regulamentação do estabelecimento dos padrões de segurança, na fiscalização e no monitoramento da educação. Definir políticas de pesquisas. Pode passar.

Como fazer o movimento orgânico ser a opção sustentável para o futuro brasileiro? Desenvolver global as ações regionais; trocas de experiências com integração de todo o movimento; sustentabilidade política para o movimento; política de preservação ambiental. Não tem como você falar em preservação ambiental intoxicando o nosso planeta com a quantidade de pesticidas que nós jogamos.

Ultimamente tínhamos uma estatística de cento e vinte quatro animais em extinção, hoje passou para oitocentos. É um número que não cabe, simplesmente, ao desmatamento. Isso é fruto de uma agricultura que dificulta realmente toda essa proposta de vida no planeta.

Política de inclusão social, porque a agricultura orgânica trabalha com 90% da produção familiar. Política de preservação da saúde pública, porque não tem como você falar em saúde se você não falar em alimentação orgânica. A infinidade de toxinas que nós consumimos todo dia é impressionante. Política de educação, formação de técnicos, formação de profissionais que realmente dê sustentabilidade ao movimento orgânico. Pode passar.

Mudar atitudes e reciclar idéias, sensibilizar sobre a importância de perceber a necessidade de mudanças. O momento é de multiplicar as idéias e ampliar os consumidores conscientes e avançar nas propostas que possam contribuir com essas mudanças. Sejamos cada vez mais conscientes da necessidade de compartilhar as nossas experiências e divulgar o movimento orgânico. Pode passar.

Isso é uma proposta que o Projeto de Lei que está no Senado, 0325, de 2006, Estatuto do Produtor Rural, se insira no Capítulo XIV, as Disposições Especiais, e fica a agricultura, no art. 35, que fica a agricultura orgânica reconhecida como atividade rural indutora da promoção da saúde do produtor rural, do cumprimento da função social e da exploração sustentável da terra e preservação do meio ambiente, devendo receber prioridade e subsídio do Governo Federal, Estadual e Municipal na destinação e execução orçamentária. Art. 36, que essa lei entre em vigor na data de sua publicação. Renumera. O próximo.

Recomendações. Um programa de monitoramento mais efetivo e abrangente financiado pela indústria agroquímica dentro do princípio *polluter pays* [soa a campainha], "quem polui, paga". Anular as aprovações dos pesticidas encontrados repetidamente como contaminantes e aplicar o princípio "quem polui, paga" para os custos de despoluição da água. O próximo.

Meios e fins. Os meios podem ser comparados a uma semente e o fim a uma árvore. Havendo entre os meios e o fim a mesma inviolável conexão que existe entre a semente e a árvore, o ser humano não pode agir bem em um setor da vida enquanto não compraz em agir mal em outro. A vida é um todo indivisível. Obrigado, Senador [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Dr. José. Ouviremos Fábio Ramos, diretor da Agrossuisse.

SR. FÁBIO RAMOS: Boa tarde a todo mundo, já estamos passando aí do meio-dia, muito obrigado, Senador, pelo convite.

Eu vou dar um enfoque maior na questão de mercado, que eu acho que complementa o que está sendo dito aqui. Pode passar, por favor.

Só para vocês conhecerem, eu sou diretor da empresa Agrossuisse, é um empresa brasileira de consultoria, fundada em 1982, e que ao longo desses anos adquiriu uma experiência de como o agronegócio brasileiro pode ser insustentável. A partir dessa experiência nós adotamos como linha de trabalho de consultoria e assessoria a busca na agroecologia como forma de desenvolvimento e de produção de alimento. Pode passar.

Existe um consenso na comunidade científica internacional que a gente precisa realmente mudar a forma de cultivar os alimentos, quer dizer, isso nós já vimos aqui, que foi reiterado. Então a partir desse consenso a gente desenvolve o nosso trabalho. Pode passar, por favor.

Acreditamos que o desafio e a oportunidade dentro do mercado orgânico, eu enfoquei três pontos, seria principalmente a assistência técnica para realmente aumentar a produção, atender ao mercado, atender a essa demanda que é apontada, e termos um sistema de garantia, como o Rogério colocou ali, seguro para o consumidor. Pode passar.

Só para a gente ir reiterando o que a Bia já mostrou, ali a gente tem um gráfico que mostra duas moedas, o Dólar e o Real, isso daqui é o movimentado do mercado mundial de alimentos e de bebidas orgânicas, com uma projeção aí para o ano de 2012 atingindo acima de 60 bilhões de dólares e 50 bilhões de euros. Pode passar.

Para a gente ter um pouco de idéia de dados bastante recentes, o mercado orgânico nos Estados Unidos faturou 17 milhões no ano de 2006. Têm pesquisas que já apontam que 50% do consumidor americano já consome algum alimento e bebida orgânica. Três em quatro supermercados convencionais ofertam produtos orgânicos. Existiu um lançamento de mil e seiscentos novos produtos em 2006 e trezentas novas marcas próprias. Os Estados Unidos já tem 5% do movimento de todo alimento em alimento orgânico. Para a gente ter uma idéia do potencial brasileiro, a gente fez uma

projeção em hectares certificados, a gente talvez esteja alcançando, em 2008, rompendo a barreira de um milhão de hectares certificados e estamos aí projetando três milhões até o ano de 2012. Pode passar.

Eu queria enfocar mais era isso daqui, porque a nossa empresa faz muito trabalho de consultoria, trabalha com muita pesquisa, e a gente em 2004 e 2008, a gente vem monitorando alguns dados de mercado. Então quando a gente olha aqui a diferença que houve de alguns segmentos de mercado, por exemplo, em 2004 a gente não tinha ainda o registro de restaurantes, hotéis como o Senador colocou. Então houve de 2004 a 2008 no Brasil, nesse universo que a gente trabalhou, que foi na região Sul e Sudeste, um aumento de 22,5% em quatro anos, 5,6% ao ano, em número de pontos de venda. A gente puxou, dentro dessa pesquisa, os dois maiores mercados consumidores do Brasil, seria Rio de Janeiro e São Paulo, e a gente começa a ver uma coisa interessante que começa a surgir segmentos, como os hotéis aqui, já começam... Aqui nessa pesquisa tiveram alguns critérios de freqüências de atendimento, então aqui são hotéis que já passaram um ano ofertando produto orgânico no seu cardápio, e a gente vê um crescimento na cidade do Rio de 161% em quatro anos. Isso é uma média de 40% ao ano. E na cidade de São Paulo, o mesmo efeito, um crescimento um pouco menor, é um universo maior, talvez devido até ao Rio de Janeiro ter um mercado mais exposto à saúde, aquela coisa toda, agora São Paulo também apresentando um crescimento muito interessante. Isso aqui representa também essa diversificação que a gente está tendo em segmentos de mercado. O Joe mostrou o que é que houve com os supermercados, que a gente não sentiu muito o crescimento.

A gente vai ver aqui num slide, o próximo, por favor, com relação ao comportamento do consumidor. Ao contrário do que a gente imagina, em pesquisa realizada em Curitiba, o consumidor brasileiro, representado pelo consumidor no Paraná, ele já considera a quantidade, a variedade e a regularidade de excelente para boa da oferta de produto orgânico no mercado. Isso aqui é uma pista que a gente tem de que o consumidor está começando a realmente entender o que é que é. Com relação à freqüência, a gente também já vê um número interessante, que quase 60% dos consumidores entrevistados consomem produto orgânico uma vez por semana. Essa pesquisa aqui é feita de forma aleatória, então não existe direcionamento, não é direcionada ao consumidor orgânico, é um consumidor como qualquer outro. O próximo, por favor.

Os únicos dados que a gente tem, econômico, monitorados no mercado de alimento orgânico, é através da ABRAS, a Associação Brasileira dos Supermercados, e eles apontam em 2008, aqui é venda em Real e em Dólar, o rompimento da barreira de 1,8 bilhões, quase 2 bilhões de reais, as principais redes de supermercado. Por favor, pode passar.

Quando a gente vê aqui as três principais redes do Brasil, a gente já começa a ver o produto orgânico tendo uma participação no total de produto ofertado, tendo um crescimento de vendas ao ano e aumentando o seu número de itens ofertados, inclusive com uma política da Rede Carrefour e da Rede Pão de Açúcar no lançamento de marca própria, que é o movimento que a gente está vendo dentro do mercado de alimentos convencionais também se repetindo no mercado de alimentos orgânicos. E estamos também constatando que a diferença de preço entre o orgânico e o convencional começa a ter uma redução, já que a gente até o ano de 2002, 2003, a gente tinha um *over Ceci* aí que chegava a 250%. Alguns produtos já começam a apresentar uma diferença de preço menor. O próximo, por favor.

Aqui em pesquisa realizada agora no ano de 2008, que nós terminamos, a gente levantou, no mercado de Rio e São Paulo, o aparecimento de sessenta e nove marcas, diferentes categorias de alimentos, um total de oitenta e seis produtos. Então isso daqui também já é um movimento que está indicando o aumento de crescimento de demanda e de mercado. O próximo.

Eu queria enfatizar como exemplo principal a questão da carne, que a gente vem trabalhando e é uma questão de debate amplo no Brasil devido até à posição que a pecuária está tomando aí no debate pecari. Então a pecuária passa a realmente ser uma alternativa que nós temos. A gente fez uma entrevista aí com esses dados. O próximo, por favor.

É interessante que a gente no supermercado, a gente encontrou cinqüenta e seis cortes de carnes, vinte e oito marcas encontradas, mas não encontramos carne orgânica. Encontramos carnes todas rotuladas, de acordo com as Portarias que a legislação exige, e carnes diferenciadas. O próximo, por favor.

70% do consumidor não sabe o que é carne orgânica. Então falta muita informação. O próximo, por favor.

Existe um desconhecimento relacionado à carência de informação, que já foi colocado, que é o contrário um pouco do que ocorre com o produto de origem animal, que já está mais difundido e tem um consumo cada vez maior. O próximo.

No entanto, o consumidor, na percepção dele, ele percebe que a carne orgânica seja de melhor qualidade. Então o consumidor, ele tem a percepção, mas ele não sabe o que é que é. O próximo.

Conclusões finais importantes, é que a tendência realmente é de um aumento pela carne orgânica, na medida em que vá aumentar a divulgação e o esclarecimento do que é que é a carne orgânica. E a questão do preço, a carne orgânica que é ofertada no mercado, ela não tem o preço maior que a carne diferenciada. Então a carne do Chitãozinho & Chororó lá, não é mais cara que a carne orgânica, eles têm o mesmo preço. Então quem quiser comer uma picanha maturada, orgânica ou nobre, vai pagar o mesmo preço. O próximo, por favor.

Quer dizer, nós acreditamos que o Brasil tem tecnologia para esse aumento da produção orgânica, aqui nessa Mesa a gente está tendo a constatação disso, daqui a pouco a gente vai ouvir aqui ao meu lado o Renato, da EMBRAPA. A EMBRAPA hoje tenha aí vinte e seis, vinte e sete centros de pesquisas já com tecnologias. Existem diversos empreendimentos como a Fazenda Malunga, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Mato Grosso, que demonstra na prática produção em escala de alimento e bebida orgânica e, principalmente, o grande ganho que o Brasil pode dar é que essas tecnologias são caracterizadas pelo menor impacto ao meio ambiente por benefícios sócio-ambientais.

Então eu acredito que com a regulamentação da nossa lei, com a consolidação disso tudo, a gente vai ter uma grande oportunidade. Agora resta a gente mobilizar, principalmente o setor agropecuário e agroindustrial brasileiro, que ainda demonstra muita resistência [soa a campainha] a acreditar que o setor de alimento e bebida orgânica no Brasil tenha o potencial.

Essa história do nicho, a gente está rompendo com isso, foi uma briga que a gente teve durante vários anos. Agora hoje ninguém pode mais falar que isso é nicho de mercado, não é nicho de mercado, isto é mercado e a gente acredita, realmente, que o Brasil tenha que ser a vanguarda e a voz da agricultura orgânica não só na América Latina, mas diante da Europa, diante dos Estados Unidos, enfim, diante do mundo inteiro. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Ouviremos agora o Dr. Fernando Augusto de Souza, coordenador do Centro de Pesquisas Mokiti Okada.

SR. FERNANDO AUGUSTO DE SOUZA: Bom dia a todos. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer e parabenizar o Sr. Senador pela iniciativa, também à sua equipe, como já foi dito aqui, que montou uma Mesa aqui que me faz lembrar aqui a Copa de 70. Têm muitos craques aqui, Senador.

O Centro de Pesquisas Mokiti Okada, ele desenvolve pesquisas tecnológicas para modelos sustentáveis de agricultura e de produção animal. Desenvolve, ainda, em seus laboratórios e campo experimental, tecnologia de manejo de solo e planta e manejo animal e ambiência compatível com os modelos orgânicos naturais ecológicos e convencionais de produção. Eu vou explicar mais tarde esses convencionais.

A tecnologia que é utilizada, ela visa a sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades de produção. A adoção desse sistema permite que a produção apresente-se apta para certificações nacionais e internacionais não só de orgânico, mas também certificações como EurepGAP. Bom, elas são conduzidas, ligadas à ciência de solo, nutrição de planto, microbiologia aplicada e citopatologias.

Desenvolvemos, também, um projeto de melhoramento de sementes de variedades vegetais que sejam resistentes a pragas e doenças e produtivas e compatíveis com sistema orgânico, porque hoje nós temos muitas sementes no mercado que são desenvolvidas para a agricultura convencional, que seja apta a estar recebendo toda a adubação química.

É claro que a evolução do conhecimento agronômico, que criou a moderna agronomia, ela produziu melhoramento genético, selecionou plantas e animais com elevado potencial de produção. Entretanto, Sr. Senador, um novo paradigma aí se apresenta, que é o desafio que nós temos de produzir, nos próximos anos, alimento suficiente para mais de seis bilhões de pessoas e, ao mesmo tempo, preservar e melhorar a base de recursos naturais. Isso é um trecho de um relatório final de uma sessão da FAU de 1999, que ocorreu em Roma. Então esse novo paradigma, ele tem que responder, esse novo modelo, a um desenvolvimento rural, ele tem que ser capaz de amenizar os conflitos entre economia e ambiente e ambiente e desenvolvimento, e encontrar uma assimetria de alterações que sejam benéficas tanto para o homem como para o ambiente. O próximo, por favor.

Eu vou apresentar aqui alguns estudos de casos que foi levado a termo pelo Centro de Pesquisa da Fundação Mokiti Okada. O próximo, por favor.

Esse aqui é um caso de uma produção de laranja murcote na região de Limeira, em São Paulo. Toda a sorte de adubo químico que foi utilizado nesse um hectare durante um ano nessa produção de laranja murcote, e a adubação, a fertilização que foi feita no sistema orgânico com o nutri bokashi, com termofosfato, quer dizer, todos os elementos já conhecidos da agricultura orgânica, como o Joe colocou aqui alguns desses insumos pendentes de aprovação. O próximo, por favor.

A fitossanidade dessa mesma produção num hectare de laranja no convencional, veja a quantidade, Sr. Senador, de produtos, de agrotóxicos, de fungicidas

químicos que foram utilizados para controlar pragas e doenças, enquanto que no orgânico os produtos que foram utilizados. E não são poluentes persistentes que permanecem, como aqui colocou o José Alexandre, da questão do poluidor pagador, quer dizer, a quem nós devemos passar essa conta da poluição. No controle do mato, nesse mesmo sistema convencional, foi utilizado quatro litros de glifosato, é um mata-mato, e foi realizado um roço mecânico quatro vezes também durante o ano. No sistema orgânico foram apenas os quatro roços mecânicos, não utilizando nenhum produto de herbicida químico. O próximo, por favor.

Foi feito um roço dessa matéria orgânica e ela foi aportada aqui para a produção. O que na agricultura convencional esse mato, essa matéria orgânica é considerada um problema, na agricultura orgânica isso é considerado uma solução, porque houve um acréscimo aqui em um ano de cem toneladas de matéria orgânica nesse um hectare. O próximo, por favor.

O resultado disso é que a raiz da planta, como num prédio que é o alicerce que sustenta o prédio, no convencional a raiz da planta apresentou-se desse tamanho, dessa forma. No sistema orgânico é essa a quantidade de raiz que foi produzida pela planta. O próximo, por favor.

Esse daqui é um outro caso de produção de café na região de Araguari, Minas Gerais. O próximo, por favor.

Aqui também foi utilizado o mesmo sistema do aporte de matéria orgânica. Por favor.

O lançamento pelos pés de café de raiz, o enraizamento que ocorreu nessa área. O próximo, por favor.

E aqui o desempenho econômico dessa produção. Na produção convencional desse café, em um hectare, foi gasto a despesa de cinco mil reais, enquanto que no orgânico foi de quatro mil e quinhentos reais. A produção foi de quarenta sacas no convencional por hectare e no orgânico foi de quarenta e cinco sacas de café. O preço que ele conseguiu nesse produto foi de duzentos e dez reais no convencional e duzentos e dez no orgânico, porque ele não conseguiu colocar essa produção como orgânica, teve que colocar como produto convencional. Ainda assim o resultado bruto dessa atividade foi de oito mil e quatrocentos no convencional em um hectare e de nove mil e quatrocentos no orgânico. Ele teve uma receita líquida aqui de três e quatrocentos e quatro e novecentos no orgânico, uma diferença ainda de mil e quinhentos reais por hectare, ainda que não tenha vendido como orgânico. O próximo, por gentileza.

Isso daqui foi também matéria do caderno agrícola do jornal O Estado de São Paulo, uma produção de morango na região de Atibaia, orgânica, e uma convencional. O próximo, por gentileza.

A análise comparativa dessa produção. Em um hectare foram plantados sessenta mil pés de morango tanto no orgânico como no convencional. Como já foi dito aqui, existe tecnologia e produtividade. O morango orgânico conseguiu, com a produção de oitocentos gramas por pé, que é a mesma produção do morango com todo o aporte de adubos e agrotóxicos, só que o valor de venda, esse produtor conseguiu um preço diferenciado, vendeu a seis reais o quilo, isso no atacado, pessoal, e no convencional conseguiu quatro reais e noventa e sete centavos. O próximo, por favor.

Esse daqui é uma produção de rosa na região de Holambra, onde atendendo exigência do importador das normas EurepGAP, ele conseguiu, numa produção de rosas, 60% da redução de adubo químico, 50% da redução de fungicida e 75% de haste de botão defeituoso. Isso quer dizer que a produção dele aumentou em 65%. O próximo.

A mesma coisa aqui também num sistema sustentável, para atendimento também da norma EurepGAP [soa a campainha], também em Holambra. Adubação química 100% no plantio. A adubação química no sistema sustentável: 50%; fertirrigação: 100%; 0%; adubação folhear: 100%; 50%; fungicida folhear: 100%; 50%; fungicida na irrigação: 100%; e aqui 0%. O próximo, por gentileza.

A agricultura orgânica vem crescendo e hoje nós temos cento e vinte países praticando essa agricultura. O México tem oitenta e três mil produtores; a Itália quarenta e quatro mil produtores; o Brasil ocupa a 14ª posição com quinze mil, sendo 90% das unidades de produção do tipo familiar e 10% do tipo empresarial. O próximo.

Nós acreditamos, Sr. Senador, que a partir das políticas públicas e estímulo à prática da agricultura orgânica é possível que em aproximadamente uma década o Brasil se torne um dos maiores players do mundo na exportação de produtos orgânicos. A concretização dessa estimativa depende, porém, de apoio político, principalmente na questão da regulamentação do setor orgânico, priorizando ações de pesquisas e de fomento. O próximo.

Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado. Vamos dar a oportunidade para uma rápida intervenção ao engenheiro Cláudio Rocha Bastos, da CBPAK. Por favor. Desculpe, espere um pouco, me perdoe, porque essa foi incluída posteriormente, do Dr. Renato Linhares de Assis, pesquisador da EMBRAPA.

SR. RENATO LINHARES DE ASSIS: Muito obrigado, Senador. Serei breve, até para poder estimular ainda mais a oportunidade das perguntas.

Bom, eu vou tentar colocar um pouco em relação ao segmento da pesquisa em agricultura orgânica, particularmente no caso da EMBRAPA. O seguinte.

Vou centrar a minha apresentação principalmente no caso de um projeto coordenado no caso pela unidade onde eu trabalho, que fica em Seropética, no Rio de Janeiro, a EMBRAPA da biologia, que é um projeto em rede chamado Bases Científicas e Tecnológicas para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Brasileira. Eu acho que não por acaso, Senador, o segmento da pesquisa acabou ficando para o final, porque na realidade na agricultura orgânica a gente entende que realmente a pesquisa chegou depois. Historicamente a agricultura orgânica, principalmente no caso do Brasil, ela começou e se desenvolveu a partir de iniciativas muitas vezes até pessoais, de muitos agricultores que a custo muito de tentativa e erro acabaram desenvolvendo muitos conhecimentos e a própria sociedade civil acabou se organizando, o próprio exemplo da Fundação Mokiti Okada, apresentado anteriormente, é um exemplo disso, de como a sociedade de alguma forma procurou dar respostas a essa questão desse segmento importante da agricultura orgânica, mas hoje a gente percebe que já de algum tempo também o setor público já tem tentado dar algumas respostas e a EMBRAPA de alguma forma tem tentado isso e esse projeto é um exemplo disso. Esse projeto, na realidade, ele já está na sua segunda etapa, ele teve um primeiro momento de quatro anos, que se encerrou, e ele agora, em novembro, está completando um ano dessa segunda fase. O seguinte.

Rapidamente uma caracterização desse projeto. Em termos de objetivos, a idéia desse projeto seria contribuir para o avanço do conhecimento e desenvolvimento tecnológico da agricultura orgânica em diferentes biomas brasileiros, então ele tem uma ação realmente a nível nacional, procurar gerar informações que permitam a formação de sistemas orgânicos de produção diversificado de hortaliças, grãos, frutas, café e animais, quer dizer, nas diferentes cadeias produtivas da agricultura orgânica. Na realidade quando se fala hoje em cadeia produtiva da agricultura orgânica, eu tenho uma certa até dificuldade de trabalhar isso, porque na realidade a gente, na agricultura orgânica, têm diferentes cadeias, na verdade, não é? Sistematizar e oferecer informações qualificadas sobre sistemas orgânicos de produção nas áreas de produção vegetal, produção animal, pós-colheita e sócio economia. Aí para dar uma idéia, como eu falei, da abrangência a nível do país desse projeto, aí estão listadas diferentes unidades da EMBRAPA envolvidas no projeto. Como vocês podem ver aí, abrangendo aí todas as regiões do país. A única região que a gente talvez tenha ainda uma penetração um pouco menor é na região Norte, mas já conseguimos, pelo menos com três Estados, ter uma atuação naquela região. O seguinte.

Bom, como estratégia de pesquisa a gente procura trabalhar experimentos de uso comum em sistemas orgânicos de produção enfatizando a inter-relação de seus componentes, que também podem ser conduzidas pesquisas pontuais que contribuam para aprofundar questões específicas. Experimentos de uso comum que a gente chama seriam experimentos que na realidade pode ter um objetivo maior no sentido de tratar questões de manejo de solo, mas também nesses experimentos a gente procura estar fazendo monitoramentos para tentar entender muitas vezes a dinâmica de insetos, de pragas, da biologia do solo, enfim, diferentes componentes que envolvem esses sistemas de produção orgânica. Monitoramentos de unidades de produção, quer dizer, trabalhar também junto a nível de agricultores visando obter indicadores de sustentabilidade ambiental e avaliações com o emprego de metodologias participativas, onde os agricultores participam da definição das ações de pesquisa e desenvolvimento a serem conduzidas em suas unidades de produção. O seguinte.

Aí para rapidamente dar uma idéia dos princípios gerais do que a gente procura trabalhar nesse projeto, é tentar trabalhar a questão da integração da produção animal com a produção vegetal, então a questão do segmento da pecuária junto com o segmento da produção vegetal, trabalhar intensivamente também a questão da diversificação vegetal. Ali naquele cantinho eu coloquei, por exemplo, um exemplo de um trabalho nosso, por exemplo, com couve, por exemplo, ali não vai dar para ver, mas era uma planta de couve extremamente atacada de pulgões, e numa lavoura convencional o primeiro procedimento do agricultor seria estar aplicando algum produto químico para estar matando esses insetos. Na realidade essa planta de couve atacada, ela tinha um papel fundamental, de acordo com o estudo da colega que desenvolveu esse trabalho, na manutenção de uma diversidade grande de população de joaninhas, que são aquelas fotos pequenininhas ao redor ali, que estavam mantidas naquela lavoura controlando o inseto naquela lavoura. E o outro componente também importante é a questão da fixação biológica do nitrogênio, que no caso da agricultura orgânica, em não usando adubos sintéticos, a gente entende que o adubo nitrogenado seria o adubo mais limitante, então é uma questão da pesquisa que precisa ser bem trabalhada no sentido

de estabelecer, de alguma forma, essa auto-suficiência do produtor orgânico em termos de nitrogênio.

Bom, aí a estrutura do projeto, ele trabalha em termos de projetos componentes, então está escrito ali como PC, na realidade são projetos componentes em diferentes temas: recursos naturais, sistemas de produção animal, sistemas de produção vegetal, a questão da fitossanidade, cultivares, qualidade do alimento e apropriação do conhecimento, mas ao mesmo tempo trabalhar esses projetos componentes com linhas, outras linhas, por produtos do ponto de vista transversal, de alguma forma integrando assim uma matriz desse projeto. O seguinte.

Rapidamente, resultados esperados. Em termos de manejo de recursos naturais, indicadores de qualidade do solo que auxiliem no planejamento do uso sustentável do ambiente, também a questão de fertilizantes orgânicos, adubos verdes, biofertilizantes compostos, [ininteligível] compostos para sistemas orgânicos de produção. Na questão de sistemas de produção animal, trabalhar a questão de genótipos mais adequados para a produção de carne, leite e ovos em sistemas orgânicos de produção, trabalhar também questões de métodos alternativos para o controle de doenças em animais, estratégia de manejo que favoreçam a produção de espécies forrageiras em sistemas de produção orgânico e sistema de produção que promovam um maior bem-estar para os animais.

Na parte de sistemas de produção vegetal, consórcio e rotações de culturas mais adequadas para sistemas orgânicos de produção, [ininteligível], que é a bactéria que é responsável pela fixação(F) biológica do nitrogênio para a inoculação de leguminosas, usadas como adubos verdes e isolados de fungos micorrizos para a inoculação de mudas de fruteiras. Esses fungos são importantes do ponto de vista de aumentar a área de absorção das raízes. Estratégias de manejo de plantas de cobertura associadas a sistemas de plantio direto que favoreçam maior proteção do solo e sistemas de produção que promovam um controle eficiente de plantas espontâneas. O seguinte.

Na área de fitossanidade, a questão do monitoramento de fitoparasitas e os seus inimigos naturais e tecnologias alternativas para o controle desse fitoparasitas. Na questão de avaliação de seleção de cultivares, a importância de desenvolver cultivares de hortaliças, grãos e fruteiras adequados para a agricultura orgânica, considerando que a grande maioria de cultivares que a gente tem hoje e de diferentes espécies foram devolvidas por um outro padrão tecnológico. Na parte de qualidade de processamento de alimentos também a caracterização e qualidade de hortaliças, grãos, frutas e alimentos de origem animal produzidos em sistemas orgânicos e tecnologias para processamento e conservação de alimentos em concordância com a legislação brasileira para a produção de origem orgânica, aí dando o suporte inclusive na questão, por exemplo, que o Rogério colocou, na parte das Instruções Normativas.

Na parte de apropriação do conhecimento a gente entende, que como o próprio colega da Fundação Mokiti Okada colocou, essa agricultura orgânica, ela tem uma adaptabilidade muito grande à questão da produção familiar e a gente entende que até a forma de trabalhar essa agricultura orgânica, com essa produção familiar, exige um desenvolvimento de metodologias de trabalho com esses agricultores específicas e que na realidade não se trata simplesmente de transferir tecnologias, mas muitas vezes até de desenvolver essas tecnologias em conjunto com esses agricultores. Então também estratégias de socialização de experiências em agricultura orgânica e avaliação de aspectos sócio-econômicos também do sistema de produção orgânica, ou seja, procurar desenvolver também, avaliar os resultados do ponto de vista social e econômico dessa produção.

Em termos de recursos esse projeto conta com três milhões em quatro anos. Na realidade olhando assim o valor, em termos absoluto, parece muito dinheiro, mas se a gente for considerar por número de atividades nesse projeto, com essa gama de unidades da EMBRAPA que a gente apresentou no início, na realidade representam nove mil e trezentos reais por atividade, que são trezentos vinte e duas no total [soa a campainha], que representa dois mil e trezentos por ano. A gente entende que teria de alguma forma ter algumas estratégias para ampliar esses recursos, a gente entende que algumas formas seria trabalhar junto a agências de fomento, tentando trabalhar para que sejam colocados editais específicos para a agricultura orgânica, junto aos fundos setoriais do CNPQ ou articulação com outros Ministérios. Esse ano mesmo a gente teve o prazer de organizar uma reunião desse projeto a partir de recursos da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inclusão Social do Ministério de Ciência e Tecnologia, e a gente acredita que com essa oportunidade outros Ministérios e essa própria Secretaria seria uma forma de a gente estar ampliando isso, ou através de Emendas parlamentares que também seria uma outra oportunidade de a gente estar desenvolvendo. O seguinte.

Bom, e perspectivas para o futuro, possibilidade de intercâmbio e parceria com outras instituições que atuam no meio rural. E aqui eu gostaria de destacar a importância para a gente no caso das instituições de extensão rural, que reforçando inclusive o que o Rogério

colocou, eu acho que é fundamental o fortalecimento dessas instituições para que efetivamente essa pesquisa na agricultura orgânica, ela se desenvolva não só do ponto de vista de fazer esses resultados chegarem aos agricultores, mas também até do ponto de vista de a gente poder estar trabalhando efetivamente com a pesquisa no sentido de ter realmente a demanda da pesquisa mais bem trabalhada já no seu início. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Dr. Renato. Agora sim então ouviremos o engenheiro Cláudio Rocha Bastos, da CBPAK.

SR. CLÁUDIO ROCHA BASTOS: Bom dia, Senador. Agradeço por abrir essa janela na sua Sessão do Plenário para falarmos um pouco da CBPAK. Bom dia aos senhores e senhoras da Mesa, senhores e senhoras presentes.

Com muita honra o meu cliente Malunga, depois de sete anos, que nós estamos, fundamos a companhia em 2002, há sete anos trabalhamos para desenvolver alguma coisa que fosse compatível com o meio orgânico, compatível com o meio ambiente. Nós estamos falando de contribuir para impedir a geração de passivo ambiental.

Nessa Sessão, pela manhã, falamos em números bastante representativos, e se nós traduzirmos que o Brasil consome 1,6 bilhões de embalagens de isopor por ano, a uma média de dez gramas por embalagem, nós estamos falando, nós somos responsáveis como consumidores de gerar vinte mil toneladas/ano de resíduos sólido. Isso para o Governo é um problema, não só para o Governo brasileiro, mas para o Governo, para o mundo inteiro, porque nós temos que trabalhar o lixo ou o resíduo sólido, como chamam os ambientalistas, e que isso não só gera um problema de poluição, como também um problema sanitário e de saúde, que o Governo tem que gastar com saúde por conta dos catadores, da população mais carente e tudo mais.

Então nós estamos nessa batalha, somos sócios hoje, da [ininteligível] participa conosco, e o nosso produto nada mais é do que, a partir da fécula da mandioca, nós produzirmos embalagens compostáveis e biodegradáveis, 100% compostável, fécula de mandioca, então as vinte mil toneladas citadas de resíduo sólido aos poucos podem ser migradas para uma solução bastante caseira, bastante sólida.

A minha preocupação, repito, é contribuir para a geração do bem-estar social, não só através de impedir a geração do passivo do lixo pelo descarte das embalagens, e o mais importante do objetivo no qual, com muita honra, sensibilizado foi V. Exª. que me concedeu a palavra, para que nós, de embalagens compostáveis e biodegradáveis, possamos participar da cadeia produtiva dos orgânicos. Não é só a agricultura orgânica. Começamos pela pesquisa, vamos pela agricultura orgânica e acabamos no descarte, quer dizer, nós do segmento de embalagem não podemos ficar longe ou distante dessa cadeia produtiva. Por isso que eu peço a inclusão do nosso setor nesse trabalho.

E, por fim, nós gostaríamos de que a escala industrial e o consumo, claro que vai trazer um patamar de preço melhor, como o próprio Fábio citou, que a agricultura orgânica vem chegando mais próxima à agricultura convencional por preço, e assim nós esperamos chegar.

Eu agradeço a todos por me ouvir e estamos à disposição para algumas perguntas. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Cláudio. Ouviremos também o Presidente do Sindiorgânicos do Distrito Federal, Dr. Moacyr Pereira Lima.

SR. MOACYR PEREIRA LIMA: Sr. Senador, é com muita honra que nós estamos presentes aqui a essa Audiência Pública. Além de parabenizá-lo pela iniciativa, eu gostaria de externar essa satisfação aos demais componentes da Mesa, porque tenho consciência do significado histórico que vocês têm na agricultura orgânica deste país e o que é que nos reserva para um futuro daqui por diante.

Um sindicato, como não podia deixar de ser, Sr. Senador, ele primeiro deseja homenagear aquilo que o Congresso nos oferece como marco legal, e o sindicato tem como instrumento, numa democracia para reivindicar os interesses dos seus associados, é o marco regulatório.

O sindicato tem como principal trabalho aqui no Distrito Federal a preocupação que o Ministério de Agricultura colocou no início, é afastar aqueles que queiram conspurcar o trabalho que a agricultura orgânica oferece à saúde desse país, para que isso não seja mistificado e nós estaremos nessa luta junto com o Ministério, mas antes de tudo defendendo aquilo que nós acreditamos.

Outra coisa que eu gostaria de chamar a atenção de todos é que o Brasil não tem alternativa, não tem saída para o futuro da agricultura orgânica. O primeiro país, eu quero homenagear a escola brasileira, não há criança neste país, hoje, no ensino fundamental, que a gente condena tanto a sua qualidade, hoje não há, eu tenho netas, muitos aqui têm filhos e netas, sabem que elas estão trazendo da escola essa consciência de sustentabilidade do planeta, da saúde das pessoas e contra uma coisinha que as criancinhas já sabem, agrotóxico faz mal. Eu não tenho dúvida nenhuma que

a agricultura orgânica, ela estará incorporada à cultura brasileira, dada a essa iniciação que hoje temos nas escolas públicas do nosso país. É uma honra, é uma declaração que eu queria fazer à escola pública deste país, que está contribuindo e muito para que as nossas crianças façam isso.

Outra coisa é que eu gostaria de chamar a esta Casa, rapidamente, é que esta lei dá uma demonstração clara para o país e para o agronegócio quando ela cria a produção paralela, onde diz: minha gente, há uma forma nova, voltada para a saúde, que a lei está oferecendo aos senhores. Experimentem. Há tecnologia e há chance da gente oferecer um alimento mais saudável, que é o grande apelo nos Estados Unidos, a saúde, para a saúde. É isso que eu acho que nós juntos, legisladores e iniciativa privada, podemos contribuir.

Nós no Distrito Federal, para terminar, estamos em contato, com a nossa Câmara Distrital, permanentemente, para criar estímulos não apenas para a produção, porque temos consciência de que a lei abrange todo um sistema da produção até lá no supermercado, e já posso dizer para os senhores que as nossas casas que vendem produtos orgânicos já estão começando a se certificar.

Muito obrigado pela atenção, meus parabéns e gostaria de dizer, por último, que eu estarei hoje na vigília do Senado, que ela começa hoje, outra semana de vigília, em defesa dos idosos desse país. Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Dr. Moacir. Concedo a palavra aos parlamentares, iniciamos com o eminente Senador do Mato Grosso Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom dia a todos. Quero cumprimentar a todos os expositores, de forma integral a todos, pela excelente apresentação. Eu que sempre fui um curioso nessa área, já procuro adotar o manejo dessa agricultura que se faz no país em grande escala, que é a agricultura de grãos, de fibra e que invariavelmente a forma como é produzida necessita de contar com o agrotóxico, com os chamados produtos de controle de ervas, produtos de controle de pragas, produtos de controle de doenças, produtos de controle de crescimento, no caso do algodão, e isso aí realmente é algo que a gente fica, de formação agronômica que eu tenho, eu cada vez mais me recinto da vontade de mudar isso aí tudo, mudar e partir para a agricultura orgânica.

Nós sabemos que a biotecnologia tem ajudado, alguns produtos transgênicos têm levantado a resistências, foi uma discussão grande, científica, feita no mundo todo nos últimos dez, quinze anos, aqui no Brasil agora é que estão surgindo os produtos transgênicos e que estão contribuindo de uma forma a evitar o uso maciço de inseticidas, de herbicidas e, também, agora com o desenvolvimento de variedades, no caso da soja, esse produto tão nobre, de tanta proteína, que é utilizado na alimentação de aves, suínos e bovinos e também na alimentação humana, mal utilizado aqui no país, agora passa-se a conseguir com a engenharia genética pura apenas a resistência a uma doença que é a principal doença do país, que está colocando em risco a competitividade da cultura, com resistência à ferrugem da soja, que a ferrugem é a doença que mais assola hoje essa cultura, e aqui no Brasil, mais essencialmente aqui no Brasil. Em outros países de clima frio não se sente tanto. Então dentro da genética convencional se consegue também muita resistência a muitas pragas e doenças.

Agora nada melhor de que nós podermos colocar, dentro do trabalho Legislativo aqui no Senado, nos colocar à disposição para que as fiscalizações sejam mais efetivas, que nós consigamos dentro dessa agricultura convencional que produz frutas, do consumo direto, in natura, frutas, verduras, todos os legumes, que não recebem a fiscalização à altura para avaliar o grau de contaminação que existe. E isso eu vejo que enquanto não tiver uma efetivação maior de fiscalização, principalmente nos grandes centros urbanos, seria mais fácil começar por ali, e orientar a população nesse sentido, isso aí também contribuiria, sobremaneira, para que dentro da lei se continue ofertando produtos viáveis para o consumidor brasileiro, porque a agricultura orgânica é a agricultura do bem. Agora a agricultura mal conduzida, sem o manejo da carência de cada produto agroquímico, ela está matando devagarinho a saúde do povo brasileiro. Então nós vemos que não se consegue hoje, efetivamente, uma fiscalização à altura nos locais de produção. Possivelmente nos supermercados se consiga por amostragem fazê-lo, agora essa fiscalização está muito carente, porque nós estamos deixando o povo brasileiro consumir produtos sem a devida e contínua fiscalização.

Então dentro dessa promoção aqui, Senador Neuto, eu vejo que a promoção da Mesa, a perspectiva que existe de aumento de área certificada no país passar de um milhão para dois milhões, três milhões de hectares daqui quatro anos, nós precisamos saber o que efetivamente o Congresso pode fazer para auxiliar na regulamentação de novas leis que possibilitem então o incremento dessa agricultura orgânica no país.

Então nós nos colocamos à disposição para defender esses projetos aqui dentro e para promover

políticas também públicas no objetivo de incentivar essa agricultura, dar condições efetivas, como se colocou aqui, de promover, de dar prioridade e, principalmente, eu diria, que hoje os assentamentos rurais desse país se organizassem na cadeia produtiva e se tornassem os baluartes dessa agricultura, porque esses projetos que são conduzidos e são colocados simplesmente um agricultor, um sem terra, dando um lote, sem certificá-lo, sem regularizá-lo, sem organizá-lo numa cadeia produtiva, colocando-o a produzir uma *commodity* qualquer, essa agricultura está fadada ao desaparecimento. São produtores que sem logística, sem organização na parte comercial, na produção, não conseguem competir mais. Então dentro dessa agricultura familiar, de pequena escala ou de média escala, como muito bem colocou aqui o Joe, da empresa Malunga, eu vejo que independente de ser pequeno, de ser médio ou de ser grande, nós precisamos promover essa agricultura, mas sim dar condições aqui para que os assentados da reforma agrária sejam hoje os verdadeiros integrados dessa cadeia produtiva dessa agricultura orgânica desse país. Infelizmente as localizações dos assentamentos e a dificuldade de logística, de mercado, aonde deveria estar sendo localizado assentamentos próximos dos grandes conglomerados humanos, as grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, aqui em Brasília, que tem um mercado excepcional, e promover, onde hoje estávamos aqui colocando, promover que o INCRA conseguisse comprar áreas produtivas ou não, mas comprar, não só por disfunção social, mas adquirir áreas e formar um grande cinturão verde aonde se fosse dar ênfase e prioridade para a agricultura orgânica.

Então dentro dessa linha eu acho que nós podemos promover aqui no Congresso políticas públicas que visem fazer com que a reforma agrária se instale mais próximo aos grandes centros urbanos e promova-se, então, um cinturão verde, dando ênfase então à promoção da agricultura orgânica. Então dentro desse sentido é que eu gostaria de colaborar e ver o que é que nós podemos fazer aqui, Senador Neuto, para estar promovendo esse tipo de política para que o Governo Federal seja o grande propulsor desse novo desenvolvimento de produtos mais saudáveis para a mesa do brasileiro. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Senador Gilberto, agradeço pela participação e pela intervenção.

Nós vamos agora conceder um minuto para cada palestrante para fazer as suas considerações finais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, eu gostaria de agradecer mais uma vez e aqui pegando as palavras do Senador, eu acho que nós temos realmente... precisamos muito do apoio do Legislativo para algumas das ações, por exemplo, agora mesmo está tramitando no Congresso um Projeto de Lei que vincula a compra para a merenda escolar a 30% ser da agricultura familiar e nós temos uma proposta, já acordada com o MDA e já acordada com várias outras organizações governamentais, de que se agregue a isso que preferencialmente da agricultura orgânica, quer dizer, porque isso passa a ser um estímulo para que os agricultores possam fazer essa produção, porque esse problema de logística, que o senhor coloca muito bem, se o produto for adquirido para ser consumido pela própria comunidade do local, você quebra esse problema de deslocamento. Então isso é um dos grandes indutores a uma transformação local, regionalizada. Então nós entendamos ser essa, a questão das compras governamentais, como uma das grandes ferramentas que nós podemos ter para a difusão do conceito de agricultura orgânica.

E, logicamente, para isso, temos que atrelar uma outra questão, que é o fortalecimento da assistência técnica gratuita do Estado, que foi desmontada praticamente em boa parte dos Estados brasileiros e que fica muito difícil para esses pequenos agricultores, agricultores que estão sendo assentados, se não tiverem técnicos capacitados de levar essa informação, a orientação para que eles possam trabalhar dentro desse sistema, não vai adiantar também ter um mecanismo de compra se ele não tem como produzir.

Então são duas questões que estão bastante atreladas e nós consideramos fundamental que a gente possa fortalecer isso por meio de ações do Congresso que certamente vêm, não só muitas vezes por mecanismos de criação de leis, mas muitas vezes pela própria pressão que o Legislativo pode fazer sobre os Executivos, tanto federal, quanto estaduais e municipais para a adoção dessas políticas. Muito obrigado.

SR. JOE CARLO VIANA VALLE: Bom, primeiro eu queria comentar, Senador, o senhor viu que o povo orgânico é bem... todos cumpriram o prazo certinho, dez minutos, quatro segundos ou cinco segundos a menos. Eu queria parabenizar a todos os palestrantes da Mesa e agradecer a presença de todos que estão na platéia.

Mas, Senador, tem uma coisa que a Comissão de Agricultura pode fazer, que é muito importante para o mundo orgânico, não só para o mundo orgânico, mas também para a questão da produção no país, é a informação como é um insumo básico hoje, nós precisamos levar Internet para o meio rural. Eu acho que isso

é uma coisa fundamental para todos os segmentos, especialmente para a agricultura orgânica, que é uma agricultura baseada em informação. Então a Comissão de Agricultura pode fazer um trabalho importante nesse sentido, porque nós também temos um problema muito sério da juventude que é: quanto mais a gente fica distante da rede, quanto mais a gente fica distante da cidade, mais a gente é excluído. Então a juventude rural hoje sofre um processo violento e drástico de exclusão desse mundo e dessa sociedade de informação, e como conseqüência disso nós temos a certeza absoluta que nós teremos mais uma vez e para sempre a questão dos problemas da cidade.

E deixando assim também, falando que se a gente tivesse que votar, eu acho que essas duas questões que o Rogério colocou aqui são fundamentais: as compras governamentais institucionais e a extensão rural, a extensão rural como um elemento dinamizador, definitivo para a melhoria da qualidade de vida dos espaços rurais. Eu acho que a extensão é uma coisa fundamental.

E, Senador, pela sua sensibilidade, pela forma sóbria que o senhor vem trazendo e trabalhando a Comissão de Agricultura aqui do Senado, eu queria lhe agradecer e me colocar à sua disposição e convidá-lo desde já a uma visita a uma humilde propriedade orgânica para que a gente possa comer uma galinha caipira e ver um processo de produção no campo. Muito obrigado.

SRA. MARIA BEATRIZ MARTINS COSTA: Eu também queria agradecer, mais uma vez, a honra e a oportunidade de estar aqui nessa Casa, agradecer particularmente ao Senador, endossar o que o Rogério e Joe falaram da importância das compras governamentais e da extensão. E essa questão do cinturão verde que o Senador levantou, é da maior importância, porque a agricultura urbana é um fato e a gente tem que começar a pensar nisso, como é que a gente aproxima e quebra essa questão da logística, e aproximar cada vez mais o campo dos centros urbanos.

E uma pequena sugestão de como é que a gente poderia começar a trazer produtos orgânicos para casa, eu gostaria de sugerir, quem sabe aqui no Senado oferecer café orgânico institucionalmente. Eu queria só lembrar um exemplo, que a ONU oferece, obrigatoriamente o café oferecido nas Nações Unidas seja ou orgânico ou de comércio justo. Isso já é uma maneira de a gente iniciar, dar um exemplo aqui. Então eu ouso dar essa sugestão aqui na Casa, eu tenho certeza que não vai faltar produtor de café orgânico, nós temos um aqui que poderá certamente endossar que existe essa oferta, e eu acho que são esses pequenos exemplos que são catalisadores. Você começa num pequeno exemplo desse, daqui a pouco você expande, quem sabe a gente poderá ter sempre um café da manhã como esse aqui e assim as coisas vão caminhando. Então uma grande jornada começa com um primeiro passo.

Muito obrigada, foi um prazer enorme estar aqui.

SR. RENATO LINHARES DE ASSIS: Bom, também agradeço ao Senador realmente esse espaço que nós tivemos. Eu acho que uma das coisas mais importantes, quando a gente, há vinte e cinco anos atrás, resolveu fazer o primeiro empreendimento de agricultura orgânica no Estado do Rio, com a empresa, a gente escolheu um centro de produção convencional que era rodeada por aplicação de agrotóxico. E escolhemos isso dentro de uma lógica que a gente atendia que se a gente vencesse aquele desafio, a gente poderia ser seguido. Isso aconteceu na região serrana do Rio e o movimento da agricultura orgânica se dá muito por isso, pelos exemplos.

Então eu gostaria, Senador, de colocar ao senhor que o Estado do Mato Grosso, como um ícone do agronegócio brasileiro, ele tem um potencial incrível, seja para a pecuária sustentável orgânica, seja para a produção de grãos orgânicos, e é muito interessante a gente entender que é a partir dessa decisão, que seria um processo de conversão, onde a tecnologia disponibilizada que a gente viu aqui, é possível fazer esse processo de conversação. Pedir também a atenção também dentro da regulamentação da lei porque o agricultor, ele precisa desse processo de conversão, e durante esse processo de conversão muitas vezes a parte econômica fala muito alto. Então é preciso também atentarmos a política pública ao crédito para produtores que desejem o processo de conversão.

Para fazer um fechamento, eu acho importante a questão do consumidor, nós estamos trabalhando muito na ponta do mercado e, além da informação, o consumidor ser mobilizado. Nós temos, através da Semana do Alimento Orgânico, um grande movimento para isso, ocorre no Brasil inteiro, um esforço que o Ministério da Agricultura tem feito, que a coordenadoria tem feito, distribui material e cada militante aí da agricultura orgânica leva esse material em cada lugar, a gente faz vários eventos e mobiliza. Eu sou testemunha de a gente conseguir mobilizar hoje lá em Parati, todo ano em Parati tem uma Semana da Gastronomia e o alimento orgânico está inserido nessa Semana da Gastronomia diante de uma simples iniciativa, a partir da Semana do Alimento Orgânico, que o Ministério disponibilizou material e a gente distribui lá.

Então eu acho que essas medidas práticas, às vezes pequenas, se tornam medidas que dão um

grande efeito para a sociedade e para o aumento aí da produção e consumo de alimento orgânico. Muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, mais uma vez obrigado ao Senador pelo convite, pela oportunidade de a gente estar colocando aí a parte do trabalho da pesquisa da agricultura orgânica aqui na Comissão. Eu gostaria de reforçar também, mais uma vez, na própria fala do Rogério, a questão da comercialização, mas puxando um pouco a sardinha mais para o nosso lado, a questão realmente da importância da questão da extensão rural pública e estatal, é fundamental realmente para esse desenvolvimento da agricultura orgânica e, mais uma vez também, ainda puxando a sardinha, a questão de recursos efetivamente para a pesquisa, como a gente falou, na realidade, muito já se tem feito, mas eu acho que para a gente avançar realmente precisa de aumentar o aporte em recursos, principalmente se formos comparar aí os dois lados da agricultura, o que vai para um lado e o que vai para o outro, o que efetivamente hoje se aplica em termos de agricultura orgânica em termos de pesquisa acaba sendo um percentual muito pequeno e a gente precisa de alguma forma estar ampliando isso daí, na medida em que a gente acredita que esse realmente é um caminho para a agricultura brasileira e não só para uma agricultura de nicho, como o Fábio colocou, de uma agricultura para o país de uma forma geral, eu acho que muito se tem a aprender com a agricultura orgânica para a agricultura brasileira. Obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu queria agradecer a oportunidade também e reforçar, na verdade, que a agricultura orgânica, bem dizer, ela está nascendo com a necessidade de um amparo de todas as entidades públicas que possam estar contribuindo. E os Senadores, eu acho que é um fator fundamental para que a gente possa realmente dar seqüência a isso que está nascendo, a essa entidade orgânica que visa a vida, que visa a promoção social, que visa o restabelecimento de todo equilíbrio não só no Brasil, em termos, mas também no mundo inteiro.

Trabalhando com pequenas entidades na minha região, eu vejo cada vez mais a necessidade de reforçar um item, a formação técnica, o pequeno produtor precisa de respaldo para poder fazer essa mudança. Ele precisa de respaldo financeiro para poder fazer essa mudança, esse sair do convencional, e ele quer fazer isso porque a família dele está morrendo intoxicado, o pequeno produtor está morrendo intoxicado por um monte de doenças, pesticidas que estão intoxicando ele. Então essa mudança, ele precisa de respaldo financeiro para poder fazer isso.

E um terceiro item que eu vejo assim uma necessidade muito grande, o Senador também falou, que é a logística do produto orgânico, precisa também ser desenvolvida essa logística, facilitando também, dentro do produto orgânico, a diminuição dos custos de ICMS para que a gente possa ter condições realmente de estar levando o produto realmente a um custo que o consumidor aceite melhor e promova cada vez mais esse movimento orgânico.

Enfim, precisamos não mais do que o apoio, mas a liderança do próprio Senado em relação ao movimento orgânico. Eu agradeço, muito obrigado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mais uma vez eu gostaria de agradecer e parabenizar a iniciativa do Senador Neuto de Conto e, também, parabenizar o Senador Gilberto pelo diagnóstico preciso que fez do cenário da agricultura.

Também levantar a questão da merenda escolar. Realmente seria uma situação muito interessante para a distribuição, para a promoção da produção desses produtos locais, como aqui já foi levantado anteriormente.

E, também, o apoio à divulgação para a população em geral, ao consumidor, do que é o produto orgânico. Ainda se faz muita confusão. Países da Europa, dos Estados Unidos, do Japão, aqui foi dito, que tem esse entendimento, mas lá o Governo faz um aporte muito forte na divulgação do que é que é o orgânico. Acreditamos que a questão do orgânico não é somente uma questão de agricultura, é uma questão de saúde, é uma questão de saúde pública. Então torna-se uma questão realmente de Estado, Sr. Senador.

Hoje nós estamos aqui na Mesa com a iniciativa privada, o terceiro setor e o Poder Público. De fato nós estamos criando uma corrente muito forte que pode puxar, alavancar essa agricultura, e eu gostaria de finalizar dizendo que não existe uma corrente que seja mais forte do que o seu elo mais fraco. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós que agradecemos. Eu faço parte também da reforma tributária. Defendo um capítulo exclusivo para a agricultura e defendo a isenção total da cesta básica. Eu acho que é o fundamento que dá ao ser humano a oportunidade de comer sem pagar imposto e sim deixar para os outros segmentos.

Embora já o adiantado da hora, eu quero expressar o meu agradecimento a todos os palestrantes pelas brilhantes contribuições a esta Comissão, mas cumprimentar a cada um pelo tema que trouxeram e que certamente o Brasil que está nos ouvindo terá a oportunidade de saber o que pensam, cada segmento que aqui se manifestaram, em defesa da vida, em defesa da saúde através da alimentação.

Cumprimentos a cada um e a todos e encerro esta Reunião. Muito obrigado a todos. Está encerrado [palmas].

Sessão encerrada às 13h23.

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA E 25ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2008.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e oito, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **NEUTO DE CONTO** e **MARCONI PERILLO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, GERSON CAMATA, HERÁCLITO FORTES, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, PAULO PAIM, CÉSAR BORGES, JOSÉ NERY, JOÃO DURVAL, SERYS SLHESSARENKO, IDELI SALVATI, FRANCISO DORNELLES, INÁCIO ARRUDA, RENATO CASAGRANDE E JOSÉ MARANHÃO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Expedito Júnior, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Jayme Campos, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Marisa Serrano, Osmar Dias, Romero Jucá, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Valter Pereira, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, João Tenório, Sérgio Guerra e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública conjunta de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 19, de 2008 – CRA**, aprovado em 12.11.2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e **Requerimento nº 46, de 2008 – CI**, aprovado em 13.11.2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Eliseu Resende, com o objetivo de debater a regulamentação dos portos, conforme o Decreto nº 6.620, de 29 de outubro de 2008**,** com a participação dos seguintes convidados: **Exmo. Sr. Pedro Brito do Nascimento** – Ministro da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República **(SEP/PR)**; **Sr. Fernando Antonio Brito Fialho** – Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários –**ANTAQ**; **Sr**. **Luiz Antônio Fayet** – Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA; Sr. Nelson Carlini –** Diretor do Centro de Navegação Transatlântico –**CENTRONAVE**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Francisco Dornelles, César Borges, Gerson Camata, Gilberto Goellner e Ideli Salvati. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e pelo Senhor Presidente da CI e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto,** Presidente da CRA, – Senador **MARCONI PERILLO,** Presidente da CI.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a 25ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se a Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 19, de 2008 –CRA, aprovado em 12 de novembro de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e Requerimento nº 46, de 2008 –CI, aprovado em 13 de novembro de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Eliseu Resende, com o objetivo de debater a regulamentação dos portos, conforme o Decreto 6.620, de 29 de outubro de 2008, com a participação dos seguintes convidados, que desde já convido para comporem a mesa: o Exmo. Sr, Dr. Pedro Brito do Nascimento, Ministro da Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República; Sr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ); Dr. Luiz Antônio Fayet, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Dr. Nélson Carlini, Diretor-Geral da Empresa CMA/CGM Transportadora de Containers.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, nós então de imediato passamos a palavra ao Ministro Pedro Brito do Nascimento para colocar as suas considerações sobre esta Audiência Pública.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito bom dia a todos. Meu caro Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Deputados Federais.

Para mim é um prazer poder estar hoje aqui numa Reunião Conjunta de duas Comissões de grande importância para o país, no Senado Federal, discutindo um dos assuntos da maior relevância para o desenvolvimento do Brasil, que é o setor portuário. Eu entendo com muita clareza que o setor portuário brasileiro é responsável em grande parte pela competitividade da economia do Brasil e, naturalmente, responsável também pela competitividade do setor de agrobusiness no Brasil. Eu reputo que na cadeia logística brasileira, o elo portuário é o elo fundamental para o desenvolvimento da agricultura brasileira, para o desenvolvimento do agrobusiness e para o desenvolvimento do país. Tenho essa consciência muito clara e tenho trabalhado com toda a minha equipe na Secretaria Especial de Portos, sob a determinação do Presidente Lula, no sentido de reequipar o sistema portuário brasileiro. E apesar do pouco tempo, um ano e meio basicamente, o que nós já reconstruímos no setor portuário brasileiro, juntamente com toda a comunidade portuária, com os usuários, com os exportadores, com os importadores, com os investidores na área portuária, tem de fato começado a mudar de forma importante esse elo da cadeia logística brasileira.

Somente num dos aspectos, que era apontado, com justiça, como um dos graves do ponto de vista de gargalo portuário, a questão de dragagem, hoje o Brasil tem um Programa Nacional de Dragagem para os seus vinte portos mais importantes, já iniciado, já em execução. Nós já estamos concluindo, até o final deste ano, a dragagem, a primeira fase da dragagem do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, que é um dos portos mais importantes do Brasil. Estamos em fase de licitação da dragagem do Porto de Recife, cujas propostas já foram abertas, eu estou vendo até aqui o presidente do Porto de Recife, e vamos, na próxima semana, portanto, já dar início também à dragagem do Porto de Recife. Estamos em fase de licitação com a dragagem do Porto de Santos, que é o maior porto da América Latina, é o maior porto do Brasil, responde por 25% do fluxo total de movimentação do nosso montante de exportações e importações, e só a dragagem do Porto de Santos já mudaria todo o fluxo de tráfego de navios no país. Lá nós vamos dragar para 15 metros e alargar o canal para 220 metros, e isso em conjunto com o sistema de controle de tráfego automatizado vai permitir, inclusive, o tráfego em mão dupla de navios, o que vai aumentar, só essa providência, só essa providência vai aumentar em 30% a capacidade de movimentação de carga do Porto de Santos.

E tudo isso, o mais importante de tudo isso é que foi feito a partir de uma mudança legislativa, uma mudança no marco regulatório que permitiu que nós saíssemos de uma dragagem, que antes era feita na forma de se contratar por um determinado volume a ser dragado, para uma dragagem por resultado, o que significa que, por exemplo, no caso de Santos, essa profundidade de 15 metros, ela vai ser mantida de forma permanente em um contrato de longo prazo, a partir do que possibilitou essa mudança legal. Isso aí muda definitivamente o paradigma dos portos brasileiros na questão da capacidade que todos os portos vão ter para receber navios cada vez maiores. E não só no Porto de Santos. A licitação do Porto de Rio Grande, é outro porto fundamental para o país, também já está em processo, já está com data prevista para ser aberta a licitação, que já está em andamento.

Nós vamos lançar ainda este ano, ainda este ano as licitações dos Portos de Fortaleza, de Aratu, de Salvador, a segunda fase do porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, o Porto de São Francisco do Sul e o Porto de Itajaí, cujo processo vai ser modificado em função dos desastres recentemente acontecidos. Eu estive na semana passada lá em Itajaí, nós vamos fazer uma dragagem de emergência, já na próxima semana nós vamos estar dando a ordem de serviço, Senador, para que a dragagem comece imediatamente, e em noventa dias nós vamos concluir a dragagem de Itajaí. Nós já vamos poder ter o Porto de Itajaí operando daqui há cerca de vinte dias, com uma capacidade ainda parcial, mas logo imediatamente o Porto de Itajaí estará operando com a dragagem que nós vamos fazer. Além disso, também já vamos dar ordem de serviço na próxima semana para a recuperação dos dois berços que foram destruídos pelas enchentes.

Eu estou dando isso como exemplo para mostrar que as providências práticas para a mudança objetiva da situação portuária no Brasil estão sendo tomadas, isso em relação a obras de dragagem, em relação a obras de reaparelhamento dos portos brasileiros.

Podemos mencionar também outras providências importantes, como a questão do reporto, que foi já aprovada no Congresso, que é uma importante medida para garantir a capacidade de investimento do setor portuário. Estamos no momento com uma licitação internacional para contratar uma empresa que vai fazer o planejamento portuário brasileiro para os próximo vinte anos e, diga-se de passagem, um dos grandes gargalos dos portos brasileiros era a completa ausência de planejamento. Nunca se fez planejamento nos portos brasileiros que definisse as possibilidades de investimento, seja da iniciativa privada, seja do setor público, e nós estamos então já com esse processo de licitação em andamento, o que vai garantir para os próximos anos uma visão objetiva, uma visão planejada da situação portuária de todo o Brasil em função,

naturalmente, da demanda. Esse é o trabalho que nós estamos fazendo diante das expectativas, diante das demandas do mercado. O planejamento é para atender os exportadores e importadores do Brasil.

Nós estamos no momento com uma completa profissionalização no setor portuário brasileiro, nós temos hoje em todos os portos do Brasil competentes profissionais do mercado, executivos treinados e recolhidos do mercado portuário que estão fazendo toda essa gestão portuária, alguns dos quais aqui presentes, tudo isso dentro dessa nova visão do Poder concedente, que é o Estado brasileiro, em relação aos nossos portos.

E estamos assistindo um grande número de investimentos acontecendo no Brasil inteiro. Nós hoje temos projetos de expansão em todos os portos do Brasil, desde o Porto de Vila do Conde, no Pará, até o Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, estão acontecendo projetos de investimento em todos os portos brasileiros. Somente para citar alguns exemplos, no caso de Santos, que é o nosso porto mais importante, nós temos já em andamento um grande projeto de expansão, que é a EMBRAPORT, com investimento de 650 milhões de dólares, que vai aumentar em 1/3 a capacidade de movimentação de containers do Porto de Santos. Na semana passada eu recebi em audiência o Presidente da segunda maior empresa de containers do mundo, que é a MSC, que garantiu para o Brasil, apesar da crise internacional pela qual nós estamos passando, garantiu para o Brasil investimentos de 1 bilhão e 600 milhões de dólares e mais um terminal dentro do Porto de Santos, um terminal que vai movimentar 1 milhão e 100 mil containers, além de um terminal de granéis líquidos. Então são projetos de expansão que estão acontecendo no momento para o Brasil, investimentos que já estão em marcha. Somente no caso do Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, nós temos cerca de dez projetos, dez consultas de projetos de novos investimentos no Porto de Itaguaí. Estamos com uma grande expansão lá em Vila do Conde. O Porto de Itaqui, no Maranhão, está recebendo dois novos terminais para granéis. O Porto de Salvador, na Bahia, está recebendo uma expansão em mais um terminal de containers. O Porto de Rio Grande também está recebendo novos investimentos em novos terminais. Então nós estamos assistindo há vários projetos que estão em implantação no Brasil em termos de novos investimentos no setor portuário.

E temos tido a preocupação de manter um contato permanente com todos os setores, com todas as atividades empresariais no Brasil inteiro, e também com a classe trabalhadora, que tem certamente uma grande parte de mérito pelo sucesso e pela resposta que o setor portuário brasileiro tem dado ao grande crescimento do fluxo de comércio internacional que o Brasil experimentou nos últimos anos. Em 2000, por exemplo, o fluxo total de comércio internacional do Brasil era de 100 bilhões de dólares. Pulou em 2007 para 282 bilhões de dólares. Esse ano, para 320 milhões de dólares. 90% disso passam pelos portos e os portos estão dando conta do recado sem que haja nenhum problema mais grave no atendimento de toda essa demanda.

Existem, inclusive, até mesmo em algumas situações, até mesmo investimento. Eu estive, por exemplo, em Santos, há quinze dias atrás, em um dos grandes terminais de granéis do Porto de Santos, o TGG, que tem do seu lado uma área aprovada para a expansão, aprovado pela ANTAQ, aprovado pelo Governo, e esse projeto de expansão está sendo postergado por falta de carga que no momento justifique essa nova expansão.

Eu tenho procurado, em todos os Estados, em todas as visitas constantes que eu faço aos portos brasileiros, ter uma intensa conversa e uma intensa negociação com todas as Confederações de Empresários, com todas as Federações de Empresários, e esse trabalho tem sido feito em comum acordo com a Confederação, por exemplo, da Agricultura. A Senadora Kátia Abreu me recebeu há algum tempo atrás lá na Confederação Nacional de Agricultura, onde nós pudemos discutir o que é que poderíamos fazer em conjunto e permanecemos integralmente abertos a essa possibilidade. Eu me lembro que nessa reunião foi definido até o nome do Fayet, que está presente aqui na Mesa, como sendo a pessoa de interlocução com a Secretaria Especial de Portos. Queremos, precisamos e acho que é mandatório se fazer esse trabalho em conjunto com a Confederação Nacional de Agricultura, com a Confederação Nacional da Indústria, com a qual também tive várias reuniões, e do mesmo jeito estamos fazendo um trabalho de comum acordo com a Confederação Nacional da Indústria, e todo esse planejamento do setor portuário brasileiro, ele não pode, naturalmente, ser feito sem essa relação direta, sem essa conversa diária, sem esse trabalho permanente com as diversas Confederações que representam os interesses ou dos exportadores ou dos importadores brasileiros.

Antes de entrar diretamente na discussão do Decreto, eu gostaria de pontuar uma coisa que é importante, que é uma premissa do nosso trabalho. É que o modelo portuário brasileiro é um modelo que é semelhante ao modelo do mundo inteiro. Em toda a parte do mundo os portos são públicos, são equipamentos públicos. Não há praticamente cessão. Se nós pegarmos

o norte da Europa, o Porto de Rotterdam, na Holanda, o Porto de Hamburgo, na Alemanha, o Porto de Antuérpia, na Bélgica, que eram há alguns anos atrás os maiores portos do mundo, Rotterdam era o maior porto do mundo há dez anos atrás, hoje não é mais, porque os portos da Ásia assumiram essa liderança como os maiores portos do mundo, mas todos esses portos do norte da Europa são portos públicos pertencentes, na sua grande maioria, às municipalidades. Por exemplo, o porto de Rotterdam, ele pertence ao Município de Rotterdam, 66% ao Município de Rotterdam, e o restante ao Estado da Holanda, à União. E assim são os demais portos do norte da Europa, todos são portos públicos pertencentes à municipalidade. Os portos da Europa, digamos, Latina, tipo Barcelona, na Espanha, Le Havre, na França, os portos da Itália, todos também são portos públicos, no caso pertencentes aos Governos Estaduais. Por exemplo, o Porto da Catalunha, o Porto de Barcelona, é um porto pertencente ao Governo da Catalunha. O Porto de Valência é um porto pertencente ao Governo da região de Valência. Então todos os portos europeus são portos públicos, com exceção, a única exceção é a Inglaterra, onde os portos são privados.

No caso da Inglaterra, a Inglaterra não tem grandes portos, os portos da Inglaterra são pequenos quando comparados aos demais portos da Europa. Eu estive recentemente em Salf Hampton(F) – 0:18:49, que é o maior porto da Inglaterra, que é a metade de Santos. Lá na Inglaterra os portos são privados, embora pequenos, mas mesmo assim, mesmo assim, Senador, nenhum porto, nenhum investidor pode chegar e dizer: "Olha, eu vou colocar o meu porto aqui". Todos esses portos passam por um longo processo de estudo por parte do Governo e são autorizados ou não depois de um longo estudo por parte do Governo. O próprio senhor(F) – 0:19:17 do Porto de Salf Hampton(F) me disse que num projeto de expansão que eles demoraram oito anos, com estudos, com análise de viabilidade, no final o Governo não aprovou e o porto não foi expandido. Então mesmo na Inglaterra, que é o único caso no mundo onde os portos são privados, há um longo processo de aprovação dentro do Governo.

Quando nós vamos para os Estados Unidos, observamos o mesmo modelo, todos os portos nos Estados Unidos são portos públicos. O Porto de Nova Iorque é um porto público pertencente ao Estado de Nova Iorque. O Porto de Los Angeles é um porto público pertencente ao Estado da Califórnia e assim por diante. Todos os portos americanos são portos públicos.

Todos os portos asiáticos são portos públicos. O maior porto do mundo, que é o Porto de Xangai, que hoje movimenta quase 30 milhões de toneladas de containers, é um porto público onde apenas dois operadores fazem a movimentação dessa quantidade gigantesca de containers.

Então esse modelo de porto público, portanto, é um modelo de sucesso no mundo inteiro. Claro que tanto lá como aqui a propriedade dos portos, embora sendo do Governo, não dá ao Governo a operação portuária. Toda a operação portuária é privada, como é aqui no Brasil. Então o Porto de Santos, é um porto público, mas toda a operação do Porto de Santos é uma operação privada. No Brasil o Estado não opera um grama de carga. Toda a operação portuária no Brasil é feita pelo setor privado. O Estado, seja a União, seja os Governos Estaduais, seja o Governo Municipal, nenhum Estado, nenhum ente público faz a operação portuária. Toda a operação portuária é privada e todos os investimentos são privados, naturalmente sob regime de licitação, sob regime de arrendamento, como determina a nossa Constituição.

Portanto, embora esse modelo seja um modelo público, é o chamado *landlord port model*, que é o modelo do mundo inteiro, a operação é sempre privada e os investimentos dos equipamentos e nessa operação são sempre investimentos privados, naturalmente obedecendo à Constituição brasileira que determina que seja feita licitação para prestação de serviço público.

Então esse é o modelo e eu quis fazer essa introdução para entrar na discussão específica do Decreto, que é objeto da nossa Reunião, porque naturalmente esse Decreto, ele assume essas premissas e o Decreto, naturalmente, ele não tem nenhum poder de mudar a Lei. O Decreto, ele, como é definido, o Decreto, ele apenas normatiza a Lei, normatiza a Lei 8.630, que é a Lei dos Portos, utilizando, naturalmente, também, o que disciplina a Lei de Licitações e a Lei de Concessões. O Decreto, portanto, ele não cria nenhuma novidade, o Decreto não adiciona coisas novas no marco regulatório porque não é instrumento para isso. O Decreto é um instrumento de regulamentação e assim nós fizemos. O Decreto, ele regulamenta a Lei 8.630, que é Lei dos Portos, e naturalmente busca subsídios na Lei de Licitações e na Lei de Concessões. E, claro, o fundamento maior, a nossa Constituição, que determina que todo serviço público seja licitado para ser concedido à iniciativa privada.

Então o Decreto, ele é bastante amplo do ponto de vista de definição de políticas públicas. O Governo, através do Decreto, define, portanto, muito claramente quais as suas políticas públicas para o setor portuário brasileiro.

A primeira definição, e aí essas definições todas tiveram como objetivo prático retirar dúvidas que existiam no mercado, dúvidas que estavam impedin-

do, inclusive, investimentos privados, que é o que nós desejamos que aconteça, que é o que nós queremos estimular e que é exatamente o que o Decreto faz, estimular investimentos privados. E, claro, dentro do regramento da Lei, obedecendo aos princípios legais e obedecendo à Constituição brasileira. Nós não poderíamos criar nenhum instrumento que estimulasse investimentos privados sem obedecer ao marco regulatório existente. Qualquer outro instrumento diferente desse tem que passar pelo Congresso e tem que haver uma mudança ou constitucional, se for o caso, ou uma mudança legal.

O Decreto, em primeiro lugar, ele retira uma das grandes discussões que tinha no mercado, que era a questão de definição de carga própria e carga de terceiros, que agora não existe em canto nenhum do mundo. Cabe aos portos, como modal de logística, promover a rápida e eficiente e a mais barata possível, dar fluidez nas cargas de uma determinada economia, de uma determinada região. Então se a carga é própria ou carga de terceiros, isso não importa, isso não tem nenhuma relevância. O que importa é que nós temos que ter portos que possam ter a competência e a eficiência necessária, inclusive para reduzir e para dar competitividade aos nossos produtos. Então, em primeiro lugar, o Decreto dá essa clareza, dá essa clareza legal. Quando ele diz, por exemplo, que os terminais privativos, e hoje no Brasil já são 124 terminais privativos, o Dr. Fernando Fialho da ANTAQ certamente tenha esse números aí mais precisos, porque cabe à ANTAQ dar essas autorizações, mas hoje o Brasil já tem 124 terminais privativos. Esses terminais privativos, agora definidos com muita clareza, eles atendem ao interesse específico de uma determinada empresa que precisa ter seu porto para operar. Um terminal privativo, portanto, é um equipamento que é uma extensão do negócio da empresa. O terminal privativo, ele faz parte da estratégia de investimento, da estratégia de negócios de uma determinada empresa. São os casos claros da Vale, da Petrobrás, da Bunge, da Cargill e de muitas outras empresas que precisam ter seus portos como parte do seu processo produtivo. O porto, nesses casos, é um centro de custos, não é um centro de ganhos, não é um centro de lucros da empresa, é um centro de custos. O porto, nesta situação, como eu já disse, faz parte do processo produtivo da empresa. Portanto, nesses casos, o Governo continua autorizando, dentro do processo simplificado, quaisquer pedidos de terminais privativos que cheguem ao Governo, que cheguem à ANTAQ para serem analisados. Serão autorizados imediatamente. O nosso interesse é que quanto mais empresas precisando ter portos tiverem, melhor para nós e nós vamos autorizar rapidamente. Não é isso, Dr. Fernando Fialho? Dentro do que a Lei determina. Agora está muito claro que terminal privativo, repetindo, que é importante essa diferença, é aquele que faz parte do processo produtivo na empresa. Nós não podemos admitir, como estava começando a acontecer, que se usasse essa possibilidade legal do terminal privativo, para atender uma necessidade específica da empresa, como um atalho para se ter outros tipos de terminais que não aqueles previstos em Lei para atender a empresa como sendo... fazendo parte do seu processo produtivo.

Outra coisa que nós clarificamos também foi a questão de como a iniciativa privada pode participar, deve participar e será sempre incentivada a participar dos portos brasileiros, como aliás está acontecendo no dia-a-dia. Todo dia eu recebo vários empresários e vários investimentos que estão acontecendo no Brasil, mesmo apesar da crise, na expansão portuária brasileira. Mas o que nós definimos no Decreto, que aliás é um preceito constitucional, é que neste caso nós temos que fazer uma licitação e, naturalmente, que não vejo por que se temer o processo licitatório, que é algo constitucional e democrático e que deve acontecer mesmo em nome da transparência, em nome de que as coisas sejam feitas numa disputa clara por quem tenha interesse de investir no setor portuário brasileiro. Então neste aspecto o Decreto também é muito claro e define com precisão que qualquer investidor poderá apresentar ao Governo sua proposta de investimento, que nós iremos analisar, e se estiver de acordo com o planejamento portuário brasileiro esse porto será submetido a um processo de licitação e o porto será, portanto, administrado pela iniciativa privada.

Nós criamos então no Decreto a possibilidade de novos portos organizados, administrados pela iniciativa privada, desde que se faça a licitação. O que nós eliminamos foi aquela possibilidade de alguém ter um porto para containers, por exemplo, com uma simples autorização, sem que haja uma disputa, sem que haja uma concorrência, sem que haja uma licitação, e essa concorrência pode começar imediatamente. Nós já estamos concluindo, vamos concluir até o final deste ano essa modelagem de licitação em conjunto com a ANTAQ, aliás, hoje à tarde nós vamos ter mais uma reunião que vai discutir essa modelagem de licitação, e o nosso plano é já em janeiro, já no próximo ano, no início de ano, já estar com essa modelagem pronta, de sorte que qualquer projeto que for apresentado ao Governo possa, imediatamente, se submeter a esse processo de licitação. Nós não precisamos, necessariamente, esperar pelos 180 dias que a ANTAQ tem de direito para preparar o Plano de Outorgas.

O Plano de Outorgas é aquele plano que vai definir, ao longo do país, todos os locais em que há necessidade de portos e que tipo de porto. Esse Plano de Outorgas é que vai orientar a Política de Governo, como poder concedente, como definido pela Constituição, aqueles locais onde poderão haver investimentos portuários e que tipo de porto, mas independentemente do Plano de Outorgas isso está claro para o mercado, está definido para o mercado, a partir de janeiro nós já poderemos colocar em licitação quaisquer projetos que sejam apresentados para essa licitação.

E nós não imaginamos que esse processo de licitação seja feito de forma onerosa, como alguém critica. Na verdade nós não temos ainda esses critérios, esses critérios estão sendo definidos. O que nós estamos caminhando é para um modelo e nós vamos inclusive discutir com o mercado isso, mas o que nós estamos caminhando é discutir para ter um modelo onde exista, talvez, alguma parcela de outorga, que vai compor um fundo para financiar investimentos na atividade portuária, que se busque um preço público módico, que a nossa principal preocupação é que os portos, prestando serviços públicos, possam ter preços módicos, então essa vai ser uma preocupação, bem como cláusulas contratuais de desempenho determinando a esses portos regras de competição, determinando a esses portos critérios e objetivos para avaliar a sua competitividade e, principalmente, pela natureza pública do serviço que ele presta. Então essa modelagem está sendo preparada no sentido de incentivar que esses investimentos sejam feitos e nós procuraremos, portanto, ter um modelo que não seja necessariamente um modelo oneroso, um modelo que vá tirar a competitividade do setor privado. Ao contrário, nós queremos é dar um modelo de licitação que dê alta competitividade ao setor portuário brasileiro.

Então esse, na verdade, é o principal item em discussão no Decreto. Nós fizemos uma série de discussões antes da publicação do Decreto com todo o mercado portuário, que pode dar a sua opinião, pode dar a sua contribuição, pode dar a sua interferência ao longo da formulação do Decreto, e depois da publicação do Decreto já tivemos várias discussões e não encontramos, por parte dos investidores, nenhum tipo de problema que venha a afastar os investimentos privados. Ao contrário, nós temos recebido com insistência várias propostas de investimento e esperamos que já no início do próximo ano nós estejamos aptos a colocar no mercado as propostas de investimento que nos forem apresentadas.

Eu queria, Senador, sem abusar do tempo que o senhor me concedeu, apresentar essas primeiras considerações sobre o Decreto e, naturalmente, ficar à sua disposição, à disposição do Plenário para o debate. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado ao Ministro Pedro Brito. Nós queríamos também anunciar a presença em nosso Plenário do Deputado Márcio França, líder do PSDB, e também dizer que esta Audiência Pública é conjunta com a Comissão de Serviço de Infra-Estrutura, onde o seu Presidente, o eminente Senador Marconi Perillo, já se encontra também na Mesa e deverá a partir de agora presidir essas nossas Reuniões. Portanto, com a palavra o Senador Marconi Perillo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura, ilustres convidados, Senadora Kátia Abreu, Senador Eliseu Resende, autores dos requerimentos, demais Senadores aqui presentes, convidados.

É com grande interesse que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura participa conjuntamente desta Audiência Pública. Nós temos um interesse grande de debater exaustivamente a questão dos portos, porque na nossa opinião ainda é um dos gargalos para a competitividade do Brasil.

Agradeço a manifestação do Exmo. Sr. Ministro Pedro Brito e tenho a satisfação de passar a palavra ao Sr. Fernando Antônio Brito Fialho, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO: Senador Marconi Perillo, Senador Neuto de Conto, Ministro Pedro Brito, Srs. e Sras. Senadoras, Senadores, Deputados, senhores e senhoras.

É mais uma vez uma satisfação, Senador, estar presente aqui nessa Comissão para discutir um tema de tamanha importância para o desenvolvimento do país. E essa oportunidade, eu acho uma oportunidade de muito interessante, porque junta duas Comissões que têm aí uma inter-relação muito forte. Na ANTAQ nós temos procurado trabalhar valorizando fundamentalmente a discussão e aprimorando cada vez mais essa discussão para que nós possamos avançar na construção de um arcabouço regulatório mais interessante para o país. Nós temos como papel de agência reguladora criar as normas, fazer as outorgas, tanto na área portuária, como na área de navegação, e na área de navegação interior.

Aproveitando inclusive para fazer um parênteses e aproveitando que as duas Comissões estão juntas, eu quero, nesse parênteses, reiterar a nossa firme determinação de que nós continuemos perseguindo

a utilização plena das nossas hidrovias. Para o setor do agronegócio brasileiro é fundamental para a competitividade e para a manutenção da competitividade, até para que isso funcione como um programa de distribuição de renda no campo, que nós tenhamos a utilização das hidrovias de maneira mais marcante, mais forte, assegurando que na implantação dos novos projetos hidroelétricos nós tenhamos a implantação das eclusas em conjunto, para que nós, com isso, tenhamos aí um cenário de utilização plena dos vários Mississipis que o Dr. Faria sempre menciona, que nós temos nesse país, que estão à disposição e que ainda são muito pouco utilizados para assegurar a nossa competitividade.

Mas indo mais diretamente com relação ao Decreto, eu acho que o Ministro Pedro Brito fez os comentários preliminares de forma muito precisa. Eu queria apenas acrescentar alguns dados que nós estamos avaliando e consideramos importante.

Eu acho que o Decreto trouxe um aspecto de planejamento. Ficou muito claro, primeiro, ficou muito claro a forma que o Governo Federal, a política pública para o setor portuário delineada pelo Governo Federal. O Decreto foi uma determinação da política pública para o setor. Nessa linha, e esta política, ela veio consolidando a visão do Governo de que a prestação de serviços deve ser efetuada primordialmente nos portos públicos, e nessa linha trouxe, em conjunto, a visão de planejamento, incorporação do planejamento, valorizando o Plano Geral de Outorgas, valorizando os Planos de Desenvolvimento e Zoneamento e Programas de Arrendamento dos Portos. O Plano Geral de Outorgas que nós estamos já avançando. Celebramos, inclusive, um convênio de cooperação com o CENTRAN para nos apropriarmos da base de dados, com a devida atualização, que o CENTRAN utilizou na formulação para o PNLT, o Plano Nacional de Logística dos Transportes, em função disso definindo regiões logísticas e identificando origens e destinos de cargas, para que com esse dimensionamento de origens e destinos de cargas e com a avaliação da capacidade portuária instalada hoje, nós possamos identificar quais são efetivamente as novas demandas que vamos precisar e aonde vamos precisar de novas instalações portuárias para prestar serviço ao país e contribuir no aumento da corrente de comércio, como vem acontecendo nesses últimos anos.

Um elemento importante é o que Plano Geral de Outorgas, a despeito de incorporar esse aspecto de planejamento e de que ele traz no seu bojo a identificação das regiões logísticas e das demandas naquelas regiões logísticas, é importante salientar que com relação a terminais privados, que são por si só originadores de carga e que têm projetos industriais atrelados, esses serão analisados considerando o projeto industrial atrelado, o projeto de produção atrelado, no caso do agronegócio no projeto de produção primordialmente.

No caso dos portos públicos, além dos portos que serão concessionados a partir da identificação dessa necessidade, dessa demanda, também há a oportunidade de que o Governo, por uma decisão de indução de desenvolvimento, decida implantar numa determinada região um novo porto e, com isso, induzir o desenvolvimento de uma determinada região. Aliás, nós temos discutido, junto com o Ministro Pedro Brito, junto com a Casa Civil, um porto no sul da Bahia que tem essa característica, de indutor de desenvolvimento. Então esses aspectos são aspectos relevantes.

Na questão dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento e Programas de Arrendamento, considerando que o foco é no porto público, nós temos no Decreto uma definição que para nós traz uma definição muito importante quanto à questão dos arrendamentos. Os arrendamentos têm sido praticados e entendidos como alienação de patrimônio público. Aliás, isso foi um pleito que nós vínhamos discutindo já algum tempo e ficou muito claro de que arrendamento não é alienação de patrimônio público. Isso era entendido dessa forma porque os portos se encontravam no PND e acabou sendo considerado como se fosse alienação de patrimônio público, quando na verdade é cessão onerosa de uso de bem público, porque assim a verdade é. O arrendamento nada mais é do que o leasing de uma área durante vinte e cinco anos, prorrogáveis por mais vinte e cinco, para a instalação de um negócio prestador de serviço. Então nessa linha acredito que conseguiremos, a partir dessa definição, também incorporar uma maior celeridade nos processos de arrendamento, o que vai, com isso, contribuir para a melhor utilização da infra-estrutura pública existente para que nós possamos potencializar a utilização delas.

Outro aspecto importante é que dentro também da infra-estrutura existente há a demanda e a necessidade, e também está de forma clara, a vontade política, a determinação de que nós venhamos a modernizar as instalações públicas existentes. Modernizar trazendo, incorporando as novas demandas de mercado, que modificou, eu acho que o Dr. Carlini deverá falar a respeito do novo cenário de embarcações que passam a navegar na costa brasileira, nos portos brasileiros, e isso demando um aprimoramento não só de equipamentos, mas até em alguns casos de adequação de área com relação aos terminais existentes.

Outro aspecto importante, que eu acho que é fundamental relatar e o Ministro já mencionou que estamos

trabalhando numa nova modelagem, inclusive com uma discussão em conjunto com o BNDES, para criar uma formatação que venha de forma mais célere possível atender a demanda de mercado, é que dentro desse aspecto de que se modifique a visão patrimonialista, nós estamos trabalhando no sentido de identificar o melhor formato que privilegie o usuário, que privilegie a redução efetiva de custo para o usuário. Quando eu falo a visão patrimonialista, é que as licitações em geral têm ocorrido no sentido de arrecadar o máximo possível para a União, para as autoridades portuárias. No entanto isso onera, no futuro, as tarifas a serem praticadas, porque é um componente financeiro. A remuneração desse capital tem que ser considerado depois para os investidores. Então é um aspecto importante que nós estamos trabalhando no sentido de tentar mudar a visão e, definido o rumo dessa política, a ANTAQ também vai trabalhar na elaboração da norma para a licitação de concessões.

Baseado também no que delineou o Decreto, nós estamos, além do Plano Geral de Outorgas, estamos finalizando a revisão da Resolução 517 e da Resolução 55. Queremos, nos primeiros meses do ano, já colocar em Audiência Pública essas duas Resoluções para que nós possamos, o mais rápido possível, finalizar esse processo, e vem sendo discutido longamente com a sociedade, aliás, é importante ressaltar que não é um processo simples a mudança de uma norma pelo simples fato de que mexe com direitos, mexe com interesses, e nós temos procurado fazer isso com o maior equilíbrio possível, dentro da maior previsibilidade da ação que se requer de uma agência reguladora, e é com esse equilíbrio que nós temos procurado honrar a confiança que, através dessa Comissão, o Senado nos concedeu e que temos, junto na diretoria e colegiado, conduzido as nossas ações.

Eu acho que, como premissas iniciais, eu quero agradecer a oportunidade e nos colocar à disposição para mais esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Dr. Fernando Fialho, Diretor da ANTAQ, pela exposição, e concede a palavra ao Sr. Nélson Carlini, Diretor-Geral da Empresa CMA Transportadora de Containers.

SR. NÉLSON CARLINI: Muito obrigado, Sr. Presidente, muito grato, Sr. Ministro, é um prazer estar aqui, estou convocado, eu estou vindo do lado privado tentar mostrar um pouquinho da nossa angústia quanto às necessidades de novos investimentos. Esta apresentação é por demais técnica, eu acho que a gente tem que concentrar-se em alguns problemas.

A situação atual. O Brasil atingiu o estágio que tem hoje em dia em evolução do seu comércio exterior, que algumas medidas foram tomadas há dez, quinze anos atrás, e a transferência para a operação privada dos terminais públicos foi gradativa e ela deu resultado. Ela deu resultado em termos de grandes investimentos que aconteceram pelas empresas privadas, após licitação, melhoria da eficiência, melhoria da efetividade da produção e redução de custo. Isto aconteceu, o Brasil foi capaz, portanto, de enfrentar, de vender melhor os seus produtos, de movimentar com mais rapidez o produto. O que acontece? Aconteceu do Brasil, nessa evolução, ter atingido um patamar de esgotamento das instalações existentes. Então o modelo de transferência das áreas públicas dos portos para os privados fazerem melhorias, se esgotou, se esgotou, fisicamente esgotado, se ocupou tudo que podia, se colocou equipamento onde podia e isto não consegue ser mais repetido este modelo, são necessárias novas áreas.

O problema hoje em dia é que nós estamos tendo quando demora nas operações, os navios esperam bastante tempo, o problema de dragagem está sendo enfrentado, os navios devem evoluir, aumentar o seu tamanho para baixar custo de frete, a competição para aumentar precisa que novas companhias prestem serviço de transporte, você precisa de mais berços de atracação, lugar para atracar navios. O Brasil, o sul do Brasil, o sul e o sudeste hoje em dia, tendo toda a sua capacidade esgotada, você não consegue estabelecer novas linhas de navegação. Eu estou me referindo aos navios containers. Tudo aquilo que se refere a granéis sólidos e líquidos, as soluções dadas pelo Vale do Rio Doce, estatal então, e pela Petrobrás, ainda estatal, são perfeitas. Eles têm a solução perfeita para os seus produtos. Nem sempre eles movimentam apenas suas cargas, também cargas de terceiros, certo? Então a Vale do Rio Doce tem aí exportação de minério e importação de carvão para as usinas que transitam pelas suas instalações e ela é autorizada por isso.

O que se procura nos containers dos manufaturados, no que se chamava de carga geral no passado, são soluções flexíveis como esta, permitir que investidores privados possam fazer investimentos e venham a prestar serviços, além das suas cargas próprias, para aumentar o quê? A eficiência das instalações e aumentar a capacidade de competição entre os terminais. A capacidade de competição entre os terminais é essencial, porque ela é o balizador certo do custo dos serviços e na melhoria do comércio interior do fluxo de cargas.

Quando se cita Rotterdam, se cita o mundo inteiro, que o Governo está lá e etc., é tudo do ponto de vista do Governo, tudo que foi dito é coerente, é certo e é defensável. Rotterdam não faz licitação pública

para transferir os terminais para os operadores. São transferidos apenas por projetos, por capacidade de produção, por capacidade de executar a operação. No Brasil, quando se fala em licitação, a mim vem sempre à memória, como o senhor disse, sempre pensa que é onerosa. Toda a licitação pública brasileira, que eu conheço, é onerosa. Cobra-se alguma coisa, exige-se algum pagamento pelos movimentos que se faz. Portanto, isso é oneração.

Onde não caberia esta e onde o Decreto nos choca? Ele, na minha opinião, é inibidor de investimentos. Ele nos choca no fato de uma iniciativa privada, em terras privadas, ter que ser obrigatoriamente levada à licitação. Esta é a discussão toda, fundamentalmente é este o ponto.

Quando o Governo está transferindo o seu porto, as suas instalações, tudo aquilo que ele já fez e tem algum investimento colocado ali e ele transfere a um privado, ele faz isso através da licitação. Mas quando um privado, tendo a sua posse, a sua terra, a possibilidade de criar um terminal para poder servir ao público, às cargas, por que é que ele não pode fazer isso, por que é que ele tem que levar isso à licitação pública para criar um custo maior sobre o investimento que ele iria fazer? Ia fazer o investimento à conta e risco dele. O Governo não vai colocar nada. Nenhum serviço desse, obviamente, seria autorizado sem que se passasse pelos setores do Governo determinados a isso: a ANTAQ, a ASEP, todas as autorizações ambientais, todas as autorizações municipais, a própria Receita Federal, finalmente, precisa aprovar esses investimentos.

Eu digo o seguinte: um investimento como a EMBRAPORT, que foi citada pelo Ministro aqui, como a PORTONAVE, que hoje em dia é o único porto que subsiste em Itajaí, é um porto privado. Esses dois investimentos não seriam possíveis da forma como foram feitos senão tivesse aqui o art. 53 isentando os atos legais anteriores. Então esses bons exemplos de bons investimentos feitos pela iniciativa privada à sua conta e risco, eles estão inibidos pelo Decreto da forma que ele está.

Então o ponto de vista dos investidores, nós somos usuários, esse sistema(F) – 0:52:46 de navegação aqui têm 105 anos no Brasil e nas cargas de containers a gente transporta 95% das cargas conteinerizadas do Brasil e das cargas gerais.

Então estes utilizadores de portos, eles estão precisando é de portos novos, mais eficientes, multiplicados e competindo entre si. Quando o Governo parte sempre do ponto de vista "Eu tenho que planejar, eu tenho que dizer aonde vai ser feito e só poderá ser feito onde eu quero, eu vou determinar a competição entre os portos", ele está inibindo a concorrência, ele está protegendo os seus investimentos e ele não está possibilitando aquilo que acontece no exterior, mesmo nos portos públicos, onde continuamente os Governos lá, Rotterdam de novo, investem desde 1970 para cá eles fizeram quatro novos terminais, cada um com um operador diferente, mas lá eles têm recursos. Aqui nós conseguimos atrair, por algum tempo, até esse setembro, investimentos de empresas privadas, de fundos de investimentos do exterior, Banco Mundial e etc., para poder fazer investimentos no Brasil de uma forma mais livre e rápida. O que acontece? Se nós formos agora estabelecer um processo como aqui está feito, Plano de Outorga, dois anos para estabelecer a licitação, oito anos demora um processo desse. Um terminal novo, entre a sua concepção e a sua entrada em operação, demora de sete a dez anos. São esses os casos, EMBRAPORT, são esses os casos, PORTONAVE.

Então o que é necessário, na minha opinião, é abrir uma possibilidade do investimento privado sob autorização do Governo. Não é onde quiser. Eu tenho um apartamento em Copacabana, não posso fazer um píer na frente da minha casa e começar a atracar navio. Isso é impossível, todos nós sabemos disso. A legislação toda está aí colocada para isso. Começamos com a ASEP, com ANTAQ, etc., mas por que obrigar uma terra privada, uma concepção privada de um terminal de ser colocada em licitação pública para, inclusive, terminar na mão de terceiros? Quem conceber o projeto, quem tem a propriedade, perder o controle sobre aquilo que concebeu. Isto, para mim, é apenas a inibição da capacidade de investir e a inibição da concorrência.

Como resolver esse problema, se fosse possível conseguir isso? Eu não sou político, eu sou simplesmente o demandante da competição e da concorrência de novos serviços. Quem já está colocado, quem já fez seu investimento e conseguiu fazer o investimento sob as regras da competição, da licitação pública, e considera-se onerado porque tem que pagar, poderia-se estudar o caso dessas pessoas para se transformar numa concorrência equânime com os outros. São duas comparações diferentes. Assumir um porto já investido, você começa no dia seguinte a faturar e você tem investimentos a fazer. O outro camarada está pegando uma terra virgem, vai demorar oito anos para começar a produzir. São duas situações completamente diferente, mas mesmo assim poderia-se diminuir a oneração dos terminais públicos atual. Isto está na mão do Governo e isso é favorável a quem? A todo o trâmite de cargas no Brasil. Isto é favorável a quê? A que se possa reduzir custos no Brasil. Não pensemos que nós temos custos baixos não. Nós perdemos da Argentina, perdemos em

produtividade e perdemos em preços da Argentina. Dói no fígado. Eles têm contra eles Deus, que é brasileiro, porque o calado deles é limitado eternamente, então eles não vão passar dos 36 metros. Isso o Ministro aqui está conseguindo aumentar o Brasil, nós vamos para 15 metros, em alguns portos 17 metros. Por que isso é necessário? Não é porque os armadores desejam, porque nós temos navios grandes. É ao contrário. É porque a única maneira de você reduzir custos é você aumentar as escalas das coisas. A Vale do Rio Doce não exporta em navios Panamax, de 60 mil toneladas, o mineiro de ferro. Ela exporta em navios de 150, 300 mil toneladas. Por quê? Ela tem que procurar o menor custo unitário do transporte. Isto é a mesma coisa para televisor, para tudo que se produz, para o frango. Para o que você quiser, você precisa aumentar os volumes. Por isso as companhias brasileiras estão se consolidando, aumentando as suas escalas. Nós também temos que fazer a mesma coisa como transportadores e para isto é necessário que o porto responda, responda rapidamente.

Nós temos exemplos brilhantes aqui no Hemisfério Sul. Nós temos Angola. A gente atravessa oito dias com navio e ficamos vinte dias esperando para descarregar. Angola cresce a 20% ao ano. Ninguém fala de Angola porque é assim, mas está crescendo a 25% ao ano. Todos nós queremos ir para lá e lá o retrato do porto é este, é o retrato do porto talvez do Brasil de 1820, mas é o retrato de Angola. É isso que a gente quer? O Brasil está começando a ir para essa direção porque os volumes crescem tanto que as instalações não acompanham. Isso a gente já falou em 2004, 2005, 2006, dizendo que em 2008, 2009, a gente ia chegar no congestionamento que já estamos. Estamos. Nós estamos limitados no tamanho dos navios, as dragagens vão ajudar, e como todo processo produtividade, os gargalos, eles migram. Quando você resolve um problema, passa a ter outro. Então a gente vai botar navio maior, mais longo, em berços que faltam, não tem lugar para atracar. Onde atracavam quatro navios, vão atracar só três e você começa a restringir a competição entre as companhias transportadoras. Eu poderia estar achando isso muito bonito, mas não é.

É importante para o Brasil, para o comércio exterior, que se possibilite mais e mais companhias vindo para cá, com mais e mais capacidade, com custo menor. O custo não se dá na razão direta de "Eu abaixei o meu custo aqui, você abaixa o teu agora". Se dá na razão direta de uma Lei apenas que a gente sempre tenta torcer nesse país: competição, tem que haver competição entre terminais também.

Se o Governo pretender proteger o porto público e os terminais que já estão na maneira de evitar que eles tenham competição, se exponham à competição, para que eles tenham a sua viabilidade econômica garantida, não é esse o caminho capitalista. O caminho capitalista é dá competição. O risco e a acusação que paira também é de dumping. Alguém iria fazer um terminal privativo a preços irreais para poder transferir para a sua cadeia de transportes e inviabilizar os outros portos, se tornando dominantes em numa segunda fase. Para isso existe o Governo, para isso existe o CADE e a ANTAQ, todo mundo. É muito mais fácil controlar isto do que inibir o investimento, que o investimento, os recursos, eles fogem ao menor sinal de dificuldade. E é o que está acontecendo agora. Nós temos alguns projetos implantados, mas será difícil trazer projetos novos com esta obrigação da licitação, da licitação sempre. Eu não estou dizendo que o Governo e os portos públicos não têm que licitar as suas áreas. Lógico, é obrigação legal, isso tem que ser feito e deve ser feito. Aonde tiver áreas novas dos portos públicos, que se licite, que abram as áreas. Mas não se pode, o que o Decreto repete diversas vezes aqui, é respeitada a competição, a viabilização do porto público, como foi dito. Isso tem que ser invertido. Quem quiser fazer um investimento a risco próprio deve poder fazer, respeitadas as Leis, as capacidades todas das vias de acesso, das vias de navegação, pagar a dragagem que foi investida pelo Governo, tem que contribuir lá com o fundo de acesso e etc., mas não se inibir o investimento através de uma obrigação de se levar à licitação e o camarada que tem o controle sobre aquele investimento vir a perdê-lo. Este é o ponto que nós nos batemos e mais nada. Quanto ao controle que o Governo deve ter sobre tudo, nós estamos aqui é para ajudar a fazer com que se melhore a capacidade de transporte, e nós, os investimentos feitos naquilo que for nos navios, naquilo que for nos sistemas que nós temos internamente, no investimento na cabotagem brasileira, no transporte fluvial, nós estamos fazendo. Às vezes os investimentos não vêm nesta direção.

Os nossos Mississipis, Dr. Fialho, eles estão todos barrados por barragens que não tem eclusas. Todas as aprovações de hidrelétricas não contemplam as eclusas. Já se cometeu esse crime em Itaipu e continua se cometendo. O nosso Mississipi, nós temos um problema: o sul e o sudeste industrial brasileiro não têm um Mississipi, tem a Serra do Mar como um bloqueio e os nossos rios correm para o lado contrário, ao invés de vir para o mar, eles vão para dentro. Então não temos essa facilitação no Brasil. As soluções aqui têm que ser diferentes, mas o que não podemos, num país parco de recursos, afastar investimentos privados.

O que eu queria dizer é isso. A apresentação que eu tenho lá mostra um monte de desenhinho, um

monte de navio, custos e etc., mas eu acho que não cabe aqui. Eu acho que é mais fácil, é melhor dar velocidade à discussão e o Fayet tem uma apresentação brilhante depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece a participação do Dr. Nélson Carlini e, mais do que isso,--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, se V. Exª. me permitir, como ele não apresentou, se pudesse a Secretaria da Comissão fazer tipo um caderno e distribuir para a gente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Solicito a gentileza da Secretaria que faça, que tome essa providência.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas o Sr. Presidente, o Dr. Nélson Carlini, ele traz aqui uma explanação e uma exposição extremamente lúcida.

Um dos princípios basilares da Constituição brasileira, no capítulo da Ordem Econômica, é exatamente o da livre concorrência, o da livre competição. Isso é princípio norteador da Carta Magna brasileira e eu acho que esse debate é o debate que mais interessa aqui na Audiência Pública de hoje. Eu cumprimento ao Dr. Nélson pela lucidez e tenho a honra de passar a palavra ao Sr. Luiz Antônio Fayet, representante da CNA.

SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET: Sr. Presidente Senador Marconi Perillo, Srs. Senadores, Senadoras, Srs. Deputados, meus companheiros de Mesa, Ministro Pedro Brito, senhoras e senhores.

Eu, inicialmente, quero registrar a minha satisfação por estar aqui nesta Casa do Congresso Nacional onde ali do outro lado tive a oportunidade de representar o meu Estado como Deputado Federal.

Hoje, a partir de uma experiência profissional como economista há quase meio século de profissão, especializado em planejamento estratégico, com inserções em engenharia, presto os meus serviços para a Confederação da Agricultura nesse campo.

Com relação ao tema do nosso encontro, eu gostaria de iniciar fazendo uma separação. Todas as nossas observações não significam uma crítica à Secretaria de Portos, onde nós temos um diálogo espetacular e um pacto de lealdade. Nós reconhecemos os avanços, circulamos na Secretaria Especial de Portos, temos sido ouvidos, conversamos e temos divergências, evidentemente, de pontos de vista, especificamente nesse Decreto. No restante nós temos tido uma afinidade muito grande e no nosso dia-a-dia são muitos temas.

Eu gostaria de fazer aqui um direcionamento do foco do nosso entendimento do problema, porque aí está, ao meu ver, a grande divergência. Nós temos a legislação e temos um quadro de realidades e necessidades brasileiras. Este é o pano de fundo essencial onde nós nos movimentamos e nesse aspecto eu acho que cabe um registro especial à inteligência do Congresso Nacional quando aprovou a Lei 8.630, de 1993, porque esta legislação, ela não consagra nenhum modelo em especial de sistema portuário. Ela permite, tanto a proposta que nós temos ouvido ser defendida pela Secretaria de Portos, como também contempla o modelo privatista, e todos eles podem conviver em harmonia e, evidentemente, competindo como determina a norma constitucional mencionada pelo nosso Presidente Marconi Perillo. Então, não há exclusão deste modelo ou daquele.

Eu consultei, evidentemente, os juristas, alguns dos quais participaram da elaboração da Lei, e a partir daí montamos, com foco nos terminais privativos de uso misto, uma visão concreta de como esta questão deve ser entendida na política portuária brasileira.

Em primeiro lugar, uma primeira afirmação, o Decreto, segundo esses especialistas e segundo a minha avaliação, sob o aspecto econômico, mudou o que a Lei determina. Segundo, burocratizou enormemente o processo de investimentos num setor de altíssimo risco de capital. Não é como abrir uma loja. São investimentos fixos pesados que têm que ser feitos e de longo prazo, de implantação e de maturação. E, também, o Decreto, ele estabelece preocupações com reservas de mercado. Eu sinceramente me horrorizo com essa questão de reservas de mercado porque foi aqui no Congresso Nacional que eu enfrentei a luta para derrubar as reservas de mercado de informática e de telecomunicações. No caso de informática, que é um interesse difuso, é difícil mensurar, mas eu posso garantir que o Brasil teve anos e anos de atraso no seu desenvolvimento técnico-científico e de produção em função das reservas de mercado desses setores. E, finalmente, que o Decreto em relação à Resolução 517, da ANTAQ, contra a qual nós nos insurgimos no início, ele piorou, piorou inclusive a conceituação.

Esta questão de carga própria é provavelmente um dos focos essenciais. O que quer dizer a Lei 8.630? A pergunta que eu fiz aos que participaram da elaboração da Lei: a carga própria é o conceito de propriedade, é transitar a minha carga, a carga de minha propriedade, ou a carga própria é o conceito de operação?

Eu chamo a atenção que os americanos, eles têm modelos muito interessantes. Por exemplo, o Brasil, que está pensando aí em também abrir à iniciativa privada

aos aeroportos, tem que prestar a atenção nesse modelo. A American Airlines, por exemplo, tem um Aeroporto *Heling Jourung*(F) – 1:10:08. Este aeroporto é dela e ela transita uma base de uma rede comercial onde as cargas, os passageiros, não são delas, mas são próprias sobre o aspecto operacional. Será que o conceito operacional não é o que nós deveríamos ter entendido no processo? Este é o foco essencial que eu gostaria de conceituar para começar o nosso debate.

Eu preparei rapidamente aqui uma contextualização, que nós não temos tempo de apresentar integralmente, mas eu quero deixar como um documento de referência aqui, meu prezado amigo e companheiro de trabalho Senador Francisco Dornelles, quero deixar aqui como uma contribuição. Eu gostaria de dar uma passada rápida para mostrar como nós entendemos a necessidade nacional. Por favor, vamos passando, eu vou dando ao sinal.

Agronegócio, todos nós sabemos o tamanho do impacto. O segundo.

A metodologia de trabalho que a CNA adotou é uma metodologia científica, a partir da identificação dos mercados que existem, não de hipóteses sonhadoras. O próximo.

Registramos aqui a evolução das exportações mostrando que elas explodiram no Brasil. A velocidade das exportações explodiu. Não fora a Lei de Modernização dos Portos, o colapso já seria total no país. Entretanto, a Lei da Modernização dos Portos deu uma sobrevida ao sistema portuário. No ano passado, no ano de 2007, transitamos 750 milhões de toneladas nos portos brasileiros entre exportação e importação. Em 2017 a expectativa é que esse número venha a dobrar, sendo que no agronegócio a nossa evolução será menos de 100%, mas será extremamente importante. Este fato se dá em função de uma característica: o Brasil é hoje um dos detentores de uma parcela significativa da capacidade de suprimento do crescente mercado internacional de produtos do agronegócio. Das terras ainda a incorporar nesse processo, 1/4 estão no Brasil. E nós já estamos nessa posição no ranking internacional. Eu gostaria de chamar a atenção de que até 2017 as projeções, tanto do Ministério da Agricultura como as nossas, é que das quinze principais commodities agrícolas transitadas no mercado internacional entre países, oito delas, o Brasil será o supridor em cerca de 60%. O mundo terá uma dependência em relação ao Brasil muita pesada e isso exige muito juízo de nossa parte. O próximo, por favor.

Houve nesse processo de crescimento da economia brasileira, particularmente do agronegócio, uma transformação. Sul e sudeste, onde nasceu o agronegócio, está sofrendo um processo de mudanças e, provavelmente, com uma tendência de acabar com as exportações de granéis. Os granéis, eles estão indo no sentido norte e no sentido oeste. Aquele arco norte, que eu registro aqui, desde São Luís do Maranhão, entrando pelo Rio Amazonas até Porto Velho. Este será realmente o grande seleiro, onde nós achamos que em torno de 2017 nós teremos cerca de 50 milhões de toneladas do agronegócio para retirar dessas áreas.

Observem que esse processo evolutivo –por favor, o próximo –já começou a acontecer e é pouco sentido, a população brasileira não tem noção dessa questão. Observem aqui Porto Velho, lá na beira do Rio Madeira, 2 milhões e 850 mil. Aqui são portos privados. São Luís, porto público, 1 milhão e 500 mil, não conseguiu acompanhar o processo, apesar de deter as melhores condições para a evolução. Poderia estar hoje transitando 5, 7 milhões de toneladas. Então esse avanço fantástico e a mudança da geografia já começam a ser registradas aí. Porto Velho hoje transita cerca de 30% do que transita Paranaguá no campo da soja. O próximo, por favor.

Mas aí estão os nossos Mississipis que o meu amigo Fialho registrou. Realmente esses são os caminhos do futuro do agronegócio e da mineração. Não vamos esquecer. O mundo atual do Brasil, do sudeste, do sul do Brasil, eles vão ser equacionados de outra maneira, mas os grandes avanços virão nessas áreas aí. Por favor, o próximo.

Isto para nós pode representar uma vantagem, porque cerca de 80% do mercado do agronegócio brasileiro será no Atlântico Norte e nós estamos da foz do Amazonas, quatro dias a menos de navegação, quatro dias a menos de ida e de volta, isso tem um impacto fortíssimo nos fretes. Não no dia de hoje, que há uma perturbação muito grande em função da crise. Além do mais, tem o novo Canal do Panamá, que vai mudar a logística Atlântico/Pacífico. O próximo, por favor.

No caso do agronegócio eu registro aqui esse processo evolutivo mostrando que nós, além de tudo, temos uma característica: nós entramos com os nossos produtos na entressafra do Atlântico Norte ou do Hemisfério Norte e isto para o agronegócio tem uma significação mercadológica, em particular, fantástica, e um aumento da capacidade competitiva natural. O próximo, por favor.

Agora eu quero fazer, evidentemente, depois dessas observações genéricas das grandes vantagens do Brasil, vamos às questões práticas. Nós temos a questão do porto público de São Luís do Maranhão. Esse porto deverá ser, pelo menos nos próximos vinte anos, o grande desembocadouro do corredor centro-norte do Brasil, principal exportador de produtos do agronegócio. É um corredor que tem São Luís e Belém

como as suas portas de saída. Nós precisamos de 100 milhões de recursos públicos para operar cerca de 5 milhões de toneladas. E 300 milhões para operar 13 milhões de toneladas. Esse processo já está indo para o quarto... esse projeto já está indo para o quarto ano de adiamento, de retardamento do seu cronograma, com prejuízos terríveis, porque os produtores daquela região lá de cima não estão podendo economicamente expedir suas cargas. O próximo, por favor.

Outro caso é a questão de gestão de portos públicos. Aqui está o caso de Paranaguá, desde 2003 denunciado às autoridades federais. Este é um escândalo, inclusive nós podemos observar aqui que por duas vezes a ANTAQ pediu o cancelamento da delegação e a intervenção, e recentemente estabeleceu multas. Foram duas, não é diretor Fialho? Duas. A segunda nem está aqui ainda registrada. E isso continua do jeito que está. Os prejuízos que este porto causa ao Brasil são prejuízos bilionários, bilionários. A cada ano são bilhões de reais de perda de renda para quem produz. Vamos adiante, por favor.

Eu tenho aqui um registro que o meu amigo Carlini mencionou. Então vinte navios Panamax parados em Paranaguá, o que não é exceção, é regra, significa uma fila de carretas de mil quilômetros. Então a fila saiu da estrada e foi para o mar. A ineficiência portuária, tanto na terra como no mar, ela está registrada nisso aí. Na virada de 2007 para 2008 navios esperavam mais de trinta dias para operar. O aluguel diário de um Panamax, 60 mil dólares, quer dizer, um navio pagava às vezes 1 milhão, 1 milhão e 500, 2 milhões ou mais de sobrestadia ou de *demurrages* ou as duas coisas juntas. Dispêndios anuais com subsídios de fretes que o Brasil tem naqueles modelos de subsídios de fretes, dá 500 milhões de reais. Nós gastamos 500 milhões de reais com subsídios de fretes por falta de infra-estrutura. A desorganização de Paranaguá causa desorganização da comercialização da soja no Brasil inteiro, porque ela é toda interligada. Daí aumento dos custos, os custos eram 3 dólares por tonelada para transitar num porto, passaram para 12, 13 dólares por toneladas. Tudo isso saindo das costas de quem? De quem é o produtor, seja rural ou industrial. Redução da carga útil por navio, por falta de dragagem, e renegociação das dívidas rurais, que acaba desembocando no Congresso Nacional. É uma conseqüência lógica desses processos. Por favor.

Aqui é um exemplo concreto. O Brasil produz um bilhão de sacos de soja. Quando um porto qualquer, seja o TEGRAM, que deveria exportar 5 milhões de toneladas na última safra, só tinha capacidade para 2, não conseguiu cumprir a sua parcela, 3 milhões de toneladas de soja saíram por estradas sofríveis, piorando até o estado dessas estradas, para chegar num porto do sul e do sudeste atravancando aqueles portos. Observem que eu peguei os dados, são que referentes a junho de 2007, dados que têm um padrão de convergência, uma amostra confiável para essa finalidade. Observem que em Sorriso, um produtor de Sorriso gastava 52% do valor do seu produto com logística. Então soja, produto que historicamente valeu 220 dólares por tonelada nos últimos dez anos, afora esse período do último ano, gastou, recentemente, 170 dólares para sair de Sorriso e chegar num porto. Isto, evidentemente, desemboca aqui. A questão de redução de carga útil por falta de dragagem, dragagem que, aliás, a Secretaria de Portos está atacando com força total, ela determina que a carga útil transportada pague a carga total levada. Conseqüentemente, por exemplo, para uma carga para a China, era 1 real e 70 centavos por saco quando o preço do saco no Porto de Paranaguá era de 35 dólares.

Então assim nós vamos tendo –por favor, o próximo –perdas. Isso explica o paradoxo do setor rural. Natureza, vanguarda tecnológica, produtores espetaculares, preços internacionais elevados, e os produtores insolventes. O próximo, por favor.

Crise mundial. Aqui valem as flechinhas. Nós temos aqui dois pontos altamente favoráveis para nós, brasileiros. Primeiro que o mundo está saindo do castelo de cartas de papel do mundo financeiro e na busca da economia real. Nós temos economia real, pródiga, para apresentar aos investidores, e o mundo vai entrar em recuperação seletiva. Primeiro, os produtos mais incidentes na questão da sobrevivência humana, para depois entrar no supérfluo, que é exatamente o campo onde nós estamos. O próximo, por favor.

Mas no Brasil nós temos uma série de problemas. Instabilidade jurídica institucional, que nós estamos vivendo nessa questão, a questão de tributação, de infra-estrutura de transporte e logística, cabotagem, outra questão crítica que nós não estamos resolvendo e os estímulos à cabotagem, que estão vinculados à construção naval, datam de 50 anos atrás, 50 anos atrás, e não arrumou. Então são alguns pontos aqui que eu não vou me demorar. O próximo, por favor.

Agora nós temos que falar do enfrentamento da crise. Esta crise, eu, como profissional da economia, que conheço esta questão como um especialista, quero dizer que não é de brincadeira, vai atingir fortemente o Brasil e vai durar muito mais tempo do que se pode imaginar. Vai determinar um forte protecionismo nos países, especialmente nos Estados Unidos, vão levantar barreiras imensas para dificultar as importações e tentar dinamizar a economia e a produção internas. Então isto vai exigir de uma forma crescente aumento

de competitividade e no Brasil a redução dos custos logísticos, não só no agronegócio, mas também no setor industrial, que avançou espetacularmente, é onde nós poderemos atacar num primeiro momento. Reforma tributária, não vou nem mencionar, porque eu estou numa Casa que conhece a questão muito mais do que eu. E liberação de investimentos privados como uma técnica de combate à crise. Então é uma ação anticrise, é a liberação dos investimentos privados. O próximo, por favor.

Eu tenho visto a questão da liberação dos investimentos com uma série de argumentos contrários que às vezes não são bem entendidos. Então que o terminal privativo de uso misto é parte de um processo produtivo. Isso não é uma verdade cabal. O setor produtivo só faz o investimento num terminal privativo quando não dispõe de outra alternativa, porque a terceirização é uma forma de diminuição de riscos. Eu vou mostrar mais adiante a exemplificação disso. Outra coisa é que os armadores querem carteirizar o setor. Outra inverdade, porque ninguém consegue dominar o mundo e, principalmente, um mundo em transição, onde a competição asiática é crescente. Prejuízos para os empregos e o modelo mundial. Vamos ao próximo, por favor.

Primeira questão: a verticalização das atividades. Quando nós pegamos uma atividade em que nós temos um preço médio de 39 dólares por tonelada nas exportações, e aqui é minério de ferro em pelotas, que tem um valor agregado mais alto, se fosse só minério de ferro era muito menos, isso é ano de 2007, este setor evidentemente lida com grandes quantitativos e com produtos de baixíssima densidade de valor. Esses segmentos, como o petróleo também, tendem a uma verticalização. Para eles pode ser uma verdade. Agora produtos que tenham uma densidade de valor, vejam o caso da soja, mais ou menos oito vezes mais do que o minério de ferro, são as médias de 2007. É claro que é um produto que tem um grau de indiferença de disposição espacial muito maior do que aquele outro. Ou então carnes, são produtos tipicamente conteinerizados, valendo 1900 dólares por tonelada em média. É um produto que tem uma mobilidade espacial muito forte. Então essas questões aí realmente mostram que esses tipos de produtos de baixa densidade tendem a uma verticalização e o setor mínero-industrial brasileiro comprova isso. Os demais setores, para os demais setores, não é uma verdade de que é um complemento próprio da atividade. Pelo contrário, é um complemento que interessa ser terceirizado. O próximo, por favor.

Aqui está a capa de um documento que eu menciono e, inclusive, eu distribuí um outro documento aqui para a Comissão, que fará depois o encaminhamento, um estudo que eu fiz e apresentei na semana passada num seminário internacional promovido pelo Ministério de Relações Exteriores. Há um estudo do BID que foi apresentado dia 1º de outubro, na CNI, mostrando o seguinte: que os fretes e a logística oneram de uma maneira tamanha, de uma maneira tamanha as exportações da América Latina e do Caribe que representam, pelo menos, duas vezes mais do que as sobretaxas impostas pelos países importadores. Então a guerra de Doha é uma ilusão. A lição de casa está em construir uma infra-estrutura barata e competitiva, utilizando rios, ampliando a competição, tirando aquelas concessões onerosas que vão na planilha de custos. Então é uma lição de casa, nós não precisamos ficar brigando em Doha, tendo que conciliar com indianos, chineses, argentinos. Se nós fizermos a lição de casa isto poderá ser resolvido. E é um estudo do BID de alta confiabilidade. O próximo, por favor.

A outra questão são os modelos. Modelo europeu, eu tive a aventura de em outros tempos da minha vida ser industrial na Europa, ter uma fábrica na Europa, conviver, conhecer a Europa como a palmas da mão. O Vale do Reno, o delta do Vale do Reno, o delta com desembocadura no mar, tem na Holanda e na Bélgica uma das maiores densidades nesses países, densidades de riqueza por quilômetro quadrado. Isso é um índice que nós, da geografia econômica, utilizamos na análise espacial para a implantação de empreendimentos. O planejamento estratégico entra nessa peculiaridade. Então quando eu tenho um país com essa densidade de riqueza e com territórios pequeninhos, ora, o que é a Holanda? É mais ou menos 1/4 do Paraná, que é um Estado pequeno no Brasil, é 1/4 do Paraná. Então vocês observem que nesses países a política tem que ser outra. Aquele delta tem que ser do Governo, porque ele tem que gerir. Mas num país com a área territorial que o Brasil tem, uma densidade de riqueza por quilômetro quadrado desse tamanho, nós temos que deixá-lo aberto aos riscos privados. O próximo, por favor.

A questão do emprego. O que é que é a questão do emprego? Emprego no porto? Emprego portuário, é isso que nós estamos falando, cabides, escala, essas coisicas? Isso não significa nada no contexto nacional, minha gente. Observem esses dados aqui, que são extraído de um estudo do BNDES. Nós estamos indo fundo no processo. Não é, assim, uma "eu acho" não. Esse estudo do BNDES apontada o seguinte: a preços de 2007, nós fizemos simplesmente a atualização monetária. A cada 18,5 milhões de acréscimo de PIB, meus senhores, a cada 18,5 milhões, isso é um dinheiro pequenininho para um país, nós geramos

mais de mil empregos no agronegócio. Se eu consigo aumentar a competitividade sistêmica do meu país, eu consigo vender mais no mercado internacional, já que as condições são todos favoráveis, evidentemente a capacidade de geração de empregos na economia brasileira é fortíssima quando nós temos competitividade sistêmica. Aí é uma demonstração cabal, indiscutível ao estudo para a realidade nacional e feito pelo BNDES. O próximo, por favor.

Liberação dos investimentos –e aqui eu estou praticamente concluindo. Nessa questão eu gostaria de fazer uma referência especial. O Carlini fala que o investimento num terminal privativo, terminal privativo, leva aí cinco ou mais anos. O terminal do TEGRAM está atrasado pelo menos quatro safras, ele já deveria ter entrado quatro safras atrás. O caso de Paranaguá é um outro tipo de modelo, mas todos eles perversos. Nós observamos o quê? Nós observamos que não dá para esperar, porque nós estamos comprometendo o futuro. Hoje eu posso, até favorecido pela crise, estar com as questões acomodadas. Quem é que me garante que daqui há dois anos eu não estarei em colapso? Porque primeiro vão se recuperar os alimentos e o Brasil é um fornecedor de comida no mercado internacional, comida. Eu posso adiar a compra do meu automóvel, mas comida é todo dia. Somos também fornecedores de energia automotiva substituta de petróleo. Então essa visão que nós temos me chama a atenção para um fato: a estrutura legal brasileira estabelece que na administração pública nós só podemos fazer o que a Lei autoriza, mas a iniciativa privada só não pode fazer o que a Lei proíbe. Sabiamente a Lei 8.630, encaixada no contexto institucional brasileiro, abriu o espaço para, quem quer fazer porto, o faça, obrigando que tenha cargas próprias e de terceiros, como falou o Procurador Jurídico da ANTAQ. Então nesta visão do contexto institucional brasileiro, ele permite que a iniciativa privada faça. E não poderá ser um instrumento infralegal que venha contestar este processo. As reservas de mercado são perversas e elas voltam-se contra a sociedade. Eu não gostaria que nós viéssemos a amargar, daqui há alguns anos, a tristeza de ver a economia brasileira sendo emperrada porque nós não concebemos o modelo de liberação de investimentos portuários adequados à nossa necessidade. Eu posso assegurar a vocês que antes dessa crise se pronunciar aos olhos dos brasileiros como se pronuncia hoje, no primeiro semestre tanto a CNA como o Ministério da Agricultura já tinham detectado que nós estávamos deixando de produzir de 3 a 5 milhões de toneladas a mais entre soja e milho porque a logística estava matando o produtor que se aventurasse a isto. É para evitar isto que nós estamos fazendo essas nossas colocações, pedindo que a liberdade da iniciativa e a livre competição, como foi uma determinação do manifesto da direção da CNA, sejam respeitadas, porque é da ordem jurídica brasileira, e é dentro da conveniência do planejamento estratégico brasileiro uma necessidade primordial.

Eu agradeço imensamente a oportunidade e peço desculpas, porque eu me preparei muito detalhamento numa questão de respeito a esta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa presidência agradece ao Dr. Luiz Antônio Fayet pela brilhante apresentação e pela contundência em relação aos pontos de vistas esposados pela CNA.

Encerrada a parte das exposições, eu concedo a palavra aos Senadores inscritos, iniciando pela autora do requerimento, a Senadora Kátia Abreu, que tem a palavra pelo tempo que desejar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, senhores visitantes, convidados, Sr. Ministro.

A situação é trágica, para não dizer triste. Quanto mais eu ouço a respeito desse assunto, mais indignação traz ao meu comportamento e à minha alma. Nós temos como penalizar vários tipos de crimes, Presidente: crime de quem mata, crime para quem trafica, para quem comete o tráfico, crimes para quem comete estelionato, crime de corrupção, mas nós não temos ainda pena para crime de lesa-pátria. E muito menos para quem descumpre palavra.

Nós estamos diante de um componente ideológico fortíssimo. O partido do Ministro, em 1995, já entrou com uma ADIN contra a Lei dos Portos, uma das leis mais modernas do mundo. E hoje não foi julgada essa ADIN, mas tem um Parecer do Procurador Geral da República, Blindeiro, na época, dizendo que a Lei não era inconstitucional, que a Lei estava correta, estava de acordo com a Constituição brasileira. Desde 1995.

Posteriormente a isso, não se conformando com o que dizia a Constituição, com o que dizia a Lei, com o que disse o Procurador da República, a ANTAQ, em 2005, publicou uma Resolução. Nessa hora V. Exª. não pensou em mudança não, fez uma mudança abrupta na Lei, fez uma mudança abrupta de comportamento sem consultar ninguém, fazendo com que essa Resolução pudesse na marra, eu não sei se V. Exª., mas a ANTAQ fez uma mudança radical na legislação através de uma Resolução de não mais de dez linhas, de não mais de dez linhas, estabelecendo e contrariando na marra, porque não conseguiu na justiça, estabelecer a proporcionalidade de cargas aos portos privados mistos, quando a Lei e a Constituição não colocam isso.

Essa Resolução da ANTAQ, que foi o motivo da discussão nessa Casa no mês de maio, quando veio

a MP do Reporto e que eu fui a Relatora, uma matéria dura, difícil, que eu me dediquei, estudei pelo meu país, pelo setor que eu represento. Fui caluniada explicitamente na imprensa. Infelizmente eu não estava na Casa na época, porque eu me licenciei do Senado e não tive a oportunidade de me defender na tribuna, mas foi o assunto que me dediquei no primeiro discurso que fiz. E não adianta calúnias e difamações porque eu vou continuar falando, vou continuar da mesma forma denunciando, porque eu acho que essa Casa tem a obrigação de investigar com detalhe o que está acontecendo por trás disso tudo, de tanta aberração, de tanta acinte(F) – 1:39:38 à inteligência dessa Casa. Não se conformando com a Lei, aplicando essa Resolução, e nessa oportunidade aqui nós fizemos um acordo nessa Casa, Ministro, através do líder do seu Governo, Romero Jucá, que subiu à tribuna para que nós votássemos aquela Medida Provisória, que eu era Relatora naquele dia, que ia perder o prazo dela na terça-feira seguinte, e o acordo foi feito, que não ia haver limitações de cargas, proporcionalidades entre as cargas de porto privado misto.

Está escrito no acordo, está escrito no acordo: "Com essa orientação a revisão em análise contempla, por exemplo –um pedaço do trecho do acordo -, a adoção do contrato de adesão como ato de outorga e a modificação da exigência de que as cargas próprias, por si só, justifiquem a implantação do terminal. Porém, mantendo a exigência prevista Lei 8.630, de que haja movimentação de carga própria e de terceiros apenas", Sr. Ministro. Está assinado pelo Superintendente de Portos Celso Damião Quintanilha, lido pelo Senador Romero Jucá na ocasião da aprovação desta matéria.

Mas ainda o senhor não se conformou quando viu que o acordo foi feito, que a proporcionalidade das cargas não ia prevalecer, o senhor fez um Decreto com outros termos praticando a mesma aberração contra a Lei. Mas ainda assim o senhor continua colocando a proporcionalidade das cargas indiretamente, mas usou um outro artifício para que o componente ideológico, espero que seja ideológico apenas, para que pudesse impedir a construção de portos privados mistos, colocando, impondo, a questão da licitação.

E aqui, colegas Senadores e Senadoras, a Constituição é clara, em que pese alguns não se conformem com ela. "Art. 21 –Compete à União; XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão". São três modalidades, Sr. Ministro, e a Constituição é claríssima ao dizer, no art. 175, que apenas desses três tipos que a União pode fazer, apenas na concessão e permissão é obrigatório ter licitação. Autorização, não. Por favor, o senhor conhece os dois artigos, o art. 21 e o art. 175. Ele delimita e aponta que na autorização eu não preciso de licitação, apenas na concessão e permissão. E ainda na letra "f", do art. 21, ainda diz que a autorização, que a concessão e que a permissão podem ser feitas nos portos marítimos, fluviais e lacustres.

Eu não compreendo e ainda não encontrei nenhum lugar da Constituição que proibisse e dissesse que a exploração de portos tem que ser via licitação, a não ser na idéia de V. Exª. e do seu partido. Em lugar nenhum da Constituição. Eu sou cumpridora da Constituição, embora até tenha artigos nela que eu não concordo, mas eu sou obrigada a obedecê-la. Quem quiser modificar a Lei e a Constituição, que movimente a sua bancada ou que vire parlamentar e que venha aqui pleitear, mas enquanto ela existir... O Sr. Presidente da ANTAQ disse agora a pouco que o Decreto definiu uma política de portos para o país. Acima da Lei, senhor diretor, acima da Lei? Que política de portos é essa que pode suplantar e superar uma Lei aprovada nessa Casa? A política do Governo é aonde nós só podemos ter porto organizado? A Lei não diz isso não, Excelência, a Lei não disse isso em momento algum.

E ainda a Lei 8.630, que vem regulamentar essa questão, ainda coloca no seu art. 4º, o uso público, o uso privativo. Privativo de duas formas: de exclusividade e de cargas próprias e de terceiros.

Mas eu gostaria que V. Exª. me respondesse diretamente a um artigo que eu aqui vou ler do seu Decreto. Quando o senhor comemorou na imprensa, por várias vezes, que o senhor tinha aberto os portos do Brasil, eu tenho certeza que D. João VI deve ter levado um susto de onde ele estiver. O senhor diz no art. 2º, inciso X, do seu Decreto: "Carga de terceiros, aquela compatível com as características técnicas da infraestrutura e da superestrutura do terminal autorizado, tendo as mesmas características de armazenamento e movimentação". Isso ele está estabelecendo que eu que tenho um porto misto, eu posso exportar carga minha e de terceiros. Ele está dizendo que essa de terceiros, que vai complementar a exportação e a viabilidade do meu porto, tem que ter a mesma natureza da carga própria autorizada. O senhor está repetindo aqui a Resolução. O senhor está repetindo, descumprindo um acordo feito nessa Casa. A mesma natureza da carga própria autorizada, que justificou –não deu trabalho nem de mudar a frase -, que justificou técnica e economicamente o pedido de instalação do terminal privativo e cuja operação seja eventual e subsidiária. Isso não foi descumprimento de acordo não, Ministro? Quando eu digo que a carga de terceiro tem que ser eventual e subsidiária, eu não estou limitando carga

de terceiro não? E ainda no art. 35, inciso II, do seu Decreto: as instalações portuárias de uso privativo destinam-se à realização das seguintes atividades portuárias: movimentação preponderante de carga própria e em caráter subsidiário e eventual de terceiros em terminal portuário de uso misto. Isso é descumprimento de palavra ou não, Ministro? O senhor sequer teve o trabalho nesses dois artigos de mudar as expressões, continuam as mesmas expressões. O Senador Camata, que foi junto conosco um lutador nesse dia no Plenário e participou de todo o acordo, onde esse texto está sendo repetido aqui novamente.

Sr. Presidente, eu, sinceramente, fico bastante impressionada quando um Ministro vem a esta Casa, um Ministro de Estado, estabelecer um modelo, um modelo portuário, um modelo de contestação portuária. Estabelece um modelo e diz que esse modelo é do Governo, mesmo contrariando a Lei, o *landlord port,* que é exatamente apenas o porto público. Agora a legislação, Sr. Ministro, ela permite todos os modelos estabelecidos no mundo inteiro. Eu não tenho culpa. O senhor é que mude a Lei. Mas enquanto ela existir, o seu modelo não pode ser o único e privilegiado. O senhor não tem esse direito de fazer isso, porque a nossa Lei, graças a Deus, estabelece que todos os modelos, *to port*(F), *private port*(F) – 1:47:13, todos eles, Ministro, todos possam ser feitos.

Agora eu gostaria muito, todos os portos que o senhor mencionou que são públicos, sabe por que, Sr. Presidente Marconi Perillo? Eles são públicos, os seus países são ricos, seus países são ricos e é isso que o empresariado quer. Imagine qual o empresário que não quer apenas participar de uma licitação, comprar um terminal e achar a superestrutura, os cais, os moles, achar tudo pronto e apenas entrar no seu terminal e começar a trabalhar. Eu pergunto: quem é esse empresário maluco que não quer também? Todos nós queremos, mas infelizmente o senhor não tem caixa para isso, o Brasil não tem tesouro para isso. E aqui nós estamos com a execução orçamentária do PAC na sua área, Ministro, 2007/2008. O senhor conseguiu gastar em 2007/2008 não mais do que 500 milhões de reais. Para quem às vezes pensa que 500 milhões de reais é muito, e na realidade é muito mesmo, mas para a questão portuária esse dinheirinho dá para construir um terminal que corresponde a não mais do que 10% dos terminais que existem no país hoje. Isso não é nada, é um terminal de dois a três berços, chega a ser ridículo esse valor.

Agora o senhor conseguiu com esse Decreto, Ministro, alijar a iniciativa privada. O senhor conseguiu pior do que isso, o senhor conseguiu fazer com que a iniciativa privada pudesse se afastar completamente dessa área. Imaginem os senhores colegas Senadores e Senadoras: eu descubro um grande negócio, eu estudo esse grande negócio, eu faço um planejamento desse grande negócio, me preparo para esse grande negócio e depois eu tenho que entregar para a licitação, onde eu poderei perder, quer dizer, a minha oportunidade de negócio foi para o espaço. Então eu tenho que planejar tudo isso, faço as análises todas e tenho que ir ao Governo entregar para terceiros poder investir. Eu não sei que país é esse que nós estamos falando. Eu sinceramente não consigo compreender.

Agora eu quero, Sr. Presidente, apenas lembrar a esta Casa que quando eu estou falando de portos, nós estamos falando de um crescimento médio no Brasil e, infelizmente, Ministro, se continuar como está o senhor não vai pagar esse pato, quem vai pagar esse pato são as próximas gerações, o próximo Governo é que vai pagar esse pato, de não ter porto nesse país, porque o crescimento médio de portos na movimentação de containers cresce a 12% ao ano, essa movimentação. Se nós continuarmos crescendo 3% ao ano, apenas, nós precisamos em sete anos, em sete anos nós precisamos exatamente de um outro Brasil portuário, e nós levamos de sete a oito anos para construir um porto. Enquanto o PAC destinou para os portos, em quatro anos, 1 bilhão e 600 milhões de reais, apenas o porto de Peruíbe, da LLX, investiria quase 2 bilhões sozinha num porto só. Nós conseguimos reunir aqui no mês de maio mais de dez empresas que tinham mais de 10 bilhões de dólares para investir em portos no país e o senhor insiste em impedir esse crescimento, o senhor insiste em impedir esses investimentos.

Eu, sinceramente, fico muito preocupada, Sr. Presidente, com os meus produtores deste Brasil afora. Enquanto um produtor de Mato Grosso, do Estado do Senador Gilberto Goellner, recebe 39 reais pela saca de soja, quem está em Paranaguá recebe 50. Além da distância, por não ter as nossas hidrovias e os nossos Mississipis, que já falamos em outras oportunidades aqui, pela falta das eclusas, ele ainda tem que arcar com o pagamento das multas, *demurrage*, descumprimento de contrato. Apenas em 2007 nós pagamos 150 milhões de dólares, é quase o que o senhor investiu, em dois anos. Num ano, 150 milhões de dólares de multa por hora parada pagaram os importadores de fertilizantes desse Brasil. Eles só tiraram do bolso e pagaram e transferiram a conta para os produtores do meu Tocantins, para o seu Estado de Goiás, para o seu Estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. É esse povo que está pagando essa conta.

Então, Sr. Presidente, eu não sei o que essa Casa poderá fazer diante desse descumprimento escancarado no compromisso feito aqui, disfarçado, com outros

mecanismos, com licitação. Por que é que nós não licitamos escola privada? Por que não há licitação de hospitais privados? Por que é que não há licitação de transportes de carga seca nas estradas? Tudo isso é serviço público, tudo isso é serviço público. Eu nunca vi licitar hospital privado. Agora já vi as pessoas irem no Ministério da Saúde, na ANVISA, tirar licença, tudo bonitinho. A mesma coisa um dono de uma faculdade, um dono de uma escola de ensino fundamental. Ele não licita não, ele não participa de licitação, mas vai no Ministério de Educação e tem que cumprir todas as regras. E está correto. Um transportador de cargas a mesma coisa. E por que é que o dono do porto tem que passar, por ser serviço público, também não pode ser construído direto? E os hotéis que são construídos a beira-mar? Eles têm que obedecer uma legislação ambiental, têm que obedecer o Plano Diretor da cidade, tantos andares a beira-mar, mas eu nunca vi um dono de hotel também entrar numa licitação.

Enfim, Sr. Presidente, eu fico bastante impressionada com essas interpretações bastante atrevidas que se fazem da Lei e da Constituição por componentes ideológicos, espero, e quero aqui declarar que esse pessoal do porto organizado, eu tenho que reconhecer e dar a mão à palmatória: eles são poderes demais, eles são muito fortes, muito fortes, que força é essa que faz descumprir um acordo no Senado da República, que escancaradamente tem a coragem de publicar um Decreto com os mesmos termos numa Resolução, pensando que nessa Casa aqui tem bobo, que não sabemos ler a Lei, que não sabemos comparar artigos e que não vamos ficar atentos? E quem é que o senhor consultou para fazer esse Decreto? Porque ele está aqui, ele representa o setor. A CNA representa o setor, nós não fomos consultados desse Decreto. Os empresários todos que estiveram aqui em maio estão atrás de nós de novo porque não se conformam com esse Decreto. Eu não sei que consulta é essa que foi feita. Ela não é verdadeira. O senhor esteve na CNA sim, no ano passado, quando eu lhe convidei, justamente para tratar deste assunto de forma democrática, clara, transparente, mostramos para o senhor a aberração que isso ia acontecer, pedimos a sua reflexão a respeito, o senhor foi convidado para ir lá para isso, para um diálogo franco, mas não adiantou nada, não adiantou absolutamente nada e o Decreto está aí para quem quiser ver.

Encerro, Sr. Presidente, e estou à disposição para continuar o debate. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora Kátia Abreu, nós poderemos definir aqui dois tipos de procedimentos em relação aos questionamentos dos Senadores e Senadoras inscritos: um deles seria a cada intervenção passar a palavra para que os expositores possam responder; o outro seria ouvirmos mais um ou dois Senadores para que eles pudessem também colocar suas questões e depois, ao final, os expositores responderiam em globo. Eu consultaria a V. Exª., a autora do requerimento, uma das autoras do requerimento, qual das duas modelagens ou quais dos dois encaminhamentos seria mais adequado na sua opinião?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu acho que pode valer a vontade da maioria, o que a maioria decidir para mim está bom.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): A Senadora Kátia Abreu é a autora do requerimento, de modo que eu queria propor, nesse caso, se os Srs. Senadores não tivessem objeção, que os questionamentos por ela colocados fossem respondidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Exª. tem razão. A presidência vai, ouvido aqui os Senadores presentes, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu estou inscrito para fazer a inquirição, mas eu acho que a proposta do Senador Dornelles é extremamente justa, diante da importância das colocações feitas pela Senadora Kátia Abreu, que o Ministro pudesse então colocar as suas posições e passamos para a etapa posterior, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa será, portanto, o encaminhamento que a Mesa vai adotar. O Ministro Pedro Brito foi citado várias vezes e, também, uma vez o Presidente da ANTAQ. Então, pela ordem, eu vou passar a palavra ao Ministro Pedro Brito, que responda. Pediria que ele fosse o mais sucinto possível, já em função do adiantado da hora, e depois ao Dr. Fernando Fialho. Com a palavra o Sr. Pedro Brito.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Muito obrigado ao Senador Marconi Perillo, muito obrigado à Senadora Kátia Abreu, muito obrigado e parabenizo também ao Nélson Carlini e ao Fayet pelas palestras.

E, de novo, eu quero reiterar a minha disposição que tem sido evidenciada na prática de uma constante discussão da matéria e do assunto que de fato é polêmico, naturalmente registrando que o fato do diálogo intenso e da discussão intensa não representar que necessariamente o Governo aceite todas as ponderações e todas as sugestões. Isso faz parte, naturalmente, do processo democrático.

Eu quero pedir permissão à Senadora Kátia Abreu para iniciar as minhas ponderações a partir da apresentação do Carlini, porque eu já iria respondendo alguns dos questionamentos da Senadora Kátia Abreu.

O Carlini fez uma análise interessante do setor, análise com a qual nós concordamos. O Carlini é um executivo experiente, é um executivo de uma das maiores multinacionais do mundo, é um armador importante, a CMA/CGM, e conhece naturalmente o mundo inteiro e também o Brasil. O Carlini sabe que em várias oportunidades nós já discutimos assuntos relevantes e importantes para o setor portuário brasileiro, mas ele coloca algumas coisas que vêm de encontro ao que afirmou a Senadora Kátia Abreu e que realmente nós não concordamos. Por exemplo, quando ele fala que alguém em terras privadas quer construir o seu porto. Porto não existe simplesmente por um investimento numa determinada terra privada. Um porto só pode existir a partir de um conjunto de providências do Poder Público. Um porto só pode existir se ele tiver um conjunto de providências de acessos terrestres como estradas, ferrovias e de acessos aquaviários, como dragagem, e de equipamentos como fornecimento de energia elétrica, de saneamento, de água, de telecomunicações, enfim, um conjunto de providências de Governo, de investimentos em infra-estrutura de Governo que podem possibilitar o porto funcionar. Então não é simplesmente ter uma terra. Igualmente como alguém tem uma terra à margem de um rio, não lhe garante o direito de construir uma hidroelétrica sem passar por um processo de licitação. O fato da propriedade da terra de modo algum garante a nenhum cidadão brasileiro ou estrangeiro construir um porto simplesmente porque ele tem uma terra, até porque esse porto não existiria com a terra. Ele existe a partir de um conjunto de gastos governamentais que possibilitam a existência de um porto. Um porto, para ser eficiente, para ter baixo custo, como todos nós queremos, ele tem que ter acessibilidade, tem que ter fluidez para as cargas que entram e saem naquele porto, que são todas providências de Governo. Por que é que porto é público no mundo inteiro? Não é por acaso. É porque portos são ativos estratégicos e portos, além dessa necessidade de investimentos públicos, são equipamentos de segurança.

Eu gostaria, pedindo permissão ao Presidente, para ler rapidamente a mídia de dois locais distintos no mundo, na Europa e nos Estados Unidos, que tratam dessa questão, que são muito apropriadas a esse momento aqui como hoje. Em uma delas, referente aos Estados Unidos, o artigo diz o seguinte: Recentemente nos Estados Unidos tivemos um exemplo que ilustra bem como algumas nações se comportam em relação a questões que envolvem seus ativos estratégicos –como é o caso de porto. Em 2007, a empresa administradora de portos marítimos *Dubai Ports World*, que várias vezes nos procuraram, dos Emirados Árabes Unidos, comprou a empresa britânica P&O, que detinha o controle dos maiores portos americanos. O Congresso americano –não foi o Governo -, o Congresso americano vetou a aquisição e impediu que a empresa árabe controlasse os seus portos, mesmo sabendo que os Emirados Árabes Unidos são um dos seus maiores aliados no Golfo Pérsico. Os representantes americanos entenderam, o Congresso americano, repetindo, os representantes americanos entenderam que delegar sua segurança portuária a terceiros seria um risco muito alto para se correr.

Quero ler também, porque é ilustrativo para o que nós estamos discutindo, uma nota referente à Europa. Berlim –O gabinete da chanceler da Alemanha, Ângela Merkel, aprovou Projeto de Lei, passando pelo Congresso, naturalmente, para rechaçar a tentativas indesejadas de aquisição de empresas locais por grupos estrangeiros. O Governo poderá barrar ofertas de compra de parcelas igual ou superior a 25% de empresas. A decisão mostra preocupação com as investidas de fundos soberanos de países como a China sobre setor-chave, estratégicos, como o de telecomunicação e portos.

Então eu pedi permissão ao Presidente para citar isso porque vem muito ao que nós estamos aqui discutindo e mostra a preocupação do mundo em relação a essa questão portuária.

Foi colocado aqui por todos os palestrantes que o Decreto impede os investimentos privados. Ao contrário, o que nós queremos são os investimentos privados, o que nós queremos é dar segurança jurídica e dar a certeza legal para os investimentos privados. Agora o que nós fizemos foi separar os terminais privativos, que são terminais que fazem parte do processo produtivo de uma empresa, que aí sim a autorização continua, não há nenhum impedimento, a autorização é imediata, daqueles terminais que irão prestar um serviço público, que são os terminais de containers e aí sim, conforme determina a Lei, nós estamos dizendo que isso será feito desde que seguido um processo de licitação, e eu não vejo por que a iniciativa privada ter medo da licitação, assim como não tem medo em várias outras modalidades de investimentos no país.

O Carlini citou também que nós vamos ter que esperar seis meses pelo Plano Geral de Outorgas, eu repito que não, se ele tiver um projeto em janeiro e me trouxer, nós vamos colocar em licitação. É só ele me trazer, até agora ele não me trouxe nenhum, mas trazendo nós vamos colocar em licitação.

Eu queria chamar a atenção também para que essa questão portuária, e o Carlini entende disso mais do que eu, esses investimentos em portos são investimentos que nós podemos classificar, e eu sei que o Fayet como excelente e brilhante economista que é também entende disso, são investimentos de alto valor agregado, são investimentos intensivos em capital e são aquilo que a gente pode chamar em economia de monopólios naturais. Se não houver uma forte regulação do Governo, não há como evitar os monopólios portuários. E não há caminho mais rápido para favorecer os monopólios do que uma abertura geral e irrestrita, sem regulação, porque essa abertura geral, com investimento e sem nenhuma orientação, sem nenhum planejamento estratégico dentro do país, vai fazer com que comece a haver compra entre esses que se instalaram e que não serão competitivos e o monopólio natural aparecerá porque essa é uma regra do mercado portuário que exige altos investimentos e que exige elevada escola, o Carlini sabe disso, para ser competitivo. Nós falamos aqui, por exemplo, do Porto de Xangai, que é um porto que movimenta quase 30 milhões de TEUS(F), quatro vezes mais do que o Brasil, só o Porto de Xangai, e é um porto que é extremamente eficiente por causa dessa escala que ele conseguiu. Então é por isso que porto tem que ser fortemente regulado, é por isso que porto no mundo inteiro é fortemente regulado. Não existe exceção, o Carlini sabe bem disso, não existe exceção. No mundo inteiro a atividade portuária, se não for regulada, se transforma em monopólio perverso para a economia e perverso para aquilo que se quer, que são portos atendendo à iniciativa privada.

E longe de nós não querermos competição, ao contrário, o que nós estamos estimulando com o Decreto é a competição. O primeiro passo da competição é justamente o processo de licitação. Eu concordo 100% com o Carlini que sem competição nós não vamos ter portos eficientes e que nós queremos e estamos fazendo estimulando a competição no Brasil e não vejo porque um processo de licitação possa desestimular a competição. Ao contrário, eu acho que a competição é estimulada justamente por um processo que é claro, que é transparente, que é abrangente.

Eu queria pedir também licença ao Fayet para comentar algumas coisas. Ele fez uma apresentação aqui muito eloqüente sobre a situação e a necessidade de demanda no país. Quero até pedir, Fayet, por favor, uma cópia da sua palestra, é importante para nós que estamos iniciando agora essa fase de planejamento portuário. Agora muitas coisas do que você colocou nada tem a ver com essa discussão objetiva que nós estamos fazendo aqui. Nós estamos hoje aqui discutindo um aspecto do Decreto em relação a portos de containers, não estamos discutindo portos de escoamento de carga de grãos através de portos graneleiros, porque isso não é motivo aqui do Decreto, ou seja, qualquer empresa que queira ter o seu porto graneleiro como um porto privativo, a autorização é dada imediatamente. O foco da nossa discussão é a abertura para portos de containers, que não é o porto adequado para atender a atividade de granéis. Então, portanto, a sua apresentação, ainda que extremamente ilustrativa para todos nós e com dados importantes sobre demanda, eles não se referem à nossa matéria de discussão objetiva hoje aqui. E a sua análise, que está perfeita em relação às questões logísticas brasileiras, elas dizem respeito a uma questão logística que não são os portos especificamente, quer dizer, o escoamento do que se produz no centro do país, o escoamento do que se produz na agricultura brasileira, ele depende de uma malha logística integrada de estradas, de ferrovias, de hidrovias e de portos como o seu elo final, quer dizer, não é, portanto, eu estou só querendo dizer, Fayet, não lhe tirando em momento algum a razão da sua análise, a sua análise está perfeita, mas o que eu estou dizendo é que a sua análise, ela não está dentro do contexto aqui da nossa discussão.

Você mencionou, por exemplo, a questão da navegação de cabotagem, que é premente a sua discussão, mas, de novo, a navegação de cabotagem não é o caso da qual o Decreto está mencionando.

Você mencionou lá o caso do norte europeu, que são países pequenos e por isso é que o porto é público, mas nos Estados Unidos e na China, países maiores do que o Brasil do ponto de vista continental, os portos igualmente são públicos. Então não é a dimensão de um país que determina a presença do Estado como agente regulador. O que determina a presença do Estado como agente regulador é a característica estratégica do ativo porto.

Agora, Senadora Kátia Abreu, eu queria me referir especificamente à questão levantada por V. Exª. sobre o acordo que foi feito entre o Governo para a aprovação lá da sua Emenda em relação ao reporto.

Em primeiro lugar a senhora insiste em dizer o que Decreto é meu. O Decreto não é meu, o Decreto é do Governo. Eu faço parte do Governo, mas o Decreto não é meu, o Decreto foi assinado pelo Presidente da República e é um Decreto que reflete política pública do Governo. Não é meu, não é um Decreto que... Infelizmente eu não tenho esse poder de baixar um Decreto. Esse Decreto é um Decreto do Governo Federal. E o Decreto, naturalmente, como não poderia ser diferente, ele respeita toda a legislação brasileira, ele respeita a Lei 8.630, que é a Lei de Portos, respeita

a Lei de Concessões e respeita a Lei de Licitações, e não foge em momento algum ao respeito às Leis brasileiras, senão seria um Decreto inconstitucional ou ilegal. E não o é, é um Decreto que respeita com rigor absoluto a legislação brasileira.

Em relação, Senadora Kátia Abreu, ao acordo que a senhora mencionou, o acordo que foi feito com a bancada do Governo, na época, era para que a ANTAQ revisse a Resolução 517, a Resolução 55, estas Resoluções incluem limitações, aliás, a 517 inclui limitações para carga própria e carga de terceiros. Independentemente até do Decreto a ANTAQ já estava se preparando para fazer alterações nesses Decretos, como vai fazer, o Diretor-Geral da ANTAQ já disse que no início do ano estará colocando em Audiência Pública os novos Decretos, e o Decreto, eu peço vênia para dizer que o que está estabelecido no Decreto é exatamente aquilo que nós acordamos, ou seja, o Decreto não estabelece nenhum tipo de limitação para carga própria e carga de terceiros, ao contrário, desde que seja feita a licitação, como determina a Lei, qualquer empresa, qualquer investidor pode ter a administração de um porto organizado, independentemente da origem da carga. O Decreto, ele define muito claramente as duas situações. Uma situação de autorização, conforme determina a Lei 8.630, para o caso em que a carga é própria, de interesse e faz parte do processo produtivo da empresa. Nesse caso, não há que ter licitação, não há que ter nada, a autorização é dada imediatamente. No caso de serviço público prestado por um ente privado, aí sim há a necessidade de se ter a licitação e nesse caso não se faz nenhuma menção a nenhum tipo de partilha entre carga própria ou carga de terceiros. Qualquer tipo de carga, dentro do projeto aprovado, será considerado.

A senhora mencionou especificamente o caso de terminais de uso misto em que se define o conceito de carga de terceiros e o conceito de carga própria, dizendo que a carga de terceiros terá que ter a mesma natureza da carga própria. Isso faz parte da clareza jurídica do Decreto porque o que nós queremos, o que nós queremos evitar era o baipasse(F) – 2:13:17 que existia antes. Antigamente havia um desvio da Lei e se apresentavam propostas de terminais privativos como sendo para carga própria e que na verdade não tinham carga própria coisa nenhuma, era para se colocar mesmo terminal de containers. Essa era a idéia clara das propostas. O Decreto, então, definindo com precisão a questão da carga própria, inclusive da sua natureza, acaba com o desvio que antes existia e diz o seguinte: "Quem tem carga própria vai ter o seu direito a ter o seu terminal privativo autorizado; quem não tem carga própria, quem quer ter o seu terminal de containers como um negócio lucrativo como deve ser, tem que passar por um processo de licitação". E aí independe se é carga própria ou carga de terceiros, a autorização vai ser dada independentemente de ser carga própria ou ser carga de terceiros. Agora o Decreto, portanto, elimina essa dúvida entre carga própria e carga de terceiros, apenas separa as duas situações. E quando diz que é da mesma natureza, o que é que nós estamos querendo evitar? Nós estamos querendo evitar que alguém que tenha intenção de colocar um negócio de containers use o argumento da carga própria para ter o seu negócio de containers. É isso que o Decreto, com muita clareza, como política pública, definido pelo Governo, está fazendo. E aí não há nenhuma dúvida. A pessoa pode não gostar, pode achar que está ruim, pode achar que aquele não é o negócio que lhe interessa, tudo bem. O investidor privado precisa, antes de tudo, ter regra clara para investir. Então se o investidor privado acha que dentro dessas regras não é bom para ele, é algo que é irrefutável, é uma decisão privada.

Agora quero finalizar a minha intervenção, Senador, dizendo que de modo algum a iniciativa privada está sendo afastada, e a experiência prática está mostrando justamente o contrário. Em Santos nós temos um projeto em plena execução que vai acrescentar 1/3 na capacidade de containers do Porto de Santos. Repito que na semana passada recebi um dos concorrentes aqui do meu amigo Carlini, que é a MSC, um dos maiores armadores do mundo, o segundo maior armador na área de containers, que garantiu um investimento de 1 bilhão e 600 milhões de dólares no Porto de Santos, a começar no próximo ano, que vai movimentar 1 milhão e 100 mil containers, acrescentando mais de 1/3 na capacidade hoje instalada do Porto de Santos, e mais um terminal de granéis líquidos. O Projeto Barnabé-Bagres, que teve o interesse de três grupos diferentes que estão apresentando propostas, vai dobrar o Porto de Santos. O Porto de Santos hoje tem 13 quilômetros de cais, vai passar a ter mais 11 quilômetros de cais com esse projeto. O Porto de Santos hoje tem uma capacidade instalada de cerca de 100 milhões de toneladas, que já está usando 80% dela, portanto, muito além do que deveria, mas vamos passar para 230 milhões de toneladas de carga. Nós hoje temos 65 berços no Porto de Santos, vamos adicionar mais 45, e tudo dentro de um processo de licitação, como tem que ser, e não houve nenhum recuo do mercado porque nós vamos fazer através de um processo de licitação. Ao contrário, três grupos empresariais diferentes, distintos, estão fazendo os seus projetos, à sua custa e risco, sem nenhum compromisso do Poder federal, sequer de aproveitar os seus projetos, e todos

esses projetos serão licitados com grande interesse do mercado. A mesma coisa acontece no porto do Rio de Janeiro, onde nós estamos discutindo um grande projeto de expansão do Rio de Janeiro, todos a serem licitados, e em nenhum momento houve qualquer recuo da iniciativa privada em relação a esses projetos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Por gentileza, Sr. Ministro. Apenas uma pergunta no meio da--

[Troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu. Ministro, um minuto, por favor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria que o senhor pusesse me informar qual é a empresa, especificamente, que está fazendo o estudo de viabilidade de Barnabé-Bagres, por favor.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: São três empresas: a empresa Triunfo, a empresa Libra e a empresa Santos Brasil, três empresas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A Santos Brasil é Daniel Dantas?

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não sei.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Ministro.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: De nada. Na área de Itaguaí, na área de Itaguaí dez projetos estão sendo listados: a CSA, que está em fase de conclusão, o grupo Gerdau, o grupo da Usiminas Ingá, o grupo da BHP **Billington,** a LLX, a CSN, o projeto de expansão da VALE e o projeto da FERRUS. Dez projetos interessados em investimentos no Porto de Itaguaí. Em Vila do Conde temos investimentos privados da VALE fazendo a expansão do porto. Em Itaqui, em Pecém, no Ceará, em Suape, em Salvador, enfim, em todos os portos brasileiros os projetos de expansão estão acontecendo, estão se realizando.

Portanto, o Decreto, demonstrado na prática, de modo algum estão afastando a iniciativa privada. Ao contrário, está dando claramente quais as regras e é isso que o investidor privado precisa, ele precisa de regra para poder encaminhar os seus projetos de investimento.

A senhora mencionou, Senadora, o orçamento de 500 milhões em relação aos investimentos e comparando esses 500 milhões com LLX e com outros investimentos, dizendo que o dinheiro era pouco. De fato é pouco, mas eu queria esclarecer que esse orçamento não tem nada a ver e por isso não pode ser de forma alguma comparado com esses outros investimentos. Os 500 milhões do orçamento público são para investimento em dragagem, são para investimento em obras de responsabilidade do Governo e não são para construir berços, não são para construir novos terminais, não são para construir novos portos. Quem vai fazer o investimento em novos portos, em novos terminais, em novos berços, é a iniciativa privada, não é o Governo. É a iniciativa privada, como é o mundo inteiro. O Brasil está exatamente como é no mundo inteiro. Aliás, eu folgo em comentar que agora, recentemente, o Congresso, de novo o Congresso da França, aprovou a nova legislação portuária na França, e se nós formos ler as alterações produzidas pelo Congresso francês no setor portuário francês, lá o setor portuário é todo público e todo ele é vinculado ao Ministério de Infra-Estrutura e Transportes, é todo público, como é aqui no Brasil. E a legislação portuária francesa, recentemente aprovada, eu diria até que copiou muito coisa da Lei 8.630, modelo de gestão, uma entidade parecido com o CAP, o tipo de funcionamento. A legislação francesa, eu diria, sem querer trazer nenhum comentário para os legisladores franceses, que eles copiaram a legislação brasileira, tão próxima é a legislação francesa da Lei 8.630.

Então eu quero dizer com isso que o nosso grande objetivo, Senadora, igualmente como é o da senhora, eu tenho certeza absoluta, é fazer com que os portos brasileiros consigam o seu principal objetivo, que é fazer escoar a carga dos produtores brasileiros com competitividade, com eficiência, sem demora de navios, sem filas de caminhões e a preços baixos. E eu lhe diria que tudo que nós estamos fazendo, todo o nosso trabalho tem esse objetivo, que é o mesmo objetivo seu, que é o mesmo objetivo dos parlamentares brasileiros, que é o mesmo objetivo dos armadores, que é o mesmo objetivo dos usuários. Esse é o nosso objetivo. Nós podemos ter diferenças e podemos continuar essa discussão em relação a como arrumar os portos para esse objetivo, mas o nosso objetivo é o mesmo. Nós não estamos pensando que o modelo de licitação seja para atender ideologias “a”, “b” ou “c”. Nós estamos com a visão no negócio portuário. A nossa visão é de que porto é um negócio, porto é um negócio que tem que ser lucrativo, tem que ser rentável, tem que ser constantemente repensado.

No Brasil, e aí concordando com o Carlini, nós temos custos que são muito grandes em relação à média do mundo em vários aspectos. Eu tenho até, Carlini, dentro de um dos nossos compromissos, um estudo da USP, recentemente concluído, que mostra, por exemplo, a questão da praticagem, e mostra com uma comparação competente entre vários portos brasileiros, que a praticagem no Brasil custa 2,2 vezes mais em média do que a praticagem em vários portos da

Europa e da Ásia. Então o custo da nossa burocracia é terrível para os negócios portuários. Esses custos são os quais nós estamos trabalhando e o nosso objetivo é dar aos portos brasileiros competência para escoar com rapidez toda a produção do Brasil. Essa é a nossa intenção. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu lhe agradeço, Ministro, e eu queria pedir aos participantes dessa Audiência Pública que pudessem limitar, a Mesa vai procurar limitar o tempo, porque realmente o avançar da hora, são dez para uma e ainda temos dois Senadores aqui inscritos para fazer argüições.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de abrir mão da minha prerrogativa de ser respondida imediatamente e gostaria de passar para que os nossos colegas pudessem fazer as suas perguntas, mesmo porque eu gostaria de ouvir pelo menos a pergunta que eles têm a fazer aos nossos convidados, haja visto o horário, que eu ainda tenho que ir para o aeroporto, que eu tenho que me encaminhar até Goiânia. Então eu gostaria que os colegas pudessem fazer as perguntas e respondessem depois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito bem, eu acho muito sensata a sua proposta, uma vez que o Ministro Pedro Brito já lhe respondeu diretamente. Eu pediria ao Dr. Fialho que ele aguardasse então para que agora o Senador GERSON Camata pudesse fazer a sua pergunta. Logo em seguida eu estou inscrito, o GERSON Camata me substituiria e depois o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Bom, Sr. Presidente, Ministro Pedro Brito, Dr. Fernando Antônio Fialho, Dr. Fayet e Nélson Carlini.

Eu acho que essa audiência está sendo muito importante, muito interessante. A primeira coisa que eu quero registrar aqui é a boa iniciativa do Governo quando ele desmembrou do Ministério dos Transportes e criou a Secretaria Especial de Portos. Melhorou o Ministério do Transporte no seu desempenho na área que lhe compete e os portos brasileiros tiveram um olhar mais ativo do Governo sobre o seu desenvolvimento, sobre os seus problemas, principalmente.

No caso lá do Espírito Santo, por exemplo, o Porto de Vitória, que há séculos não era dragado, entrou num processo de dragagem que está sendo completado agora. Já se pensa num porto de águas profundas, que é muito importante para o Brasil, está lá quase pronto, e dizer que o Espírito Santo, eu vou fazer um comercialzinho do Estado, que é difícil ele aparecer assim, nós somos o maior complexo portuário do Brasil e somos o maior complexo portuário em peso, não ainda em dólares, mas em peso. Nós temos o Porto de Ubu, o Porto de Vitória, o Porto de Capuaba, o Porto do Tubarão, o Porto da Praia Mole, o Porto da Barra do Riacho e ainda o Porto de Regência, que é exclusivo da Petrobrás, lá no norte do Estado do Espírito Santo. Então é um excelente complexo portuário, uma vitrine do Brasil.

E um dado também interessante, que eu até vou procurar um dia desses o Ministro Pedro Brito, que não é um problema dele, em 1930 o Governo Federal concedeu ao Governo do Espírito Santo o direito de construir o porto e no Decreto o Presidente da República de então dizia assim: "Se o Estado construir o porto, lhe serão entregues todos os terrenos de marinha situados na Ilha de Vitória como indenização". O Estado construiu o porto, administrou o porto, o Governo Federal desapropriou o porto, tomou o porto, não pagou o porto e não deu os terrenos. Eu não sei se ainda é um Decreto válido, deve valer, porque é um Decreto entre o Estado e a União, ele está em vigor. E esses terrenos de marinha são importantes para a Ilha de Vitória porque ela é toda um terreno de marinha. Vitória tem praça federal, porque o Prefeito fez uma praça, mas o terreno é de marinha, aí a União foi lá e tomou conta da praça. Para botar uma cadeirinha na praia, agora o Prefeito de Vitória estava reformando uma praia lá, apareceu o SPU lá, tirou a cadeirinha, tirou o barzinho, não pode ter nada porque a praia federal. É uma coisa assim que tem que encontrar uma solução, tem até uma proposta de Emenda Constitucional tramitando aqui, mas não vem ao caso.

Agora a consideração que eu vou começar a fazer, a Senadora Kátia se lembra, eu fui contra aquele acordo na época da carta que foi endereçada ao líder Jucá. E eu disse lá da tribuna: "É o fim do mundo, nós estamos fazendo um acordo para cumprir a Lei". Tem que fazer acordo para cumprir a Lei, quer dizer, o Governo Federal está fazendo um acordo com o Senado para cumprir a Lei. Ora, a Lei tem que ser cumprida, não precisa fazer acordo não. Eu acho que até nós, todos os Senadores que participamos daquele acordo, mais o Governo Federal, deveríamos sofrer uma ação da Procuradoria-Geral da República por ter feito um acordo para cumprir a Lei. Eu nunca vi um negócio desses na minha vida, uma coisa meio maluca que nós fizemos naquela noite –eu acho que foi. Por que? Eu sou economista e o Mário Covas dizia sempre o seguinte: que ele não entendia a linguagem dos juristas, porque o que está escrito naquela Lei e o que está escrito naquela Instrução não é a mesma coisa.

E o que está escrito naquela Lei e o que está escrito nesse Decreto, no meu entender, não é a mesma coisa. É totalmente diferente, porque ele restringe e inibe qualquer investimento nas áreas portuárias. O Ministro está dizendo que estão ocorrendo investimentos.

Mas eu imagino o seguinte: eu sou dono, tem um local que é propício para um porto. Então eu vou lá, eu não digo a ninguém que ali vai ser um porto senão vai valorizar o terreno. Eu faço um projeto e tal, na hora que o Governo me dar a licença, o terreno dispara, eu não tenho nem mais condições de comprar o terreno. Um ponto.

Outro ponto. Eu compro um terreno. Eu preparo os projetos, preparo, vai uma licitação. Outro vence. O que é que vai acontecer comigo? Eu faço um campo de golfe, faço lá um hotel, muito melhor do que fazer um porto, porque eu vou ter que devolver à União depois de vinte e cinco anos. Só um maluco é que vai fazer um porto desse. Eu se tivesse algum amigo meu que se depusesse, eu mandar internar rapidamente.

A outra coisa que tem que ver, o BNDES disse que com esse Decreto lá não empresta dinheiro para envia fazer porto no Brasil porque é insegurança jurídica. E pior do que um Decreto ruim é a insegurança jurídica, que já está contestada lá no Supremo. Demora quarenta anos para resolver. Ninguém é doido de investir num negócio que tem insegurança jurídica, que é pior do que ser ruim, a insegurança jurídica que o Decreto está gerando.

Uma outra coisa, quer dizer, ele não é um incentivo para investir, ele é um incentivo para não investir, não investir. E se houvesse uma licitação, por que não fazer, que eu achei genial, uma das coisas, grandes coisas desse Governo, é a licitação das rodovias federais com menor taxa de pedágio. Faz uma taxa licitação, quem for oferecer a menor tarifa ganha o porto. Pronto. Mas isso, eu tenho certeza, e aí é uma coisa que nós temos que meditar profundamente nisso, se os cartéis dos containers não estão atrás disso. Se nós estamos fazendo uma Lei para os portos do Brasil ou estamos fazendo uma Lei para carteirizar os portos do Brasil, porque no final não é uma disputa entre o Sr. Daniel Dantas e quem quer fazer portos novos não. É uma disputa para quem precisa de emprego, é uma disputa de quem quer consumir por um preço normal, é a disputa do agricultor que quer comprar o adubo por um preço menor, é a disputa do agricultor que quer exportar o café com uma tarifa menor portuária para ele competir com os outros países produtores, quer dizer, é uma disputa de cada unzinho de nós que está em qualquer lugar do Brasil. E nós temos que pensar é neles, as leis têm que ser feitas para eles, os portos têm que ser feitos para eles e não obedecendo a um outro interesse.

Se for uma coisa ideológica, é perdoável, é perdoável, embora vá custar caro ao país no futuro, mas se não for, não é perdoável e nós estamos diante de um paredão que é a incerteza jurídica que esse Decreto, no meu entender, está criando para o país. E eu tenho certeza, com ele, nas áreas organizadas pode ocorrer? Pode. Agora duvido que apareça um maluco e um banco que financie um porto dentro dessas regras que estão aí. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner e eu pediria ao Senador GERSON Camata que me substituísse.

[troca de presidência]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, primeiramente, Sr. Presidente, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de elogiar aqui também a apresentação excelente do Sr. Luiz Antônio Fayet que retratou realmente todo o potencial que existe da agropecuária brasileira, as oportunidades que se apresentam nesse momento especialmente. Nós já vínhamos com um crescimento forte de exportações, tanto é que atestam os números, de 40 milhões há nove anos, passamos agora para 102 milhões de toneladas exportáveis, com uma projeção para os próximo nove anos de chegar em 170.

Realmente a infra-estrutura de transporte, que eu diria, de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário não está permitindo se chegar nesses números. Não estamos nem falando em chegar ao porto. O porto hoje, eu vejo, que mesmo com os investimentos privados, que estão sendo heroicamente bancados pelas empresas, eles não permitem a forma como está projetado os investimentos em portos, não permitem o crescimento das exportações brasileiras do setor agropecuário, porque uma projeção de uma ferrovia, como a ferrovia que nasce em Alto Araguaia, vai a Santos, passando por São Paulo, que está projetada hoje para ser ampliada com mais 300 quilômetros, mais 500 quilômetros, chegando em Cuiabá e passando por Rondonópolis, haveria um aumento de carga de 100% só nessa ferrovia, saindo de 8, me parece que é 8 milhões de toneladas, para 16. Então o porto não está preparado, nem Santos, nem Paranaguá, para receber esse suporte de cargas. Isso daí teria sim que se tirar das estradas. Eu não estou falando de aumentar a produção. Vamos dizer que a gente conserve a produção, muda-se o modal. O porto não está preparado para receber, Santos não está preparado, e Paranaguá, com toda a burocracia, que os números

o ateste. Carga seca, containers, sim, nós embarcamos no Mato Grosso e outros Estados, centro-oeste, embarcam algodão, uma burocracia tremenda, leva-se três dias para carregar o algodão numa fazenda, dois a três dias, leva-se mais três dias de tempo para o transporte, que é um transporte lento, demorado, chega-se no porto, espera-se mais quinze dias para toda a burocracia, principalmente só a Receita Federal, com todas as aplicações burocráticas que existe, impedem que ande o processo, isso quando não as fiscalizações atrapalhando todo o processo e isso quando não a própria carga é roubada no próprio porto, por causa dos Sindicatos que têm hoje preferência de toda a parte logística interna do porto.

E a mesma coisa acontece com fertilizante, quando é importado. A importação de fertilizantes hoje, infelizmente, com a falta de investimentos que foram feitos no país, tanto público quanto privados, em jazidas que nós temos de fosfato, de potássio e também falta de investimentos da Petrobrás na área de nitrogenados, realmente faz com que tudo tenha que passar pelo porto e os portos não estão aparelhados condignamente para facilitar essa entrada de fertilizantes no país, tanto é que se paga ainda hoje, como a Senadora Kátia colocou, ao redor de 150 milhões de dólares, e são quase 500 milhões de reais, 400 milhões de reais de *demurrage* por parada de navios nos portos. Só uma cooperativa do Estado do Mato Grosso paga ao redor de 30 a 40 milhões de dólares, porque ela importa, os produtores hoje estão importando os fertilizantes por intermédio de cooperativa. Então o seu custo, na venda, essa cooperativa já embute hoje ao redor de 5% do custo Brasil, que é esse custo operacional lá desencabido(F) – 2:36:28, e também roubo de cargas no próprio porto, internamente, quando se coloca de um armazém para o outro.

Bom, contando isso tudo, o que é que a gente vê? A facilitação de todos esses investimentos e também a falta de investimentos públicos, que eu vejo que o PAC realmente não contemplou condignamente os investimentos públicos necessários para se colocar também em portos, que se tenha as opções necessárias, não só de cargas, a granel, como de containers, o caso agora de Itajaí, que praticamente está se movimentando toda a carga para outros portos, de frigorificados, portos realmente encalhou, tanto na parte de dragagem, está tudo impedindo, e as poucas opções que se têm do sistema produtivo, eu diria que essa inquietação que existe no setor produtivo brasileiro está intimamente ligado à possibilidade de fazer exportações, já que o país é superavitário, tem um potencial enorme, consegue produzir carne para o mercado mundial, tanto de aves, suínos e bovinos, tem todo esse potencial futuro de nós aproveitarmos a chamada crise financeira, com a economia real realmente, aquela economia real que nós temos, que é um país diferente, que tem essa possibilidade.

Então eu só pediria que além de nós revermos o Decreto e possibilitarmos realmente que os investimentos privados também venham a se constituir mais atrativos, que se facilite isso para por intermédio de um Decreto, ou obedecendo a Lei, como a Senadora Kátia colocou, eu vejo que é imediato esses procedimentos e nós devemos, então, correr contra o tempo, porque se não aparelharmos toda a costa brasileira nós não vamos sair do lugar que nós estamos hoje, nós vamos ficar estagnados. Essa daí seria a contribuição que eu gostaria de dar a essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria submeter ao Plenário se nós continuamos com as perguntas, depois as respostas, eu acho que ganharíamos escala de tempo. Então o Senador César Borges é o próximo inscrito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais componentes da Mesa.

Na verdade a Audiência convocada pela Senadora Kátia Abreu e o Senador Eliseu Resende se prendia a discutir efetivamente a questão do Decreto que foi colocado, o Decreto 6.620, que está causando essa polêmica, se ele é facilitador de novos investimentos ou se ele é uma barreira a novos investimentos.

Eu não vou comentar sobre o Decreto porque eu acho que a Senadora Kátia Abreu, que participou de toda a negociação aqui dentro do Senado, inclusive foi a Relatora da Medida Provisória, ela já colocou suas posições, o Ministro teve a oportunidade de respondê-la.

Eu acho que nós precisamos é de ter um ponto de concordância, de convergência com essa questão, porque sem sombra de dúvidas o país inteiro reclama por infra-estrutura e basicamente infra-estrutura portuária, que nós sabemos que faz parte efetiva do custo Brasil hoje nas exportações e nas importações. Isso daí não há como, eu não quero responsabilizar o Ministro, nem o atual Governo, mas que historicamente nós temos essa deficiência e que ela não está devidamente resolvida e combatida, ainda não está hoje no plano das idéias e das propostas, mas temos muito a fazer e fazer rapidamente, senão o país sairá prejudicado, principalmente diante da nova crise que chega aí.

Entretanto, eu não posso perder a oportunidade aqui, Ministro, de tecer comentários sobre a situação do meu Estado, uma situação que V. Exª. conhece bem, que já estive em audiência com V. Exª. e conversamos, porque a Bahia é a sexta maior economia do país, a

Bahia representa 50% das exportações do Nordeste. Entretanto, tem nos portos baianos um gargalo para o seu desenvolvimento. No Nordeste nós temos vários portos, eu vou citar apenas Pecém e Suape, que representam apenas 10% da exportação do Nordeste. A Bahia representa 50%, cada um deles isoladamente com outros portos vão completar todas as exportações baianas. Pois bem. Aquele pior equipado e de maior deficiência de operação é a Bahia. Todos os jornais estão periodicamente, ontem eu vim de Salvador, na terça-feira, aliás, "Portos baianos exibem deficiência estruturais". Então V. Exª. sabe dessas deficiências, as deficiências são grandes. Nós estamos hoje tendo um custo adicional porque nós estamos perdendo carga para outros Estados, porque os portos baianos, que é o Porto de Salvador, o Porto de Aratu, aqueles públicos, e o Porto de Ilhéus, não estão vencendo as necessidades da Bahia. Nós precisamos na Bahia e fizemos portos privados para atender, por exemplo, o complexo industrial da Ford, porque os portos não tinham condições de fazer. Um dos fatores de atração foi investimento no porto, que foi feito pelo Estado, para possibilitar a chegada do complexo automobilístico da Ford na Bahia. Facilitamos também o porto privado de Moinhos Dias Branco, que está operando, quer dizer, tivemos que facilitar, o Estado comprou terrenos e fez a permuta com as empresas para atrair as empresas, porque os portos públicos não davam condições a essas empresas de se implantarem na Bahia senão tivesse essa solução. E hoje nós estamos perdendo 30 a 40% das nossas cargas para portos de outros Estados.

É uma situação inaceitável. É preciso que algo seja feito o mais rapidamente possível. Nós sabemos muito bem a questão de dragagem para aprofundar o Porto de Salvador para 15 metros. Entretanto, essa licitação tem sido prorrogada e já foi prorrogada agora mais uma vez, quer dizer, eu não sei exatamente qual foi a motivação dessa última prorrogação, porque já era para ter saído no mês de setembro, depois virou o mês de outubro e agora, se não me engano, ela está para o mês de--

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Vai sair agora em dezembro.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Vai sair agora no mês de dezembro. Então a dragagem para que Salvador possa operar pelo menos no canal de acesso com 15 metros de profundidade. E, principalmente, a ampliação do Porto de Salvador, do porto de containers, que hoje as cargas são principalmente transportadas pelo sistema do container.

Então temos uma polêmica, essa polêmica é interminável e o que a sociedade baiana e a economia deseja é agilidade, é rapidez para que nós possamos ter um porto que atenda à economia baiana que está sofrendo pela falta de um porto, que possa atender a potencialidade inteira que tem o Estado da Bahia, que representa quase que 5% do PIB nacional e do Nordeste mais de 35% tenho o PIB, mas não tem um porto à altura.

E eu não sei, eu gostaria de saber de V. Exª. qual é a saída? Nós vamos ampliar, de que forma vai ser a ampliação do Porto de Salvador? Hoje nós só recebemos navio Panamax, não podemos receber pós-Panamax, porque é um cais de duzentos e poucos metros, duzentos e dez metros.

Agora essa polêmica como é que se resolve? Será feita uma licitação, será feito um aditivo ao contrato, a empresa operadora do porto, uma solução do porto de container? Há essa dúvida na sociedade baiana e está sendo debatida todos dias nos jornais e a Bahia sofrendo e não há ainda uma solução.

Então eu já externei a V. Exª. essa preocupação, V. Exª. até mostrou irritação porque não há entendimento em como fazer. E mais recentemente, Ministro, eu li pelos jornais que o Presidente da CODEBA, que é uma empresa que nós sabemos que tem problemas seriíssimos de gestão, está demissionária. Há pouco tempo atrás foi substituída toda a direção da CODEBA quando V. Exª. chegou no Ministério, recém criado, porque foi verticalizado e aí foi verticalizado dentro do partido de V. Exª., indicado dentro de um único partido toda a direção da CODEBA. Agora já se fala na demissão do Presidente da CODEBA, quer dizer, é sempre um entrave do ponto de vista da continuidade administrativa para se chegar a uma solução.

Então eu deixaria essas questões, e para o final até eu gostaria de saber pelo Porto Sul, que é o Porto da Ponta da Tulha, que é um grande projeto estruturante para a Bahia, que seria a rodovia chamada Bahia Oeste, e que precisa de um porto. Entretanto, o projeto da concessão da ferrovia é um, está sob responsabilidade da VALEC e da ANTT, mas o porto é responsabilidade da ANTAQ e da Secretaria Especial dos Portos, que precisa definir com urgência, se não poderemos andar numa ponta com a ferrovia, que é extremamente importante para o desenvolvimento e é muito estruturante para o nosso Estado, inclusive para o escoamento de grãos do centro-oeste por essa ferrovia que vai até o Tocantins, até Palmas, da Senadora aqui Kátia Abreu, mas não tem ainda a solução, pelo menos eu não sei qual é a solução do porto. Aproveitando a oportunidade da presença do Ministro e do Dr. Fialho, eu gostaria de saber exatamente em que ponto está o projeto e o andamento, ou para a licitação, como é o pensamento da ANTAQ e da Secretaria para resolver a questão do Porto Sul, porque é um porto que será

inicialmente, essencialmente, para o minério de ferro e outros minérios, que poderão ser aí escoados, mas também para cargas geral, para grãos do oeste da Bahia e do centro-oeste do Brasil.

Então eu gostaria de deixar essas questões específicas com relação ao meu Estado, esperando que com relação à questão do Decreto 6.620, prevaleçam os interesses nacionais, que permitam investimentos de todos os setores, que nós sabemos que não é bom cartório, não é bom estatizar em qualquer tipo de excesso, por menor que seja, que atrapalha o desenvolvimento, e se nós tivermos interessados no setor privado, investir num setor tão importante como porto, nós deveremos facilitar, pelo menos essa é a nossa opinião. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Sr. Ministro, demais convidados a esta Audiência Pública.

Eu queria, inicialmente, agradecer a presença do Ministro Pedro Brito em Santa Catarina, terça-feira. Todos sabem da nossa tragédia e a presença do Ministro com as providências adotadas animaram muito, porque o Porto de Itajaí é um porto que movimentava, nada mais, nada menos, do que 60% da carga frigorificada do país, do país. Não é de Santa Catarina, é do país. 60% do frango, do suíno congelado da exportação era movimentado pelo Porto Público de Itajaí, e o Porto Público de Itajaí é o segundo em movimentação de containers do país, só perde, só perdia, para o Porto de Santos. Um porto que tem uma retroárea muito pequena, um porto que tem uma dificuldade grande, porque os Caminhões circulam todos pelo centro de Itajaí, inclusive uma das obras do PAC é a via portuária, exatamente para ter um acesso exclusivo ao porto vindo diretamente da BR-101. E o Porto de Itajaí é um porto que sofreu profundos prejuízos, praticamente foi totalmente destruído, então vai ser iniciada a dragagem já a partir da semana que vem, pelas iniciativas adotadas não só da inclusão da Medida Provisória assinada na quarta-feira passada do Presidente Lula de 350 milhões. 350 milhões é mais do que o Governo Federal já colocou eu acho que nas últimas décadas nos portos catarinenses e eu acho que em muitos portos do Brasil, mas está na Medida Provisória e nós agradecemos ao Presidente Lula e agradecemos as providências que o Ministro, na visita, adotou para a retomada imediata da operação do Porto de Itajaí.

Eu queria ainda deixar claro que nunca antes, na história catarinense, e as pessoas não gostam, mas os portos públicos catarinenses, pela primeira vez na história, todos os quatro portos têm obras do Governo Federal, todos: o Porto de Itajaí, o Porto de São Francisco, o Porto de Laguna, o Porto de Imbituba. Santa Catarina talvez seja um Estado um pouco diferenciado, porque nós temos todas as modalidades de portos públicos. Nós temos o porto público municipalizado, que é o de Itajaí, nós temos um porto público estadualizado, que é o Porto de São Francisco, nós temos o Porto de Laguna, que é a Companhia Docas, e nós temos o Porto de Imbituba, que é uma concessão já de quase 70 anos da iniciativa privada. Tivemos que inclusive, Secretário Nacional, Ministro Pedro Brito, que até dar um jeitinho para poder recuperar o mole do Porto de Imbituba, que a iniciativa privada não cuidou adequadamente e estava por um triz para romper. Foi na época, ainda não estava criada a Secretaria de Portos, foi um sobrevôo do Ministro dos Transportes que viu a situação e nós encontramos uma solução jurídica para permitir um investimento de recuperação do mole de Imbituba, feito pelo Governo Federal, aliás, quem está fazendo a obra lá é o Exército, como também a obra do Porto de São Francisco, que a grande maioria foi o Exército que realizou. Portanto, Santa Catarina nunca teve na sua história obras e investimentos do Governo Federal como está tendo e isto modificou e muito. É um Estado exportador, todos sabem, depende fundamentalmente dos portos e nós somos muito gratos por tudo que vem sendo feito. Precisa fazer mais? É óbvio que precisa fazer mais, agora o que está sendo feito tem que ser reconhecido.

O Porto de São Francisco, por exemplo, quando iniciou os investimentos do Governo Federal, agora em 2005, fazia nada mais, nada menos, do que onze anos que não recebia um tostão do Governo Federal, onze anos. Então, sabe, eu acho que isso é muito importante para que a gente realce para poder, nesse debate a respeito das dificuldades, das necessidades de mais investimentos sim, e a iniciativa privada tem correspondido, porque o investimento público feito nos portos tem atraído investimento privado na ordem de dez, doze, até quinze vezes mais no sentido de ampliar a capacidade portuária lá no nosso Estado.

Agora o que eu queria falar é o mesmo que eu falei quando nós debatemos a Medida Provisória do reporto. Quer discutir a questão dos portos no Brasil? Vamos fazer por Emenda Constitucional, porque a Constituição é claríssima, a Constituição é claríssima. "Art. 21: Compete à União –inciso XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão", inúmeros serviços públicos, entre eles os portos marítimos, fluviais e lacustres. Portanto, compete à União explorar diretamente. Se ela não tem condições de explorar diretamente, ela vai fazer por concessão, ela vai fazer por permissão. Esta é a regra.

A autorização é exatamente em situações precárias que, no caso portuário, não cabe, não cabe, porque são investimentos de grande porte.

Não adianta querer confundir isso com educação, porque a Constituição, eu posso até não concordar, mas a Constituição diz lá também de forma muito clara. "Art. 209 –O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições". Então no caso do ensino, da saúde, a Constituição garante a entrada da iniciativa privada. No caso dos portos, não. É competência exclusiva da União e ela só pode fazer mediante a concessão. E a autorização, no caso dos portos, eu tenho a clareza de que não cabe, porque são grandes investimentos.

Portanto, se nós queremos fazer o debate, nós temos que fazer o debate por Emenda Constitucional. Não pode ser Emenda a Medida Provisória, não pode ser por Decreto, não pode ser por Resolução, modificação de Resolução da ANTAQ. Então querem fazer o debate? Aliás, a minha pergunta é essa: tem Emenda Constitucional, tem intenção da ANTAQ, do Congresso, da Secretaria de Portos, de apresentar Emenda Constitucional para modificar esta realidade constitucional? Porque se tiver, eu acho que aí nós fazemos o debate. Eu vou ser uma defensora de que continue sendo serviço público.

E eu quero dizer o seguinte: não tenho vinculação com cartel nenhum e se dizem que tem cartel de um lado, pode até ter de um lado, acho até que tem, tem do outro também, tem do outro também, certo? E quero dizer: por que é que eu faço a defesa de que é serviço público e precisa ter licitação, como tem que ter na questão da energia elétrica, como tem que ter em outros serviços públicos? Porque qual é a questão que está em jogo? E aí eu quero usar as palavras do Senador GERSON Camata. Nós temos que garantir que o pequenininho, que é aquele que não tem a quem recorrer, tenha a garantia da sua carga movimentada. Porque é o seguinte: se sai como porto privativo, sai como porto privativo e o porto privativo dá um jeitinho de movimentar as cargas de terceiro, em grande maioria, o que é que faz o porto privativo movimentando carga de terceiro? Ele seleciona por aquilo que dá maior rentabilidade. Então o pequenininho não vai ter vez, não vai ter vez. O porto concessionado a partir da licitação, ele tem regras, porque a diferença não são só as taxas, a diferença não são só as regras, é que o porte público concessionado à iniciativa privada é obrigado a movimentar a carga de todos, de toda e qualquer pessoa que precisa exportar ou importar, que precisa despachar a sua mercadoria ou não. Então para mim esta é a grande diferença, é a garantia para todos, e isto só acontece com a licitação, a regra do porto como serviço público subordinado à licitação para garantir que todos possam movimentar as suas cargas. Esta é a diferença para mim. É por isso que eu fiz uma defesa contundente, fiz uma defesa contundente. Não estou defendendo cartel nenhum, que volto a dizer, têm dos dois lados. Eu estou defendendo um conceito de serviço público e da garantia do direito de todo e qualquer produtor, seja um grande produtor rural, seja um micro, um microempresário que precisa fazer com que a sua carga entre e saia através do porto.

Então é por isso que eu não tenho nenhuma dúvida. Querem fazer a discussão da regra constitucional? Vamos fazer por Emenda Constitucional. Por isso que a minha pergunta é uma só a todos os representantes que estão aqui: ao Ministro, ao representante da ANTAQ, ao próprio representante da Confederação Nacional da Agricultura, que está reclamando que precisa de mais portos e tal: vamos mexer na discussão ou não vamos? Porque se não vamos mexer na Constituição, o Decreto está corretíssimo, o Decreto corrobora o que está no texto constitucional. Aquilo que a ANTAQ vai ter que fazer, terá que ser dentro da regra constitucional. Agora isto não serve, isto é ruim, isto prejudica? Então vamos mudar a Constituição.

Eu quero dizer que se apresentarem a Emenda Constitucional, eu vou ser uma ferrenha defensora do porto como serviço público subordinado ao processo licitatório, até porque o Decreto é claríssimo. Eu não sei por que estão chiando que não podem investir. Por que é que não podem investir se diz o seguinte: "Qualquer interessado na outorga de porto organizado marítimo, mediante concessão, poderá requerer a ANTAQ a abertura do respectivo processo licitatório". "Ah, mas vamos investir antes, vamos fazer estudos e tal". Alguém que investe antes, faz estudo e tal, vai ter medo de licitação? Ele vai ter as informações privilegiadas, vai apresentar o melhor preço porque ele fez o estudo. Ou não vai ganhar a licitação quem tem as informações do estudo feito? Eu não acredito.

Agora querer movimentar carga sem seguir as regras, as taxas, a contratação de mão-de-obra, do OGMO, e ainda por cima poder selecionar, conforme a sua lucratividade, o que é que ele vai movimentar ou não, isso afronta a Constituição. E eu acho que aí o Decreto está corretíssimo, eu acho que qualquer modificação que a ANTAQ queira fazer vai ter que seguir obrigatoriamente o texto constitucional, até porque a participação da iniciativa privada está garantidíssima, inclusive incentivada pelo Decreto, que deixou claro agora o que é.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Ideli, me permite um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Senadora Ideli, eu acho que V. Exª. está correta, é preciso sempre haver a fiscalização do Estado. Para isso o país criou uma agência que disciplina, reguladora, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, que ela tem a obrigação constitucional de fiscalizar, e não é fiscalizar apenas qualquer porto privado que seja feito uma autorização ou concessão ou o que quer que seja, mas ela tem a obrigação de fiscalizar inclusive aqueles que operam hoje os portos brasileiros que têm sido mediante licitação, porque se não fiscalizar vai acontecer o que V. Exª. está dizendo aí, vai ter privilégios para um em detrimento de outros. Então este é um papel que nós temos que exigir da ANTAQ, mas ela está criada e ela pode e deve cumprir o seu papel em todas as instâncias. Então não há porque ter essa preocupação, porque a agência está criada e está aí para fiscalizar toda a atuação daqueles permissionários, seja através de concessão, de permissão ou de autorização para operar serviços públicos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador César Borges, eu tenho certeza absoluta, elogio o trabalho da ANTAQ, eu acho que deve inclusive ter até uma atuação mais ofensiva no sentido da fiscalização, ainda mais, ainda mais. Agora não há possibilidade de fazer uma fiscalização com regras flexíveis para uma parte, que é de um jeito, de outra parte é de outro jeito, tem um ditame constitucional. O ditame constitucional é um único, é um único, está aqui no artigo que estabelece de forma muito clara que é da competência da União a exploração de portos e que isto só pode ser concedido à iniciativa privada mediante processos licitatórios.

Então eu quero dizer que não tenho como não perguntar, essa é a minha única pergunta: nós vamos debater a mudança na Constituição? Existe algo no ar para isso? Se nós vamos debater, então na hora que isto se apresentar aqui, eu vou ser uma defensora da manutenção do porto como serviço público, que só pode ser concessionado mediante licitação. Se não existe isto, o Decreto do meu ponto de vista está correto, o que a ANTAQ vai fazer em termos de revisão terá que ser mantido conforme a regra da Constituição, e se nós temos que fazer mais investimentos, os investimentos estão autorizados a serem feitos, dentro da regra constitucional.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de agradecer a presença do Carlini, do Fayet, do Dr. Fialho e também do Ministro. Infelizmente eu tenho que ir para o aeroporto, estou no meu limite, eu tenho que ir a Goiás, a Goiânia fazer um compromisso, meus colegas Senadores, Senadoras, mas dizer, Sr. Presidente, que eu já esperava o debate desta forma e a manifestação do Ministro também não muito animadora.

Eu não sei o que essa Casa pode fazer. Agora a pouco V. Exª. disse que nós fizemos um acordo para cumprir uma Lei. Foi verdade. Aquele acordo foi para cumprir uma Lei. E eu não tenho o menor ânimo de protocolar também um Projeto de Lei para cumprir a Lei e a Constituição. Nós precisamos sim mudar a Constituição para legitimar esse Decreto e não ao contrário, porque eu não posso fazer juízo de valores às palavras da Constituição. Quando a Constituição diz que permite autorização, concessão e permissão e sendo que licitação é só para concessão e permissão, eu não posso aferir que no caso dos portos não cabe autorização. Aí é demais. Aí é demais, Ministro, Presidente, não dá para fazer essa aferição, não dá. Eu querer enquadrar segmentos e atividades às palavras da Constituição, eu não me sinto grande o suficiente para isso. Eu prefiro obedecer à risca as palavras que estão escritas na Constituição, no art. 21: "Compete à União; XI – explorar, diretamente ou mediante autorização". Autorização, não é necessário licitação. E ainda é claríssimo na letra "f" repito: "os portos marítimos, fluviais e lacustres".

Eu tenho a impressão, Presidente, que o único caminho é a justiça. Eu tenho muita esperança que a justiça possa ter misericórdia do país e que possa fazer valer a Constituição. Muito obrigada a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ministro Pedro Brito e logo a seguir então fala o Dr. Fernando Antônio Brito Fialho.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: A Senadora Kátia Abreu está tendo que se ausentar, mas eu queria, em relação à autorização, tanto é que pode que ela é dada, dada dentro daquilo que está definida na política pública do Governo. A política pública do Governo é muito clara: a autorização será dada dentro do que está claramente definido no Decreto para o caso de portos privativos que são extensão do negócio da empresa. Para esses casos a autorização será dada. Para os casos da prestação de serviço público, de alguém que quer colocar um porto não para atender ao seu negócio, mas quer colocar um porto como negócio, que são coisas absolutamente diferentes, uma coisa é uma pessoa precisar de um porto fazendo parte do seu negócio, como centro de custos. Outra coisa é

a empresa querer ter um porto como negócio, como centro de lucros, como centro de ganhos. São coisas absolutamente distintas. No primeiro caso o Governo autoriza. No segundo caso, vai para licitação, como é a regra. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Dr. Fernando Antônio Brito Fialho.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, Presidente, se o senhor me permite apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem. Porque da forma como é argumentado aqui a história da autorização, Ministro, há uma inversão total, porque, assim, é competência da União ou compete à União o serviço dos portos.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E a União é que tem a prerrogativa de decidir se é autorização, concessão.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas os argumentos que são usados dão a impressão de que é o seguinte: é da União, é competência da União, mas quem tem que decidir se vai ser autorização ou licitação é--

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: É quem quer.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): -–É quem quer, entende? É o setor público? Não, aqui eu vou decidir que é autorização, eu não preciso fazer licitação, eu faço como eu bem entendo. Então se é o setor público que vai fazer como bem entende, então nós estamos afrontando a Constituição sim, porque se é competência da União, é a União que tem que decidir o que ela autoriza e o que ela concessiona por licitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Fernando Antônio Brito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu não quero debater com a Senadora Ideli não, mas vou apenas citar um exemplo com relação ao gasoduto. A União dá autorização e deu várias autorizações à Petrobrás e faz a fiscalização. Agora nós votamos, acabamos de votar ontem à noite a nova Lei do Gás, que disciplina, e o Congresso Nacional interpretou e decidiu que doravante mantido os direitos adquiridos das autorizações concedidas já, doravante será sempre por concessão. Nós votamos ontem a Lei do Gás que prevê isso, quer dizer, o Congresso Nacional decidiu dessa forma. Então pode ser por autorização, fazer por autorização. A Petrobrás tem autorizações em todo o país para concessão de gasodutos, mas de agora em diante será sempre por concessão e nós disciplinamos aqui no Congresso Nacional. Então quem vai dizer é o Congresso Nacional que tem responsabilidade para isso e tem e pode fazer essa interpretação através de Lei Complementar ou através de uma Lei que possa regular o setor.

Então isso é um exemplo que pode acontecer muito bem com os portos, o próprio Congresso Nacional aqui pode definir e fez isso através da Medida Provisória. Agora se a interpretação continuou agora através do Decreto outra, é outra questão que pode se debater, senão vai terminar no Judiciário essa questão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador César Borges, só um--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senadora Ideli Salvatti, pela ordem e para encerrar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para encerrar, só um minuto. Nós não tínhamos o marco regulatório do gás, ele foi votado. Portanto, o marco regulatório do gás, ele consolidou o que já tinha sido feito antes da legislação regulamentadora, autorizações e tal, e a partir de agora é só concessão.

A Lei dos Portos foi a mesma coisa. Ela consolidou também situações anteriores e daí para frente, com exceção do porto de uso privativo, que é a autorização que continua, os demais têm que ser pela regra da licitação.

Então o que nós estamos falando é a mesma coisa, é idêntico. Nós não estamos falando coisas diferentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Fernando Antônio Brito Fialho, com as desculpas, então, para as suas conclusões.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO: Eu estou inteiramente à disposição. Eu acho que o tema é rico e muito interessante, mas eu gostaria de fazer alguns comentários, inicialmente, a respeito do que foi colocado pela Senadora Kátia Abreu quanto à Resolução 517, que foi editada em 2005. Quando entramos na agência, em 2006, iniciamos um processo de análise detalhada, com discussão ampla e generalizada com o empresariado, eu estive com representações de todos os *players* do setor portuário, com a Comissão Portos, que tinha uma representação ampla, e nessa linha fizemos uma avaliação de o quanto a ação regulatória era suficientemente adequada no sentido de que nós fizéssemos imposições de limites à implantação de terminais. E aí nessa linha, e conforme consta nos

autos do processo em análise, conforme inclusive foi mencionado pelo professor Fayet na avaliação jurídica feita pelo nosso Procurador-Geral, Dr. Aristarte, é de que do ponto de vista regulatório não cabia à agência estabelecer limites que ultrapassassem o mandato legal da Lei 8.630.

Os terminais de uso privativo misto, que hoje montam em 125, 124 até recentemente, mais um que foi autorizado recentemente, da Aracruz Celulose, nós temos 125 terminais e que foram, na sua grande maioria, autorizados, mediante contrato de adesão celebrado entre o Ministério dos Transportes e os seus autorizatários, e que estão absolutamente regidos e amparados pela legislação brasileira, porque o art. 21, conforme foi tão mencionado, prevê o regime da autorização. Esses terminais prestam um serviço não só às empresas que operam diretamente, mas também prestam serviço a terceiros, fazendo um trabalho importante no setor do agronegócio. Vale salientar, por exemplo, no terminal do Vale do Rio Doce, no Espírito Santo, por exemplo no terminal da Vale do Rio Doce lá no Maranhão, em que prestam um serviço importante à sociedade. Então eu acho importante fazer o registro do amparo legal e jurídico que se reveste os terminais que já estão instalados, já estão funcionando, inclusive os terminais da PORTONAVE e da EMBRAPORT.

No entanto, e aí reconheço, reconheço que o Governo trabalhou no sentido de editar a sua política portuária, valorizando a ação dos portos públicos, e nessa linha a ANTAQ vai procurar, como inclusive já delineei, enxergar e procurar adequar o seu regramento dentro daquilo que foi editado no Decreto do Sr. Presidente da República. Um detalhe importante é que não cabe à ANTAQ fazer julgamento de mérito quanto ao Decreto editado pelo Sr. Presidente da República. Vamos cumprir aquilo que foi determinado como política pública.

Outro aspecto, ressalvado o aspecto de que todos os contratos vigentes foram celebrados dentro da legalidade e que a operação da Vale do Rio Doce, da Cargill, da Bunge, da PORTONAVE, da EMBRAPORT, tem legalidade e funcionam dentro da Lei. Eu acho importante ressaltar que a ANTAQ está fazendo essas revisões e fazendo as revisões agora à luz de uma política pública. E que o ofício encaminhado e que consta nos autos reflete a mais absoluta verdade dentro da avaliação quanto ao cabimento dentro da regulação pura e simples.

E, também reforçando, que o Senador César Borges comentou a respeito da questão da fiscalização, realmente nós temos procurado ampliar essa nossa fiscalização. Tivemos no ano de 2007 mais de 1100 ações fiscais, no ano de 2008 devemos fechar com mais de 1300 ações fiscais, resultando em uma fiscalização mais presente, mais próxima, mais ostensiva, inclusive com relação aos portos públicos, exigindo posturas, exigindo mudança, resultando inclusive em punições conforme foi mencionado pelo Dr. Fayet. Então estamos reforçando, recebemos recentemente a autorização para a celebração de um concurso para ampliar essa ação fiscal com mais sete unidades regionais, uma inclusive será instalada em Salvador, então vamos ampliar essa ação, porque, assim, faz parte da agência de forma muito clara.

O senhor fez uma pergunta a respeito do terminal do Porto Sul. Nós participamos de duas reuniões para tratar a respeito do terminal, do porto, e há uma determinação de Governo, e como eu mencionei inicialmente que o nosso Plano Geral de Outorgas não impedirá a implantação de um porto público novo por uma demanda de geração de desenvolvimento, indução de desenvolvimento numa determinada região, então a ordenação para a criação desse porto é, primeiro, um Decreto do Sr. Presidente da República criando a área do porto organizado, depois a inclusão desse porto dentro do Plano Nacional de Vias, o PNV, e na seqüência o procedimento do processo de licitação da concessão dentro de um arcabouço jurídico que está sendo avaliado, estamos estudando, tentando criar a melhor formatação possível, inclusive dentro da linha de reduzir a visão patrimonialista e sim de focar no atendimento a um custo mais baixo para o usuário final. Mas isso, obviamente, vai tomar um tempo de processo de licitação de concessão e até da confecção de um modelo. Eu quero ressaltar que a confecção do modelo do setor elétrico, a confecção do modelo do setor de transporte terrestre, demorou dois anos para ser validado junto ao TCU, então é natural que a confecção de um novo modelo de concessão, muito embora tenhamos toda a determinação de trabalhar de forma célere na propositura desse modelo, mas esse modelo será discutido, esse modelo será avaliado, inclusive com validação junto ao TCU. Então assim há um *time* de implantação de novos portos que vai ser observado obedecendo todo o rito legal, mas estamos trabalhando em conjunto para seguir os trâmites e, assim que esse processo chegar dentro da agência, nós vamos fazer o encaminhamento do processo de concessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ministro Pedro Brito.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Me permita só rapidamente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque a previsão da conclusão da ferrovia estar operando é

para 2011. Nós estamos em 2009 praticamente. Então o tempo urge para que seja dada a concessão e que seja executada a obra, porque ferrovia sem porto não vai funcionar. Então temos que concomitantemente chegar ao porto e a ferrovia.

SR. FERNANDO ANTÔNIO BRITO FIALHO: Eu concordo inteiramente com o senhor, mas o processo ainda se encontra no Executivo, ainda não foi encaminhado para a agência, estamos aguardando para fazer a nossa parte também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Senador César Borges, o Ministro Pedro Brito queria fazer um esclarecimento a uma pergunta que V. Exª. fez.

SR. PEDRO BRITO DO NASCIMENTO: Não, é só sobre essa pergunta que o senhor fez, Senador, sobre a dinâmica aí lá do Porto Sul. Nós já estamos com o grupo que está trabalhando *full-time*, é um grupo composto pela Secretaria de Portos, pelo Governo do Estado da Bahia e pela VALEC, e claro que esse projeto ao qual o senhor está se referindo, que é importantíssimo para o Brasil e para a Bahia em especial por conta de toda a possibilidade que nós vamos ter de atender o oeste baiano, além da parte mineral, de produção mineral que está sendo colocado agora no mercado pelo Estado da Bahia, coisa que já existia, mas agora que está vindo para o mercado, esse projeto é um projeto interligado de ferrovia com porto, não pode ser diferente, nem tem sentido o porto sem a ferrovia e nem ao contrário. É um projeto único na verdade do ponto de vista estratégico de negócio. E nós estamos em ritmo de sintonia entre os dois projetos e naturalmente que nós não vamos esperar dois anos para isso. Nós vamos colocar esse projeto, a nossa idéia é estar com ele no segundo semestre do próximo ano pronto para ser licitado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pois bem, então a presidência agradece a presença do Ministro Antônio Brito, do Sr. Nélson Carlini, do Diretor-Geral da ANTAQ, Dr. Fernando Antônio Brito, do Luiz Antônio Fayet, dos Srs. Senadores e declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h46

ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009.

Às nove horas e cinqüenta minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **AUGUSTO BOTELHO, RAIMUNDO COLOMBO, OSVALDO SOBRINHO, OSMAR DIAS, ROMERO JUCÁ, HERÁCLITO FORTES, JOÃO TENÓRIO, SÉRGIO ZAMBIASI E JOÃO DURVAL.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Sadi Cassol, César Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Marisa Serrano e Romeu Tuma. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: –Terminativo –PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 105, DE 2009** – **EMENTA:** Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), a fim de corrigir erro manifesto, mediante a substituição do termo “arrendador” por “arrendatário” no inc. IV do seu art. 95. **Autoria:** Senador Osmar Dias. **Relatoria:** Senador Gerson Camata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. ITEM 2: –Não Terminativo –PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2009** – **EMENTA:** Revoga as Leis Delegadas nºs 4 e 5, ambas de 26 de setembro de 1962. (LEI DELEGADA nº 4/62: dispõe sobre a intervenção no domínio econômico LEI DELEGADA Nº 5/62: cria a SUNAB). **Autoria:** Deputado Ricardo Izar. **Relatoria:** Senador Gerson Camata. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda nº1-CAE (Substitutivo) aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado: Adiado. ITEM 3: –Não Terminativo –PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 327, DE 2006** – **EMENTA:** Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências. **Autoria:** Senador João Alberto Souza. **Relatoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que

apresenta. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Osmar Dias, Osvaldo Sobrinho e Sérgio Zambiasi. **Resultado: Leitura do Relatório pelo Senador Sérgio Zambiasi, relator da Matéria, sendo concedida vista ao Senador Osmar Dias, nos termos do art. 132, § 1º –RISF. ITEM 4: –Não Terminativo –PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 577, DE 2007** – **EMENTA:** Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de eventuais calamidades naturais, ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar. **Autoria:** Senador Garibaldi Alves Filho. **Relatoria:** Senador João Pedro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 5: –Não Terminativo –PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 232, DE 2004 – EMENTA:** Autoriza, nos termos do § 3º do artigo 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos de trechos do rio das Mortes, Araguaia e Tocantins exclusivamente para fins de transporte fluvial e dá outras providências. **Autoria:** Senador Jonas Pinheiro. **Relatoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro emendas que apresenta. **Resultado: Adiado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **VALTER PEREIRA,** Presidente da CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e, havendo anuência de todos, é dada como aprovada. Como não há rejeição, está, portanto, aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de algumas matérias que estavam pautadas desde a reunião anterior.

Ainda bem que V. Exa. tem a marca da assiduidade, o que só garante a regularidade dos nossos trabalhos, como também os bons resultados que esta comissão tem produzido.

Aliás, eu gostaria de fazer algum comentário sobre os nossos trabalhos durante este ano, já que esta vai ser, seguramente, a nossa última reunião desta Sessão Legislativa.

Na verdade, nós estamos hoje completando 43 reuniões desta comissão, das quais 16 foram deliberativas, e nós aprovamos aqui mais de 20 importantes projetos, alguns em caráter terminativo, valendo destacar aqui: o que regulamenta os medicamentos veterinários genéricos; o que incentiva a produção de biodiesel; o que promove a rastreabilidade da carne produzida no país; o que proíbe a penhora de máquinas e colheitadeiras de pequenos produtores; o que cria a política nacional de assistência técnica e extensão rural, que nós aprovamos recentemente; o que permite a compensação ambiental em unidades de conservação; o que abre o capital da EMBRAPA, para alavancar recursos a esta importante empresa de pesquisa; o que concede isenção de IPI na compra de máquinas agrícolas; o polêmico PLC que muda os critérios para a fixação de índices de produtividade e que tem gerado certa celeuma, já que ao invés de adotar a GUT e a GE, passa a prevalecer o grau de eficiência da terra, e não a sua utilização apenas.

Vejam, portanto, Srs. Senadores, que durante o ano de 2009 nós estivemos aqui com matérias polêmicas, que afetaram duramente o setor primário, especialmente o agronegócio.

Enquanto o Senado, de maneira geral, se debruçava sobre a discussão ética, que realmente é uma preocupação de todos nós, não pode ter um parlamentar, não pode ter um representante da sociedade nesta Casa que não tenha essa preocupação e que se desvie desse foco, mas a verdade é que o Senado, a par dessas questões que fazem parte de toda... Todo cenário político brasileiro e internacional, mas o Senado não poderia parar, como de fato não parou, especialmente a Comissão de Agricultura desta Casa, que continuou o seu trabalho com normalidade. Aqui ninguém abaixou a cabeça, aqui todos continuaram trabalhando com a maior normalidade.

Nós realizamos nada menos que 14 Audiências Públicas, e outras 15 foram realizadas em parceria com outras, outras comissões.

Uma das Audiências Públicas que nós realizamos foi no Estado do Pará, onde havia um contencioso de grande repercussão que comprometia a atividade frigorífica daquele estado, que é relevante para a economia do país, e o resultado dessa Audiência Pública foi um TAC, Senador Osmar Dias, que acabou administrando o problema grave que enfrentavam produtores, os pecuaristas, os frigoríficos, e o próprio governo daquele estado.

Então, essas Audiências Públicas, como essa do Pará, por exemplo, levaram a soluções de problemas, já que muitas vezes a gente se perde nas discussões,

mas nós não encontramos soluções para graves problemas.

E aqui, dos debates enfrentados por essa comissão, muitos deles resultaram em soluções importantes para o setor que representamos. Inúmeros ministros de estado, técnicos de instituições públicas, representantes de movimentos sociais, de organizações não governamentais, aqui estiveram expondo seus pontos de vista, seus dilemas, apresentaram suas propostas e graças a tudo isso, essa comissão pôde se deparar e pôde ajudar a administrar muitos problemas.

Aqui, nós destacaríamos i as discussões que mais relevo ganharam durante esse ano de 2009, e, na ponta delas, esteve aqui, por exemplo, a renegociação das dívidas rurais.

Produtores aqui compareceram, autoridades do Governo vieram prestar esclarecimentos, assumir compromissos, e dessas discussões, indiscutivelmente, houve um significativo alívio para os produtores, houve um enfrentamento da crise dos frigoríficos.

Nós aqui também enfrentamos uma discussão das mais significativas, que foi a do Código Florestal, que parece que encontrou uma solução razoável, está encontrando boa receptividade, boa margem de negociação na Câmara dos Deputados, no Ministério, no Governo de maneira geral.

A questão da produtividade também não teve o açodamento que alguns mais fundamentalistas esperavam, e graças à intervenção aqui da Comissão de Agricultura, essa questão também pôde encontrar um curso normal de discussão.

Não faltaram aqui as discussões sobre os fertilizantes que compõe no custo da produção um dos mais pesados ônus para os produtores e, que parece, encontraram um desfecho, também resultado de não só uma discussão intensa nesta comissão, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados também, que esse assunto lá eu acompanhei, foi bastante debatido.

O Ministério da Agricultura, preciso realçar também na figura do seu titular, o Ministro Stephanes, tomou uma posição muito firme, resultando de todas essas pressões ocorridas neste fórum e em outros fóruns que atuam com muito interesse nas questões agrícolas, mas parece-me que houve uma mudança de cultura da PETROBRAS, que resgata a sua atuação nessa área.

Nós temos informações seguras, hoje, de posições tomadas por ela para a exploração de fertilizantes no Pará, a implantação de um grande polo que vai permitir a exploração da uréia, e de outros componentes a partir do gás natural em Três Lagoas.

Enfim, eu acho que essa questão dos fertilizantes nós inauguramos aqui um momento muito propício para o produtor rural do nosso país.

As discussões também sobre a postura de algumas instituições que estão na clandestinidade, mas que tem causado grandes inquietações no país, como no caso, por exemplo, do MST.

Aqui nós discutimos a questão da contaminação por agrotóxico, e por outras substâncias que tem causado um contencioso muito grande com ambientalistas, com agronegócio, e Governo.

Enfim, nós estamos fechando 2009 com uma produção extremamente rica para a Comissão de Agricultura, e isso nos dá aquela sensação de dever cumprido.

Embora nós tenhamos ainda esta sessão para apreciar alguns projetos relevantes, mas não poderíamos deixar de abrir esta reunião abordando essa produção legislativa, essa produção que a Comissão de Agricultura conseguiu em favor, ou em defesa do agronegócio, da agricultura familiar do nosso país.

Portanto, eu acho que o balanço a despeito de um cenário, assim, extremamente preocupante para o Senado Federal, especialmente no primeiro semestre, mas nós fechamos o balanço dessa comissão com resultados extremamente auspiciosos para a atividade-fim desta Comissão de Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária, e que contou com a participação, com o engajamento de todos parlamentares que compõe este colegiado.

E nós não poderíamos deixar, portanto, de agradecer aos Srs. Senadores que aqui compareceram, que prestigiaram essa comissão, que tomaram iniciativas. Aos representantes do agronegócio, da agricultura familiar. Aos servidores desta comissão, porque todos se engajaram nesta grande tarefa. Que nós precisamos também, não podemos deixar de realçar, a atenção que teve com os assuntos pertinentes ao agronegócio do nosso país, a imprensa, o rádio e a televisão que acompanharam, que divulgaram os trabalhos aqui produzidos.

Portanto, nossos agradecimentos a todos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu acho que até falo como todos gostariam de falar, para cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos dessa comissão, é uma comissão nova na Casa, a gente não tem nenhuma sala específica para realizar as reuniões, tanto é que nós estamos aqui na Sala das Relações Exteriores, e eu espero que um dia a gente possa ter

uma sala exclusiva para a Comissão de Agricultura, até porque este horário que nós realizamos a reunião da Comissão de Agricultura, ele é um horário bastante concorrido com outras comissões, e a dificuldade, às vezes, de nós estarmos aqui para debatermos assuntos importantes.

Especialmente neste ano que nós tivemos a crise, e que eu considero o setor do agronegócio o grande responsável pela retirada do país da crise o mais rápido que ocorreu, em relação, inclusive, aos outros países.

O Brasil saiu antes, mas saiu porque teve a sustentação de uma agricultura que é diversificada, forte, que se espalhou por todo o território nacional e que dessa forma aguentou, como a gente costuma dizer, a situação de crise que se abatia sobre o setor.

Ainda ontem o Ministro Lupi esteve no Paraná, e nós vimos os dados do Ministério do Trabalho deste ano, foram gerados um milhão e cem mil novos empregos com carteira assinada. O Brasil bate, portanto, em 60 milhões de trabalhadores com carteira assinada, neste ano da crise.

Quando o ministro falou em fevereiro do ano passado, aliás, deste ano, que o Brasil geraria um milhão de empregos, ele foi muito criticado, a imprensa até ridicularizou as suas afirmações e nós chegamos ao fim com um milhão e cem, e já podemos concluir o ano com cerca de um milhão e duzentos mil empregos, o que significa uma média de cem mil por mês, de novas carteiras assinadas.

E a gente pode dizer que a agricultura, ela fez rodar a roda da economia, a roda da economia girou em função desse poder que tem a agricultura de enfrentar períodos de crise como esse que nós enfrentamos.

E para o ano que vem se projeta um crescimento de 5%, o que significa dois milhões de novos empregos que poderão ser criados, e novamente a agricultura vai ser a grande ferramenta para gerar empregos e fazer girar as outras atividades econômicas do país.

Então, essa comissão tem uma importância estratégica, ela cumpriu muito bem o seu papel sob o seu comando, nós estivemos dando nossa contribuição, todos nós, e creio que para o ano que vem nós teremos alguns desafios enormes pela frente a enfrentar aqui, porque a situação da agricultura pode ter no ano que vem mais dificuldades até do que teve este ano, que foi o ano da crise, porque já se prevê preços de *commodities* muito baixos, já se fala em preço de soja em 30, 32 reais, e há uma grande preocupação em relação ao milho, que nós temos estoques. Mato Grosso não sabe nem o que fazer com o milho que tem.

Creio que o Brasil terá que ter uma política mais agressiva, no que se refere a abrir mercados, e há mercados a serem conquistados, para colocar tanto milho quanto mais soja, e nós temos que discutir um pouco mais aqui a questão do biodiesel, do biocombustível, que é uma forma também de encontrarmos um novo mercado, um mercado mais amplo para as nossas *commodities*, principalmente as oleaginosas nesse caso.

Mas eu creio que esse ano cumprimos muito bem o trabalho sob o comando de V. Exa., quero cumprimentá-lo e dizer que no ano que vem estaremos aqui novamente para esse debate, que pode auxiliar no estabelecimento de políticas pelo próprio Governo.

O Ministro Stephanes, como V. Exa. destacou, não só por ser do meu estado, mas por ser um defensor realmente do homem do campo, ele se postou de uma forma bastante corajosa com relação aos assuntos polêmicos, como é o caso do Código Ambiental, mas sempre com muito bom senso, e ele foi também um parceiro desta comissão, e por isso nós devemos aqui registrar o nosso reconhecimento pela sua postura sempre firme em defesa da agricultura brasileira.

Portanto, meus cumprimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. foi um dos baluartes desta comissão, como tem sido um dos pilotos do agronegócio e da agricultura familiar.

Eu sempre procuro incluir o agronegócio e a agricultura familiar num mesmo estamento, porque não consigo enxergar de forma diferente, mas V. Exa. deu uma contribuição grande não para esta comissão, mas para a atividade do campo de maneira geral, à mercê do conhecimento, da experiência e sobretudo do bom senso que orienta o seu trabalho e a defesa das suas convicções.

Uma notícia que deslustrou um pouco o brilho deste final de ano foi um acontecimento que envolveu nosso ex-Presidente, o Senador Neuto de Conto. Houve um acidente com ele, eu acredito que já deve estar saindo do hospital, ou se não deixou já, o Senador Colombo deve ter essa informação.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ele sofreu um acidente na madrugada de quinta para sexta, acidente de carro, na Rodovia 282, ficou hospitalizado dois dias, mas houve apenas um deslocamento do ombro, e está dolorido, mas ele já saiu do hospital, está em casa, em pronto restabelecimento, e graças a Deus nada mais grave.

Quem estava com ele também era o assessor de imprensa, também não teve fratura, apenas escoriações, já está bem, e o motorista não teve nenhum ferimento.

Agora, quem viu o carro fica apavorado. Foi realmente um milagre, porque destruiu totalmente. Mas ele

já está bem, já está em casa, está tranquilo e Graças a Deus não teve nada mais grave.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É, a conversa que eu tive com ele por telefone foi de um homem bem assustado.

[risos]

Ele viu um bicho muito feio na frente, mas graças a Deus está fora de perigo, e brevemente ele deverá voltar aos trabalhos normais.

Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O caçula dessa comissão.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Obrigado, Excelência.

Srs. Senadores, na verdade eu acredito que essa comissão deveria ser a comissão mais importante do Senado da República, logicamente depois da Comissão de Educação.

Porque uma fala do hoje, do progresso, a outra fala do amanhã e do sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Até rimou.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): É [risos]. Essa aqui tem sido a atividade desse país que mais tem dado privilégio a essa nação.

Se essa crise que avassalou o mundo para potências, para nós a agricultura fez amenizar, e nós conseguimos passar por ela sem sentir muito logicamente os problemas, porque nós tínhamos a nossa atividade firme na agricultura, produzindo bastante, os nossos campos sempre comprando com ano de antecedência e, consequentemente, saiu, quando estava na crise, a agricultura estava bem, quando estava saindo, estava numa colheita muito melhor ainda. Portanto, isso aí nos deu uma tranquilidade para passar esse vendaval que aí estava.

E essa comissão tem refletido o espírito do campo. Essa comissão, presidida por V. Exa., e por outros que o antecederam, tem feito um trabalho realmente de monta, um trabalho que tem andado na vanguarda do processo da agricultura, e nós temos trabalhado aqui de uma forma que tem dado respaldo para aqueles que trabalham no campo.

Logicamente que nós não somos a solução de tudo, e o Senado também não é, mas eu acredito que tem se feito aquilo que se pode fazer no tempo e na hora para dar respaldo àqueles que trabalham no campo. Esse país será uma potência através da sua agricultura e da educação que se implantar.

O Brasil poderá matar a fome do mundo todo, e quando eu vejo a África, aquele pessoal morrendo de fome, aqueles países com a miséria total, eu vejo, que bom se a gente abrisse os olhos, olhasse para lá, e através de uma ação mundial, intercontinental, a gente pudesse ajudar a resolver aquele problema, e temos condições, só no Centro-Oeste brasileiro, de fazer isso.

O Centro-Oeste está um canteiro de produção, é realmente um país bonito. Basta pegar a BR–163, saindo de Cuiabá, desde quando entra no Mato Grosso do Sul, entra ali [ininteligível], subindo até na divisa do Pará, nós vemos que é um canteiro só, um jardim só, é uma produção só, é aquela... Explodindo, tudo que plantando, cada dia, cada ano que passa melhorando a produção, porque os solos também vão melhorando e a tecnologia está adentrando da porteira da fazenda adentro e, consequentemente, com a especialização desse campo, eu acredito que o Brasil hoje é um sucesso de produção.

Por isso que nós não estamos... As crises não batem profundamente no Brasil, não batem com toda força, porque nós estamos... O campo está respondendo, nossa agricultura está respondendo, a nossa versatilidade no campo faz tem feito que a gente possa sobrepor os problemas.

Portanto, Excelência, eu acredito que é um ano para nós regozijarmos, para nos alegrar, dizer que valeu a pena trabalhar por esse Brasil.

E esta comissão tem feito sua parte, e feito, assim, com grandeza, e eu acredito que ao terminar esse ano, talvez essa é uma das últimas sessões que nós temos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Última.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): A última, que beleza.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Desse ano.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): E a gente pode dizer que esse é um Brasil que dá certo, esse é o país que dá certo, é o país do campo, é o país da roça, é o país da plantação, é o país do *agrobusiness*, é o país que, na verdade, mata a fome do mundo.

Eu tenho visto a soja, o milho, e que na verdade o milho está sobrando em Mato Grosso, ter uma ideia, ano passado nós pagamos milho e vendemos a 17 reais a saca, esse ano está 8, 9, na região de Mutum, Lucas, onde eu tenho propriedade, e ali a gente vê, mas mesmo assim estamos felizes, porque a soja que está vindo agora deve ser uma das maiores safras do Centro-Oeste nos últimos anos.

E terras onde dava cinquenta e poucas sacas, hoje já está com sessenta e seis sacas de soja por hectare. E a gente vê que cada ano que passa melhora mais, porque nós estamos aplicando tecnologia, não estamos pedrando(F), predando, nós estamos fazendo com que a terra melhore a cada dia que passa.

Portanto, eu acredito que, se nós continuarmos aqui, fazendo o nosso trabalho, chamando técnicos, buscando tecnologia, dando incentivo à EMBRAPA e outras estações de pesquisa, e agora o Ministério da Ciência e Tecnologia abriu uma linha para financiar e para fazer cursos de extensão universitária, pós-graduação, mestrado, doutorado, em todos os campos, mais no campo da pesquisa.

E se nós fizermos essa pesquisa, e mais para o Centro-Oeste, só para o Centro-Oeste, eu tive a oportunidade de na quinta-feira assistir a abertura, o lançamento desse programa pelo Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, onde vai se incentivar a pesquisa, mestrado, doutorado, essa área de busca a novas tecnologias, investindo aí no campo da agricultura, do ecossistema, nos biomas Pantanal e Cerrado, pode ter certeza que nós seremos imbatível em qualquer tipo de país, qualquer tipo de tecnologia.

Portanto, Excelência, eu fico feliz de participar dessa comissão que V. Exa. preside e saber que nós tivemos avanços importantes, e que a agricultura caminha a passos largos, dando emprego, como falou o Senador Dias.

Pensava-se que era absurdo quando ele falou em um milhão de empregos, e nós já vamos para quase dois milhões de empregos ano que vem. Isso é, na verdade, um milagre, milagre do trabalho, milagre da ciência, milagre da educação, milagre de homens que acreditam naquilo que faz.

Parabéns, Excelência, pela condução dessa grande comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Zambiasi, V. Exa. é autor, aliás, relator do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006, não terminativo, que "*Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis 4.502, de novembro de 64, 8.630, de fevereiro de 93, 9.019, de março de 95, 9.069, de junho de 95, 9.716, de novembro de 1998, e 10.833, de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nº 37, de 66, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nº 37, de 66, e 2.472, de setembro de 98* (*sic*) [ininteligível]*, e da Lei nº 9.074, de julho de 95, e dá outras providências*", e que está no Item 03 da nossa pauta.

Como está ausente o Senador Gerson Camata, eu vou colocar em primeiro lugar este projeto para discussão.

Lembrando à comissão que o projeto foi apresentado como conclusão do Parecer nº 1.271, de 2006, do Plenário, tendo como relator revisor o Senador João Alberto de Souza, que concluiu pela inadmissibilidade da Medida Provisória 320, de 2006.

Em reunião da Comissão de Infraestrutura em abril de 2008 foi realizada Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 12, de autoria do Senador João Tenório, aprovado na Comissão de Infraestrutura, o parecer favorável com as emendas nºs 01 a 22, em 18 de dezembro de 2008.

Portanto, passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi para exarar o seu parecer sobre [sobreposição de falas].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O Senador Sérgio Zambiasi fez um relatório bastante extenso, e, portanto merece um estudo bem detalhado.

Como ele apresentou um substitutivo, e esse assunto é de extrema importância para todos os estados, inclusive o Paraná, que tem uma dessas infraestruturas praticamente paralisada em função do regime em que se encontra, já que licitado quem ganhou a licitação tem estruturas no Porto de Paranaguá, e não tem interesse de instalar em Londrina, onde foi licitado, eu vejo que há problemas, portanto, nesse regime, e eu gostaria, portanto, de pedir vista.

Como o relatório é extenso, pode ser feito o pedido de vista depois do relatório, mas eu gostaria já de deixar colocado o meu pedido de vista, para que eu possa analisar melhor o parecer do Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pedido de vista, é um direito do Senador Osmar Dias, e cabe a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi, decidir se prefere já fazer a leitura e cumprir esta primeira etapa já hoje, ou se prefere aguardar para que venha junto com a manifestação do Senador Osmar Dias, futuramente, o cotejo das suas posições.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, eu não tenho... À medida que o Senador Osmar Dias já manifesta o desejo de pedir vistas, não há nenhum problema, tendo em vista que é um relatório realmente longo, e eu recebi esta missão da comissão, em abril deste ano, e, de abril para cá, eu procurei ouvir

todos os setores, estudar com alguma profundidade, um assunto de extrema complexidade.

Ficou um hiato, a medida provisória criou um hiato, e nós tivemos que estudar os conceitos sobre uma concessão, na realidade uma concessão e procurei examinar também as posições de líderes aqui da Casa, à época da apresentação e discussão da Medida Provisória.

Cito aqui o líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, onde que retiro apenas uma frase, em que uma das razões, à época, para que se interrompesse a discussão, e se provocasse esse novo exame do processo, está aqui resumida numa frase do Senador Arthur Virgílio: "*Insistimos que a licitação pública é o melhor caminho para se conceder esse tipo de concessão*."

Enfim, ele vem examinando mais, Senador José Agripino "*Reagiu o Congresso Nacional que identificou nos termos da Medida Provisória apresentada, e que estamos discutindo vícios perigosos como os que já foram mencionados, que o Senador João Alberto Souza tem conhecimento, concessão de armazenagem alfandegada, que não seria por processo de licitação e fiscalização, realizado por terceiros, e não por agentes da Receita Federal*", e outras coisas mais. E preocupa-se por a medida provisória ter produzido alfandegados entregues sem licitação.

Senador Sérgio Guerra "*A questão da licitação é insuperável, da mesma maneira que a outra questão, a da fiscalização, que reduz a possibilidade da fiscalização do setor público, e que cria eventual possibilidade do setor privado fiscalizar a si próprio, o que também é inaceitável*."

O Senador Heráclito Fortes se manifestou também, Senador Aloizio Mercadante.

Eu procurei, enfim, ter o cuidado de ouvir os vários setores, é claro que é um setor que atende a uma demanda muito grande, e ao mesmo tempo ainda com poucos, com.... Com poucos, em nível de Brasil, portos funcionando. São 63 no Brasil, em 14 estados. O Rio Grande do Sul possui 3, os 3 lá funcionam por licitação. São Paulo possui 27 unidades, Distrito Federal uma, demais estados 25, 41 se instalaram após a licitação pública, a partir de 1995.

São duas associações que tratam desse assunto, a Associação Brasileira dos Portos Secos reúne 33 portos secos e 18 empresas diferentes; Associação Nacional dos Portos Secos, 14 portos secos e 14 empresas.

Eu tenho... Procurei examinar algumas posições da Receita, ouvi a Receita, inúmeras reuniões, em que a conclusão final foi a oposição pela licitação, que é o tema mais... Foi o tema mais polêmico na discussão, e que posteriormente se chegou à conclusão que até pelas manifestações em Plenário das lideranças das bancadas, e posteriormente também por orientação do governo, que encaminha para cá a posição de bancada, no que a orientação que vem do bloco de apoio do governo diz assim:

"*Trata-se de projeto voltado a redefinir a regulação dos portos secos do país, sua natureza jurídica e questões econômicas relativas ao regime de concorrência, e toda decorrente estrutura jurídica do setor.*

No que concerne às questões competentes no âmbito dessa comissão, o Substitutivo agora apresentado pelo Senador Sérgio Zambiasi está em consonância com a posição do governo.

A orientação da assessoria da liderança do bloco de apoio ao governo é de aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo, sem prejuízo de posterior análise e discussão nas demais comissões das quais ele será objeto de apreciação.

Considerando a natureza do projeto, recomendamos a aprovação do projeto", conforme veio da assessoria, da liderança do bloco de apoio ao governo."

Enfim, eu procurei deixar sempre o gabinete aberto para todas as discussões; no início foi uma discussão muito tensa, muito difícil, nós fomos recolhendo informações que foram consolidando essas posições, inclusive algumas ações correndo no Ministério Público Federal, são nove ações, já todas elas, todas elas questionando a não licitação, então o que foi obviamente consolidando esse posicionamento que agora encerra com a apresentação deste relatório.

Mas eu preciso respeitar, obviamente, a posição do colega Osmar Dias, à medida em que ele... E com razão, pelo extenso trabalho que é, e pelo cuidado que tem que se tomar também numa decisão desta importância. O Paraná tem alguns portos secos, Maringá, Cascavel não está funcionando... Cascavel parece que é do governo, não está funcionando, se não me engano.

Enfim, no meu estado eu não tive como discutir exatamente por serem licitações. Mas... Por terem serem concedidos mediante licitação.

E a questão básica era entre a concessão sem licitação ou por licitação. E por ser um serviço público, e examinando todas essas questões, fui buscar, lá atrás, o que esta Casa discutiu à época com manifestações dos líderes de algumas bancadas, Senador Sérgio Guerra, Arthur Virgílio, José Agripino, César Borges, Heráclito Fortes e Aloizio Mercadante, pronunciaram-se à época, todos eles destacaram que não é possível haver uma concessão sem licitação.

A partir dali nós buscamos uma discussão muito intensa com a Receita Federal e com os setores interessados também, o que nos motivou ao final apresentar

esse relatório. Mas eu vou optar, então, por não ler o relatório hoje, e aguardar esse...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas o parecer de V. Exa. é favorável?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É favorável, eu posso concluir então por... Se eu puder já apresentar o relatório resumidamente. Resumidamente eu já posso deixar aqui inclusive o relatório pronto com o parecer, sem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu acho que V. Exa.--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Posso fazer agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Por força do regimento teria que fazê-lo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Então faço agora. Faço já.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu passo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu quero deixar claro ao Senador Zambiasi o seguinte: que, pela complexidade do assunto, pelo volume do relatório, até porque o assunto é complexo, exigiu um relatório deste porte, e porque eu estou sozinho aqui junto com o relator, eu... Seria uma grande responsabilidade eu votar sozinho um parecer desse e aprovar. Ficaríamos nós dois só, porque a tendência minha, é claro, é concordar com V. Exa., mas eu preciso estudar melhor. Eu não tive tempo, efetivamente, porque esse relatório foi apresentado semana passada.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Foram 8 meses, eu recebi em abril.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, não; mas o relatório foi apresentado--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O relatório, na verdade, ele está apresentando hoje, formalmente ele dá conhecimento da posição dele.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Formalmente, hoje.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O relator teve oito meses para estudar, mas eu não tive nem oito horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Oito meses, falta um mês só para nascer a criança.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Então eu preciso ter, pelo menos, oito horas para estudar o assunto.

E eu estou pedindo vista exatamente porque no meu estado os portos secos que foram instalados não funcionam. Eu preciso entender por quê. Entender por que o de Londrina não está funcionando, o de Cascavel não está funcionando, o de Maringá ficou um tempo parado, só agora começa a funcionar.

Então, eu preciso saber se tem alguma influência o regime, ou se não tem influência, e até aproveitar a oportunidade desse parecer do Senador Zambiasi para, quem sabe, ajudar para que aquelas estruturas funcionem, porque elas ajudam muito o desenvolvimento regional, elas reduzem custo de operação para importadores e exportadores.

Elas ajudam, inclusive, a própria Receita Federal, e eu concordo plenamente, a fiscalização tem que ser pública, não tem, não pode ser privada. Não se admite isso, mas é que o porte desse relatório ele exige que a gente tenha mais tempo para estudar.

Eu, se eu for votar hoje, sinceramente, não sei o que estou votando, confiando, é claro, no Senador Zambiasi, mas eu peço esse direito de vista para que eu possa analisar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tranquilo. Eu apenas quero oferecer o meu parecer, que é favorável, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Parecer favorável.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ele é favorável, já apresentado, é fruto de um trabalho longo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O substitutivo, não é?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, [ininteligível] apresento o Substitutivo, parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então a Mesa acolhe o Substitutivo de V. Exa. e vai submetê-lo à apreciação tão logo retome os trabalhos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ou seja, depois de nove meses de estudos que V. Exa. promoveu para chegar ao substitutivo que hoje apresenta a esta comissão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Foi um trabalho, Sr. Presidente, o senhor me permita, realmente intenso.

Eu procurei... Ouvi, inclusive, a representação do Paraná, e seus argumentos, foi o único estado que

colocou algumas preocupações, os demais Estados não ofereceram, não... Toda discussão foi muito ampla, muito aberta, onde os setores estiveram em contato permanente com o gabinete, com a assessoria, com os técnicos desta Casa, que trabalharam sempre na busca de organizar um processo que não colidisse com o fundamental, que é a transparência exigida para uma questão desse porte, por ser exatamente um serviço público.

E, ao final, nós não tínhamos outra opção que não exatamente, e o que paira aqui é a questão de ser licitação ou não.

Pelo que ele representa, por tratar de mercadorias que vem do exterior, e com alfandegamento feito no Brasil, e observando especialmente o trabalho do Porto Seco do [ininteligível], no Rio Grande do Sul, com o seu Presidente, o ex-Deputado Vicente Bogo, com quem eu falei muito, e com quem me aconselhei, inclusive, quem me ajudou a construir um... Todo um processo, exatamente porque ele tem uma visão de Estado, e após essas reuniões todas que foram feitas com representantes da Receita Federal, que também são os maiores interessados em função do poder de fiscalização.

E pelo vazio que a própria Medida Provisória criou, nós estamos tentando oferecer também uma solução para esse período, porque um período ficou numa espécie de limbo, e isso tudo nós estamos tentando contemplar no relatório, Senador Osmar Dias, que eu espero que o senhor leia com o tempo necessário, e possa contribuir até com o aperfeiçoamento, se for o caso.

Mas eu mantenho, então, o parecer favorável, está apresentado aqui, e fica a critério do Presidente os próximos passos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo, eu acho que o Senador Osmar Dias tem todos os motivos e todas as razões para solicitar vista, até porque sua marca aqui é exatamente a profundidade que dá aos assuntos que trava.

Srs. Senadores, eu gostaria de fazer um registro importante, está presente aqui nesta sessão, nós acabamos de receber a visita, do Vereador Jorge Martinho, e não se trata apenas de um parlamentar do Município de Três Lagoas, do meu Estado, mas sobretudo do inimigo público número 1 de um... De um inseto chamado *Aedes aegypti*.

Por quê? Três Lagoas foi o município que sob a batuta do então Secretário de Saúde Jorge Martinho, que conseguiu eliminar o *Aedes aegypti* depois de ter registrado um dos mais altos surtos de todo o território brasileiro.

E fez um trabalho extraordinário, sobretudo porque inovou. Ele conseguiu enfrentar o *Aedes aegypti* rompendo os velhos padrões de abordagem desse... Desse combate, que até hoje o Brasil enfrenta por todos os cantos e não dá conta de resolver.

E lá em Três Lagoas houve uma combinação, Senador Osmar Dias, com um produto desenvolvido pela EMBRAPA, é o Bt-Horus, outra experiência da Universidade Federal de Minas Gerais, que foi uma isca desenvolvida por aquela instituição, aliados ao tratamento conservador.

Com isso, Três Lagoas saiu de campeã brasileira do *Aedes aegypti*, ou da dengue, e conseguiu zerar a presença do inseto e extinguir a praga.

Portanto, ele está aqui hoje exatamente para discutir conosco sobre esse momentoso assunto, já que eu estou com a audiência marcada com o Ministro da Saúde para abordar exatamente essa questão.

Eu acho que a experiência da EMBRAPA tem que ser uma experiência levada ao conhecimento da sociedade brasileira, tem que ser transferida para todos aqueles que têm preocupação com esse flagelo que ainda hoje inquieta o povo brasileiro.

Nós temos aqui uma solução desenvolvida pela EMBRAPA, que em conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais, e aliados ao tratamento conservador do Ministério da Saúde, pode dar resposta, e, no entanto, nós sentimos que há uma dispersão muito grande ainda com relação a essa questão.

Então, está aqui o Secretário, ele vai discutir com técnicos do Ministério da Saúde, e com o pessoal da EMBRAPA sobre esse assunto, e eu não poderia deixar de fazer esse registro tão relevante.

Mas, Srs. Senadores... Vamos ao próximo item da pauta.

Senador Osmar Dias, eu acho que nós vamos ter que interromper a Sessão hoje, encerrar os nossos trabalhos, porque os itens que constam da pauta são terminativos, e é visível a falta de quorum para deliberá-los.

Então, vamos só...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, é visível, mas só V. Exa. e eu que estamos vendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É [risos]. Além de nós dois, existe os olhos da imprensa, da nossa assessoria, portanto... E da sociedade brasileira toda que acompanha os trabalhos dessa comissão, através das imagens da TV Senado e da voz da Rádio Senado.

Portanto, eu declaro encerrada a sessão, antes, porém, registrando a presença do Senador João Tenório.

Sessão encerrada às 10h41.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 9 DE FEVEREIRO DE 2010.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia nove de fevereiro de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **SADI CASSOL, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY E HERÁCLITO FORTES.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Gerson Camata e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao Requerimento nº 50, de 2009 –CRA, aprovado em 29/9/2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com adendo dos Senadores João Pedro e Augusto Botelho e Requerimento nº 58, de 2009 –CRA, de autoria do Senador Marconi Perillo, os quais requerem audiência pública para instruir o PLS nº 325, de 2006, que dispõe sobre o estatuto do produtor rural, com a finalidade de analisar questões relacionadas ao direito de propriedade, com a participação da **Sra. Marília Ferreira Guedes Vecci** – Advogada Tributarista, Auditora Fiscal do Tesouro Estadual do Estado de Goiás aposentada, Assessora Tributária da FAEG – Federação da Agricultura do Estado de Goiás. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Augusto Botelho, Gilberto Goellner, Antônio Carlos Valadares, Osmar Dias, Romeu Tuma e Kátia Abreu. Resultado: Audiência Pública Realizada. **EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 1, DE 2010 – CRA:** Requer, nos termos regimentais, convite ao Sr. Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Dr. Paulo de Tarso Vannuchi; ao jurista Paulo Brossard de Souza Pinto; ao jornalista Denis Rosenfeld, e ao Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Dimas, para, em reunião desta Comissão, prestar esclarecimentos acerca das medidas contidas no Decreto nº 7.073 de 21/12/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos –Comissão da Verdade. **Autora:** Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto a Senadora Kátia Abreu. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 2, DE 2010 – CRA:** Requerem, nos termos do artigo 58, inciso II, da Constituição Federal e do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública sobre a prorrogação das operações de crédito de investimento rural contratadas com recursos do BNDES (FINAME). Para tanto, solicitam que sejam convidados: –Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Reinhold Stephanes; Presidente do BNDES – Luciano Coutinho; Presidente do Banco do Brasil – Aldenir Bendine; Presidente do Banco Central do Brasil – Henrique Meirelles; –Superintendente da FEBRABAN – Ademiro Vian; –Representante da CNA – Guilherme Dias. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto a Senadora Kátia Abreu. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner e Senadora Kátia Abreu. **Resultado:** Aprovado. Será cumprida a deliberação Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **VALTER PEREIRA,** Presidente da CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que havendo anuência de todos, é dada como aprovada. Não havendo nenhuma divergência portanto, declaro aprovada.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, comunico à Comissão que consta nos documentos da Mesa o Aviso nº. 06-GM, datado de 12 de janeiro deste ano, subscrito pelo Sr. Ministro José Gomes Temporão, titular da pasta de saúde, encaminhando informações prestadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a ANVISA, referentes ao Requerimento nº. 44, de 2009 desta Comissão, tendo como primeiro signatário o Senador Gilberto Goellner, que trata sobre a reavaliação de agroquímicos. As informações serão encaminhadas ao senador proponente, Gilberto Goellner, mas ficará à disposição de todos os Srs. Senadores na secretaria desta Comissão.

Informo os componentes dessa Comissão ainda, o recebimento do Ofício nº. 001, datado de 29 de janeiro do corrente, subscrito pelo Sr. Edilson Guimarães, Secretário de Política Agrícola e Pecuária, aliás, Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o qual solicita aos membros desta Comissão avaliações e propostas voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário, com o objetivo de enriquecer e subsidiar a discussão e a elaboração do Plano Agrícola e Pecuário de 2010 a 2011.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº. 50, de 2009, aprovado em 29/09/09, de autoria da Senadora Kátia Abreu, com adendo dos Senadores João Pedro e Augusto Botelho, e Requerimento nº. 58, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, os quais requerem audiência pública para instruir o PLS 325, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões relacionadas ao direito de propriedade, com a participação dos seguintes convidados, que desde já convidamos para compor esta Mesa.

Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA. Não se apresentou ainda. O senhor...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Vê o que está presente. Quem está presente? Profa. Marília.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Da CNA?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Carlos Magno.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está presente o Sr. Carlos Magno Cysneiros Sampaio, Juiz de Direito da Oitava Vara da Família e Registro Civil do Recife, representante da Associação dos Juízes pela Democracia. Está aqui presente? Também não está presente, mas está presente aqui a Sra. Marília Ferreira Guedes Vecci, Advogada Tributarista, Auditora Fiscal do Tesouro Estadual do Estado de Goiás e Assessora Tributária da FAEG –Federação da Agricultura do Estado de Goiás.

Srs. Senadores--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, antes de iniciar gostaria de fazer uma... Senador Gilberto, é o seguinte. Posso falar?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode. V.Exa. está com a palavra. Jamais poderíamos negar a palavra a um parlamentar de tamanho [ininteligível] como V.Exa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É que durante esses dias de recesso e tudo, estive pensando, andando nas prioridades rurais lá em Roraima, andei no interior e tudo, e recebi várias indagações de pequenos produtores, não é de grande, não. Por que não temos um genérico da pecuária e da agropecuária e da agricultura? Eu acho que a gente poderia fazer um debate nisso aqui bem sério nessa Comissão logo, para puxar esse assunto porque está dando um prejuízo grande na agricultura. Se existe projeto do Senador Gilberto, nós podemos fazer um jeito de discutir ele aqui logo para... né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já foi aprovado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já foi aprovado? Mas o que está encravando isso?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): O projeto de genéricos de nossa relatoria já foi aprovado no Senado. Eu posso ver se ele foi em caráter terminativo ou se ele foi para a Câmara. Então eu vou pedir para a assessoria nos relatar, é de suma importância e como existe para fármacos humanos e também para a agricultura, defensivos agrícolas, é necessário realmente, é um projeto muito bem elaborado e que eu vejo que já teve aprovação inclusive nessa Comissão. Nós podemos ver em que fase que está esse projeto de genéricos de produtos veterinários. Mas eu vou providenciar, até o final da reunião.

Mas eu gostaria Presidente, também de solicitar o seguinte: se nós realmente estivermos ausentes, a requerente da propositura da audiência pública não está presente, e... Então, um dos requerentes está presente, o Senador Augusto Botelho. E apenas um palestrante de cinco ou seis que foram convidados, eu não saberia se apenas um... Uma representante dessa... Desse assunto, poderíamos... Ficaria prejudicada o objetivo maior da audiência, que é tratar de tudo. Então, eu gostaria que fosse debatido inicialmente isso aí e se nós continuaríamos, iniciaríamos a audiência ou não. Ao mesmo tempo eu gostaria de dizer que até o final dessa sessão, eu apresentarei um requerimento de audiência pública que eu estimo de muita relevância, haja vista que V.Exa. também participou de uma audiência pública, de uma audiência que fizemos... Audiência pública, não, uma audiência privada que fizemos com o Presidente do BNDES tratando de um assunto que diz respeito à inadimplência dos produtores rurais com crédito rural na área de investimentos, de investimentos de máquinas agrícolas, que é o programa do FINAME do BNDES, que o mesmo repassou, o financiamento não é feito diretamente do BNDES, mas o BNDES tem os repassadores dos bancos, são os bancos de fábrica, e realmente nós constatamos que o Banco BNDES não possui a real grandeza dessa inadimplência, e por incrível que pareça, nem o Banco Central. Já estivemos também no Banco Central, já foi

requerido, alguns deputados também já requereram esses números, porque a gente sabe que o setor agrícola está devendo, não tem renda suficiente para pagar as prestações. E esse assunto é recorrente, vários anos, são cinco anos de prorrogações que já existe, e a forma como foi prorrogado, com várias leis, não está permitindo a tranquilidade ao agente financiador e muito menos aos produtores quitarem os seus débitos. Porque uma máquina, para se ter uma ideia, uma máquina, ela subiu duas vezes e meia ou três o valor original. Então, é uma situação de muita dificuldade e que tem os bancos de cobrar essa conta, porque os juros são muito grandes. O juro deveria ser o juro que está hoje para atividade de pequenos produtores mais alimentos, 4,5%; e o prazo também na época foi de cinco anos. Para o Mais Alimentos é dez anos. Então, precisa encontrar uma solução definitiva. O BNDES está propenso, o Banco do Brasil também, eu vejo que há um ambiente propício para nós fazermos aqui uma audiência pública convidando todos esses atores, esses bancos, para se pronunciarem e com isso obtermos uma solução definitiva da inadimplência do setor de máquinas agrícolas no país. Então, vou entrar com esse requerimento, gostaria de solicitar o apoio de V.Exa., de todos os senadores, para que seja efetuada essa audiência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. V.Exa. tem razão nesse aspecto e eu acompanhei a audiência junto ao BNDES e é realmente angustiante a situação de quem contraiu financiamentos para aquisição de máquinas a longo prazo, porque realmente hoje o bem que foi oferecido em garantia, foi adquirido, está infinitamente distante do débito acumulado e que se torna quase que impagável ou quando pagável se torna um fator que esteriliza a capacidade de investimento dos produtores. Infelizmente o que está acontecendo no Brasil é uma... É uma distorção, é algo incompreensível se observado e se comparado com o que ocorre nos demais países do planeta, Senador Botelho. Porque enquanto se vê Europa, Estados Unidos e outras regiões com juros próximos de zero para poder alavancar a economia de maneira geral, aqui no Brasil a agricultura ainda está sujeita a juros escorchantes e às vezes criando... Às vezes, não, e frequentemente criando passivos impagáveis. Infelizmente é mais uma demanda que nós vamos ter que enfrentar, temos que dar as mãos para os produtores. Vejo aqui o Senador Goellner falar que tem que calibrar os juros para 4,5%. Veja como que nós estamos distantes da realidade mundial. Nós mesmos, que estamos defendendo um achatamento dos juros, estamos falando em 4,5% quando no mundo inteiro a coisa... O custo do dinheiro está próximo de zero, e para a agricultura nós estamos falando em 4,5%. Então acho que nós temos que socorrer, V.Exa. tem razão, contará com o nosso apoio.

Quanto à proposta que faz de adiamento dessa audiência, eu gostaria... Eu gostaria de divergir, porque seria uma procrastinação no encaminhamento, na discussão de uma proposta tão importante como essa da criação do Estatuto do Produtor Rural. Acho que os próprios autores que sugeriram os nomes para serem... Para serem ouvidos, deveriam articular com os possíveis expositores a vinda deles aqui nesta Comissão. O que nós não podemos é deixar de dar encaminhamento a esse processo, a tramitação desse projeto, até porque o autor está aqui, o autor... Senador Valadares é autor, autor do projeto e é um parlamentar atento, vigilante, e toda vez que tem uma audiência pública que trata do Estatuto ele está aqui presente para cobrar, para ver se realmente nós estamos cumprindo com o nosso dever e assegurando a tramitação regular do projeto, não é isso, Senador Valadares? De sorte que nós vamos realizar a audiência pública hoje, mesmo com uma só presença, até porque a expositora que está aqui hoje é uma especialista na área e tenho certeza que vai prestar informações das mais relevantes para todos nós.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu acho mesmo que se estivessem todos presentes, não ia se esgotar o assunto em uma audiência, porque nós temos que ouvir o lado dos trabalhadores também da agricultura. Aqui nós iríamos ouvir mais os juristas--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ainda tem mais duas audiências previstas para o Estatuto. Dois títulos diferentes. Mas está faltando aqui... Aliás, nós já discutimos as demais questões. A questão fundiária foi discutida e veio aqui os representantes dos trabalhadores.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora é o direito de propriedade, está aqui presente a nossa Dra. Marília. E depois vamos discutir a questão ambiental numa outra audiência. Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, quantas audiências já foram realizadas para a instituição desse projeto? Eu gostaria de saber. Desde a sua--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Se não me engano foram três.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Desde a sua primeira tramitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Três audiências, se não me engano.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Três audiências públicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foram três mesmo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Quantas nós temos ainda, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está faltando uma relacionada à questão ambiental.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Certo. Então a...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas já teve a política fundiária, já teve...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Em relação ao direito de propriedade só vai ter essa?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Esta aqui.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Nós não teremos mais outra? Porque os que não vieram perderam a vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Perderam a vez. Mas a Dra. Marília está pedindo aqui para opinar sobre o adiamento, eu acho que ela tem todo direito também, porque às vezes ela--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

[falas sobrepostas]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ela pode ser chamada de novo se houver outra, mas adiar seria uma descortesia.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E uma perda de tempo também.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu gostaria de ter a informação se nesta audiência pública houve o convite para os representantes dos trabalhadores na agricultura, dos agricultores familiares, enfim, se houve esse convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Houve não só o direito, como eles tiveram a oportunidade de participar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, nessa de direito de propriedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Direito de propriedade foram chamados. Foram chamados representante da CONTAG e representante da--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não compareceram, não mandaram representantes...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Olha aqui os convidados: Prof. Yves Gandra, o Ministro Roberto Rodrigues, o Prof. Luiz Edson, o Promotor Marcelo Goulart e a Sra... Dra. Marília Ferreira. E aqui foi também chamado um representante da Associação dos Juízes pela Democracia.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu estou fazendo a questão, porque eu entendi bem o que quis dizer o Senador ANTONIO Carlos Valadares. Nós tivemos três audiências públicas, vamos ter mais uma, depois mais outra, e porque não compareceram as outras partes nós vamos ter que fazer outra, e mais outra e mais outra; e a gente deixa de votar uma matéria extremamente importante. Eu acho que a gente não pode ficar postergando assim a votação de uma matéria importante, principalmente quando a gente toma conhecimento do decreto que suscitou tanto debate no país, tanta polêmica em relação a essa questão de direito de propriedade, critério estabelecido pelo decreto de se fazer audiência pública para se verificar antes do parecer... Antes da decisão da Justiça à reintegração de posse ou não, direito de propriedade, coisas que estão sendo colocadas assim como se não existisse Constituição no país. Então, eu creio que a gente tem que votar uma matéria dessas. Já deu tempo demais para quem quisesse vir debater. Foram convidados, não compareceram, acho que nós deveríamos ouvir a convidada. Se tem mais uma audiência sobre o meio ambiente, vamos fazer e vamos acelerar e vamos votar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu concordo com V.Exa., eu acho que nós não podemos por nossa iniciativa sustar uma audiência se tem aqui garantido o comparecimento de uma das expositoras cuja participação fora requerida pelo autor. Então, nestas condições eu passo a palavra, inicialmente, ao autor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu não fiz o pedido dessa audiência. Quem fez deve ter sido a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Botelho. Senador Botelho junto com a Senadora Kátia Abreu.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Como autor eu não pedi. Eu já estava satisfeito, sem nenhum [ininteligível] para apresentação da Dra. Marília--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então veja o seguinte: Senador Marconi Perillo, Marconi Perillo, Kátia Abreu, Senadora Kátia Abreu e Senador Augusto Botelho, e Senador João Pedro também. Então, tem quatro autores, dos quais há um presente, que é o Senador Augusto Botelho. Portanto, as condições para se realizar a audiência estão presentes, não havendo justificação para o adiamento. Mas eu... Eu consulto o Senador Augusto Botelho se quer fazer alguma digressão antes da palestrante. Então, não havendo nenhuma manifestação nesse sentido, eu passo a palavra para a Dra. Marília.

SRA. MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI: Bom-dia, Srs. Senadores. Eu agradeço inicialmente a elegância do senador ao mencionar que seria uma deselegância em suspender a reunião. Não obstante o agradecimento, caiu muito bem no meu sentimento, eu me coloco à disposição para retornar se os senhores entenderem de um adiamento, e explico ou tento justificar a ausência dos demais. Saiu uma decisão que os senhores devem estar sabendo sobre o FUNRURAL pelo STF, na quarta-feira da semana passada à noite numa votação já noturna, quer dizer, os efeitos dela começaram a ser analisados na quinta, e isso está impactando o setor do agronegócio muito profundamente porque não obstante seja do interesse do produtor rural e das indústrias de agronegócio não pagar o FUNRURAL da forma como ele estava imposto, porque a decisão do STF foi quanto à base de cálculo do FUNRURAL. Não disse que o produtor está livre de pagar contribuição previdenciária para sempre, disse que aquela base de cálculo é inconstitucional. Em acontecendo isso, o impacto para o produtor e para a indústria do agronegócio que é a substituta tributária dele foi muito, digamos, favorável economicamente. Mas, sem esquecer que as entidades filiadas à CNA, as federações, vão sofrer um impacto violento porque o SENAR, que é o sistema S das federações e da agricultura, é custeado pelo FUNRURAL. Então, à medida que forem caindo os deveres de pagamento, porque tem que ser requerido um a um, a decisão foi num *lead(F) case* do frigorífico Mataboi de Araguari, a decisão foi nesse caso, então para os demais tem que recorrer e pedir o benefício da decisão para si, à medida que for caindo como um efeito dominó, vai haver um *default(F)* na folha de Receita do SENAR. Então, isso está preocupando sobejamente o setor, e como não era tema dessa reunião, eu imagino que os colegas que aqui não compareceram, não o foi por desatenção aos Srs. Senadores, foi--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Como é que ficam os trabalhadores que recebem do FUNRURAL com essa decisão?

SRA. MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI: Eu entendo que como a Constituição garantiu a proteção ao trabalhador de forma universal, o Tesouro ou a Previdência tem que garantir de alguma forma a continuidade do recebimento daqueles que estão, digamos, encostados no FUNRURAL, o Ministério ou a Previdência tem que garantir a continuidade. E acredito também que os senhores já devem ter em uma dessas duas Casas um projeto substitutivo para criar a nova base de cálculo. Acredito. Não vai ficar como está. Mas, nesse momento a questão está colocando em polvorosa o setor agropecuário, porque colocou em conflito o interesse do produtor rural filiado às federações e à CNA com o interesse da federação que o acolhe. O interesse da federação é a continuidade do recebimento do FUNRURAL para custeio do SENAR e o interesse do produtor rural é cessar o pagamento, que era uma fonte de conflito muito grande dele com a indústria e de ambos com o Governo, com o Ministério da Previdência. Então, o setor está tumultuado nesse momento, com essa decisão. Não estou fazendo nenhuma crítica ao Supremo, é uma decisão boa, tecnicamente correta, como só ia acontecer com todas as decisões do nosso Supremo Tribunal. Mas, no momento, as coisas ainda estão... Vão ser ajeitadas, mas não estão ainda. Então, eu imagino que essa falta possa ser por isso.

Não obstante, estou preparada para falar alguma coisa sobre o assunto. Eu sou goiana, vim de Goiânia ontem, estou à disposição hoje ou para voltar em outra oportunidade, nós somos vizinhos, eu sou de casa. Sou assessora externa da Federação da Agricultura, tenho um escritório de Advocacia e assessoro externamente a Federação da Agricultura de Goiás desde 2002. E qual a minha análise sobre a proposta? É um projeto do qual o setor carece sempre a um conjunto de leis esparsas que tentam regulamentar a atividade agropecuária, mas não formam um todo, elas não conseguem formar um todo, e é necessário que haja essa consolidação. Aborda tema da maior relevância o Projeto de Lei... Inclusive não só aqueles já constantes de leis já existentes, como nas matérias novas. Define o produtor rural... Traça uma definição de produtor rural condizente com a necessidade-- [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de chamar atenção de todos os senhores e senhoras para prestarem atenção na exposição da nossa auditora fiscal, que hoje está aqui dando uma contribuição substancial para entender o projeto apresentado pelo ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, e que é aguardado com expectativa por produtores de todo país. E ela está fazendo a ex-

posição e eu gostaria que tivessem a maior atenção com a Dra. Marília.

SRA. MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI: Obrigada. Eu gostaria de, dando continuidade ao raciocínio, tentar retomar as linhas do que eu vinha falando, é o seguinte: necessário, parabéns ao autor e aos Srs. Senadores da Comissão, necessária essa medida para consolidar os direitos do produtor rural. Traz definições, conceituações boas, não existentes até agora, sobre o que é produtor rural, eu até entenderia que no artigo segundo quando fala "para fins dessa lei define-se", eu entendo que é para todos os fins, não só para fim dessa lei, para todos os fins. Essa lei então se superporia às demais que tratam de atividade do agronegócio, trazendo ela em seu bojo, uma definição universal para o Brasil do que é produtor rural, do que é agronegócio, etc. E define ainda, no § 1º do art. 2º, que é o artigo que nós estamos mencionando, que parceiros e arrendatários também são produtores rurais. Esse entendimento, Sr. Senador autor da matéria, é um entendimento que o senhor deve ter posto aqui, imagino eu, porque na prática já é assim. Todas as leis tributárias, eu sou auditora aposentada do Estado de Goiás, as leis tributárias tratam, para tributar é claro, o arrendatário em pé de igualdade com o produtor rural. Ele é um produtor rural. Embora tendo título precário, temporário, de parcial titularidade da terra, ele é um produtor rural.

Bom, eu tenho algumas observações. A primeira que eu já fiz é que no global a matéria é bem-vinda e atende à necessidade que estavam prementes há muito tempo e não haviam sido alertadas para estar dentro de legislação. Agora, no pontual, eu faria uma sugestão. Primeiro, em relação àquela discussão que foi levantada aqui sobre a não presença do pequeno produtor aqui e do trabalhador rural, e até porque não do MST. Acho que sim, que deveria estar. Porque isso aqui tem que se impor a todos, *erga omnes*. O que daqui sair vai impor a todos e vai tratar de interesses do proprietário e do trabalhador. Então, eu entendo que em algum momento sobre a questão de propriedade, o trabalhador rural e aquele sem terra é bom que seja ouvido, de alguma forma que ele seja ouvido.

Bom, em relação ao art. 4º, ele trata, Srs. Senadores, dos indicadores que informam o conceito de produtividade. Seriam os índices que vocês aprovaram numa sessão anterior, o Projeto de Lei 202 que já foi convertido em lei, que são a renovação dos índices de produtividade da terra. Eu entendo que aqui quando fala que esses índices lá, e isso reproduzido também aqui no art. 4º, que fala que esses índices serão atualizados e revistos pelo setor público, pelos órgãos do Poder Executivo de pesquisa agropecuária, Ministros de Estado e Desenvolvimento Agrário da Agricultura, vejam bem que aqui estão colocados os dois pólos de produtor. O grande produtor com o Ministério da Agricultura e o pequeno agricultor com o desenvolvimento agrário. Então, além desses, eu entendo que as entidades representativas do produtor rural e as entidades representativas do trabalhador rural deviam constar, por seus técnicos qualificados, dessa disposição e da disposição do art. 4º como assento num conselho que formularia, reformularia e atualizaria esses índices a cada momento. Eu entendo que a sociedade, pelo menos do setor dela, interessado no assunto, deve ter assento nas decisões técnicas também, porque a sociedade, o setor econômico dedicado ao assunto agropecuária, ele tem qualificação técnica para discutir, opinar sobre questões que digam respeito à produtividade porque os índices de produtividade são um limitador ao direito de propriedade. Eles são uma justificação que embasa a mitigação do direito de propriedade lá no inciso XXVI do art. 5º da Constituição, a função social da terra. E a função social da terra, ela é apurada no Brasil como? Pelos índices de produtividade. Se ela não tem uma produtividade X, Y e Z ela não está atendendo a sua função social. Então, para haver essa discussão a sociedade tem que estar presente na formulação daquilo que vai limitar alguns e aquinhoar a outros em algum ponto. É a opinião que eu passo e sugiro que o art. 4º incorpore, melhorando o art. 11 da Lei 8.629, que agora os senhores deram uma redação mais aprimorada na votação do Projeto de Lei 202, há poucos dias.

Bom, e eu entendo... Não vou me alongar muito. Eu entendo que tal como esse artigo, outros lugares precisam de pôr a norma impositiva, pois não é dizer: "O produtor rural tem direito ao seguro agrícola". Não. Tal e tal órgão tem o dever de institucionar o seguro agrícola no país, ele será tantos por cento da receita do banco, a carteira agrícola se comporá de uma destinação de tantos por cento do movimento de determinado banco e a imposição tinha que ser autoritária, e uma sanção para o não cumprimento dessa disposição, para que o produtor rural não fique sujeito a Plano Safra a cada ano. O Brasil não tem um projeto de agricultura, um programa de agricultura que perpassa as intempéries anuais. Não. Sai um Plano Safra de cada ano e fica o produtor rural para planejar e administrar o seu negócio, aguardando qual vai ser o perfil do Plano Safra daquele ano.

E no art. 8º, ele trata dos recursos destinados ao crédito rural de custeio de cada produto agropecuário. Deverão ser disponibilizados no máximo até 30 dias do início. Eu sugeriria que o que abunda não prejudica, é um velho aforismo que nós advogados gostamos de

usar, não é Senador Romeu Tuma, que é advogado colega meu. No máximo até 30 dias antes, no máximo até 30 dias antes. A palavra antes aí não iria prejudicar ninguém e iria dar ao Governo uma obrigação de ter uma data a qual observar, sendo que 30 dias para planejamento agrícola é pouco, ele vai receber o dinheiro 30 dias antes e já em cima da hora de fazer todo o seu planejamento.

O artigo ao qual eu me referi sobre a questão do seguro agrícola é o 13. O título do capítulo é Do Seguro Agrícola. Art. 13: o produtor rural tem direito a seguro agrícola, que cubra riscos relacionados a eventos naturais, desde que respeitadas as regras de local e data do plantio constante do zoneamento agrícola anual. É um excelente dispositivo, Sr. Senador autor, mas eu tomaria a audácia de sugerir essa complementação, que ele seja impositivo e que traga uma sanção para o não respeito a ele. E porque ele, tal como está redigido é um artigo de boas intenções, e como o setor é conflituado, os recursos para seguro de indústria ou seguro agrícola que os bancos possuem não é muito, ou que o Governo coloca à disposição não é muito, se não houver uma imposição, a distribuição vai ser assimétrica em desfavor do produtor rural.

Senhores, desculpem, eu estou com uma crise alérgica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI: É. Bom...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI: [risos]. Bom, eu gostaria de me apresentar a alguma pergunta ou alguma colocação, porque a gente seria mais objetivo com o foco da posição dos senhores. A regulação favorável ao artigo do acesso ao mercado... O artigo, não, o conjunto de artigos do art. 16 ao 18, especialmente o § 2º do art. 17, quando ele define o que é posição dominante, e busca a proteção do código do consumidor para o produtor rural. Então eu entendo que isso aqui é uma inovação favorável e merece... Eu trago aqui os meus aplausos ao autor do projeto pela inserção dessas disposições do art. 16, 17 e 18, especialmente o 18.

Em relação à Da Infraestrutura Rural, o art. 19. Já vi que será tema de uma próxima audiência, mas eu queria só trazer uma informação. Em algumas áreas de Goiás, a grande utilização da irrigação secou os mananciais de fornecimento de água para a população das cidades. Houve um período que foi em Piracanjuba e houve um período que foi aqui em Cristalina, que é um dos celeiros de Goiás, aliás, e Goiás é o celeiro do Brasil. Então, eu sugiro que esse seja um tema abordado na próxima audiência quando for tratar de meio ambiente. Me parece que eu ouvi Sr. Presidente falar, é uma questão... E isso não é uma questão específica de Goiás. É preciso que haja regras para a utilização da água do subsolo, para que haja um equilíbrio entre o consumo humano e o destino à produção agropecuária.

E a questão da assistência à saúde do produtor rural, bem-vinda seja, senador, mas eu entendo que poderia haver um *upgrade* nessa questão e dizer que cabe ao Ministério da Saúde dispor recursos tais para que o município, que é onde reside o produtor rural e onde está a história da produção rural do Brasil, que o município disponha desses recursos oriundos do Ministério com dotação orçamentária prévia e destinação definida em lei para o município equipar essas unidades de atendimento ao produtor rural. Parabenizo por dizer que ela será lá onde o produtor reside, porque a gente tem visto que o fato do Ministério da Educação ter retirado a escola rural da área rural, retirado a escola da área rural e colocar o aluno para ser transportado, tem trazido sérios problemas de segurança para o aluno. Então, não é o produtor ter direito de ser atendido no núcleo de saúde urbano, é o produtor ter o seu núcleo de saúde na sua região e custeado pelo Ministério da Saúde e implementado pelo prefeito da região de tal e tal forma. Quer dizer, colocar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI: Aqui define que é próximo, aqui já está definido. É dizer quem é o responsável e qual a punição que aquele responsável vai receber se não estruturar isso em tal prazo. As prefeituras são pobres, mas é necessário que custeada pelo Ministério da Saúde, ela tenha a obrigação de instrumentalizar aquela assistência ao produtor.

Por fim, eu gostaria de falar sobre um assunto que ficou muito bem inserido aqui dentro, que foi a questão da informação a ser contida no rótulo dos produtos para uso do produtor, dos defensivos agrícolas. Entendo que precisa haver uma imposição mais séria, dizer quem são os responsáveis por fiscalizar e dizer quais serão as sanções, que nós estamos tratando com empresas de enorme porte, que são aquelas que estão antes da porteira, de enorme portes, maioria das vezes multinacionais, e que se não houver uma obrigação clara de que elas façam o rótulo compreensível pelo produtor, se não houver o cumprimento dessa obrigação em tal prazo haverá tal sanção. Então, como me parece que os senhores, eu estou falando rapidamente sobre esse assunto porque me parece que os senhores vão

discutir isso por propositura do senador no âmbito da regulamentação de produto agrícola, da lei regulamentadora de produto agrícola. Quem sabe o mesmo dispositivo ficaria lá e aqui? Porque é o que eu digo, o que abunda não prejudica. Nós estamos tratando de um estatuto que é uma cartilha. Então, o produtor deve ter isso como nós advogados temos isso, está dentro da bolsa e o tempo todo a gente... Ou está no laptop, ou está no palmtop, é pra gente consultar a qualquer hora, isso aqui é uma cartilha, é um bê-á-bá. Então, vamos colocar aqui aquilo que garante ao produtor que está esparso e vamos colocar imposições e as respectivas sanções. Eu acho que é o que eu poderia falar. As sanções não precisa ser prisão, as sanções podem estar lá dentro do benefício do produtor rural, nas legislações estaduais do ICMS. Todas elas têm benefícios desde o início ao produtor rural, então se ele não cumprir uma dessas medidas, ele perde tal benefício que tem dentro do ICMS ou qual benefício que tem... Porque aqui não poderia fazer um dispositivo que afetasse aos estados, o benefício fica cancelado dentro da COFINS paga pela indústria. A COFINS hoje tem créditos outorgados, tens créditos presumidos, não é? Retiraria o benefício para aquele que não cumprisse determinada sanção que a lei impõe. Isso previsto em lei. Para que haja sanção ela tem que ser prevista em lei, a pena tem que ser anterior e prevista em lei.

Então, eu acho que seriam essas as minhas observações.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, tem primazia... Em primeiro lugar quero agradecer à Dra. Marília pela exposição que fez. Em segundo lugar tem primazia o requerente, no caso o Senador Augusto Botelho. E em seguida V.Exa., Senador Gilberto Goellner está inscrito.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Queria que me inscrevesse também, Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu cedo a minha vez para o Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Cede então o primeiro Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de agradecer o Senador Augusto Botelho pela--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Depois Senador Tuma e depois Senador ACV.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Compromissos inadiáveis que temos pela frente na manhã de hoje ainda, gostaria de cumprimentar a expositora, Dra. Marília Guedes Vecci, de Goiás, e eu tenho aqui quatro itens, três itens basicamente, que eu já encaminhei ao Senador Valadares para a incorporação, para discussão ao seu projeto do Estatuto do Produtor Rural. Mas eu vejo a importância de se falar sobre isso, porque a senhora tocou em alguns aspectos.

Em relação ao crédito rural. Veja bem, no caso de financiamento de máquinas e equipamentos, nós temos hoje uma situação bem clara que o Senador Valter Pereira acompanhou. Semana passada nós fomos ao BNDES. O que é? Os prazos e condições de financiamentos existentes nos bancos, eles deveriam ser estabelecidos com base na vida útil do equipamento indicada pelo fabricante, e não o é. O financiamento é muito curto e por isso a inadimplência, a incapacidade do produtor, devido a volatilidade de preço, da renda, conseguir quitar. Isso vai se dar também nesses financiamentos da agricultura familiar. É muito bonito comprar um trator, mas depois para pagar... Uma caminhonete, caminhões pequenos, difícil é pagar. Quando se tratar de crédito destinado à estocagem, por exemplo um pequeno armazém, armazenagem, com a vinculação do produto colhido em garantia do crédito, a operação não afetaria os limites de crédito de risco do produtor. Então seria uma forma diferenciada de fazer crédito, de estocagem, vinculando-se então esse produto como garantia dessa operação.

Terceira sugestão, vedar a utilização da escritura pública como instrumento de renegociação e recomposição de dívidas, podendo ser utilizado apenas no caso de assunção de dívidas.

Quarto. Estabelecer o registro de cédula aplicado apenas ao contrato original, se estendendo aos aditivos, quando houver alteração de garantia ou quando houver necessidade de renovação da hipoteca, quando o prazo concedido pelo aditivo for superior ao prazo legal de vigência das hipotecas, contando a partir do contrato original. Eu vou lhe dar uma cópia depois.

Fixar preços mínimos e máximos para o registro do contrato de financiamento rural. Veja bem, hoje um grande problema, principalmente dos pequenos produtores, independente de valor o custo é muito alto de registro. Isso inviabiliza o financiamento e o crédito rural.

Do acesso a mercados. Sugestão primeira: definir os custos variáveis, custos fixos e a remuneração mínima da atividade, capazes de suprir as necessidades familiares, devendo compor os custos de produção. Isso hoje, os preços mínimos são defasados. E a maioria dos produtos e das atividades não possuem preço mínimo e não fazem parte da garantia de preço.

Tanto é que a avicultura, a suinocultura, nós estamos querendo recompor isso aí e incluir nesse projeto.

Na elaboração da Lei Orçamentária Anual, a LOA, o Poder Executivo observará que o montante de recursos destinados à política de sustentação de preços, comercialização agrícola e aquisição do Governo Federal, os AGFs, não será inferior a meio por cento do PIB. Aí nós teríamos um valor de garantia. Hoje é difícil aprovar os recursos todos necessários à política de preços mínimos.

Quanto à infraestrutura rural. A agência ANEEL definiria tarifas diferenciadas de energia elétrica quando essa for destinada à irrigação, vedando o seu corte ou suspensão quando a irrigação for necessária para a manutenção do produtor. Segundo na infraestrutura: o Poder Executivo deveria estabelecer mecanismos compensatórios para garantir remuneração dos produtos agropastoris florestais, cultivados em regiões com infraestrutura de transporte deficitária, bem como para suprir diferenças de custo de produção e de comercialização decorrente de acessos a mercados. Terceiro, o Poder Executivo deve estimular a instalação de agroindústria e de sistemas produtivos diversificados para agregar renda nas regiões com difícil acesso a mercados, crédito, prazo, incentivos fiscais. São os Arranjos Produtivos Locais. É isso que nós precisamos adequar então à produção. Não adianta só produzir sem ter essa industrialização. Deve-se destacar a forte correlação existente entre o Estatuto do Produtor Rural e o Estatuto dos Mutuários do Crédito Rural, projeto de nossa autoria que está em fase final de elaboração e que deveremos apresentar e que é uma correlação muito grande existente entre os dois, tendo em vista os seguintes pontos essenciais do desenvolvimento da atividade agropastoril: primeiro, a atividade rural é altamente dependente de financiamento, tendo em vista os elevados custos de investimento e de custeio da atividade. Por isso o Estatuto do Mutuário desse crédito. Segundo, cumprimento da função social da terra zelando pela preservação de suas características naturais e suas interações com a fauna, flora e os recursos hídricos, que a senhora também citou, depende do acesso a recursos financeiros para promover a atividade, ou seja, sem crédito torna-se difícil o proprietário rural investir nos sistemas produtivos e poder alcançar os índices de produtividade estabelecidos. A Reforma Agrária dispõe de recursos orçamentários sem retorno, fundo perdido, para a compra da terra e implantação do sistema produtivo, aquisição de máquinas e equipamentos e muitos assentamentos nem chegam próximos dos índices atualmente vigentes. Então, veja bem, não adianta só dispor desse crédito sem assistência técnica, sem extensão rural e sem o mínimo de arranjo produtivo local. Não havendo recursos suficientes para custeio das atividades, ficando a mercê do mercado, o produtor se vê limitado a cultivar áreas menores que aquelas disponíveis, reduzindo com isso o índice de produtividade e por consequência o GUT, o grau de utilização da terra, o imóvel é passível desapropriação. E a obrigação do cumprimento dessas metas de produção e dos índices de produtividade deve estar associado a necessidades de mercado, caso contrário, teríamos problemas muito mais sérios com excesso de produção. Sem mercado o que adianta fazer o produto? O que fazer com o produto? Sem mercado não tem preço. Como fica o custo de produção e os financiamentos bancários? Não adianta só ocupar a terra, precisar exigir índices de produtividade se não tiver o mercado. Sem mercado o Governo... A pergunta é: O Governo teria condições de comprar todo o excedente e estocar a produção? Quanto custaria isso à sociedade? Então, veja bem, esses índices de produtividade, a forma de se produzir por produzir de tudo que está aberto para isso depende exclusivamente de mercado. Por isso a delicadeza que nós devemos ter de não exigir índices incompatíveis com a situação de mercado, com a produção, com o arranjo produtivo local de escoamento desse produto, utilização desse produto, já que ele é perecível e de outros setores não se exige esse índice. Então, essa é a contribuição que eu vou deixar ao Senador Valadares para que--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): E à nossa relatora que está presente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Ah, a nossa relatora que vai poder agora... Senadora Kátia... Podemos tirar cópia. Muito obrigado. Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, nós vamos fazer o seguinte. Nós vamos ouvir cada um dos Srs. Senadores, depois retomaremos a palavra para a Dra. Marília, a fim de comentar as intervenções que ocorreram nesta sessão. O próximo inscrito é o Senador Romeu Tuma.

Ah, V.Exa. tinha cedido. Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então a vez é a minha?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A vez é de V.Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. permutou então? Então, se é permuta a vez é de V.Exa. Que V.Exa. era o primeiro inscrito por força de ser autor. E ele o segundo, V.Exa.

permutou, então retoma a palavra V.Exa. e em seguida o Senador ACV.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Gostaria de agradecer a presença da Dra. Marília Vecci. E esses pontos onde ela tocou eram justamente os pontos que eu tinha alguma dúvida em relação ao prazo, de 30 dias antes do início da safra, e outro ponto era que eu tinha também em dúvida em relação aos 20% para declarar o monopólio, 20% ou mais do monopólio. Como ela disse que tem que ser bem clara a lei; sobre os dois pontos que eu tinha dúvida era em relação a isso.

Agora, e fico satisfeito que a senhora, pessoa que é uma auditora, que trabalha com isso, ter achado que a lei do meu companheiro Valadares está bem moldada para isso. Nós precisamos realmente ter um estatuto para proteger o produtor rural, para ele poder ter um guia, uma orientação porque afinal de contas é a produção rural que é responsável pelas nossas reservas, pela produção de alimento... É um órgão importante na economia do Brasil e não podia ficar desamparada dessa forma. Vai ser um instrumento para que o produtor rural tenha mais força na hora de lutar pela suas reivindicações. E principalmente o foco que o Valadares deu, de acabar aquela antítese entre agronegócio e agricultura familiar. Sempre também eu tive claro na minha cabeça isso, que todos são produtores rurais. Todos estão no agronegócio. Da porteira para dentro todos são iguais. Da porteira pra fora é que muda um pouco as coisas. Então, eu acho que esse estatuto tem um grande mérito, inclusive de cortar essas arestas e de normatizar a proteção e o trabalho do trabalhador rural. Era isso só que eu tinha a perguntar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A seguir o Senador ANTONIO Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, preliminarmente eu gostaria de felicitar a Dra. Marília Ferreira Guedes, que apresentou sugestões que eu considero inteiramente compatíveis com os objetivos do nosso projeto. E tenho certeza absoluta que as suas sugestões e suas ideias serão levadas em conta pela nobre relatora, a Senadora Kátia Abreu.

O Estatuto do Produtor Rural é um mecanismo que já deveria ter constado da nossa legislação, uma vez que há outros mecanismos em defesa de determinados setores, e que funcionam adequadamente, valorizando a sociedade, como é o caso por exemplo do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Mulher, enfim, são instrumentos legais, são diplomas legais que se originaram em defesa de determinados segmentos e que passaram a ser respeitados pelas autoridades. Nós temos um outro exemplo edificante que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a partir daí houve um aperfeiçoamento completo do setor educacional com aprovação de uma lei praticamente genérica, que estabelece princípios e regras que devem ser obedecidos na elaboração de propostas e de projetos e de programas educacionais. Não poderia ser diferente com relação à agricultura, que tem uma contribuição inestimável ao desenvolvimento do nosso país. Ela participa da nossa economia numa base de 33% do nosso PIB, que tem uma relação direta com geração de emprego e renda, mais de 50% dos nossos empregos estão na agricultura. E se nós temos hoje uma economia equilibrada, com alimentação barata que chega à mesa do trabalhador desde o mais potentado ao mais humilde, isso se deve ao trabalho executado no campo, pelo produtor rural. Então, é mais do que justo que nós nos detenhamos sobre uma legislação que venha proteger esse segmento importante na nossa economia, sou filho de agricultor, eu nasci na zona rural, vivi muitos anos na zona rural. Meu pai era um plantador de algodão do interior de Sergipe, do Município de Simão Dias, só depois de alguns anos é que tive que mudar para a capital, mas vivi durante muito tempo entre a cidade de Simão Dias e a zona rural, e eu vi de perto o quanto o produtor rural era desassistido naquela época. Quanto o produtor rural sofria para obter financiamento, para comprar equipamentos, ou mesmo tomar emprestado visando a produção rural. Como Senador da República, ao lado de tantos outros senadores, tenho oferecido meu mandato em defesa não só da saúde, educação, mas também da agricultura. Aqui o Senador Augusto Botelho também, um grande defensor, o nosso Presidente Senador Valter Pereira, grande estudioso, a Senadora Kátia Abreu, Senador Gilberto Goellner, o Senador Jonas Pinheiro, de saudosa memória que foi o primeiro relator dessa matéria, que já está aqui há quase três anos, nessa Comissão, e que deu um parecer preliminar brilhante favorável à tramitação do Estatuto do Produtor Rural.

Em resumo, Sr. Presidente, esta matéria... Nesta matéria nós procuramos enfocar uma questão que havia um divisionismo, ou seja, um divisor de águas entre a agricultura familiar e o agronegócio. Nós procuramos fixar uma regra onde ambos, o agronegócio e a agricultura familiar se complementam. E nós colocamos então o conceito correto do agronegócio com o objetivo de destruir essa falsa impressão de que um se sobrepõe ao outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Essa falsa incompatibilidade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na realidade se complementam e fazem parte da nossa economia como instrumentos indispensáveis ao nosso desenvolvimento. Então, a agricultura familiar, como a agricultura empresarial, estão inseridas no agronegócio. Tanto que na definição que nós colocamos do produtor rural e do agronegócio, estão inseridas essas preocupações de não haver divergência entre o pequeno produtor rural e o grande produtor rural. O que é o produtor rural? É pessoa física ou jurídica que explora a terra com fins econômicos de subsistência, por meio da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo sustentável, da aquicultura, além de atividades não agrícolas que contribuem para o desenvolvimento da agricultura e para o progresso no meio rural respeitada a função social da terra.

E Sr. Presidente, para finalizar, nós procuramos conceituar o agronegócio de acordo com aquilo que foi pensado cientificamente por dois cientistas, os professores *Davis* e Goldberg, da Universidade de Harvard em 1957. O preceito que o agronegócio engloba todas as atividades antes da porteira, dentro da porteira e após a porteira, quer dizer, ou depois da porteira. Quer dizer, antes da porteira é a produção de insumos, de máquinas e equipamentos, dentro da porteira é a produção agrícola propriamente dita e depois da porteira a agroindústria, o setor de distribuição, etc., serviço de apoio. Enfim, o que é agronegócio? É o conjunto global das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas. Das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles, incluindo o serviço de apoio. Então, não há uma incompatibilidade nesse estatuto entre as atividades desenvolvidas pelos grandes produtores rurais e as atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares. Há uma complementação, uma integração e há um esforço neste Estatuto do Produtor Rural de disponibilizar regras, de disponibilizar deveres e direitos de todos aqueles que estão no campo. Não é só o direito, também o dever. O dever de fazer a sua produção sempre em observância ao meio ambiente, que não haja exploração do grande sobre o pequeno: "Eu lhe vendo um insumo, mas você... Você me compra um insumo, mas você é obrigado a fazer isso ou aquilo", o produtor rural. Quer dizer, está proibido, quer dizer, a venda casada, por exemplo, está proibida neste estatuto.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero enaltecer a V.Exa. pelo interesse com que tem se colocado em favor desta matéria e parabenizar a Dra. Marília pela sua participação e contribuição notáveis na formulação de uma proposta que tem o consenso da sociedade brasileira, notadamente da sociedade agrícola, do produtor rural.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo inscrito é o Senador Romeu Tuma. Com a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Meu querido Presidente, Dra. Marília, Marília, não é? É um prazer chegar a tempo de ouvi-la e processo muito claro da discussão de artigo por artigo. O que traz uma demonstração clara do conhecimento e das virtudes que a senhora tem no complexo da produção rural. Talvez como auditora fiscal trabalhou nessa área. Então, nunca ninguém é ex, né? Tanto é que a senhora está trazendo a sua experiência atualizada. Isto é importante.

Eu fiz o concurso para Auditor Fiscal em São Paulo, passei, mas não quis assumir porque estava num momento difícil e os delegados não deixaram eu sair e me deram logo uma promoção. Mas eu sempre convivi com essa área quando assumi a Secretaria da Receita Federal, então nós sabemos a importância dessa atividade do setor econômico e para a sociedade brasileira.

Aqui a senhora tem uma elite na área do agronegócio. A Senadora Kátia, Senador Gilberto que acabou de sair, Valadares e outros, Senador Valter Pereira que eu... Diz assim: Todos eles entendem de agricultura. Como é que você que é da área de direito e de polícia vai trabalhar numa área de agricultura? Eu digo a senhora que o pior problema é quando a agricultura vira problema de polícia. É um sofrimento para quem está na atividade e para quem sofre a presença da polícia para apurar determinados tipos de crime. Eu me lembro uma época, Dra. Marília, foi quando havia o empréstimo da Caixa Econômica para os pequenos produtores, viu senador, do interior do Brasil, e não silo tinha para guardar a produtividade. Então, quando terminava não havia cliente para comprar a produção, eles imediatamente mandavam um telegrama, à época não tinha fax, não tinha nada, à Caixa Econômica para retirar o produto porque tinha nova safra e tinha que colocar no armazém. Então eles retiravam, apodrecia e eram processados pela lei por não pagarem e por deixarem apodrecer o produto. Como delegado eu fui a vários locais e não admitia que o produtor era o responsável criminalmente pelo fato, ele podia ser uma grande testemunha, mas o responsável é quem financiou e não tomou as providências de contrato e retirar o produto. Então virava um problema de polícia, não tinha jeito, e tinha que ter um equilíbrio emocional para poder não responsabilizar diretamente aqueles que o Código Penal poderia, sem interpretação, indicar. E vários outros casos.

Quando o Ministro Paulo Brossard assumiu o Ministério da Justiça, eu estava na Diretoria da Polícia Federal. Viajei o interior de vários Estados do Brasil para ele conversar com os Governadores. E o que foi discutido lá que era importante à época, era a parceria. A parceria. Por quê? Porque a parceria foi acabando ao tempo que começaram a incutir na cabeça do produtor ameia, o produtor ameia, que ele devia ser o dono do negócio. Então, começaram a surgir as organizações não-governamentais e foi se desfazendo aquele vínculo forte entre o dono da terra e aquele que produzia, onde poderiam através da ameia dividirem o resultado. Isso pra mim, em tese, praticamente terminou. Terminou por razões de implicações político-sociais. Então, eu sinto um pouco de saudade daquilo, porque havia uma harmonia grande na produção social da terra, que havia a produção de sobrevivência e havia o resultado... O que sobrava para poder vender e ter o resultado financeiro.

Então, V.Exa. faz aqui várias colocações que eu destaquei aqui parceria, e tem uma coisa que me chama muito a atenção, ultimamente, e hoje ou amanhã vai ter um debate aqui sobre trabalho escravo. E o trabalho escravo mais levantado pela fiscalização do trabalho, é no setor rural. Eu às vezes pergunto quando há uma sabatina para juízes e promotores, qual é a definição clara de trabalho escravo. É a forma do trabalho ou a forma do tratado, como se trata o trabalhador, a busca dele por tratamento de saúde que está previsto aqui, o tratamento para água, alimentação... Então, é um contexto muito variável e grande que se perde no meio do caminho. E hoje a gente tem... É claro que o Bolsa Família é importantíssimo, mas se a senhora perguntar ao produtor rural, muitos deles não conseguem registrar o trabalhador porque ele não quer perder o Bolsa Família, e se ele se registra como trabalhador ele perde. Então, poderá ser caracterizado aí um trabalho escravo por falta de registro. Então, são coisas que a gente tem que evoluir e acho que esse... Não há profissão, não há atividade quer econômica ou não, sem um estatuto que regulamente e defina a atividade e a responsabilidade daqueles que praticam.

Então, queria cumprimentar V.Exa., anotei algumas das colocações que V.Exa. fez, vou pegar as notas taquigráficas, que eu preciso aprender o que é realmente a fundo, o que é a agricultura e o direito agrícola, que é importante que hoje não tem na Faculdade de Direito uma vocação muito grande para isso. A CNBB, na campanha da fraternidade desse ano que acabou, falava em segurança. Eu aprendi aqui nesta Casa, com o Osmar Dias, o que era a segurança alimentar. Então, quando a campanha da fraternidade, ela não é segurança só física e patrimonial. É segurança do direito do cidadão de se alimentar, e caminhar, de uma série de valor de saúde, de tudo isso que a gente tem que aprender. Então, o que eu digo a todo mundo, que eu trabalhei no Executivo 50 anos. Uma profissão difícil. E aqui a gente sabe, tudo depende do Poder Legislativo. Não há regra, senador, que não passe por aqui. Se não se discutir corretamente aqui, não tiver a participação daqueles que entendam uma audiência pública como V.Exa. participa, jamais a sociedade poderá ter um patrimônio legal que lhe dê tranquilidade. Então, a importância do Legislativo, desse componente da infraestrutura brasileira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu acho que esgotaram-se os Srs. Senadores inscritos e agora então eu retomo a palavra para a Dra. Marília Ferreira Guedes, para que ela se reporte às questões que foram suscitadas pelos Srs. Parlamentares.

SRA. MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI: Tem apenas duas questões que eu gostaria de abordar. Vou começar pelo final. Antes de abordar as duas questões, eu quero agradecer a elegância e a gentileza com que os senhores interventores se referiram à minha pessoa, e cumprimentar a nossa liderança, a Senadora Kátia Abreu. Acho que conterrânea minha, e... Além de agradecer a gentileza, eu quero fazer duas observações. Vou começar pelo fim. A palavra parceiro, na linguagem da produção rural, ela não quer dizer, infelizmente, parceria. Ela vem de parcelamento. Aquele é o parceiro que toca uma parcela da minha propriedade. Isso, deveria ser parceleiro, mas quando fala parceiro, quer dizer que ele está tocando, trabalhando uma parcela da propriedade. E a palavra parceria seria muito mais bem-vinda, porque era um instituto, como o senhor disse, importantíssimo, e que está sendo perdido ao longo dos tempos.

A última questão é que o Senador Goellner apresentou... Eu não entendi bem se é uma proposta de Projeto de Lei ou se são sugestões à emenda. Eu não consegui anotar todas, mas a primeira delas que ele fala sobre a vida útil do maquinário agrícola, que o seguro não cobre o período todo de vida útil de uma máquina. Bom, o raciocínio dele é lógico. E qual a lógica econômica desse raciocínio? Durante a vida útil de um trator ele consegue se pagar. Por que o trator pagar ao próprio seguro num tempo menor do que a vida útil do trator? Então, o raciocínio econômico que embasa esse pedido, essa proposta do Senador Goellner é esse, atrelar o período em que o trator me produz economias ao período em que com essas economias eu vou ressarcir, pagar o prêmio do seguro. Então, das outras propostas dele que ele falou sobre estocagem e o registro da cédula agrícola, a renovação do

registro, eu só tenho a cumprimentar e me despedir dos senhores e me colocar à disposição, agradecendo também a sugestão do Senador Marconi Perillo em cuja administração no Governo de Goiás, nós da Secretaria da Fazenda podemos fazer um belíssimo trabalho determinado por ele, em relação ao produtor rural. Porque eu estou entre os fiscais, eu estava entre os fiscais desenvolvimentistas. São duas correntes. O senhor foi nosso xerife, sabe disso, são duas correntes no meio fiscal: aqueles que acham que o tributo é para os cofres do Tesouro e ele é irrenunciável, e aqueles que acham que o tributo pode sim custear o desenvolvimento do estado e por conseguinte da sociedade. Eu estou entre esses. E a gente fez um belíssimo trabalho, inclusive estudos seriíssimos em relação ao crédito outorgado para o produtor rural e por isso eu sei um pouco, embora eu seja urbana, eu sei um pouco da área, conforme o senhor disse.

Meus cumprimentos a todos, meus agradecimentos e boa sorte na espreitada de fazer sua cartilha, é o ABC do produtor rural, para ele carregar debaixo do braço. Tem que ser assim, em português acessível a ele, e oponível a qualquer sanção. Ter sanção oponível a qualquer infração.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu já fiz uma prévia e já distribuí uma cartilha do anteprojeto lá no meu estado.

SRA. MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI: Sim. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Agradeço mais uma vez à Dra. Marília Ferreira Guedes--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Passarei a palavra pela ordem a V.Exa. já, já.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de agradecer à Dra. Marília por estar aqui participando com requerimento do Senador Marconi Perillo, de Goiás, para participar e poder nos ajudar na formulação do Estatuto do Produtor Rural, proposição do Senador Valadares. E com certeza a sua contribuição, nossa assessoria está toda presente anotando desde o início, será de muita importância e valia.

E quero aqui também anunciar aos colegas que a partir da próxima sessão da Comissão, o nosso relatório estará à disposição do Presidente para ser apreciado pelos colegas senadores nesta Comissão, a partir da semana que vem.

Mas ainda, Sr. Presidente, eu gostaria de reiterar um convite que fizemos a todos os senadores e senadoras para que hoje na CNA possam participar do lançamento do observatório da segurança jurídica no campo. Teremos a honrosa presença do Presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, que apresentará uma palestra sobre a modernização do Judiciário e tenho certeza que esse observatório vai contribuir e muito para reter a violência e o esbulho processório no campo. Nós queremos apenas colocar à disposição de forma visível, transparente, todas as informações a respeito dos conflitos agrários. E muito mais do que isso, esse observatório na internet à disposição de todos, ele será reabastecido permanentemente por todas as federações do Brasil, hoje nós apresentaremos conflito apenas de quatro estados, especialmente de Mato Grosso, por ter uma vara agrária única nós conseguimos aglutinar as informações com mais agilidade, mas muito mais do que mostrar a quantidade de hectares invadidos ou em conflito no país, nós vamos transformar isso em VBP do leite, carne, grãos, frutas e emprego, para que as pessoas tenham a noção de que o conflito agrário, que o litígio agrário, ele não prejudica apenas o José, Pedro e as Marias proprietárias de terra, mas prejudica toda uma região, todo um estado e todo um país ao deixar de produzir, deixar de ingressar num processo econômico e estar com as terras paralisadas. O Mato Grosso chega a mais de dois milhões de hectares em litígio, sem produção, trazendo prejuízos ao país. E eu gostaria muito de poder contar com a presença de todos os colegas. Nessa oportunidade 19h30 na CNA.

Sr. Presidente, eu ainda gostaria com a presença honrosa da Dra. Marília, apresentar um requerimento a respeito do PNDH 3, aquela peça extraordinária apresentada no final do ano pelo Governo Federal, que trata de tudo e muito pouco de Direitos Humanos. Usa um instrumento valioso e precioso da sociedade e do mundo todo, que são os Direitos Humanos, que são universais, que são inquestionáveis, que estão fora de qualquer discussão ou debate e incluir o componente ideológicos, fortemente ideológicos para complementar e misturar e confundir de forma desonesta a cabeça dos brasileiros como sendo ações de Direitos Humanos. E nada mais justo que o Senado Federal possa aqui discutir, trazer o autor, o responsável pelo PNDH 3, pelo menos do ponto de vista técnico, porque o grande responsável, claro, é o Presidente da República, que assinou junto com 21 Ministros de Estado, então eu apresento aqui aos colegas um requerimento para que o Dr. Paulo de Tarso Vanucchi, que é o Secretário Especial de Direitos Humanos possa comparecer a essa Comissão, por enquanto a título de convite, e também que ela possa ser em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, pois eu gostaria de apresentar a sugestão da presença da ABERT, que é a Associa-

ção Brasileira de Imprensa, também em conjunto com a CCJ para que o ex-Ministro Paulo Brossard possa participar, claro, Comissão de Agricultura, e também convite aqui colocado por mim ao Dr. Prof. Denis Rosenfield e também convite honroso e respeitoso à CNBB em nome do Dom Dimas, Secretário-Geral da CNBB. Gostaria de colocar em apreciação a aprovação deste requerimento de comissão conjunta com Ciência e Tecnologia, CCJ, para que nós possamos discutir a respeito desse plano--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senadora Kátia Abreu, somente para confirmação. Trata-se de um convite, não é?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Trata-se de um convite ao Secretário Especial de Direitos Humanos, por enquanto. Se ele comparecer, nós ficaremos muito honradas e agradecidos com a sua presença. Se não comparecer, nós apresentaremos um Requerimento de convocação. O Brasil tem o direito de entender, de debater, já que não houve essa oportunidade, não foi dada nem sequer ao Congresso Nacional. Nós não tivemos nenhuma discussão. Pelo menos talvez por relapso meu, eu não fui convidada e não vi em nenhuma pauta dessa Casa a discussão a respeito desse plano de Direitos Humanos no Senado Federal e nem na Câmara dos Deputados, pois eu já me informei. Nenhum dos segmentos envolvidos patronais, especialmente, foram aqui convocados, foram chamados para essa discussão. Foi uma discussão apenas monofásica, apenas com aqueles que concordam com o plano e com essas ideias. Não foi um debate plural e portanto, nós vamos fazer com que ele seja plural trazendo para o Congresso Nacional. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estou sendo informado aqui pela nossa assessoria de que requerimento idêntico, anterior, já foi aprovado por outras comissões. A CDH... A Comissão de Direitos Humanos e de Relações Exteriores.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A Defesa convocou o Ministro Jobim. Aí foi apresentado para ir junto com o Ministro Vanucchi. Nós não concordamos que os dois sentem juntos para não ter uma discussão unilateral, porque aí perderia a razão de os senadores terem uma participação mais ativa.

[falas sobrepostas]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu ainda estou pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem V.Exa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor pôs dúvida qual era a comissão--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V.Exa. a informação, Senador Romeu Tuma. Então eu gostaria que o requerimento englobasse as comissões que foram referidas pelo Senador Romeu Tuma, fizéssemos uma audiência pública com a participação de todas, inclusive da nossa Comissão de Agricultura.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu respeitosamente gostaria de discordar do Senador Valadares, devido à profundidade e a soma de teses e ideias e assuntos concentrados nesse plano que deveria ter sido arduamente debatido com todos os setores. Como debateram em conferências apenas com aqueles que pensam igual ao formulador da proposta, nós precisamos de mais tempo para entender toda intenção que tem por trás desse plano de Direitos Humanos. Portanto eu não concordo e acho que mais colegas senadores deverão com certeza convocar novamente o Sr. Vanucchi, para que faça o papel que ele deveria ter feito anteriormente: vir ao Congresso Nacional para debater esses assuntos. Então eu quero colocar-- [interrupção no áudio].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só para esclarecer. O requerimento da-- [interrupção no áudio] ela apenas busca a discussão sobre a revisão da lei de anistia. Essa vai ser o requerimento que foi feito. Ele não é extensivo como o dela para discutir todos os pontos do decreto apresentado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na de Direitos Humanos tem o problema da agricultura também. Envolve a questão da agricultura.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de decidir essa Questão de Ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. O Vanucchi, ele é um só para responder pela autoria do projeto, assim entendo, como o Ministro Jobim, mas ele é o principal autor na parte do Governo. Só que nós queremos ouvir vários personagens e não só o Vanucchi a respeito dos assuntos que ali foram abordados. Então, nada mais justo que várias comissões e várias audiências sejam formuladas e executadas para que ele contradite e possa contradizer, dar o direito a ele à defesa diante da opinião de demais setores da sociedade. Ele não pode pretender que diante da grandeza do que foi colocado

no recesso parlamentar, de que ele possa vir aqui só uma vez e dar as suas explicações e ir embora para casa. Absolutamente. Nós faremos e convidaremos a vir aqui ou o convocaremos todas as vezes que forem necessárias até que nossas dúvidas sejam sanadas. Obrigada.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com todo respeito à autora do requerimento, com todo respeito que tenho à senadora, eu acredito o seguinte, que as comissões do nosso Senado Federal, todas elas merecem ser ouvidas. E se elas se reúnem em conjunto, haverá uma maior participação dos senadores e das senadoras. Isto é, estou falando, Presidente, que a participação de mais comissões no debate em torno dessa questão é uma participação bem-vinda. Porque nós teremos senadores dos mais diferentes estados, das mais diferentes comissões, discutindo um assunto tão relevante quanto este aqui relatado pela senadora sobre Direitos Humanos, a Senadora Kátia Abreu. Então, eu acho que é o mais democrático possível. Porque duas comissões? Se podemos reunir três, quatro, já houve precedentes bem aceitos aqui.

Então eu faço um aditivo ao requerimento da Senadora Kátia Abreu, no sentido de as comissões aqui já referidas por mim e pelo Senador Romeu Tuma sejam ouvidas coletivamente em relação ao requerimento por ela proposto. Esse é meu requerimento aditivo. É uma proposta aditiva ao requerimento da Senadora Kátia Abreu. Se não pudermos votar hoje, até pelo quórum que está insignificante, que nós votássemos esse requerimento em outra sessão. Até em respeito aos senadores que não puderam participar ativamente dos debates aqui travados.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de ponderar o seguinte. A proposta da Senadora Kátia Abreu, que estende--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Desculpe, Presidente. Só a nossa... A convidada, ela está no meio da discussão... Não sei se ela tem vontade de ficar ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ela ficou num... Ficou num conflito em meio a um tiroteio, mas sem ter nenhuma culpa ou responsabilidade sobre o assunto. Mas isso não faz mal para ela também, não. Mas, de qualquer forma, a senhora está à vontade se a senhora quiser ausentar-se... O papel que a senhora cumpriu já está esgotado, não tem problema. Mas se a senhora quiser permanecer também é uma honra para todos nós.

SRA. MARÍLIA FERREIRA GUEDES VECCI: Estou curiosa para ver como o senhor vai ser Salomão...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está ótimo. Então está certo. Então, veja o seguinte. A Comissão de Relações Exteriores já provou a matéria, segundo informa o Senador Romeu Tuma. Não é isso, Senador? A informação trazida pelo Senador Romeu Tuma é que a Comissão de Relações Exteriores já aprovou. Portanto, há uma... E a Defesa Nacional. Já há uma deliberação de outra comissão que não encontrou nenhuma conveniência em chamar a Comissão de Agricultura e outros órgãos técnicos desta Casa. Já a Comissão de Agricultura quer ouvir os personagens apontados pela Senadora Kátia Abreu em função da repercussão que a proposta traz para o setor que nós representamos nesta Casa. Aqui nós representamos agricultura e reforma agrária, ou o agronegócio e a agricultura familiar juntos. Portanto, eu não vejo nenhum tipo de conveniência nesse momento de se juntar a um requerimento de uma outra comissão que já aprovou, que já deliberou e nós não sabemos, inclusive, se há interesse da parte deles de fazer--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, vou apresentar um requerimento amanhã na Comissão de Relações Exteriores pedindo esta audiência pública com a participação da Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas lá já é matéria vencida, Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, mas pode haver. Há precedentes de que requerimentos já aprovados sejam adicionados a outros tantos para a convocação de autoridades. Ou convites de autoridades.

[falas sobrepostas]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Por exemplo, na Comissão de Agricultura, quantas vezes a gente faz um Requerimento convocando ou convidando alguém e numa outra sessão fazemos outros convites? É o que vai acontecer na Comissão de Relações Exteriores.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a V.Exa., eu gostaria de fazer uma ponderação. Nós já tomamos uma decisão aqui nessa comissão anteriormente, no sentido de não convocar mais de três personagens, por uma questão de racionalidade dos debates. Já firmamos uma jurisprudência sobre isso e há, em alguns casos certa tolerância para acrescer um a mais dentre esses três, quando se faz muito necessário. No caso,

se nós abrirmos para uma ampla participação de outras comissões, nós estaremos já comprometendo a qualidade do debate. Então, eu acho que... Acho até que a Senadora Kátia Abreu já estendeu demais para outras comissões.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Gostaria de refazer o meu requerimento. Por conta do quórum, eu gostaria de refazer o meu requerimento dando exclusividade a esta Comissão com a presença daqueles aqui mencionados. Mas que seja apenas feito pela Comissão de Agricultura. Denis Rosenfield, Paulo Brossard e CNBB. Podemos abrir mão para a comunicação, para que a Comissão de Ciência e Tecnologia possa fazer, pois eu recebi um recado de que Flexa Ribeiro fará isso na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então, eu gostaria, repetindo, que nessa comissão nós pudéssemos com exclusividade o PNH 3 com Paulo Brossard, Denis Rosenfield e CNBB em nome de Dom Dimas.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com essa alteração proposta pela senadora, eu concordo inteiramente com o seu requerimento. Agradeço a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): acho que o melhor encaminhamento que poderíamos dar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só uma... O Senador Valadares tem razão de poder modificar um requerimento, acrescentar alguma coisa. Mas houve uma discussão enorme dentro da Comissão de Defesa, porque houve o requerimento da presença do Ministro Jobim sobre o processo de anistia. A reformulação ou não. Houve o Senador Suplicy queria que viesse também o Ministro Vanucchi, e houve uma discussão para não trazerem os dois porque traria ao debate uma discussão individualizada que tiraria os senadores de aprofundar o seu entendimento. Então, ficou decidido que um viria cada um uma vez. Então, já era difícil trazer os dois. Se nós agregarmos... Eu não estou falando contra o seu projeto, acho que tem que ser discutido. Nós traríamos uma grande dificuldade da comissão participar, porque já se negou a ter dois porque acharam que tinha que ser um de cada vez porque são princípios defendidos claramente dentro do Governo por uma linha de conduta. Então, se nós trouxermos aqui, nós vamos estar fora do debate porque vai ser uma discussão entre os dois, quase numa acareação, entre aspas, respeitosa de procedimentos dentro do Governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E nesse ringue nós precisaríamos trazer também um Juiz para apartar a briga, então seria muito complicado.

Então, eu acho o seguinte. Esse encaminhamento está correto, eu acho que nós estaremos observando rigorosamente algo que construímos aqui, que é de fazer audiências públicas com menos personagens e com mais racionalidade. Eu acho que está bem encaminhado. Eu dou por encerrada a discussão e coloco em votação, os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Não havendo manifestação em contrário está aprovado.

Agora há um segundo requerimento menos polêmico, que é de autoria do Senador Goellner com a Senadora Kátia Abreu. Requeiro nos termos do art. 58 inciso II da Constituição Federal e art. 93 do Regimento Interno, que seja realizado no âmbito dessa Comissão audiência pública sobre a prorrogação das operações de crédito investimento rural contratados com recursos do BNDES (FINAME), e para tanto solicito que sejam convidados Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes; Presidente do BNDES, Luciano Coutinho; Presidente do Banco do Brasil Aldenir Bendine; Presidente do Banco Central Henrique Meirelles; Superintendente da FEBRABAN Ademiro Vian. Aqui tem cinco expositores, e como o Senador Goellner não está aqui, eu pediria à Senadora Kátia Abreu, se quisesse dar a sua colaboração para votar o requerimento hoje, que suprimisse dois desses nomes aqui, a fim de que nós possamos manter a coerência com as decisões que nós tomamos anteriormente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A lista aqui é difícil. Vamos eliminar então, por enquanto, por ora a FEBRABAN.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Faz duas etapas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É, podemos fazer duas, Sr. Presidente? E até para duas, três e três... A regra nossa são três?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Três.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Então três e três, eu gostaria de incluir ainda mais aqui a CNA, que está trabalhando num projeto de plano novo junto ao Governo, para um novo projeto de política agrícola para o país, poderíamos inclusive debater sobre isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então a proposta da Senadora Kátia Abreu é de se realizar duas audiências públicas, acrescentando a esta, a este primeiro rol a CNA. Ela não está legislando em causa própria. Deixar bem claro.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): A CNA eu gostaria de sugerir o nosso economista que está à frente dessa negociação com o Governo, que é Guilherme Dias, professor da USP.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Guilherme Dias representando a CNA. Perfeito. Em votação. Não havendo nenhum voto divergente, está aprovado por unanimidade.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não havendo nenhum assunto mais a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Reunião encerrada às 11h27.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2009

Às nove horas e dezoito minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e nove, na sala 13, Ala Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Acir Gurgacz e Eduardo Azeredo, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Comparecem à reunião os Senadores Augusto Botelho e Osvaldo Sobrinho, não membros da Comissão. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino, Efraim Morais e Papaléo Paes, Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 51, de 2009-CCT, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos do Art. 90, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, para discutir o "Plano Nacional de Banda Larga", proposto pelo Ministério das Comunicações. Solicito que para esta Audiência seja enviado convite ao Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa." Comparece a reunião o Senhor Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações. Finda a exposição e uso da palavra pelo convidado, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Cícero Lucena, Antonio Carlos Junior, Augusto Botelho, Lobão Filho e Osvaldo Sobrinho. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **FLEXA RIBEIRO,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática –CCT.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de dezembro de 2009. Última reunião do ano para realização de Audiência Pública, com a honrosa presença do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa, que tem por objetivo debater o Plano Nacional de Banda Larga, atendendo ao Requerimento nº 51, de 2009, CCT, de minha autoria.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com seus termos, permaneçam como se encontram. Aprovado. A Ata será publicada no diário do Senado Federal.

Sras. e Srs. Senadores, antes de darmos início à Audiência Pública, gostaria de fazer um breve balanço das atividades desta comissão, neste ano de 2009. Desde 11 de março, foram aprovados 905 projetos de decretos legislativos; foram aprovados, ainda, cinco projetos de lei do Senado, de caráter terminativo; 12 projetos de lei do Senado, de caráter não terminativo; 2 projetos de lei de iniciativa da Câmara dos Deputados, de caráter terminativo; e 7 de caráter não terminativo. Foram realizadas 22 Audiências Públicas e um seminário conjunto, realizado com comissões da Câmara dos Deputados, onde tratamos de diversos temas, mais de 22 temas foram aqui debatidos, nessas Audiências Públicas.

Solicito à Secretaria da comissão que distribua os relatórios das atividades da comissão, relativos ao primeiro e segundo semestre desse ano de 2009. Foi feito, pela Secretaria, um levantamento e compilado todos os projetos levantados, todas as Audiências Públicas, para o registro dos trabalhos da comissão, que

será distribuído a todos os membros da comissão, e pediria, também, que fosse entregue ao Exmo. Sr. Ministro das Comunicações, também, um exemplar dos trabalhos da comissão nos dois semestres.

Por fim, deixo aqui meu agradecimento às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores, membros da comissão, que, com sua presença e participação, com a forma participativa e competente, e sempre presente, de todos os membros desta comissão, que, comprometidos com as questões públicas, permitiram as nossas sessões, que nós fizéssemos as sessões numa convivência sempre produtiva e harmoniosa.

Eu digo que, para nós, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, é uma honra, Sr. Ministro, muito grande recebê-lo hoje, aqui, quando terminamos esta Sessão Legislativa, do ano de 2009, e nada melhor para encerrarmos os trabalhos da comissão senão com a presença de V. Exa., que tão bem leva a termo a sua missão no Ministério das Comunicações.

O Brasil, hoje, sem sombra de dúvida, é um dos países que tem avançado bastante na área das comunicações, que avança numa velocidade impressionante, a nível de tecnologia, que, de um dia para o outro, nós somos sempre informados de novas possibilidades na área das comunicações, e tivemos a escolha feita pelo Ministério do modelo de televisão digital, o modelo escolhido pelo Governo, através do Ministério das Comunicações, que é o nipo-brasileiro, que está sendo exportado pelo Brasil para outros países, aqui da América do Sul, tal é a forma exitosa com que ele se vem implantando no Brasil. A partir de 2013, não teremos mais concessões, outorgas de TVs analógicas, e, a partir de 2016, todo o Brasil estará ligado ao sistema digital. Esperamos, e, com certeza absoluta, ainda ontem, estava em Santarém, no oeste do meu estado, e, lá, me fizeram uma pergunta: "E a rádio digital, quando que nós vamos começar a ter a rádio digital implantada?". V. Exa., também, pelo Ministério, está estudando o sistema, e tenho certeza absoluta que já, brevemente, nós vamos ter essa notícia para que possamos ter, também, o sistema de radiofonia digitalizado.

Eu passo a palavra à V. Exa., para que possa trazer as informações acerca do Plano Nacional de Banda Larga, que é esperado por todos os brasileiros.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Em primeiro lugar, muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Comunicações do Senado. Srs. Senadores, Sras. e Srs. Presentes, é enorme o prazer de voltar ao Senado, Senador Flexa Ribeiro, e poder estar, novamente, na Comissão de Comunicações, onde eu vivi alguns dos momentos mais importantes da minha passagem pelo Senado, nos primeiros anos, logo após a minha eleição, e tenho uma incumbência muito grande de poder, atendendo à sua convocação, poder falar sobre o Plano Nacional de Banda Larga.

Mas queria fazer uma observação inicial. Nós estamos no processo de discussão do Plano Nacional de Banda Larga, o que nós vamos apresentar aqui é apenas uma contribuição que o Ministério das Comunicações, através dos seus técnicos e com a colaboração das empresas ligadas à área de telecomunicações, apresentou para o conjunto de informações que nós vamos levar ao Presidente da República, em meados de janeiro, para, então, partindo dali, da decisão do Presidente da República, nós termos um Plano Nacional de Banda Larga. Mas, evidente que as informações que aqui estão, elas são, quase que com absoluta certeza, parte integrante deste projeto que, no final, será apresentado pelo Presidente da República à nação.

Mas, para falar de banda larga, Senador Flexa, nós precisamos nos reportar um pouquinho aos anos anteriores ao que estamos vivendo, pelo menos seis ou sete anos atrás, porque, na verdade, a banda larga é um conceito de comunicação ainda novo, no Brasil. Se nós olharmos bem, há 10 anos, nós praticamente não tínhamos banda larga. Há oito anos, nós começamos a caminhar um pouquinho em uma banda estreita, mas um pouquinho mais avançada. Nós vivíamos, na verdade, há alguns anos, apenas com a conexão discada. E me recordo que, ao chegar ao Ministério das Comunicações, a primeira preocupação que nós tínhamos era de reduzir o custo da conexão discada, e nós conseguimos aprovar uma proposta, através da ANATEL, de um acesso quase que ilimitado a 7 reais e 50, por mês, para poder fazer com que a internet pudesse ser conhecida, que as pessoas pudessem, especialmente no interior, onde ainda não se tinha sequer a possibilidade de melhorar a velocidade da internet, você teve as pessoas acessando a rede mundial. É tão importante isso que, só este ano, agora, no segundo semestre de 2009, é que nós conseguimos vencer, na verdade, essa competição com o acesso discado. Pela primeira vez, agora, no mês de setembro, outubro, nós conseguimos mais acessos pela banda larga do que acessos discados. Quer dizer, então, nós ainda estamos vivendo uma situação em que, no Brasil, metade dos acessos continua sendo através da internet discada. E o que se fez de lá para cá, é importante, também, a gente mencionar para chegarmos à proposta do Plano Nacional de Banda Larga, porque uma série de ações que foram tomadas, partindo do Presidente da República, da Casa Civil, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Fazenda, Planejamento, Cul-

tura, Educação, para que a gente pudesse, somando todas essas contribuições, já conseguir montar uma estrutura capaz de atender, em parte, a demanda da banda larga no país.

Quando nós chegamos no Ministério das Comunicações, há quatro anos, nós tínhamos um projeto, que se chamava GESAC, que era apoio ao cidadão, que era conexão da internet banda larga via satélite, mas ele só se fazia via satélite porque era destinado às regiões de fronteiras, regiões remotas. E nós conseguimos modernizar esse sistema; ao invés de só via satélite, ele passou, depois de uma nova configuração e uma nova licitação, ele passou a atender satélite, cabo, rádio, telefone, todas as maneiras de se fazer a integração. Com isso, nós conseguimos reduzir o custo da conexão, que, quando chegamos, era de R$ 1.200,00 por ponto, e, com essa modificação, a redução foi tremenda, porque nós passamos a ter um custo de R$ 250,00 por ponto conectado. O Presidente da República nos autorizou, ao invés de nós, simplesmente, economizarmos esse dinheiro, ele nos autorizou a criar novos pontos. Então, nós fomos de 3 mil pontos para 12 mil pontos, em todo território nacional. Essa foi a primeira grande vitória que nós tivemos, no sentido de levar um pouco mais de conexão veloz ao interior do Brasil.

Em seguida, nós descobrimos que havia um compromisso firmado, durante a venda das empresas de telefonia estatais de, no mês de janeiro de 2009, elas terem que instalar, em cada cidade do Brasil, com mais de 50 mil habitantes, ou para grupo de 50 mil habitantes. Elas tinham que instalar uma cabine telefônica, e, dentro dessa cabine, um acesso à internet discada, um aparelho de fax e um telefone. Mas as pessoas ainda tinham que pagar para usar essa cabine telefônica, pagar para usar a internet, pagar para usar o telefone, etc.. Então, nós fizemos, no Ministério das Comunicações, uma proposta: ao invés de fazerem a aplicação do dinheiro nessas cabines telefônicas, que usassem o recurso para levar internet banda larga às escolas pública. Nós estávamos falando de cerca de 1 bilhão e 200 milhões de reais, que teriam que ser aplicados, a partir de janeiro deste ano. Depois de uma série de reuniões e negociações com as empresas, principalmente com as empresas fixas, evidentemente, porque a responsabilidade desses investimentos era das empresas de telefonia fixa, nós conseguimos acertar um Plano Nacional de Banda Larga nas escolas, e começamos, imediatamente, a fazer a implementação deste plano. Em um ano, nós temos o seguinte resultado: das 182 mil escolas públicas no país, nós já temos 46 mil escolas conectadas. Até o final desse ano, até princípio de janeiro, no máximo, nós devemos chegar a 50 mil escolas conectadas. E nós vamos terminar 2010 com, pelo menos, 80 mil escolas conectadas. Isso aí é um extraordinário passo, no sentido de popularizar a internet, e dar um uso aprimorado ao acesso à rede, porque você está levando a internet especialmente para a escola pública.

Nós estamos, primeiro, atendendo a zona urbana, e, eventualmente, vamos chegar à zona rural, porque nós ainda vamos ter que cobrir, aproximadamente, 80 mil escolas, que estão na zona rural, que está muito prejudicada, em todos os sentidos, com relação à comunicação. Nesse procedimento, nós incluímos, nessa Proposta Nacional de Banda Larga, a utilização de uma frequência especial de 450 MHz, que poderá substituir as estações rádio-base da telefonia celular, porque estas estações rádio-base, elas têm um raio de ação de, aproximadamente, 3 a 4 km, o que indica que, quando você está no interior, passando por uma pequena cidade, o telefone celular está funcionando; saiu do centro urbano, você, automaticamente, perde a conexão. Essa nova frequência, ela tem um raio de alcance de 50 km. Então, com isso, você certamente vai poder atender as cidades do interior, expandir a cobertura para a zona rural, e, com ela, você leva a conexão móvel, a internet banda larga móvel. Isso aí vai complementar o projeto que se refere principalmente à telefonia fixa, e certamente vai ser a complementação do grande Plano Nacional.

Bom, feito isso, nós já estamos, praticamente, nesses últimos cinco anos, com uma margem de conexão de banda larga, no Brasil, em torno de 12 a 13%. Mas, ainda assim, nós precisamos trabalhar, e muito, porque a pretensão é de se fazer chegar, em cinco anos, a banda larga a 90 milhões de acessos, pontos fixos de acesso da internet, no Brasil. É mais ou menos o que está acontecendo na Europa, nos Estados Unidos, em vários países asiáticos, porque a internet, certamente, se tornou o grande instrumento de comunicação, informação, pesquisa. Hoje, é praticamente impossível você executar qualquer tarefa um pouquinho mais sofisticada que você não tenha que se valer da informação da internet, e, quando você não tem esse acesso, automaticamente, fica prejudicado seu trabalho. Por essa razão é que nós estamos, nos últimos oito meses, trabalhando para montar uma estrutura capaz de oferecer, num futuro próximo, que nós imaginamos de cinco anos, a internet banda larga em todas as regiões do país. E temos que lembrar que, lamentavelmente, algumas regiões estão, ainda, numa situação muito inferiorizada com relação especialmente ao Sul, Sudeste. Se você chegar, por exemplo, no Amapá – o Amapá tem 16 municípios – para conseguirmos fazer a banda larga chegar no Amapá, nós tivemos que valer

mão sempre dessa conexão via satélite, porque era praticamente impossível você fazer conexão via o que nós chamamos de *backhaul*, porque não chega até o Amapá os tubulões(F) das companhias telefônicas. Você está limitado, ao sul, pela Floresta Amazônica; à direita, pelo oceano. Então, a conexão é via rádio, partindo do Pará. Então, você faz de Belém, você faz para Macapá, e aí já fica dificultada a conexão, porque, automaticamente, você transmitindo pelo rádio, você está diminuindo a capacidade de velocidade que você tem para atender a todo mundo.

Agora, nós estamos negociando a utilização de fibras óticas, que podem estar vindo da Venezuela, e chegar ao norte do Brasil. Uma parte já está sendo utilizada, num convênio que foi firmado Brasil e Venezuela, e, ao mesmo tempo, nós estamos trabalhando, no sentido que o acordo feito com as companhias telefônicas lá atrás, em que elas não tinham que colocar o 1 bilhão e 200 milhões nessas cabines telefônicas, transformar o investimento em banda larga, este acordo previa a expansão do que nós chamamos de *backhaul*, ou seja, que é a infraestrutura da companhia telefônica, que é o mais custoso, que é, na verdade, um investimento maior, e sem essa infraestrutura, você não consegue levar banda larga de alta velocidade. Você precisa da infraestrutura para chegar ao Plano Nacional de Banda Larga.

Então, é um conjunto de ações, é um conjunto de medidas, tem que haver uma compreensão muito grande da parte, inclusive, das empresas que estão no setor de telecomunicações, porque vai caber a elas o grande investimento. O Governo, por mais que ele possa ter a estratégia do Plano Nacional, por mais que ele indique os caminhos de onde nós devemos chegar, principalmente ao serviço público – nós queremos, sim, as escolas, nós queremos os hospitais, nós queremos as delegacia de polícia, nós queremos os postos de saúde –, quer dizer, o que é serviço público, certamente, fica bem mais fácil você conseguir atender, mas a nossa visão é de que, eventualmente, nós temos que atender de modo geral a população, porque a população é carente disso.

Mas aí começamos a esbarrar em algumas situações, que também estão previstas nesse plano. É que, infelizmente, o que aconteceu é que nem as empresas estavam preparadas para uma demanda tão grande. Há cerca de um ano, um ano e meio, as empresas começaram a vender 4 mega, algumas, 10 mega, e, de repente, chegaram à conclusão de que estavam vendendo demais, e que não iam poder entregar, como tem uma série de ações aí, na justiça, reclamando que vendem 4 megas (sic) e entregam 1, entregam 2. Por que isso? Porque ela não tem condições, quer dizer, a infraestrutura não permite que você dê 10 mega para todo mundo, que você consiga, realmente, fazer uma expansão da rede em altíssima velocidade. Por essa razão é que nós estamos empenhados em encontrar soluções que contemplem, sim, principalmente, a participação efetiva das empresas de telecomunicação, com investimentos da ordem de 15 bilhões de reais/ano, durante um período de cinco anos. Sem esse investimento privado de 15 bilhões/ano, por cinco anos, você não tem como viabilizar um Plano Nacional de Banda Larga. Essa foi a principal preocupação que nós, do Ministério das Comunicações, tivemos, na medida em que começamos a conversar sobre o Plano Nacional de Banda Larga. Ele tem que integrar todas as empresas do setor, porque, senão, é praticamente inviável você tentar fazer você mesmo, o Governo, uma estrutura funcional, capaz de, realmente, resolver a questão banda larga no país. Mas isso é um entendimento que, hoje, todos nós temos, e, sobretudo, porque estamos já de posse, há dois dias, principalmente, das fibras óticas, que, no passado, tinham sido vendidas, negociadas com empresas estrangeiras, que fizeram a instalação dessas fibras óticas no país. Na verdade, muitas delas são o que nós chamamos de, a sigla em inglês, OPGW, que quer dizer que aquele fio-terra que vai por cima das redes de alta tensão, que, ao invés de ser um fio-terra, passou a ser um cabo de fibra ótica, e que cobre, hoje, o país inteiro. Ele vai do Rio Grande do Sul até o Ceará, e entra pela esquerda, pela direita, principalmente no leste do Brasil, e um pouco do Centro-Oeste, ele estaria cobrindo, praticamente, a necessidade de infraestrutura para fazer um grande projeto de banda larga. Mas nós estávamos dependurados na justiça, em decisões da justiça, até esta semana, quando, no Rio de Janeiro, foi dado posse ao Governo Federal dessas fibras óticas. São 16 pares de fibras óticas que estão sendo administradas pela ELETROBRÁS, uma empresa que, lamentavelmente, foi fechada, no passado, que faliu, por assim dizer, que é a Eletronet, e que deixou esse imbróglio na justiça. As empresas reclamando que, o que tinha instalado era delas, e o Governo entendendo que, se não instalou, se não continuou instalando, você não cumpriu o contrato, e, evidentemente, o que está aí é nosso. E, assim, ficou decidido, agora, pela justiça. Com base nessas fibras óticas, é bem provável que você possa ter uma nova visão do Plano Nacional de Banda Larga, porque é uma estrutura formidável. Você, ainda assim, vai precisar e muito das empresas de telecomunicação, mas você já tem condições de fazer uma certa regulagem do mercado, porque, com essa infraestrutura, ou você pode ceder, você pode alugar, você pode usar, você pode ter uma série de utilizações para essas fibras óti-

cas, dando condições ao Governo de poder trabalhar com a ideia de que o preço é muito alto, nós temos que fazer esse preço abaixar. Na verdade, a internet, no Brasil, é uma das mais caras no mundo. Quer dizer, dificilmente você vai encontrar, na Europa, ou nos Estados Unidos, ou mesmo na Ásia, alguém que pague mais caro pela internet como nós pagamos. E exatamente por quê? Porque a demanda é muito grande, o produto é escasso, então, evidentemente, que ele fica caro. Então, a tendência do Governo é trabalhar nesse sentido de que, usando essas fibras óticas, a gente possa, lá na frente, com essa infraestrutura, oferecer melhores condições de fazer com que o serviço chegue ao consumidor final por um preço mais razoável que, em última análise, é o objetivo do Governo. Não há, também, a intenção do Governo de oferecer internet banda larga para todo mundo, não é isso que nós estamos falando aqui. Você não tem nem condições técnicas e nem condições financeiras de fazer isso. O que nós queremos é criar uma estrutura nacional de banda larga, que possa atender ao serviço público, e possa chegar ao consumidor final por um preço razoável. Essa é a proposta mais importante, até porque tem algumas coisas que a gente precisa levar em consideração, no que diz respeito à Política Nacional de Banda Larga, porque a banda larga é muito mais do que simplesmente uma infraestrutura. Como nós podemos entender, é fundamental infraestrutura? Sim, mas ela é um pouco mais do que infraestrutura, porque todo brasileiro, hoje, quer estar ligado à banda larga. Tem um percentual até que me surpreendeu, essa semana, porque eu vi uma pesquisa dizendo que uma parte dos brasileiros não quer se conectar à banda larga, mas, possivelmente, é por desconhecer as vantagens, desconhecer a extraordinária mobilidade que ele tem, o que a banda larga pode fazer, isso é bem provável que esteja acontecendo. Mas, hoje, 57,1% das pessoas acessam a banda larga já de casa, dentro daquela faixa que estão acessando. Nós temos 35,2% das pessoas acessando a banda larga através das *lan houses*, também são muito populares. Houve um aumento, de 2005 para 2008, de 49,9 no acesso em casa, ara 57,1, e houve um aumento muito pequeno... Na realidade, não houve sequer aumento. De 35,2, em 2005, no acesso nas *lan houses*, nós continuamos com cerca de 35,2 também, ainda nesse momento.

Por isso é que eu acho que nós devemos rapidamente passar pela exposição dos *slides* que nós trouxemos para mostrar a proposta do Ministério das Comunicações para o Plano Nacional de Banda Larga, e, depois, evidentemente, a gente poder conversar um pouquinho mais sobre o projeto em si. Podemos começar, então, Roberto? Eu preciso da minha impressão. Bom, o problema é que eu não estou conseguindo ver muito bem daqui, eu acho que nem vocês, não é? [risos]. Pois é, isso aí não está muito legal. Na verdade, isso aí, talvez se apagasse a luz ali, podia melhorar um pouquinho. É, melhorou um pouquinho. Em grandes números, o nosso desafio é, conforme disse, levar o Brasil ao patamar de 19 milhões de acessos banda larga, 12 milhões de acessos fixos, e 7 milhões de acessos móveis para 90 milhões de acessos, até 2014, dos quais 30 milhões de acessos fixos e 60 milhões de acessos móveis. Essa meta ambiciosa é substancialmente superior ao projetado como crescimento natural do mercado, que levaria o Brasil a apenas 55 milhões de acessos, em 2014. O que a gente está tentando dizer com esse gráfico é que, se você não fizer absolutamente nada, o Brasil, ainda assim, ainda cresce para 55 milhões de acessos, até 2014. Agora, se você quiser mais do que isso, você tem que se movimentar, você tem que fazer alguma coisa, que é a proposta que o Brasil está fazendo.

Os investimentos no Plano Nacional de Banda Larga, de 2010 a 2014, e, na verdade, nós vamos fazer isso aí na faixa de cinco anos, para atingir a meta dos 90 milhões de acessos, no período de 2010 a 2014, são projetados investimentos do setor privado, primeiro da ordem de 49 bilhões de reais, e contrapartidas de 26 bilhões de reais, na forma de investimentos de renúncias fiscais do Governo Federal e dos Governos estaduais, que estaria aqui, mais ou menos, mostrado nessas indicações aqui, o que nós estaríamos fazendo. Na verdade, reduzindo ICMS, fazendo investimentos na área de satélites, toda a participação que o Governo pode ter, seria na faixa aqui de 26 bilhões, fazendo redução de impostos e participações em diversos outros eventos. Viramos. Essa figura que, lamentavelmente, também, a gente não vê muito bem, detalha os investimentos com os valores de aporte do setor privado e do Governo. No setor privado, estima-se que 18 bilhões de reais em acessos fixos, e 31 bilhões de reais em acessos móveis, cabendo ao Governo cerca de 8,5 bilhões de reais, que serão investimentos, e 17 bilhões e meio de reais em renúncias fiscais, no período de 2010 até 2014.

Onde é que nós queremos chegar? Essa proposta do Plano Nacional de Banda Larga visa atender a todos os segmentos da sociedade brasileira e se traduz em várias metas. Na área urbana, nós chegaríamos à 29 milhões de acessos à banda larga fixa, com a conexão de todos os órgãos do Governo, incluindo bibliotecas, unidades de saúde, de segurança pública, além de empresas e domicílios, com 29 milhões de assinantes. Quem será o atendido? Na banda larga móvel, nós chegaremos a 60 milhões de acessos, so-

mando terminais de telefonia de 3ª geração, e minimodems de dados. Nas áreas rurais, hoje, desatendidas de serviços de telecomunicações, serão implantados 1 milhão de acessos banda larga, incluindo todas as escolas, complementando, portanto, o desafio do Governo de conectar todas as escolas do País, urbanas e rurais, e todas as unidades de saúde e cooperativas rurais. Aí entra aquela frequência de 450 MHz, que nós tínhamos citado, capaz de cobrir a zona rural praticamente toda.

Esse crescimento do acesso da população à banda larga vai nos permitir avançar, certamente, na redução das desigualdades sociais. A infraestrutura para a redução das disparidades regionais é uma oferta mais equilibrada da infraestrutura de banda larga, permitindo, assim, a redução das disparidades regionais no acesso ao serviço. Isso, lamentavelmente, quanto mais você vai para o interior, mais difícil se torna a banda larga, mais cara ela é para quem ganha menos. Na infraestrutura para aumentar a competitividade, a produtividade e o emprego, o crescimento sustentável da banda larga vai aumentar a competitividade, a produtividade e o nível de emprego no Brasil. Nas metas, nós destacamos o investimento na infraestrutura de banda larga, assegurando a participação do Brasil nas tecnologias de ponta da internet do futuro. Uma das diretrizes deste Plano Nacional é aumentar em 10 vezes a velocidade de acesso à internet no Brasil, nos próximos cinco anos, especialmente nas regiões onde o acesso, hoje, ainda é muito baixo. Assim, em 2014, o Brasil terá ampla infraestrutura de banda larga para contribuir para o sucesso da Copa do Mundo de Futebol. Aliás, são duas coisas que motivaram muito a gente se mexer, nessa questão da banda larga, foi exatamente isso, os resultados que nós tivemos nas nossas propostas para sediarmos a Copa do Mundo e as Olimpíadas, que são dois eventos internacionais que, hoje, estão rigorosamente em cima da estrutura de banda larga. Não há como fazer uma Copa do Mundo, uma Olimpíada, se você não tiver uma estrutura de banda larga a nível de Estados Unidos ou Europa. Pelo menos, nas regiões onde nós estaremos cumprindo os objetivos dos dois eventos.

E como atingir essas metas? O estímulo à competição, a atração de investimentos, investimentos nas redes de transportes de dados, atualização regulatória – o que é uma previsão de nós termos o próprio Congresso atuando e nos ajudando a fazer uma série de modernização que precisamos na lei geral de telecomunicação, que é de 97, o nosso código de radiodifusão, que é de 62, quer dizer, tem uma série de procedimentos que precisam passar por aqui, no Congresso, na Câmara, e no Senado –, expansão das ações do Governo Federal e utilização dos ativos de fibra do Governo, conforme nós indicamos, estas fibras que cobrem o país de fora a fora, e que, certamente, vão poder ser utilizadas nesse sentido.

Na área regulatória, uma questão chave é a gestão do espectro, flexibilizando e liberando novas faixas de radiofrequências para estimular a competição entre prestadores de serviço. Neste particular, eu queria fazer uma observação sobre a questão da TV digital, porque, na medida em que nós temos um procedimento em andamento para acabarmos, fecharmos o sistema analógico em 2016, a partir de 2014, nós temos que estar com todo país coberto com a transmissão digital. Em 2016, quando se desligar o sistema analógico, você tem, na verdade, todas essas frequência que são utilizadas hoje, para a transmissão analógica da transmissão, retornando ao Governo. O Governo fica de posse de todas essas frequência para fazer com elas exatamente o que quiser, principalmente banda larga, principalmente telefonia móvel. Quer dizer, nós vamos ter, realmente, um grande ganho, um extraordinário ganho, na medida em que nós pudermos desligar o sistema analógico de televisão e passarmos a usar apenas o sistema digital.

As novas metas de abrangência no serviço móvel pessoal deve incluir a extensão da cobertura dos serviços 3G a todos os municípios brasileiros. Em princípio, nós fizemos, no começo do ano passado, um acordo com as companhias de telefone móveis, quando elas queriam fazer a licitação da terceira geração, ou do 3G, e nós fizemos um acordo com elas: nós vamos autorizar a utilização do 3G, desde que vocês se comprometam a colocar telefonia celular comum, 2G, em todos os municípios brasileiros. Esse prazo termina agora, em dezembro. Tecnicamente, nós devemos chegar no final de dezembro com todas as cidades brasileiras, Sr. Presidente, com telefonia celular comum. E vejo que, inclusive, já há uma grande expansão da telefonia celular de terceira geração, porque, para muitas empresas, tem sido mais econômico já instalar as estações rádio-base da telefonia de terceira geração do que começar com a segunda geração e, em seguida, ter que trocar para a terceira geração. Ainda na semana passada, eu participei, por telefone, de um evento no interior do Estado do Pará, onde, numa pequena cidade, numa pequena localidade, já estava sendo levada a estação rádio-base de terceira geração. Por quê? Porque não compensa mais levar de segunda, porque, uma vez que você tem a terceira geração, você está também levando a internet de alta velocidade móvel. Isso aí tem nos ajudado muito, com essas novas metas.

Para assegurar que haja ampla disponibilidade de computadores para acessar a internet banda larga, é

necessário manter o programa Computador Para Todos, estender os benefícios da Lei do Bem, para modems nesses computadores. Aí eu tenho duas observações a fazer: primeiro, que os modems que são utilizados na banda larga, no Brasil, eles estão custando na faixa de 100 dólares, ou seja, 170 reais, por aí. Tudo isso depende de você retirar uma série de impostos, você diminuir a incidência tributária sobre esses instrumentos, porque o modem é fundamental. Senão, vai acontecer o que está acontecendo com a TV digital: as pessoas preferem comprar um televisor novo, que já vem com o conversor, do que comprar o conversor para usar o televisor antigo. E a nossa preocupação com a banda larga no Brasil é fazer cair o preço do modem, porque, senão, não tem jeito, quer dizer, como é que eu vou...? Ele tem que permanecer na... Hoje, o modem, não, ele não está. Tem que ser incluído, porque, senão, realmente, vai ser uma barreira, vai ser muito difícil. Você pode baixar o preço da banda larga aí para R$ 15,00, mas eu tenho que comprar um modem de 100, aí fica complicado. Então, a gente tem que começar por aí. E a outra coisa importante também é o seguinte: é a gente continuar com os benefícios que o Governo Federal colocou para os computadores, e que foi o que causou, realmente, uma queda substancial no preço do computador no País. Quer dizer, há cinco anos atrás, a gente pagava 4 mil, 5 mil reais por um computador de mesa. E, hoje, eu já vejo anunciado, em algumas lojas... Esse fim de semana mesmo eu cheguei a ver computador de mesa anunciado por 600 reais. Quer dizer, foi uma diferença fantástica de preço em cinco anos. Isso aí permite, sim, que o computador possa ser transformado em um bem de consumo, como nós todos esperamos que, eventualmente, ele possa competir com a geladeira, com o rádio, com a televisão, e tal. No ano passado, 2008, e eu acho que, esse ano, vai acontecer a mesma coisa, nós produzimos mais computadores no país do que produzimos televisão. Normalmente, televisão era o eletroeletrônico mais produzido, e, no ano passado, nós já produzimos mais computadores do que televisão, e esse ano, possivelmente, vai acontecer, rigorosamente, a mesma coisa.

Bom, para garantir o acesso à internet banda larga para parcela da população que não dispõe de computadores pessoais, é necessário continuar investindo, portanto, fortemente na implantação dos telecentros. Nós conseguimos colocar um telecentro completo em cada um dos 5.465 municípios brasileiros. Todos eles foram atendidos. E, agora, nós estamos numa segunda fase onde, possivelmente, nós vamos poder colocar mais dois telecentros em cada cidade brasileira. Evidentemente que as cidades maiores já têm uma estrutura bem melhor, não é? Eu acho que, daqui para a frente, Roberto, nós não precisamos, realmente, discutir passo a passo, porque nós estamos falando de detalhamento muito técnico que, certamente, eu posso passar para os nossos senadores e não precisamos tomar mais o seu tempo apenas com detalhes técnicos, daqui para frente. E eu fico, portanto, inteiramente à disposição para eventuais perguntas dos ilustres senadores.

Quero dizer também que eu trouxe um exemplificar desse livro, tudo que nós falamos aqui, com base, evidentemente, nos dados que nós obtivemos de todos os ministérios, mas, evidentemente, das companhias. Tudo está aqui condensado nesse volume que nós intitulamos “O Brasil em Alta Velocidade”.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quero agradecer ao Ministro Hélio Costa pela exposição que, de forma tão competente, tão elucidativa, didaticamente feita a todos nós da Comissão de Ciência e Tecnologia, e vamos passar aos Srs. Senadores, para que possamos, então, versando com o Senador e Ministro Hélio Costa... É bom lembrar, ministro, que foi V. Exa. o autor do projeto que deu origem à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, do Senado Federal. Essa comissão é a mais nova comissão do Senado Federal, ela foi instalada há três anos, teve como primeiro Presidente o Senador Wellington Salgado, e eu tenho a honra de ter assumido, a partir do início deste ano, a presidência. Mas foi V. Exa. que, já naquela altura, como homem da comunicação, lembrou da necessidade de se ter uma comissão que pudesse discutir basicamente a área de comunicação, como V. Exa. colocou, que precisa ser revista a sua legislação, pelo Congresso Nacional, sob pena de... Sob pena, não, já fomos atropelados pela tecnologia, o avanço da tecnologia, e, se nós não adequarmos a legislação a esse avanço tecnológico, nós vamos, então, ter um mercado sem estar organizado de forma como deve. Então, o primeiro inscrito seria o autor do requerimento, mas eu tenho uma alegria muito grande de conceder ao Senador Roberto Cavalcanti, para que possa fazer as suas primeiras indagações.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem. Eu queria sugerir que dois ou três senadores fizessem a indagação, para a gente tentar agilizar, por conta de compromissos e de sessão que nós teremos no Plenário, seria minha proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., Senador Cícero, sempre trazendo boas ideias a esta comissão. Vamos atendê-lo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flexa, agradeço o cumprimento da ordem de inscrição. Ministro, Senador Hélio Costa, primeiro lugar, parabenizá-lo politicamente pela convenção do PMDB, em Minas Gerais. Tenho certeza que V. Exa.

está de peito lavado, e cumpriu politicamente o grande espaço.

Em segundo lugar, também parabenizá-lo a nível de gestão, não só pela atuação no Ministério, mas, fundamentalmente, por V. Exa. estar à frente do Ministério que tem maior velocidade de inovação tecnológica. Nenhum outro ministério está passando pelas mudanças que proporcionam esse avanço tecnológico, até motivado pela digitalização, e por uma série de fatores. O ministério que V. Exa. ocupa deve ser de forma criativa e empolgante, porque requer uma reatualização a cada segundo, não é nem a cada dia.

Conforme V. Exa. fez na explanação do PNBL, o setor privado vai investir 49 bilhões de reais; o setor público 26 bilhões de reais. Na banda larga, ele se divide na área de investimento privado, o fixo em 18 bilhões e o móvel em 31 bilhões. Isso expressa 41 bilhões de reais, realmente, investimento significativo. No Brasil, as comunicações sempre tiveram uma consciência muito grande da sua função estratégica. Comunicação é tudo. Através das comunicações se controla um país. E o Ministério das Comunicações, historicamente, sempre foi muito cioso do controle dessas comunicações. O controle abrange... É um controle absoluto que abrange a nacionalidade e a titularidade a nível da pessoalidade. As concessões de rádio e as concessões de TV são dadas nominalmente a empresas constituídas dentro de um critério até de espectro e de ocupação desse espectro, e, no tocante às pessoas físicas, também, um controle absoluto, até no tocante às suas trocas de detentores de controle, e assim vai, gestão. Então, há uma consciência muito forte desta necessidade desse controle. A minha pergunta vem no sentido de como o Ministério das Comunicações está preocupado em controlar esses investimentos, que são privados, e que eu não tenho a informação, mas deve existir, mas eu não tenho a informação de como o Ministério das Comunicações se preocupa para que isso não fique nas mãos de gestores e pessoas físicas não nacionais, como nas comunicações hoje, no Estado Brasileiro, existe(F). Essa seria fundamentalmente a minha pergunta. Só para complementar, só queria dar ciência à V. Exa. que eu fiz um pronunciamento essa semana, na tribuna do Senado, até utilizei uma palavra que ela, talvez, não se aplique da forma mais elegante, mas seria o caladão telefônico que a Paraíba está passando, e eu falo em nome da Paraíba, mas tenho certeza de que o mesmo acontece em vários outros estados. A Paraíba, recentemente, nós passamos por problemas seriíssimos, esse mês, no total bloqueio das operadoras de comunicação móvel, celulares, e, até hoje, ainda perdura, se liga para um número que está na sua agenda, número de telefone da sua casa, do seu trabalho, da sua esposa, e sai uma mensagem: "Este número não existe". Como não existe se é o número da sua casa? "Esse número não está autorizado a receber chamadas a cobrar". Eu nunca liguei a cobrar. De onde vem essa mensagem? Aliado à não conexão, você tenta fazer a conexão e acontece algum fato, cai a ligação, e não faz a conexão.

Então, a minha pergunta, fugindo, e peço desculpa à V. Exa. e ao Presidente da comissão de estar, nessa pergunta, fugindo ao tema, mas é um tema que abala o cotidiano do brasileiro. O brasileiro está vinculado, hoje, à telefonia celular, e, crescentemente, está acontecendo, na Paraíba, e tenho certeza que poderá estar acontecendo no restante do Brasil, esse agravamento da qualidade dos serviços dessas operadoras. São gigantes multinacionais, mas que, no Brasil, certamente se propuseram a fazer alguma coisa, o crescimento da demanda foi muito grande... Algo se passa, tenho certeza que V. Exa. tem esta informação, até por ser usuário da telefonia móvel. Eram esses os dois questionamentos, e muito obrigado, e parabéns por ter vindo a esta comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Eu pediria ao Ministro Hélio Costa que pudesse anotar as questões, para que, então, nós atendêssemos à solicitação do Senador Cícero e ouvíssemos todos os inscritos. Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, eu inicio me somando ao Senador Roberto Cavalcanti na questão até da expressão que ele usou, do caladão que existe, hoje, na Paraíba. O advento da tecnologia, como V. Exa. mesmo disse, é um instrumento, hoje, de trabalho, de pesquisa, de desenvolvimento, de integração, e, infelizmente, nós estamos passando por esse momento grave na Paraíba, até porque nós estamos escravizados por esse pequeno equipamento que é o celular, que todos nós sabemos da telefonia móvel. E lá, na Paraíba, nós estamos com esse problema gravíssimo, com um agravante: a partir dessa semana, Sr. Ministro, praticamente não se tem voo para a Paraíba, devido ao crescimento turístico da região Nordeste, e, em particular, da Paraíba. Então, vai aumentar ainda mais a demanda desse serviço no final do ano, em todo verão, consequentemente, nós vamos ter agravado essa situação que estamos vivendo. E me preocupou bastante, quando na fala de V. Exa., no projeto de expansão da banda larga, e eu acredito que todos os serviços de comunicação, o senhor, de uma forma muito sincera, colocando o problema na real dimensão, o senhor colocou que precisava da compreensão das empresas para, efetivamente, fazer os investimentos que a demanda, hoje, está estabelecendo. Eu fico bas-

tante preocupado, porque eu indago: seria a compreensão somada com a cobrança do Governo, já que essas empresas são concessionárias desse serviço? Então, era importante nós sabermos da importância que foi da decisão questionada no passado, da privatização desse serviço, e que muitos questionaram, está por demais comprovado que foi acertado a decisão, porque, imagine: se a iniciativa privada, hoje, está tendo dificuldade de fazer esses investimentos, imagine se nós tivéssemos, ainda, dependendo de ação de Governo, de investimento de Governo, que pode até ter, como, aqui mesmo, o senhor sugeriu, com algumas ações de incentivo, de redução de impostos, de aplicação de fundos que estão previstos, principalmente para a universalização desse uso. Então, a minha preocupação é que vamos somar a essa compreensão da empresa com a cobrança do Governo, para que elas cumpram e sejam estabelecidas metas, e elas, efetivamente, sejam cumpridas, porque, como V. Exa. disse, que, até o próximo ano, a 2G tem que estar em todos os municípios, e, mais uma vez, a Paraíba é um exemplo do não cumprimento disso. Estamos distante, na Paraíba, de que a gente possa conseguir ter esse cumprimento dessa legislação.

Então, a minha preocupação é nesse sentido, e, também, que V. Exas., com certeza, já estão cuidando, é no sentido de que a escola, o posto de saúde, o serviço de segurança, tenha a prioridade da prioridade, se assim que pode-se dizer, dessa integração, dessa disponibilização da universalização do uso do 3G. Eu acho que é importante se ter meta, mas não só ter meta, verificar o seu cumprimento, e saber se ele está sendo feito conforme ficou acertado. Eu acho que estabelecer a universalização é fundamental, mas saber se os serviços que, hoje, estão sendo prestados, eles, efetivamente, estão sendo cumpridos. Então, não uma indagação, apenas uma colocação à V. Exa., é que nós possamos ampliar, através do Ministério ou de outra forma, o serviço de cobrança de acompanhamento para o respeito dos cumprimentos da meta. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cícero Lucena, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiro eu queria saudar aqui a presença do Ministro, que é Senador, Hélio Costa, retornando à Casa, como sempre faz todo ano, vem encontrar os colegas e conversar, também, sobre a sua atuação no Ministério, e suas metas, seus planos. Eu acho de grande importância esse plano de banda larga, eu acho que é fundamental para a integração do País. Quer dizer, é a maneira, hoje, mais premente que nós temos para integrar o País, então, é um instrumento fundamental, que tem que ser, realmente, prioridade absoluta, e o Ministério está se empenhando para isso. Não vou me alongar, mas vou só tirar uma dúvida. Ministro, nesse aporte, digamos, no aporte de investimentos que o setor público vai fazer, está incluído essa banda larga que ele acabou de adjudicar agora, que recebeu agora, quer dizer, numa disputa judicial... Então, essa banda larga que o Governo, hoje, dispõe, na edição recente da Justiça, ela faz parte do aporte que o Governo colocar... Aqueles 28 bilhões faz parte desse aporte. E o setor privado vai operar, quer dizer, a última milha, e, naturalmente, alugaria o uso dessa banda larga que o Governo disponibilizaria, para que essa interconexão do país fosse feita para banda larga, no período mais rápido possível. Era só essa dúvida que eu tinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior, e, com a permissão do Ministro, eu complementaria os questionamentos sobre basicamente aquilo que os senadores já questionaram sobre a ação da ANATEL a nível de fiscalização. Me parece que essas indagações a respeito do funcionamento do sistema para o usuário cabe à ANATEL fazer essa ação, e aí eu começo por essa questão para entrar nos Fundos existentes. Nós sabemos que o FISTEL, ele, lamentavelmente, continua sendo usado, quase a sua integralidade, apenas 20 ou 25% dele é que é utilizado pelo Governo, transferido para a ANATEL, para que ela possa cumprir sua missão, que é de fiscalizar o sistema. Ou o valor das taxas cobradas pelo Fundo está acima da necessidade, para o objetivo que ele tem, ou o Governo é o responsável pela não transferência desses recursos, o que pode inviabilizar os serviços de fiscalização. V. Exa., na sua exposição, colocou que o Plano Nacional de Banda Larga e o documento que V. Exa. distribuiu aqui, com o seu projeto, ele traz na capa “O Brasil em Alta Velocidade”. Realmente, é isso que nós queremos em todos os sentidos, não só em banda larga, que o Brasil entre, realmente, na velocidade de crescimento para que possamos, rapidamente, atingir o nível de país de primeiro mundo. Mas, voltando à questão do Plano Nacional de Banda Larga, nas conversas que temos tido, aqui na comissão, em audiências públicas, a necessidade, basicamente, V. Exa. colocou com perfeição isso, isso é questão do investimento, investimento necessário para atingir aquela meta de 90 milhões de usuário, na ordem de 75 bilhões de reais, dos quais 50 bilhões caberiam à iniciativa privada, ou seja, 10 bilhões por ano de investimento, e 19 bilhões, mais ou menos, do Governo. Me parece que, no quadro exposto, grande parte disso vi-

ria por isenções, por incentivos. Aí eu pergunto: esses incentivos passam pela extinção dos Fundos? O FUST, que seria o Fundo utilizado para a universalização do sistema de telecomunicação, lamentavelmente, esse é 100% não utilizado; o FISTEL 75% não utilizável; temos o FUNTTEL também, e as empresas... Não as empresas, aí eu digo, o usuário brasileiro, o cidadão brasileiro é que fica penalizado, porque essas taxas, elas, ditas pagas pelas empresas, elas são pagas no custo da telefonia, na tarifa telefônica. Seja ela fixa ou móvel, ela está embutida, e aí, sim, o acesso, como V. Exa. colocou, fica com tremenda dificuldade, face ao nível de renda do cidadão brasileiro. Então, o caminho que... Eu quero dizer à V. Exa. que compartilho com o projeto apresentado pelo Ministério das Telecomunicações. Acho que o Governo não deve entrar, nós não podemos recuar no processo que nós avançamos. A telefonia avançou ao longo desses 15 anos no Brasil em função exatamente da abertura do sistema para a iniciativa privada, investimentos que foram feitos aqui de acima de 100 bilhões de reais que o Governo brasileiro não teria condições de fazê-lo. E aí, algum tempo atrás, para se ter um telefone fixo, tinha até que declarar no imposto de renda. Era um bem tão valioso que você declarava a linha no seu imposto de renda, como faz com um imóvel. Hoje, é mais barato você instalar uma linha nova do que pedir a transferência da linha que você estaria usando. Então, o Governo já mostrou que não tem capacidade de investimento próprio, até porque tem outras ações que precisam ser feitas, na área da saúde, na área da educação, na área da segurança, onde a iniciativa privada, ela complementa, mas não pode ser a maior parte.

Então, na área da telefonia, não, na área da comunicação, não. Por que nós não usarmos esses recursos, e eu não sei se esse é objetivo que V. Exa. coloca na sua proposta, usar os recursos dos Fundos, os já existentes, ou, senão os já existentes, porque esse aí a Fazenda Nacional dificilmente vai querer abrir mão, mas, pelo menos, os que vieram daqui para frente não como incentivo, mas como investimento para o acesso da banda larga de forma universal a todo o território brasileiro.

V. Exa. fez referência ao meu estado, ao Estado do Pará, que esteve, eu acredito, que tenha sido no município de Belterra, próximo a Santarém, inclusive, a estação de rádio lá, que foi instalada, levou o nome de Pedro Teixeira. Nós fizemos aqui uma sessão em comemoração aos 370 anos da chegada lá, da navegação do rio Amazonas, por Pedro Teixeira, então, isso levou, como V. Exa. colocou, a Belterra, que é um município no oeste do Pará, telefonia de terceira geração com banda larga. Isso, para quem está lá na... Aquele programa que saiu na mídia nacional, que o apresentar da TV Globo, Luciano Huck, foi fazer uma matéria lá, no oeste mesmo, em Belterra, e lá, ele acessou por internet o resto do mundo. Então, ele ficou impressionado com isso, mas isso aí é hoje, ainda, lamentavelmente, uma excepcionalidade para Belterra, e não para toda Amazônia. Então, eu pergunto a V. Exa.: quais os incentivos, e de que forma esses incentivos poderão chegar para diminuir o custo? Basicamente, essa que tem que ser a preocupação do Governo, dar acesso ao usuário, mas aumentar a competitividade entre as empresas do sistema de tal forma que o custo seja acessível a todos os brasileiros. Ministro, o nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho, ele também pede inscrição, eu vou passar a palavra, e o Senador Augusto Botelho.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Não acha preferível respondermos os quatro primeiros?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, com a palavra, o senador e Ministro Hélio Costa, não esquecendo nunca que ele é nosso colega Senador por Minas Gerais.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Bom, em primeiro lugar, respondendo ao ilustre Senador Roberto Cavalcanti, como controlar os investimentos privados na área de telecomunicações, Senador. Devo lembrar que, lamentavelmente, no processo de privatização do setor, em 1997, nós não tivemos uma participação efetiva de grupos nacionais. Parece que, naquele momento, não acreditaram no futuro, não acreditaram naquilo que realmente viria a ser a comunicação no País. E, por essa razão, os grupos internacionais assumiram posições vantajosas, muito importantes dentro do setor de telecomunicações. Para dizer a verdade, até recentemente, quando nós decidimos apoiar a criação de uma grande empresa nacional de telecomunicações, nós tínhamos os grupos internacionais dominando os setores de telefonia no País. Eu espero que, agora, nesta nova fase da comunicação no País, os grupos nacionais já possam estar mais preparados, e acreditando mais no setor de telecomunicações para, realmente, investir no momento em que as frequências são colocadas em licitação, para que a gente possa, realmente, ter uma participação mais efetiva do capital nacional. Exemplo típico vai acontecer a qualquer momento, quando nós estaremos licitando a faixa H de telefonia. E olha o que nós fizemos, o que o Governo fez: essa faixa H de telefonia celular, que vem para complementar o sistema de telefonia celular, ela não pode ter a participação das empresas que já estão explorando o setor. Então, só empresas novas podem participar dessa licitação da banda H. Já é um procedimento importante para a gente poder ter um mínimo

[ininteligível] de controle dos investimentos, chamando para o capital nacional, principalmente, a participação no setor de telecomunicações.

Eu acompanho a situação que está ocorrendo no Estado da Paraíba, ilustre senador, e devo dizer à V. Exa. que, lamentavelmente, os incidentes com telefonia, no Estado da Paraíba, estão diretamente relacionados à construção de estradas no estado, onde, infelizmente, a escavação que se faz para atender o leito da estada, muitas vezes chega exatamente na fibra ótica. Ela bate na fibra ótica, ela bate no cabo, e acaba interrompendo. Essa é a informação oficial que eu tenho, inclusive da Agência Nacional de Telecomunicações. Não necessariamente dentro da cidade, o cabo de fibra ótica é na chega da cidade, quando ele margeia as estradas principais. Ao você mexer no leito das estradas, lamentavelmente, você tocou no cabo de fibra ótica, você paralisou uma cidade inteira. As providências estão sendo tomadas, no sentido de que isso seja corrigido. A própria ANATEL está ciente da situação, o Ministério das Comunicações está ciente da situação, mas essa é a informação oficial. E, para dizer a verdade, Senador, não está acontecendo só no Estado da Paraíba; já aconteceu também no Estado do Maranhão e Estado de São Paulo, onde, infelizmente, as construções acabam levando a essa situação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Ministro.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Pois não.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Permissão. Eu me acosto à informação técnica de V. Exa. porque, sem dúvida, deve ter um embasamento de informação mais precisa. Mas há um outro problema que nós gostaríamos que fosse analisado no tocante à Paraíba, é a doença crônica, não é o colapso. O colapso aconteceu com uma operadora, na qual foi danificado um cabo, porém, historicamente, sequencialmente está havendo um agravamento, e o Senador Cícero Lucena foi muito feliz em fazer o alerta. Isso acontece em Pernambuco, por exemplo, nas regiões de praia, Porto de Galinhas e outros. Quando há a fluência maior de turistas, às épocas de ano, de férias e tal, a telefonia móvel entra em bloqueio absoluto. Então, algo tem que ser feito, alguma... Essas operadoras têm outro local, que estão com uma margem extraordinária, então, elas estão tem que ser obrigadas a dar a essa região costeira, principalmente do Nordeste, uma melhor assistência no cotidiano, e, fundamentalmente, nas épocas de veraneio, no qual o problema se agrava. Mas estou atendido e agradeço às respostas de V. Exa..

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Sem dúvida, Senador, a par desta situação, que nós tendo em que ser real, porque, afinal de contas, a informação é prestada pela própria ANATEL, certamente nós estamos, também, vivendo um momento em que precisamos, sim, de mais investimentos no setor de telecomunicações, na região Norte e Nordeste, por quê? Porque estão sobrecarregadas todas as estações rádio-base. Nós estamos com uma sobrecarga enorme no setor de telefonia celular, todas as regiões do Brasil têm sentido, notadamente, evidentemente, aquelas onde a infraestrutura ainda é a mais modesta. Nós tivemos, recentemente, uma situação grave em São Paulo com a internet, que, praticamente, viveu um verdadeiro apagão. Nós temos algumas situações com alguns estados como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, também com o excesso de demanda de telefonia, você acaba sem ter como conectar, você não consegue. Agora, estas informações que o senhor passa, e, principalmente, o nosso Presidente Flexa, de que você tem, inclusive, informações de retorno completamente equivocadas, isso aí são problemas técnicos, só técnicos, que a empresa é que tem que resolver. E isso nós estamos reportando, ainda hoje, evidentemente, para a ANATEL, porque cabe a ela, à agência, fiscalizar todo esse procedimento e exigir o cumprimento, evidentemente, dos os contratos que são firmados com o próprio Governo para a prestação de serviço, não é?

A outra coisa que eu posso, ainda atendendo ao Senador Cavalcanti, e, depois, ao Senador Cícero Lucena, é para falar sobre o que vai acontecer no futuro próximo, já está, na realidade, encaminhado para acontecer, para resolver essa questão da deficiência da telefonia celular, principalmente na região Norte e Nordeste. É a colocação das novas faixas, das novas frequências, que vão poder atrair outras empresas novas, empresas para disputar o mercado. E sempre na disputa do mercado você tem uma maior participação dos investimentos, e, com isso, uma melhora do serviço. É de se entender que, quando nós colocamos no mercado uma nova faixa de frequência para a telefonia celular, novas empresas vão surgir para melhorar o serviço. Esse é o objetivo da proposta.

Agora, com relação às colocações feitas pelo Senador Cícero Lucena, no fim do ano – e nós já estamos vivendo esse procedimento –, a demanda aumenta muito. Quer dizer, se, normalmente, o telefone toca quatro vezes num dia comum, quando chega no fim do ano, ele toca 10 vezes, ele toca, às vezes, até mais. Então, há, sim, já, uma sobrecarga natural da demanda de fim de ano, e que eu acho que, um dia, certamente, num futuro muito próximo, a gente vai poder chegar num ponto em que as estações rádio-base são capazes de atender a milhares de telefonemas simul-

taneamente, mas, lamentavelmente, nesse momento, nós ainda temos deficiência no setor.

Quando eu me referi à compreensão das empresas, eu estava dizendo, Senador, o seguinte: é porque, quando elas entraram no mercado, elas tiveram uma série de benefícios fiscais, uma série de procedimentos do próprio Governo que queria garantir o retorno do investimento na área de telecomunicações para que elas pusessem o dinheiro necessário para expandir a rede no Brasil que, há dez anos atrás, era muito ruim, ao ponto de, como disse o Senador Flexa, nós termos que comprar telefone, comprar linha, essas coisas todas.

Bom, o que a gente quis dizer com "compensando as empresas" é porque, inevitavelmente, nós vamos ter que trabalhar a redução do custo do minuto do telefone. Isso não tem dúvida. Ainda se paga no Brasil muito mais do que se paga pelo minuto do telefone na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, etc.. A comparação, por exemplo, é com a Índia. Na Índia, o minuto da interconexão, ele custa 2 centavos de dólar; aqui, custa 40 centavos de real, quer dizer, 20 centavos de dólar. É muito caro. Quer dizer, por que é caro? Porque entendeu-se que as empresas tinham este benefício para poder investir na extensão da rede, para poder chegar a todo o território nacional. Bom, agora, nós já estamos, na verdade, na telefonia de terceira geração, ou seja, já cumprimos o compromisso da telefonia de segunda geração. Esses preços têm que começar a cair. Agora, onde que eles começam a cair? Começam nos impostos estaduais, porque, na realidade, o principal imposto que incide sobre a telefonia é 35%, o ICMS, é o imposto estadual.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite-me, ministro. Como V. Exa. imagina que vá fazer uma ação, a nível de um imposto estadual, que representa hoje... Os estados brasileiros, hoje, eles têm 80% da sua arrecadação em cima de cinco áreas. Uma delas é a da comunicação, que representa em torno de... Variando em torno de 15% da arrecadação do Estado. Como é que os governadores vão abrir mão disso para que se possa ter essa redução no custo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Permita-me, ministro, só para complementar: 25% de ICMS sob 40 centavos de dólar são 10 centavos de dólar. Mesmo assim, se tirasse todo o ICMS, o senhor mesmo citou o exemplo de 2 para 30...

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Dois para quarenta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, 2 para 40, tirando todo o ICMS, cairia para 30 centavos, mesmo assim, a diferença ainda fica muito grande. Tem algo mais do que apenas tributação.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: É exatamente o que eu disse anteriormente. Além dos impostos, você tem essa taxa de interconexão. A taxa de interconexão é que realmente trás uma dificuldade muito grande no preço final da telefonia celular. O senhor vai notar na sua conta que, se o senhor ligar de uma empresa para a mesma empresa, o senhor paga quase que o mínimo. Se o senhor ligar de uma empresa para outra empresa, o senhor está pagando uma taxa altíssima de interconexão. Se o senhor ligar para um telefone fixo, já é baixíssima a taxa que o senhor paga. Quer dizer, essas coisas é que precisam ser, agora, regulamentadas, porque tem alguns excessos que podem ser corrigidos. Isso aí tem de ser feito, não é só e exclusivamente o ICMS, que eu sei que tem uma importância muito grande na arrecadação dos Estados, mas, também, a gente tem que levar em consideração que o Estado tem que ver a telefonia não como a galinha dos ovos de ouro, porque, de repente, você mata a galinha. Veja só, se é uma fonte importante da arrecadação estadual, nós temos que levar em consideração que o que mais cresce hoje, entre os serviços de consumo importante, a telefonia é um desses pontos.

Olha só, nesses últimos dez anos, nós fomos de aproximadamente 10 milhões de telefone celulares para 170 milhões de telefone celulares. Quer dizer, então, o Brasil, hoje, é o 5º de mundo em linhas de celulares em funcionamento, quer dizer, é uma coisa extraordinária, Então, se cresce tanto naturalmente, não precisa crescer com o mesmo imposto rigorosamente a mesma taxa. Nós tínhamos 10 milhões de telefones, pagávamos 33%; temos 50 milhões de telefones, 33%; vamos para 170 milhões de telefones, 33%? Tem que haver uma certa organização dessa cobrança desse imposto. Não é isso? Então, essa compreensão que eu me referi foi exatamente isso, é de que maneira nós vamos fazer com que ela continue investindo, e tenha que reduzir forçosamente a sua demanda de cobrança.

O Senador Antônio Carlos Júnior falou sobre o aporte de investimentos que representam as nossas fibras óticas. Realmente, é o mais importante investimento que o Governo coloca, neste momento, para um Plano Nacional de Banda Larga, é o conjunto das fibras óticas, porque isto é de um valor extraordinário. Razão pela qual o Governo insistiu tanto, lutou tanto e colocou todos os seus competentes advogados da União para trabalhar para recuperar os direitos sobre essas fibras óticas, porque elas são, realmente, da maior importância.

Agora, dentro do Plano Nacional de Banda Larga, você vai ver uma coisa que, também, nós estabelece-

mos como fundamental. Todas as vezes que nós tivemos uma obra pública, especialmente nas estradas ou de estradas, vai ficar obrigatório, a partir do ano que vem, você, junto com aquela obra, já botar um cabo de fibra ótica, porque, se você vai fazer buraco, ao fazer buraco, por favor, já bote um cabo de fibra ótica ali, porque, eventualmente, quando você estiver lá na frente, em dez anos, com as estradas todas recuperadas, com novas estradas, com estradas de ferro, e rodagem, etc., ao lado vai ter sempre que ter um canal de fibra ótica que vai ser colocado no momento da construção da estrada, da reparação da estrada, etc..

Eu quero, também, fazer uma observação com respeito à colocação – muito obrigado, Senador, muito obrigado – feito pelo Senador Flexa Ribeiro, com respeito aos incentivos para diminuir o custo da telefonia. E, sobretudo, porque ele se refere especificamente aos fundos setoriais, no setor de telecomunicações, e uma coisa que o Plano Nacional de Banda Larga prevê é que, a partir da implementação do Plano Nacional de Banda Larga, todos os recursos que entram nos Fundos, tanto FUNTTEL, com o FUST, seriam destinados às suas obrigações oficiais. Ou seja, há um compromisso da parte do Governo, e do Presidente da República, de que nós não vamos ter como mexer no passado, no que existe, mas o que, daqui para a frente, for arrecadado, tanto para fiscalização quanto para o setor de universalização, a Fistel também, nós poderíamos empregar dentro do setor exatamente de banda larga. E por que isso é importante? Nós temos de fazer as alterações no marco regulatório, porque o próprio FUST, Senador, e eu vejo várias vezes perguntas que são levantadas, por que o Governo usa o FUST, por que se faz isso, e não faz aquilo? O FUST é um fundo tão amarrado, mas ele é tão hermético que é quase que impossível utilizar, hoje, o Fundo Setorial, é muito difícil, porque ele diz, especificamente, que ele só pode ser usado naqueles locais onde, eventualmente, a empresa de telefonia fixa tiver que investir para cumprir uma obrigação de fazer a universalização, e tiver a certeza de que vai ter prejuízo. Então, feito isso: "Ah, você pode utilizar o FUST". É a única maneira de você utilizar o FUST. Na época que o FUST foi criado, você não tinha sequer banda larga, você... E não identifica banda larga nas ações que o FUST pode cobrir. Você não pode usar os dinheiros do FUST para telefonia celular, não tem como, você não tem, a lei não permite que você use os dinheiros do FUST para telefonia celular. Então, você precisa fazer algumas pequenas modificações na lei geral de telecomunicações, no que diz respeito ao Fundo, para que você tenha recursos para aplicar na banda larga, para aplicar na própria telefonia celular.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Permite-me, ministro. No entendimento de V. Exa., então, para a implementação do Plano Nacional de Banda Larga, vai ser necessário fazer, então, as alterações na lei geral de telecomunicações?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Com absoluta certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sob pena de não ser possível sua implementação?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Eu acho que o plano, ele está em andamento. Na hora que ele estiver pronto e o Presidente decidir como fazer, ele será implementado. Ele pode ser muito prejudicado se nós não tivermos as correções que são necessárias no marco regulatório, notadamente na lei geral de telecomunicações, no que diz respeito à utilização dos Fundos, porque, senão, realmente vai ficar muito difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E essa aplicação desses recursos, eles serão feitos como subsídio às tarifas ou para... no consumo, ou para projetos, como o Governo prevê, da TELEBRAS?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Na verdade, eu preferiria ainda não falar de TELEBRAS, porque é uma decisão que ela depende de uma série de ações ainda, e, principalmente, dos rumos que o Governo vai tomar com relação ao Plano Nacional de Banda Larga, que não está completo, e, conforme eu disse, isso aqui é apenas uma contribuição para o Plano Nacional. Eu não sei ainda qual é a participação que a empresa vai ter, se ela vai, ou não vai, continuar, ficar, ser aumentada ou diminuída. E não quero, definitivamente, fazer qualquer declaração aqui que possa aumentar ainda mais a especulação que tem havido em torno das ações da empresa. Eu acho que seria uma imprudência da minha parte fazer qualquer declaração com respeito à TELEBRAS, nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, no projeto de V. Exa., na proposta do Ministério, esses fundos, eles seriam, então, transferidos para a redução da tarifa para o usuário, ou para investimento das empresas?

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Não, na verdade... Por exemplo, o FUST, ele tem um procedimento, esse procedimento não vai ser mudado. Você tem a elaboração de um projeto pelo Ministério das Comunicações, atendendo alguma demanda que esteja, por exemplo, enquadrado dentro das políticas públicas de comunicação, no caso específico, e neste momento, só, e exclusivamente, universalização, aí você faz o projeto, aprova o projeto no âmbito do Governo, vai à Casa Civil, ao Presidente da República, como nós temos lá oito

projetos aprovados para a utilização dos recursos do FUST. Feito isso, ele é enviado à ANATEL. A ANATEL é que executa o projeto, só e exclusivamente a ANATEL. Ela que determina a execução do projeto, cabe à Agência Reguladora fazer isso, não ao Ministério, não às empresas. Então não existe essa possibilidade de você usar recursos do FUST para diminuir encargos tributários. Isso não vai acontecer. O que vai acontecer é você usar os recursos para fazer investimentos no setor, não sendo universalização aquilo que a lei permitir, tão logo seja feita a modificação, pelo Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao ministro. Vamos ouvir ainda o Senador Lobão Filho e o Senador Augusto Botelho. Senador Lobão Filho, nosso vice-Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, antes de mais nada, eu queria parabenizá-lo, Sr. Ministro, por fazer parte dessa equipe de Governo que está fazendo essa revolução no país todo, principalmente numa área em que a gente pode aferir com tanta tranquilidade os resultados, depois de um período de Governo. Na realidade, nós estamos aqui ao final de um ano, iniciando um ano eleitoral, e, justamente para referenciar esta vossa participação, poderíamos citar como exemplo o acréscimo estratosférico no número de linhas e usuários do serviço de telefonia, para usar o seu próprio exemplo, passando de 10 milhões de cidadãos, por exemplo, ou de linhas de telefonia celular, para 170 milhões, praticamente universalizando o uso do celular para todos os brasileiros. Até aquele brasileiro mais distante e mais carente no interior e no recôndito de qualquer estado está, hoje, com capacidade e habilitado a possuir um celular, portanto a se comunicar com o Brasil e com o mundo. Isso é o resultado claro de uma gestão de Governo, onde V. Exa. é sócio, e eu diria até sócio de ações ordinárias. Portanto, eu acho que isso lhe dá o reconhecimento devido por parte dos eleitores do vosso estado, de Minas Gerais, e eu tenho certeza que isso irá se refletir no próximo ano.

Então, parabéns a V. Exa., como gestor dessa importante área do Brasil, que nós estamos vendo resultados aí. Apesar de termos ainda adequações, de termos que melhorar ainda a qualidade da prestação de serviço, mas é natural que ocorram esses percalços, em função, exatamente, da velocidade com que este universo foi plantado no país. Eu não podia deixar de fazer essa referência, essa justa referência, justo reconhecimento, ao merecimento de V. Exa.

Eu iria fazer uma pergunta e, pelo que eu percebi, o Senador Antonio Carlos Júnior também havia tocado no assunto, que era exatamente sobre a Eletronet. Eletronet que nasceu do sistema ELETROBRÁS, através de cabos aéreos nas torres de de energia do sistema ELETROBRÁS, que vive uma demanda judicial tremenda, um investimento de mais de 1 bilhões de reais, e que a Ministra Dilma colocou como uma meta de Governo a banda larga popular a preço popular para o povo, utilizando exatamente este 1 bilhão de reais que foi investido através da Eletronet. A minha pergunta seria: o sistema TELEBRAS, se unindo ao sistema ELETROBRÁS, na utilização desta rede, que já está implantada e que está insolvente na Justiça, por parte não do parceiro público, mas como parceiro privado, que entrou em insolvência e, portanto, gerando essa demanda judicial que hoje atrapalha a Eletronet, o Sistema ELETROBRÁS, fundindo com o Sistema TELEBRAS, irá dar as reais condições para que o povo tenha, efetivamente, acesso à banda larga, a baixíssimo custo, com boa qualidade, revertendo, assim, eu acho que em um novo momento para o país, inclusive, porque trará ao povo brasileiro, de uma forma geral, acesso à tecnologia de primeiro mundo? Eu acho que é mais uma etapa que o país vive, passa, e mais uma demonstração do bom momento que o nosso país vive. Então, especificamente falando: em que ponto judicial está essa briga da Eletronet, que irá habilitar, eu acredito, todo esse projeto de banda larga que está sendo planejado pelo Ministério de V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sr. Ministro, bem-vindo à Casa. São duas observações que eu quero fazer. A sua ideia de condicionar as licitações das concessões dos grandes municípios aos pequenos municípios permitiu que, lá, em Roraima... Até o senhor entrar aí, nós só tínhamos uma cidade que tinha telefone celular; hoje... Nós somos 15 municípios. Hoje, esse ano, era para vir mais cinco municípios, mas foi instalado em quatro municípios já, sendo que a Claro está devendo ao Município de Alto Alegre. A empresa Claro não cumpriu o prazo de 30 de abril, até agora nem fez nada lá, no local. Então, eu queria só –é um apelo que eu quero fazer a V. Exa. –que V. Exa., em toda a licitação que houver daqui para frente, amarre essa coisa, como o senhor amarrou desse jeito, senão não ia chegar. O ano que vem, se cumprirem os prazos, nós teremos telefone celular em todos os municípios de Boa Vista. E, nesses municípios, nesses quatro mil municípios do Brasil, que tem menos de 25 mil habitantes, os da Amazônia, principalmente, o telefone celular não é só um meio de comunicação, não, ele é um meio de sobrevivência, porque, quando a cobra morde uma pessoa, lá, no meio do mato, ele vai até um local onde tem um telefone.

Às vezes, ele leva um dia para chegar no lugar que tem o telefone. Então, quando tem o celular, ele não leva mais um dia, porque a gente coloca uma antena e pega o celular... Geralmente, a 80 quilômetros do ponto da torre pega. Então, é questão de sobrevivência, Senador Serra. Você fala tanto do Serra que eu já estou lhe confundindo com ele. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sei que V. Exa., mesmo sendo do PT, é um eleitor do Governador Serra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [risos]. Fica encrencando com o Lobão, porque o Lobão elogiou. Mas o Governo está fazendo revolução mesmo, o Governo Lula está fazendo revolução em relação aos pobres, realmente. O celular com acesso a todos os pobres é uma revolução do Governo Lula, que é claro que começou, mas ele continuou implementando. Então, eu queria só fazer um apelo nesse sentido.

Outra coisa importante que V. Exa. tem feito são continuar a implantação de pontos de GESAC. Nos 15 municípios do meu estado, já existe universidade virtual, em locais onde a pessoa só chega de avião, ou tem que... Se for de motor, leva dois dias para chegar. Tem um lugar chamado Caicubi, que se leva cinco dias para chegar, é cidadezinha pequenininha, tem uma escola de cento e poucos alunos. Então, tem mudado isso. Nós já instalamos... O seu Ministério já instalou cento e poucos pontos de GESAC lá em Roraima, mas aí surgiu uma demanda, porque as outras escolas também estão querendo. Então, se prepara, que eu vou chegar com uma demanda de mais umas 50 ou 60 escolas para continuar, para completar, para cobrir todo o estado. E não esmoreça, não, continue sendo duro mesmo com as empresas, porque elas só vão porque são cobradas, senão elas não vão. E eu agradeço em nome dos pequenos municípios. São quatro mil, ministro, que têm menos de 25 mil habitantes aqui, nesse país. Senador Flexa, V. Exa. implicando com o Lobão, ainda agora, eu... [risos] Veja a confusão, tá bom? [risos] Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso aí, Senador Augusto Botelho, é o subconsciente. V. Exa. está antenado com o futuro do Brasil, com certeza absoluta.

Ministro Hélio Costa, eu sei que V. Exa., quando aceitou o convite, nos informou que tinha um compromisso às 10h30. Nós já passamos do horário, mas o Senador Osvaldo Sobrinho está solicitando também, para que possa fazer um questionamento à V. Exa..

Senador Osvaldo Sobrinho.

SENADOR OSVALDO SOBRINHO (PTB-MT): Sr. Presidente, Sr. Ministro e senador, eu, na verdade, nem ia fazer nenhum questionamento, mas, com a palavra do Senador Augusto, resolvi falar, e, depois da canetada que levou do Lobão, também, de falar da revolução, aí [ininteligível]... [risos].

Sr. Ministro, na verdade, esse assunto que levantou aqui o Senador Augusto, eu tive a oportunidade de vivenciar lá em Mato Grosso, agora, nesse final de semana, na cidade de Rio Branco, que é uma cidade de três, quatro mil habitantes, pequenininha. E são duas companhias que pegaram a concessão para lá, nesse sentido da obrigatoriedade. Fizeram nessa cidade aqui, nessa cidade aqui, essa do meio ficou... A empresa que pegou a do meio –não sei se é a Oi, acho que é a Oi –não tomou nenhuma providência, eles estão praticamente isolados do mundo. Então eu queria pedir à V. Exa. se... Eu sei da sua austeridade nesse sentido. Eu sei que V. Exa. é sempre uma pessoa que toma essas coisas com muita responsabilidade, eu gostaria de que alguma providência fosse tomada nesse sentido, para que o Município de Rio Branco, no Estado de Mato Grosso, a empresa cumprisse com a sua obrigação lá, porque eu tenho certeza que ela ganhou a concessão... Ganhou não, foi obrigada, dentro dessa parceria toda. E agradecer à V. Exa. pela vinda aqui, que é muito bom para os seus parlamentares, até para saber das coisas que estão acontecendo, e até porque V. Exa. é um dos membros dessa Casa também. Foi meu colega constituinte, eu tenho muito apreço por V. Exa., e tenho certeza que V. Exa. está fazendo o máximo que pode no seu ministério, apesar da burocracia que existe, muito grande, é um Ministério que não conseguiu ainda se modernizar, e eu tenho certeza que V. Exa. sofre, e sofre muito, com isso, porque é um ministério que... milhares de processos lá, e eu sei que não caminha com a intensidade, com a velocidade que V. Exa. gostaria que caminhasse, mas eu tenho certeza que, ao sair, deverá deixar um legado importante para o Ministério das Comunicações. Parabenizo-o por isso. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro Hélio Costa.

SR. MINISTRO HÉLIO COSTA: Senador Flexa Ribeiro, eu, inicialmente, me referindo à colocação feita pelo Senador Lobão filho, eu diria que só no final de janeiro, depois que o plano for todo sistematizado, com as diversas colaborações, inclusive essa, apresentado ao Presidente da República, e o Presidente, com os seus ministros, seus principais assessores, tomar as decisões, é que nós vamos saber, na realidade, como é que o Plano Nacional de Banda Larga terá sua gestão. Então, nós não sabemos, ainda, neste momento, de que maneira as empresas que estão diretamente relacionadas com a questão, seja do Governo, por exemplo, do próprio Correio, a TELEBRAS, a ELETROBRÁS,

o Sistema ELETROBRÁS, todos esses participantes certamente poderão ter uma participação pequena, média ou grande no setor. Nós não podemos identificar quem vai fazer o que, ainda, dentro do sistema; só posso lhe garantir que o Governo tem condições de fazer a gestão deste projeto, e, certamente, o objetivo é usar todos os meios possíveis para que o custo da banda larga seja diminuído no Brasil. Porque, se você não conseguir baixar o custo, você não tem como universalizar o serviço. Quer dizer, senão vai acontecer exatamente o que aconteceu com o próprio telefone fixo. Vejam só o que está acontecendo: há cinco anos atrás, nós tínhamos, vamos dizer, 10, 15 milhões de telefones celulares e tínhamos 40 milhões de telefones fixos; cinco anos depois, você tem uma explosão do telefone celular, que chega a 170 milhões, e, lamentavelmente, a telefonia fixa continua com os 40 milhões de aparelhos, ou talvez até menos, talvez até tenha caído. Por quê? Porque o custo da assinatura básica é muito alta. Quer dizer, você ainda paga 40 reais por mês para ter um telefone mudo em casa; se mexer nele, custa mais de 40 reais.

Então, o objetivo do Plano Nacional de Banda Larga é fazer com que o serviço chegue ao consumidor final, mas chegue por um preço razoável. Veja só, nos Estados Unidos, na região do Sul da Flórida, por exemplo, você paga 12 dólares por acesso à internet, um mega, e, às vezes, em algumas companhias, oferecem dois mega, por 12 dólares. Isso dá em torno de 20 reais. Quer dizer, como é que você pode pagar 70, 80 reais para ter 512 KBPS? Quer dizer, é um negócio complicado no Brasil, o preço está muito alto. Ele não é acessível para a grande maioria da população. Então, a pretensão do Governo é criar uma maneira de poder fazer com que a internet chegue, também, a todos esses brasileiros que não têm como pagar o preço, atualmente cobrado na internet.

Como é que nós vamos fazer isso? A gente espera poder ter um projeto da seguinte maneira: as empresas, onde elas não chegarem, vai ficar como uma obrigação do Governo chegar. Quer dizer, o Governo é que vai ter que abrir todos os caminhos para que as empresas cheguem. Se elas não chegarem, nós vamos ter que chegar, mas ninguém vai ficar sem o serviço, se é que nós vamos universalizar a banda larga da mesma forma que fizemos com o telefone, ou estamos tentando fazer com o telefone. Conseguimos até a universalização do telefone celular mais do que conseguimos a universalização do telefone fixo. Mas este é o objetivo, este é o projeto, este é, vamos dizer, o sonho, que pode vir a ser uma realidade, mas a baixo custo. Você colocar a internet a custo alto, isso nós já temos, isso não tem a menor dúvida. Nós acabamos de ver que, em todas as observações feitas pelos senadores, meu caro Presidente, nós sempre encontramos o problema onde? Nos estados do Norte e Nordeste, nos estados lá no Noroeste. Quer dizer, os estados mais afastados, onde tem muita dificuldade de chegar com a infraestrutura. Eu disse, no começo da minha fala aqui, que, por exemplo, estados como o Amapá e, certamente, Roraima, do nosso senador, Rondônia, são estados que ainda não têm infraestrutura para atender à demanda da banda larga, larga mesmo, internet de alta velocidade, a não ser que você faça a utilização dos sistemas de satélite, conforme o Senador Augusto Botelho acabou de citar. Quer dizer, nós fizemos isso em Roraima, nós fizemos isso no Estado do Amapá, nós estamos tentando fazer isso no Estado de Rondônia, por quê? Porque não tem outro jeito: ou você faz via satélite, ou não tem como fazer chegar. A nossa expectativa é que essas fibras óticas possam ser o grande instrumento de levar a internet banda larga a esses estados e às comunidades desses estados, que estão totalmente isoladas, do ponto de vista de conexão de alta velocidade. Nós já temos alguns entendimentos, conforme eu citei, também, anteriormente, com a Venezuela, trazendo algumas [ininteligível] do Norte, no caso específico do seu estado. Quando nós estivermos com essas fibras óticas da Eletronet em funcionamento, a gente vai ter condição de realmente expandir esse setor todo. Não é uma coisa que se faz em um ano... Veja só até a posição do Presidente Lula. Quer dizer, com um ano e pouco de Governo ainda pela frente, nós estamos fazendo um projeto que tem um mínimo de cinco anos para implementação. Quer dizer, então não é simplesmente um projeto do Governo Lula, é um projeto para o Brasil, para o Brasil.

Quer dizer, nós estamos iniciando, porque achamos que já passou da hora de nós termos o direito de sonhar com uma ferramenta moderna, importante para a população, que cada dia se torna mais necessária, mais fundamental, e não importa se nós não conseguirmos fazer muito, no espaço de tempo que ainda temos no Governo. O importante é nós deixarmos certamente o caminho para que o próximo Governo possa realmente conseguir chegar a esse sonho.

Da mesma forma, eu queria lembrar o seguinte: que outro importante objetivo da proposta do Plano Nacional de Banda Larga é prestigiar as pequenas empresas, prestigiar os pequenos provedores, prestigiar aquele que tem a sua estrutura dentro da comunidade, na cidade. Porque nós vimos, em diversas oportunidades, o que aconteceu... Nós conseguimos impedir que acontecesse mais ainda, quando interferimos num determinado processo, há três anos atrás, porque, se você deixar, de certo modo, as coisas correrem de uma

forma muito livre, as grandes empresas adquirem todas as concessões e todas as frequências para todas as cidades, mas elas não têm necessariamente que, imediatamente, colocar o serviço em funcionamento. Então, o que a gente quer, também, deixar muito claro é o seguinte: se você, amanhã, como empresa, vai comprar os direitos de fazer o serviço móvel pessoal, numa cidade junto com ele, vai fazer a internet banda larga, não vai ficar naquela de comprar, botar na gaveta e esperar cinco anos e ver se vende para frente, e se faz alguma coisa... Não, tem que fazer, porque, se não fizer em um ano, vai ter que passar para alguém, para fazer. O Governo vai estar preparado com esse Plano Nacional de Banda Larga para fazer isso, dizer: "Olha, se comprou, se você não entrou, se você não botou em funcionamento, nós vamos lá fazer, nós vamos usar aquilo que você tem". Você vai ter que ceder, vai ter que passar para frente, porque senão vai prejudicar a população como um todo.

Eu, mais uma vez, lembro que as reclamações, lamentavelmente, são sempre dos estados que têm ainda maior dificuldade na estrutura nacional de comunicação, notadamente o estado do meu querido amigo Osvaldo Sobrinho, no Mato Grosso. Ele cita aqui a cidade de Rio Branco. Celulares não têm obrigações fixas, essa que é a dificuldade. Quando a gente fala de comunicação no Brasil, a lei impôs uma série de obrigações para as empresas de telefonia fixa. Elas têm que cumprir tais etapas, etc., etc.. Na telefonia de celular, não. Na telefonia celular, o negócio é assim: dá lucro, ele vai e investe; se não dá lucro, ele não tem de ir lá, investir, entendeu? Essa é a dificuldade. Por isso que nós, há um ano e meio atrás, quando autorizamos a frequência de terceira geração, fizemos essa exigência, porque a lei não faz exigências às companhias celulares, mas nós fizemos uma imposição: "Olha, nós vamos autorizar a utilização da frequência de terceira geração, mas você vai ficar com a obrigação de botar o telefone celular simples, aquele que só fala e ouve, em todas as cidades do Brasil". Foi um acordo, mas não é uma imposição, entendeu?

Então a gente também não pode sair atrás da companhia e dizer assim: "Olha, você tem que botar, até 31 de dezembro, o telefone celular em tal lugar". Não, nós vamos conversar com eles: "Olha, tem um entendimento, nós temos um acordo, nós firmamos um compromisso, e nós esperamos que você, certamente, cumpra esse compromisso". Estão cumprindo. Acho que vai passar um pouquinho do tempo que estabelecemos, mas o objetivo final é realmente chegar com a telefonia, no mínimo de segunda geração, a todos os municípios brasileiros. E uma nota final –até quem me ajuda é o meu companheiro Osvaldo Sobrinho –com respeito à burocracia, que, lamentavelmente, existe, sim, no Ministério das Comunicações e outros ministérios. No nosso, um pouquinho mais, porque, infelizmente, conforme nós todos sabemos, no Governo passado, o Ministério das Comunicações foi praticamente extinto. Quando o Governo Lula reinicia as operações do Ministério das Comunicações, nós tínhamos perdido grande parte do nosso corpo de pessoal técnico, nossos engenheiros, nossos advogados... Engenheiros foram para a ANATEL, os outros foram para não sei onde, delegacias foram fechadas em todos os Estados da Federação. Então, nós perdemos a capacidade de analisar rapidamente todos os procedimentos que são encaminhados para o Ministério. Agora, felizmente, nós estamos autorizados a reiniciar as operações nas delegacias estaduais, e, certamente, estamos trabalhando muito para regularizar a situação desses procedimentos administrativos que estão correndo lá há cerca de 10 anos. Mas só para se ter uma ideia, existem 40 mil processos em estudo, dentro do Ministério das Comunicações, que tem 20 advogados, e não tem 15 engenheiros, para cuidar de todos esses 40 mil processos.

Então, nós estamos fazendo o que podemos. A burocracia, lamentavelmente, nos atinge de uma forma muito dura, e nós estamos trabalhando muito para superar essas dificuldades.

Eu quero agradecer muitíssimo ao Senador Flexa Ribeiro, pela gentileza de me convidar para vir aqui, participar dessa última sessão da nossa Comissão de Comunicações, dizer o quanto eu fico extremamente feliz de poder estar aqui, no ambiente do Senado. Eu estou voltando, no máximo, em abril, se Deus quiser, para poder conviver com os Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Mas é sempre motivo de muita alegria poder usar esta Casa para expor as ações do Ministério das Comunicações, para onde fui, muito honrosamente, com o convite do meu Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. Nós temos procurado, de todas as formas, fazer, lá no Ministério, um trabalho que seja voltado para atender ao Brasil, especialmente às regiões que mais precisam. Certamente, nós todos sabemos que, em termos de comunicação, quando você fala de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, tem algumas reclamações, mas não são tantas. Mas, na medida que você vai para o interior, é que você começa a ver a necessidade da presença do investimento, da empresa, do Governo, de tudo aquilo que diz respeito à estrutura de comunicação. Mas o Governo faz um esforço muito grande, e nós temos tido, certamente, um apoio extraordinário da parte do Presidente Lula, que entendeu a importância, conforme coloquei, aqui, no comecinho, da nossa televisão digital, entendeu

muitíssimo a nossa proposta de distribuição dos nossos telecentros por todos os municípios brasileiros, o nosso programa de banda larga nas escolas, junto com o Ministério da Educação, e, agora, certamente, está apreciando a nossa proposta para o Plano Nacional de Banda Larga, juntamente com os outros Ministérios que estão participando da proposta.

Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro; muito obrigado, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e a todos os presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador, Ministro Hélio Costa. Em nome da comissão, eu quero agradecer à V. Exa. por ter aceito esse convite e ter contribuído para que pudéssemos fechar este ano os trabalhos, neste ano, os trabalhos da comissão com uma audiência que enriqueceu a todos nós. O trabalho de V. Exa. à frente do Ministério das Comunicações é reconhecido por todos, não só os seus pares no Senado Federal, mas eu digo todos aqueles brasileiros que acessam, através do sistema, a comunicação como um instrumento de trabalho também, não só de troca de informação. Eu agradeço à V. Exa., até por ter passado do horário que tínhamos estipulado. Eu quero, antes de encerrar, fazer os agradecimentos, mas quero passar ao Senador Lobão Filho, que me pediu a palavra. Se V. Exa. precisar se ausentar, fique à vontade também.

Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Em sendo essa a última sessão desta comissão, eu quero parabenizar a equipe dessa comissão, a Secretária Égli Lucena Heusi Moreira. Quero que fique para registro, aos funcionários Daniela Maia, Michele Alessandra, Ricardo Bastos, Carlos Augustos(F), Josiel Pinto, Irlene Martins, Gustavo Luís(F). Quero fazer o registro de que essa comissão, sob o comando competente, quase sem defeitos, do Senador Flexa Ribeiro, eu digo que quase sem defeitos, porque o único defeito que ele tem é que é da oposição. Fora isso, seria perfeito. Quero dizer que esta comissão conseguiu fazer, ao longo deste ano, 40 Audiências Públicas, trazendo à tona temas importantes, debates importantes que enriqueceram esse Senado e a nossa sociedade, e conseguimos aprovar, nesta comissão, mais de 1000 projetos de decretos legislativos. Eu reputo isso a essa equipe fantástica, competente, que auxilia essa comissão, e coloco já esta comissão –e eu faço parte de quase todas as comissões temáticas do Senado, comissões permanentes –como uma das comissões de maior produtividade desta Casa. Então parabéns à equipe, parabéns ao Presidente, Flexa Ribeiro, e que Deus permita que essa comissão continue com essa competência a toda prova.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Lobão Filho, eu é que tenho a alegria de tê-lo como meu vice-Presidente. V. Exa., como se dizia num programa de televisão, não deixou eu molhar o bico, porque eu ia exatamente, antes de encerrar a nossa sessão de hoje, fazer esses agradecimentos que V. Exa. fez à nossa equipe, que, com certeza absoluta, é a responsável por todo o trabalho que foi aqui desenvolvimento, e também quero agradecer à V. Exa. pela parceria, de forma leal, companheira, que V. Exa. nos ajudou aqui... Eu diria que esta comissão não tem um Presidente e um vice. Tem dois Presidentes, porque V. Exa. nos acompanha permanentemente nas ações, e a todos os senadores que são membros desta comissão. Todos eles, ao longo de todo esse ano de trabalho, eles, com as suas presenças... Não tivemos nenhuma sessão, nenhuma sessão da comissão que não tivéssemos *quorum.* E *quorum* qualificado, porque nossos projetos de decreto legislativo são terminativos, então nós temos que ter votação nominal, e obtivemos em todas as nossas reuniões. Então, quero agradecer o apoio de todos os senadores membros. E agradecer o apoio dos nossos consultores, dos nossos assessores do Senado Federal. V. Exa. citou a nossa competente secretária, a Égli, o nosso quadro de cooperadores da Secretaria... A Michele está se afastando agora. Hoje, é despedida dela, mas por um bom motivo, ela está voltando à sua terra natal para contrair matrimônio. Então, é um bom motivo que deixa a comissão. Mas quero agradecer à Ana Luiza(F), ao Igor, em nome da consultaria do Senado Federal, agradecer a imprensa, a imprensa, a TV Senado, a Rádio Senado, que leva as nossas reuniões a todo o Brasil, e a imprensa, de modo geral, que cobre, aqui, o Senado Federal, em especial a Comissão de Ciência e Tecnologia.

E finalizando, só dar ciência aos membros da comissão de um ofício do Senador Cristovam Buarque, justificando a sua ausência no período entre 14 e 21 do mês corrente, que ele participa da Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas, das Nações Unidas, por indicação do grupo brasileiro da União Interparlamentar, e, em seguida, ele vai fazer uma visita ao local onde se situava a usina nuclear de Chernobyl. Então, esse era o comunicado que eu queria fazer e desejar, ao final, um natal muito santo a todos os membros dessa comissão, a nossa secretaria, aos nossos colaboradores, aos nossos telespectadores da TV Senado, da Rádio Senado, natal de muita alegria, muita paz, e um ano de 2010, Senador Edison Lobão, que vai ser um ano em que nós vamos estar, com certeza, do mesmo lado. Eu tenho certeza que V. Exa. vai somar... O partido de V. Exa. vai estar aliado ao nosso, para que nós

possamos, a partir de 2011, levar o Brasil a um ciclo de desenvolvimento.

V. Exa. fez referências a mim, muito mais pela amizade do que por merecimento, de que eu sou oposição. Eu não sou oposição. Eu, aqui, estou trabalhando como V. Exa., pelo Brasil. Só gostaria de trabalhar com maior velocidade, com maior intensidade, e isso V. Exa. vai nos ajudar a fazer a partir de 2011, sendo parceiro, como o Senador Augusto Botelho, agora há pouco, de forma até... pelo subconsciente dele, deixou vazar a sua preferência, para todo Brasil, através da TV Senado.

Feliz Natal, um ano de 2010 de muita paz, saúde e realização de todos os sonhos de todos os brasileiros. Muito obrigado, até a próxima Sessão Legislativa, em fevereiro de 2010.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2010.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia três de fevereiro de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Valter Pereira, Gilberto Goellner, Marco Maciel e Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Antonio Carlos Junior, Demóstenes Torres, José Agripino e Efraim Morais. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01**: **Projeto de Decreto Legislativo nº 607, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ACITOL –Associação Comunitária Independente de Toledo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 02**: **Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária a Voz do Povo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação de Matões do Norte –MA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão." O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Marau para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 922, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Laurentino para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 932, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Arco-Íris FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e

Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EZR Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Recreativa de Cachoeirinha para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 888, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Educadora de Itanhaém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Planalto de Itapiúna para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará." O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 898, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Saraiva Leão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à AMCAR –Associação dos Moradores do Canto do Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 892, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Gazeta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso." O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é retirado de Pauta, por deliberação do Plenário. Manifesta-se pela abstenção o Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 10

(dez) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 881 de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Pão de Açúcar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Clube de Natércia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Entre Rios de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 832, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Habitacional de Alfenas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Promoção Artística e Cultural de Novo Oriente de Minas –APACNOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 886, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Centro Social de Monte Grave para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Tucunaré Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso." O relator designado, é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RCI –Rádio Comunitária de Iaciara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores de Palestina de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Rio Acimense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington

Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística de Rádio Livre e Jornal Comunitário Vitória dos Moradores do Bairro Cachoeira do Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Santana do Paraíso Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação do Município de Itupiranga –Sociedade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Renato Casagrande, Cícero Lucena e Roberto Cavalcanti requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos e requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Conselho Cultural Educativo Comunitário (CONCEC) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica. com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 941, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo." O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 04: Requerimento nº. 01, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Roberto Cavalcanti, que requer "..., com fulcro no disposto no artigo 40, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, ser designado representante desta Comissão em Missão Oficial junto ao 2º Wind Forum Brazil 2010 – Fórum Nacional para a Geração Eólica, a realizar-se na cidade de São Paulo, no período de 07 a 09 do corrente mês, conforme convite anexo.Ressalto a relevância do tema objeto do encontro e sua pertinência com os assuntos afeitos à área de Ciência e Tecnologia, em especial por tratar de novas fontes de energia limpa e renovável." O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência do relator, as seguintes matérias: **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 535, de 2009, Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 749, de 2009**, **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 838, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e cinqüenta e três minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira**, **Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **FLEXA RIBEIRO,** Presidente da Comissão

de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nessa data, 03 de fevereiro de 2010.

Que sejam as minhas primeiras palavras de desejo a todos os companheiros, membros desta comissão, de um ano de muita paz, muita saúde, sucesso àqueles que vão disputar as eleições em outubro próximo, que sejam todos vencedores, que possam retornar ao Senado Federal, e que tenhamos, apesar deste ano ser um ano atípico, possamos produzir, como fizemos, em 2009, na CCT.

Nós temos vários assuntos que vão ser pautados ao longo dessa Sessão Legislativa, a 4ª da Legislatura, 4ª e última. Nós temos, hoje, 39 projetos de decreto legislativo que diz respeito à outorga e concessão de rádio e televisões. E vamos discutir, trazer para a pauta, evidentemente, assuntos da maior importância para a área das comunicações no Brasil. Eu colocaria aqui pelo menos dois: um, que finalizamos a sessão legislativa passada, meu vice-Presidente, Senador Lobão Filho, com a audiência com o Ministro Hélio Costa sobre o Plano Nacional de Banda Larga, que vamos ter que discuti-lo e chegarmos ao melhor texto, para que todos os brasileiros tenham acesso à internet em banda larga, e a preços acessíveis. Porque a universalização não acontece só quando o serviço é oferecido, ela acontece realmente quando o usuário, todo e qualquer que seja, se beneficia do serviço que lhe é oferecido.

Vamos ter aqui, Senador Gerson Camata, vindo da Câmara Federal, o PL 29. Está tramitando terminativamente na CCJ, já passou na CCT, com um texto que foi consensado lá, que vai tratar da questão da convergência tecnológica. É um projeto que tem a maior importância, e nós vamos, aqui, apensá-lo ao 280, que está tramitando na Casa, para que possamos, então, discutir e tentar, Senador Renato Casagrande, aprová-lo, antes que se iniciei o processo eleitoral. Se preciso, faremos audiências... reuniões extraordinárias, e até com várias Audiências Públicas, para que possamos ter condições de todos os senadores votarem com conhecimento de causa desse projeto, que é importante para a modernização e para a regulação do Sistema Brasileiro de Mídia.

Tivemos, também, ao final de 2009, a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, a CONFECOM. Foi produzido – não sei se os companheiros já tiveram oportunidade de ver – uma montanha de propostas que foram produzidas durante essa conferência. Nós vamos... A intenção nossa é de propor aos nossos membros que se faça um grupo de trabalho para que se estude essas propostas que foram trazidas pela conferência e saber exatamente quais as que nós vamos aproveitar como projeto de lei que venham a melhorar o sistema de comunicação em nosso país.

Então são desafios que nós vamos ter que enfrentar, e tenho certeza absoluta que – como sempre contei, como conto, com a colaboração de todos os membros da CCT –haveremos, com a ajuda de Deus, de darmos conta de mais esses compromissos que temos com a nação brasileira.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal. Dando prosseguimento a esta reunião, passemos aos itens da pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Renato Casagrande .

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Quero solicitar uma inclusão extrapauta de um projeto de lei, Decreto Legislativo 941, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio e Cultura, no município da Serra, executar serviço de radiodifusão no município da Serra. Queria pedir o apoio dos colegas para que a gente possa incluí-lo extrapauta, se V. Exa. colocá-lo em apreciação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande solicita inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo 941, de 2009, que "*aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo*".

Os senadores que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. Aprovado. Será incluído extrapauta, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu vou pegar carona do Senador Renato Casagrande e solicitar a inclusão extrapauta também de dois projetos, o PDL 945/2009, que *"aprova o ato que outorga autorização ao Conselho Cultural Educativo Comunitário para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada",* que é na grande Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e o PDL 946/2009, que *"aprova o ato que outorga a permissão à Radiofônica. com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul.*" Horizontina é a cidade da nossa Gisele Bündchen.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Uma boa informação, Senador Sérgio Zambiasi. O Senador Sérgio Zambiasi submete à apreciação do Plenário a sua solicitação para inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo 945, de 2009, que "*outorga autorização ao Conselho Cultural Educativo Comunitário – CONCEC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul*", e o Projeto de Decreto Legislativo 946, de 2009, que "*aprova o ato que outorga a permissão à Radiofônica.com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul*".

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, os senadores que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu peço aos Senadores Renato Casagrande e Sérgio Zambiasi que, quando forem relatar os projetos da pauta, possam fazer também a inclusão do extrapauta ao mesmo tempo.

Itens 02 e 03 da Pauta. Senador... Para inaugurar a leitura dos pareceres, o nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho.

Item 02 da Pauta. *"Projeto de Decreto Legislativo 829, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DO POVO, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão."*

Item 03. Terminativo*. "Projeto de Decreto Legislativo 830, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE MATÕES DO NORTE, Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão."*

Com a palavra o Senador, vice-Presidente, Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, muito obrigado.

"Projeto de caráter terminativo, Decreto Legislativo nº 829, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DO POVO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olinda, Estado do Maranhão.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 829 não evidenciou violação de legislação pertinente, não havendo reparos quanto a aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela aprovação do ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DO POVO."

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, tem o 3 agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda tem outro?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Edson Lobão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sobre o *"Projeto de Decreto Legislativo nº 830, que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE MATÕES DO NORTE, Maranhão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matões do Norte, Estado do Maranhão.*

Tendo em vista também que o exame da documentação que acompanha o PDS 830 não evidenciou a violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela aprovação do ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MATÕES DO NORTE."

Sendo esses dois os pareceres, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Vamos aos Itens 04, 05, 06, 08 e 09, e mais os Itens 03 e 04, extrapauta. Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Item 04. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL PARAÍSO DOS BALNEÁRIOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaara, Estado do Rio Grande do Sul".*

Item 05. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MARAU, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul".*

Item 06. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 922, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE LAURENTINO, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Laurentino, Estado de Santa Catarina".*

Item 07. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 932, de 2009. Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ARCO-ÍRIS FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul".*

Item 08. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 933, de 2009. Aprova o ato que outorga permissão à EZR COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul".*

Item 09. Terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CACHOEIRINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul".*

Item extrapauta. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 945, de 2009, que aprova o ato que outorga autorização a CONSELHO CULTURAL EDUCATIVO COMUNITÁRIO –CONCEC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul".*

Extrapauta. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 946, de 2009. Aprova o ato que outorga permissão à RADIOFÔNICA.COM MARKETING LTDA. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul".*

Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, para agilizar a análise e votação, todos os projetos já são de conhecimento dos colegas da comissão, e todos os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi, que é um homem de comunicação. O Estado do Rio Grande do Sul o conhece pelo seu trabalho que desenvolve na área de comunicação naquele estado, e tenho certeza que V. Exa. voltará ao Senado Federal nesse processo eleitoral que se avizinha agora.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Agradeço a sua manifestação, Presidente, mas eu prego, no meu estado, renovação das cadeiras, de uma das cadeiras do Rio Grande do Sul, e, por coerência, eu abdiquei, abri mão, mesmo tendo o privilégio de estar, em novembro, na última pesquisa em que foi incluído meu nome, com 61% da preferência dos eleitores do estado. Mas, dentro de um processo de coerência que devemos ter na vida política e na vida pública, eu mantive a minha decisão de não concorrer a esta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A renovação, Senador Zambiasi, se faz por ideias, e V. Exa. tem muitas delas trazidas aqui e a outras comissões que V. Exa. faz parte. E quem está dizendo, então, que V. Exa. deve voltar ao Senado é o povo do Rio Grande do Sul, pelo índice que V. Exa. declarou agora.

Senador Renato Casagrande.

Item 10. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 888, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL EDUCADORA DE ITANHAÉM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo".*

O item extrapauta. *"Projeto de Decreto Legislativo 941, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra, Estado do Espírito Santo".*

Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. Também desejo a V. Exa. um bom retorno aos trabalhos da comissão.

E os dois projetos, Sr. Presidente, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL EDUCADORA DE ITANHAÉM, no Estado de São Paulo, atendeu a todos os pré-requisitos, e o parecer é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente. Assim como, também, é pela aprovação do projeto, a autorização para a ASSOCIAÇÃO RÁDIO E CULTURA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade da Serra.

Cidade da Serra, Sr. Presidente, V. Exa. que conhece um pouco o Espírito Santo, mas é a cidade da região metropolitana, com mais de 400.000 habitantes, é uma cidade importante economicamente, socialmente, lá no município, e a comunicação ainda é deficitária. Então as rádios comunitárias presentes naquele município vão ajudar nessa transmissão de informações, que é fundamental e importante para que a gente possa ter o crescimento das pessoas que passam a receber todo tipo de informação –econômica, social, cultural.

Então, a votação e o voto que eu estou apresentando é favorável à matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande. V. Exa., que dirige com competência a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, eu quero dizer que vamos ter, como sempre, um trabalho profícuo nessa comissão sob a

sua direção, e trazer aqui uma notícia alvissareira: depois de 25 anos, foi concedida a licença para a licitação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, uma usina de grande importância não só para o Pará, mas para o Brasil, que vai gerar 11 mil megas. É evidente que haverá impacto ambiental, mas esses impactos que advirão terão ações mitigadoras, que foram incluídas nos relatórios, e serão obrigação dos executores da obra de as executarem.

E a preocupação nossa, do Pará, que a usina se encontra no Rio Xingu, na região do município de Altamira, é que o Pará também se beneficie, não seja só produtor de energia e exportador de energia, mas que ele se beneficie dessa energia, para que possa alavancar, verticalizar a sua indústria; ao invés de exportar as matérias-primas, que elas possam ser industrializadas em nosso território, e, para isso, é necessário que haja energia para tanto. E, com isso, nós vamos ajudar o Brasil, para que ele possa continuar crescendo, porque sabemos, todos nós, que, se crescer a taxas de 5 a 6% ao ano, como todos nós queremos, nós vamos ter um colapso de oferta de energia, como vamos ter colapso na questão de logística, de transporte, como vamos ter colapso na questão dos portos(F). Então, esses pontos todos precisam ser avaliados e discutidos pelo Senado, e incorporados pelo governo, para que o Brasil possa, efetivamente, ter um crescimento que seja sustentável ao longo do tempo, que é tudo que nós, brasileiros, esperamos.

Itens 11 e 12. Senador Roberto Cavalcanti.

Item 11. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 823, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA PLANALTO DE ITAPIÚNA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará".*

Item 12. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 898, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO SARAIVA LEÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba".*

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se de duas rádios comunitárias: a primeira na cidade de Itapiúna, Estado do Ceará, e todo o processo dentro do Ministério, dentro da Câmara dos Deputados e aqui, no Senado, está concluso, dentro das normas e da constitucionalidade, e nós votamos, no tocante a esta rádio, pela sua aprovação, RÁDIO COMUNITÁRIA PLANALTO DE ITAPIÚNA, Estado do Ceará.

No tocante à segunda proposta, o Item 12, trata-se também de uma rádio comunitária, liderada pela Fundação Saraiva Leão, a ser implantada na cidade de São José do Brejo do Cruz, no nosso Estado da Paraíba. Essa cidade tem sua história iniciada na metade do século 19, com... sua emancipação proporcionou-se no dia 29 de abril de 1994, então é um município relativamente jovem, e sua instalação só deu em 1997. Essa cidade está localizada na região do Médio Piranhas, polarizada pela cidade de Catolé do Rocha, que faz fronteira com o nosso estado vizinho, Rio Grande do Norte. Os municípios de... Belém do Brejo do Cruz fica a 17 quilômetros, e ela está a 480 quilômetros de distância da cidade capital, João Pessoa.

Eu estou falando, dando esses dados, que V. Exa. teve a oportunidade de se estender nas hidrelétricas do Pará, então eu vou ter a condição de me estender no município de São José do Brejo do Cruz, no meu querido Estado da Paraíba, e do estado do meu grande amigo, Senador Cícero Lucena, que deve estar doido para também fazer um aparte para elogiar São José do Brejo do Cruz.

E, na verdade, hoje, ela está administrada por Neidinho, que é do PMDB, e um dos maiores pleitos deste prefeito é, na verdade, a conclusão de uma adutora para resolver um grave problema de abastecimento da água do município. Tenho certeza que o município, com essa rádio, vai ter voz e vai ter vez no tocante ao governo atual, concluir o abastecimento, obra que foi suspensa no governo anterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente... O voto é pela aprovação da Rádio Comunitária Fundação Saraiva Leão, no município de São José do Brejo do Cruz, Estado da Paraíba. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti. A Paraíba é um estado que tem, de todos nós, o maior carinho. Eu, inclusive, lamento de não ter podido ir agora, no mês de janeiro, passar um final de semana lá, para usufruir das belezas daquele estado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não faltou convite.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): O colega de V. Exa. eu tenho certeza que usufruiu das benesses, da beleza da Paraíba, e tenho certeza que tanto o Senador Cícero Lucena, como eu, permanentemente estaremos lhe convidando para que desfrute da beleza da Paraíba.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Já tinha feito, senador. Ele ficou de ir agora, talvez, no mês de fevereiro ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Senadora Marisa Serrano esteve lá e voltou maravilhada não só com o Estado, como com a acolhida que vocês deram a ela, lá na Paraíba. E eu

desejo a V. Exa. também sucesso no processo eleitoral que se avizinha.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, 2/3 do Senado serão renovados, 2/3 dos senadores passarão pelo processo eleitoral, e eu desejo a todos que tenhamos sucesso, inclusive eu próprio.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Reciprocamente, eu digo: para mim, o senhor pode dar desejo; para V. Exa., eu tenho certeza que estará realizando todos os sonhos políticos que desejar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deus há de querer que todos nós tenhamos sucesso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exa., zeloso como é, pediu, há pouco, que eu relatasse o projeto PLS 0608, que está... de autoria do Senador Romeu Tuma. O projeto já está aqui, em condições de ser relatado. Houve uma demora, porque o governo pediu para apresentar algumas emendas, entretanto não apresentou, de modo que, como hoje nós temos uma pauta só de concessões, se V. Exa. aprovar(F) colocá-lo na próxima sessão, eu estou pronto para relatar, com o relatório favorável ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem dúvida. Ele estará na pauta, Senador Gerson Camata, da próxima Sessão Ordinária da CCT.

E eu aproveito a oportunidade que V. Exa. pede essa inclusão, para solicitar aos Srs. Senadores que eu... A secretaria da comissão preparou uma relação dos projetos que se encontram para pareceres serem dados pelos Srs. Senadores, que esses projetos possam ser devolvidos, para que possamos incorporá-los à pauta das reuniões, os projetos de lei do Senado.

Senador Wellington Salgado, relator. Itens 24, 25, 26 e 27.

Item 24. "*Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO CLUBE DE NATÉRCIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natércia, Estado de Minas Gerais".*

Item 25. *"Projeto de Decreto Legislativo 831, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE ENTRE RIOS DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios de Minas, Estado de Minas Gerais".*

Item 26. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 832, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO HABITACIONAL DE ALFENAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alfenas, Estado de Minas Gerais".*

Item 27. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 833, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DE NOVO ORIENTE DE MINAS – APACNOM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Oriente de Minas, Estado de Minas Gerais".*

Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, aproveitando que esse ano vai ser um ano muito corrido, um ano eleitoral, um ano difícil para todos os políticos, porque tem que vir ao Congresso, e também pedir voto, eu vou dar um voto único para as quatro rádios.

Tendo em vista que o exame das documentações que acompanham os PDSs, lidos por V. Exa., não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos de outorgas, lidos por V. Exa., para executar os serviços de radiodifusão nas cidades também lido por V. Exa.. É esse o meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Wellington Salgado. V. Exa. conversava, antes da reunião, com vários senadores, relatando a sua ida à convenção do...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Encontro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O encontro do PMDB, no Rio Grande do Sul, e que trouxe de lá uma experiência bastante exitosa que é feita lá, com relação às reuniões com planilhas a serem preenchidas antecipadamente, pelos vários diretórios dos vários municípios e...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Regionais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Regionais. E que V. Exa. ficou, então, de passar aos seus pares, para que eles possam ter conhecimento e aplicar nas suas bases essa experiência exitosa lá do Rio Grande do Sul, que V. Exa. estava comentando há pouco.

V. Exa. é candidato – que já me foi dito por V. Exa. – a Deputado Federal; poderia vir ao Senado, mas a área está congestionada...

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Bem congestionada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas V. Exa. terá, com certeza absoluta, sucesso como Deputado Federal pela querida Minas Gerais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, na verdade, eu fui ao Rio Grande do Sul, a Porto Alegre, para o aniversário de Pedro Simon. O Pedro Simon completou 80 anos, e eu tive a oportunidade, convidado pelo nosso deputado do Rio Grande do Sul, Eliseu Padilha, que é um homem organizadíssimo, que organiza o partido do PMDB no Rio Grande do Sul, e aproveitei, porque foi nesse dia desse encontro que V. Exa. acabou de citar, e vi como o PMDB do Rio Grande do Sul trabalha. Fiquei impressionado, como conversei com V. Exa., e trouxe as ideias, vou também passar para que V. Exa. também possa usar no seu partido do PSDB. Se bem que eu acho que vou passar depois das eleições, porque, antes, V. Exa. pode organizar também... Nós estamos em lado contrário, mas V. Exa. é meu amigo, eu vou passar. [risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Eu soube que ele está namorando o PMDB, mas... Eu torço até para que o Jader, que é o nosso maior ícone político do PMDB, tente algum acerto com V. Exa., mas só para o Senado, só para o Senado, com V. Exa.. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O PSDB do Pará está aberto para as coligações com todas as siglas políticas, com exceção do PT. Essa aí não temos nenhuma negociação. Mas evidente que o PMDB, ele faz parte dos partidos que estamos conversando, para que possamos compor uma aliança, para que o Pará volte à fase de desenvolvimento e crescimento.

Mas quero dizer a V. Exa. que nós também usamos essa metodologia no Pará, estamos iniciando uma caminhada por todo estado, para ouvir, exatamente como foi feito lá no Rio Grande do Sul, para ouvir as regionais, e para construirmos um projeto, que nós denominamos "O Pará que queremos". Esse é o projeto que queremos ter pronto até o mês de junho, antes da convenção, ou seja, antes do processo eleitoral. Esse é um processo de formação política, que, inclusive, com a chancela do Instituto Teotônio Vilela.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu, inclusive, eu queria deixar claro, porque essa experiência de você sair do estado em que você frequenta politicamente seu partido e ir a um outro estado, e sentir o clima político, que é completamente diferente, muitas vezes. Eu conversava com o Senador Zambiasi que eu fiquei impressionado como a política é feita no Rio Grande do Sul, não só no PMDB, nos outros partidos também, como ela é voltada simplesmente para a questão política. Você vê a discussão política pura e simples, você não vê interesses, pelo menos nessas reuniões que eu participei, interesses financeiros, interesses de cargo, não, é uma reunião aguerrida politicamente, onde o regional vai direto, olho no olho, no candidato dele, reclama, assina documento com os pedidos, antes de ele ser o governador, antes de ele ser o candidato das convenções. Então eu fiquei impressionado com essa situação, e o Senador Zambiasi me falava que isso é comum nos outros partidos também, essa organização no Rio Grande do Sul. Então o Rio Grande do Sul está de parabéns.

Para mim, foi emocionante não só o aniversário do Pedro Simon, 80 anos, não é? Eu vi como o Pedro Simon, ele não é só um senador; na verdade, ele é um formador de linhas políticas no estado. Então fiquei muito impressionado, tenho até aqui, algumas vezes, posições contrárias ao Senador Pedro Simon, mas não poderia deixar de admirá-la, mesmo algumas vezes tendo posições contrárias. Mas ele fez escola no Rio Grande do Sul, um homem com 80 anos. Ele até citou que, com 80 anos, também carregou toda... atravessou o mar... Como é o da história bíblica, que levou o povo hebreu? Moisés! Moisés levou o povo hebreu com 80 anos. Então, ele está começando agora. O Senador Pedro falou que, com 80, ele poderia também carregar um cajado e abrir também o Mar Vermelho lá. Ele falou isso no discurso dele. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Wellington Salgado.

Item 28. Relatoria do Senador João Ribeiro.

Item 28. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 886, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PRAIA NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Praia Norte, Estado do Tocantins".*

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, a cidade de Praia Norte, ela está na beira do Rio Tocantins, uma cidade do Bico do Papagaio, onde a gente, num passado não muito distante, era uma das cidades de

IDH mais baixo do Brasil, uma cidade muito pobre, que fica quase vizinho do seu Estado do Pará, porque fica ali no biquinho mesmo do papagaio, mas fica vizinho do Estado do Senador Edinho Lobão, só divide pelo Rio Tocantins. E lá nós, inclusive, estamos querendo montar um porto seco para distribuir produtos da Zona Franca de Manaus, uma extensão da Zona Franca de Manaus. É um projeto do atual governador, Carlos Henrique Gaguim, de todos nós, não sei se será fácil.

Essa rádio comunitária, portanto, vai ajudar muito na divulgação do trabalho de conscientização da população humilde daquela região, que precisa, Sr. Presidente, de gerar... de empregos e renda. Eu tenho dito, permanente, que a maior ajuda que nós, que os políticos podem dar, é quando ele leva indústrias, que ele gera empregos e renda, que ele dá cidadania às pessoas. E o maior desejo que as pessoas têm neste país, pelo interior do Brasil, é realmente ter um emprego para trabalhar, eu acho que é o momento que você dá maior dignidade às pessoas. Então essa rádio comunitária lá da cidade Praia Norte, que é muito bem administrada pelo nosso Prefeito Gilmar, que é do PMDB, mas é meu amigo pessoal, isso vai ajudar muito a população de Praia Norte.

V. Exa., Senador Flexa, é sabedor do quanto essas rádios comunitárias são importantes, sobretudo para o interior do Brasil, para as pequenas cidades, vilarejos, as comunidades pequenas, isso é um meio de comunicação que a população tem, de apoio cultural. Então é extremamente importante. Por isso faço aqui essa fala, para dizer que, praticamente, quase nem é normal a gente fazer uma fala desse tamanho aqui, quando se trata de uma rádio comunitária, mas para homenagear a população do Bico do Papagaio, do meu querido Estado Tocantins, mas, sobretudo, da cidade de Praia Norte, uma cidade que eu sempre fui muito bem votado, e tenho um carinho muito grande por aquela gente. Obrigado, Sr. Presidente. É favorável o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador João Ribeiro, e quero também propor à V. Exa. todo êxito do processo eleitoral que se avizinha, que tenho certeza absoluta que V. Exa. conseguirá a vitória pelo trabalho desenvolvido a favor do Estado de Tocantins, que é um Estado irmão do Estado do Pará.

Essa cidade, no Bico do Papagaio, faz fronteira, praticamente, com o Estado do Pará, e temos afinidades em projetos, como a questão da Norte-Sul para chegar até Barcarena e Belém, como temos afinidade com a Hidrovia do Araguaia-Tocantins, que são projetos de integração nacional, mas que diz respeito aos Estados, principalmente, do Pará e do Tocantins.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Presidente, ainda para--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador João Ribeiro com a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): --corroborar com V. Exa., só para fazer justiça a V. Exa., essa questão da Ferrovia Norte-Sul, nesse ramal de Açailândia para o Estado do Pará, para Belém, Barcarena, não é, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Barcarena.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): É uma luta pessoal de V. Exa.. Eu tenho acompanhado. Todos os anos, na Comissão de Infraestrutura, a gente coloca emendas ao orçamento para a ferrovia, uma emenda da comissão, que já se tornou tradicional. E eu dizia, desde a primeira vez, quando alguns senadores, naquela época, achavam que não era tanto... uma obra de tanto interesse nacional – e isso é natural, porque as pessoas não conheciam bem essa realidade –, e, hoje, nós sabemos perfeitamente que ela é uma ferrovia de integração nacional, e V. Exa. tem dado uma grande contribuição nisso, sobretudo os paraenses precisam saber disso, da sua luta, que V. Exa. tem travado, inclusive comigo, para que acrescentasse esse ramal, e o governo já mandou fazer o projeto, já está em fase adiantada, e nós teremos, sim, a ferrovia para o seu estado, e isso é uma luta pessoal sua. Meus parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador João Ribeiro. É importante que essa derivação da Norte-Sul, passando por Barcarena, foi uma emenda que eu fiz, e o Senador Eliseu Resende acatou no plano nacional de viação. O Juquinha, presidente da Valec, conversando com ele, ele disse: "*Coloque... A bancada coloque uma emenda para que se possa fazer o projeto, que aí nós licitamos a subconcessão*". Assim foi feito, levei a proposta à bancada, apoio integral, fizemos a emenda, o projeto está sendo concluído, e a licitação ainda ocorrerá este ano, e nós vamos ter a Ferrovia Norte-Sul chegando a Belém, passando por Barcarena.

Senador Marco Maciel, relator dos Itens 22 e 23.

Item 22. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 329, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO COMUNIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe".*

Item 23. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 881, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PÃO DE AÇÚCAR para executar serviço*

de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco".

Com a palavra o Senador, eterno Presidente, Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Senador Flexa Ribeiro, eu gostaria de, em rápidas palavras, dizer que, "*com relação ao Item 22, que autoriza o ato... que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO COMUNIDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe. De acordo com o exame feito pelo relator, nós somos pela aprovação do ato que outorga a autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO COMUNIDADE FM para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".*

Com relação ao Item 23, eu gostaria de mencionar que se trata de projeto que *"aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE PÃO DE AÇÚCAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco. O Voto é no sentido da aprovação do ato que outorga autorização para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados"*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., e desejo sucesso a V. Exa. no processo eleitoral que se avizinha. V. Exa. conseguirá o 4º ou o 5º mandato de senador?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É o 4º.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É o 4º mandato ao Senado, e dois mandatos como vice-Presidente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Exatamente. Muito obrigado a V. Exa., e votos a V. Exa. também de [ininteligível] êxitos em todas as suas atividades políticas, partidárias, e no plano nacional também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado.

Senador Valter Pereira, Itens 30 e 31.

Item 30. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 358, de 2007. Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO TUCUNARÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso".*

Item 31. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2008. Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO DIFUSORA COLÍDER LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso".*

Com a palavra o Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, com as homenagens ao vetusto Estado do Mato Grosso, eu faço a leitura do meu voto, já que o relatório e a análise está disponível para todos os Srs. Senadores.

"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 358, de 2007, não evidenciou nenhuma violação à legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, nossa opinião é pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Tucunaré Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".

Concluído o nosso relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Valter Pereira, e desejo também, como fiz a todos, sucesso no processo eleitoral deste ano de 2010, que V. Exa. tenha o êxito, e, com certeza, terá, pelo reconhecimento do povo de Mato Grosso do Sul, pela sua atividade no Plenário, em benefício daquele estado.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 01, relatoria do Senador Flávio Arns. Solicito ao Senador Sérgio Zambiasi que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 01. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 607, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ACITOL –ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDEPENDENTE DE TOLEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Estado do Paraná."*

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi**.**

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, o parecer do Senador Flávio Arns ao Projeto de Decreto Legislativo 607, de 2009, que outorga autorização à ACITOL –ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDEPENDENTE DE TOLEDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toledo, Paraná, é favorável, e eu o acompanho. É isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Senador Valter Pereira, estou sendo informado, pela secretaria, que V. Exa. só fez a leitura do parecer

do Item 30. Faltou o Item 31. Eu pediria, então, que V. Exa. pudesse fazê-lo.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Fá-lo-emos agora.

Da mesma forma, Sr. Presidente, nós vamos direto à leitura do voto.

"Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 75 não evidenciou nenhuma violação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, nossa opinião é pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Difusora Colíder Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poconé, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados."

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Itens 13, 14 e 15, relatoria do Senador Eduardo Azeredo, que se encontra em missão no exterior, e os Itens 34, 35 e 36, relatoria do Senador Eliseu Resende. Solicito ao Senador Wellington Salgado que possa fazer a leitura dos pareceres.

Item 13. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 835, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à AMCAR –ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CANTO DO RIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Jacaré, Estado de Minas Gerais".*

Item 14. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora da Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais".*

Item 15. *"Projeto de Decreto Legislativo 892, de 2009. Aprova o ato que outorga permissão à EXITUS SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cajati, Estado de São Paulo".*

Item 34. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 586, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL RIO ACIMENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Acima, Estado de Minas Gerais."*

Item 35. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA DE RÁDIO LIVRE E JORNAL COMUNITÁRIO VITÓRIA DOS MORADORES DO BAIRRO CACHOEIRA DO VALE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais".*

Item 36. *"Projeto de Decreto Legislativo 655, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL SANTANA DO PARAÍSO RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Paraíso, Estado de Minas Gerais".*

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, para mim, é uma honra muito grande ser o relator *ad hoc* desses projetos, onde os relatórios foram preparados pelo Senador Eduardo Azeredo e pelo Senador Eliseu Resende.

Para ser bem resumido, todos os... "*Tendo em vista que o exame das documentações que acompanham os PDSs, lidos por V. Exa., de relatoria tanto do Senador Azeredo quanto do Senador Eliseu Resende, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, os relatores opinaram pela aprovação das rádios, das empresas e das rádios, aqui relatadas por V. Exa*". São todos os votos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Wellington Salgado.

Vamos ao Item 19, relatoria do Senador Gilberto Goellner, e solicito ao Senador Roberto Cavalcanti que possa fazer a leitura do parecer.

Item 19. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 891, de 2009. Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV GAZETA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso".*

Com a palavra, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se da renovação de uma emissora de TV, TV Gazeta Ltda. para explorar os serviços de radiodifusão, som e imaginem, na cidade de Cuiabá, Mato Grosso do Sul, uma televisão no Estado de Mato Grosso. Todos os dados, todos os pareceres são favoráveis, e o relator, Senador Gilberto Goellner, também se acostava a essas aprovações. Então o nosso voto é pela aprovação do mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti.

Vamos ao Item 29, relatoria do Senador Efraim Morais, solicito ao Senador Cícero Lucena que possa fazer a leitura, como relator *ad hoc*.

Item 29. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização a CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milhã, Estado do Ceará".*

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pela aprovação, Sr. Presidente, esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Cícero, e desejando, como fiz a todos demais senadores, também sucesso no processo eleitoral que se avizinha, V. Exa. que pleiteia retornar ao governo do seu estado, Estado da Paraíba.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Deus lhe ouça, senador, e obrigado. Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só inclusão da votação de um requerimento extrapauta em relação ao Fórum Nacional para Geração Eólica a ser realizado na cidade de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A solicitação do Senador Cícero Lucena para que seja incluído extrapauta o requerimento de sua autoria, para que seja designado representante dessa comissão, em missão oficial, ao II *Wind Forum Brazil 2010*: Fórum Nacional para Geração Eólica.

Em discussão. Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovada a inclusão, depois discutiremos o mérito do requerimento.

Item 32 e 33, relatoria do Senador Demóstenes Torres, peço ao nosso vice-Presidente, Senador Lobão Filho, que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 32. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 732, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à RCI –RÁDIO COMUNITÁRIA DE IACIARA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iaciara, Estado de Goiás".*

Item 33. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PALESTINA DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palestina de Goiás, Estado de Goiás."*

Com a palavra, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, em relação ao PDL 732, da Rádio Comunitária de Iaciara, o parecer é pela aprovação. E referente ao PDL da Associação Comunitária Cultural Rio Acimense, o PDL 586, o parecer também é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Lobão Filho.

Item 37, relatoria do Senador José Agripino, solicito ao Senador Valdir Raupp que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 37. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 885, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ISABEL ERNESTINA BEZERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte".*

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o parecer do eminente Senador José Agripino, grande líder dos Democratas, é "*pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente Isabel Ernestina Bezerra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Georgino Avelino, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados."* É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Vamos aos Itens 20 e 21. Relator Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Renato Casagrande que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Eu queria aqui, nessa questão do Item 20, eu gostaria de discutir esse assunto, vou me abster de votar, já, inclusive, preenchi a lista como abstenção, mas eu gostaria de relatar a situação desse Item 20, e me absterei de votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Assim será, assim será.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Então eu queria que V. Exa. controlasse de tal maneira que eu tivesse um momento de fazer uma... mostrar algumas situações sobre esse Item 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Assim será.

O Item 20. Terminativo--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Presidente. Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu acho que, como o relator não se encontra presente, e vai ter questionamento, a minha sugestão é que fi-

casse com a presença, já que vai ter debate, ficasse com a presença do relator e do Senador Wellington, a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena, o Item 20, o Projeto de Decreto Legislativo 422, já teve o seu parecer lido pelo Senador Marcelo Crivella.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ok, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então nós vamos só abrir a discussão e a votação.

Item 20. "*Projeto de Decreto Legislativo 422, de 2006. Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Na reunião de 01/03/07, foi concedida vista ao Senador Gilvam Borges que, em 24/08/07, apresentou Declaração de Voto favorável à matéria. Na reunião do dia 05/11/2008, foi aprovado Requerimento de Informação nº 021/2008-CCT, de autoria do Senador Gim Argello. No dia 03 de julho de 2009, recebemos o Aviso 89/2009, do Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando informações referentes à matéria. Na reunião de 25/11/2009, foi concedida vista coletiva, não foram apresentadas manifestações por escrito"..

Item 21. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 802, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araras, Estado de São Paulo."*

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, para relatar, senador, *ad hoc*, o Item 21; o Item 20 já foi relatado, reabriremos a discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Item 20 já foi relatado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, vamos abrir a discussão. Item 21.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Item 21, Sr. Presidente, Associação Comunitária e Cultural Rural de Araras, no Estado de São Paulo, o relatório é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 20. *"Projeto de Decreto Legislativo 422, de 2006. Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Radiodifusão de Sertãozinho Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro".*

Em discussão. Em discussão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): É o Item 20?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 20.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria fazer uma colocação, mas queria que os senhores também tivessem a situação de que esse processo todo dessa rádio... Antes de eu ser senador, de alguma maneira, eu tive alguma participação nessa rádio, alguma participação nesse processo. Então, eu queria que os senhores tivessem o peso dessa declaração que eu vou fazer aqui, agora.

Ao mesmo tempo, quero fazer para que fique registrado no Senado Federal, fique registrado na televisão, porque, entre senadores, a única coisa que vale é a palavra de um senador, que, muitas vezes, tem se desgastado. Então vou contar a história do que eu presenciei, vou contar porque fiz uma consulta ao corregedor, onde eu queria saber se um senador, ao ter informações sobre um determinado assunto, ao esse assunto entrar em pauta, se ele, por ter informações, e para ter a sua consciência tranquila, ele, passando essa informação para os demais senadores, se ele estaria, de alguma maneira, advogando em causa própria ou ferindo a ética do Senado Federal. E eu fui... Me foi passado que, ao Senado fazer uma explanação, ele está passando informações que ele tem aos demais senadores que tenham a sua posição. Muito bem.

Essa rádio, ela entrou no processo de licitação, e, um dia, eu sou procurado por uma pessoa que diz: "Olha, essa licitação foi forjada, e vai sair um resultado assim, assado, assim, assado". Eu falei: "Não é possível, como é que pode acontecer, forjar a licitação?". Muito bem. No dia que se abre o envelope, está exatamente o que a pessoa tinha falado que ia acontecer. Como é de praxe, na época, eu não era senador, estava acompanhando esse processo, a pessoa que era responsável foi lá, botou a observação que ia acontecer isso, tal, tal, tal. Resumindo – era um outro ministro, não era o Hélio Costa antes, tudo mais –, foi validada essa licitação. Tudo bem, foi validada, votou, veio para o Congresso, tramitou.

Calha de eu ser senador, quando essa rádio cai na comissão. O que eu faço? O Senador Flexa foi até o relator *ad hoc*... Eu saio da presidência quando vai relatar – não posso relatar isso –, não voto na hora de votar, aí pede vista, vai e volta. E, resumindo, esse processo está aqui até hoje. Já fui presidente da Comissão de Educação, relatamos várias rádios, vários interesses; já fui dessa comissão também, e nunca misturei as coisas, sempre soube diferenciar. Muito bem.

Na última reunião que teve aqui essa comissão, sobre essa rádio, eu comecei a fazer esse esclarecimento que estou fazendo aqui, agora; no entanto, foi

tirada de pauta. O que acontece? Essa rádio já foi vendida para uma outra pessoa, que não pode ser vendida rádio antes de cinco anos. Quem entende, sabe disso. Ao eu começar essa declaração, como essa que eu estou fazendo agora, os advogados dessa empresa entram com uma denúncia contra mim no Conselho de Ética do Senado Federal. Ou seja, o senador, ao usar a tribuna, ao usar seu posicionamento como senador, ao declarar não votar, como já botei na lista de presença que vou me abster de votar nesse caso, como uma maneira de pressionar um senador que vai falar, faz uma denúncia no Conselho de Ética e diz que o senador falou, falou... "Não, o Conselho de Ética falou que o senador pode falar o que quiser, ele tem o direito à palavra, inclusive para poder ter a sua consciência tranqüila". Muito bem. Arquivou lá, não me meti nisso, acompanhou. Tudo bem.

O que acontece? Uma semana depois de ter arquivado no Conselho de Ética, sai uma nota no jornal, falando que nós tínhamos negado essa rádio, e essa rádio passaria para um grupo da minha família e tudo mais. Quer dizer, coisas que não estão acontecendo, não existe isso, essa rádio está sendo votada aqui, não tem resultado nenhum. Ou seja, uma pressão absurda sobre algo, como que coagindo um senador a não falar o que eu estou falando aqui, agora.

Eu vou me abster dessa votação, o que eu disse aqui é tudo verdade, foi a única vez que eu usei a tribuna para falar alguma coisa nesse sentido. Essas situações que aconteceram, naquele período, no Ministério da Educação, tenho certeza, como faz parte de um grupo grande que estava envolvido nisso, em algum momento, vai vazar essa informação, alguém vai denunciar tudo o que aconteceu, e aí vai ser crime federal, Polícia Federal, e quem fez vai pagar. Porque não tem como você montar um esquema dessa magnitude, porque não é só essa rádio, não, a informação que eu recebi eram mais umas seis rádios. Alguém desse grupo disse que registrou em cartório, antes de abrir os envelopes, o resultado, uma pessoa desse grupo falou que tem, eu não vi mais essa pessoa. Quer dizer, em algum momento vai aparecer isso.

Então eu estou fazendo essa declaração para que fique registrado no Senado Federal o que está acontecendo, para, quando aparecer esse documento, mostrando que é um crime federal, que a Polícia Federal entrar e levantar tudo, que fique registrado esse momento.

Gostaria, inclusive, Sr. Presidente, que, na hora de votar, essa rádio votasse por último, eu gostaria de me retirar, porque eu não quero causar constrangimento nenhum, nem ficar...

Agora, quero dizer o seguinte: eu tenho dois caminhos: ou eu me acomodo, eu me sujeito, ou eu uso o que a lei permite usar dentro do Senado Federal, o seu regimento interno. Eu tenho a consciência tranquila. Não há benefício geral, porque, se isso cair, vai ter que ter outra licitação. Não tem ninguém sendo beneficiado, é assim que funciona o processo. Deu, a Câmara negou, Senado negou, volta, recurso, e, depois, vai ter outra licitação. Então não há prejuízo, o que tiver que ser, vai ser.

Agora, eu não poderia deixar de relatar isso que aconteceu. E a única rádio que eu tenho conhecimento é essa, mas existe um grupo de rádios que, naquele período, no Ministério da Comunicação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Que período?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Foi um período, um período... Eu não sei o período certo, também não vou ficar citando porque era ministro nem da comissão. Está tudo registrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O processo está na comissão desde março de 2007.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Mas é o processo no Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aqui, aqui. No Ministério é antes.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Não, não, aqui não. O processo foi fraudado no Ministério--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu sei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Aqui é o trâmite normal. Aqui ela vem porque passou pela Câmara, passou tudo.

Então esse é o meu relato. Eu quero dizer o seguinte: se for aprovado, vou seguir o regimento, vou colher as assinaturas, levar para o Plenário, vou contar essa mesma história ao Plenário. Ou você se submete, ou você questiona. Eu estou aqui há quatro anos--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, tenho informação da secretaria que o processo é de 2005, do Ministério das Comunicações.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Eu quero dizer o seguinte: já participei... Como presidente, já relatei mais de 500 rádios, 600 rádios, 1.000 rádios. Depois fui presidente da comissão daqui, nunca tive uma situação constrangedora como essa.

Eu pensei muito, eu poderia simplesmente agora não falar, deixar acontecer, mas eu não vou me submeter, não vou me submeter, porque eu acho um absurdo a ironia de quem participou disso, de quem fez isso,

rir na minha cara, como riu, lá, no momento da licitação. Vem usando artifícios para poder constranger as pessoas, notas em jornais, nota em revista semanal. Agora, chegar ao cúmulo de entrar com uma denúncia no Conselho de Ética sobre esse assunto? Algo que eu não participei de votação, deixei sempre... nada. Aí não, aí eu não vou me submeter. Só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Continua em discussão. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Presidente, Renato Casagrande também.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, diante dessa afirmação de um senador nosso, eu creio difícil votarmos esse assunto. Eu sou suplente nessa comissão, mas eu creio que, como suplente, é um direito para mim, eu não me sinto absolutamente à vontade de votar, e, se tiver de votar, como suplente, eu votarei contra. Mas talvez a saída seja um grupo analisar a coisa, conversar com o Senador Wellington, mas não podemos deixar passar em branco essa fala do Senador Wellington. Ele merece o nosso respeito, e o assunto merece a nossa suspeita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cristovam Buarque. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de aqui honrar a ausência do meu líder, Senador Marcelo Crivella, senador pelo Rio de Janeiro, que foi o relator desta matéria, no sentido de dizer que, se algo, porventura, aconteceu, e eu tenho certeza que o Senador Wellington Salgado tem certeza disso, não há por parte do Senador Marcelo Crivella nenhuma informação que o permitisse identificar que aconteceram esses fatos, tendo em vista que os mesmos, se aconteceram, aconteceram fora do Senado Federal, fora do Congresso Nacional, e, sim, supostamente, dentro do Ministério das Comunicações.

Faço essa referência porque o parecer do Senador Marcelo Crivella é pela aprovação, e a responsabilidade desse relatório induz a esse esclarecimento dessa total isenção e total desconhecimento desses fatos, ora denunciados pelo Senador Wellington Salgado. Essa ressalva vem em respeito à ausência do Senador Marcelo Crivella, que é relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu tenha uma... Também já não estou mais seguro de votar a matéria. Então, se tiver de votar, eu também vou votar contra. Se puder não votar, para que a gente pudesse ler efetivamente, entender, ouvirmos o Marcelo Crivella, que foi relator da matéria, é melhor. Mas já foi pedido vista, foi pedido vista coletiva, não tem mais vista. Talvez pudesse--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas o Plenário pode solicitar a retirada de pauta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Talvez pudesse retirar de pauta. Então se é esse o instrumento que a gente tem, eu solicito, então, se houver acordo, proponho que a gente possa retirar de pauta a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, o Item 20, como estamos vendo, é um item que ainda tem polêmica em relação a sua aprovação, e eu acho que os senadores têm que ter todas as informações, para que possam votar, dar o seu voto com tranquilidade. O Senador Renato Casagrande propõe a retirada de pauta. Ele já foi... Já foi concedido vista, já foi pautado e retirado de pauta por várias vezes, mas, regimentalmente, por decisão do Plenário, ele pode ser retirado de pauta, aguardando, então, o Senador Marcelo Crivella, que é o relator, para que ele possa, então, fazer os esclarecimentos que o... sobre as informações que o Senador Wellington Salgado trouxe até aqui.

Os senadores que concordam com a retirada de pauta do Item 20, para que possamos fazer a sua discussão com a presença do relator, Senador Marcelo Crivella, permaneçam como se encontram.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Consta a minha abstenção, por favor, Sr. Presidente. Em Ata, eu quero que conste a minha abstenção nessa votação também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a abstenção do Senador Wellington Salgado, os demais senadores que concordarem com a retirada de pauta permaneçam como se encontram. Aprovado. O Item 20 será retirado de pauta.

Ainda temos... Vou passar a presidência ao Senador Lobão Filho, para poder relatar os Itens 38 e 39, de minha relatoria.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Item 38. "*Projeto de Decreto Legislativo nº 897, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA –SOCIEDADE FM para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará".* Relator: Senador Flexa Ribeiro.

Item 39. Terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2009, que aprova o ato de outorga concessão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará".* Relator: Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra para relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Presidente Lobão Filho, Srs. Senadores.

O Item 38, que trata da outorga a... *"outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA –SOCIEDADE FM para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga, Estado do Pará, o parecer é favorável, desde que não evidenciou violação na legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa".*

Quero só informar aos Srs. Senadores que a cidade de Itupiranga é um município da Região Sudeste do Pará, de grande importância, porque, agora, até junho, devem estar concluídas as eclusas de Tucuruí, que é um sonho dos paraenses também há 25 anos. E com as eclusas vai ser possível retornar à navegação do Rio Tocantins de Marabá até Belém, que ele era navegável, antes da barragem de Tucuruí. Mas, na cidade de Itupiranga, existe a necessidade de fazer um derrocamento, uma retirada de pedregulhos, para que possa ter acesso à navegação durante todos os meses do ano, e, lamentavelmente, o governo ficou preocupado apenas em concluir as eclusas, e agora que está licitando o serviço de derrocagem e de sinalização desse trecho do Rio Tocantins. Ou seja, nós vamos navegar, sim, mas vamos navegar durante um período do ano, da cheia, enquanto esse serviço de derrocagem não seja feito. O prefeito de lá é o nosso amigo Benjamim Tasca, que está no PSDB. Está no PDBD não, ele está no PT.

O item seguinte, o Item 39, que trata do PDS 903, de 2009, da mesma maneira, *"tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 897, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO DE ITUPIRANGA –SOCIEDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itupiranga".*

Não, não, desculpem, estou lendo o mesmo relatório anterior. O Item 39 é para a *"aprovação do ato que outorga a concessão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Portel, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados".*

O município de Portel é um município da Ilha de Marajó, talvez seja a região do Estado do Pará, e do Brasil, um dos IDHs mais baixos. É necessário que haja um projeto, uma ação do Governo Federal, naquele arquipélago, que é o maior arquipélago fluvial do mundo, para que os marajoaras possam ter acesso a melhores condições de vida. Portel é uma cidade industrial, não tinha energia elétrica firme, apesar de o Pará ser um grande exportador de energia elétrica, ainda é a termelétrica, agora está sendo levada a energia de Tucuruí, atravessando para a Ilha de Marajó, beneficiando, inicialmente, Portel e Breves. O município de Portel tem como prefeito o nosso amigo Pedro Barbosa, do PMDB. Os dois pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Tendo sido relatado pelo Senador Flexa Ribeiro, repasso a ele a presidência dessa comissão, mas, antes, gostaria de manifestar minha integral solidariedade ao Senador Wellington Salgado, nesse episódio em que... Colocando sob suspeição os atos e procedimentos da empresa que busca a outorga desta rádio. Não é pressionando os senadores que ela irá conseguir êxito no seu empreendimento. Então, minha total solidariedade a V. Exa, e passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Lobão Filho. Os Itens 16, 17 e 18, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, ele não pôde comparecer à reunião de hoje, solicitou à secretaria que eles fossem retirados de pauta, porque ele gostaria de fazer a leitura do parecer por ele feito. Então, tiraremos de pauta os Itens 16, 17 e 18.

Vamos colocar em votação os pareceres... Em discussão e em votação os pareceres lidos: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, e os extrapauta 01, 02 e 03. Deixamos de fora os três, 16, 17 e 18, de relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior, e deixamos de fora o Item 20, aguardando, então, a presença do Senador Marcelo Crivella.

Em discussão os itens nominados. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria só de fazer uma ressalva no tocante ao Item 38, de relatoria de V. Exa., Senador Flexa. O Item 38 votarei a favor, me acostarei a todos os pleitos de todas as comunitárias, sou defensor das boas rádios

comunitárias, quero que se cumpram os seus objetivos preliminares, porém faço sempre aquela ressalva e da recomendação de que, no DNA do seu nascimento, não tenha... na sua razão social, como esta, que é Sociedade FM como nome de fantasia.

Voto favoravelmente, mas continuo naquela minha pregação na qual já tivemos resposta do Ministério das Comunicações, que nos solicitou que nós fizéssemos um projeto de lei que fizesse com que essas rádios fossem minimizadas, porque se sabe que existem as boas e as más comunitárias: as boas são aquelas que sempre cumprem o regulamento; as más são as que ampliam sua capacidade de potência, e aquelas que adulteram as suas frequências.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., Senador Roberto Cavalcanti, tem voltado sempre a esse questionamento, inclusive já fizemos uma consulta--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tem vários colegas aqui que são--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --uma consulta ao Ministério das Comunicações, pedindo--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eles já responderam.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente. Que não aprove mais rádio comunitária, com denominação de FM ou outras coisas. São processos antigos que estão tramitando aqui.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tenho certeza de que, como se trata de uma rádio comunitária no estado de V. Exa., Estado do Pará, V. Exa. terá o maior carinho de conversar com os gestores dessa rádio, para que os mesmos tenham um comportamento exemplar que outras rádios comunitárias têm.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu gostaria de comunicar ao Senador Roberto que estou relatando um projeto do Senador Renato Casagrande que legisla, exatamente, sobre TV comunitária. E estou incluindo um dispositivo que obriga para as TVs comunitárias, e para as rádios comunitárias, a inclusão, ou seja, torna-se obrigatória a inclusão do termo "comunitária", tanto na razão social quanto no nome fantasia das empresas. Então nós vamos incluir nas duas modalidades, tanto de rádios comunitárias como TVs comunitárias, a obrigação da inclusão do nome "comunitária".

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Parabenizo a V. Exa.. Essa é uma preocupação que não é minha individualmente, do Brasil todo, todas as pessoas que estão no segmento de comunicação entendem essa aberrações que existem em má versão de algumas rádios, e, lá, graças a Deus, são poucas, mas existem, e nós temos a obrigação de enquadrá-las dentro da lei, da norma técnica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti.

Vamos ao voto. Votação nominal. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Como todos os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Apenas para reforçar, Sr. Presidente, com todos os relatores, e o item 20 foi retirado, então não estou votando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi retirado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Mas eu quero que fique tudo bem claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu voto na íntegra, junto com o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. vota...?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Acompanho o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. vota com os relatórios que foram aqui lidos?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É. Como ele ressaltou, salvo o Item 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço V. Exa.. O Item 20 não está em votação.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Como referiu o Senador Wellington.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Acir Gurgacz?

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente, todos os processos, salvo o item 20, conforme assim solicitou o Senador Wellington Salgado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovados por unanimidade, com dez votos.

Vamos ao requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena, que também subscrito pelo Senador Roberto Cavalcanti.

"Sr. Presidente, requeiro, com fulcro no disposto do art. 40-C, do Regimento Interno do Senado Federal, ser designado representante desta comissão, em missão oficial, junto ao II Wind Forum Brazil 2010: *Fórum Nacional para Geração Eólica, a realizar-se na cidade de São Paulo, no período de 07 a 09 do corrente mês, conforme convite anexo.*

Ressalto a relevância do tema objeto do encontro e sua pertinência com os assuntos afeitos à área de ciência e tecnologia, em especial por tratar de novas fontes de energia limpa e renovável."

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, para defender o seu requerimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, esse é um tema que está em pauta nacional, na preocupação da geração de energia no nosso país, inclusive, com os registros do recorde batido ontem de consumo de energia no Brasil, e algo que nos preocupa bastante em função das questões climáticas, o aumento do calor que nós estamos tendo, o aumento do consumo de energia, e, ontem, inclusive, com possibilidade de serem acionadas as termelétricas do nosso país, para suprir a demanda da energia, eu acho que essa comissão tem, sim, um papel importante para acompanhar os debates, as discussões da questão da geração de energias alternativas e renováveis.

Então esse fórum é bastante interessante, já que, esse ano, nós tivemos um leilão, feito pelo Ministério de Minas e Energia, no sentido de aumentar o parque de geração eólica do nosso país, acho que faz presente... a presença dessa comissão é importante, até para que possamos estar acompanhando esse processo que consideramos bastante salutar, pela questão ambiental, mas também como gerador de energia para esse nosso país. E, em particular, nós, que somos do nordeste, sabemos também do potencial de geração de energia eólica, naquela região, gostaríamos, então, de propor que tivéssemos representantes nesse fórum, para que pudéssemos trazer informações para essa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena, V. Exa. tem toda razão. Ainda agora, ano passado, foi feito um leilão de geração de energia eólica, e, pela primeira vez, atingiu, se não me engano, 1.500 megawatts. E isso prova de que, com o avanço da tecnologia, barateia o custo da energia eólica, uma energia limpa, e que vai propiciar a ter como fonte também complementar de energia a energia eólica.

Em discussão o requerimento do Senador Cícero Lucena. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É, eu ,na verdade, me acostei a esse requerimento do Senador Cícero Lucena, em função do reconhecimento da competência do Senador Cícero e do bem que trará à Paraíba termos um senador com essas informações que estarão abordadas nesse fórum.

A Paraíba, hoje, já detém um parque eólico implantado, mas de forma, ainda, não significativa, eu tenho certeza que, no futuro, a Paraíba, pela sua posição geográfica, nós estamos exatamente no extremo oriental, quer dizer, nós somos o primeiro que pegamos o vento no Brasil, e, com certeza, nós teremos, no futuro, uma adicional geração de energia eólica no país gerado pelo Estado da Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado.

Os senadores que tiveram interesse de participar do Fórum Nacional para Geração Eólica, por favor, façam a comunicação à secretaria da comissão, porque é preciso que se tome as previdências com urgência, porque o fórum se realizará de 07 a 09 deste mês, ou seja, já na próxima semana.

Não havendo mais nenhum item em pauta, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, dou por encerrada essa nossa 1ª Sessão da Comissão de Ciência, Tecnologia, Informação, Comunicação e Inovação.

Sessão encerrada às 10h53.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2010.

Às nove horas e treze minutos do dia dez de fevereiro de dois mil e dez, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Junior, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Valter Pereira, Geovani Borges, Gilberto Goellner, Marco Maciel e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Demóstenes Torres, José Agripino e Efraim Morais. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01**: **Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –Código Penal, e dá outras providências. (Dispõe sobre o uso de aparelhos de comunicação, por interno em estabelecimento penal para cumprimento de pena privativa de liberdade)". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer favorável é aprovado com as emendas n.ºs 01, 02 e 03 – CCT. **Item 02**: **Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "Acrescenta inciso ao artigo 240 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente) que dispõe sobre os crimes de constrangimento de menor ou adolescente praticado nos meios de comunicação visual". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável é aprovado com a emenda n.º 01 – CE/CDH/CCT (substitutivo). **Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 935, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Paraíso do Sul –ASCULPAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 936, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier –RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 938, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo/RS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sócio-Cultural Mar Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância, Estado de Sergipe". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 849, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural, Recreativa e Assistencial Sãomateuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão". O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 918, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Tiago para executar serviço de radio-

difusão comunitária na cidade de Bituruna, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 889, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 915, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha, Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 917, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Santo Antônio de Leverger para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Prudente de Morais de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudente de Morais, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moeda, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 535, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural de Poço Verde FM –MHz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 749, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Aquimimo Machado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Basílio, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 838, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura Para São Félix para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 836, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à L.M. Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 852, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montezuma, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores da Região do Além Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 920 de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associa-

ção Beneficente e de Radiodifusão Comunitária Pará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 921, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Iracema, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 943, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiratins, Estado do Tocantins". O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural Liberdade de Goiânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 136, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SJC –Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso". O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 738, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Educacional e Cultural de Carandaí –ACECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carandaí, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 779, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social de Icaraí de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icaraí de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 914, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte". O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a presidência ao Senhor Senador Antonio Carlos Júnior, Presidente Eventual, para relatar o **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 911, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baião, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta, o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Cícero Lucena, Antonio Carlos Júnior, Renato Casagrande e Gerson Camata requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos e requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 939, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Essência Nativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item**

03: Projeto de Decreto Legislativo nº 963, de 2009, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e de Comunicação Voz Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 974, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Capitão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Requerimento nº. 02, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Antonio Carlos Júnior, que requerem "..., nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de analisar e discutir as medidas contidas no Decreto nº 7.037, de 21/12/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos, que se referem aos meios de comunicação. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente Audiência Pública: Sr Franklin Martins, Ministro da Secretaria de Comunicação Social; Sr. Paulo de Tarso Vannuchi, Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH); Sr. Daniel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT);Sra. Judith Brito, Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ); Sr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA)". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 06: Requerimento nº. 03, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cícero Lucena e Antonio Carlos Júnior, que requerem "Nos termos dos arts. 90, 93 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada audiência pública conjunta perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com o objetivo de que sejam esclarecidos os termos, circunstâncias e condições sobre a operação de aquisição da Empresa GVT Holding S/A pelo grupo francês VIVENDI. Sem prejuízo de expedição de outros convites, a critério dos membros das respectivas Comissões, requeiro sejam convidados: a Sra. Maria Helena Santana, Presidenta da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Embaixador Ronaldo Mota Sardemberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; o Sr. Amos Genish, Presidente da GVT Holding S/A; o Representante legal da Vivendi no Brasil; o Representante do Ministério Público Federal". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 07: Requerimento nº. 04, de 2010-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Gerson Camata, que requerem "..., nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite a Sua Senhoria o Senhor Cezar Alvarez, Coordenador dos Programas de Inclusão Digital do Governo Federal, o senhor José Fernandes Pauletti, Presidente da Abrafix e o Senhor Luiz Cuza, Presidente da Telcomp e o Senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardemberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, a comparecerem perante a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em data a ser marcada, para ouvi-los sobre o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)". O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude da ausência do relator, a seguinte matéria: **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2006.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Irlene Martins Pinheiro**, **Secretária Adjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **FLEXA RIBEIRO,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro a aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de fevereiro de 2010.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero dar conhecimento as V. Exas. do memorando recebido na Secretaria, do Exmo. Senador Cristovam Buarque, com o seguinte teor: "*Sr. Presidente, por meus cordiais cumprimentos, informo V. Exa. de que estarei impossibilitado de comparecer aos trabalhos desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, no dia 10 de fevereiro do corrente ano, tendo em vista minha participação em palestra na Universidade de Nantes, sobre*

os desafios na educação. Na École des Hautes Étude en Sciences Sociale*, sob uma perspectiva brasileira, para o desenvolvimento sustentável, além de entrevistas e reuniões do Conselho Científico no Instituto Internacional de Pesquisa, Política e de Civilização na França, conforme cópia do requerimento que encaminho em anexo*".

Também recebido na secretaria um convite para a participação dos membros da comissão, como convidados especiais, no seminário subordinado ao tema energia solar fotovoltaica. "*Assim, gostaríamos de poder contar com sua presença no dia 10 de março de 2010, pelas 8h30 da manhã, no Hotel Catussaba Resort, Alameda da Praia da Guarita, Itapuã, Salvador. Agradecemos, desde já, a atenção dispensada, certos de uma resposta positiva".*

Os senadores que tiverem interesse em participar desse seminário sobre energia solar fotovoltaica façam o encaminhamento à secretaria, pois o convite pede confirmação da presença até o dia 17 de fevereiro próximo.

Ofício do Senador Cícero Lucena, com o seguinte teor: "*Sr. Presidente, com meus cumprimentos, informo V. Exa. minha desistência de participar do evento dominado Wind Forum Brazil 2010, segundo fórum nacional para a geração eólica, no período 08 e 09 de fevereiro do corrente ano na cidade de São Paulo, que foi objeto de requerimento aprovado nesta comissão, devido ao elevado custo de inscrição cobrado pela empresa promotora do evento, o que oneraria desnecessariamente esta Casa*".

Senador Cícero, V. Exa. desistiu de participar desse evento em função da inscrição, por parte da empresa promotora, para a participação de membro da Comissão de Ciência e Tecnologia.

V. Exa. agiu corretamente. Acho que esses eventos que tratam de assuntos de maior interesse para a nação, como é o caso desse de energia de geração eólica, deveria haver, por parte dos promotores, um convite para que membros da comissão pudessem participar e, até com conhecimentos adquiridos, ter possibilidade de apresentar projetos que venham a agilizar a utilização dessa energia limpa aqui no Brasil.

Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, muito menos pelo valor cobrado da taxa, mas mais pelo respeito a esta Casa, que é quem honra qualquer evento ou qualquer encontro que tenha a presença de um senador, porque as matérias, a legislação é discutida, elaborada, feita por esta Casa, o Congresso Nacional e também conjuntamente com o Senado, que parte do Congresso.

Então, eu senti que o evento era mais um evento de interesse de arrecadação de inscrição do que mesmo de discutir o tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Comuniquei as V. Exas., ainda há pouco, um convite para outro evento, também de energia limpa, que é a fotovoltaica, com convite, sem taxa de inscrição.

Não havendo mais nenhum comunicado a ser feito, vamos à nossa pauta do dia.

Item 1 da pauta, PLS 06/2008. "*Altera dispositivo do Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, e dá outras providências. Dispõe sobre o uso de aparelhos de comunicação por interno, em estabelecimento penal, para cumprimento de pena privativa de liberdade*". Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Gerson Camata.

A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o relator, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o relatório escrito está na página 15, à disposição dos Srs. Senadores.

O Senador Romeu Tuma, que é um policial aposentado, foi diretor geral da Polícia Federal, entende do assunto, apresentou um projeto muito interessante sobre o uso do celular nos presídios.

Ele alega, e isso aconteceu em Vitória recentemente, quando se colocou o bloqueador na penitenciária, todo o bairro vizinho ficou bloqueado. Quer dizer, então, se prejudicam todas as pessoas que moram ou que tenham a infelicidade de morar perto de um presídio. Então, ele propõe, então, um aumento da pena de um terço.

Logo no início, o Ministério da Justiça manifestou desejo de colocar algumas emendas, mas, agora, eu recebo a informação de que uma nova redação que eu dei, não é substitutivo, o projeto continua sendo, eu sou contra o substitutivo, porque o Senador Romeu Tuma diz o seguinte: "*Usar o aparelho dentro da penitenciária ou dentro do estabelecimento prisional*". E eu ponho o seguinte: "*Utilizar, guardar, trazer consigo, fornecer sem autorização, dentro do estabelecimento penal, aparelho telefônico*". Ele havia colocado apenas celular, mas "*aparelho telefônico, aparelho de rádio, aparelho similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo, com o fim de planejar ou cometer delitos: reclusão de dois a cinco anos*".

Quer dizer, então, o agente penitenciário, a pessoa que ajuda a introduzir o telefone, aquele que pode usar, todos eles acabam sendo cominados com a pena prevista pelo Senador Romeu Tuma; com um agravante,

eu acrescentei um Parágrafo Único, dizendo o seguinte: "*Se o crime é cometido por funcionário público, a pena é aumentada de um terço*".

Então, com isso, atendeu até aquilo que o Ministério Público da Justiça esperava, porque, também, lá na Comissão de Justiça, há outro projeto similar, ao qual esse será apensado.

Então, eu queria pedir aos companheiros o voto favorável a esse relatório e à emenda que eu apresento, que está na página 17, ampliando para o telefone comum, telefone celular, telefone, rádio, e ampliando a pena não só para quem o usa, mas quem o transporta, quem o leva, quem o tem e quem o introduz; e, se for funcionário público, aumentando de um terço.

É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabenizo V. Exa. Senador Gerson Camata. Esse é um problema que é recorrente, V. Exa. mesmo disse que, na Comissão de Constituição e Justiça, já discutimos amplamente o projeto, inclusive, eu cheguei a relatar um deles, e a solução que, naquela oportunidade, em função de audiências que foram feitas, era de colocar o bloqueador e que haveria tecnologia já, no mercado, que não afetaria os aparelhos no entorno da casa penitenciária, mas V. Exa. deu um exemplo de casos lá do seu estado, em que houve realmente essa interferência.

No caso, aqui, o Senador Romeu Tuma, ele propõe que seja aumentada a pena para quem use, e V. Exa. coloca também para quem o guarde ou tenha sobre ou forneça, quer dizer, faz, traz uma dificuldade maior. Eu acho que é louvável o relatório de V. Exa. e coloco em discussão.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu cedo a palavra ao nobre Sérgio Zambiasi, que ele pediu primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi, por deferência do Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu, casualmente, Presidente Flexa Ribeiro, recebo um e-mail de um mestre, doutorando em direito, professor universitário da disciplina de direito penal de Santa Catarina, Dr. Flamarion Santos Schieffelbein, e ele faz um alerta interessante. Aqui eu percebo que se mantém algo que talvez necessite ser suprimido.

Ele nos alerta que o art. 354ª, ele fale em utilizar, guardar, trazer consigo, fornecer sem autorização, dentro de estabelecimento penal, aparelho telefônico de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo, com o fim de planejar ou cometer delitos.

Pois bem, o que nos alerta este mestre, este professor? Ocorre que, se fizermos uma análise literal do texto, chegaremos a uma conclusão de que a infração penal somente se consumirá se o objeto, rádio, aparelho celular for utilizado com o fim de planejar ou cometer delitos; fora isso, o preso poderá utilizá-lo para conversar com seus aparentes e amigos, sem que venha a cometer crime, e, sim, uma falta grave, nos termos do art. 50, inciso VII, da Lei 7.210/84, Lei de Execuções Penais.

"*A redação da forma como está* – diz o especialista – *propiciará aos advogados de Defesa de seu cliente desclassificar um crime para uma falta grave, falta administrativa, quando não ficar provado, diante interceptação telefônica ou prova testemunhal, que o uso do aparelho foi com o objetivo de praticar o crime. Isso posto* – diz aqui o mestre –, *sugiro alterar a redação, de forma que o preso incida no tipo penal do art. 354ª, mesmo que não seja com o fim de planejar ou cometer delitos.*"

Eu não sou especialista na área, não sou advogado, não tenho base suficiente para discutir tecnicamente esse tema, mas, vindo de um mestre, professor de direito, achei importante apresentar aqui à comissão, para análise.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti. Para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu parabenizo o Senador Sérgio Zambiasi, porque o gesto de fazer com que ele falasse primeiro permitiu que o que eu iria falar fosse ilustrado de forma técnica. Eu iria, de forma leiga, fazer exatamente essa mesma abordagem. Eu tinha aqui grifado, com o fim de planejar ou cometer delitos, e, na lei, e os advogados vivem do preciosismo da lei. Quando tem uma entre vírgula em alguma coisa, se possa ser suprimido, eu sugeriria ao relator que suprimisse exatamente esse complemento, porque esse complemento vai dar aos advogados a chance de, desde que não seja caracterizado que o uso foi para cometer delito, o presidiário pode utilizar esse telefone à vontade e flagrado, está dizendo: "Eu estou namorando com alguém, eu estou ligando para minha mulher, eu estou ligando para meu filho". Ficará sempre um álibi no bolso da algibeira para poder se garantir de um eventual cometimento de crime.

Então, eu parabenizo essa ressalva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata, como relator.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas que maravilha! Sr. Presidente, o senhor veja como é interessante a TV Senado, e as pessoas acompanhando. Quer dizer, lá de Santa Catarina, o Flamarion Santos

Schieffelbein, que é um professor de direito, mandou ao vivo uma emenda que eu vou acatar, retirando a expressão "com o fim de planejar ou cometer delito".

Obrigado a ele e obrigado ao Sérgio Zambiasi, que trouxe aqui essa ilustração, que havia me escapado na redação feita aqui, na emenda feita ao projeto do Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão, o sistema de comunicação do Senado, ele permite que a sociedade brasileira participe também das reuniões; essa interação, e isso será muito mais real, *on-line*, vamos dizer assim, quando estiver digitalizada, porque aí pode haver, inclusive, a troca de informações em tempo real.

Então, eu quero agradecer ao *best* do direito lá de Santa Catarina, que, de forma responsável, ele encaminha uma observação a respeito de um parecer de um projeto importante, que está em pauta, e faz com que se faça uma correção da maior importância, porque, do jeito que realmente estava, haveria essa gincana de fazer com que... "Não, eu estou usando o aparelho, mas não é para fins criminosos, para falar com meu filho", mas estava com o aparelho em mãos.

Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Flexa e ao Senador Camata, que acolheu, e veja como a cidadania se exercita de forma absolutamente transparente nas ações aqui do Congresso, aqui do Senado e da nossa comissão.

Exatamente foi... Eu recebi esse alerta, essa sugestão do Professor Flamarion, que não conheço ele, ele é de São Miguel do Oeste, Santa Catarina, ontem pela amanhã, e, ao receber a pauta e encontrar no primeiro item este projeto, eu entendi de apresentar aqui à Casa e ao relator esta sugestão desse professor universitário da disciplina de direito penal, que está atento ao que o Congresso debate, ao que o Congresso discute-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): À tramitação dos projetos no Senado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E a tramitação dos projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu queria propor, Senador Zambiasi, que nós, pela comissão, todos os membros, em nome da comissão, nós pudéssemos encaminhar o ofício ao professor, agradecendo a atenção dele, até para que sirva de exemplo para que outros brasileiros possam também participar das nossas sessões e ter a oportunidade de enriquecerem a discussão e os projetos que por aqui tramitam.

Ainda em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocá-la em votação, com a retirada, supressão da expressão... Eu pediria ao Senador Gerson Camata que lesse o que é que será retirado do seu parecer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, a redação original, que eu havia apresentado, é "*utilizar, guardar, trazer consigo, fornecer sem autorização, dentro de estabelecimento penal, aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outro presos ou com o ambiente externo, com o fim de planejar ou cometer delito*".

A sugestão muito importante, dada pelo professor, é: eu retiro, então, a expressão "com o fim de planejar ou cometer delitos", que abre uma brecha, conforme ele disse, para os advogados de defesa dizerem: "Não, ele estava falando com a vovô". E aí ele não cometeu o crime, então, essa expressão eu sugiro e solicito aos companheiros que seja retirada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, em votação o parecer, com a supressão da expressão que foi lida pelo Senador Gerson Camata.

Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 2 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 81/2005. *"Acrescenta inciso ao art. 240, da Lei 8.069, de 13 de julho 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os crimes de constrangimento de menor ou adolescente praticados nos meios de comunicação visual*." Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves.

A informação que eu tenho, aqui, da Secretaria, é de que o relator é o Senador Sérgio Zambiasi.

Acho que foi redistribuído, Senador Zambiasi, para V. Exa.

Então, há um... A matéria foi apreciada pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, tendo parecer favorável, na forma de substituto apresentado.

A matéria é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Sérgio Zambiasi, como relator da matéria.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, efetivamente, essa matéria foi redistribuída, e eu fui designado o relator substituto, e, efetivamente, este projeto o Senador Crivella recebeu já parecer favorável nas comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos de substituto apresentado pelo relator na [ininteligível], Senador João Ribeiro.

E, após todos os exames, mesmo entendendo que o Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê proteção às... Especialmente às crianças nesses casos,

nós entendemos que pode haver o aperfeiçoamento proposto pelo Senador Crivella, acompanhando, claro, os aperfeiçoamentos apresentados no substituto do Senador João Ribeiro.

Por essa razão, nós estamos dando parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parecer favorável do Senador Sérgio Zambiasi ao Projeto de Lei do Senado 81. Em discussão.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Acredito que o espírito do Senador Crivella seja exatamente evitar a exposição de menores a cenas, como está aqui referida, cenas pornográficas, de sexo explícito ou vexatória, que está no art. 240 do Estatuto.

Eu tenho certeza de que o espírito do Senador Crivella foi inteiramente absorvido pelo relator e tenho informações, tendo em vista que o Senador Crivella é nosso líder no PRB, de que a relatoria feita pelo Senador Zambiasi atende plenamente ao espírito do projeto do Senador Marcelo Crivella.

Então, eu acho que nós temos que nos acostarmos, todos, ao relatório explicitado pelo Senador Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com o parecer do Senador Sérgio Zambiasi ao Projeto de Lei do Senado nº. 81 permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, só pela... Apesar de o Item 1 já ter sido votado—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Flávio Arns. Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): --eu gostaria só de indagar ao Senador Gerson Camata, para esclarecimento, porque, no Item 1, coloca-se que é reclusão de dois a cinco anos, e nós estamos falando de pessoas que já estão presas e que porventura venham a se utilizar de telefone celular, quer dizer, isso não seria realmente agravamento da pena, conforme o projeto original do Senador Romeu Tuma?

Porque aí o que foi colocado, na emenda aprovada pela comissão, foi de que "utilizar, guardar, trazer consigo, fornecer", isso é para quem está eventualmente visitando a prisão, aí haveria reclusão, mas, para quem na prisão se utilizar disso, que é o objetivo do projeto original, haveria o agravamento da pena, não é nesse sentido?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Bem, eu entendo que ele apenas seria acrescentada dessa...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Seria acrescentada.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O termo jurídico seria agravamento?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, seria acrescentada, mas só que aqui coloca-se: Pena –reclusão de dois a cinco anos; na emenda aprovada, não é? Só que ele já está preso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então, ele pega mais de dois a cinco anos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Porque o projeto original, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camarta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): --preso. Minha emenda é quem leva, quem conduz, quem possui e, se ele for funcionário público, ainda agrava de um terço.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Ah, está certo. Então, além do artigo do Senador Romeu Tuma, foi acrescentado, nessa outra emenda, mais um artigo ao Projeto de Lei? Está bem, obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pelo que o Senador Flávio Arns busca compreender é que V. Exa., Senador Camata, acrescentou ao projeto original do Senador Tuma, que já previu o agravamento da pena. Ok, então.

Vamos aos itens terminativos. Nós temos, por solicitação do Senador Sérgio Zambiasi...

Senador Sérgio Zambiasi com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, eu solicito a inclusão extrapauta do PDL 939/2009. "*Aprova o ato que outorga a autorização à Associação /comunitária Essência Nativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Rio Grande do Sul.*" PDL 962/2009. "*Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviço profissional, comercial de radiodifusão sonora em frequência modular na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.*" PDL 963/2009. "*Aprova a autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Comunicação Voz Amiga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé*", fica lá na fronteira de Rio Grande com o Uruguai. E projeto de Decreto Legislativo 974/2009, que "aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural Comunitária de Capitão, que fica no Vale do Taquari, para

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Rio Grande do Sul".

São esses quatro projetos, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi solicita inclusão extrapauta dos projetos que ele citou há pouco, o PDL nº. 939/2009, PDL 962/2009, PDL 963/2009 e o PDL 974/2009.

Os senadores que concordam com a inclusão... PDS... Os senadores que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos aproveitar, Senador Sérgio Zambiasi, V. Exa. vai ser o primeiro relator dos itens terminativos e V. Exa. irá relatar os itens 3, 4 e 5 e mais os quatro itens extrapauta. Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pediria, também, já que foi pedida a inclusão extrapauta, a inclusão de requerimento de nossa autoria, no sentido de que a Comissão de Assuntos Econômicos, foi pedida uma Audiência Pública para discutir a compra da Telefônica GVT, e nós gostaríamos de propor que fosse feita uma reunião, Audiência Pública conjunta, com a participação desta comissão, também, e o requerimento se encontra na mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem dois requerimentos sobre a mesa: é o da CVT (sic)-–

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): E também o pedido da audiência pública, para que seja discutido o Plano Nacional de Direitos Humanos, o decreto que criou o Plano Nacional, também outro requerimento de minha autoria, para que fosse incluído extrapauta.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria propor, com todo o respeito ao nobre Senador Cícero Lucena, que esse pedido de convocação, o convite para a Ministra Dilma falar sobre os projetos direitos humanos fosse preenchido pelo Ministro da Justiça, tendo em vista que esse projeto não foi elaborado na Casa Civil, e, sim, no Ministério da Justiça. Então, eu faço apenas essa ponderação.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu acredito que isso caiba no momento da discussão do requerimento; por enquanto, meu pedido é só a inclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, sobre a mesa os requerimentos de autoria do Senador Cícero Lucena. O primeiro, que "*requer, nos termos dos arts. 90, 93 e 113, do Requerimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta, perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, comunicação e informática, CCT, e Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, com o objetivo de que sejam esclarecidos os termos, circunstâncias e condições sobre operações de aquisição da empresa GVT Holding SA pelo grupo francês Vivendi.*

Sem prejuízo de expedição de outros convites, a critério dos membros das respectivas comissões, requeiro sejam convidados: a Sra. Maria Helena Santana, presidente da Comissão de Valores Mobiliários, CVM; o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; Sr. Amos Genish, presidente da GVT Holding SA; o representante legal da Vivendi no Brasil; o representante do Ministério Público Federal."

E o segundo requerimento: "*Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta comissão, com a finalidade de analisar e discutir as medidas contidas no Decreto 7.037, de 21/02/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos, que se refere aos meios de comunicação. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência: Sra. Dilma Rousseff, ministra chefe da Casa Civil; Sr. Paulo de Tarso Vanucci, ministro de estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Sr. Daniel Slaviero, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT; Sra. Judith Brito, presidente de Associação Nacional de Jornais; Sr. João Carlos Saad, presidente da Associação Brasileira de Radiodifosores, ABRA*".

Nós estamos votando na inclusão só, depois, vamos discuti-lo. Sim, nós estamos agora-–

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Se o autor, Senador Cícero Lucena, concordar, incluir--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Antonio Carlos Júnior, nós não estamos discutindo o mérito, nós estamos discutindo a inclusão; na discussão do mérito, faremos isso.

Em discussão a inclusão dos requerimentos do Senador Cícero Lucena, lidos agora.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero apenas esclarecer que o Ministro Vanucci já está convocado, pela Comissão de Relações Exteriores, para falar sobre esse projeto polêmico e que ele falou que, se tivesse alguma alteração, ele sairia do cargo; já teve alteração, e ele saiu, mas ele já está convocado para uma audiência na Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me parece, Senador Azeredo, como o PNDH 3 é um projeto amplo, em que ele abrange várias áreas, cada comissão está querendo discuti-lo no âmbito da sua comissão. Então, aqui, nós vamos discutir o que cabe no PNDH 3, sob comunicação; lá na Comissão de Relações Exteriores, deve ser sobre a questão de relações exteriores ou defesa nacional. Acredito que seja isso.

Então, em discussão. Não havendo quem queira discutir, aprovada a inclusão em pauta dos requerimentos.

Vamos aos itens terminativos. Senador Sérgio Zambiasi.

O Item 3, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo nº. 935/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural Paraíso do Sul, ASCULPAR, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso do Sul, Estado Rio Grande do Sul.*"

Item 4, terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo nº. 936/2009; aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier, Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.*"

Item 5, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo nº. 938/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Agudo, Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Agudo, Estado do Rio Grande do Sul.*"

E os extrapauta, os itens extrapauta, por favor, o texto.

Primeiro item extrapauta. "*Projeto de Decreto Legislativo nº. 939/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Essência Nativa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Engenho Velho, Estado do Rio Grande do Sul."*

Item 2, extrapauta. "*Projeto de Decreto Legislativo nº. 962/2009; aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul."*

Item 3, extrapauta. "*Projeto de Decreto Legislativo, terminativo, nº. 963/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e de Comunicação Voz Amiga, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*"

Item 4, extrapauta. "*Projeto de Decreto Legislativo, terminativo, nº. 974/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural Comunitária de Capitão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão, Estado do Rio Grande do Sul.*"

Com a palavra Senador Sérgio Zambiasi, para a leitura de seus pareceres.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha os PDSs relacionados por V. Exa., não tendo evidenciado violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos que outorgam as referidas autorizações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Vamos ao Item 8. Relatoria do Senador...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Em que momento será colocado em discussão esses temas; que em votação V. Exa. está aguardando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos colocá-lo em discussão e em votação ao final da leitura de todos os pareceres.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu queria me escrever, em discussão, sobre o Item 4 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 8, Senador Flávio Arns. "*Terminativo, projeto de Decreto Legislativo n°. 918/2009; aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária São Tiago, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bituruna, Estado do Paraná."* Senador Flávio Arns, para leitura do parecer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É, de fato, é a cidade de Bituruna, no sul do estado, e isso pode contribuir decisivamente para a comunicação, a aproximação das pessoas, a divulgação de conhecimentos, de fatos, e o parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Item 10. Relator: Senador Roberto Cavalcanti, terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo n°. 915/2009; aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha, Estado do Ceará."* Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se da execução de serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Barroquinha,

Estado do Ceará. Todos os procedimentos foram obedecidos e, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS 915/2009, voto favorável à aprovação da concessão da rádio Associação Beneficente Manoel Ferreira Veras para a cidade de Barroquinha, Estado do Ceará, rádio comunitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Item 11. Relator: Senador Gilberto Goellner, terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo n°. 917/2009; aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Santo Antônio de Leverger para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso."* Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação, pela outorga à Associação Cultural Comunitária de Santo Antônio do Leverger.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, eu sou relator de duas matérias que estão elencadas nos primeiros itens da CCJ, mas sou relator, aqui, do Item 24 também, de sorte que eu gostaria de pedir a V. Exa. a inversão da pauta, para que eu pudesse cumprir meu dever cívico aqui e lá também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valter Pereira solicita inversão de pauta para que possamos apreciar o Item 24, em que ele é o relator, para que possa se deslocar até a Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão. Os senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Item 24. Relatoria do Senador Valter Pereira. Terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo n°. 861; aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural Liberdade, de Goiânia, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*" Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o parecer está disponível para todos os senhores parlamentares, de sorte que eu vou direto ao voto . Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n°. 136/2008 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos-–

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valter Pereira, desculpe, há um engano, aqui, na pauta, porque o Item 24...

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ah, é verdade, V. Exa. fez referência a outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O PDS 136, e aqui está como PDS 861. O item de V. Exa. é o 25; houve uma falha aqui na listagem dos projetos.

Eu vou fazer a leitura do Item 25, se V. Exa. permitir.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 25, terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo n°. 136/2008; aprova o ato que outorga a permissão à SJC, Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso."*

Agora, sim, Senador Valter Pereira para a leitura do seu parecer.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n°. 136/2008 não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à SJC, Sistema Juinense de Comunicação Ltda., para explorar radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juína, no vetusto Estado de Mato Grosso, de onde originou o Mato Grosso do Sul, meu estado, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados, portanto, com minhas homenagens ao estado de Mato Grosso e à cidade de Juína, nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Valter Pereira. Voltamos aos itens da pauta 12 e 13. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo. Item 12. Vou ler a ementa.

Item 12, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 858/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Prudente de Morais de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Prudente de Morais, Estado de Minas Gerais."*

Item 13, terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo n°. 884/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moeda, Estado de Minas Gerais."*

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, ambos os processos são de rádio comunitária. Prudente de Morais, que fica próximo a Belo Horizonte, vizinha da cidade de Sete Lagoas; e Moeda também próximo a Belo Horizonte, são duas comunitárias, portanto, que já preencheram toda a documentação necessária, e o voto é pela aprovação do ato de autorização à Associação Prudente de Morais de Radiodifusão, em Prudente de Morais, e a Associação Comunitária Rádio Educativa FM de Moeda. O parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Itens 17, 18 e 19, ou melhor, itens 14, 15 3 16. Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 14. *"Projeto de Decreto Legislativo 535/2009; aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural de Poço Verde FM, MHZ, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Verde, Estado de Sergipe."*

Item 15, terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo n°. 749/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação Beneficente Aquimimo Machado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dom Basílio, Estado da Bahia."*

Item 16, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo n°. 838/2009, que aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Cultura para São Félix para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix do Coribe, Estado da Bahia."* Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os três pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Vamos ao Item 20. Relator: Senador Marco Maciel. Terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo n°. 855/2009; aprova o ato que outorga à Associação dos Moradores da Região do Além Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.*"

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desculpe, Senador Marco Maciel, outro erro aqui na listagem.

O n°. 20, aqui, que indica como sendo V. Exa. o relator, na realidade, não é o da pauta. V. Exa. é relator do Item 21, que eu vou ler a ementa agora.

Item 21, terminativo. "Projeto de Decreto Legislativo n°. 900 e... 900... Aqui também...

Vou fazer uma pausa, aqui, para poder me encontrar aqui no... Estou sendo informado, pela Secretaria, Senador Marco Maciel, que o item é realmente o n°. 20, que eu vou fazer a leitura, então, que o documento que estava sobre a mesa, que relacionava os projetos, é que estava com a numeração invertida.

Item 20, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo n°. 920/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Pará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.*"

Senador Marco Maciel para relatar.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o que passo a relatar diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo n°. 920/2009, que aprova o ato que outorga a autorização à Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Pará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 920/2009 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Pará FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco, na forma de Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel.

Vamos retornar aos itens 6 e 7. Relatoria do Senador Lobão Filho. Solicito ao Senador Roberto Cavalcanti que possa fazer a leitura, como relator *ad hoc,* dos itens 6 e 7.

Item 6, terminativo. *"Projeto de Decreto Legislativo 731/2009; aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sociocultural Mar Azul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estância, Estado de Sergipe."*

Item 7, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 849/2009; aprova o ato que outorga autorização à Fundação Cultural, Recreativa e Assistencial Sãomateuense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão."*

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, os dois relatórios do Senador Lobão Filho são pela aprovação das duas rádios comunitá-

rias, uma na cidade de Estância, Estado de Sergipe, e outra na cidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão.

Toda a documentação está conforme, e o relatório do Senador Lobão Filho é favorável.

Então, acompanho o relatório do Senador Lobão Filho. Confirmo a aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço V. Exa., vamos ao Item n°. 9. Relatoria do Senador Renato Casagrande. Solicito ao Senador Cícero Lucena que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 9, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 889/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.*"

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, como relator *ad hoc*.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O voto do relator Senador Casagrande autoriza a Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Estado de São Paulo, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Cícero Lucena.

Item 21. Relatoria: Senador Efraim Morais. Solicito ao Senador Marco Maciel que possa fazer a leitura do parecer como relator *ad hoc*.

Item 21, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 921/2009; aprova o ato que outorga a permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Iracema, Estado do Ceará.*"

Com a palavra o relator *ad hoc,* Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, na condição de relator *ad hoc,* apresento parecer de Projeto de Decreto Legislativo 921, que aprova o ato que outorga a permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Iracema, Estado do Ceará.

"Tendo em vista, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, e Sras. e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 921/2009 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Iracema, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados."

Esse é meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel.

Vamos ao Item 22.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu queria sugerir, solicitar a retirada do Item 28, em função de ser um item bastante polêmico, e os senadores que participam desse embate não se encontram presentes; nem o Senador Marcelo Crivella, nem o Wellington Salgado. Então, minha proposta é que seja retirado de pauta o Item 28.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do Senador Cícero Lucena, pede a retirada de pauta do Item 28, que é aquele processo que nós retiramos de pauta na semana passada, pelo relator, Senador Marcelo Crivella, não estar presente.

Ele continua ausente ainda na sessão de hoje, e também o Senador Wellington Salgado também não se faz presente.

Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Retirado de pauta.

Itens 17, 18, 19. Relatoria do Senador Wellington Salgado. Solicito ao Senador Eduardo Azeredo que possa fazer a leitura dos pareceres como relator *ad hoc*.

Item 17, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 836/2009; aprova o ato que outorga a permissão à LM Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Santa Lúcia, Estado de São Paulo."*

Item 18, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 852/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montezuma, Estado de Minas Gerais.*"

Item 19, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo n°. 855/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação dos Moradores da Região do Além Rio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais*."

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, a documentação conclui pela legalidade de todos os três processos; o da cidade de Santa Lúcia, LM Rádio e Televisão, Estado de São Paulo; o da Rádio Comunitária para a Cidade de Montezuma, em Minas Gerais, Associação Comunitária dos Moradores do Centro de Montezuma; e uma Rádio Comunitária também na cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, Associação dos Moradores da Região Além Rio. Portanto, o parecer do Senador Wellington Salgado, que eu subscrevo, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo.

Eu preciso fazer uma correção de numeração de processos. A listagem que me foi encaminhada à Mesa, quando da relatoria do Senador Valter Pereira, eu tinha aqui o n°. 24 como sendo da relatoria do PDS 136; na listagem das ementas, ele era o n°. 25, mas, na realidade, aquela cópia que estava com a presidência estava com engano, o número do processo que foi lido pelo Senador Valter Pereira é realmente o n°. 24.

Então, é só para fazer essa correção de numeração.

Vamos ao Item 22. Relatoria do Senador João Ribeiro. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura do parecer, como relator *ad hoc.*

Terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 943/2009; aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora Aparecida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapiratins, Estado de Tocantins.*"

Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o parecer do Senador João Ribeiro é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 23. Relatoria do Senador Demóstenes Torres.

Solicito ao Senador Valdir Raupp que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 23, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 861/2009; aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico e Cultural Liberdade de Goiânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*"

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Item 23 é pela aprovação, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 24 e 25. Relatoria do Senador Eliseu Resende.

Solicito ao Senador Eduardo Azeredo, como representante do Estado de Minas Gerais, que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Na sessão passada, Senador Azeredo, V. Exa. estava em missão especial do Senado no exterior, e o Senador Wellington Salgado teve a oportunidade de relatar os processos em que ele era o relator, os processos em que V. Exa. era relator, ele o fez como *ad hoc* e também do Senador Eliseu Resende; hoje, V. Exa. substitui o Senador Eliseu Resende, e o Senador Wellington Salgado já o fez, como relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Minas unida jamais será vencida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Itens 25 e 26. Item 25, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 738/2009; aprova o ato que outorga a autorização à Associação de Comunicação Educacional Cultural de Carandaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carandaí, Estado de Minas Gerais.*"

Item 26, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 779/2009; aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação Social de Icaraí de Minas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Icaraí de Minas, Estado de Minas Gerais.*"

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O parecer é favorável em ambos os casos, Associação de Comunicação Educacional e Cultural de Carandaí – Carandaí fica próximo a Barbacena, na região da Zona da Mata mineira – e também a Associação Comunitária de Ação Social de icaraí de Minas, também o parecer é favorável a ambos, o Senador Eliseu Resende, que, com muita honra, subscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item 27. Relatoria: Senador Agripino. Solicito ao Senador Marco Maciel que possa fazer a leitura como relator *ad hoc*.

Item 27, terminativo. "*Projeto de Decreto Legislativo 914/2009; aprova o ato que outorga autorização a Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cidadã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.*"

Com a palavra o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Sras. e Srs. Senadores, conforme foi anunciado, darei parecer sobre o Projeto

de Decreto Legislativo 914/2009, que aprova o ato que outorga a autorização a Centro de Estudos, Pesquisas e Ação Cidadã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.

Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 914/2009 não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização a Centro de Estudos, Pesquisa e Ação Cidadã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Meu parecer, portanto, Sr. Presidente, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

O Item 28 foi retirado de pauta por solicitação do Senador Cícero Lucena.

Item 29 eu sou o relator, peço ao Senador Antonio Carlos Júnior que assuma a presidência, para que eu possa relatar o Item 29.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): "*Projeto de Decreto Legislativo n°. 911/2009; aprova o ato que outorga a concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade de Baião, Estado do Pará*".

A autoria é da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. O parecer é favorável.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 911/2009 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em onda média, na cidade Baião, Estado do Pará, na forma do Projeto do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O município de Baião é um município da região, da microrregião de Cametado, baixo Tocantins, tem como prefeito o Sr. Nilton Farias, do PT,

Tenho certeza absoluta de que essa concessão outorgada por este projeto à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. vai levar as informações necessárias à população daquele querido município.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Devolvo a presidência ao Senador Flexa Ribeiro.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior. Em discussão, em bloco, os itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, e os extrapauta 1, 2, 3 e 4. Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti. para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tinha tomado uma decisão, que estou revogando em função de uma conversa aqui muito positiva com o Senador Sérgio Zambiasi, eu iria pedir vistas nos itens 4, referente à Amizade FM, Item 13, Educativa FM, Item 14, Poço Verde FM, e Item 20, Pará FM.

Atendendo a um apelo, uma solicitação extremamente válida do Senador Sérgio Zambiasi, no Item 4, por exemplo, é uma cidade chamada Porto Xavier, que deseja ter essa rádio comunitária para exatamente inibir as comunicações que hoje atendem a essa cidade, vindas dos países Argentina e Paraguai, a qual essa cidade faz fronteira.

Então, na verdade, às vezes, você, por uma razão mais impulsiva, você cria um dano a uma comunidade, em função de um detalhismo. Eu não vou fazer chegar ao preciosismo, mas farei chegar à comissão um requerimento nosso solicitando que a Comissão de Ciência e Tecnologia faça um comunicado ao Ministério das Comunicações, na verdade, reiterando aquele apelo nosso, já que não consta em lei, e o Ministério das Comunicações disse que só poderia tomar alguma medida se constasse em lei, cabe a nós parlamentares elaborarmos o projeto de lei para inibir o uso indevido, comercial, de algumas rádios comunitárias.

Nós todos, aqui está ao lado um grande defensor das rádios, que é o Sérgio Zambiasi, nós todos defendemos as rádios comunitárias sérias, defendemos rádios comunitárias que não transgridem a lei, usando instrumentos comerciais e transmissores que excedam a potência estabelecida pelo Ministério das Comunicações.

Então, eu vou liberar todas as rádios, lembrando a esta comissão, mais uma vez, que o uso da sigla FM

caracteriza comercialmente o uso indevido dessa rádio comunitária. E peço o compromisso do Senador Sérgio Zambiasi de conversar com a Associação Comunitária Amizade, lá em Porto Xavier, para que os mesmos saibam que nós estivemos atentos, mas que, em respeito aos anseios dessa comunidade, nós vamos liberar essa rádio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Senador Sérgio Zambiasi com a palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Flexa Ribeiro, rapidamente, apenas para agradecer a sensibilidade do Senador Roberto Cavalcanti, que também vem da área de comunicação, conhece profundamente o setor e foi sensível ao apelo.

A cidade de Porto Xavier, ela fica às margens do Rio Uruguai, costumo dizer que fica na curva do Rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, e é muito próxima do Paraguai também. E é muito importante que essa região possua um veículo de comunicação que se expresse em português, porque boa parte do lazer e da informação vem através das rádios argentinas. Então, há quase um aculturamento, nós temos que tomar cuidado com as fronteiras.

O Rio Grande do Sul é um estado fronteiriço; com a Argentina são mil quilômetros de fronteiras e com o Uruguai são mais mil quilômetros de fronteiras. Então, nós temos ali um cuidado e um trato muito especial, um convívio harmônico, muito bonito, mas obviamente que nós temos que preservar nossa cultura, e um veículo de comunicação é fundamental para preservar esse processo cultural.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, é apenas para nossa reflexão em cima da colocação feita pelo Zambiasi.

Há poucos dias, eu estava zapeando aqueles canais, apareceu num canal de televisão, não me lembro qual, uma senhora portuguesa, e perguntaram a ela sobre o aculturamento brasileiro, inclusive na linguagem portuguesa, em consequência das novelas. E ela deu uma resposta que nos põe a refletir. Ela disse o seguinte: "Eu sou antibrasileira; nas novelas do Brasil, os homens que não são cornos são homossexuais ou infiéis; as mulheres são infiéis e pouco sérias; ninguém trabalha, todos vivem bem e todos ficam à beira da água de coco, à beira da praia. Aqui em Portugal, nós temos que dar duro, temos que ser éticos, temos que ser morais e temos que estudar muito. Por isso, na minha casa, ninguém pode ver, e eu não vejo nenhuma novela brasileira".

Aculturamento para o mal, que a gente tem que refletir aqui nesta comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado, Senador Gerson Camata. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Provavelmente ela não assista também as novelas portuguesas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza, mas V. Exa. tem toda a razão da preocupação desses municípios fronteiriços, que você acaba, ao invés de ouvir samba, vai ouvir tango, e mudando a cultura da sociedade, e o Senador Roberto Cavalcanti também, porque ele já fez várias gestões, no sentido de evitar que as rádios comunitárias possam vir com outra denominação.

Nós, inclusive, já encaminhamos ao Ministério das Comunicações essa observação e nos foi respondido que seria acatado. Esse processo talvez seja um processo anterior a essa observação sua.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, só uma ligeira observação sobre o tema que V. Exa. aborda. O Ministério das Comunicações, na verdade, nos respondeu dizendo o seguinte: que ele não pode fazer nada, tendo em vista que não consta em lei; o Ministério só pode proibir aquilo que está previsto em lei que seja proibido. Então, nós temos que fazer a lei, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, apresente um Projeto de Lei que faça isso.

Não havendo mais quem queira discutir, votação nominal, em bloco, dos itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29 e dos extrapauta 1, 2, 3 e 4.

Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com todos os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os senhores relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com todos os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim, com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator, Sr. Presidente, com os relatores, aliás.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovado por unanimidade.

Vamos à discussão dos requerimentos apresentados pelo Senador Cícero Lucena, que teve que se ausentar, mas ele foi subscrito pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

O primeiro requerimento, ele solicita, nos termos do art. 9.093 e 113 do Regimento Interno do Senado Federal: "*Requeiro seja realizada Audiência Pública conjunta, perante esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, e a Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, com o objetivo de que sejam esclarecidos os termos circunstanciais e condições sobre a operação de aquisição da empresa GVT Holding SA pelo grupo francês Vivendi.*

Sem prejuízo de expedição de outros convites, a critério dos membros das respectivas comissões, requeiro sejam convidados: a Sra. Maria Helena Santana, presidente da Comissão de Valores Mobiliários, CVM; o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL; Sr. Amos Genish, presidente da GVT Holding SA; o representante legal da Vivendi no Brasil; o representante do Ministério Público Federal."

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, para defender o requerimento.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa transação rendeu bastante notícia na imprensa, inclusive de possíveis irregularidades.

Para que a gente possa dirimir essas dúvidas, inclusive eu subscrevi, juntamente com a Senadora Kátia Abreu, na Comissão de Assuntos Econômicos, com o mesmo objetivo, esse requerimento.

Então, na verdade, nós queremos é esclarecer definitivamente essa transação que envolve a GVT, adquirida pela Vivendi. Esse é o objetivo.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu queria fazer apenas uma ponderação, porque a Sra. Maria Helena Santana, ela que está à frente das investigações, está investigando essas empresas. Então, seria muito difícil trazer ela colocar para colocar aqui na comissão, junto com quem está sendo investigado.

Então, eu só ponderaria para retirar o nome da Sra. Maria Helena e trazer, então, os demais, ou trazer alguém.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas aí é importante que a CVM se manifeste, a CVM tem que manifestar.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Mas a investigação está em curso, então, eu não sei, acho que não seria bom trazer-–

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas a CVM pode não dar até detalhes da investigação, mas pelo menos o que a CVM está pretendendo fazer com a investigação eu acho que é importante.

Eu acho que ela ficará resguardada, digamos, assunto sigiloso da investigação, ela não vai... É claro que ela não vai falar. Então, eu... A questão é basicamente de informar a esta comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos o andamento, mas é claro que detalhes sigilosos não serão obviamente divulgados.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O que eu quero dizer é que talvez ela não possa se expressar abertamente, francamente, porque ela está fazendo a investigação, ainda não concluiu a investigação. Então, não vai ser tão útil o depoimento dela nesse momento da investigação. É só essa ponderação que eu gostaria de fazer.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Não, eu entendo a ponderação de V. Exa., a questão é somente de que a CVM, de alguma maneira, ela deveria participar dessa audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp, salvo engano, esse requerimento já foi aprovado na CAE. O que o Senador Cícero Lucena solicita é que seja feita em conjunto, pelo assunto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu fui subscritor do requerimento na CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O mérito é na área da CCT.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Já foi aprovado lá, então?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Inclusive, o requerimento é da minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

O segundo requerimento tem o seguinte texto: "*Requeiro, nos termos de art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, perante esta comissão, com a finalidade de analisar e discutir as medidas contidas no Decreto 7.037, de 21/02/2009, que criou o Plano Nacional de Direitos Humanos, que se refere aos meios de comunicação.*

À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência: Sra. Dilma Rousseff, ministra chefe da Casa Civil; Sr. Paulo de Tarso Vanucci, ministro de estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Sr. Daniel Slaviero, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT; Sra. Judith Brito, presidente de Associação Nacional de Jornais, ANJ; Sr. João Carlos Saad, presidente da Associação Brasileira de Radiodifosores, ABRA".

O requerimento é de autoria do Senador Cícero Lucena, também é subscrito pelo Senador Antonio Carlos Júnior, que vai fazer a Defesa do seu requerimento.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É importante que nós discutamos a questão que envolve comunicação, no Plano Nacional de Direitos Humanos, nesta comissão, porque, inclusive, a questão de liberdade de imprensa, isso são pontos que merecem, digamos, nossa atenção, portanto, nós não podemos ter a imprensa cerceada e nem limitada, e isso merece nossa apreciação, portanto, eu, inclusive, solicito também a inclusão do Ministro Franklin Martins, porque ele realmente é o homem de comunicação do governo. Inclusive, a gente, inclusive, pode, nós podemos aqui até substituir pessoas do governo, mas o Franklin Martins é fundamental.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Senador Eduardo Azerdo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Poderia se fazer, então, a substituição da Ministra Dilma pelo Ministro Franklin Martins.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu já havia conversado aqui com Cícero, não tinha conversado com o Antonio Carlos, para que... Esse projeto não foi elaborado na Casa Civil, e, sim, no Ministério da Justiça, então, não há motivo para convocar a Ministra Dilma.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu concordo inteiramente com a substituição da Ministra Dilma pelo Ministro Franklin Martins.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu quero concordar com a substituição, porque há, aqui, no meio do Senado e da Câmara, também, sempre uma tentativa de superexposição inexplicável da Ministra Dilma. Aconteceu não sei o quê, o Ministro da Justiça foi para Porto Alegre, convoca a Ministra Dilma, o Pit Bull mordeu o pé do soldado, convoca a Ministra Dilma. Então, eu acho que é até bom para ela essa superexposição.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas seria importante também a inclusão de alguém do Ministério da Justiça, porque me parece que foi lá que foi coordenado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O Vanucci já é do Ministro... Ah, não, ele é-–

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, ele é da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Seria importante que alguém do Ministério da Justiça, digamos, comparecesse também. Alguém do Ministério da Justiça, porque foi coordenado pelo Ministério da Justiça. Ou, então, o Paulo Tarso Vanucci, se ele representa o Ministério da Justiça, não teria...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): É, porque ele que é o autor...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Tudo bem, então, vamos substituir a Ministra Dilma pelo Ministro Franklin Martins.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, são temas separados, aqui é Comunicação, lá é Economia.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, vamos substituir a Ministra Dilma pelo Ministro Franklin Martins.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a concordância do autor do requerimento da substituição da Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff pelo Ministro Franklin Martins, Comunicação Social, coloco em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aprovado, com a substituição da Ministra Dilma pelo Ministro Franklin Martins.

Requerimento sobre a mesa. Pedido de inclusão, Senador Renato Casagrande e Senador Gerson Camata.

"*Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite a S.Sa. o Sr. Cezar Alvarez, coordenador dos programas de inclusão digital do Governo Federal; o Sr. José Fernandes Pauletti, presidente de ABRAFIX; e o Sr. Luis Cuza, presidente da TELCOMP a comparecerem perante a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, em data a ser marcada, para ouvi-los sobre o Plano Nacional de Banda Larga, PNBL*."

Senador Gerson Camata para defender o projeto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Esse requerimento do Senador Renato Casagrande, subscrito também por mim, é muito importante nesse momento; se fala na recriação da Telebrás, e nós temos que disciplinar a banda larga no Brasil e a Internet. As companhias, elas podem fornecer apenas 10% do que elas assinam de compromisso com a gente, e a gente tem que pagar a conta total; devia ser, quando ela fornece 10%, tem que pagar também só 10%, não é assim.

Então, há que haver uma disciplina. E há que haver uma disciplina, e V. Exa. sabe disso, nós temos o telefone mais caro do mundo; só na África do Sul que está um pouquinho mais caro que o nosso. Temos a conta de energia elétrica mais cara do mundo. A energia elétrica no Brasil é o dobro da energia elétrica domiciliar nos Estados Unidos, que é um país em que eles ganham em dólar, têm boa renda e tal.

E temos a gasolina a segunda mais cara do mundo. O Brasil é autossuficiente de petróleo. Fizeram comemoração, soltaram foguete, o que o consumidor brasileiro ganhou com isso? Nada, continuou pagando a segunda gasolina mais cara do mundo. Quer dizer, se a produção, se o Pré-sal, se a produção de petróleo, se a autossuficiência não significa para o brasileiro, para quê?

Se tiver alguém que venda gasolina mais barato, vamos comprar lá. Agora, temos obrigação de comprar da Petrobrás a segunda mais cara do mundo, o que adianta a autossuficiência, o que beneficia o brasileiro? O que adianta ser o terceiro país, o quarto país que possui mais telefones celulares no mundo, se paga a tarifa mais cara do mundo? O que adianta ser autossuficiente em energia elétrica, construindo um monte de centrais a gás, se pagamos a energia elétrica mais cara do mundo?

Está na hora de essas conquistas do Brasil beneficiarem os brasileiros. Eu estava, ontem, discutindo, lá no Senado, esses 80 bilhões de reais para comprar avião a jato e submarino. "Ah, o Brasil está sendo ameaçado!" Por quem? Nós brasileiros é que estamos sendo ameaçados, estamos sendo roubados, estuprados, assassinados. Cadê o dinheiro para a segurança do Brasil? Melhorar o sistema penitenciário, melhorar as escolas, melhorar a polícia, pagar melhor a polícia, dar mais segurança ao cidadão brasileiro.

Esses estão sendo ameaçados. Eu não vejo ninguém ameaçando o Brasil para gastar 80 bilhões para comprar um monte de submarino, aviação a jato, diabo a quatro. Para defender de quem?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Deve estar preocupado com Hugo Chávez.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Então, nós temos que pensar muito nisso e pensar mais nos brasileiros, porque os brasileiros é que são importante no Brasil. O Brasil não são as fábricas, não são as montanhas, não são os rios, o que valoriza o Brasil são os cidadãos brasileiros.

Chegou o autor do requerimento, Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem razão, Senador Gerson Camata, agora, com relação ao custo de telefonia no Brasil, nós constituímos um grupo, em que V. Exa. é o coordenador, exatamente para fazer um estudo aprofundado, junto às companhias, para que elas possam, em audiências públicas, virem aqui expor o motivo desse valor tão caro das comunicações no Brasil.

Então, V. Exa. poderia acelerar o processo para que nós tivéssemos, ainda nesta legislatura, o resultado desse grupo de trabalho. Pediria a V. Exa.

Senador Renato Casagrande, estamos discutindo o requerimento de V. Exa., que o Senador Gerson Camata também o subscreveu.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB/ES): Agradecer ao Senador Gerson Camata por ter colaborado na apresentação do requerimento, e eu acho que o Senador Gerson Camata poderia nos convidar, eu também tenho a honra de fazer parte dessa comissão que trata das tarifas, para a gente fazer um plano trabalho, junto com o consultor, acho que seria um momento adequado, Senador Gerson Camata, para a gente poder desenvolver esse trabalho.

Estou à disposição da V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, para discutir.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria acrescentar aí o nome do presidente da ANATEL, Sardenberg, porque esse plano de banda larga já está praticamente nas ruas, o governo deve

estar soltando nos próximos dias, e a ANATEL que está também acompanhando de perto.

É evidente que é um plano importante, a exclusão digital, ela acaba acontecendo, nós temos aí a Internet disponível, não está em todo o país, a banda larga precisa chegar ao país todo, para ter condições de igualdade de desenvolvimento.

Nós tínhamos, no passado, cidades que não tinham energia elétrica, depois, cidades que não tinham asfalto, depois, cidades que não tinham celular, isso tudo foi se normalizando, celular não é todo ainda, agora tem o problema aí da Internet, e tem que discutir mesmo que a banda larga hoje a gente compra dois mega, quatro mega, e eles não fornecem coisa nenhuma, fornecem menos do que está sendo colocado.

Agora, por outro lado, existe uma polêmica, porque recriar a Telebrás é um investimento de alguns bilhões de dólares que vão ser necessários, quer dizer, o Brasil conseguiu atender a telefonia celular com investimento privado, foi o que conseguiu fazer a cobertura do Brasil todo de celular, ainda que os preços sejam altos, mas a cobertura foi um grande resultado do processo de privatização da telecomunicações no Brasil.

Nós temos telefonia celular nas mãos dos empresários, do pequeno trabalhador, que usa, hoje, o telefone celular, portanto, eu temo que esse caminho de estatização, em que a recriação da Telebrás, a Telebrás tenha que usar dinheiro público para colocar alguns bilhões, que esse não seja o mais adequado.

Então, é muito propício que possamos ter essa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Bom, o Senador Eduardo Azeredo sugere a inclusão do presidente da ANATEL na audiência pública.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB/ES): Eu concordo, Sr. Presidente. Eu concordo, sem problema nenhum. Concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, com a concordância dos autores, coloco em votação o requerimento subscrito pelos Exmos. Srs. Senadores Renato Casagrande e Gerson Camata.

Os senadores que concordam com a aprovação permaneçam como se encontram. Aprovado. Sobre a mesa requerimento de autoria do Senador Valdir Raupp. Com a palavra, senador.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu quero retirar. Esse requerimento era para substituir o do Senador Cícero Lucena. Como houve o acordo, entendimento para retirar o nome da Ministra Dilma pelo nome do Franklin Martins, a Comunicação Social, então, retiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, por solicitação do autor, fica sem efeito o requerimento que foi encaminhado à mesa.

Não havendo mais nenhum item a ser discutido, agradeço a presença de todos e dou por encerrada esta Sessão da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.



Edição de hoje: 970 páginas
OS: 2010/10940